



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS

04 a 08 de outubro de 2021.

ANAIIS

Edição: Volume 9 - 2021

ISSN 2764-3891

REALIZAÇÃO:



APOIO:





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

APRESENTAÇÃO

Os Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais é uma publicação realizada pela Comissão Organizadora do Encontro da Rede (UNB e UFG) e pela Coordenação Nacional da Rede de Estudos Rurais (Gestão 2018-2020). O volume tem como objetivo apresentar os artigos aprovados pelos Coordenadores e Coordenadoras dos Grupos de Trabalho (GTs), que integram os Encontros da Rede e que acontecem bianualmente. A cada biênio o Comitê Organizador do Encontro lança um edital para seleção dos GTs e após à definição dos Grupos de Trabalho é publicado um edital com as normas e prazos para submissão dos trabalhos.

A publicação dos anais visa promover, divulgar e valorizar os trabalhos teóricos e analíticos, assim como as pesquisas que têm como centralidade as dinâmicas, as mudanças sociais em geral e as questões relacionadas aos espaços rurais e a sociedade em contextos específicos nacionais e globalizados. A cada edição os trabalhos reunidos nos Anais expressam, de maneira ampla, um diálogo com o tema geral do encontro - Desenvolvimento, Financeirização e Mercantilização da Natureza: Desafios Agroalimentares Globais.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

COORDENAÇÃO

COORDENAÇÃO NACIONAL

Coordenadora Presidente: Ramonildes Alves Gomes (UFMG)

Coordenadora Primeiro Secretário: Catia Grisa (UFRGS)

Coordenador Segundo Secretário: Janise Bruno Dias (UFMG)

Coordenador Primeiro Tesoureiro: Valter Lúcio de Oliveira (UFF)

Coordenador Segundo Tesoureiro: Sérgio Sauer (UnB)

CONSELHO FISCAL

Cimone Rozendo de Souza (UFRN)

Marcos Botton Piccin (UFSM)

Karina Yoshie Martins Kato (UFRRJ)

CONSELHO CONSULTIVO

Heribert Schmitz (UFPA)

Danielle Wagner Silva (UFOPA)

Luís Henrique Herminio Cunha (UFMG)

Wendell Fischer Teixeira Assis (UFAL)

Karla Emmanuela Ribeiro Hora (UFG)

Regina Coelly Fernandes Saraiva (UnB)

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (Unicamp)

Gustavo Meyer (UFVJM)

Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)

Silvia Aparecida Zimmermann (UNILA)

Renata Menasche (UFPel)

Lauro Francisco Mattei (UFSC)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

SUMÁRIO

GT1. RURALIDADES E MEIO AMBIENTE	12
ACORDOS CLIMÁTICOS GLOBAIS E O POSICIONAMENTO BRASILEIRO: DE ESTADO-VETO PARA ESTADO QUE "DEIXA A BOIADA PASSAR"?	13
AMAZÔNIA: FRONTEIRA AGRÍCOLA E FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL - TENSÕES TERRITORIAIS EM CURSO.....	36
ANÁLISE RECENTE (2013-2019) DO COMPORTAMENTO DO PRONAF EM MARABÁ E DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS	63
DIVERSIDADE FUNDIÁRIA NO OESTE DO PARÁ: RETRATO DAS MODALIDADES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS	81
ENTRE AS RUINAS DA FERROVIA BAHIA-MINAS E OS VESTÍGIOS DO RIO GRAVATÁ: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL ATRAVÉS DO MAPA DA MEMÓRIA COM CAMPONESES DA COMUNIDADE ALFREDO GRAÇA – ARAÇUAÍ-MG	109
ESCAVANDO AS ÁGUAS, APAGANDO AS CHAMAS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL DA EXPANSÃO CANAVIEIRA PAULISTA SOBRE A ÁREA DE AFLORAMENTO DO AQUÍFERO GUARANI... ..	127
FRONTEIRA AGRÍCOLA, AGROESTRATÉGIAS E AMEAÇAS ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CERRADO: O CASO DO PARQUE NACIONAL DAS NASCENTES DO RIO PARNAÍBA	161
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO PARAIBANO.....	178
NORMAS LEGAIS E COSTUMEIRAS DE MANEJO DE ÁGUA E TERRA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	196
OS ENTRAVES DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS ENTORNOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI- MG	207
PROJETO AMA/AMBEV: UM “NOVO ESPIRITO DO CAPITALISMO” NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO?	227

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: TRAJETÓRIA DE CONFLITOS. 254

**GT2. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E SUAS RESISTÊNCIAS
NO CAPITALISMO GLOBAL..... 273**

POR TERRA, ARTE E PÃO: AS FEIRAS NACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA E
AS NOVAS NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS CAMPONESAS A PARTIR DA
CULTURA POPULAR..... 274

AGRICULTURA FAMILIAR E DINÂMICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
AÇÃO POLÍTICA NA ZONA DA MATA MINEIRA 292

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NO MODELO DA CESTA DE BENS E
SERVIÇOS TERRITORIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SERRA
CATARINENSE 314

DA RECAMPESINIZAÇÃO À TRANSNACIONALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS
AGRÁRIOS..... 336

MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO CAMPO
BRASILEIRO: UM OLHAR SOBRE OS NÚCLEOS DE AGRICULTORES
FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MATA RS..... 359

QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO: TEORIA E PARADIGMA NO
CONTEXTO DA CORRENTE MARXISTA CLÁSSICA..... 383

REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA NO DISTRITO FEDERAL: A
RESISTÊNCIA CAMPONESA NO PRÉ-ASSENTAMENTO CANAÃ DO MST, EM
BRAZLÂNDIA-DF. 406

**GT3. VIOLÊNCIA E REPRESSÃO NO CAMPO: DIREITOS DE
ORGANIZAÇÃO E DIREITOS DE RESISTÊNCIA 434**

A GRAMÁTICA DOS DIREITOS EM TEMPOS DE LEGALIDADE AUTORITÁRIA E
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES SOBRE OS
“TRIBUNAIS DE OPINIÃO” NAS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO (1986-1993) 435

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA MACHISTA-PATRIARCAL E A
PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CAMPO A
PARTIR DE UMA PERSPECTIVA REGIONAL..... 467

O SENTIDO CIVILIZATÓRIO DA COLONIZAÇÃO E A CLASSE MÉDIA RURAL
..... 489

OS CAMPONESES E A REPRESSÃO À LUTA ARMADA: O CASO DO MR-8 EM
BROTAS DE MACAÚBAS/BA 506

QUANDO AS REGRAS DA MORADA GERARAM REVOLTA: UMA
REINTERPRETAÇÃO DA EMERGÊNCIA DAS LIGAS CAMPONESAS 524

RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NO
PIAUI: O LEGADO DE ANTÔNIA FLOR..... 538

TERRA E DESAFORO: VIOLÊNCIA NO CAMPO, BRIGAS E ÉTICAS DE LUTA
NOS FAXINAIS DO PARANÁ..... 562

GT4. ASSESSORIAS, PESQUISA-AÇÃO E EXTENSÃO RURAL: MEDIADORES EM COFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOJURÍDICOS

.....	581
A EXTENSÃO RURAL À LUZ DO ENFOQUE DO DTS NO EXTREMO SUL CATARINENSE	582
A INCLUSÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES POBRES AOS MERCADOS DE PRODUTOS ALIMENTARES DE QUALIDADE DIFERENCIADA: PESQUISA-AÇÃO COM PRODUTORES DE QUEIJO ARTESANAL DE LEITE CRU	604
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE AÇÕES TERRITORIAIS DE FOMENTO À PRODUÇÃO APÍCOLA DE BASE FAMILIAR NO SERTÃO ALAGOANO	630
CONFLITOS JURÍDICO-TERRITORIAIS NO CAMPO: ANÁLISES DOS ELEMENTOS E MEIOS DA DISPUTA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO EM CASTRO/PR	648
JUVENTUDES RURAIS E EPAGRI: EXPERIÊNCIAS NO OESTE CATARINENSE	665
LUTA E MEMÓRIA: A LUTA PELA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA BAIXO RIO BRANCO-JAUAPERI EM DEFESA DE UM MODO DE VIDA	689
PESQUISA AÇÃO: A VIA DE MÃO DUPLA ENTRE ACADEMIA E CAMPO.	698
QUILOMBOLAS E A EXPERIÊNCIA COM O TALÃO DE PRODUTOR RURAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	717
RUPTURA DE CERCOS: A EXPANSÃO DAS ZONAS AUTÔNOMAS ZAPATISTAS.....	735
SEMEANDO LUTAS, CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS: A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR LUIZA MAHIN E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	751

GT5. NOVAS TEORIAS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES..

A COMPLEXIDADE DO CARE EM CONTEXTOS RURAIS	776
A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS MULHERES DO CAMPO COMO ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO CUIDADO E DE POTENCIALIDADE DO PROTAGONISMO FEMININO.....	798
A QUESTÃO GÊNERO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: A (IN) VISIBILIDADE DAS MULHERES RURAIS COMO SUJEITO DE DIREITOS.....	818
AGROECOSSISTEMAS, TRABALHO E AUTONOMIA: O COTIDIANO DE MULHERES CAMPONESAS EM REALIDADES DO VALE DO JEQUITINHONHA	842

ANÁLISE DO PROGRAMA AGRICULTORAS EM MOVIMENTO: PRÁTICAS DAS MULHERES RURAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA	863
CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA VISIBILIZAR O SER, SABER E FAZER DA MULHER QUILOMBOLA COMO R-EXISTÊNCIA	888
MULHERES AGRICULTORAS DA QUARTA COLÔNIA – RS: DESAFIOS NO TRABALHO COTIDIANO E PARA A CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DE QUEIJO COLONIAL	907
MULHERES CAMPONESAS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: FORTALECENDO ENGAJAMENTOS E LUTAS	925
MULHERES RURAIS E COMUNIDADES DE CUIDADO AFETADAS PELA COVID-19 NO NORDESTE DO BRASIL	948
MULHERES RURAIS: DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO PRODUTIVO E OS EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA COMERCIALIZAÇÃO PARA O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).....	966
POS-EXTRATIVISMO, ECOFEMINISMO, ACESSO A ÁGUA E SANEAMENTO NO MEIO RURAL: UMA AGENDA EM DISPUTA E CONSTRUÇÃO	988
GT6. AGROECOLOGIA E AÇÃO PÚBLICA	1011
A INTERLOCUÇÃO DA FETRAF-BA E A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES DE BASE ECOLÓGICA DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES – BA	1012
A PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA EM PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL VOLTADOS À DIVERSIFICAÇÃO DA CULTURA DO TABACO.....	1028
AÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A PROMOÇÃO DE AGROECOLOGIA EM ARATIBA – RS	1049
AGRICULTORAS/ES ORGÂNICAS/OS NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA ORIGEM URBANA OU RURAL	1068
AGROECOLOGIA EM TERRITÓRIO DE AVANÇO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA: PRÁTICAS E MOBILIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NO PLANALTO DE SANTARÉM, PARÁ.....	1093
AGROECOLOGIA NA INTERFACE RURAL-URBANA: A COMPLEXIDADE E AS INCERTEZAS DA AGRICULTURA ECOLÓGICA E METROPOLITANA NO RIO DE JANEIRO	1122
AGROECOLOGIA PARA ADIAR O FIM DO MUNDO? INVESTIGANDO DISCURSOS E OLHARES DA SAÚDE COLETIVA SOBRE A AGROECOLOGIA	1149
AGROECOLOGIA, SOLIDARIEDADE E SSAN. PROMOÇÃO DA SAÚDE E EMANCIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA COVID-19	1175
CONHECIMENTO, PRÁTICAS E ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ.....	1193

MINERAÇÃO OU AGROECOLOGIA? PROJETOS EM DISPUTA NO TERRITÓRIO DO BAIXO JACUÍ/RS	1217
O MERCADO DAS SOCIEDADES E A SOCIEDADE DE MERCADO EM POLANYI: REFLEXÕES SOBRE CAMPESINATO E AGROECOLOGIA.....	1240
ONDE A TEORIA ENCONTRA A PRÁTICA: VESTÍGIOS PARA UMA AGROECOLOGIA EM AMBIENTES URBANOS	1264
PENSAMENTO BIODINÂMICO E ALIANÇA SOCIAL: CONSTRUINDO O CONHECIMENTO NO CURSO DE AGROECOLOGIA BIODINÂMICA	1281
POLÍTICAS PARA O CLIMA E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: SINERGIAS NECESSÁRIAS PARA UMA AGROECOPOLÍTICA	1299
PROJETO CULTIVANDO CIDADANIA: A VIABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROECOLOGIA URBANA	1319

GT7. TRABALHO, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO MUNDO

RURAL 1343

A FRAQUEZA DO LUGAR: TRABALHO E MOBILIDADE NO SEMIÁRIDO MINEIRO	1344
A NOVA REFORMA TRABALHISTA E OS ASSALARIADOS DA DENDEICULTURA NO NORDESTE PARAENSE	1360
AS MODIFICAÇÕES GERADAS PELA REFORMA AGRÁRIA NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES RURAIS DO BREJO PARAIBANO.....	1378
ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS: SUJEITOS DE UMA CATEGORIA DE TRABALHADORES “INVISÍVEIS”?.....	1391
MORADORES DE FAZENDA NO SEMIÁRIDO: A ESTABILIDADE DE UMA CATEGORIA EM UM SISTEMA VULNERÁVEL	1400
O TRABALHO ASSALARIADO NO CENSO AGROPECUARIO 2017	1412
SUICÍDIO E TRABALHO NA FUMICULTURA: O CASO DO VALE DO RIO PARDO, RS.....	1431

GT8. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, LUTA PELA TERRA E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO RURAL BRASILEIRO

..... 1453

A EXPANSÃO DAS LAVOURAS DE SOJA NA AMAZÔNIA E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E PRODUTIVAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PLANALTO SANTARENO	1454
A INSERÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS ENTRAVES DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS ENTORNOS DAS ÁREAS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE DE PINHEIRO, MG.....	1486
AGRONEGÓCIO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES: O LUGAR DO ECONÔMICO NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO PATRONATO AGROINDUSTRIAL	1508

LUTE PELA TERRA E NEOEXTRATIVISMO DA EMPRESA VALE S.A. EM CARAJÁS/PA: O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO FERRO S11-D	1532
RACISMO ESTRUTURAL, ESTADO E POLÍTICA FUNDIÁRIA NO BRASIL....	1556
RELATOS DE MINERAÇÃO: DA LAVRA TRADICIONAL À EXPLORAÇÃO RACIONAL NO SUL DO AMAZONAS	1575
SOCIOAMBIENTALISMO E LUTAS POPULARES PELA CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS NA AMAZÔNIA.....	1593
TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM SAPÉ (PB).....	1618

GT9. PRODUÇÃO OU APROPRIAÇÃO DO VALOR PRODUZIDO? OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL DIANTE DOS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO E CRIAÇÃO DE RIQUEZAS 1636

A MONOCULTURA CANAVIEIRA, FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E A TEORIA DO VALOR TRABALHO	1637
AGRONEGÓCIO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES: O LUGAR DO ECONÔMICO NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO PATRONATO AGROINDUSTRIAL	1639
CONSUMO CRÍTICO E EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS: TRAJETÓRIAS DAS COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA NO BRASIL	1663
NA TERRA DA PROPRIEDADE: UM BREVE ENSAIO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PRIVADO, PÚBLICO E COMUM	1676
O CAPITAL FINANCEIRO NO CAMPO: A FINANCEIRIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL.....	1695
TRÊS ESTRATÉGIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS.....	1723

GT10. (DES)CONTINUIDADES E O DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS REPERCUSSÕES NOS TERRITÓRIOS..... 1749

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA – PARAÍBA (2011-2017): UMA EXPERIÊNCIA NA BUSCA POR SOBERANIA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL	1750
A PERCEPÇÃO DAS JOVENS RURAIS SOBRE AS MULHERES DO CAMPO	1775
A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS DO INCRA E O ACÓRDÃO Nº 775/2016 - TCU – PLENÁRIO	1801
A RESISTÊNCIA ADORMECIDA (?): COMO AS PERDAS SÃO ARTICULADAS PELA JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO MATO GRANDE (RN)	1826
AJUSTANDO O MUNDO RURAL AO SABOR DO CAPITAL: O DESMONTE DA POLÍTICA DE ATER NO BRASIL	1847

ALIMENTOS LOCAIS - ANÁLISE DO PNAE NA RIDE-DF	1866
ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM COLINAS DO SUL – GO: POTENCIALIDADES PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL LOCAL	1884
AVANÇOS COM ASPAS: A ATUAÇÃO DA SEDA DURANTE O GOVERNO PIMENTEL (2015-2018)	1903
(DES)CONTINUIDADES DA INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA LEITURA A PARTIR DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RUAIS	1928
DESCONTINUIDADE E EQUÍVOCO NA OPERACIONALIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	1954
EDUCAÇÃO DO CAMPO: APRISIONAMENTO OU PERTENCIMENTO?	1977
O DESMONTE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA E ESPAÇO RURAL NO BRASIL.....	2000
OBSTÁCULOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: APONTAMENTOS DO TERRITÓRIO SUDOESTE PAULISTA.....	2029
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DA APA DA SERRA DOS PIRINEUS EM GOIÁS.....	2056
PROGRAMAS ESTADUAIS DE COMPRA INSTITUCIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR. O CASO DO PPAIS EM SÃO PAULO	2084
QUANDO O AMBIENTE PRODUTIVO PASSA A TER ROSTO DE MULHER: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INCIDÊNCIA NA IGUALDADE DE GÊNERO.....	2106
REFLEXÕES SOBRE A MODALIDADE FORMAÇÃO DE ESTOQUES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	2128
GT11. SAÚDE DOS POVOS TRADICIONAIS E POPULAÇÕES DO CAMPO: INTERFACES COM A AGROECOLOGIA, A EDUCAÇÃO POPULAR E AS REDES SÓCIOTÉCNICAS	2149
A CARTILHA MEDICINAL DE ANDRÉ DO MATO DENTRO: TRAVESSIAS E SABERES, O DES-COBRIMENTO DO LUGAR - SANTA BÁRBARA, MG.....	2150
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO EM SAÚDE - ESPAÇO DE CUIDADOS MARIA ARAGÃO	2167
SEMENTES CRIOLAS: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE KALUNGA PRATA – CAVALCANTE – GO.....	2174
GT12. O FUTURO DOS ESTUDOS RURAIS: EXPERIÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO DOS NOVOS PESQUISADORES.....	2195

"NÃO SEI COMO SERIA SE EU FOSSE AFEMINADO": UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DAS MASCULINIDADES DE HOMENS GAYS NOS ESPAÇOS AGROECOLÓGICOS	2196
A EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E AS IDENTIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO MEIO RURAL PARANAENSE: UM ESTADO DA ARTE DA GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPR	2211
A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO CAMPO	2228
BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST.....	2254
BANCO COMUNITÁRIO DE SEMENTES	2274
COMPLEXIDADES NO DESEMPENHO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM ALTA FLORESTA-MT PELO PODER PÚBLICO	2294
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES RURAIS A PARTIR DA CAMPANHA PELA DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO	2302
DO CAMPO AO COPO: ESTUDO DE CASO DA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DE UMA COOPERATIVA DESCENTRALIZADA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	2319
ESTRATÉGIAS PARA VIABILIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SERGIPE – COOPERAFES/MOITA BONITA.....	2339
ETNOCONHECIMENTO E DINÂMICAS SOCIOPRODUTIVAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MAUÉS-AM.....	2359
JUVENTUDE RURAL SÃO TODOS IGUAIS, SEMELHANTES E DIFERENTES: DIÁLOGO ENTRE O CAMPO E CIDADE COM A JUVENTUDE ORGANIZADA	2379
MULHERES, AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM O GRUPO ECONORTE DE SÃO JOSÉ DO NORTE (RS)	2393
NOTAS SOBRE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARCARENA - PARÁ	2421
O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E OS ENTRAVES DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS ENTORNOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRÍ, MG	2447
O PAPEL DAS SEMENTES CRIOULAS NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	2469
OS AGRICULTORES FAMILIARES DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO/SOUSA/PB – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SOCIOHISTÓRICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	2488

PERCEPÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA-MT	2503
PRODUZINDO AGROBIODIVERSIDADE: PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DE MANIVAS-SEMENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MURUMURU, SANTARÉM-PA.....	2516
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: CARACTERIZANDO QUINTAIS PRODUTIVOS AGROECOLÓGICOS EM CONTEXTOS BRASILEIROS	2530
UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES E CLASSES SOCIAIS NOS ESPAÇOS RURAIS BRASILEIROS	2548



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT1

RURALIDADES E MEIO AMBIENTE

COORDENAÇÃO

RODRIGO CONSTANTE MARTINS (UFSCAR)

WENDELL FICHER TEIXEIRA ASSIS (UFAL)



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Acordos climáticos globais e o posicionamento brasileiro: de Estado-veto para Estado que “deixa a boiada passar”?

Leticia Andrea Chechi - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cátia Grisa - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O objetivo desse trabalho é descrever a trajetória dos acordos climáticos globais e o posicionamento brasileiro nesse contexto. Para isso, o trabalho contemplou análise documental e realização de entrevistas com 27 atores relacionados à agenda climática no Brasil. É possível constatar que as preocupações com as mudanças do clima vêm ganhando espaço nos debates internacionais. No Brasil, essa agenda passou por diferentes momentos desde a década de 1970. Inicialmente o país se coloca contrário a discussão sobre mudanças climáticas, configurando o posicionamento de Estado-veto, passando para um momento de ator propositivo no contexto internacional, conquistando espaço e protagonismo na agenda climática, até o momento atual, difícil de ser conceituado, mas que se apresenta com muitas incertezas frente à posicionamentos negacionistas e desconstruções científicas.

Palavras-chave: mudanças climáticas, meio ambiente, governança global do clima.



1. Introdução

A mudança do clima é caracterizada de acordo com a normativa brasileira, como aquela que pode “ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis” (BRASIL, 2009, Art. 2º, VIII). Este trabalho objetiva resgatar a trajetória do debate internacional sobre acordos climáticos globais, através dos principais eventos e acordos firmados e as principais medidas adotadas pelo Brasil em cada período.

A discussão está organizada em três períodos, considerando momentos importantes na discussão sobre mudanças climáticas, bem como eventos marcantes para o Brasil. O primeiro período inicia com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, até a COP 3, realizada em Quioto. Nesse período, destacam-se três momentos importantes: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), construção do Relatório Brundtland (1987), e a realização do primeiro evento internacional relacionado às mudanças climáticas no Brasil, Rio-92.

O segundo período compreende o período da COP 3 até a COP 15, destacando-se três momentos significativos no debate sobre mudanças climáticas: a construção do primeiro acordo climático global, o Protocolo de Quioto (1997); o momento em que o protocolo entra em vigor, após as ratificações necessárias, na COP 11; e o acordo de Copenhague, em 2009.

O momento posterior, da COP 15 até a COP 21, caracteriza o terceiro período a ser apresentado. Nesse momento foram desenvolvidas as principais ações em relação às mudanças climáticas no Brasil, muitas delas, como resultado da mobilização para o evento da COP15. Além da definição de um novo acordo climático global para substituir o Protocolo de Quioto, no Brasil destaca-se a



aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (em 2009) e a realização da Rio +20 (2012).

Esse estudo apresenta alguns resultados de uma pesquisa de doutorado^{1 2}. Metodologicamente, o trabalho contemplou análise documental e realização de entrevistas com 27 atores relacionados à agenda climática no Brasil, no período de fevereiro a maio de 2018. A transcrição das entrevistas e análise das informações coletadas na pesquisa de campo foi realizada através do software *Nvivo*, a partir da criação de categorias de análise.

2. Discussão mudanças climáticas no contexto internacional: período inicial

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, pode ser considerada o marco inicial da discussão sobre as questões ambientais e climáticas a nível mundial. A Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, resultante desse evento, ao mesmo tempo que alerta para os efeitos do desenvolvimento e do próprio subdesenvolvimento, elenca princípios e responsabilidades que deveriam nortear as políticas ambientais nos países. Esse pode ser considerado o início da governança global do clima, caracterizado por Rosenau (2000) como a definição de um conjunto de atividades apoiadas em objetivos comuns, e nesse caso, gerando responsabilidades para os países.

O posicionamento do Brasil na Conferência de Estocolmo foi contrário ao reconhecimento da importância em se discutir os problemas ambientais, onde,

¹ CHECHI, L. A. Dos acordos globais às ações locais sobre mudanças climáticas: tradução e implementação do Plano e Programa ABC. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

² Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), pelo financiamento desta pesquisa através do Edital 02/2017 – Programa Pesquisador Gaúcho (PqG).



juntamente com a China, liderou a aliança dos países periféricos contrários à discussão. De acordo com a proposta de Porter e Brown (2006), poderíamos classificar o posicionamento brasileiro como Estado-veto, se opondo à proposta ou tentando enfraquecê-la para que a mesma perdesse sua efetividade. O principal elemento que favorecia esse posicionamento brasileiro estava relacionado ao modelo de desenvolvimento adotado até então, e que chegava ao ápice em 1972, baseado na utilização dos recursos naturais, considerados infinitos na época, sistemas industriais poluentes e exploração de mão de obra barata.

Segundo Putnam (1988), o posicionamento de países em negociações internacionais tem como um dos fatores explicativos a política doméstica. Esta parece ter sido a atuação do Brasil no momento da Conferência, pois juntamente a outros países em desenvolvimento, a posição brasileira em relação às questões ambientais discutidas na Conferência de Estocolmo, apresentou os seguintes elementos: o crescimento econômico não deveria ser sacrificado pela preservação ambiental; discordância da proposta de controle de natalidade; e, a defesa de que cada país deveria explorar seus recursos de acordo com suas prioridades (SOUSA, 2009).

De acordo com Viola (2002), o posicionamento brasileiro foi se modificando ao longo do tempo, iniciando na década de 1980, quando o Brasil enfrentou forte crise. O declínio do modelo de desenvolvimento começou a chamar atenção para os problemas ambientais. Registra-se, no início dessa década, a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981), e ao final dessa década, em 1988, a inclusão do meio ambiente na Constituição Federal (Artigo 225) e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1999. Nessa perspectiva, Rissato e Spricigo (2010) destacam que os avanços na política ambiental nos anos 1980 são decorrentes do esgotamento do modelo nacional de desenvolvimento, baseado na



substituição de importações, e também, pelos crescentes movimentos ambientalistas transnacionais.

No contexto internacional, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pela ONU (Organização das Nações Unidas), coordenada pela primeira-ministra da Noruega, *Gro Harlem Brundtland* foi criada em 1983. O trabalho da Comissão resultou na publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório Brundtland, no ano de 1987, em que propõe o importante conceito de desenvolvimento sustentável, como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras, sendo um dos principais marcos desse período e que reverbera até a atualidade (ONU, 1987).

O conceito de desenvolvimento sustentável teve destaque no início da década de 1990, na II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 ou Eco-92, realizada no Brasil, em 1992. Segundo Sousa (2009), a Eco92 foi uma tentativa de reunir representantes de todos os países do mundo para discutir e divulgar a concepção de Desenvolvimento Sustentável colocada em evidência a partir da publicação do Relatório Brundtland.

O evento que aconteceu concomitantemente a Cúpula da Terra, reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo, em 1972 e avançou a partir dela, com objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global de cooperação entre os Estados, que respeitassem os interesses de todos e protegessem a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento (OLIVEIRA, 2011).

Para além das discussões sobre desenvolvimento sustentável e aprovação da Agenda 21, de acordo com Soares e Higuchi (2006), o evento no Brasil foi importante para que os países adotassem a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC – *United Nations Framework Convention on Climate Change*). A adoção dessa convenção é o reconhecimento da gravidade da situação ambiental, em que os países se comprometeram a adotar providências



para reduzir os efeitos das mudanças climáticas, tendo a Conferência das Partes (COP) como órgão supremo da convenção. As COPs reúnem anualmente os países Parte em conferências mundiais, onde as decisões são coletivas e consensuais (SOARES; HIGUCHI, 2006). Contudo, algumas COPs têm maior relevância pelas decisões globais acordadas, como foi o caso do Protocolo de Quioto, construído na COP 3 e configurando o primeiro acordo climático global.

A realização da Conferência Mundial sobre o Clima, realizada em Toronto, no Canadá, em 1988, também corroborou para a constituição da UNFCCC. Adicionalmente, no mesmo ano houve a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), pela ONU, com objetivo de avaliar o risco da mudança climática devido à atividade humana. O primeiro relatório de avaliação do IPCC foi divulgado em 1990, alertando para o aumento de temperatura do planeta.

O primeiro espaço de negociação efetiva dos países, voltado especificamente para o clima, foi a COP 1, realizada em Berlim, na Alemanha, no ano de 1995. Como evento anual, em 1996, a COP 2 foi realizada em Genebra, na Suíça. De acordo com Carvalho (2010), na primeira COP o Brasil teve papel de Estado-veto, com posicionamento contrário às atividades a serem implantadas conjuntamente, com a frase marcante da chefe da Delegação brasileira “não trocaremos fumaça por árvores” (ENB, 1995, vol. 12, nº 21). O discurso utilizado para justificar tal posicionamento era que isso não resolveria o problema da mitigação da mudança climática, e que cada país deveria se responsabilizar por suas emissões. Aliado a isso, o Brasil defendia naquele momento, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, alegando que os países desenvolvidos seriam historicamente responsáveis pelas emissões, não cabendo o mesmo ônus aos países em desenvolvimento. Segundo o pesquisador do INPA (entrevistado 2), o Brasil buscou resgatar todo o histórico da revolução industrial e seu balanço de emissões, para justificar sua posição. Esse posicionamento se altera, como será possível observar na próxima seção, que aborda o período da COP 3 até a COP 15.



3. Compromissos e responsabilidades dos países em relação às mudanças climáticas: o período da COP 3 até a COP 15

No ano de 1997, cerca de 10.000 delegados, representantes de 159 nações, participaram da COP 3, realizada em Quioto, no Japão. Nesse evento foi gerado um dos mais importantes marcos da agenda climática, o Protocolo de Quioto, definindo metas de redução da emissão de gases de efeito estufa, com diferenciação entre países Anexo I e não Anexo I. O Anexo I foi composto pelos países desenvolvidos, que contabilizavam pelo menos 55% das emissões totais de dióxido de carbono, assumindo o compromisso de redução de suas emissões combinadas de GEE em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990, no período entre 2008 e 2012. Cada parte deveria, até 2005, ter realizado um progresso comprovado para alcançar os compromissos assumidos no Protocolo (UNFCCC, 1998).

Uma decisão importante no Protocolo de Quioto em relação aos países em desenvolvimento (não Anexo I) foi a definição do MDL, fruto de uma iniciativa brasileira, como pode ser observado na fala do Chefe da Divisão da Mudança do Clima do Itamaraty:

A gente sempre fez a nossa visão ser vista, o MDL, por exemplo, é um mecanismo que foi desenvolvido, a gente propôs um fundo, mas com a negociação a gente evoluiu pra isso, nós e Estados Unidos basicamente, desenhamos o que é o MDL (Entrevistado 23).

Esse depoimento vai ao encontro do que é relatado por Viola (2004). De acordo com o autor, a proposta do MDL, que havia sido originalmente chamada de Fundo de Desenvolvimento Limpo (FDL), foi inicialmente criticada pelos países desenvolvidos. Contudo, ainda em 1997, juntamente com os Estados Unidos, o Brasil modificou a proposta, que passou a ser chamada MDL, e abria a possibilidade dos países desenvolvidos cumprirem parte de suas metas de redução de emissão por meio do financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável nos países



emergentes e pobres. Isso fez também com que o Brasil aceitasse a proposta de mecanismos flexibilizadores de mercado para complementar os compromissos dos países desenvolvidos. Para o Brasil, o MDL se tratava de um projeto interessante, já que aproveitava um grande potencial para produção de energia limpa, e possibilitava que o país desempenhasse um papel importante no contexto ambiental internacional (VIDAL, 2003).

O Protocolo entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após a ratificação, de no mínimo, 55% do total de países-membros da Convenção, os quais eram responsáveis por, pelo menos, 55% do total das emissões de 1990. A partir desse momento, as COPs passam a contemplar também as Reuniões das Partes do Protocolo de Quioto (MOP)³.

Diferentemente do que se apresentava no início das discussões da agenda climática, o Brasil assumiu, durante as negociações da COP 3, um posicionamento propositivo. De acordo com Viola (2004), a atuação do Brasil nas negociações do Protocolo de Quioto foi orientada segundo quatro dimensões principais: a) afirmação do direito ao desenvolvimento como um componente da ordem mundial, dando continuidade à política externa do país; b) promoção da visão do desenvolvimento associado à sustentabilidade ambiental, em correspondência ao crescimento da consciência ambiental e tradução em políticas públicas nacionais e estaduais no Brasil; c) promoção de uma posição de liderança brasileira no mundo, em correspondência ao crescimento do prestígio internacional durante o governo Fernando Henrique Cardoso; e, d) confirmação de que o uso das florestas não fosse objeto de regulação internacional, não correndo risco de questionamentos em relação ao uso econômico da Amazônia (VIOLA, 2004).

A alteração no posicionamento brasileiro da primeira COP até a COP 3, envolve uma tradução dos interesses do país através da articulação de atores com objetivos comuns. O Brasil busca na sua condição de país em desenvolvimento,

³ Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol (CMP).



utilizada anteriormente para justificar o posicionamento de veto, elementos que traduzissem uma proposta contemplando seus interesses. Em outras palavras, transformou seu posicionamento nas negociações internacionais pois visualizou a oportunidade de ser financiado por países desenvolvidos no âmbito da agenda climática.

Internamente, o Brasil apresenta uma repercussão institucional da governança climática antes da ratificação do Protocolo de Quioto. Em 1999 é criada a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, através do Decreto de 7/07/1999. Composta por representantes de 11 Ministérios, a Comissão tinha o papel de articular as ações do governo decorrentes da Convenção do Clima, emitindo pareceres, fornecendo subsídios às posições do Governo nas negociações, apreciando pareceres de projetos, dentre outras atribuições (BRASIL, 1999).

De acordo com Viola (2004), um elemento importante visualizado a partir de 2000, foi a ampliação da arena de discussão climática no país, contemplando uma participação mais ativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, de alguns governos estaduais da Amazônia e várias ONGs. Em junho de 2000 foi criado o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, reunindo diversos atores, o que significava a criação de uma arena propícia para a formação do posicionamento brasileiro, bem como, a internalização do regime climático dentro do país.

A criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, atualmente chamado Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), tem como objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade e contribuir para as discussões relacionadas às mudanças climáticas, vinculadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e acordos internacionais (BRASIL, 2017). Trazer a sociedade civil para discutir a agenda climática brasileira demonstra que o Estado não é um ator unitário nesse processo, e que o país busca



a conciliação de interesses advindos das diversas escalas de tomada de decisão (BIERMANN; PATTERBERG; ZELLI, 2010).

De acordo com o ex-consultor do agora extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (entrevistado 1), o período de 2004 a 2007, quando a Marina Silva estava no MMA, foi significativo para apresentar as ações brasileiras no contexto internacional. O entrevistado explica:

Um marcador nessa coisa do clima, de modo geral, é a ação que foi feita entre 2004 até 2007, que é a época da Marina no Ministério do Meio Ambiente, que fez aquelas ações que foram mais ou menos legitimadas por uma parte do Governo e que conseguiram dar uma estancada na coisa do desmatamento na Amazônia. Então isso foi o primeiro elemento que deu a cara pra fora do Brasil [...] esse foi o elemento que marcou o Brasil pra fora e começou a se colocar como um agente importante na questão do meio ambiente, na agenda ambiental, na agenda das mudanças climáticas (Entrevistado 1).

No ano de 2007, outra repercussão institucional da governança climática no Brasil foi a criação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), através do Decreto nº 6.263, composto por representantes de vários Ministérios, sob a coordenação da Casa Civil. Em caráter permanente, o Comitê foi criado para orientar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, propor ações prioritárias no curto prazo, apoiar a articulação internacional necessária à execução de ações conjuntas, promover a disseminação do Plano Nacional Sobre Mudança do Clima, propor a revisão periódica do plano, identificar fontes de recursos, dentre outras atribuições (BRASIL, 2007).

Essa ação brasileira vinha alinhada a um protagonismo externo, que deveria ser reforçado no evento de construção do novo acordo climático global, que viria a substituir o Protocolo de Quioto. Considerando que esse processo de discussão havia iniciado em 2007, com o Plano de Ação de Bali (COP 13), havia expectativa em relação a COP 15. Com isso, a Conferência de Copenhague (COP 15), realizada em 2009, reuniu o maior público da história das conferências, contando com a



presença de aproximadamente 40.000 pessoas representantes de governos, ONGs, imprensa, dentre outros, e cerca de 115 líderes mundiais.

De acordo com Souza e Corazza (2017) e Viola (2010), em 2009 alguns países se aproximam, formando um novo conjunto de forças na agenda climática, o que pode ter sido influenciado por um novo contexto de relações sul-sul. Sob a égide da discussão de ampliação das responsabilidades dos países emergentes, toma forma o bloco BASIC, integrado pelo Brasil, África do Sul, Índia e China, países que apresentavam taxas de crescimento importantes no período. Segundo o representante do Itamaraty (entrevistado 23), as reuniões entre os países que compõem o BASIC ocorrem a cada seis meses, onde é repassada a agenda de negociação e são alinhadas e compartilhadas algumas visões em relação ao regime do clima. O grupo faz pronunciamentos conjuntos na COP, compartilhando sua posição nas negociações.

Ao contrário das expectativas criadas, a COP 15 não obteve o sucesso que se esperava. A conferência consolidou o tema climático nas agendas pública, corporativa e da sociedade civil, mas não conseguiu atingir o seu principal objetivo: construir um acordo global entre os países para reduzir as emissões após 2012 (UNFCCC, 2009).

Em relação ao Brasil, a preparação para a COP 15 deu celeridade a proposta que tramitava desde 2008 na Câmara dos Deputados, elaborada por Sarney Filho (PV-MA), instituindo a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Durante o evento da COP 15, o governo brasileiro divulgou o compromisso voluntário de redução entre 36,1% e 38,9% das emissões de GEE, projetadas para 2020 (BRASIL, MAPA, 2012).

O Brasil traduz do contexto internacional um momento importante, estratégico, para se destacar no acordo climático. De acordo com o coordenador do Plano ABC nacional (entrevistado 7), a COP 15 foi o momento de o Brasil consolidar o seu protagonismo em relação às questões ambientais. O país fez isso assumindo metas



voluntárias, consideradas ambiciosas pelos entrevistados, passando a ser obrigatório internamente no país, após a publicação da lei.

O Brasil já vinha se despontando sempre, em questões ambientais como um protagonista em ideias inovadoras, então na COP 15, realmente o Brasil confirmou esse protagonismo de estar apresentando realmente, um desafio global, voluntário, e isso acho que foi o grande aspecto, ele não era obrigado, mas mesmo assim ele gerou um compromisso, e além disso, um compromisso que era internacionalmente voluntário, passou a ser nacionalmente obrigatório, porque com a publicação da lei, isso se tornou obrigatório, reforçou mais ainda esse aspecto do protagonismo do Brasil em termos de oferecer isso, calçado em algo que não é novo pra nós, é algo que a gente vem trabalhando há muito tempo (Entrevistado 7).

É possível observar que o Brasil buscou se projetar no cenário internacional como um país que se sensibiliza com as questões ambientais e climáticas, mobilizando atores e discursos que contemplem seus interesses internos, como, por exemplo, embasar a redução de emissões a partir de atividades amplamente conhecidas e desenvolvidas no país. Para isso, teve repercussões institucionais internas que serão apresentadas na próxima seção.

4. Novas metas e perspectivas em relação às mudanças climáticas: o período da COP 15 até a COP 21

No terceiro período considerado nesse trabalho foram exploradas questões relacionadas às mudanças climáticas a partir da COP 15, bem como os resultados da mobilização para esse evento. No Brasil, importantes repercussões institucionais ocorreram nesse período em decorrência da agenda climática, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Repercussões institucionais no Brasil no período de 2009 a 2016.

Ano	Repercussões institucionais	Documento oficial
2009	Fundo Nacional sobre Mudança do	Lei nº 12.114, de 9 de dezembro



	Clima	de2009
2009	Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas	Portaria Interministerial MCT/MMA nº 356, de 25 de setembro de 2009
2009	Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)	Lei nº 12.187, DE 29 de dezembro de 2009
2012	Plano ABC	Documento do Plano
2015	Comissão Nacional para REDD+	Decreto no 8.576, de 26 de novembro de 2015
2016	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)	Portaria nº 150 de 10 de maio de 2016

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

De acordo com a entrevistada 25, além de ter visualizado esse momento como estratégico para demonstrar seu protagonismo na arena climática, essa mobilização seria resposta a uma demanda externa, demanda esta, que fez com que internamente o Brasil também fosse cobrado em relação às pautas do clima.

Em 2009, eu acho que foi a junção de... foi uma demanda externa que meio que fez com que a demanda interna surgisse, é isso. Pressão nacional, cobrança pelas grandes taxas de desmatamento dos últimos anos enfrentados pelo país, então... acho que foi uma oportunidade que foi identificada pelos empreendedores políticos, pelos atores políticos na época, que viram as demandas internacionais junto à convenção como possível espaço para o desenvolvimento de iniciativas que seriam favoráveis ao país (Entrevistada 25).

De acordo com o consultor da SEAD (entrevistado 16), o Brasil era pressionado principalmente em relação ao desmatamento da Amazônia, e precisava demonstrar uma pró-atividade para resolução desse problema: *“Existe uma pressão internacional sobre o desmatamento da Amazônia, e nós estamos sendo cobrados por isso [...] a posição na época, acho que do Presidente Lula, sempre foi muito mais da construção de uma agenda internacional”*. A entrevistada 25 explica que já existia um contexto nacional favorável para que o Brasil abraçasse a questão climática, pois já desenvolvia iniciativas voltadas ao uso da terra, ao desmatamento. Destacando,



nesse contexto, o papel desenvolvido por Marina Silva como ministra do meio ambiente, de 2003 a 2008.

Nesse contexto que surgiu o marco da política climática no Brasil. O projeto de lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) foi aprovado em 27 de outubro de 2009 pela Câmara dos Deputados, e transformada na Lei Ordinária 12.187, em 29 de dezembro do mesmo ano. Essa política pode ser considerada um marco na discussão sobre mudanças climáticas no Brasil, além disso, uma proposta de ação sólida, com objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos.

Entre as 13 diretrizes presentes no documento, se destacam os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e demais documentos sobre mudança do clima, dos quais o país vier a ser signatário; o estímulo a todas as esferas governamentais no desenvolvimento e execução de políticas, planos, programas e ações relacionadas à mudança do clima; a promoção da cooperação internacional no âmbito bilateral, regional e multilateral no desenvolvimento de ações de mitigação e adaptação (BRASIL, 2009a).

Também no ano de 2009, foram criados o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima tem a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que buscam a mitigação ou adaptação à mudança do clima e seus efeitos (BRASIL, 2009b).

Outra grande repercussão institucional da tradução da agenda climática no Brasil foi a criação do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, que se espelha no IPCC e objetiva fornecer avaliações científicas sobre as mudanças climáticas no Brasil, incluindo impactos, vulnerabilidade e ações de adaptação e mitigação. Dessa forma, o painel subsidiou e continua subsidiando o processo de formulação de



políticas públicas e tomada de decisão para o enfrentamento das mudanças climáticas (BRASIL, 2009c).

A assinatura do decreto regulamentador da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010⁴) pelo Presidente Lula, estabelecendo metas específicas para cinco setores, foi anunciado na COP 16, junto da Segunda Comunicação à UNFCCC, contendo o inventário de emissões do país entre 1994 e 2000. Ainda nesse evento, o Brasil apresentou ainda números no combate ao desmatamento, que já correspondia a 67% da meta de 80% estabelecida para 2020 (UNFCCC, 2010).

Em 2012, vinte anos depois da Rio 92, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O documento final da conferência, intitulado “O futuro que queremos”, apontou a pobreza como o maior desafio a ser combatido, sendo esse um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Na parte destinada à mudança climática, o documento reconhece que a mesma é um dos maiores desafios do presente, onde países em desenvolvimento se mostram vulneráveis aos impactos adversos das alterações climáticas, já experimentando efeitos dos eventos climáticos extremos, ameaçando ainda mais a segurança alimentar e comprometendo os esforços para erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido reconhecem a importância de acordos climáticos globais firmados, e convidam as Partes da UNFCCC e aquelas do Protocolo de Quioto a cumprirem plenamente seus compromissos (ONU, 2012).

No contexto internacional, o próximo evento de importância foi a COP-21 e MOP 11, que ocorreu em Paris, na França, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015. Essa conferência deu origem ao Acordo de Paris, aprovado por representantes de 195 países, e destinado a substituir o Protocolo de Quioto em 2020. O acordo de Paris teve como principal objetivo manter o aumento da

⁴ Revogado pelo Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018.



temperatura média mundial abaixo de 2°C, meta que havia sido definida em Copenhague, no ano de 2009. Contudo, o acordo menciona que se devem reunir esforços para limitar o aumento a 1,5 °C, em relação aos níveis pré-industriais, visto que nações que estão ameaçadas pela elevação do nível do mar, já sentiriam os efeitos com esse aumento de temperatura.

No documento os 29 artigos reforçam os compromissos já assumidos, e criam um mecanismo de revisão dos compromissos voluntários dos países, de cinco em cinco anos. O documento define também que os países desenvolvidos deverão investir, no mínimo, 100 bilhões de dólares por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação às mudanças climáticas em países em desenvolvimento, levando em consideração as necessidades e prioridades desses. Uma novidade é a possibilidade de financiamento entre eles próprios, a chamada “cooperação Sul-Sul”, ampliando a base de financiadores dos projetos.

Os países devem registrar e divulgar suas atividades de proteção do clima, assim como sobre a emissão de GEE. Embora o Acordo de Paris tenha validade legal, após a ratificação de pelo menos 55 nações, que somem, no mínimo, 55% de todas as emissões globais, não foi previsto no documento nenhuma sanção aos países que não cumpram os compromissos estabelecidos (UNFCCC, 2015).

Com a ratificação de aproximadamente 92 dos 195 países que aceitaram o acordo climático global estabelecido em 2015, o Acordo de Paris entrou em vigor no dia 04 de novembro de 2016, três dias antes da COP 22. Diferentemente do Protocolo de Quioto que demorou quase oito anos, o Acordo de Paris levou menos de um ano para entrar em vigor, o que pode ter sido impulsionado pela ratificação do acordo pelos Estados Unidos e China, em setembro de 2016, e uma maior aceitação do processo de mudança climática mundial. Outra diferença em relação ao Protocolo de Quioto, é que a partir do Acordo de Paris, todos os signatários precisam indicar metas de redução e enfrentamento às mudanças climáticas. O Acordo de Paris representa um momento importante da governança global do clima, com o



amadurecimento em relação ao processo do acordo climático anterior, o Protocolo de Quioto, e uma rearticulação que buscou estimular todos os países a incorporarem a agenda climática, independente do seu nível de desenvolvimento.

Ainda em 2015, no contexto brasileiro é criada a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+, através do Decreto no 8.576, de 26 de novembro de 2015⁵. Essa Comissão é formada pelos Ministérios do Meio Ambiente, que a preside; da Casa Civil da Presidência da República; da Fazenda; das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Desenvolvimento Agrário; da Secretaria de Governo da Presidência da República; por representantes de governos estaduais; um representante dos municípios e dois representantes da sociedade civil organizada. O principal objetivo dessa instância é coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil, podendo instituir Câmaras Consultivas Temáticas para subsidiar seus trabalhos (BRASIL, 2015).

De acordo com o ex-consultor do MDA (entrevistado 1) e o consultor da SEAD (entrevistado 16), o Brasil estava assumindo compromissos e desenvolvendo ações voltadas para a mitigação, e que muito pouco tem se feito em relação à adaptação. De acordo com um dos entrevistados, quando foi percebido que a adaptação não estava presente nos planos setoriais, optou-se pela criação de um plano nacional de adaptação, que contemplasse todos os setores.

Quando a gente terminou o plano a gente, tá, legal, mas e a adaptação, como é que fica essa história toda [...] de adaptação tem que ser uma coisa global também, só adaptação da agricultura, e aí se decidiu também que seria feito um plano de adaptação que fosse uma coisa maior, global (Entrevistado 16).

⁵ Revogado pelo Decreto nº 10.144, de 2019.



O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) é geral, envolvendo as ações de adaptação dos diversos setores brasileiros. O PNA foi divulgado no ano de 2016, através da Portaria nº 150 de 10 de maio de 2016 (BRASIL, 2016).

Ainda em 2016, mais especificamente em 12 de setembro, o processo de ratificação do Acordo de Paris foi concluído no Brasil, tornando as metas brasileiras como compromissos oficiais. As *Intended Nationally Determined Contributions (INDCs)*, em português traduzida como Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas, abreviada pela sigla NDC, compromete o Brasil a reduzir as emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa de redução de GEE em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para 18% até 2030, zerar o desmatamento ilegal na Amazônia, e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030 (BRASIL, 2016).

Mesmo sendo destacados diversos avanços em relação à temática das mudanças climáticas no Brasil, há preocupação com a continuidade dessa agenda de acordo com a entrevistada 8. A mesma ressalta que o Brasil vive um momento delicado politicamente, e que a evolução dessa agenda é preocupante nesse contexto. A entrevistada faz alusão ao Plano ABC em sua reflexão sobre o momento: *“o que ele está tentando mudar foi ladeira abaixo com esse governo aí. Está tudo sendo revertido, inclusive uma série de medidas extremamente preocupantes [...] eu acho que está um quadro quase catastrófico.”*

A reflexão da entrevistada em 2018, vem se mostrando cada dia mais real e fatídica, com os dados do aumento do desmatamento, o negacionismo climático, o desmonte de legislações protetivas, a recriminação internacional do Brasil, e tantos



outros elementos resultantes da atuação de um governo que vai “passando a boiada” em relação à agenda climática e ambiental (RITTLL, 2019; INPE, 2020; MIGUEL, 2020).

O que se coloca é um panorama de incertezas em relação ao futuro que é dependente dessa agenda. A grande questão é que na década de 1970, o Brasil apresentava com posicionamento de Estado-veto em relação à agenda climática e ambiental, embasado na justificativa de que não era responsável pelo aquecimento global e que não poderia “trocar fumaça por árvores” devido ao plano de “desenvolvimento” adotado. Desde que essa narrativa foi ultrapassada, a agenda climática e ambiental ganhou espaço no Brasil, estando sempre em consonância com a agenda internacional. Mas o que se apresenta no momento, pode ser considerado um posicionamento de Estado-veto? Se observa um posicionamento negacionista, que desacredita a ciência, difunde suas próprias “verdades” e enquanto isso, “deixa a boiada passar”.

5. Considerações sobre o capítulo: a trajetória da agenda climática

A partir do exposto nesse capítulo, buscando resgatar a trajetória da agenda climática no contexto internacional e destacar o posicionamento brasileiro nesse contexto, é possível observar a transformação da agenda e a dinamicidade do Brasil nesse processo. A governança global do clima que inicia em 1972 enfrentou inicialmente o ceticismo em relação ao aquecimento global, bem como a resistência de países em desenvolvimento, como o Brasil. Com o passar do tempo e a mobilização de comunidades epistêmicas, o aquecimento deixa de ser visto como dúvida pela maioria dos atores e é encarado como um problema comum a ser enfrentado pelos países. Envolto de uma série de conflitos, diferentes atores são



mobilizados nesse processo, formam-se blocos de negociação, os países buscam seus pares para tentar conciliar as pressões internas com o avanço da pauta climática no contexto das COPs.

No contexto nacional é possível observar que, desde a década de 70, o Brasil vem se tornando mais propositivo na agenda climática. Tendo a atuação importante do Itamaraty, o país buscou ser destaque nos blocos de negociação e adequar as demandas internacionais do clima aos seus interesses. Os atores brasileiros acreditavam que as conferências seriam plataformas de projeção internacional, trabalhando por muitos anos na perspectiva do combate ao desmatamento, como um país em desenvolvimento que estava preocupado como meio ambiente. Um momento importante nessa trajetória foi o período anterior à COP 15 até 2016, com o lançamento do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. Os atores brasileiros, considerando a sensibilidade para a temática pela Presidência da República e outros atores de importância, traduziram antecipadamente o momento mais adequado para lançar suas principais ações em relação à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Sendo essa uma agenda dependente de atores e disputas de poder, seja internacionalmente ou no contexto doméstico, os avanços observados até então podem estar comprometidos.

6. Referências bibliográficas

BIERMANN, F.; PATTBERG, P.; ZELLI, F. Global Climate Governance Beyond 2012 an introduction. In: BIERMANN, F.; PATTBERG, P.; ZELLI, F. (ed.). **Global Climate Governance Beyond 2012**. Architecture, Agency and Adaptation. Cambridge University Press. 2010. Disponível em: http://portal.research.lu.se/portal/files/36136877/Intro_p1_12.pdf. Acesso em: fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)**. Brasília, 2012.



BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 7 de julho de 1999**. Cria a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, com a finalidade de articular as ações de governo nessa área. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/Dnn07-07-99-2.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007**. Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6263.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Acordo de Copenhague**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0211/211699.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial nº 369, de 15 de Outubro de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/images/portarias/portaria_n369_09_nomeia_presidentes. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima**. Estratégias Setoriais e Temáticas - Volume II. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/LIVRO_PNA_Plano%20Nacional_V2_copy_copy.pdf. Acesso em 20 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.082, de 26 de junho de 2017**. Institui o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2017/Decreto/D9082.htm#art14. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, F. V. de. **A posição brasileira nas negociações internacionais sobre floresta e clima (1997 – 2010): Do Veto à Proposição**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2010. 222p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8449>. Acesso em: 05. Abr. 2021.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal**, 2020. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465. Acesso em: 08 abr. 2021.



MIGUEL, J. Negacionismo climático no Brasil. **Revista de divulgação científica Coletiva**. ISSN 2179-1287, 2020. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63374256/Negacionismo_Climatico_no_Brasil_Revista_Coletiva. Acesso em: 08 abr. 2021.

OLIVEIRA, L. D. de. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD - 1992 (ECO-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 43 – 56, 2011. Disponível em:

<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/21/21>. Acesso em: 05 mar. 2021.

RITTL, C. **A insustentável agenda ambiental do presidente**. Observatório do Clima, 2019. Disponível em:

<https://www.oc.eco.br/insustentavel-agenda-ambiental-presidente/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

RISSATO, D.; SPRICIGO, B. A política ambiental no Brasil no período de 1970-1999. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Paraná, v. 9, n. 16, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/3485>.

Acesso em: 25 mar. 2021.

ROSENAU, J. N. Governança, ordem e transformação na política mundial.

In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (org). **Governança sem governo, ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora UnB. 2000.

SOARES, T de J.; HIGUCHI, N. A convenção do clima e a legislação brasileira pertinente, com ênfase para a legislação ambiental no Amazonas. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 36, n. 4, p. 573 – 580, 2006.

SOUSA, A. C. A. de. **A evolução da política ambiental no Brasil do Século XX**. Rio de Janeiro, [sd]. Disponível em:

http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE – UNFCCC. **Informe De La Conferencia De Las Partes Sobre Su Cuartoperíodo De Sesiones, Celebrado En Buenos Aires del 2 Al 14 De Noviembre De 1998**.

Buenos Aires, 1998a. Disponível em:

<http://unfccc.int/resource/docs/spanish/cop4/cp416s.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE – UNFCCC. **Informe De La Conferencia De Las Partes Sobre Su 15º Período De Sesiones, Celebrado En Copenhague Del 7 Al 19 De Diciembre De 2009**.



Copenhague, 2009a. Disponível em:

<http://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/spa/11s.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE –
UNFCCC. **Informe De La Conferencia De Las Partes Sobre Su 16º Período De
Sesiones, Celebrado En Cancún Del 29 De Noviembre al 10 De Diciembre De
2010**. Cancún, 2010. Disponível em:

<http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/spa/07s.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE –
UNFCCC. **Informe De La Conferencia De Las Partes Sobre Su 21er Período De
Sesiones, Celebrado En París Del 30 De Noviembre Al 13 De Diciembre De
2015**. Paris, 2015. Disponível em:

<http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/spa/10s.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021..

VIDAL, J.W.B. A posição do Brasil frente ao novo ambiente mundial. **Revista Eco
21**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 75, 2003. Disponível em:

<http://www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: 7 mar. 2021.

VIOLA, E. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista
Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, 2002.

VIOLA, E. A dinâmica das potências climáticas e o Acordo de Copenhague. **Boletim
da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Brasília, edição especial, p.
16-24, 2010. Disponível em:

[http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/boletim_ecoeco/Boletim_Ecoeco_n0
23_24.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/boletim_ecoeco/Boletim_Ecoeco_n023_24.pdf). Acesso em: 25 mar. 2021.



Amazônia: fronteira agrícola e fronteira socioambiental - tensões territoriais em curso

Gabriel Domingues - Universidade de Brasília

Sérgio Sauer - Universidade de Brasília

Resumo

Este trabalho aborda a problemática acerca da formação da fronteira agroextrativista e da fronteira socioambiental na Amazônia brasileira. Observa-se, nos últimos anos, um aumento do desmatamento na região relacionado ao avanço das atividades ligadas à pecuária extensiva, grandes lavouras de soja, extração mineral e produção de hidroeletricidade. Por outro lado, a região apresenta um mosaico de áreas protegidas associado a uma rede de atores sociais como organizações comunitárias, organizações não governamentais, instituições de pesquisas, órgãos ambientais, organismos multilaterais, dentre outros que conformam o que chamamos aqui de fronteira socioambiental. O objetivo principal desse trabalho é analisar como se dá a formação da fronteira agroextrativista e da fronteira socioambiental na Amazônia, abrindo caminhos para análises posteriores dos tensionamentos territoriais resultantes e suas relações com a mudança no uso da terra e com o aumento do desmatamento na região. Dessa maneira, partimos aqui da hipótese de que há duas concepções de desenvolvimento distintas, excludentes entre si, onde atores sociais diversos, atuando em diferentes escalas, se colocam em disputa pela apropriação do território na região estudada. Esses dois projetos são representados de um lado pela fronteira agroextrativista, associada ao vetor tecnoindustrial, e de outro lado pela fronteira socioambiental, associada ao vetor tecnocológico, da forma como será detalhada no trabalho.

Palavras-chave: Amazônia, fronteira agroextrativista, fronteira socioambiental



Introdução

Este trabalho aborda a problemática entorno do avanço da fronteira agroextrativista na Amazônia brasileira, em particular na região do Sudoeste do Pará. Observa-se, nos últimos anos, um aumento do desmatamento na região relacionado ao avanço das atividades ligadas à pecuária extensiva, grandes lavouras de soja, extração mineral e produção de hidroeletricidade. Por outro lado, a região apresenta um mosaico de áreas protegidas associado a uma rede de atores sociais como organizações comunitárias, organizações não governamentais, instituições de pesquisas, órgãos ambientais, organismos multilaterais, dentre outros que conformam o que chamamos aqui de fronteira socioambiental.

O objetivo principal deste trabalho é analisar como se dá a formação da fronteira agroextrativista e da fronteira socioambiental na Amazônia, abrindo caminhos para análises posteriores dos tensionamentos territoriais resultantes e suas relações com a mudança no uso da terra e com o aumento do desmatamento na região.

Neste trabalho, a noção de fronteira será assumida como um espaço em construção, onde diversos atores sociais, atuando em diferentes escalas, disputam a consolidação do território, a partir de projetos políticos distintos. Nesse contexto, a abordagem dos vetores de transformação regional (BECKER, 1986; 1990; 1999; 2009b; 2009c; 2010) permitirá a construção de uma análise capaz de abarcar aspectos da realidade amazônica que, por sua complexidade, são comumente menosprezados ou negligenciados na literatura sobre o tema, e que serão detalhados a seguir.

Um primeiro aspecto refere-se à noção de região como importante balizador das relações entre o território, o Estado e a economia globalizada. Conforme propôs Becker (1990), tomar a região como um poder territorial significa entender que esta reúne a combinação dos diferentes atores que concorrem para a formação do



território. O processo de regionalização pode ser entendido, dessa forma, a partir da superposição das grandes redes e territórios impostos pelo Estado (malha técnico-política) e do espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira, definindo também seus territórios (malha sócio-política).

Um segundo aspecto importante da abordagem aqui adotada é que, diferente do que comumente vemos na literatura, ela nos permite situar a fronteira agrícola em conjunto com as fronteiras mineral e energética, dentro de um mesmo vetor de transformação regional. Esse é um elemento importante, uma vez que, em que pese as divergências entre os diferentes atores envolvidos, a reconfiguração do território amazônico (possibilitada pela implantação de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos) viabiliza de forma integrada as frentes da agricultura, da mineração e da energia (hidrelétrica, petróleo e gás).

Um terceiro aspecto importante trazido pela abordagem aqui proposta é a possibilidade de trabalhar de forma conjunta os projetos conservacionistas e preservacionistas, dentro de um mesmo vetor de transformação regional. São comuns os trabalhos que partem da oposição de categorias como territórios tradicionais x unidades de conservação, povos amazônicos x ambientalismo, conhecimento tradicional x bioprospecção.

Com razão, esses trabalhos buscam ressaltar o conflito de interesses e a divergência dos projetos envolvendo essas categorias, especialmente porque, na maioria dos casos, existe uma necessidade clara de se defender os direitos das diferentes comunidades ao seu território e à manutenção de seus saberes e práticas tradicionais, frente à intervenção do Estado em favor do interesse de ONGs e grandes empresas estrangeiras.

Num cenário, porém, de contínuo desmonte das políticas ambientais, associado à ampliação do poder político dos setores mais conservadores do agronegócio no



Governo Federal, as convergências entre as correntes preservacionistas e conservacionistas são realçadas. Face à necessidade de se contrapor à frente da agropecuária mecanizada, que ameaça a integridade dos territórios e a continuidade dos projetos ligados à área socioambiental, tende-se à formação de uma coalização de diferentes atores situados no campo socioambiental.

Dessa maneira, partimos aqui da hipótese de que há duas concepções de desenvolvimento distintas, excludentes entre si, onde atores sociais diversos, atuando em diferentes escalas, se colocam em disputa pela apropriação do território na região estudada. Esses dois projetos são representados de um lado pela fronteira agroextrativista, associada ao vetor tecnoindustrial, e de outro lado pela fronteira socioambiental, associada ao vetor tecnocológico, da forma como será detalhada no trabalho.

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia, associada às fronteiras mineral e energética, conformam o que Becker (1999) chamou de Vetor Tecnoindustrial (VTI). Via de regra, tal vetor é de orientação exógena e comandado por agentes externos ao território. Tem como perspectiva a inserção da região aos mercados, em uma escala global.

Por outro lado, aglutinando projetos de cunho conservacionista e preservacionista, configura-se uma fronteira socioambiental que atua sob o paradigma ecológico da “floresta em pé”, tendo como princípio a manutenção das áreas de floresta¹. Tais projetos conformam, na proposição de Becker (1999), o Vetor Tecnocológico (VTE) que, em parte, é de orientação endógena. As escalas local e regional são privilegiadas e os grupos sociais amazônidas são os principais sujeitos das mudanças propostas.

¹ O que não exclui desmatamentos pontuais para o manejo de roçados e pastagens em pequena escala.



O vetor tecnocológico distingue projetos conservacionistas e preservacionistas. Os projetos preservacionistas, mais voltados para a projeção da região no cenário internacional, acomodam interesses de grupos e organizações ambientalistas, bem como de organizações e empresas ligadas ao desenvolvimento da biotecnologia. Os projetos conservacionistas, esses sim de caráter mais endógeno, acomodam experiências associadas à “biossociodiversidade” da Amazônia e incluem, tanto a formação de novas territorialidades (resistentes aos processos de expropriação em curso), quanto a formação de novas estruturas sociais, políticas e produtivas. Estas gestadas a partir da associação dos grupos sociais locais com parceiros diversos, tais como sindicatos, associações, entidades religiosas, ONGs, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e organismos multilaterais (BECKER, 1999).

A partir dessa proposição, os principais atores sociais envolvidos em ambos os vetores de transformação regional serão abordados a partir do seguinte modelo de análise:

Quadro 1 – Atributos da Fronteira agroextrativista e da fronteira socioambiental.

Fronteira	Agroextrativista	Socioambiental	
Paradigma	Desmatamento/Extração destrutiva Expropriação das comunidades locais	“Floresta em pé” Fortalecimentos dos territórios	
Vetor de transformação regional	Vetor Tecnoindustrial (VTI)	Vetor Tecnocológico (VTE)	
Subdivisões Principais	Agropecuária, mineração, energia hidrelétrica	Preservacionista	Conservacionista
Escala de comando	Global	Global/Regional	Regional/Local
Orientação	Exógena	Exógena/Endógena	Endógena
Projetos	Estradas, portos, barragens, usinas, linhas de transmissão, minas, extensas áreas de monocultivo.	Pesquisa, bioprospecção, unidades de conservação de proteção integral.	Manejo florestal e pesqueiro, cadeias produtivas do agroextrativismo, produção agroecológica,



			unidades de conservação de uso sustentável, terras indígenas, territórios quilombolas, demais territórios de uso coletivo.
Atores sociais	Grandes produtores rurais e empresas multinacionais.	Instituições de pesquisa, empresas multinacionais e ONGs ambientalistas.	Lideranças e organizações representativas dos grupos sociais locais, associações comunitárias e cooperativas.
Principais Parceiros	Governos Federal, estaduais e municipais, organismos multilaterais e instituições financeiras.	Governos Federal e estaduais e instituições financeiras.	Sindicatos, entidades religiosas, ONGs, instituições de pesquisa, organismos multilaterais, governos Federal e estaduais.

A formação da fronteira agroextrativista

No Brasil, o desenvolvimento capitalista é caracterizado pela formação de um mosaico de economias locais e regionais, a partir de movimentos cíclicos regionalizados marcados pela apropriação territorial itinerante e pela dinâmica da fronteira em movimento. A uma cúpula política mercantil territorial, assentada no controle inabalável da propriedade fundiária, foi possível o desenvolvimento de atividades produtivas itinerantes tais como a agricultura, a extração mineral e a apropriação privada perene do território, tendo à disposição abundantes terras, força de trabalho, recursos naturais, infraestrutura estatal e subsídios públicos (BRANDÃO, 2010). Esse movimento – marcadamente de expansão, exploração e apropriação – e a combinação de atividades caracterizam a fronteira agroextrativista (SAUER e OLIVEIRA, 2021).

A dinâmica de expansão conflituosa da fronteira agroextrativista ganha novos impulsos a partir das décadas de 1940 e 1950, que alguns fazem uma analogia com uma “marcha para o oeste” no Brasil (BECKER, 2009a). Segundo Moreira (2011), a ação estruturadora do Estado é reforçada no sentido de estabelecer uma divisão



territorial do trabalho e das trocas entre a agricultura e a indústria, incentivando a expansão da fronteira para a Amazônia.

Tal arranjo estruturador estatal é feito acompanhando a forma diversificada com que se dá o processo de acumulação primitiva² nas diferentes regiões do país: avançada no centro-sul, calcada no subsídio à elite cafeicultora e na produção diversificada das colônias de imigrantes; precária no nordeste, baseada na monopolização de terras, na substituição dos engenhos de cana pela usina no litoral e na articulação da indústria têxtil do algodão com as fazendas de gado no agreste. Na região amazônica, segundo Moreira (2011) a acumulação primitiva é inviabilizada, especialmente dada à forma pulverizada com que se dá a repartição do sobretabalho do seringueiro ao longo dos elos intermediários da cadeia da borracha, estabelecidos no sistema de aviamento (MOREIRA, 2011).

A modernização agrícola, com base na revolução verde, a partir da década de 1970, se desloca da região centro-sul, para o centro-oeste (e posteriormente norte do país), subindo do Mato Grosso do Sul para o Planalto Central, aonde chega na forma da pecuária extensiva e das monoculturas alternadas de soja, cana e arroz. A agricultura extensiva e monocultora aliou-se, mais recentemente, à criação de aves e à monocultura de milho (MOREIRA, 2011).

Assim, a agricultura e a indústria se encontram no miolo do espaço nacional e passam a promover um intenso uso tecnológico do solo que é viabilizado por três componentes espaciais: a fronteira em movimento, a exemplo da *Plantation*³; o

² Pereira (2019) enfatiza a definição de *acumulação primitiva* como sendo o processo de separação do trabalhador do meio de produção, em especial a terra, dando origem ao capitalismo propriamente dito. Conforme ressalta o autor, é um processo que remete ao século XVI, mas que foi recriado posteriormente, “agora não mais com o objetivo de dar a origem ao modo de produção capitalista, mas sim de garantir a sua reprodução e acumulação em outros momentos históricos” (PEREIRA, 2019, p.9).

³ *Plantation* é a produção agrícola em larga escala, monocultura, com base no trabalho escravo, no domínio (propriedade privada) da terra e nas lógicas de troca mercantil. Segundo Wolford (2021, p.



crescimento demográfico contínuo, que garante a manutenção da força de trabalho necessária à reprodução do binômio monocultura-policultura; e o desenvolvimento do ramo da indústria para a agricultura, que garante a modernização acelerada da produção agrícola (MOREIRA, 2011).

Nesse quadro geral de conformação da nova divisão territorial do trabalho e das trocas entre a agricultura e a indústria e do crescimento econômico desigual, resta à Amazônia o papel de fronteira agrícola, mineral e energética. É um território com uma “posição natural” (especialmente devido à disponibilidade de terras) de zona de expansão das áreas de monoculturas estabelecidas no centro-oeste, especialmente a partir do eixo Belém-Brasília. Tal como ocorria com as áreas de cana e café na faixa da Mata Atlântica, a expansão das monoculturas no Cerrado e na Amazônia assume uma dinâmica itinerante, impulsionada pela sucessão desmatamento-arroz-pasto-gado-soja (MOREIRA, 2011), caracterizando não uma industrialização agropecuária, mas uma fronteira com atividades agroextrativas (SAUER e OLIVEIRA, 2021).

A fronteira agroextrativista se consolida pela atuação consorciada da agroindústria mecanizada com os setores mineral e energético, ora viabilizando, ora sendo viabilizada por eles. O avanço da fronteira agroextrativista vem favorecendo o aumento do desmatamento e a expropriação dos diferentes grupos sociais que originalmente habitavam o campo, a floresta e as águas. Tal processo vem gerando, por outro lado, a resistência e a mobilização desses grupos sociais no sentido de garantir o seu direito à terra e ao território (MOREIRA, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2017).

2), “A plantation impulsionou a exploração colonial, sustentou uma elite, perpetuou um dualismo centro-periferia dentro e entre os países, organizou uma força de trabalho altamente racializada em todo o mundo e moldou as culturas que consumimos e as normas culturais que habitamos e praticamos”, portanto, o mundo vive uma “plantationcene”.



No que se refere à Amazônia, a noção de fronteira deve ser cuidadosamente qualificada, especialmente porque, conforme Bunker (1988), o que se descreve como expansão da fronteira na região envolve, na verdade, o conflito entre sistemas econômicos e institucionais diversos. Longe de assumir um formato linear e progressivo, a expansão capitalista na Amazônia, dada à sua natureza agroextrativista, provoca mudanças localizadas, descontínuas e aleatórias nos sistemas ecológicos e sociais (BUNKER, 1988).

Becker (1986) propõe a interpretação da fronteira amazônica a partir da inserção do Brasil no capitalismo global, em um cenário de profundas mudanças decorrentes de novas tecnologias de produção e gestão e de novas redes de comunicação e circulação. A fronteira torna-se, então, um espaço em incorporação ao espaço global fragmentado, onde é aguçada a contradição entre os interesses gerais e os interesses privados. Ressaltam-se os conflitos entre os diferentes atores que, atuando em diferentes escalas, disputam o território para implementação de projetos políticos distintos (BECKER, 1986; MARTINS, 1996).

A formação da fronteira socioambiental

A formação da fronteira socioambiental na Amazônia se dá a partir da confluência das frentes ambientalista, socialista e indigenista. Tal confluência faz emergir um vetor tecnocológico de desenvolvimento regional que se contrapõe ao padrão devastador do vetor technoindustrial, observado na fronteira agroextrativista. O vetor tecnocológico reúne um conjunto vasto e diverso de atores que passam a reivindicar um projeto de desenvolvimento para a Amazônia baseado na conservação e uso sustentável da biodiversidade e na consolidação do território das comunidades indígenas, extrativistas e demais grupos sociais que tradicionalmente habitam os ambientes amazônicos.



Longe de ser um bloco homogêneo, a fronteira socioambiental acomoda uma diversidade de projetos políticos distintos e, em alguns casos, contraditórios. Apesar das disputas e dos tensionamentos intrínsecos ao embate entre ambientalismo, socialismo e indigenismo, a fronteira socioambiental é constituída em torno de um interesse diametralmente oposto ao da fronteira agroextrativista: o de viabilizar um projeto de desenvolvimento para a Amazônia a partir do paradigma da floresta em pé (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Conforme constata Becker (2009b), o modelo desenvolvimentista baseado nas grandes obras de infraestrutura, no subsídio aos empreendimentos agropecuários e em projetos de colonização, levado a cabo pelo Estado entre as décadas de 1950 e 1980, impõe um conjunto de mudanças estruturais à Amazônia que a levará a se tornar uma efetiva região do país.

De forma concomitante, o aumento da percepção da sociedade global em relação à problemática ambiental faz com que o tema da conservação do meio ambiente e da biodiversidade assumam um significado geopolítico, passando a influir decisivamente nas relações entre os países (ALBAGLI, 1998).

A conjugação entre crise ambiental e transformação da base técnico científica mundial corresponde, por sua vez, a uma nova forma de “politização da natureza”, expressando a coexistência e o conflito de diferentes projetos e estratégias com respeito ao meio ambiente planetário e à biodiversidade em particular. Impõe-se assim a necessidade de se “desnaturalizar o conceito de meio ambiente”, superando uma “noção exclusivamente biogeográfica do ambiente”, para tratá-lo como “resultado da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade” (ALBAGLI, 1998, p.18).

A partir da década de 1980, a Amazônia, valorizada como patrimônio natural da humanidade, torna-se foco de intensa pressão preservacionista advinda do



movimento ambientalista internacional, que ganha força a partir da década de 1970. Por outro lado, em nível nacional, esgota-se o modelo nacional-desenvolvimentista e incrementa-se a organização social na região, possibilitando a formação de movimentos de resistência de populações locais à expropriação da terra. Organizados em redes transnacionais, parceiros externos como ONGs, organizações religiosas, partidos políticos e agências de desenvolvimento viabilizam a construção de projetos alternativos, de cunho conservacionista, ligados a novos modelos de uso do território (BECKER e STENNER, 2008).

Na década de 1990, a resposta política do governo brasileiro a tais pressões se traduz na estruturação de um aparato institucional que incluiu a criação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal⁴, em 1993, e a implementação de uma política ambiental voltada à inibição do desmatamento na Amazônia, à implementação de projetos voltados à conservação da biodiversidade em parceria com agências transnacionais, como o Banco Mundial e o G7, e à criação de unidades de conservação e demarcação de terras indígenas (BECKER e STENNER, 2008; BECKER, 2009b).

Em 1996, propõe-se, no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), a formação de imensos corredores ecológicos de conservação da biodiversidade, constituídos por mosaicos de unidades de conservação, terras indígenas e reservas florestais privadas. No mesmo ano, o governo federal lança o Programa Avança Brasil que, com seus “eixos de integração e desenvolvimento”, propõe a implantação de grandes corredores de transporte e massivos investimentos em projetos de infraestrutura.

Estabelece-se então o que Becker (2009b) chamou de “incógnita do Heartland”, uma vez que políticas desarticuladas e conflitantes passam a coexistir, propondo modelos

⁴ O Ministério do Meio do Ambiente já havia sido criado em 1992, tendo sua denominação alterada para Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1993 (O ECO, 2014).



opostos de desenvolvimento para a Amazônia e tornando imprevisível o resultado da nova fase de ocupação dessa região que, sendo considerada o “coração ecológico” da Terra, passa a despertar cada vez mais a preocupação e a cobiça da comunidade internacional (BECKER e STENNER, 2008; BECKER, 2009b).

Na passagem do milênio, a economia mundial se recupera tendendo a forte expansão dos mercados para a água, energia, alimentos, fármacos, etc. Tal demanda aponta para uma grande valorização dos recursos naturais dos territórios brasileiro e amazônico. Ao mesmo tempo, a expansão da soja e a pecuária se intensificam, invadindo e destruindo a floresta. Desta feita, fazendeiros e empresas expandem seus negócios por si mesmos, sem depender do Estado, eles próprios abrindo estradas para explorar a madeira e plantar pastos e grãos. (BECKER e STENNER, 2015, p.36).

Na fronteira socioambiental, os principais instrumentos utilizados para a destinação de florestas públicas federais foram as áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas). Em menor medida cabe citar os assentamentos da reforma agrária, os territórios quilombolas e demais áreas destinadas a comunidades tradicionais. Até 2010, as áreas protegidas na Amazônia Legal somavam 219,7 milhões de hectares, correspondendo a 43,9% do território amazônico, sendo 22,2% ocupados por unidades de conservação e 21,7% ocupados por terras indígenas (VERÍSSIMO et al, 2011).

Entre os anos de 1994 e 2017 foram homologadas mais de 850 mil famílias para projetos assentamentos da reforma agrária nos estados da Amazônia Legal, face as cerca de 30 mil famílias que haviam sido homologadas até o ano de 1994 (INCRA, 2020). Até 2017, foram criados 3738 assentamentos da reforma agrária nos estados da Amazônia Legal, totalizando uma área de 77,6 milhões de hectares, com 645,6 famílias assentadas (INCRA, 2020).



Cada um desses instrumentos de ocupação do território, instituídos no âmbito de políticas ambientais e sociais, foram resultado da articulação de um conjunto de lutas e movimentos levados a cabo por atores diversos, em diferentes níveis e escalas de atuação. Tais lutas e movimentos exigiram um enfrentamento constante com os atores atuantes na fronteira agroextrativista, foram responsáveis pelo estabelecimento das mais variadas alianças e perduram até os dias de hoje, diante do recrudescimento da agenda neoliberal e do aumento da influência da elite agrária e do capital extrativo no cenário político nacional.

Entendemos que tais lutas e movimentos podem ser divididos em três frentes principais: a frente ambientalista, a frente socialista e a frente indigenista. Descreveremos resumidamente a origem e o desenvolvimento de cada uma dessas frentes, buscando entender a complexidade dos atores envolvidos e como se deu a convergência que possibilitou a formação da fronteira socioambiental na Amazônia.

A frente ambientalista

A frente ambientalista se estrutura a partir do movimento ambientalista que emerge nos países desenvolvidos diante das contradições da sociedade urbano-industrial, que já se faziam notar na segunda metade do século XIX. Nas décadas de 1970, com o avanço das ciências da natureza, o ambientalismo se constitui em uma rede global de organizações e movimentos políticos que passaram a pautar as agendas de desenvolvimento dos países. Com a consolidação da agenda neoliberal, o ambientalismo se alia ao grande capital para inserir, sob a lógica da acumulação, o tema da ecologia no campo das disputas geopolíticas, que marcam a virada do III milênio.

Nos primeiros anos da década de 1980, entidades ambientalistas dos EUA como a National Wildlife Federation (NWF), o Environmental Defense Fund (EDF), o Earth Policy Institute (EPI), Natural Resources Defense Council (NRDC) e o Sierra Club,



articulam uma rede de cientistas e cidadãos dos países desenvolvidos em torno de uma massiva campanha em defesa das florestas tropicais e contra os bancos multilaterais como o Banco Mundial e o BID. O argumento central da campanha era que a destruição das florestas estava sendo promovida pelos contribuintes dos países ricos, por meio de projetos financiados por esses bancos, que geravam impactos ambientais não calculados, além da dizimação das populações indígenas nos países em desenvolvimento (ALLEGRETTI, 2002).

Em 1986 seria criado o World Rainforest Movement (WRM), com sede na Inglaterra, congregando uma grande rede de ONGs mobilizadas em torno do tema das florestas tropicais. No mesmo ano é criado nos EUA a Conservation International (CI), que assume uma estratégia agressiva de arrecadação de fundos junto a grandes corporações, como Cemex, Citigroup, Exxon Mobil, Mc Donalds, Sony, Starbucks e Walt Disney. Posteriormente, a CI passa a ser financiada pelo Banco Mundial e pelo Global Environmental Facility⁵ (GEF) (ZHOURI, 2001; CAMELY, 2009).

Conforme ressaltam Becker & Stenner (2008), a partir da emergência dos temas da sustentabilidade e da conservação da biodiversidade enquanto questões globais – bem como da tomada de consciência da comunidade internacional da escassez dos recursos naturais – ocorre um processo de valorização da natureza sob duas lógicas distintas: a cultural e a da acumulação. A primeira relaciona-se à preocupação genuína com a sobrevivência humana e das demais espécies presentes no planeta. A segunda relaciona-se à valorização da natureza enquanto capital natural, de realização atual ou futura, sendo fonte de informação para o desenvolvimento de tecnologias baseadas na decodificação, leitura e instrumentalização da

⁵ Trata-se de um fundo criado em 1991 para ser um instrumento de integração das preocupações globais com as políticas nacionais de desenvolvimento. Possui foco nas áreas de mudança climática, poluição das águas internacionais, biodiversidade e destruição da camada de ozônio. É coordenado por meio de uma articulação entre o Banco Mundial, o PNUMA e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).



biodiversidade, como é o caso da biotecnologia e da engenharia molecular (BECKER & STENNER, 2008).

Dessa maneira, embora convergindo para um projeto comum de conservação dos ecossistemas, a questão ambiental, sob a lógica da acumulação, assume um caráter geopolítico na medida em que os países do Norte e do Sul passam a disputar o controle dos recursos e dos processos de decisão relacionados ao uso da natureza enquanto reserva de valor. Ressaltando-se, nesse contexto, o caráter estratégico da informação associada à diversidade biogenética (BECKER & STENNER, 2008; ALBALGI, 1998).

Os desafios de enfrentar a degradação ambiental, promover justiça social e reduzir as desigualdades entre as nações foram perdendo terreno diante da perda da capacidade reguladora do Estado e do aumento da influência das empresas multinacionais na política econômica dos países, fazendo prevalecer as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (BURSZTYN & BURSZTYN, 2012). Por outro lado, as grandes ONGs conservacionistas, como WWF, TNC (The National Conservancy) e CI, passam a concentrar cada vez mais os recursos advindos das agências financiadoras, tornando-se verdadeiras multinacionais da conservação (CAMELY, 2009).

A frente socialista

A partir do modelo de análise proposto neste trabalho, a frente socialista é constituída pelos múltiplos sistemas de apropriação da terra e uso comum dos recursos naturais que se formam à margem do sistema econômico dominante. Esses sistemas de uso comum são formados como estratégias de sobrevivência de diferentes segmentos camponeses às sucessivas crises econômicas que acompanham o avanço do modelo agroextrativista. Tais crises são marcadas pelo conflito social e se expressam no fim do ciclo canavieiro, no nordeste, na decadência



da cultura do café, na região centro-sul e no colapso dos seringais na Amazônia (ALMEIDA, 2008; VELHO, 2009; MOREIRA, 2011).

Na Amazônia, tal processo é marcado pela luta organizada dos seringueiros contra a exploração dos patrões e, posteriormente, contra a expropriação promovida pelos fazendeiros quando estes compram os seringais para a implantação dos projetos agropecuários (ALLEGRETTI, 2002). O movimento dos seringueiros alcançará o seu auge em meados da década de 1980, no contexto da emergência de novos sujeitos políticos na Amazônia (ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2014) e a partir do encontro da frente socialista com a frente ambientalista, quando o líder sindical Chico Mendes passa a ser conhecido mundialmente por liderar uma luta política que, em última análise, se opunha à derrubada de grandes áreas de floresta amazônica (ALLEGRETTI, 2002).

As transformações sociopolíticas iniciadas com a luta dos seringueiros, baseadas na afirmação de novas territorialidades (LITTLE, 2004), culminarão na instituição das reservas extrativistas, dos projetos de assentamento agroextrativistas e de uma série de outros instrumentos jurídicos visando perpetuar os sistemas de uso comum da terra e dos recursos naturais na Amazônia (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA, 2008).

A partir dos anos de 1980, observa-se a emergência, na América Latina, de “novos” sujeitos políticos que, historicamente marginalizados e invisibilizados no espaço público, assumem o protagonismo na luta por direitos e justiça social. Tais personagens eram tidos como forças sociais que pertenciam ao passado, que estariam fadados a serem incorporados, ou a desaparecerem, no processo de modernização capitalista (CRUZ, 2014).

Conforme aponta Cruz (2014), os movimentos indígenas ganham força em países como a Bolívia, Equador, México, Chile e Brasil; as comunidades afrodescendentes



ganham força e expressão no Brasil, Colômbia e Equador; o movimento camponês se reinventa através das lutas da Via Campesina e a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganha grande destaque no Brasil.

Na Amazônia, em resposta ao avanço da fronteira agroextrativista, os novos sujeitos políticos passam a afirmar uma identidade coletiva baseada nas relações específicas que estabelecem com a terra e com os recursos naturais. Trata-se de um processo de politização das realidades localizadas (ALMEIDA, 2008) e de afirmação de novas territorialidades (LITTLE, 2004), a partir dos diferentes modos de apropriação da natureza pelos diferentes grupos sociais (SILVA, 2007).

As novas denominações que designam os movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa dos territórios que estão socialmente construindo (ALMEIDA, 2008, p.87).

Tais formas associativas se articulam para além das designações de “camponês”, “trabalhador rural” ou “posseiro” utilizadas no âmbito da luta sindical, buscam enfatizar modos de vida, atividades produtivas e condições específicas a que esses grupos são submetidos no enfrentamento do Estado e das classes dominantes (ALMEIDA, 2008).

É nesse contexto que se dá a formação de organizações como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e redes associadas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Associação dos Ribeirinhos da Amazônia e também das organizações indígenas como a União



das Nações Indígenas (UNI) e a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) (ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2014).

Em 1987, a partir da iniciativa da UNI e do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) é criada a Aliança Amazônica dos Povos da Floresta, buscando-se uma articulação da luta dos indígenas e dos seringueiros no Estado do Acre. A partir dessa articulação é realizado em março de 1989, em Rio Branco, o I Encontro dos Povos da Floresta, tendo como pauta a criação de reservas extrativistas, a demarcação de terras indígenas, o fim das colônias indígenas do Calha Norte, o fim das relações exploradoras nos seringais, políticas de preços da borracha e políticas de saúde e educação para os povos da floresta (CRUZ, 2014).

Conforme ressalta Almeida (2008), a afirmação dessas novas territorialidades, por esse conjunto de novos movimentos sociais, expressa a defesa de sistemas de uso comum da terra organizados para favorecerem a coesão e a mobilidade territorial da família camponesa, da comunidade, da tribo ou das etnias. Tais sistemas de uso comum passam a se contrapor ao processo de apropriação individual das terras, impondo barreiras à incorporação de extensas áreas aos mercados imobiliários e desafiando as categorias convencionais de “estabelecimento” e “imóvel rural” adotadas pelos órgãos oficiais (ALMEIDA, 2008).

A convergência das frentes

À medida que avançava o conhecimento científico, bem como a preocupação mundial em relação à perda da biodiversidade, a escassez de água potável e o aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera, a Amazônia valorizava-se enquanto *lócus* da realização de uma nova sociedade (sustentável) possível. Na década de 1980, com o início da divulgação das imagens das queimadas na floresta, a Amazônia torna-se alvo da atenção, preocupação, crítica e pressão crescentes do movimento ambientalista internacional, em especial pelas ONGs e organismos



internacionais que já vinham exercendo grande influência na opinião pública (BECKER & STENNER, 2008).

Conforme assinala Becker (2008), cada vez mais a percepção dominante em relação à Amazônia passa a ser a de uma grande unidade de conservação, uma grande massa florestal que deve ser preservada para a “saúde” do planeta. Tal percepção vai se enraizar tanto no nível simbólico-cultural da preocupação ambientalista genuína, quanto – conforme vimos anteriormente – no nível econômico e geopolítico, em que a floresta é valorizada enquanto capital natural ligado à biodiversidade, à água e à captura de carbono (BECKER & STENNER, 2008).

Por outro lado, conforme avançam as lutas dos seringueiros e dos indígenas pelos direitos ligados à sua sobrevivência na floresta, vão se estabelecendo os pontos de convergência entre os interesses de atores internacionais e de grupos locais pela preservação da floresta. Uns partindo da preocupação com a biodiversidade planetária, outros partindo da luta por justiça social e pela defesa de seus modos de vida, em consonância com o desenvolvimento de uma nova política de ocupação do território.

O fato emblemático que marca o encontro das frentes socialista e ambientalista na Amazônia se dá em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Esteve presente no evento o cineasta britânico Adrian Cowell, à época a serviço da TVE (TV Trust for the Environment), televisão de conteúdo ambiental mantida pelo PNUMA. Cowell estava trabalhando na distribuição para a Europa e os Estados Unidos da série “A década da destruição” que ele havia produzido, mostrando os impactos sociais e ambientais do modelo desenvolvimentista em Rondônia e se prontificou a filmar o evento. Além de Cowell, também esteve presente no evento o antropólogo estadunidense Stephan Schwartzman, presidente do Environmental Defense Fund (EDF), que estava envolvido com a campanha pelas florestas



tropicais, em denúncia à atuação do Banco Mundial (ALLEGRETTI, 2002; CAMELY, 2009).

No último dia do encontro, Cowell fez uma declaração se referindo ao recém criado CNS como o movimento social mais importante que jamais tinha surgido na Amazônia, emergindo exatamente no momento em que crescia uma forte campanha internacional em defesa das florestas tropicais. A partir daquele momento, Cowell se prontificou a acompanhar e a registrar a luta de Chico Mendes e dos seringueiros (ALLEGRETTI, 2002).

Na semana seguinte à realização do encontro em Brasília, o recém-criado CNS foi convidado, por iniciativa de Adrian Cowell, a participar da audiência pública que estava sendo realizada em São Paulo pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida pela ex-ministra do meio ambiente da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Na ocasião, chamou especial atenção da presidente da comissão os depoimentos do representante do CNS, Jaime Araújo e da UNI, Aílton Krenak (ALLEGRETTI, 2002).

Após a audiência pública da Comissão da ONU, o Secretário Especial de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, se manifestou publicamente dizendo que a SEMA havia iniciado os estudos para propor a criação de reservas ecológicas extrativistas na região amazônica, destinadas a garantir a preservação das florestas e, ao mesmo tempo, a atividade de aproximadamente 500 mil seringueiros e castanheiros (ALLEGRETTI, 2002).

O assassinato de Chico Mendes se dá justamente no momento em que a luta do líder seringueiro alcança grande repercussão internacional. Além de participar da reunião anual do BID, em Miami, Chico Mendes recebeu em 1987 dois prêmios internacionais. Um primeiro concedido pela Better World Society, de New York, por seu trabalho de preservação da floresta amazônica. O outro foi o Global 500,



concedido pela ONU às personalidades de destaque na área do meio ambiente, que Chico Mendes foi em Londres receber das mãos de Mostafa Tolba, então diretor executivo do PNUMA (ALLEGRETTI, 2002).

A visibilidade conquistada pela Aliança dos Povos da Floresta junto ao movimento ambientalista internacional e a ampla repercussão do assassinato de Chico Mendes, somadas à promulgação da Constituição de 1988, abrem espaço no cenário nacional para o surgimento de novos sujeitos políticos na Amazônia e para a definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos pelo governo brasileiro.

Nesse sentido, entre os anos de 1986 e 1996, foram delimitadas as áreas de 221 terras indígenas e 72 unidades de conservação nos estados da Amazônia Legal (BECKER, 2009b).

Por outro lado, no contexto da realização da Eco-92 e da emergência da consciência ambiental em nível planetário, intensifica-se a valorização da natureza sob a lógica da acumulação. Observa-se uma mudança nos rumos das políticas de financiamentos do Banco Mundial e do BID, no sentido de exercer influência na política de proteção do meio ambiente nos países periféricos, especialmente na região amazônica (BECKER, 2009b).

Nesse sentido, é negociado, em 1991, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais brasileiras (PP-G7), financiado pelos países do G7 (União Europeia e Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Reino Unido) e administrado pelo Banco Mundial. Lançado oficialmente em 1993 e iniciado em 1994, o PP-G7 passou a canalizar recursos para a criação e implementação de áreas protegidas na Amazônia, bem como para o apoio a iniciativas voltadas para o uso e conservação da biodiversidade, por meio de Projetos Demonstrativos Ambientais (PDA). Entre 1995 e 1998, com apoio do PP-G7, foram demarcadas 58



terras indígenas, ou 26 milhões de hectares, e outras 115 foram reconhecidas. Em 1994 foram criadas oito reservas extrativistas na Amazônia (BECKER, 2009b).

Em 1992, atendendo à demanda do próprio G7 de criação de espaços de participação da sociedade na implementação dos recursos do PP-G7, foi criado o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). A partir de uma articulação do CNS e da COIAB, o GTA adotou o funcionamento em rede, formada por coletivos regionais que envolvem, hoje, mais de 600 entidades representativas de diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais. O GTA tornou-se, assim, a mais abrangente rede articuladora de movimentos sociais da Amazônia e passou a representar os movimentos sociais nos principais espaços de políticas públicas para a Amazônia coordenadas pelo governo federal (SANTILLI, 2005; ALMEIDA, 2008; GTA, 2020).

Considerações Finais

A fronteira agroextrativista é formada no Brasil ao longo do período colonial e avança no sentido de consolidar um modelo de desenvolvimento calcado na concentração de terras, nas desigualdades regionais e na exportação de bens primários. No processo de formação do capitalismo brasileiro, reforça-se o papel da Amazônia como fronteira agrícola, mineral e energética, à medida que o Estado passa orientar o processo de integração da região à estrutura econômica do país.

Com o estabelecimento da ordem neoliberal, acentua-se a lógica extrativista do capital internacional que, diante de uma crise de sobreacumulação, busca ampliar de maneira irrestrita a apropriação privada e a exploração de recursos naturais, ao menor custo possível de extração. Tudo isso visando possibilitar a expansão dos mercados financeiros e dos investimentos externos diretos e indiretos.

A formação da Aliança Amazônica dos Povos da Floresta representou um momento importante de confluência das lutas que índios e seringueiros vinham enfrentando



contra a despojo perpetrado pelo avanço da fronteira agroextrativista na Amazônia. Quando entidades ambientalistas dos países desenvolvidos se aliam aos povos da floresta, enxergando neles uma forma de ganharem legitimidade na luta contra a destruição das florestas tropicais, questões locais relacionadas à disputa por terra e território são alçadas à escala global. Para os povos amazônicos isso representou novas possibilidades de enfrentamento do modelo desenvolvimentista defendido pelas elites locais.

Abre-se, assim, o caminho para a formação de uma rede de parceiros que transcende o espaço nacional e que passa a contar com fontes de financiamento e capital político capazes de oferecer resistência ao desenvolvimentismo predatório. Propõe-se, ao mesmo tempo, um novo modelo de desenvolvimento, baseado na preservação de extensas áreas de floresta e na consolidação dos territórios tradicionalmente ocupados. É constituído, assim, um novo vetor de desenvolvimento regional, que faz com que o espaço amazônico passe a funcionar como uma grande fronteira socioambiental.

A formação da fronteira socioambiental, oportuniza a criação de um grande número de áreas protegidas na Amazônia, incluindo terras indígenas e reservas extrativistas, e o financiamento de projetos voltados à consolidação desses territórios, pela via da implantação de infraestrutura e melhoria da capacidade socioproductiva. Observa-se, porém, o risco de captura das comunidades locais pela lógica do mercado formado em torno dos elementos da natureza, distanciando-se dos elementos formadores da sua identidade e da sua relação com o território.

De toda forma, com o recrudescimento das políticas neoliberais em favor do capital agroextrativista, o modelo socioambiental é cada vez mais ameaçado pela pressão constante sobre as áreas protegidas e florestas públicas não destinadas, que se tornam alvo da apropriação de grileiros, madeireiros e pecuaristas. Em última



instância, esses grupos servem aos interesses dos grandes grupos econômicos ligados ao mercado de *Commodities* agrícolas e minerais.

Entender de que forma se dá o choque entre os modelos agroextrativista e socioambiental – que passam a ser excludentes entre si – e como os diversos atores vem se organizando na busca pela hegemonia e controle do território, em ambos os aspectos da fronteira amazônica, é tarefa à qual nos dedicaremos em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Universalização e Localismo: Movimentos Sociais e Crise dos Padrões Tradicionais de Relação Política na Amazônia**. Xerox, 1992.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Brasília: tese (doutorado em desenvolvimento sustentável), CDS-UnB, 2002.

BECKER, Bertha K.; MACHADO, Lia O.; MIRANDA, Mariana. **Fronteira Amazônica: questões sobre gestão do território**. UnB, UFRJ, 1990.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008.

BECKER, Bertha K. Signification actuelle de la frontiere: une interpretation géopolitique à partir Du cas de l'Amazonie Brésilienne. **Cahiers des sciences humaines**, v.22, n. 3/4, 1986.

_____. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990.



_____. **Amazônia: fronteira experimental para o século XXI: atores, estratégias, conceitos.** In: BECKER, Paulo (org.). **Bioética no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

_____. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcísio Patricio; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA Júnior. **50 anos de formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado.** Rio de Janeiro, 2009a, p.471-503.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

_____. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições.** Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2009c.

_____. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v.5, n.1, p.17-23, Belém, 2010.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio Janeiro: Lamparina, 2010, p.39-70.

_____. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange and the failure of the modern state.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre.** Niterói: tese (doutorado em geografia), UFF, 2009.

CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araujo davet al (Orgs.). **Identidade Território e Resistência** 1.Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.37-72.



GOMES, Paulo Cesar C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto.L.(ORGs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.49-76.

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.gta.org.br/quem-somos/>. Acesso em 03/12/2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito a desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Números da Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em 29/09/2020.

LEFEBVRE, Henri. **De L'État**. Paris: Union Générale d'Editions, 1978.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev.Social**. USP, São Paulo, B (1), p.25-70, 1996.

MOREIRA, RUY. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

PASQUIS, Richard; Silva; Alessandra Valéria da; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. “Reforma Agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 200. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.19-68.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017..

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis (IEB/ISA), 2005.



SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias. Artigos Científicos**. V.03, n.1, 46-63, jan-jun, 2007.

SOUZA, Marcelo José L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto.L.(ORGs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.77-116.

SAUER, Sérgio; OLIVEIRA, Karla R. A. Agrarian extractivism in the Brazilian Cerrado. In: MCKAY, Ben M.; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; EZQUERRO-CAÑETE, Arturo (eds.). *Agrarian Extractivism in Latin America*. New York, Routledge, 2021, p. 64-84.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S.de M. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Imazon: 2011. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/2673-2/>. Acesso em 31/08/2020.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; JUNIOR, Roberto Araújo de Oliveira Santos; TOLEDO, Peter Mann de. Dinâmicas Produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia. In: SIFFERT, Nelson et al. **Um Olhar Territorial para o desenvolvimento**: Amazônia. BNDES, 2014, p.370-395.

ZHOURI, Andréa. Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e Ambiental na perspectiva dos campaigners britânicos pela Floresta Amazônica. **Revista de Antropologia**, v.44. n.1, p.9-52, 2001.



ANÁLISE RECENTE (2013-2019) DO COMPORTAMENTO DO PRONAF EM MARABÁ E DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS

EVANDRO CARLOS COSTA NEVES

Mestrado - Universidade Federal do Pará - 2018

Resumo

O artigo trata do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Marabá, localizado na mesorregião Sudeste do Pará. O problema de pesquisa que orientou o texto foi: a operacionalização do Pronaf é alinhada às aspirações do seu público nos assentamentos rurais de Marabá? Para respondê-lo, pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil foram realizadas para a coleta de dados sobre a distribuição do programa. Realizou-se levantamento bibliográfico-documental em bibliotecas físicas e digitais e pesquisas de campo em um assentamento rural em Marabá entre 2017 e 2018. Os resultados obtidos são: (i) os assentamentos rurais no município de Marabá são palco de mudanças significativas no uso da terra nos últimos anos; a operacionalização do Pronaf no município no período analisado é seletiva e limitante às estratégias produtivas do seu público. De modo geral, apresentam-se argumentos com o objetivo de evidenciar a necessidade de reorientação do programa no município.

Palavras-chave

Sudeste do Pará. Marabá. Pronaf. Assentamentos rurais.



Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Marabá, localizado na mesorregião Sudeste do Pará. Pressuponho que o modo pelo qual o programa é operacionalizado o torna negligente, seletivo e limitante em relação às estratégias produtivas de seu público em assentamentos rurais no município de Marabá.

A formação do município de Marabá é associada a ciclos econômicos que se configuraram em torno da exploração do ambiente. A área circunscrita no âmbito do atual município foi habitada historicamente por grupos indígenas (HÉBETTE, 2004a). No entanto, a influência externa de interesses diversos haveriam de garantir um futuro no qual esses grupos não seriam protagonistas do próprio território. A primeira influência no território então habitado pelos grupos indígenas foi a criação de uma colônia agrícola no fim do século XIX como resultado da iniciativa do governo paraense em suprir a decadência agrícola do município sob a intendência de Lauro Sodré. Ao fim desse período, os interesses de grupos econômicos, mais especificamente de uma oligarquia agrária, convergiram à exploração de árvores de caucho para a produção da borracha. Esse ciclo durou até 1919 aproximadamente, quando o extrativismo vegetal ganhou nova feição a partir da exploração da castanha-do-pará (EMMI, 1987).

A partir dos anos 1960, houve mudanças importantes nesse cenário. Primeiro, o município foi “integrado” ao restante do território nacional. Estruturas rodoviárias



exerceram papel importante nisso: a exemplo da Belém-Brasília, aberta em 1950, da PA-70, construída em fins da década de 1960, que passou a ligar a rodovia precedente a Marabá, e da Transamazônica, que chegou no município em 1972 e da PA-150, construída entre 1975 e 1980 para ligar Marabá capital paraense, Belém. Esse foi o início do que viria a caracterizar uma ocupação mais recente do município, diferente de sua anterior baseada na ocupação indígena (HÉBETTE, 2004a).

A integração ao território nacional provocou a substituição de uma economia até então ancorada no extrativismo vegetal para uma econômica de caráter agropecuária e mineral. Diversos grupos econômicos, como bancos e empresas estrangeiras, foram protagonistas econômicos nesse cenário recente, onde um capital de caráter financeira-industrial ganhou forma. Atividades econômicas como mineração, pecuária e exploração madeireira marcaram esse contexto em Marabá (VELHO, 2009).

No que se refere à ocupação humana, destacaram-se os projetos de colonização que incorporam os colonos – geralmente agricultores – dentro de um quadro de relação de forças entre esse grupo e fazendeiros. Às margens da BR-155, por exemplo, os colonos ocuparam em torno de 25% do terreno; por sua vez, o restante foi ocupado por estabelecimentos de atividades especializadas, mais especialmente a exploração madeireira e pecuária bovina, que culminaram na derrubada das áreas florestadas (HÉBETTE, 2004a).

O incentivo à pecuária extensiva deu origem a uma dinâmica cuja característica marcante foi a homogeneização das paisagens, simplificação dos sistemas de produção e instabilidade fundiária. Isso, entretanto, não foi unânime.



Parte dos agricultores familiares que se instalaram na terra tanto oficialmente como de modo alheio à organização do Estado, a colonização espontânea (HEBETTE, 2004b), não restringiram a sua visão do ambiente enquanto gerador de lucro e se tornaram protagonistas de uma diversidade ambiental regional (OLIVEIRA, 2009).

Essa diversidade se destacou principalmente quando foi inserida no rol das preocupações relativas à questão fundiária e ambiental por ser protagonista de ações que promovem mudanças na forma de usar a terra. A criação de assentamentos de reforma agrária em áreas de antiga criação de bovinos e exploração madeireira, por exemplo, desencadeou certa possibilidade às estratégias desenvolvidas pelos agricultores em Marabá e isso tem gerado mudanças na relação sociedade-natureza por meio da complexificação de seus sistemas produtivos (OLIVEIRA; ALMEIDA; SILVA, 2011).

Todavia, a continuidade dessas mudanças vem sendo acompanhada de modo satisfatório pela política de regularização fundiária ao longo dos anos porque os assentamentos foram criados e conduzidos de modo homogêneo (MICHELOTTI, 2008). Desconsiderou-se que é necessário reconhecer as especificidades desses territórios para entender as suas influências nas estratégias de reprodução social dos seus grupos. Isso pode auxiliar a aplicação de políticas públicas importantes, especialmente o Pronaf, a tais estratégias. Nesse sentido, considerando que muitos assentamentos rurais em Marabá são palco das mudanças do padrão de uso da terra por meio de sistemas diversificados, busco responder o seguinte problema de pesquisa: a operacionalização do Pronaf é alinhada às aspirações do seu público nos assentamentos rurais de Marabá?



Para respondê-lo, o texto foi dividido em três partes além desta introdução. Inicialmente, apresento o comportamento do Pronaf no município de Marabá a partir de dados obtidos no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil. Os dados apresentados referem-se aos últimos sete anos (2013-2019). Posteriormente, apresento dados de pesquisa da bibliográfica-documental acerca dos efeitos recentes do Pronaf em assentamentos rurais no município. Alguns dados de uma pesquisa empírica realizada no Assentamento 26 de Março, criado em 2008 e localizado no município, são apresentados. O texto finaliza com uma síntese dos resultados.

O comportamento do Pronaf em Marabá

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira impulsionado a partir de 1970, as políticas públicas para a área rural, principalmente a política agrícola, privilegiaram as commodities e os setores mais capitalizados orientados para o mercado internacional e não integraram satisfatoriamente o setor de produção familiar. Dessa forma, até os anos 1990, a agricultura familiar brasileira foi conduzida sem nenhum tipo de política pública que abrangesse e atendesse, em nível nacional, as suas reais necessidades (MATTEI, 2017).

Apenas com a criação do Pronaf em 1996 houve legitimidade política e institucional aos agricultores familiares. Este marco passou a estimular e fortalecer a agricultura de base familiar, além de reconhecer não apenas a importância dessa categoria social para a produção de alimentos, mas também a sua identidade social e as suas demandas específicas. Desse modo, eleger a agricultura familiar como protagonista de uma política orientada para o desenvolvimento rural foi um indicativo



de mudanças importante na orientação dada aos próprios agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

No município de Marabá, em especial, esse programa tem sido o principal meio pelo qual as famílias assentadas acessam o crédito rural e influencia diretamente as dinâmicas produtivas nas áreas reformadas. Marabá está localizado em uma mesorregião cuja suposta vocação legítima investimentos de políticas públicas, especialmente os do Pronaf, em uma atividade específica, a pecuária bovina. Essa relação entre a liberação dos recursos do Pronaf e a sua preferência à pecuária já foi constatada e quantificada pelo Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT): 78,5% dos 11.895 contratos do Pronaf no decênio 1995-2005 apresentaram itens exclusivamente relacionados à pecuária bovina no Sudeste do Pará (BRASIL, 2010). Nesse sentido, a intenção do Estado do Pará em incorporar o município à dinâmica regional a partir dessa atividade é evidente em documentos oficiais como o Boletim Agropecuário. O mais recente deles (BRASIL, 2017) é documento significativo para pensar políticas públicas para o meio rural do estado. Apresenta dados detalhados dos municípios, das mesorregiões e dos setores produtivos que detém bom desempenho econômico. Atribui ao município de Marabá “boa aptidão” à pecuária bovina e, por isso, tenta torná-lo palco de uma expansão fantástica do desenvolvimento rural.

O município lidera a quantidade e valor dos contratos por município do Pronaf no estado do Pará. Considerando os valores dos contratos em custeio e investimento de 2013 a 2019, R\$ 95.214.858,07 foram direcionados à pecuária enquanto R\$ 1.201.442,38 foram destinados à produção agrícola; aproximadamente 97% do valor total foi concentrado só na pecuária em um período de sete anos. Em



número de contratos, a pecuária efetivou 7.631 contratos; a agricultura, 372 (BCB, 2019).

Figura 04: Quantidade de contratos do Pronaf por atividade em Marabá de janeiro de 2013 a setembro de 2019.

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

Considerando apenas o ano de 2015, verifica-se que o valor aplicado foi R\$ 20.818.466,39 nas duas atividades. A sua distribuição, entretanto, foi desigual. À pecuária, um valor total de R\$ 20.598.305,63 foi firmado em 1.656 contratos; enquanto um valor de R\$ 220.160,76 foi firmado em apenas 14 contratos à produção agrícola. Em 2016, o número de contratos decresceu surpreendentemente quase 400% em relação ao ano anterior. Dos 350 liberados, todos foram destinados à pecuária no valor total de R\$ 5.822.028,41.

Nos anos seguintes, a dinâmica se apresentou deste modo: em 2017, 551 contratos foram firmados à pecuária com um valor total de R\$ 10.375.754,76; à agricultura foram assinados 11 contratos no valor de R\$ 37.214,80. Em 2018, 600 contratos foram assinados para a pecuária no valor de R\$ 11.846.738,92 enquanto apenas um único contrato no valor de R\$ 2.469,00 foi firmado para a produção agrícola. Já em 2019, 282 contratos foram firmados somente para a pecuária com um valor de R\$ 12.582.967,45 e, novamente, não houve nenhum contrato para a produção agrícola (BCB, 2019).

Apesar do decréscimo do número de Contratos de Custeio e Investimento do Pronaf nos últimos quatro anos (2016-2019) se comparados com o triênio



2013-2014-2015, a seletividade tem aumentado: 99,9% dos R\$ 40.667.173,34 foram destinados apenas para a pecuária, o que equivale a 99,3% do número de contratos.

No rol da atividade pecuária, a bovinocultura adquire destaque. Nos sete anos analisados, constatamos que 2.287 Contratos de Investimento à pecuária foram alocados na bovinocultura no valor total de R\$ 54.028.250,86. Quanto aos Contratos de Custeio na mesma atividade, o número contabilizou 7 no valor de R\$ 240.501,62. Os valores somados chegam a R\$ 54.268.752,48. Se comparados ao valor de R\$ 95.214.858,07 referente aos investimentos só na pecuária, de modo geral, durante os sete anos, nota-se que mais da metade do recurso (56,8%) destina-se à bovinocultura em Marabá (BCB, 2019).

A preferência do programa à bovinocultura no município se explica, em certa medida, pelo discurso oficial sobre as condições naturais favoráveis à criação de bovinos em seu boletim agropecuário recente . O resultado disso é uma tendência à especialização produtiva no município. Hoje, Marabá compõe o quadro dos 52 municípios paraenses que têm a bovinocultura como atividade econômica predominante; é o segundo com a maior parcela no recorte de área de pasto no Pará e no Brasil, com 649,156 mi/ha equivalentes a 4,04% da área total do estado; e contém o segundo maior número de cabeças de gado (1.072.999) no estado; no Brasil, é o quinto maior produtor de rebanhos bovinos (BRASIL, 2017).

Essa atividade se consolida tanto pela presença de grandes fazendas como dos frigoríficos e laticínios que são a combustão do seu dinamismo econômico no município. A comercialização da carne, em especial, atende tanto o mercado interno – a presença de 12 frigoríficos ligados ao grupo JBS é significativa nesse cenário –, quanto ao externo, com a exportação do gado: na dinâmica regional, o município é



componente importante na produção dos 54% do Produto Interno Bruto do setor primário do Sudeste do Pará (BRASIL, 2017).

O apoio à atividade pelo Pronaf e a sua participação gradativa na produção agropecuária paraense tem sido uma das razões que justificam o desenvolvimento rural do estado (BRASIL, 2017), ao menos na retórica transmitida no boletim agropecuário mais recente. Entretanto, para contrastar essa perspectiva animadora, defendemos que a lógica seletiva do programa associada ao dinamismo econômico do município repercute negativamente quando assentados da reforma agrária são considerados na análise.

Implicações da operacionalização negligente do Pronaf em assentamentos rurais

Marabá é um município para o qual os elaboradores e condutores das políticas da reforma agrária devem ficar atentos. Considerando as condições naturais do solo encontradas pelas famílias assentadas e a diversificação dos sistemas produtivos em assentamentos rurais, têm-se um cenário onde essas peculiaridades são importantes para o direcionamento de políticas públicas e programas como o Pronaf.

Apesar da criação de assentamentos rurais no município, os operacionalizadores da reforma agrária não têm dado atenção às peculiaridades que o município apresenta. A preferência do Pronaf à pecuária bovina continua a incentivar a prática da substituição das áreas florestadas para a formação de pastagens e desconsidera que o seu público é protagonista de outra forma de usar a terra por meio de sistemas diversificados (OLIVEIRA, 2009). Desse modo, ainda que a pecuária leiteira de caráter extensivo praticada nos assentamentos rurais em



Marabá seja uma atividade importante por assegurar renda monetária e alimento diariamente, ter baixo custo e exigir pouca mão de obra, ela não é a única atividade nos sistemas produtivos dos assentados.

Nesse sentido, é importante sublinhar que a preferência do programa à pecuária é indutora de muitos desafios à produção agrícola. Essa assertiva é confirmada a partir da entrevista a seguir, cedida durante pesquisa de campo em 2018.

Isso [Pronaf] não ajuda a gente aqui não. A gente tem que começar a plantar para fazer a terra criar nutrientes. O investimento para a pecuária, desse jeito que está hoje, só está aumentado o desmatamento dentro do assentamento e piorando a condição da terra para a gente plantar. Esse lote aqui já foi só pasto, mas eu plantei mesmo assim. Você pode ver aí [Edivaldo aponta à sua horta], lá atrás tem cacau, castanha, mandioca, feijão. Aí eu pergunto: eu preciso de financiamento para a pecuária ou para a minha horta? Eu sou agricultor, então preciso fortalecer a minha agricultura. Mas do jeito que a política da reforma agrária funciona, isso é difícil (EDIVALDO, ENTREVISTA CEDIDA EM FEVEREIRO DE 2018).

O enunciado é do agricultor Edivaldo Rezende, 56 anos, assentado da reforma agrária no Assentamento 26 de Março. Edivaldo vive em um lote de 48 hectares com predominância de pastagens na cobertura vegetal. Apesar disso, ele pratica apenas a agricultura, inclusive, é considerado o maior produtor de hortaliças do assentamento. E mesmo que possua a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), nunca acessou o programa devido à preferência do programa à pecuária bovina. Infelizmente, a sua aspiração maior, a atividade agrícola, não é considerada pelo programa.



O mesmo caso é tido por Francisco Xavier e Maria da Paz, também assentados no Assentamento 26 de Março. Ambos vivem em um lote de 48 hectares e, ao contrário de Edivaldo Rezende, desenvolvem como atividade principal a pecuária de matriz leiteira. Em 2009, receberam o Crédito Instalação e acessaram a Modalidade Apoio para a aquisição de subsídios à pecuária de matriz leiteira. Em 2011, acessaram o Fomento para aquisição de arames. No ano seguinte, acessaram o “Pronaf A” a partir do qual adquiriram os primeiros bovinos.

A pecuária bovina é a atividade principal dessa família e representa a garantia de alimento aos seus membros, obtenção de dinheiro extra a partir da venda do leite e de seus derivados e, sobretudo, permanência na terra. Porém, a agricultura permanece enraizada na prática cotidiana de seus membros e reflete o desafio decorrente da preferência do Pronaf. Segundo Maria da Paz,

O crédito rural é muito direcionado aqui (no assentamento). Quando eu entrei no curso técnico de agropecuária (no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará) eu entendi muita coisa. Uma delas foi o fato de o Estado incentivar mais a pecuária que a agricultura aqui na região. E a gente sofre isso aqui todo santo dia, porque a gente já produz pouco leite por dia porque somos limitados (cerca de 20 litros diários) e vende a um preço muito barato (R\$ 2,00) em Marabá, que às vezes não paga nem a gasolina (da motocicleta) para lá, porque tem dia que a gente nem consegue vender. [...] então a gente é muito limitada na pecuária aqui, porque a terra não ajuda, não, aí não tem a assistência técnica [...]. Aí por isso a gente não deixa a roça de lado. Mas se a gente pudesse plantar mais nossos produtos, com a mesma ajuda que a gente tem na pecuária, a gente não ficaria tão limitado. Teríamos outras alternativas. O que a gente mais produz aqui é leite. Faz o



queijo, o iogurte. Mas também produzimos a banana, que deu muito ano passado. Se a gente pudesse continuar plantando em grande quantidade, não só a banana, mas outros cultivos também, como o açaí, o cacau, a castanha [...] a gente não teria tantas dificuldades na produção (MARIA DA PAZ, ENTREVISTA CEDIDA EM JULHO DE 2017).

É evidente a insatisfação da família em relação à preferência do Pronaf, que contribui para a limitação do sistema produtivo e negligencia a atividade agrícola, enraizada socialmente nesse núcleo familiar.

O então coordenador do setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do assentamento, Antônio Teixeira, explica que houve uma tentativa inicial para que a preferência à pecuária fosse evitada, antes mesmo da liberação dos primeiros contratos do Pronaf em 2012.

Nós sempre tivemos a preocupação com o crédito rural aqui, mesmo antes dele chegar para a gente. Porque a gente sabia que estava na área de uma antiga fazenda e que Marabá produz muito gado. Então nós juntamos algumas experiências aqui e auxiliamos a elaboração do projeto da Emater [trata-se do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento] para que a gente tivesse um horizonte, né? Para que a gente pudesse dizer qual o caminho que o crédito rural devia tomar aqui (ANTÔNIO TEIXEIRA, ENTREVISTA CEDIDA EM FEVEREIRO DE 2018).

O programa mencionado por Antônio foi elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater-Marabá), com a contribuição do setor de produção do MST, e publicado em 2013. De modo geral, o documento reúne diretrizes para as atividades produtivas em busca da



[...] melhor organização e desenvolvimento dos sistemas produtivos atuais no sentido de trabalhar a diversificação combinada com a proposta da agroecologia, sustentabilidade econômica e ambiental contribuindo na consolidação das unidades produtivas das famílias, e na reprodução social camponesa (EMATER, 2013, p. 109).

Associados à bovinocultura de leite, sobretudo aos assentados cuja cobertura vegetal predominante nos lotes é de pastagens plantadas, o programa sugeriu a estruturação de sistemas produtivos diversificados por intermédio da adoção de práticas agroecológicas para atender satisfatoriamente as necessidades das famílias. Além disso, esperava-se que a pecuária bovina, a atividade base de muitas famílias, fosse associada a aspectos relativos ao seu funcionamento, pois

[...] A bovinocultura de leite é apresentada como alternativa viável haja vista que compreende aspectos ecológicos produtivos e sociais perfeitamente aplicáveis. [...]. Se a atividade for desenvolvida sob as bases agroecológicas, realizando o manejo rotacionado das pastagens, regulando a taxa de lotação adequada, promovendo o sistema silvipastoril diversificado a partir das espécies de regeneração natural, do roço seletivo, e o enriquecimento com espécies de valor econômico, certamente os impactos ambientais negativos serão evitados ou minimizados (EMATER, 2013, p. 132).

As orientações ao longo do programa também se referem ao modo como as atividades produtivas poderiam e podem ser implementadas de modo a exigir também um serviço de assistência técnica satisfatório. No entanto, apenas 77% das 206 famílias assentadas haviam recebido o serviço até 2016 e das 17 famílias entrevistadas durante as pesquisas de campo, cinco não estavam satisfeitas.



Diante desse cenário, o objetivo principal do MST e dos assentados alinhados às suas linhas políticas de produção é criar formas de incentivar a produção agrícola para ampliar as possibilidades econômicas das famílias e reflorestar as áreas degradadas historicamente, como explica a ex-coordenadora do setor de produção, Giselda Coelho.

Hoje temos uma luta que é tentar converter essas áreas degradadas em áreas boas para a produção agrícola. Temos algumas iniciativas aqui [seu próprio lote], nos lotes de outras famílias [...]. Estamos tentando fazer que essa seja uma iniciativa de todos aqui dentro. Temos muitos obstáculos, desafios, mas vamos construindo com o tempo o nosso projeto [agroecológico]. Nós não queremos acabar com a pecuária leiteira, porque sabemos que ela é importante para as famílias, mas se pudermos combinar essa atividade com outras, principalmente a agricultura, vamos tentar (GISELDA COELHO, ENTREVISTA CEDIDA EM JANEIRO DE 2018).

O trecho da entrevista revela que há o reconhecimento da importância da pecuária pelo fato de ela compor as estratégias produtivas das famílias – isso é inegável. Porém, chama-se a atenção principalmente para as estratégias de diversificação produtiva das famílias e da combinação entre essa atividade e a pecuária bovina.

Considerações

O que temos visto até aqui sobre o comportamento do Pronaf não nos permite afirmar que há um alinhamento desse programa às aspirações de seu público em Marabá. O Pronaf é diversificado o suficiente para atender um conjunto de demandas: linha de crédito como Pronaf Floresta, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia além de outras compõem esse quadro diverso. Essa



possibilidade ampla do programa poderia alinhar-se ao movimento em direção à complexificação produtiva desenhada pelos próprios agricultores em Marabá. Entretanto, identifica-se que o programa não participa de modo satisfatório na diversificação produtiva, no aumento da renda, no melhor uso do ambiente e não potencializa as possibilidades locais.

O programa não valoriza atividades já desenvolvidas, como os cultivos permanentes com espécies frutíferas (banana, cacau, cupuaçu, açaí e castanha-do-pará) realizadas no assentamento onde pesquisas de campo foram realizadas com base em sistemas consorciados e cuja finalidade inclui a recuperação de áreas degradadas.

Essas iniciativas acontecem à revelia do apoio financeiro proporcionado pelo Pronaf, fazendo com que os agricultores recorram a outros meios.

Como na maioria das vezes são experiências novas e requerem algum tipo de investimento inicial ou de manutenção, os agricultores preferem desenvolvê-las com recursos externos ou se tiverem fontes de renda que garantam a segurança financeira de modo a não colocar em risco a manutenção da família (OLIVEIRA, 2009).

Pontuamos que os investimentos do Pronaf revelam uma dinâmica seletiva e limitante às famílias agricultores no município de Marabá. Em todo o período analisado, constatamos que 2.287 Contratos de Investimento à pecuária foram alocados na bovinocultura no valor total de R\$ 54.028.250,86 enquanto 7 Contratos de Custeio na mesma atividade contabilizaram o valor de R\$ 240.501,62: ou seja, um valor total de R\$ 54.268.752,48. Se comparados aos R\$ 95.214.858,07 referente aos investimentos só na pecuária, de modo geral, durante os sete anos, nota-se que



mais da metade do recurso (56,8%) destina-se à bovinocultura em Marabá (BCB, 2019).

Além disso, apesar do decréscimo do número de Contratos de Custeio e Investimento do programa nos últimos quatro anos (2016-2019) se comparados com o triênio 2013-2014-2015, a preferência à pecuária tem aumentado: 99,9% dos R\$ 40.667.173,34 foram destinados apenas para essa atividade, o que equivale a 99,3% do número de contratos.

Finalmente, a partir do exposto, conclui-se que o modo como o Pronaf está sendo operacionalizado o torna negligente, seletivo e limitante. Sabourin (2017) se refere ao programa como “uma política que veio de longe” por ele ter sido resultado de políticas anteriores à sua criação e, em razão deste acúmulo, carrega consigo intenções antigas de inserir o seu público no dinamismo econômico em suas regiões.

Espera-se que este texto possa contribuir para a geração de debates acerca da operacionalização do Pronaf e da minimização que a sua seletividade produz. Os argumentos aqui aduzidos buscam, especificamente, evidenciar a necessidade da conciliação do programa para as estratégias de uso da terra de seu público em assentamentos rurais no município de Marabá.

Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Matriz de Dados do Crédito Rural – Contratações. Disponível em: . Acesso em: 15 fev. 2019.



BRASIL. Fundação da Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. Boletim agropecuário do estado do Pará. Pará, Belém, Governo do Estado do Pará, 2015.

BRASIL. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Sudeste do Pará. Pará, Marabá, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2010.

EMATER. Plano de Desenvolvimento do Assentamento 26 de Março. Marabá: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2013.

EMMI, Marília Ferreira. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA, UFPA, 1987.

GRISA, Cátia. SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil: Trayectoria, análisis y desafíos. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Org.). Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas. Santiago de Chile, Ed. CEPAL, CIRAD – IICA, 2014. p. 75-100.

HÉBETTE, Jean. A ocupação humana recente da microrregião de Marabá. In: HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, v. IV, 2004a. 63-72.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, R. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais – reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém – Brasília. IN: HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004b.

MATTEI, Lauro. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil atual. Política e Sociedade, Florianópolis, v. 15, p. 234-260, 2017.



MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamento do Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3. Anais III Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008. 17Pp.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia de; ALMEIDA, Jalcione; SILVA, Luis Mauro Santos. Diversificação dos sistemas produtivos familiares: reflexões sobre as relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental. Novos Caderno NAEA, Belém, v. 14, n. 2, p. 61-88, dez. 2011.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia de. Agricultura Familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia Oriental. 2009. 305f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: MDA, 2017. p. 263-289.

VELHO, Otávio Guilherme. Frente de expansão de estrutura agrária: estudo comparativo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.



Diversidade fundiária no Oeste do Pará: retrato das modalidades de projetos de assentamentos rurais

Ellen Priscila Farias de Freitas; Danielle Wagner Silva - Universidade Federal do Oeste do Pará

Resumo

O presente estudo objetivou analisar a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária na região Oeste do Pará, a partir da identificação das modalidades de projetos de assentamento criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Considerando que o acesso e a propriedade da terra no Brasil são temas de discussões sobre sustentabilidade, pois estão diretamente ligados às estratégias de ordenamento territorial utilizadas pelo governo federal brasileiro desde a década de 1990, estando inseridas nos pleitos sobre Reforma Agrária, a discussão é embasada em dados dos sistemas de informações do INCRA, em especial ao Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA sobre a criação de projetos de assentamentos na Região Oeste do Pará. Os resultados mostram que no Oeste do Pará, os projetos de assentamentos estão distribuídos em 10 modalidades, com predileção pela criação de assentamentos que favoreçam atividades ambientalmente diferenciadas, sobretudo entre 2006 e 2010. Quanto às fases de implementação, 68% estão nas fases iniciais, mostrando que a implementação do II PRNA ainda está em curso e que a consolidação desses projetos ainda é um desafio.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Políticas Públicas; Amazônia.



1 INTRODUÇÃO

O acesso e a propriedade da terra no Brasil são objetos de discussões no âmbito político, econômico, geográfico e social, face às implicações que esses temas geram em muitos aspectos, haja vista serem controversos e de múltiplos conceitos (STÉDILE, 2005). Tal tema é recorrente nas discussões sobre sustentabilidade, uma vez que estão diretamente ligados às estratégias de ordenamento territorial que têm sido utilizadas pelo governo federal. Essas estratégias, as quais incluem a gestão de áreas de florestas na região Amazônica e usos de territórios, estão por vezes alinhadas a demandas pela democratização do acesso à terra e a proteção de territórios tradicionalmente ocupados.

Tais demandas, por sua vez, estão inseridas nos pleitos sobre Reforma Agrária que, enquanto processo, tem sido preconizada pelos movimentos sociais como fundamental para assegurar aos trabalhadores rurais o acesso à terra e aos meios necessários para viabilizar nesta sua permanência (SIGAUD, 2009), uma vez que objetiva o reordenamento fundiário e a reorganização da distribuição dos recursos de políticas públicas (STÉDILE, 2005; SIGAUD, 2009).

Na região Amazônica, de modo geral, a Reforma Agrária enquanto processo tem sido feita através da criação de projetos de colonização oficial e de regularização fundiária, oficializada por meio da criação de projetos de assentamento, uma vez que a terra almejada (lote agrícola) foi conquistada na maioria das vezes, por meio da ocupação de terras devolutas (MAGALHÃES, 2009). A partir da década de 1970, os investimentos nos projetos de colonização e de integração nacional corroboraram para a distribuição de terras públicas, com destaque para a região Norte, que apresenta o maior volume de área destinada aos Projetos de Assentamentos no que se refere a área total destinada à reforma agrária (MONTE; PEREIRA, 2009).



Na região Oeste do Estado do Pará, a apropriação das terras pelos não indígenas passou a ocorrer paulatinamente a partir do século XVII, com a exploração das drogas do sertão e da instalação de fazendas de gado, sendo intensificada no final do século XIX com o início da exploração da borracha (SILVA; SILVA, 2008). A ocupação ocorrida a partir da década de 70 fomentou a migração de pessoas de diversas regiões do país em busca de trabalho e/ou terra (LOBO; MATOS, 2011). Nesse contexto, a terra foi conquistada através da colonização oficial feita pelo Governo Federal ou através de posse.

Na década de 90, o Governo Federal passou a regularizar as áreas ocupadas não documentadas, por meio da implementação de projetos de assentamentos rurais. A criação desses projetos, incluindo o reconhecimento das famílias residentes em Unidades de Conservação – UC configura-se como uma das citadas estratégias para o ordenamento territorial. Dados da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, SR (30), no Oeste do Pará, demonstram que entre os anos 1990 e 2015 foram incorporados à reforma agrária na região, cerca de seis milhões de hectares de terra, beneficiando, aproximadamente, 50 mil famílias, possibilitando a estas, o acesso a políticas públicas de incentivo ao estabelecimento e desenvolvimento de suas atividades agropecuárias.

Importante lembrar que, nesse período as discussões sobre sustentabilidade tomavam grandes proporções e eram pauta nas reivindicações entre camponeses e empreendedores madeireiros e pecuaristas (PORRO et al., 2016), o que se somava a preocupação acerca do passivo ambiental causado pela criação dos assentamentos, fato que resultou na criação de projetos ambientalmente diferenciados, destinado às populações cuja reprodução social estava embasada no extrativismo, na agricultura para subsistência em outras atividades de baixo impacto ambiental. A inclusão da variável ambiental na criação dos assentamentos resultou em uma mudança na forma de atuação do INCRA, o qual passou a considerar as



peculiaridades ambientais na criação de projetos de assentamentos rurais, a exemplos das modalidades PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista Federal, PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável e PAF – Projeto de Assentamento Florestal. Vale destacar que, muitas famílias beneficiadas, residem em de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, compondo um público especialmente protegido de populações ribeirinhas e tradicionais.

Assim, o objetivo deste estudo foi caracterizar o perfil dos projetos de assentamento da reforma agrária criados ou reconhecidos no Oeste do Pará e gerenciados pela Superintendência Regional do INCRA em Santarém – SR (30) entre o período de 1990 a 2015. O texto está estruturado em três seções, além desta introdução. Na segunda seção, a seguir, será apresentada a metodologia do estudo. Em sequência, a apresentação e discussão dos resultados perpassará pela análise de dados sobre as modalidades de assentamentos implementados na região lócus do estudo à luz de autores que discutem temas afins.

2 METODOLOGIA

O estudo refere-se às modalidades de assentamento criados no Oeste do Pará, sob jurisdição do INCRA – Superintendência Regional de Santarém – SR (30), cuja sede está localizada no município de Santarém. Esse município situa-se no Território Baixo Amazonas, Pará, Oeste do Pará, ocupando área de aproximadamente 22.887,080 Km² (área Urbana: 77 Km²; área Rural: 22.810 Km²), entre as coordenadas 2° 24' 52" sul, em latitude, e 54° 42' 36" oeste, em longitude.

Segundo a classificação Koppen (1948), o clima da região Oeste do Pará é do tipo Ami (equatorial quente e úmido), que se traduz como um clima cuja temperatura é superior a 20° C, predominantemente úmido – em função da evapotranspiração realizada pela floresta – com estação seca de pequena duração. A temperatura é relativamente elevada, uma vez que esta está localizada a baixas



latitudes, apresentando médias que variam entre mínima de 22° C e máxima de 31° C, com altos índices pluviométricos, cerca de 2000 mm anuais, com distribuição irregular ao longo do ano, compondo as duas únicas estações presentes, inverno e verão, coincidindo entre os meses de dezembro a junho o período mais chuvoso, e de julho a novembro o menos chuvoso (IPAM/INCRA, 2010).

A SR (30) é responsável pela gestão de projetos de assentamentos situados em 18 municípios: Santarém, Belterra, Curuá, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Itaituba, Aveiro, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Óbidos, Oriximiná, Faro, Terra Santa, Juruti e Almeirim. Além desses municípios, a SR (30) também responde pela Unidade Avançada de Altamira – UA ALT e os municípios que a compreendem: Altamira, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Porto de Moz, Vitória do Xingu, Senador J. Porfírio, Anapú e Pacajá.

Há de se observar, entretanto, no que se refere aos projetos sob jurisdição de Altamira, que há inconformidades quanto ao status de designação, ora mencionado no portal oficial como SR (31) Altamira, ora mencionada como Unidade Especial/Unidade Avançada de Altamira, sob jurisdição da SR (30) e subordinada a presidência do INCRA em Brasília. Neste estudo, adotou-se o termo Unidade Avançada de Altamira – UA ALT, com base na resolução N° 27, de 8 de Dezembro de 2011, publicado na seção 235, página 87 do Diário Oficial da União (DOU), cujos dados foram contabilizados junto aos da SR (30).

O recorte da pesquisa foi definido a partir dos dados disponíveis no sistema de informação do INCRA (Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA), referentes ao período de 1990 até 2015, sendo feito agrupamento temporal dos dados a cada cinco anos. A partir de tais dados foi possível identificar as modalidades de projetos de assentamento na Região Oeste do Pará.

Na construção dos dados sobre aspectos dos projetos de assentamentos existentes, foram utilizados os seguintes indicadores: a) modalidades de assentamentos que há no Oeste do Pará; b) área que ocupam; c) capacidade de



beneficiários por assentamento; d) número de famílias assentadas, e) número de vagas disponíveis e; f) fases de implementação na qual se encontra.

Os dados foram sistematizados no software Microsoft Excel 2013 e tratados através de ferramentas de estatística descritiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os debates sobre sustentabilidade na Amazônia e sobre melhores formas de gestão dos recursos naturais, principalmente das florestas, estão associados às discussões sobre as ações estatais em relação à regularização fundiária, visto que os problemas e dilemas que circundam o ordenamento territorial da região amazônica configuram-se como entraves ao desenvolvimento sustentável (FATORELLI; MERTENS, 2010), o que atribui à criação de assentamentos rurais a função de instrumento de regularização ambiental. Entretanto, diante dos enclaves que ainda hoje persistem na região amazônica, especialmente em função da concentração fundiária, grilagem, morosidade da justiça e dos complicadores burocráticos acerca de dispor as terras devolutas para criação de assentamentos (MARTINS et al., 2009), tal fato tem sido inviabilizado em decorrência da negação do acesso à terra e às políticas públicas disponibilizadas para subsidiar os meios de produção dentro dos assentamentos rurais.

Partindo do contexto de que a criação de assentamentos rurais no Pará a partir dos anos 90 vem ocorrendo principalmente como meio de regularização fundiária de áreas ocupadas por posseiros (MAGALHÃES, 2009), nas subseções a seguir serão analisados os dados referentes à criação de assentamentos no referido estado, com foco na região Oeste do Pará.

A diversidade fundiária na Reforma Agrária: as modalidades de assentamento assentamentos rurais na Região Oeste do Pará



No território brasileiro há 30 Superintendências Regionais – SR do INCRA às quais são atribuídas a gestão de 9.443 mil assentamentos e 973.580 famílias assentadas, os quais abrangem área correspondente a 87.977.615,1573 ha (INCRA, 2020). As SR's podem ser compreendidas como unidades descentralizadas do INCRA, com função de coordenar e executar na sua área de atuação atividades relacionadas ao planejamento, programação e execução orçamentária dentro dos assentamentos. No Estado do Pará há três superintendências, sendo elas: SR (01) Belém; SR (27) Marabá e SR (30) Santarém.

Dados oficiais disponíveis no portal virtual do INCRA (Tabela 1 abaixo) mostram que a Superintendência de Belém SR (01) abrange 393 assentamentos, os quais ocupam área de 4.098.941,1297 ha, com 102.803 beneficiários. No Sul do Pará, na SR (27), que tem sede no município de Marabá, há 506 assentamentos e nestes, 91.069 famílias ocupam 4.279.832,2008 ha. No Oeste do Pará, na SR (30) com sede em Santarém, os registros no SIPRA (2020) mostram que há 219 projetos de assentamento, com 82.707 beneficiários em área total de 14.435.333,29 ha. Importante ressaltar quanto ao número de beneficiários, que os dados disponíveis no SIPRA incluem além de assentados, desistentes, titulados, eliminados e falecidos. Contudo, por não representar amostra significativa do total, optamos por deixar a base como estava, uma vez que tais inconsistências não comprometem as análises que podem ser feitas a partir dela.

Tabela 01 – Números da Reforma Agrária no Estado do Pará.

SR	Nº DE PA	ÁREA TOTAL	Nº DE BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA
01 – Belém	393	4.098.941,13	102.803



27 – Marabá	506	4.279.832,20	91.069
30 – Santarém	219	14.435.333,29	82.707
TOTAL	1.118	22.814.106,62	276.579

Fonte: INCRA, 2020. Org: do Autor, 2020.

Em nível nacional há registros de 32 diferentes modalidades de projetos de assentamento rurais criadas, dentre vigentes e proscritos, classificados em dois grupos. O primeiro consiste em projetos criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, e o segundo, em projetos reconhecidos pelo INCRA, criados por outras instituições governamentais para acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA (INCRA, 2020). No Quadro 1, a seguir estão listadas as modalidades de projetos de assentamentos rurais criados ou reconhecidos pelo INCRA, bem como sua classificação quanto ao grupo de condição:

Quadro 1 – Modalidades de Projetos de Reforma Agrária.

Grupo	Modalidades	Sigla
1	Projeto de Assentamento Federal	PA
1	Projeto de Assentamento Agroextrativista Federal	PAE
2	Projeto de Assentamento Estadual	PE
2	Projeto de Assentamento Municipal	PAM
1	Programa Cédula da Terra	PCT*
2	Projeto de Assentamento Estadual sem Convênio	PE
1	Projeto de Assentamento Casulo	PCA*



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



1	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS
1	Projeto de Colonização	PAP*
1	Projeto de Assentamento Dirigido	PAD*
1	Projeto de Assentamento Rápido	PAR*
1	Projeto Especial de Assentamento	PEA
1	Projeto de Colonização Oficial	PC*
1	Projeto Especial de Colonização	PEC
1	Projeto Integrado de Colonização	PIC*
1	Projeto de Assentamento Conjunto	PAC*
1	Área de Regularização Fundiária	PF
1	Projeto de Assentamento Quilombola	PAQ*
1	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS
2	Reserva Extrativista	RESE X
2	Território Remanescente de Quilombos	TRQ
1	Projeto de Assentamento Florestal	PAF
2	Floresta Nacional	FLONA
2	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS
2	Reassentamento de Barragem	PRB
2	Projeto de Reconhecimento de Assentamento Fundo de	PFP



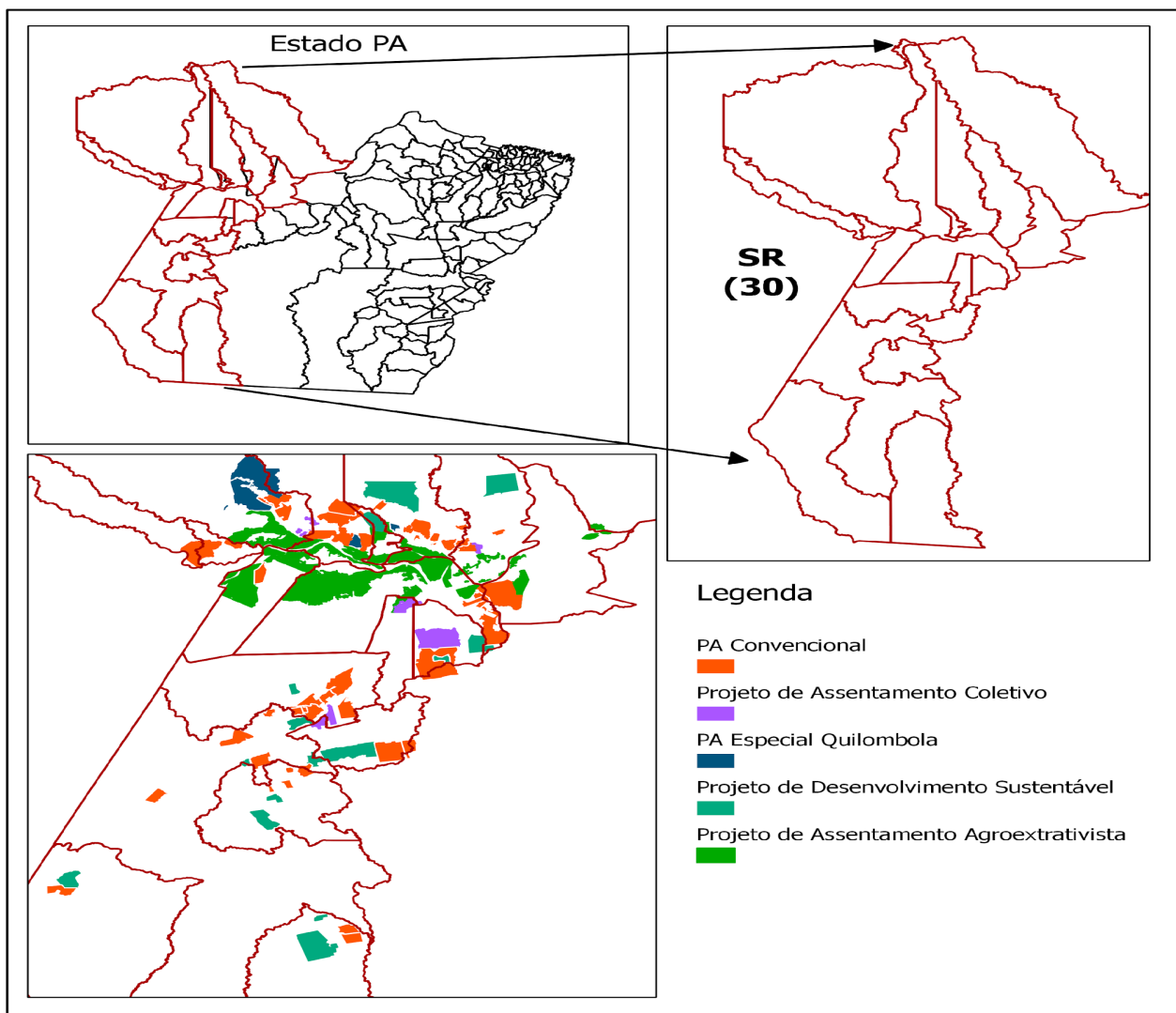
	Pasto	
2	Terra Indígena	TI
2	Reconhecimento de Projeto Público de Irrigação	PPI
2	Projeto de Assentamento Agroindustrial	PAG
2	Floresta Estadual	FLOE
2	Projeto Estadual de Assentamento Sustentável	PEAS
2	Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista	PEAEX

*Modalidades que deixaram de ser criadas a partir da década de 90.

Org: do Autor, 2020.

Entre 1990 e 2015, foram registrados 152 projetos de assentamento na SR (30), entre projetos criados e herdados pela SR (01), distribuídos em 8.068.052,06 ha de terras, as quais eram ocupadas por 53.787 famílias. Na área de abrangência dessa SR, os projetos de assentamentos estão distribuídos em 10 modalidades, as quais: PA, PAQ, PAC, PAE, PDS, RESEX, FLONA, PIC, PEAS e PEAEX.

Mapa 1 – Área sob jurisdição da SR (30).



Fonte: INCRA, 2016. Org.: do Autor, 2020.

Embora o governo tenha estabelecido grandes metas no sentido de realizar a reforma agrária, durante a década de 90, o número de projetos de assentamentos criados foi tímido. Este fato foi também constatado por pesquisadores como Tourneau e Bursztyn (2010), Martins et al. (2009) e David et al. (1997), que assinalam que embora o governo tenha fixado metas assumindo a reforma agrária

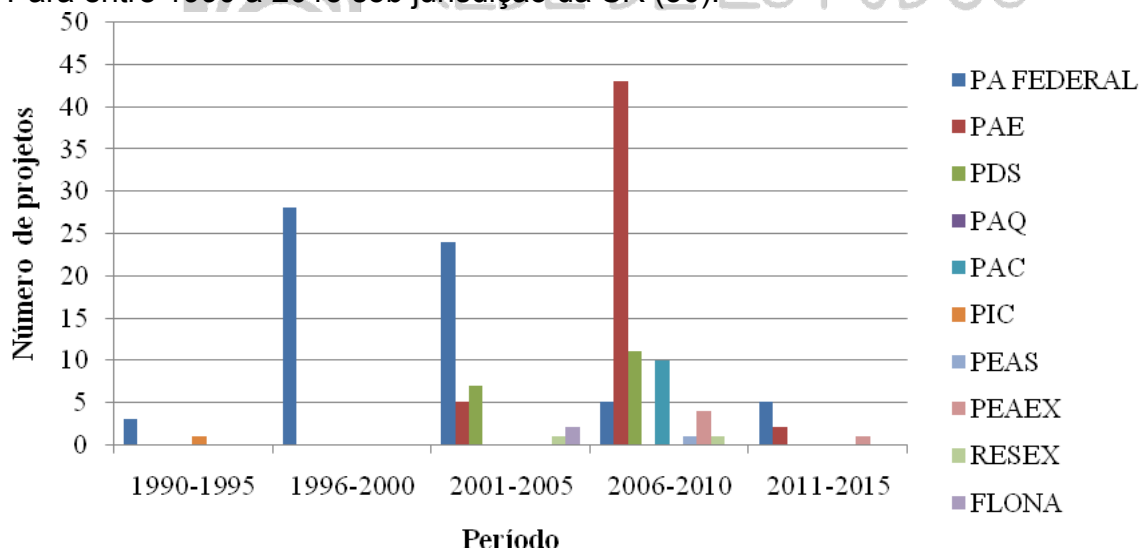


como prioridade nacional a partir de 1985, visando dar acesso à propriedade de terra a 1,4 milhão de famílias, menos de 6% da meta foi alcançada.

Em todo o Brasil, no período entre 1990 e 1995, foram criados e implantados apenas quatro projetos de assentamento, fato que, embora apareça como número pouco significativo, quando correlacionado aos anos 1970, poder ser considerado como avanço (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Entre 1996 até 2000, houve expressivo aumento no número de projetos criados – 28. Os dados apresentados no Gráfico 01 mostra que entre os anos 1990 e 2000 as modalidades criadas foram PA e PIC, o que coaduna com a principal questão agrária que subsidiara à Reforma Agrária até os anos 90: a distribuição de terra.

Gráfico 1 – Quantificação das modalidades de assentamentos criados no Oeste do Pará entre 1990 a 2015 sob jurisdição da SR (30).



Org: do Autor, 2019.



Tourneau e Bursztyn (2010) consideram que isso foi possível através do programa de desapropriação e aquisição de terras proposto no governo de Fernando Henrique Cardoso e mantido pelo governo Lula.

Este fato corroborou para a criação de 40 projetos de assentamento em diversas modalidades na região Oeste do Pará entre 2001 e 2005, período em que surgiram os primeiros projetos ambientalmente diferenciados na região, sobretudo na modalidade PAE (Gráfico 1).

Porro et al. (2016) relatam que a criação de assentamentos ambientalmente diferenciados para Amazônia passou a acontecer de fato a partir de 2003, e que seu objetivo principal foi conciliar a produção agrícola nos lotes, com menores índices de desmatamento.

Quadro 02 – Modalidades de assentamentos que há na Superintendência Regional do INCRA de Santarém/PA – SR (30), Região Baixo Amazonas.

PROJETO	SIGL	CARACTERÍSTICA
Projeto de Assentamento Federal	PA	Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária.
Projeto Especial Quilombola	PAQ	Essa modalidade assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, o reconhecimento da propriedade definitiva.
Projeto de Assentamento	PAC	Modalidade de projeto que estabelece parcerias com associação de produtores ou



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Conjunto		cooperativas.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Essa modalidade de Assentamento é destinada à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Modalidade de projeto criada para desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.
Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista e Projeto Estadual de Assentamento Sustentável	PEA EX e PEA S	As Unidades de Uso Sustentável criadas pelo IBAMA/ICMBio visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, sendo que as famílias residentes em RESEX'S e em FLONA'S, são passíveis de reconhecimento como beneficiárias do II PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária) pela Portaria INCRA.
Reserva Extrativista	RES EX	Área utilizada por populações tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, objetivando proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável



		dos recursos naturais da unidade.
Floresta Nacional	FLO NA	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica.

FONTE: Adaptado de Louzada (2011) e Brasil (2015). Org: do Autor, 2020.

Conforme mostrado no Gráfico 01, no Oeste do Pará houve aumento significativo no número de assentamentos entre 2006 e 2010. Os dados equivalentes a esse período (Gráfico 01) mostram que houve continuidade na criação de projetos ambientalmente diferenciados de maneira acentuada, com expressivo número de PAE criados e, secundariamente, de PDS, além do surgimento de outras modalidades, a exemplo do PAC, PEAS e PEAX. Entre 2002 e 2011 houve um crescimento de 73% no número de assentamentos criados.

A partir de 2011 houve declínio na criação de assentamentos, o que pode ser atribuído à falta de áreas adequadas e disponíveis, além de recursos para investimentos e implementação das políticas públicas nessas áreas. Alencar et al. (2016) conta que são muitos os desafios que dificultam à implementação, gestão e consolidação dos assentamentos na Amazônia, fundamentalmente por questões financeiras.

Essa característica pode ser explicada pela transformação da até então Unidade Avançada de Santarém em Superintendência Regional de Santarém – SR (30), o que favoreceu a intervenção estatal na regularização fundiária da região. A Superintendência Regional do INCRA em Santarém (SR-30), foi criada por meio da Portaria/INCRA/P/ n. 284, de 30 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2005, motivada pela necessidade de administrar melhor as



áreas públicas da União arrecadas pelo INCRA, considerando suas dimensões e a distância da SR 01 (sediada em Belém), fato que dificultava a gestão.

O motivo extraoficial para sua criação foi o assassinato da missionária Dorothy Stang, em Anapu, responsável pela criação do primeiro Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, o PDS Esperança, fato que resultou na desapropriação e arrecadação de terras pelo INCRA, prejudicando fazendeiros e madeireiros da região, que se sentindo lesados, encomendaram sua morte. Diante da repercussão do crime, foi deliberada a necessidade da criação de uma Superintendência no Oeste do Pará, que a princípio teria Sede no município de Itaituba, mas posteriormente foi decidido que teria sede em Santarém.

No total foram criados neste período 75 assentamentos de variadas modalidades, sobretudo na modalidade PAE, que cumulativamente até 2015 somou 52 projetos criados, ocupando segundo lugar na escala do número de assentamentos criados, ficando atrás somente da modalidade PA, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Situação dos assentamentos sob jurisdição da SR (30) em 2015.

MODALIDADE DE PROJETO DE ASSENTAMENT O	QUAN T. (SIPR A) ¹	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS (Nº) (SIPRA) ¹	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADA S (SIPRA) ¹	Nº DE LOTES DISPONÍVEI S (SIPRA) ¹
PA	54	15.577	13.621	1956
PAE	52	21.842	19.655	2187



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



PDS	21	9.884	6.103	3781
PAQ	5	1.479	1.249	230
PAC	10	2.380	2.087	293
PEAS	1	33	26	7
PEAEX	5	1.904	1.861	43
RESEX	2	5.372	4.952	420
FLONA	2	1.400	1.346	54
TOTAL	152	59871	50900	8971

1 Número de projetos e famílias retirado da base de dados SIPRA e Relação de Beneficiários – RB disponível no sistema SIPRA.

Org: do Autor, 2019.

Quanto ao número de famílias que ocupam lotes na área de abrangência da SR (30), como apresentado na Tabela 2, dentre as modalidades de assentamentos com maior número de beneficiários destaca-se o tipo PAE – somando 21.842 vagas, das quais 19.655 estão ocupadas. As modalidades PA e PDS, consecutivamente, são a segunda e a terceira modalidade de maior ocorrência e com maior número de beneficiários.

Nessa lógica, ainda que os dados de 2015 mostrem que há mais de 50 mil assentados nos assentamentos sob jurisdição da SR (30), há aproximadamente 9 mil lotes de terra disponíveis para famílias com aptidão para o desenvolvimento de atividades como o manejo, extrativismo, agricultura, e muitos outros ligados ao uso dos recursos naturais.

Acredita-se que esses lotes estejam situados em áreas remotas, de difícil acesso, sem água potável, estradas, escolas, sendo estas as principais justificativas

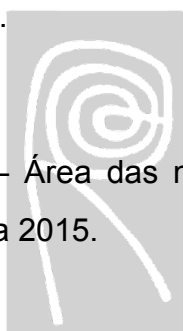


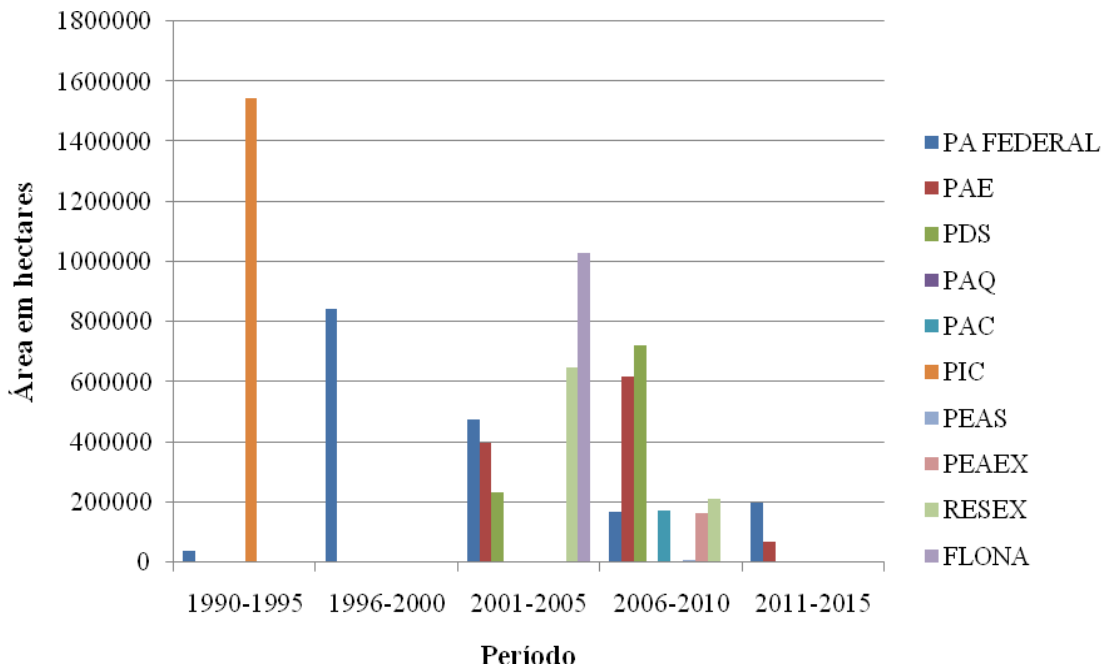
para evasão. Outro motivo está relacionado ao fato de que muitas famílias que ocupam lotes não estão cadastradas na Relação de Beneficiários, de modo que há registro da ocupação desses lotes no sistema.

O espaço físico ocupado pelos assentamentos

Em relação ao tamanho da área ocupada pelas diferentes modalidades de projetos, a extensão de área destinada foi claramente expressiva entre 1990 e 1995 na modalidade PIC (Gráfico 2). A partir de 1996 até 2005 houve maior destinação de áreas para criação de PA em decorrência da intensificação da regularização fundiária por meio dessa modalidade em detrimento da criação de projetos de colonização.

Gráfico 2 – Área das modalidades de assentamentos criados no Oeste do Pará entre 1990 a 2015.





Org: do Autor, 2019.

Apesar de durante a década de 1990 e início dos anos 2000 terem sido criadas outras modalidades de assentamento, nota-se predileção pela criação de PA, como também foi observado por Tourneau e Bursztyn (2010) e Alencar et al. (2016).

Durante aquele período as pautas ambientais paulatinamente passaram a fazer parte da agenda do movimento de luta pela terra, entretanto, na agenda política brasileira predominava o acesso à terra e a tecnologias como bandeiras da reforma agrária.

Os dados mostram que a partir de 2005 houve mudança nessa propensão quanto à destinação das áreas para criação de PA no Oeste do Pará, de modo que foram destinadas áreas para implantação de projetos nas modalidades que favorecessem a sustentabilidade ambiental. Tourneau e Bursztyn (2010) e Alencar et



al. (2016) destacam que foi priorizado a criação de PAE, PDS, FLONAS e RESEX nas áreas onde predominam florestas.

Melo et al. (2016) em estudo realizado em escala nacional baseado nos dados do SIPRA, mostrou que em 2015 haviam no Brasil 129 projetos de assentamento do tipo PDS. Esses dados expressam a opção governamental de investir no ordenamento territorial a partir de modalidades de assentamento de cunho conservacionista.

A modalidade que apresentou maior extensão de áreas foi o PDS, com 1.339.609,3480 ha, seguida da modalidade PAE com área equivalente a 990.022,7941 ha.

Esses resultados coadunam com os escritos de Alencar et al. (2016) o qual descrevem que a partir de 2004 a criação de assentamentos, principalmente em termos de área, é direcionada a essas modalidades, as quais ocupam 41% da área dos assentamentos na Amazônia, especialmente PDS localizados, dentre outras SR, na SR de Santarém.

Da criação à consolidação: as fases de implementação dos projetos de assentamentos do município de Santarém

Quanto à situação dos assentamentos, importante salientar a importância das fases de implementação como indicadores da realização da reforma agrária em conformidade com o estabelecido nas metas governamentais contidas no II PNRA, dentre elas a qualidade de vida a partir da promoção da igualdade social aliado a sustentabilidade ambiental (ALENCAR et al., 2016).

A operacionalização da reforma agrária no Brasil ocorre em 4 passos basilares. O primeiro deles tem início com a criação do Assentamento, seguido da



Implantação deste. O terceiro passo dar-se com a divisão em lotes, instalação das famílias e disponibilização dos primeiros créditos. E o quarto passo fundamenta-se na Estruturação do Assentamento, com a abertura de estradas, construção de casas, passagem de energia elétrica, oferta de créditos e Assistência Técnica (INCRA, 2020).

O processo inicia-se com a obtenção da área para criação do assentamento, correspondendo a fase 0, e ao passo que as famílias são assentadas mediante publicação de RB – fase 2, inicia-se o processo de instalação das famílias nos lotes, com a disponibilização do crédito apoio. As demais fases de estruturação, consolidação e assentamento consolidado são implementadas à medida que são disponibilizados os demais créditos para estruturação produtiva, infraestrutura básica e posterior entrega de documentos titulatários aos beneficiários.

Para ilustrar tal proposição, na Tabela 3 a seguir são apresentados os projetos de assentamento criados no município de Santarém, com as respectivas fases de implementação.

Tabela 3 – Projetos de Reforma Agrária conforme Fases de Implementação, Município de Santarém/PA.

PROJETO DE ASSENTAMENTO	DATA DE CRIAÇÃO	FASE DE IMPLEMENTAÇÃO
PA ITUQUI	1987*	Assentamento consolidado
PA MOJÚ I E II	1996*	Em Consolidação
PA BUERU	1998*	Em Consolidação
PA TAPERA VELHA	1998*	Em Estruturação



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



PA CORTA CORDA	1997*	Em Estruturação
PDS IGARAPÉ DO ANTA E CURUÁ-UNA	2001*	Em Instalação
RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS	2003*	Em Instalação
PAE LAGO GRANDE	2005	Assentamento Criado
PAE EIXO FORTE	2005	Assentamento Criado
PDS RENASCER II	2005	Assentamento Criado
PAE ARITAPERA	2006	Assentamento Criado
PAE URUCURITUBA	2006	Assentamento Criado
PAE TAPARÁ	2006	Assentamento Criado
PAE ITUQUI	2006	Assentamento Criado
PEAEX ARUÁ	2009	Assentamento Criado
PEAEX VISTA ALEGRE	2009	Assentamento Criado
PEAS REPARTIMENTO	2010	Assentamento Criado
PEAEX MARIAZINHA ARACATI	2010	Assentamento Criado
PAC BOM SOSSEGO	2006	Assentamento Criado

00 - Em Obtenção; 01 - Pré-Projeto de Assentamento; 02 - Assentamento em criação; 03 - Assentamento Criado; 04 - Em Instalação; 05 - Em Estruturação; 06 - Em Consolidação; 07 - Assentamento Consolidado.

Org: do Autor, 2019.

Dentre os assentamentos localizados no município de Santarém, além dos herdados da SR (01) e que passaram a jurisdição da SR (30), nota-se que muitos



foram criados a partir de 2005, período em que foi criada a SR (30), de modo que em termos de implantação, 68% ainda estão na fase 03.

Este fato mostra a demora na implementação de políticas públicas necessárias para instalação e estruturação das famílias, visto que se passaram quase duas décadas do reconhecimento estatal do direito das famílias ao uso da terra e os assentamentos continuam na fase inicial do processo de implementação.

Assim, constata-se que há necessidade de articular e operacionalizar as políticas públicas de crédito, de infraestrutura, de assistência técnica e de educação para os assentados da reforma agrária, previstas no II PNRA, de modo que esses projetos alcancem a autossuficiência considerada condição para sua consolidação, ou seja, que os beneficiários tenham independência e capacidade para continuar desenvolvendo suas atividades de forma autônoma (sem subsídios do INCRA) mediante a posse definitiva das terras, fato que expressa a relação de dependência entre as variáveis desenvolvimento e consolidação dos assentamentos.

Alencar et al. (2016) relatam que na Amazônia, a soma dos assentamentos que encontram-se consolidados corresponde a 6%, os quais majoritariamente são de projetos convencionais, enquanto que os projetos das categorias ambientalmente diferenciados, encontram-se nas fases iniciais. Tais dados estão em conformidade com resultados obtidos para SR (30). Santarém, em 2015, dos dezenove projetos que há no município, apenas um, de acordo com os dados do SIPRA, encontrava-se consolidado. Entretanto, até mesmo esse assentamento voltou ao status de assentamento em consolidação (SIPRA, 2020).

O Art. 88 da Instrução Normativa nº 99, de 30 de Dezembro de 2019 elenca alguns critérios que devem ser considerados para a efetivar a consolidação dos projetos de assentamento, dentre eles, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e a conclusão dos investimentos em implantação de infraestrutura, aplicação de crédito e titulação. Diante disso, tendo em vista que em



nenhum dos projetos esses critérios foram concluídos na área de abrangência da SR (30), não houve finalização do processo de reforma agrária em nenhum dos assentamentos criados.

A transformação da então Unidade Avançada de Santarém em Superintendência foi algo que ocorreu sem o planejamento adequado. Passaram a responsabilidade da nova superintendência, todas as atribuições das políticas complementares de reforma agrária, desde o planejamento, licenciamento ambiental, revisão ocupacional, retomada de lotes com ocupação irregular, seleção e assentamento de famílias, crédito instalação, habitações, obras de infraestrutura (água, energia elétrica, demarcação, etc.), educação, assistência técnica, titulação, até regularização fundiária, fiscalização cadastral, certificação de imóveis rurais, acompanhamento e resolução de conflitos agrários, regularização de territórios quilombolas, e ademais atribuições que deveriam ser competência da SR 01. Tudo isso com um limitado número de servidores, o que corroborou para o atual cenário, onde se quer um único assentamento foi consolidado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Oeste do Pará, os projetos de assentamentos estão distribuídos em 10 modalidades, predominando àquelas de caráter conservacionistas afiliadas às características das populações locais. A reunião dos dados acerca número de projetos de assentamentos criados nas modalidades presentes na região, área que ocupam, capacidade de beneficiários por assentamento, número de famílias assentadas, e número de vagas disponíveis, mostram a predileção pela criação de assentamentos que favoreçam atividades ambientalmente diferenciadas, sobretudo entre 2006 e 2010.



Contudo, no que se refere às fases de implementação, 68% dos projetos de assentamento estão estagnados na fase 03, ou seja, as famílias não tiveram acesso as políticas públicas previstas no II PNRA que são operacionalizadas pelo INCRA (crédito, infraestrutura, assistência técnica e educação).

A baixa implementação dessas políticas fragiliza a Reforma Agrária enquanto processo e inviabiliza o cumprimento da prerrogativa de utilização racional, tanto do espaço físico quanto dos recursos naturais nos projetos de assentamento, bem como da qualidade de vida das famílias assentadas. Assim, apesar de haver reconhecimento estatal da condição agroextrativista e do modo de vida conectado às florestas e aos rios, a criação de assentamentos rurais não assegurou o usufruto das prerrogativas estabelecidas pelo II PNRA.

5 REFERÊNCIAS

ALENCAR, A; PEREIRA, C; CASTRO, I; CARDOSO, A; SOUZA, L; COSTA, R; BENTES, J. A; STELLA, O; AZEVEDO, A; GOMES, J; NOVAES, R. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades.** IPAM, Brasília, DF, 93p. 2016.

DAVID, M. B. de A; WANIEZ, P; BRUSTLEIN, V. **Atlas dos Beneficiários da Reforma Agrária.** Estudos Avançados. Vol. 11, nº 31. São Paulo. Pág. 51 – 68. 1997.

FATORELLI, L; MERTENS, F. Integração de Políticas e Governança Ambiental: o caso do Licenciamento Rural no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade.** P. 401-415. 2010.



INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Reforma Agrária no Brasil. Disponível em www.incra.gov.br/reformaagraria.

BRASIL. Instrução Normativa nº 39, de 11 de Junho de 2007. Trata do programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) dos assentamentos resultantes da reforma agrária- PAC no âmbito do Incra. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Publicado em: 25 de Junho de 2007. Seção: 1. Página: 77.

BRASIL. Instrução Normativa nº 99, de 30 de Dezembro de 2019. Fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Publicado em: 31 de Dezembro de 2019. Edição: 252. Seção: 1. Página: 52.

IPAM/INCRA. **Projeto Básico de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Agroextrativista** Urucurituba. 2010.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População, SCIELO**. Vol. 28 n.1. São Paulo. 2011.

MAGALHÃES, S. B. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, J. de S. (Coord.). **Travessias: a vivência da Reforma Agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2ª Ed. Pág. 2009.



MARTINS, J. de S. (Coord.). **Travessias: a vivência da Reforma Agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2ª Ed. Pág. 293. 2009.

MELO, T. G; SCOPINHO, R. A; GONÇALVES, J. C. Entre o Legal e o Real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. In: FERRANTE, V. L. S. B. (Coord.). **Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA**. Araraquara – SP. Vol. 19, n.1, pág. 384. 2016.

MONTE, P. A. do; PEREIRA, A. E. da S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. **Rev. Econ. Sociol. Rural – RESR**, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 04, p. 1023-1040. 2009.

PORRO, N. M; PORRO, R; ASSUNÇÃO, H. N. Roças e Florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: Reflexões para uma Agroecologia no PDS Virola Jatobá. **Retratos de Assentamentos**. Vol. 9, nº 2. 2016.

SIGAUD, L. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: Editora UNESP. Pág. 53-72. 2009.

SILVA, F. C.; SILVA, L. J. M. História Regional e Capital Social nas Mesorregiões Paraenses. **Seminário Internacional – Amazônia e Fronteiras do Conhecimento – NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**. Universidade Federal do Pará. Belém – Pará – Brasil. 2008.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
Rurais

Apoio:



STÉDILE, J. P. **Questão Agrária no Brasil**. Editora Atual, 2º Edição. 2005.

TOURNEAU, F. M. BURSZTYN, M. Assentamentos Rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**.

Campinas. Vol. 13 nº 1. Pag. 111-130. 2010.



REDE DE ESTUDOS
Rurais



**ENTRE AS RUÍNAS DA FERROVIA BAHIA-MINAS E OS VESTÍGIOS DO RIO
GRAVATÁ: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL ATRAVÉS DO
MAPA DA MEMÓRIA COM CAMPONESES DA COMUNIDADE ALFREDO GRAÇA
– ARAÇUAÍ-MG**

FABIANO ROSA DE MAGALHÃES

Mestrado - IFNMG - Campus Araçuaí - 2008

Aneuzimira Caldeira Souza - IFNMG - Campus Araçuaí

Hérica da Silva de Oliveira - IFNMG - Campus Araçuaí

Sara Jane Gomes Cardoso - IFNMG - Campus Araçuaí

Resumo

Pretende-se neste artigo apresentar a perspectiva de identificação de uma comunidade rural com os aspectos que constituem, na visão deles, a sua comunidade. Buscou-se identificar a narrativa dos moradores de uma comunidade rural tradicional do município de Araçuaí-MG, situada no Vale do Jequitinhonha. O recurso para captarmos essa narrativa coletiva foi a elaboração de um mapa da comunidade a partir da memória coletiva de um grupo de agricultores na comunidade Alfredo Graça. A metodologia é definida como mapa da memória, aplicada aos agricultores participantes de um curso de agricultor orgânico, ofertado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Araçuaí, no ano de 2016. A produção do mapa afetivo serviu para constituir as narrativas dos moradores quanto aos aspectos que constituem a sua realidade coletiva. Detectou-se que a água é um elemento de vital importância para a comunidade, fator que permite a construção narrativa do território. Este artigo busca apresentar reflexões acerca da metodologia utilizada, qual seja, a construção de mapas mentais como recurso da construção do sentido de territorialidade, conceito essencial nas análises sobre comunidades tradicionais.



Palavras-chave: Comunidade Rural, Alfredo Graça; Memória da água; Mapa da memória; Territorialidade.

1 INTRODUÇÃO:

No ano de 2017, a equipe de pesquisadores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Araçuaí obteve aprovação de um projeto de pesquisa no âmbito da Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD. O projeto piloto tinha como objetivo geral a manutenção e revitalização do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA). O NEA do IFNMG - Campus Araçuaí teve início no ano de 2010, através de aporte de recursos obtidos através da aprovação de um projeto semelhante ao que ora nos propusemos a desenvolver (NASCIMENTO et al., 2019). Os NEAs têm por objetivo promover o debate e a socialização de conceitos sobre agroecologia e produção orgânica. Uma das ações previstas no projeto mais recente seria a identificação de unidades produtivas e movimentos sociais que atuam com agricultura sustentável e agricultura de base agroecológica no município de Araçuaí e região e a oferta de Curso de Formação Continuada voltado para a promoção da agricultura orgânica e vinculada aos princípios da agroecologia.

É importante saber que o Campus Araçuaí se insere numa região de transição ao semiárido, situado no Médio Vale do Jequitinhonha. Essa consideração inicial já é indicadora da necessidade de estudos e pesquisas no sentido de identificar seu potencial produtivo, na tentativa de vencer os determinantes ambientais e sociopolíticos que atuam como fatores geradores dos baixos indicadores de desenvolvimento sociais, os quais se refletem nas limitações do capital social regional. A região é marcada por êxodo rural-urbano acentuado, através do qual as microrregiões baseadas em atividades econômicas tradicionais apresentam perda populacional para outras regiões consideradas mais dinâmicas. Em suas atividades agrícolas predominam culturas de cereais, leguminosas, oleaginosas, com produção



ainda tímida e precária tendo em vista a ausência de técnicas agrícolas específicas, bem como, de mão de obra qualificada para a assistência às atividades. Um dos aspectos importantes também a ser considerado quanto à região é a importância da agricultura camponesa ainda presente (GRAZIANO e GRAZIANO NETO, 1983), um dos diferenciais com relação ao restante das regiões mineiras, fazendo com que estudos sobre as condições de vida dos sujeitos do campo sejam muito relevantes.

A concepção do projeto apresentado buscou não dissociar a produção orgânica da agroecologia ou ainda, dissociar a agroecologia da compreensão socioeconômica das comunidades envolvidas no projeto.

Conforme Caporal e Costabeber (2004), tem sido muito comum tomar a produção orgânica como se ela fosse sinônimo de agroecologia. Para o autor, apesar dos termos apresentarem uma relação muito próxima, é preciso compreender e diferenciar os conceitos. Enquanto a produção orgânica pode ser inclusive uma das formas da produção agrícola de base capitalista, com a atuação de empresas transnacionais que encontram a oportunidade de explorarem os nichos de mercados voltados ao consumo de pessoas com melhor poder aquisitivo para pagar pelo diferencial do produto orgânico; a agroecologia remete uma contraposição à forma de produção e reprodução da agricultura sob as bases da economia capitalista, questionando inclusive as relações desiguais relacionadas ao acesso à terra no Brasil. Portanto a agroecologia vai além da produção orgânica. Para os autores:

“Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 10)

Desta forma, entende-se que a discussão essencial da agroecologia, no sentido apresentado pelos autores, é que existe a necessidade de compreender os aspectos sociais dos sujeitos da agricultura de base camponesa.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Dentro desta perspectiva, uma das dimensões essenciais do projeto seria compreender os aspectos socioculturais das comunidades no âmbito do projeto. Foi com esse propósito que o Núcleo de Estudos e Pesquisas Rurais – NEPRU - do referido campus, submeteu um subprojeto de pesquisa orientado no sentido de captar as dimensões sociais constitutivas da comunidade de Alfredo Graça, situada no município de Araçuaí. O NEPRU articula-se ao NEA, voltando-se para a compreensão sociológico-antropológica dos sujeitos do campo, com olhar direcionado para as relações de produção e reprodução no Vale do Jequitinhonha.

Os dois núcleos vêm desenvolvendo diversas ações articuladas e complementares. A partir da proposta do projeto piloto, vários parceiros e colaboradores foram estabelecendo formas de atuação. As parcerias propiciaram também novos olhares e novas ações foram incorporadas ao trabalho dos Núcleos. As ações contempladas no projeto beneficiam discentes e professores dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em Meio Ambiente e Agroecologia, do curso superior em Engenharia Agrícola e Ambiental e Tecnologia em Gestão Ambiental do IFNMG – Campus Araçuaí, assim como estudantes da Escola Família Agroecológica de Araçuaí (EFA), povos e comunidades tradicionais do município e região de Araçuaí, agricultores familiares e/ou em transição agroecológica ou envolvidos com a produção orgânica e demais colaboradores.

Dentre as ações do projeto, destaca-se a capacitação dos sujeitos envolvidos com a realização de seminários, palestras, participação em eventos, cursos, visitas técnicas, e curso de Formação Inicial e Continuada - FIC- Agricultor Orgânico. Um curso de 160 horas, distribuídas ao longo do ano de 2019, destinado aos pequenos agricultores locais e jovens residentes no meio rural, e públicos prioritários dos programas do Governo Federal que se associam ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para a realização da atividade escolheu-se a Comunidade Rural Alfredo Graça.



1.1 O curso de agricultor orgânico

Antes de tratarmos das narrativas dos agricultores/as da comunidade escolhida, convém apresentar os aspectos relacionados à elaboração e desenvolvimento do Curso de Agricultor Orgânico, sobretudo porque foi a partir desse curso que abriu a perspectiva de compreensão da dimensão comunitária que permeava a trajetória dos integrantes do curso. De fato, o próprio curso, no seu desenvolvimento, já apresentava elementos que nos permitiram, posteriormente, discutir aspectos da comunidade, a partir das narrativas dos agricultores/as.

Toda organização do curso foi previamente discutida com os agricultores, dentro da metodologia da observação participante, cuja ênfase está no respeito e aproximação com os sujeitos da pesquisa (MINAYO, 1993).

O curso foi ministrado em 7 módulos (por temáticas) no decorrer do ano de 2019. Os encontros ocorreram de quinze em quinze dias quase sempre nas terças ou quintas-feiras, alguns finais de semanas também foram usados, o local utilizado foi o centro comunitário da comunidade, mas também nas propriedades de alguns cursistas quando havia prática de campo, no Campus do IFNMG, na escola para uso do laboratório de Informática e em visita técnica no Sítio Maravilha, que é um sítio de práticas de permacultura. Os temas trabalhados foram: Comunicação e Expressão Oral, Associativismo e Cooperativismo, Economia Solidária, Conteúdos sobre compras públicas da agricultura familiar - PNAE e/ou PAA - coordenados, respectivamente, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Ministério da Educação e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS – Introdução a Agricultura Orgânica Manejo de Propriedade Orgânica: certificação e comercialização, Manejo Agroecológico na produção de Ovinos, Educação Ambiental, participação do Seminário Mel Orgânico, Instalação de uma unidade de Sistema Agroflorestal no IFNMG/Campus Araçuaí.



Não é propósito de nosso trabalho nos debruçarmos sobre os aspectos específicos de cada eixo desenvolvido durante o curso. Para efeito de nossa análise, o curso coloca-se como um meio através do qual pudemos chegar ao núcleo de nossa análise. Em alguns momentos foi possível destacar elementos para a constituição do pertencimento à comunidade.

2 A COMUNIDADE ALFREDO GRAÇA

A comunidade do Graça - Distrito de Araçuaí-MG está situada acerca de 30 quilômetros da sede do município de Araçuaí, à margem do Rio Gravatá. Conta com cerca de 160 famílias. Historicamente a comunidade foi constituída em torno da antiga Rede Ferroviária Bahia-Minas, inclusive o nome da comunidade originou-se do Engenheiro responsável pela construção daquele trecho da ferrovia. A Estação Alfredo Graça foi inaugurada em 31/05/1940 e desativada em 03/05/1966 (GIFFONI, 2006, p. 297). No centro da comunidade ainda persiste a antiga estação com a caixa d'água que abastecia a locomotiva. A história da comunidade é perpassada pela antiga ferrovia que é um marco importante para o Vale do Jequitinhonha.

Outro elemento que merece destaque é o assentamento de Reforma Agrária através de um projeto Paraterra, em 2001 (PÊSSOA, 2012). Cavalieri (2010) em estudos sobre migração no Vale do Jequitinhonha caracterizou esse assentamento, afirmando que se candidataram 55 famílias, e, destas, 25 famílias foram selecionadas. Fruto do Projeto de Reforma Agrária de Mercado, comprada por um grupo de agricultores em 2000, por intermédio do Programa Banco da Terra, em 2001, 750 hectares de terras foram distribuídas por 21 famílias. Quatro famílias haviam saído do programa antes da divisão. Cada família recebeu 32 hectares no processo de divisão da terra. Muitos dos assentados foram colonos da antiga fazenda que deu lugar ao assentamento. No momento, os agricultores finalizaram ou



estão finalizando o pagamento de um montante de cerca de 284 mil Reais, pagos ao Banco do Nordeste (CAVALIERI, 2010).

O curso foi constituído por agricultores(as) vinculados a esse assentamento e contou com 26 estudantes, com idades entre 15 a 66 anos, sendo a maioria mulheres (21).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS: OS MAPAS DA MEMÓRIA COMO RECURSO DA CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADE

Dentre as atividades promovidas no módulo: comunicação e Expressão Oral, uma dinâmica foi utilizada para trabalhar a dimensão da memória da comunidade. Na oportunidade propôs-se que os estudantes elaborassem o Mapa da Memória – ou mapa afetivo, como tem sido também denominado. De antemão, a partir do levantamento dos problemas da comunidade, apresentados por ocasião do planejamento participativo do curso, um dos temas mais destacados foi a água. Desta forma, a proposta do mapa da memória poderia – mas não obrigatoriamente – passar pela temática da água.

Esta proposta partiu do pressuposto de que, para aquela comunidade, era significativo o resgate da “memória da água”, dado que atualmente os(as) agricultores(as) familiares vêm enfrentando sérios problemas em relação ao acesso, utilização e preservação da água, pois muitos mananciais estão praticamente secos e/ou sobrevivem apenas em épocas de ‘cheia’ (RIBEIRO e GALIZONI, 2003).

À medida que iam construindo os mapas e localizando os antigos mananciais, os ‘mais velhos’ do grupo de agricultores, participantes do curso, iam ‘contando’ sobre o Rio Gravatá, principal fonte de abastecimento da Comunidade. Observou-se que durante a construção dos mapas houve a identificação de mananciais extintos e sobre as atividades desenvolvidas ao longo das áreas agricultáveis. De outro lado, outras narrativas ultrapassam a temática da água, evidenciando outros temas,



relembrando hábitos, brincadeiras, comportamentos dessas populações, possibilitando a reconstituição de uma memória individual/coletiva. É a partir dessas narrativas que se busca entender a constituição de um pertencimento individual/coletivo. Dessa maneira, pôde-se esboçar uma caracterização inicial da Comunidade do Graça- Distrito de Araçuaí-MG, por meio da memória dos próprios agricultores envolvidos.

Gostaríamos de discutir os aspectos e possibilidades associadas à metodologia do mapa da memória. A sala foi dividida em 3 grupos, para os quais passou-se a atividade a ser produzida. Cada grupo deveria elaborar, livremente, a memória sobre o Rio Gravatá antes e depois, buscando evidenciar as alterações ambientais percebidas e suas relações com os afluentes e com o rio.

Como eram narrativas descritivas de lugares, a reconciliação evidenciada permitiu observar as relações dos sujeitos-narradores, mas também possibilitou o entendimento das relações da comunidade com o próprio rio e a simbologia da antiga Estação, permitindo desvelar histórias da comunidade que permitiram as alterações ambientais verificadas hoje. Evidenciou-se, pois, nas narrativas o papel que a comunidade desempenhou para o atual estado do Rio Gravatá, principal fonte de abastecimento da localidade e de outras próximas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de avançarmos para a apresentação dos resultados da nossa proposta investigativa, gostaríamos de colocar em evidência o horizonte que pretendemos descortinar a partir das análises. Pretendemos compreender o que é uma comunidade rural tradicional. De fato, tem sido importante tema de investigações no campo da antropologia e sociologia, sobretudo porque o resgate da dimensão do pertencimento a um território tradicional, tem sido um dos elementos centrais na



defesa dos territórios das comunidades tradicionais frente à exploração capitalista da terra.

O propósito nos faz propor duas questões norteadoras: 1) o que é uma comunidade? 2) Qual a relação do indivíduo com a comunidade?

O esclarecimento da primeira questão é essencial para o nosso trabalho, pois implica em estabelecer as particularidades territoriais de espaço sociocultural chamado comunidade. Para caracterização de comunidade, Bottomore (1973) apresenta a seguinte definição extraída de Tönnies:

A comunidade é definida pelo fato de 'viver junto, de modo íntimo, privado e exclusivo, e Tönnies dá, como exemplos de grupos baseados nesse tipo de relações, a família ou grupo de parentesco, a vizinhança (aldeia rural) e o grupo de amigos. (BOTTOMORE, 1973, p. 106).

E, continuando fazendo uma diferenciação com o conceito de associação, informa que:

(...) nas comunidades os indivíduos estão envolvidos como pessoas completas que podem satisfazer todos os seus objetivos no grupo, ao passo que, nas associações, os indivíduos não estão totalmente envolvidos, mas buscam a realização de fins específicos e parciais. (...) uma comunidade é unida por um acordo, de sentimento ou emoção entre pessoas, ao passo que uma associação é unida por um acordo racional de interesses. (BOTTOMORE, 1973, p. 106).

Guardemos também a definição de Cândido (1975) para o bairro, termo que ele utiliza para se referir à comunidade rural caipira. Para ele o bairro

é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. (CANDIDO, 1975, p. 62).



Esse primeiro aspecto revela a importância da dimensão espacial - o território - sem a qual não haveríamos como situar a comunidade. O território é termo tomado da geografia, indica mais do que um simples espaço. No caso do grupo em questão, eles se identificam a partir da convivência e necessidade de cooperação. Um elemento intrinsecamente associado à noção de território é "...o sentimento de localidade existente nos seus moradores. (...). Entenda-se: [o bairro é] a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras. (CÂNDIDO, 1975 p. 65).

Revela também a dimensão da cultura, no sentido que os antropólogos dão a esse conceito, ou seja, não somente os costumes, mas também os mecanismos de sobrevivência, as práticas cotidianas, os elementos simbólicos que integram cada um dos componentes daquele grupo (GEERTZ, 1989). Desta forma, compreende-se que cada comunidade realiza uma das possíveis formas da humanidade. Cada festividade, os lugares que são estabelecidos para a religiosidade, os cemitérios, os trabalhos coletivos, as práticas medicinais, dentre outros aspectos, são elementos que podem ser combinados e vivenciados de diferentes maneiras, por cada comunidade. De fato, os homens são as únicas criaturas que precisam estabelecer e interpretar os diferentes sentidos para cada ação que realiza.

O outro aspecto diz respeito à relação do indivíduo com a comunidade. Como e quando posso dizer que um indivíduo pertence a uma comunidade? De fato, se uma comunidade se caracteriza pelos atributos culturais e espaciais que apresenta, pertencer a uma comunidade, por parte dos indivíduos, quer dizer assumir, autonomamente, esses atributos enquanto parte de sua vida.

A proposta metodológica evidencia uma noção territorial importante para a definição do sentimento de pertencimento à comunidade. Os sujeitos envolvidos com a atividade proposta ressaltaram os problemas atuais do rio e da água, sem se esquecerem de como era o rio antes. Outro elemento importante que marcou as exposições foi a presença da ferrovia, que marcou o surgimento de Alfredo Graça. A



memória da antiga ferrovia está presente e outros estudos constataram essa importância.

Destaca-se também a riqueza de detalhes com relação aos lugares que têm água ou que não têm mais, além de um registro sobre o lugar onde nasce o Rio Gravatá. A fala de um dos participantes do curso merece ser apresentada, já que reforça a narrativa coletiva produzida pela comunidade:

Na verdade, o que acontece, nesta época a gente não tinha muitos moradores, nós tinha recursos naturais que eram bem mais valioso do que a gente tem hoje. O que que acontece, naquela época minha vó contava o seguinte: tudo que eles comiam eles mesmos produziam. Então eu acredito que tinha muita plantação de milho, arroz, feijão, café, urucum, ... e hoje a gente acha tudo pronto neh... naquela época não. Naquela época você comia o que você produzia. Então, tinha a linha de trem também que era movida a água... principalmente a carvão... que era a Maria Fumaça... e minha vó contava o seguinte: quando saia a Maria Fumaça saia da estação a gente mora a mais ou menos a um quilômetro daqui do Graça... Então, quando essa saia daqui do Graça e apitava... Dizendo ela que quando chegava na metade da estrada que passava por ela, ela já começava a tremer, porque como os trilhos são estreitos... apesar do trem ser muito grande, os trilhos eram muito estreitos. Então assim, era uma linha que passava bem próxima do rio. Então como não tem muita população eu acredito que não tinha muita queimada. Não tinha o desmatamento que a gente tem hoje. Nesta época era muito bonito. Eu vi umas fotos bem antiga em preto e branco. Que naquele [livro] mesmo que (...) me mostrou tem algumas fotos que dá pra gente vê. Não sei se nesse tem, mas eu vi um bem parecido. E assim naquela época se for comparado a hoje a gente tinha uma riqueza que hoje infelizmente a gente não tem. Eu lembro que eu peguei muito piau com a minha mãe e hoje em dia a gente nem vê falando nesse peixe mais. Curimatã tinha e hoje em dia não tem mais. Então, assim, nisso eu tô com quase quarenta, eu acredito que o que aconteceu ai há cinquenta sessenta



anos atrás não chega nem na metade do que eu vim à conhecer. Então assim, os recursos naturais eram mais abundantes que hoje. (Informação Verbal)

Tal exposição foi feita por uma jovem agricultora. Note-se o recurso à narrativa oral passada de geração em geração, desde a avó. De fato, isso constitui um elemento essencial para o estabelecimento de laços de solidariedade social intergeracional.

No processo de elaboração do mapa da memória esses sujeitos coletivos constituem elos com a história que continua a ser vivida. Na oportunidade da atividade desenvolvida, destacamos também a presença de agricultores mais velhos que foram fundamentais para buscar elementos importantes da trama da comunidade. Esses sujeitos remetem a dois conceitos equivalentes, embora utilizados, por vezes, em contextos diferentes. Trata-se do conceito de “guardiões da memória” e o conceito de “Griôs”. O primeiro termo tem sido utilizado de forma livre por diversos autores, alguns dos quais sem o esclarecimento do seu sentido, já que o entendem como explicativo por si. Uma autora que traz uma definição a partir da Psicologia Cultural é Caixeta (2006, p. 12), referindo-se às pessoas que se colocam como narradores “... privilegiados das histórias da família, onde a prática de narrar é acompanhada, transformada e reforçada pela coleção de objetos múltiplos (...)”. O outro conceito – Griôs ou Griot – é utilizado para identificar os sujeitos que são reconhecidos pela capacidade de contarem história da própria comunidade. Por diversas vezes encontramos esse termo associado às comunidades quilombolas, destacando que suas narrativas orais remetem à ancestralidade. Por esses motivos, os griôs são elementos importantes na permanência de práticas da comunidade. (DUTRA, 2015).

Juntamente com essas definições que remetem aos sujeitos da memória que portam parte da narrativa, há também a dimensão espacial que se associa também a esta dimensão da memória trazida pelos sujeitos. Não há como falar em comunidade sem ter em conta a dimensão territorial. Daí a importância de se



trabalhar com os mapas da memória, remetendo à junção entre os indivíduos e o espaço.

A propósito dessa questão espacial Seemann (2003, p. 43) sugere que:

(...) a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada. Neste sentido, lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música) podem servir como possíveis referenciais espaciais para a memória.

Adiante, no mesmo texto, o autor justifica o uso da metodologia dos mapas da memória, destacando o seu caráter dinâmico.

O mapa nunca é o ponto final, mas um estímulo muito poderoso para a memória e a construção da identidade. Desta maneira, uma carta topográfica ou uma planta urbana podem tornar parte da vida de uma pessoa que, na leitura de um mapa, não apenas “localiza” lugares ou “se orienta”, mas também chega a reconhecer localidades, percursos, casas de amigos, lembranças etc. [...] Desta maneira, o lugar se torna um referencial para a memória. As casas e paisagens têm histórias para contar e podem ser associadas a pessoas e acontecimentos. (SEEMAN, 2003, p. 48 e 50)

Na oportunidade, o Sr. Beu se destacou como um dos Guardiões da Memória. Por ter nascido e ter vivido os diversos momentos da história da comunidade, sua participação foi muito importante para fazer a conexão com os diversos sujeitos integrantes do mapa da memória. Por ele ter vivenciado diversos momentos da comunidade, lembra-se de cor dos diversos afluentes do Rio Gravatá, muitos dos quais já nem existem mais. A ferrovia também ganhou um espaço significativo dentro do mapa da memória. Muitos que participaram da atividade não chegaram a vivenciar diretamente a época em que a ferrovia existia, todavia, como parte de uma história contada de geração em geração, muitos deram suas contribuições, sentindo-se também parte daquela dimensão histórica.



Verifica-se a importância dos “guardiões da memória” para fazer a interconexão sobre os momentos vividos pela comunidade. De fato, ao ser desenvolvida em grupo, a atividade permitiu um diálogo entre os membros da comunidade, dos mais novos com os mais velhos. A construção dos mapas fez emergir parte da trama tecida pela própria comunidade que não havia sido revelada ou então, que não havia sido elaborada ou compreendida pelo conjunto dos agricultores envolvidos na mesma tessitura da memória. Neste ponto da atividade percebeu-se que não conta só a narrativa dos mais experientes, ou seja, aqueles sujeitos tidos como “guardiões da memória” ou griôs. De fato, é a interlocução que merece ser percebida. Desta forma, não se trata de uma narrativa que envolve, de um lado, o narrador e, de outro, o ouvinte passivo. A elaboração gráfica do mapa permite que os sujeitos envolvidos discutam coletivamente os aspectos da memória a serem lembrados ou aqueles que não merecem ser.

Paradoxalmente, o que define a identidade territorial para os camponeses da Comunidade de Alfredo Graça, são os vestígios, ou seja, os elementos simbólicos e materiais que já não existem mais ou estão seriamente ameaçados. Os vestígios são algumas coisas que já não estão lá, mas sabe-se que outrora marcava o auge da comunidade. Assim são, então, os vestígios da antiga Estrada de Ferro Bahia-Minas. Alguns trechos da ferrovia ainda estão lá, quase totalmente tomados pelas estradas de acesso local. A Antiga estação também está lá, como marco maior da comunidade. Praticamente todo morador tem algo a contar sobre os tempos em que a locomotiva transitava por aquela estação. Existe uma satisfação em contar as histórias que foram passando de geração para geração. Há uma sensação de dramaticidade envolvendo as narrativas: os informantes consideram que a ferrovia trazia desenvolvimento para a comunidade.

Outros vestígios são ligados à relação da comunidade com o meio-ambiente, particularmente os vestígios do que outrora constituiu a rede hidrográfica do principal rio que abastece a comunidade – o Rio Gravatá. Através do mapa da água pode-se



reconstituir as antigas minas d'água e os antigos córregos que hoje não existem mais.

As transformações ambientais, associadas à tecnologia e poluição dos mananciais, são o resíduo com os quais a comunidade precisa lidar para sobreviver. A problemática da água chega a ser dramática, pois impede a prática de atividades, como a agricultura orgânica, como muitos agricultores gostariam de praticar. Conforme fala recorrente, não é possível praticar uma agricultura com bases agroecológicas utilizando-se da irrigação do Rio Gravatá. Os agricultores/as informaram que o rio já chega poluído à comunidade, em função de esgoto, além do uso de agrotóxico que é utilizado à montante do rio.

5 CONCLUSÃO

O estudo que apresentamos não pretendeu, nem pode ser tomado como uma descrição exaustiva da comunidade. Não falamos da comunidade como se fosse um bloco monolítico. Há contradições internas, e nem todos os integrantes do curso partilham as mesmas visões sobre a comunidade. O próprio assentamento da Reforma Agrária já é um recorte dentro da comunidade, fato que inclusive refletiu na composição da turma.

Todas essas questões evidenciam uma das problemática motrizes das ciências sociais: a relação entre o indivíduo e a sociedade. Ao explorarmos as representações sociais dos agricultores/as percebemos que as histórias individuais são constituídas de parte da narrativa coletiva da comunidade. Por outro lado, também é possível conceber que a história da comunidade se faz desde a trama silenciosa tecida por cada indivíduo. Tal constatação é relevante, sobretudo porque o próprio exercício do mapa da memória pode ser visto como uma espécie de tessitura. As relações familiares e de trabalho se mesclam. Trata-se de uma relação



dialética. Por isso não há como definir a primazia de um dos elementos, mas sim uma relação recíproca.

Enfatizamos a relevância de se construir esses espaços da memória coletiva. A metodologia propiciou uma experiência intergeracional, com a troca de informações. Remete ainda à recuperação da propriedade de se falar de algo vivenciado pelo grupo, o que também seria uma forma de se apropriar da própria história construída pela comunidade.

De fato, encontramos uma ausência documental sobre as dinâmicas territoriais das comunidades do Vale do Jequitinhonha. Praticamente não existem estudos sobre esses territórios tradicionais. O recurso à construção da memória da comunidade talvez seja um dos elementos mais intrinsecamente associado à luta pelos direitos territoriais. Decerto, reconhecer-se como parte de uma comunidade, além de reconhecer a própria noção de território, com suas paisagens e atributos socioculturais é ponto de partida para que tais comunidades possam lutar pelos direitos de povos e comunidades tradicionais.

O exercício de construção dos mapas da memória - ou mapas afetivos - pelas comunidades tradicionais é uma metodologia promissora para o trabalho com as referidas comunidades. Através desta análise sobre uma das comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Rurais do IFNMG – Campus Araçuaí dá mais um passo no sentido de cumprir um dos propósitos da sua constituição: compreender as dinâmicas socioculturais associadas ao mundo rural do Vale do Jequitinhonha.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, Thomas Burton. Introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, INL, 1973



CAIXETA, Juliana Eugênia. Guardiãs da memória: tecendo significados de si, suas fotografias e seus objetos. UNB, Tese de Doutorado em Psicologia, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6213/1/Juliana%20Eug%c3%aania%20Caixeta.pdf>. Acessado em 15 fev. 2020.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATERIICA, 2004.

CAVALIERI, Lúcia. Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2010.

DUTRA, Henrique Leonardo. Educação e cultura de tradição oral: um encontro com a pedagogia griô. Campinas-SP: Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253971/1/Dutra_HenriqueLeonardo_M.pdf. Acessado em 01abr. 2020.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: _____. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIFFONI, Marcelo. Trilhos arrancados. História da estrada de ferro Bahia e Minas (1978-1966). Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) UFMG, 2006. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-6YEGE4/tese_de_jos_marcello_salles_giffoni.pdf?sequence=1. Acesso em 25 ago. 2019.

GRAZIANO, Eduardo e GRAZIANO NETO, Francisco. As condições da reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 6, 1983. Disponível em: .

MINAYO, Maria Cecília S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2ª edição. Hucitec-Abrasco: São Paulo-Rio de Janeiro, 1993.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



NASCIMENTO, Nilcéia Souza et al. Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do IFNMG - Campus Araçuaí: uma descrição da trajetória de atuação.

PÊSSOA, Marcela de Oliveira. Caminhos do Jequitinhonha: análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2012.

RIBEIRO, E. M. e GALIZONI, F. M. “Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais”. In Ambiente e Sociedade, V. V e VI, n. 1 e 2. Campinas, jan./jul. 2003.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço. Sobral. Revista da Casa da Geografia de Sobral. V.4/5, p.43-53, 2002/2003. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4850546.pdf>. Acessado em 12 abr. 2020.



REDE DE ESTUDOS
Rurais



Escavando as águas, apagando as chamas: uma análise preliminar da dinâmica socioambiental da expansão canavieira paulista sobre a área de afloramento do Aquífero Guarani

Jéssica Pires Cardoso¹

Ana Carina Sabadin²

Resumo: Nesta comunicação, propomos avançar na interpretação da dinâmica socioambiental do setor sucroalcooleiro. Embora preliminar, neste primeiro movimento de análise, exploramos possíveis interlocuções entre as temáticas dos recursos hídricos, enfatizando as águas subterrâneas, e das queimadas nos canaviais paulistas. Como campo empírico, consideramos os municípios canavieiros da Região Administrativa de Ribeirão Preto - SP, também localizados em área de afloramento do Aquífero Guarani. Em um jogo de apresentar o que se torna *visível* e *alheio* às políticas socioambientais que contribuem para sustentar essa dinâmica, nossas conclusões direcionam-nos a refletir que temáticas dos recursos hídricos e das queimadas se tornam, em grande medida, pontos de apoio morais para a expansão produtiva do setor. Para tanto, como estratégia metodológica, partimos da pesquisa bibliográfica e documental, bem como a análise de dados secundários.

Palavras-chave: Expansão canavieira paulista. Águas subterrâneas. Queimadas.

¹ Mestra e doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Pesquisadora do Grupo CNPq Ruras - Ruralidades, Ambiente e Sociedade.

² Mestra e doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Pesquisadora do Grupo CNPq Ruras - Ruralidades, Ambiente e Sociedade.



1. Introdução

Todos os dias acontecem no mundo coisas que não são explicáveis pelas leis que conhecemos das coisas. Todos os dias, faladas nos momentos, esquecem, e o mesmo mistério que as trouxe as leva, convertendo-se o segredo em esquecimento. Tal é a lei do que tem que ser esquecido porque não pode ser explicado. À luz do sol continua regular o mundo visível. O alheio espreita-nos da sombra.

Livro do desassossego - Fernando Pessoa.

As reflexões desenvolvidas nesta comunicação foram suscitadas pelo projeto em curso: “Nas franjas do progresso: efeitos socioambientais da produção canieira nos estados de Alagoas e São Paulo”³, coordenado pelos professores Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar) e Dr. Wendell Ficher (UFAL). Em linhas gerais, o projeto propõe um esforço coletivo de análise sobre as consequências sociais e ambientais da atuação do setor sucroalcooleiro nas principais regiões produtoras dos dois estados supracitados, a região administrativa de Ribeirão Preto - SP e a Zona da Mata Alagoana. Na esteira dos debates por ele abarcados, e imersas em um processo de levantamento de dados, deparamos com o afloramento de lacunas que nos despertam a novos questionamentos.

É válido ressaltar que partimos do pressuposto de que os recursos naturais sustentam a cultura canieira e a reprodução de formas de acumulação do capital, e de que a *terra* é um recurso primordial para a produção agrícola, conforme já sinalizado pelo extenso debate sociológico brasileiro e internacional (MARTINS; CUNHA, 2020). Seguindo essas orientações, lançamos luz também às queimadas e à água subterrânea como alicerces dessa reprodução.

³ Este projeto conta com o financiamento das Fundações de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e de Alagoas (FAPEAL). Processo FAPESP 2019/25259-3.



Ao encontrarmos uma carência de estudos que abarcam essas concepções de maneira atrelada e que tenham a Sociologia como ponto de partida, pensamos que a melhor estratégia seria propor um movimento que visasse à costura de pontos primordiais de cada um desses debates. A construção do texto se constitui, então, enquanto uma tentativa de amadurecimento de ideias, inter-relações e hipóteses que instigue o debate sociológico acerca dos encontros e desencontros das duas temáticas.

Os questionamentos iniciais moveram nossas curiosidades para, como em um processo de escavação, perfurar a terra e encontrar as águas que permaneceram, por um tempo, *alheias* aos olhos da ciência e dos instrumentos políticos de gestão, mas *visíveis* no cotidiano da vida rural e urbana. Diante disso, iniciamos o trabalho de escavação com o palpável, ou *visível*, e mergulhamos no mar verde que encobre grande parte do território paulista, em especial, a região de Ribeirão Preto.

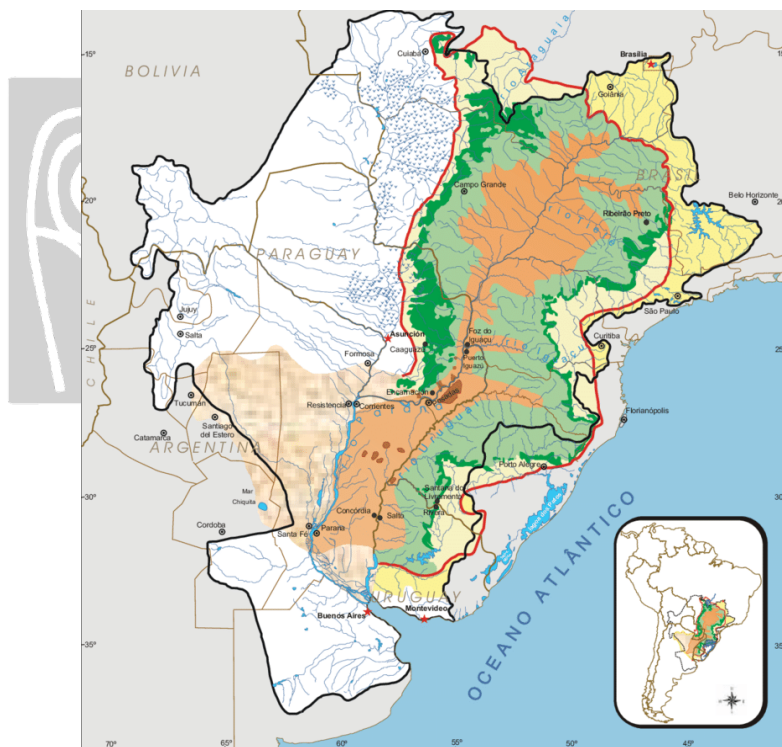
Desde esse mar verde de cana, também seguimos as chamas que escorrerem para o alto (BACHELARD, 1989). Deparamos com elementos *visíveis* que se tornaram alvo de disputas políticas e sociais. Outros tantos elementos misturam-se à sua fumaça ou desmancham feito suas fuligens - tornando-se *alheios*, mas não invisíveis. Mesmo com o apagar das chamas - pensando na redução significativa no uso da prática das queimadas nos canaviais na última década - ainda é possível encontrar faíscas saltando do meio desse mar.

Diante do exposto, nossos esforços caminham em direção ao *alheio*, buscando algumas explicações àquilo que, para nós, não deve ser esquecido. O texto segue, então, o percurso de escavar as águas e apagar as chamas nos dois tópicos seguintes. Seguidamente, lançamos o encontro das duas temáticas e apresentamos breves considerações finais.

2. Água

As águas subterrâneas do Sistema Aquífero Guarani (SAG) ganham centralidade no debate nacional e internacional na década de 1990, quando a comunidade epistêmica reconheceu sua dimensão transfronteiriça e a conexão hidráulica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, conforme ilustrado na Figura 1. Até então este grande Sistema era entendido apenas por suas respectivas formações geológicas nacionais, no caso do Brasil, a formação Botucatu e Pirambóia⁴.

Figura 1: Mapa esquemático do Sistema Aquífero Guarani



Fonte: OEA (2009, p. 111).

⁴ *Misiones* no Paraguai; *Tacuarembó* na Argentina; e *Buena Vista/Tacuarembó* no Uruguai.



Após a descoberta do caráter transfronteiriço do aquífero, e inserido em um contexto de emergência da agenda global sobre o meio ambiente, o Guarani passa a ocupar um lugar de destaque em âmbito internacional pela abundância de água, pela ausência de instrumentos de gestão desses recursos e, por conseguinte, pelo receio aos riscos de eclosão de conflitos pelo uso da água (VILLAR, 2012). Isso porque, a nível internacional, a crescente degradação das reservas hídricas subterrâneas por superexploração e contaminação, e as projeções de episódios de escassez do recurso, incitaram uma série de conflitos armados pelo direito ao acesso e uso da água (PADILLA, 2012).

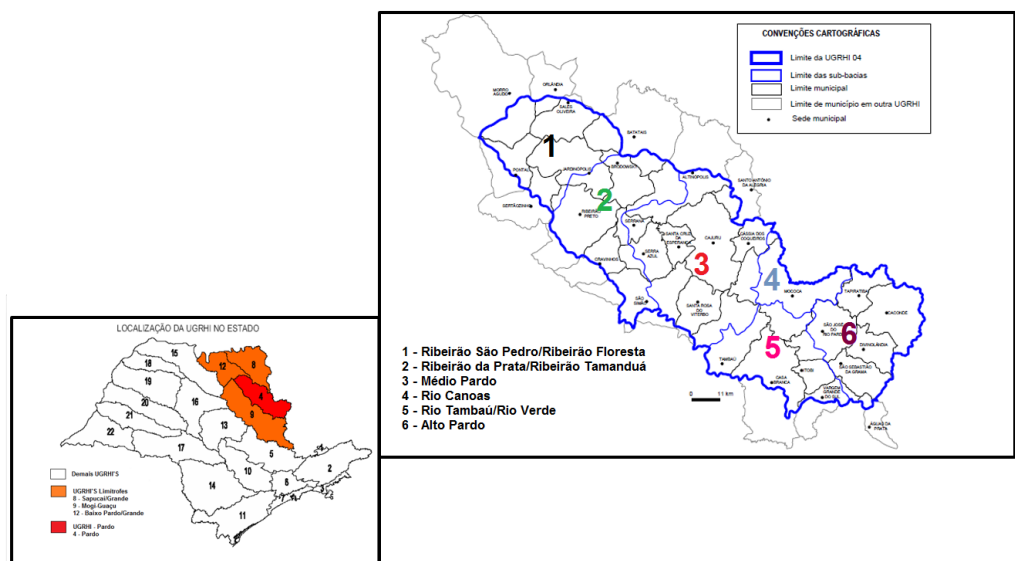
Nos anos subsequentes, reflexo da constatação de uma crise hídrica em escala global, houve um processo gradativo de incorporação das águas subterrâneas na agenda ambiental nacional. Desde então, o Brasil passou a reconhecer a importância política e econômica em desfrutar de grande quantidade de águas subterrâneas em seu território (RIBEIRO, 2008). Ademais, criou-se um alerta para a iminência de graves problemas socioambientais resultantes do uso indiscriminado da água e da má gestão do solo.

Nesses meandros, a região de Ribeirão Preto ganhou centralidade no debate por, desde o início do século XX, explorar as águas subterrâneas do SAG. Esse aquífero ocupa uma área de aproximadamente 1,2 milhões de km², estendida pelos quatro países já citados, e é compartilhado por oito estados nacionais: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. Dentre eles, o estado de São Paulo tem um destaque especial visto que, além de concentrar a maior população sobre as áreas do aquífero, é o que mais consome suas águas (BORGHETTI; BORGHETTI; ROSA FILHO, 2004).

Ribeirão Preto, município localizado na região nordeste desse estado, que ocupa uma área de 650 km² e tem uma população de aproximadamente 712.000

habitantes, caminha na mesma direção no que tange ao consumo hídrico. O município faz parte da Bacia Hidrográfica do Pardo, subdividida em seis sub-bacias e definida pela Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pardo (UGRHI - 4). Ribeirão Preto foi o primeiro a explorar em larga escala o Guarani com a finalidade de abastecimento hídrico populacional, já no início da década de 1930.

Figura 2: Localização da Bacia do Pardo (UGRHI - 4) no Estado e respectivas



sub-bacias.

Fonte: CBH-PARDO (2006, p. 276). Adaptado pelas autoras.

Desde então, a região segue um caminho crescente no que tange à exploração das águas subterrâneas. Como exemplo, no intervalo de 1970 a 1980, o número de poços responsáveis pelo abastecimento público passou de 10 para 46 (VILLAR, 2008). Em 2012, Ribeirão Preto ocupou a segunda posição estadual na demanda de água subterrânea, resultado, sobretudo, do crescente processo de perfuração de poços e demanda hídrica elevada (CBH-PARDO, 2012)⁵.

⁵ Em audiência pública realizada no dia 01/09/2017, o superintendente do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP) afirmou que, no ano de 2013, o uso da água no município foi de aproximadamente 350



Isso posto, dois fatores principais podem ser elencados para explicar o aumento da exploração das subterrâneas na região: o crescimento populacional do município de Ribeirão Preto (VILLAR, 2008), e também a adoção em larga escala de práticas tecnológicas da Revolução Verde, que elevou o nível de produtividade nas lavouras canavieiras desta região (SILVA; MARTINS, 2010).

A região se concretiza como pólo nacional do setor sucroalcooleiro, fator de preocupação e alerta para a manutenção e preservação do SAG. O enfoque atento para a produção canvieira nos leva a refletir acerca da vulnerabilidade aquífero. E aqui consideramos ao menos dois fatores. O primeiro consiste no risco de contaminação das águas subterrâneas atrelado ao alto consumo de agrotóxicos e fertilizantes no cultivo de cana-de-açúcar. Esta possibilidade torna-se ainda mais preocupante quando consideramos que um conjunto extenso de municípios da região está sobre as zonas de recarga do aquífero (também conhecidas como áreas de afloramento)⁶, e que nessas áreas a distância do aquífero para a superfície é uma das menores de toda sua extensão⁷ (ROCHA, 1997).

O segundo fator de vulnerabilidade está na crescente demanda pelo uso da água na produção agrícola industrial. De acordo com o Plano de Bacia, a região de Ribeirão Preto registra um aumento significativo no uso industrial da água devido à presença das usinas canavieiras na região, porquanto que mais de 50% das vazões totais cadastradas e mais de 80% das vazões superficiais cadastradas pertencem a grandes usuários de cana-de-açúcar e álcool (SÃO PAULO, 2003). Estes dados

l/dia/hab., sendo que no ano de 2015 ocorreram picos de até 450 l/dia/hab. Esses dados indicam que a consumação em Ribeirão Preto é aproximadamente 300% maior que a média nacional, que é na ordem de 116 l/dia/hab (IBGE, 2018).

⁶ As zonas de afloramento são áreas onde há exposição natural da rocha armazenadora de água, a qual facilita a percolação dos recursos superficiais para o interior do solo. Aumenta-se, portanto, o risco de infiltração e transporte de moléculas de agrotóxicos e produtos químicos demandados pela produção da monocultura para o subsolo por meio da lixiviação.

⁷ Para exemplificar, segue os municípios do estado de São Paulo com superfícies próximas do Aquífero Guarani: Ribeirão Preto (150 - 300m) e Sertãozinho (306 - 340m) (ROCHA, 1997).



preocupam não apenas pela grande quantidade de recurso hídrico disponibilizado ao setor sucroalcooleiro, mas também pelo lançamento de água em temperatura não ambiente, utilizada nos processos industriais, no curso da água.

Essas e outras ações podem acarretar a superexploração dos recursos subterrâneos que causam consequências desastrosas a médio e a longo prazo. Destacamos neste processo, o rebaixamento dos níveis hídricos, subterrâneos e superficiais, e a exaustão do aquífero. Ademais, elencamos a perda da capacidade de armazenamento pela compactação dos poros, a contaminação dos aquíferos rasos e a subsidência dos solos, isto é, a compactação diferenciada do terreno que leva ao colapso das construções civis (BORGHETTI; BORGHETTI; ROSA FILHO, 2004; REBOUÇAS, 2006). Além de pontos de contaminação das águas subterrâneas, o município de Ribeirão Preto já apresenta o rebaixamento dos níveis hídricos subterrâneos, obrigando a perfurar poços cada vez mais profundos, e a subsidência do solo (GOMES; SPADOTTO; FILIZOLA, 2004; VILLAR, 2008).

Nos meandros do complexo cenário que conflui, de forma paradoxal, a emergência da preocupação com a temática ambiental e o uso desenfreado dos recursos hídricos, nos anos 2000, a região de Ribeirão Preto foi escolhida como área-piloto para o desenvolvimento de dois projetos internacionais: em 2001, o convênio técnico bilateral Brasil - Alemanha intitulado Sistema de Informação para o Gerenciamento Ambiental dos Recursos Hídricos Subterrâneos na Área de Afloramento do Aquífero Guarani no Estado de São Paulo; e em 2003, o Projeto Proteção Ambiental e Gerenciamento Sustentável Integrado do Sistema Aquífero Guarani (também conhecido como Projeto Aquífero Guarani – PSAG)⁸. No caso, a região representou a oportunidade de observar uma experiência concreta de gestão

⁸ O PSAG, que perdurou de 2003 a 2009, teve como propósito central apoiar os quatro países a elaborar e implementar, conjuntamente, um marco comum institucional, legal e técnico a fim de gerenciar e preservar o SAG para gerações futuras. Ademais, ele contou com o apoio do *Global Environmental Facility* (Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF), do Banco Mundial (como agência de implementação) e da Organização dos Estados Americanos (como agência de execução) (OEA, 2009).



do SAG em condições de uso intenso da zona de afloramento do aquífero (OEA, 2009).

O projeto de cooperação técnica, firmado entre a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP) e a Secretaria de Meio Ambiente, Saúde Pública e Proteção ao Consumidor do Estado da Baviera (StMLU/Baviera), teve como objetivo estruturar um sistema piloto de informação que integrasse as informações espaciais e técnicas alemãs existentes sobre a ocupação do solo, a fim de dar suporte às atividades da SMA/SP para a proteção ambiental do Aquífero Guarani. Por este sistema piloto, avaliou-se a viabilidade de delimitação de perímetros de proteção aos poços, definindo-se, desde então, uma proposta de diretrizes para o controle ambiental e restrições de uso do solo nestas áreas (SMA-SP; StMLU/BAVIERA, 2004).

No que concerne aos resultados dos projetos, há um movimento de incorporação das críticas, sugestões e pareceres internacionais e, por conseguinte, uma mudança na postura técnica e política nacional, agora firmada para sanar algumas lacunas na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos em relação às águas subterrâneas. A implantação da outorga, por exemplo, instrumento da política nacional com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo do uso da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso ao recurso hídrico, ainda carece de um olhar específico sobre as águas subterrâneas (CAUBET, 2009), fato que explica as defasagens nos levantamentos oficiais.

Frente à crescente preocupação pela preservação das águas subterrâneas e reconhecendo lacunas nos instrumentos de gestão, um conjunto de leis e decretos foram elaborados em nível estadual e municipal, sobretudo na década de 2000, em direção ao cumprimento das recomendações ambientais propostas durante os projetos ambientais internacionais. Dentre as diretrizes estabelecidas, o mote principal consistiu na definição de áreas de restrição de uso do solo e controle da



captação das águas subterrâneas seja no plano estadual, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Deliberação CRH nº 52/2005), ou no plano municipal pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo (Deliberações CBH-PARDO nº 04/06; nº 03/08; nº 02/10).

3. Fogo

Um estudo recente, noticiado pela Embrapa, evidencia o potencial de risco de contaminação de águas superficiais e subterrâneas pelas cinzas de queimadas (OLIVEIRA-FILHO, 2020). Apesar de considerar o fogo provocado por queimadas não controladas, as conclusões apresentadas na notícia nos motivam a buscar possíveis encontros entre estes dois pontos de acumulação da produção canavieira.

É, então, no avesso da terra que abriga a água subterrânea que o fogo se apresenta. As queimadas nos canaviais tiveram seu início na década de 1960, sendo praticadas, periodicamente, a fim de garantir maior produtividade e rentabilidade aos usineiros. Tal prática agrícola contribui para eliminar a palha da cana-de-açúcar, dispensável para o processo industrial e tem, como efeito, a facilitação do corte manual e mecanizado⁹.

É a partir do aumento da produção canavieira impulsionada pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool), vigente entre 1975 a 1990, que o uso das queimadas passou a ser intensificado¹⁰. Esse aumento, no entanto, se deu por uma margem extensiva, ou seja, sobre o avanço a novas terras (DURIGAN; SIQUEIRA; FRANCO, 2007), alastrando também os impactos dessa produção.

⁹ As máquinas colheitadeiras foram desenvolvidas nos anos de 1980 e, nesse período, não dispensavam a queima prévia da cana-de-açúcar. A mecanização do corte da cana crua, sem queima, teve início em 1995.

¹⁰ Diferentemente do etanol, o álcool é lançado enquanto uma alternativa à segurança energética do país em meio ao choque do Petróleo de 1973. Ademais, a soma da proposta desenvolvimentista da ditadura militar com uma preocupação sobre a questão ambiental ainda incipiente no governo brasileiro sinalizou a fragilidade nas políticas de preservação dos recursos naturais em meio a um cenário marcado pela modernização da agricultura (ROMEIRO, 1998).



Em todo o estado, a área plantada destinada à cana-de-açúcar ao final do Proálcool alcançou os 1.811.980 de hectares (SIDRA-IBGE, s/d). Tal expansão aflorou um cenário fértil de debates e controvérsias acerca dos efeitos nocivos das queimadas, visto que são responsáveis pela emissão de gases poluentes à atmosfera, tais como o monóxido e o dióxido de carbono (KIRCHHOFF ;MARINHO, 1991). Dentre eles, destacamos a ocorrência de doenças respiratórias, a degradação de ecossistemas e do solo, e a precarização e condições de trabalho dos cortadores de cana, que estariam em contato direto com os resquícios da fumaça (ARBEX, 2001; GONÇALVES, 2001).

No tocante aos recursos hídricos, ainda acompanhando o avanço desse período, estudos já se dedicaram a questionar o uso intensivo de produtos químicos demandados pela monocultura, altamente poluentes à água, bem como o derramamento de vinhaça e da água utilizada para lavagem da cana em rios e lençóis freáticos (PAIXÃO, 1995), como já salientado no tópico anterior.

Além da centralidade nos debates sobre as águas subterrâneas, destacamos que à região de Ribeirão Preto é atribuído um papel de destaque nas discussões acerca das queimadas. Essa região torna-se berço, segundo Andrade Jr. (2016), das lutas sociais pela eliminação dessa prática no estado de São Paulo em meados dos anos 1980 e, ainda nessa década, das lutas por melhores salários e condições de vida e trabalho no corte da cana, impulsionadas pela Greve de Guariba (ALVES, 1991).

Na década seguinte, houve uma maior repercussão dos questionamentos em oposição às queimadas que articulou questões ambientais, trabalhistas e de saúde pública. Como contraponto, tivemos o aumento da tensão entre os usineiros (ANDRADE JR. , 2016). O setor passou a se movimentar em um cenário institucional conflituoso, tecido pelo conjunto de argumentos socioambientais, políticos e econômicos que impulsionou leis e decretos estaduais e municipais que ora



proíbiam, ora permitiam a realização das queimadas (ANDRADE JR., 2016; SABADIN, 2020).

Os desdobramentos das lutas sociais e dos conflitos institucionais, somados aos posteriores interesses políticos e econômicos de promoção do etanol enquanto um combustível “verde”, passam a conduzir uma “mudança de postura”, iniciada pela criação do Plano de Eliminação das Queimadas em 1997 (GONÇALVES, 2001). “Mudar a postura” implicou em absorver, não sem resistências internas, os argumentos contrários no que dizia respeito, sobretudo, à continuidade da prática das queimadas e, ainda, às denúncias de superexploração da força de trabalho nos canaviais. A transição tecnológica do corte manual ao mecanizado pôde, então, ser encarada enquanto uma estratégia para abarcar tais argumentos. Ao mecanizar o corte, o número de trabalhadores dedicados a essa função seria reduzido, assim como o fogo.

É importante salientarmos que a implementação da colheita mecanizada da cana crua teve início em 1995 e até os anos de 2006, de acordo com Andrade Jr. (2016), multiplicam-se os exemplos pontuais de transição tecnológica do corte na Região Administrativa de Ribeirão Preto. O autor ainda considera que, no período referenciado, a diminuição da queima nessa e em outras regiões produtoras tradicionais não provocaram uma redução da área colhida queimada no estado, sugerindo que houve uma reterritorialização da queima (ANDRADE JR., 2016).

A partir de 2007, esta transição foi alavancada pelo firmamento, entre as Secretarias da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente do estado de São Paulo e a União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA), do Protocolo Agroambiental Paulista. Já em 2008, as mesmas Secretarias assinam o Protocolo junto à Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul (ORPLANA). Ambos os Protocolos inserem-se no Projeto Etanol Verde, criado em 2007 como parte integrante dos 21 Projetos Estratégicos da SMA-SP, que envolvem a atuação



dessa secretaria e de órgãos vinculados, prefeituras, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa e do setor privado (REGRA; DUARTE; MALHEIROS, 2013). Este PAE, em específico, teve a finalidade de desenvolver um conjunto de ações que estimulariam a produção “sustentável” do açúcar, do etanol e da bioenergia.

Ao que tange estritamente ao Protocolo Agroambiental voltado às usinas - o qual tivemos mais contato em pesquisa anterior (SABADIN, 2017) - em linhas gerais, ele propôs, por meio da adesão voluntária de usineiros¹¹, um conjunto de diretivas visando à uma expansão que conduzisse a mudança da imagem de degradação ambiental atrelada à produção canavieira. No corpo do documento, são elencadas algumas justificativas para sua implementação, tais como: a relevância da atividade sucroalcooleira para o desenvolvimento econômico do estado; a necessidade de um planejamento de expansão sustentável; e, por fim, o estímulo ao uso de combustíveis de fontes renováveis (SÃO PAULO, 2007).

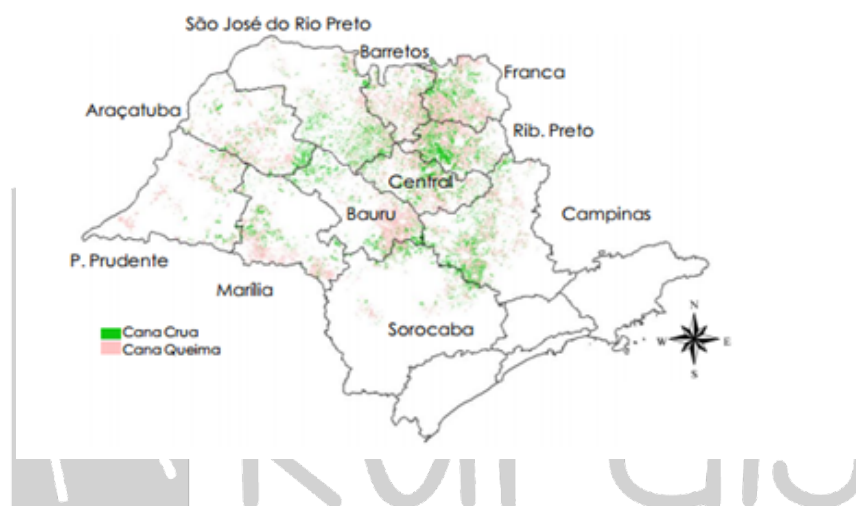
Na lista das diretivas, incluíam-se a proteção de nascentes e matas ciliares; o descarte adequado de embalagens de agrotóxicos; a implementação de planos técnicos de conservação do solo e dos recursos hídricos; bem a eliminação gradual da prática das queimadas nos canaviais (SÃO PAULO, 2007), sua diretiva mais notória. Esta última indicou a antecipação dos prazos instituídos pela Lei estadual nº 11.241/2002 - conhecida como Lei das Queimadas -, que previa para 2021 a eliminação total das queimadas nas áreas mecanizáveis e 2031 para as não mecanizáveis¹², respectivamente para os anos de 2014 e 2017.

¹¹ As usinas não signatárias do Protocolo Agroambiental continuaram a seguir os prazos estabelecidos pela Lei das Queimadas.

¹² A diferença entre áreas mecanizáveis e não mecanizáveis é explicada pela declividade dos terrenos. De forma simples, áreas não mecanizáveis são aquelas onde existe a dificuldade de entrada das máquinas colheitadeiras.

É, então, a datar da assinatura do Protocolo Agroambiental¹³ que notamos mais fortemente o “ajuste de conduta” do setor frente à problemática das queimadas, que representou, como já indicamos, a mudança no perfil da colheita queimada para a crua, conforme exposto nas Figuras 3 e 4. Entre os anos de 2006 a 2012¹⁴, o percentual da área colhida com queima reduz de 65,8% a 27,4% em todo o estado de São Paulo. No mesmo período, a área total colhida saltou de 3.242.110 para 4.658.316 hectares (CANASAT, s/d), enquanto a área plantada aumentou de 3.495.893 para 5.566.584 hectares de (IBGE-SIDRA, s/d).

Figura 3: Comparação dos perfis de colheita de cana, estado de São Paulo, safra 2006/07



Fonte: Canasat e Agrosatélite. *apud* Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Paulista: Dados consolidados das Safras 2007/08 a 2013/14, p. 27.

Figura 4: Comparação dos perfis de colheita de cana, estado de São Paulo, safra 2013/14

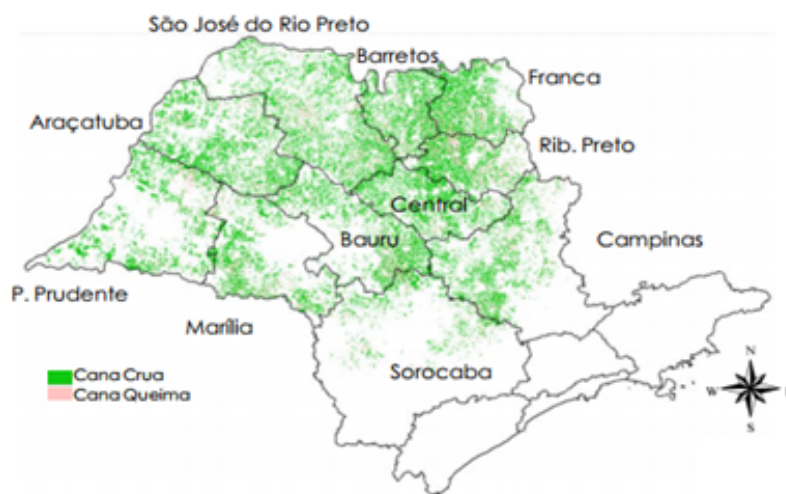
¹³ Por meio da adesão voluntária, previa-se o cumprimento dessas diretrizes ambientais. Em troca, ganhava-se a certificação anual de “boas práticas ambientais”, o Certificado Etanol Verde, que serviu de passaporte para a conquista de novos mercados.

¹⁴ É válido destacarmos que os dados relacionados ao percentual da área colhida com queima ou sem queima estão disponibilizados apenas entre os anos de 2006 a 2012 no Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite (CANASAT).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Fonte: Canasat e Agrosatélite *apud* Protocolo Agroambiental do Setor Sucoenergético Paulista:
Dados consolidados das Safras 2007/08 a 2013/14, p. 27.

Na Região Administrativa de Ribeirão Preto, a área total colhida, entre 2006 a 2012, segue de 390.299 para 396.140 hectares. Nesses meandros, a área colhida com queima é reduzida de 61,3% para 35,3%. Seguindo o movimento expansivo do estado, podemos observar também nesta região a expansão do uso da terra.

A título de exemplo, nos municípios de maior interesse desta investigação, localizados na área de afloramento do Aquífero Guarani (Figura 5), a área plantada de cana-de-açúcar apresenta o seguinte percurso, entre os anos de 2006 a 2014:

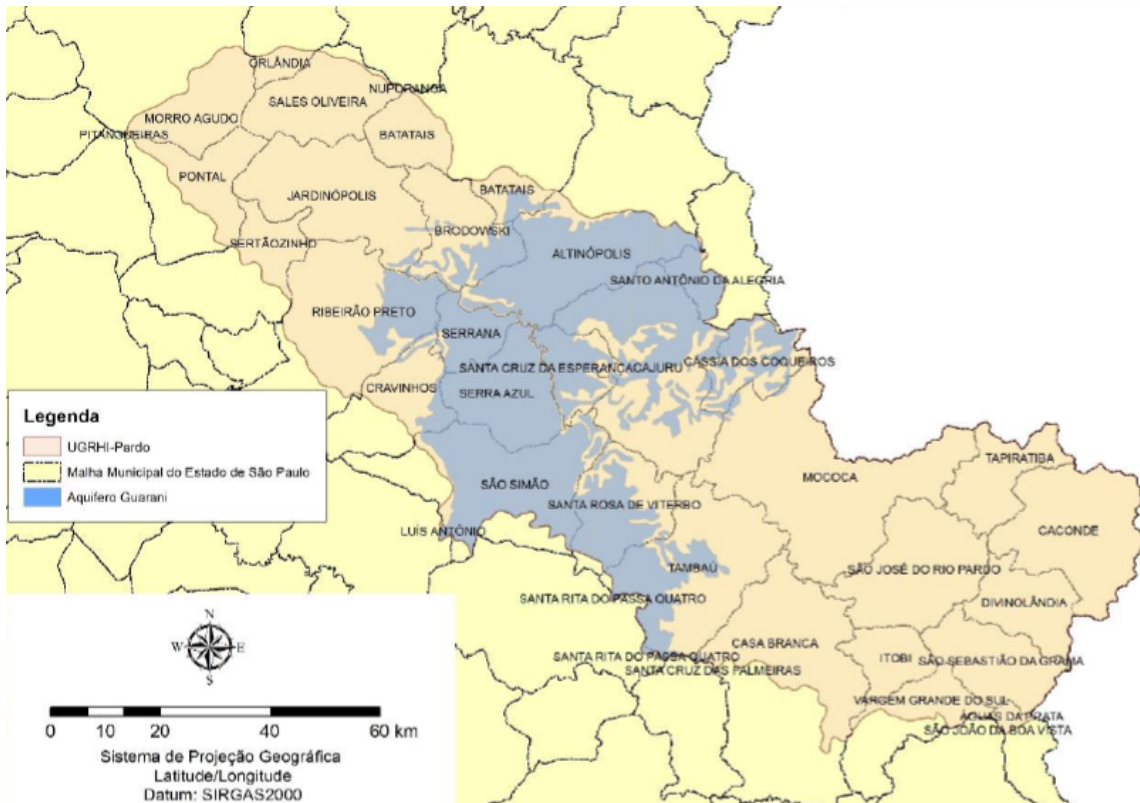


Tabela 1: Área plantada, em hectares, nos municípios com área de afloramento da RA de Ribeirão Preto, entre os anos de 2006 a 2014

Municípios com área de afloramento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Altinópolis (SP)	12.500	12.500	12.500	26.262	27.000	27.400	13.800	14.835	24.360
Brodowski (SP)	11.100	11.650	14.395	14.395	14.395	14.394	14.394	14.394	14.284
Cajuru (SP)	18.000	23.250	23.385	23.385	23.385	23.385	23.883	23.883	21.579
Cássia dos Coqueiros (SP)	400	550	300	1.550	1.550	1.550	1.550	1.550	1.550
Cravinhos (SP)	18.500	18.500	22.778	21.785	21.785	21.780	21.780	21.780	21.604
Jardinópolis (SP)	28.000	28.100	28.420	36.112	31.488	30.062	27.438	27.438	33.504
Ribeirão Preto (SP)	32.200	32.000	37.108	37.104	37.104	37.104	37.108	37.108	30.985
Santa Cruz da Esperança (SP)	4.700	5.040	4.700	7.389	7.389	7.389	7.389	7.389	6.593
Santa Rosa de Viterbo (SP)	9.500	10.000	10.000	10.224	10.300	10.300	9.800	9.800	10.468
São Simão (SP)	17.000	22.000	29.850	29.853	29.854	29.854	29.853	29.853	24.576
Serrana (SP)	6.500	6.500	7.200	7.192	7.192	7.190	7.192	7.192	8.170
Serra Azul (SP)	14.163	14.563	14.163	14.473	14.312	14.312	14.312	14.312	15.814
Total	172.563	184.653	204.799	229.724	225.754	224.720	208.499	209.534	213.487

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados disponibilizados no SIDRA - IBGE, Produção Agrícola

Figura 5: Área de afloramento do Aquífero Guarani na UGRHI-4



Fonte: ALCANTARA (2018, p. 32).

Nos doze municípios de maior interesse desta investigação, a área plantada de cana-de-açúcar saltou de 172.563 a 213.487 hectares de 2006 a 2014, como observado na Tabela 1 (IBGE-SIDRA, s/d). Entre eles, Jardimópolis se destaca por algumas razões. A primeira delas por ter o registro da maior área plantada entre os municípios elencados no ano de 2014. Nesse sentido, realçamos sua expressividade no que toca à produção canavieira no espaço recortado. Já no que se refere ao percentual de área colhida queimada, de acordo com os dados disponibilizados no Canasat, entre 2006 a 2012, Jardimópolis reduz de 78,2% a 36,1%. Por fim, ele



também é mencionado nos relatórios do Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo (2012; 2016) como área potencialmente crítica em razão de episódios de contaminação da água e do elevado consumo hídrico ligado à atividade canvieira. Ao comparar a demanda hídrica industrial em Ribeirão Preto e Jardinópolis, vemos que de 2012 a 2015, a demanda de água de Ribeirão Preto reduziu de 18,3% para 15,34%, enquanto a de Jardinópolis aumentou de 18,3% para 24,87% (CBH-PARDO, 2012; 2016).

Destarte, sugerimos que, mais do que transformar o debate das queimadas como pauta da agenda ambiental, o Protocolo acabou por amparar a expansão canvieira (SABADIN, 2017). Isso porque acabou por permitir a continuidade das queimadas, considerando que freou, em certa medida, a elaboração de outras leis estaduais que pudessem propor antecipações aos prazos instituídos pela lei de 2002. O fogo tornou-se alheio. E impulsionou a criação de outros impactos decorrentes do uso das máquinas que tangenciam, de maneira atrelada, o uso excessivo e a contaminação dos recursos naturais, como a água e o solo (SILVA; MARTINS, 2010).

A confluência dos dados sobre cana-de-açúcar e de recursos hídricos - como aumento da área plantada e redução da área colhida queimada; aumento da demanda hídrica e crescente episódios de contaminação da água - e a elaboração de relatórios que recomendam a preservação do meio ambiente, dão margem para pensarmos que o debate acerca das queimadas carece de outros pontos de inflexão para além de observarmos os dados relacionados à terra. É preciso estender esse campo de análise para ampliar a compreensão acerca da dinâmica socioambiental da produção canvieira.

A partir do ano de 2008, a expansão passou a ser guiada pelo Zoneamento Agroambiental da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZAA), considerado também enquanto desdobramento do Projeto Ambiental Estratégico Etanol Verde.



Esse Zoneamento objetivou classificar o estado de São Paulo em diferentes áreas para exploração da cana-de-açúcar, complementando as diretrizes do referido protocolo ao trazer a situação dos recursos hídricos como uma de suas pautas, conforme propomos discutir em sequência. Na nossa leitura, é neste ponto que a temática das queimadas, mesmo que pensada em termos da eliminação, encontra um gancho para a discussão dos recursos hídricos.

4. A expansão canavieira: onde o fogo encontra a água

Um conjunto de ações do governo do Estado de São Paulo, por meio da formulação de projetos e de protocolos, a nosso ver, conflui para a união entre a temática das queimadas e a discussão dos recursos hídricos proposta aqui. Além do PAE Etanol Verde e do Protocolo Agroambiental, anteriormente citados, destacamos ainda o Projeto Ambiental Estratégico Aquíferos, proposta de grande importância para a idealização do Zoneamento Agroambiental.

A classificação do ZAA considerou as “condições climáticas, qualidades do ar, relevo, solo, disponibilidade e qualidade de águas superficiais e subterrâneas, unidades de conservação existentes e indicadas, incluindo áreas de proteção ambiental e fragmentos florestais”, indicadas pelo Programa FAPESP de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (ZONEAMENTO AGROAMBIENTAL..., online, s/d), assim como as ações programadas pelo PAE Aquíferos (SÃO PAULO, 2011).

A despeito deste último, destacamos que seu objetivo foi o de identificar áreas críticas e sensíveis em termos de qualidade e quantidade dos aquíferos do Estado de São Paulo, contribuindo para a criação de mecanismos de controle e de restrição do uso do solo, como o já mencionado Zoneamento Agroambiental, para propiciar condições de uso sustentável das águas subterrâneas. O PAE Aquíferos foi concebido como um esforço conjunto dos órgãos e entidades do governo, pautado



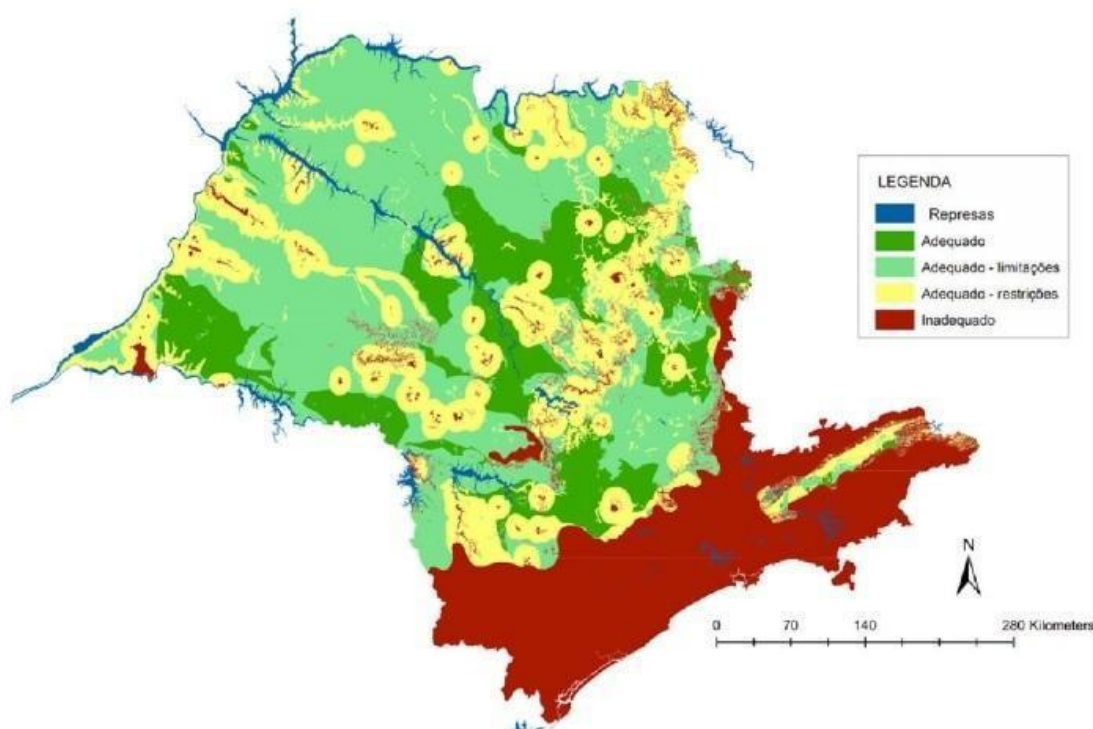
em três estratégias: a) buscar a adesão dos usuários e da sociedade para o uso racional e a proteção dos aquíferos; b) efetuar o zoneamento do uso do solo e das medidas preventivas de proteção nas áreas em que os aquíferos são essenciais para o abastecimento das populações; e, c) reforçar a ação dos órgãos gestores e dos comitês de bacia no controle da perfuração de poços (SÃO PAULO, 2011).

Assim como o PAE Etanol Verde, o PAE Aquíferos¹⁵ também compõe os 21 Projetos Ambientais Estratégicos, criados pela SMA-SP no ano de 2007, objetivando nortear a política ambiental do estado de São Paulo. Dentre os seus principais resultados, destacamos o diagnóstico ambiental e socioeconômico da área de afloramento do SAG no estado que, desde então, formulou a proposta de Áreas de Intervenção. Elas foram subdivididas em: Áreas de Restrição à Ocupação; Áreas de Ocupação Dirigida e suas respectivas subcategorias; e Áreas de Recuperação Ambiental (SÃO PAULO, 2011).

De modo a convergir com tais divisões, temos justamente o Zoneamento Agroambiental, exposto na Figura 4, subdividindo o estado de São Paulo em: áreas adequadas, que correspondem a 26% da área total; adequadas com limitação ambiental, 45%; adequadas com restrições ambientais, 28%; e, por fim, 1% foi classificado como áreas inadequadas (ZONEAMENTO AGROAMBIENTAL..., online, s/d).

¹⁵ O PAE Aquíferos foi posteriormente incorporado aos 21 Projetos Estratégicos, após apresentação da proposta “Ação programada de desenvolvimento e proteção de águas subterrâneas no Estado de São Paulo” neste mesmo ano. Tal ação foi elaborada conjuntamente por técnicos, agentes públicos e dirigentes que atuavam na gestão das águas subterrâneas, sinalizando a situação dos recursos hídricos subterrâneos, propondo ações que buscassem a proteção e uso sustentável de água (SÃO PAULO, 2011).

Figura 4: Zoneamento Agroambiental do Estado de São Paulo para o setor sucroenergético



Fonte: Zoneamento Agroambiental (SÃO PAULO, 2009, p. 36).

Consoante ao relatório “Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Paulista: Dados consolidados das safras 2007/08 a 2013/14”, coube ao ZAA “disciplinar” - usando seu próprio termo - o uso da água no processamento industrial para atender as demandas de redução no consumo de água estipuladas pelo Protocolo Agroambiental, qual seja, assumir patamares de 0,7 ou de 1m³/t de cana processada, considerando as especificidades da localização da usina (SÃO PAULO, 2014).

Ainda segundo o relatório, dentre as medidas adotadas pelas usinas signatárias, foram destacados: “o fechamento de circuitos e o reuso da água, a lavagem da cana crua e a seco e o aprimoramento de processos industriais” (SÃO PAULO, 2014, p. 46). Tais medidas levam-nos a pensar que a redução da prática



das queimadas conduziria à redução do uso da água no processamento industrial - ao menos por parte das signatárias que, até o ano de 2013, representavam 86% das usinas do estado (SÃO PAULO, 2014).

No entanto, no que concerne às captações de água superficial e subterrânea cadastradas na região da Bacia do Rio Pardo, de acordo com o Plano de Bacia do Comitê (CBH-PARDO, 2008), a demanda de água para o uso industrial é bastante expressiva, representando, no ano de 2008, 51,10% da demanda de água superficial e 15,41% da demanda por água subterrânea. Em termos proporcionais, a despeito do maior consumo hídrico se ater ao setor industrial, ele corresponde somente a 6,66% dos usuários de água na bacia, de um total de 1.788 registros considerados na análise (CBH-PARDO, 2008). Em outros termos, apenas aproximadamente 119 poços cadastrados consomem mais da metade da demanda hídrica na região. Podemos refletir, com base nos números, sobre o elevado consumo hídrico no processamento industrial canavieiro, problema elencado pelo ZAA, e ainda sobre a concentração de acesso e uso da água nessa região.

Os dados apresentados na Tabela 2 permitem que analisemos o perfil dos usuários de água na Região Administrativa de Ribeirão Preto a partir das sub-bacias da UGRHI-4. É possível notar que as maiores taxas de captações dos usuários industriais estão nas sub-bacias 1 (Ribeirão São Pedro/Ribeirão da Floresta), com destaque à presença de Jardinópolis, e 3 (Médio Pardo), onde se localizam os municípios de Altinópolis, Cajuru e Cássia dos Coqueiros. Esses municípios, conforme apresentado na Tabela 1, destacaram-se ao longo dos anos pelo aumento de área plantada e produção de cana-de-açúcar na região.



Tabela 2: Perfil de demanda da água na UGRHI-4, por setor usuário

Sub-Bacia	Uso%					
	Público	Industrial	Irrigação	Rural	Outros	Total
Sub-Bacia 1	2,26	94,78	0,89	2,07	0	100
Sub-Bacia 2	76,55	12,15	4,47	5,53	1,3	100
Sub-Bacia 3	5,98	80,65	7,91	5,45	0,01	100
Sub-Bacia 4	14,28	7,08	65,47	12,79	0,38	100
Sub-Bacia 5	15,98	1,19	79,88	2,92	0,03	100
Sub-Bacia 6	22,32	38,59	36,68	2,41	0	100
Total	28,94	41,35	24,69	4,62	0,4	100

Fonte: DAEE (2008) *apud* CBH-PARDO (2008).

Ao que tange especificamente ao uso das águas superficiais e subterrâneas pela indústria, os dados nas tabelas 3 e 4 demonstram que as sub-bacias 1, 3 e 2, respectivamente, têm os maiores índices de captação de águas superficiais na UGRHI do Pardo, e que a sub-bacia 2 apresenta a maior taxa de captação de recurso subterrâneo.



Tabela 3: Densidade de uso de água superficial na UGRHI-4

Uso	Densidade de uso (captações superficiais/1.000 km ²)						
	SB1	SB2	SB3	SB4	SB5	SB6	UGRHI-4
Industrial	9,64	5,95	6,71	5,8	0,79	3,25	5,56
Urbano	0,69	7,14	4,74	15,48	7,08	9,76	6,34
Irrigação	5,51	10,71	17,37	61,92	217,09	62,48	52,72
Rural	9,64	29,75	16,97	13,54	25,17	12,37	18,35
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0	0	0
Mineração	0	0	0	0	0,79	0	0,22
Outros	0	1,19	0,39	0	0	0	0,33
Totais	25,49	54,73	46,18	98,68	250,91	87,87	83,53

Fonte: DAEE (2008) *apud* CBH-PARDO (2008).

Tabela 4: Densidade de uso de água subterrânea na UGRHI-4

Uso	Densidade de uso (captações subterrâneas/1.000 km ²)						
	SB1	SB2	SB3	SB4	SB5	SB6	UGRHI-4
Industrial	6,2	61,87	6,71	38,7	11,01	3,91	18,91
Urbano	2,76	188,6	9,47	11,61	18,09	3,91	42,26
Irrigação	4,13	7,14	1,18	1,93	2,36	3,91	3,45
Rural	3,44	34,51	8,29	5,8	16,52	2,6	12,46
Comércio e Serviços	0	17,25	1,58	1,93	0	1,3	4
Mineração	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	17,25	2,37	0	0	0	3,89
Total	16,53	326,62	29,6	59,98	47,98	15,62	84,97

Fonte: DAEE (2008) *apud* CBH-PARDO (2008).

Novamente, situar a demanda de água em interface à expansão da monocultura canieira nos parece fundamental. E aqui elencamos ao menos três razões: primeiro, para problematizar a dinâmica socioambiental da produção



canavieira paulista; segundo, para complexificar o papel dos instrumentos político-institucionais firmados sob o discurso ambiental que intentam mudar as condutas do setor sucroalcooleiro; e, por fim, para ampliar a visão sobre os recursos hídricos como mais um ponto de acumulação no qual o setor sucroalcooleiro paulista se sustenta.

5. Considerações finais

Frente ao exposto, e firmadas nas justificativas supracitadas, no que tange às mudanças na postura do setor sucroalcooleiro, problematizamos que a prática dita “sustentável” por meio da eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar e o incremento da colheita mecanizada, em confluência com a construção do ZAA, em realidade, cria um ambiente favorável não apenas de expansão sobre a terra, mas também impulsiona a expansão *sobre* e a exploração *das* águas. Nesse sentido, esta “nova-velha” configuração do setor sucroalcooleiro, alinhada a uma “mudança de postura” afinada aos ideais socioambientais, viabiliza o encontro de novos pontos que embasam a reprodução de uma lógica de acumulação do capital.

Dessa forma, é preciso refletir também o papel do Zoneamento Agroambiental como um dos dispositivos que contribui com a criação de um “cenário ideal” que sustenta a expansão e acumulação do setor sob uma roupagem da sustentabilidade. O ZAA, em especial, institui as zonas de afloramento do Aquífero Guarani como área “Adequada com Restrições Ambientais”, respondendo de forma satisfatória às pressões de instituições internacionais preocupadas com a superexploração das águas subterrâneas na região. De outra parte, ele contém, em certa medida, a criação de leis e decretos municipais que miram o ambiente rural da Região Administrativa de Ribeirão Preto, majoritariamente ocupada pelo setor sucroalcooleiro.



Como vimos, esta estratégia de frear leis e decretos foi também assumida pelo Protocolo Agroambiental no que tange à prática das queimadas. É neste sentido que ambos os dispositivos acabam por funcionar enquanto uma operação de justificação, pois partem da incorporação de valores em nome dos quais o setor sucroalcooleiro, bem como a atuação dos órgãos ambientais, são criticados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Não obstante, apesar do alvo desses dispositivos corresponder, mesmo que parcialmente, a críticas voltadas à produção canieira, não tencionam, na prática, questionar ou transformar a lógica da monocultura. Há, a nosso ver, portanto, um movimento estratégico de ajustamento às restrições e limitações impostas pelos instrumentos disciplinares que, ao fim, compensam possíveis perdas de rentabilidade e produtividade, oriundas da transição tecnológica.

Essa reflexão nos leva ao último ponto: a necessidade de ampliar nossos olhares a fim de problematizar o complexo jogo de *(in)visibilidade* do fogo e da água no contexto rural. Ainda saltam faíscas nos canaviais paulistas - contudo, não tão visíveis quando também topamos com uma insuficiência de dados sobre a queima da palha da cana-de-açúcar. O que temos são índices de mecanização que não indicam sobre a ocorrência, por exemplo, de queimadas eventuais. Na Região Administrativa de Ribeirão Preto, o índice de mecanização chegou a 91,34% em 2019 (FREDO; CASER; CAMPAGNUCI, 2020) e, assim, o fogo tornou-se alheio, mas não invisível.

A respeito das águas, elas também não são *invisíveis*, pois, como demonstram os dados, suprem as necessidades dos setores interessados; mas também, não são completamente *visíveis*, dado que são subestimadas nas contagens oficiais e relegadas a segundo plano nos instrumentos jurídicos. São *alheias*. Nos questionamos, então: em qual momento estas águas saem do *alheio* para ocupar o espaço do *invisível*? Ou, em qual momento saem do alheio para



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



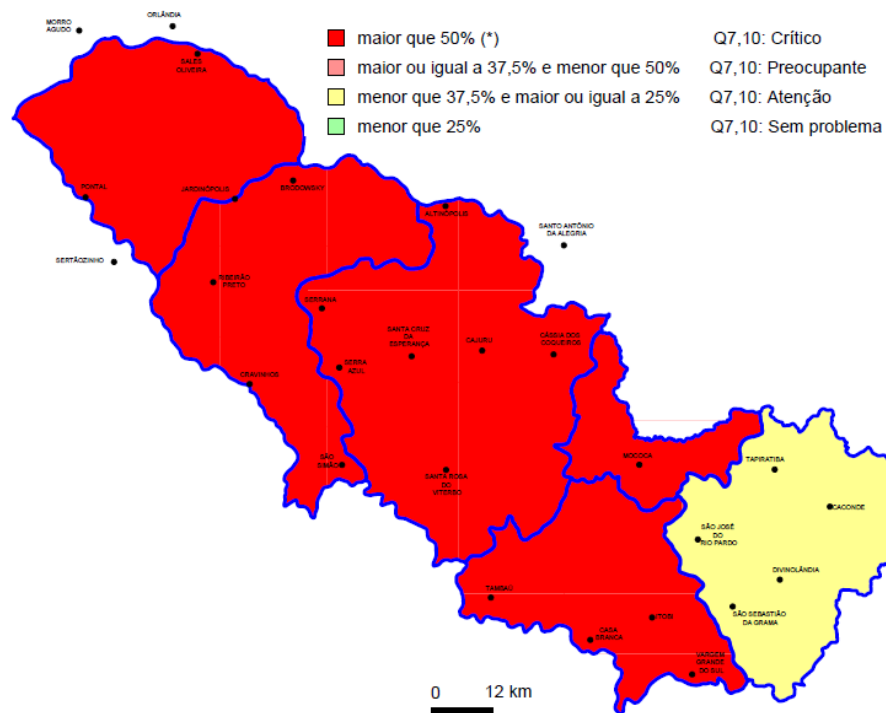
ocupar o espaço do *visível*? Este jogo nos parece oscilante também nas chamadas - e talvez feito elas.

Nesse sentido, entendemos que a forma como as águas subterrâneas são movimentadas nesse complexo jogo de *(in)visibilidade* também implica em novos pontos de acumulação que ampliam a dominação, a exploração e a degradação ambiental. Parece-nos visível que o setor sucroalcooleiro, amparado pelo aparato burocrático estatal, discuta a temática da ocupação da terra e do uso das águas em torno do emprego desta última no processo industrial. Não por acaso, ao situar espacialmente os municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto, produtores de cana-de-açúcar, sobre as áreas de afloramento do Aquífero Guarani, nos deparamos com o diagnóstico de *estado crítico* da Bacia do Pardo, conforme a Figura 6, devido ao processo de superexploração da água¹⁶.



¹⁶ Vale ressaltar, novamente, que o diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Pardo como área crítica do estado de São Paulo ocorre a despeito dos relatórios oficiais apontarem defasagens nos levantamentos dos dados, sobretudo, no meio rural, seja no que se refere ao uso da água na irrigação ou no setor industrial.

Figura 6: Balanço de oferta hídrica da UGRHI-4 por sub-bacias



Fonte: CBH-PARDO (2008, p. 276).

À vista disso, nossa hipótese é de que a eliminação da prática das queimadas, impulsionada pelo Protocolo Agroambiental, e a proteção das águas subterrâneas pautada na “ocupação ordenada” da área de afloramento do aquífero, fundamentada pelo Zoneamento Agroambiental, cria um contexto propício de expansão sobre o uso da terra e da água que supera as limitações e desafios das transformações no *modus operandi* da produção sucroalcooleira. Parece-nos perceptível um movimento do setor a fim de encontrar novos pontos de acumulação que compensam as perdas de rentabilidade proveniente da transição tecnológica e que superem as limitações sobre a disponibilidade de água na produção industrial, amparada, justamente, sobre o caráter *alheio* das águas subterrâneas.



Referências

ALCANTARA, Anayra Giacomelli Lamas. **Sensibilização para a conservação das águas subterrâneas: um estudo em áreas de recarga do aquífero Guarani em bacias hidrográficas no estado de São Paulo**. 2018. 285 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

ALVES, José Francisco da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. 1991. 347 p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ANDRADE JÚNIOR, José Roberto Porto. **Onde tem fumaça tem fogo: As lutas pela eliminação da queima da cana-de-açúcar**. São Paulo - SP: FAP - UNIFESP, 2016.

ARBEX, Marcos Abdo. **Avaliação dos efeitos do material particulado proveniente da queima da plantação de cana-de-açúcar sobre a morbidade respiratória na população de Araraquara – SP**. 2001. 204p. Tese (Doutorado em Medicina), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A chama de uma vela**. Tradução de Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BIOTA-FAPESP. **Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Disponível em: <https://www.biota.org.br/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009



BORGHETTI, Nadia Rita Boscardin; BORGHETTI, José Roberto; ROSA FILHO, Ernani. Francisco. **Aquífero Guarani** – A verdadeira integração dos países do Mercosul. Curitiba, 2004.

CAUBET, Christian Guy. Os contextos normativos brasileiros em matéria de águas subterrâneas. In. RIBEIRO W. C. **Governança da Água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009. p. 213 a 237.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARDO. Deliberação de abril de 2006. Dispõe sobre a definição de critérios técnicos para a autorização de perfuração de poços no município de Ribeirão Preto. **CBH - Pardo**, 2006.

_____. Deliberação de março de 2008. Dispõe sobre a alteração da Deliberação do CBH-Pardo 04/06. **CBH - Pardo**, 2008.

_____. **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pardo**. Relatório Técnico N° 401/08. Realização: CPTI - Cooperativa de Serviços e Pesquisa Tecnológicas e Industriais, 2008.

_____. Deliberação de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a redefinição de critérios técnicos para a autorização de perfuração de poços tubulares profundos no município de Ribeirão Preto. **CBH - Pardo**, 2010.

_____. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica**. Grupo de Trabalho Permanente do Relatório Anual de Situação dos Recursos Hídricos e Plano de Bacia/UGRHI-4 Pardo – Ribeirão Preto, 2012.

_____. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica**. Grupo de Trabalho Permanente do Relatório Anual de Situação dos Recursos Hídricos e Plano de Bacia/UGRHI-4 Pardo – Ribeirão Preto, 2016.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Deliberação CRH N° 052 de 15 de Abril de 2005. Dispõe sobre a instituição no âmbito do Gerenciamento de



Recursos Hídricos diretrizes e procedimentos para a definição de áreas de controle da captação e uso das águas subterrâneas. CRH, São Paulo, 2005.

CANASAT. **Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite.** Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/colheita.html>. Acesso em: 09 abr. 2021.

DURIGAN, Giselda; SIQUEIRA, Marinez Ferreira de.; FRANCO, Geraldo Antonio Daher Correa. Threats to the Cerrado remnants of the state of São Paulo, Brazil. **Scientia Agricola**, Piracicaba, v.64, n.4, 2007, p.355-363.

FREDO, Carlos Eduardo; CASER, Denise Viani; CAMPAGNUCI, Bruna C. G. Colheita Mecanizada da Cana-de-açúcar Atinge 95,3% das Áreas Produtivas do Estado de São Paulo na Safra Agrícola 2018/19. **Ipea**. 27 jul. 2020. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14825>. Acesso em: 02 abr. 2021.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi. **O fetiche da mercadoria “verde”: a questão ambiental na construção social do etanol brasileiro.** 2017. 311p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2017.

GOMES, Marco Antônio Ferreira; SPADOTTO, Cláudio Aparecido; FILIZOLA, Heloisa Ferreira. Uso agrícola das áreas de recarga do Aquífero Guarani no Brasil e implicações na qualidade da água subterrânea. In: Manejo agro-ecológico das áreas de recarga do aquífero Guarani na região das nascentes do Rio Araguaia, GO/MT. Projeto Embrapa, 2004

GONÇALVES, Daniel Bertoli. A regulamentação das queimadas e as mudanças nos canais paulistas. 2001. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio-Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

KIRCHHOFF, Volker Walter Johann Heinrick & MARINHO, Edith Vasconcelos de Andrade. Projeto Fogo: um experimento para avaliar efeitos das queimadas de cana-de-açúcar na baixa atmosfera. In: **Revista Brasileira de Geofísica**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 107-119, 1991.

MARTINS, Rodrigo Constante; CUNHA, Luis Henrique. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. In: **BIB**, São Paulo, n. 92, p. 1-29, abr. 2020.

OLIVEIRA-FILHO. Eduardo Cyrino. Queimadas e recursos hídricos: efeitos das cinzas sobre os ecossistemas aquáticos. **Embrapa**. 26 out. 2020. Brasília, Recursos



Naturais. Disponível em:
<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/56780861/artigo---queimadas-e-recursos-hidricos-efeitos-das-cinzas-sobre-os-ecossistemas-aquaticos>. Acesso em:
19 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Aquífero Guarani**: programa estratégico de ação. Relatório do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani. 426p. 2009.

PADILLA, Esther Calderón. **Água, poder y escasez. La construcción social de um território en un ejido sonorens, 1938-1955**. Hermosillo, El Colegio de Sonora, 2012.

PAIXÃO, Marcelo. **O proálcool enquanto uma política energética alternativa**: uma resenha crítica. Projeto Brasil sustentável e democrático, Rio de Janeiro, 1995.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 387

PRODUÇÃO Agrícola municipal. *In*: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/PIBMun/default.asp>. Acesso em: 10 abr. 2021.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Águas Subterrâneas, *In*: **Águas doces no Brasil**: Capital ecológico, uso e conservação. REBOUÇAS, A.C; BRAGA, B; TUNDISI, J.G (Org). 3ed, São Paulo: Escrituras editora, 2006, p. 01 – 35

REGRA, Ana Paula Maria; DUARTE, Carla Grigoletto; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Uma análise do Projeto “Cenários Ambientais 2020” proposto pela Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n.20, p. 89-98, dez. 2013.

RIBEIRO, Wagner Costa. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 64, Dec. 2008

ROCHA, Gerôncio Albuquerque. O grande manancial do Cone Sul. **Estudos Avançados**, v. 11, n.

30, maio-ago, 1997

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.



SÃO PAULO. Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Rio Pardo - UGRHI 4. Relatório Final. Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo : CPTI - Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais; IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2003

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 11.241 de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**. São Paulo, SP, 2 mar. 2002. Seção I, p.7.

_____. Resolução SMA-21 de 16 de maio de 2007. Dispõe sobre a instituição dos Projetos Ambientais Estratégicos da Secretaria do Meio Ambiente. **Diário Oficial do Estado**. São Paulo, SP, 17 mar. 2007. Seção I, p. 43.

_____. Resolução SMA/SAA-006 de 24 de setembro de 2009. Altera o Zoneamento Agroambiental para o setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, 25 set. 2009. Seção I, p. 36.

SABADIN, Ana Carina. **Das estratégias às justificações**: uma análise da construção política do Protocolo Agroambiental Paulista. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2017.

_____. **Do fogo à fumaça: a construção social do problema ambiental das queimadas nos canaviais paulistas**. **Revista Argumentos**, n.17, v.1, p. 85-104, jan./jun. 2020.

SECRETARIA do Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; ORPLANA; UNICA. **Protocolo Agroambiental do Setor Sucoenergético Paulista**: Dados consolidados das Safras 2007/08 a 2013/14: relatório técnico. São Paulo, 2014, p. 1-59.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO; SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SAÚDE PÚBLICA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR DO ESTADO DA BAVIERA. **Sistema de Informação para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos Subterrâneos na Área de Afloramento do Aquífero Guarani no Estado de São Paulo**: relatório técnico. 2004, p. 1 - 81



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira. In: **Sociologias**, ano 12 n. 24, p. 196-240, mai./ago. 2010.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DA CANA DE AÇÚCAR. **Unica**. Disponível em: <http://www.unica.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VILLAR, Pilar Carolina. Gestão das áreas de recarga do aquífero Guarani: o caso de Ribeirão Preto. 184f. **Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental)**. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (Procam), Universidade de São Paulo, Brasil, 2008.

_____. A busca pela governança dos aquíferos transfronteiriços e o caso do Aquífero Guarani. 261f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (Procam), Universidade de São Paulo, Brasil, 2012

ZONEAMENTO Agroambiental para o setor sucroalcooleiro. **Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/etanolverde/zoneamento-agroambiental/>. Acesso em: 11 abr. 2021.



GT 2 – Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades

Fronteira agrícola, Agroestratégias e ameaças às Unidades de Conservação no Cerrado: o caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba¹

Karla Rosane Aguiar Oliveira²

O Cerrado passa atualmente sobre uma intensa mudança de sua paisagem em função do avanço da fronteira agrícola, incentivada pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil especialmente a partir dos anos 1960. Neste cenário, a modernização conservadora da agricultura promoveu um “pacto do agronegócio”, que se intensifica mediante um conjunto de ações e aparato ideológico, que buscam influenciar as políticas governamentais em prol do aumento em áreas para produção de *commodities*. As Unidades de Conservação no bioma Cerrado assumem, portanto, importante papel para a conservação da biodiversidade frente ao avanço da fronteira agrícola. Porém, as agroestratégias impõem ameaças a esses territórios, com possibilidades de redução de limites territoriais, recategorização e diminuição do grau protetivo das Unidades de Conservação. Neste sentido, este artigo tem como objetivo discutir sobre as transformações territoriais oriundas da fronteira agrícola no Cerrado e da atuação das Agroestratégias sobre os territórios destinados à conservação da biodiversidade, a partir do caso de desafetação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, situado na fronteira entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Palavras-chave: Desafetação de Unidades de Conservação; Produção de commodities; Matopiba.

¹ O presente texto faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Fronteira Agrícola e Natureza: visões e conflitos no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba”, executada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMader) da Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

² Engenheira Florestal e Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader/FUP/UnB), possui experiência profissional e acadêmica com as temáticas de Povos e Comunidades Tradicionais, Unidades de Conservação e Fronteira Agrícola no Cerrado. Atualmente é consultora e professora voluntária da Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília.



1. Introdução

O Brasil é particularmente apropriado para estudar as frentes de expansão da fronteira agrícola (MARTINS, 2012), pois é possível visualizar as frentes de avanço em diversos estágios. O Cerrado brasileiro insere-se, portanto, em um cenário global como uma região propícia à expansão da fronteira agrícola e apropriação dos recursos naturais, especialmente a partir da modernização agropecuária com base no pacote da Revolução Verde, implantada a partir dos anos 1960 (DUARTE, 1998).

O desenvolvimento agrícola nos países do Sul foi muito afetado pelo processo de globalização da economia, em especial nos ecossistemas em processo de ocupação e exploração tardias. Esse é o caso do Cerrado brasileiro, sendo que o perfil da região e das populações foi profundamente transformado.

Uma das possibilidades de conservação da biodiversidade é a restrição de acesso a certas áreas por populações humanas. Originalmente, a ideia de preservar determinados espaços tinha duas motivações: a preservação de locais sagrados e a de estoques de recursos naturais. A partir da segunda metade do século XIX, já se tinha a ideia de conservar certas paisagens do impulso transformador do ser humano. Por isto, que, mesmo com limitações, as áreas protegidas foram capazes de trazer a discussão sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade para a pauta das agendas nacionais e internacional (BENSUSAN, 2014).

Na fronteira entre os quatro estados que compõem o Matopiba, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP) é uma Unidade de Conservação, privilegiada para compreender a dinâmica de contenção do avanço da fronteira agrícola e o papel das agroestratégias na ameaça aos territórios para conservação da biodiversidade.

Ocorre que na época da criação do Parque, em 2002, uma parte da Chapada das Mangabeiras (área que pertenceu ao Parque até a sua desafetação) foi delimitada como pertencente à Unidade de Conservação para fins de conservação ambiental. Foi considerada à época como importante zona de recarga dos rios da região, em especial das nascentes do Rio Parnaíba. Contudo, a partir de 2004 houve intensa ocupação irregular para plantio de soja. Os sojeiros conseguiram, então, a partir de pressões políticas, aprovar a Lei nº 13.090 de 2015, que desafetou uma extensa área apta ao uso agrícola, porém com importância para fins de conservação ambiental.

Este artigo tem como objetivo discutir, a partir do caso da desafetação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba ocorrido em 2015, o processo de avanço da fronteira agrícola no Cerrado, a atuação das agroestratégias que viabilizam esse violento avanço, e as atuais ameaças aos territórios das Unidades de Conservação no bioma.

2. O Cerrado frente ao avanço da fronteira agrícola e das agroestratégias

Para se compreender a expansão da fronteira agrícola no Cerrado e a questão das agroestratégias, torna-se necessário compreender primeiramente o processo como ocorreu a modernização da agricultura no Brasil. De acordo com Silva (1998), esta pode ser definida como o processo de transformação da base técnica da produção agropecuária por meio da importação de maquinário e insumos agrícolas, objetivando aumentar a produção e a



produtividade. Essa modernização ocorreu a partir do pós-guerra, mas somente por meio do aval das velhas estruturas latifundiárias brasileiras, no que Delgado (2012) afirma que foi uma “modernização conservadora”.

Somente na década de 1960 começou a se consolidar as condições internas para a modernização da agricultura, que se valeu de dois fenômenos interligados: a transformação da base técnica da produção rural (com o paulatino aumento do número de tratores e consumo de fertilizantes) e a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs), a partir da integração entre agricultura e indústria (DELGADO, 2012).

Delgado (2012) afirmou que essa modernização surgiu a partir da derrota das lutas pela reforma agrária nos anos 1960; e como resposta aos desafios da urbanização e a necessidade de diversificação da economia agrícola, que até os anos 1950 se sustentava pela cultura cafeeira. Segundo o autor, a escolha metodológica foi estimular o uso do pacote tecnológico da Revolução Verde e desonerar os riscos estruturais do processo produtivo privado. Contudo, isto não fez com que se mudasse a arquitetura social do meio agrário, trazendo esse “pacto moderno” para as oligarquias rurais. Porém o autor argumentou o processo de agroindustrialização se concentrou regional e socialmente no Sudeste e Sul, propagando pelo Centro-Oeste somente a partir da década de 1980 (DELGADO, 2012).

De acordo com Delgado (2012), as medidas de ajuste econômico, realizadas após a grave crise cambial de 1982, foram o embrião do modelo de exportação de *commodities* como alternativa para redução do déficit da balança comercial e da crise do endividamento externo. Soma-se a isto a promulgação da Constituição de 1988, que alterou diversas políticas, incluindo a econômica que, até então, era implementada pelos militares

Na década de 1990, a opção neoliberal de comércio e finanças do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 1997), teve consequências fortemente desvalorizadoras da renda fundiária e dos preços da terra. Isto provocou uma profunda recessão no setor agrícola, causando exportação e PIB agrícolas medíocres no período. A crise econômica de 1999 deu fim à experiência ultraliberal, abrindo espaço para articulação do que o autor chama de “estratégia do agronegócio” (DELGADO, 2012, p. 82), reeditando a política externa do período 1983/1993 sob bases da nova ordem econômica global.

O Agronegócio³ se valeu das estruturas existentes (mercado de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais), além de incentivos do Estado, para firmar um pacto público-privado de economia política. Este pacto do agronegócio envolveu as cadeias agroindustriais, o latifúndio e o Estado (DELGADO, 2012). A partir da crise cambial de 1999, os períodos dos governos FHC II (1999-2002), Lula I e II (2003-2010) e Dilma I (a

³ A respeito da nomenclatura “Agronegócio”, utilizada no Brasil, este termo foi literalmente traduzido do “Agrobusiness” do contexto estadunidense. Naquele país, o termo surgiu do neologismo entre as palavras “agriculture” e “business”, ou seja, a agricultura se sujeitava às leis do mercado, “[...] era um negócio que envolvia muitas e diferentes operações, dentro e fora da fazenda” (GRYSZPAN, 2012, p. 126). Segundo o autor, o Agrobusiness chega então ao Brasil a partir da década de 1960, com ares de ‘agricultura moderna’ tendo como premissa a modernização advinda da Revolução Verde. E, paulatinamente, o termo é transformado para “Agronegócio”, já na década de 1990. Contudo, Sauer (2008) afirma que o uso do termo “Agronegócio” não simboliza propriamente uma mudança de postura do setor. A adoção ou imposição do aparato tecnológico da Revolução Verde “foi resultado também de imposições ideológicas e simbólicas sobre a esmagadora maioria da população rural” (SAUER, 2008, p. 30), na busca de maior produção ou produtividade.



partir de 2011) produziram e aprofundaram o atual modelo econômico primário-exportador de produtos agrícolas e minerais. É “[...] o pacto do agronegócio se espalhando pelo conjunto da economia, e impondo cada vez mais uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação de capital ao conjunto da economia” (DELGADO, 2012, p. 111).

Assim, com a necessidade de remunerar o capital e buscar minimizar o déficit de outros setores da economia, na tentativa do “equilíbrio inviável”, esse setor primário recorre a formas de acumulação. Captura o excedente econômico por meio de “vantagens naturais e produtividade da terra e jazidas”⁴.

A superexploração dos recursos naturais é também acompanhada pela superexploração das forças de trabalho, pela imposição de jornadas excessivas e de manejo de produtos agrotóxicos e/ou de relações contratuais precárias. Estes dois fenômenos amalgamaram a compreensão do processo de ascensão do agronegócio nos anos 2000 e de extração do excedente econômico no âmbito das relações assimétricas internacionais (DELGADO, 2012).

Também se pode depreender que a abertura de novas fronteiras agrícolas está atrelada ao “pacto do agronegócio”, construído entre a elite agrária (detentora da terra), Estado e capital financeiro, com consequências ambientais e sociais no mínimo questionáveis (DELGADO, 2012). Este pacto ainda possui estratégias articuladas de inserção da agenda deste grupo econômico tanto nas pautas políticas como na opinião pública (ALMEIDA, 2010).

Assim, a construção do projeto político do agronegócio é sustentada complementarmente pela abertura de novas fronteiras agrícolas e superexploração do trabalho e pelas Agroestratégias, ou seja, narrativas que justificam e legitimam todos os processos econômicos, ambientais e sociais da economia do agronegócio. Neste sentido, Almeida (2010, p. 102) conceitua agroestratégias como

[...] um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras [...] para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, em uma quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas.

As agroestratégias compõem uma rede articulada de instituições e entidades patronais, instituições intelectuais (inclusive professores em universidades), que elaboram discursos, ideias e políticas. Influenciam a opinião pública (por meio de figuras chave na mídia), com componentes formais e informais, que segundo Almeida (2010), constituem verdadeiros *think tanks* na construção de narrativas justificadoras e de planos de ação.

Faz parte das agroestratégias “[...] a disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola” (ALMEIDA, 2010, p. 110) na produção de alimentos para o mundo. O poder de convencimento do discurso ufanista tem levado a modificações no tratamento midiático dos conflitos e impactos socioambientais provocados pelo setor agro-minério-exportador.

⁴ De acordo com Delgado (2012), este conceito advém das “vantagens comparativas dos recursos naturais”, da antiga teoria do comércio internacional.



Nos últimos anos, o caminho traçado pelas agroestratégias tem como finalidade influir na formulação de políticas governamentais e seus respectivos planos, programas e projetos para o setor. Não está se falando somente na agregação de terras e isenção da carga tributária; há também uma orientação para a implementação de empreendimentos agrícolas, caracterizados pela inovação tecnológica, demanda de imensas áreas (terras aráveis) e racionalidade voltada para o mercado de *commodities*⁵ (ALMEIDA, 2010).

As agroestratégias também são alimentadas pelo mito de que há um estoque ilimitado de terras no Brasil, com “espaços vazios” ou pouco habitados. Isto justifica que qualquer extensão de terra está disponível à expansão do agronegócio e ao mercado de terras. Qualquer movimento para obstaculizar estas agroestratégias são invisibilizadas pela mídia, ou deliberadamente atacadas, por meio de discursos de inversão expansionista (ALMEIDA, 2010).

As consequências do avanço das fronteiras agrícolas promovidas pelas agroestratégias são diversas. Algumas das mais visíveis são desflorestamento, perda de biodiversidade e impacto negativo sobre os recursos hídricos. No Cerrado brasileiro já se constata este cenário. De acordo o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no bioma (MMA, 2014), o Cerrado, que concentra 5% da biodiversidade do planeta, já perdeu cerca de 50% de sua cobertura vegetal original de 204 milhões de hectares.

Pelas argumentações de Delgado (2012) e Almeida (2010; 2011), as agroestratégias são efetivamente um aparato de instituições, pessoas e mercados, que possuem poder para influir nas decisões e promover um modelo produtivista para o país. Porém, esta escolha é frágil e sujeita às flutuações da *commodities* e crises do capitalismo. Necessitando, além de outros incentivos, de terras, as agroestratégias se valem de discursos contra qualquer empecilho no avanço das fronteiras agrícolas. Encontram, porém, além das comunidades tradicionais e indígenas, as áreas destinadas à conservação ambiental nesta fronteira.

3. Unidades de Conservação no Cerrado e a e o avanço da fronteira agrícola: o caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba

Durante muito tempo o Cerrado não foi considerado como potencial no que tange à exploração dos recursos naturais. Essa visão mudou a partir da década de 1970, com o esgotamento da fronteira do Sul e Sudeste do país, e o Centro-Oeste se configurou como uma região de fronteira agrícola, aberta ao fluxo migratório (nacional e internacional) e aos padrões mais modernos do capital e de tecnologia intensiva (DUARTE, 1998).

Se, no final da década de 1990, Duarte (1998) já alertava para uma explosão demográfica na região e uma iminente crise ambiental, esta crise já se encontra em curso hoje. Diversos movimentos sociais denunciam a crise hídrica das cidades e do campo, originando campanhas sobre a necessidade de preservar o Cerrado. As áreas protegidas e Unidades de Conservação podem apoiar a conservação da natureza no Cerrado.

⁵ Almeida (2010) sugere que, apesar do discurso de “gestão ambiental” e “gestão voltada à sustentabilidade”, as agroestratégias não levam em conta o alto impacto e destruição dos recursos naturais que sua visão e práticas acarretam.



De acordo com Bensusan (2014), a ideia original do ser humano de conservar a natureza parte do questionamento sobre a sua relação com a Terra. No Ocidente, esta culminou “[...] em relações de domínio e desprezo pela natureza e na confiança na tecnologia como solução para os problemas ambientais” (BENSUSAN, 2014, p. 31).

A ideia de que o ser humano é o transformador da paisagem levou aos atuais modelos de desenvolvimento e uso dos recursos naturais, que se baseiam nas investigações humanas sobre a natureza e o próprio sentido de humanidade. Neste sentido, áreas que ainda preservem a natureza em sua condição “intocada” só receberam importância a partir do século XVIII (BENSUSAN, 2014).

Originalmente, a reservação de determinados espaços tinha duas funções básicas: proteger lugares sagrados e manter estoques de recursos naturais. Foi somente na segunda metade do século XIX que surgiu a definição de espaços para a conservação de paisagens naturais, com o intuito de assegurar áreas que mantinham sua condição prístina. Concomitantemente, após a segunda metade do século XX, em virtude da rápida conversão das paisagens naturais em áreas antropizadas, passou-se a discutir também o estabelecimento de novas tipologias de áreas protegidas (BENSUSAN, 2014).

Mesmo com limitações, as áreas protegidas trouxeram a discussão sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade para as agendas nacionais e internacional (BENSUSAN, 2014). Contudo, as áreas protegidas com restrições de acesso são intensamente criticadas por seus efeitos excludentes das populações tradicionais, que habitavam o território antes da definição de espaços protegidos.

Mas foi entre os anos de 1974 e 1984 que houve o maior número de criação de UCs no Brasil. Período coincidente com a década de 1970, considerada a “década da destruição”, quando houve mais incentivos governamentais para o avanço da fronteira agrícola (RAMOS, 2014). Isto revela a histórica postura contraditória do Brasil neste tema.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é aprovado pelo Congresso Nacional em 2000, após um lento processo para aprovação no Congresso Nacional (RAMOS, 2014). O texto do SNUC estabelece duas modalidades de UCs, ou seja, UCs de Proteção Integral e UCs de Uso Sustentável. A principal diferença entre tais modalidades é o tipo de uso que se pode fazer dos recursos naturais protegidos. Nas UCs de Uso Sustentável é permitido o uso direto dos recursos naturais/florestais. Deste modo, é possível a convivência de comunidades tradicionais na área. Nas UCs de Proteção Integral, o uso deve ser indireto. Não é permitida a permanência de moradores, mesmo aqueles que vivem a gerações, sendo necessário o reassentamento de tais populações em outra localidade⁶ (BRASIL, 2000).

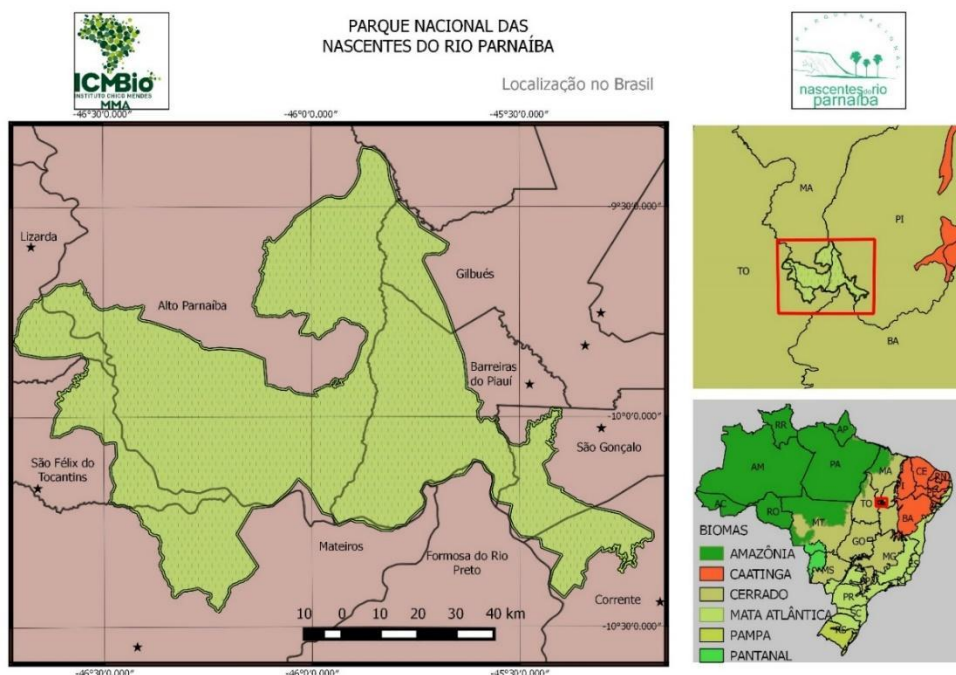
Neste contexto, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP) é um caso emblemático para a análise do papel das Unidades de Conservação no Cerrado, e da influência das políticas de desenvolvimento agrícola e expansão da fronteira agrícola na região. O PNNRP é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, elencada no rol de áreas protegidas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Foi criado pelo

⁶ Tal dispositivo do SNUC gera intensos conflitos sociais e ambientais em áreas protegidas com a presença de grupos humanos que vivem há gerações em seus territórios tradicionais. Santilli (2014) defende que este artigo do SNUCA deve ser relido à luz da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Contudo, apesar desta discussão ser muito relevante, não é o objeto do presente artigo.

Decreto s/n, de 16 de julho de 2002, com o objetivo de “assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico” (BRASIL, 2002).

A região, onde se situa o PNNRP, é de relevância biológica, pois além de receber as cabeceiras de um dos importantes rios da região Nordeste (o Rio Parnaíba), congrega o Mosaico de UCs do Jalapão (PORTAL BRASIL, 2016). Alguns dos cursos d’água com relevância ecológica para a região são: Rio Corrente, Rio Vermelho, Rio Gurguéia e Rio Prata. A figura 2 demonstra a localização do referido Parque.

Figura 2. Localização do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.



Fonte: Mapa elaborado por Janeil Lustosa de Oliveira, do ICMBio. Gentilmente disponibilizado pelo autor.

O PNNRP teve seus limites alterados pela Lei nº 13.090/2015 (BRASIL, 2015). Sua área total foi aumentada, passando a englobar áreas situadas nos municípios de Alto Parnaíba, Mateiros e São Félix do Tocantins, incorporando as áreas de nascentes do Rio Corrente (tributário do Parnaíba), da Serra do Lajeado e da APA do Jalapão. Apesar do aumento em área, houve desafetação da área ao sul do Parque nos municípios de Formosa do Rio Preto (Bahia) e Mateiros (Tocantins). Segundo informações coletadas em campo, a área desafetada é importante para a descarga de águas para as nascentes do Rio Parnaíba.

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017), a região onde se situa o Parque configura uma distribuição desigual da atividade agrícola. Na Tabela 1 é possível visualizar que os cultivos, especialmente cultivo de soja, se concentram em alguns



municípios como por exemplo, Formosa do Rio Preto (Bahia), Alto Parnaíba (Maranhão) e Corrente e Gilbués (Piauí). Os demais municípios da região do PNNRP (Lizarda, Mateiros e São Félix do Tocantins, no Tocantins; Barreiras do Piauí e São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí) possuem atividades agropecuárias (lavouras com cultivo de grãos, mas também rebanhos bovinos) bastante reduzida em comparação ao primeiro grupo. Isto sugere que, mesmo pertencendo à mesma região territorial (divisa dos quatro Estados do Matopiba⁷), possuem desigualdades no processo de desenvolvimento agrícola⁸ nos moldes da expansão das monoculturas.

Tabela 1. Produção Agrícola Municipal dos nove municípios que abrigam o PNNRP

	Área plantada (hectares)					Rebanho (cabeças)
	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Bovinos
Lizarda, TO	1.500	80	0	100	0	18.400
Mateiros, TO	35.000	0	0	0	0	5.302
São Félix do Tocantins, TO	0	22	0	20	0	3.827
Alto Parnaíba, MA	45.354	13.801	2.760	1.009	1.099	35.540
Barreiras do Piauí, PI	0	250	0	10	190	9.456
Corrente, PI	11.633	2.520	700	1.560	1.430	51.911
Gilbués, PI	42.424	4.698	0	1.000	350	17.766
São Gonçalo do Gurguéia, PI	910	685	0	830	250	6.519
Formosa do Rio Preto, BA	360.000	47.000	47.000	2.000	2.458	52.791

Fonte: IBGE, 2017.

Deste modo, o PNNRP é um dos *locus* onde se pode fomentar a discussão sobre a expansão da fronteira agrícola no Cerrado e os limites do modelo de desenvolvimento baseado na economia do agronegócio, além das atuais ameaças às áreas protegidas no Brasil.

4. As agroestratégias e o processo de desafetação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba

As agroestratégias atuam em um ataque frontal contra os direitos dos povos e comunidades tradicionais e contra a proteção à biodiversidade, utilizando-se de um projeto político ideológico a fim de alterar as disposições legais e normativas dos territórios da

⁷ Acrônimo dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

⁸ Formosa do Rio Preto, de acordo com os dados do IBGE, foi o oitavo município com maior produção de grãos do Brasil em 2016 (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2016).



agrobiodiversidade, bem como ampliar a área de cultivo agrícola e facilitar os processos de licenciamento para as atividades potencialmente poluidoras (OLIVEIRA e SAUER, 2016).

São inúmeros os exemplos que demonstram as atuais ameaças aos territórios tradicionalmente ocupados e de Unidades de Conservação, todos estes bastante atuais. Sauer e França (2012) afirmam que as mudanças no Código Florestal brasileiro, promovidas em 2012 pelo Congresso Nacional, e parcialmente sancionada pela Presidenta da República à época, continham orientações que partiam do princípio que a natureza é um empecilho ao desenvolvimento, com propostas sem nenhum tipo de preocupação conservacionista.

Leitão (2014) faz o seguinte questionamento: se o Código Florestal de 1965, vigente por mais de meio século (sem contar a primeira versão deste Código, datada de 1934), foi ignorado até então, por que os ruralistas passaram a ser tão diligentes aos ataques à legislação florestal? A primeira explicação é que os instrumentos para vigilância e controle dos ilícitos ambientais ficaram mais sensíveis (as tecnologias de geoprocessamento evoluíram muito desde 1965); a segunda, é, com o aparelhamento e fortalecimento dos órgãos ambientais, passaram a cumprir as regras com mais rigor⁹. O autor afirma que os ruralistas passaram, então, a concentrar o discurso de papel de vítima, por meio de diversos argumentos de criminalização de todos os produtores rurais ou redução das áreas para a produção de alimentos, dentre outros (LEITÃO, 2014).

Assim, os institutos da Reserva Legal (RL) e das Áreas de Preservação Permanente (APP), importantes para a manutenção de corredores ecológicos com Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, foram profundamente afetados no novo Código Florestal de 2012, devido ao discurso da necessidade de maiores áreas para a produção de alimentos (SAUER & FRANÇA, 2012; LEITÃO, 2014).

Recentemente, há esforços das agroestratégias em alterar as disposições legais sobre o licenciamento ambiental (TERRA DE DIREITOS, 2016), que desrespeitam diversas convenções internacionais sobre clima, ratificadas pelo governo brasileiro, e com total negligência a conflitos socioambientais por detrás dos processos de licenciamento de grandes obras e atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras no país (SAUER e FRANÇA, 2012).

Diversos processos de alteração de limites territoriais ou alteração das categorias de Unidades de Conservação também estão na pauta das agroestratégias atualmente. De acordo com WWF-Brasil (2017), o país vive, desde o final de 2016, uma ofensiva contra as UCs sem precedentes históricos. A ofensiva vem de produtores rurais que ocupam irregularmente estas áreas, de empresas de mineração e grileiros de terras públicas, e o potencial de impacto é grande, com a descaracterização de áreas protegidas por meio de redução do tamanho, do grau de proteção ou pela desconstituição destas áreas.

Existem diversos projetos de lei em andamento no Congresso Nacional que visam a alteração de limites territoriais ou recategorização de Unidades de Conservação. De acordo

⁹ A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998), que tipificou delitos e aparelhou a atuação dos fiscais de órgãos ambientais é um caso típico de regras ambientais com mais rigor.



com WWF-Brasil (2017), tais processos são tratados na literatura pelo termo PADDD (do inglês, Protected Areas Downgrading, Downsizing and Degazettement¹⁰).

O artigo 22, do SNUC (BRASIL, 2000), define os critérios para criação de Unidade de Conservação, que deverá ser precedido de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites propostos. O mesmo artigo determina também que, para ocorrer a desafetação ou redução de limites de uma UC, esta só poderá ser realizada por meio de projeto de lei específica. Por isto mesmo, a ofensiva contra as áreas protegidas¹¹ advém especificamente do Congresso Nacional, promovidas especialmente por integrantes da Bancada Ruralista.

De acordo com o WWF-Brasil (2017), 10% dos territórios que estão sob jurisdição de áreas protegidas estão sob ameaça de PADDD, que pode proporcionar danos à conservação da biodiversidade nas áreas ameaçadas. Esta sigla refere-se a três eventos que podem ocorrer em áreas protegidas. Segundo Mascia e Pailler (2010), *downgrading* refere-se à diminuição das restrições legais das atividades humanas em Unidades de Conservação; *downsizing* pode ser entendido como a diminuição do tamanho de uma área protegida como resultado da mudança de limite legal; por fim, *degazettement* é a perda de proteção legal de toda uma área protegida, com a sua extinção.

No Brasil, de acordo com a WWF-Brasil (2017), entre 1900 e 2014, ocorreram 67 eventos de PADDD totalizando 110 mil quilômetros quadrados afetados. Estes eventos se intensificaram no final dos 2000 e as principais justificativas são a geração de energia elétrica e assentamentos humanos. Uma característica é que a redução dessas áreas ocorre sem consulta à sociedade civil (WWF-BRASIL, 2017).

Como um exemplo de PADDD, em 2015, a Lei nº 13.090, promulgada em 12 de janeiro, alterou os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba criado pelo Decreto s/nº, de 16 de julho de 2002. Esta desafetação caracteriza um processo de *Downsizing* na parte sul do Parque, mas com aumento de área na porção noroeste do mesmo¹². De acordo com um dos informantes do órgão gestor, em entrevista realizada em 20/07/2017, esta lei diminuiu os conflitos com os representantes da APROCHAMA que possuem assento no Conselho Consultivo da UC.

A desafetação do Parque se deu especialmente na região sul do Parque, onde situa-se a região da Coaceral (citada no item 1.2), mais especificamente na Chapada das Mangabeiras/BA e Serra da Tabatinga/TO. Abaixo a Figura 2 mostra esta alteração de limites do Parque em virtude da promulgação da Lei nº 13.090/2015 (BRASIL, 2015).

Figura 2. Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, área original e área após a alteração dos limites da Unidade de Conservação*.

¹⁰ Uma tradução livre para este termo é “processos de recategorização, diminuição de área ou perda de status protetivo de áreas protegidas”.

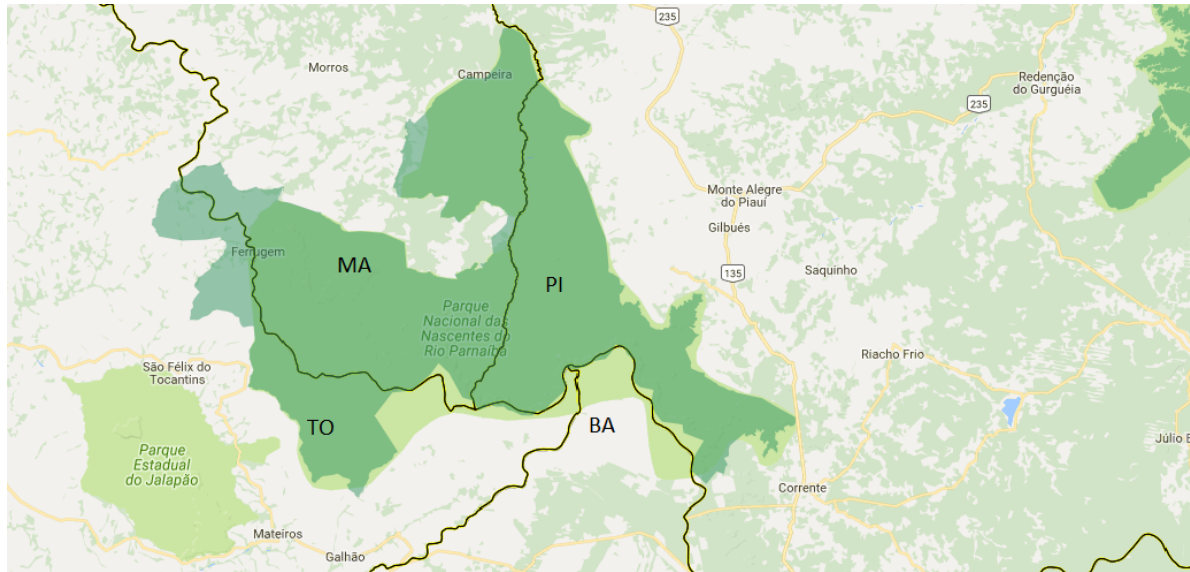
¹¹ Não só contra áreas protegidas, mas também contra diversas regulamentações ambientais e territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais.

¹² A área inicial do Parque era de 729.813 hectares, estabelecida pelo Decreto s/n de 16 de julho de 2002. A proposta inicial do PL era reduzir o parque em 11.000 hectares, passando para 718.650 hectares. Contudo, em negociações na Câmara dos Deputados, por meio de PL substitutivo do Deputado Sarney Filho, a área do Parque aumentou para 749.848 hectares, obtendo um ganho líquido de 20 mil hectares.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



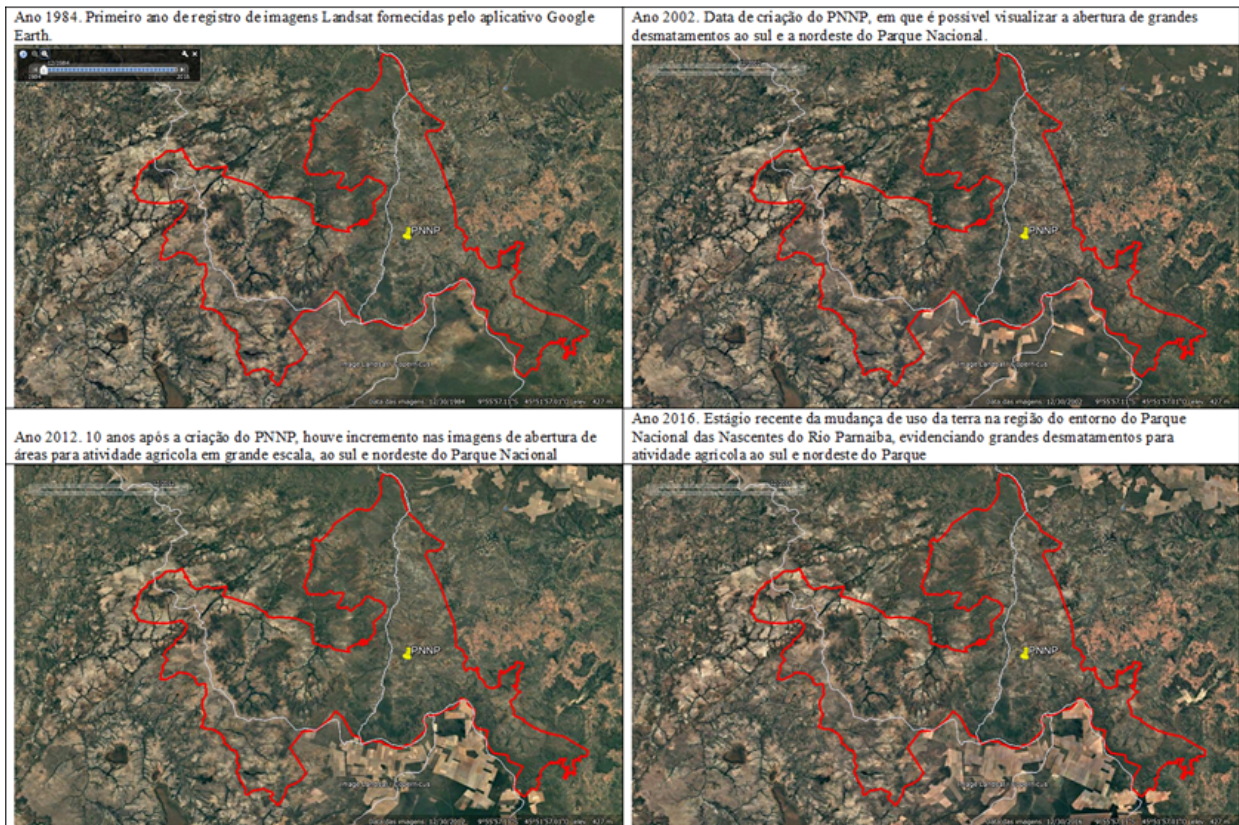
Fonte: I3Geo-MMA, 2016. Elaborado pela autora.

* As áreas em verde claro (exceto a área do Parque Estadual do Jalapão), foram as áreas da Chapada das Mangabeiras e Serra da Tabatinga desafetadas pela Lei nº 13.090/2015. As áreas em verde-ocre, situadas no Tocantins e Maranhão) foram as áreas aumentadas por força da mesma lei. Deste modo, a área atual do PNNRP é o somatório das áreas em verde e verde-ocre, subtraindo-se as áreas em verde claro.

Os conflitos com órgãos ambientais na região começaram logo após a criação do Parque. Segundo informantes do ICMBio, as fiscalizações na região ocorreram após a criação do parque, e ensejou diversas ações judiciais por parte dos sojeiros, que tinham por objetivo buscar cancelar o decreto de criação do Parque.

A evolução dos desmatamentos associados à atividade agrícola nesta área sul do Parque é evidente. Por meio do aplicativo Google Earth, a Figura 3 indica, de 1984, passando pelo ano de implantação do PNNRP, até os dias atuais, o paulatino incremento das atividades agrícolas (expansão das lavouras de grãos) em grande escala na região da Coaceral e Chapada das Mangabeiras. Destaca-se, inclusive, que o maior aumento dos desmatamentos ocorreu após a implantação do PNNRP, em decorrência do uso agrícola da região das Mangabeiras.

Figura 3. Imagens Landsat coletadas pelo aplicativo Google Earth, evidenciando a evolução da mudança do uso da terra no entorno do PARNA Nascentes do Rio Parnaíba.



Segundo os autos de alguns processos administrativos junto ao ICMBio¹³, em 02 de março de 2010, a APROCHAMA (Associação dos Produtores Rurais da Chapada das Mangabeiras) assinou Termo Provisório de Ajustamento de Conduta com o ICMBio, visando a desafetação de 76.021 hectares de fazendas situadas na região da Chapada das Mangabeiras. Ainda em dezembro de 2010, foram assinados diversos Termos de Compromisso entre produtores rurais da Chapada das Mangabeiras, APROCHAMA e ICMBio, com objetivo de estabelecer

“limites e condições transitórias para o uso das terras agrícolas já em produção e o manejo adequado dos recursos naturais pelos proprietários com áreas inseridas no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, até que seja promovida a desafetação dos respectivos imóveis ou, eventualmente, a desafetação parcial da unidade de conservação por meio de lei específica” (DOU, 2010, p. 238).

¹³ Consulta realizada aos autos do Processo Administrativo ICMBio 02070.005674/2010-82.



A partir daí, surge a proposta de desafetação da UC por parte da APROCHAMA. O autor do Projeto de Lei nº 2618, de 27 de outubro de 2011, é o Dep. Nelson Marquezelli, do PTB/SP (MARQUEZELLI, 2011). A justificativa do PL é de que

A redefinição de limites proposta possibilita por um lado incorporar ao PNNRP ecossistemas e fitofisionomias de cerrado atualmente não representadas na unidade de conservação, ao mesmo tempo em que garante melhor proteção aos recursos hídricos da bacia do Rio Corrente. Complementarmente, possibilita a melhoria de gestão da unidade, tornando seus limites melhor identificáveis em campo, excluindo áreas de produção agrícola e, por conseguinte, melhorando a gestão territorial da unidade. (MARQUEZELLI, 2011).

Segundo informações do portal da Câmara dos Deputados, ao tramitar pela Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público, o voto do Dep. Laércio Oliveira, do PR/SE, acata e ratifica o argumento do PL. Em 06 de junho de 2012, quando o PL vai para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, o Deputado Paes Landim (PTB-PI), convoca audiência pública para discutir o Projeto de Lei, convocando as autoridades do ICMBio, APROCHAMA, Prefeituras Municipais de Corrente/PI e Barreiras do Piauí/PI e Ministério Público Federal.

A audiência pública ocorreu em 21 de outubro de 2012, conforme relato do novo relator do Projeto de Lei, Dep. Sarney Filho (Partido Verde/MA). Após a audiência pública e negociações posteriores, ficou estabelecido o aumento de 20.000 hectares da área do Parque, por meio da incorporação de áreas nos municípios de Lizarda e Alto Parnaíba. Alguns informantes da pesquisa *in loco* afirmam que esta foi uma negociação realizada na região pela APROCHAMA, que sugeriu a incorporação em especial de uma área chamada de Serra do Caracol, em Lizarda/TO. Contudo, a Serra do Caracol, que antes era bastante preservada, foi rapidamente desmatada nos meses anteriores à promulgação da Lei nº 13.090/2015, que desafetou parte do Parque.

Após ser aprovado pela CMADS, o Substitutivo do PL 2618/2011 passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Nesta, o relator Dep. Alceu Moreira (PMDB/RS) ratificou o relatório da CMADS, com voto em separado do Dep. Paes Landim (primeiro relator do PL na CMADS) mas também pela aprovação.

Após a aprovação na Câmara e tramitação no Senado durante o ano de 2014, a Lei é então sancionada no início de 2015 pela então Presidenta Dilma Rousseff. Importante ressaltar que os relatores da Comissões mencionadas, Dep. Paes Landim (PTB/PI) e Dep. Alceu Moreira (PMDB/RS) são conhecidos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, ou seja, da Bancada Ruralista. Dep. Alceu Moreira, inclusive, foi o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai/Incra, que, segundo os movimentos sociais, promoveu tentativas de criminalização de instituições e pessoas ligadas às questões da terra e no Brasil (ISA, 2016). Claramente vê-se a atuação das agroestratégias para a promulgação da Lei nº 13.090/2015.

Em tentativas de diálogo com representantes da Associação ligada aos produtores rurais da Chapada das Mangabeiras durante a pesquisa de campo, o argumento é de que houve expressivo aumento na área do Parque. Contudo, a área aumentada, segundo relato de



diversos atores na região, a área aumentada possui menor aptidão¹⁴ agrícola do que as Mangabeiras.

O processo de desafetação do PNNRP teve um chamamento público para discutir o PL em conjunto com o ICMBio, Prefeituras municipais e APROCHAMA. Mas, fato é que todos os informantes da sociedade civil na região do Parque somente souberam da Lei nº 13.090/2015 após promulgada. É o que fala um dos informantes ao comentar que soube através da imprensa sobre a desafetação do Parque:

[...] com respeito à nascente do Parnaíba, estava em uma área da Bahia que não prejudicava ninguém, era uma área interessante porque era a nascente do Rio Parnaíba, só que uma área de cobiça agrícola. Então houve o ‘desafeto’, sem uma consulta ampla à sociedade, só houve um lado, [...], o do poder econômico, aqui do agronegócio e dos políticos. O restante da sociedade não opinou, ficou sabendo depois de feito, o realizado desafeto. (Entrevista realizada em 24 julho 2017).

Os exemplos acima, tanto os constatados em projetos de lei em tramitação, quanto o próprio processo de desafetação do PNNRP, são desafios que a sociedade brasileira deve discutir sobre suas áreas protegidas

5. Considerações finais

Algumas reflexões sobre o processo de desafetação do PNNRP remetem à importância de discutir o PADDD no Brasil. Pode-se citar alguns: (i) em todos os casos, não houve consulta às comunidades da região; (ii) sempre existem, em todas as propostas, algum interesse econômico envolvido; (iii) de certa forma, o PADDD também representa um questionamento não só sobre a legislação de áreas protegidas, mas todo o ordenamento ambiental e territorial brasileiro, visto que há tentativas de sobrepor o direito de propriedade ao direito coletivo de um ambiente equilibrado definido pela Constituição Federal.

Quanto a este último item, um dos informantes desta pesquisa colocou a dificuldade orçamentária do órgão gestor como uma grande ameaça às UCs, pois impede a regularização fundiária de diversas áreas. Os questionamentos giram em torno da legislação sobre desapropriação de interesse social.

Em relação à consulta pública, confirmou-se que esse conflito vem ocorrendo sem uma resolução jurídica/administrativa a priori para a contenda. A contenda seria se, para os processos de desafetação/alteração de limites/recategorização, devem ou não ser realizadas consultas públicas na região. Como dito acima, para a criação de UCs, o SNUC, em seu artigo 22 § 7º, é categórico em afirmar que deve haver consulta prévia e informada (BRASIL, 2000). Porém, deixa em aberto para os casos de desafetação. Por outro lado, de acordo com outro informante da pesquisa, diversos setores (em especial os dos grupos econômicos) afirmam que a tramitação de um PL no Congresso pode ser considerada uma forma de consulta à sociedade. Ainda não há um consenso entre tais argumentos.

Em todo o caso, a desafetação pode causar impactos à conservação ambiental da região. O desmatamento provocado pela expansão da fronteira agrícola na região, segundo alguns relatos das comunidades que vivem nos baixões da Chapada das Mangabeiras, pode

¹⁴ Com exceção da Serra do Caracol, comentada acima



incorrer em contaminação dos recursos hídricos da região e diminuição da recarga das nascentes.

Este cenário demonstra as ameaças concretas do avanço da fronteira agrícola, impulsionada pelas agroestratégias, sobre os limites territoriais para as áreas protegidas no Cerrado e sobre seus recursos naturais, sendo necessário estudos mais aprofundados sobre o tema.

6. Referências Bibliográficas

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Pesquisa Agrícola Municipal: recordes de produção de soja e milho impulsionam agricultura em 2015**, 23 set 2016. Disponível em <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9812-pesquisa-agricola-municipal-recordes-de-producao-de-soja-e-milho-impulsionam-agricultura-em-2015.html>. Acesso em 23 ago 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; [et al]. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 101-143.

BENSUSAN, Nurit. Diversidade e Unidade: um dilema constante (uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas). In: NURIT, Bensusan (org.). **A Diversidade Cabe na Unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014, p. 31-81.

BRASIL. **Lei nº 13.090, de 12 de janeiro de 2015**, que altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, criado pelo Decreto s/n de 16 de julho de 2002. Brasília, 2015c. Disponível em <www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em 28 novembro 2017.

_____. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**, que promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004. Disponível em <www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em 15 novembro 2017.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 15 novembro 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DOU, Diário Oficial da União. **Extrato do termo de compromisso nº 43/2010 - ICMBio, nº 250, Seção 3, de 30 de dezembro de 2010**. Disponível em <www.portal.in.gov.br>. Acesso em 02 dezembro 2017

DUARTE, Laura Maria Goulart. Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos Cerrados. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de



- Santana (orgs.). **Tristes Cerrados**: sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 11-22.
- GRYSZPAN, Mário. Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil. In: **Revista Pós Ciências Sociais UFMA**, v. 9, n. 17, jan/jun, 2012. Disponível em <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br>>. Acesso em 05 fevereiro 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (Produção Agrícola Municipal – PAM)**. 2016. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 19 de janeiro de 2017.
- ISA, Instituto Socioambiental. Vitória indígena no STF. **Instituto Socioambiental**, 16 agosto 2017a. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/vitoria-indigena-no-stf>>. Acesso em 28 setembro 2017.
- LEITÃO, Sérgio. Isso é só o começo: sobre o Código Florestal. In: LITTLE, Paul E. **Os novos desafios da política ambiental brasileira**. Brasília: IEB, 2014, p. 180-204.
- MARQUEZELLI, Nelson. **Projeto de lei nº 2618**, de 27 de outubro de 2011, que altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins criado pelo decreto de 16 de julho de 2002. Disponível em <www.camara.leg.br>. Acesso em 02 dezembro 2017.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.
- MASCIA, Michael B; PAILLER, Sharon. Protected Area downgrading, downsizing and degazettement (PADDD) and its conservation implications. In: **Conservation Letters**, v. 4, issue 1, feb-2011, p. 9-20. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1755-263X.2010.00147.x/full>. Acesso em 27 novembro 2017.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. **PPCerrado – Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Cerrado**: 2ª fase (2014-2015). Brasília: MMA, 2014.
- OLIVEIRA, Karla; SAUER, Sérgio. **Política cultural e agroestratégias**: ofensiva modernizadora sobre os territórios da agrobiodiversidade. Trabalho apresentado no VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, Natal: UFRN, agosto/2016.
- RAMOS, Adriana. Políticas públicas para áreas protegidas no Brasil. In: **A Diversidade cabe na Unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014. p. 153-165.
- SANTILLI, Juliana. Áreas protegidas e direitos de povos e comunidades tradicionais. In: BENSUSAN, Nutit (org.). **A Diversidade cabe na Unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014. p. 399-434.
- _____. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.



SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro (texto para discussão nº 30). Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Disponível em <
<https://www.embrapa.br/web/mobile/publicacoes/-/publicacao/123017/agricultura-familiar-versus-agronegocio-a-dinamica-sociopolitica-do-campo-brasileiro>>. Acesso em 5 fevereiro 2018.

SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney Carreiro de. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 285-307, maio/agosto, 2012.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP/IE. 2. ed. 1998.

TERRA DE DIREITOS. **O fim do licenciamento ambiental**: mais um episódio golpista do Congresso Brasileiro (artigo), 24 abril 2016. Disponível em
<http://terradedireitos.org.br/2016/04/28/artigo-o-fim-do-licenciamento-ambiental-mais-um-episodio-golpista-do-congresso-brasileiro/>. Acesso em 12 novembro 2017.

WWF-BRASIL, World Wildlife Foundation. **Unidades de Conservação sob risco**: ofensiva contra áreas protegidas abrange uma área quase do tamanho de Portugal (Dossiê Brasil: Unidades de conservação sob ataque). Brasília: WWF-Brasil, maio 2017.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO PARAIBANO

Roberto de Sousa Miranda - UAB

RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade analisar, junto a agricultores familiares, as práticas agropecuárias e de manejo dos recursos naturais realizadas nas comunidades ribeirinhas de sete municípios localizados na Bacia Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu, no Estado da Paraíba. A atenção dirigiu-se em compreender como as estratégias produtivas dos agricultores muitas vezes entram em contradição com as exigências legais de preservação e conservação da natureza, processo que foi interpretado como gerador de conflitos ambientais. Para tanto, consultou-se dados oficiais sobre a agricultura familiar e realizou-se entrevistas, a fim de observar as práticas produtivas frente às limitações impostas pela legislação ambiental vigente, no que concerne às Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL). Os resultados demonstraram que a escolha dos indivíduos em descumprir a legislação ambiental insere-se num quadro complexo que envolve ineficiência das medidas de fiscalização e reconhecimento dessas áreas, por parte dos agricultores, como sendo as mais propícias à produção.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Manejo de Recurso Naturais; Legislação Ambiental.



INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é vista por boa parte da academia dedicada ao estudo do meio rural como um segmento que desenvolve práticas ambientalmente “corretas” se comparadas com as estratégias produtivas desenvolvidas pela agricultura não familiar. No entanto, é comum ocorrer por parte de agricultores familiares descumprimentos ou não adequações às normas ambientais, o que não significa dizer que não possuam consciência ou práticas ambientalmente adequadas.

Alguns trabalhos (CUNHA; NUNES; MIRANDA, 2006; CUNHA; SILVA; NUNES, 2008; NUNES, 2011; SOUSA, 2016) interpretaram as contradições e o uso efetivo dos recursos naturais como conflitos ambientais e demonstraram casos em que agricultores familiares, eventualmente, descumpriam a legislação ambiental quando utilizavam as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (ARLs)¹ para plantar culturas alimentares e criar animais, mas que, em relação a outras normas, no que se refere ao manejo madeireiro das ARLs e da proibição de caça, pesca e queimadas, tinha uma gestão muito eficiente.

A legislação ambiental traz consigo medidas de proteção e preservação do meio ambiente, como as APPs e ARLs, que podem ser vistas como barreiras pelos agricultores familiares, por reduzir os espaços tradicionalmente destinados à agropecuária (margens de rios, vazantes de açudes, “mangas²” e pastagens naturais), o que limita a produção familiar nas propriedades (RIBAS, SEVERO, MIGUEL, 2007). Nesse sentido, surgem conflitos entre a “legislação” e as práticas produtivas dos agricultores familiares do Semiárido que usam as APPs e as ARLs, por serem as áreas mais apropriadas para produção, devido à fertilidade e fácil acesso à água.

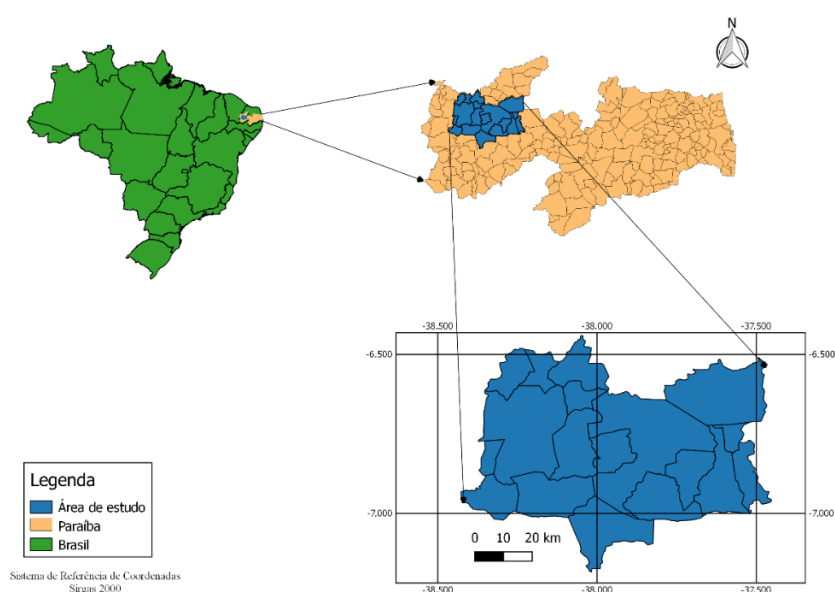
O presente trabalho teve como principal objetivo analisar as estratégias de produção agropecuária e de gestão ambiental adotada pelos agricultores familiares do Sertão

¹ A legislação ambiental em vigor isenta os agricultores familiares da obrigatoriedade das ARLs, com exceção dos que estão em áreas de assentamento rural, por isso análise desses dois dispositivos legais em estabelecimentos agropecuários familiares.

² Nos estados de Pernambuco e Paraíba entende-se por “mangas” as áreas de mata (caatinga) relativamente preservadas que são utilizadas como reserva de pastagens para animais criados em sistema extensivo ou semi-intensivo.

Paraibano (ver Figura 1), localizados na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu; problematizar os constrangimentos e as soluções que os agricultores familiares desenvolvem para enfrentar e conviver com os mecanismos de preservação e conservação da natureza previstos na legislação ambiental vigente, especialmente no que diz respeito às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Figura 1. Localização da área de estudo



Fonte: Elaboração Própria.

Para tanto, expõe-se, do ponto de vista legal e teórico, a relação entre o as exigências legais de preservação e conservação da natureza e o conceito de agricultura familiar. O novo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, é considerado como uma das medidas mais importantes nos requisitos de proteção e preservação do meio ambiente, estabelecendo diversas maneiras para atingir tais medidas, fazendo uso de regulamentações e conceitos, onde, no artigo 1º da referida lei, é ressaltado que:

Art. 1º A Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a



exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (BRASIL, 2012).

Para melhores esclarecimentos, alguns conceitos são elucidados no artigo 3 da Lei 12.651/2012:

Art. 3º (...)

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa; (BRASIL, 2012).

A legislação ambiental é fundamental para regular as relações socioambientais e garantir a conservação da biodiversidade e a proteção da flora e da fauna. Contudo, o processo de elaboração do Novo Código Florestal Brasileiro não foi pautado em uma discussão ampla com os setores da sociedade afetados diretamente pela legislação, especialmente os grupos sociais de baixa representatividade no Congresso Nacional, agricultores familiares e ambientalistas. O resultado desse processo foi geração de conflitos a partir de uma “conscientização ecológica” vertical, derivada dos interesses distintos (PEREIRA, 2013).

Do ponto de vista legal-institucional, tem-se a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O artigo 3º estabelece que:



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Art. 3^o Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Os agricultores familiares são reconhecidos pela produção de diferentes tipos de produtos fundamentais não só para alimentação da própria família, mas também para a população em geral, ao disponibilizar esses produtos para o mercado, sendo, portanto, uma categoria de grande importância para a segurança alimentar e a preservação da natureza (FINATTO; SALAMONI, 2008). Além disso, a agricultura familiar contribui para a geração de emprego e pode ser considerada um fator importante para a redução do êxodo rural e para a geração de riquezas na economia nacional (GUILHOTO *et al.*, 2007).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, destaca que a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos para assegurar o direito de todo indivíduo a possuir uma alimentação adequada e estabelecer a origem dos alimentos que serão distribuídos para a população:

Art. 4^o A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda. (BRASIL, 2006).

Assim sendo, fica estabelecido, na legislação brasileira, os produtos provenientes do trabalho dos agricultores de cunho familiar como um dos pressupostos para garantir a



segurança alimentar e nutricional da população. A produção agrícola familiar possui papel primordial na produção de alimentos fundamentais para a população, no entanto, fazer agricultura gera inúmeros desafios, por vezes impostos ao meio ambiente, e para combatê-los é necessário adquirir novos conhecimentos sobre o ambiente, em aspectos físicos, biológicos e humanos (ASSAD; ALMEIDA, 2005).

METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

A pesquisa³ foi realizada na Mesorregião do Sertão Paraibano, nas Microrregiões de Piancó e Sousa, as quais possuem 14.409 estabelecimentos agropecuários, sendo 11.516 de agricultores familiares e 2.893 de agricultores não familiares, ocupando áreas de 215.504 ha e 240.046 ha, respectivamente (IBGE, 2017). Contudo, o trabalho de campo propriamente dito se concentrou nos municípios com maior número de agricultores familiares nas margens dos rios Piancó e Piranhas: Aparecida, Cajazeirinhas, Coremas, Nazarezinho, Paulista, Pombal e Sousa.

O primeiro procedimento metodológico foi a consulta ao Sistema IBGE de Recuperação de Automática, para sistematizar dados que permitissem a elaboração de um perfil acerca do quadro fundiário e das características da agricultura familiar dos municípios estudados. Para definir as comunidades ribeirinhas a serem estudadas, consultou-se os escritórios regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), que atendem os municípios pesquisados, em 2015, e a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para corrigir distorções nas localizações (IBGE, 2016).

Entre setembro de 2016 e agosto de 2017, foram realizadas visitas aos agricultores familiares das comunidades ribeirinhas e 91 entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, a fim de obter informações sobre: as principais fontes de renda, as práticas produtivas e de preservação ambiental, se utilizavam produtivamente as APPs e ARLs, o nível de compreensão a respeito da legislação ambiental, as soluções adotadas para

³ Se insere em uma pesquisa “Análise da relação entre agricultura familiar e políticas de proteção e preservação ambiental no semiárido nordestino” financiada pelo Edital Universal do CNPq, Chamada 14/2014.



conviver com as exigências de preservação e proteção do meio ambiente e a presença e atuação dos órgãos de fiscalização. As perguntas eram feitas de modo genérico e com linguagem simples para que os agricultores tivessem total entendimento e se sentissem à vontade para falar com o máximo de detalhes possível sobre os temas abordados.

A partir das transcrições, o esforço se deu no sentido da produção de dados estatísticos, com base nas recorrências de respostas semelhantes, para a construção de gráficos e tabelas utilizadas na compreensão de relações socialmente inscritas no que se refere ao conhecimento da legislação ambiental e às ações de uso e manejo de recursos naturais, por parte dos agricultores e nos procedimentos de fiscalização e capacitação, por parte dos órgãos.

AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO PARAIBANO

Os municípios pesquisados apresentam uma disparidade em relação à quantidade dos estabelecimentos agropecuários familiares quando comparados aos estabelecimentos agropecuários não familiares. Seguindo uma lógica nacional, regional e estadual, a quantidade de estabelecimentos familiares é muito superior à dos estabelecimentos não familiares, os números de estabelecimentos chegam a mais de 70% do total (em todos os municípios) na categoria pertencente à agricultura familiar (ver Tabela 1).

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários

REGIÃO	TOTAL	FAMILIAR		NÃO FAMILIAR	
Brasil	5.073.324	3.897.408	76,82%	1.175.916	23,17%
Nordeste	2.322.719	1.838.846	79,16%	483.873	20,83%
Paraíba	163.218	125.489	76,88%	37.729	23,11%
Aparecida	521	421	80,80%	100	19,19%
Cajazeirinhas	336	236	70,23%	100	29,76%
Coremas	667	541	81,10%	126	18,89%



Nazarezinho	603	550	91,21%	53	8,78%
Paulista	815	601	73,74%	214	26,25%
Pombal	1.334	1.021	76,53%	313	23,46%
Sousa	1.726	1.375	79,66%	351	20,33%

Fonte: IBGE (2017).

No que se refere à área dos estabelecimentos, a realidade de alguns municípios estudados destoa um pouco da realidade nacional. Como se verifica no Tabela 2, no município de Nazarezinho, predomina a agricultura familiar no domínio sobre a terra; já no município de Pombal, ocorre uma espécie de equilíbrio entre a agricultura familiar e a não familiar. Esses dados sugerem que, na microrregião, o segmento da agricultura familiar é mais expressivo quando se compara com a realidade nacional e regional.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários em hectares

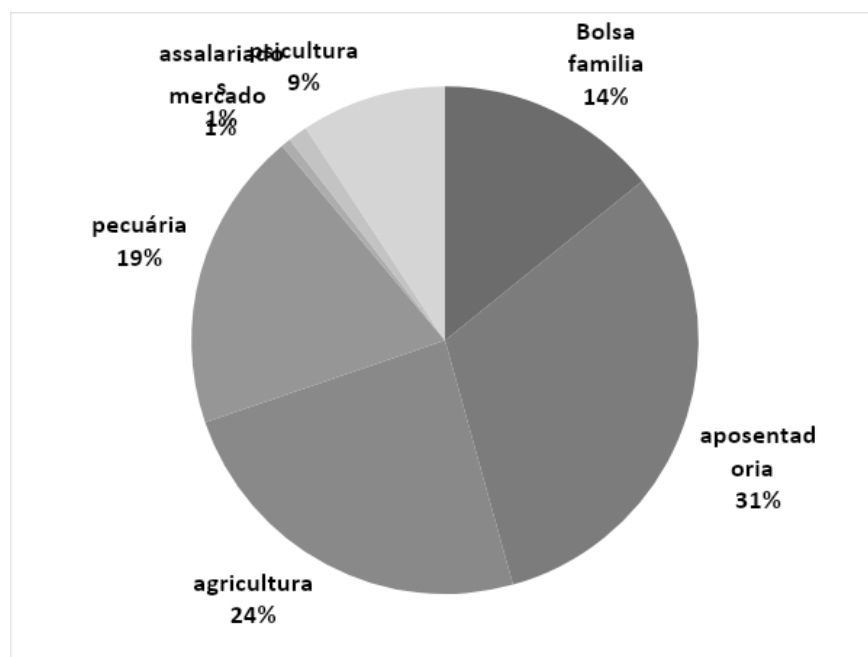
REGIÃO	TOTAL	FAMILIAR		NÃO FAMILIAR	
Brasil	351.289.816	80.891.084	23,02%	270.398.732	76,97%
Nordeste	70.893.865	25.925.743	36,56%	44.968.122	63,43%
Paraíba	3.424.540	1.441.215	42,08%	1.983.326	57,91%
Aparecida	15.935	8.034	50,41%	7.901	49,58%
Cajazeirinhas	19.888	9.328	46,90%	10.559	53,09%
Coremas	19.306	11.454	59,32%	7.851	40,67%
Nazarezinho	6.571	4.914	74,78%	1.657	25,21%
Paulista	42.768	17.165	40,13%	25.603	59,86%
Pombal	62.950	31.786	50,49%	31.164	49,50%
Sousa	34.656	14.270	41,17%	20.386	58,82%

Fonte: SIDRA/IBGE (2017).



Os agricultores familiares visitados eram, em sua maioria, proprietários do estabelecimento agropecuário, representando 77% dos entrevistados, e uma pequena parte, equivalente a 23% do total, eram arrendatários. No Gráfico 1, pode-se observar quais as principais fontes de renda dos agricultores entrevistados, chamando atenção para uma realidade presente na agricultura, onde a maior parte da renda é proveniente de aposentadoria, o que evidencia a maior importância da aposentadoria na composição da renda em comparação com as atividades agrícolas. Esse aspecto pode ser inferido a partir da análise das entrevistas de modo a evidenciar um processo de substituição da fonte de renda familiar nos últimos 40 anos.

Gráfico 1. Principais fontes de renda dos agricultores familiares

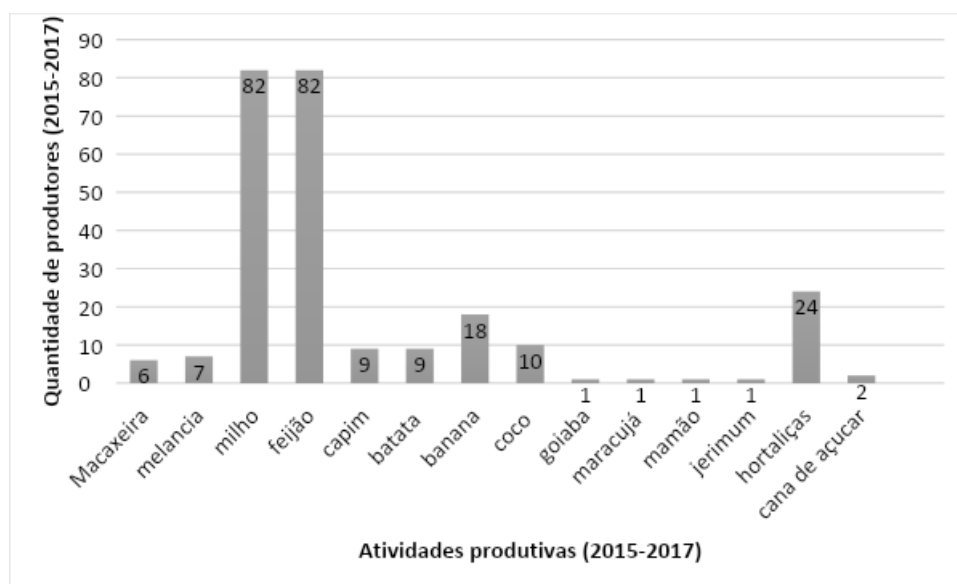


Fonte: Elaboração Própria.

Com base nos relatos dos agricultores, foi possível obter dados quantitativos sobre as atividades produtivas das comunidades visitadas. No Gráfico 2, apresenta-se uma disparidade entre cultivo de milho e feijão, em relação aos demais tipos de cultivo. Essas duas culturas são predominantes nas comunidades estudadas, noventa por cento das

famílias entrevistadas responderam que plantam milho e feijão como principais culturas. Esse aspecto provavelmente está relacionado com dois processos: (1) a conversão de agricultores familiares irrigantes em agricultores de sequeiro; e (2) a introversão desses agricultores à subsistência.

Gráfico 2. Principais atividades produtivas



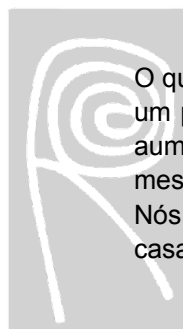
Fonte: Elaboração Própria.

Nos relatos dos agricultores, é comum a referência a um passado em que a irrigação era próspera e predominante. Assim, muitos agricultores reclamam de uma intensa redução da produtividade das culturas irrigadas no último período de grande seca (2011-2017). Os relatos tratam de conflitos entre os agricultores familiares e os agentes dos órgãos gestores dos recursos hídricos no Estado da Paraíba – Agência Executiva de Gestão de águas da Paraíba (AESAs) e Agência Nacional de Águas (ANA) – que tem proibido, nesse período, a irrigação com água proveniente dos rios Piancó e Piranhas. Na fala abaixo, o agricultor expõe sua insatisfação frente à proibição da prática de irrigação, o que o impossibilitava de fazer plantios e produzir capim para utilização na pecuária:



É claro que a gente se sente prejudicados, não pode mais fazer o plantio, nem plantar capim para os animais, pois eles não deixam aguar com a água do rio, só podemos esperar pela chuva. (Entrevista. Agricultor familiar).

Sobre o cumprimento ou não da legislação ambiental, procurou-se, inicialmente, verificar o grau de conhecimento sobre um aspecto em particular, a existência da norma que trata das APPs e ARLs. Verificaram-se níveis de conhecimentos diferentes sobre o tema abordado: (1) 37% dos agricultores entrevistados não possuíam qualquer conhecimento a respeito de APP e ARL; (2) 33% sabiam sobre o que estava sendo explanado e; (3) 30% possuíam apenas conhecimento superficial que era proveniente de informações repassadas entre os próprios membros das comunidades rurais. Verifica-se que apenas um terço dos entrevistados conhecem efetivamente as normas, e dois terços ou não conhecem ou só conhecem superficialmente. Abaixo, no excerto da transcrição de entrevista, expõe-se o caso de um agricultor que tem um conhecimento superficial a respeito das APPs e ARLs.



O que nós sabemos é que quando eles vierem fazer a medicação irão retirar um pedaço para preservação, neste caso para reserva. E a dificuldade pode aumentar. Porque as terras são pequenas e as terras são só para plantio mesmo. Nosso cultivo sempre foi pouco devido ao pequeno espaço de terra. Nós não tínhamos como tirar o Tabuleiro, plantávamos próximo aqui da casa. (Entrevista. Agricultor familiar, comunidade Almas).

Já em trecho da transcrição de outra entrevista, percebe-se o descontentamento do agricultor frente à legislação, e os efeitos negativos que a mesma pode ocasionar na sua produção. Percebe-se, nesse caso, que o produtor tem conhecimento da legislação, no entanto, não a vê como legítima, pois considera mais importante produzir nessas áreas legalmente protegidas do que cumprir a legislação.

Eles querem acabar com tudo, porque os esquemas que eles fazem é para acabar com tudo, acabar com o pouco que tem, ninguém pode colocar bomba dentro do rio. Eu nasci e me criei aqui e agora tem essa de não poder plantar perto do rio, e eu vou fazer o que? Vou entregar nas mãos de quem? Não é para plantar por quê? Não tem condições, a gente tem que plantar. (Entrevista. Agricultor familiar, comunidade Bilhar).

Nesse sentido, outro dado chama a atenção. Quando se analisa o Gráfico 3, percebe-se que 51% dos agricultores fazem uso das áreas legalmente protegidas, o que implica dizer que parte daqueles que conhecem (mesmo que só parcialmente) a legislação ambiental (63% do total de entrevistados) não respeita as limitações impostas pela lei. Em peso, nas falas dos entrevistados que conhecem a legislação, transmite-se a ideia de que as áreas próximas ao rio (APPs) são justamente as mais férteis e que, por isso, devem ser exploradas.

Gráfico 3. Utilização das áreas de APP e ARL



Fonte: Elaboração Própria.

Em momento posterior, ao longo das entrevistas, foram repassadas pelo entrevistador informações mínimas sobre as exigências e o significado das APPs e RLs, para averiguar a opinião dos agricultores sobre uma possível implementação nas propriedades onde os mesmos residem. Verificou-se que 50% dos agricultores afirmaram que esta implantação prejudicaria a produção agropecuária por reduzir o espaço disponível. Do restante dos entrevistados, 14% não responderam nada, e 36% afirmaram que as APPs e RLs não prejudicariam a produção agropecuária a depender do tamanho da área



disponível na propriedade para as atividades produtivas. Que significa dizer que, para esses agricultores, as propriedades pequenas ou com limitada quantidade de terra (agricultável e irrigável), a manutenção das APPs e ARLs não seria adequada.

Vários agricultores afirmam que só passaram a conhecer as APP e a ARL, quando tiveram que realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁴, que visa, dentre seus objetivos, determinar e delimitar as APPs e ARLs nas propriedades rurais. É o que se observa no trecho abaixo, onde também se verifica a insatisfação do agricultor com essas exigências que, segundo ele, limitam a produção familiar.

Conheço, já fiz o cadastramento ambiental rural, aqui tem um espaço de reserva, mas ainda não criou mato, eles deixaram separado, e tem outra parte perto do rio, mas às vezes precisamos dessa parte perto rio para trabalhar com vazante e acaba... isso acaba prejudicando... essa área de reserva dá problema pois diminui o espaço para plantar, a terra já é pequena, e diminui ainda mais, já diminui a plantação. (Entrevista. Agricultor familiar).

A partir da realização das entrevistas, obteve-se dados que remetem à atuação (ou não atuação) do IBAMA e da EMATER-PB nas comunidades visitadas, no que se refere à transmissão de informações sobre a legislação ambiental vigente. Entre os agricultores familiares entrevistados, 72% relatam a inexistência, por parte do IBAMA, de qualquer ação de fiscalização do uso dos recursos naturais. Eles afirmaram que o IBAMA nunca visitou a comunidades.

Apenas 26% dos entrevistados afirmaram que o IBAMA já prestou serviços de fiscalização, no entanto, em grande parte dos casos, essa fiscalização era destinada apenas a coibir a caça ilegal, a realização de queimadas, desmatamento e extração de areia, mas nunca para transmitir informações sobre a preservação e conservação das APPs e ARLs. Os 2% restantes abstiveram-se ao que estava sendo questionado, não fornecendo informações sobre as atividades realizadas pelo IBAMA na região.

⁴ O Cadastro Ambiental Rural compõe a política de apoio à regularização ambiental que é executada de acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que criou o CAR em âmbito nacional e é regulamentado por meio do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.



Ao tratar da EMATER-PB, 52% dos entrevistados afirmam que nunca receberam qualquer tipo de assistência, 36% já receberam assistência técnica em algum momento, 8% relatam que a EMATER visita as comunidades apenas para cadastramento do seguro safra, e os 4% restantes abstiveram-se de responder ao que estava sendo abordado. Na fala abaixo transcrita, o agricultor expõe que a ação da EMATER-PB se limita a tratar do seguro safra e que nunca tratou, nas suas visitas, das APPs e das ARLs, além disso, afirma que sabe, por ouvir dizer de seus pares, sobre a proibição e da sanção que se impõe ao plantar nessas áreas.

Não. A EMATER só aparecia quando era para dar o Seguro Safra, mas nunca com orientação. E sobre a APP e ARL, só ouvi comentários, mas eles nunca apareceram aqui não, só sei que não pode desmatar perto do rio, 100m e não pode “brocar” para plantar uma roça se não vai e leva multa. (Entrevista. Agricultor familiar).

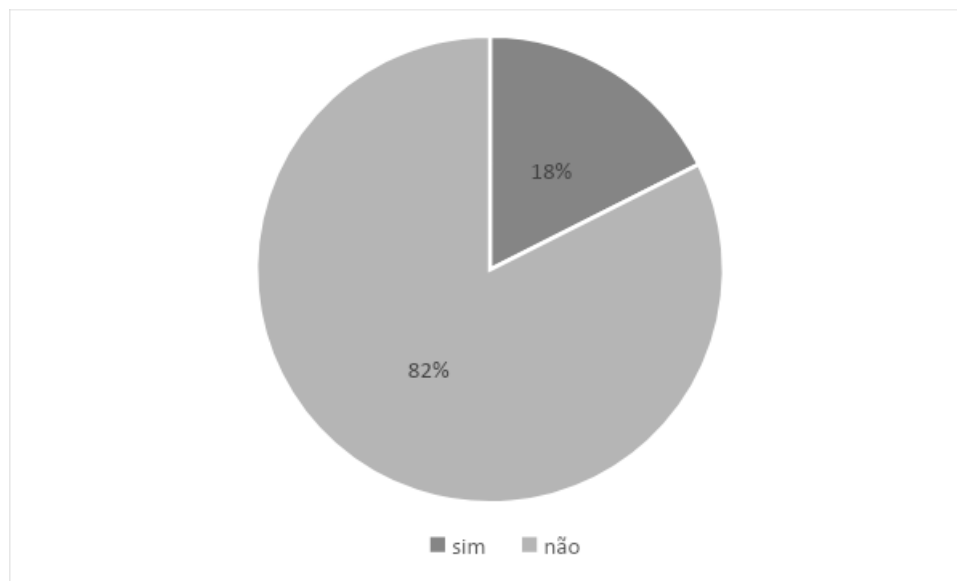
Os relatos a respeito do conhecimento sobre a legislação ambiental por parte dos agricultores podem estar relacionados com a ineficiência do IBAMA e da EMATER-PB no que concerne às orientações, fiscalizações e assistências no âmbito das áreas protegidas por lei. O Gráfico 3 confirma a ineficiência dos órgãos na transmissão de informações a respeito da legislação ambiental, quando expõe que 82% dos agricultores não receberam qualquer tipo de informação sobre as APPs e ARLs.

Gráfico 3. Já recebeu alguma informação do IBAMA ou da EMATER-PB sobre APPs e ARLs?



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Fonte: Elaboração Própria.

Por outro lado, apenas 18% dos agricultores afirma que já receberam informações sobre a preservação e conservação das APPs e ARLs. No trecho abaixo, um agricultor esclarece sobre a falta de assistência da EMATER e confirma a participação do IBAMA em fornecer informações gerais sobre as leis de proteção e preservação do meio ambiente. Ao mesmo tempo o agricultor deixa transparecer que está cumprindo a legislação ambiental, não por reconhecer a necessidade de preservar e conservar essas áreas, mas por temer as sanções previstas em lei.

O IBAMA já passou aqui avisando falando do desmatamento e estamos parando 100% com medo de multa. Nem “coivara” pode descer nessas “capoeiras” aqui. Antigamente nós desmatávamos bem “desmatadinho” para criar. Sendo que, se a gente for pego pelo IBAMA, não vamos ter condições de dá vinte mil no ano e paga quinze ou vinte para o IBAMA [...]. É difícil a EMATER vim aqui, quem vem sempre aqui é o IBAMA, que passa uma lição aqui para gente. E vamos aprendendo e cumprindo a lei. Ninguém vai passar por cima da lei para se complicar. (Entrevista. Agricultor familiar).



Um fato preocupante presente na vida dos agricultores familiares, é a opinião dos mesmos frente à assistência destinada aos agricultores, como foi elucidado por um dos agricultores familiares entrevistados.

Qual a classificação que você dá para um agricultor? Porque para mim a agricultura está na estaca zero, porque a gente não tem mais ajuda do município, nem do estado e nem federal, estamos praticamente sozinhos, por isso que aconselho meus filhos para estudar e não seguir o rumo do pai, porque a agricultura está na estaca zero. (Entrevista. Agricultor familiar).

Deste modo, a falta de assistência disponibilizada pelos gestores fornece um cenário desfavorável aos pequenos produtores, que acabam abandonando a vida no campo, impedindo o repasse de seu conhecimento para as gerações futuras, e conseqüentemente, reduzindo o número de indivíduos voltados às práticas agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares ribeirinhos dos municípios pesquisados ou desconhecem ou não estão familiarizados com a legislação ambiental vigente, no que concerne as APPs e ARLs e que, como consequência desse desconhecimento, a maioria utiliza as áreas legalmente protegidas. Verificou-se também a insatisfação dos entrevistados quanto às APPs e ARLs, por afirmarem que a obrigatoriedade de conservar e preservar essas áreas reduz o espaço destinado à agropecuária, além de impossibilitar o cultivo agrícola nas áreas próximas ao rio, consideradas pelos agricultores como o local mais produtivo das propriedades.

Em relação ao descumprimento da legislação ambiental por parte dos agricultores familiares, pode-se verificar a existência de uma problemática que envolve a falta de informações repassadas pela EMATER e pelo IBAMA sobre as áreas legalmente protegidas, bem como a ausência de fiscalização nas APPs e ARLs. Além disso, fica evidenciado que os agricultores que possuem conhecimento sobre a legislação ambiental vigente não



deixaram de produzir nas áreas protegidas por lei. Assim, sugere-se que eles preferem infringir a lei a parar de produzir nessas áreas.

REFERÊNCIAS

ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade contexto, desafios e cenários. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria (RS), n. 29, p.15-30, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/reciam/resenha.php?IDResenha=243>>. Acesso em 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm>. Acesso em 28 set. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.651**, de 25 de Maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm> Acesso em 28 set. 2018.

CUNHA, L. H.; NUNES, A. M. B.; MIRANDA, R. S. Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 1., 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2006.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. A proteção da Natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/289>> Acesso em 13 jul. 2018.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, p. 199-217, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9417>> Acesso em 13 jul. 2018.



GUILHOTO, J. J. M; ICHIHARA, S. M; SILVEIRA, F. G; DINIZ, B. P. C; AZZONI, C. R; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. **Brasília: NEAD, 2007.**

IBGE. **Mapas.** Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/mapas-municipais.html>. Acesso em 13 fev. 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 13 maio 2016.

NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE).** 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

PEREIRA, V. C. O novo código florestal brasileiro: dilemas da consciência ecológica em torno da proteção ambiental. **Ambiente & educação**, Rio Grande (RS), v. 18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/3014> Acesso em 13 jul. 2018.

RIBAS, R. P; SEVERO, C. M; MIGUEL, L. A. Agricultura familiar, extrativismo e sustentabilidade: o caso dos “samambaieiros” do litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 205-226, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000100010&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em 13 jul. 2018.

SOUSA, R. T. S. **Agricultura familiar e Áreas de Preservação Permanente na percepção de agricultores em um trecho da bacia hidrográfica do Rio Macaé.** 2016. 86f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2016.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



NORMAS LEGAIS E COSTUMEIRAS DE MANEJO DE ÁGUA E TERRA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO¹

Keyty de Andrade Silva - Universidade Federal de Minas Gerais
Eduardo Magalhães Ribeiro - Universidade Federal de Minas Gerais
Gildarly Cruz - Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Neste trabalho são discutidas relações entre as normas costumeiras, adotadas por agricultores familiares tradicionais dos “gerais sanfranciscanos”, semiárido norte mineiro, e as normas legais de gestão da natureza, voltada ao conservacionismo dos recursos. Por meio do estudo etnográfico, aliado a técnicas de pesquisa social, como entrevista aberta e observação participante, verificou-se, mediante relatos dos moradores, que nos gerais a delimitação de áreas protegidas modificou práticas tradicionais da população. Os grupos sociais culturalmente diferenciados e historicamente constituídos, que residem nesse território há décadas utilizavam dos recursos da natureza disponíveis para suas atividades cotidianas, e, forçados pela norma legal, desenvolveram novas estratégias de uso e manejo desses recursos.

Palavras-chave: Semiárido; Rio São Francisco; Áreas Protegidas; Agricultura familiar.

¹ A pesquisa que originou este artigo contou com o apoio da FAPEMIG, CNPq, CAPES e Cáritas Diocesana de Januária, aos quais os autores agradecem.



INTRODUÇÃO

Os recursos da natureza têm usos múltiplos, criados pelas diferentes relações que as sociedades mantêm com o território em que vivem. Na agricultura familiar, as relações com o ambiente determinam a dinâmica de trabalho das famílias: na escolha dos espaços adequados aos cultivos, na composição da pauta alimentar e em outros aspectos da vida cotidiana. Mas as relações dos agricultores familiares tradicionais com o ambiente são sujeitas a controles, originários de normas governamentais para uso e manejo dos recursos. O Estado criou dispositivos legais de regulação ambiental usando critérios utilitaristas e mercantis dos recursos da natureza, de modo que existem restrições, muitas vezes impostas “de cima para baixo”, ao uso costumeiro feito por populações tradicionais. As normas legais não costumam considerar as formas singulares de apropriação, contato e uso do ambiente corriqueiras para esses grupos sociais.

As diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, por exemplo, têm fundamento na concepção da “água como um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (BRASIL, 1997). Outros dispositivos legais, como o “Novo” Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000), com a justificativa de conservar a natureza, delimitaram áreas protegidas que são geridas, em sua maioria, por instâncias governamentais. A criação dessas áreas nem sempre considera os modos de vida e a percepção das comunidades que residem nos territórios protegidos, resultando em desacordos entre os interesses legais e as demandas e modos de vida comunitários.

Os espaços naturais são considerados desabitados pela corrente de pensamento preservacionista, que acredita que a natureza deve ser conservada virgem e sem a presença humana (Diegues, 1989). No caso das áreas de uso sustentável, o manejo deve ser controlado pelas instâncias fiscalizadoras do Estado. Segundo diretrizes da Lei do SNUC deve-se assegurar “[...] a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão



das unidades de conservação” (BRASIL, 2000, Art. 5º). Mas, por mais que o caráter participativo seja assumido nos dispositivos legais, esta condição ainda não se manifesta no planejamento e na gestão das áreas protegidas.

Em alguns territórios povoados há décadas, como os gerais analisados no presente artigo, a criação de áreas protegidas modificou as dinâmicas tradicionais do manejo da água e da terra. Os gerais contam com cursos d'água e áreas úmidas, têm solos arenosos, árvores baixas e retorcidas, são caracterizados pela combinação de elementos específicos de solo, clima, plantas e costumes. De acordo com seus moradores, gerais são “campos abertos”, com vegetação de Cerrado, onde a terra não é boa para cultivo de mantimentos, pois não há “terra de cultura”: o solo é “fraco”, arenoso, de coloração esbranquiçada. A parte baixa da topografia dos gerais, próxima às áreas de vazante e fora das chapadas, é a terra de cultura, destinada ao trabalho agrícola produtivo.

Este trabalho tem como objetivo apresentar as divergências entre as normas legais e as costumeiras nos gerais sanfranciscanos. Para isso, tomou-se como área de estudo a comunidade rural de Cabeceirinha, localizada no município de Januária, norte do estado de Minas Gerais, na bacia hidrográfica do rio Pandeiros, afluente do rio São Francisco. Cabeceirinha é cortada pelo rio Pandeiros, “rio de preservação permanente” (MINAS GERAIS, 2004), e se insere na área da APA Estadual do Rio Pandeiros.

MÉTODOS

Na etapa inicial da pesquisa foi realizado um levantamento do estado da arte das temáticas correlatas ao trabalho para a construção de um referencial teórico-conceitual que sustentasse essa investigação científica. A pesquisa bibliográfica, nesse contexto, foi relevante para definir o escopo e os limites do estudo que se desenvolveu. Nessa fase, autores como Diegues (1989), Ribeiro e Galizoni (2003), Lobão (2006), Torres (2015), entre outros, foram analisados com o intuito de compreender os desafios da gestão territorial e da natureza, sobretudo da água, realizados por comunidades tradicionais. A legislação ambiental brasileira, relacionada à conservação ambiental e à instituição de áreas protegidas, também foi



consultada, para verificar o alinhamento de suas diretrizes com os modos de vida comunitários.

Em um segundo momento, durante o levantamento etnográfico, método central do estudo, foram realizadas entrevistas abertas. Estas foram capazes de fornecer maior detalhamento, com base numa perspectiva histórica, de questões específicas referentes às relações entre famílias rurais e áreas protegidas instituídas no rio Pandeiros, e como a instituição dessas áreas repercutiu na vida dessa população.

Durante as imersões em Cabeceirinha, que aconteceram de maneira sazonal, em diferentes campanhas ao longo do segundo semestre de 2019, nos meses de julho, agosto, setembro e novembro, e janeiro de 2020, também foi empregada a técnica de observação participante. Essa técnica pressupõe uma abordagem aproximativa e interativa, como ressaltam Ezpeleta e Rockwell (1986, p. 83), e possibilitou, neste estudo, que “[...] as relações interpessoais entre pesquisador e sujeito, ali chamadas “relações sociais”, constituíssem as teorias; [...] é a relação que determina o pensamento e não o contrário”.

Com o método etnográfico, associado às técnicas de entrevista aberta e de observação participante, procurou-se compreender as relações entre as normas comunitárias dos agricultores familiares tradicionais de Cabeceirinha e aquelas normas formais, instituídas pelo poder público para áreas protegidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os usos e manejos dos recursos naturais feitos pelas famílias rurais de Cabeceirinha estavam relacionados às condições ambientais dos gerais. A população rural se estabeleceu nas terras baixas, com a presença de cursos de água e áreas embrejadas, lugares “frescos”, de terra “forte” para o cultivo de mantimentos. Uma vez que não existiam extensas áreas de terra fértil, a manutenção dos modos de vida sempre dependeu do uso das terras comuns dos gerais para fazer as “soltas” de gado, o sistema de criação extensivo e coletivo. Os gerais foram associados à criação de gado em conjunto e sem cercas, e a área de terras de cada agricultor



não interferia na quantidade de gado que podia criar e não limitava o acesso aos recursos da natureza.

No antigo sistema de uso comum dos gerais, o cultivo das hortas era feito nas vazantes do rio pela facilidade de acesso à água de rega. As lavouras eram cultivadas a 25 ou 30 metros do leito do rio, mas não nas vazantes. Essa atividade costumeira ocorria nos locais de terra seca, numa agricultura de sequeiro. O período dos cultivos era dividido de acordo com o regime de chuvas: “*tempo das águas*” e “*tempo das secas*”. Nos meses de junho a setembro preparava-se a terra para plantio: em junho e julho derrubava-se o “mato” e em agosto e setembro colocava-se o fogo no terreno que seria plantado. De outubro a novembro plantava-se as culturas. A colheita acontecia entre os meses de janeiro a abril: em janeiro colhia-se o feijão; e nos meses de março e abril, colhia-se o milho. Nos meses de abril, maio e junho, a terra estava novamente seca, reiniciando o ciclo que durava de dois a três anos em um mesmo local.

Além das vazantes, outro local fresco e de terra considerada “forte” pelos agricultores para plantação de mantimentos era o brejo. Nos brejos, fazia-se o cultivo de hortas e de roças não irrigadas, mas que utilizavam da umidade do solo. As hortas eram plantadas nos brejos e na beira do rio; e as roças, no brejo e na terra seca. O plantio em brejos exigia o esgotamento da água, por ser uma área alagada. O sistema de “esgoto” – canalização da água na forma de regos – permitia o cultivo por reduzir a área alagada sem deixar que o brejo perdesse umidade, e a água esgotada podia ser utilizada, ainda, para regar as hortas.

Senhor Joaquim Pereira Rocha, morador de Cabeceirinha, explicou como escolhiam os locais de cultivo nos gerais: “[...] para a roça, escolhia o lugar onde a terra era melhor. Na beira do Pandeiros, a terra é boa”. De acordo com Dona Isolina Barbosa Carneiro, também moradora de Cabeceirinha, “[...] quanto mais perto do rio, mais forte é a terra, terra fresca”. Ela complementou ainda que “[...] o brejo é fresco, molhado o ano todo”.

Nas terras das famílias existiam várias denominações para os diferentes lugares ao redor da casa, cujos usos variavam. Na parte da frente da casa, local de área limpa e sem plantações, eram colocadas plantas ornamentais; área limpa e varrida constantemente,



chamava-se (e chama) de “*terreiro*”. Era uma área mais restritiva à presença de animais, onde ficavam apenas galinhas, cachorros ou gatos. Após a delimitação do *terreiro*, na área onde realizavam o cultivo de hortas, por exemplo, e onde não se varria e também não se “limpava” a terra com frequência, encontrava-se o “*quintal*”, que estava associado aos fundos da casa. Existiam cercas que delimitavam a passagem de um espaço para o outro. Esses espaços conjugados criavam a dinâmica casa-*terreiro*-*quintal*, os locais utilizados cotidianamente pelas famílias.

Nos gerais a partilha das terras acontecia de maneira igualitária entre os herdeiros, homens e mulheres, e as novas divisões de terras ocorriam a partir das cercas e casas que surgiam, conforme os filhos se casavam. Ao casarem, os filhos escolhiam dentro do terreno dos pais o local onde seria construída a nova casa. A divisão dos terrenos era estabelecida entre os herdeiros ao longo da vida; mesmo aqueles herdeiros que migravam, a não ser que vendessem sua parte, tinham direito à herança.

A partir da década de 1990, a criação da APA do rio Pandeiros, conjugada com a instalação das “*firmas*” que ocorreram a partir da segunda metade do século XX, promoveram mudanças no uso dos espaços comuns e dos recursos da natureza. As *firmas* ocuparam e cercaram os locais de uso comum nos gerais onde historicamente eram realizadas as soltas.

Tentando manter seus modos de vida, os agricultores passaram a plantar capim nas áreas de “*terra de cultura*”, que antes eram usadas para o plantio de mantimentos, formando as “*mangas*”, com pasto plantado e cercado. As restrições geradas pela norma legal, por sua vez, impossibilitaram que prosseguissem com o plantio de mantimentos nas vazantes; passaram então a fazer lavoura cultivando nos quintais. Com isso, os agricultores perderam muito de seus espaços produtivos e ficaram “*encurralados*” em seus quintais, agora cercados. Essas mudanças impactaram, também, o sistema de herança, uma vez que as áreas de terras das famílias, já reduzidas, precisaram ser destinadas as novas funções.

Além das restrições de uso dos espaços, as áreas protegidas também alteraram a forma como se preparava a terra para o plantio. Como contou Dona Antônia Farias, o preparo consistia em “[...] derrubar o mato e colocar fogo para conseguir plantar”. Com as restrições



conservacionistas, proibiu-se o uso de fogo no roçado, o que causou a necessidade do uso de maquinário.

Para o Senhor Joaquim Pereira Rocha, após a chegada das firmas e do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), “[...] cada um ocupou seu lugar”, referindo-se às restrições para uso das áreas comuns, restringindo o trabalho das famílias aos quintais e mangas. Com as restrições que surgiram, ele e seus irmãos foram “obrigados” a reduzir a quantidade de criações, já que suas terras eram poucas.

Outro morador da comunidade de Cabeceirinha, Senhor André Rodrigues Ferreira, relatou as mudanças que ocorreram no uso dos brejos da seguinte forma:

[...] de primeiro, o povo trabalhava no brejo, chovia muito, o brejo era cheio de água. Pegava e fazia aquelas valetas de esgoto, esgotava os brejos para enxugar, e aí trabalhava nos brejos. Mas depois o povo não trabalhou mais, não. A água vai diminuindo, a gente também foi proibido de trabalhar mais no brejo. O povo [do IEF/MG] não deixou, esse negócio de brejo [...]. É porque ali, as chuvas foi ficando pouca, a água foi ficando pouca, aí o IEF não deixa mais mexer com o brejo. Quem tem algum brejinho pra trabalhar, ainda trabalha, mas quem não tem, não.

A implantação de áreas protegidas sintetiza a forma impositiva como o Estado agiu no território. Senhor Valentim Barbosa dos Santos, morador de Cabeceirinha, descreveu assim:

[...] o IEF mexia aqui, nessas quebradas tudo, incentivando a não desmatar, a não colocar fogo. Sempre ia na casa das pessoas. Tinham uns que tinham conscientização, outros não! Mas o IEF sempre fez do máximo o mínimo. Tinha que ter feito muita coisa. [...] o trabalho do IEF é quase fazer a lei, e fazer a lei é fácil, agora para cumprir que é o negócio: você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, mas não te dão a solução.

Essas mudanças provocadas por agentes externos podem ser entendidas como “violência simbólica”, onde grupos externos cumprem sua função política por meio de instrumentos de imposição, que contribuem para assegurar a dominação das visões e concepções culturais de um grupo social, dominante, sobre o outro (BOURDIEU, 1989).

Percebeu-se, ainda, a existência de relações de poder desiguais sobre um mesmo território e sobre os recursos disponíveis, como a água e a terra. Os órgãos fiscalizadores e gestores do Estado, no caso de Cabeceirinha o IEF/MG, exerceram poder legal e distinto



sobre o território historicamente ocupado, restringindo o uso e a organização social do espaço pelas comunidades tradicionais, com base numa visão de comando e controle.

Para além das restrições de uso, essas alterações transformam outras bases de sustentação da família, como a alimentar. Senhor José Lopes, de Cabeceirinha, descreveu que, no passado, o agricultor tirava todo o alimento da sua própria lavoura. Segundo ele, “[...] só vivia da roça, não trazia de lá [de Januária] não. Tinha hora que chegava lá na cidade pra vender arroz, feijão, toucinho, farinha, [vendia] tudo na cidade. Hoje, não! A pessoa tá comprando lá, pra trazer pra cá”.

As imposições das normas legais têm provocado criminalização e invisibilização das dinâmicas socioculturais e territoriais. Em documentos oficiais muitas atividades costumeiras foram tratadas como ameaças, como por exemplo contrárias ao plano de manejo de unidades de conservação. Contudo, trata-se de práticas realizadas durante anos, transmitidas ao longo das gerações, associadas à identidade e reprodução cultural, à construção histórica de determinados grupos sociais. Este é o caso da população de Cabeceirinha e a sua ligação com o rio Pandeiros e com os recursos disponíveis no território dos gerais sanfranciscanos. Essas relações extrapolaram interesses individuais, abrangendo um sentimento comum de coletividade e gestão comunitária, que foi sendo, gradativamente, retirado das famílias agricultoras.

Para além do uso do rio Pandeiros e dos benefícios que oferece, há em comunidades tradicionais como Cabeceirinha histórias de vida que foram vinculadas a este curso d’água, que incorporaram valores e significados que extrapolaram uma visão estritamente utilitarista. As múltiplas relações de poder que disputam o uso das áreas do rio Pandeiros transformaram-no naquilo que Torres (2015) denominou como “hidroterritório”. Esse conceito, segundo o autor, implica num “[...] fenômeno social onde o controle da água representa o domínio do território, trazendo à tona conflitos e movimentos espaciais e temporais” (TORRES, 2015, p.2).

De certo, todo esse processo não é pacífico e inúmeros conflitos são deflagrados no decorrer das transformações que se sucedem. Algumas intervenções são pensadas como



formas de administração de conflitos, a partir de uma “economia política do ressentimento” onde as famílias são submetidas a um reconhecimento subalterno e travestidos em identidades construídas de fora para dentro, e os grupos passam a não alcançar mais sua integração moral no novo sistema social, econômico e político que passa a se estabelecer (Lobão,2003).

Apesar das restrições que impunha às famílias, os termos APA e Unidade de Conservação eram desconhecidos pelos moradores. As famílias conheciam as restrições impostas pelas figuras estatais do IEF/MG, do IBAMA ou genericamente pelo “pessoal do meio ambiente”, e, principalmente, conheceram essa atuação, dita conservacionista, pelas multas e demais penalizações impostas. Como relata Lobão (2006), o Estado deveria estimular a criação de instrumentos que buscasse a (re)conexão dos grupos sociais tradicionais com os territórios que ocupam historicamente, uma vez que essas populações foram levadas a ressignificar parte de sua cultura e normas comunitárias para atender às normas legais e estatais. Estas, como percebido em Cabeceirinha, representaram a consolidação de uma visão fragmentada entre sociedade e natureza, distante das demandas de comunidades dos gerais sanfranciscanos.

Apesar de uma pesquisa científica não mensurar totalmente o impacto de seus resultados na realidade estudada, ela constrói “discursos de verdade” (Foucault, 1979) ou “efeitos de realidade” (Latour,1994) que atuam no sentido de co-produzir esta realidade. Dessa forma, durante a pesquisa, na área legalmente definida como APA estadual do rio Pandeiros, percebeu-se que aspectos, práticas e técnicas tradicionais ligados à territorialidade desses moradores foram e estão sendo afetadas a partir da instituição UC, sendo que seus laços históricos, familiares, materiais e simbólicos de formação identitária continuam sendo modificados de formas diversas ao longo desses 25 anos.

Para entender as transformações territoriais e os conflitos, é preciso analisar e compreender as relações entre sociedade e natureza, bem como sua materialização a partir de dispositivos institucionais e normativos, respeitando, descrevendo e compreendendo a particularidade de todo esse contexto, não bastando apenas descrever as condições de um contexto biofísico local, mas entendendo o contexto como um fenômeno sociocultural



específico considerando suas múltiplas dimensões. (Barreto Filho, 2001). Nesse sentido ao utilizar a ideia de parque como “artefato cultural”, temos ideologicamente os parques como mecanismos criados para exercer uma função.

As mudanças nas relações das famílias com os gerais “instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” Oliveira (1998). O autor aborda a mudança da noção histórica de território a partir dos aparatos coloniais em seu artigo sobre “índios misturados”,

Com as áreas de proteção, mais uma vez uma visão externa e institucional impôs novas relações de afirmação e reafirmação das relações de poder e pertencimento sobre os gerais e sobre o rio Pandeiros. Gerou-se uma busca pelos elementos de ligação das famílias com seus lugares e se estes tinham perdido seu estatuto original em prol de uma “ênfase maior” no aspecto territorial da política de governo enquanto formadora de unidades de conservação, e o território se transformou em mais um espaço indeterminado, um bem sujeito aos interesses difusos de uma sociedade envolvente (LOBÃO, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 1989.

BRASIL. 1997. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. 2007. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em:



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. 2012. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DIEGUES, A. C. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada nº. 1. São Paulo: NUPAUB/USP, 1989.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

LOBÃO, R.J.S. Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Tese de Doutorado. **Departamento de Antropologia. Pós-Graduação em Antropologia Social**. Brasília: UnB, 2006.

MINAS GERAIS. 2004. Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004. Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. Publicação - **Diário do Executivo - "Minas Gerais"** - 28/04/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 12 mar. 2020.

TORRES, A. T. G. Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2007.



OS ENTRAVES DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS ENTORNOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI- MG

BEATRIZ ROQUE DOS SANTOS - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha

Alan Faber do Nascimento - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha

Resumo

Introdução: No Brasil, a presença e o uso humano em áreas ambientalmente protegidas, notadamente para o usufruto de comunidades tradicionais, têm gerado nos meios acadêmicos e políticos discussões sobre até que ponto os marcos regulatórios criados para integrá-las às unidades de conservação, principalmente a partir dos anos 2000, têm cumprido metas sustentáveis que aliam proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e inclusão social. A questão é: por mais bem intencionados que sejam os marcos legais e as instâncias de participação recentemente criados, o real poder de participação das comunidades nas unidades de conservação tem sido limitado por uma questão estrutural que configura a realidade fundiária no país: a fraudulenta e a confusa formação da propriedade privada, paradoxalmente, assentada na apropriação pública de terras. Objetivos: Diante desse cenário comum, esta investigação tem como objetivo realizar uma análise de caráter monográfico sobre o processo de formação do Parque Estadual do Biribiri, unidade de conservação localizada no município mineiro de Diamantina, em face das comunidades que habitam o seu entorno e dos mecanismos que foram criados para incorporá-las à gestão do parque. Metodologia: Para tanto, será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica, pesquisa documental em atas de



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



conselhos do parque e de associações de moradores, bem como no plano de manejo do parque, e levantamento da questão fundiária de três comunidades do entorno do PEBI: Mendanha, Cidade Nova e Pinheiro. Resultados: Os resultados mostraram que a questão fundiária existente no PEBI não se encontra regularizada, em função da falta de recursos financeiros para indenizar a Companhia S.A que detém 95% da área do parque. O que se reflete em ocupação de áreas irregulares em entorno da unidade de conservação, dificuldades de fiscalização, conflitos entre as comunidades e proprietários de terras e empresas, e, sobretudo, alijamento dos direitos das comunidades previstos na legislação ambiental. Conclusão: Diante do entrave maior representado pela inserção da propriedade privada em terras que por lei deveriam ser públicas, conclui-se o quanto se torna essencial para a real inserção das comunidades nas atividades do PEBI a regularização fundiária do parque, e a concomitante demarcação e a regulamentação de terras nas áreas do seu entorno para formas de usufruto tradicional. Infere-se que, somente assim, ocorrerá a consolidação dessa unidade conservação e o desenvolvimento sustentável orientado para as comunidades do entorno do PEBI.

Palavras-chave

Questão fundiária, Parque Estadual do Biribiri, comunidades do entorno.



INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre o desenvolvimento da agricultura nos entornos de Unidades de Conservação em Minas Gerais, no Brasil, no mundo e a relação destas com a posse de terras, as questões fundiárias e conflitos advindos da expropriação e uso destes locais. A criação de Unidades de Conservação como forma de preservação, exigem que os órgãos públicos ligados a implementação deste modelo, criem documentos e demarcações de posses de terras, trazendo desta maneira a problematização da regulamentação fundiária. (OLIVEIRA, 2010).

A questão do uso e apropriação de terras no Brasil, já se encontrava em disputas, muito anteriormente a entrada de europeus no país, tendo seu surgimento no Tratado de Tordesilhas, nesta época as populações, usava as terras para plantio e colheita, sendo a agricultura relacionada com os bens da natureza, seguindo os modelos do modo de vida camponês, baseados na produção em comunidades. (NASCIMENTO, 2016)

Este modelo camponês pode ser associado, com a lavoura familiar uma vez ela que era organizada na França, para simples reprodução e própria alimentação onde as características como a solidariedade, igualismo da terra eram baseados na família (MASSUQUETI, 2010).

Nestas terras, ocorreram grandes plantações de alimentos, extrativismo vegetal, caça e pecuária algumas destas atividades eram realizadas de forma desordenada, fazendo com que os órgãos ligados a conservação pensassem em estratégias para proteger estes lugares. Neste sentido foram elaboradas propostas, durante as Conferencias Internacionais ligadas às discussões sobre as formas de manuseio da terra e os impactos destas para o meio ambiente. A principal pauta do encontro foi a importância da proteção destas áreas, sendo assim implantado no ano de 1937, o primeiro Parque Nacional denominado como: Itatiaia e sucessivamente foram implementadas outras Unidades de Conservação.(KURY,2009).



O modelo de Parques inseridos no país nesta época foram anteriores a lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que determina a participação das comunidades no processo de planejamento destas áreas, seguindo assim o modelo dos EUA. Desta maneira, as áreas implantadas eram pertencentes ao poder público, porém em seu entorno há famílias e áreas que precisam ser desapropriadas de acordo com as diretrizes de criação, tornando assim, o problema pertinente, até os dias atuais a questão fundiária nos entornos de Unidades de Conservação. (MORAIS, 2014).

Neste sentido a pesquisa em questão busca conhecer a realidade das comunidades do entorno do PEBI localizado a cidade de Diamantina, MG e a atual situação fundiária e as mudanças no modo de vida das mesmas após a inserção da Unidade de Conservação, pretende-se também no desenvolvimento desta pesquisa traçar caminhos e soluções para estas comunidades e sua relação com o parque. Na tentativa de responder ao seguinte questionamento: Até que ponto as comunidades do entorno do PEBI conseguem lidar com a inserção do PEBI e as questões fundiárias e quais são suas limitações e soluções para a realidade imposta?

Analisando o PEBI a realidade é a mesma, onde temos quatro comunidades conhecedoras dos atrativos e históricos de dentro da UC e também em seu entorno, mais que como os demais exemplos apresentados ao longo do estudo, questionam as limitações impostas pelo referido parque, por este motivo é tão importante analisar este entrave através de outras pesquisas e trazer soluções para minimização dos mesmos.

Na tentativa de trazer novo retorno a esta realidade a pesquisa em questão tem como objetivo principal, realizar uma análise do processo de inserção de Unidades de Conservação em áreas rurais, tendo como foco deste estudo a inserção do PEBI na cidade de Diamantina-MG, fazendo o levantamento da questão fundiária e apropriação das terras por parte das quatro comunidades de seu entorno.



Para tanto, será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto e a análise do Plano de Manejo do PEBI.

Entende-se que conhecer a realidade das comunidades do entorno antes da inserção da Unidade de Conservação, com os modos de vida baseados na agricultura e após criação. Analisar as demandas inseridas durante este período e a relação das comunidades e a gestão parece ser uma oportunidade de entender os possíveis conflitos existentes advindos do uso da terra atualmente entre esses dois extremos, podendo assim serem sugeridas mudanças e sugestões para a aproximação e consolidação da atividade dentro e no entorno do Parque.

RAÍZES DA AGRICULTURA E OS CONFLITOS EXISTENTES NO CAMPO

No passado da história da agricultura e a forma de manuseio da terra no Brasil e no mundo, os homens que nelas viviam utilizavam as matérias primas de forma amena, não causavam quase nenhum impacto. Com o passar dos tempos este mesmo homem passa a necessitar de novas formas para obtenção de seu alimento, criando novos mecanismos de manuseio das terras usufruindo da natureza e seus recursos. (DORNELAS, 2014).

Quando ele começou a praticar o cultivo e a criação, ele não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Não dispunha também de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas os fabricou de todas as maneiras e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e a maneira de praticar a agricultura, e graças a isso, ele pôde ajustar livremente os sistemas de cultivo e de criação extraordinariamente variados e adaptados aos diferentes meios do planeta, transformando-os de acordo com suas necessidades e de acordo com suas ferramentas (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.70).



Este período foi denominado como a revolução agrícola em função das transformações ocorridas nos campos. Estas mesmas transformações foram divididas em cinco etapas sendo elas: a primeira que foi voltada para o período neolítico onde o homem começa a analisar e a mexer na natureza transformando as formas de sobrevivências existentes na natureza, na segunda etapa ele passa a preparar o solo para o plantio, na terceira é inserido o uso de tratores transformando a agricultura e o solo, já na quarta o solo é substituído pelas pastagens artificiais e por último a quinta ou como foi conhecida como a Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos que irá inserir novos modelos de produção que visavam tornar produção mais acelerada. (DORNELAS, 2014).

Analisando estas cinco transformações no setor agrícola percebe-se que são inseridas novas formas de manuseio e plantio das terras, inserção de mão-de-obra, máquinas e insumos para aumentar a produção.

O modelo de modernização inserido no país é baseado na exploração do trabalhador, na violência e devastação do meio ambiente, onde as tradições são descartadas para dar lugar, aos trabalhadores com o objetivo de aumentar mais a produção. (DORNELAS, 2014).

Mais uma vez uma elite dissidente, porém conservadora — pretende, pela via do Estado, anular o Estado. (...) O Estado, diante estupefatos índices de miséria, se limitaria, na sua administração, a promover e, se houver sobras públicas, a assistir a população. (...) O Estado se tornaria um mero planejador da infraestrutura, sobre a qual assentariam as obras econômicas que estimulassem o desenvolvimento, voltando as costas ao País, ao País de uma minoria sitiada por uma maioria faminta e pobre (FAORO, 1992, p.20)

Neste novo cenário, os preços são elevados, os produtos são fabricados com uso de agrotóxicos, o custo de vida aumenta, pois estes agricultores precisam pagar taxas, impostos para a produção o que torna seu sustento e dia-a-dia mais difíceis.



Os novos campesinatos que antes detinham suas terras para sustento, vão ter que se adaptar ao novo cenário, ou seja, vão submeter às novas práticas de modernização inseridas nos campos, ou irá migrar para a cidade o que ocorre na maioria das vezes onde o campo é esvaziado para darem lugares às máquinas e estes camponeses saem em busca de uma condição de vida melhor para seus familiares. (ALENTEJANO, 2011).

Já em meados dos séculos XXI o desenvolvimento da agricultura e suas transformações ganham novas questões e análises sobre o campo e sua funcionalidade. As principais questões levantadas foram: a insistência e concentração nos campos e os impactos, o uso da tecnologia e internalização da agricultura, o processamento da indústria e comércio a questão alimentar como foco em questão maior, o número de pessoas do que produtos produzidos, a violência e exploração do trabalho e os impactos gerados a natureza pelo uso e manuseio do modelo agrário inserido no campo. (ALENTEJANO, 2011).

Se por um lado estas transformações e modelos inseridos no Brasil e no mundo, tem como meta trazer o desenvolvimento da agricultura, tornar as terras mais produtivas e ao mesmo tempo gerar capital, por outro lado ela traz impactos que devem ser analisados e pensados em estratégias para a minimização dos mesmos.

“é preciso reconhecer também os enormes inconvenientes, desse modelo de desenvolvimento: as grandes desigualdades de renda de trabalho entre as regiões; a eliminação, pelo empobrecimento, da maioria dos estabelecimentos; as enormes desigualdades nas densidades da população agrícola e rural com a concentração excessiva de atividades de algumas regiões inteiras; poluições; desequilíbrio da oferta e demanda e grandes flutuações no preço dos produtos agrícolas” (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.423).

Nota-se, diante destes impactos, o que mais se evidencia, se não o mais importante um dos principais: a questão fundiária. Esta vem sendo analisada por



diversos estudiosos, em uns estudos eles apontam, que esta se encontra relacionada com o uso excessivo e desordenado das terras e outros vão trazer o modo de divisão de terras de forma desigual como a justificativa destes conflitos. Nesta nova realidade as famílias existentes nestes locais que não conseguem acompanhar este desenvolvimento são excluídas das atividades mostrando a desigualdade e avanço acelerado destes novos meios de produção no campo. (SIQUEIRA, 2014).

Se analisarmos as transformações ocorridas no campo dos séculos anteriores até atualmente percebe-se que estes dois se interligam entre si uma vez que a modernização transformou o campo e seus modos de produção e ao mesmo tempo usufruiu de grandes números de terras para promover seu desenvolvimento.

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da camponesa. (WANDERLEY, 2003, p.52)

Como é possível perceber esta nova evolução transformou o campo, inserindo o contexto do agronegócio como a saída pra promover o desenvolvimento local, porém analisando a realidade do camponês e suas tradições este modelo se torna uma contradição ao que estes consideram como a permanência e usufruto de suas terras. (PORTO, 2015).



Nos últimos anos a presença e permanência de vários grupos ligados as tradições locais estão presentes nos ambientes agrários, buscando forma de sobrevivência e continuidade de suas culturas. Dois grupos levam destaque sendo eles:

A primeira formada por pessoas que usufruem da terra de forma tradicional e a segunda que são aquelas pessoas que sua identidade esta relacionada com algum tipo de violência, conflito ou expansão da agricultura. Estes dois grupos buscam sobreviver às crises e transformações ocorridas no campo, preservando seus costumes e pensando em soluções para minimizar tais conflitos. (DORNELAS, 2014).

Esta nova realidade cria no campo, um novo modelo onde os agricultores que deixam suas terras para cederem lugar para as maquinas e novas formas de tecnologias advindas da modernidade e das tecnologias inseridas no campo e passam a querer resgatar suas culturas camponesas, sendo exemplos do campesinato. O campesinato são os camponeses que usam a terra para produção e sustento conservando os traços de culturas os costumes locais de suas comunidades. (ALENTEJANO, 2011).

O modo camponês de realizar a agricultura é o equilíbrio entre os interesses comunitários e individuais, ou seja, ocorre de forma coletiva onde todos opinam e decidem os impasses advindos dentro da comunidade, porem os avanços desta nova modernidade trouxe impactos e ameaçou até terminar com este modelo de vida praticado pelos camponeses. No Brasil esta expansão, foi uma época marcada pela violência e pelos conflitos advindos do crescimento e expansão das técnicas no campo.(DORNELAS,2014).

A questão da modernização tem uma ligação direta com a revolução verde, que foram a inserção de agrotóxicos e máquinas no meio rural, a matriz desta revolução é o incentivo a entrada de capital e expansão da agricultura para outros países. A modernização deste modelo de agricultura não reproduz uma forma



clássica, mais sim um modelo familiar integrado ao mercado, onde a tradição camponesa é incentivada em novas decisões dos camponeses. O agricultor familiar continua camponês e sua família torna-se o incentivo de sua produção e sustento, sofrendo essas transformações no seu modo de vida. (DORNELAS, 2014). Esta nova realidade transformava a valorização dos produtos agrícolas, onde os produtos tradicionais dão lugar a produtos ditos como modernos:

Como os chamados insumos modernos (...) são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores; ainda mais porque, sendo quase sempre produtos de exportação e/ou transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), tem sempre uma evolução de preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente os produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.), cujos preços repercutem diretamente no aumento do custo de vida (SILVA, 1982, p.29-30).

Com o desenvolvimento das tecnologias no meio rural, modo de vida camponesa passa a ser vista como um atraso no processo de modernização, onde são inseridas atividades da indústria e passam a contratar os trabalhadores por baixo custo de produção. O camponês por sua vez tem sua produtividade focada na família, baseadas nos princípios do campesinato onde o acesso a terra para cultivo e plantio são fundamentais. Com esta nova modernidade muitas atividades são desconectadas do modo de vida dos camponeses, fazendo com que estes migram para outros lugares ou queiram lutar pelas suas terras. (DORNELAS, 2014).

No campo em diversos locais do país e até do mundo ainda existem grupos de resistências que apreendem lutando a não aceitar este novo modelo de agricultura e permanecem vivos com seus costumes e tradições. Estes podem ser denominados como as comunidades ou populações tradicionais que ainda mantêm



os costumes, do campesinato utilizando a terra para seu sustento e conservando seus recursos. (PLOEG, 2008).

Estas comunidades geralmente vivem em áreas rurais próximas ou dentro de áreas nativas, com atrativos naturais e históricos que devem ser preservados por este motivo os órgãos ligados ao meio ambiente determinam a inserção áreas de conservação. (MORAIS, 2014)As Unidades de Conservação são inseridas como objetivo de proteger a fauna, flora tão diversificadas nestas regiões. A regularização fundiária pode ser entendida neste processo como as demarcações de terras, delimitações pelos entornos das UCs, sendo implantados documentos e planos de manejo para demarcar estes locais.

Em Minas Gerais, o órgão ambiental responsável pela regularização fundiária das Unidades de Conservação estaduais é o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) que criou, em 2012, a Gerência de Regularização Fundiária (GEREF), para tratar especificamente da situação fundiária das unidades e propor medidas e soluções para que ele aconteça. O IEF age conjuntamente com órgãos administrativos, jurídicos e técnicos para resolver a situação fundiária e essa interdependência por muitas vezes, é causa direta da morosidade e burocracia do processo. (AMBRÓSIO, 2014, p.54).

Se analisarmos as UCs inseridas no estado percebe-se que em sua maioria não trabalham a questão fundiária durante a implementação das mesmas. Esta realidade muitas vezes é justificada porque a criação e consolidação destas áreas em maior parte ocorreram antes da Lei do SNUC, criada no ano de 2000 que determina a consultoria e a participação das populações dos seus entorno nas demandas advindas da implantação da nova área. (AZEVEDO, 2002).

A região de Minas Gerais possui 80 Unidades de Conservação segundo dados do IEF, destas 38 são de proteção integral denominadas como Parques Estaduais, nestas Unidades de conservação a questão fundiária esta relacionada com as delimitações e apropriações das terras por parte dos parques ou UCs, em



alguns casos este conflito já se encontra regularizado, através de ações de uso e desapropriação de terras e outros aguardam por ações de liberação das terras.

No caso do PEBI, tema deste estudo a questão ainda faz parte das questões relacionadas a propriedades particulares, inexistência de recursos indenizatórios e por este motivo o parque não consegue se regularizar sua situação. No próximo capítulo será apresentado a situação atual do parque e as questões relacionadas a questão fundiária, que se analisarmos no processo de modernização da agricultura no Brasil e do mundo já se encontravam presentes seja por demarcações de áreas, desapropriação ou expulsão dos camponeses para o uso e modernização do campo, e atualmente se encontra nas UCs.

ANÁLISE DA QUESTÃO FUNDIÁRIA DAS COMUNIDADES DO ENTORNO PEBI

No Estado de Minas Gerais é grande o percentual de comunidades que vivem dentro dos parques estaduais e em seu entorno sendo estas comunidades grandes conhecedoras da fauna, flora e atrativos naturais destas UCs, como: cachoeiras, picos e serras.

Diante disso torna-se indispensável o envolvimento destas comunidades no planejamento e desenvolvimento das ações realizadas dentro do parque. Quanto menos a comunidade participar do processo ecoturístico, menos ecoturístico ele será, independente da presença de atrativos naturais e culturais relevantes e da ocorrência da visitação. (FILETTO, 2007, p.32).

O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) localizado no município de Diamantina, Minas Gerais, exemplifica esses conflitos. O PEBI foi criado pelo Decreto Estadual nº 39.909, em setembro de 1998, tendo com o objetivo principal a proteção da fauna e flora, as nascentes dos rios e córregos da região. Além disso, ele é considerado como um centro de oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas, estudos científicos e alternativos de uso racional dos recursos naturais, por meio do



desenvolvimento de atividades de ecoturismo (MINAS GERAIS, Decreto n° 39.909, 1998, art.1). Durante a implementação do Parque as quatro comunidades rurais do entorno: Cidade Nova, Mendanha e Pinheiro, foram classificadas de acordo com o Plano de Manejo como zonas de amortecimento, zonas de interesse turístico e rural.

O Bairro Cidade Nova foi criado pela prefeitura com intuito de trazer o desenvolvimento da cidade, desta maneira foram cedidos lotes para as famílias carentes que entravam com a mão de obra e construíam assim suas residências, com o passar do tempo o bairro foi crescendo se tornando atualmente o bairro Cidade Nova. O bairro é uma das principais entradas do Parque sendo classificado como Zona Especial de Interesse Social (MORAIS, 2014). A área foi criada com o objetivo principal de promover a questão fundiária existente na região, além de trazer desenvolvimento local com a inserção de novas habitações e promover a qualificação dos espaços urbanos existentes no bairro trazendo o crescimento da comunidade local.

A comunidade de Mendanha é um distrito da cidade de Diamantina e está situada ao Leste do Parque Estadual do Biribiri. A presente comunidade faz parte do Plano de Manejo sendo classificada como região de interesse ambiental em função dos diversos atrativos naturais existentes na região e turístico pela grande demanda que recebe anualmente. (MORAIS, 2014)

A comunidade de Pinheiro está localizada no Oeste da zona de amortecimento e inserida no Noroeste do limite do Parque. Na comunidade existem unidades sociais formada por famílias e residências que convivem amigavelmente. Estas podem ser divididas em quatro que são: Córrego Fundo, Pinheiro de baixo, Pinheiro de cima e Mata Porco.

A comunidade é formada em sua maioria por casais velhos e adultos analfabetos tendo a principal fonte de renda e sustento local os recursos da aposentadoria e pensões e de atividades exercidas dentro da comunidade como: produção de feijão, mandioca, milho, leite e queijo além do extrativismo vegetal e a



criação de gado que atualmente é proibido pela Unidade de Conservação. (MORAIS, 2014)

Todas as quatro comunidades antes da inserção do PEBI usufruíam das áreas do parque para desenvolverem o plantio, colheita e manuseio da terra, além da criação de animais, extração de madeira e caça, detinham características camponesas de tirarem da terra seu sustento familiar.

O processo de criação Parque Estadual do Biribiri não contou com a participação das comunidades do entorno. Conseqüentemente, os moradores não compreendem a importância da implantação desta unidade de conservação e, também não aceitam as imposições que são colocadas pelos gestores. (MORAIS, 2014)

O PEBI, desde sua criação, apresenta uma área ambientalmente idônea, o que justificou, em parte, sua criação. Porém a proibição de atividades consideradas aqui tradicionais e a falta de possibilidades/alternativas implicaram no surgimento de conflitos socioambientais que aparentemente encontram-se resolvidos ou adormecidos. Abstendo a uma discussão sobre a real necessidade de reconhecimento de comunidades tradicionais e de entendimento de seus direitos e deveres, após a realização desse trabalho fica claro que as unidades de conservação de uso integral devem ter subsídios legais para aliar as necessidades socioculturais, econômicas e materiais das populações de seu entorno ao conjunto de demandas externas que envolvem as políticas de preservação de UC'S. Dessa forma, a economia e a cultura local estarão diretamente associadas às políticas de preservação, o que permitiria a sobrevivência da cultura material e imaterial dessas populações, assim como a permanência das mesmas em áreas de preservação ambiental, inclusive naquelas consideradas áreas de máxima proteção e as de preservação ambiental, inclusive naquelas consideradas áreas de proteção máxima. (MORAIS, 2014, p.379).



Assim, desde a criação do PEBI os gestores enfrentam dificuldades decorrentes, principalmente, da carência de recursos humanos, financeiros e materiais, bem como conflitos socioambientais, tanto no espaço geográfico da UC, quanto em sua zona de amortecimento.

A questão fundiária também é um grande fator de conflito, tendo em vista que o PEBI ainda possui áreas que não foram regularizadas, “Das propriedades particulares cerca de 95% de sua área é da Companhia Industrial Estamparia S/A e os 5% restantes são pertencentes a pequenos proprietários e posseiros”(MORAIS,2014, p.110).Em função disso, nenhuma ação pode ser feita para promover o crescimento de atividades turísticas dentro e no entorno do parque, uma vez que para desapropriar estes proprietários implica em pagamentos de altos custos não disponíveis no orçamento da atual gestão da Unidade por falta de verba do estado (MORAIS, 2014).

Tais entraves, relacionados à questão fundiária e as mudanças no modo de vida dos moradores locais, têm gerado diversos conflitos diante dos interesses de gestão do Parque, como por exemplo, as queimadas que ocorrem dentro e no entorno do PEBI, além dos usos incorretos e desordenados na região (SOUZA et al.,2012).Para a minimização destes conflitos é preciso promover dialogo entre o órgão gestor e cada comunidade analisando os impactos destas ações ao meio ambiente e levantando soluções para o retorno satisfatório dos dois extremos.

CONCLUSÃO

A questão fundiária, assim como a inserção de Unidades de Conservação, devem ser analisadas, em conjunto com as comunidades locais dos entornos, uma vez que eles já conhecem as áreas e podem ajudar na criação, planejamento e implementação de forma coletiva.



Paradigmático dessa forma de expropriação territorial é que muitas unidades de conservação no Brasil, foram criadas sem a participação de todos que vivem no interior ou nas franjas dos seus limites territoriais, caso das comunidades locais que, tradicionalmente, usufruem dos seus recursos, mas que, invariavelmente, são excluídas e marginalizadas pela política de proteção ambiental baseada na criação de áreas protegidas.

Compete ao órgão que está propondo a criação da nova UC elaborar os estudos técnicos preliminares, realizar a consulta pública e os demais procedimentos para a criação da unidade. A consulta pública, preferencialmente realizada na comunidade diretamente afetada pela criação da UC e com ampla divulgação à sociedade, é um procedimento indispensável. Este deve ser um dos momentos para a apresentação da proposta de criação, dos trabalhos técnicos que subsidiam sua extensão, limites e zoneamento e dos propósitos da nova área, esclarecendo todas as dúvidas que a comunidade tem a respeito. (GOMES et al., 2006).

Ações com unidades de conservação e seu entorno pressupõem a presença de pelo menos três atores importantes: os moradores da região e, em alguns casos, os residentes em seu interior; o órgão responsável pela manutenção e administração da unidade; e os agentes promotores de ações na região. Dependendo da história da unidade, do contexto local e, ainda, das características desses atores ocorrem ou não relações entre eles. (NETO, 2002, p.17).

Estas comunidades são tradicionais que possuem em seu modo de vida o desenvolvimento da atividade agrícola, as tradições e costumes de seu povo por este motivo torna-se essencial a inserção das mesmas nos processos de desenvolvimento das atividades no entorno e dentro da UC. Pensando em soluções para a regularização da parte fundiária das propriedades e das áreas do parque.

Em discussões realizadas dentro do ambiente acadêmico sobre as mudanças ocorridas no campo e a inserção de novos segmentos nas áreas rurais, sejam eles



empresas, mineradoras ou como no caso do estudo: uma Unidade de Conservação, nota-se o quanto precisam ser repensadas ações de prevenção e regularização das áreas antes mesmo de serem implementadas.

O primeiro passo seria neste caso reuniões com as comunidades rurais do seu entorno para que estas possam opinar e avaliar as delimitações que serão impostas, impactos e retorno para as mesmas. Após este primeiro contato, deveria ser apresentado o plano de manejo para ser construído em conjunto e no ultimo momento seria o levantamento dos retornos que estas teriam com a inserção do parque na região, tendo como foco que a atividade agrícola e o uso da terra que são prioritárias e devem ser preservadas.

O que é possível perceber, não só em Minas mais em diversos lugares é que a regularização das áreas não são resolvidas, por diversos motivos dentre eles destacam no caso do PEBI: a inexistência de documentos de comprovação das delimitações das áreas dos terrenos, uma vez que só se encontra disponível o plano de manejo e este encontra-se desatualizado, recursos públicos para indenizar os proprietários ou a Companhia S.A, processos judiciais que se encontram em adesão na justiça, entre outros fatores de relevância que impedem o desenvolvimento da regularização fundiária.

Resolver estes empecilhos seria um fator relevante, pois nos dias atuais a maioria dos jovens ou pessoas da própria comunidade, migram para a cidade em busca de oportunidades, pois não vêem no campo uma saída, por este motivo torna-se essencial valorizar as comunidades que ainda sobrevivem e conservam os costumes advindos da terra para seu sustento. Sem contar que estas são sábias e conservam os costumes, preservando assim estes locais.

Acredita-se que a execução destas sugestões pode gerar resultados satisfatórios tanto para as comunidades quanto para o PEBI, pois promoverá a aproximação e a mesmo tempo fazer com que os moradores possam se sentir inseridas e, assim, entendam a real importância desta Unidade de Conservação.



REFERENCIAS:

ALENTEJANO, P. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. 27 f. São Paulo, 2011

AMBROSIO, R. V. Situação fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais, Dissertação de Ciências Florestais, 186 f,UFL,Lavras,2014

AZEVEDO,J. M. Implicações da nova lógica de ação do Estado para educação Ambiental. 49-71, Educação e Sociedade,v.23,2002

DORNELAS, R. Modernização agrícola no Brasil e Colonialidades. IN.: Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, p. 01 - 21.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. Estudos Avançados, 1992, 6.14: 7-22.

FILETTO, F. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação. 2007. 143 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

IEF- Instituto Estadual de Florestas

Disponível em: [www.ief.gov.br/MinasGerais/Parque Estadual do Biribiri](http://www.ief.gov.br/MinasGerais/Parque%20Estadual%20do%20Biribiri)

Acesso em: 10 de fev 2020

KURY,K. A. Regularização Fundiária em Unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Desengano/RJ,p-34-59,2009



MASSUQUETTI, Angélica. A Dinâmica da Agricultura Francesa: inovação, transformação e identidade social. RESR, Piracicaba, v. 48, n. 02, p. 331-356, abr/jun 2010.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Capítulo 1 – Evolução, Agricultura, História (p. 51-70 e da p. 90-96

MINAS GERAIS. Decreto nº 39.909, de 22 de Setembro de 1998. Cria o Parque Estadual do Biribiri e dá outras providências. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1998.

MORAIS, M. S. A realidade socioambientais impostas às comunidades locais pela criação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto. 2014.245 f. Tese (Pós-graduação do Departamento de Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NASCIMENTO, A. F.A ilusão urbanística: o papel do Estado na expropriação dos Caiçaras, Tese de Doutorado, 152 f. Annablume, São Paulo, 2016

NETO, P. S. Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral, 59 f. Rio de Janeiro, 2002

OLIVEIRA, L. J. D. Regularização fundiária de unidades de conservação, Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 143-176 – jan./dez. 2010

PLOEG, J. D. Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização, UFRGS, 373 f. 2008



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



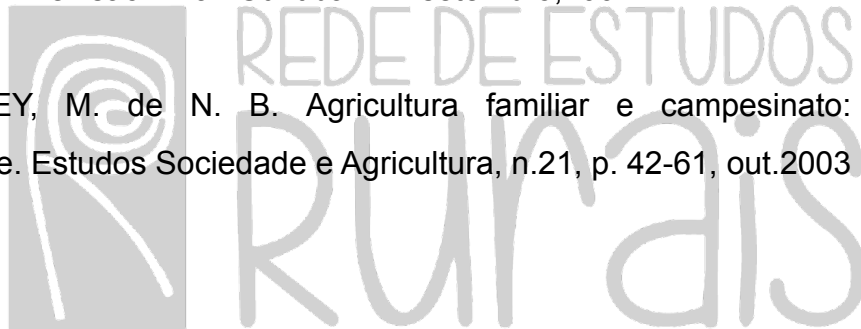
PORTO, C. W. G. Bye Bye Brasil aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil, 86-97. Conflitos no Campo, Brasil, 2015

SILVA, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

SIQUEIRA, O. S. O modo de produção capitalista e a agricultura. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 11, n. 2, jul./dez. 2014

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. Plano de Manejo Do Parque Estadual Do Biribiri. Planejamento da Unidade De Conservação. Volume I e II- Encarte 2. SDS-02/02-Revisão Final. Curitiba-PR: setembro, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, n.21, p. 42-61, out.2003





PROJETO AMA/AMBEV: UM “NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO” NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO ?

VALDÊNIO FREITAS MENESES

Doutorado - CPDA/UFRRJ – 2018

Valdênio Meneses – UNINASSAU

Resumo

O artigo debate em que medida a bandeira da convivência com semiárido está enquadrada no projeto publicitário da marca de água mineral AMA, gerida por uma grande empresa do ramo das bebidas – AMBEV. Com nome inspirado em nome indígena Tupi para “chuva” e o lema de ser “ mais que uma água, uma causa” a AMA propõe encaminhar seus lucros de venda para projetos de construção de cisternas, painéis solares e capacitação de comunidades rurais em todo semiárido brasileiro. A análise sociológica desse projeto instiga a procurar entender quais modelos institucionais e, principalmente, quais conceitos legitimam esse modelo comercial. Qual rede de instituições e ideias liga uma gigante do mercado nacional cervejeiro a projetos comunitários locais no semiárido? A proposta aqui é fazer um mapeamento inicial não somente de parcerias, fundações e ONGs mas do ideário político que orbita e sustenta o projeto AMA. Isso implica em uma discussão sobre a transformação de uma agenda de capitalismo e mercado diante de mudanças nos paradigmas de ação pública sobre as secas do Nordeste. Além de uma mudança ampla nas últimas décadas - com justificações que deram um “novo espírito” do capitalismo nos países centrais - parte das ideias do projeto AMA tem suas condições de produção dadas por uma crítica a um modelo de planejamento do



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



Estado para o combate as secas, predominante no século passado no Brasil. De um passado de intervenção pública das grandes obras, dos perímetros irrigados e agroindústrias – que teve seu auge na ditadura civil- militar - há nas últimas décadas, uma nova percepção: a de que a seca não se combate, mas se convive a partir estratégias de convivência com um fenômeno cíclico e natural. Esse é um paradigma comum, de movimentos sociais ate grandes pecuaristas, diferentes setores que reivindicam o conceito de convivência com as secas nos seus projetos políticos. O caso específico da AMA aponta para um conceito de convivência com semiárido fortemente ligado a uma lógica de mercado capitalista, de poderosa legitimação ideológica: as comunidades rurais são assistidas em um “encontro” entre empreendedorismo social e filantropia junto a conceitos como de sustentabilidade e segurança hídrica, consagrados por diretrizes do Banco Mundial e Nações Unidas. Importante demarcar até que ponto esses projetos da AMBEV voltados para estratégias ligadas a mercadoria e água tentam ocupar um vácuo no atual desmonte da capacidade do Estado de manter políticas públicas voltadas a proteção social de populações pobres do meio rural do semiárido nordestino.

Palavras-chave

Convivência com semiárido; segurança hídrica; negócio social; AMBEV; AMA.



INTRODUÇÃO

Este artigo analisa um conceito da convivência com semiárido junto ao Projeto AMA, uma marca de água mineral com proposta de “negócio social” ligada a cervejaria AMBEV. Lançada em 2017 com nome inspirada na palavra indígena Tupi para “chuva” a publicidade da AMA tem como lema ser “ mais que uma água, uma causa” e propõe usar seus lucros de venda para projetos de construção de cisternas, painéis solares poços, hortas e modelos de capacitação de comunidades rurais em todo semiárido brasileiro.

Exaltado na imprensa especializada em economia como “ uma marca de água com propósito” ou, segundo publicidade do mercado de bebidas uma “água mineral boazinha da AMBEV” o projeto AMA instiga, sociologicamente, a entender quais conceitos legitimam esse modelo comercial chamado de “negócio social”. Qual rede de instituições e ideias liga uma gigante do mercado nacional cervejeiro a projetos comunitários locais ligados ao acesso a água no semiárido brasileiro? Essa e a principal questão encaminha a uma pesquisa para fazer um mapeamento das parcerias da AMBEV, vendo não somente a publicidade, mas do ideário político que legitima o projeto AMA.

Um caminho aqui proposto passa por uma discussão sobre uma dupla transformação que aconteceu nas últimas três a quatro décadas. A primeira, mais ampla, trata de uma nova agenda entre modos de justificação do capitalismo, algo que parte dos centros financeiros e políticos desse sistema mas se estende para todo mundo. Os estudos de Boltanski e Chiapello (2009) mostram como o modo de acumulação econômica capitalista pós-maio de 1968 tem raiz a partir da incorporação seletiva da crítica intelectual que foi dirigida a esse modo de produção. A segunda mudança, mais restrita ao caso brasileiro, trata da transição nos paradigmas de ação pública para lidar com os problemas das secas do Nordeste. De uma demanda de superação política desse modelo de combate as secas, foi



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



construída a bandeira da convivência com semiárido, reivindicada por diferentes grupos políticos. No que é sua versão mais conhecida, a convivência com semiárido é fruto de uma construção política entre movimentos sociais, pastorais e ONGs, tendo concentrado em torno de atores coletivos como Articulação Para o Semiárido (ASA). Desde os anos 1980 no processo de democratização movimentos em torno da ASA articularam crítica a racionalidade do combate às secas e também à histórica concentração fundiária no semiárido (Moreira Neto, 2013). Por outro lado, pesquisas recentes tem mostrado que setores da elite pecuarista nordestina também produziram e acionam, de maneira particular, um discurso de convivência com semiárido (MENESES, 2018).

Essa mudança conceitual e política – nas ideias que justificam o capitalismo nos países centrais e na convivência com as secas no Brasil - indica condições de produção e legitimação para um projeto como o da AMA: uma ideia de conviver com as secas sustentada por uma rede que liga mercado financeiro, fundações internacionais e startups gestoras de risco, ONGs e comunidades locais do meio rural nordestino. Analisar esses tons de autonomia e filantropia exige leitura atenta da teoria sociológica sobre fenômenos recentes da relação entre produção não só material mas de ideias, modos de justificação capitalistas que, aqui, parecem estar “revestidos” sob o conceito de convivência com semiárido. Isso pode ajudar a compreender razões pelas quais uma empresa gigante do mercado de bebidas – portanto, com forte interesse nos recursos hídricos - desenhe modelos de “negócios sociais” para comunidades locais que vivem em uma área do Brasil que tem um regime cíclico de escassez de chuvas.

Utilizo como fonte de pesquisa do artigo a publicidade e documentos disponíveis nos sites da AMBEV, do projeto AMA e de fundações parceiras. A partir daqui o texto será organizado em duas partes. Na primeira, busco articular a dimensão teórica acerca do papel das justificações ideológicas de formas de acumulação capitalistas contemporâneas e a produção da bandeira de convivência



com o semiárido na esfera pública brasileira. Na segunda parte apresento quadros para que mostram uma rede de ideias, instituições privadas e públicas envolvidas nos projetos da AMA: das comunidades rurais até setores da AMBEV, órgãos internacionais ligados a ONU e Banco Mundial; fundações parceiras privadas (Fundação Avina, Yunus Social Business, Singularity University, Brasil JR) e companhias estaduais de gestão das águas e sistemas de saneamento rural.

CAPITALISMO E AS SECAS NO SEMIARIDO BRASILEIRO: DEBATES, CRITICAS E INCORPORAÇÕES

Quando elaboram uma definição mínima de capitalismo Boltanski e Chiapello (2009) chamam atenção em como essa forma social e econômica tem uma exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos. “Trata-se de repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico com o objetivo de extrair lucro” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.35). Junto com essa definição mínima vem comentários sobre como a acumulação capitalista se dá: por extração de rendimentos seja através de excedentes iniciais, ou através da compra da força de trabalho por parte de quem não possui aqueles rendimentos – a relação social básica do assalariamento. É dessa descrição mínima que é desenvolvido a principais teses de Boltanski e Chiapello (2009) no livro Novo Espírito do Capitalismo. Tratam de analisar como esse modo de acumulação depende de uma justificação moral para que seres humanos se engajem e vejam sentido em “articulações” de acumulação financeira, rendas e salários. O capitalismo é elaborado sobre ideologias, não no sentido único de falseamento da realidade mas na esteira de ideias e crenças compartilhadas e significantes para uma atividade de acumulação e (re) investimentos e salários que não tem sentido inerente. O capitalismo é amoral: por isso precisa constantemente estar próximo a um campo



das ideias e representações para dar sentido e engajamento a sua produção material.

Até os anos 1950 – além de um modo de produção socialista “rival” vigente em parte considerável da população mundial, se considerarmos China e URSS – foi sendo acumulado um longo “cardápio” de críticas ao capitalismo. Boltanski e Chiapello (2009) classificam a crítica ao capitalismo pôde ser classificada em diferentes fontes de indignação. Capitalismo seria a) fonte de desencanto e inautenticidade; b) fonte de opressão a liberdade, autonomia e à criatividade dos seres humanos ; c) fonte de miséria e desigualdades; d) fonte de oportunismo e egoísmo, destruidores de vínculos sociais e solidariedades comunitárias. As fontes a e b fazem menção à crítica estética, que incide diretamente na massificação e padronização do mercado baseadas em uma perda de sentido estético e de criatividade. Já a crítica social, fundamentada em um misto de trabalhos dos socialistas e marxistas, sindicatos, movimentos sociais e também em uma moral cristã, tem apoio nos fundamentos c e d

Com os movimentos sociais de Maio de 1968 a relação da crítica estética sobre o “espírito” do capitalismo indica mudanças e recomposições ideológicas:

O capitalismo, sendo obrigado a responder as questões da crítica incorpora seletivamente uma parte dos valores e argumentos que está sendo “ atacado”, sem por em xeque o princípio de acumulação e exigência do lucro (...) a resposta as críticas não leva a instauração de dispositivos mais justos, mas sim a transformação de modos de realização do lucro, de tal maneira que o mundo passa a ficar momentaneamente desorganizado em relação aos referenciais anteriores. A crítica fica desarmada. (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p.61- 62).

A absorção da crítica estética para transformar modos de realização de lucro foi registrada na mudança dos manuais de gestão do empresariado francês entre 1960 e 1980. O diagrama moral capitalista – representado por livros de gestão mais lidos pelos setores patronais – mostra uma reestruturação valorativa de um modelo



econômico, antes apoiado em um discurso empresarial de visão rígida de hierarquia e burocracia, que gradativamente, passa a guiar seu senso de dever profissional em palavras como “flexibilidade”, “criatividade” e “autonomia”. A inclusão destas palavras ao “idioma” dos manuais empresariais foi registrada na forma como as confederações patronais francesas reagiram a avassaladora crítica das revoltas de maio de 1968. O diagrama de autonomia empresarial incorpora seletivamente as exigências das revoltas de 68: o desmonte das hierarquias e diretrizes burocráticas implica em termos consagrados em eventos, como no IV Congresso Nacional de Empresas de outubro de 1977: “diversificação e diferenciação da realidade das empresas”; “reestruturação dos cargos”; “nova concepção de supervisão que dê um papel mais ativo aos trabalhadores” e o “abandono de formulas de organização rígidas e abstratas” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p. 227-228).

Um outro aspecto de um novo espírito do capitalismo esta na relação entre Estado, mercado e organização social (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 50). A mudança no “espírito” do capitalismo nas primeira metade do século XX. De um modelo de fábricas menores, do “burguês empreendedor” – visto in loco por Marx no capitalismo da Inglaterra do séc. XIX – as justificações do capitalismo passam a ser revestidas por tecnificações e racionalizações dos quadros estatais do século XX – analisado já nos trabalhos de Max Weber sobre burocracia. Os valores centrados na figura dos burocratas gerentes e gestores, assalariados e qualificados por diploma, é o que passa a dar sentido a acumulação nessa segunda onda de um “espírito” capitalismo. Uma racionalidade para gestão dos meios e a previsão de longo prazo ganham como justificativa ideológica de um capitalismo fortemente regulado e racionalizado por órgãos centrais tendo como máxima extensão o Estado e seus quadros.

Indo pra o caso do Brasil é notável como, antes da grande expansão capitalista industrial e burocrática de 1930-1950, uma racionalidade “gerencial” se fez presente uma “história técnica” das instituições e ideias que orientaram políticas



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



de combate as secas: graves problemas sociais da estiagem de 1877 e a Guerra de Canudos trouxeram o drama da miséria e estiagem e o medo da revolta social iminente para a imprensa e classe política brasileira. na região então conhecida como “Norte” do país. Um primeiro movimento significativo entre ciência e políticas governamentais do problema das secas vem do que menciona o período de 1849-1877 quando o imperador Pedro II abriu o Paço Imperial para as sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGB tornou-se então o centro polarizador dos debates sobre qual maneira de combater os problemas das secas, algo que será intensificado no período da “hidráulica da solução”(1877-1958) (Campos, 2014, p. 69).

Nesse período articulou-se a criação da Inspetoria de Obra Contra as Secas (IFOCS) em 1909 até a década de 1950 quando esse modelo tecnológico ganharia mais espaço orçamentário desde departamentos regionais até companhias atuantes no São Francisco como Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) consolidadas no Estado Novo e governo Vargas. Mas será a partir do final do governo JK que fica ainda mais potente um modelo de planejamento estatal em relação as secas a partir do marco temporal de fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. Sua proposta fundadora se baseava em estudos coordenados pelo seu superintendente, o economista Celso Furtado. Publicados como Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) esses estudos traziam uma leitura desenvolvimentista diante do grave problema da disparidade regional entre a economia do Centro-Sul e o Nordeste do Brasil. O GTDN enfatizava, dentre outras medidas, em alternativas ao monopólio de uma “solução hidráulica”, modelo de grandes obras de irrigação e açudagem para lidar com as secas. Nessa proposta, havia uma ideia de articular obras hídricas mas com uma economia adaptada a conviver com as secas inevitáveis. No caso da economia rural isso passava pela modernização de fazendas, de técnicas de forragens arbóreas que se adaptem às



condições mesológicas (...) que poderiam constituir o núcleo de uma economia de elevado grau de razoável nível de produtividade e adaptação. (Furtado, [1959] (2009), p. 145- 147). O pacote da Sudene tinha medidas de industrialização além de uma ousada proposta de demográfica para o semiárido: abertura de uma frente agrícola para deslocar um fluxo populacional do semiárido para lotes na região do Maranhão (Furtado [1959] (2009), p. 150).

Desde seu projeto fundador a Sudene buscava articulava indústrias, empresas, cooperativas e fazendas pecuaristas em investimentos de produtos de exportação (como algodão e produção de alimentos) além de grandes obras de açudagem, perímetros irrigados, barragens etc. Patrocinados com recursos e técnicas de engenharia dos quadros estatais – como IOCS transformado em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Banco do Nordeste (BNB) - esses modelos de planejamento e intervenção estatal vigentes entre as décadas de 1950 a 1990. A relação de acumulação capitalista “fechava” sua equação até com relações não plenamente assalariadas - como vínculo de moradia/agregado de famílias de trabalhadores rurais nas fazendas – até movimento de frentes de emergência para ocupar mão de obra e evitar cenas de saques e de retirantes da seca (CPT-IBASE, 1983).

As contradições de conflito de classes e capitalismo que esse movimento de planejamento estatal da Sudene gerou foi tema de clássico estudo de Francisco de Oliveira (1981), o livro *Elegia para uma República*, publicado dentro de estudos do CEBRAP. O autor, que fez parte dos quadros da Sudene antes do golpe civil-militar, analisa como a neutralidade de uma linguagem técnica de burocracia e planejamento dinamizou um projeto político que, sendo jamais neutro de contradições, se moveu no capitalismo nacional, suas dinâmicas agrárias e industriais, grandes disparidades regionais e contradições de classe que intensificam a miséria do Nordeste durante período de secas. Por exemplo Sudene pós golpe militar deu suporte técnico e financeiro a produção de algodão para exportação e a



pecuária dos latifúndios, sistema inclusive consorciado com relações de trabalho não capitalistas de moradores e agregados – estes que nas crises das secas eram pressionados a perder parte da terra para produção de alimentos. Esse padrão comum no “vasto algodão que se estendeu do Maranhão à Bahia” (OLIVEIRA, 1981, p. 47) – fez com que o Nordeste agrário e não açucareiro entrasse na rota de capitalismo internacional: quando, sob as garantias governamentais de crédito de bancos, projetos da Sudene, financiados via BNB e obras de açudagem do DNOCS (OLIVEIRA, 1981, p. 46-47).

A parceria DNOCS-BNB-SUDENE no modelo de combate as secas da ditadura civil-militar brasileira também marcaria, o que o estudo de Marcel Burstyn (1984) chama de uma transição autoritária. De uma omissão dos modelos, que desde Império entregavam toda potência tecnológica de combate as secas aos cuidados das dinâmicas de poder local – paternalismo/coronelismo/clientelismo – o Estado brasileiro no regime militar de 1964-1985 fixaria um autoritarismo ativo, centralizado em grandes projetos de combate as secas. No seu estudo, Burstyn (1984) analisa o caso do loteamento no perímetro irrigado ao açude de Sumé – PB e a relação dos funcionários e operadores técnicos sobre agricultores que trabalhavam nos lotes DNOCS Dinâmicos na racionalidade da modernização, e por isso incompatíveis com a “velha ordem” (BURSTYN, 1984, p. 163), esses operadores técnicos tinham uma postura de “novos coronéis”: estabeleciam controles morais de comportamentos como critérios de escolha sobre os agricultores selecionados para trabalhar como assalariados nos lotes. O caso de Sumé evidenciava uma modernização “conservadora” e poder local/central: reprodução de formas de poder clientelistas dentro de projetos centrais estatais de planejamento e combate as secas (BURSTYN, 1984)

Em parte dessa crítica acadêmica aos modelos de combate as secas emerge a construção do conceito convivência com semiárido feita por diferenciados movimentos políticos durante a redemocratização brasileira nas últimas décadas do



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



século XX. Uma visão de convivência com semiárido pode ser reconstruída em editoriais de revistas ligadas a setores de grandes pecuaristas nordestinos desde final dos anos 1970. Ligados a ABCZ e entidades patronais de pecuaristas, esses ideais evidenciavam sentidos sociais e políticos da palavra convivência com as secas entre a elite pecuarista do semiárido nordestino: uma defesa da grande propriedade em um jogo para exibir distinção social na afirmação de uma antiguidade/tradição “sertaneja”, junto com inovação técnico-produtiva voltada para um crescente mercado da pecuária caprina (MENESES, 2018, p. 21)

Uma outra forte contraposição ao paradigma de combate às secas vai ser construída nos setores políticos que tem uma forte raiz católica das Comunidades Eclesiais de Base e de pedagogia popular – influenciada pelo legado de Paulo Freire – incorporada a uma bandeira de convivência com semiárido que agregou pastorais, ONGs e movimentos sociais de luta por reforma agrária e contra desigualdades sociais no campo – como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Sem Terra (MST) dentre outros. Essa visão coloca a convivência com as secas não apenas na reinterpretação do fenômeno natural da estiagem, mas como proposta de empoderamento de grupos sociais marginalizados pela concentração fundiária, projetos de açudagem e combate às secas vigentes em quase todo século XX (MOREIRA NETO, 2013). Esse o discurso tem sustentação institucional em redes como a ASA. Criada em 1999, e tendo como documento fundador uma série de compromissos na “ Declaração para o Semiárido”, a ASA teve como gênese a efetivação de reivindicações e lutas por uma política de intervenção constante e não apenas emergencial diante das secas. Essa luta teve um marco em 1993, com a ocupação do prédio da Sudene (em Recife) por 300 entidades que dinamizaram debates no Seminário de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido – Fórum Nordeste (DUQUE, 2008, p.135). A inserção política do conceito de convivência com semiárido vai na direção do que Diniz e Piraux (2011) chamam de experimentalismo institucional: uma construção



processual de diálogos entre governo e sociedade civil, particularmente no mandato presidencial de Lula, em 2003: daí a efetivação de quadros dentro de ministérios, de programas e políticas públicas: programas de cisternas, P1MC e P1+2, o Pronaf linha Semiárido; Projeto Dom Helder Câmara dentre outros que adotaram o paradigma da convivência com semiárido (DINIZ, PIRAUX, 2011, p. 235).

As políticas de convivência com semiárido ligadas a ASA possuem conceitos legitimados junto a órgãos como Banco Mundial. Entre os 17 ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - a ASA incorpora o Objetivo 6 que trata de saneamento básico e acesso a água potável. Interessa a discussão aqui como conceitos de “sustentabilidade” e de “segurança hídrica” estão localizados nas diretrizes de um “negócio social” do projeto AMA. Nesse ponto chegamos a um possível nó que “enlaça” a ideia de convivência com as secas com um “um novo espírito do capitalismo” anunciado nos projetos de filantropia – gerido por fundos financeiros de risco – da marca de água mineral da AMBEV. São esses conceitos e sua difusão em projetos nas comunidades que analiso no próximo tópico.

PARCERIAS E CONCEITOS QUE LEGITIMAM AÇÕES DO PROJETO AMA NO SEMIARIDO BRASILEIRO

O projeto AMA se inscreve junto a outras iniciativas da AMBEV ligadas a conceitos de sustentabilidade e segurança hídrica. Aqui nos interessa registrar as fundações parceiras que sustentam o projeto AMA e como, estas, além de suporte material dão suporte de ideias para o “negócio social”. Além de material publicitário no site da AMBEV e AMA, utilizei dos seguintes documentos: relatórios de impacto e risco da marca AMA feito pela KPMG, uma empresa avaliadora de riscos do mercado financeiro, e um relatório do Prêmio ODS 2018 disponível no repositório da Biblioteca Nacional de Administração Pública. Com esses dois documentos foi possível reconstruir as trajetórias institucionais para sites das parceiras da marca



AMA. Essa “ divisão do trabalho” que envolve recursos financeiros mas principalmente circulação de conceitos que operam tanto no empreendimento comercial mas também em ações junto a projetos em comunidades do semiárido. Nos quadros abaixo estão registradas as parcerias/ações em torno da AMA, no seu primeiro ano de existência (2017):

Quadro 1: Parceiros da AMA no projeto inicial (2017)

NOME DO PARCEIRO

CRIAÇÃO/ORIGEM

CONCEITOS E AÇÕES NO AMA

Fundação Avina

A Fundação AVINA foi fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny. Defensor do desenvolvimento sustentável. Schmidheiny é conhecido também pelas ações de filantropia e por ter estado a frente de eventos da Rio-92. A missão da AVINA é promover o desenvolvimento sustentável por meio de alianças entre uma empresa privada bem-sucedida e responsável e organizações filantrópicas que fomentam a liderança e a inovação.

Maior parceira do projeto. A Avina participou do planejamento e gestão inicial do projeto AMA nas ideias de sustentabilidade

Yunus Social Business

Fundação voltada para gestão de fundos de risco e centrada na figura Muhammad Yunus (conhecido como “banqueiro dos pobres”, vencedor o Prêmio Nobel da Paz pela iniciativa de bancos e cooperativas de microcréditos populares). De acordo com o site da fundação, a missão da Yunus está em oferecer cursos de ‘ Negócios Sociais’, marcas com valor social, sustentabilidade e empreendedorismo. Modelos de negócios em startups são alvo também das parcerias e ações da Yunus.



Enquanto fundo de investimento sem fins lucrativos, que transforma doações filantrópicas em investimentos em negócios sociais sustentáveis, é A Yunus agrega ao Projeto AMA o conceito de um negócio social, além de ter sido parceira estratégica para a execução da Aceleradora AMA, no seu período inicial

Singularity University

A Singularity University (SU) é uma comunidade global de aprendizado e inovação que utiliza tecnologias exponenciais para enfrentar os maiores desafios do mundo e criar um futuro abundante para todos. A plataforma colaborativa da SU capacita indivíduos e organizações de todo o mundo a aprender, conectar e desenvolver soluções inovadoras por meio de tecnologias aceleradoras como inteligência artificial, robótica e biologia digital. Fundada em 2008 pelos renomados inovadores Ray Kurzweil e Peter H. Diamandis, cujos programas são financiados por organizações como Google e Unicef, a Singularity University é uma benefit corporation certificada, com sede no Research Park da NASA, no Vale do Silício.

Direcionamento das startups que participaram da Aceleradora AMA;

Brasil JR

Movimento empresarial voltado para Fomento à educação empreendedora, fortalecendo o papel das empresas juniores, a fim de modernizar o ensino e trabalhar o empreendedorismo de forma transversal no ensino superior brasileiro.

Através de premiações pra AMA e ficou responsável por centralizar boas ideias durante os programas e auxiliou a conectá-las com os temas de acesso à água e avaliação da viabilidade dos projetos.

CAGECE

Companhia de gestão de águas do Ceará. Empresa de capital misto serviço de água e esgoto sanitário em todo território do Estado do Ceará.



O uso do SISAR estadual serviu como modelo autossustentável para gestão comunitária dos primeiros poços e cisternas da AMA junto a capacitação nas comunidades de Itapipoca, Farias Brito, Alcântaras, Aiuaba, Capistrano e Jaguaruana, todas a mais de 1500 km da capital cearense.

Fonte: elaborado a partir de dados nos sites oficiais das parceiras

Os conceitos difundidos pelas parceiras e as redes institucionais da AMA justificam a seguinte publicidade do “negócio social”: o lucro obtido na venda de uma garrafa de água mineral (tirando custos de transporte, impostos e marketing) é todo direcionado para projetos distribuídos em 31 municípios de todos os estados do semiárido brasileiro, com volume total de . estado que tem mais municípios que receberam projetos é o Ceará (9) enquanto que o município de Seabra - BA é o que tem maior número de comunidades rurais (quatro comunidades que somam 3.365 pessoas) concentrando maior volume de recursos (R\$ 453.234,22) de projetos patrocinados pela AMA. A partir de dados do IBGE Cidades, pode-se ver que o IDH dos municípios com projetos da AMA tem uma média de 0,6, um pouco abaixo do índice brasileiro (0,699). A AMA tem projetos em cidades como Caicó –RN (0,710) índice mais elevado da lista até Tupanatinga- PE (0,553), cidade com menor índice. Outro dado de interesse é o da porcentagem de domicílios com rede de esgoto dos municípios. A AMA atua em municípios que em média possuem apenas 31% dos seus domicílios com estrutura sanitária.

De uma forma geral, os perfis das comunidades rurais assistidas por projetos da AMA são diferenciados: de sítios e distritos até assentamentos, indígenas e quilombolas São 49 projetos de vários tipos: construção de cisternas em escolas (12); construção de cisterna com horta e sistema de reuso (10); poço profundo em gestão comunitária (SISAR) com energia via sistema fotovoltaico (9); cisterna e instalação de sistema de água de reuso de águas cinzas para agricultura familiar (2); revitalização e readequação do sistema de água com instalação de hidrômetros e



estruturação da associação local (2); Cisterna e horta (4); poço profundo em gestão comunitária (3); adequação do sistema para melhoria da qualidade da água (3); instalação do poço com sistema fotovoltaico, reforma de filtro e construção de casa química (3); Cisterna simples (1). Para uma visualização geral desses dados dos municípios e nome das comunidades ver quadro abaixo:

QUADRO 2: MUNICIPIOS, COMUNIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA AMA

ESTADO

MUNICIPIO

COMUNIDADE

TIPO DE PROJETO DESENVOLVIDO

MINAS GERAIS

Jenipapo de Minas

Santo Antônio das Bolas

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

Quilombola dos Cardosos

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

Virgem da Lapa

Piauí/ Gonçalves

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

BAHIA

Itaquara

Cajazeiras

Instalação do poço com sistema fotovoltaico, reforma de filtro e construção de casa química.

Novo Horizonte

Brejo Luiza de Brito

Adequação do sistema para melhoria da qualidade da água



Seabra

Mocambo

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (CENTRAL) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.

Pontes

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária e tratamentos de potabilidade.

Esconso

Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água

Mato Preto

Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água

SERGIPE

Simão Dias

Mata Peru

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

Aroeira

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

Brinquinho

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

ALAGOAS

Dois Riachos

Centro

Construção de cisterna

Sítio Volta de Dois Riachos

Projeto de construção de cisterna e sistema de reúso de água



Alto da Fé

Construção de cisterna para abastecimento de duas escolas com sistema de reúso de água

PIAUI

Inhuma

Baixa dos Potes

Revitalização e readequação do sistema de água já existente, instalação de hidrômetros e estruturação da associação local.

Curral Velho

Revitalização e readequação do sistema de água já existente, instalação de hidrômetros e estruturação da associação local.

Baixas do Maranhão

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água

Santana do Piauí

Barro*

Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água

PERNAMBUCO

Pesqueira

Quilombola Nego do Osso

Construção de cisterna na Escola Municipal Governador Eduardo Henrique Accioly Campos, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Sertânia

Riacho dos Porcos



Construção de cisterna na Escola Municipal Antônia Marcos da Silva,
instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Tupanatinga

Povoado Mata Verde

Construção de cisterna na Escola Professora Aldelzira Teixeira Cavalcante,
instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta

Sanharó

Distrito de Mulungu

Construção de cisterna na Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo,
instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Buique

Quilombola de Mundo Novo

Construção de cisterna na Escola Municipal Ana Rosa de Almeida, instalação
de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Aldeia Mina Grande - Tribo Kapinawá

Construção de cisterna na Escola Estadual Indígena, instalação de sistema de
reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Vale do Catimbau Branco

Construção de cisterna na Escola Municipal Antônio de Barros Sampaio,
instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta

PARAIBA

Mogeiro

Chã de Areia

Construção de cisterna na EMEIEF João Avelino da Silva, instalação de
sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Sítio Cabral



Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

Itatuba

Itatuba

Construção de cisterna na EMEF Maurino Rodrigues de Andrade, instalação
de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Serra Redonda

Centro

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

Umbuzeiro

Mata Virgem

Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso

RIO GRANDE DO NORTE

São José do Seridó

Assentamento Caatinga Grande

Projeto de construção de cisterna e horta

Caicó

Barra da Espingarda

Projeto de construção de cisterna e horta

Santana do Seridó

Comunidade Tuiuiú

Projeto de construção de cisterna e horta

Equador

Bulandeira

Projeto de construção de cisterna e horta

CEARÁ

Capistrano



Carqueja do Sabino Mota

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.

São Mateus

Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água

Jaguaruana

Sítio Volta

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.

Sítio Caiçara

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.

Aiuaba

Bom Nome

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.

Itapipoca

Escalvado

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e barateando custos com energia via sistema fotovoltaico

Farias Brito



Quincuncá

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.

Alcântaras

Ventura

Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.

Quixeramobim

Aroeira

Construção de cisterna na Escola Osvaldo Martins de Almeida, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Manituba

Construção de cisterna no Polo Educacional Alfredo Almeida Machado, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Quixadá

São João do Queiroz

Construção de cisterna na Escola de Ensino Fundamental João Gonçalves da Rocha, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta

Assentamento Califórnia

Construção de cisterna na Escola de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Ferreira de Lima, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.

Jucás

Vila Mel



Construção de cisterna e instalação de sistema de água de reúso de águas cinzas para agricultura familiar.

Baixio da Donana

Construção de cisterna e instalação de sistema de água de reúso de águas cinzas para agricultura familiar.

Fonte: IBGE Cidades e Site da AMA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar valores que emanciparam de um tradicionalismo econômico na Reforma protestante, Max Weber (2004, p. 30) faz uma ressalva: a eliminação de uma dominação pode significar não uma liberdade mas uma substituição de uma regulamentação difusa para outra de maior rigor metódico sobre a vida cotidiana – esse foi diferencial da rígida ética calvinista em relação a teologia extramundana católica que, retirados de sua raiz religiosa, seriam decisivos para o rigor metódico capitalista moderno. Um século depois dos escritos de Weber, o filósofo Slavoj Žižek (2014) chama atenção para os “bons homens de Porto Davos”: tipo de capitalista filantropo bastante presente no Fórum Econômico Mundial. Eles representam setores financeiros que mostram um “espírito da contestação em que mercado e a responsabilidade social não são aqui termos que se oponham.” (ŽIŽEK, 2014, p. 75). Esse tipo de capitalista humanitário, centrado em figuras como Bill Gates e George Soros representam a mais implacável forma de exploração financeira especulativa, combinada com o seu contraagente: preocupação humanitária frente às consequências sociais catastróficas de uma economia de mercado desenfreada (ŽIŽEK, 2014).

Essas observações nos encaminham as conclusões deste artigo rumo a quais perguntas a fazer para teoria e pesquisa sobre “os bons homens da AMBEV” e até



que ponto a imagem de um de “negócio” social da AMA traz formas de dominação de alta eficiência ideológica – no sentido de dissimular verdades e consensos “sem alternativas” – sobre o debate público das secas no Nordeste. Justificações que podem ser tão o mais fortes que todas as ideias já utilizadas na centenária história de disputa das secas, poder, dominação e controles de recursos naturais no semiárido brasileiro (Meneses, 2018). Os dados aqui analisados dão direção inicial para refletir em torno de algumas agendas de pesquisa:

1) Dimensão teórica: compreender articulação conceitual, ou seja, afinidades eletivas entre “convivência com semiárido”, “segurança hídrica” e “negócios sociais”. Os cursos, artigos e capacitações das fundações parceiras da AMA revestem de legitimidade uma governança das águas ou – seguindo a lógica de poder do Banco Mundial – formam conceitos que dão um regime de verdade (GAMEIRA, MARTINS, 2018) que tem seus efeitos concretos tanto a nível empresarial da AMBEV como nas populações do semiárido. Na dimensão de Castro, Silva e Cunha (2017) há outro ponto a se perguntar: em qual tipo de “cidadania hídrica” investe o projeto AMA? Qual visão de direito ao acesso à água que a AMA propõe mediar junto as populações rurais? É preciso politizar a água, sair um debate aparentemente neutro e partir para compreender e analisar argumentos que usam de forte apelo humanitário para amaciar críticas. Esse exercício permitirá mostrar contradições de um projeto – que sob a ótica de filantropia” – reproduz um mesmo “paradigma de escassez” que coloca a dimensão da oferta de água – via implementação de um modelo de cisternas, poços, associativismo, tecnologias etc. – sem olhar os diferenciais de poder que fazem com que a escassez seja mantida e “vívda” de diferentes formas até nas tensões de uma mesma comunidade.

2) AMA e a relação do poder local nas comunidades do semiárido: muitos projetos no site da AMA falam de forma muito difusa de um diálogo junto as comunidades locais, gestão compartilhada de recursos hídricos no semiárido. Nessas articulações cabe registrar e mapear quem são os articuladores, mediadores



sociais da AMA/AMBEV junto a política local (lideranças de associações, vereadores, prefeitos, deputados etc.). Nesse sentido, é preciso delimitar como os conceitos da AMA circulam no tecido hierarquias sociais de acesso a água, desníveis de poder que geram uma “ralé hídrica” e uma “elite das águas” nos mercados locais de vendas de caminhões pipas, carregadores de latas, escavadores de poços nas comunidades rurais do semiárido. (SILVA, DOURADO, GOMES, 2015).

Por fim, analisar a criação e ampliação do projeto AMA, desde 2017, leva a pensar como mecanismos privados voltados para convivência com semiárido enquanto “ negócio social” podem ganhar espaço em um vácuo deixado pelo atual desmonte da capacidade do Estado, tanto de recursos materiais e simbólicos, da escassez de orçamentos e a produção e negociação de ideias, em suma, condições que deram manutenção de políticas públicas voltadas as populações pobres do meio rural do semiárido nordestino nas últimas décadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGUA AMA (2020). Conheça os projetos que estamos apoiando. Disponível em < <https://www.aguaama.com.br/#resultados> >. Acesso em abril de 2020

AMBEV (2017). A água é da nossa conta. Disponível em < <https://www.ambev.com.br/sustentabilidade/agua/> > Acesso em abril de 2020

AMBEV (2018) Mais que uma água, uma causa: AMA Prêmio ODS Brasil 2018. Disponível em < <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3646>> Acesso em abril de 2020.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BURSTYN, M. O poder dos donos. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.



CAMPOS, J. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Estudos Avançados. [online]. 2014, vol.28, n.82, pp.65-88.

Castro, Silva e Cunha (2017)

CPT- CEPAC - IBASE, O genocídio do Nordeste 1979-1983, São Paulo: Mandacaru, 1989.

CASTRO, J. E.; SILVA, J. I. A. O. e CUNHA, L. H. Os desafios da “cidadania” hídrica na América Latina: conflitos, estado e democracia. Prim@ Facie, v. 16(32): 01-39, 2017.

DINIZ, P. C; PIRAUX, M. Das intervenções de combate a seca as ações de convivência com semiárido: trajetória de experimentalismo institucional do semiárido brasileiro. Caderno de Estudos Sociais, Recife, V. 26, n.2, jul-dez.2011, p. 227-238.

DRAFT. (2017) AMA, a água com propósito, ou como um negócio social corporativo brotou de dentro da Ambev. Disponível em <
<https://www.projtodraft.com/ama-a-agua-com-proposito-ou-com> > Acesso em abril de 2020

DUQUE, G.. Convivência com a seca: contribuição da articulação do semiárido (ASA). Desenvolvimento e meio ambiente. N.17, Ed. UFPR, jan/jun 2008, p.133-140.

FURTADO, R. O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964). Arquivos Celso Furtado, V.3 1 Ed – Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009.

GAMEIRO, M ; MARTINS, R C. . O desenvolvimento rural sob regime de verdade: o discurso do Banco Mundial. Sociedade e Estado, v. 33, p. 13-37, 2018.

KPMG FINANCIAL RISK. (2017) Declaração de revisão e análise crítica . Disponível em Acesso em abril de 2020

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In MARX,K. O Capital (Livro I Tomo I). São Paulo Editora Abril, 1984, p. 261 - 294

MARX, K. Os despossuídos, São Paulo, Boitempo, 2017



MENESES, V.F Um “Macarthismo hidráulico” contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o Senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963). Cadernos do Desenvolvimento, v.11, n. 19, jan, 2017.

MENESES, V. F. Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano. Tese apresentada no Programa de Pós- Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2018.

MOREIRA NETO, M. Outro sertão: fronteiras da convivência com semiárido, Recife: Massangana, 2013.

OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamentos e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAPO DE BAR (2017). A água mineral boazinha da AMBEV. Disponível em <<https://www.papodebar.com/ama-agua-mineral-boazinha-da-ambev/> Acesso em abril de 2020

SILVA, J. B.; GUERRA, L. D. ; GOMES, R. A. . A ralé hídrica e a elite da água no semiárido brasileiro: a articulação entre o mercado dos carros-pipa, as cisternas residenciais, as hidrobiopolíticas e seus agenciamentos. Contemporânea - Revista de Sociologia UFSCar, v. 9, 2019, p. 943-962

WEBER, M. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras. 2004

ZIZEK, S. “Adagio ma non troppo e molto espressivo” In: ZIZEK, S. Violência. São Paulo, Editora Boitempo, p. 55-108



Transposição do rio São Francisco: trajetória de conflitos

Paulo Romário de Lima¹

Ramonildes Alves Gomes²

Larissa Padilha de Brito³

Resumo

Esse artigo busca abordar de maneira qualitativa a obra da transposição do rio São Francisco, especificamente os seus conflitos sócio ambientais pertencentes a sua história. Com isso, fazemos o recorte de análise partindo da construção do Eixo Leste até chegar na Vila Lafayette na cidade de Monteiro Paraíba, onde residem os reassentados dos deslocamentos compulsórios provocados pela construção da obra. O percurso metodológico que adotamos para desenvolver este artigo está apoiado na pesquisa qualitativa, com a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. O debate sobre a possibilidade de transposição do rio São Francisco para solucionar os problemas hídricos da região do semiárido nordestino foi iniciado ainda no século 19 e até o seu início e conclusão passou por diversas etapas e conflitos entre os grupos políticos da região. O Eixo Leste é o responsável por levar a água da Barragem de Itaparica no Pernambuco até o açude Epitácio Pessoa em Boqueirão na Paraíba, depois desaguando no rio Paraíba novamente, para depois chegar ao açude Argemiro Figueiredo (Acauã). O Eixo Leste tem como principal crítica, o fato do verdadeiro objetivo da obra ser o abastecimento hídrico de Campina Grande a segunda maior cidade da Paraíba com mais de 400 mil habitantes de importante centro tecnológico e industrial da região nordeste, além de almejar abastecer a região do agreste paraibano através do Canal Acauã-Araçagi. Entendemos como contraditório esses moradores terem sido deslocados de suas antigas moradias despreendendo de suas histórias e de suas memórias, para a construção da obra e serem preteridos, enquanto a água transpostas às pressas para abastecer o açude Epitácio Pessoa e conseqüentemente Campina Grande precisando os moradores acionarem a justiça e só obtendo respostas do poder público em 2019. Concluimos que o Projeto de Integração do São Francisco (PISF) é contraditório ao abastecer Campina Grande e deixar em situação de vulnerabilidade e insegurança hídrica os moradores da Vila que foram deslocados para a obra ser construída, sendo assim, atualmente ela tem cumprido com o que seus críticos temiam desde o século 20.

Palavras Chaves: Transposição do rio São Francisco. Conflitos Hídricos. Vila Lafayette.

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail:pragoecologo@gmail.com

² Professora adjunta do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail:rnildes@hotmail.com.

³ Estudante do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas- RS (UCPEL). E-mail:Larissa.brito157@gmail.com



1- Introdução

Esse artigo busca abordar de modo qualitativo a obra da Transposição do Rio São Francisco, especificamente no que se refere aos conflitos sócio ambientais. Com isso, é inevitável discorrer sobre o Eixo Leste até chegar à Vila Lafayette na cidade de Monteiro, no Cariri Paraibano, onde passaram a residir os reassentados dos deslocamentos compulsórios provocados pela construção da obra, tanto de uma comunidade da cidade de Sertânia-PE, como de duas comunidades urbanas da cidade de Monteiro-PB e duas comunidades rurais da mesma cidade. Para tanto, iniciaremos refletindo sobre o semiárido brasileiro de como foram construídas as políticas para superar o problema de escassez hídrica na região.

De acordo com a Sudene, (2020), o semiárido Brasileiro é composto por 1.189 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Correspondendo a uma área total de 1.128.697 Km² de área. Se nos restringirmos ao semiárido nordestino teremos um total de 1.133 municípios. Com uma população de 27.870.241 habitantes.

Os critérios adotados pela Sudene para a delimitação da chamada região semiárida são: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. Seguindo essa linha de raciocínio chegamos ao que é o Polígono das Secas, uma região onde as condições de semiaridez constituem uma área fundamental para demarcação de políticas voltadas a processos de estiagem (TROLEIS; SILVA, 2018).

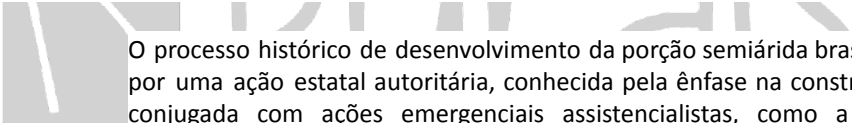
O semiárido nordestino é apontado ou como a área da seca, onde durante os períodos de estiagem prolongada, estas se tornam alvo de intervenções do Estado, ou como uma região pobre, marcada por desigualdades sociais. Essa condição também nos ajuda a pensar sobre a diversidade regional implícita nessa região, que acontece não só pelas condições naturais (baixa pluviosidade), mas também pela diversidade de atividades humanas,



agricultura, pecuária, artesanato, indústria, comércio, turismo, mais também, um semiárido que se destaca pela fé e a misticidade dos sertanejos com relação à seca (ANDRADE, 1998).

Segundo, Batista et al (2013), “o nosso é o semiárido mais chuvoso do mundo, porém, as chuvas são em poucos meses e mais de 90% de suas águas não são aproveitadas devido a sua evaporação e ao seu escoamento superficial”. Sendo assim, as políticas pensadas historicamente para o semiárido não tiveram como objetivo enfrentar diretamente as desigualdades sociais existentes na região para estruturar o acesso à água. Duque (2008), afirma que o problema do semiárido é de ordem social e política que privilegia os interesses do agronegócio e das forças políticas locais.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do semiárido brasileiro, em geral, tiveram como características centrais a perspectiva de grandes projetos para mitigar os efeitos severos da seca. No entanto, a execução e implementação dessas, quase sempre se fez à custa da exclusão de grupos sociais mais fragilizados e vulneráveis social e economicamente, portanto, tais obras adotaram um viés conservador, beneficiando, via de regra, às elites políticas e agrárias dessa região.

 O processo histórico de desenvolvimento da porção semiárida brasileira é marcado por uma ação estatal autoritária, conhecida pela ênfase na construção de açudes, conjugada com ações emergenciais assistencialistas, como a distribuição de alimentos; pelo autoritarismo estatal na definição das alternativas a serem utilizadas para o combate à seca; pela apropriação privada dos investimentos públicos por parte de oligarquias, gerando concentração de poder econômico e político pelo controle do acesso à água e à terra (ASSIS, 2012. p.3).

Concordamos com Carvalho, (1985), que apenas a oferta de água não resolveria o problema hídrico do semiárido nordestino, portanto é importante pensar também na dimensão da captação, armazenamento, distribuição e regularidade. Para, Cunha, (2019), se faz necessário ao abordar a temática da questão hídrica no semiárido nordestino levarmos em consideração as condições de acesso, as quais para o autor, implica em 03 vetores básicos: quantidade, qualidade e regularidade na distribuição da água. Ainda, para Cunha o semiárido nordestino é marcado por ser um território das desigualdades, tal característica



vai além das questões que envolvem a escassez e a oferta. Assim, se faz necessário considerar como desafios a regulação da oferta e a distribuição da água entre as populações vulneráveis.

As sucessivas ações voltadas ao “enfrentamento” dos problemas decorrentes e/ou agravados pela seca, reforçaram a produção de uma crença, que a próxima grande obra irá solucionar os problemas hídricos dessa região. Todavia, essa crença sempre teve um caráter intencional, sem jamais atacar os problemas estruturais que assolam a região e com isso assegura a reprodução do ciclo de dominação.

Desse modo, as políticas públicas planejadas para essa região desde o final do século XIX até os dias atuais, passando sempre pela transposição do rio São Francisco como o primeiro “sonho” do império e das elites rurais, pelas grandes obras de açudagem, barragens hidrelétricas, perímetros irrigados, frentes de trabalho e chuvas artificiais. Tudo isso, sem jamais encarar de frente a chaga do latifúndio, da concentração da terra e do monopólio da água.

O percurso metodológico que adotamos para desenvolver este artigo está apoiado na pesquisa qualitativa, privilegiando técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Discorrendo sobre as etapas que compreendem os passos da pesquisa.

Além dessa fase introdutória, esse artigo conta com uma sessão dedicada à transposição, como ela foi ventilada desde o final do século XIX como solução para o problema da escassez de água ao semiárido nordestino; uma segunda sobre o Projeto de Integração do São Francisco; a terceira sobre o Eixo Leste, uma quarta sobre a Vila Lafayette e, por fim, as considerações finais. Desse modo, iniciaremos a discussão sobre a transposição Rio São Francisco, destacando os conflitos que estiveram na agenda em todo o processo de execução da obra até a conclusão do eixo leste. Destacaremos o processo de reassentamento dos moradores da Vila Lafayette na cidade de Monteiro-PB.



2- Transposição do rio São Francisco.

A transposição do rio São Francisco se enquadra dentro das políticas de solução hidráulica projetadas no final do século XIX, influenciadas pelas grandes secas, especialmente 1877-1879, que começava a assolar a região deixando um rastro enorme de cadáveres, sendo eles, o gado criado na extensão das terras do semiárido e o povo que aqui habitava na região sob um alto grau de exploração, fome e miséria.

Assim, explicitamos os conflitos ainda hoje existentes sobre a transposição do rio São Francisco. Por diversos momentos faltou o desenvolvimento de tecnologia para transpor a água, em outros momentos não se tinha recursos e condições políticas, para tanto, até que chegou o momento, em que houve a combinação desses fatores, possibilitando que a transposição saísse do papel.

O debate sobre a possibilidade de transposição do rio São Francisco para solucionar os problemas hídricos da região do semiárido nordestino foi iniciado ainda no século 19 e até o seu início e conclusão passou por diversas etapas e conflitos entre os grupos políticos da região. Um fato importante é que ela esteve presente no noticiário brasileiro em regimes políticos diferentes, ou seja, no Brasil império, na velha república, nos regimes militares e por fim, sua execução na nova república.

Desde o período remoto do Império, durante o século XIX, até os dias atuais, foram diversas as oportunidades nas quais se cogitou a transposição como a melhor alternativa hídrica para a redução dos efeitos gerados pelos fenômenos das longas estiagens sobre os milhares de residentes na região conhecida como Polígono das Secas (LOUREIRO et al, 2013,p. 13).

Rodrigues, (2020), nos traz mais informações sobre o processo inicial de apontamento da obra como a solução para a região e os principais atores políticos por trás do projeto. Segundo Rodrigues, a primeira ideia de levar água para o Rio Jaguaribe no Ceará acontece em 1817 por Dom João VI, depois ela volta à cena em 1847 por Dom Pedro II, onde ele cria em 1859 uma comissão científica e já que em 1877 não houve viabilidade técnica



para levar o projeto a frente. A obra voltou em 1912 após a criação do Inspetorias de Obras Contra a Seca (IOCS), por Hermes da Fonseca, porém alegaram não terem as condições tecnológicas para superar o relevo do Araripe. Quando Epitácio Pessoa chega à presidência da República em 1919 a discussão da obra volta novamente, pois tinham conseguido a tecnologia para suplantar o relevo, porém o projeto é novamente arquivado por falta de apoio político.

Para, Castro (2011, p. 9), “o projeto reapareceu em 1981, quando técnicos do próprio Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), elaboraram um novo plano, cujo destino foi o mesmo dos anteriores: arquivado”. E o projeto volta a ganhar notoriedade novamente durante uma seca. Dessa vez durante a seca de 1979-1983 coincidindo com o finalzinho do regime militar. Como sempre a solução hidráulica para resolver o problema da seca.



O ano de 1984 é ponto de referência na medida em que, no decorrer de uma grande seca na região do Semiárido, o governo militar de Figueiredo ordenou aos técnicos do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) a elaboração de um projeto, a ser financiado pelo Banco Mundial, visando viabilizar a Transposição das Águas do São Francisco para a região afetada pela estiagem. Todavia, encerrado o período de seca, a iniciativa foi abandonada (LOUREIRO et al, 2013,p.14).

Foi durante os governos de Lula que o projeto tomou corpo tornando-se Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Todavia, os conflitos gerados por esse mega projeto não foram cerceados. Durante o período ocorreu desde greve de fome feita por Bispos da igreja católica até ocupação dos canteiros de obras em Cabrobó-PE. Mesmo assim, o projeto avançou e a obra iniciou em 2007 com a promessa de levar água para 12 milhões de pessoas que habitam no semiárido setentrional mais conhecido como o polígono das secas.

Para, Silva, (2014, p. 149), “O PISF é um projeto que representa um campo de disputas de concepções, de ideias, enfim, não é consenso na sociedade sua pertinência, consequentemente sua eficácia”. Desse modo, buscaremos exemplificar e descrever esses conflitos gerados por uma das obras mais polêmicas da história brasileira.



Segundo, Castro, (2011, p. 10), “Logo no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006, a ideia da transposição ressurgiu quando o presidente Lula incumbiu o então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de executar a obra”. Vale salientar, que Ciro Gomes teve fortes embates com outros setores do governo para levar o projeto adiante e em muitos casos ele usou da prerrogativa de ser cearense para justificar.

A transposição volta à cena a partir do primeiro mandato do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2010 (PT). A transposição do rio São Francisco, no período mais recente, objetiva de maneira geral levar água a mais de 12 milhões de pessoas no semiárido setentrional (polígono das secas) e com isso desencadear o desenvolvimento na região. Outros motivos, também apresentados para justificar a construção do PISF, são a baixa oferta de água na região e alta densidade populacional como nos apresenta Castro (2011). Já com relação aos objetivos podemos observar de maneira sintética no Parecer técnico 031/2005 Rima (2005).



Elevar o abastecimento urbano; redução dos gastos públicos emergenciais durante as secas, na área do Projeto, em distribuição de cestas de alimentos, gastos em frentes de trabalho e fornecimento de água em carros-pipa; aumento do emprego e renda da população da área do projeto; redução da migração rural-urbana e para áreas metropolitanas e suas conseqüências sobre a economia e infra-estrutura das cidades; melhoria da qualidade da água bruta, reduzindo os custos para as concessionárias, as indústrias e, a longo prazo, para a agricultura (menor risco de salinização dos solos); benefícios indiretos e intangíveis nos sistemas produtivos da região (dinamização de atividades industriais, agropecuárias, comerciais e de serviços dependentes do suprimento hídrico) (RIMA, 2005, p. 3).

O PISF teve início em 2007 e teve grande parte da sua obra concluída. Mas afinal, por que o Projeto de Transposição do Rio São Francisco envolveu tantos conflitos e polêmicas, haja vista ser um projeto solucionador para um problema secular? O PISF é formado por dois eixos, o Eixo Leste e o Eixo Norte.

Os dois eixos englobam a construção de 13 aquedutos, nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, nove subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão e quatro túneis [...] As obras do Projeto São Francisco passam pelos seguintes municípios no Eixo Norte: Cabrobó, Salgueiro, Terranova e Verdejante (PE); Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro (CE); em São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras (PB). Já



no Eixo Leste, o empreendimento atravessa os municípios pernambucanos de Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia; e em Monteiro, na Paraíba (MDR, 2021).

Já com relação à vazão da água do São Francisco usada para a transposição, o MDR (2021), informa que, “o projeto pode captar 26,4 m³/s, mesmo em períodos muito secos, da vazão do rio que é despejada no mar. Na cheia, a captação pode chegar a 127 m³/s, sem prejudicar o manancial”. Atualmente o andamento da obra se encontra com “97% de avanço operacional nos dois eixos, com 100% de execução física no Leste” (MDR, 2021). o PISF é constituído por seis trechos de obras (Metas 1N, 2N, 3N, 1L, 2L e 3L), portanto, trata-se uma obra grandiosa.

3- Eixo Leste

O Eixo Leste que é o responsável por levar a água da Barragem de Itaparica no Pernambuco até o açude Epitácio Pessoa em Boqueirão na Paraíba, depois desaguando no rio Paraíba novamente, para depois chegar ao açude Argemiro Figueiredo (Acauã). Esse eixo foi o primeiro a ser concluído, sendo a sua inauguração em março de 2017.



O Eixo Leste transportará um volume médio de 18,3 m³/s, com aproximadamente 220 km de canais, indo da área de captação, junto a Barragem de Itaparica até o rio Moxotó (PE) e Paraíba (PB) abastecendo os açudes de Poço da Cruz (PE) e Boqueirão (PB). O Eixo Leste formará um único trecho denominado: Trecho V. O Eixo Leste será composto de aproximadamente: 220 quilômetros de canais; Cinco estações de bombeamento; Cinco aquedutos; Dois túneis; Nove reservatórios de pequeno porte (ALBUQUERQUE; et al, 2013, p. 4).

“Com desnível de 304m ao longo do seu trecho, as águas do São Francisco percorrerão, ao todo, 220 km até o rio Paraíba, após deixar parte da vazão para as bacias do Moxotó, Pajeú e parte do Agreste pernambucano” (SEGUNDO NETO; VIANA, 2016, p. 224). A largura dos canais é cerca de vinte e cinco metros por 5 metros de profundidade (SEGUNDO NETO; VIANA, 2016). A maior parte do Eixo Leste é no Estado de Pernambuco com cerca de 202 km do trecho e os outros Km de túnel e canal na Paraíba, especificamente na cidade de Monteiro (MELO, 2010). Depois disso, a água percorrerá pelo rio Paraíba até o açude Epitácio Pessoa na cidade Boqueirão- PB.



Após passar pelos túneis e canais, a água chega ao rio Paraíba na cidade de Monteiro e percorre até o açude de Poções no mesmo município, a água segue o curso natural do rio. Portanto, depois de transbordar a água desce até o açude de Camalaú na respectiva cidade, que por sua vez, após completar o volume transborda para o rio passando pelos municípios do Congo, Caraúbas, São Domingos do Cariri, Cabaceiras e finalmente chegando ao açude de Boqueirão (DINIZ; MALUF, 2020).

Um ponto importante para ser abordado no Eixo Leste é que as críticas feitas pelos seus opositores, diz respeito, que o verdadeiro objetivo da obra é o abastecimento hídrico de Campina Grande a segunda maior cidade da Paraíba com mais de 400 mil habitantes. Importante centro tecnológico e industrial da região Nordeste, além de almejar abastecer a região do agreste paraibano através do Canal Acauã-Araçagi.

Segundo Brito (2013), a inclusão do Eixo Leste no Projeto da Transposição do Rio São Francisco aconteceu pelo risco de colapso hídrico experienciado pela população de Campina Grande nas secas de 1998 a 2003 quando o açude Epitácio Pessoa atingiu o nível crítico. Considerando que entre as teses e justificativas que nortearam o Projeto de Transposição do São Francisco, a ideia de que esta seria a solução para o iminente colapso no abastecimento das cidades, contribuiu para acelerar as obras, mas também para legitimá-la como prioridade.

4-Vila Produtivas Rurais

Neste item sobre as Vilas Produtivas Rurais (VPRs), abordaremos o Plano Básico Ambiental (PBA) 08, que corresponde aos reassentamentos rurais, o PBA 16 referente aos projetos de irrigação das comunidades rurais nas margens da obra e nas VPRs, mais a literatura como aporte teórico e somado a fala de um dos moradores da Vila Lafayette, o Sr Agnaldo que é o presidente da associação de moradores da Vila.

Além disso, usaremos a categoria de deslocamento compulsório para se referir ao processo que implicou a saída das famílias de suas antigas comunidades e residências e o



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



reassentamento destas nas VPRs. Essas categorias foram as mesmas usadas pelo governo federal na época e estão em consonância com os termos usados pelos atingidos por grandes obras, como por exemplo, por barragens. Salientamos que são categorias de uso Político (MAGALHÃES, 2007). Diante disso, inicialmente é necessário compreender o que são as Vilas e quais foram os seus públicos alvos.

VILA PRODUTIVA RURAL: as áreas rurais adquiridas pela União dotadas de infraestrutura comunitária e de produção, destinadas ao reassentamento das famílias residentes na faixa de obra que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo empreendedor (PBA 08, 2005, p. 3).

De acordo com o documento oficial, os critérios adotados foram baseados nos cadastros fundiários e a pesquisa socioeconômica realizada no ano de 2004 com as famílias. Dessa forma, após o exame desses documentos se estabeleceu quem seria o público alvo para ser reassentados nas VPRs, que são as famílias proprietárias e não proprietárias atingidas pelas obras nos Trechos I e II Eixo Norte, e no Trecho V do Eixo Leste do PISF. Assim os critérios para definir se os atingidos estavam aptos ou não foram:



Os critérios de elegibilidade foram definidos a partir da identificação das famílias residentes nas áreas a serem desapropriadas, classificadas em: (i) proprietárias, (ii) não proprietárias de terras com benfeitorias e (iii) não proprietárias de terras sem benfeitorias[...] considerando-se, portanto, como beneficiárias ao reassentamento: As famílias proprietárias e não-proprietárias residentes na área afetada, considerada como as áreas dos canais, reservatórios e faixas de domínio, inclusive a área de segurança dos reservatórios compreendida entre a cota do nível máximo de sangria e a cota do coroamento e de preservação permanente, além das áreas necessárias para as obras (acampamentos, canteiros, bota-fora, áreas de empréstimo, jazidas) e para a implantação da infra-estrutura associada ao projeto; As famílias proprietárias e não proprietárias incluídas no Cadastro Socioeconômico concluído em dezembro de 2004; As famílias proprietárias e não proprietárias que têm como principal fonte de renda a atividade agropecuária; As famílias proprietárias sem áreas remanescentes, que adquiriram a propriedade antes do Cadastro Socioeconômico, e que têm direito à indenização pelas terras e benfeitorias com um valor máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais); Os proprietários de benfeitorias afetadas com direito à indenização com valor máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais); Às famílias em situação de risco social, consideradas como tais as famílias compostas exclusivamente por pessoas idosas, por mulheres chefe de família com filhos menores de 15 anos solteiros, além dos portadores de deficiência física ou mental, fatores que limitam ou impossibilitam a inserção produtiva (PBA 08, 2005, p. 14- 15).



Com isso, se tem um total de 845 famílias espalhadas por 18 VPRs. Sendo a maior parte no Eixo Norte e na cidade de São José de Piranhas na Paraíba o maior número de famílias. Entre o total das famílias a serem deslocadas predominam as de não proprietários sobre a de proprietários, correspondendo, respectivamente, a 67,7% e 32,3% do universo (PBA 08, 2005). Esse dado nos mostra dois pontos importantes: a primeira é a predominância do regime de morador nessas propriedades rurais e o segundo é que para esses moradores a Vila era a oportunidade de ter um pedaço de chão.

No Eixo Leste a única VPR na Paraíba é a Lafayette que fica na cidade de Monteiro a 168 km de distância de Campina Grande. A Vila Lafayette fica na margem esquerda da BR-110 do trajeto Monteiro/ Sertânia-PE. Segundo o nosso informante Agnaldo, a Vila foi inaugurada em 2015 após pressão por parte dos moradores, todavia eles só puderam fazer a mudança em março de 2016. No início, nos dados do PBA-08 eram 16 famílias vindo de localidades distintas de Monteiro e de Sertânia. Porém, foram 61 o número de famílias reassentadas, sendo um total de 26 dos ribeirinhos nas proximidades ao sítio Pau D'arco; outros 18 vieram de dois bairros da cidade de Monteiro (abatedouro e Várzea), elas moravam na margem do rio; e 17 famílias vieram de Pernambuco, da comunidade Cipó da cidade de Sertânia (DINIZ, MALUF, 2020). Essa incompatibilidade dos dados oficiais (governo), e a situação concreta mostra como o olhar de descaso do Estado para com essas famílias.

Segundo o nosso informante, em 2014 funcionários do DNOCS foram até as comunidades por onde a transposição passou (Extrema e Pau D'arco), medindo o tamanho dos lotes e falando que as famílias seriam desapropriadas e transferidas para outro local, além disso, apresentaram uns documentos aos moradores para serem assinados. Logo após, foi à vez do Ministério da Integração e a empresa de engenharia CMT, que passaram fazendo os cadastros das famílias. Uma das perguntas era a quantidade de cômodos existentes no lote habitacional, esse cadastro serviu como base para o pagamento das indenizações e a construção da Vila Lafayette.



Alguns moradores relatam que a empresa avisou sobre a necessidade do deslocamento e como relatado com “15 dias depois veio o trator derrubando tudo”, ou seja, casas, cercas, plantações, currais e etc. Para os moradores restaram se mudar para a casa de parentes ou pagar aluguel na cidade. Assim, eles ficaram de 2014 com o deslocamento até março de 2016 morando em casa de parentes e/ou pagando aluguel. Para tanto, o governo disponibilizou uma quantia de R\$1.200, chamada de Programa de Transferência Temporária (PTT). Essa quantia foi reduzida para um salário mínimo após serem instalados na Vila Lafayette.

Em concordância com a dissertação de Gonçalves (2014), e com a dissertação de Nunes (2014), e com o nosso informante, os moradores da Vila Lafayette recebem uma verba de auxílio. Assim, que se mudaram para a vila esse auxílio era no valor de 1200 reais. Hoje é de um salário mínimo, portanto de 1100 reais. Todavia, nosso informante repassou que o pagamento do auxílio está vindo com constante atraso. Segundo ele, no momento da escrita deste artigo o PTT está com atraso de 2 meses. Esse dinheiro é fundamental para suprirem as suas necessidades básicas, portanto, gasto com comida, água e vestimentas.

Não encontramos nos documentos oficiais nada referente a esse benefício, o que sugere que não é uma política de Estado. Segundo, o nosso informante existe um termo de contrato assinado com o governo federal para o recebimento desse benefício, entretanto, a garantia deste é instável. Por um lado, esse benefício se torna essencial por não haver outro meio de sobrevivência para os moradores, ou seja, ou a transferência de renda, ou alguma oportunidade de trabalho na cidade, já que os lotes destinados à irrigação ainda não estão em funcionamento, mesmo depois de 05 anos. Porém é necessário refletir, que o benefício de maneira isolada de outras políticas não contribui para a emancipação desses sujeitos, é urgente a demanda de Políticas Sociais que ofereçam as condições necessárias para o desenvolvimento da comunidade garantindo o acesso a direitos básicos, bem como a garantia de geração de trabalho e renda.



Atualmente residem na Vila um total de 70 famílias (as 9 famílias que chegaram depois da inauguração descendem de outras que foram assentadas no processo inicial). Conforme fora acordado a Vila Lafayette conta com uma infra-estrutura composta pelos seguintes equipamentos públicos comunitários: uma escola, no entanto, ela só está funcionando na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), as crianças da Vila percorrem diariamente, 3km em ônibus até as escolas que ficam na sede do município; uma Unidade Básica de Saúde da Família, cujos atendimentos médicos só acontecem mensalmente. Portanto, em caso de necessidade as famílias procuram os médicos na cidade, ou nas comunidades próximas, onde há postos de saúde. A Vila Lafayette possui uma sede para a associação de agricultores, quadra de esportes, praça, todos esses espaços são coletivos. Como benfeitorias individuais, as famílias deslocadas para a Vila foram beneficiadas com um lote produtivo medindo 4 ha, além de uma casa de morada com terreno que mede 50 metros de largura por 100 metros de comprimento. As casas têm uma estrutura de seis cômodos, assim divididos: 3 quartos, banheiro, cozinha e sala com um terraço na frente.

Um primeiro elemento que nos chama atenção com relação a estrutura das Vilas é não ter nenhum reservatório responsável por coletar e armazenar a água da chuva, como por exemplo, uma cisterna. Estamos falando de moradias na região do semiárido em que conforme já mencionamos o armazenamento da água é importantíssimo. Pelos menos água para o consumo básico de casa, ou seja, para beber e cozinhar os moradores teriam garantido o armazenamento da água das chuvas nas cisternas.

Um outro problema diz respeito ao abastecimento hídrico da Vila. Segundo o documento, Programa de Reassentamento das Populações, do Ministério, ao programa caberia “propiciar às famílias afetadas pelo empreendimento condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual” (PBA 08, p.5, 2005). Todavia, se passaram 3 anos entre a inauguração da Vila e o abastecimento da mesma. Este jogo de promessas levou as famílias a se organizarem e a judicialização desse processo,



passados todos esses anos, as famílias continuam sem acesso à água para irrigar as áreas e, conseqüentemente, produzir. Logo, constata-se que a reprodução social e econômica das famílias, em condições no mínimo semelhantes às anteriores, ficou apenas no papel.

Entendemos como contraditório esses moradores terem sido deslocados de suas antigas moradias, desprendendo de suas histórias e de suas memórias, para a construção da obra e a Vila Lafayette com uma distância aproximada de 3 km do canal por onde a água percorre serem preteridos, enquanto a água é transposta às pressas para abastecer o açude Epitácio Pessoa e conseqüentemente o município de Campina Grande, os moradores da Vila necessitaram acionar a justiça e só obtendo respostas do poder público em 2019.

A forma como as famílias usaram para suprir o abastecimento hídrico foi por meio de carros pipas que abasteciam a Caixa D'água da Vila com água do São Francisco oriunda de um reservatório da cidade de Sertânia. Após o abastecimento a água era distribuída por toda a Vila. Contudo, os moradores alegam que a quantidade era insuficiente e que não tinha uma regularidade. Outra forma alegada pelos moradores era comprar água, por meio dos carros pipas, mas nem todos os moradores tinham dinheiro o suficiente e nem podiam comprar de forma regular. Ademais, o objetivo da obra era ofertar água para a população da região do semiárido setentrional, mas as evidências nos mostram que não era toda a população, portanto essa oferta continua sendo seletiva e excludente com os mais pobres.

A Vila Lafayette possui 9 poços artesianos, 2 perfurados pelo governo federal, 1 poço perfurado numa parceria entre os moradores da Vila e o Sebrae; e, 6 poços perfurados com recursos privados por moradores da Vila. Como já dissemos, são 70 famílias residindo na Vila, o que sugere questionar se essa quantidade de poços, assim como, se a água disponibilizada é suficiente para atender as necessidades dos moradores. É tamanho paradoxo, de as famílias serem deslocadas das terras em que residiam há décadas para a construção de uma grande obra hídrica, serem reassentadas e passarem a depender de



poços artesianos. Portanto, esse quadro nos apresenta uma grave insegurança hídrica vivida pelos moradores.

Consta no projeto das VPR um lote destinado a produção que terá a estrutura de Kits de irrigação, para os moradores conseguirem sua autonomia produtiva e com isso terem as suas rendas. Um dos objetivos do PBA-08 é propiciar aos moradores situação semelhante, ou melhor, a de antes. A Vila Lafayette está dentro do que o PBA-08 apontou como área moderada para irrigação, o que equivale a 5 ha. No entanto, a área de irrigação da Vila é de 4 ha. Segundo o Programa de Fornecimento de Água e apoio técnico para pequenas atividades de irrigação ao longo dos canais para as comunidades agrícolas PBA-16 que “tem como objetivo geral o crescimento econômico e social da região [...] Implantar os sistemas de irrigação nas Vilas Produtivas Rurais e assegurar a oferta de água” (PBA-16, 2005, p. 4).

No entanto, a Vila só foi conseguir abastecimento para o consumo básico em 2019 e até hoje sofre com a irregularidade do abastecimento, chegando a passar 15 dias sem água (DINIZ, et al; 2020). Ou seja, até hoje a área de irrigação não foi utilizada. Para Nunes, (2014), o PTT é o que faz os reassentados continuarem morando nas Vilas, como pontuado anteriormente, tornando-se questão de sobrevivência para os moradores. Além disso, ele as considera como Vilas “improdutivas”, por não terem as possibilidades de seguirem plantando e produzindo alimentos, portanto, mantendo sua identidade de camponeses.

5- Considerações Finais

Ao longo desse artigo refletimos e descrevemos o percurso da transposição, enquanto ação pública de abastecimento hídrico para o semiárido nordestino a partir do século XIX. Trouxemos o fato de essas políticas de mega projetos sempre favorecerem as elites rurais e políticas da região, excluindo do processo as camadas populares e com isso aumentando a exploração e a desigualdade social.

A Transposição é uma obra contraditória. Ao longo da sua história foi atravessada por conflitos entre um grupo formado por apoiadores e outro por contrários. De um lado os que



defendiam o abastecimento para as populações rurais do polígono das secas e do outro os que afirmam ser essa uma obra com o objetivo de abastecer os grandes centros urbanos, indústrias e promover o agronegócio.

Dito isso, ela tem causado graves transtornos e conflitos hídricos aos moradores da Vila Lafayette que sofrem com insegurança hídrica desde a sua inauguração em 2016. Só vieram ter o abastecimento hídrico garantido em 2019 após o MPF exigir que o abastecimento fosse feito pela Cagepa. Mesmo assim, os moradores reclamam da irregularidade do abastecimento e da pouca gerência sobre a água. Além disso, passado 5 anos eles ainda não conseguiram fazer uso dos kits de irrigação na área produtiva. Dessa forma, concluímos que o PISF é contraditório ao abastecer Campina Grande e deixar em situação de vulnerabilidade os moradores da Vila que foram deslocados para a obra ser construída, sendo assim, atualmente ela tem cumprido com o que seus críticos temiam desde o século 20.

6-Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. D.; GONCALVES, C. D. B. ; SOUSA . Desafio e perspectivas da implantação do projeto de Integração do rio São Francisco no Semiárido Paraibano sob a ótica da justiça ambiental. *Qualit@as (UEPB)*, v. 14, p. 1-12, 2013.

ANDRADE, M. C. A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. – 6. ed. – Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998.

ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). *Revista de Políticas Públicas*, v. 16(1): 179-189, 2012.

BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H. Caracterização do Semiárido Brasileiro. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. Edni (Orgs). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 45-50.



Brasil, Ministério do Desenvolvimento Regional. O Projeto, 2020. Disponível em:
<<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>

>. Acesso em 03 de abril de 2021.

BRASIL. IBAMA. Parecer técnico do IBAMA. Análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, 2005.

BRASIL. Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08). (2005).

BRASIL. Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (PBA 07). (2005).

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene. Delimitação do Semiárido. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

BRITO, F.B.D. Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste). Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. 370 f.

CARVALHO, J. O. O Nordeste Semiárido: questões de economia política e de política econômica. (tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas). Campinas- SP. 1985. p.687.

CASTRO, C. N. Transposição Do Rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto. IPEIA. Rio de Janeiro, 2011.

CUNHA, L.H. Territórios da desigualdade: os desafios aos enquadramentos da escassez no debate sobre acesso à água no semiárido nordestino. In: 43. Encontro Anual da Anpocs, 2019, Caxambu. Anais do 43 Encontro Nacional da Anpocs, 2019.



DINIZ, P. C. O.; MALUF, R. S. Usos e conflitos por água no rio Paraíba em face da transposição do rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. In: OLIVEIRA, Robson José de. Agricultura em Foco: Tópicos Em Manejo, Fertilidade do Solo e Impactos Ambientais – V. 2. (2020).

DUQUE, G. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. Revista: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

GONÇALVES, C. D. B. Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas/PB. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, p. 156, 2014.

LOUREIRO, M. R; TEIXEIRA, M. A. ; FERREIRA, A. M. . Democracia e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo: conflitos e articulação de interesses no projeto São Francisco. Texto para Discussão (IPEA), v. 1, p. 1-35, 2013.

MAGALHÃES, S. M. B. LAMENTO E DOR: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens . Lamento e Dor. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. UFPA, Belém, 278 f. 2007.

MELO, C. R. Análise do eixo leste da transposição do Rio São Francisco face aos cenários de uso previstos / Cristiane Ribeiro de Melo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CTG. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, 2010. Recife: 178 f.

NUNES, P. LAVOUR. Transposição do rio São Francisco: a funcionalidade e o simulacro das políticas de reordenamentos territoriais. Dissertação de (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, UFS, Aracaju, 128 f. 2014.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SEGUNDO NETO, F. V. A. ; VIANNA, P. C. G . Análise Espacial das Obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco- PISF (Eixo Leste), no Estado da Paraíba. Geo UERJ (2007), v. 1, p. 219-241, 2016.

SILVA, J. I. O. A Institucionalização Da Questão Ambiental No Brasil: Modernização Ecológica E Gestão Racional De Recursos Nos Projetos De Transposição E Revitalização Do Rio São Francisco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, p. 299, 2014.

TROLEIS, A. L; SILVA, B. L. Do polígono das secas à vulnerabilidade ao colapso hídrico: uma análise do território do rio grande do norte. Revista Geo Sertões (Unageo/CFP-UFCG). vol. 3, nº 5, jan./jun. 2018.





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT2

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E SUAS RESISTÊNCIAS NO CAPITALISMO GLOBAL

COORDENAÇÃO

ELLEN GALLERANI CORRÊA (IFSP)

EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO (UFSM)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



“Por terra, arte e pão”: as Feiras Nacionais da Reforma Agrária e as novas narrativas de resistências camponesas a partir da Cultura Popular

Natália Almeida Souza - Universidade Estadual de Campinas

Resumo: As feiras populares são paisagens históricas. Para além de suas trocas mercantis, elas representam importantes locus de sociabilidade que mobilizam identidades culturais, diferentes dinâmicas sociais e econômicas, regras políticas próprias, processos comunicativos e uma diversidade de códigos e relações de ocupação do espaço. Nos últimos anos, as feiras destacaram-se também como componentes estratégicos na ação de alguns movimentos sociais do campo. O artigo tem como objetivo principal analisar os potenciais de diálogo dos movimentos sociais com a sociedade a partir das Feiras, tendo as Feiras Nacionais da Reforma Agrária, realizadas pelo Movimento dos e das Trabalhadoras Sem Terra (MST), como ambiente de análise. Ao explorar as Feiras Nacionais como solo fértil para a construção e articulação de múltiplas experiências, práticas e saberes, as reflexões buscam compreender os diferentes sentidos atribuídos ao alimento e à agricultura camponesa nos ambientes das feiras; refletir sobre os potenciais comunicativos e simbólicos das feiras no diálogo cidade e campo buscando estudar suas linguagens, estratégias políticas, expressões e alcances, e analisar as diferentes estratégias de resistências camponesa acionadas a partir delas, tendo como interesse as dinâmicas que envolvem a construção de conhecimento (suas crenças, sabedorias e práticas) e as expressões culturais articuladas nesses ambientes (festejos, rezos, celebrações, trocas e cantos). Produto de reflexões e pesquisas organizadas entre 2016 a 2018, esse artigo sistematiza algumas informações iniciais que não nos deixam desconsiderar as feiras como formas emergentes de ação e organização popular. Como caminhos para ampliar o repertório de ação pública, as feiras e outros arranjos de comercialização construídos pelos movimentos sociais - mesmo em tempos de pandemia - tecem redes plurais de parceria e aglutinam inúmeros mediadores, lideranças públicas e novas ferramentas de consumo político promovendo novos arranjos e vias de interação entre os movimentos populares, a sociedade e o Estado. A cultura popular e a parceria, mais cotidiana, entre cidade e campo desponta-se como estratégias dos movimentos sociais de não sucumbirem ao pacote complexo de desmonte de políticas públicas e aos constantes ataques aos direitos. “Por terra, arte e pão”: fala sobre as bandeiras de luta que não são novas, mas que vêm sendo colocadas em mastros cada vez mais altos.

Palavras-chave: Feiras; MST; Resistência Popular;



A emergência das feiras como resistência: “Na feira, ninguém está só”¹

*“Estamos mostrando que o MST não só faz produzir as terras que o latifúndio abandonou. O MST também tem o dever de ocupar as cidades, mostrar que sem a reforma agrária, sem a agricultura camponesa, sem a cultura popular, não é possível que o povo tenha dignidade. Teremos muitos outros festivais nas praças, na roça (...)”,
Silvio Netto, da Direção do MST (Cultura Sem Terra conquista o interior mineiro, Jornalistas Livres, 2016)*

“Tiozinho”, como é conhecido Erley Rodrigues, que nem lembra mais em quantos morros e subúrbios cariocas já morou entre um despejo e outro, é hoje agricultor e morador no Assentamento Terra Prometida, na baixada fluminense. Na altura de seus 67 anos sorri ao ver as caixas de abacaxi chegarem na barraca: *“tamu aqui de novo minha filha, em mais uma feira. É só alegria”*. O abraço forte não esconde o cansaço de quem percorreu mais de 600 quilômetros antes da feira começar, recolhendo pela BR 101 com o caminhão que “chega antes”, a produção de todo estado fluminense.

Tiozinho é uma das figuras que sempre pergunta para equipe organizadora das feiras no Parque da Água Branca: *“não pode mesmo dormir aqui? É tão bom!”*. Para ele, cuidar da produção que percorreu uma longa estrada e é produto do trabalho cotidiano de tantas famílias, é prioridade. *“Acho bonito demais essa organização. É gente demais trabalhando. Tem comida boa, alojamento, gente de todos as terras desse Brasil. A gente espera o ano pra poder reencontrar a companheirada e visitar essa cidade, e além de tudo, ainda vende bem”*, explica ele já contando, para o casal que se aproxima da barraca, sobre a promoção do aipim descascado que vêm da serra de Macaé, do Assentamento Osvaldo de Oliveira, a primeira experiência de produção agroecológica e florestal do estado do Rio de Janeiro.

“O mesmo aipim que a gente vende aqui também tá indo lá pra Culinária da Terra, tá virando um bolinho com queijo que tá fazendo é fila”, completa ele a propaganda. Eu me despeço e sigo pelos corredores da região Sudeste. No caminho até o bolinho de aipim, geléias, café em grãos, bombons de castanha, couve, cuscuz, batata doce, arroz cateto, bandeiras, mudas e livros de poesias feitos pelos assentados de Alagoas. Realmente, percorrer o ambiente que o Parque se transformou é viajar pelo Brasil.

Por “Terra, Arte e Pão”, é produto de um percurso de observação e vivência nas feiras da Reforma Agrária e do encantamento que esses ambientes produzem

¹ “Na feira ninguém está só”. Essa afirmativa de Braudel (1979) traz para essa pesquisa a perspectiva de análise centrada nas relações, nos vínculos e nos processos coletivos tecidos nesse ambiente multifacetado das feiras.



em mim e, de certa forma, também se expressa nos sorrisos de quem as visita. A expressão que confere o título do artigo é empréstimo de uma expressão do próprio MST de 2016, em um ambiente fértil construído pelo I Festival da Cultura Campesina em Minas Gerais².

Seja qual for a porta de entrada, as feiras são paisagens históricas, como traz as reflexões tecidas por Braudel (1979). Andar pelas ruas de grandes ou pequenas cidades, vilarejos e, mesmo em zonas rurais, em diferentes territórios do Brasil, é cruzar com barracas ou ruas cobertas de alimentos, artesanatos, ervas, sons, coloridos e odores que preenchem ambientes inteiros. Pequenas ou grandes, isoladas ou conectadas aos mercados, mesmo com o crescimento das cidades e diversificação das formas de comercialização, as feiras permaneceram, alterando suas composições e dinâmicas ou, em muitos casos, resistindo e mantendo formas próprias de sociabilidade e de trocas.

Desde sua origem, o comércio de alimentos, roupas, animais e outros artefatos, sempre representou apenas parte do enorme universo simbólico que orbita o entorno desses ambientes. Definida pelo dicionário³ como “*lugar público e descoberto em que, em dias e épocas fixas, se expõem e vendem mercadoria*”, as feiras têm origem no latim *feria* que significa “*dia santo ou feriado*”, tendo relação direta com as festividades e aglomerações criadas após as atividades religiosas.

Para além de suas trocas comerciais, as feiras são *locus* de sociabilidade. Da combinação alimento, artefatos e ruas brotam trocas, contatos, sabores, gestos e símbolos construídos em tempos e práticas distintas que se tornam ingredientes de rituais específicos que dão sentido e corporificam as feiras enquanto campo complexo de relações sociais.

Neste sentido, pesquisas importantes como as de Almeida (2009), Vedana (2004, 2008), Gonçalves e Abdala (2013), Castro (2013), Silva e Rodrigues (2014), Souza e Rodrigues (2014) e Santos e Leitão (2014) trazem, por diferentes percursos etnográficos, a diversidade de elementos presentes nos processos sociais tecidos pelas feiras e sobre os quais se interessa investigar as Feiras Nacionais da Reforma Agrária realizadas, desde 2016, pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) na cidade de São Paulo, objeto desta pesquisa.

Em sua terceira edição, realizada em maio de 2018, a Feira Nacional reuniu no Parque da Água Branca mais de 260 mil pessoas em quatro dias, mobilizando

² “Traduzimos para os trabalhadores da cidade todos os elementos que compõem nosso projeto. Desde a luta pela terra, pela educação do campo e por dignidade, até a produção musical, poética e de alimentos saudáveis. Um canto por terra, arte e pão, entoado por cerca de 120 militantes que se envolveram na construção desses dois dias de festa”, avaliou Bruno Diogo, da direção estadual do setor de produção do MST. A Feira da Reforma Agrária e a Culinária da Terra entregaram mais de uma tonelada de alimentos direto das mãos dos produtores para o mercado local. Texto completo da matéria acessível em:

<https://jornalistaslivres.org/cultura-sem-terra-conquista-o-interior-mineiro/>

³ Sentidos de FEIRA In: Michaelis. Dicionário Online. Disponível em:

< <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=feira> > Acessado em 1 de julho de 2017.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



mais de 1.215 feirantes de 23 estados e cerca de 1.530 itens diferentes, abarcando desde alimentos *in-natura* até artesanatos, livros e demais produtos processados pelas cooperativas e agroindústrias vinculadas aos assentamentos.

Se somados os públicos das últimas três edições (2016, 2017 e 2018) é possível contabilizar a mobilização de mais de meio milhão de pessoas que puderam, durante os dias de realização das feiras, ter contato direto não apenas com os alimentos produzidos nos assentamentos e com as pessoas que nela vivem, mas com um conjunto de atividades que englobam, resumidamente, a) Seminários de Formação, b) as tendas da “Culinária da Terra” onde - nesta última edição, em 2018 - cerca de 75 pratos típicos das regiões foram comercializados, c) o espaço “Café Literário”, d) a Ciranda Infantil, e) a tenda da Saúde Popular, f) o espaço “Paulo Kageyama” que reuniu parceiros do MST, g) o espaço com artesanatos, mudas e sementes, além das diversas apresentações culturais⁴ ao longo de todo o período de realização, da Rádio Poste e de uma equipe de comunicadoras e comunicadores com mais de 60 pessoas e muitas frentes de ação.

Nos últimos anos, portanto, as feiras, para além da experiência do MST, se colocam como uma estratégia presente nas ações dos movimentos sociais e organizações da agricultura camponesa construindo relações com as ideias de mercado e circuitos locais, muitas vezes agroecológicos.

Dessa forma, seja pela compreensão de que as feiras são canais concretos de comercialização e, conseqüentemente, venda da produção excedente e, conseqüentemente, geração de renda (e não é por acaso a escolha da cidade de São Paulo como sede das Feiras Nacionais do MST) ou pelo entendimento de sua potência política, observa-se que as feiras, progressivamente, vem ocupando um espaço central das ações, se tornando dispositivos através dos quais se organiza a ação política de muitas organizações.

Para exemplificar a potência e presença das feiras no território brasileiro, uma pesquisa⁵ recente construída a partir dos dados do Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional (2015) aponta que haviam cerca de 6.073 feiras livres no país, além de 1.615 Feiras Livres com produtos Orgânicos e Agroecológicos e outras 813 apenas com alimentos e produtos orgânicos e agroecológicos, totalizando mais de 8.501 feiras. Esse rápido sobrevoo mostra a amplitude das

⁴ Em 2018, foram mais de 365 artistas mobilizados na programação cultural. Cabe destacar que o primeiro dia foi exclusivo para apresentações de artistas diretamente vinculados aos assentamentos conferindo espaço e destaque para as expressões que são fruto da luta pela Reforma Agrária. Contudo, é importante lembrar que na estratégia de diálogo amplo com a sociedade, a programação mobiliza artistas presentes na mídia e parceiros do MST, além de apresentações que abarcam diferentes linguagens como o circo, a dança, a folia de reis, o RAP e a poesia. A presença do grupo Ilê Ayê, na Bahia, e da escola de Samba Unidos da Tuiuti apontam a preocupação do setor de cultura do MST em reconhecer a diversidade cultura do país e envolver expressões que foram expoentes políticos como é o caso do bloco de carnaval de São Cristóvão (RJ).

⁵ Trajetória e construção social da Política e do Sistema Nacional de SAN como Política de Estado, acessado em 20-07-2017: <https://goo.gl/2xspSu>. A mesma pesquisa demonstrou ainda outro dado expressivo como 1.264 Mercados Públicos.



experiências distribuídas por todo o Brasil, aponta seu enraizamento enquanto prática histórica e popular e nos instiga a refletir sobre a variedade de expressões que as feiras podem assumir de acordo com cada contexto e cultura.

No caso específico das Feiras Nacionais da Reforma Agrária, a percepção colhida nessa primeira imersão à campo é, de fato, para além dos números de público, o alcance construído no diálogo com a sociedade. Era 8 horas da manhã, do sábado, quando atravesso a Avenida Paulista em direção ao ponto de ônibus onde o “Terminal Lapa” faz parada. Dentro do ônibus já se observa uma movimentação diferente, jovens e famílias também desceram às beiras do Parque da Água Branca, histórico ambiente de feiras e exposições tradicionais no estado de São Paulo.

Ao ver a quantidade de bonés e camisas vermelhas circulando pelo bairro, me confirma a sensação de que a região que circunda o Parque é tomada pela feira e um ambiente poroso de relações e vínculos novos passam a ser tecidas. Na conversa com uma das vendedoras de bebidas, que fica na entrada do parque, ela diz: *“a gente começa a ver umas reuniões, umas placas vermelhas chegando e já sabe, são aqueles sem terra que vem fazer feira de novo”*.

Segundo Vedana (2013) a instalação de uma feira livre no ambiente de uma rua ou largo representa uma quebra de continuidade na atmosfera cotidiana do bairro, criando um novo evento, estabelecendo novos percursos e novas possibilidades de sociabilidade.

O espaço da feira é também marcado por intensos e múltiplos vínculos entre cidade e campo, que estão permanentemente em construção e reconstrução. Ao explorar o ambiente das feiras nas cidades permite-se compreender os elos de ligação entre esses espaços, explorando seus limites, relações e ressignificações.

Acionar Braudel (1979) para compreender as relações históricas travadas a partir dos mercados orienta-se também pela compreensão de que, para ele, compreender o capitalismo diz respeito ao domínio dos meios de produção, mas, sobretudo, compreende os meios de circulação das riquezas. Segundo o historiador, *“é na circulação, por excelência, que o capitalismo está à vontade”*, afirmando que há a cumplicidade necessária da sociedade para que o capitalismo se espraie (BRAUDEL, 1979). Sua análise sobre o capitalismo vai residir ainda sobre a análise de inúmeros privilégios, não só econômicos, de um grupo social dominante, sendo estes - segundo ele - indissociáveis.

Em outra passagem, Braudel (1979) afirma que *“o capitalismo não significa a loja onde compro meu jornal; significa a cadeia que o fornece”*, o que demonstra aderência à análise pretendida pela pesquisa sobre os processos de comercialização e sobre as ressignificações propostas a partir das Feiras locais e alternativas, como a da Reforma Agrária.

Ao propor um espaço de comercialização direta dos alimentos e demais produtos dos assentamentos e ao garantir a presença das famílias como protagonistas dessa construção, o MST apresenta rupturas aos sistemas



convencionais e hegemônicos não só de produção, mas de distribuição⁶ e consumo. Neste sentido Sevilha (2009) aponta que as feiras despertam interesses dos estudos etnográficos com vínculos econômicos, pois compartilham:

“a possibilidade de compreensão de características comuns aos espaços públicos de comercialização, e o que neles podemos encontrar de singular, de próprio, de arranjos culturais específicos revelados através dos estudos dos mercados locais (SEVILHA, 2009, p.131)

Na primeira Feira, realizada em 2016, recorde do coletivo de mulheres da região Norte do Rio de Janeiro, que consultava sobre a proximidade do Parque à Rua 25 de Março, espaço de comércio popular: *“Nosso sonho era conhecer esse lugar, poder comprar embalagem mais barato e roupa”*, comenta Shirley uma das jovens assentadas do MST. Trata-se, portanto, da potencialidade de recuperar as trajetórias e sentidos afetivos e políticos pelas quais os alimentos, produtos e artefatos percorrem - a partir da constituição das feiras - de seu cultivo, manejo ou produção, até as formas de comercialização e uso pelas pessoas. conectar melhor

Após a realização de três edições da Feira Nacional da Reforma Agrária, fica mais evidente o que Justino (1989) também destaca sobre as tramas que são tecidas durante as realizações das feiras. Segundo ele, *“uma feira é, antes de mais nada, um local de encontro. Aí, vendedores e compradores estabelecem os seus negócios, mas, por outro lado, integram-se numa trama de papéis sociais que transcendem as funções estritamente econômicas”*. Neste sentido, foram muitos os depoimentos de pessoas que afirmaram que *“vindo aqui é certo que vamos encontrar pessoas amigas, parceiros de trabalho e gente boa envolvida com as lutas”*, diz Kênia Bahr, funcionária da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo.

De várias pessoas diferentes, com idades e atuações distintas, mas todos e todas, de certa forma sensíveis ao debate da alimentação saudável, parece unânime: *“A feira do MST está se tornando o melhor evento do ano em São Paulo”, “com essa fartura de comida, aqui pode-se passar o dia todo”, “nunca vi tanta diversidade de comidas típicas feitas por quem conhece das plantas, sementes e frutas”*. Para uma cidade “que não pára” e tem ofertas de atividades e opções gastronômicas de todos os tipos, o título de melhor evento do ano assume relevância significativa.

Ao perguntar o que explica essa posição, diferentes pessoas também afirmaram que não era apenas pela oferta de alimentos e produtos à preço justo, um dos grandes diferenciais se tratando do mercado orgânico da cidade, mas pela oportunidade de comer bem, de aprender com as pessoas, de conhecer outras

⁶ Em alguns casos, até os caminhões e ônibus mobilizados para a Feira são capital dos próprios assentamentos.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



culturas, ter contato com quem produz, comprar livros bons, participar de debates ou somente participar de apresentações artísticas sem custo. Para Muriel Duarte, educadora que fez questão de participar de todos os dias da feira nesta terceira edição, “*é possível conhecer sobre os estados sem precisar nunca ter ido até eles*”, comenta ela ao comprar flores de jambu na barraca do Pará.

Ainda que haja um universo a ser explorado pela pesquisa que permitam aprofundar as contradições, limites e particularidades, as Feiras Nacionais da Reforma Agrária se despontam como ambientes férteis para compreensão das trocas simbólicas que permeiam a produção, acesso e consumo de alimentos, em ambientes marcados com diferentes dimensões políticas. Os depoimentos colhidos ao longo dos primeiros contatos com a pesquisa de campo reforçam elementos que guardam ligação clara com os aspectos de confiança e reciprocidade apresentado por Geertz (1979) e Maus (2003 e 2005) que irão apontar a importância das relações de confiança para o sustentação das trocas comerciais, para ambos os autores quando há desconfiança os mercados sofrem impactos econômicos diretos.

Entre as principais indicações partilhadas por Mauss (2003) está o trecho abaixo que exemplifica e aprofunda o campo de relações no qual as feiras estão imersas:

“Em todas as sociedades que nos precederam imediatamente e ainda nos cercam, e mesmo em numerosos costumes de nossa moralidade popular, não há meio-termo: é confiar inteiramente ou desconfiar inteiramente; é depor armas e renunciar à própria magia, ou dar tudo, desde a hospitalidade fugaz até as filhas e os bens. É em estados desse tipo que os homens renunciaram a sua autonomia e souberam dispor-se a dar e a retribuir. ... Foi opondo a razão ao sentimento, foi estabelecendo a vontade de paz contra as loucuras bruscas desse gênero, que os povos conseguiram substituir a guerra, o isolamento e a estagnação pela aliança, a dádiva e o comércio” (MAUSS, 2003).

É perceptível que, em grande parte das 260 mil pessoas que circularam no parque, exista um contato prévio com o MST e com o universo no qual orbita o diálogo sobre alimentação saudável, contudo, não são raros os depoimentos de pessoas que, ao chegarem nas feiras ou ao verem as divulgações de suas atividades, se surpreendem com uma imagem do movimento e das famílias que antes não lhes era acessível. A imagem de pessoas perigosas e armadas é substituída pela diversidade de faces de um Brasil plural e que guarda nas mãos as marcas do trabalho na terra.



Como traz uma de suas dirigentes nacionais em uma entrevista⁷ durante II Feira Nacional da Reforma Agrária, “a intenção é dialogar com a sociedade sobre a necessidade de uma transição do atual modelo agrícola (predatório dos recursos naturais) para um modelo que respeite o trabalhador e o meio ambiente. Viemos partilhar com a sociedade os frutos da luta pela terra e pela Reforma Agrária”, a dirigente encerra afirmando que “o discurso se materializa em toneladas de produção saudável”, expressão que denota a potência e a intencionalidade política do movimento.

Para ilustrar o impacto gerado pelas feiras, em sua primeira edição, em 2015, a Feira Nacional da Reforma Agrária contou com 150 mil visitantes e 220 toneladas de produtos vendidos durante os quatro dias de comercialização no Parque da Água Branca. Já em 2017, a feira comercializou 280 toneladas e mais de 600 itens, entre alimentos, produtos e artesanatos. Na segunda edição, somente a Conferência sobre Soberania Alimentar reuniu 10 mil pessoas na feira e muitos ícones da cultura popular.

Servilha (2009) citando as reflexões de Braudel (1998) aponta outra característica marcante das feiras, pois “aparentemente desorganizados e caóticos, os mercados e as feiras possuem uma lógica própria bastante complexa, com relações das mais diversas. Estão nelas os mexeriqueiros e as mexeriqueiras inveterados, os acordos de família, as expressões e frases típicas, o ruído, o alarido, a música, a alegria popular, trupes de atores, representações teatrais, jogatinas, diversão e tumulto”. Dessa forma, as feiras, compreendidas como uma das formas diretas de troca e comercialização, estão presentes em diferentes realidades e contextos, o que pode apontar sua amplitude e significância figurando como uma espécie de “*linguagem cultural comum*”, sendo este um campo de análise que compõe os objetivos desta pesquisa.

Geertz (1979) irá contribuir de forma extremamente relevante para este debate ao construir referenciais da antropologia interpretativa no estudo dos mercados marroquinos. Segundo ele há um conjunto de crenças, experiências e práticas sociais que delimitam as relações nos mercados, expondo a influências dos pactos construídos socialmente, o autor vai exemplificar dizendo que :

“Os benzedores, homens santos, santuários lançam uma benção geral sob o mercado e o tornam solo sagrado (onde agir com violência ou mentir sob juramento trazem desastres sobrenaturais) para a resolução pacífica de conflitos. Todos estes e outros engenhosos dispositivos culturais trabalham para proteger a preciosa e delicada paz do

7

Site do MST. Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/2017/03/27/as-feiras-sao-resultado-de-um-processo-organizativo-do-mst-e-um-traco-muito-forte-da-cultura-do-nosso-povo.html>> Acessado em 19 de agosto de 2017.



mercado (GEERTZ, 1979, p. 197).

Um dos exemplos que aponta como a diversidade se expressa de forma múltipla e plural é que na segunda edição da feira foram mais de 160 toneladas de alimentos comercializados, entre pratos da “Culinária da Terra” (importante espaço que se assemelha à uma “praça de alimentação”), os produtos industrializados e os produtos frescos. Elementos que exemplificam a diversidade alimentar e cultural presente, e a capacidade de mobilização e deslocamento de uma diversidade de alimentos.

2. Resistência cotidiana e Cultura popular: as feiras como ambiente político



“Dia após dia, os camponeses fazem os economistas suspirarem, os políticos suarem e os estrategistas praguejarem, malogrando seus planos e profecias em todos os lugares do mundo...” (Teodor Shanin, Peasant and Peasant Societies. Harmondsworth: Penguin Books, 1979, p.238)

A Reforma Agrária no Brasil assiste, nos últimos anos, imensos retrocessos. Os cortes seguem duros, atingem e apagam dos orçamentos os diferentes caminhos os quais os movimentos sociais haviam construído na defesa dos direitos dos e das camponesas espalhados por todo o país. Um balanço do começo de 2018, aponta que a redução dos recursos para a obtenção de terras sofreu uma redução de mais de 60% em relação a 2015, enquanto que para a assistência técnica e extensão rural o corte chega a 50%. Outro exemplo concreto é o orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que chegou a ser inviabilizado em diversos estados devido à redução orçamentária da ordem de 66% de um ano para o outro (BRASIL DE FATO, 2018⁸).

Paralelamente ao congelamento do assentamento de famílias, cresce a violência no campo. O relatório “Conflitos no Campo Brasil 2016” da CPT traz índices recordes para todos os tipos de conflito e todas as formas de violência no campo em relação a 2015. Os assassinatos tiveram um aumento de 22%, menor índice de aumento em 2016, mas o maior número desde 2003. As agressões tiveram o maior índice de aumento: 206% (CPT, 2018⁹).

A criminalização dos movimentos sociais (SAUER, 2017) é outra expressão

⁸ Dados sobre desmonte das políticas:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/10/16/corte-de-87-na-reforma-agraria-no-governo-temer-mobiliza-sem-terras-em-todo-o-pais/>

⁹ Dados sobre a violência no campo:

<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4183-balanco-da-questao-agraria-brasileira-em-2017>



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



da ofensiva construída contra os direitos e as lutas travadas no fortalecimento e defesa da agricultura camponesa. Observa-se o deslocamento de algumas pautas e a construção de novas estratégias de diálogo e ação política nessa conjuntura política. Neste contexto, as feiras, sejam elas articuladas como eventos estruturados nacionalmente, sejam construídas a partir da realidade de cada estado ou território, podem ser apontadas como uma estratégia política prioritária para alguns movimentos, entre os quais destaca-se o MST.

No caso das Feiras Nacionais da Reforma Agrária, observa-se que vários elementos, que ampliam a compreensão das feiras para além de suas relações comerciais como as apresentadas acima, são constantemente acionadas pelo MST na proposição desses espaços enquanto estratégia nacional de comercialização e escoamento dos alimentos cultivados e processados pelas famílias. Ao incorporarem debates públicos sobre assuntos estratégicos e ao mobilizarem figuras públicas com grande alcance social, entre outras ações, as feiras ampliam ainda mais seus sentidos de interlocução com a sociedade.

Dessa forma, ainda que reconfiguradas em eventos e projetos específicos que viabilizam institucionalmente sua realização, de modo que as diferenciam das iniciativas populares que ocupam cotidianamente as ruas, as feiras nacionais promovidas pelos movimentos sociais, como, por exemplo, o MST, provocam deslocamentos, ocupam espaços públicos de destaque nas cidades e movimentam uma série de estratégias, narrativas e sujeitos políticos. Aqui há diálogo direto com as construções teóricas relacionadas também às mudanças nos repertórios de ação coletiva (TILLY, 2006) que no contexto dos movimentos sociais camponeses no Brasil conformaram objeto de importantes pesquisas coordenadas por Medeiros (2012).

Apesar da crescente industrialização do cultivo, processamento e da acelerada apropriação de grandes corporações dos meios de produção e circulação de alimentos e dos produtos do cotidiano (como os medicamentos e as roupas) as feiras - em todo o país - permanecem como ambientes diversificados de trocas e interações, contrariando, muitas vezes, as lógicas capitalistas hegemônicas. Destaca-se aqui a crescente centralidade e relevância da temática da alimentação saudável e de suas múltiplas relações com as práticas de resistência camponesa e, portanto, a necessidade de compreender os potenciais espaços de trânsito, comercialização e interação social, no qual os alimentos e produtos processados por camponesas e camponeses têm foco.

Compreender o espaço da feira como um ambiente de diálogo e expressão pública, no qual o alimento, as comidas, as músicas e os produtos artesanais, quase sempre, são os personagens principais, pode trazer elementos relevantes para entender caminhos alternativos, que passam por esses ambientes, na ressignificação das estratégias de resistência camponesa.

As formas de resistência cotidiana acionada entre outros autores por Thompson e Scott será, portanto, uma das principais lentes de pesquisa. Para Scott (2011):

“A maioria das formas assumidas por essa



luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. Entender essas formas corriqueiras de resistência é entender o que grande parte do campesinato faz "entre revoltas" para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo" (SCOTT, 2011, p. 219).

As feiras são apresentadas como resultado de um processo organizativo do MST e um traço muito forte da cultura de seu povo e que, neste contexto político desfavorável do qual alguns elementos foram apresentados resumidamente acima, podem ser consideradas formas de resistência. Entre os elementos apontados durante a entrevista, uma das dirigentes envolvidas na organização da segunda edição da Feira, aponta algumas características, apresentadas aqui na íntegra, que poderão ser aprofundados pela pesquisa:

- a) *feira como ocupação da cidade*: a realização em grande centro urbano significa possibilitar a aquisição de produtos oriundos dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária de todo o Brasil,
- b) *feira como mudança de paradigma de produção*: alimentos produzidos de forma agroecológica,
- c) *feira como ambiente formação e aprendizagem*: possibilitar contato da sociedade com outras dimensões da Reforma Agrária,
- d) *feira como espaço de reafirmação*: da importância da luta pela terra relacionada à questões estruturais no conjunto da sociedade.

A partir desses pontos de partida, almeja-se explorar as contribuições teóricas relacionadas às ideias de da Economia Moral de Thompson e James Scott, abordando principalmente as obras que tratam sobre as formas cotidianas de resistência camponesa. Scott (1980, 2002) articula ideias que relacionam conhecimento, os entendimentos e as práticas locais, enraizados no espaço e no tempo. Entre as contribuições marcantes do autor, ele indica que parte da tarefa do cientista social, que estuda o mundo rural, é apreender e traduzir para um discurso científico o que os camponeses já sabem, sendo este um princípio teórico e metodológico que interessa ao presente campo de estudo das feiras e suas relações.

Ao estudar a resistência contínua de pequena escala ou até individual, mas tacitamente organizada e incentivada pela cultura dos subalternos, Scott (2002)



propõe analisar, com profundidade, as conseqüências dessas relações cotidianas específicas para as formas de extração e dominação mais amplas. Constantemente ressignificadas, diversas e pulsantes, as feiras podem traçar olhares transversais nesses espaços de troca e permitir compreender os papéis assumidos pelos diferentes personagens que constituem esse ambiente.

Ainda sobre as resistências camponesas Motta e Zarth (2009) organizam uma coletânea de artigos com pesquisas diretamente relacionadas à resistência camponesa no Brasil. Logo do prefácio elaborado pela comissão editorial, é indicado que:



“Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo (...) O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira” (MOTTA E ZARTH, 2009).

Ao longo da coletânea, diferentes sistematizações apontam a capacidade de adaptação e ressignificação das e dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade (MOTTA E ZARTH, 2009).

Na revisão bibliográfica construída a partir desta coletânea localiza-se também o texto de Moacir Palmeira (1970) sobre as feiras e mercados locais da Zona da Mata de Pernambuco, que aponta a dimensão das resistências camponesas, mas, sobretudo, recupera o sentido mais amplo objeto da presente pesquisa, que é compreender as feiras enquanto expressões de processos sociais em curso.

Segundo ele, um dos objetivos da pesquisa foi *“mostrar a produtividade da etnografia dos mercados (ou dos locais de mercado) para a compreensão de amplos processos de transformação social”* (PALMEIRA, 1970). O texto aponta ainda contribuições metodológicas que serão recuperadas no próximo item do projeto que detalha alguns dos procedimentos metodológicos previstos. É o que também aponta Bulamah (2013), ao descrever o Haiti Rural, a importância das feiras para a manutenção da estrutura social do lugar. Na composição dos referenciais teóricos da pesquisa destaca-se também o conceito de *cotidiano* que carece ser aprofundado com mais cuidado. Entre as diversas contribuições sobre a ação dos indivíduos ou suas *“maneiras de fazer”*, destaca-se os trabalhos construídos por Certeau que



afirma que os sujeitos “constituem mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio - cultural” (CERTEAU, 1994).

Segundo o autor, os modos de proceder ou esquematizar as ações são estratégias tecidas socialmente onde “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade”. Certeau (1994) ainda considera que toda atividade humana pode ser cultural, desde que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza. Nessa esteira, interessa-se compreender as feiras enquanto espaços de resistência que tecem, de norte ao sul do país, condições de manutenção de formas específicas de sociabilidade. Uma breve incursão à campo, aponta que, em muitos casos, as feiras são espaços de moradia, cura, benzeção, burlagem das regras e normas sanitárias alimentícias e preservação de formas artesanais ligadas à “saberes-fazeres” específicos.

Aqui, a noção de saberes apoia-se também nas contribuições construídas por Geertz (1997) para quem o conhecimento se constrói a partir da compreensão de significados localizados, próprios dos contextos culturais em que são produzidos. Essa noção parece interessante, pois bloqueia análises homogeneizantes que possam ser realizadas sobre o conhecimento mobilizadas pelos sujeitos a partir das feiras em contextos tão heterogêneos.

No livro “Economia das Trocas Simbólicas”, Bourdieu (2005) também indica que a cultura como instrumento de comunicação e de conhecimento é responsável pela forma nodal de consenso qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo. Dessa forma, por diferentes caminhos, estudos apontam os movimentos simbólicos que as trocas constroem. Outra importante passagem de Certeau (1996) também explicita:

“Assim, comprar não é apenas trocar dinheiro por alimentos, mas além disso, ser bem servido quando se é bom freguês. O ato da compra vem “aureolado” por uma “motivação” que poder-se-ia dizer, o precede antes de sua efetividade: a fidelidade. Esse algo mais, não é contabilizável na lógica estrita da troca de bens e serviços, é diretamente simbólico: é o efeito de um consenso, de um acordo tácito entre o freguês e o seu comerciante que transparece certamente no nível dos gestos e das palavras, mas que jamais se torna explícito por si mesmo” CERTEAU (1996)

Explorar os contextos específicos de relações socioculturais de reciprocidade, confiança, credibilidade e fidelidade, possibilitadas pela circulação de novas narrativas como indica Bourdieu (2008) que reconfiguram campos de ação política.

Outro aspecto importante do projeto é o interesse em percorrer as formas e



expressões da resistência a partir das manifestações culturais que, muito para além das apresentações musicais artísticas que ganham centralidade no palco principal da feira, estão presentes nas cozinhas ao utilizarem recipientes feitos de barro e bambu para servirem comida, atrás das barracas nas embalagens reaproveitáveis e que estão presentes do cotidiano das práticas de sociabilidade, cura, cuidado e troca entre os assentamentos, e em muitos outros processos mais invisíveis ao primeiro contato.

Neste campo de importantes debates e tensionamentos sobre a relação entre a cultura erudita e a cultura popular onde autores como Hall (2003), Revel (2009) e Bakhtin (1987)¹⁰ contribuem para a compreensão dos múltiplos elementos, o universo de análise da pesquisa não pretende fazer demarcações herméticas sobre o conceito, mas sim, circunscrever a noção de “povo” ao conjunto de famílias vinculadas ao MST.

Compreende-se que essas famílias fazem e refazem permanentemente seus campos de contato e interação com manifestações diversas relacionadas às manifestações dos povos tradicionais (camponesas, extrativistas, vazanteiras, ribeirinhas e outras), bem como a influência de outros campos culturais. Um exemplo concreto observado em vários assentamentos, atualmente, é a ampliação de grupos de jovens que vem elaborando letras e batidas do RAP, influência originária das cidades, a partir dos elementos cotidianos que compõe sua vida nos assentamentos e acampamentos, como a natureza e o trabalho coletivo de cultivo de alimentos. A contribuição e síntese de Silva (1991) é certa da delimitação das lentes também compartilhadas pela pesquisa sobre a noção de cultura, segundo o pesquisador:

“[...] a dimensão cultural da feira está no fazer, enquanto trabalho vivo, ou seja, resultado de um processo de relações sociais intenso, onde a cultura se desfetichiza e passa do nível de reificação para o nível da ação (simbólica) e do trabalho de pessoas desejosas de conhecer e dar sentido às suas vidas e necessidades”. (SILVA, et. al., 1991, p. 25)

Novamente, Thompson (1998 e 2001) colabora com a análise dessa produção cultural, afirmando que não se deve subestimar o processo criativo de formação de cultura a partir de baixo. Segundo ele é fundamental perceber não apenas seus elementos mais óbvios (como as canções e contos folclóricos, os “clubes” dos ofícios e as bonecas de sabugo), mas sim mergulhar nas expectativas, satisfações e interpretações da vida também em constante movimento, campo para a mudança e disputa, onde o povo “faz e refaz sua própria cultura”, como enfatiza Thompson (2001, p.211).

Além das feiras nacionais, há experiências locais e estaduais construídas há

¹⁰

Interessa construir referenciais de pesquisadoras e pesquisadores latinoamericanos.



alguns anos pelo MST, que merecem ser analisadas para compreender as principais inspirações dessas expressões nacionais mais recentes, entre as quais destaca-se a Feira da Reforma Agrária de Maceió (AL), que já está em sua décima oitava edição, a Feira Cultural da Reforma Agrária no Ceará, o Circuito de Feira da Reforma Agrária no DF, a Feira da Reforma Agrária no Rio de Janeiro realizada há nove anos e que, em 2016, foi reconhecida como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, entre outras experiências mais localizadas.

Explorar essas relações comuns e compreender as trocas estabelecidas entre os sujeitos, para além de estudos de casos específicos, pode trazer elementos que nos ajudem a compreender formas de resistência camponesas atuais nesses espaços cotidianos marcados por intensas e diversificadas relações com a sociedade.

3. Nota sobre o desmonte: Boicote à Feira Nacional da Reforma Agrária

Com a nova gestão de João Doria (PSDB) no governo estadual de São Paulo no início de 2019, há um veto sobre o uso do Parque Estadual da Água Branca, localizado na zona oeste da capital paulista. Essa suspensão, que a princípio apenas adiaria a feira, segue mantida até hoje e foi o expoente da mobilização dessa ação política organizada nacionalmente pelo MST. Cabe pontuar que esse bloqueio, somado a todo um contexto político, nacional e estadual, extremamente desfavorável, está também conjugado a um pacote de desmonte dos direitos sociais e a promoção de uma onda de violência direcionadas às populações do campo.

Portanto para o próprio MST, há um redirecionamento, no interior do próprio movimento, que paralisa os investimentos na realização da feira nacional por tempo indeterminado¹¹. Ou seja, por mais que as Feiras Nacionais representassem para o MST nos últimos anos sua principal ação integrada¹², envolvendo todos os setores que compõem o movimento e aglutinando diversas estratégias políticas (formação, comunicação, comercialização, saúde, educação entre outros), a Direção Nacional é forçada a realocar suas forças e estratégias.

Esse conflito político por si só provoca inúmeras e interessantes reflexões sociológicas e possíveis caminhos de pesquisa como, por exemplo, as diversas estratégias de mobilização social em torno da Reforma agrária nacionais e descentralizados ou o maior investimento nos Armazéns do Campo - lojas do MST presente hoje em cinco capitais diferentes, como resposta política a esse boicote.

4. Horizontes:

¹¹ 'Com pressão popular vamos conseguir' (17/10/19)
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/mst-desiste-feira-reforma-agraria-2019/>

¹² MST realiza em São Paulo a "maior feira em diversidade do país", afirma dirigente (03/05/18)

<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/03/esta-e-a-maior-feira-em-diversidade-do-pais-afirma-dirigente-se-m-terra>



Estudar o interior das feiras nacionais traz desafios e oportunidades: percorrer os vínculos gerados a partir do alimento, suas múltiplas relações com o com sentidos afetivos, culturais e políticos que eles carregam. Neste sentido, as Feiras Nacionais, ao reunirem representantes de vários estados, povos tradicionais, biomas, trajetórias de luta e biografias, representavam **um território simbólico** concentrado em um mesmo espaço de pesquisa, ou seja, um verdadeiro caldeirão de sabores, sotaques, tempos e saberes.

As feiras são ambientes que deságuam relações, processos e uma trama de ações comunitárias que são estabelecidas desde o preparo das sementes até o transporte desses alimentos até o local de sua realização.

Ainda que em caráter de uma sistematização preliminar, reafirmando desde o princípio a necessidade de maior aprofundamento das questões levantadas, esse artigo nasce do desejo de compreender os diferentes sentidos¹³ atribuídos ao alimento e à agricultura camponesa nos ambientes das feiras. Bem como, da necessidade de ampliarmos os estudos sobre **os potenciais comunicativos e simbólicos das feiras no diálogo cidade e campo** buscando estudar suas linguagens, estratégias políticas, expressões e alcances.

Analisar as diferentes **estratégias de resistência camponesa acionadas a partir das feiras**, tendo como interesse as dinâmicas que envolvem a construção de conhecimento (suas sabedorias e práticas) e as **expressões culturais articuladas nesses ambientes** (festejos, celebrações, trocas e cantos) podem ser caminhos frutíferos para compreender como os movimentos sociais vem ressignificando e tecendo, nos últimos anos os caminhos de resistência e ampliação de seu diálogo mais amplo com a sociedade.

Referências Bibliográficos

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

BOURDIEU Pierre. Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action. Paris : Le seuil, 1994,

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e Capitalismo - séculos XV-XVIII. O jogo das trocas. Tomo 2. Tradução de Telma Costa. Editorial Teorema. Lisboa. 1979.

¹³ É importante delimitar a noção de alimento e da comida como patrimônio imaterial. O Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar possui um conjunto de produções e campanhas relacionadas: **Comida: Bem Material e Imaterial**, acessível em <<https://ideiamesa.unb.br/index.php?r=noticia/view&id=832>>. Outra referência interessante ainda não explorada é a noção de “quando se come junto”, compreendendo o alimento como um “veículo” que movimenta relações.



CASTRO, Marina. 2013. *A arte na sua cotidianidade: Uma percepção de arte na feira do Guamá*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará.

CERTEAU, M.. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GONÇALVES, Alexandre Ouviedo e ABDALA, Mônica Chaves. 2013. "Na banca do 'Seu' Pedro é tudo mais gostoso. Pessoaalidade e Sociabilidade na Feira-Livre". *Ponto Urbe*. <http://pontourbe.revues.org/528> (24 de junho de 2015).

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

MAUSS, Marcel "Ensaio sobre a Dádiva", In: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac e Naify. [1924] 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas*. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, p. 7-31, 2012

MOTTA, Márcia e ZARTH, Pàulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.)*. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

PALMEIRA, M. *Feira e mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas do PPGAS. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1970, mimeo

SAUER, Sérgio. *Movimentos e organizações sociais no Brasil rural contemporâneo: questões e desafios*. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas de resistência camponesa* (trad. Marilda Menezes e Lemuel Guerra). *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Vol. 21, nº 1, p. 10-31, jan./jun. 2002, *Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Vol. 21.

_____. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era,



1990.

_____. Social Network Analysis. A Handbook. London/Newbury Park / New Delhi: Sage Publications, 2000.

SEVILHA, Mateus de Moraes Servilha; DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. *Revista Faz Ciência*. v.11, n.13, 2009.

SILVA, Luiz e RODRIGUES, Carmem. 2014. "Feira de artesanato domingo na praça: comércio, circulação e lazer no centro da cidade de Belém-PA". Em: C.I. Rodrigues, L.J.D. Silva e R. F. Martins (Orgs.). *Mercados Populares em Belém – Produção de sociabilidades e identidades em espaços urbanos*. Belém: NAEA. pp. 11-32.

SOUZA, Rogério da Costa e RODRIGUES, Carmem. 2014. "Sociabilidades, práticas e identidades na Feira da 25 de Setembro". In C.I. Rodrigues, L.J.D. Silva e R. F. Martins (Orgs.), *Mercados Populares em Belém – Produção de sociabilidades e identidades em espaços urbanos*. Belém: NAEA. pp. 123-144.

THOMPSON, E. P.: Economia moral revisitada. In: E.P.Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1978; TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: Chicago Press, 2006

VEDANA, V. Fazer a feira: estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VEDANA, V. No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13383> >. Acesso em: 31 ago. 2012.



Agricultura familiar e dinâmicas de institucionalização da ação política na Zona da Mata Mineira

Elisa de Jesus Garcia - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ

Resumo

Novas formas de interação entre Estado e sociedade tecidas por meio da criação de espaços institucionais de participação social e de um novo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil têm incidido sobre a dinâmica das organizações sociais de agricultores familiares, nos últimos anos. O presente estudo apresenta uma análise a respeito de quais mudanças geradas a partir desse contexto e como as mesmas têm influenciado o exercício da ação política desses atores sociais a partir de suas organizações. A partir da perspectiva metodológica da História Oral, a pesquisa analisa a trajetória histórica de organização política e o conjunto de experiências vivenciadas por agricultores familiares organizados em sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar da Zona da Mata mineira, a partir de questões a respeito do modo como o exercício de funções de execução e operacionalização de diferentes políticas e programas públicos interferem nos processos de representação política construídos por esses atores e quais as relações e práticas de poder que compõe essa dinâmica. Os resultados da pesquisa apontam as mudanças vivenciadas pelos agricultores familiares e lideranças políticas organizados nos movimentos sociais da agricultura familiar, em âmbito local, diante dos novos instrumentos de gestão das políticas públicas e das recentes transformações no cenário político e indicam como tais mudanças tem se traduzido em estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças institucionais para as organizações sociais. Embora a participação nos processos de gestão das políticas públicas tenha sido pauta de reivindicação de parte importante dos movimentos sociais rurais, o seu exercício é gerador de conflitos e contradições e revelam diferentes estratégias e disputas relacionadas aos processos de institucionalização produzidos a partir das interações no âmbito do Estado e dos movimentos.

Palavras-chave: movimentos sociais, políticas públicas, agricultura familiar



Introdução

O presente artigo apresenta alguns resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento no curso de doutorado junto ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- CPDA/UFRRJ. O objetivo da pesquisa consiste em analisar a atuação das organizações sociais nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da problematização da representação política e das relações e práticas de poder características desses processos. Novas formas de interação entre Estado e sociedade tecidas por meio da criação de espaços institucionais de participação social e de um novo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil têm incidido sobre a dinâmica das organizações sociais de agricultores familiares, nos últimos anos.¹

A partir de meados dos anos de 1990, com o crescente reconhecimento político e social da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e outras políticas públicas direcionadas ao meio rural junto à emergência de espaços institucionais de participação social, as organizações sociais de agricultores familiares tiveram seus meios de atuação institucional ampliados no país. Talvez seja possível afirmar que, a partir desse período, há um estreitamento entre as ações empreendidas pelo Estado junto à agricultura familiar e aquelas priorizadas por parte dos movimentos sociais rurais na construção de sua agenda e na definição de suas áreas de atuação.

¹ Ao longo desse texto, os termos trabalhadores rurais e agricultores familiares serão utilizados para designar o conjunto de atores sociais representados pelos sindicatos pesquisados. Embora no período caracterizado pela fundação dessas organizações o termo utilizado na legislação em vigor e na nomenclatura da organização fosse trabalhadores rurais, a partir da criação da Lei da Agricultura Familiar, em 2011, e da definição e reconhecimento legal dessa categoria social, alguns desses sindicatos modificaram estatutariamente seus nomes, acrescentando o termo agricultores familiares para designar sua base de atuação. Além disso, é possível afirmar, a partir de observação realizada em momentos do trabalho de campo exploratório que os dois termos são utilizados de forma recorrente entre os atores sociais que compõe o escopo da pesquisa em diferentes momentos e espaços.



Recentes estudos sobre as relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil apresentam um conjunto de questionamentos a respeito das implicações da ação e participação institucional para as organizações e movimentos sociais (TATAGIBA, 2011; SILVA E SCHMITT, 2012; SILVA, 2015). Entre os temas apontados estão o modo como essas organizações têm combinado ações de contestação e ação institucional, ocorrida nos espaços de participação social e nas políticas públicas, bem como a capacidade das mesmas para atuar de forma conjunta com o Estado, considerando os custos e limites dessa atuação e as mudanças causadas a partir da opção pelo caminho institucional da ação política. Tais estudos também têm apontado limitações nas correntes analíticas que colocaram de lados opostos ações reivindicativas e propositivas e assentaram a ideia de uma reduzida probabilidade desses movimentos manterem sua autonomia diante da aproximação com o Estado. As relações entre movimentos sociais e Estado apontam para a urgência de novas abordagens analíticas e novos trabalhos de investigação.

O objeto empírico dessa pesquisa compreende um conjunto de organizações sociais, sindicatos, associações e cooperativas, localizados na mesorregião da Zona da Mata no estado de Minas Gerais. Tais organizações protagonizaram uma série de disputas pelo reconhecimento político desses atores sociais e vêm ocupando há cerca de três décadas um lugar expressivo na organização política, social e econômica dos agricultores familiares da região. Resultado da ação política de trabalhadores rurais e agricultores familiares de diferentes municípios da região, organizados sob influência de setores de esquerda da Igreja Católica e de importantes movimentos e organizações sociais ligados à luta pela redemocratização política do país, entre eles a Central Única dos Trabalhadores (CUT), esses sindicatos e organizações sociais, desde sua fundação, têm atuado num conjunto diversificado de ações, entre elas, o acesso aos serviços públicos de saúde e aos direitos sociais, além da mediação jurídica para formalização de



contratos de trabalho e de parcerias entre agricultores para compartilhamento do uso da terra.

Com a criação do Pronaf, em 1996, parte desses sindicatos, seguindo uma tendência do sindicalismo rural em âmbito nacional, acrescentaram ao conjunto de suas ações, uma série de atividades referentes à implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Compõe o escopo dessas ações a criação de novas organizações sociais para acesso a essas políticas, a elaboração e execução de projetos, a organização e participação em espaços públicos de gestão e controle social, como os CMDRs, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, os Colegiados Territoriais.²

A pesquisa, cujos resultados parciais apresentamos aqui, propõe, portanto, investigar quais relações e práticas de poder permeiam a atuação dos agricultores familiares, por meio dessas organizações, nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural na Zona da Mata mineira, buscando entender de que forma essas políticas têm interferido na dinâmica dessas organizações.

Novas interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil

A pesquisa aqui apresentada tem como desafio lançar um olhar analítico para as relações entre movimentos sociais e Estado a partir da atuação de organizações sociais na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. No Brasil, a restauração da democracia e o período após a promulgação da Constituição de

² A partir da atuação militante junto às organizações sociais da região da Zona da Mata e de trabalhos de assessoria realizados junto a esses sindicatos, entre os anos de 2005 e 2012, pude vivenciar a importância atribuída pelas lideranças que dirigem essas organizações à atuação na implementação de políticas públicas. Muitos dos sindicatos a serem pesquisados possuem um profissional, diretor sindical liberado ou funcionário contratado, para trabalhar com o Pronaf. Alguns também possuem uma sala, espaço específico dentro da sede do sindicato, para atendimentos relacionados ao Pronaf e, em alguns casos, também ao Crédito Fundiário. Há sindicatos que possuem dias da semana voltados exclusivamente para esse tipo de atendimento. Além disso, entre os anos de 2008 e 2009, foi na sede de um sindicato que funcionou um espaço de articulação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), do qual trataremos mais adiante nesse texto.



1988, apresenta um amplo e diversificado conjunto de mudanças com importantes implicações para as relações entre movimentos sociais e Estado, como a criação de conselhos gestores e a valorização das esferas locais na gestão das políticas públicas. Os processos de implementação de políticas públicas configuram-se como um campo rico para análise dessas relações, considerando o conjunto diversificado de atores, normas, estratégias e práticas de poder que envolvem o âmbito da sociedade e do Estado. Sua compreensão carece da consideração dos aspectos históricos e culturais que compõe o campo político a partir do qual são estabelecidas.

Estudos recentes têm apontado a necessidade de revisão dos referenciais teóricos sobre movimentos sociais problematizando o caráter dicotômico e normativo com que tais relações aparecem com frequência na literatura, tensionadas pelas possibilidades de cooptação pelo Estado e de institucionalização da ação política que levaria, muitas vezes, à burocratização e perda de autonomia dos movimentos sociais.³ Coloca-se diante dos trabalhos de pesquisa a respeito dessas relações o desafio de identificar e compreender as diferentes estratégias de ação, relações e práticas que excedem os marcos e categorias que homogeneízam e contrapõe atores, espaços e dinâmicas nos movimentos sociais e no Estado (ABERS; VON BULLOW, 2011; SILVA, 2015).

A importância da autonomia no exercício da ação política ocupou parte importante dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil e dimensionava a existência de um *ethos* militante que colocava sociedade e Estado de lados opostos no campo político. Silva (2010) problematiza como, no Brasil, as experiências de oposição ao Estado que ocorreram na Ditadura serviram para a categorização da contestação como elemento caracterizador de movimentos sociais. Nesse contexto,

³ Entendemos por institucionalização da ação política, uma condução da ação política, de grupos políticos da sociedade civil e/ou movimentos e organizações sociais, a partir do Estado, seja em espaços públicos de participação ou na implementação de políticas criadas a partir da esfera estatal. Ao tratarmos da institucionalização da ação no âmbito das organizações sociais que são objeto dessa pesquisa, não estamos, a priori, operando um julgamento de valor, mas, de outro modo, caracterizando um tipo de ação política exercida nessas organizações.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



o afastamento do Estado aparecia como qualidade positiva e necessária às organizações sociais. Determinadas características como a capacidade de contestação, relativa autonomia e poder de mobilização, aparecem na literatura como intrínsecas aos movimentos sociais. Abers e Von Bulow (2011, p. 79) apontam que “apesar da ênfase nos ‘novos movimentos sociais’, entre as décadas de 1960 e 1980, muita energia ainda era direcionada para a discussão sobre quais movimentos eram legítimos, realmente transformadores, ou relevantes socialmente”.

Se na década de 1980, parte importante da literatura chamou atenção para as diferentes formas de organização, atores e temas insurgentes na cena política, destacando sua capacidade de apresentar demandas e reivindicações ao Estado por meio de uma postura contestatória que garantiria em princípio a autonomia desses movimentos, a partir dos anos 1990, e no período mais recente, alguns estudos têm buscado ressaltar novas questões ao tratar dos processos de organização política no Brasil. No país, transformações no cenário político conduzidas em grande medida por mudanças na forma de governo e pela nova Constituição Federal, aprovada em 1988, conformaram um novo contexto para as relações entre movimentos sociais e Estado, indicando novas questões para o campo da ação política. Ao longo dos anos 1990, como resultado das reivindicações pela efetivação dos direitos políticos de organização e mobilização e por uma ampliação dos espaços de participação de social, os movimentos sociais deram institucionalidade a diversas pautas de luta política levando, em diferentes áreas, à criação de novos órgãos de gestão, políticas públicas e espaços públicos de participação social.

As novas possibilidades de relação com o Estado que passam a compor a trajetória dessas organizações a partir da construção democrática estimulam a elaboração de novas questões a respeito da sua autonomia, da sua capacidade de mobilização social e dos instrumentos de sua ação política ao mesmo tempo que se intensificam os dilemas em torno da participação, da representação política e da



construção de identidades políticas. A esse respeito Silva (2015), afirma

[...] sempre houve uma tensão entre a afirmação de que as mudanças vinham das "ruas" e a utilização das diferentes (e, naquela conjuntura, poucas) oportunidades institucionais disponíveis. O debate e o confronto entre as alternativas institucionais e não-institucionais, inclusive com a formulação de diversas propostas de novas instituições participativas reunidas sob a bandeira da "participação popular", marcou as redes de movimentos sociais no Brasil (e, como um ator importante dentro de grande parte destas redes, o PT) ao longo de toda a década de 1980. (Silva, 2015, p. 9)

Tatagiba (2011) também considera que,

No caso brasileiro, os movimentos sociais foram atores fundamentais na criação e consolidação da arquitetura participativa em várias áreas de políticas públicas. Em estreita conexão com atores da arena político-institucional, os movimentos sociais apostaram na luta "por dentro do Estado" como estratégia de transformação social. O próprio surgimento do Partido dos Trabalhadores se insere no âmbito dessa aposta. Uma aposta que gerou lutas longas, e no geral árduas, que resultaram na criação e reconhecimento de novos direitos de cidadania que mudaram o ambiente político no qual os governos deveriam passar a operar desde então. (TATAGIBA, 2011, p. 1)

Os resultados de processos reivindicativos das décadas anteriores, entre eles a criação de novas políticas públicas e novos instrumentos de participação e gestão social, configuram-se como campos de disputa para os movimentos sociais e produzem uma série de problemáticas que passam a ser apontadas pela literatura diante de novas formas de organização e de interação com o Estado, principalmente aquelas surgidas a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴. Tatagiba (2011) apresenta um conjunto de questões relevantes a esse respeito que podem guiar um olhar analítico sobre esses processos.

Passadas mais de duas décadas de intensa experimentação

⁴ As relações entre as organizações sociais e o PT, principalmente entre os atores que compõe o objeto da pesquisa, serão analisadas com detalhes durante o trabalho de elaboração da tese.



democrática, como os movimentos avaliam esses investimentos na participação institucional? Qual o lugar que a participação institucional ocupa nas suas estratégias de ação vis-à-vis outras estratégias potencialmente disponíveis como a ação direta, a violência, as relações clientelistas? Em um cenário caracterizado por uma oferta significativa de participação, quais os riscos e as vantagens de participar e de não participar? Quais os dilemas específicos que a ampliação dos canais de participação impõe à ação dos movimentos e como eles têm buscado responder a esses desafios? O que acontece com os movimentos quando eles trilham o caminho institucional? E quando movimentos fortes e combativos em determinadas áreas de políticas não investem nos espaços de participação gerados, quais os impactos sobre a qualidade do debate público e a efetividade da participação que neles se engendra? (TATAGIBA, 2011, p. 1)

Nas discussões acerca das relações entre movimentos sociais e Estado, ganha dimensão o crescente envolvimento das organizações sociais nas políticas públicas, principalmente a partir da década de 1990. Já a partir do início dos anos 2000, vemos aflorar uma nova série de relações, conflitos, estratégias e formas de ação no âmbito dessas relações para as quais é preciso olhar com atenção, como propõe a autora. O contexto social e político aponta, portanto, para o desafio de abandonar um viés dicotômico e lançar mão de proposições teóricas que permitam compreender os movimentos sociais em sua interface e relações de interdependência com Estado.

Dilemas da construção democrática: movimentos sociais mais perto do Estado

No Brasil, a partir do início dos anos 2000, as relações entre movimentos sociais e Estado, passam a ser compostas por uma série de especificidades constituídas a partir da eleição de um candidato do PT para a Presidência da República. O conjunto diversificado de atores sociais e suas organizações de representação, os quais compuseram a trajetória que levou o PT a ocupar o governo



por 14 anos, adentraram num cenário diferente daquele constituído anteriormente a partir do processo de democratização do país. Nesse sentido, Abers e Von Bulow (2011) indicam algumas questões importantes sobre os caminhos de pesquisa das relações entre Estado e movimentos sociais, nesse contexto. As autoras chamam atenção para os recentes esforços da literatura sobre movimentos sociais em romper paradigmas que assombram a definição desse objeto de estudo. Tais esforços vão no sentido de impedir que um excessivo trabalho teórico de delimitação do objeto obscureça diferentes relações entre os movimentos sociais e o Estado, as quais não devem ser percebidas a priori como antagônicas.

Para as autoras, correntes teóricas que, nos anos mais recentes, vêm adotando o conceito de sociedade civil no estudo de ações coletivas, a partir de uma forte influência habermasiana, contribuíram para uma importante ampliação da unidade de pesquisa com a inclusão de diferentes formas e tipos de organizações sociais. Entretanto, esses estudos não foram muito além na busca por ampliar a compreensão das formas de relação entre Estado e sociedade, à medida que tenderam a considerar a sociedade fora do Estado. Em contrapartida, na corrente teórica do processo político, a presença do Estado aparece como referência principal da ação coletiva enquanto movimento social e adquire papel central na definição do conflito, contribuindo para que fossem excluídos da agenda de pesquisa movimentos sociais que não possuíam o Estado como interlocutor, reduzindo o alcance da análise. A ênfase na luta e no conflito teria levado à exclusão de outras formas importantes de ação coletiva e de interação entre ativistas de movimentos sociais e atores estatais, priorizando uma visão analítica baseada no viés do conflito, reduzindo o alcance da análise e colaborando para a reprodução de uma visão estreita de política nesses estudos.

A partir dessa perspectiva, torna-se imprescindível considerar que movimentos sociais não estariam em oposição ou fora do Estado. Essa dicotomia impede a compreensão analítica de importantes relações, estratégias e formas de



interação circunscritas nessas fronteiras. Mudanças no campo social e político dos últimos anos e transformações nos debates teóricos têm conduzido a novas formas de pensar os movimentos sociais, indicando, principalmente, que sua delimitação enquanto objeto de pesquisa não deve pressupor uma exterioridade frente ao Estado, mas, ao contrário, apontam para a impossibilidade de uma separação radical entre movimentos sociais e Estado. Para as autoras,

Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. [...] Na América Latina – e, em particular, no Brasil – as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras. (Abers; Von Bulow, 2011, p. 64)

Essa abordagem implicaria em reconhecer que os movimentos sociais não podem ser reduzidos a ações de contestação, uma vez que os sujeitos políticos dos movimentos sociais também agem a partir do Estado para conseguir atingir seus objetivos. Abers e Von Bulow (2011, p. 65) enfatizam que “os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos”.

Silva (2015) também chama atenção para a necessidade de olhar para como os atores dos movimentos sociais tem, cada vez mais, combinado contestação e ação institucionalizada na sua prática política. O autor destaca que a dicotomia que colocou de lados opostos o exercício autônomo do papel de representação política e a atuação conjunta com o Estado tem gerado limitações em análises que tratam de maneira reducionista a ação das organizações sociais a partir de instrumentos e espaços institucionalizados.

Se, de um lado, um segmento da sociedade civil brasileira, especialmente a partir do início dos anos 1990, vai apostar nas possibilidades de participação institucional oferecidas pelos diversos canais que estavam se constituindo naquele



momento, de outro lado, uma parcela significativa das OMSs vai desenvolver repertórios de ação compósitos, combinando formas de atuação institucionais com a manutenção de formas de ação confrontacionais extra-institucionais. Neste sentido, observam-se OMSs que lançam candidatos às eleições, participam da implementação de políticas públicas, atuam em instituições participativas, possuem ativistas ocupando cargos governamentais e, ao mesmo tempo, desenvolvem repertórios conflitivos. Por vezes, são exatamente os recursos (financeiros, informações, relações etc.) obtidos através de diferentes formas de atuação institucional que garantem as condições para a realização de ações extra-institucionais. Tais ações, por sua vez, se constituem também em recursos importantes para as disputas que são travadas pelos ativistas destas OMSs no interior das estruturas institucionais. (SILVA, 2015, p. 9)

A dinâmica das organizações sociais que compõe o escopo dessa proposta de pesquisa tem como importante característica a atuação em espaços institucionais de participação social e na implementação de políticas públicas, principalmente nos últimos vinte anos. A compreensão dos aspectos da ação política exercida por meio dos sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar precisa levar em conta as ações realizadas em parceria com o Estado, seja na prestação de alguns serviços, como a emissão de documentos, a execução de recursos públicos, ou mesmo na indicação de beneficiários para acesso a políticas públicas. Embora o processo de constituição dessas organizações tenha ocorrido ancorado em mobilizações em torno de um conjunto de ações reivindicativas, com intensa confrontação com agentes políticos locais e com o Estado, inúmeros dilemas e conflitos a respeito da dinâmica entre contestação e institucionalização surgiram tão logo se iniciou um processo formal de estruturação e funcionamento dessas organizações.

Uma análise atenta dessa dinâmica permite compreender como esses conflitos são vividos pelos agricultores e lideranças no cotidiano dessas organizações. Do mesmo modo, uma percepção menos normativa permitirá inserir



esses dilemas em torno das relações com o Estado no conjunto de questões necessárias para entender a constituição e o histórico desses movimentos, sem atirá-los no limbo do cooptação e da ilegitimidade. Tatagiba afirma que “o que caracteriza os movimentos sociais contemporâneos é a combinação de diferentes formas de ação, o que os torna muito mais flexíveis em relação as suas táticas, do que os movimentos do passado” (TATAGIBA, 2011, p. 3). Para autora, entretanto, essa característica requer maior atenção analítica.

As decisões estratégicas são dilemáticas e resultam de um jogo complexo no qual intenções, recursos, oportunidades e posições relacionais aparecem como determinantes da ação. A análise dos repertórios de ação dos movimentos exige sensibilidade aos dilemas táticos e estratégicos impostos pelas mudanças conjunturais e/ou pela configuração estrutural dos campos em disputa, assim como para natureza cultural dos processos pelos quais os atores definem as questões em jogo, os campos em disputa e conformam suas identidades a partir dos seus múltiplos pertencimentos e dos compromissos, muitas vezes contraditórios, que eles geram (Mische, 2008 e 2003). (TATAGIBA, 2011, P. 4)

Análises de repertórios de interação no Brasil⁵, apontam que os movimentos sociais têm, com frequência, conjugado diferentes estratégias de ação junto ao Estado, como tem ocorrido no campo político da agricultura familiar. Os movimentos combinam ações de contestação e de participação institucional com repertórios específicos de apresentação de demandas e reivindicação de políticas e recursos,

⁵ Diante da necessidade de teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos com o Estado, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) propõem a partir de uma atualização no conceito de repertório de ação, de Charles Tilly, o conceito de repertório de interação Estado-sociedade. As autoras apontam quatro rotinas comuns de interação Estado-sociedade: protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia. Essas formas de interação e seus modos de combinação são carregados de aspectos históricos constitutivos das trajetórias dos movimentos e do próprio governo e, portanto, devem ser analisados também a partir de uma perspectiva histórica, nas diferentes áreas de política pública. Isso implica que formas institucionais de interação com legitimidade no âmbito do Estado não devem ser analisadas de forma isolada em relação a outras estratégias ou instrumentos menos institucionalizados. Além disso, tais interações são dinâmicas e, por isso, passariam por adaptações definidas pelos próprios atores sociais e suas organizações.



como ocorre no caso do Plano Safra da Agricultura Familiar, cuja dinâmica de construção, ano a ano, envolve diferentes momentos de negociação e atos reivindicatórios coordenados em boa parte dos casos pelo movimento sindical rural (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA; 2014; GRISA; SCHNEIDER, 2015). Uma questão relevante a ser colocada diante desse diagnóstico é o modo como essas combinações de repertórios de interação tem ocorrido em nível local, a partir das organizações sociais dos agricultores familiares em cada município. Também é preciso investigar como esses repertórios de interação, como apresentados acima, são operacionalizados no cotidiano e nos contextos de experiência dos próprios movimentos e organizações colocando questões sobre sua efetividade para os atores sociais e sobre as práticas de poder que interferem na constituição e operacionalização desses repertórios.

É importante realçar que, no caso das experiências de interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil, principalmente aquelas que ocorrem a partir de mecanismos institucionais, tal análise precisaria levar em conta uma problematização a respeito dos mecanismos de representação política nesses movimentos. Outra questão importante é como os atores sociais e suas organizações selecionam os canais de interação com o Estado e, principalmente, de que modo essa interação repercute no cotidiano dessas organizações sociais. Nessa direção, Cortes e Silva (2010) também chamam atenção para a necessidade de compreensão das relações entre movimentos sociais e Estado a partir de duas dimensões: a dimensão político-institucional e a dimensão organizacional. Para os autores,

Por um lado, as lentes de análise devem ser capazes de examinar as configurações sociais existentes no âmbito da sociedade civil e do Estado, enfocando as profundas interdependências entre atores e processos abrangidos por aqueles conceitos. Por outro, atores sociais e estatais são reflexivos, fazem escolhas entre oportunidades de ação e estratégias a serem adotadas, levando em conta as



possibilidades limitadas pelas condições institucionais em que agem e os contextos conjunturais em que se encontram (CORTEZ; SILVA, 2010, p. 437).

Os dilemas entre contestação e institucionalização que compõe o campo dos movimentos sociais nos anos mais recentes e as implicações da ação institucional para as organizações sociais encerram debates importantes para o campo de estudo das relações movimentos sociais e Estado. A esse respeito, Tatagiba (2010) aponta a importância de uma perspectiva de análise dinâmica e relacional que tome em conta a heterogeneidade do Estado e da sociedade e considere os múltiplos e complexos processos gerados a partir dessas relações.

Metodologia de pesquisa e primeiros resultados

Para a realização desse trabalho nos debruçamos sobre um conjunto de experiências vivenciadas a partir de ações em parceria com o Estado, principalmente por meio da atuação na implementação de políticas públicas, a partir dos próprios atores, olhando para seus dilemas e buscando compreendê-los como parte da construção de uma ação política no campo. A pesquisa analisa a trajetória histórica e o conjunto de experiências vivenciadas por agricultores familiares e suas lideranças políticas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (STR) da Zona da Mata mineira vinculados à Fetraf e a Contag e associações e cooperativas da agricultura familiar a partir de questões a respeito do modo como o exercício de funções de execução e operacionalização de diferentes políticas e programas interferem na constituição de uma ação política no campo e as relações e práticas de poder que envolvem tais processos.

O surgimento das organizações sociais que são objeto da pesquisa e sua constituição enquanto movimento social são resultados de um processo de mobilização realizado junto a agricultores familiares da Zona da Mata Mineira, cuja base remete ao trabalho realizado pela Igreja Católica, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A fundação de sindicatos em diferentes



municípios da região, ao longo dos anos de 1980, representou a institucionalização de um conjunto de demandas e reivindicações relacionadas a diferentes aspectos sociais, econômicos e culturais das condições de vida desses agricultores, naquele período. Em grande medida, compunha o conjunto dessas reivindicações a busca por melhores condições de vida, trabalho e produção, a luta pelo rompimento de relações de dependência e práticas clientelísticas com grandes proprietários de terra, organizações patronais e políticos locais. A religiosidade e as relações de vizinhança e parentesco contribuíram para a construção de uma identidade política e para constituição da ação política desse conjunto de atores enquanto um movimento social (GARCIA, 2013).

Uma das características centrais desse movimento é a existência de uma articulação de caráter regional que envolve, além dos sindicatos, um conjunto de atores e organizações sociais, como organizações não-governamentais (ONGs), associações comunitárias, cooperativas, Escolas Família Agrícola (EFA), pastorais católicas. Essa articulação, que poderíamos caracterizar enquanto uma rede de movimentos sociais da Zona da Mata, implicou na própria ampliação dos processos de constituição desses sindicatos e na configuração de repertórios de ação comuns que envolvem uma agenda de atuação diversificada em torno de temas como direitos, produção sustentável, comercialização, tecnologias alternativas, educação do campo e, mais recentemente, agroecologia, cooperativismo de crédito e gênero.

A fundação desses sindicatos é, portanto, resultado de uma ação política que se constitui enquanto movimento social. Sua caracterização enquanto um movimento é primordial para a compreensão de sua ação no campo político e sua relação com o Estado, especialmente no processo de implementação de políticas públicas. A ação política construída a partir dessas organizações é resultado de uma ação coletiva mobilizada em torno da busca dos agricultores por mudanças sociais e políticas e melhores condições de vida. Nesse sentido, suas relações com o Estado precisam ser analisadas levando em conta sua trajetória histórica de constituição



enquanto movimento e considerando os diferentes aspectos de sua atuação no cotidiano da luta política, realizada a partir de diferentes frentes de ação e de uma diversidade importante de atores sociais, pautas de reivindicações, formas de articulação. Suas trajetórias remetem a ampliação da atuação dos movimentos em torno da democratização do Estado e da sociedade no Brasil e apontam para o surgimento de um conjunto de dilemas e conflitos que permearam a ação política desde esse período.

Foram realizadas 37 entrevistas com agricultores familiares e lideranças políticas que atuam em sindicatos, associações e cooperativas da região da Zona da Mata mineira. As entrevistas foram conduzidas a partir das concepções metodológicas da História Oral, estimulando os atores sociais a contarem suas histórias de vida e suas trajetórias de ação política desde suas origens sociais, sua atuação nos movimentos sociais, partidos políticos e organizações governamentais. As questões que orientaram as entrevistas tinham como objetivo principal revelar os mecanismos de tomada de decisão na dinâmica de representação política exercida no âmbito das organizações e movimentos sociais da agricultura familiar e perceber as mudanças e impactos nas práticas desses movimentos a partir da participação institucional exercida nos processos de implementação de políticas públicas.

Os resultados da pesquisa indicam algumas mudanças vivenciadas pelos agricultores familiares e lideranças políticas organizados nos movimentos sociais da agricultura familiar, em âmbito local, diante dos novos instrumentos de gestão das políticas públicas e das recentes transformações no cenário político e apontam como tais mudanças tem se traduzido em estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças para as organizações sociais.

Uma análise um pouco mais atenta da dinâmica desses movimentos e da trajetória de ação política dos agricultores familiares da região permitiu observar que a atuação na promoção do acesso a programas governamentais e à execução de ações públicas não são inovações. No caso específico dos sindicatos fundados na



região, na década de 80, a emissão de documentos, como a Carteira do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e a promoção do acesso a aposentadoria e outros direitos da previdência social, principalmente a partir do início dos anos 1990, estão entre as diferentes ações desempenhadas por essas organizações no âmbito institucional.

A partir do início dos anos 2000, a atuação na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural passa a ocupar importante lugar na dinâmica das organizações sociais da agricultura familiar na região, reconfigurando sua agenda e seus repertórios de ação política. A própria construção dessas políticas públicas para o rural e a institucionalização de um lugar para a agricultura familiar entre os órgãos de governo é resultado de um conjunto de reivindicações desses movimentos, os quais tiveram o Estado como interlocutor privilegiado na luta pelo atendimento público de seus demandas e interesses (GRISA, SCHNEIDER, 2015).

Desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, os sindicatos estudados acrescentaram ao conjunto de suas ações uma série de funções e atividades referentes à implementação dessas políticas, entre elas a criação de novas organizações sociais para acesso a essas políticas, a elaboração e execução de projetos, a organização e participação em espaços públicos de gestão social. Criadas nos anos mais recentes, as cooperativas de crédito e de produção tem sua constituição e atuação fortemente marcadas pelas exigências das políticas públicas. De acordo com os agricultores entrevistados é o acesso ao Pronaf o principal estímulo para a fundação de cooperativas de crédito. Já as cooperativas de produção, de acordo com as lideranças entrevistadas, foram fundadas para executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Os resultados da pesquisa apontam que o exercício dessas atividades e funções nos programas e políticas públicas interfere nos processos de tomada de decisões e aciona uma série de disputas no interior dessas organizações e junto aos



demais atores envolvidos no campo político da agricultura familiar. As organizações confrontam-se com a necessidade do desempenho de novas funções, do cumprimento de novas exigências legais e da execução de novas atividades que reconfiguram seu modo de funcionamento, suas demandas e os processos de representação política.

A intensa atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas tem interferido na dinâmica de aproximação dos agricultores com as organizações e no engajamento de novos sujeitos políticos, bem como nos critérios de ocupação de cargos de direção e na dinâmica de representação política desses agricultores. Parte das lideranças entrevistadas, principalmente jovens e mulheres, relataram descobrir a existência de sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar durante a procura pelo acesso a alguma política pública, seja buscando o crédito do Pronaf, a casa do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) ou vender seus produtos para alimentação escolar.

Outro aspecto importante evidenciado pela pesquisa é que novas habilidades adquiriram importância entre os atores sociais para condução dessas organizações. A partir das entrevistas é possível identificar um grupo de lideranças mais jovens que ascendeu politicamente nos sindicatos, cooperativas e associações e passou a ocupar cargos de direção por suas habilidades técnicas e pela capacidade de exercer funções administrativas. Há ainda lideranças que relataram ter sido convidadas a ocupar cargos de direção devido ao reconhecimento adquirido pelo trabalho na execução de alguma política pública.

Além disso, a criação de novas organizações sociais para atender exigências das políticas altera as relações de poder no âmbito desses movimentos. Sindicatos, cooperativas e associações têm sua relevância avaliada pelas lideranças na lógica do acesso às políticas públicas, alterando os critérios de definição de novas prioridades de alocação de recursos do movimento e ativando as disputas por cargos e posições políticas de direção entre os agricultores nessas organizações.



Os resultados apontam ainda para a existência de diversos dilemas relacionados às inúmeras funções e papéis exercidos pelas lideranças na implementação de políticas públicas. Os agricultores entrevistados afirmam que o trabalho de base ocorreu de forma cada vez menos intensa, gerando alguns problemas para organização, como a diminuição das ações de mobilização relacionadas à luta por novos direitos, bem como o envolvimento em ações de caráter mais reivindicativo. Entretanto, a atuação em ações de implementação de políticas é apontada pela maioria das lideranças entrevistadas como prioridade para agenda das organizações sociais, uma vez que a presença nos espaços institucionais de participação e a promoção de acesso às políticas públicas contribuem para sua legitimidade no campo político e viabilizam parte de sua sustentabilidade econômica.

Considerações finais

Os resultados iniciais da pesquisa permitem elaborar algumas considerações a respeito das relações movimentos sociais e Estado. A atuação da implementação de políticas públicas e a opção pelo caminho institucional da ação política configuram-se como parte das estratégias dos atores sociais para a manutenção e o fortalecimento das organizações de movimentos sociais. O investimento em ações institucionais não pode, desse modo, ser reduzido à cooptação, considerando que aproximação com o Estado também é uma forma de manter o próprio movimento social ativo e reconhecido no campo político. Não se trata, tampouco, de abrir mão de autonomia, mas de construir uma relação com o Estado que beneficie os agricultores familiares. Atuar na implementação de políticas em parceria com o Estado, significa para os atores dos movimentos sociais promover o acesso à direitos.

Além disso, os resultados indicam que não é possível vincular de forma simplista a capacidade de mobilização dos movimentos sociais ao exercício de



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



ações de caráter institucional. A diminuição ou aumento dessa capacidade está vinculada a um conjunto de fatores como as condições de vida da base social dessas organizações sociais, ao seu histórico de atuação e a temática relacionada às tentativas de mobilização. Os movimentos sociais analisados não abandonaram a organização de ações de caráter disruptivo. Mas, combinaram à essas ações um conjunto de práticas que compõe o cotidiano de funcionamento das suas organizações, suas relações na arena política local e suas interações com o Estado.

Nesse contexto, os processos de institucionalização ocorridos nas organizações de movimentos sociais estudadas ativam e reconfiguram as disputas pelo poder e atualizam as práticas de ação política dos agricultores familiares. Entretanto, as intensas expectativas sobre os novos instrumentos de gestão que cobriram os atores do Estado e da sociedade, podem em alguma medida, ocultar uma série de limitações que cercaram a dinâmica de participação institucional nessas organizações. Embora essa participação tenha sido pauta de reivindicação dos agricultores familiares, o seu exercício é gerador de conflitos e contradições e revela disputas relacionadas ao próprio conceito de agricultura familiar, as concepções sobre desenvolvimento e aos diferentes projetos políticos dos agricultores familiares e suas organizações de representação política.



6. Referências Bibliográficas

ABERS, R. VON BULOW, M. Movimentos Sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ABERS, A. SERAFIM, L. TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 325 a 357.

CORTES, S. V. SILVA, M. K. Sociedade Civil, Instituições e Atores Estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em Fóruns Participativos. *Estudos sociológicos*, Araraquara, v.15, n.29, p.425-444, 2010

GARCIA, E. J. *Entre promessas e contradições: dilemas da ação política na trajetória do sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG*. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal de Viçosa). Viçosa, MG, 2013.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

LAVALLE, A. G. VON BULOW, M. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: brokers diferentes, dilemas semelhantes. *Política e Sociedade*. Florianópolis. Volume 13. N 28. Set/Dez. 2014.

SILVA, M. K. Movimentos sociais no Brasil: institucionalização e contestação. *III Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales*, realizado FLACSO-Ecuador, Quito, nos dias 26 a 28 de agosto de 2015.

_____. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*. 46 (1): 2-9, janeiro abril, 2010.

SILVA, M. K.; SCHMITT, C. J. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: 36°. *Encontro Anual da Anpocs*, 2012, Águas de Lindoya. Anais...Águas de Lindoya: Anpocs, 2012.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
Rurais

Apoio:



TATAGIBA, I. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação*. IPEA/PRODEP, 2011.



REDE DE ESTUDOS
Rurais



Cooperativismo e associativismo no modelo da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da Serra Catarinense

Marja Zattoni Milano¹, Ademir Antônio Cazella²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre o papel das experiências cooperativas e associativas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) a partir do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Essa abordagem se baseia na valorização dos recursos de um território e nas articulações entre diferentes atores e instituições – públicos, privados e associativos - para gerar respostas inovadoras de enfrentamento aos desafios impostos pela globalização neoliberal. As reflexões aqui apresentadas são resultado da participação da primeira autora na quarta edição da Escola de Verão do Comitê Acadêmico Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS) sobre Processos Cooperativos e Associativos em Dinâmicas de Desenvolvimento Rural, bem como de análises teóricas e estudos empíricos que vêm sendo conduzidos nesse tema, sobretudo, na Serra Catarinense. O artigo apresenta algumas experiências cooperativas e associativas da Serra Catarinense e discute o papel que essas experiências desempenham, ou podem vir a desempenhar, nos processos de DTS. A partir da noção de território enquanto expressão do exercício do poder dos diferentes atores e considerando que esses atores não são meros reprodutores das estruturas onde se inserem, mas têm capacidades para alterar a correlação de forças e impor novos padrões de relacionamento, a análise da presença e densidade de cooperativas e associações em um território adquire nova dimensão, que consiste em atuar no enfrentamento das questões históricas e estruturais da desigualdade. Dessa forma, o presente artigo enfatiza que a ação coletiva cumpre o importante papel de preencher lacunas ou

¹ Professora do Instituto Federal Catarinense - Campus Rio do Sul e Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, associada ao Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), marjamilano@gmail.com

² Doutor, Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC), aacazella@gmail.com



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



limitações da aplicação da abordagem da CBST em territórios com grande desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Territorial Sustentável, recursos territoriais, governança territorial





INTRODUÇÃO

A perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) defende um modelo de desenvolvimento descentralizado, voltado para a valorização dos recursos locais e dos pequenos centros urbanos integrados ao seu entorno rural, que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento centralizado e com forte dependência da intervenção estatal (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Essa perspectiva se distancia da noção de desenvolvimento centrada no crescimento econômico e compreendida como um movimento progressivo em direção a um modelo restrito de modernidade. Ao contrário, o DTS considera a possibilidade de, no nível local, as representações do desenvolvimento serem ressignificadas e transformadas, oportunizando trajetórias diversas, com centralidade dos aspectos associados à qualidade de vida.

Inserida no arcabouço do DTS, a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) foi concebida por pesquisadores franceses, especialmente voltada para territórios rurais marginalizados pelo progressivo processo de globalização (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001). Essa abordagem se baseia na valorização dos recursos de um território e nas articulações entre diferentes atores e instituições – públicos, privados e associativos - para gerar respostas inovadoras de enfrentamento aos desafios impostos pela globalização neoliberal. A partir dessas ideias, a CBST se apresenta como um modelo teórico-metodológico tanto para diagnóstico do território, quanto para orientar os agentes locais no planejamento do desenvolvimento. Desde 2006, o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) da Universidade Federal de Santa Catarina vem desenvolvendo projetos de pesquisa que visam à adaptação do enfoque da CBST para o caso de territórios brasileiros.³

³ Esse artigo apresenta resultados parciais do projeto “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável”, o qual conta com apoio financeiro do SEBRAE, CNPq e Fapesc.



Desde meados da década de 2000, diferentes estudos adotaram o enfoque da CBST para a compreensão do processo de desenvolvimento de territórios rurais, majoritariamente na Europa, onde o modelo foi concebido, mas posteriormente também em países da América Latina e África (CAZELLA et al., 2019; MELLO; FROEHLICH, 2019; SPERB; SERVA, 2018; HIRCZAK et al., 2008; TOCATELLI, 2015; ALVARÉZ et al, 2014; PECQUEUR, 2001). Nos diferentes estudos concluiu-se que a existência de articulação entre atores públicos e privados é um fator preponderante e também um dos maiores desafios para o planejamento do desenvolvimento de base territorial. Particularmente nos territórios onde há maior desigualdade social, advém desse tipo de articulação a possibilidade de construção de estratégias de desenvolvimento abrangentes, capazes de redistribuir os benefícios e não permitir que eles sejam apropriados apenas por atores historicamente integrados às iniciativas e políticas já existentes e melhor posicionados na hierarquia social.

Considerando que os recursos não estão igualmente distribuídos entre os diferentes atores do território e tampouco a habilidade de articulação desses recursos pelos atores (ABRAMOVAY, 2010), as associações e cooperativas podem exercer um papel fundamental para integração de interesses diversificados na pauta de elaboração de estratégias territoriais. A partir de suas organizações coletivas, os indivíduos têm maior capacidade de construir coalizões políticas para interagir e negociar com os demais atores territoriais e externos, sejam eles públicos ou privados.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre o papel das experiências cooperativas e associativas para o DTS a partir do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Essas reflexões são resultado da participação da primeira autora na quarta edição da Escola de Verão (EV) do Comitê Acadêmico Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS) sobre Processos Cooperativos e Associativos em Dinâmicas de



Desenvolvimento Rural⁴, bem como de análises teóricas e estudos empíricos que integrantes da equipe do Lemate vêm conduzindo, sobretudo, na Serra Catarinense.

O artigo adotará um recorte territorial, enfocando as experiências visitadas na Serra Catarinense, as quais serão relacionadas e descritas adiante. A escolha desse território para o aprofundamento da análise deve-se a três fatores principais: primeiro, porque a EV contemplou, nesse território, experiências associativas de instituições públicas, além de cooperativas de natureza privada, possibilitando uma reflexão sobre a complementariedade entre os dois tipos de organização, pertinente no enfoque da CBST; segundo, porque existe um caminho já trilhado de estudos com o enfoque da CBST nesse território, desde 2017, que servirá de base para as análises aqui propostas; e, por último, mas não menos importante, porque há, atualmente, interesse por parte de alguns atores sociais públicos e privados do território em aplicar o enfoque da CBST no planejamento e na execução de ações e políticas de desenvolvimento na Serra Catarinense. Diante dessa perspectiva, o presente artigo poderá também contribuir com o avanço de tais ações, especialmente no que tange ao papel do cooperativismo e associativismo.

Além dessa introdução, o artigo contém, na próxima seção, uma breve revisão teórica sobre a concepção de território adotada no artigo e o enfoque da CBST. Na sequência são apresentados o território da Serra Catarinense e as experiências conhecidas ao longo da Escola de Verão, além de alguns dos resultados de atividades de pesquisa vinculadas ao enfoque da CBST realizadas anteriormente nesse território. Finalmente, discute-se o papel que as experiências cooperativas e associativas desempenham, ou podem vir a desempenhar, nos processos de DTS em geral e, particularmente, na Serra Catarinense, enfatizando como a ação coletiva cumpre o importante papel de preencher lacunas ou limitações da aplicação da abordagem da CBST em territórios com grande desigualdade social.

⁴ A quarta edição da Escola de Verão do Comitê Acadêmico de Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS) da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) foi realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina, de 17 a 22 de fevereiro de 2020, em diferentes regiões do estado de Santa Catarina (Brasil). A Rede AUGM reúne 39 universidades públicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Seu Comitê PROCOAS é o grupo técnico-acadêmico destinado a abordar e promover, com enfoque multi e interdisciplinar, as temáticas de cooperação, associativismo e economia solidária.



TERRITÓRIO E O MODELO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

Nas últimas décadas, o conceito de território ganhou evidência e passou a ser amplamente discutido e adotado em diferentes disciplinas científicas, bem como no planejamento e implementação de políticas públicas de diferentes países. Ao longo da evolução desse conceito, o território passou a ser cada vez mais compreendido a partir das ações e inter-relações dos atores sociais sobre e com o espaço. Segundo Abramovay (2003) são as relações sociais que configuram um território, mais do que um conjunto de atributos comuns, de proximidade ou de delimitação geográfica definida.

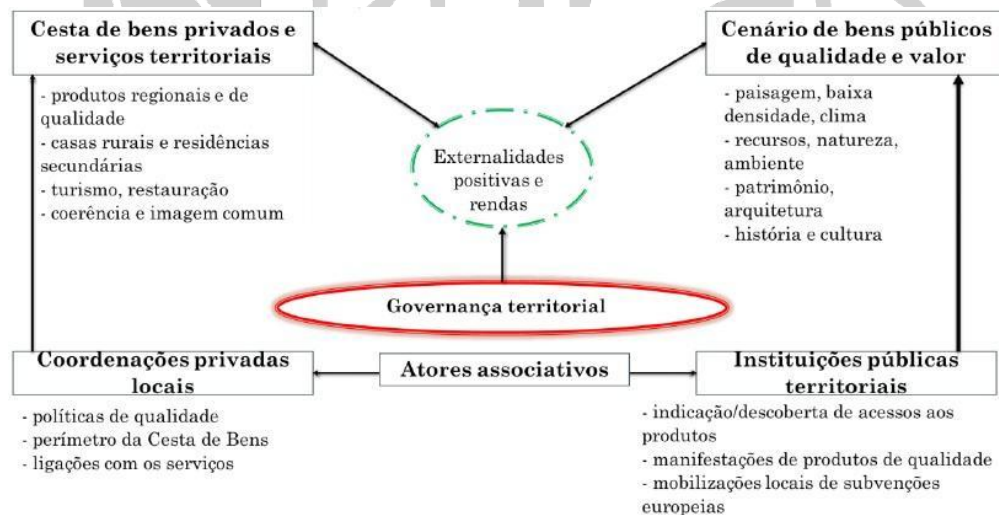
Nas palavras de Raffestin (1993, p. 143), “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço”. Para esse autor, o espaço é uma matéria-prima, um local de possibilidades, que os atores sociais ocupam e sobre o qual atuam, exercendo seu poder. Dessa forma, o conjunto de atores – o Estado, as organizações e os indivíduos – produzem o território ao agir e exercer seu poder em suas relações sociais. Embora existam definições que ressaltam outros aspectos do território, sua compreensão enquanto uma expressão do exercício do poder dos diferentes atores sociais será útil para as reflexões do presente artigo sobre o papel do cooperativismo e do associativismo na promoção do DTS.

O modelo da CBST começou a ser formulado na década de 1990, na França, a partir dos trabalhos da economia territorial, para os quais o desenvolvimento territorial funda-se em processos de especificação e diferenciação de produtos e serviços (PECQUEUR, 2001; MOLLARD, 2001). Nesse modelo, a cesta, longe de ser um objeto concreto, consiste num processo de valorização de diferentes produtos, serviços e do cenário (patrimônio natural, arquitetônico, histórico e cultural), por meio da articulação de atores sociais em torno de uma mesma construção cognitiva na escala de território (PECQUEUR, 2006, p. 143). Essa articulação de fatores resulta na geração de uma Renda de Qualidade Territorial (RQT) apropriada por diversos segmentos produtivos e prestadores de serviço, favorecendo, com isso, melhorias de indicadores de sustentabilidade e de desenvolvimento dos territórios.

O consumidor percebe a especificidade de diversos produtos procedentes da produção local e, ao adquirir o produto no seu contexto, ele compra, além dos bens e serviços, o prazer gerado pelas singularidades sociais e ambientais do território. A cesta, portanto, não é apenas um conjunto de bens privados, mas o resultado de bens privados, bens públicos ou cenário, políticas e investimentos realizados e estratégias de apropriação dos recursos estabelecidas no território. Os bens e serviços que constituem uma cesta são complementares, o que pressupõe uma interdependência entre os produtores e prestadores de serviços, implicando em sua organização e atuação coletiva.

Assim, a particularidade mais importante deste modelo é a associação entre a emergência da RQT compartilhada entre distintos atores e a estratégia solidária de organização entre produtores e prestadores de serviços, sempre ancoradas no contexto cultural e ambiental do território (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2006). Segundo Hirczak et al. (2008), a constituição de uma CBST-se dá em torno de três eixos principais, ilustrados, a seguir, por meio da Figura 1.

Figura 1- Governança territorial e estrutura de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais



Fonte: Cazella et al., 2019, p. 55.



Conforme o esquema da ilustração, os componentes essenciais a uma CBST são os seguintes: i) bens e serviços complementares que possuam uma origem territorial comum e uma imagem coerente com o território, dificilmente substituíveis por bens genéricos; ii) laços de proximidade e de confiança, os quais podem se expressar no desenvolvimento de sistemas de transformação agroindustrial, venda direta, gastronomia típica e visitas turísticas diversas ao patrimônio territorial (a demanda dos produtos está ligada à qualidade, à reputação e ao (re)conhecimento do território e de suas tradições); iii) bens públicos que valorizem a cesta, desempenhando um papel de cenário. Tais bens estão associados ao ambiente natural (paisagem e biodiversidade), ao patrimônio e à cultura (arquitetura e monumentos) e à história e tradições do território (HIRCZAK et al., 2008). Como será aprofundado nas próximas seções, as ações cooperadas podem exercer papéis fundamentais nos três eixos que compõem a cesta, seja na organização da oferta e da demanda por produtos e serviço de qualidade diferenciada, nos processos de valorização e especificação de recursos do território ou na governança territorial, assegurando a participação mais ampla dos distintos atores sociais.

Por ter sido inicialmente constatado a partir do território de Barronies, na França, que reúne um conjunto peculiar de características, como a produção de azeite de oliva de qualidade diferenciada e paisagens montanhosas com forte apelo turístico, alguns autores questionaram o quanto o modelo da CBST poderia ser generalizado. Para responder a esse questionamento, a metodologia foi empregada na análise de outros territórios franceses, com características diversas, de onde concluiu-se que, embora não exista um formato único de *cesta*, o modelo teórico-metodológico é útil tanto para o diagnóstico, quanto para traçar objetivos de desenvolvimento estimulantes e acessíveis, especialmente para territórios “(...) que apareceram, foram esquecidos, ou marginalizados por um tempo” (HIRCZAK et al., 2008, p. 69). Da mesma forma, Toccatelli (2015), ao analisar as perspectivas de continuidade das políticas europeias para os territórios rurais italianos, fez uso do modelo da *Cesta* como uma tipologia para caracterizar territórios que apresentam uma produção diversificada e uma ação integrada de desenvolvimento por parte de atores sociais locais. A autora destacou a



importância do *desenvolvimento local liderado pela comunidade*⁵, chamado também de abordagem *bottom-up*, para esse estilo de desenvolvimento.

Para além da Europa, há estudos que apontam que a metodologia se mostra útil também para realidades com grande desigualdade social, como no caso do território Wilaya de Ain Témouchent, na Argélia (ALVARÉZ et al., 2014), no território de Puebla, no México (PENSADO-LEGLISE; MARTÍNEZ-VICENTE, 2015), e no Brasil, nos territórios da Quarta Colônia (RS) (MELLO; FROEHLICH, 2019), na APA da Baleia Franca (SC) (SPERB; SERVA, 2018), no Planalto Norte (SC) (MILANO et al., 2019) e na Serra Catarinense (CAZELLA et al., 2019). Contudo, nesses territórios, a articulação necessária para a constituição de um sistema de governança territorial e a construção de processos de desenvolvimento inclusivos, com distribuição dos benefícios materiais e simbólicos, parece ser o maior desafio.

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA SERRA CATARINENSE

O movimento cooperativista surgiu como crítica e resistência ao avanço do capitalismo e das injustiças sociais por ele provocadas (BÚRIGO, 2010). Embora seja possível identificar cooperativas e associações construídas a partir de objetivos bastante distintos, pode-se dizer que as experiências coletivas de organização econômica se caracterizam por buscar a socialização da riqueza e a gestão democrática da atividade econômica, sendo regidas por valores de igualdade, reciprocidade, cooperação e solidariedade (IGNÁCIO; SOUZA, 2008).

A responsabilidade das cooperativas com o seu contexto social pode ser constatada a partir do princípio cooperativista *interesse pela comunidade*. Por meio desse princípio, as cooperativas reconhecem seu papel enquanto agentes de transformação social e promotoras do desenvolvimento social, econômico e de geração de bem estar nas comunidades onde atuam, para além de seus associados (ILHA, 2008). Nesse sentido, Ignácio e Souza (2008, p. 60)

⁵ Tradução dos autores, da expressão original *Community-led Local Development* (CLLD).



chamam a atenção para a convergência entre o cooperativismo e a perspectiva do DTS: “o cooperativismo faz emergir democraticamente processos de desenvolvimento local, que ao se integrar nos respectivos territórios, possibilitam a construção de um novo padrão de desenvolvimento, mais humano e solidário”.

Segundo Jesus e Tiriba (2004), os processos cooperativos se caracterizam pela fusão de muitas forças em uma força social comum, que resulta maior do que a soma das forças individuais. Retomando a noção de território enquanto expressão do exercício do poder dos diferentes atores e considerando que esses atores não são meros reprodutores das estruturas onde se inserem, mas têm capacidades para alterar a correlação de forças e impor novos padrões de relacionamento (ABRAMOVAY, 2010), a análise da presença e densidade de cooperativas e associações em um território adquirem nova dimensão, que consiste em atuar no enfrentamento das questões históricas e estruturais da desigualdade.

A SERRA CATARINENSE

A Serra Catarinense, inicialmente habitada pelos povos indígenas Xokleng e Kaingang, sofreu grande influência do tropeirismo em sua estruturação fundiária e econômica – as grandes fazendas para criação de gado – e na cultura regional que, posteriormente, passou a ser também influenciada pela colonização alemã, italiana, portuguesa e polonesa (LOCKS, 2016). Ao longo do tempo, os principais ciclos econômicos na região foram a pecuária extensiva; a atividade madeireira, inicialmente de exploração das florestas nativas de araucária e depois com o plantio de espécies exóticas; a fruticultura de clima temperado, com destaque para a maçã; e, mais recentemente, o turismo, com grande vínculo ao espaço rural e suas paisagens típicas, bem como ao clima serrano, marcado por invernos rigorosos com possibilidades de nevascas esporádicas. Essas atividades conviveram com a agricultura de subsistência, nas beiras de rio e em relevos acidentados, e com a extração do abundante pinhão (LOCKS, 2016).



A região, política e administrativamente, é composta por dezoito municípios, os quais integram a Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures)⁶. Abriga 284.115 habitantes, dos quais mais da metade reside no município de Lages. Trata-se de uma região com grande extensão territorial, aproximadamente 16 km², porém pouco habitada, com uma Densidade Demográfica (DD) de 17,6 hab./ Km², considerada baixa em comparação à DD estadual de 64,8 hab./Km². Os índices de saúde, qualidade de vida e economia são preocupantes. Se tomarmos o índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios⁷ (FECAM, 2018) como parâmetro, que associa aspectos sociais, ambientais e econômicos, a Serra ficou com a pior posição entre todas as regiões de Santa Catarina.

O inverno rigoroso, a paisagem peculiar e a história de ocupação influenciam a forma de viver da população local e caracterizam alguns produtos e serviços típicos da região, que propiciam a adoção do modelo da CBST. Entre eles, destacam-se a vitivinicultura de altitude, o cultivo da maçã, o queijo artesanal serrano, o mel de melato, e o turismo em unidades agrícolas familiares (CAZELLA et al, 2019). Todos esses produtos e serviços têm sido alvos de processos de valorização, em sua maioria a partir da atuação de associações ou cooperativas, com apoio de instituições públicas e da sociedade civil. Em alguns casos há a construção de processos para obtenção de Indicação Geográfica⁸, em estágios ainda iniciais, como para o mel de melato, ou já finalizados, como para o queijo artesanal serrano.

⁶ A Amures é uma das 21 Associações de Municípios que integram a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), criadas nos anos 1960 como forma de articular ações intermunicipais de interesse comum e, principalmente, prestar assessorias jurídica e contábil às administrações municipais. Os municípios associados à Amures são os seguintes: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema.

⁷ O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores – associados às dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional

⁸ “As Indicações Geográficas se referem a produtos ou serviços que tenham uma origem geográfica específica. Seu registro reconhece reputação, qualidades e características que estão vinculadas ao local. No Brasil, o reconhecimento desse instrumento se deu a partir da legislação brasileira de Propriedade Industrial, Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 (INPI, 2019),



ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COOPERATIVAS E ASSOCIATIVAS E O MODELO DA CBST NA SERRA CATARINENSE

As experiências cooperativas e associativas da Serra Catarinense contempladas ao longo da Escola de Verão foram as seguintes: Coopersalto - abatedouro de frango caipira localizado no município de São José do Cerrito; queijaria artesanal da Dna. Hilda, produtora premiada de Queijo Artesanal Serrano, também em São José do Cerrito, associada à Associação dos Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense (Aproserra), a Cooperativa Ecológica dos Produtores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana (Ecoserra) com sede em Lages, a Associação Acolhida na Colônia de Agroturismo Ecológico, com associados em municípios diversos e o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar (Cisama).

A Coopersalto é uma cooperativa que envolve doze famílias e se dedica à produção de frango caipira, cuja qualidade é diferenciada em função do sistema produtivo ser extensivo. A criação dos frangos se dá nas propriedades familiares, porém a gestão e operação do abatedouro é feita coletivamente. As famílias planejam de forma integrada o calendário de abates, com base na demanda do mercado consumidor, e os realiza semanalmente por meio de mutirões.

Nessa experiência chamaram a atenção, por um lado, a dificuldade de atendimento à legislação sanitária brasileira, que ainda é altamente restritiva para empreendimentos de pequeno porte e, por outro, o quanto a ação coletiva foi determinante para superar essa dificuldade, tanto por meio da organização dos produtores na cooperativa, quanto pelo apoio do Cisama. Com a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), a atuação do Cisama propicia agilidade aos processos de inspeção e possibilita a comercialização dos produtos de origem animal em âmbito nacional.



Ligadas ao queijo artesanal serrano, conhecemos a queijaria da Dna. Hilda e a Aproserra, associação que agrega cerca de 70 produtores de queijo. A história do queijo artesanal serrano remonta a 1730, com o início do ciclo do tropeirismo em Santa Catarina e o surgimento das primeiras propriedades rurais na Serra Catarinense. O produto, elaborado a partir de leite cru de vacas criadas em campos nativos, apresenta características únicas que se devem tanto ao ambiente serrano como ao saber-fazer que atravessou o Atlântico com os portugueses (YAMAGUCHI et al., 2016). O processo de busca pela Indicação Geográfica do queijo artesanal serrano iniciou em 2009 por iniciativa da Federação das Associações de Produtores de Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Faproqas), da qual a Aproserra é participante. A IG que reconhece o queijo artesanal serrano foi finalmente obtida em 2020, com o nome de *Campos de Cima da Serra*. O processo de solicitação da IG foi coordenado pela Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS), com a participação de produtores e suas entidades representativas. O trabalho teve apoio financeiro e técnico do MAPA (EPAGRI, 2017).

Em Santa Catarina, mais de 2 mil famílias produzem o queijo artesanal serrano, dentre as quais, para cerca de 90% o queijo representa a principal ou a segunda fonte de renda (EPAGRI, 2017). Em 2016, a lei estadual nº. 17.003/2016 legalizou a produção e comercialização do queijo artesanal serrano, estabelecendo normas que abrangem a sanidade do rebanho, a ordenha, as características do leite, as instalações da queijaria e do estábulo, a qualidade da água, a embalagem, o transporte e a fiscalização do produto. Porém, no diálogo com a Dna Hilda e também em entrevistas realizadas anteriormente no território, percebeu-se que algumas dessas normas implicam em custos impeditivos para a adequação de pequenos produtores, especialmente num contexto de agricultores com idade avançada e sucessão familiar incerta.

Das experiências ligadas ao queijo artesanal serrano, merece destaque a ação coletiva de longo prazo, engajando uma série de instituições públicas de diferentes esferas e associações de produtores para a construção do processo de IG. Trata-se de um caso



emblemático de construção social da valorização de um produto oriundo da agricultura familiar, com grande importância econômica para os pequenos agricultores na região. Contudo, considerando o contraste dos números apresentados pela Epagri (mais de 2000 famílias produtoras) e pela Aproserra (cerca de 70 famílias associadas), é preciso questionar sobre que outras medidas podem ser empreendidas no sentido de contemplar um maior número de produtores de queijo, de forma a complementar a iniciativa em torno da IG. Os mercados dos agricultores beneficiados com a IG não necessariamente competem com aqueles utilizados pelos produtores de queijo que, por razões diversas, não integram a iniciativa da indicação geográfica.

Dentre os resultados esperados das IG, destacam-se o acesso a novos mercados, a agregação de valor, o aprimoramento dos processos de produção, o aumento da qualidade do produto e a preservação do patrimônio natural e cultural (NIEDERLE, 2013). No entanto, alguns autores alertam para as limitações desse instrumento em superar os objetivos particulares de determinado arranjo produtivo para integrar-se a estratégias mais abrangentes de desenvolvimento nos territórios (FROEHLICH, 2012; NIEDERLE, 2013; HORA, 2019). Nesse sentido, o enfoque da CBST pode representar uma alternativa capaz de compensar as limitações dos processos centrados nas IG, articulando diferentes atividades e atores sociais em torno de objetivos comuns.

Além da Coopersalto e das experiências ligadas ao queijo artesanal serrano, conhecemos a estrutura organizativa de agricultores e consumidores de produtos orgânicos existente na região. A Cooperativa Ecoserra reúne cerca de 290 famílias com o propósito de ampliar a produção e o consumo de alimentos orgânicos e o fortalecimento da agroecologia no território. Por meio do favorecimento de cadeias curtas de comercialização, essa experiência favorece a construção social e coletiva de mercados, gerando novas cadeias de abastecimento de alimentos, os quais contribuem para a dinamização do território. No contexto da CBST, alimentos vegetais in natura ou minimamente processados são amplamente consumidos e têm grande potencial para serem agregados à uma cesta territorial, seja ela focada no público consumidor interno ou externo (VOLLET; SAID, 2018). Ainda que



nem todos os produtos orgânicos possam ser considerados típicos do território, eles possuem outros atributos de qualidade, associados ao meio ambiente e à saúde.

Complementando a oferta de produtos, a Associação Acolhida na Colônia representa uma das experiências associativas ligadas à oferta de serviços de agroturismo na Serra Catarinense. Nesse território, a acolhida está presente nos municípios de São Joaquim, com quatro famílias associadas; Urubici, com 14 famílias associadas e Alfredo Wagner⁹, com sete famílias associadas. O agroturismo é o segmento do turismo rural gerido por agricultores familiares, os quais abrem suas unidades familiares de produção para o recebimento de visitantes. Essa atividade baseia-se na diversificação produtiva e propicia novas fontes de renda nas propriedades rurais, através da oferta, com agregação de valor, de produtos e serviços de qualidade (GUZZATTI, 2019). Nesse contexto, o agroturismo representa uma estratégia para valorizar a produção territorial que tem uma característica de tipicidade, além de favorecer novas dinâmicas sociais e econômicas nos territórios rurais, conforme reforça Requier-Desjardins (2011). Para tanto, segundo esse autor, três elementos devem ser observados: a) a construção e o domínio dos ativos específicos pela ação coletiva local; b) a construção de redes de atores locais implicados nesta ação coletiva e c) a repartição dos custos e dos benefícios entre os atores internos e externos do território.

Considerando que a Serra Catarinense tem se consolidado como importante destino turístico no estado e atraído diferentes perfis de empreendimentos, o associativismo é um caminho importante para o fortalecimento e manutenção do agroturismo no território. Por meio dele, os agricultores que oferecem serviços turísticos são representados nos diferentes fóruns que discutem a atividade turística, seja no nível municipal ou territorial. O agroturismo, por sua vez, tem sido reconhecido por exercer uma ação de elo entre os diferentes serviços e produtos específicos nesse território, o que reforça o potencial do modelo de CBST (CAZELLA et al, 2019).

Finalizando o conjunto de experiências visitadas na Serra Catarinense ao longo da Escola de Verão, o Cisama, diferentemente das outras cooperativas e associações já relatadas,

⁹ Embora o município de Alfredo Wagner não seja associado à Amures, na organização interna da Acolhida da Colônia ele é integrante das experiências do território da Serra Catarinense.



congrega atores públicos, pois trata-se de um consórcio intermunicipal com finalidades múltiplas, que abrange os dezoito municípios associados à Amures. Em sua apresentação, o representante dessa organização destacou aspectos sociais preocupantes do território, como o grande número de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família – 11.500 beneficiários na Serra Catarinense - como um indicador da condição de pobreza e desigualdade na região. Além disso, com relação à valorização de recursos territoriais, foram apresentadas as iniciativas ligadas ao estabelecimento de um *roteiro da sociobiodiversidade* ligado ao pinhão e à marca coletiva *Sabor Serrano*. Essas duas iniciativas demonstram o papel diferencial que o associativismo do poder público municipal pode assumir na construção de propostas que superam a escala do município e assumem uma perspectiva territorial.

A valorização do pinhão como recurso territorial, não só representa a possibilidade de agregar um novo produto à potencial *cesta* do território, mas destaca-se por se tratar de um produto ligado à biodiversidade regional e que tem o potencial de favorecer economicamente segmentos sociais em maior estado de vulnerabilidade do território. Trata-se de um projeto recém-aprovado, cuja execução irá iniciar ao longo de 2020.

Já a marca coletiva *Sabor Serrano*¹⁰ foi criada em 2010, como uma estratégia de construção de identidade dos produtos das agroindústrias do território¹¹. Essa iniciativa está inserida no Sistema Único de Atenção à Agropecuária (SUASA), o qual, além de buscar a sanidade agropecuária dos produtos das agroindústrias familiares, tem como meta consolidar uma proposta de permanência do homem no campo, com renda e qualidade de vida.

¹⁰ Segundo o Manual de Marcas do INPI (não paginado): *Marca coletiva é aquela destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade (associação, cooperativa, sindicato, consórcio, federação, confederação, entre outros), de produtos ou serviços iguais, semelhantes ou afins, de procedência diversa (art. 123, inciso III, da LPI.*

<http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual/wiki/02_O_que_%C3%A9_marca#Marca-Coletiva>, acesso em outubro de 2019.

¹¹ O Cisama encaminhou ao INPI o pedido de duas marcas, a Sabor Serrano, voltada para as agroindústrias familiares, e a Saber Serrano, para os prestadores de serviços com alguma especificidade, a exemplo de produtores de artesanatos. Essa segunda marca foi registrada, mas a primeira encontra-se sob contestação judicial por já existir uma marca com o mesmo nome registrada junto ao INPI. Como a prioridade do Cisama naquele momento se voltava para as agroindústrias, os gestores do consórcio optaram por começar a utilizar a marca Sabor Serrano, enquanto o INPI julga sua defesa. Tudo indica que o INPI manterá o veto de registro e que o Cisama e as agroindústrias beneficiadas terão que migrar para a marca Saber Serrano, unificando serviços e produtos em um mesmo signo territorial.!



Atualmente podem utilizar a marca 68 agroindústrias cadastradas no Cisama, que respondem por 651 diferentes tipos de processados. São produtores de derivados de carnes e leite, panificação, doces, frutas e hortigranjeiros em geral¹².

O conjunto de cooperativas e associações relatadas e analisadas nessa seção enfocou as experiências que foram contempladas na programação da Escola de Verão, porém não reflete a totalidade de experiências da Serra Catarinense. O estudo de Paula (2019) indicou a existência de uma série de outras iniciativas ligadas a produtos e serviços com potencial de integrar uma CBST. Entre elas, a título de ilustração, pode-se mencionar a existência de seis cooperativas ligadas à cadeia produtiva da maçã, as quais reúnem aproximadamente 300 sócios, de um universo de aproximadamente 1700 fruticultores; duas associações de produtores de mel, que reúnem 40 sócios, de um total de aproximadamente 300 apicultores; uma associação ligada à cadeia produtiva do vinho, que reúne 21 sócios do universo de 23 vitivinicultores; e quatro associações ligadas ao turismo rural, as quais possuem 143 sócios.

Nesse contexto é possível perceber que as associações e cooperativas ligadas às cadeias da maçã e do mel, que são constituídas por pequenos produtores, parecem ter dificuldade de agregar um grande número de associados em relação ao universo total de produtores, de forma semelhante ao que foi relatado para a associação de produtores do queijo artesanal serrano. Diferentemente, a associação de vitivinicultores, que abrange basicamente empreendedores externos que se instalaram recentemente no território, integra quase a totalidade dos produtores da cadeia. Essa constatação pode indicar que é necessária a construção de estratégias de incentivo e formação para o associativismo entre os pequenos agricultores, visto que esses são os atores que mais poderiam se beneficiar da ação coletiva para ter acesso e voz na elaboração das estratégias de desenvolvimento.

Como apontam Jesus e Tiriba (2004), para compreender essa realidade é preciso abandonar uma visão idealista em relação ao cooperativismo e associativismo e reconhecer que, primeiro, existem diferentes motivações que levam um indivíduo a se associar a uma

¹² Números divulgados em notícia no website da Amures, em Agosto de 2019, disponível em: <https://www.amures.org.br/noticias/index/ver/codNoticia/571555/codMapaltem/41771>



iniciativa coletiva, e também, que as ações cooperadas se constroem com diferentes objetivos, alguns, por exemplo, de acesso aos mercados ou a tecnologias, enquanto outros, de emancipação e transformação da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro aspecto que merece atenção em relação às experiências analisadas é que todas elas estão relacionadas à produção, comercialização, ou fornecimento de serviços com qualidade diferenciada, alternativos aos produtos genéricos de base industrial, encaixando-se na ideia de *quality turn* proposta por Goodman (2003). Segundo essa ideia, o consumo agroalimentar está cada vez mais orientado por um novo padrão de qualidade, baseado em saúde humana e ambiental, com valorização de aspectos culturais, sociais e imateriais.

As experiências ligadas ao queijo artesanal serrano (Aproserra), à gestão da marca territorial Sabor Serrano (Cisama) e da Associação Acolhida na Colônia, podem ser atreladas a processos de valorização e ativação de recursos específicos do território, pois remetem a características diretamente associadas ao modo de vida no território, à história, à cultura, à paisagem e à biodiversidade da Serra Catarinense. Já as experiências ligadas à produção de frango caipira e de alimentos agroecológicos, embora também valorizem qualidades diferenciais – produtos da agricultura familiar, em modelos que procuram respeitar ciclos naturais, considerados mais saudáveis e saborosos - podem ser associadas à ativação de recursos genéricos, ou seja, cuja produção pode se dar em outros territórios com qualidades semelhantes. Contudo, a forma de organização desses produtores, os mercados por eles construídos e seus vínculos com as demais iniciativas de desenvolvimento territorial podem gerar especificidade para seus produtos genéricos (GLON; PECQUEUR, 2016). A construção e valorização de uma marca territorial, cujo embrião já existe, representa uma dentre outras formas de aprofundar a especificação de recursos territoriais. Segundo o marco conceitual da CBST, essa oferta combinada de produtos diversificados, específicos e genéricos, é um dos componentes essenciais para a existência de uma *cesta híbrida*.



Do ponto de vista da demanda, os produtos e serviços de uma CBST podem ser orientados para um público externo, a exemplo de turistas e mercados de produtos especializados de grandes aglomerados urbanos. Não se pode, no entanto, esquecer e subestimar o público local disposto a valorizar os produtos territoriais por motivações diversas, seja a preferência por produtos específicos, ou o desejo de contribuir com a geração de renda e empregos dentro do território (VOLLET; SAID, 2018). Esse aspecto representa um importante tema a ser aprofundado com o propósito de adaptar o enfoque da CBST para realidades sociais marcadas por profundas desigualdades sociais.

O consumo de produtos de qualidade pressupõe que o consumidor tenha condições de realizar escolhas, ou seja, que ele possui condições de avaliar as vantagens relativas de tais produtos e também recursos financeiros que permitam sua aquisição. Num contexto de distribuição desigual dessas condições, tanto da informação, como de recursos materiais, as cooperativas podem exercer um papel importante na democratização do acesso aos produtos de qualidade. Esse papel pode ser favorecido por duas vias: primeiro, conduzindo processos de valorização de produtos e serviços territoriais, visto que alguns estudos vêm indicando que a percepção da qualidade diferenciada requer ações ativas de valorização, pois não ocorre espontaneamente pelo público consumidor (VOLLET; SAID, 2018); segundo, por meio da organização dos produtores e dos consumidores, encurtando as cadeias de comercialização e possibilitando que os produtos e serviços sejam ofertados por preços mais baixos aos consumidores, sobretudo locais, e, mesmo assim, justos aos produtores. A RQT pode ser gerada pelo aumento equilibrado de preço e da quantidade comercializada, sem cair na produção de massa indiferenciada. Estamos falando de pequenos negócios ligados a agricultores familiares e artesões, portanto distantes de grandes plantas agroindustriais ou de prestação de serviços que se voltam para mercados nacionais e internacionais.

Trabalhos de pesquisa anteriormente realizados na Serra Catarinense a partir do referencial da CBST já tinham indicado que esse território possui quase todos os elementos (cenário, governança territorial, produtos e serviços de qualidade e demanda) para deflagrar um processo de DTS a partir da valorização de recursos territoriais, mas que, entretanto, a



maior dificuldade reside na acentuada desarticulação entre os atores territoriais envolvidos com cada uma das iniciativas. Nesse sentido, por meio das reflexões propostas nesse artigo, buscou-se destacar que as associações e cooperativas podem desempenhar um papel fundamental na construção de um sistema de governança territorial, garantindo a adoção de medidas que busquem superar o viés elitista e economicista e sejam capazes de colocar em prática todas as dimensões da formulação teórica do DTS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 149p. 2003.

ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria dos Estudos Territoriais. In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: Aped; Secco, 2010.

ÁLVAREZ, E.G., ABELLA, O.M., CAETANO, S.F., FRESNO, C.D.C., GARCIA, S.R., El cesto de bienes y servicios territoriales: Un útil de diagnóstico aplicado a la Wilaya Argelina de Ain Témouchent. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense** 34 (1), 105, 2014.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Ed. Argos, 2010 (p.37-67).

CARRIÈRE, J.P.; CAZELLA, A.A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**. Vol. 4. Pp 23-48. UFSC. 2006.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, v. 24, n.3. p. 49-74. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14118>. Acesso em: 13 out 2019.

EPAGRI. SC aprova lei para produção e venda do queijo artesanal serrano. **Agropecuária Catarinense**. Vol. 30, nº1. 2017. Disponível em: <http://revista.epagri.sc.gov.br/index.php/2018/11/10/sc-aprova-lei-para-producao-e-venda-do-queijo-artesanal-serrano/>>. Acesso em outubro de 2019.

FECAM - Federação Catarinense de Municípios. **Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses**. 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2019>

FROEHLICH, J.M. (org). **Desenvolvimento Territorial. Produção, Identidade e Consumo**. Ijuí: Unijuí, 2012, 424 p.



GOODMAN, David. **The Quality ‘Turn’ and Alternative Food Practices: Reflections and Agenda.** *Journal of Rural Studies*, 19, 2003. 1-7. 10.1016/S0743-0167(02)00043-8.

GLON, É.; PECQUEUR, B. **Au cœur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales.** Rennes : Presse Universitaires de Rennes, 2016.

GUZZATTI, Thaise Costa. **Acolhida na Colônia: um espaço de vida e encontros...** Criciúma, SC: UNESC, 2019. 231 pg.

HIRCZAK, M. *et al.* Le modèle du panier de biens: grille d’analyse et observations de terrain. Paris, **Économie Rurale**, no 308, 2008, pp.55-70.

HORA, G. B. **“Os dois lados da mesma moeda”**: inclusão e exclusão territorial de vitivinicultores do contexto da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe/SC. Tese, Doutorado em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

IGNÁCIO, O.M.C., SOUZA, E.M.S., **Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares.** **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** v. 4, n. 4, 2008. p. 54-79.

ILHA, Paulo Cesar da Silva. A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. **Rev. FAE**, vol. 11, n. 2, Curitiba, 2008.

INPI. Guia Básico de Indicação Geográfica (website). Disponível em <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>, acesso em agosto de 2019).

LOCKS, A. G. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. In: YAMAGUCHI, C. K et al. (Org.). **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense.** Lages: Ed. Uniplac, 2016. p. 19-42.

MELLO, C. I., FROEHLICH, J. M. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 27, n. 2, 2019 p. 282-306.

MILANO, M.Z.; PRADO, F. H.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C.; Dortzbach, D. A Indicação Geográfica como instrumento para criação de uma cesta de bens e serviços territoriais: o caso da erva-mate do Planalto Norte Catarinense. **ANAIS do VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica.** Florianópolis, 30 a 31 de outubro de 2019.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial : une grille d’analyse théorique à partir de la rente. **Economie Rurale**, n°261, 2001, pp.16-34.

NIERDELE, P.A. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. In: NIERDELE, P.A. **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares.** Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 23-54.

PAULA, L. G. N. **Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?** Universidade Federal de Santa Catarina,



Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas (Dissertação de mestrado), Florianópolis, 2019: 111 p.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Economie Rurale**, 261, 2001.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**. Vol. 4. Pp.135-154. UFSC. 2006.

PENSADO-LEGLISE, M., MARTÍNEZ-VICENTE, S. La estrategia de canasta de bienes territoriales y su repercusión local en empleo e ingresos. El caso de Xicotepec de Juárez, Puebla. **Corpoica Ciencia y Tecnología Agropecuaria**, 2015, 217-237

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REQUEIER-DESJARDIN. Le tourisme rural peut-il contribuer au développement local durable dans les pays du Sud ? In : FROGER, G. (Org.). **Tourisme durable dans les Suds ?** collection EcoPolis, n° 11, PIE Peter Lang, 2010, pgs. 87-108.

SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia Social e Solidária, Governança e Turismo no Âmbito do Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 50, p. 93-109, 2018. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2018.V20n50p93>

TIRIBA, Lia y de JESUS, Paulo. "Cooperación", **En La Otra Economía**. CATTANI, Antonio David (Comp.). Editorial Altamira-UNGS, 2004. Buenos Aires

TOCCACELI, D. Agricultural districts in the Italian regions: looking toward 2020. **Agricultural and Food Economics** (2015) 3:1. DOI 10.1186/s40100-014-0019-9

VOLLET, D., SAID, S. Vers l'identification de paniers de biens et de services liée à la demande locale dans les territoires d'élevage: illustration à partir de la Planèze de Saint Flour et du bocage bourbonnais, **Géocarrefour**, 92/3. 2018. <https://doi.org/10.4000/geocarrefour.11155>

YAMAGUCHI, C. K. O queijo artesanal serrano como fator de desenvolvimento nos campos de altitude no sul do Brasil. In: YAMAGUCHI, C. K et al. (Org.). **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages: Ed. Uniplac, 2016. p. 109-120.



Da recampesinização à transnacionalização de movimentos agrários

Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro - Universidade de Brasília

Resumo:

Este artigo de pesquisa analisa a relação entre movimentos agrários locais que lutam pela terra e soberania alimentar e redes globais de movimentos sociais. Esta é uma dinâmica sócio-política contemporânea que relaciona recampesinização à processos de transnacionalização de mobilizações. O objeto de análise é a relação do MST com a Via Campesina. Busca-se analisar como as estratégias de lutas do MST articulam-se a ações e debates globais, como o MST colabora na articulação de movimentos agrários em diferentes contextos nacionais, por meio da capilarização da atuação de ativistas em diferentes países, e influência agendas de mobilização global por meio de ações e pautas de suas lutas locais. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, de análise de pesquisas e entrevistas com dirigentes e ativistas do MST, da Via Campesina. Os resultados da pesquisa indicam que o MST transnacionalizou-se como uma estratégia de reposicionar o problema da terra nas lutas nacionais e internacionais e o modo de vida no campo na atualidade. Tal perspectiva partiu da experiência de compartilhamento de experiências com movimentos e organizações de outros países, apoios internacionais recebidos e a necessidade de articular-se mundialmente para enfrentar processos que não se circunscrevem às fronteiras dos países, mas está disseminado pelo mundo pela globalização e pela política neoliberal.

Palavras-chave: transnacionalização de movimentos agrários, recampesinização, movimentos sociais



Introdução

O cenário do debate sobre a questão camponesa na atualidade situa-se, em grande parte, no programa de pesquisa marxista. Esse programa trata do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e a penetração do capitalismo no campo, principalmente na etapa da acumulação primitiva. Nesta parte do trabalho, apresenta-se como esse debate foi construído a partir de seus fundadores, quais sejam: Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov. Destacam-se os argumentos que eles apresentaram no debate sobre a permanência ou extinção do campesinato e as tendências da conformação de relações capitalistas no campo. Destaca-se também a análise de Teodor Shanin, na década de sessenta e mais Jan Douwe Van Der Ploeg, mais recentemente, que retomou o debate camponês.

1. A questão camponesa em Marx e seus sucessores

Os antecedentes do debate sobre a questão camponesa remontam às análises de Marx sobre o desenvolvimento capitalista da agricultura, em “O Capital” (MARX, 1996). O contexto de análise são a Inglaterra e da Escócia, países nos quais camponeses foram expulsos das terras por seus proprietários. Marx analisou esse processo chamado de cercamentos dos campos. Ele ressaltou que o objetivo foi disponibilizar terras para arrendamento a capitalistas para o plantarem algodão, pastagem para ovelhas e criação de animais, em detrimento da população camponesa que lá vivia e trabalhava. Essas transformações se deram no momento da acumulação primitiva em que o capitalismo se estabelecia. Tal mudança seguiu o curso do desenvolvimento da indústria capitalista, na qual a agricultura tornava-se fornecedora de matéria-prima e consumidora de insumos. Os cercamentos dos campos expulsaram os camponeses para as cidades de modo a constituírem mão de obra assalariada para as fábricas, o proletariado. Além desse efeito, os cercamentos produziram um grande contingente de miseráveis e marginalizados, enquadrados pelas leis da época em crimes como ociosidade e vadiagem.



Marx descreditava na reprodução do campesinato no capitalismo e considerava que seu destino seria a extinção frente à penetração do capitalismo no campo por essas duas vias possíveis. Em sua fórmula trinitária, na qual estavam capitalistas, proprietários fundiários e trabalhadores assalariados, não havia lugar para o campesinato, considerado uma categoria em transição do feudalismo para o capitalismo e somente persistia onde o capital se apresenta pouco desenvolvido (FARIA, 2001).

No entanto, o que indicava ser um processo inexorável na Inglaterra e Escócia, contextos em que Marx fundamentava suas análises, não acontecia em outros países europeus. Na França e Alemanha havia um contingente de camponeses com importante papel na produção agrícola de alimentos e desempenhavam papel político relevante. Na Espanha perdurava um campesinato com características feudais (HEGEDÜS, 1984).

Próximo ao final de sua vida, Marx reconhecerá a necessidade de reelaborar suas análises sobre a questão camponesa. Ele trocava correspondências com militantes russos. Nas cartas era informado do papel revolucionário do campesinato na Rússia ao enfrentar o czarismo e realizar o controle coletivo de terras comunais. Ele reconheceu a necessidade de considerar diferentes realidades em que os camponeses poderiam aliar-se ao proletariado na luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade socialista. Marx iniciou o aprendizado do idioma russo para acompanhar e analisar os acontecimentos em curso naquele país. Porém, o reconhecimento da luta camponesa foi tardio, pois faleceu antes de elaborar novas análises sobre o papel do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo (SHANIN, 1983).

As análises de Marx sobre o desenvolvimento capitalista no campo foram retomadas na Alemanha, país industrializado e com grande organização de proletários em sindicatos que tinham o marxismo como guia. É nesse contexto que Kautsky, dirigente do Partido Social-democrata Alemão e aluno de Engels, desenvolveu as ideias originais de Marx sobre o desenvolvimento capitalista do campo. O debate sobre a questão agrária ocorreu em meio a diferentes posições sobre os rumos da luta pela transformação social a ser realizada pelo partido e pelos sindicatos de trabalhadores na Alemanha. Duas posições se confrontaram.



A primeira, defendida por Kautsky, era que o socialismo seria implantado em sociedades de capitalismo consolidado. Esta perspectiva orientava que as atuações do partido e das lutas dos trabalhadores deveriam ser pautadas na participação institucional no parlamento, nas reivindicações sindicais, mas não na tomada revolucionária do poder. A segunda, defendida por Rosa Luxemburg, era de que a transformação socialista ocorreria onde o sistema capitalista estivesse mais fraco e fosse mais intensa a mobilização dos trabalhadores em levantes populares e greves com o objetivo de destruir o Estado burguês e construir o Estado proletário. Rosa confrontou-se à análise do marxismo ortodoxo que preconizava que as forças produtivas deveriam alcançar o desenvolvimento pleno para ocorrer a transformação socialista da sociedade.

Kautsky foi fiel à a tese de transformação socialista em sociedades de capitalismo avançado. Essa foi a razão pela qual retomou a perspectiva marxista clássica de avanço do capitalismo no campo pela industrialização da agricultura e pela consolidação da grande propriedade capitalista e conseqüente extinção do campesinato. Kautsky (1980) Indicou três fatores dessa tendência na produção agrícola: i) economia de insumos; ii) menores custos de compra e venda; e iii) divisão do trabalho para alcançar maior produtividade. Para ele haveria uma simbiose entre a grande exploração capitalista da terra e o campesinato, que constituiria a mão de obra a ser explorada, quando os camponeses se proletarizassem por necessitarem de complemento de renda. (FARIA, 2001)

O debate sobre o campesinato prosseguiu nos congressos da segunda Internacional Comunista, nos quais se discutiu o papel do campesinato na luta dos trabalhadores contra a exploração do trabalho e pela luta socialista. O debate no congresso foi o campesinato era classe igualmente explorada, como o proletariado, e, portanto, com papel revolucionário, ou se subordinava ao modo de produção capitalista, em razão de ser proprietária dos meios de produção, ou ainda seguiria a trajetória inexorável de sua extinção como classe. (HEGEDÜS, 1984)

No início do século XX o debate sobre a questão camponesa retomou relevância na Rússia, por meio da obra de Lênin e o cenário das lutas camponesas. O país



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



caracterizava-se por ter uma economia majoritariamente agrícola, com camponeses desempenhando papel destacado na economia e na política. O país era pouco industrializado e o proletariado pouco significativo, apesar de atuante e orientar sua atuação nos pressupostos marxistas.

Lênin observou a diferenciação do campesinato e, apesar de concordar com a perspectiva econômica clássica de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, adotou posição diferente em relação ao campesinato. Lênin reconhecerá o campesinato como classe revolucionária diante do enfrentamento de camponeses russos ao czarismo, à exploração dos latifundiários, à qual estavam subordinados, e ao controle coletivo da terra.

O movimento camponês era liderado pelos populistas (Narodniks), corrente política que propunha o desenvolvimento econômico não capitalista do campo e o campesinato sendo a classe protagonista das transformações sociais e econômicas. A Rússia possuía relações feudais na agricultura e os populistas defendiam que se ultrapassasse a etapa capitalista e alcançasse a etapa socialista, sem a extinção do campesinato (GUZMAN; MOLINA, 2005). Entre os populistas russos, existiam correntes de diversas matrizes teóricas, desde anarquistas até marxistas. Eles acreditavam que o desenvolvimento capitalista desigual, no qual a Rússia estava imersa, poderia transformar-se em uma vantagem para a revolução (SHANIN, 1983), no qual o campesinato seria classe revolucionária aliada ao proletariado.

Lênin (1982) analisou a questão camponesa a partir do contexto russo. Considerou que o campesinato estava estruturado em três níveis: (i) ricos, (ii) médios, e (iii) pobres. Os camponeses ricos tenderiam a tornarem-se burgueses. Os camponeses médios diferenciar-se-iam em burgueses ou proletários, em função do desenvolvimento capitalista no campo e das relações que estabeleceriam com o mercado capitalista. Os camponeses, pobres que não se capitalizassem, tornar-se-iam proletários rurais. Para Lênin, uma minoria ascenderia ao patamar superior do campesinato e a grande maioria se tornaria proletária. Com essa diferenciação, Lênin reconheceu o campesinato como classe que se confrontava com a burguesia e seria aliada ao proletariado no projeto socialista de transformação social.



Chayanov, contemporâneo de Lenin, foi o teórico que aproximou a análise do campesinato ao marxismo. Foi um populista russo que chegou a ser ministro da agricultura no governo revolucionário soviético. Chayanov (1984) propôs que o campesinato não possui lógica capitalista, pois não utiliza os conceitos de lucro, renda da terra, salário, etc. Na racionalidade camponesa a categoria fundante era o produto do trabalho familiar, que dependeria do número de membros da família e sua disponibilidade para o trabalho produtivo. Na análise de Chayanov, havia grande estabilidade do campesinato frente ao sistema capitalista, em razão de sua especificidade econômica.

Shanin, em meados do século XX, retomou as ideias de Chayanov e o que chamou de pensamento tardio de Marx, momento final de sua vida em que inicia sua reflexão sobre o papel do campesinato na transformação social. Ele destacou a autossuficiência dos camponeses e a capacidade de resistência às crises econômicas e pressões do mercado. (SHANIN, 1980), características fortaleciam sua autonomia relativa e protagonismo na sociedade. Tais questões, na percepção de Shanin, tornaram a compreensão do camponês um dos principais desafios das Ciências Humanas (FELÍCIO, 2011). As questões estruturais que o autor abordou em suas análises foram o campesinato e sua função na sociedade, bem como o desenvolvimento dessa sociedade na qual evoluiu o campesinato.

As contribuições teóricas de Shanin sobre questão camponesa tiveram raízes sua história pessoal na União Soviética na qual ocorreu a coletivização forçada do campo. A perspectiva marxista ortodoxa do desenvolvimento do capitalismo, na qual o campesinato se extinguiria frente à coletivização da produção agrícola, desdobrou-se no Estado soviético. Shanin, em sentido contrário, retomou a resiliência do campesinato naquele contexto social, destacando a análise das explorações familiares e a inter-relação entre a unidade doméstica e as sociedades camponesas. (SHANIN, 1979).

Outros teóricos apresentarão, no final do século XX, novas perspectivas para o campesinato, como Jan Douwe Van Der Ploeg (2008), que retomou as teses de Chayanov. O autor reafirma a análise da lógica camponesa não capitalista. Ele destaca que os camponeses “formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam



significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas” (p. 37). O autor aponta formas de recriação e submissão do campesinato em contraposição ao que chama de “Império”, o modelo capitalista que interliga atividades produtivas e distributivas e submetidas a um controle centralizado e a novos princípios orientadores (PLOEG, 2008).

O autor ressalta que a questão camponesa é abordada pelo “ordenamento dominante” de modo a marginalizá-lo e destruí-la, destacando que há uma disputa na análise da questão camponesa em duas arenas. A primeira é a arena social e refere-se às “contradições e conflitos multidimensionais e multifacetados” entre camponeses e o Império nas lutas sociais. A segunda arena está no campo das lutas de ideias, por meio da ciência e da teoria. Nessa arena, Ploeg salienta as posições teóricas acerca do campesinato, abordadas neste trabalho: uma tornou o campesinato invisível e não o concebe como possibilidade, e outra que defende a “compreensão adequada” da ascensão e expansão dos movimentos camponeses na atualidade.

A questão camponesa assumiu novo lugar de debate no pós-segunda guerra. A universidade e os institutos de pesquisa, que sequer eram quadrante na fundação do debate agrário e camponês, assumiram a maior parte do espaço do debate, por meio dos intelectuais inseridos em carreiras acadêmicas, detentores de título de doutor, acomodados à atividade letiva da sala de aula e a escrita em publicações científicas. Teóricos como Marx, Kautsky, Rosa Luxemburg e Lênin compõem o grupo de intelectuais engajados que analisaram a questão agrária e camponesa com o objetivo de propor uma ação revolucionária. Outros como Shanin e Ploeg, compõem o grupo de intelectuais acadêmicos vinculados às universidades. Tal cenário é descrito por Jacoby (1982) que analisa a migração de intelectuais públicos”, após a Segunda Guerra Mundial, para as carreiras acadêmicas.

2. Campesinato e recampesinização

O debate sobre as questões agrária e camponesa, no programa de pesquisa marxista, evidencia que as duas questões estão intimamente relacionadas, por isso o objetivo



de esclapoe grece-las, visto que o foco desta pesquisa é a questão camponesa nos periódicos científicos.

Hegedüs (1984) caracteriza a questão agrária como “as relações de propriedade e produção no modo de produção capitalista no campo” (p. 49), por meio do trabalho e de relações sociais que estabelecem no processo produtivo na agricultura. O autor aponta a questão camponesa considera uma “classe em transição” em dois sentidos (HEGEDÜS, 1984). Um sentido histórico é a transitoriedade do campesinato entre dois modos de produção. O campesinato é uma formação econômico-social remanescente do feudalismo que perdura no capitalismo ocidental. Outro sentido é o estrutural, trata-se de uma transitoriedade entre as duas classes fundamentais do capitalismo: proletários (classe trabalhadores que possui força de trabalho) e burgueses (classe proprietária de meios de produção).

Contextualizar o debate sobre a questão camponesa e a recampesinização, nas ciências sociais, requer retomar o debate sobre sua posição de classe do campesinato e os processos sociais que lhe são inerentes no programa de pesquisa marxista.

Hegedüs (1984) aponta o campesinato como uma “classe em transição” em dois sentidos. Um sentido é histórico destaca a transitoriedade da classe entre dois modos de produção: o feudal e o capitalista. O campesinato é uma formação econômico-social remanescente do feudalismo que perdura no capitalismo ocidental. O outro sentido é o estrutural, trata-se de uma transitoriedade entre as duas classes fundamentais do capitalismo: proletários (classe trabalhadores que possui força de trabalho) e burgueses (classe proprietária de meios de produção).

Guzman e Molina (2005) sistematiza a análise desse esquema teórico e destaca questões-chaves sobre a questão camponesa, apontando que a interpretação da evolução da estrutura agrária, no qual a questão camponesa está inserida, pode organizada a partir dos seguintes eixos analíticos: (i) a evolução unilinear das forças produtivas, (ii) sequência histórica dos modos de produção, (iii) dissolução do campesinato, (iv) superioridade da grande empresa agrícola e (v) contraposição entre a grande e a pequena exploração.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



A evolução unilinear das forças produtivas ocorre como processo acumulativo de crescimento das forças produtivas e resultam em progresso de polarização. A sucessão histórica de modos de produção relaciona a reprodução das relações econômicas e sociais ao modo de funcionamento e de desenvolvimento dos sistemas produtivos. A dissolução do campesinato se dá pela perda de suas terras durante a acumulação primitiva, o que determina sua dissolução socioeconômica. Os autores destacam que esta questão ressalta a “centralização e concentração como processos necessários ao capitalismo industrial e eliminam o campesinato da agricultura por ele ser incapaz de incorporar-se ao progresso técnico” (GUZMAN, MOLINA, 2005, p. 23). A superioridade da grande empresa agrícola, por meio da adaptação da grande exploração e seu avanço técnico, permite a produção em economia de escala, e torna-se um ramo da indústria, simultaneamente produtor de matérias prima e consumidor de insumos. Assim, a grande empresa capitalista agrícola apontaria para socialização da produção agrícola e organizar a produção a partir da agregação de grande número de trabalhadores. Por outro lado, a contraposição entre grande e pequena exploração geraria o confronto entre o campesinato e grandes proprietários de terras, cujo fim seria a inevitável proletarianização do campesinato.

Uma perspectiva proveniente dessa análise é que o capitalismo no campo se implanta pela industrialização da agricultura, por meio da mecanização, da concentração da propriedade e a perda de terras pelo campesinato e sua posterior transformação em proletariado rural ou urbano. A agricultura subordina-se progressivamente à indústria capitalista como setor produtor de matérias-primas e consumidora de insumos industrializados, conforme já mencionado. Essa perspectiva considera que o desenvolvimento capitalista no campo conduz inexoravelmente a extinção do campesinato ou a permanecer como setor produtivo sem autonomia, subordinado a relações de mercado. Essa perspectiva reconhece que sua penetração no campo é etapa para organização do trabalho na terra e para dinamizar as forças produtivas, bem como a criação sociabilidade entre trabalhadores necessária para a transformação socialista no campo. Autores como Henry Bernstein (2011) aliam-se a essa posição.



Outra perspectiva considera que há resistências ao avanço do capitalismo no campo. Nela são ressaltadas diversas formas de organização social e produtiva que apontam para a reprodução do campesinato. Esta perspectiva tem como pressuposto a autonomia e permanência de populações no campo, não baseadas na grande propriedade capitalista da terra. Para essa perspectiva há um processo de resistência na terra e situações de recampesinização em curso que se expressam de diversas formas.

Ploeg (2008) caracteriza a recampesinização como um processo massivo e generalizado de transição na qual há uma retomada de interesses e perspectivas dos agricultores camponeses, dentre eles a recuperação de terras, por meio de uma luta social.

A luta pela terra é reconhecida como mobilização pela libertação dos camponeses da exploração capitalista. Tal perspectiva destaca a resistência ao avanço do capitalismo na agricultura e as novas perspectivas de reprodução social e econômica em que o campesinato reafirma sua autonomia e busca reproduzir-se a partir de uma perspectiva associativa ou da valorização dos modos de vida tradicionais.

3. Transnacionalização dos movimentos agrários

A transnacionalização, adotada como conceito central para analisar a internacionalização dos MST, tem como elemento-chave as práticas de cidadania global que compartilham experiências e promovem diálogos (O'BYRNE e HENSBY, 2011). A cidadania global é um repertório de práticas sociais e políticas cujo objetivo é realizar ações conjuntas que visem realizar o enfrentamento comum a processos mundializados e a construção de uma identidade política, compartilhadas a partir de relações entre pessoas, grupos sociais e o contexto global. (O'BYRNE e HENSBY, 2011). Essas ações são elaboradas a partir da reflexão de questões que relacionam o contexto geral e as especificidades locais.

Estes atores sociais são os Movimentos Agrários Transnacionais - MAT - que relacionam-se ao debate sobre “cidadania transnacional” (FOX, 2005), o qual ajuda a



compreender questões levantadas pela "globalização desde baixo"(DELLA PORTA, et al, 2006), ou seja, a entrada no mundo globalizado daqueles que historicamente foram excluídos pela falta de recursos, pela invisibilidade de suas pautas de reivindicações, por impossibilidade de construir alianças nas lutas de amplo alcance e pela restrita visibilidade internacional. Os MAT's são definidos como

“projetos políticos com profundas raízes históricas em diversas sociedades nacionais, com múltiplas e cambiantes alianças, reportórios de ação variados e complexas formas de representação, com diferentes enquadramento de problemas e tomadas de demanda. Seus líderes e ativistas, na esperança de alcançar os objetivos de seus projetos, muitas vezes desenham cenários de organização coerentes, homogênea e unitária” (BORRAS Jr, EDELMAN e KAY, 2008, p. 30).

Trata-se de diferentes grupos - movimentos, organizações, coligações, redes e ligações de solidariedade de camponeses e agricultores, grupos que diretamente ganharam considerável poder e influência política internacional (BORRAS Jr, EDELMAN e KAY, 2008). Trata-se da assunção da própria representação direta em diferentes espaços institucionais e de mobilização social em escala global.

O MST é desses movimentos que articulam lutas por demanda local por terra e participa ativamente de articulações internacionais da Via Campesina. Exemplos dessa atuação são os intercâmbios e visitas, bem como o apoio do MST à organização de movimentos camponeses de outros países, como Haiti, Angola e África do Sul, por meio de ativistas que atuam em sua brigada Internacional. O MST também realiza mobilizações locais contra os cultivos de alimentos transgênicos, parte de sua relação com a pauta dos MAT's .

4. As bases do internacionalismo no MST

O pequeno texto dirigente do MST Egidio Brunetto expressa a concepção de internacionalismo do movimento . O autor destaca, a partir de uma perspectiva classista, a prática da solidariedade e do internacionalismo vinculadas à teoria marxista revolucionária.



Segundo o autor, é com o surgimento do marxismo que se compreende que a sociedades é constituída por classes antagônicas e em luta permanente entre si.

Em razão disso, Brunetto (2009) argumenta que, a “burguesia é a mesma em toda parte do mundo” e que a classe trabalhadora deve se “unir e lutar contra o inimigo comum”. Essa interpretação tem como fundamento a máxima do Manifesto Comunista “Operários do mundo uni-vos!”, que o autor destaca como “estratégia da classe a nível mundial e remete às lutas futuras a construção do projeto de libertação da classe”. Nesse sentido, o dirigente do MST salienta que:

Nossos militantes vão construindo uma consciência e uma prática que articule as lutas locais com as lutas internacionais, na construção de instrumentos com caráter e estruturas internacionais. (BRUNETTO, 2009. s/p)

Ainda no texto, Brunetto, ressalta o fortalecimento do intercâmbio do MST com outros continentes, com prioridade para a África, além da permanentemente preocupação com a violência que ocorre no continente latinoamericano onde o latifúndio continua a matar, prender e expulsar os camponeses e os indígenas. O autor reitera a compreensão de internacionalismo também é lutar e a resistir onde se mora e vive.

5. Experiências de atuação internacional do MST

O MST teve forte relação com países da América central e Caribe, desde a década de 1980, notadamente Nicarágua, El Salvador e Cuba. Os países passaram por processos revolucionários de luta e que foram liderados por partidos e organizações socialistas. Em razão disso, muitos militantes do MST prestaram solidariedade a mobilizações na Nicarágua, acompanharam mobilizações em El salvador ou fizeram cursos de formação em Cuba (Rubbo, 2013).

O final da década de 1980 foi de crise teórica, política, organizativa, programática do socialismo, campo político em que o MST se insere, em razão do fim do socialismo real e da queda do muro de Berlim. Ao invés de refluxo nas relações internacionais, o MST criou novas possibilidades ao intensificar intercâmbios com países socialistas (Rubbo, 2101).



Segundo Marcelo Buzetto, dirigente do MST, de 1989 a 1992, houve uma intensificação de intercâmbios com outras organizações e aumentou o número de militantes que foram para outros países.

Em relação a Cuba, foi intensa a ida de militantes do MST para fazerem cursos de formação política (Rubbo, 2013). Tal processo ampliou-se para cursos de formação superior, como medicina, em universidades cubanas, cujo objetivo foi suprir a carência de profissionais em diversas áreas técnicas que os assentamentos demandavam.

O internacionalismo do MST e a solidariedade internacional pautou-se no reconhecimento da luta por justiça social e econômica, na qual a luta pela terra tem centralidade. Os apoios internacionais proliferaram pelo mundo, indo além da identidade política anteriormente indicada por Brunetto.

Carter e Carvalho (2010) destacam que os contatos internacionais do MST iniciaram a partir do Setor de Finanças e Projetos, anteriormente comentado, e posteriormente a “Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular”, articulação de movimentos e organizações sociais da América Latina cujo objetivo foi criticar as comemorações da chegada dos espanhóis ao continente americano, contraponto aos 500 anos de descobrimento das Américas.

Rubbo (2013) destaca que os comitês de apoio internacional ao MST multiplicaram-se rapidamente a partir de meados da década de 1990 sob a forma de coletivos conhecidos com Comitês de Apoio, Comitês de Solidariedade, ou ainda de Amigos do MST. Essas organizações espalharam-se por diversos países.

Os grupos internacionais de apoio ao MST foram formados por professores, ativistas sociais, jornalistas e pesquisadores, além de organizações e instituições como centrais sindicais, ONGs e Igrejas. Os grupos de apoio executaram diversas atividades de divulgação, tais como debates, exposição, atividades de formação, mostras de vídeos, exibição de filmes, documentários e fotos sobre a história do MST e sobre a questão agrária brasileira e da América Latina. Lideranças do MST viajaram para outros países para debater a situação das desigualdades do campo no Brasil. Além dessas atividades, esses grupos



organizaram visitas a acampamentos a assentamentos no Brasil e arrecadaram recursos em seus países de origem para o financiamento de atividades e projetos do MST (RUBBO, 2013).

A experiência de intercâmbio com o governo sandinista da Nicarágua, na qual o MST enviou militantes para passarem temporadas naquele país e colaborar em atividades, tais quais colheitas e plantios, foi a base para o setor do MST conhecido como Brigadas Internacionais. Os militantes permaneciam no país em torno de quarenta dias e trabalhavam oito horas diárias em atividades agrícolas, recebendo apenas hospedagem e alimentação (RUBBO, 2013). Para o MST, a presença de militantes em outros países é uma prática de internacionalismo.

Na atualidade, as Brigadas são uma nova estrutura organizativa do MST que vai além da troca de experiências. Segundo Marcelo Buzetto, dirigente do MST de 1989 a 1992, a ida de ativistas a outro país teve o objetivo de conhecer e retornar ao Brasil, após conhecer onde as organizações estão precisando de apoio para colaborar posteriormente colaborar no avanço de suas lutas.

Ao retornar ao Brasil, o ativista deve “prestar contas” ao MST sobre o que realizou, por meio de relatórios, registros fotográficos e outros documentos, além de realizar palestras e participar de reuniões e encontros do MST, nos quais socializam a experiência vivenciada. Ainda segundo Buzetto, o aumento do número de pessoas que participam das Brigadas Internacionais indica o crescimento da consciência de que a luta é internacional. Rubbo (2013) informa que existem grupos das Brigadas Internacionais do MST e Via Campesina na Bolívia, Guatemala, Venezuela, Cuba, Haiti, Moçambique.

Apesar dessa orientação que parece ser homogênea para a atuação de militantes, há discordâncias quanto à prática política das Brigadas. Um exemplo é a tensão política que houve na Brigada Internacionalista Dessalines da Via Campesina, que atua no Haiti desde janeiro de 2009. Segundo Rubbo (2013), a Brigada contou inicialmente com quatro militantes, mas redimensionou seus objetivos e chegou a 27 militantes em razão do terremoto que assolou o país em 2010.



A orientação do MST e da Via Campesina para a Brigada era “permanecer na esfera política como símbolo da solidariedade internacionalista através do trabalho de cooperação em várias frentes” (Rubbo, 2013, p 165). Ao invés disso, os ativistas participantes da Brigada questionaram a atuação indicada para a Brigada como um limite político. Esse fato foi abordado por Rubbo (2013), mas necessita de aprofundamento de pesquisa e análise.

Edelman (2003) comenta que, na manifestação que visou impedir as negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) ocorridas em Seattle no ano de 1999, os ativistas da Via Campesina usavam a prática empregada pelo MST de usar lenços e bandeiras tremulantes. Essa mística presente em todas as manifestações do MST no Brasil, gerou uma ampla repercussão na mídia. Os ativistas da Via Campesina usaram lenços e bonés verdes e os distribuíam a simpatizantes na multidão e atraíram a atenção de outros ativistas e de jornalistas que cobriam os protestos contra a OMC. Esse é um relato de um renomado pesquisador internacional sobre a questão agrária que sinaliza como o MST influencia as práticas da Via campesina. Há um simbolismo no qual as pessoas se conhecem e se apropriam do movimento.

O contraponto às ações das agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), OMC e Banco Mundial, cada vez mais assume destaque nas campanhas e lutas do MST, tal qual as organizações camponesas europeias. Trata-se de uma ampliação da luta nacional para uma luta global contra tais agências que promovem a pauta neoliberal. Gonh (2010) constata que houve, nos últimos anos, uma alteração do horizonte da luta do MST e da Via Campesina, no qual destacam que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o agronegócio exportador e os trabalhadores rurais sem-terra” (GOHN, 2010, p. 146).

No mesmo sentido, Rubbo (2013) considera que a força motriz do MST foi profundamente ressignificada. O autor destaca que ela não se restringe mais à redistribuição da terra, estratégia central para a qual o MST elaborou sua principal tática, a ocupação de terras. O autor comenta que “a expropriação de latifúndios improdutivos passa a ficar em segundo plano” (p. 139). Ele comenta que, nos últimos anos, MST e Via Campesina



“deixaram de centrar seu programa e suas ações na divisão de terra” (p. 139) e reconhece que essa mudança reflete nas mobilizações do MST contra as multinacionais que controlam as patentes das sementes, dominam o comércio da produção agrícola e utilizam largamente os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) (Rubbo (2013).

6. Práticas de cidadania global: diálogo e compartilhamento de experiências

As ações coletivas realizadas pela Via Campesina, e pelos movimentos agrários que a compõem, têm como princípio norteador a perspectiva de “pensar globalmente, agir localmente”. São processos e lutas realizados por movimentos que são locais, dada a urgência das pautas de mobilização, como a permanência ou a conquista da terra, ou a defesa da soberania da soberania alimentar, pauta mundial e unificadora das lutas de populações camponesas e indígenas. A partir da seleção de algumas ações coletivas, indicativas de como se realiza a relação local e global, analisa-se a seguir como a Via Campesina constrói práticas sociais compartilhadas por meio da articulação internacional em rede.

As primeiras iniciativas de mobilização com a perspectiva de cidadania global dos movimentos sociais do campo ocorreram nos atos contra as políticas das organizações multilaterais de desenvolvimento (FMI, Banco Mundial, OCDE, OMC, principalmente) na década de 1990, período de implementação do ajuste neoliberal e que teve forte impacto na vida de populações camponesas e indígenas. Dentre os objetivos propostos estavam a diversificação de safras para exportação em detrimento do consumo nacional e local, a criação de ambiente favorável ao investimento estrangeiro e o desmonte dos órgãos de apoio estatal à agricultura. Nas conferências ministeriais da OMC realizadas em Genebra (1998), Seattle (1999), Cancun (2003) e Hong Kong (2005), houve intensa atuação das organizações camponesas vinculadas à Via Camponesa.

As práticas de mobilização locais foram replicadas em diversas manifestações durante os encontros de cúpula das organizações multilaterais de desenvolvimento nos diversos países em que ocorreram.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Um outro lado da relação com os organismo multilaterais de desenvolvimento se constrói uma prática de diálogo, não de confronto. O objetivo de interferir no debate e firmar a posição dos camponeses. Um evento dessa natureza foi a participação em debates da FAO sobre soberania e segurança alimentar. Recentemente a Via Campesina firmou acordo com a FAO no qual prevê cooperação para a erradicação da fome, da desnutrição e insegurança alimentar. As ações de confronto foram substituídas pelo diálogo para alcançar objetivos comuns.

Outro espaço de diálogo no campo das organizações da sociedade civil global foi a atuação em edições do FSM, evento mundial com participação de diversos setores sociais. A primeira edição ocorreu em Porto Alegre, em 2001 e se realiza até os dias atuais, embora tenha perdido força e impacto social. Inicialmente foi proposto para possibilitar debates entre setores da sociedade civil global de diversas áreas de interesse, locais de origem e áreas de atuação. O FSM mundial permitiu às organizações da Via Campesina a articulação e debate com diversos movimentos e organizações. No entanto, a participação reduziu-se juntamente com a percepção de que o evento passou a dar mais visibilidade a intelectuais e lideranças políticas (como Noam Chomsky, Boaventura de Sousa Santos, Leonardo Boff, Lula, Hugo, Chaves, entre outros) em algumas edições do evento, e menos relevância ao diálogo entre a miríade de organizações participantes e sua multiplicidade de experiências. Houve tentativas de retomada da descentralização e democratização dos espaços do evento por meio da horizontalização do debate nas edições mais recentes, mas sem o mesmo vigor da proposta original do FSM.

Um aspecto avaliado pela Via Campesina, acerca do FSM, foi de que trata-se de um evento difuso, com múltiplos interesses e por isso não contribui para a mobilização de camponeses e populações indígenas de diversas partes do mundo a partir de seus interesses. Vieira (2008) aponta que muitos dirigentes questionaram o investimento em um evento que, no final não tinha deliberação política que orientasse mobilizações posteriores .

Ações coletivas realizadas localmente pela Via Campesina buscam contrapor-se aos impactos do desenvolvimento capitalista mundial nas realidades locais. Os ativistas



camponeses e indígenas da Via Campesina promoveram mobilizações contra as empresas produtoras de OGM, como a multinacional de sementes e insumos agrícolas Monsanto. Ativistas destruíram campos experimentais de cultivos de plantas geneticamente modificadas como atos simbólicos para chamar a atenção da população sobre o debate acerca dos riscos à saúde provocados pelo consumo de alimentos transgênicos, bem como o reflexo na desestruturação do modo de vida e economia das comunidades camponesas.

Ainda relacionada a este tipo de ação coletiva local é o caso da mobilização de agricultores franceses da Confédération Paysanne que destruíram loja da MacDonaldis em Millau, em 1999. Segundo o líder camponês José Bové, o desmantelamento da loja em construção, naquela cidade francesa, deu-se como ato simbólico de reação de agricultores à taxaço do queijo Roquefort, autorizada pela OMC, em retaliação à resistência de países da Europa, dentre eles a França, de importar carne bovina produzida com hormônios. Bové salienta que as vendas de queijo francês caíram drasticamente e como consequência os agricultores sofreram a perda de rendimento.

7. Participação e influência o MST nas práticas da Via Campesina

Um dos principais objetivos da Via Campesina é influenciar os centros de poder e de tomada de decisão nos governos nacionais e nas instituições multilaterais na defesa do projeto camponês, se é que se pode afirmar assim, e afirmando outro rumo para as políticas econômicas e agrárias. Essa missão é realizada por meio de participação em fóruns das organizações multilaterais, de modo destacado nos órgãos das Nações Unidas, cuja presença adquire caráter dialógico, na medida em que os representantes da Via Campesina estão presentes (VIEIRA, 2008).

A perspectiva é oposta em relação aos organismos financeiros multilaterais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial. Para a Via Campesina não existe diálogo com movimentos agrários e outras organizações da sociedade civil mundial nas reuniões desses organismos.. Nessas situações, a Via Campesina compõe com movimentos anti-globalização para realizar grandes protestos paralelos às deles reuniões .



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Edelman (2003) comenta que na gigantesca manifestação que contribuiu para impedir as negociações da OMC em Seattle, os ativistas da Via Campesina usavam a prática empregada pelo MST de usar lenços e bandeiras tremulantes. Essa mística presente em todas as manifestações do MST no Brasil, gerou uma ampla repercussão na mídia. Os ativistas da Via Campesina usavam lenços e bonés verdes e os distribuíam a simpatizantes na multidão e atraíram a atenção de outros ativistas e de jornalistas que cobriam os protestos contra a OMC.

Esse é um relato de um renomado pesquisador internacional sobre a questão agrária que sinaliza como o MST influencia as práticas da Via campesina. Há um simbolismo no qual as pessoas se conhecem e se apropriam do movimento. Há uma forte influência do MST nos processos políticos da Via campesina.

Rubbo (2013) analisa que, como reflexo dessa relação de duplo sentido, se dá uma nova compreensão transnacional da reforma agrária e que provoca uma mudança nas estratégias políticas do MST na arena nacional. O autor ressalta que, além de pautas reivindicativas ampliadas, há a incorporação de novos elementos temáticos. O contraponto às ações do FMI, OMC, Banco Mundial e a ALCA, cada vez mais assume destaque nas campanhas e lutas do MST, tal qual nas organizações camponesas europeias. Trata-se de uma ampliação da luta nacional para uma luta global contra as agências internacionais que promovem a pauta neoliberal. Gohn (2010) destaca que houve, nos últimos anos, uma alteração do horizonte da luta do MST e da Via Campesina, no qual destacam que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o agronegócio exportador e os trabalhadores rurais sem-terra” (GOHN, 2010, p. 146).

No mesmo sentido, Rubbo (2013) considera que a força motriz do MST foi profundamente ressignificada. O autor destaca que ela não se restringe mais à redistribuição da terra, estratégia central para a qual o MST elaborou sua principal tática, a ocupação de terras. O autor comenta que “a expropriação de latifúndios improdutivos passa a ficar em segundo plano” (p. 139). Ele comenta que, nos últimos anos, MST e Via Campesina “deixaram de centrar seu programa e suas ações na divisão de terra” (p. 139) e reconhece que essa mudança reflete nas mobilizações do MST contra as multinacionais que controlam as



patentes das sementes, dominam o comércio da produção agrícola e utilizam largamente os OGMs Rubbo (2013).

8. Considerações finais

Buscou-se, desde o início deste trabalho, dialogar com autores de diferentes perspectivas teóricas que analisam a globalização dos processos sociais, fenômeno que ocorre em múltiplos níveis e estabelece conexões entre lugares específicos e o mundo globalizado. O campo interdisciplinar dos Estudos Globais forneceu o conceito de cidadania global para compreender o repertório de práticas e políticas que visam promover o enfrentamento comum a processos mundializados, nos quais se situam os movimentos agrários na atualidade.

A essa perspectiva agregou-se o estudo dos Movimentos Agrários Transnacionais - MAT - relacionado aos conceitos de cidadania transnacional e globalização "desde baixo". Os MAT, conforme analisados, são projetos políticos históricos, construídos a partir de diferenciadas alianças, amplo espectro de ações e complexas formas de representação de atores do campo.

A adoção desse quadro teórico possibilitou dar resposta à questão inicialmente proposta: o que faz o MST, um movimento nacional de luta pela terra, ampliar sua luta pela conquista da terra para além das fronteiras do Brasil? O desafio de encontrar as respostas indicou como objetivo da pesquisa de compreender como o MST amplia sua atuação internacional, por meio do apoio à organizações que participam da Via Campesina.

Reconstruiu-se a trajetória do MST a partir de sua formação, e posterior expansão para alcançar parte desse objetivo. Para isso fez-se uma contextualização do processo social da concentração fundiária no Brasil, os movimentos agrários que se contrapuseram a este processo ao longo da história do País, no qual o MST se insere, e como o Movimento construiu suas estratégias de luta, seus princípios e sua organização.

Outra parte do trabalho realizada, também com o objetivo de dar resposta à questão de pesquisa, foi compreender as estratégias de ampliação das frentes de luta do MST



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



para outros países e continentes. Nesse sentido, buscou-se compreender a concepção de internacionalismo do MST, a relação que estabeleceu com movimentos e organizações da América Central e Caribe, os apoios internacionais às suas ações por grupos de solidariedade espalhados pelo mundo e a atuação das Brigadas Internacionais do MST como coletivo de promoção da internacionalização do apoio à luta pela terra.

Por fim, analisou-se o cenário da questão da terra no mundo contemporâneo, a formação da Via Campesina como contraponto e a partir da globalização das lutas sociais do campo na atualidade, a SOBERANIA ALIMENTAR como perspectiva estratégica de modo de vida das produções das populações do campo e a participação do MST nas suas ações, destacando a sua contribuição na definição de estratégias e o reflexo da atuação na mudança de sua pauta de lutas nacionais.

O MST transnacionalizou-se como uma estratégia de reposicionar o problema da terra nas lutas, debates atuais sobre a questão agrária e o modo de vida no campo na atualidade, caracterizada como cenário complexo e desafiador. Tal perspectiva partiu da experiência de compartilhar experiências com movimentos e organizações de outros países, apoios internacionais recebidos e a necessidade de articular-se mundialmente para enfrentar processos que não se circuncrevem às fronteiras dos países, mas está disseminado pelo mundo pela globalização e pela política neoliberal. Assim sendo, a participação na Via Campesina fez parte dessa estratégia, por meio de conjunção de forças, e construiu ações de repercussão mundial.

O trabalho aponta para muitas questões a serem pesquisadas: como se dá a relação do MST com os demais movimentos e organizações que compõem a Via Campesina? Como diferentes contextos locais se relacionam às pautas globais? De qual forma o problema da terra ocorre em diferentes países e continentes e possibilita a construção de pautas de luta comuns? Tais questões ficam em aberto, dado o escopo deste trabalho, mas indicam novas possibilidades de pesquisa a serem realizadas futuramente.



9. BIBLIOGRAFIA

BERLIN, Isaiah. Russian thinkers. Nova Iorque: Penguin Group, 1994.

CHAYANOV, A. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.

DELLA PORTA, D., ANDRETTA, M., MOSCA, L. e REITER, H. Globalization from Below: Transnational Activists and Protest . : University of Minnesota Press. Minneapolis 2006.

FARIA, A. M.de M. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. Universidade Federal de Mato Grosso – Faculdade de Economia. Periódico de Estudos Sociais. Ano 3, n. 6, 2001. pp 45-58.

FELÍCIO, M. J. Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HEGEDÜS, A. A questão agrária. In: HOBBSBAWM, Eric. História do marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JACOBY, R. O fim da utopia: política e cultura na era da apatia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

LUXEMBURG, R.. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do capitalismo. São Paulo: Abril, 1985.

MARX, K. Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. Vol. I, Tomo I, Cap. XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F.. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



PLOEG, J. D. van D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SHANIN, T. The nature and logic of the peasant economy 1: A Generalisation, The Journal of Peasant Studies, v. 1, n. 1973. pp. 63-80.

_____. Campesinos e sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Econômica, 1979.

_____. Late Marx and the Russian Road Marx and 'the peripheries of capitalism'. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1983.

VIEIRA, F. B. Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores. 2008. Tese (Doutorado em de doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.





Movimentos Sociais e Representação Política no Campo Brasileiro: um Olhar sobre os Núcleos de Agricultores Familiares do Município de Mata RS

Roselaine Tereza Piber¹

Resumo:

O presente trabalho pretendeu realizar uma reflexão a partir da leitura de diferentes autores, que trataram, em seus estudos, sobre os movimentos sociais no campo e a construção da categoria política profissional reunida no termo Agricultura de base Familiar. Ao mesmo tempo, pretendeu iniciar uma reflexão sobre a relação entre a existência de Núcleos de Agricultores Familiares e a permanência da agricultura de base familiar como ator relevante durante o processo de configuração histórico-social do Município de Mata RS até os dias atuais. Assim, foram empregados dois procedimentos: a pesquisa bibliográfica² e a coleta de dados junto aos Núcleos de Agricultores, através da revisão documental (atas das reuniões) e a entrevista semiestruturada, realizada, preferentemente, com os líderes de cinco núcleos³. Hoje mais do que nunca, nesses tempos sombrios, onde o “adversário” controla o espaço, o tempo, as leis e os recursos públicos, onde os ventos contrários sopram mortes e pandemia, urge voltar o olhar para a história e perceber que só foi possível permanecer no campo através do movimento constante, expressado em reuniões, reflexões, lutas, revoltas, ocupações. “Caminante, no hay camino, paso a paso, golpe a golpe, verso a verso, el camino se hace al andar”⁴.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Movimentos Sociais. Representação Política

¹ Psicopedagoga, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria RS.

² O produto desta pesquisa pode ser enquadrado, de certa forma, como uma resenha temática.

³ Boa Esperança, Pinheirinho, Chacrinha, São José e Grama (localidades pertencentes à zona rural do município de Mata RS)

⁴ Mescla de dois poemas de Antonio Machado Ruiz.



Introdução

O presente trabalho objetivou analisar de que modo os autores⁵ enfocaram a categoria agricultura de base familiar em sua relação com os movimentos sociais e como consideraram que ela foi assumida pelos movimentos sociais e representada na sua luta política e nos projetos de sociedade que defende. De que forma e em que medida a construção dos sindicatos, associações e movimentos sociais foi capaz de representar politicamente a diversidade de perspectivas dos atores reunidos na categoria da agricultura familiar. Nesse sentido, foram abordados os seguintes eixos: a formação de uma categoria política; a diversidade das lutas no campo e as formas de organização; neste último, inserimos uma reflexão sobre os Núcleos de Agricultores do Município de Mata RS.

Assim, foram empregados dois procedimentos: a pesquisa bibliográfica, que para Gil (2007) tem como principais exemplos as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Realizou-se uma análise temática de quatro autores, relacionados aos movimentos sociais no campo, que fazem referência à luta da diversidade de produtores do rural brasileiro, do campo, das florestas e das águas, reconhecidos na categoria de análise Agricultura Familiar. Portanto, se excluem os produtores patronais, empresas do agronegócio e os grandes produtores ou latifundiários. Ainda, se excluem análises sobre sindicatos rurais, mesmo que sejam citados em algum momento, devido a que o sindicalismo é uma característica constitutiva da forma de organização, e particularmente presente na história da agricultura brasileira (Favaretto, 2006). Outros autores relacionados foram incluídos no decorrer da pesquisa e citados no corpo do trabalho.

⁵ Almeida (2004), Medeiros (1989), Piccolotto (2018) e Rosa (2009)



O segundo procedimento metodológico priorizou a pesquisa qualitativa, para a coleta de dados junto a cinco núcleos de agricultores familiares das localidades rurais do Município de Mata RS⁶, completada pela pesquisa documental, no livro de atas de quatro dos cinco núcleos. As entrevistas semiestruturadas, bem como o resumo das atas, foram realizadas no segundo semestre de 2020. Estamos na fase inicial da pesquisa, no processo de degravação das falas dos entrevistados. Pretende-se realizar análise de conteúdo e de discurso. Infelizmente, o contexto da pandemia tem dificultado a devida interação tanto para o avanço na coleta de dados, como para as reuniões dos membros dos núcleos de agricultores. E muito se perdeu nesse processo, como afirma Minayo (2016) “o trabalho de campo se dá num contexto de observação, interação e descoberta (p.57).

Iniciamos com uma reflexão sobre dois conceitos: o primeiro se refere ao significado de representação política. No intuito de responder a essa primeira questão, trazemos a contribuição teórica de dois autores: Pierre Bourdieu (1989) e Iris Young (2006). O renomado teórico crítico muito contribuiu para a análise das relações sociais, o que ele chamou de dialética entre estruturas internas e estruturas externas, ou agente social e sociedade, a partir de conceitos como Hábitus, Campo e Tipos de Capital. Para o autor, na estrutura das sociedades humanas, há um espaço social, repleto de subjetividades e objetividades, onde o sujeito acredita mover-se com liberdade e ser o árbitro de suas decisões, no entanto, existem “esquemas generativos”, que presidem, antecedem e guiam a ação, determinada por relações de poder, que ditam e mantêm as regras de jogo. De certa forma, encontramos nesse teórico, a confirmação de que todas as pessoas estão interconectadas e vivem em uma rede de interdependência, assim como nenhuma ação é genuína, neutra ou livre de influências. É em um campo específico que se dão as relações entre indivíduos e grupos.

Nesse sentido, Bourdieu (1989) admite que o campo político é o menos livre

⁶ Boa Esperança, Chacrinha, Grama, Pinheirinho e São José.



de todos, ao que nomeia “mercado da política”, pois cabe a esse campo transformar ou conservar as divisões estabelecidas entre classes e sistemas de classificação. Ou seja, o campo político, com seus profissionais preparados e iniciados, jogará a favor de construir e apregoar o princípio de que a divisão social é legítima, enquanto toma para si o direito de valer-se dos “instrumentos de poder objetivados” (p.174). Nesse campo, encontramos a acumulação de poder simbólico durante o processo histórico de constituição do que conhecemos hoje como Estado Moderno.

Por outra parte, a representação política será mais ou menos fiel aos interesses dos representados, na mesma medida em que estes tiverem capital social e político suficiente para exercer pressão sobre as decisões que os representantes tomem.

O porta-voz apropria-se da palavra do grupo dos profanos (na maioria dos casos, do seu silêncio) mas também de sua força, para cuja produção ela contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. (...) A força das ideias mede-se não por seu valor de verdade, mas pela força de mobilização que elas encerram, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência do desmentido (Bourdieu, 1989, p.185).

Não obstante, Young (2006) valoriza a representação baseada na diferenciação, e não na unificação, ao apontar para o perigo de que a representação que se apoie num processo unificador, impeça a fluidez das relações, o que possivelmente recriaria exclusão. A representação defendida pela autora, ocorre no âmbito das perspectivas dos diferentes atores, e menos nas suas opiniões e interesses. Nesse aspecto, a representação não é uma mera substituição ou identificação entre representantes e representados, mas um processo de interconexão entre atores políticos diferentes, que inclui temporalidade e espaço, em mudança constante. E se baseia na dinâmica das relações sociais (p.142). Pois é a partir da perspectiva social de outra pessoa, os representados, que o representante pode abrir um debate, a partir de relatos de experiências e de uma linha de narrativa



histórica, fator de fidelidade à realidade da classe representada.

Desenvolvo uma concepção da representação como um processo de antecipação e retomada que flui entre os representantes e os representados a partir da participação destes em atividades de autorização e prestação de contas. (p.146)

O segundo conceito trata sobre o significado de Agricultura Familiar/Campesinato⁷. Diversos autores afirmam que o termo agricultura familiar, no Brasil, é uma construção, formalizada pelo Estado, nos anos 1990, com o enquadramento dentro dos requisitos para aceder às políticas públicas do PRONAF⁸, mas na realidade, essa forma específica e pluricultural de produzir e viver “dos frutos da terra e do trabalho”, existe desde tempos mui remotos. Encontram-se muitos atributos e significados à agricultura de base familiar, tanto no nível acadêmico como no oficial. Mas, na verdade, este ser humano, irmanado, forja culturas, sucessores, crenças e credices, totalmente apegado a um pedaço de terra, cercado de vizinhos, ali sobrevive, extrai, cria, planta e colhe comida e esperanças, enquanto borda o avental e costura as meias do ano passado ou marreta a roda do trator; “terra de plantar e morar”. Essa é a diferenciação da agricultura familiar campesina a outras formas de produção empresarial, mesmo que familiar: uma lógica distinta na hora de tomar as decisões importantes. Uma hora é assalariado rural, outra é vendedor de produtos coloniais, outra é agroindustrial (na produção de geleia, farinha de peixe, cachaça e vinho), e, às vezes, se torna quebradora de babaçu ou seringueiro, mas quase sempre se sente livre, porque administra, de certa forma, seu pedaço de chão e, na maior das vezes, se identifica

⁷ Nesse trabalho, os dois termos podem aparecer, algumas vezes, como sinônimos, sem preocupar-se com explicitar as diferenças entre ambos. Considera-se a existência de uma tênue linha que separa e, ao mesmo tempo, une, esses dois termos. Analisá-los não é objetivo deste estudo.

⁸ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Criado em 1995, pelo governo federal, com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos **pequenos agricultores** — aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar (Favaretto, 2006)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



com o campo, as florestas ou as águas, se sente pertencente a esse mundo, e luta com todas as forças e de todas as maneiras que sabe, para reproduzir sua forma de vida, no movimento, na associação, na igreja, no sindicato ou no arco e flecha.

Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais (PLOEG, 2006. p. 20)

Segundo Marx (2013), o que permite a acumulação capitalista é o fortalecimento de relações que pressupõem uma separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Para que o modo de produção capitalista se constitua como tal, baseado no capital, é necessário que “duas espécies diferenciadas de possuidores” estabeleçam relações opostas e diferenciadas socialmente. Apesar de que o autor, em sua teoria sobre capitalismo e proletariado, decretara o fim do campesinato, cabe aqui citá-lo, por sua contribuição à reflexão apresentada. Quando o autor relata metaforicamente o “pecado político”, ao se referir aos primórdios da produção capitalista, salta aos olhos que esse processo de avanço e consolidação do capitalismo não é uma consequência natural do passar do tempo, do aumento da população ou da capacidade de invenção humana, mas está fundamentada numa ideologia, numa construção histórica, numa capacidade de determinar como vão ser as relações entre as pessoas e o surgimento de classes bem definidas de seres humanos envolvidos com esse modo de produção: salta aos olhos que para se sustentar, o capitalismo deve seguir alimentando a noção de que há uma diferenciação social quase predestinada. Onde não se pode transgredir essa lei natural, em que uns são desprovidos de bens, inclusive para a própria subsistência, enquanto outros são estupidamente ricos. “Luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (Bourdieu, 1989, p.174).



Ao ler Marx⁹, compreende-se que houve um desenvolvimento do capitalismo agrário, mas não houve desenvolvimento para os autênticos donos das terras. O que houve foi usurpação, violência e morte. Inclusive, esse tipo de desenvolvimento existente em nossa sociedade, é questionável e contraditório. Os métodos de expropriação, citados pelo autor, fazem parte da acumulação primitiva e dão os fundamentos para o surgimento da acumulação capitalista, ao “incorporar a terra ao capital e criar para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (p.979). O autor analisa como o sistema de produção capitalista vai se consolidando, com uma profunda relação entre o campo e a cidade, na medida em que a cidade recebe o povo expulsado de suas terras. Vemos como a cidade infla na mesma proporção em que o campo se esvazia de pessoas.

Como consequência, o camponês, produtor de base familiar, que conseguiu permanecer na terra, e tem uma lógica relacional empiricamente distinta do modo de atuar capitalista, é abominado pelo sistema, que às vezes o ignora e o torna invisível, às vezes lhe dá certo protagonismo, quando precisa de alimentos para a população local. Mas, seguindo o pensamento de Marx (2013), esse mesmo sistema dominante tenta manipulá-lo, subjugá-lo e acabar com ele. Uma e outra vez, no decorrer da história, “grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho” (p. 963).

No entanto, Wanderley (2003) considera o campesinato presente na economia e na sociedade brasileira, como um ator social importante no cenário atual, constituído pela diversidade de produtores rurais; tendo como característica fundamental a gestão da terra e do trabalho baseadas na unidade de produção familiar como categoria socioeconômica, o campesinato seria o fator político dessa forma social de existir. O afeto pela terra e o amor pela profissão, são heranças do campesinato, que se traduzem, hoje, numa resistência à imposição de uma

⁹ . A assim chamada acumulação primitiva, Capítulo 24 do livro **O capital**. pp. 785-833.



produção capitalista com fins apenas financeiros. A agricultura familiar, como forma de resistência, apegada à sua própria experiência e lógica, é camponesa e vai construindo sua própria história, enfrentando as “provocações da sociedade dominante e os desafios do desenvolvimento rural”.

(...) o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil (Fernandes, Bernardo et al, 2009, p.12)

Formação de uma categoria política

Ao analisar a construção da categoria Agricultura Familiar, é importante destacar que a presença desta categoria na atualidade se deve a muitos fatores, mas especialmente ao esforço por resistir e pelo reconhecimento de uma diversidade de sujeitos, aos quais sua existência tende a ser negada ou subestimada pela sociedade dominante¹⁰.

Medeiros (1989) afirma, logo na introdução, que: “A imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico”. Essa imagem é distorcida/desfocada, porque subestima a capacidade de luta, resistência, tenacidade e, inclusive, rebeldia próprias dessa categoria social.

O texto já tem mais de trinta anos, não obstante, segue atualíssimo, pois a tentativa de invisibilizar e subvalorizar o produtor familiar e o carma de “categoria subalterna” ainda predomina na sociedade atual. Segundo a autora, “Fomos, durante muito tempo, levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles” (p.11). No entanto, apagar esse pensamento da memória coletiva, não é fácil, pese a todo

¹⁰ Jamais vou esquecer a fala de um líder indígena Yanomami, venezuelano, numa aula sobre direitos indígenas, que eu ministrava, na cidade de Puerto Ayacucho, ano 2015: “os aviões e satélites observam nossa floresta, a Amazonia, intacta, e ficam fascinados e loucos para desmatar e produzir, ignoram nossas vozes e nossa existência. Mas eu grito forte que a floresta é nossa casa, nós existimos, nós estamos aqui!”



esforço de valorização e conquista de espaço e reconhecimento político por parte da diversidade de trabalhadores rurais, incluídos na categoria Agricultura Familiar. Esforço mediado pelo debate acadêmico, pelas ações do Estado e dos sindicatos e pelos movimentos sociais (Picolotto, 2014).

Lamarche (1993), ao descrever a exploração familiar como realidade multiforme, afirma que ela não pode ser definida como um modo de produção específico, ao reconhecer que não há um determinismo nem um destino comum para todo produtor agrícola familiar e, justamente por isso, propõe que a exploração familiar seja observada perante duas perspectivas ou elementos: a memória da própria história (patrimônio sociocultural) e as ambições para o futuro (escolhas políticas efetuadas pela sociedade global). Segundo o autor, cada decisão é tomada sob essas duas forças: uma que representa o peso do passado e da tradição, e a outra impulsada pela atração de um futuro materializado por projetos do porvir. Em função destes dois “domínios”, os exploradores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças (p.13-32).

Com a intenção de “destacar algumas contribuições produzidas no mundo acadêmico, em sintonia com atores políticos que investiram na construção de outras representações da sociedade brasileira”, Neves (2007) ressalta como emblemática a contribuição de Sônia Bergamasco que, a partir de dados do Pnad¹¹, caracterizou e delimitou a grandeza da presença de agricultores que se valiam do trabalho familiar. Reconhece seu esforço, num ambiente tão negacionista para com a importância da reprodução da organização familiar.

Segundo Neves (2007), Bergamasco e Nazaré Wanderley, com a colaboração de Abramovay e Eli da Veiga, organizaram um número temático na edição número 25, da Revista Reforma Agrária (maio-dez.1995), onde lograram consagrar o tema na academia e nos grupos mobilizados para a construção de políticas públicas de apoio aos agricultores familiares que se enquadravam. O termo agricultura familiar,

¹¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



seu reconhecimento, foi quase unânime nos artigos da revista. A autora destaca “o duplo objetivo, acadêmico e político, dos comentários das autoras do editorial”. De fato, Picolotto e Medeiros (2017) coincidem, em parte, com Neves, quando afirmam que a consagração da Agricultura Familiar como categoria política, se deu em meados da década de 1990, “por efeito da eficácia da política dos Gritos da Terra” (p.352).

Nesse sentido, Picolotto (2014) considera que a categoria Agricultura Familiar é fruto de um processo recente e complexo de construção de identidade política e modelo de agricultura, protagonizado por uma gama de atores. Entre os quais, o conjunto formado pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais e os movimentos sociais do campo. Esse protagonismo dado aos agricultores familiares como personagem político, pode-se observar claramente no recorte seguinte:

os agricultores familiares e as suas organizações de representação não foram coadjuvantes neste processo, mas estiveram presentes na experiência histórica do seu próprio "fazer-se" enquanto personagens políticos do Brasil contemporâneo. (página digital)

A diversidade das lutas no campo

As lutas e mobilizações no campo brasileiros foram bem diversas, tanto no tipo de ator ou instituição envolvida nelas, como na sua materialização. As lutas foram reivindicatórias de direitos fundamentais, como reconhecimento, alimentação, reforma agrária, trabalho, dignidade, saúde. Mas sobretudo, luta por VIDA e sobrevivência material e como classe social, por oportunidade e terra para “morar e trabalhar”. Luta contra a exclusão, o negacionismo, a invisibilidade, a violência e a hegemonia do sistema agrário brasileiro. Considera-se neste trabalho, que a organização, mobilização e luta, seja ela pacífica ou armada, seja ela direta ou através de mediadores reconhecidos pelo Estado, é inerente à própria condição do



Campesinato brasileiro. Para ilustrar esse pensamento, um trecho do trabalho de Favaretto, 2006:

A persistência do conflito agrário e suas diferentes formas de manifestação ao longo do tempo são o pano de fundo para o entendimento do sucessivo retorno de bandeiras de luta como a reforma agrária. É nessa dialética que as organizações surgem e ressurgem, como expressões do conflito e portadoras de promessas de sua superação.

Segundo Medeiros (1989), a história dos movimentos sociais está pautada por lutas pela terra e por direitos. Por uma sucessão de conflitos que, não poucas vezes, trouxe finais catastróficos para a diversidade de sujeitos do campo, das florestas e das águas. No entanto, os diversos atores se organizam resistem, como podemos ler no texto de Fernandes et al (2009):

Mesmo enfrentando os lancinantes processos expropriatórios, as políticas de criminalização e as estratégias de controle político, os camponeses seguem construindo seu futuro, rompendo com as separações entre campo e cidade e buscando o direito de viver da terra, produzir alimentos, constituir suas comunidades. (p.31)

Para a autora, nossa história é urbana e contada pelos “vencedores no processo histórico” brasileiro, por isso resulta difícil conseguir registros sobre os movimentos e lutas no campo. Seu estudo parte do “princípio de que os trabalhadores podem ser sujeitos de sua história, criar caminhos próprios de luta, através delas pesar politicamente, interferir na dinâmica da sociedade” (p.13). Justamente por isso, faz um esforço por encontrar e registrar estes acontecimentos, pois acredita que se deve recuperar a verdade, já que há “um mecanismo desqualificador” que esconde e desmerece o significado dessas lutas. “A revolta contra determinadas situações que ameaçavam suas condições de existência ou mesmo a luta em busca de melhores condições de vida e trabalho deixaram testemunhos ao longo de nossa história” (Medeiros, 1989, p. 11). No entanto, atualmente, a autora se questiona sobre a necessidade de seguir investigando o tema do campesinato brasileiro e seu protagonismo no processo de construção da



realidade rural que conhecemos hoje: resgatar suas vozes e seus silêncios, compreendê-los e trazê-los à luz, é um dever moral.¹²

Depois de nomear alguns exemplos da diversidade de atores e suas lutas (escravos negros, revolta de homens livres e pobres, ligas camponesas, movimentos messiânicos, colonos-parceiros e sucessivas greves), seu trabalho analisa o período a partir de 1945, até final dos anos oitenta, pois considera que nesse período os movimentos sociais, conflitos e lutas no campo brasileiro, adquiriram outro nível de qualidade: “é nesse período que os movimentos tendem a se generalizar, a perder seu caráter local, a articular formas mais abrangentes de organização” (p. 13)

Então, dividiu seu estudo em quatro partes, por períodos históricos. Citaremos aqui o primeiro período, de 1945 a 1964, quando o Brasil passa por grandes mudanças estruturais, impulsionadas pela rápida urbanização e consolidação da indústria, agricultura para exportação e grandes latifúndios, desenvolvimento econômico e instabilidade política, assim como o fortalecimento de alianças de classes. Para esse período, apesar do fortalecimento da burguesia industrial urbana, Medeiros destaca a presença forte da oligarquia agrária, que consegue manter-se no Congresso Nacional e resguardar, legalmente, “o absoluto controle sobre a propriedade da terra, mantendo os trabalhadores rurais à margem de uma série de direitos sociais e políticos” (p.17).

No entanto, é “nesse período de grande efervescência social e política, encerrado com o golpe militar de 1964” (p.14), que emergem e se consolidam organizações de trabalhadores rurais, através da mobilização dos colonos do café e trabalhadores de cana e cacau, especialmente nos estados do Nordeste e São Paulo, onde as greves se multiplicam e se tornam a principal arma de luta (págs.19-24).

Somente de 1949 a 1954 conseguimos registrar 55 ocorrências de greves em fazendas de cacau, cana e, principalmente, nos cafezais paulistas.

¹² Fala de fechamento da III atividade virtual do GT “Violência e repressão no campo: direitos de organização e direitos de resistência”, Live 24/02/2021. YouTube/RedesdeEstudosRuraisOficial.



Quanto às ações na justiça, que se intensificaram nos anos 50, acabaram por criar uma jurisprudência que garantia alguns direitos. (Medeiros, 1989, p.24)

Outra categoria que se mobilizou, composta por arrendatários, meeiros, parceiros, considerada pela autora, foi a dos agricultores que pagavam uma taxa para plantar em “terra alheia”, e tinham que dividir parte do que produziam com o dono da terra. Sua luta teve duas reivindicações principais: reduzir o valor da taxa cobrada e permanecer na terra. Como consequência deste tipo de mobilizações, surgem as primeiras ligas camponesas, em Goiás e Minas Gerais. Em São Paulo, houve uma grande mobilização contra a expulsão, que foi reprimida com violência.

Uma terceira categoria, nomeada pela autora, foi a dos posseiros que, espalhados por todo o Brasil, tiveram que enfrentar-se com a sistema de expansão agrícola, e pelear contra os grileiros. Como se pode confirmar no trecho seguinte:

Esse tipo de luta verificava-se em diversos pontos do país, com suas marcas características: plantações destruídas, casas queimadas, jagunçagem etc. Eram frequentes no Paraná (norte e sudoeste), São Paulo (extremo oeste), Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo. (Medeiros, 1989, p.25)

Movimentos Sociais Rurais e Formas de Organização

Ao escrever sobre os movimentos sociais e representação política no campo, não se pode ignorar o que me vem na memória, ao escutar o relato feito por um militante do Movimento Sem Terra: imagem de famílias inteiras montadas num caminhão, ou percorrendo quilômetros a pé, em busca do acampamento de lona, na estrada da fazenda Annoni (Município Pontão- RS). Estas famílias partiram animadas pelo pároco local, ou pelo exemplo de antecessores. Talvez, não tivessem consciência completa sobre o rumo que seu afã de sair e caminhar em busca de um futuro melhor, possível para seus filhos, daria ao processo histórico construído pelos



MST e movimentos sociais representativos da diversidade de trabalhadores do campo.

Segundo Picolotto (2018), a partir de meados da década de 1980, a categoria Trabalhador Rural, base sindical unificada oficialmente, perdeu espaço representativo, devido ao surgimento de alternativas externas ao universo sindical. Ou seja, outros nomes e outros atores ocuparam espaço na esfera política brasileira, gerando mudanças e uma “clara diferenciação de categorias”, não necessariamente sob a tutela do sistema sindical predominante. Afirmção inspirada em Medeiros (2001, pág.109):

Ocorreu a “implosão” da categoria “trabalhador rural” tal como constituída nos anos 70, acompanhada pela emergência de diversas possibilidades organizativas, que romperam com a tradição unitária de representação do sindicalismo rural.

Nesse sentido, podemos encontrar reflexão similar nos estudos de Almeida (2004) sobre a diversidade de categorias, associações e movimentos dos povos que vivem no território amazonense. Uma “pérola” encontrada nesse texto, deriva da afirmação de que as organizações e movimentos sociais se apresentam como fator de existência coletiva, na qual se valorizam as ações dos sujeitos, com profunda conexão entre si e com o território, onde a própria etnia é nação e, portanto, forma organizativa, esse fato supera o entendimento sobre qualquer forma organizativa existente ou baseada na forma sindical e exige um novo discurso. Inclusive o autor destaca que a infinidade de representantes aumenta e diversifica o poder de barganha com o Estado.

Tal multiplicidade de categorias cinde com o monopólio político do significado dos termos *camponês* e *trabalhador rural*, que até então eram utilizados com prevalência por partidos políticos, pelo movimento sindical e entidades confessionais (Almeida, 2004, p. 23).



Por sua parte, Medeiros (2001) critica o sindicalismo rural desde sua origem, pois considera que o caminho pelo qual a ação sindical foi conduzida, inclusive para levantar bandeira reivindicativas genuínas, como a reforma agrária, pautado estritamente nos mecanismos institucionais/legais existentes, “sem investimento na organização e mobilização dos envolvidos, não mostrou eficácia” (p.109). A autora reconhece que o surgimento das ocupações foram uma alternativa para pressionar o Estado, criando fatos políticos e atraindo a atenção da opinião pública. Tornando-se a principal forma de luta por reforma agrária e, mais do que isso, constitutiva de uma identidade política: “os Sem-Terra” (p.106). Nesse sentido, podemos concordar com o trecho seguinte, de Ricci, 2006:

Os movimentos sociais rurais dos anos 80 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social, que os exclui, e contra as organizações formais de representação social, que não os acolhe. (p. 329)

Seguindo essa linha de pensamento, Rosa (2009), aprofunda sobre uma forma de reivindicação, negociação e luta, que não é aleatória, mas planejada, a “Forma Movimento”, que transcende a própria existência material dos sujeitos políticos envolvidos, fruto de um trabalho de base, uma “pedagogia de ensaio e erro”, com uma linguagem própria, expressada na ocupação e na bandeira. No entanto, o mesmo autor chama a atenção para as contradições surgidas no processo de legitimação do conflito rural, pois ao mesmo tempo em que se logra poder de barganha aos movimentos sociais - “alçar ao patamar da interlocução demandantes e beneficiários”, é quando o Estado sai em vantagem, fortalecido no seu poder de “controle e uso da força, seja ela física ou burocrática” (p.26).

São variadas as formas que os diferentes atores encontraram para aglutinar pautas reivindicatórias e unificar interesses e opiniões, algumas vezes divergentes, para estabelecer interlocução com outras categorias de produtores (empresas do



agronegócio, frente parlamentar ruralista) e instituições do Estado brasileiro. Não poderia ignorar formas de organização, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) o DNTR/CUT¹³ e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural ou a Frente Sul da Agricultura Familiar, aglutinadores de organizações e frentes de luta distintas ao jeito unificador da Contag, que ao dar preferência à Agricultura Familiar, por ver potencial político nessa categoria, anteriormente esquecida, chega a fazer aliança com a CUT. Picolotto e Medeiros (2017) destacam as atividades de animação, com a intenção de reviver as relações entre dirigentes dos sindicatos e suas bases: os Mutirões de Bases, somados a “eventos massivos de debate e organização dos agricultores familiares, no âmbito do Fórum Sul dos rurais da CUT” (p.353).

Os autores destacam o relevante papel das igrejas, em especial da Comissão Pastoral da Terra (criada em 1975), de índole Católica, junto à organização, formação e capacitação da diversidade de manifestações rurais, que por diversos motivos, estiveram presentes junto aos trabalhadores/produtores rurais e deram uma forma particular e mística à grande parte dos movimentos e associações rurais (Favaretto, 2006).

Os movimentos sociais rurais brasileiros são nitidamente comunitaristas, marcados pela sociabilidade tipicamente rural, que se apoia num código moral tradicional, não escrito e muitas vezes místico, também construído pela necessária solidariedade na produção em cada gleba de terra (p.324).

Não obstante, mesmo que este trabalho não tivesse a intenção de tratar sobre o sindicalismo rural, é impossível deixá-lo fora, já que o sindicalismo é uma das formas peculiares de organização do rural brasileiro, talvez a mais formal, no sentido de interlocução com o Estado. Favaretto (2006) explica que o novo sindicalismo somente foi possível devido a um conjunto de práticas sociais, que se consolidaram na primeira metade dos anos 1970, “desencadeadas por um bloqueio às

¹³ Departamento específico dos rurais dentro da Central Única dos Trabalhadores.



possibilidades de reprodução dos produtores familiares”. E, por seu perfil de confrontação com o Estado e o latifúndio, conseguiu reunir a adesão de diversos atores, de norte a sul do país.

Os vários autores, referendados aqui, coincidem que a oficialização das associações sindicais rurais foi uma forma para o Estado conseguir “acalmar os ânimos” dos conflitos que estalavam, uma e outra vez, em todo o território nacional. Porém, o movimento conhecido como “novo sindicalismo” traz novidades ao sindicalismo tradicional, a tal ponto de ser chamado na América Latina, “novo movimento social”¹⁴. Segundo o estudo de Picolotto e Medeiros (2017), um dos grandes avanços no processo de pautas reivindicatórias e conquistas de direitos, deu-se através da mudança de uma postura defensiva a uma postura propositiva.

No intuito de seguir a reflexão sobre as formas de organização, cabe citar aqui os Núcleos de Agricultores Familiares do Município de Mata RS. Município com apenas cinquenta e cinco anos, desde a primeira administração municipal, datada em junho de 1965. Pertence ao Território da Cidadania Região Central/RS, juntamente com trinta e três outros municípios e faz parte do Corede Vale do Jaguari, com outros oito municípios¹⁵. Seu território limita com os municípios de Jaguari, São Pedro do Sul, Jarí, Toropi e São Vicente do Sul. Assim como seus vizinhos, Mata possui seu processo histórico determinado fortemente pela agricultura de base familiar. Antes mesmo de sua instituição como município, com a chegada de um casal de portugueses (ano 1836), que recebeu da coroa portuguesa uma légua de sesmaria, na região de campo, setor São Rafael, dedicado à produção de arroz, soja e pecuária. Processo seguido, anos depois, com a chegada de imigrantes alemães, para habitar a região mais alta, de floresta, como expressa Hertz (2017), “a imigração alemã no RS se deu em diferentes fases, dependendo

¹⁴ Sobre isso, consultar Ricci, 2006, In: **Fernandes, Bernardo et al.** Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Vol. II, pp. 321-338.

¹⁵ Capão do Cipó, Cacequi, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Unistalda.



das circunstâncias políticas, a partir de 1824” e, posteriormente, a chegada de descendentes de imigrantes italianos, que, unidos aos alemães já instalados, ocuparam a Sede ao redor da construção da ferrovia e da Estação Ferroviária, inaugurada no ano de 1920.

No entanto, o espaço geográfico, que hoje pertence ao município¹⁶ é muito mais longo, inclusive as madeiras fossilizadas, datadas de mais de 200 milhões de anos, são testemunhos desta antiguidade do território. Nesse sentido, a ocupação humana é muito mais recente. O Museu Municipal, com seu acervo de mais de 2.500 peças, entre elas utensílios rústicos, testemunha a presença de nativos na localidade, assim como por toda a região central do estado, que foram denominados Guaranis ou Jês. Essas populações eram agricultoras de policultivos, como milho, feijão, mandioca, batata e abóbora¹⁷. Fato que permite pensar que não foram os imigrantes que introduziram o cultivo variado na região do município de Mata.

Por um lado, se formaram algumas fazendas, especialmente na zona de várzea e nas coxilhas, Bioma Pampa, produtoras de arroz e pecuária, que foi e está sendo substituída pelo cultivo de soja. No comparativo entre os dois últimos censos agropecuários, houve aumento significativo da área colhida de soja. Em 2006, foram 900 hectares de área colhida, enquanto em 2017, foram 4838 hectares.¹⁸. De outro lado, a população organizou-se em pequenas propriedades, especialmente localizada nas zonas de floresta, ponta da Mata Atlântica. Os produtos coloniais da agroindústria familiar, inclusive a cachaça, o vinho e os rolos de fumo, bem como a variedade de alimentos da lavoura e da horta, com exceção de gado e arroz,

¹⁶ Cerca de 316,121 km² [2020] Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/pesquisa/24/76693>.> Acesso em março 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://proffermando.com.br/aulas-de-historia/indios-do-rio-grande-do-sul/> Acesso em 01/10/2020.

¹⁸ Acesso em 14/03/2021. Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.>



proveniente das zonas baixas, tudo vinha da zona alta, da família “colona”, composta em sua maioria por descendentes de imigrantes italianos e alemães, mas marcada por miscigenação.

Os alemães e italianos fundaram dois núcleos principais. (...) Deve-se ressaltar que tanto na região de origem alemã quanto na de origem italiana, pouco a pouco deu-se a fusão de raças, etnias e culturas, o que originou um novo tipo de gaúcho brasileiro, pois havia também a presença de negros, índios, mestiços e açorianos (Malfatti, 2006. p.12)

A zona rural do Município de Mata é composta por mais de vinte aglomerados, reconhecidos como comunidades rurais, reunidos ao redor de capelas católicas ou luteranas, cemitério, bolicho¹⁹ e salão de festas e bailes, com população total menor a três mil habitantes²⁰. Em algumas dessas localidades, se constituíram núcleos de agricultores familiares. Na memória dos líderes e nas atas dos núcleos, consta que a iniciativa da equipe do escritório da EMATER RS foi responsável pela criação desses núcleos²¹. As atas constitutivas de quatro dos cinco núcleos entrevistados, datam do ano de 1980²², com a presença de técnicos da Emater/Ascar RS, na formação de diretorias que serviriam de enlace para as diferentes instituições realizarem suas atividades, reivindicativas, em benefício da categoria ou do intuito de cumprir as atividades programadas/delegadas pelos programas das instituições. No entanto, na fala de alguns dos entrevistados, pode se entrever que a criação dos núcleos foi iniciativa local, formalizada pelos técnicos da Emater e, posteriormente, pela participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Administração Municipal. Originalmente, reuniam-se para organizar os mutirões e

¹⁹ Bar que vende comidas, bebidas e utensílios em geral.

²⁰ A população total do município foi estimada, para 2020, em 4.797 pessoas. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/panorama> Acesso em março de 2021.

²¹ Para ler matéria que confirma os dados coletados, disponível em http://www.emater.tche.br/site/multimedia/noticias/detalhe-noticia_01/06/2020> Ascar, há 65 anos fortalecendo o meio rural gaúcho, subtítulo: ASSOCIATIVISMO E INTEGRAÇÃO. Acesso em dezembro 2020.

²² O núcleo Chacrinha tem apenas três anos, e pertencia anteriormente ao Núcleo da Boa Esperança.



prestar apoio mútuo, por diferentes motivos: festas religiosas, romarias e marchas para reivindicação de direitos, como a aposentadoria rural das mulheres. O certo é que os habitantes das comunidades rurais sempre tiveram suas diretorias das capelas e resolveram seus problemas em conjunto.

Os produtores familiares do município de Mata estão incluídos numa realidade complexa, onde a hegemonia do sistema agrário capitalista brasileiro impõe-se violentamente sobre a diversidade da população que vive na zona não urbana e sobre seu hábitat natural. O conglomerado agroindustrial brasileiro, que hoje conhecemos popularmente como agronegócio²³, historicamente coopta apoio no parlamento, na mídia, nos recursos públicos estatais e estão muito bem representados por essas entidades. (Martine, 1991). Terra e território perdem seu valor social e se tornam mercadoria, assim como a força de trabalho humana, campo e cidade, rural e urbano se submetem à lógica do capital.

No entanto, há alternativas que resistem através do tempo. Pese a todas as forças contrárias, a agricultura de base familiar em Mata sobrevive e se reproduz, assim como em todos os cantos do Brasil, não sem conflitos (Medeiros 2009) e ali está, ocupando as regiões mais íngremes e afastadas, ano após ano, produzindo alimentos, mas além disso, também fumo e commodities, e gastando seu dinheiro no comércio local. Na análise das entrevistas, se percebe a consciência que os entrevistados têm de que são, em alguns aspectos, diferentes das pessoas que vivem na zona urbana, e do papel que desempenham para o bem-viver dos municípios. Uma classe social, que deve lutar pelos seus direitos, “um pobrerio aqui no campo, mas que sem nós a cidade estaria perdida, não viveria” (Pinheirinho, dezembro/2020).

²³ **Agronegócio** é toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. Disponível em <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/agronegocio>> Acesso em 18/02/2021.



Considerações Finais

Os autores analisados são unânimes em valorizar a construção política da categoria Agricultura de base Familiar, alguns inclusive consideram o Campesinato como variante política desse modelo de produção. Cada texto apresenta luzes sobre o processo de reconhecimento da Agricultura Familiar como ator social e político, imprescindível na constituição da nação brasileira, mesmo sendo vítima do peso destrutivo do sistema baseado no poder do capital financeiro, no latifúndio e no controle político.

Por outra parte, os autores valorizam o papel das instituições presentes nas lutas reivindicatórias do produtor de base familiar, no entanto, criticam determinadas posturas intervencionistas dos diferentes atores (Academia, Estado, Igreja, Sindicatos, ONGs) e alertam sobre as disputas para a representação política desta categoria e a tentativa de fortalecer um agente político, atropelando as genuínas reivindicações do homem do campo. No entanto, numa estrutura social tremendamente injusta, desigual e, conseqüentemente, excludente, é possível compreender que as instituições e movimentos se esforçassem para estabelecer interlocução.

É prudente valorizar a forma movimento (acampamento, ocupação, resistência), concebida pelo MST, a qual adquire um teor de negociação política, e se torna um modelo para diferentes atores e situações, que a adaptam à sua realidade. Apresentando-se como alternativa à forma tradicional de organização do rural brasileiro, identificado com o sindicalismo oficial.

Os Núcleos de Agricultores Familiares, presentes no Município de Mata-RS há quarenta anos, merecem uma oportunidade de investigação sobre seu protagonismo no processo de construção da realidade rural. Talvez sejam reconhecidos como estratégia de fortalecimento recíproco para enfrentar tanto



desafios cotidianos, como a falta de água e a mobilização para conseguir o precioso líquido, como desafios conjunturais, os quais já foram elencados nesse trabalho e diante dos quais há que resistir e enfrentar irmanados, jamais sozinhos.

Enfim, as formas de organização e de mobilização no rural brasileiro são multifacetárias, multiformes, assim como são diferentes os sujeitos considerados dentro da categoria agricultura familiar. Além disso, convivem com uma sistemática força violenta de poder, presente na hegemonia dos sistemas de acumulação capitalista, sistema agrário brasileiro baseado no latifúndio, sistema político clientelista e controlador, que investem sobre alternativas de produção, sobre a biodiversidade, as características multiétnicas e pluriculturais presentes em nossa nação, investe contra qualquer forma que tente postular-se diferentemente.

Por exemplo, uma das formas característica de luta e resistência no campo é a valorização das relações de compromisso entre pessoas e organizações. Nesse sentido, as situações e espaços onde mais se obteve resultados a favor do reconhecimento e valorização justa da Agricultura Familiar, foram as que tiveram como base a profunda conexão e a fluidez de relações entre os diferentes atores.

A força que vem do campo, das florestas e das matas, a sua resistência e luta não seriam possíveis se não estivessem fundadas na “valorização dos compromissos entre pessoas e organizações que se desdobram em redes e articulações” (Fernandes et al, 2009) na profunda conexão que o produtor-morador rural estabelece com sua família e com a Terra (Pacha Mama), considerada sagrada na maioria das vezes.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de



territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FERNANDES, Bernardo et al. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Vol. II *A diversidade das formas das lutas no campo*

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.21, n.62, 2006.

HERTZ, Aline. Dinâmica migratória alemã no Rio Grande do Sul: o lugar do agricultor familiar nessa trajetória in *Migrações históricas e recentes*. Lajeado, 2017. Univates.

GIL, Antonio. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMARCHE, H. (Org.). A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993. (v.1). Introdução geral. pp. 13-32.

MALFATTI, Selvino A. AGOSTINI, Lenir C. *Ontem Madeira, Hoje Pedra*. Santa Maria. Centro Universitário Franciscano, 2006. 87 p.

MARTINE, George A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova* N.23 São Paulo, Mar.1991 QUESTÃO AGRÁRIA, HOJE <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 24 – A assim chamada acumulação primitiva, pp. 785-833.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989. Introdução e Cap. 1-4.

_____ “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Buenos Aires: Editorial CLACSO, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf> consultado em 31/10/2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org) et al. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Série: *Manuais Acadêmicos*. Editora Vozes, Petrópolis, 2016. (reimpresso em 2019). 96p

NEVES, Delma. P. Agricultura Familiar: Quantos Acoradours. In: **FERNANDES, B.**



M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: **SCHNEIDER, S.** A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre (RS): Editora da URGs, 2006, p. 13-54. 2013.

PICOLOTTO, Everton L.; MEDEIROS, Leonilde S. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: **BERGAMASCO, Sônia P.P.**; Delgado, Guilherme (org.) *A Agricultura Familiar no Brasil*. Brasília: MDA/NEAD, 2017.

PICOLOTTO, Everton L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 63-84, 2014.

PICOLOTTO, Everton L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova*, n. 104, p. 201-238, 2018.

ROSA, Marcelo. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: **Fernandes, Bernardo et al.** *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Vol. II, pp. 95-111.

RICCI, Rudá A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64 In: **Fernandes, Bernardo et al.** *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Vol. II, pp. 321-338

WANDERLEY, Maria N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, 2003, pp. 42-61.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 139-190, 2006.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO: TEORIA E PARADIGMA NO CONTEXTO DA CORRENTE MARXISTA CLÁSSICA

Pedro Henrique Vanzo¹

Resumo

Qual o sentido e as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura, e qual o destino do camponês frente ao modo de produção capitalista? Ou ainda: quem é, afinal, o camponês? Esse artigo propõe fomentar o debate em torno desses questionamentos através da análise de como os clássicos marxistas colocaram a questão agrária e sobre o campesinato em pauta, tendo como primeira referência o próprio Marx, em seguida Lênin e Kautsky. Depois, ao trazer as contribuições de Alexander Chayanov, enquanto representante de uma corrente teórica contraposta aos marxistas clássicos, o artigo propõe evidenciar o debate que, a partir dos anos finais do século XIX, vem dominando os estudos agrários no que diz respeito as tendências da agricultura e do campesinato em relação aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Pode servir, assim, como instrumento e bagagem teórica daquele que procura compreender a dinâmica de estruturação da categoria social do campesinato e as mudanças agrárias em curso num contexto de modernização capitalista.

Palavras-chave: Questão agrária, Campesinato, Marxismo, Alexander Chayanov.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



INTRODUÇÃO

A questão agrária e o campesinato, como afirma José Paulo Netto (1982), se tornam fenômenos relevantes que passam a ser estudados com maior notoriedade nas últimas décadas do século XIX (com destaque pra última década deste século). As análises que Karl Marx (2017a, 2017b) realizou em sua grande obra O Capital sobre o camponês e a questão rural em detrimento dos processos de desenvolvimento do capitalismo, foi um grande marco teórico para construção posterior de estudos relacionados a esses temas.

Vai ser assim no interior do maior partido social-democrata da época, o alemão, que a questão agrária vai, pouco a pouco, ganhando maior destaque e importância em relação às análises sobre o modo de produção capitalista. Dentre alguns teóricos, emerge Karl Kautsky (grande leitor e estudioso de Marx) que vai elaborar A Questão Agrária (1899), uma importante obra sobre as tendências das mudanças agrárias no contexto de capitalismo em desenvolvimento, e que posteriormente irá se tornar uma grande obra clássica sobre esses temas. Em condições distintas, debates similares eram elaborados na Rússia sobre os processos de desenvolvimento do capitalismo em relação as mudanças agrárias em curso. Assim, no mesmo ano que Kautsky lançou seu livro, Lênin (outro esforçado leitor e estudioso das obras de Marx) também lança uma obra de peso sobre a questão agrária: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1899). Com o passar dos anos, Marx, Kautsky e Lênin se tornam importantes referências teóricas sobre o campesinato e as questões agrárias em relação aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista, e vão acabar influenciando gerações de pesquisadores e estudiosos que se ocupam sobre esses temas.

Apesar de sua importância analítica e teórica, as discussões sobre as questões agrárias e sobre o campesinato não se limitaram apenas aos marxistas. Vai ser, assim, de certa forma contra essa perspectiva clássica que se elaborarão estudos e teorias como por exemplo a de Alexander Chayanov, que elaborou também uma importante obra sobre a questão agrária e o campesinato na contemporaneidade dos clássicos marxistas, que é a A Organização da Unidade Econômica Camponesa (publicada em 1925). Destaca-se que Chayanov não foi um



autor que procurou simplesmente repudiar o marxismo clássico, mas sim acabou se esforçando em elaborar uma teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas (que, dentre eles, destaca-se a economia camponesa), e que vai, dessa maneira, divergir da própria corrente teórica marxista. Para ele, a economia camponesa foi considerada um objeto de um conhecimento racional e positivo, e assim procurou demonstrar suas leis de funcionamento e existência enquanto uma necessidade social (ABRAMOVAY, 1990). Essa necessidade será investigada por Chayanov no interior mesmo no próprio “organismo” camponês (mais especificamente, na unidade de produção familiar camponesa).

Assim, esse artigo vai tratar dessa polêmica que dominou o século XX (SILVA e STOLCKE, 1981), e que se estende ainda em nosso século, sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura e sobre a questão do destino dos camponeses frente a esses processos de desenvolvimento. Em resumo, procura-se através deste trabalho fomentar o debate para pensarmos as seguintes questões: qual o sentido e as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura, e qual o destino do camponês frente ao modo de produção capitalista? Para isso, será elaborada uma leitura e sistematização da questão agrária e sobre o campesinato tendo como referência os escritos e obras dos próprios clássicos marxistas (Marx, Lênin e Kautsky), além da obra de Alexander Chayanov, enquanto representante de outra corrente teórica e analítica sobre o tema. O objetivo então é verificar como a questão agrária e o campesinato foi colocada por esses autores citados através de seus próprios escritos, na intenção não apenas de fomentar as discussões sobre os temas, mas de oferecer direcionamentos teóricos para aquele que se interessa em investigar questões e fenômenos relacionados aos questionamentos levantados por este trabalho.

KARL MARX: A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E OS PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO/EXPLORAÇÃO DOS CAMPONESES

Foi através do fenômeno que chamou de pré-história do capitalismo, ou seja, a acumulação primitiva do capital, o momento de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista (desde o século XIV ao XIX), que Marx se debruçou em



compreender as mudanças agrárias em consequências dos processos de desenvolvimento do capital, analisando as transformações nas organizações de vida camponesa, na agricultura, na propriedade e na renda fundiária.

Nas palavras do próprio Marx, então, a acumulação primitiva não foi o resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida, isto é, o processo em que a estrutura econômica da sociedade capitalista surge em decorrência da estrutura econômica da sociedade feudal; em outras palavras, foi a dissolução do feudalismo que possibilitou a liberação dos elementos necessários para emergência do capitalismo. A acumulação primitiva foi então, segundo Marx, o fenômeno que acabou por transformar o dinheiro e as mercadorias em capital, além de ser, principalmente, o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Assim, o processo que

cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2017a, p. 786).

De acordo com Marx, uma visão historiográfica burguesa concebeu esse processo histórico que transformou os produtores em trabalhadores assalariados como uma espécie de “libertação” desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa do feudalismo. Porém, Marx apresenta outra visão discorrendo que na verdade essa libertação dos trabalhadores nada mais foi que o roubo - através de muito “sangue e violência” – de todos os seus meios de produção e reprodução, assim como todas as suas garantias de existência. Assim, o processo da acumulação primitiva corresponde à época dos revolucionamentos que serviram de alavanca para a formação do capitalismo, e que essas alavancas foram, acima de tudo, o momento em que as “grandes massas humanas” são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários “livres”. Dessa maneira, afirma Marx que foi a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, o camponês, a base de todo processo inicial de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Tal método conquistou a possibilidade do campo da “agricultura capitalista”, onde a incorporação do solo ao capital acabou criando para a indústria urbana emergente a oferta necessária de um proletário agora “livre”, fruto dos processos de expropriação que



sofreram em decorrência do desenvolvimento do capitalismo.

Contudo, esses trabalhadores camponeses expulsos e expropriados violentamente de suas terras, não puderam ser absorvidos pela manufatura emergente à serviço do capital, e muitos simplesmente não conseguiam se ajustar a disciplina que essa nova situação os obrigou a passar. Assim, essa população rural (agora expulsos e expropriados de suas terras) “viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferro em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (MARX, 2017a, p. 808). Assim resume-se que, para Marx, a acumulação primitiva foi forjada em processos intermitentes e sempre renovados de expropriação e expulsão da população rural, que foi fornecendo à indústria urbana massas cada vez maiores de proletários. Nesse contexto, então, o camponês tem agora de adquirir, por meio de salários e em servidão ao seu “novo senhor”, o capitalista industrial, o valor necessário aos seus meios alimentares, ou seja, sua própria subsistência. Sua sobrevivência agora passou a depender do capitalista industrial e de seu próprio salário.

Assim, discorre Marx que os acontecimentos que transformaram os camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criaram então um mercado interno para o capital. Isso porque, anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma iria consumir, mas agora converteram-se em mercadorias, concentradas no grande mercado abastecido e controlado pelo capital industrial. Assim tem-se que todo esse processo (de acumulação primitiva e desenvolvimento do capitalismo) cria a propriedade privada capitalista, ou seja, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos (dos camponeses), em meios de produção concentrados, ou seja, “a transformação da propriedade nânica de muitos em propriedades gigantescas de poucos” (MARX, 2017a, p. 831).

Marx então acaba por analisar principalmente a situação específica do camponês (trabalhador agrícola) inglês. Irá tratar do retrocesso que esses trabalhadores rurais ingleses tiveram em relação ao processo antagônico da produção e acumulação capitalista. Afirma ele que, apesar da agricultura moderna datar - na Inglaterra - em meados do século XVIII



(momento de maior análise de Marx em relação a questão agrária e do camponês inglês), os processos de transformação fundiária e agrícola do modo de produção capitalista são muito anteriores (remontando aqui a análise que fez em relação à transição do mundo feudal para o capitalista). Afirma Marx ao analisar a situação desses trabalhadores rurais ingleses do século XVIII, principalmente nas décadas de 1770 e 1780, que tanto as questões que dizem respeito a suas condições alimentares, moradia e habitação, quanto as questões de dignidade pessoal, diversão, etc., constituem ideais que nunca mais seriam alcançados novamente. Dito de outra forma, Marx concebe o desenvolvimento do capitalismo como um fenômeno que, de forma inevitável, arruína com os processos de produção e reprodução de vida desses trabalhadores rurais ingleses; o capital chega e acaba com toda forma de produção camponesa, inevitavelmente. Nesse contexto, analisa Marx que a situação do camponês era então transformada à pura miséria, a mais brutal dos sofrimentos, sendo que “de todos os animais mantidos pelos arrendatários, o trabalhador, o *instrumentum vocale* [instrumento falante], tornou-se a partir de então o mais extenuado, o pior alimentado e o que recebe o tratamento mais brutal” (MARX, 2017a, p. 748, grifos do autor).

Passando então ao contexto do século XIX (contexto de revoluções industriais, e contexto de vida do próprio Marx) discorre das observações e estudos que realizou dos novos processos que foram ainda mais cruciais em transformar o mundo rural e agrícola, como por exemplo o maior uso de adubos minerais, aplicação das máquinas a vapor e de todo maquinário novo, cultivo mais intensivo, etc. Além disso analisa também dados estatísticos da ampliação, de um lado, das áreas cultivadas na Inglaterra, e de outro a diminuição drástica do número de pessoas ocupadas na agricultura (processo oriundo da crescente acumulação por poucos, e êxodo rural de muitos). Com isso em mãos, Marx também analisa documentos históricos e evidencia, por exemplo, que a dieta alimentar do trabalhador rural inglês nesse contexto era disparada a pior dieta, quando em comparação a outros indivíduos e profissões, como por exemplos criminosos encarcerados, marinheiros, tipógrafos, construtores de carruagens, etc. Disso parte para analisar também as condições habitacionais desses trabalhadores rurais, agora em péssimas condições e em situação “miserável”, considerando



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



a superlotação habitacional em diferentes condados e distritos rurais ingleses enquanto ambientes de propagação de doenças epidêmicas, daí portanto, a má saúde desses trabalhadores, quando não à morte infeliz.

Já outra análise importante que Marx realizou e que nos auxilia para refletirmos sobre as questões agrárias mundiais, foi o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria. Relata ele que a finalidade da maquinaria foi sempre baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que os trabalhadores necessitam para si mesmos, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente ao capitalista (nas palavras do próprio Marx, a maquinaria é meio para a produção de mais-valor). Além disso, afirma ele que a transformação dos meios de trabalho (meios de produção) constitui o ponto de partida da grande indústria, e essa transformação assume a sua forma mais desenvolvida nos sistemas articulados das máquinas nas fábricas. Disso aponta algumas consequências imediatas, como por exemplo o aumento do trabalho feminino e infantil - como muito bem demonstrou Engels (2010) em 'A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra -, como também o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho (na intenção do aumento cada vez maior de produtividade).

Vai ser, portanto, na esfera da agricultura que Marx diz que a grande indústria (com seu novo e poderoso maquinário emergente) acabou atuando de maneira mais revolucionária, "ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o "camponês", substituindo-o pelo trabalhador assalariado" (MARX, 2017a, p. 572). É na agricultura, portanto, que as transformações capitalistas nos processos de produção tornam o meio de trabalho um meio de subjugação, de exploração e de empobrecimento do trabalhador. Além de ser um processo que "saqueia" o trabalhador, saqueia e explora também a própria terra. A cada progresso que o capital realiza no aumento da fertilidade do solo, diz Marx que por outro lado, também existe outro progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa própria fertilidade. De acordo com Marx, o capitalismo, então, se apodera e domina a agricultura. Como o modo de produção capitalista em geral baseia-se na expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, "na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua



subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro” (MARX, 2017b, p. 675).

Assim, será afirmado por Marx que um dos grandes resultados do modo de produção capitalista é que ele transforma a agricultura (um mero procedimento tradicional praticado pela parte “menos desenvolvida da sociedade”) num procedimento científico aplicado pelo ramo crescente da agronomia (setor mais desenvolvido da sociedade representado agora então pelos capitalistas). Assim, chega a formular o pré-requisito do modo de produção capitalista, da seguinte maneira: os verdadeiros cultivadores do solo são os assalariados (os antigos camponeses), que são empregados pelo capitalista (o arrendatário), que só se dedica a agricultura como campo de exploração específico para a acumulação de riquezas (lucro). O capitalista-arrendatário paga ao proprietário fundiário (o proprietário da terra por ele explorada, que muitas vezes pode ser representado pela mesma pessoa) em prazos e valores determinados fixados em contratos. Esse valor pago é o que Marx trata, portanto, como a renda fundiária, e afirma que é essa renda, então, a forma na qual se realiza economicamente a propriedade fundiária. Com isso, temos aqui, reunidas e confrontadas, as três classes que Marx considerou como as classes constituintes do marco da sociedade moderna: o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário fundiário.

Por fim, conclui Marx então que a transformação das sociedades agrícolas feudais em capitalistas ocorreu tendo como verdadeira importância o rápido desenvolvimento do capital, por meio da rápida expropriação dos produtores independentes (camponeses) e a transformação destes em trabalhadores assalariados, e por meio da acumulação e concentração fortemente aceleradas dos capitais, isto é, por meio da criação das condições do modo de produção capitalista. Então, afirma que toda produção de mais-valor e, portanto, também todo desenvolvimento do capital, de acordo com sua base natural, repousa sobre a produtividade do trabalho agrícola. Está dada, portanto, a importância que a questão agrária assume nos estudos de Marx em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo, e como este autor analisou o camponês em função do processo histórico de desenvolvimento desse novo modo de produção em emergência.



VLADIMIR LÊNIN: O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA, OS PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO AGRÁRIA E A DESINTEGRAÇÃO DO CAMPONÊS

Em sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1982), Lênin realizou uma importante e detalhada análise sobre os processos de desenvolvimento do capitalismo naquele país em relação às mudanças agrárias em curso. Assim, nessa obra o autor se debruça em analisar e criticar o movimento que, a partir da década de 1860, passa a emergir na Rússia conhecido mais tarde por populismo.

Conforme discorre Netto (1982), os populistas, então, eram conhecidos na Rússia por repelir o capitalismo ocidental, e dessa forma tornou-se o eixo central do pensamento social russo, esperando que o país atravessasse o capitalismo pela ponte do mir (comunidade rural russa), transferindo-se diretamente para o socialismo agrário. Os populistas eram convencidos que a economia rural e as instituições camponesas eram poderosos antídotos contra o capitalismo. Assim, pretendiam preservar essas instituições camponesas e a economia rural, para evitar o estágio ocidental do capitalismo, tal como os processos ocorridos na Europa. Contudo, pouco a pouco, conforme Lênin irá demonstrar, as transformações econômicas e sociais da Rússia foram claramente se inclinando para a via capitalista, e é com isso, portanto, que ele irá desferir suas maiores críticas ao populismo, analisando as mudanças agrárias na Rússia (tendo como pano de fundo o aprofundado estudo da obra do Capital de Marx).

Assim, morando na província de Samara na última década do século XIX, Lênin se direciona em analisar a questão agrária na Rússia, e vai procurar conhecer a realidade camponesa através de investigações concretas, realizando levantamentos e análises de dados empíricos e estatísticos sobre essas populações rurais. Irá concluir e demonstrar posteriormente que os camponeses foram levados a ruína, e que esses processos só ocorreram porque foram necessários para o pleno desenvolvimento do capitalismo no país, onde os processos crescentes de industrialização foram liberando as massas camponesas para a



formação do proletariado (similar ao que o próprio Marx observou na Inglaterra). A crítica ao populismo então é feita por Lênin através de demonstrações da possibilidade concreta do capitalismo se desenvolver na Rússia, e pela desintegração do campesinato através da formação de três segmentos diferenciados e opostos no mundo rural russo: os camponeses ricos, os camponeses médios e os camponeses pobres.

Similar ao que Marx fez em analisar a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista (aquilo que ele chamou de acumulação primitiva), Lênin também analisará a passagem da agricultura da Corveia (feudalismo) para a agricultura capitalista, ou seja, a passagem da economia camponesa para a latifundiária. O período da corveia, como vai analisar Lênin, foi o momento em que as terras eram divididas em duas partes: as terras senhoriais e as terras camponesas. As terras camponesas eram pedaços de terra concedidas aos camponeses, que cultivavam os meios de sua própria subsistência com seus próprios instrumentos (meios de produção). Do outro lado, o trabalho excedente representava o cultivo do latifúndio (dos senhores), realizados com os mesmos meios de produção dos camponeses. Desse modo, “o lote camponês era, nesse sistema, uma forma de salário em espécie (para empregarmos a linguagem de hoje), ou um meio de assegurar a mão-de-obra para o latifúndio” (LÊNIN, 1982, p. 123).

Define Lênin, então, sobre a economia baseada na corveia: ela (economia) não existia simplesmente para assegurar os meios de subsistência dos camponeses, mas sim para assegurar mão de obra para o latifúndio feudal. Esse sistema se garantia por uma “coação extraeconômica”, ou seja, o camponês dependia pessoalmente do senhor, pois, sem essa dependência, não teria a relação necessária de servidão para a construção da base de estruturação do sistema feudal. Contudo, o fim da corveia foi momento em que Lênin discorre que houve a abolição da servidão, onde ocorreu o fim da economia natural dos feudos, onde o caráter “fechado” e autossuficiente do feudo veio a ruína, e o poder do latifundiário sobre os camponeses também. É um momento em que Lênin trata como a transição entre as economias, onde foi necessário, em primeiro lugar, certa “libertação” dos camponeses e sua habituação para um novo tipo de trabalho, o trabalho assalariado (ou seja, a formação do



proletariado, como também o próprio Marx discorreu). Essa libertação dos camponeses da qual fala Lênin, portanto, é o que ele caracterizou e tratou como a desintegração do campesinato, que é representada pela decadência do sistema de pagamento em trabalho (que era, portanto, o sistema econômico da corveia), para a formação do sistema de pagamento através de salários. Isso fez com que se formasse um processo de decomposição dos pequenos agricultores em padrões e/ou operários agrícolas, através de processos de diferenciação e oposição entre eles, e que isso constitui, de acordo com Lênin, a base sobre a qual se forma um mercado interno na produção capitalista russa.

Dessa forma, o autor irá tratar então desses processos de diferenciação entre os camponeses em decorrência dos processos de desenvolvimento do capitalismo, que assim ficou conhecido como a formação de três grupos sociais do campesinato russo: os camponeses ricos, os médios e os pobres. Discorre Lênin que quanto mais a produção mercantil penetra a agricultura (portanto, quanto mais o capitalismo se desenvolve no meio rural), quanto mais se agudiza também a concorrência entre os agricultores, as disputas pela terra e as lutas pela independência econômica, e assim leva a perda total do campesinato médio e pobre pela burguesia camponesa. Dessa maneira, Lênin buscou analisar dados estatísticos produzidos sobre os zemtovs (províncias russas), e afirma o seguinte: “deles, resulta inquestionável a conclusão de que o campesinato está em total desintegração, com o pleno domínio da burguesia camponesa” (LÊNIN, 1982, p. 46). Discorre ele que quem se desintegra nesse processo é o camponês pobre e o médio, porque o rico (burguesia camponesa) se torna uma outra coisa: um capitalista, e não mais um “camponês”. Desse processo então resulta que, de um lado, tem-se os ricos, que praticam a grande agricultura e pecuária capitalista, e do outro os camponeses médios e pobres, que não resta outra coisa do que a venda de sua força de trabalho.

Para evidenciar então com maiores detalhes essas diferenças entre os ricos, médios e pobres, Lênin recorre à análise de dados empíricos e estatísticos sobre diversas províncias russas do século XIX. Ao analisar esses dados, irá afirmar, sem sombras de dúvida, de que “a situação econômica e social em que se insere o campesinato russo é a da economia mercantil”



(LÊNIN, 1982, p. 113). Com isso, irá afirmar também que os sistemas de relações econômicas e sociais entre o campesinato russo mostra com clareza as contradições da economia mercantil capitalista: a concorrência, a luta pela dependência econômica, a luta e disputa pela terra, a concentração da produção por uma minoria e a proletarização da maioria, etc. Conforme afirma o autor, a comunidade camponesa russa não se forma antagônica ao capitalismo – como propunha os populistas –, mas sim constitui a sua base mais profunda e sólida (igualmente ao resultado que Marx obteve ao concluir as análises sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra).

A desintegração do campesinato então, de acordo com Lênin, é a destruição radical do antigo campesinato patriarcal e a criação de novos tipos de população rural (agora subordinados e subsumidos ao capital – os ricos, médios e pobres). O campesinato antigo não simplesmente se diferencia, mas sim “deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LÊNIN, 1982, p. 114). Essa desintegração, portanto, é a criação de dois extremos: o da burguesia rural (camponeses ricos, proprietários de estabelecimentos e empresas industriais/comerciais) e o proletariado rural (os camponeses pobres, que não possuem outra coisa senão sua própria força de trabalho). No meio disso está o camponês médio, que está no esforço constante de se tornar rico: contudo só poucos conseguem, e quando fracassam (o que é normal acontecer), acabam tendo também apenas a força de trabalho para vender, e assim ocupam juntos o lugar de camponês pobre.

Por fim, ainda através de dados empíricos e estatísticos, Lênin vai observar também o crescente emprego de máquinas na agricultura russa, e muito parecido com Marx, traz conclusões no que diz respeito as consequências desses processos (aumento do trabalho infantil e feminino, aumento da intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho, etc.). Contudo, reconhece que o crescimento da produção agrícola de tipo técnico foi de enorme importância para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Com isso, vai relacionar constantemente esses processos de desenvolvimento do capitalismo que incide sobre a desintegração do campesinato, como um processo que o autor tratou de



“descamponização”: é o fim do camponês. Afirma, então, que o crescimento da agricultura comercial (capitalista) acompanha a criação de um mercado interno para o capitalismo, e com isso a tendência de se introduzir na “cena mundial” através da ampliação infinita da produção comercial agrícola. Em síntese, vai afirmar Lênin então que o capitalismo segue, portanto, a tendência de dominar a agricultura no mundo todo: a agricultura, as mudanças agrárias e o campesinato então, são subsumidas aos interesses do capitalismo e de seu desenvolvimento histórico e mundial. Essa é, portanto, de forma resumida, a tendência do desenvolvimento do capitalismo que Lênin observou na Rússia sobre o campesinato e os processos de mudança agrária no país.

KARL KAUTSKY: A DESTRUIÇÃO DO CAMPONÊS E A RELAÇÃO ENTRE A GRANDE E A PEQUENA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Kautsky (1972a), então, começa seus estudos detalhados sobre a questão agrária afirmando como certo que é o modo de produção capitalista o que domina a sociedade mundial atual (lembrando que escreve isso num contexto europeu da década de 1890). Reconhece ele que o antagonismo de classes (capitalistas e proletários) é o motor da sociedade moderna, porém vai reconhecer também a existência ativa de modos de produção que ainda não são capitalistas, e com isso vem junto o reconhecimento de uma pluralidade maior que o próprio Marx (e também Lênin) viram sobre o mundo agrário em questão. Assim, Kautsky vai tratar da agricultura enquanto um fenômeno que tem leis próprias, mas que não necessariamente se desvincula da indústria (inclusive mostrará o contrário disso no decorrer de sua obra).

Começa Kautsky por tratar do camponês na idade média, contexto no qual fazia ele (camponês) parte de uma sociedade que se bastava inteiramente a si própria, através da produção de sua própria subsistência, a construção própria de utensílios domésticos e de sua moradia, como também de suas próprias vestimentas, etc. Era uma sociedade camponesa abastada, segura e confiante no futuro, como relata o autor. Porém, discorre que tudo começou a mudar a partir do momento de maior atuação da indústria e do comércio urbano, mexendo



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



nas estruturas camponesas no campo, provocando alterações na estrutura da divisão do trabalho no seio da comunidade camponesa. Discorre que o desenvolvimento da indústria e do comércio produziu nas cidades novas necessidades que, com os instrumentos novos e aperfeiçoados, penetrava no campo de maneira tanto mais rápida e tanto mais “irresistível” quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo, necessidades essas que a simples indústria camponesa não podia mais satisfazer. Assim, o começo da indústria urbana, ainda na idade média, foi o início da dissolução da indústria e economia camponesa: “só a indústria capitalista tem uma tão grande superioridade que elimina rapidamente a indústria doméstica do camponês” (KAUTSKY, 1972a, p. 26). Dito de outra forma, quanto mais a indústria urbana avança, mais rapidamente acontece também a transformações do camponês, afirmando (como Marx) que a mesma evolução que, por um lado, produz a necessidade de operários assalariados cria, por outro, esses próprios operários. Isto é, a revolução capitalista produz os processos de proletarização dos camponeses, reduzindo suas famílias e lançando no mercado de trabalho os excedentes de filhos e filhas dessas comunidades camponesas como a nova mão de obra necessária para o modo de produção capitalista (como o próprio Marx cunhou através dos processos de expropriação e exploração dos camponeses nos processos de transição do mundo feudal para o capitalista).

Com isso, afirma Kautsky que a antiga sociedade da família camponesa é então substituída pelas grandes explorações, sendo que o antagonismo de classes passa a penetrar nas comunidades rurais e destrói a antiga “harmonia” da comunidade camponesa. Vai afirmar que “o desenvolvimento do modo de produção capitalista apenas na cidade já basta para transformar completamente a existência do camponês” (KAUTSKY, 1972a, p. 31), mesmo antes ainda de se formar o principal antagonismo entre a pequena e a grande exploração. Dessa maneira, Kautsky vai falar da destruição do camponês devido ao fato da entrada das pressões exteriores à comunidade camponesa, que antes bastava a si própria e era inteiramente independente. As transformações mais profundas se mostram logo de início nas próprias condições de vida dos camponeses, como por exemplo sua alimentação: Kautsky fala que o camponês se torna agora (com o desenvolvimento do capitalismo) um faminto, pois com as



novas estruturas se formando, que retiram dele o seu caráter de subsistência e autossuficiência, falta-lhe comida, e quando tem, é de má qualidade.

Por boa parte de seus estudos, Kautsky também vai discorrer das revoluções nos métodos e equipamento/máquinas na agricultura, da crescente dependência da agricultura ao comércio, da agricultura se desenvolvendo enquanto ciência e da própria renda fundiária (análises muito similares ao que Marx observou na Inglaterra e Lênin na Rússia). Com isso, chega por fim a principal análise de sua obra, que é sobre a relação entre a grande e a pequena exploração, e trata logo de início da superioridade técnica da grande exploração: “quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande exploração e da pequena” (KAUTSKY, 1972a, p. 129). Além dos meios técnicos, a grande exploração também é superior no que diz respeito a economia e otimização de recursos, tirando melhores proveitos, por exemplo, da divisão do trabalho dentro da agricultura. De outro lado, analisa também as desvantagens da pequena exploração: o excesso de trabalho e a insuficiência do consumo dos camponeses. Vai afirmar que só um “partidário fanático” poderia ser ainda adepto da pequena exploração, visto que sua maior consequência é a exploração do próprio camponês (pelas más condições de vida a que são submetidos). Sendo assim, Kautsky (1972a, p. 156) vai afirmar que a pequena exploração “é um fenômeno econômico do passado”, e que mostra um verdadeiro “obstáculo ao progresso econômico”.

Com isso, Kautsky irá concluir que existe uma forte tendência de a pequena exploração desaparecer, contudo ainda não havia desaparecido por completo. Isso porque a grande exploração nunca está sozinha, pois depende de “braços” para o trabalho, sendo que esses braços são oriundos sempre dos proletários da própria pequena exploração. Assim, vai afirmar que onde quer que a grande exploração tenda a eliminar a pequena, existirão sempre certos conservadores e grandes proprietários fundiários que irão se esforçar por aumentar o número de pequenas explorações, por medidas de ordem política e privada (para manutenção da “ordem” da grande exploração). Irá concluir, portanto, que a pequena exploração não deixa de existir por completo (como Marx havia proposto que aconteceria), e que também não representa mais uma competição com a grande, mas que passam então a coexistir. Ela



(pequena exploração) continua a existir, mas sob a égide do capital: existe para servir as grandes explorações, para fornecer à essa os “braços” necessários para seu pleno desenvolvimento.

Apesar de não deixar de existir, a vida e a existência do camponês e da pequena exploração, segundo as análises de Kautsky, são condições necessárias para manutenção e desenvolvimento do capital através da atuação da grande exploração. Dessa forma, a industrialização capitalista da agricultura prende o pequeno agricultor (camponês) à fábrica, “transformando-o inteiramente num escravo do capital industrial, segundo as necessidades do qual ele tem que explorar a terra. É esta a salvação que a indústria agrícola traz ao camponês” (KAUTSKY, 1972b, p. 145). É esse, portanto, o destino que Kautsky vai atribuir ao camponês, e conseqüentemente as mudanças agrárias em curso.

ALEXANDER CHAYANOV: A ECONOMIA CAMPONESA E A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Como relata Silva e Stolcke (1981), Alexander Chayanov foi o maior expoente da última geração de populistas russos (populistas estes que tanto Lênin criticou em seus trabalhos) que se dedicou aos estudos agrários, sendo que suas análises recupera ainda muitos elementos dos chamados “marxistas legais” dos anos 1890-1910. Contudo, em contrapartida propõe um corpo teórico não marxista para a análise das organizações camponesas. Desde o início do século XX o autor já vem postulando o pressuposto que a economia camponesa não é tipicamente capitalista, e afirma, portanto, que é um fenômeno em si mesmo, e que para estudá-lo é necessário elaborar conceitos específicos. Esse populismo agrícola que Chayanov defendia, contra os que consideravam a organização da produção camponesa como uma “fase inferior” do desenvolvimento da agricultura capitalista, vai posteriormente lhe custar a liberdade e conseqüentemente a própria vida. Porém o seu legado perpetuou, e sua obra repercutiu positivamente nos estudos agrários e sobre o campesinato.

Chayanov (1974) se propôs elaborar um novo trabalho sobre a unidade econômica camponesa, dizendo que se deve olhar para os debates e teorias anteriores (as marxistas,



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



principalmente), e pautar um novo e renovado método de trabalho. Afirma que nas teorias marxistas, então, o estudo da exploração camponesa era elaborado do ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, e por isso mesmo irá propor elaborar uma teoria particular sobre a unidade econômica camponesa. Assim, a originalidade dos estudos de Chayanov foi então conceber, primeiramente, o camponês não como simples trabalhador assalariado do capital, muito menos como um agricultor capitalista. Dessa forma, se propõe a não tratar a economia camponesa pelo viés do desenvolvimento nacional, e assim se direcionou a investigar a própria unidade familiar de trabalho camponês, o que vai permitir a ele, então, diferenciar essas unidades das demais estruturas econômicas vigentes em sua época, e tratar ao mesmo tempo de sua coexistência com essas outras estruturas econômicas. Ao propor isso, é inevitável, como diz Chayanov, “comezar nuestra investigación com un análisis exhaustivo de la constitución y de las leyes que gobiernan la composición del sujeto de esta unidad: la familia que la dirige” (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Para Chayanov, não se trata, portanto, de compreender o destino da unidade econômica camponesa (o que muitos – principalmente os marxistas - tentaram propor), nem mesmo de sua concepção histórica e nacional, mas sim compreender “que és la unidad económica campesina desde un punto de vista organizativo ¿Cuál es la morfología de este aparato productivo?” (CHAYANOV, 1974, p. 36). Afirma, dessa maneira, que é totalmente certo que a exploração rural não é homogênea, e que inclusive é representada ainda por numerosas unidades semiproletárias e semicapitalistas. Com isso, se propõe a estudar com detalhes a família mesma em seu desenvolvimento biológico como uma cooperativa de unidades de trabalho e de consumo, tentando compreender as motivações para o trabalho entre os membros da família, assim como a produção e outros elementos que determinam o grau de auto-exploração da força de trabalho. Essa auto-exploração da qual fala o autor, se refere a um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho, ou seja, o nível de força de trabalho empregado pela família é regulado diretamente pelas necessidades dessa unidade familiar, que, segundo Chayanov, deve se utilizar do mercado e das condições naturais da produção como forma de proporcionar equilíbrio interno



e níveis mais elevados de bem estar para a unidade familiar camponesa.

Chayanov muito bem observou em seus estudos que, na moderna teoria da economia nacional (aí incluída principalmente a corrente marxista clássica), foi costumeiro pensar que todos os fenômenos econômicos eram de domínio exclusivo dos termos cunhados pela economia capitalista, ou seja, “todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não tem influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico” (CHAYANOV, 1981, p. 133). Assim, reconhecendo uma multiplicidade de sistemas econômicos, discorre Chayanov que, para cada sistema (sociedade) econômica diferente, deve-se construir um sistema econômico correspondente às suas características particulares. Por isso, irá tratar o autor então da economia natural (camponesa) enquanto fenômeno peculiar/particular que, de um lado, evidencia a exigência de satisfação das necessidades de cada unidade (familiar) de produção, e de outro, é também uma unidade de consumo.

No que diz respeito à análise do camponês e sua forma de organização de vida individual e coletiva, relata Chayanov que as categorias econômicas capitalistas são inadequadas para sua análise e investigação. Dado que não existe necessariamente a categoria de “salários” na organização de vida camponesa, são inaplicáveis os conceitos e fórmulas do trabalho assalariado, do lucro, da mais-valia; da acumulação, etc., isso porque é a própria família (equipada com meios de produção) que emprega a própria força de trabalho no cultivo da terra, recebendo como resultado de um ano de trabalho, por exemplo, certa quantidade de bens necessários à sua produção e reprodução familiar. Mesmo assim, Chayanov não homogeneiza as unidades econômicas familiares camponesas e admite que podem variar segundo a situação de mercado na qual se encontram e a localização da unidade relativa à esses mercados, como também a própria disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e a composição da família, a qualidade da terra, etc.

Outra característica fundamental é que Chayanov reforça a todo momento que a estrutura de exploração familiar camponesa, a intensidade do cultivo e suas formas organizativas dependem sempre de fenômenos internos (ao contrário da corrente marxista que



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



concebeu esses fenômenos dependentes de fatores externos à unidade familiar), como por exemplo o tamanho da família trabalhadora, a extensão da terra utilizável, a extensão das necessidades, etc. Outro fator ainda apontado é que o padrão de vida tradicional das unidades familiares camponesas é mantido e afirmado pelos costumes e hábitos, que determinam juntos as exigências de consumo das famílias, e por consequência a aplicação de sua força de trabalho.

Chayanov analisou com muito detalhe a atividade econômica da família camponesa individual, verificando principalmente os mecanismos de equilíbrio interno da família, e pensando posteriormente também onde se localiza a família camponesa na estrutura econômica nacional e suas relações com essa economia. Em oposição a homogeneização do rural subsumido às categorias econômicas nacionais, Chayanov relata que quando se compara alguns dados e estimativas dos séculos XVII e XVIII, se comprova que a heterogeneidade do rural não é característica exclusiva de sua época, mas sim também se evidenciam em períodos históricos anteriores. Por isso vai dizer que o caráter histórico da heterogeneidade da unidade de produção familiar camponesa deriva da própria natureza de sua exploração, e não é algo ligado a história recente (capitalismo). Por fim, nos lembra novamente sobre os riscos de conceber a própria Economia enquanto ciência que se ocupa somente das estruturas e sistemas capitalistas, e de como isso impossibilita a compreensão de outros sistemas econômicos não-capitalistas (como os camponeses, por exemplo).

Assim, destaca o autor que significativos “blocos” de unidades camponesas de trabalho familiar estão disseminados na economia capitalista mundial, dizendo ainda existir formações econômicas que lembram formas não capitalistas de economia. Dessa forma, Chayanov não simplesmente homogeneizou as diferenças entre economia capitalista versus as não capitalistas, mas sim falou de vários tipos de economias que coexistem. Assim, discorreu que o futuro da teoria econômica “não reside na construção de uma única teoria universal da vida econômica, mas em conceber vários sistemas teóricos, adequados ao elenco de ordens econômicas presentes e passadas, que revelem as formas de sua coexistência e evolução” (CHAYANOV, 1981, p. 163). Assim se estruturou seus estudos no que diz respeito às



questões agrárias e do campesinato de sua época, através dessa concepção heterogênea de economia da qual irá se opor, diretamente, à corrente marxista clássica. Consequentemente, foi responsável por inaugurar uma nova corrente teórica sobre o campesinato, principalmente sobre as unidades familiares de produção camponesa, e que posteriormente ganhou importância suficiente para não apenas confrontar as literaturas clássicas já existentes, como também para se tornar uma corrente clássica dos estudos agrários mundiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura clássica sobre a questão agrária e o campesinato (tendo aqui como principal referência as teorias marxistas clássicas), o camponês só pôde ser definido pela “tragédia de seu destino social” (ABRAMOVAY, 1990, p. VIII), ou seja, foi analisado tendo em perspectiva a sua extinção em decorrência dos processos de desenvolvimento do capitalismo. Na medida que o capitalismo avançava em seus processos de industrialização, o camponês tenderia inevitavelmente a ser expropriado e a desaparecer (MARX, 2017a; 2017b), ser desintegrado (LÊNIN, 1982) ou destruído (KAUTSKY, 1972a; 1972b) pelos processos de diferenciação entre os produtores rurais (ou o camponês se tornaria um capitalista proprietário de meios de produção, ou se tornaria um simples trabalhador assalariado, e, portanto, um proletário) ou em relação a sua incapacidade de concorrer com as grandes empresas agrícolas emergentes. Porém, como destaca ainda Abramovay, os clássicos marxistas acabaram por refletir muito mais as suas próprias condições em que viveram do que simplesmente deram conta de elaborar uma teoria universal a respeito da questão agrária e sobre o campesinato. Portanto, uma teoria sobre o campesinato tendo como viés teórico a corrente marxista clássica seria praticamente impossível: não há forma de conceber teoricamente a existência e reprodução do campesinato sendo que esse está subsumido pelos processos de desenvolvimento do capitalismo em questão.

Chayanov, por sua vez, acabou por inaugurar uma nova corrente teórica que vai influenciar fortemente os estudos rurais e agrários na contemporaneidade, assumindo de imediato um contraponto à visão marxista clássica. É através dessa nova corrente teórica



chayanoviana que inúmeros estudos rurais na atualidade se direcionam para compreender o mundo rural e as mudanças agrárias em curso, levando em consideração a importância e preeminência do campesinato enquanto categoria social responsável pela estruturação de um universo em constante conflito e contradição devido aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Os métodos da modernização capitalista (principalmente aqueles ligados ao setor agrícola e da agricultura, que desde suas origens e se acentuando a partir do século XIX) que pretendem se tornar dominantes em escala global, pressupõem certa homogeneização da vida no que diz respeito as formas de desenvolvimento social (PLOEG, 2008; BERNSTEIN, 2011). Como bem colocado pela corrente marxista, esses processos de modernização capitalista tendem - segundo essa corrente teórica - a homogeneizar as categorias sociais rurais em detrimento do desenvolvimento das sociedades urbanas, ou seja, o mundo rural tende a se modernizar e a refletir as estruturas sociais postuladas pelas sociedades urbano-industriais capitalistas. De acordo com quem defende essa visão, o camponês inevitavelmente desaparecerá, dando lugar ao agricultor capitalista ou ao simples trabalhador rural assalariado (proletário). Em contraponto a essa visão homogeneizadora da modernização capitalista, a corrente teórica ‘neo-chayanoviana’ tem categorizado o universo do rural enquanto um local heterogêneo de produção e reprodução da vida, onde se encontram estruturas sociais particulares (e peculiares) que estruturam seus mundos a partir das adaptações realizadas frente aos processos de desenvolvimento difundidos pela modernização capitalista (BRANDENBURG, 2018; WANDERLEY, 2009).

Evidente, portanto, que são correntes teóricas contrapostas no que diz respeito aos estudos teóricos em relação ao mundo rural e as mudanças agrárias em curso. O campesinato, por sua vez, constitui-se hoje enquanto categoria social em constante conflito e contradição explicitada pelas correntes teóricas aqui apresentadas, sendo considerado ora uma categoria social existente, ora desaparecida ou em desaparecimento. A importância de retomarmos esse debate e voltarmos aos clássicos, portanto, é tarefa ainda imprescindível para aquele que pretende compreender o universo rural e agrícola, tão complexo e recheado de conflitos e



contradições. Além do mais, termos reconhecimento de como os próprios clássicos colocaram as questões em debate, levando em consideração o contexto de vida deles, nos permite reflexões sempre atuais de como nós, em nossos próprios contextos, concebemos e analisamos a realidade que nos cerca. Compreender, portanto, a dinâmica da vida social do campesinato e das mudanças agrárias em curso, se coloca aqui como um exercício teórico importante que também (e ainda) os próprios clássicos podem muito contribuir.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses a agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1990.
- BERNSTEIN, Henry. Dinâmicas de Classe e mudança agrária. São Paulo. Editora Unesp. 2011.
- BRANDENBURG, Alfio. Mundo Rural e Ruralidades. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.
- CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). A questão Agrária. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.
- CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, Argentina. 1974.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KAUTSKY, Karl. A questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Vol. I, Portucalense Editora, Porto, 1972a.
- KAUTSKY, Karl. A questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Vol. II, Portucalense Editora, Porto, 1972b.
- LENIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo da produção do



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



capital; tradução Rubens Enderle – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. O Capital: crítica da econômica política: Livro III: o processo global da produção capitalista; tradução Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017b.

NETTO, José Paulo. Introdução. In: LENIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PLOEG, Jean D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). A questão Agrária. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.



Reforma agrária e agroecologia no Distrito Federal: a resistência camponesa no pré-assentamento Canaã do MST, em Brazlândia-DF.

Francis Barbosa Rocha¹

Resumo: A expansão do sistema capitalista de produção tem alterado de forma significativa as condições ambientais que alimentam as reservas hídricas e influenciando em processos de escassez na sociedade. Mas mais que isso o agronegócio e as elites se apropriam dos investimentos públicos em relação à agricultura. Dessa forma, o agronegócio interfere na criação de assentamentos rurais destinados a contemplar camponeses e camponesas excluídos do acesso a terra. Também, exclui essas pessoas do acesso à água em quantidade e qualidade, inclusive os habitantes das cidades. Nesse contexto, movimentos sociais tem feito a luta por reforma agrária e agroecologia que contemple as várias dimensões da vida humana e ecológica e reprodução do modo de vida camponês. Em Brazlândia-DF as famílias do pré-assentamento Canaã, ligadas ao MST, sem nenhum tipo de acesso a políticas públicas, nem a água, conseguiram se consolidar como referência regional e nacional em relação a produção agroecológica, atendendo a função social da terra, de produzir alimentos, e ido muito além. A questão da água (ou escassez), na disputa entre o agronegócio, em geral é um entrave para consolidar a produção em áreas de reforma agrária, porém, as famílias do Canaã têm conseguido contornar através da agroecologia, promovendo trabalho, renda, autonomia e alimentos saudáveis a população urbana. Além disso, tem respondido aos anseios sociais em relação ao modelo de produção para contemplar Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Palavras-chave: Reforma Agrária; Agroecologia; Pré-assentamento.

¹ Engenheiro Florestal com especialização em Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela UnB.



Introdução

A crescente demanda por bens naturais promovida pela expansão do sistema capitalista de produção tem esbarrado em limites que a própria natureza impõe a humanidade. No campo brasileiro, o principal representante desse capital pós-Revolução Verde², o agronegócio³, concentra terras e explora os bens naturais de maneira intensiva e expansiva. Essa forma de se apropriar da natureza, prática de um modelo mercantil voltado ao lucro e acumulação, promove a desterritorialização dos povos do campo, a concentração de riqueza, o monocultivo em larga escala e a contaminação do meio ambiente, impondo limites, dificultando e até impedindo uma parte significativa da população ao acesso, o uso e a disponibilidade dos bens da natureza em favor de corporações privadas, especialmente em relação à terra e a água (CARVALHO, 2013).

Segundo Aly Junior (2017) é necessário observar essa relação entre agronegócio e meio ambiente, pois afetam questões relacionadas especialmente à água. O aumento das exportações de *commodities*⁴, como o Brasil vem experimentando nos últimos anos, causa impactos ambientais significativos e na

² Revolução Verde designa um ciclo de inovações para intensificar a produção de alimentos por meio da tecnologia de controle da natureza, desenvolvida a partir dos avanços tecnológicos do pós-segunda-guerra. Foi concebida por um pacote tecnológico para atender grandes extensões de terras que envolvem insumos químicos industriais, semente de laboratório, irrigação intensiva e alta mecanização, conjugado com o difusionismo tecnológico e uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012).

³ Agronegócio tem correspondência com o *agribusiness*, cujo termo foi criado para expressar as relações econômicas íntimas entre setor agropecuário, a indústria, setor financeiro, comercial e de serviços, que envolvem desde a produção até a distribuição dos produtos agrícolas (LEITE; MEDEIROS, p.79-80, 2012).

⁴ *Commodities* são produtos de origem das atividades agropecuária, pesqueira, florestal ou mineral, em sua forma natural, ou processada costumeiramente, para comercialização no mercado internacional em volume substancial. São exemplos: soja, milho, carne, ferro, alumínio, entre outros (DELGADO, 2012 b).



apropriação e mercantilização da água, o que podem afetar mananciais e levar a disputas, muitas vezes, não explícita, por esse bem.

Dessa forma a expansão do agronegócio no Cerrado também influenciou na conformação do campo no Distrito Federal (DF), que hoje, apresenta uma agricultura altamente mecanizada, alinhada às modernas técnicas desse modelo. Há anos o DF desponta entre as regiões com maior valor de produção bruto agropecuário do país, e, no ano de 2020, esteve na posição 44 no ranking nacional de municípios com maior participação no setor agrícola⁵ (CODEPLAN, 2015).

Na contramão desse processo promovido pelo agronegócio existe e resiste povos dos campos, das florestas e das águas, além de trabalhadores organizados nas cidades, que reivindicam os territórios e os bens naturais como essenciais ao seu modo de vida e bem-estar da população. Nessa perspectiva, movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm lutado por uma reforma agrária que vá além da distribuição de terra, englobando a necessidade de reconhecimento dos territórios e dos bens da natureza como essenciais a produção e reprodução do modo de vida camponês (FLORES, 2013; BARBOSA; PORTO-GONÇALVES, 2014).

Nessa perspectiva, na década 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, partindo da construção dentro da Via Campesina, busca materializar o contraponto político e técnico ao modelo hegemônico do agronegócio, assumindo como estratégia política a construção da Agroecologia⁶ que em meados

5

Fonte:
<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/conheca-os-50-municipios-mais-ricos-na-agricultura-brasileira/>. Para efeito desse levantamento o “município” Brasília é considerado todo o território do Distrito Federal.

6

Agroecologia é uma construção recente e sua definição está em construção, mas em suma pode se dizer que é um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseado em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação agrícola (GUHUR; TONÁ, 2012).



da década de 1990 já buscava a aproximação em vista das questões socioambientais e urbanas provocadas pelo modelo do agronegócio (ALMEIDA, 2014).

Esse debate interno foi importante para a consolidação das áreas conquistadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal e Entorno (MST-DFE), pois alguns núcleos familiares passaram a experimentar a agroecologia e a produção de alimentos saudáveis e livres dos agrotóxicos. Isso repercutiu em uma consciência produtiva, organizativa e social de base agroecológica (ALMEIDA, 2014; SILVA, 2017).

Como resultado alguns assentamentos rurais criados a partir da década de 2000 e ligados ao MST-DFE se tornam referências em agroecologia, aliando a produção de alimentos saudáveis com cuidados ao patrimônio natural. No entanto, a síntese das contradições do território onde se localiza os assentamentos em Brazlândia-DF, que estão sob a Área de Proteção Ambiental⁷ da Bacia do Rio Descoberto (APA da Bacia do Rio Descoberto)⁸, faz surgir a perspectiva da construção de uma proposta mais elaborada quanto ao modelo de produção de matriz ecológica na região, que se encontrava profundamente degradada ambientalmente (MST-DFE, 2011)

A condição conflitante do espaço rural entre forte produção de hortifrutigranjeiros de forma convencional e especulação de terras, e ampla necessidade de conservação ambiental, permitiu para uma antiga área conquistada pelo MST-DFE, na região de Brazlândia, se tornar referência para o Distrito Federal

⁷ Área de Proteção Ambiental (APA) é uma Unidade de Conservação de uso sustentável com certo grau de ocupação humana que permite atividades suas atividades desde que seja assegurado a sustentabilidade do recursos naturais e é regulada pela Lei nº 9.985/00, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000).

⁸ A APA da Bacia do Rio Descoberto foi criada pelo Decreto 88.940/83 para proporcionar o bem-estar futuro da populações do DF e de parte de Goiás e assegurar condições ecológicas satisfatórias às represas da região (BRASIL, 1983).



e nacionalmente em termos de produção de alimentos saudáveis. O pré-assentamento Canaã surge em 2015, a partir de uma ocupação no ano de 2011, com famílias comprometidas a atender às sensíveis necessidades ambientais da região sem perder de vista a função primordial da terra, a produção de alimentos (MST-DFE, 2011; COUTO, 2016). Dessa forma, esse trabalho analisa o processo de construção da experiência agroecológica das famílias do pré-assentamento Canaã como parte de pesquisa mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade de Brasília.

Apropriação dos bens naturais do cerrado brasileiro e a reprodução do agronegócio no Campo do DF: desafios da APA da Bacia do Rio Descoberto.

A modernização conservadora da agricultura brasileira, que ocorreu em todo o país entre as décadas de 1960 e 1980, constitui o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, em um processo de integração com a economia urbano industrial e com o setor externo (DELGADO, 2012 c). Isso só foi possível mediante a incorporação do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, cujo modelo era baseado no consumo de capital e tecnologia externa, em que empresas especializadas passavam a fornecer o pacote de insumos para a agricultura, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes (BALSAN, 2006).

No Bioma Cerrado a presença de grandes áreas de topografia quase plana, grandes latifúndios improdutivos, terras devolutas e importantes fontes hídricas para projetos de irrigação, permitiram o reordenamento de todo o território, imposto principalmente por essas empresas que viam grandes possibilidades de lucro na região do cerrado (MENDONÇA, 2004).

A partir da década de 1990, com a estruturação desse complexo sistema envolvendo agricultura, indústria, mercado, finanças e suas políticas neoliberalizantes, controlado por corporações transnacionais, que atuam em



diversos setores da economia nacional, passaram a constituir o modelo produtivo e de desenvolvimento para o campo conhecido como agronegócio (FERNANDES; WELCH, 2008).

A despeito do grande incremento na produtividade, houve também a expropriação dos camponeses de suas terras, devido a forte concentração de terras, rápida tecnificação e alto investimento de capital necessário para produzir. Dessa forma o campo foi se tornando cada vez mais excludente. Em termos socioeconômicos ampliou enormemente a pobreza e a desigualdade, com consequente expulsão da população empobrecida para as cidades. (BALSAN, 2006).

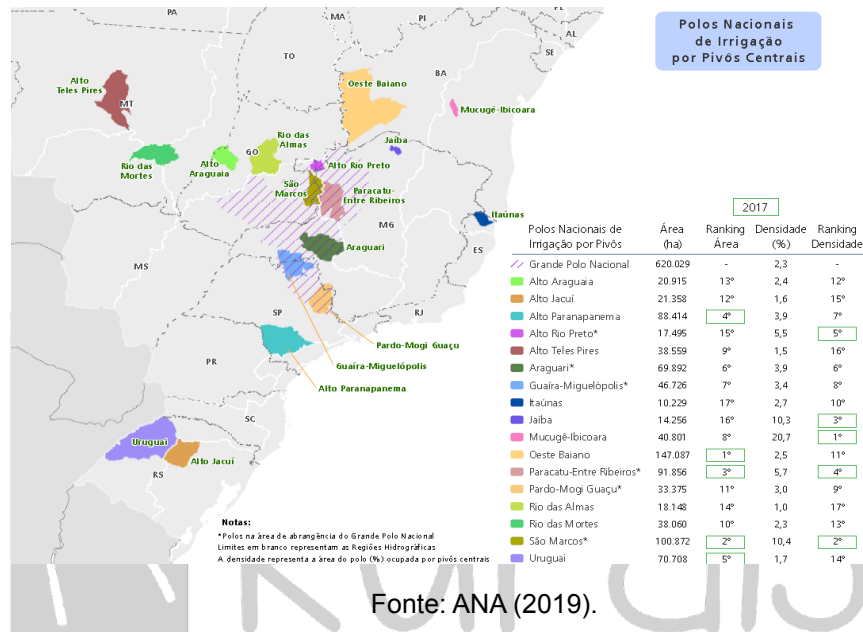
Do ponto de vista ambiental o agronegócio representou um modelo altamente predatório dos bens naturais. Aumentou substancialmente as taxas de desmatamento. A exploração intensiva e indiscriminada do solo aumentou sua erosão física e biológica que, em alguns casos, tem levado a processos de desertificação. (BALSAN, 2006).

Outro ponto crucial para compreensão das consequências do agronegócio é o uso indiscriminado de água nesse modelo de produção. Importante frisar que a produção de grãos na região não estaria tendo o sucesso de curto prazo, não fosse a disponibilidade hídrica existente no Bioma Cerrado, especialmente as reservas subterrâneas (PORTO-GONÇALVES, 2006). Segundo Aly Junior (2019), essa região concentra grande parte dos poços tubulares de captação de água do país, intensivamente explorados pela expansão agrícola voltado à exportação.

Mas ao contrário do esperado as empresas do agronegócio tem expandido o uso da águas subterrâneas e aumentando a quantidade de safras, chegando até três ao ano, recorrendo a cada vez mais água e expandindo o baluarte de sua tecnologia para irrigação, os pivôs-centrais. Não por acaso o polo nacional de irrigação por pivôs – região com maior concentração de pivôs no território nacional – tem se deslocado da Região Sudeste para o Centro Oeste (Figura 1), se localizando

na região de divisa entre Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais⁹ (ANA, 2019).

Figura 1. Polos de irrigação por pivôs centrais no Brasil e Grande Polo Nacional.



Essa dinâmica influenciou na conformação da agricultura no Distrito Federal (DF) e, hoje, a região apresenta uma agricultura altamente mecanizada, alinhada as modernas técnicas desse modelo de agricultura. A maior expressão desse modelo se desenvolveu na porção mais a leste do DF, como pode ser visto na Figura 2, com o predomínio da grande propriedade de monocultura, altamente mecanizada, uso principalmente de pivôs-centrais na irrigação e voltada à produção de *commodities* (LIMA *et al.*, 2018; BRANDÃO *et al.*, 2018).

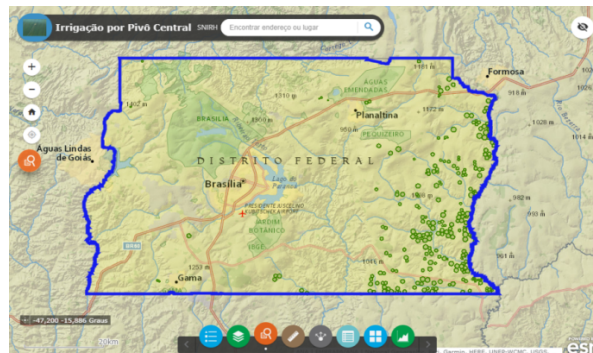
Figura 2. Concentração de pivôs-centrais porção leste do DF no ano de 2017.

⁹ Os municípios de Unai e Paracatu, em Minas Gerais, e Cristalina, em Goiás, vizinhos ao Distrito Federal, constituem o polo dos maiores irrigantes por pivôs do Brasil, além de Guarda-Mor/MG. Já Brasília possui uma área expressiva de pivôs (ANA, 2019).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre os Recursos Hídricos (SNIRH) (ANA, 2020)¹⁰

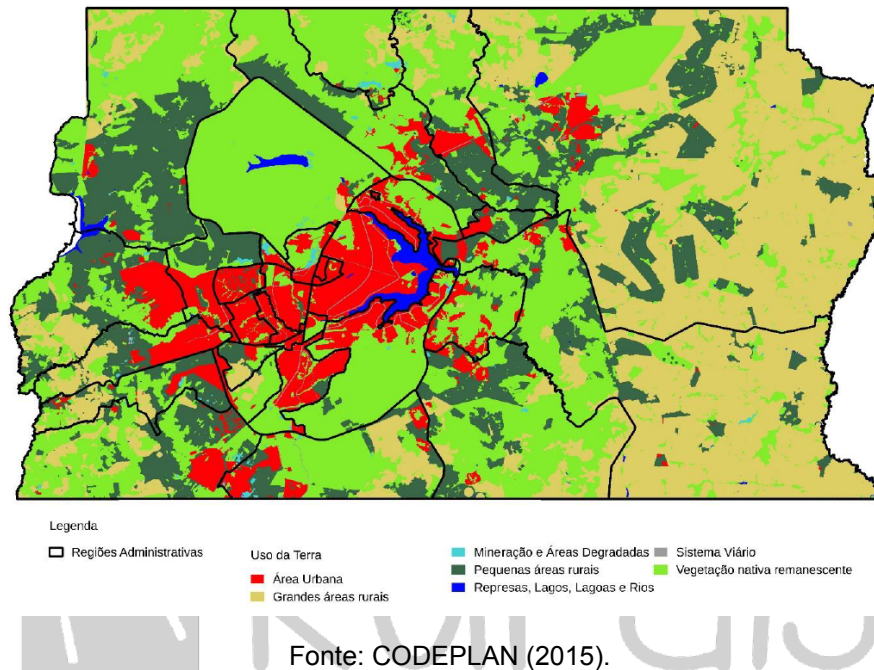
No outro extremo do DF, na porção mais a oeste, sobre a Bacia do Rio Descoberto (Figuras 3 e 4), a agricultura formada é predominantemente por propriedades pequenas, voltadas à produção de hortifrutigranjeiros, menor tecnificação e irrigação por aspersão convencional, microaspersão ou gotejamento (LIMA *et al.*, 2018; BRANDÃO *et al.*, 2018). Apesar do objetivo distinto ao primeiro, por vezes reproduz a lógica da agricultura capitalista hegemônica através da prática da monocultura, uso intensivo de insumos químicos industriais e bens da natureza, e dependência aos interesses de mercados oligopolizados, com perda de autonomia e completa submissão produtiva (BORGES, 2018).

No modo de produção capitalista na qual esses agricultores estão inseridos, o modo de distribuição dos alimentos não está dissociado, desta forma, a reprodução do modelo produtivo dependente, também reproduz o modo de distribuição dependente desses alimentos, reforçando o atrelamento da pequena propriedade a lógica do capital (PORTO GONÇALVES, 2004). E, como atesta Silva (2017), a própria consolidação das áreas rurais no DF foi de atrelamento aos interesses da burguesia urbana, ligada, em sua maior parte, ao capital imobiliário e agrícola internacional.

¹⁰

No ano de 2017 havia 256 pivôs-centrais no DF com área total de 14.417,43 hectares (ha), segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA). Disponível em: <<http://www.snirh.gov.br/snirh/snirh-1/acesso-tematico/usos-da-agua>>. Acesso: 13 mar. 2020.

Figura 3. Usos da terra no Distrito Federal.



Isso repercute nas pequenas propriedades familiares do DF pelo exacerbado valor das terras e que, do ponto de vista do capital, condicionam a retornos agrícolas financeiramente mais lucrativos. Porém, a terra é elemento essencial à reprodução da vida camponesa e, portanto, fundamental para compreender os motivos que levam esses agricultores a se submeter à condição agrícola de alta dependência, baixo retorno financeiro e de pauperização das condições do trabalho (CODEPLAN, 2015).

Aos poucos o objetivo dessas pequenas propriedades vai sendo alterado do seu propósito inicial de produzir alimentos, passando a servir também para povoamentos tipicamente suburbanos, como refúgio ao alto custo de vida das zonas urbanizadas no DF, mesmo nas periferias. As áreas majoritariamente de pequena propriedade aos poucos foram e/ou estão sendo convertidas em subúrbios agrícolas vinculados aos espaços urbanos, seja como moradia para baixa renda, ou para condomínios de classe média ou alta (MOURA FILHO, 2016).



Essa dinâmica do território fruto da seletividade socioespacial e segregacionista, que concentra maiores investimentos, recursos e equipamentos públicos nas zonas centrais, reitera uma relação de dependência das zonas de menor renda às zonas centrais, e do campo em relação à cidade. Esse contexto torna a pequena propriedade, a maioria de agricultores familiares, fragilizada em relação à dinâmica urbana. Esses agricultores, subordinados e dependentes aos interesses da burguesia urbana, são forçados a recorrer cada vez mais a adubos químicos e pesticidas industriais e no uso de bens naturais, como solo e água, a fim de aumentar a produtividade, e não sucumbir diante da avassaladora especulação de terras e imobiliário presente no campo do DF, reforçando um ciclo de dependência e atrelamento a lógica da agricultura capitalista (CODEPLAN, 2015; MOURA FILHO, 2016).

Entretanto, um ponto em comum que marca as necessidades desse modelo de agricultura, diferenciadas suas escalas, é o fato de terem se desenvolvido sobre duas das mais importantes bacias hidrográficas do DF (FIGURA 2). E a razão disso é principalmente em função da alta demanda por água que possuem gerando, muitas vezes, concorrência em relação ao uso e potenciais conflitos nos períodos mais secos do ano¹¹ (BRANDÃO *et al.*, 2018). A forma como ocupa o solo, como devasta a vegetação e subordina a natureza é uma questão essencial para compreender esse modelo de agricultura, porque é pelo caminho que percorrem as águas que avança o capital no campo, interferindo, se apropriando e remodelando o espaço rural e o modo de reprodução da vida de camponeses e outros povos (MALVEZZI, 2005).

Figura 3. Principais bacias hidrográficas do Distrito Federal.

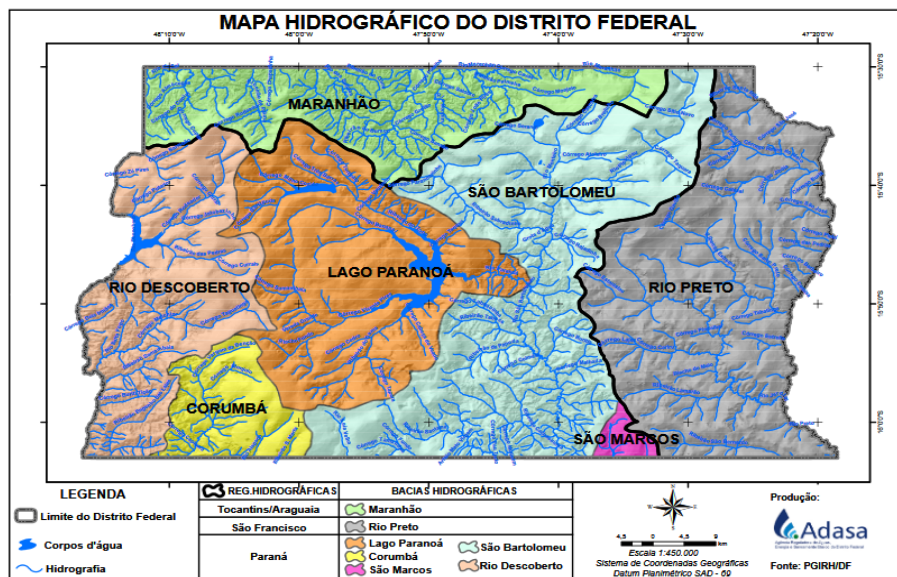
¹¹

O clima do Cerrado é marcado por forte sazonalidade com período chuvoso concentrado entre os meses de setembro/outubro e de abril/março do ano seguinte, com um período seco o restante dos outros meses, onde praticamente não chove (LIMA *et al.*, 2008).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Fonte: ADASA (2020)¹².

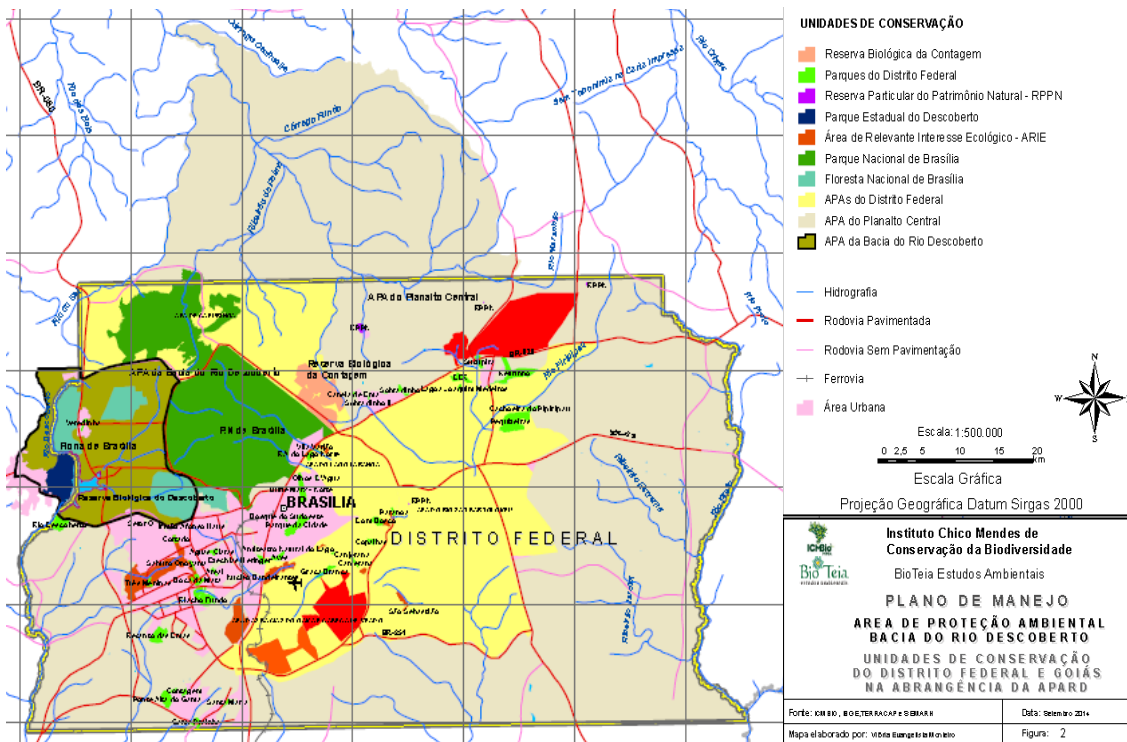
Esses aspectos chamam a atenção quando se observa que a Bacia do Rio Descoberto (Figura 2), por exemplo, que é estratégica em termos hídricos para o DF, já que sobre ela se encontra a Barragem do Descoberto e cujas águas são responsáveis pelo abastecimento de ao menos 65% dos habitantes do Distrito Federal (PEREIRA; ITONAGA, 2018).

Mesmo a região de recarga da barragem sendo ambientalmente protegida por Lei (BRASIL, 1983) (FIGURA 4), publicada ainda no início da década de 1980, esta se encontra bastante degradada tanto pela agricultura convencional, quanto pela urbanização irregular, fruto da especulação imobiliária e de terras e pela grilagem de terras públicas, característicos do processo de conformação do campo no DF, o que vem resultando no aumento da pressão sobre esse manancial (LIMA, 2018).

¹²

Disponível em: <<http://www.adasa.df.gov.br/images/stories/anexos/mapas/mapa%20hidrografico%20-%20a4%20net.pdf>>. Acesso: mar. 2020.

Figura 4. Localização da APA da Bacia do Rio Descoberto no DF.



Fonte: ICMBIO (2014).

Esses elementos levantam preocupação quanto à água na região devido à sensibilidade ambiental. E mais que isso, também alerta para as condições socioeconômicas locais que podem desencadear possíveis conflitos, pois a região da APA já convive com uma realidade de desigualdade e de conflitos fundiários, além da grilagem de terras rurais para destiná-las a objetivos outros e não o uso agrícola (ICMBIO, 2014).

O efeito dessas contradições leva a instaurar relações conflituosas no campo ao privar a população de água em qualidade e quantidade, e de terras, que



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



garantem trabalho, alimento, renda, e, quando corretamente manejada, qualidade ambiental que favorece a recarga às reservas naturais de água. Mas não apenas o Brasil tem sido palco dessas contradições, isso tem ocorrido em toda a América Latina onde as elites locais, historicamente subordinadas a interesses externos, tende a investir em infraestrutura de produção que os atendam em detrimento a produção de alimentos locais. Isso implica em vultosos recursos públicos revestidos de ideologia e de ideia de desenvolvimento que atende na maioria grandes empresas ou empresários, a pretexto de resolver a questão da água ou alimentos por longos anos. Munidos desse discurso, desqualificam qualquer outra ideia ou qualquer um que aponte seus limites. Esses elementos forçam vários povos, comunidades, organizações e movimentos sociais a realizar lutas de resistência para ter o direito de acesso a terra e, por conseguinte, a água, e o poder de gerir o patrimônio natural em prol das necessidades comuns (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Nesse sentido, vários movimentos sociais têm discutido saídas para a crise ambiental e social oriundas dessas contradições causadas pelas relações de produção na agricultura capitalista. Dentre elas, a Via Campesina, juntamente com outras organizações do campo, inclusive no Brasil, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem construído o debate de uma produção que atenda às necessidade ambientais, sociais e econômicas atuais através de uma nova matriz produtiva, a agroecologia. Partindo da construção de relações sociais e produtivas mais justas, solidárias e eficientes, e de uma relação ser humano e natureza mais harmoniosa, a agroecologia vem se consolidando na sociedade, capaz de pensar o território como um todo. Assim, possibilita um real enfrentamento ao modelo do agronegócio, ampliando a autonomia econômica e em diversificação produtiva e de insumos, bem como a sustentabilidade dos bens naturais, como a água, que é central na produção de alimentos e da vida como um todo (MOURA, 2010).



A resistência agroecológica camponesa: o pré-assentamento Canaã do MST.

Esse trabalho não pretende analisar todo o processo histórico de formação do pré-assentamento, apensar de muito pertinente para compreender aquelas pessoas que buscaram uma saída às contradições sociais em que viviam através da luta pela terra. No entanto, o tempo e as limitações causadas pelo novo coronavírus (COVID-19), impedem maior análise. Mas busca trazer elementos gerais importantes, enquanto local de resistência, que fizeram aquelas famílias transformar terras abandonadas em referência no modelo de produção de alimentos, atendendo a sensibilidade ambiental do território onde se encontram e compreendendo a importância da água como elementar a produção de alimentos, a vida e sua reprodução social.

Dessa forma, o recorte irá perpassar pelo contexto do debate interno do MST em relação a reforma agrária e agroecologia no período anterior próximo a ocupação, e o desenrolar do processo produtivo do pré-assentamento a partir de informações secundárias e levantamento exploratório, em vista da pouca documentação em relação ao histórico do pré-assentamento.

Desde que surgiu o MST, em 1984, o movimento nacionalizou-se passando a ter representação em quase todos os estados brasileiros, consolidando-se como um movimento de massa de trabalhadores rurais que dinamizou a luta pela terra no país. Desta forma, questionando a concentração fundiária existente e a necessidade de reforma agrária para democratização do acesso a terra (STÉDILE; FERNANDES 2012).

No ano de 1994 surge na Capital Federal o MST do Distrito Federal e Entorno, na esteira do processo de consolidação do agronegócio no Planalto Central, dada as contradições que esse modelo produtivo aflorou e que o MST problematizava na sociedade (SILVA 2017). Nesse período o MST já fazia a crítica ao atual modelo de agricultura capitalista em função das injustiças socioambientais causadas pelo uso do pacote tecnológico da Revolução Verde (ALMEIDA, 2014).



Nas décadas seguintes a Agroecologia toma maior espaço na agenda política do MST e a partir da década de 2010, começa a se materializar a partir das discussões em torno de uma proposta de política pública voltada ao incentivo a agroecologia e produção orgânica, e que culminou com a criação da Política da Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012, com ampla participação social. Essa que era uma reivindicação que há anos organizações e movimentos sociais demandavam do poder público (SILVA, 2017).

Esse debate em torno da agroecologia se torna muito forte para a consolidação de áreas de acampamentos e assentamentos ligados ao MST-DFE como aponta Silva (2017), onde o trabalho de aproximação com a agroecologia era feito com as famílias desde o acampamento até a criação do assentamento. Para o MST a agroecologia proporcionava uma forma de superar o modelo dominante de agricultura, e romper com o controle e dependência produtiva.

Porém, isso só seria possível com incentivos produtivos que pudessem incorporar tecnologias apropriadas, organização do trabalho coletivo e alternativas para além dos mercados monopolizados e controlados tradicionalmente. Em razão disso a maioria das experiências agroecológicas construídas internamente pelo MST-DFE, em assentamentos e acampamentos no DF e no entorno, foram transitórias, e nem sempre abarcavam todas as famílias das áreas (SILVA, 2017).

No entanto, algumas dessas experiências perduraram como no caso do pré-assentamento Canaã constituído a partir de uma ocupação no ano de 2011 pelo MST-DFE. Esse período coincidiu com o período de efervescência em torno das discussões da PNAPO (SILVA, 2017). Mas também, nacionalmente, o MST cravou a perspectiva política em relação a agroecologia a partir das proposições para o seu 6º Congresso Nacional, realizado em Brasília, em 2014. O MST propunha uma reforma agrária de cunho popular humanista, solidária e que atendesse os anseios ecológicos atuais. Dessa forma, reforçava a crítica à tecnologia atual da produção



agrícola brasileira, e a necessidade de pensar o planejamento ecológico dos territórios destinados à reforma agrária e sua interação com a sociedade. As lutas nas áreas ligadas ao movimento deveriam, portanto, atender a essas necessidades (MST, 2013).

Todo esse esforço do MST e das famílias do acampamento Canaã, concretizaram no processo agroecológico desenvolvido no, atualmente, pré-assentamento Canaã, quando em 2015 as famílias conseguiram acordo junto ao INCRA para divisão em 69 parcelas, os mais de 300 hectares de área total, com média de 5 hectares por parcela (COUTO, 2016). No entanto, o órgão federal não prosseguiu com o processo de criação do assentamento, em razão do desfacelamento da política Nacional de Reforma Agrária que se aprofundou com o golpe de 2016, com o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff (CPT, 2016). Mesmo diante dessa aparente derrocada, nos últimos anos o pré-assentamento tem se tornado referencia em nível regional e nacional em agroecologia, principalmente pelos vários projetos com parceiros na sociedade (ONU BRASIL, 2020).

A área onde se encontra Canaã pertencia a empresa estatal PROFLORA, que faliu em meados da década de 1980 e está em processo de liquidação desde 1989, apesar dos antigos projetos terem sido passados à administração da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) na época. As principais atividades da PROFLORA era o plantio de extensas áreas de pinheiros ou eucaliptos para a demanda de madeira da Capital Federal, comercialização de produtos florestais e preservação de áreas específicas. Mas desde o início da sua liquidação os antigos maciços de monocultura seguiram abandonados, sem destinação adequada tanto da madeira quanto das terras, que poderiam servir para programas sociais de habitação e assentamentos rurais. No entanto, serviam como local de incêndios criminosos, roubo de madeira, desmanche de veículos roubados e uso por criminosos para seus atos (FUZEIRA, 2019; GDF, 2019)¹³.

¹³

<<https://www.metropoles.com/distrito-federal/meio-ambiente/df-abandonados-ha-30-anos-pinheirais-d>



Esse elemento ambiental, dos mais de 300 hectares ocupados unicamente por eucaliptos, era descrito pelas famílias como fator que tornava o solo ruim e seco, com pouca disponibilidade de água, e ambientalmente de pouca qualidade, trazendo dificuldades para plantar os alimentos. Ainda em 2015, no acordo com INCRA os eucaliptos foram retirados por uma empresa privada, restando às famílias um ambiente completamente sem vegetação de cobertura, com solo bastante degradado e os tocos das árvores cortadas, cabendo às famílias ônus de retirá-los na medida em que aumentavam a área produtiva. Esses fatos apontariam, portanto, para a necessidade de uma produção que superasse esses desafios produtivos (COUTO, 2016).

Desde o acampamento, o MST-DFE já apresentava a intenção daquele espaço ser dedicado a agroecologia e se projetar como local de referência na produção agroecológica como é apontado no Plano de Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelo próprio MST na época:

“A proposta do acampamento Canaã, portanto, tem como política, não apenas dos trabalhadores (as) que lá se encontram, mas do MST, de repensar o uso daquele espaço centrado na perspectiva da produção de alimentos agroecológicos, recuperação do bioma cerrado e potencialização da região como unidade de produção sustentável, utilizando técnicas racionais de bioconstrução e servindo de modelo não apenas para a região da Bacia do Descoberto, mas para todo o Distrito Federal, como polo de difusão de técnicas alternativas de produção e moradia” (MST, 2011).

o-paranoa-ameacam-ecossistema>. Acesso em abr. 2021.



Outro fator importante para boa parte as famílias terem dado continuidade a proposta inicial foi o fato do pré-assentamento se localizar sobre APA da Bacia do Rio Descoberto. Apesar de ser umas das regiões mais importantes em termos hídricos para DF, de onde sai a água que abastece ao menos 65% da população do DF, o acesso a água em qualidade e quantidade, tanto para a sobrevivência, quanto para almejar a produção de alimentos, nunca foi uma realidade para aquelas famílias. Desde o acampamento o acesso a água sempre foi extremamente difícil, dependendo de caminhões pipas quando era acampamento e assim permaneceu enquanto pré-assentamento para algumas famílias, outras conseguiram construir cisternas e/ou obter tanques e/ou caixas d'água e/ou pequenas cacimbas feitas com tratores para captação de água das chuvas, seja com parcerias, ou recursos da própria família (MST, 2011; COUTO, 2016).

Segundo Moura (2010), as contradições da questão agrária brasileira resultaram também em uma crise no processo político de assentamentos rurais no país, criando a figura do pré-assentamento. Esse seria um hiato entre um acampamento e um assentamento, um não-lugar, onde se criou um processo burocrático-institucional em que as famílias que conquistaram o acesso a terra, reconhecida pelo Estado como área destinada a política de reforma agrária, sem, no entanto, serem regularizadas como novo assentamento, impedindo as famílias que ali estão o acesso a qualquer tipo de política pública, como assistência técnica, crédito agrícola, programas de moradia ou comercialização, ou mesmo o mais básico, como acesso a energia e água garantidos pelo poder público.

Portanto, a necessidade de se estabelecer sobre a terra conquistada, ao mesmo tempo em que água, essencial a garantia da vida e a agricultura, não estava disponível, permitiu que boa parte das famílias trilhasse o caminho da agroecologia. Essa alternativa é que muitas famílias tem buscado, pois permitem otimizar o uso da terra e, principalmente, da água, além de possibilitar a restauração e conservação de áreas de cerrado, visto que tem sido seriamente prejudicado pelo agricultura



hegemônica (GARCIA; CLEPS JUNIOR, 2012).

Como aponta Garcia e Cleps Junior (2012), em estudos de segurança hídrica de assentamentos rurais em Minas Gerais, o campesinato no processo de reterritorialização encontra uma série de entraves, que passam por propostas de assentamento que não atendem a infraestrutura necessária a produção de alimentos e não dialogam com as práticas e necessidade dos camponeses. Além disso, os Investimentos públicos são priorizados para investimentos para grandes proprietários de terras e ao agronegócio, deixando a margem desses benefícios o campesinato, que disputam recursos quase sempre insuficientes.

Atualmente são pelo menos 4 grupos de agroecologia presente no Canaã com famílias ligadas a Comunidades que Sustenta a Agricultura (CSA), Comunidades do Bem Viver, Associação Agroecológica Mulheres Rurais do Assentamento Canaã e o Núcleo de Produção Agroecológico do MST-DFE/Brazlândia. Todos com processos produção e comercialização instituídos em mecanismo curtos de comercialização por feiras, grupos de consumo responsável, aplicativos de comercialização e venda direta.

Esse contexto expõe que a luta de movimentos sociais não se restringe apenas na conquista da terra, a luta passa por permanecer nela, mas não reproduzindo as mazelas sociais que exclui e impede camponeses das condições de reprodução de vida (SILVA, 2013). Devido às contradições do modelo produtivo hegemônico e do modelo de sociedade atual, que se apropria, concentra, depreda e explora os bens naturais, constrói também a condição de escassez em benefício das elites, usando do Estado no processo de exclusão e injustiça, seja pelo desmonte, pelo poder de polícia ou se apropriando dos fundos públicos e no controle de órgãos que regulam os bens naturais. Os organismos públicos nesse contexto se tornam ineficientes na resolução de conflitos, alimentando a descrença na justiça institucional e de representação política, com reflexo no aumento da violência social (MALVEZZI, 2004).



É necessário ampliar o diálogo na sociedade da importância de construir processos amplos de reforma agrária que reorganize os espaços rurais e a produção de alimentos, e que fomente a organização política, cultural e educativa, além do apoio técnico, políticas públicas adaptadas, financiamento e pesquisa voltados para a agroecologia. Superar as contradições da agricultura na região demanda, inclusive, organizar formas de acesso coletivo desses alimentos localmente produzidos para além das políticas de compras públicas que existem. (SILVA, 2017).

Segundo Malvezzi (2004) a luta por terra e água está vinculada a questão ambiental atual, e a ela vincula-se o destino atual da humanidade. O modelo atual está em uma encruzilhada, a despeito dos poucos avanços em tecnologias renováveis, ainda é predador em relação aos bens naturais e utiliza a água no processo produtivo como um recurso infinito. Ademais, não ter terra e água significa subordinação e dependência, com ameaça a vida e a sua reprodução, portanto, ter água em quantidade e qualidade e terra para plantar se trata de uma questão humanitária. Não existem motivos para áreas produtivas, assim como assentamentos, terem esperar apenas as chuvas para a produção, existem hoje tecnologias sociais de armazenamento de água e de uso eficientes dessa água em agroecossistemas produtivos. Os movimentos sociais nesse contexto precisam firmar o binômio terra-água indispensáveis e inseparáveis na luta social como meios de produção.

Considerações Finais

As propostas de assentamentos frequentemente não atendem as necessidade e práticas dos camponeses, nem aos interesses da sociedade. Como modo de produção hegemônica, o modelo do agronegócio tende a ser reproduzido nessas propostas. Mas mesmo quando criados, as famílias precisam disputar por



investimentos públicos e que não atendem de forma completa os assentamentos, quase sempre precarizados em infraestrutura.

A água como elemento essencial a vida e inerente a todas as atividades humanas, principalmente a agricultura, não se encontra disponível em quantidade e qualidade necessárias a todas às pessoas e, sem os devido investimentos, grupos sociais serão excluídos desse acesso, conformando um processo de escassez que não tem ligação unicamente com questões ambientais, mas fatores humanos, inerentes ao modo de produção capitalista.

O processo de apropriação e concentração da riqueza e dos bens da natureza engendrado por esse modo de produção na agricultura brasileira tem historicamente excluído e expulsado os camponeses da terra, depredando solos, vegetação, vida ecológica, social e ambiental, com efeitos no longo prazo, até na economia. Ao mesmo tempo, as elites e o agronegócio tem se apropriado dos investimentos públicos em relação a agricultura. Esses efeitos tornam esse modelo não apenas excludente em relação a terra, mas também em relação a água e não apenas para camponeses, para a maioria da sociedade.

Os camponeses e camponesas organizados nos movimentos sociais e várias entidades da sociedade têm apontado para saídas a essas contradições através da agroecologia, que é capaz de pensar a complexidade da vida ecológica, dos sistemas produtivos e as necessidades da sociedade. Dessa forma, todo o território é pensado na promoção da qualidade e reprodução da vida, não apenas para atender os interesses de poucos em termos exclusivamente financeiros.

A luta por reforma agrária e agroecologia das famílias do pré-assentamento Canaã sintetiza todos esses elementos, no qual puderam discutir desde início da ocupação a função social daquela área. Dessa forma, atenderam a produção de alimentos aliada às necessidades ambiental e ecológico do território da APA.

O papel da reforma agrária como política de desenvolvimento rural aliada a políticas publicas voltadas a promoção da agroecológica e planejamento do



território, com participação ampla da população, podem, como visto, atender aos interesses da sociedade em relação a APA da bacia do Rio Descoberto e atender a base de produção de hortaliças, fundamental a economia de Brazlândia-DF.

Referências

ANA - Agência Nacional de Água. **Levantamento da agricultura por pivôs centrais no Brasil**. Agência Nacional de Águas, Embrapa Milho e Sorgo. Brasília, DF, 2019.

ALMEIDA, F. T. F. **Conceito e prática de agroecologia para o MST: a experiência do assentamento Cunha (Goiás)**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ALY JUNIOR, O. Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, ano 10, nº 1119, 2017, jun, p. 12-13.

ALY JUNIOR, O. **Segurança hídrica no meio rural, recursos hídricos na agropecuária e adaptação às mudanças do clima: serviços ecossistêmicos das águas subterrâneas e aquíferos no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Geociências de Recursos Minerais e Hidrogeologia, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.1, n.2, p.123-151, ago., 2006.



BARBOSA, A. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: MENESES M. P.; VASILE, I. (Orgs.); **Cescontexto**. Desafios aos estudos pós-coloniais. As epistemologias sul-sul. n. 05. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2014. p. 12-27.

BORGES, B. L. **Reforma agrária e abastecimento alimentar**: a agricultura camponesa no Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BRANDÃO, A.; LIMA, J. E. F. W.; RAMOS, A. E.; Dinâmica da população e do uso e ocupação da terra no Distrito Federal. In: LIMA, J. E. F. W. et al (Orgs.). **Gestão da crise hídrica 2016-2018**: experiência do Distrito Federal. Brasília: ADASA, CAESB, SEAGRI, EMATER, 2018. cap. 1, p. 11-21.

BRASIL. **Decreto nº 88.940, de 7 de novembro de 1983**. Dispõe sobre a criação das Áreas de Proteção Ambiental das Bacias dos Rios São Bartolomeu e Descoberto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D88940.htm>. Acesso: fev. de 2020.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: abr. 2021.



CARVALHO, H. M. **A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil**. ABRA, São Paulo, edição especial, 2013, jul, p. 31-44.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Agricultura familiar no Distrito Federal: dimensões e desafios. Brasília: codeplan. 2015.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Balanco da Reforma agrária no ano de 2016**. Articulação Nacional de Agroecologia, 2017. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2017/01/23/balanco-da-reforma-agraria-no-ano-de-2016/>>. Acesso em: abr. 2021.

DELGADO, N. G. *Commodities* agrícolas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Orgs.). **Dicionário de educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 135 - 143. b

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura a economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012. c

DISTRITO FEDERAL. **As empresas estatais do Distrito Federal**. Brasília: Casa Civil do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <<http://www.casacivil.df.gov.br/estatais-conheca/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.); **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.



45-70.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Revista OeS**, Salvador, n.73, v. 22, p. 237-250, 2015.

FUZEIRA, V. **DF: abandonados há 30 anos, pinheiros do Paranoá ameaçam ecossistema.** Brasília: Metrópolis. 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/meio-ambiente/df-abandonados-ha-30-anos-pinheirais-do-paranoa-ameacam-ecossistema>>; Acessado em: jul. 2020.

GARCIA, J. C.; CLEPS JR., J. (In)Segurança hídrica e o desafio de produzir sem acesso à água em assentamentos de reforma agrária do município de Uberlândia-MG. **USP Agrária**, São Paulo, n.16, p. 63-94, 2012.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Orgs.). **Dicionário de educação no campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 59 - 60.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de manejo:** APA Bacia do Rio Descoberto. Brasília: MMA-MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/apa-da-bacia-do-rio-descoberto>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

LEITE, S. P; MEDEIROS, L. S.; Agronegócio. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Orgs.). **Dicionário de educação no campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 135 - 143.



LIMA, J. E. F. W. et al. Demanda hídrica do Distrito Federal. In: LIMA, J. E. F. W. et al (Orgs.). **Gestão da crise hídrica 2016-2018: experiência do Distrito Federal**. Brasília: ADASA, CAESB, SEAGRI, EMATER, 2018. cap. 2, p. 23-33.

MALVEZZI, R. A insustentabilidade do modelo de gestão de água doce. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 198-351.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste goiano**. 2004. 457p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MOURA, L. H. G. **Questão agrária e hegemonia: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação**. 2010. 133p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOURA FILHO, C. H. **Dinâmica territorial no Distrito Federal: os casos dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita**. 2016. 232 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Proposta de reforma agrária popular do MST. IN: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil 8: debates sobre a situação e perspectivas de reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular. 2013. p. 149-166.



MST-DFE – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO. **Projeto Piloto:** plano de desenvolvimento sustentável – acampamento Canaã. Brasília: MST-DFE, 2011.

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Orgs.). **Dicionário de educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 687-692.

PEREIRA, U. A.; ITONAGA, L. C. H. Infraestrutura de abastecimento de água do Distrito Federal. In: LIMA, J. E. F. W. et al (Orgs.). **Gestão da crise hídrica 2016-2018:** experiência do Distrito Federal. Brasília: ADASA, CAESB, SEAGRI, EMATER, 2018. cap. 1, p. 49-59.

PORTO-GONÇAVES, C. W.; Geografia da riqueza , fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso de recursos naturais. **Rev. Interthesis**, Florianópolis , n. 1, v.1, p. 1-55, 2004.

PORTO-GONÇAVES, C. W.; **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. (org.); **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, ed. 1, 2008. p. 195-221.

PORTO-GONÇAVES, C. W.; A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Rev. Interthesis**, Florianópolis, n. 1, v. 9, p. 16-50, 2012.



IX ENCONTRO DA
**REDE DE ESTUDOS
RURAIS**

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



SAUER, S. Luta pela terra, movimentos sociais e rearticulações dos povos da terra, das águas e das florestas. **Rev. da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, São Paulo, ed. especial, p. 69-86, 2013. (a)

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Modernização da agricultura no cerrado goiano: as transformações no espaço agrário. **Rev. Espaço em Revista**, n. 1, v. 14, p. 55-65, 2012.

SILVA, M. A. R. B. **Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno**. 2017. 266p. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

STÉDILE, J. P; FERNANDES, M. F. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Ed. 2, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ONU BRASIL – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sistemas agroflorestais no DF geram renda; protegem o solo e mananciais**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/sistemas-agroflorestais-no-df-geram-renda-protegem-solo-e-mananciais/>. Acesso em: dez. 2020.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT3

VIOLÊNCIA E REPRESSÃO NO CAMPO: DIREITOS DE ORGANIZAÇÃO E DIREITOS DE RESISTÊNCIA

COORDENAÇÃO

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA (UNB)



A gramática dos direitos em tempos de legalidade autoritária e transição democrática: os “tribunais de opinião” nas lutas sociais no campo (1986-1993)¹

The ‘grammar of rights’ in context of authoritarian legality and democratic transition: the “courts of opinion” in agrarian social struggles (1986-1993)

Resumo: O trabalho volta-se para os chamados Tribunais da Terra e o Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, realizados por organizações representativas dos/as trabalhadores/as rurais em dez estados do país, entre 1986 e 1993. Mobiliza discussões sobre os usos do Direito no repertório de ação coletiva nesse período histórico, considerando o conjunto das lutas pelo fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1988) e redemocratização da sociedade. A reflexão se inscreve em torno da hipótese de difusão de uma “gramática dos direitos”, trazendo à tona os sentidos do recurso ao Direito naquele contexto. A lente analítica traça paralelos entre os tribunais referidos com o chamado Tribunal Russel II, dedicado ao ‘juízo’ da repressão na América Latina, e realizado entre 1974 e 1976, revelando usos do Direito para além de uma visão dicotômica entre Estado e sociedade, uma vez que tais tribunais reproduzem ritos e práticas próprios à jurisdição estatal ainda que para confrontá-la.

Palavras chave: Direitos Humanos; Ações Coletivas; Ditadura Civil-Militar; Tribunal da Terra; Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio; Tribunal Russel II.

Abstract: This work is about the episodes identified as ‘Land Courts’ and ‘National Court for the Crimes of the Latifundium’, organized by rural workers representative entities in Brazil, between 1986 and 1993. It mobilizes discussions about the uses of Law in the collective action repertoire in this historical period, considering the set of struggles for the end of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985) and redemocratization, ascertain the hypothesis of the diffusion of a “grammar of rights” and approaching to the senses of recouring to the Law in that context. The analytical lens draws parallels between the courts referred with the episode of Russel Court II, dedicated to the ‘judgment’ of repression in Latin America, and realized between 1974 and 1976, revealing uses of the Law beyond a dichotomous vision between State and society, considering that such courts reproduce rites and practices proper to the state jurisdiction even if to confront it.

Keywords: Human rights; Collective Actions; Civil-Military Dictatorship; ‘Land Courts’; ‘National Court of Latifundium Crimes of the Latifundium’; Russel Court I

¹ Luiza Antunes Dantas de Oliveira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFFRJ, bolsista da CAPES. Email: luiza.ado@gmail.com



Inspirada em Ricoeur (2007), a presente reflexão concebe a memória social enquanto um sistema de significados em permanente exercício e construção. Assim, a memória é ação, ou seja, a ser *exercitada* e não acessada como algo supostamente estático e exterior de quem a suscita. Neste sentido, o trabalho vota-se para um *exercício* de memória sobre os episódios chamados de Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio (TNCL) e Tribunais da Terra (TT), realizados entre 1986 e 1993 em ao menos dez estados do país, visando compreendê-los a partir de um quadro mais geral de reflexão sobre os usos do Direito nas ações coletivas das organizações representativas dos/as trabalhadores/as rurais. Trata-se de uma primeira aproximação em torno da realização destes tribunais “de opinião”, “simbólicos”, “independentes” ou “populares” – conforme foram designados alternativamente pelos próprios atores sociais, visando demarcar sua condição não vinculante, diferenciando-os em relação aos Tribunais que constituem o sistema de jurisdição estatal.

Em linhas gerais, consoante a documentação já levantada², os Tribunais da Terra e o Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio foram atividades construídas por entidades sindicais e movimentos sociais, bem como por organizações de assessoria, juristas e outros mediadores políticos ligados às lutas no campo. Conforme será discutido, no contexto de realização destes eventos multiplicavam-se na cena pública as denúncias em torno das violências no campo e sua relação com o aumento da concentração fundiária, pautando-se pela possibilidade de renovação da arena institucional a partir da democratização da sociedade. Dando corpo a este processo, as sessões de ambos os “tribunais de opinião” debruçaram-se tanto sobre casos de assassinatos de trabalhadores/as rurais, advogados, agentes pastorais e lideranças sindicais motivados por conflitos fundiários envolvendo grandes proprietários, grileiros, comunidades camponesas e agentes do Estado, como também

² A documentação foi identificada nos acervos: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo – NMSPP (Ligado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. <https://nmspp.net.br/>); Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas (Ligado ao Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, <http://memoriasreveladas.gov.br/>); e Centro de Referência Virtual Armazém Memória (Acervo digital coordenado por Marcelo Zelic, <http://armazemmemoria.com.br/>).



sobre outras formas de violência como a condução de determinadas políticas públicas, destacando-se aquelas relacionadas ao acesso à terra e condições de trabalho e reprodução social no campo.

Inspiradas nos rituais e práticas do Poder Judiciário, estas atividades ocorreram na forma de sessões de julgamento próprias ao que é chamado de ‘tribunal de júri popular’ na legislação penal, e contaram com juristas e intelectuais reconhecidos designados enquanto corpo de jurados, advogados de defesa e de acusação. Ainda, as sessões contaram com depoimento de vítimas e familiares, oitiva de testemunhas de defesa e acusação, apresentação e produção de outras provas (como laudos periciais, registros de ocorrências e inquéritos), e produção de decisões respaldadas na legislação então vigente.

Um dos desdobramentos da reflexão sobre estes episódios leva a estender a análise para além das lutas sociais no campo, alcançando o conjunto das disputas em torno da redemocratização da sociedade. Merece destaque neste trabalho os usos do Direito exercitados ao longo da organização do que foi chamado de Tribunal Russel II (TRII), que se dedicou à repressão na América Latina e cujas sessões foram realizadas entre os anos de 1974 a 1976 em Roma e Bruxelas. Este tribunal foi influenciado pelo Tribunal Russel I, mais conhecido como Tribunal Internacional para os Crimes de Guerra, ocorrido em 1967, e que visava denunciar os crimes cometidos pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Uma vasta documentação a respeito do TRII consta no acervo do Armazém Memória, tendo sido doados para o Memorial da Anistia³ pela Fundação Lelio e Lisli Basso, figura central na construção deste episódio. A discussão se inscreve em torno da hipótese de difusão, naquele contexto, de uma “gramática dos direitos”, trazendo à tona os sentidos do recurso ao Direito que estiveram em disputa tanto ao longo quanto no final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

³ Acervo digital organizado pelo Instituto de Política Relacionais – IPR e pelo Armazém Memória, no âmbito do Programa Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e em parceria com o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), o Arquivo Edgard Leuenrouth (UNICAMP) e o Arquivo Ana Lagoa (UFSCAR). Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>.



A terminologia Ditadura Civil-Militar é utilizada no presente artigo considerando que são pertinentes as diversas abordagens que destacam o componente civil do regime autoritário no Brasil. Dentre elas, e envolvendo mais diretamente o tema de interessa da presente reflexão, Pereira ressalta os traços jurídicos do regime de exceção como reveladores do alto grau de consenso – leia-se: “sólido acordo firmado sobre as linhas gerais, objetivos e táticas das políticas adotadas” (2010; 41) – entre as elites civis e militares quanto à conveniência do golpe, de maneira que “embora o regime tenha chegado ao poder por meio da força, seus esforços de legalizar e legitimar a repressão praticada foram importantes em termos de consolidação” (Id.; 46). Como indício deste consenso, vale recordar a pronta ratificação do Supremo Tribunal Federal – a mais alta instância jurisdicional – ao golpe de Estado que deu início a mais de duas décadas de Ditadura Civil-Militar no país.

Na primeira e na segunda parte do trabalho procuro traçar considerações teóricas, inscrevendo o campo de reflexão a partir do qual se desdobram algumas impressões sobre o tema. Neste sentido, destaco o conceito de “repertório”, das teorias norte-americanas dedicadas ao estudo das ações coletivas e movimentos sociais, e também a lente analítica voltada para as múltiplas redes de interação que constituem as ações coletivas e que, ao abrirem caminho para uma visão não dicotômica da relação Estado e sociedade, são valiosas para compreender as formas como o Direito é mobilizado nas lutas sociais. Ainda, é importante demarcar os conceitos de “legalidade autoritária” e de “justiça política”, de Pereira (2010), que auxiliam a compreender os traços característicos da relação entre autoritarismo e estado de direito no regime militar brasileiro. Valendo-me de tais considerações teóricas e de parte do que foi levantado em pesquisa documental, na terceira e na quarta parte do texto ingresso mais diretamente nas questões suscitadas enquanto primeiras aproximações dos “tribunais de opinião”: Tribunal Russel II, Tribunais da Terra e Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio.

Ainda, cabe mencionar que esta proposta de reflexão é um desdobramento de trabalho anterior (AUTOR: 2019), inscrevendo-se também na proposta mais geral de refletir sobre o Direito a partir de fontes documentais não provenientes do campo jurídico, ou melhor,



não produzidas diretamente pelos atores e instâncias próprios aos órgãos do Sistema de Justiça.

O repertório e as interações no estudo das ações coletivas

Em linhas gerais, o estudo das ações coletivas e movimentos sociais está inscrito no campo teórico dedicado ao confronto político. Conforme definem McAdam, Tarrow e Tilly (2009), o confronto político constitui-se a partir de reivindicações coletivas por parte de determinados grupos de pessoas, direcionadas a outros grupos cujos interesses seriam afetados se as primeiras fossem atendidas, assim, a mobilização é a criação de meios e capacidades para a interação coletiva. O elemento político, segundo Tilly (2010), é dado pelo fato de que os governos figuram no confronto, seja enquanto “demandantes, alvos das reivindicações, aliados destes alvos ou monitores da contenda” (2010; 136). Ao enfatizarem o elemento da interação como central para configuração dos atores coletivos, os autores destacam a importância do processo relacional de construção das identidades coletivas. Deste modo, as identidades coletivas construídas no processo do confronto político, bem como suas ações, são identificadas conjuntamente aos seus antagonistas, aliados e demais agentes.

O marco teórico do confronto político volta-se para compreender processos de longa duração e procura identificar permanências, rupturas e mudanças a partir de eventos que parecem díspares como movimentos sociais, ciclos de protesto e revoluções (MCADAM, TARROW E TILLY: 2009). Para Tilly (2010), o ‘movimento social’ diz respeito a uma forma específica de interação na arena política, e que se inscreve num dado repertório, ou melhor, num certo “conjunto variável de formas de ação política” (2010; 137) que é distinto do repertório mobilizado em outras formas de política, como as campanhas eleitorais, ainda que com elas possam interagir. Assim, o conceito de “repertório de ações coletivas” volta-se para a existência de determinados padrões nas formas pelas quais as ações coletivas são expressas em determinado período histórico. Trata-se de um “aglomerado de instrumentos para realização de interesses” (ALONSO: 2012; 24) que, uma vez compartilhados por uma gama



de atores coletivos, caracterizam as ações inscritas em “certa relação entre protestos e poderes públicos” (MEDEIROS: 2012; 22). A ideia de *forma* é aqui ressaltada, não importando a princípio o *conteúdo* – metáfora melhor colocada por Alonso: “repertório restrito a sintaxe, que os agentes preenchem com sua semântica” (2012; 24).

Tanto em Tilly (2010) como em McAdam, Tarrow e Tilly (2009) insiste-se na ideia de que um repertório de ação coletiva é sempre marcado pela tensão entre inovação e persistência, reproduzido socialmente em meio à dinâmica contingente havida na arena política, não se confundindo, portanto, com uma espécie de receituário prévio à ação coletiva. Neste passo, o repertório não é próprio a um ator ou demanda específica, mas sim à interação de que faz parte. Ainda que para Alonso o conceito traga uma “marca estrutural de nascença” (2012; 24), uma vez que se volta mais para as *formas* de ação (em detrimento dos *conteúdos*), a ideia de repertório é forjada no bojo da crítica à ótica que destaca o cálculo racional de riscos e benefícios como motivação unívoca da mobilização coletiva, permitindo compreender também a dimensão dos valores, emoções e significados culturais que moldam as diferentes formas de agência nos conflitos políticos.

Mesmo que Tilly (2010) não volte tanta atenção para as relações institucionais travadas pela forma movimento social, a ideia de repertório me parece central para jogar luz sobre as interações que constituem a arena política de uma forma geral. A ótica centrada nas interações requer afastar-se de uma leitura do contexto político como algo externo e anterior – como um “pano de fundo” – aos fatos/episódios de ação coletiva que interessam à pesquisa. Por sua vez, este caminho analítico também convida a evitar uma delimitação prévia entre o que é próprio ao Estado e o que é próprio à sociedade civil, tal qual uma fronteira a partir da qual as ações coletivas seriam identificadas como exclusivamente não-institucionais. Abbers, Silva e Tatagiba (2018) trazem uma contribuição central para desenvolver esta ótica, chegando a falar em uma mútua constituição entre atores coletivos (sociedade civil) e políticas públicas (Estado), havendo uma agenda de interação comum que tanto é *produzida por* como também *produz* as circunstâncias da correlação de forças num dado momento. O olhar para estas “estruturas relacionais” de que falam as autoras revela a existência de uma



gramática comum entre Estado e sociedade, pela qual as demandas são formuladas valendo-se dos termos da institucionalidade estatal, ainda que também disputando seus sentidos, produzindo e reproduzindo continuamente o que Cefaï (2008) chama de uma “gramática da vida pública”.

Segundo Cefaï (2008), para que sejam reconhecidas enquanto problemas públicos, a elaboração das demandas coletivas, imputação de motivos, atribuição de responsabilidades e formulação de denúncias na arena política devem estar inscritas em certo vocabulário comum que rege a produção, interpretação, circulação e recepção de sentido na vida social. O que não significa que as possibilidades de variação e de inovação – tão caras à dinâmica das ações coletivas – sejam impedidas. No entanto, mesmo as novidades só são eficazmente comunicadas enquanto problemas públicos, ou melhor, só fazem sentido enquanto tal se recorrerem a repertórios retóricos e dramaturgicos constitutivos de uma certa “cultura dos problemas públicos” (CEFAÏ: 2008; 28).

Neste ponto, e ingressando mais diretamente no tema proposto, ainda que o Direito em grande medida deva ser “dito” – seja reconhecido e/ou prestado/respeitado – pelo Estado e estando, portanto, intimamente ligado aos processos de dominação, a linguagem dos direitos não deixa de estar presente na gramática pela qual os atores coletivos denunciam os problemas públicos e anunciam suas posições, disputando determinados significados sobre justiça. Em Agrikolianski (2010) vemos que o Estado, nas suas diferentes arenas e nas múltiplas interações com outros países, organismos multilaterais, atores e organizações da sociedade civil, mesmo que de maneira desigual, pode tanto agir “em nome da lei”, como também ser constrangido pela mesma, revelando um terreno fértil para disputas em torno da elaboração, conquista e efetivação de dispositivos legais. E uma vez que esta é uma arena de contornos por vezes herméticos e dotada de uma série de assimetrias, a ideia de gramática, partilhada por Cefaï e Agrikolianski, abre caminho para identificar os “usos profanos” (AGRIKOLIANSKI: 2010; 225) do Direito, ou seja, voltados para desafiar a ordem social. Ora, neste tema, não é descabido considerar que historicamente as disputas por direitos (seja por reconhecimento ou efetivação) são fontes produtoras do Direito, como também o são a



busca por satisfazer interesses associados à reprodução e intensificação das relações de exploração/ subordinação.

Logo, os usos do Direito no repertório próprio ao período em estudo serão destacados enquanto recurso que se vale de uma “gramática pulsante para pensar as injustiças, elaborar queixas, e exprimir reivindicações”⁴ (AGRIKOLIANSKI: 2010; 225), hábil para a “publicização [de causas] e mobilização de apoios” (MEDEIROS: 2019; 109) – uma “gramática dos direitos”.

No que pese o tema de interesse do presente trabalho voltar-se para as lutas sociais no campo – sejam as denúncias das violências cometidas no seio de conflitos fundiários, demandas de acesso à terra e outras políticas públicas, considerando a diversidade de modos de vida e condições de reprodução social das populações camponesas –, o marco teórico traçado procura compreender o lugar do Direito no repertório próprio às disputas políticas que estavam em jogo no período estudado. Assim, um desdobramento inicial da pesquisa volta-se para seguir as interações constitutivas de um repertório comum às diversas faces das lutas pela redemocratização da sociedade, em denúncia da violência do Estado e pelo fim da Ditadura Civil-Militar.

O recurso ao Direito pelo regime militar

A adoção de uma concepção “ativa” do contexto (ABBERS, SILVA E TATAGIBA: 2018), requer destacar a abertura política do regime militar e a transição democrática no Brasil dos anos 1980 como processos decorrentes de interação dinâmica entre diversos fatores. Fernandes (1982) procura destacar o caráter de “liberalização outorgada” de que se revestiu os anos finais de período militar no Brasil, evidenciando que a abertura foi conduzida menos por ocasião de uma ‘crise’ do regime, e mais por uma dinâmica própria ao mesmo, no sentido de buscar rotinizar uma determinada forma de governo – em especial, a partir da militarização das funções repressivas –, dando margem para o que o sociólogo

⁴ Tradução do original em francês feita pela autora.



chama de uma “democracia com que sempre sonhou a ditadura” (1982: 14). Do mesmo modo que o golpe de 1964 fora desferido de forma consensual entre as elites civis e militares, instaurando um regime que se pretendia “acima das classes”, para o autor também a transição democrática foi pactuada nestes limites, de modo que

(...)a liberalização outorgada, que se manifestou primeiro sob a forma de uma “política de distensão” e, em seguida, sob a forma de uma “política de abertura”, revelava, a um tempo, as dificuldades, a fraqueza e a força do regime ditatorial. Se ela não mudava nada, pois era um fruto ocasional da democracia restrita artificial imposta, mostrava que as contradições da sociedade civil não podiam ser absorvidas no plano da sociedade política e que a ditadura pagava, por aí, um alto preço pela ambiguidade da situação histórica. (FERNANDES: 1982; 27)

A compreensão dos fatores que mais interessam à presente discussão, no entanto, demanda não perder de vista a tarefa de procurar compreender as faces do Direito e do Judiciário no período em estudo. As contribuições de Pereira (2010) são centrais neste tema. Em trabalho comparativo dos regimes militares do Chile, Argentina e Brasil, com base na maneira como cada se vale do aparato legal, o autor destaca a dimensão da legalidade autoritária e do que chama de uma “justiça política” como peculiares ao caso brasileiro. Aqui, a repressão política, respaldada pela Lei de Segurança Nacional, era em grande medida objeto de processos judiciais públicos (não sigilosos), contando com participação de juízes/as e advogados/as civis, e pelos quais as possibilidades de defesa dos/as acusados/as contavam com margem de manobra mais ampla, em comparação aos casos chileno e argentino. Esse recurso se inscrevia num quadro geral de peculiaridades do caso brasileiro que, de certa forma, preservou instituições próprias da democracia representativa, como os poderes Legislativo e Judiciário, bem como um *pseudo* sistema partidário-eleitoral. No entanto, o poder Executivo militar limitava a esfera de atuação dos demais poderes, estabelecendo um sistema bipartidário de oposição “autorizada” e mediante regras fechadas de sucessão (LEMONS: 2005; FERNANDES: 1982).

O padrão geral da repressão realizada no regime brasileiro foi em grande medida respaldado legalmente, marcado por um auto grau de judicialização e pouca ruptura com as



formas jurídicas pré-autoritárias, sobretudo no que tange à dimensão procedimental (PEREIRA: 2010; 35/36). Para o autor,

Os processos por crimes políticos registram a luta do regime para manter o domínio nos níveis prático e simbólico, para expressar seus valores centrais e refutar as crenças dos supostos oponentes, desde os que arriscaram suas vidas pegando em armas contra a ordem estabelecida até os que fizeram algum comentário aparentemente inócuo, interpretado por alguém como subversivo. (PEREIRA: 2010; 38)

A dimensão da legalidade autoritária compreende o amparo legal da repressão, contemplando também a utilização abusiva da legislação vigente por parte dos agentes da repressão, com toda sorte de manipulações e distorções (PEREIRA:2010). O recurso aos procedimentos judiciais coerentes com um estado de direito “em aparência, mas não em substância” (PEREIRA:2010; 54) significava uma tática para perseguir objetivos políticos do regime militar, caros à doutrina da segurança nacional, contudo, sem ignorar a ação clandestina sistemática dos agentes da repressão. Em paralelo às diversas formas de burlar e contornar a legalidade do próprio regime, a judicialização da repressão voltou-se para o disciplinamento comportamental e o conformismo de opinião da população, valendo-se de expediente que individualiza questões caras à coletividade, “transformando as grandes questões de moralidade política em casos aparentemente objetivos de culpa ou inocência” (PEREIRA:2010; 71). Estava aí configurada a “justiça política”.

Ainda, conforme o autor, o recurso à judicialização da repressão pelos militares também inspira legitimidade internacional para o regime, sendo possível pensar que

os processos por crimes políticos talvez consigam aplacar instituições multilaterais, organizações não governamentais, governos estrangeiros, investidores e cidadãos, assegurando que os direitos humanos dos adversários políticos do regime estão sendo respeitados. (...) os processos por crimes políticos são úteis no jogo das relações públicas, do qual todos os regimes participam (PEREIRA: 2010; 71)



O alto grau de judicialização do regime militar brasileiro foi crucial para o projeto Brasil Nunca Mais (BNM), desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo na década de 1980. Com o apoio de advogadas/os que atuavam diretamente na defesa dos presos políticos, a iniciativa do BNM valeu-se dos documentos produzidos pelo próprio Estado, no âmbito dos processos judiciais por crimes políticos, para denunciar o caráter sistemático da tortura enquanto expediente institucionalizado de investigação e repressão na Ditadura. Da mesma forma, uma vez que a imprensa esteve sob censura do regime (sem deixar de considerar também o apoio ao golpe por parte de grandes veículos de jornalismo), já no início da década de 1970, nas correspondências entre os que atuavam na construção do Tribunal Russel II⁵, que até então seria voltado somente ao caso brasileiro, menciona-se que os poucos registros das violências cometidas pelos militares eram justamente os processos judiciais por crimes políticos. Na ocasião da primeira sessão, em 1974, o jurista italiano Salvatore Senese, designado relator do Tribunal, apresentou os resultados de sua análise intitulada “Aspectos Jurídicos da Ditadura Militar instaurada no Brasil de 31 de março de 1964”. Já naquela ocasião o jurista ofereceu uma definição que vem a encontro do que é destacado por Pereira (2010), caracterizando o regime pelo “emprego dos instrumentos legislativos e constitucionais em função puramente administrativa, como instrumento para responder a fatos e acontecimentos contingentes, que colocavam o governo em dificuldade” (SENESE: 2014; 116)⁶.

Tampouco a passagem para a democracia, a partir do processo de abertura política na década de 1980, desmontou por completo o expediente judicial da repressão construído ao longo do regime militar. A marca mais expressiva em torno das permanências quanto à

⁵ FUNDO TRIBUNAL RUSSEL II -1972 a 1976. Série 1. Corrispondenza. 1972. Pastas 02. Arquivo Basso, Documentos Brasil Nunca Mais, Centro de Referência Virtual – Armazém Memória. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspxpasta=&pesq=&bib=ListaArmMemCRV_BNM&pesq=&pesquisa=Pesquisar. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

⁶ Também encontrado em FUNDO TRIBUNAL RUSSEL II -1972 a 1976. Série 3.Documentazione delle Sessioni. 1974. Pasta 05. Arquivo Basso, Documentos Brasil Nunca Mais, Centro de Referência Virtual – Armazém Memória. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspxpasta=&pesq=&bib=ListaArmMemCRV_BNM&pesq=&pesquisa=Pesquisar. Acesso em 03 de abril de 2020.



legalidade autoritária é a continuidade do forte controle operacional pelos militares do aparato de segurança pública, com respaldo na própria Constituição Federal de 1988 (FONTOURA, RIVERO E RODRIGUES: 2009). “Seguir” as disputas em torno do Direito ao longo deste período evidencia a ausência de uma diferenciação nítida entre regime autoritário e democrático, sobretudo no que diz respeito à dimensão da legalidade que sustenta o Estado de Direito. Um outro indicativo deste quadro, e diretamente relacionado ao tema deste artigo, é o fato de que a maior parte da documentação levantada a respeito das sessões ocorridas entre 1986 e 1989 do TNCL e dos TT foi encontrada nos arquivos do Sistema Nacional de Informações (SNI), um dos órgãos do expediente de vigilância do regime autoritário, em pleno funcionamento nos anos iniciais da Nova República⁷.

A análise sobre o curso dos julgamentos por crimes políticos revela-se como uma lente que evidencia como o apoio das elites civis não pode ser traduzido somente como interesse de cunho econômico sobre a realização de regime, havendo um caráter de adesão ideológica que não é de menor importância. Ainda, segundo o autor, o consenso entre as elites civis e militares quanto à conveniência do golpe reverbera para o período democrático dando causa para uma série de entraves para as iniciativas de justiça de transição no país⁸.

O agir político dos/as exilados/as e as redes de solidariedade contra as ditaduras na América Latina: a experiência do Tribunal Russel II

É importante lembrar o clima de contestação que caracterizou o contexto internacional das décadas de 1960 e 1970, havendo grande comoção em torno aos horrores da Guerra do Vietnã, bem como, as lutas pela independência nos continentes africano e asiático, com destaque para as repercussões da Guerra da Argélia, as mobilizações massivas de

⁷ FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – SNI. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - “Memórias Reveladas”. Ligado ao Arquivo Nacional, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Banco de Dados disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

⁸ É o que revela também o relatório “Crimes da Ditadura Militar” do Ministério Público Federal, destacando o arquivamento pelo Judiciário da maioria das ações movidas para responsabilização penal de agentes da Ditadura. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-abr-25/nenhuma-26-denuncias-mpf-ditadura-teve-sucesso>. Acesso em 15/04/2020



estudantes e trabalhadores na Europa e Estados Unidos, as reivindicações de novas identidades coletivas, a Revolução Cubana, etc. A diversidade de conflitos que ganharam a cena pública neste período acabou demandando outras formas de abordagem pelos estudos das ações coletivas. Para Melucci (2001), trata-se de deslocar a centralidade das relações de produção na compreensão dos conflitos políticos, afastando-se de categorias prévias a respeito da identificação dos atores e suas organizações, abrindo caminho para perceber como se constituem novas identidades políticas e suas formas de ação coletiva. Para o autor, tanto as identidades quanto as ações coletivas são constituídas e ativadas ao longo de múltiplas interações que se dão sob planos e significados diversos e enquanto conjunto de fenômenos heterogêneos e fragmentados.

A discussão feita por Ribeiro (2015) denota algumas interações desta efervescência política na cena internacional com o que se passava nas ditaduras então em curso na América Latina. A autora ressalta o ‘exílio’ enquanto categoria analítica que convida a pensar sobre outras faces do agir político, e as múltiplas redes de interação possíveis a partir desta experiência. Seu trabalho documenta alguns episódios que demonstram as tramas pouco visíveis das ações coletivas, discutindo os diferentes modos pelos quais as experiências dos exilados políticos se traduziram de forma determinante na construção de redes de solidariedade internacional de denúncia da violência do Estado nos países latino americanos. Em vista disso, o agir político dos exilados naquele período voltou-se, em grande medida, para a denúncia das violências do regime militar, levando a convergir diferentes correntes da esquerda latino-americana na opção tática de se valer do “poder mobilizador do discurso emergente dos direitos humanos” (RIBEIRO: 2015; 6) para o fim de derrubar as ditaduras.

Como narra Fraudatario (2014), em 1971 militantes brasileiros/as exilados/as no Chile, organizados/as em torno de um comitê para denúncia da repressão no Brasil, encontraram-se com Lelio Basso, jurista e então senador pelo Partido Socialista Italiano. O encontro deu ocasião para entrega de uma “petição inicial” pelo comitê, solicitando instalação de um tribunal de opinião, como fora o Tribunal Russel I, enquanto

una tribuna para tejer solidaridad a nivel internacional (...), órgano de trabajo político y jurídico, de investigación y de denuncia, a partir del caso de Brasil, para luego comprender la complejidad de la violencia institucionalizada que se estaba extendiendo en todo el continente. (FRAUDATARIO: 2014; 310)

Diferente da primeira edição deste tribunal, a provocação e a organização do Tribunal sobre repressão na América Latina contou com participação ativa das próprias vítimas, militantes e organizações de oposição aos regimes autoritários. Ferreira (2016), ressalta a diversidade de organizações que estavam ali representadas, destacando-se, no caso brasileiro, a Vanguarda Popular Revolucionária, o Comando de Libertação Nacional, o Partido Operário Revolucionário Trotskista, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, entre outros.

Foto 1: Registro do corpo de jurados da segunda sessão do TRII, realizada em Bruxelas (Bélgica)



Fonte: Arquivo Lelio Basso, Acervo do Memorial da Anistia. Álbum 4 (disponível em: <http://memorialanistia.org.br/arquivo-lelio-basso/>).

Mimetizando os ritos próprios ao tribunal do júri, através dos depoimentos das vítimas e testemunhas dos crimes cometidos pelos regimes autoritários, o tribunal deu causa para o que Ricoeur (2007) identifica como “representificação” de episódios. Para o autor, o exercício de memória é sempre mediado pelo tempo presente e tem como pressuposto um



referente ausente: o passado. Logo, rememorar é o ato de tornar presente este passado ausente, representificá-lo, o que só pode ser feito a partir de referentes próprios ao instante da ação. Neste sentido, a memória não é, portanto, passível de ‘reproduzir’ ou ‘resgatar’ o passado. Assim, reproduzindo os procedimentos caros à persecução da verdade pela jurisdição estatal, ao narrarem os fatos vividos perante os tribunais de opinião, as/os depoentes possibilitaram um exercício público e coletivo de “representificação” enquanto parte de um repertório de ação voltado à ideia de “promover mudanças relatando fatos” (KECK E SIKKINK: 2007).

O exercício de memória sobre o TRII empreendido pelas autoras leva a pensar que o que se procura demarcar aqui enquanto uma ‘gramática dos direitos’, difundida naquele período, não se deve a uma espécie de *mana*⁹ emanado pelo Direito, como poderia ser atribuído por uma análise “jurídico-centrada”, nos termos da crítica feita por Sigaud (1996). Ora, a recusa à leitura do Direito enquanto mero instrumento de dominação, que o levaria a ser um canal impotente de ação política, não cede lugar à ilusão de sua onipotência, como discutido por Agrikolianski (2010). Trata-se de inscrever o Direito dentre as disputas que conformam a arena política, compreendendo-o enquanto parte do problema, e não como rota solitária a caminho de sua solução. Uma análise sobre o recurso à gramática dos direitos por parte de diferentes campos da esquerda no episódio do TR II não perde de vista a relação com o período em que a atividade é organizada, que no Brasil ficou marcado como o mais violento da repressão: os “anos de chumbo”, sob comando do general Emílio Médici. Não parece descabido pensar que um dos efeitos associados à intensificação da violência por parte do regime tenha alimentado a necessidade de inscrever a luta política em termos que pudessem ser explicitamente afirmados na cena pública, em detrimento do conteúdo político partidário. Voltando à documentação que registra as atividades do TRII, é possível perceber que a convergência de diferentes setores da esquerda não esteve isenta “intrigas e divisionismos”, como confessado por Miguel Arraes, então exilado na Argélia, em correspondência de agosto de 1972 e da qual não se identifica a interlocutora. Na mesma carta, destaca a necessidade de

⁹ Sigaud (1996) se refere à *mana* como “espécie de poder mágico” (p.18) de que o Direito parece se revestir no bojo de análises centradas tão somente no binômio cumprimento *versus* descumprimento das normas jurídicas.



se estudar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, “artigo por artigo”, de modo a demonstrar sua violação sistemática pelos militares no Brasil¹⁰.

A efervescência política das décadas de 1960 e 1970 é atravessada também pela discussão a respeito das potencialidades, limites e contradições associadas aos chamados direitos humanos. Se, por um lado, os episódios de transnacionalização das ações coletivas, como o TRII, revelam que os direitos humanos podem constituir um repositório importante de “símbolos e de uma linguagem própria” – uma gramática, no termos aqui eleitos – conferindo aos atores coletivos “visibilidade externa e identidade interna” (VIEIRA: 2009; 19), por outro lado são evidenciados seus limites, uma vez que historicamente serviram de pretexto para ações de cunho imperialista, tornando-se mote também para reprodução de interesses associados à dominação colonial. Neste sentido, assim como fora no Tribunal Internacional para os Crimes de Guerra, também no TRII chamou-se a atenção para a necessidade de se repensar a ideia de uma esfera pública centrada nos limites do Estado nacional e nos marcos de uma cidadania amparada em direitos individuais. Como inspira Fraser, estes tribunais de opinião demarcam uma disputa em torno de novas condições de legitimidade para incidência na escala transnacional e novos “destinatários para a opinião pública”¹¹ (FRASER: 2014; 21), capazes de perseguir mecanismos de responsabilização numa esfera transnacional, em nome do que então é designado como “direitos dos povos”.

O Tribunal ocorreu em três sessões, de 1974 a 1976, sendo a primeira e a terceira em Roma, e a segunda em Bruxelas. Ao longo de sua organização, a partir de 1971, constituíram-se comitês de apoio em diversos países, formados por um conjunto heterogêneo de organizações (FRAUDATARIO: 2014). O corpo de jurados contou com a participação de personalidades reconhecidas internacionalmente, dos meios literário e científico, como também representantes de diferentes partidos e organizações de oposição aos regimes

¹⁰ FUNDO TRIBUNAL RUSSEL II -1972 a 1976. Série 1. Corrispondenza. 1972. Pastas 01. Arquivo Basso, Documentos Brasil Nunca Mais, Centro de Referência Virtual – Armazém Memória. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspxpasta=&pesq=&bib=ListaArmMemCRV_BNM&pesq=&pesquisa=Pesquisar. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

¹¹ Tradução do original em inglês feita pela autora.



autoritários. Após a escuta de todos os depoimentos e demais provas construídas, os jurados tiveram a responsabilidade de emitir o *veredito*. Ao se deter sobre os modos pelos quais os depoentes elaboraram suas narrativas perante os membros do júri, Ferreira (2016) destaca os efeitos associados ao exercício de “representificação” de episódios traumáticos perante um corpo de jurados e ampla plateia, ressaltando a forte carga simbólica de que a atividade esteve investida devido a esta configuração assumida.

Os tribunais de opinião no repertório das lutas sociais no campo e as “ligações no processo subversivo”

No que diz respeito às faces da repressão política no campo, o modo como esta discussão esteve ou não presente nas sessões do TRII ainda é algo a ser discutido, valendo-se de detida análise dos discursos, testemunhos e sentenças ali produzidos, todos transcritos na documentação do Arquivo Basso¹². Um investimento de trabalho neste sentido deverá ser realizado em atenção ao panorama apresentado em Medeiros (2018), destacando o fato de que as iniciativas de pesquisa e discussão dedicadas aos efeitos do regime militar sobre o campo, compreendendo as especificidades associadas à repressão política no meio rural são ainda hoje minoritárias em comparação àquelas dedicadas aos movimentos de caráter urbano. Isto se deve a uma compreensão estreita de militância política (não abrangendo o engajamento em lutas por permanência e acesso à terra e nem por melhores condições de trabalho) e, consequentemente, de violência política. O que pode ser visto enquanto um certo reflexo da origem social dos exilados, presos e desaparecidos políticos cujas famílias puderam se engajar em redes de denúncia, acessando canais de reivindicação de medidas de justiça de transição. A compreensão do caráter político das violências perpetradas pelo regime militar nos

¹² Neste sentido, um ponto que ainda será analisado em pesquisa é a apresentação de um documento intitulado “Política de Genocídio contra Povos Indígenas no Brasil” na segunda sessão do TRII, em 1975, por parte da Associação de Ex-Presos Políticos Anistiados. O documento teria embasado a construção de uma quarta sessão do TRII, dedicada ao julgamento da violência contra os povos indígenas nos países das Américas do Norte e Latina, e que foi realizado no de 1980 em Rotterdam. No entanto, a documentação desta quarta sessão não se encontra reunida no Arquivo Basso, tendo sido encontradas algumas menções ao material no relatório do Grupo de Trabalho Indígena da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e no Acervo Temático Indígenas, ambos do Armazém Memória.



conflitos agrários, abrangendo formas distintas de participação por omissão e por agência direta do Estado, vem sendo tensionadas através de iniciativas importantes de pesquisa, com destaque para a Comissão Camponesa da Verdade¹³ (CCV), instalada a partir do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, de 2012, de forma a subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (MEDEIROS: 2018).

No presente trabalho, a reflexão em torno da realização dos tribunais de opinião dedicados mais diretamente à questão agrária – Tribunais da Terra e Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio – visa destacá-los enquanto ponto de contato num repertório de ação comum, envolvendo o recurso ao Direito, e que, como o TR II, é realizado a partir de múltiplas redes de interação nas quais a participação de juristas fora de grande importância. Como já discutido, na arena pública transnacional, na qual está inscrita a realização do TR II, a difusão da “gramática dos direitos” nas décadas de 1960 e 1970 foi exercitada em meio as disputas travadas em torno dos limites e potencialidades dos ‘direitos humanos’, promovendo-se a questão da autodeterminação dos povos ao colocar em cena novos sujeitos históricos enquanto titulares de direito no âmbito internacional. Assim como no TR II, a realização dos tribunais dedicados à questão agrária reuniu organizações que divergiam em relação ao recurso ao Direito nas ações coletivas e seu papel nos conflitos sociais. O exercício de memória em torno destes tribunais requer valer-se de algumas considerações sobre estes diferentes usos e perspectivas.

Sob distintas configurações, os usos da lei historicamente marcam presença no repertório de ação dos conflitos agrários, acompanhados de outras formas de mobilização, de cunho massivo ou não institucional. A combinação entre ações de protesto, confronto aberto e

¹³ A versão digital do relatório da Comissão Camponesa da Verdade, de 2014, pode ser acessada em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%202009dez2014.pdf>. Também está disponível a versão digital do relatório da pesquisa “Conflito e Repressão no Campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988), coordenada por Leonilde Medeiros e que subsidiou os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), em: http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf.



desobediência civil e estratégias legais revela, para Agrikolianski (2010), não uma ruptura, mas um *continuum*, um “‘casamento turbulento, mas viável’ entre advogados e militantes radicais” (2010; 240). Em relação às interações destacadas neste trabalho, esse ‘casamento turbulento’ assume expressões diferentes. Medeiros (2019) destaca alguns papéis que o recurso à lei desempenhou ao longo das décadas de 1950 e 1960 no âmbito dos conflitos agrários. Seja respaldando a construção de determinadas categorias políticas – como *posseiros, arrendatários e parceiros* –, ou ainda no papel de conscientização sobre “ter direitos” e perseguir o enquadramento legal das organizações de representação como forma de fomentar o engajamento político por parte dos/as trabalhador/as rurais, e, por fim, através da criação de um certo consenso a respeito da necessidade de uma nova lei regulamentando formas de acesso à terra e que não saiu de pauta mesmo com o golpe militar de 1964.

Como discute Martins (1984), para os militares era necessário esvaziar politicamente os conflitos no campo – perseguindo lideranças e mediadores políticos –, para que o tema pudesse ser tratado enquanto questão de cunho social e econômico, demandando intervenção excepcional do Estado em alguns casos. Pela ótica do regime, o Estatuto da Terra representaria espécie de “(...)válvula de escape que opera quando tensões sociais chegam ao ponto em que podem transformar-se em tensões políticas” (MARTINS: 1984; 34). Por outro lado, a aprovação desta lei em seguida ao golpe, conforme Medeiros (2019), conferiu condições para que o recurso à lei pudesse vir a ser mobilizado, sobretudo pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a partir de sua reorganização no final dos anos 1960, e no contexto adverso do regime militar, que também no campo foi marcado pela repressão de lideranças e organizações políticas. Ora, também aqui, a dicotomia democracia *versus* autoritarismo não se mostra suficiente para compreender o recurso às leis nas ações coletivas.

A vigência do Estatuto da Terra conferiu uma margem de atuação para que, a partir de relatos dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), a Contag reportasse conflitos fundiários envolvendo expulsão de posseiros às autoridades e reivindicasse a aplicação dos instrumentos de cunho distributivista, nos exatos termos legais (MEDEIROS: 2019). Como na



experiência do TR II, o exercício de uma gramática do direito também aqui esteve inserido num contexto de forte repressão das lutas expressas sob viés político partidário, havendo necessidade de se formular as reivindicações em linguagem mobilizadora e que pudesse ser explicitamente afirmada na cena pública.

No decorrer deste período os efeitos das investidas modernizantes – a face principal do mesmo Estatuto, privilegiada pelo pacto civil-militar que ditou a linha política do regime – sobre a diversidade dos modos de vida no campo, bem como a ação da Igreja progressista, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), abriu margem para novos atores emergissem na cena pública enquanto representativos de segmentos da população camponesa (MEDEIROS: 1994; MARTINS: 1984). A partir de 1979, também dão corpo a este contexto as primeiras medidas de abertura política da ditadura que, ainda que conduzidas pelos militares ao modo de uma “liberalização outorgada” (FERNANDES: 1982), abriu caminho para uma certa renovação de parte da institucionalidade estatal em um regime já bastante desgastado. Remontam a este período, entre 1979 e 1981, medidas de abertura como a concessão parcial de anistia política (ainda que com forte caráter de *autoanistia* pelos militares), o reestabelecimento do pluripartidarismo e das eleições diretas para governos estaduais. Neste mesmo clima, novas identidades políticas marcam presença na arena pública, pautando-se por formas distintas de agir político e fazendo outras leituras a respeito do recurso às leis e dos sentidos do Direito nas lutas sociais.

Na esteira do caminho analítico que conduz a presente reflexão, a ótica centrada nas redes de relações demanda fazer algumas considerações antes de apresentar o que aparece como *novidade* na cena política. É importante ter em vista que a capacidade de mobilização coletiva de um grupo depende em grande medida da constituição e ativação de redes diversas de comunicação e troca, a partir das quais o mesmo pode emergir enquanto ator coletivo (DELLA PORTA: 2006). Neste sentido, não há como falar em um novo ator político sem antes pensar um certo *making off* das ações coletivas. Aqui, lanço mão do estrangeirismo para remeter com maior fidelidade ao sentido do termo consagrado por Thompson (1987), mas me atenho também ao que a expressão em língua inglesa sugere correntemente. As redes de



relações ajudam a enxergar o que está “por trás das câmeras”, ou melhor dizendo, o que não é tão evidente na cena pública uma vez que se volta para os modos “submersos” (MELLUCCI: 2001) e cotidianos pelos quais as ações coletivas são inventadas na relação entre múltiplos atores no seu constante fazer-se. O “estado latente” das interações que constituem os atores coletivos é marcado pelo exercício constante de formar, estreitar, suprimir, acionar ou abreviar laços comunicativos com outros atores, a depender da leitura que compartilham da correlação de forças (DELLA PORTA: 2006). As *novas* identidades políticas que emergem nos processos sociais agrários neste período são forjadas num conjunto de *velhas* interações que são a todo tempo tensionadas a avaliar possibilidades de inovação e persistência de suas formas de ação política.

Como vemos em Medeiros (1994), há diferentes matizes e combinações entre as críticas à lei e as formas de ação políticas dos atores coletivos em cena neste contexto. No entanto, feitas as considerações sobre uma certa contiguidade e uma arena de atuação comum aos *velhos* e aos *novos* atores que interessam à pesquisa, para fins de melhor ilustrar a presente discussão, procurarei traçar o teor das diferentes leituras sobre o recurso ao Direito a partir de alguns destes novos atores. Os destaques são feitos aqui em termos gerais, visto que esta é uma questão ainda a ser aprofundada ao longo da pesquisa, e considerando os atores coletivos que estiveram presentes nos episódios dos tribunais em estudo.

Destaca-se, no contexto em estudo, a leitura do Estatuto da Terra que era feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que se notabilizou ao longo da década de 1980 por dirigir suas demandas ao Estado através do exercício de pressão direta, a partir de ocupações e acampamentos massivos. Neste período, a identidade política dos autodenominados “sem terras” marca presença publicamente chamando atenção para o baixo número de desapropriações conquistadas nos termos do Estatuto da Terra. Em linhas gerais, ao longo dos debates em torno da Proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, posicionaram-se a favor de uma nova lei, através da qual fosse viável a realização de uma reforma agrária massiva (e não somente nas ‘áreas de conflito’, como nos termos do Estatuto da Terra) e sob controle dos/as trabalhadores/as. Ainda, uma crítica semelhante ao



Estatuto da Terra era então feita pelas chamadas “oposições sindicais”, que se opoñdo às concepções sobre formas de ação da Contag, articularam-se na construção do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNRT, da Central Única dos Trabalhadores – CUT (MEDEIROS: 1994).

Para Martins (1984), tanto a nova identidade dos *sem terras*, como também os episódios localizados envolvendo os chamados *posseiros* lançam luz sobre conflitos que tem um caráter mais diversificado do que aqueles em torno da exploração das relações de trabalho no campo. Ao questionarem de modo central as relações de domínio privado sobre a terra, os embates envolvendo as categorias de sem terras e de posseiros, de modo geral, evidenciam os limites da rotina de negociação, cara à atuação sindical. Em linhas gerais, é sobretudo no bojo destes conflitos que se tornam mais expressivas a leitura religiosa, trazida pela Teologia da Libertação, sobre o direito à terra, ao trabalho e à justiça, e que em grande medida confere respaldo político para a defesa de determinadas instituições e valores já cultivados de modo mais ou menos disperso, pois que decorrentes de uma experiência cotidiana comum – o que Thompson (1987) denomina como uma “economia moral”. Ainda, o registro sistemático e a veiculações de denúncias da violência no campo, agravada neste contexto, também se deve em grande medida à atuação das Igrejas progressistas, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde 1985 passou a publicar anualmente um levantamento dos conflitos no campo, destacando as formas de violência contra trabalhadores/as rurais e seus mediadores políticos, bem como o número de vítimas e de famílias atingidas.

Ainda no conjunto dos atores presentes nos tribunais em estudo, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) exemplifica o modo como a luta política forjada em torno da defesa de uma “economia moral” não se fecha para possibilidades criativas que decorrem de um dado desarranjo, abrindo-se também para gestar a partir daí novos valores e novas formas de ação coletiva. No que diz respeito ao recurso ao Direito, em termos gerais, a mobilização dos seringueiros no contexto que se segue à intensificação do avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia – frente que mereceu especial atenção na ótica militar da questão agrária – opunha-se ao modelo único de reforma agrária do Estatuto da Terra. Sua luta



evidenciou a necessidade de um ideário de reforma agrária vinculado com a questão ambiental e que contemplasse as especificidades locais e a centralidade da atividade extrativa em áreas de uso comum, pautando-se então pela edição de nova lei (MEDEIROS: 1994).

No que pesem as divergências, houve iniciativas de busca de agendas comuns, a serem mobilizadas em momentos decisivos politicamente. Uma das expressões deste esforço foi a Campanha Nacional da Reforma Agrária (CNRA), lançada em 1983, em cuja articulação notabilizou-se o Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (IBASE). Também a reunião de diferentes forças políticas em torno da Assembleia Constituinte, em grande medida, significou para as organizações representativas dos/as trabalhadore/as do campo uma nova chance de pautar a redistribuição fundiária como demanda cara à democratização da sociedade.

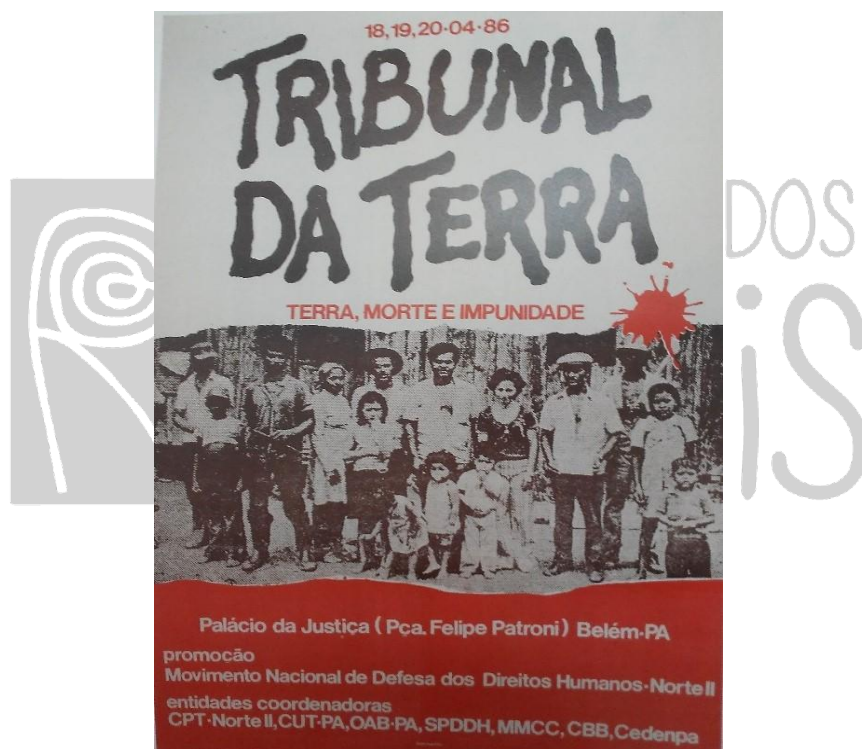
A realização dos TNCL e TT se deu em meio às interações que dão corpo a este contexto, reunindo diferentes entidades representativas do campo – e, conseqüentemente, diferentes perspectivas sobre o recurso ao Direito nas ações coletivas – em torno de pautas comuns. Na dinâmica de acordos e desacordos entre as entidades que construíram estes tribunais de opinião, alguns detalhes podem ser destacados a partir de um breve contato com a documentação levantada. Destaca-se, neste primeiro momento, o recurso à *forma* tribunal voltando-se para identificar os elos entre determinados fatores e atores como responsáveis pelo aumento da violência no campo, pela impunidade de seus agentes, bem como outros efeitos sociais perversos das investidas da “modernização conservadora” (DELGADO: 2010) no campo. Assim como o TRII, embora valendo-se de ritos próprios ao campo jurídico, nos tribunais TT e TNCL o corpo de jurados é constituído também por personalidades cuja legitimidade deriva da arena pública, ou seja, de instâncias externas ao Direito.

A primeira sessão do Tribunal da Terra de que temos notícia até o momento foi realizada em 19 de abril de 1986 em Belém/PA. A ficha do informe sigiloso produzido pelo SNI ilustra a diversidade dos atores que organizaram a atividade, ocorrida no auditório do Tribunal de Justiça do estado do Pará, entre eles o Movimento de Mulheres do Campo e da



Cidade (MMCC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁴. No corpo de jurados destaca-se, além de pessoas ligadas às entidades organizadoras, a presença de uma militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC). Neste documento, a narrativa dos militares sobre o episódio dá pistas sobre o expediente de vigilância ainda em ação naquele momento, procurando mapear as redes de militantes “ex-exilados” de organizações que haviam sido cassadas na Ditadura e de organizações comunistas de outros países, elencando oito indicadores de “Ligações no Processo Subversivo” a serem aferidos no evento.

Foto 2: Cartaz do Tribunal da Terra, de Belém/PA



Fonte: Livro “Sem Terra em Cartaz” (MST, 2019)

¹⁴ Ficha de informe sigiloso, código: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_86005793_d0001de0001. FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – SNI. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - “Memórias Reveladas”. Ligado ao Arquivo Nacional, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Banco de Dados disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 15 de setembro de 2019.



Numa segunda sessão nota-se também a ausência da Contag e a diversidade de atores sociais. O Tribunal da Terra realizado em 27 de junho de 1986 na cidade de Guarulhos/SP, segundo o informe do SNI, destaca-se entre os organizadores o Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Padre João Bosco Burnier” e o Centro do Trabalhador para a Defesa da Terra “Paulo Canarin”, contando com apoio da Diocese de Guarulhos, Centro Santos Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e CPT/SP. Também merece destaque a composição do corpo de jurados, que reuniu representantes da CUT/SP, da OAB/SP, do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos do Cone Sul e da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA). No ‘banco dos réus’ estavam tanto o ‘latifúndio’, o Governo Federal e o I PNRA. O rol de testemunhas de acusação também revela pontas da malha diversa que construiu o episódio: um trabalhador ‘bóia-fria’ (como são chamados os assalariados rurais temporários no estado de São Paulo) do município de Leme/SP, uma representante da CPT da região do Araguaia/Tocantins, presidente do diretório do Partido dos Trabalhadores de Augustinópolis/GO e o advogado dos padres franceses que haviam sido expulsos da região do Araguaia pelos militares. O quadro geral da violência no campo foi reforçado em todas as falas, insistindo em que a política agrícola da Nova República, o I PNRA, ao ser acossada por velhos interesses não reunia condições de enfrentar o problema, revelando-se também uma face da violência contra os trabalhadores do campo, não alcançados pelo crescimento econômico do país.¹⁵

É interessante perceber as disputas em torno do tema da violência no campo, valendo-se do que aqui está sendo destacado como uma gramática dos direitos para estender os significados de violência para além de sua expressão física – como assassinatos, torturas, expulsões e ameaças. A construção das narrativas que deram ensejo à condenação dos réus revelam o modo como os atores sociais teciam relações entre as perseguições e prisões políticas de lideranças sindicais com respaldo na Lei de Segurança Nacional, a omissão,

¹⁵ Ficha de informe sigiloso, código: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_86018647_d0001de0001. FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – SNI. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - “Memórias Reveladas”. Ligado ao Arquivo Nacional, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Banco de Dados disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 15 de setembro de 2019.



convivência e/ou participação direta do Estado nos assassinatos cometidos em favor de grandes fazendeiros nos conflitos fundiários, e a ausência de políticas públicas para o acesso à terra e condições de produção para os posseiros, arrendatários e pequenos agricultores – perfazendo faces conexas da mesma ‘violência no campo’.

Uma terceira sessão fez parte da programação do II Congresso Nacional da CUT, com o nome “Tribunal da Terra: a tragédia e a farsa da violência no campo”, realizada no dia 01 de agosto de 1986 na cidade do Rio de Janeiro/RJ¹⁶. Dentre os episódios analisados, este é o primeiro em que consta a presença do jurista Tomás Miguel Pressburger¹⁷ atuando enquanto advogado de acusação. O advogado era membro do Instituto de Apoio Jurídico Popular (IAJUP), ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, ONG que junto com a própria CUT, mas também IBASE, CONTAG, ABRA, CPT, CIMI, MST, entre outras organizações, construía a Campanha Nacional pela Reforma Agrária – CNRA. No mesmo mês, na data de 08 de agosto de 1986, a própria CNRA lança a carta de constituição do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, investido da tarefa de,

(...) a luz das normas de justiça, proceda a apuração, análise e determinação dos diversos níveis de responsabilidade e culpabilize os delinquentes.(...) As sentenças prolatadas serão substanciadas no Direito comum e no Direito dos povos, desde já sendo atribuída ao Tribunal necessária competência para encaminhamento de suas decisões às instâncias judiciárias nacionais e internacionais (Fajardo: 1988; 5).

Por sua vez, as quatro sessões deste tribunal de opinião, em Brasília/DF (1987), Salvador/BA(1987), São Paulo/SP (1989) e Porto Alegre/RS(1992), debruçaram-se sobre o

¹⁶ Ficha de informe sigiloso, código: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86058673_d0001de0001.FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – SNI. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - “Memórias Reveladas”. Ligado ao Arquivo Nacional, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Banco de Dados disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

¹⁷ Miguel Pressburger foi advogado popular. No pré-golpe de 1964 foi militante das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro. Com o golpe, aderiu à Vanguarda Popular Revolucionária e esteve preso entre 1969 a 1973. Em 1978 passa a advogar para a Comissão Pastoral da Terra – CPT, e em 1985 cria o Instituto do Apoio Jurídico Popular – IAJUP. Também se notabiliza por ser um dos idealizadores da corrente crítica do Direito Insurgente, junto com outros juristas. Disponível em: <http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/2011/03/thomaz-miguel-pressburger-presente.html>. Acesso em 17/04/2020.



que entendiam ser “casos exemplares”¹⁸ de assassinatos ocorridos em razão de conflitos agrários, trazendo documentos de instâncias oficiais, como inquéritos, registro de ocorrência e laudos periciais, para o conjunto das provas da impunidade dos assassinos e mandantes. Outras sessões designadas como Tribunal da Terra foram realizadas neste período, nos estados do Mato Grosso do Sul (1987), do Espírito Santo (1987), Minas Gerais (1987) e Maranhão (1993), construídas em maior medida por organizações de alcance local. Em todas elas, é central a participação de juristas com afinidades políticas aos demais atores presentes, o que, como discutido em Medeiros, denota a importância do domínio das regras próprias ao campo e a capacidade de utilizá-las tanto no sentido de evidenciar as contradições sociais, mas também “na criação de narrativas, fertilização dos sentimentos de injustiça e sua tradução em termos legais (...), ajudando a inventar novas possibilidades que podem ser transformadas em lei, por pressão dos próprios movimentos” (MEDEIROS: 2019; 110).

Ainda, dentre as interconexões destacadas, um último episódio merece destaque. A partir da repercussão das sessões do TR II, os juristas ali engajados idealizaram o Tribunal Permanente dos Povos – TPP, lançado em 1979 após a morte de Lelio Basso, seu principal entusiasta. Esta iniciativa procura se constituir enquanto um canal permanente de denúncias, dada a continuidade das violências cometidas pelo Estado ao longo dos regimes democráticos. A primeira sessão do TPP realizada no Brasil se deu em 1990, no Rio de Janeiro/RJ, provocada pelas mesmas organizações mobilizadas em torno das sessões do TNCL, e se debruçou sobre as práticas sistemáticas de violência contra “povos indígenas, trabalhadores rurais, menores, populações periféricas e carcerárias”, denunciando os mecanismos de impunidade que estruturam a democracia no Brasil¹⁹. A sessão foi coordenada por Miguel

¹⁸ Os casos selecionados foram casos emblemáticos, que ganharam repercussão enquanto reveladores da impunidade sobre os crimes políticos no campo. Entre eles, por exemplo, o assassinado da liderança sindical de Alagoa Grande/PB, Margarida Maria Alves, em 1983; e também do advogado do sindicato rural de Santa Maria da Vitória/BA, Eugênio Lyra, em 1977, entre outros. (Fajardo: 1988).

¹⁹ TRIBUNALE PERMANENTE DEI POPOLI. Pasta 02 – Sessioni. Arquivo Basso, Documentos Brasil Nunca Mais, **Centro de Referência Virtual – Armazém Memória**. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspxbib=DocBNM&PagFis=27743&Pesq=procesos%20judiciales>. Acesso em 08 de abril de 2020.



Pressburger, e contou com um corpo de jurados formado pelo sociólogo José de Souza Martins, pelos juristas brasileiros Nilo Batista, Hermann Baeta, Eliana Athayde e Artur Lavigne, e os juristas italianos Salvatore Senese e Luigi Ferrajoli.²⁰

Considerações finais

O artigo foi ocasião para um exercício de aproximação com as interações que dão corpo ao período histórico em estudo, dando oportunidade para se evidenciar o modo como o recurso ao Direito nas lutas sociais não pode ser traduzido de maneira unívoca e tampouco centrada na incidência direta com o Poder Judiciário. Os tribunais populares ilustram usos do Direito que perpassam concepções distintas de *justiça*, e que mesmo encenando ritos próprios à jurisdição estatal, voltam-se para confrontá-la. A discussão sobre os usos do Direito pelos militares também revela pistas sobre a importância do elemento simbólico do poder, mesmo por parte de um regime autoritário, que ao seu modo também *encena* o estado de direito.

Diante desse quadro, a discussão deixa em aberto a questão da forma *tribunal* assumida pelas ações de reivindicação dos atores sociais que construíram o Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio e os Tribunais da Terra, trazendo pistas para pensá-los desde uma cena internacional. Ao buscar aproximar as experiências dos tribunais destacados, a reflexão sugere alguns elementos para se pensar processos associados à difusão de uma gramática dos direitos. Neste sentido, os tribunais destacam-se por um uso da lei que extrapola seu conteúdo e volta-se especialmente para os ritos a ela associados.

A ótica das interações constitutivas das ações coletivas permitiu enxergar alguns traços importantes do contexto político dos tribunais populares em estudo, iluminando alguns contornos das redes entre atores coletivos mobilizados em torno às pautas da questão agrária e

²⁰ NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO – NMSPP – CPDA/UFRRJ. Setor Documentação, Conjunto Organizações Não Governamentais, Série Instituto de Apoio Jurídico Popular, Dossiê Tribunal Permanente dos Povos.(MSPP.org,IAJUP.tpp).



de denúncia das violências do regime militar. Considerando que a origem da grande maioria da documentação sobre os tribunais TT e TNCL encontrada é proveniente do Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), tal aproximação me pareceu significativa para avançar na compreensão do repertório de ação coletiva que caracteriza o período em estudo. Segue em aberto um esforço no sentido de se depurar a narrativa militar sobre os episódios, considerando o seu interesse em mapear as “ligações no processo subversivo” que emergem dos julgamentos simbólicos e uma vez que, conforme a abertura política foi conduzida pelo regime sem abrir mão do trato da questão agrária como tema de Segurança Nacional.

Por fim, uma vez que é no solo da distância temporal entre o/a intérprete e os fatos que germinam as possibilidades de interrogar e interpretar o passado (GADAMER: 2003), a discussão sobre as interações entre Direito e sociedade no período estudado confere subsídios importantes para problematizar uma possível qualificação do recurso às leis no repertório de ação coletiva após a redemocratização. Assim, a expressão jurídica do pacto civil-militar que deu cabo ao regime autoritário, se não impede de se pensar nos contornos de uma possível revitalização da arena do Judiciário enquanto instância de luta política – debate bastante caro à década de 1990 – tampouco deve ser ignorada na reflexão sobre a transição democrática.

Bibliografia citada

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** In: Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set/dez. 2011, p. 52-84.

AGRIKOLANSKI, Eric. **Les usages protestataires du droit.** In: FILLIEULE, Olivier; _____; SOMMIER, Isabelle. *Penser les mouvements sociaux.* Paris: LaDécouverte, 2010.

ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** Revista Sociologia e Antropologia, v.2, n.3, p. 21-41. Rio de Janeiro: PPGSA, 2012.



CEFAÏ, Daniel. **Los Marcos de la Acción Colectiva. Definiciones y Problemas.** In: NATALUCI, A.(ed.). Sujetos, movimientos y memorias. Sobre los relatos del pasado y los modos de confrontación contemporáneos. La Plata: Al Margen, 2008. p. 49-79

DELGADO, Nelson. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula.** In: _____ (org.). *Brasil rural em debate.* Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

DELLA PORTA, Donatella. **Individual, Networks and Participation.** In: _____. DIANI, Mario. Social movements. An introduction. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

FAJARDO, Elias. **Em julgamento: a violência no campo.** Petrópolis: Vozes/Iajup/Fase, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1982

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **O Tribunal Russel II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil.** In: Revista Internacional de Direitos Humanos, v.4, n.2, p.93-110. Bauru, jul./dez., 2016.

FONTOURA, Natália; RIVERO, Patrícia; RODRIGUES, Rute. **Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: Continuidades e perspectivas.** In: Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. v.03, n.17. IPEA: Brasília, 2009.

FRASER, Nancy. **Transnacionalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post westphalian world.** In: NASH, Kate (ed). Transnacionalizing the public sphere. Cambridge: Polity Press, 2014. p. 8-42.

GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.



KECK, Margareth; SIKKINK, Katheryn. **Historical precursors to modern transnational social movements and networks.** In: GUIDRY, John; KENNEDY, Michael; ZALD, Mayer. (eds.) *Globalization and social movements.* Michigan: The University Press, 2007.

LEMOS, Renato. **Ditadura militar, violência política e anistia.** Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História. Londrina, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** Lua Nova, São Paulo, n.76, 2009.

MEDEIROS, Leonilde. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões.** Cadernos temáticos, nº1. Rio de Janeiro: Ibase, 1994. 64 p.

_____. **Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas.** Revista Mundos do Trabalho, v. 4, n. 7, p. 7-31, jan.-jun. 2012

_____. (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. **Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais.** In: LEITE, Sérgio; BRUNO, Regina. *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI.* Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 107-128.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Sem Terra em Cartaz.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.



PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **A resistência à ditadura civil-militar brasileira e as redes transnacionais de solidariedade (1964 – 1985).** In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores – velhos e novos desafios. Florianópolis/SC, 17 a 31 de julho de 2015.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007

SENESE, Salvatore. **Aspectos Jurídicos da Ditadura Militar instaurada no Brasil em 31 de março de 1964.** In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (orgs.). Brasil, Violação dos Direitos Humanos – Tribunal Russel II. (Reedição do original italiano, 1975). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SIGAUD, Lygia. **Direito e coerção moral no mundo dos engenhos.** In: Revista Estudos Históricos, n.18, 1996. 29 p.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2 ed. (Vol. 1 e 3).

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-junho de 2010, pp. 133-160

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina e a “globalização da esperança”: estudo sobre lutas rurais na escala internacional.** Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2009.



Considerações sobre o sistema machista-patriarcal e a problemática da violência contra as mulheres no campo a partir de uma perspectiva regional

Lízia Maria Silva Martins¹

Nadja Maria Gomes Murta²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer algumas reflexões teóricas iniciais acerca da pesquisa do Programa de Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM), intitulada “O enfrentamento à violência contra as mulheres no campo: Análise das percepções de trabalhadoras rurais em posição de liderança de seis municípios do Vale do Jequitinhonha” em Minas Gerais. O artigo se estrutura em dois eixos centrais: 1) Elementos basilares do sistema machista-patriarcal; e 2) Reflexões acerca da problemática da violência contra as mulheres no Vale do Jequitinhonha, trazendo alguns dados da violência doméstica e familiar contra as mulheres, destacando os registros de feminicídio e apresentando considerações iniciais acerca da pesquisa de campo. Uma dimensão constitutiva do trabalho perpassa pela análise das bases do sistema machista-patriarcal, evidenciando o papel da família monogâmica como unidade reprodutora das relações de poder sob uma perspectiva machista, reforçando estereótipos construídos sobre os homens e mulheres dentro da unidade doméstica, como também nos espaços públicos. Pelo fato do nosso cenário de análise perpassar o meio rural, como espaço de construções de relações sociais de dominação em várias dimensões, de classe, de gênero e de raça, torna-se fundamental analisar as particularidades das relações sociais no campo no Vale do Jequitinhonha. É importante analisar o fenômeno da violência na vida das mulheres, como se estrutura as suas raízes e as estratégias para o enfrentamento no cotidiano. Faremos uma análise sobre a violência contra as mulheres no território que vivemos, pensamos e sentimos: o Vale do Jequitinhonha. Nesse sentido, será feito uma reflexão sobre os dados obtidos da pesquisa de campo, acerca do cenário da violência doméstica no meio rural a partir da visão das entrevistadas. Além de

¹ Graduada em Serviço Social pela UFVJM/Campus Mucuri. Especialista em Estudos Latino-Americanos pela UFJF/ENFF. Mestranda em Estudos Rurais pela UFVJM/Campus Diamantina.

² Nutricionista pela UFV. Mestre em Gerontologia Social pela PUC/SP. Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora do Departamento de Nutrição e dos Mestrados: Em Estudos Rurais e em Saúde, Sociedade e Ambiente da UFVJM;



trazer indicativos dos desafios e das estratégias para o enfrentamento dessa problemática.

Palavras-Chave: Mulheres, Violência, Campo.

ELEMENTOS BASILARES DO SISTEMA MACHISTA-PATRIARCAL

O patriarcado se constitui anterior à gênese do capitalismo. Para isso é preciso analisar as etapas de desenvolvimento da humanidade, na relação homem e natureza. Além disso, buscar entender o processo de formação do que consideramos ser família, conforme os períodos históricos, destacando o papel do matrimônio nesse processo.

Questões relevantes acerca do tema são apresentadas em: “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Friedrich Engels (2012), na qual o autor caracteriza os níveis de desenvolvimento da sociabilidade humana, na relação com a natureza e com demais seres vivos. Nesse sentido, pode-se considerar:

[...] *Estado selvagem* – período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para serem utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação; *Barbárie* – período em que aparecem a criação de gado e a agricultura; e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano; *Civilização* – período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte. (ENGELS, 2012, p.44)

No estado selvagem um marco importante foi a invenção do arco e da flecha, principalmente para prática de caça de animais. Na etapa da barbárie, um elemento preponderante se deu com a domesticação dos animais e o cultivo de plantas, que possibilitou o início da agricultura. Além disso, com o desenvolvimento da cerâmica e da fundição do minério de ferro, juntamente com o uso de pedras e tijolos, possibilitou a realização de construções e da criação da espada de ferro. A terceira fase, a etapa da civilização, possibilitou o estabelecimento da escrita, dando



um significativo salto nas formas de comunicação, além de construir uma relação de total controle da natureza para a produção de meios de subsistência. Período de desenvolvimento da arma de fogo e de criação da arte como manifestação de expressão da cultura e das relações comportamentais.

Na etapa da civilização temos o modelo de família monogâmica, em que a relação conjugal tem por centralidade as relações econômicas, servindo de base para a reprodução da família objetivando garantir a herança e continuidade do poder constituído pela figura do pai. Neste modelo de família, as relações de desigualdade e dominação de gênero são evidentes e legitimadas:

[...] Quanto à mulher legítima, exige-se ela que tolere tudo isso e, por sua vez, guarde uma castidade e um fidelidade conjugal rigorosas. É certo que a mulher grega da época heróica é mais respeitada que a do período civilizado; todavia, para o homem, não passa, afinal de contas, da mãe de seus filhos legítimos, seus herdeiros, aquela que governa a casa e vigia as escravas – escravas que ele pode transformar (e transforma) em concubinas, à sua vontade. A existência da escravidão junto à monogamia, a presença jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, *ao homem*, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia que é monogamia *só para a mulher*, e não para o homem. E, na atualidade, conserva-se esse caráter. (ENGELS, 2012, p. 84)

Essa citação elucida claramente a intencionalidade pela qual se forjou o modelo de família monogâmica. Em um período que a propriedade coletiva e primitiva dos bens naturais, da terra, dos alimentos, dos animais, foi substituída pela propriedade privada, necessária para a reprodução da vida e pela garantia dos meios de subsistência sem afetar o poder paterno. Para garantir a manutenção desse tipo de família foi necessário contar com um aparato cultural, ideológico e moral que sustentasse um perfil de conduta da mulher, na qual seus corpos e sua sexualidade estivessem a serviço do marido. Todo esse processo é acompanhado da sacralização da sua castidade e a naturalização da infidelidade do esposo, junto às práticas de adultério e prostituição, como direitos permitidos a ele. Tudo isso



reforçando o papel das mulheres voltado para os cuidados da casa e dos filhos de modo a dedicar sua vida ao ambiente doméstico da família.

Em síntese, podemos considerar, segundo Engels, que:

[...] A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por heranças, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso, era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constituiu o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada, deste. (ENGELS, 2012, p. 99)

A partir dessa consideração do autor, compreendemos que o tipo de família monogâmica tem objetivo claro de existir e de se reproduzir, vindo a se constituir nos marcos da conformação da propriedade privada, advindo do sistema patriarcal, desde o feudalismo e consolidando no sistema capitalista. O que não quer dizer que as relações de dominação se limitam somente à esfera da propriedade privada, sabemos que as relações de poder dos homens sobre as mulheres vão para além da esfera doméstica.

Nesse sentido, os elementos basilares do patriarcado são evidenciados com objetivo econômico, e se arquiteta a partir de um conjunto de interesses religiosos, morais e culturais, ditando o comportamento e os papéis atribuídos às mulheres, que são de submissão e de servidão. Esses elementos trazem muito fortemente a reflexão acerca da função do casamento e o controle da sexualidade feminina, ao longo da história.

Devido ao caráter reprodutor da mulher, enquanto geradora da vida, foi construído um imaginário de atribuições voltadas para as tarefas de cuidados com o ambiente doméstico. O que envolve os filhos e a gestão da casa, que carregava competências essenciais para reprodução da vida humana. Tanto no sentido de procriação dos seres humanos, quanto na dimensão de garantir de questões básicas



(ter roupa limpa, alimento, etc.) para o trabalhador estar em condições de realizar seu ofício.

Todo esse cenário construído há séculos impõe a construção de um imaginário social de que as mulheres são vistas como limitadas a atuar na esfera da vida privada. Tarefas essas não valorizadas e ao mesmo tempo extremamente necessárias para a reprodução do capital. Para Saffioti,

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013, p 67)

A construção do imaginário social da mulher como responsável pelas tarefas de âmbito privado, e aos homens a responsabilidade da esfera pública sendo legitimado pelos ditos aparelhos privados de hegemonia³, a religião, o sistema de legislação jurídica, a educação, fez com que gerasse no capitalismo um processo de desvalorização das mulheres no plano da formação da consciência social e no plano das relações mais práticas, uma inserção periférica e subalterna no sistema de produção de mercadorias e geração de riqueza.

Com isso percebemos o significado profundo da Divisão Sexual do Trabalho como elemento fundante para a manutenção do patriarcado e para a reprodução das relações sociais de poder, dominação e exploração.

Esse cenário coloca constantes desafios para a inserção da mulher no mercado de trabalho, seja pelas dificuldades de contratação, seja pela falta de

³ Mecanismos de reprodução da visão hegemônica da estrutura social, a partir da defesa da manutenção da ordem social vigente, por exemplo, a mídia, o sistema educacional, a religião.



incentivo do estado em coletivizar as tarefas domésticas. Isso vem de encontro ao que Saffioti (2013) salienta ao pontuar os obstáculos que o sistema capitalista impõe para a realização da mulher de forma libertadora tanto na esfera de trabalho, quanto na espera de direitos e de liberdade perante suas escolhas e decisões.

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA ABORDAGEM REGIONAL

A violência contra as mulheres é uma problemática de toda a sociedade, sendo uma das principais manifestações da existência do patriarcado, fruto das desigualdades de gênero. Para Saffioti,

A violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é sua rotinização (Saffioti, 1997c), o que contribui, tremendamente, para a codependência e o estabelecimento da relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu 'destino' assim o determina. (SAFFIOTI, 2015, p. 90).

No país, a partir da Lei Maria da Penha (11.340/2006), foram instituídos cinco tipos básicos de violência contra as mulheres: a violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, acometidas em âmbito doméstico, em relações íntimas de afeto. Não se limitando em acontecer somente com relacionamentos entre mulher e marido, namorado e namorada, mas também na relação do pai com a filha, do filho com a mãe e com um casal lésbico.

Torna-se fundamental compreender o fenômeno da violência contra as mulheres como uma questão de ordem estrutural, ou seja, não são casos individuais e pontuais, mas sim, diz da forma de organização da sociedade. Nesse sentido, estando presente nas desigualdades salariais e nas condições de trabalho, nas disputas político-partidárias, e em propagandas comerciais. Por isso, para pensar o



seu enfrentamento é fundamental fortalecer políticas públicas que atuam de modo transversal e integrado enquanto rede.

Em âmbito nacional foi construída a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que aprofunda o conceito de enfrentamento, compreendendo-o de forma conjugada, abarcando iniciativas que desconstruam os padrões sexistas, que promovam o empoderamento das mulheres, que invista na qualificação e no aperfeiçoamento profissional. De modo que articule as dimensões essenciais para a atuação: a prevenção, o combate, a punição e a proteção, compreendendo que não basta somente punir o agressor e tentar proteger a vítima, é preciso também atuar na desconstrução das masculinidades que reforcem padrões de opressão e dominação. Tudo isso, pautando sempre a unidade e articulação entre os órgãos das redes de enfrentamento.

Segundo informações do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, na qual traz dados do ano de 2018, temos uma média de a cada dois minutos uma mulher registra um boletim de ocorrência de crimes previstos na Lei Maria da Penha e uma média de 180 vítimas de estupro por dia. Esse é um recorte da agravante situação da violência contra as mulheres no Brasil, estando presente também em região do Vale do Jequitinhonha, que só nos últimos três meses de ano de 2020 tiveram quatro feminicídios⁴ com maior repercussão.

O território que analisamos é o Vale do Jequitinhonha, no nordeste mineiro, uma região afetada diretamente pelas desigualdades sociais e por uma relação histórica de diferença de investimentos dos governos estaduais e federais em comparação com as outras regiões do estado (Triângulo Mineiro, Central/metropolitano e Sul de Minas). No entanto, possui uma particularidade

⁴ Esses casos de feminicídio que aconteceram na região foram alguns que tiveram uma maior repercussão, acredita-se que não seja expressão da totalidade. Uma vez que, nem todos os casos são notificados e nem possui uma visibilidade no processo de denúncia e busca pela punição.



fundamental que diz do seu processo de identidade enquanto região, que são os elementos culturais.

Em relação aos dados de violência contra as mulheres na região do Vale do Jequitinhonha, trazemos um demonstrativo elencando os dados de seis municípios da região, sendo dois de cada microrregião (alto, médio e baixo Jequitinhonha). A escolha dos municípios foi por considerar o número de habitantes e o fato de serem sede de comarca, abrangendo a atuação de órgãos regionais do sistema de justiça (Ministério Público e Fórum de Justiça) e da segurança pública (polícia civil, já que Polícia Militar há em todas as cidades). As informações foram colhidas no Relatório Técnico dos Diagnósticos semestrais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais da Polícia Civil dentre o período de 2018 a 2020. No referido documento há dados gerais de violência doméstica e de crimes de feminicídios (registros tentados e consumados).

Segue a tabela abaixo com uma síntese dos dados dos seis municípios selecionados em relação aos crimes de violência doméstica e família contra a mulher.

Quadro 1: Dados de violência doméstica e familiar contra a mulher em seis municípios do Vale do Jequitinhonha

Microrregião	Município	Indicadores	População Feminina Estimada*/ Dados de violência doméstica			
			2018	2019	2020	Total
Baixo Jequitinhonha	Almenara	População	20.448	20.547	20.649	
		Registros de casos	378	416	419	1213
Baixo Jequitinhonha	Jequitinhonha	População	12.383	12.421	12.461	
		Registros de casos	264	210	191	665



Médio Jequitinhonha	Araçuaí	População	18.485	18.487	18.484	
		Registros de casos	303	294	319	916
Médio Jequitinhonha	Medina	População	10.522	10.495	10.469	
		Registros de casos	100	146	157	403
Alto Jequitinhonha	Capelinha	População	19.413	19.103	19.233	
		Registros de casos	323	323	353	986
Alto Jequitinhonha	Diamantina	População	24.583	24.648	24.714	
		Registros de casos	607	625	560	1.792
Quant. Total por ano e total geral			1.975	2.014	1.999	5.975

Fonte: Dados de violência colhidos no Relatório Técnico da Polícia Civil de Minas Gerais. Dados da população feminina colhidos no DataSUS/Ministério da Saúde. Dados compilados pelas autoras.

Ao analisar esses dados que são de um período recente, no caso dos últimos três anos, percebemos o quanto a violência é cotidiana e recorrente. Dentre o universo dos municípios analisados, Diamantina é o que possui maior número de registros, seguido de Almenara, Araçuaí, Capelinha e posteriormente Jequitinhonha e Medina.

Ao analisar o total anual, o ano de 2019 apresentou os maiores registros dos casos de violência contra as mulheres. No universo dos municípios em análise, Diamantina, é o que possui com maior número habitacional e o maior número de registros dos casos. Sendo válido considerar que é um município que possui uma rede de enfrentamento articulada entre os órgãos do poder público e da sociedade civil. No que refere aos serviços especializados da Polícia Civil, Diamantina e Capelinha são os únicos municípios do Vale do Jequitinhonha que possui Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher. Em relação ao aumento de registros entre 2018 e 2019, metade dos municípios teve aumento dos registros e a outra metade



ocorreu uma leve diminuição. E no intervalo de tempo entre 2019 e 2020, somente dois dentre os seis municípios em análise, diminuíram o número de registros.

No que refere a estruturação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, os seis municípios construíram articulações para criar o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, porém nem todos estão com uma atuação ativa. É importante considerar que todos os seis municípios analisados possuem desafios para fortalecimento do trabalho em rede. Sendo um deles, a rotatividade e até o mesmo a ausência de delegado de polícia civil e promotor de justiça fixo na comarca, demandando atendimento coberto temporariamente por outra comarca.

Ao tratar do tema da violência doméstica, acreditamos que o feminicídio é a expressão máxima da crueldade e da desumanização as relações de gênero marcadas pela exploração, opressão e dominação masculina. Consideram-se crimes tentados aqueles que o agressor tentou assassinar a vítima, mas não conseguiu. E os crimes consumados foram aqueles que a vítima veio a óbito. No que refere aos dados de feminicídio do referido Diagnóstico da Polícia Civil, podemos ver a tabela abaixo, com informações dos registros a nível estadual.

Quadro 2: Dados de registros de feminicídio do Estado de Minas Gerais:

<i>Ano</i>	<i>Tentado/Consumado</i>	<i>Quantidade de registros</i>
2018	Tentados	284
	Consumados	157
	Total	441
2019	Tentados	236
	Consumados	144
	Total	380
2020	Tentados	203
	Consumados	148



	Total	351
--	-------	------------

Fonte: Dados de violência colhidos no Relatório Técnico da Polícia Civil de Minas Gerais. Dados compilados pelas autoras.

No que refere ao panorama geral dos dados, percebe-se que o número de registros de feminicídios, consumados ou não, apresentou uma relativa queda ao analisar o intervalo de tempo de 2018 a 2020, o que pode ser fruto de um maior empoderamento das mulheres no processo de denúncia e de superação do ciclo da violência. Como também advindo de uma amplitude das campanhas preventivas de sensibilização acerca da violência e de informação sobre os procedimentos para requer a medida protetiva e realizar a denúncia. No entanto, não podemos deixar de ressaltar, que há uma subnotificação dos casos, ou seja, os dados representam uma parcela da realidade e não a totalidade.

É válido destacar que os crimes computados como feminicídios, tentados ou não, são aqueles que foram registrados como tal no boletim de ocorrência. Ou seja, é possível que muitas tentativas de assassinatos sejam registradas no boletim como lesão corporal, enquadrando simplesmente como violência física, gerando a tendência de casos de feminicídios muitas vezes serem registrados somente quando a vítima veio a óbito, ocasionando o subnotificação das tentativas de feminicídio. Em suma, acarretando menos visibilidade para esse tipo de violência, que é fatal.

A questão da subnotificação dos registros de ocorrência de crimes que possam se enquadrar na Lei Maria da Penha é um desafio concreto, advindo da dificuldade da mulher em situação de violência procurar os serviços de atendimento, sejam por conta do horário que aconteceu o episódio ou também pelo fato da vítima residir distante do referido órgão. Uma vez que, a maioria dos municípios de Minas Gerais não é sede de Comarca, ou seja, para ter atendimento a Delegacia de Polícia Civil, ao Ministério Público e ao Fórum de Justiça, precisa se deslocar para outro município. Além disso, infelizmente existem profissionais que não atendem às



mulheres em situação de violência, de forma respeitosa, digna e visando garantir sua proteção.

No que refere aos dados de feminicídio no Vale do Jequitinhonha, segundo relatório técnico dos Diagnósticos semestrais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais da Polícia Civil, no universo de crimes consumados ou tentados, tivemos no ano de 2018 um total de 29 registros em 17 municípios, sendo eles, Cachoeira de Pajeú, Turmalina, Gouveia, Palmópolis, Capelinha, Diamantina, Rio Vermelho, Divisópolis, Almenara, Araçuaí, Itamarandiba, Itaobim, Felício dos Santos, Novo Cruzeiro, Minas Novas, Jequitinhonha e Jacinto. Dentre estes, cinco municípios tiveram mais de um registro no ano, o que pode em algumas situações, serem casos reincidentes.

Segundo o referido relatório, em 2019, foram levantados 20 registros em 15 municípios, Rio Vermelho, Araçuaí, Itinga, Turmalina, Novo Cruzeiro, Itamarandiba, Pedra Azul, Diamantina, Itaobim, Datas, Virgem da Lapa, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Presidente Kubistchek e Berilo. Dentre o universo desses municípios, tiveram cinco com mais de um caso registrado de feminicídio. No ano seguinte tivemos 16 casos registrados em 12 municípios, sendo dois deles, com mais de um caso. Os municípios que tiveram crimes de feminicídios tentados ou consumados em 2020 foram Jacinto, Medina, Itaobim, Araçuaí, Diamantina, Veredinha, Couto Magalhães, Minas Novas, Padre Paraíso, Divisópolis, Capelinha e Itamarandiba.

A pandemia da COVID 19 pode ser considerada como um dos elementos pelo qual se teve menos registros no ano de 2020, afinal a situação pandêmica afetou diretamente a vida de todos os brasileiros e brasileiras, dificultando o acesso aos órgãos de denúncia e de acolhimento às mulheres que de certa medida foram afetados com mudanças nas rotinas de horários de atendimentos. No entanto, neste período tivemos também algumas alternativas como a Delegacia Virtual, em que a mulher pode fazer o Boletim de Ocorrência de forma remota e em Minas Gerais



tivemos o desenvolvimento de aplicativos como o “MG Mulher” que auxilia no processo de localização das redes de apoio para mulheres que esteja sofrendo violência. Porém, mesmo com esses avanços não podemos desconsiderar a questão das limitações no acesso à internet.

Ao analisar as percepções das mulheres trabalhadoras rurais em posição de liderança no Vale do Jequitinhonha, em relação ao cenário da violência contra as mulheres no meio rural, cabe destacar alguns dos apontamentos trazidos pelas entrevistadas.

[...] No meio das nossas trabalhadoras rurais, ultimamente isso tem me preocupado muito, vê no noticiário apenas nós sabemos, apenas aquilo que fala, matou em Joáima, matou em Jequitinhonha, matou em tal lugar, mas e o que nós não sabe? O que não vai para o registro e essas que somem, vai para aonde? Araçuaí tem duas mulheres sumidas, com duas crianças, alguém teve notícias delas? Então, o que que acontece, isso está no estado de Minas Gerais inteiro. O que aconteceu em Montes Claros agora recentemente? Mataram uma jovem, esquartejou e colocou na mala. [...]. Então é uma coisa que assusta, porque a violência contra as mulheres, eu estou sentindo que ela está crescendo. Há umas pessoas que falam [...]. Não, é porque antes a gente não via!. Não! Antes a gente não via, mas hoje a gente vê! E todo mundo dá notícia e ela continua cada vez mais, na nossa região. Nós só sabemos aquilo que chega no nosso conhecimento. [...]. Olha o caso de Divisa Alegre, então o que eu sinto, a minha visão. É que essa violência está cada vez mais, eu não sei explicar, se eu estou certa ou estou errada, mas minha visão é que a violência está aumentando entre nós mulheres. (ENTREVISTADA 1).

A partir desse relato torna-se evidente o quanto esse fenômeno da violência contra as mulheres é cotidiano e recorrente, com a constante sensação de que está sempre crescente. Só nesta parte da entrevista ela cita casos de vários municípios.

Ao fazer um paralelo entre o universo de trinta anos atrás e contexto atual, uma das entrevistadas faz uma comparação interessante ao fazer a seguinte colocação:

[...] Trinta anos atrás a gente estava começando um debate sobre a violência contra as mulheres, mas não era tanta morte, era mulher



encarcerada dentro de casa, presa! Era o que chegava no conhecimento da gente, mulher sendo escravizada pelo próprio marido, as vezes até apanhava, mas não matava, porque precisava dela. E hoje não! Hoje usa, abusa e mata! É o que eu vejo, não sei se todo mundo está vendo igual eu tô.[...]. Não sei se é porque a gente fala mais, a gente tem uma luta, tem uma lei que protege as mulheres, como a Lei Maria da Penha. [...] todos os dias, a gente está vendo companheiras mortas, pelos companheiros, pelos ex-companheiros, por alguém da família. Antes há tinta anos atrás, [...] no meu ponto de vista, a violência que afetava mais as mulheres, era a sexual e a psicológica, porque se a mulher falasse: eu não quero! Tinha que dar. E ali vinha a psicológica, você é feia, você é porca, e aí junta traição e outras coisas. Hoje não, hoje é tudo isso, e o fim da vida!”. (ENTREVISTADA 1).

Temos a compreensão de que a problemática da violência é uma expressão de uma situação de desigualdade e dominação que são estruturais e que atravessa séculos, porém é importante analisar a percepção da entrevistada acima, que cumpre um papel de liderança municipal e regional, tendo um olhar mais ampliado, sinaliza pontos de diferenciação em um intervalo de tempo minimamente curto, mas que apresenta particularidades. Pela sua colocação é notório que os crimes de feminicídio estão mais recorrentes, o que pode ser advindo de posturas mais emancipadoras dessa geração de mulheres do que em tempos anteriores, em que os comportamentos de submissão eram ainda mais evidentes. A entrevistada deixa claro que a violência sempre existiu, porém os assassinatos na atualidade são mais recorrentes.

A questão da violência sexual é outro ponto que merece destaque uma vez que na cultura com fundamentação religiosa e intensas reproduções moralistas reforçam os papéis de submissão da mulher aos prazeres do marido, sem levar em conta sua vontade, desrespeitando a sua liberdade.

Outro depoimento importante sobre a violência no campo está expresso neste relato de uma segunda entrevistada, ao compartilhar a vivência dessa problemática em sua comunidade rural no município de Almenara.



Aqui no Brejão, infelizmente existe a violência contra a mulher, muitas vezes quando a gente acha que ela não está aí presente, de repente, aparece uma situação, recentemente mesmo, teve um casal aqui, eles têm quatro filhos, e o marido já vinha ameaçando a esposa. [...]. Ela disse, quando amanheceu o dia no domingo, isso não tem trinta dias, foi bem recente, ele falou assim, olha “Hoje eu vou te matá e vou sair na moto. E você vai ficar morta aí na frente dos seus filhos e ninguém vai me encontrar”. E aí, diz ela, que os filhos, os meninos começou a ficar em pânico, pela forma que ele falou na frente dos meninos. Aí ele saiu para ir fazer alguma coisa e os meninos falou assim: “Mãe, vamos embora, porque senão, a senhora vai morrer. Vamos dar um jeito, vamos embora enquanto ele saiu”. E aí ela foi, foi procurar ajuda, não sei com quem, ainda, mas ela conseguiu um transporte pra ela sair e ela foi para outra cidade, ela está lá em Águas Vermelhas, na casa de uma irmã. Só que aí ele não aceitou que ela saiu de casa e foi, arrumou um táxi e foi lá atrás dela. Quando chegou lá enfrentou, quando foi para bater nela, ainda bem que eles chamaram a polícia, aí a polícia veio e conteve ele, e fez ele voltar para trás. Aí ele está aqui na comunidade. E já aconteceu também não tem muito tempo, um outro casal aqui, o rapaz foi dar uma facada na mulher, ainda bem que ela afastou, ela conseguiu desviar, mas ainda furou um pouquinho o pescoço dela. Então, infelizmente, acontece sim! E muitas vezes isso é o que a gente sabe né. Pode ser que esteja acontecendo com outras famílias. (ENTREVISTADA 2).

As colocações da entrevistada deixam claro como a violência contra as mulheres está presente no cotidiano da sua comunidade, trazendo relatos de perseguições, de mulheres que tiveram que sair da comunidade rural por ameaça de morte. Situações de violência que afetam a saúde emocional e psicológica não só da vítima, mas também dos filhos.

Os dados coletados até então nos possibilitou analisar um ponto central para a pesquisa, a relação urbano e rural, no que diz respeito à problemática da violência. Para uma das entrevistadas é possível afirmar que

[...] A violência urbana, ela é o seguinte, todo mundo vê! Certo? A violência rural ninguém vê e nem sente. Ninguém tem o diagnóstico, de quantas mulheres rurais, ninguém, não tem censo nenhum, não tem ninguém, dessa violência no campo. Para chegar ao meu conhecimento, não tem! Que eu saiba não. [...] A diferença é essa! A



violência urbana, ela tem visibilidade, porque um vizinho vê, alguém sente. E no campo? Ninguém vê nada, ninguém sente nada. O medo toma conta e elas acabam calando, e consentindo. [...] Porque elas estão sozinhas, uma casa no campo, uma casa na zona rural, ela é muito distante uma da outra. Pra onde ela vai, de que forma ela vai pedir socorro. Quem vai socorrer ela? Ninguém! Se ela comentar com alguém, ela pode ser morta! [...] Quando ela é urbana, é mais fácil de você identificar, quando ela é da zona rural, parece que o silêncio é muito grande! [...] Continuo de afirmando, a violência no campo ela existe com intensidade, e ela não tem visibilidade. (ENTREVISTADA 1).

Os elementos que contribuem para analisar as diferenças da violência na zona urbana e na zona rural, a partir da citação acima, nos permite destacar a particularidade da localização, que interfere em dois pontos centrais: o acesso aos serviços de atendimento e o acesso dos órgãos públicos até as pessoas. Por conta da tendência das casas nas comunidades rurais serem mais distantes umas das outras, isso dificulta a vítima pedir socorro, como também limita a comunidade em si, as lideranças e demais moradores terem noção que a violência está acontecendo, e buscar auxiliar nos processos de denúncia ou ajudar nas medidas de proteção. Além das limitações de ampliação dos serviços públicos serem ofertados no meio rural.

Essa última citação dá ênfase para o fato da invisibilidade da violência contra as mulheres no campo, gerando às vezes a sensação que o problema é pequeno ou até mesmo inexpressivo, o que de fato não é. Além desse elemento, a entrevistada chamou a atenção para a ausência de um diagnóstico preciso sobre os dados de violência contra as mulheres no campo.

A pesquisa busca compreender os principais desafios e proposições para o enfrentamento à violência contra as mulheres no campo. Uma das entrevistadas ao sinalizar as dificuldades, apontou as seguintes considerações:

[...] As dificuldades, primeiro é a gente conseguir fazer o diagnóstico, uma, segundo a gente ter o apoio dos órgãos de competência que tem autonomia para fazer isso junto com a gente. Não alcança o campo, não adianta, que não alcança! Outra coisa, conscientizar esse pessoal, primeiro, porque o campo ele é muito dominado pelo



álcool. E uma mente alcoolizada, ela não pensa, ela age! Então esses são os desafios, primeiro, é ter esse diagnóstico, a gente vai bater na tecla! Não porque não existe, é porque eles não vão falar. Voltando lá atrás, porque eles não vão falar? Por medo! Não pensa você que o medo não existe, porque existe! E muito grande. E de agora para frente essa situação vai ficar muito pior, pela fome, pelo desemprego. Agora mesmo nessa pandemia, quantas e quantas mulheres violentadas, estão caladas, porque não tem como sobreviver. (ENTREVISTADA 1).

Nesse sentido, a entrevistada aponta três elementos centrais no que refere as dificuldades e/ou desafios enfrentados para superar a problemática da violência contra as mulheres no campo, podendo serem sintetizados em: o diagnóstico; o apoio dos órgãos da rede de atendimento e o alcoolismo. Em relação ao diagnóstico percebe-se que a sistematização e a divulgação dos dados é algo ainda impreciso, advindo de um obstáculo concreto que é o medo de procurar ajudar e de romper o silêncio por conta das ameaças, perseguições e dominações. Ou seja, não é um simples levantamento de dados, mas um profundo processo de sensibilização e desconstrução de condutas e relações violentas. No que refere ao apoio dos órgãos da rede de atendimento, depara-se com outro desafio advindo deste, que é o acesso das mulheres rurais aos órgãos por conta dos gastos com o deslocamento e também por desconhecimento. Ao mesmo tempo, percebe-se a limitação dos órgãos em estarem mais presentes nas comunidades rurais, tornando-se mais acessíveis. Em relação à questão do alcoolismo que realmente é muito presente no meio rural, nota-se como este fator potencializa os casos de violência, afetando o humor do agressor, tornando todos que estão no ambiente doméstico, mais vulnerável às práticas violentas. Considerando a questão do alcoolismo como um vício, isso coloca a violência como cada vez mais recorrente.

No bojo dos desafios, outra entrevistada traz um aspecto muito importante que é a dimensão formativa, sendo elemento central que precisa ser investido e potencializado.



[...] Os desafios que eu acho para enfrentar, eu ainda acho, eu sempre vou falar da questão da orientação, dos cursos, da valorização da mulher, pra se descobrir, o empoderamento. Enfim, essas questões, que eu acho se são através da informação mesmo né, através do momento que a mulher é informada, que ela passa a entender que ela pode dar o grito, que ela pode pedir ajuda, que alguém vai ouvi-la. A partir desse momento, eu acho que aí já é um caminho para ela sair daquele mundo que ela vive. (ENTREVISTADA 2).

Nesse aspecto percebemos como a formação e a informação gera poder, gera autonomia e promove liberdade. Um grande desafio é fomentar o desenvolvimento das mesmas de momentos como esses contribuam para incentivar o empoderamento das mulheres. Não podemos deixar de considerar que iniciativas como essas precisam partir dos órgãos do poder público, das entidades da sociedade e dos próprios moradores da comunidade.

A dimensão formativa ao mesmo tempo em que representa um desafio, ela também é uma proposição para responder cotidianamente ao enfrentamento da violência. Pois entendemos que é preciso

[...] orientar as mulheres para elas se sentirem seguras, para buscar ajuda e sentir confiante e saber que alguém vai ouvir. Então acho que parte dentro das comunidades, seria mesmo as reuniões, de levar essas informações pra essas mulheres, e fazer um trabalho intenso mesmo, pra conseguir que ela sai dessa situação e o elas passem a ser encorajar né, para buscar ajudar. (ENTREVISTADA 2).

Além dessa questão da formação em caráter continuado, o processo das entrevistas trouxe outra contribuição muito importante ao analisar o arcabouço de medidas necessárias para enfrentar a violência contra as mulheres no campo;

[...] Outro que eu gostaria que a gente trabalhasse, gente, nós trabalhamos as mulheres, eu acho que a gente tem que mudar a nossa estratégia de trabalhar a violência, a vítima não são as mulheres? Vamos mudar, vamos tentar buscar parcerias, companheiros, que dê uma palestra, que está junto com nós, que pode nos ajudar, a levar essa conscientização aos agressores. Porque a vítima, sabe que ela é vítima, que ela apanha, que ela é discriminada, que ela é humilhada, que ela é rebaixada, mas ele não,



ele se sente poderoso. É meu ponto de vista, mas não é chegar brigando, fazer um trabalho com grupo de homens, vamos falar de homem pra homem. Igual nós falamos de mulher para mulher. [...] Nós precisamos muito de pessoas que nos ajude, profissionais da saúde, da segurança, de todas as esferas, que nos ajude a combater esse crime, que é a violência contra nós mulheres. (ENTREVISTADA 1).

Nesse aspecto, corroboramos com essa proposta, uma vez que percebemos um volume de atividades preventivas desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil e pelos órgãos do poder público, que são direcionadas para as mulheres, já para o público masculino, são raras as ações realizadas no Vale do Jequitinhonha. Se compreendemos que a violência é expressão do sistema machista-patriarcal que reproduz práticas violentas, legitimado por uma cultura machista que cria um padrão masculino opressor e dominador, precisamos dialogar e refletir sobre masculinidades saudáveis, associado a construção de uma sociedade que cultiva a paz.

Ao considerar alguns apontamentos sobre as relações sociais no campo no Vale do Jequitinhonha, um elemento basilar é a reflexão acerca da visão historicamente imputada ao Vale do Jequitinhonha, como um território essencialmente “carente de tudo” em que segundo MOURA (1988), possuía uma “estagnação secular”, que se havia o constante desejo em alcançar o “desenvolvimento”, o “progresso” e desvincular-se a dimensão do “atraso”. Esses aspectos foram fundantes para a construção de um imaginário social da região, servindo de justificativa para a implantação de “grandes” projetos (barragens, hidrelétricas, mineração e cultivos de monoculturas) sustentados por esse discurso de levar o desenvolvimento para a região. Porém essas relações de desigualdades sociais estão atreladas à própria gestão de investimentos e atuações do governo do Estado de Minas Gerais.

No campo brasileiro, as relações de favor, o poder de mando dos coronelistas e a influência direta da religião na legitimação dos costumes têm sido



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



elementos marcantes da cultura, o que no Vale do Jequitinhonha também é presente e assume algumas particularidades. As mulheres camponesas, as trabalhadoras rurais, no Vale do Jequitinhonha são protagonistas dos processos de construção e fortalecimento da identidade de camponês e da identidade regional no que refere ao âmbito da cultura e da resistência.

As formas de resistência também são vistas nas construções de proposições para o enfrentamento a violência contra as mulheres, temos na região ao longo dos últimos 30 anos, iniciativas de trabalhos sociais voltados para as conquistas dos direitos das mulheres, principalmente protagonizado pelo movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Um marco neste sentido foi a conquista da Unidade Móvel de Acolhimento as Mulheres (ônibus lilás) equipamento de atendimento as mulheres rurais, que contribuiu significativamente para desencadear um processo de iniciativas de capacitações dos profissionais da rede e o fomento ao fortalecimento das redes de enfrentamento à violência. Essas unidades móveis foram conquistas do movimento das Marcha das Margaridas.

Em decorrência desses elementos históricos, foram criados os Fóruns Regionais de Enfrentamento a Violência contra as mulheres do Médio e do Baixo Jequitinhonha e a Rede de Mulheres do Alto Jequitinhonha, como instâncias de articulação entre o poder público e a sociedade civil para construir iniciativas que visem o fortalecimento das redes de enfrentamento à violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões sobre o sistema machista patriarcal e com a constituição da unidade familiar monogâmica, que reproduz várias desigualdades, assumem particularidades ao analisar o contexto do Vale do Jequitinhonha. Pois estamos falando de uma região que ao mesmo tempo, que se tem a marca forte do coronelismo e da tradição de costumes que reforçam a subordinação da mulher,



temos a força das mulheres expressa no trabalho comunitário, na construção e preservação da cultura, dando cada vez mais sentimento de pertença à essa região.

As estruturas de poder impõem várias formas de silenciamento presentes nos elementos culturais e morais reproduzidos na sociedade, que naturaliza processos de hierarquização. Ao pensar a violência no campo no Vale do Jequitinhonha, depara-se com dificuldade de acesso aos serviços da rede de atendimento às vítimas em decorrência também das particularidades de residir na zona rural e nem sempre ter acesso aos órgãos localizados no perímetro urbano. Somado ao fato de muitos agressores descumprirem as medidas protetivas, cometendo uma desobediência judicial, que configura outro crime. Nesse sentido a relação rural e urbano, permeia dimensões fundamentais para pensarmos a problemática da violência.

A partir dos dados colhidos na pesquisa de campo é possível afirmar que para pensar as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres no campo é fundamental não perder de vista a centralidade do fortalecimento do trabalho em rede envolvendo toda sociedade, articulando medidas preventivas e punitivas. Entendendo que só a perspectiva da punição não dá conta de responder à essa problemática. Além disso, é necessário ter clareza da magnitude dos dados da violência doméstica no campo, o que é desafiador por conta de todo o processo de silenciamento. Somado ao fator do alcoolismo que é muito presente nas relações sociais no campo, diz de um problema de saúde pública e reflete consideravelmente nas práticas de violência dentro de ambiente doméstico.

Nesse sentido precisamos trabalhar as formações para elevar os níveis de consciência, promovendo processos educacionais, de modo a construir masculinidades saudáveis e relações de equidade. O nosso horizonte é uma sociedade em que as mulheres tenham o direito de viver livre de violência, pois o “Vale do Jequitinhonha que a gente quer, não tem violência contra a mulher”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE 2019. Disponível em:

https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 06 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. DataSus. Disponível em: www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02. Acesso em: 18 de abril de 2021.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 304 p.

GORENDER, J. **O Escravidão Colonial**. 6ª Ed. Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016, 632p.

GORENDER, J. "Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro". In. STÉDILE, J.P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. Vol. 6. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018. 282p .

MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Defesa Social: Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais 2014-2016. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 10 de abril 2021.

MOURA, M.M. **Os camponeses**, 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1988 .

RELATÓRIO SOBRE TRABALHO ESCRAVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14174&catid=12&m=0> . Acesso em: 10 de abril 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de Classes: Muito e Realidade**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 60p .

STÉDILE, J.P. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 – 1960** . 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



O sentido civilizatório da colonização e a classe média rural

RICARDO BRAGA BRITO – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ

Resumo

A partir de uma análise documental pretendo apontar o sentido civilizatório da política de colonização do regime empresarial-militar brasileiro. Este sentido melhor se expressa no objetivo de transformar homens do campo, percebidos como atrasados e suscetíveis à atuação de militantes subversivos, em produtores familiares dotados de mentalidade empresarial, compondo uma classe média rural. A partir desses documentos e análises pretendo apontar a política de colonização enquanto mecanismo de intervenção estatal privilegiado do período ditatorial, revelando de forma ampla o enquadramento e o tratamento dados à questão agrária brasileira neste período.

Palavras-chave: Colonização, Questão Agrária, Ditadura Empresarial-Militar



Através de um conjunto de documentos analisados do Acervo Paulo de Assis Ribeiro pretendo apontar e discutir um dos sentidos estabelecidos pela política de colonização do governo militar: a transformação dos homens do campo em indivíduos de classe média, caracterizada pela mentalidade empresarial. Deve-se ressaltar que a perspectiva de intervenção estatal, via mecanismo da colonização, tem em seu horizonte a transformação interna dos agentes sociais, buscando civilizar seus comportamentos considerados atrasados. Este elemento esteve presente na Lei de Terras de 1850 (SILVA, 1996) e no Estatuto da Terra de 1964, constituindo um dos sentidos da colonização no Brasil.

As reflexões contidas neste trabalho pretendem tornar coletivo um conjunto de documentos e análises acerca da política de colonização e do regime empresarial-militar, ressaltando-se que são fruto do trabalho de doutoramento, ainda em fase intermediária de qualificação. Aponto aqui as análises de referência para a constituição da política de colonização, explorando os pontos centrais e o conjunto de enquadramentos no qual é definida.

1. Nota metodológica: memória da dominação

Antes de iniciarmos a análise, é preciso apontar algumas preocupações metodológicas acerca do uso da documentação consultada. Paulo de Assis Ribeiro foi presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) entre os anos de 1965 e 1967, e antes disso foi um importante membro do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), presidente da Fundação Brasil Central na década de 1940 e formulou diversos projetos, planos de atuação e programas para instituições públicas e privadas nas áreas de economia, problemas fundiários e educação. No período em que integrou o Ipes foi ator chave na escrita do livro *Reforma Agrária: Problemas, Bases e Soluções*, tendo atuação expressiva nas discussões de elaboração do Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964.

Seu Acervo, localizado no Arquivo Nacional e disponível para consulta *online*, contém documentos de diversas ordens, desde recortes de jornais, falas em eventos, cadernos de anotação até formulários, relatórios oficiais, anotações de reuniões, trabalhos realizados em seu escritório de consultoria, projetos de leis entre tantos outros. A riqueza de seu acervo não retira seu caráter privado: o acervo foi sendo construído pelas escolhas de Ribeiro, de modo que não temos acesso aos seus critérios e nem sabemos o que efetivamente ficou de fora. De todo modo, o caráter público da documentação dá ao seu acervo o que Assmann (2011, p. 369) denominou de memória da dominação: “memória institucional da pólis, do Estado, da nação e da sociedade, entre a memória funcional ou a de armazenamento, dependendo de como ele estiver organizado; como instrumento da autoridade; ou como repositório de conhecimento realocado”.



O interesse em analisar esta documentação reside especificamente no que ela nos diz acerca da política de colonização enquanto instrumento privilegiado de tratamento da questão agrária no Brasil durante a ditadura empresarial-militar. Se aqui o foco recai sob o acervo deste ator é justamente pela expressividade e diversidade de documentos que nele se encontram. Enquanto memória institucional da dominação, a documentação aqui selecionada e analisada expressa algumas características centrais do enquadramento oficial da questão agrária brasileira, apontando para alguns dos elementos da dominação burocrática que se expandiu ao longo dos governos militares.

Como indicou Weber (1999), a dominação racional e burocrática age primordialmente sob o controle do cotidiano a fim de administrar as massas de objetos e pessoas. A dominação burocrática é uma dominação pelo conhecimento que busca, pelo conhecimento objetivo da realidade, tomada como passível de ser racionalmente apreendida, construir normativas que se pretendem universais e serem capazes de administrar as populações que se configuram nos Estados.

Apesar do período analisado ser marcado pela radicalização das discussões acerca da questão agrária (CAMARGO, 2007 [1981]; MEDEIROS, 1983, 1995), o principal instrumento de resolução e intervenção estatal para diferentes situações foi a política de colonização, entendida enquanto política racional e planejada. Esta política foi realizada de modo a evitar a resolução das desigualdades sociais no Brasil, profundamente marcadas pelo seu acesso desigual e pelo monopólio da propriedade da terra. A seguir traço algumas das principais características desta política, apontando a diversidade de seus sentidos e orientações, para depois apontar sua especificidade durante o período inicial da ditadura.

2. Sentidos da colonização

A proposta para analisar os *sentidos* da colonização tem sua inspiração nas análises de Caio Prado Jr. (2011 [1942]). Conforme analisado por este autor, e depois aprofundado por Novais (1989), a colonização portuguesa no Brasil se caracterizou pela produção de mercadorias orientadas para o mercado externo. As análises de ambos os autores se vinculam à tradição marxista e à análise da “acumulação primitiva” como processo fundamental da formação do capitalismo: as colônias ofereceram, por meio do trabalho cativo de indígenas e populações negras africanas e pela exploração das terras, produtos valorizados pelo mercado europeu, convertendo-se em acumulação de capital. Neste sentido, como apontou Novais (1989), a colonização foi um elemento fundamental no processo de transição do capitalismo mercantilista para o capitalismo industrial, tanto pela acumulação de capital necessária quanto pela constituição de novos mercados consumidores de produtos da metrópole nas colônias.

Conforme afirmaram estes autores, a colonização marcou as estruturas e instituições que se estabeleceram no Brasil. Além disso, finda a Colônia e chegada a família real no Brasil



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



em 1808, uma das primeiras medidas a serem tomadas é o estabelecimento de colônias com estrangeiros. O objetivo destas colonizações explicitam alguns de seus sentidos que desdobraremos. As colônias deste período, iniciadas em Nova Friburgo (RJ)¹ em 1818, buscaram alterar a composição social e fundiária brasileira, inserindo trabalhadores rurais europeus e suas famílias como pequenos proprietários cuja produção se voltaria para o abastecimento do mercado interno. Além de buscar pela colonização solucionar os problemas de consumo de alimentos, acentuado pela orientação externa da produção agrícola, a colonização também buscou *civilizar* a população local. A orientação principal pareceu ser a de transformar o caráter de *exploração* da colonização anterior em caráter *populacional*, para usar a terminologia consagrada (ver Novais, 2015 [1969]). Esta política esteve intrinsecamente ligada à política de imigração, orientando fluxos migratórios em direção a regiões de interesse geopolítico e/ou para a substituição da mão de obra negra escravizada pelo trabalho livre de famílias europeias.

Após a Independência e a regulamentação da Lei de Terras de 1850 a colonização recebe novo estímulo ao orientar fluxos populacionais de imigrantes para as áreas cafeeiras (COSTA, 1989; MARTINS, 1973, 2018). O período também é marcado pela intensa disputa internacional por imigrantes e pela percepção das colônias e ex-colônias como locais capazes de dar solução aos problemas populacionais encontrados nas grandes metrópoles. Como defendeu Wakefield (1964 [1833]), a sistematicidade da colonização, marcada pela intervenção estatal, seria capaz de gerar a demanda por terra e trabalho em proporção tal que permita o crescimento e o desenvolvimento dos países coloniais, ex-coloniais e dos impérios. A colonização seria a resposta ao uso das terras devolutas e sua transformação em propriedades privadas, resolvendo as tensões sociais e políticas da metrópole, realocando os capitais em novas áreas de investimento e contribuindo para a civilização de novas regiões. A perspectiva de Wakefield encontrou terreno fértil nas discussões brasileiras sobre a Lei de Terras (COSTA, 1999; SILVA, 1996).

Baseada na perspectiva de constituir proprietários familiares com uma produção de alimentos voltada para o consumo suplementar ao da grande produção, famílias de diversas origens estrangeiras foram alocadas nas grandes fazendas de café paulistas, com características simultâneas de trabalho assalariado e subordinado, consolidando a relação de *colonato* (MARTINS, 2018). Na região Sul as colônias agrícolas com famílias estrangeiras foram orientadas para o povoamento de áreas consideradas “vazias”, apresentando uma preocupação geopolítica com as áreas de fronteira. Conforme apontou Seyferth (2009), estas colônias estiveram marcadas pelo mito da autossuficiência da propriedade familiar, contudo o pequeno tamanho dos lotes e a ausência de considerações prévias sobre a qualidade do solo

¹ Primeira experiência de colonização interna com estrangeiros, a colônia de Nova Friburgo se iniciou em 1819 com a chegada de um grupo de suíços. Conforme apontam Seyferth (2002) e Ramos (2006), o principal objetivo era o povoamento do território e a criação de espaços sociais de trabalho livre. O caso será analisado mais adiante.



fizeram da migração contínua uma característica do campesinato formado por pequenos proprietários através da política de colonização.

Com a regularização das posses de terras e a consolidação das grilagens, o monopólio da propriedade da terra se acentua e a política de colonização passa a ser apontada como mecanismo capaz de controlar alguns de seus efeitos negativos. A crise da política oligárquica, marcada pelas revoltas urbanas, pelo tenentismo, pelo crescimento das ideologias de cunho anarquista e comunista e pelas crises de abastecimento nas cidades, e a ascensão de Getúlio Vargas em 1930 dá novo conteúdo transformador à política de colonização (LENHARO, 1986). Ainda orientada para a formação de pequenas propriedades familiares, a colonização passa a ter número de trabalhadores nacionais cada vez maiores e busca deslocar contingentes populacionais dos grandes centros para as regiões do Centro-Oeste e Norte, também tendo como objetivo a distensão de conflitos em áreas rurais. Apesar da importância da *Marcha para Oeste*, é preciso apontar que a política de colonização varguista tem seu início no Estado do Rio de Janeiro em 1932 (NEVES, 2013).

Conforme apontou Medeiros (2018), referindo-se ao caso do estado do Rio de Janeiro, é possível apreender três formas de intervenção estatal que parecem tentar “responder” aos problemas da questão agrária: 1) o modelo hegemônico de produção agrícola, orientando-se para a formação de um cinturão verde no entorno da capital federal, de modo a regular o abastecimento interno e resolver as crises de abastecimento; 2) as obras de saneamento, que respondiam às epidemias de malária e febre amarela e buscavam promover condições estruturais e ambientais para a colonização e evitar a especulação; 3) reordenação fundiária e fomento da propriedade privada em região com histórico de conflitos por terra entre criadores de gado e pequenos posseiros, mas também marcada pela expansão urbana e valorização e especulação fundiárias, voltada para a produção de alimentos para consumo no mercado interno, para a resolução dos conflitos fundiários.

Ao não alterar o fundamento desigual da estrutura fundiária brasileira, a política de colonização foi continuamente acionada para tratar de questões desenvolvidas pelo seu próprio funcionamento. A política de colonização nos anos 1950 é novamente aprofundada a fim de dar conta dos conflitos fundiários que se acentuaram com a continuidade e aprofundamento das grilagens e da valorização especulativa da terra (SANTOS, 1993). Além disso, o êxodo rural orientado para as grandes cidades era visto com receio. Com linguagem mais técnica e caráter racional de planejamento, a política de colonização consolida alguns de seus sentidos que serão retomados e aprofundados na ditadura. Este período é marcado pela intensificação da modernização da agricultura e dos conflitos sociais no campo, observando-se a formação e consolidação de movimentos sociais de luta pela terra e defesa de direitos trabalhistas em diversas regiões (MEDEIROS, 1995).



O golpe de 1964 interrompeu as discussões e a radicalização em torno da reforma agrária como efetiva alteração da estrutura fundiária. Apesar de estabelecer uma política de reforma agrária, assegurando a possibilidade de desapropriação em casos de conflito e de interesse coletivo, o regime retirou do processo de decisão política a participação dos grupos sociais dominados, centralizando as decisões políticas e a administração das terras no Estado, reconfigurado entre as classes empresariais e o grupo de militares que realizaram o golpe e empreenderam as principais políticas do período (MARTINS, 1984; BRUNO, 1997).

Ainda que tenha passado de forma superficial por diversos períodos históricos e administrativos do Brasil, observa-se a persistência de seis sentidos da colonização ao longo dos séculos XIX e XX. A política de colonização pode ser aqui definida enquanto mecanismo de intervenção estatal e de controle das terras e populações, orientado para a gestão do conflito, sendo instrumento de dominação e de tratamento da questão agrária brasileira. Seus sentidos estão aqui analiticamente separados, de modo que essas características se apresentam misturadas:

1. Povoamento de regiões de importância geopolítica para a segurança e integridade nacionais, incluindo as áreas de fronteira;
2. Produção de alimentos para abastecimento interno;
3. Regulação dos fluxos migratórios internos e externos;
4. Constituição de um campesinato baseado no trabalho livre e na pequena propriedade familiar;
5. Desenvolvimento de hábitos modernos de produção e habitação através das assistências técnicas, sanitárias e educacionais;
6. Resolução de conflitos pela terra originados da organização social dos camponeses e da estrutura desigual e concentrada de acesso à terra.

Pretendo ressaltar aqui o caráter civilizatório contido na política de colonização. Com base em Elias (1993) pode-se entender o processo civilizatório como a modificação dos comportamentos, das relações sociais e das percepções dos indivíduos e dos grupos que integram ou são integrados pela expansão das redes de interdependência. Ainda segundo este autor, “Não é das menores características da estrutura da sociedade ocidental que o lema de seu movimento colonizador seja ‘civilização’” (ELIAS, 1993, p. 258). Em grande medida, “civilizar” é a negação do outro e se realiza de distintas e variadas formas: pela coerção física centralizada no Estado moderno, fortalecido pela sua expansão territorial²; pelo monopólio dos tributos e pela administração centralizada de seus gastos; pela construção e inculcação de

² Não há espaço para me alongar na análise de Elias, mas é preciso apontar que, para este autor, o Estado moderno se caracteriza pelo processo de monopolização das terras e do controle populacional mediante o uso legítimo da força física e a cobrança, e decisão sobre gasto, de impostos.



formas de se comportar, pensar e sentir a partir da educação formal e informal, tomadas como legítimas e “boas” pelos grupos de maior poder, implicando numa percepção que rebaixa os grupos sujeitos à necessidade de serem civilizados.

Ao longo dos séculos anteriormente indicados, a política de colonização buscou *civilizar* a população nacional pela inserção de trabalhadores europeus brancos e com hábitos modernos de produção, pela assistência técnica, pela expurgação dos atores e suas ideologias subversivas, pela alteração das condições de miserabilidade que colocam as populações rurais em condições de manipuláveis e revoltados. O enquadramento oficial dado à questão agrária buscou transformar o atraso do campo civilizando os homens e as mulheres pobres, mas sem alterar as condições sociais de desigualdade e exploração. Como expressou Bosi (1992, p. 377), “colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico”, projeto totalizante que se orienta para “ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 1992, p. 15).

3. Entre a instituição total e a comunidade

A política de colonização do regime militar representa a síntese dos muitos sentidos e determinações de suas experiências anteriores. Conforme pretendo apresentar, esta política explicita os enquadramentos da questão agrária do grupo de técnicos, empresários e militares que atuaram na consolidação do golpe e do regime militar através de suas concepções de público, de Estado e de política pública. A configuração social daqueles que empreenderam a mudança drástica de regime em 1964 levou Dreifuss (1981) a propor o termo “ditadura empresarial-militar”, realçando o caráter de classe do golpe e dos interesses sociais a ele ligados. Este mesmo autor também classificou a ditadura como “tecno-empresarial-militar”, o que nos possibilita apontar a centralidade da questão agrária na realização do golpe e na continuidade da ditadura, como analisada por Martins (1984) e Bruno (1997), dando maior realce aos elementos técnicos e de engenharia social impulsionadores da política agrária.

A fim de centrar a questão no objeto aqui analisado, partirei da política de colonização para apontar a centralidade desta no tratamento da questão agrária pelos militares. É possível apontar que a ditadura atuou em duas frentes na questão agrária: a política agrícola se voltou para a modernização do aparato produtivo e para a facilitação do financiamento creditício, respondendo às demandas das elites rurais e possibilitando a elas retirarem do latifúndio o estigma de improdutivo e atrasado (MEDEIROS, 1983; DELGADO, 2010); no que se refere aos problemas estruturais de acesso à terra, o mecanismo privilegiado de intervenção foi a colonização, e não a reforma agrária. Segundo Arezzo (1982), a colonização foi o principal mecanismo de expansão do setor agrícola até os anos 1980, visto que a reforma agrária não se efetivara e que a modernização do campo se restringira à agricultura de exportação.



A informação pode ser confirmada em documento da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República de 1997. Segundo este documento, a reforma agrária foi, na prática, abandonada durante a ditadura, ao passo que a política de colonização assumiu caráter principal. Entre 1964 e 1979 foram 9.327 famílias assentadas em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização. Entre 1979 e 1984 foram mais 37.884 famílias assentadas em projetos de colonização e nenhuma em projetos de reforma agrária, totalizando 77.832 em projetos de colonização durante a ditadura militar.

Arezzo (1982, p. 14) apontou, ainda, a existência de um *sistema de colonização*, entendido enquanto “a forma ou procedimento de se parcelar (ou dividir) a terra em lotes ou parcelas” tanto em processos de Reforma Agrária quanto de Colonização. A Colonização se aplica fundamentalmente às áreas de desbravamento, ocupação ou com grandes deficiências de infraestrutura, de modo que seu procedimento é mais restrito e lento, ao passo que a Reforma Agrária se volta para áreas já ocupadas, com grande densidade demográfica e com distorções do sistema de posse e uso da terra³. A Colonização, por essas características, não exige alterações institucionais profundas, o que leva o autor a afirmar: “Considerando as vertentes social e econômica de ambos os processos, pode-se dizer que a Reforma Agrária potencializa a maior quantidade de variáveis de natureza social, enquanto a colonização se insere com maior ponderabilidade [n]um contexto econômico” (AREZZO, 1982, p. 14). Esta interpretação permite apreender o colonizar como verbo *oculto*⁴ do tratamento dado à questão agrária brasileira e a colonização enquanto fio condutor que permite compreender um período de longa duração.

A importância da colonização e seu uso como mecanismo de gestão dos conflitos e controle das populações e terras pode ser observada em um comentário de Paulo de Assis Ribeiro, figura chave do Ipes e da construção do Estatuto da Terra. No documento “Anotações ligeiras sobre um trabalho de política de colonização e recolonização para o Estado de Goiás”⁵, Ribeiro aponta como conceito *moderno* de colonização:

Colonização é propiciar os meios a uma fixação definitiva do homem ao solo, tornando-o economicamente uma força social produtiva e, antes de mais nada, dignamente humana.

Não deve confundir-se, pois, colonização com simples povoamento. *Colonização tem um sentido complexo e perfeito de povoamento racional, visando em última análise, tornar o ‘colono’ autossuficiente após*

³ Estas demarcações se referem aos zoneamentos estabelecidos no Estatuto da Terra e trabalhados pelo Ibra.

⁴ Trata-se de uma análise livremente inspirada na definição de Martins (2003), para quem o camponês tem sido o sujeito oculto da reforma agrária, frequentemente silenciado. Em minha análise, “colonizar” se tornou o verbo oculto da reforma agrária.

⁵ “Anotações ligeiras sobre um trabalho de política de colonização e recolonização para o Estado de Goiás”. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX027_PT001_d0001de0001. Idago – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás. Documentos diversos. 1962-1964).



determinados anos de esclarecida orientação técnica e auxílio financeiro, proporcionados pelo componente poder estatal ou pela iniciativa privada.

A colonização hoje deve ser concentrada, tirando do seu seio toda e qualquer forma de exclusivo e constante paternalismo (BR_RJANRIO_S7_CX027_PT001_d0001de0001, pp. 1-2; grifos nossos).

Colonização é, portanto, povoamento racional, planejado e marcado pela tutela do “colono”, depois denominado parceleiro no Estatuto da Terra⁶. A colonização proporciona ao agricultor orientação técnica e auxílio financeiro que são capazes de transformar o indivíduo dependente em autossuficiente por intermédio do esclarecimento. A continuação deste trecho afirma que o povoamento sem controle estatal provoca resultados antieconômicos e “sérios problemas sociais” que podem receber solução pela colonização (BR_RJANRIO_S7_CX027_PT001_d0001de0001, p. 2). Mais adiante neste documento, Ribeiro vai afirmar que o

estabelecimento de colonização representa uma arma poderosa contra latifúndios improdutivos e poderá ser a solução definitiva dos problemas já criados pela tensão social existente em todas cidades brasileiras, causada pela insatisfação do não acesso à terra, da grande maioria de pessoas. Por este processo, muitos proprietários poderão vendê-las bem vendidas, sem com isso mostrarem agitações e atrito. Através destes estabelecimentos, a produção será aumentada [...]. (BR_RJANRIO_S7_CX027_PT001_d0001de0001, p. 7).

Em texto posterior, Ribeiro apontou o caráter civilizatório da Reforma Agrária, afirmando que o plano agrário deve estimular o associativismo, entendido como expressão do “desenvolvimento de comunidade” (BR_RJANRIO_S7_CX020_PT001_d0001de0001, p. 58)⁷. O associativismo não deve ser exclusivamente econômico, servindo como estímulo ao homem do campo a tomar decisões, amadurecendo sua consciência política para evitar a entrada de ideologias subversivas que se estenderam ao campo, tomadas como demagogias que “não visa[m] a corrigir os desequilíbrios, mas ao contrário, a intensificá-los para

⁶ Trata-se de uma nova terminologia de definição dos beneficiados pelas políticas de colonização e ações de reforma agrária. O termo parceleiro se refere àquele que “venha a adquirir lotes ou parcelas em áreas destinadas à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada” (Estatuto da Terra, Art. 4º, VII). O termo substituiu a categoria *colono*, historicamente utilizada para se referir aos que praticavam ou se beneficiavam da política de colonização.

⁷ “Plano de Emergência do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás”. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX020_PT001_d0001de0001 – Plano de Emergência do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás. Parte 1 (ou Volume I). Fundamentos para o Plano de Desenvolvimento do Estado; A Estrutura Agrária e sua Reforma; Características Geo e Socio-Econômicas do Estado [de Goiás]).



promover a luta de classes com o objetivo de implantar sistemas socialistas radicais” (*idem*, p. 93). A colonização, como afirma o autor, “é peça importante de uma reforma agrária democrática”, pois visa “precisamente à criação de uma classe média rural”, constituindo-se em “implantação do maior número possível de agricultores e de suas famílias numa região, através das propriedades familiares organizadas em núcleos coloniais” (*idem*, p. 99).

A política de colonização pretende, portanto, estabelecer racionalmente os meios necessários para fazer do homem do campo um homem de classe média: do indivíduo carente de assistências múltiplas e frequentemente influenciado pelas ideologias subversivas para um pequeno empresário rural. A política de colonização parece se inserir entre o ideal de construção da *comunidade*, marcada pelos laços comunitários e pela vida em comum não afetada pelos males da modernidade, e a definição de *instituição total* analisada por Goffman (1974)⁸, salientando desta proximidade o caráter total da instituição, sua tendência ao fechamento e seu caráter tutelar e reformulador da individualidade. Como explicita o autor, o fato básico destas instituições é “[o] controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas” (GOFFMAN, 1974, p. 18).

Segundo Goffman (1974), as equipes destas organizações burocráticas tendem a criar uma “teoria da natureza humana” que racionaliza a atividade e os distancia dos internados, baseando-se na diferenciação moral e social entre os internados e a equipe dirigente. Com relação à colonização, esta diferenciação se realiza pela percepção de um campesinato composto por homens e mulheres “atrasados” que precisam da intervenção e assistência do Estado para adquirirem comportamento e padrão de vida mais satisfatórios e civilizatórios. Este padrão civilizatório a ser suscitado é identificado com “a criação do espírito empresarial” por meio da assistência técnica, tal como estabelece o Estatuto da Terra (Art. 75, § 4º, item C). Além disso, está no centro desta teoria a percepção de uma população enfraquecida por suas condições de miserabilidade, e por isso incapaz de organização coletiva e política própria e de expressar suas indignações, tornando-se alvo fácil de militantes e ideologias subversivas. Esta população rural é percebida, portanto pela sua maleabilidade: podendo ser incentivada tanto pela assistência técnica quanto por militantes de esquerda.

Retomando os termos do “Plano de Emergência”, a colonização se transforma em peça central da reforma agrária democrática justamente porque possibilita a criação da classe média rural. A noção de uma Reforma Agrária Democrática se relaciona aos preceitos do Ipês e foi definida por Ribeiro em texto de divulgação no jornal *O Globo* de 30/07/1963. Este modelo é definido junto de sua distinção do modelo *socialista* ou *totalitário*, entendidos como sinônimos. Não tratarei das distinções entre estes modelos, mas é importante apontar as

⁸ Trata-se de uma inspiração a partir da análise de Goffman, pois as instituições analisadas por ele se voltam para *indivíduos* em condições de *internados* nas instituições, elementos que não correspondem à prática e nem ao alvo dos núcleos de colonização, orientados para as famílias e com maior grau de autonomia do que os hospitais, prisões, escolas e conventos analisados por Goffman.



características do modelo democrático tal como entendido pelos atores que depois fizeram parte da estrutura burocrática militar. A “Reforma Democrática”:

- a) *Visa*, dentro do objetivo geral, forçar a iniciativa privada – garantindo o direito de propriedade – a dar condições de uso racional à terra dentro de sua função social e promover a paz social e o bem-estar dos rurícolas.
- b) *Utiliza*, como processo básico para a realização, o método de tributação progressiva e regressiva da terra e, nas áreas em que ocorrem latifúndios e minifúndios improdutivos que indiquem correção a ser dada à estrutura fundiária, promove a desapropriação por interesse social pelo preço justo e através de planos de colonização facilita e financia o acesso à terra a novos proprietários.
- c) *Transforma*, progressivamente, os trabalhadores do campo numa classe média rural de pequenos proprietários, incentivando e assistindo técnica e financeiramente a iniciativa privada das empresas rurais, para o aumento da produtividade agrícola, especialmente na forma cooperativa.
- d) *Garante a liberdade de iniciativa*, condicionando-a apenas ao jogo de incentivos e ônus fiscais, estabelecidos nos planejamentos democráticos para o desenvolvimento social e econômico do país.⁹

Tanto aqui, quanto nos textos anteriores, a transformação do homem do campo em classe média rural de pequenos proprietários é objetivo da colonização e da reforma agrária. Por terem objetivos iguais, ambas as políticas são confundidas e tornadas sinônimas, com o benefício da intervenção menos estrutural da colonização. Retornando ao “Plano de Emergência”, a reforma agrária é relacionada ao “processus de aperfeiçoamento, através da educação física, intelectual, moral social e política, objetivando dar ao homem uma personalidade” (BR_RJANRIO_S7_CX020_PT001_d0001de0001, p. 52; grifo no original). O autor correlaciona o planejamento do uso da terra à necessidade de desenvolvimento social mediante avanços na educação e na saúde, elemento estreitamente relacionado à política de colonização, cuja centralidade é também ser um processo civilizatório. Tais avanços permitiriam facilitar

ao homem a tarefa de ajustar-se às rápidas transformações provocadas pelo impacto da revolução tecnológica; garantindo-lhe uma vida mais verdadeiramente humana onde as desigualdades sejam compensadas quando não puderem ser suprimidas; e oferecendo, a todos, igual oportunidade de desenvolver os seus dons naturais, facultando-lhes a participação nos bens elementares da cultura e do espírito (BR_RJANRIO_S7_CX020_PT001_d0001de0001, pp. 53-54).

⁹ “Recorte do Jornal *O Globo* de 30 de Julho de 1963”. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX054_PT001_d0001de0001, p. 141).



A colonização foi definida no Estatuto da Terra como “toda atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou cooperativa” (Estatuto da Terra, art. 4, § 9). Em 27 de outubro de 1966 o Decreto nº 59.428¹⁰ reorientou a definição:

Colonização é toda atividade oficial ou particular, destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela prevista (Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, Artigo 5º).

Com base nessas duas legislações, Raymundo Laranjeira (1983) classificou a colonização enquanto ato político de afirmação da soberania nacional e ato econômico de desenvolvimento do sistema produtivo. Este autor estabelece um conjunto de objetivos da colonização, podendo-se sumarizar em: 1. aproveitamento de áreas pouco exploradas ou com grande potencial; 2. fixação de migrantes; 3. formação da propriedade familiar, da empresa rural e da cooperativa; 4. racionalização do trabalho agrícola; 5. elevação do nível de vida do trabalhador rural; 6. integração e progresso social do *parceleiro*; 7. aumento da produção e da produtividade do setor primário; 8. conservação dos recursos naturais; 9. recuperação social e econômica de determinadas áreas. Neste sentido, a política de colonização do regime militar representa uma síntese de suas várias formas de realização no período anterior, apresentando o conjunto de sentidos observados.

Conforme analisou Ianni (1979, pp. 77; 79), a política de colonização do regime militar “tinha por objetivo distribuir alguma terra para não distribuir as terras”, dando sua “conotação de uma contrarreforma agrária”. A análise de Ianni é reveladora de um dos sentidos da colonização, a saber, a não alteração da estrutura fundiária. Contudo, classificar a colonização como negação da reforma agrária não permite apreender aquilo que ela pretende realizar: transformar o homem do campo atrasado em um pequeno agricultor familiar, dotado de mentalidade empresarial por meio da fixação no campo e das assistências técnica, educacional e sanitária. Colonizar é aqui, simultaneamente, “*para o capitalismo*”, como afirmou Novais (1989, p. 102) sobre a colonização de exploração e seu fundamento na

¹⁰ Este decreto regulamentou alguns pontos do Estatuto da Terra, tais como os objetivos e meios de acesso à propriedade rural (Capítulo I, Título II [Da Reforma Agrária]), acerca da distribuição de terras (Capítulo II, Título II) e artigos sobre assistência, infraestrutura, financiamento e pagamento do lote. O decreto ainda regulamentou pontos sobre a formação de cooperativas.



acumulação primitiva, e para civilizar, controlando a ocupação das terras e o desenvolvimento e atuação dos grupos sociais rurais.

4. Considerações finais – formas sutis de violência

Apresentei o caráter de *instituição total* da política de colonização, na medida em que, em suas normas universalizantes, ela pretende abarcar toda a vida associativa e produtiva dos parceiros. Os projetos de colonização costumam vir acompanhados de planos de produção que estabelecem as melhores culturas a serem produzidas com base nas condições climáticas e topográficas. Além disso, estabelecem a existência de escolas, postos de saúde, instituições religiosas, assistência técnica, cooperativas e associações “benéficas” ao funcionamento dos projetos. Como apontou de forma detalhada Arezzo (1982, p. 49-52), a operacionalização da colonização previa o Planejamento Operacional, entendido como “previsão detalhada e sistematizada de atividades e providências a serem executadas”, envolvendo a organização territorial, a organização social e a organização econômica da vida coletiva nos projetos de colonização. O caráter amplo do planejamento da colonização indica formas mais sutis de violência sobre os camponeses.

Junto desta pretensão de controle e planejamento da vida se encontra o ideal de *comunidade*. O conjunto de preocupações de Ribeiro na definição da colonização o fez associar esta forma de intervenção da área rural a uma comunidade, centrada no trabalho familiar, no associativismo, na seleção criteriosa, na assistência e na tutela. Segundo Tönnies (1973 [1887], pp. 102-103), a forma de associação da comunidade é pensada em termos positivos, marcada pela ausência de conflito, e centrada nos laços de reciprocidade e na “aliança cordial” formada pelo “conhecimento íntimo uns dos outros, na medida em que ela é condicionada por uma participação direta de um ser na vida dos outros pela inclinação de partilhar suas alegrias e sofrimentos”. A análise de Tönnies (1973, p. 114) contrapõe o caráter positivo e orgânico dos laços constituídos na comunidade com o caráter ficcional, artificial ou virtual dos contratos, fundamento da forma de associação da *sociedade*, marcada ainda pela “hostilidade em potência ou [...] guerra latente”, devido à concorrência entre indivíduos com interesses distintos. A aproximação com a *instituição total* também se encontra no fato de buscar, por medidas racionais ou ainda, artificiais, estabelecer relações orgânicas de laço comunitário.

Por fim, espero ter apontado a partir de um conjunto de documentos o cerne do tratamento da questão agrária nacional durante o período da ditadura militar. A solução via colonização foi imposta aos trabalhadores enfraquecidos pela repressão, ao mesmo tempo em que buscou controlar suas expectativas e anseios com a possibilidade da propriedade da terra e as assistências. Os camponeses foram enquadrados enquanto massa miserável e atrasada que deveria ser controlada e assistida, impedindo o avanço de ideologias subversivas à segurança



nacional. Este enquadramento, entendido na perspectiva da dominação burocrática como administração das massas, se fortaleceu na medida em que entrevi em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nas Federações e na Confederação de Trabalhadores da Agricultura. Incontáveis¹¹ trabalhadores e trabalhadoras foram perseguidos, presos, violentados, silenciados e amedrontados.

Tal como na colonização sistemática de Wakefield (1946), a política de colonização da ditadura militar pretendia construir na colônia a vida da metrópole sem os conflitos de classe e os problemas advindos da exploração e do crescimento populacional aliado à desigualdade.

A propriedade da terra, legal ou ilegalmente constituída, significa capacidade de influir legitimidade e autoridade nas relações de poder e nas configurações sociais estabelecidas no campo e na cidade. O planejamento enquanto instrumentalização da razão oculta os efeitos de dominação da natureza e da sociedade (HORKHEIMER, 2015) e encontra terreno fértil na tradição burocrática brasileira, marcada por concepções autoritárias e por uma estrutura social desigual que continuamente se voltaram contra as tentativas de democratizar o controle das decisões políticas (FERNANDES, 2011 [1974]).

Uma característica da política de colonização é que, enquanto efeito inesperado, porque não previsto em seu planejamento, ela solidificou entre as expectativas dos camponeses a possibilidade real da propriedade da terra e da autonomia, desvinculando-se da subordinação aos proprietários de terra, ao mesmo tempo em que passaram a reclamar pela garantia de direitos estabelecidos na lei e pela desapropriação da terra com base no seu interesse social. Enquanto processo social, a colonização gera contradições que precisam ser apreendidas, pois ao mesmo tempo em que visou à ampliação da propriedade privada e à expansão da fronteira agrícola às grandes empresas, estruturou novas experiências organizativas de trabalhadores rurais, tal como analisado por Santos (1993) acerca daqueles que retornaram dos projetos de colonização na Amazônia para o Sul e constituíram organizações e ocupações de terra.

Espero ter apontado a presença da colonização na questão agrária brasileira a partir da discussão sobre a transformação do homem do campo atrasado em classe média rural dotada de mentalidade empresarial. Seus termos ainda estão presentes no debate da reforma agrária, revelando-se o verbo oculto do tratamento da questão agrária no Brasil. As políticas de assentamento em terras públicas e baixo índice de desapropriação de terras privadas, o assentamento baseado em deslocamento populacional, fundamentado na pequena propriedade familiar e na modernização produtiva e na assistência técnica orientadas para constituir a

¹¹ Incontável pela expressividade, mas principalmente pelos efeitos da repressão: o silenciamento do período, a destruição de documentos sindicais, a violência que impediu lideranças e pessoas comuns de falarem do período. Mesmo em meio a essa dificuldade, esforços importantes têm sido empreendidos, como sintetiza este GT da Rede de Estudos Rurais e os trabalhos de Medeiros *et al* (2018) e da Comissão Camponesa da Verdade (2014), entre outros.



classe média rural ecoam termos e sentidos da política de colonização aqui apontados. A persistência destes termos revela a importância de empreender uma pesquisa sobre sua sociogênese, mas também revela características formadoras dos modos de organização coletiva do campesinato.

Referências bibliográficas

AREZZO, Dryden Castro de. *Colonização. Curso de Direito Agrário, vol. 7*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 10. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (8ª edição) (pp. 148-272).

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final: Violação de Direitos no Campo (1946-1988)*. Brasília, 2014. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%202009dez2014.pdf>.

COSTA, Emilia Viotti da. “Primeiras experiências de trabalho livre”. In: *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989 [3ª Edição].

_____. “Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DELGADO, Nelson Giordano. “O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula”. In: DELGADO, Nelson Giordano (Org.). *Brasil Rural em Debate – Coletânea de artigos*. Brasília: Condraf/MDA, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização, v2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FERNANDES, Florestan. “As mudanças sociais no Brasil”. In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (pp. 219-269).

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.



HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1979.

LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora Unicamp, 1986.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2018 [9ª Edição].

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP, 1983.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). IFCH-Unicamp, 1995.

_____. “Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NEVES, Delma Pessanha. “Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro”. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013 (pp. 101-143).

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica” [1969]. In: *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2015. (pp. 23-43)

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



RAMOS, Jair de Souza. *O Poder de Domar do Fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói: EdUFF, 2006.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Reforma Agrária. Compromisso de todos. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/compromisso_de_todos_-_governo_fernando_henrique_cardoso.pdf. Acessado em 18/04/2020.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, março/maio, pp. 117-149, 2002.

_____ (2009b). “Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil”. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato*. Coleção História Social do Campesinato Brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009, pp. 39-63.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

TÖNNIES, Ferdinand. “Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais”. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e Sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

WAKEFIELD, [Edward Gibbon]. Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, Conselho de Imigração e Colonização, ano VII, n. 3, setembro de 1946, pp. 337-415.

WEBER, Max. “Tipos de dominação”. In: *Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. v.1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.



Os camponeses e a repressão à luta armada: o caso do MR-8 em Brotas de Macaúbas/BA

Fabricio Teló - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, inspiradas pelas Revoluções Chinesa e Cubana, as organizações armadas brasileiras tentaram liderar movimentos revolucionários de oposição à ditadura militar da época mobilizando camponeses para se engajarem em grupos de guerrilha rural. Uma dessas organizações foi o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que iniciou um trabalho de aproximação com camponeses do município de Brotas de Macaúbas/BA, afim de tentar mobilizá-los para o engajamento na luta revolucionária contra a ditadura. O objetivo desse trabalho é analisar a repressão sofrida por esses camponeses por ocasião da perseguição aos militantes da referida organização e o medo que se perpetuou na memória de alguns moradores do município. A metodologia utilizada foi a história oral, conjugada com a análise documental e bibliográfica. O trabalho do MR-8 em Brotas era liderado por José Campos Barreto, conhecido como Zequinha, filho de uma família local. Os moradores, especialmente a família Barreto e os vizinhos, eram considerados pelos militares como potenciais apoiadores dos militantes. Por isso, a repressão invadiu as casas dos moradores locais para procurar indícios de envolvimento com o grupo e revistavam pessoas pelas ruas. A atuação dos militares foi marcada por uma ambivalência na medida em que, por um lado, atuava com agressividade e, por outro, prestava diversos serviços de assistência. Diferentes narrativas sobre o episódio são apresentadas entre os antigos moradores, numa disputa pela memória que envolve medos e esforços pela valorização da luta pela democracia.

Palavras-chave: Repressão, Campesinato, Luta armada



Introdução

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, inspiradas pelas Revoluções Chinesa e Cubana, as organizações armadas brasileiras tentaram liderar movimentos revolucionários de oposição à ditadura militar da época mobilizando camponeses para se engajarem em grupos de guerrilha rural. Uma dessas organizações foi o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que iniciou um trabalho de aproximação com camponeses do município de Brotas de Macaúbas/BA, a fim de tentar mobilizá-los para o engajamento na luta revolucionária contra a ditadura.

O objetivo desse trabalho é analisar a repressão sofrida por esses camponeses por ocasião da perseguição aos militantes da referida organização e o medo que se perpetuou na memória de alguns moradores do município. Este trabalho é um desdobramento de minha tese de doutorado, na qual analiso a atuação do MR-8 junto aos camponeses de forma mais ampla (TELÓ, 2019).

A metodologia utilizada foi a história oral, conjugada com a análise documental e bibliográfica. A metodologia da história oral, por meio de entrevistas e de conversas informais, foi central para acessar a memória dos sobreviventes, familiares, vizinhos e/ou quaisquer outras pessoas envolvidas nos processos relacionados ao tema da pesquisa. Tal como destaca Novaes (2001), é preciso atentar para as dificuldades em lidar com esse tipo de memória, em função dos traumas vividos por essas pessoas, dadas as violências sofridas pela repressão da ditadura. Por muito tempo o regime militar impôs um silêncio sustentado em uma visão negativa dos que se envolveram, ainda que apenas indiretamente, com a luta armada. A autora destaca ainda que o objetivo a ser alcançado pela pesquisa não deve ser “a verdade”, mas “as verdades” das narrativas socialmente construídas, tendo em vista a identificação de pontos em comum entre as diferentes reconstruções da memória.

Mesmo passadas várias décadas do fim da ditadura, o medo de falar de certos temas ainda é muito presente nas pessoas que vivenciaram esses episódios. As iniciativas da justiça de transição, que vieram ganhando força a partir da segunda metade dos anos 2000 e se multiplicaram na primeira metade da década de 2010 favoreceram a disposição desses atores em se abrir e relatar suas experiências. Por outro lado, as mudanças na conjuntura política que se expressaram em 2016 e se intensificaram em 2018 estimularam o retorno de um medo semelhante ao descrito por Novaes (2001). Trata-se de um movimento de positivação do regime militar que recoloca no lugar social de desviantes os que a ele se opuseram (“subversivos”, “criminosos”, “ameaça à segurança nacional” etc.). Se já em tempos



favoráveis à abertura para o tema, a reticência era grande, as transformações políticas dos últimos anos dificultaram ainda mais o tratamento do tema.

Como pontua Fravret-Saada (2007), a todo momento as pessoas avaliam que tipo de informação pode ser passada dependendo da situação em que se encontram, das pessoas com quem estão interagindo, do contexto histórico-político e assim por diante. A forma como a informação é passada também depende desse conjunto de fatores. Para a autora, falar é agir, posicionar-se politicamente e sujeitar-se às consequências dessa fala. E isso se aplica não apenas ao entrevistado, mas também ao pesquisador. Não existe espaço neutro, em que este possa se colocar para observar, de maneira distanciada, as práticas dos interlocutores. O simples uso da fala já o obriga a posicionar-se de algum modo. Pollack (1989) também destaca essa dimensão da reflexividade no momento de falar: as pessoas sempre avaliam o que pode ser dito e o que não pode.

Favret-Saada (2007) nos leva a considerar também o lugar do entrevistado nas disputas internas aos grupos sociais. Qualquer grupo a ser pesquisado é cortado por relações de poder. Daí a importância de a análise das falas sempre levar em conta o lugar das pessoas nessas relações. A memória não é a mesma para todos. Depende do lugar onde se está. As situações de violência são sentidas de diferentes formas conforme as trajetórias de vida e as experiências vividas pelas diferentes pessoas.

1. O contexto

Localizado na região da Chapada Diamantina, Brotas de Macaúbas possui cerca de 10 mil habitantes. Um dos principais propulsores do desenvolvimento econômico da região foi a mineração do diamante. Os imigrantes atraídos por essa atividade econômica trabalhavam paralelamente na mineração e em atividades agrícolas. Embora boa parte do campesinato brasileiro no contexto dos anos 1960 vivenciasse a falta de acesso ou dispusesse de um acesso precário à terra, os camponeses da região de Brotas de Macaúbas, no sertão baiano, em sua maioria, eram proprietários de pequenas extensões de terra. Eles produziam o necessário para consumo próprio. Antigos moradores acrescentam ainda a existência de teares para a fabricação de tecidos para a confecção de roupas. Os próprios camponeses plantavam o algodão utilizado para o tear.

Ainda que os camponeses de Brotas desenvolvessem tais atividades produtivas, a fome ainda era um problema enfrentado por parte deles, em boa medida devido à falta de chuva. Nas entrevistas realizadas com antigos moradores dos espaços rurais da região, eram recorrentes as referências a períodos de dificuldade para encontrar alimentos. Ainda conforme



tais relatos, na época não havia escolas. As famílias que quisessem garantir a alfabetização de seus filhos eram obrigadas a pagar professores particulares.

De acordo com os relatos que ouvi, os camponeses da região na época participavam pouco politicamente. Como consequência, os camponeses não teriam percebido grandes diferenças entre o regime democrático pré-golpe e o posteriormente instaurado sob comando dos militares. Para um grupo que se propunha a mobilizar camponeses para um processo revolucionário contra o governo militar, a ausência de mudanças concretas na vida dessas pessoas depois do golpe tornava mais difícil aos militantes a utilização de narrativas que associassem os governos militares às dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos camponeses. O discurso precisava estar baseado em outros argumentos.

O trabalho do MR-8 em Brotas, voltado ao projeto da guerrilha rural, era o que dava algum sentido político de esperança à organização em um momento em que a repressão estava prendendo parte significativa de seus militantes, que precisavam dedicar mais tempo procurando se esconder do que atuando propriamente para o projeto político a que estavam voltados (CODARIN, 2018). Embora o trabalho político do MR-8 em Brotas estivesse inserido em um projeto de guerrilha rural, a organização não planejava criar um foco em Brotas. Como relatou Cesar Benjamin, em entrevista a Marcelo Ridenti, “a guerrilha seria fruto de um trabalho político de massas de anos” (*apud*, RIDENTI, 2010, p. 224). O objetivo principal era o recrutamento de camponeses para serem incorporados à organização e posteriormente participarem da guerrilha em outra região.

O trabalho era liderado por José Campos Barreto, conhecido como Zequinha, filho de uma família local, residente na localidade de Buriti Cristalino. Ele havia estudado no seminário, depois migrado para São Paulo, onde concluiu os estudos (o correspondente ao atual Ensino Médio) e participou como liderança em 1968 de uma greve de operários em Osasco, pelo que ficou alguns meses preso. Com a intensificação da repressão, principalmente após o Ato Institucional 5, de dezembro de 1968, que, dentre outras arbitrariedades, extinguiu o direito ao *habeas corpus*, Zequinha decidiu voltar para a Bahia. Ficou alguns meses em Salvador e, temendo novamente ser preso, decidiu voltar para seu município de origem. O retorno a Brotas possibilitaria ao mesmo tempo ficar mais distante dos focos de repressão e iniciar a mobilização de camponeses para a guerrilha rural, que fazia parte do projeto de longo prazo do MR-8 (INSTITUTO ZEQUINHA BARRETO, 2008).

Trata-se do exemplo por excelência do movimento descrito por Gramsci (1987) dos camponeses da metade sul italiana que migravam para o norte industrializado, estabeleciam contato com as ideias revolucionárias mais fortemente espalhadas naquela região e retornavam para seus povoados difundindo tais ideias. Em função dessa multiplicidade de espaços pelos quais Zequinha circulou, Ridenti (2010, p. 238) o qualifica como uma



figura-síntese que encarnou “o processo social diversificado em que se enraizou a oposição armada ao regime militar na segunda metade dos anos 1960”.

Zequinha conversava com a população local sobre temas gerais como o direito à aposentadoria e a necessidade de reduzir a cobrança de impostos pelo governo, mas sobre a organização e o projeto revolucionário apenas conversava com um grupo reduzido, que envolvia seus dois irmãos, Olderico e Otoniel, e alguns vizinhos mais próximos. Depois de um tempo, outros militantes do MR-8 passaram a fazer parte da iniciativa. O primeiro a se mudar para Brotas foi Luiz Antônio Santa Bárbara, oriundo de Feira de Santana/BA. Ele se apresentou como ex-colega de Zequinha no seminário e usava o codinome Roberto. Atuou como professor na alfabetização das crianças locais, compensando a ausência de uma escola pública local. Depois dele, Carlos Lamarca se mudou para o local a fim de se refugiar da repressão. Ele ficou escondido em uma cabana em uma área remota da propriedade da família de Zequinha. Ao longo do trabalho, João Lopes Salgado, que pertencia à direção nacional da organização, também passava alguns dias na localidade e mantinha contato com os camponeses mais próximos ao grupo.

A ida de Carlos Lamarca para Brotas para se esconder da repressão levou um conjunto de desafios para Zequinha e os demais envolvidos. Salgado explica que não estava nos planos do MR-8 levar Lamarca naquele momento (junho de 1971) para Brotas. O trabalho lá ainda estava no início, de acordo com sua avaliação. No entanto, por conta do endurecimento da perseguição, não era mais possível manter Lamarca no Rio, de modo que foram obrigados a antecipar sua ida para a Bahia,

Em agosto do mesmo ano, foi preso no Rio de Janeiro um militante da organização que sabia da presença de Lamarca em Brotas. Com isso, Salgado propôs o deslocamento do grupo para outro local, já que havia o risco de esse militante não resistir às torturas e entregar a localização de Lamarca aos militares. Lamarca, porém, acreditava ser improvável a descoberta de sua presença no Buriti e não concordou com a proposta de Salgado. Ocorreu, no entanto, que Lamarca enviou por intermédio de um militante um conjunto de cartas para Iara Iavelberg, militante do MR-8 com quem mantinha um relacionamento. Em uma batida policial, esse militante acabou deixando cair a pasta onde se encontravam essas cartas, que continham o famoso “diário de Lamarca”, no qual eram registrados todos os passos e a estratégia da organização. Com isso, os militares passaram a saber onde se encontrava Lamarca.

Após algumas semanas de investigação para localizar a casa da família de Zequinha, os militares executaram, em 28 de agosto de 1971, a Operação Pajuçara, que resultou na morte de Otoniel e Santa Bárbara e na prisão de Olderico. Zequinha e Lamarca conseguiram fugir a pé e permaneceram perambulando entre uma casa e outra por algumas semanas até serem identificados e mortos em 17 de setembro daquele ano.



Antes de retornar para o Rio de Janeiro, quando a chegada da repressão ainda era apenas uma possibilidade, Salgado havia combinado que voltaria a Brotas, mas que, por prevenção, marcaria um encontro com um dos camponeses envolvidos com o grupo em um local relativamente distante de Brotas para saber sobre a situação. Cumprindo com o combinado, o camponês foi até Milagres, a 400 quilômetros de Brotas, para informar a Salgado que a área havia “caído” e que Salgado deveria tomar outro rumo: “Olha, já caiu tudo. Já mataram dois”. Foi o que salvou Salgado de ser igualmente preso, pois pode voltar ao Rio e encaminhar sua saída do Brasil.

Maiores detalhes sobre o episódio que resultou na morte dos militantes podem ser encontrados facilmente nas várias publicações sobre mortos e desaparecidos da ditadura, incluindo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2015; CARNEIRO e CIOCCARI, 2011; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1995, dentre outras). Mas a repressão não atingiu apenas os militantes. E aqui chegamos ao objeto desse artigo: a repressão sofrida pelos camponeses próximos aos militantes, mas que sequer sabiam da existência da organização. Trata-se de um aspecto menos trabalhado pela literatura e também menos discutido pelos atores da justiça de transição.

2. A repressão sobre a população local

Os moradores de Buriti Cristalino e arredores, especialmente a família Barreto e os vizinhos, eram considerados pelos militares como potenciais apoiadores dos militantes. Por isso os soldados invadiam as casas dos moradores locais para procurar indícios de envolvimento com o grupo e revistavam pessoas pelas ruas. De acordo com os depoimentos, no dia da morte de Otoniel e Santa Bárbara, os moradores mais próximos foram todos detidos e obrigados a permanecer por várias horas no barracão da localidade até que a situação se resolvesse.

A pessoa provavelmente mais afetada foi José Barreto, pai de Zequinha, pois os militares acreditavam que ele estivesse envolvido com a iniciativa do filho, mas não estava. Olderico, irmão de Zequinha, relata que seu pai, apesar de representar para ele “o sistema, a direitona mesmo”, quando chegou a repressão, “vestiu a roupa de pai, de um pai decente, não negociou e acabou sofrendo as maiores agruras da terra” porque os militares o torturavam para forçá-lo a dizer onde Zequinha e Lamarca estavam escondidos. Durante as torturas, o vizinho Zé de Virgílio “usava de seu bom humor para se aproximar dos soldados” e, por meio disso, poder ajudar seu José Barreto, com água e comida enquanto permanecia pendurado entre uma sessão e outra de tortura. José Barreto sobreviveu às torturas e faleceu de morte natural em 1993. Uma entrevista em que relata sua experiência está no documentário “Do Buriti à Pintada” (2011), de Rezinho Pereira dos Santos.



Abel Ventura, vizinho de porta e compadre do casal Barreto, relata ter ingerido veneno em uma tentativa de suicídio diante das ameaças de tortura por parte dos militares que lhe cobravam informações sobre a localização de Zequinha e Lamarca (Abel Ventura, entrevista a Roque Aparecido da Silva e Maria Sena, São Francisco, Brotas de Macaúbas/BA, 20/04/2009). Tal depoimento me foi concedido por Samuel Crisanto, filho de Abel, por ocasião do trabalho de campo que realizei no município em 2017. A esposa Edelzuita relata que, embora Abel não tenha sido fisicamente torturado, o foi psicologicamente, o que ela considera pior, em função do trauma que ele carregou consigo durante o resto de sua vida (Edelzuita Pacheco da Silva, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Ela destacou ainda que seu compadre José Barreto pediu aos militares para que não torturassem Abel, pois não tinha culpa alguma: “Oh, gente [soldados], eu vou pedir a vocês, o que vocês tiverem de fazer, façam comigo, que eu pelo menos tenho culpa, que eu sou pai. Esse aí, ele não tem culpa nenhuma, que ele é só amigo meu e compadre” (Edelzuita Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017). Percebe-se aqui a internalização de um sentimento de culpa por parte de José Barreto pelo fato de os filhos estarem sendo objeto de perseguição dos militares. Ao reconhecer sua “culpa”, Barreto reproduz o processo de dominação a que se refere Weber (1973) sobre a relação entre Estado e sociedade, na qual os dominados admitem a legitimidade do uso da força pelos agentes estatais

Edelzuita, que tinha uma relação muito próxima com Zequinha e o “professor Roberto”, havia recebido dos militantes um livreto de formação política intitulado “O ABC dos trabalhadores”. Ela relatou ter sido afortunada pelo fato de os militares não terem localizado o referido material. Assim rememorou o dia da chegada da repressão:

No dia, disseram: “óh, mataram o professor” [Santa Bárbara]. E aí eu logo lembrei do ABC dos Trabalhadores, peguei esse ABC, li ligeiro assim, enfiei entre um papelão e outro e guardei em cima do guarda roupa. Deus me ajudou tanto, que eles [os soldados que fizeram revista na casa dela] não viram. Porque, se eles acham isso, eles tinham me pegado e eu tinha tido a conta, né. Eu tinha que dar conta desse negócio (Edelzuita Pacheco da Silva, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Diversos moradores relataram terem sido pressionados pelos militares para dar informações sobre Lamarca e Zequinha. “A polícia queria saber o paradeiro dos caras. Passamos muito aperto”, afirmou Francisco Maciel (entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 26/09/2018). Ele denunciou que os soldados seguiam sua esposa quando levava comida para os porcos porque desconfiavam que fosse para Zequinha. “Os soldados morriam de medo do Lamarca e do Zequinha”, comenta o antigo morador.



Uma história que me foi contada por diversos moradores foi a do camponês Manoel José da Silva. Ele possuía um jegue em processo de adestramento. Em certa ocasião, ao ser abordado pelos militares, não conseguiu fazer o jegue parar. Os soldados imaginaram que ele estaria fugindo e reagiram atirando nas pernas de Manoel, atingindo seu jegue, que não resistiu. Devido à injustiça cometida em função de uma fatalidade, o episódio ficou marcado na memória dos moradores e é geralmente trazido à tona como exemplo da brutalidade dos militares. Deodete Araújo, outra vizinha, abordou o impacto da repressão da seguinte forma:

Foi muito sofrimento para nós, moradores. A gente não podia sair com uma lata de água na cabeça, que, caso a gente encontrasse com um soldado, a gente seria revistado porque achavam que a gente poderia estar levando comida ou bebida para estes que estavam fugindo [Zequinha e Lamarca]. Parecia que eles achavam que todos nós moradores éramos culpados (Deodete Araújo, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 21/09/2018).

Vários moradores também relataram que o barulho dos helicópteros deixou muitos deles traumatizados porque nunca tinham ouvido semelhante ruído, com tamanha intensidade e frequência. Contam que, por muito tempo, sempre que ouviam barulho de helicóptero, sentiam um mal-estar.

Durante os dias em que estiveram se escondendo da repressão, Zequinha e Lamarca contaram com o suporte de amigos para se alimentar e pousar. No dia sete de setembro, quando os soldados saíram do local para participar das solenidades do Dia da Independência, a dupla aproveitou para passar pela casa de Francisco, que morava em um povoado vizinho, e pedir comida. Ele deu alimentos, mas falou: “Não demora muito pra ir embora porque os caras estão nos prensando para dizer onde vocês estão”. Chamou a atenção de Francisco que Lamarca, mesmo na condição de fugitivo, estava mais interessado em conhecer como funcionava o engenho de fabricação de rapaduras que Francisco tinha, do que apreensivo com a fuga. Ele falava: “Olha, que interessante... e me fazia perguntas sobre os detalhes”. Francisco comentou ainda sobre um camponês com quem trabalhava eventualmente e que era envolvido com o grupo que Zequinha estava formando. Ele estava em sua casa no momento e “ficou pálido quando os homens chegaram” por conta do medo de ser igualmente morto ou torturado, caso viesse a público seu envolvimento.

Carlos Araújo relatou que em Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos (municípios vizinhos a Brotas), amigos os acolheram em suas casas e os ajudaram a se locomover de um ponto a outro sem serem descobertos. Carlon Cruz, em seu livro sobre a passagem de Lamarca pela região, colheu diversos depoimentos de pessoas que proveram abrigo e alimentação à dupla durante sua saga. De acordo com o que ouviu, a ajuda prestada devia-se mais a uma relação



de parentesco ou amizade com os pais de Zequinha do que propriamente com ele e ainda menos em função de um eventual compromisso político (CRUZ, s/d).

A repressão deixou ainda implicações econômicas para a região. A feira de produtos que era realizada semanalmente aos sábados deixou de acontecer e o garimpo, uma das principais atividades econômicas, declinou significativamente. O episódio “deixou o local sem graça” e ninguém mais queria ir para lá, comentou Francisco Maciel. Abel Ventura chegou a afirmar que a localidade de Buriti Cristalino se transformou em um “lugar mal-assombrado” e que, por isso, muitos moradores emigraram para a cidade ou para outros municípios. Alguns sequer conseguiram vender seus animais e produtos antes de saírem.

Eu seu livro de memórias sobre a passagem de Lamarca pela região, Carlon Cruz, antigo morador de Oliveira dos Brejinhos descreveu como os sertanejos foram pegos de surpresa e não compreenderam o que estava acontecendo:

A rotina foi quebrada com a chegada da repressão em procura do tal capitão Carlos Lamarca. Com homens armados até os dentes, a pensar que o sol do semi árido baiano brilhava exclusivamente para os repressores. Capitão Carlos Lamarca neste sertão? A pergunta para o sertanejo mais parecia uma confusão de linguagem. Ninguém antes, exceto o prefeito Francelino, que havia confessado ter ele, junto a outros policiais, dado óleo-30 a um médico comunista e presenciado o mesmo cagar até as tripas antes da morte, ninguém sabia nada sobre o porquê de comunistas serem merecedores de tais crueldades. O que desejava Lamarca em um lugar tão bucólico, como Buriti Cristalino, se aquele que mais tarde viria a ser seu amigo na vida e na morte [Zequinha] levava uma vida campestre cercada de amizades acanhadas, irrigada a boa cachaça de alambique de barro? Não dava para entender. Queriam eles subverter a ordem e iniciar uma revolução autêntica, forte e popular para dali ganhar o Brasil com mais cinco camaradas guerrilheiros armados apenas de revólveres? Isso não passava de uma piada! Ora, nada das falácias assombrativas da repressão soava com seriedade aos ouvidos daqueles sertanejos (...) Meter medo, dizendo que eles [os militantes] queriam tomar terras de latifundiários para dividir entre os que não tinham, sendo que aqui terra era o que bem tinha? Não, papos às soltas não convenciam a teimosia do sertanejo tacanho! (CRUZ, s/d, pp. 10-11).

Pela narrativa de Carlon, é possível perceber que os militares procuraram utilizar a questão agrária como parte de seu discurso legitimador de suas práticas violentas, mesmo em uma região em que esta não era uma pauta central. O impacto das lutas por terra no contexto



pré-golpe a nível nacional tinha sido tamanho que os militares passaram a pressupor (ou pelo menos reproduziam a narrativa de) que qualquer ação de militantes comunistas no campo visava à tomada de terras dos grandes proprietários.

De todo modo, retomando o relato de Carlon, se por um lado houve alguma reticência dos camponeses em aceitar o discurso dos militares, devido à falta de compreensão sobre as razões para tamanha operação, com o tempo o discurso repressivo foi ganhando espaço. Uma das estratégias para facilitar a adesão da população à narrativa anticomunista foram as “Ações Cívico-Sociais (Aciso)”, a partir das quais o Exército, a Marinha e a Aeronáutica faziam operações de aproximação com as populações mais carentes das regiões onde havia informações de tentativa de formação de grupos de guerrilha ou onde houvesse um histórico de atuação de grupos de esquerda. Tendo por base experiências de outros países, como França e Estados Unidos, no combate a “inimigos internos”, as Forças Armadas do Brasil incorporaram diversas aprendizagens que permitiram o desenvolvimento de formas mais sutis de exercício do poder. Tais ações eram inspiradas pela doutrina da “guerra revolucionária”, segundo a qual os setores mais sofridos da sociedade são os mais suscetíveis a se tornarem massa de manobra dos agentes subversivos. Por isso fazia-se necessário disputar com os agitadores a simpatia da população civil para passar-lhe os valores nacionalistas e “ordeiros” (GUIMARÃES, 2014). A operação Aciso em Brotas foi assim descrita por Cruz (s/d, p. 70):

Aviões e carros, em uma verdadeira imitação “cruz vermelha” trouxeram médicos, dentistas, fotógrafos, pessoas para atendimento ao público, para aquisição de carteira de trabalho, de identidade, de motorista, remédios, colchões, reforma do único prédio público, etc. Um verdadeiro mutirão no interior do centro-oeste baiano para distribuição de coturnos e roupas usadas para o povo que esperava em uma fila comparada aos desvalidos da seca. Roupas e sapatos muito bem-vindos para os trabalhadores roceiros. Tal mutirão passou por Ibotirama, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos.

Essa estratégia de controle social é analisada por Foucault (2003) em seu estudo sobre o que ele chamou de panoptismo social. O autor cita o exemplo dos *quakers*, grupos que se formaram na Inglaterra da segunda metade do século XVIII com objetivo de manter a ordem e tinham a tarefa de vigiar e prestar assistência à população, para produzir um saber de vigilância, que dá condições àquele que reúne este saber para exercer um controle sobre os vigiados. A dominação capitalista, assim como qualquer outra, não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. Assim também o regime militar no Brasil não se sustentaria se apostasse todas as suas fichas na violência física.

Para Foucault (2015), o poder tem como alvo o corpo do ser humano não para supliciá-lo, mas para adestrá-lo. O objetivo é controlar as pessoas em suas ações para que seja



possível utilizá-las, aproveitando suas potencialidades, diminuindo sua rebeldia e sua capacidade de resistência contra as determinações que recebem, de modo a torná-las politicamente dóceis. Nesse sentido, pensar o poder apenas a partir da noção de repressão seria limitado. Este poder permeado, incorporado pelos indivíduos é o que o autor chama de poder disciplinar: a pessoa obedece e não reclama, porque acha que é assim que ela deve se comportar. Era o que Foucault chamou de “tecnologia do controle”, objetivo dos militares ao implementar as políticas assistencialistas.

Por conta disso, uma das pessoas ouvidas por Carlon comentou: “Nem tudo foi medo” (CRUZ, s/d, p. 71). De acordo com Olderico, havia uma tentativa de convencimento da população para que ela própria matasse Lamarca: “Os açougueiros daqui chegaram a amolar suas facas esperando por ele. [Os militares] levavam as pessoas para exposição de *slides* nas paredes da igreja, que naquele contexto, apoiava a ditadura. A imagem que passavam era de que os militantes eram terroristas” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017). Diversos antigos moradores relataram que, no dia da morte da dupla, os corpos foram levados para o campo de aviação da cidade, onde teriam sido chutados por moradores locais, algo que chama atenção pela brutalidade, especialmente em se tratando de uma população para a qual a religião possuía centralidade. Depois disso, foram colocados nas aeronaves e levados para Salvador. Um tio de Zequinha relatou a Olderico que, ao ver essa cena, preferiu ir para casa e não demonstrar tristeza em público: “eu não tive coragem de chorar ali, porque eu vi que eu morreria se derramasse minhas lágrimas ali. Jam me chamar de terrorista”. Ainda que a narrativa do “terrorismo” não fosse uma particularidade de Brotas, Olderico conta que ela ficou tão forte no imaginário local, que mesmo anos depois do ocorrido, era comum ele ser chamado de terrorista por ter tomado parte no grupo sob a liderança do irmão.

Euval ressalta, no entanto, que havia quem tivesse coragem de defender Zequinha. Ele se recorda de um episódio em um bar, quando se começou a celebrar a derrota dos militantes e Carlos Souza, amigo de Zequinha, se manifestou: “nós não estamos alegres com nada disso. Zequinha era nosso amigo e pessoa correta” e negou-se a participar da comemoração. Apenas por conta desse comentário, não é possível saber qual era o grau de amizade de Carlos com Zequinha, nem seu grau de engajamento no projeto político defendido pelo amigo, mas a postura que sustentou neste episódio é um indicativo de um pensamento crítico que o levou a não aceitar a narrativa difundida pelos militares de que os militantes eram “terroristas” e, ainda mais importante, a arcar com as consequências da defesa pública dessa posição. Na disputa de narrativas, portanto, com a vantagem do aparato estatal à disposição, os militares foram capazes de difundir para a parcela majoritária da população a sua interpretação dos fatos e conquistar seu apoio, a despeito dos diversos relatos de violência praticada contra os moradores.



3. O medo e as distintas memórias

Devido à intensidade da repressão, o medo de que as violências se repitam é presente até hoje em boa parte da população local. Durante as entrevistas, percebia a insistência de boa parte dos entrevistados em reafirmar que “não sabiam de nada” e que a convivência com Zequinha e o “professor” era a esperada de qualquer morador da região, de conhecimento mútuo, respeito e reciprocidade. Notava, com isso, certa desconfiança em relação a mim: quais seriam minhas reais intenções ao fazer perguntas sobre a relação que tinham com Zequinha? Seria eu realmente um pesquisador ou algum infiltrado das Forças Armadas para investigar a vida das pessoas? Além disso, em conversas informais em bares e praças percebia que o assunto era evitado. Em uma ocasião, cheguei em uma lanchonete, que estava vazia e comecei a conversar com o dono sobre minha pesquisa. Ele estava começando a me contar uma história quando outro cliente chegou. Finalizado o atendimento, pedi que continuasse a história que havia começado, mas ele respondeu: “Então, eu presenciei alguns fatos, mas depois me desliguei porque fui morar em outro lugar. Acho que outras pessoas podem lhe informar melhor”. Mesmo Oldérico, acostumado com falas em público sobre a memória dos irmãos mortos, desconversou quando um amigo lhe perguntou o que Lamarca e Zequinha lhe falavam.

Para além das variações em relação a medo ou disposição de falar sobre os militantes ou de afirmar alguma proximidade com eles, há também distintas narrativas a respeito da prática deles e da imagem que possuíam diante da população. Algumas narrativas, a exemplo da de Euval Rosa Campos sobre Zequinha, tratam abertamente do projeto político da guerrilha. Outras, como a de Carlon Cruz, procuram focar em características mais “socialmente aceitas” de acordo com os valores hegemônicos da região à época: “a maioria dos jovens conhecia Zequinha do violão, da cachaça no bar (...) e do futebol, não das frentes de greve (...). Nem conhecia Lamarca. Conhecia o Zequinha que os pais queriam que fosse padre” (CRUZ, s/d, p. 12). Esta última frase é central pois evidencia a construção de uma memória que reforça as virtudes de Zequinha não como um militante, muito menos como militante da luta armada, mas como alguém com prestígio religioso, inserido no conjunto de valores hegemônico à época. Trata-se, portanto, de uma narrativa que evita possíveis associações entre a população da região com um projeto de guerrilha.

Para reforçar seu argumento, ao comentar sobre a narrativa dos militares, Carlon Cruz escreveu: “Tudo parecia explicável, menos que ele [Zequinha] estivesse naquele lugar para treinar camponeses para uma futura guerrilha” (CRUZ, s/d, p. 13). Para o autor, não faria sentido haver treinamento para os camponeses da região porque, para além do fato de não estarem engajados em um projeto guerrilheiro, mesmo que estivessem, não seria necessário o



treinamento pois já teriam as habilidades necessárias para tanto devido às dificuldades inerentes à sua vida sertaneja: “Qualquer vaqueiro que sabia se rasgar entre os espinhos da caatinga sem muita gravidade estaria pronto para qualquer combate” (CRUZ, s/d, p. 13).

Outra dimensão da memória é abordada por Edelzuita, que descreveu como o medo do retorno da repressão é usado politicamente por alguns candidatos locais:

Moço, o povo tem medo até hoje. Eu não tenho medo de conversar essas coisas, porque eu sei que não [vai acontecer nada], já estou cheia de idade. Eu vou ter medo de morrer? [risos] Eu não... Mas tem gente que se fosse pra contar essas coisas aí, não te contava. Vou te dizer. Uma mulher ganhou a política uns quatro mandatos [de vereadora], por causa disso. O marido dela chegava e dizia: “se vocês não votarem pra fulana, vai vir aqui, vai ter uma guerrilha, vão matar gente, vai ter tiroteio”. Ela ganhava por causa disso, por medo. E esses tempos eu vi gente dizendo: “é, vocês ficam aí... Ainda vai voltar, agora com esse negócio da ditadura, o povo do impeachment da Dilma... Ainda vai ter a ditadura e ainda vai ter a mesma coisa do Lamarca” (Edelzuita Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Repare-se que a entrevistada traz para sua narrativa uma leitura da derrubada do governo Dilma como uma ameaça à democracia, que leva os moradores de Brotas a rememorem os acontecimentos que lhes afetaram durante os anos 1970 e a temer que eles se repitam. O trecho da entrevista evidencia ainda a influência das condições do presente na formulação e enunciação das memórias do passado. A narrativa de Edelzuita, no entanto, apesar da repressão, enfatiza aspectos positivos de sua relação com os militantes: “O contato com esse pessoal deu tanto desenvolvimento para a minha vida!”, comentou ao final da entrevista.

Edvando Oliveira dos Santos, ex-padre de Brotas de Macaúbas, interpreta posições simpáticas aos militantes argumentando que os camponeses conheceram o pensamento revolucionário às avessas, pela repressão, ou seja, mesmo sem terem se engajado no MR-8 e sem nem saberem de sua existência, foram objeto da repressão pelo fato de potencialmente terem tido contato com as ideias socialistas. Assim, os camponeses teriam entendido a “maldade dos militares” e percebido que, se Zequinha e Lamarca combatiam esses militares, então seriam “do bem”. Dito em outras palavras, se o Estado usou tanta violência, foi porque o outro lado tinha algo bom a dizer (Edvando Oliveira dos Santos, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 19/09/2018).

Outras memórias, no entanto, são menos nostálgicas. Carlos Araújo, por exemplo, amigo de Zequinha residente em Ibotirama, avalia que os militantes do MR-8 achavam que



iam ter apoio da população, mas não tiveram. Ele lembra, por exemplo, que a experiência prévia dos comunistas da Coluna Prestes na Chapada Diamantina já havia sido desastrosa, dada a hostilidade com que foram recebidos pela população, que os chamava de “revoltosos”. Sua narrativa conduz para a conclusão de que o projeto político da luta armada foi imaturo e efêmero devido à falta de adesão da sociedade.

Os nomes de Zequinha e Lamarca são conhecidos pela população de toda a região. É difícil encontrar alguém com mais de 60 anos que nunca tenha ouvido falar deles. Um senhor de cerca de 50 anos relatou que, quando criança, costumava brincar de guerrinha com um primo e lembra que costumavam dizer: “Vamos começar, eu sou o Zequinha e você é o Lamarca”, em referência aos dois militantes como bons atiradores. Em um bar, em Ibotirama, no trabalho de campo que realizei em fevereiro de 2017, foi-me relatado que a dupla tinha um poder sobrenatural de não se deixar ver quando não quisessem, uma vez que haviam conseguido fugir da polícia por diversas vezes antes de serem mortos. Em um dado momento da conversa, iniciou-se um diálogo entre dois frequentadores do bar, que reproduzo aqui, não com base em gravação, mas no que anotei imediatamente ao deixar o bar:

- Ninguém sabia que eles [Zequinha e Lamarca] eram terroristas.
- Mas eles eram comunistas [com ênfase], queriam que todos tivessem as mesmas condições, que ninguém tivesse mais que ninguém.
- Mas Lamarca, dizem que ele matou muita gente, que todos que ele via quando estava em fuga, matava.
- Isso é mentira!
- Mas Zequinha, não sabemos se participou ou não [das ações armadas que resultaram em mortes] porque ele era um moço muito bom. Ele queria o bem da população.
- Eles lutavam para ficar como está agora [democracia], lutavam por liberdade (Diálogo entre dois moradores de Ibotirama em um bar da cidade, 08/02/2017).

Percebe-se aqui o conflito entre uma visão mais simpática e outra mais crítica em relação aos militantes da luta armada, desdobramento de uma disputa pela memória sobre esse período da história, que marca os embates políticos até os dias de hoje. Chama atenção que mesmo a pessoa contrária aos militantes, por conhecer Zequinha, ressaltou suas qualidades como pessoa que “queria o bem da população” e colocou em dúvida sua participação nas ações armadas.

Nos anos 2000, uma série de iniciativas no sentido de recuperar uma memória positivada dos militantes do MR-8 começaram a ser tomadas. Uma delas é a celebração



religiosa anual realizada em homenagem aos militantes mortos, na localidade de Pintada, em Ipuiara (vizinho a Brotas), local onde Zequinha e Lamarca foram mortos. A “Celebração dos Mártires”, como é chamado o evento, começou a ser realizada no ano 2000. Desde 2010, ela acontece no Memorial dos Mártires, uma capela construída por iniciativa do Bispo de Barra, Dom Luís Cappio, com recursos do Prêmio Kant de Cidadão do Mundo, que recebeu em 2009, em função de sua atuação na defesa dos direitos humanos. Em 2018 tive a oportunidade de acompanhar a celebração. Foi possível perceber na liturgia adotada uma forte influência da Teologia da Libertação, perspectiva religiosa que aproxima o catolicismo do marxismo.

Outra iniciativa foi a criação de um feriado municipal em homenagem aos militantes mortos. Samuel Crisanto, filho de Abel e Edelzuita, ex-vereador pelo Partido dos Trabalhadores no município, vinha propondo essa ideia sem sucesso, até que em 2009, na gestão do prefeito Litercílio Júnior, também do PT, a iniciativa finalmente foi concretizada e o dia 17 de setembro passou a ser oficialmente o “feriados dos mártires” no município. Repare-se que o nome atribuído ao feriado é o mesmo da celebração religiosa, o que evidencia a força da Teologia da Libertação na região.

Na cerimônia de sanção da lei que criou o feriado, estiveram presentes diversas autoridades estaduais e nacionais, dentre elas o então Ministro da Comunicação Social, Ministro Franklin Martins, que também havia sido militante do MR-8. Em seu discurso, afirmou: “Vejo aqui que, mais de 30 anos depois, a história que tentaram matar, não conseguiram”. Roque Aparecido da Silva, outro companheiro de militância de Zequinha durante sua militância em Osasco/SP, também esteve presente na cerimônia. Ele foi um dos principais entusiastas da ideia do feriado e um dos principais responsáveis pela tentativa de resgatar e registrar a história de Zequinha e Lamarca na região em função da forte amizade que construíra com Zequinha em Osasco.

A aprovação e a sanção da lei que instituiu o feriado, no entanto, não significou automaticamente uma adesão massiva da população à ideia. Embora os serviços públicos não funcionem nesse dia, na prática, boa parte da população segue trabalhando e o comércio segue funcionando. Conforme reportagem do jornal *A Tarde*, de 19/09/2009, um dos moradores entrevistados no dia da cerimônia de sanção da lei manifestou sua contrariedade à iniciativa: “Para mim, não vai ser feriado. Como é que o governo manda três mil soldados para cá? Ou eles eram muito perigosos ou eram bandidos de grande periculosidade”. Ele citou Lamarca traidor do Exército e lembrou que Zequinha ameaçara explodir uma bomba na fábrica em que trabalhava durante a greve de Osasco em 1968.

Como discutiu Favret-Saada (2007), a elaboração da memória depende de quem ouve e do contexto socio-político vigente. O medo se torna menos presente em espaços onde a memória de tais militantes é homenageada, como nos espaços anteriormente mencionados, em que a proximidade com os militantes deixa de ser motivo de acusação e passa a ser fonte de



prestígio. Os moradores de Brotas de Macaúbas, portanto, demonstram terem tido mais ou menos conexão com os militantes do MR-8 dependendo do ambiente em que se encontram. Diante do novo contexto político iniciado em 2018, a apreensão em demonstrar publicamente tal conexão tem aumentado.

Por fim, merece ainda destaque a presença relativamente frequente em Brotas de militantes que sobreviveram à ditadura, tanto do MR-8 como de outras organizações, como João Lopes Salgado, Roque Aparecido, Maria Sena, Emiliano José e Luiz Rodolpho Viveiros de Castro. Além de atuarem no sentido de reforçar o contraponto à narrativa dos militares sobre a luta armada, tais militantes contribuíram ainda no encaminhamento dos requerimentos de reparação dos camponeses mais afetados pela repressão junto à Comissão de Anistia.

Percebe-se, com isso, que o caso de Brotas de Macaúbas diferencia-se dos demais casos de tentativas reprimidas de mobilização de camponeses para a resistência revolucionária, onde essa presença de antigos militantes e esse esforço por celebrar a memória das vítimas não tem ocorrido. Além da influência da Teologia da Libertação, o fato de Lamarca, um dos ícones da resistência armada à ditadura, ter sido ali assassinado certamente ajuda a entender a especificidade da região. Tal constatação corrobora com o argumento anteriormente apresentado a respeito da importância de se direcionar esforços no sentido de dar visibilidade aos casos de repressão que envolvem não apenas os militantes, mas também as pessoas comuns, não necessariamente engajadas politicamente, mas também afetadas pela violência do regime.

Considerações finais

A repressão violenta e o apoio de parte significativa da população aos militares fizeram com que a experiência do MR-8 na Chapada fosse interrompida ainda em seu momento inicial. Embora já contasse com a adesão de alguns camponeses, ainda dependia de um longo trabalho político para ganhar alguma força.

A atuação dos militares foi marcada por uma ambivalência na medida em que, por um lado, atuava com agressividade para pressionar os camponeses a dar informações sobre Zequinha e Lamarca e, por outro, prestava diversos serviços de assistência. Dessa forma, apesar da insatisfação sentida pelos camponeses mais afetados pela violência, os militares foram capazes de exercer a dominação do Estado a que se refere Weber (1973) e o controle social a que se refere Foucault (2003; 2015).

Neste trabalho, procurei destacar a repressão sofrida pelos camponeses mais próximos da família Barreto, que passaram a ser vistos como potenciais aliados dos militantes. Este



esforço por dar visibilidade às violências geralmente esquecidas ou pouco valorizadas faz parte de um movimento mais amplo de acadêmicos e atores da sociedade civil, que ganhou força na década de 2010 a partir das diversas iniciativas da justiça de transição inspiradas na tradição benjaminiana, que compreende a recuperação dessas memórias como uma forma de “redenção da história”, de libertação de identidades oprimidas e de recuperação de esperanças (BENJAMIN, 1987, CYRULNIK, 2009).

Dentre os trabalhos que fazem parte desse movimento, com foco na repressão no campo, destacam-se Carneiro e Ciaccari (2011), Viana (2013), Sauer e Saraiva (2015), Ciocari (2015), Welch (2015), Fernandes (2015), Medeiros (2018) e Teló (2018). O pressuposto que informa o esforço desses autores e no qual este trabalho se insere é que o resgate da história da repressão, especialmente aquela sofrida por pessoas que encontram mais dificuldade em fazer suas experiências conhecidas, é uma forma de percorrer o caminho inverso da desumanização que sofreram durante a ditadura e reparar, mesmo que parcialmente, os danos que sofreram.

Diferentes narrativas sobre o episódio são apresentadas entre os antigos moradores, numa disputa pela memória que envolve medos e esforços pela valorização da luta pela democracia. Nesse sentido, ganha relevância a atuação de antigos militantes e de líderes religiosos na tentativa de atribuir positividade à memória dos militantes mortos e do projeto revolucionário que conduziam contra a ditadura em vigor naquele momento.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985* – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CIOCCARI, Marta. Reconstruindo memórias traumáticas: camponeses e o regime militar. In: *Retratos dos Assentamentos*. Vol.18, No.2, 2015.

CRUZ, Carlon. *Lamarca*. Brotas de Macaúbas e Olilveira dos Brejinhos/BA: edição do autor, s/d.

CODARIN, Vitor. *A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Grupo Tortura Nunca Mais e Núcleo de Estudos da Violência. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.



- FAVRET-SAADA, Jeanne. The way things are said. In: *Ethnographic Fieldwork: an anthropological reader*. Blackwell Publishing, 2007.
- FERNANDES, Pádua. As terras indígenas e a (in)justiça de transição: o Supremo Tribunal Federal e a legitimação dos crimes da ditadura militar. In: *V Seminário Nacional Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais*. Vitória, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GUIMARÃES, Plínio F. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.
- INSTITUTO ZEQUINHA BARRETO. *Zequinha Barreto: um revolucionário brasileiro*. Osasco/SP: Sindicato dos Químicos e Instituto Zequinha Barreto, 2008.
- MEDEIROS, Leonilde. (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- NOVAES, Regina. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Neide [et al.]. *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 2010.
- SAUER, Sergio e SARAIVA, Regina F. Violência, Repressão e Resistências Camponesas: reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. In: *Retratos dos Assentamentos*. V.18, N. 2, 2015.
- TELÓ, Fabricio. Terra e Justiça de Transição no Brasil. In: *VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- _____. *Organizações armadas e camponesas: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- VIANA, Gilney. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1973.
- WELCH, Cliff. Camponeses, a verdade e a história da ditadura em São Paulo: In: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol.6, n. 11, 2014.



QUANDO AS REGRAS DA MORADA GERARAM REVOLTA: UMA REINTERPRETAÇÃO DA EMERGÊNCIA DAS LIGAS CAMPONESAS

Eduardo Guandalini Genaro¹

Ramonildes Alves Gomes²

Resumo

Este artigo³ discute o processo de ressignificação dos valores atribuídos ao sistema de moradia pelos participantes das Ligas Camponesas na Paraíba, datada do final da década de 1950 e início da década de 1960. A constatação de que os agentes que mais se mobilizaram nas Ligas foram os foreiros, contrasta com a indicação de que estes são os moradores que mais internalizavam as regras da moradia (PALMEIRA, 2009). A pesquisa problematiza a mudança da relação entre os moradores e os grandes proprietários, observando que os valores do sistema de moradia são ressignificados pelos moradores na mobilização das Ligas, de maneira a constituir traços de continuidade e descontinuidade entre os símbolos, o repertório do movimento e a moralidade destes agentes referentes ao sistema de moradia. O artigo busca analisar este fato a partir da relação entre moralidade e revolta, com destaque para a questão de como os agentes que mais partilhavam as regras morais da moradia foram os que mais se mobilizaram nas Ligas. Para o acesso as narrativas dos participantes do movimento foram utilizadas fontes orais de segunda mão, ou seja, através de recortes de entrevistas apresentadas nas obras das pesquisadoras Maria do Socorro Rangel (2000), Regina Novaes (1997), e de entrevistas completas apresentadas na obra organizada pela religiosa Irmã Tonny Van Ham (2006). A pesquisa utilizou de uma abordagem hermenêutica para analisar as narrativas destes agentes.

Palavras-chaves: Ligas camponesas; Sistema de moradia; Movimentos Sociais; Moralidade; História oral.

¹Bacharel em Ciências Sociais pela UEL, Mestre em Ciências Sociais pela UFCG e doutorando no PPGCS/UFCG. Bolsista CNPq. E-mail: edugenaro@gmail.com

²Doutora em Sociologia, Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rnildes@hotmail.com

³ O conteúdo deste artigo foi feito a partir de parte do último capítulo da dissertação do autor, concluída em fevereiro de 2019: **Do fogo de monturo à chama das Ligas Camponesas** (GENARO, 2019).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Introdução

O período do pós-Segunda Guerra Mundial é marcado pelo início da crise do sistema de moradia na região canavieira da Paraíba e de Pernambuco, sendo que este contexto inicia com intensidade o processo de expulsão do campo. O morador era um trabalhador que chegava ao engenho e pedia moradia e trabalho ao grande proprietário, o qual concedia e juntava um pedaço de terra – o roçado – onde esse podia plantar. Os moradores idealizavam um passado em que todos recebiam sítios – pedaço de terra para além do roçado, que tornava o morador de condição em foreiro -, o que indica apenas a existência desta possibilidade, que passa a ser fechada com o aumento da monocultura da cana na década de 1950 que contribuiu com o processo de expulsão dos moradores (PALMEIRA, 2009). A expulsão do campo é explicada por Francisco de Oliveira (2008) a partir da imposição do padrão de acumulação industrial do Centro-Sul aos grandes proprietários da economia canavieira que, conjuntamente a alta dos preços do açúcar e ao apoio estatal, favorecia a dissolução do sistema de moradia e o emprego de trabalho mais próximo à mão de obra assalariada. Este período foi marcado por tensionamentos entre trabalhadores rurais e camponeses contra grandes proprietários em uma amplitude e intensidade antes não apresentada, de modo que estes conflitos se somaram as tensões nacionais entre setores mais progressistas em contraposição a grupos mais conservadores, que se desdobraram em ampla repressão contra sindicatos e associações tanto urbanos quanto rurais e no golpe militar de 1964.

As Ligas Camponesas constituíram associações que se mobilizaram contrariamente ao processo de expulsão do campo entre 1955 e 1964, predominantemente no Nordeste, sendo estas permeadas por diversas demandas vindas do campesinato e pelos tensionamentos entre as lideranças políticas que disputavam o controle do movimento, destacando-se nesta disputa o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Francisco Julião, advogado e político do Partido Socialista Brasileiro, que acabou se tornando a liderança mais influente na mobilização das Ligas.

Este trabalho objetiva refletir sobre a relação entre a maneira como os moradores mobilizavam as regras da moradia e a resignificação de valores a respeito do trabalho na terra e da relação com o grande proprietário no contexto de mobilização das Ligas, visando entender como os agentes que mais compartilhavam os valores do sistema de moradia foram os que mais se mobilizaram nas Ligas Camponesas. A relação entre moralidade e revolta é o pano de fundo da discussão.



Das experiências do sistema de moradia à revolta

As experiências vivenciadas nas relações da moradia foram fundamentais para determinar a vinculação dos trabalhadores rurais e camponeses⁴ às Ligas Camponesas. As experiências de “libertos” e “sujeitos”⁵ diferenciavam esta participação, assim como diferenciava as percepções destes sobre os grandes proprietários e sobre a busca por autonomia do trabalho. A fala de Antônio Joaquim, que foi um morador foreiro expulso que participou das Ligas, concedida a Rangel (2000), expressa a relação entre esta vivência anterior e a vinculação com as Ligas:

Por essa experiência eu posso lhe dizer, que aquele tempo do sítio foi o tempo melhor que eu vivi na vida, porque o grande benefício pra humanidade é a pobreza ter assim um sitiozinho pra morar, trabaiá e ter sossego. Uma rocinha que seja, é benefício, grande, num sabe? Num tem coisa mais melhor não.

Por isso, eu entrei na Liga né, que era pra ter terra assim pra trabaiá e viver nela. Ser liberto é lutar pelo o que é da gente e não viver assim jogado num canto pro outro, na incerteza. Sei disso, porque já tinha sido livre né, meio livre e perdi tudo, acabou-se tudo, e a Liga deu esperança em nós. Mas também acabou-se tudo. (ANTÔNIO JOAQUIM, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 270)

A fala dele expressa uma ambiguidade sobre ser liberto ou “quase liberto”, de modo que ao associar a posição de foreiro com a liberdade e ao indicar sua condição como a de “quase liberto”, ele se coloca como tendo enfrentado limitações nesta vivência de liberdade tão valorizada por ele. A motivação para filiar-se às Ligas é associada, como em muitas outras falas, a expectativa de alcançar a

⁴ Os termos trabalhador rural e camponês remetem aos diversos agentes que trabalhavam no campo. Lideranças das Ligas, como Julião (1962), diferenciam os termos associando camponeses a posição dos moradores e trabalhadores rurais a posições mais assalariadas. Esta concepção mantém reflexividade com algumas discussões acadêmicas, o que explica que pesquisas sobre o sistema de moradia (PALMEIRA, 2009; SIGAUD, 1980; GARCIA JR. 1989;) e sobre as Ligas (BASTOS 1984) também diferenciavam estas categorias a partir da relação de trabalho, entretanto estes diversos autores usam essas categorias de maneira diversa – e não são todos que as definem especificamente pela relação de trabalho -, sendo que alguns as usam como sinônimos. Para o presente estudo nos atentamos que as diversas posições sociais que trabalhavam no campo estavam envolvidas nas relações do sistema de moradia, de modo que a moralidade que permeia estas relações permite a construção de uma campesinidade de “morador”, mas esta não necessariamente ocorre. O termo camponês também pode remeter a uma identidade política. Neste texto usaremos o termo camponês como identidade política para se referir ao último caso, o termo morador para os agentes que vivem na grande propriedade, e os termos trabalhadores rurais e camponeses para remeter a todas as posições sociais que eram envolvidas nas relações do sistema de moradia.

⁵ Afrânio Garcia Jr. (1989) indica que os termos “sujeito” e “encabrestados” eram usados para se referir aos agentes em posição de maior dependência para com o grande proprietário, em contraste com os agentes “libertos”, que eram os com condição mais autônoma.



liberdade do trabalho autônomo na terra, sendo marcante que ele indica que o motivo dele lutar por esta liberdade é o fato de já tê-la vivenciado, ou “quase vivenciado”. Esta fala ajuda a explicar os motivos de os foreiros serem os agentes que mais participaram das Ligas, visto que as experiências destes eram, dentro da relação de moradia na grande propriedade, as que mais se aproximavam desta liberdade idealizada por estes agentes.

As narrativas dos moradores contrastam uma época em que a vivência desta “liberdade” era possível e um momento em que esta é fechada pelos grandes proprietários. Esta ruptura é marcada por uma mudança nas relações entre moradores e grandes proprietários, visto que os últimos passam a retirar terras dos sítios dos foreiros e a intensificar o trabalho dos moradores nas plantações de cana. Este processo é colocado pelos moradores como um momento de frustração e revolta contra os grandes proprietários, como se pode ver na fala de Isabel, que era moradora em uma fazenda em Sapé:

Isabel: Os morador. Eles eram rendeiros, tinham seus sítios, pagavam os direitos deles, né? Eles plantavam cana, plantava verdura, toda semana saía dois, três carros de verdura, só dessa família Fernando, que botava lá os carros e pegavam para ir vender, lá em João Pessoa; verdura. Aí começou João Gomes o administrador, aí, foi tomando o terreno do pessoal. Tomando o terreno do pessoal, porque o pessoal estava ficando rico, mais rico do que o proprietário. E isso causou a história das Ligas Camponesas, eles tomando o terreno do povo. O povo pagava os direitos e ele deixando o povo apenas com o terreninho da casa e uma pouca coisinha para trabalhar. (...) Aí, como ele fez isso com o povo, o povo disse: - Agora vamos fazer um direito. O povo agora vai ter direito nos terrenos deles. (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 223).

Tonny: Quem dizia?

Isabel: O pessoal de João Pedro⁶, né. Vamos recuperar os terrenos de vocês e vocês pagam os direitos de vocês. Tem direito à moradia. Vocês pagam o direito de vocês. (...) (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.224)

A narrativa associa um direito pago pelo foreiro ao grande proprietário – o foro, pelo qual o foreiro tinha direito em usar o sítio – e um direito pago as Ligas – o pagamento da associação ou sindicato das Ligas, pelo qual o morador se tornava membro das Ligas e acessava os serviços prestados por esta -, de modo a demonstrar uma relação entre o direito de usar à terra pelas regras do sistema de moradia e a forma de acesso à terra pela mobilização nas Ligas, em contraposição ao grande proprietário⁷. Estes dois momentos são marcados pela ruptura da concessão de terras pelo grande proprietário, assim é comum nas narrativas apresentadas por Van Ham (2006) que este passe a ser

⁶ Liderança que fundou a Liga de Sapé e foi assassinado em 1962. Sendo que sua esposa Elizabeth Teixeira assume a liderança desta posteriormente.

⁷ Isso é analisado em mais profundidade em Genaro (2019).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



representado como alguém ambicioso que queria plantar cana sobre as terras dos moradores. Desta maneira, a mudança da dinâmica entre grande proprietário e morador é marcada pela ruptura das obrigações mútuas entre estes, sendo que quem inicia a ruptura são os grandes proprietários, no momento em que impedem o acesso à terra e aumentam o trabalho na lavoura de cana. Assim as obrigações do grande proprietário para com seus moradores, que iam da concessão de terras à prestação de serviços – médico, dentista entre outros – e segurança, são interrompidas neste contexto.

Novaes (1997) ressalta que o critério que determinava a entrada nas Ligas era a vivência de crises nas quais as relações tradicionais se rompiam. Esta fala vai em concordância com os apontamentos já feitos, sobre como a quebra das obrigações mútuas das relações de moradia, por parte dos grandes proprietários, significava o não atendimento de diversas demandas dos moradores, como serviços e proteção. A concessão de sítios é uma destas atividades que deixa de ser efetivada no período da expansão da cana, de modo que significava uma ruptura nas experiências de acesso à terra que eram compartilhadas pelos moradores. A concessão de sítios passava a ser fechada o que rompeu com as expectativas destes agentes, que visavam um dia se tornarem foreiros, ou esperavam manter uma condição de trabalhadores mais autônomos.

Rangel (2000), ao falar sobre a relevância de analisar as experiências dos participantes das Ligas para o entendimento da relação entre experiências vivenciadas nas relações do sistema de moradia e a reelaboração da demanda por terra na mobilização política. Ela afirma que as expectativas dos moradores foram reelaboradas no contexto da expulsão do campo, de modo a permitir diversos enfrentamentos às relações vigentes no sistema de moradia e aos grandes proprietários, mas, produzindo narrativas que oscilam na ambiguidade de enfrentar estas relações do passado, ao mesmo tempo, desejando, de certa maneira, recriá-las. Rangel ressalta que o fato da idealização do passado⁸ marcar o discurso destes agentes não significa que suas experiências de demanda por terra não tenham sido reelaboradas na mobilização das Ligas.

Nas relações que compunham o sistema de moradia, o acesso à terra era constituído pela internalização das regras da moradia (PALMEIRA, 2009). Os foreiros eram os agentes que mais compartilhavam os valores das regras da moradia, o que significava uma aproximação com os valores dos grandes proprietários. No contexto de mobilização das Ligas o acesso à terra começa a ser marcado pelo enfrentamento ao grande proprietário e não pela proximidade para com este. Entretanto as narrativas sobre as reivindicações por terra não são marcadas apenas por descontinuidades em relação aos valores do sistema de moradia, visto que as motivações dos moradores em participarem das Ligas remetem a ideia de reconstituir o “direito” de acesso à terra, como se observa na fala de Isabel (RANGEL, 2000) mencionada em outro momento, mas por outras vias. Assim podemos observar que se o repertório⁹, as narrativas e os símbolos mobilizados pelos moradores participantes das Ligas contrastam com as experiências da moradia, estes mantêm traços de continuidade com as experiências da moradia, sendo que significam a reconfiguração¹⁰ da expectativa de trabalho autônomo na terra pelos moradores a partir de uma outra percepção.

⁸ Lygia Sigaud (1980) trabalha esta questão.

⁹ Tilly (2010)

¹⁰ Sobre a noção de figuração nos baseamos em Elias (1999).



A percepção desta reconfiguração da expectativa por terra permite discordar de apontamentos como o de Novaes (1997), que indica que a identidade política camponesa se construiu no processo contrastivo com os latifundiários sem ter relação com valores em comum partilhados anteriormente. Os moradores que participavam das Ligas acionavam uma identidade política camponesa¹¹ para se diferenciar dos moradores que permaneciam “encabrestados”, assim como de sua própria vivência passada e para se opor aos latifundiários. Por mais que este contraste tenha sido fundamental para a emergência de uma identidade política que rompia com características determinantes da morada, este não foi o único elemento constituidor desta identidade, tendo em vista que as experiências anteriores, principalmente no que tange a como a expectativa por alcançar uma posição social na qual fosse possível realizar um trabalho autônomo – sendo que esta expectativa envolve diversos valores -, motivaram diversas ressignificações, no contexto de expulsão do campo, que permitiram o enfrentamento aos grandes proprietários. A própria Novaes (1997) colabora com estes indicativos ao indicar como diversos valores do catolicismo popular foram ressignificados nesta mobilização.

Rangel (2000) afirma que muitas pesquisas, como as de Celso Furtado (1964) e Manoel Correia de Andrade (1986), tendem a analisar o sistema de moradia como um espaço de dominação no qual o camponês é isolado politicamente e não têm espaço para resistência. Ela afirma que estes escritos tinham a pretensão de realizar uma denúncia política sobre as condições destes camponeses e trabalhadores rurais, mas que esta análise acaba por não se atentar as diversas formas de resistência e aos enfrentamentos existentes dentro das grandes propriedades. A não observação destas resistências permite, segundo a autora, entender porque as Ligas foram colocadas em diversas obras como experiências inusitadas e incontroláveis.

No sistema de moradia, a expectativa pelo trabalho autônomo era ligada a uma maneira de interpretar a realidade, na qual diversos valores constituíam uma moralidade a respeito de que tipo relação permitia ter acesso a posse de um sítio. Esses valores eram ideológicos na medida em que justificavam a perspectiva dos grandes proprietários a respeito das relações de poder, como se percebe no fato de que os moradores tinham de internalizar as regras da morada e demonstrarem obediência para serem valorizados a ponto de conseguirem a permissão de ter um sítio. Mannheim (1982) em sua sociologia do conhecimento, ressalta como as ideologias dos diversos grupos dominantes, assim como as utopias¹² dos grupos dominados, se apoiam em elementos utópicos e ideológicos. Neste sentido, a ideologia não se resume a constituição apenas de valores ideológicos (no sentido de elementos que visam conservar o equilíbrio de poder existente), mas contém também

¹¹ Novaes (1997) cita falas de participantes das Ligas na qual estes diferenciam quem era e quem não era camponês. Assim o termo camponês tomava um contorno de identidade política associada a quem participava e apoiava as Ligas e os sindicatos, em contraste com os outros moradores que não participavam pois tinham medo. Assim “medo” e “coragem” eram termos diferenciadores no uso desta identidade.

¹² A utopia é entendida aqui como uma cosmovisão que visa a mudança social no sentido da democratização, sendo contraposta às cosmovisões ideológicas, que visam a manutenção do equilíbrio de poder existente. Em ambos os casos se tratam de formas simbólicas e neste sentido são valorativas, sendo que a perspectiva da pesquisa não considera possível a existência de formas simbólicas não valorativas. A questão é que utopias e ideologias não podem ser vistas apenas como distorção da realidade, como se houvesse alguma forma de pensamento não distorcida e exata da realidade social. Neste sentido quando se indica a existência de uma utopia isto não significa que esta seja uma visão irrealizável do mundo social, mas uma maneira de interpretar o mundo que valoriza esta realidade no sentido da mudança social.



elementos utópicos (no sentido de elementos que representam as possibilidades de mudança nos equilíbrios de poder que tornem a configuração menos desigual). O que o autor ressalta com isto é que estas visões de mundo, que podem se constituir em ideologias ou em utopias, não são tão fixas em suas tendências, mas constituem formas de valorização e significação que compartilham elementos entre as visões de mundo dos grupos dominados e dominantes, de modo que uma ideologia pode ser ressignificada pelos dominados em contraposição ao grupo dominante.

A busca por um sítio, na narrativa de um morador, compartilhava de diversos valores ideológicos da perspectiva dos grandes proprietários, mas também apresentava significações diferentes que as dos latifundiários, como se percebe nas narrativas de moradores concedidas à Van Ham (2006)¹³ e também nos recortes de entrevista apresentados por Rangel (2000), em que estes que se apoiam na religião para indicar que a terra deveria ser de todos¹⁴ assim como em outra falas em que os roçados e sítios são associados ao trabalho dos moradores nestes e não a um prêmio concedido pelos grandes proprietários¹⁵. Estas narrativas a respeito da busca pela realização de um trabalho autônomo produziam uma contraideologia, que poderia ou não se desdobrar em uma utopia. Neste sentido a contraideologia se apoia na cosmovisão ideológica dos dominantes, compartilhando com esta de diversos valores, mas que são ressignificados pelos dominados, de modo que reflete uma visão da realidade – uma ontologia – diferente da cosmovisão e do *ethos* dos grandes proprietários. As diversas formas de resistência cotidiana apresentadas pelos moradores se apoiavam em valores que se contrapunham aos dos grandes proprietários, o que permite entender como estas contraideologias permitiam um enfrentamento – que, justamente por se apoiar nas regras morais da morada, sempre apresentava diversas ambiguidades – aos grandes proprietários.

Como James Scott (2000) ressalta, as formas de resistência cotidiana constituem enfrentamentos as concepções hegemônicas¹⁶ a partir das transcrições dos dominados, de maneira a realizarem um enfrentamento político, se tomarmos este termo de maneira a abranger as relações cotidianas que envolvem posições de decisão – isto é, alguma autoridade -, e não apenas os enfrentamentos abertos que envolvem o Estado. A mobilização das Ligas, ao ressignificarem os valores das regras da morada em demandas políticas – agora no sentido de demandas abertas -, permitem a interpretação de que as contraideologias dos moradores, as quais fomentavam suas formas de resistência cotidiana, fundamentaram concepções utópicas a respeito da possibilidade da posse da terra a partir da bandeira da reforma agrária.

¹³ Uma fala apresentada em Van Ham (2006, p.375) indica que o objetivo das Ligas era que não houvesse mais donos de terras, porque terra era para “trabalhar”, com isso indicando que deveriam haver “terras de trabalho”, como eram concebidos os sítios, roçados e pequenas propriedades.

¹⁴ Em uma destas falas um morador que participou das Ligas afirma para Rangel (2000, p.325-326) que Deus fez a terra para todos, indicando que ele a fez liberta e que, por isso, o pobre deveria ter terra.

¹⁵ Bastos (1984) também apresenta esta diferenciação realizada pelos moradores.

¹⁶ Como estamos nos baseando em Mannheim (1982) – mesmo que mantendo distanciamento de seu método e de certas concepções teóricas – para falar sobre ideologia, cabe ressaltar que este autor não trabalha o termo hegemonia em sua sociologia do conhecimento. A distinção entre hegemonia e ideologia se realiza pela segunda ser sempre uma perspectiva política ligada a um grupo (como os grandes proprietários ou os capitalistas industriais), enquanto a hegemonia remete a valores aceitos por diversos grupos sociais, mesmo que de modo ressignificado por cada um destes, sendo que há forte relação entre ideologia e hegemonia, mas estas não são a mesma coisa.



O entendimento de como ocorreu a passagem de uma concepção ideológica sobre o acesso aos sítios pelos moradores, para uma perspectiva de que este acesso envolvia a contraposição aos grandes proprietários exige a análise de quais eram os fatores determinantes da participação destes agentes na mobilização das Ligas. Os moradores que não se mobilizavam eram aqueles cuja expansão da cana não atingia diretamente sua posição, ou atingia com menor intensidade, e que receberam maior influência das falas dos grandes proprietários sobre o movimento, antes que este chegasse as propriedades em que moravam¹⁷. As categorias que mais se mobilizaram foram as que tinham posições mais autônomas, os foreiros, que já tinham vivenciado uma experiência de “liberdade”, ou “quase liberdade”. As narrativas concedidas a Van Ham (2006) indicam que as áreas de usina – as quais tem menos foreiros que os engenhos – apresentaram menor participação de moradores nas Ligas, o que permite entender que as áreas e posições sociais mobilizadas não eram as que apresentavam piores condições de vida, ou que decaíam para uma condição de vida pior em relação as outras, mas sim as áreas com mais foreiros, que tinham uma perda de posição social que muitas vezes os igualavam a outras posições sociais mais dependentes, ou até os deixavam em posições próximas a estas, mas ainda superiores a destes. Assim, o que explica a mobilização dos foreiros não era simplesmente a piora das condições de vida, mas a quebra do horizonte de expectativas¹⁸ destes agentes envolvida nesta piora de condições. Os foreiros eram os agentes que mais vivenciaram experiências da realização de um trabalho autônomo, o que explica porque eram os agentes que, neste contexto de expulsão do campo, mais tiveram as expectativas quebradas.

O relato de Vicente que era morador da fazenda São Salvador, em Sapé, indica uma relação entre esta quebra de expectativa com relação a posse da terra e a mobilização das Ligas:

Vicente: Em São Salvador, nós tínhamos um companheiro, que tinha uma vargem, que era plantada de cana¹⁹. Antes de haver agitação mesmo, aí, o proprietário, o administrador, o tal de João Gomes, administrador de Antonio Meireles, foi, tomou esta vargem do morador. Plantou de cana pra Usina. E lá vai, e depois começou a agitação das Ligas, dos trabalhadores mesmo, né, querendo tomar àquilo que era dele, porque ia pagando o direito daquilo. E então, ele [o camponês]²⁰ tinha o movimento dele e plantava a caninha caiana dele, um pé de verdura, umas coisas assim, que foi tomado pela fazenda. E queria que voltasse para a mão dele. Então, através da Liga de João Pedro Teixeira, aí foi construído um grupo de homens para na 2ª feira ir arrancar cana da Fazenda. Todo mundo de

¹⁷ Os apontamentos são feitos com base nas regiões em que as Ligas foram mais ativas e as falas de participantes do movimento concedidas à Van Ham (2006). A análise dessas indicações pode ser melhor observada em Genaro (2019).

¹⁸ Rangel (2000) também interpreta que a quebra do “sonho” de um dia ter um sítio ou de permanecer neste, marca profundamente as experiências dos agentes que participaram das Ligas.

¹⁹ Andrade (1986) também indica que havia pequenos proprietários que plantavam cana-de-açúcar para rapadura e mel, entretanto, no século XX, como indicado por Palmeira (2009) o plantio de cana por arrendatários e parceiros é reduzido, predominando o plantio pela grande propriedade.

²⁰ Nota do documento original



enxadeco para arrancar a cepa da cana²¹. (...) (VICENTE, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.386)

A fala de Vicente indica que os trabalhadores queriam o que era deles e, logo após, indica que o morador que teve o plantio arrancado queria que a terra “voltasse para a mão dele”. Esta expressão ganha muito significado para o entendimento da relação entre a mobilização das Ligas e a participação dos foreiros, visto que ela remete a possibilidade de ter acesso à terra, assim como expressa uma experiência passada em que a terra estava “nas mãos” deste morador. Essa vivência passada, de um trabalho autônomo, era permeada por diversos valores a respeito da relação com a terra e com os grandes proprietários, os quais foram mobilizados em diversos momentos para permitir o acesso ao sítio e a permanência neste. Os foreiros eram os que mais tinham acesso aos acordos cotidianos²² com os grandes proprietários por terem maior proximidade destes, devido a serem valorizados por expressarem os valores ideológicos da morada.

Novaes (1997) ressalta como foram os foreiros, que eram os que mais internalizavam as regras da morada, os que foram os primeiros a se mobilizar nas Ligas, no momento em que sua posição anterior começa a ser ameaçada, utilizando de sua posição mais privilegiada – em relação aos outros moradores – para demandar a terra em novos moldes, sem o cambão e a partir de outra perspectiva com relação aos grandes proprietários. A explicação desta tomada de posição dos foreiros pode ser entendida a partir da comparação de suas narrativas com a dos moradores de condição.

As entrevistas concedidas a Van Ham (2006), a Novaes (1997) e a Rangel (2000) indicam que os moradores de condição também apresentavam expectativas em ascender para posições mais autônomas - como a posição de foreiro -, sendo que a distinção desta expectativa em relação às dos foreiros remete às associações que estas diferentes categorias realizavam a respeito do acesso à terra e das relações com os grandes proprietários. Duas narrativas apresentadas por Rangel (2000), foram as de Antônio Joaquim e a de Severino, ambos foreiros. O primeiro expressa como respeitava as regras da morada e tinha um sítio que sentia como se fosse seu, sendo que em determinado momento o proprietário indica que precisava da terra e o envia para um sítio em que as condições de plantio não eram favoráveis. Ele segue relatando como houve um aumento das suas obrigações com o proprietário e como ele sentia isto como uma injustiça. Ao final, ele acaba perdendo as condições de pagar o foro e decide desistir deste outro sítio. Durante sua narrativa ele expressa contraposições ao grande proprietário, associando a injustiça a ações deste e afirma que sua participação nas Ligas Camponesas era relacionada com a expectativa de viver “liberto” novamente (visto que ele já tinha sido “quase liberto”²³ antes). O outro caso é de Severino, que expressa como considerava o

²¹ Ele prossegue falando sobre como conseguiram realizar o mutirão e plantar no sítio deste outro morador (VAN HAM, 2006).

²² Trata-se de momentos em que os moradores expressam suas demandas de maneira dissimulada aos grandes proprietários, de forma a caracterizar uma forma de resistência cotidiana (SCOTT, 2000). Os moradores que conseguiam melhores acordos tinham melhores ganhos, ou evitavam mais perdas, que os outros. Evidente que não era toda conversa entre morador e grande proprietário que manifestava alguma forma de resistência, se tratando de um tipo de ação específica. A questão foi mais trabalhada em Genaro (2019).

²³ Trata-se do caso trazido no começo deste artigo.



proprietário um “bom homem” e indica que tinha proximidade com este, mas indica que, a entrada de um administrador e a saída do patrão para a cidade, coincidem com o período em que a cana começa a tomar conta dos sítios, sendo que ele perde parte de seu sítio por não conseguir trabalhar em todo este, visto que seu sítio era bem grande – o que tem relação com a proximidade que este mantinha com o grande proprietário -, e ele não podia contar com a ajuda de seus filhos, que estavam sendo obrigados a trabalhar na cana. Ele tenta negociar para que seus filhos pudessem trabalhar no sítio, o que é negado pelo administrador, sendo este fato interpretado como uma grande injustiça por Severino. O aumento do cambão e a dificuldade de trabalhar no sítio sozinho o fazem ficar em situação pior, o que gera a ordem do administrador para que ele cedesse o resto do seu sítio, o que ele nega, como se observa:

Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora, e a ambição dele cresceu para cima do meu canto. Aí não teve outro jeito se não enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali eu não podia sair, não senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criado meus filho tudo e não podia sair, não senhora. Foi aí que um clarão alumiu o meu juízo e eu pensei, era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. É isso que eu posso lhe dizer (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 277).

Ao se recusar a sair Severino é reprimido pelo administrador, que sequer o deixa colher o que ele plantou, e sem piedade, destrói a plantação na presença do próprio Severino. Este foreiro também associa essa expansão da cana a falta de liberdade e a ambição do administrador e do patrão. Rangel (2000), ao comparar estas duas narrativas, explicita como Antônio Joaquim demonstra maior distanciamento para com o grande proprietário e toma escolhas de ir negociando pequenos acordos para ir mantendo certa condição, enquanto Severino, que era mais próximo ao grande proprietário, após ter a tentativa de fazer um acordo negada, decide agir em oposição explícita ao administrador, o que resultou em uma repressão direta. Por mais que as trajetórias destes dois foreiros apresentem estas diferenças, cabe observar que ambas relacionam um “tempo bom”, em que valorizavam positivamente às regras da morada, compartilhando assim de diversos valores com os grandes proprietários, os quais cumpriam suas obrigações quanto a estes valores partilhados, e um “tempo ruim”, em que ressignificam a figura do grande proprietário, como uma figura ambiciosa da qual se contrapõem. Por fim, ambas interpretam a proibição de ter o sítio como uma injustiça e associam esta situação a falta de liberdade, sendo que Antônio Joaquim chega a associar explicitamente sua participação nas Ligas a essa procura pela liberdade do trabalho autônomo.



Outras três narrativas apresentadas por Rangel (2000)²⁴, mas agora de moradores de condição, permitem um contraste relevante para a pesquisa. Ao narrar sua trajetória, Nilo indica contraposição a seu patrão no momento em que demonstra sentir uma sensação de injustiça por não poder plantar e expressa que almejava uma posição mais “liberta”. A trajetória de Raimundo é marcada pela constante troca de fazendas em que morou, de modo que ele expressa um desencanto quanto a possibilidade de ter um roçado, sendo que ele interpreta a impossibilidade de conseguir um sítio como uma injustiça, mas não a associa a um grande proprietário em específico, mas, em certo momento, demonstra grande revolta contra um administrador em suas falas. Damião, segundo Rangel, não diferencia em seu discurso, um “tempo bom” e um “tempo ruim”, ele afirma que via o acordo da condição como “justo”, mas expressa que não era uma relação que o agradava. Ele expressa uma sensação de injustiça no momento em que os sítios vão sendo tomados pela cana e que a condição (trabalho não pago na plantação do grande proprietário) vai aumentando, sendo que afirma que a terra se “fechou como aço”. Ele também expressa revolta contra o patrão e associa a sua entrada nas Ligas a busca por liberdade.

As semelhanças com as narrativas dos foreiros são evidentes, visto que todas elas expressam uma sensação de injustiça por não poderem mais plantar e pela perda da possibilidade de ter um sítio, sendo que algumas delas compartilham a busca por “liberdade”, remetendo a possibilidade de terem um trabalho autônomo sobre a terra. Outra semelhança está em que alguns expressam certa revolta contra o grande proprietário. A diferença aparece neste ponto, sendo que quando os moradores de condição expressam certa revolta contra o grande proprietário, eles não expressam a existência de um “tempo bom”, que fosse por eles valorizado como tendo regras e relações justas para com o latifundiário, enquanto que as narrativas dos foreiros são marcadas por este contraste de um momento em que o patrão é visto como “bom”, para um momento de revolta, na qual este retira os sítios e afeta a liberdade destes agentes.

As narrativas de ambas as posições sociais expressavam traços em comum quanto a perda da expectativa de ter um sítio, mas o faziam com intensidades distintas, visto que, se os moradores de condição expressam este período, como faz Damião, como um momento em que a terra se “fecha como aço”, em que o mundo parece “de cabeça para baixo”, os outros agentes expressam um sentimento de revolta e de muito sofrimento por terem perdido seus sítios, assim os moradores de condição viviam esta quebra no horizonte de expectativa como uma perda de um “sonho” de ter terra um dia, enquanto os foreiros a viviam como a perda da terra por eles valorizadas. Esta perda expressa como estes agentes tinham mais disposição para, no momento em que os proprietários quebram as regras da morada, demonstrarem uma ira moral²⁵ mais intensa. Entretanto, se esta diferença entre as posições sociais é relevante, cabe indicar que narrativas como a de Damião, também expressam uma forte associação entre perda de expectativa por ter terra e busca de liberdade, o que é uma característica marcante das motivações dos agentes que participaram das

²⁴ As entrevistas de Rangel (2000) procuraram estabelecer uma trajetória desde antes da expansão da cana até o momento em que estes agentes se filiam as Ligas. As entrevistas realizadas por Van Ham (2006) se concentraram mais na participação no movimento, o que acabou não permitindo fazer a mesma relação aqui trabalhada com todas as entrevistas.

²⁵ Como definido por Barrington Moore Jr. (1987)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Ligas, o que indica que diversos moradores de condição também expressavam grande revolta contra os grandes proprietários e valorizavam a busca por uma posição mais autônoma.

Entre as narrativas apresentadas por Rangel (2000), está a de José Luiz, que já havia sido foreiro, mas acaba virando morador de condição e sendo expulso, sendo que quando já morava na cidade ele entra nas Ligas. Ele indica que sua filiação as Ligas era ligada a busca por liberdade e por um mundo em que os moradores não fossem “agredidos” – tanto no sentido de uma violência simbólica quanto de física – pelos latifundiários. Esta relação nítida entre contraposição aos grandes proprietários e busca por uma posição mais autônoma também é apresentada por outro morador de condição, Inácio, sendo que este indica já ter morado alguns anos em São Paulo e retornado a uma fazenda por intermédio de um primo seu, que era foreiro. A revolta de Inácio ocorre após a morte de um filho, a qual ele associa a falta de auxílio do grande proprietário. A filiação as Ligas é associada, por este morador, à busca por terra e à justificativa religiosa de que Deus havia feito a terra liberta. Estes dois casos, que, como a narrativa de Damião, expressam grande intensidade quanto a expectativa por autonomia do trabalho e quanto a revolta contra o grande proprietário, trazem a especificidade de apresentarem vivências distintas que a dos demais moradores de condição, sendo que José Luiz já havia vivenciado a situação de ser foreiro anteriormente ao período das Ligas, enquanto Inácio teve a vivência de trabalhar em São Paulo. Estas vivências faziam com que estes agentes pudessem ter mais expectativas de conseguir um sítio, seja por já terem vivenciado esta experiência, seja por terem observado vivências distintas que a da dos moradores de condição. Assim pode-se levantar a hipótese de que a intensidade da ira moral contrária aos grandes proprietários e a valorização positiva com relação a expectativa por trabalho autônomo, variam conforme estes agentes se viam mais próximos desta posição social mais autônoma, o que explica porque entre os moradores de condição existia significativa variação quanto a revolta contra os grandes proprietários e a narrativa da busca por ser “liberto”, sendo esta diferenciação significativa para as motivações destes agentes em participarem, ou não, das Ligas. A variável comum entre as motivações de participação nas Ligas, a partir de uma forte ira moral, estava na contraposição da expectativa por uma vivência “liberta” e a percepção de que esta possibilidade social se fechava historicamente devido a ação dos grandes proprietários:

O certo é que o home precisa da terra como a terra precisa da chuva, do sol, do ar, que é pra mode frutificar. O certo é que a terra tem o poder de distribuir, e, prender a terra é inflamável para a humanidade (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.280)

A narrativa de Severino expressa como a “prisão” da terra é percebida como uma afronta ao que seria uma tendência “natural” desta, como se a terra carregasse em sua “essência” a característica de ser distribuída aos moradores, a qual foi negada pelos grandes proprietários. A naturalização da concessão de sítios aos moradores, como uma tendência que pertencia a “essência” da terra, revela uma forte interiorização da moralidade que envolvia o sistema de moradia, visto que a concessão de terras era vista como um dever a ser realizado pelos latifundiários. O momento em que estes resolvem romper com esta obrigação é tomado como a ruptura de uma “lei natural”, de modo a gerar



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



uma grande revolta, uma experiência que tem o poder de “inflamar a humanidade”. Esta narrativa deixa nítido como as posições que nutriam mais expectativa com relação a possibilidade de terem ou manterem seus sítios, e que eram as mesmas que mais tendiam a internalizar as regras da moradia, foram as que mais se revoltaram contra os grandes proprietários neste contexto histórico.

Considerações finais

Este trabalho buscou relacionar as vivências dos agentes do sistema de moradia e a mobilização destes nas Ligas Camponesas a partir das narrativas de seus participantes. As relações do sistema de moradia eram permeadas de valores que compunham uma moralidade, a qual tensionava as interdependências em um sentido que tendia favorecer a dominação do grande proprietário. Entretanto, o sistema de moradia não era composto apenas por dominação, sendo que as relações de poder eram permeadas por ambiguidades que permitiam a existência de formas de resistência cotidiana. O momento de crise do sistema de moradia na área canavieira paraibana marca a expulsão de diversos moradores e a mobilização destes em sindicatos e associações. Esta mobilização não pode ser explicada apenas pela precarização das condições de vida dos moradores – por mais que esta variável seja muito relevante – e as Ligas Camponesas compõem um caso histórico que permite um melhor entendimento desta questão.

O fato dos agentes que tinham as regras da moradia mais internalizadas em seu entendimento moral do mundo serem os que mais se mobilizaram nas Ligas expressa que a emergência destas, de seu repertório e de seus símbolos não condizem apenas com diretrizes diferentes das lideranças das Ligas, mas remetem também aos valores expressados e ressignificados pelos agentes que participaram desta, com destaque aos foreiros. Isto permite uma via de entendimento mais claro para a emergência das Ligas: a revolta não pode ser explicada apenas através da precarização, sendo a ira moral - gerada pela ruptura de obrigações morais dos grandes proprietários – fundamental para o entendimento das formas e símbolos mobilizados pelos moradores em contraposição aos grandes proprietários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: 70, 1999.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.



GARCIA JR. Afrânio R. **O Sul Caminho do Roçado**: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social. Marco Zero: São Paulo, 1989.

GENARO, Eduardo Guandalini. **Do fogo de monturo à chama das Ligas Camponesas**: Sociogênese de uma luta por liberdade da terra na Paraíba (1954-1964). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS/UFCG, Campina Grande, 2019.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.

MOORE, B. Jr. **Injustiça**: As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 257

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

PALMEIRA, Moacir G. S.. Casa e Trabalho: Nota Sobre As Relações Sociais Na Plantation Tradicional. In: Welch, C.A. ; Malagodi, E. ; CAVALCANTI, J. S. B. ; WANDERLEY, M. N. B. . **Camponeses brasileiros. 1: Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo - Brasília: UNESP - NEAD/MDA, v. 1. p. 203-215, 2009.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas**. 2000. 387 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

SCOTT, James. **Los Dominados y el Arte de la Resistencia**: discursos ocultos. México: Era, 2000

SIGAUD, L. M.. A **A Nação dos Homens**. ANUARIO ANTROPOLOGICO/78, p. 13-116, 1980.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

VAN HAM, Antonia M. et al. (Org.). **Memórias do povo**: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006.



Reconstrução da História das Mulheres na Luta pela Terra no Piauí: O legado de Antônia Flor

Patrícia Costa de Araújo¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar e compreender o legado político de Antônia Maria da Conceição, mais conhecida como Antônia Flor, e suas contribuições políticas na luta pela terra no Piauí. Assassinada no dia 1º de dezembro de 1984, aos 84 anos, morava com os filhos em uma propriedade na zona rural de Piripiri, chamada de Comunidade Gameleira. O assassinato da trabalhadora rural se transformou num marco na luta pela reforma agrária, motivo pelo qual o dia 1º de dezembro, é considerado o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária. Diante da invisibilidade nos registros históricos que abordam esta temática da participação das mulheres nas lutas camponesas, este estudo se mostra indispensável como instrumento possível para recuperar e ampliar o campo de visão da história das lutas das trabalhadoras rurais. Partindo das questões que levaram a Reforma Agrária ao debate nacional, espera-se reconstruir a história das mulheres na luta pela terra no Piauí para posteriormente chegar às confluências que resultaram nesse caso de violência no campo e no legado de Antônia Flor.

Palavras-chave: lutas camponesas; reforma-agrária; violência no campo

¹ Mestranda da Universidade de Brasília (UnB), Campus Planaltina - FUP/UnB, do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.



No campo da luta camponesa uma memória a ser resgatada

O assassinato de Antônia Maria da Conceição, mais conhecida como Antônia Flor, no dia 1º de dezembro de 1984, aos 84 anos, crime que permanece impune passados os 37 anos, se transformou em uma data histórica para o estado do Piauí ao ser considerado o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária. É partindo dessa contextualização que carrega a marca da violência no campo, que esse artigo se desenvolverá, no campo da luta pela terra e da memória camponesa.

Para chegar até esse marco de Antônia Flor, refletimos a luz de Morin (2013) que em *Ciência com Consciência* diz que o conhecimento não se reduz a informações; ele precisa de estruturas teóricas para dar sentido às informações. Com isso, resolvemos iniciar pesquisas que envolvam as lutas camponesas com o objetivo de analisar e compreender o legado político de Antônia Flor e suas contribuições políticas na luta pela terra, abordagem pretendida pela pesquisa que ainda está em andamento.

Consideramos que os fios condutores dos conflitos sofridos por Antônia Flor recriam acontecimentos e revoltas camponesas que brotaram nos anos 50, bem antes do seu assassinato. Sendo assim, utilizamos algumas referências como de Martins (1981) e Medeiros (1989) que explicam que foi nesta época em que se ampliaram as lutas no campo. Ambos indicam que em várias regiões do país eclodiam novos conflitos com camponeses rebelando-se de vários modos contra seus opressores e quebrando velhas cadeias.

Como nossa história se passa no Nordeste, é importante nos nortearmos pelas diretrizes de Medeiros (1989) quando verifica que na região houve profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras e concordando com Martins (1989) ao assinalar



que camponeses levavam proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos.

No trajeto específico, sistematizaremos informações que identifiquem a participação de mulheres camponesas na luta pela terra no Piauí, para poder reconstruir a história de vida e trajetória política de Antônia Flor. Ainda, detectar a sua relação com os movimentos de luta pelo direito à terra e, por fim, apontarmos o significado da sua trajetória política para a reforma agrária.

Como uma colcha de retalhos, esse artigo é costurado por meio de pesquisas em jornais de referência no estado e em jornais de organizações sociais. Decidimos utilizar a metodologia semelhante à pesquisadora Maria do Socorro Rangel, que trabalhou o tema da história das Ligas Camponesas na Paraíba, utilizando o inventário da memória dos projetos que colocaram em evidência no cenário nacional a questão da reforma agrária e cruzá-los com fontes de pesquisas como jornais, revistas e textos de época. Buscamos explorar também fontes baseadas em entrevistas, assim como Paulilo et al. (2016) que considerou a ideia de que as narrativas dessas mulheres sobre suas trajetórias políticas e afetivas são construções sobre passados, sobre histórias e memórias. A esse processo, somamos às pesquisas fontes como dissertações e artigos.

A diferença nesta abordagem, ainda em andamento, é que nossa personagem não está mais entre nós, logo nossa narrativa será de entes como filhos, amigos e pessoas ligadas aos movimentos sociais que, de forma direta e indireta, podem contar sobre Antônia Flor. E são estes relatos, a partir de olhares e relações que vão somar e propiciar a “Reconstrução da História das Mulheres na Luta pela Terra no Piauí: o legado de Antônia Flor”.

Os instrumentos conceituais de Martins (MARTINS, 1981), Leonilde



Medeiros (MEDEIROS, 1989), Ramsés (Sousa, 2019), Maria do Socorro (RANGEL, 2000) e João Pedro (STEDILE, 2012) constituem um rico acervo de análises envolvendo as Ligas Camponesas, ponto de partida que possibilitará cruzar essas histórias. Contudo, a lacuna observada nos estudos é a invisibilidade de mulheres nos registros históricos na luta pela terra. Embora Elizabeth Altino Teixeira, mulher camponesa, tenha referência sólida em estudos envolvendo as Ligas Camponesas e João Pedro Teixeira, com quem foi casada 22 anos.

Reunido os documentos, acreditamos ser capazes de reconstruir a “história das mulheres na luta pela terra no Piauí e o legado de Antônia Flor”, produzindo um bom trabalho. Como dito Kuhn (2018), os resultados obtidos pela pesquisa normal² são significativos porque contribuem para aumentar o alcance e precisão com os quais o paradigma³ pode ser aplicado.

Então, espero preencher espaços vazios que outras fontes ainda não responderam no campo das lutas camponesas, especialmente no Piauí, de modo a complementar análises que abracem essa temática e abram novas perspectivas de interpretação no âmbito da história.

Outra questão é que, embora a Reforma Agrária no Piauí tenha ganhado dia e homenagem, não se sabe o quanto Antônia Flor contribuiu para as questões agrárias do Piauí. Ainda que existam poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados, Antônia Flor aparece preterida nas pesquisas científicas, considerando o volume de estudos sobre o campesinato do país e, especialmente, piauiense.

Essa observação nos desafia e nos remete a necessidade da reconstrução da história de Antônia Flor na luta pela terra e como ela contribuiu para as questões agrárias do Piauí.

² Ciência normal significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2001.

³ É um modelo ou um padrão aceito. KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2001.



Piauí Terra Querida⁴

O território piauiense foi povoado, a princípio, pelo sistema de sesmaria, o qual funcionava com a doação de terras para colonos.

A crise no comércio com o Oriente leva Portugal a investir no Brasil. Para colonizar rapidamente o litoral, a Coroa portuguesa lança mão do sistema de Capitânicas Hereditárias, visando atrair investimentos privados, seguindo o modelo que fora desenvolvido nas ilhas dos Açores e Madeira. Os donatários recebiam grandes extensões de terra, ficando encarregados de promover o povoamento e proceder as explorações econômicas, exercendo os comandos militares e de justiça. As capitânicas eram hereditárias e inalienáveis, podendo, contudo, ser concedidas sesmarias. (DIAS, 2008)

Cid de Castro Dias, nascido na cidade de São Raimundo Nonato (PI) e servidor público no estado, na obra *Piauí, das origens à nova Capital* relata que Garcia d'Ávila, da Casa de Torres⁵, chegou ao Brasil com Tomé de Souza, enviados por D. João II, rei de Portugal. Aos 21 anos, protegido de Tomé de Souza, possuía dinheiro, vacas, tinha sob seu domínio escravos e índios, estrutura que propiciou instalar sua fazenda na colina de Tutuapara, litoral da Bahia. Iniciou seu império especializado na criação de gado e comercializava seus derivados. Seus vaqueiros invadiam os sertões baianos, instalando novos currais, implantando novas fazendas que chegaram ao vale do São Francisco. Tudo isso, deixando rastros de muitas e sangrentas lutas que expulsaram das terras os índios tupinambás, caetés e cariris. ((DIAS, 2008).

O autor também conta que por cinco gerações, os d'Ávilas foram

⁴ Hino do Piauí – decidimos nomear este tópico com o hino do estado, por ele retratar, em sua letra, parte da história do povoamento do estado, que apesar da ótica na versão construída pelos vencedores no processo histórico, traz elementos que reconstróem a colonização do Piauí.

⁵ Instituição fundada e administrada pela família Ávila, da Bahia, cujo principal objetivo era financiar aventureiros, um misto de apesadores de índios e conquistadores de terras destinadas à pecuária, para que eles desbravassem os Sertões.



ampliando seus domínios e instalando suas fazendas e currais sertão adentro. Com suas bandeiras ultrapassaram fronteiras e penetraram em solo piauiense, tendo à frente Francisco Dias Ávila. Em terras piauienses desbravaram os vales do Canindé, Piauí e Gurguéia.

Diferente de outros estados, a colonização piauiense começou do interior para o litoral e está diretamente relacionada com interesses da iniciativa privada, tendo à frente o bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, e os d'Ávila, da Casa da Torre, na Bahia. (DIAS, 2008)

De acordo com Odilon Nunes (1972 apud DIAS, 2008) a ocupação do solo piauiense se processou de forma silenciosa através da proliferação de currais nas margens do Rio Parnaíba, seus afluentes e subafluentes, sem a ajuda do poder central da Colônia.

Ao longo dos rios Canindé, Itaueira, Gurguéia, Longá e Poti e seus tributários, fixaram-se as fazendas de criação de gado promovidas pelos bandeirantes e seus vaqueiros, capitaneados por Domingos Jorge Velho e os d'Ávila da Casa da Torre, que com suas bandeiras, empreendimentos de cunho particular, investiram capital e implantaram currais. Só depois de muitos anos poderiam ser recompensados pelo rendimento das fazendas ou contemplados com sesmarias. (DIAS, 2008).

Encontramos na publicação do INCRA em alusão aos seus 45 anos a informação de que a ocupação do Piauí - com essa forte relação de expansão empreendida pelos latifúndios gigantescos de Garcia d'Ávila, a famosa Casa da Torre, se deu pelo sul do estado.

No caso piauiense, os primeiros senhores, por terem medo de cidade, pois significava a criação de um certo alinhamento jurídico, possuíam uma vocação mais voltada para o curral do que para a urbe. Os centros urbanos brasileiros foram aparecendo mais como uma extensão das fazendas, que, por sua vez, eram um prolongamento do quintal da Casa Grande. (CASTRO, 2008).



Segundo Lima et al. (2017), o estado do Piauí teve seu povoamento relacionado, inicialmente, à caça ao índio, depois à criação de gado e à agricultura de subsistência de apoio à produção do açúcar.

Logo sua estrutura organizativa, de acordo com Cabral (2020) a sociedade piauiense na segunda metade do século XIX estava estratificada em categorias sociais nitidamente definidas e o elemento definidor era a posse de títulos fundiários.

Martins (1981), um dos autores que explicam sobre as diversas nomenclaturas que foram dadas ao atual camponês, conta que anteriormente, na Europa e em outros países da América Latina, era classificado como camponês o que se tinha aqui no Brasil. Denominações próprias, específicas em cada região, como o caipira, o caçara e o tabaréu que eram palavras que designavam o homem do campo, o trabalhador. Para entender estas relações de classe e posse da terra, o autor fala que a concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre direitos de posseiros.

Não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia de o fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados. De qualquer modo, se não lhe conviesse mantê-los no interior da propriedade, estava obrigado unicamente a indenizá-los pelas benfeitorias, como a Lei de Terras o confirmará. (MARTINS, 1981)

Chegando na criação da Lei de Terras, de 1850, que dava a possibilidade da “posse”, legalizando grandes extensões de terras, sendo as elites dominantes as classes que tiveram acesso, as quais trataram, por meio da lei, assegurar o controle da propriedade. O pesquisador e professor Ariovaldo (1989) reforça essa afirmação colocando que o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra e venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, a passagem dos escravos que foram sendo libertos. O autor



também aponta que foi um modelo de colonização que gerou desigualdade.

Historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial. (OLIVEIRA, 2013)

Oliveira também observa que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil, e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços – assaltados, tomados das nações indígenas – tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários. O traço essencial da estrutura fundiária brasileira é, portanto, o caráter concentrado da terra. (OLIVEIRA, 2013)

As características da produção do Piauí permaneceram neste contexto e durante todo o século XIX. De acordo com Alves et.al (2003) a pecuária piauiense continuou como principal atividade econômica até meados do século XIX, portanto cem anos depois dos primeiros sinais de decadência.

Nas primeiras décadas do século XX as atividades seguiram com o algodão, o extrativismo vegetal e agricultura de subsistência. Queiroz (1984) diz que a inserção do Piauí no mercado mundial por meio da exportação de produtos extrativos, iniciada com a borracha e consolidada com a cêra-de-carnaúba e o babaçu, contribuiu no sentido de ocultar aquele fenômeno (declínio), inclusive pelo fato de propiciar a sobrevivência e até o fortalecimento dos grupos de grandes proprietários pecuário extrativistas e dos comerciantes e pela manutenção do Estado, enquanto instituição, em condições financeiras relativamente prósperas. Paralelamente, ocorria o empobrecimento da população, cuja solução de vida e sobrevivência passou a ser buscada cada vez mais na emigração para os maiores centros urbanos e principalmente para o sul do país.



Lima et al. (2017) também traz que foi a partir da década de 1940, que se observou na região Nordeste os efeitos da crescente urbanização brasileira.

Nesta época, os processos de mudanças nas relações de trabalho no campo já estavam sendo sinalizadas em outros países. No filme *Vinhas da Ira* (1940), baseado no livro do escritor norte-americano John Steinbeck, publicado em 1939, conta a história da chegada da modernização do campo nos EUA, e, apresenta, justamente, o que SILVA (2013b) fala ao tratar da questão agrária no tocante ao desenvolvimento e modernização do campo. Ele aponta que este processo “foi profundamente desigual e excludente”.

Esse processo de industrialização chegou a passos lentos no território piauiense, Lima et al. (2017) indica que o Piauí entra no processo de industrialização do país, no final da década de 1950, em uma condição de região de economia periférica, com baixa integração no mercado nacional, tanto na dimensão financeira como produtiva.

Os dados estatísticos do Recenseamento de 1950, dos estabelecimentos agropecuários, compreendidos os estabelecimentos de produção extrativa vegetal: borracha, cera de carnaúba, coco de babaçu, e outros produtos nativos, o Nordeste, compreendendo o território brasileiro que se estende desde o Piauí até a Bahia, apresentou um grupo de zonas úmidas litorâneas, ou muito próximas do litoral, que são essencialmente agrícolas e outro grupo, composto de zonas de grau mais ou menos acentuado de semi-aridez - o chamado Polígono das Secas – que compreende a generalidade do interior, alcançando o litoral no trecho que vai do Piauí até o Rio Grande do Norte. O interior semiárido é no seu conjunto essencialmente dedicado à pecuária. (PRADO, 1979).

Esse espaço geográfico ganhou lugar de debate quando, segundo Rangel (2000), na sua dissertação, aponta por meio de arquivos do *Correio da Manhã*, escritas por Antônio Callado, sobre a situação do Nordeste brasileiro. A denúncia da indústria da seca e dos seus corolários, a fome, a miséria e o descaso



político (...) apresentando ao Brasil personagens emblemáticos: políticos descompromissados e corruptos; técnicos e engenheiros enredados em projetos milionários de desenvolvimento regional, mas contraproducentes; proprietários de terra reacionários, autoritários; grileiros; e trabalhadores esqueléticos, desvalidos, escravizados. (RANGEL, 2000). Ela também esclarece e situa que esse não era só mais um discurso sobre a endêmica situação de pobreza e de miséria da “zona mais trágica e mais difícil do Brasil” era também o registro do clima de esperança que nascia do Engenho Galiléia. Momento que abordaremos mais à frente.

Retomando ao cenário do Piauí, na época destas denúncias, anos 50, segundo aponta o Incra (2015), foi no sul do estado, no sertão, que os militares foram buscar inspiração para a saga da ocupação da Amazônia.

Esse capítulo insólito da nossa história agrária transcorreu no sul do Piauí quando o presidente Juscelino Kubitschek⁶ atendeu a um pedido especial do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, então bispo de Teresina. O episódio ilustra as excelentes relações entre a Igreja e o poder e a ousadia e pragmatismo de JK para tocar projetos arrojados.

Considerando que a reconstrução deste fato nos ajudará a compreender o objeto de pesquisa, localizamos como foi o povoamento ocorrido

⁶ Avelar Brandão Vilela nasceu em treze de junho de 1912, em Viçosa, Alagoas. Seus pais, Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela, eram proprietários do Engenho Mata Verde, naquele município. Foi ordenado padre em Aracaju, Sergipe, em 27 de outubro de 1935, dia da Festa de Cristo Rei. Chegou ao Piauí em 6 de maio de 1956, aos 44 anos, na condição de segundo arcebispo da Arquidiocese de Teresina, e permaneceu até 6 de maio de 1971. Foi um agente de ideias transformadoras quando ocorreram significativas mudanças de rumo do Piauí. O alagoano de família agroindustrial, o arcebispo trouxe uma visão dos problemas sociais sintonizada com o Nordeste. Sua inserção na cidade é pensada, portanto, como mobilizadora das reflexões sobre um cenário de desenvolvimento para a capital. Durante os quinze anos vividos na capital, Dom Avelar misturou-se a Teresina. Escreveu nos jornais comerciais, reorganizou e modernizou as oficinas do jornal católico O Dominical, fundou a emissora de rádio Pioneira, a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), e onze centros sociais; promoveu a sindicalização rural, iniciou experiências de colonização nos arredores da capital, fundou paróquias e abriu escolas radiofônicas, através do Movimento Educacional de Base, além de promover a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e o movimento bandeirante. Estas ações foram deflagradoras de novos costumes e usos do espaço urbano. O cotidiano urbano e rural era o pano de fundo dos programas diários na Rádio Pioneira, entre 1962 e 1971, quando apresentava a Oração por um dia feliz. (CARVALHO, 2010).



pelo sul do estado.

O Núcleo Colonial do Gurgueia⁷, foi criado em 1956, sob a responsabilidade do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização). Esse projeto foi pioneiro tanto na concepção da sua agrovila como também no seu plano diretor, onde existiam lotes para os colonos de três tipos: um para horta, pomar e criação de pequenos animais; outro para lavouras irrigadas; e o terceiro para demais culturas e formação de pastagens. O Gurgueia também foi projetado para 500 famílias na área urbana, dispendo de posto de saúde, escritório e aeroporto. Tudo isso num estado conhecido pela extrema condição de pobreza. (INCRA 45 ANOS, 2015).

Esse projeto de desenvolvimento, que foi chamado de reforma agrária, cruza com as indicações de Rangel (2000), ao detalhar que o projeto de desenvolvimento regional foi pensado, então, exclusivamente em termos “dos interesses proeminentes em escala nacional”. Só que os interesse proeminentes em escala nacional eram também os interesses dos ricos, inclusive dos ricos senhores donos de terra – não raro, também deputados e senadores do Nordeste. Os grandes latifúndios da zona da mata, produtores de cana de açúcar, eram vistos como potencialmente modernos, pela possibilidade de fazer coincidir no seu espaço de produção a indústria e a agricultura – síntese de uma das formas como o progresso era entendido naquele momento. (RANGEL, 2000).

Segundo José Graziano da Silva, essa passagem dos complexos rurais foi excludente. Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos etc., e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua

⁷ Por prosperar como uma das maiores comunidades, a região, que desde 1971 já apresentava alta produção agrícola pela presença de empresários, passou a ser considerada município do estado com o nome de Colônia do Gurgueia em 29 de abril de 1992, quando uma lei estadual o transformou em cidade. (INCRA 45 ANOS, 2015)



produtividade. Ficaram, portanto, para trás, perderam o bonde. Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não só foi desigual como foi também excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final do processo. (SILVA, 2013b).

Voz Tamanha

Com o Nordeste na boca do “povo”, o nascimento do Engenho Galiléia em Pernambuco e os aliados a causa da Reforma Agrária, emergiria aí uma voz tamanha que ultrapassou as fronteiras do país, as Ligas Camponesas.

O rompimento dessas relações com a negação da concessão de terras para o plantio próprio do trabalhador (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, criou condições para a emergência de conflitos na região. O primeiro desses conflitos que chegou ao conhecimento público surgiu no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. (MEDEIROS, 1989)

As Ligas Camponesas tiveram forte atuação política entre 1955 a 1964. Como uma organização de caráter civil, ela se destacava, entre suas ações, por fazer a defesa de foreiros ameaçados de despejo. (MEDEIROS, 1989).

Baseado na literatura do sociólogo José de Souza Martins, uma das principais referências sobre os camponeses e o seu lugar no processo político, essa transformação nas relações de trabalho do campesinato nordestino se deu na crise da cana de açúcar, que levou os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros, tornando-se absenteístas, vivendo nas cidades. Durante o período da Guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar se elevaram, passaram a expulsar, então, os seus foreiros. Aqueles que não foram expulsos ou despejados acabaram transformando-se em moradores de condição, sujeitos a dar um crescente número de dias de trabalho ao canavial, sob pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores de fora da fazenda.



É nessa situação mais recente de expulsão de foreiros que surgem as Ligas Camponesas, em 1955. É na situação mais recente de restrições à rola do morador da usina, de aumento dos dias de serviço que deve oferecer à usina para permanecer na terra, de conversão em assalariado, que surgem os sindicatos pouco depois. (MARTINS, 1981).

O processo de constituição das Ligas Camponesas no Piauí tem como um de seus marcos a criação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina e Parnaíba, ambas fundadas em novembro de 1961. (SOUSA, 2015).

No trabalho de Ramsés (2015) encontramos referências específicas de que a experiência de formação das Ligas no Piauí teve como ponto de partida a confluência, apontada por Rangel, de empreendimentos cotidianos de lavradores e comunistas no Estado em um contexto onde a discussão sobre a questão agrária alcançava forte repercussão durante o governo Chagas Rodrigues (1959-1962).

O semanário das Ligas Camponesas, de 3 de maio de 1962, traz reportagem mostrando que nos estados do Maranhão e Piauí começa a surgir com grande vigor, um movimento de arregimentação dos camponeses. No Piauí já ocorreram violentos choques em fazendas. Latifundiários são de uma grande intransigência. O Sr. João Henrique Gayoso e Almendra (general reformado), Anísio Maia, procurador do Estado e depoimento do desembargador Simplício de Souza Mendes, professor da Faculdade de Direito e grande proprietário de terra no estado falaram à Comissão com a maior paixão, defendendo a posse restrita. Por sua vez, o líder camponês José Esperidião Fernandes, lavrador, criador de galinhas e presidente da Liga Camponesa do município de Teresina causou emoção no seu depoimento, dizendo à Comissão que se a posse da terra nada resolve em si, pelo menos terá o mérito de impedir que os camponeses sejam despejados como ocorre frequentemente. Pediu várias medidas, entre as quais uma espécie de lei de inquilinato para o campo. (LIGAS, 1962).



A Comissão que o jornal cita faz referência a "CPI das Ligas", instaurada em 5 de julho de 1961, sob a presidência de um deputado pernambucano, Andrade Lima Filho. Seus integrantes percorreram o Nordeste, estiveram no engenho Galileia, tomaram depoimentos de proprietários, líderes camponeses, militares (como o então comandante do IV Exército no Recife, Costa e Silva), religiosos, deputados, desembargadores e Francisco Julião. A CPI foi encerrada no ano seguinte e suas conclusões foram divulgadas em 15 de dezembro de 1962. (STEDILE,2012).

De acordo com os estudos de João Pedro Stedile (2012, p. 169), a CPI destinava-se a apurar casos de violência no campo e “estudar as causas e as implicações do fenômeno socioeconômico que deu origem ao aparecimento das Ligas Camponesas”.

Cita o autor que o relatório final da CPI é um documento revelador da situação e dos personagens da época e de como estava expandido o movimento das Ligas Camponesas.

Quando chamamos o tópico de Voz Tamanha foi justamente para enunciar que as Ligas Camponesas foi um movimento que ganhou notoriedade nacional e internacional, pelas proporções de agitações que ocorreram no Nordeste e no Brasil.

Faz parte das etapas específicas deste trabalho, para a organização de um todo, ainda discorrer sobre sujeitos que comportam marcos nos estudos que envolvem os movimentos camponeses. Com a pesquisa em andamento, temos a consciência de que é necessário somar ainda a este trabalho as partes que vão nos conduzir ao que Martins (1994) chamou de “Poder do Atraso”, uma sociedade historicamente marcada pela tradição conservadora como a da Igreja, tenham se tornado ativos protagonistas da revolução e mudanças sociais profundas, de setores da sociedade organizados em partidos de esquerda ou de centro-esquerda e as alianças militares que tenham assumidos a missão conservadora de fazer da ordem



princípio regulador do progresso.

Até aqui, nossa capacidade de reflexão sobre os fatos nos levam a crer que a história que vem a seguir tem o enraizamento dos valores e cultura dessa sociedade que Martins nos aponta.

Mulher Camponesa de Resistência

A história de Antônia Flor, no Piauí, é um caso que retrata a violência no campo e se assemelha aos casos de expulsão dos foreiros da terra, citadas anteriormente por Martins (1981) e Medeiros (1989). O conflito na terra em que residiu Antônia Flor, desde 1935, no povoado Gameleira, no município de Piriipiri (Piauí), só começou após as terras serem vendidas.

Há um relato de 2018, publicado no portal Cidade Verde, do filho de Antônia Flor, o trabalhador rural Enock Ferreira Santiago, aos 70 anos, que em entrevista ele diz:

Minha mãe é uma guerreira e lutou sozinha para criar os filhos, era uma mulher linda e forte. Nós nascemos aqui e nos criamos aqui. Minha mãe teve 10 filhos, hoje somos 4. Essa história vem de muito longe. Era uma terra agregada, acho que desde 1935 a gente morava aqui. A luta era para trabalhar e continuar com a vida aqui, mas os ‘patrão’ passou a terra pra outras pessoas. E os novos donos complicou a vida da minha mãe, em 84. Nós passamos toda essa crise toda uma luta para termos a terra, mas mesmo com minha mãe indo embora é uma felicidade saber que todos a admiram aqui.

Entendemos por meio da entrevista, que até então Antônia Flor tinha uma relação amistosa com os donos. Mas com o processo da transformação das relações no campo, os novos latifundiários não aceitavam que as famílias posseiras permanecessem na terra e assim tentaram expulsá-la.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, dão



conta nos seus arquivos que Antônia Flor estava como trabalhadora rural há 50 anos em Gameleira e foi em 1º dezembro de 1984, já aos 84 anos de idade, quando cozinhava o almoço para os filhos no fogão de lenha, na casa em que morava, foi assassinada por pistoleiros.

Na minha primeira tentativa de entrevista com pessoas que conheceram Antônia Flor, cheguei por meio da CPT ao Sr. Antônio Soares, mais conhecido como Totonho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri.

No primeiro contato por celular, pois esperamos reencontrá-lo em um segundo momento de pesquisa de campo, ele contou que Antônia Flor teria nascido no município de Pedro II, que faz fronteira com Piripiri.

Na prosa, questionei: o Sr. tem conhecimento do motivo de Antônia Flor ter se mudado para Piripiri? Sabe-se que ela chegou nova demais. Mas ela foi a primeira mulher a se associar ao sindicato.

“Ela também era mulher rezadeira. Meu pai chamava ela pra rezar lá em casa. Eu não tinha muita idade, mas me lembro dela e depois também quando fui pra o sindicato”.

Segundo Totonho, o sindicato foi criado em 1975, ligado a atual Contag. Entidade reconhecida pelo Ministério do Trabalho em janeiro de 1964. (MEDEIROS, 1989).

Totonho também conta que os acirramentos entre os proprietários de terra e Antônia Flor se acentuaram quando ela se filiou ao sindicato.

O Jornal do Lavrador, da CPT, de novembro/dezembro de 1984, noticiou "Posseira é Assassinada". A reportagem traz detalhes de como tudo aconteceu.

"O rifle me matou", disse Antônia Maria da Conceição, ao ser assassinada com um tiro de espingarda 12 no coração. Enquanto a posseira era amparada por seus filhos e o pistoleiro fugia.



A reportagem também diz que embora o crime tenha chocado todo o município de Piriipiri, o fato acontecido no dia 1º de dezembro continua sem averiguação, os suspeitos não foram indiciados em processo criminal e nem mesmo interrogados pelo delegado de Piriipiri, Armando de Castro. Entretanto, a população e a família de Antônia Flor contam que o principal suspeito como mandante do crime é o latifundiário Francisco Ventura, conhecido pela violência que emprega para expulsar posseiros que moram e trabalham em suas terras.

Ainda, a notícia traz uma entrevista na qual diz que o presidente do Sindicato da época não se surpreendeu e que a brutal morte de Antônia Flor foi lembrada e denunciada no sétimo dia com missa organizada pela paróquia de Piriipiri. Na ocasião, o presidente do sindicato e membro do Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) lembraram as circunstâncias do assassinato de Antônia Flor e reivindicaram punição do pistoleiro e do mandante do crime.

Nossa compreensão ao analisar os noticiários que registraram o assassinato de Antônia Flor, é de que seu nome se transformou em símbolo de resistência por, justamente, lutar com bravura, em vida, contra as inúmeras tentativas de despejos e ameaças do latifúndio. É assim que sua história se associa a luta pela reforma agrária.

Esse reconhecimento se consolidou no dia 1º de dezembro de 2005, 21 anos após o seu assassinato, quando ocorreu a desapropriação das terras, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), para as 28 famílias de posseiros do povoado, inclusive os seus filhos e netos. Com a obtenção da posse da terra foi criado o Assentamento Antônia Flor. Hoje a área abriga 30 famílias, mas tem capacidade para 39, segundo dados do Incra de agosto de 2017.

As informações mencionadas acima sobre o assassinato da Antônia Flor foram reunidas por meio de reportagens sobre o caso. Entre eles, jornais que se reportaram tanto na época do crime como também em datas em cunho de



homenagem. Os arquivos vão desde documentos da CPT com o Jornal do Lavrador, reportagens do portal Cidade Verde, *Oitomeia.com*, Arquidiocese de Teresina, artigos e dissertações da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), entre outros documentos que possuem a temática dos movimentos sociais do campo, conflitos e resistência camponesa.

Nos documentos acessados, é possível perceber a importância do resgate desta história como símbolo de resistência da luta camponesa no estado. Inclusive, cita-se a necessidade de reverenciar a memória de Antônia Flor para que a luta camponesa piauiense pela execução de Reforma Agrária, seja reconhecida na história contemporânea do Piauí.

O acesso do Governo Estadual a essas partes da história, levou-o a instituir o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária no Piauí, comemorando-o no dia 1º de dezembro, data do assassinato de Antônia Flor. A lei é de autoria do ex-deputado estadual Olavo Rebelo, eleito em 1994 pelo Partido dos Trabalhadores/PT.

Outra homenagem à Antônia Flor que evidencia sua importância e seu legado para a reforma agrária do Piauí é apresentada na poesia “*Canção de amor e morte*”, escrita pelo historiador defensor público piauiense formado em direito Paulo Machado, que por meio de rimas fala do movimento de luta pela terra e da resistência do campesinato no Piauí.

Antônia Flor - flor de gameleira - toda manhã lavrava a terra com a sabença de quem conhece o sabor agridoce dos araçás. Antônia Flor - flor de gameleira - na cinzentura da tarde, guardava no aprisco cabritos e borregos da fúria profana dos carcarás. Antônia Flor - flor de gameleira - aos oitenta anos tinha os olhos acesos a alumiar, como os olhos de maracajás. Antônia Flor - flor de gameleira - fez do amor à terra sua peleja, sua crença, sua razão de bem viver. Antônia Flor - flor de gameleira - teve o corpo crivado de balas - à sombra de uma velha ingazeira. Carpideiras puxaram excelências e tiranas, com a notícia da morte a correr nos



estirões das veredas. (MACHADO)

Em entrevista ao portal Cidade Verde, o poeta disse: “Foi assim que conheci Dona Maria da Conceição, uma cidadã octogenária, vítima de uma emboscada a mando de uma pretensão do proprietário da gleba. Eu a reconheço como uma figura emblemática.

No Assentamento Antônia Flor, existe agora um galpão em que os moradores se reúnem para discutir melhorias para o local, um espaço de debate sobre as questões agrárias da região, além de possuir um memorial em sua homenagem. Também, no município de Piripiri, há um Centro de Formação chamado Antônia Flor, que é um espaço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; há um empreendimento do programa federal Minha Casa Minha Vida que beneficia 300 famílias e foi batizado com o nome de Antônia Flor; há um auditório do Incra, em Teresina (capital do Piauí), nomeado de Antônia Flor; uma associação de advogados populares “Associação de Assessoria Técnica Popular em Direitos Humanos – Coletivo Antônia Flor”, da qual fazem parte representantes de projetos sociais, da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Estadual do Piauí, de projetos como Cajuína e do Coraje que reúnem profissionais da área de direito. Sobre esse Coletivo Antônia Flor, entre suas atividades está a de prestar consultoria e assessoria jurídica popular em casos emblemáticos de criminalização de pessoas e expressões negras e pobres, como forma de evidenciar as práticas autoritárias e seletivas que contribuem para o aumento da população carcerária.

Em 22 de novembro 2019, outra homenagem foi realizada à Antônia Flor. Foi assinado um decreto, em solenidade ocorrida no Palácio do Karnack, pela governadora em exercício, Regina Sousa, que instituiu o Prêmio Estadual de Direitos Humanos Antônia Flor, que reconhece oficialmente, a cada ano, pessoas e instituições que se destacam na área de promoção e defesa dos direitos humanos. A criação do prêmio foi uma sugestão do Conselho Estadual de Direitos Humanos ao Executivo Estadual.



Na entrevista da governadora em exercício ao Oitomeia, ela diz que ficou encantada com a história da Antônia Flor, “uma mulher do campo que morreu lutando pelo direito à terra”.

Após apontar alguns exemplos de representatividade da história da trabalhadora rural Antônia Flor no estado do Piauí, esperamos alcançar os resultados que nos trouxeram até aqui, em demonstrar, mesmo que pontualmente, a participação de mulheres camponesas na luta pela terra no Piauí; iniciar a reconstrução da história de vida e trajetória política de Antônia Flor, já que esta pesquisa ainda está em andamento, identificar as primeiras relações de Antônia Flor com os movimentos de luta pelo direito à terra, e apontar o significado da sua trajetória política até aqui.

Na investigação, suponho encontrar limitações ao trabalho, semelhante aos que foram encontrados em obras como da Leonilde Medeiros (1989), que apresenta no início do livro *História dos Movimentos Sociais no Campo* como a busca por recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio.

Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores — explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais - implica na dificuldade de preservação de sua memória social. (MEDEIROS, 1989)

Ainda temos um longo caminho pela frente para concluirmos esta pesquisa. Peças soltas de um quebra-cabeças que devem ser conectados para dar sentido e relevância ao que nos propomos ao escrever a “Reconstrução da História das Mulheres na Luta pela Terra no Piauí: O legado de Antônia Flor”.

Bibliografia e Referências:



ANDRADE, Patrícia Soares de. **No compasso da espera, do resistir e do seguir em frente:** a produção do território do assentamento. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos, et.al. As bases históricas da formação territorial piauiense. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003. ISSN-0103-3964.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela** [manuscrito]: uma biografia histórica, 2010.

Castro, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí:** a república do vintém. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. pag.34.

Cidade Verde, 2018. **Antônia Flor, a luta da piauiense que morreu defendendo a reforma agrária no Estado.** Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/267424/antonia-flor-a-luta-da-piauiense-que-morreu-defendendo-a-reforma-agraria-no-estado#:~:text=Luta%20e%20Morte&text=Dona%20Ant%C3%B4nia%20Flor%20j%C3%A1%20morava.luta%20pela%20desapropria%C3%A7%C3%A3o%20dessa%20%20C3%A1rea>

INCRA. **Na luta pela Reforma Agrária: Incra 45 anos.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. / Maria Lúcia de Oliveira Falcón / Gustavo Souza de Noronha / Pedro Bruzzi Lion / João Augusto Scaramella Silva (Organizadores). 1.ed. Brasília: MDA/INCRA, 2015.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo, Ed. Perspectiva, 2001.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Páginas da História do Piauí colonial e provincial.** Teresina: EDUFPI, 2020.

LIMA Maria Santana Andrade; LOPES Wilza Gomes Reis; FAÇANHA Antônio Cardoso. **Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí.** GAIA SCIENTIA (2017). VOLUME 11(1): pag.34



LIGAS CAMPONESAS, Semanário Nº 279, 3 de maio de 1962.

Disponível

em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=3957&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

MACHADO, Paulo. **Canção de amor e morte**. Disponível em:

<http://www.jornaldepoesia.jor.br/paulomachado.html>>

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**.

Petrópolis: Vozes, 1983. Capítulo 1.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994, p.52-92.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; **O campo brasileiro no final dos anos 1980**. Revista de Geografia, da Associação Nacional dos Geógrafos, 1989. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil**. O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Oitomeia. **Regina Sousa cria Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Piauí**, 2019. Disponível em:

<https://www.oitomeia.com.br/noticias/2019/11/22/regina-sousa-cria-premio-estadual-d-e-direitos-humanos-no-piaui/>

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: EdUFSC, 2016.



Queiroz, Terezinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí (1900-1920)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.

SARAIVA, Regina Coelly F. **Homens do tempo de Arraes: narrativas de resistência à ditadura civil-militar em Pernambuco**. Brasília, 2020, No Prelo.

SILVA, Jose Graziano; **A questão agrária no Brasil - O debate na década de 1990 - O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e reforma agrária**. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013a, p. 163

SILVA, Jose Graziano de. Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil**. O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.

SOUSA, Antônio Eusébio de. **Conflito luta e resistência camponesa no semiárido piauiense frente aos projetos de mineração e transnordestina**. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2017.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **As Ligas Camponesas e a resistência aos grandes proprietários no Piauí (Campo Maior e Teresina, 1962-1964)**. Vozes, Pretérito & Devir - Dossiê Temático: Trabalho e movimentos sociais. Ano III, Vol. IV, Nº I (2015).

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **As Ligas Camponesas e a violência no campo no Piauí (1963-1964)**. Revista Piauiense de História Social e do Trabalho. Ano II, n. 03. Julho-Dezembro de 2016. Parnaíba-PI.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **“De pé no chão também se aprende a ler”**: O Jornal Liga e a construção da Reforma Agrária Radical no Brasil (1962-1964). ANPUH-Brasil - 30º Simpósio Nacional de História, Recife, (2019).



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



STEDILE, J. P. (org). **Questão Agrária no Brasil**, 2ª ed., São Paulo:
Expressão Popular, 2011.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



TERRA E DESAFORO VIOLÊNCIA NO CAMPO, BRIGAS E ÉTICAS DE LUTA NOS FAXINAIS DO PARANÁ

Dibe Ayoub - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pinhão, município da região centro-sul do Paraná, é marcado por um longo conflito envolvendo famílias e comunidades organizadas em movimentos sociais, e uma empresa madeireira. Como outros lugares e conflitos, esse também envolve um processo de expropriação e domínio de terras feito com atentados à vida. Se para nosso senso comum essa situação configuraria um caso de “violência no campo”, os moradores daquelas comunidades raramente lançam mão do termo *violência* para falar sobre as agressões, ameaças, assassinatos, despejos e arbitrariedades que vivem nessas disputas. Ao invés dele, acionam categorias particulares, como as *brigas* e *desaforos*, indicativas de um léxico e um estilo de narrar que são, também, formas de viver e reconhecer violações.

Realizo trabalho de campo em diferentes comunidades rurais, sobretudo com famílias que participam ou participaram dos movimentos sociais atuantes em Pinhão. Neste texto, particularmente, dialogo com interlocutores que se autodenominam *posseiros*. Essa identidade expressa seu vínculo com as áreas onde vivem, consideradas *posses*, pois eles não portam seus títulos. Foi elaborada na luta com a madeireira e através do Movimento de Posseiros, criado em 1992. Muitos posseiros vivem em terras de herança ou posses antigas, onde suas famílias se assentaram entre meados do século XIX e início do XX. Essas áreas se caracterizavam pelo “sistema faxinal”, em que os planaltos com mata de araucárias dão lugar a *faxinais*, terras de uso comum para a criação de animais, e as serras e beiras de rio consistem em ambientes de produção de roças de subsistência, as *terras de cultura*. Distintos desses *posseiros antigos*, há os *posseiros* que, entre os anos 1970 e 1980, vieram de outros



municípios e compraram terras da empresa, mas não puderam registrá-las em cartório, pois elas haviam sido penhoradas. Outros, ainda, trabalharam para a madeireira, e ingressaram no movimento em busca de terras para viver ou de reparações por dívidas.

A madeireira Indústrias João José Zattar S/A se estabeleceu em Pinhão no final dos anos 1940, quando lá fundou uma serraria, ao redor da qual construiu moradias, estabelecimentos comerciais, igreja e escola para seus funcionários. Chamado de Zattarlândia, esse reduto movimentado era um símbolo da prosperidade e do progresso que ela prometia trazer à região. Entre aquele período e os anos 1970, a Zattar se expandiu e adquiriu grande quantidade de terras, nas quais viviam *posseiros antigos*. Para garantir sua propriedade, contratou vigilantes para morar nesses terrenos e impor contratos de arrendamento às famílias que lá viviam. Ao assinar esses papéis, elas se tornavam *moradoras do Zattar* e assumiam uma série de restrições às suas atividades produtivas. Os vigias, por sua vez, são centrais nas narrativas sobre as ameaças e mortes propagadas no conflito. Chamados pelos membros dos movimentos sociais de *guardas*, *jagunços* e *pistoleiros*, eles defendiam a propriedade da empresa e cerceavam a autonomia dos posseiros.

Em 1987, os sujeitos expropriados pela Zattar fundaram a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), com a qual iniciaram sua organização política na busca por direitos à terra. Cinco anos depois, criaram o Movimento de Posseiros, com o qual reocuparam áreas que haviam sido tomadas pela empresa, que respondeu contratando um novo corpo de *guardas* para reprimir a organização e suas lideranças. Em 1994, a madeireira decretou falência e fechou seus estabelecimentos industriais em Pinhão. No entanto, permaneceu proprietária das terras, em parte das quais tinha plantações de pinus, e manteve alguns funcionários na antiga Zattarlândia. Em 2006, *ofertou* cerca de vinte e um mil hectares ao Incra para desapropriação, negociação que permanece em aberto. Entre 2007 e 2008, uma parte dessas áreas foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e outra por membros do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF).

Após a *oferta* das terras e a entrada daqueles movimentos sociais, outras famílias de



fazendeiros e pequenos proprietários passaram a reivindicá-las, utilizando-se também de força armada. Além deles, alguns grupos começaram a explorar ilegalmente as madeiras existentes nessas áreas, gerando novos conflitos e ameaças. Ademais, permanece impetrando ações de reintegração de posse e despejo, o último deles ocorrido em dezembro de 2017, na comunidade do Alecrim, formada por *posseiros* que haviam reocupado aquelas terras no início dos anos 1990.

A presente discussão parte do pressuposto de que conflitos engendram relações e a vida cotidiana, e possuem uma dimensão narrativa e performativa, de campo de comunicação público, no qual as categorias acionadas para falar sobre disputas são também modos de vivê-las e fazê-las (Marques, 2002; Comerford, 2003; Marques, Comerford & Chaves, 2007; Briggs, 1996; Bauman, 1986). Ao problematizarem ameaças, agressões físicas e assassinatos, os sujeitos que vivem o conflito em Pinhão acionam um vocabulário particular, distinto de concepções de “violência” e “crime” que geralmente emergem em análises acadêmicas, processos jurídicos e denúncias feitas pelos movimentos sociais. Nos termos deles, as mortes e ameaças vividas na luta pela terra são muitas vezes tratadas como *brigas* decorrentes de *desaforo* ou *provocação*; *brigas de bar*; *brigas de família*; *vinganças*; *esperas* e *perseguições*. Enquanto formas de viver e contar sobre acontecimentos disruptivos, esses termos envolvem performances, agenciamentos políticos e formas de garantir autoridade sobre a terra, e são abertos a contestações.

De acordo com Feldman (1991), atos de violência agenciam pessoas, corpos, lugares e objetos, tornando-os parte de uma trama de relações, um lado em um conflito armado. Esses atos são expressos em vocabulários que não se limitam a determinados níveis de relações sociais, instituições, contextos, tempos e práticas, mas podem sempre ser aplicados a novas experiências. Termos como *briga* e *espera* não decorrem, portanto, de segmentos sociais ou de certas modalidades de relação. Afastam-se, assim, de classificações e conceitos utilizados na academia e no âmbito das políticas de promoção de direitos humanos e saúde, como “violência estrutural”, “violência política”, “violência de gênero”, “violência cultural”, “violência intrafamiliar”, “violência interpessoal”.



A medida que compõem fatos e narrativas, essas categorias envolvem éticas, ou seja, práticas por meio das quais os sujeitos problematizam a si mesmos e a determinadas relações tendo em vista certos parâmetros da vida social (Foucault 2010). A linguagem expressa as avaliações e os compromissos assumidos pelas pessoas, os modos com que incorporam a violência no cotidiano e em suas relações, e ponderam as possibilidades de contar sobre si mesmas tendo em vista seu auto-respeito e dignidade (Das, 2007; Das, 2015). Em Pinhão, raras vezes os assassinatos nas lutas por terras são chamados de *violência*, e quando o são, eles implicam o sentimento de horror, de estar diante do inconcebível, como é o caso dos assassinatos de crianças (Ayoub, 2014; Ayoub, 2018). Categoria polissêmica e ampla, a *briga* é a ação e o termo acionado para narrar e refletir sobre ameaças e mortes, incluindo como acontecem ou jamais deveriam acontecer, as qualidades que imprimem em sujeitos e lugares, e seus efeitos na terra, enquanto demanda coletiva que abarca percepções sobre justiça.

Brigas são um modo de problematizar os abusos que estão no cerne das lutas pela terra. Thompson (1998) e Scott (1976) encontraram nessas éticas, chamadas por eles de “economia moral”, os princípios com que camponeses questionam e lidam com a exploração em suas comunidades, e que legitimam seus modos de se mobilizar politicamente contra essa exploração. Assim, ao nomearem as violências vividas no conflito por terras como *briga*, por exemplo, os posseiros de Pinhão não estão despolarizando a luta ou transformando um processo de expropriação em querelas pessoais entre eles e *jagunços*. Ao contrário, é a *briga* que denuncia as violações de corpos, relações e valores que ocorrem nessa trama de expropriação e busca por direitos.

O conflito por terras marca desde o início as condições de minha pesquisa em Pinhão. Fui ao município pela primeira vez em 2009, com a equipe do Projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná, cujo objetivo era documentar e analisar as histórias de grupos que viviam ou haviam vivido conflitos por terra naquele Estado. Foi assim que conhecemos a AFATRUP, que posteriormente nos solicitou a produção de estudos que pudessem contribuir com o reconhecimento dos faxinais e a criação de assentamentos no município. Para realizar o



trabalho de campo, tenho sido acolhida por famílias que vivem o conflito com a Zattar, participam de diferentes movimentos sociais e moram em diferentes comunidades em *faxinais* e *terras de cultura*.

1. *Provocar e desaforar*

Os fundadores da AFATRUP mencionam Seu Sebastião como exemplo do sofrimento das famílias que tiveram suas terras tomadas pela Zattar (Com exceção da empresa madeireira, Zattarlândia, Pinhão e da comunidade do Alecrim, os demais nomes de pessoas e lugares citados neste trabalho são fictícios). Ele teve que conviver com *jagunços* morando em frente à sua casa, em dias de ameaças e vigilância perenes. Quando o conheci, ele e sua esposa, Dona Marta, estavam doentes e quase não conversavam. Foram seus filhos, Jonas, Marisa e Fernanda, que contaram suas histórias do conflito e de como viveram entre vizinhos tão perigosos.

Seu Sebastião comprou sua *posse* nos anos 1950. Na década seguinte, a madeireira começou a cortar pinheiros nos *faxinais* próximos, tempo em que comprou árvores e adquiriu títulos de terras naquela região de Pinhão. Foi então que apareceram sujeitos propondo a assinatura do contrato. A empresa soltou gado por toda aquela área, e fez uma casa para os *jagunços* em frente à de Sebastião, a poucos metros de distância. Com isso, impedia o posseiro de trabalhar em suas *culturas*, suas roças, e o pressionava a deixar aquelas terras. “Cada semana tinha um jagunço diferente ali” – contou Jonas, que vive com a esposa em uma posse contígua à de seu pai. Disse que eles queriam matar Sebastião, e o *provocavam* para que respondesse às ofensas, dando aos homens de armas um motivo para *brigar*. A proximidade, assim, era o ingrediente de uma vigilância que intensificava o conflito, incorporando-o ao cotidiano e às relações de comunidade.

Para Jonas, Claudionor foi um dos piores *jagunços* que viveram na casa da frente. Ele não deixava o posseiro alimentar suas vacas, fazer roça, e matava suas galinhas. Claudionor



também costumava amarrar seu cavalo na cruz de cedro da família de Sebastião. A cruz é um símbolo de devoção católica nas comunidades tradicionais de Pinhão, cujos moradores costumavam se reunir para festejar e rezar quando o cedro brotava. Todas essas atitudes de Claudionor são chamadas também de *desaforos*, ofensas encaradas como abusos, sinais de máximo desrespeito. Porém, Sebastião jamais responderia o *jagunço* como ele esperava. “O pai não sabe nem usar um canivete” – disse Jonas, salientando que seu pai não era afeito a *brigas*.

Marisa, irmã de Jonas e moradora de outra *posse* contígua à de seu pai, comentou um acontecimento que me seria narrado também por Fernanda. Sebastião estava trabalhando na roça, com os filhos ao redor dele, quando os *jagunços* chegaram. Com as armas apontadas, os homens da madeireira gritaram para ele parar. Assustadas, as crianças correram até o pai e o abraçaram, formando um círculo de proteção ao seu redor. Os *jagunços* retrocederam. Em outra ocasião, Sebastião desabotoou a camisa e, com a mão no peito aberto, disse para os *jagunços* que se quisessem matá-lo, poderiam seguir em frente. De novo eles desistiram.

Se Sebastião se manteve vivo por não *provocar* ou não responder às *provocações* e *desaforos*, o rapaz Nelsinho, que vivia com sua família ali perto, não teria a mesma sorte. Feita por um *jagunço*, sua morte revela o potencial destrutivo do *desaforo*, e o papel que desempenhava na produção da autoridade da madeireira sobre a terra. Dirce, irmã de Nelsinho, foi uma das pessoas que me contaram sobre o acontecimento. O jovem foi morto num dia de festa na igreja. Para chegar até lá, ele quis pegar um atalho, o que significava que deveria atravessar um *portão do Zattar*. Segundo Dirce, o *jagunço* responsável pela vigilância daquelas áreas não estava em casa quando Nelsinho chegou para pedir permissão para passar. Sua esposa disse ao rapaz que não o deixaria seguir, pois não tinha autorização. Nelsinho *desaforou* a mulher e passou o portão. Pouco depois de o garoto chegar na festa, o *jagunço* apareceu, bêbado e bravo, e o matou na frente de todos.

A morte de Nelsinho me foi contada por outros posseiros, os quais salientaram questões diferentes das de Dirce. Diziam que o piá havia sido morto porque passou um portão, motivo que, entre tantos outros, refletia o caráter abusivo da empresa e de seus



guardas. Nos interiores de Pinhão, vizinhos e conhecidos não andam somente pelas estradas principais. Para cortar caminho, usam os *carreiros*, pequenas trilhas em meio ao mato, que atravessam as terras de diferentes moradores. É assim que elas se movimentam, conhecem e conectam nessas paisagens. A Zattar impunha, nesse sentido, novas formas e direções a essas mobilidades: enquanto construía cercas e habitava tais áreas com *jagunços* e, naquela região, gado, a empresa proibia que elas fossem acessadas como caminhos.

Os usos que Dirce e os filhos de Sebastião fazem dos termos *desaforar* e *provocar* em suas narrativas acentuam o conflito por terras como algo que se produz continuamente através dos gestos e palavras trocados com *jagunços*. É por meio dessas dimensões e formas cotidianas que a luta pela terra constitui uma “sociabilidade agonística” (Comerford, 2003), dando o tom da vida social e realizando-se em inúmeras situações, como as brincadeiras e jogos, as visitas e festas e, finalmente, as fatídicas *brigas* que podem culminar em mortes. Para Comerford (ibid: 86-7), o ponto nevrálgico de tal sociabilidade é justamente a “provocação”, chamado para o enfrentamento perante um público, que pode ser séria ou lúdica, envolve um movimento duplo de interpretação entre “provocador” e “provocado”, e a produção de narrativas que conformam reputações.

Xingar, acusar, apelidar, recusar-se a ajudar, desrespeitar símbolos religiosos, fechar caminhos, deixar a criação e os cães ultrapassarem cercas e entrarem em terras alheias, matar a criação dos outros, recusar-se a vender algo para alguém, dedurar, podem ser considerados em Pinhão como *fazer desaforo*, ou mesmo como *provocação*, que tem como correlato o verbo *desafiar*. Enquanto a *provocação* abre caminho para interpretações e sutilezas, podendo ser recebida ou não, respondida ou não, o *desaforo* demarca a realização de uma ofensa grave. *Desaforar* ou *fazer desaforo* é lançar gestos e palavras que, por violarem a integridade de pessoas e as bases do respeito mútuo que se espera dos que vivem em comunidade, serão recebidos como golpes, efetivando *brigas* e *encrencas* que são capazes de levar a agressões físicas e assassinatos.

Ao aguentar os *desaforos*, Sebastião lograva essas *brigas* e a ameaça de morte. Era isso, afinal, que os *jagunços* estavam procurando no terreiro dele quando o *provocavam*. O



caso de Nelsinho, por outro lado, revela o potencial de morte do *desaforo*, destacando-se como exemplo do que poderia acontecer aos que não obedeciam ou não se adequavam ao domínio de terras realizado pela madeireira, assegurado também pelos portões e por *jagunços* que poderiam ser homens *ruins*. *Provocações* e *desaforos*, aqui, são também meios de impor autoridade, e atuam no sentido de desmoralizar os posseiros e seus vínculos com seus terrenos e lugares, transformando seus modos de habitar a terra.

Ambas histórias indicam ainda que os *jagunços* não eram sujeitos cujo vínculo com as terras onde trabalhavam decorria somente do trabalho na madeireira. Como qualquer pessoa que vive no interior de Pinhão, eles eram reconhecidos e avaliados como membros de famílias. Tinham esposas e filhos, com os quais viviam nas *casas do Zattar*, como aquela em frente à de Sebastião. Parte deles eram nascidos em Pinhão e participavam das tramas de parentesco no município. Seus parentes poderiam ou não viver nas mesmas terras que agora eram *do Zattar*. Assim, as lutas por terras estimulam a consolidação e a dissolução de laços de parentesco, vizinhança e comunidade.

Provocações, desaforos e brigas são formas de refletir sobre as violências vividas considerando-as desde perto, nas maneiras pelas quais ferem a integridade e o respeito entre as pessoas. *O Zattar*, modo com que os pinhãoenses se referem à empresa, é tido como uma entidade incorporada por pessoas próximas, como os *jagunços*, com os quais é preciso, de algum modo, conviver. Essa ética do convívio que tem como base o próprio conflito, mostra-nos que as disputas por terras e as violências nelas ensejadas compõem a vida em comunidade, enquanto trama de relações e modos de solidariedade e agonística que incluem formas de lidar com a terra, reivindicá-la e torná-la *de alguém*, ou *nossa*.

2. *Esperas e perseguições*

Dona Margarida é uma das lideranças posseiras que, entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990, acompanhava padres e irmãos vinculados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas atividades de assistência às famílias ameaçadas pela Zattar. Em nossas conversas sobre



suas experiências de luta, ela não falava somente sobre *jagunços* que moravam perto, mas também dos perigos que encontrava nas estradas. Margarida me contou dos momentos de angústia que viveu com padre Felipe, sabidamente ameaçado de morte. Um deles é descrito no trecho abaixo:

Margarida: E daí quando nós estávamos indo com o Felipe, esse meu irmão trabalhava no Fórum, e ele sabia tudo né, e ele ficou assim me cuidando. Ele sempre dizia para mim: você não se arrisque muito, você não vá lá, você não faça isso. E daí eu fui com o Felipe levar as coisas para esse povo, e o Faustino tinha visto os guardas do Zattar falarem que iam pegar o Felipe lá na estrada: "Nós vamos matar aquele padre. Vamos matar". E daí o Faustino ficou no Fórum. E cedinho nós fomos com Felipe (...). Quando nós fomos com o Felipe, esse meu irmão correu lá na secretaria [da Paróquia] e perguntou para a secretária: quem que foi lá para os assentamentos? E ela falou: foi a Dona Margarida e o Felipe. Daí ele disse: "mas hoje eles vão matar o Felipe, eles falaram ontem que vão esperar o Felipe! " Ele correu na delegacia e pegou dois policiais e foi de atrás de nós, rápido. Quando nós estávamos chegando numa água bonita, uma água bem bonita mesmo, uma estrada bonita, para passar no sítio que eles estavam, tinha uma pedra grande no caminho, assim, muito grande aquela pedra, rodada. Daí o Felipe parou ali e disse: Dona Margarida, olha aí. A tocaia está aí.

Faustino, irmão de Margarida que trabalhava no Fórum e que ouvira os *jagunços* comentarem seus planos, conseguiu chegar com a polícia a tempo de tirar ela e o padre da *tocaia*. Frente à pedra rodada, eles permaneceram dentro do carro, e logo em seguida ouviram o ruído da viatura que chegava para escolta-los até os assentamentos. Margarida contou-me, ainda, outras histórias de *perseguições* vividas com Felipe. Numa delas, foram salvos pelo operador de uma retroescavadeira, que atravessou a máquina na estrada, impedindo a passagem dos *jagunços* que vinham atrás. Outras vezes, tiveram que esconder o carro no mato e ir a pé até as casas de conhecidos que os acobertavam.

As histórias de Margarida nos põem diante da figura da militante como pessoa marcada para morrer, alvo em movimento, aberto a *esperas* e *perseguições*. A elaboração dessas arapucas, bem como as artes de saber escapar delas, envolvem uma "sistemática do vigiar e do narrar", como Comerford (2014) nomeia as práticas de observação e controle de movimentos e de conversas que são sempre replicadas em narrativas, tornando-se assim



matéria de atenção constante. Essa sistemática consolida um conhecimento indispensável na e para a luta, um saber que constitui aliados e a possibilidade de se escapar do perigo, como ocorreu quando Faustino escutou os *jagunços* marcarem a *espera* em que matariam Felipe, que justo naquele dia era acompanhado por Margarida, à qual o irmão estava atento.

Se a *provocação* e o *desaforo* são estopim de *briga* e *encrenca*, as *esperas* podem acontecer no desenrolar delas. Essa forma de ameaçar e matar ocorre em outras *brigas* e *vinganças*, para além dos conflitos por terra. Chamadas também de *tocaias*, elas são espécies de armadilhas feitas de pessoas, prontas para abater quem passar. Tais arapucas são arranjas para se cumprir *juramentos* de morte cuja execução pode ter sido planejada há um certo tempo, ou para surpreender e matar um desafeto tão logo a *briga* tenha acontecido. Assim, ainda que tenha esse caráter de surpresa, a *espera* é anunciada e aguardada, de modo que quase sempre se tem ideia de quem a fez. Os próprios anúncios se tornam tema de observação e de narrativa, e são acompanhados como um *causo* o é ao ser narrado, uma história em desenrolar.

Enquanto as *esperas* são geralmente feitas em estradas rurais e *no mato*, as *perseguições* ocorrem também *no Pinhão* e às vistas de todos, como aconteceu com Joaquim, que participou das ocupações realizadas pelo Movimento de Posseiros no início dos anos 1990 e por vários anos esteve na direção da AFATRUP. Certa vez, um compadre o avisou que um tal de Chopim, *pistoleiro* que não conhecia, havia sido empreitado para matá-lo. Numa tarde, quando caminhava pelo centro de Pinhão, Joaquim percebeu que era seguido por um sujeito estranho. Entrou na lotérica para pagar contas, e viu que o homem parou na porta, com a mão na cinta e o pé para dentro do estabelecimento. Joaquim pagou contas, jogou na sena, na loto, na quina, e o homem continuava na porta. O posseiro não sabia o que fazer. Quando, enfim, resolveu pedir à moça do caixa para usar o banheiro, viu uma viatura da polícia estacionar do outro lado da rua. Nessa hora, Chopim baixou a guarda e se afastou da porta. Joaquim saiu da lotérica, atravessou a via e entrou em um mercado. Ao sair, não viu mais o homem.

Joaquim: Daquela vez eu não vi mais o Chopim. Depois a gente foi buscar aí, o



peçoal, correu a ficha dele. Descobriram o nome dele, parece que era Randolpho não sei das quantas. Realmente, ele era de Mato Grosso, ele veio naquela época da pistolagem, porque eles tinham interesse de fazer mais despejo, na época não conseguiram só porque a juíza não deixou.

Reconhecer-se como pessoa que está marcada para morrer implica a atenção a quem circula e como circula, bem como um ainda maior interesse em se saber quem são as pessoas e de onde vêm. Não saber quem era Chopim, sujeito de fora, era um problema para Joaquim, que não poderia vigiar seus movimentos e só veio a saber quem o homem era durante a própria *perseguição*. Além disso, o *pistoleiro* emerge aqui como um sujeito que tem uma movimentação específica, característica de uma *época* do conflito, aquela subsequente às primeiras ocupações do Movimento de Posseiros, algumas das quais foram seguidas por despejos.

Pistoleiro é o sujeito pago para matar, que pode oferecer seus serviços a um ou vários mandantes. Alguns *jagunços* eram reconhecidos *pistoleiros*, que além de morar em *casas do Zattar* e vigiar os *moradores*, eram *empreitados* também por fazendeiros e empresários da região ou de outros lugares para realizar mortes. Conforme Barreira (1998), *pistoleiros* agem em conjunto com uma rede que envolve mandantes, intermediários, protetores na polícia e no poder judicial; movimentam-se por todo o país, agindo como forasteiros anônimos e consolidando carreiras. Em Pinhão, contudo, o *pistoleiro* é quase sempre alguém conhecido, afamado por sumir por algum tempo e depois retornar com os bolsos cheios de dinheiro. As histórias sobre esses homens versam sobre idas para o *Norte*, sobretudo para o *Mato Grosso*, de onde também viera Chopim. O *Mato Grosso* emerge ainda em histórias sobre famílias *ricas* que venderam pinheiros e terras para a *Zattar*, grilaram terras ou que se meteram em *encrencas* e tiveram que *fugir* ou foram embora espontaneamente para aquele lugar. É como se ele se tornasse, portanto, um sítio de expansão e alimentação das tramas dos conflitos em Pinhão, participando dessa paisagem em movimento das lutas por terra.

As *perseguições* que Joaquim vivera naquela *época da pistolagem* contrastam e, ao mesmo tempo, revelam continuidades com as ameaças que vivia em 2011. "Não se assuste se você vir um carro seguindo a gente" – ele me disse numa tarde em que andávamos de carro



em Pinhão e tínhamos que passar por um trecho de rodovia. Contou-me que havia denunciado policiais do município envolvidos com o *baixo clero* da extração de madeira, grupo que retirava o material das áreas que haviam sido *ofertadas* pela Zattar em 2006. O carro que poderia nos seguir levava homens que Joaquim chamou de *P2*, policiais militares da divisão de inteligência que o protegiam depois que o *crime organizado* começou a cercá-lo. Ele já tinha sido *perseguido* de carro no centro de Pinhão em plena luz do dia por um desses madeireiros clandestinos e o filho de um antigo *jagunço*. Disse que "foi uma cena de cinema", ele tentando fugir, desviar, jogar o carro na calçada, fazendo cavalo de pau, e os homens atrás dele, numa caminhonete potente.

Depois de descrever a *perseguição*, Joaquim afirmou que naquele momento seu medo era do *crime organizado da madeira*, o *baixo clero do Zattar*, os *jaguncinhos* que continuavam por lá, escondidos. O *baixo clero do Zattar*, nesse sentido, era formado por sujeitos que, ao mesmo tempo que prestavam ou já tinham prestado serviços à empresa, e poderiam morar e trabalhar nas terras dela, possuíam interesses próprios nas madeiras existentes nas áreas ocupadas pelo MST. Além de *jaguncinhos* e de policiais, o *crime organizado da madeira* reunia proprietários de terras, empresários e políticos municipais que os posseiros também chamam de *puxas-saco do Zattar*, pois apoiaram a empresa em diferentes momentos.

Na narrativa de Joaquim, a *pistolagem*, os *jaguncinhos* e o *crime organizado* se conectam. Seus membros poderiam ser os mesmos ou terem relação, e agiam de forma parecida em termos de propagação de mortes, caçando pessoas em *esperas* e *perseguições* anunciadas. A polícia, por sua vez, era tratada como um corpo de agentes distintos, que, por mais que pudessem oferecer auxílio em certos casos, motivavam desconfianças, pois poderiam estar envolvidos nas redes que reprimem e prejudicam os movimentos sociais. O conflito constitui facções que, como o *crime da madeira* e a *pistolagem*, são também mercados por onde circulam e são trocadas pessoas, terras, árvores, mortes. Como propõe Karina Biondi (2018) em sua análise sobre o PCC, tais facções não correspondem a totalidades ou a uma perspectiva de território pré-definido e com limites claros, mas a fluxos e



movimentos que unem pessoas em certas atividades e ritmos, compondo lugares e modos de vida. Em Pinhão, as *esperas* e *perseguições* são algumas dessas atividades. Ao se realizarem, elas levam o conflito para além das áreas em disputa, marcando a luta pela terra nos corpos em movimento, e constituindo sujeitos que sabem que, para andar protegido diante da morte anunciada, é preciso saber ouvir e conhecer os passos alheios, e é preciso ter aliados, sejam eles humanos ou divinos.

3. Brigas de bar

Em suas narrativas sobre as ameaças vividas nos primeiros anos de organização do Movimento de Possesiros, Joaquim mencionou o perigo de ir a bares e lá, inadvertidamente, encontrar *jagunços* e *pistoleiros*:

Joaquim: Por isso que não é bom ir em bar, né? Nós estávamos trabalhando na cidade, construindo o colégio. (...) Eu aquele dia fiquei para fazer a janta, fiz a janta, e os companheiros que eram para ter voltado jantar foram jogar uma sinuquinha lá no bar, do lado do restaurante. Eles não vinham, eu fui chamar eles. Eu dei tanta sorte que quando eu entrei, passei da porta assim da lanchonete onde tinha um joguinho de sinuca, o Paulão encostou bêbado, com mais dois tranqueiras deles. Um era o Alex Soares, esse não desceu do Toyota, ficou lá. E o Tião estava ali, e o Tião é muito labioso, ele é muito sem-vergonha. Antes de ele chegar a gente ainda trocou umas palavras com o Tião, ele chegou a pedir até do meu sogro, perguntar como é que ele estava. (...) Mas no momento que entrou o Paulão, eu tentei ficar de costas, que ele não me reconhecesse. Que desse tempo. Mas foi só ele chegar, daí ele falou assim: "Conhece esse aqui? Esse aqui é o Carlos Boese, esse o Antonio Boese, lembra do Boese que trabalhou para nós em tal lugar? Aquele lá é o Joaquim, o genro do Seu Pedro". O homem pediu acho que uma meia. Já estava bêbado né, armado, e o rapaz que estava com ele correu para ficar do lado da porta do lugar. Eu fiquei pálido, disse "e agora o que é que eu faço?" Daí ele pediu meia dúzia de cervejas e levou aquelas garrafas, colocou ali em cima para tomar com os amigos dele, que eu nem conhecia, que era o Carlos Boese e o outro. Porque o pai deles trabalhava para a empresa numa época. A Dona Maria que depois percebeu, já sabia da história, me convidou para entrar. (...) Ela falou: "Joaquim, vem cá que eu quero te mostrar uma coisa aqui na cozinha", e desarmou eles também né, impediu. E aí tinha uma saída pelos fundos, ela falou: "pegue e saia por aqui e desapareça", que ele já tinha vindo outras vezes ali naquele espaço e



falado na gente, que eles queriam matar eu, o Jorge, o Chico e o Paulo.

Joaquim inicia sua história com uma advertência: não é bom ir em bar. Esses lugares de lazer e interação masculina são também propícios para o encontro com aqueles sujeitos que devem ser evitados. A *encrenca*, então, pode se tornar ainda mais grave, já que numa situação dessas, qualquer palavra trocada arrisca ser recebida como *desaforo*. *Beber e brigar* são um par que, justamente por se repetir em inúmeras histórias sobre agressões físicas e mortes que ocorrem e circulam em Pinhão, deve ser considerado quando se atravessa a porta de um desses lugares. Além disso, os bares são o lugar dos *valentes*, os perigosos *bandidos* e *matadores* que, muitas vezes, são também caracterizados como sujeitos que viviam bêbados. Joaquim teve a sorte de encontrar três deles de uma vez, incluindo Paulão e Alex Soares, dois dos mais famosos *jagunços* e *pistoleiros* da madeireira, e Tião, o chefe deles. A partir do momento em que estava dentro do estabelecimento, ele conta como foi interceptado pelo próprio Tião, que fez questão de tratá-lo bem (pergunta até sobre seu sogro), e reconhecido por Paulão, que citou Joaquim em voz alta, e estava bêbado e armado.

Como ninguém se salva de uma dessas sozinho, foi Dona Maria, esposa do dono do bar, que já havia escutado os planos dos *jagunços*, quem deu um jeito de tirar Joaquim de lá. O bar, assim, não é só um lugar onde os encontros perigosos e as *brigas* podem acontecer. Nele se propagam notícias sobre esses acontecimentos e se declaram anúncios de morte, em conversas que sempre são ouvidas por outras pessoas. Tal qual os casos de *esperas* e *perseguições* discutidos anteriormente, a observação da circulação de pessoas e de suas conversas conforma aqui uma espécie de arte de escapar e de fazer aliados, criando assim possibilidades de fuga e ausência de certos acontecimentos.

O posseiro Damião, por sua vez, conta que em virtude das ameaças que ele e sua família viviam, chegou a pedir permissão ao delegado para andar armado:

Damião: Daí eu tinha uma arma naquela época. Fui e falei com o Doutor Costa, promotor: "Doutor Costa...", e contei tudo a minha história para ele. Ele disse para mim: "o teu revólver é?" Eu disse: "não é registrado". Ele disse para mim: "você faz o teu registro que eu libero você. Não chegue em bar, não chegue em festa, não beba, não vá em baile, bem escondido, eu te libero para você carregar nessa



situação que você está, de perseguido". Eu disse para ele: "o cursinho que o senhor está me dando, há muito tempo eu venho fazendo". E vinha mesmo. Porque bastante companheiro nosso já tinha morrido, a gente tinha experiência.

Esse trecho da conversa é elucidativo tanto do conhecimento das pessoas, dos lugares, de suas conversas e movimentos, quanto de um saber sobre os usos de armas e a efetivação de mortes, que Damião sintetiza na expressão *ter experiência*, consolidada com o acúmulo de situações vividas. Ele afirmava, desse modo, conhecer melhor que o promotor aquelas recomendações de não andar armado em bares, bailes e festas. Afinal, muitos *companheiros* haviam perdido suas vidas naqueles lugares.

Segundo Carlos, advogado que defende membros dos movimentos sociais, algumas das mortes que ocorreram ao longo do conflito com a Zattar foram tomadas por *brigas de bar*, não sendo investigadas e nem contabilizadas como parte do conflito. Ele não entrou, contudo, em detalhes sobre esses acontecimentos. Ao longo do campo, ouvi diversas histórias sobre o bar que havia na antiga Zattarlândia, onde ocorriam muitas *brigas* e chegava a ter mais de duas mortes numa única noite, ou onde as *brigas* começavam e terminavam em *esperas* na estrada que leva até lá, a qual hoje está cheia de visagens desses mortos. Também conheci a história de um rapaz que foi morto numa *espera* feita por *jagunços* que o haviam encontrado no bar, e depois armaram a arapuca para ele em seu retorno para casa. Finalmente, ouvi histórias de *jagunços* e *pistoleiros* que perderam a vida em *brigas de bar* e em festas.

Ao chamar atenção para os entraves e ambiguidades que as *brigas de bar* levam às denúncias e investigações de assassinatos que ocorrem no conflito por terras, Carlos nos coloca diante do problema dos limites, enquadramentos e disputas de categorias que entram em jogo na definição de formas de violência enquanto crimes. Para ele, ao tratar certas situações como *brigas de bar*, as investigações descartavam o conflito por terras, desqualificando tanto a luta dos movimentos sociais quanto os envolvidos na *briga*, e impossibilitando não só a reparação, mas o reconhecimento desses conflitos e de suas implicações.

Confrontos de categorias e reputações são matéria de discussão em diferentes



etnografias sobre conflitos e violência no campo. Marques (2002) e Barreira (1998), por exemplo, salientam as manipulações do par “pistolagem” e “vingança” nos julgamentos e avaliações públicas sobre certos assassinatos, a primeira referente às mortes pagas e mais condenáveis, e a segunda à morte em retaliação, tida como justificável e até mesmo honrada. Figurelli (2011), por sua vez, discute a “ética da violência” que legitima mortes que são sustentadas como “brigas” decorrentes de ofensas entre trabalhadores rurais e proprietários de terras, ou entre os próprios trabalhadores. A impossibilidade de se delimitar quais “brigas” são do âmbito da ofensa pessoal e quais envolvem a disputa de poder político é também ressaltada por Villela (2004) em seu estudo dos processos-crime no sertão de Pernambuco. Essas distintas etnografias e as reflexões sobre as *brigas de bar* indicam que esses termos provocam sempre avaliações sobre como certas mortes poderiam ser e são realizadas, julgamentos que não estão pautados na separação entre pessoal e político, público e privado.

Se para quem está de fora a *briga de bar* poderia ser tomada como uma espécie de duelo entre sujeitos acostumados a beber e lançar mão de armas, e compreendida como fato separado das lutas pela terra em Pinhão, os sujeitos que participam dessas lutas ressaltam que os bares e festas são os lugares mais prováveis para a execução de assassinatos, incluindo aqueles que eram propagados nas disputas envolvendo a madeireira, cuja presença se estendia também a esses ambientes.

Considerações finais

O presente trabalho buscou refletir sobre os modos com que famílias e lideranças de movimentos sociais em Pinhão, Paraná, vivem e refletem sobre as violências vividas na luta pela terra, focando-se em experiências de assassinato e ameaça de morte ocorridas ao longo de processos de expropriação e organização política por direitos. Essas mortes e intimidações não são necessariamente concebidas como *violência*, mas narradas e efetivadas como *brigas*, *desaforos*, *provocações*, *esperas*, *perseguições*, *brigas de bar*; termos que também podem se referir a outros conflitos. Enquanto formas de fazer e viver assassinatos nas disputas em



questão, elas implicam performances que são reivindicações de domínio sobre a terra. Envolvem ainda os pertencimentos mútuos e obrigações morais entre pessoas que se percebem como parte de famílias e de comunidades. Assim, processos de expropriação, acumulação e disputas por propriedade são tratados pelos posseiros como afrontas aos preceitos éticos que fundamentam os vínculos entre as pessoas e os lugares onde vivem.

Além disso, estão em jogo as qualidades dos agentes envolvidos nesses processos, como atuam, a quem se aliam e como reclamam sua autoridade sobre determinados terrenos. A presença da madeireira nas comunidades era consolidada também através dos *jagunços*, em um esquema de colonização de terras que permitia a permanência de *moradores*, mas desorganizava seus modos de ser e de viver enquanto sujeitos autônomos em suas posses. Hoje, a empresa permanece através dos títulos, ações de reintegração de posse, negociações com o Incra, das poucas estruturas que mantêm na Zattarlândia, seus aliados e funcionários, e das histórias que criou nas áreas que adquiriu. As *brigas* se renovaram e diversificaram, com a reivindicação das terras por famílias aliadas a fazendeiros e pelo *crime da madeira*, os quais podem ou não ser ou ter se unido à madeireira ou trabalhado para ela em algum momento, e se posicionam contrariamente à reforma agrária. O conflito e as formas de violência nele propagadas, portanto, variam, efetivando-se de diferentes modos e envolvendo diferentes sujeitos, tempos e relações.

Há ainda variações que colocam em questão os limites e enquadramentos das disputas por terras e das mortes que efetivam, as quais se emaranham em *brigas de bar*. Assim, ao buscar compreender como os sujeitos vivem e problematizam isso que pensamos como “violência no campo”, fui introduzida às continuidades e descontinuidades entre ela e as outras *brigas* constitutivas dessas famílias e comunidades. Essas *brigas* não estão fixadas em uma tipologia, uma classificação onde cada categoria corresponderia a uma relação particular, e tampouco correspondem a regras de conduta. Elas são formas de realizar, reconhecer e refletir sobre ameaças, assassinatos, agressões e violações. Assim, se podem acontecer em outros conflitos, ou serem tomadas como conflitos específicos, nos casos aqui discutidos as *brigas de bar* são uma forma de reivindicar terras e de produzir lados e posicionamentos no



conflito com a madeireira. Há uma captura política desses ambientes de lazer e bebedeira, reconhecidos como propícios para a realização de *brigas* que terminam em mortes.

Em suma, *desaforos, provocações, brigas, brigas de bar*, etc., são, no âmbito das lutas por terra em Pinhão, formas de propagação e reconhecimento de violações e ofensas graves, que colocam em risco famílias e comunidades. Essas categorias são também performances de gestos, palavras e movimentos, os quais, ao se realizarem, agenciam politicamente lugares, terrenos e famílias, constituindo-os como participantes dessas disputas. Reivindicações e contestações da posse da terra podem ser conduzidas por famílias e movimentos sociais, dimensões que se confundem na organização dos sujeitos que vivem esses conflitos em Pinhão. Vividos como *brigas*, as mortes e o conflito são problematizados pelos membros dessas famílias e movimentos segundo os preceitos éticos que consolidam a vida em comunidade, parâmetros que sustentam a mobilização política, a afirmação de que se está lutando pelo que é certo, pelo que é seu.

Bibliografia

- AYOUB, Dibe. 2014. Sofrimento, tempo, testemunho: expressões da violência em um conflito de terras. *Horizontes Antropológicos*, 20 (42): 107-131.
- AYOUB, Dibe. 2018. Land as Home: Women, Life and Violence in Land Conflicts. *Vibrant*, 15 (3): 1- 19.
- BARREIRA, César. 1998. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Núcleo de Antropologia da Política.
- BAUMAN, Richard. 1986. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BIONDI, Karina. 2018. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- BRIGGS, Charles L. 1996. "Introduction". In: Charles Briggs (Ed.). *Disorderly discourse: narrative, conflict and inequality*. Oxford: Oxford University Press, pp.1-40.



- COMERFORD, John. 2003. *Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DAS, Veena. 2007. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press.
- DAS, Veena. 2015. "What does ordinary ethics look like?" In: Michael Lambek, Veena Das, Didier Fassin, Webb Keane (orgs.). *Four Lectures on Ethics: Anthropological Perspectives*. Chicago: Hau Books, The University of Chicago Press.
- FELDMAN, Allen. 1991. *Formations of Violence: The Narrative of the Body and Political Terror in Northern Ireland*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- FIGURELLI, Mónica Fernanda. 2011. *Família, escravidão luta: histórias contadas de uma antiga fazenda*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, Michel. 2010. *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. São Paulo: Graal.
- MARQUES, Ana Claudia. 2002. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MARQUES, Ana Claudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine. 2007. "Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito". In: Ana Claudia Marques (org.). *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza: UFC/FUNCAP/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes, pp.27-55.
- SCOTT, James C. 1976. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London: Yale University Press.
- THOMPSON, Edward P. 1998. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII". In: E.P.Thompson, *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 150-202.
- VILLELA, Jorge Mattar. 2004. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- VILLELA, Jorge Mattar. 2015. Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco. *Revista de História*, 173: 329-358.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT4

ASSESSORIAS, PESQUISA- AÇÃO E EXTENSÃO RURAL: MEDIADORES EM COFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOJURÍDICOS

COORDENAÇÃO

RODOLFO BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA (UFPR)

EMMANUEL OGURI FREITAS (UEFS)



A EXTENSÃO RURAL À LUZ DO ENFOQUE DO DTS NO EXTREMO SUL CATARINENSE

SUZANA MARIA POZZER DA SILVEIRA - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo

A partir dos pressupostos do desenvolvimento territorial sustentável (DTS), o trabalho faz uma reflexão sobre o papel das mediações nos territórios, tendo por base os projetos de extensão junto às comunidades rurais da Zona Costeira do Extremo Sul Catarinense. Toma por ponto de partida a pesquisa de doutorado da autora, também sobre o referido tema e local, procurando problematizar os desafios na viabilização de novas modalidades de extensão em prol do desenvolvimento rural. Embora compreenda que as Universidades e Institutos Federais tenham um papel chave nesse processo, descortina a partir das experiências nos projetos desenvolvidos, as engrenagens limitadoras e as potencialidades para a inserção das inovações territoriais. Com base na análise e reflexão crítica dessas atividades, problematiza certos aspectos a serem considerados na construção das novas territorialidades. Embora exista um arcabouço teórico/institucional e coletivos de pesquisa-ação imbuídos pelo enfoque do desenvolvimento territorial sustentável, predomina a lógica hegemônica voltada para um desenvolvimento insustentável, pautado na modernização agrícola. Nesse sentido, frente à crise sistêmica vigente na sociedade de risco, torna-se fundamental a construção de consensos mínimos entre paradigmas de desenvolvimento e visões de mundo, parecendo pouco coerente as disputas inconciliáveis. O desafio consiste, primeiramente, em como chegar a um denominador comum, podendo as Instituições de ensino e os aparatos estatais, em suas diferentes escalas, terem um papel protagônico no direcionamento e monitoramento desses processos. O desafio seguinte incide na capacidade de



desenvolver aportes de como operacionalizar essas ações como, por exemplo, a intersetorialidade e a inter/transdisciplinaridade.

Palavras-chave: Mediações, complexidade, sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Considerando os principais desafios da sociedade contemporânea, a desigualdade social e a questão ambiental, urge uma transição sensata para uma economia verde, pautada num novo modelo de desenvolvimento. Tendo em vista a inexorabilidade desse processo, cabe a escolha se será feito de maneira paulatina, ordenada, ou forçada, em decorrência de um colapso ecológico (ALVES, 2020; LATOUCHE, 2006; PHILIPPI JR; PELICIONI, 2014, PIKETTY, 2014). Desde a década de 1970, essa problemática vem sendo colocada por organismos internacionais, Instituições, sociedade civil, entre outros. Muitos avanços ocorreram, tendo sido implementadas legislações, acordos, programas, voltados para mitigar os impactos do ser humano na natureza. No entanto, tem prevalecido, em geral, uma retórica verde, pautada no conceito de desenvolvimento sustentável, o qual postula mudanças pontuais, fragmentadas, subordinando a ecologia à economia e apostando na tecnociência como chave na resolução desses problemas (TREMBLAY & VIEIRA, 2011). Como contraponto, o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) está imbuído de uma nova episteme, solidária e ecológica, que valoriza a self-reliance e as especificidades territoriais em termos culturais, econômicos, políticos, ambientais e sociais. Desde a década de 1980 tem se ampliado os estudos sobre o desenvolvimento local, contribuindo para o aprofundamento das noções de territorialidade, endogeneidade, descentralização, intersetorialidade e autonomia dos sistemas produtivos localizados (FAVARETO et al, 2012). Muitas pesquisas têm se debruçado na análise das experiências concretas na viabilização do Desenvolvimento Territorial, apontando avanços, obstáculos, fazendo análises



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



comparativas. Embora os desafios sejam significativos, essa abordagem tem um pouco mais de duas décadas o que, se comparada com o paradigma agrário/setorial de desenvolvimento rural, por exemplo, que demorou séculos para consolidar-se, a visão territorial também requer um processo em construção (BERDEGUÉ & FAVARETO, 2019).

No entanto, a considerar a urgência dos problemas vigentes, gerando pandemias, crises generalizadas, de toda a ordem, faz-se necessário o estabelecimento de consensos mínimos, com vistas ao bem comum. Isso porque embora existam boas intenções, acordos internacionais, legislações, e inúmeras razões para o fortalecimento de novas dinâmicas de desenvolvimento, predomina de forma quase incontestável a visão produtivista, fragmentada e de crescimento ilimitado. Portanto, o que está em jogo parece ser o desafio de como transpor a barreira/ “cegueira ideológica”, o que requer um conjunto de ações sistematizadas de modo a estabelecer, ao menos em nível institucional, consensos mínimos como, por exemplo, de direcionamento e monitoramento de atividades voltadas para fortalecer a intersectorialidade, a inter/transdisciplinaridade, a educação ambiental, entre outros. Nesses termos, a razão para fortalecer o enfoque da territorialidade, é devido a ser mais coerente e consistente com as transformações pelas quais passam as sociedades atuais no campo da economia, demografia, meio ambiente, e política (BERDEGUÉ & FAVARETO, 2019). Muitos programas internacionais como a Agenda 2030 dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) favorecem essa transição, tencionando um discurso convergente entre governos, empresas e organizações sociais. Tendo esse referencial como consenso básico, urge que Instituições/Mediações trabalhem em prol do direcionamento desses propósitos em termos de indicação de instrumentos concretos (modelos, diagnósticos, formação...) de como operacionalizar essas ações para a concretização das metas almejadas.

Face ao exposto, além da introdução e da conclusão, o trabalho apresenta mais duas seções. A primeira voltada para a revisão de literatura sobre as raízes da crise



sistêmica a partir da problematização do conceito de desenvolvimento, suas querelas ideológicas e do paradigma tecnicista reducionista ainda hegemônico. Essas análises são fundamentais, pois sem a compreensão das raízes da crise atual, torna-se difícil pensar inovações e saídas possíveis. Na segunda parte, tomando por locus a Zona Costeira Catarinense, tendo por base os projetos desenvolvidos junto às comunidades, destaca a urgência em repensar o papel das Instituições (Universidades, Institutos, Entidades...) na viabilização dessas inovações, as quais requerem um novo *modus operandi* capaz de superar o paradigma analista-reducionista.

2 DA SETORIALIDADE À INTERSETORIALIDADE

O enfoque de desenvolvimento rural predominante na América Latina e Caribe, desde o pós-guerra, apostava na modernização agrícola ou revolução verde, baseado nas monoculturas, na mecanização, e na utilização de insumos químicos (SAUER & BALESTRO, 2009). Devido os impactos negativos desse modelo, seja no meio ambiente, com degradação dos solos, poluição, baixa inserção das populações locais, em meados do século XX foi criado o conceito de desenvolvimento territorial rural (DTR). Com isso, surgiram algumas rupturas com a tradição agrária imperante, não sendo o rural mais sinônimo de agrícola. A promoção do desenvolvimento rural deveria basear-se num enfoque territorial e não setorial (FAVARETO, 2007; ANDION, 2009; WILKINSON, 2003). Conceitos como pluriatividade, multifuncionalidade, neoruralidade, passaram a ter destaque, em função das mudanças ocorridas no meio rural, não estando mais limitado à agricultura e pecuária. Devido ao surgimento de novos nichos de mercado como o turismo rural, a valorização da culinária, cultura e tradições locais, o enfoque de DTR passa a considerar a diversidade setorial da economia rural, a interdependência entre rural e urbano, e a centralidade dos atores territoriais. Para além da dimensão geográfica, o



território passa a ser visto como um espaço socialmente construído (VEIGA, 2000). Nesse contexto, o desenvolvimento territorial (DT) passa a ser pensado de modo intersetorial, não limitando os espaços rurais às atividades primárias, através de uma governança capaz de aglutinar os principais agentes do território em prol de uma agenda comum. Apesar desses avanços, o DT ainda está pautado numa perspectiva economicista, ao valorizar a economia centrada no mercado, e por considerar os demais aspectos (culturais, históricos e sociais) como 'recursos' ou 'capitais', a fim de impulsionar o desenvolvimento, excluindo do debate as suas consequências sobre a crise socioambiental atual (ANDION et al, 2003). Tendo por base os pressupostos do Ecodesenvolvimento, surgido na década de 1970, na Conferência de Estocolmo, onde são questionados as lógicas do progresso e crescimento ilimitado, como incompatíveis à manutenção do ecossistemas, foi criado o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Trata-se de um enfoque que problematiza as raízes das crises atuais, entendendo que os problemas são globais, interdependentes, constituindo um sistema de interações, não sendo devidamente compreendidos por análises reducionistas, de saberes compartimentados. Para a análise desse jogo de interdependências está amparado no paradigma sistêmico-complexo, o qual constitui uma tentativa de superação do paradigma analítico-reducionista ou dos enfoques pautados numa racionalidade indolente. Entende que a territorialidade não deve ser considerada como um simples objeto de interesse mercantil, especulatório e, portanto, insustentável em longo prazo (FONTAN & VIEIRA, 2011). Outro conceito muito em voga, surgido logo após o conceito de Ecodesenvolvimento, foi o termo desenvolvimento sustentável (DS), tendo mais destaque que o primeiro, pois está pautado na modernização ecológica, apostando nas inovações tecnológicas e industriais, com perfil setorializante, como sendo capazes de resolver os desafios impostos pela crise ambiental. O DS acaba constituindo uma panaceia, servindo muitas vezes como marketing, ou propaganda da economia verde, não questionando as raízes da crise ambiental, propondo



soluções pontuais e de curto prazo (ABRAMOWAY, 2012). Correndo riscos de simplificações, esse histórico conceitual parece ser importante na compreensão das disputas entre duas visões principais na atualidade, sendo uma delas hegemônica. Trata-se da modernização ecológica, ou do desenvolvimento sustentável, e do Ecodesenvolvimento, ou desenvolvimento territorial sustentável. Enquanto a primeira aposta na tecnociência, sendo respaldada pelo paradigma tecnicista-reducionista-setorial, ainda hegemônico, a segunda, valoriza a interdependência e a intersetorialidade (TREMBLAY & VIEIRA, 2011). Face a esse panorama geral, na sequência são delineados alguns aspectos que contribuem para a compreensão das diferenças entre setorialidade e intersetorialidade, os quais podem contribuir para o estabelecimento de consensos mínimos quanto à problemática do desenvolvimento local.

2.1 DA SIMPLICIDADE (SETORIALIDADE) À COMPLEXIDADE (INTERSETORIALIDADE)

Um dos principais desafios na viabilização do DTS consiste em como implementar a intersetorialidade, a qual requer um novo modus operandi e, em consequência, uma nova visão de mundo. A fim de explicitar o entendimento dessa mudança, na sequência consta uma síntese da revisão de literatura presentes na tese de doutorado da autora (SILVEIRA, 2013). A ciência do século XX, segundo Barabási (2009), desmontou o universo, mas não sabe como remontá-lo, pois entendia que uma vez compreendida as partes era possível compreender o todo. Essa perspectiva reducionista, ainda hegemônica, propicia que os indivíduos vejam o mundo através de suas partes constitutivas. Na década de 1950 com o surgimento da Teoria dos Sistemas (Karl Ludwig von Bertalan y) e, mais recentemente, com a Teoria dos Sistemas Complexos (Edgar Morin) a natureza não é mais vista como um quebra-cabeça. Ao invés da compartimentação, da separação entre mente e



corpo, razão e emoção, subjetividade e objetividade, homem e natureza, há uma integração dessas dualidades. Um dos indicadores que corroboram para a crítica ao modelo hegemônico de pensamento vem sendo a sua incapacidade em lidar com a instabilidade e a incerteza, cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas. Um exemplo que ilustra esse fato é a questão da sustentabilidade, pois se torna difícil trabalhar com esse tema num contexto de unilateralidade e unidimensionalidade, em que prevalece a competição e a racionalidade instrumental (MARIOTTI, 2007). Ao invés da unilateralidade, a sustentabilidade requer diversidade e tensão criativa. Enquanto o racionalismo busca reduzir tudo à objetividade e à lógica linear, a racionalidade é multilateral e reconhece os limites da razão (MORIN, 2007; MARIOTTI, 2007). A racionalidade não-linear, ao invés da lógica binária “ou-ou” (isto ou aquilo) do modelo linear cartesiano, utiliza a lógica “e-e” (isto e aquilo). Entretanto, isso não significa que se deva desconsiderar a forma tradicional de fazer ciência, mas deve-se evitar absolutizá-la como suficiente, pois: “o mundo real é diversificado, multifacetado e, muitas vezes, incerto e imprevisível” (MARIOTTI, 2007, p.06). As principais diferenças entre essas óticas de pensamento são:

Quadro 01 - Principais diferenças paradigmáticas Paradigma Clássico

(mecanicista-reducionista) Paradigma sistêmico/complexo

(interdependência)

Simplicidade Complexidade

Estabilidade Instabilidade

Objetividade Intersubjetividade

Fonte: Elaborado pela autora com base em VASCONCELLOS (2002).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Ao invés do reducionismo (complexo → simples) passa-se para uma perspectiva integrativa complementar (simples → complexo). No entanto, na atualidade, predomina o condicionamento à racionalidade linear, a qual é parte inseparável do projeto Iluminista que fundamenta a visão de progresso, de certezas, de controle, vigentes na modernidade (MORIN, 2007). Em função dos riscos (meio ambiente, desemprego, violência, desigualdades), como bem destacado pelos críticos da modernidade ou “pós-modernos” (BAUMAN, 1999; BECK, 1995), muitas questões passam a ser repensadas, entre elas o conceito de desenvolvimento. Surge um pensamento “auto-eco-organizador”, relacional com todo o sistema vivo, capaz de repensar a própria concepção de desenvolvimento. Além disso, no contexto em que os problemas envolvem a todos não é mais possível a existência de um “ator privilegiado”, protagonista das mudanças. Torna-se necessário um somatório de esforços, de parcerias, a fim de buscar alternativas aos complexos problemas sociais, em especial via sistemas de governança territorial (MARIOTTI, 2007; MORIN & KERN, 1995). No entanto, o modelo ainda hegemônico de desenvolvimento opera dentro de um paradigma que valoriza o crescimento econômico, com uma visão setorializada das diferentes dimensões da realidade (social, político, econômico, ambiental). Mais recentemente, mesmo tendo sido verificado um significativo interesse em aprimorar as políticas sociais, por meio de um melhor planejamento, observa-se que ainda continua sendo priorizada a dimensão econômica, muito focada na racionalidade custo-benefício, limitando-se a uma análise técnica (modelo tecnocrático), não envolvendo outras dimensões (ANDION. Et al., 2003). A Conferência de Estocolmo, em 1972, tornou-se um marco histórico, pois foi a primeira vez que se buscou um equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente. Deste evento em diante iniciou-se a difusão do conceito de ecodesenvolvimento, o qual é crítico às limitações da concepção economicista, tecnocrática, autoritária de planejamento e aos modelos universalistas de



desenvolvimento. Propõe a busca de soluções específicas para cada território, com ampla participação dos atores locais, os quais devem identificar seus problemas e buscar alternativas. Visa transformações profundas nos estilos de vida com distribuição mais equitativa da riqueza, redução dos níveis de consumo supérfluo e do desperdício de recursos (VIEIRA, 2007). A questão principal colocada pelo ecodesenvolvimento é a compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. Desse modo, visa uma nova modalidade de desenvolvimento que seja integrado, participativo, endógeno. Para tanto, privilegia a integração interdisciplinar e transdisciplinar do conhecimento para construção e implementação de cenários preventivos e proativos. Está fundamentado no paradigma sistêmico/complexo como referência para a construção de novos modelos de planejamento e gestão. Constitui um “esforço de entendimento teórico dos sistemas sociológicos e a busca de enfrentamento dos condicionantes estruturais da crise” (VIEIRA & BERKES, 2005, p. 337). A inadequação do pensamento linear, fragmentado, desarticulado, é cada vez maior, pois os problemas são de ordem global, transversais e multidimensionais (KNYAZEVA, 2003). Dessa forma, o enfoque do ecodesenvolvimento entende a problemática socioambiental como sendo reflexo de uma crise estrutural da lógica organizativa das sociedades atuais. As principais estratégias para implementar ações visando reverter os desafios vigentes estão centradas no território, nas experiências locais, mas sem perder de vista a dimensão global. Valoriza a autoconfiança (self-reliance), as potencialidades locais, a prudência ecológica e a participação ativa na construção das ações. Além disso, é imprescindível a integração transescalar das instituições que atuam no território, o que requer novas formas de planejamento e gestão capazes de superar as posturas “tecnocráticas” (SACHS, 2007; VIEIRA, 2007).

2.2 O PAPEL DAS MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Se anteriormente a ênfase estava no “progresso”, no desenvolvimento de fora para dentro (ou exógeno), no contexto da globalização, do pós-fordismo, começam a ser valorizados os territórios, com suas especificidades e dinâmicas próprias. A importância conferida ao local foi decorrente da diversidade espacial ocorrida em função da reestruturação industrial nos países industrializados. As localidades não seriam apenas comunidades passivas, mas proativas, capazes de construir e de modificar o seu contexto (MIOR, 2005). Esse novo modo de pensar o espaço surgiu após a crise econômica de 1970, em que se passou dos grandes projetos com forte centralização estatal para projetos menores, descentralizados, valorizando os pequenos e médios centros urbanos. Além disso, com a intensificação da modernização da produção, transformações econômicas, crescente integração dos mercados, começou haver uma diluição entre o rural e o urbano na Europa. O rural deixa de ter primazia pelas atividades primárias, e passa a ser também um setor de serviços, em que a localização, fertilidade da terra, paisagem, infraestrutura, acessibilidade, passam a ser um diferencial positivo. O impacto dessas mudanças foi significativo, pois as políticas passaram a ser planejadas sob um viés territorial, em vez de setorial, como até então vinha sendo efetuado. Uma referência importante nesse processo foi o programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais (Leader), em 1991, que passou a ser uma referência para o desenvolvimento rural. Outra influência fundamental foi a obra do sociólogo italiano Arnaldo Bagnasco “Tre italie. La problemática territoriale dello sviluppo italiano”, de 1977 (FAVARETO, 2012). No entanto, tendo por base a realidade brasileira, na maioria das vezes a proposta de governança/DT/DTS consta em documentos, legislações, tendo pouca aplicação prática, pois persistem as relações verticalizadas, autoritárias e clientelistas. Nesse sentido, o grande desafio parece consistir em como operacionalizar essas ações, afim de integrar a sociedade civil de modo crítico, autônomo, assim como incentivar novos nichos de mercado, criando o suporte técnico e logístico necessário. Embora essas mudanças não



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



limitem a atuação das grandes corporações, nem eliminem o verticalismo ainda predominante no Estado, ou a inércia de boa parte da sociedade civil, são embriões de novas possibilidades, de novos caminhos a serem trilhados. Desse modo, diante de um território com gigantescos enclaves econômicos, monocultura, uso de agrotóxicos, pode surgir um território múltiplo, capaz de integrar os atores, de preservar o meio ambiente, de produzir alimentos orgânicos, de valorizar a identidade local contribuindo para o empoderamento das populações. A questão chave é de como viabilizar tal propósito, sendo a extensão estratégica nesse processo. Com base na obra *O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses*, organizado por Gaëtan Tremblay e Paulo Freire Vieira (2011), será efetuado uma síntese dos pontos a serem considerados nesse processo. Segundo os autores, as Instituições vigentes em cada território, em especial as Universidades, mas incluiria também os Institutos Federais, as Entidades Públicas, entre outras, tem um papel de agência muito importante. Além de um corpo técnico qualificado, tem abrangência social, respeitabilidade e condições de acompanhar esse processo em curto, médio e longo prazo, incentivando e fortalecendo “regiões-laboratório de DTS”. No entanto, no âmbito das universidades tem predominado os enfoques analíticos baseados numa racionalidade indolente e no paradigma analítico-reducionista, os quais têm se mostrado insuficientes no entendimento dos paradoxos do mundo contemporâneo e, em consequência, no planejamento das ações coletivas. A complexidade dos problemas são globais, interdependentes, constituindo um sistema de interações, não podendo ser devidamente compreendidos por visões reducionistas, de saberes compartimentados. Exige uma análise desse jogo de interdependência, para o qual o enfoque sistêmico complexo pode contribuir, advertem os autores. Urge um esforço de constituição de uma nova episteme, com um desenho alternativo de sociedade e civilização que denominam de “projeto local”, pautado num desenvolvimento solidário e ecologicamente sustentável. Os experimentos práticos



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



desse ideário poderiam ser viabilizados por meio de regiões-laboratório de DTS. Dessa forma, ao invés do global, aos poucos iria sendo fortalecido o “glocal”. As universidades, Institutos Federais poderiam ter um papel chave nesse processo, porém continuam reforçando a lógica dos sistemas socioculturais dominantes. De modo geral, a academia pouco tem produzido e difundido conhecimentos voltados para novas formas de convivência social, solidários, democráticos e ecológicos. O maior empecilho em assumir a multidimensionalidade desse processo de ecoformação é a hegemonia do paradigma científico analítico-reducionista, segundo os referidos autores. Nesse contexto, urge a articulação em rede de coletivos transdisciplinares voltados para a análise e gestão de macroproblemas emergentes. Não se trata, como destacado pelos referidos autores, de defender uma pluralidade de projetos civilizacionais, um para cada comunidade local, constituindo um certo retrocesso ao contexto anterior à modernidade. Propõem uma única episteme matricial, mas que agregue “colorações locais fortes”. Apostam na ‘qualidade ética’ do desenvolvimento, reconhecendo a importância em preservar a diversidade cultural e biológica. Propõem uma inserção renovada das universidades na viabilização do Projeto Local, fomentando a articulação em rede das chamadas regiões-laboratório de desenvolvimento sustentável. Ou seja, no fortalecimento de redes de comunidades científicas, capazes de impulsionar a realização de experimentações comparativas baseadas no conceito de pesquisa-ação-formação comunitária em regiões laboratório de codesenvolvimento. Para isso, advertem que seria importante a superação do produtivismo acadêmico e do paradigma analítico reducionista e a consideração de atividades coordenadas de longo fôlego destinadas ao desenvolvimento de estratégias sistêmicas, voltadas ao local, sensíveis à variável socioecológica.



3 ZONA COSTEIRA CATARINENSE – REGIÃO LABORATÓRIO DE DTS

O Estado Catarinense caracteriza-se pela diversidade e descentralidade, agregando desde setores tradicionais aos mais dinâmicos da economia. É conhecido no país por apresentar uma trajetória peculiar no seu desenvolvimento, tendo desenvolvido empresas locais com distribuição espacialmente equilibrada, com polos regionais especializados. Tem um setor agropecuário com presença marcante de pequenas propriedades rurais e equitativa distribuição territorial da população (SILVA, 2002). Mesmo existindo uma expressiva agricultura familiar, o modelo privilegia as exportações e a produção industrial, deixando a agricultura familiar em segundo plano. Esse privilégio do urbano em relação ao rural contribuiu para o esvaziamento do campo. Dessa forma, o paradoxo é que se, por um lado, a agricultura familiar forneceu alimentos a baixo custo, mão de obra, consumidores dos bens industrializados, por outro, foi gradativamente excluída desse processo. Os agricultores vêm sendo obrigados a abandonar a agricultura, devido a falta de recursos, de infraestrutura e de políticas públicas adequadas, que contemplem a extensão rural. Aqueles que conseguem permanecer no campo muitas vezes têm de se adaptar ao modelo hegemônico, perdendo suas características, subordinando-se à indústria. O resultado é a perda de um saber integrado, que passa de geração em geração, em sintonia com o meio ambiente e a cultura local. Nesse contexto, embora a imagem associada ao desenvolvimento catarinense seja da pequena produção agrícola e pequenos empreendimentos industriais, somente nos anos 1990 que as políticas públicas se voltaram para a pequena produção, de modo a fortalecer novas modalidades de desenvolvimento (MUSSOI, 2002; SCHMIDT, 2002). A Zona Costeira Catarinense abrange 36 municípios, com uma população de aproximadamente 1.889.474 habitantes (IBGE, 2001), uma área terrestre de 9.094 km² e 5.894 km² de área oceânica, estando agrupados em cinco setores: Litoral Norte; Litoral Centro-Norte; Litoral Centro; Litoral Centro-Sul; e Litoral Sul. Com a chegada dos primeiros imigrantes e suas interações com as comunidades



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



tradicionais, indígenas, quilombolas, entre outros, houve uma troca de saberes, de aprendizagem de novas técnicas de plantio de milho, algodão e mandioca. De 1940 a 1970 chegaram novos imigrantes europeus, os quais contribuíram para alterar o padrão pré- capitalista de utilização dos recursos naturais. Desenvolveram sistemas de policultura e de poli-manufatura doméstica que propiciaram maior dinamismo, contribuindo para a formação de centros manufatureiros. Com o passar do tempo aumentaram as interações entre as diferentes comunidades, assim como a modernização e infraestrutura urbana e o turismo de massa (CERDAN. Et al., 2011). De 1970 a 1990 começa o movimento de especialização setorial e os primeiros indícios de uma crise socioambiental nessa região. Desde os anos 1970 a infraestrutura da zona costeira vem sendo aprimorada, tendo contribuído para isso a construção da BR 101 que facilitou a dinamização da economia da região. A urbanização intensa e descontrolada da zona costeira que vem comprometendo os recursos naturais de uso comum seria um indício do declínio do modelo catarinense de desenvolvimento, iniciado nos anos 1980. Desse período em diante se intensificou a ocupação intensa desses espaços, em especial das terras devolutas que eram utilizadas por agricultores familiares. A consequência foi o empobrecimento dos pescadores, associado ao desequilíbrio ecológico, tais como a pesca predatória, poluição, assoreamentos. Nesse contexto, a agricultura familiar passou a perder relevância, a ser vista como secundária. Muitos agricultores/pescadores passaram a buscar outras fontes de renda, em geral em subempregos, tendo uma presença cada vez maior da pluriatividade nesses espaços. Mas ao lado da dinâmica de desenvolvimento que contribui para acirrar os conflitos ambientais e sociais, há uma dinâmica que vem valorizando patrimônio cultural, paisagístico e social, com vistas a uma maior inclusão das comunidades tradicionais (CERDAN. Et al., 2011). Embora o turismo não deva ser responsabilizado por todos os problemas da região, os seus impactos negativos tem propiciado discussões sobre novas alternativas de turismo, menos agressivo e mais



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



inclusivo socialmente. Nesse contexto é fundamental o estabelecimento de ações efetuadas em rede, de modo colaborativo e integrando os diversos atores locais. Uma referência que poderia contribuir nessas iniciativas são os clusters turísticos onde várias empresas concentradas em certos espaços procuram influenciar as dinâmicas locais, dinamizando a economia e melhorando a vida da população. No entanto, a difusão de dinâmicas em rede é obstaculizada pelo frágil protagonismo da sociedade civil e da atuação, em geral, setorial e fragmentada por parte das Instituições presentes no local. Essa análise pode ser ratificada na tese de doutorado da autora, focada na atuação em rede de dois Núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia, sendo um situado ao Norte da Zona Costeira, em Joinville, e outro situado ao Sul, em Paulo Lopes. A pesquisa procurou entender as dificuldades na difusão da rede no local, estando, em geral, limitada a pequenos grupos. Além da demanda e facilidade de acesso aos mercados, os núcleos da rede estão próximos de Instituições importantes na viabilização do desenvolvimento local, tais como Universidades, Institutos Federais, Empresas Agropecuárias, entre outros. No entanto, se restringe a pequenos grupos, com baixa capilaridade territorial. Em geral, conforme os dados da pesquisa, os seus integrantes têm consciência da importância da Rede, do seu potencial enquanto um ator territorial. No entanto, prevalece a compreensão da rede enquanto um nicho de mercado, favorável a alguns empreendimentos familiares. No início da organização dos grupos, a visão ampla, voltada para o desenvolvimento local, para o fortalecimento da agroecologia, estava mais presente, porém aos poucos, devido uma série de fatores, os agricultores tenderam a se voltar para a sua atividade (SILVEIRA, 2013). A dimensão territorial acabou ficando em segundo plano, pois boa parte não tem suporte das Instituições locais, em termos de somar esforços na ampliação e fortalecimento das atividades. O trabalho também é muito exigente, tendo pouca mão de obra disponível, considerando que a maioria dos jovens não quer dar seguimento a essas atividades e outros preferem migrar para a cidade. Existe um estigma em relação às atividades



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



manuais, sendo os agricultores vistos com certo preconceito, como pessoas que não tiveram outra opção sendo obrigados a exercer esse tipo de atividade, conforme relatado nas entrevistas (SILVEIRA, 2013). Em princípio, alguns agricultores preferiam palestras, participavam de atividades de conscientização, porém devido a demanda de trabalho essas iniciativas foram paulatinamente sendo reduzidas. O que tem predominado, desde então, é o trabalho familiar, empreendedor, inserido em rede com vistas a facilitar a inserção nos mercados e obtenção de suporte técnico. Ainda referente as organizações do campo da sociedade civil como movimentos sociais, ONG's existentes na Zona Costeira Catarinense, com per I similar à Rede Ecovida, em razão de propósitos e raízes semelhantes, não há uma construção de pautas comuns, com um caráter mais universal. O que se percebe são ações fragmentadas, em que cada grupo trabalha por sua pauta, mas sem capacidade de integrá-las em prol da construção do território. Ou seja, as lutas das organizações da sociedade civil tem se limitado a temas pontuais, referentes a um grupo, ou a uma identidade, ao invés de lutarem por questões mais amplas. Isso porque “não se pensa o território como base de organização, mas o tema” (RICCI, 2010, p.04. In SILVEIRA, 2013). Outro desafio refere-se a constituição da rede com maior equanimidade em termos de agência, não restringindo as informações e a tomada de decisões a certos nós, de modo que a saída de um mediador (nó) chave não desestruture a rede. Para isso a formação é fundamental, assim como um trabalho, por parte das agências governamentais, Instituições, de médio e longo prazo em termos de acompanhamento e suporte a essas inovações. No caso da Zona Costeira Catarinense, em especial nos locais onde a rede foi analisada, há uma séries de Instituições Públicos como Universidades, Institutos Federais, Empresas governamentais que poderiam estar atuando em conjunto com essas iniciativas territoriais. Inclusive o território poderia ser tomado como laboratório de ensino-pesquisa e extensão. Mas isso praticamente não ocorre, por uma série de motivos, tais como: a extensão continua sendo vista como um “primo pobre” dentro



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



dessas Instituições; pouca importância considerada à dimensão ambiental e, em consequência, a novas modalidades de desenvolvimento; pouca consideração à inter e transdisciplinaridade, entre outros (TREMBLAY & VIEIRA, 2011). As raízes desse modus operandi, está na própria formação acadêmica dos profissionais, orientada pelo paradigma científico analítico- reducionista. Essa fragmentação do conhecimento, de cunho tecnicista, ainda predomina nas Instituições e mesmo constando em documentos/legislações a importância de uma educação sistêmica, pautada na teoria da complexidade, na inter e transdisciplinar, isso não é aplicado, simplesmente porque os profissionais não tiveram essa formação. E, novamente, a Universidade é chamada a repensar a formação/extensão, pois pouco vale a cobrança na “ponta” se o profissional não teve isso no seu processo formativo (TREMBLAY & VIEIRA, 2011). Esse dilema ficou evidente nos projetos desenvolvidos junto às comunidades no Extremo-Sul Catarinense, sob a coordenação da autora desse trabalho. Trata-se das atividades de ensino-pesquisa-extensão desenvolvidas no Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul (IFC/SRS). Em geral, a equipe de docentes e coordenação apoiam as iniciativas, no entanto percebe-se a ausência de uma problematização do rural, em termos de novas modalidades de desenvolvimento como supõem os enfoques de DT e DTS. Tende a predominar a lógica setorial/tecnicista, com ênfase na modernização agrícola. Dos diversos projetos desenvolvidos junto às comunidades, voltados para a qualificação em agricultura familiar, a inserção acabou sendo pontual e setorial, pois não há uma cultura de pensar o território em suas diversas dimensões (cultural, ambiental, política, econômica, social), num processo de acompanhamento de médio e longo prazo. Embora os projetos tenham tensionado nesse sentido, percebe-se que o problema está na base, na falta de formação inter/transdisciplinar dos profissionais, incluindo a autora desse trabalho. Além disso, mesmo em épocas consideradas melhores para a agricultura familiar, tendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua capilarização, através dos



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



aparatos como colegiados territoriais, secretarias de desenvolvimento territorial rural, não existiu uma sistematização em termos de mudanças a serem efetuadas rumo à intersectorialidade. Ou seja, um trabalho de mobilização, formação, e acompanhamento junto às mediações. Como consta na literatura, as ações dos colegiados territoriais não raro limitavam-se as mesmas lideranças, tendo pouca participação de mulheres indígenas, jovens e negros. Além disso, não houve um trabalho de fôlego de formação-ação-reflexão capaz de envolver os atores chave no território, tais como docentes das Instituições públicas e lideranças diversificadas (empresarial, estatal, sociedade civil) (SILVEIRA, 2013). A partir da experiência docente da autora, pode-se verificar na prática o quanto é forte o discurso hegemônico pautado nos grandes empreendimentos, nas commodities agrícolas, o que faz o agronegócio ter mais destaque que a agricultura familiar, mesmo sendo Santa Catarina um Estado típico da pequena e média produção. Dessa forma, ao não pensar o rural de modo intersectorial e territorial, resta como “boas” alternativas de trabalho para grande parte dos formandos, nestas instituições, a migração para locais de pujança das commodities agrícolas. Não deixa de ser um certo paradoxo, pois segundo a legislação, os Institutos Federais têm por propósito o desenvolvimento dos territórios em que estão inseridos, valorizando a indissociabilidade entre formação geral e profissional com vistas à educação integral em prol do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais (PACHECO, 2010). Além disso, devem oferecer uma educação integrada, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sendo essas últimas decorrentes do primeiro (SOBRINHO, 2017). Nessas Instituições é o ensino que deve balizar a pesquisa e a extensão, o que deveria contribuir para a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Desse modo, pode-se colocar que a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, produziu grande impacto na Educação Profissional e Tecnológica brasileira, tendo transformado os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas às



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Posteriormente, em 2008, teve início o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com vistas à ampliação da oferta de matrículas e interiorização da rede. Diferente dos propósitos que fundamentaram o surgimento da Rede Federal de Educação profissional nos primórdios do Regime Republicano, qual seja, de formar mão de obra qualificada para a nascente indústria, os Institutos Federais tem por principal propósito formar um profissional cidadão, contribuindo para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos (PACHECO, 2010).

No entanto, sem um trabalho de formação-ação-reflexão, baseado num referencial consistente sobre a importância das novas modalidades de desenvolvimento rural, a tendência é haver certo descrédito em dar prosseguimento aos projetos, numa perspectiva de médio e longo prazo. Isso porque a demanda de trabalho é alta, os recursos são poucos, sendo imprescindíveis os aportes das políticas públicas. Pode-se citar como exemplo um dos projetos, aplicados à estudantes de EJA (Educação de Jovens e Adultos), de uma comunidade rural de Santa Rosa do Sul, sobre Qualificação em Agricultura Familiar com foco em Paisagismo. Embora o projeto tenha sido construído em consonância com os interesses dos alunos da EJA, tendo sido desenvolvidos trabalhos de conclusão muito interessantes, não teve uma continuidade, em termos de acompanhamento, em médio e longo prazo. Além disso, predominou no curso a disciplinaridade, sendo difícil a integração dos saberes e muito menos a intersetorialidade/territorialidade. Na sequência, no Projeto de Qualificação em Agricultura Familiar, com foco em Olericultura, desenvolvido junto a outra comunidade de Santa Rosa do Sul, próxima ao campus, foi implementado uma horta comunitária como sendo um embrião de um Arranjo Produtivo Local. Trata-se de um projeto de fôlego, pensado em curto, médio e longo prazo, já tendo contribuído para maior integração, auto-organização e empoderamento da comunidade. No entanto, o desafio em inserir o projeto numa dimensão territorial ainda persiste, sendo poucos os interessados na atividade e, muito menos, com



clareza dos pressupostos das novas modalidades de desenvolvimento. Face a esse contexto, urge a formação de consensos mínimos, a fim de facilitar o trabalho das mediações/instituições e comunidades na implementação das inovações. A universidade e os gestores das políticas públicas tem papel imprescindível nesse processo, em termos de orientação, acompanhamento e condução das atividades. A começar pela formação dos profissionais, dos futuros docentes, extensionistas, não mais em caixinhas estanques, mas via pedagogia de projetos, integrada, capaz de contemplar outras formas de conhecimento, para além dos muros das Universidades (transdisciplinaridade).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da crise sistêmica, de riscos de toda a ordem, intensificada pela pandemia do coronavírus (COVID-19), é urgente a mudança de rumo em termos de avanços em direção a modalidades de desenvolvimento mais sustentáveis e equitativas. Todos os indícios, em especial dos ODS da Agenda 2030, apontam que a intersectorialidade, o local, ou para alguns o “glocal”, precisam ser fortalecidos, o que implica a valorização dos empreendimentos de pequeno e médio porte, dos circuitos curtos de comercialização, do associativismo, do capital social, da educação ambiental, entre tantos outros. Além do fortalecimento da sociedade civil, das políticas públicas voltadas para a viabilização dessas inovações, as mediações são de total importância na organização, condução e acompanhamento desses processos. Isso porque o contexto é atípico, de urgências, sendo imprescindível a definição de consensos mínimos em termos de apoio e incentivo às iniciativas locais, segundo as características existentes em cada território. Obviamente que em regiões com forte presença da monocultura a orientação será diferente de territórios com presença da agricultura familiar, mas em ambos os casos poderia existir denominadores comuns como, por exemplo, a questão da sustentabilidade, da



inclusão social, o combate ao clientelismo e a prática top down de extensão rural. Como apresentado no trabalho, muitas iniciativas vem despontando em diversos locais, mas são ainda embrionárias, com pouca capilaridade territorial. Também pode-se perceber a existência de coletivos de ensino-pesquisa-extensão orientados pelos pressupostos do DTS, mas limitados a pequenos grupos, não raro fechados, que muitas vezes reproduzem um discurso beligerante, apontando culpados. Ao invés da soma de esforços e de construção coletiva, acaba sendo reproduzido maniqueísmos (certos x errados, bons x maus), quando na verdade os atores sociais são fruto de causas e condições decorrentes de uma série de fatores que muitas vezes foge a sua alçada, sendo fruto das interações sociais, ou do contexto social hegemônico. Na atualidade, todos os indicativos, em função dos desafios vigentes, demandam uma reinvenção desses atores em prol de uma agricultura mais sustentável e de uma sociedade mais incluyente. Desse modo, ao invés do fechamento em “bolhas” dos bons contra os maus, é fundamental o diálogo e a busca por consensos mínimos a serem implementadas nas Instituições, nos territórios, com vistas ao êxito da Agenda 2030 (ODS). Aportes teóricos vem sendo construídos, assim como metodológicos, estando muitas instituições à frente, com a inserção de pedagogias de projetos, valorizando o trabalho em equipe, inter e transdisciplinar. Nesse sentido, a intersetorialidade/territorialidade e a interdependência/sustentabilidade podem constituir a base de futuros projetos/cursos/políticas públicas a serem construídos junto às populações locais, segundo as especificidades de cada território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. Muito além da economia verde. São Paulo: Abril, 2012.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Colapso sistêmico global. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596242-colapso-sistêmico-global>. Acesso em: 02/04/2020



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



ANDION, Carolina et al. Space and Inequality: A Case Study of Territorial Development in Santa Catarina. *Administrative Theory & Praxis* / June 2009, Vol. 31, N.º 2.

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoit. O debate sobre economia plural e sua contribuição para os estudos das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. *Revista Eisforia* / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

BARABÁSI, Albert-László. *Linked: a nova ciência dos networks. Como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências.* São Paulo: Leopard, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência.* RJ: Zahar, 1999.





A inclusão de agricultores familiares pobres aos mercados de produtos alimentares de qualidade diferenciada: pesquisa-ação com produtores de queijo artesanal de leite cru

Clovis Dorigon (EPAGRI)

Cristiano Nunes Nesi (EPAGRI)

Simone Bianchini (EPAGRI)

Tatiane Brancalione (SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA DE SÃO MIGUEL)

Resumo: Este texto resulta de pesquisa-ação iniciada em agosto de 2019 e em andamento, cujo objetivo é produzir conhecimentos a respeito das necessidades de mudanças técnicas para a produção de queijo colonial de leite cru no município de São Miguel do Oeste, extremo oeste de Santa Catarina, visando obter a conformidade aos padrões higiênico-sanitários. A pesquisa envolve 21 agricultores familiares e a equipe de pesquisa-ação é composta por pesquisadores e extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); por técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura da prefeitura de São Miguel do Oeste e por pesquisadores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus São Miguel do Oeste. A pesquisa produzirá subsídios para a elaboração do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Colonial de leite cru no Extremo Oeste de Santa Catarina num futuro próximo, o qual será o marco legal do Serviço de Inspeção Municipal para a formalização do queijo colonial de leite cru do município de São Miguel do Oeste, que servirá também de subsídio a outros municípios da região interessados em apoiar a produção de queijo colonial artesanal. O texto apresenta a problemática e os procedimentos metodológicos da pesquisa-ação, faz uma breve caracterização das famílias de agricultores participantes da pesquisa, bem como discute primeiros resultados da pesquisa-ação



em torno da qualidade da água usada pelos agricultores tanto para a produção de seus queijos como para o consumo humano.

Palavras-chave: Pesquisa-ação, queijo colonial, Oeste Catarinense.

Introdução

A legislação atual, em nome da segurança dos alimentos, vem inibindo a elaboração e comercialização de queijos artesanais produzidos a partir de leite cru. Devido à falta de pessoal com conhecimento técnico específico e às poucas pesquisas existentes sobre o tema nas condições brasileiras, muitos órgãos regulamentadores vêm exigindo a pasteurização do leite para o fabrico de queijos como solução para potencializar a inocuidade do produto. Entretanto, é necessário perceber que o problema que atinge os queijos artesanais não é somente a realização ou não da pasteurização, mas sim, todo o processo envolvido desde a obtenção da matéria prima até o produto final.

Esta pesquisa-ação resulta de demanda da Prefeitura de São Miguel do Oeste à Epagri (extensão e pesquisa) e envolve, além da prefeitura e Epagri, o IFSC, campus de São Miguel do Oeste. A realização desta pesquisa visa demonstrar, por meio de um estudo de caso com 21 produtores de queijo colonial de leite cru informal no município de São Miguel do Oeste (SC), que a produção de queijos artesanais elaborados a partir de leite cru de qualidade é possível e viável.

Em sua maioria são agricultores produzem queijo para o autoconsumo e comercializam o excedente no mercado. Para isso serão estudados os principais aspectos relacionados à produção, caracterização e a segurança do queijo colonial, beneficiando diretamente o agricultor familiar artesanal, e indiretamente o consumidor. A pesquisa produzirá subsídios para uma possível elaboração do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Colonial de Leite Cru num futuro próximo, o qual seria o marco legal do Serviço de Inspeção Municipal para a formalização do queijo colonial de leite cru do município de São Miguel do



Oeste, o qual servirá também de subsídio a outros municípios da região interessados em apoiar a produção de queijo colonial artesanal. A pesquisa-ação parte da hipótese que agricultores familiares pobres, inseridos em mercados informais, podem produzir queijo de leite cru em pequena escala, em nível de propriedade, desde que haja o controle sanitário dos animais, sobretudo da brucelose e tuberculose, e adotem as boas práticas durante todo o processo, iniciando pelo manejo da ordenha, processamento, maturação, armazenamento, até a comercialização do queijo. Ou seja, que tenham apoio de políticas públicas de órgãos responsáveis pela sanidade animal (controle da brucelose e tuberculose), de assistência técnica e extensão rural e de crédito para adequação de suas instalações, investimentos modestos, mas necessários, e que seja respeitado saber-fazer tradicional dos agricultores, transmitido de geração em geração

A problemática

O queijo colonial é um dos produtos mais emblemáticos de um conjunto diversificado de produtos que no Sul do Brasil são conhecidos por produtos coloniais. Entende-se por produtos coloniais aqueles produtos tradicionalmente processados nos estabelecimentos rurais da região pelos agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães - os colonos - para o autoconsumo familiar, tais como salames e demais derivados da carne suína, queijos e outros derivados do leite, doces, geleias, compotas e sucos de frutas, conservas de hortaliças, massas, biscoitos, açúcar mascavo, melado, vinho, dentre outros produtos (DORIGON, 2008).

O queijo colonial é um produtos mais relevantes desta cesta de produtos. A produção do queijo colonial é atividade típica das mulheres agricultoras e até a década de 1990 praticamente toda propriedade produzia o queijo para o consumo da família, aproveitando-se o leite excedente. Em média se produzia um a dois



queijos ao dia, cujo excedente do consumo familiar era comercializado no mercado informal diretamente aos consumidores, via relações de confiança estabelecidas nesses circuitos curtos de mercado. Embora a renda obtida dessas pequenas quantidades de queijo fosse modesta, sempre foi importante para a subsistência das famílias. Além disso, era o dinheiro que a mulher dispunha e, portanto, podia gastar de acordo com sua vontade ou prioridade, desde a compra de alimentos como café, açúcar, sal, etc, até roupas ou calçados para si e a família e material escolar para os filhos.

A produção de leite para autoconsumo e de queijo colonial está também na base da transformação da região oeste catarinense numa das principais bacias leiteiras do País. A partir da ampliação destes pequenos plantéis de animais, em menos de duas décadas a bovinocultura leiteira surgiu como a mais recente opção econômica para uma ampla maioria dos agricultores.

Entretanto, o queijo colonial de leite cru em pequena escala está deixando de ser produzido pelas agricultoras, por uma série de razões: diminuição do tamanho das famílias, migração dos jovens e envelhecimento da população rural, pouca mão de obra disponível devido ao aumento na escada de produção de suínos, aves e leite e, sobretudo, devido à inadequação ao setor artesanal das normas dos serviços de inspeção (DORIGON, 2008; DORIGON & RENK, 2011; DORIGON & RENK, 2013; DORIGON, RENK, SILVESTRO, SILVA e SAVIO, 2015).

Ao mesmo tempo em que os agricultores deixam de produzir queijo para o autoconsumo e venda do excedente, agricultores familiares individualmente ou organizados em grupos, passam a construir as agroindústrias familiares rurais para formalizar a produção. Porém, para formalizar a produção essas agroindústrias familiares rurais pasteurizam o leite para se adequar às normas higiênico-sanitárias que desconsideram seus atributos artesanais, gerando um processo de descaracterização do queijo colonial. Perde-se assim paulatinamente um dos



maiores patrimônios culturais destes agricultores, que é justamente seu saber-fazer no que diz respeito à produção artesanal de queijo colonial de leite cru.

Se inicialmente a imposição da pasteurização à produção de queijos artesanais foi pouco problematizada por técnicos e agricultores, atualmente, com as discussões em nível internacional e nacional em torno da defesa dos queijos do leite cru, a obrigatoriedade da pasteurização do leite para produção de queijos artesanais está sendo questionada por especialistas, pelos produtores ligados às ONGs e movimentos sociais, em especial os que buscam se inserir nos circuitos curtos de mercado e produzir produtos de qualidade diferenciada e, sobretudo, pelos consumidores.

A percepção da importância de defender as técnicas tradicionais de produção do queijo colonial surge pela participação de produtores nos movimentos sociais e em atividades como em simpósios sobre produção dos queijos artesanais de leite cru, e eventos nacionais e internacionais.

Ao mesmo tempo *chefs* de cozinha dos grandes centros urbanos, desejosos de ter acesso a produtos artesanais, passam a demandar produtos como o queijo colonial de leite cru. Esses *chefs* desempenham importante papel na construção de mercados de produtos agroalimentares de qualidade diferenciada (Dorigon, 2008, 2010). Assim, paradoxalmente, enquanto produtores de queijo colonial de leite cru estão deixando de produzi-lo, há um crescente mercado para este queijo.

Entretanto, diante de diversas pressões políticas e sociais para a liberação da fabricação do Queijo Artesanal feito com leite cru, tem havido avanços na legislação brasileira. Até o ano de 2011 a legislação estabelecia que o leite utilizado na elaboração de queijos com período de maturação inferior a 60 dias deveria ser pasteurizado (BRASIL, 1996). Em 2011 o Ministério da Agricultura publicou a Instrução Normativa 57/2011 que autorizava a fabricação de queijos de leite cru em um período inferior a 60 dias, desde que fosse comprovado que a redução deste



período não comprometeria a qualidade do produto, limitando-se aos produtos fabricados em queijarias situadas em regiões com indicação geográfica certificada ou tradicionalmente reconhecida.

A permissão da redução do tempo de maturação deveria ser realizada através de ato normativo após a realização de estudos por um comitê técnico-científico designado pelo Ministério da Agricultura (BRASIL, 2011). Em agosto de 2013 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) aprovou a Instrução Normativa nº 30 que permite que os queijos artesanais tradicionalmente elaborados a partir de leite cru sejam maturados por um período inferior a 60 (sessenta) dias, quando estudos técnico-científicos comprovarem que a redução do período de maturação não compromete a qualidade e a inocuidade do produto (BRASIL, 2013). Entretanto, estabelece uma série de condicionantes que ainda restringe de maneira importante a produção de queijo a partir de leite cru. Recentemente foi aprovada a Lei Federal 13.860/2019, a qual traz em seu texto original a possibilidade de superar uma grande barreira imposta pela legislação brasileira aos produtores de queijo artesanal de leite cru, no que diz respeito à comercialização de seus produtos. Ela indica que a obtenção do registro da queijaria no serviço de inspeção municipal (SIM) é condição suficiente para a comercialização dos queijos artesanais em todo o território nacional (SLOW FOOD, 2021).

Ao mesmo tempo, diversos estados têm aprovado legislações específicas para os queijos artesanais. Santa Catarina aprovou a Lei n. 17.486, de 16 de janeiro de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 362, de 21 de novembro de 2019, qual dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru. Segundo a lei a produção de queijo artesanal é restrita à propriedade certificada como livre de tuberculose e brucelose, de acordo com o disposto no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), ou controladas para brucelose e tuberculose pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal e para cada tipo de queijo será elaborado um Regulamento



Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ) com participação de uma equipe multidisciplinar incluindo os produtores envolvidos ou seus representantes, além de pesquisadores e profissionais especializados no tema. Embora ainda bastante restritiva, a referida legislação representa um avanço para a produção de queijos artesanais no Estado.

Assim, entende-se ser necessário criar alternativas técnicas e organizacionais para que a elaboração de queijo a partir de leite cru seja uma opção para parte dos produtores rurais, em busca de um produto e com características peculiares da região na qual é produzido, valorizando-se o saber-fazer e viabilizando a permanência desses produtores no meio rural. Mesmo na informalidade, muitos pequenos produtores comercializam o queijo artesanal em virtude da importância da fonte de renda e possibilidade de manter a propriedade. Esta é a realidade do queijo colonial produzido por muitos agricultores familiares do município de São Miguel do Oeste e região.

A mudança recente nos padrões de consumo de alimentos no Brasil

O Brasil presencia um conjunto de políticas que visam valorizar sua diversidade cultural tendo como uma de suas principais expressões os estudos do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com registro do patrimônio imaterial da cultura brasileira, com destaque ao processamento tradicional de alimentos. Um dos trabalhos precursores nesta perspectiva é o registro do Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre (IPHAN, 2014). Em Santa Catarina foram realizados estudos similares pelo IPHAN, como o inventário do queijo serrano, realizado nas regiões produtoras do Planalto Catarinense e no Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul o inventário do Kochkäse no Vale do Itajaí.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Ao mesmo tempo, a gastronomia brasileira passa também por um importante processo de resgate e valorização de suas culinárias regionais. Isto se soma ao movimento de valorização dos produtos artesanais e da busca, pela alta gastronomia, por produtos de qualidade diferenciada, conforme analisado por Dorigon (2008). A este movimento de reconhecimento e valorização dos patrimônios culturais brasileiros coincide também com a crítica ambiental e as preocupações com os riscos relacionados à industrialização do sistema agroalimentar expressos em movimentos de consumidores cujo principal expoente é o Slow Food (WILKINSON, 2006; 2007; DORIGON, 2008). Tais movimentos de consumidores indicam importantes transformações nos padrões de consumo, em que questões ambientais e sociais passam a fazer parte das decisões de compra dos consumidores.

Em relação ao município de São Miguel do Oeste, este está inserido na região oeste catarinense que abriga o maior complexo agroalimentar de derivados de carne de suínos e aves e uma das maiores bacias leiteiras do País. Na origem de tais empresas está uma agricultura familiar diversificada, que lhes fornece matéria prima. A presença de tais empresas na região tornou-a reconhecida nacional e internacionalmente como grande produtora de derivados de proteína animal. Sua imagem frente o restante do país está associada à produção de alimentos. Porém, a partir da década de 1980 as empresas líderes do setor dão início a um intenso processo de concentração da produção da matéria prima, especialmente na suinocultura, levando a exclusão de milhares de produtores do mercado de *commodities*. Como reação à crise, a partir de meados da década de 1990, tem início na região um intenso crescimento da cadeia láctea, e parte destes agricultores familiares voltam-se para seus conhecimentos tradicionais na produção e processamento de alimentos, dedicando-se de forma progressiva à construção de um mercado de produtos de qualidade diferenciada, dos quais os produtos coloniais são a principal expressão.



Entretanto, a agricultura familiar da região, rica em conhecimentos tradicionais, passa por um intenso processo de erosão cultural destes saberes transmitidos de geração em geração. No caso o queijo colonial, um dos mais emblemáticos, os dados da produção de derivados do leite dos dois últimos censos agropecuários mostram a velocidade com que este produto vem sendo deixado de ser produzido em Santa Catarina. Observamos que entre os censos de 1985 e 2016 houve uma redução de 76% e 75%, respectivamente.

Número de estabelecimentos com produção de queijo em Santa Catarina e oeste catarinense entre os anos de 1975 a 2016.

Escalas	Número de estabelecimentos com produção				
	1975	1980	1985	1996	2006
Santa Catarina	37.615	58.813	63.428	59.741	5.838
Meso Oeste					

A causa principal da redução na produção de tais produtos é explicada pela intensificação da fiscalização e repressão ao comércio informal. As exigências da legislação dos serviços de inspeção sanitária, imposta aos agricultores os obrigam a incorporar processos, técnicas, equipamentos e insumos desenvolvidos para a produção industrial, - oriundas do mundo industrial, segundo os termos da Teoria das Convenções (BOLTANSKI e THEVENOT, 1991), geram transformações em seus produtos que, no limite, não seriam mais reconhecidos pelos consumidores como coloniais.

Wilkinson (2008) argumenta que as práticas inovadoras, em especial a organizacional e institucional, são cada vez mais decisivas para a sobrevivência da agricultura de base familiar, com implicações que extrapolam seus limites e



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



envolvem questões relacionadas ao desenvolvimento regional. Ainda segundo Wilkinson (2008), está em curso, em nível nacional, um afastamento dos agricultores familiares da integração às grandes indústrias agroalimentares favorecendo, cada vez mais, médios e grandes produtores em cadeias de *commodities* estratégicas, como aves, suínos e, em menor grau, o leite. Esta exclusão progressiva coloca a agricultura familiar, segundo Wilkinson (2008), frente ao desafio de desenvolver estratégias autônomas de acesso aos mercados, mesmo como condição de continuar em contratos de integração. A construção dessa autonomia se mostra mais urgente ainda no caso de estratégias econômicas alternativas. Neste caso, há necessidade de criar novos mercados, organizações e instituições e, paralelamente, gerar novos padrões de aprendizagem, construindo o que se convencionou chamar de economia da aprendizagem (LUNDWALL e BORRAS, 1997).

Wilkinson (2008) argumenta também que as estratégias alternativas de produção agrícola para o setor de agricultura familiar são crescentemente inseparáveis das preocupações mais amplas sobre o uso dos recursos naturais, em especial os que se relacionam ao meio ambiente e ao agroturismo. Enquanto as pressões e regulamentações ambientais afetam todos os padrões da produção agrícola, a opção artesanal envolve uma relação de proximidade com o consumidor, uma vez que uma proporção importante deste mercado é trazida até a propriedade rural. Existe, então, uma pressão específica para que haja transparência nos processos produtivos que também serão consumidos como pré-condição para a compra posterior dos produtos. Isto, por sua vez, fornece um estímulo na propriedade para a diversificação das atividades de serviços refeição, hospitalidade e uma pressão para que as propriedades vizinhas, e a região como um todo, aumentem a atratividade deste mercado (WILKINSON, 2008, p. 50).

Wilkinson (2008) salienta ainda que a preocupação inicial das agroindústrias artesanais e de pequena escala tem sido com as condições básicas de higiene e sanidade. As exigências da legislação sanitária existente em relação à agroindústria,



em particular para produtos animais, têm se mostrado incompatíveis com a pequena escala. Isto assume especial importância no caso dos queijos e é uma das principais razões da alta informalidade neste setor, conforme discutido por Wilkinson e Mior (1999). Uma primeira contribuição que Wilkinson e Mior (1999) dão à análise é a problematização da própria definição do que seja mercado informal. Segundo estes autores, no mundo acadêmico e nos organismos internacionais existem diversas definições do que seja o setor informal, bem como avaliações positivas e negativas do seu significado. Enquanto há autores que o identificam com a pobreza e/ou a sonegação, no outro extremo estão os que o veem como uma reação criativa à burocracia estatal e à inadequação na provisão de serviços públicos e privados.

Wilkinson e Mior (1999) diferenciam também o setor informal do ilegal, pois os produtos deste último são proibidos, como no caso da droga ou do contrabando. Já o setor informal caracteriza-se por atividades cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes. Isso pode dizer respeito às relações de trabalho - como trabalhadores sem carteira assinada, trabalho infantil, às instalações (sem alvará), ou então às normas técnicas de produção (não adequação ao regulamento industrial e sanitário). Enquanto no primeiro caso a polícia é o órgão repressor apropriado, no segundo os organismos de fiscalização são os responsáveis pelo enquadramento. Assim, o setor informal é definido fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado.

Conforme discutido por Dorigon (2008; 2010), a permanência de um expressivo número de agricultores no mercado informal não se deve apenas à falta de meios destes em migrar para o mercado formal, tais como as limitações econômicas, técnicas e de conhecimento dos agentes que estão neste mercado, embora estas sejam de grande importância. As transformações que resultam das exigências técnicas impostas pela legislação dos serviços de inspeção sanitária para que os produtos artesanais têm também grande relevância para que muitos destes agricultores optem em permanecer na informalidade. Dorigon (2008; 2010)



argumenta que a imposição de muitas destas normas causa a descaracterização dos produtos. A imposição da pasteurização do leite para a produção do queijo colonial, tradicionalmente produzido com leite cru, é um dos principais exemplos, ao ponto de seus consumidores não os reconhecerem mais como queijo colonial, levando a perda de mercado.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa serão orientados pelo método da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2007), buscando-se envolver os diversos atores sociais – instituições, organizações diretamente implicadas com a problemática e as famílias de agricultores. Segundo Thiollent (2007: 14) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para uma pesquisa ser caracterizada como pesquisa-ação, é necessário que realmente haja uma ação por parte do pesquisador ou grupo de pesquisa, implicados no problema sob observação. Além disso, é necessário que a ação seja problematizadora, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. Na pesquisa-ação os pesquisadores exercem um papel ativo na resolução dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas.

Ainda de acordo com Thiollent (2007), continuam predominando as técnicas de pesquisa ditas convencionais, majoritariamente de orientação positivista, em que se manifesta uma grande preocupação em torno da quantificação dos resultados empíricos, em detrimento da busca de compreensão e de interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. No caso da pesquisa-ação,



busca-se a interação entre pesquisadores e agentes envolvidos com o objeto da pesquisa. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, de acordo com a definição de Yin (2005).

Esta pesquisa-ação envolve 21 famílias de agricultores familiares do município de São Miguel do Oeste, os quais produzem pequenas quantidades de queijo de maneira artesanal, mas que têm interesse em formalizar e ampliar a produção. Em sua maioria são agricultores pobres, excluídos da produção de commodities – suínos, aves, grãos e leite, mas que possuem um importante saber-fazer na produção e processamento artesanal de alimentos, em especial, de queijo colonial.

De forma sintética, inicialmente foi prevista a realização de um diagnóstico dos sistemas de produção artesanal de queijo colonial, com a aplicação de um questionário junto às famílias participantes da pesquisa. Posteriormente se projetou a realização de análises da qualidade da água usada para a produção do queijo e análises de qualidade do leite e análises microbiológicas do leite e do queijo. Nesta fase inicial serão produzidos dados sobre a qualidade dos queijos produzidos, bem como das causas dos possíveis problemas de qualidade que possam apresentar.

Estes dados e informações serão analisados pela equipe multidisciplinar da pesquisa e discutidos com os agricultores. Após esta primeira fase de diagnóstico serão planejados conjuntamente entre a equipe de pesquisadores e agricultores, as ações para a melhoria da qualidade dos queijos. Estas ações compreenderão desde capacitações dos agricultores nas várias fases do sistema de produção, até orientação para investimentos na melhoria da qualidade da água e adequação das instalações - sala de ordenha e sala de produção do queijo.

Vencida desta fase de capacitações e adequações das instalações, previu-se a repetição das análises da qualidade da água, da qualidade do leite e das análises microbiológicas do leite e do queijo. A comparação da fase inicial da pesquisa com a



fase pós período de intervenção permitirá avaliar os avanços e as possíveis limitações para a formalização da produção dos queijos. Ao final da execução da pesquisa pretende-se gerar um conjunto de conhecimentos necessários para se propor um Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Queijo Colonial produzido no município de São Miguel do Oeste, o que permitirá que o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) conceda o selo de inspeção àqueles produtores que conseguiram atender ao referido Regulamento, não apenas aos participantes da pesquisa, mas ao demais agricultores do município que tiverem interesse em formalizar suas produções artesanais de queijo colonial de leite cru.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa-ação foi concebido conforme as etapas descritas abaixo. Ressalta-se que a pesquisa está em andamento e apenas as primeiras etapas já foram realizadas, conforme exposto a seguir.

Oficina metodológica com a equipe de pesquisa-ação

Após a redação da primeira versão da pesquisa-ação foi realizada uma oficina metodológica com a equipe da pesquisa, com o objetivo de se detalhar os procedimentos metodológicos, em especial para se discutir a participação dos agricultores, os instrumentos de pesquisa e a divisão de responsabilidades entre os componentes da equipe.

Convite dos agricultores e realização do I Seminário

Após o trâmite do Projeto junto às instituições participantes (prefeitura, Epagri e IFSC), os técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura e do Escritório Municipal da Epagri elaboraram uma lista de 60 famílias potenciais interessadas em participar da pesquisa e foram feitas visitas às mesmas para explicar o Projeto e convidá-las a



fazer parte da pesquisa-ação. Destas 60, 19 famílias¹ se declararam interessadas em participar da pesquisa. Foi então organizado um seminário com estas famílias para apresentar e discutir a pesquisa-ação e se planejar as diversas etapas da pesquisa-ação. No seminário também foi definida uma data para os agricultores decidirem sobre sua adesão à pesquisa ou não.

A etapa seguinte da pesquisa consistiu na aplicação de um questionário junto às famílias de agricultores (setembro de 2019) que aceitaram fazer parte da pesquisa, para o levantamento de dados com vistas à caracterização dos sistemas de produção de queijo colonial. Abaixo são apresentados alguns dados resultantes destes questionários.

Caraterização das famílias participantes da pesquisa-ação

Trata-se de famílias com pouca terra, com média de área de 13,1 hectares, sendo que a de menor área possui 2,2 hectares e a de maior 34 hectares. São dedicados em média 6,2 hectares pastagens para a produção leiteira, variando de meio hectare a 18 hectares.

Em média os agricultores possuem 10 vacas em lactação, variando de uma a 55 vacas. Portanto, como se pode observar, trata-se de pequenos estabelecimentos rurais, com volume médio de produção diária de leite de 186 litros - mínimo de dois litros e máximo de 1.150 litros, sendo que estas famílias de maior escala de produção vendem o leite à indústria e retêm apenas fração da matéria prima para produção de queijo. Assim, 10 famílias vendem leite a laticínios e parte da matéria prima é utilizada para a produção de queijo; 10 famílias produzem leite apenas para o consumo familiar e produção de queijo e uma família apenas para o autoconsumo.

¹ Posteriormente duas famílias também aderiram ao **pesquisa-ação com produtores de queijo artesanal de leite cru**

, totalizando assim as 21 famílias.



Nenhuma das 21 famílias compra leite, ou seja, todas utilizam matéria prima própria para a produção de queijos.

Quando perguntados porque fazem queijo, 11 famílias responderam que produzem para o consumo familiar e 4 famílias para o consumo e renda – as demais não responderam. 11 famílias responderam que antes de produzir queijo vendiam o leite, sendo que cinco delas informaram que pararam de vender leite aos laticínios por não se enquadrar à nova legislação (IN 76 e 77), ou por terem uma escala de produção muito pequena para venda à indústria. Cinco propriedades informaram que não vendiam leite.

Quanto aos sistemas de produção adotados pelos agricultores, 17 famílias informaram que a produção de leite é à base de pasto e duas famílias adotam o um sistema semi-estabulado. Duas famílias adotam a produção confinada (compost Barn). Entretanto, em uma delas o leite para a produção do queijo colonial resulta da produção de algumas vacas criadas soltas e alimentadas à base de pasto, sob responsabilidade da mulher.

Em relação à alimentação dos animais, em três propriedades os animais são alimentados exclusivamente com pasto, três propriedades com pastagens e silagem e em 15 propriedades a alimentação advém de diversas fontes: pastagem, concentrado, silagem e feno.

Quanto ao local da ordenha, seis famílias informaram que possuem sala de ordenha e 15 que possuem estrebaria. Sete famílias informaram que a ordenha ainda é manual e 14 famílias que a ordenha é mecânica.

Em 19 famílias a esposa é a responsável pela produção de queijo e em apenas duas propriedades é o esposo, sendo de 26 anos o tempo médio que responsável pela produção faz queijo.



Em 16 famílias a pessoa que faz o queijo informou que aprendeu com a mãe; em três famílias, com o sogro e em três propriedades com o irmão e esposo. Apenas em uma família a pessoa responsável pela produção de queijo informou que aprendeu a fazer queijo em curso. Ou seja, exceto em uma família, os conhecimentos da produção de queijo são repassados entre os membros da família e, na maioria dos casos, de mãe para filha. Quando perguntados se ensinou alguém a fazer queijo, 11 responderam que ensinou as filhas e noras. Entretanto, 10 respondentes informaram que a pessoa responsável pela produção de queijo não ensinou ninguém, o que aponta a interrupção da transmissão do conhecimento e o provável abandono da atividade num futuro próximo.

Em relação às técnicas de produção, das 21 famílias nenhuma pasteuriza o leite para fazer o queijo colonial. Todas as famílias informaram que fazem o queijo logo após a ordenha, mas em alguns casos adicionam o leite da ordenha anterior – em geral o queijo é feito pela manhã e ao leite da ordenha matinal é adicionado o leite da ordenha da noite anterior, armazenado na geladeira ou resfriador. Em média as famílias produzem 3,3 kg de queijo - um a dois queijos por dia -, sendo que o menor produtor produz um queijo de 300 gramas e o maior, 28 kg.

Quanto ao local de produção, 15 famílias fazem o queijo na cozinha, uma família possui uma sala específica para a produção e cinco famílias produzem o queijo em outros locais (porão da casa, etc). Quanto ao local de armazenagem, 18 famílias informaram que armazenam na geladeira e duas famílias possuem sala de maturação. 100% das famílias informaram que tem intenção de, no futuro, construir um local específico para a produção do queijo.

Quando perguntados a respeito de quais são os principais problemas encontrados na produção de queijo, dois produtores responderam falta área para produção de pasto; três responderam que é o maior problema é a quantidade/qualidade da água; cinco deram como resposta a falta instalações



adequadas; quatro produtores responderam que é a pouca mão de obra uma produtora respondeu que o problema maior é a comercialização.

Em relação à comercialização, 11 agricultoras responderam que vendem queijo. Trata-se de pequenas quantidades comercializadas: em média 46 peças por mês, de peso médio de 1,7 kg a unidade, que é vendido a um preço médio de R\$ 17,00 por kg. Em geral, estes queijos são vendidos na propriedade dos agricultores - os consumidores vão até a propriedade rural comprar -, ou vendidos sob encomenda, entregues diretamente nas casas dos clientes.

Quanto à renda obtida com a venda destas pequenas quantidades de queijo, seis famílias responderam obter uma renda mensal de até de R\$ 500,00; quatro famílias responderam obter uma renda de R\$ 500,00 e menos de R\$ 1000,00; três famílias entre R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00 e uma família mais de R\$ 2000,00.

100% das famílias se consideram bem-sucedidas na produção de queijo porque gostam de fazer, de comer queijo e porque há demanda para o produto.

A realização das análises de água

As primeiras análises feitas foram as de água, realizadas no laboratório da Epagri em Chapecó, feitas em 19 propriedades rurais em outubro de 2019. Tendo em vista as diferentes vias que podem levar à contaminação do leite e do queijo por bactérias patogênicas e dada a importância do controle e prevenção da mastite para se ter uma matéria prima de qualidade, é de suma importância realizar a análise da água utilizada nas diferentes etapas da produção do queijo. (DORIGON, NESI e KLOCK, 2020).

Analisaram-se as amostras de água das fontes de abastecimento, no local de ordenha, no local de produção do queijo, totalizando 58 amostras. Há casos de mais de uma fonte por propriedade e propriedades com apenas dois pontos de coleta.



Foram obtidos os resultados de coliformes totais, *Escherichia coli* e turbidez da água. Verificou-se que para coliformes totais e *Escherichia coli*, apenas três e 13 amostras (5,2% e 22,4%), respectivamente, atenderam o padrão de ausência de contaminação. Além disso, 48 amostras (82,7%) apresentaram valores acima do limite de quantificação do método para coliforme total (> 2419,6 NMP/100mL). (DORIGON, NESI e KLOCK, 2020).

A presença de coliformes totais, não significa necessariamente contaminação fecal ou ocorrência de enteropatógenos sendo, contudo, um poderoso indicador das condições higiênicas da fonte de água. Entretanto, o parâmetro *E. coli* é considerado o mais específico indicador de contaminação fecal e de eventual presença de organismos patogênicos na água, e podem acarretar em problemas à saúde humana e dos animais, especialmente à saúde da glândula mamária. Com relação à turbidez, 16 amostras (27,6%) ficaram acima do padrão, que deve ser menor que 5 uT. A turbidez da água tem origem na presença de materiais sólidos em suspensão e pode ser provocada também pela presença de algas, plâncton e matéria orgânica (FUNASA, 2013). A turbidez elevada prejudica a desinfecção da água pela proteção que pode dar aos micro-organismos no contato direto com os desinfetantes e interfere nas características organolépticas da água.

Assim, conforme analisado por Dorigon, Nesse e Klock (2020), os resultados obtidos mostraram que a água utilizada na maioria das propriedades não apresentou condições para uso na higienização dos equipamentos, na produção de queijo e para o consumo humano.

Os resultados das análises da qualidade da água foram apresentados pela equipe da pesquisa-ação e discutidos com os agricultores num seminário com especialistas (profissional da saúde, engenheira química, especialistas em uso e conservação da água e do solo), em que foram explicados os parâmetros de qualidade adotados e as implicações tanto para a qualidade dos queijos como para



os riscos à saúde humana em se consumir uma água imprópria. Neste mesmo seminário foram discutidas as várias técnicas para a melhoria da qualidade da água, como proteção das fontes, as opções de baixo custo para a filtragem e a cloração da água.

Após o seminário, a equipe de extensão rural do Escritório Municipal da Epagri e técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura realizaram visitas em todas as propriedades rurais para discutir caso a caso com as famílias de agricultores as ações necessárias para resolução dos problemas da qualidade da água. As principais ações desenvolvidas foram de proteção de fontes, realizadas pelos agricultores com o apoio da prefeitura (cedência de máquinas e materiais para a construção das proteções de fonte) e sob a orientação dos extensionistas do Escritório Municipal da Epagri e Secretaria Municipal da Agricultura e limpeza de caixas d'água. Foram também realizados testes de filtros à lento de baixo custo (tecnologia social), com o objetivo de se diminuir a turbidez da água, já que a cloração só é indicada dentro dos parâmetros aceitáveis de turbidez. Também foram testados diversos modelos de cloradores, buscando-se definir equipamentos eficientes, seguros e de baixo custo.

Continuidade da pesquisa-ação.

A próxima fase da pesquisa, ainda a ser realizada, será a realização das análises do leite e dos queijos de leite cru. O leite cru refrigerado será submetido à determinação da composição do leite, contagem de células somáticas (CCS) e contagem bacteriana total (CBT) que serão realizadas em laboratório credenciados à RBQL (Rede Brasileira de Laboratórios de Controle de Qualidade de Leite) conforme preconizado pela Legislação em vigor. As análises do queijo e as análises composicionais e físico-químicas serão realizadas no Laboratório de Bromatologia do IFSC câmpus São Miguel do Oeste. As amostras serão submetidas à



determinação de umidade e gordura conforme metodologias estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2006).

Já as análises microbiológicas serão: coliformes totais e *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus* coagulase positiva, *Listeria Monocytogenes* e *Salmonella* ssp. Todas as análises serão realizadas conforme metodologias oficiais estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA (BRASIL, 2003). Pretende-se também realizar análise da produção de toxinas por *S. aureus* por método OSP e VIDAS.

Após a realização das análises do leite e do queijo serão desenvolvidas um conjunto de ações para a melhoria da qualidade do queijo. A estratégia de ação será definida entre a equipe de pesquisadores, equipe de assistência técnica e agricultores. Visando a melhoria da qualidade do produto final, a depender dos resultados das análises da qualidade do leite e do queijo, os agricultores receberão cursos de capacitação. Os temas abordados serão: produção de leite à base de pasto; Boas Práticas na Ordenha (BPO) e Boas Práticas de Fabricação (BPF), a depender dos problemas identificados nas análises já mencionadas e do interesse dos agricultores.

Será feita também a caracterização do queijo colonial de leite cru quanto ao aspecto sensorial e tecnológico a ser realizada por métodos descritivos e métodos afetivos. As análises descritivas de perfil de textura e perfil de sabor serão realizadas de acordo com metodologia de Stone e Sidel (1993). De doze a quinze avaliadores serão pré-selecionados usando o método discriminativo de diferença do controle para os atributos coesividade e acidez.

Após realização das ações com vistas a melhoria da qualidade do queijo, serão repetidas as análises da qualidade de água, leite e queijo para se comparar com as análises realizadas por ocasião do início da pesquisa-ação, antes da fase de intervenção, o que permitirá analisar a evolução da qualidade dos queijos.



Considerações finais

Embora trate-se de uma pesquisa ainda em andamento, já é possível se analisar alguns resultados. O primeiro deles são os efeitos da discussão gerada entre os agentes locais - prefeitura, extensão rural da Epagri e professores do IFSC - Campus de São Miguel do Oeste e, especialmente, entre agricultores e suas organizações. Se passou a discutir a possibilidade de se inserir agricultores familiares pobres, excluídos do mercado das *commodities*, nos circuitos curtos de mercado de produtos de qualidade diferenciada, no caso, os queijos artesanais de leite cru. Na medida em que o processo de exclusão da agricultura de base familiar se intensifica, inclusive na cadeia produtiva do leite, a produção de alimentos de qualidade diferenciada, associada a outras atividades como turismo rural e agroturismo, passa a ganhar relevância enquanto opções de inclusão social e de desenvolvimento rural.

Outro efeito da realização da pesquisa, é a capacitação e troca de diferentes conhecimentos entre os componentes da equipe de pesquisa-ação e destes com os agricultores. Inicialmente havia muito ceticismo no meio técnico e entre as instituições em relação à possibilidade de se produzir queijo de leite cru para o mercado formal, respeitando-se o saber fazer dos agricultores. Devido às várias reuniões e diversos seminários realizados, esta visão começa a mudar e o queijo colonial de leite cru, um produto estigmatizado inicialmente, começa a ser valorizado.

Outro resultado importante diz respeito à realização das análises da qualidade da água. A constatação de que a maioria das águas analisadas dos agricultores participantes são impróprias para a produção de queijos e o consumo humano gerou um rico processo de discussão entre pesquisadores, técnicos, prefeitura municipal e agricultores. O esforço para se encontrar opções técnicas de



baixo custo resultou num aprendizado institucional que está subsidiando a prefeitura na construção de políticas públicas para a melhoria da qualidade da água, a qual está sendo estendida ao conjunto dos agricultores do município.

Por último cabe destacar também algumas dificuldades de se realizar uma pesquisa-ação desta natureza. Uma delas é a dificuldade de se compor uma equipe formada por técnicos e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento.

Outro desafio encontrado pela a equipe técnica foi a de realizar uma pesquisa-ação em plena pandemia. Uma série de capacitações e seminários a serem realizados com os agricultores tiveram que ser adiadas devido às restrições sanitárias. Apesar destas dificuldades e do atraso, o cronograma da pesquisa será revisto e terá continuidade para se cumprir o que havia inicialmente sido programado.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**. Les économies de là grandeur. Paris: Gallimard. 1991. 483 p.

BRASIL. Portaria de Consolidação Nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/29/PRC-5-Portaria-de-Consolida---o-n---5--de-28-de-setembro-de-2017.pdf>, Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1812, de 8 de fevereiro de 1996. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 09 de fevereiro de 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Instrução Normativa nº 62 de 26 de agosto de 2003. Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais



para Análises Microbiológicas para Controle de Produtos de Origem Animal e Água. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de setembro de 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Instrução Normativa nº 62 de 29 de dezembro de 2011. Aprova o Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde – Portaria de consolidação de nº 5 de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

DORIGON C. O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. *In: Encontro Nacional de Estudos do Consumo. I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo*. Anais eletrônicos...Rio de Janeiro, 2010.

DORIGON C. Produtos Coloniais e a Extensão de Redes Rumo Mercados extra-Regionais. *In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro. 2009.

DORIGON C. RENK, A.; SILVA, C. A., SILVESTRO, M. L. Conhecimentos tradicionais no processamento de alimentos na agricultura familiar do oeste do estado de Santa Catarina – Brasil. *In: VI Congresso Internacional de Sistemas Agroalimentares Localizados*. Anais eletrônicos... Florianópolis, 2013. CD ROM.

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina**: em construção. 2008, 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção – Coordenação dos Programas



de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORIGON, C; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. In: **Revista de Economia Agrícola**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011. P. 101-113.

EMTER/RS. In: Emater/RS. Disponível em <http://pt-br.facebook.com/SegundoSimposioDeQueijosArtesanaisDoBrasil>. Acesso em 15 de jul. 2014),

FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Manual Prático de Análise de Água. Brasília, 4º edição, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/1996** – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/1996-20016**. Santa Catarina. Rio de Janeiro, 20017.

IPHAN. Queijo Artesanal de Minas, Dossiê Interpretativo. Volume I, Belo Horizonte, maio de 2006.

LUNDVALL, A-B; BORRÁS, S. **The learning economy: implications for innovation policy**. Brussels: Targetted Socio-Economic Research Programme, European Commission, 1997.

NARIMATSU, A.; DORNELLAS, J.R.F.; SPADOTI, L.M.; PIZAIA, P.D.; ROIG, S.M. Avaliação da proteólise e do derretimento do queijo prato obtido por ultrafiltração. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, n.23, p.177-182, 2003.

RAMIRES, C.H.; BERGER, E.L.; ALMEIDA, R. ADISA, V.A. Influência da qualidade microbiológica da água sobre a qualidade do leite. *Archives of Veterinary Science*, v.14, n.1, p.36-42, 2009



THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 132 p.

WEINER, S. **O manual do Slow Food**. 2. ed. Bra (Cuneo), Itália: Slow Food, 2005. 47 p.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 13, p. 29-45, 1999.

WILKINSON, John. The embedding of markets and networks in global social movements. **Gastronomic Sciences**. Journal of the Slow Food Movement. Bra (Itália): Slow food, 2007.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**. O novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRS. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 213 p.

WILKINSON, John. The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors. Rio de Janeiro, 2006. Mimeo.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Assistência Técnica e Extensão Rural: um relato de experiência na elaboração de ações territoriais de fomento à produção apícola de base familiar no sertão alagoano

João Rafael Gomes De Moraes - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco – PPGS/UFPE

RESUMO: A política agrícola brasileira possui um conjunto de mecanismos para realização de seus objetivos. Em relação a contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) o governo federal e os governos estaduais publicam as Chamadas Públicas de Projetos (CPPs) para convocação e contratação de entidades governamentais e não-governamentais. Dentro deste contexto, o presente artigo tem o objetivo de relatar o processo de elaboração do projeto territorial de fomento à produção apícola no Território de Batalha (AL) empreendido pelo Instituto HABITAR, em parceria com a UNEAL, para submissão ao Edital FUNDEC1 02/2019 – Desenvolvimento Territorial publicado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A pesquisa se apoiou em procedimentos metodológicos qualitativos, como a análise documental, levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. Espera-se que a presente pesquisa contribua para o enriquecimento dos debates relacionados ao fomento da apicultura no semiárido nordestino, por outro lado, o estudo também almeja ser uma ferramenta de aproximação por parte dos estudantes das ciências sociais e agrárias no universo dos projetos de ATER.

Palavras Chave: Desenvolvimento Territorial, Produção Familiar, Apicultura



INTRODUÇÃO

A política agrícola brasileira, na atualidade, é fomentada por inúmeros instrumentos que vão desde o crédito até as isenções fiscais, perpassando por vários outros mecanismos. Entre eles, existe a Chamada Pública de Projetos (CPPs) que tem a função disponibilizar recursos para financiamento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) gratuito. Esses editais, em sua maioria, estão abertos para participação de entes governamentais e não-governamentais. São as instituições vinculadas ao Governo Federal que mais publicam esse tipo chamada visando apreciar e contratar projetos de fomento socioproductivo.

Esse mecanismo de contratação é regulado pelo Art. 19 da Lei Federal nº 12.188 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Este dispositivo legal determina que as CPPs devem conter, pelo menos, o objeto do contrato, qualificação e quantificação do público, a definição da área geográfica da prestação do serviço, prazo de execução, valores e comprovação da experiência técnica dos profissionais e das instituições executoras (BRASIL, 2010). Em termos gerais, esses critérios mínimos deveriam contribuir para a operacionalização do objetivo maior da PNATER, que é fortalecer a agricultura familiar e promover à agroecologia. Esses dois elementos sedimentam a política pública, eles orientam a construção de um novo modelo de prestação de serviços de ATER e de produção agrícola e pecuária (CASTRO; PEREIRA, 2017), privilegiando uma abordagem mais construtivista e participativa, em detrimento, da perspectiva difusionista e produtivista dominante, até então, dentro do universo da extensão rural brasileira (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Todavia, a operacionalização das diretrizes da PNATER através das CPPs, demonstrou um conjunto de fragilidades e desafios. Em 2010, ocorreu o primeiro ciclo de publicação das CPPs, promovida pela (extinta) Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo Diniz, Tavares de Lima e Almeida (2011), das 148 chamadas publicadas, apenas 19% previam o financiamento para iniciativas de transição agroecológica. Essas chamadas atenderam à um número muito limitado de regiões e agricultores familiares (em relação a dimensão territorial e ao número estabelecimentos familiares existentes no Brasil). Além disto, esses documentos foram demasiadamente padronizados. No geral, os autores avaliam que, naquele ano, os editais estavam fundamentados na concepção unicamente produtivista e mercadológica.

Em 2013, o Governo Federal constituiu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural (ANATER). Contudo, a constituição de tal agência, por si



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



só, não conseguiu reverter o conjunto de fatores impeditivos para a efetiva implementação do PNATER, ao contrário disto, terminou contribuindo no reforço desses aspectos. Com base em uma série de estudos, Diniz e Hespanhol (2018), elencam os fatores deste bloqueio: o Estado e a sociedade privilegiam o modelo de produção agrícola com base nos *commodities*; concepções distintas, e muitas vezes conflitantes, de ATER entre grupos e instituições no interior do Estado; permanência do modelo de gestão verticalizado e centralizado dentro das instituições de ATER pública; serviços executados ainda sobre o paradigma convencional da extensão rural; as grades curriculares das instituições de ensino dos profissionais de ATER não incorporaram as diretrizes da PNATER; desalinhamento de governos e poderes públicos estaduais em relações as diretrizes da política; utilização das equipes técnicas de ATER para operacionalizar as “políticas de governo”; dificuldades em inserir a agroecologia na agenda das instituições de ensino superior e de pesquisa; dificuldades na execução orçamentaria dos recursos de ATER; publicação de chamadas públicas em desconformidade com os princípios, diretrizes, objetivos e metodologias definidos na Lei de ATER; a ANATER avalia o projeto tecnocrático sem conferir prioridade aos imperativos socioambientais e se orienta pelo paradigma produtivista-modernizador de extensão rural, dando centralidade à transferência de tecnologias

Diniz e Hespanhol (2018) reconhecem os avanços conquistados no decorrer do processo de implementação da política, por outro lado, avaliam que diversos outros problemas estruturais não foram superados pelo Estado brasileiro, pelos agentes sociais e políticos responsáveis pela operacionalização da PNATER. Fatores relacionados a ordem política, econômica e jurídica vigente, não favoreceram a plena operacionalização das diretrizes estabelecidas pela política de ATER, restringindo e limitando “sobremaneira a renovação de uma prática extensionista orientada pela adoção de metodologias participativas, pelos princípios da agroecologia, pela exclusividade no atendimento aos grupos sociais marginalizados” (IDEM, 2018, p. 27). Todavia, mesmo que a precarização da ATER pública seja evidente, a própria legislação em vigor garante que o aparelho estatal continue, minimamente, publicando CPPs por intermédio de suas instituições, gerando assim pequenas janelas de oportunidade para o setor.

Um exemplo disto é a publicação, no dia 09/12/2019, do edital 02/2019 – Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), financiado com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI). O objetivo da chamada pública era promover a Difusão e Transferência de Tecnologia em Territórios Prioritários do Plano AGRONORDESTE do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER). A chamada



subdividiu os 11 Estados da Federação abrangidos pelo BNB em 137 territórios (13 territórios do Plano AGRONORDESTE e 124 territórios do PRODETER), estabelecendo previamente as cadeias produtivas que poderiam receber apoio financeiro do chamamento. O edital não estabeleceu metas físicas a serem cumpridas pelas entidades participantes, apenas estipulou o valor total de financiamento (R\$ 300.000,00) por projeto (o edital do BNB disponibilizou o valor total de R\$ 6.000.000,00 para financiamento de propostas), exigindo contrapartida financeira e/ou bens e serviços de no mínimo 10% sobre o valor total da proposta. A chamada sugeriu, apenas, que os projetos buscassem contemplar a realização das seguintes atividades: dias de campo, visitas técnicas, cursos, oficinas e a implantação de Unidades Demonstrativas (UDs) (BNB, 2019).

O edital definiu previamente os territórios e as cadeias produtivas prioritárias, no entanto, não estipulou verticalmente as metas físicas que deveriam constar nos projetos. Este detalhe, em particular, possibilitou que as organizações de ATER (governamentais e não-governamentais) formassem estratégias de intervenção socioprodutiva nas respectivas cadeias produtivas dos territórios predeterminados.

O presente estudo buscará explicar sobre um aspecto específico desse universo da ATER brasileira. Nas páginas seguintes, buscarei descrever o processo de concepção e elaboração de um projeto de extensão rural, por parte de uma organização não-governamental, com vistas a submetê-lo ao edital do BNB, ou seja, apresentar a pesquisa que produziu um projeto de ATER para um edital específico. Para Kauchakje (2008, p. 09) a elaboração de projetos sociais, supõe de um lado, o domínio teórico sobre o tema da política em questão, a legislação e demais normas a ela vinculadas. Por outro lado, esse mesmo processo supõe o domínio de métodos e técnicas de elaboração e gestão de planos, bem como, de implementação, execução e avaliação das ações propostas.

Isto posto, destaco que o objetivo central deste artigo é relatar a experiência de elaboração de um projeto de extensão rural voltado ao fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura, por parte do Instituto Nordestino de Moradia Popular (HABITAR) em parceria com a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), para submissão ao edital FUNDECI 02/2019 – Desenvolvimento Territorial publicado pelo BNB.

Entre os 137 territórios definidos pelo edital, o Instituto HABITAR e a UNEAL definiram, conjuntamente, que iriam formular um projeto voltado ao fomento da produção apícola no Território de Batalha no Estado de Alagoas. Este território e a respectiva cadeia produtiva, constavam nas prioridades elencadas pelo Plano AGRONORDESTE do MAPA que integrava o edital. (BNB, 2019, p.22).

O Território de Batalha (AL) é composto por oito municípios (Batalha, Belo Monte, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olho D'água



das Flores e Olivença). Esta região é caracterizada, primeiro, no plano ambiental (edafoclimático) pela existência de solos rasos e alcalinos, alta insolação, deficiência hídrica e secas periódicas, e segundo, no plano socioeconômico pela predominância de uma estrutura fundiária altamente concentrada, onde grande parte da população rural habita e produz em minifúndios (ou através de relações precárias de acesso à terra), com baixo grau de escolaridade, ausência de capital e com o uso de tecnologias de produção inapropriadas (SILVA; COSTA, 2014, p. 950).

A bovinocultura de leite é a principal atividade produtiva da região, no entanto, os estabelecimentos de base familiar também desenvolvem a agricultura de sequeiro (feijão, milho e mandioca). A predominância da atividade leiteira tem contribuído diretamente para o desflorestamento da caatinga (plantio de pastagens). Desde meados dos anos 2000, o poder executivo estadual de Alagoas vem buscando introduzir outras atividades produtivas na região, a exemplo da própria apicultura. Ainda assim, dos 08 municípios que compõem o território, apenas 02 (Olho D'água das Flores e Olivença) possuem algum tipo de atividade apícola. Dentro deste contexto, torna-se fundamental promover processos de ATER que busquem animar (na esfera municipal e territorial) a cadeia produtiva, focando principalmente a mobilização da base produtiva familiar, buscando articular o acesso ao crédito e aos mercados.

É sobre o processo de elaboração deste projeto de ATER, em particular, que irei me deter nesta pesquisa, não buscarei realizar nenhuma análise crítica do edital ou explicitar as questões normativas (documentos e orientações financeiras, etc) do mesmo. Focarei na explanação dos elementos que fundamentaram tecnicamente a elaboração do referido projeto que foi submetido ao edital do BNB. É importante destacar que o pesquisador é componente do quadro diretivo do Instituto HABITAR e coordenou o processo de elaboração da proposta. A pergunta que se quer responder é a seguinte: quais são os principais desafios enfrentados no processo de elaboração de um projeto de extensão rural para ser apresentado ao edital do BNB?

A apresentação da pesquisa se dará por meio de cinco seções. A primeira seção é composta por essa introdução. Na segunda seção apresento as escolhas metodológicas do estudo, sem seguida, realizo uma análise da conjuntura apícola no Estado e no Sertão de Alagoas que fundamentou o diagnóstico do projeto. Na quarta seção descrevo o método de execução do projeto de ATER voltado ao fomento apícola no Território de Batalha (AL). Por fim, faço as considerações finais sobre o processo de pesquisa e elaboração do projeto de ATER.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

De início, é importante que façamos algumas explicações sobre às escolhas metodológicas e os instrumentos de coleta de dados utilizados por esta



investigação. É importante destacar que essas escolhas permitiram, num primeiro momento, compreender as normas do edital, o cenário da cadeia produtiva da apicultura em Alagoas, identificando, concomitantemente, os atores sociais pertencentes a este contexto. Num segundo momento, esse conjunto de informações subsidiaram a dinâmica de formulação e elaboração de uma proposta de intervenção socioprodutiva que busque fomentar à produção apícola no sertão alagoano.

Diante disto, os métodos fornecidos pela pesquisa qualitativa mostraram-se mais adequados para análise do problema. Segundo Flick (2004, p. 20), este método é o mais apropriado para compreender as perspectivas dos atores envolvidos e sua diversidade, além de possibilitar uma maior reflexividade para o pesquisador e da própria pesquisa.

Para tanto, guiamo-nos pelos procedimentos abaixo indicados:

1. Análise documental (GIL, 1989, p. 162): Nesta etapa foram analisados os seguintes documentos: a) Edital FUNDECI 02/2019 – Desenvolvimento Territorial aberto pelo BNB; b) Comunicações técnicas do BNB elaboradas por VIDAL (2013; 2018) relacionadas a produção apícola da região Nordeste e do Estado de Alagoas; c) Relatórios técnicos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as pesquisas da Produção da Pecuária Municipal (PPM) dos anos de 2018 e 2019.

2. Levantamento bibliográfico: Nesta etapa do estudo foi realizado o levantamento bibliográfico pertinente a temática do projeto disponível em artigos científicos, dissertações, teses e livros que versam sobre a produção apícola no sertão de Alagoas.

3. Realização de entrevistas semiestruturadas: Por meio desse instrumento de coleta de dados conseguimos levantar dados sobre a estrutura da cadeia apícola no sertão de Alagoas. Foram entrevistados técnicos da equipe do Instituto HABITAR que residem na região, uma professora da UNEAL especialista em apicultura, o presidente da Associação Palmeirense dos Apicultores e dos Meliponicultores (APAMEL), além de agentes financeiros ligados ao setor. Para Poupart (2012) a entrevista possui duas vantagens que validam sua utilização no plano metodológico. Primeiro, a entrevista seria um meio eficaz de “coletar informações” sobre estruturas e o funcionamento de um grupo, uma instituição, ou até mesmo de uma formação social determinada. Os “informantes” agem como interpretes, apresentando diferentes reconstruções parciais e parcelares da realidade. A segunda contribuição desta técnica reside na capacidade expressar o ponto de vista dos atores.

CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO PRODUTIVO PARA DEFINIÇÃO DAS



ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o Estado de Alagoas possui 98.542 estabelecimentos rurais, deste montante, cerca de 83,58% (82.369) estão em posse do regime familiar de produção. A grande maioria desses estabelecimentos estão enquadrados na faixa de renda mais baixa e circunscritos na região semiárida. Essas unidades de produção, que em sua maioria são minifúndios, estão inseridos em biomas que já foram severamente desmatados, 89,9% do Bioma Atlântico e 82,6% do Bioma Caatinga (IBGE, 2009; 2015),

Parte significativa deste desflorestamento teve como causa a produção sulcrocalleira (mata atlântica) e pecuária (caatinga) amplamente desenvolvidas em Alagoas. Esse conjunto de elementos fazem com que a região semiárida alagoana (que se entrelaça com a própria área do bioma caatinga) expresse um dos mais relevantes desafios para o desenvolvimento rural da (pós) modernidade, como bem frisado por Wanderley (2000) quando alerta para a necessidade de inserção plena dos espaços e as populações rurais empobrecidas na dinâmica econômica e social moderna - assegurando concomitantemente a preservação dos recursos naturais como um patrimônio de toda a sociedade.

Uma das atividades produtivas que podem contribuir para reversão desse quadro é a apicultura. O mel é usado pelo homem desde a pré-história. Por vários séculos o manejo dessa atividade produtiva foi realizado de maneira inadequada, de forma extrativa e predatória. Com o tempo o homem foi aprimorando as técnicas de manejo e extração, instalando em colmeias, de forma racionalizar a produção e redução dos prejuízos. A apicultura é uma atividade de baixo impacto ambiental que possibilita a utilização permanente dos recursos naturais. Do mel pode-se ser extraído subprodutos tais como: pólen apícola, geleia real, apitoxina, cera, além de serem comercializados também enxames e crias. Esses aspectos favoráveis fazem com que a apicultura seja uma atividade produtiva capaz de contribuir tanto para a preservação ambiental da caatinga quanto para o desenvolvimento e diversificação socioeconômica da agricultura familiar do sertão de Alagoas.

Vidal (2018) explica que o diferencial do mel nordestino advém da diversidade florística e a baixa contaminação da flora por pesticidas, além, do próprio clima ser propício para produção de mel. Entretanto, a apicultura ainda não está amplamente presente nos estabelecimentos da região Nordeste. Os únicos dados oficiais que demonstram esse retrato são oriundos do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), mesmo estando defasados, podem nos ajudar na compreensão dessa conjuntura. Em 2006, existiam no Brasil 95.939 estabelecimentos rurais que produziam mel (e seus derivados). 78% desses estabelecimentos estavam em



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



posse do regime familiar de produção. O Nordeste participava, naquele momento, da cadeia produtiva com 19.263 estabelecimentos, onde 79% deles, eram familiares. Dentro desse contexto, Alagoas participava com 223 estabelecimentos, sendo 58% da agricultura familiar e 42% patronal.

Buscando fortalecer a participação de Alagoas na dinâmica produtiva regional, o Governo do Estado em parceria com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (SEBRAE-AL) e outras entidades governamentais e não-governamentais, constituíram a Rede de Apicultura Integrada e Sustentável (APIS). A APIS foi criada com a intenção de formular e implantar iniciativas que promovessem a produção apícola no estado. Considerando os potenciais das regiões, o Estado de Alagoas e o SEBRAE-AL constituíram o Arranjo Produtivo Local (APLs) da Apicultura na região da Zona da Mata e no Sertão do Estado. O APL Apícola do Sertão Alagoano é composto por 13 (treze) municípios. Através desse programa foi fomentada e organizada a base produtiva no sertão do Estado, tendo como principais resultados: a formação de duas cooperativas de apicultores (Coopeapis e a Coopmel); a criação da marca “Mel do Sertão”; a criação dos agentes de desenvolvimento; e a implantação de casas de mel e entrepostos de comercialização (ANDRADE, 2013). Aliado a isto, e para além das iniciativas do APL da Apicultura, o BNB vem, financiando a produção apícola (dentro e fora da área de atuação do APL).

Em 2012 houve um massivo investimento no setor no Nordeste, entretanto, neste mesmo ano, a região foi assolada por uma das mais severas estiagens (VIDAL, 2018). Seus efeitos negativos ainda perduram, de maneira não linear no espaço-tempo, entre os Estados circunscritos no semiárido. Alagoas, por exemplo, perdeu cerca de 80% dos seus enxames de abelha (VIDAL, 2013). Com a estiagem o Nordeste perdeu o protagonismo nacional na produção de mel, que foi ocupado pela região Sul e Sudeste (VIDAL, 2018).

Porém, os últimos dados demonstram que está em curso um processo de retomada produtiva na região. A partir de 2015, o Ceará e o Maranhão já vinham demonstrando uma relativa recuperação. Entre os anos de 2016 e 2017, o BNB retoma a atividade de financiamento para o setor, levando, por exemplo, a quase triplicar o financiamento de projetos apícolas em Alagoas (VIDAL, 2018). Outros dados demonstram que o Piauí teve o maior aumento quantitativo na produção em 2018, mais de 800 toneladas de mel, atingindo sua maior produção da série histórica. O Estado foi responsável ainda por 36,8% da produção da Região Nordeste, naquele ano (IBGE, 2018). Entre os anos de 2017 e 2018 a maior parte dos Estados do Nordeste apresentaram um significativo crescimento da produção apícola, incluído neste rol, o Estado de Alagoas (IBGE, 2019).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



A estiagem prolongada impôs, de certo modo, a desestruturação do setor familiar de produção, principalmente no sertão alagoano. Esses estabelecimentos desenvolvem a apicultura quase sempre em minifúndios, sem capital para investimento e custeio da atividade. Por outro lado, essa conjuntura levou muitos estabelecimentos apícolas familiares a construir inúmeras estratégias de sobrevivência e adaptação às condições ambientais de semiaridez prolongada. Essas experiências devem ser observadas, valorizadas e difundidas. Mesmo que o clima tenha desestabilizado a cadeia produtiva de maneira significativa, ele não determinou o fim da apicultura na região, causou grandes estragos, mas também gerou inúmeras experiências exitosas de manejo, beneficiamento e comercialização que devem ser identificadas e replicadas.

A partir das atividades de campo empreendida por essa pesquisa, identificamos uma dessas experiências de resiliência produtiva de base familiar protagonizado pela Associação Palmeirense dos Apicultores e dos Meliponicultores (APAMEL) localizada no município de Palmeira dos Índios. A drástica queda da produção no período de estiagem não desestruturou por completo a organização, ela permaneceu com sua base organizada e produzindo. Isso só foi possível através de um processo contínuo de aperfeiçoamento na gestão da produção, do beneficiamento e da comercialização. Compreender os fatores de sucesso e resistência da APAMEL no sertão alagoano são de fundamental importância para que possamos incentivar a produção apícola na região.

Desta maneira, o Instituto HABITAR e a UNEAL definiram que experiência técnica e social dessa associação de apicultores (APAMEL) seria o modelo de tecnológico de produção apícola de base familiar que deveria ser conhecido, registrado, difundido e transferido com as respectivas adaptações a cada localidade e grupo social. Mesmo que o município sede da APAMEL não esteja dentro do Território de Batalha (definido pelo edital do BNB), a difusão de sua trajetória (social e produtiva) pode contribuir significativamente no enraizamento da apicultura no território em questão.

É de suma importância compreender que a apicultura não está plenamente territorializada em todos os municípios que compõem o Território de Batalha. Apenas os municípios de Olho D'água das Flores e Olivença são atendidos pelo APL da Apicultura, além desses, apenas o município de Monteirópolis está dentro da área de atuação de duas cooperativas apícolas (Coopeapis e Coopmel). O território margeia a área de atuação do APL, necessitando assim estabelecer uma integração mais efetiva com essa política pública.

Foi identificado também, no decorrer da pesquisa bibliográfica e de campo, que



05 municípios do território abrigam 10 comunidades remanescentes de quilombos¹. Essas comunidades são compostas por uma parcela da população mais pobres do meio rural brasileiro e que não estão inseridas na cadeia produtiva do mel e seus derivados. Esse foi outro aspecto observado e que mobilizou a atenção das entidades elaboradoras do projeto.

Fundamentados com os dados produzidos pela investigação, o Instituto HABITAR e a UNEAL definiram três eixos centrais de ação que orientarão a elaboração (e a possível execução) do projeto de extensão rural no fortalecimento da cadeia produtiva da Apicultura no Território de Batalha (AL):

Visibilizar e Difundir as boas práticas apícolas de produção, beneficiamento e comercialização desenvolvidas pela Associação Palmeirense dos Apicultores e dos Meliponicultores (APAMEL) no semiárido alagoano de base familiar através de material audiovisual e impresso;
Sensibilizar, Mobilizar e Organizar apicultores/as e grupos interessados circunscritos no Território de Batalha (AL) com foco na integração ao APL da Apicultura e inserção do mel na merenda escolar nos municípios;
Fomentar e difundir boas práticas apícolas nas comunidades quilombolas circunscritos no Território de Batalha através de implantação de unidades demonstrativas com prestação de assistência técnica.

Essas diretrizes são os fios condutores do processo de elaboração do projeto de extensão rural, essa dinâmica será detalhada na próxima parte deste estudo, onde discorreremos sobre as ações foram formuladas para compor a intervenção.

PROJETO DE EXTENSÃO RURAL: A ESTRATÉGIA E O MÉTODO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Nesta seção será detalhado o método de execução das metas físicas formuladas com base na pesquisa (documental, bibliográfica e entrevistas) empreendida anteriormente. Em outras palavras, detalharemos as ações (definidas aqui como um conjunto de atividades de educação não-formal), formuladas para compor o projeto de ATER voltado ao fortalecimento da apicultura. A APAMEL concordou em participar da proposta, a entidade disponibilizou sua *expertise* social e

¹ No total são 10 comunidades circunscritas em cinco municípios do Território de Batalha, a saber: Batalha (Cajá dos Negros); Jacaré dos Homens (Alto da Madeira, Povoado Porção, Povoado Baixa, Povoado Ribeiras); Major Isidoro (Puxinanã); Monteirópolis (Paus Pretos); Olho D'Água das Flores (Aguazinha, Guarani, Gameleiro).



produtiva relacionado a apicultura para ser difundido pelo projeto.

Com base nas três diretrizes de ação definidas, previamente, deu-se início ao processo de elaboração do projeto de extensão rural voltado ao fortalecimento da apicultura no Território de Batalha (AL). O edital do BNB exigiu a descrição dos seguintes itens: título do projeto, objetivo geral e específicos, resumo do projeto, metodologia de execução do projeto e a planilha financeira (custos). Nos parágrafos a seguir detalhamos o processo de formulação e resposta itens. Não é nosso objetivo tratar de questões relacionadas a execução financeira da proposta, mesmo que o tema seja tão importante quanto a estratégia pedagógica de um projeto de ATER, acredito que esses assuntos deve ser objeto de outro estudo.

O primeiro passo dado pelas instituições responsáveis pelo projeto foi definir o **título da proposta**. A formulação, deste item contribui também para a concepção do objeto, objetivo geral e específicas da intervenção. Desta forma, construído o seguinte título: *Fomento à Organização Territorial da Cadeia Produtiva da Apicultura de Base Familiar no Território de Batalha (AL) Como Estratégia de Preservação Ambiental, Inclusão Produtiva e Difusão Tecnológica.*

Em seguida, foi definido o **objetivo geral** do projeto: *a) sensibilizar, mobilizar e organizar os produtores de base familiar do Território de Batalha (AL) através da visibilização e difusão de boas práticas de produção apícola adaptadas ao semiárido alagoano, inserindo, concomitantemente, as comunidades quilombolas na cadeia produtiva.*

Complementando o objetivo geral da proposta, foram formulados os seguintes **objetivos específicos**: *a) visibilizar e difundir as boas práticas apícolas de base familiar relacionadas à produção, o beneficiamento e a comercialização desenvolvidas pela APAMEL no semiárido alagoano através de material audiovisual e impresso; b) sensibilizar, mobilizar e organizar apicultores/as e grupos interessados circunscritos no Território de Batalha (AL) com foco na integração ao Arranjo Produtivo Local (APL) da Apicultura e inserção do mel na merenda escolar; c) fomentar e difundir boas práticas apícolas nas comunidades quilombolas circunscritos no Território de Batalha através de implantação de duas unidades demonstrativas com prestação de assistência técnica; d) mobilizar e organizar a base produtiva da cadeia Apicultura no Território de Batalha (AL);*

O terceiro passo foi elaborar um **resumo** do projeto que pudesse subsidiar a elaboração da metodologia de execução do projeto de extensão, sendo construído o seguinte texto: *a) a proposta de intervenção socioprodutiva busca promover e articular três eixos de trabalho no Território de Batalha (AL) diretamente relacionados ao fomento e a organização da cadeia produtiva apícola de base familiar. O primeiro eixo de trabalho visa identificar e divulgar boas práticas de produção apícola no semiárido alagoano (APAMEL). O segundo eixo de ação visa mobilizar e organizar*



*os/as apicultores/as (ou grupos interessados em produzir) em âmbito municipal e territorial no Território de Batalha.(01 território / 08 municípios) Por fim, o terceiro eixo de atuação buscará fomentar a produção apícola nas comunidades quilombolas existentes no território, implantando UD*s e disponibilizando assistência técnica rural.

Definido o título, objetivo geral e específicos, mais o resumo do projeto, passou-se, então, para a etapa de **formulação das metas físicas**. A meta nada mais é que a descrição e a mensuração de uma ação (educativa ou de extensão rural). Quase sempre uma meta é composta por submetas. Um projeto de extensão rural é um conjunto de metas (e submetas) articuladas entre si, e mutuamente complementares, que organizam, dão forma e direcionam as ações planejadas. Foi definido então que **o projeto seria composto por 5 metas**. A descrição dessas metas e os passos metodológicos para sua execução, foram concebidas buscando contemplar as três diretrizes de atuação formuladas anteriormente.

Quadro I Metas e Visões de Futuro do Projeto

Meta 1 - Difusão de Boas Práticas Apícolas de base familiar no Semiárido Alagoano. Esta meta terá o papel de registrar as boas práticas apícolas desenvolvidas pela APAMEL. É preciso compreender como o empreendimento conseguiu sobreviver ao período de estiagem, entender quais medidas os apicultores incorporaram no âmbito de suas unidades produção apícola e na sua organização associativa. A experiência da entidade pode contribuir muito para o fomento e a difusão da apicultura no sertão alagoano, fornecendo exemplos de práticas apícolas adaptadas. A difusão e transferência da experiência da APAMEL se dará por meio de material audiovisual e impresso. Para cumprimento deste objetivo, o projeto prevê (submeta 1.1) a realização de **2 Visitas Técnicas de Acompanhamento do Registro das Boas Práticas Apícolas desenvolvidas pela APAMEL**. As visitas técnicas servirão para conceber e planejar a produção do material audiovisual e impresso. Participarão desta etapa o Instituto HABITAR, a UNEAL, o BNB e a APAMEL. Será definido quais os aspectos das boas práticas desenvolvidas pela organização apícola deverão compor o material a ser produzido. Além das etapas do processo de produção, beneficiamento e comercialização, o projeto buscará demonstrar, também, a dinâmica organizativa da associação. Como forma de registro e difusão dessa experiência, será produzido (submeta 1.2) **500 Cordéis de Boas Práticas Apícolas de Base Familiar no Semiárido Alagoano** e o (submeta 1.3) **Recurso Didático Audiovisual para Difusão de Boas Práticas Apícolas de Base Familiar no Semiárido de Alagoas**. O material educativo impresso e audiovisual será amplamente divulgado e permeará todas as atividades previstas nas demais metas do projeto.

Pensada de forma complementar e articulada com a Meta 1, foi formulada a **Meta 2 - Mapeamento e Organização Territorial dos/as Apicultores/as e Difusão de Boas Práticas Produtivas no Território de Batalha (AL)**. Através desta meta será empreendido o processo educativo de sensibilização, mobilização e organização da base apícola no Território de Batalha (AL). Para o desenvolvimento da cadeia produtiva é indispensável que existam iniciativas de extensão rural que busquem animar (em âmbito municipal e territorial) o desenvolvimento da cadeia produtiva, mirando a articulação da base produtiva, de políticas públicas e de mercados.

Com o objetivo de mobilizar produtores/as familiares, serão realizados (submeta 2.1) **8 Seminários Municipais sobre Apicultura, Preservação Ambiental e Geração de Renda**. Nesses seminários, além de difundir as boas práticas apícolas registradas na Meta 1, ocorrerá o mapeamento dos/as apicultores/as e grupos produtivos interessados em desenvolver a cadeia



produtiva nos oito municípios do território. Essa atividade será o primeiro passo de sensibilização e mobilização dos agentes produtivos. Esse processo de mobilização se dará por intermédio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDRS) com suporte da agência do BNB da região. Paralelamente a essa atividade, serão realizadas (submeta 2.2) **10 Visitas Técnicas de Fomento à Integração do Território de Batalha no APL da Apicultura e de Incentivo a Inserção do Mel na Merenda Escolar dos Municípios do Território**. Nessa submeta será realizado o processo de sensibilização e mobilização institucional do SEBRAE-AL, do Governo do Estado de Alagoas e das Prefeituras do território. As visitas técnicas na esfera estadual terão o objetivo de integrar os oito municípios as políticas públicas promovidas pelo APL da Apicultura. As visitas na esfera municipal terão o objetivo de incentivar a inclusão do mel (e seus derivados) na merenda escolar por meio do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE). Concluída essas duas submetas, então será promovido (submeta 2.3) **01 Encontro Territorial de Apicultores/as do Território de Batalha (AL)**, onde serão discutidas as possibilidades de integração do Território na área de atuação do APL, bem como, a inserção da produção apícola na merenda escolar (os/as apicultores/as, representantes do CMDRS, Prefeituras, SEBRAE, Governo do Estado e o BNB).

Com intuito de instalar infraestrutura apícola na área de atuação do projeto, incluindo, concomitantemente, as comunidades rurais excluídas da cadeia produtiva, foi proposta a **Meta 3 - Fomentar a Inserção das Comunidades Quilombolas do Território de Batalha na Cadeia Produtiva da Apicultura**. As famílias rurais remanescentes de quilombolas foram historicamente excluídas das políticas públicas de produção alimentos. O Território de Batalha (AL) possui parte expressiva dos quilombos reconhecidos no Estado de Alagoas. No total são 10 comunidades circunscritas em cinco municípios. Os quilombos são territórios coletivos, isso faz com que, geralmente, suas áreas de Reserva Legal (RL) sejam espaços maiores e unificados, diferenciando-se dos demais estabelecimentos rurais que possuem as RLs fracionadas. Essa especificidade pode contribuir de maneira significativa para instalação de equipamentos apícolas nesses quilombos.

A operacionalização desta meta se dará através do reconhecimento e seleção de duas comunidades quilombolas (mais organizadas e preservadas ambientalmente) para recepção de 2 UD's, que serão adquiridas pelo projeto. Para tanto, foi proposta (submeta 3.1), a realização de **10 Visitas Técnicas Divulgação da Produção Apícola e Seleção das Comunidades Quilombolas**. Nas visitas serão apresentados e discutidos os potenciais da apicultura e as respectivas boas práticas produtivas a ela relacionadas. A equipe do projeto realizará a análise da aptidão dessas comunidades para recepção das UD's. Das 10 comunidades que serão visitadas, 02 serão selecionadas para receber tais equipamentos educacionais (difusão e transferência de tecnologia).

O Instituto HABITAR, conjuntamente, com a Agência do BNB de Batalha e a UNEAL selecionarão as comunidades, com base nos seguintes critérios: a) mobilização comunitária; b) existência de área de reserva legal; c) área de reserva legal mais preservada; d) Existência de recursos hídricos; e) formação de grupos com número paritário de homens e mulheres; f) existência de enxames de abelhas; g) outros critérios sugeridos pelas entidades parceiras.

Concluída a etapa de seleção das duas comunidades, será realizado (submeta 3.2), em seguida, a **Implantação de 2 Unidades Demonstrativas (UDs) apícolas**. Nesta submeta foi previsto a aquisição dos itens que irão compor as UD's. Essas unidades educativas serão implantadas participativamente com a comunidade por meio da execução (submeta 3.3) de **02 Oficinas de Implantação, Manejo e Gestão Apícola no Semiárido Alagoano** de 40 horas cada. Nessas oficinas serão trabalhadas as técnicas de manejo apícola, manutenção das colmeias, beneficiamento e comercialização com base nas tecnologias registradas pela Meta 1 do projeto. Concomitantemente à realização das oficinas será a implantada a respectiva UD. A gestão de cada UD será compartilhada por 06 pessoas através de regras expressas e pactuadas num Regimento Interno (RI). Conforme as condições ambientais dos quilombos e o regime climático no período de execução desta submeta, espera-se que cada colmeia produza de 25 a 40 kg por ano, dando um total por UD que pode orbitar entre 500 a 800 kg por ano. Parte dessa produção será destinada para consumo das famílias envolvidas no projeto e outra parte será destinada a comercialização.



Por intermédio da submeta 3.4 será prestado **Assistência Técnica às Unidades Demonstrativas** por um período de 8 meses, com duas visitas ao mês nas UD's.

Na **Meta 4** estarão conglomeradas as despesas relacionadas com a **Coordenação, Contabilidade e Material de Expediente**. A Meta 5 conglomera as despesas relacionadas ao processo de **Planejamento e Avaliação das Ações**.

A formulação das metas do projeto tem a finalidade de estimular a produção apícola nos 8 municípios que compõem o Território de Batalha. As ações planejadas buscam promover ações educativas e de transferência tecnológica em âmbito territorial da cadeia produtiva visando identificar e mobilizar apicultores/as (ou grupos interessados em produzir), empresas elaboradoras de projetos de crédito, agentes financeiros (BNB) e poderes públicos locais.

O projeto de extensão rural detalhado no Quadro I prevê a realização de ações em escala local, municipal e territorial. Esse tipo de estratégia demanda gastos significativos com transporte e custeio da equipe técnica, bem como, dos próprios participantes do projeto. Esse é um desafio inerente a qualquer projeto que é submetido a um chamamento público, pois sempre os recursos são limitados.

Definiu-se dois mecanismos de difusão e transferência tecnológica enquanto ferramentas pedagógicas e didáticas de intervenção nesses três níveis espaciais. O primeiro foi a produção de material audiovisual e impresso (cartilha/cordel). Esses dois recursos didáticos visam sensibilizar e mobilizar os grupos produtivos interessados em desenvolver a atividade apícola. Eles serão compartilhados em diversas mídias e redes sociais. As UD's implantadas nas comunidades quilombolas conformam-se como o segundo mecanismo de difusão e transferência.

Por fim, destaco que o projeto buscará atingir os seguintes resultados qualitativos para além das metas físicas descritas no projeto: 1) Difusão de boas práticas apícolas adaptadas ao sertão semiárido alagoano (organizacional, produtivo, beneficiamento e comercialização) através da produção de material audiovisual e impresso; 2) Difusão de boas práticas apícolas adaptadas ao sertão alagoano através da implantação de 2 Unidades Demonstrativas (UD's); 3) Atores sociais e governamentais dos 8 municípios do Território de Batalha (AL) mobilizados e organizados entorno da cadeia produtiva da apicultura visando o acesso a políticas públicas e mercados; 4) Identificar e mobilizar grupos de agricultores familiares interessados em investir na apicultura por intermédio de crédito rural; 5) Incentivar a inclusão das comunidades quilombolas na cadeia produtiva da apicultura no Estado de Alagoas; 6) Incluir o Território de Batalha (AL) na área de atuação do APL da Apicultura promovido pelo Governo de Alagoas e o SEBRAE-AL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nesta pesquisa buscou-se demonstrar, de maneira geral, como ocorre o processo de elaboração de um projeto de extensão rural para um chamamento público específico. Essa temática quase sempre é abordada de forma tangencial nos estudos de ATER. Na maioria das vezes o termo “projeto” surge relacionado a execução de um conjunto de atividades (orientação/educação/intervenção) para desenvolvimento (ou manutenção) de uma unidade produtiva (atividades agrícolas, pecuárias e ambientais) ou para acesso ao crédito. O esforço desta pesquisa foi demonstrar a esfera institucional do termo “projeto”, ou seja, compreender os parâmetros e as regras embutidas nos processos de captação de recursos para prestação de serviços de ATER na esfera institucional.

Procurou-se discutir essa temática, neste estudo, através da exposição do processo de elaboração de um projeto de ATER voltado ao fomento da produção apícola no sertão alagoano, empreendido pelo Instituto HABITAR e a UNEAL. Em nenhum momento busca-se definir ou traçar um modelo único de intervenção/fomento da cadeia apícola (dentro ou fora do Estado de Alagoas). O projeto exposto apenas reflete o resultado da pesquisa empreendida somada as experiências acumuladas pelo conjunto dos profissionais que contribuíram para sua formulação.

Em relação a indagação realizada no início desta investigação (quais são os principais desafios enfrentados no processo de elaboração de um projeto de extensão rural?), foi possível observar os seguintes aspectos no decorrer desta pesquisa: a) elaborar um projeto de extensão rural, bem fundamentado tecnicamente e socialmente articulado, demanda pesquisa e um amplo processo de escuta e diálogo; b) um projeto de ATER é uma pesquisa dinâmica que precisa ter como base o conhecimento acadêmico, mas também, deve levar em consideração as práticas sociais dos sujeitos em questão e do ambiente político que circunda; c) as ações e as atividades definidas por um projeto estão fortemente influenciadas pelas exigências e os parâmetros financeiros estipulados pelo edital (chamada pública); d) custos com transporte e custeio das atividades da equipe de ATER concentra parte significativa das despesas; f) um conjunto de decisões técnicas e políticas permeiam a elaboração de um projeto.

Ademais, é importante destacar que o presente texto é, apenas, uma primeira reflexão sobre um processo que ainda está em curso. O projeto elaborado pelo Instituto HABITAR e a UNEAL foi submetido ao edital do BNB no dia 05/02/2020. No dia 07/07/2020 o Resultado Parcial do edital apontou o projeto com a segunda melhor nota do processo de seleção. Deste modo, será dado a continuidade a este estudo, buscando discutir o processo de execução e avaliação dos resultados estabelecidos pelo projeto de extensão rural elaborado.



Por fim, espero que este esforço contribua, de alguma forma, para a aproximação da comunidade estudantil (agrárias e sociais) e dos profissionais de ATER com o universo da elaboração de projetos de extensão rural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R. A importância do arranjo produtivo local de Alagoas: enfatizando o caso do arranjo produtivo da apicultura no sertão alagoano. *Revista Caderno de Economia*, v. 17, n. 33, p. 51-65, jul/dez, 2013.

BRASIL. *Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária–PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil. *Editais FUNDECI 02/2019 – desenvolvimento territorial: difusão e transferência de tecnologia em territórios prioritários do Plano AGRONORDESTE do MAPA e do Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER)*. Fortaleza, BNB, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/fundeci/editais>. Acesso em: 10 /04/2019.

CAPORAL, F. R. e RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In.: MONTEIRO, D. C.; MONTEIRO, M. A (Org). *Agricultura Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural*. Belém, UFPA: NAEA, p. 27-50, 2006.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. *Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Rio de Janeiro, IPEA, 2017.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER). *Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM*, Santa Maria, v.25, n.2, abr./jun. 2018.

DINIZ, P. C. O.; TAVARES DE LIMA, J. R. Leis, decretos, chamadas públicas, conferências: a construção da política pública de ATER. In: *Anais do XX Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste / PRÉ ALAS BRASIL*, 04 a 07 de setembro, p. 01-36, 2012.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª. Edição, Bookman, Porto Alegre, 2004.

GIL, C. A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, Ed. Atlas S.A., São Paulo, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa dos Biomas. 2004.



- Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>.
Acesso em: 31/12/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2006. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> . Acesso em: 31/12/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2009. Disponível em:
https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm.
Acesso em: 31/12/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em:
https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm .
Acesso em: 31/12/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31/12/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Pecuária Municipal. 2018. Prod. Pec. munic., Rio de Janeiro, v. 46, p.1-8, 2018. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>, Acesso em: 31/12/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa da Pecuária Municipal. – Diretoria de Pesquisas – DPE, Gepec/Coagro, 20 de setembro, 2019.
- KAUCHAKJE, S. *Elaboração e planejamento de projetos sociais*. IESDE BRASIL SA, 2008.
- POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et tal. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes. p. 295-316, 2012.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Manual de Boas Práticas Apícolas: Campo. Série Segurança e Qualidade dos Alimentos*. 1 edição, 2009.
- SILVA, A. G. da; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nord. frente às novas tend. da agro. Brasi. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. de; NAVARRO, Z. (editores técnicos). *O mundo rural do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília-DF, Embrapa, p. 947-977, 2014.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



VIDAL, M. de F. Efeitos da seca em 2012 sobre a apicultura nordestina. *Informe Rural ETENE*, ano VII, n. 2, p. 01-05, 2013.

VIDAL, M. de F. Produção de mel na área de atuação do BNB entre 2001 e 2015. *Caderno Setorial ETENE*, ano 3, n. 30, abril, p. 01-12, 2018.



REDE DE ESTUDOS
RURAIS



CONFLITOS JURÍDICO-TERRITORIAIS NO CAMPO: ANÁLISES DOS ELEMENTOS E MEIOS DA DISPUTA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO -CASTRO/PR

Daniele Regina Pontes¹
Iara Beatriz Falcade Pereira²
Gustavo Steinmetz Soares³
Vinícius Eduardo Wassmansdorf⁴

RESUMO

Identificar, compreender e problematizar a postura da diversidade de instituições estatais e dos sujeitos em disputa em uma ação de reintegração de posse de área rural, ocupada concomitantemente pelo agronegócio e por famílias camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é o mote da análise realizada neste estudo. A partir da demanda submetida à Universidade para a realização de Estudo Técnico sobre a questão fundiária, territorial e de aproveitamento da área ocupada, outros desdobramentos puderam ser observados e acompanhados, especialmente em audiências conciliatórias promovidas com o objetivo de se dar à situação um fim menos ou não conflitivo. Ao longo do processo jurídico instaurado e do respectivo acompanhamento dos seus debates foi possível perceber outros elementos envolvidos na concretude e nos símbolos da disputa que supera a terra e que, ao mesmo tempo em que anuncia resistências, demonstra o peso de um passado colonial presentificado na organização e reprodução dos poderes expressos territorialmente. O caminho percorrido aduz à descrição crítico-analítica dos eventos, considerando e tornando visíveis - a partir de contextualização histórica e conceituada da descrição de um caso específico -, os contornos, materialidades e das formalmente estranhas relações entre o privado e o público, entre os interesses de e do Estado e da elite brasileira. Descortinar a confusão discursiva proprietária e os interesses e possibilidades de mudança faz parte dos objetivos, mas, também, compreender o papel da Universidade no âmbito da visibilização de tais elementos, na medida em que ela também se revê nos projetos de extensão e pesquisa, o que também está nas entrelinhas dessa reflexão.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Reintegração de Posse, Terra Pública

¹ Professora de Direito UFPR. Pesquisadora do Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas/UFPR.

² Bacharela de Arquitetura e Urbanismo/UFPR e mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR..

³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR. Membro do coletivo Encontra/UFPR.

⁴ Advogado e Licenciado em Geografia pela UFPR. Membro do coletivo Encontra/UFPR.



Identificação do conflito

As reflexões constantes deste trabalho foram formuladas a partir do acompanhamento da ação judicial com pedido de despejo de trabalhadores rurais do Acampamento Maria Rosa do Contestado ocupado em 2015, no município de Castro, estado do Paraná. O Projeto de Extensão Mapeamentos Comunitários em Experiências de R-existência e o Projeto de Pesquisa Planejamento Territorial, Questão Fundiária e Agroecologia, ambos realizados por professores e pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, em parceria com outras instituições foi demandado pela Defensoria Pública da União - DPU para oferecer resposta a uma pergunta formulada, diante do quadro de conflito estabelecido sobre a terra da União nomeada Fazenda Capão do Cipó, ocupada tanto pelas famílias de agricultores, como por uma entidade representativa do agronegócio da região, nominada Centro de Treinamento Pecuarista - CTP.

A questão a ser respondida no estudo técnico referiu-se à possibilidade de uso compartilhado na área entre o assentamento de reforma agrária, a instalação de um equipamento de ensino (Instituto Federal) e a manutenção do CTP. Para isso, foram analisadas as características ambientais, socioeconômicas e jurídicas para o levantamento das possibilidades de uso compartilhado de bem público em uma estratégia de planejamento territorial capaz de: articular ações e políticas públicas, com direitos e necessidades fundamentais e alternativas de desenvolvimento socioambientalmente justo para a região e, buscar uma solução pacífica ao conflito pelo uso da área como o Judiciário, neste caso, tem indicado.

Ao longo do processo e até o momento várias foram as repercussões da ação, porém, as reflexões aqui indicadas partem não exatamente das questões abordadas no estudo técnico realizado, mas sobre as características do conflito, seus elementos, sujeitos e procedimentos ao longo do acompanhamento realizado pelos grupos da Universidade e, inclusive sobre o papel dos pesquisadores nessa situação de conflito fundiário. Também, procura-se demonstrar o caminho realizado e apresentar os fundamentos das possibilidades de uma resolução pacífica do conflito diante das recentes demandas. Por fim, busca-se problematizar o papel dos agentes públicos envolvidos na ação, especialmente dos representantes das instituições que, em tese, deveriam representar este interesse na resolução pacífica do conflito, mas que, ao contrário daquilo que indica a própria função pública, utilizou as instituições estatais para a realização de interesses privatistas de grupos específicos, comprovadamente beneficiados em várias situações no município.



Os sujeitos têm história e a história tem lugar

O indivíduo, é a unidade básica do capitalismo, que ao ser considerado, desconsidera a teia de relações sociais que se conforma em torno de um sujeito. Se por um lado temos a invisibilidade da história dos sujeitos, temos uma outra história, que se inicia desde o surgimento da modernidade, que parte de um pensamento cartesiano, em busca dessa unidade indivisível e universal do homem, uma história que se separou do espaço⁵. É a partir da crítica descolonial que a aparente história universal se desvela como projeto de poder e dominação que se instaura na América Latina com o início da colonização, do qual se consolida o sistema-mundo moderno-colonial-capitalista, mostrando que a pretensa universalidade tem uma origem e contexto espacial, sendo o mundo europeu, branco, heteropatriarcal e cristão. É esse sistema de dominação que vai moldar e conformar todo o sistema desigual e a formação socioterritorial brasileira e latinoamericana.

Epistemologicamente vão se definir os sujeitos de direito por um lado, dotados de visibilidade e abarcados pela formalidade privatista com possibilidade de reconhecimento da condição de proprietário, por outro lado, os grupos reduzidos à atomização de indivíduos, invisíveis e subalternizados, vivenciando as diversas formas de opressão, dentre elas a negação do direito à existência diante da sociedade e Estado⁶ pela via da impossibilidade de reconhecimento formal do direito de permanecer em algum lugar, a não ser por permissão e conveniência do sujeito-indivíduo-proprietário. Quando esses sujeitos, em processos históricos de luta e resistência, disputam o espaço e se fazem ver e ouvir, são reassignados à condição de sujeitos sem história por vários meios, inclusive e sobretudo por aqueles de reconhecimento institucional. O que significa dizer que a saída da invisibilidade é compreendida por aqueles que são obrigados a sair do lugar de conforto como uma afronta à ordem estabelecida e, é nesse momento que a institucionalidade é reclamada para declarar o retorno à situação anterior.

⁵ “O que defendo é o seguinte: todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objectividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental.” (GROSFOGUEL, 2008, p.119). Segundo o autor, o pensamento ocidental originado em Descartes fez com que se criasse a ideia do conhecimento universal, sem um sujeito específico, aparentemente. O que foi chamado por Castro-Gómez de ‘ponto zero’, ou seja, um ponto de vista que se esconde e por isso se diz universal e imparcial.

⁶ “A modernidade é um processo de morte genocida da vida (humana e não humana) e a destruição epistemicida de outras civilizações (destruição de formas ‘outras’ de conhecer, ser e estar no mundo).” (GROSFOGUEL, 2019, p.63). O autor utiliza o conceito de ‘sistema-mundo’ ao invés de ‘sociedade’ pois este tem seu uso muito associado aos limites do Estado-nação, como se fosse um reflexo. Essa é uma visão eurocêntrica que esconde sistemas de dominação que superam essas fronteiras. O sistema-mundo inclui espacialidades e temporalidades globais à sociedade.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O discurso tradicional aciona os mecanismos da invisibilização e da fragilização, o primeiro deles é o retorno ao tratamento individual, com a refutação corriqueira da necessidade de nominar as pessoas para que elas não sejam compreendidas em grupo ou coletivamente. Esses indivíduos, para serem considerados, devem assumir a veste da igualdade universal perante à lei, ao Estado e aos seus opressores, sendo mera roupagem formal acionada para garantir a diferença. Aí se perfaz o discurso único, a busca da tradição da desigualdade sem revelação dessa mesma desigualdade. Tudo deve parecer mais e menos do que realmente é, sob pena de a realidade, eventualmente, permitir perdas não habituais aos que acostumados com as garantias do Estado, não se conformam com a sua repartição ou mesmo com pequenas fissuras nas estruturas conformadas. Para isso, no espetáculo apresentado na disputa, outras formas de enxergar o mundo, de se relacionar com a terra, a natureza e a vida buscam ser interditas e nada pode se apresentar para além daquilo que subjaz a apropriação capitalista.

No caso do referido acampamento, sua construção com modelo agroecológico, várias das “tradições” são contraditas por outra proposta de vida, de uso e ocupação do espaço rural e da forma de produção e relação com o meio ambiente, mas, sobretudo, porque ali estão sendo revelados outros sujeitos, especialmente coletivos, que abalam, visibilizam e colocam em dúvida o modelo único pautado em estruturas de subordinação e de concessão. Esses sujeitos sempre existiram, no entanto passam a reclamar a entrada e a permanência na categoria sujeitos reclamando por seus direitos. Tudo foge do traço, da estrutura e dos conteúdos delineados jurídica e institucionalmente para uma ordem de submissões, havendo ainda uma questão nuclear nessa insubordinação em que a comunidade afirmando seu direito à terra, provoca a maior afronta em uma elite colonialista e patrimonialista quando reclama um lugar que é significativo e base para as mudanças concretas que podem alimentar novas transformações.

O breve relato de Valdiney a seguir é a história de muitos acampados e assentados. Este foi registrado em 2017 no documentário sobre a comunidade Maria Rosa do Contestado (MRC) chamado “Doze Meses de Resistência: A terra como horizonte de vida”, mostrando as histórias e motivações que fizeram os acampados estarem dentro do acampamento.

Então, lá na cidade eu trabalhava com produtos químicos. Trabalhava, na verdade, na fábrica da Brascab. Essa fábrica trabalhava com peças para implementos agrícolas [...] eu trabalhava lá, na parte de acabamento final, e qualidade da área. Só que o que acontecia, eu chegava em casa e ia descansar eu pegava e me sentia muito mal por causa dos produtos químicos que tinha, pintura e tal. E daí a minha vontade de trabalhar era na roça, que eu era da roça antes e fui para a cidade, aquele sonho de ganhar a vida na cidade. Só que sempre fica no coração da gente, de voltar, ter alguma coisa rural, trabalhar e ganhar a vida no campo, ter uma vida mais



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



sadia. Que nem aqui, a proposta nossa que é agroecologia e produtos orgânicos, é excelente isso, porque, além da gente tratar na nossa própria saúde, a gente tá levando saúde para mesa de quem tá na cidade. [...] muitas vezes, você vai lá na prateleira do mercado você encontra um alimento cheio de agrotóxico. Então o que acontece, a gente coloca na cabeça que se o governo ajudasse a gente, porque o que a gente leva pra mesa de todas as pessoas que tá na cidade, às veze eles vê a gente que é aqui da roça, que tá num acampamento, vê a gente com maus olhos, tá invadindo a terra né, e uma terra que é da União. [...] a gente tá aqui porque, primeiro, ganhar nosso sustento na roça, segundo porque a gente precisa produzir qualidade, pra gente e pras demais pessoas que tá na cidade. Então é isso que a gente quer fazer. Da mesma forma que eu tinha aquela necessidade de voltar pro campo porque os produtos químicos me faziam mal, assim, a gente tenta passar pra cidade, um produto de excelente qualidade. Valdiney Batista Mota, no MRC desde o início. (UEPG, 2017)

Além da história dos indivíduos, esta é a história da questão agrária no Brasil, da sua formação territorial, da expropriação do campo, seja pelo apropriação de terras pelo agronegócio, da modernização da agricultura no campo, pelo abandono dos camponeses e camponesas pelo Estado, ou pela promessa de oportunidade de vida melhor na cidade⁷. Ou seja, desde a violência à venda de ilusão, patrocinada pela aliança entre capital e Estado em um sistema colonial-moderno-capitalista, se desvela a história do latifúndio, da pobreza urbana, do abandono do Estado, que favorece apenas um grupo com características específicas.

Observando a linha histórica neste contexto, aproximando do caso do acampamento, Dias e Farjado (2018) ao analisarem a formação das cooperativas do leite na região dos Campos Gerais do estado do Paraná, onde o município de Castro está inserido, fazem breve resgate histórico onde, desde o século XVII, a atividade pecuarista era implantada pelo tropeirismo “se tornando a base do latifundiarismo nos Campos Gerais” (ALBUQUERQUE, AUED, 2008, apud. DIAS e FARJADO, 2018 p.218). Os autores trazem um estudo de Cunha (2003) sobre crédito rural na modernização da agricultura, onde destaca que o latifúndio da região é um processo que se inicia desde a histórica cessão de terras (sesmarias). No século XIX os autores destacam a influência das imigrações dos europeus para a região.

⁷ Nos anos 50/60 a transformação da agricultura se dá pela urbanização e industrialização do campo, o ritmo e escala da produção agrícola industrializada não permite que as pequenas produções tenham condições de competir nesses termos. O aumento de estabelecimentos rurais, de acordo com o censo agropecuário 2005/06, não se deu pela dinâmica do mercado mas pelos assentamentos dos programas de Estado decorrentes das ocupações de terra. O que aumentou foi a escala e a concentração da produção agrícola industrial. “Assim, é fato que está ocorrendo no meio rural brasileiro um movimento de ampliação da produção sob os auspícios do trabalho morto, ou seja, com a incorporação de máquinas, equipamentos, insumos altamente poupadores de mão-de-obra. Desta forma, as dificuldades de sua existência neste meio e a transposição de sua população para os perímetros urbanos.” (OLIVEIRA e DALMAGRO, 2014, p.101)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



No contexto pós-abolicionista, ganhou força a estratégia de “branqueamento da população” apoiada, principalmente, pelas elites nacionais. Costa e Ferreira (1999, p.145) afirmam que “não se tratava apenas de povoar terras, mas de povoá-las com o tipo humano ideal aos olhos luso-brasileiros [...], neste caso, alemães, italianos e outras etnias europeias que serviriam para substituir a mão de obra escrava recém-abolida e ocupar áreas de escassez populacional no interior do país. (DIAS e FARJADO, 2018, p.218)

De acordo com os autores, os holandeses começam a chegar no ano de 1909. O processo migratório foi financiado pelo Estado brasileiro em parceria com uma poderosa empresa de infraestrutura, a Brazil Railway Company (norte-americana), com uma série de incentivos e apoio à colonização da região⁸. Desde então, os novos produtores se organizam em cooperativas, como a Castrolanda, e conseguem se desenvolver nos diversos ciclos de produção agropecuária do estado, com incentivos, créditos e isenções, parte de uma política de apoio ao agronegócio ancorada e amparada no fundo público e na ação do Estado. Mas, para além desses benefícios, a concessão e, especialmente, a doação de terras também marcou a ocupação, o uso e o enriquecimento, com base na disposição de bens públicos direcionados e dispostos aos novos habitantes que substituíram o contingente populacional de trabalhadores residentes nas áreas⁹.

No ano de 1984, a Fundação ABC - que recebeu em concessão a área, porém a título precário e gratuito-, manteve a sua ocupação e uso de parte da Fazenda ilegalmente durante vários anos, mesmo diante da demanda de reintegração de posse e da determinação do despejo. A associação privada surgiu da união dos Departamentos de Assessoria Técnica das cooperativas da região na época. Parte, portanto, com apoio e incentivo do Estado que, além de todos os benefícios concedidos, ainda pretende o início do processo de branqueamento da população na região (COSTA e FERREIRA, 1999).

Participam da ação, tal como se fossem interessados legítimos no bem, uma deputada federal (filiada ao Partido Social Liberal/PSL), representante dos interesses do agronegócio e o sindicato patronal, ambos afigurados como estranhos aliados do proprietário do imóvel, a Secretaria de Patrimônio da União/SPU. Também participam do caso, especialmente nas audiências de conciliação, um

⁸ Cordeiro (2006) resgata o fato de que a empresa instalou uma fábrica de laticínios na região, para alimentação dos trabalhadores e para venda do leite, oferecendo terras pela exclusividade da venda

⁹ Tais situações podem ser verificadas nas matrículas de imóveis como a Fazenda Maracanã, a Fazenda Capão Alto e a Matilde, que foram inicialmente estabelecidas em contratos de compra e venda, mas, que, em seguida, foram doadas pelo Estado do Paraná à organização privada Sociedade Cooperativa Castrolanda, havendo em 1954 a retificação da escritura de compra e venda, dispensado totalmente o pagamento (Transcrição sob o n. 10.260, conforme Registro de imóveis da Comarca de Castro).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



suposto interessado na utilização do bem, o Instituto Federal do Paraná e um representante da Advocacia-Geral da União, teoricamente isento, porém, voltado à defesa dos interesses da SPU. Todos defendendo seu interesse comum, sendo a manutenção da CPT e defendendo o despejo das famílias produtoras e acampadas. A aparição do INCRA, quando ocorreu, mostrou-se tímida e apesar do movimento formal anterior de indicar a destinação da área prioritariamente à reforma agrária, o órgão, em movimento contrário a sua posição inicial e a sua própria função, refuta a possibilidade da permanência das famílias, anuindo à proposta do despejo da área pública.

É notável observar que a lógica do indivíduo sem história, fundante do sistema moderno-colonial-capitalista, é aplicada ao outro¹⁰, àquele que se quer oprimir. Nos momentos de audiências públicas de conciliação, os representantes do agronegócio de Castro, como o sindicato dos ruralistas e a deputada citada, por um lado, exaltavam a importância histórica da comunidade holandesa e a importância para o desenvolvimento da região, e por outro lado, ignoravam as histórias contadas pelos acampados, e assim execravam a “invasão” de uma terra ilegalmente utilizada há anos, sustentando a “necessária” expropriação daqueles indivíduos da terra pública, exaltando a defesa de um “direito sagrado à propriedade privada”, que notadamente, estava sendo ilegalmente ocupada pelo próprio agronegócio. Assim, a confusão entre público e privado foi estampada na ação judicial, bem como, a aposta do agronegócio sobre o não reconhecimento de outros sujeitos de direito que não eles mesmos, os beneficiários da ação corriqueira do Estado na região. Há aqui, portanto, a expressão daquilo que foi descrito por Juan Ramón Capella na obra “Fruto Proibido”.

No estado contemporâneo, depois de um impulso ao parecer já esgotado em direção à juridicização máxima das diversas relações sociais, observa-se agora um assombroso crescimento das zonas de anomia, isto é, de âmbitos de relações sociais carentes de regulamentação jurídica precisamente para fazer possível que nelas intervenham os aparelhos estatais (ou empresariais) por meios extrajurídicos, sem ficar vinculados por normas. As zonas de anomia coexistem com outras de pontilhosa e detalhada regulamentação jurídica, mas, também com práticas de ilegalidade estatal, isto é, com zonas de relações sociais nas quais o estado

10

A invenção do outro é tratada por Said (1990), quando fala da invenção do oriente como forma de dominação do ocidente, a Europa. De acordo com o autor, o orientalismo não é só um conjunto de ideias falsas, mas ideias que possuem uma realidade concreta e diversa, que é interpretada e filtrada para o mundo ocidental, permitindo o domínio daquele por esse. “Além disso, o exame imaginativo das coisas orientais estava baseado mais ou menos exclusivamente em uma consciência europeia soberana, de cuja incontestabilidade surgiu um mundo oriental, primeiro de acordo com ideias gerais sobre quem e o que era oriental, depois segundo uma lógica detalhada governada não apenas pela realidade empírica, mas por um conjunto de desejos, repressões, investimentos e projeções.” (SAID, 1990, p.19)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



se permite a si mesmo ou a certos sujeitos sociais - não a todos, por suposto – a vulneração sistemática de normas jurídicas. As práticas ilegais do estado são quase normais em seu trato com a dissidência e nos costumes de alguns de seus agentes (polícia, prisões, etc.), ou nos âmbitos ecológico, econômico, fiscal, etc. Ilegalidade e anomia se acentuam na fase histórica atual.” (CAPELLA, 2002, p. 47)

Diante da demanda da DPU para que a Universidade buscasse esclarecer questões territoriais, esta, além de produzir um Estudo Técnico de uso e ocupação da Fazenda Capão do Cipó, acabou por apresentá-lo em audiência e, foi por essa via que puderam ser observadas questões que superavam em muito no debate entre os sujeitos da disputa, a leitura e análise dos elementos ora trazidos ou anunciados verbalmente, ora estabelecidos nas entrelinhas das falas e dos documentos. De fato, o aparato estatal foi em parte subsumido pela demanda privatista do grupo de força econômica da região e da política nacional representado pelos agentes do agronegócio, mas, também, pelo aparelhamento das instituições de Estado que subverteram em verdadeiro malabarismo institucional as suas funções para justificarem a permanência de uns e o despejo de outros. Presentes, assim, as vias descritas e anunciadas por Capella.

É de se verificar que a epistemologia colonizadora sustentada pelas colonialidades do ser e do saber¹¹, construída historicamente desde o início da colonização se manteve presente mesmo com a desconstrução das contradições da história na região expressas através do relatório técnico que trouxe ao debate elementos antes ocultados e que permitiu a identificação de pontos controversos dos discursos empenhados na defesa do despejo das famílias. Mas, sem dúvida, são os elementos da realidade concreta, disponíveis a partir da ocupação do MST, desde a forma como ocorreu, e também do projeto de uso baseados nos princípios que referem a agroecologia como modo de construir e viver solidaria e cooperativamente, estabelecendo uma relação saudável com a natureza, entre outros pontos que constam nos objetivos¹² e no programa de reforma agrária construído nacionalmente¹³, que se perfez o retrato de outra possibilidade de

¹¹ A colonialidade do saber impôs uma única temporalidade sobre a América Latina, a eurocêntrica. “Assim, o espaço e os povos e suas culturas são invisibilizados, não falam, ou melhor, não são ouvidos e não sendo ouvidos são inviabilizados politicamente. A simultaneidade é desconsiderada pela eleição de uma temporalidade a partir da qual os outros são ordenados.” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.29)

¹² Objetivos públicos de atuação do MST, publicados em seu site
<<https://mst.org.br/objetivos/>>.

¹³ Este programa começou a ser elaborado em 2011 e foi publicado em 2013, amplamente discutido nas bases dos assentamentos e acampamentos e aprovado no VI Congresso Nacional do MST, em 2014, diante de 16.000 participantes (MST, 2013). Até abril de 2021, redação final deste artigo, o MST não tinha lançado um novo programa agrário.



existência coletiva no território de mudança de uma história repetidamente voltada aos interesses de grupos específicos da região.

Assim, a história dos sujeitos camponeses é visibilizada e contraposta à tentativa dos apagamentos recorrentes em uma região que por várias vezes negou direitos fundamentais, sociais e de permanência à parte expressiva da população bem como demonstra o Estudo realizado pelo IPARDES (2010), o qual afirma que a pobreza no município de Castro afeta pelo menos um terço da sua população. A inscrição no registro de sujeitos de direito, implica na entrada no campo dos direitos pela via das resistências estabelecidas também sobre novas e outras linguagens, na linguagem de um interlocutor que fica instado a responder às demandas concretas quando elas aparecem estabelecidas nos termos expostos pelo campo jurídico.

A desigualdade das partes em conflito

Em razão do Acampamento localizar-se numa área de propriedade da União, a ação de reintegração de posse foi ajuizada em 2019 na Justiça Federal de Ponta Grossa (autos nº 5009554-77.2019.4.04.7009 – 2ª Vara Federal) pela AGU (Advocacia-Geral da União). É importante notar que inicialmente a ação foi proposta apenas contra o MST e suas famílias, mesmo com a ocupação irregular do CTP em outra parte do imóvel.

A AGU sustentou faticamente seu pedido em dois argumentos: (i) anteriormente o INCRA havia manifestado seu interesse na área para promover assentamento, mas recentemente havia desistido da área por sua suposta “vocação de extensão e pesquisa rural”; (ii) a informa o da SPU/PR (Superintendência-Regional de Patrimônio da União no Estado do Paraná) de que o IFPR teria interesse na área para implanta o de um campus universitário.

Como visto neste breve relato, quatro institui es públicas – AGU, SPU, INCRA e IFPR – agiram em conjunto na a o de tentativa de despejo das famílias. A estratégia adotada aparentemente mais que ignorar, buscava intrujar o *caput* do artigo 13 da Lei Federal n  8.629/1993, que prevê que as terras rurais de domínio da União, Estados e Municípios são destinadas preferencial e prioritariamente   execu o reforma agrária (BRASIL, 1993). Ao propor a retirada das famílias para em tese propor um campus do IFPR, em período de drásticos cortes dos recursos públicos federais destinados   educa o pública em todos os níveis, há tentativa de adequar-se às exce es previstas no parágrafo único do mesmo artigo¹⁴.

Neste quadro,   possível destacar a mudança abrupta da postura da SPU e do INCRA em rela o a  rea. Num primeiro momento, ainda em 2014, quando a

14

O caput do artigo Art. 13. (BRASIL, 1993)



União ajuizou ação de reintegração de posse contra a Fundação ABC (autos nº 5011336-66.2012.4.04.7009) que ocupava irregularmente a fazenda desde 2001, a SPU informou no processo que o imóvel seria cedido ao INCRA, que havia manifestado seu interesse pela área. Já em 2017 seus servidores produziram um longo e detalhado Laudo Agrônômico de Vistoria e Avaliação do imóvel (Processo Administrativo INCRA nº 54200.000093/2014-59), concluindo que o mesmo era viável para criação de um assentamento de trabalhadores rurais.

No entanto, a postura das referidas instituições que indicava a área para a reforma agrária se altera após uma reunião, em junho de 2019, entre o Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, a deputada federal citada e entidades representativas do setor regional¹⁵, que requereram a reintegração de posse do imóvel. A partir das definições políticas dessa reunião, o INCRA desiste da área sem qualquer justificativa técnica e assim comunica à SPU, em um movimento evidente de garantia dos interesses do agronegócio da região.

Em seguida, o IFPR informa à SPU seu interesse no imóvel, apresentando um “projeto de instalação de campus”. Com base neste arranjo institucional, portanto, que a AGU ajuíza em 2019 a ação de reintegração para retirada das famílias. Inicialmente, o magistrado defere a liminar determinando o despejo sem realização de audiência de mediação¹⁶. Após recurso das famílias, o TRF da 4ª Região suspende a reintegração, quando então o Poder Judiciário adota uma postura de promover tentativas de conciliação entre as partes envolvidas. É de se fazer referência que durante todo o período das tentativas conciliatórias estiveram presentes em considerável número representantes de alta patente do agronegócio. Esse fato chama a atenção pois em tese eles não são diretamente interessados no bem, ainda que ocupem parcialmente a área e, nessa condição, poderiam defender a consolidação dos aproveitamentos e ocupações já existentes. No entanto, ao contrário disso, estes se posicionam como verdadeiros proprietários, demonstrando a confusão entre as esferas pública e privada, sobre a natureza do bem e sobre os interesses de Estado que estão dispostos, confundidos ali com interesses de grupos políticos de elite bastante específicos. A percepção a partir das defesas, posturas e das manifestações identificadas nas audiências públicas dos diversos agentes representantes do agronegócio e das instituições públicas, é a de que a área da

¹⁵ A reunião foi veiculada nas redes sociais da deputada. Disponível em: <https://alinesleutjes.com.br/agronegocio/deputada-aline-pede-a-reintegracao-de-posse-da-fazenda-capao-do-cipo/> Acesso em 04/04/2021.

¹⁶ A audiência de mediação está prevista no artigo 565 do Código de Processo Civil quando se trata de litígio coletivo e a ocupação tiver tempo superior de um ano do ajuizamento da ação. Além da presença dos réus na audiência, é preciso intimar o Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos responsáveis pela política agrária dos entes federativos em busca de soluções pacíficas para o conflito. (BRASIL, 2015)



União é de particulares e que os representantes do bem público e da política pública estatal advogam para estes mesmos.

Este relato demonstra que os representantes de algumas instituições envolvidas não possuem interesse na resolução pacífica do conflito, mesmo com uma sinalização favorável das famílias e estudos técnicos que demonstram ser possível acomodar na área um assentamento, um campus universitário e o próprio CTP. Evidencia-se, também, a desigualdade das forças envolvidas no conflito judicializado, entre as famílias e as instituições públicas, conforme bem salientado por Castro ao analisar os conflitos na Vara Agrária de Alagoas:

[...] os integrantes dos movimentos, seja em virtude de uma total ausência de defesa técnica, seja em razão de uma defesa precária, não dominariam o léxico jurídico e, portanto, na concorrência pelo monopólio da palavra legítima, estariam sendo colocados em uma situação mais desfavorável. (CASTRO, 2018, p.311)

Como visto, aqui se repete parte do enredo da maioria dos conflitos agrários judicializados no Brasil, como bem observado por Castro et al. (2018), com o movimento social como parte ré do processo ameaçado de despejo.

No trâmite burocrático-legal, ainda que na qualidade de réus, os movimentos sociais travam uma luta desigual para visibilizar o desrespeito a direitos que necessitam ser protegidos, assim, sugerem uma nova interpretação da questão da terra e ressignificam suas possibilidades e formas de atuação dentro dos processos (CASTRO, 2018, p.317)

Ao considerarmos o contexto político atual do Poder Executivo Federal em ataque dos movimentos sociais emperrando propositadamente a reforma agrária, elementos importantes para a tentativa de minimização das diferenças na capacidade de garantir direitos pode ser observada no caso do Acampamento. Os estudos demandados pela DPU à Universidade demonstraram a possibilidade de resolução do conflito pacificamente articulando políticas públicas de reforma agrária, de educação e até mesmo na convivência com modelos diferentes de produção. Nessa perspectiva, durante as audiências e diante dos dados e das possibilidades de uso compartilhado expostos pelo estudo realizado pela Universidade inserido no contexto de um projeto de extensão, o IFPR reviu o seu papel, inclusive abdicando da área. Esse fato foi importante, pois, a construção e divulgação de questões também de caráter técnico permitiram a explicitação dos argumentos que contestavam uma legitimidade de direitos das partes do agronegócio e então a própria reavaliação do Instituto Federal como parcial.

Os desvelamentos do Estudo Técnico



Conforme mencionado anteriormente, durante o trâmite da ação de reintegração de posse, a DPU ingressa como interessada no processo e solicita aos Projetos de Extensão “Mapeamentos Comunitários em Experiências de R-existência” e “Pesquisa Planejamento Territorial” da UFPR um estudo técnico para ser utilizado na ação, analisando a possibilidade de uso compartilhado na Fazenda Capão do Cipó.

Os membros dos projetos, um coletivo interdisciplinar de professores, alunos da pós e da graduação de diversos cursos, iniciam o estudo a partir do questionamento sobre a possibilidade de acomodar os distintos interesses pacificamente na área. Após visita e entrevistas em campo, pesquisa e análise de documentos, normas jurídicas, imagens de satélite, levantamentos com GPS realizado pelos acampados e outras fontes secundárias, elaborou-se um diagnóstico contemplando as seguintes dimensões: fundiária, ambiental, socioeconômica, locacional e relacional.

O estudo apresentou um breve histórico possessório do imóvel, destacando seu uso gratuito por entidades privadas do agronegócio da região desde 1971 até o momento, sendo que desde 2001, ano em que se encerrou a cessão de uso gratuita do imóvel, a utilização irregular do agronegócio, fato que, em conjunto com a indicação do INCRA para o uso da área para reforma agrária, motivou a ocupação do MST em parte do imóvel. Discorreu-se ali também sobre os grandes índices de pobreza em Castro/PR, a concentração fundiária no município e o verificado histórico de doação de terras para holandeses, ao contrário de outros grupos preteridos pelo poder público.

Outra análise realizada foi a melhora em indicadores ambientais após aumento da biodiversidade com a produção agroecológica do Acampamento, a qual obteve Selo de Certificação Orgânica de 100% da produção em 2020¹⁷, assim como as formas de ocupação, organização e ações das famílias, desde a implantação da COOFRAM (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Marisa Rosa do Contestado) em 2016, demonstrando a consolidação das famílias. Os estudos também deram visibilidade para as ações coletivas de solidariedade do MST/PR, uma vez que foi possível identificar doações de aproximadamente 12 toneladas de alimentos agroecológicos do acampamento durante a pandemia para a população vulnerável da região, entre outras atividades realizadas até o período de levantamento do estudo, aproximadamente setembro de 2020.

Em seguida, após avaliar o projeto de implantação de campus apresentado pelo IFPR à SPU para solicitar a área total do imóvel (aproximadamente 440 hectares), a localização da área e o Plano Diretor e Zoneamento Municipal, quando analisados, demonstraram os entraves para instalação de um campus no imóvel, como a distância entre a sede do Município e as possíveis atividades educacionais, pois dez quilômetros de estrada de chão separavam a área da mancha urbana de

¹⁷ “A Rede Ecológica de Agroecologia é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação da conformidade que hoje é também conhecida como Sistema Participativo de Garantia” pela regulamentação da Lei 10831/03.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

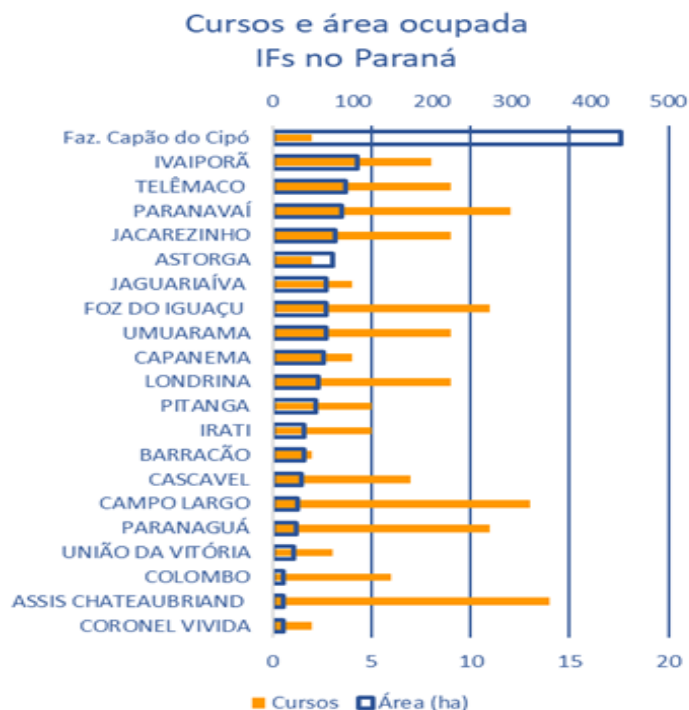


Castro/PR, além dos elevados custos envolvidos diante da ausência de infraestrutura necessária para a acomodação de atividade pretensamente urbana.

Além disso, o estudo demonstrou que no macrozoneamento municipal, o imóvel está em área de Consolidação de Atividade Agropecuária, com remanescentes florestais, finalidade totalmente distinta da justificada à ordem de despejo. Inclusive, a ocupação atual com produção agroecológica corresponde exatamente ao previsto para esta área no Plano Diretor (atividades que permitam o desenvolvimento sustentável, combate a erosão e poluição hídrica, preservação de florestas, etc.)

Realizou-se, ainda, uma comparação da área em disputa com outros vinte campi do IFPR pelo estado do Paraná e Santa Catarina, por meio da análise de imagens de satélite. Assim, foi possível observar que todos os campi estão instalados no perímetro urbano ou em rodovias pavimentadas próximas e de fácil acesso, ao contrário do imóvel pretendido. Além disso verificou-se que a área média dos IF's no Paraná é de 53,2 hectares, aproximadamente dez vezes menor que a área da Fazenda. Também foram comparadas as áreas de cada campus e seus respectivos números de cursos ofertados, pois no projeto apresentado pelo IFPR à SPU constava a informação de implementação de apenas dois cursos presenciais e três na modalidade EAD:

Gráfico 1 - Relação entre área ocupada (ha) e cursos ofertados nos Institutos Federais do Paraná.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.



O conjunto das citadas informações indicaram que o uso total da área pretendido pelo IFPR e SPU eram irrazoáveis. Contudo, o estudo não excluiu a possibilidade de instalação de um campus numa área menor e adequada, tendo em vista outros exemplos da articulação da política de reforma agrária e educacional, como a UFFS – Laranjeiras do Sul e o IFC de Abelardo Luz. As considerações finais do estudo, portanto, indicaram a possibilidade de uso compartilhado do imóvel entre um assentamento, o IFPR e o CTP, sem necessidade de retirada das famílias, ou pela destinação total da área para a política da reforma agrária.

O estudo foi juntado na ação e apresentado numa das audiências conciliatórias ao juiz, que decidiu pela realização de inspeção judicial no imóvel para verificar as condições de uso e ocupação, ato que ocorreu em novembro de 2020. As lideranças do movimento também apresentaram o estudo em reuniões conciliatórias que envolveram as partes envolvidas no conflito, apesar das partes do agronegócio tencionarem como injustificáveis ou insuficientes os dados do estudo. Todavia, ocorreu desistência do imóvel pelo Instituto Federal no início de 2021, alterando o panorama do processo e o “fundamento legal” de despejo da comunidade.

Neste ano, ainda, outros mecanismos vem sendo intentados pelo agronegócio em conjunto com as instituições públicas SPU e AGU. A nova demanda aparece sob a entrega em “guarda de imóvel público” à entidade indicada por uma Comissão formada no âmbito do Ministério da Economia que publicou ato público determinando a concessão. Sem dúvida, em verdadeira “criatividade e inventividade jurídicas” age o interesse do agronegócio e daqueles que o representam no âmbito estatal.

As famílias seguem as suas atividades e mantém a demanda pela defesa de realização e efetividade da política de reforma agrária, buscando na realização de atividades que justificam e legitimam tal política e, apreendendo o manejo da linguagem dos sujeitos que produziram para si mesmos um tipo de estado de direitos.

Afinal, nos termos explicitados por Capella (2002), “a história das lutas sociais modernas foi [...] a história de uma luta de conquista de direitos por parte de setores excluídos deles.” É isso que pode ser observado no caso da disputa por terra na Fazenda Capão do Cipó.

Considerações Gerais

Do que se pode verificar das questões levantadas, é que a construção do sujeito de direito na sua acepção formal, está relacionada à necessidade de outros sujeitos desconsiderados nessa categoria terem, por meio de lutas diversas, buscar a sua presença nessa categoria jurídica formal. A importância dessa inserção se dá na medida da necessidade de se garantir a efetivação de direitos corriqueiramente negados à parte expressiva da população no Brasil.



Também verifica-se a importância da terra como elemento central dos debates por direitos e a ferocidade de extratos da população, habituados aos privilégios na interferência, via instituições estatais, da garantia de suas costumeiras regalias. O Estado foi generoso com esses grupos e o agronegócio vê e defende os seus interesses privados como se estes se confundissem com os interesses públicos.

As manifestações em audiência comprovaram esse entendimento, pois, o agronegócio defendeu a propriedade privada, mesmo conhecendo a situação da natureza jurídica e da titularidade do bem público como se esse fosse efetivamente do seu direito apropriativo. Desse modo, ainda que aparentemente o discurso dos representantes do agronegócio parece esquizofrênico ou contraditório, ele expressa a real compreensão da elite brasileira que, desde sempre beneficiada por ações do Estado, se tornou a legítima definidora das ações estatais. Por isso, o bem público na acepção defendida pela deputada representante do agronegócio era nada menos que um bem privado a ser garantido ao agronegócio, por qualquer meio formal que possa ser inventado no âmbito do Estado. Assim, o agronegócio produziu a norma ilegal e ilegítima da guarda do bem imóvel para si mesmo.

Por fim, importante verificar os vários modos de concretização de direitos de fato, estes de interesse público. Além da ocupação, realizada a partir do indicativo do INCRA para a realização da reforma agrária na área, a própria construção da defesa das famílias no âmbito do direito, ambiente tantas vezes hostil à população submetida aos interesses da classe assentada no capital, foi e está sendo importante para a construção da disputa pela requalificação dos direitos e pelo preenchimento de novas materialidades ao tão comumente abstrato sujeito de direito. Assim, também na apropriação das linguagens e elementos do campo historicamente apropriado pelas elites, foi e está sendo possível construir-se o reconhecimento dos direitos e dar visibilidade às incongruências e às meras aparências que deram suporte ao discurso de igualdade formal, não sustentada na prática das desigualdades concretas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629compilado.htm Acesso em: 03 de abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113105.htm Acesso em:



03 de abril de 2021.

CAPELLA, Juan Ramón. Fruto proibido: uma aproximação histórico-teórica ao estudo do Direito e do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

CASTRO, Ana Carolina; LAGESE, Anabelle Santos; ASSIS, Wendell Ficher. Da violência opressora à negociação institucional: a judicialização dos conflitos agrários no cenário alagoano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, jun. 2018, v. 26, n. 2, p. 309-330. Disponível em: <<https://doi.org/10.36920/esa-v26n2-3>> Acesso em: 03 de abril de 2021.

CORDEIRO, Sonia Valdete Aparecida Lima. A constituição da escola evangélica de Carambeí: uma instituição educacional da imigração holandesa na Região dos Campos Gerais - PR. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2006.

COSTA, Daniele, R. F.; FERREIRA, Yoshiya, N. Paraná: geopolítica imigrantista e a formação territorial. Geografia, Londrina, n.2, p.143-148, jul/dez, 1999.

D'ÁVILA, J. Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006.

DIAS, Bruno Bonsanto; FAJARDO, Sergio. Articulações entre o Estado e o cooperativismo agrícola: um estudo sobre as cooperativas de imigrantes holandeses nos campos gerais do Paraná. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 214-232, jan. 2019. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/53376/37563>>. Acesso em: 08 de abril de 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v45i1.53376>.

ECOVIDA, Rede de Agroecologia. Histórico de participação da rede no marco regulatório da lei federal. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/certificacao/>> Acesso em: 10 de abril de 2021.

GROSGOGEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: COSTA, J. B; TORRES, M. N; GROSGOGUEL, R. Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2019, 2a ed., Coleção Cultura Negra e identidades.

GROSGOGEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.80, Março 2008. p.115-147.

MST. Objetivos. Disponível em: <<https://mst.org.br/objetivos/>>. Acesso em: 10 de abril de 2021.



MST. Programa Agrário do MST - VI Congresso Nacional do MST. São Paulo: MST, 2013.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de; DALMAGRO, Sandra Luciana. A Questão Agrária, a educação do campo e os projetos em disputa. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, 2014, p.94-119

PAULA, Roberto de; GEDIEL, José Antônio Peres. Questão agrária: entraves jurídico processuais recorrentes e desigualdade social. *Rev. Direito Práx.*[online]. 2017, vol.8, n.4, p.2819-2842. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/27227>> Acesso em: 03 de abril de 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social da Natureza e Reinvenção dos Territórios. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012

SAID, E. W. Introdução. In: *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

UEPG, Agência de Jornalismo. DOZE MESES DE RESISTÊNCIA: A terra como horizonte de vida, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6WcTMx4a-N4> Acessado em: 08 de abril de 2021.

UFPR. Estudo técnico nº 02/2020 sobre uso e ocupação compartilhada do solo na área denominada Maria Rosa do Contestado (Castro/PR). CEPPUR/Setor de Tecnologia, EMAU-CARACOL/ Setor de Tecnologia, ENCONTTRA/Setor de Ciências da Terra, MAJUP/Setor de Ciências Jurídicas. Disponível em: <<http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/ceppur/wp-content/uploads/sites/43/2020/10/Estudos-Tecnicos-Fazenda-Capao-do-Cipo-versao-15-10.pdf>> Acesso em; 09 de abril de 2021.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Juventudes Rurais e Epagri: experiências no Oeste catarinense

Rodrigo Kummer (UTFPR)

Resumo: O presente artigo é uma análise das atividades de extensão rural com juventudes rurais no Oeste de Santa Catarina no âmbito da atuação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri. A pesquisa tem como objetivo compreender as possibilidades e os efeitos do desenvolvimento de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural especificamente orientadas para o público dos jovens rurais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória organizada por meio de entrevistas com agentes públicos da Epagri e com jovens atendidos por suas ações institucionais, preponderantemente cursos específicos para esse público. Além disso, apresenta-se também relatos de acompanhamento dessas atividades. Os resultados indicam a existência de uma perceptível influência das atividades da Epagri em processos de permanência de jovens no meio rural, considerando a contribuição na melhoria de processos técnicos e, sobretudo, na gestão de conflitos e construção de projetos de vida ajustados as conjunturas e percepções dos atores sociais. Significa dizer que a assistência prestada contribui para a melhoria das condições decisórias dos jovens. Não é, efetivamente, uma condição definitiva, mas uma importante contribuição em meio as demais políticas públicas vigentes. Depreende-se disso a necessidade de serem fortalecidos os mecanismos de assessoria técnica e de extensão rural públicas, gratuitas e de qualidade como elementos constitutivos das políticas públicas rurais em âmbito universal, com acesso ampliado e com protagonismo dos atores sociais implicados.

Palavras-chave: juventudes rurais; extensão rural; EPAGRI.



1. A problemática da permanência de jovens rurais no Oeste de Santa Catarina

A juventude é antes de uma categoria epistemológica, uma categoria social, acionada como uma fase ou período de vida. Como tal, carrega as definições de senso comum ligadas a um processo de transição, donde se distancia da infância e adolescência e se aproxima da vida adulta. Como um laboratório de experiências e iniciações, a juventude é configurada por um caráter de “vir a ser”.

Por outro lado, como uma categoria analítica no seio das ciências sociais, a juventude é tratada por sua polissemia e ambivalência. Para além de um recorte etário, ela é abordada como um momento de múltiplas vinculações. Não se trata de uma juventude em si, mas de várias juventudes que são compostas pelos diversos processos de sociabilidade a que estão inseridas.

A juventude tem se evidenciado nos estudos sobre problemas urbanos, principalmente em relação à violência e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, várias outras faces tornam-se objeto de atenção das ciências humanas, principalmente aquelas que trazem à tona processos de empoderamento e de identificação. Ocupam a cena acadêmica pesquisas que discutem os problemas e demandas dos jovens negros, indígenas, homossexuais, das mulheres e, também, dos jovens rurais, quilombolas, acampados, assentados, entre outros. Há uma seara ampliada de debates em curso.

No caso das juventudes rurais, as análises estão vinculadas – preponderantemente – aos processos de migração (ruptura) e de permanência. A permanência de jovens no campo, como objeto de estudo, se justifica pela existência de uma tendência histórica desse grupo à saída, ao êxodo rural. Todavia, mesmo que o movimento populacional de saída seja verificado, a permanência



também o é e tem demonstrado crescimento, particularmente nas últimas duas décadas (VALADARES et al., 2016).

A permanência dos jovens no meio rural se revela importante não por ser um comportamento novo, ou algo extraordinário. É um comportamento comum e bem conhecido. Porém, na atualidade, a saída ainda é a ação mais esperada. Se antes a saída era paradoxal e precisava de maiores explicações, hoje é a permanência que carece de melhores definições. Essa questão se coloca como uma chave interpretativa das relações sociais estabelecidas nos espaços rurais.

Quando se trata do conjunto de estudos acadêmicos relativos à juventude rural, predominam as abordagens sobre as questões do êxodo desses sujeitos. Percebe-se que boa parte das análises que dão conta do entendimento do êxodo partem do pressuposto de uma necessária e automática adequação desses indivíduos à vida urbana. Assim como profetizam a consequente falência do sistema de agricultura familiar e camponesa. Ou, por outro lado, defendem que estes jovens devam permanecer no meio rural, retomando a ideia de “fixar o homem no campo”.

Por seu turno, as análises que abarcam os processos de permanência dos jovens no campo ainda são pouco expressivas. Há um arcabouço de discussão por se construir. O “ficar” em relação ao “sair” não é um fato essencialmente novo de pesquisa, mas é uma realidade social latente por explicações. É uma necessidade para compreender a real dimensão do rural brasileiro que está constituído e, prioritariamente, por se constituir. Sem problematizar as demandas e as dinâmicas desses atores sociais, perde-se uma grande oportunidade de fomentar uma lacuna estratégica e proeminente: a segurança alimentar, ambiental e social.

A análise desenvolvida aqui relaciona-se, mais detidamente aos processos de permanência de jovens no meio rural da região Oeste de Santa Catarina. Ainda que baseada no tempo presente, articula-se com os processos históricos da colonização da região e nos mecanismos de sucessão e reprodução da agricultura



familiar.

Ressalta-se que a região em questão foi palco de embates sociais pelo domínio do território, resultando na supremacia de um projeto colonizador que subjugou e exterminou populações originárias como povos indígenas (*Kaingang* e *Xokleng*) e os caboclos. A partir da década de 1920, a ocupação oficial das terras fomentou uma prática de agricultura familiar e camponesa, baseada na autossuficiência e que, posteriormente, se tornou comercial. Os colonos, em geral migrantes teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, vindos do Estado do Rio Grande do Sul, reproduziam no Oeste catarinense um modo de vida ligado à busca pela terra.

As áreas de colonização no Rio Grande do Sul verificavam-se saturadas e a sucessão familiar ficava ameaçada. A migração, portanto, servia à recondução ao processo de obtenção de terra e redistribuição aos filhos homens. O *modus operandi* dos colonos compunha-se em aumentar, sempre que possível, a área explorada e aumentar o patrimônio familiar.

Essas famílias buscavam ocupar novas áreas sempre que a família crescia e mantinham em curso um mecanismo de reprodução baseado na migração e abertura de novas frentes agrícolas. Segundo Radin, a colonização do Oeste catarinense representava uma prática de “levar a ‘ordem’, a ‘civilização’, e o ‘progresso’ a essa região” (2009, p. 13). Na década de 1970, com a modernização do campo, várias delas se viram compelidas a abandonar a atividade. Dessa época em diante, com maiores ou menores índices, o êxodo rural foi uma constante, arrefecendo a partir de meados de década de 2000.

No entanto, na última década o problema é manter sucessores nas unidades produtivas. Várias são as famílias que não dispõem de um sucessor, tendo em vista que todos os seus filhos migraram. Em muitas localidades, o envelhecimento da população é um dado concreto associado à masculinização. Em geral, quando existem sucessores, estes são rapazes solteiros. Ainda assim, em significavas famílias, inicia-se um processo de fomento a possíveis sucessores e que envolve



também as mulheres, historicamente alijadas dessa condição.

A questão do processo de saída dos jovens do meio rural ainda é recorrente quando se trata dos processos de reprodução da agricultura familiar. Anita Brumer assegura que a despeito de outros aspectos, dois temas são recorrentes quanto à juventude rural: “a tendência emigratória dos jovens e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração” (2007, p. 36). Vislumbra-se um processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura, dado o número pequeno de jovens que optam por permanecer no campo. Assim, a “invisibilidade e a migração parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural” (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Em síntese, pode-se afirmar que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas, a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar). Se as discussões sobre a saída dos jovens representam uma significativa produção, sobre a permanência ainda persiste uma lacuna pontual (BRUMER, 2007).

A permanência de jovens no meio rural que se verifica guarda uma relação fortuita com uma série de demandas e reivindicações a que esses sujeitos chamam atenção. Brumer cita que essas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles podem decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais (2007, p. 39). Stropasolas lembra que não são apenas os problemas relativos ao acesso à terra ou ao crédito que os jovens mantêm expectativa de serem resolvidos, mas também as políticas de “direito ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação, à saúde, entre outros” (2007, p. 291). E Menasche percebe que a demanda central do jovem “é por um meio rural integrado, que



realmente vença a visão dicotômica e que reintegre as particularidades do meio rural. Ele quer também um meio rural que assegure a sua cidadania” (2007, p. 138).

Rodrigo Kummer elencou em seu estudo pelo menos dez fatores que interferem e incentivam a permanência de jovens no meio rural. Seriam: acesso a renda de forma autônoma; disponibilidade de uma estrutura produtiva mínima; desejo livre e manifesto de permanência; incentivo dos pais para a permanência; possibilidade de participar ativamente das decisões, rumos e proposições no espaço produtivo e doméstico; possibilidade de realização de atividades de lazer no meio rural e urbano; relativização da penosidade do trabalho rural; possibilidade de convivência comunitária; existência de perspectivas efetivas de melhoria de vida no meio rural; leitura positiva de melhorias no meio rural no futuro (KUMMER, 2013a).

A centralização dessas reivindicações sintetiza uma preocupação com o espaço onde pretendem desenvolver seus projetos de vida. Se o rural se torna novamente interessante, nessas discussões não se deixa de perceber que tanto o campo passa a comportar melhores perspectivas de vida, quanto o meio urbano perde o “encantamento” que por muito tempo foi arrebatador. Como diz Stropasolas, “eles querem uma saída para ficarem no campo” (2007, p. 285). Carneiro vai mais longe, quando trata do acesso aos bens de consumo modernos e tecnológicos, ao afirmar que “a cidade não é mais o único caminho para se ter acesso a esses bens, o que, a meu ver, constitui uma das mudanças mais relevantes que identificamos no mundo rural. A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás (2007, p. 63).

A crescente participação da juventude nas atividades agrícolas, como constata Weisheimer (2005), contribui para promover a sua permanência. Isso se alia ao contexto de complexificação que o fato de “ser” agricultor familiar denota. Como indica Stropasolas, esta é uma profissão que passa a ser extremamente exigente na sociedade moderna. E os jovens experimentam um grande desafio:



“carregam uma tradição que aprenderam, mas são chamados a inovar” (2007, p. 285), algumas vezes em conflito direto com os pais.

Além das perspectivas de modernização, os jovens se percebem envolvidos nas dinâmicas de diversidade produtiva. Não são apenas as atividades de plantar e criar que se vislumbram aos novos agricultores. Viver no campo cada vez mais denota um conjunto significativo de possibilidades. Se não se pode falar em uma única juventude rural, muito menos falar-se-á em uma única agricultura ou uma única perspectiva de rural (WEISHEIMER, 2005).

3. Permanência de jovens rurais no Oeste de Santa Catarina e a participação da Epagri

Ao discutir o tema da permanência dos jovens no meio rural em Santa Catarina é necessário considerar o papel da Epagri na questão. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, é um órgão público vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa Catarina. Criada em 1991 numa fusão entre a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC (1956) e a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – EMPASC (1975) (EPAGRI, 2015), está presente em 293 dos 295 municípios catarinenses com escritórios de atendimento ao público, além de 23 Gerências Regionais, 13 Centros de Treinamento e 13 Unidades de Pesquisa (EPAGRI, 2018).

Historicamente, a Epagri tende a atender os pequenos produtores. Isso se deve a proeminência de pequenas unidades produtivas em Santa Catarina, e por serem essas que mais expressam demanda, já que as propriedades médias e grandes se vinculam a formas diferenciais de assistência técnica. Em geral, as



propriedades maiores têm relação com grandes cooperativas ou com empresas fornecedoras de insumos e que também são os compradores da produção. No caso dos agricultores familiares, a necessidade de acompanhamento, orientação e auxílio técnico é maior e mais urgente. Nesse caso, não se trata de uma demanda por modernização, mas antes uma perspectiva de ajustar meios técnicos à realidade de cada caso específico.

Atualmente a empresa conta com um quadro funcional de 1.717 pessoas, entre pesquisadores, extensionistas e pessoal administrativo (EPAGRI, 2018). As definições de pesquisa se dão conforme as demandas regionais e a especialização técnica do corpo de trabalho. Já a extensão segue a relação de demandas e estratégias negociadas juntos aos municípios, visto que a existência dos escritórios municipais depende de um convênio firmado entre a empresa e as prefeituras.

Assim, cada região apresenta especificidades quanto às estratégias, articulações e forma de trabalho. Além disso, algumas dessas articulações são desenvolvidas no âmbito de contratos de parceria entre o Estado de Santa Catarina e agências de fomento, tais como o BIRD (Projeto Microbacias/Bird I, de 1991 a 1999; e Projeto Prapem/Microbacias 2, de 2002 a 2009) e Banco Mundial (Programa SC Rural, de 2010 a 2016).

Entre as demandas atendidas pela empresa está o fomento à produção e produtividade; a atenção ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento de vínculos sociais. A atuação dos profissionais ocorre a partir de programas específicos: Aquicultura e Pesca; Fruticultura; Gestão e Mercados; Grãos; Olericultura; Pecuária; Capital Humano e Social; Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental.

O Programa Capital Humano e Social – CHS “visa fortalecer conhecimentos, habilidades e atitudes dos agricultores familiares e pescadores artesanais, voltados à cooperação e a solidariedade, contribuindo para o protagonismo e o



empoderamento de suas organizações” (EPAGRI, 2018, p. 19). É estruturado em sete eixos ou linhas de ação: Segurança alimentar e nutricional; Qualidade de vida e desenvolvimento humano; Valorização de aspectos socioculturais do espaço rural e pesqueiro; Relações de gênero e geração; Educação e saneamento ambiental e tecnologias sociais de baixo custo; Organização social; Pluriatividade e multifuncionalidade. Entre estes, o que abarca centralmente as atividades com juventude rural é o eixo de “Relações de Gênero e Geração”.

Em relação à juventude rural, as definições estratégicas para o decênio de 2017-2027 do CHS são de “promover ações de valorização e esclarecimento sobre relações de gênero e geração” (EPAGRI, 2018, p. 50). Nesse sentido, as ações diretas da Epagri propõem uma linha específica definida como “Ação Jovem Rural e da Pesca” e outra sobre “Sucessão Familiar” (EPAGRI, 2018, p. 51). Além disso, a estratégia prevê atividades específicas de empoderamento das mulheres, abrangendo frontalmente as jovens mulheres rurais, sobretudo quanto à permanência delas no campo. Os resultados esperados quanto as atividades do CHS são:

Comunidades rurais e pesqueiras sustentáveis, fortalecidas em organização, equidade, humanização do trabalho e diversidade sociocultural, econômica e ambiental e equipe de trabalho qualificada, o que inclui ações de segurança alimentar e nutricional, educação ambiental e tecnologias sociais de baixo custo, valorização de manifestações socioculturais, bem como questões de gênero e geração melhor compreendidas com ênfase no papel e na valorização da mulher e de jovens no processo de sucessão familiar. (EPAGRI, 2018, p. 51).

As atividades da Epagri com juventude rural, no entanto, remontam a períodos mais antigos. Desde a década de 1960, com a popularização dos clubes 4S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), a ACARESC fomentou ações de extensão rural voltadas para jovens e adolescentes no campo. A ideia era potencializar a aceitação



e aplicação das inovações técnicas e a modernização do campo pela via dos filhos, tidos como mais receptivos e que influenciariam a quebra de paradigma junto aos pais. O modelo dos clubes 4S tiveram como base os Clubes 4H (*Head, Heart, Hands e Health*¹) nos EUA. Estes, criados a partir de 1902, sustentavam a perspectiva de modernização agrícola por meio das gerações mais jovens.

Em muitos momentos, a Epagri organizou encontros com jovens rurais, seja para o levantamento de demandas, seja para colocar os jovens em contato e gerar uma sinergia. Esses eventos tinham fomento efêmero. Passado o encontro, a articulação dos jovens rurais arrefecia e os problemas, assim como as demandas, tendiam a ser vividos e enfrentados isoladamente.

A estratégia de enfrentamento ordenado veio com a definição da “Ação Jovem”. Nessa seara, desde 2012 são desenvolvidos um conjunto de cursos de formação para jovens rurais e da pesca. Esses cursos visam definir um foco e um escopo específico para o público jovem rural, visto que, em geral, os cursos técnicos da Epagri eram frequentados pelos homens adultos, isto é, os pais.

No período de 2012 a 2016, a Ação Jovem Rural e do Mar foi financiada pela parceria da Epagri com o Banco Mundial no âmbito do Programa SC Rural. A proposta de um trabalho segmentado e direcionado especificamente para os jovens foi definida em 2010, com o documento “Proposta – Ação Instrucional da Epagri com Jovens Rurais”. A ideia manifesta era de

[...] contribuir na construção de perspectivas de interesses dos jovens, ampliando as possibilidades de sua permanência como protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais de Santa Catarina, fortalecendo a agricultura de forma sistêmica numa ação institucional em permanente atualização. (GERBER, 2016, p. 13-14).

¹ Cabeça, para pensar; Coração para sentir; Mãos para trabalhar e Saúde para fazer mais para o clube e sociedade (SOUZA, 2015).



É notória a presença de três termos centrais nessa perspectiva de trabalho: permanência, protagonismo e empreendedorismo. Isso significa que, de maneira geral, o curso foi pensado diretamente em relação aos jovens e o seu desenvolvimento no campo. Muitas vezes as abordagens com jovens os colocam primeiro como parte das famílias rurais. Assim, a questão da juventude era tomada como um “problema” da família e não um grupo social de fato. Pensar os jovens enquanto sujeitos e cidadãos foi e é um passo importante para a abordagem da questão.

Nos documentos norteadores do programa, por exemplo, a permanência é tratada como um direito social. Isto é, permanecer no campo deve ser um direito de escolha livre e esclarecido. Logo, a garantia de condições para a sua efetivação é um ponto central das políticas públicas. O protagonismo é pesando como um valor dos jovens rurais e sustenta sua participação nas relações comunitárias, de liderança e de inovação técnico-produtiva. O empreendedorismo é visto como uma condição e uma saída para a permanência e melhoria de vida dos jovens no campo.

Nesse sentido, as ações fomentam a pluriatividade, a agroindustrialização, a busca de novos mercados. Acrescenta-se que há uma recorrente indicação de ligação entre o desenvolvimento sustentável e a permanência dos jovens no meio rural, apontando que esse público manifesta, também, maior sensibilidade com as questões ambientais.

O desafio apontava para a construção de possibilidades que contribuam com a permanência de jovens no campo como protagonistas e empreendedores. Ou seja, não uma fatalidade de quem não tem outra saída, e sim como seres centrais de um processo de desenvolvimento; mas não um desenvolvimento qualquer ou tão somente financeiro. O desenvolvimento que se iria buscar foi claramente qualificado: holístico, posto que socioeconômico a ambiental. Jovens foram identificados como atores



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



que definiriam como e porque permanecer no meio rural contribuindo com o fortalecimento da agricultura familiar como uma forma de ser e estar no mundo, como uma maneira diferenciada de produção e reprodução de vida; como profissionais que produzem a energia que move o mundo: os alimentos, que, segundo a jovem agricultora Marta, do alo Vale do Itajaí, os faz ter “uma profissão sagrada”. (GERBER, 2016, p. 19).

Essa visão é um reflexo das características da juventude rural contemporânea que se posiciona de maneira ativa nas relações de vida no meio rural. Suas expectativas e suas demandas se tornam mais claras, assim como a defesa de seus projetos de vida. Há, como aponta Rose Gerber (2016), uma ruptura nas relações geracionais que explicam as novas definições da juventude rural.

Ao contrário de gerações anteriores, que tinham na agricultura ou na pesca a única forma possível e imaginável, as/os jovens que atualmente compõem o espaço rural e marinho catarinense cada vez mais permanecem por escolha e amor à agricultura e à “vida no campo” ou à pesca e à “vida no mar”. Aliem-se a isso demonstrações de uma autoestima fortalecida a partir do reconhecimento, respeito e importância que dão a seus antepassados (pais, mães, avôs e avós, tios e tias, que são seus referenciais de vida), porém com uma vontade imensa de avançar, ganhar seu próprio espaço e se fazer respeitar como seres e profissionais que estão no mundo para fazer a diferença. (GERBER, 2016, p. 13).

A estratégia da intervenção se deu com a elaboração de um curso específico para o público jovem rural e marinho: Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo. O curso ocorre nos Centros de Treinamento, localizados nas sedes regionais da Epagri. A dinâmica utilizada foi similar à Pedagogia da Alternância, visto que os jovens teriam um encontro mensal de três dias com as atividades teóricas e nas semanas seguintes buscariam aplicar o conhecimento.

A reflexão entre teoria e prática, consubstanciada pela adaptação das



tecnologias às situações concretas vividas pelos jovens, tornou-se a aposta central para o êxito do curso. Todavia, o foco do curso não é o de apresentar tecnologias produtivas, mas, sim, enfrentar as dificuldades de gestão das unidades, melhorando a capacidade financeira e adaptando as tecnologias às demandas específicas de cada caso. De acordo com Rose Gerber:

Não adianta preparar o jovem, apresentar possibilidades. E gestão? O quanto que entra, o quanto que sai. Ele vê que aquilo ali é um negócio, tanto quanto alguém que trabalha no meio urbano, no sentido de ter de saber se está dando retorno. Outra coisa que o jovem também valoriza: tem que ter lazer! Eles não são mais como os avós e pais. Ah, dizer assim: 'descendente de alemão e italiano'. Eles não querem mais o chicote nas costas. Eles verbalizam: a gente quer trabalhar, a gente quer ter um nível de vida bom, mas a gente também quer descansar. (Rose Gerber, 2018).

Os participantes do curso são indicados pelos escritórios municipais de cada regional da Epagri, buscando-se uma equidade entre rapazes e moças, embora a maioria do público que aflui ao curso sejam rapazes. Durante o processo de alternância, os jovens recebem assessoramento específico do corpo técnico da empresa em suas unidades produtivas, envolvendo orientações no contexto das famílias.

Os conteúdos do curso foram organizados em três eixos: a) Humano: dedicado a abordar temas como liderança, empreendedorismo, inclusão digital, práticas integradoras, de lazer e autoconhecimento; b) Gerencial: voltado à gestão de negócios e do ambiente; c) Tecnológico: centrado em oportunidades voltadas ao emprego e à renda e à produção agrícola e não agrícola, como turismo e artesanato. (GERBER, 2016, p. 16).

Com duração média de oito meses, o curso é finalizado com a elaboração de



um Projeto de Vida. Esse projeto é voltado a inserção do jovem nas dinâmicas produtivas da família, sendo ele o gestor e indutor de uma melhoria ou modificação no contexto familiar. Para efetivar essa proposta, há uma linha de crédito subsidiada que permite o desenvolvimento desse planejamento. Durante a vigência do Programa SC Rural, os recursos desse crédito, em específico, eram concedidos como “fundo perdido”, ou seja, não evocando a restituição do erário aos cofres públicos. Essa política pública impactou fortemente na melhoria da qualidade de vida desses jovens e suas famílias, fomentando não só a sucessão rural, mas também o empoderamento desses projetos de vida.

Como aponta Rose Gerber, a Epagri vem buscando se envolver cada vez mais na permanência de jovens no meio rural. A proposta do curso é, então, uma maneira de fomentar e, também, compreender esse comportamento. Entre as demandas técnicas, o Programa Capital Humano e Social tem se debruçado sobre questões que extrapolam a noção da racionalidade técnica. Entre esses elementos, a atenção é maior quanto as questões de gênero e geração, com foco na valorização da mulher enquanto profissional da agricultura.

A desigualdade de condições entre homens e mulheres é fator complicador do desenvolvimento da vida no campo. Segundo Rose, muitas mulheres acabam associando o seu trabalho como uma obrigação do cotidiano e que tem menor impacto nas dinâmicas rurais. Essa discriminação interfere na autoestima e na perspectiva de permanência das mulheres no campo, principalmente entre às moças. Nessa conjuntura, a violência sofrida pelas mulheres tem sido um fator determinante de fuga, embora nem todas possam assim proceder.

Nos últimos anos elas têm nos falado muito – até pouco tempo era muito silencioso a questão da violência no campo e agora elas estão verbalizando e nos pedindo para trabalhar essa questão da violência. As próprias colegas às vezes ficam muito receosas de tocar, mas a partir do momento que elas nos pedem dá uma abertura para a gente



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



trabalhar. E linkando com jovem, além de trabalhar a juventude como recorte de geração, trabalhar a mulher no sentido de ela também participar. (Rose Gerber, 2018).

Percebe-se que a participação das mulheres no curso de jovens ainda é minoritária. Dos 2.228 jovens formados desde 2012, apenas 446 são do sexo feminino, representando 20%, enquanto 1.782 são rapazes, isto é, 80%. Embora o número de jovens atendidos seja expressivo, a relação de gênero em sua participação indica que o campo e a própria perspectiva de sucessão são dominados por um viés de masculinização.



Ainda é mais meninos, mais homens, que estão participando em espaços públicos. Então a gente observou, no decorrer dos anos, que a medida que as meninas ficavam sabendo do curso, foi aumentando o número de participação delas. Às vezes não é que elas não têm interesse, é que elas não têm o acesso ou não se dão em conta que também é para elas. (Rose Gerber, 2018).

Como aponta Rose, a permanência dos meninos tem relação com o fato do incentivo dos pais e a existência de mulheres dispostas a estabelecerem relações com eles. Já a permanência das meninas está associada a existência de oportunidades, da confiança dos pais em seus projetos. Não se trata de não gostarem do campo, mas das condições para ficarem no campo. “Não é que ela não goste do meio rural, é porque ela vê que não tem lugar pra ela e ela vai embora”. As jovens, defende, reclamam oportunidades para demonstrar o talento e o gosto pela atividade.

Falando assim de gênero, é bem focado nessa questão da valorização, seja como pessoa, a autoestima pessoal dela, seja como profissional. Tanto que se trabalha na roça, na propriedade, como alguém que coloca uma pequena agroindústria, porque geralmente



ela coloca uma pequena agroindústria, quando é para fora, quando é para ter o nome do empreendimento, ainda sai no nome do homem. E quando começa a dar lucro, daí o homem passa a fazer parte e ele se torna mais visível. Então a gente sempre tenta trabalhar não que a mulher é mais do que o homem, mas essa questão realmente de igualdade. (Rose Gerber, 2018).

O trabalho de extensão da empresa está orientado para focar na abordagem familiar: “não adianta a gente continuar trabalhando a mulher, só a mulher. Tem que trabalhar a mulher e o homem juntos. Se está retomando algo que na extensão antiga tinha que eram os encontros de famílias”, comenta Rose. Ainda, segundo ela, a inovação técnica precisa ser adaptada à realidade de cada família e considerar os conflitos presentes em cada caso, além das mudanças de valores entre jovens e pais. Os jovens tendem a perceber sua permanência com base em uma dinâmica de trabalho e consumo que difere da parcimônia com os gastos, posta em prática pelos pais. Rose destaca que os jovens permanecem sob outra perspectiva de vida, com outro olhar sobre o trabalho.

Todos os jovens, é interessante falar, todos, independente de menino ou menina, são jovens hoje que a gente que quando vai para instituições ainda tem aquela visão assim: aí, ele vai ficar no meio rural porque ele não tem saída. O jovem que a gente tá trabalhando ele diz assim: ó, eu quero ficar, é opção. Mas todos dizem: eu quero ficar com acesso à internet, com conhecimento virtual e melhorar as dores do corpo, que é a humanização do trabalho. (Rose Gerber, 2018).

Em relação ao acesso à internet, a Epagri desenvolveu o Programa de Kit Informática no âmbito do SC Rural. Pelo programa foi possível adquirir notebooks e roteadores com subsídios dados pelo governo do Estado. A medida visava a integração dos jovens rurais e a utilização de programas e softwares de gestão técnica. Ainda assim, há o problema de conexão com à internet no campo.



Os jovens que participam dos cursos da Epagri demonstram grande propensão de permanência. Após o curso, essa vontade manifesta tende a se solidificar, visto que o jovem e sua família se organizam melhor para esse projeto de vida, muitas vezes condicionado à sucessão. A participação no curso facilita o convencimento da família (principalmente do pai) e melhora as práticas de trabalho (menor penosidade), em conjunto com a perspectiva e a leitura das possibilidades da vida no meio rural.



Eles dizem assim: às vezes vocês nem falam muita novidade – porque são jovens que a grande maioria fez o primeiro grau, o segundo grau, tem jovens que fizeram universidade –, mas a maneira como vocês colocam possibilidades a gente vê que é possível. Porque uma coisa que faz parte da metodologia são as viagens educativas ou excursões, daí ele pergunta, ele vê outro jovem e entre eles há uma outra dinâmica de troca de informações. (Rose Gerber, 2018).

Durante o percurso formativo, os jovens são encorajados a enfrentar os desafios pessoais; expostos a vivência de novas experiências; contato com ambientes formais, espaços urbanizados, estranhos e não controlados. Assim, o curso fornece aderência e potencializa os processos decisórios. O resultado dos cursos tem sido, principalmente, melhorar a visão dos jovens rurais sobre o futuro deles e da atividade.

Conforme Rose, os jovens rurais estão mais preocupados com a qualidade de vida, com a penosidade do trabalho, com o usufruir de sua renda. São eles também que estão mais propensos às questões ambientais e a sustentabilidade, a garantia de qualidade dos alimentos produzidos, a adequação das exigências do mercado consumidor e, também, ao controle de gestão. Isto é, há um processo de profissionalização da atividade. Essa imagem dos jovens como um estoque de protagonismo rural é, portanto, um elemento que potencializa os discursos positivos



em torno da permanência, embora nem sempre isso se traduza nas condições práticas para seguir na atividade.

Como exemplo prático do campo das possibilidades desse protagonismo, veem-se os jovens rurais que fizeram parte dos processos formativos da Epagri. Entre muitos exemplos, destaca-se o de Henrique (27 anos). Em 2013, enquanto aguardava algum sinal mais coerente para definir sua decisão entre ficar ou partir, ele iniciou um ciclo de capacitação oferecido pela Epagri no município de Guaraciaba/Sc. No ano seguinte, em 2014, ingressou no curso de “Liderança, Gestão e Empreendedorismo para Jovens Rurais”, também oferecido pela Epagri. Esses cursos, segundo ele, foram decisivos para que considerasse, com efetividade, permanecer no campo: “aí que eu comecei a investir, eu vi que tinha atividades pra pensar, foi melhorando, melhorando e é isso que eu quero”.

As experiências dos cursos desencadearam um conjunto de possibilidades para a permanência, potencializando um desejo que estava em análise. Dessa forma, quando questionado sobre o porquê quer ficar, responde pelo gosto que tem da ruralidade. Mas o gosto por si só não é suficiente para definir a decisão, é preciso um impulso externo, nesse caso, dado pelas formações que fez.

Henrique entende que o maior incentivo para a permanência dos jovens é assistência técnica, sobretudo com cursos de média e longa duração que promovam, além do debate estritamente técnico, a valorização dos jovens rurais. Nesse sentido, Henrique relaciona os cursos promovidos pela Epagri. Segundo ele, o papel da Epagri é fundamental, visto que além do contato nos cursos, há um acompanhamento com os jovens, fator fundamental para incentivá-los a dar prosseguimento com seus projetos e ideias: “a Epagri é diferente, eles veem aqui e conversam contigo, a gente interage, isso faz a diferença”. Esse papel é ampliado por abrir um espaço de interação do jovem com a família, mediado pelos profissionais da empresa.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O que eu vejo assim precisa de curso, palestras, essas coisas que eu participei. Isso foi fundamental, orientação técnica. Às vezes o cara tem as coisas, mas não sabe trabalhar com isso. Então às vezes algum detalhe ali tu ajusta, dá um pulo, uma revolução na propriedade que nossa, eu vejo que falta isso, falta bastante curso e orientação técnica. Tu vai, parece que tu vê lá as coisas, às vezes tu se prende aqui, não vê ou tu vê, mas tu não se toca, não tá preparado. Tá ali, sempre tava ali, mas tu não sabe o que que era, tu não vê aquilo. (Henrique, 2018).

O aspecto mais interessante nesse sentido é que um processo de capacitação em si não é vetor único de permanência de jovens no meio rural. E nem deve ser pensado assim. Não se faz um curso para convencer jovens a ficarem no campo. Os cursos são ferramentas para potencializarem um processo decisório menos traumático e que permita que os jovens que decidam permanecer, possam fazê-lo com melhores condições técnicas e logísticas. Que as famílias possam construir experiências de melhoria de qualidade de vida.

Para além dos cursos de formação com maior especificidade, a Epagri vem realizando encontros e reuniões com os jovens e com as famílias rurais. A perspectiva é de que essas atividades tenham uma periodicidade maior e que se articulem de forma complementar aos processos formativos, tais como cursos e dias de campo.

Os eventos organizados pela Epagri com os jovens rurais e com as famílias buscam provocar empatia e estimular o diálogo intrafamiliar sobre o tema da sucessão. A sucessão ainda é um tabu para muitas famílias, visto que envolve mecanismos de herança ortodoxos e delicados. Escolher um sucessor ou incentivar a permanência, mesmo que um desejo, nem sempre é efetivado pelo grupo familiar.

Além do trabalho com os eventos e cursos, os extensionistas e técnicos tendem a provocar o debate sucessório com as famílias rurais. Todavia, a dinâmica de gestão centrada na figura paterna dificulta a integração dos demais membros nos



momentos de assistência técnica e restringe a amplitude dessa discussão.

As mulheres e os filhos são distanciados dos processos decisórios e da própria assistência técnica que, em geral, cumpre funções sociais e psicológicas para além da racionalidade técnica. Por isso que cursos, projetos e programas que enfatizem abordagens específicas com jovens e mulheres são importantes para desenvolver o conjunto produtivo familiar. Se um olhar sistêmico é apontado como operacional pela empresa, segmentar suas partes tem também uma importância crucial. O desafio é justamente superar as barreiras formativas que, dadas as condições, merecem abordagens diversificadas.

De maneira geral, os eventos envolvem uma participação baixa se considerado todo o universo de jovens rurais dos municípios da região. Todavia, se analisados os fatores de realidade do cotidiano produtivo e as dificuldades de abandonar o labor de um dia no campo, a participação era significativa. Os jovens que afluíam para esses eventos tendiam a ser aqueles mais engajados com as dinâmicas comunitárias, religiosas, com a pastoral da juventude rural, com os sindicatos, MST, Universidades, etc.

Os eventos construíam-se em processos de parceria entre a Epagri, Sindicatos, Secretarias Municipais de Agricultura, Câmaras de Vereadores, Bancos Cooperativos, Pastoral da Juventude, MST, Cooperativas e Associações de Produtores (sobretudo da cadeia da pecuária leiteira) e empresas privadas que atuam no setor rural. A coordenação era, contudo, sempre da Epagri. Era a empresa que tomava a iniciativa, gerenciava e centralizava os eventos. A logística se alicerça em promover atividades apenas durante um turno (geralmente no período da tarde) e que transcorresse entre as 13h30 horas até, no máximo, às 16h00 horas, haja visto as atividades da pecuária leiteira.

Na maioria dos casos, os objetivos dos encontros de juventude rural são o levantamento de demandas e a formação de Conselhos Municipais da Juventude ou



mesmo grupos de trabalho que possam dar suporte e orientação para as atividades dos entes públicos. Estas informações contribuem especialmente para a própria Epagri, que trabalha com poucos técnicos e extensionistas e busca equacionar suas ações a campo.

Em alguns casos acompanhados por Kummer (2019), nas reuniões com jovens formava-se uma comissão para manter um diálogo ininterrupto com os grupos e construir um foro de análise de demandas e de ações. Entre essas demandas está a necessidade de envolver a família no debate da sucessão rural, numa perspectiva de sensibilizar os pais para enfrentarem o tema e discutirem a questão com maior urgência.

Esse trabalho de diálogo familiar visa enfrentar o silenciamento da questão na esfera privada. A região se notabiliza por cercear manifestações públicas e familiares de temas considerados tabus. A sucessão dos jovens rurais envolve o tabu do envelhecimento, da morte e da herança. Muitas famílias rurais não conversam sobre a sucessão. Os filhos tendem a manter silêncio sobre a questão e os pais evitam constranger e constrangerem-se sobre o tema. O resultado mais comum é a migração dos filhos e o isolamento dos pais.

É necessário considerar que os pais, em geral, não querem exercer uma influência decisiva sobre os filhos, preferindo que eles tomem suas decisões por si próprios. Esse voto de silêncio mútuo faz com que unidades produtivas com grande potencial de sucessão fiquem esvaziadas e jovens que poderiam desenvolver projetos de vida no campo são conduzidos a outras situações sociais, nem sempre aquelas que almejavam.

As dinâmicas dos jovens rurais e suas famílias, portanto, são tomadas como num conjunto de complexidades em relação aos processos decisórios. A existência de políticas públicas e nelas a assistência técnica e a extensão rural são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que fomentem a qualidade de



vida no meio rural. A permanência de jovens nesse ambiente é necessária para a existência da ruralidade familiar.

Considerações Finais

Considerando os processos de permanência dos jovens no meio rural, percebe-se a proeminência da existência de políticas públicas que atendam as demandas de jovens e de famílias rurais. Programas de assistência técnica e de extensão rural contínuos e de longo prazo são parte estrutural e necessária. Nesse sentido, o trabalho realizado pela Epagri em Santa Catarina é exemplo claro, ainda que limitado.

As ações da Epagri apresentam uma prevalência de significativa influência na construção de projetos de permanência mais bem delineados e negociados com a família. É inegável que existe nesse processo uma expertise a se ser valorizada por outras instituições.

Ocorre que a influência dessas atividades tem uma limitação com base na estrutura da instituição, que atende uma parcela pequena da população rural se considerada toda demanda existente. O investimento público nas ações de extensão rural precisa ser definido como uma prioridade e uma política de Estado.

Referências Bibliográficas

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-52.



CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

EPAGRI. *Epagri - 40 anos de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2015.

EPAGRI. *Plano de Gestão Estratégica da Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural da Epagri 2017 – 2027*. Florianópolis, SC: Epagri, 2018.

GERBER, R. M. (Org.). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016*: depoimentos e imagens. Florianópolis: Epagri, 2016.

GERBER, Rose Mary. Entrevista concedida a Rodrigo Kummer. Florianópolis, 27 de agosto de 2018.

HENRIQUE. Entrevista concedida a Rodrigo Kummer. Guaraciaba, 22 de março de 2018.

KUMMER, R. *Juventude rural, entre ficar e partir: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013a.

KUMMER, Rodrigo. *Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MENASCHE, R. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 136-139.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



RADIN, J. C. *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

SOUZA, S. B. *Extensão rural e juventude: a experiência dos Clubes 4-S em Minas Gerais (1950 - 1980)*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

STROPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. *In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 279-293.

WEISHEIMER, N. *Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: MDA, 2005.

VALADARES, A. A. et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. *In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 59-94.



Luta e Memória: a luta pela criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco - Jauaperi em defesa de um modo de vida

Luiz Antonio Nascimento de Souza, sociólogo,
doutorando em História pelo Universidade Federal de Amazonas

Esta apresentação tem como base o estudo sobre a luta empreendida por camponeses de comunidades ribeirinhas, grupos e organizações sociais em defesa de espaços e recursos naturais de uso comum ameaçados por interesses privados orientados por processos econômicos de mercado. A luta em defesa da criação de uma unidade de conservação foi iniciada em 2002, embora a luta pela preservação da área date do início dos anos noventa, e culminou, em 2018, com a criação da unidade de conservação de uso sustentável Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, localizada na calha do rio Jauaperi, divisor natural dos estados do Amazonas e Roraima e afluente do rio Negro.

Posso dizer que a modalidade de “luta pela terra” em questão é, de um certo modo, diferente daquela analisada pelos clássicos das ciências sociais que se debruçaram a compreender a questão agrária na Amazônia (MARTINS, GRZYBOWSKI). Aqui, investigo a luta em defesa da posse da terra e o modo distinto e peculiar de uso não só da terra, mas de tudo que está sobre ela, inclusive aquilo que não é tangível. Em outras palavras, a luta aqui não é pela terra como base material para a produção privada de produtos a se realizar no mercado enquanto mercadoria. Ademais, a luta é empreendida por sujeitos sociais que vivem nas e das florestas e mantêm um modo de vida que pressupõem a manutenção da floresta em pé.

Paralelo a essa compreensão de defesa e disputa pela terra, outras questões se colocam no debate. É necessário pontuar que, enquanto os trabalhadores/agricultores rurais da Amazônia, quase todos migrantes das frentes de expansão advindas do sul, sudeste e nordeste, centraram suas lutas pela terra em uma perspectiva de apropriação e uso privado da terra, como bem privado, os camponeses ribeirinhos que lutaram em defesa da posse da terra enquanto território natural socioespacial compreendem a terra como um bem coletivo e de uso comunal, vislumbrando a defesa dos espaços naturais, dos recursos naturais presentes ali (florestas, fauna, recursos pesqueiros etc.) como estratégia fundamental e necessária à manutenção dos seus modos sociais vida (DIEGUES, 2001), que resultam de uma construção social imemorial centrada em experiências, memórias, tradições e costumes. Nessa construção, costume e cultura estão



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



interligados, como indica THOMPSON (1998), costume aqui é entendido como cultura, mas para além disto, costume como expressão do uso habitual que o conforma enquanto direito: Se de um lado, o 'costume' incorpora muitos dos sentidos que atribuímos hoje à cultura, de outro, apresenta muitas afinidades com o direito consuetudinário, e este deriva dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podem ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias são codificados e podem ter força de lei.

A Pesquisa tem se dedicado a trazer à tona as histórias dos ribeirinhos que lutaram pela criação da Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi, de tal modo que seja possível saber quais foram as razões e motivações que os moveram para lutar e empreender resistência pela proteção do território e os seus modos sociais de vida e seus costumes. A pesquisa se debruça sobre as memórias dos trabalhadores envolvidos neste tecido social, buscando revelar aquilo que está ali na condição do que ainda não foi dito e que ainda precisa ser contado.

A questão mobilizadora é a seguinte: A luta pela demarcação do território de uso comunal dos homens e mulheres das comunidades ribeirinhas do rio Jauaperi, igarapés Xixuau e Xiparina, que buscou transformar aquela área em Reserva Extrativista, foi motivada por influências externas, produto de uma discussão fundamentalmente urbana sobre meio ambiente, proteção e preservação ambiental, discussão que teria sido levada aos comunitários (de fora para dentro) como se faz crer os discursos daqueles que se opuseram (e ainda se opõem) aos interesses dos camponeses ribeirinhos, se opondo a criação da reserva ou, diferente disto, a luta dos ribeirinho é a expressão da resistência dos trabalhadores contra as ameaças e ataques aos seus modos de vida, costumes, cultura e a vida em si e as ameaças e ataques contra as pessoas detentoras de saberes, de memórias e de referências históricas e espaciais, referências que lhes permitiram compreender que eram sujeitos de direitos, direito à terra, direito ao uso dos recursos naturais e a manutenção de um modo de vida historicamente referenciado?

Na busca dessas respostas e reflexões, apresentarei nesta comunicação os resultados parciais do estudo socioeconômico que realizei junto aos comunitários da área em questão e que me parecem relevantes para caracterizar os modos e formas de uso e apropriação dos recursos naturais locais, ou seja, caracterizar o trabalho daqueles trabalhadores.

O referido estudo foi realizado para compor um Diagnóstico Socioeconômico e o fiz me valendo de ferramentas metodológicas conhecidas com DRP - Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2006), o que possibilitou a obtenção de informações relevantes à atual pesquisa e, ao mesmo tempo, garantiu aos camponeses a apropriação coletiva de saberes e conhecimentos socialmente referenciados.



Alguns dos principais resultado parciais obtidos com a pesquisa

Principais atividades econômicas realizadas por moradores:

1. Roça de subsistência (com predominância para mandioca, banana, melancia e milho);
2. Extrativismo vegetal (castanha, açaí, madeira, óleos, resinas, fibras, palhas, sementes e cipós);
3. Extrativismo animal (quelônios, anta, paca, cutia, mutum, macacos {com destaque para o guariba}, tatu, capivara, queixada, caititu e jacaré);
4. Pesca (tucunaré, pacu, matrinxã, aracu, cará e outros);
5. Turismo comunitário;
6. Artesanato.

As principais atividades econômicas realizadas por agentes externos e que foram identificadas são:

1. Pesca profissional e desportiva;
2. Extrativismo vegetal (madeira e cipós);
3. Extrativismo animal (quelônios e caça).

Problemas existentes:

1. Pesca predatória praticada por agentes externos (geladores) inclusive, em alguns casos, com a participação de comunitários. Pesca esta que tem sido apontada como responsável pela redução significativa dos estoques pesqueiros;



2. Ação de “tartarugueiros”, agentes externos que, normalmente vindo de Manaus, atuam na captura ilegal de quelônios. Há que se destacar que em todas as comunidades este problema foi apontado, inclusive com ressalva ao fato de tal prática ser acompanhada de constantes ameaças à vida de pessoas que, de alguma maneira, se contrapõem àquela atividade. Foi recorrentemente denunciado tais ameaças - inclusive com uso de armas de fogo (pistolas e escopetas). Na verdade, há pelo menos dois casos relatados de atentados à vida, um contra comunitário, que foi baleado há cerca de dois anos e um assassinato de um colaborador do Ibama de Roraima que foi emboscado, juntamente com outros membros de uma expedição que monitorava a desova de quelônios na calha do rio Branco. Na ocasião uma pessoa morreu e duas outras ficaram feridas.
3. A área em questão tem sido objeto de importante conflito fundiário que, de certo modo, tem contribuído sobremaneira para a demora no processo de criação da Resex. Este conflito se expressa de diferentes maneiras, a começar pelo posicionamento contrário à criação de uma reserva extrativista no sul do estado manifestado tanto pelo governo do estado de Roraima, quanto por parte importante da Assembleia Legislativa daquele estado. Na tentativa de interromper o processo de criação daquela unidade de conservação o Executivo estadual promoveu uma série de ações e medidas administrativas visando responder parcialmente as históricas demandas populares da região. Para tanto publicou Decreto Estadual criando na área em questão uma Área de Proteção Integral - APA, com o argumento de que estaria garantindo a preservação ambiental e, ao mesmo tempo garantindo o desenvolvimento econômico daquela região. Para impedir a criação da Resex o governador do estado determinou que a Procuradoria-Geral do Estado ingressasse com ação judicial para impedir a criação da reserva, pois – segundo o governo de Roraima - a área pretendida se sobrepõe a outra criada pelo governo estadual (APA).
4. Segundo o Procurador-Geral do Estado de Roraima, a área em questão estaria “legalizada desde 1999, em nome do Estado de Roraima no Cartório de Registro de Imóveis de Caracarái” e deste modo, a “reserva ambiental estadual criada no Baixo Rio Branco teria a destinação estabelecida pelos decretos 6.345 e 6.818, ambos de 2005 (e legal e legítima), possuindo, inclusive, plano de uso socioeconômico com preservação ambiental. Há um fato aqui que chama atenção: O Procurador afirma que as terras em questão foram registradas em 1999 no Cartório de Caracarái. Por quais razões este registro só teria sido efetuado naquele ano? Por quais razões foi utilizado o Cartório de Caracarái e não o de Rorainópolis, município onde se localiza a



totalidade da área em litígio? Este tipo de prática de registro de imóveis rurais é nacionalmente utilizado como estratégia de legalização irregular de terras.

5. Um aspecto importante a ser considerado neste conflito pela área em questão é o “tom” utilizado pelo poder público de Roraima em relação a todos aqueles que se posicional favoráveis a criação da Resex. Para o governador do estado, por exemplo, as audiências públicas promovidas pelo IBAMA em 2006, teriam a finalidade de enganar e ludibriar os moradores locais. Em matéria publicada pelo Jornal Folha de Boa Vista o governador teria afirmado que “O Ibama armou para ludibriar população e induzir a criação de nova reserva ambiental em Roraima” e “A instituição de meio ambiente se mostrou alienada e com má intenção”. Fica claro neste “conflito” que a questão central não é a sobreposição ou não de área (objeto da ação civil) mas a resistência histórica que o Estado de Roraima possui em relação a criação de “reservas” em seu território. Não é demais lembrar que no período entre 2005 e 2006 se deu o embate mais acentuado entre Governo de Roraima contra o IBAMA, foi também o momento em que o governo federal homologou a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, determinando a retirada dos invasores. Neste sentido, a animosidade em relação ao governo federal e a criação de novas unidades de conservação em terras roraimenses aguçaram as forças políticas locais.

Visão dos comunitário em relação a criação da Reserva Extrativista

Ao longo das atividades que realizamos para a produção do Diagnostico Rural Participativo (DRP) tivemos diferentes oportunidades de verificar o grau de interesse dos moradores do Baixo Rio Branco-Jauaperi em relação a criação da reserva extrativista. Em todas elas a aceitação e manifestação de desejo pela criação da Resex sempre se destacaram, como é possível verificar nos exemplos abaixo de “Matriz Ecológica”, onde os moradores foram convidados a apontar os principais “produtos” da floresta dos quais fazem uso, desejam fazer ou já tenham feito. Foi solicitado ainda que os comunitários apontassem o uso que fazem daqueles produtos e quais as suas potencialidades. Ou seja, qual era a abundância há dez anos atrás, quanto existe dos produtos “hoje” e quanto acreditam que haverá dentro de mais dez anos. Ao responder, muitos dos comunitários salientaram que a quantidade de produtos que haverá no futuro dependerá da criação ou não da reserva. Segundo eles, com a criação da reserva a tendência é que os estoques sejam recuperados ou, no mínimo mantidos nos níveis atuais.



Consequências da criação da RESEX para as comunidades locais

Há uma grande expectativa em relação a criação da Reserva. Tanto entre os moradores defensores da implantação da Resex quanto aqueles que se posicionaram contrários.

O que se destaca nesta expectativa é, de um lado, a esperança de que a reserva possa finalmente garantir aos comunitários a paz e segurança fundiária; a proteção dos recursos naturais de uso comunal e a possibilidade de geração de renda, assim como a oferta, por parte do Estado, de saúde, educação e demais serviços públicos. De outro lado, entre aqueles moradores que se posicionaram contra a criação da reserva há um tipo de temor na medida em que, para eles, seriam impedidos de continuar vivendo no local de acordo com os seus modos de vida.

Segundo aqueles comunitários “com a criação da reserva ninguém mais vai poder tirar uma vara do mato ou um peixe do rio para a sua alimentação” ou, de outro modo, “a reserva virá para impedir a reprodução sociocultural daquelas pessoas e somente beneficiaria os turistas de fora”.

Aqui é preciso fazer uma observação importante:

Há dois tipos predominantes de comunitários contrários a implantação da reserva. Os primeiros são aqueles que acreditam que as reservas serão restritivas aos seus modos de vida, inclusive podendo expulsá-los de suas áreas de uso. Para estas pessoas, as reservas se configuram como uma ameaça e risco real; se sentem ameaçados e pensam que correm riscos de não poderem permanecer nas terras.

Esta ideia está umbilicalmente ligada a percepção que aqueles camponeses possuem em relação às unidades de conservação de uso indireto que, efetivamente expulsa a população humana ali residente. No caso do Baixo Rio Branco-Jauaperi, há uma relativa proximidade com o Parque Nacional do Jaú e o conflito ali existente há mais de duas décadas decorrente da presença humana na área e a resistência deles em relação à restrição legal da presença humana em unidades de conservação de uso indireto. Para estas pessoas o observado, o empírico vale mais do que mil palavras. E eles possuem um pouco de razão, já que as unidades de conservação (todas) de algum modo impõem limites restritivos aos modos de vida das populações locais. Neste caso, trata-se de uma posição ideológica, ou seja,



estes comunitários pensam algo como: “sou contra as reservas por elas serem restritivas”; “sou contra as reservas por que não quero ser mandado por ninguém”.

O outro tipo de morador contrário a reserva é aquele que não possui uma posição ideológica em relação a mesma, entretanto se opõe por estar subordinado política e economicamente ao governo do estado de Roraima ou ao município de Rorainópolis. Estes comunitários, como se diz localmente, “recebem salário do governo” e, deste modo, são obrigados a defender os valores e ideais impostos pelo pelos representantes do governo. Assim, ao longo dos anos tivemos “aguerridos” defensores da reserva se convertendo em “inimigos” da mesma, assim como o contrário, “ferozes” opositores da reserva se convertendo em seus defensores. A variável que determina esta mudança chama-se “salário do governo”. Neste caso, receber ou não um salário do governo faz a diferença.

Aceitação e participação das comunidades nas atividades promovidas na RESEX

O grau de participação e aceitação das comunidades em relação a Resex está ligada a questão acima indicada. Assim, se na comunidade há um ou mais líderes locais na condição de empregado do governo ele tende a pressionar os demais moradores para que não contrariem a vontade do “padrão” (neste caso o governador, o prefeito ou o deputado). Lembrando que as relações de poder nas comunidades são fundamentalmente patrilineares de modo que a vontade do chefe/presidente comunitário acaba por se expressar na aparente manifestação das demais vontades - aparentemente todos concordam com o chefe. Aparente porque após algum tempo de conversação com cada um dos moradores nos foi possível dar conta de que há um jogo de poder intra e extra comunidade que garante o equilíbrio local. Desta forma, as posições são alternadas, de acordo com os interesses imediatos.

Percepção dos sentimentos das comunidades em relação a RESEX

Mesmo com os elementos positivos em relação a criação da reserva indicados pelas matrizes ecológicas, buscamos aferir o grau de aceitação e rejeição em relação a criação da unidade de conservação de uso sustentável realizando



entrevistas estruturadas junto aos chefes de família das comunidades da área em questão.

Ao perguntarmos “qual a sua opinião em relação a criação da reserva?” 65% nos disseram ser favoráveis a criação da reserva; De outro lado, 12% se declaram contrários a criação da reserva e 23% manifestam opiniões conflitantes.

Para que pudéssemos adjetivar as respostas favoráveis, contrárias e “outras” (divergentes) perguntamos aos entrevistados por que manifestavam aquela opinião? Aqueles que se disseram favoráveis a criação da Resex, justificaram suas opiniões das seguintes maneiras: para 42% dos favoráveis, a reserva promoverá a proteção da natureza; para 36% dos favoráveis, a reserva dará aos moradores proteção e segurança fundiária. Para outros 5% a reserva se apresenta como uma garantia para o futuro dos filhos e outros 4% afirmaram que a reserva garantirá a oferta de ajuda do governo (promoção de políticas públicas).

Já em relação aos que se manifestaram contrário, suas opiniões foram predominantemente assim expressas: para 56% dos entrevistados contrários a criação da reserva a mesma irá impedir que comunitários vendam peixes e outros produtos livremente; para outros 33% dos entrevistados a reserva irá proibir que retirem madeira e pratiquem a caça na área.

Considerações Finais

Como indicamos acima, esta comunicação teve a intenção de apresentar resultados parciais de pesquisas que realizamos junto aos comunitários que ocupam a área da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco – Jauaperi.

Pretendemos com isto, abrir um debate entre colegas que têm estudado temas correlatos e de tal modo que possamos ajustar rotas, reafirmar ou refutar entendimento e sobretudo, receber considerações e críticas.

Não temos aqui qualquer pretensão de tirar conclusões ou realizar análises sobre o material até aqui produzido, isto ocorrerá ao longo da pesquisa.

Bibliografia



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; ANDRÉ DE CASTRO, C. Moreira. Espaços e recursos naturais de uso comum. NUPAUB-USP, 2001.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, p. 32, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.





PESQUISA AÇÃO: A VIA DE MÃO DUPLA ENTRE ACADEMIA E CAMPO.

Laynara Santos Almeida¹

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa²

RESUMO

Este artigo apresenta como a inserção da academia no campo de pesquisa vem sendo viabilizada por práticas interdisciplinares, metodologias que buscam compreender seus objetos como sujeitos. A pesquisa-ação, pesquisa-participativa e os projetos de extensão foram caminhos para aproximar o conhecimento científico dos movimentos sociais de forma que essa troca promova resultados concretos. Neste artigo, verificamos algumas pesquisas realizadas na Comunidade agroflorestal José Lutzenberger no litoral do Paraná e como estas contribuíram na trajetória social, agrícola e jurídica da comunidade. Abordamos os mais significativos projetos de extensão e suas linhas de atuação. De modo que levantamos a importância da pesquisa participativa no desenvolvimento do conhecimento científico, para mostrar a consolidação de uma comunidade agroflorestal em diálogo com a academia, na construção de uma nova ciência.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa-ação, Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, projetos de extensão

¹ Licenciada em Geografia e Mestranda do curso de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR

² Professor Dr. Ciências Sociais e Jurídicas em pela Universidade Federal fluminense – UFF. Professor do Departamento de Sociologia da UFPR e do PPGMADE.



1. INTRODUÇÃO

Neste artigo alisaremos a inserção da academia no campo através de: projetos de extensão, pesquisa, assessoria jurídica e vivências no Projeto de Assentamento José Lutzenberger. Esse projeto está inserido numa conjuntura de conflitos socioambientais e reforma agrária no Paraná, e, assim, buscamos compreender como a prática agroflorestal se tornou, no estudo de caso, uma reação do movimento social frente às situações de conflitos e socioambientais, simultaneamente, identificar o caráter inovador dessa prática como a emergência de uma nova perspectiva para a reforma agrária

A fase exploratória da pesquisa iniciou com as revisões de textos já produzidos sobre a comunidade José Lutzenberger no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), posteriormente em bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), outras instituições de ensino citadas em textos, revistas de temas próximos, pesquisadores e mídias.

Após as primeiras prospecções de informações digitais, a exploração foi direcionada aos integrantes da história da comunidade, primeiramente com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quando tivemos a atual visão do movimento sobre os conflitos, debates, projetos e futuro do nosso objeto de pesquisa.

Neste diálogo, foi possível visualizar o quanto o projeto de assentamento é simbólico para parte do MST do Paraná como estratégia para difundir a agroecologia como via possível e sustentável. Para tanto vislumbra-se uma outra reforma agrária, em que pese a preservação da natureza e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades camponesas.

Este trabalho está dividido em capítulos, onde primeiramente abordamos a relação entre a pesquisa acadêmica, produção de conhecimento e como estes atendem às demandas sociais. E por fim, versamos sobre a colaboração da academia com a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, seus projetos, pesquisas e metodologias.



2. RELAÇÃO ENTRE A PESQUISA E AS DEMANDAS SOCIAIS

As pesquisas em que há participação/ação como metodologia promovem a aproximação da academia e os problemas sociais, por vezes sem o devido acompanhamento de algumas entidades governamentais, principalmente daquelas envolvidas nos respectivos conflitos. A academia está em nível de aprendizagem ao passo que está para instruir, a participação deve ser construtiva para ambas as partes. Contemplamos como pesquisa-ação uma crítica à construção verticalizada dos conhecimentos, e enfatizamos uma dimensão colaborativa, de modo que demandas possam ser contempladas desde o planejamento à avaliação dos resultados.

Neste sentido, concordamos com a reflexão de Michel Thiollent (1988), sobre pesquisa-ação, em que o autor explica como essa prática de pesquisa social tem como base ser realizada em:

estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos as situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo(THIOLLENT, 1988, p. 14).

Thiollent (1988) afirma que com a pesquisa-ação pretende-se alcançar realizações, ações efetivas, transformações ou mudanças no campo social, que estas mudanças podem ocorrer com a abdicação do caráter hierárquico do conhecimento científico. Ao pesquisar, ao se propor participar, devemos encarar nossa contribuição como auxílio a partir das demandas encontradas em cada realidade de pesquisa, erguidas pelos sujeitos tendo claro compreensão do papel dos pesquisador e seu alcance dentro dos objetivos de sua pesquisa.

Esta visão é compartilhada por Brandão e Borges (2007), ao defender que a pesquisa deve partir da realidade concreta da vida dos participantes individuais e



coletivos do processo. Em suas diferentes dimensões, seus contextos históricos enquanto fluxo de outras “histórias”, para que a relação sujeito-objeto se transforme em uma relação sujeito-sujeito. Para tanto, o autor coloca que

O ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma vida social, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social (BRANDÃO e BORGES, 2007, p. 54).

As pesquisa-ação e participativas realizadas dentro e/ou a partir da Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger elucidam as demandas técnicas e sociais levantadas pela comunidade e abraçadas pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão. Nessa forma identificamos uma promoção e valorização desta metodologia no meio acadêmico. Ao demonstrar sua eficiência em desenvolver ações objetivas, essa reflexão contribui para validar esta metodologia muito criticada pelo pensamento positivista.

Para Brandão (2006), o ponto de partida da pesquisa participante é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos, no reconhecimento e contribuição do outro, suas partilhas e experiências. Assim, os movimentos sociais (identitários) da América Latina se tornaram uma prática coletiva de enfrentar os paradigmas da ciência positivista, alicerçados em procedimentos de ação popular, experiências, investigação social, enquanto caminhos para a mobilização de novas modalidades de produção de conhecimento. Logo, na pesquisa participante,



importa conhecer para formar pessoas populares motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos e, não apenas, para resolverem alguns problemas locais restritos e isolados, ainda que o propósito mais imediato da ação social associada à pesquisa participante seja local e específico. A idéia de que somente se conhece o que se transforma é inúmeras vezes evocada até hoje (BRANDÃO, 2006, p. 22).

Não obstante, concordamos com Moretti e Adams (2011), ao apontar que há muito tempo, a América Latina se tornou espaço de reestruturação de epistemologias, buscando alternativas autônomas às concepções eurocêntricas de produção de conhecimento. Nessa visão decolonial dos autores, essas alternativas exploram novas metodologias de liberdade pedagógica, política, econômico e ecológico através dos campos de pesquisa participativa, com variantes que se expressam como investigação participativa ou pesquisa participante, pesquisa-ação, pois são:

caminhos da insurgência, em busca da transformação social, passam pela necessidade de consolidar metodologias investigativas que democratizem o conhecimento, pois controlar a produção, a circulação e o consumo de conhecimentos e saberes carrega tanto as condições de uma efetiva contribuição na manutenção das relações de injustiça e dominação, como pode alavancar a construção de alternativas transformadoras das realidades locais e amplas (MORETTI; ADAMS, 2011, p. 458).

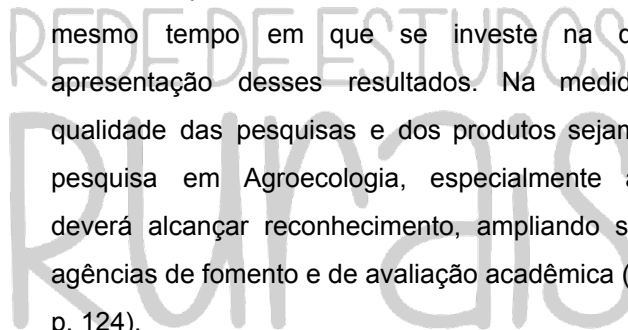
A produção alternativa do conhecimento apontada por Moretti e Adams (2011), considerando que o “nosso norte é o sul”, é expressada aqui na valorização dos conhecimentos tradicionais, ou produzidos no campo, com a experiência dos sujeitos familiarizados com a terra. A prática de olhar para seu território e sua biodinâmica, história dos antepassados, sabedoria daqueles que já aprimoraram as experiências, é a liberdade científica indicada pelos autores, a liberdade e



democracia de construir conhecimentos a partir do interior das dinâmicas sociais.

Para Soglio (2017), na perspectiva metodológica da participação, a atividade de pesquisa deve ocorrer numa situação de simetria e equidade, mas, ao pesquisador, ainda cabe contribuir com o conhecimento científico. O autor considera a agroecologia uma das ciências com resistência de aceitação pela dificuldade em quantificar os resultados, para vencer este entrave deve haver a, segundo o autor;

implementação de processos participativos mais amplos, interdisciplinares, que possam quebrar os estigmas da academia, por seus resultados socialmente referendados, ao mesmo tempo em que se investe na qualificação da apresentação desses resultados. Na medida em que a qualidade das pesquisas e dos produtos sejam percebidas, a pesquisa em Agroecologia, especialmente a participativa, deverá alcançar reconhecimento, ampliando seu espaço nas agências de fomento e de avaliação acadêmica (SOGLIO, 2017, p. 124).



É neste contexto de pesquisa-ação participativa em agroecologia que este estudo abraça o objetivo de compreender como esta metodologia esteve presente na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger e sua importância para o desenvolvimento dos projetos agroflorestais, sociais e ambientais assim como a assistência jurídica, através de assessoria jurídica de acadêmicos, auxiliaram na sustentação e mediação do conflito fundiário da área da comunidade.

3. A ACADEMIA E A COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER

As diversas parcerias entre a academia³ e a comunidade agroflorestal José Lutzenberger possui mais de quinze anos, nas quais houve duplo benefício, duas vias de aprendizados. Ao passo que a comunidade é beneficiada pelos projetos

³
ações.

Aqui entendida como universidade, projetos, professores, acadêmicos e suas



sociais/agrícolas, as instituições de ensino têm a comunidade como espaço de vivência e laboratório.

Algumas das contribuições da academia estão brevemente descritas aqui, estas contribuem para um campo teórico, reconstruído ou colaborando com a desconstrução de alguns “nós empíricos”. A comunidade enfrenta um processo de reintegração de posse ao longo de sua história, mas que é contraposta pelo desenvolvimento das atividades produtivas e organizativas, inclusive com práticas de recuperação e a recuperação da função socioambiental da área.

Dentre estas atividades, a academia participou ativamente no plantio de mudas, busca por sementes, promovendo feiras e oficinas, mediação de cursos e vivências na extensão rural. Dada suas especificidades (área de preservação ambiental), além da extensão rural, sempre houve a necessidade de contemplar o viés da sustentabilidade ambiental, contribuindo para a recuperação e manejo dos recursos naturais e ao mesmo tempo desenvolver uma agricultura respeitando os desejos da comunidade com a biodiversidade e ter como sistema agrícola a agrofloresta.

A comunidade, juridicamente, é um projeto de assentamento comunitário localizado na comunidade Rio Pequeno, município de Antonina, litoral do estado do Paraná, a cerca de 112km da capital Curitiba. A mesma se encontra dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) federal de Guaraqueçaba criada pelo Decreto n. 90.883 de 31 de janeiro de 1985.

A história da litoral paranaense é marcada pela presença de povos originais, tradicionais e agricultores. Os sistemas tradicionais de manejo da natureza, identificados como uma tecnologia desenvolvida pelos “caiçaras”, tem referência em conhecimentos frutos de uma miscigenação cultural (indígenas, colonos portugueses e negros escravizados). Essa miscigenação provocou influências no surgimento de comunidades e povoados da região, nas tradições, modo de vida e trabalho.

Ao longo dos quinze anos de processo de reintegração de posse da área destinada ao Assentamento José Lutzenberger, temos a afetiva participação de



entidades, organizações, movimentos sociais e da academia. Esta última tem realizado diversas colaborações em momentos distintos e importantes para o movimento, colaborando com o reconhecimento dos processos socioeconômicos e fundiário.

Sobre esta colaboração, faremos uma análise histórica sobre como os projetos de extensão, pesquisas, professores e acadêmicos participaram, e contribuíram com a comunidade e seus projetos.

Desde 2004, com o início das ocupações, temos a colaboração de pesquisadores da Universidade Federal do Paraná na assessoria popular do movimento. Juntamente com a organização de direitos humanos Terra Livre, professores e ex alunos ainda vinculados à instituição iniciaram um conjunto de assessoria e mediação junto à comunidade José Lutzenberger.

3.1 PROJETOS DE EXTENSÃO

Os projetos de extensão desenvolvidos na comunidade abordaram diferentes necessidades e perspectivas, onde a colaboração entre a universidade e os agricultores se tornou espaço de troca de saberes e conhecimentos com e na prática. Os primeiros projetos abordaram a agroecologia enquanto desejo da própria comunidade e do movimento social organizado em desenvolver a área de forma comunitária e sustentável.

Destacaremos, nesse artigo o projeto de extensão “Vivenciando a Proposta Pedagógica da UFPR Litoral no Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger”, desenvolvido pelo Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a partir de 2006. Esse projeto tinha como objetivo;

promover a ação conjunta de diferentes áreas do conhecimento, a fim de fomentar o desenvolvimento sustentável local, por meio de atividades que integrem saúde,



educação e manejo dos recursos naturais (QUADROS, 2001, p 163).

Este projeto de extensão surgiu com o início do campus Litoral da UFPR, vinculado a um grupo de professores com várias áreas de conhecimentos envolvidos, ou seja, interdisciplinar. A segurança alimentar foi um dos primeiros eixos das ações com os alunos do curso de agroecologia que participavam de encontro de agromudas, sementes e mudirões para garantir a alimentação e reflorestamento.

Participando dos primeiros anos da comunidade, o projeto acima visava promover ações educativas para o manejo dos recursos naturais, em especial a água como bem comum e essencial e o cultivo de espécies nativas que contribuíssem com o reflorestamento e uso sustentável do solo. Estas iniciativas constituiriam base para a segurança alimentar e nutricional, através de ações de eixos distintos de conhecimento como a nutrição, gestão ambiental e o controle social das políticas públicas.

Destacamos também o Projeto de Extensão Ekoa, criado em 2016 no curso de Direito da UFPR, que visava:

promover a construção dialogada e coletiva voltada à formação de conhecimentos sobre a legislação socioambiental, para e com agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais (ISAGUIRE, 2017).

Os professores e universitários promoveram ações voltadas para o diálogo socioambiental entre agricultores e academia, aproximando as problemáticas da realidade de cada comunidade equacionando os conflitos sociais e jurídicos. Com o objetivo de aproximar o direito das comunidades, o projeto também aproximou os sujeitos de seus direitos através das oficinas informativas sobre acesso e conquista da terra.

Esse projeto cresceu e se tornou o “Núcleo EKO: Direito, Movimentos



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Sociais e Natureza”, vinculado ao programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, com estudantes de graduação e pós-graduação. Além de parcerias com outros núcleos de pesquisa, o Ekoa desenvolveu oficinas, assembleias e auxiliou na criação em conjunto a Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica (COAOPA) para soberania e segurança alimentar, direito humano à alimentação adequada, legislação sobre sementes, contaminação dos orgânicos/agroecológicos, entre outras temáticas.

Com seu trabalho na Comunidade José Lutzenberger, o projeto auxiliou com assessoria jurídica e valorização das práticas agroecológicas, de preservação e mediação dos conflitos socioambientais. Tais ações culminaram com, juntamente na constituição do CEPEDIS (Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental da PUC-PR), que ajudou a comunidade com a inscrição e produção de um documentário. O documentário “Agrofloresta é mais” (2018), uma co-produção da VideoSaúde Distribuidora (Icict/Fiocruz), Universidades Federais do Rio de Janeiro, do Ministério Público do Trabalho do Paraná e da Associação Paranaense das Vítimas Expostas ao Amianto e aos Agrotóxicos (APREAA), foi vencedor do prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade 2017, do Instituto Socioambiental – ISA.

Diversificados projetos de extensão, principalmente vinculados ao campus Litoral-UFPR foram desenvolvidos junto ao projeto de assentamento em múltiplas diretrizes, como: agroflorestal com parceria da EMBRAPA Floresta com a COOPERA Floresta (organização de famílias agricultoras quilombolas no Vale do Ribeira), na área da saúde, entre outros que aproximaram a universidade da vivência e auxílio nos projetos e necessidades da comunidade.

Entre as demandas identificadas, ouvimos agentes oriundos da comunidade, do MST, além da identificação da situação atual do processo em tramitação na justiça. Cenário esse que pode ser sintetizado no interesse para a realização de um mapeamento comunitário. Esse documento, a ser integrante do projeto de assentamento, pretende demonstrar o desenvolvimento da comunidade, o



reflorestamento e a espacialização projeto de assentamento agroflorestal já em curso. Este mapeamento havia sido solicitado ao grupo de extensão ENCONTTRA (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra) do curso de geografia da UFPR.

Para este mapeamento, e pesquisa exploratória, houve a necessidade de um levantamento sobre textos, documentos, processos administrativos, relatórios e mídias agregando informações de diferentes perspectivas, entre alguns aqui citadas. Corroborando a assessoria e notoriedade da academia na produção de conhecimento, esse processo deve ser conduzido com cautela.

Este mapeamento, assim como outros documentos produzidos por outros projetos de extensão dão visibilidade, contam a história da comunidade, somam um conjunto de documentos (teses, artigos, dissertações, pareceres) corroborando com a legitimação da defesa da terra.

Desde os primeiros projetos de extensão até a recente necessidade do mapeamento, tudo que foi construído, de casas à concepção de um campesinato agroecológico, foi fruto da luta daqueles que resistiram ao despejo e continuam lutando pela permanência. A história por si só desta comunidade é a expressão das lutas camponesas no espaço rural brasileiro, assim como seus enfrentamentos, retrata ainda os novos paradigmas socioambientais do desenvolvimento ambiental e da questão agrária. Reiteramos a importância desta luta feita por camponeses que fizeram sua história e buscaram seus direitos e ainda formas de ratificá-los.

Abordamos neste artigo a dimensão das pesquisas participantes enquanto expressão da academia nesta trajetória, tempo em que as parcerias viabilizaram experiências, seleções, aprendizados e diversificação das práticas da comunidade com o acompanhamento dos projetos de extensão. Mais ainda, ressaltamos a importância das demais pesquisas atuantes, ou exploratórias que fizeram parte desta trajetória. A seguir, apontamos as pesquisas que melhor definem os pontos centrais das discussões metodológicas.

2.3 PESQUISAS

As particularidades, do campo teórico, que destacamos como mais significativas são a questão agrária, a injustiça e os conflitos socioambientais. Estas



ainda são tensionadas pela localização do projeto de assentamento, cujas disputas territoriais têm origem na política de doação de terras estatais ainda no início do século XX até as recentes sobreposições de títulos de propriedades.

Partimos então de um ponto histórico; as terras da Comunidade Rio Pequeno, onde está localizada o projeto de assentamento. Harder (2011), aponta que a propriedade resulta do desmembramento da gleba “Rio Pequeno e Tapera Grande”, com 35.532,33 hectares de terras, que eram supostamente pertencentes ao empresário francês Pierre Louis Marcel Bouilloux Lafont, primeiro titular da área, na década de 1920.

Harder (2011), utilizou-se como metodologia a análise de documentos oficiais, uma análise abrangente que articulou-se a partir de uma perspectiva específica, na qual determinadas práticas e rotinas da administração pública são consideradas para revelar as dificuldades presentes na materialização da dimensão ambiental da função social da propriedade. Esta metodologia permitiria uma análise das questões sociais integradas aos processos administrativos, os sujeitos e suas complexidades não observadas na visão estritamente jurídica.

O autor ainda aborda a dimensão ambiental da função social da propriedade, ou melhor, seu incumprimento como registrado no Parecer do Serviço de Obtenção de Terras do INCRA, exarado em 10 de agosto de 2009, fls. 170, mencionando a “notória constatação de que a propriedade não cumpre a legislação ambiental, portanto não cumpre a função social da propriedade”. Apesar do parecer, a inércia dos órgãos culminou com o arquivamento das infrações enquanto que a função social da propriedade por vezes é racionalizada somente a partir de um aproveitamento econômico produtivista.

Verificamos que a metodologia de parte da pesquisa de extensão adotada permitiu olhar como a função social da propriedade, no caso apresentado, é tratada a partir da instrumentalização do Estado através das leis e interpretações que não atendem, ou dialogam entre si. Ao passo que uma perspectiva trata da área como produtiva com base na bubalinocultura, não incorpora a problemática do dano



ambiental provocado, em dissonância com a dimensão ambiental da função social.

Esse cenário sugere que há uma hierarquia de valores entre os critérios que definem a função social da propriedade, com a supremacia daquilo que o jurista interpreta como mais relevante. Esse critério extrapola a dimensão legislada e reedita, nas decisões dos tribunais, movimentos e pressões políticas e econômicas.

Em entrevista realizada no dia 07 de abril de 2021, Harder aponta a necessidade das pesquisas deixarem o modelo pesquisa-objetivo. O caso da comunidade José Lutzenberger deve ser olhado como uma pesquisa de sujeitos com dupla interface, que pleiteiam cidadania através de políticas de reforma agrária, do mesmo modo que se auto definem como uma comunidade tradicional, pois mantém relações culturais com os povos da mata atlântica, logo, há uma noção de duplo pertencimento àquela terra.

As pesquisas acadêmicas desenvolvidas na Comunidade José Lutzenberger iniciam logo após a organização de um projeto de assentamento agroecológico. Em 2005, Ricardo Borsatto com a monografia “Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: Estudo de caso do acampamento José Lutzenberger” para sua especialização com “residência agrária”, acompanha o estabelecimento do caminho agroecológico. Para o então engenheiro agrônomo

“O acampamento José Lutzenberger se afirma como uma formulação social recente, constitui-se de conjunto de elementos que auxiliam na construção do conhecimento e resgate dos saberes tradicionais e recursos locais” (BORSATTO, 2005. p8).

Simultaneamente à especialização, Borsatto cursou mestrado em agronomia com a dissertação “Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense”. Nessa dissertação ele buscou identificar se o conhecimento gerado pela Agroecologia poderia contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do litoral paranaense, ainda tendo essa comunidade como objeto de estudo.



Borsatto (2007) utilizou o método Teoria do Pensamento Complexo, que busca utilizar uma visão mais abrangente e holística;

Onde se considera que um indefinido número de fatores pode influenciar o objeto de estudo, e ao mesmo tempo são influenciados por este, estes fatores em grande parte não são passíveis de serem controlados, isolados ou quantificados com precisão.

Quando este método é utilizado, se respeita e se considera que cada observador possuirá uma interpretação diferente do mesmo fenômeno, e que cada fenômeno é uma experiência única e dificilmente se repetirá de maneira igual, e sim, talvez, semelhante (BORSATTO, 2007, p.27).

Enquanto pesquisador/observador, a metodologia denominada pelo autor de “vivência agrária” baseado na observação-participante sistemática em diversas comunidades localizadas do litoral paranaense. O objetivo principal não era a coleta de dados ou a interferência nos processos existentes, e sim a percepção por parte do pesquisador das diversas dimensões existentes dentro das comunidades visitadas.

Através das vivências, o autor se propôs à uma pesquisa qualitativa atentando para não incorrer a visão pessoal. Para alcançar os objetivos propostos, o autor elencou diferentes fontes de conhecimentos intercalados a fim de compreender as dimensões das comunidades enquanto observador ou pesquisador militante.

Com esta metodologia é possível estabelecer os principais conflitos e injustiças socioambientais encontrados na área e litoral do Paraná. Somou-se ao trabalho citado o “Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil” realizado pela fundação FIOCRUZ. Esse estudo fez parte da Oficina da Construção de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento do PPGMADE, sobre a qual os alunos da turma XII de doutorado do programa se debruçaram para analisar os conflitos levantados pelo estudo, dentre eles o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. Essa iniciativa posteriormente se tornou pesquisa em duas teses de doutorado da turma citada.

Integrante desta pesquisa, Flávia Rosssito focou sua tese “Cooperação,



natureza e gente” (2020), em uma releitura do conceito de cooperação pela ótica do movimento agroecológico, sua pesquisa teve

por objetivo geral analisar como essa cooperação agroecológica é resgatada pela memória coletiva camponesa e vem a se tornar a essência de um processo de transição agroecológica para outro modelo de sociedade viável. A cooperação agroecológica reconfigura e transforma a Reforma Agrária Popular em uma completa e complexa experiência prática de processo de transição agroecológica para outro modelo de sociedade (ROSSITO, 2020, p.14).

Como metodologia, dentro do caráter interdisciplinar do programa, a autora optou pela pesquisa ação participativa, objeto desse trabalho. Ela utilizou os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevistas, oficinas na comunidade, pesquisas em documentos administrativos e textos, e assessoria jurídica. Durante sua pesquisa pôde participar de diversos momentos (reuniões, audiências, eventos) enriquecedores enquanto acadêmica e profissional. Estas experiências auxiliaram na compreensão dos objetivos que por vezes serviram de base para pedidos perante os órgãos ambientais, as fundamentações para as peças processuais, ao mesmo tempo em que atuou como assessora jurídica popular. Essas ações contribuíram para a formação da pesquisa e a construção de problemas teóricos.

A autora reforça a importância do olhar interdisciplinar da pesquisa coletiva, em que parte de olhares múltiplos são entrelaçados nas interlocuções dos sujeitos da pesquisa, seus interesses e natureza da qual fazem parte. Ao abordar a origem e a trajetória sociocultural das “gentes” do litoral paranaense e em especial da comunidade. A autora expõe os sujeitos, eventualmente, esquecidos pelos debates jurídicos de acesso à terra.

Aqueles sujeitos da pesquisa estão ligados com o território, e com a forma que o território foi espaço de vida, de constituição de uma comunidade e projeto de vida, o “espaço sem cercas”, sem cerceamento dos ramais ou recursos naturais é a



história desta comunidade. Trazer esta relação com o território, muito explorado à partir da concepção de uma relação com a natureza, traz à tona o quão complexo é seccionar as discussões aqui citadas; questão agrária/justiça ambiental e conflitos socioambientais como diagrama para discutir o direito ou não àquela terra.

As pesquisas realizadas dialogam entre si na medida que expõe estas complexidades teóricas. Quando olhamos, como pesquisadores, os “ramais” da questão agrária e seus entraves políticos, vemos uma comunidade com um projeto “sem cercas” em um território marcado pela histórias de outros grupos, conflituosa pelos interesses privados e ambientalistas, demarcadas por leis que não contemplam o local.

Neste nosso caso, vimos que com as pesquisa-ação e os participantes, as vivências e/ou a assessoria foram caminhos possíveis para destrinchar as problemáticas do campo. Acolhendo as demandas para então intervir, elbaramos distintos documentos que são testemunhos, inclusive no tribunal, da potência desta comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas falas do movimento, a academia vem exercendo um papel fundamental na consolidação da comunidade, desde os projetos agrícolas até a assessoria jurídica. As iniciativas fortalecem os projetos adotados pelo movimento e comunidade, como: uma comunidade “sem cercas”, produtora de alimentos livres de agrotóxicos e químicos, soberania alimentar, recuperação da vegetação, entre outros, que foram possíveis conciliando os saberes daqueles que conheciam a terra com os conhecimentos agrônômicos levados por pesquisadores e a Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA).

Para além da assessoria relativa à produção agrícola, a universidade apresenta a força da ciência enquanto agente legitimador no caso da comunidade.



Para elencar uma linha de contemplação das pesquisas realizadas e suas principais contribuições para a concepção que hoje há sobre o prestígio da academia na história tanto do projeto de assentamento quanto do debate mais amplo, pontuamos aqui os principais referenciais teóricos e metodológicos abordados para uma visão holística sobre a composição da trajetória e como a academia vem acompanhando esta trajetória em campo e nos espaços formais e conhecimento.

A característica interdisciplinar no curso de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR possibilita acesso às áreas de conhecimentos distintas que convergem para visão globalizante de objetos de estudo. Os conceitos tratados aqui partem desta dinâmica interdisciplinar ao abrir possibilidade de acessar campos teóricos heterogêneos da formação básica da pesquisadora.

As pesquisas mais significativas tratadas aqui (Harder 2011, Borsatto 2005, 2007 e Rossito 2020) compõe um conjunto de linhas e metodologias essenciais para compreender as complexidades envolvidas na trajetória da comunidade.

Além das pesquisas bibliográficas, as entrevistas realizadas com os pesquisadores citados reforçam seu envolvimento na qualidade de agentes de transformação que contribuiram diretamente, em momentos distintos, para a comunidade. As visões particulares contribuem para interpretações distintas, ao se aproximarem mais da formação do pesquisador, sem deixar de contemplar os elementos fundamentais de uma relação dialética. Nas falas nos pesquisadores ficou evidente que os elementos fundamentais de análise e debates são os desafios de conciliar a questão agrária com a ambiental na construção de uma pesquisa/texto, que pressupõe uma prática de construção de conhecimento não hierárquico, ou seja, numa superação da relação sujeito/objeto, como uma relação sujeito-sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BORSATTO, R. S. Agroecologia : um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BORSATTO, R. S. Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. Monografia (especialização) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BRANDÃO, C. R. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços da América Latina. In: Brandão, C. R.; Streck, D. R. (Org.). Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, jan./dez., p.51-62, 2007.

HARDER, E. FREITAS, A. E. de C. A velada dimensão ambiental da função social da propriedade: rotinas administrativas e práticas coloniais no contexto do estado brasileiro in: Reforma agrária e Meio Ambiente, Instituto água e Terra. 2020.

ISAGUIRRE, K. Projeto EKOA orienta comunidades e povos tradicionais sobre Direito Ambiental. Extensão e Cultura, Curitiba, 21 de dez. 2017. Entrevista concedida à Aline Fernandes França.

MORETTI, C. Z.; ADAMS, T. Pesquisa participativa e educação popular. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011.

QUADROS, D. A.; VAZ, R. P.; ALCÂNTARA, M. C.; SCHAPPO, S.; HARDER, E. Vivência no acampamento José Lutzenberger: análise da segurança alimentar e nutricional. In: DINARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. (Orgs.). Litoral do Paraná: reflexões e interações. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011.

ROSSITO, F. D. Cooperação agroecológica, natureza e gente. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1988.





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



QUILOMBOLAS E A EXPERIÊNCIA COM O TALÃO DE PRODUTOR RURAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Vanessa Flores Dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo apresentar uma reflexão em primeira mão a respeito do cenário dos trabalhadores rurais quilombolas no acesso recente à modalidade de talão de produtor rural no contexto do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. O texto tem por base a experiência profissional de três agentes de Estado com o desenvolvimento de atividades de campo variadas junto às comunidades remanescentes de quilombos de distintas regiões do estado do RS. Buscaremos descrever e analisar situações vivenciadas em nossas experiências profissionais. Dentre as dinâmicas sociais observadas, destacamos: a) as trajetórias coletivas de famílias quilombolas e as especificidades dos processos de resistência coletiva na terra, bem como experiências de subalternidade relacionadas a postos de trabalho precários, como as jornadas por empreitadas em empreendimentos agropecuários e experiências de trabalho doméstico; b) visões estereotipadas que relacionam as práticas produtivas dos agricultores quilombolas, consideradas de subsistência, a uma incapacidade de comercialização de seus cultivos.

Palavras-chave: Quilombolas; Territórios negros; Direitos previdenciários.



INTRODUÇÃO

As contribuições recentes do campo de estudos em história, sociologia e antropologia que se dedicam à abordagem das dinâmicas sociais de coletividades quilombolas vêm buscando, sob a perspectiva das territorialidades negras, elucidar as trajetórias coletivas de famílias que compuseram um “campesinato nacional” negro, desde os idos do pós-abolição, e hoje afirmam uma identidade étnicorracial enquanto remanescentes de quilombos. Muitas dessas comunidades quilombolas, com base em um pertencimento identitário coletivo, vêm empreendendo lutas coletivas pela titulação de seus territórios negros (ou pretos) de ocupação tradicional.

No entanto, após mais de trinta anos que a Constituição Federal (CF) garantiu em seu Artigo 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o direito de propriedade definitiva das terras tradicionais ocupadas coletivamente por comunidades remanescentes de quilombos, resta evidente o enorme passivo em aberto para que o Estado assegure, de fato, o direito ao título de propriedade definitiva dessas terras. Para além do Artigo 68 dos ADCT da CF 1988, ressaltamos que é no Decreto 4.887/2003 que o direito garantido em texto constitucional é regulamentado. A definição contida em seu artigo 2, sintetiza os principais pontos estipulados enquanto critério para a identificação e reconhecimento das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos: 1) Critério de autoatribuição do grupo étnicorracial; 2) Trajetória histórica própria; 3) Relações territoriais específicas; e 4) Presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

No caso do RS, mais de uma centena de comunidades foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e têm processos de titulação abertos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, apenas quatro processos administrativos alcançaram a fase de titulação das terras em nome das associações quilombolas¹. A morosidade no andamento dos processos administrativos e a judicialização das demandas territoriais vêm ocasionando uma série de questionamentos acerca da efetividade da política pública de regularização fundiária quilombola.

Além disso, a desconsideração e a invisibilização das competências quilombolas para a edificação da vida produtiva a partir dos usos das terras de ocupação ancestral se reflete nas concepções das chamadas políticas de desenvolvimento rural, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, que compreende o foco de análise de nosso trabalho. Destaque-se que há uma

¹ Para conferência do histórico de publicações de peças técnicas pelo INCRA/RS no período de 2003-2020, é possível acessar gráfico divulgado em página oficial da Autarquia na rede social Facebook na data de 20 de novembro de 2020.



sonegação histórica do papel das pessoas negras escravizadas no desenvolvimento do Estado, a qual é expressa, por exemplo, na emblemática ausência de símbolos negros em narrativas acerca de sua formação, o que se revela, aliás, como exemplar do racismo sulino (Assumpção, 2013).

Nesse contexto, de desconsideração histórica da importância da população negra na formação social e econômica gaúcha, situa-se a invisibilização das práticas produtivas negras e/ou quilombolas, as quais permanecem sendo subjugadas e excluídas dos “mapas” (Meneses, 2016) do desenvolvimento territorial. Os processo de racialização, isto é, o que confere determinados privilégios ou exclusão de acordo com a cor da pele (Almeida, 2019), sustentou, e ainda sustenta, a desconsideração das aptidões e dos conhecimentos quilombolas forjados a partir de processos políticos e econômicos desenvolvidos no uso comum da terra. A agricultura é seguramente uma das principais práticas exercidas pelas comunidades quilombolas. Observa-se que essas atividades são concebidas prioritariamente a partir de práticas tradicionais de uso do solo, manejo e cultivo e de uma relação de reciprocidade com o ambiente, a sociobiodiversidade.

Dentre as dinâmicas sociais advindas na esteira desse processo histórico mais amplo, que remonta à formação de um campesinato nacional negro, nos reportamos sobretudo a dois aspectos que impactam sobremaneira a discussão que propomos em nosso trabalho sobre acesso e garantia de direitos previdenciários aos trabalhadores rurais quilombolas. Em um primeiro ponto, a esfera das prestações de serviços como trabalhadores rurais temporários em postos de trabalho precários, como as jornadas por empreitadas em empreendimentos agropecuários, assim como experiências de trabalho doméstico. E um segundo eixo, as perspectivas estereotipadas que atribuem à dita agricultura de subsistência, sob viés racializado, uma incapacidade de comercialização de seus cultivos por parte dos agricultores quilombolas.

Com o intuito de problematizar tais questões nas seções seguintes em diálogo às situações observadas em interlocução com lideranças e coletividades quilombolas, propomos a seguinte estrutura de análise: 1) o agravamento das vulnerabilidades sociais e econômicas das comunidades quilombolas diante dos processos de não-reconhecimentos de seus direitos como pessoas que vivem e trabalham na terra, ou seja como quilombolas-agricultores, devido ao não avanço da titulação de seus territórios após mais de 30 anos de garantia Constitucional; 2) a experiência recente com o acesso à modalidade do Talão de Nota Fiscal do Produtor Rural (ou também chamado de Bloco do Produtor) pelas comunidades quilombolas através da mediação do INCRA/RS e da Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, dando ênfase ao protagonismo quilombola na efetivação de tal direito; 3) o incipiente debate sobre os direitos previdenciário quilombola e as implicações sociais e econômicas envolvidas em tal situação. Por fim, são apresentadas as considerações finais acerca da temática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



Segundo pesquisadores da história da escravidão e do pós-abolição no Brasil como o historiador Flávio Gomes (2015), as experiências localizadas de cativos, mocambeiros e quilombolas, em diferentes períodos históricos e distribuídos por todo o território nacional, conformaram redes socioeconômicas importantes que extrapolavam os plantios para subsistência familiar e estimulavam práticas de comercialização, trocas materiais e simbólicas dentre redes de pessoas, objetos, manifestações culturais e acordos de membros de estratos sociais distintos. Para o autor, o conceito de *campo negro* pode ser definido como uma “Complexa rede social, palco de lutas e solidariedades entre as comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e até nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores e fazendeiros” (Gomes, 2015, p. 57).

Com a abolição do cativo, a autora Hebe Mattos (2015) destaca que dentre as principais estratégias de famílias negras livres ou de recém libertos, figuravam as migrações sazonais dentre regiões do rural ou mesmo para o espaço urbano, os plantios em parceria com proprietários de terras das redondezas e o sonho da pequena propriedade (2015, p. 356). Nesse viés, as experiências de famílias de ex-cativos e negros libertos vêm sendo abordadas em pesquisas recentes do ponto de vista das lógicas de acampesamento, posse da terra e da inserção em redes socioeconômicas no período pós-abolição.

Além do referencial de pesquisas da área da história da escravidão e pós-abolição no Brasil, pesquisas como a de Neusa Gusmão (1991) sobre as “terras de preto” do Maranhão e a de Maria de Lourdes Bandeira (1991) acerca da invisibilidade das “terras negras” são, em alguma medida, representativas de um campo de estudos em que as territorialidades emergem como formas singulares de resistência coletiva e como um fator de mobilização coletiva destes grupos.

Sobrepujando a definição “frigorificada” de quilombo, como sinônimo de isolamento geográfico ou modelo a priori de resistência negra à opressão histórica sofrida, diversos estudos em antropologia passam a apontar para um novo aporte conceitual e novos argumentos reunidos em torno das situações observadas sob olhares etnográficos. Para o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2002) trata-se de “saber como essa categoria focalizada se constitui hoje enquanto elemento de mobilização política de inúmeros grupos sociais” (Almeida, 2002, p. 76). Além disso, as reflexões passam a destacar a importância de se compreender as especificidades das formas de posse e ocupação coletiva da terra.

Contribui, nesse sentido, a reflexão proposta por Fidelis (2011), ao chamar a atenção para a multiplicidade de representações identitárias que compõem o rural brasileiro e a importância de se oportunizar maior visibilidade às práticas ecológicas de cultivo de comunidades quilombolas que estão relacionadas à segurança alimentar e à preservação de ambientes sociobiodiversos. Contudo, ele adverte que a estigmatização dessas atividades como exclusivamente possíveis enquanto ‘agricultura de subsistência’ revela um viés produtivista, o que não coaduna com práticas erigidas a partir de filosofias de existência, como é o caso das comunidades quilombolas.



METODOLOGIA

Nossa abordagem metodológica tem por foco a inserção em campo junto a coletividades quilombolas com base no método etnográfico. A partir do desempenho de atividades relacionadas aos nossos ofícios de técnicas no INCRA/RS e na Emater, apresentamos descrições de diálogos e de situações de interlocução a partir da técnica de observação participante. Congregamos à análise qualitativa uma sistematização de dados quantitativos relativos ao acesso à política pública em questão, no caso o Talão de Nota Fiscal do Produtor Rural na modalidade quilombola, nos últimos cinco anos no escopo do Estado do RS.

Notadamente, realizamos uma observação participante e uma pesquisa-ação em nosso trabalho, na medida em que observamos no cotidiano das vidas das coletividades quilombolas as dificuldades acarretadas pelo não reconhecimento de seus direitos como pessoas que vivem e trabalham na terra e, bem como, diante da não conclusão da titulação de seus territórios. Consideramos como uma pesquisa-ação (Thiollent, 2000) na medida em que os argumentos levantados por nossas interlocutoras e interlocutores em campo nos deram subsídios para que pudéssemos levar a problemática para a direção do INCRA e da Emater/RS e, bem como, para a Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Contudo, na condição de pesquisadoras, nosso intento não se encerrou na resolução “prática” da demanda posta pelas coletividades com as quais estivemos em interlocução, mas prossegue com a possibilidade de análise das transformações em curso que, no caso descrito neste trabalho, estão relacionadas à falta de acesso a determinadas políticas públicas pela população quilombola com base em uma falsa dicotomia que atribui a classificação de “agricultura de subsistência” a uma condição de incapacidade de comercialização de seus cultivos por parte de uma parcela da população no campo.

A estigmatização da chamada “agricultura de subsistência” é especialmente relevante no caso do direito ao acesso à terra pela população quilombola, já que é notória a vigência da racialização das relações sociais e territoriais (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, a consideração do racismo enquanto um elemento que estrutura as relações de produção no campo torna-se uma premissa epistemológica indispensável, pois tal realidade histórica repercute no presente, no que diz respeito à letargia das políticas públicas e ao boicote aos direitos das populações quilombolas, que se perpetua. Destacadamente, os próprios conhecimentos das comunidades quilombolas são racializados, na medida em que são desconsiderados e tomados como inelegíveis à definição de políticas públicas e de acesso a direitos. Nesse sentido, em reação a isso, buscamos olhar a nossa abordagem pelo prisma do reconhecimento social das coletividades quilombolas e de seus conhecimentos evidenciados a partir dos usos, manejos e aprendizados em situações de campesinidades (Woortmann, 1990), muitas vezes não reconhecidas como tal.

De forma similar, para Anjos (2003) a nominação de economia de



subsistência, atribuídas às práticas produtivas quilombolas, desconsidera as inúmeras trocas realizadas no âmbito das relações de parentesco, de afinidade e interétnicas que resultam em ativos além da subsistência individual das famílias, pois esses territórios negros, longe de estarem isolados, se originam, com frequência, da fragmentação e da expansão de um núcleo inicial, mantendo entre si uma rede intensa de solidariedade. Além dessa rede de relações entre grupos corporados de parentesco típicas do mundo rural, cada agrupamento cria e preserva toda uma rede de relações socioeconômicas densas com suas diásporas nas cidades, sobretudo na capital, o que impede a redução de sua territorialidade ao espaço físico de atividades agropecuárias e de moradia (Anjos, 2003, pg. 201). Em sentido semelhante, Maria de Nazareth Wanderley sustenta que “a representação da agricultura brasileira associada às grandes propriedades agroexportadoras é fruto de uma amnésia social que nega a contribuição do campesinato para a sociedade” (Wanderley, 2014, pg. 25).

Dessa maneira, do ponto de vista metodológico, consideramos que a análise das implicações da não-titulação das terras quilombolas é uma forma heurística de compreender as condições de desigualdades e de vulnerabilidades territoriais e econômicas das populações quilombolas. A morosidade do estado brasileiro, em relação à titulação de seus territórios, enseja a escassez de insumos, de tecnologias e de recursos para investimento agropecuário (Bairros, 2013). Bem como, há um déficit de documentação pessoal e de acesso a serviços básicos como saúde, educação, moradia, eletrificação rural, segurança pública, acesso viário, saneamento básico e à água encanada e potável, dentre outras situações. E nesse sentido, o não acesso ao Talão Fiscal do Produtor Rural, que é um documento ao qual está vinculado o acesso a um conjunto de políticas públicas, é exemplar dos efeitos produzidos pela omissão do estado e da sociedade brasileira na garantia dos direitos constitucionais quilombolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em prosseguimento da temática, discorreremos sobre nossas experiências de campo que congregam relatos e diálogos que já se estendem pelos últimos 3 a 4 anos de ações institucionais conjuntas para atendimento a várias comunidades remanescentes de quilombos, situadas em diversas regiões do RS, enquanto servidoras públicas e agentes “na ponta” junto à Emater/ASCAR-RS e ao INCRA/RS. A seguir, por tanto, refletiremos a respeito da busca pelo fortalecimento de uma rede interinstitucional em conjunto com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ/RS para implementação do direito de acesso das famílias quilombolas ao talão de produtor rural de acordo com as particularidades desses sujeitos sociais.

Segundo normativas da SEFAZ/RS, para a obtenção do Talão Fiscal do Produtor Rural, documento que regulariza a comercialização de cultivos, é requerida comprovação do uso regular do estabelecimento rural e descrição dos produtos nela cultivados, que usualmente é atestada com o registro do imóvel, contrato de arrendamento ou comprovante de posse mansa e pacífica da propriedade. Muitas



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



das comunidades remanescentes de quilombos vivem em áreas de uso coletivo, não regularizadas ou em fase de regularização fundiária, não raro em estado de conflito, disputadas por proprietários de áreas lindeiras, poder público e grandes empreendimentos, portanto não dispõem facilmente desta comprovação. Através de diversas observações realizadas em campo, em diferentes contextos locais, podemos depreender que é significativo o número de trabalhadores e trabalhadoras rurais quilombolas que referem os prejuízos nas suas relações de trabalho por não terem acesso a este documento fiscal e previdenciário. Descrevemos duas destas situações no momento seguinte do texto.

Em alguns dos casos que já nos deparamos em campo, existem quilombolas que até já tiveram o Talão de Notas Fiscais do Produtor por algum momento, mas, ao não conseguirem mais arrendar a terra, perderam sua matrícula. Uma das políticas públicas, dentre várias que tem o acesso impossibilitado pela falta do Talão, é a venda de produtos para a merenda escolar, conforme estabelece a Lei nº 11.497/2009 que determina que 30% dos produtos utilizados provenham da agricultura familiar, e prioriza o fornecimento de quilombolas e indígenas.

A essas dificuldades de caráter burocrático, somam-se também o comprometimento do processo produtivo, motivado pela escassez, disputa e pela não regularização de seus territórios, e os problemas de fertilidade dos solos – pois muitos quilombos estão localizados nas áreas dobradas que necessitam de manejo mecânico para serem mais produtivas – agravados pelo pouco acesso a tecnologias e insumos. Isso resulta numa conjunção de fatores que induz à prestação de trabalho para terceiros, fora de suas áreas, em geral no próprio meio rural, como forma de garantir o sustento.

Outros aspectos a serem comentados são a descontinuidade, o não reconhecimento institucional de suas formas organizativas e a sua distância dos espaços de decisão das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, diferentemente da legitimidade de organizações formais e consolidadas de trabalhadores rurais. Observa-se que o não reconhecimento das pessoas quilombolas que vivem da terra é mais um marcador de racismo, no sentido de que seus saberes localizados e experiências são invisibilizados por formações discursivas na lógica produtivista do agronegócio ou do “esforço” das famílias eurodescendentes de agricultores familiares. Apesar de mais de 30 anos da garantia constitucional sobre o direito à titulação de seus territórios tradicionais, as coletividades quilombolas ainda enfrentam variadas formas de deslegitimação e suspeição sobre seus modos de vida por parte daqueles que os consideram não elegíveis à propriedade e à posse da terra, já que historicamente o seu trabalho na terra foi na condição de escravizados.

O INCRA é o órgão que no Estado brasileiro tem a prerrogativa de tratar da política de regularização fundiária dos territórios quilombolas, isto é, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da terra, conforme o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4.887/2003. Contudo, em 2016, a Portaria nº 175 passou a reconhecer as chamadas “políticas de desenvolvimento” quilombola (INCRA, 2016), com base no entendimento de que o público quilombola



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



pode ter acesso equivalente às políticas públicas destinadas ao público da Reforma Agrária, como é o caso do acesso a créditos, Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), Programa Terra Sol², dentre outras. No entanto, embora tal política amplie direitos, ela ainda é embrionária e não teve um alcance significativo por conta das limitações operacionais da Autarquia para tanto.

Assim, no caso do Rio Grande do Sul, a Emater/ASCAR é a assistência técnica e a extensão rural e social (ATERS) que atende as comunidades tradicionais quilombolas, desde o ano de 1999, de forma contínua. Para tanto, a empresa de assistência técnica desafiou-se a fazer, ao longo do tempo, uma decodificação do modo de produção dessas comunidades, dos desafios e vulnerabilidades que enfrentam e das suas potencialidades produtivas e empreendedoras³.

Do ponto de vista do histórico da extensão rural no Rio Grande do Sul, considera-se que a agricultura familiar é a mais antiga e a maior demandante dos serviços públicos de ATERS, regularização fundiária, crédito e demais políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural. É com este público que as práticas da extensão oficial no RS e os demais agentes públicos têm maior acúmulo e interlocução. Não por acaso, boa parcela destes agentes prestadores de serviço são oriundos de famílias de agricultores familiares e partilham sentidos intersubjetivamente relacionados à noção de eurodescendentes⁴, sendo que muitos tiveram familiares seus assistidos por estes serviços e uma antecipada familiaridade com os agentes públicos e as políticas públicas acessadas.

Tal fato inegavelmente impacta as relações entre profissionais em campo e o público beneficiário quilombola, pois o assistido quilombola, a partir de suas vivências e incluso experiências de depreciação racial, exploração de sua mão de obra e tentativas de espoliação territorial, retira a organização prestadora na figura de seus técnicos de campo da sua “zona de conforto”. Impõe-se, portanto, um desafio extracotidiano de inovar o exercício de políticas públicas com povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, as estruturas de estado também estão sujeitas a reproduzir, a partir de seus agentes, assimetrias historicamente construídas com base em raça/cor, quando não se constata o devido reconhecimento das especificidades sociais, culturais, raciais e territoriais dos sujeitos de direito, pois “[...] qualquer intervenção que, embora visando o

² Programa que visa propiciar o aumento de renda dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, como a agroindustrialização e comercialização de cultivos.

³ As instituições supracitadas têm como desafio a capacitação dos seus quadros técnicos para uma maior compreensão do público com quem atuam. Igualmente, aprender com eles, para melhor prestarem seus serviços. Nesse sentido, há que se refletir sobre a necessidade de adequação dos instrumentos, métodos, tempos e ritos das políticas públicas destinadas à agricultura familiar como um todo, diante da realidade dessas comunidades e famílias.

⁴ Não sendo o foco da proposta para este trabalho, nos deteremos em apontar que os usos genéricos de termos como “eurodescendentes” podem ser mais bem abordados, de um ponto de vista crítico, por estudos relacionados à autopercepção racial e branquitude, conforme SCHUCMAN, 2012.



desenvolvimento, não leve em conta a diferença cultural, ganha dimensões de violência simbólica.” (Anjos, 2018, p. 8).

Quanto à caracterização das famílias quilombolas assessoradas pela Emater/ASCAR - RS, segundo a percepção da extensionista daquele órgão e uma das autoras, é possível destacar alguns aspectos socioeconômicos e produtivos que consideramos relevantes para a reflexão proposta. Inicialmente, cabe apontar que no sistema de registro institucional de atendimentos realizados em todo o estado, figuram quase cinco mil famílias quilombolas cadastradas, assistidas com diferentes tipos de ações e metodologias de ATERS⁵. Segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, são 3.283 famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico e 1.613 delas recebem o Bolsa Família (Ministério da Cidadania, 2021). A ampla maioria das Comunidades Remanescentes de Quilombos está localizada na zona rural.

Muitas famílias quilombolas vivem em corredores rurais, lindeiros de unidades familiares de produção rural (UFPRs) ou de médios e grandes empreendimentos rurais, para os quais prestam serviços agropecuários. A maioria não tem título das terras que ocupam e tampouco dispõe de outras formas de regularização fundiária. Algumas áreas estão situadas em regiões geográficas de difícil acesso, distantes das sedes dos municípios, com pouca ou nenhuma infraestrutura, que implicam em dificuldades inclusive para o escoamento de sua produção.

O modo de produção agrícola é tradicional, e os cultivos são de sementes e mudas crioulas, altamente diversificadas e não convencionais. Incorporam pouca tecnologia mecanizada e insumos de mercado. Parte importante da sua produção agropecuária destina-se ao autossustento. São, portanto, agroecológicos por tradição e por condição social, posto que não são capitalizados o suficiente para incorporarem tecnologias em suas práticas agrícolas.

Não raro enfrentam situações de conflito social e agrário por conta da disputa fundiária com lindeiros. A invisibilidade social, a indiferença ou mesmo negligência do poder local são recorrentes. As famílias têm baixa aderência às políticas públicas destinadas à agricultura familiar e às demais, por conta da falta de informação e de insuficiente documentação pessoal; além disso, embora com apoio técnico para a elaboração de projetos, há alguns impedimentos na emissão do Documento de Aptidão ao Pronaf – DAP, porta de entrada para todas as políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

Como referido anteriormente, boa parte das famílias mantém seu sustento com a prestação de serviços agrícolas (plantio de soja, fumo, colheitas de fumo, maçã; safristas, alambradores, esquiladores, pastoreios etc.) nas unidades familiares de produção rural - UFPRs dos arredores. Alguns membros da família prestam serviços não agrícolas a residências e os empreendimentos locais. Algumas famílias são extrativistas. Esse apanhado de informações de caracterização das

⁵ EMATER-RS/ASCAR. Gerência de Planejamento. Sistema de Cadastro e Registro de Atividades da Emater-RS (SISPLAN). Ações de ATERS no RS com famílias quilombolas - outubro de 2019 a outubro de 2020. Sistema disponível na intranet da Emater-RS/ASCAR.

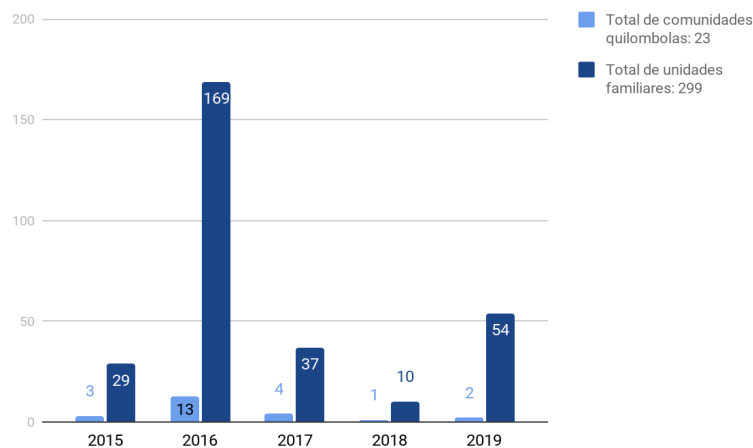


famílias quilombolas assessoradas pela Emater/ASCAR - RS parte da percepção da extensionista daquele órgão e uma das autoras, como já referido em nosso texto, e visa contribuir para o delineamento da problemática em análise.

A experiência recente com a modalidade de microprodutor rural quilombola no estado do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul vivemos neste momento uma excepcionalidade em relação ao acesso ao Talão de Notas Fiscais do Produtor pelos quilombolas, pois, em 2014 a Secretaria do Estado da Fazenda passou a aceitar que, no caso dos territórios quilombolas em regularização fundiária, que o INCRA emita uma Certidão quanto à existência de processo administrativo na Autarquia, constando a área de posse e o número de famílias. A partir disso, a SEFAZ/RS realiza um número único de cadastro para a Associação comunitária, o que permite a inclusão dos agricultores. Algumas comunidades quilombolas já foram beneficiadas com essa ação que envolve uma pequena batalha de papéis (Jardim e Jobi, 2013) para sua concretização, que congrega ainda a colaboração da Emater/ASCAR-RS em apoio às atividades de cadastramento das famílias.

Figura 1: Distribuição anual de unidades familiares e comunidades com demanda por talão fiscal de produtor rural quilombola atendidas nos últimos cinco



anos

Fonte: Elaboração das autoras de acordo com banco de dados da equipe do INCRA/RS.

Entretanto, essa solução não surgiu como uma medida institucional



concebida pelos gestores, e sim foi construída a partir da mobilização quilombola, no sentido de que foram exitosos em convencer os técnicos e técnicas das instituições envolvidas de que tal questão era um problema que exigia uma solução⁶. Também, a partir das alegações originárias dos quilombolas, em relação a serem portadores desse direito, houve a receptividade do INCRA e da Secretaria da Fazenda em construir uma solução. Exemplos de tais protagonismos são duas situações que vivenciamos e que descrevemos a seguir. A primeira refere-se a um acontecimento na Comunidade Quilombola Picada das Vassouras (Caçapava do Sul/RS), e a segunda em região fronteira do território nacional com o Uruguai.

Na Comunidade Quilombola da Picada das Vassouras, em 2012, conhecemos um quilombola (82 anos, à época) que desde sua infância produz nas terras em que vive, as quais há mais de 130 (cento e trinta) anos se caracterizam por uma ocupação mansa e pacífica. Essa área, de acordo com os dados cartoriais, é uma chamada terra devoluta, isto é: sem registro de propriedade⁷. Quando conhecemos o nosso interlocutor quilombola, ele nos disse que o seu principal problema em relação ao seu trabalho na terra era não ter o acesso ao Talão de Notas Fiscais do Produtor Rural. Ele relatou-nos que isso ocasionava várias dificuldades na comercialização de sua produção e lhe impossibilitava o recolhimento previdenciário. Posteriormente, a nossa percepção acerca das inúmeras formas de insegurança, dentre elas a territorial, que gera a não conclusão da titulação da terra, foi reforçada por algumas conversas que tivemos com esse patriarca quilombola em sua roça. Ocasões em que ele apresentou questionamentos em relação às possibilidades de uso familiar da terra no seu próprio território de ocupação ancestral. O que nos levou, mais uma vez, a constatar que a não regularização dos direitos territoriais ocasiona conflitos familiares no manejo e gestão da terra e gera insegurança territorial.

Questionamentos tais como o acima relatado, e outros que vivenciamos em campo, contribuíram para que a direção do INCRA e da Secretaria Estadual da Fazenda construíssem uma solução que pudesse atender aos quilombolas. O não acesso ao talão de produtor rural acarreta inúmeras dificuldades e constrangimentos para as famílias quilombolas. Exemplo de tais consequências para as vidas destas famílias, é um depoimento impactante, de uma mulher quilombola e trabalhadora rural, partilhado durante uma visita a campo, o qual narraremos a seguir. Por questão ética a mesma será identificada com um nome fictício.

A senhora Maria nasceu e cresceu em uma comunidade quilombola, que fica a 30 quilômetros da sede da cidade fronteira do Brasil com o Uruguai. Esta é uma região cuja economia rural é, destacadamente, a produção

⁶ Embora a análise das políticas públicas não seja o foco deste trabalho, nesta passagem podemos fazer uma alusão à “construção da agenda” em políticas públicas (KINGDON, 1984), no sentido das questões que são mobilizadas pelos atores e que conseguem se consolidar como um problema que exige uma solução, ou seja a destinação de uma política pública.

⁷ De acordo com os estudos realizados pelo INCRA, essa ocupação tem como origem um legado de terras a negros e negras no processo de abolição da ‘escravavização’ (BISPO, 2015) no Brasil.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



pecuária de corte. A maior parte da renda das famílias da comunidade provém da prestação de serviços nas fazendas da região. Importante aqui destacar que esta comunidade é um corredor rural, onde vivem quase 20 famílias, numa área de menos de três hectares, portanto sem espaço para cultivo comercial.

Maria casou-se muito jovem com um integrante de outra comunidade quilombola da região, homem já de certa idade, cujo ofício era ser peão em uma fazenda nas proximidades, e como tal tinha sua carteira de trabalho assinada, recebia um salário mínimo mensal e demais benefícios a ela associados. Já Maria, que prestava serviços domésticos na residência da família, nunca teve a formalização da relação de trabalho. Lá trabalharam por mais de 21 anos, quando então, o marido apresentou estágio avançado de Alzheimer e aposentou-se com os anos de carteira assinada, podendo gozar do direito à aposentadoria especial. Já Maria não pode aposentar-se: nunca teve carteira assinada, embora tenha prestado serviços domésticos e agrícolas desde menina. Vale aqui destacar que ela não foi somente trabalhadora doméstica, compartilhava das lidas de campo também. Relata que foram aconselhados a deixar a fazenda para dar lugar ao novo peão. Ao saírem em razão da doença do marido, Maria solicitou aos patrões um ressarcimento pelos anos em que trabalhou na informalidade, e reivindicou também o direito de levar a casa que o casal construiu e a mobília por eles adquirida.

Ambos foram aconselhados, ameaçadoramente, a deixar a fazenda o mais rápido possível, e a senhora Maria ficou sem nada a receber. Na fazenda ficou a casa com todos os pertences que adquiriram juntos, para o uso do novo peão. Para agravar a situação, o marido de Maria, por conta da doença, desenvolveu um comportamento violento e passou a agredi-la, vindo a separar-se devido ao distúrbio de seu marido. Hoje vive de trabalhos temporários e está pleiteando o acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social. Ao perguntar-lhe se havia recorrido à Justiça, disse “não posso, aqui ninguém faz isso, se fizermos os fazendeiros não darão emprego para os mais jovens”.

Propositalmente, esta narrativa não se deterá em explorar os elementos de discriminação racial combinados com os de gênero, implicados na decisão do patrão e em sua postura ameaçadora, já que não é este o foco de nossa análise. No entanto, vale pontuar que esta também é uma das variações de práticas discriminatórias que historicamente vulnerabiliza as mulheres negras. A violência de gênero atinge a todas as mulheres, mas atinge de forma mais grave aquelas que combinam mais de uma opressão, conforme a filósofa Djamila Ribeiro (2018).

Como podemos perceber em ambos os relatos acima, a falta de terra própria para se viver e produzir seus cultivos incorrem em constrangimentos, situações de graves violações aos direitos humanos e exploração contínua da mão de obra desses trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, a morosidade e omissão do poder público de todas as esferas para que as comunidades quilombolas sejam efetivamente incluídas no rol de políticas de desenvolvimento rural destinadas à esfera da agricultura familiar contribui para a busca por empregos temporários fora de seus territórios. Assim, sem autonomia produtiva e econômica, resta a



precariedade das vagas de trabalhos por “changas” e empreitadas. Sem um vínculo empregatício formal, conseqüentemente muitos quilombolas deixam de acessar direitos previdenciários e sequer poderão comprovar tempo de trabalho rural para fins de aposentadoria.

Direitos previdenciários e população quilombola: um debate incipiente

Como já comentado nas páginas anteriores, o talão de produtor é o caminho para acesso aos direitos previdenciários, de diferentes tipos: licença maternidade, licença saúde, pensão por morte, pensão alimentícia e mesmo a aposentadoria, que é um direito fundamental para a qualidade de vida no futuro. Ao analisar a legislação sobre os direitos previdenciários para os trabalhadores rurais, verifica-se que é uma conquista de poucas décadas. Isso chama especialmente nossa atenção porque a população rural representou a maior parte da população economicamente ativa no Brasil por muito tempo (Martins, 2016).

Pode-se pensar que a população rural, pela sua contribuição à economia brasileira, poderia merecer um olhar mais atencioso à aposentadoria de seus trabalhadores. Não é o que conta a história. Ao pesquisar sobre direitos previdenciários na legislação brasileira, encontramos poucos trabalhos que abordaram este direito no que tange a população rural negra, e ainda menos em relação à população quilombola.

Para Martins (2016, p. 4), falar em direitos previdenciários está “além de seu caráter contributivo e prestacional, sendo uma ferramenta apta à concretização dos direitos fundamentais dos indivíduos”. [...]”. Recordemos que no Brasil, a instituição que antecedeu ao atual INSS, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), foi criado em 1966, através do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966. Mas os trabalhadores rurais já buscavam se organizar antes, e Eliziario et alli (2018) destaca a importante atuação das ligas camponesas nesta luta, já nas décadas de 1940 e 1950.

A aposentadoria aos trabalhadores rurais, contudo, só recebeu o princípio de equiparação com a aposentadoria conquistada pelos trabalhadores da área urbana a partir da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 6º aborda os direitos sociais. Antes disso, o benefício de aposentadoria ao trabalhador rural era considerado benefício da assistência previdenciária, e regulamentado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), instituído pela Lei n. 4.212, de 2 de março de 1963. Quase uma década depois, foi criado um programa específico, que regulamentando a concessão efetiva da aposentadoria, O PRORURAL⁸ – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

⁸ Através da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Alterado pela Lei Complementar nº 16, de 30 de outubro de 1973.



A pesquisa de Elizario et alli (2018), bastante recente, sinaliza que o direito da aposentadoria ainda não está acessível a todos os trabalhadores rurais, e que muitos ainda desconhecem a previsão constitucional desta fonte de renda. Kreter (2004) evidencia a existência de uma desigualdade entre brancos e negros no que tange à escolaridade da população aposentada na área rural. Embora seu estudo se concentre em dados da década de 1990, a partir da PNAD dos anos 1992, 1996 e 1999, consideramos importante trazer aqui a sua conclusão sobre este tema.

[...] através da classificação por cor (ou raça) nos diferentes níveis de educação é possível observar que os aposentados negros permaneceram com níveis de escolaridade inferiores, se comparados aos aposentados brancos. Este resultado sugere que, no Brasil, em média, os brancos têm maior acesso ao sistema educacional. E, como o maior grau de instrução facilita a requisição de qualquer benefício previdenciário, esta pode ser uma das razões para a maior participação dos brancos no sistema de aposentadorias. Porém, ainda não é possível mensurar o quanto a escolaridade e a cor (ou raça) podem influenciar no fato do indivíduo receber estes benefícios. (KRETER, 2004, p. 76).

Assim, não obstante os desafios já comentados sobre a comprovação de tempo de trabalho na agricultura, e por vezes até o desconhecimento dos direitos constitucionais à previdência social, é possível pensar nos atravessamentos que ocorrem em razão das condições de possibilidade de acesso aos aparatos de justiça e garantia de direitos sociais por parte da população quilombola.

CONCLUSÕES

No intento de uma sistematização de dados a respeito da matéria, com base em nossas experiências enquanto agentes de Estado que desenvolvem atividades de campo variadas junto às comunidades remanescentes de quilombos de distintas regiões do estado do RS, buscamos elucidar os principais aspectos referentes ao tema do acesso ao talão de produtor rural por parte dos trabalhadores rurais quilombolas, com os quais pudemos dialogar em diferentes momentos e contextos locais na esfera regional.

Através de situações vivenciadas ao longo de nossas experiências profissionais, buscamos tecer pontos de conexão entre as experiências situadas de nossos interlocutores com dinâmicas sociais e territoriais mais amplas que congregam a temática. Dentre as dinâmicas sociais observadas, destacamos neste trabalho as especificidades dos processos de resistência coletiva na terra por parte de famílias quilombolas, bem como suas experiências de subalternidade relacionadas a postos de trabalho precários, como as jornadas por empreitadas; Em um segundo ponto, apontamos para as perspectivas estereotipadas que atribuem à dita agricultura de subsistência uma incapacidade de comercialização de seus cultivos.



Constatamos que os trabalhadores que compõem essas coletividades estão inseridos, majoritariamente, em relações laborais de caráter assimétrico e cumprindo jornadas de trabalho extensivas, sendo responsáveis pela execução de trabalhos dentre os mais penosos no meio rural, com trajetórias laborais que alcançam idade avançada; além disso, sem a regularização da sua condição como trabalhador ou trabalhadora rural, não serão beneficiários dos direitos previdenciários, tais como: a aposentadoria especial como agricultores, auxílio doença, licença saúde ou licença maternidade.

Tanto quanto as lutas por regularização fundiária dos territórios quilombolas, ressaltamos que a demanda advinda das próprias famílias quilombolas por formalização da condição de microprodutores rurais ainda requer empenho para a devida regulamentação da matéria e para que haja alcance e efetivação desse direito. A solução para a pauta na esfera do estado do RS não surgiu como uma medida institucional concebida a partir de gestores públicos, e sim foi construída a partir da mobilização quilombola, no sentido de que foram exitosos em convencer às instituições envolvidas de que tal questão era um problema urgente. Portanto, mais um flanco de luta por reparação histórica e reconhecimento de suas especificidades étnicorraciais e territoriais.

De toda forma, trata-se de um campo de debates ainda incipiente se considerado o número ainda pequeno de artigos científicos ou mesmo dissertações e teses produzidas no Brasil nos últimos anos acerca da temática dos direitos previdenciários no ambiente rural com a perspectiva ético-racial. Sendo assim, com essa primeira reflexão, buscamos estabelecer diálogos em busca de trocas que possam proporcionar a elaboração de análises mais amplas no que tange aos direitos previdenciários de trabalhadores e trabalhadoras rurais quilombolas.

REFERÊNCIAS:

Almeida, A. W. B. de. (2002). Os quilombos e as novas etnias. In: O'dwyer, E. C.. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Anjos, J. C. G. dos. (2003). Raça e pobreza rural no Brasil Meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos – um estudo de caso. *Teoria e Pesquisa*. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, v. 1, n. 42/43, p. 199-220.

_____. (2018). Território, etnicidade e mediações para o desenvolvimento. *No prelo*. Porto Alegre, RS: [s. n.], 14 p.

Assumpção, J. E. (2013). *Pelotas Escravidão e Charqueadas 1780-1888*. Porto Alegre. Editora FCM.

Bairros, F. (2013). *(In)segurança alimentar e acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome de comunidades quilombolas do estado*



do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Epidemiologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/107052>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

Bandeira, M. de L. (1991). Terras negras: invisibilidade expropriadora. In: *Terras e territórios de negros no Brasil*. (Textos e debates. Ano I, n. 2). Florianópolis: UFSC.

Bispo, A. dos S. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significação*. Brasília. Editora UNB.

Brasil. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. 1988.

_____. *Lei 11.497*, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

_____. *Decreto 4887/2003*, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília. 2003.

_____. (2021). Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Dados do sistema do Cadastro Único*.

Elizario, R.; Ferrantes, V. L; Hermann, H. (2018). Aposentadoria entre os assentados rurais: conquistas, benefícios e bloqueios. *Retratos de Assentamentos*. v.21, n.1, p 120 - 145.

Estado do Rio Grande do Sul. *Lei Nº 11.571*, de janeiro de 2001. Dispõe sobre a emissão de talão de Notas Fiscais do Produtor em nome da família. Porto Alegre.

Fidelis, L. (2011). Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade. *Cadernos CERU*, [S.I.], v. 22, n. 1, p. 57-72. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/29465/31324>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

Gomes, F. dos S. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma.

Gusmão, N. (1991). A questão política das chamadas “terras de preto”. In: *Terras e territórios de negros no Brasil*. (Textos e debates. Ano I, n. 2). Florianópolis: UFSC.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Portaria Nº 175*, de 19 de abril de 2016. Reconhece os agricultores familiares remanescentes de quilombos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências. 2016.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio Grande do Sul (INCRA/RS). Postagem com data de 20 de novembro de 2020. *Facebook: Perfil institucional do INCRA/RS*. Disponível em: <https://www.facebook.com/IncraRS/photos/a.2245757265455238/3733833529980930/?type=3&theater.%20Acesso%20em%3A%2017%20de%20janeiro%20de%202021>. <https://www.facebook.com/IncraRS/photos/a.2245757265455238/3733833529980930/?type=3&theater.%20Acesso%20em%3A%2017%20de%20janeiro%20de%202021>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

Jardim, D. F.; Jobi, C. S. (2015). Batalla de los papeles: Notas sobre las tensiones entre procedimientos escritos y memoria en la regularización agraria de tierras de quilombos en Brasil. *Universitas Humanistica*, v. 30, p. 189-212. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/7482>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

Kingdon, J. W. (1984). *Agendas, Alternatives and Public Policies*. United States of America: Addison- Wesley Longman.

Kreter, A. C. de M. (2004). *Avaliação da eficácia e equidade das aposentadorias no meio rural*. USP, Piracicaba. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-04032005-163320/publico/ana.pdf>. Acesso em 30/07/2020. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

Little, P. (2002). Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, v. 2. n. 3., p. 33-52. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/23>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

Mattos, H. M. (2015). *Das cores do silêncio*. São Paulo: Editora da Unicamp.

Martins, A. B. (2016). *A seguridade social como instrumento de proteção e inclusão social dos trabalhadores rurais*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Viçosa.

Meneses, M. P. (2016) Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique. *OP/SIS*, 16, 1, 26.-44.

Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Rio de Janeiro: Companhia das Letras.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Schucman, L. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado (Instituto de Psicologia). Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

Thiollent, M. (2000). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

Wanderley, M. de N. B. (2014) O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista Economia e Sociologia Rural*, vol.52, pp.25-44.

Woortmann, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

18





RUPTURA DE CERCOS: A EXPANSÃO DAS ZONAS AUTÔNOMAS ZAPATISTAS

Ana Gabriela Pereira da Costa¹

Ana Maria Motta Ribeiro²

A máxima “direito à ter direitos” reflete a necessidade do movimento neozapatista de se autodeterminar, sendo este um dos maiores pilares da luta dos povos originários na América Latina, evidencia a busca pelo atendimento às demandas básicas de forma autônoma ao governo, à contra pelo das opressões cometidas pelo Estado quanto a não observância da pluralidade étnica, cultural e social dos indivíduos na promulgação de direitos. Aliado à cosmovisão indígena, ocorre um movimento “desde abajo” na luta por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz, para tanto se faz necessário compreender que seus vínculos com a terra e o território não são materiais, e, perpassam pela ancestralidade. Ademais, o movimento nos faz refletir sobre a desarmônica relação entre a cultura hegemônica e as tradições culturais, que regulamentam a convivência de determinados grupos, e atravessam as relações sociais sob práticas autônomas de resistência diante da ineficácia jurídica do Estado quanto à preservação da memória e identidade das culturas tradicionais e a própria essência do capitalismo neoliberal que buscando o lucro de qualquer maneira transforma culturas e tradições em objetos de consumo, sendo esta mais uma das etapas de um longo processo de etnocídio. Através dessas elucidações, se constata a existência de diversos conceitos e sentidos de justiça, decorrentes da diversidade de sujeitos, resistindo pelo direito de ser diferente sob a vigência de uma lei positivada que privilegia uma única forma de olhar. O presente trabalho pretende mostrar em que medida pode-se perceber uma possibilidade emancipatória real que está em curso em situações de conflito e pode ser verificada empiricamente quando uma ação de classes subverte a dominação capitalista patriarcal e colonial tradicionalmente constituída no continente.

Palavras-chave: ezln, território, autonomia

¹ Mestranda em Conflitos Socioambientais Rurais e Urbanos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Eduardo Galeano em *As veias abertas da América Latina* ao analisar a febre de ouro e prata, entremeando conceitos marxistas, afirma que a exploração de minas de ouro e prata durante a invasão e colonização de Abya Yala está diretamente relacionada ao genocídio dos povos originários, e foi a principal fonte de acumulação de riquezas dos países europeus, desde a Idade Média, possibilitando o fortalecimento e constituição de uma nova etapa do capitalismo. A economia colonial financiava os mercadores, donos de minas e grandes proprietários de terras, através do sangue e suor indígena e negro sob o aval da Coroa e da Igreja Católica.

Em 1581, na cidade mexicana de Guadalajara, o rei da Espanha Felipe II afirma que um terço dos povos originários da América haviam sido mortos e que os que ainda viviam seriam obrigados a pagar impostos à Coroa, que arrancava um quinto do valor dos minérios mais impostos e destinava à colônia tal quantia, assim como a coroa portuguesa fazia no Brasil. Estima-se que a quantia de 5.000 milhões de dólares foi evadida do México entre 1760 e 1809 através das exportações de ouro e prata das minas de Guanajuato e Zacatecas.

Após a independência do México no início do século XIX, assim como outros países da América Latina, o que se via era o retrato de uma sociedade oligárquica firmado em tradições coloniais e carregado de cicatrizes desta trajetória. A influência da Igreja Católica e da Monarquia Espanhola para o fortalecimento do sistema de propriedades do clero, refletido em um processo de colonização tratado como pacificação dos indígenas, sinônimo de genocídio, modernização da agricultura caracterizado pelos grandes latifúndios e seus monopólios e expansão do neoliberalismo.

A Revolução Mexicana foi a primeira das grandes revoluções ocorridas durante o século XX, a revolta armada iniciada em 1910 pôs fim ao governo de Porfírio Díaz, regime ditatorial que durou cerca de 30 anos conhecido como “porfiriato”. As principais demandas estavam ligadas à terra e seu manejo,



explicitando a necessidade de uma reforma agrária que contemplasse os povos originários, marginalizados e invisibilizados pelos setores da elite política e financeira estatal, formada principalmente por grandes latifundiários.

Porfírio Dias foi “reeleito” pela sexta vez em 1904 e a insurreição encabeçada por Francisco I. Madero, levou Porfírio Dias à queda do poder em 25 de maio de 1911 após a assinatura dos Tratados de Juarez que estabeleciam a renúncia e o fim das rebeliões. Madero, candidato anti reelecionista e também latifundiário, possuía um projeto político similar ao antecessor, pois atendia aos mesmos interesses e desenvolve uma coalisão em conjunto com os interesses angloamericanos para o monopólio de direitos sobre a água na tentativa de dissolver o partido reelecionista, sendo eleito em 1º de outubro de 1911.

No sul do México, o levante encabeçado por Emiliano Zapata, construído por indígenas de diversas etnias e camponeses, foi de grande importância para os rumos da Revolução Mexicana e para a própria luta pela autodeterminação dessas comunidades que já praticavam a autogestão e que, posteriormente, através da insurgência do movimento zapatista, reivindicaram que todos fossem tratados em igualdade de condições com os demais grupos sociais mexicanos.

Zapata em 1911 anuncia o Plan de Ayala e afirma estar disposto lutar contra tudo e contra todos para denunciar que a revolução não se trata de uma simples troca de personagens no governo. As forças revolucionárias zapatistas eram vistas como uma ameaça para o poder oficial mexicano. Os zapatistas se tornaram resistência também contra Madero, que representava a mesma política porfirista. O documento, firmado em 25 de novembro de 1911, confirma os sentidos e objetivos da luta zapatista, e, configura Madero como violador dos princípios do sufrágio universal e traidor da pátria, causador de derramamento de sangue por intentar repressões militares contra os indígenas. Tal documento nomeia Pascual Orozco (San Isidro - Chihuahua) e Zapata (no Sul) como líderes da revolução.

Orozco possuía poucas relações com Zapata, estabelecidas somente no que tange à história de insurreições paralelas, porém em lugares distintos. Após 1911, as tropas maderistas ofereceram o cargo de comandante dos camponeses de



Chihuahua à Orozco, que contrariando as expectativas, busca a candidatura ao governo de Chihuahua, porém Madero segue seu apoio à Abraham González, que assume como governador interino sem apoio local, porém, o mesmo renuncia e entrega seu posto à Orozco que neste momento não desejava mais tal cargo, já que significaria um rompimento com seus ideais, e em 9 de março de 1912 Orozco declara guerra à Madero.

Os zapatistas permanecem na luta, neste momento contra Huerta, e diversas insurreições surgem pelo México. E em Chihuahua, Francisco Villa, ou Pancho Villa, assume a liderança da rebelião. E, em 22 de fevereiro de 1913 Madero é assassinado pelas tropas de Félix Dias e Victoriano Huerta, comandante do exército nacional, assim como Abraham González. Entre 1910 e 1920, diversas epidemias atingiram o México como o tifo, a febre amarela e a gripe espanhola. No estado de Morelos, em 1914, Emiliano Zapata ao anunciar o novo plano de reforma agrária, ainda mais radical que Ayala, reivindica o fim da concentração e monopólio de terras e sustenta que todos devem ter o direito à terra, como forma de subsistência. Durante a primavera de 1915, enquanto todo o México padecia por falta de alimentos os campos de Morelos cultivavam milho e outros alimentos. Em 1919 o líder mexicano Emiliano Zapata foi assassinado em uma emboscada mas a memória de sua trajetória e luta permaneceram vivos.

A crise de 1929, refletiu na fundação do Partido Nacional Revolucionário. Em decorrência da Constituição de 1917, a construção de um executivo forte se deu no crescimento da burocracia como sistema político, utilizado como forma de garantir maior poder na gestão, circulação e mobilidade da restrita elite governante à mando do capital financeiro e retrato de uma luta política de interesses de grupos distintos pertencentes à uma mesma elite social. Entre 1934 e 1984 houve a consolidação desse sistema presidencialista, com amplos poderes superiores aos do legislativo e judiciário, vertente constitucionalista que agrega o passado colonial e patriarcal.

Assim, a Revolução Mexicana, como um pacto social e institucional entre elites latifundiárias e incisões rebeldes, o futuro do Estado mexicano representou, até 1968, uma estabilidade política e crescimento econômico, com a intervenção do capital estrangeiro e retirada da Igreja e exército como foco principal, representação do triunfo do pacto institucional - executivo - e a suposta democracia, representada



pelos sistema de partidos, que beneficiava banqueiros, grande empresários e o capital estrangeiro, ou seja, toda a política neoliberal.

Em 1968, ocorre uma rebelião - encabeçada pelas classes médias e estudantis - durante as ditaduras na América Latina, o sistema político permanecia o mesmo com os mesmos atores e financiadores. O Partido Nacional Revolucionário (PNR) - remanescente da Guerra Civil de 1910 - se transforma no PRI (Partido Revolucionário Institucional), representando a manutenção de corporativismos e sistemas políticos e institucionais. O PRI ganha lugar hegemônico na política nacional, cada vez mais distante das bases populistas e com relações estreitas com o elitismo e as políticas neoliberais, somando modos de reprodução compatíveis com a corrupção e o nepotismo embora tentando manter uma narrativa de discurso político popular. Desta forma, os campesinos formaram a Confederação Nacional Campesina, frente ao êxodo rural e as novas ofensivas latifundiárias como as agroindústrias e as recentes agrotecnologias.

O crescimento de guerrilhas rurais e urbanas pelos territórios mexicanos resultaram na formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 17 de novembro de 1983, no Chiapas, estado mais pobre do México. Tal região encontra-se na fronteira com a Guatemala, geograficamente caracterizada por suas montanhas e a Selva de Lacandona, local no qual em 1º de janeiro de 1994 insurge o movimento rebelde e autônomo neo zapatista, alcançando inicialmente 26 comunidades no estado do Chiapas.

Na Primeira Declaração da Selva La Candona (1º de janeiro de 1994) emitida pelo EZLN, de acordo com o artigo 39 da Constituição Mexicana, é comunicado ao exército federal mexicano -que segundo os neozapatistas é o pilar básico da ditadura que padecem-, assim como, ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), que detém majoritariamente o poder no México, e ao executivo federal o estado de guerra contra o governo estatal e o pedido de restauração da legalidade e estabilidade através da deposição do chefe do executivo. O enfrentamento durou 12 dias e o EZLN contava com cerca de 2 a 3 mil combatentes para tomar 7 municípios oficiais do Estado de Chiapas, segundo estimativas oficiais foram contabilizados 150 rebeldes, 24 policiais e 19 militares mortos até a trégua. Antes mesmo da declaração de guerra em janeiro 1994, durante a clandestinidade, os neozapatistas se auto



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



organizavam através de trabalhos coletivos, porém estas ações não eram vistas pelos mesmos como práticas autônomas, exemplo fático são as clínicas de saúde completamente desligadas do poder estatal.

“Nós já tínhamos um território controlado e foi para organizá-lo que se criaram os Municípios Autônomos. O EZLN tem muitas idéias sobre como é um povo organizado e livre. O problema é que não há um governo que obedeça; há um governo mandão que não te escuta, que não te respeita, que pensa que os povos indígenas não sabem pensar, que quer nos tratar como índios pés-de-chinelo, mas a história já lhes respondeu e demonstrou que sabemos, sim, pensar, e que sabemos nos organizar. A injustiça e a pobreza te fazem pensar, produzir idéias, te fazem pensar como fazê-lo, ainda que o governo não te escute.”

EZLN, Major Insurgente de Infantaria Moisés.

As zonas autônomas zapatistas, formadas em decorrência do levante armado, desenvolvem um autogoverno no território sobre os eixos da educação autônoma, da saúde autônoma, da administração autônoma da justiça e da organização autônoma da produção através de sociedades e cooperativas de produção e agroecologia, as cooperativas de transporte de pessoas e bens, os Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas e as Juntas de Bom Governo, que se baseiam na direção coletiva e rotativa, aliada à cosmovisão indígena das etnias locais.

Através de Comunicados e o uso da internet os insurgentes conseguem apresentar a "sua versão" dos fatos e mostrar um tamanho imenso e capaz de contradizer um Estado e mostrar uma proposta alternativa e uma identidade geopolítica reivindicando, ainda, uma narrativa não dependente do chamado marxismo tradicional coordenado por elites intelectuais de esquerda. Isso tudo trouxe uma proposta mais do que inusitada, nova e independente de direções partidárias tanto quanto de governos. Assim Chiapas apareceu buscando um novo lugar mesmo que sem desmerecer as teorias marxistas desde que conduzidas a partir de sua realidade empírica. Tornando a experiência na práxis como uma forma



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



de delimitação de sua identidade ao mesmo tempo em que rompiam paradigmas teórico metodológicos.

O sigilo e o anonimato tanto por razões táticas defensivas de segurança, mostra a profundidade de suas propostas em termos de ruptura até militar com o "sistema" ao assumir a necessidade tática da clandestinidade como essencial, e para mostrar em que medida pretendem assumir um lugar maior e diferente na disputa concreta por dentro do cenário hegemônico mostrando que sua opção alternativa é adversa e se caracteriza como uma proposta coletiva. Todos os membros não precisam ser identificados individualmente pelo modelo consumista mas cada um pode aparecer como o coletivo que fala.

A formação do grupo dentro do modelo militar, pode-se afirmar que por ser anti capitalista e depois de tentar acordos com o Estado e serem traídos acabaram por aprofundar a importância de permanecerem em alerta e de se apresentarem como adversários políticos do Estado mexicano de fato. O que supõe uma força bélica. A organização do grupo neo zapatista em territórios autônomos e independentes, como organização social, política e econômica alternativa consolidada e factível - desde que organizada em prontidão - para disputar sem dependência sua independência e autonomismo pressupõe uma necessária adversidade em relação a qualquer tipo de apoio do Estado em forma de políticas públicas. O modelo organizativo em territórios independentes se define pela não aceitação de apoio governamental. São territórios que se pretendem totalmente autônomos, pois desta forma podem mostrar que não precisam do Estado burguês mexicano seja ele qual for, para se reproduzirem. E essa parece uma forma clara de "afronta" político ideológica que reivindicam.

A Lei Revolucionária das Mulheres Zapatistas, aprovada 31 de dezembro de 1993, demonstra as matrizes anti-patriarcais do movimento organizado pelo EZLN na tomada de territórios no estado de Chiapas-México, em 1º de janeiro de 1994. A construção desta alternativa política e ideológica como uma possibilidade emancipatória real que está em curso em situações de conflito e pode ser verificada empiricamente quando uma ação de classes subverte a dominação capitalista patriarcal e colonial tradicionalmente constituída em Abya Yala, garantido a continuidade e permanência ancestrais com um mínimo de independência e gerando modos de sociabilidade onde a posição da mulher emerge como chave importante no processo de resistência autônoma crítica e contrária à ordem estabelecida, construída a partir do reforço destas experiências.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O Comum na América Latina, caracterizado pela luta indígena por território, identidade e autogoverno, riquezas simbólicas expropriadas pelo capital, dado através de práticas coletivas cotidianas representa uma grande subversão frente ao Estado hierárquico e burocrático, e aos novos desenlaces e formas de dominação neoliberal. Tais ações como a Cooperativa de artesanato “Mulheres pela Dignidade”, com sua coordenação geral e representantes locais, além do coletivo de artesanato “Mulheres da Resistência” podem ser vislumbradas como formas de manutenção da existência e identidade dessas mulheres, estabelecendo diálogos com desenhos matriarcais decoloniais e o uso de práticas sustentáveis de manejo da terra, construção necessária em termos de Direitos à ter Direitos.

O estado de Chiapas é o principal produtor de café no México, em 1988 a produção chiapanesca correspondia à 35% da produção nacional, metade desta sendo direcionada ao mercado internacional. O valor de exportação do café mexicano pergamino era de 8 mil pesos, enquanto o produtor recebia apenas $\frac{1}{4}$ deste valor. Na contramão política, econômica e simbólica, o movimento zapatista se organiza em cooperativas como forma de distribuição de renda e preservação da memória e identidade das culturas tradicionais caracterizado nas lutas indígenas por território.

O Café Comandanta Ramona é produzido de forma orgânica e coletiva, insurgindo contra os modelos industriais de superprodução ampliando as concepções de resistência anticapitalista. A articulação local-global por meio das redes de apoio ao movimento possibilita a exportação deste café, de reconhecimento e qualidade internacional, como forma de divulgação e sustentação econômica do próprio movimento. Nesta medida podem representar formas de autonomia econômica que sustentem a insurgência política assim como uma experiência de reprodução da vida num modelo agroecológico anticapitalista com



matrizes anti patriarcais, decoloniais, com independência do Estado e a contra pelo do neoliberalismo.

Em 2016 em reunião foi acordado entre os zapatistas, Congresso Nacional Indígena e o EZLN, o comprometimento com a ofensiva em defesa do território e da mãe terra. Após, a candidatura de Marichuy, indígena zapatista e médica, à presidência do México nas eleições de 2017, colocou à prova os jogos de poder capitalistas com o objetivo principal de atingir e organizar as comunidades indígenas zapatistas, coletivamente e desde abajo.

Em agosto de 2019 os zapatistas através do comunicado do comitê clandestino revolucionário indígena anunciaram a expansão do seu território:

Aparecemos diante de vocês com novos Caracoles e municípios rebeldes Zapatistas mais autônomos em novas áreas do sudeste do México. Agora teremos também Centros de Resistência Autônoma e Rebelião Zapatista. Na maioria dos casos, esses centros também abrigam caracóis, conselhos do governo e municípios autônomos rebeldes zapatistas (marez). Embora devagar, como deveria ser o nome, os 5 caracóis originais foram reproduzidos após 15 anos de trabalho político e organizacional; e o MAREZ e seus conselhos de bom governo também tiveram que aumentar e vê-los crescer. Agora haverá 12 caracóis com seus conselhos de bom governo. Esse crescimento exponencial, que hoje nos permite deixar a cerca novamente, deve-se principalmente a duas coisas: Um deles, e o mais importante, é o trabalho político organizacional e o exemplo das bases zapatistas de mulheres, homens, crianças e idosos. De maneira destacada, das mulheres e jovens zapatistas. Companheiros de todas as idades se mobilizaram para conversar com outras irmãs com ou sem organização. Os jovens zapatistas, sem abandonar seus gostos e desejos, aprenderam sobre ciência e artes e, assim, infectaram cada vez mais jovens. A maioria desses jovens, principalmente mulheres, toma posse e os absorve em sua criatividade, engenhosidade e inteligência. Assim, podemos dizer, sem tristeza e com orgulho, que as mulheres zapatistas não apenas avançam, como o pássaro Pujuy, marcam o caminho para nós e não se perdem: também nas laterais para que não nos desviem; e de volta para que não demoremos. A outra é a política governamental destrutiva da comunidade e da natureza, particularmente a do atual governo denominado "Quarta Transformação". As comunidades tradicionalmente partidárias foram feridas pelo desprezo, racismo e voracidade do atual governo e entraram em



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



rebeliões abertas ou ocultas. Quem pensou que, com sua política de esmolas contra-insurgentes, dividiria o Zapatismo e compraria a lealdade dos não-zapatistas, incentivando o confronto e o desânimo, apresentou os argumentos que faltavam para convencer aqueles irmãos e irmãs de que é necessário defender a terra e a natureza. O mau governo pensou e acha que o que as pessoas esperam e precisam são esmolas monetárias.

(EZLN, Y Rompimos el cerco, 2019)

Em diversas entrevistas, o antropólogo Walter Mignolo afirma que o movimento zapatista em Chiapas se mostra como um dos principais exemplos práticos do que teóricos classificaram como “giro decolonial”. Constantemente recorremos à formas e articulações de uma democracia com contornos europeus, apegados à herança colonizadora como uma “herança fundamental” traduzidas na colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser. Os significativos expoentes dessa revolta por reiteradas vezes são invisibilizados pela imprensa e pela própria esquerda institucional. A genealogia do pensamento decolonial é planetária e não se limita a indivíduos, mas incorpora nos movimentos sociais (o qual nos remete aos movimentos sociais indígenas e afros) (Mignolo, 2008, p. 258).

A maneira de compreender depende de como contamos a história. Se a contamos de forma linear, no horizonte da modernidade, as independências “superaram” e puseram fim ao colonialismo lusohispânico ao longo do século XIX. Mas se a contamos de uma perspectiva históricoestrutural, então as independências apenas rearticulam a colonialidade: a partir das independências, são os criollos (descendentes de europeus) que mandam e fazem o mesmo que faziam os governos monárquicos imperiais. Os mecanismos permanecem os mesmos: a colonialidade, isto é, a estrutura ou matriz colonial de poder gestada a partir do século XVI, seguiu operando. Da perspectiva europeia, a revolução colonial marcou um avanço na história que eles mesmos se contavam. Por sua vez, os aymaras e quechuas (indígenas da região andina) têm um termo, “pachakuti”, que significa uma violenta reviravolta no tempo e no espaço, ou “o mundo ao revés”. Isso foi o que a revolução colonial significou para eles: o caos, o mundo ao avesso. Para os habitantes de Tawantinsuyu, Anahuac e Abya Yala, essa não era sua história. O conto da cristianização e da civilização desordenou seu mundo, que agora, no século XXI, está em processo de reordenação, sobretudo na Bolívia e no Equador, mas também em Chiapas, no sul do México, e na Guatemala.

O Globo, 16/01/2010, Prosa & Verso, p. 3



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência zapatista se dá através de uma resistência crítica e contrária à ordem estabelecida, como proposta de organização anticapitalista de reprodução da vida material e imaterial e construída a partir do reforço das experiências originárias e para além da própria ideia de Estado burguês, construindo de uma experiência autônoma e independente do Estado e do modo burguês de ordenamento, regramento e reprodução social e econômica capitalista dentro de uma condição histórica onde a hegemonia é capitalista.

A construção desta alternativa política e ideológica oferece um olhar a contra pelo da situação hegemônica através de uma reflexão sobre a experiência desenvolvida - e naturalmente levando em conta suas contradições - a partir do comum, desenvolvido em forma orgânica e classista por um movimento social anti capitalista que procura desenvolver e experimentar formas de atuação de gênero anti patriarcais em sua reprodução econômica com consequências políticas e simbólicas relevantes.

Frente ao êxodo rural e as novas ofensivas latifundiárias como as agroindústrias e as recentes agrotecnologias. e com resultados econômicos que tem garantido a sua continuidade com um mínimo de independência . O Comum na América Latina, caracterizado pela luta indígena por território, identidade e autogoverno, riquezas simbólicas expropriadas pelo capital, dado através de práticas coletivas cotidianas representa uma grande subversão frente ao Estado hierárquico e burocrático, e aos novos desenlaces e formas de dominação neoliberais. Tais ações como a podem ser vislumbradas como formas de manutenção da existência



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



e identidade dessas mulheres, estabelecendo diálogos com desenhos matriarcais decoloniais e o uso de práticas sustentáveis de manejo da terra, construção necessária em termos de Direitos à ter Direitos.

Neste sentido a proposta do Neo Zapatismo deve ser vista e considerada de modo datado, como simultaneamente uma nova estratégia e uma forma de reação ao modelo hegemônico, a construção desta alternativa política e ideológica de experiência anticapitalista em um contexto subordinado ao capital. Em outras palavras a utopia neo zapatista não pode ser resumida em sua forma atual quanto ainda tem que lutar mas como uma forma de ação tática estratégica para se poder chegar a outro mundo e então liberar suas crenças de modo mais livre e absoluto quando a derrota do capital estiver estabelecida. Isso define alguns parâmetros para uma avaliação do movimento e da construção necessária em termos de Direitos para ter Direito.

A proposta da agroecologia, assim como das cooperativas existentes, traduz a história singular da cosmologia indígena, em geral invisibilizada, e tende a reproduzir a história geral de todo esse segmento - condições objetivas da reprodução da vida em termos de acesso inseguro e difícil à terra, tamanho pequeno da propriedade, não utilização de exploração de trabalho assalariado mas uma forma coletiva de trabalho que reconstitui a ideia e a forma prática de uma unidade coletiva a qual constitui alternativas significativas de conhecimento e saberes tradicionais e geracionais importantes na trajetória da relação entre manejo do solo e natureza sem afetar negativamente o ambiente enquanto permite uma dignidade em termos de reprodução da memória e identidade abrangente ainda que mantendo com grandes dificuldades estruturais pela ausência de políticas públicas adequadas mas que minimamente permitem uma reprodução simples e a manutenção da terra e do modo de vida. Embora frágeis pela possibilidade de estarem permanentemente sujeitos a afetação de grandes projetos econômicos.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

ADDOR, Felipe. 20 anos do movimento Zapatista: sensibilizando sem tomar o poder. Publicado em 3 de abril de 2014. Disponível em <<http://diplomatique.org.br/sensibilizando-sem-tomar-o-poder/>> .

AGUILAR, Lola Cubells. Las juntas de buen gobierno zapatistas: la construcción del pluralismo a través de la lucha por la autonomía. Pluralismo jurídico y pueblos indígenas. XIII Jornadas Lascasianas Internacionales. Cifuentes, José Emilio Rolando Ordóñez (Org.). Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez; TRUJILLO, Mina Lorena Navarro. Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. Revista Confluências, v. 21, n.2, 2019.

ANDREO, Igor Luis. Teologia da Libertação e Cultura Política Chiapaneca: O Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional. São Paulo: Alameda, 2013. 320 p.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n 11, p. 89-117, Agosto de 2013. Acesso em 27 de julho de 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>.



BERCLAZ, Márcio Soares. Da injustiça à democracia: ensaio para uma justiça de libertação a partir da experiência zapatista. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba.

CÁMIN, Hector Aguilar; MEYER, Lorenzo. A la sombra de la Revolución Mexicana. 27ª Ed. México: Cal y Arena Editores, 2000.

CHRISTLIE, Paulina Fernández. Justicia autónoma zapatista. Zona Selva Tzeltal, México: Estampa/Ediciones Autónom@s, 2014.

ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las juntas de buen gobierno y los caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas, 2006, 5. Acesso em 24 de outubro de 2018 Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38050115>>.

GALEANO, Eduardo. Las vienas abiertas de América Latina. 1ª Ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

GEERTZ, Clifford. O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa/ Clifford Geertz; tradução de Vera Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Vozes , 1997.

MAGÓN, Ricardo Flores. A Revolução Mexicana. São Paulo, SP: Intermezzo Editorial, 2019.

MIGNOLO, Walter. “Antropólogo propõe descolonização cultural” entrevista concedida à Claudia Antunes. Folha de São Paulo, 22 de maio de 2000. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2205200012.htm>>.



MIGNOLO, Walter. “Desafios para um continentes de muitas faces”. Jornal O Globo, 16 de janeiro de 2010. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=77637>

MIGNOLO, Walter. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. Revista *Tabula Rasa*, n.8, p. 243-282. 2008

ORNELAS, Raul. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: Hegemonia e contrahegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). Hegemonias e Emancipações no Século XXI. Buenos Aires: CLACSO; 2005.

PRADO, Adonia Antunes. O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 20, abril 2003: 144-174. Acesso em 15 de novembro de 2018. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/adonia20.htm>>

RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. Pluralismo jurídico y derechos humanos en la experiencia indígena mexicana de los últimos años. Revista *Direito e Práxis* Vol. 4, n. 6, 2013, pp. 129-163.

ROCHA, Alma Guadalupe Melgarito. Pluralismo jurídico: la realidad oculta; Análisis crítico-semiológico de la relación estados-pueblos indígenas. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Mandar obedecendo: As lições políticas do neozapatismo mexicano. Tradução Coletivo Casa de Taipa. São Paulo/SP: Editora Entremares, 2019. 224 p.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SANTOS, Boaventura de Sousa. La reinención del Estado y el Estado plurinacional. In. OSAL, Buenos Aires, CLACSO, Año VIII, N° 22, septiembre, 2007.

_____. Nuestra América. Reinventando un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución. In: Una epistemología del sur: la reinención del conocimiento y de la emancipación social. México: Siglo XXI: CLACSO, 2009.

SPINELLI, Lucas Gebara. Territórios da estratégia autonômica: os auto-governos rebeldes e a política zapatista, 2011. Sp46t. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Sítio eletrônico dos comunicados da EZLN:

Enlace Zapatista <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>





SEMEANDO LUTAS, CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS: A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR LUIZA MAHIN E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Ana Claudia Diogo Tavares¹
Fernanda Maria da Costa Vieira²
Maria Luiza Galle Lopedote³
Viviane Carnevale⁴

Resumo:

O presente artigo reflete sobre a atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin em conflitos agrários e socioambientais no estado do Rio de Janeiro, a partir de diálogos e parcerias com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na defesa da reforma agrária. O NAJUP Luiza Mahin é um grupo de extensão universitária que, a partir da compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atua a partir das metodologias de educação popular, assessoria jurídica popular e pesquisa-militante. No estado do Rio de Janeiro, destacamos a participação na organização das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária e a assessoria aos assentados no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira (Macaé) e no assentamento Irmã Dorothy (Quatis). Ainda, o pedido para ingresso como *Amicus Curiae* na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 769, que questiona a paralisação da reforma agrária no Brasil e significou uma aposta na judicialização da política em uma conjuntura marcada por retrocessos sociais. A experiência do NAJUP Luiza Mahin como um espaço autônomo, de protagonismo estudantil e de produção teórico-prática voltada para uma práxis transformadora denota como a extensão universitária, indissociável da pesquisa e do ensino, tem um potencial para uma atuação da Universidade em diálogo com os setores populares a fim de contribuir com as lutas por transformações no sentido da emancipação humana.

Palavras-chave: extensão universitária, assessoria jurídica popular, reforma agrária.

¹ Professora do NEPP-DH/UFRJ e doutora pelo CPDA/UFRRJ. É coordenadora do NAJUP Luiza Mahin. Contato: anaclaudiatavares@yahoo.com.

² Professora do NEPP-DH/UFRJ. Doutora em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. É coordenadora do NAJUP Luiza Mahin. Contato: fernanda@marianacriola.org.br.

³ Advogada formada pela Faculdade Nacional de Direito/UFRJ, integrante do NAJUP Luiza Mahin e historiadora formada pela FAED/UDESC. Contato: marialuizalopedote@gmail.com.

⁴ Bacharelanda em Direito na FND/UFRJ, integrante do NAJUP Luiza Mahin e licenciada em Ciências Biológicas na UFRJ. Contato: vivianech@gmail.com.



Introdução

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 2013, p. 19)

A Constituição de 1988 estabeleceu um tripé a ser exercido pelas universidades públicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, estabelecendo com isso parâmetros tensionadores do papel da universidade no cumprimento de sua função social.

Assim, a construção de um modelo de conhecimento estático que se pressupõe transmitir para corpos vazios e silenciosos, rompe-se com a dimensão de um conhecimento que se constrói vivo na relação dialógica entre educador e educando. É Paulo Freire (2013) quem nos ensina

Por outro lado, o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar. Não há, por isso mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro. (FREIRE, 2013, p. 20)

É a extensão universitária que permite essa relação de práxis tão necessária para efetivação de uma educação emancipadora. Sendo um projeto de extensão da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin atua nessa direção. Construído com os



pilares de uma educação popular, marcado pelas balizas de uma assessoria jurídica também popular e pesquisa-militante, o grupo vem atuando na defesa da luta pela democratização da reforma agrária ao lado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/RJ).

Compreende-se que a função social da universidade pública reside na sua capacidade de romper com o silenciamento imposto às vozes dos movimentos sociais. A certeza arrogante da academia vetusta que se impõe como a única fonte de produção de saber e conhecimentos válidos, cede diante da tensão exercida pelas ações de extensão, que colocam em xeque não apenas o ensino das salas de aula, mas também o horizonte das produções das pesquisas acadêmicas.

Não sem razão, Balestro e Sauer (2013) ao falarem das disputas ideológicas em torno da produção agroecológica, nos lembram do direcionamento de uma série de políticas públicas e técnicas que sustentaram desde a década de 70 a implementação do modelo agropecuário impulsionado pela revolução verde:

A implantação do modelo agropecuário e do pacote tecnológico foi realizada ainda com a criação de uma rede pública e oferta de assistência técnica e extensão rural, a instalação, destinação de recursos e promoção de pesquisas e ensino (criação de cursos universitários e técnicos nas universidades públicas e escolas técnicas). Todos os recursos públicos estavam voltados para o financiamento de pesquisas e a disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção monocultora em grandes extensões de terra, excluindo a esmagadora maioria dos pequenos produtores. (BALESTRO e SAUER, 2013, p. 9).

Portanto, a extensão universitária comprometida com a emancipação das trabalhadoras e dos trabalhadores é a que propicia uma perspectiva mais vigorosa para o conhecimento produzido, pois, nos dizeres de Paulo Freire (2013, p. 31): “(...) se a teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente.”.



O projeto de extensão NAJUP Luiza Mahin se instaura nessa perspectiva e suas ações são construídas a partir das vozes dos excluídos da terra. Busca efetivar uma ação teorizada por aqueles que ao longo do processo histórico tiveram suas vivências destroçadas pelo projeto hegemônico do capital. Trata-se, portanto, de romper com uma tradição do pensamento ocidental que se expressou no dizer de Boaventura de Sousa Santos (2008) como uma *sociologia das ausências*.

Para Santos (2008) a modernidade ocidental se expressou em determinados parâmetros de saber e conhecer que relegou ao rebaixamento quaisquer outras formas de produção que não fossem as demarcadas pelas metodologias impostas pelo paradigma hegemônico, gestando assim uma noção de ciência que se apresenta supressora de qualquer outra racionalidade não derivativa da formação ocidental.

Essa supressão, marca da formação colonial/imperial, portanto fundada em processos de silenciamento, quando não eliminação, impôs um rebaixamento em diversas formas de pensar, de visões de mundo não ocidentais, práticas distintas das que foram sedimentadas como modelos pelo ocidente.

(...) A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. (...) esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. (...) Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. (SANTOS, 2008, p. 94)

Há uma relação direta entre a forma como o ocidente impôs seu padrão civilizatório por meio dos processos coloniais e como a ciência ao longo do seu processo de formação representou a sedimentação de um determinado modelo de produção de conhecimento. Não é pouco significativo que Gayatri Spivak (2010) nos alerte para o fato de que "(...) a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras,



cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (SPIVAK, 2010, p. 20).

Romper com essa lógica e construir uma perspectiva a *contrapelo* impõe, de acordo com o Santos (2008), uma *ecologia dos saberes*, que rompa com a perspectiva monocultural da tradição colonial, que, em certo sentido, se faz ainda presente na produção do conhecimento, tendo como resultado um processo de silenciamento, invisibilidade, quando não eliminação de saberes outros e práticas múltiplas e distintas do eixo hegemônico.

Assim, há uma necessidade para se pensar projetos emancipatórios de efetuar uma ruptura epistemológica, reconhecendo na matriz dominante uma relação assimétrica e de poder sobre as outras matrizes. Santos (2008) nos fala de uma razão metonímica que se funda com a modernidade ocidental a partir da pressuposição de uma totalidade, que se constrói com o argumento de validade como uma absorção de multiplicidade de partes, formando o todo, mas que, de fato, expressa a formação de uma parte (ocidente) que se projeta como o único modelo possível e credível.

Vandana Shiva (2003) também aborda a colonização intelectual que orienta as monoculturas produtivas, da mente e do poder predominantes no sistema capitalista. Segundo a autora, os sistemas locais de saber sofrem dois principais tipos principais de violências, dentre a variedade de opressões que poderíamos citar, sendo elas: o não reconhecimento como saber dos conhecimentos locais, construídos pelas comunidades, sendo estes obscurecidos e considerados irrelevantes; e a destruição sistemática das próprias condições de existência dos sistemas locais de saber, reduzindo drasticamente os espaços onde, os caminhos alternativos ao sistema vigente, possam ser tecidos.

Neste contexto, há que se fazer uma leitura crítica dos processos coloniais e a partir desse marco temporal compreender porque experiências alternativas



acabaram subsumidas pela dominação hegemônica que adentra nos campos do saber. Edgardo Lander (2005) é bastante elucidativo na apropriação das ciências sociais pela lógica dominante e o quanto esta está atravessada por marcos coloniais que implicou em não ver sentido nas matrizes não ocidentais. Para América Latina significou supressão e invalidação de saberes tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, agricultores familiares, etc.

Nesse sentido, a atuação do NAJUP Luiza Mahin aponta em um duplo desafio, de um lado, inverte a tradição das ciências sociais que tendo como campo de análise movimentos sociais os coloca como sujeitos passivos dessa produção, logo meros *objetos* de pesquisa/extensão, destituídos de saber válido; de outro, rompe com a perspectiva jurídica que coloca o sujeito processual como um ser assujeitado ao discurso competente exercido pelos atores do campo jurídico, devolvendo-lhes o papel de sujeitos da sua história, dentro de um conflito político-jurídico.

A articulação de experiências de pesquisa participativa, que promovem a transformação tanto dos sujeitos pesquisados quanto de pesquisadores, a partir da intervenção relacional e em movimento como premissa, é nomeada por Ribeiro et al. (2020) como sociologia viva e direito em ação. A produção de conhecimentos é uma forma de compreensão da realidade. Quando há uma multiplicidade de atores sociais e de saberes envolvidos nessa produção orientada para a transformação da realidade, podemos afirmar que temos uma educação popular em andamento e uma pesquisa militante.

Portanto, o termo pesquisa militante busca designar esse amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações. (JAUMONT & VARELLA, 2016, p. 433)



O presente artigo tem como principal objetivo abordar a atuação do NAJUP Luiza Mahin, através de seus pilares de educação popular, assessoria jurídica popular e pesquisa-militante, em sua articulação com o MST na defesa da luta pela reforma agrária, refletindo sobre a importância da extensão universitária no cumprimento da função social da Universidade.

A luta pela reforma agrária a partir da universidade e a atuação do NAJUP Luiza Mahin

Historicamente, a universidade esteve mais aberta aos interesses das classes dominantes, que tinham mais condição de frequentá-la, e do próprio Estado do que a uma ampla participação popular (NOGUEIRA, 2013).

A extensão universitária teve sua inserção no Brasil na década de 1950-1960, em que diversas iniciativas de educação popular junto a movimentos sociais, inclusive o Serviço de Extensão Cultural criado por Paulo Freire na Universidade de Recife (GADOTTI, 2017). Mas tais iniciativas foram desmanteladas com o golpe empresarial-militar de 1964, que levou a União Nacional de Estudantes (UNE), com seu projeto UNE volante, à clandestinidade e ao exílio de Paulo Freire no Chile para trabalhar no Instituto Chileno para a Reforma Agrária. É importante destacar que a educação popular esteve muito presente no bojo da extensão universitária.

O período de abertura democrática com o fim da ditadura empresarial-militar e da realização da Assembleia Constituinte de 1987 permitiu questionamentos no interior das próprias instituições sobre a função social da universidade (NOGUEIRA, 2013).



Nesse contexto, Gadotti (2017) aponta a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiros (atual FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras) em 1987 como importante para a institucionalização da extensão universitária ao lado de ensino e pesquisa:

Para o FORPROEX a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é "uma via de mão-dupla" entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam. (GADOTTI, 2017, p. 2)

Sendo assim, a Constituição de 1988 trouxe o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o da autonomia universitária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) ainda estabelece em seu artigo 43 a extensão como finalidade da universidade, além de "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" (Brasil, 1996, art. 43, inciso VI). Os Planos Nacionais da Educação, desde 2001, trazem a curricularização da extensão como obrigatória, entendendo-a como parte importante para a formação dos graduandos.

No entanto, a obrigatoriedade da extensão no currículo deixou evidente uma disputa pelo termo extensão, entre concepções de caráter assistencialista e liberal, por um lado, e preocupações com a interação dialógica (Paulo Freire, 1987), por outro. O assistencialismo permeado em ações de extensão possui uma transmissão verticalizada de saberes, a universidade produz e a sociedade recebe. Por outro lado, há ações de extensão, como o NAJUP Luiza Mahin, que seguem uma teoria de produção de conhecimento horizontalizada por meio do diálogo.

Paulo Freire (1987) nos ensina que o ser humano é um ser inacabado e inconcluso, pois é um ser histórico, com um devir em aberto. Por isso, diante da



consciência humana de sua inconclusão, a educação tem o papel de compreensão da realidade e, mais do que isso, do ser humano inserido em determinada realidade em coletivo:

Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.

Desta maneira, a educação se refaz constantemente na práxis. Para ser tem que estar sendo. (FREIRE, 1987, p.47)

Diante dos retrocessos impostos pelos interesses das classes dominantes, que no Brasil, continuam sendo agrárias e tendo o monopólio da terra, é preciso puxar o freio de emergência. O papel dos atores sociais, incluindo movimentos sociais e grupos de extensão popular, é escrever um presente e um futuro com a interrupção dessa ideia desenvolvimentista de progresso. Agro não é pop, é tecnologia da morte de trabalhadores, trabalhadoras, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e do meio ambiente. Segundo Gadotti:

O desafio da curricularização da extensão, no momento político que estamos vivendo, é enorme. A saída é política: construir um projeto político popular. Precisamos de formação política para que a população consiga distinguir os interesses de classe em jogo, (...) Uma conhecida frase de Florestan Fernandes resume bem o seu pensamento a respeito: "ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com eles sofrendo a mesma luta, ou se dissociam dele, e neste caso, serão aliados de quem explora o povo". O mesmo vale para os professores. (GADOTTI, 2017, p. 15)

Em face a esse desafio de formação política, o NAJUP Luiza Mahin se insere como um estalo, usando a expressão de Almeida (2015), na Faculdade de Direito da UFRJ, construindo uma possibilidade de refletir sobre o Direito inserido na luta de classes como uma ideologia contra-hegemônica. Diante do diagnóstico do campo jurídico representar valores da classe dominante inseridos na forma-valor, o Direito também pode ser entendido como uma reivindicação na luta por direitos em



conflitos sociais. Pazello (2019) insere essa concepção crítica do fenômeno jurídico como “sendo” em articulação com os movimentos sociais.

Nesse contexto, segundo o autor, o trabalho da assessoria jurídica popular se desdobra em três tarefas: técnico-jurídica, política e pedagógica. A primeira compreende o uso dos conhecimentos jurídicos como instrumento processual. O segundo é a articulação política entre os atores sociais para planejar estratégias. E o último pode ser entendido em conjunto com Paulo Freire: caráter pedagógico da própria luta em si, da compreensão que está sendo diante de condições materiais e as transformando.

Assim, o NAJUP Luiza Mahin possui um papel importante de tensionamento dentro da faculdade na disputa da forma jurídica e da concepção de extensão. Destaca-se o impacto na formação dos graduandos e no cumprimento da função social da universidade em refletir sobre os conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro sem perder de vista a historicidade e totalidade das políticas agrárias e, dessa forma, viabilizar a mão-dupla de saberes com o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra no Brasil.

Nossa atuação no campo da assessoria jurídica universitária popular na luta pela reforma agrária se organiza em diferentes frentes, que inclui o trabalho junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na luta pela consolidação de assentamentos organizados, na construção da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), na incidência em ações de controle dirigidas ao Supremo Tribunal Federal (ADPF 769) entre outros. Há também, como desdobramentos do Núcleo, o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na temática, orientadas pelas professoras coordenadoras do NAJUP Luiza Mahin e integrado por estudantes que compõem o Núcleo⁵.

⁵ As pesquisas têm como ponto de partida as experiências e práticas no campo da assessoria jurídica popular aos movimentos sociais, em especial o MST, na luta pela reforma agrária e buscam contribuir para uma compreensão aprofundada sobre conflitos coletivos, reforma agrária e



De maneira breve, importa mencionar que o Movimento Sem Terra inicia sua organização no Estado do Rio de Janeiro na década de 1970, neste que é um estado marcado por um intenso processo de urbanização no século XX, atravessado pelo êxodo rural e a concentração fundiária que ocorrem e se aprofundam ao longo do mesmo período no Brasil (QUINTANS et al., 2020). Desde a década de 1980 são muitas as lutas e reivindicações por reforma agrária e políticas públicas no campo, e é no bojo deste processo de organização popular que a atuação do MST se consolida no Estado do Rio de Janeiro, especialmente a partir da década de 1990, com a organização de acampamentos e assentamentos (QUINTANS et al., 2020). Dentre os assentamentos organizados pelo movimento atualmente, o NAJUP tem atuado de maneira mais próxima a dois deles: o PDS Osvaldo de Oliveira (Macaé, RJ) e o PDS Irmã Dorothy (Quatis, RJ), sobre os quais trataremos nos tópicos seguintes.

Conforme Quintans et. al (2020, p. 9), a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) foi criada durante o 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários, realizado em 2013. A partir de então a JURA passou a ocorrer anualmente, em geral entre os meses de abril e maio⁶, “em universidades públicas e particulares e em institutos de ensino por todo o país, com o objetivo de dar visibilidade ao tema da reforma agrária dentro desses espaços acadêmicos” (Quintans et. al. 2020, p. 9). Desde 2014, o NAJUP participa das JURAs:

[...] promovendo o debate da reforma agrária na Faculdade de Direito/UFRJ através de mesas, feiras, atividades culturais como místicas, exposições, apresentações, apresentações musicais, noites culturais e ainda na realização de visita aos assentamentos rurais. A Jornada é um importante espaço de troca de conhecimento entre estudantes e aqueles que militam na luta pela reforma agrária (QUINTANS et. al., 2020, p. 9).

poder judiciário no período da ditadura empresarial-militar e no tempo presente, a atuação dos órgãos do poder executivo para a reforma agrária, entre outras.

⁶ O período da JURA dialoga com o dia 17 de abril, definido como dia nacional de luta pela reforma agrária, após o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa data, em 1996, que resultou na morte de mais de 19 trabalhadores sem terra.



Em função da conjuntura de contra reforma agrária (TAVARES et al, 2021b, no prelo e ALENTEJANO, 2015) por meio da mudança de legislações e intervenções no INCRA, a universidade deve assumir um papel junto a movimentos sociais na defesa da luta pela reforma agrária. Diante disso, o NAJUP Luiza Mahin busca trazer o debate para a Faculdade Nacional de Direito ao compor mesas com militantes da luta pela reforma agrária, entre os quais os assentados e acampados em áreas em disputa, e atuar na assessoria jurídica dos casos relatados a seguir.

2.1. PDS Osvaldo de Oliveira

O NAJUP Luiza Mahin participa da assessoria jurídica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, criado em 02 de abril de 2014 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no imóvel desapropriado Fazenda Bom Jardim, de propriedade da empresa Campos Difusora, com área de 1,5 mil hectares e capacidade para 78 famílias, localizado no distrito de Córrego do Ouro, no município de Macaé.

Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento, de interesse social e ecológico, que objetiva conciliar o assentamento humano com o patrimônio ambiental. Criada por meio da Portaria/INCRA nº 477, de 04 de novembro de 1999, essa modalidade de projeto ambientalmente diferenciado⁷ é “destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” (BRASIL, 1999, art. 1º).

⁷ As modalidades de assentamentos ambientalmente diferenciados estão atualmente previstas no artigo 10 do Decreto 9.311/2018. Nos termos desse dispositivo, são as seguintes: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (BRASIL, 2018).



O PDS Osvaldo de Oliveira é a primeira experiência de assentamento rural dessa modalidade no estado do Rio de Janeiro, fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por reforma agrária com matriz agroecológica⁸.

As professoras que coordenam atualmente o NAJUP Luiza Mahin prestaram assessoria jurídica às famílias e ao MST desde a primeira ocupação da área, em 7 de setembro de 2010, a partir da atuação na Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap) e no Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, associação sem fins lucrativos criada em 2006 e encerrada em 2019.

O Decreto Presidencial de desapropriação que declarou a área como de interesse social para fins de reforma agrária foi publicado em 1o. de setembro de 2010 (BRASIL, 2010) e a Ação de Desapropriação foi ajuizada pelo INCRA cerca de dois anos depois, em 2012 (processo nº 00007670420124025116). Em seguida, a propositura de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, no mesmo ano, trouxe novos elementos para a luta pela terra: a exigência de condicionamento da reforma agrária ao compromisso do Incra com as demandas de natureza ambiental. Conforme Tavares et. al. (2021):

Um dos elementos mais significativos na defesa do PDS Osvaldo de Oliveira foi a atuação das famílias organizadas pelo MST, junto com a assessoria jurídica popular, que acompanharam todas as etapas da tramitação da ação civil pública, promovendo despachos com o MPF e com o juiz, apresentando estudos técnicos, participando de audiências, fazendo incursões ao judiciário etc. Atuaram como assistentes na Ação Civil Pública e com isso puderam juntar diversos materiais comprovando que exerciam a posse da área com a garantia do controle ambiental e promoviam a produção de forma agroecológica (Tavares et. al. 2021a, *no prelo*).

⁸ De acordo com Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), a matriz agroecológica constitui um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, tendo como aporte o conhecimento dos atores endógenos de uma determinada realidade.



O grupo de extensão passou a se envolver na assessoria e em atividades de formação demandadas pelos assentados e pelo movimento social, após a criação do PDS, em conjunto com outros grupos e projetos de extensão que também desenvolvem atividades junto às famílias do PDS Osvaldo de Oliveira. Destaca-se, por exemplo, a atuação de grupos e projetos de extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF) do campus de Rio das Ostras e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) do campus de Macaé.

Entre as atividades de extensão realizadas em conjunto, destacamos: atividades de formação como oficinas e visitas, apoio na elaboração do Estatuto da Associação dos Assentados no PDS, acompanhamento dos atos políticos do MST e a elaboração de petições no âmbito dos processos judiciais em curso.

Entre as visitas na área, destacamos a presença do NAJUP na inauguração da Casa da Farinha do PDS, caracterizada como “uma comemoração-resistência”, e o acompanhamento da visita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério Público Federal (MPF) no local (Quintans et. al. 2020, p. 8).

Em 2019, o Seminário realizado pelo NAJUP contou com a participação de Marcela Santos, assentada e coordenadora do PDS, que compartilhou sua experiência em um assentamento ambientalmente diferenciado de reforma agrária (Quintans et. al. 2020, p. 8).

Disputas político-judiciais acompanharam o processo de construção do PDS e ainda estão em curso, em especial com a reviravolta representada por decisão de 2019, do Tribunal Regional Federal da 2a. região (TRF2), que reformou de forma surpreendente a sentença de primeira instância da Ação Civil Pública (ACP), proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o INCRA (processo no. 0000773-11.2012.4.02.5116), e determinou a retirada das famílias assentadas do imóvel.



A surpresa em relação à referida decisão deve-se ao fato de que não houve recurso em relação à sentença, pois tanto o INCRA quanto o MPF concordaram com seu conteúdo. A sentença condenou parcialmente o INCRA a criar o assentamento na modalidade PDS, com o cumprimento da legislação ambiental. Em nenhum momento o MPF pediu na ação que a área fosse devolvida à empresa proprietária, que nem participa dessa ação. A ação de desapropriação (processo nº 00007670420124025116), ajuizada pelo INCRA em face dela, ainda estava pendente de sentença na primeira instância e foi simplesmente declarada extinta pelo TRF da 2ª região como resultado do julgamento da ACP, outra ilegalidade cometida que configura a supressão de instância judicial.

O NAJUP Luiza Mahin esteve presente, ao lado das famílias assentadas no PDS Osvaldo de Oliveira, na sessão de julgamento do TRF da 2ª região em que o processo foi julgado em fase recursal. As coordenadoras do NAJUP, que também são advogadas populares, também atuaram juridicamente, através da marcação de agendas com os julgadores a fim de subsidiar, com argumentos fáticos e jurídicos, uma decisão favorável à permanência das famílias. Na ocasião, foram entregues memoriais elaborados pelo Conselho Gestor⁹ do PDS, em que se atesta o impacto positivo do PDS na região de Macaé, pela inserção de uma diversificada produção agroecológica, em parte destinada aos programas de alimentação escolar.

A decisão do TRF2 foi suspensa pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2020, atendendo ao pedido de Suspensão de Segurança do INCRA. A suspensão foi precedida por uma campanha nacional (que envolveu divulgação midiática e envio de e-mails para o presidente), protagonizada pelo MST, contra o despejo das famílias do PDS Osvaldo de Oliveira. O NAJUP repercutiu a campanha em suas mídias.

⁹ O Conselho Gestor foi criado através da Portaria no. 29/2016/INCRA/SR(07)G, de 04 de setembro de 2016, tendo como integrantes instituições governamentais e organizações de representação da sociedade civil.



2.2. O atual Projeto de Assentamento e futuro PDS Irmã Dorothy

O Irmã Dorothy é um assentamento localizado no município de Quatis, RJ, cuja história tem mais de quinze anos de luta. Indicado pelo MST e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barra Mansa como latifúndio improdutivo, em 2004 tem início o processo, pelo INCRA, para averiguação da produtividade do imóvel Fazenda da Pedra. Em fevereiro de 2005 foi verificada a improdutividade e recomendada a desapropriação para fins de reforma agrária pelo órgão. Meses depois, o movimento e o sindicato organizaram a ocupação da Fazenda, que em poucos dias contou com 120 famílias, para pressionar o Instituto à realização da política de reforma agrária, com a criação do assentamento no local. Os proprietários do imóvel, sabendo a organização da ocupação, ingressaram na justiça estadual com uma ação de interdito proibitório, em agosto de 2005, para impedir a mobilização das famílias e trabalhadores rurais sem terra. Em outubro daquele ano teve início a ocupação da Fazenda, o que transformou a ação ajuizada pelos fazendeiros em uma ação de reintegração de posse, na qual rapidamente o juízo estadual determinou a remoção das famílias. A decisão foi suspensa por recursos da parte das famílias e do INCRA, e em fevereiro de 2006 foi determinado pelo Tribunal que as famílias poderiam permanecer na Fazenda, mas em apenas 2% da área do imóvel. Esta situação perdurará por nove anos.

Em outubro de 2006 foi publicado o Decreto Presidencial que autoriza a desapropriação da Fazenda da Pedra para fins de reforma agrária, e no mesmo mês o INCRA ingressou com ação de desapropriação. Apesar do texto legal, a imissão na posse do imóvel pelo INCRA só foi determinada em outubro de 2014 - ou seja, oito anos depois do decreto autorizativo e do ajuizamento da ação desapropriatória. Ao longo deste período, foram feitas negociações entre o Instituto



e os proprietários para redução da área da fazenda a ser desapropriada e a permanência da família fazendeira no imóvel.

Determinada a imissão na posse em outubro de 2014, apenas em setembro de 2015 é oficialmente criado o assentamento pelo INCRA. Ocorre que até este momento ainda não foi realizado o cadastramento das famílias que residem há mais de dez anos no Irmã Dorothy para a Relação de Beneficiários (RB). Paralelamente, mudanças no corpo legal referente à política de reforma agrária, em especial a conversão da MP da Grilagem em lei, a Lei n. 13.465/2017, aprofundam o processo de contra reforma agrária e reduzem as modalidades de assentamento possíveis, alteram critérios de seleção de famílias e, em especial, incentivam a titularidade da terra por meio de Títulos de Domínio (TD) e não mais por Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). Em suma, os títulos de domínio permitem a entrada da terra destinada à reforma agrária no mercado imobiliário novamente, ao desprovê-la da proteção administrativa. Esta forma de titularidade tem lugar de preferência na Lei n. 13.465/2017, que dificulta a criação de projetos de assentamento que comportem a titularidade por concessão de direito real de uso, como o são os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Nesse sentido, uma das últimas frentes de atuação do NAJUP junto ao Irmã Dorothy foi a partir de demanda das famílias assentadas para realização de cartilha informativa com a retomada do histórico de luta do assentamento, os direitos assegurados constitucional e legalmente e, em especial, as alterações recentes nas leis referentes à política de reforma agrária e as vantagens e desvantagens das diferentes modalidades de titularidade da terra e de projetos de assentamento - os Projetos de Assentamento (PAs) convencionais e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Esta foi uma atuação que teve lugar já no período da pandemia do COVID-19, em que reuniões de debates e de formação ocorreram de forma remota. Em oportunidades anteriores à pandemia, o NAJUP prestou assessoria



jurídica no processo judicial, no processo administrativo de consolidação do assentamento, além de ter organizado visitas ao assentamento como parte da programação da Jornada Universitária Popular (JURA), rodas de conversa, oficinas, vivências de três dias junto às famílias assentadas, fortalecimento de campanhas etc. (QUINTANS et al., 2020).

2.3. ADPF 769

A ausência de implementação da política de reforma agrária pelo governo federal, sob a presidência de Jair Bolsonaro, com retrocessos em áreas com processos de desapropriação já iniciados e avançados no Brasil, motivaram o ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF nº 769 no Supremo Tribunal Federal, por organizações em defesa da Reforma Agrária, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e por partidos políticos do campo da esquerda (Tavares, Vieira e Quintans, 2021, *no prelo*).

O poder judiciário, diante dos conflitos coletivos de terra, tem atuação marcadamente patrimonialista e em nada assecuratória dos direitos consagrados constitucional e legalmente, como a função social da propriedade e a execução da política de reforma agrária em âmbito nacional. Via de regra, o sistema judicial é encarado, no campo da assessoria jurídica popular, não como alternativa para conquista do direito à terra, mas como um campo de disputa que é necessário atravessar, posto que, geralmente, é acionado pelos proprietários de terras para reintegrações de posse, interditos proibitórios etc.

Apresenta-se, porém, como novidade a avaliação dos movimentos sociais de luta pela terra pelo ajuizamento de ação de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal para pleitear, judicialmente, a construção e efetividade de uma política nacional de reforma agrária tal qual previsto na



Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 184 e seguintes, no capítulo intitulado Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Ajuizada pela Confederação Nacional Dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, Confederação Nacional Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Na Agricultura Familiar Do Brasil - CONTRAF-BRASIL, e os partidos políticos PT, PSOL, PCdoB, PSB e Rede, a ADPF visa enfrentar o processo de contra reforma agrária no país e a não destinação das terras públicas federais a reassentamentos. A petição inicial é robusta em elencar, cronologicamente, o desmonte da política de reforma agrária no país, agudizado especialmente após a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República.

A petição inicial da ADPF elencou alguns atos normativos como mais relevantes para a análise das ações e omissões do governo Bolsonaro à reforma agrária por via do Incra, dos quais trataremos abaixo. Dentre eles está o Memorando Circular n. 01/2019, que “determinou o sobrestamento de todos os processos de aquisição, desapropriação” e outras formas de aquisição de terras para fins de reforma agrária (ADPF 769, Petição inicial, p. 6). Este mesmo Memorando n. 01 determinou a paralisação das vistorias a imóveis rurais, que tem como fim a verificação *in loco* da produtividade da terra e o decorrente cumprimento ou não da função social da propriedade (ADPF 769, Petição inicial). Este Memorando tem sido “utilizado indiscriminadamente pelas superintendências regionais” e a partir dele foram paralisados mais de quatrocentos processos de desapropriação e aquisição (ADPF 769, Petição inicial, p. 7).

Outras normativas importantes são os Memorandos n. 06/2019 e 08/2019. A partir da sua edição, o governo federal, por meio do Incra, desistiu injustificadamente de uma série de processos de desapropriação, tanto no âmbito administrativo quanto judicial, além de ter promovido o cancelamento de títulos de dívida agrária (ADPF 769, Petição inicial). Processos que tratavam de acampamentos ou



assentamentos consolidados, com famílias morando e produzindo e que foram subitamente lançadas em situação de insegurança na posse. Tais desistências injustificadas desconsideram os recursos já despendidos e as situações já consolidadas em cada fazenda. Ao todo, 513 áreas tiveram seus processos paralisados e 187 processos, onde o pagamento já foi realizado e está pendente apenas a imissão na posse do imóvel, o Incra está inerte e tem se omitido (ADPF 769, Petição inicial).

Em termos orçamentários, houve cortes sucessivos da verba destinada ao Incra. Se em 2019 já houve enorme redução dos valores destinados às políticas de reforma agrária e ao Incra, em 2020 o valor empenhado e efetivamente executado sequer alcançou 10% do orçamento previsto (ADPF 769, Petição inicial). Ou seja, além de uma redução do recurso, o recurso que há não é sequer executado. Em contrapartida, o orçamento para o pagamento de precatórios, ou seja, indenizações judiciais a fazendeiros foi aumentado enormemente. Some-se a este quadro a não destinação de terras públicas para a reforma agrária, conforme previsto constitucionalmente (ADPF 769, Petição inicial).

Uma das políticas centrais para a redução da desigualdade é a reforma agrária, que mereceu tratamento extenso na Constituição de 1988. Em capítulo específico intitulado Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, há um conjunto de dispositivos que vão (i) determinar a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel que não esteja cumprindo a sua função social (art. 184); (ii) definir os requisitos cumulativos para o cumprimento da função social da propriedade (art. 186); (iii) arrolar os imóveis que não são passíveis de desapropriação para tal fim (art. 185); (iv) estabelecer a forma como se dá o pagamento e as benfeitorias passíveis de indenização (ADPF 769, Petição inicial, 2020, p. 23)

Ao final, os pedidos foram pela suspensão dos atos normativos supracitados, que o Incra promova a imissão na posse dos processos pendentes apenas desta medida, que seja a totalidade dos recursos orçamentários executado, que seja elaborado um Plano Nacional de Reforma Agrária, que não haja destinação de terra pública para fim estranho à reforma agrária, que não haja desistência de



processos judiciais em que já tenha havido o pagamento de indenização mediante expedição de TDAs.

Diante de uma litigância desta importância e considerando o histórico de atuação do NAJUP na luta pela reforma agrária, ao lado dos movimentos sociais de trabalhadores rurais sem terra do Estado do Rio de Janeiro, o Núcleo construiu petição requerendo ao relator da ADPF 769 do STF a sua admissão como *amicus curiae* no processo.

Considerações finais

No presente artigo, refletimos sobre as formas de atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin em relação aos conflitos agrários e socioambientais relacionados à luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro.

O NAJUP Luiza Mahin consiste em projeto de extensão da UFRJ que atua em diversas frentes sob as perspectivas da educação popular, da assessoria jurídica popular e da pesquisa-ação ou pesquisa-militante.

A atuação do grupo de extensão universitária, em diálogo com o MST, foi voltada, em especial, para o acompanhamento político-jurídico de assentamentos rurais (PDS Osvaldo de Oliveira e PA Irmã Dorothy) no estado do Rio de Janeiro que são palco dos mais intensos conflitos no período recente, caracterizado por uma contra-reforma agrária e por mudanças na legislação agrária nos anos 2000 (TAVARES et al, 2021b). Nesse contexto, ocorre a judicialização da política de Reforma Agrária, por meio de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 769), na qual o NAJUP solicitou ingresso como *Amicus Curiae*, considerando sua experiência que articula ensino, pesquisa e extensão no tema objeto da ação.



A experiência do NAJUP Luiza Mahin como um espaço autônomo, de protagonismo estudantil e de produção teórico-prática voltada para uma práxis transformadora denota como a extensão universitária, indissociável da pesquisa e do ensino, tem um potencial para uma atuação da Universidade em diálogo com os setores populares, a fim de contribuir com as lutas por transformações no sentido da emancipação humana.

Referências bibliográficas

ADPF 679 Petição inicial. Disponível em:
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6068150>. Acesso em 11/04/2021.

ALENTEJANO, Paulo. **A Centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI**. 2015. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf>. Acesso em 11/04/2021.

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei. **Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas na UFPB. 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8352/2/arquivototal.pdf>. Acesso em 11/04/2021.

BALESTRO, Moisés V.; SAUER, Sérgio (orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria/INCRA/P/Nº 477**, de 04 de novembro de 1999.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 1º de setembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12846.htm. Acesso em 11 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 9.311**, de 15 de março de 2018. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9311.htm. Acesso em 11 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2013.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê? **Instituto Paulo Freire**, v. 15, 2017. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria - Moacir Gadotti fevereiro 2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf) Acesso em 11/04/2021.

GUZMÁN, SEVILLA E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DELEÓN, M. A. (ed.). **El campo y la ciudad**. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Série Estudios).

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8352/2/arquivototal.pdf> Acesso em 11/04/2021.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp.21-53. Set. 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>. Acesso em 11/04/2021.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013. Disponível em : <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/download/18932/15906/50374>. Acesso em 11/04/2021

PAZELLO, R.P. Teorias Críticas e Assessoria Jurídica Popular. **Revista Direitos Humanos e Sociedade**. 2019. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/dirhumanos/article/view/5890>. Acesso em 11/04/2021.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana et. al. Sete anos de luta: a trajetória do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin. In: **Anais do Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua**. 2020. Disponível em: <https://direitoachadonarua.files.wordpress.com/2020/07/gt-3-sete-anos-de-luta.pdf>. Acesso em 10/04/2021.

RIBEIRO, Ana Maria Motta e. al. Academia Militante, Sociologia Viva e Direito em Ação: Assessoria Popular - Jurídica e Educacional em situações de conflito no meio rural. In: **Anais do Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua**. 2020. Disponível em:



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



<https://direitoachadonarua.files.wordpress.com/2020/07/10-artigo-academia-militante.pdf>. Acesso em 11/04/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo, Cortez ed., 2008.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?**. Minas Gerais, UFMG, 2010.

TAVARES, Ana Claudia; VIEIRA, Fernanda; QUINTANS, Mariana. Afagar a terra e fecundar o chão: a luta pelo direito à terra do PDS Osvaldo Oliveira. *In: Anais do VII Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas*. No prelo. 2021a.

TAVARES, Ana Claudia; VIEIRA, Fernanda; Nascimento, Fhylipe; ALDECOA, Flávia; TROPE, Francisco; BORGES, Jéssica Soares; LOPEDOTE, Maria Luiza; QUINTANS, Mariana; MACRUZ, Matheus Oliveira; GARCIA, Thiago; CARNEVALE, Viviane. A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do judiciário fluminense. **Revista Praia Vermelha**. v. 31. n.1 No prelo. 2021b.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT5

NOVAS TEORIAS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

COORDENAÇÃO

RODICA WEITZMAN (CPDA/UFRRJ)

ANDREA BUTTO (UFRPE)



A complexidade do *care* em contextos rurais

Karolyna Marin Herrera¹

Resumo

Neste artigo reflito sobre o trabalho cotidiano que as mulheres realizam em contextos rurais, a partir do diálogo com estudiosas da sociologia do trabalho e da sociologia rural, sobretudo aquelas que fazem interface com as temáticas de gênero e trabalho. É no diálogo com categorias como trabalho, *care* e experiência, incorporadas a uma perspectiva feminista que procuro contribuir para a compreensão da complexidade dos cuidados em contextos rural. Para atingir tal escopo, faço uma revisão teórica dos estudos de gênero e trabalho no meio rural, e sobre a reflexão sobre o trabalho de cuidados. Ao final do artigo abordo a experiência das agricultoras da região oeste de Santa Catarina no trabalho de cuidados, assinalando as particularidades das experiências de mulheres em contextos rurais.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, trabalho, *care*



¹ Doutora em Sociologia Política-UFSC. Professora Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural-CCA/UFSC. E-mail: karolynaherrera@yahoo.com.br



Introdução

Refletir sobre o cotidiano da vida em contextos rurais implica no dilema de como lidar com as exigências do trabalho e das famílias, que são conflitantes e que, muitas vezes, parecem inconciliáveis. Neste contexto, a sobrecarga de trabalho a que estão submetidas as mulheres, reflete, em função da divisão sexual do trabalho², em uma dedicação quase que exclusiva do tempo das mulheres às necessidades da família e do estabelecimento rural.

Isso porque, no âmbito da agricultura familiar, os ingressos monetários, os serviços públicos, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados são combinados para que uma melhor qualidade de vida seja possível. Neste ritmo, as mulheres geralmente disponibilizam permanentemente o seu tempo para o serviço da família, sendo que em muitas situações esta dedicação se estende para além da família, envolvendo a rede de sociabilidade das mulheres.

Esta dedicação se constitui, muitas vezes, em um impedimento para prosseguir na formação escolar, para usufruir de tempo para si, para utilizar o tempo para o lazer, para melhorar a qualificação profissional, ou seja, para construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias. Situação que se agrava com a situação de invisibilidade e desvalorização do papel que as mulheres têm em nossa sociedade, no que concerne às atividades que exercem no âmbito produtivo na agricultura e, principalmente, às tarefas no trabalho reprodutivo, que envolvem as atividades domésticas e de cuidados (*care*³).

Neste sentido, torna-se imperativo problematizar a ampla variedade de significados na construção de saberes e competências, nas negociações sobre as relações e as práticas do trabalho para desconstruir a tradicional naturalização do papel da mulher como a única

² Para Durán (2000b, p. 221), ao se estabelecer uma divisão no trabalho cria-se um correlato axiológico, ou seja, uma atribuição de capacidades e valores a cada uma das qualidades do trabalho e dos sujeitos da relação social prescrita, dispondo as bases para suportar tal relação. Neste sentido, a divisão sexual tem dois organizadores, o da separação, situação na qual diferenciam-se os trabalhos de homens e de mulheres, e o da hierarquização, circunstância em que o trabalho dos homens “vale” mais que o das mulheres (KERGOAT, 2009). Ou seja, nesta divisão o homem participa da esfera pública, representada pela responsabilidade do trabalho produtivo e a mulher, da esfera privada, local do trabalho reprodutivo.

³ O termo *care* foi adotado no Brasil de forma ampla pelas pesquisadoras desta temática, pois abarca a polissemia do conceito: cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care* (Hirata, 2010).



responsável pelo trabalho reprodutivo, por ocupar o lugar da “mulher mãe” ou da “dona de casa”. Assim como, faz-se necessário descortinar os aspectos que invisibilizam a atuação das agricultoras no trabalho produtivo, valorizando o papel que desempenham nos sistemas produtivos dos estabelecimentos rurais. Ao voltar o olhar para a experiência das mulheres no cotidiano, verificamos que a dicotomia expressa no trabalho produtivo *versus* reprodutivo é insuficiente para abarcar a ampla variedade de tarefas realizadas e os significados dotados ao trabalho cotidiano.

O cotidiano do trabalho e, sobretudo, o âmbito das relações familiares, afetivas e domésticas tem recebido atenção de poucas/os pesquisadoras/es nos estudos rurais. A visão dominante nesta área do conhecimento é caracterizada a partir da experiência masculina e, no máximo, na experiência da família rural, como se essa se tratasse de um todo coeso, e, não dificilmente, mesmo que o foco de análise seja a família rural, os estudos usualmente retratam a família representada pelo chefe de família. A tendência de retratar as relações em contextos rurais a partir da experiência masculina tem dado relativa importância ao caráter produtivo da agricultura.

Neste artigo abordo a forma como as mulheres foram se configurando como objeto de pesquisa nos estudos rurais, com destaque para a problemática do trabalho. Ao refletir sobre esta categoria, abordo as contribuições recentes de teóricas feministas, principalmente àqueles vinculadas à sociologia do trabalho, sobre o trabalho de cuidados (*care*), por fim argumento sobre a especificidade do trabalho de cuidados em contextos rurais, partindo de uma análise sobre a experiência das próprias mulheres rurais no cotidiano do trabalho no oeste do estado de Santa Catarina.

Gênero e trabalho no meio rural

Os primeiros estudos sobre as mulheres nos estudos rurais ocorreram no bojo do debate sobre o modo de produção capitalista. A preocupação se voltava sobre o seu ingresso como assalariadas no campo, assim como, sobre a sua posição subordinada na lavoura, sendo a casa considerada como o lugar da mulher por excelência. Para Stolcke (1986, p.349), “as pesquisas sobre a evolução da família de trabalhadores e da hierarquia sexual na sociedade capitalista



indicavam a contribuição dada à reprodução barata de força de trabalho pela família e pela função doméstica das mulheres”.

As mulheres, e também os jovens, idosos e crianças passam a ser objeto de análise a partir dos anos 1970, considerados apenas marginalmente como integrantes do núcleo doméstico. Paulilo (1976) comenta que um dos primeiros trabalhos a tratar especificamente da mulher rural⁴ foi uma publicação de Paul Singer e Felícia Madeira de 1973, que enfocava a estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil de 1920 a 1970. Neste trabalho, os autores apontavam que, nos cinquenta anos de levantamentos de dados dos Censos Agrícolas, a mulher encontrava um lugar restrito à produção de subsistência e à atividade doméstica. Esta constatação, apesar de denotar certa previsibilidade, já apresentava algo inédito, representado pela preocupação em refletir sobre a condição da mulher. As mulheres eram estudadas somente como parte das famílias e como integrantes das comunidades rurais, mas nunca como objeto principal de estudo.

As reflexões sobre as mulheres se multiplicavam em todo país, principalmente após 1975, Ano Internacional da Mulher promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, a ênfase das feministas recaía quase que exclusivamente sobre as mulheres operárias. Observa-se, então, uma dupla marginalização na produção acadêmica naquele período, pois a maioria dos estudos sobre o meio rural negligenciava a situação das mulheres e a condição das agricultoras ocupava lugar marginal na produção feminista. Estes trabalhos pioneiros, que coincidem com a segunda onda do feminismo, vieram a preencher esta importante lacuna nas reflexões acadêmicas.

No ano de 1975, Verena Martinez-Alier⁵ publicou um trabalho sobre as mulheres trabalhadoras volantes, mostrando que havia uma maior intensidade de trabalho assalariado feminino nas atividades sazonais de colheita quando se verificava falta de mão de obra masculina. Isso ocorria pois, devido à expansão industrial, os homens se dedicavam a trabalhos na cidade, principalmente na construção civil. Duas particularidades interessantes

⁴ Naquele momento era usual utilizar o termo “mulher” no singular em lugar do plural “mulheres”. O termo no plural passou a ser adotado pelas feministas na contemporaneidade para evidenciar a pluralidade de pessoas que se reconhecem na categoria mulheres, abarcando, então, a diversidade de raça, etnia e orientação sexual.

⁵ Verena Stolcke na década de 1970 utilizava o sobrenome Martinez-Alier.



foram apontadas nesta pesquisa. A primeira, refere-se a natureza do trabalho das mulheres que, na visão da autora, não tem o seu caráter alterado e a segunda particularidade enfatiza o fato de, apesar de as mulheres ocuparem gradativamente mais postos de trabalho, a sua introdução no mercado não alterou as definições de seus papéis sexuais e a estrutura da organização familiar.

No ano de 1976, Paulilo analisou o grau de inserção das mulheres no mercado de trabalho em diferentes categorias socioeconômicas do rural, assim como os principais fatores pelos quais ocorriam ou não as suas participações nas atividades produtivas. Em diálogo com as contribuições de feministas marxistas, como Eva Blay e Heleieth Saffioti, a autora propôs a separação dos tipos de trabalho das mulheres em: trabalho doméstico (atividades de lavar e passar roupa; cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa, costurar e cuidar das crianças); trabalho produtivo dentro do lar (cuidados com a horta e com os animais domésticos); e trabalho produtivo fora do lar (atividades realizadas na roça). Ao propor esta separação, a autora promoveu o reconhecimento do trabalho produtivo realizado dentro da casa, já que alguns produtos resultantes destas atividades, tais como queijos, hortaliças e legumes, são vendidos, mesmo que esporadicamente (PAULILO, 1976).

Contudo, Paulilo (1976) comenta que a denominação adotada não era consenso na época. Carmen Deere no mesmo ano publicou um artigo defendendo que a produção para subsistência na horta e no manejo de pequenos animais realizado pelas mulheres fornecia mais-valia, mesmo que seus produtos não fossem vendidos. Porque este tipo de produção permitia ao homem vender a sua força de trabalho a preços mais baixos.

Os primeiros estudos que se preocuparam em analisar a situação das mulheres no meio rural revelam que a preocupação das pesquisadoras à época, qual seja, compreender a situação de subordinação das mulheres na relação de trabalho e no ambiente doméstico, não difere das atuais. As mulheres rurais tiveram as suas condições de vida pouco alteradas desde este período até a atualidade. O que se modificou de lá para cá, fundamentalmente, foi a lente analítica utilizada para compreender essas realidades.



As pesquisadoras dedicadas a analisar as mulheres no meio rural naquele período, pautadas pelas discussões das feministas marxistas e pelo debate em voga nos estudos rurais, consideravam: as mulheres em sua relação com as práticas características do modo de produção capitalista e o debate sobre o trabalho doméstico na sua pertinência ou não como trabalho produtivo ou improdutivo.

A partir da década de 1980, as especificidades dos grupos rurais começaram a ser objeto de interesse. Ao contrário da preconização do desaparecimento do rural e da proletarianização das agricultoras e agricultores, observou-se a revitalização dos movimentos sindicais e o surgimento dos novos movimentos sociais no campo. As reivindicações destes agentes sociais extrapolavam o seu lugar no modo de produção capitalista e passaram a ser elaboradas a partir de uma crítica incisiva ao modelo de modernização agrícola adotado no país, com a convicção de que não bastava lutar pela democratização do modelo de modernização agrícola, mais sim propor um novo modelo de agricultura, cujas características fossem benéficas a toda a população rural (DELGADO, 2009). Este movimento fez parte de uma mudança paradigmática nos estudos do rural, conforme afirma Wanderley (2011), pois, a partir desse período, as pesquisas passaram a reiterar a centralidade dos sujeitos rurais.

As especificidades de grupos sociais rurais - anteriormente analisados no contexto da família camponesa - começaram a ganhar, a partir dessa década, o status de objeto específico, no qual os seus papéis, espaços e contextos simbólicos e sociais passaram a ser interpretados.

Adicionalmente, se anteriormente os estudos se detinham quase que exclusivamente sobre o potencial produtivo da agricultura e da relação dos atores com o sistema produtivo, o leque de interpretação foi ampliado e passou a incluir temas diversos para além da problemática do trabalho produtivo, tais como: as questões de saúde, as peculiaridades da migração rural, as novas modalidades de trabalho assalariado, o papel das mulheres na reprodução social, o trabalho reprodutivo, os auxílios e rendas complementares governamentais, a ação política e coletiva organizada, dentre vários outros temas. No bojo do avanço destas reflexões, as discussões se dirigem, gradativamente, para aspectos culturais e simbólicos, que caracterizam o papel das mulheres em contextos rurais.



Em paralelo, a partir dos anos 1980, a literatura feminista começou a fazer uso da categoria gênero para interpretar as relações sociais, passando a ser empregada, também, nos estudos rurais. Como resultado dessas mudanças, atribuíram-se significados culturais e sociais para as diferenças entre os sexos. Tais transformações resultaram na construção de novos sentidos a essas diferenças e, conseqüentemente, posicionou-as dentro de relações hierárquicas e/ou de poder, conforme definição de Joan Scott (1995).

Cordeiro e Russel Scott (2007), ao referirem-se às produções acadêmicas sobre as relações de gênero no meio rural neste período (anos 1980), destacam que há três vertentes de estudos principais, que por vezes se cruzam e, por outras, correm em paralelo: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; o discurso das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre o campesinato, ribeirinhos(as), populações indígenas, etc. (CORDEIRO; RUSSEL SCOTT, 2007, p.240). Vale ressaltar que a primeira vertente é a mais preponderante nas pesquisas desde os anos 1980.

Alguns estudos são representativos da preocupação iniciada nesta década, tais como os de Heredia, Garcia e Garcia (1984) sobre os pequenos produtores; o realizado por Carneiro (1981 apud CASTRO; LAVINAS, 1992), que destacou, além da desvalorização do trabalho da mulher (ou seja, o não trabalho), a existência de uma relação hierárquica entre o trabalho realizado no espaço público e no privado, e na contribuição crítica Paulilo (1987) acerca da caracterização em “trabalho leve” e “trabalho pesado” realizado pelas mulheres.

Estes estudos revelam que a relação de subordinação das mulheres na hierarquia familiar, pautada pela divisão sexual do trabalho, resulta no seu não reconhecimento, configurando-se, assim, a invisibilidade e o não reconhecimento do papel social e econômico das mulheres. Situação na qual as mulheres são constantemente caracterizadas como “ajudantes” de seus pais ou esposos. Adicionalmente, a situação subordinada das mulheres extrapola a relação familiar, estando presente também na comunidade, conforme aponta o estudo de Woortmann (1995).



É perceptível, então, que as pesquisas que se utilizam do gênero como categoria analítica extrapolam as interpretações exclusivamente econômicas da desigualdade entre os gêneros, ainda que estejam fortemente pautadas na visão das agricultoras como trabalhadoras rurais. Isso quer dizer que ao problematizar a relação entre o trabalho e as mulheres no espaço rural, as pesquisadoras que lançam mão da abordagem de gênero vinculam os aspectos culturais e simbólicos à produção material da vida.

No entanto, existe uma tendência nos estudos da área em considerar, a partir da constatação dos componentes culturais e simbólicos que justificam o lugar subalterno que ocupam as mulheres, em função da divisão sexual do trabalho, a autonomia econômica como fator fundamental para modificar a relação de subordinação social a que estão sujeitas as mulheres. Uma vez que ao auferirem alguma renda a partir do trabalho, o seu poder de decisão e de gestão no interior da família pode ser aumentado.

Essas análises são pautadas pela noção de empoderamento através da renda. Nessa direção, muitos trabalhos que buscam a inserção das mulheres em iniciativas produtivas, por vezes, apresentam a renda como sendo a única perspectiva de reconhecimento do papel destas mulheres. Tais abordagens procuram evidenciar, sobretudo, os benefícios decorrentes do aspecto produtivo da atuação das mulheres na agricultura familiar.

É difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro. Contudo, ao adotar a perspectiva do empoderamento pela via econômica, as mulheres rurais são reconhecidas a partir de sua condição de trabalhadoras no âmbito da produção agropecuária, reforçando a ideia de um espaço rural fortemente marcado pela dimensão do trabalho agrícola. Isso consolida o paradigma hegemônico, pautado no enfoque produtivo como eixo estruturante das relações sociais no espaço rural.

Inquestionavelmente o suporte financeiro é necessário, mas não é suficiente para alterar as estruturas hierárquicas presentes nas famílias e nas estruturas sociais. Um exemplo disso é que, muitas vezes, mesmo com a renda resultante da venda de mercadorias, não são as mulheres que fazem a gestão de seu próprio dinheiro. Mesmo quando utilizam o dinheiro,



fruto de seus trabalhos, costumam investir na própria casa ou o utilizam para alguma necessidade dos demais membros da família, principalmente dos filhos.

Por outro lado, há também uma tendência em valorizar o trabalho realizado pelas mulheres do campo, principalmente nas atividades voltadas para a produção de alimentos, através das quais se garante a subsistência e a reprodução biológica, preservando-se, conseqüentemente, a biodiversidade e a natureza. Isto tem sido verificado, sobretudo, nos estudos que envolvem a agroecologia. As mulheres seriam consideradas, assim, como parte fundamental no desenvolvimento de atividades relevantes para a reprodução da família e, em certa medida, da sociedade, a partir da centralidade de sua atuação na produção de alimentos em hortas e quintais produtivos.

Neste sentido, mesmo com a incorporação de aspectos culturais e simbólicos a partir da utilização do conceito de gênero, que contribuíram em revelar a condição de invisibilidade e falta de reconhecimento do trabalho das mulheres rurais, parece ainda predominar, nos estudos de gênero no rural, a lógica mercantil a partir da noção de modo de produção camponês, que envolve o trabalho e o consumo na economia familiar (AGUIAR, 2017).

O trabalho das mulheres implica na consideração de outras particularidades, principalmente aquelas vinculadas à esfera reprodutiva, que garante a reprodução social e biológica e o bem-estar das pessoas e é fonte de exploração, que fundamenta e dá sustentação ao trabalho familiar na agricultura. Observa-se, neste sentido, a preocupação de algumas pesquisadoras em explorar, principalmente a partir dos anos 2000, a compreensão do lugar das mulheres na produção e reprodução familiar, em particular, no trabalho doméstico, como apontam os levantamentos bibliográficos realizados por Salvaro et al. (2012) e por Gomes, Nogueira e Toneli (2016).

Contudo, se esta tem sido uma nova tendência na problematização do papel das mulheres rurais, observa-se, por sua vez, uma excessiva produção de estudos descritivos, que caracterizam a atuação das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas em diferentes contextos sociais e geográficos, sem a contrapartida do aporte de novas contribuições analíticas. Neves e Motta-Maués (2013), ao referirem-se às publicações sobre o papel das



mulheres na reprodução de grupos domésticos, apontam que as interpretações se reduzem à constatação das relações de dominação/subordinação ou invisibilidade/valor da posição social.

Tais descrições se, por um lado, auxiliam no alargamento das constatações que pormenorizam as diferentes atividades realizadas, por outro lado, não contribuem no aprofundamento da compreensão do papel das mulheres rurais em toda a sua dimensão, que envolve não somente os aspectos materiais, mas, também, os aspectos morais e afetivos. Esse eventual avanço decorre, a meu ver, do aprofundamento necessário a ser realizado nas análises empíricas, que tem avançado muito timidamente.

Nos últimos anos inicia-se uma nova tendência em análises que extrapolam a mera problematização do trabalho a partir da denúncia da desigualdade de oportunidades e do diagnóstico das condições de inserção no mercado de trabalho e/ou da importância da renda. Nota-se uma preocupação, ainda incipiente, porém, bastante relevante, com a articulação entre o trabalho produtivo e a reprodução social. Nestas análises o serviço doméstico, os cuidados, a família, a maternidade e a sexualidade começam a ser problematizados, ou seja, as agricultoras deixam de ser analisadas apenas na condição de trabalhadoras rurais.

As desigualdades de gênero na articulação do trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano começam a ser evidenciadas a fim da compreensão do lugar das mulheres na produção e reprodução familiar. A articulação destas duas esferas do trabalho das mulheres (produtivo e reprodutivo) evidencia, segundo Melo e Castilho (2009), que a plena participação das mulheres no trabalho cotidiano pode ser visualizada e valorizada por meio da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades reprodutivas, seja nas atividades públicas e produtivas.

Esta tendência está em linha com as novas interpretações sobre o trabalho levadas a cabo por feministas em outras áreas do conhecimento. Tais interpretações também estão em consonância com as mais recentes transformações sociais que têm sido verificadas no Brasil, situação na qual a crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de



nível educacional, a redução do número de filhos, dentre outras conquistas das mulheres, não resultou na alteração da estrutura de desigualdade.

O trabalho de cuidados

O debate crítico em torno do trabalho reprodutivo e suas implicações para as mulheres que iniciou no final da década de 1970, e teve como expoentes feministas como Heleieth Saffiotti (1969), Eva Blay (1975), Neuma Aguiar (1978), dentre outras⁶, contribuiu para revelar que o conceito de trabalho doméstico e a discussão acerca da divisão sexual do trabalho eram insuficientes para abarcar a complexidade da problemática em torno das atividades realizadas pelas mulheres no âmbito familiar, pois, dentre as tarefas realizadas na esfera da reprodução encontram-se, também, a provisão dos ditos serviços de cuidados (*care*).

Apesar da importância do trabalho de cuidados para a manutenção da vida e para compreender como as relações sociais são engendradas, tanto no interior das famílias, como na relação com o Estado e com o mercado, tal preocupação com esta temática se deu tardiamente. As teorias sobre o *care* se desenvolveram a partir dos anos 1980 no mundo anglo-saxão. Na França, local de produção de importantes teóricas sobre o tema, o debate data do início dos anos 2000. Na América Central e na América Latina, por sua vez, a presença é ainda mais recente, a partir de meados da primeira década dos anos 2000.

Recente nas ciências sociais, a literatura sobre o cuidado já constituía sua tradição ancorada em discussões teóricas nos campos da filosofia e da psicologia. A discussão sobre o trabalho de cuidados surge na tradição do debate sobre a ética do cuidado e as suas possíveis relações com a teoria da moral. Debate esse que foi inaugurado por Gilligan (1982) em sua obra *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*.

A autora afirmou existir uma moral distinta entre meninos e meninas ao longo do desenvolvimento psicológico moral, relacionando à ética do *care*, como uma responsabilidade moral inerentemente feminina. A autora propõe, por meio de inúmeras análises empíricas realizadas com mulheres, homens e crianças, uma moral que se baseia na experiência de

⁶ Bruschini (2006) afirma, baseada em estudos realizados na década de 1990 de sua autoria, que o tema do trabalho feminino também foi a porta de entrada dos estudos sobre mulher na academia brasileira.



mulheres e que seria diferente da experimentada no âmbito masculino, afirmando, assim, que existe uma personalidade feminina e maternal (GILLIGAN, 1982). Para a autora, há uma relação de dependência entre os seres humanos e a preservação dessas relações constitui um jogo moral (fundado sobre a experiência íntima, singular e irredutível, dos sentimentos e do concreto relacional), tão importante quanto o da justiça (que se baseia em princípios racionais, abstratos e universais).

A contribuição de Gilligan serviu como estopim para a explosão de diversas críticas e contribuições à sua proposta⁷. Das críticas à sua obra, o binarismo, presente na forma da ética do cuidado, é o mais atacado pelas feministas, pois, embora não tenha sido a intenção da autora, essa posição acaba por essencializar os papéis femininos e masculinos em nossa sociedade. A construção de Gilligan coloca o *care* como algo inerente à mulher, como se a disposição para o cuidado fosse natural, posicionamento que contribui para a justificativa das mulheres ao confinamento no âmbito privado.

A norte-americana Joan Tronto foi umas das autoras que rebateu a noção essencialista de Gilligan e foi pioneira em discutir a condição política da ética de *care*. Tronto pretende desvincular o cuidado da ideia de disposição psicológica inerente ao desenvolvimento psico-cognitivo das mulheres, defendido por Gilligan; e problematizar o caráter conflituoso das relações de cuidado, afirmando que, frequentemente, as responsabilidades não são claramente estabelecidas e podem sobrecarregar um indivíduo, geralmente uma mulher, que realiza as tarefas, não por uma moral inata, e sim por atribuições que lhes foram confiadas ao longo da história.

Tronto argumenta que a atribuição específica das mulheres ao trabalho de cuidados resultou na circunscrição das mesmas em um determinado espaço ou comportamento,

⁷ Tronto (2007) menciona alguns/mas dos/as principais autoras e autores envolvidas/os no debate crítico sobre a ética do cuidado, tais como: Noddings, 1984; Tronto, 1987; Cannon, 1988; Hochschild, 1989; Ruddick, 1989; Collins, 1990; Manning, 1992; Romero, 1992; Sarvasy, 1992; Held, 1993; Larrabee, 1993; Tronto, 1993; Folbre, 1994; Glenn *et al.*, 1994; Bubeck, 1995; Held, 1995; Tronto, 1995; van Parijs, 1995; Clement, 1996; Schwarzenbach, 1996; Kanijn e Kremer, 1997; Kittay, 1998; Koehn, 1998; Koggel, 1998; Sevenhuijsen, 1998; Moore, 1999; Robinson, 1999; Verkerk, 1999; Harrington, 1999; Cancian e Oliker, 2000; Glenn, 2000; Koziak, 2000; Meyer, 2000; Stone, 2000; Folbre, 2001; Hondagneu-Sotelo, 2001; Tronto, 2001; Kittay e Feder, 2002; Noddings, 2002; Lareau, 2003; Engster, 2004; Gould, 2004; Hankivsky, 2004; Verkerd *et al.*, 2004; Di Marco, 2005; Gornick e Meyers, 2005; Paperman e Laugier, 2005; Hankivsky, 2006; Held, 2006; Sander-Stadt, 2006; Tronto, 2006; Robinson, 2007.



geralmente destituído de poder político. Criticou igualmente o modelo moral defendido por Gilligan por se adaptar apenas às mulheres de classe média e brancas, excluindo as mulheres de diferentes raças, classes e orientações sexuais, tais como as mulheres negras, imigrantes, proletárias, lésbicas, etc. Neste sentido, em 1990 Tronto, juntamente com Fisher, definiram o trabalho de cuidados como:

[...] uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável. (TRONTO, 2007, p.287).

Uma ética do cuidado é uma abordagem da vida pessoal, social, moral e política que parte da realidade de que todos os seres humanos precisam e recebem cuidados e cuidam de outros. As relações de cuidado entre os seres humanos fazem parte do que nos marca como seres humanos. Somos sempre seres vinculados a uma rede de interdependência.

Para a autora, o *care* não só é uma atividade da própria espécie humana para a manutenção e a preservação da espécie. O trabalho de cuidados não aparece como uma questão marginal da vida de seres humanos, mas, ao contrário é central para a sua existência e é também uma atividade geradora de bem-estar. Tronto, a partir de suas reflexões, torna possível e visível a centralidade do cuidado na vida humana, compreendo-o como relacional e social.

As contribuições de Tronto auxiliam na compreensão da dimensão complexa e diversa do trabalho de cuidados, pois envolve aspectos materiais, morais e afetivos e está imbricado nas relações sociais. O trabalho de cuidados remete à questão de gênero, na medida em que esta atividade está socialmente naturalizada como se fosse inerente à posição e à disposição feminina.

Contudo, não podemos cair na tentação de considerar os cuidados apenas em seus aspectos positivos, quais sejam, nas dimensões essenciais para a manutenção da vida e para o bem-estar. Não é possível deixar de lado o “mau cuidado”, pois uma pessoa pode realizar o cuidado sem se preocupar com a pessoa cuidada.



Molinier (2004), inclusive, alerta para o que chama de “a caixa preta do *care*”, ou seja, para a possível relação de ódio presente na execução das tarefas de cuidado, sentimento que, usualmente, é escamoteado pelas pessoas e negligenciado pelas pesquisadoras da temática. Para a autora, ao desconsiderar a possibilidade de um “mau cuidado” corre-se o risco de não considerar as ambivalências no provimento de cuidados, como se fosse possível pensar em um trabalho de *care* perfeito, realizado por pessoas perfeitas e em condições perfeitas de felicidade (MOLINIER, 2004, p.229).

Pensar no trabalho de cuidados nos faz extrapolar a visão racionalista e objetiva de mundo⁸, pois pressupõe uma perspectiva que nos emaranha em redes de interesses, comprometidas com o atendimento das necessidades de outras pessoas ao nosso redor (TRONTO, 2007). O fato de o cuidado constituir-se de maneira relacional, implica em refletirmos para além da dualidade provedora/receptor de cuidados. Todos precisamos de cuidados, não só porque nos primeiros anos de vida os cuidados e a atenção constantes são essenciais para a preservação da vida, mas, mais além do mito da maternidade, ao longo da vida é necessária uma série de cuidados para a manutenção da existência pessoal e para o bem-estar. Inclusive o “querer bem” pode ser algo construído ao logo do tempo, não só na própria relação entre cuidadoras e aqueles que recebem os cuidados, como, também, no processo de aprendizagem de profissões vinculadas às atividades de cuidados, como, por exemplo, no caso das enfermeiras (MOLINIER, 2004).

Há, portanto, um fluxo contínuo que representa os cuidados que uma pessoa necessita, envolvendo aspectos variados da vida, com graus distintos de dependência. As reflexões acerca do trabalho de cuidados têm extrapolado a esfera privada (ENGLAND; FOLBRE, 1999), podendo ser oferecido pela família, pela comunidade, por instituições sociais públicas e por meio de mecanismos de mercado.

⁸ Existe uma discussão abordada por Boris (2014) com respeito à necessidade de desvincular o *care* do conceito de trabalho. Para as autoras que advogam por esta separação, como a teórica feminista Kathi Weeds, tratar o *care* como trabalho levaria a tratá-lo com a “frieza” econômica com que se trata o conceito de trabalho, deixando de lado os aspectos imateriais, ou seja, o amor e o afeto, que implicam as atividades de cuidado. Contudo, como menciona Boris (2014, p.111), desvincular o *care* do trabalho implica em desvalorizar a luta de mulheres provedoras de cuidado para obter melhores condições de trabalho, assim como despreza a estigmatização dos componentes raça/etnia, que fazem com que algumas mulheres executem tarefas menos “privilegiadas”.



Neste sentido, existe uma indissociabilidade das dimensões ética, política e material do cuidado, conforme advoga Molinier (2013). A dimensão ética foi amplamente discutida a partir das contribuições de Gilligan (1982), a dimensão política foi incorporada a partir do aporte de Tronto e Fisher (1990) e a dimensão material, por sua vez, se refere à disposição prática do cuidado, ou seja, a materialidade da execução das tarefas, ao trabalho físico despendido. Tal execução de tarefas supõe a disposição de tempo e de força física em atividades como a de alimentação, higiene e saúde, nos cuidados necessários e cuidados especiais, tanto de adultos e crianças como de pessoas idosas ou com deficiência.

A discussão sobre o aspecto moral já estava presente nas reflexões acerca do trabalho de cuidados. No entanto, incorporar a dimensão material às dimensões moral e política do trabalho de cuidados permite estabelecer uma relação entre a marginalização dos cuidados, concebida como orientação moral, com a invisibilidade social das atividades de cuidados, concomitantemente ao papel desempenhado pelas executoras desse trabalho; bem como, das necessidades humanas mais básicas, trazendo à tona a noção da vulnerabilidade inerente à condição humana.

A vulnerabilidade humana e, também, a condição de interdependência nas relações de cuidados são facilmente perceptíveis quando não há quem realize estas atividades TRONTO (1993b). Nessas ocasiões, torna-se evidente o quanto a autonomia individual é relativa e o quanto nos encontramos em um emaranhado de relações que nos torna dependentes do trabalho de inúmeras outras pessoas. Não apenas para garantir a realização de nossas necessidades primárias, mas, também, para a nossa reprodução social e estabilidade afetiva. Para a autora, “no curso da nossa vida, cada um de nós passa por graus variados de dependência e de independência, de autonomia e de vulnerabilidade”. (TRONTO, 1993b, p. 162).

Os trabalhos domésticos e de cuidados envolvem serviços pessoais para outras pessoas; são atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais e afetivas e para outras demandas emocionais de cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Não obstante, o trabalho de cuidados é um componente do trabalho reprodutivo



que não equivale ao trabalho doméstico, mas geralmente é realizado junto com outras atividades domésticas (BORIS, 2014). Isso envolve as tarefas da casa, tais como cozinhar, limpar, lavar, fazer compras, dentre outras, e a subsistência pessoal (cuidados necessários), tais como dar banho, alimentar, acompanhar, transportar e tratar doenças, dentre outras. A relação sexo-afetiva também pode ser parte do cuidado, que igualmente sugere interdependência, intimidade e valorização mútua. Enfim, os trabalhos domésticos e de cuidados abrangem todos os trabalhos necessários à reprodução da vida cotidiana da família e dos indivíduos que a compõe. O trabalho de cuidados encontra-se entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres, quer elas saiam de casa para trabalhar ou não (BORIS, 2014, p. 102).

Adicionalmente, no meio rural as atividades de trabalhos domésticos e de cuidados invariavelmente englobam os cuidados com o meio ambiente, que incorporam os serviços no entorno da casa - o cuidado com as hortas, os pomares e os pequenos animais – pois, estes estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação das famílias. Isto implica em um processo de produção de alimentos que valoriza a qualidade e diversidade, materializando-se, geralmente, em uma produção sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e que prioriza a variedade de cultivos.

Neste contexto, os trabalhos doméstico e de cuidados têm uma ampla variedade de significados, pois implicam em aspectos materiais, afetivos e morais (MARTÍN PALOMO, 2008) e englobam uma transversalidade e enorme complexidade, tais como: a identidade social de quem executa as tarefas; a pessoa que se beneficia do resultado das tarefas e que recebe o cuidado; a relação entre a pessoa que cuida e a cuidada; a transmissão de responsabilidades entre as gerações de uma mesma família - ou entre vizinhas e pessoas da rede de sociabilidade; a natureza do trabalho e do cuidado; o âmbito social no qual ocorrem essas relações; o caráter social e econômico da relação (no caso do trabalho ser remunerado); assim como, as relações assimétricas de um ou de outro.



Sendo assim, em meio a polissemia do conceito e as diversas vertentes que englobam as ações do *care*, analisar a experiência das mulheres rurais nestas atividades possibilita visualizar e compreender os significados dos cuidados em suas vidas.

O trabalho de cuidados em contextos rurais

As análises que empreendo aqui fazem parte da pesquisa que realizei em função de minha tese de doutorado⁹. Por meio dos relatos de experiências vivenciadas por mulheres rurais residentes na região do Oeste Catarinense, obtidos através de entrevistas semiestruturadas e de observação não participante, foi possível destacar as variedades dos significados dotados ao trabalho cotidiano, que incluem a vida familiar, o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

Ao descrever as suas jornadas cotidianas, as mulheres rurais, a partir dos marcadores temporais evidenciados em seus relatos, destacam a centralidade do trabalho de cuidados em suas vidas, não somente como “mais uma tarefa” a ser realizada, mas como um eixo organizador das relações sociais engendradas no espaço rural.

Resta bastante evidente que as agricultoras são iniciadas em suas atividades ainda muito jovens e vão, gradativamente, incorporando responsabilidades ao longo de suas vidas. Além da descrição de suas atividades, as entrevistadas expressaram os componentes materiais, morais e afetivos que subjazem às suas atuações em seus cotidianos. Foi possível constatar que as mulheres rurais dedicam permanentemente seu tempo para as suas famílias e para o estabelecimento rural, atuando cotidianamente em prol das famílias, das plantas e dos animais.

A experiência cotidiana das mulheres no trabalho reprodutivo é construída ao longo da vida, desde a infância, momento em que são iniciadas nos trabalhos doméstico e de cuidados, até as configurações familiares a que pertencem na atualidade. O casamento surge para elas como um marcador temporal na experiência com o trabalho reprodutivo, pois representa o

⁹ A tese intitulada *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais* foi orientada pela Profa. Dra. Maria Iñez Silveira Paulilo e foi defendida em março de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina. As interlocutoras da pesquisa foram dez agricultoras de diferentes gerações, residentes no Oeste Catarinense.



momento em que elas deixam de conviver sob a autoridade do pai e passam a conviver sob a autoridade do marido ou do sogro.

Observa-se que, ao contrário da visão essencialista, que julga que realizar os serviços domésticos e de cuidados é inerente do ser mulher, a experiência no trabalho reprodutivo vai sendo tecida progressivamente, conforme as necessidades das pessoas, dos animais e das plantas. Na execução das tarefas cotidianas opera as qualidades morais da atenção, da responsabilidade, do afeto e da obrigação. O sentimento de culpa aparece também em contraponto a noção de responsabilidade.

Os cuidados são concebidos como relacionais, criando-se uma rede de interdependência estabelecidas entre os agricultores familiares. Nesta rede de interdependência é notável como as configurações sociais em que estão inseridas afeta a experiência das mulheres no trabalho reprodutivo. É neste sentido, que a forma como a herança da terra foi forjada na vida das mulheres influencia na carga de trabalho cotidiano. Assim como, opera a questão racial, situação na qual as mulheres caboclas são mais sobrecarregadas que as de ascendência europeia não-ibérica (HERRERA; RAMOS, 2019).

Contudo, apesar de se consolidar como uma abordagem holística, o arcabouço teórico utilizado para compreender as vicissitudes do *care* acabam por desconsiderar os cuidados para além relações entre os indivíduos. A própria concepção de Tronto e Fisher (1990) considera que os cuidados extrapolam as relações interpessoais englobando também a relação com o meio ambiente. Porém, este tipo de particularidade não tem sido evidenciado pelas pesquisadoras da área. Isso ocorre, pois, ao serem os estudos do *care* majoritariamente pautados em realidades urbanas, as mulheres da cidade mantêm pouca interação cotidiana com animais e plantas.

Esta é uma particularidade constitutiva da compreensão do *care* quando analisamos o cotidiano de mulheres rurais, pois, além de serem responsáveis pelos cuidados com as pessoas, elas também despendem cuidados com animais e plantas. Como responsáveis pelos cuidados das plantas e dos animais, além dos cuidados interpessoais, elas se defrontam com uma jornada ainda mais intensa de trabalho cotidiano.



Além disso, o cotidiano de trabalho das mulheres rurais evidencia que invariavelmente a estrutura dos cuidados é levada em consideração na decisão produtiva no estabelecimento rural, o que comprova que o *care* é um eixo organizador das relações sociais.

Neste sentido, observa-se que a decisão da família na organização produtiva do estabelecimento rural é mais complexa do que a simples orientação produtiva. Pelo contrário, está baseada em valores, pois, no processo de decisão estão presentes componentes sociais e culturais, que vão mais além da mera racionalidade produtiva dada pela apropriação da natureza como forma de acumulação de capital.

Esta percepção se torna evidente somente quando alteramos nosso foco analítico para a experiência das mulheres. Talvez se olhássemos apenas pelo ponto de vista do agricultor com respeito a decisão por uma determinada atividade produtiva, ficaria evidente apenas as questões econômicas e agrícolas envolvidas, como o valor do investimento, o preço do produto no mercado, a qualidade do solo ou a estrutura do terreno, mas voltar a atenção para a experiência das mulheres e observar o cotidiano delas fica evidente que o *care* é eixo estruturante da vida das pessoas, e neste sentido, presente também nas decisões circunscritas ao âmbito produtivo. O trabalho de cuidados é uma atividade que transborda o espaço da casa no meio rural. O *care* flui entre um espaço e outro e, também, para entre os dois espaços, uma vez que é realizado tanto em prol das pessoas, quanto das plantas e dos animais.

Considerações finais

O estado da arte brasileiro sobre o trabalho de cuidados nos mostra um campo de pesquisa latente que vem crescendo e ocupando espaço em diferentes áreas do conhecimento, como nas áreas da sociologia, da política, da saúde e da filosofia. Embora a discussão seja de extrema importância para a compreensão do trabalho das mulheres, tem havido predominância temática nos estudos de mulheres urbanas, deixando de lado a realidade de mulheres que vivem no meio rural.

O cuidado é um fato no cotidiano das pessoas, um elemento organizador de suas relações e mantém-se inseparável da pessoa que o realiza. O objetivo do cuidado não se resume a um produto acabado, pois consubstancia-se nas relações entre pessoas ou entre



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



peças com outros seres vivos, como animais e plantas. Ou seja, constitui-se em uma etapa determinada do ciclo da vida ou em momentos que podem mudar ao longo da vida, dependendo do grau de vulnerabilidade das pessoas, dos animais e das plantas. Assim, o seu objetivo não se direciona para a produção de um serviço ou de um bem, mas antes, e de forma mais relevante, visa a relação entre as pessoas que se estabelece durante o processo de interdependência, ou seja, um vínculo criado em relação a outros. Além de visar as necessidades que se pretende satisfazer, é impulsionado por uma motivação na relação que advém do ato de cuidar, atrelada ao afeto e/ou à obrigação e responsabilidade.

A experiência das mulheres na vida cotidiana rompe com as categorias analíticas dicotômicas expressas nos termos produtivo e reprodutivo. Isto se torna bastante evidente quando o objeto de análise está voltado para a vivência das próprias mulheres rurais. No espaço rural onde os homens e as mulheres não se deslocam do estabelecimento rural para exercer as suas atividades, torna-se indiscutível a insuficiência da dicotomia produtivo e reprodutivo para compreender a experiência de trabalho das mulheres na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. **Casa e modo de produção**. Trabalho apresentado no Seminário “A mulher na força de trabalho na América Latina”. Rio de Janeiro. IUPERJ, 1978.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. **Raízes**, v. 37, n. 2, p. 134-149, jul-dez. 2017.
- BLAY, Eva. A. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 8-20, 1975.
- BORIS, Eileen. Produção e reprodução: casa e trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 101-121, jun. 2014.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira Estudo Popular**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez, 2006.
- CARRASCO, Cristina. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, Madrid, v. 31, n. 1, p. 39 -56, abr. 2013.
- CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 216-251.
- CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Florianópolis, **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.15, n.2, p. 419 - 423, maio/ago. 2007.



- [DELGADO, Nelson G.](#) Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: Sérgio Leite. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2ªed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, v. 1, p. 17-54.
- DURÁN, María Ángeles. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo n. 18, p. 56-69, 2000
- ENGLAND, Paula; FOLBRE, Nancy. The cost of caring. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Jan. 1, 1999.
- GILLIGAN, Carol. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University, 1982. 184 p.
- GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicol. Soc.** [online]. 2016, vol.28, n.1, pp.115-124.
- HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France.; GARCIA JR. Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HIRATA, Helena. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate. In: FARIA, Nalu; MONTEIRO, Renata (Org.) **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva, 2010. 80 p.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.
- KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67.
- MARTÍN PALOMO, María Teresa. Los cuidados y las mujeres en las families: care women and famille. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 45, n. 2, p. 29-48. 2008.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. **Debate e Crítica**, mar. 1975.
- MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.
- MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. Tradução de Nina de Melo Franco. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.
- MOLINIER, Pascale. **Le travail du care**. Paris, La Dispute, 2013.
- NEVES, Delma Pessanha; MOTTA-MAUÉS, Angélica. Apresentação. In: NEVES, D; MEDEIROS, L. (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.
- PAULILO, Maria Ignez. **O trabalho da mulher no meio rural**. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- SAFFIOTI, Heleith. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969. 404 p.
- SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres e trabalho feminino rural: pesquisa no banco de teses da Capes (1987-2010). **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. v. 3, n. 3, 2012.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99, 1995.
- SILVA, Marilda Aparecida Moraes e. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **Ruris**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 13-43, 2012.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



- SILVA, Marilda Aparecida Moraes e; MELO, B. M. ; MORAES, L. A. . Mulheres caipiras: dois olhares sobre o mundo rural paulista. *Caravelle, Toulouse*, v. 1, p. 77-105. 2012.
- SILVA, Marilda Aparecida Moraes e; MELO, Beatriz Medeiros de; MORAES, Lara Abrão de. Saindo das sombras: mulheres sitiadas paulistas. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 179-207, 2016.
- STOLCKE, Verena. **Cafecultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 410 p.
- TRONTO, Joan C. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.
- TRONTO, Joan C. **Moral Boundaries: A political argument for the ethics of care**. London: Routledge, 1993.
- TRONTO, Joan C.; FISHER, Berenice. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E.; NELSON, M. (Ed.). **Circles of care**. Albany, NY, SUNY Press, 1990, p. 36-54.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2011. 152 p.
- WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiadas do nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1995.





A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS MULHERES DO CAMPO COMO ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO CUIDADO E DE POTENCIALIDADE DO PROTAGONISMO FEMININO.

Tamara Juriatti¹

Juliana de Almeida Costa²

RESUMO

A síntese aborda o trabalho do cuidado relacionado à vivência de mulheres rurais e quais as diferenças entre mulheres que se organizam em movimentos sociais de luta pela terra, neste caso mulheres que participam do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra, de mulheres de uma comunidade rural do noroeste do estado que não possuem este envolvimento. Objetivando fazer um diálogo entre estas duas situações e as implicações na percepção que elas têm sobre o seu trabalho. As tarefas e saberes relacionados ao cuidado e a reprodução da vida são postos na estrutura patriarcal como intrínseco à natureza feminina, mas ao contrário, eles são socialmente impostos. Em um dos casos estudado através de debates e construções coletivas as mulheres conseguiram debater sobre suas práticas e ressignificá-las, transformando ela de opressora em fonte de autonomia e protagonismo. Enquanto a falta de espaços organizativos onde ocorram troca de vivências e percepções sobre o trabalho feminino rural fazem com que as tarefas realizadas pelas mulheres sejam encaradas como uma atividade inferior, já que na lógica capitalista o trabalho que gera renda é o reconhecido socialmente.

Palavras-chave: Organização coletiva. Cuidado. Protagonismo. Mulheres do campo.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História-UFSM . Email: tamara_juriatti@outlook.com

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural-UFSM. E-mail: julianaalmeidacosta2017@gmail.com.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



ABSTRACT

The present synthesis addresses the care work related to the experience of rural women and what are the differences between women who organize themselves in social movements fighting for land, in this case women who participate in the Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, of women from a rural community northwest of the state that do not have this involvement. Aiming to make a dialogue between these two situations and the implications on the perception that women have about their work. The tasks and knowledge related to the care and reproduction of life are placed in the patriarchal structure as intrinsic to the feminine nature, but on the contrary, they are socially imposed. In one of the cases studied through collective debates and constructions, women were able to debate their practices and reframe them, transforming them from oppressors into sources of autonomy and protagonism. While the lack of organizational spaces where experiences and perceptions about rural women's work are exchanged, the tasks performed by women are seen as an inferior activity, since in capitalist logic the work that generates income is what is socially recognized.

Keywords: Collective organization. Care. Protagonism. Rural women.



INTRODUÇÃO

O cuidado tem sido amplamente discutido nos últimos anos por diferentes correntes do feminismo. Os trabalhos vinculados a ele também têm sido foco de muitos debates e estudos acadêmicos, assim como sua atribuição histórica às mulheres a partir da divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal e as consequências desta atribuição para a vida das mulheres e para a sociedade.

Desta forma, ele é compreendido por Tronto (1985), em artigo produzido em resposta crítica à posição de Gilligan em torno da ética do cuidado, como uma prática socialmente atribuída às mulheres e apontado como uma categoria interseccional, entendendo que as relações morais existentes em torno do cuidado que o vinculam ao gênero feminino não são características essencialmente femininas, mas histórica e socialmente construídas como tal e que tendem a ter variações em torno destas concepções a partir da interseccionalidade com outras categorias analíticas, como classe social, etnia e orientação sexual.

Desta forma o cuidado compõe o rol das tarefas e ações denominadas como reprodutivas, que para Kèrgoat (2009, p.67), em texto que reflete sobre a divisão sexual do trabalho e as relações sociais entre os sexos, o vínculo das mulheres às tarefas compreendidas como reprodutivas e os homens às produtivas determina as condições que vivem os homens e as mulheres, pois são centradas por dois princípios organizadores: o da separação entre trabalho feminino de trabalho masculino e o que faz a hierarquização deste trabalho, atribuindo um valor menor ao que é realizado pelas mulheres. Assim, o cuidado tende a ser um trabalho invisibilizado, pouco valorizado tanto no âmbito econômico quanto no social, e que as mulheres não têm o direito de decidir se querem ou não realizar.

Já Federici (2019, p. 42), em texto onde discute a opressão das mulheres na sociedade, entende o trabalho doméstico como “a violência mais sutil que o



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora”, pelo fato de ser um trabalho que é atribuído a um grupo social sem nenhuma obrigatoriedade de remuneração por ele. No entanto, não podemos negar que existem diferentes concepções, compreensões e apropriações em torno das tarefas relacionadas ao cuidado e das denominadas reprodutivas dependendo do lugar de fala das pessoas que realizam estes trabalhos e o contexto em que estão inseridas e é justamente neste sentido que Kèrgoat (2016) aponta a complexidade do cuidado. Dentro desta diversidade encontram-se diferenças que afloram a partir do local de vivência, como é o caso das mulheres urbanas e rurais, ou, heterogeneidades que existem dentre as mulheres que muitas vezes a sociedade teima em homogeneizar, como é o caso das agricultoras, que apresentam diversidade de classe social, etnia, cultura e geração, que embasam as suas subjetividades e coletividades.

Uma destas diferentes concepções se encontra vinculada à dualidade trabalho produtivo/ reprodutivo, apresentada por Paulilo (2016), em artigo que reflete o trabalho feminino no campo e aponta existir permeabilidade entre estas categorias no meio rural, citando para exemplificar a produção de queijos, tida como uma tarefa feminina na agricultura familiar e reprodutiva por ser produzida para consumo familiar, mas que tem a possibilidade de se tornar produtiva a partir do momento em que ocorre a comercialização da peça excedente, embora seja invisibilizada e pouco valorizada. Desta forma compreendemos que de fato existem particularidades no meio rural que permitem que as análises realizadas a partir das mulheres rurais tenham abordagens diferenciadas, inclusive em relação ao cuidado.

Neste sentido, como mais uma vez bem aponta Paulilo (2016), em texto sobre uma nova abordagem feminista proveniente das camponesas, as origens urbanas dos movimentos feministas dificultaram historicamente uma relação mais próxima entre as mulheres rurais e estes movimentos, assim como estudos e análises em torno desta temática relacionadas às mulheres rurais e o mundo rural, compreendido e estudado muitas vezes a partir do “núcleo familiar”. No entanto, neste último



período, alguns movimentos sociais do campo (MMC, MST e MPA), a partir das suas representações femininas, têm pautado um feminismo próprio das mulheres do campo, o que denominam Feminismo Camponês Popular, que seria o feminismo que tem uma abordagem diferenciada, partindo das suas vivências. Este feminismo, citado por Paulilo, não nega a relação das mulheres com a natureza, mas sim busca compreendê-la como um fator de fortalecimento das mulheres e das concepções feministas.

O que parece ter diferentes teorias para os diferentes movimentos sociais do campo é a origem desta relação, que para o MMC, segundo Paulilo, é compreendida como uma relação essencialista e, para o MST, segundo análises textuais deste movimento, parece compreender a origem desta relação a partir da construção social em função da sua concepção histórica vinculada ao materialismo histórico dialético. Porém, o apontamento central deste feminismo parece ser a construção não só de novas relações de gênero e novas relações econômicas, mas, partindo dos pressupostos da agroecologia, primando pela construção de relações de cuidado e de respeito com a vida como um todo.

No entanto, quando trabalhamos com a categoria mulheres rurais, que é muito ampla, mesmo quando estamos trabalhando com mulheres rurais que pertencem à mesma estratificação social e econômica dentro desta categoria analítica, sendo estas, no caso deste estudo específico, assentadas de reforma agrária e que podem ser consideradas camponesas no sentido descrito por Queiroz (1973)³, em pesquisa destinada a estudar o campesinato brasileiro, encontramos ainda uma diversidade muito grande de concepções e práticas a partir da realidade cotidiana e das trajetórias de vida de cada grupo social. Neste artigo, estaremos

³ A compreensão de campesinato apresentada pela autora se configura no sentido sociológico, onde ela o denomina como uma camada subordinada dentro de uma sociedade e que faz uso da terra para fins de reprodução familiar, utilizando para este fim a mão de obra familiar em pequenas áreas cultivadas.



trabalhando com dois grupos de mulheres distintos e as diferentes relações e concepções desenvolvidas por estes e por suas integrantes em torno do cuidado.

Entendemos estas reflexões como importantes para o processo de construção da diversidade na ciência e para a criação de políticas públicas para as múltiplas vivências existentes no campo brasileiro, buscando incorporar a complexibilidade da vida das mulheres nas ações cotidianas e extraordinárias. Estaremos neste artigo então trabalhando com mulheres que compõem a classe trabalhadora do campo e que diferem, na sua formação, fundamentalmente, em relação às construções de organização social coletiva para conquista de direitos constitucionais, no caso, o direito à terra a partir da reforma agrária e que são distintas entre dois grupos. O primeiro grupo citado se organizou para este fim a partir do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o segundo grupo, embora não tenha uma organização coletiva constituída, fez parte de um movimento local, de reivindicação de acesso à terra a partir da Reforma Agrária, que se dissolveu após as famílias terem sido reassentadas.

Desta forma, buscamos analisar as duas realidades diferentes a partir da convergência de que a lógica da sociedade comum patriarcal atribui o cuidado às mulheres e o denomina como trabalho reprodutivo, mesmo sendo central para a conservação da sociedade. A partir desta ótica, procuramos compreender e desvelar os diferentes processos construídos pelas mulheres que compõem o MST, de diferentes regiões do MST do RS, e que vivenciam a organização coletiva internamente dentro do Movimento Sem Terra. E, paralelamente, os processos construídos pelas mulheres de um Reassentamento Rural do município de Chiapetta, que participaram de um movimento organizado a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Constantina, no Rio Grande do Sul, formado por famílias, em sua maioria descendentes de ítalo brasileiros, assentadas na Reserva Indígena de Serrinha. Estas tinham como objetivo a conquista da terra para seu grupo após a redemarcação da Reserva Indígena na década de 1990, e que se



dispersou como movimento social reivindicatório e se organizou em torno de uma associação comunitária, sem organização específica de mulheres.

Este estudo é fruto de duas pesquisas diferentes que tiveram, a partir de conversas informais entre as pesquisadoras, inquietações compartilhadas em torno das temáticas que envolvem as mulheres rurais e o cuidado, com diferentes percepções e vivências em torno delas, resultando nas reflexões que aqui estão sendo compartilhadas. Esse artigo foi desenvolvido a partir de análises qualitativas que usaram como instrumentos metodológicos questionários com roteiros semi-estruturados, conversas informais e observações participantes e, embora o cuidado não fosse diretamente analisado em nenhuma delas, ele apareceu em ambas, permitindo as reflexões das observações de resultados de entrevistas feitas com mulheres do campo. A partir da problematização das diferentes percepções buscamos, através da bibliografia, atribuir sentido aos processos observados a partir da categoria cuidado e de suas imbricações com as categorias organização coletiva, protagonismo das mulheres, desigualdade de gênero e especificidades da mulher do campo. Iniciamos, desta forma, a partir das observações empíricas, a permeá-las com a bibliografia buscando a construção das sínteses pretendidas .

DESENVOLVIMENTO

O primeiro grupo, de mulheres do MST, é estudado por Juliana de Almeida Costa (2019) na dissertação de Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM intitulada “Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes, socialidades e autonomia feminina”. A dissertação buscou “[...] compreender como as mulheres rurais constroem, a partir dos saberes e práticas populares de saúde sobre as plantas medicinais, relações que proporcionam processos de autonomia e emancipação pessoal e social e de afirmação de lutas femininas no campo.” (Idem, p. 8).



O segundo grupo foi estudado por Tamara Juriatti (2019) no trabalho de conclusão de curso de Licenciatura e Bacharelado em História pela UFSM, intitulado Processo de reassentamento das famílias da Reserva Indígena de Serrinha (Constantina/RS) para a Comunidade Cristo Rei (Chiapetta/RS) – 1996-2002. O estudo não aborda especificamente as questões de gênero, mas elas foram colocadas de modo transversal durante a pesquisa, que pretendia “entender o processo de instalação do Reassentamento Cristo Rei, no município de Chiapetta, no Rio Grande do Sul, processo que ocorre devido à re-demarcação integral da Reserva Indígena de Serrinha, na Região Planalto do estado.”. A partir da troca de experiências sobre as duas pesquisas se percebeu que os processos de trabalho, que envolviam o cuidado, e as concepções sobre ele eram distintas.

Quando nos voltamos para sintetizar as duas percepções diferentes em torno das práticas do cuidado, precisamos entender que, como afirma Hirata (2010, p. 45) todas as pessoas, em algum momento da vida, precisarão de cuidado, pois se tornarão vulneráveis, portanto, o cuidado deveria ser responsabilidade de todos os seres humanos. No entanto, as mulheres são socialmente responsabilizadas por ele. Esta responsabilização feminina pelas práticas do cuidado é fruto, como já citado, da divisão sexual do trabalho. As mulheres são educadas e passam por um processo de socialização que prioriza o doméstico, direcionando assim suas práticas para trabalhos de cuidado, enquanto os homens são educados e direcionados para as ações práticas externas e públicas, como mostra Ortner (1979), em estudo destinado a compreender a relação das mulheres com a natureza e dos homens com a cultura, onde a autora desvela também a aproximação das mulheres com a natureza como socialmente construída a partir do processo de socialização vivenciado por estas.

Desta forma, quando buscamos compreender as realidades distintas das mulheres dos dois grupos que fazem parte deste estudo, nos deparamos com muitas situações cotidianas comuns. A construção social de cada mulher de cada



grupo, dentro de suas especificidades, apresenta proximidades em função da origem de suas integrantes, que são, na sua maioria, oriundas do campo, filhas e netas de famílias da agricultura familiar e que necessitaram lutar por terra para permanecer no campo.

Uma das questões comuns às integrantes dos dois grupos, se vincula às relações de solidariedade e afeto com os animais e as plantas. Uma passagem que demonstra claramente isso são as falas das mulheres sobre as vacas de leite em trabalho de parto. Em todas as passagens que recordamos as falas delas sobre esse assunto, são falas permeadas de sentimentos de solidariedade e compaixão, e geralmente são elas que cuidam da recuperação destes animais, preparam remédios caseiros para auxiliar em partos difíceis e acolhem e cuidam os animais que ficam órfãos, em relações tecidas a partir da empatia. Assim como, geralmente, são elas que cuidam das plantas ornamentais, das medicinais, das hortas e atribuem o valor afetivo e de gratidão à natureza e, mesmo que instintivamente, sem grandes reflexões teóricas sobre isso, acabam sendo as responsáveis por manter a soberania alimentar em seu meio. Também são elas que erguem, seja em casa, no privado, como é o caso das mulheres de Chiapetta, seja em público, como é o caso das mulheres do MST, a contrariedade ao uso de agrotóxicos e defendem a produção de alimentos diversificada.

No entanto, cabe a nós aqui retomar o que afirma Puleo (2012), que estas relações com a natureza geralmente são construídas a partir das vivências destas mulheres e não são essencialmente vinculadas à elas, afirmando a importância de se compreender isso a fim de evitar a banalização destas ações, como aponta:

Outras pensadoras, não sem razão, têm ressaltado o perigo de assumir que se trata de um impulso natural, o que reduziria o valor moral da conduta das mulheres comprometidas com a defesa do meio ambiente. Como sabemos, a tradição filosófica considera ato virtuoso aquele que não vem marcado por genes, mas sim que é resultado de uma escolha livre envolvida na razão e na vontade (Ibdem, p. 30)



No entanto, é nas concepções em torno do cuidado que vislumbramos as maiores diferenças entre as mulheres dos dois grupos. Para as mulheres de Chiapetta, assim como para muitas correntes feministas, as práticas do cuidado são consideradas sobrecarga, tarefas destinadas à elas. Elas se referem ao período em que as famílias se encontravam acampadas para conquistar um lote de terra como um período não só de muito sofrimento, mas como um período de muita sobrecarga, onde os homens se envolviam diretamente em reuniões, negociações e em tarefas da coletividade e elas se sentiam ainda mais sobrecarregadas com as tarefas “reprodutivas”, somando muitas das tarefas “produtivas” também.

Desta forma, podemos afirmar que este movimento reforçou estereótipos se constituindo como uma forma para manter a estrutura social existente, justamente por não se traduzir em um movimento que buscava a transformação social.

Esta reflexão nos remete ao que afirma Federici (2019, p. 45) que explicita como essa relação de sobrecarga feminina e atribuição das tarefas domésticas às mulheres é benéfica para o capitalismo, pois este não necessita arcar com uma série de cuidados que possibilitam que o trabalhador e a trabalhadora estejam nas condições físicas e emocionais necessárias para realizar seu trabalho. E afirma que

Não é por acaso que a maioria dos homens começa a pensar em se casar tão logo encontra o primeiro emprego. Isso não ocorre apenas porque agora os homens podem pagar por isso, mas também porque ter alguém em casa para cuidar de você é a única condição para não enlouquecer depois de passar o dia todo em uma linha de montagem ou sentado em uma mesa.

Porém, Erice e Marques (2017) afirmam que para as mulheres que compõem o Movimento de Mulheres Camponesas-MMC o cuidado, assim como as práticas em torno dele, é considerado como potencial para o reconhecimento delas enquanto protagonistas de uma proposta de contraposição ao modelo de desenvolvimento constituído a partir da modernização agrícola, o que se encontra em consonância com a lógica das mulheres do MST que contribuíram com esta pesquisa. Quando elas descrevem o período em que se encontravam acampadas apontam que todas



as pessoas que lá se estavam deveriam se inserir nas tarefas coletivas a fim de reduzir a situação de vulnerabilidade em que se apresentavam e de desenvolver o senso de comprometimento com a coletividade. Elas apontam que se inseriram em tarefas relacionadas à saúde ou à educação justamente por serem as áreas onde se sentiam mais à vontade para contribuir em um primeiro momento.

Entendemos, ouvindo as mulheres, que a “coletividade” masculina do acampamento de Chiapetta sobrecarregou as mulheres daquele movimento e que de certa forma isso desenvolveu um sentimento de sacrifício e sofrimento. O processo de luta por outro local de moradia vai ser construído a partir do que Carini (2008, p. 168) classifica como grupos-de-interesse-imediato, através do Movimento de Agricultores Desalojados de Áreas Indígenas. Como conceitua o geógrafo e historiador:

[...] os grupos de interesse imediato em sua maioria foram constituídos a partir da lógica das relações interpessoais principalmente, a partir da aproximação pelo parentesco e vizinhança em que as relações entre indivíduos são constantes e intensas.

A partir do processo de reivindicação do Reassentamento, percebe-se que a forma de organização que havia antes da retomada da área pelo povo Kaingang era a comunitária, ligada ao acesso ao lazer e a cultura. Essa organização comunitária toma um caráter de organização de reivindicação social, a partir de um interesse imediato, buscando uma nova área para restabelecer a comunidade ligada por laços de parentesco e amizade.

Durante o processo de desalojamento e luta pelo reassentamento em outros locais, as mulheres além dos seus afazeres ficaram encarregadas das tarefas de seus maridos, enquanto os mesmos estavam acampando ou iam às reuniões com órgão institucionais para negociações. Porém na recolha das entrevistas para o Trabalho de Conclusão de Curso elas não falavam como integrantes ativas deste



processo de reassentamento pois quem ia para o confronto público eram os homens, isso pode ser visto na fala de uma das entrevistadas por Juriatti⁴:

Daí os homens vinham no acampamento e as mulheres ficaram lá trabalhando e eles aqui, até que conseguiram a terra. Aí após seis meses conseguiram a terra, daí começaram a fazer uma vila lá pra trazer a família. Eles vieram em junho, dia 13 de junho, eu lembro da data e já em novembro ganharam a terra, 11 de setembro, não novembro, ganharam a terra já e aí já em janeiro começou a vir as famílias, em dezembro começou a vir as famílias já, aí sim foi permanecido por dois anos na vila.

Por mais que o trabalho delas fosse fundamental, pois sem ele os homens não teriam a liberdade de sair de seus trabalhos diários para buscar novas moradas, as agricultoras não se viam como protagonistas no processo e relataram seu trabalho como muito penoso, pois tiveram que fazer suas tarefas e as dos seus maridos. Esta invisibilidade do papel fundamental destas mulheres ocorre nas produções científicas e midiáticas sobre o tema, pois as pessoas entrevistadas quando se deseja abordar o conflito são os homens.

As agricultoras tiveram um papel importante durante os conflitos com o arrendatário da terra onde iriam ser reassentadas, pois havia um impasse se o mesmo, que era arrendatário das terras da antiga dona da propriedade que vendeu a mesma para o Estado, ainda podia colher nas terras, pois os reassentados não haviam sido informados pela justiça. No dia em que o mesmo iria realizar colheita as mulheres foram protagonistas entre os membros da comunidade em organizar uma barricada para que ele não realizasse a semeadura sem ter certeza da decisão legal de quanto o mesmo teria que pagar para os reassentados que agora estavam morando nas terras (JURIATTI, 2019, p. 97). Isto reintegra mais uma vez a importância da "política local", espaço onde as mulheres rurais ocupam um papel ativo, pois dificilmente são elas que deixam suas casas no momento em que alguém

⁴ Ex-Moradora da Linha Bela Vista-Engenho Velho e atual moradora da Comunidade Cristo Rei. *Entrevista concedida à Tamara Juriatti*. Chiapetta, 23 abr. 2019.



da família necessita fazê-lo, elas atuam politicamente nos locais de sociabilidade comunitários.

Este grupo de mulheres tem seu trabalho de cuidado ligado ao ambiente da casa, a reprodução familiar, ao plantio de alimentos para a subsistência, trabalho que não é visto como masculino e que portanto majoritariamente não é realizado pelos homens, liberando-os para o trabalho político na esfera pública e oficial e para as tarefas agrícolas que são mercantilizados, com o processo de luta pelo reassentamento elas ficaram com tarefa de manutenção de toda a propriedade e cuidado de dependentes na ausência de seus pais ou maridos. Uma reprodução do patriarcado que faz com que a maioria da comunidade pense que elas podem realizar tarefas produtivas na ausência do marido mas não podem ser as que se ausentam do lar para a atuação política.

Nos trabalhos científicos realizados sobre os Reassentamentos de desalojados da Reserva Indígena de Serrinha a história é escrita a partir das impressões e da ação masculina, porém fica nítido que a mesma não seria possível sem toda a manutenção e trabalho produtivo das mulheres nas propriedades de que iam ser desalojadas e dos cuidados de dependentes da família, trabalho este que liberou os homens destas tarefas.

Assim como entendemos, também a partir das conversas informais e das entrevistas, que foi justamente a organização coletiva nos acampamentos do MST e nos primeiros anos de assentamento e a necessidade colocada de contribuição através do trabalho de todas as pessoas acampadas, que as mulheres entrevistadas ultrapassaram a barreira doméstica do cuidado, passando a compreendê-lo como uma necessidade do coletivo e a entender o valor dos saberes que existem em torno dele para os demais seres humanos.

Na reflexão sobre a organização coletiva como potencializadora Kèrgoat (2016) afirma que a construção da emancipação dos sujeitos se dá a partir da coletividade, porém, não uma coletividade que negue a diversidade existente,



formando uma homogeneidade na qual as individualidades desaparecem. Para a autora, a construção da emancipação se edifica com sujeitos que se apoiam na pluralidade intrínseca para se constituir, trabalhando a dialética entre indivíduo e coletivo.

Os processos em torno do cuidado ou reprodução do viver da humanidade ganharam amplo espaço de debate entre as cientistas que pesquisam sobre os mais diversos aspectos da vida das mulheres. No caso do Brasil, os estudos sobre o *care* e o *care work* foram feitos, não em sociologia, mas em duas outras disciplinas: a enfermagem e a gerontologia. Isso pode ser explicado por uma série de aspectos do cuidado que se relacionam com a questão da saúde, de forma que essas disciplinas estariam mais envolvidas com o assunto do que a ciência política, a economia, a filosofia e a sociologia. Mas para Hirata (2010, p. 46) o conceito de *care* é multidimensional e transversal (tal como os conceitos de trabalho e de gênero), exigindo cada vez mais, um tratamento interdisciplinar e assim se coloca na vida das pessoas.

Para as trabalhadoras rurais do MST é importante não apenas lutar pela terra e pela transformação da sociedade, mas elas precisaram e ainda precisa, lidar com as dificuldades nas relações familiares, em especial com os próprios companheiros, pois as transformações nas relações cotidianas às vezes são as mais difíceis de serem enfrentadas. Nos primeiros anos de organização do MST, não existia a compreensão da importância da organização coletiva das Mulheres Sem Terra de maneira paralela à organização central do movimento, como mostra Schwendler (2015), assim como não existiam espaços onde se pautassem as opressões específicas vivenciadas pelas mulheres. Toda a organização existente das mulheres do MST foi conquistada por elas, assim como os diferentes espaços ocupados dentro das diferentes instâncias do movimento.

No entanto, mesmo com todas as conquistas obtidas por estas mulheres, algumas práticas do cuidado, especialmente as relacionadas à saúde popular e a



educação seguem sendo compreendidas como formas de resistência e enfrentamento ao patriarcado e ao capitalismo e passaram inclusive a ser respeitadas e apropriadas por seus companheiros de vida e de lutas. A compreensão do valor que seus saberes têm para a humanidade faz com que elas transformem o que poderia ser opressor em libertador. A compreensão de que saber é poder e de seus saberes são patrimônios populares e que são imprescindíveis para a soberania dos povos é muito próximo do que aponta Shiva (2003), no livro “*Monoculturas da Mente*”, mas para além disso, esta concepção faz com que elas entendam que elas são imprescindíveis para a transformação da sociedade que elas tanto desejam.

Assim, compreendemos que as mulheres dos movimentos sociais do campo têm a contribuir com o as demais mulheres do campo, que não se encontram organizadas coletivamente, seja no sentido de trocar experiências, seja no sentido que aponta a Sempreviva Organização Feminista (2016, p. 10), que acena como uma das preocupações relacionada ao trabalho das agricultoras é o de recuperar o conhecimento tradicional sobre as plantas e outros aspectos da lógica e da simbologia do trabalho com a terra, que estão deixando de ser transmitidos através das gerações. Saberes importantes, como a observação da lua para definir quando é melhor plantar, de acordo com o resultado desejado, a escolha de uma erva para tratar ou prevenir uma doença e a seleção das melhores variedades de plantas para as especificidades de um determinado ambiente, por exemplo, não estão sendo repassados, sendo as mulheres justamente as que mais preservam esses conhecimentos. Isso porque, ao se relacionarem mais com as instituições públicas e com o mercado, os homens assumiram muito mais o discurso tecnológico e passaram a comprar adubos, sementes e agrotóxicos, perdendo muito dessa sabedoria.

O que apontamos acima está justificado por estas mulheres se constituírem como referências em saúde popular e em práticas de saúde a partir de plantas



medicinais. Elas também conseguiram, como já foi exposto na introdução, acumular teoricamente e apontar para a construção de um referencial de feminismo próprio delas. Compreendemos que isso só está sendo possível por que elas se desafiaram a ocupar espaços e a construir coletivamente, mas também por que foram instigadas a isso.

Elas conseguiram ser referenciadas como portadoras destes conhecimentos específicos nas suas comunidades e movimentos sociais nos quais são atuantes, conseguindo refletir criticamente sobre as suas vivências e se fortalecendo coletivamente. Acreditamos também que elas conseguiram em 2006, na ocupação da Aracruz Celulose, que neste ano completa 15 anos, colocar para os movimentos sociais do campo a pauta da produção orgânica como fundamental e colocar para a sociedade um ressignificado para a data que foi historicamente pautado pelas trabalhadoras urbanas, ganhando a conotação de ser um dia também de luta pela vida.

A opção dos movimentos sociais do campo por produzir alimentos e pautar a produção orgânica como uma bandeira de luta está também vinculada às mulheres, pois segundo Miriam Nobre (2016, p. 6) a partir da modernização agrícola passou a ser responsabilidade das mulheres e foram elas que colocaram questões vinculadas à autonomia e ao bem viver para a centralidade das ações dos seus movimentos e assim elas conseguiram ressignificar o cuidado nos seus locais de vivência e sociabilidade. Um exemplo concreto a respeito disso são as ações de solidariedade desenvolvidas pelo MST neste período de pandemia, onde as doações de alimentos têm sido centrais e a participação feminina muito grande.

Nos dois casos tratamos de mulheres rurais e as relações de cuidado e ressignificação do cuidado, e compreendemos que uma das centralidades do cuidado para estas mulheres rurais, que contribuíram com essa pesquisa, está justamente na relação socialmente construída de cuidado, afeto e solidariedade com a natureza, que é comum às mulheres dos dois grupos. No entanto, o ressignificado



do cuidado que possibilita passar de uma lógica de superexploração para uma lógica de protagonismo e autonomia, só foi possível a partir da organização coletiva. Entendemos esta nova concepção de cuidado necessária não somente às mulheres mas à toda a família, nos seus mais diversos formatos, pois quando há um entendimento de que o cuidado não é natural do gênero feminino, toda a sociedade avança.

CONCLUSÃO

A reflexão mostra a necessidade de diversificação dos estudos sobre a vida das mulheres. Com toda a certeza existem pontos de convergência nas mais diversas espacialidades, mas existem os de divergência e um modo de análise sobre uma questão pode se dar de diferentes formas nos mais diferentes territórios.

O cuidado é necessário para toda a humanidade, ninguém vive e sobrevive sem o mínimo de cuidado, porém no sistema capitalista e patriarcal ele é impregnado pela lógica da exploração do trabalho das mulheres. A auto organização e participação em movimentos sociais se torna importante, como modo de pautar que este trabalho seja compartilhado entre todas e todos, garantindo políticas públicas e fortalecendo saberes tradicionais passados de geração em geração.

Uma pesquisa organizada pela Sempre Viva Organização Feminista e Gênero e Número (2020), mostrou que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém durante a pandemia, sendo que no recorte de mulheres rurais, esse número sobre para 62%. O recorte étnico/racial mostra desigualdades: do total de mulheres negras 52% passaram a cuidar de alguém; do total de mulheres brancas foram 46%; no total de mulheres indígenas e amarelas foram 50% as que tiveram que se responsabilizar pelo cuidado de outras pessoas- lembrando que todos os dados tratam do trabalho não remunerado. A pesquisa reflete a sobrecarga de cuidado que as mulheres possuem quando o Estado não arca com parte deste cuidado, com escolas, creches, espaços de cultura e lazer fechados o cuidado do público que



frequenta estes espaços ficou à cargo das mulheres, e esta desigualdade aumenta quando se intersecciona a questão étnico-racial.

Um outro dado da pesquisa citada acima (SOF; GN, 2020) diz respeito ao desemprego na pandemia: 58% das mulheres desempregadas são negras, 39% brancas e 2,5% indígenas e amarelas. No que tange às alternativas ao desemprego, a pesquisa mostra que o número de mulheres negras que estão na economia solidária é de 61% e de brancas 49%. Se analisarmos a trajetória das mulheres do MST, encontramos um grande número delas trabalhando em feiras, pautando a agroecologia e uma alimentação saudável, pensar a alimentação é uma prática de cuidado e se organizar através da economia solidária é repensar e ressignificar o cuidado. A pesquisa mostra a realidade de muitas mulheres, que são levadas para os espaços de economia solidária e feiras pela própria necessidade de sobrevivência sua e de seus dependentes, encontrando nestes espaços um acolhimento e um sentimento de pertencimento. Desta forma, entendemos que é também através das feiras que as mulheres que muitas vezes não tiveram a possibilidade de vivenciar os movimentos sociais, constroem sua emancipação.

A vivência coletiva em um movimento social em que as diferentes práticas sejam valorizadas é fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa. No caso das mulheres agricultoras de Chiapetta a concepção que elas carregam sobre o cuidado foi construída desde o momento de seu nascimento como fêmeas, e foi a falta de contato com outros movimentos sociais e a falta de espaços de troca coletiva que impossibilitaram este despertar auto organizativo. Essa não foi uma opção delas, nem de seus companheiros, mas justamente a falta de opções que está colocada na sociedade e que é imposta a muitas mulheres e homens pelo sistema econômico vigente e pela forma que a sociedade se estrutura em torno dele. As mulheres que conseguiram ressignificar o cuidado só o fizeram por que, em algum momento de suas trajetórias de vida, houve acolhimento e valorização para os seus saberes e dentro deste processo elas conseguiram, a partir do coletivo,



contrapor uma lógica produtivista e de degradação do meio ambiente e da humanidade. Mostrando a necessidade dos movimentos sociais expandirem suas ações, dos sujeitos estarem organizados coletivamente, dos homens entenderem a divisão sexual do trabalho, como isso impacta nas suas vivências e de seus filhos e filhas e o dever das instituições públicas se apropriarem do debate e incentivarem as mulheres rurais a valorizarem seus saberes e práticas.

REFERÊNCIAS

CARINI, J. J. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho-1970-2007: o caso da reserva indígena de Serrinha. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre: Est Edições, 2008.

COSTA, J. de A. *Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes, socialidades e autonomia feminina*. Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural-UFSM). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e a luta feminista*. Tradução: coletivo Syncorax. São Paulo: Elefante. 2019.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 16 de abr. de 2021.

HIRATA, H. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010. p 42-57.

HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs) *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas intersetoriais*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

JURIATTI, T. *Processo de reassentamento das famílias da Reserva Indígena de Serrinha (Constantina/RS) para a Comunidade Cristo Rei (Chiapetta/RS) – 1996-2002*. Santa Maria. Trabalho de Conclusão de Graduação (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal de Santa Maria. 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.



KÈRGOAT, D. O cuidado e a imbricação dos saberes sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs) *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas intersetoriais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M.Z.; GORENSTEIN, R. (Orgs.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.95-120.

PAULILO, M. I.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas/ Universidade Federal de Santa Catarina*, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

PAULILO, M. I. Que feminismo é esse que nasce na horta?. In: *Política e sociedade*, Florianópolis, SC, v. 15, p. Ed. especial, p. 296-316, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p296>

PULEO, A. Anjos do ecossistema? In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.

QUEIROZ, M. I. P. O campesinato brasileiro. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973

SAMPER-ERICE, A.; CHARÃO-MARQUES, F.. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, p. 683–705, 2017.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Mulheres do campo construindo autonomia: Experiências de comercialização*. São Paulo: Sof, 2016. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web.pdf>> Acesso em: 23 maio 2019.

SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. In: *Educar em revista*, Curitiba, PR, n. 55, p. 87-109, 2015.



A QUESTÃO GÊNERO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: A (IN) VISIBILIDADE DAS MULHERES RURAIS COMO SUJEITO DE DIREITOS

Ádria Oliveira dos Santos¹

Daniele Wagner Silva²

Edilan de Sant'Ana Quaresma³

RESUMO

O presente artigo, sem a pretensão de esgotar o debate, objetiva discutir as políticas públicas como estratégias de superação das desigualdades de gênero no meio rural. Com base em revisão de literatura sobre políticas públicas e mulheres rurais e em dados secundários disponíveis nos *sites* PAA Data, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Desde a década de 1980, as mulheres rurais vêm se mobilizando nas esferas políticas do poder público, em sindicatos locais, associações e outros movimentos almejando conquista de direitos e benefícios para categoria. As políticas públicas conquistadas geram externalidades positivas no sentido de promoverem a equidade de gênero e aumentar a capacidade social e econômica das mulheres, indicando a ocorrência de redução das desvantagens das mulheres nos aspectos da vida social ao econômico. Entretanto, é necessário, principalmente no que diz respeito a invisibilidade do trabalho feminino, implementar novas políticas públicas que contribuam para consolidação da cidadania feminina que ainda hoje sofre grandes violações.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Reconhecimento. Gênero

¹ Mestra em Ciências da Sociedade. adriaoliveirastm@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Rural. danicawagner@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciências com ênfase em Estatística. edilan.quaresma@ufopa.edu.br



INTRODUÇÃO

Historicamente, no rural e no urbano, a mulher foi privada do acesso a direitos sociais, a exemplo o direito ao voto, do acesso ao título da propriedade, benefício previdenciário, assim como o direito de exercer atividade laborativa sem autorização do pai ou cônjuge, afirmando a submissão ao sistema patriarcal. Na década de 1970, as mulheres, por meio de lutas e movimentos coletivos, começaram a contrapor essa realidade, construindo estratégias que garantam direitos sociais, trabalhistas, previdenciárias e políticos dentro da legislação brasileira.

No contexto das Políticas Públicas, são muitos os desafios para implementação de ações com vistas ao reconhecimento e ao fortalecimento da Agricultura Familiar, principalmente para a afirmação da mulher rural nas relações sociais e econômicas, assim como na produção e comercialização nos mercados. A inserção da questão de gênero no debate sobre políticas públicas deriva da luta contra a desigualdade entre homens e mulheres, principalmente devido a invisibilidades social e do trabalho das mulheres no meio rural fruto de padrões culturais e convenções sociais em que as atividades de produção e reprodução se entrelaçam.

A partir da década de 1980, foram implantadas as primeiras Políticas Públicas direcionada para a questão de gênero no Brasil, reconhecendo a diferença existente entre homem e mulher, assegurando a implementação de ações diferenciadas para as mulheres. Dessa forma, tais políticas tornam-se instrumentos que possibilitam autonomia feminina, combate à pobreza e equidade de gênero (FARAH, 2011). Essas transformações no formato da elaboração das Políticas Públicas se apresentam como eixos importantes de debates e pesquisas.

Considerando as ações do Estado como estratégias de superação das desigualdades de gênero e inclusão social e produtiva das mulheres no contexto rural, o presente artigo objetiva discutir o lugar das mulheres rurais nas políticas públicas,



A discussão apresentada é pautada em revisão de literatura sobre os temas políticas públicas e mulheres rurais, análise documental (textos de políticas governamentais implementadas), bem como em consultas nos *sites* PAA *Data* e dos extintos Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sob influencia de Somekh et al. (2015), nesse trabalho assume-se perspectiva metodológica situada no debate sobre construção de Políticas Públicas de gênero e das conquistas da autonomia das mulheres rurais.

A QUESTÃO GÊNERO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os debates político e acadêmico sobre Políticas Públicas, implicam investigar a questão da relação entre Estado, economia e sociedade, assim como a função que as ações destes desempenham na resolução de problemas. Outro aspecto a ser compreendido é a relação da análise das questões formais e dos resultados gerados por programas ou planos estabelecidos, confrontando com os interesses, poder e interferência política. Nesse sentido, é interessante ressaltar que, de acordo com Souza:

(...) definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferencias e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUSA, 2006, p.25).

Com a reforma do Estado devido a redemocratização do País no final da década de 1980 se intensifica a preocupação de democratizar o acesso aos serviços públicos e de aumentar a participação política (HOCHMAN; ARRETVHE; MARQUES, 2007). De acordo com Farah (2004), a relação entre a sociedade e o Estado no Brasil, motivadas pelo processo de redemocratização e crise fiscal, tiveram mudanças importantes a partir dessa década, pautadas por uma agenda de reforma estabelecida pelo Estado e norteada por princípios como: processos descentralizados entre os entes federados; democratização nos processos decisórios



e resultados de políticas públicas; participação mais atuante da sociedade civil como atores influentes nas tomadas de decisão, formulação e implementação de Políticas Públicas; novos formatos na gestão das Políticas Públicas com maior eficiência e prioridade de ação. Além desses, houve a inserção de novos segmentos como beneficiários, com o objetivo de promover a justiça e cidadania (FARAH, 2004).

Ainda de acordo com Farah (2004), esses princípios norteadores, oportunizaram a inclusão de novos atores sociais nas Políticas Públicas por meio da participação e controle social, atuando nas decisões e influenciando sobre a agenda pública, tudo isso atrelado a intersetorialidade e a governança pública que foram elementos motivadores para uma sociedade recém-chegada ao regime democrático.

Com a promulgação da Constituição de 1988, diversos movimentos já organizados desde a década de 1970, apresentam-se como atores ativos, dentre eles, destaca-se a participação das mulheres de forma expressiva, apresentando a problemática de gênero e pautando suas reivindicações por Políticas Públicas de gênero. As políticas públicas de gênero serão definidas aqui considerando três elementos. No que concerne ao foco, aborda as políticas sociais que integram a questão de gênero, podendo estas dirigir-se exclusivamente para as mulheres, ou mais generalistas incluindo as mulheres como beneficiárias em potencial; em seu modelo de formulação, considera as mulheres somente como beneficiárias, ou como beneficiárias, formuladoras e executoras assumindo o papel de sujeito no processo de implementação das políticas públicas; e em seu propósito, sendo emancipatório ou conservador, apresenta-se como uma política englobando a questão do gênero em duas vertentes: comprometida com o *empoderamento* feminino diminuindo a desigualdade entre homens e mulheres, ou, com intenções conservadoras sem comprometimento de contrapor a assimetria de poder (BESSE, 1999).

Conforme afirma Farah (2004):

O movimento feminista (...) contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às



mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (p. 51).

Nesse sentido, a partir da década de 1980 insere-se na agenda pública a luta para a conquista da igualdade de gênero, que até então apresentava-se como um problema exclusivo das mulheres e suas famílias. A mobilização dos movimentos de mulheres conquistou avanços significativos com a Constituição de 1988, articuladas com foco na bandeira *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*, foram construídas e posteriormente incorporadas à Constituição, propostas sob o título Carta das Mulheres Brasileiras, com temas referentes a saúde, famílias, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra (COSTA, 1998).

Contribuindo, Sarti (1988) e Souza-Lobo (1991), afirmam que a trajetória do movimento de mulheres, está intrinsecamente ligada a constituição destas como sujeito coletivo, ampliando sua atuação nos espaços públicos, pondo em pauta debate de temáticas que até então permeavam apenas nas esferas privadas.

Esses movimentos de mulheres conquistaram, na década de 1980, a implantação das primeiras Políticas Públicas de gênero reconhecendo a diferença entre mulheres e homens, com ações diferenciadas. Essas políticas foram reivindicadas como forma de pressionar as diversas esferas governamentais de acordo com suas competências e campo dessas políticas. Cabe ressaltar que as primeiras Políticas Públicas dirigidas as mulheres, as reduziam a condição de “mãe trabalhadora”, justificada pelo contexto histórico de invisibilidade dos direitos nas Políticas Públicas brasileiras (FARAH, 2004; NASCIMENTO, 2016).

Também como resultado desses movimentos de mulheres, algumas instituições foram criadas, como por exemplo o Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, em São Paulo. Nessa mesma década, as Políticas Públicas de gênero eram direcionadas para o campo da saúde, sendo criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). No intuito de atender as mulheres nos diversos estágios da vida, e para a violência contra a mulher, foi criada a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em 1985 no Estado de



São Paulo, e em nível nacional, um marco importante foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça (SAFFIOTI, 1994; NASCIMENTO, 2016).

Na década seguinte, nos anos 90, o Estado contou com a parceria dos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais- ONGs para implementação de políticas afirmativas defendidas pelas feministas e de políticas propostas por agências multilaterais, a exemplo do Banco Mundial. Tais políticas pautavam combater a pobreza das mulheres, tendo avanços significativos nas áreas de atuação das Políticas Públicas, pois, compreendiam programas que fomentavam a geração de emprego e renda, assim como apoio as mulheres rurais. Destaca-se que nesse período, especificamente em 1996, no cenário político foi instituída cotas para candidatura das mulheres (NERI, 2010).

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, com o processo de democratização, a participação de novos atores na formulação de Políticas Públicas e a inserção de novos temas sociais, foram fundamentais para que a pauta sobre gênero se tornasse cada vez mais presente nas Políticas Públicas (BUGNI, 2016).

Na concepção de Farah (2004, p. 53-54) a partir da década de 2000, com novos arranjos institucionais, a construção de propostas de Políticas Públicas constitui “espaços privilegiados na luta pela superação da desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira”. Essas propostas foram fortalecidas em espaços de discussão como o Encontro sobre Gênero e Políticas Públicas em São Paulo, Encontro Nacional Mulher e Poder Local promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), ambos ocorridos no ano 2000, e o Encontro sobre Indicadores de Gênero também promovido pelo IBAM no ano de 2001.

As conquistas dessa década representam marco importante para a participação das mulheres na elaboração das Políticas Públicas, principalmente com a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) vinculada à Presidência da República, primando pelo princípio da igualdade de condições entre homens e mulheres, dedicou-se a



elaboração de estratégias políticas com o objetivo de eliminar discriminações de gênero, propiciando a consolidação da cidadania para as mulheres e a garantia dos direitos humanos (BUTTO, DANTAS, HORA, 2014).

Outro instrumento decisivo na consolidação de Políticas Públicas para mulheres foi o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), criado em 2005, tendo como base os resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo tema foi “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”. Nessa conferência uma ampla gama de movimentos de trabalhadoras rurais esteve presente, e as propostas tiradas apontam para a capacitação profissional das mulheres e a criação de oportunidades de trabalho, estímulo à formação de associações e cooperativas, incentivo à agroindústria, à pesca, ao ecoturismo e ao artesanato, a ampliação ao crédito rural e a titularidade da terra para a mulher. O I PNPM representou o primeiro “conjunto de Políticas Públicas articuladas em um plano cujo objetivo primário é a efetivação dos direitos das mulheres” (BRASIL, 2006, p.11). Para esse conjunto de políticas, diversas ações foram propostas, entre elas segue as principais:

- 3.1 - Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania;
- 3.2 - Educação inclusiva e não-sexista;
- 3.3 - Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- 3.4 - Enfrentamento da violência contra as mulheres; e

3.5 - Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2006, p.25).

Destaca-se ainda na consolidação do referido plano, a participação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, buscando dialogar com o governo federal, afim de apresentarem suas demandas, além de reivindicar políticas de igualdade e meios para realização de ações finalísticas capazes de fomentar os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e o exercício pleno da cidadania (BRASIL, 2008).

Com a elaboração do II PNPM no ano de 2008, conquistas importantes contribuíram para a valorização do trabalho feminino e redução da desigualdade de gênero das mulheres



rurais. O referido plano propiciou o fortalecendo o poder de decisão e a participação nos espaços de produção, até então ocupados exclusivamente por homens, assim como também superar a relação de dependência e subordinação (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, é possível perceber, nas últimas décadas, importantes avanços no campo de formulação das Políticas Públicas de gênero, principalmente nas áreas de saúde, educação, geração de emprego e renda, combate a violência, política, empoderamento, entre outros. Esses avanços só foram possíveis devido a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres, exigindo do Estado implementação de ações para a promoção da cidadania das mulheres (NASCIMENTO, 2016).

Por meio do Decreto nº 8.030, de 20 de junho de 2013, já no governo Dilma, foram definidas as secretarias que comporiam a SPM, sendo elas: a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Além destas, fazem parte da SPM o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que antes era vinculado ao Ministério da Justiça e, em 2003, passou a integrar a estrutura da SPM.

Outras formas de atuação foram se diversificando, tais como a coletiva Firminas criada no ano de 2014 por mulheres da cidade de São Luís e objetiva a articulação de mulheres na luta feminista. Trabalha com a criação e distribuição de zines, a articulação de atos e debates voltados para mulheres e a criação de um grupo de estudos feministas e o coletivo Fridas criado em dezembro de 2014, por meio de um grupo de estudantes do Ensino Médio e Superior, surgiu o Coletivo Fridas direcionado principalmente a jovens na realização de atividades que discutem direitos femininos, sororidade e empoderamento (PONTES; DAMASCENO, 2017).

Muitas foram as mudanças e conquistas da mulher nos governos Lula (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e (2015-2016), no país. Em 2012 a criação da Coordenação Geral da Diversidade, que reafirma o compromisso com a promoção de políticas públicas para



as mulheres negras, indígenas, lésbicas, jovens, idosas e com deficiência, foi um importante passo para as mulheres, num novo marco na história da SPM.

O PNPM (2013-2015) é resultado das conferências nacionais de políticas para as mulheres, realizadas desde 2003, e das quais participam mulheres de todos os estados do País, representando as demandas dos três níveis do Poder Executivo (municipal, estadual e federal). A importância da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a autonomia das mulheres são abordadas no primeiro capítulo do Plano.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O RURAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES

Os avanços ocorridos nas Políticas Públicas em relação à questão de gênero contribuíram de forma significativa para a emancipação das mulheres rurais, possibilitando a autonomia financeira e a participação no planejamento familiar. O Estado reconhece que as essas mulheres exercem importante função na agricultura familiar e camponesa, são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade. Somam mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, representando 48% da população destas áreas (BRASIL, 2015). Entretanto, historicamente as Políticas Públicas não consideraram as desigualdades de gênero no meio rural, e conseqüentemente, não elaboraram estratégias com objetivos a promover a inclusão das mulheres na economia.

No entanto, muitos desafios relacionados a esse planejamento, principalmente no que se refere a gestão de recursos, ainda estão aquém do poder de decisão dessas mulheres, conforme afirma Siliprandi (2011, p. 07):

Muitas vezes as mulheres não têm poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho direta nas lavouras e criações, e ainda nas atividades de manutenção da família. Essa situação tem mudado lentamente, no campo, após a obtenção da aposentadoria e de outros benefícios sociais (como a Bolsa-Família), que são recebidos diretamente pelas mulheres; e também com o avanço da discussão sobre a necessidade de



garantia da autonomia econômica das mulheres, proposta por certos movimentos; porém, isso não é a regra na agricultura familiar.

A participação das mulheres rurais em movimentos ocorridos nas últimas décadas, contribuiu para construção de Políticas Públicas voltadas para o rural e na redução das diferenças de gênero na agricultura. Heredia (2006, p. 6) salienta ainda que “as primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 80, estimuladas principalmente pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos”.

Historicamente no Brasil, especificamente na Amazônia, a atuação das mulheres se resumiu à condição de coadjuvante. Estas eram reconhecidas como um apêndice das atividades desenvolvidas pelos homens, em total situação de invisibilidade ou qualquer destaque na sociedade por vários séculos, demonstrando assim uma estrutural situação de desigualdade entre homens e mulheres (COSTA, ALVES e PINTO, 2015).

Essa situação de desigualdade, principalmente nas relações de gênero na área rural, começou a mudar, mesmo que lentamente, a partir da ascensão dos movimentos feministas e os programas públicos direcionados para as mulheres rurais, propiciando transformações sociais nas últimas décadas do Século XX. Contudo, mesmo com essas transformações ocorridas, a emancipação e a valorização da mulher rural ainda estão longe de serem consolidadas. Podemos entender melhor na descrição apresentada por Boni (2004):

A socialização da mulher rural foi muito dura; ela foi educada para aceitar o que os homens decidem ou, se não para aceitar, para não decidir. Isso sempre foi uma tarefa de seu pai ou de seu marido. Não é “tranquilo”, como os dirigentes [sindicais] afirmam, buscar a igualdade na família, pois ali existem muitas diferenças [...] (p. 298).

Nessa perspectiva, Paulilo (2004) destaca que as tarefas consideradas femininas se restringiam ao espaço doméstico, sendo consideradas, em muitos casos, até hoje como ajuda. Assevera que devido a educação da mulher ter sido direcionada para o cuidado dos filhos e do lar, distanciou-a do mercado de trabalho, conforme afirmar a autora “[...] historicamente a mulher foi considerada a responsável pela educação dos filhos, ela não era aceita nos espaços



públicos e nem preparada para isso. A igualdade de gênero na Constituinte só foi conseguida em 1988 no Brasil” (p. 2).

A autora assinala ainda que, por não terem sido criadas para a realização dos trabalhos e desempenho no ambiente público, fortaleceram a dependência da mulher, impossibilitando sua participação nos programas sociais. Nesse sentido, se faz necessário entender a dinâmica na vida camponesa, em especial no meio rural e pequenas comunidades, onde as decisões expressam a lógica que rege não só a vida na família camponesa, mas especialmente as pequenas comunidades e o meio rural, em que as deliberações, principalmente na esfera públicas, são manifestadas exclusivamente pelos homens (PAULILO, 2004).

Destarte que as desigualdades de gênero na área rural se apresentam também no contexto de outras desigualdades sociais, principalmente se comparadas a população urbana ou a outras regiões do país. Nesse sentido, ao analisar as condições de vida das mulheres rurais, se faz necessário considerar as difíceis situações que essas enfrentam no acesso a Políticas Públicas, aumentando ainda mais as desigualdades de gênero (HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

Ainda na perspectiva da discussão das desigualdades de gênero, um elemento fundamental a ser apresentado é a autonomia das mulheres. Essa temática, historicamente esteve associada a “naturalização” do trabalho das mulheres nas atividades domésticas, resultando na invisibilidade econômica do trabalho feminino e conseqüentemente na dependência ao universo masculino (BUTTO e DANTAS, 2011).

Nesse sentido, um aspecto importante a ser revelado, trata-se da construção de políticas específicas e eficientes que transformem as condições de desigualdade, ampliando a conquista de autonomia das mulheres e que requerem ações em diversas áreas. Assim, observa-se várias políticas, mesmo não sendo direcionadas exclusivamente as mulheres, colaboram para a conquista e ampliação da autonomia, assim como a autossustentação das mulheres, rompendo os históricos círculos de dependência e subordinação (GODINHO, 2004).



Em concordância com a análise de Butto (2011), observamos que as Políticas Públicas para as mulheres rurais, principalmente com foco no fortalecimento da autonomia, foram institucionalizadas no período de 2003 a 2015, nos governos Lula e Dilma, tornando-se agenda central das ações para promoção da autonomia.

As políticas de promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais implementadas pelo Governo Federal do Brasil durante o mandato do Presidente Lula impactaram favoravelmente as condições de vida das trabalhadoras rurais, como se pode observar, por exemplo, pelos dados de evolução da renda e da diminuição do trabalho não remunerado nesse segmento (BUTTO, 2011, p.33).

Nesse contexto, é importante descrever algumas Políticas Públicas para as mulheres rurais no Brasil, numa perspectiva emancipatória e feminista das ações institucionais do Estado, principalmente as criadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR). Sendo que estas aparecem no cenário a partir dos anos 2000, com a ascensão dos governos de esquerda, especificamente no governo Lula e Dilma.

A DPMR foi criada no intuito de nortear ações para a implementação de políticas públicas, que atendessem as demandas pautadas pelos movimentos e organizações de mulheres rurais.

A referida diretoria, com o objetivo de promover o Desenvolvimento da Autonomia Econômica de Mulheres Rurais, organizou seu trabalho a partir de três eixos: Inclusão produtiva, Acesso à terra e Cidadania e participação.

Essas ações são instrumentos de consolidação das Políticas Públicas planejadas e executadas pela DPMR e pactuadas em Planos Nacionais realizados através de espaços de gestão participativa de tais políticas, a saber: I, II e III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM – 2004; 2008; 2012); II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003); Programa Brasil Sem Miséria (BSM, 2011-2014); Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN, 2010 - 2014); Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica



(PLANAPO–2014-2015); Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS–2014-2015) (HORA et al, 2014).

De forma geral, as políticas institucionalizadas pelo MDA e DPMR, buscam fomentar estratégias e reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres rurais, no intuito de promover a integração e conquista de autonomia econômica. Nesse sentido é interessante apresentar diferentes políticas que contribuem para o enfrentamento das desigualdades que as mulheres rurais vivem, e principalmente por estas serem responsáveis por grande parte da produção destinada ao consumo familiar, “são mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, representando 48% da população destas áreas” (DPMR/MDA, 2015, p. 2).

O Quadro 1 destaca Políticas Públicas voltadas para mulheres rurais, seus objetivos e formas de acesso.

Quadro 1- Políticas Públicas com foco nas Mulheres Rurais

Políticas Públicas	Objetivo
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR	Assegura às mulheres rurais o acesso à documentação civil básica, previdenciária e trabalhista.
Participação das mulheres no desenvolvimento territorial e rural	Desenvolver ações para o fortalecimento da participação das mulheres nos territórios e na agenda de desenvolvimento rural, buscando ampliar o acesso às políticas públicas de inclusão social e econômica.
Reforma Agrária com Igualdade Acesso a Terra Titulação conjunta obrigatória	Garantia do direito das mulheres a serem beneficiárias da reforma agrária em situação de igualdade aos homens. A inscrição para Relação de Beneficiários, para Concessão Real de Uso e para Titulação dos lotes da reforma agrária constituídos por um casal em situação de casamento ou união estável devem, obrigatoriamente, ser emitidos em nome do homem e da mulher
Inclusão Produtiva na Reforma Agrária	Promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir



	para a igualdade entre mulheres e homens no meio rural.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Garantir direito das mulheres ao título dos imóveis rurais. No Programa, também foi garantida a escrituração conjunta quando os mutuários e as mutuárias constituírem um casal em situação de casamento ou união estável.
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)	Fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais de gestão e comercialização.
Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER Mulheres)	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) passou a contar com uma Política Setorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as Mulheres no ano de 2004.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher	Reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. Com esse crédito, as trabalhadoras rurais têm mais oportunidades para desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Fortalecer e garantir a comercialização de produtos da agricultura familiar, estabelecendo regras diferenciadas para a sua participação nas compras públicas.

Fonte: Elaborado pelas autoras e autor com base nos dados da DPMR/MDA (2015).

Essas políticas foram estabelecidas por meio das relações construídas entre sociedade civil e Estado, com a intervenção do governo, estruturadas em diversos eixos de ações e executadas por órgãos responsáveis de implementar ações públicas de gênero. A exemplo dessas ações, a organização produtiva se destaca como elemento central, mostrando que essas ações são desenvolvidas com as mulheres rurais, com o objetivo de promover a autonomia econômica. Nos estudos feministas essa discussão se afirma como “ligação inevitável entre a construção da igualdade de gênero, a participação da mulher e o mundo do trabalho” (FILIPAK, 2017, p. 200).



As Políticas Públicas de gênero dialogam com as desigualdades e opressões vividos no campo em diferentes frentes. Uma das marcas dessas desigualdades vividas pelas mulheres rurais refere-se ao trabalho não reconhecido desenvolvido por elas nas unidades de produção familiar. A literatura sobre o tema aponta que as mulheres não participam dos processos de decisão relacionados ao ciclo produtivo, assim como seu trabalho não é reconhecido em termos econômicos e não é remunerado (ESMERALDO, 2013; BRUMER; PAULILO 2004).

Paralelo a esse contexto histórico, nos últimos anos, a capacidade organizativa, produtiva e política das mulheres, vem sendo reconhecida. Muitas lideranças tiveram seus nomes próprios reconhecidos, deixando de ser meras “esposas de”, assumiram os controles de empreendimentos, assumiram lideranças de cooperativas rurais, associações e grupos de produtoras, além de estarem integradas em feiras e comercializarem seus produtos nos programas sociais e merenda escolar (SILIPRANDI, 2013).

Na descrição de Butto e Dantas (2011):

Organizar as mulheres rurais para fazer a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma é um desafio permanente daquelas e daqueles que pretendem reduzir as desigualdades de gênero. O Governo Federal, em particular o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir das suas atribuições, persegue este desafio com a instituição de políticas públicas para as mulheres, sempre em diálogo estreito com as protagonistas desta mudança, as trabalhadoras rurais (BUTTO; DANTAS, 2011, p. 7).

Nesse sentido, as autoras seguindo a análise de Siliprandi (2009), destacam que para superar (ou minimizar) esses desafios, apresentam-se como estratégias, os programas sociais que viabilizam a inserção das mulheres na economia a partir de relações igualitárias, e a promoção de acesso as políticas de comercialização da agricultura familiar e da reforma agrária, a exemplo os mercados institucionais, especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.



Ao apresentar o contexto histórico das Políticas Públicas de gênero, é fundamental que também apresentemos alguns aspectos das mobilizações como parte do contexto de criação do Pronaf, principalmente no que concerne ao crédito para as mulheres.

Conforme destaca Fernandes (2008), o Pronaf tem suas discussões originadas desde a década de 1980 nas mobilizações sociais. Inicialmente no Sul do País com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), hoje Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). E posteriormente com a colaboração ativa da sociedade civil, esses movimentos foram se expandindo a nível nacional, destacando “a campanha pelo fim da fome promovida pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho) na década de 1990, a proliferação das ONGs etc” (p. 12).

Colaborando Butto (2003), destaca alguns movimentos como a IV Conferência da Mulher, realizada em Beijing (Pequim) em 1995 e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (na África do Sul) (2001), sendo este movimentos externos de suma importância nesse contexto, além dos movimentos do campo que com a colaboração da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), contribuíram na pressão para que o governo federal brasileiro assumisse compromissos no âmbito das políticas rurais e demandassem políticas diferenciadas aos agricultores.

Nesse sentido, em meio a discussões e movimentos, surge a proposta do Pronaf a partir da década de 1990, como forma de acesso a crédito para os Agricultores Familiares, seja de maneira coletiva, individual ou grupal (FERNANDES, 2008).

Schneider et al. (2004), destaca que a criação do Pronaf no ano de 1996, configura o reconhecimento e legitimação da categoria social “Agricultura Familiar”, devido aos seu objetivo de promover o crédito agrícola e a possibilidade de apoio aos pequenos produtores que historicamente foram excluídos das Políticas Públicas.



Mas, cabe destacar a tímida participação das mulheres, com acesso limitado desde sua criação até os dias atuais. Esse é um problema que se configura devido a limitação da autonomia econômica das mulheres e a privação da gestão dos recursos que muitas vezes são fruto do seu trabalho, além da restrição aos espaços de gestão e comercialização da produção (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Nesse contexto, de privação de acesso a crédito e no intuito de ampliar o acesso das mulheres às políticas de créditos, diversos movimentos de reivindicações como a Marcha das Margaridas e tantos outros já citados acima, tiveram efeitos positivos e contribuíram para a inclusão da questão de gênero na agenda pública (FARAH, 2004).

Salienta-se que como fruto desses movimentos e reivindicações, as propostas de políticas de créditos rural para as mulheres foram ampliadas no Plano Safra 2004/2005, com a Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais, se institucionalizando então, a linha específica de crédito Pronaf-Mulher, tendo como objetivos a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Pronaf-crédito; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL/MDA, 2005; BRUMER; WEISHEIMER, 2006).

Em seu arcabouço normativo, o Pronaf-Mulher se constitui como uma linha específica de investimento, disponível exclusivamente para as mulheres que se enquadravam nos grupos C, D, e E do Pronaf, se apresenta como uma linha específica facilitando o acesso independente de outro crédito já acessado pelo grupo familiar (HERNADEZ, 2009).

Estudos de Romano e Buarque (2001) no Nordeste, destacam que as principais restrições do Pronaf, se dá devido a inexistência das ações afirmativas, direcionadas para diminuir as desigualdades de gênero no contexto rural, e que se estendam às novas práticas de apoio familiar, assim como também dificuldades burocráticas e operacional dificultam o acesso a linha de crédito.



No entanto, apresenta-se também algumas potencialidades do Pronaf-Mulher, como destaca Alves (2007). A inserção das mulheres nas linhas de financiamentos e projetos produtivos, propicia autorreconhecimento como sujeitos que são capazes de atuar em diversos espaços coletivos, sejam públicos ou privados, possibilitando diminuir a histórica hierarquia social e de gênero (ALVES, 2007).

Assim como, se por um lado ao acessarem o crédito propicia mudanças positivas significativas na vida das mulheres, por outro lado, aumentam a responsabilidade por elas assumidas se apresentando como ônus dessas mudanças ocorridas, pois “abordar o crédito na perspectiva do processo de autodeterminação das mulheres significa pensar num processo de sensibilização das entidades ligadas ao crédito e no fortalecimento do processo organizativo das mulheres” (ALVES, 2007 p.18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção acadêmica sobre a questão de gênero diretamente ligada a participação das mulheres do trabalho produtivo principalmente na Região Norte, mostra que se precisa aprofundar a compreensão da questão gênero no debate sobre políticas públicas. Nesse mesmo sentido, percebeu-se lacunas no que se refere aos estudos sobre Políticas Públicas que possuem cotas ou são destinadas exclusivamente as mulheres rurais. Os trabalhos em sua maioria concentram-se na região sul e sudeste, se fazendo necessário pesquisas da temática na região amazônica.

Observa-se que desde a década de 1980, as mulheres rurais vêm se organizando em todo o país, em uma mobilização em congressos, sindicatos locais e outros movimentos almejando conquista de direitos e benefícios para categoria. No entanto ainda existem lacunas na literatura socioeconômica que deem conta da percepção das mulheres do seu trabalho definido socialmente e de que forma as relações monetárias são exteriorizadas e valoradas no contexto social.



A intervenção das políticas públicas, por meio de programas de créditos rurais, a exemplo do PRONAF-MULHER, contribuíram no atendimento das demandas das mulheres rurais, no sentido de autorreconhecimento como cidadãs legítimas com direitos, preenchendo a lacuna histórica de reconhecimento pelo Estado brasileiro como sujeitos sociais com direito a crédito.

A discussão apresentada aponta que as políticas públicas geram externalidades positivas no sentido de promoverem a equidade de gênero e aumentar a capacidade social e econômica das mulheres, indicando a ocorrência de redução das desvantagens das mulheres nos aspectos da vida social ao econômico, aumentando a capacidade de influenciar em todas as esferas.

Não obstante, os resultados permitem constatar que elaboração de políticas públicas é um processo sujeito a retrocessos e avanços, e que depende de diversos fatores e das ações dos diferentes atores sociais que interatuam no contexto rurais. Evidencia -se que para a concretização do Estado Democrático de Direito, é necessário reconhecer e valorizar as diferenças de gênero, e criar políticas públicas que visem acabar com as discriminações existentes. Houveram avanços na promoção da equidade de gênero no contexto rural, mas é necessário, principalmente no que diz respeito a invisibilidade do trabalho feminino, implementar novas políticas públicas que contribuam para consolidação da cidadania feminina que ainda hoje sofre grandes violações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. F. **Gênero e crédito no Oeste Potiguar**: uma experiência de inclusão e articulação. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. Brasília: MDA, 2007.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Florianópolis - SC, v. 12, p. 289-302, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21703.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2018.



BRASIL. Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. **Caderno de Formação – Brasília**: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016.

BRASIL. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil**. 2015, 30p. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAI_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 30 Jul. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília, 2005.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I. As Agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12(1), p. 171-174, jan.-abr., 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100009>. Acesso em: 20 Mar. 2018.

BRUMER, A.; WEISHEIMER, N. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito de Mercosul. In: **MDA-PPIGRE- Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA-NEAD, 2006, p. 189-256.

BUGNI, R. P. **Políticas Públicas para as mulheres no Brasil**: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional. São Paulo, 2016. 215f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós Graduação em Gestão de Políticas Públicas, escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-29092016-192652/pt-br.php>. Acesso em: 30 Jul. 2017.

BUTTO, A. Género y el presupuesto participativo en Recife. **BOLETÍN DE BRIDGE**, v. 12, p. 4-4, 2003.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). **Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. P. 11-34. Disponível em: <http://repositorio.iica.int/bitstream/11324/6967/1/BVE18040146p.pdf>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p. Disponível em: <http://repositorio.iica.int/bitstream/11324/6967/1/BVE18040146p.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2017.



BUTTO, A.; DANTAS, I.; HORA, K. Políticas públicas para mulheres rurais: uma história de 10 anos. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília: SPM, v. 5, p. 130-140, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes>. Acesso em: 15 Jan. 2017.

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Resolução nº 80. Brasília: Imprensa Oficial, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolu%C3%A7%C3%A3o_80_-_Comit%C3%AA_Mulheres_Rurais-2.pdf. Acesso em: 30 Jan. 2018.

COSTA, A. A. A. “Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia (orgs). **Metamorfozes: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. p. 25-35.

COSTA, J. P. A. C.; ALVES, J. P. A.; PINTO, B. C. M. Trabalho e Organização Social: a Atuação de Mulheres Remanescentes de Quilombolas de São José de Icatu, no município de Mocajuba/Pará.. In: **II Congresso Internacional de História UEPG- UNICENTRO ?Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI ?** Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná, 2015, Ponta Grossa. Anais Eletrônico do I. In: II Congresso Internacional de História UEPG- UNICENTRO.

ESMERALDO, G. G. S. L.. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1 p. 47-71. Jan/Abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>. Acesso: em 07 Fev. 2018

FARAH, M. F. S.. **Administração Pública e Política Pública**. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 45, p. 813-836, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf>. Acesso em: 07 Fev. 2018.

FERNANDES, S.A. **Gênero e políticas de crédito: o Pronaf-mulher em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

FERREIRA, A. E. de M.; VIEIRA, I. C. G.. Sustentabilidade urbana na região metropolitana de Santarém, Pará, Brasil nos anos 2000 e 2010. **ECONOMÍA, SOCIEDAD Y**



TERRITORIO, p. 763-795, 2018. Disponível em:
<https://est.cmq.edu.mx/index.php/est/article/view/1238/1379>. Acesso em: 20 Jul. 2017.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003 - 2015)**: análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos–Marília,2017. 267 f.; 30 cm.Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017. Disponível em:
https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/filipak_a_d_o.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2018.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. *In: Políticas públicas e igualdade de gênero* / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8), p. 55- 64.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 9, n. 8, Jan/Jun. 2006, p. 21. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>. Acesso em: 10 Out. 2017.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?. 2009.*Tese* (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HOCHMAN, G., ARRETCHE, M.; MARQUES, E., (orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 398 pp.

HORA, K. Autonomia econômica das mulheres rurais nos territórios da cidadania *In: Mulheres rurais e autonomia*: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, (orgs). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

NASCIMENTO, J. X.. Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira: Considerações Sobre os Campos do Trabalho, da Política e da Ciência. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 317-337, 2016. Disponível em:
www.uel.br/revista/uel/index.php/mediacoes/article/download/20885/19369. Acesso em: 20 Jan. 2018.

NERI, M. C. (Coord.). **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.



PAULILO, M. I. S. **Trabalho Familiar**: Uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

PONTES, D.; DAMASCENO, P. As políticas públicas para mulheres no Brasil: Avanços, conquistas e desafios contemporâneos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

ROMANO, J. O.; DELGADO, N. G. Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais. In: AMÂNCIO, C. O. da G.; LIMA, J. B. de. (Orgs). **Administração pública de desenvolvimento**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2004, v. 1, p. 98-115.

SAFFIOTI, H. I. B.. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, 1994.

SARTI, C. “**Feminismo no Brasil**: uma trajetória particular”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 34, p. 38-47, 1988.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Sergio Schneider; Marcelo Kunrath Silva; Paulo E. Moruzzi Marques. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, v., p. 21-50.

SILIPRANDI, E.. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: Neves, D.P.; Medeiros, L.S.. (Org.). **Mulheres camponesas, trabalho produtivo e engajamentos políticos**. 1ed.Niteroi: Alternativa, 2013, v. , p. 329-343.

SILIPRANDI, E. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, v. 9, p. 169-184, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

SILIPRANDI, E. O processo de organização das mulheres dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, p. 3416, 2009.

SOMEKH, B.; LEWIN C. (orgs). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUSA, C. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.





AGROECOSSISTEMAS, TRABALHO E AUTONOMIA: o cotidiano de mulheres camponesas em realidades do Vale do Jequitinhonha

¹Bárbara Letícia Lopes- Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

²Ivana Cristina Lovo- Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Resumo

Esta pesquisa tem o interesse em compreender como se dá a autonomia das mulheres diante da distribuição e decisão sobre o trabalho em agroecossistemas agroecológicos. As famílias que compõem o grupo participante desta investigação vivem e desenvolvem suas atividades em duas localidades na porção alta da bacia do Rio Jequitinhonha. A divisão sexual do trabalho constitui uma das principais formas de desigualdades entre homens e mulheres sendo construída historicamente. É preciso entender que homens e mulheres estão inseridos em construções sociais que influenciam o seu modo de perceber, pensar, sentir e agir, e quando analisamos a questão do trabalho não podia ser diferente. A situação de mulheres camponesas não difere do que está registrado na literatura feminista, elas ficam responsáveis pelo trabalho do cuidado do lar e dos filhos e de outras tarefas entendidas como “feminina”, nesse pacote temos o cuidado do quintal, da horta, a criação de pequenos animais, entre outras. Geralmente, a renda obtida através desse trabalho pode ficar com o homem, pai e/ou marido, ou ainda pode ser incorporada na renda total da família, causando uma dependência financeira para mulher. Essa dependência faz com que a mulher tenha que aguentar situações de violência, tenha limitada sua autonomia e sua condição subalternidade nas relações de poder, estando marginalizada nos processos das decisões dentro das famílias. É sabido que não se conseguirá superar as desigualdades no campo se não rompermos com as velhas formas de opressão e estarmos atentos a novas formas de opressão que podem surgir com os rearranjos sociais e econômicos que surgem a cada momento. Com a utilização da observação participante, que considera e incentiva que os pesquisadores vivenciem o dia a dia daqueles a quem estudam, possibilitando uma compreensão melhor do universo em estudo, e com o uso de ferramentas como entrevistas e fluxogramas sobre o fluxo do trabalho no agroecossistema, foi possível perceber que existe uma divisão sexual de trabalhos nas famílias participantes da pesquisa e que está se apresenta de várias formas e intensidades, mesmo se tratando de agroecossistemas que tem como base o



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



exercício da agroecologia. Acompanhando a rotina de duas famílias, ficou evidente que as mulheres estão presentes em todas as etapas da produção, desde a colheita até a comercialização. Entretanto, por vezes, seus trabalhos são invisibilizados e tidos apenas como “ajuda” dos serviços feitos por seus companheiros. Estando o trabalho doméstico sobre responsabilidade das mulheres, gera sobrecarga e reduz seu tempo livre, impossibilitando que elas possam usufruir desse tempo em atividades de lazer ou para descanso. Por fim, mesmo as duas famílias sendo acompanhadas por organizações que realizam e incentivam discussões sobre a igualdade de gênero e autonomia feminina, e que já estejam vivenciando um aprofundamento conceitual e prático da agroecologia, há ainda um caminho a ser percorrido para que as desigualdades nas relações de gênero possam ser superadas de fato, já que esse caminho faz uma conexão direta com a estrutura patriarcal e capitalista predominante na sociedade e, portando, é preciso assumir uma postura e rompimento com essa estrutura.

Palavras chave: trabalho doméstico; agroecologia; divisão sexual do trabalho.



Introdução

A divisão sexual do trabalho constitui uma das principais formas de desigualdades entre homens e mulheres, como nos indica Federici (2017) essa divisão parte de uma construção histórica que desvaloriza o trabalho das mulheres, produzindo o controle sobre seus corpos, as condicionando como reprodutoras de trabalhadores, o que explicita também a operação conjunta e cooperada entre os sistemas patriarcal e capitalista, que se beneficiam de forma direta da subordinação das mulheres. É preciso entender que homens e mulheres estão inseridos em construções sociais que influenciam o seu modo de perceber, pensar, sentir e, conseqüentemente, de agir.

A divisão sexual do trabalho entendida neste trabalho a partir do que traz Mirla Cisne (2015, pg.122), como atribuições de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher. Tendo como sua principal característica a distinção do que é considerado trabalho de mulher e o que é trabalho de homem. À mulher cabe o lugar de reprodução, incluindo o conjunto do trabalho doméstico e de cuidados inerentes ao contexto da reprodução da vida.

A situação de mulheres rurais não é diferente, elas ficam responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos e de tarefas entendidas como feminina, nesse pacote temos o cuidado do quintal, da horta, a criação de pequenos animais entre outras. Geralmente, a renda obtida através desse trabalho fica com o homem, pai e/ou marido, ou ainda é incorporada na renda total da família, causando uma dependência financeira para mulher o que muitas vezes a obriga a aguentar situações de violência, a falta de autonomia e marginalização nas decisões.

É importante compreender que a raiz de todo esse sistema de dominação e



exploração é o patriarcado. Neste trabalho será considerado o conceito apresentado por Saffioti (2015), como sendo o sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens e que abrange a sociedade como um todo. Assim quando utilizamos o conceito de “patriarcado, necessariamente estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres”. Além disso, o patriarcado é um “sistema estruturador de relações sociais, está presente na sociedade de forma multifacetada e se expressa de diferentes maneiras em contextos distintos. Este sistema modela as relações de gênero que se dá tanto entre um homem e uma mulher, como entre homens e entre mulheres” (ALMEIDA, 2010, p.13). Nesse sentido entendemos o machismo como uma forma do patriarcado se expressar (CISNE, 2015, p.60).

Reconhecendo que a agricultura camponesa pode ser caracterizada por ter mão de obra predominantemente familiar, reduzida dependência de mercados externos, com o uso de técnicas tradicionais adaptadas a realidade do núcleo familiar e ao contexto ambiental em que vivem. Essas características estão presentes nas duas famílias participantes dessa pesquisa.

Importante para este trabalho também é o entendimento de agroecologia. Trata-se de um enfoque, uma visão de mundo, um paradigma que parte da aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e (re)desenho de agroecossistemas sustentáveis, num horizonte de tempo que considere o conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim um processo contínuo de transição agroecológica. (Caporal e Costabeber, 2004), tendo, portanto, o agroecossistema como sua unidade fundamental de estudo, manejo e relações.

Como define Altieri (1989) o agroecossistema é a unidade fundamental de estudo e de re(desenho) em que os ciclos da matéria/minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas ocorrem e são



vistas e analisados em seu conjunto. Há necessidade de uma ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo/terra, a água, os vegetais, os animais e os micro-organismos (a partir de enfoque sistêmico, holístico, complexidade). De acordo com Petersen et. al (2017, p.32), o agroecossistema é uma unidade de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos, sua delimitação física é demarcada pelo espaço ambiental apropriado por um núcleo social de gestão do agroecossistema, que costuma ser a própria família, no caso da agricultura familiar e camponesa.

Como discutem Schottz et al. (2015), espera-se que a agroecologia, ao considerar todos os componentes de um agroecossistema e do sistema de produção, tenha o papel de ajudar no reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres, reconhecendo esse trabalho como importante para o equilíbrio do sistema e para a reprodução familiar.

Desta forma, busco entender nesta pesquisa como a divisão sexual do trabalho existente em agroecossistemas, expressadas nas técnicas, tecnologias e nas relações sociais agroecológicas presentes no manejo dos agroecossistemas, contribuem ou não para a construção da autonomia das mulheres rurais.

Material e Métodos

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se realizar um olhar sobre o trabalho da mulher em dois agroecossistemas, as famílias estudadas nesta pesquisa, são residentes na região alta da bacia hidrográfica do Rio do Jequitinhonha. A porção mineira dessa bacia está situada no Nordeste de Minas Gerais, possuindo atualmente 80 municípios, “a região apresenta destacada diversidade social, cultural, econômica e ambiental (campos rupestres, cerrados, caatinga e mata atlântica)” (MONTEIRO e FÁVERO, 2014, p.7).



As famílias são Barbatimão e Arara que residem na comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí no município de Diamantina-MG, e Coruja e Pacari que residem na comunidade de Gameleira no município de Veredinha-MG. As duas famílias possuem perfis diferentes, estando inseridas em contextos sociais e ambientais distintos, possuem em comum propriedades conduzidas de forma agroecológica, além de participarem ou serem acompanhadas por movimentos sociais e organizações de assessoria no campo agroecológico.

Na produção dos dados foram usadas as seguintes estratégias metodológicas: observação participante focando na caracterização da família (dados socioeconômicos), caracterização da propriedade/agroecossistema (a partir dos diagramas de fluxos); agregada a entrevistas semiestruturadas, focando as relações nos processos de tomada de decisões, e emissão de opiniões.

A partir da observação participante e através de duas viagens a campo, ocorridas em 2019, nos meses de setembro e outubro para a comunidade de Vargem do Inhaí e dezembro para a comunidade de Gameleira, realizei a caracterização das famílias, para entender como se dá a organização do trabalho dentro da propriedade.

Foi utilizado a ferramenta de diagramas de fluxo, como proposto por Petersen et al., (2017), pois, esta permite uma visualização da propriedade e das relações que ali existem. Os diagramas de fluxo são a representação idealizada de um sistema, demonstrando seus componentes mais importantes (subsistemas), os diagramas de fluxo têm como objetivo facilitar o entendimento sobre as complexas relações estabelecidas dentro e fora do agroecossistema. Nesta pesquisa analisamos os fluxogramas para entender qual a percepção do homem e da mulher acerca do trabalho desenvolvido nos subsistemas e na gestão da propriedade, para isso realizamos as entrevistas separadamente respeitando as individualidades e percepções acerca das dinâmicas que ali ocorrem.

Os diagramas de fluxo serviram também como um instrumento facilitador e



que norteou a entrevista com os membros da família. Ao olhar separadamente para o fluxograma e com as perguntas geradoras em mãos, o casal contou sobre a rotina da família, do trabalho executado na propriedade e sobre o processo de tomada de decisões ali.

Para a análise dos dados optamos por associar algumas das ferramentas propostas pelo “Método de Análise Econômica-Ecológica de Agroecossistemas-LUME”, descrito por Pertersen et al (2017), com a análise de conteúdo. Dessa forma, não será feita uma análise dos resultados considerando todas as dimensões qualitativas e quantitativas propostas pelo Método Lume, assim como também não nos aportaremos às comparações longitudinal/retrospectiva do mesmo agroecossistema e transversal entre diferentes agroecossistemas, que o método possibilita.

A elaboração de diagramas de fluxo facilitou o entendimento do processo de trabalho que ocorre dentro das propriedades e também acerca da percepção que cada membro tem a respeito das atividades que faz no dia a dia, desta forma foi elaborado o diagrama de divisão social do trabalho. “No modelo de representação da divisão social do trabalho, procura-se discernir os trabalhos realizados em quatro esferas sociais: geração de rendas agrícolas (venda, autoconsumo e trocas e doações); trabalho doméstico e de cuidados; participação social; geração de rendas não agrícolas (ou pluriatividade)” (PETERSEN et al., 2017, p. 122).

Na análise dos dados qualitativos obtidos através da observação em campo e das entrevistas, também foi utilizada a análise de conteúdo, com base em Bardin (1977). Pois, a análise de conteúdo permite uma compreensão melhor acerca dos dados obtidos e também um entendimento acerca dos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais os sujeitos da pesquisa estão inseridos, o “conteúdo de uma comunicação, a fala humana é tão rica que permite infinitas extrapolações e valiosas interpretações” (FRANCO, 2018, p. 29). A seguir serão apresentadas análise a partir dos resultados obtidos através da pesquisa.



Resultados e Discussão

O trabalho sempre esteve presente na vida dos quatro participantes da pesquisa, quando crianças contribuía nas atividades desenvolvidas pelos pais, e a dedicação ao trabalho na roça afetou de diferentes formas a vida deles. O nível de escolaridade indica a implicação do trabalho nas condições de estudar. Dos quatro entrevistados apenas Barbatimão conseguiu cursar até a quarta série do ensino fundamental, e os outros três não conseguiram chegar até o final desse ciclo. O motivo dado pela desistência foi comum para todos, tinham que ajudar nas atividades da roça e não restava tempo para o estudo, com as mulheres além do trabalho no roçado era adicionado o cuidado dos irmãos mais novos e tarefas domésticas.

Este fato mostra como a reduzida quantidade de mão de obra no núcleo familiar traz a necessidade de que todos os membros estejam presentes nas atividades desenvolvidas na propriedade, e como isso afeta as crianças que desde cedo tem que desempenhar diversas atividades que muitas vezes podem comprometer sua saúde, estudos e lazer. A rotina das mulheres é adicionada a responsabilidade das tarefas domésticas, desde cedo elas aprendem a conciliar várias atividades, as relacionadas ao cuidado, já que contribuem também no roçado. Assim as mulheres ao cuidarem da casa e dos irmãos vão desde novas aprendendo e interiorizando as atividades consideradas como femininas, e através da socialização elas acabam introjetando o sentimento de que aquelas tarefas são de responsabilidade feminina e de que possuem uma afinidade natural para realizá-las. E na mesma medida que esses aprendizados não são repassados ou compartilhados com os homens, que crescem sentindo que não possuem “dom ou jeito” para atividades de cuidado e domésticas, ou até mesmo que essas não são de sua responsabilidade.



Assim, essas situações se expressam nos adultos, e ajuda a entender falas como essa de Pacari “[...] só que um homem pra lavar gasta até mais sabão. Eu acho que a gente não tem muita base né?” (PACARI, 2019). Nesta passagem podemos ver como o machismo estrutural atinge também os homens, que durante o processo de socialização são muitas vezes privados de aprender tarefas que são tidas como femininas, mas que na realidade são fundamentais para a sobrevivência de qualquer pessoa, independente do seu sexo.

Segundo as entrevistas, a responsabilidade pelo sustento da casa esteve presente na juventude de Coruja e Pacari, na dela devido a problemas de saúde do pai que não permitia grandes esforços físicos, e na dele devido a morte precoce do seu pai. À Pacari restou a migração, fato comum na região da bacia do Rio do Jequitinhonha.

A migração sazonal era tida, e ainda hoje se mantém presente, como uma possibilidade de superar as dificuldades do local de origem. A migração é sofrida em vários níveis, seja pelo desconhecimento do que se vai fazer, do local para onde e está indo, por ter que se separar de sua família, pela baixa remuneração, entre tantos outros sofrimentos falados e ocultados.

Como trabalhadores que compõem a força propulsora que engendra o capital agroindustrial, os camponeses são identificados com aqueles que não pertencem, são os “paus-de-arara”, os que vêm “de fora”. A sobrevivência é, aí, garantida pela dilapidação daquilo que, em seu local de origem, é sagrado. A natureza é mutilada e o homem, ele próprio, o sujeito desta investida. No entanto, esta destruição não ocorre somente em sua relação com a natureza; ao mutilar, ele próprio também é mutilado. A dilapidação de si e da natureza e o sentimento de não-pertencimento concretizam-se nesses locais (BOTELHO, 2003, p.11).

O sofrimento não é só de quem parte, quem fica no local de origem sofre também pela falta do seu parente, e nessas situações o que pode ajudar são os laços construídos com os vizinhos e dentro da comunidade.

Foi a necessidade de migração de Pacari um dos motivos que fez com que Coruja tomasse a decisão de adotar sua primeira filha, esse é um dos fatos que mostra um certo nível de autonomia dela, pois a decisão em adotar parte de Coruja,



mesmo no final da década de 1980 em que esse tema devia ser tabu e cercado de preconceitos, como é ainda hoje para muitas pessoas. A adoção foi também uma forma de Coruja não se sentir tão só diante da necessidade de migração do seu marido, que passava meses fora de casa.

Após a morte do pai de Pacari, sua mãe ficou responsável por cuidar dos bens que a família possuía, e através do relato dele podemos perceber algumas das violências sofridas por ela. Existe a crença de que as mulheres não são capazes de gerir suas posses ou ainda que não possuem aptidão para negócios, esse fato pode ser observado na tentativa de compra, a um preço abaixo do mercado, dos bens que a mãe de Pacari herdou. Ainda que esse exemplo seja antigo, hoje essa crença ainda permeia o pensamento de muita gente, as mulheres acabam sofrendo uma série de preconceitos e são questionadas sobre a sua capacidade.

Esse fato ainda se expressa hoje quando vemos que Coruja é a principal responsável pelas tarefas da criação de galinha dentro do agroecossistema, e no momento da venda que é realizada fora da propriedade, quem fica como a figura central é o marido, que tem o papel de receber as ligações, encomendas e negociar as vendas.

Uma dúvida que pode surgir é, como essas mulheres ainda não se sentem capazes de realizar tarefas como as que envolvem a comercialização, mesmo que já tenham feito isso em outros momentos de ausência do marido? Uma explicação para este fato pode ser:

A venda dos produtos implica em uma relação com o mundo exterior à unidade doméstica, quer ela se estabeleça com membros do próprio grupo ao qual pertence o pequeno produtor, quer com membros de outros grupos sociais; qualquer que seja o caso, é o pequeno produtor o indivíduo que estabelece essa relação. O pai [**o homem**] é o responsável pela família e por consequência é quem a representa (HEREDIA, 2013, p.53-54 - grifos nossos).

Nas transações para a venda de produtos e animais da propriedade os homens também detêm a palavra final, isso pode ser observado quando as duas entrevistadas contam que não gostam de vender os animais, ou ainda que mesmo



que não queiram vender a palavra final é do marido. Aqui podemos ver que muitas vezes essas mulheres não tem sua opinião ouvida ou, até mesmo, elas preferem não falar, por achar que os seus maridos tem uma maior capacidade para resolver essas transações econômicas, e ainda:

Se o trabalho no roçado é reconhecido como do domínio da esfera masculina, representada pelo pai de família, a venda dos produtos também corresponde à sua esfera do controle. Dessa forma, ele hegemoniza esse processo, decidindo como, em que circunstâncias e condições se realizará a venda dos diferentes produtos (HEREDIA, 2013, p.53).

A situação de menor valorização na realização de trabalho feitos para terceiros esteve presente na juventude de Coruja, quando ela e as irmãs, mesmo sendo consideradas “boas de enxada”, recebiam menos que um homem pelo dia que trabalhavam. E quem ainda vivencia essa realidade é Arara, que conta que na comunidade as mulheres recebem menos que os homens, mesmo que façam a mesma atividade.

Isso mostra como o trabalho feminino ainda é desvalorizado e recebe menor valoração, mesmo que essas mulheres desempenhem a mesma atividade e consigam ser tanto ou mais produtivas que um homem. Mostra também que quando uma mulher exerce uma atividade que é considerada masculina (roçado, capina, atividades com o gado, etc.) essa é lida como ajuda e na grande maioria das vezes passa a ser considerada um trabalho leve, enquanto que isso não ocorreria caso um homem desempenhasse tal tarefa.

Como mostrado por Paulilo (1987), existe a tentativa de enquadrar um trabalho como feminino para que esse não receba um maior pagamento, e isso não significa que o trabalho seja de fato “leve” ou fácil de se realizar:

Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino, embora algumas atividades possam ser realizadas por ambos os sexos. Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos e o maior esforço que despendem para limpar uma mesma área de cana. Já nas atividades em que a força física não traz maior rendimento, como o plantio e a adubagem, evitam presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos (PAULILO, 1987, p. 2).



Como exemplo desse trabalho que é considerado como leve trago a atividade de torrar farinha que é executada por Arara. Em um dia ela trabalha por aproximadamente 12h:30min e quase não faz pausas, até sua alimentação é feita de forma rápida, além de ser um trabalho extremamente cansativo e que requer muita atenção e cuidado para que, ao final, se consiga uma boa farinha. Ela recebe como pagamento por esse trabalho um valor de R\$35,00 reais e, quando é um homem que realiza a mesma atividade ele ganha aproximadamente R\$15,00 reais a mais, R\$50,00, que é o valor de uma diária pelo trabalho masculino na comunidade.

Esse fato também se apresenta no momento do plantio em que ela, ao ficar com a tarefa de diversificar a plantação, ouve que está escolhendo o trabalho mais leve, “[...] eles falam que eu gosto de pegar o serviço mais leve, porque eu vou picando as manaivas, mas se eu deixá-los lá sozinhos vão plantar só um tipo de manaiva” (ARARA, 2019).

A passagem acima, traz também a preocupação com a diversificação da produção, que se expressa na busca pela diversificação da alimentação das famílias, que fica a cargo das mulheres. Esse fato se mostra no cuidado que elas possuem em diversificar os alimentos que serão consumidos e com a qualidade deles. Para assegurar isso adotam diversas ferramentas, uma delas é manter sua própria horta onde conseguem produzir verduras e legumes de qualidade e que estarão sempre disponíveis para o consumo do núcleo familiar, além de terem uma produção menos agressiva para o meio ambiente. Esse fato contribui diversidade alimentar, implicando diretamente na segurança alimentar e nutricional e possui uma estreita relação com os princípios da agroecologia.

[...] nosso entendimento é que a alimentação é mais que a ingestão de nutrientes, uma vez que as escolhas alimentares dependem de fatores culturais e das particularidades de cada contexto sociopolítico. A alimentação adequada e saudável deriva de sistemas agroalimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.47).

As mulheres desempenham um papel fundamental em todas as etapas da segurança alimentar e nutricional: produção dos alimentos, pesquisa de



preço, seleção, preparação, beneficiamento e consumo. O conceito de segurança alimentar e nutricional abrange as múltiplas funções exercidas pelas mulheres no dia-a-dia das comunidades, tanto os trabalhos considerados reprodutivos, quanto os trabalhos considerados, produtivos. A segurança alimentar e nutricional dá visibilidade para a contribuição das mulheres na preservação da biodiversidade, pois são as mulheres que promovem a diversificação de espécies no âmbito dos quintais (um espaço dado como feminino), sendo que elas, por cuidar mais da alimentação na família, percebem a necessidade de manter uma alimentação variada (WEITZMAN, 2005, p. 24-25).

Apesar do cuidado com a alimentação dos outros, esse cuidado por vezes não se expressa na sua própria alimentação, já que segundo os dados obtidos com a dinâmica da rotina diária, ambas gastam um menor tempo para se alimentarem em relação ao gasto pelos maridos. Esse menor tempo gasto se explica pelo fato destas mulheres terem outras atividades para fazer, logo, gastam com elas mesmo o menor tempo possível e logo voltam a desempenhar as atividades programadas para o dia.

Esse fato reflete como o cuidado com os outros é tido como prioritário e se dá de uma forma mais “natural” e urgente, enquanto é comum mulheres se sentirem mal quando se colocam como prioridade nos assuntos. Para além da alimentação o cuidar de si fica em segundo plano em outras questões, como o tempo para o lazer e descanso. “As cuidadoras, cuidam de seus filhos, irmãos, companheiros ainda que muitas vezes, representem grandes sacrifícios e exijam renúncia às próprias escolhas. Antes de serem, cuidam” (GUEDES e DAROS, 2009, p.125).

Os quintais para além de um espaço que contribui para a soberania alimentar das famílias, é também um local onde essas mulheres exercem sua autonomia, é possível perceber isso na fala de Coruja e Arara:

“É eu que mexo mais com a hortinha né, é que é assim, tem hora que não gosto que ele nem mexa na minha hortinha. Conforme a hortinha que eu faço né, é pequeninha e eu gosto de plantar as coisas, só as coisinhas pequenas e ele vai e planta até manaiva se bestar!” (CORUJA, 2019).

“No quintal aqui quando tem que cortar as coisas eu mesma corto, se precisar capinar e arrancar eu mesma faço. [...] Sou eu que faço tudo aqui” (ARARA, 2019).

Com essas falas podemos ver que a autonomia se expressa na possibilidade



de gerir um espaço produtivo, o quintal é o lugar onde a mulher pode decidir o que vai plantar e de que modo vai fazer isso, esses fatos mostram formas de empoderamento que se constroem dentro da família. Segundo Telles (2018, p. 110 - 111) os quintais “são espaços de expressão das agricultoras, da sua resistência e da sua resiliência, no enfrentamento às relações patriarcais na unidade familiar” e são espaços, de maior responsabilidade das mulheres, embora pequenos em tamanho, guardam uma imensidão de conhecimentos e relações construídas pelas agricultoras. É neles em que elas exercem sua autoridade, determinam o que pode ou não, e como deve ser feito”.

Apesar da importância nutricional e ambiental dos quintais o trabalho feito ali é quase sempre desconsiderado ou possui um menor valor, mas por que isso ocorre? Este fato pode ser atribuído a construção dos papéis de gênero e por causa da divisão sexual do trabalho, já que a área em torno da casa é entendida como feminina:

Pode-se sugerir que, a partir da valoração diferenciada do trabalho de agricultoras e agricultores, seja possível apreender a valoração diferenciada dos produtos desses trabalhos. É assim que os alimentos produzidos para o autoconsumo da família, predominantemente a partir do trabalho feminino, são considerados miudezas, termo utilizado para denominar os produtos que, oriundos das pequenas hortas, pomares e lavouras, não se destinam a atividades comerciais (MENASCHE et al., 2008, p.150).

Como foi possível perceber na grande maioria das vezes tudo que tem relação com o universo feminino é menos valorizado, recebe uma menor importância e fica em segundo plano, mesmo em famílias que tem como base o exercício da agroecologia, mas por que isso ainda persiste? Não basta apenas a adoção de práticas agroecológicas é preciso adotar novas formas de se relacionar com as pessoas, que possibilitem ressignificar emoções e, assim refletir em novos valores, posturas e atitudes. Esse é um processo lento e difícil que exige sempre um tocar e rever conceitos, valores, crenças e o modo de fazer, ou seja, a prática cotidiana.

Na realização das atividades, essas mulheres apresentam um “saber fazer” diferenciado, e ele se expressa no cuidado com detalhes das atividades que fazem



no dia a dia. Nos depoimentos das duas mulheres elas se mostraram mais preocupadas com questões como a reutilização da água, diversificação da produção, com a manutenção de variedades crioulas, entre outras. Podemos observar através das seguintes passagens, por exemplo:

“Eu vou escolher as canas, porque eles têm um modo de plantar só uma cana se deixar. Eu vou lá, tiro de uma, tiro de outra, aí eles me respondem cana é uma só! Eu digo não, tem que segurar as dos nossos antepassados, se a gente deixar essa cultura acabar onde que a gente vai buscar?” (ARARA, 2019).

“A sim, mas nesse negócio de água aqui, eu aproveito as águas todas da pia, do tanque e tudo sabe. Aí eu fico mudando um pé de planta e ele, se eu sair e ficar 8 dias, a água fica caindo em um lugar só sabe. E aí pra cuidar mais do quintal é mais eu que cuido das coisas e pra capinar esse ano foi ele, eu ajudei mais foi pouco” (CORUJA, 2019).

Essa prática diferenciada feita por essas mulheres, apresenta uma estreita relação com a agroecologia, como mostra o documento final da plenária das mulheres no IV ENA “[...] Temos afirmado que a agroecologia não é só prática, mas o jeito como o trabalho se organiza, como as pessoas se relacionam entre si e com o ambiente” (TELLES, apud ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2018).

Em relação a categoria conhecimentos, através das entrevistas foi possível perceber que, para essas famílias, ele está vinculado ao saber fazer e ter domínio sobre etapas de uma determinada atividade. Isso foi representado por exemplo, quando Barbatimão atribui a Arara a produção de mandioca por ela entender mais do que ele sobre aquela produção. O fato dele reconhecer o domínio da esposa e reconhecer o trabalho dela naquela área, é uma forma de valorizar o que a mulher faz. Assim como ela coloca o marido como principal responsável pelas coletas feitas na área do extrativismo, mesmo ela o acompanhado e até mesmo ajudando a preparar os remédios naturais que utilizam na propriedade, ela não considera o seu trabalho feito na área. Segundo ela, o marido conhece mais do que ela sobre as espécies e preparos e, portanto, seria o principal responsável pela área.

As atividades que envolvem o trabalho doméstico recebem uma maior



atenção das mulheres nas duas famílias, e mesmo sendo elas as principais responsáveis acabam por não contabilizar uma grande quantidade de serviço. Este fato pode ser visto, por exemplo, durante a narrativa que ambas fazem sobre o serviço ser compartilhado com a família, porém, ao contabilizar os tempos gastos por elas esse é bem maior do que o tempo que seus companheiros dedicam a essas tarefas. Foi possível registrar que Arara gasta por dia, em média, 3h:15min em serviços domésticos, enquanto que Barbatimão gasta apenas 00:15min. Para os serviços de casa em um dia Coruja gasta em média 3h:45min enquanto que Pacari gasta 00:55 minutos. Esses fatos demonstram que elas são as responsáveis pela manutenção da casa e que recebem contribuição dos membros de forma pontual.

Uma questão que surge é o porquê dessas mulheres não enxergarem que existe uma distribuição desigual de atividades relacionadas ao trabalho doméstico? Acredito que seja pelo fato de já estar tão interiorizado a responsabilidade por tais tarefas, que elas nem percebem que isso não é só de sua responsabilidade ou que deveria ser compartilhado de forma igual com seus companheiros e ainda, como consequência dessa interiorização, elas não conseguem ter uma noção clara do tempo que gastam com as atividades reprodutivas.

Arara relatou que na juventude teve a vontade de ir para Belo Horizonte para trabalhar junto com as primas que lá viviam, porém, seus pais não permitiram já que queriam que ela casasse com Barbatimão. Aqui podemos indicar um exemplo de como a autonomia das mulheres é podada desde o início de sua formação como sujeito adulto.

Diante dessa situação fica a pergunta sobre como essa situação no passado reflete na "não vontade dela sair" hoje para as atividades que acontecem fora da comunidade? E assim, o marido e os filhos são quem sempre estão representando a família e o agroecossistema em atividades externas, justificado pelo fato de a mulher "não gostar de sair". Arara relata que sua prioridade em ficar em casa se deve ao fato dos filhos escutarem mais ela do que o marido. Mas podemos deixar a



indagação sobre como alguém que teve o desejo de ir para Belo Horizonte na juventude, perde completamente a vontade de sair e conhecer outros espaços ou pessoas? Percebe-se aqui uma situação onde os fundamentos do patriarcado e machismo podem estar se expressando de forma velada, apoiado pelo discurso da mulher do não gostar, ou seja, o machismo e patriarcado estão introjetado de uma tal forma que nem se percebe a influência deles no cotidiano. Até que ponto a negativa em sair por parte da mulher, pode está refletindo a frustração vivida passado, ou sendo uma forma dela manifestar rebeldia, pois, já que não a deixaram ela sair antes, quando ela assim desejou, agora ela não se mantém em casa, não se sensibilizando com os convites que recebe para atividades fora da comunidade, ou mesmo não se senti capas de representar a família em ambiente externo.

Não se pode negar a importância das organizações sociais para a formação política e na assessoria dessas famílias, mas uma questão que surge é como essas organizações trabalham as questões de gênero nas suas práticas educativas e formativas e também dentro da própria organização. Corre-se o risco de que se as atividades não forem pensadas pelo viés da desconstrução do patriarcado e do machismo, inclusive em um contexto de ressignificação de emoções e sentimentos, em um processo de autoconhecimento e valorização da mulher, essas atividades acabarão por reforçar e naturalizar papéis que são sempre atribuídos às mulheres.

Seria enriquecedor para a pesquisa se tivesse sido possível adentrar e entender melhor o modo com que essas duas famílias gerem e dividem os valores monetários, isso ajudaria a compreender como se dá a construção da autonomia econômica dessas mulheres, porém, esse é ainda um tema delicado e foi uma limitação neste trabalho.

Não resta dúvidas sobre a quantidade de trabalho feito por essas mulheres, da sua presença nos trabalhos do roçado e doméstico, além de sua contribuição na construção e avanço da agroecologia. Muitas das questões aqui apresentadas, mostram como o patriarcado, e sua expressão machista, está interiorizado e, por



isso, passam despercebidos (até mesmo para quem está constantemente estudando sobre o tema), este fato reforça a necessidade de sempre estarmos atentos e dispostos a rever nossas ações. Esse processo é lento e difícil, mas necessário para a construção de novas dinâmicas entre pessoas, com o meio ambiente e a sociedade.

As duas famílias apresentam perfis diferentes e estão inseridas em contextos sociais distintos, o que faz com que as situações vividas e a forma de agir diante delas seja diferente. Esse fato também tem relação com o “grau” de autonomia e de respostas dadas por essas mulheres às situações que foram expostas, por fim ficou evidente a maleabilidade delas de se adaptarem as situações que vivenciam no dia a dia.

Considerações Finais

Em diálogo com os objetivos da pesquisa, que foi o de entender como se estrutura a divisão sexual do trabalho no contexto de um agroecossistema e como essas relações fomentam condições para construção da autonomia das mulheres, foi possível perceber com os resultados que eles corroboram com o que a literatura sobre o trabalho da mulher mostra, ou seja, existe uma divisão sexual de trabalhos que se apresenta de várias formas e intensidades nas famílias estudadas, mesmo se tratando de agroecossistemas que tem como base o exercício da agroecologia.

Percebe-se que a mulher está envolvida de forma equitativa na divisão sexual do trabalho produtivo demandado para o manejo dos agroecossistemas, todavia essa equitatividade não reflete nas demandas para o trabalho reprodutivo, que impactam diretamente no cuidado com os trabalhadores/as que atuam no agroecossistema.

Vale destacar ainda que ao acompanhar a rotina dessas duas famílias, fica evidente que as mulheres estão presentes em todas as etapas da produção, desde a colheita até a comercialização. Entretanto, por vezes, seus trabalhos são



invisibilizados e tidos apenas como ajuda dos serviços feitos por seus companheiros. Para além dos serviços feitos no roçado, elas também são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados realizadas dentro dos lares, recebendo contribuição dos outros membros pontualmente ou ainda quando solicitado por elas.

Conclui-se que o trabalho doméstico estando sobre responsabilidade apenas das mulheres, gera sobrecarga e reduz seu tempo livre, impossibilitando que elas possam usufruir deste tempo em atividades de lazer ou para descanso. A limitação de tempo também pode afetar a participação dessas mulheres em organizações ou movimentos sociais, que podem abrir portas para o processo de construção de seu empoderamento e autonomia.

Por fim, estar atento para perceber e entender como a concepção patriarcal e machista nos moldou e molda, enquanto sociedade, é um exercício constante de revisar atitudes, valores e posturas que se mostram incorporadas nos nossos cotidianos, enquanto indivíduos ou coletivos. Esse desafio deve envolver sujeitos dos diferentes sexos, etnias, classes, orientações, que residem no campo ou em outros espaços.

É nesse contexto que os resultados corroboram a hipótese inicial do trabalho que aponta para a clareza de que apenas a base conceitual e a prática agroecológica não são suficientes para desconstruir as relações desiguais na divisão sexual do trabalho, já que essa divisão sustenta o sistema patriarcal e capitalista, dessa forma, refletir o papel da mulher no manejo dos agroecossistema é uma estratégia de revelar e explicitar como práticas patriarcais e machistas se mantêm presentes no cotidiano agroecológico. Dessa forma, ao afirmar “Sem Feminismo Não Há Agroecologia” se relaciona o feminismo à agroecologia e gera o estranhamento necessário para aprofundar a luta por igualdade entre os seres humanos (homens e mulheres) e identificar cada dia mais como a agroecologia pode contribuir com as estratégias para essa igualdade se concretizar.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Cap. 1.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977. 223 p.

BOTELHO, Maria Izabel Vieira. **Experiências e vivências na migração sazonal**. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 1-20, dez. 2003. Semestral.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: 2004. 24 p.

Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. - Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152 p.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 464 p. Tradução coletivo Sycorax.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. 87 p.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA (Salvador). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo fida no brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020**. Salvador: 2020. 232 p.

GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, dez. 2009. Semestral.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CASA – ROÇADO. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A MORADA DA VIDA: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Cap. 3. p. 48-75.



MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 1, n. 21, p. 145-158, jul/ago. 2008.

MONTEIRO, F. T; FÁVERO, C. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 11, p. 7–15, 2014.

PAULILO, Maria Ignez S. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, Santa Catarina, n. 28.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **MÉTODO DE ANÁLISE ECONÔMICO-ECOLÓGICA DE AGROECOSSISTEMAS**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. 250 p. ISBN 978-85-87116-28-4.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160 p.

SCHOTTZ, Vanessa; MARONHAS, Maitê; CARDOSO, Elisabeth. É trabalho, não é ajuda!:Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na agroecologia. **Agriculturas Experiências em Agroecologia**: Pela vida das mulheres e pela Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p.48-53, dez. 2015.

TELLES, Liliam. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

WEITZMAN, Rodica. AS INTERFACES ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, AGROECOLOGIA E GÊNERO NA PRÁTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. In: CONSEA-MG (org.). **3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS SEGURANÇA ALIMENTAR E**: caderno de textos. Belo Horizonte: 2005. p. 24-28.



ANÁLISE DO PROGRAMA AGRICULTORAS EM MOVIMENTO: PRÁTICAS DAS MULHERES RURAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Maira Ribeiro de Souza¹

Maria das Dores Saraiva de Loreto²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a proposta de atuação do Programa Agricultoras em Movimento, examinando, especificamente, as práticas desenvolvidas pelas mulheres rurais da Zona da Mata Mineira. Como delineamento metodológico optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, através da pesquisa documental. Como aporte teórico foi adotada a perspectiva Ecofeminismo, Ilustrada a partir de contribuições de Alicia Puleo (2008), por se tratar de proposta não essencialista e crítica, adequada para pensar processos de autonomia das mulheres articuladas com as questões ambientais e da vida no campo. Para análise e interpretação dos resultados foi utilizada a Análise do Discurso Foucaultiana (2001; 2008; 2015) que permite visibilizar possibilidades de resistências em meio as relações de saber-poder, entendidas como relação de forças que colocam as mulheres como indivíduos sujeitados às práticas que atravessam o campo social. Deste modo, refletir sobre as práticas e a participação política das mulheres rurais permite compreender processos de subjetivação, como possibilidade de uma prática de liberdade, entendendo a resistência como um ato criativo a partir de composições de forças inéditas que engendram a emergência de mudanças afetivas, coletivas, sociais e políticas (FOUCAULT, 2015). Através do desenvolvimento do estudo pôde-se observar que a proposta do Programa evidencia um modo de atuação, que pode contribuir para a emergência das mulheres rurais, como sujeitos políticos, capazes de realizar produções críticas, autônomas e plurais, que visibilizam desigualdades e injustiças sociais.

Palavras-chave: mulheres rurais; programas; práticas sociais.

¹ Professora Adjunta do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAMINAS - Campus Muriaé. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV, Viçosa/MG; E-mail: maira.r.souza@ufv.br

² Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Economia Rural, UFV, Viçosa/MG; Pós-doutora em Família e Meio Ambiente, University of Guelph, Canada; E-mail: mdora@ufv.br



ABSTRACT

This article aims to analyze the proposed action of the Programa Agricultoras em Movimento, specifically examining the practices developed by rural women in the Zona da Mata Mineira. As a methodological design, it was decided to carry out a qualitative research, through documentary research. As a theoretical contribution, the Ecofeminism perspective was adopted, illustrated by contributions from Alicia Puleo (2008), as it is a non-essentialist and critical proposal, suitable for thinking about women's autonomy processes articulated with environmental and rural life issues. For the analysis and interpretation of the results, the Foucault's Discourse Analysis (2001; 2008; 2015) was used, which makes it possible to visualize possibilities of resistance amid the relations of knowledge-power, understood as a relation of forces that place women as individuals subject to the practices that they cross the social field. Thus, reflecting on the practices and political participation of rural women allows us to understand processes of subjectivity, as a possibility of a practice of freedom, understanding resistance as a creative act based on compositions of unprecedented forces that engender the emergence of affective changes, collective, social and political (FOUCAULT, 2015). Through the development of the study it was possible to observe that the Program's proposal evidences a way of acting, which can contribute to the emergence of rural women, as political subjects, capable of carrying out critical, autonomous and plural productions, which show inequalities and social injustices.

Keywords: rural women; Software; social practices



1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo pensar sobre estratégias coletivas que visam atuar na realidade vivida por mulheres rurais da Zona da Mata Mineira e seus processos de mobilização social e participação política a partir da análise da proposta do Programa Agriculturas em Movimento, que tem como principais eixos a geração de renda, agroecologia e economia solidária, promoção da saúde e autocuidado de Mulheres Rurais, o que se relaciona diretamente com a proposta do **GT 5 - Novas teorias, práticas e resistências das mulheres do campo, das florestas e das águas frente às transformações dos sistemas agroalimentares**, que objetiva, entre outros elementos, dar visibilidades às práticas e agências vivenciadas pelas mulheres, perante os processos de mercantilização da natureza.

Para tanto, é necessário realizar um processo de historicização, uma vez que conforme aponta Foucault (2001; 2008), os discursos operam em um contexto histórico e social delimitados, a partir das relações de poder e jogos de verdades. Neste contexto, este processo permite identificar as rupturas e continuidades dos acontecimentos ao longo da história. Assim, é primordial destacar os Movimentos Feministas, como principais responsáveis pela mobilização e luta pelos direitos das mulheres, sejam eles de cunho político, civis, sexual e reprodutivo, entre outros. Tais movimentos se consolidam pelas questões de gênero, que evidenciam a crítica ao patriarcado, à dominação masculina estrutural, cultural e socialmente construída (BIROLI; MIGUEL, 2014). É necessário compreender essas lutas por um viés pluralista, que engloba diversas ações desdobradas por mulheres, e que visa o enfrentamento da vivência social que as manteve historicamente excluídas, sem voz e sem direitos (GOMES, 2018).

Tal condição da mulher ao longo da história se deve a construção de sistemas de poder que se sustentam através de pelo menos três mecanismos: o primeiro, refere-se ao processo de naturalização das desigualdades sociais, em que os fenômenos sociais são compreendidos como resultado da incapacidade dos



indivíduos em gerir sua própria vida. O segundo, diz respeito à divisão histórica binária e hierarquizada entre as esferas do público e privado, em que o espaço público ocupa lugar de destaque. Por fim, e não menos importante, encontra-se a relação entre igualdade e diferença, que tradicionalmente parte de uma lógica restrita da ideia de igualdade que desconsidera a diversidade dos modos de ser e existir (MAYORGA, 2014).

Neste contexto, o processo de transformação dos sistemas de poder em interface com a subordinação e opressão feminina requer a desnaturalização dos acontecimentos sociais, politização do espaço privado, ocupação do espaço público pelas mulheres e a defesa de uma noção de igualdade que respeite as diversidades e as diferenças aproximando-se da busca ampliada pela equidade. É necessária uma postura crítica dentro do próprio feminismo para fazer emergir a pluralidade de ser mulher, considerando uma análise interseccional, que possa identificar o atravessamento dos marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe social, geração, sexualidade, território, entre outros, como constituintes dos processos de subjetivação das mulheres, de forma a ampliar as possibilidades de várias vozes serem ouvidas (MAYORGA, 2014).

Nesta mesma direção, Carneiro (2003) destaca a necessidade de considerar que as mulheres não são oprimidas apenas de forma sexista, pois, na medida em que outros marcadores sociais se articulam com o gênero observa-se vivências e processos de vulnerabilização diferenciados. Assim, mulheres indígenas, mulheres transexuais, mulheres rurais, entre outras, ainda se encontram em diversas situações de subordinação e opressão, sem espaço e sem voz, fato este que demanda dos movimentos feministas uma reestruturação de seus discursos e práticas para abarcar múltiplas identidades.

Tendo em vista que o recorte de análise são as mulheres rurais enquanto categoria plural e sua vinculação com ações ligadas a luta por igualdade de gênero e questões ecológicas, parte-se nesta pesquisa de contribuições teóricas da



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



perspectiva do Ecofeminismo, ilustrado a partir das reflexões de Alicia Puleo (2008), que traz questionamentos importantes quanto aos papéis tradicionais de gênero, demonstrando a necessidade da adoção um olhar crítico acerca de costumes fundamentados em preconceitos patriarcais, mesmo aqueles vinculados a uma perspectiva ecologicamente adequada, tal como a visão que associa a mulher rural à natureza, como salvadora do planeta e seus habitantes, por possuir determinadas características concebidas como naturais e intrínsecas, tais como, a sensibilidade e empatia (PULEO, 2012).

Observa-se que historicamente as mulheres rurais estiveram submetidas a dominação masculina e ao patriarcado evidenciados na vivência de situações de subordinação, opressão, violência, subjungando-as, por exemplo, como meras “ajudantes” de seus maridos quanto ao trabalho na agricultura. Neste contexto, no desenvolvimento de pesquisas ou intervenções junto às mulheres rurais deve-se atentar para as condições que elas se encontram “na relação do trabalho familiar, na produção, acesso a tecnologias, créditos, acesso à terra, bem como questionar a estrutura social, política e econômica” (SILVA, et al, 2018, s/p.).

Ainda hoje, muitas destas mulheres vivenciam um contexto de vida em condições desfavoráveis de gênero, especialmente pela precariedade da oferta de serviços públicos que impossibilita o acesso adequado a seus direitos de cidadania, tais como, saúde, trabalho e renda, educação e proteção social (SILVA, et. al, 2018). Observa-se também que “as mulheres rurais historicamente tiveram seus trabalhos produtivos invisibilizados, foram negados direitos profissionais, previdenciários, à terra, entre outros” (FRAGATA, 2018, p. 6). No entanto, as mulheres rurais têm se mobilizado e cada vez mais aprimorado sua auto-organização, seja através de grupos autônomos, com a parceria de instituições sociais ou no contexto das políticas públicas, o que demonstra seu protagonismo e participação política nas reivindicações por direitos, autonomia e reconhecimento de sua potência como geradoras de renda econômica e como lideranças comunitárias e sindicais (SILVA,



et al, 2018).

Observa-se que a mulher rural vivencia uma dupla discriminação, pois, além de todas demandas negligenciadas e acesso escasso às políticas públicas, existem ainda diversos direitos relacionados a suas “condições técnicas e etárias associadas e com algumas problemáticas e dinâmicas sociais importantes”, como pode ser verificado na perpetuação do sistema patriarcal no campo, na forma de produção pautada na lógica androcêntrica, a maneira que se configura a posse das terras, as formas sucessão familiar na agricultura, herança das propriedades familiares, o acesso às políticas públicas, entre outras. Tal realidade demonstra a importância da participação política e mobilização social das mulheres rurais para a transformação desta realidade (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2020).

A presença de mulheres nos movimentos sociais do campo ocorria inicialmente por intermediação de seus maridos e outros familiares, sendo que a participação deste público teve destaque a partir década de 80, quando houve a realização dos primeiros encontros direcionados especificamente para as pautas femininas. Com o avançar dos anos, as mulheres rurais foram fortalecendo laços e a participação em espaços coletivos, e sua mobilização passou a ganhar corpo para além das demandas definidas pelos movimentos camponeses voltadas na época, principalmente, para o acesso à terra e para a luta contra a desigualdade social. A distinção “da participação feminina nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais é o fato de se estar tornando pública a situação da trabalhadora-mulher que engloba outras identidades, o da trabalhadora-mãe e o da trabalhadora-esposa” (CARNEIRO, 1994, p. 14). Enfim, a partir desta breve contextualização fica evidente a necessidade de lançar luz sobre iniciativas que tenham como pauta a participação política das mulheres rurais.



2 Participação política das mulheres rurais: interfaces entre a agricultura familiar, agroecologia, economia solidária e feminista

No que concerne ao campo de estudos acerca da relação entre participação política e mulheres rurais observa-se que grande parte da literatura aponta para a importância e contribuição da agricultura familiar, da agroecologia e da economia solidária e feminista, em suas diferentes frentes de intervenção, como estratégias potentes para o fomento a participação política, trazendo desdobramentos tanto no âmbito público, através do incentivo à ação coletiva junto as cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, bem como no ambiente doméstico-familiar ao problematizar as hierarquias de gênero, o sistema econômico capitalista e ao evidenciar a importância da mobilização social para a construção de uma sociedade mais equânime e sustentável (SILIPRANDI, 2015, HORTA; REZENDE; MACEDO, 2015, SILVA, et. al, 2018, SIMON, 2020).

O que diferencia a agricultura familiar de outras formas de produção rural é a interligação entre terra, trabalho e família (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2020). Neste contexto, a participação das mulheres na agricultura familiar é um elemento presente nos territórios rurais brasileiros, trabalho que aponta para a acumulação de saberes e conhecimentos ancestrais repassados de geração para geração, articulados com novas experiências e saberes vivenciados ao longo da história de vida de cada mulher. Tais elementos podem ser observados desde a seleção e plantio de cada semente, mudas, até nos modos como as colheitas são realizadas, sendo comum o cultivo acontecer em seus próprios quintais e terreiros.

Posteriormente, parte dos alimentos são utilizados para o autoconsumo da família e, em alguns casos, os excedentes são comercializados em mercados e feiras agroecológicas locais. O lucro advindo da realização de feiras, por exemplo, contribui para o empoderamento econômico das mulheres rurais, pois passam a não depender da renda do esposo, o que contribui para a liberdade e autonomia



financeira (SILVA, et al., 2018).

A agroecologia, por sua vez, é visualizada como uma nova forma de pensar a produção e um novo modelo de desenvolvimento do campo pautado no respeito com a natureza e com as pessoas, através do fortalecimento comunitário e valorização do saber popular. Neste contexto, faz-se necessário, também, fomentar relações de gênero baseadas na redistribuição de poder e desconstrução das hierarquias sociais, pois, como diz o lema: “Sem Feminismo, não há Agroecologia”. Portanto, acredita-se que a agroecologia fortalece a luta das mulheres pelo fim da desigualdade e violência de gênero (SERRANO, 2015). Nesta mesma direção, Silva et al. (2018) ressaltam que os espaços fomentados pela agroecologia, quando integram às suas ações uma discussão de gênero, possibilitam o reconhecimento do trabalho dessas mulheres, na medida em que elas se tornam protagonistas ou compartilham a gestão agroecológica e a comercialização das feiras.

Observa-se que um novo discurso se instaurou ao problematizar a visão tradicional baseada na visão subalternizada de que o trabalho das mulheres rurais é visto como “ajuda” ao seu marido. Portanto, assumir uma postura feminista articulada a agroecologia visibiliza um novo lugar a ser ocupado pela mulher rural trazendo uma conotação econômica, social e política para o seu trabalho e um novo lugar social ao assumir novas responsabilidades e redefinições de papéis, ainda que parcialmente (SILVA et al., 2018).

A presença das mulheres nos movimentos agroecológicos tem sido cada vez mais notada e sua participação política nestas ações coletivas tem apresentado avanços importantes, tais como: o reconhecimento de sua participação na construção das experiências de base e na abertura de alguns espaços nos níveis de direção de entidades. Enfim, sua ação vem evidenciar “que é possível resistir, denunciar, organizar-se, construindo-se como sujeitos políticos que, a partir de suas múltiplas identidades, não se conformam com o destino ‘injusto e amargo’ reservado a elas no patriarcado” (SILIPRANDI, 2015, p. 338).



Por fim, os estudos apontam que para pensar a economia solidária atrelada a igualdade de gênero requer romper com o paradigma hegemônico, unidimensional, centrado no mercado, pautado nos binarismos e nas linhas divisórias da sociedade atual. O novo paradigma vislumbrado é designado como paraeconômico que se aproxima da economia feminista e da economia social e solidária, pois ambas se pautam na necessidade de se incorporar às atividades não mercantis e não monetárias bem como evidenciam a importância da valorização do papel das mulheres nessa reconfiguração paradigmática que, por conseguinte, contribuem para a eliminação do viés androcêntrico vigente. Esse novo paradigma contempla uma visão multicêntrica da sociedade, que integra aspectos sociais, ecológicos e políticos, não negando a importância da dimensão econômica, porém não moldada por ela (SIMON, 2020).

A economia social e solidária nos faz refletir, através de seus fundamentos, acerca da importância das relações baseadas na solidariedade em oposição ao individualismo utilitário dominante no sistema atual centrado no mercado. A economia feminista, por sua vez, critica o comportamento androcêntrico, politiza o âmbito doméstico-familiar e dá visibilidade a mulher ao compreender “o trabalho feminino para além do aspecto puramente econômico, mas considerando as atividades de cuidado, afeto e reprodução e o impacto disto para a sociedade” (SIMON, 2020, p. 3).

Apesar de todos os avanços alcançados, ainda na contemporaneidade, encontra-se enraizada na cultura cotidiana a visão de que o espaço a ser ocupado pela mulher rural é o ambiente doméstico. Mesmo que tenha ocorrido uma emancipação econômica, observa-se uma reprodução dos papéis sociais e de gênero, em que lhe são atribuídas as funções domésticas e de cuidado com os filhos. Para a mulher agricultora, essa condição é muito marcante, pois o trabalho que ela desenvolve dentro da casa, na horta, no campo fica atribuído às suas funções domésticas (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2020).



Nessa direção, muitos estudos têm apontado para a necessidade de valorizar práticas que fomentem a emergência das mulheres rurais como sujeitos políticos a fim de que possam dar voz e visibilidade às suas estratégias de mobilização e enfrentamento às situações de subordinação e opressão historicamente impostas (CARDOSO; PINTO, 2020, SIMON, 2020, SILIPRANDI, 2015, HORTA; REZENDE; MACEDO, 2015, SILVA, et. al, 2018). Portanto, é fundamental endossar debates e pesquisas que problematizem essas construções sociais para que as mulheres rurais possam, de fato, ter garantido seus direitos de cidadania, através dos processos de emancipação política, social e econômica. Essa luta envolve uma nova postura de homens e mulheres e necessita de uma transformação na forma de educar as futuras gerações. Além disso, requer a efetivação de políticas públicas para que as mulheres rurais não sejam apenas vistas como beneficiárias de programas, mas, sobretudo, sejam reconhecidas como protagonistas e atuantes participativas na comunidade em que vivem (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2020).

3 Método

Para o desenvolvimento do estudo foi adotado como aporte teórico o Ecofeminismo, Ilustrado a partir de contribuições de Alicia Puleo (2008), pois, contribui para um olhar crítico e não essencialista na construção do conhecimento ético-político sobre as relações humanas e à Natureza. Nesta direção, representa uma abordagem adequada para compreender a realidade das mulheres rurais e seu reconhecimento como sujeitos políticos, visando identificar as possibilidades de busca pela autonomia, através de lutas feministas articuladas às questões ecológicas, pela via da ética do cuidado, compreendida como uma condição a ser assumida por homens e mulheres.



Para análise e interpretação dos resultados foi utilizada a Análise do Discurso Foucaultiana (FOUCAULT, 2001, 2008, 2015), que permite visibilizar possibilidades de resistências em meio as relações de saber-poder, entendidas como relação de forças, que colocam as mulheres como indivíduos sujeitados nas práticas que atravessam o campo social. Deste modo, refletir sobre a participação política das mulheres rurais permite compreender processos de subjetivação, como possibilidade de uma prática de liberdade, entendendo a resistência como um ato criativo a partir de composições de forças inéditas que engendram possibilidades de mudanças afetivas, coletivas, sociais e políticas (FOUCAULT, 2015).

Assim, tendo o discurso como foco de análise, a investigação teve como delineamento metodológico a abordagem qualitativa, através da pesquisa documental. Dessa forma, a análise documental assume um projeto genealógico que “trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro”, a fim de dar visibilidade a propostas coletivas das mulheres como forma de libertar da sujeição histórica que tradicionalmente seus saberes e práticas têm sido submetidos na ordem do discurso social e científico (FOUCAULT, 2015, p. 268).

Fizeram parte do escopo de materiais analisados: informações acerca dos agentes envolvidos, bem como da metodologia e objetivos do Programa Agriculturas em Movimento retiradas de um documento não publicado e disponibilizado pela articuladora do Programa, além de informações disponíveis na página pública do Programa na rede social *facebook*. Tais informações dão legitimidade à proposta subsidiando não só a intervenção prática, bem como propiciam a fundamentação para angariar fundos para sua execução. Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, por se tratar de materiais de domínio público ficou dispensada a avaliação pelo comitê de ética conforme explicitado na resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016).



4 Resultados e Discussão

4.1 Agentes envolvidos

O Programa Agricultoras em Movimento, é uma iniciativa do Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural Da Zona Da Mata (CEIFAR-ZM) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre (STR), com o apoio da Cooperativa dos Produtores e da Agricultura Familiar (COOPAF) e Cooperativa de Crédito Rural Solidário (CRESOL).

O Programa tem como público-alvo mulheres agricultoras familiares, que atuam em organizações da agricultura familiar e sociais, incluindo lideranças comunitárias, artesãs e diretoras de entidades. Atualmente, participam ativamente do programa 38 mulheres, além de outras que participam de ações pontuais, como eventos e encontros. Sua área de abrangência abarca os municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e Miradouro.

O programa tem como sua principal articuladora, Adriana Moraes. Em uma publicação encontrada na página pública do Programa Agricultoras em Movimento, a liderança teve sua história destacada pelo Projeto Mulheres que Transformam, realizada pela União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) de Minas Gerais, no ano de 2021, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, conforme pode ser verificado no texto de descrição que acompanha um link para acesso ao vídeo, com o relato da liderança disponível na página do *Facebook* da UNICAFES Minas Gerais:

**Conheça Adriana* – Mulheres que Transformam - *Adriana Moraes*, 42 anos, agricultora, casada, mãe de um filho jovem, residente na Comunidade São João do Glória, no Município de Muriaé. Nascida e criada na zona rural, de família simples e trabalhadora. Desde a infância iniciou sua vida em comunidade, sendo catequista, participando de grupo de jovens e ministra da palavra e eucaristia. Ainda jovem, *através das CEBs (Comunidade*



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Eclesiais de Base) e de seus ensinamentos deu o primeiro passo junto as práticas alternativas de saúde e aos movimentos sociais*. Sempre gostou de ler escrever, porém, os estudos sempre foi um dos desafios ao longo dos anos. Estudou até a quarta série e por diversos fatores não foi possível dar continuidade pois não podia sair da zona rural e ir para cidade. Depois de casada fez o EJA em Muriaé. Mais uma vez teve que parar devido a problemas de saúde em família. Há dois anos, através do ENCEJA concluiu o Ensino Médio. Atualmente faz parte da *coordenação do CEIFAR-ZM, da diretoria da COOPAF Muriaé, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais*, da organização da Feira Agroecológica e do Programa Agricultoras em Movimento. Através dessas representações *atua na luta de enfrentamento a mineração, no fortalecimento da agricultura familiar e do fomento a agroecologia*, assim como, no apoio e incentivo a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão. “Anos atrás participava só ouvindo, depois entendi que podia mais que isso, e lutei e luto para que além de mim outras mulheres possam ter voz, ocupar seus espaços e contribuir na construção de uma sociedade mais inclusiva. Por isso *reforço a cada mulher do campo ou da cidade a importância da participação, da formação e da construção coletiva*” (Publicado em *facebook* – Página Agricultoras em Movimento - 19/03/2021).

A história da articuladora destaca que sua vinculação inicial às pautas coletivas se deu pela via da participação na igreja, que, para além de funcionar como um espaço de expressão da religiosidade, emergiu como um espaço político ao vincular-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que impulsionou sua inserção em práticas comunitárias vinculadas a saúde e aos movimentos sociais. Conforme Ribeiro (2003), a CEBs, por meio da Teologia da Libertação, constitui-se como um importante movimento dentro da Igreja Católica. A atuação de base tem como frente a participação ativa na comunidade visando a tomada de decisão colaborativa e democrática acerca de questões que afligem a população, o que possibilita as mulheres a ampliação da participação no contexto público. Essa iniciação da militância política de mulheres rurais por meio da CEBs é uma característica comum de mulheres em Minas Gerais (MAGALHÃES, 2008).

Outro elemento que se destacou se refere a dificuldade de acesso à educação, sendo relatada a limitação em sair do campo para estudar na cidade quando jovem, tendo realizado esse deslocamento na vida adulta através do Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), processo perpassado por problemas, como



a vivência de adoecimento de familiares. O segundo ano do ensino médio só foi alcançado a dois anos pelo Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que constitui em uma prova realizada pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que permite a obtenção dos certificados do Ensino fundamental e Médio (BRASIL, 2021). Não foi explicitado detalhes no relato, mas levanta-se a hipótese que a interrupção possa estar relacionada a necessidade de prestar cuidado ao familiar doente, visto que tradicionalmente essa atividade tem sido imposta historicamente às mulheres (OROZCO, 2006).

Tal elemento tem sido discutido pela Economia Feminista como uma realidade que precisa ser questionada a fim de propiciar a construção do trabalho reprodutivo, como responsabilidade coletiva no contexto doméstico. O cuidado, enquanto responsabilidade, é atribuído na sociedade a partir da circunscrição da posição social do indivíduo e em seus relacionamentos. Neste contexto, a partir de papéis tradicionais de gênero as mulheres aprendem, desde pequenas, a colocar-se a serviço do outro, priorizando as demandas outrem em detrimento das suas. Portanto, observa-se que cuidado está diretamente ligados às normas sociais e identidades (OROZCO, 2006).

Outra informação que chamou atenção refere-se à diversidade de cargos representativos ocupados pela liderança, bem como as diferentes pautas defendidas, que se encontram articuladas à defesa do meio ambiente, da construção de uma economia contra hegemônica e do fortalecimento de sistemas agroalimentares alternativos, trazendo o gênero como eixo transversal ao fomentar a participação das mulheres nos espaços de decisão. Tal fato vai de encontro ao que a literatura tem apontado acerca da participação política no contexto rural conforme discutido anteriormente neste trabalho (SILIPRANDI, 2015, HORTA; REZENDE; MACEDO, 2015, SILVA, et. al, 2018, SIMON, 2020).

Por fim, destaca-se a importância da liderança como representatividade nos



espaços de poder dentro de organizações, a fim de fomentar a ampliação da participação feminina, uma vez que é necessário diversificar vozes, além de possibilitar a continuidade e viabilidade dos movimentos e lutas, tendo em vista que as mulheres vivenciam dificuldades reais, especialmente quanto a conciliar a vida pessoal com a ação coletiva, pois, conforme observado por Siliprandi (2015, p.331), as mulheres estão imersas a contradições que impõe a elas dificuldades para o exercício da militância política, considerando que “suas condições específicas de vida, em que o trabalho e a família constituem universos tão estreitamente vinculados”. Isto, uma vez que ainda se encontra enraizado na sociedade valores patriarcais que precisam ser superados, e que, para tanto, é necessário muita luta e resistência. Esta é uma dimensão importante de ser explorada em trabalhos futuros a fim de conhecer as dinâmicas relacionais no interior das famílias camponesas, identificando posições ocupadas, possíveis hierarquias, seus desdobramentos para a participação das mulheres nos espaços públicos e suas estratégias de enfrentamento para romper dilemas práticos.

4.2 Os objetivos do Programa

A meta do Programa é incentivar, apoiar e fortalecer as iniciativas das mulheres rurais a partir dos aspectos trabalhados, construindo perspectivas futuras. Seu principal objetivo é fomentar a participação política, capacitação e organização das agricultoras, com vistas a participação social, geração de renda, direitos, agroecologia, economia solidária, promoção de práticas sustentáveis, saúde e autocuidado. Como objetivos específicos, o Programa busca: Fomentar a participação e inserção das agricultoras nos movimentos e organizações; Promover a formação das mulheres rurais em direito, trabalho e feminismo; Promover o acesso das agricultoras familiares as políticas públicas; Viabilizar a melhoria de renda e o acesso a mercado dos produtos; Promover a troca de experiências e a construção



de estratégias de organização da produção, crédito, mercados institucionais, e comercialização solidária para mulheres rurais; Promover a melhoria da qualidade de vida e das condições de saúde e bem estar das mulheres rurais; Capacitação em produção nos parâmetros da agroecologia e cooperativismo.

Dentre esses diferentes objetivos, foram evidenciados no material analisado três principais eixos temáticos. Para a melhor visualização das informações, procurou-se esquematizar os dados de forma resumida, considerando os eixos, objetivos e sugestões de atuações do programa, conforme Quadro 1, a seguir apresentado.

Os três principais eixos são: Participação Política; Geração de Renda, Agroecologia e Economia Solidaria; Saúde e Autocuidado das mulheres. Neste contexto, observa-se que o programa busca desdobrar-se na promoção articulada de diferentes frentes de atuação, que podem trazer efeitos positivos nos níveis individual, institucional e coletivo.

Por sua vez, os objetivos vão na direção ao que propõe Siliprandi (1999, apud SILIPRANDI, 2000), quando aponta a necessidade do planejamento e execução de programas e políticas públicas para mulheres rurais propiciarem reflexão e fomento a ações que fortaleçam a identidade da mulher rural, como trabalhadora, a fim de romper com a lógica patriarcal naturalizada que ela “ajuda” o marido produção; abordar temáticas que possam problematizar as hierarquias e papéis tracionais de gênero, bem como aqueles ligados à vida comunitária e societária, a fim de que ocorra a ampliação de seu universo informacional; fomentar a capacitação e organização de agricultores e agricultoras, para a construção de modos de produção mais equânimes; possibilitar condições adequadas para participação das mulheres em atividades coletivas, tais como, horário, pauta, local e creche, por exemplo.

Quadro 1 – Eixos de ação do Programa Agricultoras em Movimento

Eixo	Objetivo	Sugestões
Participação	Incentivar e apoiar a participação e	Realização de rodas de conversas e



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Política	inserção das mulheres nos sindicatos, associações, cooperativas, conselhos e demais espaços de tomada de decisão.	capacitação sobre direito, feminismo, igualdade e outros.
		Apoiar as agricultoras na organização das documentações.
Geração de Renda, Agroecologia e Economia Solidaria	Incentivar a formação e capacitação das mulheres para o fortalecimento de grupos produtivos e artesanais, com vista a agroecologia, geração de renda e economia solidaria.	Realização de cursos e oficinas.
		Realização de feiras agroecológicas e de trocas.
		Organização da produção com melhoria da qualidade e acesso ao mercado.
		Compra de materiais em conjunto.
Saúde e Autocuidado	Incentivar ações com as agricultoras tendo como objetivo melhorar a saúde física e mental na busca de uma melhor qualidade de vida.	Promover de oficinas praticas complementares de saúde, alimentação saudável, reaproveitamento de alimentos.
		Incentivo a prática de exercícios.
		Palestras motivacionais.
		Práticas de relaxamento.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

O terceiro eixo do programa, saúde e autocuidado, tem sido uma das estratégias pensadas como alternativa para o contexto atual da pandemia da COVID-19, uma vez que o Programa teve suas ações afetadas, devido a necessidade de suspensão de atividades grupais presenciais. O diálogo entre as participantes se mantém pela via de um grupo criado no WhatsApp. Em conversa informal com a liderança que articula as ações, foi informado que atividades online estão sendo planejadas para dar continuidade aos trabalhos. Uma das propostas é a articulação com profissionais voluntários de diferentes áreas, tais como: educação física, psicologia, nutrição e práticas complementares em saúde para realizar vídeos, atividades e conteúdo para as mulheres direcionadas ao autocuidado, uma vez que tem sido demandado esse tipo de intervenção pelas agricultoras.

Essa também pode representar uma intervenção contra hegemônica, caso as intervenções problematizem o fato das mulheres serem socializadas para colocar o



bem-estar dos outros, especialmente filhos e marido em detrimento do seu (OROZCO, 2006). Mas, ao mesmo tempo, é importante problematizar que essa estratégia aponta para a ineficiência das políticas públicas em pensar ações para esse público, cabendo as organizações sociais e sociedade civil executá-las. Esta, inclusive, é uma discussão importante a ser pautada com as mulheres a fim de problematizar o contexto político atual, que tem como marca retrocessos diversos, entre eles, o desfinanciamento das políticas públicas, contribuindo para a precarização da prestação dos serviços públicos, fato que tem sobrecarregado ainda mais as mulheres com as atividades de cuidado, pois, como já discutido, essa tarefa tradicionalmente foi imposta a elas, especialmente relacionada ao cuidado com crianças, pessoas com deficiência e idosos, bem como com a realização das tarefas domésticas (OROZCO, 2006).

Com o isolamento social, além disso, as mulheres também estão submetidas ao acirramento da violência de gênero e feminicídio; ou seja, situações de opressão que produzem sofrimento e desdobramentos psicossociais negativos para sua saúde e bem-estar (BISPO; CALDEIRA, 2020).

4.3 Metodologia do Programa

O Programa tem como proposta atuar através da metodologia participativa e de forma descentralizada. O CEIFAR-ZM e demais parceiros, juntamente com o Comitê de Mulheres, instituído pelo programa, tem papel essencial na construção, mobilização e articulação das agricultoras para a participação das atividades e envolvimento ao longo de todo o processo. Para a realização das demandas que surgem no decorrer do processo, busca-se parcerias com organizações sociais, iniciativa privada e apoio do poder público.

Nesse sentido, observa-se que a proposta metodológica do programa intenta, para a descentralização do poder e democratização na tomada de decisão, o que



contribui para a construção coletiva de ações avançando do fazer “para” na direção do fazer “com”. Tal elemento é importante, pois, sabe-se que, conforme os marcadores sociais se articulam, tais como: gênero, sexualidade, geração, raça/etnia, classe social, entre outros, diferentes modos de ser mulher se configuram e junto a eles demandas, vivências e processos de vulnerabilização são produzidos. Visibilizar múltiplas vozes, contribui para evitar o como um discurso colonizador do outro (FINE et al, 2006, MAYORGA, 2014).

4.4 A página “Agricultoras em Movimento”

A página pública “Agriculturas em Movimento” foi criada em 20 de junho de 2016 e está vinculada ao Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural Da Zona Da Mata (CEIFAR-ZM). O conteúdo vinculado na página é variado, abarcando publicações sobre convites e divulgação de eventos, cursos e seminários; registros de apresentação de trabalhos científicos de universidade pública parceira; vídeos e reportagens sobre meio ambiente, alimentação e agroecologia, vida no campo; chamada para mobilização social e registro de manifestações coletivas; divulgação de participação de agricultoras em feiras, eventos e afins; divulgação de feira agroecológica local; registro de reuniões de articulação com parceiros; produtos produzidos por agricultores e agricultoras, bem como artesanato e produtos alimentícios caseiros. Neste contexto, observa-se que o Programa está inserido em uma rede de ações, que envolvem parceiros de diferentes instâncias, trazendo capilaridade e diversificação das ações desenvolvidas e articulação com diferentes organizações sociais, públicas e privadas.

Conforme destacado por Alicia Puleo (2008), as tecnologias de informação e comunicação (TIC) constituem-se como um espaço para participação cidadã, como pode ser observado na divulgação de materiais, campanhas desenvolvidas pelas



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



redes sociais sobre meio ambiente, feminismo, agroecologia, entre outros. A autora pontua que as transformações tecnológicas trouxeram avanços para autonomia feminina, porém, ela pontua que essas tecnologias precisam ser consideradas com parcimônia; ou seja, é necessário ter um olhar crítico sobre os excessos destrutivos e instrumentalização diante deste contexto.

Por fim, destaca-se a identidade visual do Programa exposta no perfil da página cuja imagem é uma mandala que traz o nome do programa no círculo central, seguido de um outro círculo com o lema “Mulheres unidas por uma agricultura justa”, e, por fim, um círculo dividido em parte iguais com desenhos que fazem referência às pautas defendidas no contexto do programa, tais como: artesanato e bonitezas; cooperativa de mulheres; dia de feira; políticas públicas, direito, luta, união, coletivo; agroecologia, além de imagens que remetem a vida no campo, tais como, frutas, produção agrícola e casa, simbolizando a agricultura familiar e desenhos de paisagens que evidenciam a natureza, conforme pode ser observado na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Identidade visual do programa





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Fonte: Página do *Facebook* – Programa Agricultoras em Movimento, 2021

É válido ressaltar que o formato da mandala é um modo alternativo aos canteiros tradicionais utilizados na agricultura familiar por meio da produção agroecológica. Conhecido como Sistema Mandala consiste em um modo de produção de alimentos, em que o plantio é realizado através de círculos concêntricos, irrigados por uma de uma única fonte de água, cuja distribuição ocorre de forma uniforme para plantações diferentes, permitindo o uso consciente de recursos como a água e o solo. Diferente da agricultura convencional, a horta organizada desta forma possibilita “as plantas se ajudarem mutuamente, trabalhando com conceitos de cortinas quebra ventos, de plantas repelentes a insetos, de plantas melíferas”, entre outros, que contribuem tanto para a recuperação da biodiversidade quanto para o controle ecológico de insetos, pragas, doenças e plantas invasoras. De maneira geral, consistem em um sistema simples, podendo ser utilizado em pequenas áreas e com poucos recursos (MARTINS, et al., 2012, p. 3).

Assim, a identidade visual do Programa está alinhada a seus objetivos, remetendo ao fomento a participação política das mulheres rurais, por meio da agroecologia, economia solidária e agricultura familiar.

Considerações finais

Através da análise realizada observou-se que o Programa Agricultoras em Movimento possui uma proposta que caminha na direção do fortalecimento coletivo das mulheres rurais. É válido ressaltar que o presente estudo possui limitações por se tratar de dados iniciais, sendo necessário a utilização de outras estratégias metodológicas para conhecer o desenvolvimento concreto das intervenções, a fim



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



de visibilizar conflitos, desafios, alcances e outros desdobramentos.

Ressalta-se que esse programa compõe um dos panos de fundo da proposta inicial de pesquisa de doutorado em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa-MG, que tem caminhado para a temática da trajetória de participação política de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira. Nesta direção, vislumbra-se que as mulheres, que atuam como lideranças no Programa e em suas comunidades, possam compor o universo de participantes da pesquisa. É válido ressaltar, que muitas dessas mulheres estão inseridas também na participação em sindicatos, feira agroecológica, além de movimentos coletivos, como a Marcha das Margaridas, por exemplo. Com isso, espera-se conhecer de forma mais aprofundada as vivências das mulheres rurais da Zona da Mata Mineira e suas lutas.

Dessa forma, encerramos esse trabalho com uma reflexão encontrada no material analisado, para demonstrar que as mulheres rurais têm se mobilizado na luta por um mundo mais equânime e sustentável: “Para dar continuidade à luta é preciso que abracemos a causa, pois só assim alcançaremos os objetivos almejados. Por isso, contamos com o empenho e participação de todas (os)”.



Referências

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. Recurso Boitempo Editorial, 2014.

BISPO, N. M.; CALDEIRA, A. R. As contradições sociais evidenciadas pelo novo coronavírus e a vida das mulheres no contexto da pandemia. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, n. 3, p. 479-502, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/37149-165162-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Encceja**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 15 mar. 2021.

CARDOSO, A. E. R.; PINTO, N. M. A. Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 57724-57741, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/14944/12341>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 11-22. 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 16 abr. 2021.

FINE, M. et al. Para quem: pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (2006). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006, p. 115-130.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008...

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001,.



FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRAGATA, D. S. **O feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais: o Movimento de Mulheres Camponesas MMC e suas práticas feministas**. Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018, 91p.

GOMES, I. S. Femicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal. **Revista Gênero & Direito**, v. 4, n. 1, p. 188-218, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/24472/13619>. Acesso em: 16 abr. 2021.

HORTA, K.; REZENDE, M.; MACEDO, G. (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Prêmio Margaria Alves. 4ª ed. Mulheres e agroecologia. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2015.

MAGALHÃES, M. S. **Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**, 2008, 202f. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

MARTINS, Renata Knychala et al. O sistema mandala de produção de alimentos: uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG**, v. 15, p. 1-15, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1397_1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária. **Athenea digital**, v. 14, n. 1, p. 221-236, 2014. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/viewFile/v14-n1-mayorga/1089-pdf-pt>. Acesso em: 16 abr. 2021.

OLIVEIRA, M.R.; VILACA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura familiar: Reflexões sobre gênero. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 9, n. 1, p. 52-76, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/5321/pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

OROZCO, A. P. Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados. **Consejo Económico y Social**, 2006. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/perez-orosco.pdf>. Acesso em:



16 abr. 2021.

PULEO, A. H. Anjos do ecossistema? In FARIA, N.; MORERNO, R. (Orgs). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012. p. 29-50.

PULEO, A. H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. **Isegoría**, n. 38, p. 39-59, 2008. Disponível em:
https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_ECOS/10/Libertad_igualdad_sostenibilidad.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

RIBEIRO, L. Nos meandros da caminhada: a questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 5, n. 5, p. 225-242, 2003. Disponível em:
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13284/8678>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SERRANO, J. S. Mulheres da Borborema: construindo a igualdade de gênero e a agroecologia. In: HORTA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Prêmio Margarida Alves. 4ª ed. Mulheres e agroecologia. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, p.45-64, 2015.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000. Disponível em:
https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 352p. 2015.

SILVA, M. et al. Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. Cadernos de Agroecologia. **Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**, v. 13, n° 1, jul., 2018. Disponível em:
<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/463/1577>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SIMON, V. P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-29, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71451/43884>. Acesso em: 16 abr. 2021.



CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA VISIBILIZAR O SER, SABER E FAZER DA MULHER QUILOMBOLA COMO R-EXISTÊNCIA

Liliana Mari Lino Pires¹

Resumo

Apesar dos avanços nos instrumentos legais desde a Constituição Federal de 1988 para a garantia de direitos territoriais ao povo quilombola, pouco se avançou na demarcação de terras e perpetua-se as violências nas comunidades, que se acirram ainda mais no atual quadro político. Se por um lado as mulheres são drasticamente atingidas por este contexto, por outro lado protagonizam processos de resistência política e são guardiãs de saberes e práticas que sustentam a vida em seus territórios. No entanto, permanecem invisibilizadas nos diferentes espaços onde atuam. O presente trabalho apresenta elementos que possam compor epistemologias de pesquisa com mulheres quilombolas implicadas na transformação desta realidade, enfocando a relação entre o corpo feminino e o território e a valorização da experiência real e genuína no ser, saber e fazer das mulheres quilombolas. O método utilizado para sua elaboração foi a revisão narrativa da literatura, com vistas a situar e teorizar sobre o assunto de forma qualitativa.

Palavras-chave: Mulher quilombola; Epistemologias.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). lilianamari.pires@gmail.com



I. Introdução

“Toda mulher negra é um quilombo”. É com este título que Selma dos Santos Dealdina² expressa o papel e os anseios das mulheres quilombolas com “seus passos que vem de longe” na luta por seu povo em busca de liberdade, que como ela coloca, é uma luta “contra todas as formas de violência, opressão e violação dos nossos corpos e dos nossos direitos” (Selma DEALDINA, 2020, p. 37).

No contexto de desenvolvimento hegemônico pautado pelo capitalismo, pelo patriarcado e pela colonialidade³, os povos e comunidades tradicionais do Brasil, e mais especificamente o povo quilombola, estão sujeitos a estratégias de dominação que deturpam e invisibilizam suas histórias, desvalorizam suas formas de ser, saber e fazer e negam seus direitos. Dentre estas, inclui-se a epistemologia normativa “colocada numa posição de autoridade que se presume o direito de julgar os conhecimentos e saberes tácitos, acumulados ao longo da vida de indivíduos/as e grupos” (Vera GASPARETTO, 2019, p. 116).

O Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ problematiza estes mecanismos da modernidade capitalista, e afirma que as mulheres, por estarem na base social dos quilombos, são mais afetadas. A omissão do Estado na garantia e promoção

² Quilombola de Conceição da Barra no Espírito Santo, militante e integrante da CONAQ, escritora e organizadora do livro *Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas* publicado pelo Selo Sueli Carneiro

³ Segundo Luciana Ballestrin (2013), o termo *colonialidade* foi cunhado por Aníbal Quijano como elemento basilar à constituição do sistema-mundo capitalista colonial-moderno, sustentada pela classificação racial e étnica da população mundial e pelo mito da modernidade, sendo que a colonialidade se expressa em três dimensões: no poder, no saber e no ser. A mesma autora apresenta a crítica de Maria Lugones à lacuna de gênero nas teorias de Quijano e outros pensadores decoloniais, o que a levou à proposição do conceito “sistema moderno colonial de gênero” e do feminismo decolonial (Luciana BALLESTRIN, 2017).



dos direitos de seu povo; a invisibilidade do trabalho feminino, desvalorizado como meramente reprodutivo e apolítico; e as violências de gênero sofridas no âmbito familiar e comunitário e para além destes espaços são estratégias que recaem principalmente sobre as mulheres por estarem na base social de suas comunidades. Este coletivo aponta que a situação destas mulheres ainda carece de análises mais aprofundadas e condizentes a sua realidade (CONAQ; Terra de Direitos, 2018).

A compreensão da atuação das mulheres quilombolas nos diversos espaços onde se inserem exige uma *inversão do olhar*, a começar pelo que aponta Beatriz Nascimento (1997) sobre a necessidade de se superar o viés eurocêntrico da historiografia, que enxerga os quilombos como uma resistência negativa e falida à opressão. É preciso entender a instituição quilombo a partir de suas variações no tempo e no espaço, ou seja, no momento histórico e na região em que se inserem; e como forma de resistência conduzida pelas próprias mulheres e homens negros em prol de sua liberdade e autonomia. Os quilombos foram constituídos como “uma organização social que tinha (*e tem*) uma economia própria, que tinha (*e tem*) relações próprias e que fundamentalmente era (*e é*) não só uma necessidade de resistência cultural, mas também de resistência racial do negro” (Beatriz NASCIMENTO, 1977, p. 129, grifo meu).

Para Givânia M. Silva⁴ (2019) a invisibilidade das mulheres quilombolas em seus territórios, no Estado e na sociedade as impõe a necessidade de lutar “para existir enquanto sujeito de suas próprias histórias, pensamentos, modos de ver o mundo, de enfrentar o machismo, o racismo e a intolerância nas suas mais variadas facetas”. Esta resistência deve ser tecida com base em conceitos que considerem a diversidade de ruralidades ou urbanidades em que se inserem os quilombos no Brasil e a complexidade de entrelaçamentos que interferem no ser e fazer da mulher

⁴ Mulher quilombola de Conceição das Crioulas em Salgueiro/Pernambuco, educadora, militante política, ex-vereadora e secretária de estado e acadêmica.



quilombola, o que não se dá pela simples transposição de teorias a este universo (Givânia SILVA, 2019, p. 89).

O desafio aqui apresentado invoca a uma desobediência epistemológica e a se colocar “ao lado de quem habita e pensa nas fronteiras” (Vera GASPARETTO, 2019, p. 111). Trata-se de um esforço de entrelaçar fundamentos teóricos, práticos e políticos que coloquem as mulheres quilombolas e como “sujeitas conhecedoras e conhecíveis” e com legitimidade para produzir conhecimento a partir de suas perspectivas, considerando a complexidade de suas realidades (idem, p. 110).

Neste sentido, este artigo procura trazer contribuições teóricas sobre as epistemologias de pesquisa com mulheres quilombolas com vistas à análise, valorização e visibilização de suas experiências em seus territórios.

O método utilizado para sua construção foi de revisão narrativa da literatura. A exposição do conteúdo é iniciada por uma análise da situação dos territórios quilombolas, suas consequências para as mulheres e as r-existências por elas protagonizadas. Em seguida, articula-se elementos teóricos que apontam possibilidades epistemológicas para o contexto em questão. Tais elementos advêm do pensamento e da prática de mulheres intelectuais e ativistas políticas; incluindo brasileiras, latino-americanas, africanas e estadunidenses; quilombolas e indígenas; negras e brancas.

II. R-existências femininas em territórios quilombolas como potência política

Para além de comunidades racializadas, territórios quilombolas são uma categoria política fruto de um processo histórico de luta contra o colonialismo e a



colonialidade⁵, pautada na exigência de direitos territoriais, culturais e políticos (Ilka LEITE, 2015; e Givânia SILVA; 2019). Estes direitos são previstos em instrumentos legais⁶ que abrem uma brecha para inserir o pluralismo cultural no paradigma de desenvolvimento da nação (Ilka LEITE, 2010, p. 24)

Porém, no país que está dentre os que mais concentra terra no mundo⁷, os direitos dos povos quilombolas são constantemente ameaçados, o que se intensifica ainda mais no atual quadro político⁸. Com seus modos de viver, saber e fazer, estes povos são vistos como um atraso e impedimento ao modelo hegemônico e predatório; são negados do acesso a seus territórios e aos recursos naturais que elas e eles vem historicamente lutando para conservar (Givânia SILVA, 2019); são

⁵ O termo *colonialidade* foi cunhado por Aníbal Quijano como elemento basilar à constituição do sistema-mundo capitalista colonial-moderno, sustentada pela classificação racial e étnica da população mundial e pelo mito da modernidade, e se expressa em três dimensões: no poder, no saber e no ser (Luciana BALLESTRIN, 2017).

⁶ As comunidades quilombolas são territórios tradicionais constituídos a partir da autodeterminação da origem étnica e racial de seus moradores, o que é amparado pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), aprovada em 1989 e ratificada pelo Brasil em 2002; e também pelo Decreto Federal n 4887 de 2003.

⁷ Baseando-se no Censo Agropecuário de 2017, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social aponta que o Brasil é um dos países de maior concentração fundiária no mundo, e onde se encontram os maiores latifúndios em extensão. (Fonte: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020. Disponível em <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/dossie-27-terra/>. Consultado em 20 de fevereiro de 2020.)

⁸ Existem no Brasil cerca de 6.000 comunidades quilombolas, mas até 2019 havia somente 116 territórios quilombolas titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Outras 3.045 comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e existem mais 365 processos de reconhecimento em análise técnica, abrangendo um total estimado de 43.153 famílias que não tem a garantia do acesso a terra e ao território. No Governo Bolsonaro tem-se a piora deste quadro, com somente dois territórios quilombolas titulados em dois anos de gestão e com o desmonte dos órgãos responsáveis (FCP e INCRA) e transferência da função pública destes órgãos à iniciativa privada através da terceirização. Fontes: Brasil de Fato (<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/comunidades-quilombolas-aguardam-regularizacao-de-suas-terras/>); <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/02/incra-regulamenta-programa-que-terceiriza-titulacao-de-terras-e-favorece-grilagem>; De Olho nos Ruralistas (<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/07/16/paralisacao-de-titulacoes-por-bolsonaro-dificulta-combate-a-covid-19-nos-quilombos/>) Instituto Socioambiental (<https://uc.socioambiental.org/unidadesdeconservacao#bibliografia-36>); ONU Mulheres (<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-lideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>) Acesso em 22 de abril de 2019 e 5 de fevereiro de 2021.



invisibilizados pela “ordem jurídica hegemônica” (Ilka LEITE, 2010, p. 8); são acusados como violentos e fraudadores de sua identidade étnica para apropriação da terra e criminalizados por suas práticas de uso e ocupação do território (Ilka LEITE, 2015).

Neste contexto, as mulheres quilombolas protagonizam uma “dinâmica de luta permanente para a superação de processos infinitos de violência vividos em diversas dimensões – o território, a casa, a família, a comunidade, o Estado” (CONAQ; Terra de Direitos, 2018, p. 22). Compreender este protagonismo requer reconhecer estas mulheres como “guardiãs dos saberes e das lutas, que carregam em seus corpos o peso das opressões históricas operadas pelo patriarcado, pelo capitalismo, pelo racismo e pelo colonialismo”, e que apesar de subjugadas, invisibilizadas e silenciadas, vem liderando as *r-existências*⁹ em seus territórios, enfrentando o racismo institucional e sistêmico e denunciando a omissão do Estado na garantia e promoção dos direitos de seu povo, realizando assim um trabalho plenamente político que permite sustentar, proteger e desenvolver o modo de vida coletivo dos quilombos e garantir a sobrevivência e a resignificação do espaço ao longo dos anos (Idem, p. 23).

O quilombo e o “ser quilombola” como espaços de *r-existência* constrói-se sobre as práticas culturais e os conhecimentos e saberes individuais e coletivos, tendo como “força movedora” o ser, o saber e o fazer das mulheres quilombolas, carregados de significados:

...o de ser mulher, dos seus corpos, dos seus cabelos, dos jeitos de lutar e se organizar, mas, sobretudo, nas várias formas de vivenciar e compartilhar os saberes, que, muitas vezes, são de domínios exclusivos destas, como o exercício de parteiras nos quilombos (Givânia SILVA, 2019, p. 83).

⁹ Em contraposição à noção de resistência como reação à dominação pela colonialidade, neste trabalho adota-se o termo *r-existência* Carlos Porto-Gonçalves (2006a, p. 165) como “forma de existir”, que age e até reage nas circunstâncias, mas a partir “de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico”.



Como “guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos grãos, da roça, da sementes, da preservação de recursos fundamentais para a garantia de direitos”, estas mulheres seguem lutando por seus territórios e seu povo; zelando por seu legado cultural através da oralidade e transmissão de experiências; atuando pela perpetuação dos “vínculos de solidariedade” e da união nas comunidades (Selma DEALDINA, 2020, p. 37). Representam “um acervo da memória coletiva” e da “pluralidade de conhecimento que emergem e são praticados nos territórios quilombolas” (Givânia SILVA, 2020, p. 54), zelando pelo que Nego Bispo¹⁰ chama de *Biointeração*.

Com uma atuação essencial ao fortalecimento e perpetuação da coletividade, estas mulheres desafiam e ameaçam o projeto de modernidade capitalista, gerando violentas respostas no sul global, onde a perseguição e violência sobre seus corpos acontece como uma forma de promover a desestruturação de comunidades, como defende Rita Segato (2006) na América Latina e Silvia Federici (2019) na Ásia e África. Rita Segato (2012) aponta o dilaceramento do “tecido comunitário” como consequência da ação colonizadora e intervencionista do Estado, que “gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso crítico igualitário, enquanto com a outra introduz os princípios do individualismo e a modernidade instrumental da razão liberal e capitalista” (Rita SEGATO, 2012, p. 110).

Silvane Silva (2019) afirma o protagonismo e o sentido de liberdade das

¹⁰ Antonio Bispo dos Santos, lavrador e pensador quilombola do Piauí, mais conhecido como Nego Bispo, apresenta seu conceito de *Biointeração* a partir do relato do cotidiano de sua comunidade, das relações entre humanos e não humanos e da riqueza de saberes transmitidos por “mestras e mestres de ofício em um dos territórios da luta contra a colonização”. Nego Bispo enfatiza a importância de localizar a ideia de *Biointeração* a partir das experiências vividas no território, e convida a quem escuta as narrativas a fazer o mesmo. Desta forma, provoca o exercício que acredita ser necessário para “transformamos as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências” (Antonio SANTOS, 2015, s/p).



mulheres negras desde o tempo da escravidão, e mostra como esta condição moldou a identidade destas mulheres, que seguem até hoje lutando pela possibilidade de viver em suas comunidades e junto a suas famílias.

No entanto, esta autora reforça que a afirmação do poder feminino nas comunidades negras não pode estar a serviço do reforço de estereótipos da mulher negra como forte, como mãe de leite, e outros perpetuados até hoje; os quais naturalizam a condição da mulher negra e sua sujeição a toda sorte de violação de direitos. Tais estereótipos integram o racismo estrutural no Brasil, que determina um paradoxo a ser superado: mulheres negras engajadas na luta por suas comunidades (e por uma sociedade mais justa), mas permanecendo na base da pirâmide social¹¹, sem acesso a direitos sociais (Silvane SILVA, 2019).

Contrapor tais invisibilidades e naturalizações exige o que Patricia Hill Collins

¹¹ A condição das mulheres negras é analisada de forma sucinta no estudo do IBGE *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* (2019), e de forma mais aprofundada pelo IPEA no livro publicado em 2013 *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* e no estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* para o período de 1995 a 2015 (disponíveis respectivamente em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf e https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html. Acesso em 24 de janeiro de 2021). Todos os estudos aferem a posição da mulheres negras na base da pirâmide social do país pela intersecção da condição de gênero e raça, mas as análises são predominantemente focadas na realidade urbana, e quando não, só se refere ao contexto rural, sem alusão específica para o povo quilombola. Givânia M. Silva (2020) afirma que, se as desigualdades raciais afetam as mulheres negras de forma mais intensa, “o que se reflete nos dados sobre índices de analfabetismo, inserção precária no mercado de trabalho e desnível salarial em relação a membros de outros grupos, sub-representação ou falta de representação em espaços de tomada de decisão”, este quadro é ainda mais intenso no contexto dos territórios quilombolas, onde “outros aspectos devem ser contemplados, como as questões fundiárias, territoriais e ambientais, o direito à propriedade, o modelo de desenvolvimento, ou mesmo a invisibilidade que foi imposta durante séculos aos quilombos” (SILVA, G. M. 2020, p. 53). Neste sentido, é importante destacar que o Censo do IBGE nunca levantou dados desagregados para povos quilombolas, o que submete milhares de homens e mulheres à invisibilidade nas políticas públicas. Uma primeira ação neste sentido estava prevista para 2020, mas foi adiada para 2021 em decorrência da pandemia do Coronavírus. Para embasar as ações de combate ao Coronavírus, em 2020 o IBGE produziu uma primeira estimativa de dados sobre as localidades quilombolas no território nacional, a serem revisados no Censo 2021 (Fonte: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contrav-covid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas.html>. Consultado em 24 de janeiro de 2021).



(2019) descreve como contraposição ao epistemicídio e ativação de epistemologias que permitem a estas mulheres definir suas realidades a partir de seus “próprios termos” (p. 433). No intuito de contribuir a esta tarefa, a seguir são tecidas algumas proposições.

III. Tessituras epistemológicas

A reflexão epistemológica demandada pela realidade das mulheres quilombolas pode remeter à tessitura artesanal como processo dinâmico, embebido em saberes individuais e coletivos, cujo resultado está em aberto, e neste caso deve ficar nas mãos de quem tem a legitimidade para agenciá-lo: as próprias mulheres em seus territórios e movimentos.

Considerando o lugar de fala de quem aqui escreve, o que se espera é não mais contribuir a este processo, sabendo que a reflexão teórica e a escrita, ou o *saber es-crito* nas palavras de Porto-Gonçalves (2006b, p. 52), não podem sobrepujar o *saber ins-crito* construído pela experiência genuína nos territórios e transmitido pela oralidade.

Isto pede avançar também no campo empírico, através do encontro de corpos, da postura dialógica plena de observação e escuta e do fluir e reconhecimento de subjetividades e emoções, de forma a reverenciar e compreender as experiências de mulheres quilombolas com a construção de conhecimento e saberes. A consciência do desafio que representa compor tal oferta é premissa básica, e exige “estratégias para a decolonização epistemológica” como o “desprendimento, abertura, *de-linking*, desobediência, vigilância e suspeição epistêmicas” (Luciana BALLESTRIN, 2013, p. 108).



Como ponto de partida, toma-se novamente as ideias de Beatriz Nascimento, que situa o quilombo como categoria político-ideológica, representando “território de liberdade”, “não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espço de paz” (Alexandre RATTS, 2006, p. 59). Reafirmando o quilombo como espaço de r-existência e sobrevivência cultural, a autora enfatiza a importância de entender a continuidade histórica na produção destes espaços, o que implica em considerar sua relação com a antiga prática de aquilombamento na África; a transformação de seus significados e configurações ao longo do tempo; a memória e a oralidade como elementos chave de aglutinação das pessoas neste tempo/espço.

A convocação de Yuderkys Espinosa Minõso (2014) à produção de *fraturas epistemológicas* pelo feminismo decolonial pode ser o segundo ponto de partida. Alinhando-se ao feminismo negro e terceiro-mundista, ela preconiza

“recuperar el legado crítico de las mujeres y feministas afrodescendientes indígenas que desde América Latina han planteado el problema de invisibilidad dentro de sus movimientos y dentro del feminismo mismo, iniciando un trabajo de revisión del papel y la importancia que han tenido en la realización y resistencia de sus comunidades” (ESPINOSA MINÕSO, 2014, p.8)

A autora aponta a violência epistêmica que representa “la producción de conocimientos de la academia feminista asentada en el norte”, que introjeta políticas de desenvolvimento nos países de terceiro mundo e “una agenda global de derechos útil a los intereses neocoloniales”, alimentadas pela institucionalização dos movimentos sociais (Yuderkys ESPINOSA MINÕSO, 2014, p.8).

A própria noção de *feminismo* está neste campo de tensões epistemológicas e políticas. Como mostra Silvane Silva (2019) a partir de pesquisa em comunidades do estado de São Paulo, existe uma diversidade de percepções das mulheres quilombolas sobre o feminismo, havendo também rejeições. Considerando a já



apontada relação histórico-cultural da realidade quilombola com as realidades dos quilombos em Angola, a reflexão de Simone Schmidt (2019, p. 251) sobre o “largo espectro de posições assumidas pelas ativistas, intelectuais e escritoras africanas” em relação ao feminismo pode iluminar esta questão.

Esta autora pondera que o feminismo é colocado como “realidade embaraçosa” nos discursos hegemônicos, estratégia precisa do neoliberalismo para seu enterro como forma de restringir a ação política das mulheres, “forçando-as a um retrocesso na prática transformadora que marcou sua intervenção na cena contemporânea” (Simone SCHMIDT, 2019, p. 253). E a partir das posições de Paulina Chiziane, Chimamanda Adichie e Amina Mama, reforça a importância de se reivindicar o feminismo em contextos onde as mulheres estão submetidas a opressões, silenciamentos e violências, feminismo este construído a partir de elaborações próprias em diálogo com referenciais de diferentes regiões geopolíticas, de forma a superar a colonialidade do saber.

Com base nestes argumentos, coloca-se o terceiro ponto de partida: a afirmação do feminismo como forma de valorizar as lutas das mulheres quilombolas no tempo e no espaço, mas com abertura léxica, teórica e prática para ser renomeado e remoldado a partir das diferentes percepções e desejos desta mulheres.

Os três pontos de partida apresentados até aqui podem ser tomados como a urdidura para a tecelagem que se propõe. Formada por fios longitudinais dispostos no tear, a urdidura cria a base que orienta o entrecruzar das tramas, que se dá pela combinação de fios em infinitas possibilidades.



Sirlene Passold¹² nos apresenta a narrativa de Lenir Marques sobre o tempo em que as mulheres do Quilombo Puris em Minas Gerais produziam seu vestuário, quando sua “Vó que tecia saia, tecia blusa... ...tudo produzido por ela mesmo, ela fiava a linha, novelava a linha e ela tinha o tial de tecer o tecido” (Sirlene PASSOLD, 2017, p. 120). A seguir, inspirando-se na imagem de Dona Lenir, fia-se algumas linhas que podem vir a compor um repertório variado em cores, tamanhos, texturas, o qual já vem sendo criado por mulheres situadas ao Sul¹³, incluindo as quilombolas.

III.2. Fiando algumas meadas

“A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou” (Beatriz NASCIMENTO, 1989 apud Alexandre RATTTS, 2006, p 59).

Este texto de Beatriz Nascimento introduz a relevância da relação entre corpo e território para esta tessitura epistemológica. Como intelectual e ativista negra, ela fala dos corpos negros como espaços de história e memória constituídas por episódios de dor e de alegria, que são submetidos a relações de poder, assim como os espaços fragmentados que ocupam em movimentos transmigratórios cotidianos. Conforme destaca Alexandre Ratts (2006),

“o que nos interessa no pensamento de Beatriz é a interrelação entre corpo, espaço e identidade que pode ser refeita por aquele(a) que busca tornar-se pessoa (e não coisa): no quilombo, na casa de culto afro-brasileiro, num espaço de encontro e/ou diversão, no movimento negro, diante do espelho ou de uma fotografia” (Alexandre RATTTS, 2006, p. 66)

¹² Quilombola do Norte de Minas Gerais, mestra em Sustentabilidade de Povos e Territórios Tradicionais pela Universidade de Brasília, criadora do projeto Negra Arte.

¹³ O termo “Sul” parte da localização geográfica da maior parte dos países colonizados ao Sul global, mas extrapola esta conotação para incluir sujeitas e sujeitos subalternizados pela colonialidade, independentemente de sua localidade.



A noção de *corpo-território* é uma abordagem política e epistemológica latino-americana e caribenha engendrada por “mulheres de povos originários que vivem em comunidade”, e remete à compreensão de que corpo e o espaço geográfico são constituídos por relações de poder (Delmy CRUZ HERNÁNDEZ, 2016, p. 44).

Desde o colonialismo, as diferenças de gênero, classe, raça, etnia e idade vem hierarquizando corpos, submetendo-os ao poder patriarcal estruturado pelo racismo, sexismo e classismo e imputando-os a (des)ocupação de seus espaços com seus recursos, através de processos violentos que recaem sobre os corpos femininos como instrumento de dominação.

Rita Segato (2006, p. 5) postula que nos processos de desterritorialização, “nos reducimos y remitimos al territorio de nuestro cuerpo como primero y último bastión de la identidad, y es por eso que la violación de los cuerpos y la conquista territorial han andado y andan siempre mano a mano”, o que acontece tanto nas sociedades tribais como nas mais modernas, sendo que nas patriarcais os corpos das mulheres são os mais violados.

Mas a partir da interação entre corpo e território, a mulher quilombola tem a possibilidade de renovar sua identidade e a de seu lugar, reafirmando e reinventando sua corporeidade com seus modos ser e fazer e gerando experiências repletas de vida. Ela traz em seu corpo o presente, passado e futuro; dele se apodera como espaço de experiências de ontem e hoje, de ancestralidade e memória e de desejos; através dele ocupa e se apropria do território em uma constante busca por liberdade.

Adotar a noção de *corpo-território* leva ao questionamento do que é pessoal,



privado e público. O privado entendido como político se relaciona à ideia do corpo como espaço mais íntimo e primeiro território de luta nas diversas escalas de opressão (Delmy CRUZ HERNÁNDEZ, 2016). E evidenciar a presença da mulher quilombola como sujeita política nestas diferentes dimensões pode contribuir para a visibilidade de seu protagonismo nos movimentos sociais e fortalecer a relação de lideranças femininas com sua base.

Neste processo, inclui-se ainda o desafio de lidar com a *interseccionalidade*, conceito e prática criada nos anos setenta para articular raça, classe, gênero e sexualidade na análise e entendimento dos processos que submetem as mulheres a múltiplas opressões¹⁴. Mas se o conceito de gênero, mesmo em suas diferentes concepções, já está mais apropriado no contexto da superação das desigualdades que afetam as mulheres, ainda é grande o desafio de lidar concreta e adequadamente com a ideia de interseccionalidade (Patricia Hill COLLINS, 2017; Maria Luísa COSTA et al., 2018; Helena HIRATA, 2014).

Maria Luísa Costa et al (2018, p. 237), articulando o conceito da interseccionalidade com o do feminismo decolonial enquanto referencial teórico e político, consideram que o “ser mulher tem muitos significados e representações, além de que as mulheres possuem cosmovisões específicas conforme o contexto em que estão inseridas”. Assim como Kimberlé Crenshaw, as autoras observam que o uso da interseccionalidade na análise e compreensão de como os diferentes grupos sociais experimentam a desigualdade e a resistência é um desafio e pouco

¹⁴ Patricia Hill Collins (2017) descreve que processo histórico que cunhou o conceito de Interseccionalidade foi gestado nos anos 60 e 70 não somente no contexto do feminismo negro estadunidense, mas de forma articulada a um movimento mais amplo de mulheres latinas, indígenas e asiáticas, que na luta pelo empoderamento reivindicavam a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade. A autora também lembra intelectuais feministas afroamericanas de referência neste processo, como June Jordan, Audre Lorde e Angela Davis e Kimberlé Crenshaw, e explica porque o artigo desta última publicado em 1991 é frequentemente reconhecido pela academia como o marco de origem da Interseccionalidade.



se tem de referências metodológicas práticas. E também apresentam algumas pistas importantes: definir as categorias de análises interseccionais que a partir do contexto histórico específico onde ocorrem as relações de poder; considerar os indivíduos que sofrem a opressão em interação com as estruturas que também estão sujeitas às classificações; se colocar em posição de abertura em relação ao campo que se estuda.

Patricia Hill Collins (2017) também destaca as recomendações de Kimberlé Crenshaw para conectar a interseccionalidade a seu impulso original, incluindo a teorização “a partir da base”: trabalhar com a realidade concreta a partir da percepção de quem nela se insere, valorizando a experiência de cada indivíduo e do grupo a qual se identifica, experiências estas definidoras de identidades individuais e coletivas (Patricia Hill COLLINS, 2017, p. 12).

Tal recomendação tem relação ao que Grada Kilomba (2019) trata como abordagem focada na sujeita, através da qual sua experiência de vulnerabilidade e resistência é deslocada da margem ao centro, sendo a margem um “lugar de criatividade”, de pensar e construir outras narrativas e outros mundos possíveis. Mas com atenção ao risco de idealizar a periferia, e assim “romantizar a opressão” e ocultar a violência imposta a partir do centro (Grada KILOMBA, 2019, p. 68).

A reflexão de Grada Kilomba remete ao peso dos estereótipos sobre o corpo negro, o que Patricia Hill Collins (2019, p. 406) problematiza como “imagens de controle” das mulheres negras que podem ser perpetuadas no meio acadêmico a partir de “percepções baseadas no senso comum”. Para Ecléa Bosi (2013, p. 117), “estas imagens tem autoridade sobre nós”, ofuscando o olhar, impedindo a ligação verdadeira com a experiência das sujeitas ou sujeitos envolvidos na pesquisa e induzindo à “percepção social falsa”, em um mecanismo de empobrecimento da



consciência que nos leva a uma interpretação seletiva da realidade baseada em classificações pré-estabelecidas.

Esta análise enviesada leva ao risco denunciado por Lélia Gonzalez, para quem

“...nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza”. ...Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história” (Lélia GONZALEZ, 2020, p. 185).

Produzir *fraturas epistemológicas* na pesquisa com mulheres quilombolas é ser desobediente para superar a racionalidade binária do pensar hegemônico, e em uma postura de interesse e corresponsabilidade, exercitar a percepção e expressão das emoções e sentimentos que vivem no corpo. É incluir “o pessoal e o subjetivo” e considerar o tempo, o lugar e a realidade de onde cada pessoa fala (Grada KILOMBA, 2019, p. 58).

É também, se dispor “à aventura da percepção” (Ecléa BOSI, 2013, p. 117), conduzindo e se deixando ser conduzida no processo de reflexão sobre a realidade das Outras e de Si mesma, o que pede escuta, observação e referenciais teóricos e práticos adquiridos ao longo da vida, e mais importante, abertura para deixar as coisas falarem por si.

É, sobretudo, um ato de amor.

REFERÊNCIAS



BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013. 219 p.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência, e a política do empoderamento**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 493 p.

_____. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. *Parágrafo*. vol 5, n. 1, 2017. p. 6-17.

CONAQ; TERRA DE DIREITOS. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. 196 p.

COSTA, Maria L.W.; DUTRA, Délia; MACHADO, Débora. **Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* vol. 12 n. 3, 2018. p. 229-248

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. **SOLAR Revista de Filosofía Iberoamericana** Año12 Vol. 12-1, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política**. In: DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020. p. 25-44.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderksy. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, núm. 184, Distrito Federal, México, marzo-abril, 2014, pp. 7-1.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 158 p.

GASPARETTO, Vera Fátima. **CORREDOR DE SABERES: VAVASATI VATINHENHA (mulheres heroínas) E REDES DE MULHERES E FEMINISTAS EM MOÇAMBIQUE**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis SC, 2019, 466 p.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora



Schwarzc-Companhia das Letras, 2020.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, 2014. p. 61-74.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, 243 p.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: Conflitos e criminalização dos Quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de et. Al (Orgs). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos.** Manaus – AM. 2010. p. 18-41.

_____. The Brazilian quilombo: 'race', community and land in space and time. **The Journal of Peasant Studies**, [S. l.], Maio 2015, p. 1-16

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Historiografia do Quilombo.** 1977. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. *Diáspora Africana: Editora filhos da África*, 2018.

PASSOLD, Sirlene Barbosa Correa. **Desapocadas: Concepções de Beleza e Conhecimentos Tradicionais de Mulheres Quilombolas do Puris – MG.** Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília – DF. 2017. 146 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÁ, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006 a, p. 151-197.

_____. **De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana.** *GEOgrafia*, ano viii, n. 16, 2006 b. p. 41 – 55

RATTS, Alex. **Eu sou atlantica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo:Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

SCHMIDT, Simone Pereira . **Corpos e saberes situados ao Sul: mulheres africanas e o jogo mortalmente sério da escrita.** In: GARCIA, Paulo César; INÁCIO, Emerson. (Org.). **Intersexualidades/Interseccionalidades: saberes e sentidos do corpo.** 1ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2019, v. 1, p. 245-264.



SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SEGATO, Rita Laura. Que és um Feminicídio. Notas para um Debate Emergente. **Série Antropológica** (401) Brasília, 2006.

SILVA, Givânia Maria da. Um olhar cruzado pelo “Ser Quilombola”. In: MELO, Paula Balduino et al. (Orgs). **Descolonizar o feminismo: VII Sernegra**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019, p. 80-93.

_____. **Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina**. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020 p. 51-56

SILVA, Silvane Aparecida da. **O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos em comunidades quilombolas do Estado de São Paulo (1988-2018)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP. 2019. 151 p.



MULHERES AGRICULTORAS DA QUARTA COLÔNIA – RS: DESAFIOS NO TRABALHO COTIDIANO E PARA A CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DE QUEIJO COLONIAL

Fernanda Simonetti¹; Fabiana Thomé da Cruz²

Resumo

Esse artigo é fruto de pesquisa etnográfica desenvolvida entre mulheres da zona rural da região da Quarta Colônia/RS. As mulheres interlocutoras da pesquisa, agricultoras familiares, produzem Queijo Colonial de modo artesanal e informal e, embora a renda oriunda da comercialização desse queijo seja importante para a reprodução das famílias, esse trabalho é considerado árduo e pouco valorizado. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar o papel das mulheres agricultoras no que se refere à produção de Queijo Colonial e refletir sobre as perspectivas de continuidade dessa produção à luz da sucessão rural. Para responder a esse objetivo, os dados empíricos utilizados nesta análise foram gerados a partir de pesquisa etnográfica, com enfoque em técnicas fundamentadas em entrevistas, observação participante, diário de campo e fotografias. A pesquisa foi conduzida na região da Quarta Colônia em 2017 e em 2019 junto a 23 mulheres produtoras de Queijo Colonial. Os resultados sugerem que a produção do Queijo Colonial está fortemente centrado no papel feminino e, devido a desvalorização e penosidade do trabalho, a sucessão rural torna-se desafiadora entre as famílias dessas produtoras, visto que a maioria das entrevistadas motiva os/as filhos/as a estudar e buscar profissões associadas ao meio urbano. Em consequência, merece destaque a dificuldade de sucessão do saber-fazer do próprio Queijo Colonial, pois as produtoras, em sua grande maioria, não têm transmitido esse conhecimento para as novas gerações sob o argumento que esse é um trabalho de bastante penoso e pouco valorizado, comprometendo-se, assim, a própria continuidade de produção do Queijo Colonial feito de modo artesanal na Quarta Colônia do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Mulheres agricultoras, Queijo Colonial, Quarta Colônia/RS

¹ Cientista Social (UFSM), Licenciada em Sociologia (UFSM), Mestre em Ciências Sociais (UFSM), Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: simonetti.fernanda@gmail.com.

² Doutora e pós-doutora em Desenvolvimento Rural. Professora na Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (EA/UFG). Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

E-mail: fabianathomedacruz@gmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo é decorrente de pesquisa etnográfica desenvolvida entre mulheres agricultoras familiares que, dentre suas atividades, são produtoras de Queijo Colonial³, na zona rural da Quarta Colônia, na região central do Rio Grande do Sul. O Queijo Colonial, objeto de pesquisa central nesta investigação, se relaciona diretamente com o gênero feminino e com a construção do ser camponês⁴ dessas pessoas, especialmente das mulheres.

Esse artigo, fruto de tese defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS), justifica-se na medida em que produtos coloniais, entre os quais o Queijo Colonial merece destaque, tornam-se crescentemente valorizados no contexto contemporâneo, principalmente em espaços urbanos. Porém, de certo modo, tal valorização não alcança, com a mesma intensidade, espaços rurais e, menos ainda, incide sobre a valorização do trabalho feminino.

Embora o Queijo Colonial seja produzido há séculos na região da Quarta Colônia por mulheres rurais, em especial, as descendentes de imigrantes italianos essa tradição, marcada pela artesanidade, vem sendo ameaçada devido à penosidade do trabalho e à informalidade do setor, que, em decorrência da pequena escala de produção, via de regra, não consegue atender aos requisitos necessários para a legalização. Como consequência, ainda que esse queijo seja amplamente valorizado pelos consumidores da região, sua comercialização ocorre de modo informal. Apesar dessas tensões, a renda oriunda da produção e comercialização do Queijo Colonial é fundamental para as famílias produtoras especialmente porque, das mãos das mulheres, é direcionado a toda família, em particular para dimensões reprodutivas e para o estudo dos filhos.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o papel das mulheres agricultoras no que se refere à produção de Queijo Colonial e refletir sobre as perspectivas de continuidade dessa produção à luz da sucessão rural.

Para responder a esse objetivo, os dados empíricos utilizados nesta análise foram gerados a partir de pesquisa etnográfica conduzida na região da Quarta Colônia em alguns meses de 2017, e sua sequência foi realizada no ano de 2018, nos meses de junho, julho e agosto e, em 2019, durante os meses de março, abril e maio. A pesquisa foi fundamentada no

³ Destacamos o uso de letras maiúsculas para “Queijo Colonial”, assim justificados: (1) é o objeto que mobiliza o estudo desta tese; (2) dar o estatuto de um objeto singular, específico, particular.

⁴ Nesta pesquisa, consideramos campesinato como um modo de vida que, do mesmo modo que a agricultura familiar, está inserido em uma lógica transmitida e retransmitida pelas famílias rurais entre gerações, a partir de valores que não são imutáveis, ou seja, que estão sempre em constante processo de atualização (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).



uso de entrevistas, observação participante, registros fotográficos e diário de campo. No total, foram realizadas 23 entrevistas com mulheres produtoras de Queijo Colonial, com idades entre 38 e 79 anos. Participaram produtoras de todos os municípios da Quarta Colônia. Os dados gerados foram sistematizados por meio de transcrições dos áudios para posterior análise (desses mesmos dados), dos referentes à observação participante, do diário de campo e das imagens.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em mais quatro seções. Na próxima seção, discute-se a definição e os modos e formas de fazer Queijo Colonial e suas interfaces como trabalho feminino. Nas propriedades. Na terceira seção, explora-se a via dos estudos como meio de sair do rural para, na quarta seção, refletir sobre os desafios presentes para a continuidade da produção do Queijo Colonial, visto que, com a migração de jovens do rural, não há sucessores/as para conduzir as atividades nas propriedades e, entre elas, a produção de queijo. Por fim, nas considerações finais busca-se tecer alguns apontamentos que retomam aspectos principais discutidos no artigo.

“O VERDADEIRO QUEIJO COLONIAL FAZ EM PEQUENA QUANTIDADE”: A PRODUÇÃO DE QUEIJO E O TRABALHO FEMININO

Na injunção de características e aspectos que definiriam o que é o Queijo Colonial e de sua relação com o trabalho feminino, partimos na noção de artesanidade, que se constitui em uma das características importantes do Queijo Colonial, mantido ao longo das gerações por meio do saber-fazer local e que tem, entre seus atributos, garantir um produto final de qualidade.

Alinhado à ideia de artesanidade, cabe também fazer menção a De Certeau (1998), que emprega o termo “maneiras de fazer”. Por meio, desse olhar, nesta seção, pretende-se explorar os modos e as formas de fazer Queijo Colonial empregados por produtoras, pois nos interessa descortinar os múltiplos fazeres associados ao trabalho em torno do Queijo Colonial que, em boa medida, entrelaça-se com o trabalho da mulheres.

Para tanto, a pesquisa buscou apreender impressões das interlocutoras da pesquisa sobre o que consideram ser o Queijo Colonial produzido por elas. No tempo destinado à pesquisa de campo, o objetivo foi ter acesso, nas propriedades, às pessoas que, de fato, produzem o Queijo Colonial. Exceto em uma propriedade, em todas as outras famílias visitadas, a tarefa da produção é de responsabilidade e se mantém sob o domínio da mulher. O papel do homem é concentrado no cuidado com as vacas, com a ordenha do leite e, em alguns



casos, no auxílio da venda do produto. Além disso, pude observar⁵ que as interlocutoras mencionaram recorrentemente ter constante preocupação em apresentar um produto de qualidade para seu cliente, pois consideram que devem zelar, de forma positiva, por seu nome, por sua reputação. Durante a pesquisa de campo, quando eu indagava às produtoras a respeito do que seria um Queijo Colonial, as definições recaiam principalmente sobre três aspectos: primeiro, a produção ser em pouca quantidade; segundo, o processo ser manual e terceiro, a ausência de produtos industrializados (exceto o coalho). Esses aspectos podem ser observados nos trechos de entrevista a seguir:

O [queijo] industrializado usa a prensa, não fazem manual; eu vendo muito bem o meu, porque no início as pessoas me perguntam se ele é feito a mão ou na prensa. Por que dizem que o queijo feito na prensa industrializado, ele sai um queijo mais seco, por que perde toda gordura na prensa (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 52 anos).

O verdadeiro queijo colonial não tem nada de conservante e é feito naturalmente com leite, coalho e todos os cuidados que se precisa. O queijo industrializado é pasteurizado, tem o conservante, tem varias tecnologias diferentes, né. Eu mudei a temperatura de coalhar o leite. Na época da minha mãe vinha da vaca e coalhava; eu resfrio, pois percebi que o queijo sai mais cremoso (Informante de Ivorá, 39 anos).

O verdadeiro queijo colonial que faz em pequena quantidade, manualmente, sem prensa, seria isso, o queijo colonial ou artesanal de boa qualidade, leite de boa qualidade, uma higiene muito rigorosa (Interlocutora de Restinga Sêca, 56 anos).

As definições acerca do bom Queijo Colonial circundam a condição de o processo ser manual e feito em pequenas quantidades, características que, na opinião das interlocutoras, se contrapõem ao que elas consideram ser o processamento de queijos feitos industrialmente, em grande escala, que não possui peculiaridades e singularidades como acontece em relação ao processamento do Queijo Colonial.

Quando eu questionava a definição ou as características do “verdadeiro” Queijo Colonial, várias produtoras respondiam que elas faziam o verdadeiro queijo. Então, ao serem indagadas sobre o que caracterizava o queijo ser “verdadeiro”, a resposta era ser feito “com qualidade”.⁶

Além dessas informações à respeito do que seria o “verdadeiro” Queijo Colonial, outro tema que ingressou na pauta das entrevistas foi a divisão de tarefas no interior das famílias. Ainda nas propriedades rurais, sob o ponto de vista da agricultura familiar, a mulher possui

⁵ Coube apenas à primeira autora desse artigo a imersão a campo e, por isso, dados que se referem ao campo são citados na primeira pessoa do singular. Com base nos dados empíricos, a co-autora contribuiu para sistematização e análise dos dados, bem como para a construção textual.

⁶ Sobre o debate acerca da qualidade do Queijo Colonial, ver Simonetti (2019), em especial capítulo 3.



algumas funções estabelecidas, tais como: processamento dos produtos, trabalhos na horta, limpeza de terra e colheita, além do serviço doméstico. Esses serviços são estendidos para preparar alimentos, organização da casa e educação dos filhos, além de estabelecer os valores das vendas de seus produtos (queijos, nata, ovos).

A divisão de tarefas entre os sexos já foi observado por Mauss (1974), quando salientou que há uma sociedade para os homens e outra para as mulheres. Essa divisão das atividades corporais também foi evidenciada entre as falas das interlocutoras quando questionadas sobre a divisão das atividades domésticas e dos outros afazeres na propriedade. Do mesmo modo que em décadas passadas, muitas mulheres rurais ainda comportam atividades de cunho doméstico, educação dos filhos e *ajuda* em algumas atividades na propriedade. Nas famílias que cultivam fumo, atividade bastante frequente na Quarta Colônia, a mulher é essencial na safra, pois auxilia diretamente no serviço, além do fazer as atividades domésticas habituais. Nas pesquisas de Krone (2009) e Cruz (2012), realizadas junto a produtores/as familiares dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, na produção do Queijo Serrano, ambos observaram que a produção do queijo é, na sua essência, feminina, sendo realizada pelos homens somente na impossibilidade de sua esposa produzir o queijo.

Meneses (2006), em um dossiê a respeito do queijo artesanal de Minas Gerais, explica que, em relação à divisão das tarefas nas propriedades queijeiras, nas regiões da Serra da Canastra e na Serra do Salitre, a mulher, em boa parte, realiza a produção do queijo, e, no Serro, a produção do queijo, como exceção ao observado no país em relação à produção de queijos artesanais, é quase que exclusiva responsabilidade dos homens.

No que se refere à divisão do trabalho em relação à produção de Queijo Colonial na Quarta Colônia, durante o trabalho de campo, uma entrevista foi marcante, pois tratava-se de uma senhora que estava encerrando seu tratamento de câncer de mama. A interlocutora relatou que sua cunhada e, eventualmente, seu marido eram as pessoas que ordenhavam as vacas logo após a cirurgia a que esteve submetida, pois ela não poderia realizar esforço físico. Logo após esse período, ela novamente assumiu toda a produção. Dessa maneira, mesmo em tratamento, ela revelou que chegava em casa do processo quimioterápico e fazia questão de produzir o Queijo Colonial, como evidencia o trecho de entrevista a seguir:

Quando eu fazia a quimioterapia, não tinha ainda o resfriador, chegava em casa mal, me arrastando e fazia quatro queijos. Teve uma vez que são doze sessões, uma por semana daí eu sentia muito sono, ficava bem enjoada. Claro que antes eu tirava o leite. Mas tem todo o processo de aquecer, fazer. (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 54).

A interlocutora, além de demonstrar força diante das adversidades, não apenas evidencia sua centralidade na produção do queijo, como também sugere a necessidade de



manter essa produção. Nesse sentido, a produtora explica a importância da continuidade da produção de queijo mesmo em situações adversas, como expressa no trecho a seguir:

Mas a gente precisa porque as gurias [filhas] ainda precisam de nós. Uma ainda estuda o curso particular; a outra ainda não consegue se virar sozinha. Então a gente paga o aluguel delas. E não é fácil, a lavoura também com o preço dos produtos. Então se eu não ajudar, como é que fica? (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 54 anos).

O exemplo desta interlocutora sugere que, mesmo em situações adversas, a comercialização de queijo garante renda importante e a responsabilidade sobre essa produção é das mulheres.

Além disso, a pesquisa demonstrou que as mulheres produtoras de Queijo Colonial possuem autonomia sobre o seu produto; todavia, em alguns casos, o dinheiro é revertido para a família como um todo ou ingressa em uma “caixinha”, juntamente com outros ganhos, como será demonstrado no decorrer do texto. Tal situação pode ser observada nos trechos de entrevista a seguir:

Dinheiro do queijo é fundamental para comida, material de limpeza, alguma roupa, essas coisas para a casa (Interlocutora de Ivorá, 43 anos).

Eu estou insistindo [na produção do queijo] até hoje porque é um dinheiro extra que entra. Toda semana entra dinheiro. Quem vive da agricultura é só uma vez por ano que recebe. Daí eu fico responsável pelo mercado, roupas, compras algo para a casa que precisa (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 56 anos).

Esses trechos de entrevista evidenciam que, na prática, a renda obtida da comercialização do queijo é empregada para toda a família. No município de Agudo, uma das interlocutoras explicou que suas duas filhas fizeram graduação e, para isso, o dinheiro da venda dos queijos foi essencial para ajudar o custeio da mensalidade do curso e a permanência das filhas na cidade onde ficava a universidade onde estudavam.

No caso das mulheres entrevistadas, a lógica presente remete a pensar o coletivo, a família como central. Nesse sentido, o trabalho realizado pelas produtoras de queijo, como vimos, permite melhores condições de vida para toda a família, mas por outro lado, sobrecarrega as mulheres, aspecto também mencionado por Schottz et. al. (2015), que em pesquisa sobre mulheres e agroecologia, identificam que, devido ao excesso de trabalho realizado pelas mulheres em seu dia a dia, torna-se mais difícil a essas mulheres dedicar tempo a lazer, educação, etc. Além disso, a sobrecarga nas atividades domésticas, de produção



e, não raro, auxiliando o marido em outros cultivos, também foi percebido durante a pesquisa de campo, como fica evidenciado nas falas a seguir:

Tu sabe que quando me mudei pra cá [Ivorá] eu ajudava ele na lavoura; achei que ele ia me ajudar em casa, mas não. Ele ajuda a tirar o leite e raramente, mas só quando não estou bem mesmo ou não posso. E em casa sou eu, não vou dizer que ele nunca ajuda, mas é em últimos casos. Eu não acho justo, mas agora não estou mais ajudando muito na roça também então empatamos. Na hora da colheita da uva eu vou, né. Só que sobrecarrega, eu estou sempre estressada com um pouco de raiva. Mas se a mulher não toma frente, uma casa não para em pé (Interlocutora de Ivorá, 43 anos).

E o meu [marido] não ajuda em nada. Como ele trabalha fora também sobra tudo pra mim. Tenho duas crianças, a avó acamada, a lavoura, o queijo, limpar pátio, cantina, eu não acho nada justo. Tem dias que eu me entrego, mas eu não reclamo do meu marido porque ele trabalha fora (Interlocutora de Ivorá, 39 anos).

Antigamente o papel da mulher era na cozinha, na roça, fazia tudo e com os filhos pequeno e os homens na nossa época iam para roça e nós, tipo de manhã cedo, a gente ficava fazendo o fogo, fazia o café, tomava café e depois pegava o café para eles e ia junto para levar o café e ficava trabalhando lá [na roça] até o meio dia. Hoje meu marido até que ajuda, mas sobra para a mulher a maior parte das coisas ainda (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 57 anos).

Nos trechos de entrevistas acima e também em outras falas recorrentes durante o trabalho de campo, observa-se sobrecarga de atividades sob responsabilidade das mulheres rurais executarem. Ao dialogar com essas interlocutoras, ficou evidenciado que a maioria delas não acha justa essa condição. Porém, dizem não ter alternativa, naquele momento, para modificar a realidade em que vivem.

Na análise de Brandth (2006), a vida do trabalho na agricultura com mulheres norueguesas denota o papel do corpo. Pode-se apontar a subordinação e a exploração do papel feminino no meio rural e pode-se compreender, por isso, como esse fator é perpetuado ao longo dos anos e/ou gerações. Schottz et al. (2015), em análise do feminismo na agroecologia, apresentam a importância do trabalho e da mobilização social e comunitária de mulheres em grupos tradicionais. A preocupação é demonstrada, mais especificamente, na questão de dar visibilidade ao trabalho feminino em suas comunidades. Nesse sentido, é notório observar que o trabalho doméstico e/ou ligado ao afeto poderia ingressar em um “não trabalho”.

Partindo dessa observação, Simonetti (2011) já observava em seu trabalho relacionado a mulheres camponesas na Quarta Colônia a categoria do “servicinho” feminino, ou seja, as próprias mulheres denominavam a sua força produtiva empregando um termo diminutivo,



apesar de admitirem que seu trabalho seja importante e primordial para a funcionalidade da propriedade agrícola.

Na discussão em torno da centralidade do trabalho desenvolvido por mulheres rurais, vale tomar a análise de Zanetti e Menasche (2007), em estudo a respeito da reprodução social e do papel da mulher na segurança alimentar de famílias da comunidade rural de Jacarezinho, no Vale do Taquari/RS, comunidade em que maioria das famílias são descendentes de imigrantes italianos. As autoras concluíram que a responsabilidade dos alimentos produzidos e consumidos pelos familiares fica sob encargo das mulheres e filhas. Porém, deve-se destacar que em outras etnias o envolvimento da mulher no preparo e cuidado da alimentação também é comum.

Ainda no que se refere aos alimentos e à alimentação no meio rural, Wedig, Martins e Menasche (2008), em distintos trabalhos, abordam a importância e a classificação da comida no interior de famílias rurais. A comida tem o poder de se referir a organização familiar e comunitária camponesa. Os hábitos familiares formam a identidade daquele grupo. As autoras ainda salientam que há uma separação entre as atividades exercidas por homens e por mulheres. Por exemplo, quem cozinha é somente a mulher, cabendo-lhe essa parte do privado. Quem “pega” no serviço “pesado” é o homem, isso determina o âmbito do lado de “fora”. Ambos podem fazer as mesmas atividades, mas quem vai até a cidade vender o produto é sempre o homem.

Percebe-se, em alguns aspectos, enfraquecimento do poder exercido pelo homem no âmbito familiar. Porém, não está em questão o possível desaparecimento da instituição família, mas um reordenamento de suas formas. Um dos principais impactos que deve ser assinalado é o ingresso da mulher no mercado de trabalho, pois é causador de profundos impactos. Essa mulher deixa o seu espaço privado para tornar-se uma efetiva colaboradora financeira (CASTELLS, 1999).

No meio rural brasileiro, essa visão do modelo patriarcal toma ainda maior destaque, pois se trata da principal forma como é regida as relações da família no campo. Percebeu-se em campo que as produtoras agem sob construção social e cultural desde criança, e romper com certos padrões torna-se inviável com o passar dos anos. Porém, esse rompimento pode ser observado nos incentivos e planos que realizam e projetam em seus filhos e, principalmente filhas, que, como discutido na próxima seção, remete à sucessão rural e aos desafios para a continuidade da produção do Queijo Colonial na Quarta Colônia. Nesse contexto, a questão da sucessão do saber-fazer do Queijo Colonial foi relatada, pois essas mulheres não apresentam sucessores e, considerando o queijo atividade feminina, não apresentam sucessoras. Tal desafio, como será abordado a seguir, encontra respaldo tanto no desinteresse das filhas em dar continuidade à atividade quanto na desmotivação das próprias produtoras que, em sua maioria, não quiseram e não querem repassar essa atividade às filhas.



“AQUI NÃO É VIDA PARA VOCÊS, TEM QUE ESTUDAR E NÃO CONTINUAR SOFRENDO COMO NÓS”: ESTUDO COMO ESTRATÉGIA PARA MIGRAR A CIDADE

Nesta seção, a reflexão acerca do trabalho de mulheres rurais da Quarta Colônia, Rio Grande do Sul, será por meio da temática da sucessão rural visto que tal perspectiva contribui para observar novas estratégias para as famílias, em especial, aos filhos/as. Naquele contexto, estudar é incentivado, pois é visto como forma dos jovens saírem da penosidade do campo e conseguirem alguma colocação de trabalho em centros urbanos.

Entre as interlocutoras que participaram desta pesquisa, a maioria recordou, com saudosismo, como havia sido difícil acessar e frequentar a escola em sua infância e adolescência. A maioria das mulheres teve condição ao estudo somente até o 4º, 5º, 6º ano do ensino fundamental, ou seja, não conseguiram dar continuidade aos estudos. Naquele contexto, a família condicionava a dedicação de seus filhos/as ao trabalho. As mulheres ainda lembraram que as meninas exerciam os trabalhos domésticos e de auxílio na lavoura. Quando o trabalho da lavoura era intensificado, as meninas cozinhavam e levavam comida aos que estavam lá trabalhando. Aos meninos era exigido as obrigações externas a casa e trabalho constante no plantio e colheita. Zanini e Santos, (2009, p. 30) revelam:

Aqueles indivíduos orientavam suas existências guiados pela crença religiosa, desejo de ascensão social e motivados pela possibilidade de manutenção de uma ordem familiar idealizada, na qual o pai era o patrão e os filhos mão-de-obra, fosse enquanto camponeses ou nas pequenas empresas domésticas (ZANINI; SANTOS, 2009, p. 30).

Este grupo social é organizado em torno da família, igreja e trabalho e, há poucas décadas, o acesso à educação era bastante restrito. Em consoante a isso, uma das interlocutoras se emocionou ao relembrar da sua história. Recordou que a sua mãe havia tirado ela da escola por algumas desavenças com a professora. Diante disso, essa interlocutora ficou em casa ajudando nos afazeres domésticos e na lavoura, enquanto seus outros irmãos puderam continuar com os estudos. Assim, lembrou ela: “a nossa roça era bem perto da escola e eu escutava as crianças gritando, brincando, daí na roça eu chorava porque queria estar no colégio e não podia”. (Interlocutora, São João do Polêsine, 45 anos).

Hoje, essa mulher estuda na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) como forma de recuperar o “tempo perdido” e tem o sonho de fazer algum curso relacionado à enfermagem. A sua rotina diária é extenuante, pois acorda cedo e faz a ordenha de sete vacas, posteriormente vai até a cidade onde trabalha de empregada doméstica. Às 16 horas retorna para sua casa para realizar os afazeres domésticos e a segunda ordenha do dia. Às 19 horas vai até a escola na tentativa de terminar seus estudos e, na volta para casa, à noite, se dedica à produção do Queijo Colonial. Quando a indaguei sobre futuramente conseguir realizar um



curso de técnico em enfermagem e conseguir emprego na área da saúde como ficaria a questão das vacas, a interlocutora foi enfática: “vou sempre fazer meus queijos, sem eles eu não fico”. Mais uma informação relevante foi observada durante as conversas com essa mulher, pois o seu marido foi o único que, entre as mulheres entrevistadas, divide a produção do queijo. Ela relatou que ele quis aprender, pois a renda da comercialização dos queijos é bastante expressiva para a família e, além disso, há a dificuldade dela em trabalhar todo o dia e estudar a noite.

As interlocutoras recordaram que antigamente o transporte escolar até a cidade era pago e considerado um preço bastante elevado para o contexto daqueles agricultores. Além das dificuldades relacionadas ao transporte até a escola, alguns pais não queriam que as meninas estudassem e em outros casos exigiram que elas ficassem em casa para trabalhar e ajudar na lavoura. Ainda segundo Zanini e Santos (2009), “Nessas hierarquizações, pouco espaço cabia às mulheres, fosse em busca de sua própria ascensão social ou na possibilidade de se tornarem proprietárias ou empreendedoras” (ZANINI; SANTOS, 2009, p. 30).

Entre as interlocutoras desta pesquisa, observou-se que na Quarta Colônia as famílias produtoras de Queijo Colonial incentivam especialmente as filhas na busca de independência financeira e de independência de um possível marido ou companheiro, o que ressoa sobre as decisões das filhas, como pode ser observado na seguinte fala:

“Minha filha não quer saber de aprender (a fazer o Queijo Colonial). Quer sair daqui e estudar. Eu não tenho pra quem passar”. (Interlocutora Faxinal do Soturno, 38 anos).

Outras falas parecidas com a dessa interlocutora foram recorrentes nesta pesquisa, ou seja, há incentivo para a educação formal o que, como consequência, parece acarretar em desinteresse por partes dos/as jovens no processo de aprendizagem da produção do Queijo Colonial.

Desse modo, o incentivo maior é para as meninas estudarem e obterem outras possibilidades em seu futuro já que ainda o trabalho da mulher é visto como “ajuda” (WEISHEIMER, 2007). Já Brumer (2007) considera que a força do trabalho feminino perpassa pela invisibilidade e desvalorização. Na pesquisa de Simonetti (2011) na Quarta Colônia, as mulheres agricultoras entrevistadas faziam auto referência aos seus trabalhos como “servicinhos”, ou seja, um termo diminutivo que demonstra talvez desvalorização quando comparado ao serviço masculino. Tal situação também pode ser observada na citação a seguir:

A vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdarem terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade (STROPASSOLAS, 2007, p. 286).



Na presente pesquisa, observou-se que tanto as meninas quanto os meninos estão em busca da continuidade dos estudos, incentivados pelas famílias. Ao observar as falas dessas mulheres, observa-se que muitas mencionam o incentivo aos estudos dos filhos e a não permanência no meio rural. Como em alguns casos nunca almejaram que seus filhos permanecessem na propriedade, naturalmente acharam dispensável ensinar o saber-fazer do Queijo Colonial. Ainda, várias interlocutoras atribuíram falta de incentivo por parte do governo para fixar esses jovens no meio rural. Desse modo, pode-se indicar que as políticas públicas hoje existentes não estão sendo suficientes para que muitos destes jovens permaneçam nas comunidades rurais da Quarta Colônia.

Além disso, o passa decisão de não permanecer no rural possui na sua essência a observação das penosidades diárias que muitos jovens percebem no cotidiano familiar, além de obter incentivo dos pais em busca de outro futuro, alicerçado, em muitos casos, nos estudos. Percebeu-se que esse desejo advém em boa parte das interlocutoras, pois, como já mencionado, elas não tiveram, no passado, condições e oportunidade de concluir o ensino fundamental, médio ou chegar à universidade. Diferentemente de seus antepassados e pais, é perceptível que hoje os jovens rurais da Quarta Colônia possuem acesso à escola, aos serviços no meio urbano, amizades, ou seja, um campo de relações sociais ampliadas se comparado a que seus pais tinham há décadas passadas. Dessa forma, as oportunidades para esses jovens se amplificam ao contrário do apresentado no passado.

Diferentemente da atual realidade em busca de estudos da Quarta Colônia, Abramovay et al. (1998) constataram atraso educacional entre os jovens rurais que fizeram a opção de parar de estudar. Esses jovens no futuro serão os prováveis responsáveis pela sucessão em suas propriedades. No entanto, como argumentam os mesmos autores, tal situação educacional dificulta o desempenho da atividade agrícola e, principalmente, a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se propõe no meio rural.

Abramovay (2005), em pesquisa sobre jovens da zona rural do oeste de Santa Catarina, em 1999, constatou que um terço dos jovens entre 19 e 24 anos tinha apenas a 4ª série e que dois terços dos jovens entre 24 e 29 anos não haviam estudado. Guaraná de Castro (2004) também percebeu a escassez de ofertas de ensino aos jovens do assentamento rural de Eldorado, no estado do Rio de Janeiro.

Ainda neste trabalho de campo, no caso da Quarta Colônia, três interlocutoras ressaltaram que possuem filhas realizando pós-graduações. Ambas ressaltam que a vida de suas famílias melhorou a partir da situação política brasileira dos anos 2000, especialmente em decorrência do acesso de seus filhos em cursos de graduação e pósgraduação em instituições públicas de ensino. Relembrou as dificuldades educacionais que havia nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil pela questão do acesso ao ensino superior. Essa situação pode ser observada na fala de uma das interlocutoras:



Uma vizinha uma vez me perguntou como a gente fez para fazer duas filhas estudarem, pois, a gente era muito pobre, dar doutorado; a gente trabalhou, continuasse só na agricultura a gente estaria pobre. E a política dos anos 2000 ajudou muito o podre ter esse acesso na faculdade, né. Nos anos 90 nunca iam ter chance de estudar assim como hoje (Interlocutora de Nova Palma, 57 anos).

Dessa forma, observa-se a valorização de muitas das interlocutoras deste estudo quanto às oportunidades ofertadas pelo governo ao amplificar o investimento no ensino superior no país. Ambas interlocutoras ressaltam que suas vidas são de muito trabalho para auxiliar no sustento dessas filhas, mas que é o melhor para a vida delas, pois o meio rural não proporcionaria uma vida fácil. Durante as entrevistas, muitas indicaram que se os filhos fossem meninos talvez a vida no meio rural poderia ser um pouco melhor, mas por serem meninas a melhor opção seria realmente o estudo e a saída de casa. Além disso, percebeu-se em campo que os meninos também estão sendo incentivados a continuidade dos estudos.

Porém, quanto ao saber-fazer do queijo, foi inquestionável o fato de esses jovens não terem o desejo de assumir essa atividade. Algumas jovens “até” sabem o processo, mas não o fazem ou não possuem interesse em aprofundar tal conhecimento. As interlocutoras encaram esse fato com normalidade, pois disseram não fazer questão de que suas filhas ocupem um lugar no processo de sucessão da produção do Queijo Colonial, situação que, como abordado na próxima seção, sugere descontinuidade desse modo de produção do Queijo Colonial.

“ESSA HISTÓRIA DO QUEIJO VAI ACABAR”: A SUCESSÃO NA PRODUÇÃO DO QUEIJO COLONIAL NA QUARTA COLÔNIA

A temática da sucessão rural é recorrente entre estudos rurais e, nesta pesquisa entre mulheres produtoras do Queijo Colonial, também esteve presente. A centralidade do tema nas entrevistas, especialmente no que diz respeito à continuidade da produção de queijo colonial, aponta para desafios presentes na produção desse queijo, os quais serão abordados mais detalhadamente.

Nesse sentido, o primeiro ponto que merece ser destacado é o aspecto da informalidade de produção, ou seja, as mulheres entrevistadas produzem à revelia de qualquer serviço de inspeção oficial, de modo que a venda do queijo não pode ocorrer, formalmente, no comércio.

Outro desafio para a continuidade desta produção é a penosidade da atividade. Essa característica foi vinculada pelas mulheres entrevistadas com a rotina diária de trabalho, que requer cuidado com as vacas e seu manejo todos os dias, inclusive finais de semana e feriados. A questão da sucessão do saber-fazer do Queijo Colonial também foi relatada, pois essas mulheres não apresentam sucessores/as: seja pelo não interesse dos/as filhos/as ou pelo fato de as próprias produtoras não terem interesse de repassar essa atividade.



Dessa forma, quando essas mulheres foram questionadas a respeito da produção do Queijo Colonial, 20 das 23 interlocutoras mencionaram que em sua infância ou adolescência aprenderam o saber do Queijo Colonial, geralmente com suas mães ou avós. Quando eram questionadas sobre como havia sido esse processo de aprendizagem, elas relatavam que primeiro observavam o fazer e depois tentavam imitar os mesmos gestos das mães e avós. As interlocutoras afirmavam também que tinham dificuldades, pois eram pequenas e esse fazer exigia força. Algumas recordavam que subiam em cima de cadeiras ou outros objetos para ter a altura suficiente para alcançar o queijo. Porém, não era apenas o Queijo Colonial que aprendiam, mas outras comidas, pois tinham que auxiliar nas atividades domésticas enquanto os demais estavam realizando os trabalhos na lavoura ou no exterior da casa, como pode-se apreciar nas seguintes falas das interlocutoras.

Tenho 39 anos e desde criança aprendi com a minha mãe, então deve fazer uns 30 anos que sei fazer. Depois quando eu casei que faz dezesseis anos que fui fazer mesmo o queijo (Interlocutora de Ivorá, 39 anos).

Começou com a minha mãe. Ela sempre fez, aprendi com ela, eu ajudava ela, depois eu comecei a fazer na minha casa. A minha mãe sempre teve problemas de saúde, então com 14 anos eu já sabia fazer, ajudava em todo processo da produção (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 52 anos). Eu aprendi com a minha mãe desde criança e ela com certeza foi com a mãe dela, antigamente se vivia do pão, ovo e queijo (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 79 anos).

As falas acima evidenciam que, para muitas interlocutoras, o processo do saberfazer do Queijo Colonial foi aprendido na infância. Há décadas atrás, as famílias eram, normalmente, numerosas, de modo que havia necessidade do envolvimento de todos no trabalho, seja o doméstico ou os externos a casa, como na lavoura e cuidado com os animais. O serviço destinado às meninas era, via de regra, fazer a comida, limpar a casa, lavar a roupa (geralmente no rio), ordenhar as vacas, além do auxílio na lavoura.

Um exemplo interessante foi de uma das interlocutoras, de 45 anos, ao recordar que aprendeu a fazer o Queijo Colonial aos 12 anos, observando uma vizinha e imitando seus gestos, pois a sua mãe não sabia fazer queijo. Assim, como sugere Mauss (1974), a criança aprende por processo de imitação, mas depois, quando toma consciência dos atos, passa a ser uma atividade aprendida e não simplesmente de repetição.

Porém, diferentemente das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, que, em sua maioria, aprenderam a fazer queijo na infância, as suas filhas não tiveram o mesmo interesse no aprendizado ligado à cozinha, como é o caso da produção de queijo, de modo que essa tarefa ficou restrita a maioria destas interlocutoras, não sendo passado para a geração seguinte. Assim, percebe-se uma mudança geracional importante para as famílias pesquisadas, pois a obrigaçãõ condicionada há décadas atrás, fortemente vinculada à realização das atividades domésticas pelas filhas foi bastante diluída entre as famílias.



Dessa forma, talvez seja por isso que os relatos das interlocutoras apresentaram indícios de que o saber-fazer do Queijo Colonial será perdido, pois nas comunidades rurais pesquisadas já não há muitas famílias como antigamente que se dedicam a essa produção. Muitas das interlocutoras relataram que possivelmente a sua geração será a última na produção do Queijo Colonial, pois suas filhas estão sendo incentivadas a buscar alternativas longe da zona rural. O incentivo para que as filhas deixem o rural se deve ao fato de as interlocutoras não quererem que as filhas tenham a vida penosa que as mães tiveram e, somado a isso, as jovens não possuem interesse em permanecer no rural e tampouco em aprender a produzir Queijo Colonial. Essa situação pode ser percebida na seguinte fala:

Elas [filhas] desde pequena sempre quiseram estudar, a vida delas é estudar, até eu queria que a minha filha aprendesse, pois ela gosta de culinária, mas ela não quer essa vida. Terminando a minha geração acabou a geração do queijo que a gente tem aqui. Essa história do queijo vai acabar com certeza, por que os filhos não ficam mais na agricultura, eles não ficam mais. Infelizmente esse saber vai ser perdido, a gente não tem incentivo (Interlocutora Nova Palma, 56 anos).

A fala dessa interlocutora traz à tona algumas questões relevantes. A primeira delas, como já mencionado, é o desinteresse da maioria dos/as filhos/as dessas interlocutoras em relação ao aprendizado do ofício de seus pais em geral e, em particular, em relação à produção de Queijo Colonial. A segunda observação é a constatação, por todas as entrevistadas, na desvalorização do trabalhador rural em minifúndios. E a terceira constatação é o incentivo, que na fala das entrevistadas, aparece com a busca por conhecimento formal, ou seja, educação.

Há uns 10 anos atrás acho que tinha uns 100 jovens aqui na comunidade; hoje acho que não chega a 10 jovens. Eles estudam, se formam, arrumam um emprego e ficam longe. Aqui na comunidade tem 60 famílias, mas os filhos estudam e vão embora. E o casal que fica vai envelhecendo sem produzir mais alimento, vai chegar numa época que as pessoas vão ter o dinheiro, mas não vai ter o que comprar para comer de coisa mais saudável. E o governo não incentiva esses jovens a ficar em casa (Interlocutora de Dona Francisca, 62 anos).

As interlocutoras ressaltam também que, mesmo no meio rural, muitas pessoas preferem comprar alimentos no supermercado, ou seja, alimentos industrializados e por isso a produção de muitos produtos coloniais já não recebe a mesma valorização de antigamente. As produtoras ainda relatam que “insistem” na produção do Queijo Colonial, pois é uma renda extra que elas possuem ao final do mês já que a maioria das famílias sobrevive da agricultura, e a safra é uma vez no ano ou no máximo duas vezes, dependendo do que é cultivado em cada propriedade. Em pesquisa realizada na região dos Campos de Cima da Serra, Cruz e Menasche (2012) já assinalavam que a produção do Queijo Serrano representa renda significativa daquele produto para aquelas famílias produtoras. Com esse dinheiro as famílias conseguiriam pagar diversas despesas associadas ao cunho doméstico. Quanto a realidade na



Quarta Colônia algumas interlocutoras sugerem que a importância desta renda é o que, em grande medida, garante a continuidade da produção do queijo para essa geração:

Eu sei que o meu queijo eu gasto com bastante ração é coisa, mas ele me ajuda bastante sabe. Ele é muito cansativo, mas ajuda bastante, é uma renda fundamental (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 54 anos).

Credo mas esse dinheiro é fundamental. Dá mais quase que a lavoura é um bom dinheiro (Interlocutora de São João do Polêsine, 40 anos).

Eu estudei meus três filhos com essa renda, no começo vendia mais o leite, mas depois o preço era meio baixo daí comecei a fazer tudo em queijo. Porque lavou é assim é a safra e sempre tem as ideias: preciso reformar o trator, comprar um novo. Então não é o dinheiro todo o mês certo da lavoura. A safra foi bem os homens o que pensam: comprar alguma máquina nova. Por isso a mulher precisa ter outra renda (Interlocutora de Faxinal do Soturno, 60 anos).

Os relatos são bastante similares, pois apresentam dependência financeira dessas pessoas atrelada a produção do Queijo Colonial. A venda do queijo para essas interlocutoras representa um ganho médio de um salário mínimo mensal.

Os relatos que indicam que, apesar da renda obtida com a comercialização dos queijos ser central para a família e inclusive ter contribuído para que muitos jovens possam ter tido acesso ao ensino, principalmente ao ensino superior, os/as jovens não pretendem permanecer no meio rural. Como consequência, o conhecimento atrelado à produção de Queijo Colonial, que sempre foi passando entre as gerações, pode acabar se perdendo. Quando comentei sobre isso com algumas das interlocutoras, elas comentaram que nunca haviam pensando nesse “problema” e ficaram reflexivas.

Uma interlocutora, do município de Restinga Sêca, com 55 anos, relatou que a filha gostava de culinária desde pequena, mas quanto à produção do Queijo Colonial, ela não manifestou interesse. A produtora lamentou que, passada sua geração, o Queijo Colonial servirá apenas de história para essas famílias, pois não haverá mais quem fará essa produção de forma artesanal.

As interlocutoras relataram, em sua maioria, desinteresse que seus filhos permaneçam na propriedade rural. Desse modo, o estudo é visto como opção para que esses jovens possam obter sua autonomia e estabilidade financeira. Porém, a sucessão do saber-fazer do Queijo Colonial, do modo como as produtoras pesquisadas fazem, em pequena escala, no geral, não terá continuidade. Contrariamente à continuidade na produção do Queijo Colonial em propriedades rurais da Quarta Colônia, o que foi verificado nesta pesquisa foi desinteresse, por parte das produtoras, em ensinar aos jovens uma receita; o que acontece é que frequentemente remetem esse saber fazer à penosidade no trabalho, o que não é difícil de



associar, ao mesmo tempo, significativo desinteresse dos/as jovens em aprender a fazer Queijo Colonial. A penosidade do trabalho dessas mulheres também foi relatado devido ao excesso de atividades diárias que realizam, uma vez que cabe à maioria dessas interlocutoras tanto os trabalhos domésticos como os de auxílio na lavoura e, mesmo após aposentadas, continuam trabalhando, produzindo, em uma jornada repetitiva e pouco valorizada.

Considerações finais

No presente artigo, o foco foi analisar o papel das mulheres agricultoras no que se refere à produção de Queijo Colonial na Quarta Colônia, região central do Rio Grande do Sul, e refletir sobre as perspectivas de continuidade dessa produção à luz da sucessão rural.

Entre os principais aspectos evidenciados como resultados da pesquisa, vale ressaltar que, no caso da Quarta Colônia, a maioria das produtoras do Queijo Colonial interlocutoras dessa pesquisa explicitaram desinteresse e desmotivação das mães em relação à permanência dos/as filhos/as no meio rural. Como apontado pelas interlocutoras entrevistadas durante a pesquisa pôde indicar, entre outros aspectos, é expressiva a desvalorização da qualidade de vida e do trabalho no meio rural, trabalho esse, considerado bastante árduo e penoso. Porém, além disso, no que se refere às famílias que produzem Queijo Colonial, esse desinteresse pode ser analisado também pelo não reconhecimento, principalmente pela via legal, da qualidade de seus produtos e, nesse caso, do Queijo Colonial, o que contribui para desmotivação em passar a tradição de produção desse queijo às gerações atuais e também de motivar os/as jovens a permanecer no meio rural e dar continuidade ao trabalho agrícola e ao necessário para dar continuidade ao Queijo Colonial feito de forma artesanal pelas famílias – em geral mulheres – rurais.

Referências

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

BRANDTH, B. Agricultural body-building: Incorporations of gender, body and work. **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 22, n. 1, p. 17-27, Jan. 2006.



BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. *In:* CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Bandeirantes, 1999.

CASTRO, E. G.. Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de „jovens rurais” da Baixada Fluminense /RJ. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE JUVENTUDE BRASILEIRA – JUBRA, 1., 2004, Rio de Janeiro, Anais [...] Rio de Janeiro: UFRJ, outubro de 2004.

CRUZ, F. T. da. MENASCHE, R. Alimentos tradicionais, modos de vida e patrimônio cultural: uma reflexão a partir do Queijo Serrano. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 6, n. 3, Ed. Especial, p. 28-51, Out/2012.

CRUZ, F. T. da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

KRONE, E. E. **Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In:* MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.

MENESES, J. N. C. **Queijo artesanal de minas patrimônio cultural do Brasil**. Volume I. Dossiê interpretativo. Ministério da Cultura. IPHAN. 2006.

SANTOS, Miriam de O.; ZANINI, Maria C. C. Especificidades da identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 27, p. 21-41, 2009.



SCHOTTZ, V. MARONHAS, M. CARDOSO, E. Agroecologia, trabalho e mulheres: Um olhar a partir da Economia Feminista. In: REDOR, 18., Recife, Anais [...] Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, novembro de 2014.

SIMONETTI, F. **Origem, tradição e sucessão na produção do Queijo Colonial na Quarta Colônia/RS.** 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2019.

SIMONETTI, F. **“Mamma mia”**: a compreensão do saber fazer cotidiano e as ressignificações dos papéis entre mulheres camponesas. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, Santa Maria, 2011.

STROPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEDIG J. C., MARTINS V. S., MENASCHE R. **Plantar, criar, comer**: classificações da comida e das pessoas no interior de famílias rurais. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

WEISHEIMER, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. (org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 130 -141.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



Mulheres Camponesas e a Educação do Campo: Fortalecendo engajamentos e lutas

Lívia Tavares Mendes Froes - Universidade Federal Fluminense

Resumo:

Baseada no estudo que resultou em minha tese de doutorado, apresento, neste texto, algumas reflexões em torno dos processos de incorporação de perspectivas e práticas constituintes da Educação do Campo, vivenciados por mulheres camponesas no curso de Licenciatura em Educação do Campo, LECAMPO, da UFMG. De modo geral, as Licenciaturas em Educação do Campo se diferenciam de cursos e demais licenciaturas convencionais ofertadas em instituições de ensino superior no país. Fruto das mobilizações do Movimento pela Educação do Campo, relacionam-se diretamente às lutas pela reforma agrária e por uma política educacional para comunidades camponesas. Analiso como esse processo formativo pode favorecer reposicionamentos de pontos de vista a respeito dos lugares sociais que essas mulheres ocupam e que podem vir a ocupar no mundo. O trabalho de campo, realizado no período de 2016 a 2017, envolveu pesquisa etnográfica aliada à análise de narrativas de vida de treze mulheres camponesas entrevistadas. Os resultados da pesquisa indicaram como a participação no curso possibilitou a vinculação e o fortalecimento de lutas e engajamentos anteriormente estabelecidos nas localidades rurais de origem.

Palavras-chave: Mulheres camponesas; Licenciatura em Educação do Campo; Estudos Rurais e de Gênero.



Introdução

Parte considerável de minha trajetória acadêmica foi constituída a partir de pesquisas realizadas em localidades rurais das regiões norte e nordeste de Minas Gerais (FROES 2008, 2012, 2014, 2017, 2019). Beneficiada, especialmente, pelas contribuições teóricas de autoras e autores vinculados ao campo dos Estudos Rurais e de Gênero, analisei situações variadas das condições de vida de mulheres destacando as estratégias de luta pela defesa do território, de gestão da vida familiar, de práticas de cuidado e produtivas dentre outras.

O interesse pela relação da mulher camponesa com a continuidade do processo de escolarização formal, no curso superior, foi estreitamente influenciado devido conexão com uma das estudantes do curso, Didi. Camponesa do norte de Minas, nos conhecemos em julho de 2010, quando ela e a família nuclear (marido e filho pequeno) trabalhavam na colheita de café numa fazenda do sul de Minas Gerais. Posteriormente, nos reencontramos em fevereiro e junho de 2011, quando realizei outras etapas do meu trabalho de campo voltado para a pesquisa de mestrado (FROES, 2012). Mantivemos contato após a finalização da pesquisa e, em 2012, Didi compartilha, via chamada telefônica, seu ingresso na Licenciatura em Educação do Campo da UFMG, na habilitação em Matemática¹. Seus relatos em torno da experiência no curso, os períodos de distanciamento dos filhos e do marido, além das dificuldades de adaptação ao ritmo de vida da capital mineira, das aulas e das atividades, condensadas no período de trinta e cinco dias me instigaram a elaborar o projeto de tese de doutorado.

Mediada por Didi, que me apresentou ao curso, às estudantes e ao corpo docente, ouvi narrativas de outras treze mulheres e acompanhei o cotidiano das turmas, em Belo Horizonte, durante os meses de maio e junho de 2016 e janeiro e

¹Na UFMG, são ofertadas quatro áreas do conhecimento: Ciências da Vida e da Natureza – CVN; Ciências Sociais e Humanidades – CSH; Linguagem, Artes e Literatura – LAL e Matemática.



julho de 2017. Relatos como *“Aprendi a questionar mais”, “A gente aprende a ser uma pessoa mais crítica”, “Eu mudei muitos conceitos! A questionar mais, a me ver na sociedade. Antes eu não me via na sociedade!”* foram recorrentes.

Considero o estudo de percursos sociais de mulheres camponesas, que ingressaram no ensino superior, mediante a LECAMPO, oportuno e significativo para o entendimento de condições que contribuem para a instauração de perspectivas e posições diferenciadas de atuação dessas mulheres.

A análise ora apresentada destaca², também, uma questão pouco abordada na literatura sobre mulheres camponesas, relacionada à busca por escolarização. Cito três trabalhos acadêmicos, nas quais as autoras se dedicaram a analisar a continuidade da escolarização e a formação docente de camponesas assentadas em áreas de Reforma Agrária, como no estudo de Amorim (2007), Silva (2009) e Tropaldi (2015). Os trabalhos foram desenvolvidos no contexto de desenvolvimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Há quatorze anos, Amorim (2007) indicava a escassez de estudos que analisassem a mulher camponesa e a busca por escolarização. A autora também estava interessada em compreender como as relações de gênero podem interferir na vida educacional das mulheres camponesas jovens e adultas.

Importante mencionar que a licenciatura citada recebe estudantes de regiões diversas de Minas Gerais. Durante o período de realização do trabalho de campo, foi possível registrar que parte considerável do quantitativo geral dos educandos é oriunda de duas mesorregiões do estado: O Norte e o Vale do Jequitinhonha (FROES, 2019, pg. 72). Padrão também observado entre as interlocutoras que me concederam entrevista. Tratam-se de áreas constantemente referidas como “bolsão de pobreza”, “região problema” ou “região que mais expulsa camponeses”.

² O texto fundamenta-se, sobretudo, nas discussões realizadas no capítulo 5, da tese.



Todas as entrevistadas mencionaram que o ingresso no curso oportunizou a constatação e percepção de processos diversos de espoliação e exploração pelos quais elas e as famílias vivenciaram. Além disso, destacaram mudança de atitudes e de opiniões relacionados ao reconhecimento do papel da mulher no campo e da importância da atuação comunitária, conforme desenvolverei adiante.

Uma noção importante a qual me apoiou na construção da análise foi o de mediação. Partindo das considerações de Neves (2008, p. 24) a respeito do termo mediação, ele remete à relação dialética pois valoriza as representações e as transformações do mundo, a institucionalização, a conciliação, a conformação e o questionamento quanto às regras que legitimam ordem sociais (NEVES, 2008, p. 22-23). Não trata-se, portanto, meramente de uma transposição de sentidos. Levar em consideração a mediação é reconhecer, portanto, a coexistência de diferenciados universos. Sustentada por essa perspectiva, analisei como as estudantes confrontaram perspectivas, desnaturalizaram comportamentos (o que não significa ruptura plena de valores e crenças internalizados anteriormente), e também diversificaram projetos de vida, possibilitando, diversificação de posições sociais.

Nesse texto, compartilho parte dos resultados da pesquisa, argumentando como a participação no curso pode contribuir na vinculação e no fortalecimento de lutas e engajamentos locais relacionados, por exemplo, à defesa do território durante conflitos socioambientais, contribuindo, portanto, para a criação e diversificação de estratégias de resistência diante de ações predatórias e violentas do estado e de empresas privadas. Antes de desenvolver o foco principal do texto, apresento um breve histórico do processo de mobilização e constituição da luta pela Educação do Campo.



Educação do Campo e as licenciaturas

A Educação do Campo, enquanto mobilização e pressão por uma política educacional para comunidades camponesas, conforme explica Caldart (2008), foi concebida no contexto das lutas da Reforma Agrária. Nutrida pela combinação das lutas dos sem-terra e em prol da implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas (CALDART, 2008, p.71).

Fernandes e Camacho (2017, p. 50 e 52) destacam que o processo de construção e consolidação da Educação do Campo só pode ser entendido com base no Paradigma da Questão Agrária. Isso porque, tal paradigma encontra-se alicerçado na crítica ao modelo vigente, em especial aos impactos socioterritoriais causados pela expansão do agronegócio. Além disso, parte-se da perspectiva de superação desse modelo indicando para a possibilidade e a necessidade de concepção de outro, mediante luta, disputa e conflitos territoriais entre classes e grupos sociais. Desse modo, as causas motivadoras da luta pela Educação do Campo, no Brasil, relacionam-se diretamente à exclusão da população camponesa³. Segundo os autores, não é possível anular da Educação do Campo o objetivo de construção de outro projeto de sociedade.

Pautadas nesses princípios, as licenciaturas em Educação do Campo vêm formando educadoras e educadores por área de conhecimento, na gestão das escolas do campo e de processos educativos sociais e comunitários desenvolvidos

³ No processo de constituição e mobilização da pauta pela Educação do Campo é crucial citar, como referência, o conjunto de ações e experiências autônomas das Escolas Famílias Agrícolas – EFA's, em atividade no Brasil, desde a década de 1960. Elas são mantidas com apoio de sindicatos rurais locais, associações comunitárias, pastorais da igreja católica e organizações governamentais nacionais e também internacionais.



nos territórios camponeses (HAGE, SILVA e BRITO, 2016, p. 157-158). Como pontuei na texto da tese (FROES, 2019), o aspecto crítico e questionador dos cursos é acentuado e reconhecido nesse projeto formativo.

De modo geral, essas licenciaturas são organizadas pelo regime de alternância⁴, no qual parte da formação é realizada presencialmente na instituição de ensino, denominada TE – tempo escola e parte nos locais de moradia, TC – tempo comunidade⁵. Na UFMG, e no período de realização do meu trabalho de campo, o TE ocorreu durante os meses de janeiro e julho, durante aproximadamente 35 dias, com atividades nos turnos matutinos, vespertinos, às vezes à noite e aos sábados. Também participei de uma atividade desenvolvida durante o Tempo Comunidade, a Jornada Sócio-territorial, realizada no município de Almenara, em maio de 2016.

Aliada à formação técnica específica de cada área do conhecimento, o currículo institui o cumprimento de carga horária em aulas do "eixo integrador". Esse eixo reúne as disciplinas da formação pedagógica, que perpassa todas as áreas da licenciatura, como por exemplo: Processos de ensino e aprendizagem; Formação da Sociedade Brasileira; Temas específicos em Educação do Campo; Pedagogia da Alternância e outras. A oferta varia semestralmente. O currículo incorpora, ainda, práticas dos movimentos sociais camponeses, para a constituição de um processo pedagógico de fato diferenciado.

A noção de organicidade, por exemplo, originada no seio de tais práticas, orienta os procedimentos para além da sala de aula, considerados igualmente importantes, como: assembleias das turmas, plenárias, conselho de turma, representantes de turmas, grupos de trabalho por turma e temáticos (os grupos de trabalho: Cuidado, Comunicação, Mística, Disciplina, Cultura e Finanças).

Nos tópicos seguintes, cito e analiso como a interseção de práticas e processos formativos relacionadas ao universo dos movimentos sociais camponeses

⁴ A pedagogia da alternância é motor principal de organização das práticas pedagógicas nas EFA's.

⁵ Isso, claro, em situação de não existência de pandemia viral, como a vivenciada na atualidade.



e ao acadêmico atuam no processo de aprendizado vivenciados pelas mulheres e pelos estudantes, de modo geral.

“Aprendi a questionar mais” – Incorporando novas categorias, reconfigurando comportamentos

Conforme mencionado anteriormente, o TE (tempo escola), antes da Pandemia causada pelo novo coronavírus, representava o momento de reencontro das pessoas residentes em cidades diversas de Minas Gerais, especialmente do norte e nordeste do estado. O período era sempre retomado com atividades coletivas que reuniam todas as turmas de diferentes áreas do conhecimento. Usualmente, o primeiro dia de retorno era programado com mística, Café Campesino, mesa de abertura e auto-organização dos estudantes.

A mística é uma linguagem característica dos movimentos sociais, recorrentemente utilizado por militantes (em especial aqueles ligados aos movimentos sociais camponeses) em situações como a abertura de encontros e a retomada de atividades. Conforme discuti na tese, ela pode ser compreendida como um importante mecanismo de constituição de princípios identitários de pertencimento comum, assim como de elaboração e reafirmação de marcos históricos referentes à memória coletiva dos coletivos. Após as místicas, e nos intervalos de palestra, era bastante recorrente que palavras de ordem como *“Educação do Campo: direito nosso, dever do estado”, “Pátria livre: venceremos”, “O que somos? Camponeses. O que queremos? Terra, trabalho e justiça!”* fossem proferidas.

Aos estudantes recém-chegados, pouco familiarizados com tais condutas, a primeira impressão oscilava entre encantamento, surpresa ao susto e apreensão. Uma das interlocutoras mencionou, por exemplo, a sensação de apreensão



relacionado à mística. Relatou-me que o seu desconhecimento, a levou julgar a mística enquanto “*um ritual*”.

Anteriormente guiadas principalmente pelas relações sociais constituídas no âmbito familiar, comunitário e mesmo entre aquelas que narraram a vivência em outras cidades em busca de trabalho, todas comentaram como, após o ingresso no curso “*abriram a cabeça*”. Tal avaliação se dava mesmo entre as estudantes cujo engajamento político antecedeu ao ingresso à licenciatura. A metáfora pode ser entendida como relevante indicador de um processo de apropriação de outras categorias e esquemas interpretativos.

Apesar de identificar como injustas, diversas circunstâncias suportadas por elas, pais, familiares e vizinhos, precedentes ao ingresso no curso, essas não eram compreendidas de forma articulada aos mecanismos e tensões sociais mais amplos, que extrapolam o âmbito das relações sociais constituídas no lugar de origem. Nesse sentido, conforme ressaltaram, passaram a problematizar, a partir da apropriação de novas categorias e conceitos, as posições ocupadas por elas e pela população camponesa de modo geral.

Durante uma entrevista, eu questionei a uma delas se percebia semelhanças na explanação teórica das relações de trabalho debatidas em sala, no componente curricular Educação e Trabalho, com aquelas vividas pelo pai no decorrer da maior parte da vida dele, conforme ela mesma me relatou, no início de nossa conversa, ao que me respondeu:

[...] a gente vê a questão da alienação, teve muito, vender a força de trabalho. Meu pai vivenciou muito isso aí. Não era fácil, o trabalho braçal. E também a questão da mulher, do trabalho dela não ser considerado trabalho. Associa muito com a história deles porque minha mãe não recebia o salário (Dôra, 27 anos, entrevistada em janeiro de 2017⁶).

⁶ A identificação pessoal das interlocutoras foi resguardada. Dessa forma, utilizo pseudônimos.



Novas possibilidades de perceber e compreender as relações sociais vivenciadas e alusivas ao universo camponês são construídas paulatinamente.

Conforme indiquei no texto da tese, envolvimento prévio na militância em movimentos sociais não é predominante entre o corpo discente. Nesse sentido, foi comum deparar-me com narrativas que mencionaram mudanças em torno da avaliação comumente direcionada aos militantes do MST enquanto *"bandidos e pessoas que ocupavam, invadiam a terra dos outros"*. Por isso, talvez, me relataram como ficavam surpresas, e as vezes assustadas, ao visualizarem a bandeira do MST, durante as místicas. Mencionaram prenoções negativas e pejorativas em torno do movimento. Compreensão modificada no decorrer do curso, proporcionada pela vivência, assim como pelo estudo de textos e debates. Durante as conversas, elas frisaram essa ampliação de pontos de vista e de maior acirramento nos questionamentos perante notícias e matérias veiculadas na mídia.

Dessa forma e conforme já mencionei, foi recorrente relatos do tipo: *"Aprendi a questionar mais"*; *"A gente aprende a ser uma pessoa mais crítica"*; *"A gente consegue se expressar até mesmo dentro da comunidade"*; *"Cria uma certa facilidade pra debater em outros ambientes, pra poder conversar"*.

Se elas não informaram vinculação a um movimento social específico, posterior ao ingresso na licenciatura, indicaram maior envolvimento e compromisso com questões sociais. Uma delas, Olga, comentou como sentiu-se melhorar como mãe, uma vez que passou a deter habilidades para incentivar os filhos e mediar as atividades escolares.

A socialização de experiências de vida diversificadas também favorece à abertura de pontos de vista e de comportamento. Roseli mencionou que antes de conhecer estudantes da licenciatura casadas e com filhos, ela imaginava que uma realização impedia a outra:



Tanto de pai e mãe falar "Ou você casa ou você estuda", eu tinha a visão de estudar e morar sozinha. Eu não sabia que podia, não tinha essa visão que podia casar e continuar com minha vida escolar, sabe? Eu achava que isso ia prejudicar muito. Eu já ficava com receio de namorar por causa disso (Roseli).

Esses e outros aprendizados mencionados estimulam percepções que anteriormente não eram notadas, como, por exemplo, "se ver na sociedade", reconhecendo processos sócio-históricos ampliados e sua relação com a própria trajetória individual, familiar e comunitária. Além de propiciar o fortalecimento de vínculos, valores e pertencimentos previamente estabelecidos.

Durante o III EMEC⁷, realizado no TE de julho de 2015, Quitéria mencionou como, no decorrer do evento, "se viu" nos pronunciamentos dos palestrantes, levando-a a refletir e a redimensionar a valorização direcionada ao sindicato da sua cidade e também à própria atuação dela, como secretária da instituição:

Aí quando eu vi falando de escola de alternância... E falei assim: gente, deus.... E aí me vi assim dentro.... Eu me vi dentro daquele movimento. De uma certa forma o movimento sindical ali. Aí eu comecei a valorizar bem mais o movimento sindical, parte dessas percepções, dessas conversas. Eu comecei a valorizar mais e daí a minha inquietação com coisas que acontecem lá na minha comunidade em relação ao movimento sindical. (Quitéria).

O caso de Quitéria refere-se principalmente ao engajamento sindical, mas seria possível também citar outras situações de reconhecimento e valorização de identidades regionais e politizadas, como a dos povos geraizeiros⁸, quilombolas,

⁷ Encontro Mineiro de Educação do Campo.

⁸ Os geraizeiros do norte de Minas Gerais, conforme explica Brito (2012, p. 3), integram comunidades rurais agroextrativistas-pastoris que organizaram seu modo de vida nas áreas de Cerrado próximas à Caatinga. Para mais informações sobre o processo de constituição desse movimento, consultar Magalhães e Amorim (2015), Brito (2012) e Nogueira (2009).



assim como dos camponeses em geral, conforme pude constatar no decorrer do trabalho de campo.

Para além dos momentos de entrevista, ouvi relatos de como passaram a sentir orgulho de serem *"do campo"*, valorização que não era assumida antes de ingressarem no curso, especialmente entre a juventude, quando é mais comum acreditar, segundo comentaram, que *"o campo não tem valor"* e que *"ficar no campo não leva a lugar nenhum"*. Desse modo, conforme costumavam mencionar, foi mediante a formação na LeCampo que *"abriram os olhos"* para a possibilidade de seguir e continuar no campo.

Muitas vezes, o reconhecimento, a valorização e a problematização de aspectos das práticas culturais locais são desenvolvidos em Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC. Os estudantes são incentivados a elaborar questões de pesquisa sobre os contextos sociais em que vivem, em consonância aos conhecimentos teóricos correspondentes às áreas de formação e à Educação do Campo de maneira geral.

Desse modo, são desenvolvidas análises sobre saberes e fazeres tradicionais das localidades a respeito de técnicas de cultivo na agricultura, de extrativismo vegetal e de beneficiamento de produtos agrícolas, também sobre festas, celebrações culturais, religiosas ou não, condições de escolas no campo (como as consequências do fechamento de algumas), questões socioambientais (como impactos de implantação de usina hidrelétrica), práticas migratórias sazonais, proposição de metodologias pedagógicas à luz de algumas das práticas sociais elencadas acima, dentre vários outros⁹.

⁹ Acompanhei diversas defesas e destaco a riqueza dos trabalhos apresentados. Durante o trabalho de campo, cogitava-se que tais estudos fossem disponibilizados online, no site da Biblioteca da FaE ou no próprio site dessa licenciatura. Até a conclusão desse texto, não tive conhecimento se tal projeto foi concretizado.



Didi¹⁰, por exemplo, analisou as etapas do extrativismo do pequi em área de uso comum, o Areião, prática bastante difundida entre os moradores de sua comunidade, localizada na zona rural de Rio Pardo de Minas. A partir dessa análise, ela indicou e propôs que os conhecimentos produzidos pelos geraizeiros, há gerações, em torno das unidades de medida, de volume e formas geométricas dos utensílios utilizados no processo do beneficiamento do fruto do pequi *in natura* em óleo pudessem ser empregados, também, no ensino de matemática. Na tese, analisei a elaboração do TCC, não só o produto final, materializado e publicado em texto¹¹, mas todo o desenvolvimento que envolve desde a definição da questão da pesquisa, a elaboração dos dados e análise e a defesa pública¹², como outra ocasião profícua para pensar e observar os complexos processos de mediação que constituem esse processo formativo. Desse modo, cada finalização de TCC é fruto de trajetórias individuais muito particulares e, ao mesmo tempo, coletivas, dadas as condições de vida compartilhadas pela população camponesa.

Assim, considero bastante oportuno reconhecer que a publicização do resultado dessas produções acadêmicas proporciona a diversificação e ampliação de estudos efetuados por pessoas usualmente consideradas como objeto de conhecimento e raramente como produtores de conhecimento acadêmico. Por essa perspectiva, reconheço a etapa para além de uma formalidade acadêmica a ser cumprida.

Ao elaborar um estudo e apresentá-lo, as estudantes também rompem com certos paradigmas e estereótipos tradicionalmente reservados à população do

¹⁰ Anteriormente citada como importante intermediadora que favoreceu meu contato com as demais estudantes.

¹¹ Na LeCampo, até o momento em que finalizei o trabalho de campo, a textualização do estudo era a única forma reconhecida de avaliação dessa etapa formativa. Algumas alternativas de avaliação, contudo, vêm sendo consideradas, como por exemplo, no mestrado em Educação do Campo da UFRB, que incentiva a elaboração de jogos, vídeos, cartilhas educativas como produto final a ser defendido em banca.

¹² Momentos que pude acompanhar de forma aproximada devido atuação como coorientadora e avaliadora de alguns desses trabalhos.



campo, especialmente relacionados ao universo da educação. Como indicou Arroyo (2017, p. 145), a história do pensamento pedagógico, desde a colonização e o trato dos trabalhadores como escravos, e não como humanos, foi marcada e continua marcada por não considerar os trabalhadores, especialmente do campo, como educáveis, mas apenas como alfabetizáveis, letráveis. Dessa forma, não faltam exemplos a respeito de como a população do campo tem sido retratada e representada a partir de carências, como incapazes intelectualmente, infantilizados.

De maneira análoga, tal apreciação também tem sido reservada aos negros, como indicou a antropóloga e historiadora, Lélia Gonzalez, uma das intelectuais de referência nos estudos de feminismo negro no Brasil, ao apontar como a população negra foi infantilizada, tratados como incapazes de falar de si próprio, aqueles sobre os quais os adultos falam (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Pensar diferente, agir diferente

A partir da análise do material elaborado em campo, compreendo que as mudanças de percepções citadas, fruto da incorporação de novas categorias de pensamento, aliadas à incorporação de novas habilidades, como já indiquei, favoreceu que muitas perdessem a timidez e receio de se posicionarem verbalmente em público. A incorporação de tal habilidade, em alguns casos, impactou diretamente a posição ocupada por elas nas suas comunidades de origem. Uma delas relatou, por exemplo, que assumiu o cargo de presidência da associação de moradores após o ingresso no curso. Apontou que os aprendizados, especialmente os adquiridos nos espaços de convivência em grupo, sob a perspectiva da organicidade, mencionada anteriormente, foram cruciais para que se sentisse confiante e apta a desempenhar a função.



Situação semelhante foi mencionada por diversas outras entrevistadas e mulheres com as quais convivi durante trabalho de campo. Ao mesmo tempo em que mencionaram sentirem-se mais seguras e preparadas para resolverem conflitos, ressaltaram como aprenderam *"a se impor"*, a *"não baixar a cabeça"*, *"a não deixar pisar em você"*.

A apropriação de novos esquemas interpretativos levou, por exemplo, uma jovem estudante a questionar o valor inferior que as trabalhadoras camponesas recebiam pelo dia trabalhado nas fazendas, frente à quantia recebida pelos homens, na região em que ela residia. Ao perceber que ela mesma já havia passado por essa situação, inúmeras vezes, junto a mãe, passa a reivindicar condições igualitárias de pagamento e a indicar a situação para outras mulheres, incentivando-as a não aceitarem mais essa condição. A justificativa recebida para diferenciação na quantia recebida era explicada com o argumento de *"Homem sempre recebeu mais que a mulher, sempre foi assim!"*, para ela, não se sustentava mais. Especialmente porque, conforme ela argumentou, o esforço físico empreendido pelas mulheres era equivalente ou até superior ao dos homens.

Há diversas análises que versam sobre a valoração secundária e inferiorizada do trabalho feminino no processo produtivo agrícola, conforme eu mesma já debati em outro trabalho (FROES, 2012). O que pretendo, ao citar esse caso, é destacar o processo de incorporação de outro quadro analítico que desencadeou questionamentos e a mudança de comportamento pessoal, além da tentativa de alteração de uma situação considerada desigual ou injusta.



Dessa forma, é possível observar como a incorporação de novas habilidades e perspectivas podem desencadear reposicionamentos no tipo de atuação e inserção social nas comunidades residentes, nas escolas que trabalham e até mesmo entre os familiares¹³. O que é esperado, uma vez que a própria metodologia da alternância, fundamentada na interseção e complementação de espaços e tempos distintos de formação, pressupõe esse movimento de intermediação e influência recíproca entre universos de significação, o Tempo Escola e o Tempo Comunidade.

Tendo em vista estudos sobre o engajamento de pessoas em espaços de mobilização coletiva e decorrente diversificação nas formas de inserção social local e constituição de trajetórias pessoais distintas, vale a pena citar os estudos de Rosa (2011) e Bezerra (2009). Rosa (2011), dedicado a compreender inicialmente a expansão das ações do MST¹⁴ no nordeste, e posteriormente a constituição de "novos" movimentos na Zona da Mata Pernambucana, demonstra como o ingresso de pessoas na militância desses grupos também mudava a forma como seus membros se inseriam na vida social da região.

Apesar de empenhar-se especificamente ao estudo de casos de adesão ao MST, o sociólogo aponta relevantes contribuições que auxiliam a compreensão, de forma ampliada, de ocupação de posição social diferenciada. Rosa (2011) analisa diversas trajetórias pessoais. Uma delas refere-se a como um militante, antes considerado trabalhador rural como qualquer outro, passa a se sentir diferente e respeitado, uma vez que, mediante atuação no MST, alcançou a condição de ajudar outras pessoas (ROSA, 2011, p.59).

¹³ Às vezes, a postura crítica e questionadora não é bem recebida pelos familiares, especialmente alguns cônjuges. Essa questão foi analisada no capítulo 6, da tese (FROES, 2019).

¹⁴ Mas não como um ente isolado, e sim a partir das relações necessárias a esta organização produziu ao instalar-se numa região marcada pela atuação dos Sindicatos Rurais (ROSA, 2011, p. 12)



Em estudo realizado em associações de bairro em Angra dos Reis/RJ, Bezerra (2009, p. 43-44) se propõe a explicar de que modo a formação de um espaço de mobilização coletiva cria simultaneamente novas possibilidades em termos de inserções sociais, em especial nos universos político e administrativo do município, para pessoas que integram essa forma de mobilização.

Desse modo, conforme ele argumenta, ao se deslocar o olhar das estratégias e recursos acionados coletivamente na construção do "movimento" para a participação individual de alguns de seus integrantes pode-se ter uma noção mais precisa a respeito dos significados que este teve para suas trajetórias individuais. A partir da análise de três casos, o antropólogo demonstra como a inserção nessa modalidade de ação coletiva pode desencadear, em função das relações sociais e competências técnicas e políticas acumuladas, o exercício de funções nos poderes legislativo e executivo. O autor conclui que o sentido atribuído a essa participação, às inserções institucionais e aos vínculos partidários são múltiplos.

As contribuições ora mencionadas referem-se a processos bastante particulares e pontuais de mobilização coletiva. Porém, indico confluências no tocante ao fato de como o acúmulo de competências técnicas e também políticas pode viabilizar a abertura de outras possibilidades de construção de trajetórias individuais que, por sua vez, interferindo nos modos de inserção social local e também favorecendo diversificação nas formas de projetar o futuro, o faz na construção de sonhos.

Desse modo, entre as entrevistadas, além de assumirem uma postura questionadora, elas comentaram as mudanças em torno da idealização do próprio futuro e as oportunidades que elas concebiam como acessíveis a elas, conforme a seguir demonstram os trechos:

Minha visão era trabalhar numa casinha de família, fiz ensino médio, agora vou trabalhar, casar. Então o máximo que eu imaginava era eu trabalhando, casada, cuidando de casa.



Porque, às vezes, as opções que a gente tem no campo são mínimas, ou nem tem, sabe Livia, nem tem. A contribuição que eu tenho é muito grande. Quando eu olho igual as mulheres lá, todas assim, tem uma ou outra, mas só delas se impor, isso pra mim, já é um movimento muito grande. Porque lá o machismo é muito forte. Só de eu não ser bem vista por alguns lá, já mostra que ta tendo efeito (Vanete, 23 anos).

Porque antes era ser empregada, agora não, posso lecionar. E eu tenho muita vontade, eu sei que é difícil, mas eu tenho vontade de desenvolver projetos no campo, que ajude os jovens a ficar (Vanete, 23 anos).

Como Vanete mesma destacou, é importante deixar nítido que vislumbrar outras possibilidades de atuação não significa abandonar o campo ou negar este vínculo. Muito pelo contrário. Todas comentaram a respeito do desejo em atuar em escolas e projetos voltados para a melhoria da população camponesa residente na comunidade ou município em que elas vivem.

Partindo de cenário de estudo referente às experiências de universitárias do curso de Serviço Social da UERJ — mas cujo processo se assemelha em diversos aspectos ao estudado por mim —, Barros (2004, p. 371) menciona como as experiências de vida fora do espaço doméstico ou da vizinhança favorecem a comparação de suas vidas antes e depois da universidade, reorientando os próprios significados da vida familiar. A pesquisa da autora fundamenta-se na análise de um contexto urbano, o curso de Serviço Social, frequentado naquele momento majoritariamente por mulheres de origem de camadas populares. A maioria, como no caso das educandas e educandos da LeCampo, era o primeiro integrante da família a se vincular ao ensino superior. Conforme demonstra Barros (2004, p. 372) e em consonância ao que tenho observado:



Apesar de terem de enfrentar dificuldades geradas pelas próprias desvantagens de suas condições sociais, econômicas e culturais, as mulheres jovens têm em suas mãos novas ferramentas para moldar suas trajetórias, com possibilidades de um futuro diferente das mães e das avós.

A abertura de novo horizonte social entre as entrevistadas foi valorizada, mesmo diante da constatação da baixa valorização e reconhecimento profissional da ocupação de professor de ensino básico em nosso país. Agregam-se a esse fato os dilemas e constrangimentos possíveis de serem enfrentados para exercício da docência diante da especificidade do diploma de 'educador do campo'. Contudo, as projeções de tais limitações não são impeditivas da possibilidade de vislumbrar diferenciada inserção social.

Muitas estudantes, ao se ausentarem temporariamente para "*estudar na UFMG*", comentaram como servem de exemplo e inspiração para que outras mulheres das localidades, principalmente entre as jovens, consigam vislumbrar e se projetarem neste caminho. Relataram ouvir de mães de vizinhas: "*Olha, ela tá estudando, por que você não vai também?*". Por outro lado, por esse mesmo motivo, mencionaram como algumas dessas jovens nem cogitam se matricular para a seleção, por receio da reação do marido ou de como o período de distanciamento pode levar à "*perda do casamento*". Alvo de admiração e também de fofocas, comentários invejosos e maliciosos sobre o que "*de fato elas fazem quando vão para Belo Horizonte*". De qualquer forma, tornaram-se referências de outros espaços possíveis de serem ocupados pelas mulheres do campo. Como desenvolvi em Froes (2019), as formas de vivenciar todos os processos até aqui mencionados são bastante particulares e não estão isentos de fissuras, dilemas pessoais, tensionamentos com familiares etc.

Baseada no estudo desenvolvido em torno de percursos sociais de estudantes beneficiários do Prouni, Mongim (2010, p. 144) ponderou que a inserção



num novo universo de significados pode incitar sentimentos e sentidos diversos, reveladores, muitas vezes, do dilema inerente à posição constituída de universitário-bolsista. Desse modo, para a maioria dos estudantes, há a sensação de que a vida transita entre dois mundos, em universos simbólicos diferentes. Também no caso por mim estudado, ao mesmo tempo em que o acesso à nova posição é comemorado, a percepção da alteridade pode se configurar como um desafio, especialmente no convívio familiar e conjugal. Sobre essa questão, uma entrevistada mencionou vivenciar embates com o marido decorrentes de posicionamentos políticos divergentes.

Importante ressaltar, mais uma vez que a vinculação ao curso, antes da Pandemia, demandava o distanciamento periódico dos estudantes dos seus locais de origem. Tal distanciamento afeta a rotina de atividades e das relações familiares, pessoais e profissionais, previamente assumidas. Argumento que essas alterações são diferencialmente sentidas conforme sexo e relações de gênero, estado civil, geração e podem levantar conflitos e tensionamentos especialmente às mulheres mães¹⁵.

Considerações Finais

Historicamente, a população camponesa brasileira vem sendo preterida dos processos de educação formal. Arroyo (2017, p. 141) destaca, ao analisar a história da educação escolar brasileira, que a escola pública demora a chegar às periferias urbanas, e nem chegou, por séculos, ao campo. O autor cita o pronunciamento de um governador mineiro, que, na década de 1920, justificou a falta de políticas de

¹⁵ No capítulo 6, o último da tese, analisei as estratégias de organização da vida familiar, conjugal e universitária, vivenciadas pelas interlocutoras da pesquisa bem como a viabilização de permanência no curso pelas mulheres.



educação rural com o seguinte argumento: "Para roçar a terra não se precisa de muitas letras".

É com objetivo de mudar esse quadro que atores sociais diversos vêm se mobilizando e pressionando por uma política educacional para as populações camponesas. Uma educação em contraposição à educação rural cuja escola estava mais preocupada em treinar, em vez de educar (RIBEIRO, 2012, p. 298). De acordo com Ribeiro (2012), a educação do campo construída pelos movimentos populares de luta pela terra articula o trabalho produtivo à educação escolar tendo como alicerce a cooperação (RIBEIRO, 2012, p. 300).

Nesse campo de lutas, o processo de formação docente, mediante as Licenciaturas em Educação do Campo, se mostra como importante estratégia para assegurar uma educação construída junto e para as populações camponesas.

Ainda que não tenha sido possível registrar discussões específicas levantadas e orientadas por teorias feministas, foi possível constatar, no decorrer da pesquisa, que a luta pela educação do campo é um espaço potente de constituição e fortalecimento das resistências diversas empreendidas por mulheres camponesas.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Elisângela Santos de. **Trajetória educacional de mulheres em assentamentos de reforma agrária na região tocantina - MA**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite – Do trabalho para a EJA: Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.



BARROS, Myriam Moraes Lins de. Do mundinho fechado ao universo quase infinito: negociando a saída de casa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, set/dez. 2004, p. 365-373.

BEZERRA, Marcos Otávio. Mobilizações de bairro, repertórios de ação coletiva e trajetórias pessoais. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói (RJ), n. 23, ago./dez. 2009.

BRITO, Isabel Cristina B. A rede-movimento social dos geraizeiros do Norte de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2012, Belém. **Anais**. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-1286-1051-20120702133233.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018

FROES, Lívia T. M. **Mulheres do campo, mulheres em luta**: Notas sobre a participação feminina na defesa do território em Mutuca de Cima/Médio Jequitinhonha. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2008.

_____. **Todo mundo pela família**: Gestão feminina e vida familiar diante do assalariamento sazonal dos homens. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____. Gestão feminina, luta e resistência em Água Boa II, Minas Gerais. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (Orgs). **Mulheres e agroecologia**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, pp. 65-81. (Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição)

_____. Da roça à universidade: trajetórias de mulheres no curso de licenciatura em Educação do Campo da UFMG. In: 13º MUNDO DE MULHERES E FAZENDO GÊNERO, 11, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017.



_____. Mulheres do campo no ensino superior : percursos sociais de estudantes no curso de licenciatura em educação do campo na UFMG / Livia Tavares Mendes Froes ; Delma Pessanha Neves, orientadora. Niterói, 2019.

CALDART, Roseli S. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice (Org.). **Educação do Campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Incri; MDA, 2008, pp. 67-86.

CAMACHO, Rodrigo S.; FERNANDES, Bernardo M. Crítica à crítica ao paradigma da educação do campo. **Práxis Educacional (online)**, v. 13, p. 49-73, n.26, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HAGE, Salomão. A. M.; SILVA, Hellen. do S.; BRITO, Márcia. M. B. Educação Superior do Campo: desafios para a consolidação da licenciatura em Educação do Campo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, 2016, pp. 147-174.

MAGALHÃES, Fabiano; AMORIM, Rogério A. O movimento dos geraizeiros e a luta pela terra no Alto Rio Pardo. **Revista Ruris**, Campinas, v. 9, n.2, pp. 209-238, set. 2015.

MONGIM, Andréa B. **Título universitário e prestígio social**: percursos sociais de estudantes beneficiários do PROUNI. Tese (Doutorado em Antropologia) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 21-44.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre os Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Doutorado em



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



Antropologia, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, 2009.

RIBEIRO, Marlene. Verbete Educação rural. In: CALDART, Roseli et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular. 2012, pp. 295-301.

ROSA, Marcelo C. **O engenho dos movimentos sociais**: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SILVA, Denice Batista. **Do assentamento à universidade**: a mulher camponesa no ensino superior. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2009.

TROPALDI, Roberta de A. S. **Mulheres assentadas e figurações sociais**: um estudo sobre as egressas do curso de licenciatura em ciências sociais/PRONERA UFGD/MS. Mestrado em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em Educação, Dourados – MS, 2015.



MULHERES RURAIIS E COMUNIDADES DE CUIDADO AFETADAS PELA COVID-19 NO NORDESTE DO BRASIL

Dra. Laeticia Medeiros Jalil, UFRPE¹
Michelly Aragão Guimarães Costa, NUSUR-IDAES/UNSAM e FSOC-UBA²
Luiza Carolina Silva, UFRPE³
Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira, UFRPE⁴

RESUMO

Em tempos de pandemia, crise ecológica, econômica e social, o artigo apresenta o estudo sobre o impacto da COVID-19 na vida das mulheres rurais do nordeste do Brasil, a partir de uma perspectiva interseccional feminista de gênero, classe, etnia e raça. A pesquisa teve um caráter exploratório, quanti e qualitativo, no qual foram analisadas categorias determinantes sobre a condição de trabalho e a sobrecarga do trabalho doméstico e cuidados; situação sobre a produção de alimentos; violência de gênero; estratégias e ações comunitárias que as mulheres têm desenvolvido frente às desigualdades agravadas pela COVID-19. A violência estrutural interseccional e histórica no âmbito de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista contra as mulheres rurais, indígenas e negras no contexto da pandemia aprofundou a precariedade e a vulnerabilidade de suas vidas, além de expor a violência de gênero, a crise de cuidados em suas famílias, comunidades e o retorno da fome.

Palavras chave: Mulheres rurais; COVID-19; Divisão sexual do trabalho.

¹ Socióloga, Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, feminista, mãe de Inácio; Membro do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Coordenadora do Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. laeticiajalil@gmail.com

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires - FSOC/UBA; Pesquisadora no Núcleo NUSUR-IDAES/UNSAM e no Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. Integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. mikellyaragao@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, feminista, mãe de Izabella; Pesquisadora do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades; Integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. luizacsilva00@gmail.com

⁴ Socióloga, Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, feminista, Coordenadora do Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. socorrololiveira@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A física nuclear e filósofa indiana Vandana Shiva (1995/98) critica o desenvolvimento técnico ocidental que colonizou o mundo inteiro. Afirma que o que se denomina desenvolvimento é um processo de mal desenvolvimento, pois é fonte de violência contra a mulher e a natureza em todo o mundo. Segundo Shiva (1998), o mundo patriarcal considera o homem como a medida de todo o valor e não admite a diversidade, só a hierarquia. Trata a mulher como desigual e inferior porque é diferente. Não considera intrinsecamente valiosa a diversidade e a natureza em si mesma, só sua exploração comercial em busca de um benefício econômico e assim lhe confere valor [...] a destruição da diversidade e a criação de monocultivos se convertem em um imperativo para o patriarcado capitalista.

Estamos atravessando uma das pandemias mais complexas do mundo, a COVID-19, conhecida como coronavírus, no qual mais de 123,3 milhões de pessoas no mundo foram diagnosticadas com COVID-19 e quase 2,7 milhões perderam a vida (RTVE, 2021). No Brasil, a região nordeste é a segunda em quantidade de casos diagnosticados (3.183.771) e falecimentos (77.505)⁵, com 22,9% dos casos confirmados e 20,8% dos óbitos no país, estamos apenas atrás da região sudeste 36,9% dos casos confirmados (5.128.475) e 45,15% dos óbitos (167.787) no Brasil. As duas regiões somam aproximadamente 60% dos casos confirmados e 66% dos Óbitos.

A emergência derivada da COVID-19 está causando impactos específicos nas populações mais vulneráveis, entre as quais estão as mulheres rurais, indígenas e negras, aprofundando significativamente as desigualdades socioeconômicas, de saúde, ambientais, de gênero e étnico-raciais pré-existentes à pandemia nos territórios da América Latina e Caribe, como também, aumentando o número de

⁵ Dados disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>. E atualizado dia 17/04/2021 as 18:10. Acessado dia 18 de abril de 2021.



casos da violência de gênero, transfeminicídios⁶, conflitos territoriais e o retorno do Brasil ao mapa da fome.

Ao falar de mulheres rurais não estamos nos referindo a um “sujeito universal” Mulher e sim Mulheres desde suas especificidades, e as interseccionalidades que marcam suas trajetórias, como as questões de classe, raça, etnia, geração, sexualidade e práticas sociais diversas. Mulheres rurais é uma categoria política e identitária, que vai além de uma prática produtiva. São mulheres que desenvolvem diversas atividades e que estão inseridas em culturas distintas.

São mulheres dos campos, das águas e das florestas. São quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, pescadoras, marisqueiras, posseiras, sitiantes, artesãs, extrativistas, mulheres de comunidades tradicionais, professoras, raizeiras, benzedeiros, parteiras, etc. e que vivem, sentem e reproduzem esse modo de ser a partir de seus corpos e trajetórias, da sua relação com a natureza, com a biodiversidade, suas práticas de trabalhos, culturais e espirituais distintas de outras mulheres.

São portadoras de saberes ancestrais e geradoras de novos conhecimentos, fundamentais para o fortalecimento do tecido social nos territórios em que vivem e, sobretudo, para a reprodução deste modo de vida específico, que também é uma forma de organização social e política que constroem outras formas de relações sociais e com a natureza.

Neste contexto, as mulheres rurais, indígenas e negras são as mais afetadas pelo ecocídio, pela emergência das mudanças climáticas, a destruição da natureza, assim como o aumento das doenças relacionadas à degradação ambiental, o uso

⁶ Brasil apresenta novo aumento consecutivo nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano de 2019, desta vez no primeiro quadrimestre de 2020, mesmo no período de pandemia pelo coronavírus. Acreditava-se que durante a pandemia da COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais, trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso as políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas. (ANTRA-BRASIL, 2020).



indiscriminado de agrotóxicos, a poluição das águas, os novos cercamentos de terras e avanços do capitalismo no campo com expansão das áreas para o agronegócio, as queimadas, os conflitos agrários e a violência no campo. Mas seguem sendo as protagonistas ativas na preservação da natureza, no qual têm desenvolvido ações para garantir uma vida digna a seus familiares e comunidades.

Os movimentos de mulheres rurais têm defendido que o controle dos recursos naturais, o impacto da mudança climática nos territórios, a insegurança alimentar, a divisão sexual desigual do trabalho, o racismo, a violência e o feminicídio são questões prioritárias como condição para superar uma vida de opressão, violências e desigualdade.

Elas se constituem como coletivos políticos, criadoras de novos conhecimentos e concretamente adotam estratégias de ação política reconhecidas no campo dos ecofeminismos, para avançar nas lutas ambientais a partir de uma perspectiva feminista situada, que reconhece as desigualdades históricas e estruturais das mulheres cis-trans, bem como a intersecção das múltiplas discriminações de classe, sexo/gênero, etnia/raça, corporalidade, diversidade sexual, religiosidade, etc.

Neste tempo de pandemia marcadas pela visão de mundo patriarcal, colonial e racista, as sociedades invisibilizam as práticas femininas de resistências e reinvenções. Assim, nos perguntamos: ***O que acontece com as mulheres (cis-trans) de comunidades rurais, indígenas, negras e quilombolas, que lideram a defesa dos agroecossistemas alimentares e a preservação dos elementos naturais em seus territórios?***

Com a urgência de compreender essa nova realidade impactada pela pandemia, o estudo surgiu da demanda de organizações feministas e agroecológicas, movimentos sociais, universidades da região do Nordeste e do estado do Rio de Janeiro no Brasil⁷. O objetivo foi compreender como as mulheres

⁷ A pesquisa é fruto de uma articulação entre a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, Núcleo Jurema/UFRPE, Casa da Mulher do Nordeste, Polo da Borborema, AS-PTA/PB, Núcleo de Estudos,



rurais, indígenas, negras e quilombolas têm sido impactadas pela COVID-19. Quais têm sido suas experiências de organização comunitária e as dificuldades enfrentadas? Como o impacto da pandemia reorganizou suas vidas e territórios?

O estudo teve como objetivos específicos: (i) analisar o impacto da COVID-19 na vida das mulheres rurais, indígenas, negras e quilombolas, especificamente as condições de emprego, trabalho doméstico e cuidados, acesso à alimentação e produção de alimentos e violência de gênero; (ii) analisar como o contexto da COVID-19 e o isolamento social impactaram e reorganizaram a vida das mulheres em suas diferentes áreas e territórios; (iii) identificar as estratégias e ações comunitárias que as mulheres rurais, indígenas, negras e quilombolas têm desenvolvido diante das desigualdades agravadas pela COVID-19.

A posição epistemológica do estudo concebe a vulnerabilidade estrutural como uma variável histórica que se agrava durante a pandemia, em que “as vidas das mulheres estão expostas à violência estrutural interseccional intimamente ligadas ao racismo e ao patriarcado que marcam seus corpos racializados e sexualizados” quanto às formas de precariedade material, física, emocional em decorrência do impacto da COVID-19. (BIDASECA, 2020)

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia mista: quali e quantitativa (SIRVENT, 2005) e buscamos analisar o impacto da COVID-19 desde uma perspectiva feminista interseccional descolonial baseada na participação/ação (BIDASECA, 2020). A pesquisa aconteceu de forma virtual, no qual realizamos por meio de aplicativos e redes sociais como o WhatsApp, Facebook e Instagram (NATALIE M. UNDERBERG E ELAYNE ZORN, 2013) e dadas às características do confinamento da equipe de pesquisa e das mulheres. A pesquisa online teve um caráter exploratório e composto por questões pré-determinadas, que foram feitas a partir de uma série de variáveis relacionadas às características socioculturais e

Experiências e Pesquisa em Agroecologia-NEEPA, CETRA/CE, ESPLAR/CE, MAB/CE, REMNEGRA/MA, CMTR/MA, AMM/MA, MIQCB, GT de Gênero e Ruralidades/CPDA/RJ, Instituto PACs/RJ, NUSUR/UNSAM/Argentina.



territoriais da região nordeste do Brasil.

Os questionários on-line foram complementados com entrevistas e relatos que as mulheres compartilharam por meio de audios pelo WhatsApp e chamadas telefônicas realizadas pelas pesquisadoras para as mulheres que são protagonistas em suas comunidades, organizações e que têm um papel fundamental de multiplicadoras, mobilizadoras e lideranças em suas comunidades e territórios. Também realizamos revisão de dados de censos, pesquisas e relatórios especializados. Utilizamos como categorias de análise: Impacto da COVID-19; Condições de trabalho; Trabalho doméstico e de cuidados; Produção de alimentos; Violência de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de informação e dados foi realizada entre 25 de maio de 2020 a 15 de julho de 2020, onde atingiu 1.550 mulheres, das quais 1.219 são urbanas (78,6%) e 331 são mulheres rurais (21,4%) que residem: 19,5% em Pernambuco; 15,3% na Paraíba; 14,7% no Maranhão, sendo que 0,7% da mostra são mulheres trans/travestis. Em relação à auto identificação étnico-racial das mulheres rurais: 47,9% são pardas, 26,2% são negras, 20,7% são brancas e 3,6% são indígenas (JALIL, et al., 2021).

Das 331 mulheres rurais pesquisadas no Nordeste, 40% têm filhos em idade escolar e 70% (230) das mulheres tiveram um parente infectado pela COVID-19. Quando perguntamos se tiveram alguma dificuldade para acessar os meios de prevenção da COVID-19, 18% responderam que tiveram dificuldades.

A pesquisa no Nordeste aponta que 48,6% (159) das mulheres rurais não estão produzindo; das que estão produzindo, que são 51,4% (171): 29% (50) estão produzindo apenas para o consumo familiar e 22,3% (38) não estão comercializando



em nenhum espaço, ou seja, perderam alguma fonte de acesso na renda econômica; 39,8% (132) das entrevistadas disseram conhecer alguma família que não têm acesso à alimentação e 20,8% (66) responderam que a alimentação da família piorou. Esses dados demonstram a fragilidade que estas famílias vivem em relação ao acesso à alimentação, mas ainda escondem a questão da fome, como algo difícil de ser assumido pelas famílias e sobretudo discutido no campo das ações políticas.

Dados do IBGE (2019) demonstram que aproximadamente 50 milhões de brasileiros/as vivem em situação de pobreza e cerca de 13 milhões na extrema pobreza. Em 2020, com o advento da pandemia causada pelo novo COVID-19, que levou a medidas como o isolamento social, impactou, sobretudo, a população que já se encontravam com estado de insegurança alimentar, uma vez que houve aumento do desemprego e a necessidade de paralisar o comércio local não essencial, causando uma crise econômica e aprofundando a crise social já enfrentada pelo país.

O IBGE, publicou em 2020 a Pesquisa de Orçamento Familiares - POF, referente a dados coletados em 2016 e 2017. Segundo a POF, dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar, atingindo 84,9 milhões de pessoas. Menos da metade dos domicílios do Norte (43,0%) e Nordeste (49,7%) tinham acesso pleno e regular aos alimentos. Dos 3,1 milhões de domicílios com insegurança alimentar grave no Brasil, 1,3 milhão estava no Nordeste. (AGÊNCIA IBGE, 2020).

Em 2021 a pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAM apresentou o resultado do inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19. Segundo a pesquisa são quase 117 milhões de pessoas nessa situação, sem acesso pleno e permanente a alimentos. Há ainda 19,1 milhões de brasileiros/as que efetivamente passam **fome**, em um quadro de insegurança alimentar grave. São mais da metade da população brasileira que está em situação



de insegurança alimentar, seja leve, moderada ou grave. Dessa forma, o total passou de 36,7% dos domicílios, em 2018, para 55,2% no final do ano passado.

Em 2020, o índice de insegurança alimentar esteve acima dos 60% no Norte e dos 70% no Nordeste –enquanto o percentual nacional é de 55,2%. Já a fome, que afetou 9,0% da população brasileira como um todo, esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% do Nordeste (a fome responde às desigualdades regionais). São 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres os habitantes que estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem (a fome tem sexo). Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor branca, esse percentual foi de 7,5% (a fome tem raça). A fome se fez presente em 14,7% dos lares em que a pessoa de referência não tinha escolaridade ou ensino fundamental incompleto. Com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, caiu para 10,7%. E em lares chefiados por pessoas com ensino médio completo em diante, despencou para 4,7% (a fome tem classe).

Frente a esse cenário, diversas organizações e movimentos sociais, promoveram ações de solidariedade e enfrentamento à fome. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST, realizou diversas ações de doação de alimentos provenientes da agricultura familiar de base agroecológica, além de lançar o projeto #Cozinha Solidária, que tem como objetivo fornecer alimentação segura e de qualidade para a população vulnerável nos 11 estados que o movimento atua no Brasil⁸.

O Coletivo Banquetaço, junto a organizações da sociedade civil⁹, lançou a

⁸ Para saber mais: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2020/05/19/projeto-une-refeicoes-solidarias-e-ocupacao-remunerada-durante-a-pandemia.htm>.

<http://cnbbne2.org.br/igreja-e-mst-criam-cozinha-solidaria-para-pessoas-em-situacao-de-rua-no-recife/>

⁹ Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, a Agência Popular Solano Trindade, o coletivo Gastronomia Periférica, o Instituto Socioambiental (ISA), Greenpeace Brasil, Sefras (Serviço Franciscano de Solidariedade), Gastromotiva, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



campanha informativa “*Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome*”¹⁰, em outubro de 2020 com diversas ações de enfrentamento à fome, entre elas a distribuição de almoços e alimentos agroecológicos produzidos pela agricultura familiar e a promoção de painéis de discussões em torno da “*Comida, como um direito de todos/as*”, “*Conexões alimentares*” e a necessidade de fortalecer a agricultura familiar e agroecológica no Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto - MTST, construiu as Cozinhas Solidárias, inauguradas no ano de 2021 em algumas capitais, como São Paulo e Aracajú e ações de solidariedade encabeçada pela Frente Brasil Popular (FBP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e organizações não-governamentais, a Marmita Solidária proporciona café-da-manhã, jantar e banho para população em situação de rua no bairro de Santo Antônio, centro do Recife¹¹.

A pesquisa com as mulheres rurais na região nordeste evidenciou o protagonismo das mulheres rurais em relação à participação comunitária ou política no momento da pandemia. Da amostra, 75,2% das mulheres rurais responderam que participam de algum movimento social ou associação, sendo que 43% se envolveram em grupo de mulheres ou comunitários para gerar ações contra os efeitos da COVID-19, vinculados à emergência sanitária e à repartição de alimentos nos seus territórios. Foi notório a participação das mulheres rurais em ações de mobilização comunitária e solidariedade para as famílias que não tinham como adquirir seu próprio alimento, bem como em ações de solidariedade nos momentos de adoecimento, violência e cuidados para com outras mulheres.

Segundo Moraes, et all. (2020), na pesquisa realizada durante a pandemia

¹⁰ Para saber mais: <https://genteprabrilhar.org/>

¹¹ Para saber mais: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/> .

<https://www.brasilefatope.com.br/2020/03/30/saiba-como-participar-das-aco-es-solidarias-realizadas-pelo-ar-mazem-do-campo-no-recife>. Acessado em 18de abril de 2021



com as lideranças rurais da região norte e nordeste do país, se evidenciou a importância do papel dessas mulheres no “fazer a política do privado, na esfera pública, colocando o cuidado e a sustentabilidade da vida (familiar e comunitária) no centro do fazer política”, sendo as protagonistas no controle à disseminação do coronavírus em suas comunidades e territórios. (MORAES, et al., 2020).

É importante mencionar o trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA em acompanhar e visibilizar a situação sobre a merenda escolar das crianças neste contexto de pandemia e a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para a vida das mulheres rurais e para a agricultura familiar no Brasil.

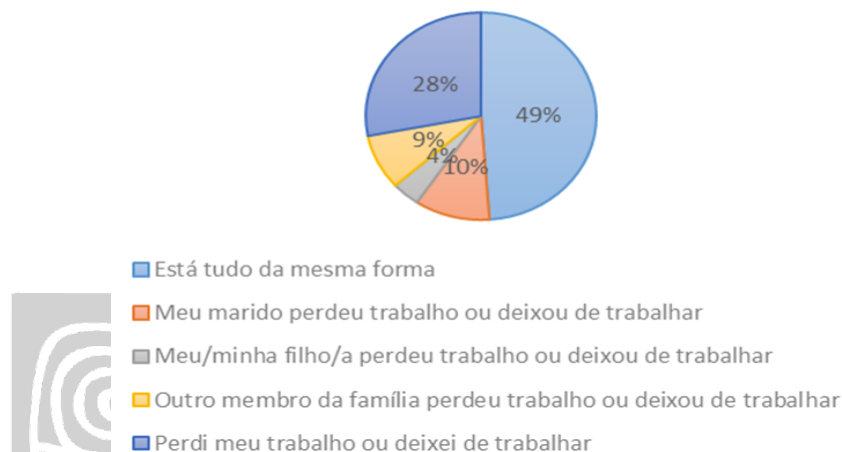
Segundo a ANA (2021), a merenda escolar é uma importante aliada para combater a fome e a insegurança alimentar. No entanto, neste período de isolamento social, algumas gestões municipais não cumpriram com a Lei 11.947/2009, gerando um impacto diretamente na agricultura familiar e nas populações rurais, já que um dos principais mercados para esse segmento é através da venda institucional para o PNAE, o que afetou a renda das agricultoras e agricultores e desestimulou a continuação da produção.

Como resultado, houve um aumento nos preços dos alimentos, uma vez que há a diminuição da oferta de produtos e uma clara política econômica neoliberal que acirrou as desigualdades no Brasil. De acordo com a ANA (2021), a agricultura familiar vive em constante vulnerabilidade, sofrendo os impactos do isolamento social e do fechamento das feiras, e corte dos recursos destinados às compras institucionais, reduzindo os espaços e canais de comercialização dos produtos.

Este cenário também foi observado na pesquisa do nordeste, uma vez que em relação a comercialização 50% vendiam na sua comunidade; 18% porta a porta; 14% Feira; 6% Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e 4% Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sobre o impacto vinculado à renda e trabalho familiar, 51% foram fortemente impactadas: 28% perderam seu trabalho; 23% algum

membro da família perdeu o trabalho (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Impacto da COVID-19 na renda e trabalho da sua família



Fonte: Pesquisa “O impacto da COVID-19 na vida das mulheres”. Pernambuco/ Brasil, 2020.

Na pesquisa quando perguntamos sobre o acesso de algum membro familiar ao auxílio de emergência do governo federal, 76% das mulheres rurais responderam que puderam acessar o auxílio emergencial do governo federal¹². Na amostra, das que receberam o subsídio emergencial, 56% receberam o valor de R\$600,00 e 40% receberam o valor de R\$1.200,00.

Destacamos que a importante política pública emergencial que seria dirigida à agricultura familiar para ajudar a administrar a situação financeira e manter a produção de alimentos das mulheres rurais e suas famílias foi vetada pelo atual presidente do Brasil. O Projeto de Lei (PL) 735/20, previa um pacote de medidas para o setor que propõe a concessão de auxílio de cinco parcelas de R\$ 600 para agricultores/as familiares, pescadores/as, extrativistas, entre outros¹³. Com este

¹² O auxílio foi aprovado após várias disputas entre o poder legislativo e executivo, com a proposta inicial, pelo atual presidente da república Jair Bolsonaro, no valor de R\$200,00. O auxílio foi aprovado na Câmara de Deputados/as no valor de R\$600,00 e R\$1.200,00 para as mulheres chefes de família.

¹³ O PL 735/20 foi aprovado em julho de 2020 pela Câmara e em agosto pelo Senado a partir de uma articulação dos partidos de oposição. Além do benefício de R\$ 600 Bolsonaro [vetou ainda trechos](#) como o que



contexto de pandemia e isolamento social, o escoamento da produção das/os agricultoras/es familiares ficou extremamente prejudicado pela suspensão das feiras populares, eventos, entre outros, efeitos das medidas para evitar a propagação da COVID-19.

Em relação ao trabalho doméstico da amostra do nordeste, 93,2% das entrevistadas afirmaram que o trabalho doméstico aumentou no contexto da quarentena e 69,5% afirmam que se sentem sobrecarregadas. Para além do trabalho doméstico e de cuidados, o seguimento às atividades escolares das crianças também foi apontado como um fator de sobrecarga porque são as mulheres que se responsabilizaram por esta tarefa na família. O difícil acesso à internet e o pouco entendimento das tecnologias de educação virtual e a distância geraram dificuldades para acompanhar a educação dos/as filhos/as e o acesso às políticas públicas como o auxílio emergencial.

A pesquisa realizada pela SOF – Sempreviva Organização Feminista – “*Sem parar, o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*”¹⁴ que alcançou mais de 2.600 mulheres brasileiras, demonstrou que no período do isolamento social, 50% das mulheres passaram a apoiar ou se responsabilizar pelo cuidado de outra pessoa. Entre essas mulheres, 80,6% passaram a cuidar de familiares, 24% de amigos/as e 11% de vizinhos. (SOF, 2020).

O recente relatório “*Tempo de cuidar*”, realizado pelo Instituto OXFAM, também sinaliza a sobrecarga do trabalho doméstico na vida das mulheres, onde são elas as responsáveis por 75% dos trabalhos de cuidados no mundo, corroborando que a situação de calamidade pública gerada pela pandemia colocou as mulheres em maiores vulnerabilidades em relação ao trabalho de cuidados e

garantia um programa de fomento para apoiar a atividade da categoria. A ideia deste último era subsidiar o público-alvo do PL com R\$ 2.500 em parcela única para cada unidade familiar de produção durante a vigência do estado de calamidade pública, gerado pela COVID-19. Para as mulheres rurais, por exemplo, o valor era mais alto, chegando a R\$ 3 mil. Ao vetar os trechos, o presidente alegou falta de estimativa sobre o impacto financeiro do pacote de medidas. No entanto, a decisão só pode ser revertida [pelo Congresso Nacional](#), em caso de derrubada do veto, que ainda não tem data para avaliação pelo plenário. (BRASIL DE FATO, 2021).

¹⁴ Para saber mais: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br>



expondo a crise da injusta divisão sexual do trabalho no campo e na cidade.

Desde os primeiros meses de 2020 a pandemia se arrasta de forma a intensificar a sobrecarga de trabalho e invisibilizar a desigual divisão sexual do trabalho, que precisa ser vista como uma desigualdade violenta no cotidiano das mulheres.

Com o objetivo de visibilizar este contexto de sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados como uma das formas de violência de gênero que impacta diretamente na vida das mulheres rurais e sua saúde emocional, psíquica e física, e buscando visibilizar e denunciar esta questão, provocando um debate para a sociedade e as organizações e movimentos sociais do campo agroecológicos no Brasil, a Rede de Feminismo e Agroecologia do Nordeste¹⁵ adapta a campanha *“Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico: Ficar em Casa é uma questão de saúde, dividir tarefas e viver sem violência também”*¹⁶.

A violência de gênero é um fator impactante durante o isolamento social, onde as vítimas ficam desassistidas e impossibilitadas de realizar denúncias e/ou pedir ajuda a redes de apoio e familiares. Da amostra, um 12,9% sofreu alguma forma de violência: 8,4% não realizaram denúncia, contra 0,6% que o fizeram. Enquanto 3,9% não se sentiram à vontade para responder. Sendo que 60% das mulheres responderam que não existem delegacias especializadas para realizar a denúncia, o que representa uma subnotificação dos dados.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP os casos de

¹⁵ A Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste (REDE), composta por um amplo leque de atores sociais, entre eles estão as 3 universidades Federais, 22 ONGs do campo agroecológico, 3 movimentos sociais feministas como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural –MMTR-NE, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB, Movimento das Mulheres Camponesas –MMC e 2 movimentos mistos como o Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –MST. A REDE foi fundada em 2014 e atua a partir de ações articuladas com atores nos territórios da região nordeste do Brasil nos seguintes eixos temáticos: elaboração e proposição de políticas públicas; construção de metodologias participativas; análises e sistematização de experiências e processos de formação e capacitação de grupos de mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, especialmente no contexto do sistema de ATER, visando sua qualificação.

¹⁶ Para saber mais <https://www.facebook.com/pg/peladivisaojustadotrabalhodomestico/posts/>
<https://www.youtube.com/watch?v=ov0Ar44SuzA>



violência de gênero na pandemia em março de 2020, quando o país decretou estado de emergência e estados como São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará iniciaram distanciamento social, houve o aumento de 38,9% em femicídios em comparação com o mesmo período do ano anterior. (FBSP, 2020).

A crise sanitária, socioeconômica e de cuidados provocada pelo avanço do vírus e o desafio que isso implica para o nosso país, tem colocado na mesa um debate urgente sobre a necessidade de construir políticas públicas que possam tornar visível, reconhecer e valorizar o trabalho de cuidados historicamente feminizado. Se trata de um debate em construção que afeta todas as esferas da vida social, econômica e política. Nesse contexto, é imprescindível considerar de forma interseccional como se visibiliza o trabalho realizado historicamente pelas mulheres rurais e identidades feminizadas nos espaços comunitários, nos quais se concentram grande parte das tarefas e responsabilidades que atuam como extensão das tarefas não remuneradas que desempenham nas comunidades e casas.

Observamos, portanto, que o impacto negativo da pandemia é exacerbado em populações historicamente excluídas desde sua condição de gênero, classe, étnico-racial ou de residência, sendo a violência de gênero e a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados são fatores que impedem as mulheres rurais, indígenas e negras de exercerem uma vida digna e livre de violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo observou-se que no contexto rural, que outros agravantes afetam a vida das mulheres rurais. A insegurança alimentar e a fome, o difícil acesso a água potável e acesso à internet (direito à comunicação, informação e educação formal), o escasso acesso aos serviços nas comunidades rurais como bancos, postos de saúde, hospitais, agências de correios ou lotéricas (que servem como serviços bancários), a falta de perspectiva para as mulheres jovens foram apontados por elas como algumas das dificuldades que se intensificam neste momento da pandemia,



tornando mais complexa a rede e o circuito das violências contras os corpos feminizados e racializados.

Destacamos o processo de cortes e redução das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, principalmente para as ações de compras institucionais, apoio à assessoria técnica e produção agroecológica. É um processo que aprofunda as desigualdades estruturais, de gênero, do racismo, da fome, da insegurança alimentar, do acesso a recursos etc. Isso tem impacto direto na vida das mulheres rurais, uma vez que são elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados e pela produção para o autoconsumo, gerando uma sobrecarga de trabalho.

Garantir a infraestrutura de produção e comercialização, como a melhoria da nutrição desde a perspectiva agroecológica no combate à fome, torna-se urgente, assim como a retomada das ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) com perspectiva de gênero, linhas de crédito e fomento aos quintais produtivos é fundamental neste momento.

Para as mulheres negras, a vulnerabilidade estrutural do racismo aprofunda ainda mais as desigualdades socioeconômicas e culturais. Portanto, a inclusão nas políticas de emprego e proteção social, como a política de habitação, é essencial. A injusta divisão sexual trabalho, a violência gênero contra a mulher e o racismo são questões fundamentais a serem combatidas como condição para superar uma vida de opressão e desigualdades no campo e na cidade.

Esperamos que esta pesquisa possa fornecer informações e elementos para a formulação e planejamento de políticas públicas com uma perspectiva de gênero e anti-racista, voltadas principalmente para o período pós-quarentena/vacinação no Brasil, com ações voltadas ao combate a violência e para a Soberania e Segurança Alimentar, ATER de gênero e programas emergenciais.

Dessa forma, a pesquisa ainda busca saber: Quem cuida da cuidadora? Quais são os obstáculos em relação às questões de trabalho, produção



agroecológica, violência de gênero e institucional, organização social e participação política? Como reconhecer e visibilizar as estratégias das mulheres em seus territórios a partir de ações e mobilizações para a manutenção dos laços de organização comunitária e do "Bem viver" sem essencializar e politizar o trabalho de cuidados? Quais são os desafios para a agroecologia e para os feminismos a partir do impacto da COVID-19 na vida de mulheres rurais, indígenas e negras?

Algumas questões permanecem abertas após a realização deste trabalho, as quais são fundamentais para podermos analisar as novas dinâmicas no mundo rural heterogêneo a partir de uma perspectiva feminista interseccional. É imprescindível analisar o papel do Estado e o poder de agência dos diferentes atores no campo da implementação de políticas públicas com uma perspectiva de gênero, antirracista e agroecológica em relação às feminilidades mais vulneráveis do campo. Portanto, seguimos buscando encontrar reflexões que dêem conta dessas questões e do problema central do estudo, voltado principalmente para o período pós-quarentena/vacinação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência IBGE. 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 20/03/2021.

ANA. Já dormi várias vezes na sala de aula com fome”, desabafa estudante que defende a importância da alimentação escolar. 2021. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2021/02/25/ja-dormi-varias-vezes-na-sala-de-aula-com-fome/>>. Acesso em: 20/03/2021.

ANTRA. Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020. 2020. Disponível



em: <https://antrabrazil.org/category/violencia/>. Acesso em: 25/03/2021.

Brasil de Fato. Sem auxílio, agricultores acumulam prejuízos e pedem derrubada a vetos de Bolsonaro. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/16/sem-auxilio-agricultores-acumulam-prejuizos-e-pedem-derrubada-a-vetos-de-bolsonaro>>. Acesso em: 22/03/2021.

Coronavírus/Brasil. COVID-19 Painel Coronavírus. 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 22/03/2021.

Bidaseca, Karina, Costa, Michelly, Brighenti, Maura, Ruggero, Santiago. El impacto del COVID-19 en la vida de las mujeres afrodescendientes, indígenas, campesinas, migrantes, trans, disidencias, trabajadoras de cooperativas, de la economía solidaria y de barrios populares, cuyo informe es publicado por la UNIDAD CORONAVIRUS (MINMGD-CONICET-MINCYT). 2020.

FBSP. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 – ed. 3 24 de julho de 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>>. Acesso em: 14.12.2020.

Instituto OXFAM. Tempo de Cuidas: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://plan.org.br/relatorio-oxfam-trabalho-domestico/>>. Acesso em: 12/01/2021.

JALIL, Laetícia. COSTA, Michelly. SILVA, Luisa. OLIVEIRA, Socorro. O IMPACTO DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES RURAIS DO NORDESTE DO BRASIL. Cadernos ABA. 2021. No Prelo.

Moraes, Lorena, Shana, S. Sieber, Funari, Juliana. Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de covid -19. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21574/13157>. Acesso em: 27/03/2021.

RTVE. El mapa mundial del coronavirus. 2021. Disponível em: <<https://www.rtve.es/noticias/20200821/mapa-mundial-del-coronavirus/1998143.shtm>>. Acesso em: 22/03/2021.

Sirvent, M. T. El Proceso de Investigación (2ª edición -revisada, 2005). Investigación y Estadística I Cuadernos de la Oficina de Publicaciones de la Facultad de Filosofía



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



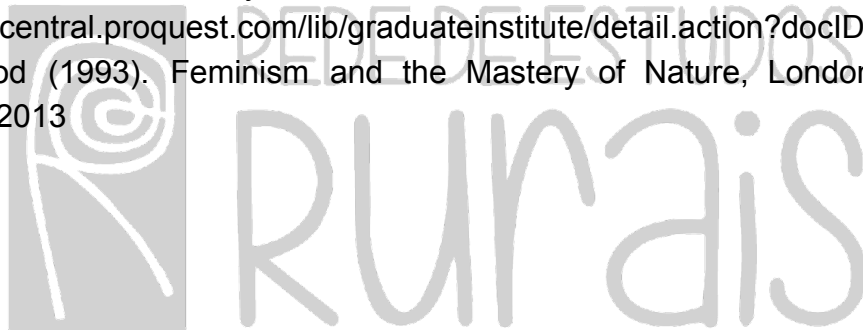
y Letras (Opfyl). 2005.

SOF. Sem parar, o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em:

<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em 27/03/2021.

Shiva, Vandana. Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo. Madrid: Hora y Hora. P 19-75. 1995.

Underberg M, Natalie y Zorn, Elayne. Digital Ethnography: Anthropology, Narrative, and New Media. University of Texas Press, 2013. ProQuest Ebook Central, <http://ebookcentral.proquest.com/lib/graduateinstitute/detail.action?docID=3443656>. Val Plumwood (1993). Feminism and the Mastery of Nature, London-New York, Routledge. 2013





MULHERES RURAIS: DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO PRODUTIVO E OS EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA COMERCIALIZAÇÃO PARA O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Ádria Oliveira dos Santos¹

Edilan de Sant'Ana Quaresma²

Daniele Wagner Silva³

RESUMO

Este artigo apresenta, a partir do estudo de caso das mulheres rurais da RMS, a temática da participação do trabalho feminino no campo e a inserção no PAA como estratégia de promoção da autonomia econômica. Tem como objetivo analisar a participação das mulheres rurais no processo produtivo e na comercialização ao PAA e seus efeitos nas dimensões social, produtiva e econômica. Este trabalho está aportado com abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando-se de dados e análise estatística, pesquisa de campo caracterizada pela realização de entrevistas. Inicialmente, pela coleta de informação na coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos, no período de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 e posteriormente, com 26 mulheres rurais residentes na RMS inseridas no programa por três anos ou mais consecutivos, entre o período de 2013 a 2016, visitando *in loco* no período de janeiro a junho de 2017. A participação das mulheres rurais no programa, propiciou conquista da autonomia econômica, aumento da renda e superação da condição de subordinação em relação aos cônjuges. A participação no programa influencia na conquista da autonomia econômica das mulheres, mas, mostra que esse é um processo em construção e se encontra em vários estágios não se consolidando ainda de forma igualitária para todas, pois os efeitos do programa vem ocorrendo de forma diferenciada entre o grupo, e principalmente no que concerne a relação de gênero, ao analisar as relações plurais que levam a subordinação e manifestação de poder entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Mulheres rurais, Programa de Aquisição de Alimentos; Autonomia econômica.

¹ Mestra em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará

² Doutora em Desenvolvimento Rural e Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará

³ Doutor em Ciências e Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará



INTRODUÇÃO

No contexto das Políticas Públicas, os desafios apresentados na implementação de ações para reconhecimento e fortalecimento da Agricultura Familiar são muitos, e principalmente para afirmação da mulher rural nas relações sociais e econômicas, assim como na produção e comercialização nos mercados.

As Políticas Públicas de fomento à Agricultura Familiar têm assegurado a inserção dessa categoria nos mercados com o objetivo de propiciar melhorias sociais, econômicas e de estimular a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida. Nesse sentido, diversas iniciativas e ações do governo federal para a comercialização dos produtos, em especial para as mulheres do campo, foram conquistadas.

No município de Santarém, Santos, Sousa e Monte (2015) destacam que a inserção das mulheres como fornecedoras de produtos agrícolas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi um marco importante para a Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Santarém (RMS). As mulheres conseguiram inserção no mercado de produtos agrícolas locais, atendendo as demandas do PAA, abastecendo o mercado local ou fornecendo matéria-prima a serem processadas em indústrias e supermercados.

Ao analisar a participação das mulheres rurais no PAA, é possível identificar em que medida essas mulheres estão acessando a renda obtida, no que se refere a condição feminina no contexto rural. Autoras como Heredia e Cintrão (2006) e Siliprandi e Cintrão (2011) em seus estudos, destacam que a participação das mulheres rurais, sejam no ambiente doméstico ou processo produtivo, são importantes para a manutenção do sistema agrícola familiar. Dessa forma, a participação das mulheres rurais em programas desse porte é fundamental tanto para elas quanto para o desenvolvimento local (VALERIANO, 2012).

Este artigo insere-se nesta discussão e pretende apresentar, a partir do estudo de caso das mulheres rurais da RMS, a temática da participação do trabalho feminino no campo e a inserção no PAA como estratégia de promoção da autonomia econômica. O objetivo é analisar



a participação das mulheres rurais no processo produtivo e na comercialização ao PAA e seus efeitos nas dimensões social, produtiva e econômica.

A trajetória metodológica se dá a partir da abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando-se de dados e análise estatística, e pesquisa de campo caracterizada pela realização das entrevistas. Inicialmente, pela coleta de informação na coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos, no período de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 e posteriormente, com 26 mulheres rurais residentes na RMS inseridas no programa por três anos ou mais consecutivos, entre os anos de 2013 a 2016, visitando *in loco* no período de janeiro a junho de 2017.

AS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DO PAA

Os mercados institucionais têm conquistado espaços na agenda política do Brasil de forma crescente, espaços estes onde ocorrem trocas e tem como principal agente o Estado ou outra instituição pública assumindo papel central por meio das compras públicas.

Nesses mercados podem ser realizadas compras por meio de licitações, chamadas públicas e dispensa de licitação destinando os alimentos adquiridos aos programas e políticas sociais, utilizando recursos exclusivamente governamentais para as compras. Segundo Grisa (2010), o mercado institucional se configura dentro de uma estrutura particular de redes de trocas, pré-determinadas por marcos legais e práticas sociais pactuadas por um conjunto de atores e organizações, tendo o Estado com a atribuição principal de realizar as compras públicas.

A autora analisa que os mercados institucionais constituem-se como um tipo específico de relação de troca em que o Estado é o responsável por intermediar e financiar a compra de produtos dos agricultores familiares e distribuir à consumidores que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, a exemplo do que ocorre no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que se apresenta como canal de comercialização, tendo como



intermediário o Estado, complementando diferentes estratégias comerciais realizadas pelos agricultores (GRISA, 2010).

Os mercados institucionais foram implantados com intuito de responder as formas de mercados que causavam o estrangulamento dos pequenos agricultores. Nesse sentido, se apresenta a necessidade de analisar o formato de inserção dos agricultores, como possibilidade de verificar em que estratégias de comercialização estão associados, sejam elas em proximidade com particularidades empresarial, tendo esta, maior poder e controle nas vendas dos agricultores ou em mecanismos que geram autonomia a estes (SALGADO et al. 2015).

A construção desses mercados ganha maior notoriedade e espaço na agenda das Políticas Públicas a partir da criação do PAA no ano de 2003. A contribuição na execução do programa de organizações não governamentais e movimentos sociais rurais, trazendo como pauta a necessidade de ampliação e aprimoramento nos seus mecanismos, assim como a construção de novas estratégias, foram fundamentais nesse processo de construção (GRISA; PORTO, 2015).

O PAA por se tratar de política direcionada à segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva dos agricultores familiares, ilustra esse cenário de mudanças. Possui o objetivo de promover a articulação da agricultura familiar com programas sociais, operacionalização da compra diversificada de produtos da agricultura familiar e garantir a doação às entidades participantes de programas sociais, como escolas, associações e entidades filantrópicas (BRASIL, 2003).

Sua origem está circunscrita no Programa Fome Zero (PFZ), numa estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso à alimentos. Esse Programa tem como pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário e de forma digna à alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da



saúde, implicando que o Estado deve garantir o acesso à estes consumidos pela população, através de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional (SANTOS, 2016).

A execução do PAA pode realizar-se por meio de diferentes modalidades: Compra Direta da agricultura familiar, Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoque pela agricultura familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite e Aquisição.

Destaca-se que o maior desempenho do PAA ficou concentrado na modalidade “Compra com Doação Simultânea” que opera com recursos do MDS. O êxito desta modalidade em relação as demais se dá pelo fato desta “[...] incentivar a diversificação de produtos, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada [...]” (Grisa et.al., 2011, p.36), como hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, obtidos direto do agricultor para serem entregues às entidades beneficiárias do programa.

Como destaca Siliprandi e Cintrão (2011, p. 21), “a modalidade de Compra com Doação Simultânea tem um grande potencial de ser “apropriada” pelas mulheres rurais, seja individualmente ou através de grupos produtivos”. Nesse sentido destacamos a importância da participação da mulher nas Políticas Públicas voltadas para agricultura familiar, a exemplo do PAA.

Um diferencial do PAA é a criação da cota mínima (40%) para o gênero feminino, estabelecido pela Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, sendo importante estratégia para ampliar a igualdade de gênero e superar a invisibilidade das mulheres no contexto das Políticas Públicas. O Art. 5º determina a obrigatoriedade de participação de no mínimo 40% de mulheres do total de fornecedores/beneficiários, para que a associação ou cooperativa possa participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta com Doação Simultânea, devendo também ser respeitados os demais critérios para a participação no PAA (BRASIL, 2011).

As mulheres assumem papel de destaque nos mercados institucionais, como o PAA, de tal forma que, a consolidação do trabalho e renda das mulheres no campo tem grande

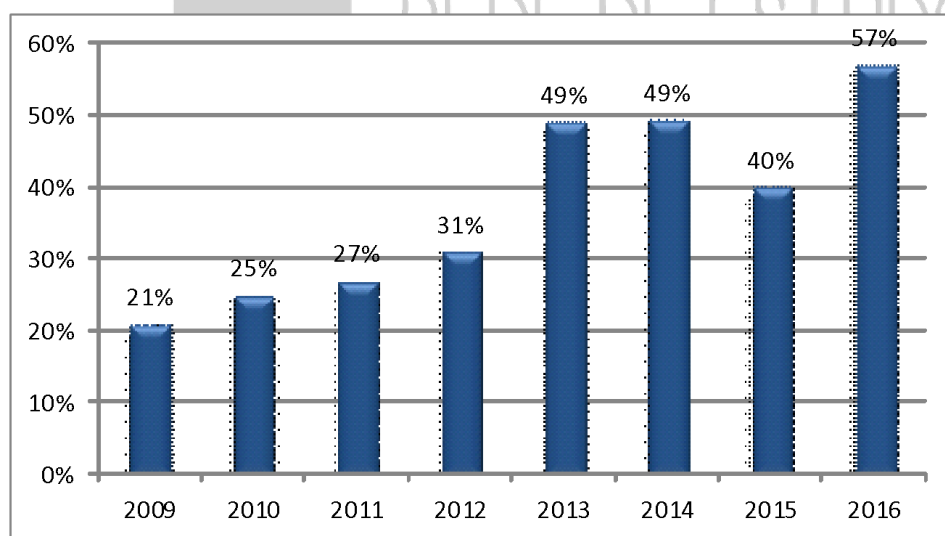


contribuição no fortalecimento da segurança alimentar de suas famílias, uma vez que “são elas as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família” (ANDRADE, GOMES Jr, 2013, p. 398).

A geração de renda para as mulheres é um indicativo de melhoria da sua condição socioeconômica, autonomia econômica e da ampliação e potencialização da sua organização produtiva. Nesse sentido, as políticas governamentais assumem importante papel de desenvolver ações que visem minimizar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, por meio da valorização e fortalecimento da integração e acesso ao PAA (RODRIGUEZ, 2010).

A participação das mulheres no PAA a nível nacional alcançou 57 % em 2016 (ver Gráfico 1), consolidando a valorização de sua mão de obra, aumento da renda e a garantia de sua inserção socioeconômica.

Gráfico 1 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016



Fonte: Compêndio de Estudos Conab (2017).

A evolução da participação das mulheres no PAA, propicia mudanças significativas na questão econômica. Ao destacar as mudanças positivas, Doretto e Michelloon (2007) assinalam que a facilidade de comercialização promovida pelo programa melhora a renda das



mesmas, possibilitando-lhes autonomia econômica. Além dessa mudança, Siliprandi e Cintrão (2011) comentam outras que influenciam nos demais aspectos da vida social das mulheres.

Ao nível da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida política (2011, p. 14).

As autoras entendem que o acesso e/ou aumento da renda por meio da comercialização dos seus produtos ao PAA, possibilita mudanças na condição de vida, entre elas, a promoção da autonomia econômica e a elevação da autoestima, devido ao reconhecimento e valorização do trabalho monetariamente (SILIPRANDI E CINTRÃO, 2011).

As possíveis mudanças decorrentes das Políticas Públicas para Agricultura Familiar, especificamente para as mulheres rurais que atuam e transitam nos diferentes meios do cotidiano, podem ocorrer nos aspectos produtivos, porém não no doméstico, assim como podem ser confirmadas no contexto comunitário por meio do envolvimento político e não se apresentarem nas dinâmicas domésticas e produtivas. Nesse sentido, se concebe a complexidade da posição da mulher e de seu papel no mundo rural (TEDESCHI, 2004).

DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO PRODUTIVO E OS EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA COMERCIALIZAÇÃO PARA O PAA

As mulheres rurais, em sua maioria, começaram a trabalhar na roça ainda com os pais, e seguem trabalhando até os dias atuais. São responsáveis por lavar, cozinhar, organizar a casa e realizar ou ajudar seus maridos nas atividades agrícolas. Essa é uma rotina comum na vida das mulheres rurais, mas que ao longo da história, teve pouco reconhecimento perante a sociedade.

A rotina dessas mulheres possui dinâmicas similares. Para a maioria as atividades iniciam-se entre 5 e 6 horas da manhã, podendo variar nos finais de semana. Ao levantarem se dedicam de forma rápida aos cuidados pessoais e logo em seguida iniciam os afazeres



domésticos, no preparo do café, cuidado com os animais domésticos e adiantamento do almoço quando não têm ajuda de filhos que possam realizar essa tarefa, e para as que possuem filhos com seus cuidados e envio a escola. Algumas tem sob sua responsabilidade o cuidado de idosos, que no período da manhã lhe acarretam a permanência na residência.

Ao participarem de organizações como dirigentes, dividem geralmente o período da tarde para resolver problemas nas organizações e os finais de semana para reuniões.

Na produção de hortaliças, devido à necessidade maior de cuidados, passam mais tempo nos espaços de produção, se próximo as residências, dividem o tempo entre o cultivo e as atividades domésticas durante todo o dia, devido a necessidade de estarem na plantação em horários distintos do dia.

O serviço doméstico, por não gerar renda, não é percebido pelas mulheres como trabalho, algumas relatam que após iniciarem os serviços domésticos de suas residências é que começam a trabalhar, muitas vezes esse serviço é considerado apenas uma extensão do trabalho na roça, tornando-se invisível e não contabilizado nas horas de jornada de trabalho. A invisibilidade do trabalho doméstico pode ser explicada por este ser considerado “trabalho improdutivo” o que na concepção marxista não geraria mais-valia, diferente do trabalho na roça, considerado nesse caso como “trabalho produtivo” que por meio dele ocorre a geração ou aumento da renda (PAULILO, 2009).

O trabalho doméstico se apresenta como atividade obrigatória e exclusiva das mulheres, sendo imprescindível sua realização por produzir alimentos e outras atividades que suprem as necessidades da família. Para Duran (1983), a responsabilidade das atividades domésticas não é uma opção das mulheres. “A menina de hoje será dona-de-casa amanhã e o treinamento para divisão do trabalho começa antes de qualquer outro. Antes do menino saber se vai ser bombeiro, executivo, agricultor, a menina já aprendeu que terá uma casa e que se ocupará dela” (p.29-30).

Desta forma as mulheres exercem jornadas duplas e/ou triplas que estão diretamente ligadas a estrutura da Agricultura Familiar, dividem seu tempo entre as atividades da roça,



serviços domésticos e os cuidados com filhos, e ainda rotineiramente precisam conviver com as desigualdades de gênero enraizada nas estruturas “harmônicas” das famílias. Ao longo da história, a estrutura familiar no contexto rural, foi considerada como um conjunto harmônico justificado pelo modo de utilizar a mão-de-obra familiar de forma melhor, mas que por vezes esconde no contexto familiar dito harmônico, desigualdades de gênero similares ao contexto urbano, mas com suas peculiaridades (BETTO, 2016).

As atividades das mulheres rurais, circunscritas nos trabalhos domésticos e nas atividades da lavoura, acarretam dedicação integral as atividades produtivas e reprodutivas, no entanto, sendo contabilizado pelas mulheres somente atividades destinadas ao trabalho produtivo dedicado à agricultura, conforme informado, destinam-se em média 9h/dia da jornada de trabalho. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD em 2014, as mulheres rurais que exercem atividades agrícolas juntamente com os afazeres domésticos, possuem jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo que totalizam 52 horas semanais, sendo 29 em trabalho reprodutivo e 23 horas em trabalho produtivo (ONU MULHERES, 2016).

A condição atribuída pelas mulheres à sua própria participação no processo produtivo, é considerado como “ajuda”. Embora desempenhem funções fundamentais na produção ou até mesmo desenvolvam todas as atividades no processo produtivo, como é caso de 46% das entrevistadas.

O trabalho feminino é visto apenas como “ajuda” no processo de produção, considerado de responsabilidade e obrigação do homem e ao mesmo tempo as atividades domésticas são praticadas predominantemente pelas mulheres, sejam mães ou filhas, consideradas de inteira responsabilidade delas. Nesse caso, as mulheres não têm seu trabalho agrícola reconhecido, ficando evidente a divisão sexual do trabalho e conseqüentemente, em muitos casos, dificultando a participação destas nas atividades econômicas.

Woortmann (1997) e Brumer, Paulilo (2004), destacam que a divisão sexual do trabalho na agricultura, propicia a posição das mulheres em condição de subordinação,



mesmo se estas exercerem as mesmas funções ou tarefas executadas pelos homens, seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”. Nesse sentido, se faz necessário ampliar o conhecimento sobre as relações de gênero na Agricultura Familiar, visto que:

A realidade das mulheres dentro da agricultura familiar é de muito trabalho e pouco reconhecimento. As agricultoras brasileiras, ainda hoje, sofrem de invisibilidade social como trabalhadoras e como cidadãs. Seu trabalho é considerado uma “ajuda” dentro da família, enquanto o homem é considerado o verdadeiro “produtor rural”; conhecimentos e experiências das mulheres, principalmente no que se refere a produção de alimentos, são menosprezados; a representação pública da família é outorgada ao homem, esperando-se que as mulheres permaneçam restritas ao mundo doméstico. (BRASIL, 2012, p. 21).

Em relação à intensidade do trabalho produtivo, 59% das entrevistadas consideram pesado e as demais 42% consideram moderado, não sendo identificado nenhuma tarefa como serviço leve. Identificados pelas mulheres como trabalho pesado, o processo de capina e limpeza da área a ser plantada, por requerer maior esforço físico e destinação de longo tempo exposto ao calor do sol, mesmo que se opte por realizar as tarefas em horários de menor incidência de calor como início e final do dia.

Os trabalhos “pesado” e “leve” assim denominados, conforme abordado por Paulilo (2016), possui diferenciação imprecisa, considerado seus significados conforme a perspectiva social analisada. A concepção das mulheres sobre o trabalho pesado, assemelha-se ao identificado na pesquisa realizada por Paulilo (2016), sobre o Sertão Paraibano, considerando que o trabalho com enxada para capina, é considerado trabalho pesado. A autora confirma, que o conceito de pesado “têm a ver com o instrumento de trabalho utilizado e com o esforço despendido durante a atividade” [...] varia de região para região, dependendo da maior ou menor necessidade que tenham as mulheres trabalhadoras no campo (PAULILO, 2016, p.84).

Ao analisar a rotina e participação das mulheres no processo de produção, observa-se que seu trabalho não se restringe a esfera doméstica, se expandindo as atividades agrícolas, principalmente na plantação, colheita, seleção e embalagem dos produtos, cuidado de animais,



trabalhos da horta, entre outros. Observado também a presença de relações de gênero de forma hierarquizada, mas também o empoderamento feminino na realização das atividades.

As decisões que são tomadas exclusivamente pelos cônjuges, se justificam pelo fato destes possuírem conhecimento superior aos delas sobre o processo de produção. Observa-se que as mulheres rurais, ainda têm dificuldades para participarem da gestão dos processos produtivos. Esse contexto pode ser explicado, porque ainda existem influências significativas do patriarcado histórico no contexto rural, que contribuem para a invisibilidade dessas mulheres na gestão do processo produtivo.

O planejamento familiar em relação aos aspectos produtivos é abordado por Siliprandi ao afirmar que:

Muitas vezes as mulheres não têm poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho direta nas lavouras e criações, e ainda nas atividades de manutenção da família. Essa situação tem mudado lentamente, no campo, após a obtenção da aposentadoria e de outros benefícios sociais (como a Bolsa-Família), que são recebidos diretamente pelas mulheres; e também com o avanço da discussão sobre a necessidade de garantia da autonomia econômica das mulheres, proposta por certos movimentos; porém, isso não é a regra na agricultura familiar. (SILIPRANDI, 2011, p.7).

O papel da mulher no meio rural, sempre esteve presente no cotidiano, seja em atividades realizadas no plantio, colheita, entre outras ligadas ao processo produtivo. No entanto, não tem seu verdadeiro potencial devidamente reconhecido, no que concerne ao trabalho produtivo, ficando à margem das decisões tomadas por seus cônjuges. Nesse sentido, Giuliani (1997), corrobora ao destacar que, “no campo, a autoridade do chefe de família - do pai ou do marido - extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos” (p. 646).



Ainda no contexto do trabalho produtivo, a tomada de decisão no planejamento da produção, também é vislumbrado em forma de parceria entre as mulheres e seus cônjuges. Sendo percebido pelas mulheres como forma de fortalecer as relações familiares, fazendo parte da vida conjugal a tomada de decisão de forma conjunta.

A participação das mulheres nos processos de decisão, mesmo que em parceria com seus cônjuges, demonstram a possibilidade de autonomia, não direcionada para a questão econômica, mas no que refere a ter voz e poder de decisão. Representa também, credibilidade ao seu trabalho executado, pois a sua participação nas decisões dos espaços produtivos interfere de maneira efetiva na garantia da produção. O envolvimento nas decisões de produção, comprovam que o trabalho das mulheres extrapola aos trabalhos da esfera doméstica.

Ao longo de décadas as mulheres rurais vêm lutando pela implementação de Políticas Públicas que contribuem para a conquista de igualdade de direitos, tendo estas, papel fundamental no processo produtivo e na sustentabilidade. Nesse sentido, entre as mulheres entrevistadas, destacam-se as que são responsáveis pela tomada de decisão quanto à produção, sendo consideradas também arrimo de famílias, assumindo a responsabilidade do sustento da família, seja por serem mães solteiras, viúvas ou por questões de doença do cônjuge.

Ao tomarem a frente no processo produtivo, as mulheres assumem papel importante, principalmente, no sustento da sua família. Em síntese, demonstram a conquista da autonomia, mesmo que esta tenha vindo por motivo de necessidade de assumir a responsabilidade produtiva. Ao se apresentarem como principais ou únicas tomadoras de decisão, comprovam a condição de emancipação individual se tornando protagonistas de suas próprias histórias.

Vale ressaltar, que a condição de principal responsável pela toma de decisão, possibilita a essas mulheres o seu próprio reconhecimento quanto a serem conhecedoras e manipuladoras no processo produtivo, reconhecendo-se como sujeitos em nível de igualdade enquanto ser humano, além de possibilitar a conquista de sua autonomia.



A participação das mulheres rurais nos espaços de produção e no poder de decisão é uma importante conquista no espaço até então ocupado exclusivamente por homens. De acordo com o II Plano Nacional de políticas públicas para as mulheres, deve ser assegurado o poder de decisão, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2012).

Em relação as práticas produtivas, 81% das mulheres desenvolvem a agricultura convencional, destacando alguns casos no processo de transição para produção orgânica por incentivo do PAA. O programa com o intuito de buscar a ampliação da participação de beneficiários fornecedores de produtos orgânicos e agroecológicos, incentiva as agricultoras a desenvolverem a produção em base agroecológicas ou orgânicas. Nesse sentido, a produção de 19% das mulheres entrevistadas já se enquadra nos critérios estabelecidos pela Lei Nº 10.831/2003.

Com efeito, o programa paga um preço 30% superior para os produtos cultivados em sistemas produtivos ecologicamente manejados. Para que esse percentual seja pago às agricultoras, é necessário cumprir a exigência da participação de pelo menos 5% de produtores orgânicos ou agroecológicos do total de fornecedores beneficiários em conformidade com Lei nº 10.831, de 23.12.2003 e o Decreto nº 6.323 de 27.12.2007 que regulamentam os produtos orgânicos.

No município de Santarém, o programa desde sua implementação, vem buscando alternativas junto aos órgãos responsáveis pelo acompanhamento dessas agricultoras e entidades de assistência técnica, no intuito de alcançar esse percentual. No entanto, devido as dificuldades encontradas no processo produção e certificação, ainda não foi possível atingir a cota mínima exigida pelas normativas do programa.

Sobre a atividade agrícola, Cordeiro (2007) ressalta a influência do PAA sobre os investimentos dos agricultores familiares nos modelos agrícolas de bases agroecológicas e



orgânicas, uma vez que o programa incentiva esses modelos de produção, atribuindo preços superiores aos dos produtos cultivados no modelo agrícola convencional. Além do mais, Grisa et al., (2011) pontuam que o PAA estimula a produção e o consumo de alimentos regionais, o que “significa o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vinham sendo esquecidos” (GRISA et al., 2011, p. 149).

Contribuindo Ploeg e Long (1995), acrescentam que a agroecologia propiciou reivindicações no que concerne a processos de geração de “autonomia” e empoderamento dos agricultores familiares. Contribuiu para que a importância do papel dos agricultores, em especial das mulheres, principalmente para que os espaços produtivos e reprodutivos fizessem parte de debates e discussões.

Muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres rurais na realização das atividades produtivas, sejam em formatos convencionais, mas principalmente na produção orgânica. Entre os quais, destaca-se a manifestação de pragas nas plantações, principalmente dos espaços produtivos que estão localizados as proximidades dos campos de monoculturas (soja e milho).

O uso de agrotóxicos nesses campos, afugentam as pragas que se redirecionam para as produções das mulheres rurais, causando em muitos casos, sérios prejuízos, principalmente nas produções que exercem as práticas orgânicas. O modo como é realizado a produção orgânica, com uso de defensivos naturais, tem maior possibilidade de pragas do que as plantações com uso de defensivo industrial com maior agressividade, ocasionando perdas significativas na produção.

Outro fator relevante no que concerne ao fortalecimento produtivo se refere ao acesso a linhas de créditos. As mulheres fornecedoras do PAA estão distribuídas por enquadramento no PRONAF conforme os grupos seguir: 42,3% Pronaf B, 50% PRONAF V (Variável), e 7,7% PRONAF A. Por meio do acesso aos programas de crédito, foi possível investir em equipamentos, insumos, entre outros produtos, que possibilitaram aumento na produção e também melhores condições de trabalho.



O Pronaf-Mulher tem ganhado significativo espaço na perspectiva de fortalecimento da Agricultura Familiar. No entanto, cabe destacar que em relação as desigualdades de gênero no contexto rural, o incentivo de acesso as linhas de créditos da categoria ao longo dos anos, tem se mostrando tímido em termos de propiciar melhorias nas condições de vida das mulheres rurais (ALVES, 2006).

As políticas rurais recentes, propiciam às mulheres rurais acesso à financiamentos disponibilizados por meio de políticas de crédito rural, com o intuito de promover ações para que estas possam participar efetivamente das decisões e tarefas desenvolvidas nos espaços produtivos.

O PAA se apresenta como importante canal para venda da produção, devido oferecer preço acima do valor do mercado local. Nesse sentido, com a inserção das mulheres no programa os produtos começaram a ser produzidos tendo como destino prioritário o PAA. Gomes e Bastos (2007), ao destacarem a implementação do programa em outros municípios brasileiros, asseveram que o programa não tem propiciado a criação de novos canais de comercialização, se tornando o programa por vezes o único destino da produção estimulado por essa política.

Quanto às tarefas voltadas para a comercialização da produção, as mulheres possuem participação ativa, sejam em atividades bancárias, definição e seleção dos produtos a serem comercializados, busca de financiamento para melhorar a produção, entre outras, que eram desenvolvidas predominantemente por homens.

A inserção das mulheres no PAA tem impactos socioeconômicos significativos. Por meio do programa, buscaram sua autonomia econômica, conquistaram novos espaços de produção e inseriram novas técnicas agrícolas. O envolvimento em organizações sociais e de produção foi um instrumento fundamental para a participação nessa Política Pública. Assim, contribuiu com o desenvolvimento das atividades, conquista de novos mercados, realização do planejamento produtivo e econômico familiar e possibilitou aumento da renda. Além de



contribuir para o crescimento da atividade feminina e com a organização de movimentos autônomos de mulheres.

O PAA é percebido como a melhor opção de mercado para as mulheres agricultoras, o que acaba sendo um desafio para o programa, pois o mesmo foi criado com intuito de comprar o excedente da produção, mas, na prática está servindo como principal canal de comercialização da produção.

A produção comercializada anualmente pelas agricultoras ao programa é de 700 kg em média, o que gera rendimentos médio de R\$ 5.200,00 mil, representando aproximadamente 30% da renda familiar anual. Para 50% das mulheres esse valor é considerado parte complementar a sua renda, 46% relatam ser parte significativa e 3,8% maior parte da renda. Com o acesso a esse canal de comercialização, foi possível aumentar e diversificar a produção, tendo como garantia o mercado fixo e valorização da produção.

O acesso a canais de comercialização além do PAA, precisa ser fortalecido para que as mulheres rurais não tenham dependência da comercialização ao PAA como mercado principal de sua produção. Principalmente pelo fato do programa se constituir como canal de comercialização que possui limites anuais de valor para aquisição dos produtos, além de incerteza quanto a disponibilidade de recursos para execução.

Dentre as temáticas abordadas, uma questão trazida pelo estudo trata da participação das mulheres na gestão dos recursos recebidos pela comercialização dos produtos ao PAA, considerando que formalmente o nome delas (o seu CPF) consta nos contratos do PAA e que, conseqüentemente, recebem o pagamento no seu nome e/ou na sua conta corrente. Observou-se a existência de diferentes formas no processo de decisão e gestão no uso desses recursos dentro das unidades familiares.

A pesquisa aponta que 15% das mulheres entrevistadas não possuem participação na gestão dos recursos, ficando sob a responsabilidade exclusiva do seu cônjuge. Embora sejam detentoras do cadastro e também executoras das atividades agrícolas, não têm o poder de decisão dos gastos e conseqüentemente, não têm acesso à renda gerada por seu trabalho,



demonstrando que o programa, propicia renda a essas mulheres, mas não o poder de decisão desses recursos.

Nesse sentido, Siliprandi e Cintrão (2011), destacam que de modo geral, o PAA beneficia toda família, no entanto, existem fortes indícios da privação da mulher na tomada de decisão e no usufruto do recurso, destacando que para as mulheres, ter seu dinheiro fruto do seu trabalho, separado dos homens é significativo para sua autonomia. “Ter seu próprio dinheiro, não precisar “pedir ao marido” ou “prestar contas” dos gastos é bastante valorizado por muitas mulheres” (p. 23).

Identificou-se que 65% das decisões são tomadas conjuntamente com o cônjuge, para essas mulheres ter acesso aos recursos em seu nome, é uma forma de propiciar, no momento de definir os gastos prioritários no domicílio, um processo de negociação com seu cônjuge.

Ainda no que concerne a gestão dos recursos, 20% das mulheres entrevistadas, possuem o poder de decisão sobre os gastos, tendo total autonomia para uso do recurso conforme suas necessidades e desejos. “A conquista de uma maior independência financeira para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é uma das questões importantes que vem sendo colocada” (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 13).

Os recursos recebidos do PAA, trouxeram possibilidades as agricultoras que até então não era possível. A aquisição de automóveis (terrestres e aquáticos), melhoria de infraestrutura doméstica como construção e reformas de suas residências que possibilitaram melhor qualidade de vida. Na produção agrícola, transformações ocorreram como o acesso ao sistema de irrigação, aquisição de insumo que possibilitaram o aumento e melhorar a produção.

A participação no PAA, propicia às mulheres rurais, estabelecer novas relações sociais, possibilitando participação ativa nos processos de decisões, o que contribui para o seu empoderamento e conquista da autonomia. O PAA como Política Pública, também assume a



estratégia de dar visibilidade às mulheres rurais, assim como, por meio de estatísticas sobre gênero, apontar perspectivas e tendências para atuação do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma análise dos desdobramentos da inserção das mulheres rurais nos mercados institucionais, especificamente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para construção da sua autonomia econômica. A relevância desse estudo, se apresenta na análise do processo de inserção destas em Políticas Públicas implementadas pelo governo municipal de Santarém, mas que atinge diretamente os demais municípios da RMS.

A análise da problemática apresentada, referente a promoção da autonomia das mulheres rurais por meio da inserção no PAA, considerou o contexto em que estão inseridas, as dinâmicas produtivas, assim como contexto mais amplo das Políticas com foco na questão de gênero, no entanto sem desconsiderar as responsabilidades da esfera municipal como principal agente de mobilização e implementação dessas políticas.

Sobre a participação das mulheres no processo produtivo, evidenciou-se jornada de trabalho dupla e/ou tripla, com a divisão do tempo entre a roça e os serviços domésticos, justificado pelo contexto histórico de desigualdades de gênero, enraizada nas estruturas “harmônicas” das famílias. Porém, o estudo aponta que as práticas produtivas das mulheres fornecedoras sofreram influência direta do PAA, possibilitando o investimento na ampliação da estrutura de produção, incremento de novas ferramentas e técnicas agrícolas como sistema de irrigação e aquisição de maquinários por meio de financiamento que se tornaram possíveis, em favor, do pagamento recebido com a comercialização no programa. Mas não foi possível perceber em que medida essas mulheres possuem capacidade de decisão sobre as questões que lhe dizem respeito, do ponto de vista emancipatório, necessitando de maior aprofundamento sobre a temática.

A participação no programa influencia na conquista da autonomia econômica das mulheres, mas, mostra que esse é um processo em construção e se encontra em vários estágios não se consolidando ainda de forma igualitária para todas, pois os efeitos do programa vem



ocorrendo de forma diferenciada entre o grupo, e principalmente no que concerne a relação de gênero, ao analisar as relações plurais que levam a subordinação e manifestação de poder entre homens e mulheres.

O PAA é um importante canal de comercialização com possibilidades de agregar valor, mas, que possui limitações estruturais, técnicas e orçamentárias, que afetam diretamente a inclusão produtiva e/ou permanência das agricultoras no programa. Assim como também socializar com os setores interessados para que possa subsidiar na melhoria do desenvolvimento de Políticas Públicas que visam principalmente, a promoção de autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inserção delas nas atividades de produção e comercialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. F. P. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais**: discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, Quito. v. 1, p. 1-24. 2006.

ANDRADE, É. R.; GOMES JUNIOR, N. N. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 2, p. 392, 2013. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/14327/10749>. Acesso em: 10 Jun. 2018.

BETTO, J. CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR, TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES “JOVENS CAMPONESAS”. 2016. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8931/BETTO%2c%20JANAINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 Jun. 2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: edição especial*, Brasília, v.2, n.4, dez. 2012. Disponível



em:<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/revista-observatorio2-30-11-final1.pdf>>.

Acesso em: 27 Abr. de 2018.

BRASIL. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Diário Oficial da União. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=92&data=17/08/2011>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003. Diário Oficial da União. <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=03/07/2003>>. Acesso em: 02 Jan. 2017.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I. As Agricultoras do Sul do Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12(1), p. 171-174, jan.-abr., 2004. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100009>>. Acesso em: 20 Mar. 2018.

CORDEIRO, A. **Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: a perspectiva dos beneficiários.** Brasília: Conab, 2007. 76 f.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (orgs.). Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v.7. n. 27, 2007. p.107-138.

DURAN, M. A. **A dona de casa: crítica política da economia doméstica.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

GIULANI, P. C.. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade Brasileira. In: História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org). São Paulo: contexto, 1997.

GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. Sociedade e desenvolvimento rural. v.1, n.1, 2007.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). G&DR. v. 6, n. 2, p. 97-129, mai-ago/2010, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em : <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/274/193>>. Acesso em: 10 Jan 2018.

GRISA, C.; PORTO, S. I. **Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural.** In: Catia Grisa e Sergio Schneider. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 155-182.



GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S.. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. Retratos de Assentamentos, v. 13, p. 137-170, 2011

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Revista Nera. Presidente Prudente, ano 9, n. 8, Jan/Jun. 2006, p. 21. Disponível em: < <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

ONU MULHERES. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social. (Encarte Brasil). Brasília: ONU, 2016.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. S. (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 179 – 202

PAULILO, M. I. S. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016.

RODRIGUEZ, G.. **A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social**: o papel das políticas públicas, in Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2010, p. 31-40.

SALGADO, R. J. S. F. et al. Estimação da cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos para os municípios brasileiros. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53, João Pessoa, 2015. Anais... João Pessoa: SOBER, 2015. Disponível em< <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/5075.pdf>>. Acesso em: 20 Mai. 2017.

SANTOS, Á. O.. **Mulheres agricultoras familiares no programa de aquisição de Alimentos – PAA**: a experiência no município de Santarém-PA, 2016, 65f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará.

SANTOS, Á. O.; MONTE, L. F. O.; SOUSA, W. L.. A Importância do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para as agricultoras familiares, dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cooperadas da COOMAPLAS em Santarém\Pará. 2015. p. 17. Disponível em:< <http://200.201.88.178/conape/anais/1597.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

SILIPRANDI, E. CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: Autonomia e cidadania: políticas de organização



IX ENCONTRO DA
**REDE DE ESTUDOS
RURAIS**

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. –Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

SILIPRANDI, E.. **Mulheres Agricultoras no Brasil**: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. Pensamiento iberoamericano, v. 9, p. 169-184, 2011. Disponível em< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

TEDESCHI, L. A. **Meu nome é “ajuda”**: a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na região noroeste do Rio Grande do Sul. Contexto e Educação. ano 19, n. 71/72, p. 45-64, 2004

VALERIANO, C. A. N.. **O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local**: o caso da CRP-doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará. Belém, 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação

WOORTMANN, E.. **Da complementaridade à dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Série Antropologia, Brasília: s.n, 1991. Disponível em: <https://mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-decontas/Relat_SE_MDA.pdf> Acesso em: 10 Jul. 2017.



REDE DE ESTUDOS
RURAIS



POS-EXTRATIVISMO, ECOFEMINISMO, ACESSO A ÁGUA E SANEAMENTO NO MEIO RURAL: UMA AGENDA EM DISPUTA E CONSTRUÇÃO

Karla Emmanuela R. Hora – Dra. em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Docente
UFG - karla_hora@ufg.br

Thaís Borges de Melo – Mestranda em Ciências Ambientais – CIAMB/UFG
thaisborrges@gmail.com

Milena Fonseca Moura - Estudante de Engenharia Civil – EECA/UFG -
milena.fonsecamoura@gmail.com

Caiene Reinier Freitas Alvarenga – Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária –
EECA/UFG - caienereinier@gmail.com

Resumo: O presente texto trata-se de um ensaio acadêmico que versa sobre a relação gênero-água-saneamento buscando discorrer sob uma perspectiva pós-extrativismo e adotando o ecofeminismo construtivista como referência para proposição de uma agenda crítica para o setor de saneamento rural. Para tal, utilizou-se da revisão da literatura para compreender como a temática é abordada desde sua inserção na agenda internacional na década de 1990 até 2020. As proposições analíticas tomaram como referência as metas apresentadas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 e 6. Em termos conceituais, toma-se o ecofeminismo como base teórica compreendendo que a ação organizada das mulheres na defesa dos seus territórios, por políticas públicas, está diretamente relacionada à luta pela conservação da natureza e o enfrentamento da superexploração do trabalho pelo capitalismo. Ao se pensar a partir do pós-extrativismo busca-se problematizar a agenda gênero-água-saneamento ancorada nas discussões dos ODS cujas proposições tendem a pautar-se em soluções técnicas e infraestrutura como condição setorial e dissociada das formas de vida e luta das mulheres rurais. Os aspectos que ancoram a sustentabilidade da vida encontram-se interrelacionados, de tal forma que, as proposições de água e saneamento devem apontar uma perspectiva de enfrentamento das desigualdades de gênero no meio rural articulando soluções infraestruturais, valorização do trabalho reprodutivo, protagonismo das mulheres, preservação e conservação ambiental. Também é importante salientar que água e saneamento são compreendidos como acesso aos recursos naturais [água] e infraestrutura e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário [saneamento]. Essa distinção é necessária, uma vez que o saneamento básico, no Brasil, é definido pela Lei 14.445 de 5/01/2007, substituída pela Lei 14026 de 15/07/2020, como o conjunto de conjunto de serviços compreendidos como: distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. Como considerações finais, apontam-se alguns elementos para ser incorporado a uma agenda crítica da relação água-gênero-saneamento: 1. Fortalecimento de sistemas mais democráticos, inclusive de gestão da água e saneamento, 2. Consolidação de uma cidadania social e ecológica, 3. Ser um instrumento de redistribuição do bem-estar, 4. Reconhecer e valorizar a contribuição dos diferentes trabalhos na produção e sustentação da vida; 5. Aportar perspectivas emancipatórias.

Palavras-chave: Gênero, Trabalho Reprodutivo, ODS.



INTRODUÇÃO

O presente texto trata-se de um ensaio acadêmico que versa sobre a relação gênero-água-saneamento que toma o pós-extratativismo e o ecofeminismo como contexto de análise para proposição de uma agenda crítica para o setor de saneamento rural. Para tal, utilizou-se da revisão da literatura para compreender como a temática é abordada desde sua inserção na agenda internacional na década de 1990 até 2020. Nessas três décadas que abrangem os estudos encontrados a relação gênero-água-saneamento as análises centram-se na ideia de ‘direito humano e disponibilidade hídrica’, ‘mensuração do acesso aos serviços pelas mulheres’ e ‘gestão da água’. Façanha (2019) e Hora (2015) registram que a incorporação da agenda gênero e água se constitui um avanço ao se pensar as estratégias para enfrentamento de gênero. A criação de marcos normativos e diretrizes para que as mulheres participem dos processos de gestão de bacias, tomada de decisão sobre uso d’água e programas de desenvolvimento rural que articulam bem-estar e infraestrutura [moradia-saneamento] com fomento produtivo [apoio a atividades produtivas geradoras de renda ou destinadas ao autoconsumo] ultrapassam a fronteira de uma solução setorial para se pensar a vida real na sua multidimensionalidade, podendo, assim, incidir sobre os processos que reproduzem as desigualdades de gênero.

As análises da agenda de futuro consideraram as metas apresentadas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 e 6. O texto é oriundo da discussão de duas iniciações científicas no âmbito do ensino de graduação em engenharia civil e engenharia ambiental e sanitária que visam identificar o estado da arte das discussões “gênero e saneamento” e “gênero e água” de modo que sirvam de subsídios para inclusão de proposições de gestão das águas e saneamento rural sob a perspectiva gênero nos Planos de Saneamento e Planos de Recursos



Hídricos em elaboração no Estado de Goiás. Em termos territoriais, as discussões ancoram-se sobre o meio rural, compreendendo-o a partir da assimetria no acesso aos serviços de água e esgotamento sanitário em relação ao urbano. Em termos de atendimento da infraestrutura na relação urbano-rural, tais assimetrias são notórias. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (IBGE, 2015), 34,51% da população rural têm acesso à rede coletora de água e 5,45% têm acesso à rede de esgotamento sanitário. No meio urbano, esta relação é 93,94% para água e 68,05% esgotamento sanitário.

Essa assimetria é entendida como resultado de uma precarização induzida ao meio rural pelo paradigma econômico hegemônico e sua agenda de espoliação dos recursos naturais. Ou seja, em termos de infraestrutura de saneamento, o meio rural não foi objeto de políticas assertivas que visavam garantir a permanência da população rural e a promoção de condições para qualidade de vida. A se considerar a divisão sexual do trabalho, e a invisibilidade do trabalho não remunerado e reprodutivo realizado pelas mulheres rurais, a ausência de água e saneamento sobrecarrega sua jornada diária de trabalhos, imputando maior penosidade na atividade de cuidados e no trabalho doméstico (GOMES, NOGUEIRA, TONELI, 2016; SILVA, SONALY, 2017; FAÇANHA, 2019). Em termos conceituais, toma-se o ecofeminismo como base teórica compreendendo que a ação organizada das mulheres na defesa dos seus territórios e por políticas públicas está diretamente relacionada à luta pela conservação da natureza e no enfrentamento da superexploração do trabalho pelo capitalismo, cujo acesso a água e saneamento são parte constituintes do bem-viver. Ao se pensar a partir do pós-extratativismo busca-se problematizar a agenda gênero-água-saneamento ancorada nas discussões dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável cujas proposições tendem a se pautar em soluções técnicas e de infraestrutura como uma condição setorial dissociada da diversidade de formas de vida existentes no meio rural e da luta das mulheres por direitos.



Importante destacar que esse ensaio acadêmico não se ancora nos temas comumente abordados nos estudos sobre as mulheres rurais, que versam desde aspectos relacionados a direitos básicos, lutas sociais, enfrentamento a violência, políticas públicas de desenvolvimento rural, reforma agrária, direitos territoriais, identidades, economia solidária, agroecologia e meio ambiente (NOGUEIRA; TONELI, 2016). Mas, se compreende-se que a abordagem interdisciplinar é possível discorrer sobre qualidade de vida, produção e reprodução reconhecendo que o acesso a água e ao saneamento é um direito humano e não está dissociado das práticas produtivas, das condições de reprodução e das estratégias de defesas dos territórios desenvolvidas pelas mulheres rurais.

Também é importante salientar que água e saneamento são compreendidos como acesso aos recursos naturais [água] e infraestrutura e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário [saneamento]. Essa distinção é necessária, uma vez que o saneamento básico, no Brasil, é definido pela Lei 14.445 de 5/01/2007, substituída pela Lei 14026 de 15/07/2020, como o conjunto de conjunto de serviços compreendidos como: distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. Todavia, em outros países, a palavra 'saneamento' designa, apenas, esgotamento sanitário.

Por fim, também se deve destacar que a discussão ora apresentada, parte de um grupo de pesquisa com enfoque interdisciplinar envolvendo a perspectiva de construção de um diálogo com uma engenharia civil, ambiental e sanitária social e crítica em interface com a agenda de luta das mulheres rurais pelo direito aos bens comuns e à vida.

RELAÇÃO GÊNERO, ÁGUA E SANEAMENTO NO MEIO RURAL: UMA AGENDA EM DISPUTA E CONSTRUÇÃO



A relação ‘gênero e água’ se inseriu na agenda global com maior evidência na década de 1990 reconhecendo a atividade das mulheres no abastecimento, gestão e proteção das águas (HORA et al, 2015; FAÇANHA, 2019) ao mesmo tempo que se evidenciava a maior condição de vulnerabilidade delas no acesso a este recurso (MOLINARES-HASSAN; ECHEVERRÍA-MOLINA, 2011; SILVA, 2017). Desde então, essa correlação direta foi absorvida na agenda global de desenvolvimento visando influenciar os mecanismos institucionais de políticas públicas dos Estados-Nações na promoção de ações de enfrentamento à escassez de água, das condições de vulnerabilidade social e na oferta de infraestrutura adequada. Esta perspectiva foi revista e ampliada com o reconhecimento do ‘Direito à Água Potável e Segura e ao Esgotamento Sanitário’ como um direito humano essencial pela resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral da ONU, em 2010 (UNITED NATIONS, 2010) e pela inclusão, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), número 5, sobre igualdade de gênero, e número 6, sobre Água Potável e Saneamento, em 2015 ((UNITED NATIONS, 2015).

Nas três décadas subsequentes a 1990 as abordagens sobre gênero e água ampliaram seu escopo para além do tema ‘escassez’ e ‘vulnerabilidade social’, este último centrado na identificação dos agravos à saúde e mortalidade infantil, incluindo preocupações sobre a ampliação da participação das mulheres no espaço de decisão e gestão de recursos hídricos; violência e pobreza; empoderamento e direito à água; relação entre os sistema de gestão da água e patriarcado; mudanças climáticas (FAÇANHA, 2019). Rita Gomes, Conceição Nogueira e Maria Toneli (2016) destacam dentre as abordagens dos estudos sobre mulheres em contextos rurais, aqueles que abrangem a água como direito, a permanência da divisão sexual do trabalho e o protagonismo das mulheres na luta por este recurso contra os processos de privatização.

Denota-se que a emergência dessa agenda não está dissociada das lutas das mulheres em defesa dos bens comuns e no enfrentamento ao modo de produção



capitalista. Yayo Herrero (2011) no seu texto *'Propuestas Ecofeministas Para Un Sistema Cargado De Deudas'* discorre sobre a desconexão existente entre o crescimento econômico da sociedade e as bases materiais que permeiam a vida ao afirmar que paradigma econômico dominante se pauta na exploração desmedida dos recursos naturais levando à humanidade a uma situação de colapso. O capitalismo do antropoceno imputa diferentes formas de exploração e expropriação do trabalho e da natureza, infringindo mazelas sociais e danos ambientais. Isto inclui a apropriação e a invisibilização do trabalho não remunerado das mulheres, sobretudo o trabalho dos cuidados. Biesecker, Wichterich e Winterfeld (2012) *apud* Acosta e Brand (2018, p.33) explana que,

A desvalorização do [trabalho social] não remunerado realizado por mulheres e os serviços ambientais da natureza é condição prévia para sua usurpação barata e, inclusive, gratuita. Portanto, a globalização do capitalismo implica também a globalização deste princípio, e se expressa em novos processos de usurpação atuais relacionados com novos limites.

Alicia Puelo (2012, p. 36), no texto *'Anjos Ecosistemas?'*, explana que “formas de desenvolvimento baseadas na crença cega na tecnologia e guiada exclusivamente pelas leis de mercado têm afetado profundamente não só o entorno natural como a vida dos mais pobres, principalmente, mulheres e crianças” e aponta a necessidade de rediscutir nossa visão de mundo face a crise ecológica. Essa crise ecológica e ambiental também pode ser compreendida a partir do conceito de ‘extrativismo’, ou seja, “permite explicar o saque, a concentração e a devastação colonial e neocolonial, assim como a origem do capitalismo moderno” (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 36). Portanto, coloca-se o desafio de se pensar uma perspectiva pós-extrativista e de sustentabilidade da vida. *O pós-extrativismo compartilha uma profunda crítica ao neoliberalismo – especialmente à sua etapa cada vez das relações sociais e da natureza* (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 157).

Isso, porque o extrativismo é o centro de fortes tensões e protestos sociais, que vão desde os impactos ambientais até a ameaça aos modos de vida tradicionais



(GUDYNAS, 2016). Na contemporaneidade há que se compreender os processos de tradição e transformação da extração da mais-valia. Eduardo Gudynas (2009) fala que o modelo expropriação vigente apresenta novas nuances, considerando o rentismo e o papel do Estado, denominando-o de neoextrativismo. Assim, o neoextrativismo implicaria na maior participação do setor primário na exportação, gerando novas forma de dependência e impactos (FURTADO; ANDRIOLLI, 2020). Maristella Svampa (2012) chama atenção que o neoextrativismo no século XXI adquiriu uma nova dimensão, objetiva e subjetiva dado pela quantidade e escala de projetos, mas também pela emergência das resistências sociais.

Claudete Vitte (2020) exemplifica tais emergências a partir dos conflitos e impactos socioambientais alicerçados na extração de recursos naturais, na produção de *commodities* e nos megaprojetos de infraestrutura. Fabiana Furtado e Carmem Andriolli (2020) no texto “Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências” também apontam o impacto dos megraprojetos que geram expropriação de territórios coletivos, ameaçam a relação de bem-estar que as mulheres nas comunidades, com a natureza e a promoção da vida (FURTADO; ANDRIOLLI, 2020, p. 78). Tais impactos alcançam as fontes de água tão necessárias para o desenvolvimento das atividades, levando-as a conviver com a escassez e precariedade.

Para Svampa (2019) a luta das mulheres organizadas constrói uma nova relação com a natureza. Para a autora, não se trata de uma natureza exteriorizada, mas sim, como parte dela, ou seja,

El pasaje a una visión relacional instala en el centro la noción de interdependencia, resignificada ya como ecodependencia, y plantea una comprensión de la realidad humana a través del reconocimiento y el cuidado con los otros y con la naturaleza (SVAMPA, 2019, pg. 66-67).

Nesse contexto, o pós-extrativismo implica em romper com a racionalidade do desenvolvimento pautado na modernidade e construir alternativas para o bem viver



(GUDYNAS, 2016).

O ecofeminismo crítico (PUELO, 2012) pode contribuir com essa perspectiva pós-extrativista nas reflexões sobre gênero-água-saneamento. Por meio dele busca-se fugir da leitura simplista de que a relação gênero-água-saneamento se resolveria por meio do acesso a infraestrutura adequada, mas, ao contrário, compreende-se que a discussão gênero-água-saneamento aplicada ao meio rural pressupõe a discussão sobre a questão fundiária, direito aos territórios, acesso aos ativos econômicos e a proteção dos bens comuns [terra, água e florestas] como parte dos elementos que dão sustentação à vida (HERRERO, 2012). Estes, por sua vez, não estão dissociado da perspectiva do trabalho dos cuidados ou de reprodução social.

Para Georgina Aimé Tapia González (2017), o ecofeminismo proposto por Alicia Puelo abrange uma demanda de justiça socioambiental das populações que sofrem com a maior condição de desigualdade no acesso aos recursos naturais como consequência direto da insustentabilidade do capitalismo. Olhar a partir das mulheres, entretanto, não significa que se deve atribuir a elas uma condição nata de salvar o planeta. Para Victória Aragón Garcia (2018, p. 317),

El ecofeminismo constituye un movimiento de emancipación social contra la convicción errónea y negativa que tiene la mentalidad antropocéntrica de la dualidad (mente-cuerpo, razón-emoción, fuerza-debilidad) aplicada a la realidad ambiental y social, y se sustenta en visibilizar la desigualdad que produce la cultura del patriarcado y el capitalismo.

O ecofeminismo retoma o diagnóstico da crise ecológica, entendendo-o como crise social de caráter antropológico, produto tanto da exploração da natureza pela sociedade quanto do domínio sobre as relações interpessoais (SVAMPA, 2019). Quando falamos de um ecofeminismo crítico estamos dizendo do ecofeminismo constructivista, que o concebe como um construção histórico-social ligada a divisão sexual do trabalho, cujas lutas também levam ao questionamento do patriarcado e



do modelo de dominação masculino sobre as mulheres (SVAMPA, 2019).

Assim, de um lado, o pós-extrativismo propõe a manutenção dos ecossistemas e sua não inclusão nos processos de espoliação da natureza, com isto permite manter tanto os territórios quanto as fontes de recursos florestais e água para as comunidades. Por outro lado, o ecofeminismo crítico retoma a relação entre produção-reprodução como aspectos integrados da sustentação da vida que não devam ser tomadas de forma separada. Para Julia Comas (2020),

(...) la reflexión ecofeminista sobre la interdependencia y la importancia de lo afectivo-relacional, puede ser un punto de partida para impulsar la necesaria disputa por la hegemonía cultural, que consiga extender una concepción de vivir bien no vinculada al consumo, la producción o el crecimiento y “construir horizontes de deseo coherentes con las condiciones materiales que los posibiliten”.

Vitte (2020) aponta a importância de se pensar a justiça social na gestão dos recursos naturais, reconhecendo, para isto, o papel desempenhado pelos povos tradicionais na conservação ambiental sendo necessário, para tal, garantir os direitos ancestrais aos territórios, incluindo o direito à água.

O acesso à água - considerado sobre a perspectiva de gestão dos recursos hídricos, envolve tanto a água para consumo como para produção - e os serviços saneamento¹, aqui denominados a partir do acesso a água para consumo humano [abrangendo disponibilidade; acessibilidade física, qualidade e segurança] e ao esgotamento sanitário, são essenciais para a manutenção da saúde e bem-estar da população e das comunidades. Contudo, a precariedade desses serviços é mais acentuada em áreas urbanas periféricas e no meio rural. Essa assimetria no acesso a esses serviços para estas populações nestas localidades não é acidental.

¹ Importante destacar que o saneamento, no Brasil, é definido pela Lei 14.445 de 5/01/2007, substituída pela Lei 14026 de 15/07/2020, como o conjunto de conjunto de serviços compreendidos como: distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. Em outros países, a palavra ‘saneamento’ designa, apenas, esgotamento sanitário.



Os estudos que abordam essa relação e tendem a focar no aumento na sobrecarga de trabalho que as mulheres são sujeitadas devido à ausência ou precariedade desses serviços, já que são elas as encarregadas pelas atividades ligadas ao saneamento, como a destinação dos resíduos; a coleta, transporte, tratamento e armazenamento de água; são elas que cuidam dos membros da família que adoecem devido o consumo de água contaminada, além de realizarem a higienização da casa, veem apenas um aspecto da desigualdade de gênero e, por vezes, apresentam uma visão naturalizada da divisão sexual do trabalho.

Segundo Bárbara Silva e Sonaly Rezende (2017, p.3), “as mulheres dispõem mais tempo na realização das atividades relacionadas ao saneamento que os homens. Por vezes, este tempo não é contabilizado como atividade produtiva, sendo considerado apenas uma extensão das obrigações das mulheres e dificultando a possibilidade delas de fazer outras atividades remuneradas, de lazer e educacionais”.

Assim, muitas das propostas que são feitas para sanar essa desigualdade são focadas no desenvolvimento de tecnologias e formas de acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, ou seja, parte-se do pressuposto que resolvendo a questão da infraestrutura, o problema será resolvido. Entretanto, é possível observar que mesmo quando as mulheres são liberadas das tarefas relacionadas ao saneamento, elas ocupam esse tempo com arrumação da casa ou trabalho na roça, ou seja, esse tempo não é despendido em trabalho remunerado, participação política, estudo ou ainda mesmo atividades de lazer e descanso (SILVA, 2017).

Molinares-Hassan e Echeverría-Molina (2011) citam exemplos de como a busca pela água sobrecarrega as mulheres ocupando parte do seu tempo com deslocamentos até a fonte hídrica, como o caso de áreas rurais em países africanos, como Senegal, Uganda e Moçambique, cuja atividade de coleta de água ocupa entre 15 e 17hs semanais. As autoras, olhando a realidade colombiana, refletem



sobre a importância de normas e legislações que possam efetivar o direito humano à água para as mulheres e reduzir o desgaste laboral na busca por este recurso. Essa perspectiva de ampliar o acesso a fontes seguras de água estão apresentadas no ODS 6, assim como, estabelecer metas de melhor distribuição do trabalho doméstico está presente no ODS 5.

Dentre as metas estabelecidas no ODS 5, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, trata de

“[Meta 5.4] – Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas interseções [...], em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias”.

e o ODS 6, que visa garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todas e todos, por sua vez, estabelece como algumas de suas metas:

“Meta 6.2 – Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

Meta 6.b – Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento”.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos informa que, em 2018, a proporção (percentual) da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura e instalações para lavagem das mãos com água e sabão, no Brasil era de 60%, sendo que nas regiões Norte era de 42,4%, Nordeste, 54,8%, Sudeste 63,2%; Centro-Oeste, 69,3% e Sul é de 75,8% % (Indicador 6.2.1)².

² <https://odsbrasil.gov.br/objetivo6/indicador621>



O Indicador 5.4.1³, por sua vez, evidencia a proporção de tempo (em horas) gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização. No Brasil, essa proporção é de 5,3 horas para os homens e 11,8 horas para as mulheres, indicando que as mulheres gastam cerca de 2,2 vezes mais de tempo (em horas) diário com esses serviços do que os homens. Esse indicador ainda mostra a diferença na dedicação de tempo no trabalho doméstico segundo as faixas etárias de 14 a 29 anos; 30 a 49 anos; 50 a 59 anos e 60 anos ou mais. O tempo dedicado a tais atividades para as mulheres aumenta progressivamente comparando-se as três faixas de idades, sendo, somente na quarta faixa que apresenta uma leve redução. Em relação aos homens, segue inferior, representando em média 40% do tempo gasto pelas mulheres em todas as faixas, mas cresce nas duas primeiras, para seguir reduzindo nas duas faixas etárias seguintes entre os próprios homens. Destaca-se que, quando comparado o tempo gasto para o trabalho doméstico entre mulheres brancas e negras, as negras apresentam maior proporção diária de tempo dedicado. Infelizmente o dado não apresenta as distinções urbano-rural, já se mostrando limitado para a análise das condições de gênero-água-saneamento no meio rural.

Olhando o Censo Agropecuário 2017, denota-se que do total de estabelecimentos agropecuários com presença de recursos hídricos segundo tipologias identificadas [nascentes, cursos d'água, poços rasos, poços profundos], 82,2% são dirigidos por homens (H) e 17,5% por mulheres (M). Ao se desagregar entre Agricultura Familiar (AF) e Não Agricultura Familiar (NAF), essa condição melhora um pouco para mulheres na AF, representando 81,4% H e 18,6 M enquanto na NAF, significa 84,7% de estabelecimentos dirigidos por homens e 13,8% por mulheres. Isto é, os estabelecimentos chefiados por mulheres, quando analisados a presença de recursos hídricos, tem na AF tem melhor situação. Entretanto isto não

³ <https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador541>



significa que melhor condição de infraestrutura de água e saneamento, uma vez que as assimetrias desses serviços entre urbano e rural são elevadas.

A dualidade ausência-presença de água e as atividades executadas pelas mulheres para reprodução social nos evidenciam a materialidade das desigualdades de gênero por meio da divisão do trabalho na busca da água que é, também, uma divisão *sexual* do trabalho e/ou uma problemática de *gênero*; particularmente os serviços e cuidados domésticos. Kergoat (2009) afirma que “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais” e que

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (KERGOAT, 2009, n.p)

Assim, os estudos sobre relações de gênero demarcam os diferentes papéis, responsabilidades, valores e as relações de poder aos quais homens e mulheres são submetidos. Essas relações são influenciadas pela história, cultura, religião, economia e política, levando a uma desigualdade de acesso a direitos e recursos (ROSA *et al.*, 2019; SCOTT, 2019).

Tina Khanna e Madhumita Das (2016) realizaram um estudo em seis vilarejos da Índia e observaram que a falta de banheiro nas residências afeta meninas e mulheres de formas diferentes: meninas adolescentes ficam mais suscetíveis ao assédio e a agressões sexuais; mulheres recém-casadas ou grávidas, muitas vezes deixam de comer para não precisar usar o banheiro, comprometendo sua saúde; mulheres idosas ainda ficam sujeitas a lesões físicas devido à dificuldade de acesso a locais afastados para terem privacidade. As autoras sugerem que os programas e políticas públicas de acesso ao saneamento sejam revistos levando em conta a



perspectiva de gênero, abordando as diferentes necessidades entre meninas e mulheres, incluindo-as de forma ativa de forma a garantir que suas necessidades sejam atendidas. Ou seja, o acesso às unidades domiciliares adequadas de saneamento, como o banheiro, implica em melhor condição de higiene, relação com o corpo e possibilidade de participação ativa na vida da comunidade.

Rosa *et al.* (2019) reforça que os espaços de discussão acerca da água são predominantemente masculinos citando a baixa representatividade das mulheres em consórcios e associações de gestão de água. A autora informa que muitas das mulheres que integram o comitê de bacia se sentem culpadas por dedicarem tempo, que poderia ser dedicado a atividades domésticas, a atividades do comitê. Rosa *et al.* (2019) conclui que as diferenças nos papéis sociais têm impacto no acesso à água, sendo assim, para que o acesso ocorra de forma igualitária é necessário um equilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres. Entretanto, para que isto ocorra, os espaços de gestão da água e os processos de tomada de decisão sobre as melhorias sanitárias domiciliares devem considerar a inserção das mulheres e promover a discussão sobre a reprodução social como um de trabalho, no qual as mulheres dedicam grande parte do seu tempo.

Daniela Nogueira (2017) em seu artigo “Segurança hídrica, adaptação e gênero: o caso das cisternas para captação de água da chuva no semiárido brasileiro” analisa o impacto da perspectiva de gênero incorporada ao Programa Um Milhão de Cisternas, que visou diminuir o impacto da seca no semiárido brasileiro e a redução da condição de vulnerabilidade das mulheres pelos efeitos do clima. O programa adotou o critério de escolha para beneficiários(as), as famílias serem chefiadas por mulheres. Segundo os gestores do programa há evidências “empíricas” de que o abastecimento de água na região rural beneficia “naturalmente” mulheres. Além disso, por serem elas as responsáveis pela gestão da água, as mulheres valorizariam mais as cisternas (NOGUEIRA, 2017). Entretanto, a autora



salienta, que as mulheres não foram convidadas a participar do desenho do programa.

Nogueira (2017) destaca algumas dimensões de gênero associadas à vulnerabilidade social nos períodos de seca, tais como: a insegurança alimentar e hídrica, redução do número de refeições diárias e da quantidade de água disponível para consumo humano, dificuldade de dessedentação animal e cultivo de pequenas hortas. Os padrões de saúde também conformam uma vulnerabilidade de gênero uma vez que nas secas aumenta o número de doenças, assim como problemas de gravidez, pós-parto e aumento da taxa de mortalidade infantil. Outra dimensão de gênero da vulnerabilidade é o aumento da carga de trabalho das mulheres nos períodos de seca. Entre as famílias entrevistadas por Nogueira (2017), 86,7% tinham como pessoa responsável por buscar água para uso doméstico alguém do sexo feminino, e este trabalho durava em média 2 horas por dia. Durante os períodos de seca, mesmo que os homens se dedicassem menos às atividades produtivas devido à escassez de água, seu tempo dedicado às atividades domésticas não sofria mudança, enquanto as mulheres gastavam ainda mais tempo para buscar água como o aumento da distância até a fonte mais próxima.

Laura Meza (2017, p.39) em seu estudo *“Incorporando la perspectiva de género em la gestion del agua: lecciones aprendidas desde Chiapas, México”* aponta que

El actual paradigma neoliberal dominante en la política hídrica ha reducido las posibilidades para avanzar en las ambiciones feministas de mayor equidad, en tanto que la individualización y la privatización de los derechos al agua, y otros recursos naturales, está despojando a las mujeres del pobre acceso al agua que habían tenido, y reforzado el control histórico y estructural de los hombres a los recursos productivos.

Segundo a autora, duas perspectivas se contrapõem: a água como ‘bem econômico’ versus a água como ‘direito humano fundamental’. A perspectiva apontada por Meza indica a necessidade de novas configurações nos espaços de tomada de decisão e gestão de recursos hídricos incorporando ações de inclusão de



gênero. Para a autora, *existe una tendencia a reducir el género a un atributo de las personas -mujeres y hombres- y no verlos como una dimensión de las relaciones sociales y de poder* (MEZA, 2017, p.11). Assim, dentre os vários elementos apontados por Meza, destaca-se a visão de que *Disminuir la brecha de género en el control sobre el agua y modificar la posición subordinada de las mujeres no sólo implica cambios en las leyes y en las políticas, ni puede reducirse a la participación de las mujeres campesinas en los espacios formales de adopción de decisiones, o concentrarse en la asignación de derechos formales e individuales para ellas* (MEZA, 2017, p.11).

A autora também destaca a importância da democratização dos processos de gestão ambiental, o diálogo intercultural e a superação do pensamento ocidental como referência para as propostas de gestão de água. Experiências de gestão comunitária local da água poderiam ser uma alternativa, desde que, rompessem com o padrão de divisão sexual do trabalho, no qual a gestão comunitária tende a ter uma pessoa responsável pela manutenção da fonte de água da rede recebendo ativos [trabalho remunerado] segue sendo uma figura masculina e as atividades reprodutivas, realizadas no interior da casa, segue como trabalho não remunerado das mulheres.

No Brasil, experiências, tais como: o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2); o Programa Bomba D'Água Popular (BAP); o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) que contaram com participação social e foram protagonizados por organizações sociais e populares, podem indicar uma alternativa a esta agenda, uma vez que o aporte de infraestrutura para água e saneamento não está dissociado das lutas e dos processos de formação e promoção da autonomia (HORA, et al 2015).

Outro exemplo a ser destacado é a recente experiência que considera o uso de tecnologia social e o protagonismo das mulheres rurais, no estado de Goiás, por



meio do Projeto Energia das Mulheres da Terra. Este visa implantar tecnologias sociais com foco na matriz energética e saneamento rural [biodigestores, cisternas, sistemas fotovoltaicos para geração de energia com vista a bombeamento de água e construção de tanques de peixe] atendendo 74 mulheres assentadas da reforma agrária (GEPAAF Assessoria Rural, 2019) por meio de processos participativos e integração das soluções tecnológicas com a atividade produtiva/reprodutiva realizada pelas mulheres. No caso específico do Projeto Energia das Mulheres da Terra há que se destacar que as soluções de água e saneamento buscam incidir sobre a minimização do esforço do trabalho na esfera da reprodução ao mesmo tempo que atua no alargamento das possibilidades de manutenção, ampliação e valorização dos quintais produtivos agroecológicos (HORA, et al, 2021).

Propostas como estas compreendem a agenda gênero-água-saneamento a partir da relação de interdependência entre o trabalho produtivo e reprodutivo e as soluções tecnológicas como um campo de luta e resistência dos modos de vida das mulheres no campo, nas águas e nas florestas. Para Herrero (2011, pg. 52)

Las dimensiones ecológica y feminista son imprescindibles en la economía política. Sin ellas, es casi imposible alumbrar un modelo compatible con la biosfera y que trate de dar respuesta a todas las diferentes formas de desigualdad. Ambos enfoques propugnan una producción ligada al mantenimiento de la vida y un modelo de organización económica que coloque a esa misma vida en el centro.

Os apontamentos acima nos indicam a necessidade de se reconstruir o 'olhar para essa agenda' indicando que a relação gênero-água-saneamento pressupõe, também, a defesa dos territórios, da produção saudável [agroecológica] e da vida. Por fim, sob esse último aspecto, a produção agroecológica das mulheres também pode ser compreendida a partir do ecofeminismo, da ética do desenvolvimento e do cuidado com os bens comuns (BUTTO, 2017). A discussão da agroecologia e a defesa dos bens comuns também é vista em como uma luta de resistência e criação de novas relações. Portanto, a produção de alimentos na agroecologia mantém uma estreita ligação com o manejo e conservação ambiental



dos bens comuns [terra, água e florestas] e com os espaços comunitários e o *locus* do trabalho reprodutivo.

Caroline Rodrigues (2020), no artigo “A defesa dos bens comuns como estratégia de luta” explana a tendência de mercantilização da água e do saneamento no Brasil como uma ameaça ao acesso a água quanto direito. Para Rodrigues (2020) a aprovação do novo marco do saneamento apresenta limites para as populações e comunidades vulneráveis, considerando o pagamento pelos serviços, o fim dos subsídios cruzados, a preferência das companhias pelas áreas com infraestrutura já instaladas, ou seja, áreas altamente adensadas, e a marginalização da água como bem comum. Essa agenda encontra-se em disputa, haja visto o processo de privatização dos serviços de saneamento e os constantes conflitos pelo uso da água. Rodrigues (2020) apresenta como alternativa a defesa dos serviços públicos e a participação social como forma de governança democrática.

Os elementos enunciados indicam não ser possível pensar o direito à água e ao saneamento dissociado das estratégias de produção agroecológica e de defesa dos territórios quando se fala de comunidades rurais. Essa correlação direta pressupõe que o acesso a água e saneamento mantém relação estreita com as ações de enfrentamento às desigualdades de gênero, entendendo que a divisão sexual do trabalho no cuidado com a água é um desses elementos, mas que os processos de autonomia perpassam pela produção, economia solidária e trocas simbólicas. Assim, a defesa dos bens comuns, também se ancora no ecofeminismo ao se apontar uma perspectiva sistêmica para enfrentamento da superexploração do trabalho das mulheres e da natureza.

Portanto, em um mundo cada vez mais mercantilizado, onde os bens comuns estão cada vez mais à mercê do capitalismo neoliberal, a ética do cuidado deve ser uma pedra fundante para repensar as relações de gênero (SVAMPA, 2019) e, quiçá, as possibilidades de gestão da água e saneamento no pós-extratativismo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que se ora se apresenta ainda possui um caráter exploratório. Entretanto é possível pensar que o pós-extrativismo e o ecofeminismo na agenda gênero-água-saneamento implica compreender que capitalismo se sustenta na superexploração do trabalho e na espoliação da natureza. Para as mulheres esta situação é nefasta uma vez que busca incidir na separação entre produção e reprodução invisibilizando e não valorizando o trabalho realizada por ela e se apropriando dessa condição na manutenção da precariedade em territórios estratégicos.

Na perspectiva do ecofeminismo crítico e na crítica ao modelo hegemônico a agenda gênero-água-saneamento deve abranger não só soluções infraestruturais e tecnológicas, mas integrar-se a proposições que apontem para a defesa dos territórios, incidam sobre os aspectos de gestão das águas e articulem programas setoriais de forma integrada seja de saneamento, de produção de moradia rural e de fomento à produção, rompendo com isto, a perspectiva de mercantilização dos recursos naturais e da privatização do saneamento no Brasil. Para tal, a agenda traduzida nos ODS 5 e 6 devem incorporar indicadores que altere as relações de poder local e de gestão, ampliando a participação das mulheres na gestão das águas e saneamento, mas também, promovendo ações com foco multidimensional sobre o setor. Assim, alguns elementos podem ser observados, para essa agenda:

1. Fortalecimento de sistemas mais democráticos, inclusive de gestão da água e saneamento,
2. Consolidação de uma cidadania social e ecológica,
3. Ser um instrumento de redistribuição do bem-estar,
4. Reconhecer e valorizar a contribuição dos diferentes trabalhos na produção e sustentação da vida;
5. Aportar perspectivas emancipatórias.

REFERÊNCIAS



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pos-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ARAGÓN GARCÍA, Victoria. Construir justicia social: enfoque del agua con perspectiva de género. *Asparkia: Investigación feminista*, no 33, 2018, p. 315-325. <http://dx.doi.org/10.6035/Asparkia.2018.33.18>

BUTTO, Andrea. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Recife, 2017

COMAS, Julia Martins. Revisión Ecofeminista De Las Propuestas Para Un Green New Deal. *Irtazar Fundazioa*, 2020.

FAÇANHA, Islene Pinheiro. Gênero e água: uma Leitura sobre as Políticas no Semiárido e a Inclusão Feminina. *Revista Desenvolvimento em Questão*. Ano 16, n. 45, out./dez., 2019, p. 339-356. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.47.339-356>

FURTADO, Fabrina Ponte; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*: v. 29 n. 1: Estudos Sociedade e Agricultura (fevereiro a maio de 2021), P.66-93. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-6>

GEPAAF Assessoria Rural. Projeto Energia das Mulheres da Terra. Versão Revista para assinatura do contrato com o Fundo SocioAmbiental da CAIXA, 2019.



GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: Um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 115-124, Apr. 2016.

<https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p115>.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: SCHULDT, Jürgen et al. (Orgs.). *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Caap; Claes, 2009. p. 187-225

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo. , En: *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Gerhard Dilger, Miriam Lang & Jorge Pereira Filho, org. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, pp 174-212.

HERRERO, Yayo. Propuestas ecofeministas para un sistema cargado de deudas. *Revista de Economía Crítica*, nº13, primer semestre 2011, p. 30-54.

HIRATA, H. et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009

HORA, K. E. R. et al. Gênero e gestão integrada dos recursos hídricos e saneamento: aproximações da realidade cabo-verdiana e brasileira. *Revista Monografias Ambientais, Revista Monografias Ambientais - REMOA* v.14, n.1, Jan-Abr. 2015, p.166 – 175. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236130816697>

HORA, K. E. R. et. al. Energia das mulheres da terra: uma experiência de uso de tecnologia social em áreas do cerrado sob a perspectiva de gênero. 2021, 24p. prelo.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Tabela 6860 - Número de estabelecimentos agropecuários com recursos hídricos SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6860> Acesso em 12 abril de 2021.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. IBGE, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em maio 2018.

KHANNA, Tina; DAS, Madhumita. Why gender matters in the solution towards safe sanitation? Reflections from rural India. *Global public health*, v. 11, n. 10, 2016, p. 1185-1201.

MEZA, Laura Elena Ruiz. Incorporando la perspectiva de género en la gestion del agua: lecciones aprendidas desde Chiapas, México. *Sustentabilidade em Debate - Brasília*, v. 8, n.3, dez/2017, p. 37-50.



MOLINARES-HASSAN, Viridiana; ECHEVERRÍA-MOLINA, Judith. El derecho humano al agua: posibilidades desde una perspectiva de género. *Revista Colombiana de Derecho Internacional*, 2011, p. 269-302.

NOGUEIRA, Daniela. Segurança hídrica, adaptação e gênero: o caso das cisternas para captação de água de chuva no semiárido brasileiro. *Sustentabilidade em Debate*, [S. l.], v. 8, n. 3, 2017, p. 22–36. DOI: 10.18472/SustDeb.v8n3.2017.26544. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16658>. Acesso em: 19 abr. 2021

PUELO, Alicia. Anjos Ecosistemas?. In FARIA, Nalu e MORENO, Renata (orgs). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012, p.29-50.

RODRIGUES, CARoline. A defesa dos bens comuns como estratégia de luta. 2020. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/a-defesa-dos-bens-comuns-como-estrategia-de-luta/>

ROSA, A. M. R. et al. A Desigualdade de gênero e a efetivação do direito humano de acesso à água para as mulheres. *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor*, v. 6, n. 1, 2019, p. 92–114. DOI: [10.31501/repats.v6i1.10422](https://doi.org/10.31501/repats.v6i1.10422)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v 2. N. 20, p. 71–99, jul/dez, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> acesso 12/03/2021.

SILVA, Bárbara. B.. As relações de gênero e o saneamento: um estudo de caso envolvendo três comunidades rurais brasileiras. *Dissertação Mestrado*. Belo Horizonte: UFMG/DESA, 2017.

SILVA, Bárbara. B.; REZENDE, Sonaly. A contemplação das questões de gênero no saneamento rural brasileiro: um desafio latente. *Anais do I Congresso Internacional de Engenharia de Saúde Pública e de Saúde Ambiental*. Belém – PA, 2017.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista del Observatorio Social de la América Latina*, Buenos Aires, ano XVIII, n. 32, p. 15-38, 2012.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: CALAS. 2019.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



TAPIA GONZÁLEZ, Georgina. El ecofeminismo crítico de Alicia Puleo: tejiendo el hilo de la «Nueva Ariadna». *Investigaciones Feministas*, v. 8, n. 1, p. 267-282, 12 may 2017.

UNITED NATIONS. Resolution 64/292. The human right to water and sanitation. Resolution adopted by the General Assembly on 28 July 2010.

UNITED NATIONS. Resolution 70/1. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015.

https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

VITTE, Claudete de Castro Silva. Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais. *Conexão Política - Revista do PPG em Ciencia Política da UFPI*, v. 9, n. 1, 2020, p.167-194. DOI: <https://doi.org/10.26694/rcp.issn.2317-3254.v9e1.2020.p167-194>





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT6

AGROECOLOGIA E AÇÃO PÚBLICA

COORDENAÇÃO

CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

FLAVIANE DE CARVALHO CANAVESI (UNB)



GT 6 – Agroecologia e Ação Pública
**A interlocução da FETRAF-BA e a perspectiva dos Agricultores de Base
Ecológica de Presidente Tancredo Neves – BA**

Vívian Libório de Almeida¹
Emílio de Britto Negreiros²
Ana Rosa da Rocha Araújo³

RESUMO:

O meio rural depende do resultado da interação entre homens e recursos naturais e os problemas advindos dessa relação interferem diretamente no desempenho de suas atividades produtivas. Os sujeitos envolvidos na promoção do desenvolvimento local têm que estar atentos e atuantes na busca por amenizar impactos resultantes da ação indiscriminada e descontrolada do homem. A relação historicamente constituída entre o homem e o meio ambiente, onde este é pensado dissociadamente dos aspectos produtivos, tem resultado em efeitos negativos no que concernem aos impactos ambientais, principalmente para a Agricultura Familiar. Essa forma de pensar e agir no campo foram bastante estimulados pela extensão rural, oriunda do modelo difusionista e ofertada pelo setor público estatal. Esse estudo tem como pressuposto as ações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia (FETRAF-BA) que, desde 2004, acompanha, forma, e articula Políticas Públicas para essa categoria social visando ao seu fortalecimento e consolidação. Dessa forma essa proposta tem o objetivo geral de analisar a contribuição da FETRAF – BA enquanto interlocutor de estratégias para o enfrentamento das problemáticas ambientais a partir da percepção dos agricultores de base ecológica. A busca pela análise da interlocução das ações entre a rede de atuação da FETRAF-BA e as Políticas Ambientais a partir dos sujeitos do campo, exigiu a realização da pesquisa qualitativa com a utilização de roteiro semiestruturado e observação participante. A metodologia utilizada na pesquisa faz parte de um processo de produção de conhecimentos que implica em uma ação marcada pelas dimensões científicas e políticas propostas e realizadas por um conjunto de pessoas, caracterizando uma ação coletiva. O estudo possibilitou verificar que a participação da FETRAF-BA foi fundamental na interlocução de Políticas Públicas Rurais e na aproximação das práticas e estratégias de superação de problemas ambientais utilizadas pelos agricultores no desenvolvimento das atividades produtivas. Ademais, esse resultado respalda a

¹ Eng^a Agrônoma, especialista em Gestão Ambiental (FACTAE) e em Gestão Pública & Sociedade (UFT), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ PRODEMA-UFS - Brasil – E-mail: vivianpinto@gmail.com.

² Orientador, Sociólogo e Doutor em Sociologia, vinculado a Universidade Federal de Pernambuco – E-mail: ebnegreiros@gmail.com.

³ Coorientadora vinculada ao Departamento de Pesca da Universidade Federal de Sergipe – E-mail: anafriedaaraujo@yahoo.com.br.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



necessidade de incremento das estratégias de aproximação das representações dos Agricultores Familiares com as políticas voltadas ao fortalecimento dessa categoria social, mas que garanta a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável. Outro aspecto explicitado foi apesar das discussões existentes sobre as temáticas ambientais, percebeu-se o afastamento das políticas ambientais rurais dos sujeitos do campo e como estas, estão embutidas de formas transversais, em torno de temas como sustentabilidade e agroecologia. O estudo realizado compõe o relatório de dissertação para obtenção de título de mestrado defendido em maio de 2015.

PALAVRAS – CHAVE: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Sustentável; Agroecologia.





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



INTRODUÇÃO

Atualmente, apesar da excessiva discussão sobre o modelo de desenvolvimento do campo, no e para o campo, sustentável e redutor das desigualdades sociais, observa-se no Meio Rural, uma deficiência na efetividade das políticas públicas voltada a atender às questões ambientais.

O Agricultor Familiar, no desenvolvimento das atividades, depende do meio rural, e este por sua vez, também se configura enquanto resultado da natureza e os impactos ambientais interferem diretamente no desempenho de suas atividades produtivas. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos na promoção do desenvolvimento local, movimentos sociais, poder público e agricultores, têm que estar atentos e atuantes na busca por amenizar os resultados da ação indiscriminada e descontrolada do homem.

Nesse sentido, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia (FETRAF - BA) tem exercido um importante papel na interlocução e aproximação de políticas públicas rurais para agricultores e agricultoras familiares, em diferentes áreas. Além de reivindicar e contribuir com a formulação de algumas políticas, participando de audiências públicas, reuniões, grupos de trabalho, conselhos e comissões.

No presente, a FETRAF-BA, envolve necessariamente, nas suas diversas etapas, discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar e o papel de suas organizações, que se configuram uma rede de atuação: sindicatos, associações, cooperativas, movimentos, dentre outros. O movimento social, como sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural (GOHN, 2008).



No desenvolvimento da pesquisa, tendo como ponto de partida a hipótese, e esta vista como “resposta provisória, pois ocorre anterior a pesquisa” (AZEVEDO, 2000, p.46), foi levantada a seguinte questão: os movimentos sociais do campo têm participação fundamental na interlocução de Políticas Públicas Rurais, e na aproximação das estratégias de superação e confronto as problemáticas ambientais, utilizadas pelos agricultores no desenvolvimento das atividades produtivas, no sentido de que, esses atores reivindicam e articulam políticas públicas específicas para este público.

Dessa forma esse artigo tem o objetivo de analisar a contribuição da FETRAF – BA enquanto interlocutor de estratégias para o enfrentamento das problemáticas ambientais a partir da percepção dos agricultores de base ecológica utilizando o levantamento de dados primários, secundário, acompanhamento de algumas atividades para agricultores familiares na região, aplicação de questionários e análise documental.

Esse estudo é fruto da pesquisa de mestrado concluída em maio de 2015.

DESENVOLVIMENTO

A origem da FETRAF - BA é fundamentada no novo sindicalismo baseado na autonomia e liberdade sindical que foram as principais motivações tendo como ação estratégica de atuação a disseminação da Agricultura familiar alicerçada no desenvolvimento Sustentável. Surgiu em 2004, a partir de uma proposta de elevação de escolaridade para lideranças sindicais denominada SEMEAR, ocorrida no período de 2002 à 2004, experiência piloto cujo tema era: “ Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário para ensino fundamental de dirigentes sindicais”.

Tendo como missão, promover a organização e a ação dos agricultores e das agricultoras familiares no Estado da Bahia, garantindo a liberdade de organização na busca da construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário como pressuposto de uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, sob o lema “Produzir alimentos com sustentabilidade e dignidade no campo”.



Para tal, a orientação da entidade é que as atividades produtivas sejam ancoradas em princípios agroecológicos, e a questão ambiental tem sido apresentada ou discutida em vários espaços formativos (oficinas, dias de campo, intercâmbios, feiras e exposições) e deliberativos (Congressos, Plenárias, Reuniões Ampliadas com os Sindicatos de Base da FETRAF, Reuniões da Executiva).

No município de Presidente de Tancredo Neves, o movimento sindical rural assume o papel de agente mobilizador na ação de emancipação do município. Nesse processo de luta social, as organizações sociais têm assumido importante papel no que concerne a aproximação das políticas públicas aos sujeitos do campo. Em pequenas cidades do interior, os sindicatos são verdadeiras expressões da vida social desses municípios (FAVARETO & BITTENCOURT, 2001, pg. 375).

Essa federação propõe atuar juntos aos seus sindicatos, formando lideranças, mobilizando-os e articulando-os, visando à integração de políticas públicas específicas para o meio rural. Essa forma de ação integrada tem um objetivo de gerar renda e empoderar os agricultores familiares a partir de projetos ambientalmente sustentáveis e socialmente justos, e na consolidação de sistemas cooperativos de crédito, produção e agroindustrialização dos produtos da Agricultura Familiar.

Adotou-se no desenvolvimento, a pesquisa de cunho qualitativo, “a pesquisa qualitativa deve buscar a abordagem pelo mundo ‘lá fora’, entender, descrever e, às vezes explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes” (AGROSINO, 2009, p. 8). Foram feitas entrevistas em espaços distintos (nas propriedades, residência, feiras locais e dia de campo), de acordo com a disponibilidade dos sujeitos. As perguntas foram feitas livremente de acordo com o nível de entendimento, direta ou indiretamente, momento em que também se procedeu com a gravação de áudios.

O levantamento das informações, com o estabelecimento de diálogos, deixou os agricultores familiares de base ecológica, mais a vontade e disponíveis, principalmente nas entrevistas realizada dentro das residências com a presença de membros da família, onde os presentes ficaram à vontade para participar do processo. A construção da pesquisa foi



orientada com base em princípios gerais da pesquisa participante, pois, reconhece-se que ao longo dos séculos, o conhecimento prático e empírico, são meios naturais de direito, possibilitando meios para que as pessoas sobrevivam, crie, produzam e trabalhem. (BORDA, 1984).

O município de Presidente Tancredo Neves possui cerca de 10.000 agricultores, desses 7.500 são filiados ao SINTRAF-PTN. Foram aplicados 20 (vinte) questionários, em residências, propriedades rurais, espaços formativos, políticos e organizativos que discutiam as políticas rurais a fim de buscar as experiências, interações e documentos em seu contexto natural.

Presidente Tancredo Neves possui uma área territorial de 417.200 km² e uma população de 23.846 habitantes, apresenta o IDH médio de 0,55 (IBGE/2010). Com uma economia predominantemente agrícola aproximadamente 65% vivem em sua área rural, formada, em sua grande maioria, por pequenas e médias propriedades que cultivam produtos como: cravo, cacau, guaraná, castanha, banana, mandioca entre outros produtos que são vendidos na sede da cidade. (SANTOS, 2013).

A população analisada é predominantemente adulta e jovem, 83%, são indivíduos que nasceram ou foram residir na propriedade há muitos anos. Quando investigado a faixa etária dos entrevistados e dos membros da família, constatou-se que a faixa etária predominante é de 14 a 29 anos (42%), sendo seguido pela faixa de por 30 a 60 anos com 41%, os idosos equivalem apenas a 5%, alguns migraram ou deixaram a propriedade para os filhos assumirem, devido à deficiência de serviços básicos, como segurança, infraestrutura e saúde.

As ações formativas promovidas pela FASE e SINTRAF, organizações que compõem a rede de atuação da FETRAF-BA no município, resultaram na elevação da autoestima dos agricultores familiares e no fortalecimento do vínculo com os meios de produção.

Muitos filhos e pais de famílias migraram para outras regiões, como sudeste e centro oeste, para trabalhar na agricultura convencional ou na construção civil. A migração se deve por falta de perspectiva no campo, o que é modificado com a percepção de que é possível ter



uma vida digna, com qualidade e possibilidade, aspecto essencial para a promoção da autoestima e o fortalecimento da Agricultura Familiar.

A Agricultura Familiar tem uma relação com a propriedade rural diferenciada, para além da atividade agrícola. A unidade de produção é um ambiente onde se estabelecem as relações familiares e comunitárias, o seu funcionamento, corresponde à manutenção e reprodução da família. Segundo Wanderley (2003), a atividade agrícola familiar é vista como o local onde existe a reprodução socioeconômica da família, promoção da segurança alimentar, manutenção do tecido sociocultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Na realidade estudada, observam-se uma intensa relação comunitária, no desenvolvimento das atividades sociais, e nas atividades produtivas individuais e coletivas. Os membros das famílias, de uma maneira geral, se conhecem há muitos anos, alguns grau de parentesco (primos, tios, sobrinhos), participam de atividades comemorativas e enfrentam desafios conjuntamente.

O agricultor de base ecológica tem uma relação com o espaço de produção para além do econômico,

(...) um agricultor com dupla orientação, que considera a razão técnico-econômica e ao mesmo tempo a questão ambiental, envolvendo outros elementos de ordem cultural ou subjetiva, isto é, um agricultor que tende a construir um projeto de vida segundo uma razão socioambiental ou eco-social. (BRANDENBURG, 1999, p. 264).

Ao colocar em questão as diversas dimensões sociais e produtivas, surgem solicitações específicas de acordo as diferentes faixas etárias, pois os jovens além de ter uma renda, querem espaços de lazer; os idosos solicitam facilidade no acesso à prestação dos serviços de saúde; as mulheres reivindicam contra a violência e o direito a maternidade segura.

Diante desse contexto, o Sindicato e a FASE, precisam traçar estratégias que aproximem as famílias ao campo, principalmente os jovens, demonstrando as possibilidades de se ter qualidade de vida no campo. Segundo os relatos, existem formações em diversas áreas, abordando os aspectos produtivos, as relações de trabalhistas, saúde no campo, relações de gênero.



A diversidade de agricultores inseridos no município demonstra o desafio existente, o movimento social local percebe a importância e as limitações da organização comunitária para superação de alguns impactos ambientais e identificam no SINTRAF/FASE parceiro importante para o desenvolvimento rural sustentável.

Muitas práticas produtivas precisam ser estimuladas por ações políticas, é preciso pensar a agricultura de base ecológica no município atrelada aos seus sistemas de produção, além do incentivo técnico na melhoria de qualidade, é preciso do subsídio político na manutenção dos sistemas, por exemplo, na disponibilização de crédito rural, atrelado a ATER e acessível para atender as especificidades desse público.

A FETRAF tem contribuído com movimentos estratégicos de negociação e reivindicação de pautas específicas para a Agricultura Familiar como “Dia do Agricultor”, com intuito de valorização do sujeito do campo; Dia do trabalhador, com ênfase as condições do trabalhador rural; Abril Vermelho⁴, mês de mobilização envolvendo diversos movimentos de luta do campo onde se discute com o estado novos projetos para fortalecimento da Agricultura Familiar; Ações de mobilização em defesa a melhoria das condições dos aspectos produtivos no campo.

Além dessa atividade, os agricultores são estimulados a conhecer experiências agroecológicas em momentos diversos, em visitas a outras experiências, em seminários, feiras, dias de campo e oficinas. A partir dos relatos dos agricultores percebe-se a importância de conhecer experiências ancoradas em princípios agroecológicos, para promover qualidade de vida para as famílias no campo.

No município, existe a presença de uma representante da FASE ou do SINTRAF, desde 2005 no Conselho Municipal de Meio Ambiente, que não é identificado pela maioria dos agricultores enquanto política pública. Segundo dirigentes do sindicato, a atual gestão do

⁴ O Abril Vermelho nasceu do Massacre do Eldorado do Carajás ocorreu em 17 de abril de 1996, que resultou em 19 agricultores mortos e 51 feridos, considerado pelos movimentos sociais do campo como o episódio mais grave contra os agricultores. É um movimento nacional que ocorre anualmente onde vários movimentos sociais do campo brasileiro fazem diversas mobilizações, marchas e rodadas de negociações junto ao poder público reivindicando políticas públicas específicas para a Agricultura de base Familiar.



município não tem muito interesse, pois recebe recurso de uma mineradora que está atuando no município e o lixão está em situação irregular.

Além desse órgão colegiado, o sindicato contribui com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Ação Social e o Conselho de Educação e Alimentação Escolar. O intuito das bases sindicais da FETRAF, é que os agricultores tenham autonomia nos processos produtivos, contribuindo com espaços de educação, saúde e ater, junto com o poder público, reduzindo assim, as práticas assistencialistas convencionais.

Os pacotes tecnológicos oriundo da Revolução Verde⁵ reduziram a complexidade existente da população do campo, intensificou a pobreza, o desemprego, as questões ambientais, a violência e, conseqüentemente, a fome. Segundo Pires (2007), com setorialização das Políticas Rurais o mundo rural ficou reduzido a um espaço de produção de alimentos e de fibras.

Nesta concepção o conhecimento tradicional dos agricultores e agricultoras é negado. Segundo Caporal (2004), essa é uma forma inadequada do extensionista, que deve ter o papel de articulador, levando também outros serviços a esse público, como acesso a políticas públicas de saúde, educação e crédito que propiciam a esses indivíduos do campo qualidade de vida.

Em muitos espaços como feiras, dias de campo e oficinas, percebeu-se uma preocupação com a superação das dificuldades oriundas da baixa fertilidade e do manejo dos terrenos acidentados, e com a aquisição de tecnologias apropriadas para atender as especificidades desse tipo de região, processo que ainda se configura como um desafio. As famílias no campo estão menores, é preciso técnicas para tornar as atividades produtivas mais satisfatórias, “a tecnologia a serviço dos interesses imediatistas do capitalismo tem provocado uma devastação sem precedentes na vida do planeta” (Valadão *et al*, 2006, p. 21).

⁵ Revolução Verde: processo de modernização do campo que estimulou a incorporação de sementes, insumos e mecanização sem levar em consideração as particularidades existentes no campo. Processo iniciado com os resíduos bélicos do pós-guerra, o argumento utilizado para disseminação dessas técnicas em massa foi resolver o problema da fome. No entanto resultou no aumento a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas, impactos ambientais irreversíveis e alterou significativamente a cultura da agricultura camponesa.



Enquanto aspecto de heterogeneidade das formas sociais identificou-se a inserção dos membros em atividades diversas, apesar de pelo menos um dos componentes familiares exercerem atividade fora da propriedade, o vínculo é mantido, os filhos retornam a UPF para ter refeições em família, e em alguns casos, auxiliam nos quintais durante os finais de semana.

Na investigação das principais atividades desenvolvidas dos entrevistados e dos membros das famílias, percebe-se uma predominância dos membros na agricultura (63%), no entanto o desenvolvimento de atividades em outros setores, como aposentadoria, prestação de serviço, diarista, gera outra fonte, revelando-se importante para promover a sustentabilidade da UPF no período da entressafra ou de declínio da produtividade.

A sobrevivência sempre foi algo intrínseco da agricultura de base familiar, no entanto para além, existe uma necessidade de dignidade no campo, com alimentos saudáveis, acesso a informação, infraestrutura, segurança e saúde. Buscam diversas formas de reprodução da vida se romper com a propriedade rural.

O olhar fragmentado das questões ambientais tem as colocado em segundo plano, primeiro a sobrevivência, mas como sobreviver com a escassez dos recursos naturais? Durante as ações a questões ambientais estão presentes de forma transversais em várias atividades. Segundo Vieira (2002), as ações voltadas para a gestão ambiental ou ao desenvolvimento sustentável são até o momento, fragmentadas ou pouco capazes de assumir a complexidade de desafios.

Além da produção de alimentos e matérias-primas, o espaço rural é responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade), pelo patrimônio natural (paisagens), preservação das tradições culturais, pela produção de alimentos de qualidade e segurança alimentar.

A adoção pela matriz tecnológica alicerçada em princípios agroecológicos aponta a busca por uma agricultura sustentável. A expressão de agricultura sustentável visa rendimentos duráveis em longo prazo com a adoção de tecnologias de manejo ecologicamente corretos, que atendam requisitos de solidariedade entre gerações atuais e destas para com as futuras (ALTIERI, 2000).



Diante da complexidade existente na relação entre práticas agrícola e a relação com os recursos naturais surge a agroecologia enquanto ciência capaz de orientar estrategicamente a construção de desenhos e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e processos de desenvolvimento rural sustentável. Para atender esse modelo agrário devem-se atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e empoderamento dos atores e resultados econômicos dentre outros aspectos também visualizáveis em longo prazo (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

São muitas as estratégias produtivas e organizativas dos agricultores de base ecológica. Com relação ao manejo dos recursos hídricos, a partir da comunidade a relação é diferenciada, na maioria casos existem as cisternas, com água bombeada até as casas, oriunda de lençóis freáticos. Apesar do alto índice pluviométrico, existe uma escassez de água, a porção significativa dos agricultores, não fazem tratamento da água para consumo.

No município muitas áreas de nascentes foram desmatadas, e algumas culturas foram plantadas no entorno e próximo. A questão do desmatamento é algo muito problemático no município, identificou-se como estratégia a utilização de madeira a partir do “mato” que cresce no agroecossistema.

A contaminação das nascentes, é devido utilização de agrotóxico pelos agricultores que tem áreas maiores, alguns dos entrevistados também relatou o uso próximo as nascentes. Dos entrevistados a maioria utiliza a enxada e roçadeira elétrica para realização do serviço de limpa (roçagem). Esse serviço precisa da participação da família para não ser caro, a partir de contratação de serviço (diaristas) é desgastante.

A adoção de manejo alternativo para controle de pragas e doenças é comum e com facilidades os agricultores relatam algumas receitas ensinadas durante os processos de formação. A criação de galinhas de quintal, além de favorecer a segurança alimentar e gerar renda serve para fazer o controle biológico dos insetos. Na criação de pequenos animais as mulheres e filhas assumem mais responsabilidade, apesar da contribuição em outros setores da propriedade.



A preocupação com os dejetos é algo apresentado pelos entrevistados, principalmente para os produtores de suínos. Os resíduos eram lançados no meio ambiente sem nenhum manejo. Atualmente, os animais são presos em pocilgas, o esterco é coletado e reutilizado adequadamente, após tratamento, como adubo.

A produção das hortaliças na propriedade, para os Agricultores de Base Ecológica, é tida como uma garantia na produção de alimentos saudáveis para a família, principalmente para os produtos que são consumidos in natura, como as folhagens (couve, alface, acelga dentre outros).

Apesar da transição para a produção agroecológica dos agricultores familiares de base ecológica, devido ao uso de produtos químicos do entorno, dificilmente conseguirão o selo de produto agroecológico, processo que agregaria renda a produção gerada nas propriedades.

O município é marcado pela produção familiar, no entanto, existe um considerável afastamento das políticas públicas. Segundo a Superintendência de Agricultura Familiar do Estado da Bahia dos 2.855 estabelecimentos, são classificados como da Agricultura Familiar, no entanto apenas 1.310 possuem DAPs⁶ ativas (SUAF, 2012). Atualmente, a DAP é o principal indicador de que agricultor familiar tem acesso à política pública específica para esse segmento, o fato de menos de 50%, ter a declaração, indica uma deficiência na aproximação do poder público principalmente no que concerne acesso a crédito e a serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER).

Os impactos ambientais oriundos do meio rural foi também fruto das políticas públicas modernizantes e fragmentadas, tradicionalmente, as políticas públicas defenderam a agricultura patronal, devido à expressividade do retorno financeiro. A reprodução ampliada do capital resulta numa ampliação das contradições sociais (MARTINS, 2008).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apesar de ter dado visibilidade ao público do campo, cuja predominância é de pequenos produtores rurais, a própria condição dos agricultores familiares, enquanto sujeito de direitos é cerceada

⁶ DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) - É o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.



pelo poder público, e pela estrutura de posse e distribuição de terras. Esses dois fatores têm forte incidência no bloqueio ao acesso à renda das famílias agricultoras familiares.

Os problemas ambientais não são vistos como um fim, mas como um meio de produzir e gerar renda a partir da propriedade rural. A política ambiental independente da esfera (federal, estadual ou municipal) é pouco visível ou imperceptível. Dos 20 (vinte) entrevistados, 13 (treze) identificaram alguma política ou ação ambiental no município, dessas 10 (dez) atividades foram promovidas pela rede de atuação da FETRAF-BA.

Apesar da constante discussão dos movimentos sociais sobre o modelo de desenvolvimento necessário para a agricultura familiar, menos excludente e degradante, o desenvolvimento ainda continua voltado a um modelo de progresso tecnológico. A ideia principal das políticas ambientais rurais está relacionada aos retornos econômicos.

Nesse processo a rede atuação FETRAF no município tem buscado ações, que promovam o desenvolvimento sustentável, ancorado na Agroecologia, mesmo que em alguns casos seja de caráter experimental. Após décadas de orientação técnica ancorada em um modelo tradicional de produção, alguns agricultores precisam ver exemplos reais na própria comunidade.

Os espaços promovidos a partir da realidade local a FASE/SINTRAF estimula a participação dos jovens e mulheres vinculados a seus projetos a participar de eventos que discutam a Agroecologia e o Meio Ambiente. Essas ações estimuladas pela rede de atuação da FETRAF-BA, informa, forma e estimula os agricultores de base ecológica na superação dos impactos ambientais.

CONCLUSÕES

A superação do desânimo e da descrença na propriedade rural é o primeiro passo para o estabelecimento das Unidades de Produção Familiar. Nesse sentido, os agricultores que residem nas propriedades rurais e vivenciam impactos ambientais cotidianamente, afirmam a importância do SINTRAF/FASE nas comunidades, na inserção de estratégias de produção e na promoção de espaços que discutam as diversas questões existentes no campo.



Os agricultores familiares de base ecológica residentes no município de Presidente Tancredo Neves, revelaram a vontade de continuar no campo, para tal, necessitam de oportunidades de produzir e se reproduzir. Meios para estabelecer a unidade de produção, como também consolidar as relações familiares e comunitárias.

Esses agricultores demandam do SINTRAF – PTN, ações para os sistemas produtivos, os jovens, as mulheres e para os idosos. Para esse público as questões sociais atreladas à produção está para além de uma questão de sobrevivência, o campo precisa ser atrativo e ser um ambiente de possibilidades para estudo e trabalho.

Apesar dos evidentes avanços, na organização de grupos de jovens e mulheres, na grande participação em assembleias, feiras, seminários. A massiva apropriação do conceito de sustentabilidade demonstrou ser um grande desafio. Para alcançar uma agricultura de fato sustentável. “O produtor efetua o que ele chama um balanço entre trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família” (WANDERLEY, 2009, p. 139).

A adoção de princípios agroecológicos no desenvolvimento das atividades sócioprodutivas, resulta no fortalecimento das relações comunitárias, estimulam novas formas de comercialização alicerçada em princípios de solidariedade com criação de associações, grupos de produção e cooperativas.

A forma de atuação da FETRAF-BA, estabelecendo redes, a partir de suas bases sindicais e de ONGs, proporcionam elementos político e técnico nas diversas atuações locais. Essa rede no município de Presidente Tancredo Neves, enquanto proponente, interlocutora e executora de Políticas Públicas Rurais têm enfrentado diversos desafios devido a infinidade de demandas existentes no local. Se não fosse a opção pela produção ancorada na matriz Agroecológica a questão ambiental seria pouco visível ou invisível pelos Agricultores Familiares de Base Ecológica.

Na elaboração das políticas ambientais rurais, é preciso considerar as preocupações do dia-a-dia, é importante à participação dos sujeitos do campo que tem nos recursos naturais sua



fonte de sobrevivência, é preciso uma dimensão crítica ancoradas em investigações e indagações.

As políticas ambientais rurais são pouco visíveis pelos sujeitos do campo, inclusive por alguns dirigentes sindicais, entretanto várias ações promovidas pela rede de atuação da FETRAF/BA tem como princípio, a busca pelo Desenvolvimento Sustentável e Solidário no campo e a adoção da matriz tecnológica ancorada na Agroecologia é fundamental.

BIBLIOGRAFIA:

Agrosino, Michael. (2009). *Etnografia e Observação Participante*. Porto Alegre: Artmed.

Altieri, Miguel. (2000). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.

Azevedo, Israel Belo de. (2000). *O prazer da produção científica*. (8. ed). São Paulo: Prazer de Ler.

Borda, Orlando Fals. (1984). Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. (4. ed). São Paulo: Editora Brasiliense.

Brandenburg, Alfio. (1999). *Agricultura Familiar; ONGs e Desenvolvimento Sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR.

Caporal, Francisco. Roberto.; Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA.

Favareto, Arilson da Silva; Bittencourt, Gerson Luis. (2001). Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 – Notas para um balanço. In: Tedesco, J. C. (Org.). *Agricultura Familiar: Realidades e perspectivas*. (3 ed). Passo Fundo: UPF.

Gohn, Maria da Glória. (2008). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. (2. ed). São Paulo: Cortez.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Extraído janeiro 6, 2010, em <http://cidades.ibge.gov.br>.

Martins, José de Souza. (2008). *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. (2.ed). São Paulo: Contexto.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Apoio:



Pires, André. (2007). *Ruralidades em Transformação: Agricultores, caseiros e moradores de condomínio*. São Paulo: Annablume.

Santos, André Souza dos. (2013). *Éducation et développement: le cas des écoles rurales de la région Du Cacao-Bahia-Brésil*. Thèse de doctorat (Faculté de psychologie et des sciences de l'éducation) - Université de Genève, Genève.

Valadão; Adriana da Costa; et al. (2006). *Agroecologia: A organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade*. Curitiba: Editora Gráfica Popular Ltda.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. (2009). *O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. (2003). *Agricultura familiar e campesinato: Rupturas e continuidade*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out. 2003.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



A promoção da agroecologia em projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural voltados à diversificação da cultura do Tabaco ¹

Evandro De Oliveira Lucas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Alberto Bracagioli Neto - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Desde a ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) o governo brasileiro assumiu um compromisso em adotar medidas para atender as famílias produtoras de Tabaco, ocorrendo predominantemente através de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Identificando a agroecologia como uma categoria bastante presente na ação dos agentes de ATER, este artigo buscou analisar como os agentes de ATER que atuam junto a entidades ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) estão contribuindo na promoção da agroecologia junto a agricultores produtores de tabaco na região Centro Sul e Vale do Rio Pardo no estado do RS. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2020 adotando a abordagem metodológica da pesquisa-ação, com a utilização de entrevistas, acompanhamento de visitas a agricultores, e realização de grupo focal com os coordenadores dos projetos. Constatou-se que os projetos executados por estas entidades dão uma importante contribuição as regiões produtoras de tabaco ao pautar a produção de alimentos saudáveis, e segurança e soberania alimentar. A agroecologia mostrou-se como um excelente caminho a ser desenvolvido junto as famílias produtoras de tabaco. Por fim, destaca-se a necessidade de continuidade desta política pública, haja visto o eminente processo de desmonte realizado pelo governo federal em diversas políticas públicas da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Agroecologia; Extensão Rural; Produção de tabaco.

The promotion of agroecology in Technical Assistance and Rural Extension projects aimed at the diversification of Tobacco culture

Abstract: Since the ratification of the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), the Brazilian government has made a commitment to adopt measures to

¹ O artigo é parte da dissertação de mestrado do autor, intitulada: O Trabalho de Organizações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Chamadas Públicas de ATER voltadas à Diversificação da Cultura do Tabaco.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



serve tobacco producing families, occurring predominantly through projects of Technical Assistance and Rural Extension. Identifying agroecology as a very present category in the action of ATER agents, this article sought to analyze how ATER agents who work with organizations connected to the Small Farmers Movement (MPA) are contributing to the promotion of agroecology together tobacco farmers in the Centro Sul region and Vale do Rio Pardo in the state of RS. The research was carried out during the year 2020 adopting the methodological approach of action research, using interviews, following visits to farmers, and conducting a focus group with the project coordinators. Agroecology proved as an excellent approach to be developed with tobacco-producing families. Finally, the need to continue this public policy is highlighted, having seen the imminent dismantling process carried out by the federal government in various public policies on family farming.

Keywords: Agroecology; Rural Extension; Tobacco Production.





Introdução

A produção de tabaco, por toda sua história e influência, faz parte da realidade da região do Vale do Rio Pardo (VRP), e essa é uma característica que imprime identidade à região e a particulariza frente às demais regiões do Estado (ETGES, 2002). Ele se intensificou e se consolidou na região a quase 2 séculos, no momento em que chegaram os colonos alemães a província que veio a se transformar em Santa Cruz do Sul, em 1824, tornando-se uma das mais importantes contribuições das colônias alemãs para a economia gaúcha (VOGT, 1994).

A produção é realizada por meio do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), correspondendo a relações estabelecidas por meio de contratos entre produtores e a indústria, constituindo-se como um ciclo que se renova ano após ano, sendo que antes mesmo de acabar uma safra já é realizado o pedido de insumos e firmado o contrato para a próxima.

[...] o SIPT estabelece relações com o agricultor a partir de um contrato formal que tem como base as relações informais, estabelecidas, a partir de relações de proximidade, na figura do orientador técnico. É o instrutor técnico que media essas relações, principalmente no que se refere à operacionalização dos contratos formais entre os agricultores e as empresas de tabaco (RUDNICKI, 2012, p.53).

Entre as principais motivações apontadas pelos agricultores para cultivar tabaco podem ser destacados a “renda”, “tradição e família” e “amigos e vizinhos” como importantes e que influenciam a decisão de plantio de tabaco (RUDNICKI, 2012). Além disso, pode-se observar a relação contratual também como um motivo bastante preponderante no momento de decidir se vai cultivar o tabaco (ETGES, 1991; RIQUINHO; HENNINGTON, 2016; RUDNICKI, 2012).

A cadeia produtiva do tabaco brasileiro encontra-se predominantemente nos estados do Sul do Brasil, que juntos respondem por aproximadamente 90% da produção brasileira. Dados divulgados pela Afubra apontam que na safra 2020/2021 serão 137.618 mil famílias, destas 70.997 no Rio Grande do Sul, 41.829 em Santa Catarina, e 24.792 no Paraná, esse número representa uma redução de 7,7% no número de famílias. Em relação a área plantada, segundo a Afubra, houve uma redução de 6%, passando de 290.397 hectares para 273.356 hectares, nesta safra.



Já a expectativa de produtividade é de 2.220 quilos por hectare (AFUBRA, 2020).

Os malefícios do tabaco começaram a ter mais visibilidade no Brasil após a ampliação das discussões sobre os direitos sociais a saúde, realizados na segunda metade da década de 1980. As negociações internacionais visando à criação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), entre 1999 e 2003, e o processo de adesão ao tratado, entre 2003 e 2005, também conferiram destaque ao tema (PORTES et al., 2018).

O país assinou a CQCT em 2003², sendo lançado em 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas cultivadas com Tabaco (PNDACT). Desde então, conforme o artigo 17 da CQCT, as entidades governamentais são responsáveis em promover alternativas economicamente viáveis para substituição desta cultura. No artigo 18, há orientações com respeito à proteção do meio ambiente e à saúde das famílias envolvidas com o cultivo e a fabricação de produtos do tabaco (INCA, 2011; OMS, 2003).

O programa tem quatro eixos estratégicos: financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização (SENADO, 2005). Como uma das principais estratégias para implementar o PNDACT entram os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O Programa de apoio à diversificação continha a Assistência Técnica dentro do eixo voltado ao acesso à tecnologia, constando que seria promovido através de protocolos e acordos específicos por instituições públicas e privadas conforme a Política Nacional de ATER (BRASIL, 2005).

Nos primeiros anos (2007 a 2010) foram realizados contratos de repasses entre o MDA e organizações para atuar em projetos voltados à diversificação da cultura do tabaco. Do ano de 2011 até 2018 foram lançadas 3 chamadas públicas voltadas à diversificação da cultura do tabaco. A primeira executada de 2012 a 2013; a segunda de 2014 até 2017 e a terceira de 2018 a 2020.

Esta última será o alvo deste artigo. A proposta consiste em analisar como os agentes de ATER³ que atuam em entidades ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) promovem a agroecologia entre agricultores produtores de

² O tratado foi ratificado pelo Senado brasileiro no ano de 2005. Este é o primeiro tratado mundial de Saúde Pública que versa sobre medidas de redução no plantio e consumo de tabaco e reafirma o direito de todas as pessoas a desfrutar do grau máximo de saúde que pode ser alcançado (OMS, 2004).

³ Será utilizada a nomenclatura agente de ATER, pois ela vem sendo adotada para profissionais de organização não pública no âmbito dos programas federais. Em organizações públicas, como a EMATER, utiliza-se a denominação extensionista.



tabaco beneficiários de projetos de diversificação da sua produção. O trabalho realizado incide sua atuação em duas entidades ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no caso Cooperativa de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Educação Rural (COOPSAT) e Instituto Cultura Padre Josimo (ICPJ).

Abordagem metodológica

Inicialmente destaca-se que a pesquisa foi realizada no ano de 2020, em meio a grave crise sanitária provocada pelo COVID-19. Por isso, todas as ações descritas foram realizadas seguindo protocolos de saúde de forma a evitar a contaminação ou transmissão do vírus durante a realização da pesquisa.

Foi utilizada como abordagem metodológica a pesquisa ação. Elementos de pesquisa ação são incluídos em todos os projetos de pesquisa, que devolvem os resultados, no fim da análise, aos sujeitos da pesquisa e os discutem com eles (MAYRING, 2002). Seu decurso é influenciado fortemente pela prática, na qual a pesquisa vai se convertendo em ação, e vice-versa, corresponde a um processo mais amplo de transformação da realidade.

Entre alguns autores que podem contribuir na construção de uma pesquisa participativa, vou dar mais ênfase nas contribuições de Thiollent (1987), para ele na pesquisa convencional não há participação dos pesquisadores junto com os usuários ou pessoas da situação observada, nas quais, segundo o autor, são privilegiados aspectos individuais, geralmente captados por questionários e entrevistas que não permitem que se tenha uma visão dinâmica da situação.

A pesquisa-ação proposta por Thiollent (1987) propõe que os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Esse método não se constitui apenas pela ação ou investigação, nele é necessário produzir conhecimento, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões levantada.

Brandão; Borges (2007) destacam que as pesquisas participantes, das quais eles consideram a pesquisa-ação, de modo geral, alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular, colocando face-a-face diversos atores, criando as mais diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes.

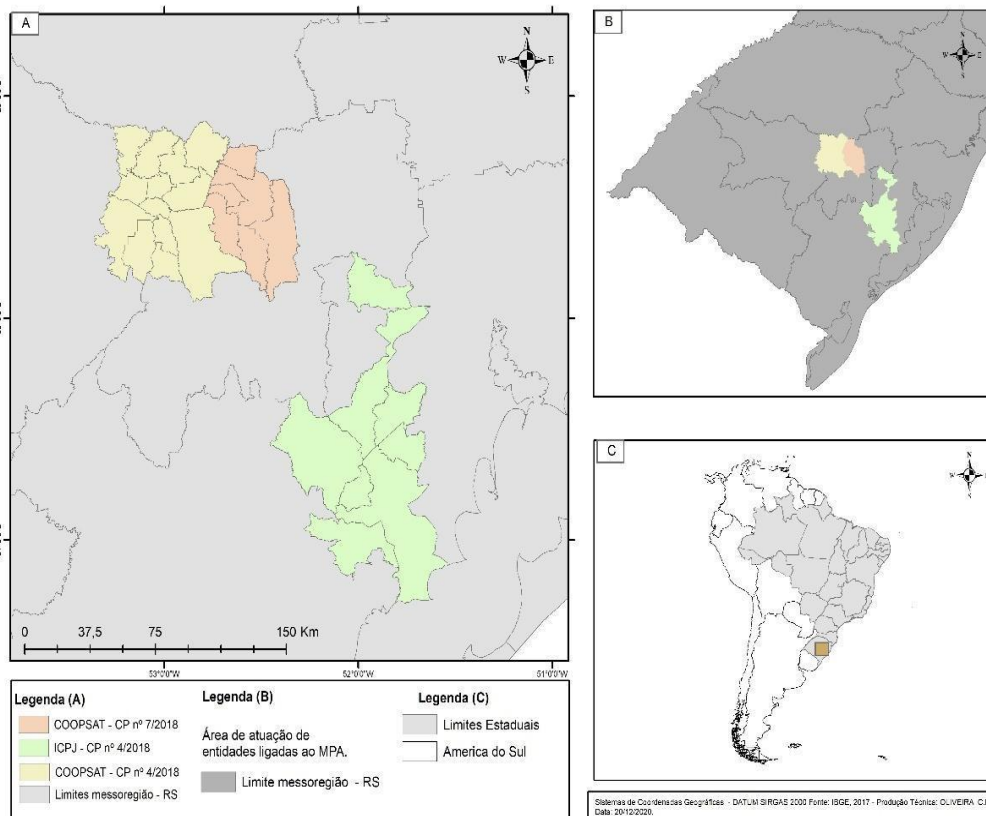


Thiolent (1987, p.26) destaca: “em certos casos os convencionais questionários e as técnicas de entrevista individual são utilizados como meio de informação complementar”. Nesse caso, considero que a utilização de tais métodos, como as entrevistas, foi fundamental para o aprofundamento de aspectos que havia identificado no trabalho a campo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 agentes de ATER que atuavam na COOPSAT e ICPJ, todas com duração de 01:30 a 02:15 horas, a depender do aprofundamento que o agente de ATER dava as questões, ou ao surgimento de novas perguntas. Todas as entrevistas foram realizadas através da plataforma Google Meet.

Dos 10 agentes de ATER acompanhados; 04 eram lote Centro Serra e 02 do lote Vale do Rio Pardo da COOPSAT, além de 04 agentes de ATER do ICPJ (Figura 1). Ambas as entidades possuíam juntas 25 agentes de ATER atuando a campo no mês de março de 2020.

Figura 1 - Região em que foi realizada a pesquisa



Fonte: Elaborado por Furtado Mapas (2020)



Antes de serem entrevistados, foram realizadas visitas a agricultores atendidos pelo projeto junto a estes 10 agentes de ATER (Tabela 1). As entrevistas aos agentes de ATER serão apresentadas no texto seguindo a referência do município: exemplo, entrevista agente de ATER SCS.

Tabela 1: Municípios de atuação por agente de ATER

Referência Organização	Município	Sigla	Nº de Agricultores Visitados
COOPSAT – VRP	Santa Cruz do Sul	SCS	3
COOPSAT – VRP	Sinimbu	SB	3
COOPSAT – Centro Serra	Candelária	CA	3
COOPSAT – Centro Serra	Agudo	AG	9
COOPSAT – Centro Serra	Paraíso do Sul	PL	2
	Novo Cabrais	NC	1
COOPSAT – Centro Serra	Passa Sete	PS	3
ICPJ	General Câmara	GC	7
ICPJ	Cerro Grande do Sul	CR	5
ICPJ	São Jerônimo	SJ	6
ICPJ	Cristal	CL	2

Fonte: Autor (2020)

Outra abordagem realizada na pesquisa foi o grupo focal. Essa técnica se desenvolve a partir de uma perspectiva dialética, na qual o grupo possui objetivos comuns e seus participantes procuram abordá-los trabalhando como uma equipe (BACKES et al. 2011). Será utilizada essa técnica para promover a discussão e interação entre as pessoas que estão acompanhando e coordenando a implementação da chamada pública para a diversificação do tabaco dentro das organizações ligadas ao MPA.

A partir dessa técnica foi discutido com os coordenadores do ICPJ e da COOPSAT temas centrais em torno da ATER diversificação. Souza (2020) aponta que é comum os pesquisadores minimizarem a função do grupo focal como gerador de dados ricos à pesquisa.

O grupo focal foi realizado através do Google Meet com as pessoas que vinham agindo mais diretamente nas ações do projeto, sendo 3 pessoas de cada organização, ou seja, 6 participantes. Souza (2020) aponta que a literatura é variada em relação ao número de participantes, recomendando, em conjunto, desde 3 até 12 pessoas.

Durante a discussão no grupo focal a interação é fundamental para atingir um bom resultado, sendo relacionado com a forma em que a discussão do grupo focal é conduzida, e torna-se imprescindível garantir que os participantes conversem entre



si em vez de somente interagir com o pesquisador ou “moderador” (BARBOUR, 2009). A opção pelo grupo focal faz com o que o pesquisador assuma o papel de moderador, com isso, tenta-se diminuir a possibilidade de interferência quanto aos juízos de valores do pesquisador e o risco de que as discussões sejam desviadas ou dominadas por poucos participantes, algo que poderia influenciar nos resultados (BACKES et al., 2011).

Para a realização do grupo focal foram definidos quais seriam os principais pontos a serem discutidos durante o encontro. O roteiro, ou guia de temas ou tópicos, deve ser breve, contendo pontos ou questões fundamentais à pesquisa. O encontro teve aproximadamente 01h.30min. de duração, contendo questões mais gerais e específicas, das quais será desenvolvida a discussão e interação entre os temas propostos.

A análise dos dados será realizada a partir de cada ponto da discussão, e permitirá para a dissertação a interpretação de como diferentes atores identificam a política pública, permitindo a compreensão dos mais diversos aspectos em torno do trabalho realizado pelas organizações. Os participantes serão identificados no texto como Grupo focal, coord. COOPSAT 1,2 e 3 e Grupo focal, coord. ICPJ 1,2 e 3.

A agroecologia nos serviços de ATER voltados a diversificação da cultura do tabaco

A análise em torno da promoção da agroecologia nos serviços de ATER será a partir da ação desempenhada pelos agentes de ATER, em certo nível influenciada pelas orientações realizadas pelas coordenações das entidades, as quais nitidamente trabalham dentro desta perspectiva. Enquanto marco legal a agroecologia não está presente na lei de ATER, portanto, não compõem um dos objetivos dos contratos.

O processo conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2010 para a criação da PNATER acabou por excluir a palavra Agroecologia do conjunto das orientações, sendo somente no período de tramitação na Câmara de Deputados que são orientadas adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis (CAPORAL, 2011).

No meio científico, Wezel et al. (2009) atribui uma certa confusão no uso do termo, e apresenta três definições: ciência, movimento e prática, destacando que a agroecologia depende fortemente da evolução histórica e epistemológica de cada país em que a mesma se desenvolveu. No Brasil, foi nos anos 2000 que ela



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



encontrou eco no mundo científico, com raízes profundas nos movimentos de agricultura alternativa, no qual a ABA-Agroecologia teve papel fundamental (VILLAR et al., 2013).

A partir dos princípios da Agroecologia, existe um potencial técnico-científico já conhecido e que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009). Caporal (2011) considera que a agroecologia se constitui como um campo do conhecimento científico que possui um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica e que ela reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores, dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores e das comunidades quilombolas.

O que se destaca como prioridade inadiável é que pesquisa, ensino e extensão rural devem reinventar seus enfoques tradicionais à luz do imperativo socioambiental da nossa época. Para isso, urge pensar-se em um processo de transição agroecológica baseado nos princípios da Agroecologia (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009, p.12).

Para muitos agricultores a agroecologia é uma forma de promover a vida, para outros é produzir alimentos sem veneno, pode ser uma maneira de se relacionar com a natureza, ou uma forma de resistência aos grandes sistemas agroalimentares, e ela também pode ser tudo isso ao mesmo tempo. A distância a se percorrer da produção de tabaco para uma produção agroecológica é longa, e para muitos é impossível construí-la sem romper com a produção do tabaco, não somente pelos insumos produtivos, mas também por conta das consequências que ele provoca à saúde dos consumidores, por isso uma das constatações é que a agroecologia é discutida na realização da ATER a partir práticas e técnicas, e não necessariamente como um processo de transição.

No trabalho desempenhado pelos agentes de ATER existem recomendações para não realizar a recomendação de agrotóxicos, salvo situações extremas e de solicitação dos agricultores. Vários agentes da ATER pontuaram isso nas entrevistas e acompanhamento de visitas, constatando-se que o trabalho com práticas agroecológicas é mais um dos maiores desafios que os profissionais enfrentam no trabalho a campo.

Trabalhar a diversificação focando na base da agroecologia é muito difícil, até porque a maioria de nós profissionais não tem nenhuma formação, ou nenhuma base, para desenvolver sobre a agroecologia em si na diversificação da cultura do tabaco (Entrevista Agente de ATER PS).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



A formação profissional certamente vai ser uma das maiores dificuldades, pois as escolas dificilmente trabalham dentro dessa perspectiva. Os agentes de ATER que tinham mais domínio de práticas agroecológicas haviam adquiridos conhecimento e prática em diferentes espaços, como por exemplo, a agente de ATER que atuou em Novo Cabrais e Paraíso do Sul conheceu a agroecologia no MPA, mas foi se aprofundar sobre o tema participando de grupos de estudos na UERGS.

O agente de ATER de São Jerônimo conheceu a agroecologia em grupos de estudos na Universidade Federal do Paraná. Os agentes de ATER de Sinimbu e General Câmara começaram a trabalhar com essa perspectiva a partir da sua formação realizada na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC). O restante dos profissionais foi aprendendo a partir do trabalho que desempenhavam nas entidades e tiveram que ir estudando e se adaptando a essa nova forma de trabalhar.

Comecei a me aproximar mais [da agroecologia] em 2010, quando comecei a participar das reuniões do grupo *Eco da Vida*, mas claro em 2009 com a EFASC, comecei a pegar interesse e fazer alterações aqui na propriedade, e depois em 2010 que de fato quando comecei a entrar no grupo que comecei a pensar que aquilo ali poderia ser uma fonte de sustento e uma perspectiva diferente de vida, conversando com os outros que já estava há muito tempo nessa luta, com o *fulano*, com o seu *ciclano*, o *beltrano*, os agricultores do grupo *Eco da Vida*, e claro conhecendo a ECOVALE, o CAPA, diferente entidades que já estão trabalhando com essa pauta e depois com as diversas formações e debates que a gente teve na EFASC só foi me reafirmando isso. (Entrevista Agente de ATER GC).

A agroecologia se constrói junto a preocupação dos consumidores sobre a forma que estão sendo produzidos alimentos, fazendo com a sustentabilidade passe a ocupar um importante espaço na agenda de políticas. O ponto chave nessa discussão é sobre como os agentes de ATER vão dominar a produção de base agroecológica, haja visto a pouca inserção das discussões sobre agricultura sustentável, muito menos agroecológica nos cursos das ciências agrárias.

Os agentes de ATER começam a se aproximar da agroecologia de maneiras diversas. O profissional que trabalhava no município de Passa Sete começou a produzir alimentos dentro desta perspectiva na propriedade de seus pais. A agente de ATER que trabalhava em Santa Cruz do Sul diz ter conhecido a agroecologia quando fez o estágio na COOPERFUMOS. O técnico que atuou no município de



Lagoão deixou de plantar tabaco, diversificou e está convertendo sua produção para orgânica.

[...] eu tornei a produção que tinha aqui em casa agroecológica para poder aplicar aqui em casa e levar para os agricultores, para saber se isso realmente funciona e que isso dá certo. Eu acabei virando um praticante da agroecologia e produção orgânica para eu poder desenvolver isso com os agricultores, por eu não ter nenhuma base na formação sobre isso (Entrevista Agente de ATER PS).

A agente de ATER que trabalhava em Paraíso do Sul e Novo Cabrais desenvolveu uma série de atividades na casa dos próprios agricultores, chegando a morar durante o projeto na propriedade de uma família, auxiliando na produção de alimentos dentro de uma perspectiva de produção agroecológica e tantos outros exemplos de agente de ATER que incorporam a agroecologia em processo de trocas.

Quando eu conheci a agroecologia, o básico do básico, fez todo o sentido na minha vida, e aí o que aconteceu, eu comecei a pesquisar mais sobre, assim, sabe, alguns vídeos, ler alguns livros, alguma coisa, ler muita coisa que na área eu pegava e dava uma lida para compreender [...] (Entrevista Agente de ATER PL/NC).

Por mais que o ensino em torno da agroecologia tenha ganhado força nos últimos anos, ainda é pouco comum nos cursos técnico ou do nível superior, principalmente de agronomia, a inserção da agroecologia, devido ao referencial teórico-conceitual e analítico adotado nos cursos de agronomia serem cartesianos e pautados no pressuposto da modernização da agricultura (COSTA, 2010). Sousa (2017) também pontua que em geral, as instituições de educação agrícola de ensino médio e superior têm formado profissionais baseados em um modelo agrícola produtivista procurando a obtenção de altos rendimentos.

A nível de Vale do Rio Pardo/RS existe um curso superior de bacharelado em agroecologia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), além do trabalho realizado pelas Escolas Família Agrícola (EFAS). Na região Centro-Sul alguns agentes de ATER haviam cursado a EFA-SUL, outras escolas do MST, mas a maioria também tinha formação em cursos convencionais. Por isso, as entidades ligadas ao MPA ainda manifestam dificuldade no momento de contratar profissionais



que trabalham com essas abordagens.

O trabalho com práticas agroecológicas é processo em construção dentro das organizações, junto aos agricultores, pois ela está imersa em um ambiente de difícil estabelecimento, em que o SIPT é dominante e utiliza de insumos e técnicas provenientes de um modelo produtivista. Portanto, para os agricultores muitas das técnicas são novas, como apontado pelo agente de ATER de São Jerônimo:

Pois sabe o que acontece também, tu está lá, faz uma atividade, um curso vamos dizer de caldas protetivas, vamos fazer calda bordalesa, calda sulfocálcica lá por exemplo, e eles estão ali na volta, participam, e estão fazendo um calda sulfocálcica lá, e eu fico falando, usa enxofre, usa cal virgem, tanto disso, tanto daquilo, e eles estão no dia, ajudam a fazer, estão interessados, mas realmente os que vão pegar e vão sair dali e passar na agropecuária para comprar um enxofre, um cal virgem e vou fazer aquilo, se você for ver o feedback, porque depois eu vou na casa deles nas atividades individuais, ah eu não fiz, não deu tempo, eu não consegui, sabe, eles ficam naquela, porque é uma coisa que eles nunca usaram na vida [...] (Entrevista Agente de ATER SJ).

A agente de ATER de Novo Cabrais e Paraíso do Sul adota uma estratégia um pouco diferente, mas concorda que nos cursos a replicação das práticas é limitada, por isso ela passou a desenvolver ações na propriedade dos agricultores, e aposta na realização de cursos práticos com algo em torno de 5 pessoas, que tenham interesse sobre algum tema específico.

Eu acho muito legal o que a gente está fazendo de fazer formações em uma casa, em uma família, fazer com mais três famílias juntas, daí fica um grupo menor, eles trocam bastante ideias entre eles e comigo, a gente tem uma interação maior, não é um grupo tão grande de 30 ou 40 pessoas, mas sabe, fica mais fácil de se comunicar, e surge mais perguntas, assim mais dúvidas da família, porque um tem um questionamento, outro tem outro, estou achando isso bem bacana. Pena que falta tempo, porque é isso que acontece, eu tenho que cumprir a meta do dia de fazer tantas visitas, e como é que eu vou fazer tantas visitas se eu passar uma manhã inteira em uma casa com 3 famílias, porque não consigo validar a visita [...] (Entrevista agente de ATER PL, NC).

A agente de ATER se refere ao fato de ter que constar a localização da visita técnica, sendo permitida a realização em um raio de 200 metros em relação ao

ponto da casa, salvo no Sistema de Gestão de ATER⁴. Assim, uma visita com mais do que 3 agricultores, mesmo que tenha o dia de duração, somente será possível validar a visita na família beneficiária em que a atividade aconteceu. Os cursos também precisam ter uma participação mínima de 25% do grupo de trabalho⁵ da comunidade para ser validado.

Em visita realizada no município de Paraíso do Sul com essa profissional os agricultores esperavam ansiosos para mostrar o EM (microrganismos eficientes⁶) (Figuras 2 e 3) realizado com o propósito de aumentar a quantidade de bactérias no solo e diminuir a incidência da *Ralstonia Solanacearum*, bactéria que provoca a enfermidade nas plantas. Durante a visita os EM foram ativados, para ser distribuído a outros agricultores beneficiários do projeto.

Figuras 2 e 3: Preparo e orientação de uso dos Microrganismos Eficientes (EM), Novo Cabrais



Fonte: Autor (2020)

As visitas técnicas da agente de ATER eram repletas de dinâmicas, como levar alguma semente crioula, fazer um biofertilizante, ou preparar um EM. Através dessas práticas aumentava o interesse dos agricultores em testarem novas tecnologias, que no caso, que podem ser desenvolvidas por eles, e utilizadas nas

⁴ A ANATER adota um aplicativo denominada SGA mobile. Através dele o agente de ATER faz o reconhecimento facial do agricultor na propriedade cadastrada. O sistema não permite a realização de visitas forma da propriedade.

⁵ Cada agente de ATER atende entre 70 e 80 famílias, sendo as mesmas divididas em 4 grupos de trabalho.

⁶ Os microrganismos eficientes possuem diversos uso. Sua realização ocorre a partir da reprodução de microrganismos presentes no mato, em uma mistura com fontes de carboidratos, lactobacillus e açúcar.



propriedades. Durante as visitas foi sendo possível identificar que agricultores iam desenvolvendo soluções, baseadas em princípios da agroecologia, para problemas complexos provocados pela utilização de agrotóxicos e monocultura.

A agente de ATER faz referência a construção de tecnologias camponesas, e reforça que os agricultores devem ser parte desse processo. A apropriação do sujeito da teoria vai ocorrer a partir de sua ação prática, em que ocorrerá uma interação com a realidade, e sobre a qual será exercida uma prática transformadora (FREIRE, 1985).

Em visita realizada no município de Cerro Grande do Sul a agricultora atendida pelo projeto nos mostra orgulhosa seus 6 mil pés de batatinhas, 1.500 pés de mandioca, mais as morangas, melancia, abóbora, alho e uma horta enorme repleta de alimentos, sendo tudo produzido orgânico. Quem decidia o que seria plantado era a agricultora, além disso ela tomava decisões sobre quais sementes usar, como adubar e onde vender.

Siliprandi (2009) aponta que as mulheres ao mostrarem as áreas que produzem se declaravam orgulhosas da riqueza ambiental que esse sistema preservava, da qualidade do solo que tinham conseguido recuperar, e da possibilidade de esse sistema resistir no tempo, contrapondo-o sistematicamente à monocultura. Algo muito semelhante aconteceu nessa propriedade, onde a agricultora nos fez percorrer cada cantinho de terra, afirmando que o trabalho era realizado por ela, e que podíamos comer qualquer coisa, pois ali não ia veneno nem adubo.

A dificuldade não era produzir, mas sim acessar mercados, pois não tinha como transportar o que produzia, dependendo de outros agricultores do grupo de produção orgânica existente no município. Ela também comercializava para mercados institucionais, ainda assim, sobravam muitos produtos, os quais por não conseguir acessar mercados mais longínquos eram, muitas vezes, destinados à alimentação dos animais da propriedade. O agente de ATER comenta das dificuldades na comercialização e pontua a pouca ação do município e falta de organização dos agricultores.

Tem dificuldade na comercialização, mas isso é uma coisa que a prefeitura as vezes não se esforça muito, questão municipal sabe, e também por falta de organização dos próprios agricultores, não se organizarem entre eles, que nem aqui eles vão para feira e conseguem escoar para vender, porque eles se organizaram, mas tem alguns que não conseguem (Entrevista agente de ATER CGS).

Ao conversar com a agricultora e com o agente de ATER alguns motivos para a dificuldade de acesso a mercados parece prevalecer, o principal deles a impossibilidade de escoamento, mas além disso ela apontou dificuldade com o grupo de produção ecológico, e pouco apoio do poder público. Apesar destes motivos ela está satisfeita com a produção de hortaliças, e vem conseguindo um bom retorno financeiro, principalmente com a comercialização de produtos com maior valor agregado e durabilidade, como alho, cebola, batatinha, entre outros.

A visita nessa agricultora foi muito interessante. Ela nos mostrou toda a propriedade (Figura 4 e 5), caminhando em um ritmo acelerado, falando muito, e apresentado com orgulho os alimentos que estava produzindo. Falava das dificuldades, fizemos algumas sugestões, e seguíamos em meio aos seus cultivos, distribuídos por toda a área de terra utilizada para a produção.

Figuras 4 e 5: Produção de hortaliças, Cerro Grande do Sul



Fonte: Autor (2020)

A agricultora havia deixado plantar tabaco há mais de 6 anos. Quando perguntei qual o motivo ela me disse “plantei fumo a vida toda e morava no galpão, agora faz 6 anos que trabalho na horta e estou construindo minha casa”, ainda destacou que com o fumo não sai das contas e que agora tinha alimentos e renda.

O trabalho de campo também permitiu identificar que o MPA tem grande responsabilidade no fato da agroecologia ser uma das referências de trabalho dos agentes de ATER, algo apontado no grupo focal:



[...] o ICPJ assumiu o custo de distribuir kits de sementes de mudas, sementes crioulas, mudas frutíferas, mudas nativas, plantas medicinais, insumos agroecológicos como forma de apresentar essa realidade para os agricultores, quem não conhecia uma semente crioula, que poderia produzir a própria sementes, ou melhorar ela na safra seguinte, quem não conhecia um pó de rocha, ou um biofertilizante teve oportunidade de conhecer, muitos depois seguiram utilizando os bioinsumos, seguiram utilizando as sementes [...] eu diria que a gente teve um impacto muito positivo no aspecto da diversificação, da promoção da diversificação, da agroecologia (Grupo focal, Coord. ICPJ-1).

[...] a gente sempre incentivou muito a questão da sustentabilidade da propriedade, de produzir o seu próprio adubo orgânico, compostagem, biofertilizante, enfim, nesse ATER a gente pode avaliar que teve bastante resultado, apesar de todos os problemas financeiros que sempre tiveram na execução dos ATER em si, da falta de continuidade, da troca de técnicos, e tudo que foi conversando antes, pode se perceber que para as famílias foi muito valioso e para grande maioria conseguiu seguir utilizando e aumentando principalmente a sua diversificação e a consciência da agroecologia (Grupo focal, Coord. COOPSAT-1)

A diversificação é compreendida pelas organizações como um caminho para a construção da agroecologia, inclusive o projeto da COOPSAT é “diversificar para semear agroecologia”, já do ICPJ “Caminhos da Diversificação”, ambos sendo orientados pela defesa que o MPA realiza em torno da produção de alimentos saudáveis.

Independente do profissional, todos sabem que as práticas agroecológicas são parte estruturante do trabalho de campo, e é interessante ver que os agricultores identificam os profissionais como aqueles que recomendam a produção de alimento sem agrotóxicos, ou orgânicos, e não necessariamente como alguém que estimule a agroecologia, sendo inclusive desconhecido o termo para muitas famílias.

[...] coloquei principalmente no ATER a necessidade de produzir o alimento básico da casa sem a utilização de agrotóxicos, sem veneno, coloquei muitas e muitas vezes isso para o pessoal saber o que está consumindo (Entrevista Agente de ATER AG).

Contudo, alguns agentes de ATER identificam limitações para trabalhar com a agroecologia e diversificação da renda, pois o ATER tem tempo limitado e não



dispõe de recursos para que os agricultores realizem investimentos.

[...] faz falta a questão do ATER não ser contínuo, por exemplo, tu vai lá orientar o agricultor a produzir agroecologicamente, e tu vai orientar ele a diversificar a renda, só que tu não tem meios para fazer isso, então uma coisa é tu ir lá e dizer, investe em alguma coisa, começa pequeno e vai depois aumentando e tal e dizer para eles fazer isso, e outra coisa é tu dizer e ter o caminho para fazer isso, aí falta, e muito cobram porque não teve, não há, não vem nada (Entrevista Agente de ATER SB).

Muitos agricultores relataram durante as visitas que faltava vir alguma ajuda para investir na propriedade. Algo que parece estar muito distante, pois ficou claro que a política pública de ATER vem sofrendo um processo de desmantelamento, sendo esse um momento de incertezas em torno até mesmo da continuidade da ATER.

Caso se pensasse um aperfeiçoamento da ATER, algo que poderia ser realizado é uma conexão entre o Programa Camponês e a PNATER. O Programa Camponês foi desenvolvido no estado do RS por alguns anos, e possuía recurso subsidiado e desbancarizado para os agricultores investirem em atividades voltadas à diversificação da propriedade, o que poderia permitir o acesso a famílias em condições de pobreza, auxiliando-as na construção de práticas mais sustentáveis e na diversificação de seus meios de vida. Contudo, essa política pública do estado RS não está mais operando.

Outro entrave é a comercialização. São comuns os relatos de agricultores que não aumentam a produção de alimentos e/ou permanecem produzindo tabaco por falta de garantias de mercado para os demais cultivos (SIQUEIRA; LUCAS; CRUZ, 2020). Uma alternativa para a inserção dos agricultores produtores de tabaco em outros mercados poderia ser a criação de um Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) voltado a esse público, mas até o momento a política de ATER segue ocorrendo sozinha, estabelecendo pouca relação com outras políticas públicas.

A agroecologia é uma prática presente na atuação dos agentes de ATER, eles foram aprendendo entre si, se ajudando, conversando, estudando e até mesmo praticando. Também aprenderam com agricultores que já desenvolvem práticas agroecológicas e foram criando estratégias, por meio da comunicação, com as famílias beneficiárias para elas produzirem alimentos sem agrotóxicos. Ao fim do projeto executado pelas organizações ficou uma mensagem sobre a importância da



agroecologia entre as famílias produtoras de tabaco.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar como os agentes de ATER que atuam em entidades ligadas ao MPA promovem a agroecologia entre agricultores produtores de tabaco beneficiários de projetos de diversificação da sua produção, demonstrando que existe e inclusão de práticas e técnicas utilizadas na produção agroecológica junto a agricultores produtores de tabaco.

Os projetos executados pela COOPSAT e ICPJ dão uma importante contribuição as regiões produtoras de tabaco ao pautar a produção de alimentos saudáveis, e segurança e soberania alimentar nutricional, muito por conta das entidades seguirem como base pautas defendidas pelo MPA, fazendo com que a agroecologia ganhe espaço dentro da implementação dessa política pública.

Ainda existe uma grande dificuldade das famílias produtoras de tabaco diversificarem sua renda, logo, é necessário a manutenção de ações voltadas a promover a agroecologia e produção de alimentos em meio a esse público. Um ater agroecológico, como proposto por Caporal (2011) é capaz de promover um aumento na conscientização das famílias, as quais vão desenvolvendo novas práticas na produção de alimentos, assim aumentando sua diversidade e autonomia.

A agroecologia, mesmo em trabalhos com agricultores que vivem repleto de privações, desempenha um papel transformador. As famílias beneficiárias dos projetos de ATER iam aumentando sua produção de alimentos, diminuindo a utilização de agrotóxicos, e em alguns casos gerando renda através de outros cultivos. Os projetos voltados a diversificação da cultura do tabaco devem ser capazes de promover um aumento na diversidade produtiva de forma sustentável, sendo a agroecologia um excelente caminho a ser desenvolvido junto as famílias produtoras de tabaco.

Por fim, é necessário destacar que as ações voltadas a diversificação da cultura do tabaco estão sofrendo um desmonte pelo governo federal, o que resultou no término em dezembro de 2020 dos projetos que vinham sendo desenvolvidos por entidades ligadas ao MPA, sendo fundamental a continuidade desse programa, ainda mais com o cenário de diminuição na demanda mundial de tabaco no mundo. A interrupção do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco coloca em risco de insegurança alimentar milhares de famílias produtoras de tabaco.



Referências

AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **Fumicultura no Brasil**. Disponível em: <[Fumicultura no Brasil | Afubra - Associação dos Fumicultores do Brasil](#)>. Acesso em: 6 set. 2020.

BACKES, D. S. et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **Mundo da Saude**, v. 35, n. 4, p. 438–442, 2011.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, v. 53. 2009.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, v. 6, p. 51–62, 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Aviso nº 1151/2005** - Casa Civil, em resposta ao parecer recebido do Senado. 2005.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, p. 23–33, 2011.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: MDS/Embrapa, 2009.

COSTA, M. B. B. DA. Formação superior em Agroecologia: a experiência da Universidade Federal de São Carlos. In: SCHMITT, C. et al. (Eds.). **Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro: ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia; Fundação Ilea, 2010. v. 7p. 26–33.

ETGES, V. E. Sujeição e resistência: Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. **Boletim gaúcho de geografia**, p. 23–26, 1991.

ETGES, V. E. O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana. **Textual**, v. 1, p. 14–21, 2002.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 24, 1985.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Texto oficial. 2.reimpr. Rio de Janeiro 2015, INCA. Disponível em: < [convenção_quadro_tabaco_2015.indd \(inca.gov.br\)](#)>. Acesso em: 09 de jul. de 2020.

MAYRING, P. **Einführung in die qualitative Sozialforschung: Eine Anleitung zu qualitativem Denken** [Introdução à pesquisa social qualitativa: uma orientação



aopensamento qualitativo]. 5. ed. Weinheim: Beltz, 2002.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD - OMS. **Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco**. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42813/9243591010.pdf;jsessionid=5BF10FA8F6A278C53EA3EC244745FCA2?sequence=1>>. Acesso em: 5 out. 2020.

PORTES, L. H. et al. Trajetória da política de controle do tabaco no Brasil de 1986 a 2016. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 1–20, 2018.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. Sistema integrado de produção do tabaco: Saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. **Cadernos de Saude Publica**, v. 32, n. 12, p. 1–10, 2016.

RUDNICKI, C. P. S. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul**. 2012 Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco \(SIPT\) no Rio Grande do Sul/Brasil \(ufrgs.br\)](#)>. Acesso em: 28 de jul. de 2020.

SENADO. PDS 602/2004. **Projeto de Decreto Legislativo no 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle e Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003**. Disponível em: <[PDS 602/2004 - Senado Federal](#)>. Acesso em: 23 de jan. de 2021.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009. Disponível em: , [Microsoft Word - TESE DOUTORADO EMMA SILIPRANDI.doc \(transformatoriomargaridas.org.br\)](#)>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

SIQUEIRA, A.; LUCAS, E. DE O.; CRUZ, F. T. DA. Políticas voltadas para feiras da agricultura familiar no Vale do Rio Pardo (RS): estratégias locais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. **Retratos de Assentamentos**, v. 23, n. 2, p. 65–96, 2020.

SOUSA, R. DA P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 28–33, 2017.

SOUZA, L. K. DE. Recomendações para a Realização de Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa. **Psi Unisc**, v. 4, n. 1, p. 52–66, 2020.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

VILLAR, J. P. et al. Caminhos da Agroecologia no Brasil. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. DE (Eds.). . **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 37–73.

VOGT, O. P. **Produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 - 1993)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1994. Disponível em: < [D - VOGT, OLGARIO PAULO.pdf \(ufpr.br\)](#)>. Acesso em 25 de fev. de 2020.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. **Sustainable Agriculture**, v. 2, p. 27–43, 2009.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



AÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA EM ARATIBA – RS

Zenicleia Angelita Deggerone

Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS); zenicleiadeggerone@gmail.com

Rafaela Teresinha Bagatini Dellagostin

Engenheira de Alimentos (URI); rafaela.tbd@hotmail.com

Resumo

Este estudo busca descrever como foi implementado o projeto de incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológicos no município de Aratiba, Rio Grande do Sul, destinados a promover a segurança alimentar das famílias de agricultores familiares e a criação de canais para a comercialização destes alimentos. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo, consistiu em uma abordagem exploratória descritiva, que envolveu o resgate bibliográfico sobre o tema, além de pesquisas documentais na Prefeitura Municipal de Aratiba – RS, entre fevereiro e março de 2020. Com a realização deste artigo foi possível descrever as ações implementadas pelo projeto “Incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológico do município de Aratiba-RS - *Bom para quem produz, melhor para quem consome*”. O projeto foi concebido através da articulação de vários atores sociais e institucionais, que foram importantes na organização e posteriormente na implementação das ações voltadas a transição à produção agroecológica; no beneficiamento e processamento de alimentos; na infraestrutura, logística e transporte dos alimentos; na expansão do mercado e comercialização; e na sensibilização, informação, capacitação e assistência técnica das unidades de produção familiares. Com a implementação destas ações, 22 famílias de agricultores familiares passaram a produzir os alimentos orgânicos e encontram-se em fase final da transição agroecológica. Por fim, considera-se que este projeto é uma importante ação pública que contribuiu para o fortalecimento da agroecologia enquanto forma de produção de alimentos, além de fornecer produtos de qualidade para as famílias de agricultores e para os consumidores.

Palavras-chave: Ação pública. Agricultura familiar. Agroecologia.



INTRODUÇÃO

A agroecologia constitui-se como um movimento sociopolítico que busca fortalecer o agricultor por meio da valorização da sua identidade e raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia, poder de decisão e participação ativa no processo de produção de alimentos.

Esta forma de produção de alimentos, segundo Caporal e Costabeber (2004, p. 11), busca promover um manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, e promover a inclusão política e o *empoderamento* dos seus atores sociais, por meio de uma ação social coletiva, de caráter participativo. A prática da agroecologia leva à obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a agroecologia, é uma das formas de produção de alimentos, que busca promover a segurança alimentar e nutricional. Para o Consea (2004), a segurança alimentar e nutricional, busca que todo o conjunto da sociedade tenha acesso regular e permanente a alimentos de qualidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Nesse sentido, ao reconhecer a agroecologia como uma das formas a promoção da segurança e soberania alimentar, o município de Aratiba, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, vem desenvolvendo projetos que visam estimular a produção de alimentos de modo agroecológico. Em 2017, a Prefeitura municipal, implementou algumas ações, que buscaram incentivar a produção de alimentos agroecológicos, aliadas a práticas que estimulem o consumo destes alimentos,



conservando os recursos naturais, gerando renda aos agricultores familiares e contribuindo com o desenvolvimento rural sustentável do município.

Dessa forma, a questão que norteia a construção deste estudo, visa identificar como foi organizado e implementado o projeto de incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológicos em Aratiba - RS? E, o objetivo geral deste estudo, busca descrever como foi implementado o projeto de incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológicos no município, destinados a promover a segurança alimentar das famílias de agricultores familiares e a criação de canais para a comercialização destes alimentos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo, consistiu em uma abordagem exploratória descritiva, que envolveu o resgate bibliográfico sobre o tema, além de pesquisas documentais na Prefeitura Municipal de Aratiba – RS. A pesquisa aconteceu entre os meses de fevereiro e março de 2020, com a realização de entrevistas com os técnicos participantes do projeto e gestores públicos.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA

A partir da metade dos anos de 1990, o Estado brasileiro iniciou a elaboração de um conjunto de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Para Grisa e Schneider (2014), as políticas públicas podem ser segmentadas em três gerações. A primeira geração (1994-1997), esteve associada a demandas de segmentos sociais da agricultura familiar foram organizados pelos sindicatos e movimentos sociais, estando ligada principalmente a questões agrícolas e agrárias. A segunda geração (1997-2000) foi marcada pela criação e expansão de políticas de assistência social, ainda que o processo de reformulação da previdência rural – a principal ação de Estado nessa área – teve início com a Constituição de 1988. E, a terceira geração (2000-2016) esteve relacionada à construção de novos mercados para os produtos e



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



serviços oriundos da agricultura familiar, tendo como foco a segurança alimentar, a sustentabilidade, e em grande medida, vinculados ao campo da agroecologia.

No campo vinculado as políticas de apoio a agroecologia, o Brasil ganhou notoriedade por promover estes instrumentos de ação pública, que alcançou internacionalmente o reconhecimento como sendo um dos países que mais avançou na construção de políticas públicas. Para Niederle et al., (2019), parte do sucesso que o Brasil conquistou, está associada a uma trajetória de movimentos sociais, sindicais, profissionais e estudantis que, desde os anos 1970, impulsionaram discussões e práticas vinculadas à agricultura alternativa. Além disso, para os autores, em virtude da crescente capacidade de articulação em rede destes atores, eles conseguiram levar a agroecologia para dentro da agenda do Estado, impactando, sobretudo, os referenciais que orientaram a construção de políticas para a agricultura familiar (NIERDELE, et al., 2019).

Os avanços na proposição de políticas públicas na área da agroecologia, ocorreram paulatinamente nos anos 80 e 90, e nos anos 2000, ganharam maior importância na agenda política, o que culminou em vários programas, projetos e políticas públicas. Em 2003, foi instituída através da Lei nº 10.831, a instrução que definiu as bases sobre a agricultura orgânica no Brasil. Em 2012, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, firmando o compromisso do governo federal em integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (CIAPO, 2003).

O decreto que instituiu a Pnapo estabeleceu como seu principal instrumento o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e como



instâncias de gestão a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), formada por representantes do governo e de entidades da sociedade civil de modo paritário, e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), composta por representantes dos ministérios que atuam na política (BRASIL, 2012).

A instituição da Pnapo ocorreu através da institucionalização de dois planos nacionais. O primeiro plano foi elaborado, tendo vigência entre 2013 e 2015, que buscou articular as diferentes iniciativas de produção em base agroecológica, de produção orgânica e de transição agroecológica. Os instrumentos da PNAPO, foram a institucionalização do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); crédito rural e demais mecanismos de financiamento; seguro agrícola e de renda; preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções; compras governamentais; medidas fiscais e tributárias; pesquisa e inovação científica e tecnológica; assistência técnica e extensão rural; formação profissional e educação; mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL AGROECOLÓGICO, 2016).

O segundo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), por sua vez, foi lançado em 2016 (com vigência até 2019), durante a 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER), em Brasília. As ações do plano buscaram incentivar a produção agroecológica, o uso e conservação de recursos naturais; a promoção do conhecimento; a comercialização e consumo dos alimentos orgânicos; o acesso a terra e território; e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade (BRASIL AGROECOLÓGICO, 2016).

Complementarmente as ações estabelecidas pela PNAPO, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Agroecologia (2005-2006), foi criado para incentivar a



transição de cultivos agrícolas para modelos mais sustentável na produção de alimentos, e esta política pública, está contida dentro da linha de crédito do Pronaf Verde. Esta linha de crédito, busca maximizar o uso dos recursos naturais nas propriedades rurais, ampliando o uso de práticas conservacionistas e investindo em alternativas sustentáveis de produção como a agroecologia, produção orgânica, transição agroflorestal e outros (RESENDE, DEGGERONE, 2019).

Entretanto, todas as ações propostas pela ação pública no campo da agroecologia, segundo Nierdele et al., (2019), avançaram no reconhecimento da agricultura familiar e pela implementação de um conjunto diversificado de políticas públicas voltadas a este setor. Contudo, os autores, chamam a atenção do fato, de que por existir complementaridades nas ações, porém, na visão deles, existem descontinuidades entre o enfoque adotado pelas políticas de fortalecimento da agricultura familiar e a abordagem proposta pela agroecologia, decorrentes, entre outros fatores, das fortes conexões estabelecidas por determinados segmentos da agricultura familiar brasileira com as cadeias globais de *commodities*.

Diante disso, entre a estruturação de uma política pública e sua efetividades, existem uma extensa cadeia de agentes (governos estaduais e municipais, instituições de crédito, de assistência técnica, programas de governos, entendimentos e ações políticas) que muitas vezes impede que as políticas desenhadas em uma estrutura maior se efetivem junto aos agricultores familiares. Por isso, muitas das ações estabelecidas efetivamente não chegaram a beneficiar os agricultores agroecologistas, além de que não conseguiram implementar uma cultura entre os agricultores, que possibilitassem a adesão a processos mais sustentáveis para a produção de alimentos.

Dessa forma, as públicas municipais desencadeadas por municípios, podem contribuir para reduzir o número de agentes, e facilitar o acesso as informações e o controle sobre as ações propostas. Para Rodrigues (2010, p.14) uma política pública



é: “envolve uma decisão política, que requer várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados [...] que dispõem sobre o que fazer, aonde chegar e como fazer”.

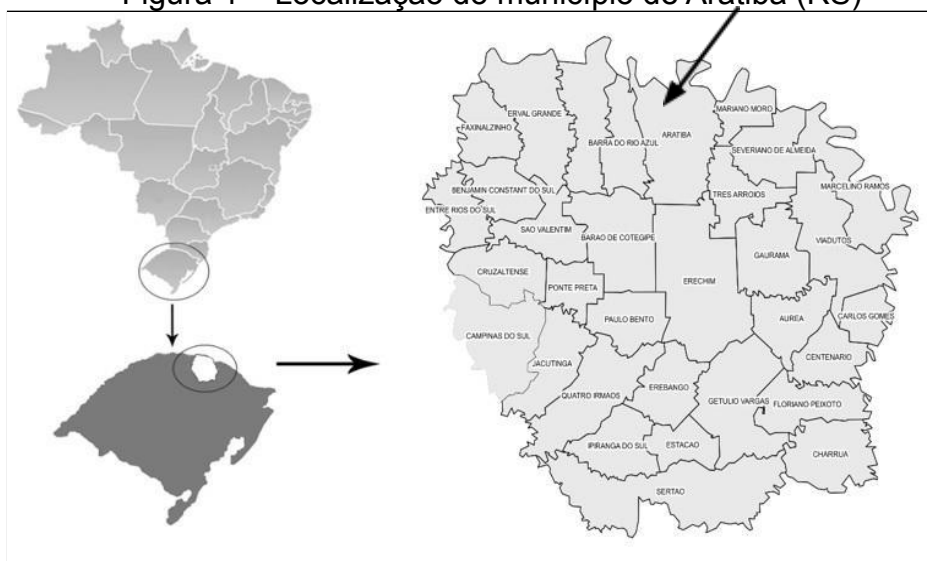
Sendo assim, entende-se que as ações propostas por governos municipais seriam as políticas (públicas) desenvolvidas pelos governos que, conhecendo as necessidades da sociedade civil, desenvolvem estratégias para modificar a realidade existente, proporcionando bem-estar aos munícipes. Desse modo, a partir de referenciais locais, o poder público municipal de Aratiba, percebendo a necessidade de avançar no debate sobre a agroecologia e implementar ações locais que pudessem contribuir com a alimentação local e promover a transição de sistemas alimentares mais sustentáveis entre os agricultores, resolver criar um projeto que culmine na promoção da agroecologia no município de Aratiba (RS).

Diante disso, a próxima seção, busca trazer em evidência as ações do “Projeto de incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológico do município de Aratiba-RS - *Bom para quem produz, melhor para quem consome*”, desenvolvidos pelo poder público e sociedade civil municipal.

O MUNICÍPIO DE ARATIBA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

O município de Aratiba é um município localizado na Região Alto Uruguai (RS) (Figura 01), e tem sua econômica pautada nos setores industriais, agropecuário e de prestação de serviços. Na agropecuária predominam as atividades vinculadas a produção de suínos, aves, leite, cereais (milho, soja e trigo), frutas cítricas (laranja, tangerina) e olerícolas, em destaque as folhosas, raízes, bulbos e tubérculos.

Figura 1 – Localização do município de Aratiba (RS)



Fonte: Deggerone (2019).

Os agricultores familiares, em grande maioria no município de Aratiba, estão integrados a diferentes sistemas de produção de alimentos. É possível encontrar agricultores incorporados a produção de *commodities*, ou, as clássicas cadeias produtivas das aves e suínos, ou ainda, produzindo de forma convencional grãos. Contudo, a agricultura familiar apresenta traços e características próprias que aumentam as possibilidades de uma transição do modelo convencional de produção de alimentos para uma agricultura agroecológica.

Verifica-se também que o município possui condições edafoclimáticas¹ que são propícias para desenvolver a produção agroecológica no município. Além disso, destaca-se a demanda no mercado por frutas nativas, laranja, banana, feijão, batata doce, beterraba, cenoura, milho, dentre outras, além de outras culturas, que podem produzir em boa parte do ano (laranja, milho verde); além da atuação e presença de uma forte rede de entidades, principalmente cooperativas, que pela sua proximidade aos agricultores podem apoiar a produção, a liberação de crédito e a

¹ Tendo como principais fatores a considerar o local, solo, clima e a disponibilidade de água.



comercialização dos alimentos; infraestruturas de recebimento e transporte da produção agroecológica, e por fim o apoio da gestão pública municipal para desenvolver o projeto.

Diante destes elementos apresentados, a Gestão Pública Municipal (2016-2020), identificou esta oportunidade que poderia contribuir com a melhoria das condições nutricionais dos alimentos produzidos em Aratiba, além de oportunizar um acréscimo na renda dos agricultores. Nesse sentido, foi criado o “Projeto de incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológico do município de Aratiba-RS - *Bom para quem produz, melhor para quem consome*”, através do Decreto de nº 2171 de 15/05/2017.

O projeto foi concebido através da articulação de vários atores sociais e institucionais, que foram importantes na organização e posteriormente na implementação das ações previstas pelo projeto. As principais instituições que participam do projeto, são: a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, a Secretaria Municipal da Educação, a Secretaria Municipal da Saúde, a Cooperativa de Agricultores de Aratiba Ltda (COOPAL), a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Aratiba (CRESOL), o Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SUTRAF), o Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), a Associação dos Produtores de Aratiba, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ASCAR), a Associação Comunitária Hospitalar de Aratiba (ACHA), a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), a Pastoral da Juventude e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).

Esse grupo de trabalho estabeleceu os seguintes objetivos para a implementação do projeto em Aratiba (RS): incluir e ampliar o número de agricultores que produzem alimentos agroecológicos; criar oportunidades que contribua na manutenção dos agricultores, em especial a juventude no campo; reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres, gerando novas relações de gênero; contribuir na redução do uso de agrotóxicos e insumos químicos; ampliar o número



de famílias Certificadas como Produtoras de alimentos Agroecológicos; contribuir na organização dos agricultores, fortalecendo os laços cooperativos e às organizações econômicas da agricultura familiar; ampliar o número de agricultores com acesso a orientação técnica (ATER); melhorar as condições materiais para produção, transformação, circulação e comercialização da produção orgânica; ampliar o acesso da população a informação sobre a importância de produzir e consumir alimentos saudáveis, bem como, conservar meio ambiente; ampliar o envolvimento da comunidade escolar no debate sobre Agroecologia; estimular e estruturar dinâmicas coletivas de circulação e comércio justo de alimentos ecológicos; apoiar a agroindustrialização e outras formas de agregar valor à produção e promover a retomada da produção em áreas do município atualmente improdutivas.

Para alcançar os objetivos elencados, o Projeto organizou ações em torno de seis eixos estratégicos: I) transição à produção agroecológica; II) o beneficiamento e processamento; III) infraestrutura, logística e transporte; IV) mercado e comercialização; V) Sensibilização, informação e capacitação; VI) Assistência Técnica-ATER.

Ressalta também, que apesar do projeto também buscou à captação de recursos para financiamento das ações previstas, o foco esteve também associado em promover ações de orientação; de produção e socialização de conhecimentos; e, na articulação e aproximação dos diversos atores envolvidos na produção, processamento e comercialização, sempre buscando gerar a autonomia e o fortalecimento tanto dos agricultores familiares quanto das organizações envolvidas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO NO MUNICÍPIO DE ARATIBA (RS)



A primeira ação prevista pelo projeto, buscou atuar na **transição à produção agroecológica**. Essa ação, visou desenvolver ações voltadas ao fomento da reestruturação produtiva, iniciando ou fortalecendo a transição para a agroecologia.

No início do projeto eram cerca de 12 agricultores familiares que produziam alimentos orgânicos, com a implementação das ações em assessoramento técnico, desenvolvidos pelo CETAP e um representante da Secretaria da Agricultura do município, são 22 famílias que passaram a produzir os alimentos orgânicos e encontram-se em fase final da transição agroecológica.

Os principais produtos produzidos, contemplam a produção de laranja, abacate, limão, banana, repolho, alface, rúcula, cenoura, couve-flor, couve chinesa, brócolis, rabanete, beterraba, moranga cabotiá, melancia, alho, cebola, salsa, radiche, gengibre, açafrão, erva-mate, batata doce, pimentão, tomate, batata yacon, fava, ervilha, chuchu, mamão, fruta do conde, e frutas nativas que também recebem o selo de selo de extrativismo sustentável.

O assessoramento técnico das unidades de produção familiares, está sendo realizada pelos técnicos do CETAP. A prefeitura municipal por não dispor de profissionais com formação e experiência em agroecologia, fez a contratação desta entidade para prestar assessoramento técnico. Dentre as atividades realizadas, foram realizados inicialmente o levantamento e planejamento da propriedade rural, identificando a vocação produtiva e interesse da família em produzir alimentos orgânicos. Posteriormente, era realizado um planejamento a longo prazo, a fim de organizar a propriedade rural ou de cada área cultivável, para passar do sistema convencional de produção de alimentos para o sistema agroecológico.

Ressalta-se que o assessoramento técnico, é prestado conforme a demanda de cada propriedade rural, mas, a Entidade deve realizar as visitas nas propriedades rurais diariamente. Durante as visitas, as orientações envolveram o preparo de biofertilizantes utilizados na produção dos alimentos (Figura 2); na recuperação da

fertilidade natural dos solos; aplicação de pós de rocha, adubos orgânicos, adubos verdes e biofertilizantes nas quantidades adequadas para cada tipo de cultura.

Figura 2 - Assessoramento técnico na produção de insumos orgânicos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Aratiba (RS) (2019).

A assessoria também passou a orientar aos agricultores para a produção de mudas e sementes, bem como o armazenamento das sementes nas propriedades rurais.

A segunda etapa do projeto buscou **apoiar/financiar equipamentos ou infraestruturas para a operação de agroindústrias familiares**, destinadas ao processamento dos produtos orgânicos produzidas pelas propriedades rurais que participam do projeto.

Em 2018, iniciou-se o processo de certificação e acompanhamento técnico de uma agroindústria familiar (figura 3), que atua no processamento de mandioca orgânica e extração de polpa de frutas nativas. Atualmente esta agroindústria processa 1000 kg de mandioca por mês, com perspectiva de chegar a 1000 kg semanais. O processamento da polpa de jaboticaba e guabiroba, é de 1000 kg mensais de cada tipo de fruta.

Figura 3 – Agroindústria em operação para o processamento de mandioca e extração de polpa de frutas



Fonte: Prefeitura Municipal de Aratiba (RS) (2019).

A terceira ação envolve ações voltadas a **infraestrutura, logística e transporte dos produtos orgânicos**. Nesse sentido, o projeto contemplou a inserção e organização dos produtores para a comercialização dos produtos orgânicos na Feira Colonial e na Feira de Passo Fundo, para o Circuito da Rede Ecovida, para a Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária (CECAFES) e para o mercado institucional.

O transporte dos produtos orgânicos até os pontos de venda, são realizados pelos agricultores integrantes do projeto, e também pela Copal e Rede Ecovida.

A quarta ação proporcionada pela realização do projeto, contemplou a **organização do mercado e comercialização dos produtos orgânicos**. Com a institucionalização deste projeto, os agricultores também passaram a comercializar para outros canais de comercialização, que foram organizados por meio das ações do projeto, sendo para a Feira Colonial (Feira permanente) existente no município de Aratiba, além da venda para uma

Feira localizada no município de Passo Fundo, e no Circuito da Rede Ecovida, para a Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária (CECAFES) e para o mercado institucional de alimentos, atendendo a rede estadual e municipal.

A quinta ação do projeto, envolveu a **sensibilização, informação e capacitação** de agricultores e comunidade de Aratiba. Nesta etapa do projeto, foram desenvolvidas várias ações, conforme são apresentadas abaixo:

- Realização do primeiro jantar ecológico do município de Aratiba (RS), com o objetivo de divulgar os alimentos produzidos no município, e sua importância para a alimentação saudável. A figura 4, ilustra os pratos servidos durante o evento.

Figura 4 – Alimentos preparados servidos durante o jantar agroecológico



Fonte: Prefeitura Municipal de Aratiba (RS) (2019)

- Organização de grupos de apoio a produção agroecológica. Em 2016, havia apenas um grupo de apoio a produção agroecológica, e em 2020 são seis os grupos existentes no município de Aratiba;

- Realização no ano de 2019, algumas atividades de sensibilização nas escolas municipais e estaduais do município de Aratiba, Centro de Referência em Assistência Social



(CRAS) e Grupo da Terceira Idade. As ações buscaram referendar a importância das abelhas sem ferrão na natureza, os efeitos nocivos dos agrotóxicos na saúde humana, a importância da alimentação saudável e do consumo de alimentos agroecológicos. Estima-se que em torno de 500 ou mais pessoas participaram das atividades, que envolveram rodas de conversa, oficinas e palestras realizadas no município.

- Realização de audiência pública durante a realização da Feira Comercial e Agropecuária de Aratiba (EXPOARA) em outubro de 2019, com os deputados estaduais que integram a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo da audiência pública foi discutir os entraves e as dificuldades para a produção de alimentos orgânicos e as perspectivas para os agricultores familiares.

- Realização de um Curso de Estratégias de Marketing em novembro de 2019, voltado para a promoção e apresentação dos produtos orgânicos, que são comercializados nas feiras em Aratiba e Passo Fundo. O objetivo do Curso, foi promover a sensibilização dos produtores, sobre a importância da apresentação dos produtos, a forma de armazenagem, além de aspectos vinculados as embalagens utilizadas para a armazenagem dos produtos.

A sexta ação do projeto, buscou disponibilizar aos produtores orgânicos, serviços de **assistência técnica** (ATER) para as famílias que passaram a participar do projeto.

A Prefeitura Municipal de Aratiba realizou a contratação de serviços de assessoria técnica para o desenvolvimento do projeto, com o CETAP. Em 2019, esta instituição realizou cerca de 200 visitas aos produtores orgânicos do município.

A Prefeitura Municipal de Aratiba também organizou a implantação de cerca de 10 hectares de banana orgânica cultivada sob a forma de sistema agroflorestal, em 11 propriedades rurais, custeadas pela mesma. Onde representantes da prefeitura e assistência técnica do CETAP fizeram diversas viagens á Mampituba-RS



para negociação das mesmas e acompanhamento do carregamento lá e descarregamento nos produtores do município. Levando em conta tudo isso, estima-se um total investido pela prefeitura de 15.000,00.

Além disso, foram implantados outros 10 hectares de frutas nativas em sistema agroflorestal certificados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), atendendo 05 famílias agricultores familiares.

Contudo, para cada ação do projeto, foram elencados um quantitativo de recursos financeiros que foram utilizados para a manutenção do projeto, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Investimento realizados pelo projeto

Ano	Destinação	Investimento (R\$)
2017	Encanterador; Consultoria técnica para elaboração do projeto; Serviço de consultoria técnica para promoção e desenvolvimento da agricultura ecológica e orgânica para agricultores familiares do município (10 meses + aditivo)-(outubro-novembro-dezembro)	29.390,00
2018	Serviço de consultoria técnica para promoção e desenvolvimento da agricultura ecológica e orgânica para agricultores familiares do município (10 meses + aditivo)	70.180,00
2019	Serviço de consultoria técnica para promoção e desenvolvimento da agricultura ecológica e orgânica para agricultores familiares do município (10 meses + aditivo)	73.491,68
2020	Serviço de consultoria técnica para promoção e desenvolvimento da agricultura ecológica e orgânica para agricultores familiares do município (empenho	



	para 10 meses)	61.699,23
Total		234.760,91

Com base no relato apresentado das ações desenvolvidas, município de Aratiba investiu cerca de R\$ 234.760,91 beneficiando cerca de 22 famílias de agricultores familiares do município de Aratiba (RS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste ensaio permitiu verificar que no Brasil, teve-se avanços significativos no estabelecimento de um conjunto diversificado de políticas públicas, para a agroecologia. Contudo, ainda existem problemas que dificultam a sua implementação e o favorecimento dos agricultores familiares.

Diante disso, a ação pública municipal, pode organizar e implementar ações que visem beneficiar os agricultores familiares agroecologistas, e promover a segurança alimentar e nutricional da população, através do acesso aos alimentos orgânicos. Por isso, o município de Aratiba, buscou desenvolver o “Projeto de incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológico do município de Aratiba-RS - *Bom para quem produz, melhor para quem consome*”.

O projeto foi concebido através da articulação de vários atores sociais e institucionais, que foram importantes na organização e posteriormente na implementação das ações voltadas a transição à produção agroecológica; o beneficiamento e processamento; infraestrutura, logística e transporte; mercado e comercialização; sensibilização, informação e capacitação e assistência técnica.



Com a implementação do projeto, são 22 famílias que passaram a produzir os alimentos orgânicos e encontram-se em fase final da transição agroecológica. Os produtos são comercializados para a Feira Colonial (Feira permanente) existente no município de Aratiba, além da venda para uma Feira localizada no município de Passo Fundo, no Circuito da Rede Ecovida, para a Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidaria (CECAFES) e para o mercado institucional, atendendo a rede escolar municipal e estadual.

Por fim, considera-se que este projeto é uma importante ação pública que atua em prol do fortalecimento da agroecologia enquanto forma de produção de alimentos, além de fornecer produtos de qualidade para as famílias de agricultores e para os consumidores. Ademais, contribui para a geração de renda e oportunidades para a agricultura familiar, e favorece a inclusão e participação de mais famílias neste projeto que prima pelo desenvolvimento rural sustentável.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL AGROECOLÓGICO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** – Planapo: 216-2019. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

CAPORAL, R. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** - PLANAPO. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional** - Textos de



Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf> Acesso em: 13 mar. 2020.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Mar. 2020.

NIERDELE, P. A. et al. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13035>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Prefeitura Municipal de Aratiba – RS. **Relatório de atividades** - “Projeto de incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológico do município de Aratiba-RS - Bom para quem produz, melhor para quem consome”. Aratiba, 2019.

RESENDE, A. G. D. DEGGERONE, Z. A. Políticas públicas para a agricultura familiar: a utilização do Pronaf-Agroecologia no município de Três Arroios (RS). In: RADAELLI, I. M.; MOURAD, L. A. DE F. A. P; DEGGERONE, Z. A (org). **Debates sobre o rural - Volume II**. Ituiutaba: Barlavento, 2019, pp. 170-192. Disponível em: <<https://asebabaolorigin.files.wordpress.com/2019/09/rural-ii-atualizado.pdf>> Acesso em: 24 Mar. 2020.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas** (coleção Folha Explica). São Paulo: Publifolha, 2010.



Agricultoras/es orgânicas/os na região da Grande Florianópolis (SC):

uma análise a partir da origem urbana ou rural

Flavia Soares Ramos¹

Resumo:

Desde os anos 1990 a produção orgânica tem crescido no Brasil, o que pode ser observado através do aumento de pessoas vinculadas ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), instrumento atualizado mensalmente e disponibilizado no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MAPA). Além das/os agricultoras/es que tradicionalmente se dedicam à produção de alimentos, outros atores têm adentrado no setor, como pessoas de origem urbana sem prévia experiência com o trabalho agrícola, sobre quem incide as reflexões neste trabalho. Utilizamos o CNPO como ponto de partida para contatar, via telefone, durante os meses de fevereiro e março de 2020, o conjunto de agricultoras/es da Região da Grande Florianópolis e, assim, identificar a sua origem e coletar outras informações a partir de entrevistas estruturadas. O contato com 152 pessoas (72,7% do total de cadastros na região) revelou cerca de 28% de pessoas de origem urbana dedicadas a produção de alimentos orgânicos na região. Elas são, em média, mais velhas que as/os agricultoras/es de origem rural e mais dependentes de rendas externas, especialmente aposentadorias e manutenção das atividades produtivas anteriores. De modo geral, têm a produção mais diversificada e acessam mais canais de comercialização, embora a dedicação em tempo integral à unidade produtiva seja de apenas 50%. Mesmo que ainda em fase inicial de pesquisa, podemos considerar que há uma certa viabilidade dos empreendimentos levados a cabo por agricultoras/es de origem urbana, cuja média de produção é de 8 anos.

Palavras-chave: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos; novos agricultores; sociologia rural

¹ A maior idade encontrada neste grupo de pessoas foi 75 anos, o que justifica esse recorte.



Introdução

Desde os anos 1990 tem ocorrido uma notável expansão do mercado de orgânicos no Brasil, crescimento este acompanhado por mudanças nas regulamentações com vistas a consolidar o setor. Nesse sentido, em 2003 foi sancionada a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica (BRASIL, 2003), regulamentada, posteriormente, pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007). Nesse último instrumento, definiu-se como responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a manutenção e disponibilização pública do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). A data do seu início é controversa², mas sua atualização, desde então, é mensal, sendo a inscrição obrigatória para todas/os as/os produtoras/es³ certificadas/os por algum organismo de avaliação de conformidade credenciado pelo MAPA dentro das três modalidades disponíveis (Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia ou Controle Social na Venda Direta).

Dessa forma, esse instrumento tem permitido diversas análises, muitas das quais indicam o crescimento constante do setor quanto ao número de produtoras/es dedicados à produção orgânica (MUNDO NETO, et al. 2017; GALHARDO, et al. 2019; EMBRAPA, 2019). Essa atração para o setor pode estar relacionada à interesses financeiros (produtos de maior valor, redução na dependência externa, geração de emprego e renda, por exemplo) sociais (reconhecimento e valorização do trabalho agrícola), ambientais (produção melhor integrada aos ciclos da natureza e/ou de acordo com os recursos naturais), entre outros. Além disso, pode estar ligada também com novas possibilidades relacionadas aos contextos sociais, políticos e econômicos - tais como as novas ordens alimentares, como identificadas por Niederle e Wesz Junior (2018), às melhorias de infraestrutura do meio rural, à popularização

² Em contato com a empresa, foi reforçado que a mesma não certifica a unidade produtiva, mas os produtos.

³ Há de se considerar que as entrevistas por telefone ocorreram no mês de fevereiro e março de 2020, período em que muitas unidades estavam refazendo seu plano de manejo anual, conforme muitas/os informantes sinalizaram, de modo que pode haver divergências entre as informações do CNPO de agosto de 2019.



de acesso à novas tecnologias da informação e comunicação, diversificação das formas de comercialização e consumo, por exemplo.

Mas além das/os agricultoras/es que tradicionalmente se dedicavam às atividades agrícolas, percebemos que há outros atores adentrando nesse setor, como empresas e novas/os agricultoras/es sem prévia experiência, tanto de vivência no meio rural como na prática laboral agrícola. É justamente sobre essas/es novas/os agricultoras/es, aqui denominadas/os como agricultoras/es de origem urbana, que incide nosso interesse de pesquisa⁴. Nesse sentido, partimos do CNPO para identificá-los na Região da Grande Florianópolis (SC), o que demandou um esforço de contato com cada um dos indivíduos cadastrados. Aproveitamos esses contatos para coletar outras informações com o objetivo de qualificar o CNPO e compreender melhor o contexto da produção orgânica na região.

Nesse artigo, portanto, iremos apresentar alguns resultados da pesquisa realizada entre os meses de fevereiro e março de 2020, junto a 72% das/os agricultoras/es cadastradas/os na Região da Grande Florianópolis (SC)⁵, tendo como variável principal a sua origem rural ou urbana. Na primeira parte, indicamos os referenciais teóricos a partir do qual se propôs essa investigação, seguido pela metodologia utilizada para a coleta dos dados e análise das informações, as quais serão apresentadas na terceira parte.

Agricultura: um campo de trabalho possível para as pessoas de origem urbana?

A partir do fim dos anos 1960, na França pôde-se perceber um movimento de pessoas de origem urbana com destino ao meio rural, interessadas em “viver da agricultura”, os quais

⁴ Algumas unidades oferecem atividades de “colha e leve” ou serviços de alimentação diferenciados com os próprios alimentos produzidos, incentivando os consumidores a interagir com o local e a produção.

⁵ Especificamente sobre as compras institucionais, identificamos que apenas 7,69% das unidades formadas por agricultoras/es de origem urbana ou mista participam. Essa modalidade nos interessa visto que, futuramente, iremos investigar o acesso dessas/es agricultoras/es às políticas públicas.



receberam a denominação de neorurais a partir de 1970 (RATIER, 2002). Chevalier (1981) descreveu que a primeira onda de migrantes era composta especialmente por jovens de classe média, interessados em se contrapor ao sistema capitalista e relacionados às contestações políticas da época, mas despreparados para a vida e o trabalho rural. Já na segunda onda, composta especialmente por casais, os projetos estavam mais orientados por ideais ecologistas, afirmando-se de modo cotidiano naquele contexto, especialmente através do trabalho.

É pelo tipo de trabalho realizado, também, que os neorurais foram mais comumente caracterizados, muitas vezes adjetivando o prefixo da palavra com a atividade, como por exemplo, nos recorrentes neoartesãos e neocamponeses (CHEVALIER, 1981⁶, FONT, 1988). Isso pode indicar a importância dada ao trabalho pelos estudiosos que adotaram o termo, o que fica extremamente claro nas reflexões de Joan Nogué i Font (1988) acerca da experiência espanhola a partir da década de 1980. Para esse autor, “o trabalho [no neoruralismo] não cumpre só uma função econômica (satisfação das necessidades de consumo e reprodução), mas também social e ainda mais, psico-social” (*ibidem*, p. 155, tradução nossa). Na sua perspectiva, os neorurais desejavam experimentar uma nova territorialidade (passando do espaço para o lugar), que se materializaria através do trabalho.

Desde essas primeiras experiências, outras sucederam-se em diversos países além da Europa, inclusive na América Latina (MENDEZ SASOQUE, 2013; GONZÁLEZ MARASCHIO, et al., 2019), com características específicas. No Brasil, experiências desse tipo foram observadas a partir de meados da década de 1980 (GIULIANI, 1990), tendo despertado maior atenção a partir dos anos 1990, especialmente no contexto das discussões acerca das novas ruralidades⁷, desenvolvidas, sobretudo, pelo esforço coletivo de dezenas de

⁶ Esse recurso será considerado como um artefato na análise proposta nessa tese.

⁷ Em documento da Embrapa (2019), afirma-se que o CNPO está disponível no site do MAPA desde 2011, no entanto, encontramos uma matéria do site Organicsnet, de 29/05/2012, em que o engenheiro agrônomo e coordenador do setor de Agroecologia desse Ministério à época, Rogério Dias, afirmou que naquela mesma semana as certificadoras estavam iniciando o processo de alimentar o cadastro, sinalizando um prazo para sua publicação “Quando tivermos a lista no ar, creio que *em dois ou três meses*, faremos um amplo trabalho de divulgação” (Organicsnet, 2012, grifo nosso).



pesquisadores sob coordenação de José Graziano da Silva, no Projeto Rurbano. De acordo com Sergio Schneider (2010), é nesse período, quando o processo de modernização conservadora se completa no país, que

“emerge no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução crescente nas diferenças entre o urbano e o rural, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população ocupada em atividades não-agrícolas” (*ibidem*, p. 521).

Nessa nova configuração, em que o rural deixa de ser considerado exclusivamente como espaço de exploração agrícola, foram identificados três subconjuntos de atividades que passam a compô-lo, a saber: a) agronegócio; b) atividades não agrícolas ligadas à moradia, lazer, indústria e serviços; c) atividades agropecuárias diferenciadas, focadas em nichos de mercado. É nesse último conjunto de atividades que estariam os neorurais brasileiros⁸.

No decorrer dessas três décadas, porém, podemos notar que o termo “neorural” foi utilizado para descrever situações muito variadas, tornando-o mais abrangente e menos conceitual. Para citar apenas alguns exemplos, há estudos onde se usa neorural para indicar “empreendedores urbanos que se instalam no campo atuando em agronegócios ecologicamente definidos” (VARGAS, 2002). Outros, para definir “trabalhadores urbanos, alguns com raízes no campo, pois seus pais ou avós eram camponeses, mas, sobretudo, pessoas sem qualquer vínculo com o meio rural, isto é, que nasceram e viveram em grandes cidades [que migram] para o campo com o objetivo buscar a satisfação pessoal e a qualidade de vida não proporcionada pelo espaço urbano” (PAFUNDA, 2016). Também encontramos um trabalho em que utiliza o termo tanto para aqueles advindos do meio urbano e que trabalham com agricultura orgânica, mas também para aqueles que, mesmo com origem no

⁸ Houveram dois casos em que os informantes não tinham condições de responder às questões via telefone (por problemas no aparelho), de modo que foi elaborado um formulário semelhante, mas separado, que foi encaminhado pela internet e retornado com as respostas. Optamos em abrir essa exceção para garantir o maior número de participantes possível na pesquisa. Essa solução também foi utilizada pelo IBGE quando da realização do Censo 2010 (IBGE, 2016). Quando recebida a resposta da/o informante, a pesquisadora passou esses dados para o formulário oficial, para reunir as demais informações.



meio rural, tenham se convertido para essa forma de produção, sugerindo as categorias neorurais locais e neorurais forasteiros (CODONHO, 2013)⁹.

Essa variedade de usos, por um lado, nos permite observar que houveram experiências distintas de migração, algumas das quais despertaram a atenção das/os pesquisadoras/es. Por outro, demonstra que o termo é impreciso e pouco contribui para a definição de algum grupo específico. Nessa pesquisa, porém, não iremos recorrer ao termo neorural (embora as contribuições nesse entorno de pesquisa nos sejam úteis), mas especificamente ao que definimos como agricultoras/es de origem urbana¹⁰. Essa escolha afirma a importância dada à origem espacial e à atividade produtiva (agricultura), mas não ao local onde ela é realizada especificamente, o que nos permite investigar uma vasta região com cidades e municípios de diferentes características¹¹.

Além do campo da agricultura, optamos em restringir apenas o setor de produção de base ecológica e/ou orgânica. Isso se deu por alguns motivos, dentre os quais, sublinhamos alguns. O primeiro, nos ocorreu pela sugestão analítica dos trabalhos sobre novas ruralidades, que indicavam, que os “neorurais” (como utilizado então) dedicam-se especialmente às atividades produtivas de nicho de mercado. Ademais das controvérsias sobre nichos de mercado, consideramos a expansão da produção e do consumo de alimentos orgânicos nas últimas décadas bastante expressiva, o que nos sugere que essa modalidade de agricultura pode ser um chamariz, tanto para agricultoras/es de origem urbana, mas também rural.

⁹ Nesse sentido, também como o IBGE (2016), sempre identificamos a/o informante da unidade produtiva.

¹⁰ Na prática, são 67 estabelecimentos rurais, mas em um caso, trata-se de duas explorações distintas, incluindo a certificação, o que nos levou a considerá-las como duas unidades diferentes. Além disso, em outra situação, há duas famílias inscritas na mesma unidade, embora só uma estivesse morando e trabalhando no local no momento da entrevista. Nesse caso, consideramos uma unidade, mas conversamos com dois informantes.

¹¹ Além desses questionários, onze outros foram preenchidos ou semi-preenchidos, mas optamos em não utilizá-los. Cinco deles eram de agricultores de origem rural que não estão mais produzindo orgânicos (embora ainda constassem no CNPO na data referencial de 30 de agosto de 2019); um está cadastrado em Florianópolis, embora a unidade produtiva seja na Região Serrana de Santa Catarina (origem rural confirmada); dois não quiseram responder ao questionário após a apresentação da proposta (origem rural confirmada); três foram resultados de coletas indiretas, ou seja, tratavam-se de pessoas que já haviam trabalhado naquelas unidades produtivas em algum momento, mas quando da entrevista, os informantes afirmaram que não trabalhavam mais, pelo menos não naquela área. Além disso, não souberam como localizá-los (origem não confirmada).



O segundo motivo foi consolidado também a partir da indicação da literatura, especialmente os estudos sobre neoruralidade, os quais se debruçam acerca das causas que levam a migração. Essas frequentemente têm sido afirmadas em relação ao movimento ecológico, mas também com a tentativa de rompimento da lógica capitalista contemporânea (FREITAS, 2005), o que pode entrar em conflito com a produção agrícola convencional ou do agronegócio.

Outro motivo para restringir a pesquisa ao campo da agricultura orgânica, refere-se ao contexto institucional, a partir do qual se consolidou o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) como uma interessante ferramenta de acesso para mapeamento geral da região. Ou seja, por ser obrigatório para todas/os as/os agricultoras/es certificadas/os que pretendem comercializar sua produção, entendemo-o como uma base de dados que nos informa um universo total, a partir da qual, podemos localizar experiências de migração de origem urbana com destino rural e/ou apenas migração laboral mais consolidadas.

Para finalizar, devemos sinalizar que divergimos da perspectiva mais recorrente que considera a migração espacial (urbana com sentido rural) e laboral (trabalho urbano para trabalho agrícola) como uma escolha estritamente individual e particular. Em nosso entendimento, as transformações das instituições, dos artefatos e das práticas sociais, em seu conjunto, cujas múltiplas combinações possíveis conformam diversas ordens alimentares distintas daquelas existentes em períodos anteriores (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018), por exemplo, possibilitam experiências de vida e de trabalho variadas no campo da agricultura. Mas além disso, afirmam que tais experiências não são isoladas, e que as escolhas individuais são feitas informadas pelas possibilidades existentes dentro de um contexto específico.



Objetivos e metodologia

O objetivo central deste artigo é revelar de que maneira estão organizadas/os as/os agricultoras/es de base ecológica na Região da Grande Florianópolis, salientando as diferenças entre as/os agricultoras/es de origem rural e urbana. Especificamente, nos interessa as dimensões referentes ao trabalho. Quanto às informações apresentadas, essas foram coletadas na primeira parte de uma pesquisa mais ampla, ainda em desenvolvimento, e com outro enfoque principal. Desse modo, restringimos a descrição metodológica utilizada apenas para a coleta desses dados.

Sobre a coleta, nossa base inicial foi o CNPO de 30 de agosto de 2019, no qual aplicamos uma série de filtros. O primeiro foi para a limitação espacial para a Região da Grande Florianópolis, o que resultou em 254 cadastros, entre pessoas físicas e jurídicas. A seguir, excluimos os cadastros que informavam processamento de alimentos como única atividade realizada, os de pessoas jurídicas e os duplicados, reduzindo o universo para 217 cadastros individuais, posteriormente estimados e agrupados em 109 unidades produtivas. Essa organização em unidades produtivas visou otimizar o tempo tanto da pesquisadora, que realizou entrevista estruturada via ligações telefônicas¹², como o das/os próprias/os agricultoras/es, pois evitou que recebessem várias ligações sobre o mesmo tema. Ou seja, consideramos a viabilidade de coletar os dados de várias pessoas com um único informante (por unidade produtiva), conforme a prática do IBGE na coleta dos censos¹³.

Sobre o instrumento de coleta de dados utilizado, foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e abertas, que foi preenchido pela pesquisadora durante a sua aplicação, nos meses de fevereiro e março de 2020. Os questionários respondidos foram convertidos em

¹² Entre os de origem urbana, as entrevistas nos permitiram tal confirmação em 35 casos, enquanto 8 casos deixaram alguma margem de dúvida, o que será melhor investigado na segunda etapa de pesquisa, mas que, por ora, serão considerados como parte do grupo de origem urbana.

¹³ No CNPO constam 19 municípios, no entanto, Tijucas havia apenas uma pessoa cadastrada, porém as informações de contato estavam erradas, de modo que não conseguimos acessá-la.



planilha excel, gerando um banco de dados. Com as informações organizadas, foram criadas categorias de análises, as quais apresentamos no tópico a seguir.

Panorama da agricultura orgânica na Região da Grande Florianópolis

Nessa etapa da pesquisa, conseguimos contato com 69 informantes de 68 unidades produtivas¹⁴, e preenchemos um total de 152 questionários válidos¹⁵. Recordamos que o total de cadastros dentro das condições pré-estabelecidas nessa pesquisa, somava 211, ou seja, conseguimos acesso à informação de 72,03% das pessoas cadastradas. A falta de comunicação com os demais decorreram de motivos variados, como contato errado (16 cadastros), sem informações de contato (7 cadastros), não atendimento do telefone após, pelo menos, quatro tentativas (27 cadastros).

Desses agricultoras/es, 109 indivíduos (71,7%) têm de origem rural e 43 (28,3%) são agricultoras/es de origem urbana¹⁶. O primeiro “grupo” ocupa 42 unidades produtivas espalhados em todos os municípios da região¹⁷, enquanto o segundo, ocupa 26 unidades, em 13 municípios. Essa distribuição por municípios pode ser observada no gráfico 1, abaixo:

¹⁴ Na Rede Ecovida, a questão de gênero vem sendo debatida há algum tempo (RAMOS, 2016), havendo incentivo para que todos os membros trabalhadores da família constem na certificação.

¹⁵ Mestra em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC.

¹⁶ Essa pesquisa faz parte da primeira etapa de pesquisa do projeto de doutorado da autora, na qual buscou, através do contato direto com as/os agricultoras/es cadastradas/os identificar quem, entre elas/es, tinha origem rural ou urbana.

¹⁷ A região é composta por 22 municípios, dos quais três não têm nenhum cadastro nessa base de dados, embora as informações do IBGE (2017) indiquem que há estabelecimentos orgânicos nestes municípios.

Distribuição, por municípios, de agricultoras/es de origem rural e urbana

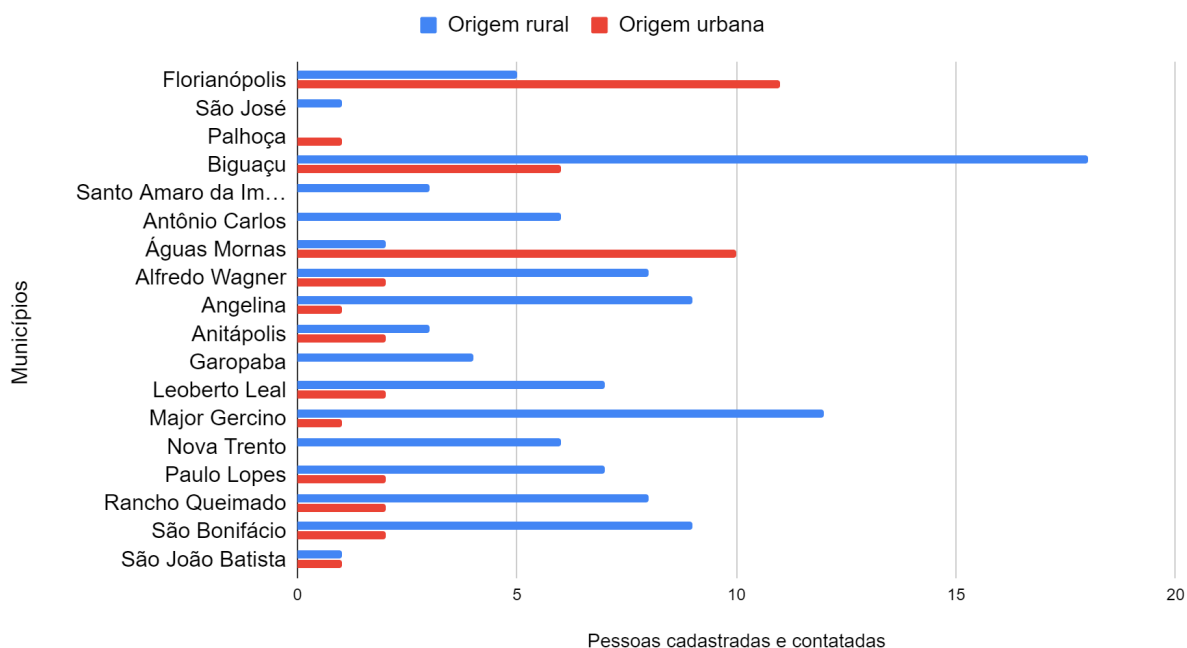


Gráfico 1. Distribuição dos agricultores de origem rural e urbana, por município.

Sobre o gênero das pessoas cadastradas no CNPO e contatadas, 59,2% indivíduos são homens e 40,8% são mulheres. Essa proporção se mantém praticamente a mesma entre o grupo de origem rural, mas tem uma pequena diferença no grupo de origem urbana, onde se contou 55,6% de homens e 44,2% de mulheres.

Quanto à idade das/os agricultoras/es, observamos a média de 43,62 anos, sendo maior entre os homens (45,15 anos) e menor entre as mulheres (41,49 anos). Sabendo, porém, que as médias não permitem visualizar a variação e que a dispersão pode ser significativa, abaixo apresentamos a tabela de distribuição por faixa etária e origem. Pessoas cadastradas nas duas primeiras faixa etárias (até 19 anos e 20 a 29 anos), representam 23,84% entre os de origem rural, enquanto apenas 9% para os de origem urbana. Já nas nas duas últimas faixa etárias



categorizadas¹⁸ (60 aos 69 e 70 aos 79 anos), há apenas 13,75% no grupo de pessoas de origem rural e 30,23% no grupo das de origem urbana.

Faixa etária	Origem rural		Origem urbana	
	Frequência	porcentagem	Frequência	porcentagem
até 19 anos	5	4,58%	0	0%
20-29	21	19,26%	4	9,30%
30-39	21	19,26%	12	27,90%
40-49	18	16,51%	7	16,27%
50-59	23	21,10%	7	16,27%
60-69	14	12,84%	11	25,58%
70-79	1	0,91%	2	4,65%
não informado	6	5,66%	0	0%
total	109	100%	43	100%

Tabela 1: Faixa etária, por origem.

A justificativa para isso pode estar na maior recorrência da inscrição conjunta de mães/pais e filhas/os na certificação das unidades produtivas de pessoas com origem rural. Ou seja, entre as 68 unidades participantes da pesquisa, 17 têm inscritas no CNPO mães/pais e filhas/os (25% das unidades): 15 formadas somente por pessoas de origem rural, uma unidade com pessoas apenas de origem urbana e uma com pessoas de origem mista.

¹⁸ O popular artigo de Giuliani (1990), apresentado na Anpocs, corresponde a essa ideia sobre os “neururais” do Rio de Janeiro, identificando-os como pertencentes a classe alta, com alto poder para investir e interessados em participar nos nichos de mercado de produtos diferenciados.



Adentrando no tema da composição das unidades produtivas, verificamos que a maioria delas têm duas pessoas cadastradas no CNPO (28 unidades), seguido por unidades com apenas uma pessoa cadastrada (20), como pode ser visto no gráfico abaixo. Além disso, é notável que as unidades produtivas com agricultoras/es de origem urbana cadastradas/os se concentrem especialmente nessas duas opções.

Número de pessoas cadastradas no CNPO, por unidade produtiva

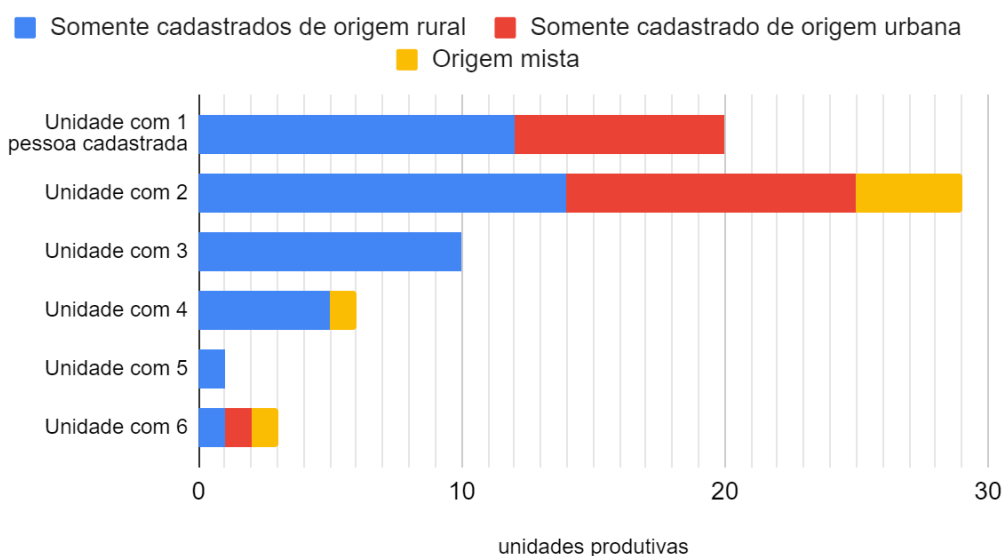


Gráfico 2: Quantidade de pessoas cadastradas por unidade produtiva, por origem.

Quanto às unidades com apenas uma pessoa cadastrada, identificamos que, das 20, apenas três realmente trabalham sozinhos (sendo dois de origem rural e 1 de origem urbana); oito pessoas - apenas de origem rural - informaram que outros membros da família também se dedicam às atividades agrícolas, como companheiras/os, filhas/os, irmãos/ãos, além de alguns eventualmente contratar diaristas; outras oito pessoas informaram que, além de si, contratam mão de obra externa de modo regular, dentre eles seis têm origem urbana e dois, origem rural. Apenas uma pessoa indicou que, apesar de ser a pessoa cadastrada no CNPO, não trabalha nem mora na unidade, que está arrendada para terceiro.

Ainda observando as unidades com uma pessoa cadastrada, notamos a prevalência de homens, tanto de origem rural quanto de origem urbana. Quando cruzamos essas informações

com a certificadora a que estão vinculados¹⁹ (gráfico 3), percebemos que a maioria é feita por empresas de auditoria externa, especialmente a Ecocert. A empresa, em contato conosco, informou que não há custo para inclusão de outras/os trabalhadoras/es na mesma certificação²⁰, sendo uma decisão que cabe totalmente aos seus clientes²¹.

Certificadora de unidades com 1 pessoa cadastrada, por origem e gênero

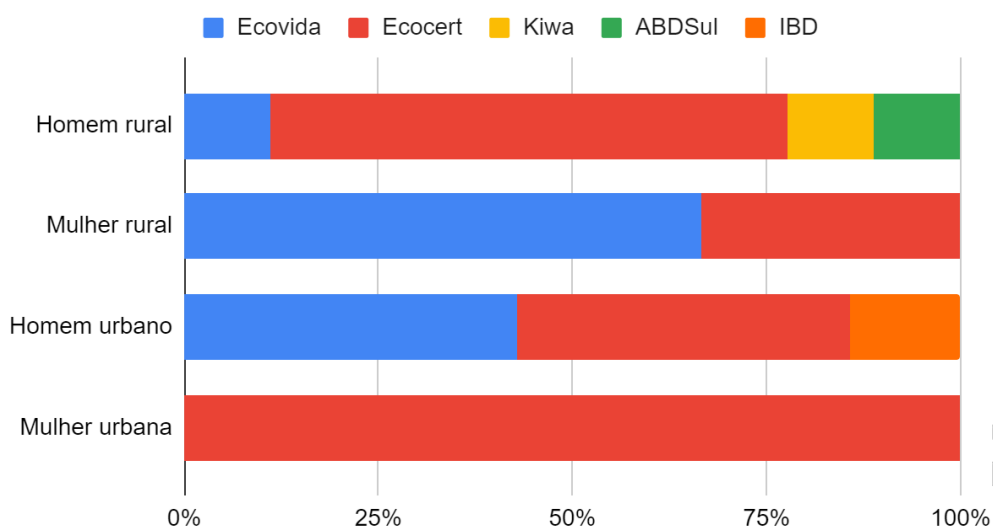


Gráfico 3: Distribuição por gênero e origem, das certificadoras de unidades com uma pessoa cadastrada no CNPO.

Referente às 28 unidades com duas pessoas certificadas, contamos que em 26 delas, a outra pessoa cadastrada era o companheiro afetivo (esposa/o), sendo 12 casais de origem rural, 10 de origem urbana e 4 de origem mista, ou seja, uma pessoa de origem rural e uma de

¹⁹ Esse autor identifica um grupo como “neoagricultores”, os quais correspondem aos mais profissionais e com investimentos maiores. De certa forma, consideramos que Isso demonstra a força do conceito de campesinato na França.

²⁰ Sem contar, também, o uso do termo para referir-se aos novos moradores que não desenvolvem nenhum trabalho no meio rural.

²¹ Florianópolis, por exemplo, é uma município considerado totalmente urbano pelo Plano Diretor, no entanto, como veremos adiante, tem o maior número de agricultoras/es orgânicos da região (e de agricultoras/es de origem urbana).



origem urbana. As demais unidades em que há duas pessoas certificadas referem-se a situações diversas: a primeira, sendo composta por mãe e filha de origem urbana, e a segunda, por ex-companheiros, de origem rural, que continuam a parceria nas atividades agrícolas.

Sobre contratação de mão de obra externa, essa prática foi relatada em 18 unidades produtivas, de modo eventual ou regular (26,5% das unidades). Observando as contratações por grupos, 19% das unidades compostas apenas por pessoas de origem rural contratam mão de obra, 40% das unidades compostas apenas por agricultoras/es de origem urbana, e 30% das unidades de origem mista. No entanto, não sendo o objetivo específico dessa etapa de pesquisa investigar essa questão, não temos condições de afirmar sobre os tipos de acordos trabalhistas estabelecidos nessas relações, mas identificamos que a nomenclatura varia entre “contratados” e “diaristas”²².

Verificamos também o nível de participação nas atividades produtivas. Com dedicação em tempo integral, somam-se 108 pessoas, ou 71,10%, com média de idade de 43,35 anos. Em regime parcial de dedicação, há 29 pessoas, ou 19,10%, com média de 44,73 anos. Além desses, há 15 pessoas que estavam cadastradas em 30 de agosto de 2019, mas não estavam trabalhando na unidade no momento da entrevista, esses representam 9,90%.

Quando estratificamos essas informações por origem das/os agricultoras (tabela 2), percebemos que cerca de metade das/os agricultoras/es de origem urbana se dedica em período integral à unidade produtiva, enquanto são quase 80% de pessoas de origem rural. Além disso, notamos que a média de idade das pessoas de origem urbana que se dedicavam parcialmente ou não trabalhavam na unidade no momento da pesquisa, é muito semelhante, mas são significativamente superiores em relação aos seus equivalentes rurais, ou seja, cerca de 13 e 21 anos a mais, respectivamente.

²² Especificamente: indivíduos que nasceram e/ou foram socializados majoritariamente no meio urbano e tenham se dedicado à atividades laborais consideradas urbanas, mas que em dado momento, optaram em trabalhar com produção agrícola, sendo, portanto, sua atividade principal no momento da pesquisa



	Origem Rural (109 pessoas)	Origem Urbana (43 pessoas)
tempo integral	86 (78,68%)	22 (51,16%)
média de idade	44,08 anos	42,63 anos
tempo parcial	14 (12,84%)	15 (34,88%)
média de idade	38,21 anos	51,26 anos
não trabalha	9 (8,25%)	6 (13,95%)
média de idade	30,62 anos	51,83 anos

Tabela 2: Distribuição por tempo de dedicação ao trabalho da unidade produtiva e média de idade, por origem.

Esses resultados estão em diálogo direto, em termos de equivalência, com as fontes de ingresso. Ou seja, para 82,6% das/os agricultoras/es de origem rural e para 51,2% de origem urbana, a agricultura é a principal renda. Nos demais casos, o acesso à aposentadoria aparece significativamente para os dois grupos, mas também há outras atividades. No caso das/os agricultoras/es de origem rural cuja principal fonte de renda não seja a produção orgânica da unidade, as atividades são mais relacionadas ao próprio município e à agricultura, como por exemplo: servidoras/es públicos municipais nas áreas da saúde, educação e agricultura, transporte escolar, emprego em processadora de produtos orgânicos e produção de eucalipto. Entre as/os agricultoras/es de origem urbana, doze indicaram depender financeiramente da manutenção do seu trabalho urbano ou da/o companheira/o (dentre os quais, constam a docência, serviços de alimentação, serviço público, profissionais liberais), três diversificaram suas fontes de renda com atividades não-agrícolas nas próprias unidades produtivas (com projetos de educação ambiental, pousada e café), e um aluga uma residência na cidade.

Observando mais especificamente o trabalho realizado, verificamos o tempo de produção e certificação de cada unidade produtiva. Sublinhamos que já esperávamos uma diferença entre essas duas etapas, uma vez que temos em conta o decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que define como período de conversão o “tempo decorrido entre o início



do manejo orgânico, de extrativismo, culturas vegetais ou criações animais, e seu reconhecimento como sistema de produção orgânica”. Assim, calculamos uma diferença média, para ambos os grupos, de 2,89 anos. Nas unidades compostas apenas por pessoas de origem rural, essa média é de 2,21 anos, enquanto naquelas formadas apenas por pessoas de origem urbana é de 3,25 anos. Essa diferença é maior nas unidades em que há pessoas com origem mista, chegando a 4,18 anos, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Tempo médio de produção e certificação orgânica, por unidade produtiva, em anos

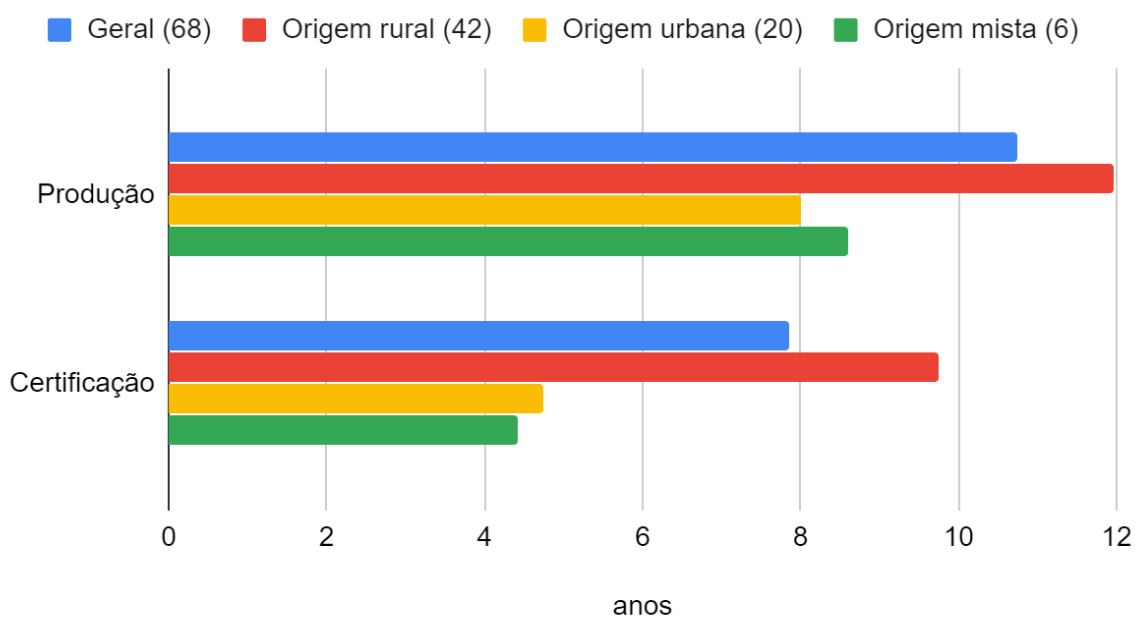


Gráfico 4: tempo médio de produção e certificação, por unidade produtiva de acordo com a origem dos seus componentes, em anos.

Ainda quanto a esse aspecto, nos chamou a atenção o fato de que 25% das unidades participantes da pesquisa (17 unidades) indicaram o mesmo tempo de produção de base ecológica e de certificação na unidade em questão. Dentre elas, 11 estão certificadas até 13 anos, ou seja, foram certificadas após o decreto nº 6.323 que afirma o período de transição. Seis dessas onze unidades informaram que não tinham produção própria anterior aos cultivos orgânicos, sendo quatro de agricultoras/es de origem urbana que acessaram a terra quando do



início das suas atividades, e dois com origem rural, mas que trabalhavam em outras unidades como empregados. Quanto aos demais casos de compatibilidade de tempo entre produção e certificação, com menos de treze anos de produção e certificação, todos têm origem rural: três indicaram que anteriormente produziam especialmente tabaco (um combinando com banana e outro com produção leiteira) e dois afirmaram que produziam “o mesmo” (principalmente verduras e hortaliças), mas de maneira convencional.

Também questionamos as/os informantes sobre a quantidade de produtos que tinham certificados no momento da entrevista²³, e verificamos uma grande variação, especialmente entre as unidades produtivas exclusivamente compostas por pessoas de origem urbana. Entre essas unidades (20), a variação observada foi de 1 produto até 124, com uma média de 43,7 produtos (mediana 42,5). Já entre as unidades formadas apenas por pessoas de origem rural (42), a variação foi de 1 produto até 82, com média de 26 produtos (mediana 19,5). Entre as unidades mistas (6), o mínimo de produtos certificados é 2 e o máximo 53, com média de 32,66 (mediana 39). De outra forma, podemos observar que apenas 16,66% das unidades de origem rural têm mais de 51 produtos certificados, enquanto as de origem urbana (20), somam 40%. Isso demonstra que as/os agricultoras/es de origem urbana tem uma produção mais diversificada do que as/os de origem rural.

Quanto à comercialização dos produtos certificados, perguntamos para às/aos informantes das unidades produtivas, quais eram os locais e/ou formas de transição mais comumente utilizadas. Tínhamos uma lista com opções definidas em função de conhecermos os canais de comercialização mais frequentemente utilizados na região, mas estávamos abertos a acrescentar novas possibilidades que fossem indicadas. Na compilação dos dados, todas as opções foram consideradas, resultando em 13 formas de comercializar (e uma alternativa de não comercializar), conforme a tabela abaixo.

²³ Podem ser agricultoras/es, extrativistas, processadoras/es, entre outras modalidades.



Opções apresentadas e incluídas por indicação das/os informantes	% das unidades totais (68)	% do total de unidades com agricultoras/es de origem rural (42)	% do total de unidades com agricultoras/es de origem urbana(20)	% do total de unidades com agricultoras/es de origem mista (6)
feira	36,76%	35,71%	35%	50,00%
venda direta CSA, CCR, cestas	19,11%	16,66%	20%	33,33%
compras institucionais	23,52%	33,33%	0,00%	33,33%
mercados, supermercados, lojas de produtos org./naturais	41,17%	40,47%	45%	33,33%
entrega a domicílio	17,64%	11,90%	15,00%	66,00%
entrega a restaurantes/cafês/pousadas (comercio final)	10,29%	7,14%	15,00%	16,66%
venda em casa	29,41%	26,19%	35,00%	33,33%
atravessador (ceasa/ outros agricultores/feirantes)	20,58%	28,57%	10,00%	0,00%
empresa/agroindústria	11,76%	11,90%	10,00%	16,66%
cooperativas	13,23%	19,04%	5,00%	0,00%
loja virtual	1,47%	0%	5,00%	0,00%
Circuito de distribuição Rede Ecovida	1,47%	0%	5,00%	0,00%
Escolas particulares	1,47%	0%	5,00%	0,00%
não comercializa	4,41%	0%	15,00%	0,00%

Tabela 3: Canais de comercialização utilizados em unidades produtivas orgânicas da Região da Grande Florianópolis: total de unidades, unidades formadas por agricultoras/es de origem rural, de origem urbana, de origem mista, em porcentagem. Total acumulado.

Essas informações indicam que os vínculos comerciais com mercados, supermercados e outras lojas de varejo, são os mais recorrentes entre as três composições de unidades



produtivas categorizadas nesta pesquisa (apenas origem rural, apenas origem urbana, origem mista). Em segundo lugar geral, a feira aparece como um importante canal para venda dos produtos. A seguir, está a venda na própria unidade, sendo essa um pouco mais representativa nas unidades formadas por pessoas de origem urbana e origem mista, o que nos sugere que o próprio espaço produtivo pode estar sendo utilizado de forma a valorizar o contato com as/os consumidores²⁴. Nas unidades formadas exclusivamente por pessoas de origem rural, em terceiro lugar aparece a venda para atravessadores, incluídos aí Ceasa e outros agricultores/feirantes, por exemplo, o que nos sugere a manutenção de formas comumente utilizadas para comercialização de produtos convencionais. Observamos, ainda, que a parceria comercial com cooperativas locais e a participação em compras institucionais²⁵ são muito mais significativas entre as unidades de origem rural.

Percebemos que a maioria das unidades produtivas diversificam os canais de comercialização para escoar seus produtos. Ou seja, de acordo com as indicações das/os informantes, 32,35% acessam pelo menos dois canais de comercialização, enquanto 27,94%, três. Aquelas unidades que indicaram apenas um canal de comercialização somam 22%, sendo os principais compradores, as redes de supermercados e outras lojas de varejo (40%).

Nos chamou a atenção a importância do município de Florianópolis para a comercialização, seja para o consumidor final (cestas de produtos, entregas a domicílio, experiências de CSA e CCR's²⁶, feiras) ou intermediário (supermercados, lojas de varejo, sacolões). Isso reafirma a atuação da região como cinturão verde da região metropolitana, bem como nos sugere que a prática de agricultura orgânica na região encontra respaldo

²⁴ Nesse sentido, é que Karen Karam (2001; 2004), em pesquisa realizada entre 1998 e 1999 na Região Metropolitana de Curitiba, identifica o grupo de agricultores neorurais.

²⁵ Distribuição geral por certificadoras: Associação Ecovida de Certificação Participativa é responsável por 74,3% das certificações, seguindo a tendência para a região sul conforme já observado em outros trabalhos de análise do CNPO (MUNDO NETO, et. al, 2017), em seguida Ecocert Brasil Certificadora, com 17,1%. Em menor expressão, estão a Associação Biodinâmica do Sul, com 4,3%, o IBD Certificações Ltda, com 2,9% e a Kiwa BCS Brasil, com 1,4%, informações disponíveis no CNPO e confirmadas na pesquisa de campo.

²⁶ CSA: Comunidade que Sustenta a Agricultura, CCR: Célula de Consumidores Responsáveis



financeiro por parte da demanda, o que pode favorecer a migração espacial e laboral nessa região.

Ainda no quesito comercialização, nos pareceu pertinente investigar acerca do uso da internet e redes sociais para a divulgação da unidade produtiva e dos produtos²⁷. Identificamos que 45,58% das unidades produtivas investigadas, usam algum tipo de recurso digital para comunicação com consumidores. Dentre os recursos digitais mais indicados, o Instagram é a plataforma mais utilizada por todos os tipos de unidades produtivas (16% nas unidades compostas por pessoas de origem rural, 60% nas de origem urbana, 33% nas de origem mista), seguido do Facebook (14%, 35% e 16%, respectivamente). Apenas sete unidades produtivas, das 68, utilizam site próprio (2 unidades de origem exclusivamente rural, 4 unidades exclusivamente de origem urbana e 1 unidade de origem mista). As unidades compostas apenas por agricultores de origem rural superam os demais grupos apenas no uso do Whatsapp, apesar de sua indicação não ter sido muito expressiva entre todos os grupos, visto que apenas 10,29% indicou seu uso para esse fim.

Reflexões finais

Em se tratando de uma pesquisa ainda em andamento, mais do que conclusões, essas considerações apresentam especialmente indicações sobre alguns caminhos possíveis do trabalho. O mais significativo aqui, portanto, foi confirmar a relevância local do fenômeno posto em foco. Dessa maneira, os dados demonstraram que o trabalho no setor da agricultura de base ecológica na Região da Grande Florianópolis têm atraído pessoas de origem urbana, as quais somam cerca de 28% das/os agricultoras/es certificadas/os e cadastradas/os junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além da atração, parece haver

²⁷ Há também casos em que foram indicados “parceiros”, esses não contabilizados aqui pois, pelo informado, são vizinhos com troca de dias de trabalho ou pessoas que estão morando na unidade e trabalham na mesma.



condições favoráveis para seu desenvolvimento, considerando que a média de anos das experiências em curso, é de oito anos.

Notamos que há uma tendência da migração espacial e/ou laboral ser feita por casais, tal como identificou Michel Chevalier (1980) na segunda onda migratória francesa, na década de 1970 e repetida em outros países. Naquele contexto, essa característica foi usada para justificar experiências mais consolidadas que as da onda anterior, constituída especialmente por jovens, muitos dos quais organizados em coletivos. Futuramente, podemos explorar melhor essa questão, inclusive em consonância com o conceito de agricultura familiar e o acesso à políticas públicas para essa categoria.

Identificamos, porém, que praticamente metade das pessoas de origem urbana têm como principal fonte de renda atividades não agrícolas, especialmente aposentadorias e a manutenção de trabalhos exercidos anteriormente. Em proporção semelhante, verificamos que quase metade dessas pessoas se dedicam apenas em tempo parcial à unidade produtiva ou não estavam trabalhando no momento da pesquisa, importante reter que nessas duas condições estavam as pessoas mais velhas. Ainda sobre o trabalho, notamos que as unidades produtivas constituídas por urbanos, são as que mais contratam mão de obra externa, chegando a 40%. Como nessa etapa de pesquisa privilegiamos a coleta de dados quantitativos, não pudemos avaliar as condições em que essa mão de obra é contratada, como por exemplo, acerca do tipo de contrato estabelecido entre as partes ou sobre quem é contratado (origem, experiência com produção orgânica, etc), mas certamente são informações importantes a serem investigadas futuramente.

Para finalizar, nos chamou a atenção que as unidades produtivas formadas apenas por indivíduos de origem urbana, são aquelas que mais diversificam o acesso à canais de comercialização. Entre os canais indicados por todos os participantes da pesquisa, há alguns tradicionais e velhos conhecidos, como feiras, venda em casa e atravessadores de modo geral, mas também apareceram modalidades que têm sido observadas e investigadas mais recentemente, como experiências de Células de Consumidores Responsáveis (CCR) ou de



Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). Ambas as formas de venda direta a consumidores, exige algum tipo de reconhecimento prévio entre agricultoras/es (oferta) e consumidoras/es (demanda), além do estabelecimento de um vínculo direto e cotidiano entre elas/es. Tendo isso em conta, o acesso de todas as categorias a esse tipo de comercialização certamente é possível pelo desenvolvimento da infra-estrutura nas regiões rurais (ampliação da rede de transmissão de energia elétrica e telefonia, melhoria de estradas, entre outros) e a popularização das tecnologias de comunicação (como o acesso facilitado à internet).

Referências

BRASIL. Decreto de regulamentação da produção orgânica. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm . Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Lei federal da produção e comercialização dos orgânicos. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em 15 fev. 2020.

CHEVALIER, Michel. Les phénomènes néo-ruraux. *In: L'Espace géographique*. Année 1981, 10-1, p. 33-47. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1981_num_10_1_3603 Acesso em 15 dez. 2017.

CODONHO, Camila Rodrigues. **“Ser orgânico”: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280217/1/Codonho_CamilaGuedes_D.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

DÍAS GACITÚA, M. El neorruralismo: Una nueva mirada al desarrollo rural de Chile. **Perspectivas Rurales Nueva Época**, 4(8), 2000, 123-131. Disponível em:



<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/3547> Acesso em: 25 jul. 2019.

EMBRAPA. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos** / Gisele Freitas Vilela... [et al.]. – Campinas: Embrapa Territorial, 2019. Disponível em: <https://cdn.ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura-org%C3%A2nica-no-Brasil-um-estudo-sobre-o-cadastro-de-produtores-org%C3%A2nicos-no-Brasil.pdf> Acesso em: 15 fev. 2020.

FONT, Joan Nogué i. El fenomeno neorrural. *In: Agricultura y sociedad*, No 47, 1988, págs. 145-175. Disponível em: http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_ays/a047_06.pdf Acesso em 27 dez. 2017

FREITAS, Priscilla Bitencourt. **A busca de um novo modo de vida e trabalho: as mudanças no cotidiano dos novos-rurais**. 2005. 118 f. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101957/234306.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 12 nov. 2017.

GALHARDO, Luiz Ricardo; SILVA, Laura Fernanda Simões da; LIMA, Ângela Simone Freitag. Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. *In: Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente*. Vol. 8, No. 1, 37-45 (2018) ISSN 2359-6643. Disponível em: <file:///C:/Users/alskd/Downloads/129-811-1-PB.pdf> Acesso em: 15 fev. 2020

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *In: RBCS/Anpocs*, n. 14, ano 5, out. 1990. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm Acesso em: 20 dez. 2017.

GONZÁLEZ MARASCHIO, Fernanda; CASTRO Gerardo; KINDERNECHT, Natalia. Dinámicas hortícolas en el partido de Luján, PBA. *In: Actas de las XI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales*, Buenos Aires, Argentina,



2019. Disponível em <http://www.ciea.com.ar/web/CIEA2019/CIEA2019.htm> Acesso em: 06 jan. 2020.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017> Acesso em: 20 de abr. 2019.

_____. Metodologia do censo demográfico 2010 / IBGE. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016 720 p. - (Relatórios metodológicos, ISSN 0101-2843 ; v. 41) Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf> Acesso em 16 jan. 2020.

KARAM, Karen F. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. 2001. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2001.

_____. A mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades. *In: Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

MENDEZ SASTOQUE, Marlon Javier. Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. *In: Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2013, vol.51, suppl.1 [cited 2019-03-11], pp.s031-s048. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000600002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 05 fev. 2019.

MUNDO NETO, Martin; RAMOS, Raquel Fabbri; MALAGOLLI, Guilherme Augusto. Expansão da Produção Orgânica Brasileira: Análise a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. *In: Anais do I Seminário de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial*, Universidade de Araraquara (UNIARA), 2017. Disponível em: <https://uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2017/seppu/anais/mundo-neto-ramos-malagolli.pdf> Acesso em: 09 jan. 2019.

NIEDERLE, Paulo Andre. WESZ JR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.



PAFUNDA, Rosana Akemi. **As novas ruralidades no debate paradigmático: estudo de caso sobre os neo-rurais de Juquitiba, São Paulo**. 2016. 129 f. Mestrado em

Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3803219 Acesso em 12 nov. 2017.

Produtores Orgânicos do Brasil: Cadastro. **ORGANICSNET**, 29/05/2012. Disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/2012/05/produtores-organicos-do-brasil-cadastro/> Acesso em 15 jan. 2020.

RAMOS, Flavia Soares. **Entre a teoria e a prática agroecológica: onde e como estão as mulheres rurais?** Um estudo na região da Grande Florianópolis. 2016. 158 f. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RATIER, Hugo E. Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Un estado de la cuestión. In: **Revista de Ciências Humanas** (Temas do Nosso Século). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC. n. 31 - abril de 2002

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões de debate. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

VARGAS, Yara Tarragó. **Os neo-rurais: capital humano estratégico de mudanças. Rio de Janeiro**. 2002. 132f. Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, ,

Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16956/Os%20neo-rurais.pdf?sequence=1> Acesso em 06 jan. 2018.



Agroecologia em território de avanço do agronegócio da soja: práticas e mobilização de agricultores familiares no Planalto de Santarém, Pará

Mariana Piva, Emilie Coudel, Danielle Wagner Silva, Beatriz Abreu dos Santos

Resumo:

Frente a expansão do agronegócio, a agricultura familiar sofre diferentes pressões, seja fundiária, ambiental ou social. Numa tentativa de resistência, os movimentos sociais têm promovido a agroecologia como bandeira para mobilizar as comunidades rurais. No entanto, existem poucos estudos avaliando a viabilidade da agroecologia em contextos de monocultivo, com pulverização massiva de agrotóxicos. Num processo de co-construção com os STTR da região de Santarém, que foi muito afetada pela expansão da soja esses últimos 20 anos, foram priorizados 3 temas para pesquisarmos juntos: (in-)segurança fundiária, contaminação por agrotóxicos, e agroecologia. A partir de metodologias de ciência cidadã, apoiamos três equipes de jovens pesquisadores comunitários a aplicar 544 questionários com famílias de agricultores familiares do Planalto Santareno, em comunidades que estão no meio dos campos de soja. Neste artigo, focamos sobre os resultados relacionados a agroecologia. Os resultados mostram que 40% dos agricultores já ouviram falar em agroecologia e 55% desses consideram fazer algo agroecológico na propriedade. No entanto, práticas relacionadas a princípios agroecológicos são mais difundidas, por exemplo, 48% dos agricultores não usa agrotóxicos. Comparando quem afirma fazer agroecologia e os demais agricultores, mostramos que a agroecologia pode ser visto um setor dinâmico, pois os agricultores que a praticam têm renda maior, empregam mais, acessam mais crédito e inovam mais. Muitos desses agricultores também lideram organizações sociais, o que pode permitir as ideias entorno da agroecologia de circular mais no território e nas comunidades. No entanto, subsiste uma série de dificuldades, seja para produzir ou comercializar, com especificidades para quem produz de forma agroecológica. Eles se queixam mais do acesso a mercados e da dificuldade para cumprir normas sanitárias. Também se sentem mais atingidos do que os demais pelas pragas vindo dos campos de soja. Esses resultados foram



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
Rurais

Apoio:



amplamente analisados e debatidos junto com os pesquisadores comunitários e os representantes dos sindicatos, permitindo uma apropriação por parte deles. Assim, estão usando esses conhecimentos co-construídos para apoiar suas propostas nas arenas de negociação política, como no Fórum de Combate aos Agrotóxicos. Esse trabalho exploratório abre novas perspectivas de pesquisa sobre a organização do movimento agroecológico em Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos e como ele permite apoiar a resistência que está ocorrendo pelas práticas dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Pesquisa Colaborativa; Movimentos Sociais; Amazônia.





1 Introdução

Diante de severos impactos nos meios de vida e nos recursos naturais impulsionados pelo modelo de agricultura industrial, a agroecologia nos convida a repensar a relação sociedade-natureza sob várias dimensões, tais como a ecológica, econômica, social, cultural entre outras (GUZMÁN, 2002; NORDER, et al.; 2016). A agroecologia vem se pautando num processo dinâmico de construção (e desconstrução) de conhecimentos, práticas e trocas de saberes entre diversos atores, incluindo acadêmicos, técnicos, gestores públicos e agentes de movimentos sociais (LUZZI, 2007; TONÁ e GUHUR 2009; MÉNDEZ et al. 2012; PIRAUX et al. 2012). Para esses últimos, a agroecologia tem se apresentado como um contraponto e um caminho importante para pensar como agir sobre recuperação do meio ambiente, da qualidade de vida dos agricultores (as), a geração de renda, segurança alimentar e as injustiças sociais geradas e externalizadas pelo agronegócio (ABREU et al. 2009; TONÁ e GUHUR, 2009; CHAPPELL e LAVALLE, 2011; PIRAUX et al., 2012).

Na Amazônia, estudos mostram exemplos promissores para a manutenção e criação de serviços ecossistêmicos, geração de renda e organização social através do engajamento de agricultores familiares com práticas agroecológicas (CÔTE, et al. 2019; RESQUE, et al. 2019). Além disso, uma transição para modelos de agricultura mais sustentáveis pautados em princípios agroecológicos tem sido colocada como uma das prioridades para a mitigação de mudanças climáticas (IPCC, 2019).

Entretanto, é amplamente reconhecido que o desmatamento desse bioma está associado principalmente à pecuária bovina e à agricultura de larga escala (FAMINOW, 1997; MALHI et al., 2008; BOWMAN et al., 2012; FEARNSSIDE, 2019). O sistemático afrouxamento de regulações ambientais nos últimos quatro anos (SCANTIMBURGO, 2018; FEARNSSIDE, 2019) vem elevando a abertura de novas áreas de floresta para tais atividades. Frente a recente expansão agrícola capitalista, a região amazônica e seus habitantes, indígenas, agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos entre outros, vêm experimentando a intensificação de ameaças aos seus ecossistemas e modos de vida (LE TOURNEAU, 2018; FEARNSSIDE, 2019; BARLOW et al. 2020).



Nesse contexto, o Planalto Santareno, microrregião situada no território Baixo Amazonas, PA, vem passando por mudanças em suas paisagens sociais e ecológicas, principalmente em decorrência da chegada do agronegócio de grãos na região nos últimos 20 anos (TURA e CARVALHO 2006; COSTA, 2012; SAUER, 2018). Desde o fim da década de 90, os plantios de soja na região vêm se expandido e em 2019 ocupavam uma área de cerca de 50 mil hectares (SEDAP, 2020) e, junto com outras monoculturas de grande escala como milho, arroz ou sorgo, chegam em quase 80 mil hectares (ADPARA, 2018). As consequências desse crescimento para a agricultura familiar têm sido variadas e complexas. Entre elas estão o êxodo rural, a contaminação por agrotóxico, a perda de produção, a redução de polinizadores, etc (TURA e CARVALHO, 2006; COSTA, 2012; SAUER, 2018).

Nesse cenário de conflitos, os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares - STTR's do planalto santareno (ou seja, de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra) vêm mobilizando iniciativas de apoio às associações e cooperativas da agricultura familiar, realizando campanhas de esclarecimentos sobre os impactos que a venda de terras pode trazer para os agricultores familiares, articulando ações coletivas e promovendo conscientização e práticas agroecológicas para que sirvam de contraponto à monocultura da soja e aos agrotóxicos.

O processo multifacetado de reorganização territorial aponta para a perda de terras da agricultura familiar para a monocultura, ao passo em que movimentos étnicos e identitários vem reivindicando o reconhecimento e a demarcação de territórios indígenas e quilombolas (OLIVEIRA, 2001; CORTES e D'ANTONA, 2010; SAUER, 2018). No entanto, ante às inúmeras e importantes análises dos impactos do avanço do agronegócio de grãos, bem menos registrado são as formas de resistência e inovação que a agricultura familiar vem desenvolvendo em meio às mudanças de ocupação e uso da terra, mantendo em algumas regiões do planalto um dinamismo crescente, com ampliação da produção de frutas, hortaliças (NAHUM e PAIXÃO JR,



2014), e impulsionando também a organização de cooperativas e a construção de mercados alternativos, além de uma crescente mobilização agroecológica.

O objetivo desse artigo, portanto, é de analisar de que forma a agroecologia vem mobilizando os agricultores familiares, seja na familiaridade com o conceito, nas práticas de produção agrícola, ou até como bandeira dos movimentos sociais para defender o lugar da agricultura familiar num território de expansão de soja. Com isso, esse artigo visa contribuir para o debate da agroecologia na região e, também, para construção de políticas públicas e estratégias por parte dos movimentos sociais de fomento e suporte para a difusão de seus princípios e práticas.

2 Área de estudo e processo de pesquisa

Os modos de pensar e fazer ciência evoluíram nas últimas décadas, notadamente no que diz respeito ao envolvimento de atores extra científicos. Diferentes modelos emergiram, adotando como princípio a construção coletiva de conhecimento, ou co-construção, com a dupla premissa de que os atores locais podem contribuir com a produção de conhecimento, na perspectiva de produzir um “conhecimento usável” (do inglês *usable knowledge*), ou seja, destinado a ser aplicado, na tomada de decisão ou a resolução de problema (DILLING e LEMOS, 2011; CABRAL e NASUTI, 2019).

É nessa linha de pensamento que, em 2016, graças a um financiamento da União Europeia (Edital Marie Skłodowska-Curie actions, Horizon 2020), um grupo de pesquisadores brasileiros e europeus se uniu para construir um “Observatório das dinâmicas socioambientais” junto com as entidades da sociedade civil de Santarém.

Aos poucos, fomos conduzindo um trabalho de priorização das demandas da sociedade civil para o observatório, em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. A partir de metodologias participativas que permitem aos representantes de cada comunidade se posicionarem individualmente e depois conversar em grupo sobre as escolhas, descobrimos que a população rural da região compartilhava três preocupações principais, a saber: a contaminação da população por agrotóxicos, a

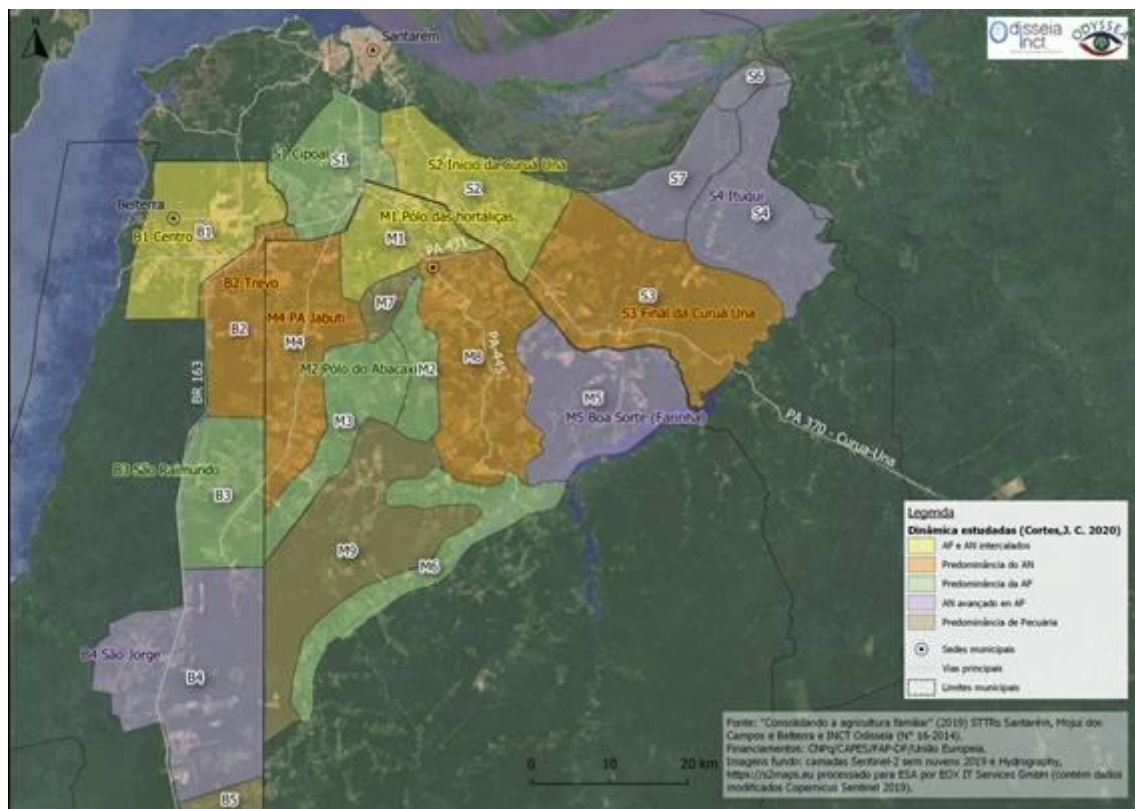


defesa/securização de seus territórios, e a maneira de impulsionar práticas mais agroecológicas. Atrás dessas preocupações, uma raiz comum: a expansão da soja, que tem afetado muito as comunidades rurais nos últimos 20 anos, desde que começou a ser implantada no território.

Na parceria com os STTRs, a equipe Odisseia aceitou um duplo desafio: junto com a produção de dados localizados, aceitou formar jovens ligados aos sindicatos para se tornarem os principais protagonistas da pesquisa. Para o STTR de Santarém, um dos mais antigos do Brasil, a formação de jovens lideranças é uma ação estratégica para dar continuidade às lutas e manter a mobilização nas organizações de base. Assim, cada sindicato selecionou um coordenador de campo e 6 jovens para se tornarem pesquisadores comunitários. Juntos, construímos um questionário que atendia às demandas dos sindicatos, usando a linguagem dos próprios agricultores. Também convidamos os jovens a refletir sobre a postura deles, enquanto pesquisadores nas suas próprias comunidades, e os desafios que isso poderia trazer.

A partir de um zoneamento participativo comum (Cortes et al., 2020), com os representantes das comunidades rurais, definimos as diferentes zonas do território do Planalto: aquelas onde a soja já era dominante, outras onde a agricultura familiar persistia no meio da soja, outras que eram principalmente de agricultura familiar, mas onde a soja estava avançando.

Figura 1. Mapa realizado por meio de um zoneamento participativo com representantes das comunidades rurais



Fonte: Cortes, et al. 2020

Durante 3 meses, de abril a junho de 2019, as equipes de cada município organizaram reuniões nas comunidades centrais das zonas com as lideranças, para levantar informações sobre a população total, as principais produções e como as comunidades tinham evoluído. Na sequência, a partir de um aplicativo de celular, KoboToolBox, as equipes de pesquisadores comunitários foram a campo entrevistar as famílias sobre suas produções, suas práticas agrícolas, suas dificuldades na atividade agrícola e como apreciavam a expansão da soja no seu entorno. Ao todo, foram feitas 12 reuniões comunitárias, com a presença de 38 comunidades, e foram entrevistadas 544 famílias, representando um total de 2.143 pessoas. Ao todo, estima-se que o universo dos agricultores familiares no Planalto santareno represente cerca de 6.000 famílias de agricultores, ou seja, entrevistamos quase 10% delas.



Após a fase de campo, os resultados foram analisados e compartilhados com as equipes de campo, para envolvê-las na interpretação dos dados. Foram realizadas duas semanas de vivência entre pesquisadores comunitários e pesquisadores universitários, para trocar entorno da experiência de campo, as aprendizagens, as dificuldades. Mas, sobretudo, sobre a experiência que cada um e uma adquiriram, sobre a descoberta importante que foi para eles essa realidade na escala do território todo, bem além das suas próprias comunidades. Na análise dos resultados, as interpretações deles foram fundamentais, para trazer mais vida e vivências atrás dos dados frios, relatando os depoimentos que receberam, enquanto preenchiam os questionários. Envolvê-los nessa fase também garantiu a apropriação dos resultados pelos pesquisadores comunitários, para eles se tornarem multiplicadores dos resultados nas suas comunidades.

Em seguida, foram produzidas cartilhas para os sindicatos, escritas em parceria com eles¹. Para o lançamento das cartilhas, organizamos, também em parceria com os sindicatos, um seminário para discutir sobre as perspectivas de consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno. Esse evento, realizado por videoconferência, em razão da pandemia de Covid, teve a participação de aproximadamente 80 pessoas, representando o Ministério Público Estadual do Pará, a Pastoral da Terra, extensionistas da Emater, lideranças de comunidades rurais e de grupos de mulheres, representantes dos sindicatos, os pesquisadores comunitários, e também professores e estudantes da UFOPA que não tinham participado do projeto. A partir de grupos de trabalho, foram propostas perspectivas para ações concretas no território, que apresentaremos no final da discussão.

Esse artigo se debruçará sobre as perguntas do questionário realizado com 544 famílias da agricultura familiar no Planalto Santareno que tiveram o intuito de explorar o nível de conhecimento dos entrevistados(as) sobre o conceito de agroecologia, sobre as possíveis atividades que exercem que consideram ser agroecológicas e

¹ As cartilhas e os cards podem ser encontrados no site do INCT Odisseia :
<http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/>



outras práticas nem sempre atribuídas como sendo agroecológicas, mas que ressoam com seus princípios.

3 Agricultura Familiar e Agroecologia no planalto santareno

Até o final da década de 1990, na região do Planalto Santareno predominavam áreas de produção familiar formada por povos tradicionais, por um campesinato originário de diversas frentes de migração, com perfil agroextrativista (SILVA; CONCEIÇÃO, 2017) e por áreas de fazendas de criação de gados bovino e bubalino (CORTES e D'ANTONA, 2010). A partir dos anos 2000, houve a expansão do agronegócio de grãos, favorecido pela implantação do porto graneleiro da empresa Cargill em Santarém e pelos baixos preços da terra e incentivos governamentais (SAUER, 2018).

Cortes e D'Antona (2010) mencionam que a partir dos anos 2000, vários lotes e fazendas foram vendidos para a implantação do agronegócio no Planalto Santareno. Destarte, Nahum e Paixão Jr (2014) afirmam que a intensificação do agronegócio gerou aumento de concentração de terra. Oliveira (2001) aponta que ao incorporar grandes áreas para atividades agrícolas, o agronegócio força a desagregação na agricultura familiar, impulsionando inclusive a ida de migrantes das áreas rurais para as cidades, processo este associado com esquemas de grilagem de terras e expulsão compulsória.

Apesar desses desafios, a agricultura familiar ainda é predominante no tecido social dos três municípios que configuram a área metropolitana de Santarém (CORTES et al, 2019; COUDEL et al, 2020). Segundo os dados coletados, a área média dos estabelecimentos agrícolas familiares é de 20 hectares (ha). Nos domicílios das famílias entrevistadas residem em média 4 pessoas. As unidades familiares são formadas principalmente pelo casal (esposa/ esposo) e filhos. Os principais sistemas de cultivos existentes são roça (84%), quintal produtivo (70%), hortaliças (27%), monocultivos (21%), plantios consorciados (7%) e pasto (6%).

Considerando esse contexto de mudanças na ocupação e uso da terra e de conflitos socioambientais, nas subseções a seguir evidenciamos a agroecologia como prática e como movimento social que está se afirmando como estratégia de resistência e meio de consolidação da agricultura familiar desse território.

3.1 Um movimento de afirmação progressiva da agroecologia

Entre os entrevistados, 40% já ouviram falar do termo Agroecologia. Ao serem indagados sobre o que entendiam por agroecologia, 76% desses entrevistados informaram não saber explicar ou responder. Para os outros entrevistados (24%), Agroecologia está associada principalmente a se produzir respeitando a natureza, com destaque para as categorias natureza, meio ambiente, preservação, respeito a natureza e a não utilização de agrotóxicos (visto como produzir de forma natural) (Figura 2). Resultado semelhante foi encontrado por Guimarães et al (2020) em pesquisa com jovens rurais do município de Santarém. No estudo feito pelas autoras, a maioria dos jovens entrevistados considerou que agroecologia se refere “ao modo de produção sustentável sem agredir o meio ambiente” (GUIMARÃES et al., 2020).

Figura 2. Nuvem de palavras sobre o que é Agroecologia



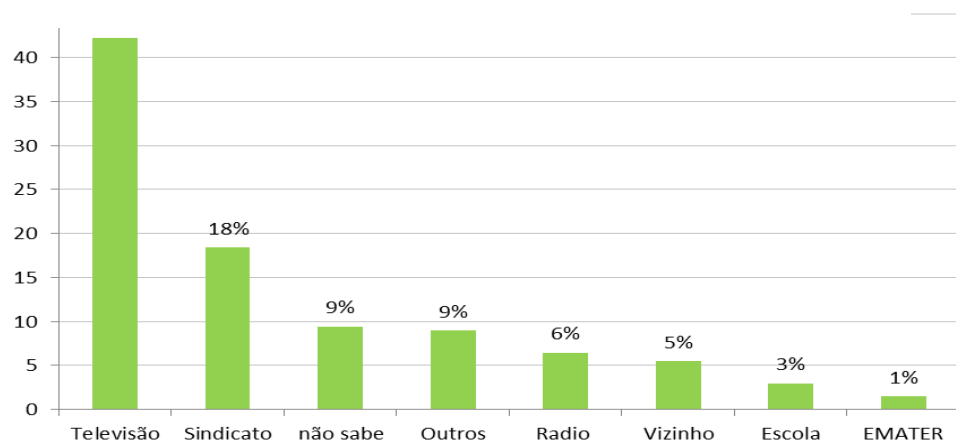
. Na literatura, Agroecologia tem caráter plural polissêmico (NORDER et al, 2016), mas a maioria dos entrevistados associou o termo ao modo de fazer agricultura, ressaltando sua compreensão como prática. Caporal e Costabeber (2004) ao



discutirem sobre agroecologia no início dos anos 2000 já ressaltavam que no geral, esse termo lembrava estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente e alertavam para o equívoco de se reduzir sua compreensão a modelo de agricultura ecológica.

Em relação a como a Agroecologia tem sido difundida entre a Agricultura Familiar do planalto santareno, conforme apontado no gráfico abaixo, a televisão foi um importante veículo de difusão (42%), seguido das atividades dos sindicatos (18%) e dos programas de rádio (6%).

Figura 3. Onde os agricultores (as) ouviram falar de agroecologia pela primeira vez (n=201)



Mesmo que com menor impacto em relação aos veículos de comunicação de massa, os resultados mostram que os STTRs de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra também são agentes difusores da Agroecologia. Como estratégias de defesa da Agricultura Familiar, as narrativas de fomento à produção agroecológica fazem parte das ações dos sindicalistas em frentes de mobilização social em oposição à expansão da produção de grãos. Essa característica reafirma que a discussão sobre Agroecologia é crescente no bojo dos movimentos sociais do campo, principalmente a partir das ações promovidas pela Articulação Nacional de Agroecologia- ANA, rede a qual os STTRs são afiliados e ativos.

Se, por um lado, os agentes sindicais estão difundindo a Agroecologia, a extensão rural está muito pouco representada nas respostas. Apenas 1% dos entrevistados que



já ouviram falar sobre esse termo afirmam terem tomado conhecimento a partir da Emater-PA. Apesar da participação ativa de extensionistas da Emater- PA na promoção da agricultura orgânica nos municípios de Santarém e Mojuí dos Campos (SIVIERO et al, 2012; BACH et al, 2012), observa-se a contribuição incipiente do serviço público de extensão rural para difusão da Agroecologia.

3.2 Uma prática bastante difundida, mas ainda pouco afirmada

Apesar da agroecologia não ser um termo tão reconhecido entre a maioria dos entrevistados, a pesquisa mostra que muitos realizam práticas agrícolas ressonantes com os princípios e práticas agroecológicos. Consideramos aqui 3 conjuntos de práticas: a diversificação, o tipo de adubação e o tipo de defensivos utilizados. Comparamos essas práticas entre quem considera fazer algo agroecológico e quem não considera que faz algo agroecológico. Ressaltamos que mesmo entre os outros agricultores, uma parte deve produzir de forma agroecológica, mas sem explicitamente caracterizar suas práticas assim.

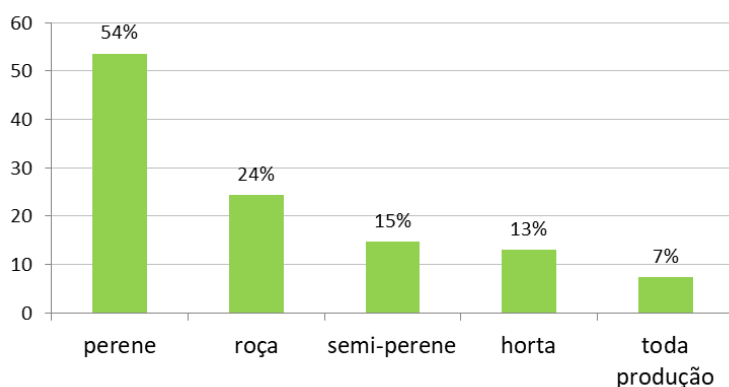
3.2.1 Diversificação dos sistemas produtivos

A diversificação produtiva e a diversificação de espécies na composição das parcelas cultivadas são características de agroecossistemas agroecológicos (GLIESSMAN, 2009). Nossos resultados mostram que existe uma diversificação tanto pela combinação de sistemas produtivos, quanto por consórcios de espécies de plantas. Cerca de 80% dos entrevistados adotam mais de um sistema de cultivo, o que pode incrementar o número de espécies nos lotes. A combinação mais comum observada foi entre roça e quintal produtivo (57%).



Entre aqueles que já ouviram falar em agroecologia (40%), 55% consideram que cultivam algo agroecológico. Entre os principais cultivos que mencionaram ser agroecológicos estão a produção de perenes (principalmente frutíferas, em plantio só ou quintas produtivos) (54%) e a roça de mandioca (24%).

Figura 4. Tipos de cultivos considerados como produção agroecológica pelos entrevistados que avaliam que produzem algo de forma agroecológica



Entre os (as) entrevistados (as) que consideram que cultivam algo agroecológico a média do número de espécies por lote / entrevistado (a) foi de 15 espécies, enquanto entre aqueles (as) que mencionaram não cultivar algo agroecológico esse número foi de 11 espécies.

Os dados apontam na direção da diversificação produtiva e inovações nos sistemas de cultivo para diversificar e aumentar a renda. Entre os 29% dos entrevistados que iniciaram uma atividade nova nos últimos 5 anos, 52% deles investiram no plantio de espécies perenes como principalmente a banana, cumaru, pimenta do reino, urucum, abacate e frutas cítricas. Entre os agricultores que consideram fazer algo agroecológico, 42% iniciaram uma atividade nova nos últimos 5 anos, enquanto só 26% dos outros agricultores iniciaram uma atividade nova.

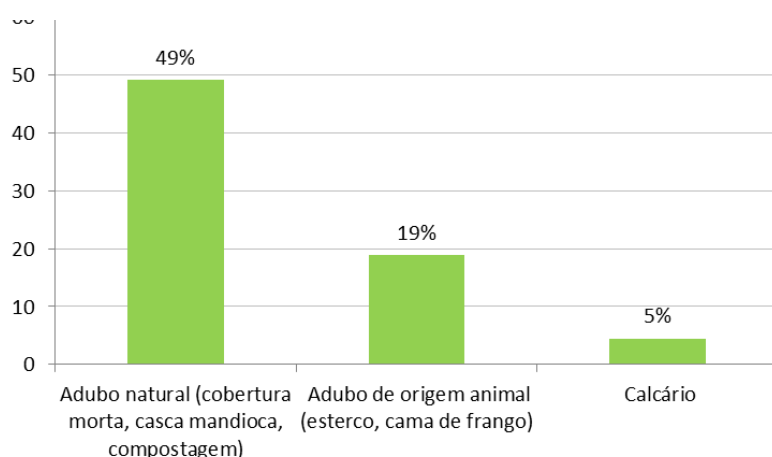
Cabe destacar que, de acordo com o censo agropecuário do IBGE de 2017, a região do planalto santareno tem significativa participação na cadeia da fruticultura do estado do Pará. O município Mojuí dos Campos, por exemplo, é o quarto maior

produtor estadual de maracujá, o sexto de limão, sétimo de mamão e o oitavo de abacaxi; enquanto Santarém é o maior produtor estadual de melão, o segundo de melancia, o sétimo de laranja, e o quinto maior de macaxeira (IBGE, 2019). Trata-se de espécies produzidas predominantemente pela agricultura familiar e destinados ao autoconsumo e ao abastecimento de áreas urbanas regionais.

3.3.2 *Uso de produtos químicos para adubação e como defensivos agrícolas*

Os dados mostram que a maioria dos entrevistados (58%) não utiliza adubação química nas áreas cultivadas, priorizando o uso de adubos de origem vegetal (49%) e/ou animal (19%).

Figura 5. Práticas de adubação sem utilização de produtos químicos adotadas por aqueles (as) que não usam adubos químicos (n=355)



O uso de agrotóxicos para o combate de pragas e plantas pioneiras também não tem sido praticado pela maioria dos entrevistados. Em relação a pragas, 53% deles disseram que não costumam usar inseticidas, optando por retirar manualmente as partes afetadas por pragas (39%), utilizar defensivos naturais (15%), rotação de cultivos (7%) e associações de plantas repelentes de pragas (3%).

No manejo das plantas pioneiras, o uso de herbicidas, prática que vai de encontro aos princípios agroecológicos, é realizada por 34% dos agricultores

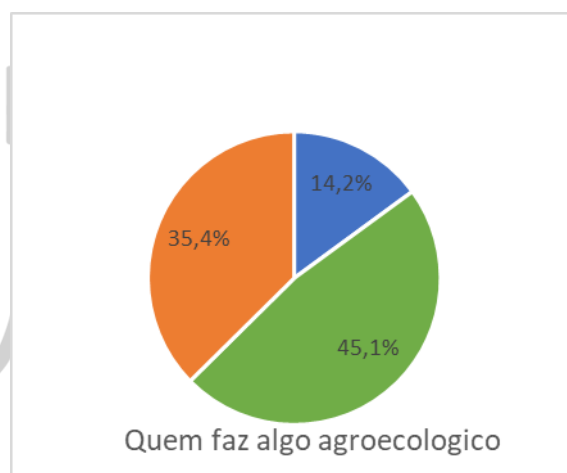
entrevistados, independentemente de considerarem que cultivam algo agroecológico ou não. Entretanto, 66% disseram nunca utilizar produtos químicos para combater plantas pioneiras em roça e/ou pasto. As práticas de maior destaque para combater essas pragas entre estes agricultores são ações manuais de retirada das partes das plantas afetadas (93%) e o uso de maquinário leve como roçadeiras (32%).

De forma geral, 53% afirma que usa produtos químicos, 39% nunca usou tais produtos e 10% já usou e atualmente não usa mais esses produtos. Entre estes últimos a preocupação com a saúde da família foi o principal motivo para deixarem de usar produtos químicos no combate de ervas daninhas.

Figura 6 Uso de herbicidas entre quem não faz algo agroecológico



Figura 7 Uso de herbicidas - entre quem faz algo agroecológico



Podemos notar que, entre os agricultores que fazem algo agroecológico, há mais agricultores que deixaram de usar agrotóxicos (14,2%), e mais deles nunca usaram (45,1%).

3.3 As dificuldades para produzir de forma agroecológica

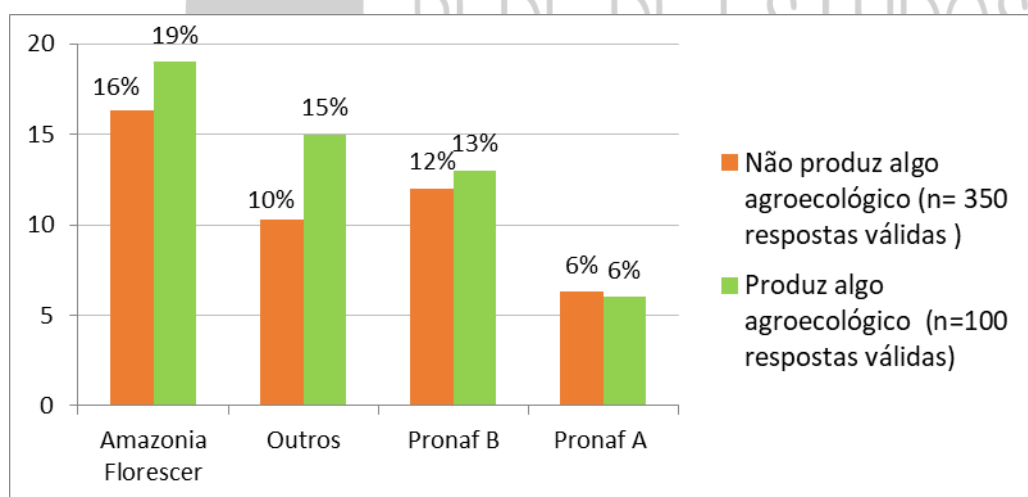
Cabe ressaltar que apesar de nossos resultados indicarem práticas que ressoam com princípios agroecológico, eles também mostram possíveis dificuldades para se pensar e planejar uma transição agroecológica na região.

Os participantes da pesquisa enfrentam uma série de dificuldades para produzir e comercializar seus produtos de forma geral. Essas dificuldades podem se configurar

em barreiras para continuar ou começar a produzir de forma mais agroecológica. Por exemplo, apenas 18% dos entrevistados recebem assistência técnica regular em seus lotes, e isso acontece menos de duas vezes por ano para maioria destes (61%). No entanto, 32% dos quem cultivam algo agroecológico já tiveram acesso a alguma forma de extensão rural, contra 15% para os outros, o que pode indicar que a extensão rural teve uma certa influência sobre o perfil dos agricultores (mesmo se lembramos que só 1% dos agricultores falou que ouviu falar de agroecologia pela primeira vez por extensionistas).

56% dos entrevistados tiveram acesso a algum tipo de crédito nos últimos 20 anos, sendo que entre esses, foram 61% dos quem cultivam algo agroecológico, contra 44% para os outros.

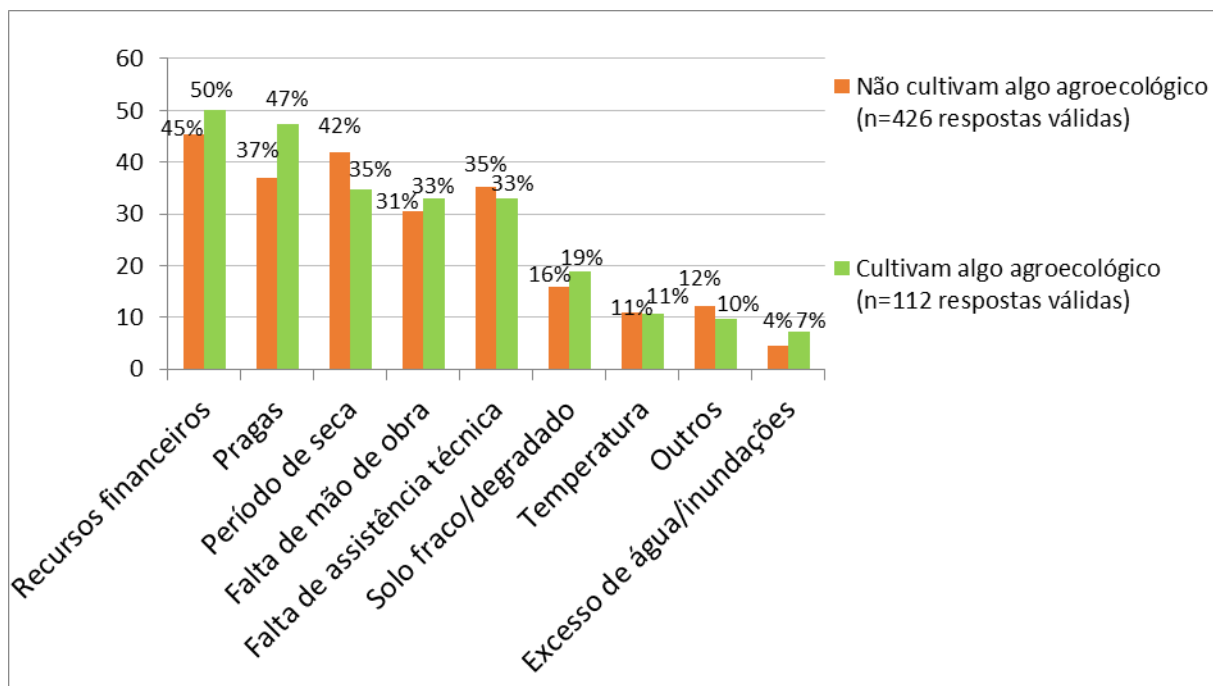
Figura 8. Tipos de crédito acessados pelos agricultores nos últimos 20 anos



A figura 8 mostra que quem produz de forma agroecológica conseguiu acessar créditos mais específicos a região, como a linha Amazônia Florescer, que apoia a implantação de perenes ou equipamentos de transformação (para fazer polpas).

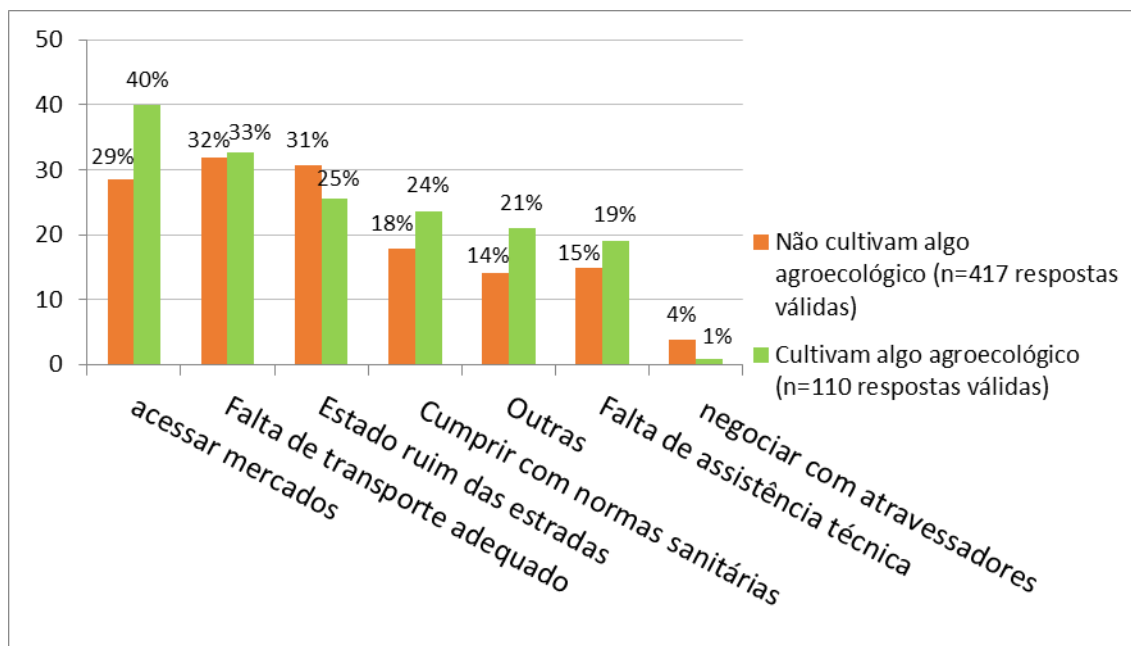
Existem algumas diferenças entre quem considera cultivar de forma agroecológica e os demais agricultores, em relação as dificuldades para produção (figura 9) e dificuldades para comercialização (figura 10).

Figura 9. Dificuldades citadas pelos agricultores para produzir



Para produção, as dificuldades que se destacam para quem produz de forma agroecológica são recursos financeiros, combate a pragas, falta de mão de obra e solos degradados. No entanto, eles se queixam menos da seca, o que pode indicar uma melhor adaptação do sistema de produção (mais diversificado por exemplo).

Figura 10. Dificuldades citadas pelos agricultores para comercializar



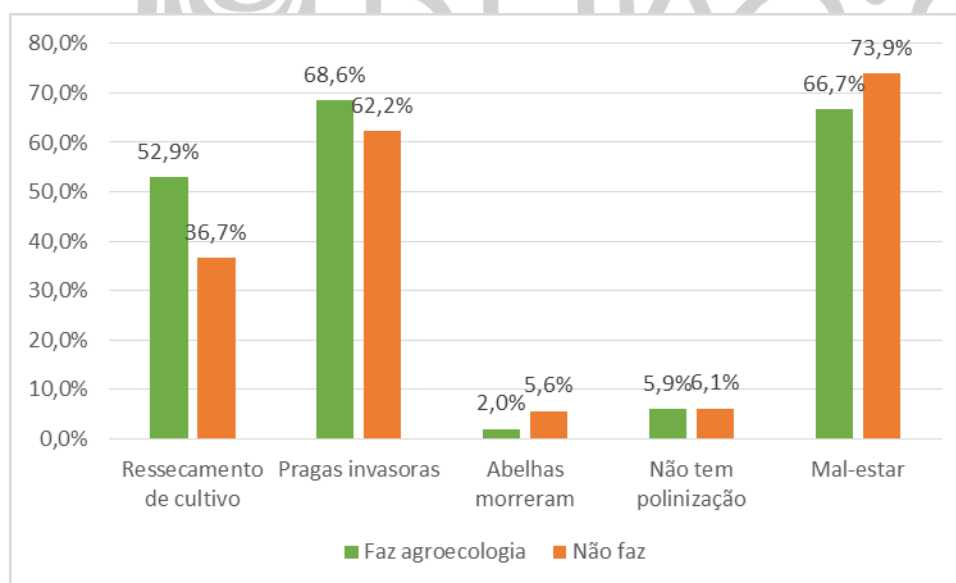
Para comercializar a produção, as principais dificuldades mencionadas de forma geral pelos entrevistados foram: falta de transporte adequado (31%), dificuldade de acesso aos mercados (29%), condições ruins das estradas (28%) e dificuldades de cumprir com normas sanitárias (18%). Para quem cultiva de forma agroecológica, as principais dificuldades que se destacam em relação aos demais são: acessar mercados, cumprir com normas sanitárias e falta de assistência técnica. Isso pode indicar a falta de mercados para valorizar seus produtos agroecológicos.

Outra dificuldade forte é a expansão da soja. 69,2% das pessoas entrevistadas consideram que a soja trouxe prejuízo para eles: 41,3% porque perderam produção, 37,5% porque o clima mudou, 35,6% por causa dos danos ao meio ambiente. 42,8% se sentem atingidos pelas pulverizações de agrotóxicos das propriedades do entorno, sendo que desses, 71,8% sente mal-estar forte (cheiro insuportável, dor de cabeça, vômito); 63,6% perdeu produção por causa das pragas (gafanhotos, mosca branca) que se refugiaram nos seus campos, e 40,3% teve ressecamento de seus cultivos por causa do produto secante utilizado para acelerar a colheita da soja. Quando interrogados a respeito de problemas de saúde na família, 19,1% se queixam de

doenças crônicas: 70,2% deles com dores de cabeça aguda e constante, 23,1% com doenças pulmonares crônicas (asma, tuberculose, bronquite, pneumonia), e 5,8% de câncer.

Varia pouca essa percepção entre os agricultores, mas é sentida de forma um pouco mais aguda pelos agricultores que consideram cultivar algo agroecológico, pois 46% deles se sentem atingidos pela pulverização de agrotóxico no seu entorno, contra 42% dos outros. Conforme apresentado na Figura 11, entre os entrevistados que produzem algo agroecológico, as principais formas de como se sentem afetados pelas pulverizações de agrotóxicos no seu entorno são: invasão de pragas em seus cultivos (68,6%), mal estar (66,7%) e ressecamento de cultivos (52,9%). Entre os que não disseram produzir algo agroecológico, a invasão de pragas (62,2%), e o ressecamento de cultivo (36,7%) são sentidos de forma um pouco menos fortes, mas o mal-estar está mais forte (73,9%).

Figura 11. Prejuízos pelas pulverizações de agrotóxicos nas propriedades do entorno

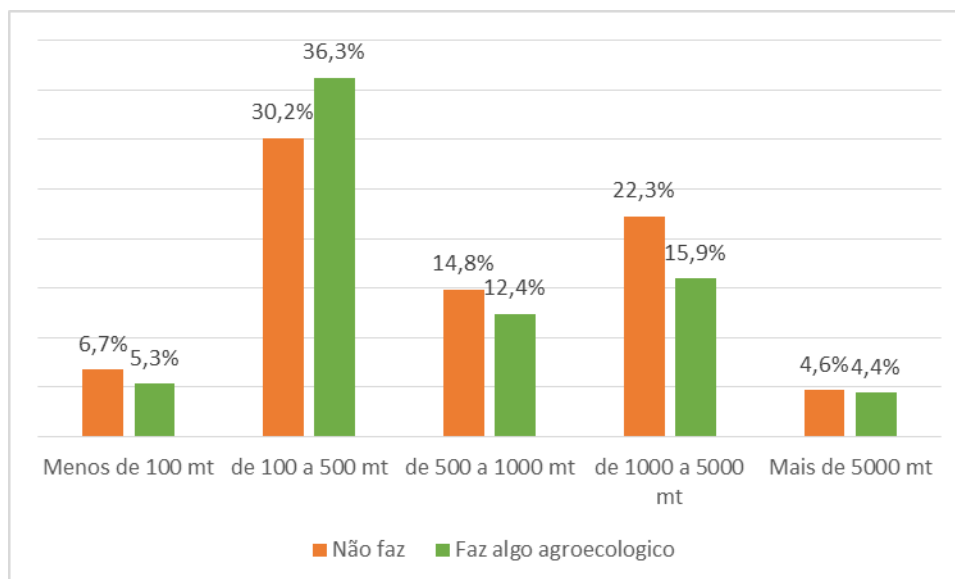


Uma possível interpretação, que precisaria ser ainda trabalhada e aprofundada, é que o fato de que cultivar espécies perenes (agroflorestas) pode deixar mais sensível ao possível ressecamento de cultivos e invasão da área cultivada por pragas. Ao

mesmo tempo, as cercas verdes no entorno pode limitar a exposição da família aos agrotóxicos.

Poderíamos também argumentar que os agricultores que fazem algo agroecológico talvez se encontram mais longe que os outros dos campos de soja. Portanto, verificamos a distância do ponto da casa (coletado no momento da aplicação do questionário) com o campo de soja mais próximo (usando imagens do TerraClass, 2014).

Figura 12. Distancia da casa dos agricultores familiares até o campo de soja mais próximo



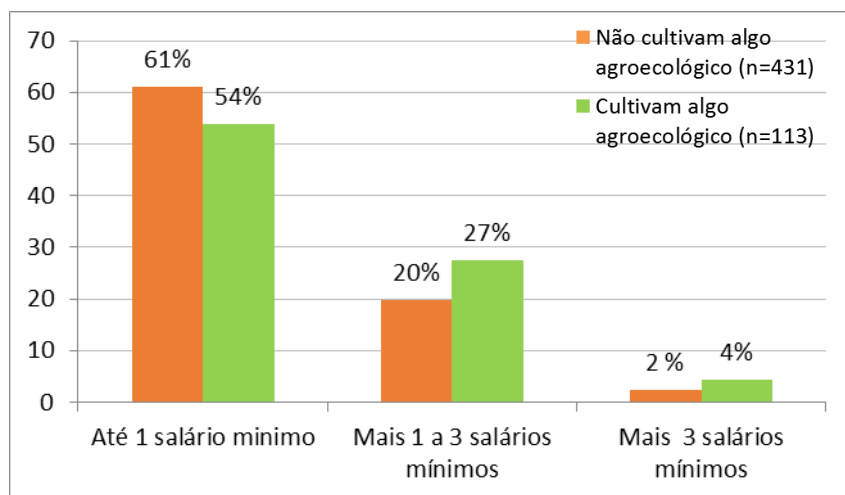
Observamos que os agricultores familiares que fazem algo agroecológico estão localizados principalmente mais próximos aos campos de soja, com 41,6% a menos de 500 m de um campo. Em comparação, 36,9 % dos demais estão a menos de 500 m de um campo.

3.4 Inserção econômica e social

De forma geral, a situação das famílias da agricultura familiar não está fácil, sendo que a maioria das famílias não ganha um salário-mínimo pela renda agrícola, mesmo

em um mês bom. No entanto, um terço (32%) dos agricultores que cultivam algo agroecológico consegue mais de um salário-mínimo, contra 22% para os demais.

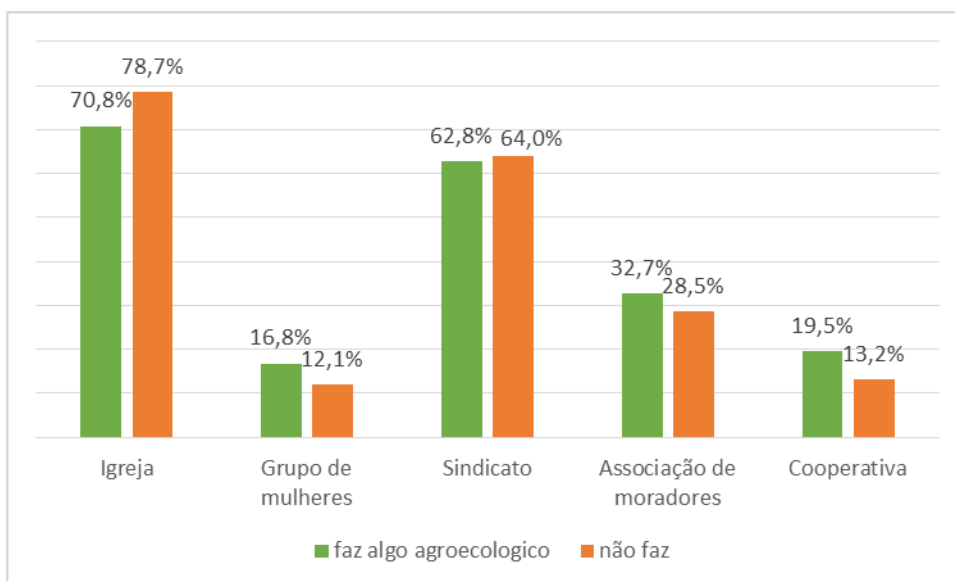
Figura 13. Renda agrícola dos agricultores familiares num mês bom



Além da renda monetária, muitos autores ressaltam o papel da reciprocidade, das redes de solidariedade e das organizações sociais para sustentar o tecido camponês (SABOURIN, 2009). Nossos resultados mostram que a maioria dos agricultores participa de uma organização social, principalmente igreja, sindicato e associações de moradores. No entanto, cooperativas e grupos de mulheres, que surgiram nos últimos 10 anos, estão cada vez mais fortes, principalmente entre quem faz algo agroecológico (19,5% para cooperativas e 16,8% para grupos de mulheres, figura 14). De fato, são organizações que permitem uma melhor comercialização dos produtos agroecológicos, além de favorecer troca de conhecimentos entorno de práticas agroecológicas.

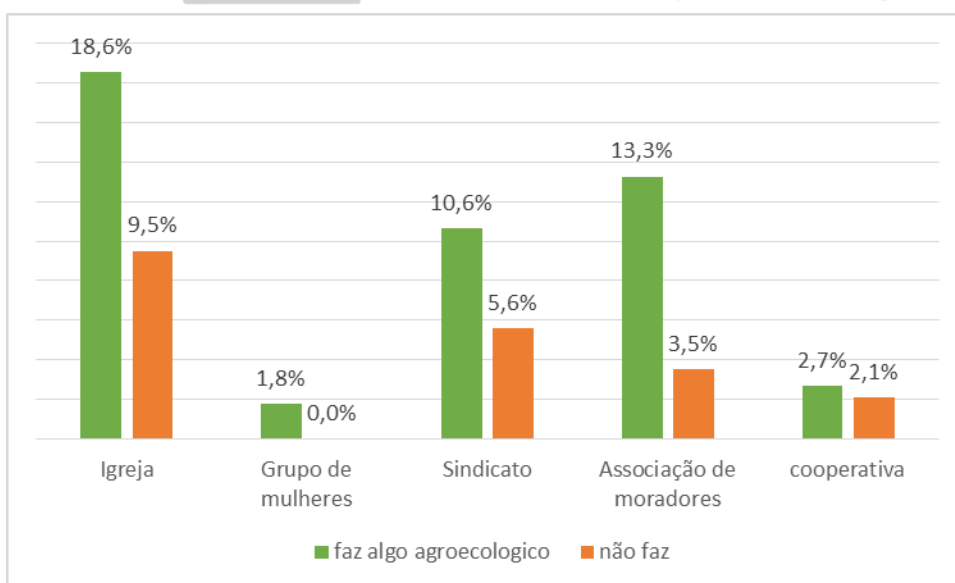


Figura 14. Agricultores quem participam de uma organização social



Quem faz algo agroecológico se destaca mais ainda entre os agricultores que lideram organizações sociais (Figura 15). Isso pode revelar que através dessas redes, eles tiveram acesso ao conceito de agroecologia e quiseram aplicar em suas práticas de cultivo ou pode mostrar que são pessoas dinâmicas, envolvidas em várias frentes sociais, entre outras, as redes de agroecologia.

Figura 15. Agricultores que lideram uma organização social





4 A agroecologia emerge como um setor dinâmico

Sintetizamos aqui a comparação entre os que consideram fazer algo agroecológico com os outros agricultores. Apesar da divisão entre perfis numa base declaratória ter limites (pois existem pessoas que tem práticas agroecológicas também entre os outros), evidenciamos parte dos agricultores que consideram não cultivar algo agroecológico praticam agroecologia, assim como resumido na tabela 1.

Tabela 1. Comparação entre quem considera fazer algo agroecológico e quem não faz

Variáveis	Considera cultivar algo agroecológico (113 agricultores)	Não considera fazer algo agroecológico (431 agricultores)
Média de número de espécies cultivadas no lote	15	11
Não usa produtos químicos	59%	47%
Iniciou atividades novas nos últimos 5 anos	42%	26%
Contratou diárias para o trabalho no lote	48%	36%
Ganhou mais de um salário mínimo num mês bom	32%	22%
Recebam visitas de extensionistas	32%	15%
Acessou crédito nos últimos 20 anos	61%	44%
Lidera uma organização social	37%	21%

Essa tabela destaca que os agricultores que consideram fazer algo agroecológico de fato usam menos produtos químicos e tem mais diversidade. Eles conseguiram iniciar mais atividades novas (principalmente perenes), empregam mais mão de obra e tem uma renda maior que os demais agricultores. Essas diferenças podem se explicar por um maior apoio técnico e um maior acesso a crédito, mesmo se a relação pode ser nos dois lados. Pode se explicar pelo incentivo da extensão ao



fazer agroecologia, mas também pode se explicar pelo fato de eles procurarem a extensão justamente por quererem aprender sobre agroecologia.

Também mostramos que quem faz algo agroecológico é mais envolvido em organizações sociais, como liderança. Isso pode permitir ao conceito de agroecologia circular nos municípios e nas comunidades, mas não só como uma ideia nova, também como troca e demonstração de práticas que funcionam, pois permitem, ao mesmo tempo, que meio ambiente seja protegido, bem como uma renda maior.

Esses resultados mostram que apesar da situação difícil que enfrentam os agricultores no Planalto Santarém com a expansão da soja, a agroecologia se constitui como uma alternativa atraente. Esse resultado é condizente com o que discutimos com os representantes de movimentos sociais no momento do zoneamento participativo, antes da coleta de campo (CORTES et al., 2020).

Em concordância com Chappell and LaValle (2009), Toná and Guhur (2009), Altieri (2010), Piraux et al. (2012) e Côte et al. (2019), analisamos que Agroecologia tem se mostrado uma estratégia importante para manutenção da vida e subsistência de agricultores (as) familiares em diversos locais. No contexto estudado, as comunidades que se mobilizam mais entorno da prática agroecológica (muitas vezes por meio dos grupos de mulheres) são geralmente próximas as cidades. Ao mesmo tempo, os campos de soja estão também implantados mais próximos as cidades. Nesses lugares a agricultura familiar se mantêm por uma produção que não precisa de áreas grandes, com hortaliças ou quintais, mas que se configuram na proximidade dos mercados de consumidores urbanos.

No momento de interpretação dos resultados, o que mais marcou os pesquisadores comunitários foi que muitas pessoas, apesar de estarem claramente atingidas pelos agrotóxicos, não ousaram afirmar essa relação. Eles falavam que tinham que fechar as janelas, que não podiam sair quando tinha pulverizações, mas respondiam negativamente à pergunta de se se sentiam atingidos. Os jovens não conseguiram saber se era por medo de se situar contra a soja, apresentada pelos governos municipais como “o progresso”, ou se é por falta de informação sobre o perigo dos



agrotóxicos. Muitas famílias têm pouco acesso a informações e acabam por não conseguir entender os sintomas relacionados a saúde quando aparecem. Assim, é muito provável que os resultados da pesquisa estejam subestimados.

Também, pode explicar que as pessoas que estão sensibilizadas com a agroecologia podem se queixar mais do que as outras dos agrotóxicos, já que fizeram a opção de não usar e que estão mais conscientes de seus perigos.

Apesar desses resultados serem ainda exploratórios e descritivos, eles atenderam a expectativa dos sindicatos rurais, para quem estatísticas mais sofisticadas são difíceis de entender, embora de fundamental importância no processo de reivindicação de seus direitos relacionados ao território. Para os representantes dos sindicatos, nossos resultados permitiram confirmar tendências que eles percebiam, mas sem ter números para apoiar suas falas:

“A agricultura familiar é quem alimenta a mesa da cidade. Nós sempre levamos essa mensagem (para os agricultores) e agora com esses dados e informações (da pesquisa Odisseia), podemos fortalecer cada vez mais agricultura familiar. A agricultura familiar existe e só precisa que tenha um olhar melhor para que as coisas possam melhorar mais ainda”. Sileuza, STTR, Mojuí dos Campos, Associação de mulheres Flores do Campo, no seminário de apresentação dos resultados do Odisseia (Dezembro, 2020).

Os grupos de mulheres ressaltaram no seminário de resultados que para elas “agroecologia é uma forma de resistência”. Com nossos resultados, mostramos que de fato, a agroecologia ainda consegue resistir, mesmo no meio da soja. Essa co-construção de conhecimento permitiu produzir conjuntamente informações que os movimentos sociais vão poder usar nos espaços de negociação do território, em particular no Fórum de Combate aos Agrotóxicos na região do Baixo Amazonas.



5 Conclusão

Nosso trabalho é fruto de um processo de pesquisa colaborativa com os Sindicatos dos Agricultores Familiares de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Foram os representantes de agricultores que deram as prioridades para pesquisa, solicitando uma pesquisa quantitativa, para medir o impacto que a soja estava causando na agricultura familiar. Foram eles também os responsáveis por mobilizar e coordenar as equipes de pesquisadores comunitários para fazer o levantamento de dados, permitindo uma amostragem de 544 famílias entrevistadas sobre sua produção e as dificuldades para produzir, comercializar e outras.

Desde o início do processo, a agroecologia foi um tema agregador, pois ele permitia para os sindicatos trazer uma pauta positiva. Eles queriam saber se, além dos impactos negativos que eles já conheciam, havia esperança com a agroecologia e se ela realmente podia se configurar numa resistência.

Nossos resultados mostram que a agroecologia já é um conceito que está permeando entre os agricultores e que essa conscientização está crescente. Apesar de haver somente 21% dos agricultores que consideram fazer algo agroecológico, muitos agricultores têm práticas condizentes com princípios agroecológicos, com diversificação dos sistemas de produção e sem usar produtos químicos.

De fato, mostramos que os agricultores que fazem algo agroecológico tendem a ter mais renda, empregar mais, iniciar mais atividades novas, revelando que a agroecologia é de fato uma alternativa viável frente a expansão da soja. Existe ainda uma série de dificuldades, em particular ligadas a proximidade com os campos de soja e as pulverizações de agrotóxicos, mas que não impede o dinamismo da agroecologia.

Apesar de exploratórios, esses resultados permitem aos sindicatos pautar narrativas a favor da agroecologia no território. Ainda que seja fundamental continuar a luta pela redução do uso dos agrotóxicos, que prejudicam muito os agricultores, ter uma pauta positiva é mais mobilizador com as elites políticas que ainda consideram



que a soja traz desenvolvimento. É preciso mostrar que a consolidação da agricultura familiar também é fundamental para o futuro da região, seja para garantir a soberania alimentar, preservar o meio ambiente e garantir um trabalho digno nas comunidades rurais.

Finalizamos esse texto, dando a palavra final aos presidentes dos Sindicatos de Santarém e Mojuí dos Campos, a partir da carta que escreveram para as cartilhas de resultados derivadas da pesquisa realizada: “A pesquisa nos trouxe informações importantíssimas que, com certeza, revelam e asseguram governos e a população de que a agricultura familiar é um segmento que merece ser respeitado e também mais investimentos”. (Manoel Edivaldo, presidente do STTR Santarém e Valdir Lima, presidente do STTR Mojuí dos Campos).

6 Bibliografia

- Abreu, Lucimar Santiago de, Claire Lamine, and Stephanie Bellon. 2009. Trajetórias da Agroecologia no Brasil: entre movimentos sociais, redes científicas e políticas públicas. *Revista Brasileira de Agroecologia* 4: 1611–1614.
- Altieri, Miguel. 2010. Agroecologia, Agricultura Camponesa E Soberania Alimentar. *Revista NERA* 13: 22–32.
- Barlow, Jos, Erika Berenguer, Rachel Carmenta, and Filipe França. 2020. Clarifying Amazonia’s burning crisis. *Global Change Biology* 26: 319–321. <https://doi.org/10.1111/gcb.14872>.
- Bowman, Maria S., Britaldo S. Soares-Filho, Frank D. Merry, Daniel C. Nepstad, Hermann Rodrigues, and Oriana T. Almeida. 2012. Persistence of cattle ranching in the Brazilian Amazon: A spatial analysis of the rationale for beef production. *Land Use Policy* 29. Elsevier Ltd: 558–568. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2011.09.009>.
- CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. A agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- Chappell, Michael Jahi, and Liliana a. LaValle. 2009. Food security and biodiversity: can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture and Human Values* 28: 3–26. <https://doi.org/10.1007/s10460-009-9251-4>.
- Chappell, Michael Jahi, and Liliana A. LaValle. 2011. Food security and biodiversity: Can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture and Human Values* 28: 3–26. <https://doi.org/10.1007/s10460-009-9251-4>.



- Costa, Solange Maria Gayoso da. 2012. Grãos na floresta: Estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Pará.
- Côte, TF. X., E. Poirier-Magona, S. Perret, P. Roudier, B. Rapidell, and M. C. Thitton. 2019. *The agroecological transition of agricultural systems in th Global South*. Edited by TF. X. Côte, E. Poirier-Magona, S. Perret, P. Roudier, B. Rapidell, and M. C. Thitton. *The agroecological transition of agricultural systems in the Global South*. France: Quae.
- Coudel, Emilie; Nasuti, Stephanie; Piva, da Silva Mariana; Santos, Beatriz Abreu, Wagner, Danielle; Folhes, Ricardo; Passos, Carlos José Sousa; Schwamborn, Txai. 2020. O avanço do agrotóxico. In : Resultados da Campanha Consolidando a agricultura familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Brasília : INCT Odisseia-Odyssea, 2 fichas ISBN 978-65-00-02239-1 Disponível em: <<http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/> Acesso em 19 de abril de 2021
- Faminow, Merle D. 1997. Spatial economics of local demand for cattle products in Amazon development. *Agriculture, Ecosystems & Environment* 62: 1–11. [https://doi.org/10.1016/S0167-8809\(96\)01116-4](https://doi.org/10.1016/S0167-8809(96)01116-4).
- Fearnside, Philip Martin. 2019. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um Desafio à Sustentabilidade na Amazônia. *Sustentabilidade International Science Journal* 1: 38–52.
- Guzmán, Eduardo Sevilla. 2002. A perspectiva sociológica em Agroecologia : uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, 3.
- GUIMARAES, A. M. ; REGO, E. M. M. ; SILVA, DANIELLE WAGNER . Agroecologia na Percepção dos Jovens do Curso Técnico em Agropecuária da Casa Familiar Rural de Santarém.. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, p. 1, 2020.
- IPCC. 2019. *Climate Change and Land. IPCC Report*. Brussels: WMO and UNEP.
- Luzzi, N. 2007. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. *Disseratação de Mestrado*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Malhi, Yadvinder, J Timmons Roberts, Richard a Betts, Timothy J Killeen, Wenhong Li, and Carlos a Nobre. 2008. Climate Change, Deforestation, and the Fate of the Amazon. *Science*: 169–172. <https://doi.org/10.1126/science.1146961>.
- Méndez, V. Ernesto, Christopher M. Bacon, and Roseann Cohen. 2012. Agroecology as Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach. *Agroecology and Sustainable Food Systems* 37: 3–18. <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.736926>.
- Norder, Luiz Antonio, Claire Lamine, Stephanie Bellon, and Alfio Brandenburg. 2016. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente e Sociedade* 19:



1–11.

- Piroux, Marc, Luciano Silveira, Paulo Diniz, and Ghislaine Duque. 2012. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. *Estud. Soc. e Agric.* 20: 5–29.
- Resque, Antonio Gabriel L., Emilie Coudel, Marie Gabrielle Piketty, Nathalie Cialdella, Tatiana Sá, Marc Piroux, William Assis, and Christophe Le Page. 2019. Agrobiodiversity and public food procurement programs in Brazil: Influence of local stakeholders in configuring green mediated markets. *Sustainability (Switzerland)* 11. <https://doi.org/10.3390/su11051425>.
- Sabourin Eric. 2009. Camponeses do Brasil : entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro : Garamond, 328 p. ISBN 978-85-7617-161-4
- Sauer, Sérgio. 2018. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. *Land Use Policy* 79. Elsevier: 326–338. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.08.030>.
- Scantimburgo, André. 2018. O desmonte da agenda ambiental no governo bolsonaro. *Perspectivas* 52: 103–117.
- Toná, Nilciney, and Dominique M. P. Guhur. 2009. O Diálogo de Saberes , na Promoção da Agroecologia na Base dos Movimentos Sociais Populares. *Revista Brasileira de Agroecologia* 4: 3322–3325.
- Tourneau, François-Michel Le. 2018. O governo Bolsonaro contra os Povos Indígenas: as garantias constitucionais postas às provas. *Confins-Revue Franco-Brésilienne de Géographie-Revista Franco-Brasileira de Geografia* 501: 0–22. <https://doi.org/10.4000/con>.
- Tura, L., and V. Carvalho. 2006. A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra (PA): injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar. In *I Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 1–14. Niterói.



Agroecologia na interface rural-urbana: a complexidade e as incertezas da agricultura ecológica e metropolitana no Rio de Janeiro

Felipe da Silva Machado
Universidade Federal do Rio de Janeiro
felipemachado1@gmail.com

Resumo

Desde que as críticas ambientais à modernização agrícola ganharam atenção na década de 1980, diversas organizações sociais e até iniciativas governamentais passaram a promover uma agricultura alternativa (Schmitt, 2009), que mais tarde se traduziu em agricultura orgânica e no movimento agroecológico. A pesquisa analisa as dimensões sociais e econômicas de sistemas alternativos de produção agrícola no Brasil, como a agricultura orgânica e agroecológica, que são sistemas sustentáveis envolvendo produtos de qualidade diferenciada. A área de estudo de caso está posicionada no conjunto regional metropolitano do Rio de Janeiro. A questão principal é a importância de promover resiliência e estabelecer prioridades políticas para apoiar o surgimento de sistemas alternativos baseados em lógicas fundamentalmente diferentes dos sistemas agrícolas monopolistas e intensivos e que, ao longo do tempo, possam gerar sistemas de relações de poder mais equitativos (Shiva, 1993; Rosset e Altieri, 1997, 2017; Altieri e Toledo, 2011). Mudanças são necessárias na transição da agricultura industrial aparentemente eficiente, mas em muitos aspectos vulnerável, para sistemas agroecológicos mais diversificados e robustos. O contexto dinâmico da interação rural-urbana no conjunto regional metropolitano do Rio de Janeiro revela alguns desafios atuais da agricultura ecológica e metropolitana na sua relação com modelos mais inclusivos e participativos de governar e na integração e no compartilhamento dos diversos tipos de conhecimento.

Palavras-chave: Agroecologia; Interface rural-urbana; Rio de Janeiro.



Introdução

A agroecologia promove biodiversidade funcional e é baseada em sistemas circulares que refletem os ecossistemas naturais. Pode ajudar na melhoria dos meios de subsistência e na autonomia dos agricultores. A agroecologia enfatiza o conhecimento coletivo de produtores rurais e enfatiza a transformação das estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas que são vistas como as causas profundas das múltiplas crises no sistema alimentar global. Assim, há um interesse crescente no potencial da agroecologia nas transições para sistemas alimentares sustentáveis e justos.

No entanto, a questão de como fazer a transição para sistemas alimentares justos e sustentáveis por meio da agroecologia requer reflexão e estratégias à luz dos desenvolvimentos recentes em termos de oportunidades políticas, experimentação e inovação de base, mobilização de movimentos sociais e mudança da estrutura do regime alimentar industrial-corporativo que permanece profundamente enraizado na sociedade urbana-industrial.

A agricultura industrial convencional e a agricultura agroecológica diversificada situam-se nos dois extremos de um espectro. A agroecologia não é um nicho para pequenos agricultores em determinados setores, nem é um rótulo a ser obtido com base em práticas específicas. É uma lógica mais ampla para redefinir os sistemas agrícolas de forma a maximizar a biodiversidade e estimular as interações entre diferentes espécies, como parte de estratégias holísticas para construir fertilidade de longo prazo, agroecossistemas saudáveis e sistemas alimentares seguros (Altieri, 1995; Pretty, 1995, 2002; Rosset e Altieri, 2017).



Centros urbanos e suas hinterlândias rurais têm recebido destaque nos estudos rurais contemporâneos. Novas abordagens revelam que as paisagens alimentares são moldadas, influenciadas, transformadas por práticas sociais no espaço de interação rural-urbano, onde alianças são formadas entre consumidores cada vez mais bem informados e agricultores locais que oferecem produtos agrícolas de qualidade diferenciada através de redes de distribuição e comercialização alternativas e, portanto, atuam como uma força emancipatória e contrária aos sistemas alimentares globais intensivos (Marsden e Smith, 2005; Goodman *et al.*, 2011; Marsden e Morely, 2014). A pesquisa contribui ao debate acerca dos desafios e as oportunidades da agricultura de pequena escala e ecológica no contexto do processo de urbanização, demonstrando como agricultores organizados na periferia metropolitana do Rio de Janeiro têm adaptado seus sistemas agrícolas para manter o suprimento de produtos agrícolas de qualidade e bens públicos a longo prazo.

O estudo de caso no contexto do Rio de Janeiro demonstra que a inovação social e organizacional desempenha um papel vital na renovação da agricultura e nas economias rurais na interface rural-urbana. O estudo discute como os agricultores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro combinam estratégias sociais de forma criativa para se adaptar às mudanças espaciais e fortalecer a sua capacidade resiliência frente ao processo de urbanização do conjunto regional metropolitano que se expande para as suas periferias e à globalização dos sistemas agrícolas convencionais.

Agroecologia na interface rural-urbana

A agroecologia é uma alternativa às abordagens dominantes dos sistemas alimentares e busca atender à necessidade urgente de mudanças nos sistemas agrícolas e alimentares intensivos. Especialmente nos últimos anos, a agroecologia



tem sido abordada por cientistas, governos, organismos multilaterais, organizações de agricultores e produtores rurais na maior parte do mundo. Tem ganhado legitimidade como forma de enfrentar as mudanças climáticas, a insegurança alimentar e nutricional e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), garantindo soberania alimentar.

Os Objetivos 9 e 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015) indicam que são necessárias ações para “proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres” e “construir infraestruturas resilientes, promover atividades inclusivas e sustentáveis e fomentar a inovação”. Estudos comparativos têm mostrado que a produtividade dos novos sistemas de produção é igual ou maior que a dos sistemas convencionais. Frison (2016) demonstra que a agricultura orgânica em países em desenvolvimento é em média 80% mais produtiva do que a agricultura convencional. Nos países desenvolvidos, comparativamente, o índice é menor, 8%, mas a agricultura com práticas de conservação dos recursos naturais atinge uma produtividade média de 79% em relação à agricultura convencional.

No Brasil, pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) têm estudado a eficiência da agricultura orgânica e “boas práticas agrícolas” na conservação do solo, controle de pragas e pecuária, garantindo bons níveis e aumentando a produtividade nos campos experimentais da instituição em diferentes regiões do país (EMBRAPA, 2004; Peixoto *et al.*, 2008). Esses novos sistemas de produção são inovadores e exigem novos conhecimentos, habilidades e capacidades na relação da produção com os recursos ambientais. Envolvem a troca de conhecimentos com base na experiência entre agricultores e pesquisadores. São dinâmicos e diversificados porque estão relacionados aos recursos produtivos locais (Marsden e Morely, 2014; IPES-FOOD, 2016). No Brasil, é crescente o interesse por



sistemas alimentares alternativos e sustentáveis, notadamente orgânicos e agroecológicos, regulamentados pela Lei 10.831 de 2003 e Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2003, 2012).

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) pode ser particularmente eficaz para a produção e o comércio orgânicos, pois estimula a troca de conhecimentos, sementes e outros elementos que constituem o capital social coletivo (Figuras 1, 2 e 3). Frison e Rover (2014) mostram como experiências são trocadas dentro de cada grupo e entre diferentes grupos em técnicas de manejo, métodos de controle e conhecimento geral da produção orgânica. Há também uma consciência mais ampla entre os órgãos legislativos brasileiros da eficiência desse método de certificação. Os Sistemas Participativos de Garantia podem ser considerados uma forma de inovação social, pois promovem mudanças de atitudes, comportamentos e percepções entre seus participantes para criar caminhos consolidados de ação coletiva e um novo modelo de sistema agroecológico.



Figura 1. Agricultora agroecológica apresenta sementes de uma leguminosa para melhor fixação de nitrogênio no solo, Tanguá, Rio de Janeiro. (Fonte: Trabalho de campo, 2017)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Figura 2. Agricultores orgânicos de Tanguá adotam o Sistema Participativo de Garantia (SPG). (Fonte: Trabalho de campo, 2017)



Figura 3. Reunião mensal dos agricultores orgânicos do município de Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. (Fonte: Trabalho de campo, 2017)

O movimento agroecológico revela relações específicas entre os membros da comunidade que buscam vincular agricultura às questões ecológicas. Os integrantes do grupo participam de reuniões tanto em associações de produtores locais quanto de sistemas participativos de certificação, movimento organizado por agricultores e

organizações não governamentais para garantir a produção e comercialização de produtos agroecológicos no estado do Rio de Janeiro. Além da certificação garantida pelo grupo, o movimento proporciona parcerias entre os associados, compartilhamento de conhecimentos (Figura 4), maior nível de governança para o fortalecimento dos sistemas agroecológicos no contexto rural-urbano do Rio de Janeiro e introdução de alternativas aos sistemas convencionais dominantes e ainda promovidos por agências de extensão rural e políticas locais e regionais de desenvolvimento rural.



Figura 4. Agricultores expõem produtos agroecológicos produzidos localmente, livros e cartilhas sobre sistemas agroecológicos em uma reunião de agricultores orgânicos



no município de Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. (Fonte: Trabalho de campo, 2017)

A governança local promovida pelo movimento agroecológico cria novas oportunidades para produzir e distribuir produtos orgânicos. Além disso, a produção orgânica gera serviços ambientais e bens públicos (por exemplo, conservação da biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas, manutenção da funcionalidade do solo, manutenção da paisagem agrícola e rural e vitalidade do espaço rural). Portanto, construir ações e políticas que favoreçam a produção, distribuição e consumo de alimentos orgânicos é de grande relevância, principalmente quando promovidas pelos próprios atores locais (Bicalho e Feres, 2014; Marsden e Morely, 2014). Os grupos de Sistemas Participativos de Garantia dos municípios de Cachoeiras de Macacu e Tanguá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, proporcionam inovação social essencial, que auxilia no planejamento de outras iniciativas sociais e políticas, bem como de políticas públicas de promoção da agricultura ecológica no contexto metropolitano.

A complexidade da gestão territorial na interface rural-urbana: o Rio de Janeiro metropolitano e os pequenos produtores rurais organizados

Processos globais produzem diferenças nos sistemas agrícolas e no quadro da agricultura multifuncional no Brasil. A variação também ocorre dentro das regiões, exemplificada pela complexidade rural-urbana em todo o país. O Brasil enfrenta múltiplos processos de mudança que afetam o espaço rural de várias formas: mudanças demográficas estruturais, fluxos migratórios, relações urbano-rurais, a ascensão e queda de redes alternativas de alimentos, os padrões de uso da terra e valorização dos recursos naturais, juntamente com rápido desenvolvimento tecnológico. Esses processos de mudança estão incluídos em um pacote de tendências frequentemente inter-relacionadas (como as mudanças climáticas e os



mercados globais) que posicionam os espaços rurais em uma dinâmica mais ampla e resultam em processos desiguais de mudança.

Nota-se que as abordagens de cunho produtivista são adequadas para o entendimento da dinâmica da agricultura moderna nas grandes regiões agrícolas brasileiras, mas não são para fundamentar análises do espaço rural no estado do Rio de Janeiro devido às suas características diferenciadas do espaço produtivista. Se visto pelo viés produtivista, o rural no Rio de Janeiro seria reconhecido numa posição periférica, deprimida e em declínio econômico, o que não justificaria o seu estudo, mascarando novas dinâmicas espaciais.

Novas interpretações sobre o espaço rural no estado do Rio de Janeiro são necessárias, uma vez que o estado que vem sofrendo impactos espaciais tanto no cenário de crescimento da economia brasileira como no atual período de crise. Nos últimos anos, a economia do petróleo no Norte do estado, a dinâmica industrial do Vale do Paraíba Fluminense e a re-funcionalização da logística portuária na costa Atlântica vêm provocando complexas mudanças espaciais no estado do Rio de Janeiro. Em relação aos impactos no rural, conflitos de desapropriação em decorrência de grandes obras de infraestrutura, mobilidade do trabalhador rural para os setores urbano-industriais, ingerência das políticas público-privadas nas negociações com a população rural e local são alguns exemplos que podem ser citados para a o entendimento da mudança rural nessa porção do país. Por outro lado, no cenário de crise, grandes obras de infraestrutura são interrompidas e as consequências do cenário de especulação do “desenvolvimentismo” tornam-se visíveis.

Ressalta-se a importância da compreensão do processo de reestruturação rural no estado do Rio de Janeiro à luz do conceito de multifuncionalidade, que possibilita o



entendimento do espaço relacional, em integração rural-urbana e em transição e adaptação às transformações. Ao reconhecer a importância da reestruturação espacial na multifuncionalidade e na constituição de um espaço com premissas diferenciadas, o estudo indica a importância da pesquisa sobre a dinâmica rural na sua relação com forças endógenas e exógenas em interação com os diferentes atores e agentes espaciais, constituindo espaços híbridos. A interface rural-urbana também tem relação com o surgimento de novas atividades agrícolas e com a intensificação de sistemas agrícolas. Entende-se que a proximidade das áreas rurais com os núcleos urbanos e metropolitanos permite ao produtor rural se beneficiar com as novas tecnologias e as novas infraestruturas físicas e de serviços na localidade do estabelecimento rural. Através das novas estruturas, o produtor rural tem a oportunidade de ampliar a sua inserção no mercado e dinamizar a rede de comercialização.

A periferia rural do Rio de Janeiro tem uma longa história de produção de alimentos para o mercado urbano. No início de 1900, à medida que a Cidade do Rio crescia, a produção agrícola se expandia, principalmente com a produção de vegetais, frutas de mesa e criação de pequenos animais. O crescimento dessas atividades foi promovido pelas políticas federais adotadas nas décadas de 1940 e 1950 para criar um cinturão agrícola verde para abastecer a capital federal (que era o Rio de Janeiro na época). As políticas incluíam a reforma agrária para beneficiar os pequenos agricultores que produziam para o mercado interno (Geiger e Santos, 1954; Grynszpan, 1987; Bicalho, 1992).

A partir da década de 1970, a área construída do Rio de Janeiro se expandiu e a população metropolitana aumentou de 10,4 milhões de habitantes em 1991 para 12,3 milhões em 2016 (IBGE, 1991, 2016). Novos complexos industriais e petrolíferos e instalações portuárias foram instalados na região peri-metropolitana,



mas, segundo o IPEA (2012), o núcleo ainda responde por 53% da população metropolitana e 69% do produto interno bruto. Pressionados pela expansão urbana e pela globalização econômica, as atividades rurais diminuíram na região metropolitana, mas não desapareceram. Isso traz questões relativas à resiliência e estratégias de adaptação em um contexto de conflito entre uso da terra rural-urbana.

As localidades rurais e os agricultores estão sendo afetados pelo complexo industrial e petroquímico, o fenômeno da “metrópole”, a exploração da indústria de petróleo e sua infraestrutura associada. Antes dos processos de expansão urbana e industrialização, os municípios da zona metropolitana e hinterlândia rural do Rio de Janeiro e o Norte e Noroeste Fluminense possuíam uma economia agrícola baseada em serviços básicos disponíveis. Atualmente, a agricultura se justapõe a outras funções e interesses, o que resulta em um mosaico de uso diversificado da terra. Dependendo da distância relativa do núcleo metropolitano construído e da história agrária local, os agricultores urbanos e peri-urbanos contestam ativamente sua permanência no espaço rural multifuncional (Bicalho e Machado, 2013; Machado, 2013, 2020).

Demonstra-se que a crescente concorrência das funções industrial, residencial e ambiental apresenta oportunidades e conflitos para as atividades rurais, criando assim um mosaico de uso diversificado da terra. Algumas mudanças espaciais não necessariamente causam declínio agrícola, mas podem induzir o desenvolvimento rural e adaptação. Bicalho (1992), Bicalho e Machado (2013) e Machado (2013, 2020) destacam a resiliência da agricultura e do espaço rural e como os atores rurais têm se adaptado às novas situações que surgiram no estado do Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas. A nova interação rural-urbana contribui para resultados complexos nos quais os atores locais criam formas criativas de ordenação espacial e, assim, se adaptam aos novos cenários da mudança regional.



Em pesquisas recentes conduzidas por Machado (2013, 2020) foi constatado que vários pequenos e médios agricultores do espaço rural do Rio de Janeiro estão se adaptando às mudanças se organizando em grupos e adotando atividades mais lucrativas, investindo em novos métodos produtivos e formas de comercialização direta. Os agricultores são capazes de resistir à conversão para uso urbano elaborando estratégias flexíveis adaptadas ao contexto espacial da interface rural-urbana. Os agricultores são atores relevantes na investigação porque são em sua maioria resilientes. Várias propriedades rurais são transferidas de uma geração para outra, às vezes por várias décadas. Os agricultores resistem e sobrevivem apesar das mudanças econômicas e políticas, tecnológicas e sociais.

O cultivo comercial de citrus em grande escala no mundo gerou uma série de doenças e pragas que requerem o uso intensivo de produtos químicos sintéticos. Localidades rurais do município de Tanguá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, embora seja uma área de pequena escala produção quando comparada aos sistemas super-produtivistas do estado de São Paulo, tem a maioria dos agricultores praticando sistemas convencionais de cultivo com fertilizantes e defensivos agrícolas sintéticos. Os impactos ambientais do uso intensivo da terra pela agricultura convencional são evidentes. Uma das agricultoras entrevistadas, desde a década de 1980, vem realizando a conversão do sistema da citricultura convencional para o agroecológico, combinando diversas variedades de citros com regeneração da Mata Atlântica e dos recursos hídricos (Figura 5).



Figura 5. Mudança de sistema produtivista para agroecológico com recuperação de áreas florestais. A agricultora entrevistada é líder local nas questões ambientais e uma voz de resistência ao processo de urbanização da localidade rural. Estando também envolvida no Conselho de Desenvolvimento Rural, ela desafia a política local que não reconhece a complexidade e a diversidade das áreas rurais. (Fonte: Trabalho de campo, 2017)

A diversidade espacial da agricultura no Rio de Janeiro também aponta a existência de produtores rurais que apresentam maior dificuldade de se adaptarem ao contexto de mudança regional e multifuncionalidade espacial por não apresentarem nível de capitalização necessário para manutenção e desenvolvimento da agricultura. Através das políticas públicas locais articulada às políticas regionais e nacionais recomenda-se a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento que reconheçam o potencial e a diversidade dos atores rurais e da agricultura na interação rural-urbana e incentivem as atividades agrícolas através da inovação rural, do uso de novas tecnologias apropriadas e do estímulo a produções comerciais de maior valor e inserção no mercado.

No cenário da mudança rural, torna-se cada vez mais necessário que as políticas públicas passem por um processo de revisão e que estudos rurais avaliem a



implementação de políticas que visam à promoção do desenvolvimento rural e o direcionamento para formulação de um planejamento territorial, analisando políticas federais e estaduais, suas correlações e complementações, e considerando a diversidade de usos e funções e a importância do rural no cenário de intensas e rápidas mudanças espaciais e de formação de um espaço multifuncional.

Observa-se tendência de maior participação e formação de organizações de produtores rurais como resposta às atuais políticas que se aplicam a pequenos produtores rurais familiares, como analisado por Bicalho (2013) em seu estudo sobre associativismo e política agrícola no estado do Rio de Janeiro. A organização da população rural em redes sociais, tendo em vista a formação de capital social, apresenta-se como nova estratégia da dinâmica político-econômica no espaço rural contemporâneo (Bicalho, 2012, 2014) e corrobora com ações voltadas ao planejamento territorial.

Ao caracterizar a diversidade da agricultura e do uso da terra no cenário atual de reordenamento espacial torna-se necessário questionar o modelo de planejamento em curso, que parece favorecer majoritariamente os interesses urbanos, quando deveria ser um programa norteador para ações de ordenamento territorial através de políticas que combinem manutenção da agricultura e desenvolvimento espacial com os novos usos de caráter urbano-industrial, rural e ambiental. Portanto, torna-se necessário articular a gestão do espaço rural às mudanças desencadeadas pelo processo de reestruturação espacial, substituindo o modelo convencional de planejamento setorial por políticas de desenvolvimento territorial compatíveis com o conjunto de transformações estruturais que afetam as dinâmicas locais e regionais.

Engajamento político, vozes emancipatórias e os desafios à gestão de processos sociais multidimensionais no contexto da interação rural-urbana



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Knickel *et al.* (2018, p. 209) destaca que "a fim de alcançar uma mudança sistêmica, precisamos refletir mais criticamente sobre as abordagens convencionais e estar abertos a ideias e práticas que estão fora dos caminhos usados do *mainstream*". Os grupos envolvidos nos Sistemas Participativos de Garantia de Cachoeiras de Macacu e Tanguá tornam-se agentes multiplicadores de conhecimentos no contexto local e regional e de resistência ao sistema de produção convencional dominante, e sua participação em associações de produtores locais tem sido fundamental para a disseminação de conhecimentos e práticas agroecológicas.

A questão principal é a importância de promover resiliência e estabelecer prioridades políticas para apoiar o surgimento de sistemas alternativos baseados em lógicas fundamentalmente diferentes dos sistemas agrícolas monopolistas e intensivos e que, ao longo do tempo, possam gerar sistemas de relações de poder mais equitativos (Shiva, 1993; Rosset e Altieri, 1997, 2017; Altieri e Toledo, 2011). Mudanças são necessárias na transição de uma agricultura industrial aparentemente eficiente, mas em muitos aspectos vulnerável, para sistemas agroecológicos mais diversificados e robustos. O contexto dinâmico da interação rural-urbana no conjunto regional metropolitano do Rio de Janeiro revela alguns desafios atuais da agricultura ecológica e metropolitana na sua relação com modelos mais inclusivos e participativos de governar e na integração e no compartilhamento dos diversos tipos de conhecimento.

As políticas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar têm por objetivo combater a emigração rural e se opõem à conversão de áreas rurais em áreas urbanas. Alcançar este objetivo, juntamente com as iniciativas empreendidas por agricultores proativos e resilientes, requer um governo local mais atuante. Os municípios tradicionalmente rurais, hoje incorporados à região metropolitana,



possuem zonas de transição urbana, rural e rural-urbana que não são tão facilmente modificadas e requerem negociações políticas complexas entre agricultores locais organizados e diferentes níveis de governo. A construção da refinaria de petróleo COMPERJ apresenta um caso contrastante. A economia petrolífera do estado do Rio de Janeiro tem exercido grande influência sobre as administrações municipais, pressionando-as a converter os terrenos para usos urbanos e industriais.

Em contraste com isso está a agricultura orgânica e os sistemas agroecológicos com agricultores integrados à Associação dos Agricultores Orgânicos – ABIO-Rio. Esta associação, ao contrário de outras de âmbito nacional e internacional, não atua diretamente na comercialização. O objetivo maior é a gestão da produção orgânica por meio da troca de conhecimentos entre os associados (Figura 6). A associação constitui e articula um sistema de certificação participativa do sistema orgânico, exemplo que demonstra tendência de organização de associações de agricultores a partir das necessidades de cada grupo e em resposta às políticas vigentes.



Figura 6. O estudo discute o papel das redes lideradas por agricultores no sistema agroecológico, conhecimento informal e transferência de conhecimento e a forma como são apoiadas (ou não) por instituições formais. A certificação através do



Sistema Participativo de Garantia (SPG) envolve o aprendizado compartilhado entre seus membros, bem como uma inspeção específica por monitoramento. Este método de monitoramento pode ser particularmente eficaz para a produção e comercialização orgânica, pois estimula a troca de conhecimentos, sementes e outros elementos que compõem seus valores organizacionais. (Fonte: Trabalho de campo, 2017)

Cada sistema de garantia credenciado permite o comércio de produtos em diferentes regiões. No entanto, a certificação de terceiros permite a utilização do selo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, possibilitando a comercialização internacional do produto por atender às normas internacionais. Os Sistemas Participativos de Garantia também permitem essas etiquetas para vendas no Brasil. O credenciamento por Organismo de Controle Social só pode ser utilizado por agricultores familiares e só permite a venda direta nos pontos de consumo locais.

A certificação participativa envolve a troca de conhecimento e aprendizagem compartilhada entre os membros, bem como a inspeção por meio de monitoramento, por meio da qual os agricultores da mesma rede ou organização, mas de grupos diferentes, visitam e monitoram outros agricultores para verificar se há conformidade. Esse método de monitoramento pode ser particularmente eficaz para a produção e o comércio orgânico, pois estimula ainda mais a troca de conhecimentos e práticas.

Bicalho e Feres (2014) discutem como os produtores orgânicos brasileiros desenvolveram sistemas participativos de garantia a fim de manter o controle sobre suas práticas agrícolas e a comercialização de produtos orgânicos rotulados que são ameaçados por grandes empresas nacionais e transnacionais. Novas estratégias de regulamentação de produtos orgânicos por meio de sistemas participativos de garantia (SPGs) mostram-se como uma forma eficaz de os produtores orgânicos resistirem à certificação de terceiros para que os produtores continuem sendo os



responsáveis diretos por garantir a qualidade do produto. Essas estratégias surgiram em reação a novos agentes e grupos de interesse na cadeia de produção orgânica, que buscaram institucionalizar um sistema regulatório de terceiros, alegando que a produção para mercados distantes envolvendo consumidores anônimos exigia regulamentos técnicos que definiam a qualidade do produto orgânico por meio de certificação independente.

Os sistemas participativos de garantia (SPGs) representam uma conquista no reequilíbrio das relações de poder e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente esse tipo de sistema (Meirelles, 2010). No entanto, os SPGs não envolvem os agricultores simplesmente atestando a qualidade orgânica. No Brasil, o SPG deve obedecer às normas rígidas para a incorporação de organizações de agricultores no processo de certificação, o que envolve mobilização da comunidade. Como um SPG requer uma organização de base para desenvolver uma estratégia coletiva, surge a questão de como os pequenos agricultores, como indivíduos e grupos, garantem a qualidade dos produtos orgânicos e como as redes sociais negociam com os setores regulatórios e de comercialização. Por exemplo, a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) foi fundada em 1984 e é a associação de agricultores orgânicos mais antiga do Brasil. Ao longo dos anos, seus objetivos têm sido reunir agricultores orgânicos dispersos no estado do Rio de Janeiro em um grupo coletivo para desenvolver métodos orgânicos, melhorar a qualidade do produto, criar canais de comercialização e desenvolver padrões orgânicos seguindo as diretrizes da IFOAM - The International Federation of Organic Agriculture Movements.

Existem três tipos de membros na associação: 1) produtores rurais com experiência em agricultura que trazem experiência agrícola de longo prazo; 2) produtores rurais que têm experiência técnica e gerencial, bem como contatos com agências



governamentais; e 3) residentes da cidade com casas no campo e que participam e incentivam a produção orgânica local. Essas diferentes origens produzem uma fusão de interesses e experiências no interior da rede, criando ligações consideráveis em várias escalas. Juntos, os membros desenvolvem conhecimentos e habilidades para a produção orgânica e acesso a organizações governamentais e não governamentais externas para atingir seus objetivos. Por meio dessa rede, a associação tem conseguido mobilizar três dos quatro tipos de conhecimento citados por Morgan e Murdoch (2000) como fundamentais para a inovação: saber o quê (informação), saber fazer (habilidades técnicas) e saber com quem (habilidades sociais).

Outra razão pela qual os agricultores contam com redes de aprendizagem informal é a presença de incertezas e mudanças nas políticas, mudanças de governo, preços, tecnologias, demandas de qualidade, que requerem uma adaptação rápida (Darnhofer, 2010). Essa adaptação é abordada por meio de redes de agricultores que podem estimular a aprendizagem social contínua (Kroma, 2006; Oreszczyn *et al.*, 2010). Esses processos sociais geralmente geram resultados mais sustentáveis do que o planejamento "racional" de cima para baixo, especialmente em situações em que um coletivo toma uma decisão sobre uma questão complexa, muitas vezes pertencente à gestão de recursos naturais (Pahl-Wostl e Hare, 2004). Assim, mais do que um conjunto de ferramentas e técnicas para gerir a agricultura sustentável, o desafio é ter as atitudes e habilidades necessárias para superar problemas, integrar diferentes bases de conhecimento e gerar aprendizagem.

É essencial reconhecer os desafios e incluir a diversidade de tendências e a complexidade das áreas rurais em projetos de desenvolvimento territorial que oferecem maior visibilidade e voz a diferentes conhecimentos e experiências (Chambers *et al.*, 1989; Fonte, 2008; Šūmane *et al.*, 2018). As instituições responsáveis pelos programas de política de desenvolvimento rural precisam



reconhecer a importância da dimensão cultural da agricultura e do conhecimento experimental já adquirido sobre a agricultura ao reestruturar a relação entre a sociedade e a natureza (Cash, 2001; Ingram, 2018; Meek, 2019). Para isso, a ideia da construção do conhecimento precisa ser entendida em termos mais igualitários para fortalecer sua legitimidade e tomada de decisão participativa no desenvolvimento rural.

A agroecologia implica a definição de sustentabilidade baseada em um discurso orientado ecologicamente. Um conceito central é coevolução. Ao contrário da "simetria", conforme proposto pelo pensamento social construtivista, a agroecologia se refere ao co-desenvolvimento dependente da sociedade e dos fatores naturais (Norgaard, 1994). É reconhecido que os sistemas agrícolas resultam essencialmente da coprodução, da interação contínua, da transformação mútua e da dependência entre a sociedade e a natureza, entre o social e o natural. O modelo agroindustrial mudou a natureza da coprodução e rompeu interdependências entre o natural e o social, reduzindo a capacidade de ambos (Altieri, 1995; Pretty, 2002; Rosset e Altieri, 2017).

Sistemas agrários têm seu próprio potencial endógeno, no entanto, a questão crucial é como estão articulados e são valorizados por meio de processos sociais e políticos e como eles são realmente praticados. A dimensão social do potencial endógeno refere-se aos sistemas locais de conhecimento, mas também às lutas dos grupos locais para resistir, propor e construir alternativas ao modelo convencional e à sua capacidade de desenvolver redes sociais para viabilizá-las. As dimensões ecológicas encontram-se na promoção da diversidade nos sistemas agroecológicos e no fortalecimento e valorização da especificidade ecológica local.



As ideias que defendem o uso e o valor do conhecimento local na integração das dimensões humanas e biofísicas do meio ambiente não são novas. Os proponentes da avaliação de impacto ambiental e aqueles envolvidos no desenvolvimento socioeconômico em países em desenvolvimento há muito defendem a necessidade de integrar o conhecimento das populações locais, por meio da participação pública, no planejamento e avaliação de projetos de desenvolvimento (Delgado, 2008; Altieri e Toledo, 2011; Meek, 2019). No entanto, pelo menos em países desenvolvidos, a avaliação de impacto ambiental tornou-se um procedimento mais formalizado, lidando principalmente com projetos maiores, bem como programas e políticas nacionais e provinciais/estaduais (DEFRA, 2018; Ingram, 2018; OCDE, 2019). Quando se trata de planejamento local e regional em regiões urbanas ou rurais mais periféricas, as questões ambientais só são integradas na medida em que os atores locais e regionais envolvidos nos processos tenham aceitado os valores envolvidos.

Considerações finais

As políticas em torno da produção, circulação e consumo do conhecimento tornaram-se tema importante nos estudos agroalimentares. Um ponto fundamental que surge na presente pesquisa é a importância de os agricultores estarem abertos à mudança. Tentou-se demonstrar como agricultores da periferia metropolitana do Rio de Janeiro adotam métodos inovativos e combinam habilidades agrícolas e não agrícolas de forma criativa para se adaptarem a novos cenários de mudança regional. O presente estudo também buscou discutir o engajamento político de vozes que se opõem a certas práticas convencionais e os desafios para a gestão de processos sociais multidimensionais no contexto da mudança rural. A abordagem de cima para baixo tem sido criticada na literatura internacional sobre desenvolvimento devido ao risco de introdução de métodos agrícolas inadequados do ponto de vista social e ambiental.



Pesquisas recentes confirmam que a agricultura resiliente é desenvolvida por redes de conhecimento de múltiplos atores, onde diferentes partes interessadas com seus vários tipos de conhecimento se encontram e negociam novos significados e práticas agrícolas (Knickel *et al.*, 2009; De los Ríos *et al.*, 2011; Tisenkopfs *et al.*, 2014; Moschitz *et al.*, 2015). As redes de conhecimento tornam explícito o caráter interativo e participativo e a geração de aprendizagem e conhecimento, com os agricultores sendo parceiros ativos e co-produtores de conhecimento, em vez de receptores passivos. Na realidade, o conhecimento dos agricultores locais é composto por diferentes fontes de conhecimento (Beckford e Barker, 2007). Esta interpretação enfatiza novamente o papel ativo dos agricultores na geração de conhecimento e, em particular, em assegurar sua aplicabilidade prática.

Nos últimos anos, também vem sendo demonstrado que a liderança e as qualidades institucionais têm um grande impacto no bem-estar regional, em particular quando o papel da liderança está alinhado com a inovação e a criação de conhecimento (Knickel *et al.*, 2009; Maye, 2016; Ingram, 2018). Uma formuladora de políticas regionais entrevistada na pesquisa de campo e envolvida em projetos de melhoria da relação entre as políticas governamentais e a sociedade civil representada por organizações e associações sociais comentou que “o Estado está despreparado. Não acompanhou o desenvolvimento intelectual e a dinâmica recente da sociedade civil”.

A natureza mutável da agricultura e seus vínculos com outros setores rurais no Rio de Janeiro requerem o desenvolvimento de conhecimentos mistos e redes de aprendizagem que incluam atores agrícolas e não-agrícolas. Em alguns casos, redes de conhecimento mistas estão operando, mas em outros casos, existem barreiras cognitivas, estruturais ou organizacionais para torná-las operacionais.



Esses obstáculos também apontam para a necessidade de mudanças na política de pesquisa agrícola e nos serviços de extensão rural para responder melhor às necessidades de aprendizagem e inovação dos agricultores.

Por fim, o estudo argumenta que existe uma base de conhecimento importante que, na maioria das vezes, não é explorada no planejamento e gestão do desenvolvimento local e regional. Parte dos atores sociais não é integrada aos processos de planejamento e gestão territorial porque eles carecem de conexões ou não reconhecem que seu conhecimento é significativo. Por isso, torna-se fundamental reconhecer que os agricultores desempenham papel significativo na formação de paisagens híbridas da interface rural-urbana, e suas práticas e conhecimentos refletem as particularidades da dinâmica da agricultura ecológica e metropolitana. O contexto dinâmico da interação rural-urbana no conjunto regional da metrópole do Rio de Janeiro revela os desafios atuais da agricultura na sua relação com modelos mais inclusivos e participativos de governar e na integração e compartilhamento de conhecimentos e práticas. Todas as partes precisam ser reconhecidas e todos os tipos de conhecimento precisam ser aprimorados e reunidos em processos de inovação da interface rural-urbana.

Agradecimentos

O artigo é baseado em pesquisas empíricas previamente realizadas e financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-Brasil), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Brasil) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ-Brasil) através das bolsas de estudo oferecidas durante a formação acadêmica do autor.



Referências

Altieri, M.A., 1995. *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. Westview Press, Boulder.

Altieri, M.A. and Toledo, V.M., 2011. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies* 38(3), 587-612.

Bicalho, A.M.S.M., 1992. Agricultura e meio ambiente no município do Rio de Janeiro. In: Abreu, M.A. (ed.). *Sociedade e Natureza no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 285-316.

Bicalho, A.M.S.M., 2012. Speciality products and farm diversification as innovations revitalizing rural space in Southern Rio de Janeiro State, Brazil. *Horizons in Geography* 81, 92-100.

Bicalho, A.M.S.M., 2014. Espaço rural contemporâneo: perspectivas teórico-metodológicas. In: ARAÚJO, A.P.C e VARGAS, I.A. (Org.). *Dinâmicas do Rural Contemporâneo*. Editora UFMS, Campo Grande.

Bicalho, A.M.S.M. and Feres, A.M.B., 2014. Participatory guarantee systems as a tool for the empowerment of small organic farmers in Brazil. In: Bicalho, A.M.S.M. and Laurens, L. (eds). *The Changing Face of the Contemporary Countryside*. PPGG-UFRJ/CSRS-IGU, Rio de Janeiro, pp. 67-87.

Bicalho, A.M.S.M. and Machado, F.S., 2013. Do agrário ao periurbano: o município de Cachoeiras de Macacu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Geografia (Rio Claro)* 38, 545-564.

BRASIL, 2003. Presidência da República. *Lei n. 10.831*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL, 2012. *Decreto 7.794* de 20 de Agosto de 2012. Brasil, Brasília.

Cash, D.W., 2001. In order to aid in diffusing useful and practical information: Agricultural extension and boundary organisations. *Science, Technology, and Human Values* 26(4), 431-453.

Chambers, R., Pacey, A. and Thrupp, L.A. (eds), 1989. *Farmer First: Farmer Innovation and Agricultural Research*. Intermediate Technology Publications, London.

Darnhofer, I., 2010. Strategies of family farms to strengthen their resilience. *Environmental Policy and Governance* 20, 212-222.



De los Ríos, I, Díaz, J.M and Cadena, J, 2011. The Leader initiative as a model for rural development: implementation to some territories of México. *Agrociencia* 45 (2011), 609-624.

Delgado, A., 2008. Opening up for the participation in agrobiodiversity conservation: the expert-lay interplay in a Brazilian social movement. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics* 21, 559-577.

EMBRAPA, 2004. *Manual de boas práticas agrícolas e sistema APPCC*. Embrapa, Brasília.

Fonte, M., 2008. Knowledge, Food and Place. A way of producing, a way of knowing. *Sociologia Ruralis* 48 (3), 200-222.

Frison, E. and Rover, O.J., 2014. Entraves para a certificação orgânica do leite numa central cooperativa de agricultores familiares do oeste catarinense. *Revista Brasileira de Agroecologia* 9, 70–83.

Geiger, P.P. and Santos, R.L., 1954. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia* 16(3), 291-313.

Goodman, D., Dupuis, E.M. and Goodman, M.K., 2011. *Alternative Food Networks*. Routledge, London.

Grynszpan, M., 1987. *Mobilização Camponesa e Competição Política (1950-1964)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1991. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro. www.ibge.gov.br

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2016. *IBGE Divulga Estimativa populacionais dos Municípios em 2016*. www.saladeimprensa.ibge.gov.br

Ingram, J., 2018. Agricultural transition: niche and regime knowledge systems' boundary dynamics. *Environmental Innovation and Societal Transitions* 26, 117- 135.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2012. *Governança Metropolitana. Rio de Janeiro*. IPEA, Brasília. www.ipea.gov.br

IPES-Food, 2016. *From Uniformity to Diversity: A paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems*. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems. Report 02.



Knickel, K., Brunori, G., Rand, S. and Proost, J., 2009. Towards a better conceptual framework for innovation processes in agriculture and rural development: from linear models to systemic approaches. *The Journal of Agricultural Education and Extension* 15(2), 131-146.

Knickel, K., Redman, M., Darnhofer, I., Ashkenazy, A., Calvão Chebach, T., Šūmaneh, S., Tisenkopfs, T., Zemeckis, R., Atkociuniene, V., Rivera, M., Strausse, A., Kristensen, L.S, Schiller, S., Koopmans, M.E. and Rogge, E., 2018. Between aspirations and reality: Making farming, food systems and rural areas more resilient, sustainable and equitable. *Journal of Rural Studies* 59, 197-210.

Kroma, M.M., 2006. Organic farmer networks: facilitating learning and innovation for sustainable agriculture. *Journal of Sustainable Agriculture* 28(4), 5-28.

Machado, F.S., 2013. Agricultura e Reestruturação Espacial na Interface Rural-Urbana: o exemplo do município de Cachoeiras de Macacu (RJ). Unpublished M.Sc. thesis, *Postgraduate Programme in Geography*, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Machado, F.S., 2020. *Relational rural geographies, resilience, and narratives of small-scale fruit farming in the metropolitan countryside of Rio de Janeiro, Brazil*. PhD thesis, PhD in Human Geography, University of Plymouth, Reino Unido.

Marsden, T. and Morely, A., 2014. Current food questions and their scholarly challenges. In: Marsden, T. and Morely, A. (eds). *Sustainable Food Systems: Building a New Paradigm*. Earthscan/Routledge, Milton Park, pp. 1-29.

Maye, D., 2016. Geographies of food production. In: Daniels, P., Bradshaw, M, Shaw, D, J. Sidaway, J. and Hall, T. (eds). *Introduction to Human Geography*. Pearson, Harlow, pp. 302-320.

Meek, D., 2019. The geography of education and the education of geography: agricultural extension and the political ecology of education. *The Professional Geographer* 7(1), 65-74.

Meirelles, L., 2010. Sistemas Participativos de Garantía (SPG) en Brasil. In: *Sistemas de Garantía para productos orgánicos en mercados locales y nacionales*. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, San José de Costa Rica, pp. 19-30.

Moschitz, H., Roep, D., Brunori, G., and Tisenkopfs, T., 2015. Learning and innovation networks for sustainable agriculture: processes of co-evolution, joint



reflection and facilitation. *The Journal of Agricultural Education and Extension* 21(1), 1-11.

Norgaard, R.B., 1994. *Development Betrayed The End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future*. Routledge, London.

Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), 2019. *Greening Development Co-operation Lessons from the OECD Development Assistance Committee*. The Development Dimension, OECD Publishing, Paris.

Oreszczyn, S., Lane, A. and Carr, S., 2010. The role of networks of practice and webs of influencers on farmers' engagement with and learning about agricultural innovations. *Journal of Rural Studies* 26, 404-417.

Pahl-Wostl, C. and Hare, M., 2004. Processes of social learning in integrated resources management. *Journal of Community and Applied Social Psychology* 14, 193-206.

Peixoto, R.T.G, Neves, M.C.P., Guerra, J.G.M. and Almeida, D.L., 2008. *Cenários e Ações na Pesquisa Federal em Agricultura Orgânica no Brasil (Documentos, 257)*. Embrapa Agrobiologia, Rio de Janeiro.

Rosset, P.M. and Altieri, M.A., 1997. Agroecology versus input substitution: A fundamental contradiction of sustainable agriculture. *Society and Natural Resources* 10, 283-295.

Rosset, P.M. and Altieri, M.A., 2017. *Agroecology: science and politics. Practical Action*, Rugby.

Schmitt, C.J., 2009. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: Sauer, S. and Balestro, M. (eds). *Agroecologia e os desafios da transição ecológica*. Expressão Popular, São Paulo.

Shiva, V., 1993. *Monocultures of the Mind: Biodiversity, Biotechnology and Agriculture*. Palgrave Macmillan, London.

Šūmane S, Kunda I, Knickel K., Strauss, A., Tisenkopfs, T., des los Rios, I., Rivera, M., Chebach, T., Ashkenazy, A., 2018. Local and farmers' knowledge matters! How integrating informal and formal knowledge enhances sustainable and resilient agriculture. *Journal of Rural Studies* 59, 232- 241.

Tisenkopfs, T., Kunda, I. and Šūmane, S., 2014. Learning as Issue Framing Agricultural Innovation Networks. *The Journal of Agricultural Education and Extension* 20(3), 309-326.



Agroecologia para adiar o fim do mundo? Investigando discursos e olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia

Lorena Portela Soares - ENSP/FIOCRUZ

Rosely Guimarães De Oliveira - ENSP/FIOCRUZ

Danielle De Ribeiro Moraes - ENSP/FIOCRUZ

RESUMO

A agroecologia tem sido um objeto no campo da saúde coletiva/pública de maneira crescente nas duas últimas décadas no Brasil. Conforme o tema ganha relevância, importa verificar como o campo tem abordado a agroecologia, tendo em vista a persistência de tendências à redução, normatização e esvaziamento na apropriação de conceitos pelo campo. Artigos científicos da saúde foram analisados por procedimentos da análise de conteúdo e da análise do discurso, atentando aos sentidos e temas mais recorrentes e também às ausências nas abordagens sobre agroecologia. Resultados mostram que abordagens instrumentais da saúde coletiva tendem a se associar à vertente mais técnica da agroecologia; silenciamentos sobre legitimidade da origem 'tradicional'/'indígena'/'popular'; ao protagonismo das mulheres na construção do conhecimento agroecológico; à importância histórica de movimentos populares na constituição do campo; e, ainda, ao reconhecimento da agroecologia enquanto um campo científico que, como a saúde coletiva, está em disputa. São feitas considerações sobre a redução da agroecologia a um sistema ecológico de produção que 'naturalmente promove saúde' e possíveis repercussões para cooptação da pauta agroecológica pelos discursos hegemônicos. Reflete-se sobre a importância da apropriação crítica de conceitos no diálogo entre os campos.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Palavras-chave: Saúde Coletiva. Agricultura Ecológica. Análise do discurso.

ABSTRACT

Agroecology has been an object in collective/public health in an increasing way in the last two decades. As it gains relevance, it is important to verify how Brazilian's academic health literature has addressed agroecology, considering persistent trends towards reduction, standardization and emptying when concepts are appropriated by the field. Scientific health articles were analyzed through content and speech analysis, paying attention to the recurring meanings and themes and also to the 'absences' in health discourses related to agroecology. Apparently, collective health instrumental approaches tend to be associated with more 'technical' agroecology perspectives. Persistent silences are related to 'traditional' / 'indigenous' / 'popular' and woman protagonism in agroecological knowledge construction; recognition of the emergence of agroecology as a scientific field as part of the historic popular movements struggle; and, further, to the consideration of agroecology as a scientific field that is in dispute, just like collective health. Considerations are made involving the reduction of agroecology as an ecological-based agricultural system that 'naturally promotes health', and its possible repercussions in agroecological agenda cooptation. It is discussed the importance of concept critical appropriation in deepening dialogues between collective health and agroecology fields.

Key words: Collective health. Ecological agriculture. Speech analysis.



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados da dissertação de mestrado intitulada “Agroecologia para adiar o fim do mundo? Uma análise dos olhares e dos discursos da saúde sobre a agroecologia” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)/FIOCRUZ em março de 2020.

A agroecologia, nas últimas duas décadas, tem sido um objeto no campo da saúde. Conforme o tema ganha relevância, há uma necessidade de saber de que maneira a agroecologia tem sido apropriada nas diferentes narrativas da saúde coletiva no Brasil. Historicamente, a área da “saúde rural” se ocupava do mundo agrário, quase inteiramente através de ações de profilaxia. Nesses mais de cem anos, o campo tem passado por muitas mudanças.

Por ser um campo interdisciplinar, há na saúde coletiva uma tendência a “fagocitar” conceitos advindos de outros campos científicos, uma forma de apropriação que reduz e, ao reduzir, produz apagamentos. Sevalho (2017) aponta que, ao privilegiar a objetividade e a operacionalidade, a saúde submete conceitos e categorias apropriados de outros campos científicos à deformação política, amputando sua historicidade e senso crítico.

A agroecologia se configura a partir da década de 1970 no Brasil e América Latina e é resultado da colaboração entre agricultoras/es, técnicas/os, pesquisadoras/es e à história das lutas de movimentos populares. Como campo de conhecimento, a agroecologia disputa o espaço da ciência “oficial” no esforço de traduzir e sistematizar, para essa linguagem, conhecimentos vivos que mantêm, há alguns milhares de anos, a humanidade de pé.

O estudo dedicou-se a investigar os caminhos que a saúde coletiva vem utilizando para relacionar agroecologia e saúde. Foram identificadas aproximações, limites e tensionamentos entre os modos de produção de sentidos e de práticas



discursivas na saúde coletiva em relação a outras práticas científicas/sociais atualmente associadas ao termo agroecologia.

Para embasar a análise, utilizou-se os seguintes referenciais teóricos: o modelo explicativo de determinação social do processo saúde doença, mais especificamente a atualização conceitual da determinação “estrutural-relacional” elaborada em Borghi, Oliveira e Sevalho (2018); o conceito de promoção da saúde, aproximando-se da vertente emancipatória elaborada em Freitas e Porto (2011); e a produção do conhecimento, especificamente o conceito de construção compartilhada do conhecimento, a partir de Oliveira e (2003) e Valla (1996).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia foi inspirada na busca sistemática (Moraes, 2016) seguida de um desenho qualitativo de análise documental. A escolha do artigo científico para o corpus de análise foi uma opção por um gênero textual que, um vez selecionado e publicado em determinados circuitos de produção do conhecimento, é representativo da ciência hegemônica. Para Castiel e Sanz-Valero (2007), em tempos de intensa mercantilização dos bens intelectuais, os artigos são assumidos em sua dimensão de moeda corrente negociável no mercado acadêmico.

A busca sistemática foi realizada nas bases de recuperação de referências da SciELO e do Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O esquema na figura abaixo detalha os procedimentos realizados.

Figura 1 - Fluxo da busca de publicações nas bases BVS e SciELO



Fonte: autoria própria a partir do programa online e gratuito Canva (<http://canva.com>), 2020.

Os 20 artigos foram reunidos em um quadro e buscou-se uma síntese qualitativa com a elaboração de duas categorias, com utilização de recursos da matemática: a primeira “nível de criticidade/instrumentalização” dos campos da saúde coletiva e da agroecologia, convertidas em valores numéricos para permitir a montagem do gráfico de dispersão para o conjunto do *corpus*. O intuito foi produzir uma apreensão visual da associação entre tendências nomeadas ‘instrumentais’ e ‘críticas’ nas discussões que relacionam saúde coletiva e agroecologia considerando níveis de estabilização muito distintos entre os dois campos.

Uma consequência metodológica foi a maior facilidade de mapear as ‘vertentes críticas’ dentro da saúde coletiva, enquanto no campo da agroecologia as estratégias de institucionalização no Brasil levaram a caminhos distintos de produção acadêmica, de modo que há menos coalização enquanto “campo de conhecimento”. O segundo gráfico, do tipo *lollypop*, foi elaborado a partir da criação da categoria ‘desvio padrão’ para designar o grau de alinhamento entre o *discurso*



sobre conhecimento e o próprio *processo* de produção do conhecimento nos textos.

A análise de conteúdo (AC) e da análise do discurso (AD) para auxiliar a reconhecer, no corpus, práticas sociais discursivas características do campo científico da saúde. A intenção não foi definir o que é ‘correto’ ou ‘falacioso’ nos discursos da saúde sobre agroecologia, mas compreender diversidade e padrões que marcam os textos, conteúdos explícitos e uso recorrente de determinados conceitos e também as faltas/silenciamentos. Os limites da pesquisa se relacionam à capacidade do conjunto de 20 artigos ser representativo das práticas discursivas da literatura acadêmica da saúde.

Ao longo da análise emergiram ‘marcas de discurso’ (CAREGNATO; MUTTI, 2006), palavras ou formas sintáticas selecionadas para interpretação devido ao estranhamento produzido com sua presença e/ou recorrência. Em seguida, foram elaboradas categorias operacionais, partindo de algumas perguntas: a agroecologia está sendo considerada em suas dimensões de ciência, prática e de movimento social? Quando aborda a agricultura familiar ou a reforma agrária, o tipo de sistema de cultivo é posto em questão? o estudo é instrumental ou é um engajamento para produzir tensionamentos, tanto do ponto de vista teórico como metodológico? Como considera a dimensão do saber popular/tradicional/ancestral/local na agroecologia? Como aborda questões de classe, gênero e cor/raça e suas interseccionalidades?

As categorias foram organizadas em quadro, alimentado com citações extraídas dos artigos e reflexões preliminares. Após, o conteúdo foi transposto ao corpo da dissertação e buscou-se tensioná-lo com os referenciais teóricos do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise documental de 20 artigos de revistas brasileiras do campo da saúde



recuperados na BVS e no SciELO

Os primeiros indícios do silenciamento da agroecologia pelo campo da saúde apareceram já na etapa de busca bibliográfica. O termo agroecologia é identificado nos descritores¹ da BVS como “agricultura sustentável”, tendo como sinônimos: agricultura multifuncional, agricultura sustentada, agroecologia e multifuncionalidade na agricultura; e como temas relacionados: conservação dos recursos naturais, agricultura orgânica e agricultura urbana. Por ser a principal base de recuperação de referências da saúde, as chaves classificatórias da BVS refletem como opera a lógica hegemônica nesse campo e em qual medida este é permeável a outros campos e práticas.

A quantidade de artigos encontrados, a ausência da ‘agroecologia’ entre os descritores demonstra que o termo está fora do escopo reconhecido como da área da saúde; e sua equivalência a “agricultura sustentável” demonstra sua redução, pelo campo da saúde, a conjunto de técnicas ou ‘ciência dura’.

O quadro a seguir resume informações básicas dos 20 artigos, que foram organizados numericamente sem citar o nome das/os autoras/es. Destaca-se uma concentração de publicações na região sudeste e sul. Apesar da pequena extensão territorial de Santa Catarina, uma hipótese ao elevado número de publicações é o histórico da organização da agricultura familiar de base ecológica no estado. Embora sejam regiões com reconhecidas experiências em agroecologia, não foram identificadas publicações na região amazônica, nordeste e norte. A Fiocruz foi a instituição com mais publicações em número absoluto, considerando as unidades nas diversas regiões.

QUADRO 1 – Caracterização dos 20 artigos segundo ano e revista de publicação, instituição de

¹ A BVS opera com o sistema de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)/MeSH, uma árvore hierárquica de termos organizadas a partir de uma linguagem de indexação criada pela BIREME



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza: Desafios agroalimentares globais.



afiliação do primeiro autor, estado da instituição e região de assunto do estudo.

NÚMERO	ANO	REVISTA	INSTITUIÇÃO	REGIÃO DA INSTITUIÇÃO	REGIÃO COMO ASSUNTO	FINANCIAMENTO DA PESQUISA
1	2009	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	UFSC - Dep. de Saúde Pública	SC	Brasil	NI
2	2011	Saúde e Sociedade	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	Brasil	NI
3	2012	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	ENSP/FIOCRUZ - C. Estudos Saúde Trabalhador e Ecologia Humana	RJ	Brasil	NI
4	2012	Saúde e Sociedade	ENSP/FIOCRUZ - C. Estudos Saúde Trabalhador e Ecologia Humana	RJ	Brasil	NI
5	2012	Revista Brasileira de Promoção da Saúde	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	SP	CNPq e FAPESP (bolsa)
6	2012	Revista Panamericana de Saúde Pública	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	Brasil	FAPESP
7	2013	Interface	UFSC - Dep. de Saúde Pública	SC	SC	CNPq (bolsa)
8	2014	Interface	IAM/FIOCRUZ - PPG em Saúde Pública	PE	BA	NI
9	2014	Saúde e Sociedade	Fundacentro	SP	SP	NI
10	2014	Interface	UERJ - Faculdade de Enfermagem	RJ	Brasil	NI
11	2015	Ciência e Saúde Coletiva	UFRRJ - PPG Ciências Sociais em Des. Agricultura e Sociedade	RJ	Brasil	NI
12	2015	Revista de Nutrição	UFSC - Departamento de Nutrição	SC	Brasil	NI
13	2015	Ciência e Saúde Coletiva	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	SP	CNPq e FAPESP (bolsa)
14	2017	Ciência & Saúde Coletiva	EMPRAPA - Dep. de Pesquisa e Desenvolvimento	DF	Brasil	NI
15	2017	História, Ciências, Saúde - Manguinhos	UFFS - PPG em Agroec. e Desenv. Rural Sustentável	PR	SC	CNPq (bolsa)
16	2017	Interface	UFSC - Departamento de Saúde Pública	SC	SC	NI
17	2018	Trabalho, Educação e Saúde	IAM/FIOCRUZ - Lab Saúde, Ambiente e Trabalho	PE	PE	NI*
18	2018	Reciis	ENSP/FIOCRUZ	RJ	Brasil	CNPq e FAPERJ
19	2018	Saúde em Debate	Unicamp - Faculdade de Ciências Médicas	SP	MG	Não financiado
20	2019	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	UFRJ - Instituto de Economia	RJ	Brasil	FAPESP

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na BVS e SciELO através do programa Microsoft Excel, 2020.

A primeira aproximação para caracterizar os estudos foi realizada a partir de três perspectivas de abordagem sobre saúde e agroecologia, apresentadas no Quadro 2, abaixo.



QUADRO 2 – Caracterização dos artigos selecionados, conforme perspectivas principais de abordagem temas/conceitos emergentes do diálogo entre saúde e agroecologia no corpus analítico.

PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM NO DIÁLOGO ENTRA SAÚDE E AGROECOLOGIA				
Perspectiva		Conformadora/instrumental	Crítica/Estrutural	Crítica/E emancipatória
Tema				
Abordagem da saúde	conceituação da saúde	biomédica; saúde pública	questiona modelo biomédico; abordagem instrumental da saúde coletiva	questiona modelo biomédico; abordagem crítica da saúde coletiva
	modelo explicativo	determinantes (explicitado) ou determinação com perspectiva dos determinantes	não diferencia determinante/s/determinação mas adota perspec. da determinação	determinação (explicitada)
Abordagem da agroecologia	conceituação da agroecologia	sistema de cultivo; equivalente a outras agriculturas "sustentáveis"	ciência, mov. social e prática separáveis; equivalente a outras agriculturas "sustentáveis"	ciência, mov. social e prática indissociáveis; reconhece disputa ("agroecologias")
	quanto à origem	apagamento da historicidade	situa surgimento na artic. agricultores, mov. sociais e academia	surgimento integra agricultores, mov. populares e academia; origem conh. popular/indígena/tradicional
	sujeitos da agroecologia	acadêmicos, técnicos, agricultores familiares	acadêmicos, técnicos, agricultores familiares/camponeses	acadêmicos, técnicos, agricultores familiares/camponeses, povos das florestas e das águas
	objetivo da agroecologia	aperfeiçoamento do sistema alimentar	transformação do sistema agroalimentar	transformação do sistema agroalimentar e emancipação;
	conceitos associados	desenvolvimento sustentável	agroecossistema; campo de conhecimento; sistema de cultivo; abordagem sistêmica	campo de conhecimento; agroecossistema; regime alimentar; sistema agroalimentar
Eixo positivo saúde - agricultura	benefícios	segurança alimentar e nutricional (SAN) e soberania alim.; promoção da saúde (perspec. dominante)	SAN e soberania alim.; promoção da saúde (perspec. crítica); reforma agrária	SSAN; promoção da saúde (crítica/emancipatória); reforma agrária e reconhecimento dos territórios
	eixo conectivo	causal; agroecologia naturalmente promove saúde	agroecologia influencia na saúde; agroecologia determina a saúde	agroecologia e saúde assoc. enquanto propostas de emancipação
Eixo negativo saúde - agricultura	soluções	uso funcional e uso seguro de agrotóxicos; mitigação e prevenção; agroec. para aprimorar o agronegócio	banimento de agrotóxicos; prevenção; agroec. para superar o agronegócio	banimento de agrotóxicos; agroec. e superação agronegócio; agroec. com equidade gênero/racial
	malefícios	agravos à saúde trabalhador/consumidor (genéricos)	agravos à saúde do trabalhador/consumidor e impactos ao ambiente (genéricos)	agravos à saúde do trabalhador/consumidor (por segmentos sociais) e demais organismos
	conceitos associados	risco; vulnerabilidade; estilo de vida; prevenção; mitigação; remediação	risco; vulnerabilidade; situação de saúde; prevenção; condições de vida	risco; vulnerabilidade; prevenção; situação de saúde; condições de vida; experiências de vida
Legitimidade do conhecimento	fluxo conhec. científico/técnico - popular	transferência unilateral do conhecimento	integração do conhecimento	construção com partilhada do conhecimento
	conceitos associados	empoderamento; protagonismo; percepção; interpretação; saberes	empoderamento; protagonismo; autonomia percepção; interpretação; saberes	autonomia e interdependência; emancipação; resistência; conhecimento
Propostas ao campo científico da saúde	proposições à academia	não problematiza ciência; propõe inclusão de temas	problematiza ciência; propostas na dimensão epistemológica	problematiza ciência; proposta dimensão epistemológica e ontológica
	conceitos associados	interdisciplinaridade; educação popular (tutelar)	interdisciplinaridade; transdisciplinaridade	educação popular (emancipatória) transdisciplinaridade; cosmologia
Abordagem do "meio ambiente"	relação campo - cidade	dualidade como pressuposto; campo à serviço da cidade	dualidade como pressuposto; aproximação pela relação produção - consumo	dualidade em questão (construída); integração nas resistências cotidianas
	relação natureza - cultura	dualidade com o pressuposto	estabelece relação e mantém dualidade	questiona dualidade com vistas à superação
	conceitos associados	recurso natural; serviço ecossistêmico	recurso/bem natural; serviço ecossistêmico; saúde ambiental	recurso/bem natural; serviço ecossistêmico; saúde ambiental; pachamama; mãe terra
Projeto societário	soluções	mitigação/redução das desigualdades; desenvolvimento sustentável	redução de desigualdades sociais e distribuição dos recursos produtivos; desenvolvimento sustentável crítico	distrib. recursos e medidas reparatórias; desenv. susten. crítico/outras formas de 'envolvimento'
	escala das soluções	proposta universal e uniforme	proposta local e/ou universal	proposta local e/ou transescalar e/ou territorializada
	problematização das relações de poder	conformada ao sistema econômico (capital. neoliberal.); consumidor portador de responsabilidades (culpabilização individual)	questiona sistema econômico; consumidor porta responsabilidades e sujeito porta direitos	questiona sist. econômico, colonialismo, patriarcado; consumidor porta responsabilidades e sujeito porta direitos; autodeterminação dos grupos sociais
	conceitos associados	intersetorialidade; participação social; pobreza; desigualdade	intersetorialidade; participação social; desigualdade; iniquidade; classe	intersetorialidade; desigualdade; iniquidade; classe, raça, gênero; controle cidadão; vigilância civil da saúde



Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *Scientific Electronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020.

Em síntese, o fenômeno que atravessa o corpus analítico decorre de uma composição mista de forças entre saúde coletiva e saúde pública: em alguns artigos a saúde coletiva está presente no discurso mas é incorporada instrumentalmente como saúde pública, ou seja, pressupostos epistemológicos dominantes do campo da saúde são utilizados sem problematização. Outros artigos os incorporam de maneira mais *crítica*, ou seja, demarcam/situam os referenciais teóricos utilizados.

A partir da observação de alguns padrões entre os artigos da saúde coletiva foi possível exercitar a construção de parâmetros de criticidade específicos para o *corpus* analisado. Ressalta-se que a divisão em três grandes ‘perspectivas’ foi feita a partir de marcações recorrentes identificadas nos textos que sintetizam, um “enquadramento” que traz um grau inevitável de redução e generalização, sem negar o gradiente mais amplo de perspectivas associadas a cada tema.

O quadro 3 a seguir explicita os parâmetros qualitativos utilizados como referência para estimar o que é definido aqui como uma abordagem “crítica” ou “conformadora” dos campos. Para um maior detalhamento dos parâmetros utilizados para construção do gráfico, ver SOARES (2020).

QUADRO 3 - Parâmetros qualitativos de referência para elaboração “nível de criticidade/ instrumentalização” dos campos da agroecologia e da saúde coletiva e gráfico de dispersão equivalente

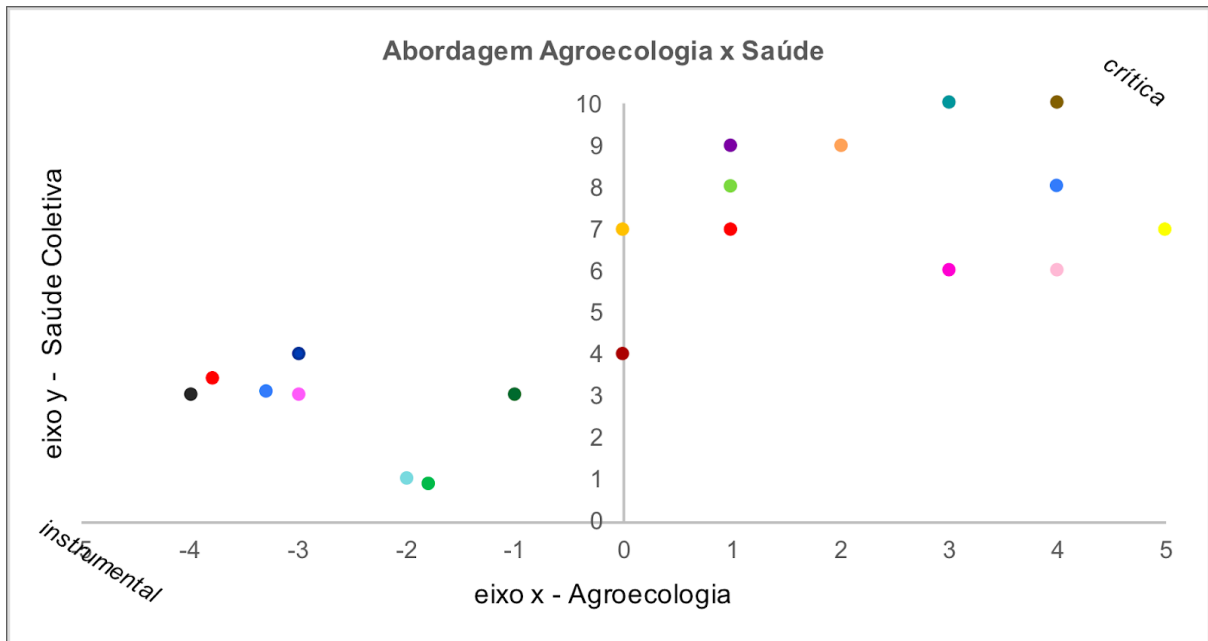


IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



PARÂMETROS QUALITATIVOS DO GRÁFICO CONFORMIDADE X CRITICIDADE			VALOR (-5 a 5)
Abordagem da agroecologia	(a) conceituação da agroecologia	sistema de cultivo; equivalente a outras agriculturas "sustentáveis"	-1
		sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		ciência, mov. social e prática indissociáveis; reconhece disputas ("agroecologias")	1
	(b) quanto à origem	apagamento da historicidade	-1
		sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		situa surgimento na artic. agricultores, mov. sociais e academia	1
		integra agricultores, mov. populares e academia; origem conheç. popular/indígena/tradicional	2
	(c) dimensão da agroecologia como "solução" para a saúde	aprimoramento do agronegócio; desenvolvimento sustentável (definição dominante); solução universal/uniforme	-1
		sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		superação do agronegócio; desenv. sustentável crítico	1
		superação do agronegócio; desenv. susten. crítico/outras formas de "envolvimento"; equidade de gênero/raacial	2
	PARÂMETROS QUALITATIVOS DO GRÁFICO CONFORMIDADE X CRITICIDADE		
Abordagem da saúde	(d) conceituação da saúde e/ou de promoção da saúde	sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		biomédica; saúde pública; promoção da saúde (perspec. dominante)	1
		questiona modelo biomédico; abordagem instrumental da saúde coletiva; promoção da saúde (perspec. crítica)	2
		questiona modelo biomédico; abordagem crítica da saúde coletiva; promoção da saúde (crítica/emancipatória)	3
	(e) modelo explicativo	sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		determinantes (explicitado ou subjacente) ou determinação com perspectiva dos determinantes	1
		não diferencia determinantes/determinação mas adota perspec. da determinação	2
		determinação (explicitada ou subjacente); determinação "estrutural-relacional"	3
	(f) eixo conectivo saúde - agricultura	sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		abordagem "causal"; agroecologia naturalmente promove saúde	2
		abordagem "estrutural"; agroecologia determina a saúde e potencialmente promove saúde	3
		agroec. potencialmente promove saúde; agroec. e saúde assoc. enquanto propostas para emancipação/ transformação social	4



Fonte: autoria própria a partir dos documentos disponibilizados na BVS e SciELO através do programa Microsoft Excel, 2020.

A partir dos elementos textuais (presentes e ausentes) foram elaborados parâmetros específicos para classificar as distintas formas de abordagem ligadas à saúde, e outros para as formas de abordagem ligadas à agroecologia. Esses parâmetros foram traduzidos em duas escalas numéricas. A combinação do valor numérico representativo do “grau de criticidade” da abordagem da saúde (0 a 10, relativo ao eixo y, vertical) e do valor numérico representativo do “grau de criticidade” da abordagem da agroecologia (-5 a 5, relativo ao eixo x, horizontal) fornece uma posição final para a publicação no gráfico.

No eixo vertical, quanto mais próximo de “0”, mais acentuada é a incorporação instrumental dos referenciais epistemológicos do campo da saúde; conforme se desloca no eixo em direção ao “10”, maior é a incorporação crítica desses referenciais, para produção de tensionamentos no campo. Na análise da abordagem sobre agroecologia, no eixo horizontal foram alocados na posição “0” dois artigos em que a palavra agroecologia não é mencionada, o que inviabilizou



análise da ‘criticidade’ na sua conceituação.

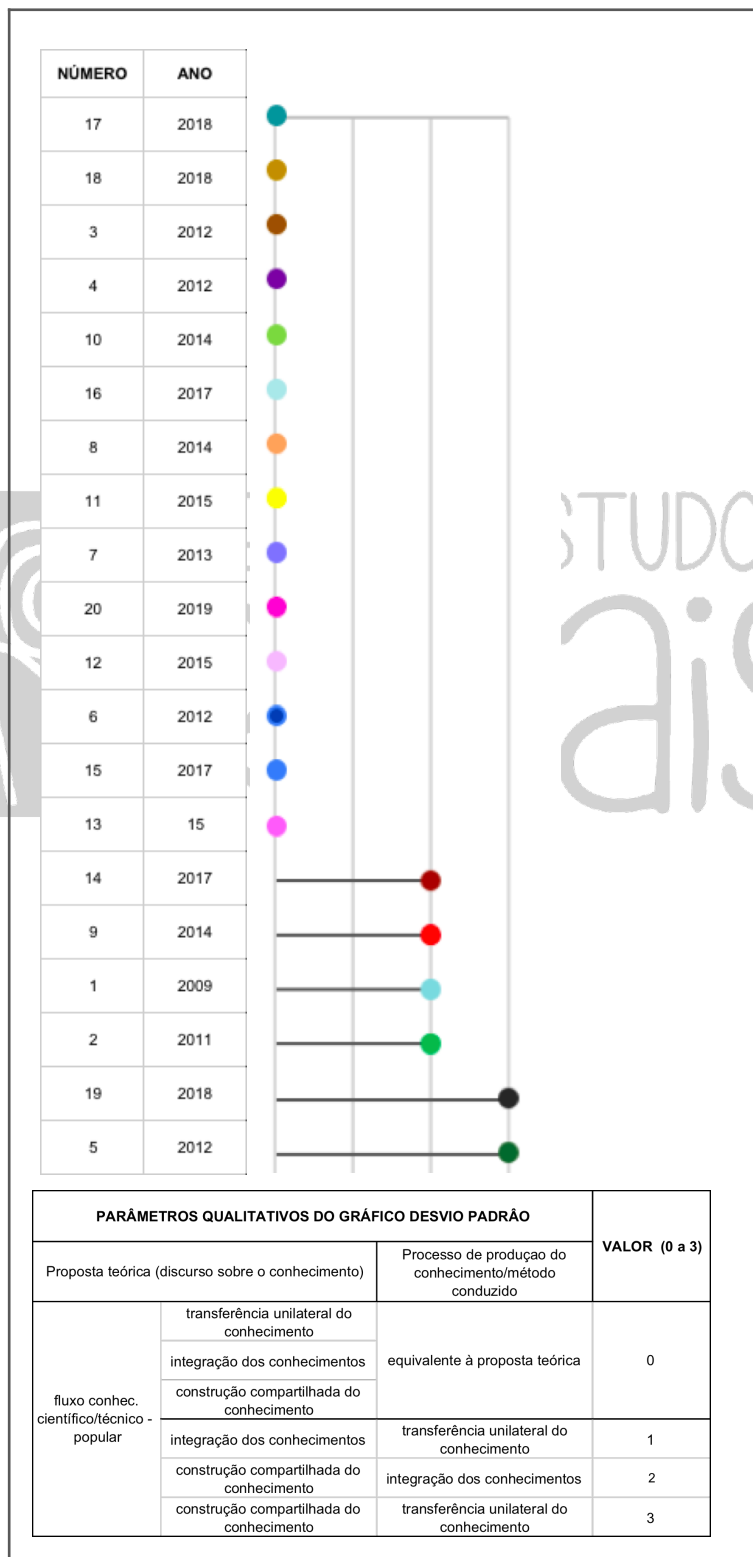
A produção do conhecimento no interior do corpus analítico foi caracterizada pela noção de “desvio-padrão”, cujos critérios de atribuição são detalhados na abaixo. O valor “0” foi atribuído aos artigos cujo *discurso* pareceu estar alinhado ao próprio *processo* de construção do conhecimento; valores de “1” a “3” indicam intensidade crescente de contradições sobre o tema. Atenta-se que ao “desvio padrão” de valor “0” não corresponde, necessariamente, estudo crítico – significa apenas que não foram percebidas contradições, no *discurso* do texto científico, ligadas ao tema da produção do conhecimento.

Figura 2 - Gráfico do tipo *lollypop* para caracterização dos 20 artigos científicos da saúde produzidos no Brasil, segundo categoria ‘desvio padrão’ e parâmetros qualitativos de referência para sua elaboração



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *Scientific Electronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020.



Ressalta-se que as análises gráficas não têm como intenção julgar o valor individual das publicações, mas facilitar uma apreensão visual das tendências encontradas na análise de conteúdo e do discurso do corpus. Esses dois “gradientes numéricos de criticidade” foram criados para esse conjunto específico e, inevitavelmente, os artigos estão posicionados no gráfico um em relação aos outros.

São apresentados a seguir uma análise dos textos do corpus analítico, a partir de procedimentos combinados que se aproximam da análise de conteúdo e da análise do discurso.

Eixos centrais da relação entre saúde e agroecologia

A partir de eixos temáticos/categorias verificou-se que existe um movimento importante e crescente nas discussões sobre agroecologia dentro da saúde coletiva. Os trabalhos estão mais nucleados em torno de certos temas e paradigmas: nutrição e da segurança alimentar, riscos e agravos associados ao uso de agrotóxicos e a promoção da saúde. A partir da segunda metade da década de 2010 temas se diversificam, abarcando pouco a pouco questões ligadas por exemplo à educação, comunicação e à arte.

Agroecologia segundo o campo da saúde

Entre 12 artigos conceituam a agroecologia, observou-se que algumas/ns autoras/es se engajam na defesa de uma proposta excessivamente genérica ou idealizada da agroecologia,. Observou-se em alguns artigos um apagamento da historicidade agroecologia, desconsiderando a existência de vertentes distintas no interior do campo e sua apresentação como equivalente à agricultura orgânica. Considera-se que estabelecer a distinção entre agroecologia e agricultura orgânica



é fundamental para evidenciar as disputas no uso do termo.

Para Schmitt (2012), um traço distintivo da agroecologia é o tipo de circulação que busca estabelecer como campo de estudos: não apenas entre diferentes disciplinas científicas, mas entre distintas formas de produção do conhecimento, potencializando a relação entre o “conhecimento local”, o conhecimento científico e diferentes tipos de conhecimento “codificado”, bebendo das controvérsias que emergem dos espaços. Ainda, na vertente da agroecologia assumida neste estudo, o princípio da ‘diversidade’ se estende aos domínios ecossistêmico e social e por isso ela pode ser definida, indissociavelmente, como prática de cultivo de base ecológica, ciência transdisciplinar e movimento social (WEZEL *et al.*, 2009; MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013).

Observou-se também a opção majoritária por tomar como ‘objeto’ da agroecologia o espaço do cultivo ou o agroecossistema. Nesse sentido, a utilização do ‘sistema agroalimentar’ como unidade de referência pode vir a contribuir nas discussões sobre promoção da saúde no Brasil, facilitando olhar, por exemplo, as dinâmicas nos sistemas de produção e circulação de alimentos que atravessam o campo, reforçando uma estrutura social profundamente desigual e limitando condições concretas de transformação nos modelos de agricultura.

Abordagens sobre promoção da saúde e uso de agrotóxicos

O uso de agrotóxicos² é eixo temático importante em 4 dos 20 artigos analisados. Além disso, ‘determinantes socioambientais da saúde’ e ‘determinação social do processo saúde-doença’ não parece ser uma questão conceitual dos estudos.

² Apesar do termo “agrotóxicos” aparecer no título e/ou palavras-chave dos artigos recuperados, no portal regional da BVS ele é convertido para o descritor “Agroquímicos”, ao ser traduzido do descritor em inglês “*Agrochemicals*” (língua original do DeCS/MeSH e apresenta como sinônimos “Produtos Agroquímicos” e “Defensivo(s) Agrícola(s)”, e se associa hierarquicamente aos descritores “Fertilizantes” e “Praguicidas”. Nas próprias bases de busca identificam-se, assim, mecanismos que auxiliam a justificar ou legitimar o uso dos agrotóxicos desde o campo da saúde



Os cinco estudos que conceituam promoção da saúde referenciam a Carta de Ottawa, (OMS, 1986) relacionando promoção da saúde à agroecologia a partir dos benefícios que sistemas produtivos ecológicos trazem para a qualidade do alimento e do meio ambiente ao transformar práticas alimentares e de cuidado de agricultores e consumidores. Como contribuição, estas pesquisas assinalam a importância de incluir com mais atenção às discussões do campo ambiental e de considerar a agricultura nas estratégias de promoção da saúde.

Observou-se que, entre os princípios orientadores da agricultura de base ecológica, um é destacado com mais frequência que os demais: a não aplicação de pesticidas e fertilizantes químicos no cultivo. Discursos que vinculam agricultura e saúde a partir do *risco* oferecido por determinadas práticas, ou que equivalem as práticas de cultivo agroecológico à não aplicação – ou mesmo ao *uso funcional* dos agrotóxicos e insumos sintéticos – podem traduzir uma compreensão reduzida da agroecologia como uma técnica de cultivo, a ser defendida por repercutir positivamente na saúde.

Apesar dos avanços nas abordagens de promoção da saúde que incluem a dimensão das influências à saúde externas ao indivíduo (ambientais e sociais), por vezes não são transpostos alguns limites importantes para compreensão do processo saúde-doença. Observou-se uma tendência gerencialista na compreensão da relação ‘agroecologia – saúde’, que considera que ambientes e alimentos mais ‘saudáveis’, ‘limpos’, ‘naturais’ são geradores de saúde para aqueles que os consomem, podendo ser incluído ainda o caráter *educativo* das ações de promoção da saúde pela ‘conscientização da população’ para transformação nos seus comportamentos e ‘estilos de vida’.

Outro aspecto relevante nos artigos analisados é a relação entre campo e cidade. Em alguns artigos, o ambiente rural é apresentado como um espaço importante para prevenção de doenças, já que pode ser um local de produção de



alimentos 'de qualidade'. Implícita está uma relação que demonstra uma compreensão do rural como lugar cujo fim é produzir para a cidade; por conseguinte, dos sujeitos do mundo rural como aqueles que devem aprender a produzir (sem agrotóxicos) para servir melhor.

No sentido inverso, considera-se que a saúde também pode ser objetificada ao ser abordada pelo campo da agroecologia, se reduzida a um 'efeito' do cultivo sobre bases ecológicas, encobrindo questões fundamentais ligadas às condições de vida das populações. Se a agricultura de base ecológica libera dos efeitos da aplicação de veneno, ainda outras adversidades persistem entre populações do campo, tradicionais e indígenas, como o agravamento da violência e dificuldade de acesso aos serviços básicos/de, limitante da permanência das populações em seus territórios.

Conformação x transformação: rumo ao desenvolvimento sustentável ou a outras formas de envolvimento?

Além das concepções sobre 'agroecologia', as noções de 'sustentabilidade' e 'desenvolvimento sustentável' auxiliam a identificar distintas proposições dos artigos: mais conformadoras ou mais problematizadoras do modelo de sociedade dentro do qual se desenrolam as iniciativas de saúde e agroecologia descritas/desejadas.

Sustentabilidade/desenvolvimento sustentável aparecem em 12 dos 20 estudos, na maioria dos artigos sem definição. Quando conceituados, referencia-se o relatório de *Brundtland* (ONU, 1991). Em quatro artigos a agroecologia é considerada equivalente a 'agricultura sustentável' ou uma forma desta.

A referência a documentos produzidos por organismos multilaterais como a ONU e a OMS é um recurso para conferir legitimidade ao estudo, já que documentos como a Carta de Ottawa sobre Promoção da Saúde e o relatório sobre Desenvolvimento Sustentável são relevantes no campo da saúde pública/coletiva e



internacionalmente “consagrados”. Entretanto, a adoção acrítica dos sentidos e propostas neles cunhados – sobre promoção da saúde, determinantes sociais da saúde, desenvolvimento sustentável –, traz limites importantes na conexão entre saúde e agroecologia.

Nos últimos anos, transformações nas formas de apropriação no uso do termo ‘sustentabilidade’ e ‘agricultura sustentável’ de que autoras/res da saúde se dediquem a uma investigação mais aprofundada dos referenciais conceituais da agroecologia, que seguem em construção e atualização, bem como de explicitar o referencial teórico utilizado, localizando os pressupostos teóricos da pesquisa.

Ausências persistentes: legitimidade do conhecimento

Outro ponto importante refere-se ao silenciamento sobre as matrizes de conhecimento dos povos indígenas e africanos que embasam o campo da agroecologia e sobre o protagonismo das mulheres na agroecologia.

Buscou-se observar concepções sobre os processos de construção do conhecimento em saúde e/ou em agroecologia e verificar a coerência entre a abordagem teórica da produção do conhecimento e a condução da proposta metodológica do estudo. Foram identificadas cinco publicações nas quais o saber acadêmico é problematizado, relativizado e/ou tem seus limites discutidos.

Alguns estudos consideram que a agroecologia pressupõe a integração entre conhecimento de agricultores e o conhecimento científico. Outros abordam, adicionalmente, o papel da agroecologia no resgate de conhecimentos ‘tradicionais’, ‘ancestrais’, ‘locais’, ‘populares’[3] ligados ao cultivo de alimentos e às práticas de cuidado, por vezes sem questionar os processos dominantes na produção científica.

([3] popular entendido como proveniente de grupos camponeses, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, ou resultantes de influências entre as práticas de povos originários, europeus e africanos no Brasil.)

É importante também incluir a dimensão da experiência da *colonialidade*



(María Lugones, 2014) para compreender marcas intelectuais nos nossos padrões de produção do conhecimento, sobretudo em relação às ausências que persistem nas discussões sobre desigualdades sociais e condições de saúde.

Dentre 20 artigos do corpus de análise, nenhum discutiu a questão indígena ou da saúde indígena; apenas 1 entre os 20 estudos foi realizado junto a população tradicional, neste caso de matriz africana; nenhum deles se dedica ao tema das mulheres na agroecologia ou discute seu protagonismo na construção do conhecimento agroecológico.

Tais resultados apontam as diferentes disposições das/dos pesquisadoras/es em revisar espaços de poder consolidados e de se colocarem a serviço de outros sujeitos que constroem conhecimento em saúde e agroecologia sem as mesmas pré-condições de legitimidade da ciência oficial. A propriedade intelectual não é demarcada somente recorrendo-se ao sistema de patentes; basta ignorar origens e contribuições de determinados conhecimentos.

Considera-se que o tempo requerido para uma pesquisa construída em base horizontal/compartilhada por vezes é incompatível com os atuais imperativos de produtividade acadêmica. Considera-se também a possibilidade de uma maior dificuldade dos pesquisadores de instituições alocadas nos centros urbanos de trabalharem junto a grupos mais afastados geograficamente; pode ser ainda que os referenciais teóricos utilizados pelos autores se liguem à vertente da agroecologia mais afeita às ciências duras/naturais. Fato é que entre os grupos de pesquisa da saúde coletiva que tem se dedicado a discutir agroecologia nas instituições brasileiras – e conseguido divulgar seus resultados –, não foi encontrado um envolvimento mais aprofundado com questões ligadas à raça, etnia e gênero na maior parte das publicações analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas reflexões para a saúde coletiva sobre caminhos possíveis junto à



agroecologia

Tendo em vista o poder social conferido à ciência e àqueles que falam por ela (BOURDIEU, 1983), importa analisar os discursos e as ausências produzidos em seu interior. As ciências da saúde, em especial, ocupam um espaço legitimado para *prescrever* o que *faz bem*, o que *deve ser feito* e o que *é verdadeiro*. Investigar a produção do conhecimento de dentro da saúde coletiva teve como intenção compreender de quais maneiras a prática científica pode colaborar no fortalecimento e legitimação ou, ao contrário, no esvaziamento e cooptação da agroecologia.

A análise da interação entre agroecologia e o campo da saúde pode ser dividida entre duas ‘forças’ ou ‘movimentos’: ora agroecologia é um conceito, e como conceito/termo/coisa pode ser conformada aos paradigmas dominantes do campo, ora é reconhecida em sua condição de campo científico que pode aportar outras possibilidades epistemológicas à saúde.

A ausência da palavra “Agroecologia” do sistema de descritores da BVS e sua equivalência a termos genéricos como “agricultura sustentável” pode ser indicativo de mecanismos de apaziguamento dos embates ligados à questão agrária e ambiental, que podem ter efeito limitante nas discussões sobre o tema na grande área das Ciências da Saúde e na saúde coletiva.

Em relação aos artigos científicos, procurou-se levar em conta limites característicos desse gênero textual de tamanho reduzido e por vezes conformado às exigências da própria revista científica, que inviabiliza discussões acerca dos seus pressupostos teóricos, ainda que se posicione criticamente sobre os referenciais do campo. Ainda assim, foi confirmado o pressuposto inicial de que por vezes, quando temas e conceitos são apropriados do campo da agroecologia para a saúde coletiva, são por vezes submetidos à “alienação e deformação política” (SEVALHO, 2017, p. 179). Por outro lado, quando a saúde adota uma posição



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



crítica ao discutir agroecologia, as próprias bases epistemológicas da saúde coletiva podem ser tensionadas, trazendo à luz dificuldades e equívocos do campo ao se apropriar desses conceitos.

Pressupunha-se que a vertente do campo que apresenta a agroecologia enquanto uma técnica – e a que tem mais possibilidades de institucionalização –, fosse associada nos textos às perspectivas mais ‘regulatórias’ da saúde. Foi verificado que a maior parte das publicações podem ser consideradas ‘híbridas’ de níveis variados entre essas abordagens. Levanta-se como hipóteses se a vertente explicitamente mais crítica é menos propícia a receber parecer favorável à publicação nas revistas relacionadas ao campo da saúde e/ou ser indexada à BVS, e também se a militância envolvida com a agroecologia dispõe de energia e vontade para se engajar em disputas neste espaço de produção científica/acadêmica.

Outro tema para atenção é a afirmação da agroecologia como *naturalmente* promotora de saúde e defendida como ‘nova grande solução’, expressando a postura universalizante da cultura científica (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007). Se a agroecologia é um componente importante para transformações sociais e condições dignas de saúde e vida, as estratégias de transformação que têm se mostrado efetivas, segundo a Carta de Salvador (2011), são aquelas que integram as perspectivas da agroecologia, da soberania alimentar e energética, da economia solidária, do feminismo e da justiça social e ambiental, tendo como base a organização prévia e a forte identidade territorial das comunidades.

A visibilidade da agroecologia por organismos multilaterais, após mais de trinta anos de negligenciamento do movimento agroecológico, tem ocorrido hoje com tensionamentos entre diferentes lógicas de legitimidade/valoração: um reconhecimento que desterritorializa, avançando sobre o que é comum: a base, a raiz e os contextos. Há uma tentativa de consolidar agroecologia como um conjunto de técnicas/tecnologias de cultivo que mitiga a crise da produção alimentar



industrial enquanto estruturas de poder permanecem incontestadas.

É reconhecida que a criação da legitimidade na agroecologia é um processo político no qual a ciência desempenha autoridade (WIT; ILES, 2016). ‘Agroecologia’ enquanto conceito/ideia pode servir a segmentos distintos da sociedade, e os direcionamentos se dão conforme o tipo de abordagem que escolhida em cada produção científica. Assumir a existência de “diferentes agroecologias” não as iguala ou as planifica em termos de *validade*; junto a cada trajetória epistemológica estão distintas opções políticas e interesses. Tampouco, atentar aos conceitos e definições não é uma forma de preciosismo científico. Cada conceito é uma escolha política; ignorar suas distinções ou tratá-los com superficialidade também, escolhas que reverberam nas possibilidades de cooptação da agroecologia pelos interesses tecnocientíficos dominantes.

Reforça-se que o campo da saúde pode colaborar para a cooptação da agroecologia quando a dissocia de sua origem. Desafios da saúde coletiva no diálogo com a agroecologia se ligam, de uma lado, às tendências à instrumentalização, regulação e normatização dominantes no campo que reduzem sua condição indissociável de ‘movimento/ciência/prática’; e de outro, à relação com grupos/movimentos sociais organizados sem deixar submeter o campo à *politização* pela incorporação deliberada de suas demandas, em decorrência da própria heteronomia (BOURDIEU, 1997) característica do campo da saúde. Remarca-se o modelo explicativo de determinação social do processo saúde doença como referencial importante para orientar a inserção da agroecologia no campo da saúde coletiva, especialmente sua atualização ‘estrutural-relacional’ feita em Borghi, Oliveira e Sevalho (2018).

Os intensos embates simbólicos em torno da agroecologia, as distintas formas de compreensão e pontes que vem sendo construídas entre ela e a saúde, demonstram que a disputa ainda está acontecendo sobre uma parte “*não resolvida da ciência*” (LATOUR, 2000, p. 166), de uma identidade da agroecologia ainda em



elaboração. Por um olhar curioso, são potencialidades de uma controvérsia que ainda está “aberta”. Este pode ser também um momento propício para direcionar o trabalho científico à construção de imaginários poderosos de mobilização (GIRALDO; ROSSET, 2018) em torno da relação saúde – agroecologia.

O *fim do mundo* é um tipo de problema que, apesar de não poder ser resolvido no plano da razão, é por ela colocado sob a forma de fabulação mítica ou de "narrativas" que nos orientam e nos motivam (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014). Ao falar em “adiar o fim do mundo”, Krenak (2019) nos convida a não depositar energia ansiando sobre a iminência da queda (seja da *humanidade* ou do *mundo*), mas usá-la para ir construindo paraquedas coloridos que permitem ir caindo com leveza, devagar. Ao considerar a agroecologia, a saúde pública, o futuro: nem avidez por uma solução pronta, única, (uni)direcional; nem apatia, indiferença, paralisia. Não há soluções universais, tampouco garantias: antes, oportunidades de experimentar, de caminhar permitindo perguntas, permitindo não saber.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu – Sociologia. In: São Paulo: ática, 1983. p. 122–155.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BORGHI, C.; OLIVEIRA, R.; SEVALHO, G. DETERMINAÇÃO OU DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: TEXTO E CONTEXTO NA AMÉRICA LATINA. 3. v. 16, p. 869–897, dez. 2018.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679–684, dez. 2006.



CARTA DE SALVADOR. Carta Política Final do Encontro de Diálogos e Convergências. Salvador, 29 de setembro de 2011.

OMS. Carta de Ottawa - Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde. 1986.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 12, p. 3041–3050, dez. 2007.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbarie Editora, 2014.

FREITAS, J. D. DE; PORTO, M. F. Por uma epistemologia emancipatória da promoção da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, n. 2, p. 179–200, out. 2011.

GIRALDO, O.; ROSSET, P. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. v. 45, 2017.

KRENAK, A. Ideias Para Adiar o Fim do Mundo. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MÉNDEZ, E.; BACON, C.; COHEN, R. Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, p. 45–59, 2013.

MORAES, D. **Entre Tiro, Porrada e Bomba: esteroides anabolizantes androgênicos, gerencialismo arriscado e os discursos médicos moralizantes.**

Doutorado—Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2016.

OLIVEIRA, R. M. DE. Pistas para entender a crise na relação entre técnicos e classes populares: uma conversa com Victor V. Valla. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 1175–1187, ago. 2003.

ONU - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum. 1987.

SCHMITT, C. O enfoque agroecológico e suas imbricações locais: mediações



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



sociotécnicas e políticas de escala. Abordagens geográficas do urbano e do agrário, n. Editora Universitária da UFPE, p. 87–114, 2012.

SEVALHO, G. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 177–188, 18 maio 2017.

SOARES, L. P. **Agroecologia para adiar o fim do mundo? Uma análise dos olhares e dos discursos da saúde sobre a agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), 2020.

VALLA, V. A CRISE DE INTERPRETAÇÃO E NOSSA: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 2, p. 177–190, 1996.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503–515, dez. 2009.

WIT, M. M. DE; ILES, A. Toward thick legitimacy: Creating a web of legitimacy for agroecology. v. 4, 2016.



Agroecologia, Solidariedade e SSAN. Promoção da Saúde e emancipação social no contexto da Covid-19

Carolina Burle de Niemeyer - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (IESP)

Resumo:

Neste trabalho, eu diálogo com a ideia de que: “dinâmicas de constituição da agroecologia como perspectiva são capazes de orientar processos de transição social e ecológica na escala dos territórios”. Esta reflexão tem como apoio uma pesquisa realizada a partir da minha atuação como avaliadora e assessora sociotécnica de projetos relacionados à SSAN, submetidos à “Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis”, patrocinada pela Fiocruz ao longo de 2020. A oportunidade de acompanhar cinco diferentes projetos com os mesmos critérios de seleção ao longo de onze meses [em fevereiro 2021], me levou a tecer comparações e fazer inferências acerca do potencial emancipatório dessas ações e da sua capacidade para “criar outras normalidades pós-covid com base agroecológica”, posto que quatro destes envolveram agroecologia.

O material empírico que sustenta esta análise são os documentos fornecidos pelos projetos: relatórios técnicos de natureza textual, imagética e audiovisual, produtos de comunicação e divulgação por eles criados, além de e-mails, mensagens de zap, entrevistas e conversas com os coordenadores e outros participantes dessas ações.

No processo, eu pude tecer comparações entre essas iniciativas e fui levada a inferir que as que não se limitaram à mera doação de alimentos industrializados comprados no mercado e promoveram: o desenvolvimento da agroecologia, um diálogo entre as periferias do campo e da cidade, geração de renda para os beneficiários das ações, estimularam processos de autonomia e autogestão, atuaram colaborativamente em rede e investiram parte dos recursos em equipamentos que viabilizassem processos de mais longo prazo deixam um legado que favorece o desenvolvimento de alternativas social e ambientalmente mais justas do que a velha normalidade pré-covid-19.

Palavras-chave: promoção da saúde; agroecologia; covid-19; Segurança e Soberania Alimentar; economia popular; territórios vulneráveis; Solidariedade ativa



Introdução:

Neste trabalho, eu dialogo com ideia de que “dinâmicas de constituição da agroecologia como perspectiva são capazes de orientar processos de transição social e ecológica na escala dos territórios”, a partir de uma análise sobre os desafios e potenciais de ações emergenciais em prol da segurança alimentar e nutricional (SSAN) de populações vulneráveis durante a pandemia.

Esta reflexão tem como apoio uma pesquisa realizada a partir da minha atuação como avaliadora e assessora sociotécnica de projetos relacionados à SSAN, submetidos à “Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis”, patrocinada pela Fiocruz ao longo de 2020. A oportunidade de acompanhar cinco diferentes projetos com os mesmos critérios de seleção ao longo de onze meses [em fevereiro 2021], me levou a tecer comparações e fazer inferências acerca do potencial emancipatório dessas ações e da sua capacidade para criar outras normalidades pós-covid com base agroecológica, posto que quatro destes envolveram agroecologia.

O material empírico que sustenta esta análise são os documentos fornecidos pelos projetos: relatórios técnicos de natureza textual, imagética e audiovisual, produtos de comunicação e divulgação por eles criados, além de e-mails, mensagens de zap, entrevistas e conversas com os coordenadores e outros participantes dessas ações.

No processo, eu pude tecer comparações entre essas iniciativas e constatei que as quatro ações envolvendo agroecologia foram construídas em diálogo com os sujeitos beneficiários e não para eles e estavam comprometidas com a promoção da autonomia dessas pessoas e não apenas com a solução de um problema emergencial. Outro diferencial importante é que essas ações não surgiram do vácuo, estavam associadas a experiências que já vinham sendo desenvolvidas nos lugares e territórios contemplados, construídas mediante um diálogo tendencialmente horizontal entre o conhecimento científico e técnico e o saber popular. De um lado, os produtores e produtoras agroecológicas, de outro, atores vinculados à universidade, ONGs, grupos de consumo, redes, movimentos sociais e instituições comprometidas com a promoção da emancipação social.



O contexto que motivou essas ações foi a situação emergencial criada pela pandemia por Covid-19, que amplificou os impactos da crise sistêmica já em curso, aumentando a fome e a carestia em territórios rurais e urbanos, historicamente vitimados pela precarização socioambiental. Além da mera doação de alimentos industrializados, os projetos aos quais me refiro buscaram construir processos mais duradouros, apoiados no desenvolvimento da agroecologia no campo e na cidade e na economia solidária, articulando as periferias urbana, rural e rururbana na construção de alternativas voltadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, à subsistência e à geração de renda nesses territórios.

A seguir analiso o contexto de realização dessas ações, enfocando os impactos da pandemia por Covid-19 no Brasil, no que se refere ao aumento da Insegurança Alimentar e Nutricional da população, principalmente a mais vulnerável.

Covid-19. Todos no mesmo mar, mas em barcos diferentes

No Brasil, a covid-19 chegou de avião e fez as suas primeiras vítimas entre famosos, mas se propagou exponencialmente através dos transportes públicos e de entrega, entre os que não tiveram a opção de ficar em casa, em um país governado por uma necropolítica (Mbembe, 2018) que criminaliza a pobreza, a ciência e a defesa da vida. Apesar da centralidade do debate epidemiológico e hospitalocêntrico, a pandemia deixou clara a determinação social do processo saúde/doença (Breilh, 2010) e o abismo social que distancia o Norte e o Sul metafóricos no Brasil.

As principais vítimas dessa pandemia são a maioria formada pelas “minorias”: negros, mulheres, Sem Teto, quilombolas, indígenas, “povos do campo, floresta e águas”, que vivem em lugares historicamente marcados pela desigualdade social e pela violação de Direitos, incluindo o Direito à alimentação, pois após ter vencido este enorme desafio, o Brasil voltou a figurar no Mapa da Fome

De acordo com o IBGE (2020), entre 2017 e 2018, “a insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de pessoas ao menos em alguns momentos. [...] Dos 68,9 milhões de domicílios do país, 36,7% estavam com algum nível de insegurança alimentar, atingindo, ao todo, 84,9 milhões de pessoas”. Este processo teve início no golpe institucional de 2016 e se aprofundou durante o governo Bolsonaro, com o aumento dos índices de



pobreza, o desmonte das políticas públicas de SSAN, e a extinção do CONSEA nacional (Petersen & Monteiro, 2020c).

Os dados acima revelam que a fome no Brasil é uma opção política. Uma conclusão ratificada pela pesquisa “Insegurança alimentar e covid-19 no Brasil”, recém-lançada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – Rede PENSSAN (2021). Apoiada na rede de pesquisadores que compõem a rede, a pesquisa aplicou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar no Brasil (EBIA), adotada pelo IBGE desde 2004, nas cinco regiões do país. A análise dos dados revelou que “menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus(suas) moradores(as) em Segurança Alimentar. Dos demais, 55,2% que se encontravam em Insegurança Alimentar; 9% conviviam com a fome (Ibid, p. 9)

A pesquisa confirma que a Insegurança Alimentar aumentou significativamente para a população historicamente vulnerabilizada. A fome é maior no campo do que na cidade, no norte e no nordeste, atinge mais a população negra, as mulheres, as pessoas de baixa escolaridade e aquelas sem emprego fixo. Mas, os dados revelaram também o aumento da insegurança alimentar para novos perfis populacionais e regiões do país, indicando uma piora generalizada dos índices, caso a gestão política continue a mesma.

A outra face da Insegurança Alimentar é a desnutrição associada à obesidade. O relatório ‘The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change’ alerta para uma ‘Sindemia global’ formada pela associação entre três pandemias: obesidade, desnutrição e mudança climática (Swinburn et al, 2019). Estes são fenômenos complexos e correlacionados que têm como causa comum o modelo industrial de agricultura, somado ao controle da cadeia agroalimentar por megaempresas da alimentação especializadas em produtos alimentícios altamente processados. Esta concentração de poder favoreceu a imposição de um padrão alimentar a nível mundial que privilegia produtos altamente processados, que tem levado ao crescimento da obesidade e de outras doenças crônicas e não transmissíveis, como doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e alguns tipos de câncer, em todo o mundo (Swinburn, 2019; Petersen & Monteiro, 2020; Wallace, 2020; Breilh, 2010; Hossain, 2017).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Em todo o mundo a pandemia está levando a um aumento da obesidade somada à desnutrição, porque a crise econômica e a consequente perda de poder aquisitivo das famílias, as está obrigando a trocar alimentos mais nutritivos e mais caros (lácteos, frutas, verduras, peixes, carnes, mariscos) por outros mais baratos e com maior percentual de gorduras saturadas, açúcar, sódio e caloria (CEPAL, 2020).

No Brasil, este quadro se agrava pela alta do preço dos alimentos, somada à ausência de políticas que garantam a SSAN dos mais vulneráveis neste momento de emergência sanitária. Ainda mais grave é o dismantelamento das políticas que comprovadamente garantem o acesso da população mais vulnerável a alimentos saudáveis, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PNAE (Petersen & Monteiro 2020).

Neste contexto de abandono da população pelo poder público, ações de solidariedade têm sido organizadas pela sociedade em todo o Brasil, na tentativa de minimizar os impactos perversos da pandemia para os seguimentos mais vulneráveis. Deste conjunto, destaco as redes e movimentos sociais, urbanos e rurais, que atuam com agroecologia em uma perspectiva anticapitalista e de justiça socioambiental, e têm transformado a crise em oportunidade para aprofundar o trabalho de base e o debate político. Se aproveitando das oportunidades de doação de alimentos provenientes da agricultura familiar de viés agroecológico, para questionar a 'velha normalidade' e os seus parâmetros de (des)igualdade nas periferias rurais e urbanas.

Por meio de um movimento dialético de ação-reflexão-ação (Freire, 1979), movimentos sociais, coletivos, ONGs e redes ligadas à agroecologia estão construindo alternativas que apontam a uma normalidade socio e ambientalmente mais justa do que a que vigorava em 2019.

Agroecologias são muitas. Mas todas se relacionam a práticas territorializadas e situadas, que combinam produção sustentável, defesa de um território e questões de saúde, bem como a promoção das economias locais (Collado, 2019; Barrera-Bassols, et al., 2021). Nesta comunhão de fatores reside a sua potência para criar outras normalidades socioambientalmente mais justas do que a da pré-Covid-19.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Barrera-Bassols, et al. (2021, p.10), trabalham com um conceito amplo de agroecologia, entendida como “um tecido eclético de inter-saberes, uma nova interdisciplina / prática ainda em construção, que adota como principais fundamentos epistemológicos, o elo inescapável entre saberes, práticas ou cotidiano e movimentos sociais”. Para os autores, agroecologia é uma estratégia de enfrentamento do capital, portanto não pode ser limitada a sua dimensão ecológica, pois a redução do foco à questão ambiental abre espaço para a sua cooptação pelo agronegócio.

Petersen & Monteiro (2020, s/p) colocam que a “agroecologia se afirma pela sinergia virtuosa entre prática social, teoria científica e movimento político, condensando em um todo indivisível seu enfoque analítico, sua capacidade operativa e sua força social transformadora”. Esta definição sugere que a Agroecologia vem sendo desenvolvida por meio de um diálogo entre os saberes científicos e técnicos e os saberes populares e tradicionais. Isso implica na realização de um esforço por entender a visão de mundo de outros povos nos seus próprios termos, mediante o reconhecimento de múltiplas ontologias (Escobar, 2016), como também implica na “escuta” e no “diálogo” (Valla, 2014; Santos, 2007; Freire, 2011) com aqueles e aquelas que, compartilhando a nossa cultura, estão à margem da sociedade: nas periferias do campo e das cidades.

Paulo Freire (2011), Thiollent (1986), Victor Valla (2014), entre outros teóricos da Educação Popular, defendem que o desenvolvimento de projetos de pesquisa e intervenção, em territórios em situação de vulnerabilização socioambiental, devem ser construídos com e não para os seus beneficiários. O que demanda a construção de relações horizontais e dialógicas com as populações subalternizadas, entendidas como sujeitos e não como objetos da ação. Implica ainda em atuar para fortalecer as comunidades e o vínculo com os seus territórios, e buscar promover a sua autonomia e auto-organização.

Um caminho é o apoio à formação de cooperativas de economia popular, com a proposta de geração de renda para essas comunidades (Escobar, 2020; Collado, 2019; Segato, 2016). Mas, se o objetivo é a transcendência do sistema hegemônico, é necessário ir além da



organização de um coletivo com fins meramente instrumentais e construir “vínculos” sustentados por um sentimento de “solidariedade ativa”¹.

Quatro das cinco “ações emergenciais junto a populações vulneráveis” que eu acompanhei estão alinhadas a esses processos.

Chamada pública para apoio a ações emergenciais junto a populações vulneráveis

Em abril de 2020, a Fiocruz lançou uma chamada pública de abrangência nacional para apoio a ações emergenciais junto a populações vulneráveis, destinada à seleção de projetos, desenvolvidos por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, grupos e coletivos, voltados a frear a disseminação do novo coronavírus e garantir condições mínimas de sobrevivência a populações socioambientalmente vulneráveis. Os projetos deveriam respeitar os protocolos de higiene recomendados para impedir a disseminação do coronavírus e ter foco em pelo menos uma das seguintes áreas: Segurança Alimentar; Comunicação; Saúde mental; promoção da segurança sanitária dos territórios; e assistência a grupos específicos (Fiocruz, 2020).

Nos termos de Alatorre et al. (2016), esta chamada pública pode ser definida como uma “colaboração intersetorial”, porque implicou em uma parceria colaborativa entre Estado, sociedade, movimentos sociais e Academia, para o desenvolvimento, implementação e assessoramento de projetos transdisciplinares, onde a Fiocruz entrou como agente financiadora e avaliadora.

A instituição abriu uma chamada pública aberta a todo o território nacional, criou critérios, definiu áreas temáticas e convidou trabalhadores e trabalhadoras da instituição, com pesquisas e atuação nas diferentes áreas, para colaborarem nos processos de seleção e posterior assessoramento aos projetos contemplados. A Fiocruz não interveio no desenho dos projetos; estabeleceu uma colaboração apoiada no entendimento que “uma das suas funções como instituição pública é apoiar a sociedade por meio de programas que

¹ O conceito de “Solidariedade ativa”, em processo de elaboração, deriva de uma categoria nativa amplamente mobilizada pelo MST e outros movimentos sociais, para qualificar solidariedade de suas ações em apoio a populações em situação de vulnerabilização social durante a pandemia por Covid-19, como uma solidariedade de classe.



promovam o empoderamento/emancipação de grupos mais vulneráveis de nossa sociedade” (Alatorre, et al., 2016, p.16).

A minha atuação neste processo teve início em abril de 2020, como uma das avaliadoras das propostas concorrentes e continuou com o assessoramento a cinco das selecionadas, cujo eixo central era Segurança Alimentar, tinham relação com agroecologia e/ou envolviam população rural. Todos os cinco projetos foram desenvolvidos na região sudeste do Brasil, sendo dois no estado do Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um no estado de São Paulo e outro no Espírito Santo.

Devido à pandemia, o acompanhamento foi feito à distância, por meio de reuniões virtuais e da avaliação de relatórios mensais contendo fotos, vídeos e relatos detalhados das ações. Incluir ainda a aprovação das peças de comunicação desenvolvidas com base em informações fornecidas pela Fiocruz e outras entidades confiáveis. É importante frisar que todos os projetos aprovados se comprometeram a desenvolver estratégias que garantissem o cumprimento dos protocolos de segurança e proteção contra a Covid-19 em todas as etapas envolvidas nas ações, conforme exigência do edital (Fiocruz, 2020).

Devido aos meus interesses, aproveitei a oportunidade para realizar um projeto de pesquisa. O material que sustenta a análise são os documentos fornecidos pelos projetos: relatórios técnicos de natureza textual, imagética e audiovisual, produtos de comunicação e divulgação por eles criados, além de e-mails, mensagens de zap, reuniões coletivas, entrevistas e conversas com os e as coordenadores e participantes dessas ações. Fiel à ideia que a ciência deve contribuir com a emancipação social e inspirada pela Educação Popular (Freire, 2011; Thiollent, 1986) promovi o diálogo entre as diferentes experiências, por meio de encontros virtuais coletivos, da criação de um grupo de zap, e do compartilhamento de materiais criados (com autorização) entre os projetos, tendo em vista promover o intercâmbio de saberes e a geração de novos conhecimentos coletivos. Por já ter a proposta de sistematização dessas experiências, ao fim do processo, demandei aos representantes que refletissem sobre os principais desafios e potencialidades das suas respectivas ações, na intenção de incorporar na análise a avaliação crítica de quem atuou diretamente na sua construção.



As quatro experiências que não se limitaram à mera doação de alimentos industrializados, e potencializaram experiências em pequena escala e territorializadas, associadas a agroecologia, e potencializaram processos de economia popular, de auto-organização e autogestão, que estimularam uma “solidariedade ativa” entre as periferias do campo e da cidade e entre produtores e consumidores, plantaram sementes de onde podem florescer ‘outras normalidades’ social e ambientalmente mais justas do que a velha normalidade pré-covid-19. O que é igualmente reconhecido por Barrera-Bassols et al (2021), segundo quem, as experiências territorializadas, desenvolvidas em resposta aos desafios impostos pela pandemia por Covid-19, favorecem a conquista de uma Soberania Alimentar localizada, e com isso o fortalecimento e escalonamento de outros mundos alimentares possíveis.

As ações que eu acompanhei foram realizadas em territórios em situação de vulnerabilização social, envolveram agroecologia, promoveram uma relação entre periferias rurais, urbanas e periurbanas e revelaram um esforço no sentido de construir processos de mais longa duração, em diálogo com as pessoas dos territórios contemplados. São elas: “Construindo Segurança Alimentar: articulação entre campo e cidade”, realizada em Limeira (SP). “Acesso a alimentação agroecológica e informação segura em tempos de covid-19”, “Campo, a Favela, a Baixada e a Rua de Mãos Dadas - a Rede Ecológica ampliando o acesso à Água Potável e à Comida de Verdade”, implementadas na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e “Saúde econômica e Economia Saudável nas Ocupações e Periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte”, desenvolvida na periferia de Belo Horizonte (MG).

Neste artigo, eu escolhi analisar a menor dessas ações. A minha intenção é mostrar que mesmo experiências em pequena escala podem potencializar processos potentes de autonomia e autogestão e colaborar com a emancipação social dos territórios onde são desenvolvidas.

Inicialmente essa experiência não havia me chamado atenção, porque os relatórios eram fracos em comparação aos das outras ações, e eu não conseguia perceber o potencial emancipatório da experiência. Eu só conquistei essa noção, quando realizei uma entrevista com as responsáveis, já do meio para o fim do processo, com a intenção de entender os principais desafios e potencialidades de realização do projeto, pela perspectiva de quem o estava realizando. A primeira surpresa foi descobrir que a iniciativa de participação na



chamada pública havia sido tomada por uma agricultora, Juraci, membra de um coletivo de produção formado por mulheres do acampamento Elizabeth Teixeira (MST), localizado em uma área rural periférica de Limeira. Após este evento, eu realizei mais duas entrevistas somente com a agricultora, para dar a ela a oportunidade de falar por si e entender a sua participação efetiva no processo. A narrativa a seguir é embasada nos relatórios do projeto e nas três entrevistas realizadas.

Construindo Segurança Alimentar: articulação entre campo e cidade

Promovido pelo Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira MST, representado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/Limeira), o projeto *Construindo Segurança Alimentar: articulação entre campo e cidade* teve duração de seis meses e foi realizado no município de Limeira (SP), em dois territórios em situação de vulnerabilização social: o acampamento Elizabeth Teixeira, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o bairro José Cortez.

Pelos relatos se sabe que ambos os territórios sofrem um intenso processo de vulnerabilização socioambiental e de violação de Direitos, e têm entre si uma relação que precede essa ação emergencial, pois algumas e alguns moradores deste bairro são egressos do acampamento Elizabeth Teixeira, que já sofreu inúmeras tentativas violentas de despejo. Com cerca de 1250 moradores, o bairro José Cortez surgiu em 1999 a partir da ocupação de uma área institucional da prefeitura por 70 famílias, cuja intenção era pressionar o Programa de Lotes Urbanos.

O acampamento Elizabeth Teixeira está localizado no km 138 da rodovia Anhanguera, a 16km de Limeira, em uma área pertencente à União. O acampamento não dispõe de energia elétrica, transporte, saneamento básico e nem água potável. No entanto, fica próximo ao ribeirão Icatu, “o esgoto de Limeira”, e era servido por nascentes e minas de água que, segundo os relatos, foram destruídos por uma fábrica de blocos que se instalou no local: “eles fizeram um buraco na nascente de água e colocaram uma caixa”, deixando o acampamento sem água para beber. Os acampados entraram em conflito com a fábrica, que, em retaliação, “deixaram eles sem água mesmo”. Hoje, o acesso à água, tanto para o



consumo das famílias como para a produção de alimentos, depende de carros pipa fornecidos pela prefeitura, de forma irregular e insuficiente.

O Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira é formado por mulheres do acampamento e foi criado com a proposta de geração de renda para as agricultoras, que produziam para o autoconsumo e para comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae até 2016, quando tiveram a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP suspensa e não puderam mais se beneficiar dessas políticas públicas.

O coletivo passou por inúmeras dificuldades e hoje ele é composto exclusivamente por mulheres, que escoam a sua produção, toda agroecológica, por meio de cestas comercializadas com um “grupo de consumo responsável” organizado na cidade de Limeira e mais recentemente em Campinas.

O “grupo de consumo consciente” foi articulado por iniciativa de duas trabalhadoras do CEDECA que atuam no território, e conta com a participação de alunos e professores do Campus da universidade de Campinas em Limeira, e mais recentemente na cidade de Campinas. Além de ser essencial para garantir renda para as agricultoras, Juraci avalia que “o grupo de consumidores contribuiu para criar uma imagem positiva do acampamento, que era tido como lugar de bandido”.

Os parceiros da universidade e as articuladoras do grupo de consumo apoiam o coletivo Elizabeth Teixeira de diferentes formas. Na área produtiva, a Unicamp iniciou recentemente um projeto de cisterna para captação de água da chuva e um lago para criação de peixe. O apoio à organização e gestão do coletivo pode ser conferido no trecho do relatório transcrito a seguir, elaborado pelas apoiadoras, trabalhadoras do CEDECA. O texto revela o viés emancipatório do coletivo de produtoras e o comprometimento com a autonomia e a autogestão das agricultoras:

Tendo como princípios de atuação a Economia Solidária, a Economia Feminista e Autogestão, o Coletivo se contrapõem à lógica hegemônica capitalista, que se baseia na dinâmica de exploração do(a) trabalhador(a) e na exclusão social. A forma organização coletiva visa repensar as relações de trabalho que estão postas, onde os(as) trabalhadores(as) não sejam explorados(as) e nem alienados(as), cujas decisões sejam tomadas coletivamente em que todos(as) possam construir uma



organização do trabalho cotidiano a partir de relações empáticas e solidárias (relatório final do projeto, n/p).

A ação patrocinada pela Fiocruz teve os objetivos principais de fortalecimento da segurança alimentar e da informação preventiva ao COVID-19, por meio de três estratégias principais: a aquisição de 350 cestas agroecológicas, produzidas pelo Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira e doadas a famílias do Bairro do José Cortez. A montagem e doação de 240 cestas básicas contendo alimentos secos e produtos de higiene a famílias do Acampamento Elizabeth Teixeira e do Bairro José Cortez. E a prevenção do contágio por Covid-19, por meio da produção e distribuição de informativos e de 283 máscaras de pano.

A primeira entrega de cestas básicas incluiu as máscaras e foi realizada em agosto: foram entregues 39 no José Cortez e 41 no acampamento. A primeira cesta verde estava prevista para setembro, mas uma forte seca associada à falta de acesso a água obrigou o adiamento para novembro. Em fins de outubro, a segunda cesta básica foi entregue, desta vez 42 no José Cortez e 40 no Elizabeth Teixeira. Em primeiro de novembro finalmente a primeira cesta verde foi entregue e no fim do mesmo mês a segunda. Em dezembro e janeiro foram realizadas as últimas entregas de cestas verdes, adiadas por conta da seca.

O relatório final descreve que as entregas das cestas verdes foram oportunidades importantes para “compartilhar conhecimentos sobre os alimentos agroecológicos das cestas, que continha Plantas Alimentícias Não-Convencionais, entre outros alimentos difíceis de serem encontrados nos supermercados, como por exemplo o maxixe, a jaca e a banana pão”. O bairro José Cortez pode ser classificado como um deserto alimentar (Santos e Glass, 2018), no qual as famílias não têm acesso a frutas e hortaliças, tanto por falta de dinheiro como por ausência de oferta. Além das hortaliças, temperos, legumes, raízes e frutas, as cestas verdes incluíram alimentos processados de fabricação caseira: pão e bolachas de maisena, que além do valor agregado mais alto fizeram sucesso com as crianças.

O material de comunicação da campanha foi desenvolvido em parceria com estudantes do curso de Psicologia e de Comunicação da Unicamp de Limeira, e as máscaras foram doadas ou compradas de mulheres ligadas ao grupo de consumo e de outras que perderam a sua fonte de renda durante a pandemia. De forma que, além de fomentar a segurança



alimentar e sanitária em bairros periféricos e em situação de vulnerabilização social, este projeto oportunizou geração de renda tanto para as produtoras rurais como para as mulheres da cidade, as costureiras que produziram as máscaras.

Esta ação se diferencia das demais por ter sido iniciativa de uma agricultora, Juraci, membra do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, que soube da chamada pública e buscou o apoio do “Grupo de consumo consciente” e do CEDECA, com os quais já estava articulada. Isso revela a pré-existência de uma relação de colaboração, de parceria e de confiança estabelecida entre o coletivo de produtoras e ambas as organizações, que também têm relações entre si.

A ação emergencial contou com o apoio material do CEDECA (o carro que transportou as doações) e teve a sua realização viabilizada por uma rede formada quase exclusivamente por mulheres: trabalhadoras do CEDECA, membras do grupo de consumidores, produtoras do coletivo Elizabeth Teixeira e lideranças comunitárias, essas últimas foram as principais articuladoras nos seus respectivos territórios.

Como as cestas eram limitadas, foi necessário selecionar as famílias que receberiam as doações nos dois territórios, ficando o CEDECA com essa responsabilidade. Todas as entregas contaram com a presença de ao menos uma produtora rural do Coletivo e uma liderança comunitária do bairro, o que oportunizou o contato entre essas mulheres e o desenvolvimento de um “vínculo” entre elas.

Conforme Rita Segato (2016 *In*. Escobar, 2020), a vincularidade é disfuncional para o capital, porque, ao fortalecerem-se os laços de reciprocidade que unem uma comunidade e articulam redes de apoio, são valorizados referentes de felicidade que não podem ser substituídos pela posse e pelo consumo de coisas, o que torna os sujeitos menos vulneráveis aos apelos do capital.

A possibilidade de (re)existência de “outras normalidades”, social e ambientalmente mais justas, prescinde de outra forma de fazer política. Uma que seja apoiada na solidariedade, fraternidade, amizade, afeto, compreensão, sororidade: valores historicamente associados às mulheres, que são as responsáveis históricas pela reprodução da vida, pelo cuidado com



a família e pela guarda das sementes. Isso implica no exercício de uma “forma feminino-popular de se fazer política”, como colocado por Escobar (2020: 51).

As mulheres periféricas têm contribuído para feminilizar a política, ao fazer do cotidiano do mundo da vida uma luta social por Direitos e pela garantia de condições suficientes e satisfatórias para a reprodução material da vida social.

De acordo com a agricultora, a sua principal motivação para participar da chamada pública foi a oportunidade de adquirir cestas básicas para a sua própria comunidade. No diálogo com as entidades parceiras, o projeto ganhou nova escala e passou a contemplar outro território e a objetivar, também, o escoamento da produção do coletivo, por meio da doação dos alimentos por ele produzidos.

Apesar da motivação pragmática e auto interessada, os relatos de Juraci revelam que a ação potencializou a construção de vínculos (Segato, 2016) entre as agricultoras e as mulheres do bairro José Cortez. O sentimento de solidariedade surgido entre essas mulheres foi favorecido pela oportunidade de troca e de contato entre elas, nos momentos de entrega das cestas. Esta ligação fez com que as agricultoras buscassem entregar mais produtos do que aqueles comercializados com o projeto, na intenção de contemplar mais famílias. Isso porque, como disse Juraci, “no acampamento, quando falta dinheiro para o pão, sempre tem um aipim no quintal para matar a fome das crianças”, diferentemente do José Cortez, onde as mulheres não têm terra para plantar.

As coordenadoras do projeto apontaram que um dos grandes desafios foi exatamente equacionar o grande número de famílias necessitadas à disponibilidade limitada de cestas. Esta questão foi administrada solidariamente pelas próprias beneficiárias, que avisavam quando ainda tinham alimentos, criando oportunidade de ajudar outras famílias que naquele momento precisavam mais.

Outro evento revela a relação de solidariedade e compreensão desenvolvida entre os territórios. Uma forte seca, associada à falta de acesso a água no acampamento, ocasionou a perda de grande parte da produção e o atraso na entrega das cestas verdes em dois meses. Este problema foi compartilhado com as lideranças do bairro José Cortez, que se mostraram solidárias às agricultoras, e debatida coletivamente entre o grupo de consumo,



as produtoras rurais e um grupo de apoiadores da UNICAMP, que juntos buscaram uma alternativa para minimizar os seus impactos. A solução consensuada foi a implementação de um sistema de irrigação por gotejamento, a intensificação de práticas agroecológicas de cobertura de solo e o adiamento das entregas de cestas verdes por mais algumas semanas.

As últimas cestas verdes foram entregues em dezembro e janeiro e Juraci relatou que este foi um momento triste para as agricultoras e para quem as recebeu. Como consolo, ela presenteou a comunidade com um bolo “Mané pelado”, “e o povo adorou”.

Infelizmente elas não tinham perspectiva de continuidade da ação sem os recursos provenientes da chamada pública. Mas, apesar disso esta experiência deixou legados: o vínculo construído entre os territórios rural e urbano, a melhoria da imagem do coletivo junto às pessoas da cidade e a consequente ampliação do grupo de consumidores conscientes, a melhoria das condições de produção, e o processo de amadurecimento do coletivo em si.

“O mundo segue se reproduzindo segundo lógicas de cuidado e de preservação da vida” e a “transição solidária” (Collado, p. 117-118) se consolidando no cotidiano da reprodução social. Esta experiência é um exemplo de como a “revolução” está sendo construída em nível micro e a partir da escala local, apoiada nas pequenas experiências territorializadas que vêm sendo desenvolvidas no cotidiano, por coletivos, ‘novos comuns’ e comunidades periféricas rurais, urbanas e rururbanas em todo o mundo. Consideradas em conjunto, formam um “pluriverso” de iniciativas que não estão isoladas, articulam-se em rede e neste movimento vão ganhando novas escalas e ampliando o seu alcance e potência. (Collado, 2019; Escobar, 2020).

Considerações finais

A atual emergência sanitária contribuiu para agudizar e evidenciar uma crise estrutural mais profunda, com vieses social, ambiental e ecológico. Um processo que tem se intensificado com grande contribuição da indústria mundial da alimentação. Esta concentração de poder favoreceu a imposição de um padrão alimentar a nível mundial que privilegia produtos altamente processados, que tem levado ao crescimento da obesidade e de doenças crônicas e não transmissíveis a ela associadas.



Neste cenário, a agroecologia surge como a principal alternativa, pela sua capacidade de conjugar produção de alimentos saudáveis e diversificados à preservação socioambiental. Neste cenário de precarização extrema e de fome, o alimento ganhou centralidade e as experiências em agroecologia e solidariedade têm revelado o seu potencial para promover uma aliança entre: as periferias do campo e da cidade, os trabalhadores precarizados urbanos e rurais, e produtores e consumidores conscientes. Refiro-me aqui a “utopias concretas”, que a partir dos seus lugares e territórios estão assentando as bases de um novo paradigma Ecosocial.

Referências Bibliográficas

- ALATORRE-FRENK, G, et al. (2016). Para construir lo común entre los diferentes. *Guía para la colaboración intersectorial hacia la sustentabilidad*. México: Grupo de Estudios Ambientales, AC y Red de Socioecosistemas y Sustentabilidad.
- BARRERA-BASSOLS, N., M. GONZÁLEZ DE MOLINA, N. MONTOYA, O. MORALES VILLEDA, & SH. MESEGUER. 2021. La cruel pandemia, crisis de la modernidad y agudización de la crisis alimentaria en el mundo. Luchas y salidas comunes. In: J. Tobar (ed.). *La pandemia y el Buen Vivir*. Colombia: Editorial UNICAUCA
- BREILH, J. (2010). Las tres ‘S’ de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. In. Nogueira, R. P. (org.). *Determinação social da saúde e reforma sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes.
- CEPAL, N. (2020). *Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe*.
- COLLADO, A. C. (2019). Los Nuevos comunes: disputando la transición inaplazable. *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica: RIESISE*, (2), 103-124.
- ESCOBAR, A. (2016). Sentipensar con la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*, 11(1), 11-32.



- ESCOBAR, A. (2020). El pensamiento crítico en tiempos de la pandemia. In. Quijano, V. & Corredor, C.J. (Eds.), *Pandemia al sur* (pp.31-54). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros
- FIOCRUZ (RJ). Covid-19: Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis. Rio de Janeiro, 2020.
- FREIRE, P. (1979). *Pedagogia do oprimido*. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOSSAIN, N. (2017). *Inequality, hunger, and malnutrition: Power matters*. International Food Policy Research Institute, Welthungerhilfe, and Concern Worldwide.
- IBGE (2020). POF 2017-2018. *Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2017- 2018*.
- MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção*. Rio de Janeiro: n-1 edições.
- PETERSEN, P. & MONTEIRO, D. (2020, 8 maio). Agroecología ou Colapso (1). *Outras Palavras*, São Paulo.
- SANTOS, B. D. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, (78), 3-46.
- SANTOS, M. &. (2018). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- SEGATO, R. L. (2018). La guerra contra las mujeres. *Política y Sociedad*, 55(2), 639-643.
- SEGATO, R.L. (2020). Coronavirus: todos somos mortales. Del significativo vacío a la naturaleza abierta de la historia. In. Quijano, V. & Corredor, C.J. (Eds.), *Pandemia al sur* (pp.31-54). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros
- SVAMPA, M. (2019). Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias (p. 144). transcript Verlag.
- SVAMPA, M. (2020). Reflexiones para un mundo post-coronavirus. *Revista Nueva Sociedad*.
- SWINBURN, B. A et al. (2019). The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. *The lancet*, 393(10173), 791-846.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



THIOLLENT, M. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez

VALLA, V. V. (2014). A crise da interpretação é nossa: procurando entender a fala das classes subalternas. In *II caderno de educação popular em saúde* (pp. 35-48).

WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Editora Elefante, 2020.



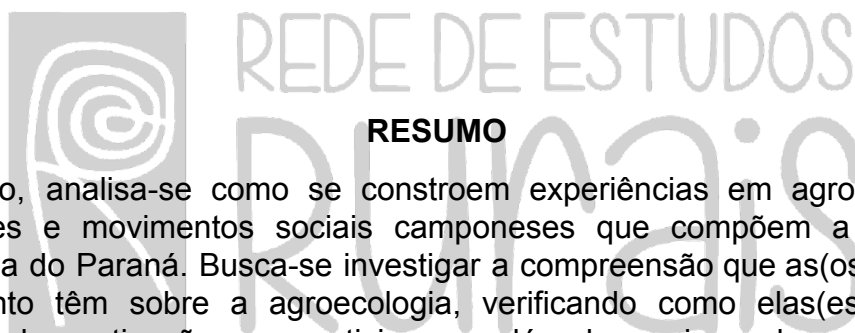


Conhecimento, práticas e organização camponesa na Jornada de Agroecologia do Paraná

Brendo Henrique Da Silva Costa - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Angélica Servegnini De Wallau - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Josiane Carine Wedig - Universidade Tecnológica Federal do Paraná



RESUMO

Neste artigo, analisa-se como se constroem experiências em agroecologia por organizações e movimentos sociais camponeses que compõem a Jornada de Agroecologia do Paraná. Busca-se investigar a compreensão que as(os) integrantes desse evento têm sobre a agroecologia, verificando como elas(es) definem a Jornada, qual a motivação para participarem, além de averiguar de que maneira ela tem contribuído para a reivindicação de políticas públicas voltadas para a agroecologia. O percurso metodológico se pautou em pesquisa qualitativa, com análise documental – principalmente das cartas elaboradas em cada um dos encontros precedentes – observação participante e entrevistas semiestruturadas. Com a análise, procurou-se compreender como a Jornada auxilia nas práticas cotidianas da agricultura camponesa, através do estímulo à produção de alimentos saudáveis. Também foi observado o papel dos movimentos sociais na reivindicação por reforma agrária popular e pela soberania alimentar. A partir dessas perceptivas, verificou-se a importância do evento para o debate referente às políticas públicas. Além disso, é um espaço de mobilização que tem ressaltado a importância dos jovens e das mulheres na construção da agroecologia.

Palavras-chave: Jornada de Agroecologia. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.



INTRODUÇÃO

Este artigo analisa como eventos públicos, organizados por movimentos sociais, mobilizam famílias camponesas e consumidoras(es) para a promoção da agroecologia. Através desse debate público, aqueles visam propor políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento rural sustentável.

A Jornada de Agroecologia do Paraná é um evento itinerante que ocorre desde 2002 e tem como objetivo proporcionar diálogos e propor ações conjuntas de movimentos sociais em torno de perspectivas agroecológicas. A sua criação ocorreu em 2001 a partir de articulações entre movimentos sociais e organizações atuantes no espaço rural e urbano do estado. O público majoritário das diversas edições é de camponesas(es) integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de outras organizações coletivas, técnicas(os), estudantes e docentes.

Desde a sua criação, o propósito desse evento é a construção permanente de promoção da agricultura camponesa ecológica. Oito cidades já sediaram o evento: Ponta Grossa, Cascavel, Francisco Beltrão, Londrina, Maringá, Irati, Lapa e Curitiba. O lema de “Terra livre de transgênicos e sem agrotóxico” perpassou todas as edições. É um evento que propicia o encontro para compartilhamento de conhecimento e criação de relações de reciprocidade. Também, é um importante espaço de comercialização de alimentos, principalmente nas edições que ocorreram em Curitiba e que tinham como um dos objetivos, a relação com consumidoras(es). A Jornada conta com feiras para comercialização e exposição de alimentos e outros produtos da agricultura camponesa, cozinhas de preparação coletiva das refeições, alojamentos onde as(os) participantes dormem durante os dias do encontro, e espaços para apresentações culturais.

A pesquisa que realizamos iniciou com a análise documental das cartas produzidas na Jornada, desde o ano de 2002, onde foram identificados os principais temas abordados em cada ano. Isso nos permitiu verificar as pautas agroecológicas



dos movimentos sociais do campo ao longo de 18 anos. Além disso, trabalhamos com a observação participante, durante a 18ª edição da Jornada de Agroecologia, em 2019, realizada na cidade de Curitiba. A nossa inserção na Jornada se deu por meio da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR)¹, organização que tem um protagonismo no evento. Acompanhamos a feira de comercialização de alimentos, as atividades culturais, os atos políticos, além das palestras e oficinas. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com camponesas(es) participantes da Jornada, as quais possibilitaram uma análise sobre o seu modo de inserção nesse espaço. Foram realizadas cinco entrevistas, quatro delas com integrantes do MST e uma com integrante da ASSESSOAR.

No artigo, apresentamos alguns aspectos da relação dos movimentos sociais com a agroecologia. Na sequência, um histórico da Jornada de Agroecologia explicitando como ocorreu a escolha das cidades-sede e a dinâmica de funcionamento da última edição. Discutimos a relação da Jornada de Agroecologia com as pautas da agricultura camponesa e com as reivindicações por políticas públicas. E, também, apresentamos a Jornada como um espaço de compartilhamento de conhecimentos e de enfrentamento à monocultura.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E A AGROECOLOGIA

As guerras mundiais, especialmente a segunda, representaram um momento de reorganização da geopolítica mundial e do aparecimento de novas diretrizes para a economia mundial. A interdependência entre Ciência, Indústria e Estado fez emergir os mercados de produtos da indústria química da guerra, adaptados para a agricultura. Esse projeto, idealizado por entes públicos e privados, estabeleceu a modernização da agricultura conhecida por Revolução Verde, que se apresentava

¹ Fundada em 1966 na cidade de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná, por jovens agricultoras(es), com apoio de padres belgas, a ASSESSOAR é uma entidade jurídica de direito privado e filantrópica. Atua com diversos atores sociais para o desenvolvimento da agricultura camponesa, com foco na agroecologia, na educação do campo e nas tecnologias ecológicas.



como uma estratégia para a superação da escassez de alimentos, no entanto, que acentuou a reprodução do capital na agricultura. Com a promessa de modernização do campo, adentrou no espaço rural por meio do pacote tecnológico, com variedades de sementes híbridas, denominadas como de alto rendimento, mas que eram intensivamente dependentes de agroquímicos, de irrigação e de mecanização (SHIVA, 2015).

A Revolução Verde provocou consequências como a destruição ecológica do solo, dos mananciais e da pluralidade de culturas agrícolas dos diversos povos (SHIVA, 2015). O modelo fundado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos e a retórica de alimentar o mundo descaracterizaram as agriculturas tradicionais, convertendo-as em uma estrutura agroindustrial (PAULA, 2017), estendendo as relações industriais ao campo (MCMICHAEL, 2016). Isso desencadeou mudanças nas formas de alimentação, afastando o ato de comer de sua tradição natural e aproximando-o de práticas alimentares globalizadas, fazendo com que o alimento passasse a ser entendido como mercadoria (PAULA, 2017).

Nesse contexto, empresas multinacionais controlam a produção, a comercialização e a distribuição de sementes, insumos e alimentos, transformados em *commodities*, em todo o mundo e sob o domínio dos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008). A produção e o abastecimento de alimentos, das estruturas políticas e econômicas prevaletentes do atual sistema agroalimentar, vinculadas às grandes indústrias, impedem o protagonismo e a autonomia das famílias agricultoras em seu cultivo e consumo, gerando pobreza e acarretando êxodo rural. É um sistema que disponibiliza à população um regime alimentar barato e ineficiente, distanciado de valores biológicos e culturais, direcionado apenas ao retorno econômico das grandes redes agroalimentares (PAULA, 2017). A transformação dos alimentos em meros produtos industriais fortalece o poder corporativo, debilitando a possibilidade de as famílias camponesas produzirem alimentos de qualidade e em suas próprias comunidades (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2016).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O modelo capitalista de produção agrícola, orientado na lógica economicista e em uma visão nortecentrada para implementação de políticas de desenvolvimento, reproduz o que Vandana Shiva (2003) denominou como projetos de homogeneização do mundo. Emma Siliprandi (2015) refere que esse modelo ocasiona o aumento da produtividade agrícola, contudo, causa graves problemas sociais e ambientais — como o êxodo rural, a concentração de terras e de renda, o desmantelamento de comunidades tradicionais, a perda de biodiversidade e a contaminação dos alimentos. Esse sistema, que se funda na dependência tecnológica em relação às grandes empresas, gera expropriação e aumento das desigualdades sociais e econômicas no campo.

Perante essa realidade, os movimentos sociais do campo, como MST, passaram a ter como pautas de luta, o acesso a terra e a melhores condições de vida, para que as(os) trabalhadoras(es) possam produzir alimentos para autoconsumo e comercializar seus excedentes, com preços justos, para a população urbana e para os mercados institucionais, como o da merenda escolar. A partir dos anos 2000, o MST passa a propor a agroecologia enquanto forma de fazer agricultura tendo como bandeiras, a produção de alimentos livres de agrotóxicos, a recuperação da biodiversidade, o cuidado com o manejo dos solos e a proteção das fontes de água.

Para Miguel Altieri (2001), há muito tempo os movimentos sociais camponeses defendem a necessidade da terra para a produção de comida. Aqueles ligados à Via Campesina (organização camponesa internacional) defendem a produção de alimentos pelas famílias agricultoras, e não vinculada ao controle de grandes agroindustriais. Conforme o autor, através da agricultura camponesa, é possível proteger os empregos no campo, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, vislumbrando a soberania alimentar como alternativa ao atual modelo neoliberal. Ela se constituiu, também, em um instrumento de defesa da autonomia dos mercados de cadeias curtas, dos ciclos locais de produção e



consumo e das redes de comercialização direta entre famílias agricultoras e consumidoras(es).

A Via Campesina foi criada com o objetivo de se contrapor à apropriação de recursos naturais por empresas privadas e atua no Brasil por meio dos seguintes movimentos: MST, Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Essa organização possui um papel fundamental na articulação da Jornada de Agroecologia, proporcionando uma mediação política entre os movimentos e autoridades políticas, além de trazer uma visibilidade internacional para a luta desses movimentos.

A Jornada de Agroecologia pode ser dividida em dois focos principais: realizar a promoção da agroecologia para a sociedade e levar o debate referente à reforma agrária para espaços não rurais. A agroecologia, enquanto perspectiva de agriculturas e de vida, opõe-se ao modelo implantado pela Revolução Verde que está pautado na monocultura, no latifúndio e no controle colonial dos conhecimentos, da terra, da produção e do consumo de alimentos. Constituída enquanto ciência, movimento e prática, ela apresenta aportes para repensar as relações de poder e de dominação, buscando transformar a lógica mercantil das monoculturas e das *commodities* agrícolas. Visa reintegrar os agroecossistemas e defende uma concepção de sociedade amparada não só por valores monetários, contribuindo para a construção de uma outra ética, viabilizando relações mais simétricas e possibilitando outras agriculturas, pautadas nos sistemas agrícolas tradicionais (MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013).

Nessa conjuntura da agricultura hegemônica no Brasil, que está moldada para atender às necessidades dos países centrais do sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 2001), é importante ampliar a compreensão do modo como as(os) camponesas(es) constroem e compartilham os seus conhecimentos sobre a agroecologia. Ademais, salienta-se a importância dos espaços da Jornada de

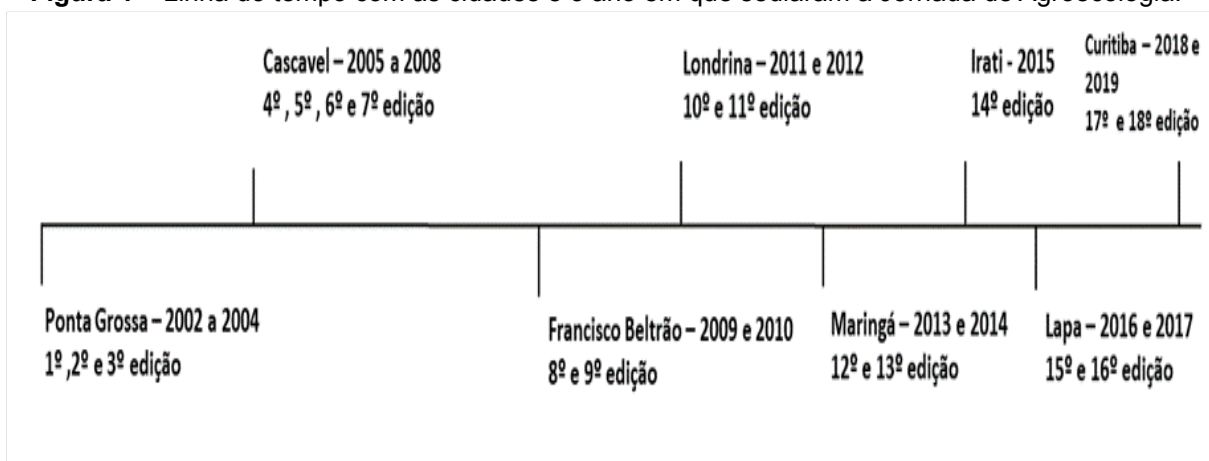


Agroecologia para as suas reivindicações, para a construção de políticas públicas a respeito de uma agricultura sustentável e sobre a reforma agrária popular.

2 HISTÓRIA E ESPAÇOS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA

A Jornada de Agroecologia é um evento itinerante que acontece desde 2002 e tem o propósito de ser parte de uma construção permanente de promoção da agricultura camponesa e ecológica. Ela foi criada a partir de uma coalizão política entre movimentos sociais e organizações camponesas. Majoritariamente, o público presente nas edições da Jornada de Agroecologia é de camponesas(es) integrantes de movimentos sociais, estudantes e docentes de universidades. O objetivo da Jornada, desde a sua concepção, é ser um espaço para o estudo, para a mobilização política e para a troca de conhecimentos (BARCELLOS, 2012). Na Figura 1, apresentamos uma cronologia dos encontros e das cidades que já sediaram o evento.

Figura 1 – Linha do tempo com as cidades e o ano em que sediaram a Jornada de Agroecologia.



Fonte: elaborado pelo primeiro autor (2020).

Nas cartas-manifestos, elaboradas ao final de cada uma das edições da



Jornada de Agroecologia, é reforçada a necessidade da reforma agrária popular que visa estabelecer um limite máximo para a propriedade privada. A concentração de terra e os latifúndios são denunciados como aqueles que causam a violência no campo. A edição do evento de 2008 ocorreu em meio a um contexto de criminalização e de assassinato de integrantes do MST, além de ameaças feitas por integrantes de Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO) e do Movimento dos Produtores Rurais (MPR) aos meios de comunicação da região de Cascavel, cidade que sediou o evento (BARCELLOS, 2012).

A reforma agrária popular é proposta como uma maneira de superar o modelo neoliberal vigente na agricultura brasileira, que está pautado no trabalho análogo ao escravo e na concentração de terras — acarretando êxodo rural e consequente aumento na concentração populacional nos espaços urbanos sem infraestrutura. A Jornada auxilia na luta, divulgando essa pauta e denunciando manobras da bancada ruralista e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que violam os direitos constitucionalmente garantidos aos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadoras(es) rurais.

A cidade de Ponta Grossa, que sediou as três primeiras edições, é marcada pela forte presença do agronegócio e pela ligação com a União Democrática Ruralista (UDR)². Para os organizadores da Jornada, o enfrentamento ao agronegócio é necessário para que seja possível a construção de um desenvolvimento rural sustentável, baseado na reforma agrária popular e na agroecologia (JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2019).

A cidade de Cascavel sediou as quatro edições seguintes. Foi ali que foi constituído o MST na década de 1980. Trata-se de um território fortemente marcado pela presença do agronegócio, com sua produção voltada para as monoculturas de milho e de soja. O principal debates se manteve relacionado à contraposição entre o uso das terras para a produção de transgênicos – que ainda eram proibidos no

² Entidade que foi criada em 1958 e é uma das principais instituições ligadas ao setor latifundiário brasileiro.



Paraná, naquele período, mas que já entravam clandestinamente no país – e para a reforma agrária popular e a agroecologia (JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2019).

Francisco Beltrão acolheu a 8ª e a 9ª edição da Jornada. A região é marcada pela forte presença de empresas integradoras e de fomento ao agronegócio. A sua formação histórica é marcada pela luta de acesso a terra, protagonizada por famílias camponesas na década de 1950, constituindo o movimento denominado como Revolta dos Posseiros, um levante agrário onde as(os) colonas/posseiras(os) estabeleceram resistências frente às companhias grileiras de terras que se utilizavam de jagunços para amedrontá-las(os) e expulsá-las(os) de suas áreas (PEGORARO, 2008).

Em Londrina, a Jornada contou com uma ampla participação de estudantes universitárias(os) e secundaristas, com um destaque para o debate sobre o protagonismo da juventude, objetivando fortalecer a agricultura camponesa na Região Norte Central do Paraná. Em 2013 e 2014, o evento ocorreu em Maringá e o principal motivo da escolha da cidade foi de realizar o encontro em um espaço camponês agroecológico — a Escola Milton Santos de Agroecologia, criada no ano 2000 pelo MST. A escolha tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento por meio da agroecologia (ALANIZ; DAL RI, 2019).

A 14ª Jornada de Agroecologia ocorreu em 2015, na cidade de Irati, questionando o sistema judiciário que criminalizou lideranças de organizações e de movimentos sociais, tendo como caso emblemático, os agricultores presos em 2013 na operação Agro Fantasma, que investigava supostas fraudes no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2016, ocorreu a absolvição dos réus devido à ausência de provas (RUSCHEL, 2019).

A cidade de Lapa recebeu a 15ª e a 16ª edição. A região conta com a presença de comunidades tradicionais, como os faxinalenses³ e é onde está

³ Camponesas(es) que habitam os faxinais, os quais são áreas de uso comum, cuja ocupação se deu ainda no período colonial.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



localizado o Assentamento do Contestado que sedia a Escola Latino-Americana de Agroecologia, fundada em 2005 como a primeira escola de graduação em agroecologia do país (JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2019).

As últimas edições da Jornada ocorreram em Curitiba, com o objetivo de unificar as reivindicações de trabalhadoras(es) do campo e da cidade na luta por uma comida de verdade e também para realizar uma maior aproximação de consumidoras(es), além de levar o debate sobre a agroecologia e a reforma agrária para o público não rural e contar com o apoio destes em lutas futuras. As praças centrais e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram lugares que acolheram o evento, somando o conhecimento popular e tradicional ao científico.

A Jornada de Agroecologia é espaço de partilha de conhecimentos, encontros e luta política. Na edição que acompanhamos em Curitiba, observamos que o evento conta com feiras de alimentos e outros produtos, cozinhas e alojamentos coletivos. No primeiro dia, as delegações se dirigiram ao lugar de credenciamento, onde recebiam bolsas, botons e materiais impressos a respeito do evento. Todos os dias ocorriam reuniões entre as delegações para a organização das atividades. Os horários para entrada e saída dos alojamentos foram estabelecidos previamente, e as(os) próprias(os) camponesas(es) faziam a segurança desses espaços.

A feira da agrobiodiversidade, que aconteceu na 18ª edição, contou com 100 coletivos camponeses que comercializaram seus produtos, além de 12 coletivos no espaço Culinária da Terra, que preparavam alimentos para serem vendidos e comidos no local. Os produtos comercializados foram: sementes crioulas, hortaliças, bolachas, pães, plantas alimentícias não convencionais (PANC), além de livros, roupas, artesanatos e remédios naturais, todos oriundos de comunidades camponesas. As feiras apresentam um papel importante na interação das(os) camponesas(es) com a população urbana, além de proporcionar uma troca de conhecimentos e auxiliar a desfazer o preconceito propagado sobre os movimentos sociais de luta por reforma agrária.



Outro espaço importante da Jornada são as cozinhas coletivas ou cozinha comunitária, na qual era preparada a comida para aquelas(es) camponesas(es) que estavam em Curitiba para comercializar ou expor as suas produções. Durante os quatro dias de evento foram servidos café da manhã, almoço e janta. A estrutura dessa cozinha comunitária foi alocada na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFPR, dividida em sete cozinhas menores, sendo que seis delas eram para membros do MST de diferentes regiões do Paraná e a outra compartilhada por integrantes da ASSESOAR, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Rede Ecovida Sudoeste do Paraná, UTFPR – *campus* Pato Branco e Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *campus* Capanema.

A cozinha é um espaço essencial à logística e à manutenção de todas as atividades da Jornada, ocorrendo a partilha de conhecimentos, de experiências, de temperos, de sementes e de afeto. É na cozinha que as(os) participantes se conhecem e se reencontram (WALLAU; COSTA; WEDIG, 2019). Mesmo dividida em sete cozinhas, de grupos de distintas regiões, os alimentos eram compartilhados

Figura 2 – Cozinha comunitária da 18ª Jornada de Agroecologia.





Fonte: arquivo do primeiro autor (2019).

A Jornada de Agroecologia é um evento que possibilita o compartilhamento de conhecimentos, além de promover a agroecologia e a reivindicação pela reforma agrária popular como forma de potencializar um desenvolvimento rural sustentável.

3 AGRICULTURA CAMPONESA E AGROECOLOGIA: REIVINDICAÇÕES POR POLÍTICAS PÚBLICAS

A Jornada de Agroecologia, desde a sua criação, afirma um compromisso com a agricultura camponesa. No manifesto que antecedeu o evento de 2001, entre os princípios apresentados, estava a valorização da agricultura familiar e camponesa como base da organização sociocultural e econômica da produção agrícola. Durante as 18 edições, esse princípio vem sendo promovido através da articulação de organizações da agricultura camponesa que se contrapõem diretamente ao agronegócio e ao projeto neoliberal, proposto para o desenvolvimento dos espaços rurais.

A partir da 2ª edição, ocorrida em 2003, as(os) participantes da Jornada pautaram a necessidade da criação de políticas públicas destinadas à agroecologia. Com isso, as ações realizadas através do evento têm colaborado para o debate sobre políticas públicas de agroecologia e agricultura camponesa. Sem essas mobilizações, a realidade presenciada hoje poderia ser totalmente diferente.

Durante a Jornada, as(os) camponesas(es) constaram que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, estava voltado para o financiamento do pacote agrícola da Revolução Verde. As reivindicações camponesas e a articulação de organizações fomentadoras da agroecologia permitiram que ocorresse uma ação política para o estabelecimento de uma linha de crédito específica para a agroecologia, em 2006, o PRONAF Agroecologia. As propostas para essa modalidade consideravam a possibilidade do



uso de sementes crioulas e de condições específicas para famílias interessadas em desenvolver o sistema de produção de base agroecológico (MOURA, 2017).

Além disso, outras políticas públicas foram criadas para o fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo do PAA, como apoio estrutural do Programa Fome Zero. As diretrizes do PAA visam à inclusão econômica e social por meio da valorização e do consumo de produtos oriundos de propriedades familiares. O programa permite que organizações sociais formem seus próprios estoques e façam a comercialização dos seus produtos. Da mesma forma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), surgido em 1995, foi ampliado no ano de 2009 para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos e estabeleceu uma relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar (MOURA, 2017).

Grande parte das(os) camponesas(es) que participam da Jornada estão integradas(os) a essas políticas públicas, a partir das quais realizam a comercialização da sua produção para os mercados institucionais. Como relata dona Genecilda, camponesa integrante do MST:

Nós (Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná – CREHNOR⁴) estamos com toneladas e toneladas de alimentos para o PNAE estadual e municipal e também para o exército, estamos com um projeto de 160 mil para fornecer alimentos para o exército (GENECILDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2019).

Durante a sua 6ª edição, em 2007, a Jornada propôs o debate sobre a implementação de um programa de merenda escolar ecológica no Paraná. Em 2019, após 12 anos desse debate, o governo estadual aprovou a lei que garante que 100% da merenda escolar da rede estadual será orgânica, até 2030. Entretanto, a deputada estadual Luciana Rafagnin cobrou a publicação do decreto, visto que, passado um ano de sua aprovação, ainda não havia sido publicado no diário oficial

⁴ Dona Genecilda é uma das sócias fundadoras da Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (CREHNOR).



(PARANÁ, 2020). Para que a iniciativa contemple e fortaleça a agricultura familiar e não seja apropriada pelo agronegócio, é necessária a criação de incentivos técnicos e econômicos para a produção familiar e camponesa. O que se observa são avanços e recuos nessas políticas públicas para a agricultura camponesa e a agroecologia, como por exemplo, em 2012, em que o governador do estado, Beto Richa, vetou o projeto de lei no 403/11, que destinava incentivos à implementação de sistema de produção agroecológicos, alegando que a iniciativa do projeto não era de interesse público (MST, 2012).

Em 2013, na 12ª edição da Jornada, houve novamente a pressão popular para o estabelecimento de políticas públicas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Essas reivindicações se inserem no que Paulo Niederle et al. (2019) definiram como percurso de criação de políticas públicas, fóruns e arenas de participação social que construíram um pensamento crítico relacionado à modernização da agricultura e, contrapondo-se a ela, propuseram a produção de alimentos de forma sustentável.

Durante todas as edições da Jornada foi realizado o debate da reforma agrária popular e da garantia do direito a terra e ao território de povos e comunidades tradicionais, como os coletivos indígenas e quilombolas. Também foram feitas denúncias sobre a morosidade na regularização desses territórios no estado. No caso das comunidades quilombolas, há mais de 50 reconhecidas, 30 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e apenas uma com a titulação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o quilombo Paiol de Telha, da cidade de Reserva do Iguaçu.

As diversas edições da Jornada reafirmaram, através de suas cartas-manifestos, a importância de se garantir a permanência das(os) jovens e das mulheres no campo, através do acesso a políticas públicas de educação, cultura, saúde e moradia, além de promover o combate à violência doméstica e incentivar a



luta feminista, pois como tem reafirmado: “sem feminismo não há agroecologia”⁵.

A Jornada permite que as(os) jovens se tornem lideranças nas suas comunidades, pois os conhecimentos adquiridos passam ser difundidos por elas(es) em suas realidades. Ana Paula, jovem camponesa, integrante do MST, relata como a sua participação na Jornada lhe permitiu adquirir e compartilhar conhecimentos sobre a certificação de sementes orgânicas, e com isso foi se tornando uma liderança na sua comunidade, o assentamento do Contestado, no município da Lapa:

Acho que foi Irati, eu fui especificamente para participar do debate que tinha sobre as sementes orgânicas, porque gerava muita polêmica no nosso núcleo de agroecologia e ninguém sabia explicar. Eu falei: eu vou nessa bagaça só para saber explicar, porque daí eles veriam. Havia muita pressão em cima de mim porque eu era a que mais lia, que tinha mais interesse pelas sementes orgânicas (ANA PAULA, ENTREVISTA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2019).

Através da análise das cartas e de nossa observação participante na 18ª Jornada, é possível perceber que jovens e mulheres são a maioria dos participantes desse evento, atores sociais que assumem um protagonismo na crítica ao modelo convencional de agricultura e que estão empenhados em construir formas distintas de fazer agriculturas. A Jornada proporcionou espaço para que as(os) camponeses lutassem por políticas públicas, inserindo as(os) jovens nesse processo, além de proporcionar trocas de conhecimento.

4 COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS E ENFRENTANDO A MONOCULTURA

A agroecologia não é mera técnica, é uma relação de cuidado com a nossa Casa Comum que é a Terra. Lutamos pela agroecologia como forma de

⁵ O III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido em 2014, em Juazeiro, na Bahia, trouxe para o debate a necessidade de a construção da agroecologia estar pautada no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e às violências sexistas e coloniais que invisibilizam, oprimem e destroem os territórios e os corpos das mulheres. Teve como lema: “Sem feminismo não há agroecologia”.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



superação das crises econômica, política, social e ambiental, sobretudo pela transformação da sociedade (JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2016).

Desde a sua criação, a Jornada de Agroecologia visa ao fortalecimento e à promoção de uma agricultura de base ecológica. Nas diversas edições foram elaboradas cartas-manifestos que realizam a crítica às estruturas políticas-econômicas prevaletentes no atual sistema agroalimentar, dimensão que também é identificada em outros contextos por Ernesto Méndez, Christopher Bacon e Roseann Cohen (2013). Desta forma, a realização desse evento confronta diretamente o agronegócio e denuncia o patenteamento e a comercialização de recursos genéticos.

Alguns dos atos mais emblemáticos, ocorridos nas edições da Jornada, foram contra a liberação de transgênicos. É o caso da 2ª edição do evento, em 2003, quando um grupo de manifestantes ocupou um centro ilegal de produção de sementes transgênicas da Monsanto, em Ponta Grossa. Em 15 de maio de 2004, foi inaugurado o Centro Chico Mendes de Agroecologia, que tinha por finalidade a produção de sementes crioulas, adubos verdes e plantas medicinais para os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, além de promover eventos de formação técnico-político de camponesas(es) e de jovens rurais. Após 18 meses de funcionamento do espaço, as(os) camponesas(es) foram desapropriadas(os) por ordem judicial e a Monsanto foi condenada a pagar R\$ 1,5 milhão à União, e as atividades do Centro Chico Mendes de Agroecologia foram encerradas (MST, 2004).

Em 2006, durante a 7ª edição, participantes ocuparam o centro de transgenia da Syngenta, já que essa não cumpria a legislação ambiental que garante uma distância de 10Km de reservas ambientais. A empresa foi multada em R\$ 1 milhão pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o seu campo experimental, em Santa Tereza do Oeste, Paraná foi desapropriado. A empresa realizou a doação da área de 123 hectares ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), atual Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná



(IDR).

A Jornada de Agroecologia permitiu que camponesas(es) tivessem algumas conquistas significativas no campo político, como a criação da Lei Paraná Livre de Transgênicos, que proibia a entrada de produtos transgênicos pelo Porto de Paranaguá, concretização da fiscalização da produção e da comercialização de sementes transgênicas, manutenção da moratória internacional e nacional contra a tecnologia “*terminator*” e a Lei de Rotulagem dos Produtos Transgênicos. Entretanto, esse conjunto de conquistas foi inviabilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), alegando inconstitucionalidade (BARCELLOS, 2012; TARDIN, 2009).

A concepção dos participantes da Jornada sobre a agroecologia é que ela vai além de um sistema de produção, é tida como uma filosofia de vida. Sobre essa forma de pensar seu Walmir, camponês, integrante do MST, ressalta:

Eu acho que agroecologia é você lidar com a vida e a gente como sabe do tamanho da importância do que é a vida, quando se fala em produção orgânica você está falando em vida. A produção agroecológica é saudável, a questão do meio ambiente você está preservando, preservando o ecossistema, a biodiversidade e até as próprias águas, sistemas agroflorestais. É um complexo muito grande a agroecologia. Não é só a produção, é o convívio familiar, convívio comunitário, desde as partículas de sementes que a gente tanto pega de lá para cá, como a gente também doa (WALMIR, ENTREVISTA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2019).

A Jornada também é um processo permanente e contínuo de compartilhamento de conhecimentos populares entre as(os) próprias(os) camponesas(es). Esses conhecimentos são construídos fora do padrão científico ocidental, incluindo múltiplos atores sociais (MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013). O senhor José Carlos, camponês integrante do MST, relata como o conhecimento sobre adubação verde, adquirido na Jornada, ajudou-o a diminuir os seus gastos de produção:

Eu aprendi muito sobre a parte de adubação. Antes eu gastava muito, sempre comprando adubo. Hoje não, eu trabalho tudo com orgânico, hoje uso aquele nabo, comprei algumas sementes. Comecei com aquele feijão



gráudo que tem três variedades (JOSÉ CARLOS, ENTREVISTA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2019).

E nesse processo de troca de saberes as(os) guardiãs(ões) de sementes possuem um papel fundamental, já que estes são um dos principais atores sociais na preservação da biodiversidade, principalmente no período de mudanças climáticas, tão marcantes nessas últimas décadas (ABRAMOVAY, 2010). Seu Walmir, camponês integrante do MST, é um desses guardiões de sementes presentes na Jornada e relata as suas motivações nessa atividade:

Eu penso assim, sempre tem um desafio, novidades na questão de conhecimentos que a gente já tem. Tem sementes que a gente pretende encontrar e não encontra então o desafio da gente é ter coisas novas e ao mesmo tempo repassar algumas sementes fazendo trocas, até porque sozinho a gente não vai conseguir tantas sementes. No nosso sistema dentro da rede ecovida de compartilhar, de você fazer um manejo de troca de sementes, é um desafio. Sempre tem gente tentando produzir, mas não tem aquela semente, sempre tem procura de sementes que já existiram e hoje estão escassas (WALMIR, ENTREVISTA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2019).

Figura 3 – Seu Walmir, guardião de sementes de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.



Fonte: arquivo do primeiro autor (2019).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Uma das conquistas celebradas pela Jornada foi a criação, em 2012, do PAA-Sementes, que autoriza a destinação de até 5% do orçamento anual do PAA para a compra de qualquer tipo de sementes, mudas e outros materiais de propagação. Esse tipo de política pública é fundamental para auxiliar as(os) camponesas(es) e suas organizações na comercialização. Entretanto, o PAA, como outros programas governamentais, está sofrendo um processo de desmonte pelo atual governo, que tem, explicitamente, a base eleitoral latifundiária que se opõe ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar camponesa.

Dessa forma, a mobilização de movimentos sociais e de organizações camponesas é fundamental para pressionar pela manutenção e pela ampliação dessa política. A Jornada assume, nesse contexto, um papel de grande importância, levando esse debate ao público mais amplo (ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA, 2020).

A agroecologia é entendida, nos espaços da Jornada, como ciência, prática e movimento, ressaltando a importância do conhecimento popular. Conforme a carta da 16ª edição, ocorrida em 2017:

A agroecologia é prática, ciência, movimento sendo a única saída democrática possível para um projeto popular soberano e para superação da crise e da posição dependente brasileira. É condição para efetivação dos Direitos Humanos ambientais, culturais, econômicos e sociais, em especial ao da terra e território, à alimentação saudável, ao livre uso da agro e sociobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a elas associados e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável (JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2017).

Nesse espaço também são valorizados os conhecimentos associados às plantas medicinais. Nesse sentido, a 18ª edição contou com um espaço intitulado “Saúde Popular”, onde foram comercializados remédios naturais e podiam ser realizadas consultas com médicos populares.



Os espaços da Jornada também permitiram criar elos e afetos, sendo esses os principais motivos de participação elencados pelas(os) entrevistadas(os). Em outro contexto de pesquisa, junto a sindicatos e a associações de trabalhadores rurais, John Cunha Comerford (1999) observou que os espaços de reuniões criam sociabilidades que contribuem para a consolidação de rede de relações que ultrapassam as estruturas formais das organizações. Sobre essa criação de elos, seu Walmir, camponês, integrante do MST, e dona Vilma, camponesa, integrante da ASSESSOAR, comentam, respectivamente: *“Eu gosto de participar porque além aprender muito coisa que eu não sei, o que eu sei estou passando para os companheiros que não sabem”* (WALMIR, ENTREVISTA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2019). *“Eu gostei muito, fiz muitas amizades, muita gente querida é a coisa mais bonita não vou perder mais nenhuma”* (VILMA, ENTREVISTA REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2019).

A Jornada ressalta a importância de rompermos com o conhecimento monocultural (SHIVA, 2003), sendo que a maior parte dos cursos de ciências agrárias são voltados para atender ao agronegócio. Contrapondo-se ao modelo da difusão das tecnologias da Revolução Verde e denunciando os custos sociais e ecológicos gerados pela industrialização agrícola, as diversas edições da Jornada têm buscado fomentar outras formas de tecnologias populares e locais. Ocorre também a defesa de formação educacional na área da agroecologia.

Por essa razão, na 9ª edição do evento, em Francisco Beltrão, foi realizada a formatura da 1ª turma de tecnólogos em agroecologia do Brasil, formados pela Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), que fica localizada no assentamento do Contestado, na cidade de Lapa, Paraná, em parceria com o IFPR. Além disso, em 2013, a 12ª edição foi realizada na Escola Milton Santos, em Maringá, que nos últimos 12 anos havia formado 80 jovens, oriundos de assentamentos da reforma agrária e de comunidades tradicionais, como técnicos em agroecologia. Essas parcerias realçam a importância das universidades e dos



institutos de educação públicos na construção da agroecologia como um projeto popular e soberano, permitindo criar um amplo processo de valorização, além do resgate do conhecimento e da cultura camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Jornada de Agroecologia, não é só um evento organizado por movimentos sociais e organizações camponesas com o objetivo de promoção da agroecologia e da reforma agrária, é mais que isso. É um ato político onde os seus participantes confrontam diretamente o agronegócio e suas estruturas, por meio de ocupações de espaços públicos, às vezes propriedades privadas que não estão cumprindo sua função social e ambiental, mas em especial ocupam um espaço de esperança onde um outro mundo é possível.

Nas palestras, cartas e mesmo conversas informais durante a Jornada, pode-se observar, com uma certa frequência, o uso da palavra luta (COMERFORD, 1999), em narrativas onde camponesas(es) relatam suas vidas, expressam a necessidade de serem reconhecidas(os), frente a um contexto em que suas vidas e o acesso a terra se encontram ameaçados. Esses processos de mobilização política, ocorridos durante a Jornada de Agroecologia, constituem formas de participação social e sociabilidade de segmentos que historicamente foram marginalizados e inviabilizados.

Destaca-se a importância da Via Campesina na mobilização dos movimentos para a existência do evento, e do MST que compõe a maior parte das delegações da organização (BARCELLOS, 2012). Isso ocorre devido à política de atuação do movimento e as suas propostas políticas. Em seus 18 anos de existência, a Jornada foi palco para grandes conquistas dos movimentos sociais agroecológicos, como a proibição temporária de produtos transgênicos no Porto de Paranaguá, a lei de rotulagem de transgênicos, a formação de jovens em agroecologia e o



fortalecimento das escolas dos movimentos sociais do campo. Além da reivindicação pelo acesso a políticas públicas, como a compra de alimentos orgânicos, defendendo que as(os) alunas(os) da rede pública pudessem ter acesso a uma alimentação saudável e vinda da agricultura familiar e camponesa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 38-42, out. 2010.

ALANIZ, Erika Porceli; DAL RI, Neusa Maria. Educação, trabalho e formação profissional no MST: a experiência do Curso de Agroecologia da Escola Milton Santos. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 4, p. e6789, 2019.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA. **Como acessar a modalidade “sementes” do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?** GT Biodiversidade, 2020. Disponível em:
<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/09/PAA_Sementes-GtBioANA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Deputada cobra do governo a regulamentação da alimentação escolar orgânica no Paraná**. Paraná, 2020. Disponível em:
<<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/deputada-cobra-do-governo-a-regulamentacao-da-alimentacao-escolar-organica-no-parana>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A Jornada de Agroecologia e a ampliação das pautas e mobilização política nos movimentos sociais rurais. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 32, p. 149-168, jun. 2012.

COMERFORD, John. Cunha. **Fazendo a luta sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GUAZZELI, Maria. José; RIBEIRO, Silvia. **Novas Tecnologias, corporações e seus**



impactos sobre a soberania alimentar. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian (Orgs.). **Soberania alimentar (SOBAL) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UTFPR, 2016.

JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ. **Carta da 15ª Jornada de Agroecologia**. Paraná, 2016. Disponível em:
<<https://jornadadeagroecologia.org.br/category/carta/>>. Acesso em 20 fev. 2019.

_____. **Carta da 16ª Jornada de Agroecologia**. Paraná, 2017. Disponível em:
<<https://jornadadeagroecologia.org.br/category/carta/>>. Acesso em 18 fev. 2019.

_____. **Cartilha da 18ª Jornada de Agroecologia**. Paraná, 2019. Disponível em:
<<https://jornadadeagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Cartilha-Jornada-2019-web.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MENDEZ, Ernesto; BACON, Christopher ; COHEN, Roseann. La agroecología como um enfoque transdisciplinar, participativo y orientado a la acción. **Agroecología**, Múrcia, v. 8, n. 2, p. 9-18, 2013.

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas do Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema Ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; ÁVILA, Mário Lúcio de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SILVA, Ana Paula Moreira da (Orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. P. 25-51.

MST. **Governo do Paraná vê agroecologia como afronta ao interesse público**. MST, 2012. Disponível em:
<<https://mst.org.br/2012/05/10/governo-do-parana-ve-agroecologia-como-afronta-ao-interesse-publico/>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

_____. **Jornada de Agroecologia resgata cultura de sementes crioulas**. MST, 2004. Disponível em:
<<https://mst.org.br/2004/05/21/jornada-de-agroecologia-resgata-cultura-de-sementes-crioulas/>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NIEDERLE, Paulo André; SABOURIN, Eric Pierre; SCHMITT, Claudia Job; ÁVILA, Mário Lúcio de; PETERSEN, Paulo Frederico; ASSIS, William Santos de. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, Santa



Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. 2019.

PAULA, Nilson Maciel de. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

PEGORARO, Éverly. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RUSCHEL, René. **A história dos 13 agricultores presos por Moro e depois absolvidos**. Carta Capital, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-historia-dos-13-agricultores-presos-por-moro-e-depois-absolvidos/>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

SHIVA, Vandana. **A violência da Revolução Verde**. Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo. Lisboa: Mahatma, 2015.

_____. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

TARDIN, José Maria. Jornada de Agroecologia: camponesas e camponeses em movimento construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 1, 31 dez. 2009.

WALLAU, Angélica Servegnini de; COSTA, Brendo Henrique da Silva; WEDIG, Josiane Carine. Cozinhar, partilhar e resistir: camponesas(es) do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a construção da agroecologia. **Anais II Seminário Internacional Diálogos Interculturais na América Latina (SIDIAL)**. Chapecó: UnoChapecó, 2019. P. 336-346. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nyT4S_xyaWHPcSWttsu6LDBFh1JoEn_Z/view>. Acesso em: 25 abr. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.



MINERAÇÃO OU AGROECOLOGIA?

Projetos em disputa no território do Baixo Jacuí/RS¹

Saritha Denardi Vattathara (UFSM);

Mauren Buzzatti (UFRGS);

Ana Monteiro Costa (UFRGS);

Julio Picon Alt (UFRGS)

INTRODUÇÃO

O território analisado no presente trabalho é palco de uma disputa que oportuniza a visualização de dois projetos antagônicos protagonizados pelo Estado, um já instalado há pelo menos trinta anos e o outro em processo de expansão e retomada. O Baixo Jacuí foi historicamente foco da exploração do carvão mineral. Nesta mesma região, encontram-se assentamentos rurais internacionalmente reconhecidos por serem pioneiros na produção agroecológica de arroz. Em 2014, inicia-se o processo, que aqui considera-se o ponto de inversão da conduta pública frente a adoção de modelos de desenvolvimento, com o licenciamento do projeto Mina Guaíba.

O pedido de concessão de lavra, requerido pela empresa Copelmi, através dos processos minerários nº 810.153/1978, 810.161/1978, 810.503/1979 ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) incide sobre os municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul, totalizando uma área de 5.997,98 ha, sendo 2.054 ha de efetiva mineração, prometendo a extração de 166 milhões de toneladas de

¹ O presente escrito é fruto de trabalho coletivo e compõe uma série de outros estudos vinculados a mineração no estado do Rio Grande do Sul (COSTA *et al.*,2019; ALT *et al.*,2019; VATTATHARA *et al.*,2019).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



carvão mineral, 422 milhões de metros cúbicos de areia e 200 milhões de metros cúbicos de cascalho (FEPAM, 2019). A implementação da mina está aliada a remoção compulsória das famílias assentadas que se estruturam tanto socialmente como economicamente através da produção agroecológica.

Em paralelo, os recentes dados expostos pela Rede PENSSAN (2021), evidenciam o estado de agravamento das crises que acompanham a atual sindemia² e a gestão pública do país. Em 2014 havíamos erradicado a fome tornando-nos referência mundial em estratégias de combate à miséria enquanto hoje voltamos a ter mais da metade dos domicílios brasileiros em situação de insegurança alimentar. Imbuído a isso visualiza-se o aumento de preços dos alimentos nas gôndolas, causado pela instabilidade de distribuição de alimentos, com vantagem cambial para exportação, o que levou o PIB do agronegócio a um crescimento de 21,31% no último ano. Em paralelo, este setor também eliminou 948.610 postos de trabalho ao longo de 2020, segundo a análise do CEPEA- ESALQ/USP (2020). Em contraponto, a agricultura familiar e a agroecologia vêm tendo destaque na amenização deste problema, e em especial, os assentamentos rurais tratados no presente trabalho que contribuem de maneira substancial ao combate à crise alimentar, por meio da garantia de preço justo ao arroz agroecológico, de doações de cestas de hortifrutis em comunidades em situações de vulnerabilidade, além de continuarem seu comércio nas feiras da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

O reposicionamento da agroecologia, enquanto saída estratégica para o cenário alarmante em que o Brasil está, encontra adversidades promovidas pelo próprio Estado. Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar, à luz do capitalismo contemporâneo, elementos que ajudam a explicar a mudança de conduta do Estado que passa de um posicionamento de interlocutor e financiador à produção agroecológica em assentamentos de reforma agrária preterida, a promover

² O termo foi cunhado por Merrill Singel em 2006, caracterizando a intensificação do agravamento mútuo de problemas de natureza socioeconômica e de surtos epidêmicos, que são potencializados quando interagem em um ambiente vulnerável socialmente.



atividade minerária pelo capital privado na RMPA. Para tanto, analisaremos a mudança do papel do Estado, nos meandros da ação pública, em relação aos dois programas de desenvolvimento a partir dos fenômenos do capitalismo em sua fase neoliberal, através de uma análise comparativa, apontando semelhanças e divergências destas vias de desenvolvimento com as condições históricas de correlação de forças do capital.

2. AGROECOLOGIA E CARVÃO MINERAL: DUAS REALIDADES DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

2.1 AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA

Ao longo de sua história, os assentamentos Apolônio de Carvalho (AAC) e Padre Josimo (APJ)³, localizados na área requerida pela empresa Copelmi, construíram um potencial organizativo e também didático, na produção agroecológica, tornando-se referência mundial na produção de arroz orgânico. Contudo, é fundamental resgatar o papel da ação pública e o protagonismo destas famílias, as quais reivindicaram a área a partir de uma organização coletiva legitimada pelo Estado, em um contexto de constantes conflitos e situações de vulnerabilidade que se iniciam na formação dos acampamentos MST, há mais de duas décadas, em Eldorado do Sul, momento em que também se inicia a aplicação de recursos na implementação e estruturação dos assentamentos.

Os recursos investidos pelo setor de obtenção de terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contam com uma mobilização de R\$ 12.863.902,70 para a implementação do PA Apolônio de Carvalho (Processo nº

³ O AAC aloca 73 famílias, na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento, e APJ na Área de Influência Direta (AID), onde vivem 23 famílias com lotes que variam de 10 a 15 hectares (CADORE, 2019).



54220.002655/2007-3, documento SEI 1735454-INCRA), R\$ 310.000,00 na construção de uma unidade de recepção-controle de arroz e implementação de uma unidade de secagem e armazenagem de arroz agroecológico, além de custos não quantificados, pela ausência de dados, mas que são substanciais e caracterizam a intencionalidade do Estado na estruturação deste espaço, como investimentos para a construção de moradias, fossas sépticas (recursos do Programa Nacional de Habitação Rural), revitalização de poços artesianos, créditos de instalação e de produção (recursos do INCRA), construção de estradas internas e externas aos assentamentos, aquisição de máquinas e equipamentos para manutenção de estradas e obras (recursos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo), construção de silos para armazenagem e secagem de grãos, fornecimento de serviços de assistência técnica e extensão rural (recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário), aquisição de produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nas modalidades de formação de estoque e doação simultânea, que chegam ao valor total de R\$ 4.163.787,40 (Processo nº 54220.002655/2007-3, documento SEI 1735454-INCRA), onde também se destaca que este mapeamento não se encerra nesta listagem, dado que não se incluíram os valores de compra de terras e estruturação do PA Padre Josimo e outros investimentos públicos secundários (COSTA *et al.*, 2019; MELCHIORS, 2017).

Ao que tange ao longo processo de amadurecimento de organização e comercialização, bem como dos processos de transição agroecológica, é imprescindível destacar que a criação das redes de comercialização do arroz orgânico dos assentamentos afetados envolveu, além de uma assimilação comunitária do cultivo apropriado à região, transição do modelo convencional para a produção agroecológica, processos de mapeamento de mercados através de feiras que extrapolam os municípios da RMPA (hoje atuando em mais de 40 feiras), ganhando proporções internacionais de exportação (Estados Unidos, Portugal,



Holanda e Alemanha, Espanha e Venezuela) e mercados institucionais como PAA e PNAE (entregas às escolas públicas do RS, SP, MG e PR), organização processual de certificação, criação da marca “Terra Livre” que se consolidou entre os consumidores, compartilhamento de experiências entre produtores assentados, criação e inserção nas organizações e cooperativas que acompanham as famílias desde a criação dos assentamentos, como a COOTAP, COOPAT, COOPAN, COPERAV, COPAC, COPTec e COCEARGS, bem como a Rede de Cooperação e Ajuda Mútua e o Grupo Gestor do Arroz Agroecológico.

As atuações citadas, que foram articuladas, tanto pelo Estado, como pelas famílias, organizações e cooperativas, se alinham fortemente à proposta de desenvolvimento sustentável da agroecologia, elencada pela FAO em 2018, dado o agravamento de crises climáticas, de insegurança alimentar e social, que nos acompanham na atualidade, pois os assentamentos compreendem na sua trajetória de construção ações de desenvolvimento baseados em processos territoriais, partindo da articulação conjunta de conhecimento científico e dos saberes dos agricultores, em uma lógica de criação de autonomia e empoderamento das famílias. Aliando de forma interrelacional a promoção de diversidade, eficiência, resiliência, reciclagem, co-criação, valores humanos e sociais, alimentação saudável e culturalmente referenciada, em um modelo de economia circular e solidária, gerando pontes de gestão para uma governança responsável (FAO, 2018).

São desprendimentos e relações específicas tecidas por mais de três décadas que estão postas à suspensão, abatendo um modelo de desenvolvimento promotor de sustentabilidade territorial, renda e reprodução social direta de mais de cem famílias e que garante segurança alimentar a partir do comércio solidário e de preço justo⁴. Com base nisso, alocam-se os impactos deste processo no contexto de

⁴ “Preço justo, na nossa compreensão, é quando toda a cadeia é sustentável. É quando a remuneração é justa para quem produz, beneficia, transporta e revende, chegando no consumidor final com um valor aceitável”, elucida Emerson Giacomelli, da direção do Grupo Gestor do Arroz Orgânico e da Cootap, em entrevista à Folha de São Paulo. O arroz terra livre manteve seu preço, mesmo com ofertas de compra que alcançavam 300% o valor mantido.



sindemia e de insegurança alimentar atual, que colocam luz à capacidade de resposta da agroecologia e a centralidade em promovê-la em meio à hostilidade da ação pública quanto à possibilidade de remoção destas famílias. É através da potencialização de políticas e incentivos à agroecologia que teremos chances de produzir grande parte dos alimentos necessários para as comunidades rurais e urbanas, em especial nos momentos de instabilidade sanitária, onde o consumo de alimentos nutritivos, advindos de uma cadeia justa de produção, contribuem para o fortalecimento da saúde e da seguridade socioeconômica da população (ALTIERI & NICHOLLS, 2000). Assim, redirecionar o caminho estratégico para a permanência e valorização da produção agroecológica destes assentamentos é fundamental neste contexto.

2.2 CARVÃO MINERAL: UMA OPÇÃO PELO ATRASO

“dizem que a morte é escura, mas não conheci coisa mais escura que a mina, porque para mim o serviço de mina é o mais imundo e perigoso existente” [...]”⁵

O território do Baixo Jacuí, que hoje é ocupado em boa parte por assentamentos, comunidades tradicionais e pelas Unidades de Conservação Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) e Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí (APAEDJ), já foi palco do advento do carvão mineral no Brasil. Desde aproximadamente duzentos anos atrás, quando em 1853 o Visconde Sinimbu obteve o primeiro crédito do Governo Imperial para a pesquisa do carvão local, várias foram as tentativas de exploração do “ouro negro” riograndense, tentativas essas que em sua maioria vieram acompanhadas de frustrações e planos mal sucedidos (VATTATHARA, *et al.*, 2019).

⁵ Relato de mineiros de carvão em “Do corpo dilapidado à memória reencantada” (ECKERT, 2001, p. 167).



Apoiados em narrativas de tons “aventureiros”, típicas do setor minerário, governantes e empresários financiaram as buscas pelo *Eldorado negro* na Região Hidrográfica da Bacia do Guaíba, e apesar das tentativas a realidade atual da região escancara a inefetividade da aposta no carvão mineral.

No século XIX o problema era a ausência de consumo interno do carvão mineral e a precariedade de estruturas para o transporte, situação que veio a mudar somente ao se deflagrar a Primeira Guerra Mundial, onde em decorrência da escassez do carvão mineral europeu, passou-se a fomentar a exploração do carvão gaúcho. Em 1930, com o plano desenvolvimentista de Getúlio Vargas e o processo de substituição de importações, o estado passou a investir de forma estratégica no setor por meio de políticas públicas⁶.

A dinâmica da mineração de carvão no Rio Grande do Sul contava com a migração de agricultores para o setor de extração de uma forma muito semelhante à ocorrida na Inglaterra. Os apontamentos de Knotter (2015) tratam de uma *hibridação* ao se referir aos mineiros sulinos, segundo ele:

migração e mobilização étnica de trabalhadores para a indústria de mineração estiveram frequentemente relacionadas à transição da agricultura para a indústria, à criação de um mercado de trabalho assalariado. Estes processos não foram fáceis ou simples. Em áreas com um mercado de trabalho subdesenvolvido, o labor mineiro era muitas vezes combinado com a agricultura de subsistência, e só podia ser empregado sazonalmente. (KNOTTER, 2015, p. 15)

Por ser uma região cuja mão-de-obra não especializada é agrícola e rural, é comum haver relatos de trabalhadores sem terras ou agricultores pobres que para sustento e complementação de renda trabalhavam nas minas de carvão de forma sazonal, alternando os períodos de trabalho nas colheitas com períodos de atividade

⁶ Exemplos disso foram o Decreto 20.089 de junho de 1931, que obrigava todo importador de minério de carvão a queimar 10% de produto nacional misturado proporcionalmente ao estrangeiro, sendo esse percentual dobrado cinco anos depois (KLOVAN, 2014); a criação em 1928 da Usina do Gasômetro e do Lavador de Capivari e a isenção de qualquer tributo estadual ou municipal existentes por dez anos destinada às empresas de mineração (LEITE, 1997).



nas minas; também há os que após se aposentarem voltam para o campo (CIOCCARI, 2015). Apesar disso, o que vemos no Sul é que essa transição não ocorreu de forma completa, o setor agropecuário não cedeu espaço à indústria, pelo contrário, continuou existindo e caracterizou o estado como o “celeiro” do país.

Os municípios⁷ exemplos que receberam os empreendimentos carboníferos antigamente apresentam atualmente indicadores de IDH e IDESE menores que a média estadual (IDH 0,746; IDESE 0,751), sinais claros de que o setor não retornou ao longo da história os benefícios que prometera outrora. Os indicadores ainda não dimensionam a realidade atual desses locais e o sofrimento causado aos moradores, que contam com: excesso de velocidade, fluxo e peso/carga dos caminhões; detonações; deslocamento forçado, má qualidade de vida; perda de atividades rurais; destruição da paisagem; poluição atmosférica e problemas de saúde; pobreza e desemprego após o fechamento da mina. (ARAUJO, 2017).

Frente um estado imerso em crises profundas, menção especial à crise fiscal e sanitária, a atual tentativa de reconstrução do setor carbonífero do estado se sustenta em antigas narrativas e promessas de geração de empregos, tributos e desenvolvimento socioeconômico que até hoje não se concretizaram.

As diferenças entre a situação atual e outros momentos do histórico infrutífero do carvão no Brasil são que: hoje internacionalmente tem-se o fim do carvão fóssil como um dos objetivos primordiais e mais prementes no combate às mudanças climáticas; já se tem pesquisas e relatos que atestam os efeitos do investimento em minério de carvão nessa região específica (KLOVAN, 2014; ARAUJO, 2017; CAMEJO, 2013); tem-se alternativas limpas e sustentáveis de energia extremamente viáveis no estado do Rio Grande do Sul; tem-se uma transição de concepção de Estado que, em nada, promete ser benéfica à população atingida,

⁷ Compreendem-se aqui os municípios de Arroio dos Ratos (IDHM 0,698; IDESE 0,655), Butiá (IDHM 0,689; IDESE 0,668), Charqueadas (IDHM 0,747; IDESE 0,745), Candiota (IDHM 0,698; IDESE 0,724), São Jerônimo (IDHM 0,696; IDESE 0,691).



tendo em vista que por meio das alterações nas políticas minerárias ocorridas no governo Temer (e aprofundadas no governo Bolsonaro) a função do Estado passa de “estabelecer restrições às empresas, quanto à obtenção e transferência de autorização e concessões com vistas a promover a concorrência entre os agentes” para apenas “fomentar a concorrência entre os agentes” (GONÇALVES, 2018, p. 376) passando a ser mero promotor do livre mercado.

De forma profundamente discreta e sorrateira, o Governo do Rio Grande do Sul em 2017, capitaneado na época por José Ivo Sartori e acompanhado por Artur Lemos Junior, secretário de Minas e Energia (hoje chefe da Casa Civil do governo Leite), aprovou, por meio de decreto, a Lei 15.047/2017 que criou a Política Estadual do Carvão Mineral instituindo o Polo Carboquímico do RS. O estado objetiva retornar, expandir e intensificar a matriz mineral – matriz esta que em todo o resto do mundo está sendo abandonada, questionada e problematizada – às custas de alternativas limpas e do outro projeto ocupante do território em questão: a Política de Reforma Agrária. Mais da metade desses requerimentos são para ocupar e desapropriar áreas de terra estatal que no momento estão por meio da concessão de uso sendo trabalhadas por assentados rurais. Diante disso, procuramos elementos no capitalismo contemporâneo que nos ajudem a analisar a mudança de atuação do Estado diante da implantação da exploração minerária no RS.

3. OS ELEMENTOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO POR TRÁS DO EXTRATIVISMO MINERAL FOMENTADO E APOIADO PELO ESTADO NO RS

Ao nos depararmos com as duas vias de desenvolvimento apresentadas, a de produção agroecológica em assentamentos da reforma agrária e a de mineração de carvão, percebemos que, apesar de díspares em termos de lógica de reprodução e de projeto de desenvolvimento, ambas são promovidas pelo Estado. Oliveira (2020) retoma a função do Estado moderno para refletir sobre a impossibilidade de um processo emancipatório sobre a égide do capital, na medida em que as premissas



da ordem burguesa (a liberdade, a igualdade e a propriedade privada) têm o Estado moderno como regulador, através de um aparato legal e normativo. “Este Estado passa a ser o ente regulador da vida social criando instituições para favorecer a defesa da propriedade privada e garantir o direito civil e, em alguns casos, o direito político e social sem que, contudo, tais direitos possam incidir no processo de acumulação de capital”. (OLIVEIRA, 2020, p. 214). Nessa seção procuramos apresentar alguns elementos que tenham mudado a correlação de forças no caso analisado.

A retomada do extrativismo antecede a conjuntura atual brasileira, de intensificação do uso e da apropriação privada de recursos minerais, tendo por argumento de defesa para tal a promoção do uso dos recursos arrecadados para a ampliação de programas sociais. Marleba e Milanez (2014) desenvolveram a argumentação sobre a reformulação do papel do Estado na América Latina, após a onda neoliberal dos anos 1990. Neste contexto, no qual o Estado buscava conduzir as políticas de desenvolvimento através da ampliação e da intensificação do uso dos recursos naturais, bem como de um maior controle sobre os recursos financeiros obtidos através dessa exploração para a promoção de políticas desenvolvimentistas, surgem as propostas para a mudança dos marcos legais regulatórios da atividade extrativista de mineração. O Brasil segue essa tendência. A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico se deparavam com a usurpação de territórios e a ampliação da dependência, em uma reprimarização da pauta produtiva. Farias (2018) ressalta o caráter neocolonial desse processo que intensifica a dependência ao capitalismo central.

Ainda que o extrativismo componha o nosso capitalismo periférico desde a invasão dos portugueses, há especificidades nesse processo. Harvey (2006), ao analisar o capitalismo em sua fase neoliberal, apresenta o conceito de acumulação por despossessão para embasar o movimento permanente do capital para se apropriar de bens comuns, fenômeno que já era descrito por Marx na acumulação



primitiva do capital. Segundo ele, é necessário analisar os ajustes espaço-temporais do capitalismo a partir das contradições internas da acumulação de capital, teoricamente postas por Marx na tendência de queda da taxa de lucro (aumento da composição orgânica do capital), em função das tendências do capitalismo de gerar crises de sobreprodução. Essas crises ocorrem quando há excedentes de mão-de-obra e de capital, que, se não produzirem desvalorizações sistêmicas, tais como guerras, terão de encontrar outras maneiras de serem absorvidas.

Para Harvey (2006), as expansões geográficas e a reorganização espacial, vinculada com os ajustes temporais, são as opções possíveis para a absorção desses excedentes. O autor vê uma dificuldade para o capitalismo realizar a absorção da sobreacumulação desde os anos 1970, que se relaciona com a fragilidade de manter a hegemonia norte-americana em meio à recessão e à desvalorização do capital na América Latina, nos anos 1980, e na Ásia, nos anos 1990. Desse modo, Harvey (2006) vê a acumulação por despossessão como uma alternativa para a incapacidade de acumulação através da reprodução ampliada. “Esta, segundo a minha conclusão, é a marca do que alguns chamam ‘o novo imperialismo’” (HARVEY, 2006, p. 96).

O autor analisa o movimento considerando as variáveis tempo e espaço. Aqui, concentraremos nossa análise espacial ligada ao fenômeno do *land grabbing*⁸ e a intensificação do extrativismo. Segundo Mehta *et al* (2012), o termo *grabbing* é usado como alusão ao modo injusto de apropriação violenta de terras que tem acontecido recentemente, ainda que a apropriação indevida de terras não seja um fenômeno novo. Trata-se de uma prática que terá impacto sobre os direitos da população como um todo, mas principalmente sobre populações locais. É um fenômeno marcado pela assimetria de poder entre capital e comunidades para se fazerem ouvir acerca das relações de gênero, ambientais e econômicas. Refere-se ao uso de recursos naturais, seja pela propriedade, seja pela posse como gestão ou

⁸ The term grabbing raises disturbing memories of past enclosures and dispossessions (MEHTA, *et al.* p. 195, 2012).



investimento financeiro, que são tomados de pessoas pobres e marginalizadas por outros atores que possuem poder.

A “corrida por terras”⁹ não é um fenômeno novo, mas recentemente foi potencializada pela crise dos alimentos de 2007/8 e tem se mantido pela expectativa de ganhos econômicos voltados à produção e à especulação financeira (LAND MATRIX, 2012). *Grabbing* é uma forma particular de acumulação que transforma os recursos naturais em *commodities* e recursos naturais em ativos financeiros. Esse processo não ocorre somente em um ambiente institucional fraco pré-existente, em alguns casos, ele promove a fragilização da governança. As legislações são modificadas, as regras são flexibilizadas, para que o processo possa se efetivar. Daí a importância de se compreender o que a fase de expansão extrativista trouxe como herança para o período atual. Também não se restringe ao controle da terra. Portanto, o *land grabbing* se trata de um fenômeno com características que o diferenciam dos processos anteriores de expansão territorial. É um processo de expropriação violenta e privatização de recursos naturais, por parte de agentes nacionais ou estrangeiros. Muitas vezes é defendido através de um discurso de oportunidade de negócio, como analisa Sauer (2010), mas, assim como o autor, Mehta *et al* (2012), não há a ocorrência de cenários *win-win*, onde investidores e população ganham.

Por trás da questão da infração dos direitos dos povos da terra ou oportunidades a partir dos investimentos, paira uma divergência ética sobre a terra. Alguns analistas e organizações visualizam benefícios nesse novo arranjo. Ao submeter a ocupação da terra a outros interesses que não o respeito à vida e ao território, se incorre em infração aos direitos humanos e ao direito da natureza. Merlet (2012) retoma Polanyi (2000) para afirmar a natureza de bem comum¹⁰ da

⁹ “The 2007/2008 spike in commodity prices marked the start of a media reports on farm land acquisitions that were soon referring to a new “global land rush”. (LAND MATRIX, p. 1, 2012)

¹⁰ “Em inglês, os *commons* são as terras comunais, bens partilhados entre todos que pertencem o processo de organização da propriedade privada que marca o início do capitalismo. Um termo, portanto, absolutamente incorporado à história política-cultural anglo-saxã. Não temos palavra



terra. “A terra, por remeter a certo território, por abrigar recursos naturais, sempre encerra uma parte irredutível de “comum” (MERLET, 2012, p. 37). Segundo o autor, os direitos dos homens com a terra são essencialmente sociais, referem-se a relações entre homens que podem transitar por esse espaço, “uma relação entre homens em torno da terra”. (MERLET, 2012, p. 38). E essa natureza dos direitos da terra é eminentemente conflituosa, estando as correlações de forças sociais mutáveis ao longo do tempo.

Sauer (2010) visa, a partir da noção de região de Bourdieu (1998) e das relações entre lugar e identidade de Augé (1994), expandir a discussão sobre a terra para além de um fator de produção. O autor parte do princípio que o Estado precisa garantir o direito humano ao território¹¹ e que ao colocar a reforma agrária nos termos de ocupar terras improdutivas, reduz a dimensão dos camponeses que também estabelecem com esta uma relação para além da produção¹². Augé (1994, *apud* SAUER, 2010) ressalta a questão espacial, na medida que define o lugar como identitário, relacional e histórico. Não se trata de qualquer terra, mas aquela sob a qual se estabelece uma relação. A questão identitária é fundamental para a conquista do direito territorial.

Apesar da usurpação dos bens comuns ser mais frequente entre comunidades com menor organização e/ou direitos formalmente assegurados, aquilo que ocorre contra os assentamentos da reforma agrária na RMPA corrobora para que compreendamos esse caso como um somatório de fatores próprios do capitalismo contemporâneo, ainda que estejam presentes desde o bojo de sua

correlata em português”. (SILVEIRA e SAVAZONI, 2018, p. 6). Para Polanyi (2000) a terra (recursos naturais), o homem e o dinheiro não são mercadorias, na medida que não são fruto do trabalho humano e/ou não tem por finalidade seu valor de troca no mercado. Aqui adotamos a nomenclatura “bens comuns”.

¹¹ “Essas ações são fundamentais, pois asseguram um direito humano fundamental de “apropriação territorial”, reprodução social e qualidade de vida no campo, face aos históricos processos de expropriação das populações do campo, ou do “land grabbing” mais comumente conhecido no Brasil como “grilagem de terras” (SAUER, p. 74, 2010).

¹² Ao tratar da legislação que rege o acesso à terra no Brasil, o autor pontua: (...)”O direito dos agricultores familiares camponeses não se justifica pelo direito de ser e de reprodução social, mas apenas pelo fator produção” (SAUER, p. 76-7, 2010).



formação, apresentam especificidades do período neoliberal.

O neoliberalismo compõe uma metamorfose do capitalismo que transcende uma forma de ideologia ou tipo de política econômica¹³, se tornando um sistema normativo que estendeu a lógica do capital a todas as relações sociais, através de sua racionalidade governamental, ou governabilidade¹⁴. A governabilidade é vista, por Foucault, como a união das técnicas de dominação exercida sobre os outros e de si mesmo: “governar não é governar *contra* a liberdade ou a *despeito* da liberdade, mas governar *pela* liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas”. (DARDOT e LAVAL, p. 19, 2016).

Contudo, ao reconhecer que a racionalidade de mercado não é natural, que a competição entre as pessoas não é algo intrínseco ao comportamento humano, e que há necessidade de haver, portanto, uma atuação ativa na construção, consolidação e perpetuação desses valores, o neoliberalismo tem o Estado como imprescindível. (...) “o ‘homem econômico’ é um sujeito que deve ser produzido por meio de uma forma de conhecimento e de relações de poder que buscam encorajar e reforçar práticas individuais de subjetivação” (HAMANN, 2012, p. 107). A economia de livre mercado, a partir do homem econômico, assume um comportamento humano em termos de uma racionalidade interna, o que para Foucault (2008 apud HAMANN, 2012), faz com que a economia não seja mais vista como análise dos processos, mas como uma análise da programação estratégica das atividades dos indivíduos. Assim, o neoliberalismo acaba por minar tudo o que é comum, como as heranças culturais e ambientais.

¹³ Segundo Dardot e Laval (2016), a partir dos anos 1970 e 1980 o neoliberalismo foi interpretado como se fosse uma ideologia, que via o mercado como uma realidade natural, como uma reabilitação do *laissez-faire*, e como política econômica como defesa da retirada de direitos sociais e desregulamentação sobre a renda e o capital.

¹⁴ “O termo ‘governabilidade’ foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los” (DARDOT e LAVAL, p. 18, 2016).



O *homo economicus* assume uma postura diferente do cidadão, buscando responder por si, desprezando propostas coletivas, acabando por fragilizar o processo político. É nesse âmbito de racionalidade que surge o debate sobre as alternativas de desenvolvimento que abordam a proposta de nova exploração minerária de carvão no RS em detrimento da usurpação do território de produção agroecológica. Trata-se de um fenômeno sistêmico, mas há a necessidade de analisar cada processo em particular, verificando a medida em que as instituições locais são mais ou menos permissivas para tal ocorrência. O controle dos recursos naturais passa pelo controle das regras, das leis e das instituições locais. Tanto há uma inexistência como uma insuficiência de leis prévias, como um atual processo de desregulamentação para que o processo de *grabbing* se viabilize. O *land grabbing* é, portanto, um debate eminentemente ético e, como pontua Gonçalves (2016), as implicações territoriais dessa retomada extrativista têm impacto sobre a apropriação de bens comuns, interfere na organização da estrutura fundiária e na expropriação de terras.

4. DESREGULAMENTAÇÃO: O CASO DA MINA GUAÍBA

A tentativa de flexibilização das leis que regem a viabilidade ambiental de empreendimentos minerários no estado se dá por meio de duas iniciativas, ainda que em governos distintos. A primeira é o Projeto de Lei (PL) nº 191/2017 proposto sob o regime de urgência pelo governo do estado, sob a justificativa de que o RS possui aproximadamente 90% das reservas nacionais, propondo criar a Política Estadual do Carvão Mineral e o Polo Carboquímico. Com tramitação reduzida em decorrência do regime de urgência, em pouco mais de 2 meses o PL já estava aprovado pelo poder Legislativo¹⁵.

A segunda tentativa de flexibilização refere-se à alteração no Código Estadual do Meio Ambiente, sob o argumento de “modernizar” a legislação vigente

¹⁵ Lei Estadual n. 15.047 de novembro de 2017.



(GOVERNO RS, 2019), proposta no final do mês de setembro de 2019, igualmente sob regime de urgência. Na prática, essa flexibilização gera alterações significativas no que tange os processos administrativos do licenciamento ambiental no RS, incluindo os projetos minerários, como agilização no mesmo. Hoje, essa flexibilização aprovada, opera como Lei 15.434 de janeiro de 2020, mesmo amplamente contestada por diversas entidades no Rio Grande do Sul¹⁶.

Grande parte da população da região e também aquelas diretamente afetadas pelos impactos negativos da Mina Guaíba, como o desmantelamento da produção agroecológica, o reassentamento compulsório, a contaminação da água, ar e solo, são contrárias ao empreendimento. Contudo, os espaços políticos de participação e de decisão para manifestar suas críticas ao projeto são restritos ao licenciamento ambiental.

Esse processo de transformação das normas é entendido como uma “reorganização permanente do modo de funcionamento do sistema” (ACSELRAD, 2013, p.103), reduzindo normas importantes no cuidado com o ambiente e com as sociabilidades associadas a outras lógicas de referência, como a das empresas, que são distintas daquelas que produziram as leis ambientais em primeira instância. Na prática, entende-se que há uma desregulamentação das legislações protetivas porque extingue normas anteriormente conquistadas e coloca em seu lugar legislações voltadas para regulamentar atividades econômicas predatórias, como no caso da Mina Guaíba (ALT, *et al.*, 2019).

Portanto, transformações das normatizações ambientais geram efeitos diretos ao meio ambiente social e cultural no qual se instalam, aumentando a fragilidade das populações locais, expondo-as ainda mais aos danos ambientais gerados pela

¹⁶ Dezenas de entidades socioambientais ingressaram com representação ao Ministério Público Estadual, já a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) recorreu ao Ministério Público Federal, gerando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6618 contra o Estado e Assembleia Legislativa, no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski.



degradação ambiental das atividades de acumulação deslocalizadas, visto que essas empresas passam a ditar as normas.

Na mesma linha Gudynas analisa que o fenômeno comum na América Latina é o movimento das empresas minerárias que apelam “*a un discurso sobre la llegada del desarrollo y el progreso*”, gerando por parte do estado favorecimento para essa exploração do território, contando com acordo geral por parte de políticos locais e regionais, “*incluso los legisladores, asumen ese discurso y la defensa de esas empresas*”, (Gudynas, 2009, p.215), operando em uma relação de interdependência, entre esses atores, ambos despreocupados com o impacto local, e focados na proposta expressada pelo paradigma neoliberal de acúmulo de capital através da expropriação do território.

Frente ao contexto de privação de recursos naturais e da flexibilização das leis ambientais tem-se uma oposição construída para combater a injustiça operada pelo setor minerário e suas relações com o estado. Para contrapor esse contexto iniciou-se uma organização coletiva, o Comitê Contra a Megamineração no RS (CCM-RS), em junho de 2019, visando se opor ao modelo de mineração proposto para o RS. O CCM-RS busca levar informações à população com o objetivo de demonstrar o que de fato está em jogo com a perda da convivência dos recursos naturais que fazem parte da construção territorial de grupos sociais e das redes e cooperativas de produção agroecológicas estabelecidas.

O licenciamento ambiental do projeto Mina Guaíba, que está em andamento, sofreu inúmeras oposições em decorrência do subdimensionamento dos impactos (CCM, 2019) gerados por essa proposta. As omissões do projeto foram expressadas com o lançamento, pela sociedade civil, da publicação “Painel de Especialistas¹⁷ - análise crítica do estudo de impacto ambiental da Mina Guaíba”.

Atualmente o licenciamento ambiental encontra-se suspenso, em decorrência

¹⁷ A estratégia expressada pela publicação do Painel de Especialistas, é inspirada na construção crítica sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte, reunindo pareceres técnicos de diversas áreas do conhecimento científico, com objetivo de expor as controvérsias socioambientais daquele licenciamento, portanto, oportunizando publicidade aos impactos gerados ao território.



de ação civil pública, proposta por organizações ambientais e indígenas. Essa omissão foi bastante explorada pelos técnicos que participaram do Painel de Especialistas¹⁸, uma vez que foram identificadas três comunidades indígenas da etnia Mbyá-Guarani, excluídas dos estudos oficiais. Essa grave omissão gera a ausência da consulta prévia ao indígena afetado pelo empreendimento.

Esse o processo revela a construção da crítica pela sociedade civil organizada, sem isso, os indígenas da região, os assentados, as áreas de proteção ambiental seriam ignoradas frente a lógica neoliberal. Como afirmado acima, a tentativa de desregulamentação opera para inviabilizar ou enfraquecer a resistência expressada nos modos de vida presentes no território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos, as reservas de carvão mineral no território do Baixo Jacuí já eram conhecidas antes da implantação dos assentamentos Apolônio de Carvalho e Padre Josimo, e a atividade de mineração foi preterida sob influência do resultado das experiências de exploração carbonífera em outros municípios da região. Diante disso, o Estado atendeu a demanda de trabalhadores sem-terra e passou a implementar os assentamentos. Após trinta e três anos, com reconhecido êxito na produção agroecológica, isso é revisto e agora o território ocupado pelas famílias camponesas está ameaçado pela implantação da Mina Guaíba, com apoio e promoção deste mesmo Estado.

Quando se analisam as duas propostas de desenvolvimento, além da grande diferença no que tange a promoção do direito à vida e a sustentabilidade da mesma, nos intriga a mudança de posicionamento e atuação do Estado. Diante disso,

¹⁸ Processo número: 5069057-47.2019.4.04.7100, figuram como réus a Fepam, Copelmi e a Funai, em curso na justiça federal.



relacionamos esta guinada de atuação às necessidades do capitalismo contemporâneo, procurando identificar relações e divergências daquilo que acontece na RMPA com a dinâmica sistêmica. Desse modo, identificamos que a crise de valorização do capital encontra na despossessão uma alternativa para se valorizar. Esse fenômeno decorre em um processo de usurpação de territórios, de tomada de bens comuns (*land grabbing*), que promove, entre outras ações, nesse caso, a desregulamentação dos marcos de proteção do território. A racionalidade neoliberal está na estrutura desse Estado e, ainda que as divergências entre as vias de desenvolvimento transpareçam ainda mais em um momento de crise sanitária, econômica, social e política, é também graças à racionalidade neoliberal que a boiada pode passar e destruir esse território agroecológico.

Referências Bibliográficas

ALT, Júlio; KUHN, Daniela; COSTA, Ana; **Resistência à expansão da mineração no Rio Grande do Sul: reflexões a partir do Projeto da Mina Guaiíba**. In: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária - SINGA. Recife: Singa19, 2019.

ALTIERI, M; NICHOLLS, C, I. Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable. Série Textos Básicos para la Formación Ambiental. 1ª Edición. México: PNUMA, 2000.

ARAÚJO, L. M. **Aterro/Lixão, mineração e moradores sacrificados: conflito ambiental e “alternativas infernais” na comunidade rural Santa Tecla, Gravataí**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Porto Alegre: 2017.

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. Astrolabio (Buenos Aires), v. 11, p. 105-123, 2013.

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papyrus Editora. 1994.

BOURDIEU, P.. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.



CADORE, E. Relatório técnico Agrônomo Socio-econômico e Ambiental para manifestação EIA/RIMA do 410744 - Lavra de Carvão com recuperação de área degradada. Porto Alegre: COOTAP, 2019.

CAMEJO, Viviane Pereira. **O rural e o carvão**: representações sociais em Candiota/RS. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2013.

COSTA, Ana; KUHN, Daniela; ALT, Júlio; BUZZATTI, Mauren; VATTATHARA, Saritha. **O custo da mineração: estudo preliminar sobre a proposta de atividade mineradora nos municípios de Eldorado e Charqueadas**. In. CCM-RS. Painel de Especialistas, 2019

CCM-RS - Comitê de Combate à Megamineração no RS. (Orgs. PRATES, Camila; RAGUSE, Eduardo; ALT, Júlio; FLEURY, Lorena. Painel de especialistas: análise e crítica do estudo de impacto ambiental da Mina Guaíba. 1. ed. Porto Alegre: Relâmpago, 2019. Disponível em: <<https://rsemrisco.files.wordpress.com/>> Acesso em: 27 jun. 2020.

CIOCCARI, Marta. **Ecoss do subterrâneo**: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS). (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. 2019. Site: <http://copelmi.com.br/mina-guaiba/>. Acesso: 20.07.2019.

COPELMI. **EIA - Estudo de Impacto Ambiental do Licenciamento Prévio de lavra de carvão com recuperação de área degradada**. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/eia-mina-guaiba/>. Acesso em 10.06.2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo. São Paulo. 2016. 413p.

ECKERT, Cornelia. **Do corpo dilapidado à memória reencantada**. In: Corpo e Significado: ensaios de Antropologia Social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

FARIAS, Rafaela C. Rodeiro de. **Territórios em disputa**: o avanço neoextrativista e a invisibilidade de territórios pesqueiros em áreas marinhas protegidas. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018. Brasília/DF.

FAO. Food and Agriculture Organization. **Guiding the transition to sustainable food and agricultural systems**. Roma. 2018.



FEPAM. Transcrição: Audiência Pública em Eldorado do Sul, Companhia Vontobel de Transcrições, 2019.

FOUCAULT, Michael. **O nascimento da biopolítica**. Fontes Martins. São Paulo. 2008.

GONÇALVES, R. **Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil**. Cadernos Prolam/USP. v. 15, n. 29, p. 38-55, jul/dez. 2016.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. NEOEXTRATIVISMO LIBERAL-CONSERVADOR: a política mineral e a questão agrária no governo temer. **Okara: Geografia em debate**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 348, 12 ago. 2018. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41321>.

GOVERNO RS, 2018. Edição online - 18/12/2018. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/polo-carboquimico-e-apresentado-a-prefeitos-do-baixo-jacui-e-campanha>. Acesso em: 20 out 2019.

GOVERNO RS, 2019. Edição online - 27/09/2019. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//codigo-estadual-do-meio-ambiente-resumo-alteracoes.pdf>. Acesso em 20 out. 2019.

GUDYNAS, Eduardo. En: "Extractivismo, política y sociedad", varios autores. CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Quito, Ecuador. Noviembre 2009. (dos Reis Pereira y colab., 2009).

HAMANN, Trent H. **Neoliberalismo, governabilidade e ética**. Ecopolítica. n. 3, p. 99-133. 2012.

HARVEY, D. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. In. O novo desafio imperial. Org. PANITCH, L.; LEYS, C.. Biblioteca CLASCO. São Paulo. 2006. p. 95-125.

KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KNOTTER, Ad. Mineração de carvão, migração e etnicidade: uma história global. **Mundos do Trabalho**, [S.L.], v. 7, n. 14, p. 13, 28 jun. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2015v7n14p13>.

LAND MATRIX. **Trasnational land deals for agriculture in the global south: analytical reporter based on the Land Matrix Database**. Authors. ANSEEUW, W.;



BOCHE, M.; BREU, T.; GIGER, M.; LAY, J.; MESSERLI, P.; NOLTE, K. n. 1. April, 2012.

LEITE, A. D. A Energia do Brasil. Rio de Janeiro: Editora **Nova Fronteira**, 1997.

MALERBA, J.; MILANEZ, B.. **Um novo código mineral pra quê?** Le Monde Diplomatique Brasil. Edição 07.07.2014. Disponível em:

MEHTA, L.; VELDWISCH, G. L.; FRANCO, J.. **Introduction to the special issue: water grabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources.** Water Alternatives, v. 5, n. 2. p. 193-207. 2012.

MELCHIORS, J. L. As repercussões territoriais dos assentamentos rurais do município de Eldorado do Sul. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MERLET, M. **Propriedade da terra:** um questionamento agora incontornável. In. Os bens comuns: modelo de gestão dos recursos naturais. Edição especial Revista Passarelle. N. 6. 2012. p. 37-42.

OLIVEIRA, E. A. de. **Estado e direito no capitalismo:** um debate entre o liberalismo e o marxismo. Revista katálysis. v. 23, n. 2, Florianópolis. 2020. P. 213-221.

PENNSAN. Inquérito Nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, 2021. Disponível em :<http://olheparaafome.com.br/>

POLANYI, K.. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Editora Campus. Rio de Janeiro. 335 p.

PRADO, E. F. S.. **Do que destrói o nosso futuro humano possível.** Texto apresentado em conferência na Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia em 24 de maio de 2016.

RADAELLI, A.; PRATES, C.; KOCH, E.; BLANCO, G.; SASSO, G.; VARGAS, F.; MENIN, J.; FLEURY, L. Relatório técnico: manifestação EIA/RIMA do 410744 - Lavra de Carvão com recuperação de área degradada. Porto Alegre: Grupo de Pesquisa TEMAS/UFRGS, 2019. Protocolo n. 6354-18-1.

SAUER, S. **Demanda mundial por terras:** “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? Rev. de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. v. 4, n. 1, p.72-88, 2010.

SILVA, J. E. C; SILVA, A. **A inserção da agroecologia em um novo sistema alimentar pós-covid** 19. Revbea, São Paulo, V. 15, No 4: 148-159, 2020.

SILVEIRA, S. A. da; SAVAZONI, R. **O conceito do comum:** apontamentos



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



introdutórios. Liinc em Revista, v. 14, n. 1, p. 5-18, Rio de Janeiro, 2018.

TRALDI, M. **Acumulação por despossessão**: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Tese apresentada para a obtenção de título de doutora em geografia na área de análise ambiental e dinâmica territorial. Unicamp. 2019.

VATTATHARA, S. D.; KUHN, D. D. ; FILIPPI, E. E. . **Land grabbing e mineração enquanto expressões do neoxtrativismo no território gaúcho**. In: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Recife: Singa19, 2019.





IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O MERCADO DAS SOCIEDADES E A SOCIEDADE DE MERCADO EM POLANYI: REFLEXÕES SOBRE CAMPESINATO E AGROECOLOGIA

Anderson Antonio da Silva

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Bolsista CNPq
e-mail: anderson.peasant@gmail.com

Sérgio Sauer

Professor do Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPGMADER na Universidade
de Brasília – UnB
e-mail: sauer.sergio@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta debate sobre a possibilidade do restabelecimento de um mercado das sociedades dentro da sociedade de mercado, tomando como referência ideias de Karl Polanyi. Busca desvelar processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais até se tornar uma esfera autônoma, “auto regulável” que criou a sociedade de mercado. Ao propor usos contra-hegemônicos da terra, a agroecologia modifica a relação dos seres humanos com o “solo”. A luz do pensamento de Polanyi, esse caráter subversivo da agroecologia pode ser considerado uma forma de contra-movimento aos ajustes espaço-temporais impostos pela lógica do *Plantationoceno*. O rompimento com estes ajustes tem possibilitado emergir novas formas de produção do espaço, baseados nos princípios da igualdade e inclusão que contemplam a questão racial e de gênero. A organização da produção e do trabalho no *Plantationoceno*, raça e gênero sempre foram explorados para a criação de valor e exploração. O campesinato, simultaneamente trabalhador e proprietário dos meios de produção, depende da preservação do seu patrimônio produtivo, o que faz da agroecologia um sistema de produção peculiar, capaz de se contrapor às consequências da *plantation*. As reflexões adotam, como base empírica, experiências agroecológicas em processo de desenvolvimento no Brasil.

Palavras-chave: mercado das sociedades; campesinato, agroecologia, *Plantationoceno*.



Introdução

O artigo traz um exercício reflexivo sobre a possibilidade de reconstrução de um mercado das sociedades, em contraposição à sociedade de mercado, com base em reflexões e perspectivas de Karl Polanyi.

O pressuposto é, ao propor usos contra-hegemônicos da terra, a agroecologia modifica a relação dos seres humanos com o “solo”. Esse caráter subversivo da agroecologia é apresentado no texto como uma forma de contra-movimento que se contrapõe aos ajustes espaço-temporais impostos pela lógica do *Plantationoceno*. Este conceito vem sendo usado como uma categoria de análise para interpretar a era em curso, criada e sustentada com base na *plantation* (produção de riqueza baseada em monocultivos para a exportação em grande escala, dependente de trabalho escravo ou forçado, estruturada a partir de uma elite racializada). A organização da produção e a exploração do trabalho no *Plantationoceno*, portanto, tem raça e gênero como fonte de criação de valor (perspectiva econômica) e de discriminação (para a manutenção da exploração).

O texto discute, com base em Polanyi (2000, 1976a e 1976b), a diferença da economia no sentido substantivo e no sentido formal. Ressalta a importância de questionar a sociedade de mercado que ameaça a sociedade humana (*Plantationoceno*) e os bens comuns, bem como retomar a ideia de um mercado das sociedades, onde será possível resgatar tudo o que torna a vida social possível.

A discussão desvela processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais até se tornar uma esfera autônoma, “auto regulável” (Polanyi, 2000). Isso gerou a sociedade de mercado que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

A partir de Polanyi, que analisa mercados de cidades-estados na Grécia antiga, é possível identificar conexões entre produtores e consumidores. Canais de distribuição, criados a partir da agroecologia, têm devolvido gradativamente, tanto aos camponeses quanto à sociedade, o controle de relações sociais que foram sequestradas pela crença do mercado livre.



A relação da humanidade com o “solo” é determinada pela sociedade de mercado. Na sociedade de mercado, o varejo e o atacado, são os dois principais canais de distribuição para comercialização de alimentos, de frutas, legumes e verduras no mundo inteiro.

O campesinato, a agroecologia, a retomada do mercado das sociedades e o surgimento de uma economia política da agroecologia, se apresentam no texto enquanto uma estrutura analítica não só conceitual, mas também para ativismo e prática.

Tais reflexões não se propõe a pensar a agroecologia como uma forma modernizadora do capitalismo, vai muito além disso. A junção do pensamento de Polanyi com a agroecologia oferece potencial para um novo tipo de organização da produção e da terra que podem ser úteis no contexto das lutas anticapitalistas.

Embora o estado continue sendo uma instituição fundamental, suas funções de reprodução da vida social colapsaram. O texto visa contribuir com a discussão de alternativas emancipatórias de organização da vida. Afinal, o sentido da existência humana não pode ser ditado apenas pelo mercado.

Por fim, a leitura da agroecologia como um dogma precisa ser superada. Sem o apoio do estado e do montante de investimentos bilionários que o agronegócio recebe todos os anos, ele também seria tratado como um dogma. Sem todo esse apoio o discurso da eficiência do agronegócio não se sustenta.

1. Sociedade de mercado e o Plantationoceno

Esta concepção a respeito do mercado das sociedades é categoricamente diferente da sociedade de mercado, criada com advento do capitalismo no século XVII na Inglaterra e que desde então transformou-se em uma força com capacidade de produzir alterações tão profundas na natureza ao ponto de afetar a capacidade de resiliência do planeta Terra em escala geológica (Weiss, 2014).

O mercado, conforme destacado por Polanyi (1976), não é uma invenção do capitalismo. Existe uma confusão enorme no entendimento acerca do que venha a ser o mercado das sociedades ou a sua retomada. Mesmo com o advento do capitalismo e da



posterior globalização neoliberal, o mercado, como troca entre pessoas para suprir necessidades, nunca deixou de existir.

Consequentemente, a restauração do mercado das sociedades é um fator chave para a conquista da autonomia dos diferentes movimentos camponeses.

Na atualidade, o debate público reconhece que as propostas de desenvolvimento rural articuladas pelo Banco Mundial só trouxeram mais pobreza para o campo brasileiro. Essa perspectiva capitalista de desenvolvimento do campo, baseado na sociedade de mercado, onde o problema está no campesinato que não se adapta ao sistema capitalista é denominada por Feder (1976; 2008) de processo de auto-liquidação do campesinato no terceiro mundo.

O campesinato, por ser simultaneamente trabalhador e proprietário dos meios de produção, depende da preservação do seu patrimônio produtivo. Isto faz da agroecologia um sistema de produção peculiar ao universo camponês.

Se concordamos que globalmente o campesinato, as populações tradicionais, os povos indígenas e as comunidades de pastores (os denominados “*communs*”), são guardiões naturais do que resta no planeta em termos de bens ecossistêmicos. O incremento desde uma perspectiva politizada sobre a importância da retomada do mercado das sociedades, pode apresentar-se com uma alternativa para reversão do altíssimo grau de entropia no qual o planeta se encontra.

Esse debate sobre a importância do campesinato no desenvolvimento é antigo e remonta a obras clássicas de autores como Kautsky (1986) e Lenin (1958) sobre a desintegração e diferenciação do campesinato respectivamente.

O sociólogo francês Henri Mendras, publicou em 1967 o livro “*Le fin des paysans*” (“O fim dos camponeses”). A sua tese, a partir de uma perspectiva sociológica fortemente orientada por constante debate com a visão econômica, é o desaparecimento da figura tradicional do camponês entre os trabalhadores da sociedade rural da França.

No entanto, ao ter sobrevivido a diferentes regimes políticos e econômicos ao longo da história, conforme documentado por Mazoyer & Roudart (2010), o campesinato tem a séculos contrariado diferentes teses sobre seu desaparecimento, dando lugar ao entendimento da



evolução de novas ordens econômicas e conseqüentemente de possibilidades de novas ordens alimentares a partir da agroecologia. O mercado das sociedades representa a evolução destas novas ordens econômicas.

Quando olhamos para a importância geopolítica dos alimentos desde o campesinato segundo Friedmann (1993); McMichael (2016) e Coca (2019) facilmente notamos que a gestão social da produção e do trabalho feita pelo campesinato a partir da agroecologia, assumem um nítido sentido de classe, de gênero, de raça e etnia etc.

De acordo com Sobreiro filho, Costa e Silva (2020), a gestão social da produção e do trabalho realizado pelas mulheres tem corroborado o caráter subversivo que a agroecologia atribui ao “papel delas” no desenvolvimento, além de desvelar sua influência em processos de descolonização do imaginário e despatriarcalização (Dilger e Lang, 2018).

Inseridas apenas na esfera da reprodução, as mulheres foram historicamente tratadas como fonte de criação de valor e exploração. O binômio formado entre a agroecologia e o mercado das sociedades, remete ao que Fraser (2006) caracteriza como lutas por reconhecimento, voltadas para remediar a injustiça cultural, e lutas por redistribuição, voltadas para compensar a injustiça econômica causado às mulheres.

A separação entre produção e reprodução, sendo a produção atribuída aos homens e a reprodução às mulheres, faz da mulher uma peça-chave dentro do processo de acumulação primitiva (Federici, 2017).

A dedicação exclusiva e não remunerada da mulher ao trabalho de cuidados e reprodução nos permite localizar ao longo da história as raízes da diferença de poder entre mulheres e homens e os motivos pelos quais as mulheres foram excluídas do desenvolvimento capitalista enquanto agentes da produção (Federici, 2017). Sobre o papel da mulher no desenvolvimento, somente em 1970 foi possível pensar sua influência em processos de descolonização e despatriarcalização (Borserup, 1970).

A realização da redistribuição com reconhecimento, em função do binômio formado entre a agroecologia e o mercado das sociedades, funciona como uma espécie de força de oposição feita aos processos de - redistribuição sem reconhecimento, que foi uma



característica marcante dos governos pós-neoliberais ou neodesenvolvimentista tanto no Brasil quanto na América Latina. Este período de acordo com Wolford e Sauer (2018) é marcado pelo capitalismo inclusivo, voltado à maximização dos lucros que permitiriam o aprofundamento da assistência social.

O olhar concatenado entre processos sociais que geralmente são analisados em separado, oportuniza desvelar a intrínseca relação entre movimentos camponeses, agroecologia e o mercado das sociedades.

A politização deste debate é importante para nos afastar da leitura reducionista de que a agroecologia trata apenas do consumo de alimentos sem veneno.

Para Ploeg¹ (2020), existem três características distintas e dimensões decisivas para a agricultura em geral. O primeiro diz respeito à organização socio-material da produção agrícola (dimensão material); a segunda, a distribuição social da riqueza produzida (dimensão político-econômica); e, o terceiro, as maneiras pelas quais os camponeses lutam para mudar tanto a produção quanto a distribuição da riqueza (a dimensão sócio-política).

Em suma, a autonomia no contexto da agroecologia é processualmente construída no nível micro: a partir do espaço cotidiano: trabalho, família produção e sociabilidade; no nível meso: desde o espaço da ação coletiva: movimentos, cooperativas, associações, redes e ações de grupos e no nível macro: com o espaço da ação política societária, das lutas gerais contra fragmentação, pelas novas gerações, pelo outro e pelo planeta.

Quer dizer, a agroecologia enquanto teoria, prática e movimento, tem remodelado, relações sociais e de produção no campo. A luta política dos diferentes movimentos camponeses está essencialmente atreladas aos princípios da agroecologia defendidos, por exemplo, por Gliessman (2000) e Altieri (2002).

Pensar a importância do campesinato e da agroecologia no contexto do mercado das sociedades, significa considerar os efeitos da transição agroecológica nas relações de produção e trabalho na escala do lote, mas também do processamento, distribuição e

¹ O texto de Ploeg (2020), publicado no *The Journal Peasant Studies*, por exemplo, fornece sustentação teórica-metodológica para refletir sobre o processo de formação de uma Economia Política da Agroecologia em diferentes escalas.



comercialização.

É dessa convergência entre os princípios da transição agroecológica e a racionalidade ecológica camponesa que Friedman (2016) e McMichael (2016), destoando de Bernstein (2016), aventam o campesinato como alternativa ao regime alimentar corporativo.

Os diferentes tipos de ligações entre produtores e consumidores, concretizados desde feiras livres, entrega de cestas via grupos de consumo, *Community Supported Agriculture* (Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA), os armazéns do campo do MST entre outros, são canais de distribuição pensados a partir de uma lógica que devolve tanto aos camponeses quanto à sociedade, o controle de relações sociais sequestradas pela crença do mercado livre, conforme veremos a seguir.

Independentemente do nível de politização que estes diferentes tipos de canais de distribuição produzem, a partir da ligação estabelecida entre produtores e consumidores, o mercado das sociedades transformou-se numa realidade que coexiste paralelamente à sociedade de mercado.

A agroecologia é de um sistema produtivo que oferece relação da humanidade com o "solo" possibilidades para conter ou desfazer ajustes espaço-temporais hegemônicos, impostos pela lógica do *Plantationoceno*. Segundo Primavesi (2002), o solo tem vida e o papel da agroecologia é justamente esse, devolver vida ao solo.

Para Edelman e Wolford (2017), o estudo crítico da relação da humanidade com o solo é essencial não apenas para a análise histórica, mas para a compreensão de crises contemporâneas urgentes, incluindo insegurança alimentar generalizada, mudança climática, crescente poder corporativo e ameaças à biodiversidade.

O conceito de *Plantationoceno* vem sendo defendido como uma categoria de análise para entender uma agricultura orientada para a exportação em grande escala, dependente de trabalho forçado e estruturado a partir de uma elite racializada.²

Para Wolford (2021),³ o *Plantationoceno* impulsionou a exploração colonial,

² Em artigo publicado nos *Annals of the American Association of Geographers*, Wendy Wolford (2021), apresenta teses sobre o *Plantationoceno*, tomando Brasil, Moçambique e Portugal como casos empíricos.

³ O debate de Wolford (2021) está baseado nos argumentos de Donna Haraway, Anna Tsing e Jason Moore, afirmando que extração e produção no e do mundo contemporâneo têm drenado, queimado, esgotado,



perpetuando um dualismo centro-periferia dentro e entre os países, desde uma força de trabalho altamente racializada que moldou as culturas que consumimos e as normas culturais que habitamos e praticamos.

O conceito tem como objetivo analisar o papel das *plantations* e/ou monocultivos desempenharam na formação da natureza, estrutura e dinâmica da era moderna. Tem a ver com a escala e a relação taxa/velocidade com a qual os recursos naturais foram exauridos nos últimos dois séculos e meio.

De acordo com a pesquisa da FAO (2015), “Estado da Arte do Recurso Solo no Mundo”, 30% dos solos do mundo estão degradados. Estima-se que até 2050, teremos mais 10% de perdas agrícolas.

Neste contexto, o campesinato, a agroecologia, a retomada do mercado das sociedades e o surgimento de uma economia política da agroecologia, se apresentam enquanto uma estrutura analítica não só conceitual, mas também para ativismo e prática.

Esta estrutura analítica propõe-se a contribuir com a reflexão de como mundos anti-plantatio e anti-monocultivos podem tomar forma.

Tais reflexões, longe de oferecerem respostas definitivas ou categorias de análises estáticas, visam contribuir com a politização do debate sobre a importância do campesinato e da agroecologia no incremento do mercado das sociedades.

2. Autonomia e mercado no campesinato

O debate sobre a retomada do mercado das sociedades é também um debate sobre autonomia, que não será abordada com a profundidade que o tema merece. Este debate seria demasiadamente longo, inclusive porque o conceito de soberania tem sido frequentemente utilizado como sinônimo de autonomia.

Nos termos de Polanyi, pela via da sociedade de mercado, é pouco provável que os movimentos camponeses conquistem autonomia. Quem definiu o conceito de autonomia na modernidade, e fez dele um conceito central em sua teoria, foi Kant (1724 -1804). Para Kant (1964) , autonomia supõe que o sujeito seja capaz de fazer uso de sua liberdade. No entanto,

envenenado e exaurido a maioria das terras.



autonomia não é sinônimo de liberdade, que tem sentido mais indeterminado e por isso mais abrangente.

O Dicionário de Filosofia de Ferrater Mora (1965) define autonomia como uma realidade que é regida por uma lei própria. A retomada do mercado das sociedades assume esse caráter de construir uma regra própria onde seja possível o campesinato construir seu próprio mercado e, portanto, sua autonomia.

A agroecologia, vista desde o pensamento de Polanyi, devolve, tanto aos camponeses quanto à sociedade, o controle de relações sequestradas pela crença do mercado livre, construído durante a formação das sociedades Pós-Industrial.

Essa crença fez com que o mercado se separasse das demais instituições sociais, até se tornar uma esfera autônoma, “auto regulável” (Polanyi 2000). Isso gerou a sociedade de mercado que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

No *Plantationocene* quem determina a relação da humanidade com o “solo” é a sociedade de mercado, atrelada a um modelo universal e invariável de desenvolvimento que nega a importância do lugar.

Sobre a importância do lugar, para Escobar (2005) no nível do conhecimento, a questão é como transformar o conhecimento local em poder, e este conhecimento-poder em projetos e programas concretos. Para Escobar os modelos locais da natureza podem ser reinterpretados como constitutivos de uma série de práticas não-capitalistas.

Ao valorizar o lugar e o conhecimento local, Escobar (2005) adverte que devemos evitar a ideia de um modelo de desenvolvimento universal invariável. Para ele a escala do lugar é importante, pois permite descentralizar a fala do desenvolvimento apenas como crescimento econômico.

Para Escobar (2005) a mediação do lugar por outras matrizes de saberes censuradas pelo modelo universal e invariável de desenvolvimento, permite direcionar o olhar para outras dimensões presentes no lugar como gênero, raça, etnia, relação com a natureza, etc.

A negação das especificidades do lugar é uma das estratégias dos grupos detentores de



poder para manter a dominação (Escobar, 2005), isto é, entender a cultura do lugar é extremamente importante para ressignificar o seu poder.

Outro aspecto que consideramos relevante no debate sobre autonomia é a importância da resistência cotidiana do campesinato (Scott, 1976). Scott (1976) é um defensor da resistência cotidiana na formação dos entendimentos e dos repertórios de ação que se evidenciam nas grandes explosões sociais.⁴

Um aspecto do debate sobre autonomia é trazido por McAdam, Tarrow e Tilly (2009). Estes autores destacam que, se aprendemos alguma coisa nas últimas três décadas de pesquisa sobre movimentos sociais, é que não dependem apenas do interesse ou da oportunidade, mas se formam em redes sociais nativas nas sociedades domésticas. As pessoas aderem à ação coletiva muito mais devido às redes de pessoas ligadas umas às outras por laços interpessoais específicos do tipo face a face do que à organização formal ou incentivos individuais (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009).

Os laços interpessoais têm se demonstrado um vetor importante, por exemplo, na campanha “boca a boca” que é realizada pelas pessoas que já consomem produtos agroecológicos, junto das que ainda não consomem.

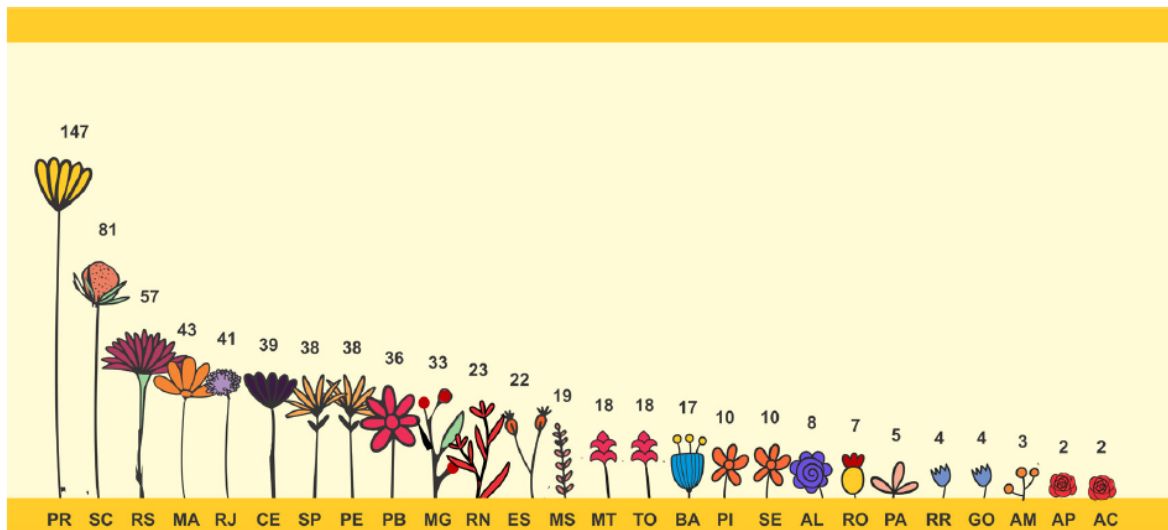
3. Agroecologia e construção de mercado

O debate proposto sobre o mercado das sociedades toma como referência as diversas experiências agroecológicas em desenvolvimento em todo Brasil. Em diagnóstico realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia, (ANA, 2020), foram prospectadas cerca de 700 experiências agroecológicas em municípios brasileiros de todas as unidades federativas do Brasil (Ver Figura e Mapa 1).

Embora estas experiências prospectadas pela ANA não sejam as únicas em andamento no Brasil, pois existem várias outras, elas desvelam uma relevante associação de sinergias que adotaremos como referência empírica para discutir a retomada do mercado das sociedades.

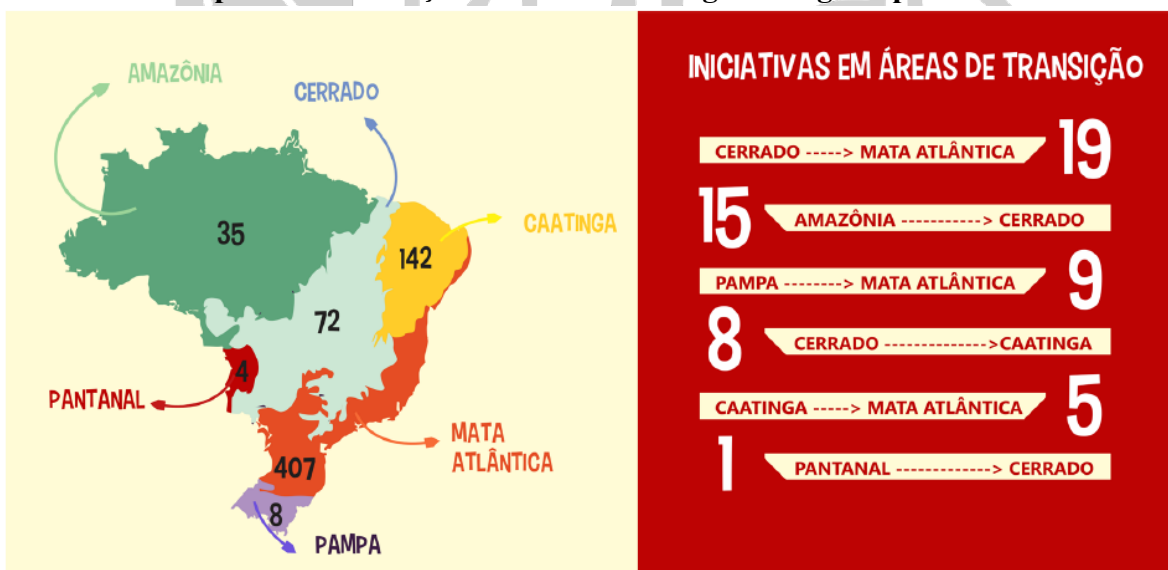
⁴ A obra de James Scott desafia a crença de que a resistência cotidiana tem pouca importância. Sintetizando ideias sobre a economia de subsistência, aversão ao risco do camponês de Chayanov e mesmo o conceito de economia moral de Thompson (1963, 1971), Scott (1976) afirmou a existência de uma “ética da subsistência” entre camponeses.

Figura 1 - Distribuição das Iniciativas Agroecológicas por Unidade da Federação



Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020.

Mapa 1 - Distribuição das Iniciativas Agroecológicas por Bioma



Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020.

Se é verdade a tese central de Polanyi de que não existe mercado livre; nunca houve, nem pode haver, então devemos considerar as diferenças da economia no sentido substantivo e no sentido formal, ou seja, devemos questionar a sociedade de mercado que ameaça a - humana - e os bens comuns, bem como retomar a ideia de um mercado das sociedades, onde será possível resgatar tudo o que torna a vida social possível, incluindo ar e água, educação, assistência médica, segurança, igualdade de gênero e racial.



Diante da vitória do mercado livre, segundo Sassen (2010a; 2010b), praticamente tudo é determinado pela racionalidade da sociedade de mercado. Neste contexto, o poder dos movimentos camponeses e da agroecologia reside no fato de que baseado nos princípios da reciprocidade e da confiança e sem a pressão do “*price making markets*”, os agricultores podem se dedicar de forma livre à produção de alimentos agroecológicos.

Na sociedade de mercado, o varejo e o atacado, são os dois principais canais de distribuição para comercialização de alimentos, de frutas, legumes e verduras no mundo inteiro.

Em outras palavras, varejo e atacado são os dois canais de distribuição hegemônicos da sociedade de mercado. A separação entre produtores e consumidores de alimentos é a principal característica destes dois canais de distribuição.

Com exceção dos produtos que trazem no rótulo sua origem, a partir de certificação de identificação geográfica, é praticamente impossível o consumidor identificar a origem do alimento que ele compra.

Já o mercado das sociedades organizado desde a agroecologia, traz como proposta um modelo de gestão da produção e do trabalho que por ser organizado localmente, abre possibilidades para o envolvimento e a participação dos consumidores no processo de produção dos alimentos.

A participação dos consumidores neste processo promove o que Meek e Tarlau (2016) nomeiam de *Critical Food Systems Education* (CFSE), Educação em Sistemas Alimentares Críticos. Ao menos em tese a (CFSE) permite fomentar a educação de cidadãos para a soberania alimentar.

Além disso, segundo MEEK (2015) este tipo de pedagogia pode servir como uma forma de territorialidade, influenciando processos de aprendizagem territorial que incentivam usos contra-hegemônicos da terra.

Resultado de uma abordagem despolitizada, construída com base na sociedade de mercado, raramente a população consegue desmistificar os efeitos perversos do regime alimentar corporativo na alimentação.



Despolitizados e distantes da produção de alimentos, boa parte da população desconhece a correspondência entre a produção de comida saudável e o campesinato como uma classe social com potencial para impulsionar desde os princípios da agroecologia a retomada do mercado das sociedades.

O conceito de contramovimento de Polanyi (2000), oferece uma saída para a proteção da sociedade, da natureza e da própria “organização produtiva” que é vital para o desenvolvimento da economia, mas incompatível com o sistema autorregulado de mercados.

A sindemia⁵ como resultado de três pandemias que interagem umas com as outras e ocorrem simultaneamente: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas é uma prova cabal disso (The Lancet, 2019).

Evidentemente, para não fugir ao foco da discussão, neste texto, não entraremos no debate do papel assumido pelo Estado Neoliberal no contexto da (sociedade de mercado).

Todavia, há de se reconhecer que sem o Estado não seria possível compreender como o capitalismo contemporâneo encontra-se enredado em uma espiral destrutiva de crescimento exponencial, cujos limites já foram expostos. A espoliação depende da ajuda do Estado para acontecer de forma legal. Harvey (2003) não deixa dúvida sobre isso.

Retornando ao conceito de contramovimento, salientamos que durante sua construção, Polanyi baseou-se nos efeitos devastadores sobre as pessoas mais vulneráveis na sociedade, provocados pelas crises do mercado, com a Grande Depressão na década de 1930.

O argumento de Polanyi (2000) é de que as crises do mercado tendem a gerar contra-movimentos à medida que as pessoas lutam para defender seus meios de subsistência, seus bairros e suas culturas das forças destrutivas da mercantilização.

A tese principal da obra de Polanyi “*A Grande Transformação*” foi escrita entre (1939-1940), durante a segunda guerra mundial e realiza uma análise minuciosa, crítica e criativa da formação da economia capitalista de mercado.

⁵ O Editorial da Revista *The Lancet*, publicado em fevereiro de 2019, discute se o conceito correto referente a crise sanitária causada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) seria pandemia ou sindemia, visto que a porcentagem de óbitos por Covid-19, entre pessoas com problema pré-existent de obesidade e desnutrição é maior.



Em sua obra Polanyi desvenda os processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais até se tornar uma esfera autônoma, “auto regulável”, que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

Ao propor usos contra-hegemônicos da terra, a agroecologia modifica a relação dos seres humanos com o “solo”. Esse caráter subversivo da agroecologia pode ser considerado uma forma de contra-movimento que se contrapõe aos efeitos perversos do *Plantationocene*.

Os princípios da produção agroecológica, ao propor mercados autogestionados, a partir da relação direta entre produtores de alimentos e consumidores, conforme já referido, devolve tanto aos camponeses quanto à sociedade o controle de relações sociais sequestradas pela crença do mercado livre.

Esta mediação das relações sociais entre produtores e consumidores desde a agroecologia permite desfazer ajustes temporais hegemônicos impostos pela lógica do *Plantationocene*.

O rompimento com estes ajustes tem possibilitado emergir novas formas de produção do espaço, baseados nos princípios da igualdade e inclusão que contemplam a questão racial e de gênero.

Polanyi em sua obra “*A Grande Transformação*” trabalha com duas categorias de análise. A “*embeddedness*” que significa (incrustação) e o “*(dis)embeddedness*” que significa (desincrustação).

Thurnwald, um dos autores que mais influenciou Polanyi no campo da antropologia econômica, já havia utilizado este conceito nos seus estudos. O termo “incrustado” (*embeddedness*) e desincrustado (*(dis)embeddedness*) é um conceito que foi cunhado com base nas observações das paredes rochosas das minas de carvão por Thurnwald. A dedução lógica desta observação é de que a natureza incrusta o carvão e a ação humana desincrusta. Polanyi usa desta analogia para exemplificar como a sociedade pós-industrial desincrustou a economia da sociedade.



Em resumo, estes dois conceitos tratam da incrustação (relações de mercado baseada na vontade dos homens), e da desincrustação (mercado com vida própria, desvinculado das demais instituições sociais e da vontade dos homens).

Segundo Polanyi (2009, p. 138) a natureza, no seu sentido físico, foi conscientemente excluída por Smith do problema da riqueza em sua obra “Riqueza das Nações”. Neste sentido, não podemos perder de vista que a abordagem formalista (a que desincrusta a sociedade) parte de uma escassez ontológica dos meios para satisfazer as necessidades humanas.

Cria-se, assim, um des-envolvimento como negação do envolvimento entre as pessoas. Com o desaparecimento do mercado das sociedades, perde-se a ideia do mercado enquanto uma relação social. A agroecologia permite realizar a reincrustação entre economia e a sociedade a partir da modificação da relação dos seres humanos com o “solo”.

Polanyi chama atenção que a construção da ideia de mercado como conhecemos hoje, nasce do sucesso do mercantilismo em estender suas práticas municipais ao território nacional, criando sua própria lógica de regulação dos homens e da natureza.

A troca mercantil, enquanto forma de integração, traduz-se num padrão institucional constituído por um sistema de mercados formadores de preços, mas é precisamente a ação (autônoma) desse mecanismo institucional que conduz à desincrustação da economia.

Polanyi define a economia como um processo instituído constituído por dois níveis: um refere-se à interação do homem com o ambiente natural e social que o rodeia; o outro refere-se à institucionalização desse processo na forma de mercado (Polanyi, 2000, p. 290-292).

Todas as economias, independentemente da sua forma de integração dominante, partilham estas características. Assim, parece claro que Polanyi não nega, de modo algum, esta relação entre a economia humana e o sistema social. O que se passa é que no capitalismo todas as considerações, motivações e valores sociais são relegados para segundo plano em face da primazia adquirida pela economia que se autonomiza de todo e qualquer controlo social (consciente).



Polanyi no capítulo sexto do seu livro “mercadorias fictícias” afirma que quando bens públicos e necessidades sociais são tratadas como se fossem mercadorias produzidas para venda no mercado, em vez de direitos protegidos, nosso mundo social está em perigo e grandes crises ocorrerão (Polanyi, 2000, p. 89-99).

No artigo intitulado “*Aristóteles descubre la economía*” Aristóteles descobre a Economia de (Polanyi, 1976), praticamente esquecido na literatura, Polanyi realiza o delineamento do conceito de *embeddedness* e *(dis)embeddedness* de um modo mais claro e sistemático.

Neste texto de Polanyi chama a atenção para existência de vários exemplos de mercado das sociedades, estabelecidos desde Aristóteles, deixando claro que o mercado não é um advento exclusivo do capitalismo e, portanto, pode ser organizado obedecendo a um outro tipo de lógica, capaz de preencher falhas metabólicas do próprio sistema capitalista.

Já no texto “*Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi*”, também publicado em 1976, Polanyi faz uma crítica epistemológica e ontológica sobre o lugar que a economia ocupa na sociedade e para tal discute o deslocamento que a esfera dos fenômenos econômicos sofreu dentro das matrizes das relações sociais e culturais que moldaram diferentes sociedades ao longo da história.

Neste artigo Polanyi concentra suas reflexões em traçar a origem sócio-histórica e cultural da economia de mercado através de sua comparação crítica com maneiras pelas quais outras sociedades históricas organizaram as esferas da produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

De fato, os debates travados por Polanyi em sua vasta produção bibliográfica como um todo, mas principalmente nestes dois textos, mesmo ele não tendo trabalhado com o recorte da agroecologia, não deixam dúvidas sobre o leque de possibilidades que ela oferece para ressuscitar o mercado das sociedades.

Embora a obra “*A grande Transformação*” seja a mais conhecida no Brasil, pelo fato de ter sido traduzida para o português, de forma alguma podemos sistematizar alguns conceitos chave do pensamento de Polanyi somente a partir deste livro. O edifício teórico



deixado por Polanyi é fundamental para diferenciarmos a sociedade com mercado da sociedade de mercado.

Frente a densidade da obra de Polanyi, nos apontamentos apresentados no texto, tentamos fazer jus ao seu pensamento. Com isso, tentamos escapar a crítica feita por Polanyi-Levitt, filha de Karl Polanyi, sobre hoje em dia o nome de Polanyi ser frequentemente usado como uma “espécie de etiqueta” como algo que está na moda ou como um ponto de partida conveniente para uma discussão que depois oferece uma análise reduzida diante do legado deixado por Polanyi (RANDLES, 2003, p. 418).

O edifício teórico deixado pela obra de Polanyi, permite através da reinterpretação dos conceitos de contramovimento, “*embeddedness*” e “*(dis)embeddedness*” discutir a importância política do campesinato e da agroecologia na luta pela desmercantilização dos bens comuns. O esgotamento da natureza⁶, dos bens comuns oferece ameaças existenciais para humanidade.

Perante o alto grau de entropia atingido pelo planeta durante o *Plantationocene* cremos que fica cada vez mais evidente a importância do protagonismo assumido pelas organizações camponesas na contenção, reinvenção e/ou desfragmentação de espaços hegemônicos.

As organizações camponesas se apresentam enquanto coletividades com um projeto de produção-consumo-transformação do espaço-tempo diferenciado.

O capital seguirá atuando na desincrustação das sociedades, pois quanto mais desincrustada é uma sociedade, mais fraca são suas instituições, o que aumenta o seu poder de dominação via mercado na mercantilização das relações sociais e da natureza.

O debate apresentado deve ser entendido como uma contribuição que explora possibilidades de construção, reconstrução e/ou fortalecimento do mercado das sociedades, desde movimentos que têm na agroecologia o ponto de partida para construção de propostas de gestão de terras comuns.

⁶ Em vídeo elaborado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), é possível entender como a degradação ambiental, pode favorecer a emergência de vírus desconhecidos e desencadear pandemias como a do coronavírus. Disponível: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/como-virus-pulam-da-floresta-para-pessoas/>>. Acesso em: 17 abr. 2021



Considerações finais

Pensando na destruição da riqueza humana e natural, ou seja, na “Loucura da Razão Econômica” de Harvey (2018) fica evidente que a compreensão dos problemas de natureza estrutural criados pela relação dos seres humanos com seu ecossistema nos últimos dois séculos e meio, tornou-se fundamental para o futuro da humanidade na busca pela construção de modelos alternativos (Silva, Sobreiro filho, Fernandes, 2021).

Os efeitos do *Plantationoceno* têm promovido a desincrustação da sociedade do planeta. O debate apresentado não se trata apenas de reflexões voltadas a entender como que o mercado se transformou numa esfera autônoma. Ao consideramos as teorizações de Polanyi verificamos que vivemos um período em que está ocorrendo a “desincrustação da espécie humana do planeta”.

Isto é, com os impactos causados pelo *Plantationoceno* na sociedade moderna, inauguramos um processo de desincrustação que não separa apenas a economia da sociedade, mas que separará a sociedade enquanto espécie humana dos demais ecossistemas que compõe a biosfera.

O debate trazido pelo texto, busca desde a emergência do mercado das sociedades do campesinato e da agroecologia, discutir alternativas de reconversão dos processos de desincrustação mencionados.

Conforme tem alertado o agroecólogo Victor Toledo, atual Secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais do México, - estamos diante de mais um chamado da Natureza, talvez o último.

Neste sentido, a agroecologia como espaço de auto-organização social da produção, do trabalho e do mercado local, abarca se transformada em política de estado, um gigantesco potencial para operacionalização de mudanças, da relação dos seres humanos com o “solo”.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são exemplos dos efeitos positivos gerados pela intervenção do estado na produção de alimentos.



Avaliamos que a interpretação da agroecologia como dogma precisa ser superada, porém com a intervenção do estado. Quando retrocedemos no tempo e resgatamos, por exemplo, o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) criado na década de 1970, fica evidente que existindo vontade política, e o apoio do estado, mesmo programas duvidosos podem tornar-se realidade.

Todos nós sabemos que sem o apoio do estado e do montante de investimentos bilionários que o agronegócio recebe todos os anos, ele também seria tratado como um dogma, pois sem todo esse apoio, o discurso falacioso da produtividade do agronegócio não se sustenta.

Isto significa dizer que se as experiências agroecológicas em todo Brasil recebessem o mesmo volume de investimentos que o agronegócio recebe na forma de crédito, assistência técnica e extensão rural adequadas, a produção de alimentos agroecológicos no país já estaria em outro patamar.

Possivelmente, estamos diante de uma das mais decisivas crises dentre as que já vivenciamos em nossa aventura planetária como espécie. Uma crise que não surgiu com a atual pandemia, mas da progressiva exaustão de um sistema onde o espiral destrutivo de crescimento exponencial drenante do capital pode trazer danos irreversíveis

Por fim, sugerimos que as reflexões apresentadas sejam interpretadas como contribuições que buscam chamar atenção para a necessidade de fomento de algo que já existe. O avanço na agenda de políticas de fomento ao mercado das sociedades depende deste reconhecimento.

Creemos que é da pedagogia e da aprendizagem territorial construída a partir dos avanços alcançados com o que já existe que devemos buscar as referências, a fim de, construir aquilo que ainda está por vir.

Referenciais

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1ª Ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp. 1992.



ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Presidente Prudente: Revista NERA, ano 13, n. 16. p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ESCOBAR, Arturo. **Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69- 86

BOSERUP, Ester. **Woman's Role in Economic Development** (Londres: George Allen; Unwin, 1970).

BERNSTEIN, Henry. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. **The Journal of Peasant Studies**, 43(3), 2016.

CARVALHO, Horácio Martins. **Desafios para o agroecologista: como portador de uma nova**

CHAYANOV, Alexander. Von. **La Organización de la unidad económica campesina**. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DILGER, Gerhard.; LANG, Mirian.; PEREIRA FILHO, J. (Org.) **Descolonizar o imaginário - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 122-139, 2018.

EDELMAN, Marc e WOLFORD, Wendy. **Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice**, Antipode 49 (4), 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FRASER, Nancy. "Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation." In **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**, London and New York: Verso, p. 7–109, 2003.

FRIEDMANN, Harriet. Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. **The Journal of Peasant Studies**, 43: 3, 2016.



GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARAWAY, Dora. **Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene**: Making kin. *Environmental Humanities* 6 (1):159–65. 2015.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valéria. *Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective*, **Annals of the American Association of Geographers**, 2019.

HARVEY, David. **The new imperialism**. São Paulo: New York, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução e notas de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964. 179 p.

LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

LENIN, Vladimir Ilyich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LONDRES, Flávia. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2020. 39 páginas.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985. matriz tecnológica para o campesinato. Curitiba, 2007 (Digitado).

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MCMICHAEL, Philip. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, 43(3), 2016.

MEEK, David. Learning as territoriality: the political ecology of education in the Brazilian landless workers' movement, **The Journal of Peasant Studies**, 42:6, 1179-1200, 2015.



MEEK, David; TARLAU, Rebecca. Critical food systems education (CFSE): educando para a soberania alimentar, **Agroecologia e Sistemas Alimentares Sustentáveis**, 40: 3, 237-260, 2016.

MENDRAS, Henry. **La fin des paysans, suivi d'une reflexion sur la fin des paysans**: Vingt ans apres. Paris: Actes Sud, 1984.

MOORE, Jason. W. 2017. **The Capitalocene, Part I**: On the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies* 44 (3):594–630, 2017.

MOORE, Jason. W. 2018. **The Capitalocene Part II**: Accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy. *The Journal of Peasant Studies* 45 (2):237–43, 2018.

PAHNKE, Anthony. Institutionalizing economies of opposition: explaining and evaluating the success of the MST's cooperatives and agroecological repeasantization. **The Journal of Peasant Studies**, 42: 6, 2015.

PAHNKE, Anthony; TARLAU, Rebecca e WOLFORD, Wendy. Understanding rural resistance: contemporary mobilization in the Brazilian countryside. **The Journal of Peasant Studies**, 42: 6, 1069-1085, 2015.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013

PLOEG, Jan Douwe van der. The political economy of agroecology. **The Journal of Peasant Studies**, 2020.

POLANYI, Karl. “Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi”, en Karl Polanyi, Conrad M. Arenbery y Harry W. Pearson, **Comercio y mercado en los imperios antiguos**, Barcelona, Labor, pp. 61-75, 1976a.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.

POLANYI, Karl. **Aristóteles descubre la economía**, en Karl Polanyi, Conrad M. Arenbery y Harry W. Pearson, **Comercio y mercado en los imperios antiguos**, Barcelona, Labor, pp. 111-141. (1976b).

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**. São Paulo: Nobel, 2002.

FAO and ITPS. **Status of the World's Soil Resources (SWSR) – Main Report**. Food and Agriculture Organization of the United Nations and Intergovernmental Technical Panel on Soils, Rome, Italy, 2015



RANDLES, Sally. “Issues for a Neo-Polanyian Research Agenda in Economic Sociology”, **International Review of Sociology**, 13(2), 409-434, 2003.

SANTOS, Milton. “O Retorno do Território”, in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.), **Território. Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec-ANPUR, p.15-20, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, Saskia. “A Savage Sorting of Winners and Losers: Contemporary Versions of Primitive Accumulation.” **Globalizations** 7 (1/2): 23–50, 2010a.

SASSEN, Saskia. “The Return of Primitive Accumulation.” In **The Global 1989: Continuity and Change in World Politics**, edited by G. Lawson, C. Armbruster, and M. Cox, 51–75. Cambridge: Cambridge University Press, 2010b.

SILVA, Anderson Antonio, CALAÇA, Manoel, MAURO, Rogério, ESTÁCIO, Francisa de Sousa. *Educação em sistemas alimentares críticos: a centralidade da questão grária e do campesinato na construção de um novo regime alimentar*. **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ENPSSAN): Paradigmas e desafios para uma ciência cidadã em soberania e segurança alimentar e nutricional**. Goiânia, 2019.

SILVA, Anderson Antonio; SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Dos Movimentos Sociespaciais e Socioterritoriais as Contentious Politics**. Livro 2020 (Inédito).

SCOTT, James C. 1976. **The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia**. New Haven, Conn.: Yale University Press.

SVAMPA, Maristela. **Consenso de los commodities y lenguajes de valorización en América Latina**. Nueva Sociedad, n. 244, p. 30-46. 2013

SWINBURN, Boyd A; KRAAK, Vivica I; ALLENDER, Steven et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: **The Lancet Commission report**. Vol.393, Issue 10173, P791-846, February 23, 2019.

WOLFORD, Wend, SAUER, Sérgio. **Authoritarian elitism and popular movements in Brazil**. 2018. Disponível em:

<<http://www.opendemocracy.net/en/authoritarian-elitism-an-d-popular-movements-in-brazil/>

>.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS
Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



WOLFORD, Wend. **The Plantationocene: A Lusotropical Contribution to the Theory.**
Annals of the American Association of Geographers, 2021.





Onde a teoria encontra a prática: vestígios para uma agroecologia em ambientes urbanos

Marco Aurélio Fernandes Neves¹

Karla Emmanuela Ribeiro Hora²

Resumo: Há um quadro iminente de colapso ambiental que assola o mundo na atualidade. Ao mesmo tempo, a humanidade se encontra aprisionada sob uma racionalidade dominante que pouco nos ajuda na alteração dos caminhos que levam à uma sociedade mais sustentável. A Agroecologia é um dos meios essenciais que ajudam a questionar essa racionalidade e nos oferecem caminhos alternativos de desenvolvimento, principalmente na vital área agroalimentar. Encontrar vestígios de consideráveis contingentes populacionais que realizam práticas que dialogam com o campo agroecológico é o intuito dessa comunicação. É possível apontar indícios de que as populações urbanas de baixa renda, e com idades superiores aos 50 anos, pelas características peculiares as quais estão submetidas, possuem arcabouço de memória biocultural passíveis de serem colocados em diálogo com o campo agroecológico. É importante ressaltar que este trabalho compõem as pesquisas decorrentes da confecção de tese de doutoramento em construção, em Ciências Ambientais, no qual o objetivo principal perpassa captar a aptidão sustentável de ações cotidianas de populações urbanas de baixa renda.

Palavras-chave: agroecologia; populações urbanas; baixa renda; memória biocultural.

A ação é sempre filha do rigor antes de ser a irmã do sonho (Georges Canguilhem)

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFG.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFG.



O momento histórico pelo qual atravessamos é especialmente original³. Encotramo-nos numa encruzilhada civilizacional de proporções mundializadas: há um flagrante descompasso entre aquilo que tomamos conhecimento e os meios pelos quais decidimos viver. Em outras palavras, nunca fomos tão conscientes acerca do (auto)lesivo comportamento humano perante o Planeta e, mesmo assim, enormes dificuldades em remodelá-lo persistem. Existe vertiginosa produção de conhecimentos e circulação de informações, em contrapartida, um moroso processo de mudança socioambiental profícua.

Uma rápida busca na internet, em três diferentes plataformas sobre a temática ambiental, nos ajuda a entender melhor essa situação paradoxal. No primeiro site pesquisado, a base de dados Scopus⁴, as produções científicas em 2004 relacionadas à temática “climate change”, eram de aproximadamente 4 mil documentos. No ano de 2019, esse número aumentou para mais de 27 mil⁵. Crescimento de aproximadamente 600% no total de artigos científicos. O segundo site, denominado Google Trends⁶, que quantifica as buscas feitas nesse navegador, também revelou aumento na procura pelo assunto da mudança climática, desde o início dessa medição. Em janeiro de 2004, as buscas pelo termo eram de 19%. No ano de 2019 foi atingido o ápice das procuras, ao alcançar o patamar de 100% em setembro desse ano⁷ (essa plataforma não oferece números absolutos das buscas, mas somente as porcentagens relativas ao maior número de buscas, comparando-a entre todos os meses do período pesquisado). O terceiro site pesquisado evidencia a contradição que desejamos ressaltar. No site do Global Footprint Network⁸, as informações sobre Pegada Ecológica expõem a crescente insustentabilidade do modo predominante de vida humano na atualidade. Quando

³ Há inclusive a defesa por boa parte de cientistas, que a era geológica que vivemos deveria ser denominada de Antropoceno, pela capacidade do impacto humano nos mais variados sistemas terrestres.

⁴ Plataforma de bancos de dados científicos na internet. Agrupa em seu acervo resumos, citações da literatura, revistas científicas, livros, processos de congressos e publicações do setor.

⁵ [https://www-scopus.ez49.periodicos.capes.gov.br/term/analyzer.uri?sid=8f5b236746f394d5131985786f9f6fe4&origin=resultslist&src=s&s=TITLE-ABS-KEY%28"climate+change"%29&sort=plf-f&sdt=b&sot=b&sl=31&count=272997&analyzeResults=Analyze+results&txGid=af075c6cb78354b21cc5468badf3ac0d](https://www-scopus.ez49.periodicos.capes.gov.br/term/analyzer.uri?sid=8f5b236746f394d5131985786f9f6fe4&origin=resultslist&src=s&s=TITLE-ABS-KEY%28)

⁶ Ferramenta de compilação de dados quantitativos referentes às buscas mais populares feitas no Google.

⁷ <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&q=climate%20change>

⁸ Plataforma que disponibiliza dados mundiais sobre o indicador denominado Pegada Ecológica.



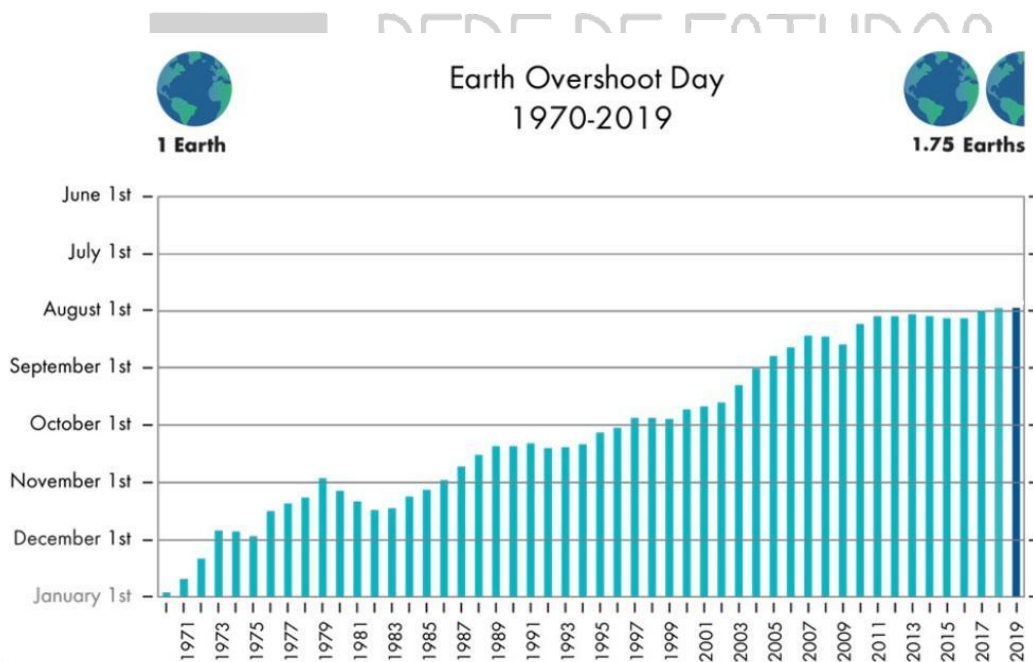
IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



verifica-se, por exemplo, a Figura 01 - O Dia de Sobrecarga da Terra - que “(...) marca a data a partir da qual o consumo de recursos naturais ultrapassa a capacidade de regeneração dos ecossistemas para esse ano”, ele nos indica que por volta da década de 1970 ainda conseguíamos fechar o ano sem “déficit”. Todos recursos necessários para a produção de bens gerada pela humanidade naquela época, afetava de forma menos agressiva o sistema planetário de regeneração ecossistêmica. No ano de 2004, o panorama já fora bastante diferente: a entrada no “vermelho” se deu no mês de setembro. Em 2019, já estávamos nesse patamar desde o final do mês de julho. Ou seja, ao manter esse ritmo seria preciso quase dois planetas (1,75) para atendimento das demandas mundiais humanas de recursos naturais e consequentemente sua regeneração ecossistêmica.

Figura 01 – Dia de Sobrecarga da Terra



Fonte: Global Footprint Network



Os dados apresentados expõem a monumental distância entre a produção de conhecimento/circulação de informação e a tomada de ações no cotidiano. O vigoroso aumento das publicações científicas, bem como o incremento no acesso a informação, relativas a principal consequência da sobrecarga humana nos ecossistemas terrestres, a mudança climática, aparentam pouco impactar às modificações das ações no mundo.

Uma das causas dessa débil ação humana, mesmo frente a crescente consciência de iminente colapso, relaciona-se ao profundo arraigamento das mais diversas populações ao modo de vida moderno ocidental. A esse modo de vida subjaz uma racionalidade⁹, que justifica-o e dá sentido interno, levando-o a um comportamento cíclico deletério. Ainda assim, mesmo que este tipo de racionalidade resulte em elevados graus de homogeneização de práticas de produção da vida em todo o mundo, também é correto afirmar que persistem singularidades locais de acoplamento estrutural de diversas populações¹⁰. Portanto o quadro sintético que ora se apresenta - **a iminência do colapso, a debilidade da mudança do modo de vida em consequência ao arraigamento à racionalidade ocidental, e as persistentes singularidades populacionais** - implicam em ações inadiáveis que encontrem caminhos que potencializem a reprodução daquilo que já se encontra em funcionamento em alguns lugares.

Desse modo, a questão que nos instiga nesta comunicação é saber quais características de determinadas populações, que se distanciam da racionalidade ocidental, e podem significar “pontas soltas” que possuem a capacidade de se emaranharem às “pontas soltas” teórico-metodológicas da ciência? Ou seja, o trabalho aqui é encontrar indícios de práticas exercidas por determinadas populações, que não são rigidamente as ações de mudança preconizadas pelos estudos teóricos, mas que pelo volume e forma como se desenvolvem, possuem potencial de convergência com os mesmos. Em outras palavras, é necessário encontrar práticas que já existam e que dialoguem com o campo teórico que propõe a mudança.

⁹ “Ela é uma razão preguiçosa, que se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo. Penso que o mundo tem uma diversidade epistemológica inesgotável, e nossas categorias são muito reducionistas”. (SANTOS, 2007, p. 25)

¹⁰ “(...) a experiência social em todo mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante.” (SANTOS, 2002, p. 238).



Neste intuito, este trabalho deseja traçar um panorama em linhas iniciais e gerais, de características existentes em populações humanas no presente e como elas se convergem em vestígios de ações alternativas àquelas que conduzem a insustentabilidade do sistema planetário. Nesse sentido, construiremos um quadro de características que estão presentes em determinadas populações humanas da atualidade e como elas potencialmente dialogam com um campo teórico-prático específico da sustentabilidade – em nosso caso, a agroecologia. Assim, procura-se contribuir no auxílio aos atores que desejem colocar em prática ações agroecológicas, no sentido de oferecer subsídios que os ajudem a identificar populações onde essas ações encontrarão campo fértil para multiplicarem-se.

Nesse percurso, procederemos aos seguintes passos: 1 - levantamento das mais frequentes compreensões acerca da agroecologia; 2 – seleção de características comuns que compõem essas compreensões; 3 – fundamento inicial para a escolha da população (localização geográfica (urbano x rural)); 4 – fundamentos secundários para a escolha da população (renda; origem, composição geracional).

Campo de conhecimento da Agroecologia

Compreender a Agroecologia na atualidade requer percebê-la, precipuamente, como constituinte das formas reativas à crise ambiental de nosso tempo. Ou seja, esse campo do conhecimento compõe o bojo das alternativas de desenvolvimento da vida humana, que surgiram ou ganharam vigor nas esteira das discussões sobre sustentabilidade, desenvolvidas sobretudo nos últimos 40 anos.

Em sentido estrito, a Agroecologia é uma área de pesquisa que tenciona desenvolver designs agrícolas sustentáveis. Assim, no âmago da agroecologia é fundamental a ideia que os sistemas agrícolas, para serem sustentáveis, devem mimetizar os níveis de biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas. (PIMBERT, 2018)

Ainda que as práticas agrícolas ecológicas sejam tão antigas quanto à própria agricultura, a preocupação em sistematizar modelos de produção agrícola sustentáveis tem sua



gênese nos bancos acadêmicos do século XX. A ocupação científica agroecológica centra-se, especialmente, na “transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais, para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (CAPORAL E COSTABEBER, 2002, p.4).

Em nossa busca pelas compreensões mais comuns acerca da agroecologia, a primeira que se apresenta, a que chamamos aqui de nuclear, é a que citamos acima, e que genericamente denomina-se científica. Na busca pelo seu principal objetivo, agriculturas ecologicamente miméticas para fins sustentáveis, associam-se diversos padrões de conhecimento, tanto aqueles forjados na academia, como aqueles consolidados nas mais diversas práticas agrícolas distribuídas pelo mundo.

Portanto, a partir desse exercício de compilação de técnicas agrícolas, a ciência esbarra-se naquilo que classificamos como o segundo entendimento mais comum acerca da agroecologia – prática agrícola sustentável. Pimbert (2018), nos informa que inicialmente, a agroecologia estava fortemente vinculada a ciência ecológica, como base para agriculturas sustentáveis, contudo, a importância do conhecimento dos agricultores foi, aos poucos, sendo reconhecida e incorporada por esse campo de conhecimento. Ou seja, são formas de agricultura, desenvolvidas por dezenas, centenas e as vezes até milhares de anos, forjados na prática cotidiana das populações ruralizadas de todo o mundo e que possuem elevados níveis de sustentabilidade.

Como nos informa Altieri (2004, p. 26):

Muitos cientistas nos países desenvolvidos estão começando a mostrar interesse pela agricultura tradicional em seus mais diferentes aspectos: capacidade de tolerar riscos, eficiência produtiva de misturas simbióticas de cultivos, reciclagem de materiais, utilização dos recursos e germoplasmas locais, habilidade em explorar toda uma gama de microambientes. É possível obter, através do estudo da agricultura tradicional, informações importantes que podem ser utilizadas no desenvolvimento de estratégias agrícolas apropriadas, adequadas às necessidades, preferências e base de recursos de grupos específicos de agricultores e agroecossistemas regionais.



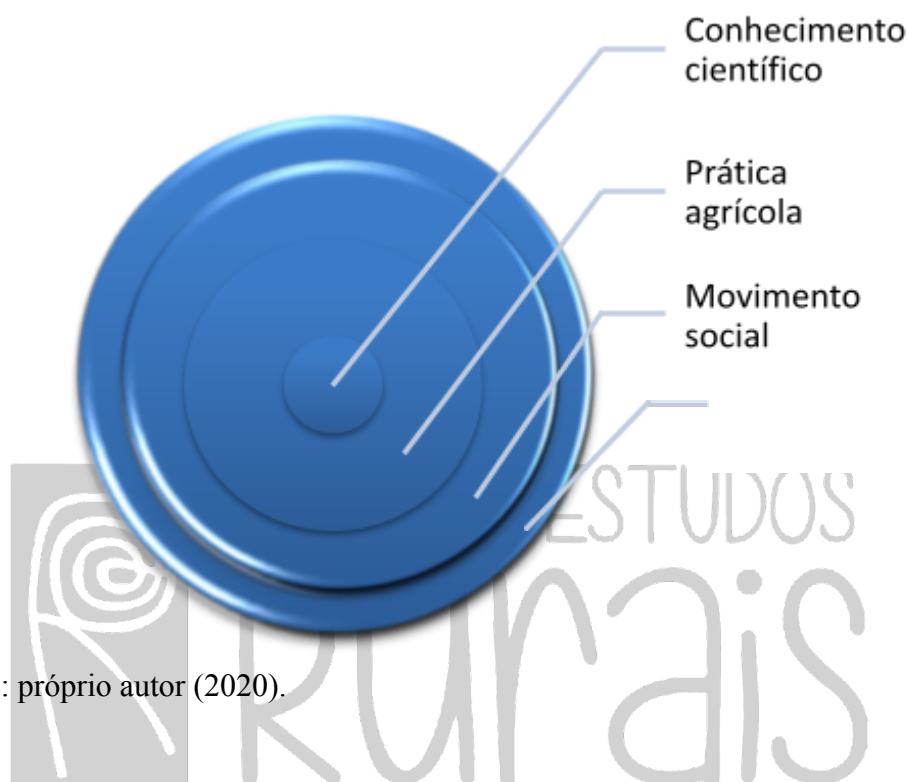
O terceiro entendimento sobre agroecologia relaciona-se ao mergulho mais profundo, desse campo do conhecimento, nos modos de vida das comunidades rurais nas quais a agricultura tradicional é desenvolvida. Ao agregar as técnicas de comunidades rurais de todo mundo, foi cada vez mais imperativo verificar as formas de sociabilidade dessas comunidades, ou seja, como se estruturavam socialmente: o modo cooperativo de manejo da produção e aos fins pelos quais produziam. Assim, a característica marcante da agroecologia como movimento social centra-se, sobretudo no questionamento aos modos de produção do agronegócio e da Revolução Verde dos anos 60 e 70 (BELLAMY; IORIS, 2017), uma vez que enquanto sistema de produção, a Revolução Verde remove de seu horizonte de operação o pequeno produtor e o agricultor familiar.

Grande parte de autores agregam à compreensão de movimento social, os aspectos políticos envolvidos na produção agroecológica (BELLAMY; IORIS, 2017); (GLIESMANN, 2015); (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2017). É compreensível tal metodologia, uma vez que o campo sociopolítico é divisível somente do ponto de vista teórico. Entretanto, afim de manter a lógica de encadeamento e complexificação que dá sentido a construção de nossa análise e também apoiar a configuração didática do texto, em nossa construção do campo de conhecimento agroecológico, preferiu-se oferecer a quarta compreensão de forma separada.

Esse quarto campo de conhecimento pode ser denominado de agroecologia política (LACEY, 2015). Gliessmann (2015) entende que para a análise desse campo é primordial não perder de vista as várias etapas envolvidas no sistema agroalimentar, que se distribuem em toda cadeia produtiva: desde o solo até a mesa do consumidor. Nessa quarta fase, a agroecologia promove um giro de percepção: da preocupação produtiva passa-se também à responsabilidade com o consumo. Temáticas como segurança e soberania alimentar, bem como justiça social, encontram nessa quarta fase oportunidade de discussão no interior do campo agroecológico.

Figura 02 – Campo de conhecimento da Agroecologia

Ecologia política



Fonte: próprio autor (2020).

A fim de tornar mais satisfatória o entendimento da subdivisão acerca do conhecimento agroecológico, desenvolvemos o modelo da Figura 02. A figura como um todo representa o campo de conhecimento agroecológico, que está subdividido em camadas concêntricas, na qual a parte mais nuclear é aquela relacionada ao que, no geral, denomina-se de conhecimento científico da agroecologia. É a compreensão basilar da qual todas as demais se afluíram. Como demonstramos, foi a partir dela que se desdobraram as camadas mais exteriores acerca daquilo que hoje se entende por Agroecologia. Ainda que tenhamos procedido ao exame separado de cada segmento da agroecologia, é impossível fazê-lo no campo da prática, uma vez que cada camada da Figura 02 está intrinsecamente vinculada às demais.



Onde a teoria encontra a prática

Em nosso percurso, desvendar características iniciais e gerais presentes em populações humanas que mais se aproximam dos princípios agroecológicos levantados acima, se torna evidente a importância das populações rurais tradicionais ou mesmo aquelas populações tradicionais com modos de vida ruralizados (indígenas e quilombolas). Esses seriam, seguramente, sujeitos mais adequados para nossas análises, visto que essas populações apresentam no Brasil, modos centenários, e por vezes milenares, de desenvolvimento de práticas agrícolas de aptidão sustentável. Entretanto, como observado no tópico anterior, o interesse por populações tradicionais e suas práticas já integra o campo de atuação pelos especialistas da agroecologia.

Aliado a isso, o propósito desta comunicação entrecruza duas situações específicas: a necessidade emergencial de mudança de comportamento frente ao iminente colapso e a capacidade numérica populacional, ou seja um volume crítico, com indícios de práticas capazes de gerar nichos sustentáveis cada vez maiores.

Pelas condições apontadas, ainda que possa aparentar uma situação paradoxal, as populações com maiores capacidades se concentram, nos dias de hoje, nos centros urbanos.

Centros urbanos, centros agroecológicos?

Há pouco tempo, a população mundial se tornou majoritariamente urbana¹¹. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no ano de 2015 a maior parte da população brasileira, 84,72%, vivia em áreas urbanas; apenas 15,28% dos brasileiros residiam em áreas rurais. Em números absolutos, aproximadamente 171 milhões de brasileiros vivem em áreas urbanas atualmente. A supremacia desse contingente populacional fala por si só acerca da importância desse grupo para qualquer ação sobre sustentabilidade.

¹¹ No ano de 2007, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a rural em níveis mundiais, de acordo com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.



Especificamente no setor de produção agroalimentar, essa gigantesca população urbana significa a parcela preponderante que consome os produtos cultivados em áreas rurais.

Desde o momento pelo qual os princípios de uma ecologia política se tornaram importantes na teoria agroecológica, onde as discussões se concentram sobre o sistema agroalimentar, se tornou imperativo a esse campo do conhecimento esclarecer a população urbana acerca dos vários processos envolvidos na produção dos alimentos.

A princípio, poderíamos cogitar a respeito da ação dos atores do campo agroecológico, afim de aprimorar a disseminação das informações dos modos agrônômicos convencionais predominantes na produção de alimentos, onde se utilizam altas dosagens de fertilizantes químicos e aplicações constantes de agrotóxicos, ao advertir a população urbana sobre os malefícios desses produtos à saúde humana. Além disso, instruir sobre como esse manejo da produção de alimentos são deletérios à biodiversidade dos locais onde são cultivados, ao resultarem em contaminação, muitas vezes, até mesmo dos recursos destinados a própria utilização humana (os leitos dos rios por exemplo). A longo prazo, essa agricultura convencional pode comprometer a própria produção agrícola, não raro inclusive, inviabilizá-la.

A conscientização acerca do consumo de alimentos pode ser aplicado a população urbana no geral e provoca uma série de desdobramentos em forma de questões que problematizam toda a cadeia agroalimentar. Contudo, um passo adiante, onde a teoria agroecológica consiga vislumbrar um campo de ação fértil, e que esta comunicação se concentra, encontra-se naquilo que chamamos no tópico sobre os conhecimentos agroecológicos, de prática agrícola.

Os objetivos principais da agroecologia vinculam-se à agricultura e esta vincula-se, em precipuidade, a produção de alimentos. É a partir desse tópico que se descerra uma possibilidade para que a Agroecologia consiga atuar com mais proximidade no ambiente urbano. Levantar algumas características sobre a alimentação nas cidades é fundamental para a compreensão das relações Agroecologia/áreas urbanas. Ainda que seja uma tarefa complexa, pela multiplicidade de fatores envolvidos na rede de produção/consumo de alimentos, há



padrões que se apresentam com certa nitidez nos ambientes urbanos. Dentre esses, é possível destacar a crescente multiplicação das redes de grandes supermercados, com apelos amiúdes aos produtos denominados ultraprocessados e aos fast foods, cujos preços possuem alto valor agregado ao consumidor final.

A migração para as regiões urbanas cria um ambiente propício para lojas maiores e supermercados que foram tomando o lugar dos mercados tradicionais. As grandes redes de supermercados têm contribuído para facilitar o acesso a alimentos pré-cozidos, salgados, açucarados e gordurosos. (MORATOYA et al, 2013, p. 77)

A situação exposta nos ajuda a compreender o crescente apelo consumista relativo à alimentação, o que denota a extrema importância da renda no padrão alimentar das famílias urbanas. Tanto é assim, que o IBGE (2010) apontou que é mais comum observarmos déficits de peso em populações com médias salariais mais baixas, e sobrepeso e obesidade em populações com médias salariais mais altas. Uma renda mais alta facilita o acesso aos bens industrializados.

Com a globalização e a industrialização, surgiram produtos processados, que acabam sendo de difícil acesso às pessoas de baixa renda, em virtude da diferente agregação de valor aos produtos. As comidas de fast foods e os doces acabam sendo destinados à parte da população que detém maior nível de renda. (MORATOYA et al, 2013, p. 77)

Se a renda é um fator importante no padrão alimentar, é possível inferir que o grupo da população de renda mais alta possui todas, ou a maior parte, de suas demandas alimentícias atendidas: tanto aquelas de nível calórico quanto aquelas de apelo consumista, pois os mesmos possuem fácil acesso aos produtos com maior agregação de valor, tanto energético quanto estético. De outro modo, a população de baixa renda possui menor acesso a esses tipos de alimentos. Por vezes, como visto, apresentam até déficits nutricionais. Essa diferença de renda, que provoca uma diferença de consumo, e mais ainda, uma diferença nutricional, nos permite inferir duas situações. As populações com maior renda não apresentam motivação para desenvolverem alternativas para atendimento de suas demandas calóricas, pois, na verdade, é uma demanda já atendida. O grupo de pessoas de baixa renda já não se encontram



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



no mesmo panorama. Alternativas alimentares seriam bem-vindas pois tais demandas não se encontram plenamente atendidas. Portanto, as populações urbanas de baixa renda se apresentam como comunidades imprescindíveis do ponto de vista da atuação agroecológica.

Outra característica que pode ser encontrada nas populações urbanas de baixa renda, que colaboraria com o desenvolvimento de agroecologia urbana, localiza-se no combinação entre origem e componente geracional, de boa parte dessas pessoas. Segundo o IBGE (2011), até a década de 1980 do século passado, no Brasil, as principais migrações inter-regionais ocorriam entre campo-cidade. Aquelas pessoas que na época da migração possuíam entre 20 e 40 anos de idade, atualmente se encontram na casa dos 50 aos 70 anos. É uma população majoritariamente idosa na atualidade, mas que ao longo de muitos anos, teve a vida rural como sua principal ocupação. Há um quantitativo importante da população urbana de baixa renda que possui uma reserva de recordações do ambiente rural, aquilo que poderíamos denominar de memória biocultural. Em síntese, a memória biocultural é o cabedal de conhecimentos forjados ao longo de gerações, que o ser humano lançou mão afim de sobreviver sob as mais diversas condições ambientais.

A memória da espécie humana é, pelo menos, tripla: genética, linguística e cognitiva, e se expressa na variedade de genes, línguas e saberes. As memórias genética e linguística guardam o registro da expansão dos seres humanos pelos diferentes habitats do planeta, um processo de colonização de territórios que levou várias dezenas de milhares de anos. A memória cognitiva, a menos explorada, revela as maneiras como as sociedades humanas foram se adaptando a cada uma das condições desses habitats. Essa memória é biocultural e vem sendo mantida pelos 7.000 povos tradicionais, indígenas ou originários que hoje existem, subsistem e persistem. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 18)

As variadas etnias espalhadas pelo mundo, e em especial pelo Brasil, são os povos que possuem maior representatividade sobre essa memória cognitiva das relações humanidade/ambiente desenvolvida por milênios. Contudo, pela própria constituição heterogênea da população brasileira, da biodiversidade à diversidade cultural, essa memória é especialmente presente nas populações camponesas de todo o Brasil, sobretudo naquelas populações de pequenos produtores. São nessas populações que se amalgamaram a gama de



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



conhecimentos agroecossistêmicos da maior parte das populações tradicionais no Brasil. No prefácio do livro “A Memória Biocultural – a importância ecológica das sabedorias tradicionais”, o prof. Paulo Petersen, ressalta a importância das comunidades rurais para a constituição da memória biocultural:

A agricultura camponesa é a principal força social que molda dialeticamente essas construções bioculturais. Sempre que operando com margens de liberdade suficientes para reproduzir seus modos de produção e de vida, o campesinato estabelece metabolismos socioecológicos de elevada sustentabilidade e resiliência, uma vez que seus arranjos técnico-institucionais se baseiam em um conjunto de princípios comuns ao funcionamento da natureza: a diversidade; a natureza cíclica dos processos; a flexibilidade adaptativa; a interdependência; e os vínculos associativos e de cooperação. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 15)

Como visto, a agroecologia apresenta interesse por esses povos tradicionais e suas práticas agrícolas, visto que estas constituem uma variada gama de associações produtivas sustentáveis com o meio ambiente. No entanto, no momento que essas populações tiveram contínua migração para as cidades, elas saíram do campo central de atuação agroecológico, ainda que carreguem consigo um potente acervo de conhecimentos da memória biocultural, forjados nas fases mais jovens de suas vidas. São nessas populações que encontramos vestígios de práticas que dialogam com a agroecologia. É comum visualizar em variadas casas e quintais em áreas periurbanas, principalmente das gerações mais idosas, o cultivo de plantas para fins alimentícios e de tratamento da saúde. A figura 03 ajuda a revelar essa situação.

Figura 03 – Lote residencial em área periurbana de Goiânia-GO



Fonte: próprio autor (2019).

Esta imagem foi captada na região norte de Goiânia-GO, em um setor onde a maior parte da população é de baixa renda. Nesse pequeno cultivo é possível distinguir, no mínimo, quatro espécies de plantas alimentícias: uma espécie de leguminosa na calçada; pés de mamão, de milho e de mandioca no interior do lote. É possível divisar o emprego de conhecimentos agrícolas nos cultivos devido a distribuição das espécies no lote e como as possíveis interações entre elas não as prejudicariam ou até mesmo trariam benefícios. Esse pequeno cultivo é representativo quando cogita-se as possibilidades na constituição de um diálogo mais amigável entre agroecologia e ambientes urbanos.



Considerações finais

Em nosso texto almejou-se demonstrar como existem vestígios nas populações residentes em áreas urbanas para propagação das ideias agroecológicas. É sabido que a agricultura urbana tem ganhado espaço ao longo do tempo contudo, é premente nas ações agroecológicas ocupar-se sobretudo na eficácia das ações, devido mesmo a iminência do colapso e mais ainda, a dissolução galopante do arcabouço de possibilidades que germina da memória biocultural das populações com mais idades.

A almejada transição agroecológica se consolidará somente quando mentes e corações das populações urbanas forem conquistados. O grande desafio da agroecologia se concentra nos ambientes urbanos: tanto do ponto de vista da conscientização acerca dos malefícios da produção e do consumo de produtos advindos dos sistemas agroindustriais, quanto da conscientização sobre o papel das populações urbanas de baixa renda e de origem rural, nas possibilidades de uma agroecologia urbana.

Referências

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BELLAMY, Angelina Sanderson; IORIS, Antonio. Addressing the Knowledge Gaps in Agroecology and Identifying Guiding Principles for Transforming Conventional Agri-Food Systems. Sustainability, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 330-347, 23 fev. 2017. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su9030330>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/9/3/330>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores. Rio de Janeiro: Ibge, 2016. 108 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. (ed.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: Ibge, 2011. 103 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9159-reflexoes-sobre-os-deslocamentos-populacionais-no-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso em: 12 fev. 2020.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (Texto provisório para debate). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, Junho de 2002. Disponível em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/AgroecolTexto.pdf>>. Acesso: 17 de fev. 2020.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: a global movement for food security and sovereignty, pg 1-13. In: Agroecology for Food Security and Nutrition Proceedings of the FAO International Symposium, 18-19 de setembro 2014, Roma, Italia. FAO, 2015.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. O Dia da Sobrecarga da Terra em 2019 assinala-se a 29 de julho, a data mais recuada desde que o déficit ecológico começou no início da década de 1970. 2019. Disponível em: <https://www.overshootday.org/newsroom/press-release-june-2019-portuguese/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

LACEY, Hugh. Agroecologia como ciência e diálogos interepistêmicos, In: WORKSHOP PERSPECTIVAS DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA NO BRASIL, 2019, Brasília. Vídeo... ABA Agroecologia, 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/Ixy6Ihd1RI8>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ONU (ed.). Pela primeira vez, população urbana supera a rural no mundo. 2007. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2007/04/1267511-pela-primeira-vez-populacao-urbana-supera-rural-no-mundo>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PIMBERT, Miche P. Global Status of Agroecology A Perspective on Current Practices, Potential and Challenges. Economic & Political Weekly, Mumbai, v. , n. 41, p. 52-57, 13 out. 2018. Disponível em:



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



<https://www.epw.in/journal/2018/41/review-environment-and-development/global-status-agroecology.html>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s.l.], n. 63, p. 237-280, 1 out. 2002. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1285>.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. Political Agroecology in Mexico: a path toward sustainability. : A Path toward Sustainability. *Sustainability*, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 268-281, 14 fev. 2017. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su9020268>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313778970_Political_Agroecology_in_Mexico_A_Path_toward_Sustainability. Acesso em: 02 fev. 2020.

TOLEDO, Victor M; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338095301_A_MEMORIA_BIOCULTURAL. Acesso em: 20 fev. 2019.



PENSAMENTO BIODINÂMICO E ALIANÇA SOCIAL: CONSTRUINDO O CONHECIMENTO NO CURSO DE AGROECOLOGIA BIODINÂMICA

Gabriel Duque Coelho Novaes¹

Carlos Eduardo Rezende Werner²

RESUMO:

Este artigo é uma análise das experiências do Curso de Agroecologia Biodinâmica, organizado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada em Agroecologia e Desenvolvimento Social (NEPA) e fomentado pela Aliança Social (AS) construída entre parceiros institucionais, técnicos, políticos e agricultores que atuam na microrregião de Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata Mineira. O NEPA é uma organização civil sem fins lucrativos com o objetivo de planejar e executar programas, planos e projetos destinados à preservação e regeneração ambiental, economia associativa, solidária e desenvolvimento de sistemas agroecológicos integrados e sustentáveis. Desde 2016, o curso já realizou três edições, com o intuito de oferecer capacitação em “Agroecologia Biodinâmica”, tendo como objetivo construir um espaço social de aprendizagem em que seja possível compartilhar e aprender princípios da agroecologia e conhecer processos e relações presentes no cultivo sustentável de alimentos com pequenos produtores e agricultores familiares. Na primeira parte deste trabalho, é feita a contextualização do NEPA na região de Juiz de Fora (MG) e os fundamentos da agricultura biodinâmica. Como um processo de construção e de referência em agroecologia, através da aliança com outros atores sociais mobilizados no campo e nas ações relacionadas, como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intecoop/UFJF); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/MG); Prefeitura

¹ Formador da Frente de Agroecologia - Intecoop/UFJF. Mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabriel.d.coelho@gmail.com

² Agricultor no sítio Pachamama e colaborador do NEPA. Pós-graduando em Agroecologia pelo IF Sudeste - Campus Rio Pomba. E-mail: caseh.werner@gmail.com



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



de Juiz de Fora; e o Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (MOGICO). No segundo momento, compreende-se que o Curso de Agroecologia Biodinâmica além de promover a formação, discussão e capacitação técnica, é um agenciador da construção de uma rede social tecida por atores e mediadores sociais que mobilizam conhecimentos locais e outras ações em busca de uma transição agroecológica dos territórios.

CONTEXTO

A relação deste trabalho com a agricultura biodinâmica só foi possível a partir da “aliança social” estabelecida entre o Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada, em Agroecologia e Desenvolvimento Social (NEPA), o Núcleo de Estudos em Agroecologia da Universidade Federal de Lavras (NEA Mantiqueira/UFLA), a Mogico (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG) e os recursos financeiros fornecidos pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (INTECOOP/UFJF). Esta parceria conseguiu promover diálogos e ações que estimularam estratégias e processos de capacitação técnica para pequenos produtores e agricultores familiares, na perspectiva de construir redes que engendram novos horizontes para o desenvolvimento rural sustentável e buscam fortalecer o movimento da agroecologia e produção orgânica dos territórios e os conhecimentos locais.

O NEPA nasceu em 1996 na cidade de Fortaleza (CE) e desde então busca promover o desenvolvimento integral das comunidades rurais e urbanas através da integração do ser humano com a natureza, criando e transferindo tecnologias sociais no âmbito da agroecologia biodinâmica, educação ecológica e saúde integral. Desde 2016 o NEPA vem atuando na cidade de Juiz de Fora, contribuindo para o desenvolvimento da agroecologia na região, e já capacitou cerca de 160 pessoas para a produção agroecológica de alimentos, incluindo produtores rurais, técnicos da EMATER, consumidores, estudantes e professores (NEPA, 2018). A instituição busca promover ações públicas de integração coletiva através da “Aliança



Social (AS)”, ferramenta reconhecida como uma tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil (2011). A organização social tecnológica estimula criar redes envolvendo pessoas, organizações públicas, privadas e da sociedade civil para promover o desenvolvimento social e territorial do ser humano e suas comunidades.

Nosso caso exige um olhar para o movimento coletivo da agroecologia na região de Juiz de Fora. De forma breve, em 2015 a Associação Mogico, formada por produtores e consumidores interessados na produção de alimentos da agricultura orgânica, realizaram a segunda edição do “Dia Agroecológico³”. Como convidados, estavam Hildebrando Lopes, que havia recém assumido a gerência regional - unidade Juiz de Fora - da EMATER/MG e Marcelo Sambiase, membro do Núcleo de Estudos Agroecológicos (NEA) da Serra Mantiqueira e da organização não-governamental Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agroecologia (NEPA) e instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Este encontro, que contou com diversos atores e instituições, promoveu um processo de articulação na região, e, como resultado, foi organizada uma turma com os produtores do Mogico, que viabilizaram a 1ª edição do Curso de Agroecologia Biodinâmica.

O Curso de Agroecologia Biodinâmica⁴ organizado pelo NEPA é um espaço de formação e aprendizagem realizado no Sítio Pachamama, localizado no distrito de Penido, na zona rural de Juiz de Fora. O curso é presencial e feito em seis módulos, para que o participante possa vivenciar e observar o desenvolvimento da produção de alimentos em sistemas agroflorestais, por meio do manejo agroecológico biodinâmico (NEPA, 2018)⁵.

É preciso justificar que este artigo procura oferecer uma reflexão que considera o “pensamento biodinâmico” como base para uma ação pública. Em virtude de promover não

³ Encontro realizado pela associação que envolve produtores, agricultores, técnicos, consumidores e instituições que buscam a formação, prática e trocas de saberes articuladas. Geralmente, o evento ocorre em um dia inteiro, tendo uma programação pré-definida com oficinas e palestras relacionadas com o tema da agroecologia. Na situação de 2015, a temática central de discussão era a certificação participativa da agricultura orgânica.

⁴ Três edições foram realizadas: em 2016; 2018 e 2020.

⁵ Para acessar mais informações da organização, acessar: <http://nepa.org.br>



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



apenas um desenvolvimento humano e integral, mas por ser considerado também como uma base de conhecimentos e práticas capazes de estimular aprendizagem de novas técnicas fenomenológicas que possam contribuir na produção de alimentos agroecológicos, biodinâmicos e orgânicos conectados com o desenvolvimento local, desde a *teia da vida* econômica, biológica e integrativa.

METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de um esforço reflexivo entre alguns mediadores sociais que participaram da organização do Curso de Agroecologia Biodinâmica, em especial pela cooperação construída entre NEPA e INTECOOP/UFJF. Um conjunto de leituras e revisões sobre a temática, bem como materiais do curso, foram mobilizados para fundamentar a proposta. Para tanto, houve a necessidade de uma breve caracterização do cenário e do movimento coletivo que ainda continua trabalhando em prol da aliança e ação coletiva. Nesta reflexão buscamos caracterizar, sinteticamente, algumas “observações participantes” que foram levantadas por notas de campo, em especial das discussões levantadas na última edição do curso, realizada entre 2020 e 2021.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

No campo emergente da discussão sobre as práticas e tendências das “agriculturas alternativas”, surgiram várias propostas contra-hegemônicas como resposta e revisão à crise gerada por uma maciça modernização da agricultura industrializada. Alves, Santos e Azevedo (2012) afirmam que os primeiros movimentos aconteceram por volta de 1920, com a “Agricultura Biodinâmica”, um conjunto de técnicas e preceitos desenvolvidos a partir das



ideias de Rudolf Steiner (1861-1925), conhecido por ser o fundador da Antroposofia e da pedagogia Waldorf na Alemanha e Áustria⁶.

Agricultura biodinâmica é considerada uma forma alternativa para a produção de alimentos orgânicos, ecológicos e integrados, a partir de fundamentos que trabalham a harmonização complexa entre as forças cósmicas, a agricultura e o homem. Os fundamentos desta prática e cultura agrícola buscam relacionar o modo de concepção do gênero alimentício, a nutrição e o desenvolvimento humano, a partir de uma conexão indissociada entre “ciência do espírito” e a “ciência da natureza”. Tal base de conhecimento foi pensada a partir dos estudos da “cosmovisão antroposófica⁷”, ciência que busca aprofundar, através da espiritualidade humana, a formação de um conhecimento empírico orientado pela relação entre o ser humano e os demais reinos da natureza (STEINER, 1985, 2017; ROMANELLI, 2015; FERREIRA, 2018; MIKLÓS, 2019).

As ideias de Steiner sobre a cosmovisão antroposófica procuram relacionar observações mentais, materiais e espirituais com objetivo de ampliar a capacidade da cognição humana. Trata-se de desenvolver formas de observar, entender o mundo e o homem, alcançando outro nível de consciência que permita perceber outras realidades cotidianas além da matéria. Desta forma, o estudo sobre os fenômenos e representações antroposóficas transcendem as experiências da realidade cotidiana do homem comum, visto que buscam

⁶ Steiner, jornalista, filósofo e agricultor, impulsionou uma extensa produção de estudos em diversas áreas e saberes da vida humana. Além de integrar uma cosmologia da agricultura, conectou ideias sobre a medicina e terapias curativas, pedagogia e educação, arquitetura, arte, psicologia, religião e outras práticas de integração material e espiritual. Para saber mais: OLIVEIRA, Francine; MACHADO, Cristina; FILHO, Ourides; SOLIANI, Valdeni. **Ciência e Espiritualidade em ação: o legado de Rudolf Steiner**. South American Journal of basic education, technical and technological. SAJEBTT, Rio Branco, UFAC. v.7, n.1, 2020. edição: jan/abril, p. 583-606.

⁷ É preciso considerar que Steiner teve como base epistemológica as contribuições sobre a “gnosologia” e os métodos da fenomenologia de Goethe. Neste trabalho não colocamos como prioridade relacionar estas temáticas deste autor que foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento biodinâmico, visto que existe um aprofundamento amplo e complexo de estudos sobre este universo. Como achado introdutório e chave para outras referências, seguir: FALCÃO, Cleide Lima da Costa. **A prática do método científico de Goethe como instrumento para aprendizagem ao estudo do solo**. Revista Homem, Espaço e Tempo, v. 4, n. 1, 11, 2010.



encontrar uma realidade espiritual através do conhecimento humano, essencialmente, elevando o valor da existência humana (ROMANELLI, 2015).

A percepção da antroposofia como uma ciência e espiritualidade em ação fortemente influenciou estudos e perspectivas à procura de uma dinâmica complexa do desenvolvimento humano (OLIVEIRA, MACHADO, FILHO SOLIANI, 2020). Para Miklós (2019, p. 81), “a antroposofia significa um caminho de autoconhecimento do ser humano”, e “pode ser uma grande ajuda para fundamentar uma nova cultura agrícola” Ao explorar experiências e construir critérios, este complexo pensamento de Steiner tornou-se a base não só para o homem, mas para uma agricultura realmente renovadora que leva em consideração o cultivo integral da vida e do organismo agrícola.

Em 1924, por meio de oito conferências a um grupo de agricultores de Koberwitz, Breslau, Alemanha e outro países europeus⁸, Steiner iniciou um dos primeiros movimentos de resgate da agricultura orgânica mundial⁹. O conhecimento e os resultados empíricos destes agricultores foram reunidos em sua obra *Fundamentos da Agricultura Biodinâmica*, que atualmente está em sua quinta edição (2017). O livro fornece elementos com base na antroposofia, um conhecimento baseado na vivacidade da terra e do cosmos, conectando sabedorias ancestrais e profundamente ecológicas sobre a atividade biológica dos reinos animais, vegetais e minerais.

Graças ao empenho de arquitetar um nível de consciência cósmica capaz de compreender o crescimento vegetal, sobretudo, através da vitalidade da natureza humana. A agricultura como processo da biodinâmica se preocupa com um ambiente culturalmente nutritivo e diversificado de substâncias biológicas (SIXEL, 2007).

⁸ PAULL, John. **The secrets of Koberwitz**: the diffusion of Rudolf Steiner’s agricultura course and the founding of biodynamic agriculture. *Journal of Social Research & Policy*, 2 .(1), 2011

⁹ SCIALABBA, Nadia El-Hage. Foreword. In: LOCKERETZ, Wiliam (Ed.). **Organic farming: na international history**. Oxfordshire, OX: CABI Head Office; Cambridge, MA: CABI North American Office, 2007



Segundo Miklós (2019, p. 73), as unidades produtivas biodinâmicas devem ser diversificadas e equilibradas de acordo com as condições locais. Construindo um ambiente que compreende a relação entre as rotações das culturas e consórcios que visam a fertilidade duradoura e melhoramento do solo. A ideia de “fertilidade do solo” na agricultura biodinâmica é fundamental para atribuir saúde ao organismo agrícola. O efeito disso consiste em integrar as atividades biológicas, considerando os reinos mineral, vegetal, animal e humano a partir de um ambiente integrado. Neste sentido, o manejo biodinâmico busca garantir não só a manutenção da fertilidade e vivificação do solo, mas a reestruturação do funcionamento biodinâmico da paisagem, entre a relação indissociada do homem e a terra (MIKLÓS, 2015)

Para realçar a importância do “solo vivo”, é preciso considerar os ensinamentos de Primavesi em sua obra, *Manual do solo vivo - solo sadio, planta sadia, ser humano sadio* (2016). A autora se dedica a apresentar diversos assuntos e conhecimentos sobre o manejo agroecológico, entre eles, cultivar o solo com base em uma visão holística da natureza. Para Primavesi, a “vivificação do solo” depende de uma boa agregação e mobilização dos nutrientes vivos da prática agrícola ecológica.

O Curso de Agroecologia Biodinâmica enfatiza a importância da capacidade fenomenológica e perceptiva dos ambientes ecológicos, fornecendo princípios para a busca de uma valorização, resgate e cuidado com o organismo dos solos. Nas próximas linhas, nos dedicaremos a compartilhar algumas considerações sobre o curso, visto que entendemos o espaço da prática e aprendizagem como um terreno fértil de vivências que tornam as alianças sociais um caminho de transformação, desafios e de maior atenção para uma consciência ecológica da vida socioambiental.

RELATOS DA PARTICIPAÇÃO NO CURSO

Como ponto de partida, Brandão (1988) sugere que a “pesquisa participante” contribui para partilhar a realidade social, a vida concreta e os processos coletivos em suas diferentes



dinâmicas e expressões. Ao compartilhar os mesmos espaços com diversos sujeitos, é preciso um olhar sensibilizado para o campo, buscar significados concretos e simbólicos na experimentação e na vivência. Em nosso caso, podemos reconhecer a potencialidade dos encontros gerados através do curso; a participação social e objetivos comuns agregaram para construir trocas de saberes ainda mais biodinâmicas.

As edições do Curso de Agroecologia Biodinâmica acontecem a partir de duas turmas: a primeira é “aberta” ao público, pequenos produtores, entusiastas e pessoas no geral que buscam compreender ainda mais sobre os fundamentos e manejos biodinâmicos; a segunda turma, “fechada”, é composta por agricultores familiares e pequenos produtores em processo de transição agroecológica, geralmente relacionados a grupos e associações que estão articulados com a “aliança social” estabelecida através das instituições apresentadas no início do texto. Vale considerar que para participar da “turma aberta” é preciso pagar um valor que é revertido nas retribuições, passagens e custos que se têm na elaboração e organização dos encontros, além de fornecer uma parte considerável do orçamento e custos adicionais que sustentam a “turma fechada”, a qual é ofertada de forma livre e gratuita. Este “acordo” é firmado através de um compromisso social entre as entidades participantes. Limitaremos este trabalho às observações realizadas com a turma fechada.

O formato do curso é dado por módulos (seis no total). Cada módulo acontece em um dia do mês e as atividades geralmente começam na parte da manhã e terminam no final da tarde - sempre das 8h às 17h, sendo o conteúdo dividido em uma primeira parte teórica e outro momento com a prática no campo.

O Programa:

- Módulo 1 - Organismo Solo: nesta unidade é considerado o reino mineral; aspectos físicos, químicos e biológicos do solo; preparo do solo; diagnóstico do solo e as medidas corretivas.



- Módulo 2 - Vivificação do Solo: nesta unidade é considerado a biologia do solo; adubação verde; compostagem; biofertilizantes; rotação de cultura e pousio.
- Módulo 3 - O Calendário Agrícola: nesta unidade é considerado o planejamento do organismo agrícola; sistemas agroflorestais e outras técnicas de plantio; calendário agrícola biodinâmico.
- Módulo 4 - Manejo do Organismo Agrícola: nesta unidade é considerado a nutrição das plantas; irrigação; manejo de plantas espontâneas; manejo e poda de sistemas agroflorestais; tratos culturais.
- Módulo 5 - Controle Natural de Pragas e Doenças: nesta unidade é considerado técnicas de identificação e os principais grupos como nematóides, insetos, ácaros, fungos, vírus, dentre outros; homeopatia; preparados biodinâmicos; caldas e outros controles alternativos.
- Módulo 6 - O Ser Humano na Teia da Vida: nesta unidade é considerado o pensamento em rede e aliança social; organizações coletivas de produção e consumo responsável; certificação orgânica e sistemas participativos de garantia (SPG).

A programação do curso é montada de acordo com um planejamento sequencial, a fim de contemplar não só uma organização para compreender o manejo do organismo agrícola, mas também preocupa-se em estabelecer trocas de saberes, onde os participantes possam compartilhar seus conhecimentos e experiências particulares sobre a região.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Foto 1: Imagem do curso em 2020. Momento teórico em que o instrutor Marcelo Sambiase começa o conteúdo do dia. Período anterior à pandemia do Covid-19. (Fonte: Intecoop/UFJF)

Na última edição do curso (2020), cerca de 40 agricultoras e agricultores de grupos produtivos, assentamentos e comunidades tradicionais participaram da “turma fechada”. Durante os encontros presenciais, além do conteúdo articulado com os fundamentos da agricultura biodinâmica, também surgiram outras discussões, muitas vezes relacionadas com as demandas e dificuldades no cotidiano da economia rural. Durante alguns momentos, foram traçadas comparações referentes a outros tipos de processos e maneiras de conceber a agricultura, o que possibilitou ao grupo desconstruir convicções ligadas a uma prática convencional.

Para compreender um pouco melhor, algumas observações e falas foram coletadas durante a participação nos espaços construídos do curso. Nos próximos parágrafos vamos refletir sobre pequenas notas de campo.



No primeiro dia de curso, Sambiase¹⁰ disse que a “agricultura convencional” trabalha de acordo com um prazo médio de três anos, em que é preciso “modificar” a estrutura do solo para implantar uma “nova cultura”. Para ele, o trato biodinâmico trabalha de acordo com as “leis, trocas e atividades da natureza”, sendo fundamental conhecer os processos para manejar o sistema, já que dentro dos princípios biodinâmicos, “as leis não mudam”. Ainda para Sambiase, uma das principais diferenças é a capacidade de tornar únicas as experiências produtivas, assim como cada ser humano tem uma história de vida. Por isso, a “fenomenologia” é a base da biodinâmica, visto que os fenômenos “não se enxergam, se vivenciam”. Dentro do pensamento biodinâmico, é preciso cuidar daquilo que nos alimenta. Sambiase ainda complementa que “é preciso preservar um sentimento para conviver em harmonia no mundo material”. O “sentimento” ao qual se refere é, segundo ele, o “alimento espiritualizado que não acaba e não morre, mas que nutre para vida”. A ideia de observar os fenômenos acontece através da formação de uma “visão da roça”, onde é necessário que o produtor conheça a realidade da sua própria vivência. Considerando os fundamentos do “preparo de solo”, construir uma visão da roça é primordial para que o agricultor possa preparar o solo de forma sadia. Sambiase entende que compreender os recursos naturais no entorno do agricultor é buscar soluções e produzir de acordo com as leis e processos de equilíbrio local. Ou seja, acima de tudo, “o solo também é um ser vivo”. Seguindo uma sabedoria Védica de 1600 a.C, “quando pragas e insetos atacam seus campos e lavouras, eles vêm como mensageiros dos céus para avisar-lhe que seu solo está doente”.

Na biodinâmica, o ser humano é voltado para a própria construção do conhecimento. Por isso, existe a necessidade de compreender uma técnica de observação que transcenda e compreenda outras relações e níveis de consciência, como foi destacado através da

¹⁰ Marcelo Sambiase atua como produtor rural há 30 anos e desde de 1990 é agricultor orgânico e biodinâmico. Foi consultor e assessor técnico de instituições como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), SENAR, SEBRAE e Associação Brasileira de Biodinâmica (ABD). Atualmente é instrutor dos cursos de Agricultura Orgânica do SENAR/SP, e dos cursos de Agroecologia Biodinâmica do NEPA. Em seu sítio Araucária, localizado nos altos campos da serra da Mantiqueira, vem desenvolvendo pesquisas e campos experimentais em Agroecologia Biodinâmica, também chamada por ele de “agricultura de montanha”. (Informações coletadas na plataforma Lattes e registros do NEPA, acesso em abril de 2021).

antroposofia. Para Sambiase, o desequilíbrio entre homem e natureza foi confeccionado por uma visão materialista do mundo, onde a transcendência através de outros processos fica limitada. O manejo biodinâmico deixa subentendido que para trabalhar com a natureza é preciso que “o homem volte a ser a própria natureza”.



Foto 2: Imagem do curso de 2018. O grupo praticando técnicas de compostagem e observação e identificação dos nutrientes do solo. (Fonte: NEPA)

Ainda pensando nas comparações produtivas do convencional e do biodinâmico, alguns produtores questionaram sobre como desenvolver o trabalho de cooperativas e como introduzir o trabalho de máquinas para potencializar as atividades biológicas. Um consenso ficou claro: o trabalho com máquinas pode ser, sim, uma alternativa de ganho e escala, caso siga e estabeleça uma produção equilibrada com as leis e processos biodinâmicos. O trabalho de cooperativas de acordo com os fundamentos biodinâmicos pode ser uma chave para alcançar grandes resultados, se ligados aos processos vitais da trama social e à maneira de configurar uma dinâmica respeitando a solidariedade da vida econômica (MIKLÓS, 2015)¹¹.

¹¹ MIKLÓS, A. A. W. **O homem e a terra:** solidariedade na vida econômica. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 19, n. 1, p. 109-127, 2015. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.99772. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/99772>. Acesso em: 9 abr. 2021.



Foto 3: Imagem durante o curso de 2020. Agricultores trocam experiências e saberes de suas realidades. (Fonte: Intecoop/UFJF)

De toda forma, é preciso que exista o *equilíbrio*¹² entre observar, aprender e trabalhar com os fundamentos biodinâmicos-cooperativos, através do funcionamento e aproveitamento dos solos locais. Neste sentido, Sambiase destaca que “cada produtor deve achar seu ponto de equilíbrio”. Para tanto, existem formas de organização que justificam os processos e a formação do mercado orgânico e sistemas ecológicos. O próprio selo DEMETER pode ser identificado como um marcador de qualidade que representa autêntica originalidade e alto valor agregado na produção de alimentos biodinâmicos e, acima de tudo, equilibrados com a própria diversidade dos ambientes e unidades produtivas¹³.

Outro ponto marcante do curso se encontra nos fundamentos do “Calendário agrícola”, ferramenta para compreender os melhores momentos para começar a plantar. Saber a hora de plantar na agricultura biodinâmica se diferencia do calendário de plantio convencional, visto

¹² A discussão sobre "equilíbrio" na agricultura alternativa, camponesa, orgânica, biodinâmica e agroecológica é extensa e demanda uma revisão ampla de autores que desenvolveram estudos representativos sobre o assunto. Vale destacar, os estudos camponeses e de mudança agrária de PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura:** um manifesto Chayanoviano. tradução de Cláudia Freire - 1 ed. São Paulo; Porto Alegre. Editora UFRGS, 2016. Apesar de não estar ligado diretamente com os “fundamentos biodinâmicos”, Ploeg é uma referência para se pensar a produtividade agrícola com o prisma de cooperativas e processos associados, enquanto um equilíbrio de produção e reprodução da agricultura.

¹³ A certificação de produtos da agricultura biodinâmica, usam o selo DEMETER para serem identificados. O nome é uma referência à mitologia grega, em especial a deusa fertilidade e da agricultura. A marca vem sendo difundida desde 1950. Para conhecer melhor, acessar: <https://www.projetedemeterbrasil.com>



que é preciso compreender a manifestação do ambiente e suas condições¹⁴. Segundo os ensinamentos de Sambiase, o calendário agrícola é o momento de corrigir e preparar o solo. Identificar o ponto certo vai depender, mais uma vez, da capacidade de observação e vivência tecidos pela “visão da roça”. Nota-se que “o mato vai contar para vocês o tempo todo como está a terra; na biodinâmica tudo é manejado, tudo tem sua hora... É preciso criar na cabeça um calendário anual que servirá para a rotação do solo, já que tudo é aproveitado, e o mato vai contar para gente a hora certa”. Durante o curso, é apresentada para os produtores a leitura das estações do ano e as diferentes situações - equinócio e solstício. No entanto, é interessante ressaltar que toda condição vai depender do local, da sua luminosidade e temperatura. Na agricultura biodinâmica, além de diversificar as culturas a favor do calendário, também é preciso entender o “funcionamento da termodinâmica” como variedade de cada contexto produtivo. Para tamanha complexidade, é sempre bom lembrar que o preparo do solo se dá de acordo com o tempo, preparado por escala e divisão das áreas integradas ao planejamento das estações.

Saltando um pouco mais à frente, devido à pandemia do Covid-19, as atividades presenciais foram interrompidas - os dois últimos módulos, cinco e seis, foram comprometidos - e a organização da terceira edição do curso teve que reconstruir novas estratégias para dar continuidade à programação inicial. Em busca de não prejudicar o ciclo iniciado, foram realizados mais quatro encontros virtuais, que corresponderam a duas sessões de cada módulo prejudicado. A dinâmica virtual acabou afastando as conversas informais, descontraídas e espontâneas. Uma pequena parte dos produtores que iniciaram o curso, infelizmente, não conseguiu acompanhar até o final, pela falta de conexão via internet. Na medida do possível, foi dada sequência em busca de novos resultados. Durante este período delicado, alguns produtores foram acompanhados e orientados pelos extensionistas da Emater em suas unidades regionais, como uma alternativa para não deixarem de participar desses momentos virtuais de muita preciosidade. Vale destacar que no último encontro, ao tratarmos

¹⁴ No curso, um dos exemplos citados, é o milho que demanda atenção em seu processo; só plantamos milho quando a paineira começa a florescer.



especialmente de pensar em rede e aliança social, conseguimos reunir, mesmo que a distância, representações das associações e instituições que apoiaram a existência do curso.



Foto 4: Última imagem fotografada do curso com a turma em período presencial, em 2020. (Fonte: Intecoop/UFJF)

Acreditamos ser fundamental esmiuçar outros ensinamentos compartilhados durante o Curso de Agroecologia Biodinâmica, no entanto, este trabalho reproduziu uma pequena amostra de reflexões para que o leitor, sinteticamente, tenha um contato introdutório com os diálogos que se manifestaram durante o processo deste desenvolvimento social. Ao olhar através dos pressupostos antroposóficos, os espaços sociais e ambientais construídos pelo curso, tornou-se possível discutir paradigmas e, ao mesmo tempo, entender aspectos técnicos e socioeconômicos para lidar não só com o universo produtivo da agroecologia, mas para estabelecer outros horizontes de articulação como forma agregadora da aliança social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conhecimentos de uma agricultura alternativa com base ecológica, encontramos na “agroecologia biodinâmica” um caminho profundo de sabedorias e resgates de uma essência cosmológica da vida humana na terra. Trabalhar com o manejo biodinâmico é tratar de



produzir alimentos de alta qualidade nutritiva e energética, assim como possibilitar interiorizar as relações sustentáveis como dádivas entre o homem, a terra e o cosmos.

Este trabalho teve como objetivo apresentar ações públicas com base em um desenvolvimento humano a partir do Curso de Agroecologia Biodinâmica, promovido pelo NEPA, na microrregião de Juiz de Fora. Procuramos destacar que a ação coletiva foi tecida a partir da aliança social entre diversos atores que compartilham ideias, instituições e objetivos semelhantes, com um profundo plano coletivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas na região. Acreditamos que é por meio da pesquisa, educação ecológica e extensão rural que as articulações ganham ainda mais sentidos e fundamentos, sendo transformadas e valorizadas enquanto um bem comum. Defendemos o papel da mediação social entre técnicos, universidades, organizações civis, produtores e agricultores, cada vez mais alinhados e cercados por terras, matas, rios, florestas e lavouras, como espaços orientados por novas relações cosmológicas e econômicas para o bem da vida. É diante disso que buscamos ampliar nossas consciências e empoderar o movimento da agroecologia através de novas realizações biodinâmicas, em busca de semear e florescer - em uma integração com a luz e os astros - como fundamentos daquilo que é presente e está por vir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alda Cristiane de Oliveira; SANTOS, André Luis de Sousa dos; AZEVEDO, Rose Mary Maduro Camboim de. **Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória**. Revista Brasileira de Agroecologia. Rev. Bras. de Agroecologia. 7(2): 19-27, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1988.



FALCÃO, Cleide Lima da Costa. **A prática do método científico de Goethe como instrumento para aprendizagem ao estudo do solo.** Revista Homem, Espaço e Tempo, v. 4, n. 1, 11, 2010.

FERREIRA, Thiago Costa. **Agricultura Biodinâmica:** uma revisão bibliográfica. revista eixo, v.8, n.3, Brasília-DF, jul-dez, 2018.

MIKLÓS, Andreas Attila de Wolinsk. A. W. **O homem e a terra:** solidariedade na vida econômica. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 19, n. 1, p. 109-127, 2015. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.99772.

_____. **Agricultura biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano.** Andreas Attila de Wolinsk Miklós. -- São Paulo : Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, 2019.

OLIVEIRA, Francine; MACHADO, Cristina; FILHO, Ourides; SOLIANI, Valdeni. **Ciência e Espiritualidade em ação: o legado de Rudolf Steiner.** South American Journal of basic education, technical and technological. SAJEBTT, Rio Branco, UFAC. v.7, n.1, 2020. edição: jan/abril, p. 583-606.

PAULL, John. **The secrets of Koberwitz:** the diffusion of Rudolf Steiner's agricultura course and the founding of biodynamic agriculture. Journal of Social Research & Policy, 2 .(1), 2011

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura:** um manifesto Chayanoviano. tradução de Cláudia Freire - 1 ed. São Paulo; Porto Alegre. Editora UFRGS, 2016.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo:** solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. Coleção Agroecologia - Série Ana Primavesi. Ciências Agrárias, Editora Expressão Popular, ed. 2, São Paulo, 2016.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



ROMANELLI, Rosely A.. **A cosmovisão antroposófica: educação e individualismo ético.** *Educ. rev.* [online]. 2015, n.56 [cited 2021-04-10], pp.49-66. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000200049&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.40937>.

SIXEL, Bernardo Thomas. **Biodinâmica e Agricultura.** 2. ed. Botucatu: ABD, 2007

SCIALABBA, Nadia El-Hage. Foreword. In: LOCKERETZ, Wiliam (Ed.). **Organic farming: na international history.** Oxfordshire, OX: CABI Head Office; Cambridge, MA: CABI North American Office, 2007

STEINER, Rudolf. **Verdade e ciência.** São Paulo: Antroposófica, 1985.

_____. **Fundamentos da agricultura biodinâmica: vida nova para a terra.** 5. ed. São Paulo: Antroposófica, 2017



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



Políticas para o clima e agroecologia no Semiárido brasileiro: sinergias necessárias para uma agroecopolítica.

Mario Lucio De Avila – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Allan Milhomens - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Eduardo De Lima Caldas - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Tamiel Khan Baiocchi Jacobson - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo: A agroecologia estabelecida como ciência, prática e movimento social caminha também para sua institucionalização e escalonamento enquanto política pública no semiárido brasileiro na esteira da Política nacional de agroecologia e produção orgânica na projeção conclamada por um dos mais notáveis pensadores da Agroecologia enquanto política, Francisco Caporal. Neste período, a agroecologia se materializou em ação pública por diferentes atores, instituições, representações, processos e resultados. O referencial das mudanças climáticas também ganhou notoriedade e projeção, mas não logrou o mesmo alcance nas práticas e tornou-se objeto de disputa pelos dois referenciais (agricultura tradicional e seu referencial político e aquele dos sistemas alimentares sustentáveis da agroecologia). A sinergia necessária para que agroecologia e mudanças climáticas se fortaleçam, carece, portanto, de superar as diferenças nos espaços de decisão e fazer da agroecologia o principal instrumento das políticas de enfrentamento às mudanças climáticas.

palavras chaves: mudanças climáticas, instrumentos, ação pública



1. Introdução

O agravamento da mudança global do clima é um dos cruciais desafios da sociedade nos dias atuais, exigindo esforços para mitigação e adaptação para reduzir e conter os seus efeitos (ADGER ET AL., 2003). Este fenômeno, tem e terá impactos sociais, econômicos e ambientais de magnitude diferenciada entre as diversas regiões do globo. Seus efeitos serão maiores nas regiões mais quentes dos trópicos, promovendo o declínio da produtividade da agricultura, principalmente nos países em desenvolvimento. São mais vulneráveis a tais mudanças, as populações rurais com menor capacidade de adaptação (CLINE, 2008).

O Semiárido brasileiro está entre as regiões do planeta mais vulneráveis às oscilações do clima, com maior intensidade das secas, aumento de temperatura, curtos períodos de chuvas torrenciais, implicando mais instabilidade às condições climáticas atuais (MARENGO *et al.*, 2011). Em tal cenário, a produção dos meios de subsistência da agricultura familiar poderá ser fortemente afetada pela escassez de água, acentuando ainda mais as atuais condições de pobreza, insegurança alimentar e ameaçando a permanência dessas populações no campo (ANGELOTTI ET AL., 2015; MARENGO, 2008).

Nas últimas duas décadas, essas populações têm sido alvo de novas ações públicas voltadas para o combate à pobreza e pautadas pelo referencial de convivência com o semiárido (DUQUE, 2015). Um conjunto de ações diretas ou indiretas (políticas, programas, projetos) foi posto em prática nas diferentes esferas governamentais para enfrentar o fenômeno da mudança climática e sua incidência no semiárido.

Diante do exposto, procura-se responder a seguinte questão: a agroecologia é uma prática e uma política que tem contribuído para enfrentar a mudança climática no semiárido?

Para responder essa questão, lançou-se mão, em termos metodológicos de uma breve revisão da literatura (que não pretendeu ser extenuante e tampouco sistemática nos moldes de rastrear e analisar plataformas de informação bibliográfica), da vivência e da observação dos autores ao longo do tempo tanto no campo (nos vários estados que compreendem o semiárido) quanto em pesquisas relacionadas com políticas de mudanças climáticas e também políticas e práticas de agroecologia.



Ao longo deste trabalho, por razões metodológicas e de escopo, o foco serão apenas as políticas de clima e agroecologia, mesmo reconhecendo a importância de outras políticas tais como a de convivência com semiárido, compras públicas, economia solidária, desertificação, pagamentos por serviços ambientais, cada qual com suas especificidades e seus instrumentos.

O artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais.

2. Mudanças climáticas: um olhar interdisciplinar

As mudanças climáticas desafiam a humanidade a produzir alimentos para uma população crescente em número e manter a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Mesmo após o reconhecimento internacional da comunidade científica em relação à existência das mudanças climáticas, uma parcela da população ainda não acredita que a atividade humana é responsável pelas mudanças climáticas. Fatores como proteção ambiental, liberdade civil, desenvolvimento econômico, liberalismo de mercado e as emissões de carbono influenciam diretamente na crença individual sobre mudanças climáticas (LEVI, 2021).

A intensificação da crise ecológica e climática mundial tem aberto um campo de diálogo interdisciplinar e intersetorial relacionado à importância da sustentabilidade e mitigação dos processos agrícolas nos ecossistemas. A agroecologia emerge como a alternativa para a adaptação a mudanças climáticas e promoção da sustentabilidade agrícola. Mais que uma ecologia de sistemas alimentares, a agroecologia tem uma dimensão política ligada à autonomia da organização popular para alcançar sustentabilidade e à justiça social. Esta auto-organização pode mudar as formas de governança geralmente hierarquizada e de cima para baixo (top-down) para um governança mais horizontalizada e de baixo para cima (bottom-up), que considere e valorize o acesso aos ecossistemas naturais, o conhecimento e a cultura de povos tradicionais, os sistemas de troca para além do mercado, as redes horizontais, a dimensão de gênero e equidade (ANDERSON *et al.*, 2019).

A agricultura moderna exerce profundo impacto sobre os ecossistemas, como emissão de gases de efeito estufa, declínio da biodiversidade, poluição química, perda e degradação do solo, declínio de polinizadores e riscos à saúde \geq humana. Por sua vez, a agricultura com princípios



ecológicos tem potencial para atender às necessidades alimentares da sociedade e respeitar questões ambientais e sociais.

Atividades agrícolas e florestais são componentes diretamente ligados aos sistemas agroalimentares e também às mudanças climáticas globais. O desafio de conciliar produção de alimentos, mudanças climáticas e manutenção da biodiversidade, por si só, representa um enfoque multidisciplinar, pois envolve as ciências biológicas e agrícolas, as ciências da vida e ciências humanas. Neste sentido, a agroecologia carrega consigo este arcabouço multidisciplinar, capaz de aliar as diferentes ciências, e ser um movimento, uma técnica e uma prática (WEZEL *et al.*, 2009).

A agroecologia está intimamente associada a desafios humanos contemporâneos, como mudanças climáticas, serviços ecossistêmicos, segurança alimentar e subsistência e permanência do agricultor no campo. Nos EUA, os cientistas consideram o bem estar econômico e social componentes centrais e a adoção do foco em dimensões humanas nas pesquisas tem sido considerada de extrema importância, assim como maiores investimentos públicos para o devido apoio à transição agroecológica (DELONGE, M. *et al.*, 2020).

Para o alcance das metas da rede global para a manutenção da biodiversidade, é imprescindível que haja uma transição global da produção convencional para a agroecológica. Os agricultores sozinhos não podem alcançar essa transição. Além da construção de "teorias de mudança" e indicadores para desenvolver estratégias viáveis, é fundamental apoiar os formuladores de políticas em cenário socioecológico mais amplo, e possibilitar o financiamento público e privado de programas de pesquisa de longo prazo mais adequados aos prazos das intervenções agroecológicas (WANGER *et al.*, 2020).

Dentre as metas para manutenção da biodiversidade, a agroecologia é uma importante ferramenta para solução e integração dos princípios de conservação da biodiversidade e produção de alimentos pós 2020.

Pesquisas desenvolvidas na Ásia demonstram que a diversificação de culturas aumenta com o aumento da precipitação pluviométrica e diminui com a variabilidade na temperatura. Aumenta significativamente com o aumento dos preços das hortaliças e com os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Porém, diminuem com o aumento dos preços de fertilizantes e com os gastos para realização de extensão rural (RAHMAN, 2016).



A diversificação agrícola continua sendo um desafio devido à grande variabilidade na precipitação pluviométrica, em áreas, normalmente, marginais de produção agrícola. O nível de fonte de renda dos agricultores, o tamanho da propriedade, o acesso a assistência técnica e extensão rural e a adequação às condições ambientais são positivamente relacionadas ao grau de diversificação de culturas. Condições de cultivo mais favoráveis superam limitações impostas pela inacessibilidade e restrições financeiras, o que tem implicações para a adaptação às mudanças climáticas em ecossistemas semiáridos (MCCORD *et al.*, 2015).

Agricultores comumente citam amplificação da estação seca, com consequente atraso na estação chuvosa, com aumento da temperatura e intensidade de chuvas (ROGÉ *et al.*, 2014). O papel da assistência técnica e extensão rural tem se mostrado significativo para que a transição e implantação para uma agricultura de baixo impacto tenha êxito (RAHMAN, 2016, DELONGE *et al.*, 2020).

As mudanças climáticas globais têm interferido de forma variável na produtividade agrícola. Neste sentido, pesquisadores desenvolveram um modelo matemático sobre a influência histórica das mudanças climáticas antropogênicas na produtividade agrícola, indicando alta vulnerabilidade agrícola às mudanças climáticas. Os autores identificaram decréscimo em cerca de 21% na produtividade global desde 1961, com efeitos mais severos (redução em 26–34%) em regiões mais quentes, como África, América Latina e Caribe (ORTIZ-BOBEA *et al.*, 2021; FUGLIE 2021).

No Brasil os esforços envolvendo os dois temas são objetos de políticas públicas e, especificamente nos estados do semiárido, há um conjunto importante de atos legais que em alguma medida utilizam instrumentos de assistência técnica, planos, crédito e extensão rural para alcançar agricultores familiares e a sociedade em geral.

3. Políticas de Mudanças Climáticas e de Agroecologia no Semiárido

O Semiárido brasileiro é considerado como a região seca mais populosa do mundo e uma das mais vulneráveis à mudança do clima (MARENGO, 2008). De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), cerca de 1,45 milhão de propriedades rurais pertencem a agricultores familiares (BRASIL, 2019). São cerca de 37% de toda a agricultura familiar brasileira e ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis. Entre eles, 68,5% produzem exclusivamente para



IX ENCONTRO DA
**REDE DE ESTUDOS
RURAIS**

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



autoconsumo de suas próprias famílias, cuja complementação de renda depende de políticas redistributivas como o Bolsa Família (BRASIL, 2019).

Os Estados que estão inseridos no semiárido, com estratégias e coalizões diversas têm construído instrumentos de políticas públicas tanto relacionados com agroecologia quanto com mudanças climáticas pelo menos em termos mais gerais e com diversos níveis de regulação. O quadro seguinte ilustra os principais instrumentos de políticas concebidos nos estados estudados.

	Agroecologia	Mudanças Climáticas
Brasil	PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica <i>Decreto 7794/2012</i>	Política Nacional sobre Mudança do Clima <i>Lei 12187/2009</i>
Alagoas	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO <i>Lei nº 8.041, de 6 de setembro de 2018</i>	
Bahia	Projeto de Lei de criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica <i>PL 21916/2016</i>	Política Estadual sobre Mudança do Clima <i>Lei nº 12.050 de 07 de janeiro de 2011</i>
Ceará	Projeto de Indicação https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/ramit2015/pi156_15.htm	Política Estadual sobre Mudanças do Clima, Erradicação da Pobreza e Desigualdades Sociais (Estado do Ceará). <i>Lei 16.146, de 14.12.2016</i>
Maranhão	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (PEAPOMA) <i>Lei 10.986 de 21.12.2018</i>	Fórum Maranhense de Mudanças do Clima - FMCM <i>Lei Nº 10.161, de 26 de novembro de 2014.</i>
Minas Gerais	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica <i>Lei 21146, de 14.01.2014</i>	Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas Globais <i>Decreto nº 44.042, de 09 de junho de 2005</i>



Paraíba	projeto de Lei, 941/2019 aprovado em 17/03/21	Política Estadual de Mudanças Climáticas <i>Lei Nº 9.336, de 31 de janeiro de 2011</i>
Pernambuco	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco <i>Lei 17.158, de 08.01.2021</i>	Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco <i>Lei Nº 14.090, de 17 de junho de 2010</i>
Piauí		Política Estadual sobre Mudança do Clima e Combate à Pobreza - PEMCP <i>Lei Nº 6.140 de 06 de dezembro de 2011</i>
Sergipe	Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica <i>Decreto 40.051, de 29.05.2018</i>	Fórum Sergipano de Mudanças Climáticas <i>Decreto nº 40.706 de 29 de outubro de 2020</i>

Importante perceber que, de maneira geral, no âmbito federal e estadual os normativos relativos às mudanças climáticas são anteriores àqueles relacionados à agroecologia (exceção ao estado de Sergipe).

Há um período nas duas últimas décadas onde os temas entram nas agendas governamentais e dialogam com iniciativas da sociedade civil e organismos nacionais e internacionais de implementação de ações públicas em todo o território nacional.

No semiárido, por sua vez, houve nas duas últimas décadas, uma profusão de iniciativas com perspectivas agroecológicas de assistência técnica e extensão rural (redes de ater, articulações sociotécnicas, núcleos de pesquisa e extensão) mas o mesmo não foi acompanhado com a temática das mudanças climáticas que, inicialmente se estruturaram na região norte do país, alcançando o semiárido apenas nos últimos 5 anos, sobretudo depois da grande seca ocorrida entre 2012 e 2015 na região.

A atenta observação dos documentos aponta também que havia um enfoque muito centrado na mitigação dos efeitos do clima e pouco na adaptação. Neste arranjo, a agroecologia



torna-se porta-voz deste enfoque por sua capacidade de responder com ações práticas visando a adaptação.

3.1. A convivência com o Semiárido e os conflitos de interesse

A relação entre sociedade e natureza nessa região é marcada por dinâmicas econômicas, sociais e culturais em permanente interação com a variabilidade do clima semiárido. Como observa Silva (2003), trata-se de uma realidade complexa, no que se refere aos aspectos geofísicos e ecológicos, à ocupação humana e à exploração de seus recursos naturais. Os domínios socioprodutivos das áreas tradicionais da agricultura de sequeiro com a modernização dos plantios irrigados coexistem em condições bastante diferenciadas de acesso a água, utilização dos recursos naturais e atenção do Estado (DUQUE, 2015). Nota-se que esse contexto marca uma histórica trajetória de políticas públicas hegemônicas voltadas para o combate à seca a serviço da elite agrária nordestina e da modernização capitalista do agronegócio.

O Semiárido do Nordeste repete o mesmo ciclo vicioso do modelo nacional de colonização, concentrador de terras e com baixa distribuição de renda. O acesso a água, quase sempre, garantido por obras públicas de infraestrutura hídrica, inclusive, dentro de propriedades privadas (DUQUE, 2015; SILVA, 2003). Para a agricultura familiar, à margem da maioria dos investimentos em estruturas adaptativas à seca, a variabilidade climática da região carrega o problema crônico da escassez de água, limitando sua capacidade de desenvolvimento e adaptação. De acordo com Lindoso *et al.* (2013) em áreas de enclaves favorecidos pela irrigação para a produção agrícola extra regional é possível encontrar agricultores tradicionais que ainda convivem periodicamente com a escassez de chuvas. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) reporta que apenas 1% dos irrigantes corresponde atualmente a agricultores familiares ou assentados (MILHORANCE *et al.*, 2018). Portanto, as soluções técnicas majoritariamente beneficiam o capital agroexportador.

No final da década de 1990 o paradigma de convivência com o Semiárido confronta a longa hegemonia das políticas voltadas para “indústria da seca”, com a proposta de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar da região. Em torno dessa



nova proposta reúne-se uma coalização de forças sociais lideradas pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), envolvendo atores institucionais da pesquisa, assistência técnica e extensão rural e organizações da sociedade civil (DUQUE, 2015; SILVA, 2003). Como eixos dessa proposta o enfoque agroecológico, o uso sustentável dos recursos naturais da Caatinga, a quebra do monopólio de acesso à água, à terra e aos outros meios de produção e o emprego de tecnologias e metodologias adaptadas, o fortalecimento da agricultura familiar e a segurança alimentar (ASABRASIL, 2002).

Antes de qualquer política pública nacional de enfrentamento às mudanças climáticas, o Programa de Convivência com o Semiárido alinha-se a uma perspectiva de adaptação à variabilidade natural do clima na região. O Programa de Cisternas, a Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela perspectiva de Adger *et al.*, (2003) convergem como ações que se integram para fortalecer a capacidade adaptativa de populações socialmente mais vulneráveis nem sempre capazes de influenciar a tomada de decisão política em relação à prioridade da adaptação, e das pertinentes necessidades de redistribuição de recursos, tecnologias, terra, água, como também o acesso aos sistemas de governança. O resgate do conhecimento e do saber tradicionais com enfoque agroecológico, articulador de formas inovadoras de planejamento da ação pública no Semiárido, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e distintos normativos estaduais também tiveram reconhecido impacto positivo nas estratégias de fortalecimento da agroecologia como estratégia de adaptação (GUYOT *et al.*, 2015).

As estratégias de convivência com a seca no contexto de desenvolvimento rural sustentável do Semiárido sertanejo, além de trazerem mais resiliência para as populações rurais em relação à variabilidade natural do clima, atuam como processos construtivos importantes de processos de adaptação planejada de longo prazo. O caráter dinâmico, temporal e a preparação de respostas a mudanças climáticas futuras exigem planejamento, investimentos e políticas públicas continuadas, que vão além de ajustes de curto prazo (ADGER *et al.*, 2007). E nesse sentido, políticas públicas de desenvolvimento voltadas para apoiar ações ou medidas direta ou indiretamente relacionadas à mudanças do clima também podem ter um efeito modulador mais realista da percepção de risco climático da agricultura familiar, que segundo Adger *et al.* (2003)



podem influenciar a percepção de vulnerabilidade e a capacidade dos indivíduos de tomar decisões adaptativas.

3.2. Políticas de Mudanças do Clima

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída em 2009, está alinhada ao conceito normativo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (BRASIL, 2020), no qual tanto a mitigação quanto a adaptação são reconhecidas como pilares na elaboração de planos setoriais, entre os quais o agropecuário.

O Plano Nacional de Adaptação (PNA) foi concluído em 2016 para tentar dar coerência e transversalizar os instrumentos da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) nas agendas setoriais do governo (BRASIL, 2016). Esse Plano ressalta que a adaptação requer a alteração do paradigma de produção agropecuária, com ênfase para a descentralização, diversificação e qualidade nutricional, dentre outros. Nesse tocante, o enfoque agroecológico aparece como alternativa para adaptação da produção agropecuária convencional, tanto estratégia setorial para a agricultura quanto na estratégia setorial para a segurança alimentar.

Como analisa Milhorange *et al.* (2018) o PNA não superou o desafio da articulação entre seus instrumentos, que concretizasse a desejada natureza intersetorial e integrada para o alcance dos objetivos de adaptação planejados, quando se mantém as assimetrias setoriais vinculativas de seu planejamento orçamentário dos Programas Plurianuais de Desenvolvimento (PPA).

A transição da vulnerabilidade para a resiliência na agricultura familiar é um desafio central e complexo na execução dessas políticas. Na perspectiva da adaptação climática, superar os déficits adaptativos acumulados, como no caso dos agricultores familiares do Semiárido da Caatinga, depende de contextos e de oportunidades de desenvolvimento (HUQ, REID, 2009) atreladas à redução de iniquidades sociais e a questões distributivas que afetam direitos de acesso a recursos e políticas (ADGER *et al.*, 2007). Para Obermeier e Rosa (2013) as vulnerabilidades socioeconômicas devem ser enfrentadas para além da abordagem de futuros climáticos incertos e dos debates simplistas de vulnerabilidades e dos desafios para tornar os sistemas rurais resilientes.



Alguns dos instrumentos e ações do PNA fazem parte das estratégias de convivência com a seca que já vem sendo empregadas no Semiárido nas duas últimas décadas.

Os agricultores familiares atentos à variabilidade interanual do clima, como no caso do Semiárido, adotam ajustes adaptativos de forma constante, “mesmo que não as percebam como tal”, baseados em práticas familiares tradicionais seculares (NASUTI *et al.*, 2016b, p.131). Independente da crença ou não no aquecimento global, geralmente buscam medidas ao seu alcance, cujos resultados sejam benéficos e perceptíveis no curto prazo (ARBUCKLE *et al.*, 2015).

Em regiões como o Semiárido do Nordeste, o aumento e a frequência desses impactos redimensionam a geografia da vulnerabilidade da agricultura familiar e a insegurança alimentar no campo que devem ser consideradas nas estratégias de adaptação dessas populações em contextos de extremos climáticos atuais ou futuros (FAO, 2009). Lições aprendidas no Semiárido, reforçam o papel de políticas públicas localmente articuladas, como no caso do Projeto Dom Helder, combinando experiências e inovações agroecológicas com instrumentos da política de segurança alimentar e aquisições governamentais como o PAA e PNAE, tanto quanto os programas de transferência de renda, fortalecendo a inclusão produtiva dos agricultores familiares e acesso a mercados institucionais e feiras locais (JALFIM *et al.*, 2013).

3.3. Políticas de Agroecologia

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi criada pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, o “objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica...” (Brasil, 2012). Essa institucionalização marcava o êxito de uma trajetória de luta de pelo menos duas décadas do movimento agroecológico no país, na esteira de instrumentos do Programa Fome Zero associados das estratégias da política de segurança alimentar e de outros instrumentos construídos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (NIEDERLE *et al.*, 2019).

Um dos principais avanços da PNAPO foi a inovadora concepção de um sistema de governança participativo e paritário, envolvendo governo e sociedade civil e, que segundo Guéneau (2019) influenciaria a instalação de instrumentos semelhantes em algumas políticas estaduais de



agroecologia e produção orgânica que se institucionalizaram depois da PNAPO. Outra lição positiva na implementação da PNAPO foi o crivo crítico do primeiro monitoramento do PLANAPO I conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) dando um retorno para o aperfeiçoamento da gestão da pública aos desafios da integração intersetorial da agendas do governo (SAMBUICHI *et al.* 2017). A execução do PLANAPO II já aconteceu em meio ao declínio da estabilidade do referencial agroecológico como política pública federal. A dualidade e as tensões da coexistência entre duas proposta distintas de desenvolvimento rural então presentes nas políticas do Governo (NIEDERLE *et al.*, 2019) chega ao fim em 2019 com a extinção das estruturas de governança da Política, CNAPO e CIAPO, extintas pelo Decreto 9.759/2019 (BRASIL, 2019), embora o instrumento legal que instituiu a PNAPO não tenha sido revogado.

Nesse curto período de existência, a pauta agroecológica da PNAPO se viabilizou como um enfoque indutor da transição a sistemas agrícolas mais sustentáveis O enfoque agroecológico e a PNAPO aparecem no Plano Nacional de Adaptação às mudanças do clima nas estratégias setoriais para a agricultura e para a segurança alimentar. O ingresso desse referencial como iniciativa de política pública para o clima, reforça o papel da agroecologia no desenvolvimento de agroecossistemas resilientes a eventos climáticos extremos como defendem Altieri e Koofkafkan (2008). Há um interesse crescente das agências de cooperação internacional sobre experiências climaticamente resilientes da agroecologia desenvolvidas em todo o mundo, que estão sendo capturadas pelo sistema de produção hegemônicos (PIMBERT, 2016).

A saída dos espaços marginais das experiências agroecológicas no Brasil, depende de políticas públicas adequadas (PETERSEN *et al.*, 2009) e esses impasses no campo político são freios a uma desejável perspectiva de escala territorial à transição agroecológica da agricultura familiar, especialmente em regiões climaticamente mais vulneráveis como o Semiárido brasileiro. A PNAPO, por meio do Programa Ecoforte Redes, – ação cooperada entre o Governo Federal, o Fundo Social do BNDES e a Fundação Banco do Brasil – apoiou várias iniciativas no país, e pelo menos cinco delas se destinaram ao fortalecimento de redes agroecológicas na Caatinga (CORTINES, 2019).

Nos territórios beneficiados por esse Programa a autora verificou a interação das redes beneficiadas com outras redes, com de instituições de ensino e pesquisa, fortalecendo a participação em espaços de controle social no âmbito da ação pública, a divulgação de experiências, o aprendizado e o desenvolvimento de inovações (CORTINES, 2019). O Programa de Um Milhão de Cisternas ao



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



lado de outros instrumentos de política públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Bolsa Família dariam impulso às estratégias de implementação de várias tecnologias sociais, pautadas pelo enfoque agroecológico (CORTINES, 2019; NIEDERLE *et al.*, 2019) e convergentes com a melhoria da qualidade de vida das populações do campo. Dito em outras palavras, funcionando como estratégias de desenvolvimento local, pela perspectiva de vários autores (OBERMEIER, ROSA, 2013, EAKIN, PATT, 2011) essas sinergias tem efeitos positivos na fortalecimento da capacidade adaptativa e resiliência das comunidades a efeitos climáticos adversos, mesmo cobrindo vulnerabilidades decorrentes de causas não climáticas.

O enraizamento dos princípios agroecológicos por meio dessas políticas cria sinergias benéficas com as políticas estaduais de clima e a desejada intersetorialidade das agendas públicas para induzirem processos de adaptação da agricultura familiar. Um bom exemplo de concepção conceitual integrando enfoques de agroecologia e clima é o da Política de Combate e Prevenção à Desertificação do Estado do Rio Grande do Norte. Tal política, instituída pela Lei 10.154/2017, aborda os extremos climáticos na região semiárida e define a agroecologia como estratégia produtiva para a agricultura familiar, a capacitação da extensão rural e a integração de saberes, articulando outras estratégias de políticas públicas daquele estado ao desenvolvimento de suas ações.

Cinco estados abrangidos pelo Semiárido - Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Maranhão e Pernambuco - conceberam e institucionalizaram suas PEAPOs, depois da criação da PNAPO. O estado da Bahia tramita um projeto de lei e articula suas instituições e atores para sua aprovação. As políticas estaduais instituídas no país até 2019 alinham-se ao abrangente recorte conceitual da PNAPO, abarcando o referencial orgânico (GUÉNEAU *et al.*, 2019) na aterrissagem das políticas públicas agroecológicas no Semiárido. Como no caso da PNAPO, a institucionalização das PEAPOs percorre trajetórias de lutas reivindicatórias semelhantes e convergentes, envolvendo os movimentos sociais do campo agroecológico e coalizões de redes, integrando atores da sociedade civil, cientistas e se beneficiando da presença de quadros desses movimentos entre os atores atuantes na gestão pública dos estados.

Mesmo antes dessa ascensão do referencial agroecológico como política pública, a agroecologia vem se consolidando no Semiárido brasileiro como estratégia produtiva de convivência com a seca, associada à redução da pobreza e desigualdades sociais no campo. O Projeto Dom Helder Câmara é uma ação pública que em sua primeira fase (2001-2010), adotou o enfoque agroecológico,



articulando novos formatos de extensão rural dialógica e participativa no desenvolvimento de inovações associadas ao processo de organização comunitária e capacitação dos agricultores para o acesso a políticas públicas para a agricultura familiar (SIDERSKY *et al.*, 2008; JALFIM *et al.*, 2013). Como uma alavanca de desenvolvimento local esse Projeto é um exemplo de iniciativa que traz elementos capazes de contribuir com a capacidade adaptativa das comunidades rurais a variabilidade do clima na Caatinga, como versa a literatura sobre adaptação à mudança do clima em contextos de vulnerabilidade social vista em vários autores (OBERMEIER, ROSA, 2013, EAKIN, PATT, 2011).

4. Contribuições políticas para o trabalho

A partir da coleta de documentos institucionais, de pesquisas anteriores e da observação das políticas - a de agroecologia e a de enfrentamento de mudanças climáticas - em um mesmo território composto por um mesmo bioma em termos geográficos e biológicos e por nove estados da federação em termos institucionais, é possível analisar os processos de formulação e implementação das políticas por meio da sociologia da ação pública, em especial, a partir de questões relacionadas com:

- 1) Os processos políticos que culminaram com cada uma das referidas políticas em diferentes fóruns - Assembleias Legislativas, Encontros e Fóruns dos Movimentos Sociais, Universidades, os Gabinetes dos Governadores e Secretários e Prefeituras e Câmaras Municipais;
- 2) Os atores envolvidos com os referidos processos e seus respectivos mediadores. Neste caso, é interessante analisar as redes e coalizões para a produção de cada uma das políticas públicas;
- 3) As representações, visões de mundo e ideias que, além dos interesses, movem a ação dos indivíduos e suas organizações.
- 4) As instituições compreendidas como regras, normas, rotinas, tradições e procedimentos adotados, traduzidos, interpretados e levados à cabo pelos indivíduos e suas organizações;
- 5) Os resultados compreendidos como os instrumentos de políticas públicas produzidos e suas implementações;



- 6) A temporalidade, muitas vezes desconsiderada no processo de produção das políticas públicas e que diz ao tempo despendido para a produção das políticas públicas;
- 7) Finalmente, a coordenação compreendida em termos “multinível” ou seja articuladas entre municípios, estados, semiárido e Federal; e também compreendida em termos setoriais, ou seja, relacionada exclusivamente com a questão rural e suas interfaces com outros setores que atuam no mesmo território e sobre os quais também incidem as mudanças climáticas seja em termos empírico (evidência) quanto em termos de políticas e instrumentos de políticas públicas.

Hipoteticamente fica a impressão de que há dois grupos em termos de representação, cada qual atuando em torno destas políticas. De acordo com a literatura mobilizada, a agroecologia é uma prática e uma política que tem contribuído para enfrentar a mudança climática no semiárido, mas ainda assim move-se em meio a disputas dada a existência de grupos e coalizões orientados por interesses e ideias diversos ao da agroecologia.

Ao mesmo tempo, dada a diferença de temporalidade observada em termos da produção dos instrumentos fica a impressão de que embora a literatura relacionada à agroecologia valorize a interdisciplinaridade não há propriamente uma articulação orgânica entre as políticas de mudanças climáticas e as políticas agroecológicas. Apesar disso, a partir dos elementos acima elencados, esse estudo cumpre o papel de apresentar parcialmente a literatura e propor categorias de análise em estudos futuros.

5. Conclusões

A literatura tem indicado que a agroecologia é uma prática e uma política que tem contribuído para enfrentar a mudança climática no semiárido e tem alcançado o desejado escalonamento preconizado por estudiosos (Caporal, 2019). No entanto, uma série de questões se abrem a partir do reconhecimento dessa interface como foi apresentado acima. Assim, a partir da ideia de que há duas visões de mundo que orientam a ação de um conjunto diverso de atores políticos e sociais - uma visão de mundo mais próximas dos princípios da agroecologia e outra visão de mundo mais próxima da



agricultura tradicional - e de cada um desses grupos também se orientam de maneira distinta com relação às suas percepções quanto às políticas de enfrentamento das mudanças climáticas, pergunta-se: como cada um desses grupos articula as interfaces entre agricultura e mudanças climáticas?

A agroecologia precisa superar esse desafio, tornando-se o principal e mais adequado instrumento para as políticas de mudanças climáticas, sob pena de ver a agricultura tradicional se apoderar deste referencial nesta disputa que se deslocou da floresta para o semiárido.

Concluimos com as sábias palavras e a convocação de Francisco Roberto Caporal (2019), que aponta:

“a necessidade imperativa de uma Agroecologia Política (AP), que, como campo de estudos do âmbito da Agroecologia, seja capaz de promover um entrelaçamento decisivo entre Agroecologia e Política, ou seja, a necessidade de uma agroecopolítica, que ponha luz sobre a realidade das crises socioambientais e contribua na direção das lutas sociopolíticas que necessitam ocorrer no ambiente institucional”

6. Bibliografia

ADGER, W. Neil et al. Adaptation to climate change in the developing world. **Progress in Development Studies**, v3, n3. p.179-195, 2003.

ADGER, W. Neil et al.. Assessment of adaptation practices, options, constraints and capacity. **Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, UK, 717-743.

ALTIERI, Miguel A.; KOOFHAFKAN, Paviz.; **Enduring farms: climate change, smallholders and traditional farm communities**. Environment & Development Series, v. 6 , 2008, 63 p.

AMORIM, Lucas. O.; GRISA, Catia. Combater a seca ou conviver com o semiárido? fóruns e arenas de políticas públicas no semiárido brasileiro. **Raízes**, v.38, n.2, jul-dez/2018

ANDERSON, Colin Ray et al. From transition to domains of transformation: Getting to sustainable and just food systems through agroecology. **Sustainability** (Switzerland), [s. l.], v. 11, n. 19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11195272>

ANGELOTTI, Francislente et al. Mudanças climáticas no semiárido brasileiro: experiências e oportunidades para o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.08, número especial, 2015.



ARBUCKLE, J. Gordon et al. Understanding Farmer perspectives on Climate Change Adaptation and Mitigation: The Roles of Trust in Sources of Climate Information, Climate Change Beliefs, and Perceived Risk. **Environment and Behavior**, 2015, Vol. 47(2) pp.205–234

ASA BRASIL, 2002. Carta Política-II ECONASA, acessado em 18 de fevereiro de 2020, em <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/CARTA-POLITICA-III-ENCONASA.pdf>

BENEDICT, E.; MAJULE, a. Climate Change Adaptation: Role of Local Agricultural Innovations in Semi-Arid Tanzania. **Journal of Agriculture and Ecology Research International**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 147–159, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.9734/JAERI/2015/15489>

BRASIL, 2012. **Decreto**. acesso no sítio:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm vistado em 19.04.2021

BRASIL, 2016. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: volume 2 : estratégias setoriais e temáticas/ Ministério do Meio Ambiente**---. Brasília : MMA, 2016.

_____, 2019. Censo Agropecuário 2017. Acessado em 18 de fevereiro de 2020, no sítio <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia Política: imperativo para o século XXI. Revista Carta Maior. jan./2019. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Agroecologia-Politica-imperativo-para-o-seculo-XXI-3/42984>.

CLINE, William R. Global Warming and agriculture. Finance & Development, March 2008.

CORTINES, Ana Cecília. Sumário Executivo: redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2019

DELONGE, Marcia et al. The State of Sustainable Agriculture and Agroecology Research and Impacts: A Survey of U.S. Scientists. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 1–26, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.5304/jafscd.2020.092.009>

DELONGE, Marcia S.; MILES, Albie; CARLISLE, Liz. Investing in the transition to sustainable agriculture. **Environmental Science and Policy**, [s. l.], v. 55, p. 266–273, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2015.09.013>

DREXLER, Kristin. Government Extension, Agroecology, and Sustainable Food Systems in Belize Milpa Communities: A Socio-Ecological Systems Approach. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 1–13, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.5304/jafscd.2020.093.001>

DUQUE, Ghislaine. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. In: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Grisa, C. e Schneider, S. (orgs.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FAO, 2009. **Climate change and food security: a framework document**. The Food and Agriculture



Organization of the United Nations: Rome, 2009.

EAKIN, Hally. C.; PATT, Anthony. Are adaptation studies effective, and what can enhance their practical impact? **WIREs Climate Change**. Vol. 2, March/april, 2011, p.141-153.

GROTHMANN, Torsten; PATT, Anthony. Adaptive capacity and human cognition: The process of individual adaptation to climate change. **Global Environmental Change**, v. 15, 2005, pp. 199–213

GUYOT, Marina Souza Dias et al. **Agroecologia e resiliência às mudanças climáticas na agricultura familiar**: estudo de caso no semiárido da Bahia. Piracicaba, SP. Nov. 2015. 134p.

HUQ, Saleemul.; REID, Hannah. Mainstreaming adaptation in development. **IDS Bulletin**. p.15-21. 2009.

HOWDEN, Stuart. Mark. et al. Adapting agriculture to climate change. **PNAS**, v. 104, n. 50, pp. 19691–19696

IULIANO, Ben; PERFECTO, Ivette. Human Dimensions: Agroecology for Just and Sustainable Food Systems. [s. l.], n. March, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bes2.1871>

JALFIM, Felipe et al.. Geração do conhecimento a partir da interação entre atores: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Agriculturas**. v. 10 - n. 3, setembro, 2013.

KEITH FUGLIE. Climate change upsets agriculture. **Nature Climate Change**, [s. l.], v. 11, April, p. 294–295, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-021-01018-5>

LEVI, Sebastian. Country-level conditions like prosperity, democracy, and regulatory culture predict individual climate change belief. **Communications Earth & Environment**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s43247-021-00118-6>

LINDOSO, Diego et al. Desenvolvimento sustentável, adaptação e vulnerabilidade à mudança climática no semiárido nordestino: um estudo de caso no Sertão do São Francisco. **Revista Econ. NE**, Fortaleza, v. 41 n. Especial, p. 301-332, jun. 2013.

MCCARL, Bruce A. Analysis of climate change implications for agriculture and forestry: An interdisciplinary effort. **Climatic Change**, [s. l.], v. 100, n. 1, p. 119–124, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10584-010-9833-6>

MCCORD, Paul F. *et al.* Crop diversification as a smallholder livelihood strategy within semi-arid agricultural systems near Mount Kenya. **Land Use Policy**, [s. l.], v. 42, n. 2015, p. 738–750, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.10.012>

MARENGO, José Antônio Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, v. 13, n. 27, 2008.

MARENGO, José Antônio et al. Variabilidade e Mudanças Climáticas no Semiárido Brasileiro, In: **Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas**. INSA- MCT, Campina Grande, p.383-422, 2011.

MILHORANCE, Carolina et al.. Adaptação às mudanças climáticas e integração de políticas públicas no semiárido pernambucano. Texto para discussão. Série **Working Papers**, v. 2, Brasília, 2018.



MOSER, Susanne. C., EKSTROM, Julia. A. A framework to diagnose barriers to climate change adaptation. *PNAS*, v. 107, n. 51, 2010, pp. 22026-22031

NASUTI, Stéfanie; LINDOSO, Diego. Percepção, Vulnerabilidade e Adaptação aos Desafios Climáticos. Estudo de Caso na Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. **Caminhos para** uma Agricultura Familiar sob bases Ecológicas: produzindo com Baixa Emissão de Carbono. Azevedo, Andrea A.; Campanili, Maura; Pereira, Cassio. (Org.). 1. ed. revisada e atual. - Brasília, DF : IPAM, 2015, 224 p.

NASUTI, Stéfanie et al. Percepções de pequenos agricultores sobre o clima: comparação entre os biomas Amazônia, cerrado, caatinga e pantanal. O clima em transe: vulnerabilidade e adaptação da agricultura familiar. Marcel Bursztyn e Saulo Rodrigues Filho (Orgs.) Editora Garamond LTDA, Rio de Janeiro, 2016.

NIEDERLE, Paulo André et al. A trajetória brasileira de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, jan./abr. 2019.

OBERMEIER, Martin; ROSA, Luiz Pinguelli. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. *Estudos Avançados*, v.27, n. 78. São Paulo, 2013.

ORTIZ-BOBEA, Ariel et al. Anthropogenic climate change has slowed global agricultural productivity growth. *Nature Climate Change*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 306–312, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-021-01000-1>

PANDEY, Rajiv et al. Agroecology as a Climate Change Adaptation Strategy for Smallholders of Tehri-Garhwal in the Indian Himalayan Region. **Small-scale Forestry**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 53–63, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11842-016-9342-1>

PETERSEN, Paulo F. *et al.*. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v.30, n.252, set./out. 2009.

PIMBERT, Michael. Agroecology as an Alternative Vision to Conventional Development and Climate-smart Agriculture. *Development* 58, 2015 pp. 286–298

RAHMAN, Sanzidur. Impacts of climate change, agroecology and socio-economic factors on agricultural land use diversity in Bangladesh (1948-2008). *Land Use Policy*, [s. l.], v. 50, p. 169–178, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.09.010>

ROGÉ, Paul et al. Farmer Strategies for Dealing with Climatic Variability: A Case Study from the Mixteca Alta Region of Oaxaca, Mexico. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, [s. l.], v. 38, n. 7, p. 786–811, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21683565.2014.900842>

SAMBUICHI, Regina Helena et al. Análise do Plano Nacional de Agroecologia. SAMBUICHI R. H. R, MOURA Iracema.; MATTOS Luciano; ÁVILA Mário Lúcio; Spínola, Paulo Assaf Campos; SILVA, Ana Paula Moreira (Orgs). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Ipea, 2017

SIDERSKY, Pablo et al. Combate à pobreza rural e sustentabilidade no semiárido nordestino: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. *Agriculturas* – v. 5 – n. 4 – dezembro, 2008.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o Semiárido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1//2, p. 36319-38650, jan/dez. 2003.

WANGER, Thomas C. *et al.* Integrating agroecological production in a robust post-2020 Global Biodiversity Framework. **Nature Ecology and Evolution**, [s. l.], v. 4, n. 9, p. 1150–1152, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41559-020-1262-y>

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. **Sustainable Agriculture**, [s. l.], v. 2, p. 27–43, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-007-0394-0_3





PROJETO CULTIVANDO CIDADANIA: A VIABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROECOLOGIA URBANA

Ivan Siqueira Barreto - Universidade Federal de Sergipe

Maria Eduarda Lisboa Santos - Universidade Federal de Sergipe

1 - Introdução:

A discussão da importância das políticas públicas voltadas a formas mais sustentáveis para o meio rural está cada vez mais presente. JARA (1999:46) ressalta a importância das prefeituras e suas estruturas estarem preparadas para orientar o desenvolvimento sustentável, sendo que o equipamento teórico, o instrumental técnico e os recursos metodológicos das instituições públicas foram desenhados para apoiar um outro modelo de desenvolvimento.

A agroecologia tem entrado constantemente em pauta, sendo considerada uma das alternativas para sustentabilidade ambiental. Compreende-se como um novo modelo que visa além de aspectos tecnicistas, processos sociais. Se tratando de proporções mais amplas, incluindo uma produção agropecuária livre de qualquer preconceito, inclusiva, abrangendo variáveis culturais, econômicas, políticas e éticas.

Com base nestes pretextos, o projeto Cultivando Cidadania, realizado pela Prefeitura Municipal de Aracaju teve início no ano de 2017, de forma pioneira no município de Aracaju, Sergipe. Analisando a abordagem conceitual da Agroecologia e políticas públicas, percebe-se a importância da aproximação de tais convicções na prática e no campo científico, a fim de



estimular a autonomia, participação social, resgate de práticas tradicionais, bem como promover uma melhor qualidade de vida.

O projeto inova com a implementação de hortas urbanas em espaços comunitários com famílias inseridas no cadastro único/bolsa família, fazendo com que essas pessoas interajam e entendam a produção do alimento que elas consomem. A agroecologia é inserida como uma estratégia intersetorial de promoção da segurança alimentar e nutricional. Dessa forma, cultivando alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos, reproduzindo saberes que vão de encontro aos ideais da agroecologia, contribuindo para sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

2 - A Agroecologia em perspectiva de desenvolvimento diante do Agronegócio

Amadurecido a partir de 1990, o agronegócio pode ser definido enquanto expressão do ciclo do capital internacional e financeiro na agricultura latino-americana.

Guilherme Delgado (2005) destaca três fases para entender o agronegócio subscrito na questão agrária: 1) 1983/93: primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994/1999: folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; 3) 2000/2003: relançamento da estratégia do saldo comercial externo a qualquer custo. Embora Delgado (2005) encerre esta avaliação em 2003 podemos afirmar que no curso do Governo Lula (2002/2010) e Dilma Roussef a “fase 2000/2003” do agronegócio não mudou, apenas foram incorporadas novas funções com a recuperação do etanol e dos agro combustíveis, apesar da criação do II PNRA



(2003) que foi construído por diversas organizações da sociedade durante a Conferência da Terra em Brasília, mas os seus objetivos e metas estão sendo descumpridos até os dias atuais.

Ao contrário das informações difundidas pelos grandes meios de comunicação, existem centenas de ativistas, pesquisadores (GUZMÁN, 2000; MOLINA, 2000; ALTIERE, 1995) entre outros, e personalidades políticas progressistas que vêm alertando que o modelo agroexportador é inviável, pois recupera as bases do sistema colonial plantation que somente visava à exportação e produção em grande escala de um único produto, à concentração de terras e o uso massivo de agrotóxicos.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (penúltimo Censo) o Agronegócio produziu em torno de R\$ 85 bilhões (PIB agrícola), mas para isso precisou tomar empréstimos de cerca de R\$ 80 bilhões dos bancos. Junto a isso, verifica-se uma enorme dependência das empresas transnacionais que controlam todo o processo agrícola em questão. Prova disso é que as 20 maiores empresas que atuam no comércio e na agroindústria tiveram uma receita de R\$ 112 bilhões em 2007 (PETERSEN, 2009).

Entre os dois censos agropecuários, houve uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos da agricultura familiar, enquanto no agronegócio o crescimento foi de 35%”, afirma Júnior C. Dias, economista e técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), com base nos números levantados pelo Censo Agropecuário. Ele destaca que, em termos de número de estabelecimentos agrícolas, a maior parte continua sendo da agricultura familiar (77%). Agora, ao se analisar pela extensão, a maioria das terras está nas mãos do agronegócio (77%).

Além da concentração de terras, o censo também comprova concentração de renda, segundo avaliação de Alexandre Arbex, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa



Econômica Aplicada). “De 2006 a 2017, a receita total dos estabelecimentos da agricultura familiar cresceu 16%, enquanto nos demais estabelecimentos este crescimento foi de 69%”.

O censo mostra que a agricultura familiar continua respondendo por parte importante da produção de alimentos: 48% do valor da produção de café e banana nas culturas permanentes. Já nas culturas temporárias, intercaladas com outros produtos, a agricultura familiar é responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

“Somando a produção da agricultura familiar no Brasil, chega-se a R\$ 107 bilhões ao ano, o que é mais que a economia total de pelo menos 12 estados”, avalia o economista Carlos Mário Guedes de Guedes, ex-presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

O agronegócio apresenta-se como o modelo agrícola sem agricultores e, por outro lado, a reforma agrária clássica já não apresenta soluções viáveis para os problemas dos pequenos camponeses e sem-terras.

Os Movimentos sociais ligados à Via Campesina afirmam que não adianta mais repartir a terra e vincular as famílias ao mercado, e sim fazer o que chamam de Reforma Agrária Popular, que é um projeto econômico, social, político, cultural e ambiental. As bases são a vinculação entre a distribuição de terras e a criação de cooperativas, agroindústrias e tecnologias que estejam em equilíbrio com a natureza para que aumente a produtividade da área física sem incrementos tóxicos. Ou seja, as bases para isto encontram-se na construção das técnicas agroecológicas.

Para tanto, a agroecologia tem se tornado um campo da ciência capaz de envolver um projeto de desenvolvimento para a sociedade que intersecciona tanto os problemas



ambientais, quanto sociais, políticos, culturais e éticos, pois o sistema monocultor padroniza o comportamento, a produção; torna dependentes os agricultores e degrada rios e solos.

Altieri (1995, p. 28) define agroecologia como:

[...] a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura “sustentável” nas suas diversas manifestações e/ou denominações.

No Brasil, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2006) a produção orgânica ocupa 800.000 hectares e envolve cerca de 15.000 produtores. A região sul do país possui o maior número de produtores, contando com 10.200 agricultores numa área de 120.000 hectares.

O sistema de produção orgânica no Brasil absorve basicamente dois tipos de produtores. De um lado, os agricultores familiares, representando 90% do total, sendo estes responsáveis por cerca 70% da produção nacional, de outro, os agricultores empresariais que totalizam 10% dos produtores orgânicos (CAMARGO FILHO et al., 2004).

Entre as principais vantagens da adoção do sistema orgânico por agricultores familiares pode-se destacar: a menor escala de produção, a diversificação produtiva, o envolvimento direto da família na gestão da unidade e na produção dos alimentos, menor



dependência de insumos externos, possibilidade na eliminação no uso de agrotóxicos e os menores custos com a produção (HESPANHOL, 2008).

2.1 - O Paradigma ambiental de superação do uso de Agrotóxicos

A humanidade, ao longo dos séculos, se reproduziu em função do que a natureza dispunha. Com o desenvolvimento da agricultura e produtividade, junção dos sistemas industriais, a utilização de componentes químicos, trouxe aos consumidores alimentos contaminados por substâncias que prioritariamente deveriam ser nocivas apenas às pragas. Porém, com o passar dos anos, o consumo tem demonstrado efeitos maléficos para o organismo humano (ANDREOLI, et al., 2007). Nesse contexto é importante ressaltar a mudança em diversas práticas do fazer agricultura, que acabaram alimentando a atual e complexa cadeia produtiva dos agrotóxicos. Seja pela crescente necessidade de fertilizantes químicos ou por demandas externas aos próprios locais de produção, por exemplo.

Um dos dilemas que historicamente vem alimentando os debates científicos e econômicos é constatação de que a humanidade cresce mais do que a produção agrícola. Para responder a esta afirmação diversas tecnologias foram apresentadas enquanto solução, entre elas o uso dos agrotóxicos. (FARIA, 2003).

De acordo com a ONU (Organizações das Nações Unidas), no ano de 2025 o mundo comportará cerca de 7,9 bilhões de pessoas. Para resolver essa equação, o impasse entre a conservação e relação ecológica dos biomas com a agricultura empresarial se acirram de forma polarizada, ou antagônicas (JOBIN, et al., 2010).



De forma geral, a agricultura enquanto atividade comercial pode ser evidenciada a partir do século 20, tempo em que houve um deslocamento populacional rápido para as cidades e consequente esvaziamento do campo.

O século 20 caracteriza-se, entre outros aspectos, por um intenso e contínuo processo de mudanças tecnológicas e organizacionais, que atingiram de forma contundente, o mundo da produção, acarretando grandes transformações nas formas, nos processos e nas relações de trabalho. A agricultura, que por séculos tem se constituído o meio de vida dos agricultores e de suas famílias, converteu-se numa atividade orientada para a produção comercial. Por trás desta mudança, está a necessidade de alimentar um contingente populacional cada vez maior, que segundo a Organização das Nações Unidas será de 7,9 bilhões de pessoas em 2025. (OIT, 2001 apud SILVA, et al., 2005).



O uso de defensivo agrícola se intensificou após a segunda guerra mundial. O desenvolvimento tecnológico e a busca por substâncias químicas para fins específicos de operações militares, derivou uma série de inovações para o setor agrícola para atacar insetos, plantas, fungos, bactérias, etc.

O Brasil apresenta uma especificidade climática no qual é possível apresentar um maior número de safras ao longo do ano, diferente dos países da Europa por exemplo. Dentro desse contexto, uma maior produtividade agrícola está associada ao aumento da demanda por



agrotóxicos nas lavouras, alimentando ainda mais o modelo de agricultura intensiva, mecanizada e com grande uso de substâncias químicas.

A ampliação do uso de agrotóxicos no Brasil foi acompanhada pelo que ocorreu no mundo, porém, atualmente, segue num ritmo ainda mais desenfreado com relação ao conjunto das pautas que incidem na conservação ambiental.

2.3 - Agrotóxicos e a Indústria Química

De forma geral os agrotóxicos surgem no contexto da Primeira Guerra Mundial, mas seu uso se ampliou na Segunda Guerra Mundial enquanto arma química. Ao fim da guerra os produtos passaram a ser utilizados em lavouras. O primeiro composto químico relacionado aos agrotóxicos foi desenvolvido no ano de 1874 por Othomar Zeidler, o DDT (dicloro-difenil-tricloroetano). Mas somente em 1939 que outro cientista, Paul Muller, observou que o produto poderia ser usado enquanto pesticida (MELDAU, 2018).

No pós guerra, a Europa enfrentava uma grave crise alimentar, nesse contexto histórico foi que se apresentou a “Revolução Verde”. O objetivo dessa revolução era promover a agricultura de forma que fosse possível cultivar alimentos para quem tinha fome, proporcionando uma segurança alimentar. No Brasil esse estímulo a agricultura chegou no meio da década de 1970. A indústria do agrotóxico foi bastante beneficiada pelo fato de que o governo brasileiro associou financiamento bancário para comprar sementes somente para quem fizesse também a compra de adubo e agrotóxico. Uma agricultura moderna, intensiva e com utilização massiva de agrotóxicos (MELDAU, 2018).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a indústria bélica norte-americana começa a produzir agrotóxicos, destinando-os a agricultura, como afirma Andrades e Ganimi (2007):



(...) já findada a Guerra, muitas indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxicos: herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas. Não se pode esquecer também a construção e adoção de um maquinário pesado, como: tratores, colheitadeiras, para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita, finalizando, assim, o ciclo de inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde. (p 45).

No cenário mundial, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO e o Banco Mundial foram os principais promotores da disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde. No Brasil, políticas construídas por diferentes governos foram responsáveis pela implantação da chamada “modernização da agricultura”, tendo como consequência altos custos sociais, ambientais e de saúde pública (LONDRES, 2011).

No Brasil a Revolução Verde foi implantada por ocasião da modernização da agricultura no período militar, momento que se discutia as melhores maneiras de aumentar a produção de alimento. Duas possibilidades predominavam: a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária e a que propunha a adoção de pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária (ANDRADE; GANIMI, 2007 apud ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001).



A história agrícola do Brasil está ligada a história do processo de colonização no qual a dominação social, a política e a economia privilegiam os grandes latifúndios (BALSAN, 2006), portanto, sem surpresas, o governo optou por manter a estrutura das grandes propriedades, adotando os pacotes tecnológicos, sendo os agrotóxicos parte deste processo.

Segundo Balsan (2006) na década de 1960-70 o Brasil adotou um “modelo” agrícola voltado ao consumo do capital e tecnologia externa. Tendo como meta produzir mais e em menos tempo, a agricultura reestruturou-se para elevar sua produtividade, sem preocupação com os impactos naturais. Grupos especializados passaram a fornecer insumos, ou seja, máquinas, sementes, adubos, fertilizantes e juntamente os agrotóxicos.

Na década de 60, com a automação das lavouras, (implementação de maquinários e utilização de produtos agroquímicos), grandes indústrias multinacionais estimuladas por políticas de importação percebem o Brasil como mercado para seus produtos (LA DOU 1994, apud PERES, ROZEMBERG, 2003). Em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que vinculava a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade de aquisição de insumos químicos pelos agricultores (LONDRES, 2011). No final da mesma década a comercialização de agrotóxicos ocorreu em grande escala com possibilidade de estoque e consumo. Várias indústrias são implantadas no território nacional na metade da década de 70, principalmente na região Sul-Sudeste do Brasil elevando significativamente a utilização de agrotóxicos nas propriedades rurais (PERES, ROZEMBERG, 2003).

O Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, no Âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), criado em 1975, foi o órgão que proporcionou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação de transnacionais de insumos agrícolas. Este fator determinou a enorme disseminação de agrotóxicos no Brasil sem um sistema de controle e ainda, pouco rigoroso, o que facilitou o registro de centenas de substâncias tóxicas,



algumas proibidas nos países desenvolvidos. Essa facilitação estendeu-se até o ano de 1989, quando foi aprovada a Lei 7.802 (PELAEZ, et al., 2010).

A Lei 7.802, de 1989, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Existe uma grande pressão do mercado para utilização desses produtos, a partir de agrônomos e técnicos, entre outros segmentos, que apontam os agrotóxicos como única opção para o aumento da produtividade e redução das perdas nas lavouras, com uma origem específica: o favorecimento das indústrias de agrotóxicos (PERES, ROZEMBERG, 2003).

O aumento da produtividade é um resultado concreto, a partir do uso de tais tecnologias no meio rural, entretanto as pessoas que moram no campo acabam sendo expostas a uma série de riscos devido ao uso elevado e continuado dessas substâncias químicas.

Outra consequência das mudanças do processo produtivo esta associada ao processo de desemprego e expropriação no campo, segundo Andrades e Ganimi (2007, p. 53) “(...) os maquinários agrícolas desenvolvidos junto aos pacotes tecnológicos são poupadores de mão de obra.” e acrescenta:

Os produtores expropriados de suas terras vão migrar para as cidades grandes, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, trabalhar em empregos de baixa remuneração ou na informalidade ou, na pior das hipóteses, atuarão para aumentar a criminalidade. Populações migrantes, muitas vezes analfabetas, vão viver em condições



extremamente precárias em favelas ou nas periferias das grandes cidades.

Todas essas políticas de incentivo a utilização de agrotóxicos, oriundas de pacotes tecnológicos, isenção de impostos e facilitação na importação destes produtos, com aumento significativo nas vendas entre os anos de 2001 e 2007, posicionaram o Brasil em primeiro lugar na utilização mundial de agrotóxicos. Novos incentivos nos anos subseqüentes, como a troca de insumos pela produção, financiada pelas próprias indústrias de agroquímicos, favoreceram ainda mais o crescimento deste mercado (LONDRES, 2011).

2.3 - Agroecologia e o território Urbano

Em meio ao contexto de realidade atual, a realização de projetos que relacionem campo e cidade se mostra fundamental como forma de resistir, vivenciar e construir um novo modelo de cidade. A segmentação campo cidade não apresenta contornos precisos e vem sendo cada vez mais difícil delimitar onde acaba urbano e começa o rural, e vice versa. O processo de desenvolvimento da agricultura capitalista é marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, de tal forma que o capitalismo vem unificando o que ele separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura.

A modernização da sociedade gerou profundas transformações nesses espaços, intensificando as relações entre os mesmos, isso tem trazido confusões no campo da academia. Porém, por mais modernizada que seja uma cidade, as pessoas ainda necessitam de alimentos que provém do campo, bem como uma propriedade rural precisa de insumos básicos desenvolvidos no meio urbano. Tornando uma relação de troca dependente entre



ambos. Com isso, a temática da agricultura urbana se torna uma pauta frequente, embora não seja um termo recente.

A agricultura urbana reflete a possibilidade de outra realidade, com base nos saberes tradicionais e tendo como objetivo o desenvolvimento regional no atual contexto do processo mundial de globalização. Dessa maneira, pressupõe-se que a agricultura urbana associada com a agroecologia abrange a relação entre o meio ambiente, questões sociais, políticas, econômicas e culturais, que se tornam um elemento importante nas estratégias de desenvolvimento regional.

A agroecologia, como proposta de modelo, busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar (CAPORAL, 2009, p. 15).

A desconstrução da divisão entre campo e cidade é um obstáculo a ser enfrentado, tendo a compreensão que existe uma luta em comum, através da terra e a utilização do seu espaço enquanto local de produção. Aproximando o campo da agricultura urbana com o campo agroecológico certamente pode contribuir para relacionar e explicitar os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos, no sentido de uma agroecologia urbana, avançando na construção de um território de resistência



3. - OBJETIVOS

1. - GERAL

1.

Incluir as famílias selecionadas num processo de produção, capacitação e geração de renda via hortas agroecológicas em espaços públicos e comunitários, que desenvolvam o ciclo produtivo da agricultura urbana desde a produção à Comercialização Direta através de feiras orgânicas na capital.

3.2 - ESPECÍFICOS

- 1 - Identificar e sensibilizar o público alvo;
- 2 - Realizar Levantamento dos locais para implantação das hortas agroecológicas;
- 3 - Capacitar as famílias beneficiárias;
- 4 - Implantar as hortas;
- 5- Iniciar processos de comercialização.

4 - PÚBLICO-ALVO

O público de residentes no município de Aracaju, especificamente em territórios de elevada vulnerabilidade econômico-social (mapeados por esta Secretaria), compreendido na



faixa de renda per capita entre 0 e R\$ 170,00 será o ponto de partida para acompanhamento mútuo dos profissionais dos CRAS e Projeto Cultivando Cidadania – PROGREDIR.

5.- METODOLOGIA

Inicialmente as famílias serão selecionadas através de encontros articulados com o CRAS. Estes eventos serão divulgados nestes Centros, reuniões do Bolsa Família; nas reuniões de associações de moradores, escolas, cooperativas de reciclagem de lixo, entre outros grupos de área de interesse do projeto. Serão levadas para este público experiências bem sucedidas de Agricultura Urbana, em outros municípios. Nestes encontros acontecerá a sensibilização temática com a equipe de nutrição e apresentação do Projeto. Em seus territórios serão definidas as escalas, plano de trabalho e capacitação, que consistirá em oficinas sobre preparação e adubação do solo, plantio e tratos culturais, manejo agroecológico e comercialização; nesta última fase, em parceria com a FUNDAT e SEBRAE, associaremos cursos de gestão para Venda Direta, Culinária e Beneficiamento dos produtos.

No âmbito das parcerias necessárias:

- Parceria com a gestão do Programa Bolsa Família, para diagnóstico do número de famílias que se encontram na pobreza e extrema pobreza;
- Parceria com os CRAS e Secretaria de Educação para realizar as reuniões e sensibilização do público alvo;
- Parceria com a Secretaria do Meio Ambiente para realizar oficinas e palestras com as famílias sobre uso sustentável dos recursos naturais;
- Parceria com a Fundação Municipal do Trabalho e SEBRAE para cursos de empreendedorismo e cooperativismo;



-Parceria com Universidade Federal de Sergipe, através do Departamento de Agronomia e Nutrição, para monitoramento e programa de estágios;

-Haverá articulação com associações comunitárias para utilização democrática de espaços públicos nos bairros escolhidos para implantação das hortas; Parcerias com organizações não governamentais que possuam influência nos bairros para dinamização do projeto e articulação com os Conselhos Municipais de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional.

META 1 – Definir e sensibilizar o público alvo

Consistirá na definição dos usuários articulados conjuntamente com os CRAS's e sensibilização com a equipe de nutrição através do uso de materiais lúdicos e pedagógicos a partir do núcleo familiar; produzindo diagnósticos e sistematizações dos dados nutricionais e econômicos.

META 2 – Levantamento dos locais para implantação das hortas agroecológicas

Consiste em sistematizar as coordenadas de área, realizar capina, análises químicas e nivelamento do solo.

META 3 – Capacitar as famílias beneficiárias e preparar o solo

Realizar-se-á através de oficinas para fabricação de defensivos naturais, práticas e manejo agroecológicos; manejo do solo e oficinas sobre associativismo e comercialização direta de produtos agroecológicos.

META 4 – Implantar as hortas



Construir as sementeiras através de estufas teladas e cercamento, implantar sistema de irrigação para fonte via poço artesiano, garantir consultoria para irrigação econômica e agroecológica, garantir apoio técnico para serviços gerais e operações de máquinas que permitam otimização do trabalho e produtividade. Assim como capacitar as famílias para operar as composteiras industriais com capacidade diária de tratamento de 150L de resíduo orgânico objetivando a comercialização de terra vegetal.

META 5 – Iniciar processos de comercialização

Garantir a estrutura de armazenamento para produtos perecíveis e estruturação de feiras livres para exposição dos produtos para a venda; assim como garantias de locais públicos para realização das feiras e outros instrumentos de vendas.

5.1 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Monitoramento tem como ponto de referência as informações constatadas no cadastramento inicial, através de formulário socioeconômico e apêndice com análise da equipe nutricional, para serem comparadas e acompanhadas durante todo o projeto. Paralelamente, ocorrerá o monitoramento técnico-agrícola, que analisará as características físicas e químicas dos solos, condições climáticas e manejo das culturas através da atuação da assistência técnica agrônômica semanal. Estas informações estarão compiladas em relatórios e subsidiarão publicações de boletins.

6 - RESULTADOS ESPERADOS



As famílias, partindo do patamar associado à faixa "baixa-renda" do CAD Único, deverão conduzir coletivamente (com assistência técnica) os cultivos implantados, assim como 70% dos beneficiários deverão estar inseridos em feiras agroecológicas em espaços públicos gratuitos para escoamento da produção e a implantação de novas feiras de acordo com as demandas dos bairros, capacitando as famílias na área de cooperativismo e empreendedorismo para que possam gerir suas atividades de forma autônoma. Este processo deverá incrementar a renda familiar de acordo com a capacidade produtiva do terreno e garantir auto-abastecimento familiar com qualidade.

7 - Conclusão

O Trabalho aqui discutido está em processo de desenvolvimento, portanto não há possibilidade de concluir um parecer amplo sobre seus impactos. Entretanto, dados e referências intermediárias podem ser conferidas:

- Foram realizadas 34 atividades de Educação Alimentar e Nutricional atingindo aproximadamente 400 pessoas nos equipamentos da assistência, famílias do cultivando cidadania, escolas municipais e na sede da PMA;
- Acontece quinzenalmente às quintas-feiras a feirinha agroecológica na sede da PMA, com produtos sem agrotóxicos provenientes das hortas do Aloque e da Fundat do Jardim Esperança. Fizemos 12 feirinhas desde o dia 30/05;
- Construção de Horta suspensa adaptada para cadeirantes na instituição CIRAS (Bairro Sta Maria);
- Implantação de hortas no povoado Aloque, EMEF Jornalista Orlando Dantas – -bairro Veneza, Comunidade da Maloca;



- Atualmente, o projeto atende cerca de 40 famílias e visa ampliação para 100 famílias.
- Há manutenção semanal para manejo e oficinas práticas nas hortas com destacamento de três estagiários divididos nas seguintes experiências de hortas urbanas: Comunidade do Aloque, Jardim Esperança (FUNDAT), Comunidade da Maloca (Escola 11 de agosto), Instituição CIRAS (Bairro Sta Maria), Casas Lares e Casa Lar Nalde e Escola Jornalista Orlando Dantas (Bairro Veneza).
- O Cultivando Cidadania rendeu participações em eventos (“10 ANOS DA COSAN - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Salvador para apresentar o Projeto Cultivando Cidadania e XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, - novembro na UFS).
- Estamos iniciando a articulação de mais três experiências de hortas urbanas: no Bairro Porto D’antas/Coqueiral (Conj. José Eduardo Dutra), bairro 17 de março (Fundat) e na Escola Tancredo Neves (Ponto Novo)

Referências Bibliográficas

Agenda 21: Programa de Ação Para o Desenvolvimento Sustentável; Acordos Negociados pelos Governos das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Jun. 1992.
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/a21_florestas.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

ALVES, S. R.; SILVA, J. J. O. **Avaliação de ambientes contaminados por agrotóxicos.** In PERES, F.; MOREIRA, J. C. (orgs.). É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 137-156.



Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.22 n.11, p. 2391-2399, nov. 2006.

AMADO, Francisco. **Direito Ambiental.** 2017.
<<https://drive.google.com/drive/folders/0B5sCf2qDK6zhQXFqbUhOYnBVQUU>>. Acesso em fevereiro de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo.- Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BALEM, T.A.; Silveira, P.R. 2007. Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública. Disponível em:
<<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>>, Acesso em 15/04/2020.

BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira.** In: Campo e território: Revista de Geografia Agrária. Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 123- 151, ago. 2006.

BOMBARDI, Larissa Miles. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Européia.** São Paulo: FFLCH - USP, 2017.



CAMARGO FILHO, W. P. et al. **Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 55-68, 2004.

Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf> Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

DELGADO, G. D.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).** Brasília: IPEA, 2005.

GUIMARÃES, Juca. **Concentração de terra gera desmatamento e conflitos.** SP AGORA, São Paulo, nov. 2019. Disponível em: <https://spagora.com.br/concentracao-de-terra-gera-desmatamento-e-conflitos/brasil/> . Acesso em: 27 de Fevereiro de 2020.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HESPANHOL, R. Ap. M. Agroecologia – limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 117-136.



JOBIM, P.F.C. et al. **Existe uma associação entre mortalidade por câncer e uso de agrotóxicos? Uma contribuição ao debate.** In *Ciência e Saúde Coletiva*, vol 15. no.1, Rio de Janeiro, Jan. 2010 p. 277-288

Lei N° 7.802, de 11 de julho de 1989.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm> Acesso em: 10 de março de 2020.

LEVIGARD, Y. E. **A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de nervoso no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos.** 91f. Dissertação (Mestrado em saúde do trabalhador e ecologia humana) - Fundação OswaldoCruz, Rio de Janeiro, 2001
<<http://portaldeseres.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2001/levigardym/capa.pdf>> Acesso em: fev. 2020.

MONQUEIRO, Patricia Andrea. **Levantamento de Agrotóxicos e Utilização de Equipamentos de Proteção Individual Entre os Agricultores da Região de Araras.** São Paulo, fev. 2009 <
https://www.researchgate.net/publication/234575731_LEVANTAMENTO_DE_AGROTOXICOS_E_UTILIZACAO_DE_EQUIPAMENTO_DE_PROTECAO_INDIVIDUAL_ENTRE_OS_AGRICULTORES_DA_REGIAO_DE_ARARAS> Acesso em 23 de fevereiro de 2020.



MORAIS, R. F. de; **Agrotóxicos no Brasil: Padrões de uso, política de regulação e prevenção de captura regulatória.** 2506 Texto para Discussão, IPEA. Brasília, 2019.

MOURA FILHO, E. R.; SANTOS, S. C. L. Introdução a agroecologia. In: MOURA FILHO, E. R.; ALENCAR, R. D. (Org.) **Introdução a agroecologia.** Ipanguaçu: IFRN, 2008.

PELAEZ, V; SILVA, L. R. da; GUIMARÃES, T. A.; Dal Ri, F.; TEODOROVICZ, T. **A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil.** Revista Brasileira de Inovação. Volume 14. Campinas (SP), nº esp., p. 153-178, Julho - 2015.

PERES, F. et al. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. **Ciência e Saúde Coletiva**, [S. L.] v. 10, p. 27-37, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10s0/a06v10s0.pdf>> Acesso em: fev. 2020.

PELAEZ, V. et al. **A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente.** Revista de Economia, Paraná, ano 34, v. 36, n. 1, p. 27-48, jan./abr. UFPR. 2010.

PERES, F.; ROZEMERG, B. **É veneno ou é remédio? – os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos.** In PERES, F.; MOREIRA, J. C. (orgs.). **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 327- 346.

ROSA, Marcela Pereira; SVARTMAN, Bernardo Parodi. Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 41, p. 18-41, abr. 2018. Disponível e



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 abr. 2020.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al . A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambient. soc.*, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 33-52, June 2014 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 abr. 2020.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT7

TRABALHO, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO MUNDO RURAL

COORDENAÇÃO

JAIME SANTOS JUNIOR (UFPR)

DALVA MOTTA (EMBRAPA)



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



A FRAQUEZA DO LUGAR: TRABALHO E MOBILIDADE NO SEMIÁRIDO MINEIRO

Roberta Brandão Novaes - PPGSA/UFRJ

Resumo: Este artigo é sobre as formas de produção da vida material de moradores de um punhado de comunidades rurais do semiárido de Minas Gerais. Foi produzido como um trabalho etnográfico, a partir da observação participante e de dezenas de entrevistas gravadas e informais com auxílio de um roteiro semiestruturado de perguntas. O objetivo deste trabalho é explicitar as razões pelas quais os agricultores das comunidades justificam as suas *saídas*, nos seus próprios termos. Para tanto, se buscou analisar a ideia de *fraqueza*, que parece condensar uma diversidade de situações embaraçadas e nas quais ela se manifesta. Uma das considerações deste trabalho é que a *fraqueza* experimentada por quem é do lugar não é necessariamente aquela que um observador externo – quem não é de lá – poderia perceber como fraqueza. Ou pobreza.

Palavras-chave: Fraqueza. Semiárido mineiro. Trabalho.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo é sobre as formas de produção da vida material de moradores de um três¹ de comunidades rurais do semiárido de Minas Gerais. A pesquisa da qual o texto se originou foi feita entre 2014 e 2015, nos anos de doutoramento, e a tese dela resultante teve como objeto os sentidos da pertença daquela população da região supracitada. O artigo é, portanto, produto de um trabalho etnográfico, que produziu também algumas dezenas de entrevistas gravadas e informais a partir de um roteiro semiestruturado de perguntas. A problemática levantada consiste em questionar a suposição de uma uniformidade de condições que permeiam certa noção de migração (PALMEIRA e ALMEIDA, 1997; GARCIA JR., 1989; WOORTMANN, 2009).

O objetivo deste trabalho é explicitar as razões pelas quais os agricultores das comunidades justificam as suas *saídas*², nos seus próprios termos. Para tanto, se buscou analisar a ideia de *fraqueza*, que parece condensar uma diversidade de situações embaraçadas e nas quais ela se manifesta.

A minha entrada nos grupos de gente que *sai pra fora*, em especial, no tempo presente em que estive na região, se deu através de diferentes pessoas, que formavam núcleos de circuitos de saídas mais ou menos distintos. Aqui, dividi o corpo do texto em duas seções onde essas pessoas contam o porquê de *sair pra fora – a seca, a falta de serviço, o dia barato de serviço* – a partir desses diferentes grupos. A primeira parte enfatiza as trajetórias de saída e as maneiras através das quais aqueles homens fazem seu dinheiro circular. A segunda parte destaca o recurso advindo das políticas públicas investidas na região.

É importante observar ainda que os nomes dos lugares e instituições são verdadeiros, mas os das pessoas são fictícios.

¹ O trabalho traz as histórias de moradores de 3 comunidades fronteiriças da região do Vale do Peruaçu, localizado nos municípios Itacarambi e Januária.

² Termos itálicos indicam definições nativas.



Uma das considerações deste trabalho é que a *fraqueza* experimentada por quem é do lugar não é necessariamente aquela que um observador externo – quem não é de lá – poderia perceber como fraqueza. Ou pobreza.

2 OS SENTIDOS DE NÃO TER GANHO

Quando a gente sai é porque no lugar da gente não tem um ganho. Aí, não tem como. Aí você está naquela parte fraca, é obrigado pegar e sair, pra mó de você ganhar um dinheirinho lá, pra mó de você chegar, você poder se manter. E foi assim, com a repetição insistente dessa fala, que Natanael iniciava por sua conta nossas conversas com seus vizinhos, colegas e camaradas de viagens *pra fora*.

O começo daquela interlocução com Natanael foi em um fim de tarde do mês de abril de 2015; eu encontrava-me em casa de dona Alissa, tomando um café. De repente, apareceu um rapaz procurando por mim. Era Jackson, irmão de Natanael. Nilo, dono de uma venda na comunidade e com quem eu havia me comunicado, havia pedido a ele que me procurasse, para que me contasse um pouco de sua trajetória. Pouco depois da chegada de Jackson, Natanael apareceu. Conversei com os dois por umas duas horas. Uns dias depois dessa ocasião, Natanael foi quem se dispôs, também a pedido de Nilo³, a levar-me nas casas de seus conhecidos que, assim como ele e o irmão, contavam passagens especialmente por São Paulo, Ribeirão Preto, Mato Grosso, sul de Minas, entre outros lugares.

Jackson nasceu em 1971, em Itacarambi, ali na comunidade Olhos D'Água. Quando perguntei se viveu ali a vida toda, ele respondeu:

A vida toda aqui. Só que sempre a gente sai pra fora.

Esse trabalhador era solteiro, tinha uma filha de 17 anos, e havia se

³ Nilo era filho de uma família considerada de maior distinção - não exatamente no sentido bourdieusiano - na comunidade. Bourdieu coloca o capital cultural e o gosto no centro da análise da reprodução das desigualdades sociais. O sentido 'distintivo' de Nilo e sua família tinha a ver com mais prestígio naquele contexto, um pouco mais de recursos materiais, mas não uma diferença em termos de capital cultural (BOURDIEU, 2007).



divorciado. Jackson *saiu* a primeira vez, em 1993. *Precisava* fazer uma casa, *precisava* comprar um cavalo. Trabalhou em 1994, 1995 e casou-se em 1996, em Itacarambi. Mesmo casado, Jackson continuou a sair. Desde começou a *sair*, todo ano ele *sai*:

Desde 93. Trabalho direto. Trabalho direto. Eu construí aqui, do lado aqui. Meu pai tem um terreno aqui. Tem o meu avô que morava, tem a casa do meu avô aqui.

Ele comprou uma casa em Itacarambi, derrubou-a e fez outra em seu lugar. Um ponto de comércio. Havia um despachante que trabalhava na frente e um casal que ocupava o restante da casa, alugada por 500 reais. Meu interlocutor comprou ainda outro terreno na comunidade Vargem Grande, na área rural de Itacarambi, onde construiu outro *ponto de comércio* e mais uma casa. E comprou ainda um terreno em Januária.

E separei da mulher, e recebi o divórcio, mas não parei minha *carreira*, não. E não vou parar por agora também, não. Vou sempre trabalhar, meu estudo é pouco, mas eu uso ele.

Esse trabalhador pretendia adquirir um quarto terreno, *pra botar uma casa, mexer com veterinária e peça de moto*. Afinal, *O dinheiro é pouco, o lugar é fraco*. Era preciso, portanto, criar estratégias para garantir dinheiro ali.

Jackson lembrava-se de mim do *cursinho* do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) do qual participou em fevereiro de 2014, realizado na igreja do Araçá, e o qual acompanhei. Tal evento tinha por objetivo dotar de conhecimentos mínimos sobre a lida com as cisternas aos moradores e moradoras das comunidades locais que haviam manifestado interesse em tê-las em seus quintais. A construção dos pequenos reservatórios se daria no âmbito das realizações do Projeto Peruaçu, efetivado pela Cáritas Diocesana de Januária.

Meu interlocutor contou-me sobre os *serviços* dos quais se ocupou e sua já



longa experiência de *sair pra fora* por causa do seu *lugar fraco*, de como ele traz de *fora para construir* ali. O caso de Jackson é diferente de inúmeros relatos: ele se coloca em uma situação mais estabelecida de modo que consegue se organizar e investir em pequenos comércios ou na aquisição de outros terrenos e gado e criar pequenas fontes de renda. A sua configuração familiar também o coloca em um estado mais favorável, no sentido em que não havia pessoas que dele dependessem financeiramente.

Natanael e Jackson tinham muitos irmãos e irmãs. Entre os outros irmãos, com a exceção de um, todos *saíam pra fora*. Natanael, inclusive, falou-me de um dos irmãos que, nesse universo dos que *saem para fora* – dos que se empregavam no corte de cana, em usina, colheita de café, construção civil, etc. – era um dos mais ‘bem-sucedidos’. Tinha uma casa boa, situação estabelecida, embora parecesse *besta; não sabe conversar*, explicou-me.

Esses irmãos eram parte de uma família de descendência local. Ainda que os irmãos tivessem que *sair pra fora* porque o *lugar é fraco pra caçar recurso*, eles estavam à espera da resolução de uma partilha de terras que herdariam do pai.

Quem trabalhava *fora*, dizia-me Natanael já trabalhava na intenção *de juntar, guardar um dinheirinho, para comprar uma coisinha, investir em algum negocinho como gado, porco, galinha; os animaizinhos para criar; para manter ali*. Se tivesse uma galinha, podia-se matar para comer, não precisaria comprar. O gado funcionava como uma *reserva*, quando não se tinha um *ganho*. Quando não se estivesse *comendo* e precisasse sair para São Paulo, vendia-se uma vaca por pouco mais de mil reais e se tinha o dinheiro para voltar. *Chegando lá*, trabalhava-se, juntava-se um pouco. Quando se *chegasse cá*, empregava-se o dinheiro no gado e quando fosse preciso, teria de volta. No entanto, poucos tinham condições de fazê-lo. O problema não era comprar o gado; quem trabalhava fora poderia até ter o dinheiro para comprar. Mas não tinha o lugar de criar; não tinha a terra onde colocar o gado, não tinha capim para alimentar o animal.



Natanael era de 1972 e estava com 42 anos quando o conheci. Sua esposa tinha 43 anos. Natanael tinha três filhos: um rapaz e duas moças, que eram gêmeas. Mas nenhum de seus filhos era com sua esposa atual; eram com mulheres diferentes.

Nós temos muita terra e não temos nada, contou-me meu entrevistado. Seu pai tinha muita terra, mas também tinha muitos herdeiros. Eles, os filhos, que teriam direito à herança, não estavam *tendo nada*. *Ficavam sem poder trabalhar, sem ter renda nenhuma, porque o pai não solta*. A terra de herança ainda não havia sido dividida entre seus tios; por isso o pai não queria aceitar passá-la para os filhos, receando uma desavença com os irmãos.

Aquele moço havia comprado o lote onde construiu a casa em que então morava. Originalmente, o terreno era de Aduato, que morava no lote em frente, e vendeu para um sobrinho; este vendeu para o outro tio, Oliveira, que morava no lote ao lado, e que vendeu para Natanael. Havia dois anos que ele e a esposa moravam ali. Antes, moravam do outro *lado* (do rio Peruaçu), *nos baianos*⁴.

Ter a possibilidade de acessar a terra os colocava, aos irmãos Natanael e Jackson, em condições diferentes dos muitos outros que saíam pra fora, circuito no qual entrei através deles.

E Natanael martelava que o *ganho que o povo não tem aqui é obrigado a sair*. Quem não tem um *gado pra criar* ou um *ganho...* Se você *ficar, morre de fome*. Então é *obrigado a sair*. O dia de *serviço* que se encontrava ali era *baixo*: 30 reais e ainda assim, difícil de achar. O *serviço* que se fazia ali era *roçar cerca, fazer cerca, roçar manga de pasto. Capinar, plantar*.

Segundo Natanael, quando se está *lá* (no corte de cana, na colheita do café, na construção civil), *você acostuma*. Todo mês tem um *salário* para receber; *você ganha*. Ali, no norte de Minas, ficava-se dois ou três meses parado, *sem ver dinheiro* algum. Ainda assim, acreditava aquele rapaz, se achasse ali um serviço fixo que

⁴ Região da comunidade conhecida por congregar os descendentes de um baiano, já falecido, e um dos fundadores do lugar.



pagasse 30 reais por dia, trabalhando durante todo o mês, ele ganharia 900 reais ao final, e não sairia. Mas o problema é que não achava.

Aí é obrigado a gente pegar e sair. Porque quem tem um ganhozinho mais ou menos que dá pra pegar e sobreviver aqui, não sai. Que cria uma criação, que tem um lugar, ou que tem um pai ou uma mãe aposentado, ou ele é encostado, ou que tem alguma coisa, aí não depende de sair, aí fica aqui. Agora os que depende de sair, é porque não tem um ganho. Mas vai e volta. Vai e volta. Só que é o seguinte: a gente vai trabalhar fora, mas vem. Quando é todo final de ano, a gente tá aqui.

Natanael: A *pessoa* chegaria na *idade*, queria *namorar, casar, ter família*. Até chegar a aposentadoria, já teria trabalhado muito *para fora*. Mas se ficasse ali direto, se ele não *saísse*, não teria condições de comprar *nadinha*! Todo cara chegava e dizia: *Eu quero fazer casa. Era tudo pra fora que eles tiravam*.

Eram *obrigados* a sair e *ir pra fora*; tinha que *apanhar* lá, para você investir ali. Para fazer uma casa, comprar uma moto. E se não *arrumasse* uma moto, não arrumaria casa, não arrumaria namorada, não arrumaria nada! Seria considerado pelas meninas um *pé-pelado*, um *pé-rapado*, alguém que não tinha *merda nenhuma*!

Natanael: Porque você trabalha. Se você sai pro mundo pra trabalhar, diga: não, eu vou comprar uma moto. Eu posso chegar, posso namorar com uma menina. Eu tenho uma condução pra carregar ela. Aí você comprou aquela moto, aí você chegou, conseguiu namorar com uma menina. “Ah, não! Eu vou casar com ela!”. Aí eu tô sem um dinheiro aqui, eu digo: eu vou sair pra fora! Vou trabalhar lá fora, vou chegar vou construir uma casa. Eu construí. Aí eu digo: o dinheiro acabou. Vou sair de novo. Vou sair pra arrumar o dinheiro do casamento. Aí eu casei. Aí vem filho. Aí vem despesa. Aí eu tenho que trabalhar, não é obrigatório. Porque é o jeito. Tem que trabalhar pra dar comida à mulher, os filhos, remédio, roupa. A vida da gente aqui é desse jeito. Você tem que sair mesmo, porque aqui não garante. O lugar é bom demais, sossegado, quieto, mas não tem *ganho*.

O *serviço* que se fazia *ali* era *roçar cerca, fazer cerca, roçar manga de pasto. Capinar, plantar*; plantava-se cana, milho. Quando era *no tempo*.

Mas deu com a seca, você não acha. Aí, a chuva foi embora assim, fup! Deu na seca, acabou o serviço.



Desde 93, Natanael saía todo ano. E mesmo em São Paulo ou Mato Grosso, quando se empregava em *firmas que não pagavam bem, ganhava melhor do que ali*.

Natanael queixou-se de que *ao invés de o empreiteiro empreitar pra você*, ele colocava um trator, desempregando 10 ou 30 trabalhadores que precisavam trabalhar pra ganhar aquele dinheiro, pra poder manter a casa e a família.

Jackson saíria para o *café* em poucos dias. Se ele tivesse recebendo o seguro desemprego, não saíria.

Eu pego aqui... Tá 200 e pouco ou 300 uma parcela do seguro desemprego. Três vezes cinco, quinze. Mil e quinhentos. Dá o quê? Dá 6500. Pra seis vacas boas que eu comprava. Quinhentos eu fazia de feira. Pra mim mesmo. Seis vacas boas me soltavam seis bezerros. Seis bezerros, o valor do bezerro tá 700, 800.

Aquele homem comprava e criava gado com o dinheiro ganho no trabalho fora. Pelo seu cálculo, se as *matrizes* soltassem seis bezerros, na época da *safr*a dos bezerros, ele poderia vendê-los a mais ou menos oitocentos reais. Ficaria com as vacas que, no ano seguinte, soltariam mais seis bezerros. Com o leite das vacas, faria queijos. Poderia trocar por farinha, tapioca e ainda sobraria um sorgo para engordar um porco. De *uma coisa, engrenaria*, que daria uma *fat*ura dentro de casa. Pegaria o dinheiro, venderia os bezerros, botaria o dinheiro no banco. No *começo das águas*, Jackson teria dinheiro para *mexer com roça, fazer mais pasto*.

Fazer o meu serviço rapidinho, não ficava atrasado, gradeava as terras, ainda sobrava o dinheiro pra mim aplicar na limpa (do capim). Porque aqui você planta o capim e planta o milho. Se o milho não saiu, o capim saiu, fica a palhada. Mas fica o pé e as folhas. E aquilo é um alimento pro gado.

Supondo que se tire o leite de oito vacas ou dez vacas, e se faça dois queijos por dia. Cada queijo costuma ser vendido por 10 ou 12 reais, explicou-me Jackson. Contando que se vendam dois queijos a dez reais, todos os dias, ao final do mês obtém-se 600 reais. De 30 litros de leite obtido com a ordenha das vacas, rendem 25



litros de soro, que podem ser colocados no chiqueiro para engordar os porcos. Além de ser trocado pela tapioca e pela farinha, o queijo também pode ser usado para fazer um pão ou uma *pêta*. Com isso, pode-se *colher* um dinheiro de uma safra de leite. E quando chegasse em outubro, se as vacas soltarão outra remessa de bezerros, que podem ser vendidos. Com o dinheiro, colocado na conta, tem-se como pagar um *trabalhador* para trabalhar para ele, cuidando de seu comércio ou de sua casa.

Segundo Natanael, no fim do ano de 2015, estava chovendo melhor de que o começo do ano, época em que a chuva era esperada. Todos que haviam plantado *roça* haviam *perdido*. E lugar onde se perde roça por falta d'água é *lugar fraco*. Não havia quem tivesse *ganhado*. Ninguém tinha *colhido* nada. No *fim d'água* é que estava chovendo. Mas o *povo* não adivinhava, porque era *fim d'água*.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA

Em se tratando de um *lugar fraco*, a existência de políticas públicas focalizadas no combate à pobreza, ainda que não versasse do meu objeto primeiro de pesquisa, 'esbarrava' em mim e provocava a pensar como incorporá-las à minha reflexão. Ocorreu-me observar que, nesse sentido, enquanto os homens falavam muito sobre a importância do seguro-desemprego e manifestaram indignação com a nova lei que lhes demandavam maior tempo de trabalho para ter acesso ao referido benefício, as mulheres mais frequentemente citavam a importância do Programa Bolsa Família em suas vidas, e na de suas famílias.

Hebe e seu marido Marcos eram *lideranças*, nos termos dos agentes Cáritas. Eram requisitados para participação dos cursos e eram dos mais adeptos às propostas e ações dos projetos. Marcos havia *saído* no ano anterior. Havia ido para Ribeirão Preto, visitar a filha, e se empregou como pedreiro. Ficou uns meses e voltou. No ano de 2015, Marcos não tinha planos de sair. Ele havia se cadastrado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como fornecedor de produtos



da sua horta para a alimentação das escolas rurais do Peruaçu.

O cadastro em programas como o PNAE e o incentivo da produção de hortas para geração de renda das famílias era um dos objetivos de políticas como o P1+2 e o Projeto Peruaçu, executados pela Cáritas. Isto se enquadrava nas ações desses projetos como resposta à demanda de criação de alternativas para que os *agricultores ficassem*, para que os *jovens ficassem*, para que não tivessem que ir à São Paulo ou Belo Horizonte ou Brasília, para que não tivessem que *sair pra fora*. Era a possibilidade de criação de renda e *serviço no lugar fraco*.

Era o segundo ano consecutivo que o casal Hebe e Marcos entregava produtos pelo PNAE. No ano anterior, com o marido em São Paulo, Hebe teve muito trabalho para fazer sozinha após ter se comprometido com o programa. Com o marido e a filha mais velha em São Paulo, coube a ela cuidar da horta e organizar os produtos a cada entrega, além das tarefas propriamente domésticas e dos cuidados com os dois filhos mais novos, em idade escolar e que estudavam nas escolas dali.

Naquele ano ela disse ao marido que ele pensasse se ia querer *sair*; se ele quisesse, ela não assumiria o compromisso da entrega dos produtos. Naquele período, ela ainda estava preocupada com a falta de chuva; não chovia e para produzir, já estavam usando a água da cisterna-calçadão. *A terra é muito produtiva, mas o problema é a falta de água*, dizia.

Hebe tinha 34 anos quando a conheci, e em torno de 16 anos quando *saiu*. Ela foi para Santos, onde trabalhou em *casas de família* por um tempo; porque *ali era difícil de conseguir as coisas*.

Hebe: A gente que já vai ficando mocinha, a gente já quer ter as coisas da gente, não é? Você quer poder te sustentar. Pelo menos a vaidade, porque todo jovem tem sua vaidade. Eu acho que é o motivo que leva os jovens a saírem. Pra conseguir um meio de transporte, pra se locomover de um lugar pro outro, porque você mesmo tá vendo que aqui a situação é difícil. Acho que o jovem acaba saindo e pelo menos na época que eu saí, eu pensava assim, sabe? Em ajudar meus pais. Que toda a vida eu fui uma pessoa preocupada com as coisas.

(...)

Roberta: Você falou que não foi (para São Paulo) por ilusão. Foi por



precisão.

Hebe: Não. Foi por precisão mesmo. É igual no caso. Tem muitas que é por ilusão. Outros é necessidade mesmo. É buscar um meio de sobrevivência, porque vamos dizer, chega no final do mês, você sabe que aquele salário vai chegar. E aqui? O seu salário é o ovo da galinha que tá lá no quintal; é o porco, se você tiver cuidando de um porco; é uma horta, se você tiver; é um pé de laranja, se você plantou...

Às vezes era preciso *sair*, senão as pessoas passavam *necessidade mesmo*, dizia Hebe. O difícil *dali era a condição financeira*. O único órgão que oferecia emprego ali era a escola. Ela mesmo trabalhou por anos como merendeira da escola de Olhos D'Água. Quando não havia mais vagas para ela, ficou sem renda. Muitas vezes, era preciso *sair e sair* pra longe mesmo, porque para perto não adiantava. Em Januária não havia uma *indústria*, me diziam. Por isso, a necessidade de ir para São Paulo.

Marcos ressaltou que somente em um período mais recente passou a ter comércio de hortaliça. *Aqui ninguém vendia hortaliça*, sublinhou. Antes, era

Só para o consumo. Para gerar renda dentro de uma família, não. De uns dois anos pra cá foi que começou a gerar uma renda. Tinha vez de você plantar bastante aí, sobrava, apodrecia; ia pro mato, você dava pros amigos, e assim. Não pra dizer: com isso aqui eu vou ter uma renda. Hoje já é diferente: às vezes você produz um pouco a mais, você acha comércio.

Hebe, que nasceu e viveu ali no Peruaçu, sempre trabalhou na roça com os irmãos e a mãe. O pai estava sempre pra São Paulo. Embora sua família sempre plantasse, sempre tivesse *roça e horta*, tinham dificuldade de vender o que produziam; aquilo nunca foi uma fonte de dinheiro. *Mas agora*, desde os anos 2013, 2014, contava Hebe, *as oportunidades estavam chegando; era preciso acolher esses meninos da Cáritas porque eles viram a situação em que estavam e estavam levando a solução, como a cisterna calçadão, as caixas d'água*. O acesso à água tornava-se assim *uma preocupação a menos*.

Dona Eduarda, vizinha de Hebe, também estava entregando produtos para o



Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE). Havia uma pressão, por parte das organizações, para que os beneficiários dos programas produzissem, cultivassem suas hortas. Havia uma lista com os alimentos e a quantidade de cada um dos produtos que deveriam ser entregues pelos fornecedores às escolas: tantos quilos de cenoura, x quilos de beterraba, mais uns outros maços de tais e tais verduras.

Aquela senhora fazia todo cuidado da horta quase que sozinha: todas as três filhas haviam saído, moravam em cidades – Januária e Brasília – eram professoras e secretária. Ali na roça, tinha apenas dona Eduarda e seu Samuel; este, como boa parte dos homens não gostava de *mexer com roça*. Seu Samuel *mexia era com gado*.

Várias outras mulheres me falaram sobre o Programa Bolsa Família (PBF) sem que eu o tivesse perguntado⁵. *Tem meses que só é esse o ganho (o benefício); mas já dá pra pagar a conta de luz*. O dinheiro era empregado na compra de eletrodomésticos, como geladeira, por parte das mulheres e também investido em material de estudo para os filhos. Havia outros relataram ter auferido os ganhos do PBF até a aposentadoria.

Dona Iracy havia deixado de ganhar o PBF. Ela recebeu enquanto apenas seu Lucas era aposentado. A filha do casal, que por sua vez era mãe de uma menina pequena, com cerca de três anos à época, foi contemplada com uma bolsa do Programa por pouco tempo, explicaram-me. Depois de perder o emprego na escola local, aquela moça conseguiu trabalho na escola do Areião, comunidade próxima. Ela exercia o mesmo ofício de antes: era secretária, atuava na gestão local da pequenina instituição escolar. Contudo, aquele *serviço* era apenas por dois meses. Quando a moça ficou desempregada, houve uma mobilização, um abaixo-assinado para que ela fosse reintegrada à escola, pois trabalhava lá há anos. Ela ainda não havia conseguido trabalho na área em que havia se formado, gestão de meio ambiente.

⁵ O cadastro das famílias que poderiam receber o benefício foi feito por um dos moradores de Olhos D'Água.



Dona Patrocínio, mãe de Priscila, contou-me que a filha recebia cerca de 170 reais do PBF. A moça havia ficado de maio a setembro em São Paulo tentando arrumar serviço. Não conseguiu, *por causa da crise*, e retornou. Estava desempregada e corria o risco de perder a guarda do filho. O pai do menino, nem sequer havia assumido muito bem a paternidade, pois só o fez tendo a criança algum tempo depois de nascida e a estava ameaçando com isso, argumentando que ela não teria condições de sustentá-la.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de ser de um *lugar fraco* e contar sobre um *lugar fraco*, como é viver em um *lugar fraco*, e quais os dilemas cotidianos, escapam para quem não é dali. Entender o que é um *lugar fraco* só o sabe plenamente quem teve a experiência de ver secar o rio onde se foi criado, por quem viveu a seca, perdeu a plantação. O que pode ser microscópico para quem olha de fora é uma *luta*, uma *labuta* de todo dia para o *peruaçuano*, o norte-mineiro, o *nordestino*, o januaryense: não há transporte regular para ir e voltar da sede do município; não há transporte regular para circular entre as localidades rurais; não havia, até alguns anos, nenhum transporte para que as crianças fossem à escola.

Os mais velhos, que queriam ao menos aprender a ler e escrever, tinham que andar quilômetros a pé na estrada para estudar. Não havia também escolas nem *professoras formadas*; *no tempo antigo*, *no tempo de primeira*, a escola era improvisada, na casa das famílias de mais recursos, e as professoras eram apenas *leigas*, ensinavam apenas o básico (assinar o nome...).

Todos esses relatos são plenamente percebidos e sentidos por alguém que pertence àquele lugar. Pertencer é saber o que alguém de fora jamais o saberia, é conhecer lugares e pessoas, nos diz Edwards (2000) no estudo em Bacup, um ex-distrito industrial ao norte de Manchester, na Inglaterra.

A última frase da citação acima condensa a ideia que, para uma realidade



completamente distinta como o norte de Minas, me parece pertinente: sem negar as particularidades culturais daquela região, aquelas não são também, por outro lado, exclusivas ou ‘típicas’, se preferirmos. E se, seguindo essa lógica, considerarmos o norte de Minas como um “enclave” com singularidades, é preciso ressaltar da mesma forma, a diversidade presente.

Ser de Bacup, ser *nascido e criado* em Bacup era conhecer a experiência de viver em um *back-to-back*, conta Edwards. Alguém de fora não saberia o que era, como constatou a autora. Em sua chegada àquela cidade e nos primeiros contatos com duas “nativas”, em uma lanchonete local, Edwards foi perguntada de onde era. A pesquisadora disse que morava em Manchester e que queria ir viver em Bacup por um tempo. Ela explicou que estava tentando encontrar uma casa para concretizar suas intenções - “estudar e escrever sobre Bacup”. As duas interlocutoras eram “nascidas e criadas” naquele lugar. Em meio à conversa sobre a procura de moradia, uma das mulheres observou: “nós vivíamos em *back-to-back*”. E questionou Edwards: “Você provavelmente não sabe o que é, não é mesmo”⁶?

Uma certa Mrs Hardcastle presumiu de pronto que a pesquisadora nunca havia vivido à maneira *back-to-back*, e que ela tampouco sabia do que se tratava. Sua identidade como sendo alguém de Bacup estava assegurada pelo seu conhecimento de não somente saber o que era aquele tipo de residência, mas por ter nela vivido. E ela o expressava com orgulho. A partir daí, Edwards repensou sua perspectiva inicial de que os *back-to-backs* constituíam uma forma de moradia obsoleta e pertencente ao passado. Essa forma de residir ‘bacupiana’ não apenas fazia reviver o ambiente industrial de anos atrás e a vida rude, mas moldaram de maneira muito particular o caráter daqueles nascidos e criados em Bacup.

Falar da *fraqueza* do lugar e de experienciá-la integralmente é uma maneira de construir, ou ao menos de afirmar à pertença a um certo lugar. No intuito de pensar sobre a imagem de um *lugar fraco*, tal como Januária e o norte de Minas, e o

⁶ Livre tradução.



que confere substância àquela formulação, a pesquisa de Meyer (1980) traz importante contribuição. Um dos pontos altos da reflexão da autora é a não-reificação da fraqueza que se desenha por si só, mas pensá-la dentro de um jogo e uma lógica de oposições constantes.

Afirmar a tessitura da pertença ao lugar pelo negativo da ação – não é a negação do lugar, mas o fato de que quando se pertence, não se pertence apenas ao ‘idílico’, mas também a um lugar que tem problemas e que é, ao mesmo tempo, por razões diversas, o lugar onde se quer estar, onde se gosta de estar, aonde se quer permanecer.

Outro ponto fundamental é que um lugar não é todo *fraco* da mesma maneira. Por detrás da afirmação genérica de que *aqui é um lugar fraco*, o grau da fraqueza propriamente varia de escala de um lugar a outro ali no *Norte*. Vale lembrar: a vizinha Itacarambi era mencionada por ter um hospital público melhor que o de Januária; a sua prefeitura garantia transporte para agricultores levarem seus produtos à feira; e, segundo alguns, ali tinha mais *serviço* – oferecidos por uma fábrica de uma marca de molho tomate.

E por fim, o terceiro aspecto a ser ressaltado é que a *fraqueza* como me foi descrita por aquela gente das localidades rurais, que me falaram o tempo inteiro dos problemas de transporte, de estrada ruim, de falta de serviço, de dia de serviço barato, de falta de escola, de falta de professora formada, de escola que parece tapera, de falta de água, de falta de internet, de telefone, de hospital, etc, não é necessariamente o lugar pobre da perspectiva externa, de uma ‘perspectiva macro hegemônica’. Isso porque descrever a *fraqueza* não é concluir sobre um lugar que é ‘ponto de partida’. Como me foi dito por um agricultor: *aqui também é um lugar de chegada*.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



REFERÊNCIAS

- EDWARDS, J. **Born and bred.** Idioms of kinship and new reproductive technologies in England. New York, Oxford University Press, 2000.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado.** Estratégias de reprodução camponesa e a transformação social. São Paulo: Marco Zero. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT – CNPQ, 1989.
- MEYER, Doris Rinaldi. **Terra de Santo e o Mundo dos Engenhos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A invenção da migração.** Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ (mimeografado), 1977.
- WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford Andrew *et al.*(org.) **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Unesp, 2009.



A NOVA REFORMA TRABALHISTA E OS ASSALARIADOS DA DENDEICULTURA NO NORDESTE PARAENSE

Laiane Bezerra Ribeiro¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os impactos da nova reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) sobre os assalariados da dendecultura no Nordeste Paraense. A dendecultura está presente nessa região há décadas, mas só recentemente se expandiu por meio de políticas públicas como o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) em 2004 e em 2010 com o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP). Tais programas incentivaram a ampliação do trabalho no campo que, partir de então, passa a contar também, de forma ativa, com o assalariamento de trabalhadores rurais em diversas agroindústrias de beneficiamento de dendê. A possibilidade do assalariamento vem mostrando-se essencial à permanência desses trabalhadores no campo. No entanto, a partir de 2016 com o novo contexto político, provocado pelo golpe que afastou a então presidente Dilma do cargo, institui-se um campo fértil para a aprovação da reforma trabalhista, que altera, principalmente, as relações contratuais, direitos individuais e coletivos. A metodologia deste trabalho baseou-se na coleta de dados primários e secundários, através de literaturas que abordem sobre os temas pesquisados e através de uma pesquisa de campo nos municípios do Acará, Concordia do Pará e Tomé Açu. Os principais resultados mostram que os reflexos da lei 13.467/17 já incidem sobre os assalariados da dendecultura com novas formas de contratação por tempo determinado e a extinção de direitos já adquiridos como as horas *in itinere*.

Palavras-chave: Dendê; Trabalho; Lei 13.467/17; Precarização

¹Mestre e doutoranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém (PA). E-mail: laianebr@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

O dendê (*Elaeis guineensis*) tem sido cultivado há séculos, inicialmente em países africanos e posteriormente ganhando destaque em países asiáticos como Malásia, Indonésia e Tailândia (HOMMA, 2016). No Brasil ele chega através dos escravos africanos no século XVI no estado da Bahia. No Pará o cultivo é mais recente, começando a partir de 1940. Recentemente ganhou destaque na região do Nordeste Paraense, com o suporte de políticas públicas, como o Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB), em 2004, e com o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), em 2010. Ambos apoiavam a produção de biodiesel como uma forma de garantir a produção de combustível limpo.

Além da proposta de produção de energia sustentável, os programas visavam o desenvolvimento da região através da oferta de empregos nas áreas rurais e na integração de pequenos agricultores ao cultivo de dendê. Esse ambiente rural passa a obter uma nova dinâmica influenciada pelo monocultivo e pelas diversas agroindústrias que se instalam na região, diversificando e aquecendo a economia local com a introdução de novas estruturas não agrícolas, como restaurantes, bares, kit-nets, entre outros.

Rebello (2012) destaca que a dendeicultura teve a capacidade de criar oportunidades de trabalho assalariado no campo, tanto nas atividades agrícolas (cultivo da palma de óleo) como nas industriais (extração do óleo). Segundo o autor, a palma de óleo cria oportunidade de trabalho, desde o cultivo, colheita, processamento industrial até atividades comerciais e industriais nos centros urbanos.

Alguns trabalhos demonstram a influência da dendeicultura sobre os que vivem no campo. Sousa (2019) demonstra que o assalariamento na dendeicultura não é capaz de “descampenizar” os que vivem no campo, ao contrário atua como um indutor de fortalecimento dos laços camponeses e de sua permanência no campo, contrariando a ideia de que o dendê ocasiona a descampesinização, ou seja, a formação de um campo sem camponeses (NAHUM; BASTOS, 2014).

Sampaio (2014) observou que existe uma tendência à migração dos trabalhadores jovens aos polos de produção de dendê, em busca de direitos trabalhistas e estabilidade.



Segundo os autores, os agricultores também encontraram no assalariamento um meio para se capitalizar e investir em seus estabelecimentos. O assalariamento é uma forma de complementar a renda dos agricultores familiares, estratégia usual em áreas rurais da Amazônia, seja temporário ou permanente (CASTRO,1998; WITKOSKI, 2007; MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019)

Como visto, o assalariamento na dendeicultura significou garantia salarial que, nos últimos anos foi posta em questionamento, principalmente com a aprovação da reforma trabalhista em 2017. As ideias quanto a lei 13.467/17 ganham força a partir de 2013, com a suposta entrada do país em uma crise econômica e, acentuaram-se ainda mais com o golpe ocorrido em 2016 contra a então presidente Dilma Rouseff. Com a posse de um novo governo, o contexto político passou a ser favorável a reformas, entre elas a trabalhista.

A reforma é justificada sob o argumento central da necessidade de diminuição do alto índice de desempregados, o qual chegou, no início de 2019, à marca de 13 milhões (IBGE, 2019). Para além, a reforma trabalhista brasileira se justifica pelo suposto, elevado valor da mão de obra e pela burocracia da legislação trabalhista. A argumentação empresarial é que a valorização salarial tem diminuído a margem de lucro e assim a oferta de empregos.

Embora, a reforma trabalhista não aborde o trabalho rural, de forma específica, não há dúvida de que essa repercute sobre o campo porque trata do assalariamento em geral e abrange tanto novas formas de contratação quanto as mudanças mais específicas relacionadas à jornada de trabalho, como os intervalos entre uma jornada e outra, o pagamento das horas de deslocamento entre casa e o trabalho e, principalmente, a estabilidade salarial (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017).

Considerando a problemática, o objetivo deste artigo é analisar os impactos da nova reforma trabalhista (Lei nº 13.429/ 2017) sobre os assalariados da dendeicultura em municípios do Nordeste Paraense.

Para além dessa introdução, este artigo está dividido em quatro seções: i) a abordagem metodológica; ii) reflexões sobre a dendeicultura na Amazônia paraense; iii) a nova reforma



trabalhista e seus impactos sobre os assalariados da dendeicultura em municípios do Nordeste Paraense; e iv) considerações finais e possíveis caminhos de pesquisa.

2. METODOLOGIA

Este trabalho teve uma abordagem predominantemente qualitativa, cujo objetivo foi obter dados referentes aos principais envolvidos com o assalariamento na dendeicultura, sendo esse os assalariados e os seus representantes, e compreender as consequências da reforma trabalhista do ponto de vista desse grupo. Os dados utilizados no trabalho são de origem primária e secundária com viagem de campo e revisão de literatura.

2.1 Revisão de literatura

Os dados secundários foram os primeiros a serem obtidos e foram sistematizados através de referências clássicas e atuais sobre a expansão da dendeicultura e o contexto amazônico, e literaturas que tratam do contexto em que se aprovou a nova reforma trabalhista (lei 13.467/2017) e seus reflexos sobre os assalariados da dendeicultura.

2.2 Área de estudo

A área de estudo comporta os municípios do Acará, Concordia do Pará e Tomé Açu, localizados na mesorregião do Nordeste Paraense, microrregião de Tomé Açu. São municípios de grande relevância, pois, possuem agroindústrias processadoras de dendê, grandes áreas de monocultivo desse fruto e conseqüentemente um elevado número de assalariados. Nessa região as principais empresas produtoras de óleo de palma são a Belém Bio Energia (BBB), Biopalma, Dentauá e Agropalma. A estimativa é que essas empresas geraram cerca de 12.654 empregos diretos em 2014 (BRANDÃO, SCHONEVELD, 2015) que correspondem a 78% dos empregos diretos gerados pela dendeicultura.

A imagem abaixo destaca os municípios que fazem parte de nosso estudo com suas respectivas agroindústrias de dendê.

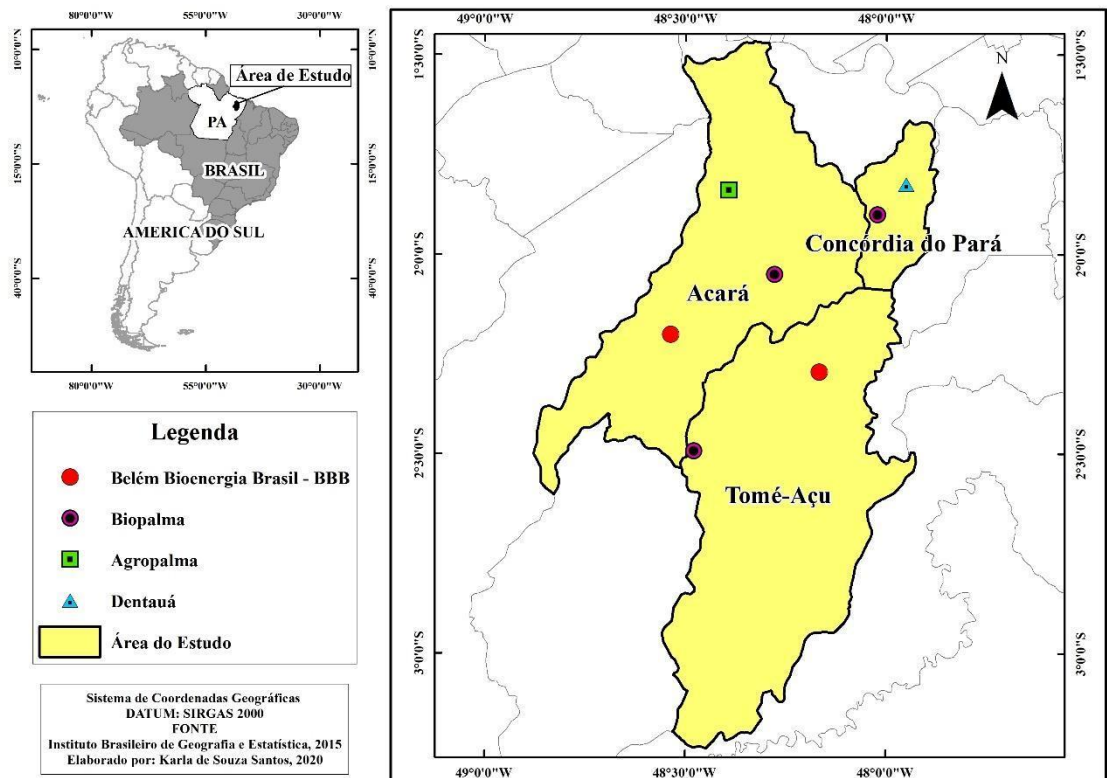


Figura 1: Localização dos municípios estudados e suas agroindústrias de Palma de óleo.

2.3 Levantamento de dados secundários: entrevistas e observações

Os dados secundários foram coletados, no mês de fevereiro de 2020, com o presidente e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará (Feterpa), com representantes dos sindicatos dos empregados e empregadas rurais (Sindter) dos municípios de Acará, Concórdia do Pará e Tomé Açú no Nordeste Paraense e com assalariados rurais da dendeicultura pertencentes ao Sindter do Acará.

Para a obtenção dos dados foi realizado a observação direta (BECKER, 1994), acompanhando a movimentação dos sindicatos e sindicalizados no congresso dos assalariados rurais do município de Acará e entrevistas não diretas (MICHELAT, 1987), com sugestões de conversas sobre a influência da reforma trabalhista sobre os assalariados do dendê e o dia-a-dia desses após a reforma e sobre a dinâmica atual da dendeicultura nos municípios.



3. DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE

A demanda pelo óleo de palma, por muito tempo, foi utilizada, principalmente, para atender as indústrias alimentícias. No entanto, com o advento das crises ambientais e da necessidade de criar alternativa aos combustíveis fósseis, surgem políticas públicas que visavam o incentivo à produção de oleaginosas para a produção de combustíveis considerados “limpos”. Assim, a partir do início do século XXI a dendecultura também passa a protagonizar a produção dos biocombustíveis.

A produção mundial de óleo de palma é crescente, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, as estimativas de produção para 2019 são: Ásia (65.30 mil toneladas), América (4.667 mil toneladas) Essa produção é representada, principalmente, pelas grandes corporações, mas também é representado pelas áreas de médios e pequenos produtores.

Os principais produtores do fruto estão localizados no continente asiático, principalmente em países como Malásia, Indonésia e Tailândia que representam 89% de toda a produção mundial. Em seguida destacam-se países da América como, Colômbia, Equador e Brasil que possuem uma produção menos expressiva, mas de grande relevância para a região. A produção brasileira correspondeu a 0,74% da produção mundial de óleo de Palma em 2019 (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2019).

No Brasil a produção de dendê está concentrada nos Estados da Bahia e Pará. Nesse último o cultivo se realiza há décadas. Segundo Homma (2016) os primeiros cultivos iniciam em 1940 por meio de sementes provenientes de dendezais subespontâneos da Bahia.

A dendecultura no Pará pode ser compreendida em três fases como descreve Mota; Balsadi e Mourão Júnior (2019). A primeira fase (1988-1994), engloba as iniciativas de adaptação dos cultivos de palma de óleo na Amazônia promovidas por instituições de fomento à produção como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e os primeiros empreendimentos privados incentivados pelas políticas de incentivos fiscais. Os primeiros cultivos localizavam-se em torno da atual área metropolitana de Belém e nos



municípios de Tailândia e Moju. A segunda fase, chamada de “consolidação”, (1995-2009), compreende uma mudança geográfica nos polos produção que se estende em direção para o Nordeste Paraense. A terceira fase, chamada de “expansão”, inicia no ano 2010 com as políticas de incentivos à produção de combustíveis limpos, e persiste até o presente.

Essa última fase é caracterizada por uma forte ação do governo federal e em especial pela dotação de suporte científico da pesquisa pública sob liderança da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (MOTA; BALSADI; MOURÃO JÚNIOR, 2019). A expansão caracteriza-se por um novo e concentrado aumento das áreas plantadas no Nordeste Paraense alcançando um patamar de cerca de 273 mil hectares (MOURÃO JÚNIOR, 2017 apud MOTA et al, 2019).

A fase de expansão do cultivo na região do Nordeste Paraense é subsidiada por políticas públicas como o PNPB, em 2004, e o PSOP, em 2010. Ambos apoiavam a produção de biodiesel como uma forma de garantir a produção de combustível limpo e alternativo ao fóssil e que trouxessem desenvolvimento sustentável para a região envolvida.

Segundo Brandão e Schoneveld (2015) o plantio de palma de óleo no Pará ocupam uma área de mais de 244 mil ha distribuídas em 35 municípios. Segundo os autores, cerca de 90% do total (sob a forma de plantation) pertence a nove agroindústrias e o restante pertence a agricultores familiares que possuem contratos de integração com agroindústrias.

Segundo Mota, Mourão Jr e Schmitz (2019) ocorre, atualmente, um arrefecimento da expansão da dendeicultura que podem ser explicados por diversas interpretações, entre elas a questão da falta de regularização fundiária e pelo encolhimento das expectativas em torno do mercado global de etanol provocado pela crise econômica de 2007/08. Paralelo a essa contenção ocorrem reivindicações de mais políticas públicas para ampliar as iniciativas empresariais sob argumentos de geração de emprego e renda e de prestação de serviços ecossistêmicos (MOTA; MOURÃO JÚNIOR; SCHMITZ, 2019)

3.1-Sobre o assalariamento na dendeicultura



A fase de expansão a dendeicultura passa a fazer parte, de uma maneira muito mais efetiva, do cotidiano das famílias e das vilas rurais, gerando novos postos de emprego informal e formal, principalmente, aos mais jovens com o desejo de autonomia, benefícios de um salário fixo, proximidade da casa ao local de trabalho, pois, segundo Ribeiro (2016) o número de assalariados nas vilas rurais aumentava de acordo com a proximidade dessas com as agroindústrias de dendê. Ao mesmo tempo se verifica a insatisfação quanto a penosidade do trabalho na dendeicultura, ocasionados pela extensão das horas trabalhadas, peso dos cachos de dendê e a ocorrência de animais peçonhentos nas áreas de cultivo, entre outros.

É importante destacar que o assalariamento é utilizado como parte de uma estratégia de reprodução da agricultura familiar (WITKOSKI, 2007; CASTRO, 1998; MOTA, RIBEIRO & SCHMITZ, 2019). Os trabalhadores rurais transitam entre tais categorias, engajam-se como empregados, em determinado período, para ter renda extra e continuam a trabalhar como agricultores familiares no restante do tempo. Ou na mesma família ocorre a divisão de alguns dedicarem-se ao trabalho no estabelecimento agrícola e outros ao trabalho assalariado. Em geral isso ocorre porque as famílias, geralmente, tem uma menor área para atuação agrícola (RIBEIRO, 2016) e necessitam diversificar sua fonte de renda para garantir o sustento da família ou a independência financeira dos mais jovens.

Nesse contexto, o assalariamento é visto pelas famílias como uma oportunidade de conseguir bens duráveis (casa, motocicleta, utensílios de trabalho e eletrodomésticos) que possibilitem aumento de renda e bem-estar para a família e investimento na unidade doméstica em constante produção. Assim, ocorre uma reorganização da família camponesa engendrada em seus territórios, a fim de conservar e recriar seus afetos no campo, seja com a terra, seja com a família extensa, seja com a comunidade (SOUSA, 2019)

Em um estudo sobre as vilas rurais paraenses, que estão em municípios com plantio de dendê, Ribeiro (2016) identificou que, em 30% dessas, o assalariamento na dendeicultura é a principal fonte de renda das famílias que vivem nas vilas. No entanto, esse número pode aumentar quando o assalariamento é visto como uma segunda ou terceira opção. Porém, o que é importante destacar é que essa forma de trabalho é muito comum entre jovens e adultos, de



ambos os sexos, para contribuição na renda familiar. Apesar de todas as críticas, feitas ao trabalho na dendeicultura, frente a concorrência por mão de obra, abandono dos cultivos e a penosidade do trabalho, esses assalariados ainda usufruíam de direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, remuneração pelo tempo transcorrido de casa ao local de trabalho, situação essa que tende a desaparecer.

Segundo Mota et al (2019) os assalariados rurais das agroindústrias de dendê são em sua grande maioria homens, com menos de 30 anos e ocupam, predominantemente, a função de rural palmar que abrange diversas funções na colheita do dendê. O salário recebido por esses é utilizado para melhorias das habitações e dos cultivos agrícolas, entre outros.

O assalariamento rural é/era uma maneira de muitas famílias permanecerem no campo, aliando atividades agrícolas com o assalariamento e assim obter meios de permanecer nesse ambiente. No entanto, com as novas formas de contratação, oficializadas pela nova reforma trabalhista, um novo evento está ocorrendo.

Esses trabalhadores rurais recorrem ao assalariamento como uma maneira de obter benefícios como, melhoria nas condições de moradia, seguridade salarial, bônus de produtividade, transporte, alimentação e outros benefícios que variam de empresa para empresa, como auxílio alimentação, hora *in tinere*, seguro saúde, entre outros. No entanto tais benefícios estão em risco com a aprovação da nova reforma trabalhista que visa entre outros a retirada de direitos já conquistados pelos trabalhadores da dendeicultura.

4. REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NO CAMPO DA DENDEICULTURA

A nova reforma trabalhista não ocorre por acaso, é um reflexo das mudanças trabalhistas que vem ocorrendo ao redor do mundo promovidas pela dinâmica do capitalismo contemporâneo baseados em novas formas de organização e gestão da força de trabalho, em um processo de fragmentação das cadeias produtivas e no acirramento da concorrência



internacional que exigem a adaptação a um mercado cada vez mais “globalizado” (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2019).

A lógica para a nova reforma trabalhista está relacionada a redução dos custos de produção e participação das empresas nos mercados nacionais e internacionais que, para tanto, distribuem suas atividades pelo mundo, escolhendo países que ofereçam maior vantagem de mercado, ou seja, mão de obra mais barata e maior flexibilização das leis trabalhista, produzindo de maneira mais eficiente e com menor custo para alcançar espaço no mundo globalizado.

Visando atender a essa demanda é que a reforma trabalhista brasileira é aprovada, reduzindo o valor da mão de obra e flexibilizando os direitos trabalhistas.

A nova reforma trabalhista (lei 13.467/2017) traz uma série de alterações à consolidação das leis do trabalho (CLT), esvaziando direitos sociais trabalhistas que foram construídos ao longo de décadas, distanciando-a dos princípios da constituição federal de 1988 (ANDRADE, 2018). O artigo 7º da constituição federal ou cidadã, expressamente no Capítulo II - “Dos Direitos Sociais”, do Título II - “Dos Direitos e Fundamentais” prevê:

“Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (BRASIL,1988)

A reforma trabalhista, como ficou conhecida, alterou mais de cem artigos da CLT. Tais mudanças estão baseadas em uma suposta crise econômica que inicia em meados de 2013 e culmina com o golpe político que afastou a então presidente Dilma do cargo em 2016. Todo esse jogo político tornou o ambiente fértil para a aprovação de diversas reformas, entre elas a trabalhista que há tempos esperava por um governo propício à tais mudanças.

A lei 13.467, criada em 13 de julho de 2017, flexibilizou a legislação trabalhista e diminuiu o custo do trabalho, objetivando meios para se alcançar, segundo os legisladores,



maiores níveis de competitividade e de crescimento econômico e assim diminuir os índices alarmantes de desemprego que chegou a 13 milhões (IBGE, 2019)

No campo intelectual, existem autores que demonstram a inconstitucionalidade dessa reforma, tanto no âmbito individual e coletivo quanto no âmbito processual do trabalho. Na esfera individual fere os conceitos de dignidade humana, pela desvalorização da remuneração; na coletiva enfraquece a atuação dos sindicatos, pois retira a obrigatoriedade da contribuição e; no processual viola o direito de gratuito de acesso à justiça (ANDRADE, 2018; IVO, 2017). Porém, alega-se que a reforma, será capaz de gerar novos empregos e postos de trabalho, reativando a economia do país e propiciando uma melhor circulação da riqueza.

“Escudada no mantra da proteção do emprego, o que vemos, na maioria das vezes, é a legislação trabalhista como geradora de injustiças, estimulando o desemprego e a informalidade. Temos, assim, plena convicção de que essa reforma contribuirá para gerar mais empregos formais e para movimentar a economia“ (Parecer da Reforma, 2017, p. 20).

Um dos grandes dilemas da nova reforma trabalhista, segundo (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019), está na precarização do trabalho, pelo crescimento da vulnerabilidade das formas de inserção e das desigualdades sociais, implicando na ausência de contrato permanente; ausência de acesso à seguridade social; renda inferior a dois salários mínimos; não pertencimento a um sindicato; e jornadas inferiores a 15 horas ou superiores a 48 horas semanais (RODGERS, 1989 apud MANZANO; CALDEIRA, 2018). Pois, regula novas formas de contratação como o trabalho intermitente e o autônomo, viabilizando inúmeras formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador em benefício da empresa.

É importante observar que a principal promessa veiculada pelos idealizadores da reforma trabalhista – a criação de empregos – ainda não se cumpriu, o que se verifica pelos quase 13 milhões de desempregados em 2019, o que se criou foi um ambiente propício a precarização do trabalho. O site agência senado mostra que, após o primeiro ano de vigência da reforma trabalhista, não houve benefício ao trabalhador. Nos contratos em tempo parcial, a remuneração média não chega a R\$ 900 nem para homens nem para mulheres (AGÊNCIA



SENADO, 2018). Nos contratos intermitentes, pagos por hora trabalhada, a remuneração média das mulheres é de R\$ 773, também inferior ao salário mínimo; e, no caso dos homens, R\$ 970.

O site também mostra o problema da alta rotatividade: entre abril e setembro de 2018, 29.986 pessoas foram contratadas para o trabalho intermitente e, essa forma de contratação não traz absolutamente nenhuma segurança, não tem nenhuma proteção e tem dispensa. A terceirização das atividades-fim também foi apontada como um problema, ocorrendo demissões em massa para a contratação de terceirizados (AGÊNCIA SENADO, 2018).

Assim, a reforma trabalhista em vez de gerar empregos e dinamizar a economia, está promovendo a precarização do trabalho e o rebaixamento da renda, especialmente dos trabalhadores assalariados.

Embora, a reforma trabalhista não aborde o trabalho rural, de forma específica, não há dúvida de que essa repercute sobre o campo. Tanto para as novas formas de contratação, quanto as mudanças mais específicas relacionadas à jornada de trabalho, aos intervalos e ao pagamento das horas de deslocamento entre a casa e o local de trabalho, por exemplo (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017)

4.1- Os reflexos da reforma sobre o campo da dendeicultura

A reforma trabalhista pode ser analisada através de diferentes atores, entre esses os empresários, os assalariados e os sindicatos. Esse foi um dos que sofreram alterações significativas como o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, sem mediação ou transição, o que implicou uma queda da ordem 88% da arrecadação sindical no ano de 2018 (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019).

Durante a pesquisa de campo, um dos principais pontos abordados foi referente ao âmbito coletivo da reforma trabalhista, ou seja, sobre os sindicatos. Entre os entrevistados, todos, relataram que, com a promulgação da lei 13.467/17, existia o medo sobre o futuro dos sindicatos, principalmente, pela não obrigatoriedade da contribuição sindical. No entanto, o



relato, em campo, é que o trabalhador rural assalariado passou a se conscientizar, principalmente, ao perceber a extinção de diversos direitos, “e que somente com representação sindical era possível garantir que o mínimo me fosse assegurado” (Trabalhador sindicalizado ao Sindter Acará).

O vice-presidente da Feterpa, destaca que: “a classe patronal está muito bem organizada, até mais que os trabalhadores, tanto é que aprovaram a reforma trabalhista”. destacando que com as mudanças (na reforma) ocorreram dificuldades na mobilização dos trabalhadores. Porém, esses passaram a se organizar de uma maneira muito mais efetiva através do aumento no número de sindicalizados, “de início os trabalhadores acharam bom não ter desconto do sindicato, mas quando perceberam que os direitos estavam sendo ceifados, recorreram novamente a gente” (Vice-presidente da Feterpa).

Um dos pontos de grande destaque na lei 13.467 é referente ao artigo 611 A/B, que aborda que o acordado tem valor sobre o legislado, ou seja, um acordo entre patrão e empregado vale mais do que a lei. Esse representa umas das mudanças mais polêmicas trazidas pela reforma trabalhista (FERNANDES, 2018). No entanto essa mudança na lei é uma das brechas que o sindicato encontrou para reverter ou minimizar o que foi mudado com a reforma trabalhista, principalmente através dos acordos coletivos.

Destacou-se que os novos contratados da dendeicultura perderam alguns direitos já adquirido, como o pagamento das horas de deslocamento entre a casa e o local de trabalho, as denominadas horas *in itinere*, que deixa de ser computado na jornada. O que até então era assegurado pela lei anterior nas situações em que o local de trabalho era considerado de difícil acesso e o transporte era oferecido pelo empregador (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017).

“ Esta é uma questão relevante para os trabalhadores rurais, posto que, em muitos casos, pode ser necessário atravessar um longo percurso entre a porta de entrada da empresa e a ocupação efetiva do posto de trabalho, retardando, muitas vezes significativamente, o início da jornada” (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017. p 102).



Destacou-se também que “a perda das horas *in itinere* contribuiu para a redução de cerca de R\$1000 por ano para cada trabalhador e, que as empresas não podem retirar esse benefício dos que foram assalariados antes da reforma” (Vice-presidente da Feterpa). Porém, aqueles contratados após a reforma estão perdendo esse direito, esse fato está contribuindo para intensas demissões para posterior recontração.

“Eles estão demitindo, porque depois da reforma, só ganhava horas *in itinere* quem já estava dentro da empresa. O que é melhor? hoje a empresa gasta de 200 a 300 mil por mês com isso (horas *in itinere*). O que eles estão fazendo? demitem os mais antigos e vem contratando, porque ai já não precisa pagas as horas de deslocamento.” (Presidente da Sindter/Tomé Açú)

Observamos que após a reforma trabalhista o sentimento, dos sindicatos e dos assalariados, era de medo pelo enfraquecimento do sindicalismo assalariado rural. No entanto, “o sentimento de pertencimento é outro” (presidente da Feterpa, 2019). Ao contrário do que se esperava:



“os assalariados estão valorizando os sindicatos. o que nos possibilita a atuar com mais eficácia nos acordos coletivos e garantir aos assalariados alguns itens que a reforma trabalhista excluiu e que as empresas tendem a adotar” (presidente da Feterpa, 2019).

Um dos reflexos da reforma sobre os assalariados da dendeicultura foi observado através da contratação por períodos determinados, como destacado por Mota et al (2019) que constatou ocorrer demissões para retornarem, posteriormente, ao trabalho na condição de contratados por curtos períodos de seis meses. No entanto, esse tipo de formalização de trabalho não foi bem-sucedida na região, conforme explicou o presidente do Sindter de Tomé Açú.

“o impacto foi logo, as empresas começaram a fazer contratos de seis meses, só que a empresa tomou prejuízo nisso, porque se eu sei o dia que eu vou ser demitido, eu vou trabalhar o dia que eu quiser. Aqui em Tomé Açú aconteceu isso. As empresas começaram a procurar o sindicato para relatar o auto número de faltas, vendo isso nós já informamos que a maior parte dos faltosos vinha dos contratados e não dos permanentes” (Presidente do Sindter Tomé Açú)



O discurso acima relata um dos grandes dilemas na nova reforma trabalhista, que é a precarização do trabalho. Pois, regula novas formas de contratação como o trabalho de prazo determinado, intermitente e o autônomo, viabilizando inúmeras formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador em benefício da empresa. Da forma como está posto na lei, as novas formas de contratação passam a ser utilizadas em diversas categorias.

“A reforma constitui um sistema que amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho. sua contraface é deixar o trabalhador em uma condição de maior insegurança, vulnerabilidade e risco, com consequências negativas sobre a vida pessoal, familiar e social” (KREIN; GIMENEZ, 2018 p. 15)

Por ser uma temática nova, é necessário novos estudos que demonstrem a realidade desses trabalhadores rurais após uma mudança significativa na estrutura trabalhista. Diante de tal questão, observamos que os atores (sindicatos e assalariados rurais) não estão inertes e passivos ao que ocorre em seu entorno, mas buscam novas formas de garantir o que está sendo perdido e reequilibrar as condições de sobrevivência da família e continuar a garantir sua reprodução social.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

A partir dos dados levantados, constatamos que os assalariados da dendeicultura, após a reforma trabalhista, estão se reestruturando frente as novas condições impostas pela reforma trabalhista.

É perceptível a alta rotatividade dos trabalhadores assalariados depois da reforma trabalhista, sendo substituídos por novos contratados para que possam se encaixar nos moldes da lei 13.467/17 e assim extinguir direitos como as horas *in itinere*. As novas formas de



contratação, previstas na reforma, também foram relatadas, como as de tempo determinado, extinguindo direitos como férias e decimo terceiro. Porém, esse novo tipo de contratação não está obtendo sucesso. Em um primeiro momento encontrando resistência dos trabalhadores rurais a se adaptar a essa nova conjuntura de trabalho por tempo determinado.

Com a nova reforma trabalhista fica a questão: como os trabalhadores que dependiam do salário para a sobrevivência, reagem frente a essa nova dinâmica de esvaziamento de direitos e, acima de tudo, da não seguridade monetária? Como se reconfiguram os seus cotidianos frente à precarização do trabalho.?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. S. DO N. DE. 30 anos da constituição cidadã e a tentativa de esvaziamento de direitos sociais trabalhistas pela lei 13.467/2017. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, v. 64, n. 98, p. 59–83, 2018.

Agência Senado. 2018. Primeiro ano da reforma trabalhista não trouxe ganho a trabalhador, indica debate. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/06/primeiro-ano-da-reforma-trabalhist-a-nao-trouxe-ganho-a-trabalhador-indica-debate>

BECKER, Howard. Observação social e estudos de caso sociais. Métodos de Pesquisa em ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994: 117-135.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 17 jan. 2019

CASTRO, E. Tradição e Modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. PAPER DO NAEA 97. Belém, julho 1998.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C. A CONTRARREFORMA NEOLIBERAL E A TERCEIRIZAÇÃO: a precarização como regra. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 289, 4 nov. 2019.

BRANDÃO, F; SCHONEVELD, G. **The state of oil palm development in the Brazilian Amazon: Trends, value chain dynamics, and business models.** [s.l.] Center for International Forestry Research (CIFOR), 2015. Disponível em:



<<http://www.cifor.org/library/5861/the-state-of-oil-palm-development-in-the-brazilian-amazon-trends-value-chain-dynamics-and-business-models/>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

FERNANDES, M. C. B. Aspectos da prevalência do negociado sobre o legislado e sua afronta aos direitos fundamentais conforme a teoria de Robert Alexy. v. 64, n. 97, p. 39, 2018.

HOMMA, A. K. O. 2016. *Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental.

IVO, J. A reforma trabalhista e a violação constitucional do acesso à justiça. **ev. Trib. Reg. Trab. 3a Reg.**, v. 63, n. 96, p. 135–147, 2017.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. AS REFORMAS TRABALHISTAS: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 225, 4 nov. 2019.

KREIN, J.D.; GIMENEZ, D.M. Apresentação. In: **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil** /Organizadores: Krein, J.D; Gimenez, D. M; SANTOS, A. L. Campinas, SP : Curt Nimuendajú, 2018. p. 15-25.

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. Dendeicultura e descampanização na Amazônia paraense. *Campo – Território*, v. 9, 2014.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MOTA, D. M. DA; BALSADI, O. V.; MOURÃO JÚNIOR, M. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 289–312, 13 dez. 2019.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; MOURAO JUNIOR, M. Oil Palm Cultivation in the Brazilian Amazon: State Actions, Interest Groups and Conflict. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). *State capitalism under neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019. v. 1, p. 93-112.

MOTA, D. M. DA; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 531–552, ago. 2019.

PARECER DA REFORMA. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo que “altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961. Acesso em: 20.05.2019



RIBEIRO, L. B. **O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais paraenses.** 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

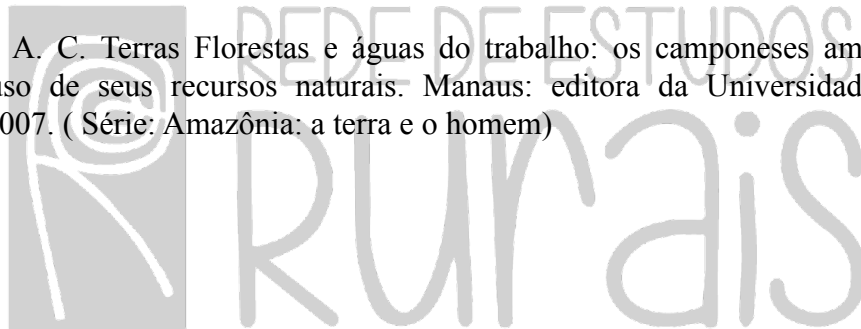
SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé Açu (pa):** Efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014.197f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Instituto de filosofia e ciências humanas, Programa de pós-graduação em sociologia e antropologia. Belém, 2014.

SOUSA, R. B. DE. Quando o trabalhador assalariado é camponês: um estudo dos agricultores camponeses nos campos de dendê no nordeste paraense. **Revista Campo Território**, p. 28–52, 30 abr. 2019.

United States Department of Agriculture. 2018. *Palm Oil Production by Country in 1000 MT.* online document retrieved at https://www.indexmundi.com/agriculture/?commodity+palm_oil. on april. 16,2020

VALADARES, A.; GALIZA, M.; OLIVEIRA, T. A reforma trabalhista e o trabalho no campo. **Mercado de trabalho**, v. 63, p. 12, 2017.

WITKOSKI, A. C. Terras Florestas e águas do trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem)





IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



AS MODIFICAÇÕES GERADAS PELA REFORMA AGRÁRIA NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES RURAIS DO BREJO PARAIBANO

Caterine Soffiati Cabral

RESUMO

A microrregião do Brejo paraibano, tradicionalmente ocupada pela plantation canavieira, teve a produção das usinas e destilarias de álcool expandidas rapidamente com os incentivos do Proálcool e Planalsucar. Com a crise da produção açucareira no Nordeste, no início da década de 90, muitas usinas decretaram falência, inclusive a Usina Santa Maria, localizada no município de Areia. A falência da usina deixou milhares de trabalhadores sem casa e trabalho, através da luta pela terra e mobilizações sociais, os hectares de terras pertencentes à usina foram desapropriados e deram origem a dez assentamentos rurais de reforma agrária. O artigo visa compreender as transformações entre a vida de ex- assalariado de usina de açúcar para a vida de assentado, no assentamento rural de reforma agrária União, um dos assentados formados após a desapropriação das terras da usina. Compreender especificamente, as transformações nas condições de moradia e trabalho na usina/engenho (passado) e no assentamento (presente), a partir da ótica dos assentados. Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos a etnografia coletiva, entrevistas e pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam que a política de reforma agrária na região modificou a estrutura da sociedade local e transformou ex-moradores de sujeição em assentados livres.

Palavras-chave: Reforma agrária, Brejo paraibano, assentamento União.



INTRODUÇÃO

A região tradicionalmente ocupada por engenhos e usinas de açúcar, passou por transformações significativas na última década, que reestruturaram a sociedade local. A crise canavieira na região do Nordeste, no início da década de 90, afetou a produção açucareira no Brejo paraibano, levando à falência da Usina Santa Maria em 1991. Com a falência desta usina milhares de trabalhadores ficaram desempregados e correram o risco de perder suas casas, visto que eram moradores de engenhos que pertenciam à usina falida. Com o apoio de setores da sociedade, universidade e igreja, os ex-trabalhadores da usina iniciaram a mobilização para que o governo tomasse providências. A reivindicação inicial dos trabalhadores da usina era pelo pagamento dos direitos trabalhistas, no entanto, esse processo se prolongou durante muitos anos (de 1991 a 1996) e foi se tornando um movimento a favor da permanência na terra e da criação de assentamentos rurais. Assim, as terras da usina foram desapropriadas em 29 de outubro de 1997, formando dez assentamentos rurais de reforma agrária, distribuídos nos municípios de Areia, Serraria e Pilões.

O assentamento União, localizado no município de Areia, foi formado após as desapropriações das terras da usina. A fundação do assentamento União ocorreu com a união das comunidades que viviam nas terras dos antigos engenhos Santa Helena, Poeirinha e Nossa Senhora de Fátima (conhecido também como Grutão). Atualmente, o assentamento abriga um total de cinquenta e seis famílias, em sua maioria ex-trabalhadores vinculados diretamente ao plantio e colheita da lavoura canavieira.

Dessarte, o objetivo deste artigo é compreender as transformações entre a vida de trabalhador rural assalariado da Usina Santa Maria para a vida no assentamento rural de reforma agrária União, a partir da ótica dos assentados. Procura-se mostrar como os assentados interpretam seu cotidiano de trabalho e moradia no passado e no presente.

METODOLOGIA

O presente artigo é resultado de pesquisas realizadas para o trabalho de conclusão de curso (TCC), construído a partir de, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo no município de Areia. As idas a campo, ocorreram nos anos de 2017 e 2019, envolveram o assentamento rural de reforma agrária União e locais para se



conhecer o município de Areia, como o engenho Triunfo, a Casa José Rufino, o Teatro Minerva, a UFPB campus II, o centro da cidade, o restaurante O Barretão, o restaurante Vó Maria e entre outros.

A pesquisa de campo do presente trabalho não ocorreu de forma individualizada, como nos lembra Franch (2009), faz-se necessário acabar com o “mito da solidão” do pesquisador e falarmos da pesquisa de campo coletiva. Desse modo, ressalto que, a pesquisa de campo ocorreu com a participação de outros pesquisadores pertencentes ao mesmo grupo de pesquisa, no entanto, cada um com seus interesses e problemáticas de pesquisa individuais. Assim, este trabalho seguiu a metodologia de campo coletiva, que consiste na divisão do fazer etnográfico (WEBER, 1988).

Nas idas a campo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas formais e informais, gravadas e não gravadas. Foram entrevistados: a líder do assentamento União que é filha de ex-cortadora de cana-de-açúcar da usina, ex-cortadores de cana, ex-enchedores de caminhão, ex-cambiteiros e funcionário público que acompanhou o processo de luta pela reforma agrária na região. As entrevistas são fundamentais para a antropologia da história oral, na qual os entrevistados relatam acontecimentos que participaram ou testemunharam (ALBERTI, 2015), assim, as entrevistas realizadas na pesquisa envolveram principalmente os assentados que vivenciaram no passado, o período de funcionamento da usina e engenhos. As entrevistas realizadas foram extremamente enriquecedoras para a pesquisa, pois, através das mesmas, os assentados nos contaram acontecimentos do passado, um pouco das suas próprias histórias de vida, da luta pela desapropriação das terras da usina, sobre as culturas cultivadas, entre outras informações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, o Brasil possui sua distribuição de terras de maneira desigual, esta constatação está presente no pensamento dos principais autores que discutem a questão agrária nacional. Para Andrade (1980) na estrutura agrária brasileira existem dois grupos distintos, os grandes proprietários e os pequenos proprietários, sendo o primeiro grupo formado por proprietários de latifúndios, para fins de exploração ou especulação imobiliária. O segundo grupo consiste em proprietários de minifúndios, que historicamente são os responsáveis pelo abastecimento alimentar da população.

Além da distinção dos tamanhos entre as propriedades, é necessário também



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



entender as diferenças no significado do uso da terra entre esses grupos. Como escreve Martins (1980) existe a distinção entre terra de negócio e terra de trabalho, para entender essa distinção é necessário entender primeiro a oposição entre dois regimes de propriedades que existem no Brasil, a propriedade capitalista e a propriedade familiar. A primeira, respectivamente, é marcada pela exploração do trabalhador, “baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista” (MARTINS, 1980, p.59). Já no segundo regime de propriedade temos como princípio o trabalho, trabalho não para gerar lucro, mas sim, o trabalho para garantir a reprodução do núcleo familiar. Prado Jr. (1980) também aborda essa questão, colocando que a terra de trabalho para os trabalhadores rurais possui como significado a subsistência, já para os grandes proprietários o significado é um negócio como outro qualquer.

A região do Nordeste é marcada pelo latifúndio da cana-de-açúcar, que esteve presente desde o período da colonização portuguesa no Brasil, que se sustentou com a exploração da monocultura canavieira e da escravidão (Freyre, 1985). A produção açucareira ocorria inicialmente em engenhos, mas com o passar dos séculos e as necessidades de modernização, no final do século XIX surgiram as primeiras usinas açucareiras na região nordestina. Segundo Andrade (1986), em 1985 o Nordeste possuía 76 usinas e 81 destilarias anexas de álcool, sendo 7 usinas e 10 destilarias localizadas no estado da Paraíba.

No estado da Paraíba a produção de cana-de-açúcar ocorreu tradicionalmente em duas microrregiões, a Zona da Mata e o Brejo Paraibano, sendo a segunda local da presente pesquisa. O Brejo paraibano é constituído por oito municípios, que são: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria. A região do Brejo é caracterizada pelas altas altitudes e presença de água abundante em relação às outras regiões do estado, justamente por se chamar Brejo, na qual a palavra “ deriva dos alagadiços e águas correntes, em grande abundância, na encosta oriental da Borborema” (ALMEIDA, 1980, p. 07). As características físicas da região, como o solo fértil o clima e a presença de chuvas, a tornam propícia à agricultura (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A estrutura fundiária do Brejo foi modificada com a presença de duas usinas, a Usina Tanques localizada em Alagoa Grande e a Usina Santa Maria, em Areia, que tornaram o latifúndio da cana-de-açúcar predominante na região. A Usina Santa Maria, iniciou suas atividades em 1931, possuía sede na zona rural do município de Areia, na microrregião do Brejo paraibano. Com a implantação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) na década de 70, a usina expandiu e criou a sua



destilaria anexa de álcool em 1978 (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013). Os 3.452 hectares pertencentes à usina ocupam terras em três municípios do Brejo paraibano: Areia, Serraria e Pilões.

Em relação a produção desta usina, cabe destacar que do ponto de vista econômico, a mesma produzia uma quantidade de açúcar extremamente inferior à média nacional. Com o Proálcool a usina conseguiu aumentar a sua produção, mas mesmo assim se manteve com uma produção inferior, como aponta Garcia Jr., “só na safra 69/70 é que a produção da Usina Santa Maria atinge 100 mil sacos, que já era a produção média das usinas brasileiras desde a safra 53/54, praticamente 20 anos antes” (1990, p.211).

No início da década de 90 tem início a crise canavieira. Muitas usinas faliram, entre elas a usina Santa Maria que devia R\$ 24,7 milhões ao Banco do Brasil. Em 1991, foi decretada a sua falência. Seu controle passou para outros empresários e a usina reabre em 1992, mas fecha dois anos depois (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013).

Analisando os dados referentes à quantidade produzida de cana-de-açúcar, do Plano Agrícola Municipal (PAM) de 1990 e 1995, nos municípios nos quais a usina possuía terras, é nítido que, após 1990, período no qual se iniciou a crise canavieira, a quantidade de toneladas produzidas nos respectivos municípios sofre uma queda de 87% . No município de Serraria a queda foi de 89,3% na quantidade de cana produzida. Em Areia, a queda também foi acentuada, chegando a 79%. Já na cidade de Pilões, a queda foi ainda mais brusca, atingindo os 92,7%.

A falência da usina gerou transformações na área urbana da cidade e deixou muitos ex trabalhadores abandonados à esmo em seu local de morada, sem condições de migração para outro local. Diante da situação de miséria e fome, após 1992, uma das alternativas encontrada para a sobrevivência dos trabalhadores foi a plantação para a subsistência.

Uma parte dos trabalhadores, com auxílio dos sindicatos rurais, começou a reivindicação do pagamento das dívidas trabalhistas, embora muitos não tivessem coragem de enfrentar o antigo patrão na justiça. A demora e a situação de pobreza de muitas famílias que não possuíam as disposições necessárias para busca de outra opção de trabalho, culminou, através do envolvimento ativo de pessoas de diferentes setores da sociedade civil, na luta pela desapropriação das terras da usina. Desse modo, ocorreu a desapropriação das terras da usina Santa Maria, dando origem a dez assentamentos rurais de reforma agrária, distribuídos entre os municípios de Areia, Pilões e Serraria.

O estado da Paraíba possui 314 assentamentos rurais de reforma agrária,



totalizando 294.672,08 hectares nos quais abrigam 14.645 famílias, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2017. A microrregião do brejo paraibano é a maior em número de assentamentos no estado, com 43 assentamentos, nos quais vivem 1.642 famílias.

O assentamento rural de reforma agrária União, localizado no brejo paraibano, especificamente no município de Areia, teve sua fundação após a desapropriação das terras da usina Santa Maria, em 29 de março de 1997. O nome do assentamento faz referência a união de três comunidades que viviam nos engenhos Santa Helena, Poeirinha e Nossa Senhora de Fátima (ou Grutão). Justamente pelo assentamento estar localizado em terras de engenhos que pertenciam a usina, as cinquenta e seis famílias que vivem no União, em sua maioria são de ex-trabalhadores da parte agrícola da usina, que trabalhavam diretamente na lavoura canavieira.

Para atingir o objetivo proposto, é necessário conhecer o passado e o presente da região, a partir disso, o texto irá relatar as condições de morada e trabalho no tempo da usina (passado) e no tempo do assentamento (presente), para assim, entendermos as transformações ocorridas após a política de reforma agrária na vida desses atores sociais.

Analisaremos primeiramente as condições da morada e trabalho no tempo da usina (passado). A força de trabalho dos engenhos provinha dos moradores de sujeição, que eram trabalhadores que se submetiam ao senhor-de-engenho, por morarem dentro do seu território. Como nos lembra Almeida (1997) pedir morada em engenhos possui um significado além de habitar/residir, a casa de morada significa “uma casa que permita o sustento dele [morador] e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho, além de lhe abrir certas possibilidades como a do usufruto de um sítio” (1997, p. 205). O ato de pedir morada na maioria das vezes era realizado pelo chefe de família, a partir do momento que a morada era cedida o chefe de família adquire “uma dívida moral, um reconhecimento para com o senhor de engenho que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma casa e trabalho” (HEREDIA, 1988, p.118).

Garcia Jr. (1990) aponta que na relação entre morador e senhor-de-engenho existia uma dependência personalizada, na qual as famílias que pediam a morada não possuíam condições para organizar sua existência social e assim dependiam do senhor-de-engenho. É necessário ressaltar que os trabalhadores que pediam morada, não possuíam escolha melhor para a sobrevivência e reprodução de suas famílias. Os engenhos do Brejo são caracterizados pela dominação personalizada dos senhores-de-engenho em relação aos moradores, que se dá por duas facetas:



generosidade e punição. A generosidade do senhor-de-engenho começa por ceder casa e trabalho para os moradores que não tinham nenhuma outra opção para sua sobrevivência. Sua generosidade também era encontrada no cotidiano, como ressalta Garcia Jr.: “[...] nas situações extraordinárias ou difíceis da vida corrente, nascimentos, doenças, morte, recorria-se ao senhor, e era sua generosidade nestes momentos que alimentava a imagem de protetor legítimo de todos os que habitavam no interior do domínio” (GARCIA JR., 1990, p.40). Em pesquisa de campo realizada por Sigaud, em 1995, na zona canavieira de Pernambuco também se constata a dominação personalizada, na qual o senhor de engenho socorre os moradores quando estão doentes, promove festa de natal e ele mesmo se fantasia de papai noel, na sexta-feira Santa distribui peixes, às vezes mata um boi para dividir a carne com os trabalhadores, aconselha os moradores em seus assuntos familiares e possuía muitos afilhados no engenho (SIGAUD, 1996). Mas a violência física também fazia parte desta relação de dominação, através de armas, capangas ou castigos que poderiam levar até a morte de moradores.

Os moradores não saíam do domínio do engenho, Garcia Jr (1990) conta que no período da sua pesquisa de campo nos engenhos do Brejo, na década de 70, ainda encontrava-se moradores que nunca haviam saído da propriedade. O próprio barracão -um armazém localizado dentro do engenho - tinha um papel central no isolamento dos trabalhadores, pois com ele os moradores compravam fiado e não se deslocavam até a cidade mais próxima para consumir os produtos de necessidades primárias. É importante ressaltar que o barracão possuía produtos de baixa qualidade e os preços mais elevados se comparado à cidade e servia como um local de endividamento para os trabalhadores (LINHART,1981; JULIÃO, 2009).

Em relação ao trabalho neste período, a assentada entrevistada durante a pesquisa, relata como era o dia de trabalho dos seus irmãos, que trabalhavam enchendo o caminhão de cana para a usina:

Meio-dia os coitados chegavam pra almoçar. Mal eles começavam a comer, já estavam buzinando aqui embaixo. Deixavam comer e desciam correndo, tinha que descer. Pra encher de novo. Por várias vezes eu presenciei eles deixando a comida, né, no prato. Primeira colherada que botavam, o caminhão: Pibi! Até aqui embaixo, deixava lá e descia na carreira. Tem que voltar ao trabalho. Complicado. (J., assentada, 36 anos, casada).

Essa fala evidencia que o trabalho no tempo da usina era sujeito, em que se deve ir ao trabalho toda hora quando solicitado. A sujeição do período dos engenhos, continuou a existir no período de dominação da usina: “as usinas se desenvolveram com equipamentos e técnicas agrícolas e industriais mais modernas,



mas apoiadas na mesma relação social da morada, do trabalho sujeito.” (GARCIA JR., 1990, p.214).

A expansão das usinas de açúcar, ocorre horizontalmente, adquirindo terras ao seu entorno, Andrade (1986, p. 94) ressalta que as usinas estavam “sempre disposta a estender seus trilhos, como verdadeiros tentáculos, pelas áreas onde pudesse obter cada vez mais canas. Esta fome de terras iria dar origem ao agravamento do problema do latifúndio que desde a colonização aflige o Nordeste.” No período da expansão das usinas no Nordeste, a cana chega “até a biqueira da casa”, expressão utilizada pelos ex-moradores, fazendo com que os trabalhadores perdessem as terras de suas lavouras de subsistência, como a assentada entrevistada explica:

Era o partido da cana, então a gente não tinha o direito de plantar outras culturas para que a gente pudesse comer também, cuidar da alimentação...Algumas vezes perdidas eles davam um pedaço pequeno ao redor de casa para que a gente pudesse plantar um pouco de macaxeira, de feijão e milho, mas nem todo mundo tinha esse privilégio. (J., 36 anos, casada, líder do assentamento União).

A perda do roçado significou a falta de alimentos e de nutrição para as famílias nordestinas das zonas canavieiras, situação similar relatada pelo sociólogo francês em viagem pela região canavieira do estado de Pernambuco que afirma que com “a monocultura açucareira de exportação, o flagelo da monotonia alimentar abateu-se sobre a população” (LINHART, 1981, p.40). Os salários eram baixos e os trabalhadores não possuíam condições financeiras de consumir os alimentos necessários para o pleno funcionamento do organismo. Esse tipo de produção gerou a *fome moderna* no Nordeste, que segundo Linhart é “morrer de fome com todos os documentos do mundo, contrato de trabalho, seguro, folha de pagamento” (1981, p.51). A situação dos trabalhadores da zona canavieira em Areia não era muito diferente, segundo a entrevistada E. “A fome era geral. O povo não tinha uma roupa.” (E., casada, ex-funcionária da usina).

É importante ressaltar que as regiões da *plantation* canavieira nordestinas são caracterizadas pela miséria e exploração dos trabalhadores rurais, as consequências dessa produção geraram intensas mobilizações sociais, que marcaram a história dos trabalhadores rurais no Brasil. Como a formação das Ligas Camponesas, em 1955, iniciada dentro do engenho Galiléia, com o objetivo de fundar uma escola e arrecadar fundos para aquisição de caixões para crianças, que morriam em grande quantidade na região (JULIÃO, 2009). E a greve nos engenhos na zona canavieira do estado de Pernambuco, em 1979, que reivindicava o aumento do salário dos trabalhadores rurais, o direito de plantar lavouras de



subsistência e uma tabela para regular os serviços na cana-de-açúcar e a remuneração (SIGAUD, 1980). Essas mobilizações sociais evidenciam as condições de miséria que os trabalhadores vivenciavam, na qual, os salários eram insuficientes para comprar alimentos, a proibição de cultivar roçados com alimentos de subsistência para as famílias, o alto nível de mortalidade infantil, a fome, a ausência de escolas e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas.

Nos parágrafos acima, é notório que os trabalhadores rurais da usina Usina Santa Maria eram sujeitos ao usineiro, e que a dominação personalizada na qual os moradores estavam inseridos, produzia a exploração da mão de obra e as condições de miséria e pobreza no cotidiano desses trabalhadores. Depois de conhecermos o passado da região, podemos compreender o presente e seus significados.

Após a política de reforma agrária no Brejo Paraibano e a implementação do assentamento rural União, diversas transformações ocorreram no cotidiano dos trabalhadores e na região. A comparação dos dados da estrutura fundiária do município de Areia, no Censo Demográfico (IBGE), dos anos de 1985 e 2006, evidenciam as mudanças geradas pela reforma agrária no município. Em 1985 a pequena propriedade ocupava apenas 26,7% da área total dos estabelecimentos, contudo, esse número cresceu e em 2006 a pequena propriedade ocupava 46,3% da área total. Em relação a grande propriedade os dados evidenciam a diminuição na quantidade de grandes propriedades e identificam a queda de 93% na área ocupada pelas mesmas. Essa mudança na estrutura fundiária do município de Areia está diretamente associada à falência da usina e a política de reforma agrária que gerou a transformação de um latifúndio monocultor em pequenas propriedades.

A falência da usina não gerou modificações apenas na estrutura fundiária da região, mas também na estrutura da sociedade local em geral, principalmente para os ex-trabalhadores da agroindústria açucareira, que atualmente são assentados de reforma agrária. A própria paisagem da região é modificada, na qual no passado onde a vista alcançasse só era possível ver plantações de cana de açúcar, atualmente a paisagem é marcada pelas bananeiras, principal produto cultivado pelos assentados, pela diversidade de plantações e de criações de animais. Esta diversidade está presente no lote da assentada N., que afirmou possuir plantações de macaxeira, feijão, milho, coentro, cebola, espinafre, couve, tomate e banana (N., assentada, 47 anos). Podemos pensar as transformações ocorridas como a transformação de terras de negócio em terras de trabalho (MARTINS, 1980; PRADO JR., 1979), na qual antes a terra era marcada pela exploração do trabalhador e atualmente serve como instrumento de trabalho para quem nela trabalha.

Essa diversidade de cultivos, de roçados, transformou a alimentação das



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



famílias assentadas. A família reunida em volta da mesa farta é uma das imagens retratadas nos cartazes produzidos pelos assentados para referenciar os dias atuais, as falas constantes nas entrevistas e conversas informais sobre a melhoria na alimentação e a liberdade de cultivar roçados mostra que o problema da fome durante o período da pesquisa ficou guardado no passado, e a geração de trabalhadores da zona rural desnutridos não fazem mais parte desta realidade.

Um aspecto que chama a atenção no caso do assentamento rural União, é que parte dos assentados continuou a residir no mesmo local que moravam no período do engenho. Em alguns lotes, existem duas casas, uma que existe desde o tempo dos engenhos e a outra que foi construída no tempo do assentamento. Este é o caso dos assentados M. e C., que possuem duas casas em seu lote. Para conseguir uma casa nas terras da usina, o senhor M. afirmou que pediu moradia ao gerente da usina, que era o responsável pelas fazendas, “eu cheguei aqui e perguntei a ele se ele tinha uma casa pra me dá, aí ele tinha, ‘pode vim!’ Fiquei trabalhando. Na terça-feira fui logo trabalhar.”. O pedir moradia na parte agrícola da usina estava intrinsecamente relacionado ao trabalho, como o assentado M. contou, assim que conseguiu a casa já começou a trabalhar. Outra casa foi construída ao lado da casa citada anteriormente, mas em períodos e condições sociais totalmente distintas. A casa foi construída após a implementação do assentamento rural de reforma agrária União, foi financiada pelo crédito de habitação disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para residir nesta casa, não foi necessário pedir moradia ao usineiro ou senhor-de-engenho, esta casa “pertence” aos assentados através de termo de concessão de uso, ela representa o fim da moradia/sujeição e o início da habitação/liberdade na vida dos assentados.

Sobre as mudanças nas condições de trabalho após a implantação do assentamento, o senhor Z. conta que mudou muito pra eles e acrescenta que “não vem ninguém abusar *nois*, nem chamar pra trabalhar. Aqui tudo tranquilo né, tudo numa boa.” (Z., 64 anos, casado). Essa tranquilidade também é apontada pela assentada E., quando ela relata sua rotina de trabalho atual, “ agora a gente trabalha de manhã até o meio dia e de meio dia pra tarde não vamos mais”. (E.). Essas falas evidenciam que atualmente o trabalho é menos desgastante fisicamente e que ele possui um caráter de liberdade, ou seja, o ex-trabalhador sujeito da usina, que trabalhava todos os dias da semana e era obrigado a encher o caminhão de cana a qualquer hora do dia (no caso do Z.), hoje se tornou um assentado autônomo, dono do seu tempo, ou seja, um agricultor livre.

A expressão dono do seu tempo foi utilizada durante a dinâmica de extensão rural no momento que a assentada justifica a escolha da imagem de um relógio



para representar a principal conquista, na sua visão, em relação ao período após a formação do assentamento,

Eu escolhi um relógio. Por que um relógio? É... [apontando para o relógio colado numa cartolina]. Isso aqui representa o melhor de hoje né? Antes a gente precisava trabalhar na hora certa. Tinha que ir, senão o bicho pegava! E hoje, a gente trabalha na hora que a gente quer. A maioria dos assentados hoje trabalha no dia que quer e a hora que quer também. Tá aí! No verão, 'não, não vou trabalhar hoje porque o sol tá muito quente!' Não vai. (J., 36 anos, casada).

Ser dono do seu tempo está relacionado às novas condições de trabalho presentes na vida dos assentados, que se diferenciam do trabalho vivenciado no passado, do trabalho sujeito característico da usina (RAMIRO, et al., 2019). As relações de trabalho após a implementação da política de redistribuição agrária na região, os tornou trabalhadores rurais livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as transformações ocorridas na vida dos assentados é fundamental para produção de dados e reflexões sobre os assentamento rurais no Brasil e a política de reforma agrária, tema de extrema importância pois, sem solucionar a questão agrária no país não é possível resolvermos outras questões, como a fome, o baixo nível alimentar da população brasileira, a especulação imobiliária, o empobrecimento do trabalhador rural e tantas outras questões (ANDRADE, 1980).

Podemos entender melhor como as transformações daquela região foram sentida pelos seus moradores. A política de reforma agrária na região do Brejo paraibano, especificamente no município de de Areia, transformou não só a estrutura fundiária, mas também a vida de ex-trabalhadores da plantation canavieira em agricultores livres. Então, hoje os ex-cortadores de cana-de-açúcar são assentados de reforma agrária e donos do seu tempo.

A principal ação gerada pela implementação do assentamento União é o fim da relação de sujeição do trabalhador ao usineiro/senhor-de-engenho, esta liberdade foi conquistada através das políticas de reforma agrária, uma luta que deixou marcas na região como a ex-sindicalista Margarida Maria Alves, que foi assassinada na década de 80 por lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais no município de Alagoa Grande.

De todo modo, reativar as memórias do passado e estimular a construção de representações sobre o presente na qualidade de assentados, possa servir não



apenas para registrar as importantes transformações vividas no cotidiano destas pessoas, mas sirva para reforçar a importância da articulação de movimentos sociais, universidade e setores da sociedade civil na luta pela reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: Memórias de um município**. 2. ed., João Pessoa : Ed. Universitária UFPB, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas cidades, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5ªed. São Paulo, Atlas, 1986.

FRANCH, Mônica. Imagine yourself not alone- Reflexões sobre a produção coletiva de conhecimento em antropologia.:**Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**, Recife, 14., 2009.

FREYRE, Gilberto. **NORDESTE: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem no Nordeste do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro:José Olympio, 1985.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. 32° ed. Companhia Editorial Nacional. 2005.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado**. SP, Brasília: MCT, CNPq, 1989.

HEREDIA, Beatriz. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canvieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas? (1962). In: WELCH, Clifford et.al. (orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 271-298.

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do**



Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência** (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

MENEZES, M.; MALAGODI, E; MOREIRA, E. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.

MOREIRA, Emilia & TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1997.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto** (Rio de Janeiro), v.2,n.2, p. 103-114, 1977.

PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. In: ALBERTI, V. et al. (orgs.). **Fontes orais: Histórias dentro da História**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 155- 202.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RAMIRO, Patrícia. *et al.* Representações sobre a reforma agrária no Brejo Paraibano. **Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 202-220, jul./dez. 2019.

SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. **Estudos Históricos**, no 18, p.361-388, 1996.

SIGAUD, Lygia. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEBER. Florence. Une pédagogie collective de l'enquête de terrain. **Bulletin de l'Association française des anthropologues**, L'ethnologue et son terrain, n°31, Tome II, p.95-107, Janvier-Mars 1988.



Assalariados e Assalariadas Rurais: sujeitos de uma categoria de trabalhadores “invisíveis”?

**Múcio Tosta Gonçalves - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Universidade Rural do Rio de
Janeiro**

Resumo

O presente artigo, a partir de uma revisão da literatura sobre assalariados e assalariadas rurais na América Latina, levanta questões sobre o que parece constituir um descuido e uma invisibilização do tema do assalariamento e dos sujeitos assalariados rurais nos estudos sobre o desenvolvimento rural. O propósito foi o de construir uma suposição explicativa para essa constatação, sujeita a aprofundamento, e abrir espaços para o debate que permita a compreensão dessa lacuna ou limitação das investigações, em especial no Brasil, de forma a propor avanços no estudo do tema.

Palavras-chaves: Assalariados/as Rurais; Desenvolvimento rural; Invisibilização.



Os debates em Ciências Sociais sobre o trabalho assalariado rural, especialmente na Sociologia e na Economia Rural e do Trabalho, nos últimos cinquenta anos, tem buscado compreender as especificidades dessa modalidade de inserção humana na produção e reprodução de sujeitos do campo em um movimento que se apoia, se afasta e recupera algumas perguntas originárias dos debates clássicos sobre a chamada questão agrária (GONÇALVES, 2018).

Dentre os temas que vem se destacando nas discussões realizadas por sociólogos, antropólogos e economistas rurais, principalmente, encontra-se o das novas formas de exploração de trabalhadores e trabalhadoras rurais sob o domínio combinado das lógicas fordista e toyotista no campo.

Como argumentaram Aparicio e Benencia (1999) e Alfaro (2001), no final do século XX os/as assalariados e assalariadas pelas e das empresas capitalistas agroindustriais eram referidos de forma “descuidada”, a despeito sobretudo dos esforços empreendidos por eles e elas para a sua organização coletiva nos territórios e, em especial, nos locais de trabalho, buscando tanto representação sindical quanto re.

Esse descuido, associado às práticas empresariais de *marketing* social voltadas para a construção de uma imagem responsável de uma “agricultura modernizada e modernizadora” das relações sociais no campo, produziram como que uma invisibilidade dos assalariados e das assalariadas do mundo rural enquanto “objeto” de investigações (VILLULLA, 2015).

Essa assertiva, que não deve ser tomada como uma constatação definitiva, como o demonstram os quatro capítulos que abordam direta ou especificamente as questões salarial e do assalariamento no campo no *Tratado latinoamericano de antropología del trabajo* (PALERMO; CAPOGROSSI, 2020), tem o propósito de servir como provocação – ou de “suposição arriscada”, a qual já enunciei noutro trabalho, segundo a qual grande número de pesquisadores e pesquisadoras do rural brasileiro tem dirigida a sua atenção à:



[...] temática da agricultura familiar, mesmo quando aborda problemas de formas de organização social, do que com a temática do assalariamento e das formas de exploração capitalista do trabalho no campo. Pouco se escreve, ainda, sobre qual é o papel de tais trabalhadores e trabalhadoras nos processos de desenvolvimento do mundo rural brasileiro. E se é pouco o que se sabe sobre os modos de vida e as condições de trabalho dos assalariados e das assalariadas (principalmente no caso destas), menor ainda é o conhecimento e o debate sobre a sua organização política (GONÇALVES, 2020, p. 75).

Tal suposição não é apenas minha, uma vez que noutros textos encontram-se avaliações sobre o que mudou no tratamento da questão (NEWBY, 1979; ROCHA, 2002; BUAIANIN, DEDECCA, 2008; NEIMAN, 2010). Contudo, parece que pouco tem se refletido sobre o significado desse descuido, e da invisibilização por ele provocada em relação ao (re)conhecimento das práticas do assalariamento rural e dos processos de formação das identidades desses sujeitos, homens e mulheres.

Não que os assalariados e assalariadas rurais sejam invisíveis, obviamente. E nem que estejam fora dos radares das investigações e de estatísticas sobre a situação ocupacional e da produção de rendimentos de sujeitos sociais rurais. Segundo Cavalcanti e Mota (2003), Basaldi (2011) e DIEESE (2014), por exemplo, os assalariados rurais conformavam, desde a década de 1990, a categoria de assalariados mais numerosa no Brasil, com mais de quatro milhões de ocupados nessa situação - e, por extensão, a que apresentava maior proporção de situações de informalidade (quase 60% sem carteira de trabalho assinada), salários inferiores ao necessário para a reprodução digna, longas jornadas e menor acesso à Previdência Social.

De acordo com dados levantados pela FAO (2021), abarcando levantamentos censitários nacionais de distintas nações da América Latina entre 2010 e 2019, os/as trabalhadores/as rurais totalizam mais de 25 milhões de pessoas no continente, das quais aproximadamente 80% são do sexo masculino (quase 90% no caso brasileiro). A proporção dessa população de trabalhadores e trabalhadoras em países como Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela, é inferior a 10% do número total de empregados, chegando a mais de 30% na Bolívia, Guatemala e Nicarágua, por exemplo.



Como extensão da suposição anteriormente apresentada, pode-se dizer que a invisibilização não reside, portanto, em tipos ou estágios de informalidade dessa população assalariada, devendo antes ser associada aos tipos de tarefas laborais que tais trabalhadores e trabalhadoras realizam (ou às quais são submetidos e submetidas) e à sua pouca – ou nenhuma - valoração social.

Invisibilizados, tais trabalhadores e trabalhadoras não são percebidos como vivendo situações, relações e contextos sob e dentro dos quais são e estão estruturalmente atados, subsumidos, a formas perversas de exploração do trabalho, caracterizadas como sendo precarizadoras¹.

Noutra perspectiva, o debate sobre assalariamento foi subordinado à discussão sobre a identidade dual (ou dúbia) de tais trabalhadores e trabalhadoras, por causa da semiproletarização ou de formas de inserção em mercados de trabalho “incompletos”, o que os/as identificaria como camponeses e camponesas (pobres) e não como assalariados² (ver as críticas a tal perspectiva em ALFARO, 2001 e VILLULLA, 2015).

Desde tais perspectivas, os assalariados e as assalariadas rurais eram apresentados/as como “sujeito sem consciência”: da sua posição social, da orientação dos seus laços, da sua condição de classe etc. Por isto mesmo, incapazes de “passar” à ação sindical e política.

Mesmo os estudos sobre mediadores desenvolvidos a partir dos 1980 não parecem ter dado conta de incluir esses atores e essas atoras, ainda que tenham se debruçado sobre organizações sociais e políticas como a Igreja Católica e os sindicatos, instituições com as quais assalariados e assalariadas conviveram e negociaram (GONÇALVES, 2001).

¹ Como o fazem os estudos apresentados nas coletâneas organizadas por Aparício e Benencia (1999, 2001), Rubio et al (2002) e Riella e Mascheroni (2015), ou por Kay (2007), dentre várias outras publicações lançadas sob os auspícios e/ou com a participação de pesquisadores vinculados à Asociación Latinoamericana de Sociología Rural - Alasru.

² Outra perspectiva de tal debate pode ser encontrada na discussão apresentada por Palmeira e Ayoub (2020) e Garcia (2003).



Do ponto de vista do argumento que se procura construir aqui, é que os estudos brasileiros sobre sindicalismo rural tenham se concentrado, majoritariamente, sobre os denominados Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR (FAVARETO, 2006).

O que parece ter acontecido, e essa é uma suposição a ser investigada, é que os estudos sobre a formação do campesinato latino-americano que vigoraram até os anos 1970³, foram sendo substituídos por novas perspectivas analíticas – ainda que, sem dúvida, centradas em problemas reais e urgentes – que tomam outras referências para a interpretação da implantação e desenvolvimento do capitalismo no campo latino americano.

As questões da agricultura familiar e da reforma agrária, associadas a partir de distintas perspectivas acadêmicas e militantes, colocaram na ordem do dia os temas do financiamento, da dinâmica demográfica rural e seu impacto na transformação do espaço, do emprego e das próprias atividades rurais (o “novo rural”), da alimentação e da segurança alimentar, do mercado de terras, para citar alguns dos mais relevantes. Nesse contexto, “sumiram” os assalariados e as assalariadas rurais...

Por conta disso, também, pouco ainda se sabe sobre as formas de resistência dos assalariados e das assalariadas rurais – ou de um proletariado rural - no Brasil e na América Latina.

A utilização da denominação “Trabalhador Rural” (sem recorte de gênero), construída para fins políticos e jurídicos como identificadora de produtores rurais, é um tema pouco ou nada discutido, sendo sua referência os importantíssimos trabalhos realizados sob a coordenação de Moacir Palmeira no Nordeste brasileiro (ver PALMEIRA, AYOUB, 2020). Tal tipo de questão, contudo, não parece ocupar um espaço significativo na literatura de investigadores e investigadoras do rural dos demais países latino-americanos, a não ser recentemente (VILLULLA, 2015).

³ A literatura sobre o tema é vasta. Para uma revisão que compreende os períodos de 1960 a 2000, ver Paulino, Asciti e Sales (1983), Abramovay (1992) e Garcia (2003).



Ainda que se possa levar em consideração que a história do movimento sindical rural no Brasil começa nos anos 1940, pela confluência de ações da Igreja Católica e do Partido Comunista, e tendo como objetivos centrais enfrentar as questões do acesso e da permanência na terra, não se pode olvidar que os assalariados e as assalariadas rurais foram postos à sombra da estrutura sindical “oficial”, do nível local até o das federações sindicais.

Somente a partir dos anos 1980 é que uma estrutura sindical própria dos assalariados foi sendo constituída, a partir da auto organização e das resistências diretas dos trabalhadores contra a precarização e a dominação empresarial por meio de greves e enfrentamentos nos locais de trabalho. Muitos destes sindicatos, porém, após avançarem na organização de resistências contra as firmas agroindustriais capitalistas até os anos 2000, não conseguiram fazer frente às contraofensivas patronal e estatal, o que levou à falência de muitos deles.

Contudo, tais atores e atorras existem e resistem, de alguma forma, como dão prova as recentes organizações e reorganizações no âmbito da estrutura federativa sindical brasileira, com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais – Contar (LERMENN, PICOLOTTO, 2017).

Esse conjunto de reflexões rápidas, teve por propósito reunir elementos para um debate que parece ter sido submerso, mas que é latente. Não há, portanto, uma conclusão, a não ser a aposta que o risco contido nas suposições apresentadas pode servir como um indicador do quanto há para a recuperação de mais profundas reflexões sobre a realidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ALFARO, María Inés. **Trabajadores rurales y sindicalismo agrário em Argentina: avance y deudas pendientes**. APARICIO, Susana; BENENCIA, Roberto (Coord.).



Antiguos y nuevos asalariados en el agro argentino. Buenos Aires, Ed. La Colmena, 2001.

APARICIO, Susana; BENENCIA, Roberto. Introdução. APARICIO, S.; BENENCIA, R. (Coord.). Empleo rural en tiempos de flexibilidade. Buenos Aires, Ed. La Colmena, 1999.

BASALDI, Otávio Valentim. O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, Ano XI, nº 384, 2011.

BUAINAIN, Antonio M.; DEDECCA, Claudio S. (Coord.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira.** Brasília: IICA, 2008.

CARDEILLAC, Joaquín et alii. Asalariados rurales, excepcionalidad y exclusión: un aporte para la superación de barreras a la inclusión social. RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Org.). **Asalariados rurales en America Latina.** Montevideo: Doble Clic, 2015.

CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura y trabajadores rurales en Brasil. BENDINI, Mónica; CAVALCANTI, Josefa S. B.; MURMIS, Miguel; TSAKOUMAGKOS, Pedro (Comp.). **El campo en la sociología actual; una perspectiva latinoamericana.** Buenos Aires, Ed. La Colmena, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos & Pesquisas**, São Paulo, n. 74, 2014.

FAO (UNITED NATIONS FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION). **Food and agriculture data - Faostat.** Disponível em <http://www.fao.org/faostat/en/?#search/Employment%20in%20agriculture>. Acesso em 29/01/2021.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 62, outubro 2006.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, julho-dezembro 2003.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Nós da madeira:** mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais. Rio de Janeiro: 2001. Tese (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA.



GONÇALVES, M. T. Os debates sobre o desenvolvimento rural e agrícola: implicações para pensar sobre as/os assalariadas/os rurais. X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU), Montevideo, Uruguay, 25 al 30 de noviembre de 2018, **Resumos**. Montevideo, 2018.

GONÇALVES, M. T. Sindicalismo de trabalhadores/as assalariados/as rurais e COVID-19: apontamentos e principais desafios. QUARANTA, Germán; MASCHERONI, Paola (Coord.). **Trabajo agrario y ruralidades en transformación. Cambio social y organizaciones en la ruralidad globalizada**. Buenos Aires: CLACSO, diciembre de 2020. Boletín del Grupo de Trabajo Trabajo agrario, desigualdades y ruralidades, n. 3.

KAY, Cristóbal. Algunas reflexiones de estudios rurales. **Íconos**, Quito, n. 29, septiembre 2007.

LERMEN, Nadine Gerhardt; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação do sindicalismo de assalariados rurais no Brasil: desafios e novas práticas sindicais. V Jornada Brasileira de Sociologia, 08 a 10 de novembro de 2017, Pelotas, RS, **Anais...** Pelotas, 2017.

NEIMAN, Guillermo. Los estudios sobre el trabajo agrario en la última década: una revisión para el caso argentino. **Mundo Agrario**, Buenos Aires, Vol. 10, n. 20, primer semestre de 2010.

NEWBY, Howard. The deferential worker. London: Penguin Books, 1979.

PALERMO, Hernán M.; CAPOGROSSI, María Lorena (Dir.). **Tratado latinoamericano de antropología del trabajo**. Buenos Aires: CLACSO; CEIL; CONICET; Córdoba: Centro de Investigaciones sobre Sociedad y Cultura-CIECS, 2020.

PALMEIRA, Moacir; AYOUB, Dibe. Identidades de trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil: arrendamento, parceria, salário e dívida. PALERMO, H. M.;



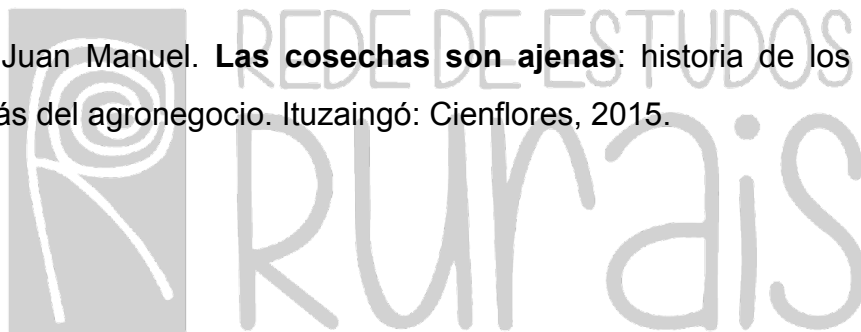
CAPOGROSSI, M. L. (Dir.). **Tratado latinoamericano de antropología del trabajo**. Buenos Aires: CLACSO; CEIL; CONICET; Córdoba: Centro de Investigaciones sobre Sociedad y Cultura-CIECS, 2020.

PAULINO, Ana Yara; ASCIUTTI, Cacilda; SALES, Teresa (Coord.). **Anais do Seminário “Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura”**. São Paulo: ASESP; CEBRAP, 1983.

ROCHA, Ángel. Asalariados Rurales: trabajadores ocultos. Delegación de los Trabajadores en la Junta Nacional de Empleo. **Asalariados rurales**; una aproximación a un tema oculto. Montevideo: Junae, 2002.

RUBIO, Blanca et alii (Comp.). **Reestructuración productiva, comercialización y reorganización de la fuerza de trabajo agrícola en América Latina**. México: Ed. Plaza y Valdés; IICA; Sagarpa, 2002.

VILLULLA, Juan Manuel. **Las cosechas son ajenas**: historia de los trabajadores rurales detrás del agronegocio. Ituzaingó: Cienflores, 2015.





Moradores de fazenda no semiárido: a estabilidade de uma categoria em um sistema vulnerável

Edgar Braga Neto - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Resumo Expandido

Os moradores são trabalhadores que não possuem terras, e, na maioria das vezes, casa, e que, por isso, se obrigam a morar e trabalhar em terras alheias, em troca de áreas para o cultivo da subsistência. Eles constituem a mão de obra das fazendas e dos engenhos que criam animais e cultivam lavouras de subsistência e lavouras comerciais, de interesse da classe dos fazendeiros e senhores de engenho. Ao integrar a *gens* do domínio fazendeiro, eles reforçam, consciente ou inconscientemente, a autoridade dos senhores rurais ou do pater-famílias. (BRAGA NETO, 2017)

Essa definição trata-se de uma generalização da categoria de morador. Em cada unidade de produção, há diversas situações que a relativizam. Mas o que todas elas devem ter em comum são as condições de morada, o sistema de morada (ou sistema de moradores). E a principal característica desse sistema está na interação entre dois polos: um forte (o fazendeiro, o proprietário de terras), que, a qualquer momento, pode desfazer essa interação sem prejuízo para a sua produção econômica, e um fraco (o trabalhador sem-terra), que, teoricamente, também pode se desligar da morada, mas perdendo a casa e o emprego, e, por isso, deve refazê-la (retroalimentar o sistema) noutra fazenda. Antes da abolição da escravidão, havia um terceiro elemento nessa interação que era o africano escravizado, porém, no semiárido brasileiro, diferentemente do que aconteceu na Zona da Mata de Pernambuco (NABUCO, 2010, p. 155), o morador não era



concorrente do escravo no trabalho do campo, sobretudo por causa do reduzido número de escravos na região.

Sigo aqui Maria Sylvia Carvalho Franco (1997) e sua ênfase analítica, que recai sobre as formas sociais assumidas pela grande propriedade fundiária no Brasil, especialmente no seu caráter quase autárquico, que reúne elementos capitalistas e não-capitalistas. Compreender, pois, o Brasil sem fraturá-lo em dualidades (Brasil real versus Brasil legal, feudalismo versus capitalismo, tradição versus modernidade). Concentro-me, portanto, nessa “unidade contraditória”, gerada pela concentração fundiária no Brasil, que acolhe não somente agricultura comercial de exportação, mas também as lavouras de subsistência, reforçando assim a categoria de moradores no semiárido.

No semiárido, a entrada e saída de moradores das fazendas se configuram como um movimento constante. Não há, pois, nenhuma novidade sobre a saída de moradores, que se acentuou após a decadência do algodão nos anos 1980. Nesse sentido, há um processo contínuo de estruturação-desestruturação da morada, que vem historicamente reforçando o sistema de fazendas. Um exemplo disso está na “grande seca” de 1790 a 1793, seca essa que desmantela a indústria da carne-seca no Ceará, pois nela há um grande esvaziamento das fazendas, como informa o Barão de Studart (2004, p. 417):

Extensa [tal seca], chegando a durar quatro anos em algumas localidades, profundamente devastadora foi em verdade a crise, que avassalou e quase aniquilou a Capitania no tempo de Féo e Torres: o gado ficou dizimado, perderam-se todas as lavouras de algodão e mandioca, as fazendas fecharam-se por fuga dos vaqueiros e dos agregados e, o que é doloroso de registrar, muitos infelizes encontraram a morte por falta de alimento.

Essa crise atingiu, além do Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Ela dizimou os rebanhos, destruindo assim a riqueza particular. Nas estâncias, não havia produção, e, para não morrer de fome, os moradores migraram em busca de socorro. Nas secas, os moradores eram os mais prejudicados, pois deviam



abandonar a casa onde estavam instalados, movimentando-se, de forma pendular, entre os sertões e as vilas, os sertões e a Amazônia, os sertões e o Sul, os sertões e as capitais etc.

No século XIX, as fazendas tornaram a produzir com a mão de obra dos moradores. Assim, os anos 1860 foram considerados “a época de ouro” da agricultura no Ceará. Nas palavras de Joaquim da Cunha Freire (1869, p. 18), presidente da província do Ceará, essa atividade era a “principal e mais fecunda fonte de riqueza desta província [...]”. No conjunto dos produtos agrícolas, o algodão se destacava, devido à crescente procura da Inglaterra pelo produto brasileiro. Essa demanda se deveu à Guerra de Secessão, que interrompeu a produção nos Estados Unidos, prejudicando as fábricas inglesas, que passaram a comprar o algodão produzido no semiárido. Então, o plantio da malvácea se tornou uma importante fonte de renda para os trabalhadores rurais e fazendeiros. Tal conjuntura foi responsável pelo aumento da produção algodoeira, e dos gêneros produzidos o algodão foi o “que mais concorreu para o equilíbrio financeiro da província” (CEARÁ, 1868, p. 35). Segundo Rodolfo Teófilo (1922, p. 22): “Dum ano para outro a província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares [...] do sertão; [...] “era uma febre a que todos alucinava, a febre da ambição”.

O Ceará se integrava à economia mundial, através dessa “unidade contraditória”, que comportava a agricultura comercial e as lavouras de subsistência. Então, à época o plantio do algodão era realizado sob o sistema de morada, sendo a produção dividida entre os trabalhadores e os proprietários de terra. O algodão, que estava valorizado no mercado mundial, dava um bom retorno financeiro para os moradores. Segundo Câmara Cascudo (1956, p. 14): “o algodoal atacou de frente o pequeno roçado do morador da fazenda”. Nesse sentido o algodão repartia a terra com as lavouras de subsistência, levando o botânico Philipp Von Luetzelburg (1923, p. 95) a criticar esse modelo tradicional de plantio, porque “pouca substância proporciona à planta comercial”. Dessa forma, o semiárido pôde atrair lavradores de



outras regiões econômicas, ao registrar um importante crescimento populacional e mudanças econômicas.

Porém, em virtude do fim da Guerra de Secessão, os EUA voltaram a produzir a malvacea, diminuindo, de forma significativa, a exportação de algodão no semiárido. Essa conjuntura provocou desemprego em massa na região. As fazendas foram se esvaziando de moradores, provocando então grave crise econômica. Coincidiu essa crise com as secas do final do século XIX, criando um período de fome, miséria e êxodo. Segundo Barbosa (1998, p. 247): “Com a seca a elite passou a viver a contradição de, em vez de agregar, ter que se livrar [...] dos trabalhadores ‘agregados’ que sem a produção transformavam-se em ‘bocas inúteis’”. Assim o desemprego e as secas afetaram diretamente os moradores, que tiveram que abandonar as fazendas.

Há, portanto, verdadeiras rupturas nas redes de interdependência, sobretudo nos ramais que ligavam os moradores e os proprietários de terra. Daí surgiu a migração como tática para o estabelecimento de novas redes sociais. Desse modo, a emigração subvencionada caiu como uma luva. Para os lavradores, que foram expulsos das fazendas, o ato de migrar para o Sul ou para Amazônia foi a solução encontrada para se livrar desse quadro de miséria. Com a crise econômica e as secas, eles ficavam sem meios de produzir a subsistência da família e, dessa forma, facilmente migravam.

Os fluxos migratórios continuaram com grande impulso até 1915. A partir daí, o plantio do algodão foi retomado. Conforme Teófilo (1922, p. 7), após 1915, houve bons invernos e as terras descansadas produziram muito. A arroba do algodão chegou a 50 mil réis, e assim o “Ceará passava por uma phase aurea”. A valorização do algodão, juntamente com invernos regulares, traziam estabilidade para o interior do Ceará. Novamente, os fazendeiros abriam as porteiras de suas propriedades, e os moradores voltavam a se instalar nas fazendas, retomando o cultivo da planta comercial e as lavouras de subsistência.



Além disso, a presidência Epitácio Pessoa (1919-1922) ampliou as verbas da Inspetoria de Secas, construindo 205 açudes, 220 poços e 500 quilômetros de estradas de ferro, estimulando assim a economia do Norte semiárido. As fazendas foram sendo equipadas com açudes e estradas, e assim a agropecuária foi se estabelecendo com o braço do morador. Ademais, nas décadas de 50, 60 e 70, o cultivo do algodão ganhou força com a intervenção do Estado, por meio de crédito bancário e da montagem de uma importante infraestrutura na região (sobre o cultivo do algodão nesse período, ver Barreira, 1977). Com isso, as fazendas foram ampliando o seu quadro de moradores.

Entretanto, com o surgimento da praga do bicudo no começo da década de 80, o cultivo do algodão entrou de novo em decadência. Os moradores desocuparam mais uma vez as fazendas, diminuindo a oferta disponível de mão de obra, enquanto aumentava o êxodo rural. Novamente, definhou a economia da região: algumas cidades ficaram completamente vazias. Depois do bicudo, a cotonicultura não mais se restabeleceu na região. A riqueza do “ouro branco” ficou apenas na memória dos moradores que viveram tal época.

Diferentemente, pois, do que afirma Leite (2013, p. 28), a crise na cultura do algodão não provocou a falência do sistema de moradores. Ele continua funcionando, apesar da crise do algodão. O “entra e sai” de moradores demonstra que a morada não chegou a seu termo, mas que a ocupação das fazendas é um processo dinâmico ao longo da história, pendendo para a conservação da morada. Atualmente, nas fazendas, não há um grande contingente de trabalhadores, porém ainda se encontram as relações de morada e os moradores que, no passado, plantavam algodão. Ao considerar o estado da economia agrícola da região, posso dizer que a morada está adormecida, esperando ser convocada pelos produtores, para se reerguer com a mesma desenvoltura de outrora.

Enquanto esse tempo não chega, a morada continua persistindo nas unidades de produção. Como atestei em minha pesquisa de doutorado, cujo trabalho



de campo aconteceu em duas grandes fazendas do Ceará: a fazenda Santa Fé, no município de Quixeramobim, e a fazenda Assunção, no município de Granja.

A fazenda Santa Fé, de propriedade de João Vicente (mais conhecido como “deputado”), está localizada a 215 km de Fortaleza. O carro-chefe da fazenda é o leite, produzido em pleno semiárido graças às dezenas de açudes construídos na propriedade do “deputado” com verba pública. Na fazenda moram atualmente 121 moradores, mas somente 19 trabalham diretamente para o “deputado”. Além de perceberem salário, esses moradores têm os direitos trabalhistas assegurados e mantêm algumas das concessões extramonetárias (plantar seu roçado, pescar, retirar lenha) que detinham antes da transformação da propriedade em empresa. Assim, na empresa rural do “Deputado”, não houve conversão completa de relações não capitalistas em relações capitalistas, porque os moradores ainda têm acesso aos meios de produção.

A fazenda Assunção está localizada a 347 Km de Fortaleza, e sua extensão é de 3.300 hectares. A fazenda é de propriedade do médico e, também, político, José Carneiro. Na Assunção residiam 84 famílias, atingindo o total de 441 pessoas. Nela o sistema de moradores se manteve em estado rudimentar, conservando os seus elementos tradicionais, pois ela funcionava como curral eleitoral. Esse curral eleitoral foi, no entanto, desfeito pela política de reforma agrária, que o transformou em um assentamento, após longo conflito agrário entre os moradores.

Posso dizer, então, que o semiárido brasileiro se tornou o semiárido mais populoso do mundo, devido, em grande parte, ao sistema de moradores. Para isso acontecer, as fazendas da região alistavam trabalhadores ou incorporavam posseiros para a organização da morada e, por conseguinte, o desenvolvimento das suas atividades econômicas. Quanto mais moradores incorporados à fazenda, mais robusta era sua economia: mais rês era criada, mais algodão era colhido, mais benfeitorias eram construídas etc. Assim, na história econômica da região, tem-se



uma história lenta de exploração do braço do morador que, apesar de grandes rupturas conjunturais, como, por exemplo, a emergência das secas, não é superada por outro sistema de arregimento de braços. A seca pode até esvaziar a propriedade, mas após a intempérie ocorre o seu repovoamento, às vezes até com o mesmo pessoal que foi dispensado. E assim, é retomado o roçado do morador e a agropecuária na região. Por isso, o aumento populacional da região está ligado intrinsecamente a esse sistema, como ressalta Celso Furtado (2009, p. 42-43): “Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população na caatinga”. E, segundo o economista, “esse aumento populacional [...] transforma a seca na grande calamidade social dos últimos $\frac{3}{4}$ de século”. O que fazia cíclica a história socioeconômica da região, mas não estagnada.

Nesse sentido, Furtado critica a estrutura social que se formou no semiárido e o meio século de “obras contra as secas” que não modificava a situação de vulnerabilidade dos meeiros (moradores), que dependiam da agricultura de subsistência para garantir os seus meios de sobrevivência. Por isso, Furtado (2009, p. 43) afirma que se estabeleceu no semiárido brasileiro um “sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável, inadaptado ao meio”, que “constitui um dos mais flagrantes divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região”. Era dessa forma que tal “carga demográfica” ficava bastante vulnerável às secas.

Com efeito, Furtado tem razão em definir esse sistema econômico de “vulnerável”. Mas não concordo com a sua análise, quando ele define tal sistema de “instável”, pois tal sistema é estável: estável em sua vulnerabilidade. Dissolve-se na seca, para após a emergência se recompor; deixa de absorver a mão de obra em tempos de crise, para superadas tais conjunturas encher as fazendas de camponeses; desintegra-se, mediante forte êxodo, para ser reestruturado pela intervenção estatal no reforço da estrutura produtiva da região (ver Francisco de



Oliveira, 1993). Assim, a categoria dos moradores subsiste na caatinga, apesar da vulnerabilidade da morada.

Os efeitos da manutenção do sistema de moradores refletem na economia, mas também em vários setores da vida social. A economia do semiárido é prejudicada pela manutenção da morada, porque tal sistema impede a sua expansão. Os proprietários de terra não investem em tecnologia, tendo à sua disposição a mão de obra barata de um grande número de moradores. No tocante às máquinas agrícolas, percebe-se um número reduzido delas, mas isso não se deve tão somente a topografia da região, mas também a oferta disponível de moradores nos estabelecimentos rurais. Isso muito se deve à atuação do Estado na região, consubstanciada no Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), que, por mais de um século, busca frear o êxodo dos sertanejos, empregando-os na construção de obras públicas contra as secas ou incentivando os proprietários a construir açudes, em plena emergência da seca, com a mão de obra que eles têm disponível. Com o apoio do Estado, a conservação desses trabalhadores desencorajou os proprietários a investirem em tecnologias que visassem a redução da mão de obra.

Além disso, há a questão dos salários. Muitos moradores não recebem salário, e ainda têm que pagar, com a produção da área destinada a eles, renda pelo empréstimo da terra. Isso prejudica o desenvolvimento do mercado consumidor da região. O pagamento de salários, que não assegura os direitos trabalhistas e que não descaracteriza a morada, aumenta o poder de compra dos moradores. A conjunção do salário com as relações de morada, formando um sistema misto, apesar de gerar duas alienações (opressão paternalista e exploração capitalista, ver SABOURIN, 2011), tem sido ideal para o morador, pois o salário impede que ele fique vulnerável nos períodos em que não garante as suas lavouras de provisionamento.

No entanto, em certas zonas, o salário é uma miragem. O morador ainda



tem que pagar a renda ao “procurador” do fazendeiro. É por isso que o programa Bolsa Família tem sido tão importante para a categoria. Se não fosse tal auxílio do Governo federal, as correntes migratórias, que partem da região, teriam sido intensificadas. Mas isso não quer dizer que não há mais fluxo migratório, pois nos momentos de crise tem sido constante a saída de um membro da família sertaneja para trabalhar em regiões distantes, com o objetivo de enviar parte do salário para manter a família no sertão. Assim, a família fica na fazenda, sem precisar abandoná-la, para buscar emprego nos grandes centros. A migração pode, então, se traduzir em mobilidade social, dependendo das possibilidades encontradas pelo migrante no contexto de destino, o que dificilmente acontece com a morada.

Uma das causas da persistência da morada no semiárido é, sem dúvida, o ethos camponês. O trabalho de amansar a terra é, apesar de realizado em terras alheias, decisivo para o sertanejo se submeter ao regime da morada. Assim, gerações e gerações de sertanejos continuam realizando o trabalho rural, que desde crianças aprenderam a fazer. O prazer de plantar feijão é, por exemplo, indescritível, e sem ele muitos teriam abandonado a vida no campo.

Sem dispor de sindicatos e isolados nas propriedades rurais, os moradores resistem aos desmandos dos fazendeiros e seus prepostos, através da solidariedade parental, que surge do universo da dominação tradicional. A solidariedade parental pode servir de antídoto à opressão paternalista e à exploração capitalista. Além de inerente à constituição das famílias, ela faz parte das relações tradicionais da sociedade rural, em virtude da restrição do círculo de vizinagem sob a ação dos grandes domínios¹.

¹ É preciso distinguir tal solidariedade da economia moral de Thompson (1998). Apesar de ambas terem como fonte de legitimação o modelo paternalista, devemos tratá-las de maneira distinta. A economia moral rompe com a tradição paternalista por meio da ação direta coletiva. E a solidariedade parental está presa ao paternalismo e aos valores de ordem que o sustentam. Assim posso dizer que a economia moral é efetivada quando a solidariedade parental se torna insuficiente como estratégia familiar de sobrevivência. Nesse sentido, a ação solidária é localizada, pois está presa ao domínio ancestral. Quando se livra desse domínio, a solidariedade parental se apresenta em radical transformação, que pode se traduzir em economia moral.



Todavia, a solidariedade parental se configura como um tipo de solidariedade existente entre as famílias e os parentes no interior do estabelecimento rural e nas cidades. Ela não é propriedade de um estamento ou classe social. Tampouco se trata de “solidariedade mecânica” e de “solidariedade orgânica” no sentido dado por Durkheim (1999). Ela é orgânica porque congrega organicamente as famílias, antecedendo assim a “solidariedade mecânica”: “A solidariedade orgânica, na comunidade, precede, na história, a ‘solidariedade mecânica’” (LEFEBVRE, 1970 *apud* MARTINS, 1986, p. 152). É também local, porque ocorre nos limites de um determinado território e, muitas vezes, em defesa dele. Portanto, é através da solidariedade parental que os moradores defendem a sua morada, os parentes e sua cultura agrícola. Em outras palavras, a solidariedade dos parentes faz com que os moradores se protejam materialmente, resistam ao gerente e aos fazendeiros e busquem diminuir a opressão e dependência características da dominação tradicional.

Antes da crise econômica que se arrasta desde 2014, e que se tem agravado com a pandemia de Covid-19, a juventude rural abandonava o campo, com o intuito de buscar novas oportunidades de emprego e ascensão social nas cidades. Esse esvaziamento do campo não era apenas uma realidade brasileira, mas ocorria em várias partes do mundo. Com a crise, e, por conseguinte, o fechamento de indústrias, a paralisação da construção civil, a adoção de uma agenda neoliberal por parte do Estado, traduzida, pois, em desemprego em massa, os jovens no semiárido têm voltado para as fazendas, onde eles têm conseguido se empregar. Isso não tem sido tão dramático para eles, visto que foram criados nos currais, conduzindo o gado e amanhando a terra.

Portanto, no semiárido brasileiro, a conjunção morada e fazenda ainda é dominante. Tanto nos latifúndios improdutivos, que funcionam como curral eleitoral, como nas empresas rurais, consideradas modernas, a morada persiste,



estabilizando a categoria de morador no semiárido brasileiro.

Referências bibliográficas

- ALVES, Joaquim. **História das Sêcas (séculos XVII a XIX)**. Ed. fac. símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar-incomum**. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. 1998. 279f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BARREIRA, César. **Parceria na cultura do algodão: Sertões de Quixeramobim**. Brasília, 1977, mimeo (Tese de M.S.).
- BRAGA NETO, Edgar. **Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores**. 2017. 289 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Fortaleza, 2017.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina: Documentário da vida rural**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1956.
- CEARÁ. **Mensagem do presidente da província do Ceará**, Joaquim da Cunha Freire, no ano de 1869.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. [Tradução de Eduardo Brandão]. 2ª edição: Martins Fontes, 1999.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. Du rural à l'urbain. Editions Antropos, Paris, 1970. In: Martins, José de Souza Martins. **Introdução crítica à sociologia rural**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LEITE, Pedro Sisnando. **Ação frente à pobreza rural do Nordeste**. 2 ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2013.
- LUETZELBURG, Phillip Von. **Estudo botânico do Nordeste**. Vol. 2. IFOCS: Rio de Janeiro, 1923.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião**. 6ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista. **Estudos Sociedade e Cultura**, ano 19, volume 1, abril 2011, p. 5-29.
- STUDART, Guilherme. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.
- _____. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. [Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello Paulo Fontes]. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



O TRABALHO ASSALARIADO NO CENSO AGROPECUARIO 2017

Otavio Valentim Balsadi¹

Resumo: Com base nos dados do Censo Agropecuario 2017, o presente artigo tem como objetivo analisar as principais informações disponíveis sobre os empregados permanentes e temporários ocupados na agricultura brasileira. Os resultados obtidos evidenciaram que estes trabalhadores representavam 25,3% do total de ocupados. O mercado de trabalho assalariado agrícola mostrou-se, também, dominado pelos empregados homens e por aqueles com mais de 14 anos de idade. De forma geral, o trabalho temporário esteve mais vinculado aos estabelecimentos agropecuários familiares, ao passo que o trabalho permanente foi predominante nos estabelecimentos não familiares e naqueles pertencentes ao Pronamp.

Palavras-chave: emprego permanente; emprego temporário; agricultura.

THE SALARY WORK AT THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS

Abstract: Based on data from the 2017 Agricultural Census, this article aims to analyze the main information available on the permanent and temporary employees occupied in Brazilian agriculture. The results obtained showed that these workers represented 25.3% of the total employed persons. The agricultural wage labor market was also dominated by male employees and those over 14 years of age. In general, temporary work was more linked to family farming establishments, while permanent work was predominant in non-family establishments and those belonging to Pronamp.

Key-words: permanent employment; temporary employment; agriculture.

¹ Doutor em Economia Aplicada, pesquisador da Embrapa, Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas. Brasília. Telefone: (61) 3448-1818. E-mail: otavio.balsadi@embrapa.br



INTRODUÇÃO

Uma das tendências consolidadas nas últimas décadas no mercado de trabalho na agricultura brasileira foi a redução do total de ocupados, embora com nuances e diferenças regionais. Olhando-se pelo lado da produção, “da porteira para dentro”, nota-se forte influência da questão tecnológica nesta redução, com avanços em automação e mecanização que tornaram o trabalho humano redundante. Também houve aumento expressivo da produtividade do trabalho e uma forte concentração da demanda por força de trabalho em um pequeno conjunto de atividades, sendo que criação de bovinos, criação de aves, cultivo de milho, cultivo de mandioca, cultivo de hortaliças e legumes tem concentrado entre 50,0% e 60,0% dos ocupados na agricultura brasileira nas duas últimas décadas (Balsadi, 2019).

Os dados do Censo Agropecuário 2017 evidenciaram uma redução de 1,4 milhão de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, em relação aos valores observados em 2006. Consolida-se, desta forma, uma permanente redução na demanda de força de trabalho agrícola desde 1985, quando 23,4 milhões de pessoas estavam ocupadas nos estabelecimentos agropecuários (DeiGrossi & Balsadi, 2020). Se para o total de Brasil houve redução do pessoal ocupado, em algumas grandes regiões o comportamento observado foi o oposto. Nas regiões Norte e Centro-Oeste houve crescimento do número total de ocupados nas atividades agropecuárias entre 2006 e 2017, com destaque para o crescimento do trabalho assalariado permanente.

Esse crescimento do total de empregados permanentes contrastou com a queda dos assalariados temporários, fato que pode evidenciar uma nova tendência dentro do mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira, cada vez mais marcada pelo predomínio e expansão das grandes *commodities*. Em recente pesquisa, o Sistema CNA/Senar/Instituto CNA ouviu 1.282 agricultores e pecuaristas de todo o País, no período de 1º de março a 5 de abril de 2019. Tanto na agricultura quanto na pecuária, as quatro principais demandas dos produtores foram as mesmas (nesta ordem): crédito rural (59,9%); redução dos custos de produção (49,7%); melhoria da logística e infraestrutura (41,0%); e qualificação de mão de obra (36,2%). As questões trabalhistas apareceram em oitavo lugar, com 20,0%.

Dada a existência de poucos estudos recentes sobre os empregados permanentes e temporários e a necessidade de um novo olhar para políticas públicas de desenvolvimento rural e de geração de emprego e renda no rural brasileiro, este texto objetiva apresentar e discutir alguns dos principais dados para estas categorias, trazidos à tona com a divulgação dos dados do Censo Agropecuario 2017.

De caráter mais descritivo e exploratório, o texto apresenta os dados relativos aos seguintes aspectos: dimensionamento do mercado de trabalho assalariado na agricultura; características pessoais dos empregados permanentes e temporários; ocupação dos trabalhadores assalariados segundo o tipo de estabelecimento agropecuário; ocupação dos empregados permanentes e temporários pelos grupos e atividades agropecuárias; distribuição dos ocupados segundo os dias trabalhados durante o ano.



NOTAS METODOLÓGICAS

Os dados utilizados neste trabalho foram todos obtidos no SIDRA/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tem como fonte principal o Censo Agropecuário 2017, que contempla todos os estabelecimentos agropecuários situados no território nacional. Por estabelecimento entende-se “[...] toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família)” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

O Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017 teve como período de referência o intervalo entre os dias 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, e como data de referência, o dia 30 de setembro de 2017.

Com relação ao trabalho agropecuário propriamente dito, consideram-se todas as pessoas que trabalharam no estabelecimento no período de referência, em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros. Em função do tipo de trabalho e da forma de contratação, estas pessoas são classificadas como (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017):

- a) trabalhador permanente: é a pessoa que trabalha de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, contratada com esta característica, incluindo o administrador.
- b) trabalhador temporário: é a pessoa contratada, sem intermediação de terceiros, que trabalhou uma ou mais vezes no estabelecimento agropecuário em tarefas temporárias ou eventuais como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas.

Em relação à definição formal da agricultura familiar no Brasil, a mesma está prevista na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (DelGrossi, 2019). Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor(a) familiar e empreendedor(a) familiar rural aquele(a) que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família².

² São também beneficiários desta Lei: I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o



O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) é um programa de crédito que possui o objetivo de promover o desenvolvimento das atividades dos(as) médios(as) produtores(as) rurais, proporcionando o aumento da renda e da geração de empregos no campo. Para efeitos do Pronamp, define-se como médio(a) produtor(a) rural os(as) proprietários(as) rurais, posseiros(as), arrendatários(as) ou parceiros(as) que tenham, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal; e possuam renda bruta anual de até R\$ 2 milhões (BNDES, 2020).

ANÁLISE DOS DADOS

Dimensão do Assalariamento na Agricultura Brasileira

Em 2017, o Censo Agropecuario captou um total de 3,8 milhões de assalariados ocupados nas atividades agropecuárias, sendo, praticamente, a metade de empregados permanentes e a outra metade de temporários (Tabela 1). Com isso, percebe-se uma participação de 25,3% dos trabalhadores assalariados no total de ocupados, que foi de 15,1 milhões de pessoas. O Sudeste foi a região que mais empregou os trabalhadores permanentes (742,4 mil pessoas) ao passo que o Nordeste foi preponderante na ocupação dos temporários (868 mil pessoas). Juntas, essas duas grandes regiões foram responsáveis por 66,1% do total de assalariados na agricultura brasileira (2,5 milhões de um total de 3,8 milhões de pessoas).

Quando se analisam os dados para as diferentes regiões, nota-se, claramente, que o Sudeste e o Centro-Oeste apresentam um nível de relações de trabalho assalariado bem acima da média nacional: 38,9% e 38,3%, respectivamente, do mercado de trabalho agrícola eram de assalariados. Obviamente que a estrutura produtiva destas regiões, fortemente baseada em *commodities*, explica o quadro observado. Em contraposição, as regiões Norte, Nordeste e Sul, com uma agricultura predominantemente de base familiar, apresentaram resultados distintos (18,6%, 20,1% e 20,0%, respectivamente).

Tabela 1: Empregados permanentes e temporários no total de ocupados na agricultura. Brasil e Grandes Regiões, 2017

Brasil e Regiões	Total de Ocupados	Empregados Permanentes	%	Empregados Temporários	%	Total de Assalariados	%
Brasil	15.105.125	1.926.195	12,8	1.891.772	12,5	3.817.967	25,3

manejo sustentável daqueles ambientes; II – aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III – extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V – povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV; VI – integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV.



Norte	2.010.291	176.437	8,8	196.645	9,8	373.082	18,6
Nordeste	6.376.764	413.844	6,5	868.049	13,6	1.281.893	20,1
Sudeste	3.187.377	742.361	23,3	497.736	15,6	1.240.097	38,9
Sul	2.340.866	259.408	11,1	208.155	8,9	467.563	20,0
Centro-Oeste	1.189.827	334.145	28,1	121.187	10,2	455.332	38,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuario 2017.

Ainda em relação às diferenciações regionais, vale destacar que no Centro-Sul há um claro predomínio dos empregados permanentes no mercado de trabalho assalariado, enquanto no Norte e no Nordeste (principal empregador do trabalho assalariado temporário) há predomínio dos empregados temporários.

Características Pessoais dos Empregados Permanentes e Temporários

Os principais dados disponibilizados pelo Censo Agropecuario 2017 são relativos à idade e gênero. E os dados falam por si: o mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira é predominantemente masculino e formado por pessoas com idade superior a 14 anos (Tabelas 2 e 3). Para o total de Brasil, 84,7% dos empregados permanentes eram homens, em 2017, e 85,1% tinham 14 anos ou mais de idade. Para os empregados temporários, os valores foram, respectivamente, 91,8% e 91,9%. Pode-se perceber que há, em linhas gerais, poucas diferenças entre as regiões neste aspecto.

Tabela 2: Empregados permanentes ocupados na agricultura, por idade e gênero. Brasil e Grandes Regiões, 2017

Brasil e Grandes Regiões	Faixas de Idade	Gênero				
		Total	Homens	%	Mulheres	%
	Total	1.926.195	1.630.958	84,7	295.237	15,3
Brasil	De 14 anos e mais	1.880.061	1.600.451	85,1	279.610	14,9
	Total	176.437	142.054	80,5	34.383	19,5
Norte	De 14 anos e mais	166.648	136.049	81,6	30.599	18,4
	Total	413.844	354.452	85,6	59.392	14,4
Nordeste	De 14 anos e mais	403.705	347.254	86,0	56.451	14,0
	Total	742.361	638.434	86,0	103.927	14,0
Sudeste	De 14 anos e mais	731.050	631.510	86,4	99.540	13,6
	Total	259.408	213.869	82,4	45.539	17,6
Sul	De 14 anos e mais	253.717	209.801	82,7	43.916	17,3



	Total	334.145	282.149	84,4	51.996	15,6
Centro-Oeste	De 14 anos e mais	324.941	275.837	84,9	49.104	15,1

Fonte: IBGE - Censo Agropecuario 2017.

Em todas as regiões, as mulheres tiveram maior participação relativa entre os empregados permanentes (média nacional de 15,3%, com maior destaque no Norte e no Sul, com 19,5% e 17,6%, respectivamente). Entre os empregados temporários, a participação feminina foi de apenas 8,2% para o total de Brasil, sendo que apenas no Sudeste superou o patamar de 10,0%. No Centro-Oeste, a participação foi de somente 3,9%.

Tabela 3: Empregados temporários ocupados na agricultura, por idade e gênero. Brasil e Grandes Regiões, 2017

Brasil e Grandes Regiões	Faixas de Idade	Gênero				
		Total	Homens	%	Mulheres	%
	Total	1.891.772	1.737.223	91,8	154.549	8,2
Brasil	De 14 anos e mais	1.866.324	1.714.711	91,9	151.613	8,1
	Total	196.645	186.809	95,0	9.836	5,0
Norte	De 14 anos e mais	192.830	183.665	95,2	9.165	4,8
	Total	868.049	813.843	93,8	54.206	6,2
Nordeste	De 14 anos e mais	857.926	804.758	93,8	53.168	6,2
	Total	497.736	431.329	86,7	66.407	13,3
Sudeste	De 14 anos e mais	491.025	425.447	86,6	65.578	13,4
	Total	208.155	188.783	90,7	19.372	9,3
Sul	De 14 anos e mais	204.835	185.758	90,7	19.077	9,3
	Total	121.187	116.459	96,1	4.728	3,9
Centro-Oeste	De 14 anos e mais	119.708	115.083	96,1	4.625	3,9

Fonte: IBGE - Censo Agropecuario 2017.

Assalariamento por Tipo de Estabelecimento Agropecuario

Analisando-se a ocupação dos assalariados pelos diferentes tipos de estabelecimentos, pode-se notar, como regra geral, que os empregados



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



permanentes estavam trabalhando, majoritariamente, na agricultura não familiar (1,7 milhão no total de 1,9 milhão de pessoas) e naqueles enquadrados no Pronamp (Tabela 4). Esse comportamento foi observado em todas as grandes regiões brasileiras.

Por outro lado, até por sua definição e características de ocupação da mão de obra familiar, a agricultura familiar foi predominante na ocupação dos empregados temporários, graças aos desempenhos das regiões Norte, Nordeste e Sul, haja visto que no Sudeste e no Centro-Oeste também houve predomínio dos estabelecimentos não familiares na ocupação dos assalariados temporários.

Se, para o agregado de todos os estabelecimentos agropecuários do Brasil, o mercado de trabalho assalariado representou 25,3% do total de ocupados, em 2017, quando se olha os diferentes tipos de estabelecimento é possível perceber que esta participação foi de 12,3%, 51,6% e 39,9%, respectivamente, para os estabelecimentos familiares, para os não familiares e para aqueles enquadrados nos critérios do Pronamp (engloba tanto estabelecimentos familiares quanto não familiares, sendo chamados de médios produtores) (Tabela 4).





Tabela 4: Empregados permanentes e temporários no total de ocupados na agricultura, por tipo de estabelecimento. Brasil e Grandes Regiões, 2017

Brasil e Regiões	Total de Ocupados	Empregados Permanentes	%	Empregados Temporários	%	Total de Assalariados	%
Brasil	15.105.125	1.926.195	12,8	1.891.772	12,5	3.817.967	25,3
Agricultura Familiar	10.115.559	256.182	2,5	987.700	9,8	1.243.882	12,3
Agricultura não Familiar	4.989.566	1.670.013	33,5	904.072	18,1	2.574.085	51,6
Pronamp	4.007.438	905.032	22,6	694.864	17,3	1.599.896	39,9
Norte	2.010.291	176.437	8,8	196.645	9,8	373.082	18,6
Agricultura Familiar	1.562.754	56.890	3,6	122.078	7,8	178.968	11,5
Agricultura não Familiar	447.537	119.547	26,7	74.567	16,7	194.114	43,4
Pronamp	414.256	90.168	21,8	69.581	16,8	159.749	38,6
Nordeste	6.376.764	413.844	6,5	868.049	13,6	1.281.893	20,1
Agricultura Familiar	4.708.670	75.107	1,6	534.194	11,3	609.301	12,9
Agricultura não Familiar	1.668.094	338.737	20,3	333.855	20,0	672.592	40,3
Pronamp	1.458.734	207.237	14,2	265.113	18,2	472.350	32,4
Sudeste	3.187.377	742.361	23,3	497.736	15,6	1.240.097	38,9
Agricultura Familiar	1.670.696	62.877	3,8	192.251	11,5	255.128	15,3
Agricultura não Familiar	1.516.681	679.484	44,8	305.485	20,1	984.969	64,9
Pronamp	1.108.073	345.694	31,2	233.959	21,1	579.653	52,3
Sul	2.340.866	259.408	11,1	208.155	8,9	467.563	20,0
Agricultura Familiar	1.616.290	28.947	1,8	106.033	6,6	134.980	8,4
Agricultura não Familiar	724.576	230.461	31,8	102.122	14,1	332.583	45,9
Pronamp	618.098	127.789	20,7	77.685	12,6	205.474	33,2
Centro-Oeste	1.189.827	334.145	28,1	121.187	10,2	455.332	38,3
Agricultura Familiar	557.149	32.361	5,8	33.144	5,9	65.505	11,8
Agricultura não Familiar	632.678	301.784	47,7	88.043	13,9	389.827	61,6
Pronamp	408.277	134.144	32,9	48.526	11,9	182.670	44,7

Fonte: IBGE - Censo Agropecuario 2017.

Com isso, percebe-se, claramente, que os estabelecimentos não familiares são predominantes no uso de trabalho assalariado na agricultura brasileira. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, 64,9% e 61,6% dos ocupados nestes estabelecimentos são empregados permanentes ou temporários.

Com exceção das regiões Norte e Nordeste, onde há um relativo equilíbrio, nas demais há um predomínio total dos estabelecimentos não familiares na ocupação dos trabalhadores assalariados, fato que contribui para a média nacional observada (Gráfico 1). Em todos os tipos de estabelecimento também há um fortíssimo predomínio do trabalho masculino entre os assalariados permanentes e temporários (Gráficos 2 e 3).

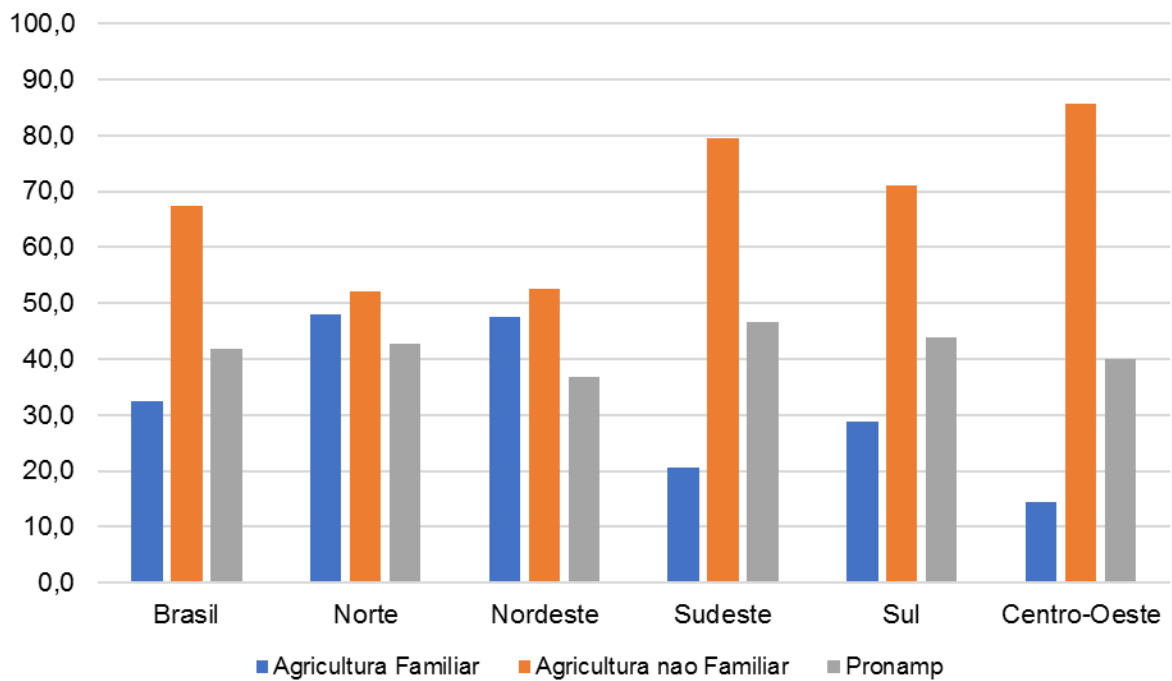


IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Gráfico 1: Participação relativa (%) de cada tipo de estabelecimento no total de assalariados. Brasil e Grandes Regiões, 2017



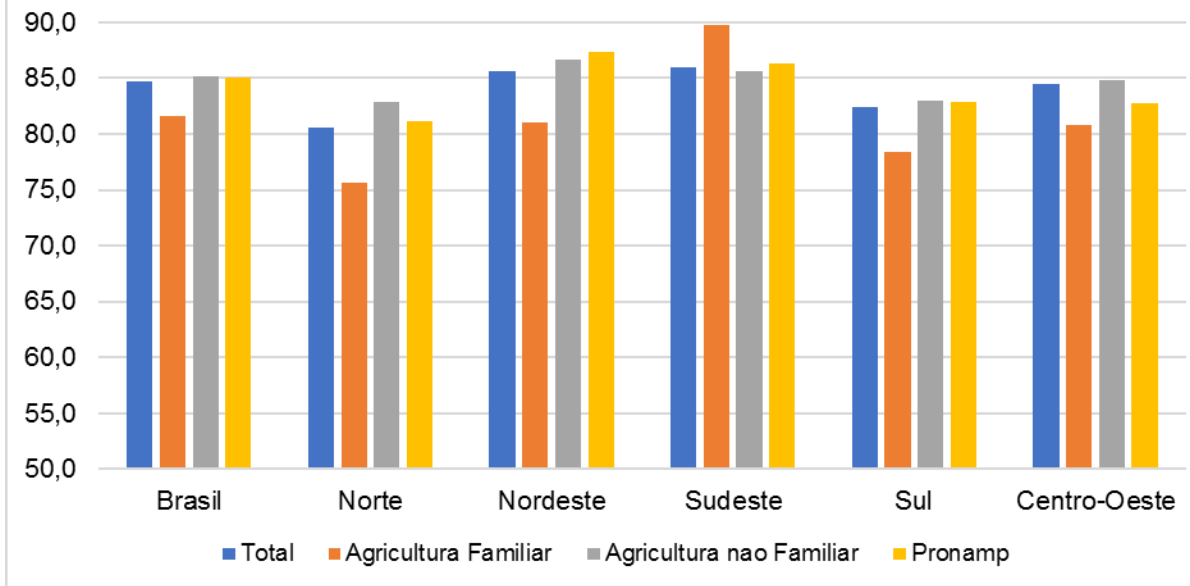


IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

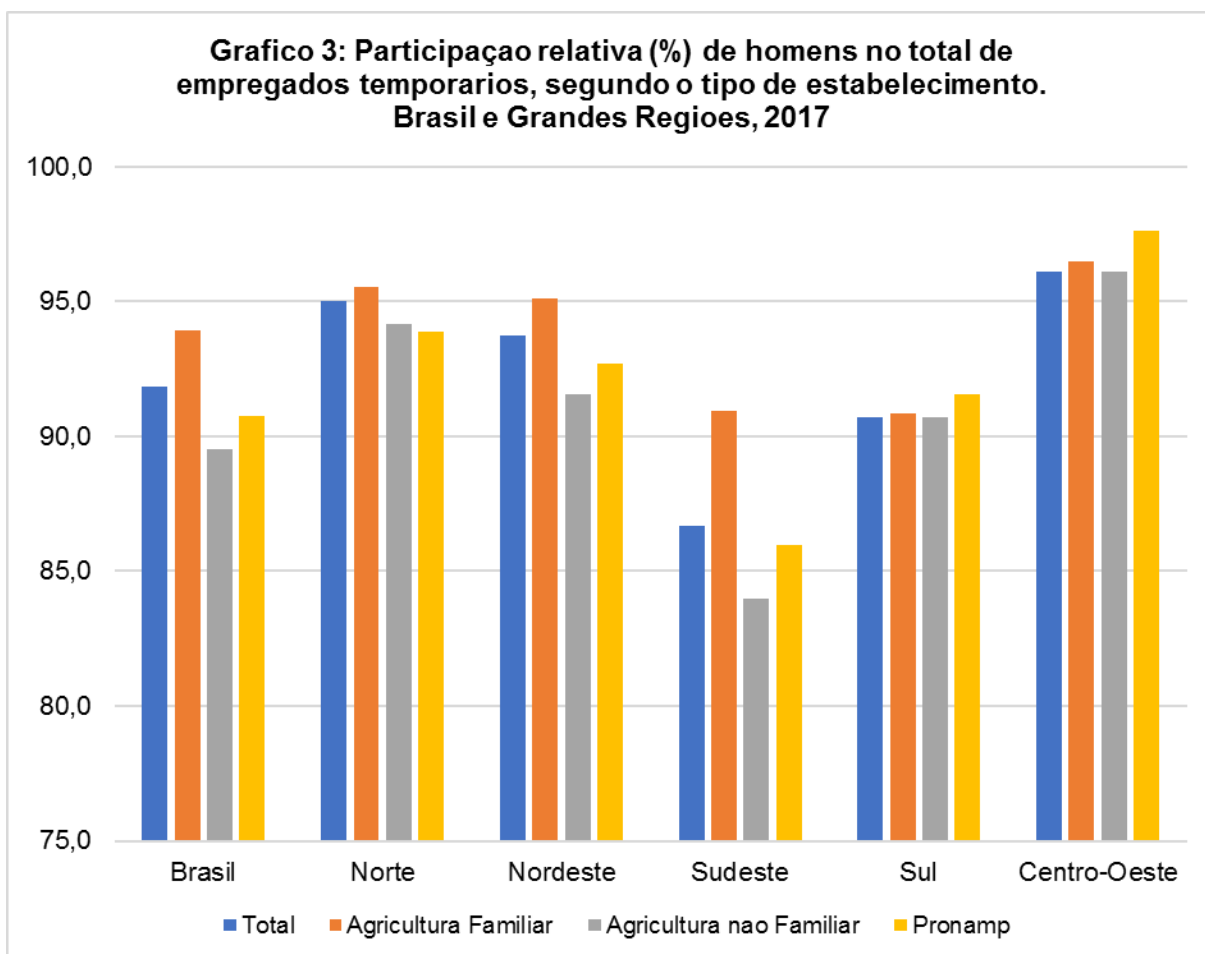
Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Gráfico 2: Participação relativa (%) de homens no total de empregados permanentes, segundo o tipo de estabelecimento. Brasil e Grandes Regiões, 2017



REDE DE ESTUDOS
RURAIS



Assalariamento nas Principais Atividades Agropecuárias

Olhando-se com mais detalhes as atividades agropecuárias, percebe-se que o assalariamento é a principal forma de relação de trabalho nas *commodities* (cultivos de algodão, cana de açúcar, soja, café, laranja, florestas plantadas) e nas atividades intensivas em mão de obra (cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais; fruticultura em geral; produção de mudas e sementes certificadas; cultivo de uva) (Tabela 5).

Em contrapartida, há, relativamente, baixa participação das formas de trabalho assalariado nas atividades com predomínio da agricultura familiar e/ou naquelas pouco intensivas em mão de obra, e também nas atividades típicas da integração com agroindústrias (cultivo de fumo, criação de suínos e aves).

Tabela 5: Empregados permanentes e temporários ocupados na agricultura, segundo grupos e atividades agropecuárias. Brasil, 2017

Grupos e Atividades Agropecuárias	Total de Ocupados	Empregados Permanentes		Empregados Temporários		Total de Assalariados	
			%		%		%



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Total	15.105.125	1.926.195	12,8	1.891.772	12,5	3.817.967	25,3
Produção de lavouras temporárias	5.093.020	677.058	13,3	616.923	12,1	1.293.981	25,4
Cultivo de cereais	1.009.512	54.743	5,4	97.689	9,7	152.432	15,1
Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	23.002	13.709	59,6	5.005	21,8	18.714	81,4
Cultivo de cana-de-açúcar	587.192	337.488	57,5	125.528	21,4	463.016	78,9
Cultivo de fumo	266.667	6.260	2,3	31.942	12,0	38.202	14,3
Cultivo de soja	618.770	160.762	26,0	76.324	12,3	237.086	38,3
Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	34.903	1.347	3,9	4.007	11,5	5.354	15,3
Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	2.552.974	102.749	4,0	276.428	10,8	379.177	14,9
Horticultura e floricultura	486.624	69.426	14,3	64.721	13,3	134.147	27,6
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	439.322	45.339	10,3	60.560	13,8	105.899	24,1
Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	47.302	24.087	50,9	4.161	8,8	28.248	59,7
Produção de lavouras permanentes	1.970.824	280.856	14,3	428.421	21,7	709.277	36,0
Cultivo de laranja	102.200	27.745	27,1	30.053	29,4	57.798	56,6
Cultivo de uva	83.788	23.633	28,2	22.009	26,3	45.642	54,5
Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	824.899	101.393	12,3	164.198	19,9	265.591	32,2
Cultivo de café	554.212	81.212	14,7	165.350	29,8	246.562	44,5
Cultivo de cacau	160.237	14.814	9,2	17.079	10,7	31.893	19,9
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	245.488	32.059	13,1	29.732	12,1	61.791	25,2
Produção de sementes e mudas certificadas	17.603	5.493	31,2	3.802	21,6	9.295	52,8
Produção de sementes certificadas	9.900	3.360	33,9	2.531	25,6	5.891	59,5
Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	7.703	2.133	27,7	1.271	16,5	3.404	44,2
Pecuária e criação de outros animais	6.831.118	774.589	11,3	713.724	10,4	1.488.313	21,8
Criação de bovinos	4.776.481	594.561	12,4	572.516	12,0	1.167.077	24,4



Criação de outros animais de grande porte	60.697	13.248	21,8	7.655	12,6	20.903	34,4
Criação de ovinos e caprinos	307.375	11.427	3,7	26.649	8,7	38.076	12,4
Criação de suínos	322.238	38.618	12,0	28.149	8,7	66.767	20,7
Criação de aves	1.320.588	115.474	8,7	75.253	5,7	190.727	14,4
Criação de outros animais	43.739	1.261	2,9	3.502	8,0	4.763	10,9
Produção florestal - florestas plantadas	216.725	84.483	39,0	22.834	10,5	107.317	49,5
Produção florestal - florestas nativas	388.607	16.083	4,1	25.750	6,6	41.833	10,8
Pesca (em água doce)	27.879	1.294	4,6	1.655	5,9	2.949	10,6
Aquicultura	72.725	16.913	23,3	X	X	X	X

Fonte: IBGE - Censo Agropecuario 2017.

X = Valor inibido para não identificar o informante.

Do ponto de vista da concentração da demanda de trabalho assalariado, nota-se que um conjunto de apenas cinco atividades, que tiveram seus dados isoladamente disponíveis, concentraram cerca de 60,4% do total de empregados permanentes e temporários, em 2017: criação de bovinos; cultivo de cana de açúcar; cultivo de soja; cultivo de café; e criação de aves (Tabela 5).

Dias de Trabalho por Tipo de Assalariamento e Grupos de Atividade

Os dados captados e disponibilizados pelo Censo Agropecuario 2017 a respeito dos dias trabalhados durante o ano pelos empregados permanentes e temporários são coerentes com as próprias definições destes tipos de contratações e suas características no processo de trabalho nas distintas fases dos ciclos de produção agropecuária.

Desta forma, pode-se notar que entre 85,0% e 95,0% do total de empregados permanentes, nos diferentes grupos de atividades agropecuárias, trabalharam 180 dias ou mais ao longo do ano (Gráfico 4).

De forma distinta, a grande maioria dos empregados temporários trabalhou até 90 dias durante o ano (Gráfico 5). Parte importante dos temporários, especialmente aqueles ocupados no cultivo de florestas plantadas, na produção de sementes e mudas certificadas, e nas atividades de horticultura e floricultura, trabalhou entre 90 e 180 dias no ano. Por fim, nas atividades da pesca e do cultivo de florestas plantadas houve participação importante de trabalhadores temporários que se ocuparam 180 dias ou mais ao longo do ano.



Gráfico 4: Distribuição relativa (%) dos empregados permanentes ocupados na agricultura por faixas de dias trabalhados no ano, segundo grupos de atividade. Brasil, 2017

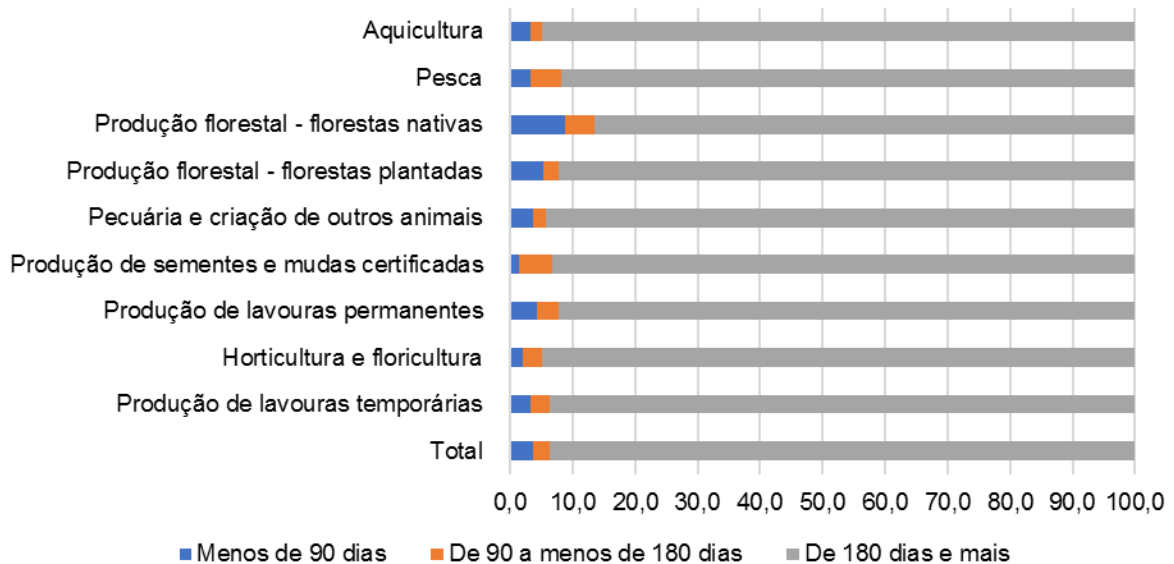
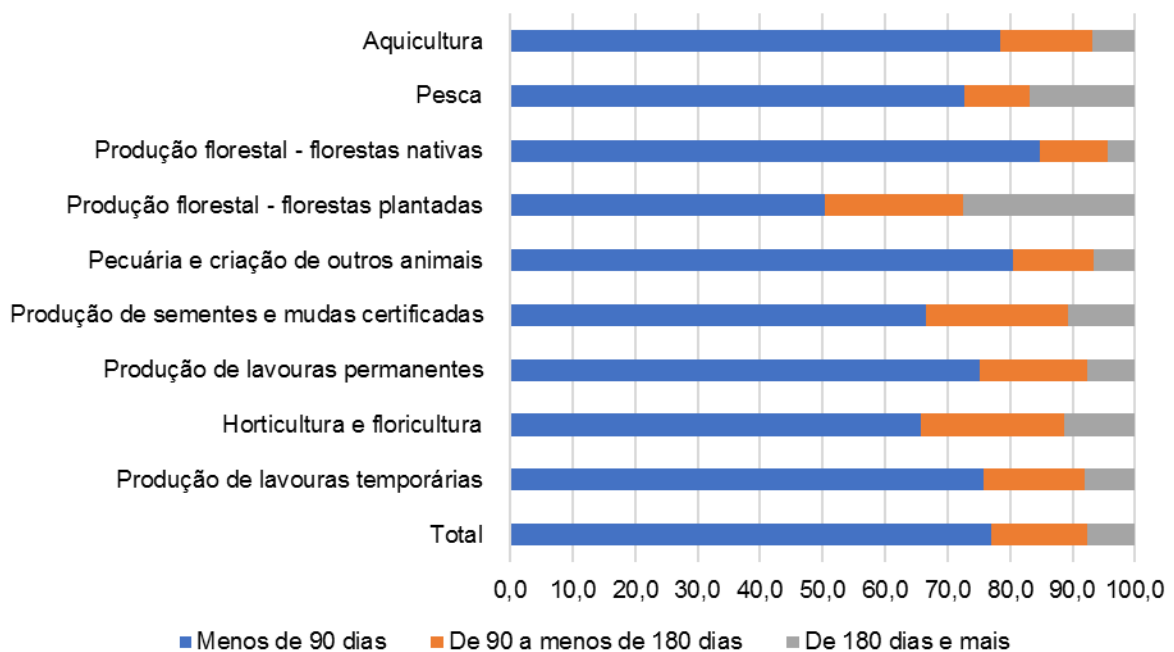


Gráfico 5: Distribuição relativa (%) dos empregados temporários ocupados na agricultura por faixas de dias trabalhados no ano, segundo grupos de atividade. Brasil, 2017



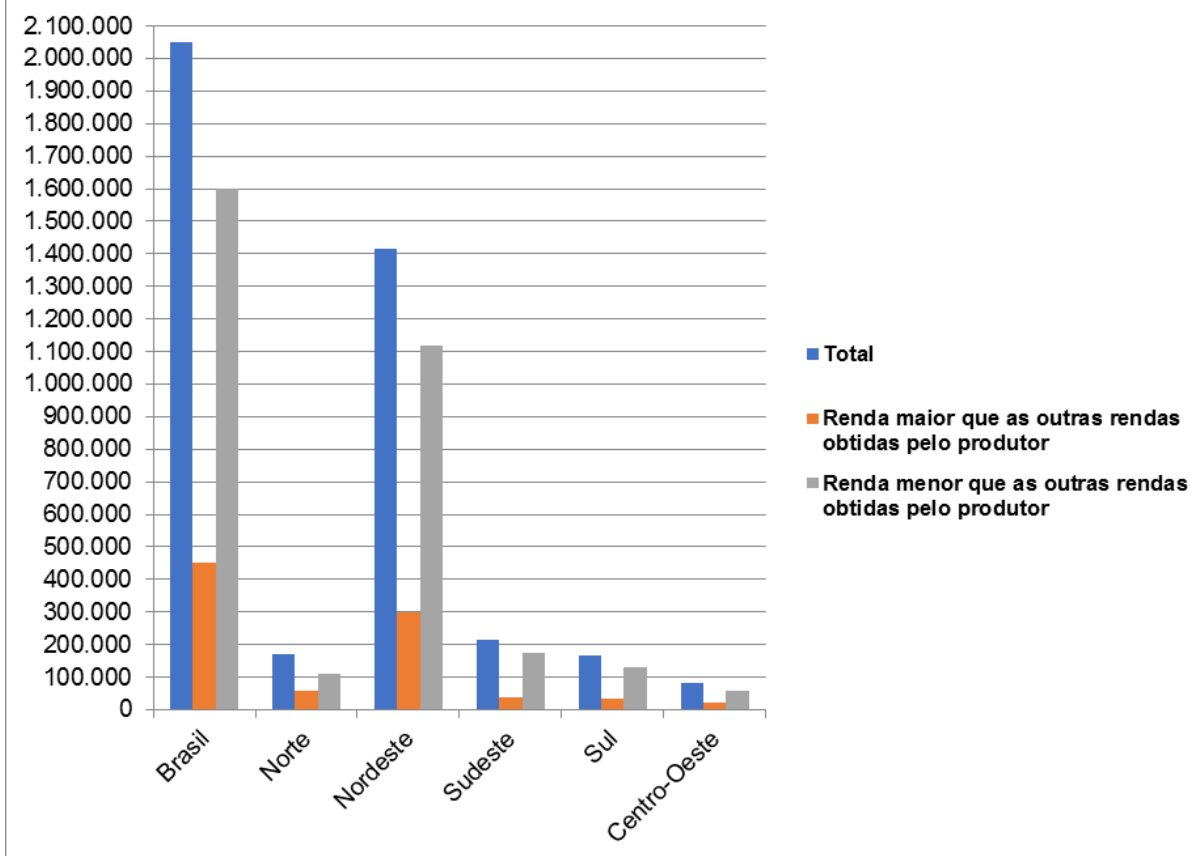


DOIS TEMAS CORRELATOS

O Setor de "Refúgio" no Rural Brasileiro

Do total de cerca de 2,1 milhões de estabelecimentos agropecuários cuja finalidade principal da produção era o consumo próprio do produtor e de pessoas com laços de parentescos com o mesmo, 1,4 milhão estavam localizados no Nordeste, em 2017 (Gráfico 6). Em todas as regiões, as rendas (monetárias e não monetárias) obtidas nestes estabelecimentos agropecuários eram menores do que as rendas não agrícolas obtidas de outras atividades econômicas (indústria, comércio e serviços), das rendas de transferência e das aposentadorias rurais. Fundamental para este público as políticas não agrícolas de desenvolvimento rural, de fomento para as atividades agropecuárias, de transferência de renda e de segurança alimentar e nutricional.

Gráfico 6: Número de estabelecimentos agropecuários cuja finalidade principal da produção agropecuária é o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor. Brasil e Grandes Regiões, 2017.



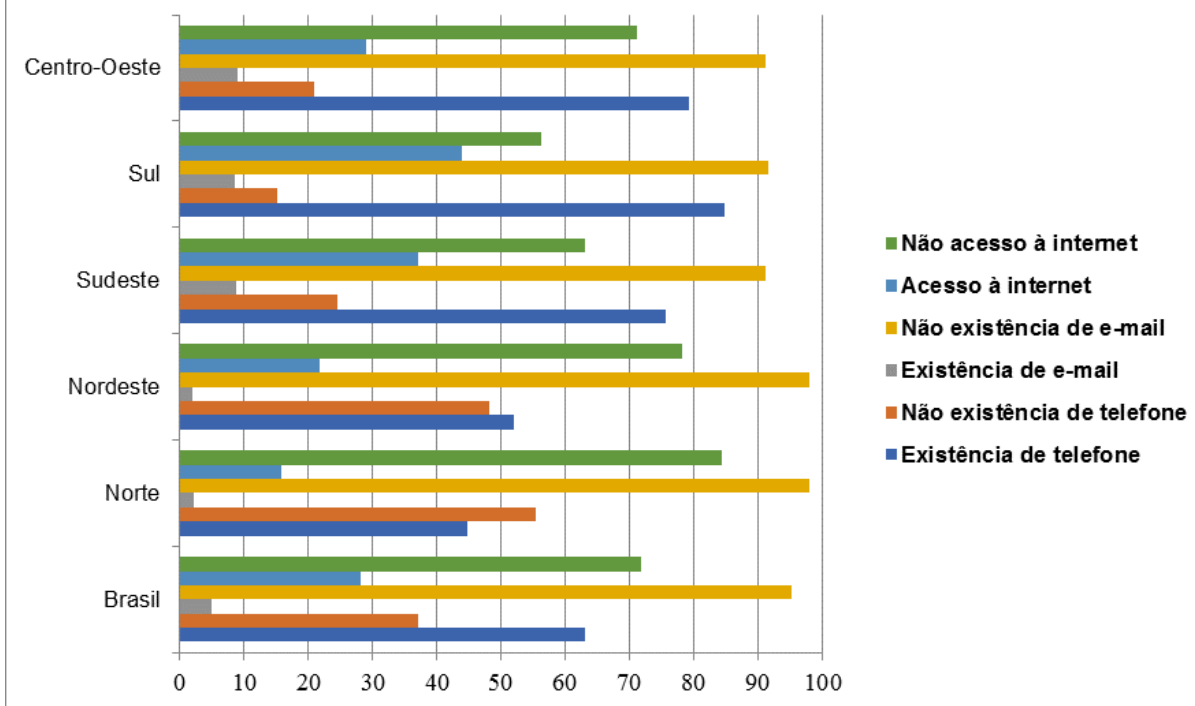


Desafios para a Agricultura Digital

Quando se apontam os maiores desafios para a agricultura e para as áreas rurais no Brasil, em termos de infraestrutura e serviços, certamente o tema da conectividade aparece em primeiro plano. Em pleno século XXI e tendo uma das agriculturas mais pujantes do mundo, é preocupante constatar que, em 2017, mais de 70,0% dos estabelecimentos agropecuários não tinham acesso à Internet (Gráfico 7). Em algumas regiões, como Norte e Nordeste, o acesso a este serviço era ainda mais precário, pois cerca de 85,0% e 80,0%, respectivamente, não tinham acesso ao mesmo.

Dos cerca de 30,0% dos estabelecimentos agropecuários com acesso à Internet, a maioria deles o fazia via internet móvel, seguida pela opção de banda larga (Gráfico 8). Os estabelecimentos agropecuários das regiões Sul e Centro-Oeste eram os mais bem em servidos com banda larga.

Gráfico 7: Porcentagem de estabelecimentos agropecuários com (ou sem) acesso à internet, e-mail e telefone. Brasil e Grandes Regiões, 2017.





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



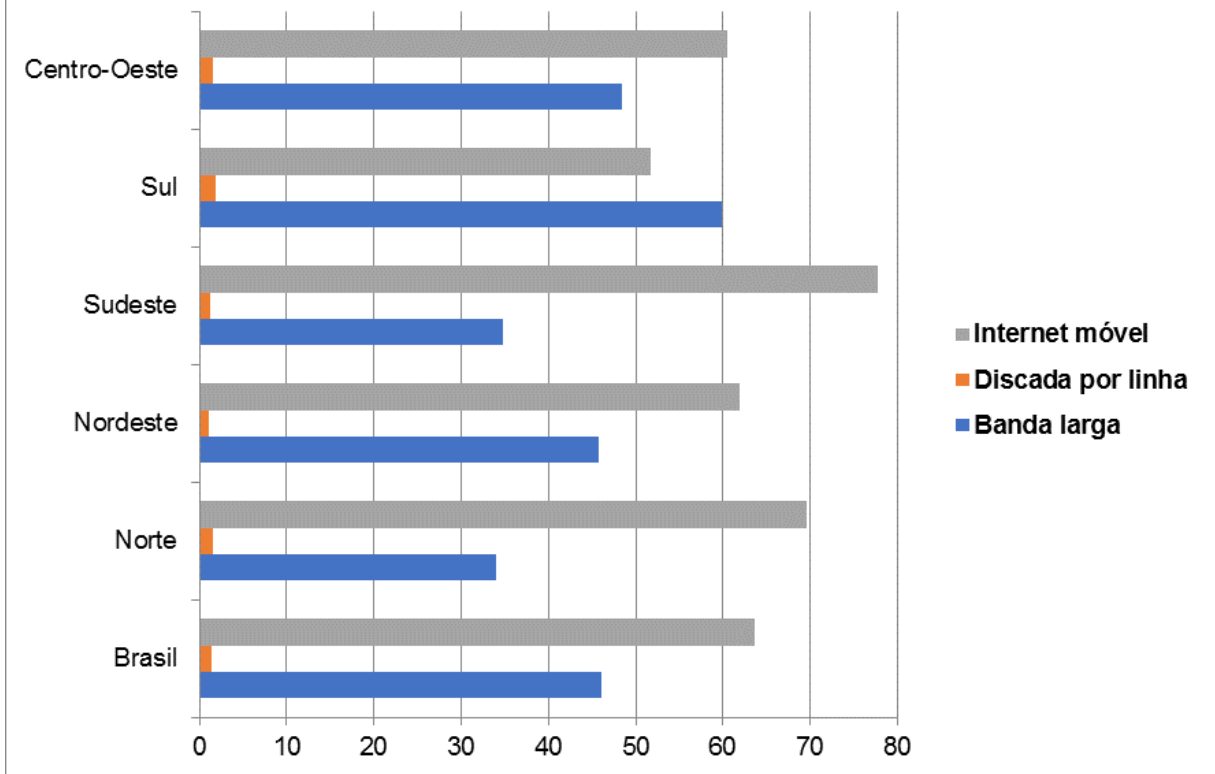
Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



Gráfico 8: Porcentagem de estabelecimentos agropecuários com acesso à internet, segundo a forma de acesso. Brasil e Grandes Regiões, 2017.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto analisou os dados do Censo Agropecuário 2017 relativos aos empregados permanentes e temporários ocupados na agricultura brasileira. Entre as principais constatações, destacam-se as seguintes: a) 25,3% do total de ocupados eram assalariados, mas com marcantes diferenças entre as regiões brasileiras e os tipos de estabelecimentos agropecuários (familiares, não familiares e Pronamp); b) o mercado de trabalho assalariado é marcado por forte predomínio masculino e de pessoas com 14 anos ou mais de idade; c) as atividades de criação de bovinos, cultivo de cana de açúcar, cultivo de soja, cultivo de café e criação de aves responderam por 60,4% do total de empregados permanentes e temporários ocupados em 2017.

Dado que o cenário é de continuidade do processo de redução da mão de obra demandada pelas atividades agropecuárias, seria muito oportuno que houvesse uma preocupação dos setores público e privado no sentido de proporcionar novas alternativas para os trabalhadores assalariados. Nota-se, nas últimas décadas, um paradoxo: as ocupações e os empregos na agricultura tendem a se reduzir nos “bons” e nos “maus” momentos da agricultura – por motivos distintos, obviamente (Balsadi, 2019).

Entre os desafios e perspectivas futuras, mereceriam um olhar atento os seguintes pontos:

- Surgirão novas demandas para novos perfis de empregados nas atividades agropecuárias (agricultura 4.0, 5.0). No entanto, o Censo Agropecuario 2017 traz uma informação preocupante: mais de 70,0% dos estabelecimentos agropecuários não tinham acesso à Internet. Em algumas regiões, como Norte e Nordeste, o acesso a este serviço era ainda mais precário, pois cerca de 85,0% e 80,0%, respectivamente, não tinham acesso à Internet. Sem uma ampla acessibilidade a estes serviços pela maioria dos(das) agricultores(ras) e empregados(as), será muito difícil romper com o atual padrão da concentração da produção agropecuária em uma reduzida parcela dos estabelecimentos agropecuários. Uma maior difusão da agricultura digital, com seus benefícios e impactos futuros, inclusive na qualidade do trabalho rural, passa necessariamente por uma redução das disparidades regionais, e das disparidades entre as áreas rurais e urbanas, onde o tema da conectividade é central nas demandas para as políticas públicas.
- O aumento do nível médio de escolaridade dos assalariados na agricultura é fundamental, juntamente com novos cursos e métodos de formação e qualificação da mão de obra. Deve-se investir pesado na melhor qualificação da mão de obra visando novas demandas do mercado de trabalho agrícola e não agrícola (diferentes modalidades de serviços prestados para a agricultura e também no processo de agroindustrialização, especialmente quando feito dentro das propriedades rurais).
- Os investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas mais dinâmicas nas regiões menos favorecidas, de modo a gerar empregos de melhor qualidade e ampliar os ganhos monetários das pessoas e das famílias, serão cada vez



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



mais necessários para potencializar os mercados de trabalho nas diferentes regiões produtoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALSADI, O. V. (2019) *Principais características do mercado de trabalho agrícola brasileiro no período 2004-2014*. Anais do XVI Encontro Nacional da ABET, Salvador – BA, UFBA, GT13 - Dinâmicas Sociodemográficas e Trabalho, 20p.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020, Abril 17). *Pronamp*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronamp-investimento>

DelGrossi, M. E. (2019). *Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do Censo, disponível para ampla consulta*. Mimeo.

DelGrossi, M. E. & Balsadi, O. V. (2020). *Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo*. IPEA.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Manual do Recenseador – Censo Agropecuario 2017*. IBGE.





Suicídio e trabalho na fumicultura: o caso do Vale do Rio Pardo, RS¹

Laila Mayara Drebes¹ e Joel Orlando Bevilaqua Marin²

¹ Doutora em Extensão Rural, Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Contato: drebeslm@gmail.com

² Doutor em Sociologia, Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato:

bevilaquamarin@gmail.com

Resumo

O Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, além de ser considerado centro socioeconômico da fumicultura por concentrar as atividades de produção e de processamento do fumo, também vem chamando a atenção pela recorrência de casos de suicídios. Assim, este estudo visa analisar as relações entre suicídio e trabalho na fumicultura do Vale do Rio Pardo. Para isso, foi conduzido um estudo de caso e os dados foram coletados até a saturação por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes vinculados à fumicultura e conhecedores dos casos de suicídios de fumicultores, sendo complementados com pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Embora as pesquisas sobre as relações entre suicídio e trabalho sejam recentes, principalmente as referentes aos suicídios em ocupações agropecuárias, elas explicam que os suicídios de trabalhadores transcorridos em seus ambientes de trabalho consistem em um método para exteriorizar o sofrimento vivenciado neste trabalho. No caso da fumicultura do Vale do Rio Pardo, o trabalho reúne uma série de condições e relações sociais que se mostram capazes de nutrir sofrimento entre os fumicultores. O trabalho na fumicultura é considerado penoso e pesado, pois costuma ser realizado em pequenas propriedades rurais não mecanizáveis em virtude do relevo, impondo condições ergonômicas adversas, desencadeadoras de múltiplas enfermidades físicas entre os fumicultores. Em somatório, a aplicação de agrotóxicos é realizada por meio de pulverização costal, utilizando produtos de grupos químicos considerados neurotóxicos e de classes toxicológicas de elevado nível de toxidez, o que maximiza os riscos de intoxicações e, conseqüentemente, de enfermidades mentais, como a depressão. Também a organização social do trabalho na fumicultura por meio do sistema integrado entre as agroindústrias e os agricultores acarreta sofrimento por afetar o poder de decisão dos últimos sobre o processo produtivo, não só em termos técnicos, mas também econômicos. Atuando como um mecanismo de dominação, o sistema integrado invalida a autonomia dos agricultores, principalmente por meio de endividamento programado. Além disso, políticas públicas criadas no contexto da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco vêm colaborando para a construção de uma crise identitária dos fumicultores ao considerar a atividade como destruidora do ambiente e da saúde. Ao entender a fumicultura como um trabalho supostamente contrário aos interesses da sociedade mais ampla, tais políticas públicas acabam por combater o trabalho dos fumicultores, desvalorizando-os socialmente. Estes resultados indicam a necessidade de se levar as condições e as relações sociais no trabalho em consideração ao pensar em ações de prevenção dos suicídios de fumicultores.

Palavras-Chave: agricultura familiar; sistema integrado agroindustrial; condições de trabalho.

¹ A pesquisa foi apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Introdução

O Vale do Rio Pardo, estado do Rio Grande do Sul, é considerado, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, como centro socioeconômico da fumicultura, por concentrar as atividades de produção e de processamento do fumo. Além disso, o Vale do Rio Pardo também vem chamando a atenção pela recorrência de casos de suicídios.

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SESRS, 2018), o Vale do Rio Pardo vem se mostrando continuamente entre as áreas de maiores índices suicidas do estado, com cerca de 17,2 suicídios a cada 100.000 cidadãos: esse índice é quase duas vezes maior que o índice de suicídios do Rio Grande do Sul e três vezes maior que o índice do Brasil.

Contudo, muitas vezes, estas mortes são compreendidas por meio de um olhar naturalista, que as enquadram como meras fatalidades, sem colocar em questão as condições sociais encontradas neste universo que conduz os indivíduos a contrariar a mais fundamental das normas sociais que é viver. Dentre as inúmeras condições sociais relevantes no entendimento dos casos de suicídio do Vale do Rio Pardo, vale trazer à tona a questão do trabalho, pois através dele os indivíduos se reconhecem como seres inseridos na sociedade. Dessa maneira, os olhares voltam-se à fumicultura: quais as características relacionadas ao trabalho na fumicultura que poderiam elucidar a ocorrência de tantos suicídios no Vale do Rio Pardo?

Assim, este estudo tem como intuito analisar as relações entre suicídio e trabalho na fumicultura do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Para isso, foi conduzido um estudo de caso e os dados foram coletados até a saturação por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes sociais vinculados à fumicultura e conhecedores dos casos de suicídios de fumicultores, sendo complementados com pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.



Suicídio e trabalho: origem e evolução dos estudos sobre suicídios de agricultores

Embora ainda no século XIX o sociólogo francês Durkheim (2014), em seu famoso estudo “O suicídio: estudo de Sociologia”, tenha elaborado teorizações sucintas sobre a vinculação entre as condições de trabalho e os casos de suicídios de trabalhadores no comércio e na indústria, até recentemente, os estudos científicos concentraram-se em averiguar as relações existentes entre ausência de trabalho e suicídio, considerando os sofrimentos sociais experienciados por trabalhadores desempregados.

Contudo, Mishara e Tousignant (2004), em revisão sobre as teorias de suicídio, além de corroborarem a existência de um consenso entre os estudiosos do assunto a respeito de como os índices suicidas aumentam diante do desemprego, também chamaram a atenção sobre a ocorrência de suicídios de trabalhadores como estratégia de encerramento dos sofrimentos resultante de condições de trabalho adversas. Nesse sentido, Dejours e Bègue (2009, p. 10, tradução nossa), ao estudar a realidade francesa, afirmaram “que a morbidade psiquiátrica e os gestos suicidas sejam frequentes nas populações afetadas pelo desemprego nós podemos entender, mas que o suicídio seja uma solução aos problemas de trabalho entre os trabalhadores [...] causa uma inquietude”.

Ainda de acordo com Dejours e Bègue (2009), os estudos sobre as prováveis correspondências entre trabalho e suicídio começaram a ser desenvolvidos somente no curso da década de 1990, em razão do crescimento dos casos de suicídios de trabalhadores nas indústrias e nos serviços. No decorrer dos anos 2000, este assunto veio à tona devido a inúmeros suicídios de trabalhadores efetuados nos ambientes de trabalho de renomadas companhias, como *Carrefour*, *Électricité de France*, *France Telecom*, *Peugeot* e *Renault*. Os casos desencadearam intensas reações da imprensa e da população, solicitando auxílio do poder público e das próprias companhias para sua prevenção.

Contudo, segundo Dejours (2005), na França, muito antes disso, sabia-se da elevada ocorrência de suicídios nas propriedades rurais, vinculados às ocupações agrícolas. Na visão de Dejours e Bègue (2009), os suicídios nos ambientes de trabalho acontecem nos mais



diferenciados meios sociais e envolvem os mais variados trabalhadores, inclusive os agricultores.

Entretanto, conforme Deffontaines (2014), no âmbito científico, essa temática só ascendeu efetivamente em 2009 com os suicídios de incontáveis pecuaristas de leite no continente europeu, atrelados aos sofrimentos derivados das contrariedades socioeconômicas impostas aos agricultores integrados nesta atividade produtiva. Desde então, cresceram as matérias nos meios de comunicação sobre casos de suicídios de agricultores. Segundo Jacques-Jouvenot e Laplante (2009, p. 61, tradução nossa), considerando o referido contexto francês, “a literatura científica e as mídias evocam seguidamente o mundo agrícola como um dos grupos sociais mais marcados pelo suicídio”.

Já no Brasil, referente à relação entre trabalho e suicídio, as pesquisas se mostram concentradas sobre a realidade dos bancários, dos médicos e dos policiais, enfatizando os sofrimentos e tensões vivenciados no desempenho destas ocupações (SANTOS *et al.*, 2010; MINAYO *et al.*, 2011; BARBOSA *et al.*, 2012). Destarte os escassos e raros estudos sobre os suicídios de agricultores, certos autores vêm mostrando o incremento do índice suicida entre os fumicultores (FALK *et al.*, 1996; ALMEIDA, 2005; FARIA *et al.*, 2014; MENEGHEL *et al.*, 2012; CASTRO; MONTEIRO, 2015; RIBEIRO; IKUTA, 2015).

Dessa maneira, Meneghel *et al.* (2012), ao estudarem os casos de Candelária, São Lourenço do Sul e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul – municípios caracterizados pela colonização germânica e pela agricultura familiar dedicada à fumicultura –, encontraram numerosas ocorrências de enforcamentos no entorno das residências, normalmente no interior das rústicas construções reservadas a secar e a estocar as folhas de fumo.

De maneira semelhante, também encontrei relatos de enforcamentos de fumicultores nos “galpões de fumo”, isto é, de suicídios de trabalhadores transcorridos em seu ambiente de trabalho. No contexto estudado, onde a fumicultura concentra-se no cultivo de variedades de fumos de estufa, estas construções também eram denominadas de “paióis de fumo” ou ainda “fornos de fumo”. A recorrência do enforcamento neste ambiente de trabalho foi resumida no relato de um fumicultor entrevistado: “O método é a corda. Corda e galpão. No galpão, ou no



forno de fumo, que fica dentro do galpão” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida).

Relatos coletados no universo de análise evidenciam essa recorrência: *“Quando a gente chegou lá já tava feito. Tava num canto do galpão de fumo. Eu ainda cortei a corda, mas não adiantava mais” (Adão, 75 anos, sogro de fumicultor suicida); “Eu fiz a volta pelo lado do forno e daí eu vi ele: tava sentado no chão, as pernas reto pra frente, a cabeça encostada naquela coisa que a gente colocava o fumo antes de botar no forno assim, a cabeça encostada, como se ele tava dormindo. Só que amarrado lá em cima, naqueles sacos pra fazer feixe de fumo na lavoura” (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor suicida).*

Para os autores franceses Dejourns e Bègue (2009), os suicídios de trabalhadores em seus ambientes de trabalho, como os casos narrados acima, são derivados das restrições, normalmente sociais encontradas no trabalho (e não somente naturais, isto é, biológicas, físicas e químicas). Nessa visão, as relações sociais no trabalho, isto é, os meios como o trabalho é estruturado e executado, reverberam severamente sobre o trabalhador e necessitam ser cuidadosamente consideradas nos casos de suicídio. Acrescentaram, ainda, como o trabalho é relevante na construção e na estabilização da identidade do indivíduo e até mesmo na conservação da sua saúde.

Nesse sentido, ainda conforme Dejourns e Bègue (2009), suicídios de trabalhadores transcorridos em seus ambientes de trabalho – como os encontrados em nosso universo de análise – são um método adotado com o intuito de exteriorizar o sofrimento vivenciado no trabalho. Dessa maneira, o suicídio consiste em um recado violento às comunidades de inserção dos trabalhadores, manifestando como o trabalho esteve em causa nesta morte. Em razão desta constatação, Dejourns (2005) reiterou a necessidade de considerar as relações sociais no trabalho diante da ocorrência de suicídios de trabalhadores. Conforme o autor, *“estes suicídios certamente indicam uma desestruturação das relações sociais no trabalho. [...] eles assinalam, por sua mera aparição, uma evolução deletéria que afeta todos aqueles que trabalham, e não apenas os mortos” (DEJOURS, 2005, p. 55, tradução nossa).*

Ainda, na visão de Dejourns e Bègue (2009), o número de suicídios de trabalhadores no



ambiente de trabalho não é relevante na sua determinação enquanto problema social, sendo um único suicídio suficiente para delatar sérios problemas nas relações sociais no trabalho, afetando toda a comunidade trabalhadora e não somente os que apresentam ideações, tentativas ou suicídios efetivos. Também Werlang (2013), em estudo realizado no Rio Grande do Sul, ressaltou que não se tratam de números, pois quando um único agricultor comete suicídio em virtude da precariedade de suas condições de trabalho, isto é um indício do estado de sofrimento encontrado na agricultura de maneira generalizada.

Estas constatações científicas contradizem a recorrente afirmação dos agentes vinculados às agroindústrias fumageiras, em nosso universo de análise, de que o número de suicídios de fumicultores não é significativo e que, assim, não sendo um problema generalizado, não se constitui em verdadeiro problema social: *“Na verdade, pra mim, particularmente, não chamam atenção os casos de suicídio de fumicultores, porque é um número que não é tão expressivo, ocorre esporadicamente”* (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores).

Diante disso, nas próximas seções iremos discorrer sobre as diferentes relações sociais e condições de trabalho vigentes na fumicultura e ponderar sobre como vinculam-se com os casos de suicídio em propriedades rurais do Vale do Rio Pardo.

As condições de trabalho e as enfermidades físicas e mentais dos fumicultores

No universo do Vale do Rio Pardo, a fumicultura é reconhecida como um trabalho *“braçal”*, *“pesado”* e *“penoso”*, em referência às condições de trabalho da atividade. Como destacou um entrevistado: *“O trabalho ainda é bastante manual, e por isso a penosidade é um pouco maior neste cultivo do que em outros”* (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco). Normalmente, a fumicultura é desenvolvida em pequenas propriedades rurais, de relevo acidentado, impedindo a mecanização do processo produtivo ou somente permitindo parcialmente. Nesse sentido, a maior parte da atividade, desde a semeadura até a colheita, e até posteriormente a secagem, é realizada manualmente pelos agricultores. Logo, a fumicultura impõe condições ergonômicas adversas, desencadeadoras de múltiplas



enfermidades físicas entre os fumicultores.

Entre estes trabalhadores são comuns casos de artrites, artroses, dorsalgias, lombalgias, etc., em virtude, principalmente, do esforço físico das atividades manuais. Assim, em muitos relatos os fumicultores foram adjetivados como “judiados”, termo utilizado no sentido de maltratados, sofridos: “*Olha, claro, a gente percebe que pessoas que trabalham na roça hoje são bastante judiadas*” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida); “*Os fumicultores são muito judiados: não tem um que não tenha alguma dor*” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores).

Além disso, os entrevistados também ressaltaram a insalubridade das atividades da colheita e da secagem das folhas de fumo: a colheita devido à constante exposição aos raios solares; e a secagem devido à necessidade de conduzir os fornos de fumo dia e noite, interferindo no descanso dos fumicultores. Neste mesmo sentido, chamaram atenção as apreciações sobre a aparência e a saúde física dos fumicultores. Devido à exposição climática e aos esforços físicos extenuantes, na percepção de agentes mediadores do desenvolvimento rural, estes agricultores apresentam uma aparência envelhecida: “*Normalmente, os fumicultores têm a cara muito sofrida, isso não diz nada em termos científicos, mas é impressionante como as pessoas são envelhecidas, uma cara sofrida demais*” (Jane, 37 anos, extensionista rural); “*Muitos deles vão chegar lá na idade da sua aposentadoria e já vão estar com as suas condições físicas extremamente esgotadas, pelo fato do trabalho excessivo. É um trabalho duro, árduo*” (Simone, 39 anos, extensionista rural).

Diante destas constatações, a perda precoce da capacidade de trabalho dos fumicultores pode funcionar como estímulo ao suicídio, pois estes trabalhadores reconhecem-se como agentes sociais pelo trabalho na fumicultura. Minayo *et al.* (2012), em estudo conduzido no Brasil que incluiu na sua amostragem áreas de fumicultura na região Sul, notaram vínculos entre problemas físicos de saúde, perda da capacidade de trabalho e suicídios, principalmente em indivíduos do sexo masculino.

Contudo, talvez o maior agravante das condições de trabalho dos agricultores na fumicultura refira-se ao uso de agrotóxicos, principalmente pela combinação de duas



características da aplicação de agrotóxicos na fumicultura: a pulverização costal e os grupos químicos e classificações toxicológicas dos produtos pulverizados, as quais maximizam os riscos de intoxicações dos fumicultores quando em comparação com trabalhadores de outras atividades agrícolas.

Os pulverizadores costais, ou ainda pulverizadores *back-pack*, são um equipamento constituído basicamente por um tanque conectado a uma bomba manual. O tanque é carregado nas costas do fumicultor, com auxílio de faixas suspensórias, e a bomba é carregada nas mãos do fumicultor, viabilizando o acionamento do equipamento e a pulverização das plantas de fumo com os agrotóxicos. Assim, carregando a calda de agrotóxicos nas suas costas, o fumicultor se desloca entre os canteiros, acionando e direcionando a bomba manualmente, em contínuo movimento entre os canteiros, atravessando a nuvem de agrotóxicos. A impossibilidade de utilizar pulverizadores acoplados ou ainda pulverizadores autopropelidos na fumicultura – por meio dos quais o fumicultor estaria mais distante da calda e da nuvem de agrotóxicos – se deve às condições topográficas das áreas de cultivo, normalmente reduzidas e acidentadas, sendo pouco propícias à mecanização.

Também é necessário enfatizar as características referentes aos grupos químicos e às classes toxicológicas dos agrotóxicos recomendados pelos técnicos das agroindústrias para uso na fumicultura. Entre os grupos químicos, os inseticidas carbamatos e organofosforados apresentam o maior potencial de intoxicação e estudos indicam a elevada utilização destes na fumicultura (GOETHEL *et al.*, 2013).

No que tange às classes toxicológicas, os agrotóxicos são divididos em quatro classes, por níveis de toxidez, sendo esses evidenciados por diferentes faixas de cores nos rótulos destes produtos: classe 1 - extremamente tóxico, faixa vermelha; classe 2 - altamente tóxico, faixa amarela; classe 3 - medianamente tóxico, faixa azul; e classe 4 - pouco tóxico, faixa verde. Diante disto, dos 108 agrotóxicos aprovados para uso na fumicultura, 43 pertencem à classe 1 (39,8%), 13 à classe 2 (12,0%), 33 à classe 3 (30,6%) e 19 à classe 4 (17,6%), o que evidencia que a maior parte deles são considerados extremamente tóxicos (MAPA, 2019).

Diante desta realidade, a não utilização do equipamento de proteção individual (boné



árabe, viseira, respirador, jaleco, avental e calças impermeáveis, luvas e botas de borracha) maximiza os riscos de intoxicação dos fumicultores, dadas as características da tecnologia de pulverização e dos produtos aplicados. Todavia, de acordo com os entrevistados, os fumicultores não costumam utilizar os equipamentos de proteção individual, sobretudo, devido ao desconforto térmico: *“É muito quente, pra usar tudo é muito calor. É tipo um plástico e aí tudo fechado, cruze. Eu já não gosto muito de calor, daí ainda usar essa roupa, não entra nenhum arzinho no corpo”* (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor suicida).

Faria *et al.* (2014a) analisaram as 558 microrregiões brasileiras e concluíram o seguinte: nas microrregiões com maior uso de agrotóxicos e maior incidência de casos de intoxicação de agricultores, ocorreram taxas de suicídio mais elevadas. As preocupações estão centradas sobre os distúrbios neurológicos desencadeados pela exposição a certos agrotóxicos, aumentando a ocorrência de suicídios. Em outro estudo, Faria *et al.* (2014b) sublinharam a existência de grande risco associado à fumicultura, considerando o volume, a recorrência e a toxicidade dos agrotóxicos utilizados.

Como destacado no estudo de Drebes (2017), intoxicações desencadeadas pela imprudência na aplicação dos agrotóxicos, como é o caso da não utilização dos equipamentos de proteção individual, resultam em efeitos neurotóxicos sobre os agricultores, isto é, agridem o sistema nervoso e podem gerar ideias suicidas, muitas vezes, provenientes de enfermidades mentais como a depressão. Entre os fumicultores do Vale do Rio Pardo, os casos de depressão são numerosos, ressaltados pela crescente medicalização, como mostram os depoimentos de diferenciados agentes sociais atuantes no Vale do Rio Pardo: *“Mas depressão tem muito, tem muito. Tanto mulheres, quanto homens. Tem bastante”* (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores); *“A depressão é uma coisa que a gente vê aumentando muito no próprio interior também”* (Lair, 62 anos, padre católico); *“Olha, quando eu comecei a trabalhar há 13 anos atrás, nem eu sabia o que era um antidepressivo, nem as pessoas. Hoje de cada dez famílias, uma ou duas que não usam. Alguém da família usa, se não todos”* (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores).

As condições de trabalho na fumicultura esmiuçadas nesta seção evidenciam como as



características produtivas e tecnológicas desta atividade suscitam casos de suicídios entre os fumicultores. Embora tais condições de trabalho desencadeiem a ocorrência de enfermidades físicas e mentais entre estes trabalhadores, não devem ser encaradas apenas por um viés de saúde, mas também por um viés social.

O sistema integrado agroindustrial e a dominação dos fumicultores

Para o entendimento da problemática do suicídio de agricultores familiares é necessário olhar para as relações sociais de trabalho instituídas nos processos de integração agroindustrial da fumicultura do Vale do Rio Pardo. Assim, torna-se importante esclarecer como se objetiva a estruturação desta cadeia produtiva, vinculando os agricultores e as agroindústrias fumageiras, por meio do denominado sistema integrado de produção.

Conforme Paulilo (1990, p. 19), em estudo desenvolvido em Santa Catarina, o sistema integrado é definido como “uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível deste modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital”. Para Melz (2017), com base na experiência do Vale do Rio Pardo, o sistema integrado consiste em um intrincado sistema de compromissos estipulados contratualmente entre os responsáveis pela produção (parte dos agricultores) e os responsáveis pelo processamento (parte das agroindústrias), visando – supostamente – proventos para ambas as partes.

Como sintetizado no estudo de Biolchi (2003), no caso da fumicultura, aos agricultores cabem: produzir a quantidade de fumo acertada com a fumageira; utilizar os insumos recomendados pela fumageira na produção; e comercializar a produção com a fumageira contratada; em contrapartida, às agroindústrias cabem: fornecer assistência técnica aos fumicultores; repassar insumos certificados para a produção; avaliar os insumos e outros investimentos voltados à produção; custear o transporte da produção; e comprar a produção dos fumicultores contratados.

Apesar das conveniências destacadas, não existe meio da rentabilidade do sistema



integrado ocorrer na mesma medida para os fumicultores e para as fumageiras: o sistema pode até parecer uma parceria, mas não o é, pois os interesses econômicos dos fumicultores e das fumageiras são contraditórios e concorrenciais. Em outros termos, os ganhos econômicos dos agricultores representam perdas para as agroindústrias, e vice-versa.

Em virtude disso, a rentabilidade nesta atividade é permeada por instabilidade, pois agricultores e agroindústrias estão em constante tensões e conflitos de interesses, visando maiores rendimentos econômicos. Nos últimos anos, essa concorrência vem sendo cada vez mais visualizada no âmbito da fumicultura do Vale do Rio Pardo, e, muito em virtude disso, um instrutor de tabaco entrevistado afirmou: “*não é mais uma integração de verdade*” (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores).

Dessa maneira, não é incomum encontrar certos rótulos atrelados ao sistema integrado, como “*amarração*”, “*enganação*”, “*escravidão*”, “*exploração*”, “*servidão*”, ou ainda, “*sujeição*”, entre outras expressões reveladoras de contradições sociais e de franca desvantagem para os agricultores familiares. Os depoimentos dos entrevistados corroboram as tentativas de dominação exercidas pelas agroindústrias sobre os agricultores: “*Eles [fumageiras] tratam o produtor de fumo como se fosse o escravo deles*” (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida); “*A parte ruim é que nós somos o lado mais fraco [do sistema integrado]. E a corda onde arrebenta? No produtor, no lado mais fraco. Infelizmente é assim*” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida); “*Eles pagam o que querem, porque o que o produtor vai querer com aquela folha de tabaco em casa? Vai deixar ali?*” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores).

No sistema integrado da fumicultura do Vale do Rio Pardo, são variados os mecanismos de dominação acionados pelas agroindústrias sobre os agricultores, perpassando por contratos de compra e venda, empréstimos financeiros, “*venda casada*” de insumos agrícolas, visitas técnicas de controle e fiscalização e, principalmente, controle do preço pago pelo fumo em folha.

O que acontece é que no momento de assinatura dos contratos de integração, embora exista garantia de venda do produto, não existe garantia de preço, sendo este um cenário



gerador de insegurança entre os fumicultores. Segundo Almeida (2005), estudando a fumicultura no Sul do Brasil, o preço a ser pago pelo fumo em folha só é definido no início de cada safra, em uma reunião de uma comissão técnica, na qual participam as agroindústrias e outras entidades congêneres. Isto é, quem decide o preço que as fumageiras irão pagar para os fumicultores são as próprias fumageiras.

Sendo assim, o preço pago pelo fumo em folha costuma variar amplamente entre safras, entre agroindústrias e até mesmo entre agricultores integrados a uma mesma agroindústria em uma mesma safra, sob argumento de conformidade com a lei da oferta e da demanda. Para Redin (2015), analisado o sistema integrado na fumicultura de Arroio do Tigre, no Rio Grande do Sul, a lei da oferta e da demanda é considerada muito útil à dominação efetuada pelas fumageiras, pois valorizar o produto em uma safra e rebaixar na outra mantém o fumicultor confiante em uma remuneração satisfatória no futuro. Este viés foi claramente relatado nas entrevistas conduzidas no Vale do Rio Pardo: *“Ano passado, eles [os fumicultores] recebiam até por aqueles cisquinhos lá que estavam em cima da lona, eles recebiam um valor bem alto. Já esse ano, eles receberam quase o valor pela melhor qualidade o que eles recebiam pelos cisquinhos no ano passado”* (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Além disso, o preço pago pelo fumo em folha também é derivado de um sistema de classificação. Na referida reunião, a comissão técnica responsável define o preço do produto agrícola por meio de uma *“tabela de preços”*. No caso dos fumos de estufa, preponderantes no universo de análise, a tabela conta com 41 classificações conforme distinções de classe, subclasse, tipo e subtipo, inerentes a aspectos de posição, cor e qualidade das folhas: cada classificação resulta em um valor diferenciado pago pela agroindústria para o agricultor.

Segundo Vendrusculo (2017), em estudo sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul, embora existam variações no preço pago pelo fumo em folha conforme a sua classificação, os fumicultores sempre reclamam do modo de classificação. Como observado no Vale do Rio Pardo, realizada a colheita e a secagem, o fumicultor procede, em sua propriedade uma classificação prévia do fumo em folha, seguida de uma prensagem das folhas para



confeccionar os fardos de fumo. Em seguida, o mesmo é transportado até a sede da fumageira. Neste espaço, funcionários especializados da agroindústria fazem uma nova classificação, sob a supervisão de entidades de representação dos agricultores. Define-se, então, uma previsão do valor do fumo ao agricultor. Entretanto, muitas vezes, ocorre rebaixamento na classificação do fumo, resultando, por consequência, em redução do valor do produto. Considerando a complexidade e a subjetividade deste sistema de classificação, muitas tensões, conflitos e disputas ocorrem entre agricultores e agroindústrias nesse momento.

Na visão de Almeida (2005), esse domínio das fumageiras na classificação das folhas é capaz de reduzir a média paga para os fumicultores ao rebaixar a classe do fumo e de definir, assim, a divisão dos lucros, privilegiando, obviamente, as agroindústrias em detrimento dos agricultores. A classificação acaba sendo uma margem de manobra para promoção da distribuição de renda na atividade, determinando o próprio lucro da fumageira ao estipular o preço do produto do fumicultor. As fumageiras equilibram suas finanças sem baixar diretamente o preço previamente acertado para cada classe, e sim baixando as classes, como mencionaram os entrevistados.

Todavia, de acordo com Begnis *et al.* (2007), em análise sobre os contratos de integração na fumicultura do Sul do Brasil, se o fumicultor se mostrar insatisfeito com a classificação de seu produto agropecuário pela fumageira, o mesmo pode procurar outra fumageira para comercializar, sem sofrer penalidades. Mas, na prática, isso não é tão fácil como parece. Se o agricultor não concordar com o pagamento oferecido pela agroindústria, ele será responsável por bancar o transporte de seu produto de volta para a propriedade ou para outra agroindústria, aumentando consideravelmente seu custo de produção, sem ter garantias de obter melhores preços do seu produto em outra agroindústria. Não somente, se optar por outra fumageira, o fumicultor terá de pagar à vista o valor correspondente ao custeio recebido no momento de assinatura do contrato com sua integradora. E existe, até mesmo, a possibilidade de ser compelido a pagar pela assistência técnica recebida.

Em situações como esta, caso o agricultor não realize o acerto de suas dívidas com a agroindústria, ele será colocado em situação de inadimplência financeira e perderá o direito ao



crédito na próxima safra. Nos termos utilizados pelos entrevistados, o fumicultor ficará com o “*nome sujo*”. Além disso, é possível que a inadimplência financeira decorra em um arresto, isto é, na apreensão dos bens do devedor como uma maneira de cobrança da dívida. Normalmente o arresto se dá sobre o próprio fumo em folha ainda encontrado nas propriedades rurais.

Na visão de Almeida (2005) e de Vendrusculo (2017), estes vários mecanismos convergem para um endividamento programado do fumicultor em relação à fumageira, mantendo-o no sistema integrado. Nos termos de Almeida (2005, p. 150), o sistema integrado configura “uma literal cadeia produtiva, que mantém o fumicultor, em geral, endividado e subjogado”. Diante deste cenário, ouvimos inúmeros relatos sobre como os endividamentos são comuns, pois como simplificou a viúva de um fumicultor suicida: “*Às vezes dava um bom lucro, mas às vezes não. Aí tinha um monte de dívidas para pagar*” (Hilde, 66 anos, viúva de fumicultor suicida).

Vale assinalar como Peres e Neto (2018), em estudo referente às agroindústrias fumageiras no Vale do Rio Pardo, encontraram esta relação entre endividamento e suicídio nos discursos de seus entrevistados. Para os fumicultores, o endividamento é uma forma de sofrimento social. Talvez o caso mais ilustrativo desse sofrimento seja o enforcamento efetuado durante um arresto no Vale do Rio Pardo. Ocorrido no ano de 2007, através deste caso iniciaram-se ponderações sobre possíveis correspondências entre suicídio e trabalho na fumicultura. Basicamente, consistiu no enforcamento de uma fumicultora de 61 anos durante a consumação de um arresto, ou seja, a agricultora teve seus feixes de fumo confiscados devido ao endividamento com a agroindústria e cometeu o suicídio no momento deste confisco. De acordo com as notícias, a agricultora teria comunicado aos oficiais sobre seu suicídio se o arresto fosse efetuado, mas não foi ouvida. Assim, vendo todo o produto de seu trabalho sendo apreendido, ela enforcou-se. Diante disso, este suicídio tornou-se um violento recado da agricultora para a agroindústria e os demais sobre o seu sofrimento, visto que a organização social da fumicultura por meio do sistema integrado resultou em uma violação da sua autonomia enquanto trabalhadora.



De acordo com Stock e Forney (2014), estudando a realidade rural da Suíça e da Nova Zelândia, a autonomia é constituinte relevante da identidade dos agricultores, sendo considerada, inclusive, um indicador de felicidade ao propiciar poder de decisão sobre suas vidas e seus trabalhos. Assim, observando o caso da bovinocultura de leite naquelas nações, destacaram a vinculação da atividade com as agroindústrias como um atentado à autonomia dos agricultores.

Segundo Werlang (2013), em análise do caso das atividades agrícolas altamente integradas às agroindústrias no Rio Grande do Sul, a modernização é considerada causadora de um processo de precariedade social onde a violência econômica e técnica exercida sobre as famílias rurais resulta em sociopatologias. Além disso, os estudos de Mendes e Werlang (2014; 2015), sobre as áreas rurais do Rio Grande do Sul, também enfatizam que a modernização afetou as condições de trabalho nas atividades agrícolas, não só excluindo muitas famílias rurais dos processos produtivos, como submetendo muitas ao domínio das agroindústrias, sem poder de decisão sobre suas atividades, descortinando a precariedade das condições de trabalho em muitas áreas rurais e a possibilidade destas incitarem a ocorrência de suicídio.

Em síntese, percebe-se que a organização social do trabalho na fumicultura por meio do sistema integrado entre as agroindústrias e os agricultores acaba por afetar o poder de decisão dos últimos sobre o processo produtivo, não só em termos técnicos, mas também econômicos. Atuando como um mecanismo de dominação, o sistema integrado causa sofrimento ao invalidar a autonomia dos agricultores, principalmente por meio do endividamento, relacionado, em maior ou menor medida, com casos de suicídio no Vale do Rio Pardo.

Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e a contestação do trabalho dos fumicultores

Para além do esmiuçado nas seções anteriores, é necessário ainda compreender certas



representações sociais suscitadas pela Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) sobre o trabalho na fumicultura desde a adesão do Brasil a este documento, no ano de 2005.

A CQCT consiste em um tratado selado internacionalmente em favor da saúde com o intuito de reduzir o consumo de cigarros e congêneres e, assim, diminuir a ocorrência de doenças e até mesmo óbitos decorrentes do tabagismo. Embora o foco da CQCT paute-se sobre a redução do consumo, também tem repercussão sobre o cultivo do tabaco.

Artigo 4 - Princípios norteadores. Parágrafo 6 - Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição (BRASIL, 2011, p. 33-34).

Não obstante, também os Artigos 17 e 18 da CQCT tratam da redução do cultivo do tabaco como condição *sine qua non* ao controle do consumo. Tais cláusulas versam sobre como a fumicultura é maléfica ao ambiente e à saúde. Dessa maneira, no Artigo 17, são recomendadas atividades alternativas economicamente viáveis e no Artigo 18 é sentenciado o cuidado com o ambiente e a saúde.

Considerando o fato de o Artigo 4 sublinhar a importância da assistência técnica e financeira para a transição dos produtores agrícolas para outras atividades econômicas, no Brasil tentou-se implementar esta transição por meio da ação do serviço público de extensão rural, responsável pela propagação do ideário do Estado. Assim, ainda em 2005, com o intuito de viabilizar os artigos anteriormente mencionados, o Brasil elaborou o Programa de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e realizado por meio de intervenções de extensionistas rurais.

Basicamente, o PNDACT visa incentivar a realização de outras atividades produtivas nas áreas rurais de fumicultura, contribuindo com a contenção do consumo através da redução da produção, mas sem criar vulnerabilidades socioeconômicas para os fumicultores (BRASIL, 2010). Na visão dos extensionistas rurais do Vale do Rio Pardo, o incentivo à diversificação



produtiva por meio da CQCT resultou em reduções nas áreas de cultivo de tabaco e nos investimentos sobre estas áreas. Como sintetizou um dos extensionistas rurais entrevistados: “*ela [CQCT] teve um efeito negativo para a lavoura do tabaco*” (Antônio, 37 anos, extensionista rural). Nesse mesmo sentido, o extensionista defendeu a diversificação com o seguinte argumento: “*o tabaco não é alimento, é um vício, uma droga legalizada*” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

Isso demonstra como a atuação de agentes de serviços públicos, principalmente por meio da extensão rural, responsável por colocar em prática a PNDACT, contribui para a desvalorização da fumicultura no contexto da CQCT, dada a concepção de certas representações sociais desabonadoras relativas à atividade no cerne dessas políticas públicas: a fumicultura como destruidora do ambiente e da saúde, isto é, um trabalho supostamente contrário aos interesses da sociedade mais ampla.

Nesse sentido, as políticas públicas mencionadas vêm colaborando com a construção de uma crise identitária dos fumicultores, pois seu trabalho está sendo combatido, não apenas no contexto global sob orientação dos princípios da CQCT, mas também por agentes sociais vinculados à agências de desenvolvimento rural, que atuam no âmbito local. Como resumiu um membro comunitário entrevistado: “*eu vejo que a fumicultura é muito condenada [...], mas a fumicultura não é aquele bicho-de-sete-cabeças que muitos acham que é*” (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida).

É interessante ressaltar resultados encontrados em contextos internacionais correlatos. Em estudo realizado no Kentucky, Estado Unidos, referente aos anos de 1979 a 1985, Stallones (1990) sublinhou como as campanhas contra o cigarro causaram sensações de exclusão sobre os fumicultores: eles sentiam-se dispensáveis na sociedade frente aos esforços realizados contra o seu trabalho, maximizando, assim, os riscos de suicídio.

Também Jacques-Jouvenot (2013), Droz *et al.* (2014) e Bossard *et al.* (2016), em estudos de contextos sociais rurais da França, mostraram a existência de vínculos entre a ocorrência de suicídio de agricultores e a institucionalização da Política Agrícola Comum da União Europeia. Ao modificar as condições materiais de condução das atividades agrícolas –



por causa de uma série de medidas protecionistas –, a Política Agrícola Comum afetou as suas condições simbólicas, acentuando a necessidade de conhecimentos administrativos em detrimento dos conhecimentos agrícolas, resultando em uma crise de identidade destes agricultores, considerada relevante em inúmeros casos de suicídios na França, devido ao sentimento de inabilidade no trabalho.

No contexto do Vale do Rio Pardo, além do esmiuçado acima, é necessário ainda recordar as características do *ethos* dos fumicultores, socializados para serem trabalhadores empenhados. Nesse sentido, as representações sociais construídas pelas políticas públicas sobre o trabalho na fumicultura também são avessas ao *ethos* destes trabalhadores, podendo estimular suicídios entre os fumicultores.

Considerações Finais

Os elevados números de suicídios no Vale do Rio Pardo, reconhecido pela produção e pelo processamento de fumo, tornam necessária a reflexão sobre as relações entre estas mortes e o trabalho na fumicultura. Nesse sentido, para além de um problema de saúde pública, o suicídio de fumicultores se configura como um problema social, pois também envolve a esfera do trabalho, isto é, as condições e as relações sociais no trabalho da fumicultura.

As pesquisas precedentes sobre possíveis relações causais encontradas entre suicídio e trabalho nos permitem pensar que, em casos em que o fumicultor comete suicídio em sua propriedade rural, dentro das benfeitorias utilizadas para o processo produtivo do fumo, o trabalho na fumicultura esteve entre as motivações da morte deste fumicultor. De fato, é possível perceber que na fumicultura no Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, o trabalho reúne uma série de condições e relações sociais que se mostram capazes de nutrir sofrimento entre os fumicultores.

O trabalho na fumicultura é considerado pesado e penoso, pois é realizado em propriedades rurais pequenas inaptas à mecanização pelo seu relevo, impondo condições



ergonômicas adversas, desencadeadoras de múltiplas enfermidades físicas entre os fumicultores. Em somatório, a aplicação de agrotóxicos é realizada por meio de pulverização costal, utilizando produtos de grupos químicos considerados neurotóxicos e de classes toxicológicas de elevado nível de toxidez, o que maximiza os riscos de intoxicações e, consequentemente, de enfermidades mentais, como a depressão.

Também a organização social do trabalho na fumicultura por meio do sistema integrado entre as agroindústrias e os agricultores acarreta sofrimento por afetar o poder de decisão dos últimos sobre o processo produtivo, não só em termos técnicos, mas também econômicos. Atuando como um mecanismo de dominação, o sistema integrado invalida a autonomia dos agricultores, principalmente por meio de endividamento programado.

Além disso, políticas públicas criadas no contexto da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco vêm colaborando para a construção de uma crise identitária dos fumicultores ao considerar a atividade como destruidora do ambiente e da saúde. Ao entender a fumicultura como um trabalho supostamente contrário aos interesses da sociedade mais ampla, tais políticas públicas acabam por combater o trabalho dos fumicultores, desvalorizando-os socialmente.

Obviamente, não se pode restringir as causas ou as motivações dos suicídios de fumicultores a estes aspectos apontados, mas também não se pode menosprezá-los, pois o suicídio é um fenômeno pautado pela multicausalidade. Todavia, estes resultados indicam a necessidade de se levar as condições e as relações sociais no trabalho em consideração ao pensar em ações de prevenção dos suicídios de fumicultores, assim como permitem reconhecê-los verdadeiramente como um problema social.

Referências

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo**: servidão moderna e violações de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

BARBOSA, Khivia Kiss Silva *et al.* Sintomas depressivos e ideações suicidas em enfermeiros e médicos da assistência hospitalar. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 3, p.



515-522, 2012.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; PEDROZO, Eugênio Avila. Confiança, comportamento oportunista e quebra e contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gestão e Produção**, v. 14, n. 02, p. 311-322, maio/ago. 2007.

BIOLCHI, Marilza Aparecida (Org.). A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural**, v. 03, n. 04, dez. 2003.

BOSSARD, Claire; SANTIN, Gaele; CANU, Irina Guseva. Suicide among farmers in France: occupational factors and recent trends. **Journal of Agromedicine**, v.21, n. 04, p. 310-315, 2016.

BRASIL. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**: texto oficial. Rio de Janeiro: INCA, 2011.

CASTRO, Laura Silva Peixoto de; MONTEIRO, Janine Kieling. Fumicultores advertem: a causa de seu sofrimento é a exploração no trabalho. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 01, p. 87-97, 2015.

DEFFONTAINES, Nicolas. La souffrance sociale chez les agriculteurs: quelques jalons pour une compréhension du suicide. **Études rurales**, n. 193, p. 13-24, jan./jun. 2014.

DEJOURS, Christophe. Nouvelles formes de servitude e suicide. **Travailler**, n. 13, p. 53-73, 2005.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicide et travail**: que faire? Paris: PUF, 2009.

DREBES, Laila Mayara. Suicídio, agrotóxicos e legislação: uma revisão de estudos recentes. **Educação Ambiental em Ação**, v. 16, n. 60, s.p., 2017.

DROZ, Yvan; MIÉVILLE-OTT, Valérie; JACQUES-JOUVENOT, Dominique; LAFLEUR, Ginette. **Malaise en agriculture**: une approche interdisciplinaire des politiques agricoles France-Québec-Suisse. Paris: Éditions Karthala, 2014.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: EDIPRO, 2014.

FALK, João Werner *et al.* **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS**: Consequência do Uso de Agrotóxicos Organofosforados? Relatório Preliminar de Pesquisa. Porto Alegre: Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.



FARIA, Neice Muller Xavier; FASSA, Ana Cláudia Gastal; MEUCCI, Rodrigo Dalke. Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. **Neurotoxicology**, n. 45, p. 355-362, 2014a.

FARIA, Neice Muller Xavier *et al.* Occupational exposure to pesticides, nicotine and minor psychiatric disorders among tobacco farmers in southern Brazil. **Neurotoxicology**, n. 45, p. 347-354, 2014b.

GOETHEL, Gabriela *et al.* Avaliação de parâmetros bioquímicos e toxicológicos de fumicultores do município de Venâncio Aires/RS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 15, n. 01, p. 105-112, jan./mar. 2013.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique; LAPLANTE, Jean-Jacques. **Les maux de la terre: regards croisés sur la santé au travail en agriculture.** Paris: L'aube, 2009.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique. **Stress, suicide et compétence professionnelle des producteurs laitiers.** 2013. Palestra realizada no Centre Pierre Naville em 18 set. 2013.

MELZ, Rodrigo Luís. **Os interesses manifestados pelos atores sociais no jogo da fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS: uma análise dos fatos sociais produzidos de 2002 a 2005.** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul. In: CRESPO, Álvaro Roberto; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa (Orgs.). **Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho.** Porto Alegre: Evangraf, 2014. p.133-160

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Da violência contra si: a autodestruição por meio do suicídio no meio rural do Rio Grande do Sul/Brasil. **Krypton**, n. 05-06, p. 150-159, 2015.

MENEGHEL, Stela Nazareth; CECCON, Roger Flores; HESLER, Lilian Zielke. O suicídio na rota dos galpões de fumo: um olhar etnográfico. **Revista Interface**, supl. 01, [S.p.], 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 04, p. 2199-2209, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. Suicídio de homens idosos no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2665-2674, 2012.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agrofit**: sistema de agrotóxicos fitossanitários. 2019.

MISHARA, Brian; TOUSIGNANT, Michel. **Comprender le suicide**. Les Presses de l'Université de Montréal: Québec, 2004.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos. Florianópolis: Ed. Da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PERES, João; NETO, Moriti. **Roucos e sufocados**: a indústria do cigarro está viva e matando. São Paulo: Elefante, 2018.

REDIN, Ezequiel. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

RIBEIRO, Daiane Kielt; IKUTA, Fernanda Keiko. Degradação e subordinação do trabalho na fumicultura: o caso da comunidade Torres Canavial (Ivaí-Paraná). **Revista Pegada**, v. 16, n. especial, p. 41-53, 2015.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi; SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; MENDES, Ana Magnólia. Tentativas de suicídio de bancários no contexto das reestruturações produtivas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 05, p. 925-938, set./out. 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio**. 2018.

STALLONES, Lorann. Suicide mortality among Kentucky farmers, 1979-1985. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, v. 20, n. 02, p. 156-163, 1990.

STOCK, Paul; FORNEY, Jérémie. Farmer autonomy and the farming self. **Journal of rural studies**, n. 36, p. 160-171, 2014.

VENDRUSCULO, Rafaela. **Instituições e críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul**: mudanças e reafirmações institucionais. 2017. 334 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

WERLANG, Rosangela. **Pra que mexer nisso?** Suicídio e sofrimento social no meio rural. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT8

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, LUTA PELA TERRA E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO RURAL BRASILEIRO

COORDENAÇÃO

MANUELA SOUZA SIQUEIRA CORDEIRO (UFRR)

SÉRGIO BOTTON BARCELLOS (FURG)



A expansão das lavouras de soja na Amazônia e as consequências sociais e produtivas para agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno

Bianca Larissa de Mesquita Sousa¹

Resumo

Este artigo discute o processo histórico das ações políticas que contribuíram para expansão da fronteira agrícola na Amazônia, tendo como estudo de caso o Planalto Santareno. Apresenta-se um panorama da plantação de soja na região de estudo e analisa o contexto e as consequências sociais e produtivas da expansão das lavouras nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, Pará. O objetivo principal é refletir sobre implicações para a agricultura familiar camponesa na região. A metodologia aplicada está amparada em uma pesquisa quanti-qualitativa, com análises bibliográfica, documental e uso do software ATLAS.ti.9. Os resultados apontam que conflitos fundiários e a devastação ao meio ambiente são os principais problemas, devido ao avanço da soja e à construção do terminal graneleiro da Cargill no Planalto Santareno em 2002. O estudo permitiu compreender que, os agricultores familiares camponeses já passavam por dificuldades, especialmente a falta de apoio do governo e acesso a financiamento. No entanto, com a chegada da soja, os agricultores familiares camponeses passaram a ter problemas também com a produção e qualidade de vida, especialmente contaminação da água e outras denúncias, resultantes da expansão das lavouras com a soja.

Palavras-chaves: Agronegócio; Agricultura familiar; Conflitos.

¹ Mestranda da Universidade de Brasília (UnB), Campus Planaltina - FUP/UnB, do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.



INTRODUÇÃO

A partir de 1960, com a Revolução Verde, estimulou-se a lógica de expansão das fronteiras agrícolas do sul ao norte do Brasil. Essa expansão da fronteira alcançou a Amazônia, acarretando profundas mudanças nos sistemas produtivos da região (OSORIO, 2018).

A chegada da soja foi estimulada pela narrativa de ocupação dos “vazios demográficos”, com incentivos, subsídios financeiros e criação de infraestruturas (estradas, armazéns, etc.). Essas foram criadas na lógica de “ocupar, desenvolver e integrar”, principalmente pelas mudanças e concepções de desenvolvimento econômico, no qual os recursos naturais deram espaço ao capital. De acordo com Martins (1996), nos anos 1970, a sociedade brasileira foi moldada por lógicas de fronteira, ou seja, relações sociais e políticas marcadas por deslocamentos demográficos incentivados para aproveitar terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas, como foi compreendida a Amazônia.

A expansão acelerada das lavouras de grãos na Região Norte é parte da incorporação de novas terras às agroestratégias regionais amazônicas (ALMEIDA, 2011), utilizando não só áreas de pastagens, mas também terras com florestas secundárias (PEREIRA *et al.*, 2010). De acordo com Almeida (2010), as agroestratégias compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas. As novas fronteiras são abertas por investimentos de grandes empresas dos setores de infraestrutura, pecuária e da agricultura de grãos.

Houve um crescimento expressivo da cultura agrícola de soja na Amazônia, especificamente no estado do Pará nos anos mais recentes. De acordo com o estudo elaborado pelo Núcleo de Planejamento/Estatísticas da Secretaria de



Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), o estado do Pará está entre os dez maiores exportadores de grãos no Brasil. Esta é a melhor posição depois de quase trinta anos da introdução da soja em solo paraense (SEDAP, 2020).

Diante disso, o objetivo deste estudo é: a) compreender o processo histórico das ações políticas que contribuíram para expansão da fronteira agrícola na Amazônia, especificamente, das lavouras de soja no Planalto Santareno; b) apresentar um panorama da situação da soja na região de estudo e; c) analisar o contexto e as consequências sociais e produtivas da expansão das lavouras de soja nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

A EXPANSÃO DAS LAVOURAS DE SOJA NA AMAZÔNIA

O ciclo da borracha assegurou lucros extraordinários ao Brasil, seu auge foi entre 1879 e 1912 e foi resistindo até a Segunda Guerra Mundial 1939-1945. Mais tarde, os ingleses passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade com sementes oriundas da própria Amazônia. Conseqüentemente, a borracha natural da Amazônia passou a ter um declínio no mercado mundial tendo como reflexo a estagnação da economia regional. Com o declínio da borracha, o que fariam com os seringais que estavam abandonados e os trabalhadores que permaneciam na região, sobretudo do Nordeste, que migraram para a região? Para muitos trabalhadores, este foi um caminho sem volta. Paralelamente às preocupações com o declínio da borracha, muitos seringueiros morriam de malária, febre amarela, hepatite, etc.

Com o golpe militar de 1964, os projetos desenvolvimentistas e de modernização conservadora pensados para a Amazônia assumem novos contornos. O golpe de 1964, consolidou-se uma política de expansão econômica agropecuária no Brasil. Sauer e Martins (2016) discorrem que essa política tinha dois objetivos



centrais: a) ocupar espaços vazios do território nacional e, b) minimizar conflitos pela posse da terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País.

Através da pecuária extensiva, grandes projetos de mineração, energia e infraestrutura rodoviária e fluvial, o regime militar opera um segundo ciclo massivo de ocupação da Amazônia (MESQUITA, 2011). Martins (1996) apresenta a lógica de fronteira, que foi aplicada na Amazônia, cujo objetivo é estimular os deslocamentos demográficos em busca de aproveitar as terras “não ocupadas” ou “insuficientemente”, tais circunstâncias estabeleceram as relações sociais e políticas na Amazônia.

A expansão da fronteira agrícola no Brasil ocorreu após o aumento do preço da soja no mercado internacional. A partir disso, o Brasil passou a investir de forma sistemática no cultivo na década de 1970.

Historicamente, a soja teve sua inserção na região sul do Brasil. Botelho *et al.* (2012, p.5) contextualizam esse cenário:

A soja chegou ao Brasil no final do século XIX, para ser estudada como planta forrageira. Em 1882, foi trazida dos Estados Unidos para a realização de pesquisas na Escola de Agronomia da Bahia. Em 1891, foram realizados experimentos com cultivares no Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo. Os primeiros registros do plantio no País são de 1900 e 1901, quando foram realizadas as primeiras distribuições de sementes em São Paulo e os primeiros cultivos no Rio Grande do Sul. Porém, só a partir da década de 1950 a cultura ganhou maior escala, em virtude da implantação do programa oficial para apoiar a produção do trigo, que também beneficiava a cultura da soja (BOTELHO e DINIZ, 2012, p. 5).

Somente a partir de 1924 que a soja teve os primeiros plantios comerciais na região sul do Brasil. Mais tarde, ao longo da década de 1980, a soja expandiu-se para as áreas de cerrado, na região Centro-Oeste. Na metade da década de 1990, a soja iniciou uma progressiva marcha em direção à região Norte.

A expansão da atividade da soja do Cerrado para a floresta Amazônia desencadeou-se a partir da relação entre a concentração fundiária, ocorrida na região Sul do Brasil, e as ações desenvolvidas pelos governos federais no âmbito da



Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas e do Plano de Valorização da Amazônia, dos governos militares. Para isso, fomentou-se a implantação de grandes empresas agropecuárias e de projetos de reocupação (GAYOSO DA COSTA, 2011)

Diante disso, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e o Banco da Amazônia (BASA). A partir disso teve início a elaboração de projetos e incentivos financeiros, com o intuito de atrair investidores internacionais para a região (LEROY, 1989). Os incentivos fiscais concedidos pela SUDAM para o setor empresarial nacional e internacional, na sua maioria, resultaram em projetos que não geraram resultados satisfatórios para o desenvolvimento da população regional, ampliando ainda mais as assimetrias sociais e a violência ocasionada pelas disputas relativas ao acesso à terra, historicamente existentes na região (BARROS *et al.*, 2020).

Quanto a essa configuração da expansão, Sauer e Martins (2016) pontuam que o avanço da soja, bem como de toda a fronteira agrícola no Brasil, foi resultado de uma janela de oportunidade bem aproveitada pelo governo militar e investidores. A partir de meados da década de 1990, o governo federal passou a subsidiar o agronegócio com políticas e programas de apoio para incrementar as exportações de *commodities* agrícolas (MARANHÃO *et al.*, 2016).

Os eixos rodoviários e portos

Conforme Giustina (2020), para entendermos a entrada da soja na região amazônica e, mais especificamente, no Planalto Santareno, é necessário compreender as estratégias ligadas à construção da Rodovia BR-163, estrada que liga Cuiabá (MT) à Santarém (PA), sendo esses, um dos elementos influenciadores mais relevantes.

As estratégias de criação desses eixos rodoviários faziam parte do Programa



de Integração Nacional, que foi criado com o objetivo de viabilizar a chegada do “desenvolvimento” e expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Três momentos foram importantes para a materialização dessa proposta: primeiro, em 1915, o Congresso Nacional aprovou a lei nº 2.943, autorizando as concessões para a construção da estrada de Cuiabá à Santarém; segundo, em 1970 no Governo Emílio Médici, é sancionado o Decreto-lei nº1106, criando o Programa de Integração Nacional (PIN); terceiro, ainda em 1970, o Decreto nº 66.967 transformou o 2º Batalhão Rodoviário de Lages (SC) em 8º Batalhão de Engenharia e Construção localizado em Santarém.

Santos *et al.* (2016) afirmam que o plano militar, sob a ótica do PIN, buscava a integração nacional da Amazônia com a expansão do mercado interno. Brito e Castro (2018) também analisaram a influência da rodovia Santarém-Cuiabá, o asfaltamento e a duplicação de grande parte da rodovia BR-163. O crescimento dessa infraestrutura fazia parte da nova dinâmica de exploração, produção e circulação de mercadorias, sendo projetos de interesse do grande capital nacional e internacional, uma exigência para dar suporte à nova dinâmica de exploração, produção e circulação de mercadorias, apresentada no discurso do governo federal brasileiro como fundamental para colocar o país na rota do desenvolvimento.

No âmbito do PIN, diversos eixos rodoviários foram implementados, inicialmente, a abertura da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) foi fundamental ao avanço da fronteira econômica na Amazônia. Na região do Planalto Santareno, constituída por áreas dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, estado do Pará, foi a implementação da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), PA-370 Curuá-Una e PA-433.



A EXPANSÃO DAS LAVOURAS DE SOJA NO PLANALTO SANTARENO

O avanço da soja na Amazônia é resultado de ações governamentais e movimentos de ocupação não espontâneos dos territórios, pautado na busca por crescimento econômico a partir de atividades de exploração na Amazônia, com promessas de enriquecimento para o Brasil.

Em Santarém, a soja chegou em 1995, diretamente influenciada pelas ações governamentais do estado e do município. Giustina (2020) detalha esse processo:

O Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, estabeleceram em 1995 a cooperação público-privada com a empresa Agrária Engenharia e Consultoria S.A. que visava a exploração agrícola da região. Após encontros, reuniões, pesquisas de campo, levantaram-se indicativos da aptidão da região para o plantio da soja. Assim, em 1996 foram realizados os primeiros estudos para o plantio de soja na fazenda Diamantino – propriedade do grupo Quincó, convidado para realizar esse projeto piloto em parceria com a cooperação público-privada, localizada no Km 12 da estrada Curuá-Una. O objetivo era “testar diversas variedades, em diferentes épocas de plantios e em parcelas comerciais, visando obter dados da melhor ou das melhores variedades e, também, quanto às épocas preferenciais e toleradas para o plantio da cultura de soja na região de Santarém [...]” (AGRÁRIA S.A. & QUINCÓ, 1997, sem página)

Através do mapeamento cronológico realizado através dos principais jornais da época, foi possível estabelecer algumas informações. Antes da soja se fortalecer na região, havia projetos agrícolas sendo realizados, como o cultivo de arroz, que era ameaçado por falta de custeio. Paralelamente a isso, a produção regional na esfera familiar sofria problemas com a comercialização e financiamento.

Em 19 de abril de 1995, foi realizado um simpósio para discutir o desenvolvimento rural na região, apresentado na figura 1 tendo como pauta os projetos de infraestrutura regional, tecnologia e pesquisas de cultivos de novas culturas.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Figura 1. Simpósio realizado em Santarém- Pará para discutir o desenvolvimento rural na região em 1995



Fonte: Reprodução O Estado do Tapajós. Acervo pessoal da autora.

Ainda em 1995 em outros simpósios, já era discutida a ideia de escoar a produção através de um porto em Santarém com a justificativa de que serviria como um canal mais acessível e com menos gastos para o estado do Mato Grosso. Para tanto, surge a possibilidade de asfaltamento da BR – 163, a rodovia Santarém – Cuiabá, desde a divisa dos Estados do Pará e Mato Grosso até o município de Santarém.

Observa-se que mesmo sendo pauta no simpósio, o asfaltamento da BR-163 era uma das reivindicações de seis empresários locais, como também (a) a ampliação do porto já existente em Santarém; (b) a viabilização de créditos com menos burocracia; (c) a disponibilidade de energia de Tucuruí para a região através do linhão; (d) a preparação de mão de obra para a área agrícola, com instalação de



escola agrotécnica em Belterra; (e) a descentralização da aplicação de tributo pelo estado; (f) a zona de livre comércio para a região do Oeste do Pará; (g) a divisa do estado do Pará para facilitar o desenvolvimento da Região Oeste etc.

Outro momento importante foi a realização do 1º seminário de hidrovia do Tapajós em Alta Floresta no Mato Grosso, em dezembro de 1995, a dimensão dos aspectos econômicos que o projeto de construção da hidrovia do Tapajós já tinha atingido perspectivas atraentes para o governo federal.

Segundo simulações matemáticas realizadas nos anos 2000, para ilustrar a movimentação a economia, transportar pela hidrovia, uma vez concretizada, geraria em torno de 2,344 milhões de toneladas/ ano de grãos. A posição estratégica de Santarém era plenamente considerada em todas as análises técnicas, políticas e econômicas no projeto da hidrovia.

Em agosto de 1996 o estado do Mato Grosso realizou um estudo de viabilidade econômica da rodovia Santarém- Cuiabá BR-163. Agosto de 1998 os produtores familiares ainda reclamavam da falta de apoio nos financiamentos, em contrapartida, no mesmo mês, em agosto de 1998 o governador Almir Gabriel confirma projetos de plantio de soja no Pará.

Em junho de 1998, comemora-se o êxito da plantação de soja na transamazônica e, com isso, começava a ser discutido da expansão da soja para o Oeste do Pará. A essa altura, em 1995 já tinha sido realizado o primeiro experimento de soja em Santarém, na fazenda Diamantino, pelo grupo Quincó, que contou com a assistência técnica da Agrária Engenharia, sendo que a primeira colheita ocorreu no ano de 1997. Marca-se assim, o avanço da soja no Planalto Santareno.

Nesse contexto de multiplicação do cultivo da soja na região, aliada à existência das vias de rodoviárias de integralização dos estados, teve início em 1999 a construção do porto graneleiro da multinacional Cargill. A empresa ganhou em 1999 a licitação pública para construir suas instalações, inaugurando suas atividades



em 2003. Apresenta-se na figura 2 as principais notícias ligadas ao avanço da soja e construção do terminal graneleiro da Cargill no Planalto Santarenense.

Figura 2. Principais notícias ligadas ao avanço da soja e construção do terminal graneleiro da Cargill no Planalto Santarenense



Fonte: Reprodução dos jornais: O Estado do Tapajós; Gazeta; O Impacto; Jornal de Santarém e Baixo Amazonas. Acervo pessoal da autora.



Além do apoio político local, das mídias e de alguns empresários, observa-se que os anúncios dos bancos também pregavam a concepção de desenvolvimento para Santarém e região. Apresenta-se na figura 3 um dos exemplos de propagandas dos bancos locais.

Figura 3. Propaganda dos bancos quanto a concepção de desenvolvimento para Santarém e região



Fonte: Reprodução do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas. Acervo pessoal da autora.

A construção do porto da Cargill é marcada por grandes imbróglis judiciais, visto que a empresa havia iniciado as obras sem o estudo e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) apenas com a apresentação do Plano de Controle Ambiental. Apesar do porto ter sido denunciado por inúmeros danos ambientais, denúncias e conflitos, a empresa deu continuidade aos seus serviços e operação.

Através da análise dos acontecimentos noticiados nos principais jornais da região na época, observa-se dois fatos importantes, primeiro, apesar da Cargill ter iniciado suas operações em 2003, em 2007 a empresa teve suas atividades suspensas, por não ter apresentado o estudo de impacto ambiental EIA/RIMA, o que faz questionar como a empresa conseguiu sua primeira licença em 2003, visto que, a apresentação do estudo de impacto ambiental era requisito obrigatório nas etapas administrativas. Segundo, em abril de 2012 ocorreu uma audiência para tratar sobre crimes ambientais da Cargill, fato que não foi levado em consideração, pois, três meses depois a empresa teve sua licença de instalação novamente aprovada, o que corrobora pensar que o processo de instalação da empresa foi repleto de



irregularidades e falta de transparência, e apesar das inúmeras denúncias, a empresa se consolidou às margens do Rio Tapajós, com promessas de desenvolvimento local e geração de empregos.

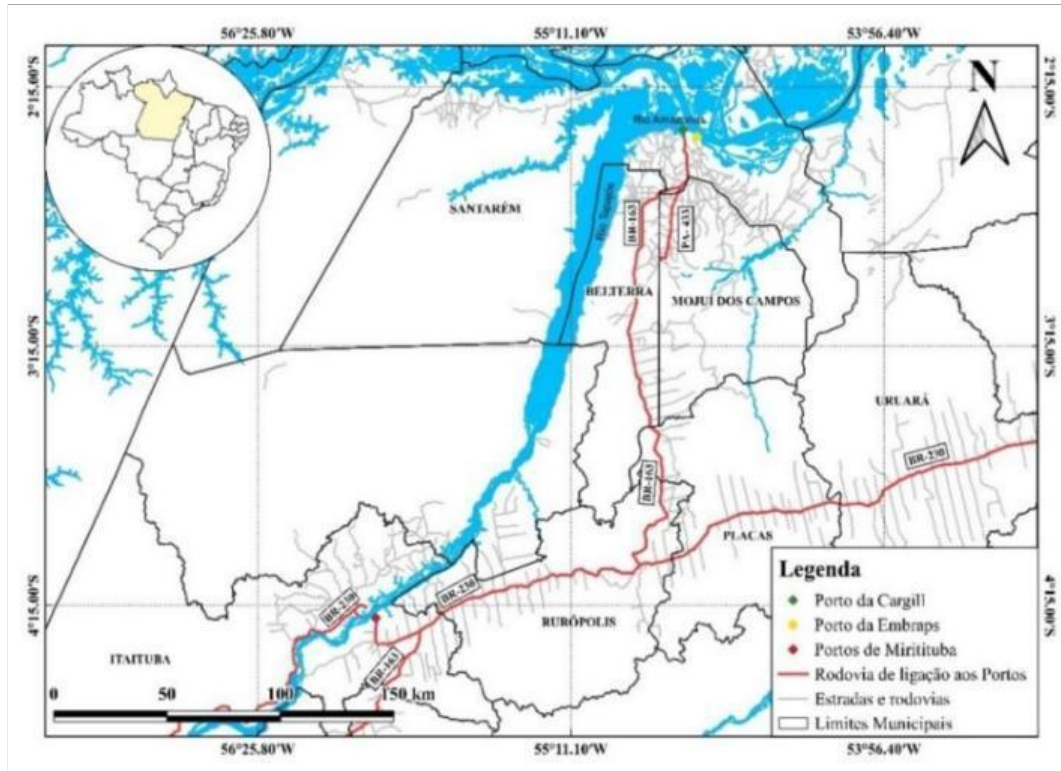
A construção das estradas iniciadas em 1970 que atraía sojicultores de regiões pioneiras; o cultivo de soja sendo realizado também na própria região do Planalto Santareno a partir de 1995 e; a instalação da grande multinacional Cargill, consolidou o cultivo de soja na região e continua atraindo novos produtores, disseminando a ideia de nova fronteira agrícola na região.

A promessa de emprego e renda não se esgota somente no porto da Cargill. Desde 2017 a instalação de outro porto vem gerando conflitos na região, como é o caso do porto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém Ltda (EMBRAPS), que busca instalação no bairro do Maicá, em Santarém.

Nota-se que diversos conflitos envolvendo a instalação de um outro porto e seu processo de licenciamento ambiental volta se repetir na região, este, também significando uma série de violações de direitos humanos e devastação ambiental. O Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da obra apresentado pela empresa em 2015 não reconheceu a existência de comunidades quilombolas na área afetada, porém, há a existência de 12 quilombos que serão afetados pelo porto.

A instalação não despretensiosa desses portos na Amazônia faz parte de um mesmo pacote de grandes obras previstas para o Pará para o avanço do agronegócio. Apresenta-se na figura 4 os municípios pertencentes ao Planalto Santareno, os portos e suas relações com as principais rodovias na região.

Figura 4. localização dos portos graneleiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da ANA e do IBGE.

Wilkinson (2009) pontua que a construção do porto foi baseada na ideia de redução de custo de transportes. Paralelamente a isso, em virtude do surgimento das rodovias e, posteriormente, da montagem da infraestrutura portuária do Porto da Cargill, conforme Barbosa (2014), surge uma nova dinâmica de ocupação da terra que traz consigo um processo de concentração de áreas rurais desastroso, cujo maior fruto é a expulsão/expropriação de colonos assentados no início dos anos 1970 e demais povos membros de comunidades tradicionais.

Há mais de 10 anos os projetos de portos vêm se estabelecendo na Amazônia, com o apoio de alguns políticos locais, mídias e setores empresariais, como é o caso do Planalto Santarém. Outro exemplo é a Mesorregião do Sudoeste



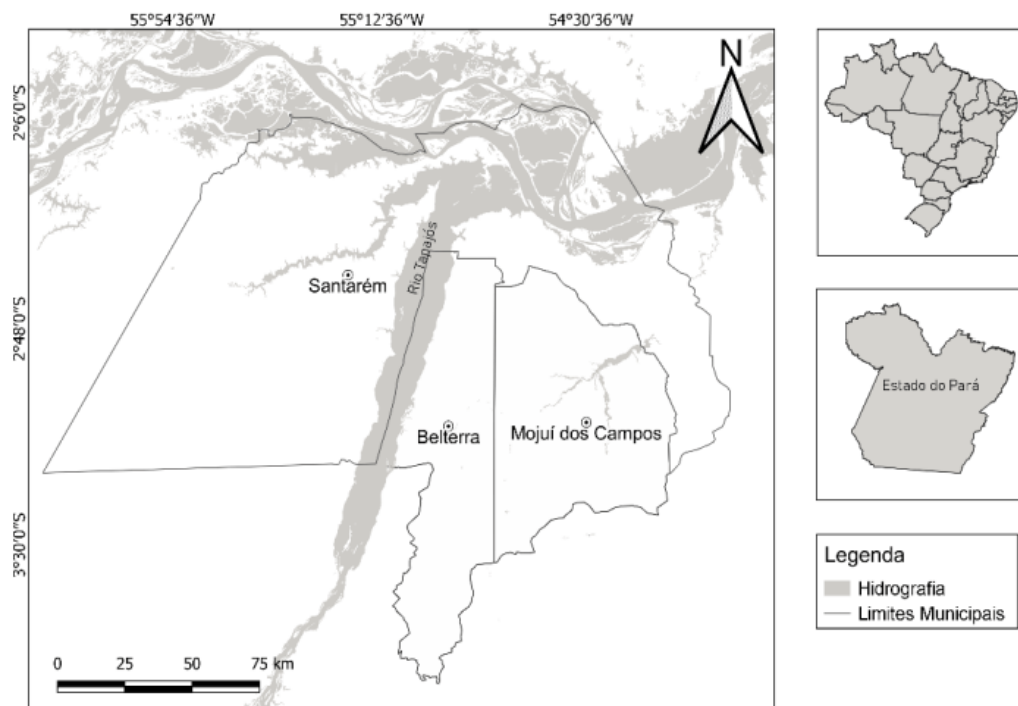
Paraense, o distrito de Miritituba, que faz parte do município de Itaituba e conta com três grandes portos, um deles é a Cargill.

Observa-se que a rota do agronegócio conecta as vias rodoviárias diretamente aos portos graneleiros. Os grandes investimentos na Amazônia visam favorecer a cadeia produtiva do agronegócio, principalmente da soja, no Planalto Santareno. A instalação desses portos é em função da localização estratégica dos municípios, pois, permite a opção para o escoamento de grãos das principais províncias agrícolas do Brasil.

PANORAMA DA SITUAÇÃO DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO

Conforme Benatti (2005), contemporaneamente, a principal atividade agrícola em processo de expansão na Amazônia é a soja, cada vez mais ocupando espaço em diversos municípios amazônicos. O Planalto Santareno é uma região constituída por áreas dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, apresentados na figura 5. Por configurarem o epicentro produtivo recente das lavouras de soja no Pará, esses municípios foram escolhidos para esse estudo.

Figura 5. Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da ANA e do IBGE.

Apresenta-se no quadro 1 a caracterização dos referidos municípios.

Quadro 1. Caracterização dos municípios do Planalto Santareno

Municípios	Densidade demográfica (2010)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (1991)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)	PIB per capita R\$ (2013)	PIB per capita R\$ (2018)	Tamanho do Município (2020)	População estimada (2020)
Belterra	3,7	0,311	0,588	15.976,42	9.032,66	4.398,40	17.839
Mojuí dos Campos	3,2	-	-	13.986,68	9.595,20	4.988	16.184
Santarém	12,9	0,421	0,691	11,903,15	16.053,85	24.315	306.480

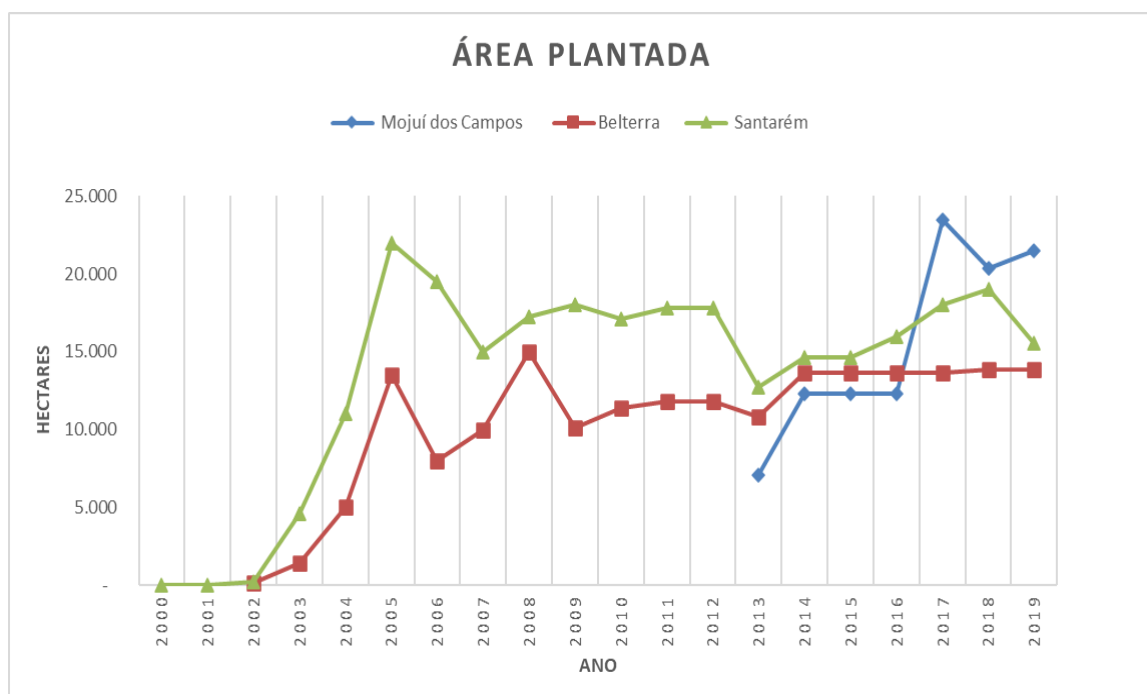
Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2010), **IBGE (2018), ***IBGE (2019), ****IBGE (2020).



Além das lavouras de soja, as principais atividades econômicas dos municípios advêm da indústria de transformação, de serviços indústria utilidade pública, do comércio varejista, de atividades auxiliares dos transportes, do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, da exploração florestal, extrativa mineral, agricultura, pecuária e serviços Relacionados.

A atividade lavouras de soja é a que mais vem crescendo e chamando atenção diante do seu modo de produção. Diante disso, apresenta-se nas figuras 6 e 7 os indicadores de produção de soja nos municípios em estudo em três períodos selecionados entre os anos de 2000 a 2019, conforme a Produção Agrícola Municipal - PAM levantadas pela rede de coleta do IBGE. A PAM é integrada ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, que fornece diversas variáveis sobre a produção de soja.

Figura 6. Evolução da área plantada do cultivo de soja no Planalto Santareno

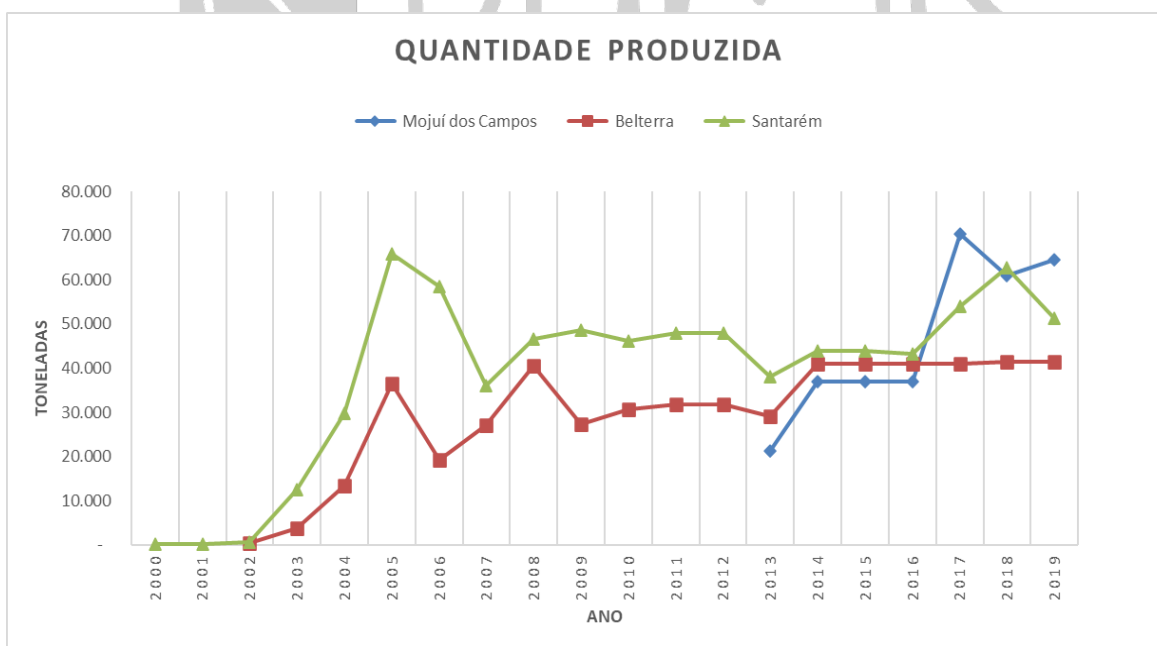


Fonte: Elaborado a partir de dados Sistemático da Produção Agrícola do IBGE.

Observa-se uma variação da área plantada de soja nos municípios em estudo, tal fato pode estar associado com o mercado de terras. De acordo com Paixão Jr. et. (2012), um efeito da construção do porto foi a estimulação do mercado de terras no Planalto Santareno, aumentando a procura e o preço das propriedades rurais.

Mais tarde, a venda de lotes diminuiu, mas não em razão de tê-los despertado a consciência do peso das benesses de suas terras, mas porque os camponeses passaram a perceber que o preço que estavam recebendo por elas não lhes forneceria melhores dias em outros lugares, sobretudo nas cidades (PAIXÃO JR et al., 2012). Apesar disso, observa-se que o crescimento da soja em toneladas, apresentado na figura 7.

Figura 7. Evolução da quantidade produzida do cultivo de soja no Planalto Santareno



Fonte: Elaborado a partir de dados Sistemático da Produção Agrícola do IBGE.

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), através do estudo denominado Boletim Agropecuário do Estado do Pará, em 2016 já destacava Belterra, Santarém e Mojuí dos Campos como

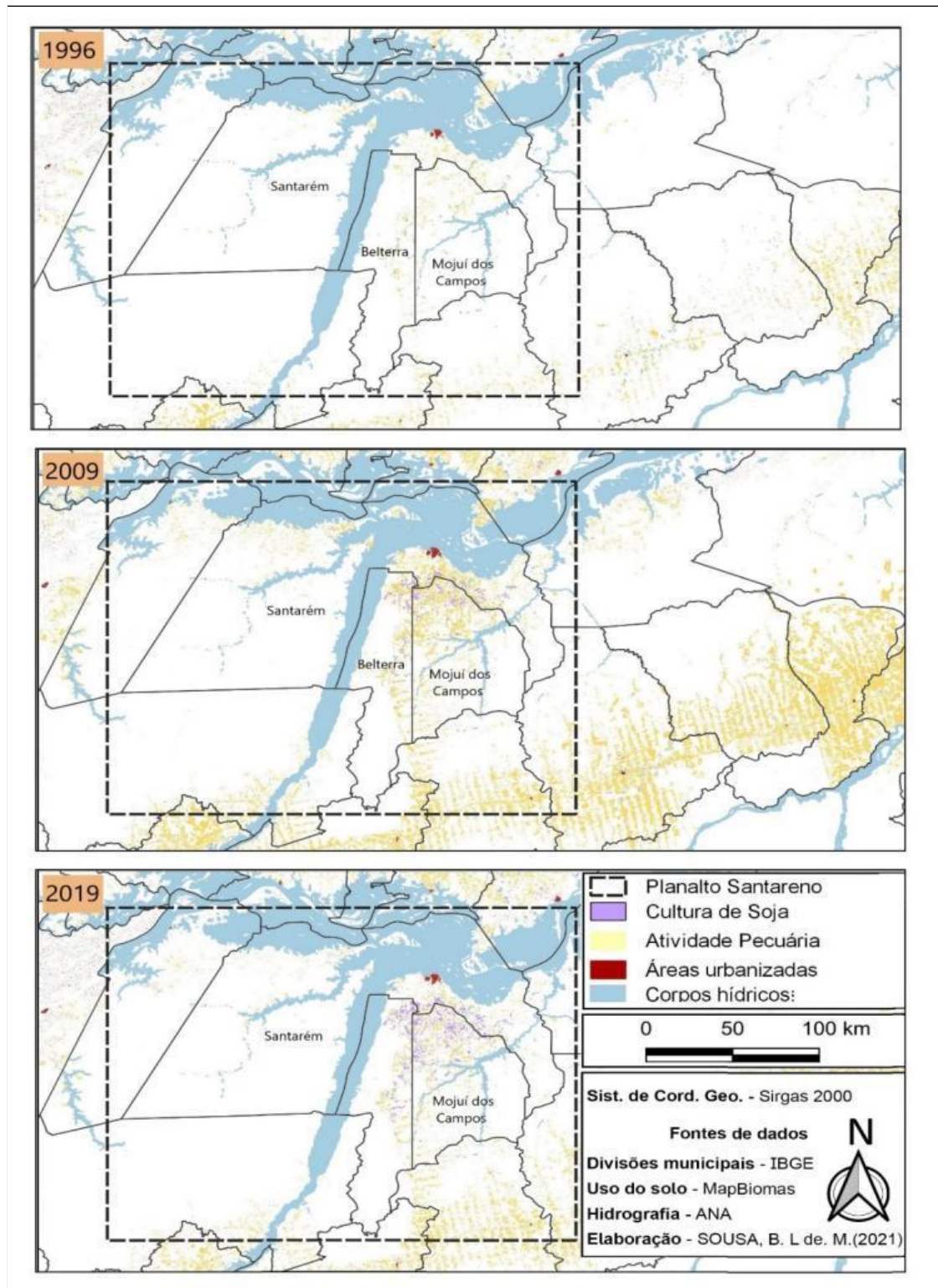


potenciais municípios produtores de soja, dada a inserção do agronegócio da região, como bem mostra:

É importante observar que Santarém (3,31%), Belterra (3,14%) e Mojuí dos Campos (2,83%) destacam-se como potenciais produtores de soja dada a inserção do agronegócio da região Oeste paraense, sobretudo, o relacionado à plataforma logística de escoamento da produção, oriunda, em grande parte, do Centro Oeste brasileiro, com destino ao mercado internacional (FAPESPA, 2017).

Em outra perspectiva, através da cobertura e uso da terra do Brasil, apresenta-se na figura 8 a evolução do cultivo de soja em três períodos no Planalto Santareno. O cultivo de soja foi filtrado entre as diversas categoria de agricultura disponíveis.

Figura 8. Evolução do cultivo de soja no Planalto Santareno



Fonte: Elaborado pela autora.



O cultivo de soja tem crescido na região juntamente com a pecuária, ocasionado uma modificação contínua da floresta amazônica e modificações no uso do solo. De acordo com Benatti (2005), as principais causas do desmatamento na região estão ligadas às diversas atividades antrópicas, ou seja, aos diferentes usos da terra, bem como a pecuária extensiva, plantio de grãos, agricultura de corte e queima etc. e não apenas à expansão de uma atividade econômica. Apesar disso, o avanço da agricultura mecanizada é visto como uma das variáveis para o aumento do desflorestamento na região amazônica (VENTURIERI, 2007).

De acordo com Sauer e Pietrafesa (2013 *apud* SAFRANSKY e; WOLFORD, 2011; HECHT, 2005), entre as razões que explicam esse processo de expansão das fronteiras, estão os incentivos governamentais, especialmente concessão de créditos com taxas de juros compensadoras, mas também investimentos em infraestrutura e desoneração tributária nas exportações; a boa margem de lucro obtida nas lavouras de grãos, em especial nas de soja e; e a disponibilidade de terras, ainda relativamente baratas nas regiões de fronteiras, mas com boas perspectivas de valorização (SAUER; LEITE, 2012).

A fronteira agrícola e seu avanço faz parte da cadeia produtiva do agronegócio, à produção está diretamente relacionada em receber os insumos para gerar *commodities* por meio de sua plantação, como é o caso da soja na Amazônia. O Brasil tornou-se um dos protagonistas do agronegócio mundial, tendo sua participação fundamental na economia brasileira. De acordo com o Cepea, - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada-ESALQ/USP, (2020):

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, cresceu 3,81% em 2019, frente a 2018. Com esse desempenho, em 2019, o PIB do agronegócio representou 21,4% do PIB brasileiro total (CEPEA, - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, 2020).

Conforme Gayoso da Costa (2012), o discurso do agronegócio possui pretensões hegemônicas e deterministas que o coloca como a “única alternativa”



para que o Brasil alcance o status de país desenvolvido. O avanço da fronteira agrícola na Amazônia tem chamado atenção em relação aos seus impactos socioambientais e territoriais, bem como a pressão sobre a agricultura familiar, como é apontado recentemente no estudo de Cortes et al. (2020); e no campesinato (NAHUM *et al.*, 2014). Da mesma forma apontam os estudos sobre os conflitos fundiários entre os agentes do agronegócio e uma ampla diversidade de categorias de agricultores familiares, como Schneider (2005) e Sauer (2008); outros em razão da Grilagem de terras, incluindo povos indígenas e povos e populações tradicionais (GAYOSO DA COSTA, 2012), (BARBOSA *et al.*, 2017) e SAUER, 2018); estudo sobre os impactos ambientais associado ao desflorestamento (DOMIGUES *et al.*, 2014); contaminação de rios pelos agrotóxicos utilizados nas lavouras (AYALA *et al.*, 2016; RIBEIRO, J. S *et al.*, 2019); o avanço da fronteira agrícola (BECKER *et al.*, 1990 e; GAYOSO DA COSTA, 2012; MARANHÃO *et al.*, 2016). Outro campo que vem sendo estudado é o uso de abelhas da tribo Euglossini (Hymenoptera: Apidae) como bioindicadores de qualidade ambiental entre fragmento de floresta, pastagem e plantação de soja (BATISTA *et al.*, 2020)

AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E PRODUTIVAS LIGADAS AO AVANÇO DAS LAVOURAS DE SOJA NO PLANALTO SANTARENO

Um fato interessante e necessário a ser pontuado é que em agosto de 1998 o governador Almir Gabriel confirma projetos de plantio de soja no Pará, cinco meses antes, em 21 de fevereiro de 1998 o jornal gazeta anuncia a primeira notícia sobre os prejuízos da soja para o Oeste do Pará, alertando sobre os impactos da soja, como a contaminação dos rios e igarapés por agrotóxicos, apesar do alerta o avanço da soja no Planalto Santareno e a instalação do porto da Cargill não pararam e ocasionam diversos problemas socioambientais na região.

Algumas instituições e atores sociais se mostravam contrários ao modelo de



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza: Desafios agroalimentares globais.



produção, como alguns políticos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT); Fundo Nacional da Amazônia e ambientalistas; Greenpeace; moradores e pesquisadores. Apresenta-se na figura 9 as principais notícias dos conflitos e suas consequências ligadas ao avanço da soja e a construção do terminal graneleiro da Cargill no Planalto Santareno.

Figura 9. Principais notícias ligadas aos conflitos e consequências do avanço da soja e construção do terminal graneleiro da Cargill no Planalto Santareno



Fonte: Reprodução dos jornais: O Impacto; Jornal de Santarém e Baixo Amazonas; Gazeta. Acervo pessoal da autora.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



As denúncias e conflitos fundiários e devastação ao meio ambiente são os principais problemas ligadas ao avanço da soja e construção do terminal graneleiro da Cargill no Planalto Santareno. Através da catalogação preliminar de quarenta e sete notícias jornalistas impressas e digitais entre o período de 1995 a 2019 de notícias vinculadas a chegada da soja e do porto da Cargill, juntamente com o uso do software ATLAS.ti.⁹ foram analisados e interpretados, possibilitando a compreensão dos fenômenos a partir dos elementos discursivos e problemáticas, embates e discussões causadas pela soja e instalação do porto da Cargill na região. Nesse sentido, apresentam-se na figura 10 os resultados obtidos em relação os principais eixos destacados nas matérias jornalísticas. A figura apresenta os índices que podem ser termos, palavras, expressões que se destacaram nos títulos dos jornais. Nessa análise a frequência dos índices se chama indicador (SILVA JUNIOR E LEÃO, 2018).

² O software Atlas.ti 9, configura-se como um recurso propício para inúmeros tipos de pesquisas qualitativas com objetivos diversos. A comunicação não verbal é um importante veículo de informação pessoal, social e cultural (CAETANO & MIRA, 2012) Deve ser destacar que o Atlas.ti não conduz a análise sozinho. Silva Junior e Leão (2018) explicam sobre o uso do software ATLAS.ti.9, no decorrer do texto é possível criar codes (códigos), que são termos destacados e marcados no ponto criado a partir das primeiras hipóteses ao dirigir a codificação. O Atlas.ti se mostrou uma importante ferramenta para pesquisadores conduzirem suas pesquisas qualitativas à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (SILVA JUNIOR E LEÃO, 2018).



Figura 10. Relação dos índices e frequência dos títulos das notícias ligadas aos conflitos do avanço da soja e construção do terminal graneleiro da Cargill no Planalto Santareno



Fonte: Elaborado a partir do software ATLAS.ti.9.

A frequência das aparições ao longo dos títulos de jornais permite algumas interpretações, sendo que cargill 7,06% e soja 5,10% ganharam destaque como agente causal, relacionados com: acusada 0,78%; devastação 0,78%; êxodo 0,78%; conflitos 0,78%; desmatamento 0,39%; agredirá 0,39%; crimes 0,39%; impactos 0,39%; invasões 0,39%; modernização 0,39%; perseguição 0,39% e polêmica 0,39%. O que possibilita pontuar que o processo de chegada da soja e do porto da Cargill eram noticiados e estimularam devastação, êxodo rural e conflitos na região do Planalto Santareno.

A agricultura familiar camponesa X A chegada da soja e instalação do porto da Cargill na região do Planalto Santareno



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Antes da soja se fortalecer no Planalto Santareno, observa-se que os agricultores familiares camponeses já passavam por dificuldades, no âmbito da falta de apoio do governo e acesso a financiamento, tal fato estimulou a venda de terras para os sojeiros.

A falta de apoio e financiamento para a produção familiar contribuiu para a estimulação das vendas de terras, como também a falta de equipamentos públicos como acesso a hospital, posto, escola, cooperativas, energia, água etc. Diante disso, alguns moradores foram para outras comunidades ou para os municípios vizinhos.

Em 2002, o jornal local noticiava sobre os impactos das pragas em algumas produções no Planalto Santareno. Outra notícia importante no mesmo ano, foi o risco da soja como ameaça para a produção da mandioca. Também já era noticiado o desaparecimento de algumas comunidades para dar espaço às lavouras de soja, como apresentado no compilado de notícias na figura 11.

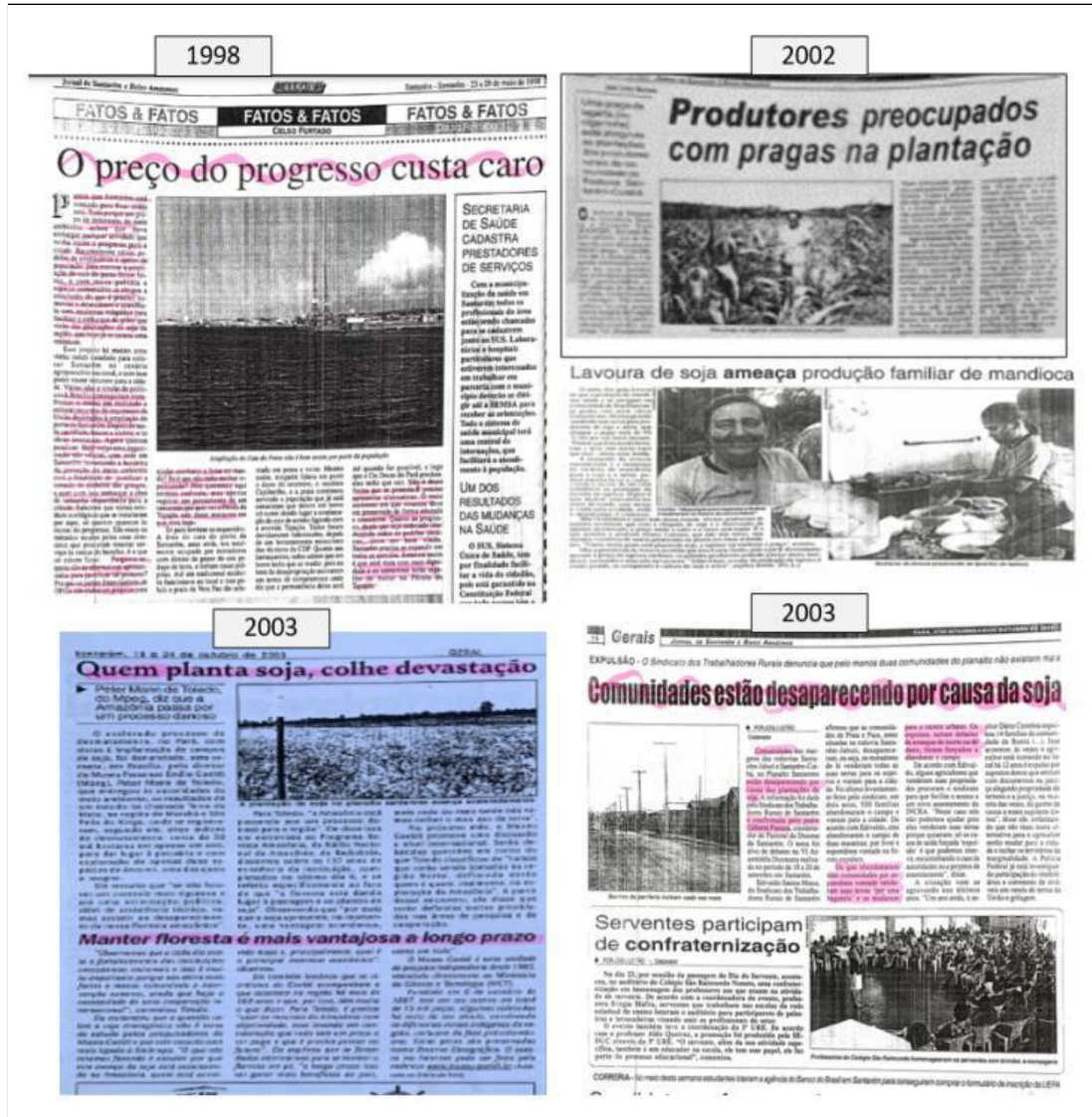


IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Figura 11. Notícias relacionadas aos efeitos da soja para a agricultura familiar camponesa



Fonte: Reprodução dos jornais: Jornal de Santarém e Jornal Gazeta.

Acervo pessoal da autora.

Alguns agricultores familiares camponeses foram resistentes à chegada da soja e ainda continuaram em suas terras. Os agricultores que antes tinham problemas apenas com acesso a financiamento passaram a ter problemas também com a produção e qualidade de vida diante da interação em áreas com a soja.



De acordo com Barros *et al.* (2020), os principais fatores condicionantes para a produção de soja no estado do Pará estão relacionados aos fatores biofísicos, da infraestrutura de transporte e da disponibilidade tecnológica. Estes três fatores são de extrema importância para o sucesso da atividade da produção de grãos no estado do Pará.

Considerações finais

As estratégias aplicadas a cadeia produtiva do agronegócio, bem como da fronteira agrícola é um dos processos capitalistas ligados à terra que mais gera impactos socioambientais no meio rural. Através do estudo foi possível compreender que antes da soja se fortalecer no Planalto Santareno, os agricultores familiares camponeses já passavam por dificuldades, no âmbito da falta de apoio do governo e acesso a financiamento, como também a falta de equipamentos públicos como acesso a hospital, posto, escola, cooperativas, energia, água etc. Diante disso, alguns moradores foram para outras comunidades ou para os municípios vizinhos, tal fato estimulou a venda de terras para os sojeiros.

Com a chegada da soja, os agricultores familiares camponeses passaram a ter problemas também com a produção e qualidade de vida diante da interação em áreas com a soja.

Como visto, há diversos impactos relacionados com as dinâmicas excludentes e desterritorializantes geradas pelo agronegócio e pelo o avanço da soja no Planalto Santareno. Paralelamente a esses impactos, os mais atingidos são os sujeitos do campo, bem como os agricultores familiares camponeses, o que possibilita pontua que o processo de chegada da soja e do porto da Cargill eram noticiados e estimularam devastação, êxodo rural e conflitos na região do Planalto Santareno.

Referências

ALMEIDA, A. W.B. **A reconfiguração das agroestratégias**: novo capítulo da guerra



ecológica. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011. p.27-44.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. et al (Orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

AYALA, M., VAN EUPEN, L., ZHANG, M., PÉREZ-SOBA, G., MARTORANO, M., LISBOA, L.G., BELTRAO, L.S. Impact of agricultural expansion on water footprint in the Amazon under climate change scenarios. **Science of the Total Environment**, vol. 1159–1173, 2016, p. 569–570.

BATISTA, D. A. J.; SANTOS, F. A.; RODRIGUES, G. A.; FURTADO, F. A. M.; SOUZA, A. P.; SILVA, K. D.; OLIVEIRA JUNIOR, J. M. B. Abundância e riqueza de espécies de euglossini (hymenoptera: apidae) em diferentes ragmentos no município de Mojuí dos Campos, Pará, Brasil. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.5, p.174-185, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.005.0018>

BARBOSA, J. A. **A Soja e a Violação do Direito Fundamental De Acesso À Propriedade Dos Povos Tradicionais Em Santarém-Pará, Brasil**. RIDB, Ano 3, nº 9, 2014.

BARBOSA, J. A., MOREIRA, E. C. P. Impactos Socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém–PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. In: **Revista Jurídica da FA7**: periódico científico e cultural do curso de direito da Faculdade 7 de Setembro.14(1), 73-87, 2017.

BARROS, M. J. B; CANTO, O. LAURENT. F; COELHO, A fronteira agrícola e conflitos territoriais nas Amazôniaas brasileiras: A expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil *Ciência Geográfica* - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (2): janeiro/Dezembro – 2020.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO. L. O. (orgs.) **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UnB, 1990.

BRITO, R.; CASTRO, E. Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-1631. **Rev. NERA** Presidente Prudente ano 21, n. 42, pp. 51-73, 2018.

BENATTI, J. H. A soja na Amazônia e o ordenamento territorial. **Anais do Seminário: a geopolítica da soja na Amazônia**, 18 e 19 de dezembro de 2003. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2005.



BOTELHO, A. C.; DINIZ, J. S. **A Produção da Soja em Territórios Tradicionais da Agricultura Familiar na Microrregião de Chapadinha Maranhão.** XXI Encontro nacional de geografia agrária, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Caetano, S. V. & Mira, A. R. Contributos da comunicação não-verbal na integração social, cultural e educativa de imigrantes numa perspectiva de multiculturalidade – um estudo de caso. In O. Magalhães & A. Folque (Eds.), I Jornadas de Investigação em Educação. Évora: Universidade de Évora - Departamento de Pedagogia e Educação. 2012.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). **PIB-AGRO/CEPEA: PIB DO AGRONEGÓCIO ENCERRA 2019 COM ALTA DE 3,81%.** Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-encerra-2019-com-alta-de-3-81.aspx> Acesso em: 10 de abril de 2021.

DE CORTES, J. P. S; COUDEL, E. PIRAUX, M; SILVA, M. P; SANTOS, B. A; FOLHES, R; SILVA, R. G. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes. In. **Confins Revue franco-brésilienne de géographie / revista franco-brasileira de geografia.** URL: <http://journals.openedition.org/confins/28077> ISSN: 1958-9212, 2020.

FAPESPA. **Boletim Agropecuário Do Pará 2017.** Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA.

GAYOSO, S. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas. In: SAUER, Sérgio. ALMEIDA, Wellington (orgs.). **Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, desafios e perspectivas.** Brasília: Editora UnB, p. 69-92, 2011.

GAYOSO DA COSTA, S. **Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia.** 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.



GIUSTINA, C. P. D. **Ilusão Desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA: um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança**. Dissertação, 2020.

HECHT, **Suzanna B. Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier**. *Development and Change*, v. 36, n. 2, p.375-404, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal – PAM. Sistema Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html> Acesso em: 10 de abril de 2021.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia: campesinato, consciência de classe e educação, o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (PA)**, (1974-85). Dissertação, 1989.

Martins, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Rev. Tempo Social**, 8(1), 25-70, 1996.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro**. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2249).

NAHUM, J. S., PAIXÃO JR, P. R. C. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA**, v. 17, n. 25, 2014.

OSORIO, R. M. L. **A produção de soja no Oeste do Pará: a tomada de decisão do produtor rural e as características da atividade produtiva em meio à floresta amazônica**, 175 p., (UnB – CDS, Doutora, Política e Gestão Ambiental, 2018).

PEREIRA, Cássio A. e VIEIRA, Ima C. G. **A importância das florestas secundárias e os impactos de sua substituição por plantios mecanizados de grãos na Amazônia**. In: CPT. Dossiê Cargill 2010. Santarém: CPT, 2010.

MESQUITA, B. A. de. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: **Terra e territórios na Amazônia: demandas desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 45-68. 2011.

PAIXÃO Jr., Paulo R. C. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia:**



Reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPA, Belém, 2012.

RIBEIRO, J. S; SOUSA, A; CRUZ, SANTOS, R; SOUSA, B. L. M; LOPES, R. B. Avaliação Preliminar do Risco de Contaminação Dos Recursos Hídricos por Pesticidas Utilizados no Cultivo da Soja em Três Municípios da Região Oeste do Pará. In: Zuffo, Alan Mario; Aguilera, Jorge González. (Org.). **As Ciências Exatas e da Terra no Século XXI**. 1ed.Ponta Grossa - PR: Atena Editora, v. 1, p. 29-35, 2019.

SANTOS, André; SILVA, Deyse; FERREIRA, Elen. Ideologias de Desenvolvimento em jornais de Santarém-PA nas décadas de 1960 e 1970. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 2, p. 57-71, jul./dez. 2016. ISSN 1984-4352.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília DF, Embrapa, 73 p. 2008.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasants Studies**, v. 39, n. 3-4, p.873-898, 2012.

SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney C. **Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar**. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p.285-307, mai./ago. 2012.

SAUER, S e PIETRAFESA, José P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **Acta Geográfica**, pág. 245–264, 2013.

SAUER, Sérgio; MARTINS, Pedro Sérgio Vieira. **Cultivo de soya y conflictos por la tierra en la región de Santarém (Pará)**. In: VAN SOLINGE, Tim Boekhout; VÉLEZ-TORRES, Irene; SAUER, Sérgio; VAN DEN BRINK, Babette Berrocal Vargas (org.). *Tierra y derechos en aguas turbulentas: conflictos socio-ambientales en Colombia y Brasil*. Utrecht: Utrecht University p. 31-49. v. 1, 2016.

SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land-Use Policy** 79. p. 326-338, 2018.

SAFRANSKY,S.; WOLFORD, W. Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas. In: **THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING**. University of Sussex, 6-8 de abril de 2011.

SEDAP- Núcleo de Planejamento/Estatísticas da Secretaria de Desenvolvimento



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Agropecuário e da Pesca (Sedap). Disponível em:

<http://sedap.pa.gov.br/artigos/soja-%C3%A9-o-principal-produto-agro-exportado-pelo-par%C3%A1> Acesso em: 05 de abril de 2021.

Silva Junior, L. A.; Leão, M. B. C. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **ciênc. Educ.**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 715-728, 2018.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do CEAM**, Brasília, 5(17), 23-42, 2005.

VENTURIERI, A; COELHO, A. S; THALES. M. C; BACELAR, M. D .R. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. Anais.** Florianópolis: INEP, 21-26 abr. 2007.p. 7003-7010. 2007.

WILKINSON, John (coord.) **Perspectivas do investimento no agronegócio. Relatório de pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”, em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008/2009.



A INSERÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS ENTRAVES DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS ENTORNOS DAS ÁREAS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE DE PINHEIRO, MG

**GT 8-Conflitos socioambientais, luta pela terra e expansão da fronteira agrícola
no rural brasileiro**

Beatriz Roque dos Santos
Estudante do Mestrado em Estudos Rurais UFVJM
beatriz.roque@ufvjm.edu.br
Dr. Alan Faber do Nascimento
Professor do Mestrado em Estudos Rurais UFVJM
alan.faber@ufvjm.edu.br

RESUMO-Introdução: A presença e uso humano das áreas naturais para desenvolvimento da agricultura, com comunidades rurais que usufruem da terra, tem sido pautas de discussões sobre a real função de uma unidade de conservação. É que no processo histórico de salvaguarda dos bens e recursos naturais muitas áreas de proteção ambiental foram criadas sem a participação das comunidades pertencentes ao seu entorno. Esse é o caso do Parque Estadual do Biribiri, localizado em Diamantina, em Minas Gerais. Desde sua criação e até os dias atuais, o fato é que o principal obstáculo para o cumprimento dos seus objetivos é a questão fundiária. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do processo de inserção do PEBI, fazendo o levantamento da questão fundiária e apropriação das terras por parte da comunidade de Pinheiro pertencente ao entorno da Unidade de Conservação. **Metodologia:** Para tanto, será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto e a análise do Plano de Manejo do PEBI. **Resultados e discussões:** Os resultados mostraram que a questão fundiária existente no PEBI não se encontra regularizada em função da falta de recursos financeiros para indenizar a Companhia S.A que detém 95% da área do parque, sendo somente 5% de áreas ditas como públicas pertencentes ao seu entorno. Além disso, há a questão dos processos de uso e ocupação de áreas irregulares em seu entorno e os conflitos existentes com as comunidades. **Conclusão:** Diante desses entraves, percebe-se o quanto se torna essencial inserir política e economicamente as comunidades na estrutura e na gestão do PEBI. Somente assim, a gestão do parque poderá em conjunto com as comunidades visualizar soluções para regularizar as áreas ocupadas nos limites e nos entornos do parque, promovendo assim o desenvolvimento da conservação de forma efetiva.

Palavras-Chaves: Questão fundiária, Parque Estadual do Biribiri, Comunidade de Pinheiro



1-INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre os usos econômicos, sociais e ambientais nos entornos de Unidades de Conservação. Uma questão que, invariavelmente, vem à tona são aquelas referentes à posse de terras, à estrutura fundiária e os conflitos advindos da expropriação de comunidades tradicionais.

Com efeito, parece claro que a criação de Unidades de Conservação como forma de preservação, exige dos órgãos públicos ligados à implementação das UCs, que passem a se importar com a demarcação de posses de terras e a regulamentação fundiária das áreas ambientalmente protegidas. A esse propósito, é bom sempre lembrar que se trata de uma questão de tradição antiga no Brasil, haja vista sua natureza social patrimonialista. Afinal, a questão do uso e apropriação de terras no Brasil já se encontrava em disputas, muito antes da entrada de europeus no país, tendo seu surgimento no Tratado de Tordesilhas.

Tomando como referência, portanto a problemáticas fundiárias das UCs, esta pesquisa busca explorar o problema da comunidade de Pinheiro, pertencente ao entorno do Parque Estadual do Biribiri, localizado a cidade de Diamantina - MG. Pretende-se também no desenvolvimento desta pesquisa traçar caminhos e soluções para esta comunidade e sua relação com o parque. Na tentativa de responder ao seguinte questionamento: Até que ponto a comunidade de Pinheiro consegue lidar com a inserção do PEBI e as questões fundiárias e quais são suas limitações e soluções para a realidade imposta?

Para tanto, será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto, análise do Plano de Manejo do PEBI, e entrevista com o representante da comunidade de Pinheiro.

Por fim, entende-se que conhecer a realidade da comunidade antes da inserção da Unidade de Conservação e a relação da comunidade com a gestão parece ser uma oportunidade de entender os possíveis conflitos existentes advindos do uso da terra,



podendo assim serem sugeridas mudanças e sugestões para a aproximação e consolidação da atividade dentro e no entorno do Parque.

2-Desenvolvimento

Questão fundiária nas Unidades de Conservação no Brasil

O contexto de inserção de Unidades de Conservação e o uso das terras por comunidades tradicionais é tema de discussão e debates que analisam a real importância e os impactos de tal realidade.

O usufruto das terras pelo homem é uma realidade presente nos tempos antigos há cerca de 500 anos, onde a terra podia ser considerada como uma riqueza. Em uma época pautada como remota, onde os campos, eram compostos por camponeses que utilizavam o plantio de cana-de-açúcar para seu sustento e ao mesmo tempo, debatiam com grupos de militares que queriam ter acesso a estes locais. O posicionamento e lutas pelas terras por pessoas do campo, tornou-se nesta época, uma realidade, onde os camponeses usavam o seu posicionamento e tentativas de permanência em suas terras, como forma de resistência às diversas formas de expropriação, encontradas nestes séculos e a título de análise até atualmente em terras brasileiras(GIRARDI,et,al.2008).

Na leitura desses cinco séculos é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Esses processos sempre se desenvolveram simultaneamente construindo um dos maiores problemas políticos do Brasil: a questão agrária. Neste século, a luta pela reforma agrária passou a fazer parte dessa questão, que possui a seguinte configuração: a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada. (SILVA,2008,p.122)

Durante todo o contexto histórico do país, tanto os trabalhadores quanto os camponeses e povos que viviam nas terras foram marcados por ondas de violências, exclusão e formas de repressão com direitos relacionados à terra e sua



forma de sustento. Pesadas na balança os entraves citados, nota-se o quanto contraditório e irregular são as inúmeras formas de distribuição da terra e das formas de sustento, onde poucos conhecem a posse das demarcações territoriais e na maioria dos casos são adquiridas de forma ilícita ou com o custeio de muitas vidas (BOMBARDI, 2006).

Na perspectiva de uma ideologia, da minimização de tais conflitos, é que se cria o Estatuto da Terra em 1964, afirmando, assim, os elos entre os latifundiários e o governo militar. Analisando, mais a fundo, os elos da história do divisor de terras brasileiras e a inserção de tal órgão percebem-se através de dados que o mesmo não se formou elos, mais sim, tornou uma tentativa de integração de forma desigual, como tentativa de não devolução das terras, pertencentes aos camponeses por direito (FERREIRA, 2013).

O Estatuto da Terra, tornado lei pelo regime militar, era lei morta. A colonização na Amazônia aparecia como autêntica contra-reforma; como escreveu Octavio Ianni, após 20 anos, os militares não permitiram sequer que do Estatuto saísse um plano nacional de Reforma Agrária. Foi a “Nova República” que se incumbiu dessa missão histórica, sem, entretanto obter o apoio de sua base aliada no PMDB, no PFL, e dos latifundiários, enfim, esqueceu-se que para o Estatuto se tornar Plano havia de ser superado o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais que isto, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital mundializado e, agora, territorializados. (OLIVEIRA, 2010, p. 192).

Neste contexto, os militares, advindos do poder selavam elos para supremacia de terras e montavam projetos sem objetivos concretos para fundiários, a título de exemplo a criação em 1984 do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), sendo um dos objetivos os assuntos fundiários provando desnecessariamente a relação de o grupo militar nos assuntos advindos da terra.(FERREIRA, 2013).

As repressões, as intimidações, as injustiças, em consonância com os grandes projetos de integração nacional por parte de diferentes governos, fizeram com que a questão agrária entrasse num rápido processo de militarização na década de 1970. Através da criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários em 1982, o “Quartel da Terra”, o



mesmo assume a política fundiária, cujo controle ficou nas mãos do General Danilo Venturini, portanto, assumia-se que era um problema de ordem militar. (FERREIRA, 2013, p.83).

Com o passar dos anos, o Estado passa a assumir o domínio e território das terras, sendo os conflitos enraizados entre os camponeses e o poder público que por meio de documentos e escrituras de terras tendem a apossar das propriedades como bens do Estado, demarcando terras, expulsando grupos de famílias de seus locais de origem, tendo como uma das justificativas a expansão agropecuária e do uso da terra para construção de novos empreendimentos agrícolas e industriais. (BOMBARDI, 2006).

Nesse cenário, é possível compreender os camponeses como uma classe social da sociedade capitalista. Por isso, trata-se de uma fração e não o território na sua amplitude. Daí a relevância de resgatarmos parte das lutas vivenciadas no campo brasileiro, nas quais, muitas vezes, esquecemos-nos de grupos de camponeses que atuam isoladamente nos mais remotos rincões, veredas, sertões e chapadões do Brasil. (FERREIRA, 2013, p.86)

O posicionamento destas lutas, no país que se avalia e expulsa populações, como resultado para preservação do meio ambiente ou desenvolvimento de capital, fez surgir inúmeros movimentos e retardações que trouxe como estatística a divisão entre a sociedade e os ambientes ditos como naturais. (BOMBARDI, 2006).

Nestas terras, ocorreram grandes plantações de alimentos, extrativismo vegetal, caça e pecuária algumas destas atividades eram realizadas de forma desordenada, fazendo com que os órgãos ligados à conservação pensassem em estratégias para proteger esses lugares. Neste sentido foram elaboradas propostas, durante as conferências Internacionais ligadas às discussões sobre as formas de manuseio da terra e os impactos destas para o meio ambiente (MASSUQUETI, 2010).

Analisando este contexto histórico, fica nítido que ao se planejar uma Unidade de Conservação, alguns séculos depois para sua efetividade, devem-se considerar as demarcações territoriais existentes dentro e no entorno destas áreas, além disso, a



participação das comunidades pertencentes a estes locais torna-se uma ferramenta efetiva para uma gestão compartilhada e efetiva. (KURY, 2009).

A questão de terras e as demarcações de propriedades e áreas das Unidades de Conservação é resposta para uma eficaz gestão, que são entrelaçados com a convivência, os entraves e o manejo de suas áreas, tendo como justificativa as problemáticas advindas das terras e as áreas ditas protegidas.

Em Unidades de Conservação e em seus entornos, a divisão de terras torna-se um dos maiores conflitos, sendo este justificado pelas questões relacionadas às regulamentações destas terras e os entraves sendo eles relacionados: a divisão e propriedades das terras, propriedades particulares ou do estado, além das questões jurídicas ou relacionadas a bens das famílias. (MORAIS, 2014).

Analisando tal problema em uma Esfera Federal, no qual o órgão responsável pela regularização das terras nos entornos de UC: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), onde o primeiro exerceu as atividades até 2009 e o segundo até os dias atuais. Percebe-se que diversas atividades foram desenvolvidas na tentativa de sanar as problemáticas envolvendo as questões relacionadas ao uso e apropriação das terras. No ano de 1999, o IBAMA, por exemplo, criou um documento com o objetivo de analisar a situação fundiária e apresentar possíveis soluções. Já em 2003, o mesmo órgão elaborou baseado na Constituição Federal de 1988 o decreto que determinava as normas e disposições para a regularização das UCs (CHEADE, 2015).

A partir do ano de 2009 a regularização passou para o ICMBIO, que assegurou os decretos criados pela IBAMA e no dia 3 de setembro de 2009, publicou o segundo decreto que regulariza os procedimentos relacionados à desapropriação dos imóveis rurais além da indenização administrativa ou reproduzidas de ações judiciais, para tal procedimento os requeridos deveriam no ato do pedido apresentados documentos pessoais e de dados do terreno ou imóvel que queriam a análise ou



indenização do órgão aqui citado (KURY, 2009).

Observando todas estas normas e procedimentos relacionados à regularização de terras do entorno de UCs, nota-se que para a consolidação destas leis, diversas são as problemáticas enfrentadas, sendo elas de amplos segmentos ou ações.

A primeira dela é relacionada às políticas públicas, uma vez que há poucas ações e interesse pela questão ambiental e análise das áreas de localização, ocasionando diversos conflitos de territorialidade; uma segunda problemática seria relacionada a estrutura administrativa onde de modo geral há poucos funcionários, falta de capacitação técnica, institucional e pública para liderarem as inúmeras UCs; um terceiro problema seria os recursos financeiros no qual são inseridas sem um orçamento prévio das suas terras e o valor delas, além disso há baixa liberação de recursos para a área ambiental e de terras no país; a quarta é relacionada aos documentos e registro no cartório dos imóveis ou de títulos, títulos sem origem, títulos particulares e aqueles que foram forjados em cartório; e por último existe o conflito relacionado às comunidades locais onde a maior parte das demarcações interferem nos terrenos destas populações ou em alguns casos os novos limites das UCs proíbem o uso dos recursos naturais ou das atividades desenvolvidas dentro destes locais. (CHEADE, 2015). De acordo com Pádua 2002:

As UCs se tornam vulneráveis e comumente entendidas pela população local como “terras de ninguém” pela falta da sua implementação efetiva. Por sua vez, esta tem como causa a falta de: pessoal competente, autonomia administrativa; e decisão política; vale destacar que além do comportamento da comunidade do interior e entorno da unidade, a precariedade documental e as “indenizações milionárias” também são agentes causadores do problema. A maior dificuldade enfrentada pelo poder público na solução das questões fundiárias nas unidades de conservação consiste, em primeiro lugar, na complexidade dos procedimentos administrativos e do processo judicial e, em segundo, na indisponibilidade de recursos orçamentários, financeiros e humanos. (PÁDUA, 2002, p.10).

Nota-se neste aparato relacionado à questão fundiária que antes de tudo é preciso mais leis e ações voltadas para o desenvolvimento das UCs no país, a questão ambiental e das terras deve ser analisadas em conjunto, além de atividades de



mobilizações, interação, atividades voltadas para os direitos de posses das terras, na tentativa de aproximar os responsáveis pelas UCs, comunidade local e poder público para determinarem possíveis saídas para resolver este empecilho. Neste sentido é criado o direito de análise destes locais também conhecido como o direito agrário:

A regularização fundiária no sentido adotado pelo direito agrário consiste na definição das situações dominiais e possessórias de imóveis rurais situados em determinado espaço territorial. [...] No plano ambiental, a regularização fundiária consiste na solução das situações dominiais e possessórias não no sentido de reconhecê-las e mantê-las intocáveis, como acontece no direito agrário, mas com o objetivo de incorporar as terras ocupadas a justo título ou não ao patrimônio do órgão gestor da unidade de conservação. (AZEVEDO, 2002, p.37).

As temáticas envolvendo as pendências fundiárias em Unidades de Conservação no país são resultados de duas situações: a primeira é que há diversos ocupantes sem títulos e o segundo é que há terras com muitos títulos, ou seja, há desigualdade na divisão e acesso à terra. (NETO, 2002).

Quando se analisa esta situação pode-se pensar que a solução para tal problema poderia ser a desapropriação destes locais, mais se analisarmos profundamente percebe-se que são situações complexas, que exigem orçamentos, demandas e levantamentos de dados dos tipos de terras e propriedades inseridas dentro e no entorno das Unidades de Conservação.

As áreas ditas como particulares estão localizadas no interior dos Parques e são determinados como terras do Estado. Estas terras em alguns casos foram registradas em Cartório com documentos que não demarcavam sua extensão e localização. Um segundo ponto de conflito, nestas áreas seria a questão relacionada às ações judiciais interligadas com a desapropriação. E por último e não menos importante, se encontra o uso indevido dos locais naturais que se valiam através de documentos de autorização para atividades de desmatamento e uso desordenado da natureza.

O Parque Estadual da Pedra Branca localizado no Rio de Janeiro também



exemplifica os problemas advindos da questão fundiária, a Unidade de Conservação foi criada pela Lei Estadual nº 2.377 de 1974, com o objetivo de proteger os recursos naturais e a formação florestal que se encontrava localizada na área urbana, por este motivo há diversas propriedades em seu entorno. Além disso, possui nos dias atuais um mosaico patrimonial, pertencentes ao Estado, posseiros ou com áreas particulares, como consequência desta realidade, ocorrem diversos conflitos relacionados às terras e seu usufruto por parte das comunidades de seu entorno, alguns resultados são as constantes queimadas e surgimento de novas construções irregulares. (IWAMA, et. al,2014).

Um exemplo também importante de delimitações das terras em parques são as limitações de suas áreas de amortecimento com o objetivo de conservar o bioma e as áreas naturais. O Parque Nacional da Serra da Canastra criado no ano de 1972 exemplifica este caso, onde sua área total do parque e seu entorno seria de 199 mil hectares, porém 72 mil deste total foram demarcados pelo poder público através de desapropriações. Em um local de fazendas e comunidades que precisavam ser esvaziadas, sem dúvida, houve conflitos, na época que ocorreu tal fato foram levantados os dados de 3 mil famílias que utilizam o local para moradia, cultivo e sustento.(SILVA,2005).

As desocupações foram impactantes para a região, pois além de afetar diretamente a parte socioeconômica das localidades, havia grande número de propriedades e comunidades tradicionais estabelecidas na área, que comportam um grande acervo histórico-cultural sobre a região. Os proprietários demonstraram resistência à desocupação e, devido a esse fato, conflitos foram gerados com o Estado. O governo, para minimizar os embates, decidiu recompensar as áreas desocupadas com títulos de dívida agrária – com valor inferior ao do mercado – o que não atenuou as desavenças. O extinto IBDF permitiu atividades agrícolas e áreas de pastagem na extensão que compreendia o Parque, e o Departamento Nacional de Produção Mineral forneceu títulos de exploração mineral, colaborando com as possíveis degradações. (SILVA, 2005, p.4).

Ampliando o campo de análise, observa-se que no estado de São Paulo considerado um dos maiores estados do país, ainda traz problemas com as questões fundiárias quando se trata do quesito meio ambiente, conservação



ambiental e divisão de terras. As Unidades de Conservação localizadas no estado, até o ano de 2005, não possuíam documentos relacionados ao cadastramento de suas terras ou indícios de registros no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Sendo justificado o não cumprimento de tais demandas por estas terras pertencerem a diversos proprietários ou empresas particulares que exigem numerosos valores indenizatórios que não se encontram disponíveis nos orçamentos das gestões e dos órgãos ligados à proteção ambiental. (MOREIRA, 2018).

Os planos de manejo criados por estas Unidades delimitam áreas restritas ao uso da gestão, e tornam os locais habitados por populações como espaços pertencentes ao parque. O plano de manejo da Ilha de Cardoso feito no ano de 1976, por exemplo, antes do SNUC e suas delimitações, não incluiu no processo de criação e implementação, as comunidades caiçaras, obrigando as famílias a aceitarem a nova realidade ou migrarem para a região de Cananéia em São Paulo. (ARRUDA, 1999). Outro exemplo foi à criação do Parque Estadual de Ilhabela, criado pelo decreto estadual nº9. 414 de 20 de janeiro de 1977, onde em seu projeto de planejamento e gestão da Unidade de Conservação não considerou a existência das populações caiçaras pertencentes ao seu entorno, sendo estas excluídas das atividades (pesca e plantio) que praticavam nas terras, antes não apropriadas pelo parque (NASCIMENTO, 2016). Na nova realidade são excluídas e proibidas do manuseio de parte de suas terras, surgindo desta maneira os conflitos.

Como podemos perceber a divisão de terras e os tipos de ocupações existentes nestas áreas, geram pendências fundiárias que demandam tempo, iniciativas e ações para serem regularizadas sendo estas justificadas pela presença de populações e comunidades dentro e no entorno, aquisição de terras por proprietários de fazendas, falta de recursos para regularização fundiária, terras devolutas do Estado e de domínio público ou na maioria dos casos inexistência de documentação sobre a propriedade. (MORREIRA, 2018).



Questão fundiária nos Parques Estaduais de Minas Gerais

Dizem que quem conhece um Parque e seu entorno, também contempla a sua alma e se apropria e cria laços com os saberes locais, afinal cada lugar e pessoa possui sua essência, este é o relato de um guia do Parque Estadual da Serra do Cipó em um momento de seu acompanhamento a uma visita minha juntamente com colegas do curso de Turismo. De fato ele tem razão, uma vez que ao contemplar as belezas naturais e atrativos também me sentir pertencente àquele lugar, mais que isso, esta experiência me fez aprofundar melhor nos estudos sobre os parques da região do Vale do Jequitinhonha e entender a relação entre suas culturas, demarcações territoriais e limitações.

Partindo deste pressuposto faz-se uma reflexão sobre a tipologia dos Parques Estaduais inseridos em Minas Gerais e no Vale, datados desta época, como resultados de pesquisas, relacionadas à proteção do meio ambiente, sendo, estas justificadas pelo uso inadequado dos homens pelos bens naturais.

O modelo de implementação destas áreas, foram anteriores à lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que determina a participação das comunidades no processo de planejamento destas áreas. Desta maneira, as áreas implantadas eram pertencentes ao poder público, porém em seu entorno há famílias e áreas que precisam ser desapropriadas de acordo com as diretrizes de criação, tornando assim, pertinente o problema da questão fundiária nos entornos de Unidades de Conservação. (MORAIS, 2014).

A situação fundiária nos parques de Minas Gerais não se encontra em uma realidade diferente dos contextos nacionais e mundiais uma vez que em seus interiores há conflitos relacionados às terras e as limitações do usufruto de seus recursos tornando o planejamento comunitário como uma sugestão para minimizar tais conflitos. (NETO, 2002). Para que este planejamento ocorra de forma efetiva é preciso antes de tudo à inserção das populações pertencentes a estes entornos, tem em vista que estas são as mais interessadas em ações para promover a



aproximação e para traçar soluções para minimizar os conflitos e ao mesmo tempo trazer crescimento destas comunidades. Pensando na questão fundiária um dos principais conflitos nestes locais, é preciso analisar as ferramentas utilizadas a regularização destas áreas.

Traçadas os primeiros caminhos relacionados a avaliação das áreas e suas propriedades passa a ser inseridas as ferramentas necessárias para a tentativa da regularização fundiária nos entornos dos UCs. A seguir são apresentadas as ferramentas:

Desapropriação: é o registro e análise e passagem documental das terras particulares ou públicas para o domínio do Estado. Elas podem ser diretas ou indiretas. Diretas: o imóvel é repassado para o Estado como justificativa do uso do mesmo para ações sociais ou públicas. Indireta: é quando há apropriação do imóvel sem processos judiciais para fins administrativos.

Compensação ambiental: são recursos destinados à regularização das UCs, tendo uma relação direta com recursos para planejamento dos planos de manejo e demarcações territoriais.

Recategorização de Unidades de Conservação: são ações realizadas no intuito de analisar as demarcações territoriais e propor novos limites na tentativa da minimização dos conflitos advindos dos limites das áreas de UCs. (HONDRA, 2009).

No estado de Minas o órgão responsável pela administração e usufruto das UCs é o Instituto Estadual de Florestas (IEF) pela lei estadual 2.606 de 5 de janeiro de 1962, tendo como objetivo principal a proteção das áreas naturais do ambiente mineiro e ao mesmo tempo trazer o desenvolvimento de políticas, ações e atividades que visem promover o reconhecimento local. Através do presente órgão são instituídas leis e demarcações de território para implementação de Unidades de Conservação que são delimitadas de acordo com a tipologia ou área a qual pertence.

Se pararmos pra analisar o Estado de Minas Gerais observa-se que a questão das



terras e seu usufruto ocorrem há séculos atrás, em meados do descobrimento do Brasil e a posse das terras por portugueses onde já havia índios. Esta recapitulação histórica serve como base para entendermos as raízes dos problemas fundiários no qual vemos que há demarcações de terras e limites territoriais impróprios para as populações humanas e as UCs, no qual, trazem por um lado a conservação das áreas naturais mais por outro lado as demarcações e posses de terras, sendo desta maneira inviável a consolidação destes dois extremos.

O Parque Nacional da Serra do Cipó criado no ano de 1984 pelo decreto nº: 90.223 de 25 de setembro de 1984 exemplifica a questão das terras, uma vez que a implementação do mesmo gerou mudanças nas comunidades trazendo um novo modelo de demarcação territorial, usufruto das terras e disputas de forma desordenada.

Um segundo exemplo seria o caso do Parque Estadual de Nova Baden criado pelo decreto n. 036. 069 de 1994. A área pertencente à Unidade de Conservação é de propriedade da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais- EPAMIG, por este motivo o Parque já pertence ao poder público faltando à regularização através do repasse ao IEF. O Parque Estadual Serra da Boa Esperança criado pelo decreto nº 44.520 de 2007, diferente do exemplo acima possui propriedades particulares com altos valores aquisitivos impossibilitando a regularização. (NETO, 2002).

Diante destes exemplos e da análise dos demais parques é possível concluir que o Estado de Minas Gerais possuem em sua maioria Unidades de Conservação em situações regulatórias de difícil resolução tendo em vista as complexas situações e temáticas envolvidas no processo são famílias que vivem em seus entornos mais que podem demarcar terras dentro dos Parques, são fazendeiros, proprietários rurais além de empresas ou pelo preço elevado das terras. A seguir é apresentada a situação dos Parques Estaduais de Minas Gerais:

Tabela 1: Situação Fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais

Parque Estadual	Criação	Situação Fundiária	Ocupação



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



			no entorno
Alto Cariri	2008	Não regularizado	Sim
Caminhos das Gerais	2017	Não regularizado	Sim
Da Baleia	1988	Não regularizado	Sim
Da Serra Grande	2010	Não regularizado	Sim
Da Lagoa do Cajueiro	1998	Parcialmente regularizado	Sim
Da Lapa Grande	2006	Parcialmente regularizado	Sim
Da Mata Seca	2009	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Brigadeiro	1996	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Cabral	2005	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Papagaio	1998	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Rola-Moça	1994	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Sobrado	2010	Não regularizado	Sim
Da Serra Negra	1998	Parcialmente regularizado	Sim
De Grão de Mogol	1998	Não regularizado	Sim
De Montezuma	2007	Não regularizado	Sim
De Nova Baden	1994	Parcialmente regularizado	Sim
De Paracatu	2011	Sem informação	Sim
Serra Nova	2003	Parcialmente regularizado	Sim
De Sete Salões	1998	Não regularizado	Sim
Do Biribiri	1998	Não regularizado	Sim
Do Ipitipoca	1973	Totalmente Regularizado	Não
Do Itacolomi	1967	Não regularizado	Sim
Do Pau Furado	2007	Não regularizado	Sim
Pico do Itambé	1998	Parcialmente Regularizado	Sim
Do Rio Corrente	1998	Não Regularizado	Sim
Do Rio Doce	1994	Sem Informação	Sim



Do Sumidouro	1980	Parcialmente Regularizado	Sim
Do Verde Grande	1998	Parcialmente Regularizado	Sim
Dos Campos Altos	2004	Totalmente Regularizado	Não
Mata do Limoeiro	2011	Sem informação	Sim
Rio Preto	1994	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra Boa Esperança	2007	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra da Candonga	2008	Não Regularizado	Sim
Serra das Araras	1998	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra do Intendente	2007	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra do Ouro Branco	2009	Não Regularizado	Sim
Serra Verde	2007	Não Regularizado	Sim
Veredas do Peruaçu	1994	Não Regularizado	Sim

Adaptada de Ambrosio 2014

Como é possível perceber na tabela acima apenas 2 dos 38 parques encontram-se totalmente regularizado e sem a presença humana em seu entorno, os outros permanecem em fase de regularização, mesmo sendo uma parte inserida após o SNUC não se conseguiu estabelecer a regularização e surgiram também outras problemáticas relacionadas a falta de participação e implementação destas áreas. O que se nota nesta questão é que falta de ações dos órgãos públicos para promover a aproximação e analisar de fato o que se encontra em equívoco, uma vez que são mais de 20 anos de inserção do SNUC e mesmo assim a situação ainda não se encontra resolvida.

Se pensarmos nas áreas ditas como particulares em algumas UCs são fáceis notar em sua maioria a irregularidade de tais documentos que comprovem a posse das terras, ou a atualização dos dados cadastrais, isso ocorre em grande parte dos casos pela falta de informação ou fiscalização destas terras tornando assim mais difícil a resolução da questão fundiária em Minas Gerais. A título de exemplo, ao se analisar os planos de manejo em grande parte se não em sua totalidade,



encontram-se desatualizados e sem informações reais das populações do seu entorno e o usufruto de suas terras.

Para que a regularização de fato ocorra é preciso antes de tudo a revisão dos documentos de posses das terras em Minas e a análise da real situação de cada Unidade de Conservação para desta maneira, serem traçadas novas soluções e estratégias para a efetiva legalização das terras do estado e do país como um todo.

A região de Minas Gerais possui 80 Unidades de Conservação, por exemplo, segundo dados do IEF, destas 38 são de proteção integrais denominadas como Parques Estaduais, nessas Unidades de conservação a questão fundiária está relacionada com as delimitações e apropriações das terras por parte dos parques ou UCs, em alguns casos este conflito já se encontra regularizado, através de ações de uso e desapropriação de terras e outros aguardam por ações de liberação das terras. No quadro a seguir vamos analisar a situação dos parques Estaduais do Alto Jequitinhonha:

Tabela 2: Situação de regularização dos Parques Estaduais no Alto Jequitinhonha:

Parques do Alto Jequitinhonha	Questão fundiária
Parque Estadual da Serra Negra	Proposta de redefinição dos limites para desapropriação
Parque Estadual do Biribiri	Existência de ações de desapropriação
Parque Estadual do Pico do Itambé	Em processo de desapropriação
Parque Estadual do Rio Preto	Completamente regularizado
Parque Estadual Serra do Intendente	Completamente regularizado

Adaptado de Ambrosio, 2014 **Figura 1:** Adaptado de Ambrosio, 2014

Como é possível analisar nos dados acima, somente dois dos cinco Parques do Alto Jequitinhonha se encontram regularizados, os outros três ainda existem processos e questões judiciais para a consolidação e regularização das terras do seu entorno -



cujas demandas ainda podem levar anos.

O Parque Estadual do Biribiri é um exemplo deste modelo de implementação, segundo dados do Plano de Manejo da Unidade de Conservação 95% do PEBI possuem propriedades particulares e não se pode regulamentar (STCP, 2004). Ao mesmo tempo, em seu entorno existem comunidades que possuem suas propriedades usufruem e vivem antes da chegada da referida Unidade de Conservação e que tem como fonte de renda a prática da agricultura baseada no plantio, colheita de forma coletiva. (MORAIS, 2014).

Se pensarmos nas comunidades pertencentes a estes entornos, por exemplo, no caso do PEBI que consta três comunidades: Mendanha, Cidade Nova e Pinheiro, percebe que em sua maioria não entendem a real importância da Unidade de Conservação em suas áreas e por este motivo não participam dos processos de conservação, o que torna-se um equívoco uma vez que estas são as mais conhecedoras portanto, fica nítido que precisa-se ser traçadas soluções pra a aproximação da gestão e as comunidades de seu entornos.

3-RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudo de Caso da Questão fundiária na Comunidade de Pinheiro

Uma comunidade rural pode ser o berço de grandes tradições, pois em sua maioria traz a história e o relato dos seus antepassados e ao mesmo tempo guarda os saberes locais como tesouros, são contos e reencontros presentes na memória de cada morador que sentam na beira do fogão de lenha e ali escrevem sua história no chão com rabiscos.

Estas famílias vivem em comunidades e ali formam seus laços e aprendem a preservar a natureza e usufruir da terra para seu sustento. Datadas na atualidade traçam brigas por direito de pertencerem ao seu lugar de origem e ao mesmo tempo lutam para entender de fato a importância de se preservar uma UCs, pois em sua maioria não lhe foram apresentadas tais informações o que torna este



distanciamento viável pela falta de informação.

As questões fundiárias em algumas Unidades de Conservação possuem limitações que tornam empecilho para sua regularização, este seria o caso do Parque Estadual do Biribiri localizado na cidade de Diamantina-MG, após 23 anos de existência na região ainda há em maior parte dentro do parque área de propriedade particular. Estas propriedades são pertencentes à Companhia S.A e se localizam em 95% das demarcações dentro da Unidade de Conservação, por faltas de verbas por parte do Estado o Instituto Estadual de Florestas IEF não conseguem regularizar a situação e por este motivo também não recebem apoio financeiro para promover melhorias dentro e no entorno do parque. Em seu entorno as áreas onde está a comunidade de Pinheiro são consideradas segundo o plano de manejo como zona de amortecimento.

As comunidades do Alto Jequitinhonha pertencentes ao entorno do PEBI especialmente a de Pinheiro tema deste estudo têm as terras e o uso dos recursos naturais relacionados com os bens repassados pela família sendo repassadas de pais para filhos.

Na comunidade de Pinheiro existem aproximadamente 80 residências sendo que 80% delas ficam fechadas e só são ocupadas em ocasiões de festas religiosas, férias ou eventos na comunidade, algumas abrem devido a seus proprietários irem para participar dos eventos e os 20 % das moradias que se encontram ocupadas pertencem a moradores locais.

As suas propriedades são herdadas e são registradas em cartório e possuem registro no Cartório de Imóvel da cidade de Diamantina-MG e recentemente algumas que não possuíam regularização foram registradas pela prefeitura de Diamantina e demarcadas suas áreas de terras, a medição dessas áreas e registros ocorreram gradativamente de acordo com as demandas dos moradores e de acordo com os documentos que os próprios moradores tinham de suas terras ou casas, em alguns casos era preciso demarcar e montar os limites de terrenos uma vez que eram



desconhecidos documentos sobre as reais áreas ou eles se encontram em fase de destruição impossibilitando sua releitura.

As propriedades não sofrem interferência do parque, pois as demarcações de limitações da Unidade de Conservação do PEBI ocorre longe da localização das casas, o conflito está relacionado a proibição do uso dos recursos tais como pesca, caça, extração de madeira e criação de animais nas áreas dentro do parque, porém em conversas com os próprios moradores eles relatam que se sentem intimidados com as limitações do parque e falta de diálogo sobre a situação fundiária dentro do PEBI e suas reais limitações territoriais.

Desde a criação do Parque até os dias atuais esta comunidade tem sua renda voltada pelas atividades agrícolas que servem de complemento ao salário da aposentadoria -- não sendo oferecidas atividades pela gestão para complementar a renda.

Diante deste distanciamento existente entre estes dois extremos e em outras Unidades de Conservação de Minas e do Brasil algumas soluções podem ser traçadas na tentativa de minimizar tais conflitos sendo eles fundiários ou não.

Um primeiro ponto seria pensar em possibilidades para promover a indenização ou regularização das terras por parte do Estado e dos órgãos ambientais relacionados com a questão fundiária; uma segunda opção é a realização de reuniões semanais ou mensais que ouvissem a opinião e as demandas das comunidades, uma terceira opção seria o desenvolvimento de atividades, programas e projetos que trouxessem retorno financeiro para as comunidades, neste caso seriam satisfatórios eventos de divulgação das culturas locais, apresentações com fundos de arrecadação, além de atividades de cunho ambiental e trabalhasse a questão ambiental e a importância das Unidades de Conservação. Além disso, atividades que usassem o manuseio da terra e a importância das hortaliças, frutas para o dia-a-dia das pessoas.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS



A questão fundiária, assim como a inserção de Unidades de Conservação, deve ser analisada, em conjunto com as comunidades locais dos entornos. O que é possível perceber, não só em Minas mais em diversos lugares é que a regularização das áreas não são resolvidas, por diversos motivos dentre eles destacam no caso do PEBI: a inexistência de documentos de comprovação das delimitações das áreas dos terrenos, recursos públicos para indenizar os proprietários, processos judiciais que se encontram em adesão na justiça, entre outros fatores de relevância que impedem o desenvolvimento da regularização fundiária.

Resolver estes empecilhos seria um fator relevante, pois nos dias atuais a maioria dos jovens ou pessoas da própria comunidade, migram para a cidade em busca de oportunidades, pois não vêem no campo uma saída, por este motivo torna-se essencial valorizar a comunidade que ainda sobrevive e conserva os costumes advindos da terra para seu sustento como é o caso da comunidade aqui estudada.

Acredita-se que a execução destas sugestões pode gerar resultados, pois promoverá a aproximação e ao mesmo tempo poderá fazer com que os moradores possam se sentir inseridos e, assim, entendam a real importância desta Unidade de Conservação.

5-REFERÊNCIAS

AMBROSIO, R. V. **Situação fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais**, Dissertação de Ciências Florestais, 186 f, UFL, Lavras, 2014

ARRUDA, R. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. 79-93, Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999

AZEVEDO, J. M. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para educação Ambiental**. 49-71, Educação e Sociedade, v.23,2002.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária** (A Lei de



Revisão Agrária em São Paulo). Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia/FFLCH, USP, São Paulo, 2006

CHEADE, M. F. **A regularização fundiária de unidades de conservação federais: termos, normas, estrutura e procedimentos – Subsídios para conhecer o processo.** (Dissertação de Mestrado). 162 f. Programa de Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação da Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

FERREIRA, G.H. Regularização Fundiária e as Unidades de Conservação no Brasil: Um desencontro histórico. **Revista Agrária**. São Paulo, No. 18, pp. 76-113, 2013

GIARDI, E. P. FERNANDES, B. M. A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: A REFORMA AGRÁRIA CONSERVADORA. **Revista AGRÁRIA**, São Paulo, nº 8, pp. 73-98, 2008

IWAMA, A. Y. LIMA, F. B. PELLIN, A. Questão fundiária em áreas protegidas: uma experiência no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, 26 (1): 77-93, jan /abr/2014.

KURY, K. A. **Regularização Fundiária em Unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Desengano/RJ**, p-34-59, 2009.

MASSUQUETTI, A. **A Dinâmica da Agricultura Francesa: inovação, transformação e identidade social.** RESR, Piracicaba, v. 48, n. 02, p. 331-356, abr/jun 2010.

MOREIRA, L. A. **Unidades de Conservação: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá- Câmpus Itajubá, Itajubá, 2018

MORAIS, M. S. **A realidade socioambientais impostas às comunidades locais pela criação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto.** 2014. 245 f. Tese (Pós-graduação do Departamento de Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NASCIMENTO, A. F. **A ilusão urbanística: o papel do Estado na expropriação dos Caiçaras**, 152 f. Annablume, São Paulo, 2016.

NETO, P. S. F. **Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral**, 59 f. Rio de Janeiro, 2002

OLIVEIRA, L. J. D. **Regularização fundiária de unidades de conservação**, Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 143-176 – jan./dez. 2010

PÁDUA, M. T. J. Unidades de Conservação muito mais do que Atos de Criação e Plano de Manejo. In: MILANO, Miguel Serediuk (org.). **Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2002, p.03-16.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 192 f. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Silva, L. d. L. Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação Quilombo de Escada. **Revista Antíteses**, vol. 1, núm. 1, 2008, pp. 118-150. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Brasil

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo Do Parque Estadual Do Biribiri. Planejamento da Unidade De Conservação**. Volume I e II- Encarte 2. SDS-02/02-Revisão Final. Curitiba-PR: setembro, 2004.

IX Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais
Brasília/DF, 04 a 08 de outubro de 2021



Agronegócio e representação de interesses: o lugar do econômico nas estratégias de reprodução social do patronato agroindustrial

Autor: Felipe Ferrari da Costa¹

Resumo

Neste artigo tem-se como objetivo refletir sobre o lugar do econômico nas estratégias de reprodução social do patronato rural e agroindustrial no Brasil. Desta forma, partindo da noção de que o mundo social se encontra presente em cada ação econômica dos agentes e grupos e questionando a ideia de uma universalidade não histórica das categorias econômicas (BOURDIEU, 2001), busca-se refletir de que modo o elemento econômico aparece em articulação com dimensões políticas, sociais, culturais e simbólicas, presentes no processo de socialização destes atores, ajudando a compor diferentes mecanismos de subjetivação da realidade e produzindo diferentes racionalidades de ação destes agentes e grupos dominantes. Metodologicamente, este trabalho tem como referência a análise de entrevistas qualitativas realizadas no ano de 2017 com dirigentes do patronato rural e agroindustrial do estado do Rio Grande do Sul, representantes das seguintes entidades: Farsul; UDR; Aprosoja - RS; Conagro/Fiergs; Federarroz; Febrac; e algumas associações de criadores de animais de raça de nível estadual. A partir destas análises, percebe-se que, longe de se reduzir à lógica de uma racionalidade estreita e instrumental, os processos econômicos mobilizados por estes agentes constituem parte de suas práticas sociais, políticas e culturais. Assim, se a estruturação de dispositivos de pensamento propriamente econômicos ocorre em articulação com outras dimensões de sua vida social, a ideia de uma racionalidade dos processos econômicos e a busca pelo aumento da produtividade agropecuária e agroindustrial é apresentada por estes agentes também como retórica de legitimidade e estratégia de reprodução social numa perspectiva mais ampla. É importante notar que a mobilização de um debate econômico e a construção de imagem ligada à modernização tecnológica e à busca por maior racionalização na atividade produtiva aparece aqui, pelo menos, em dois sentidos: de um lado, como estratégia de ação que visa garantir interesses fundamentais da classe, manter sua condição de dominação e privilégio e reforçar as distâncias objetivas em relação a outros estratos e grupos sociais; e, de outro, também como elemento de disputas e de diferenciação interna à classe, onde noções como as de *produtividade*, *competência* e *qualificação* são mobilizadas

¹ Doutorando em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



por determinados setores e frações do agronegócio como forma de distinção, prestígio e reforço de capitais políticos internamente ao grupo. No entanto, cabe frisar, ainda que baseado em suposto de ação modernizante e mesmo que estes dispositivos econômicos se inscrevam num discurso que visa projetar imagem de renovação de práticas e de formas de atuação política, de incorporação de princípios de eficiência e produtividade, de rentabilidade econômica e, no limite, até mesmo de consciência e de responsabilidade social e ambiental, ao fim e ao cabo, evidencia-se aqui, como em outros momentos, o traço da ambivalência entre modernidade e atraso, como elemento constitutivo do processo de representação do patronato rural e agroindustrial no Brasil contemporâneo, como elemento constitutivo da construção política do agronegócio nesta realidade.





1. Introdução

A Assessoria Econômica não tinha muita importância no passado. A Farsul era uma entidade puramente política e tinha um viés muito bem determinado. [...] Não havia uma preocupação com o lado econômico tão forte (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul²).

Desde o encontro com um discurso de representação que reproduz a ideia de uma separação quase que estanque entre economia e sociedade, entre a esfera da ação política e do cálculo econômico racional, neste trabalho, refletiremos sobre a ação coletiva e a representação de interesses do patronato agroindustrial no Brasil, buscando problematizar e desconstruir alguns elementos desta ideia geral. Neste sentido, a ação destes grupos e classes sociais é pensada aqui tendo como referência, de um lado, uma noção de uma economia como componente dos domínios do social e, de outro, pensando uma política que não se faz sem o apelo e a mobilização do elemento econômico, o qual está, de diferentes formas, sempre presente na ação de indivíduos e grupos, emaranhado mesmo em sua socialização cotidiana.

Desta forma, partindo da noção de que o mundo social se encontra presente em cada ação econômica dos agentes e grupos e questionando a ideia de uma universalidade não histórica das categorias econômicas (BOURDIEU, 2001) - quer dizer, refutando-as como guias ou definidoras, *per se*, de uma racionalidade de ação destes agentes e grupos -, busca-se refletir de que modo o elemento econômico aparece em articulação com dimensões políticas, sociais, culturais e simbólicas, presentes no processo de socialização destes atores, ajudando a compor diferentes mecanismos de subjetivação da realidade e produzindo diferentes racionalidades de ação do patronato rural e agroindustrial no Brasil. Em suma, constituindo-se aqui, no conjunto, como elementos definidores de sua representação e ação coletiva.

Assim, considerando a importância da esfera econômica como um dos lugares de constituição e de definição da ação coletiva destas classes e grupos sociais, pode-se compreender, em mais profundidade, como ocorrem acordos,

² Entrevista concedida ao autor em agosto de 2017.



alianças, conflitos e tensões entre diferentes setores ou frações internas destes grupos, bem como em relação aos seus adversários de classe. Ademais, pode-se explorar a diversidade de significados e sentidos presentes em tais ações, buscando compreender como, em verdade, estes elementos de um domínio econômico articulam-se, na ação patronal, e emergem desde a relação com outros elementos que informam a elaboração dos sentidos no mundo social, ajudando, desta forma, a definir práticas e ações políticas e a efetivar estratégias de reprodução social destes indivíduos e grupos.

Metodologicamente, este trabalho tem como referência a análise de entrevistas qualitativas realizadas no ano de 2017 com dirigentes do patronato rural e agroindustrial do estado do Rio Grande do Sul, representantes das seguintes entidades: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)³; União Democrática Ruralista (UDR); Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja - RS); Conselho de Agroindústria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Conagro/Fiergs); Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz); Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça (Febrac); e algumas associações de criadores de animais de raça de nível estadual.

Do ponto de vista da estrutura, além desta introdução (tópico 1), analiso os discursos e formas de ação política patronal, no contexto empírico mencionado, buscando desvendar o lugar do econômico nas estratégias de reprodução social destes grupos frente aos seus adversários de classe (tópico 2) e em termos de suas disputas internas (tópico 3), além de tecer breves considerações finais (tópico 4).

2. “A política que servia para a classe produtora do estado”: o econômico como recurso de legitimidade do patronato agroindustrial no Brasil

³ A maioria das entrevistas foi realizada com dirigentes desta entidade.



Primeiro houve a crise na cooperativa aqui, depois houve a questão do confisco da soja com o Delfim Netto. Aí o sangue esquentou e acabei indo pra liderança dessas coisas. Bloqueamos as indústrias que levavam nossa soja e queriam nos botar 25% de confisco, bloqueamos as estradas, bloqueamos as ferrovias. Naquele tempo eu comandeí isso aí (Entrevistado 12, Ex-Presidente Estadual da UDR e liderança de oposição na Farsul⁴).

Se o sentimento de ameaça ao seu interesse econômico direto produz ação que modifica o cotidiano e extrapola a previsibilidade da representação patronal instituída, conduzindo o grupo à mobilização de rua, ao *bloqueio das estradas*, ao *bloqueio das ferrovias*, se faz o *sangue* das lideranças patronais *esquentar* e, ademais, se constitui como atributo de sua legitimidade interna, pois demarca espaço de surgimento e reconhecimento de novos porta-vozes da classe, percebe-se que o domínio da subjetivação e da prática econômica destes agentes não pode ser visto em si mesmo, já que não se constitui enquanto esfera estanque e hermética, fechada em si mesma, mas articula-se com outras dimensões de sua vida social, política e cultural.

Assim, a ideia de uma racionalidade econômica estreita e instrumental, embora em grande medida guie a ação destes indivíduos e grupos ao longo do tempo, em última instância, não se sustenta enquanto princípio fundamental e intrínseco de objetivação e ordenamento da realidade social em que se inserem. Conforme Bourdieu (2001, 1989), se entendidas como práticas duráveis e ligadas ao processo de socialização dos indivíduos, as disposições econômicas dos agentes não são formadas longe da história e das relações humanas, não são exógenas ao mundo social em que vivem e por isso, não informam uma racionalidade e um fundamento em si mesmas, mas articulam-se num universo social mais amplo e com um conjunto de racionalidades, ações e estratégias de reprodução social destes atores ao longo do tempo.

Portanto, buscando compreender a ação dos agentes sociais desde um princípio de internalização e reprodução de esquemas de percepção e de

⁴ Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.



apreciação da realidade, que escapam à lógica de uma racionalidade econômica estreita e instrumental, bem como de determinismos apriorísticos e unilaterais em geral, a economia é pensada aqui também como parte das práticas sociais, culturais e políticas deste patronato, que estrutura dispositivos de pensamento propriamente econômicos em articulação com outras dimensões da vida social, apresentando a ideia de uma racionalidade dos processos econômicos também como retórica de legitimidade e estratégia de reprodução social numa perspectiva mais ampla. Assim, o apelo ao fundamento do cálculo econômico racional, se visa ganhos econômicos diretos, aparece aqui também como fundamento de uma prática política do grupo e, mais do que isso, como elemento retórico que justifica a renovação e supostas mudanças na objetivação destas práticas:

Se antigamente as coisas se resolviam no grito, na força, no movimento, em algum momento a sociedade brasileira ganhou uma complexidade e as coisas começaram a se resolver em gabinete e com argumento. E quando tu vais pro gabinete, pro argumento, tu vais debater com o Ministro, com o Secretário, utilizando o argumento, e pra isso é imprescindível uma Assessoria Econômica forte. [...] [No passado,] a gente queria o grito, gente que gritasse e batesse forte, não gente que argumentasse e trouxesse números (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul).

Como se vê, se o cálculo econômico racional pauta, em grande medida, a ação destes agentes na esfera da produção agropecuária e agroindustrial, ele aparece aqui também como fundamento de uma prática política, operada num ambiente de Estado, supostamente, regido pela impessoalidade das relações e pela racionalidade técnica das decisões, em suma, pela garantia do oficial e não pelo oficioso. Assim, o econômico aparece aqui como ação política representada por discurso de cientificidade, como elemento constitutivo de uma prática recorrente entre os representantes do agronegócio no Brasil recente. Conforme destaca Carneiro (2008, p. 138), para parcelas destes agentes

Existe uma racionalidade e uma lógica nas reivindicações dos produtores, ou seja, uma razão, que se constitui como elemento capaz de convencer os representantes das instâncias do Estado da justiça dos pleitos patronais. Nessa situação, a ciência e a técnica substituem ou podem excluir a luta política e as disputas por interesses. Ou seja, [se] opera um deslocamento do lugar da luta política, a disputa de interesses é travestida de cientificidade, por meio da construção de um discurso técnico e qualificado.



Especificamente, estas formas de ação política do patronato rural, mediadas pelo elemento do discurso técnico-científico, constituem-se como tentativas de aumentar a eficácia de reivindicações e se desvincular de imagens negativas comumente atribuídas ao setor. Assim, como apontam Bruno, Sevá e Carneiro (2009, p. 139), sobretudo quando se refere a temas polêmicos, detecta-se uma tendência e um esforço entre os representantes do agronegócio brasileiro de “trazer debates políticos para um campo de disputa delimitado por um discurso técnico-científico, como forma de ‘despolitizar’ os conflitos e os processos decisórios”. Se neste cenário, ainda segundo os autores, “a ideia de uma cientificização do discurso complexifica a luta de classes e a desloca do terreno da produção e do monopólio da propriedade privada para o campo das ideias e ideologias”, percebe-se aqui o papel de centralidade do elemento econômico como suposto desta racionalidade técnica e científica que fundamenta discursos e ações políticas patronais.

Desta forma, a mobilização deste discurso econômico se converte na representação de modernas práticas políticas, em retórica que justifica vantagens em favor do grupo, em discurso técnico que naturaliza e mascara os benefícios de quem possui trânsito privilegiado pelo interior do aparelho de Estado, ligando-se mesmo, ao fim e ao cabo, à luta pela garantia dos interesses patronais rurais e agroindustriais, ao reforço de seu poder de pressão e de influência num ambiente institucional de decisões e à diversificação e sofisticação de suas táticas de ação neste âmbito:

Os interesses do produtor a gente não leva mais no grito. A gente não enche mais uma Esplanada dos Ministérios com gente de trator. Vai o [economista – nome omitido] lá cheio de números. Até o presidente brinca com isso, ele diz: “olha, antigamente eu levava 10 mil, 20 mil pessoas com um monte de ferro pra Brasília, agora eu mando o [economista]. É muito mais barato” (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul).

Se, como dito, tal discurso e racionalidade de ação pautada no elemento técnico e econômico naturaliza e mascara um capital de relações sociais que lhes



permite circular de maneira privilegiada no interior do aparelho de Estado, reforçando relações de poder no campo político, o suposto contido em tais ações tem como base a busca pela diminuição de riscos advindos da excessiva exposição pública de seus representantes, desencadeando, finalmente, numa noção de eficiência na representação de interesses do grupo, testada e certificada na conquista de vantagens e benefícios em seu favor – “O Dr. Sperotto [então presidente da Farsul] não usa, como outros líderes, toda hora o jornal. Não sai em capa de jornal, não. Nós montamos o projeto às quietas e damos pro governo anunciar: ‘Política de Resultados’ é o que a gente chama isso” (Entrevistado 9, Diretor da Farsul⁵).

O elemento econômico pautado em discurso de racionalidade técnica e científica representa, assim, a imagem do novo, do moderno e do eficaz na representação patronal. Como se vê, o reforço deste discurso, construção de retórica de legitimidade e tática de ação política do grupo, facilita forma de pressão e de negociação discreta do patronato rural junto ao poder político de Estado, possibilitando-os abdicar muitas vezes do espaço público da pressão e da mobilização da classe e garantindo a conquista de resultados mais efetivos e duradouros em favor do grupo. Aqui, ao invés de mobilizar e se expor publicamente, a representação se faz como formulação técnica e como contato discreto com os órgãos de Estado.

No entanto, se os elementos de uma racionalidade econômica e produtiva são mobilizados neste discurso como base de renovação de práticas e formas de atuação política destes agentes - como alternativa ao *grito*, à *força*, ao *movimento* e ao número de gente⁶, como produção de táticas vistas como mais eficientes e baratas, mais sofisticadas e ligadas a um ambiente de crescente *complexidade* -, por outro lado, cabe frisar que esta noção de uma racionalidade econômica se constitui,

⁵ Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.

⁶ Não se está assumindo, com isso, que o patronato rural tenha abandonado a mobilização de rua como tática de ação política. Sobre isso, ver Carneiro (2008) e Costa (2019, pp. 202-217).



num espaço de representação marcado pela ambivalência entre o moderno e o atrasado, também como instrumento de afirmação de velhas estruturas e processos que, antes de se tornarem anacrônicos, estão fortemente ligados às formas de ação e estratégias de reprodução social destes grupos na atualidade.

Conforme destacou Bruno (1997), ao nível das classes dominantes agrárias e agroindustriais no Brasil, estruturas e processos sociais modernos e arcaicos não estão opostos entre si, mas se articulam e complementam, instituindo, em seu conjunto, uma realidade onde

Velhas e novas formas de dominação convivem sem escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a Associação de Criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador (BRUNO, 1997, p. 11).

Assim, em última instância, a ideia de uma racionalidade econômica moderna e da busca pelo aumento da produtividade na agropecuária, elementos apresentados no discurso patronal como princípios de ação e de renovação de suas práticas políticas, se convertem na reivindicação de antigas e tradicionais demandas do setor, materializando-se, o mais das vezes, em ação de defesa dos interesses fundamentais da classe, notadamente da propriedade e do monopólio fundiário, e de contraposição à reforma agrária – “os princípios da reforma agrária não eram os princípios da produtividade, eram os princípios da posse da terra” (Entrevistado 4, Ex-Presidente do Conagro/Fiergs e liderança de oposição na Farsul⁷).

Aqui, a ideia do produtivo e do moderno esconde a defesa de uma estrutura fundiária arcaica e de relações de poder e de dominação que têm por base históricos bloqueios sociais a populações subalternizadas. Ligado a um *habitus* conservador e como estratégia de reprodução social de classes e grupos dominantes, o discurso econômico patronal manifesta-se, neste caso, também como busca pela manutenção da *lei* e da *ordem*, elementos apresentados por eles como supostos fundamentais da *produção* e da *riqueza*, condição indispensável para o

⁷ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2017.



desenvolvimento de um setor, o agronegócio, visto como *um alicerce forte da economia*:

[O desafio] é mantermos a lei e a ordem e o produtor rural fazer o que ele sabe fazer de melhor, que é produzir com baixo custo, gerando divisas, gerando riquezas para fazer com que o Brasil seja pujante como é (Entrevistado 8, Prefeito Municipal e Ex-Diretor da Farsul⁸).

Assim, se em momentos de mobilização e de intensificação dos conflitos agrários o patronato rural mobiliza ideias ligadas à defesa da “segurança” e do “equilíbrio” e à manutenção da lei e da ordem, buscando apresentar noções de contraposição à “agitação”, aos conflitos agrários e ao que é entendido por eles como “perigosas lutas de classe” no campo (GASPAROTTO, 2016, p. 140), percebe-se, aqui, que esta retórica conservadora, fundamento de ação política que visa perpetuar uma estrutura social desigual, é alimentada também por elementos de um discurso econômico e produtivo que se apresenta como moderno e é utilizado pelo grupo para construção da representação e projeção de autoimagem. Desta forma, o conservador convive e se esconde por trás de um discurso que apresenta o agronegócio como uma das bases de sustentação econômica e social do país, ligando-o a noções de produtividade, riqueza e pujança econômica.

Ademais, ligado à defesa dos interesses fundamentais da classe – materializados, como dito, sobretudo, na defesa da propriedade e do monopólio fundiário - a articulação de um pensamento econômico que se pretende racional e moderno, se inscreve, nestes termos, como discussão sobre modelos de desenvolvimento, desencadeando-se na afirmação da legitimidade de determinada racionalidade e lógica produtiva, que sustenta a força econômica e política do projeto do agronegócio no Brasil:

Tem muito dessa questão: “Ah, a renda do pequeno”. Nós já discutimos o problema da escala, a economia já discutiu escala, o Henry Ford já discutiu escala. [...] Se tu trabalhares no imediatismo, tu tens que dar de comer pros caras, porque se não eles vão sair invadindo terra. Bom, então talvez seja uma solução [a produção agropecuária em pequena escala]. Mas eu tenho que ter o projeto para o momento seguinte. E esse cara [o pequeno

⁸ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2017.



produtor], não tem lugar pra ele. Ou ele vai ficar grande ou ele vai desaparecer (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul⁹).

Como se vê, neste caso, busca-se mesmo assumir o papel de um intelectual e formulador político da classe, mobilizando termos de uma ciência econômica moderna e colocando-os em diálogo com elementos de uma realidade empírica, onde se busca atuar e reproduzir condições de dominação social. Assim, nestes discursos, a afirmação de uma lógica de produção em larga escala, como fator de sustentação econômica e política do projeto do agronegócio¹⁰, se dá pela negação ao *imediatismo* e pela defesa da construção de políticas e planejamentos de longo prazo, que pensem o *momento seguinte* nestes processos produtivos – discurso, o mais das vezes, materializado também pela afirmação da necessidade de uma *política agrícola* que apoie e oriente as ações do setor.

Da mesma forma que atestou Bruno (2017, p. 165), percebe-se que a defesa da propriedade fundiária, concebida por eles “como um direito natural, absoluto”, ocorre pela recusa de que a terra cumpra uma função social e, o que é mais importante notar aqui, “respalda o argumento de que para ser moderno, é necessário ser grande”. Mais do que isso, como arremata a autora, “a escala como elemento chave da legitimação ideológica se transforma em exigência e encobre o caráter conservador da modernidade”.

Assim, as vezes de forma velada, as vezes de forma explícita, o discurso de uma racionalidade econômica moderna aparece aqui profundamente subordinado a uma estratégia de reprodução social de grupos e classes dominantes que buscam manter e mesmo aumentar as distâncias que os separam dos estratos mais baixos do espaço social - *tu tens que dar de comer pros caras, porque se não eles vão sair invadindo terra*. Concretamente, este discurso aparece aqui quase que como uma

⁹ Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.

¹⁰ Cabe frisar que este discurso de defesa da produção agropecuária em larga escala não ocorre de maneira homogênea e absoluta, já que as classes dominantes agrárias e agroindustriais operam, em paralelo à defesa da propriedade e do monopólio fundiário, a disputa política de alguns setores da agricultura familiar, formulando pautas e defendendo diretrizes para estes estratos sociais e produtivos, tema que merece maior tematização.



defesa explícita da desigualdade social, do não acesso, da afirmação da não existência de um *lugar* e do necessário *desaparecimento* econômico de um tipo produtivo mais baixo.

Como destaca Regina Bruno,

A força do pensamento conservador, do não reconhecimento dos direitos para os grupos subalternos, da humilhação como recurso de poder, da defesa da seletividade no acesso às políticas públicas [é] respaldada no pressuposto de que sua condição de beneficiário implica a exclusão e/ou dominação dos grupos subalternos (BRUNO, 2017, p. 166).

Desta forma, articulado desde a discussão sobre modelos de desenvolvimento e desencadeando na afirmação da legitimidade de determinado fundamento e lógica produtiva, o pensamento econômico racional e moderno do patronato agroindustrial brasileiro esconde o conservadorismo como marca estruturante na reprodução social destes grupos. Trata-se de “um conservadorismo que não é contra o uso da tecnologia, é contra, sim, os direitos da pessoa”. Trata-se de “um patronato rural que, por temer abalar suas estruturas de poder, não consegue juntar o liberalismo econômico com o liberalismo político” (BRUNO, 2017, p. 166). Em resumo, trata-se, mais uma vez, da marca da ambivalência entre o moderno e o arcaico, como característica estruturante da construção política do agronegócio no Brasil.

3. “A cultura que eu fui ensinado era baseada na produtividade”: o econômico como elemento de disputa e de diferenciação interna à classe

Não tem produtor rural que tenha mais competência e qualificação que o nosso (Entrevistado 8, Prefeito Municipal e Ex-Diretor da Farsul, se referindo aos produtores do sul do país).

Se visa garantir interesses fundamentais da classe, manter sua condição de dominação e privilégio e reforçar as distâncias objetivas em relação a outros estratos e grupos sociais, a mobilização de um debate econômico e a construção de imagem



ligada à modernização tecnológica e à busca por maior racionalização na atividade produtiva aparece aqui também como elemento de disputas e de diferenciação interna à classe.

Neste processo, noções de *competência* e *qualificação* são mobilizadas por determinados setores e frações do agronegócio como forma de distinção e de busca por prestígio internamente ao grupo. O discurso que projeta os *competentes* e *qualificados* - aqueles que seriam produtivos, modernos e demonstrariam eficiência na geração de renda e na maximização dos lucros - é utilizado como ferramenta de disputas intraclasse dominante agrária, pois visa melhorar a posição relativa de determinados setores patronais nas disputas inter-regionais ou intersetoriais que constituem o projeto do agronegócio no Brasil.

Da mesma forma, ideias ligadas ao *pioneirismo*, ao *empreendedorismo* e à inovação na atividade produtiva agropecuária e agroindustrial constituem atributo de legitimidade pessoal dos porta-vozes do grupo, já que reforçam capitais de distinção e de prestígio destes agentes, auxiliando na reprodução social de uma elite da classe. A partir da análise de alguns elementos do perfil socioeconômico de 23 dirigentes da Farsul do período 1988-2000, além da diversidade de perfis produtivos, identificou-se muitos casos onde estes agentes são reconhecidos socialmente por serem referências produtivas em suas atividades - o pioneirismo no desenvolvimento de raças de animais, de métodos de cultivos agrícolas, na aquisição de maquinários e tecnologias, bem como a condição de referência em termos de produtividade nestas mesmas áreas -, o que os coloca em posição de destaque e reforça seus capitais e sua legitimidade política na atuação como porta-vozes da classe (COSTA, 2019).

Como construção de discurso e projeção de autoimagem, independente de encontrar total coerência com a realidade, percebe-se que estas noções de uma maior eficiência e racionalidade nos processos econômicos que desenvolvem, bem como suposta condição de inovação e vanguarda nestas atividades produtivas, são



mobilizadas ativamente por estes agentes na afirmação da legitimidade de sua ação política perante o grupo:

Fui o pioneiro no RS na produção de novilho com dois anos de idade. [...] Eu tenho esse pioneirismo na minha história (Entrevistado 5, Vice-Presidente da Farsul¹¹).

Meu pai foi o primeiro produtor rural que plantou Azevém pra engordar boi. [...] A idade de abate do bovino foi comigo que mudou. O primeiro lote de novilho jovem é meu (Entrevistado 6, Ex-Vice-Presidente da Farsul e liderança da UDR¹²).

Eu venho do empreendedorismo, eu sou um produtor rural (Entrevistado 7, Vice-Presidente da Farsul¹³).

Ademais, se noções de *competência*, *qualificação* e *pioneirismo* distinguem e destacam determinados atores e frações do agronegócio, a existência de perfis produtivos diversificados, comentada anteriormente, possibilita a estes agentes sua presença e participação em diversas associações de representação específicas de seus ramos produtivos – as associações por produto e multiproduto –, o que traz à tona a marca da multiorganização do setor e possibilita forte enraizamento social e o estabelecimento de complexas redes de relações onde circulam as lideranças do agronegócio.

Desde complexas redes de relações, no limite, tal retórica modernizante expõe mesmo supostas divergências e o confronto direto entre discursos e representações patronais mais ou menos pautadas pelas noções de produtividade e modernização dos processos produtivos:

A cultura que eu fui ensinado era baseada na produtividade e naquela época, e permanece até hoje, uma manifestação dos proprietários pela posse da terra (Entrevistado 4, Ex-Presidente do Conagro/Fiergs e liderança de oposição na Farsul, grifo nosso).

Se, conforme Bourdieu (2001), o mundo social se encontra presente em cada ação econômica dos indivíduos e grupos, percebe-se que o fundamento de uma racionalidade econômica destes agentes relaciona-se com suas estratégias de

¹¹ Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.

¹² Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2017.

¹³ Entrevista concedida ao autor em junho de 2017.



reprodução social em dimensão mais ampla, podendo ser mobilizado como elemento de reforço ou renovação de capitais políticos e simbólicos.

Neste caso, sua retórica de legitimidade enquanto porta-voz da classe tem como base a construção de imagem ligada à produtividade e à tecnologia, processo que visa melhorar objetivamente sua posição interna ao grupo. Isso é possível, pois o poder simbólico destes discursos, “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer” determinada realidade e condição, é, em última instância, poder que transforma o mundo social, já que produz visões e ações sobre ele (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Diante disso, sem prejuízo à consideração de outros capitais políticos mobilizados, percebe-se que tal discurso de apelo à modernização e à produtividade econômica, juntamente com sua diversidade de perfis produtivos, possibilita que determinadas lideranças patronais circulem, de maneira privilegiada, em diversas instâncias de representação da classe, disputando a liderança de entidades do sindicalismo patronal rural, coordenando pautas do agronegócio junto à representação industrial e fundando e expandindo associações de criadores de animais de raça pelo estado, como é o caso deste entrevistado:

Eu defendia a produtividade. [...] Se tentou debater de tudo que é jeito. Não se conseguiu, a Farsul “apanhou” nesse assunto. E depois através da Fiergs eu consegui mais adesão (Entrevistado 4, Ex-Presidente do Conagro/Fiergs e liderança de oposição na Farsul).

Se mobilizado como retórica de legitimidade interna à classe, por um lado, tal discurso pode mesmo demarcar fissuras e diferenciações entre diferentes espaços de representação do patronato agroindustrial. Por outro lado, no entanto, pode legitimar determinados espaços de atuação do grupo e fortalecer identidade comum entre quem, supostamente, cultiva os princípios e noções de uma racionalidade econômica e produtiva modernizante.

Da mesma forma, a presença recorrente destes dirigentes em associações específicas de seus ramos produtivos também demonstra que as atividades econômicas e produtivas desenvolvidas por eles constituem-se como um dos



elementos de construção de sua identidade e de definição das formas de ação política na representação classista, já que em geral atuam a partir de espaços que representam os ramos produtivos e as atividades econômicas que são desenvolvidas em suas propriedades, incorporando pautas e formas de ação pertinentes a estes espaços.

Embora não de maneira absoluta, mas a identidade política de alguns destes atores parece fortemente referenciada por sua atuação na representação de interesses específica de determinados setores da agropecuária e da agroindústria. Em alguns casos, embora determinados dirigentes possuam perfis produtivos relativamente diversificados, trabalhando com diversas atividades agropecuárias, percebe-se que sua identidade política se liga mais fortemente a um destes setores, já que participam de suas entidades representativas e, a partir dali, constroem trajetória política e sindical.

Assim, como dispositivo de pensamento estruturado em articulação com diversas dimensões do mundo social, como elemento que, em última instância, não encontra seu fundamento em si mesmo, não se explica distante do social e do histórico, da dimensão política e cultural que marca a ação dos agentes e constitui suas estratégias de reprodução social, o econômico é elaborado pelo patronato rural também como identidade de pertencimento, como definição de um “nós”, que liga trajetórias sociais ao universo da produção agropecuária e agroindustrial, a um fazer econômico deste setor, determinando, em última instância, até mesmo quem seria legítimo ou não para falar e atuar em seu nome.

Neste processo, percebe-se, em primeiro lugar, que o princípio da qualificação de si e da desqualificação do “outro”, retórica de legitimidade e estratégia de reprodução social do patronato rural e de seus porta-vozes, muitas vezes, constrói-se tendo como eixo articulador a ideia da ligação ou não ao setor agropecuário, à produção no campo e, conseqüentemente, à identidade de um “autêntico produtor rural”. Mobilizada frente aos adversários de classe, aos agentes



governamentais e, até mesmo, aos pares da representação classista, tal noção legítima ou desqualifica: trata-se do agente de Estado que teria mais ou menos legitimidade para atuar e propor ações relacionadas à atividade agrícola se fosse *um produtor rural também*; trata-se da liderança patronal que possuiria ou não legitimidade para atuar como porta-voz da classe em função de sua ligação ou não a uma identidade de produtor rural - *o presidente da CNA [...] nunca foi produtor de nada*; trata-se, por fim, da liderança sem-terra vista como ilegítima, já que nunca teria pego *num cabo de pá, no rabo de um arado* (COSTA, 2019).

No entanto, se a ação econômica destes agentes é elaborada em articulação com a produção de retóricas de identidade e de legitimidade e se estes atributos estão associados, em primeiro lugar, a uma noção de pertencimento e de ligação às atividades produtivas agropecuárias – fundamentando-se na identidade de um “autêntico produtor rural” –, como se viu anteriormente, importa para este discurso de legitimidade patronal também a racionalidade e os signos específicos atribuídos a esta agência econômica, a esta atividade produtiva da agropecuária e da agroindústria.

Assim, não basta ser um *autêntico produtor rural*, já que os setores agropecuários e agroindustriais vistos como *extrativistas*, não eficientes, pouco modernos, os que *não querem gastar*, não querem investir, podem ser estigmatizados pelos pares. Conforme destacou Bruno (2009, p. 122), “a noção de atraso e de modernidade” se constitui, entre estes agentes patronais, como uma das principais fundamentações para a “classificação sobre quem pode e quem não pode pertencer ao agronegócio”, sendo mesmo um dos elementos de disputa pela direção intelectual e moral da classe.

Neste cenário, como já havia notado a autora, percebe-se, como tendência, que os segmentos do agronegócio localizados “dentro da porteira da fazenda” – aqueles ligados, fundamentalmente, à grande propriedade da terra – são, em geral, os que mais se sentem discriminados pelos demais setores das cadeias



agroindustriais e das redes do agronegócio no país, sejam os setores inseridos antes ou depois da atividade agropecuária em si - “A Abag tinha um certo ranço de ‘eu sou quem sabe’, ‘eu sou o moderno’, ‘eu sou o bem bom e vocês são o atraso do atraso’” (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul)¹⁴.

Este processo encontra fundamentos reais e objetivos na realidade do país, pois embora represente grande peso na estrutura econômica e social brasileira, a força e a importância política da propriedade da terra devem ser relativizadas na atualidade. Quer dizer, se vistos isoladamente, os setores ligados à propriedade da terra e à produção agrícola, muitas vezes, se encontram em condição de desvantagem econômica em relação aos grandes grupos econômicos multifuncionais, que operam em todas as etapas deste ciclo produtivo, ou mesmo em relação às empresas ou grupos familiares especializados em determinadas funções desta cadeia (BOITO JR, 2012).

No entanto, tal sentimento de discriminação e retórica de fragilidade em relação a outros segmentos e setores do agronegócio no Brasil pode ser visto também como tática de ação e estratégia de reprodução social dos grandes proprietários de terra e produtores rurais, já que os possibilita reivindicar a salvaguarda do Estado, via efetivação de ações de apoio e construção de políticas públicas em seu favor:

Nós [produtores rurais] somos uma parte do agro, nós somos a parte mais frágil da cadeia. E essa parte mais frágil da cadeia precisa de políticas públicas (Entrevistado 10, Vice-Presidente da Farsul).

Aqui, ser ou apresentar-se como *a parte mais frágil da cadeia* do agronegócio significa para estes agentes a possibilidade de reivindicar a existência de um “Estado tutelar, protetor e provedor”, estimulando a “cultura do favor, as relações

¹⁴ Neste caso, a discriminação se projetaria de uma entidade diretamente ligada às grandes corporações econômicas multifuncionais do agronegócio, consideradas os elos mais fortes destas cadeias (Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG), para uma entidade que atua, predominantemente, na organização daqueles agentes econômicos de “dentro da porteira da fazenda” (FARSUL).



oficiosas” e revalorizando “velhos recursos de patronagem – em grande medida, realimentados pelo Estado” atualmente (BRUNO, 2009, p. 198).

Ademais, embora também mobilizem retórica modernizante, procurando vincular-se à imagem de progresso e produtividade econômica na agropecuária, a busca dos agentes de “dentro da porteira da fazenda” pela legitimidade interna ao agronegócio se dá, neste cenário, pela afirmação de sua capacidade de atuar em favor de diferentes estratos e perfis produtivos, cuidando de temas considerados de alta complexidade e difícil resolução e defendendo, a despeito destas diferenças econômicas internas, a manutenção dos interesses fundamentais da classe.

Assim, a representação política do setor é concebida por eles como diversidade de práticas e como desafio de resolução de difíceis demandas em favor do grupo e sua legitimidade interna afirma-se desde a força política e a capacidade de articulação e representação de quem se ocuparia, em seu cotidiano, também dos temas considerados menos atrativos às modernas cadeias do agronegócio:

É muito fácil trabalhar no filé mignon e deixar a carne de pescoço. Nós trabalhamos a carne de pescoço, nós vamos pra mesa de negociação, nós vamos fazer acordo coletivo, [...] vamos trabalhar nas negociações da reforma agrária, da área mínima. A Abag não quer saber, a Abag quer saber de práticas de comércio internacional e não sei o que (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul).

Como se vê, se o apelo à modernização e à racionalidade econômica e produtiva informam discursos de legitimidade e estratégias de reprodução social dos agentes do agronegócio na atualidade, determinados setores destas cadeias – notadamente os de “dentro da porteira da fazenda” - buscam afirmação política também pela representação de estratos produtivos menos modernos e pelo cuidado de temas considerados mais espinhosos e de difícil resolução, quando não completamente ignorados pelos setores mais modernizados e capitalizados do agronegócio.

Desta forma, se o econômico e o político não são esferas estanques e domínios completamente separados entre si, evidencia-se que o lugar ocupado na atividade produtiva agropecuária e agroindustrial, de certa forma, influencia na



definição de diferentes posturas e leituras sobre o agronegócio e, por consequência, na construção de conflitos e alianças entre estes agentes (BRUNO, 2009). Inscrito também num domínio de disputas políticas e lutas simbólicas pela definição de formas de percepção do mundo social, o discurso patronal aqui analisado busca produzir diferentes sentidos e significados em torno da incorporação da bandeira política do agronegócio e, especificamente, da definição dos processos econômicos que sustentam este projeto.

Se envolve ato de desqualificação do “outro” da representação patronal – aquele que só trabalharia *no filé mignon* da agropecuária e da agroindústria -, um dos princípios de tal construção de significado é o de afastar a noção de que o agronegócio seria constituído somente em torno de grandes e ultramodernos empreendimentos econômicos - *agribusiness não é só o cara que acessa internet pra ver a cotação da bolsa de Chicago* -, sendo necessário trazer tal definição para próximo da realidade vivida no campo, contemplando diferentes realidades de produtores rurais, que não necessariamente estão no topo das cadeias da moderna produção - *eu acho que agribusiness é um conceito que precisa ser trazido para a amplidão* (COSTA, 2019).

De todo modo, disputar o significado do agronegócio, enquanto palavra política, buscando ampliar sua abrangência e trazê-lo para próximo de sua realidade - se significa, para os agentes de “dentro da porteira da fazenda”, a fuga das discriminações de que se dizem alvo internamente às classes dominantes agrárias e agroindustriais (COSTA, 2019) -, implica aqui no manejo e na mobilização direta de categorias de pensamento econômico, que traduzem determinada racionalidade de ação, construída em articulação com a dimensão política, e que expõem ideias em torno do *trabalho*, do *dinheiro* e da lucratividade como elementos de afirmação e legitimidade deste patronato rural no Brasil contemporâneo:

Produtor rural, na minha definição, é só uma coisa: é um cara que tem que trabalhar pra ganhar dinheiro. Se isso é *agribusiness* ou não eu não sei (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul).



O produtor tem que ganhar dinheiro. Não tem esse negócio de eu sou sojicultor, arroteiro, pecuarista, não. Produtor tem que gerar dinheiro, simples. É uma atividade econômica. A atividade simplesmente de paixão é o futebol (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul).

Ademais, para algumas lideranças, a modernidade econômica está no suposto da renda do produtor rural, e não unicamente no aumento de sua produtividade – “eu luto pela renda do produtor. Eu acho que, para o produtor, produtividade só não resolve” (Entrevistado 11, Ex-Presidente de Febrac e liderança de oposição na Farsul). Muitas vezes também o suposto da modernidade econômica se manifesta, além do espaço da produção em si, como capacidade de gestão e autonomia financeira de suas entidades representativas. Assim, ser eficiente na representação política do grupo significa, para algumas lideranças, gestar com *profissionalismo* as organizações de classe, buscando seu *crescimento* e *capitalização*, quase que aos moldes de uma *empresa*¹⁵ capitalista.

Conforme destacou Bruno (2009, p. 116), diferentemente de momentos pretéritos, na representação política destes setores patronais hoje, “assume-se abertamente o lucro como um dos objetivos do agronegócio”. Assim, “a condição de empresário, no sentido clássico e a identidade de classe da burguesia” aparecem como elementos constitutivos “da construção do agronegócio como projeto econômico e político” na realidade brasileira atual.

De todo modo, se a mobilização de categorias de pensamento econômico, no limite, apresenta-se neste discurso patronal, desde a ideia de uma racionalidade instrumental estreita e hermética – que vê no produtivo e no econômico a representação primeira do racional e aquilo que estaria distante do social, da cultura, das *paixões* -, por outro lado, percebe-se novamente que este discurso ajuda mesmo a projetar uma renovação de práticas e de formas de atuação política destes

¹⁵ Durante meu contato com os diversos interlocutores do campo de pesquisa, pude perceber o hábito de muitos dirigentes e assessores de se referirem à Farsul como “a empresa”, processo que demonstra determinada visão ou construção de imagem em relação à entidade, ressaltando-se uma perspectiva de modernidade nas dinâmicas de trabalho desenvolvidas ali, já que sua lógica de funcionamento se assemelharia a de uma empresa, com estrutura física, funcionários especializados e alto grau de complexidade na organização interna.



grupos, se inscrevendo, portanto, também neste âmbito. No fundo, a ideia da racionalidade econômica e da eficiência produtiva, como marcas de sua ação cotidiana, constroem imagem do agronegócio atrelado a um Brasil desenvolvido e próspero, projetando a moderna representação política deste setor desde uma ideia, não só de desenvolvimento e eficiência, mas também de responsabilidade social e ambiental:

O social, o econômico e o ambiental andam juntos (Entrevistado 9, Diretor da Farsul).

Nós somos produtores de alimentos, no conceito de muita gente, por obrigação. Tanto que os proprietários das grandes áreas continuam sendo os latifundiários, né. [...] No entanto, eu me considero importante por produzir arroz. Não sei pra quantas pessoas eu produzo, mas eu sou um produtor. E eu sempre tive esse tipo de posição, valorizar a quem produz (Entrevistado 2, Ex-Presidente da Farsul¹⁶).

Desta forma, o elemento econômico e o seu fundamento de racionalidade aparecem aqui, não somente como fuga de estigmatizações e de imagens negativas ligadas ao setor – notadamente aquelas ligadas às figuras do latifúndio e do latifundiário –, mas também como afirmação do exercício de uma função social, que justificaria seu papel ocupado na sociedade, os apoios e benefícios que recebe e, em última instância, o próprio estatuto civil de proprietário e produtor rural que detêm. Assim, a mobilização do elemento econômico como instrumento de legitimação social está, aqui, no discurso de quem se considera *um produtor*, de quem se diz *importante por produzir* alimentos, de quem reivindica valorização *a quem produz*, de quem, em suma, se apresenta coletivamente afirmando esta identidade – *nós somos produtores de alimentos*.

4. Considerações finais

A partir do que foi exposto aqui, destaca-se que a ação econômica patronal rural e agroindustrial e o seu fundamento de racionalidade devem ser percebidos desde a relação com as condições históricas e com o mundo social onde são

¹⁶ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2017.



elaborados. Se a produção destes dispositivos constitui elemento e estratégia de reprodução social no âmbito da produção econômica em si, a ação e a racionalidade econômica destes agentes, seu suposto modernizante, articula-se aqui também com suas formas de ação e práticas políticas numa dimensão mais ampla, constituindo-se, muitas vezes, como discurso e retórica de legitimidade que reforça os capitais políticos da classe ou, ainda, fundamenta suas disputas internas.

No entanto, ainda que baseado em suposto de ação modernizante e mesmo que estes dispositivos econômicos se inscrevam num discurso que visa projetar imagem de renovação de práticas e de formas de atuação política, de incorporação de princípios de eficiência e produtividade, de rentabilidade econômica e, no limite, até mesmo de consciência e de responsabilidade socioambiental, ao fim e ao cabo, evidencia-se aqui, como em outros momentos, o traço da ambivalência entre modernidade e atraso, como elemento constitutivo do processo de representação do patronato rural e agroindustrial no Brasil contemporâneo, como elemento constitutivo da construção política do agronegócio nesta realidade.

5. Referências bibliográficas

BOITO JR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, A. e BOITO JR, A. (orgs.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRUNO, R. A. L. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais – Conjunturas e políticas públicas**. Ed: e-papers, Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**. MAUAD X ed. /Edu-UFRRJ, 2009.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

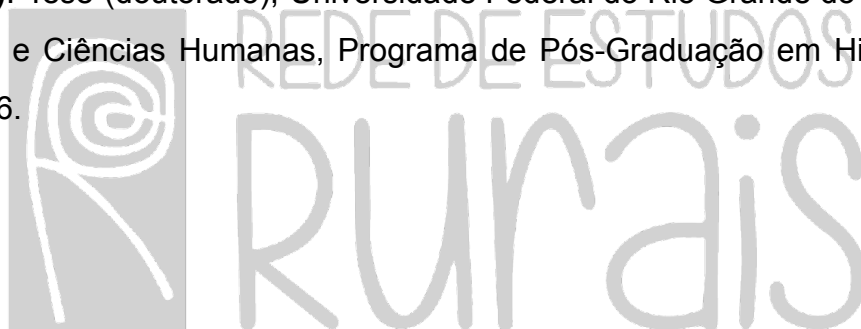


_____. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CARNEIRO, O. B. **Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil.** Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ. 2008.

COSTA, F. F. **Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Rio de Janeiro, 2019.

GASPAROTTO, A. **“Companheiros Ruralistas!” – Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964).** Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.





"Lute pela Terra e Neoextrativismo da empresa Vale S.A. em Carajás/PA: o caso da implementação do Projeto Ferro S11-D"

Haroldo de Souza¹

RESUMO:

O processo de implementação do Projeto S11-D conjugou violações dos direitos e conflitos sociais no campo e na cidade, mas sem dúvidas as remoções forçadas, aquisições de terras no espaço agrário e a violência física e simbólica praticada pela Vale S.A. ganharam destaque. Estas ações geraram conflitos, mas também demandaram da empresa tratamento, no sentido de manter conduta e imagem responsáveis junto aos agricultores, funcionários e à sociedade regional, nacional e internacional. As 'práticas imperialistas' impostas pelo modelo neoextrativista evidenciam que a nova fase de acumulação do capital tem causado enorme pressão sobre os bens naturais e territórios, pela expansão vertiginosa da fronteira das *commodities*, mas ao mesmo tempo, aberto caminho para novas disputas políticas, sociais e ecológicas no campo das resistências sociais, que questionam a 'ilusão desenvolvimentista' e concomitantemente denunciam a consolidação de um modelo monocultural, que acaba com a sócio biodiversidade e implica em grilagem de terras e aniquilamento de territórios. A luta pela terra permanece viva e a empresa Vale não conseguiu impedir que centenas de famílias camponeses exercessem pressão e oferecessem resistência à ampliação dos projetos da mineradora na região de Carajás/PA. Atualmente são entre 15 a 17 (quinze a dezessete) acampamentos rurais com aproximadamente 1500 (mil e quinhentas famílias) acampadas nos municípios de Água Azul do Norte/PA, Canaã dos Carajás/PA e Parauapebas/PA, além disso, correm na justiça comum da Vara Cível de Canaã dos Carajás/PA 39 (trinta e nove) processos que questionam a posse das terras adquiridas pela empresa Vale.

Palavras-Chave: luta pela terra; neoextrativismo; Vale/S11-D

¹ Docente da Faculdade de Educação do Campo – Fecampo no Instituto de Ciências Humanas – ICH da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa e Doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.



INTRODUÇÃO

De acordo com o novo Plano Nacional da Mineração 2030, atualmente no Brasil, existem 1923 (mil novecentos e vinte e três) municípios com operações da indústria extrativa da mineração, cujo orçamento municipal depende essencialmente do recolhimento da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), o que impulsiona o discurso da primazia mineral e vocação dos municípios como destino único frente às outras práticas territoriais. O Plano tem metas ambiciosas para a ampliação da atividade da mineração no país, prevendo que, por exemplo, somente no estado do Pará, os municípios com operações da mineração saltem de 16 (dezesesseis) para 83 (oitenta e três) nos próximos anos.

A forma, intensidade e velocidade como tem sido realizada a extração desses bens da natureza revelam o papel central do Brasil na produção de *commodities* para o sistema mundo capitalista. O país ao mesmo tempo que explora, também facilita pela intervenção direta do Estado os investimentos nacionais e estrangeiros de empresas atuantes na indústria extrativa em todo território nacional, o que tem causado conflitos e impactos sociais e ambientais negativos, como emblemáticos, se pode citar os casos dos desastres de Mariana/MG² e Brumadinho/MG³.

Os rompimentos das barragens de rejeitos supracitadas denunciam os riscos aos quais são expostos povos, comunidades e municípios inteiros atravessados pela lógica extrativa das empresas de mineração. O conjunto dos impactos apontam para mudanças drásticas no uso e apropriação das terras e dos territórios, assim como, em reordenações espaço-temporais que muitas vezes solapam outras formas organizativas de vida, uso da terra e relação com a natureza, como no caso de assentamentos rurais, comunidades tradicionais do campo e da cidade, povos indígenas e quilombolas.

As resultantes dos avanços das empresas mineradoras sobre os territórios

² Conforme reportagem do Jornal Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/quatro-anos-apos-crime-de-mariana-mg-vale-amplia-lucros-e-nao-garante-reparacao>, "A Barragem do Fundão, da mineradora Samarco/Vale/BHPBilliton, se rompeu em Mariana (MG) no dia 5 de novembro de 2015. Mais de 39 milhões de metros cúbicos de lama se espalharam pela bacia do Rio Doce, deixando um rastro de destruição que chegaria até o litoral do Espírito Santo". Foram 19 pessoas mortas.

³ Em reportagem divulgada dia 25/01/2020, um anos após o acontecido em Brumadinho/MG, disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/fact-sheets-o-numeros-da-tragedia-de-brumadinho>, é possível aferir que muito pouco tem sido feito, tanto pelas vítimas e suas famílias, bem como, pela mudança do padrão e lógica de exploração da indústria extrativa da mineração. Ao todo foram 259 mortos e 11 pessoas desaparecidas.



desaguam, via de regra, em conflitos sociais permeados por processos de expulsões e desterritorializações das populações alcançadas. Ao enfrentar essa problemática na economia política global do surgimento de 'novas lógicas de expulsão', Sassen (2016), aposta em compreender o que está chamando de 'modos complexos de exclusão' como chave analítica e destaca o aumento da grande mineração a céu aberto, processos de fraturamento hidráulico (fracking) para extração de grandes quantidades de minérios e petróleo como responsáveis centrais pela exclusão de povos e comunidades, tendo como resultado ambientes naturais transformados em 'terras e águas mortas'.

Tais práticas de apropriação do espaço compõem a lógica perversa da economia política global criando um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência, expressas em diversas formas de expulsões, a partir de processos e mecanismos avalizados e/ou em relação umbilical com os Estados-Nação gerando expulsões compulsórias, desarticulando e retraindo economias locais e consequentemente desterritorializando comunidades tradicionais, indígenas e camponeses, seguidos, via de regra, por grandes projetos de extração mineral e agropecuários/agroindustriais.

Em todo mundo, houve a aquisição de ao menos 220 milhões de hectares de terras incorporadas por investidores e governos estrangeiros desde 2006 para projetos agropecuários industriais e práticas destrutivas da mineração. Nos termos de Sassen (2016), são dinâmicas sistêmicas complexas operando em nível subterrâneo, categoria forjada pela autora para explicar uma transformação material sem precedentes de áreas cada vez maiores do globo em zonas extremas de operações econômicas cruciais para o acúmulo de capitais, buscando a terceirização global da produção de manufaturas, serviços, trabalho administrativo, extração de recursos naturais e aumento da produção de colheitas industriais, sendo as áreas escolhidas para apropriação as com baixos custos e regulamentação fraca (desregulamentação e privatização de várias esferas e espaços).

Estamos diante, por assim dizer, de amplos processos de re(ordenação) espaço temporal fincados em lógicas multiescalares de poder que se espraiam em uma acumulação primitiva permanente nos termos de Brandão (2010) e que penetram, desde a logística das terceirizações até os algoritmos das finanças, promovendo como resultado economias em contração, aumento na escala da destruição da biosfera do mundo, o ressurgimento de formas extremas de pobreza e de brutalização, o que foi caracterizado por Harvey (2004), como o 'novo imperialismo'.

Este artigo pretende refletir criticamente sobre o processo de implementação do



Projeto Ferro S11-D da empresa Vale em Carajás/PA e, após a presente introdução, está organizado em três partes. Primeiramente, apresenta como o neoextrativismo levado à cabo pelo agromineralnegócio no país assume centralidade na orientação econômica primário exportadora. Em seguida, a atenção se volta à luta pela terra e aos conflitos sociais advindos do extrativismo da mineração no país e na região de Carajás/PA, com destaque para os processos de expulsões e expropriações territoriais na implementação do Projeto Ferro S11-D. Por fim, serão trazidas algumas considerações finais à luz dos elementos teóricos e empíricos mobilizados ao longo do texto.

NEOEXTRATIVISMO DO AGROMINERALNEGÓCIO NO BRASIL

Com o intuito de analisar o neoextrativismo contemporâneo, Svampa (2019) propõe uma leitura em dois níveis, um mais geral, que o define como 'janela privilegiada' para dar conta das dimensões da crise sistêmica atual; e outra mais específica, que compreende o neoextrativismo como um modelo sociopolítico territorial, passível de ser analisado multiescalarmente e de forma multisituada.

São cinco os elementos e as dimensões mais gerais do neoextrativismo elencados por Svampa (2019, p.28:32) e que permitem buscar aproximações ao caso brasileiro, a partir da pujança do agromineralnegócio nos últimos anos, dessa maneira, o neoextrativismo: (i) está no centro do processo de acumulação capitalista contemporâneo; (ii) questiona o projeto de modernidade e sociedade desenvolvida, aponta uma crise socioecológica e a necessidade de outros paradigmas com foco na reprodução da vida; (iii) estabelece relação direta com as reformas neoliberais nos anos 90 do século passado e os processos de financeirização atuais, aprofundados pela crise de 2008; (iv) evidencia uma mirada geopolítica na disputa pela hegemonia global entre EUA e China através da expansão das fronteiras das *commodities* e por uma acentuada reprimarização das economias e (v) permite relacionar crises das democracias nos países agrominerais exportadores, ou seja, há uma intrínseca relação entre regime político, democracia e garantias dos direitos humanos.

Para o caso brasileiro, nesse período do 'Consenso das *Commodities*', segundo Delgado (2012), reedita-se o pacto em torno do agromineralnegócio, numa busca de inserir o Brasil na nova divisão internacional do trabalho como um grande fornecedor de matérias primas agropecuárias e minerais. Importante destacar que essa lógica emerge num contexto histórico em que a demanda de produtos primários minerais e agroindustriais apresenta-se bastante elevada, com os preços das '*commodities*' em alta.



Do ponto de vista histórico-concreto, explica-se pela elevada demanda chinesa por matérias primas e estes elementos ajudam na compreensão sobre os processos e dinâmicas da valorização financeira dos ativos fundiários, minerais e as crescentes pressões no sentido das flexibilizações da compra de terras por estrangeiros no Brasil e desregulamentação dos processos de regularização fundiária. Dessa forma, conforme analisa Delgado (2012, p.93:95), após a crise cambial de 1999 estão dadas as condições internas e externas para as bases da economia do agromineralgócio, que necessitam impor mecanismos frouxos para (des) regulação do 'mercado de terras' possibilitando a implantação de grandes empresas e projetos agropecuários e minerais.

Nesse sentido, a contribuição do conceito de 'agroestratégias' de Almeida (2009) elucida bem as bases colocadas acima em sua concretude, entendendo-as como:

(...) um conjunto de iniciativas, articuladas por agências multilaterais, conglomerados financeiros e entidades representativas de grandes empreendimentos agropecuários e minerais para remover os obstáculos jurídico-formais a expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas. Um de seus propósitos mais recorrentes concerne às tentativas de flexibilização dos direitos territoriais de indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Ao passo que se verifica em linhas gerais a atual dinâmica da produção agropecuária e mineral e somada a ela, o conjunto das agroestratégias levadas à cabo pelos agentes estatais e do agromineralnegócio, é possível aferir as consequências postas em curso no país, seus rebatimentos na Amazônia e mais especificamente na região de Carajás/PA, as quais serão tratadas a seguir.

A partir de dados extraídos do Ministério da Economia, a tabela 01 e o gráfico 01 abaixo relacionados demonstram o total do volume de recursos financeiros exportados em produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados e a porcentagem no total das exportações dos treze principais produtos da pauta exportadora do país, sendo eles: Soja mesmo triturada; Óleos brutos de petróleo; Minérios de ferro e seus concentrados; Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada; Celulose; Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada incluído miúdos; Farelo e resíduos da extração de óleo de soja; Açúcar de cana, em bruto; Óleos combustíveis (óleo diesel, fuel-oil, etc.); Café cru em grão; Ferro-ligas; Algodão em bruto; Minérios de cobre e seus concentrados.

Como se pode constatar, o grosso da pauta por fator agregado é representada pelos



produtos básicos e semimanufaturados, sendo que dentre os treze produtos há significativa presença tanto no volume de recursos, quanto na participação relativa do total dos minérios de ferro e cobre e seus concentrados.

Vale notar, que desde o ano de 1997 a participação dos 13 (treze) principais produtos no total das exportações ficam acima dos 60%, em 2004 há um significativo incremento da ordem de U\$ 23 bilhões no volume dos produtos exportados, aproximadamente 32,5% superior, em relação ao ano anterior e a partir de 2007, a participação relativa dos treze principais produtos no total das exportações supera a casa dos 70%, o que confirma o direcionamento do país a uma pauta primário-exportadora no período do *boom das commodities*. A título de ilustração, os principais produtos industrializados do país, como automóveis e aviões, juntos ao longo do período não ultrapassam a casa dos 6% do volume total de exportações e dificilmente ultrapassam os 20%, dentre os principais produtos exportados, o que confirma a estratégia primário-exportadora adotada pelo país.

Tabela 01: Total dos Produtos Básicos, Semimanufaturados e Manufaturados e porcentagem da participação dos treze principais produtos no total das exportações no período de 1997 a Maio de 2020.

Ano	Produtos Básicos, Semimanufaturados e Manufaturados em U\$ Bilhões	(%) Participação dos 13 principais produtos no total das exportações
1997	52,00	62,2
1998	50,00	61,3
1999	47,00	62,3
2000	53,00	62,5
2001	56,00	65,6
2002	58,00	65,4
2003	71,00	65,8
2004	94,00	67,5



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

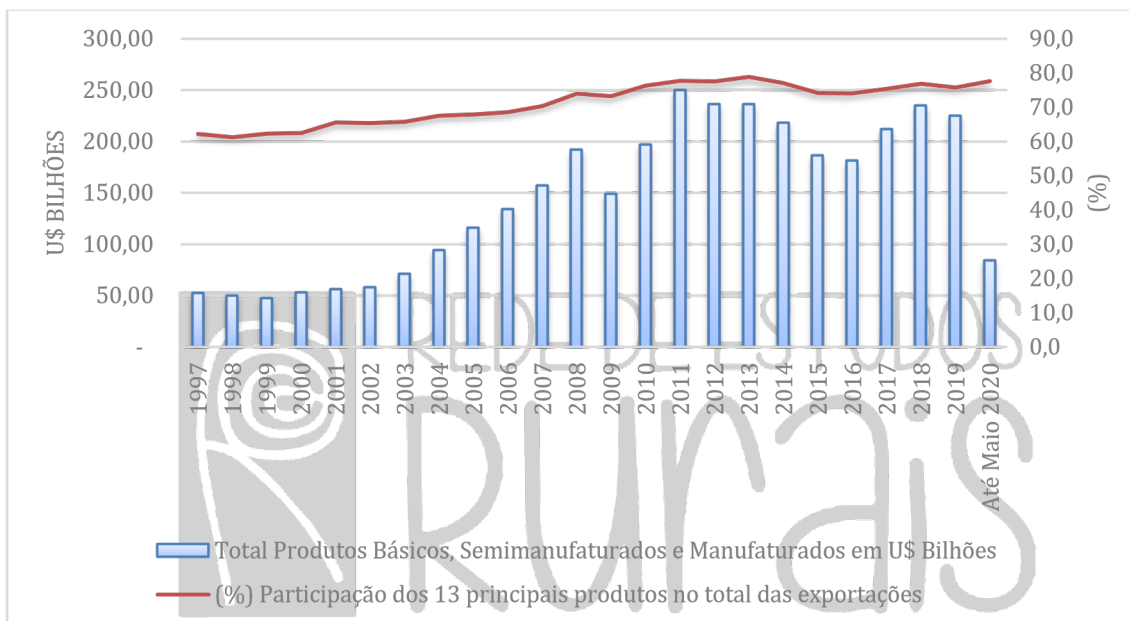


2005	116,00	68,0
2006	134,00	68,6
2007	157,00	70,4
2008	192,00	74,0
2009	149,00	73,3
2010	197,00	76,4
2011	250,00	77,8
2012	236,00	77,5
2013	236,00	78,9
2014	218,00	77,1
2015	186,00	74,2
2016	181,00	74,1
2017	212,00	75,4
2018	235,00	76,9
2019	225,00	75,8
Até Maio 2020	84,00	77,6

Fonte: Ministério da Economia, 2020. Organização do autor.



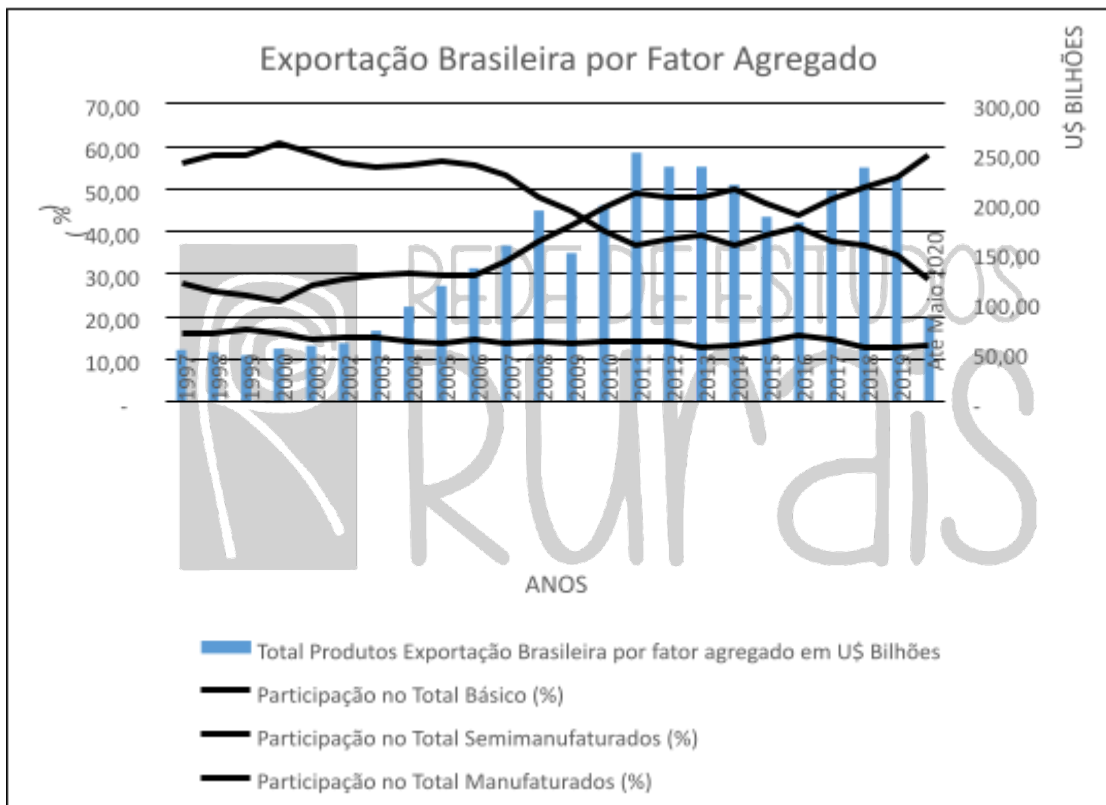
Gráfico 01: Total de Produtos Básicos, Semimanufaturados e Manufaturados em U\$ Bilhões e a Participação dos 13 Principais Produtos no total da pauta das exportações no Brasil



Fonte: Ministério da Economia, 2020. Organização do autor.

Do ponto de vista mais geral, o gráfico 02 abaixo relacionado, ilustra importantes elementos qualitativos e quantitativos para análise, mesmo em que pese o crescimento das exportações brasileiras, esse crescimento representou uma inversão no tipo de produto exportado, passando de 55,2% de produtos manufaturados e 29,5% de produtos básicos em 2003 para 58,1% de produtos básicos e 26,6% de produtos manufaturados em 2020, até o mês de maio, indicando claramente o movimento de reprimarização da pauta de exportações, ao qual nos referimos anteriormente.

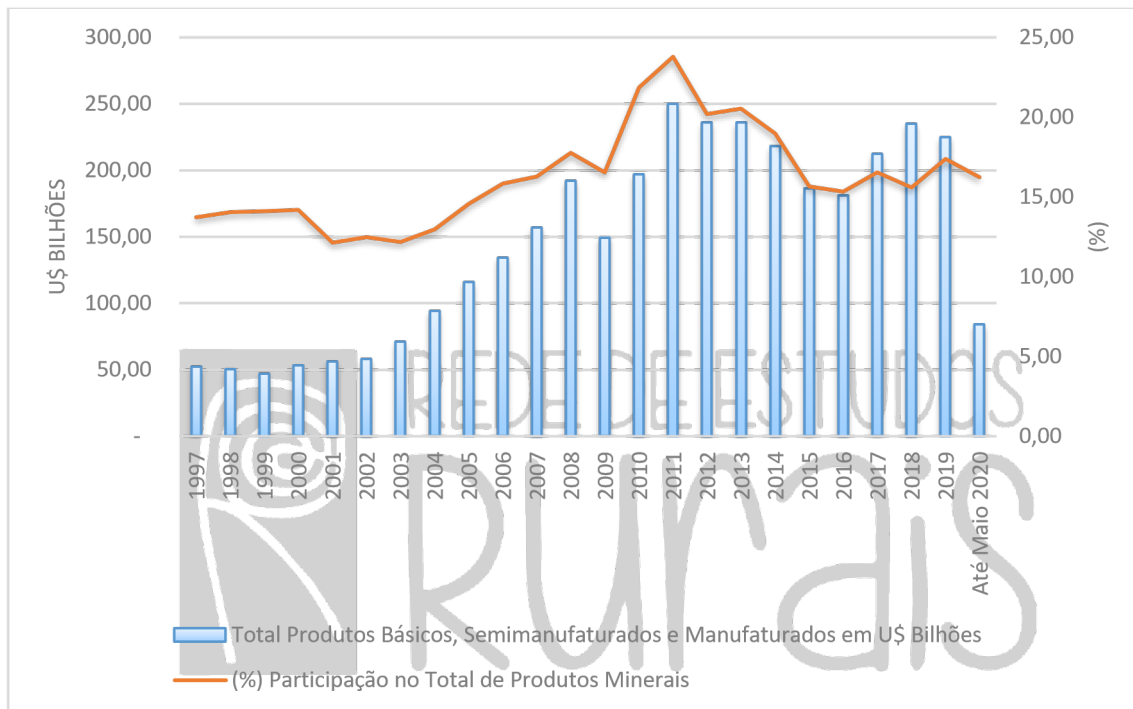
Gráfico 02: Exportação Brasileira por Fator Agregado, Porcentagem Relativa dos Produtos Exportados e Valores das Exportações em Bilhões de U\$, no período de 1997 a Maio de 2020.



Fonte: Ministério da Economia, 2020. Organização do autor.

Ainda sobre a pauta primário-exportadora, quando olhamos especificamente os principais produtos minerais exportados, temos os seguintes minerais responsáveis na pauta exportadora: Minérios de ferro e seus concentrados; Ferro-ligas; Óxidos e hidróxidos de alumínio; Minérios de cobre e seus concentrados; Ouro em formas semimanufaturadas, para uso não monetário; Ferro fundido bruto e ferro spiegel (ex. ferro gusa); Fio-máquina e barras de ferro ou aços; Obras de mármore e granito; Silício; Alumínio, em barras, perfis, fios, chapas, folhas e tiras; Cobre, em barras, perfis, fios, chapas, folhas e tiras; Alumínio em bruto; Zinco em bruto; Minérios de alumínio e seus concentrados.

Gráfico 03: Total de Produtos Básicos, Semimanufaturados e Manufaturados em U\$ Bilhões e a Participação Relativa de Produtos Minerais no Total das Exportações, no período de 1997 a Maio de 2020.



Fonte: Ministério da Economia, 2020. Organização do autor.

Conforme o gráfico 03 acima, a participação de produtos minerais no total das exportações por fator agregado segue uma tendência crescente, em linhas gerais, é possível identificar quatro patamares observando os volumes de recursos financeiros movimentados nas exportações, os anos e a participação relativa dos produtos minerais no total das exportações por fator agregado.

Um período inicial de 1997 a 2003, onde a participação relativa (%) dos produtos minerais em relação ao total de produtos exportados fica entre 12% a 14%, um período seguinte de 2004 a 2009, onde há um salto para a ordem de 14% a 17% variando ano a ano, após isso, no intervalo de 2010 a 2013 temos um grande “boom das exportações” de minerais no país, sempre acima da casa dos 20%, alcançando patamar da ordem de 23,8% em 2011 e praticamente dobrando a participação dos minérios no total da pauta exportadora por fator agregado, em relação ao período inicial e por fim, o período mais recente de 2014 a 2020, onde há uma certa estabilidade entre 16% a 18%, mas com alta de 25%, em relação ao período inicial, em que pese o declínio em relação ao período anterior.



Dessa forma, conclui-se parcialmente que o agromineralnegócio assumiu protagonismo no jogo econômico, político e socioambiental no período aqui em questão, seja pelas cifras vultosas conferidas ao grande volume do aumento de recursos financeiros advindos das exportações de *commodities* (produtos básicos e semimanufaturados), conforme ilustram a tabela e os gráficos acima relacionados, mas também e sobretudo, pelas disputas políticas e conflitos socioambientais advindos da inserção subordinada nacional no cenário geopolítico internacional, apesar dos impactos não imediatos no país pelo amortecimento do 'boom das *commodities*' conseguidos até os anos de 2010 a 2012.

Mas após esse momento, as formas de regulação política e acumulação econômica na geopolítica internacional indicavam queda nos preços das *commodities* e apontavam sinais da intensificação das bases extrativas para manutenção do patamar alcançado, o que espalhou, de acordo com Harvey (2005), 'práticas imperialistas' na apropriação de novos territórios e o aguçamento dos conflitos sociais causados pela mineração em todo país.

CONFLITOS SOCIAIS, MINERAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO FERRO S11-D

No Caderno dos Conflitos no Campo Brasil 2018 da Comissão Pastoral da Terra (CPT), (Wanderley e Gonçalves, 2018) analisam a dinâmica dos conflitos da mineração no espaço agrário. Ao longo dos anos de 2004 a 2018 foram um total de 1.123 (um mil cento e vinte e três) conflitos envolvendo a mineração no Brasil e pelo menos 203.430 (duzentos e três mil quatrocentos e trinta) famílias envolvidas nesses conflitos e que dependem dos rios, das florestas e da terra para reproduzir sua vida.

O aumento dos conflitos está diretamente relacionado a aceleração da expansão dos projetos da indústria extrativa da mineração no país nos últimos anos, pois o complexo da mineração composto por minas subterrâneas e a céu aberto, ferrovias, barragens de rejeitos, indústrias de beneficiamento e transformação, estradas e terminais portuários acentuou os conflitos sociais nos estados e nas regiões do país.

A presença da empresa Vale na região de Carajás/PA confronta múltiplos territórios, as comunidades e os assentamentos rurais, conquistas emblemáticas da luta pela terra na região, são ameaçados pela expansão da mineração que recorta suas terras e reestrutura o cotidiano de múltiplos agricultores pelos grandes empreendimentos da mineração como o Projeto S-11D⁴. Da mesma forma, os

⁴ No dia 31/07/2016, o jornal 'Folha de São Paulo' publicou uma matéria com o título: 'Vale



acampamentos dos Sem-Terra também são atravessados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), bem como sofrem com a vigilância e violência cotidiana dos grandes fazendeiros e seus ‘consórcios’⁵, além dos impactos do agronegócio. As Terras Indígenas e outras terras tradicionalmente ocupadas atravessadas por lógicas distintas que desmontam imaginários, desestruturam caminhos e destroem relações sociais e ambientais profundas.

As operações do Projeto S11-D, formalmente batizado pela empresa Vale como “Complexo S11D Eliezer Batista”, inicia as operações de extração e exploração de minério de ferro em 2017. Neste ano, a empresa Vale produziu 366.519 (trezentos e sessenta e seis mil quinhentas e dezenove) toneladas métricas de minério de ferro, sendo 169.152 (cento e sessenta e nove mil cento e cinquenta e duas) provenientes do Sistema Norte⁶ o equivale a aproximadamente 46% do volume total produzido pela empresa.

No ano de 2020, a Vale produziu 300.387 (trezentos mil e trezentos e oitenta e sete) toneladas métricas de minério de ferro, uma variação negativa de aproximadamente 19% em relação a 2017, no entanto, o Sistema Norte produziu 192.266 (cento e noventa e dois mil e duzentos e sessenta e seis) toneladas métricas, montante equivalente a 64% do total de minério produzido pela empresa no ano de 2020 em plena pandemia e uma variação superior de 17,85% em relação ao ano de 2017, ou seja, o Sistema Norte a partir do Projeto S11-D ganha centralidade nas operações de

testa maior projeto de minério do mundo no Sudeste do Pará. Trata-se do Projeto S 11-D que começou a operar em 17/12/2016 com capacidade de extração de 90 milhões de toneladas/ano, elevando em 30% a produção de minério de ferro da Vale até 2020. O minério com alto teor de ferro, em média, 66,7%, acaba sendo um trunfo para competir no mercado internacional. Essa vantagem comparativa faz com que o custo de extração seja o menor da indústria global da mineração. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1797089-vale-testa-maior-projeto-de-minerio-domundo-no-sudeste-do-para.shtml> e <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/valeinaugura-o-maior-projeto-da-historia-daminerao.aspx#:~:text=A%20inaugura%C3%A7%C3%A3o%20do%20empreendimento%2C%20que%20atual%20configura%C3%A7%C3%A3o%20do%20Projeto%20S11D>.

⁵ Consórcio é o termo usado pelos próprios fazendeiros da região quando precisam resolver um problema relativo à terra, que o Estado não soluciona. Na maioria dos casos são ofensivas coletivas conduzidas por jagunços, pistoleiros e empresas privadas de escolta armada sob áreas de ocupações e acampamentos dos sem-terra. Os fazendeiros estão articulados e organizados em torno dos Sindicatos Patronais dos Produtores Rurais.

⁶ O Sistema Norte da mineração de ferro em Carajás/PA engloba as minas ativas das Serras Norte (minas N4 e N5) na Floresta Nacional de Carajás/PA, Serra Leste em Curionópolis/PA e o Projeto S11-D na Serra Sul em Canaã dos Carajás/PA. Além disso, o IBAMA a pedido da Vale, em plena pandemia realizou em



extração de minério de ferro da empresa (VALE, 2020).⁷

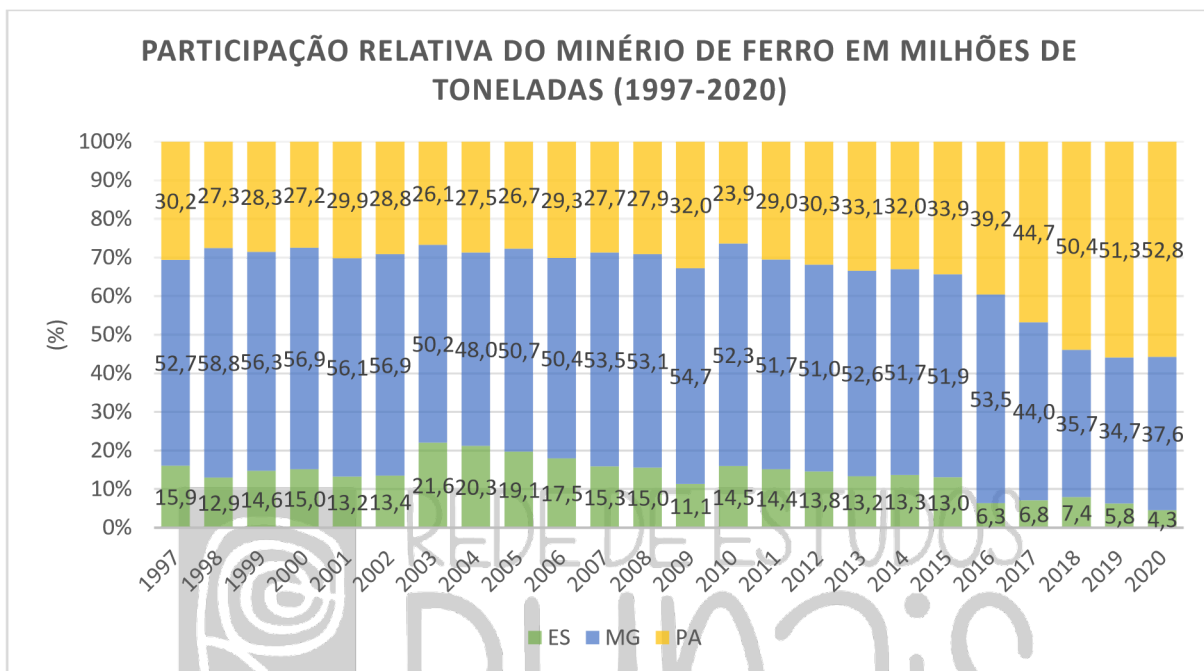
Mesmo diante da tragédia humanitária da pandemia de Covid-19, ainda no primeiro trimestre de 2020, o Governo Federal editou a Portaria Nº 135/GM de 28/03/2020 do Ministério de Minas e Energia e assinou o Decreto Presidencial Nº 10.329 de 28/04/2020, onde ambos atestam a mineração e toda sua cadeia produtiva como atividades essenciais e que não devem sofrer paralisações, interrupções e/ou ajustes, para além das adequações sanitárias mínimas.

A Vale responde prontamente e aumenta sua produção de 67.598 (sessenta e sete mil e quinhentos e noventa e oito) toneladas métricas no segundo trimestre de 2020 para 88.676 (oitenta e oito mil e seiscentos e setenta e seis) toneladas métricas de minério de ferro no terceiro trimestre, o que imputou recorde de extração da empresa no ano de 2020, um dos maiores volumes extraídos em toda história das operações e um aumento de 31% em relação ao trimestre anterior.

No âmbito nacional, conforme os gráficos 04 e 05 abaixo relacionados, os três principais estados produtores de minério de ferro no Brasil são Espírito Santo, Minas Gerais e Pará, os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul possuem produção e participação residual da extração no montante do país e ao longo do período dificilmente ultrapassam 1% do montante extraído nacionalmente e por conta disso não aparecem nos gráficos.

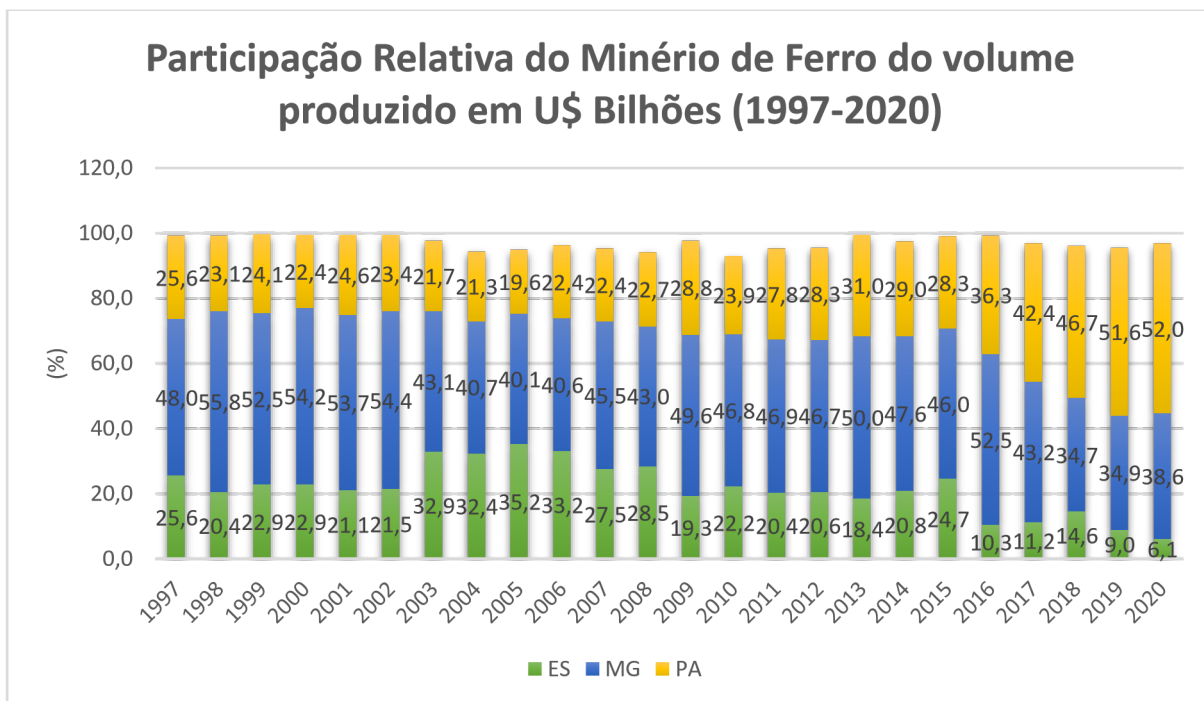
Gráfico 04: Participação Relativa do minério de ferro no país referente aos estados de ES, MG e PA em milhões de toneladas, no período de 1997 a Maio de 2020.

⁷ Os dados dos balanços trimestrais da empresa Vale foram organizados pelo autor e estão disponíveis em: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/quarterlyresults/paginas/default.aspx>



Fonte: Ministério da Economia. Organização do autor.

Gráfico 05: Participação Relativa dos estados de ES, MG e PA em volume produzido em U\$ bilhões, no período de 1997 a Maio de 2020.



Fonte: Ministério da Economia, 2020. Organização do autor.



Os dados apresentados, nos gráficos 04 e 05 acima, reforçam a centralidade do estado do Pará na produção de minério de ferro no período recente que coincide com o início das operações do Projeto S11-D. O estado do Pará solapa Minas Gerais em relação à mineração de Ferro em 2017 e atualmente responde por mais de 50%, tanto em Milhões de toneladas extraídos, como em receita em Bilhões de U\$.

Duas observações são importantes e têm relação com o que foi discutido anteriormente no texto. Primeiro, no período pós *boom das commodities* (queda nos preços dos minérios no mercado internacional), a extração de minério de ferro nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Pará não diminuiu, pelo contrário, manteve o ritmo e/ou aumentou com vistas à garantia das metas dos lucros. Segundo, após os desastres de Mariana/MG e Brumadinho/MG, a empresa Vale, líder na extração de minério de ferro no mundo, tanto intensificou a extração de áreas antigas de extração de ferro em Minas Gerais, sobretudo após o desastre de Mariana/MG em 2015, mantendo os níveis de extração e rebaixando custos, o que trouxe implicações diretas para o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG, quanto intensificou a produção do Sistema Norte em Carajás/PA.

As dinâmicas reportadas anteriormente ao longo do texto evidenciam em termos mais gerais as marcas do neoextrativismo imposto pela empresa Vale no país e os rebatimentos na região de Carajás/PA, no entanto, conforme adverte Svampa (2019), há também outras dinâmicas mais específicas, que compreendem o neoextrativismo como um modelo sociopolítico territorial e nesse sentido, Cruz (2015) aponta o conjunto de resistências insurgentes à época, quando da implantação do projeto S11-D em Canaã dos Carajás/PA e que atualmente se mantêm e recriam novas formas de luta pela terra e garantia dos direitos humanos em confronto com a mineradora Vale na região.

Cruz (2015) elenca resistências, desde o momento das especulações iniciais sobre a radicação do projeto no município de Canaã dos Carajás/PA. O autor destaca experiências individuais de lutas empreendidas contra a empresa, resistências camponesas coletivas que gravitam, até os dias atuais, em torno do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás/PA (STTR) assessorados pela Comissão Pastoral da Terra de Marabá/PA e pelo Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) de Marabá/PA, bem como resistências e articulações entre organizações, movimentos sociais e associações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município.

Um dos casos mais emblemático do embate entre camponeses e a mineradora Vale



em Canaã dos Carajás/, quando do processo de implementação do Projeto S11-D ao longo dos anos de 2012 a 2015, ocorreu pela remoção de aproximadamente 50 (cinquenta) famílias oriundas da Vila Mozartinópolis (conhecida popularmente como Racha Placa). A área passou a ser objeto da mineração e pelos interesses evocados da primazia mineral em detrimento aos direitos territoriais humanos básicos, a área de 31ha (trinta e um hectares) da Vila onde residiam os agricultores com suas famílias foi onerada por servidão minerária, conforme o Artigo 27 do Decreto-Lei 227/67 e a decisão de remoção dos agricultores foi concedida pela justiça comum, mesmo se tratando de uma área agrária.

Ao longo dos embates e negociações, uma das estratégias da empresa Vale foi deslocar o centro do conflito da questão agrária e de um julgamento processual específico da Vara Agrária do município para Vara Cível Criminal, ou seja, além das violações sofridas, seguidas por um processo de desterritorialização, os agricultores residentes há mais de 30 anos nesse território foram tratados como criminosos comuns e não tiveram chance de um tratamento diferenciado quanto aos ritos processuais, pois, caso corresse pela Vara Agrária, o processo seguiria uma série de trâmites que não foram considerados, tais como: estudo aprofundado da cadeia dominial dos imóveis rurais em questão; em se tratando de terra pública federal de origem, vistorias do INCRA in loco deveriam ser realizadas; juízes especializados na temática agrária deveriam conduzir o processo, dentre outros.

Mesmo diante das dificuldades e derrota judicial, a persistência da luta dos agricultores, agricultoras e suas famílias não cessou, pelo contrário, a partir de um conjunto de mobilizações coletivas seguiram pautando a empresa Vale e o poder público, sobretudo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela Superintendência Regional de Marabá/PA (SR-27) e após quatro anos de lutas empreendidas, a empresa Vale que havia adquirido a Fazenda Recreio, uma área de pouco mais de 1.686ha (um mil, seiscentos e oitenta e seis hectares) e em parceria com os setores de infraestrutura do INCRA/SR-27 foi criado o Projeto de Assentamento (PA) União Américo Santana.

Em entrevista realizada no mês de junho de 2020 com uma liderança camponesa ligada ao STTR de Canaã dos Carajás/PA que reside no município desde 1989 e mora atualmente no Acampamento Planalto Serra Dourada na Vicinal 40, uma área pretendida pela mineradora, relembra:

“(...) a empresa começou a mexer, quando a gente morava na VS 45 (Vicinal 45) em 1996, era o processo de sondagem feito pela empresa Docegeo subsidiária da Vale (...) eram as primeiras pesquisas para mineração em 1998/1999, (...) o processo



avança da sondagem para implantação do Projeto Sossego que foi efetivado em 2002 (...)”.

Quando questionado sobre a remoção dos moradores da Vila Mozartinópolis e o reassentamento dos mesmos no Projeto de Assentamento União Américo Santana, o entrevistado discorre:

“(...) foi um acordo com os moradores, mas teve gente que ficou de fora, não atendeu todo mundo, (...) deu pra perceber no processo uma aliança entre o INCRA e a Vale, resolveu de uma parte, mas não resolveu tudo, (...) e tem os problemas né? No assentamento ainda ficou uma área que tem explosão direto para pesquisa da Vale (...)”

Em entrevista realizada com dois membros do setor de Relacionamento com Comunidades da empresa Vale na Região de Carajás/PA em julho de 2020, quando houve o questionamento acerca do processo da compra de terras e reassentamento de moradores das áreas alcançadas pelo Projeto S11-D, os mesmos remeteram a responsabilidade sobre a tratativa do assunto à Gerência de Desenvolvimento Territorial, Socioeconomia e Remoção Involuntária da empresa, nas palavras de um deles:

“(...) eles que possuem competência e memória para tratar do assunto, o que eu acompanhei foi pelos colegas, mas tudo foi feito dentro dos acordos firmados. (...) essa gerência foi criada exclusivamente para isso, nos casos onde há conflito com os interesses da mineração. (...) inclusive o INCRA acompanhou tudo e a própria CPT”.

A partir de pesquisas realizadas na internet nos canais de comunicação da mídia regional foram poucas as notícias sobre o ocorrido e não houve muitas manifestações, mas uma reportagem de um blog de Parauapebas/PA noticiou, *“Em Canaã dos Carajás, assentados recebem benfeitorias acordadas com mineradora Vale”*:

“(...) A mineradora construiu 50 unidades habitacionais, perfurou 50 poços semi artesianos para os domicílios, fez a abertura e construção de 17 km de estradas vicinais e a implantação e distribuição da rede de energia elétrica. Procedeu ainda à reforma e ampliação do Centro Comunitário, construiu o Complexo Escolar e o Posto de Saúde da Vila Ouro Verde, vizinha ao assentamento. Tudo ocorreu sob minuciosa supervisão do Inkra, por meio do seu Setor de Infraestrutura, o qual realizou vistoria das obras, produzindo relatórios e dando segurança às famílias assentadas. Todo o processo se desenvolveu em rigorosa observância da legislação



*pertinente, gerando um processo administrativo com 11 volumes, relativos ao processo de desafetação e outros 2 volumes relativos à criação do projeto de assentamento, perfazendo um total de 2.784 páginas.*⁸

A associação entre a fala do representante da empresa Vale do setor de Relacionamento com Comunidades e a matéria vinculada ao blog regional de um jornalista de Parauapebas/PA indicam uma conotação positiva ao processo de criação do Projeto de Assentamento União Américo Santana. Há nas entrelinhas uma positividade imputada ao desfecho do processo, por outro lado, pouco se fala sobre a permanência de condições adversas na vida cotidiana dos agricultores, como explosões constantes promovidas pela empresa nos processos de pesquisa mineral, trânsito de caminhões pesados nas estradas e vicinais de acesso à comunidade dificultando o escoamento da produção agropecuária, o acesso dos agricultores aos seus lotes e a própria sede do município, além da vigilância permanente efetuada pela Vale por empresas privadas de segurança patrimonial.

Dessa forma, é possível aferir que o processo de implementação do Projeto S11-D conjugou violações dos direitos e conflitos sociais no campo e na cidade, mas sem dúvidas as remoções forçadas, aquisições de terras no espaço agrário e a violência física e simbólica praticada por seguranças privados patrimoniais ganharam destaque. Estas ações geraram conflitos, mas também demandaram da Vale tratamento, no sentido de manter conduta e imagem responsáveis junto aos agricultores, funcionários e à sociedade regional, nacional e internacional.

Prova disso, pode ser conferida pelo aumento significativo do investimento estratégico em recursos financeiros e humanos por parte da Vale nas ações de reponsabilidade social empresarial, gestão do risco para os empreendimentos junto às comunidades e políticas de resignação perante a sociedade. Como prova disso, a empresa estrutura, sobretudo a partir dos anos da década de 2010 um setor ativo de “Relacionamento com Comunidades” e a “Gerência de Desenvolvimento Territorial, Socioeconomia e Remoção Involuntária”.

Um outro elemento gritante diz respeito ao fato da aquisição de terras feito pela empresa ao longo dos anos de 2012 a 2017, a Vale S.A. adquiriu um conjunto de imóveis rurais que foram cadastrados pela empresa na base do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Pará – Cadastro Ambiental Rural (SICAR –

⁸ Matéria disponível em: [Em Canaã dos Carajás, assentados recebem benfeitorias acordadas com mineradora Vale - ZÉ DUDU \(zedudu.com.br\)](http://zedudu.com.br).



CAR/PA) entre os anos de 2015 a 2020⁹. As propriedades autodeclaradas pela empresa foram obtidos, a partir da consulta à base de dados do SICAR-CAR/PA¹⁰ pelos diferentes Cadastros Nacionais de Pessoa Jurídica (CNPJ's) da empresa e no geral foram encontrados um total de 180 (cento e oitenta) imóveis rurais totalizando uma área de 73.631,75ha (setenta e três mil, seiscentos e trinta e um hectares e setenta e cinco acres), destes 47 (quarenta e sete) imóveis rurais ocupam uma área de 56.903,32ha (cinquenta e seis mil e novecentos e três hectares e trinta e dois acres) e estão ativos, em análise pelos setores responsáveis da SEMAS/PA, aguardando retificações e/ou apresentação de documentos e 133 (cento e trinta e três) imóveis rurais estão cancelados por decisão administrativa, o equivalente a uma área de 16.728,43ha (dezesesseis mil, setecentos e vinte e oito hectares e quarenta e três acres).

A empresa Vale registrou imóveis rurais por autodeclaração na base SICAR-CAR/PA em nome de 7 (sete) empresas com CNPJ's diferentes. Os números dos cadastros foram obtidos para pesquisa, a partir de processos judiciais envolvendo a empresa na Vara Cível de Canaã dos Carajás/PA, assim como em entrevistas e consultas realizadas pessoalmente ao acervo e equipe da CPT em Marabá/PA. Pelo número do CNPJ é possível pesquisar no site da Receita Federal e identificar o negócio ao qual está vinculado determinado CNPJ. Dos 7 (sete), 6 (seis) estão em nome oficial da empresa Vale S.A. e 1 (um) em nome da Estrada de Ferro Carajás (EFC), conforme tabela 02 abaixo.

Tabela 02: Empresa Nome Oficial, Nome Fantasia, Imóveis Cadastrados, Ativos, em Análise e/ou com pendências e cancelados por decisão administrativa.

⁹ Segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA): http://car.semas.pa.gov.br/#/informacoes/sobreCar?efeito=true&tela=SOBRE_CAR. “O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.”

¹⁰ A consulta pode ser feita em: http://car.semas.pa.gov.br/#/consulta/geral?tela=BUSCAR_CADASTRO. É possível consultar um imóvel rural pelo nome da propriedade; município; CPF do Cadastrante; CPF ou CNPJ do possuidor; Código CAR e/ou Protocolo de credenciamento, em todos os casos o imóvel deve constar no banco de dados da base SICAR-CAR/PA.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Nome Oficial	Nome Fantasia	Imóveis Cadastrados	Imóveis Ativos, em Análise e/ou com pendência	Cancelados por decisão administrativa	Principal Minério
Vale S.A.	Mina Níquel do Vermelho	1	1	0	Ni
Vale S.A.	Mina Serra do Sossego	89	1	88	Cu, PB e Zn
Vale S.A.	Ferro	6	6	0	Fe
Vale S.A.	CVRD - Complexo Minerador de Curionópolis	11	9	2	Fe
Vale S.A.	Mina S11-D	46	8	38	Fe
Vale S.A.	Vale - Mina Níquel Onça Puma - Ourilândia	1	1	0	Ni
E.F.C	Estrada de Ferro Carajás	26	21	5	logística
Total		180	47	133	



Fonte: Receita Federal, Ministério da Economia e Base SICAR-CAR/PA.
Organização do autor.

Os imóveis rurais autodeclarados pelos sete CNPJ's da empresa Vale estão distribuídos nos municípios de Água Azul do Norte/PA, Canaã dos Carajás/PA, Curionópolis/PA, Marabá/PA, Ourilândia do Norte/PA e Parauapebas/PA, em todos eles há presença de projetos extrativos da mineração e/ou infraestrutura correlata às operações de exploração dos minérios de Cu (Cobre), Fe (Ferro), Ni (Níquel), Pb (Chumbo) e Zn (Zinco), além da presença do Au (Ouro) em praticamente todas as minas.

Dos 180 (cento e oitenta) imóveis rurais cadastrados, 161 (cento e sessenta e um) estão sob três CNPJ's, 89 (oitenta e nove) na empresa Vale S.A. "Mina Serra do Sossego", 46 (quarenta e seis) em nome da Vale S.A. Mina S11-D e 26 (vinte e seis) na Vale S.A. Estrada de Ferro Carajás (EFC), o que representa praticamente 90% do total de imóveis adquiridos pela empresa ao longo dos anos de 2004 (início das operações do Projeto Sossego em Canaã dos Carajás/PA) a 2017 (início das atividades de instalação e extração do Projeto Ferro S11-D).

Aproximadamente 72% dos imóveis rurais (131 – cento e trinta e um) autodeclarados pela empresa Vale S.A. como possuidora na base SICAR-CAR/PA se encontram na condição de cancelados por decisão administrativa, mas mesmo assim, a mineração em Carajás/PA segue em ritmo acelerado e o fato dos imóveis rurais apresentarem essa condição não impediu o início das atividades do Projeto Ferro S11-D em Canaã dos Carajás/PA, tampouco a duplicação da EFC e a construção de uma estrada de 85Km (oitenta e cinco quilômetros) para ligar a mina do Sossego em Canaã dos Carajás/PA ao município de Parauapebas/PA.

Os imóveis rurais cancelados por decisão administrativa possuem pendências não atendidas e/ou apresentaram informações confrontantes questionadas pelos analistas da SEMAS/PA. Claramente, houve aquisição de áreas de terras por parte da empresa sobrepostas aos assentamentos rurais, áreas de terras devolutas em geral e, além disso, um movimento de "blindagem" dos empreendimentos e contenção territorial no entorno do Projeto Sossego com 89 (oitenta e nove) imóveis rurais adquiridos, sendo que, 88 estão cancelados por decisão administrativa. O mesmo ocorre em três outros pontos ao longo da Estrada de Ferro Carajás, onde a empresa adquiriu terras entre os municípios de Canaã dos Carajás/PA e Parauapebas/PA, em áreas próximas à Terra Indígena Xikrin do Catete e no município de Canaã dos Carajás/PA como um todo.



No entanto, a empresa Vale não conseguiu impedir que centenas de famílias camponesas exercessem pressão e oferecessem resistência à ampliação dos projetos da mineradora na região de Carajás/PA. Atualmente são entre 15 a 17 (quinze a dezessete) acampamentos rurais com aproximadamente 1500 (mil e quinhentas famílias) acampadas nos municípios de Água Azul do Norte/PA, Canaã dos Carajás/PA e Parauapebas/PA, além disso, correm na justiça comum da Vara Cível de Canaã dos Carajás/PA 39 (trinta e nove) processos que questionam a posse das terras adquiridas pela empresa Vale.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As 'práticas imperialistas' impostas pelo modelo neoextrativista evidenciam que a nova fase de acumulação do capital tem causado enorme pressão sobre os bens naturais e territórios, pela expansão vertiginosa da fronteira das *commodities*, mas ao mesmo tempo, aberto caminho para novas disputas políticas, sociais e ecológicas no campo das resistências sociais, que questionam a 'ilusão desenvolvimentista' e concomitantemente denunciam a consolidação de um modelo monocultural, que acaba com a sócio biodiversidade e implica em grilagem de terras e aniquilamento de territórios.

No caso brasileiro, a partir de 2007, a participação relativa dos treze principais produtos básicos no total das exportações supera a casa dos 70%, o que confirma o direcionamento do país a uma pauta primário-exportadora no período do *boom das commodities*. No caso da mineração, após esse período e a queda nos preços internacionais, houve um redirecionamento das estratégias em buscas de novas frentes de expansão das *commodities* e intensificação de áreas antigas, como no caso da exploração do minério de ferro e seus derivados.

A implementação do "Projeto Ferro S11-D" pela empresa Vale em Carajás/PA ao longo dos anos de 2012 a 2016 reforça a centralidade do estado do Pará nas estratégias da Vale e após um ano de operações, em 2017 o estado passa responder por mais de 50%, tanto em milhões de toneladas extraídos, como em receita em bilhões de U\$ da produção de minério de ferro do país. Por outro lado, a expansão vertiginosa das atividades da empresa faz com que a Vale imprimisse elevado grau de violência aparecendo em quase 40% dos casos de conflitos sociais compilados pela CPT envolvendo a mineração.

Em Carajás/PA, o processo de implantação do Projeto S11-D conjugou violações dos direitos e conflitos sociais no campo e na cidade, mas sem dúvidas as remoções forçadas, aquisições de terras no espaço agrário e a violência física e simbólica



praticada por seguranças privados patrimoniais ganharam destaque. Estas ações geraram conflitos, mas também demandaram da Vale tratamento, no sentido de manter “condutas responsáveis” junto aos agricultores, funcionários da empresa e à sociedade em geral. As contradições se mantêm e recriam novas formas de luta pela terra e garantia dos direitos humanos em confronto com a mineradora Vale, que por sua vez, atualiza suas estratégias de expropriações e políticas de resignação.

A Vale adquiriu um total de 180 (cento e oitenta) imóveis rurais totalizando uma área de 73.631,75ha (setenta e três mil, seiscentos e trinta e um hectares e setenta e cinco acres), destes 47 (quarenta e sete) imóveis rurais ocupam uma área de 56.903,32ha (cinquenta e seis mil e novecentos e três hectares e trinta e dois acres) e estão ativos, em análise pelos setores responsáveis da SEMAS/PA, aguardando retificações e/ou apresentação de documentos e 133 (cento e trinta e três) imóveis rurais estão cancelados por decisão administrativa, o equivalente a uma área de 16.728,43ha (dezesseis mil, setecentos e vinte e oito hectares e quarenta e três acres).

Aproximadamente 72% dos imóveis rurais (131 – cento e trinta e um) autodeclarados pela empresa Vale S.A. como possuidora na base SICAR-CAR/PA se encontram na condição de cancelados por decisão administrativa, mas mesmo assim, a mineração em Carajás/PA segue em ritmo acelerado e o fato dos imóveis rurais apresentarem essa condição não impediu o início das atividades do Projeto Ferro S11-D em Canaã dos Carajás/PA, tampouco a duplicação da EFC e a construção de uma estrada de 85Km (oitenta e cinco quilômetros) para ligar a mina do Sossego em Canaã dos Carajás/PA ao município de Parauapebas/PA.

Estrategicamente, a empresa Vale S.A. exerce sua territorialização pela compra de terras com vistas à garantia da instalação dos projetos minerários, mas também busca o reconhecimento e garantia do apoio de grupos sociais e comunidades locais/regionais com vistas à garantia do consentimento e legitimação das ações da empresa, a cooptação dos diferentes sujeitos pelas estratégias coercitivas econômicas e de responsabilidade social corporativa são marcas da empresa e ambas estratégias são conduzidas de maneira simultânea e presentes no controle territorial da Vale em Carajás/PA.

Por fim, mesmo diante das violações, inconsistências administrativas e judiciais, denúncias e conflitos sociais materializados, sobretudo na luta pela terra, a Vale, em plena pandemia de Covid-19, desde abril do ano passado vem buscando ampliar suas operações extrativas em Carajás/PA por novos/velhos projetos de mineração,



como "Projeto Mina N3", Projetos N1 e N2" e "Projeto Alemão".

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de- "Agroestratégias e desterritorializações direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios" in Almeida,A.W.B. de e Carvalho, G.(orgs)- O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pana-Amazonica.Belém, FASE. 2009 pp.57-105.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010b, p. 39 – 69.

CRUZ, Thiago Martins da. Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. Programas de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Julho de 2015.

DELGADO, Guilherme. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio. 2012. Cap. 5 - Reestruturação da Economia do Agronegócio - anos 2000. Complementar: Cap. 4 - Período de Transição: da modernização conservadora a economia do agronegócio. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/DoCapitalFinanceiroNaAgricoltura%20-%20GUILHERME_DELGADO.pdf

Harvey, David. O Novo Imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Annablume, 2005.

SASSEN, Saskia. Brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. – São Paulo: Elefante, 2019.

WANDERLEY, Luiz Jardim ; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro. In: CPT – Comissão Pastoral da Terra. Cadernos de conflitos no campo – 2018. Goiânia/GO: CPT, 2019.



Racismo estrutural, Estado e política fundiária no Brasil

Camila Penna de Castro - Universidade de Brasília

Resumo

Este trabalho objetiva construir um marco analítico para a compreensão da relação entre racismo estrutural e política fundiária no Brasil. Os efeitos do racismo sobre o acesso desigual à terra no Brasil vem sendo denominado de racismo fundiário (Gomes, 2019). Embora a questão agrária no Brasil tenha sido amplamente discutida a partir de diferentes perspectivas, a dimensão racial ainda é pouco tematizada para a compreensão das causas e dos efeitos da concentração fundiária. Esse trabalho busca contribuir com esse debate por meio de subsídios das teorias de Estado, uma vez que é no âmbito do Estado que se inscrevem as seletividades que irão dificultar ou facilitar o acesso de determinados grupos ou reivindicações à agenda pública.

Partindo da noção de seletividade estratégica (Jessop, 2016) argumentamos que há duas seletividades do Estado brasileiro no que tange à política fundiária: uma seletividade estrutural e uma seletividade racial. A primeira está relacionada à situação do Estado brasileiro em um contexto de capitalismo dependente. Para sua existência e reprodução, o Estado inserido em um sistema capitalista necessita da receita advinda do processo de acumulação, gerando uma situação de dependência estrutural (Offe, 1982). No caso brasileiro, isso tem significado resguardar e assegurar o investimento nos setores agroexportadores. Isso se intensifica nos últimos dez anos, quando a estratégia econômica hegemônica passa a ser a “economia do agronegócio” (Delgado, 2012). Isso implica seletividades estruturais no regime jurídico e na legislação, que selecionam negativamente ações contrárias ao direito absoluto à propriedade privada. A segunda seletividade é a racial e está relacionada ao racismo institucional (Almeida, 2018), que dificulta o acesso à terra por parte da população não branca



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



no Brasil.

As duas seletividades estão relacionadas e se complementam. A possibilidade de acumulação de capital por meio da terra esteve associada, no Brasil, à expropriação dos territórios da população indígena e da exploração da mão de obra da população escravizada, impossibilitada de acessar terra por meio da Lei de Terras, de 1850. Ou seja, o processo de concentração de terras no Brasil e a estratégia de acumulação de capital por meio da agroexportação estiveram inerentemente ligadas à exclusão da população não branca do acesso à terra. Paralelamente, é o racismo estrutural que permite e facilita o processo histórico de expropriação de terras das populações tradicionais. A racialização da população brasileira desde o início do processo de colonização teve como efeito a hierarquização das raças e a desconsideração das populações não brancas como titulares de cidadania e de direitos, inclusive do direito à terra. No Brasil, assim como em diferentes partes do mundo, a condição de “humanos inferiores” ou “coisificados” (Césaire, 1978) serviu como justificativa para a invasão e expropriação dos territórios das populações não brancas. A continuidade desse processo é visível tanto no lema que orientou o processo de colonização da amazônia (“terra sem homens para homens sem terra”) levado à cabo pelo governo militar (Velho, 1975), quanto nas justificativas mais recentes para a política de regularização fundiária (“o maior latifundiário do Brasil é o índio” Nahban Garcia, 2019).



Introdução

Este projeto tem como objetivo discutir quais são, e como operam, as seletividades raciais do Estado brasileiro quando se trata do acesso à terra. Formulações recentes sobre a natureza do Estado têm apontado que tanto seu formato quanto suas funções, em determinado tempo e espaço, são sedimentações e estabilizações de disputas entre diferentes atores (Skocpol, 1995; Jessop, 2016). Essas disputas, ocorridas em contextos de diferentes correlações de forças, vão, ao longo do tempo, deixando rastros na forma de normas, leis, órgãos estatais, procedimentos e rotinas formais e informais. As estabilizações operam como mecanismos seletivos, podendo dificultar ou facilitar a incorporação de certas pautas, ações e agentes no processo de definição de políticas.

No caso da política fundiária é importante lembrar que o Brasil, como Estado pós-colonial, teve como processos fundantes a expropriação das terras das populações originárias e seu genocídio, e a posterior apropriação dessas terras por nobres portugueses na forma de sesmarias. A primeira legislação fundiária, a Lei de Terras, de 1850, institui a compra como mecanismo de acesso à terra, o que impossibilitaria a propriedade fundiária por parte da população negra escravizada, que após três séculos de exploração, passava pelo lento e gradual processo de abolição. Importante lembrar que a mesma lei previa que os recursos obtidos com a venda de terras públicas seria utilizado para demarcação das terras a serem distribuídas aos colonos brancos que vinham da Europa para trabalhar nas fazendas agroexportadoras (Brasil, 1850).

Essas experiências fundantes da distribuição e do acesso à terra no Brasil e os primeiros marcos legais criados para manter e legitimar a concentração da propriedade fundiária ilustram como as disputas entre atores sociais inseridos em determinada correlação de forças se consolidam em normas e aparatos institucionais, que vão paulatinamente construindo o que chamamos de Estado. Em seu formato mais recente, este conjunto heterogêneo de centros de poder e de capacidades (Jessop, 2016, p. 56), que denominamos Estado brasileiro, foi se expandindo e se complexificando. Todavia, a propriedade de terra continuou sendo



estruturante para sua organização. As repartições públicas destinadas a gerenciar o ordenamento fundiário e a produção e exportação dos produtos agrícolas foram alguns dos primeiros órgãos burocráticos a serem organizados no Brasil. Paralelamente, a propriedade de terras foi historicamente o lastro de cidadania, que conferia aos indivíduos proprietários direitos políticos essenciais, como o direito a escolher representantes em um sistema eleitoral de voto censitário. A propriedade de grandes porções de terra também esteve relacionada ao poder de determinar disputas de poder nos níveis local, regional e federal, e as relações sociais e políticas fundamentadas na concentração de terra tiveram importante impacto sobre a construção do sistema político brasileiro (Leal, 2012). A magnitude e a capacidade de orientar a pauta política que a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) atualmente exerce no Congresso (Pompéia, 2020) é ilustrativa da importante conexão entre concentração de terra e poder político.

A constatação de que há uma concentração de terras no Brasil e de que essa concentração tem um recorte racial foi capturada pelo Censo Agropecuário de 2017, quando pela primeira vez se perguntou a cor/raça dos produtores rurais. Quando se olha a proporção entre brancos e negros em termos do número total de estabelecimentos, há pouca diferença. 52,9% dos estabelecimentos são ocupados por pretos e pardos e 45,4% são ocupados por brancos (IBGE, 2017)¹ Contudo, quando se olha para o tamanho das propriedades, há uma concentração significativa de brancos proprietários. Com efeito, os negros só são maioria em propriedades com menos de 5 hectares. Em propriedades que vão de 1 mil a 12,5 mil hectares, eles correspondem a 22,9% dos proprietários, enquanto 69,8% destas propriedades maiores pertencem a brancos².

A despeito de sua existência secular, o reconhecimento e a regularização da posse coletiva de

1

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>

2

<https://apublica.org/2019/11/o-agro-e-branco/#:~:text=Os%20dados%20foram%20coletados%20em,o u%20do%20tamanho%20da%20terra.>



territórios quilombolas como política é recente e resultado de longo processo de articulação dos movimentos negros. Essa política, que já enfrentava dificuldades logísticas de implementação, tem sido atacada pelo atual governo Bolsonaro, que prometeu, dentre outras coisas, não titular nenhum território quilombola em seu governo. Da mesma forma, as populações indígenas, que apenas a partir da Constituição de 1988 tiveram parcialmente garantidos seus direitos ao território, também estão sendo cada vez mais atacadas pelos invasores de terra brancos que buscam expandir as fronteiras do agronegócio. Subjacente a este avanço está a associação entre terra e propriedade/meio de produção como justificativa para o direito à posse, em oposição a uma concepção de terra como território. Vale lembrar a expressão proferida pelo atual Secretário Especial para Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, em uma de suas primeiras entrevistas no cargo: “Tem muita gente que critica o grande latifundiário, mas hoje o maior latifundiário do País é o índio”³.

Em que pesem os ataques mais recentes do atual governo, a seletividade racial referente ao acesso à terra é uma característica do Estado brasileiro resultante das estabilizações (na forma de políticas, leis, normas, procedimentos, órgãos, rotinas burocráticas) das diferentes disputas em torno da política fundiária. Essa seletividade, que também vem sendo denominada “racismo fundiário” (Gomes, 2019) não se limita à existência de uma lei ou norma, mas opera na combinação entre diferentes procedimentos, normas e políticas que resultam em múltiplos pontos de veto para o acesso à propriedade por parte da população não branca.

Estado, seletividade e racismo estrutural

Estado e seletividade

Para se estudar a seletividade racial do Estado brasileiro, é necessária, antes, uma compreensão do que é Estado. O Estado tem sido estudado e teorizado de diferentes formas nas ciências sociais. São clássicos alguns estudos voltados para explicar sua formação moderna (Bourdieu, 2012), voltados à compreensão de seu formato institucional em

³ <https://exame.com/brasil/hoje-o-maior-latifundiario-do-pais-e-o-indio-diz-secretario/>



diferentes sociedades e em diferentes esferas políticas (Skocpol, 1995; Jessop 2016) e estudos mais preocupados em compreender como o Estado opera por meio de seus efeitos concretos nas relações sociais (Scott, 1999; Mitchell, 1989). Embora cada um desses campos de estudos sobre o Estado tenha contribuído para avançar em diferentes aspectos, permitindo a estruturação de diferentes teorias do Estado, este projeto irá estabelecer um diálogo mais consistente com a teoria marxista do Estado, que pensa a forma e a função do Estado a partir de sua inserção em um sistema capitalista. Mais especificamente, trabalho com a definição inspirada em Poulantzas, da forma como é desenvolvida e operacionalizada por Jessop. Para o primeiro, Estado é a *“condensação material da correlação de forças entre classes e frações de classes, que se expressa dentro do Estado de uma forma específica”* (Poulantzas 1978 *apud* Jessop, 2016). Desenvolvendo essa compreensão do Estado como uma relação social, Jessop (2016) sugere que o Estado pode ser compreendido como *“um conjunto de centros de poder e de capacidades que oferece chances desiguais a diferentes forças”* (p. 56). Dessa forma, não é o Estado, como sujeito ou ator quem exerce o poder, mas seus poderes são ativados por políticos e burocratas que ocupam diferentes espaços, e que, embora sejam atores-chave, sempre agem no contexto de uma correlação de forças mais ampla (Jessop, 2016, p. 56).

É importante notar que o Estado não é um produto direto do equilíbrio de forças, a dinâmica da correlação de forças é mediada institucionalmente e discursivamente. Mais especificamente, a correlação de forças é condicionada por estruturas institucionais e por procedimentos específicos do aparato estatal. A visão de Jessop sobre como vão surgindo esses condicionantes institucionais é similar ao que propõe Giddens na teoria da estruturação: *“A estrutura não deve ser equiparada a restrição, a coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora”* (Giddens, 1984, p. 30). De acordo com Jessop: *“ao longo do tempo, estruturas reflexivamente reorganizadas e estratégias e táticas selecionadas co-evoluem para gerar uma ordem relativamente estável.”* (p.56) Essa estabilização passa a operar como uma estrutura dual (regras e recursos que podem constringer ou fomentar a agência), exercendo um tipo de seletividade estratégica. Jessop argumenta que o Estado exerce uma seletividade estratégica que seleciona negativa ou positivamente determinados atores, estratégias e



agendas. Mesmo em Estados inseridos em sociedades capitalistas, a forma como essa seletividade funciona é contingente às características da correlação de forças. Esta pode mudar com alterações nos terrenos estratégicos da economia, do Estado, da formação social mais ampla, assim como com mudanças na organização, estratégia e táticas das forças específicas (Jessop, 2016, p. 565).

O arcabouço conceitual proposto por Jessop, embora esteja inserido no paradigma marxista e situe o Estado dentro de uma teoria mais ampla sobre o funcionamento da sociedade, encontra paralelos nas formulações do neoinstitucionalismo histórico. O conceito de correlação de forças é um conceito análogo ao conceito de regime político, que é definido como: “*relações regulares entre governos, atores políticos estabelecidos, contestadores e atores políticos externos, incluindo outros governos*” (Tilly e Tarrow, 2015, p. 49).

Da mesma forma, a compreensão do processo de formação dos condicionantes institucionais inseridos no aparato estatal ao longo do tempo, e que resultam em uma seletividade, encontra paralelo no conceito de encaixe como sedimentação institucional (Skocpol, 1995). Trabalhando em outro paradigma teórico, Skocpol também reconhece a importância de se conceber as instituições estatais como o longo processo de sedimentação das interações com a sociedade civil. Ela cunha o conceito de encaixe (*fit*) para explicar como foi possível o surgimento de políticas sociais nos Estados Unidos no início do século XX como resultado da dinâmica social em interação com a dinâmica do sistema político. O conceito de encaixe, na formulação de Skocpol (1995) se aproxima da noção de seletividade estratégica (Jessop, 2016). De acordo com a autora, existe uma “*estrutura geral de instituições políticas que provê acesso e poder de barganha a grupos e alianças, encorajando e recompensando seus esforços para moldar políticas governamentais, simultaneamente negando acesso e poder de barganha a outros grupos e alianças que operam na mesma política*” (1995, p. 54). Nessa estrutura, grupos com mais recursos teriam múltiplos pontos de acesso a legislaturas, executivos, judiciários e agências públicas, criando oportunidades de bloquear legislações não desejadas e de avançar em legislações favoráveis. Esse conceito de seletividade e de encaixe é



importante para compreender os processos por meio dos quais diferentes grupos sociais e organizações se articulam para influenciar as políticas fundiárias no Brasil.

O conceito de encaixe foi adaptado para explicar o processo por meio do qual a relação entre movimentos sociais e Estado, no Brasil, vai gerando encaixes ou estabilizações institucionais que garantem aos movimentos maior acesso ao processo político (Lavalle et al, 2018). Para essa literatura, encaixe seriam: *“sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir”* (p. 47). Embora o conceito de encaixe tenha sido útil para analisar como movimentos constroem institucionalidades mais ou menos estáveis para avançar suas agendas, entendemos que é necessário tomar como objeto de análise não só a interação entre Estado e movimentos, mas todo o subsistema de coalizões de atores que buscam influenciar determinada esfera de políticas (Sabatier, 1987). A disputa entre organizações que defendem uma desconcentração de terras por meio de uma reforma agrária, como os movimentos agrários, e as organizações que defendem a ampliação do acesso à terra por parte da população indígena e quilombola estão em disputa direta com organizações e atores que buscam ampliar o acesso à terra para o agronegócio e para expansão da fronteira agrícola. Compreender essa disputa é fundamental para explicar como se dão os encaixes ou como opera a seletividade. Mais especificamente, compreender essa disputa é essencial para entender a relação entre racismo estrutural e política fundiária.

É a concepção de Estado construída a partir das contribuições retomadas acima que orienta este trabalho: um compilação de centros de poder e de capacidades, que estabilizados ao longo do tempo geram sedimentações institucionais que operam como seletividades, selecionando positiva e negativamente determinados atores, estratégias e discursos (agendas). É nessa chave que discutimos como se dá a relação entre racismo estrutural e acesso à terra.

Considerando que o Estado no Brasil está inserido em um sistema econômico capitalista,



também é relevante olhar para como a dinâmica econômica influencia a disputa em torno das políticas fundiárias. Mais especificamente, para compreender a relação entre política fundiária e racismo estrutural, é necessário ter em consideração quais são as estratégias econômicas dominantes defendidas pelo Estado ao longo do tempo, os projetos de Estado (visões sobre como deve ser organizado o Estado) em disputa e os projetos hegemônicos (visões hegemônicas sobre a natureza e o propósito do Estado perante a sociedade) (Jessop, 2016). No caso brasileiro uma das estratégias econômicas prioritárias tem sido a exportação de produtos agropecuários, notadamente commodities como soja, carne, milho, algodão. A essa estratégia econômica alguns autores vêm denominando “agro-estratégia” (Almeida, 2011) ou “economia do agronegócio” (Delgado, 2012). Essa estratégia, alinhada com os interesses do capital agro-industrial, vem se fortalecendo desde o governo Dilma Rousseff e, por conseguinte, tornando cada vez mais central o papel dessa fração de classe no bloco de poder.

No escopo dessa estratégia, o projeto de Estado caracteriza-se pela centralidade de órgãos e agências responsáveis por política agrícola, que sempre foram centros de poder e de capacidade estatal fundamentais na estrutura do Estado brasileiro. O projeto hegemônico cada vez mais se aproxima de um ultraliberalismo, que busca retirar do Estado o controle sobre o território, passando-o para a iniciativa privada (Leite et al, 2018). As últimas legislações em torno da política fundiária têm andado no sentido de privatizar e flexibilizar a regulamentação das terras da União, estados e municípios. Em consonância com a estratégia econômica central que envolve a produção e exportação de commodities, a garantia do direito de propriedade privada se torna cada vez mais soberana, ameaçando os direitos de populações tradicionais que se encontram na fronteira agrícola. Com efeito, o avanço do projeto hegemônico ligado à economia do agronegócio (Delgado, 2012) a partir de 2010, tem efeito direto na política fundiária. Houve, na última década, uma redução drástica na implementação de políticas de reforma agrária e na garantia de direitos territoriais às populações indígenas e quilombolas (Sauer, 2019).

Com a centralidade cada vez maior das frações ligadas ao agronegócio nas coalizões



governistas dos governos Temer e Bolsonaro, articuladas em torno do argumento da “segurança jurídica” (Pompéia, 2020), há cada vez mais desincentivos a políticas de desconcentração de terras e cada vez mais incentivos à privatização de terras públicas (Leite et al, 2018). Ou seja, as estruturas estatais selecionam negativamente estratégias de atores que buscam democratizar o acesso à terra e selecionam positivamente as estratégias de atores que buscam privatizar e colocar no mercado as terras públicas e manter a distribuição concentrada atual.

Na seção seguinte discutimos o que é racismo estrutural e como ele se relaciona com o Estado e com a política fundiária no Brasil.

Racismo estrutural, branquitude e racismo fundiário

Buscando compreender como o racismo opera em diferentes níveis, vários autores estabeleceram classificações para explicar formas diferenciadas de racismo. Jones (2002) distingue entre racismo institucionalizado, pessoalmente mediado e internalizado. O racismo como fenômeno global é definido como um “*sistema que atribui valor e distribui oportunidades com base no fenótipo (raça), conferindo, de forma injusta, vantagens e desvantagens a indivíduos e comunidades e minando o potencial de realização da sociedade como um todo, por meio do desperdício de recursos humanos*” (Jones, 2002, p.10). O racismo pessoalmente mediado é aquele comumente definido como preconceito e discriminação. Preconceitos seriam suposições sobre as habilidades, motivos e intenções dos outros com base em sua raça, e discriminações seriam as ações diferenciadas em relação aos outros com base em sua raça. Racismo internalizado seria a incorporação, por parte do grupo estigmatizado, das mensagens negativas sobre suas habilidades e valor intrínseco. Racismo institucionalizado seria o efeito das estruturas, políticas, práticas e normas que resultam em acesso diferencial a bens, serviços e oportunidades com base na raça. Como é codificado nos costumes, práticas e lei, não é necessário que haja um perpetrador para que ele ocorra. A inação política face à necessidade de uma parcela da população é uma forma frequente de racismo institucional. Essa forma de racismo se manifesta tanto em condições materiais, como pior qualidade de



moradia, saúde, educação, e no acesso ao poder, com menor presença em espaços de poder e menor acesso à informação (Jones, 2002).

Almeida (2018) distingue entre racismo individual, institucional e estrutural. Racismo individual seria uma patologia individual, manifestada por meio da discriminação com base na raça. Racismo institucional seria mais amplo, não se resumindo a comportamentos individuais. Seria o “resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.” (Almeida, 2018, p.26). Contudo, o autor distingue racismo institucional de racismo estrutural, uma vez que as instituições são *“apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos”* (Almeida, 2018, p. 30). Ou seja, o racismo estrutural é um fenômeno anterior e mais abrangente do que o racismo institucional, englobando toda a complexidade de relações sociais que caracterizam uma ordem social: *“o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.”* (Almeida, 2018, p.33).

No processo histórico e político por meio do qual o racismo estrutural se reproduz, o Estado teria um papel fundamental, notadamente por meio do controle populacional e do poder soberano de decidir sobre a vida e a morte, como descreve Foucault (2005) ao tratar do biopoder. As estruturas estatais modernas são responsáveis por classificar e dividir as pessoas em grupos (Almeida, 2018), o que foi fundamental para os processos de colonização, para os regimes de apartheid na África do Sul e nos Estados Unidos, e para a estratégia de branqueamento da população no Brasil, com as diversas políticas de incentivo à imigração. A própria inexistência de um Estado como forma de organização política, nos moldes dos Estados modernos criados na Europa a partir do século XVI, foi tomada como um parâmetro para justificar a dominação colonial (Mbembe, 2010), haja vista que era um indicativo de “ausência de civilização”.



Outro conceito importante para se compreender a dimensão estrutural do racismo e sua relação com o acesso à terra no Brasil é o de branquitude, entendida como o lugar de poder simbólico e material que sujeitos considerados brancos se veem ocupando globalmente e localmente nas sociedades ocidentais (Steyn *apud* Novaes e Schuchman, 2012). Olhando para a relação entre branquitude e Estado, Paterniani (2016) define como branquitude do Estado “os vínculos entre os diferentes tipos de racismo presentes em algumas práticas e concepções estatais, especialmente em duas dimensões que dizem respeito à ocupação da cidade: a política urbana (ou urbanística) e a repressão policial a ela vinculada” (Paterniani, 2016, p. 3). A noção de branquitude do Estado é importante na medida em que chama atenção para o fato de que a estrutura estatal e as formas como o Estado exerce seu poder, longe de estarem a serviço do bem coletivo, são atravessadas pela dimensão racial.

Olhando para a política fundiária durante a última década, na esteira da expansão da economia do agronegócio (Delgado, 2012), Gomes (2018) ressalta a conexão entre a hegemonia dos setores ligados ao agronegócio e à mineração e a degradação de biomas, distribuição desigual de danos ambientais e a redução no reconhecimento de direitos territoriais. Para designar esse processo ela propõe a noção de racismo fundiário, que seria a “*complexa rede que articula ações violentas dos(as) brancos(as) contra os corpos, as culturas, os territórios e bens ambientais de negros(as) e índios(as), as formas jurídicas limitadoras e ceifadoras dessas cosmovisões, os estrangulamentos orçamentários e políticas estatais vocacionadas a fortalecer seus empreendimentos predatórios, a pilhagem secular de corpos, minérios, saberes etc. e projetos de mundo*” (Gomes, 2018). Esta noção de racismo fundiário se aproxima dos conceitos de racismo institucional apresentados acima e é importante para delimitar as seletividades que caracterizam o processo de acesso à terra no Brasil.

Seletividade estrutural, seletividade racial e política fundiária

Argumentamos que há duas seletividades do Estado brasileiro no que tange à política fundiária: uma seletividade estrutural e uma seletividade racial. A primeira está relacionada à situação do Estado brasileiro em um contexto de capitalismo dependente. Para sua existência



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



e reprodução, o Estado inserido em um sistema capitalista necessita da receita advinda do processo de acumulação, gerando uma situação de dependência estrutural (Offe, 1982). No caso brasileiro, isso tem significado resguardar e assegurar o investimento nos setores agroexportadores. Isso se intensifica nos últimos dez anos, quando a estratégia econômica hegemônica passa a ser a “economia do agronegócio” (Delgado, 2012). Isso implica seletividades estruturais no regime jurídico e na legislação, que selecionam negativamente ações contrárias ao direito absoluto à propriedade privada. A segunda seletividade é a racial e está relacionada ao racismo institucional (Almeida, 2018) e à branquidade do Estado (Paterniani, 2016), e que dificulta o acesso à terra por parte da população não branca no Brasil. Essa seletividade também se acentuou nos últimos anos, à medida em que se expande a fronteira agrícola do agronegócio e se avança sobre terras e territórios antes destinados a políticas de democratização da terra, como a reforma agrária e os direitos territoriais, o que pode ser entendido como racismo fundiário (Gomes, 2016)

As duas seletividades estão relacionadas e se complementam. A possibilidade de acumulação de capital por meio da terra, como meio de produção e como mercadoria, esteve associada, no Brasil, à expropriação dos territórios da população indígena e da exploração da mão de obra da população escravizada, impossibilitada de acessar terra por meio da Lei de Terras, de 1850. Ou seja, o processo de concentração de terras no Brasil e a estratégia de acumulação de capital por meio da agroexportação estiveram inerentemente ligadas à exclusão da população não branca do acesso à terra. Paralelamente, é o racismo estrutural que permite e facilita o processo histórico de expropriação de terras das populações tradicionais. A racialização da população brasileira desde o início do processo de colonização teve como efeito a hierarquização das raças e a desconsideração das populações não brancas como titulares de cidadania e de direitos, inclusive do direito à terra. Assim como em diferentes partes do mundo, a condição de “humanos inferiores” ou “coisificados” (Césaire, 1978) serviu como justificativa para a invasão e expropriação dos territórios das populações não brancas ao longo da história brasileira, tanto no processo de colonização portuguesa, como nos processos mais recentes de colonialismo interno (González Casanova, 1963) e de neocolonialismo



(N'krumah, 1967). A continuidade desse processo é visível tanto no lema que orientou o processo de colonização da amazônia (“terra sem homens para homens sem terra”) levado à cabo pelo governo militar (Velho, 1975), quanto nas justificativas mais recentes para a política fundiária que transfere terras das populações originárias para os atores vinculados à coalizão do agronegócio, como é visível na fala de Nabhan Garcia, já citada anteriormente: “o maior latifundiário do Brasil é o índio.”

Seletividade estrutural

A seletividade está relacionada à garantia da propriedade privada como função do Estado em um modo de acumulação capitalista. Esta seletividade, mesmo com o instituto da desapropriação por interesse social (que reconhece a função social da propriedade) opera por meio da existência de múltiplos pontos de veto quando se trata da ameaça ao direito absoluto à propriedade. Mas recentemente, as estratégias dos agentes políticos e sociais para garantia do direito absoluto de propriedade têm sido defendidas com o argumento de segurança jurídica (Pompeia, 2020). Este argumento seria uma atualização do direito absoluto de propriedade.

A estratégia de acumulação do Estado brasileiro (Jessop, 2016), na qual a agroexportação de commodities têm tido papel cada vez mais preponderante (Delgado, 2012; Almeida, 2011), garante ao agronegócio lugar central na correlação de forças e na definição da organização do Estado. É importante levar em consideração a estratégia de acumulação para a compreensão das estratégias dos diferentes atores, com diferentes capacidades, para influenciar as políticas públicas. Nesse modelo, o significado associado à terra é o de mercadoria e o de meio de produção.

Seletividade racial

A seletividade racial está conectada com a garantia do direito absoluto à propriedade, mas supera essa seletividade estrutural. Não é possível capturar o fenômeno do racismo fundiário olhando apenas para a garantia da “segurança jurídica” ou da propriedade privada como



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



direito absoluto. A seletividade racial se atualiza por meio da associação entre terra e propriedade/meio de produção. Na disputa em torno dos critérios de legitimidade para o acesso à terra, o significado hegemônico associado à terra é o de meio de produção e não o de território. Isso significa que as justificativas apresentadas para questionar o direito de povos indígenas e quilombolas à terra são, quase sempre, relacionadas à produtividade do agronegócio e a importância do agronegócio para o crescimento e desenvolvimento do Brasil. Concomitante ao avanço da ideologia neoliberal, a associação entre terra e propriedade se torna uma justificativa cada vez mais fundamental. Essa associação fica visível nos argumentos apresentados para justificar as mudanças recentes na política fundiária, servindo como base para a defesa da necessidade de privatização de terras públicas, na forma de titulação, com critérios cada vez mais liberalizantes (Leite et al, 2018).

Um dos mecanismos seletivos que permite a reatualização do racismo fundiário (Gomes, 2019) é a difusão crescente de uma concepção de terra como meio de produção (propriedade produtiva) e como mercadoria (ativo), em detrimento de uma concepção de terra como território. Essa concepção de terra como propriedade privada é essencial à estratégia de acumulação agroexportadora e ao projeto hegemônico articulado pelo agronegócio (Pompéia, 2020), e tem como efeito a deslegitimação de uma concepção de terra como território, fundamental para o pleito de acesso à terra de populações não brancas. A propagação da concepção de terra como propriedade privada absoluta, em oposição a outras concepções, vem sendo reatualizada ao longo do tempo e se torna visível nas disputas por definição de critérios legais para se obter terra no Brasil. São essas disputas que ao longo do tempo se estabilizam em normas e instituições estatais. É, portanto, fundamental observar como elas se dão, quais estratégias são utilizadas pelos diferentes agentes políticos e que argumentações e provas (Boltanski e Thévenot, 1999) eles apresentam para justificar sua posição. Para além da disputa em torno da definição dos critérios que regulamentam o acesso à terra, é necessário identificar outros mecanismos por meio dos quais a seletividade racial opera, como, por exemplo, processos jurídicos relacionados à garantia do direito de propriedade, como a forma de execução de ações de reintegração de posse; a titulação ou regularização da ocupação a



depender de quem ocupa; o cumprimento ou não de determinada norma legal dependendo dos agentes envolvidos no pleito.

Conclusão

Neste artigo proponho a utilização de duas categorias analíticas voltadas para a compreensão de como o Estado opera de forma seletiva nas políticas de acesso à terra no Brasil. Proponho as categorias de seletividade estrutural e seletividade racial, para capturar a conexão entre política fundiária e racismo estrutural no Brasil. Em resumo, argumento que as duas seletividades estão conectadas e se reforçam. Ao passo em que a seletividade estrutural opera na garantia do direito à propriedade privada da terra (como ativo e como meio de produção) pelos agentes econômicos prioritários para a estratégia agro-exportadora, selecionando negativamente atores e estratégias que buscam o reconhecimento do direito ao território; a seletividade racial opera por meio de múltiplos pontos de veto para o acesso da população não branca à terra, selecionando negativamente os discursos e estratégias que justificam o reconhecimento territorial e selecionando positivamente os discursos e estratégias que se fundamentam na produtividade e geração de riqueza do modelo associado ao agronegócio. O racismo estrutural é chave para se compreender a conexão entre as duas seletividades e seus efeitos combinados na política fundiária. É o tratamento diferenciado com base no fenótipo (Jones, 2002) e a “coisificação” (Cesáire, 1978) ou “inferiorização” da população não branca - característicos do padrão de relações sociais construído historicamente no Brasil (Almeida, 2018) - que permite o questionamento a seu direito à terra e ao território. Em outras palavras, só é possível se produzir uma justificativa legítima para a invasão e expropriação das terras dessas populações, ou para paralisar as políticas que garantem seu acesso à terra, porque elas são consideradas “inferiores”, seja do ponto de vista da produtividade ou do nível de desenvolvimento, seja do ponto de vista da cidadania.

Bibliografia

Almeida, Silvio Luiz. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019



Almeida, Alfredo W. B. 2011 “A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica,” pp. 27–45 in Sérgio Sauer and Welington Almeida (eds.), Terras e territórios na Amazônia: Demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Brasil, 1850. Lei N. 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Boltanski L, Thévenot L. The Sociology of Critical Capacity. *European Journal of Social Theory*. 1999;2(3):359-377

Bourdieu, Pierre. Sobre o Estado. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

Césaire, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Sá da Costa Editora: Lisboa, 1978.

Delgado, Guilherme C. 2012 “Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)”. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Foucault, Michel. Em defesa da sociedade. Cursos no Collège de France (1975-1976). Martins Fontes, 2005.

Giddens, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 458p

Gomes, Tatiana Emília Dias. Racismo fundiário: A elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. In: Blog da Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Regional Bahia, 2019.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo.



América Latina – Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales, [S.l.], v. 6, n. 3, 1963.

Jessop, Bob. *The State: Past, Present, Future*. Polity Press, 2016. Capítulo 3 “State as a Social Relation”

Jones, C. P. (2002). Confronting institutionalized racism. *Phylon (1960-)*, 7-22.

Lavalle, A. G., Carlos, E., Dowbor, M., & Szwako, J. (2018). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. EdUERJ.

Leal, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

Leite, Acácio; Castro, Luis; Sauer, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. *OKARA: Geografia em Debate*, vol. 2, N. 2, 2018.

Mbembe, Achille. "Necropolítica." *arte e ensaios [Online]*, 2.32 (2016): sem paginação Web. 22 Set. 2020

Mitchell, Timothy. "The effect of the state." In *SSRC workshop on State Creation and Transformation in the Middle East, Istanbul*. 1989.

N’Krumah, Kwame. *Neocolonialismo: o último estágio do colonialismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

Novaes, Serra; Schucman, Lia, Vainer. *Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade*. Estudos e Pesquisas em Psicologia.



2012, 12(1), 288-311

Offe, Claus. “Dominação de classe e sistema político: Sobre a seletividade das instituições políticas”. In: Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.

Paterniani, Stella Zagatto. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 31, n. 91, e319109, 2016 .

Pompeia, Caio. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 35, n. 104, e3510410, 2020

Sabatier, P. Knowledge, Policy-Oriented Learning, and Policy Change: An Advocacy Coalition Framework. Knowledge ;8(4):649-692, 1987

Sauer, S. Rural Brazil during the Lula Administrations: Agreements with Agribusiness and Disputes in Agrarian Policies. Latin American Perspectives, 46(4):103-121. 2019

Scott, James. Seeing like a state. Yale University Press, 1999.

Skocpol, Theda. Protecting soldiers and mothers . Harvard University Press, 1995.

Tilly, Charles; Tarrow, Sidney 2015 “Contentious Politics” New York: Oxford University Press.



RELATOS DE MINERAÇÃO: DA LAVRA TRADICIONAL À EXPLORAÇÃO RACIONAL NO SUL DO AMAZONAS

Mariana Vieira Galuch¹

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões iniciais como o município de Apuí, no Sul do Amazonas, vem passando por dinâmicas territoriais com a chegada de empresas estrangeiras para a extração de minérios. A região é reconhecida pela expressiva criação de rebanho bovino por famílias sulistas que migraram para o Projeto de Assentamento Rio Juma, que deu origem ao núcleo urbano, mas na última década vem atraindo o mercado da mineração. A análise em questão é delineada pelo contexto dos deslocamentos impulsionados pelos garimpos na região ainda na década de 1970, a explosão do Garimpo do Juma e a empresa BBX, a partir do conceito de fronteira (VELHO, 1976; IANNI, 1979; BECKER, 1990). Para a compreensão desse universo, foram entrevistadas sete pessoas, entre agosto e setembro de 2017, além de trabalho de campo realizado no município.

Palavras-Chave: Mineração; Fronteira; Sul do Amazonas.

¹ Doutorado em Antropologia Social PPGAS/UFAM. Professora do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Amazonas.



Introdução

Este trabalho é um desdobramento da etnografia que realizei no município de Apuí no estado do Amazonas, em 2017, a fim de investigar trajetórias migratórias para o Projeto de Assentamento Rio Juma, referente a minha tese de doutorado defendida em 2019. Naquele momento, o foco principal foi entender o processo de migração para o município que, atualmente, é reconhecido pela expressiva atividade pecuária a nível de estado. A região tem sofrido algumas dinâmicas territoriais e ambientais pelo avanço recente da fronteira agropecuária, principalmente pela pecuária, o que atrai produtores de outros estados. E foi por meio de coleta de dados, observações atentas que cheguei a presente reflexão. A migração relacionada ao garimpo não era meu objetivo principal quando cheguei em Apuí em agosto de 2017.

Mas foi circulando pela avenida central do município quando avistei uma das casas mais antigas, com certo valor simbólico, com um letreiro escrito “BBX”. Fui procurar saber, era uma empresa australiana na área de mineração que tem como foco o desenvolvimento de um processo proprietário de extração de metais preciosos, listada na Bolsa de Valores da Austrália². E esses movimentos me chamaram atenção. Estava retornando do trabalho de campo quando cheguei à recepção do hotel em que eu estava hospedada, quando um grupo de três pessoas estavam em Apuí fazendo turismo, vindos do estado do Espírito Santo, de Venda Nova do Imigrante, a 4.000 km distantes dali. Fiquei pensativa, afinal, turismo na região se dá pela pesca esportiva ou de passagem, para quem trafega pela BR-230, a Transamazônica. Mas em conversas aleatórias, ficou evidente que o grupo estava na região buscando informações sobre a produção de minérios.

A história de Apuí se insere no contexto do entendimento de fronteira a partir dos governos militares (VELHO, 1976; IANNI, 1979; BECKER, 1990; OLIVEIRA,

² <https://www.bbxminerals.com/>



1998); um processo de apropriação que depende da forma de ocupação de terras livres, da construção das relações sociais, dos tipos de interesse dos agentes sociais envolvidos, que resultam na constituição de projetos políticos diversos. Considerando as características endógenas da Amazônia, os seus recursos, até então inexplorados pelo viés econômico, a sua terra e a potencialidade de ocupação, o lugar foi entendido, e continua sendo, como uma fronteira promissora.

A migração de famílias do Sudoeste Paranaenses em direção ao Projeto de Assentamento Rio Juma em 1983, principalmente aquelas que vieram nos ônibus disponibilizados pelo INCRA, foi uma das ações do Estado Nacional para estimular a “ocupação da Amazônia. Nesse mesmo ano, algumas famílias também vieram do Estado do Rio Grande do Sul. Vale destacar que esse projeto deu origem ao município. Atualmente, Apuí possui 80% da sua economia destinada à pecuária de gado de corte e de leite, sendo o terceiro maior produtor do estado (IBGE, 2018). Em 2005, porém, em meio a mobilizações dos movimentos sociais foi criado um território voltado à conservação ambiental chamado de Mosaico Apuí, com 2,46 milhões de hectares (AMAZONAS, 2010), o qual constitui um conjunto de nove Unidades de Conservação (UC) cuja finalidade é impedir a ocupação ilegal de terras e o desmatamento ilegal em uma região com expressiva presença da pecuária extensiva. O território do município de Apuí é caracterizado por uma pluralidade de territórios, marcado por políticas territoriais, constituído por diversos movimentos. O município faz fronteira com os Estados do Pará e Mato Grosso, além de fácil acesso por via terrestre, diferente de outros municípios do Amazonas.

Figura 1:Localização do município de Apuí



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Fonte: IBGE. Elaboração: Suzy Pedroza (2018).

Ao final de 2006, Apuí atraiu a vinda de garimpeiros, e outros trabalhadores, devido o recém-descoberto Garimpo do Juma, chamado de Eldorado do Juma. Foi uma correria sem tamanho para a localidade. Às margens do Rio Juma, à 80 km de do município, em pouco mais de um mês, mais de 3.000 mil pessoas chegaram na localidade. Foi uma grande transformação e num curto período e o local foi tema de grandes reportagens em vários veículos de comunicação. Os Jornais O Estado de São Paulo, O Globo, entre outros, publicaram várias matérias sobre essa corrida pelo ouro. “Mas basta ouvir o chamado que, mesmo bem empregado, o cabra larga tudo e bota o pé no mundo com a roupa do corpo. Garimpeiro é bicho esperançoso” (BRUM, 2017, p. 215)

A região também integra a denominada área do Arco do Desmatamento. Em 2017, Apuí, Novo Aripuanã e Manicoré entraram na lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento do Ministério



do Meio Ambiente (MMA, 2017). Lábrea e Boca do Acre já entraram para essa lista em 2008 e 2011, respectivamente. Isso porque “a expansão agropecuária é a principal causa da expansão do desmatamento na Amazônia, onde cerca de 80% das áreas desmatadas são ocupadas por pastagens”. (CARRERO, *et al*, 2015, p. 8).

Em agosto de 2019, o município liderou o ranking de desmatamento e queimadas, com destaque na mídia nacional. Para além da pecuária e altas taxas de desmatamento, de forma paralela, a mineração vem avançando de forma acelerada. É a partir dessa situação que este trabalho tem o objetivo de refletir sobre as relações sociais a partir do garimpo em Apuí e como esse cenário vem contribuindo para a exploração de minérios por empresas estrangeiras. Para compreender essas relações, entrevistei sete pessoas, além de pesquisas bibliográficas em teses e dissertações e consultas em *sites*.

Relatos de garimpo: a lavra tradicional

No entanto, me deparei com contingentes significativos de pessoas que migraram atraídos pelo garimpo de Apuí nas décadas de 1970 e 1980, particularmente devido ao garimpo do Juma, onde a localidade foi se consolidando não como lugar de passagem, mas como lugar para ficar. Não permaneceram devido a exploração do garimpo, mas pelo engajamento em outras atividades, como agricultura, pasto ou prestação de serviço, encontrando outras oportunidades de trabalho. Por outro lado, vale destacar que a atividade requer um deslocamento sazonal, como destacou Martins (2012) mencionando “O garimpo, como lugar de se passar”.

Conversei com sete senhores que foram para Apuí em função do garimpo. Quatro deles são nordestinos, que passaram por Maranhão e Pará, ou seja, regiões também caracterizadas por possuírem grandes áreas de garimpo. Como o caso do Sr. Lino, que nasceu no Piauí e circulou em garimpos do Maranhão e Pará, como na



cidade de Jacareacanga. Nessa localidade, circulava os comentários que o garimpo do Juma era bom. Segundo ele, “*a fofoca do ouro não se esconde*”.

Não é só questão de fofoca. O garimpeiro não consegue guardar para si o produto que ele está buscando. De acordo com Sr. Tobias, que chegou na comunidade de Sucunduri³, na década de 1970, atrás de ouro, “*quando o garimpeiro acha o ouro, ele quer se aparecer. Vai para um bar tomar cerveja, brincar, farrear, aí vai aparecendo*”. Quem encontrava ouro, gastava mais nas bodegas da vila.

O garimpo emprega pouca tecnologia, além de baixo capital e limitações no processo de extração se comparado a mineração industrial. (WANDERLEY, 2015). O ofício de garimpeiro esteve relacionado com o povoamento de regiões interioranas no Brasil, e ainda assim, vistos como desclassificados, aventureiros ou vadios, desde o Brasil Colônia até a segunda metade do Século XX (SOUZA, 2004 *apud* COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017). Isso porque, a atividade tradicional, artesanal, dependia de novas áreas a serem descobertas, além do trabalho informal ou ilegal, sem um marco regulatório bem definido, considerando que a atividade de mineração no Brasil ainda é regida pelo Código de Mineração, de 1967 (SAUER, ALBUQUERQUE, 2015).

A abertura das estradas, como a BR 230, também intensificou a corrida por garimpos no Sudeste do Estado do Amazonas, principalmente a partir de 1970. Essa região atraiu, assim como outras áreas de garimpo pela Amazônia, migrantes de zonas rurais castigadas pelas secas do Nordeste. Na década de 1990, o Plano Real vigorava como política monetária do Governo Federal, e caracterizou-se pela desvalorização inflacionária e queda do preço do ouro no mercado internacional, levando vários garimpos da Amazônia ao declínio (COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017). Sr. Cícero recordou esse período “*porque o Collor mandou bombardear, acabar com os garimpos naquela época. Aí ele baixou o ouro, prendeu*

³ O atual distrito de Sucunduri pertence ao município de Apuí. Está localizado na beira do rio Sucunduri, na BR 230, e a principal atividade econômica era a venda de goma, no período da borracha.



o dinheiro, aí o ouro foi lá embaixo, não tinha valor". É nesse período que emergem os discursos regulatórios, a questão ambiental e a mineração industrial.

A fofoca de garimpo circula muito em áreas em que o ouro foi recém descoberto. De acordo com Martins (2012), a fofoca tem o objetivo de indicar os boatos que circulam nos garimpos, sobre vantagens do lugar e o incentivo aos outros. Por outro lado, Rodrigues (1992) descreve a fofoca como a dificuldade em guardar o segredo do ouro recém-descoberto. No Garimpo do Juma, a fofoca alcançou dimensão tecnológica, considerada um dos primeiros casos de difusão da descoberta difundida por meio digital, ou melhor, via internet.

O garimpo do Juma

Eliane Brum se referiu ao "coração de ouro", em seu livro *O Olho da Rua*, ao nomear o capítulo sobre o famoso garimpo encontrado em Apuí. A jornalista se deslocou do Sudeste do Brasil para ver de perto o Eldorado do Juma, onde "Caminhonetes, ônibus, motos e barcos vomitam dezenas de brasileiros por dia, vindos de todas as dobras do mapa. Alinham-se num estacionamento de lama" (BRUM, 2017, p. 214). Esse garimpo representou a maior corrida de ouro depois de Serra Pelada, no Pará e identificada como uma área de significativo potencial mineral (WANDERLEY, 2015).

Circulando pela cidade de Apuí, ainda é possível escutar conversas sobre o ouro. Eu buscava relatos nas ruas da Avenida Mario Andreazza, onde alguns feirantes têm suas barracas de farinha, peixe, frutas, verduras e churrasquinho. E sabiam quem, em Apuí, tinha trabalhado no garimpo do Juma. Foi uma febre. A "fofoca" do Juma começou a se espalhar em dezembro de 2006.

Em uma matéria do jornal A Folha de São Paulo, do dia 14 de janeiro de 2007⁴, destacou que José Ferreira da Silva Filho, mais conhecido como Zé Capeta, dizia ser o dono das terras. Isso porque dizia ter escritura pública de declaração de direito

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1401200717.htm>



de posse registrada no cartório de Apuí, pela área ser pertencente ao INCRA. O documento registrava que Sebastião Matias de Carvalho vendeu a José Ferreira da Silva Filho uma área medindo 6.200 de frente, na margem esquerda do rio Juma. O pagamento foi uma moto XR 200, ano 2001, de cor preta, no valor de dois mil reais (BRUM, 2017). Mas isso não lhe garantia o direito de ser dono das terras. Mesmo assim, o garimpeiro cobrava de 8% a 10% de comissão pela exploração do garimpo. Inclusive, chegou a fundar a Cooperativa de Desenvolvimento do Sul do Amazonas (Coodersam), reivindicando legitimidade da posse da área (SCHPREJER, 2012).

Sr. Darci, já apresentado no terceiro capítulo, me contou um pouco sobre o garimpo do Juma. Segundo ele, seu amigo Zé da Balsa encontrou a primeira grota rica. “Mas quando a coisa não é pra ser da gente, não é né”, disse Darci, pois Zé Capeta era mais forte. “Zé da Balsa e Mariano descobriram a grota rica, mas foram arrancados dela no cano da espingarda” (BRUM, 2017, p. 213).

Isso porque o garimpo do juma tinha uma característica peculiar: era fácil de encontrar o ouro. E este era um diferencial da região. Sr. Elias, que chegou a visitar o Juma, destacou

Ali, o cascalho era em cima do chão, não precisava tirar a terra. Os garimpeiros usam um nome que é croado, porque estava em cima (...). A cidade era um fervo, vinha gente de todo lugar do Brasil e muita gente deu com burro na água porque não tinha vaga, não tinha lugar para trabalhar. O espaço que deu ouro era um espaço muito pequeno. Uma coisa que eu nunca tinha visto, era ouro na terra. (...) Você enxergava o ouro e isso não existe no Brasil, a não ser ali. Porque mesmo que tem bastante, você não enxerga o ouro na terra.

A reportagem do Jornal O Globo “Esperança e destruição no garimpo da selva”⁵, do dia 21 de janeiro de 2007, informou que o grau de pureza do ouro era

⁵ <https://www.indios.org.br/pt/Not%C3%ADcias?id=44250>



elevadíssimo, chegando a 98, em uma escala de 0 a 100. Mas não era só isso, a destruição estava relacionada com a área que foi aberta, bem como a quantidade de pessoas que se deslocaram para a localidade. Os relatos da época destacavam as problemáticas do lugar.

As autoridades se confundem quanto ao número de pessoas concentradas ali. A prefeitura estima em quatro mil; a PM, em oito mil. Mas um dado é incontestável: o garimpo se consolida, dia após dia, como um fator de risco sanitário, social e ambiental. Não há água potável. Não há banheiro. O lixo é jogado em qualquer parte. Buracos e picadas expõem raízes de árvores que escaparam da serra elétrica e ameaçam desabar sobre o garimpo. A área, abafada e chuvosa, é um grande atoleiro. O cenário é compartilhado pelo anofelino, velho conhecido das autoridades sanitárias: o mosquito transmissor da malária. (O globo)

À primeira vista, o garimpo parece uma descrição do martírio bíblico. Tem muita lama, vírus resistentes, água contaminada e o cheiro de fezes humanas se impondo sobre um pedaço brutalizado de selva. Menos de três meses atrás era floresta virgem. Agora é cratera. Dentro dela, cinco mil homens com febre nos olhos e pernas atoladas no barro arrancam o ouro das vísceras do chão. (BRUM, 2017, p. 214).

O garimpo virou um grande atrativo para a prestação de serviços, principalmente o comércio. Hotel, cantinas, mercados, padaria, farmácia, açougue, boteco se instalavam ali para atenderem aos trabalhadores que chegavam. Inclusive, pessoas que trabalharam em garimpos no Suriname e Guiana passaram por ali. O brega, o Andressa's Night Club, chamava a atenção. Instalado em frente à vila do garimpo, a música e o *striptease* animavam as madrugadas do outro lado do rio. E realmente parecia ser um bom negócio para a empreendedora, que era a dona do maior supermercado de Apuí. Quatro gramas de ouro era o preço a ser pago para que pudessem usufruir dos quartos do estabelecimento (BRUM, 2017).



À medida que as primeiras camadas de ouro nas grotas foram extraídas, as máquinas entraram no garimpo e os problemas ambientais aumentaram. Troncos de tauaris, angelins e ipês eram derrubados pela motosserra e a lama da garimpagem era vazada para o rio, juntamente com o mercúrio, apesar da proibição de sua utilização (SCHPREJER, 2012). Com isso, as formas de apropriação do ouro, da terra, o comércio, a circulação de dinheiro projetaram uma região de conflitos e tensões violentas (COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017)

Em meio a esse cenário, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), entre 2007 e 2008, começaram a investigar as atividades de garimpo na região e a mapear o espaço para regularização e monitoramento. Com isso, foi instalado postos de vigilâncias e fiscalização. E na busca de um trabalho regularizado, foi criada a Cooperativa Extrativista Mineral Familiar do Juma (Cooperjuma) por garimpeiros em 2007, que receberam a autorização para funcionar de forma legal (SCHPERJER, 2012).

Assim como o trabalho com o ouro é fugaz, a existência do garimpo também. Ao longo de 2008, grande parte dos trabalhadores começou a deixar o Juma, pois com o trabalho artesanal, encontrar o minério ficava cada vez mais difícil. Mas ainda havia os persistentes, afinal, essa é a grande característica do garimpeiro. Nos anos de 2011 e 2013, o IBAMA e o DNPM enviaram técnicos para cessar o desmatamento na região, pois a Cooperjuma não estava cumprindo com o acordo de responsabilidade sobre esse quesito. Os impactos ambientais eram imensos naquele momento. Desmatamento, destruição de igarapés, assoreamento do rio Juma, poluição do solo, utilização de mercúrio, acumulação de latas, plásticos, graxas, óleos eram visíveis. Com isso, no início de 2013 o DNPM fechou o garimpo do Juma.

A exploração por meio de empresas estrangeiras



Ao longo do ano de 2013, na esperança de reacender as atividades do garimpo, a Cooperjuma firmou contrato com a Minorte Extração de Minério Ltda., a qual passaria a ser responsável pelo passivo ambiental. O acordo garantiria à cooperativa 25% do capital (COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017). O caso chamou atenção. Naquele mesmo ano, a BBX Minerals⁶ adquiriu a Minorte e o Projeto Juma Leste. A matéria “Sondagem da BBX em projeto no Amazonas tem ouro visível no testemunho”⁷, de 16 de outubro de 2015, do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase), destacou que o primeiro furo de sondagem do Projeto Juma Leste identificou, na profundidade de 180 metros, mineralização de cobre e ouro. Segundo Jeff McKenzie, diretor executivo da mineradora australiana, “A presença de ouro visível no primeiro furo de sondagem da BBX e dessa região inexplorada foi extremamente empolgante e gratificante, e sustentou a crença de que a região poderia representar uma grande província mineralizada”.

A BBX apareceu na minha atividade de campo quando me deparei com uma casa antiga com o nome da empresa, em 2017. Em 2015 e 2016, quando também estive em Apuí, a presença da empresa não recebeu atenção na minha pesquisa pois não havia nenhuma indicação. Aquilo me chamou atenção, pois naquele momento era um lugar de grande visibilidade. Apesar de não ser meu foco de interesse, busquei conhecer o lugar. Certo dia, adentrei ao estabelecimento e estava ali o geólogo responsável. Ele me explicou que a empresa estava com toda a documentação regularizada e os trabalhadores estavam devidamente registrados. Perguntei se já estavam explorando o minério. Ele me respondeu que naquele

⁶ A BBX Minerals é uma companhia australiana que visa a exploração de ouro no Brasil e no Peru. No Brasil, ela opera por meio da subsidiária Mineração BBX do Brasil.

⁷ <http://sinferbase.com.br/noticias/sondagem-da-bbx-em-projeto-no-amazonas-tem-ouro-visivel-no-testemunho/>



momento não, estavam só investigando a viabilidade de exploração⁸. Eu questionei se era promissor. Ele respondeu “*nós não vamos até onde não é viável*”.

O Garimpo do Juma parecia estar passando por um processo de transição. O garimpo artesanal, de conhecimento tradicional, com pequeno aporte de capital, de baixa tecnologia, estava abrindo espaço para o moderno, com ferramentas de alta tecnologia empregada, com conhecimento científico aplicado. A clareira que se abriu em meio à floresta pelos garimpeiros cederia espaço às grandes empresas estrangeiras, semelhante ao camponês que abre as áreas para o latifúndio. Era o esperado, afinal a produção mineral no país cresceu 873%, de 2002 a 2013, atingindo lucros na casa de bilhões (SAUER, ALBUQUERQUE; 2015).

Essa modificação de exploração tem alicerce no Projeto de Lei nº 5.807 de 2013, do Executivo Federal, que “dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração (ANM)”. Um dos objetivos desse projeto é ampliar e intensificar a exploração mineral no Brasil, considerando o aumento dos preços dos minérios em escala global (SAUER, ALBUQUERQUE, 2015). Por esse prisma, os minerais estão atrelados as *commodities* não agrícolas, impactando a dinâmica dos mercados de terra no Brasil (FLEXOR, LEITE, 2017).

Vale destacar que desde meados de 2000 as *commodities*⁹, principalmente as agrícolas, se intensificaram com o rápido aumento de seus preços. Este cenário influenciou o Brasil, considerando seu potencial em recursos naturais como a terra e água, expandindo a produção de milho, soja e cana-de-açúcar, principalmente. Por conseguinte, impulsionou a apropriação de grandes parcelas de terra pelo capital

⁸ Para dar início às autorizações e concessões de mineração é preciso começar com o Requerimento de Pesquisa e, assim, seguir uma série de etapas. O DNPM é o órgão responsável pela análise, que emite o Alvará de Pesquisa, que deve ser publicado no Diário Oficial da União, e assim autoriza a área requerida (SAUER, ALBUQUERQUE, 2015).

⁹ “Extração de enormes recursos naturais direcionados à exportação, como matéria-prima, sem grandes processamentos, e subordinados aos mercados globais, por meio de corporações multinacionais” (GUDYNAS, 2012, p. 306).



estrangeiro, o chamado *land grabbing*, ou “estrangeirização” das terras (FLEXOR, LEITE, 2017).

E nesse contexto, a exploração dos recursos naturais na atualidade está pautada pelo conceito de neoextrativismo como

práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais (GUDYNAS, 2012, p. 303).

O Estado tem uma atuação evidente nos investimentos em infraestrutura como rodovias, portos, ferrovias, hidroelétricas, hidrovias. Além disso, concede créditos e incentivos fiscais com recursos públicos, atraindo os interesses de empresas estrangeiras. Nesse caso, até as alterações no código de mineração se torna uma prática de atuação do Estado. Por outro lado, esses incentivos levam não só a produção para exportação, mas “uma séria de sobreposições de interesses em territórios, social e politicamente constituídos” (SAUER; ALBUQUERQUE, 2015, p. 265).

No entanto, em 2017, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública¹⁰ tendo por objetivo a recuperação do passivo ambiental e das barragens de rejeitos de mineração deixados nas vastas áreas degradadas do Garimpo Juma. Os réus estavam classificados em Donos do Garimpo, Núcleo Armado, Núcleo Político Estadual de Mineração, Núcleo Político Federal de Mineração, Núcleo Mineradoras escolhidas – Nacional, Núcleo Mineradoras escolhidas – estrangeira e Núcleo Político Ambiental. Cabe ainda destacar que a área em questão estava sobreposta à Unidade de Conservação Federal FLORA ARIPUANÃ, incorrendo em violação de

¹⁰ <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/acp-garimpo-do-juma>



direitos humanos fundamentais. O intuito da ação é adotar medidas compensatórias, considerando o descaso do Poder Público que autorizou a exploração no local.

Apesar dos impasses entre o Ministério Público e a BBX, a empresa seguiu com suas atividades. No mesmo ano de 2017, foi divulgado que o Projeto Três Estados, na vicinal Três Estados no município de Apuí, identificou níveis consideráveis de metais preciosos, a partir dos testes metalúrgicos de extração com amostras dessa localidade. O Projeto Ema também teve seu início com 12 furos de sondagem, utilizando metodologias próprias da empresa. O projeto Pombos também faz parte do complexo da BBX. Em junho de 2019¹¹, a Gerência Regional da Agência Nacional de Mineração no Estado do Amazonas autorizou a emissão de Guia de Utilização no Projeto Ema, com possibilidades de renovação anual.

A partir da Guia de Utilização, inaugurou em Apuí uma nova forma de exploração, distinta daquela vista no Garimpo do Juma, rústica, tradicional, apenas com a força de trabalho e poucas ferramentas dos garimpeiros. A ANM permitiu que a BBX extraísse até 50.000 toneladas de minérios no Projeto Ema. Para avaliar esse material, a empresa conseguiu financiamento para viabilizar a construção de uma planta de teste metalúrgico.

Em 07 de abril de 2021, foi divulgado no site Notícias de Mineração Brasil que a campanha de sondagem realizada pela BBX no projeto Três Estados identificou diversos metais ativo como cobre, ouro, prata, platina, paládio, irídio, ósmio, ródio e rutênio. Essa análise foi possível com a tecnologia empregada por meio de equipamentos que furam o solo, chegando até 200 metros de profundidade. Até essa data, a empresa furou mais de 2.000 metros no total, entre 30 furos de sondagem.

Próximo à região Juruena – Teles Pires, no Mato Grosso, a empresa Júpiter Gold concluiu estudos geológicos a partir dos três direitos minerários com uma área

¹¹ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-157602883>



total de 17.000 há. O território explorado apresentou viabilidade de extração de ouro e outros metais, o que vem chamando a atenção de empresas de mineração. Essa é uma localidade limítrofe com Apuí, o que permite consolidar a região como promissora considerando a ideia de fronteira.

Em meio a esses movimentos pontuais no município, as ações do Governo Federal vão ao encontro dessas dinâmicas. O Projeto de Lei 191/2020, do poder executivo, busca estabelecer condições para a exploração de minérios em Terras Indígenas¹², além de concessões de florestas. Isso pode provocar a perda de 160 mil km² de floresta, considerando a grande quantidade de Terras Indígenas no Estado do Amazonas (SIQUEIRA-GAY, *et. al*, 2020).

Se a região se consolidar como uma fronteira para a exploração de minério, o Estado do Amazonas poderá inverter sua imagem de preservação da floresta. Pelo contrário, as transformações seguem para “uma economia reflexa em termos de escala de intensidade da extração e escoamento de matérias-primas e uma institucionalidade maleável ao ponto de expor a população e o meio ambiente a catástrofe em série (ARAÚJO; GARZON, 2020, p. 74).

Considerações finais

A partir dessas reflexões, percebe-se que Estado, tanto estadual como federal, oficializou a exploração de minérios no município de Apuí a partir de empresas estrangeiras. A apropriação dos recursos naturais amazônicos nesse processo acontece por vias legitimadas, regularizadas pelo Estado, abertas pelos garimpeiros que exploraram em períodos anteriores. A relação de “fronteira” tem outros desdobramentos: não é o “pequeno produtor” que é expulso pelo latifundiário; são os garimpos que abrem as clareiras e possibilita a chegada de outras formas de exploração, mais tecnológica.

¹² <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>



São vários os casos de atividades de mineração na Amazônia, como no Pará, em terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação, que penaliza as populações locais e o meio ambiente. Nesta economia globalizada em que o Brasil exerce o papel de fornecedor de matérias-primas, os problemas agrários e agrícolas também cedem espaço para uma questão territorial, no favorecimento da reprodução e acumulação do capital.

A criação do Mosaico Apuí foi uma organização da sociedade civil em busca de proteger as unidades de conservação em razão do desmatamento provocado pela pecuária e influências das áreas de fronteiras com os estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, em 2006. Atualmente, não existe uma frente de resistência que consiga frear essa dinâmica. Assim, a Amazônia segue o curso inaugurado pelos governos militares com a proposta da exploração racional, seja na produção de grãos, na pecuária, na mineração.

Referências bibliográficas

AMAZONAS. **Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí**. Apuí: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2010.

ARAÚJO, Neiva; GARZON, Luis F. N. Neoextrativismo e projetos hidrelétricos em Rondônia: desdobramentos territoriais e seu significado político-institucional. In: **Antropolítica**. N. 49, p. 72-100, 2º quadri. Niterói, 2020. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42136>> Acesso em janeiro de 2021.

BECKER, Bertha K. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. da UNB/ Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1990.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. 2ª Edição. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

CARRERO, Gabriel C. (et al). **A Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Amazonas**. Manaus: IDESAM, 2015.



COELHO, Maria C.; WANDERLEY, Luiz J.; COSTA, Reinaldo. Garimpeiros de Ouro e Cooperativismo no Século XXI – Exemplos nos Rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia Brasileira. In: **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**. Número 33, 2017. Disponível em < <https://journals.openedition.org/confins/12445#quotation>> Acesso em dezembro de 2018.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. In: MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (Orgs.). **Questões Agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.) **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em março de 2018.

MARTINS, José de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Cynthia C. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria Nº 360, de 8 de setembro de 2017, do Gabinete do Ministro. **Diário Oficial da União**. Disponível em www.imprensa nacional.gov.br Acesso em fevereiro de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Integrar para não entregar – Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

RODRIGUES, Rita Maria. **Mulheres do Ouro: o Trabalho feminino nos garimpos do Tapajós**. Belém: SEICOM, 1992.

SAUER, Sergio; ALBUQUERQUE, Ralph M. Neoextrativismo, mineração e disputas por terra no campo brasileiro. In: MIDITIERO JUNIOR, Marco A.; GARCIA, Maria F.; VIANA, Pedro C. G. **A questão agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.



SIQUEIRA-GAY. *et al.* Proposed Legislation to Mine Brazil's Indigenous Lands Will Threaten Amazon Forests and Their Valuable Ecosystem Services. **One Earth** 3, 356–362 September 18, 2020. Disponível em <[https://www.cell.com/one-earth/pdfExtended/S2590-3322\(20\)30417-6](https://www.cell.com/one-earth/pdfExtended/S2590-3322(20)30417-6)> Acesso em abril de 2021.

SCHPREJER, Pedro. Garimpagem de ouro em Novo Aripuanã (AM) deixa passivo ambiental no sul amazonense. In: **Verbetes**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT. 2012. Disponível em <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=51>> acesso em novembro de 2020.

WANDERLEY, Luiz J. **Geografia do ouro na Amazônia brasileira**: uma análise a partir da porção meridional. Rio de Janeiro, 2015. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ. 300f.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1976.



Socioambientalismo e lutas populares pela criação de reservas extrativistas marinhas na Amazônia¹

Paulo Victor Sousa Lima²
Cintia Nayara Ribeiro de Sousa³
Tânia Guimarães Ribeiro⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é caracterizar os conflitos socioambientais e os atores sociais, bem como, demonstrar as possíveis especificidades do movimento socioambiental na Amazônia, em particular no litoral do Estado do Pará. Foi levantada a produção acadêmica da Universidade Federal do Pará, no que diz respeito às Reservas Extrativistas – florestais e marinhas - localizadas no litoral do estado do Pará, dando destaque aos processos de institucionalização dessas unidades. As distintas causas que originam essas dinâmicas e perduram ao longo do processo de institucionalização dos territórios, são caracterizados como conflitos socioambientais (ACSERALD, 2010). No caso das reservas extrativistas estudadas, observa-se que os conflitos socioambientais desencadearam as mobilizações sociais pela criação desses espaços, reunindo uma série de atores e alianças, destacando a atuação popular (LOPES, 2016; BATISTA, 2010). A construção da amostra se deu a partir da produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação (PPG) da UFPA, mapeando as 13 reservas extrativistas do litoral paraense, decretadas entre 2001 e 2014. Foram catalogadas 52 pesquisas em 16 PPG's da UFPA, defendidas entre os anos de 2002 a 2019. Com base nos resultados, podemos perceber a importância da produção acadêmica da UFPA e sua contribuição para o campo da Sociologia ambiental, com destaque para os temas dos conflitos socioambientais, da participação e do protagonismo das populações tradicionais. A análise de experiências ímpares na região amazônica instiga o debate teórico e metodológico em busca de reflexões genuínas que levem em conta as especificidades do movimento (ALMEIDA, 2004; BARBOSA DE ALMEIDA e ALLEGRETTI, 2018). A divulgação dessa produção pode ser apropriada para o desenvolvimento de ações em prol da sociedade em geral, balizando a construção de políticas públicas comprometidas com o lugar.

Palavras-chave: Reservas Extrativistas; conflitos socioambientais; movimento socioambiental na Amazônia;

¹ O trabalho apresenta resultados parciais do plano de trabalho Socioambientalismo e lutas populares pela criação de reservas extrativistas marinhas na Amazônia- revisão bibliográfica- ano 2, apoiado pela Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Pará.

² Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA. Bolsista de mestrado do CNPq. E-mail: victorsousou@gmail.com

³ Graduanda do curso de Ciências Sociais- Bacharelado, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista PIBIC/UFPA-AF. E-mail: nanaribeiro0608@gmail.com

⁴ Doutora em Sociologia (PPGSA/UFRJ), Docente da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Pará (UFPA). coordenadora do Projeto de Pesquisa Território, Participação e Conservação Ambiental – CNPq/2018. E-mail: taniagr@ufpa.br



1- Introdução

No presente trabalho objetivou-se caracterizar os conflitos socioambientais e atores sociais envolvidos nos processos de institucionalização das Reservas Extrativistas (Resex's) no litoral do estado do Pará. Para tanto, fizemos um levantamento da produção acadêmica da Universidade Federal do Pará, destacando os Programas de Pós-Graduação (PPG) e suas linhas de pesquisa cuja produção acadêmica se alinhasse ao debate sociológico e interdisciplinar, considerando as dinâmicas sociais de implantação e desenvolvimento das unidades de conservação na Amazônia, em particular no Estado do Pará.

Buscamos caracterizar a amostra de trabalhos destacando atores relevantes e metodologias utilizadas. A partir daí intentou-se delinear essa produção, destacando algumas contribuições para a reflexão da sociologia ambiental. A sociologia ambiental estuda a natureza e a sociedade de forma conjunta, a forma que o ser humano se relaciona e se apropria do recurso natural. A sociologia ambiental, portanto, estuda as dinâmicas construídas, as questões ambientais (FLEURY, ALMEIDA e PREMEBIDA, 2014). Bem como, tentou-se ressaltar as possíveis lacunas deixadas pelos trabalhos que poderão contribuir para a identificação de novas questões de pesquisa.

Os processos de mobilizações em favor da criação de Reservas Extrativistas se iniciaram a partir dos conflitos socioambientais provocados pela incorporação da região à agenda desenvolvimentista. Os conflitos socioambientais são “aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder” (SVAMPA, 2016, p. 143). Em resposta a esses conflitos muitos são os embates protagonizados pelas populações tradicionais contra os atores que representam os interesses do capital, esses grupos têm visões de natureza e desenvolvimento que são distintas.



Na tentativa de fazer frente à assimetria de poder as populações tradicionais propõe alianças com atores sociais extra-locais, e se articulam em torno de uma causa comum, a proteção dos manguezais. E mesmo com suas percepções divergentes esses atores acabam forjando uma identidade coletiva (JASPER, 2016; SOUSA, 2019).

As Reservas Extrativistas são uma alternativa aos conflitos socioambientais, tendo em vista que essas unidades de conservação tentam conciliar a conservação ambiental e a proteção dos modos de vida tradicionais. Na qual, grupos marginalizados e destituídos de poder político e econômico - como pescadores, marisqueiras, caranguejeiros, quebradeiras de coco babaçu - lutam para garantir direitos ao território (ALLEGRETTI, 2008). Porém a institucionalização de uma Reserva Extrativista não soluciona todos os problemas e conflitos, a organização social precisa se manter para que os direitos conquistados sejam respeitados.

O processo de ambientalização se orienta pelas diretrizes conceituais do desenvolvimento sustentável, e causam consequências sobre os conflitos sociais e nos processos reivindicatórios. Esse processo dá origem a uma institucionalização da questão ambiental, como é o caso da criação de Resex's, de Conselhos Deliberativos, e no valor atribuído a educação ambiental. Mudanças nas práticas e discursos demonstram como os movimentos sociais e conflitos locais incorporaram a questão ambiental em suas lutas (TEISSERENC, 2014).

Uma das preocupações desse estudo é dar visibilidade às contribuições teóricas e metodológicas que as pesquisas realizadas na Amazônia vêm produzindo no âmbito da academia. Pois a literatura de referência privilegia estudos do movimento socioambiental das regiões sul e sudeste, e invisibilizam as singularidades do movimento socioambiental na Amazônia. Assim, tomamos como amostra os estudos sobre as reservas extrativistas no litoral paraense. Nessas pesquisas ganham destaque as ações sociopolíticas das populações extrativistas



que se traduzem na luta pelo território unindo a conservação da diversidade cultural e ambiental.

O litoral brasileiro possui 33 unidades de conservação federais, das quais 13 estão no litoral do estado do Pará. Dessas unidades, 8 são Resex's marinhas e 5 são Resex's florestais. Embora algumas sejam denominadas marinhas e outras não, todas se localizam em regiões costeiras, por isso possuem características peculiares que as Resex's situadas em áreas florestais não apresentam.

Acreditamos que tais estudos podem nos fornecer pistas para demonstrar a singularidade dos movimentos socioambientais na Amazônia, de origem popular. Partimos da premissa que os significados e especificidades regionais estão atrelados a um modo de vida tradicional que visa a preservação dos recursos pesqueiros, forjando uma identidade num território fluido, entre a terra firme, manguezal e o mar (RIBEIRO e SOUSA, 2018). Nesse sentido, abrem-se possibilidades de identificarmos os discursos construídos pelos próprios atores sociais nos enfrentamentos em busca de direitos sociais.

Como observam Barbosa de Almeida, Allegretti e Postigo (2018) a luta dos seringueiros amazônicos na década de 1980, no Acre, foi fonte de um novo conceito: Reserva Extrativista. Que é fruto de práticas e atividades permitidas pelas interações cotidianas, articulando experiências e visões de mundo. Essas reivindicações buscavam atribuir direitos às populações residentes nessas áreas, onde poderiam viver seguindo os seus saberes e valores que são sustentáveis e promovem a gestão dos recursos naturais (TEISSERENC, 2014). E nesse sentido, os conhecimentos tradicionais são fontes criativas para as Ciências Sociais, contribuindo para a sua renovação, bem como assinalando alternativas sociais, que nos permitam pensar além do desenvolvimento.



Construção da amostra a partir das referências da Universidade Federal do Pará

A metodologia teve caráter predominantemente qualitativo, com levantamento bibliográfico nos sites dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, buscando a produção acadêmica sobre as Reservas Extrativistas do litoral do Pará. Foram catalogadas 52 trabalhos, entre teses e dissertações, em 16 Programas de Pós-Graduação. O período de publicação compreende o intervalo de 2002 a 2019. Procedemos com a análise de conteúdo partindo da proposta de Bardin (1977). A análise de conteúdo é uma metodologia que busca elementos recorrentes em diferentes tipos de linguagens: como imagens, textos, gestos, discursos (SEVERINO, 2007).

Para Bardin (1977), a análise do conteúdo apresenta três etapas: 1) a pré-análise; 2) exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a etapa de organização, intuições, de primeiros contatos com o material e da escolha dos documentos (FRANCO, 2005). Os materiais que selecionamos foram as teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação da UFPA. Os programas de Pós-Graduação analisados foram definidos por conta de suas linhas de pesquisa interdisciplinares entre sociologia e meio ambiente.

Após selecionadas as referências, começamos a explorar o material, fazendo a leitura dos resumos e capítulos que tratavam dos processos de institucionalização das unidades de conservação, quando havia. Em seguida, iniciamos o tratamento dos resultados, utilizando o tema como critério de recorte da análise de conteúdo. O tema é uma unidade de significação que pode ser retirado do texto, ele parte da teoria e pode guiar a leitura. Uma análise temática pretende revelar os núcleos de sentido relevantes para análise, que fazem parte do texto ou do discurso. (BARDIN, 1977). Na tentativa de compreender o sentido que está expresso e o que está escondido nas comunicações (SEVERINO, 2007)



Para construirmos essas categorias classificamos os elementos em conjuntos, fazendo a diferenciação e agrupando pelas semelhanças a partir dos critérios estabelecidos (FRANCO, 2005). Os temas propostos foram: Participação, Políticas públicas e Socioambientais, Conhecimento Local, Território, Conflitos socioambientais, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Práticas Extrativistas, Impacto Socioambiental, Juventude e Turismo. É importante destacar que os temas levantados nos indicam o que chama a atenção dos pesquisadores em campo. Participação foi o assunto mais frequente, sendo fonte de conflitos e indagações sobre a relevância do envolvimento dos atores sociais, o que se traduz na gestão compartilhada da própria Resex. Deve-se destacar que os tópicos sempre se entrelaçam, por isso em um mesmo trabalho encontramos a análise cruzada entre eles.

2. O impacto da criação das reservas extrativistas do litoral do estado do Pará na produção acadêmica das Ciências Sociais

Os embates envolvendo a criação das Reservas Extrativistas, que na análise sociológica é denominada pela categoria “conflitos socioambientais”, constitui um debate consistente expresso na literatura teórica, (RIBEIRO, 1995; FLEURY, ALMEIDA e PREMEBIDA, 2014) e sobre as experiências no campo, devendo-se considerar as nuances desses debates em função das filiações teórica. Para Ribeiro (1995), o conflito ambiental consiste em impactos diretos ou indiretos provocados por atividades socioeconômicas que gerem desequilíbrio e degradação, afetando, potencial ou concretamente, os recursos coletivos e a existência da população local. Os conflitos socioambientais entre os grupos surgem a partir de diferentes formas de interação ecológica, interações distintas entre os grupos na forma de se relacionar com meios natural e social (LITTLE, 2006).

Na amostra trabalhada, mesmo não sendo objeto central das análises, o tema



do conflito apareceu como parte da questão central para explicar a constituição dos territórios das Resex's. Ao mesmo tempo, deixavam em evidência as diferenças de atores sociais e seus projetos para a ocupação do espaço em disputa, também. Essa amostra foi constituída a partir do levantamento feito nos sites dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da Universidade Federal do Pará, selecionando a produção acadêmica sobre as Reservas Extrativistas do litoral paraense.

Foram pesquisados 16 programas cujo conjunto da produção recobre o intervalo de tempo de 2002 a 2019. Esse período inicial coincide com a implantação das primeiras reservas no litoral do estado (pelo decreto S/N de 13 de dezembro de 2002 foram criadas as Resex's Chocoaré-Mato Grosso, Curuçá, Maracanã e São João da Ponta). As duas dissertações inicialmente publicadas correspondem ao período de criação da primeira Resex Marinha implementada no litoral paraense, o trabalho é sobre a Reserva Extrativista Marinha de Soure (FERREIRA, 2002).

A partir do ano 2010 houve o crescimento da produção de teses e dissertações, atingindo 10 trabalhos em 2018. Neste ano, nove das 12 reservas extrativistas localizadas no litoral paraense já haviam sido decretadas, podendo ter interferido na produção acadêmica. As implementações das Resex's iniciaram em 2001 com a criação da Resex marinha de Soure.

Dentre os 16 PPG's pesquisados, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) possui o maior número de referências com 14 trabalhos sobre a temática. Apesar de o PPGSA possuir esta quantidade expressiva, apenas um é anterior ao ano de 2010. No PPGSA há uma linha de pesquisa sobre 'Ações públicas e coletivas, território e ambiente' (ACTA) que se destaca na produção acadêmica sobre as Reservas Extrativistas, justificando, em parte, o número elevado em relação aos demais PPG's.

Outra característica encontrada no PPGSA é o número elevado de estudos sobre a Reserva Extrativista Marinha (RESEXM) Caeté-Taperaçu, esta é a Unidade



de Conservação (UC) mais analisada nas referências, favorecidas também pela produção de dois PPG's da UFPA, localizados no campus de Bragança, o PPSLA e PPBA.

3 - As reservas extrativistas do litoral do estado do Pará – atores sociais, impactos e conflitos socioambientais.

Com base no levantamento bibliográfico foi possível identificar estudos sobre 12 das 13 Reservas Extrativistas presentes no litoral paraense, ficando de fora apenas a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso.

Vale ressaltar que a Reserva Extrativista Marinha de Soure, apesar de ser a primeira Reserva Extrativista Marinha (RESEXM) implementada no litoral do estado do Pará, detém apenas 11,5% dos estudos encontrados (6 trabalhos), sendo a quarta Resex com maior número de trabalhos, contra 15 produções sobre a Resex Caeté-Taperaçu, com 28,8%. Criada no município de Soure, Arquipélago do Marajó, pelo Decreto S/N, de 22/11/2001 teve como principal agente mobilizador a Associação dos Caranguejeiros de Soure (ACS). A ACS, em 1996, reivindicou a demarcação das áreas de manguezais na região. Os principais objetivos eram o de impedir a pesca industrial e predatória por pescadores de outros municípios e resolver as questões fundiárias (HAMOY, 2018).

A partir de atividades socioeconômicas que geraram impactos e conflitos ambientais verificamos que, com diferenças do contexto local, fatos semelhantes originaram as reações dos movimentos socioambientais que demandaram a criação das Resex identificadas. Todavia, são necessários o olhar e estudos mais aprofundados para caracterizar detalhadamente a questão, relevando as especificidades locais. Tanto em relação aos danos suscitados as pessoas, quanto o impacto sobre os recursos naturais. Bem como, é necessário considerar o nível de organização das populações atingidas e a características de suas alianças. No quadro 01 observamos as Reservas Extrativistas criadas até 2020, situadas no litoral



paraense e o total da produção correspondente as UCs.

Quadro 01 – Total de teses e dissertações sobre Reservas Extrativistas do litoral paraense – UFPA

⁵ RESERVA EXTRATIVISTA	ANO DE CRIAÇÃO	LOCALIDADE	PRODUÇÃO
Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu	2005	Bragança	15
Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá	2002	Curuçá	9
Reserva Extrativista Marinha de Soure	2001	Soure	6
Reserva Extrativista de São João da Ponta	2002	São João da Ponta	6
Reserva Extrativista Mapuá	2005	Breves	5
Reserva Extrativista de Maracanã	2002	Maracanã	3
Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua	2005	Tracuateua	3
Reserva Extrativista Marinha Arai-Peroba	2005	Augusto Corrêa	1
Reserva Extrativista Marinha Gurupi-Piriá	2005	Viseu	1
Reserva Extrativista Marinha Cuinarana	2014	Magalhães Barata	1
Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo	2014	Marapanim	1
Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	2014	São Caetano de Odivelas	1
Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso	2002	Santarém Novo	0
TOTAL			52

Fonte: Teses e dissertações dos PPG'S da UFPA, 2020, elaborado pelos autores

O fortalecimento das ações das populações locais, em especial as extrativistas, foi se ampliando com a adesão de técnicos atuantes no campo ambiental, ligados as instituições municipais, estaduais e federais (secretarias de meio ambiente, IBAMA, ICMBio, entre outros). Mesmo considerando as divergências de estratégias e projetos para o território ambiental, os experts compuseram as

⁵ As reservas extrativistas do litoral paraense, nem todas são caracterizadas como reservas extrativistas marinhas, porém as populações extrativistas utilizam seu espaço para a reprodução socioeconômica tal como as reservas marinhas, sobretudo a partir da atividade da pesca, pois se localizam na área do litoral (o litoral paraense se estende por 562 km).



narrativas em favor da institucionalização das reservas extrativistas.

A organização de eventos como o III Seminário Regional de Gerenciamento Costeiro, ocorrido em Curuçá-PA, no ano de 1998, foi relevante para definir os objetivos do movimento (BATISTA, 2010) e fundamental para a criação das Reservas Extrativistas de São João da Ponta e de Mãe Grande de Curuçá. As duas UC juntas são objeto de 15 trabalhos produzidos. Isto é, recobrem 28,8% da amostra. Vale destacar, no caso de Curuçá, que a construção do Porto Espadarte, é gerador de grandes conflitos socioambientais.

A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança é a UC que apresenta a maior quantidade de trabalhos. Foi criada em 2005, juntamente com as Reservas Extrativistas Marinhas de Araí-Peroba, Reserva Extrativista Marinha de Gurupí-Piriá, de Tracuateua e da Reserva Extrativista Mapuá. A mobilização em Bragança-PA inicia em 1989, tendo a pesca em larga escala como principal impacto que impulsionou este movimento.

Com a criação da Associação dos Ruralistas e Pescadores da Comunidade do Castelo (ARPC) houve uma maior organização social, desta forma foi realizada uma solicitação dos moradores para a criação da unidade de conservação, tanto de moradores das comunidades em volta das áreas de manguezais, quanto da região urbana do município, este mesmo ano foi importante para o socioambientalismo brasileiro por conta da criação do IBAMA, do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MONAPE) e Criação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) (SILVA, 2018).

A esse movimento da cidade de Bragança se juntaram os de outros municípios como: Augusto Correia, Tracuateua, Viseu e São João da Ponta, em um único movimento (SILVA, 2018). Em 1996, ocorreu um evento social, em Bragança, reunindo atores locais na I Conferência do Caranguejo, no qual se discutiu a possibilidade da criação de uma Resex, a fim de proteger os recursos pesqueiros



ameaçados pela pesca industrial desenvolvidos na região (LOPES, 2016).

As pesquisas da UFPA, campus Bragança, coordenadas pelo Projeto MADAM (Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais), na década de 1990, demonstrou os riscos da comercialização da condurua (fêmea do caranguejo). Tal fato motivou a campanha “Salve as Conduruas”, organizada pelos estudantes da Universidade, (SILVA, 2013).

Após a implantação da Resex Caeté-Taperaçu observamos a disseminação de vários estudos de viés sociológico, socioantropológico e das áreas biológica, e em torno da pesca (OLIVEIRA e MANESCHY, 2014). Ganham destaques os temas da participação sociopolítica em torno do conselho deliberativo e da juventude; de conflitos em torno da gestão; das questões de gênero envolvendo trabalhadores e trabalhadoras da pesca; bem como, também chama atenção, as análises sobre o impacto das políticas públicas nos territórios da Resex.

Em síntese, os conflitos e impactos socioambientais aqui ressaltados fazem parte de um conjunto de questões que ganham contornos locais conforme aprofundamos os estudos, ao mesmo tempo, que ampliamos os exemplos de UC. Pois, a correlação de forças locais e diversidade de recursos naturais em disputa dimensionam os impactos sobre as sociedades e ambiente, mas também podem ser reestruturadas pelas resistências sociais.

No quadro 02 é possível perceber a amplitude dos conflitos e os atores sociais envolvidos, os quais requerem tanto da sociologia, quanto da sociedade, a construção de conceitos que forjem caminhos e alternativas sociais em acordo com a realidade local. Como propõem Barbosa de Almeida et al (2018), é necessário valorizar a “ciência da floresta”:

Há uma ciência conceitual - formulada por intelectuais que se utilizam de modelos históricos, analógicos e matemáticos, submetidos ao crivo da experimentação controlada e da evidência histórica e estatística, e há conceitos que se atualizam em práticas e atividades resultantes da interação entre percepções e experiência cotidiana articulados por visões de



munho. Essa distinção tem sido corroborada pela literatura que trata do papel de conhecimentos tradicionais e de sistemas tradicionais de uso da natureza. (2018, p. 43)

Quadro 02 – Atores sociais, impactos e conflitos sociais na criação de reservas extrativistas no Estado do Pará.

RESERVAS EXTRATIVISTAS	IMPACTOS E CONFLITOS SOCIAIS	PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS
RESEXM de Soure (2001)	Conflitos fundiários; grilagem;	Populações tradicionais; extrativistas; pescadores; organizações locais; Clubes de Mães; Colônias de Pescadores; MONAPE;
RESEX Mãe Grande de Curuçá (2002)	Grandes Obras (rodovias; portos); Empresas de pesca industrial;	MOPEPA;
RESEX de Maracanã (2002)	Diminuição dos estoques pesqueiros;	Agentes e representantes da sociedade civil e suas organizações; ONG's;
RESEX de São João da Ponta (2002)	Processos migratórios de grupos de pescadores;	Representantes religiosos; pastorais de pescadores;
RESEXM Arai-Peroba (2005)	Degradação das bacias hidrográficas;	Representantes institucionais; técnicos ambientalistas e secretarias; EMATER – PA;
RESEXM Caeté-Taperaçu (2005)	Aumento populacional; Crescimento urbano Degradação dos manguezais;	Governo Federal; ICMBio; IBAMA;
RESEX Mapuá (2005)	retirada de madeira; desmatamento;	CNPT;
RESEXM Gurupi-Piriá (2005)	aumento de trabalhadores; práticas predatórias;	Representantes do campo político e legislativo; vereadores; deputados;
RESEXM de Tracuateua (2005)	Práticas de monocultura;	Representantes da academia; UFPA; IFPA;
RESEXM Cuinarana (2014)	Apropriação privada indevida;	MADAM;
RESEX Mestre Lucindo (2014)	Turismo;	
RESEXM Mocapajuba (2014)		

Fonte: Teses e dissertações dos PPG'S da UFPA, 2020, elaborado pelos autores.

Os impactos e conflitos sociais foram sintetizados em categorias. Dos conflitos fundiários alguns decorrem da grilagem; as grandes obras e projetos também são um gerador de conflitos, como a construção da rodovia PA-136, a construção da rodovia PA-458, a melhoria da rodovia PA-375. Há também a



possibilidade de construção de um grande porto, o Porto Espadarte, no município de Colares ou Curuçá. A pesca industrial é apontada como principal impacto aos recursos pesqueiros, pois se utilizam de técnicas diferenciadas retirando o recurso em larga escala, ocasionando a diminuição dos estoques. Fato que foi constatado em Bragança, em Augusto Correia, em Curuçá, em Soure, e em São João da Ponta. Esses impactos geraram reações da população local afetada e esses processos de mobilização foram decisivos para implementação das Reservas Extrativistas no litoral do Pará.

3.1 Movimentos socioambientais na Amazônia em defesa das reservas extrativistas marinhas no estado do Pará

Nas décadas de 70 e 80 começou a ser construída uma forma de organização que se inspirava nos ideais da teologia da libertação, e na construção das comunidades eclesiais de base (CEB's). Esse movimento ajudou na formação de lideranças, e nas articulações das reivindicações do direito à terra, da gestão dos recursos de pesca, e na percepção e reconhecimento dessas populações como sendo tradicionais (TEISSERENC, 2014).

A ideia das reservas extrativistas surge a partir das mobilizações, a partir da década de 1970, lideradas por Chico Mendes, Chi Gino e Antonio Candido. Representavam os seringueiros que protagonizaram os embates frente às ações do capital sobre seus territórios. Os “empates”⁶, como ficou conhecida a principal estratégia coletiva deste grupo, tinham como objetivo impedir que as florestas de seringais fossem transformadas em grandes fazendas de gado (CUNHA, 2001). O alcance desse movimento levou a constituição das primeiras reservas extrativistas na Amazônia. A conquista dos seringueiros do Acre se estendeu para outras populações tradicionais, que puderam lutar para garantir tanto o direito à posse de seus territórios ancestrais, como para a preservação de ambientes florestais e

⁶ São ações coletivas que surgiram entre os seringueiros, reunindo grupos de 100 a 200 pessoas, na forma de mutirão, com objetivo de empatar a derrubada da mata (CUNHA 2001).



marinhos, a partir da criação de leis e políticas públicas.

A Reserva foi uma solução institucional a fim de garantir um território de uso sustentável para populações extrativistas locais que possuíam um histórico de uso do mesmo, privilegiando a conservação ambiental e a preservação do modo de vida tradicional (CHAMY, 2004). O Sistema nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Lei Federal no 9.985, de 18 de julho de 2000, define as Reservas Extrativistas como:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Brasil, 2000, Artigo 18)

Como conceito, a Reserva Extrativista representou uma alternativa que desafiou visões diferentes de desenvolvimento, uma delas é a substituição do extrativismo tradicional por formas permeadas por tecnologias de ponta. Fez frente a visão conservacionista, que concebe a preservação ambiental como resultado da ausência total do homem nessas áreas. Bem como, desafiou a visão de que a justiça social só poderia ser alcançada através da agricultura familiar (BARBOSA DE ALMEIDA, ALLEGRETTI e POSTIGO, 2018).

Vale destacar que alianças com outros atores sociais foram importantes para sustentar as demandas do movimento popular dos seringueiros, unindo-se a eles agentes urbanos. Esses contribuíram para a circulação das ideias, em nível nacional e internacional, da proposta socioambiental para a conservação dos territórios de uso tradicional. Propagando também a ideia entre as comunidades da floresta (BARBOSA DE ALMEIDA ET AL., 2018).

Em meados de 1980, o movimento ambientalista no Brasil incorporou a noção “de justiça ambiental” aliando a proteção ambiental e justiça social, unindo entidades ambientalistas e populações locais, como sindicatos de trabalhadores rurais e extrativistas (ACSELRAD, 2010). Fortalecendo os movimentos locais pela proteção



de territórios tradicionais. Como observamos no quadro 02, há uma miríade de atores que toma parte do debate e das ações para a constituição das unidades de conservação. Formam-se tanto alianças e acordos, quanto blocos de oposições.

As divergências carregam as diferenças de saberes, as dúvidas sobre a viabilidade econômica que as áreas protegidas podem oferecer as disputas ferrenhas pela posse dos recursos naturais. A criação de regras que contradizem o conhecimento tradicional, principalmente a partir do SNUC, limita a autonomia da gestão de seus territórios pelas populações tradicionais. As pesquisas sobre os limites da participação nos conselhos deliberativos expressam os conflitos sociais impostos pela convivência entre atores sociais. E, cuja burocratização dos instrumentos da participação limita o pleno exercício da cidadania das populações tradicionais. Como também, identificam-se ações de boicote ao modelo de conservação social e ambiental, representados pelas reservas extrativistas, promovidos pelos grandes empreendimentos.

Atualmente existem duas modalidades de Reservas Extrativistas, a Florestal e a Marinha. Na Reserva Extrativista Marinha (RESEXM) a territorialidade do pescador artesanal depende da terra e do mar, sendo representado por essa totalidade (CUNHA, 2001). E tais diferenças de ocupação e reprodução social, ampliam a complexidade das relações entre as populações extrativistas ribeirinhas, como ocorre na Amazônia, e os demais grupos sociais com os quais interagem. Os conflitos entre os pescadores artesanais e a pesca industrial são exemplos dessas questões. E a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a especificidade desses territórios localizados na intersecção entre a terra, o mangue e o mar, são requisitos para entendermos a especificidade da luta pelo território e por direitos desses grupos que habitam as reservas marinhas.

No caso do Pará, listamos a partir das 52 teses e dissertações encontradas, uma diversidade de atores e de questões sociais que identificamos como influentes na formação e atuação dos movimentos sociais de criação das reservas no litoral



paraense. No quadro 02 caracterizamos os atores sociais conforme o seu lugar sua esfera social de atuação. Ressaltando-se, também, a influência extra-local sobre o território das resex, pois nele atuam grupos de atores do contexto regional, nacional e internacional. Na esfera da sociedade civil destacamos as ONGS, cooperativas e associação de trabalhadores que atuam na assessoria dos movimentos sociais, com agentes locais e extra-locais.

Nos trabalhos, há menção aos representantes religiosos, predominantemente como membros da igreja católica. Através das pastorais, que atuavam na formação de lideranças e apoio aos movimentos sociais populares, destacam-se as pastorais da pesca. Elas foram influentes na criação e consolidação de movimentos como o MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores) e do MOPEPA (Movimento dos Pescadores do Pará). Os religiosos são atores recorrentes nos trabalhos, caracterizados como lideranças importantes. Tal fato é observado com destaque em referências sobre as Reservas Extrativistas Marinhas Gurupí-Piriá, Caeté-Taperaçu e Mãe Grande de Curuçá.

Os representantes das institucionais oficiais se localizam nas esferas do poder local – técnicos das secretarias municipal e prefeitos – no nível estadual – secretarias do meio ambiente – e federal – EMATER, INCRA. É relevante a participação dos técnicos de instituições federais voltadas a implementação das políticas ambientalistas, com destaque ao IBAMA e ICMBio. Conforme vimos em trabalhos sobre as Resex Maracanã, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Soure e São João da Ponta. Reservas criadas já sob a égide do ICMBio, cujas lutas coletivas guardam diferenças daquelas iniciadas no Acre pelos seringalistas. A força das regras e a ação de técnicos das agências de governo, marcam a institucionalização das UCs.

No entanto, não descaracterizam as lutas populares, que são atravessadas por novas regras. Conforme achados de pesquisa (SOUSA, 2019) ações coletivas pulverizadas pelo território dos pescadores, e uso de estratégias diversas (formação



de clube de mães, atuação das pastorais, uso de abaixo assinados, realização de seminários e de associações de mulheres etc.) convergiram para o manifesto da pesca predatória, como no caso da Caeté-Taperuçu. Fonte de indignação que foi combustível para a criação da referida Resex Marinha.

Ressalta-se a presença importante de representantes políticos como vereadores, deputados estaduais e federais. Complementando esse quadro heterogêneo de atores que participaram do movimento de criação das 12 reservas extrativistas, formando o movimento socioambientalista, temos os representantes de instituições de ensino e pesquisa. Contando com os representantes da academia, tanto das universidades do Pará, como a UFPA, quanto de equipes de projetos internacionais como o MADAM.

3.2 Temas para pesquisar as Reservas Extrativistas no Pará – contribuições metodológicas

Além da identificação dos atores e os impactos e conflitos socioambientais trabalhados nas teses e dissertações levantadas, procurou-se também caracterizar os temas sob o qual eram desenvolvidas as análises sobre as Unidades de conservação em estudo. Esse dado é relevante porque possibilitará, num momento seguinte, entender o prisma teórico dessas produções. E também, se poderá avaliar em que medida as preocupações acadêmicas se aliam as demandas dos movimentos sociais. E como podem colaborar para dar visibilidade a atores e temas relevantes socialmente e sociologicamente, colaborando também para identificar a especificidade dos movimentos socioambientais na Amazônia.

Os temas que foram encontrados a partir da análise de conteúdo são os seguintes, conforme a sua incidência, em forma decrescente: participação, políticas públicas e socioambientais, conhecimento local, território – no primeiro bloco; seguidos pelos temas dos conflitos socioambientais, sustentabilidade e meio ambiente, práticas extrativistas, impacto ambiental, turismo, juventude.



No tema participação como aportes teóricos surgem os conceitos de gestão de recursos comuns (OSTRON, 1992; HADIN, 2002), e também atores e territórios (SCHMITZ, MOTA e SILVA JÚNIOR, 2010), movimentos sociais (GOHN, 2000) e o conceito de campo. É verificado como referencial teórico principal no tema das políticas públicas o autor Ignacy Sachs. Na temática do território o conceito mais frequente é território e poder (HAESBAERT, 2004). Já no tema conflitos socioambientais surge nas referências os conceitos de conflito social (SIMMEL, 1983) e conflito socioambiental (ACSELRAD, 2010).

Os conflitos socioambientais estão na origem dos processos de mobilização pela criação das Resex's. Little (2006) propõe uma classificação dos conflitos socioambientais em três grandes grupos: pelo controle do recurso natural, em torno dos impactos socioambientais e aquele que está ligado aos modos de vida e aos valores. As populações tradicionais se mobilizam em vista de impedir e minimizar os efeitos dos impactos socioambientais. O impacto socioambiental é gerado por processos e atividades econômicas que afetam os grupos sociais (ALONSO e COSTA, 2002). O turismo em unidades de conservação pode ser uma alternativa para aumentar a renda local, ao mesmo tempo, pode trazer impactos como a poluição das praias.

Para as populações costeiras a visão de território se estende, pois, o território não é a terra apenas, mas a terra, o mangue e o mar. O *maratório*, portanto, é este conceito que expressa a universalidade da vida, as experiências, a identidade, o pertencimento e os valores, não apenas dos moradores das Reservas Marinhas, mas de todos os que tem as marés como marcadores de suas vidas. O modelo de política do SNUC não contempla o modelo de Resexm. Como o modelo foi transposto da Reserva Florestal, não se buscou solucionar os problemas específicos, portanto, restaram muitas lacunas e dificuldades que precisam ser repensadas.

A participação popular efetiva na gestão das reservas extrativistas, perpassa



pela internalização das regras. Essas regras só farão sentido para as populações se levarem em conta o conhecimento tradicional e as práticas extrativistas já estabelecidas (COSTA, 2018). Se as regras forem impostas e os costumes, tradições e conhecimentos ecológicos deixados de lado, surgirão conflitos entre as populações tradicionais e os demais órgãos de gestão. Esse conhecimento perpassa pelos conhecimentos florestais, dos mares, dos ciclos naturais, das espécies nativas, e a própria atividade econômica e cultura perpassa por esses ciclos, gerando uma relação de intimidade entre homem e a natureza (CUNHA, 2001).

O modelo de Reserva Extrativista proposto pelo SNUC traz o conselho deliberativo como forma de tornar efetiva a participação das populações tradicionais, porém esse conselho tem papel de discussão e está subordinado ao ICMBio, o que causa tensões. A proposta do movimento dos seringueiros era a autogestão da Resex, ou seja, as regras e os acordos iriam se basear nos conhecimentos locais, buscando soluções que fazem sentido para essas populações.

Como a demanda pela criação de RESEX deve partir dos próprios atores sociais, eles se tornam atores da sustentabilidade (ALLEGRETTI, 2010). Em vista de garantir o direito ao território e a conservação ambiental, esses grupos buscam a efetivação de políticas públicas. É importante destacar que a criação de Reservas Extrativistas é uma política pública, que por sua vez abre espaço para a implantação de outras na área de saúde, educação, habitação, entre outras. Em vista de manter esses direitos, as novas gerações precisam perceber que fazem parte dessa conquista, a juventude é convidada a ser protagonista neste movimento.

3.3 Questões de pesquisas para ir além ...

A unidade de conservação que não possui nenhuma referência é a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso. Esta unidade foi criada ainda em 2002, e localiza-se no município de Santarém Novo. Não há motivo evidente para a carência



de estudos, pois é uma das primeiras unidades implementadas na região e tem localização próxima à capital paraense.

Observou-se também que algumas Resex estão sendo pouco estudadas, enquanto outras já possuem uma grande produção acadêmica. Das Resex Araí-Peroba (2005), Cuirana (2014), Gurupí-Piriá (2005), Mestre Lucindo (2014) e Mocapajuba (2014) foram encontrados apenas um trabalho de cada. Enquanto, de outras se verificou uma quantidade considerável de referências, as que tiveram mais estudos foram Resexm Caeté-Taperaçu com 14, a Resex Mãe Grande de Curuçá com 9, e São João da Ponta com 6. Essa diferença pode-se explicar em parte porque três dessas Resex com poucos trabalhos foram criadas no ano de 2014, são recentes, têm seis anos de sua criação. Porém, duas delas a Araí-Peroba que se localiza no município de Augusto Corrêa, e a Gurupí-Piriá localizada em Viseu foram implementadas ainda em 2005, uma hipótese para essa discrepância seria sua distância de Belém, a capital do estado, pois haveria a dificuldade de locomoção.

Poucos trabalhos tratam dos processos de institucionalização dessas unidades de conservação, nos trabalhos que citam essas mobilizações sociais, geralmente é algo reduzido. O que dificulta a compreensão do movimento socioambiental no litoral do Pará, pois é imprescindível conhecer os atores sociais envolvidos, os impactos e os conflitos socioambientais. Afinal, esse movimento se deu pela articulação das lideranças das populações tradicionais dos diferentes municípios. Portanto, se alguma dessas unidades de conservação apresentar ausência de estudos ou com pequena quantidade é difícil ter a dimensão do movimento como um todo. Uma proposta de pesquisas futuras seria sobre a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso, que ainda não possui nenhum trabalho, bem como as Reservas Extrativistas de Araí-Peroba, Cuirana, Gurupí-Piriá, Mestre Lucindo e Mocapajuba, que tem apenas uma referência cada. E ampliando um pouco a perspectiva, é relevante considerar a necessidade de estudos que fortaleçam a articulação dos movimentos entre os municípios que possuem reservas



extrativistas marinhas, para que fortaleçam a proteção desses territórios e a reprodução socioeconômica das populações extrativistas, principalmente.

Considerações finais

A Universidade Federal do Pará tem uma contribuição relevante para o estudo dos conflitos socioambientais na Amazônia. A partir desta pesquisa catalogamos 52 referências, destas foram 40 dissertações e 12 teses, sem contar artigos e trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Uma afirmação interessante encontrada em algumas teses e dissertações é a da importância do município de Bragança para os movimentos de mobilizações em prol da criação de Reservas Extrativistas e também que as mobilizações se iniciaram neste município, de onde se espalhou para os municípios vizinhos. Silva (2018), diz que as cidades de Viseu, São João da Ponta, Tracuateua, Augusto Corrêa se juntaram ao movimento de Bragança.

O movimento teria se iniciado em Bragança e depois se estendido para os demais municípios da Região Bragantina, através dos convites às lideranças, a fim de divulgar este processo e organizar a comunidade local em prol da criação de Resex, neste caso no município de Tracuateua (COSTA, 2014). Para Rodrigues (2017), na cidade de Bragança se deu o movimento para a criação de Reservas e se espalha para os municípios dos arredores, também através da proposta do CNPT e IBAMA. Após algumas reuniões, os municípios de Bragança, Viseu, Tracuateua e Augusto Correa fizeram um pedido conjunto à SECTAM (Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente) em favor da criação de reservas nestes municípios, mas este pedido foi negado.

As Reservas Extrativistas são fruto de processos de mobilizações sociais, frutos de lutas que precisam ser passados para aqueles que não viveram esses processos. Os jovens precisam perceber a importância dessa conquista para a vida de sua comunidade. As populações tradicionais se organizam para que a garantia



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



de seus territórios seja respeitada, como é o caso da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM). Outra forma de observar esse engajamento é pela criação de conceitos que façam sentido para a população local, como é o caso do maretório. Como palavra de ordem, o termo vem se constituindo numa categoria política que agrega lideranças dos movimentos de proteção das reservas extrativistas e propõem a renovação das políticas socioambientais. Com base na vivência de um território formado entre mar, mangue e terra, que faz parte do cotidiano dos pescadores artesanais e caranguejeiros, essa articulação favorece a criação de estratégias que podem influenciar na luta por direitos e a atuação política engajada dos atores locais. E mais, pode amplificar o seu alcance pelo país e além mar.

Por meio do movimento pela criação de reservas extrativistas percebe-se a busca pela “defesa, reforço e recriação de modos de vida ameaçados” (DIEGUES, 1996, p. 150), seja pela pesca industrial, por grandes projetos ou mesmo pela degradação dos manguezais. Portanto, os atores que se mobilizaram nesse processo de criação das RESEX's têm papel essencial de mostrar que é possível aliar conservação ambiental e reforma agrária (CUNHA e ALMEIDA, 2017). E com isso, proteger áreas importantes para espécies nativas e com risco de forte impacto da pesca industrial, evitar práticas predatórias e a devastação nos manguezais.

Tal como observou Diegues sobre o Movimento Nacional dos Seringueiros, que “conseguiram, por meio de mobilização social, de conscientização de seus membros e de educação, criar e recriar valores de solidariedade grupal fundamentais para a continuidade desse processo criativo” (DIEGUES, 1996, p. 150). E assim conseguiram fortalecer os laços do grupo e articular apoio de grupos externos, os atores do socioambientalismo no litoral do estado do Pará também caminharam nessa direção. A bibliografia levantada e analisada, no entanto, demonstra a diversidade e especificidade desses movimentos socioambientais na



Amazônia e questões sociológicas a serem pesquisadas.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. ESTUDOS AVANÇADOS 24 (68), 2010.

BARBOSA DE ALMEIDA, Mauro W. ALLEGRETTI, Mary Helena e POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. Desenvolv. Meio Ambiente, novembro, v. 48, Edição especial: 30 anos do Legado de Chico Mendes. p. 25-55, 2018.

BARDIN, Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 7, 2011.

BATISTA, Iane Maria da Silva. Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro, ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e construção ambiental. In: CUNHA. Cultura com aspas e outros ensaios. Editora: Ubu. 2017.

CUNHA, Lúcia H. de O. Reservas extrativistas: uma alternativa de Produção e conservação da biodiversidade. Encontro dos Povos do Vale do Ribeira, 2001.

DIEGUES, Antonio C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 1 ed. São Paulo. Editora HUCITEC - NUPAUB/ São Paulo. 1996.

FERREIRA, Lindomal dos Santos. Políticas educacionais e desenvolvimento: a experiência da Reserva Extrativista Marinha do Soure, Pará. 2002. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. Sociologia, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr, p.34-82, 2014.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de Conteúdo. Brasília, 2o edição: Liber Livro Editora, 2005.



HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAMOY, Juliana Azevedo. Turismo em Unidades de Conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

JASPER, James M. Protesto; uma introdução aos movimentos sociais. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1o ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LITTLE, Paul Eliot. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: Horizon-tes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan/jun. 2006.

LOPES, Erica Cristina Almeida. Estratégias e experiências de participação: um estudo com Usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança/Pará. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale e MANESCHY, Maria Cristina Alves. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 129-143, jan – abril. 2014.

OSTROM, Elinor. “Reformulando los bienes comunes” In: HARDIN, G. et al.(ed. 1992); OSTRON, Elinor. (Org). El cuidado de los bienes comunes: Gobierno y manejo de los lagos y bosques em La Amazônia. México: Insti-tuto Del Bien Comum; IEP (Instituto de Estudios Peruanos), 1992;

HARDIN. Garret. La tragédia de los bienes comunes. 1968. In: HARDIN, G.; MEHTA, L. et al.(edição 1992); OSTRON, Elinor. (Org.). El cuidado de los bie-nes comunes: Gobierno y manejo de los lagos y bosques em La Amazônia. México: Instituto Del Bien Comum; IEP (Instituto de Estudios Peruanos), ed. atualizada em 1992.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Debates. In: DIEGUES, A. C. S. Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. (Debates).

RIBEIRO, Tânia G. e SOUSA, Victor P. Cidadania, renda e conservação: percepção sobre uma política socioambiental na Amazônia. Nova Revista Amazônica, v. 6, n. 4, p. 193-211, 2018.

RODRIGUES, Monique Rocha. A atuação da associação dos usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (PA) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; RODRIGUES, Raquel Fernan-des de Araújo; BATISTA, Nádia de Jesus; PEREIRA, Emanuel Oliveira. Conflitos e Movimento Social: Ameaças e Reações das Catadoras de Mangaba. In: A Mangabeira as catadoras o extrativismo. Editores técnicos Dalva Maria da Mota ... [et al.]. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, p. 251-290, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Ed. 23. rev. e atual.- São Paulo: Cortez, 2007.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação, 1983.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. In: Decolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Org: Gerhard Dilger, Miriam Lang e Jorge Pereira Filho. Trad: Igor Ojeda. 2016.

TEISSERENC, Pierre. Governança territorial em Reservas Extrativistas. R. Pós Ci. Soc. V. 11, n. 22, jul/dez, 2014.



Territórios de Esperança: Os assentamentos da Reforma Agrária em Sapé (PB)

Alysson André Oliveira Cabral

Rômulo Luiz Silva Panta¹

Ivan Targino Moreira²

Introdução

A política de Reforma Agrária no Brasil culmina com a criação dos assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Embora, formalmente, os camponeses assentados devam ser assistidos pelo órgão até a emancipação, o que se observa é que as políticas públicas planejadas, como financiamento para instalação, construção de infraestrutura, assistência técnica, apoio à comercialização, entre outras, não são efetivamente implementadas. Muitas vezes, o camponês é instalado na terra e abandonado a própria sorte.

Os assentamentos da Reforma Agrária são espaços conquistados pela luta camponesa para construção de territórios de esperança³. Essa construção, que é a continuidade da luta do campesinato pela sobrevivência, é marcada por muitas contradições.

Conforme extensa literatura, o campesinato é visto tanto como resquício de regimes econômicos arcaicos e, por isso mesmo, condenado ao desaparecimento, como uma classe que luta pela sobrevivência em um ambiente adverso e, contraditoriamente, necessário para a reprodução econômica da sociedade capitalista.

O presente trabalho é parte de ampla pesquisa bibliográfica e de campo

¹ Doutores em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFPB.

³ Para o conceito de Território de Esperança veja Moreira e Targino (2007)



realizada pelos autores sobre a política de Reforma Agrária brasileira e sobre as famílias assentadas no município de Sapé, na zona da mata do Estado da Paraíba (PB), distante 47 km da capital, João Pessoa.

O município de Sapé localiza-se na mesorregião da Mata Paraibana. Possui uma área territorial de 315,532 km², com uma população absoluta de 52.625 (cinquenta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco) habitantes, conforme base de dados da contagem populacional parcial do IBGE realizada em 2018.

Em seus aspectos naturais, o município possui relevo levemente ondulado, enquadrando-se em áreas dos tabuleiros costeiros de solo podzólico vermelho amarelo e solo podzólico amarelo eutrófico (www.ibge.gov.br). Territorialmente, faz limites ao norte com os municípios de Cuité de Mamanguape e Capim; ao sul, com Sobrado e Riachão do Poço; a leste, com Cruz do Espírito Santo e Santa Rita; a oeste, com Mari.

A formação territorial do município, não diferentemente dos outros municípios do litoral paraibano, se deu a partir das transformações decorrentes da apropriação territorial capitalista, que se alimentou da exploração do ambiente natural e da espoliação da força de trabalho, em favor dos interesses das classes patronais, representadas pela aristocracia rural e pela classe política, que, em muitas ocasiões, representadas por uma só pessoa (PANTA, 2015).

O empreendimento açucareiro sempre foi o grande absorvedor de terras e da força de trabalho. Ele monopolizou o uso do solo quase até o final do século XX. Valendo salientar que o abacaxi também se destacava como produto que teve importância na organização agrária do município, na segunda metade do século XX (BRITO, 1979; CARVALHO, 1985), dividindo o uso do solo municipal com a cana-de-açúcar.

Contudo, diante dos processos da crise do capital sucroalcooleiro, decorrente da crise do Proalcool, levou à falência da Usina Santa Helena e das fazendas fornecedoras da cana-de-açúcar, derivando no processo de expropriação dos trabalhadores e no conseqüente desemprego estrutural. Nesse contexto, as ações



dos movimentos sociais, entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé (STRT), entraram em confronto com a estrutura capitalista, que tinha na propriedade da terra instrumento de consolidação do poder. Assim, o Estado, a partir da política reguladora desse conflito com o programa da Reforma Agrária, implanta os assentamentos rurais no município de Sapé.

A criação dos assentamentos representou a reforma do território, a mudança da paisagem e a dinamização mais justa do espaço geográfico. A área territorial dos assentamentos Padre Gino, 21 de abril, Nova Vivência, Rainha dos Anjos, Boa Vista e Santa Helena I, II e III somados, representam 20% do território reformado no município, o que compreende uma área de 6.422,20 (seis mil quatrocentos e vinte e dois, vírgula vinte) hectares. A criação dos assentamentos ocorreu entre 1996 e 1999 e 545 famílias foram contempladas com lotes que variam de 10 a 15 hectares.

Passados mais de vinte anos, como vivem essas famílias?

Partindo dessa indagação, a pesquisa de campo procurou investigar como essas famílias se organizam, o que produzem, como produzem, como comercializam, enfim, como se reproduzem. A investigação combinou entrevistas com 62 famílias (de um total de 545 famílias assentadas), utilizando-se questionários estruturados e semi-estruturados, e a observação crítica da realidade.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



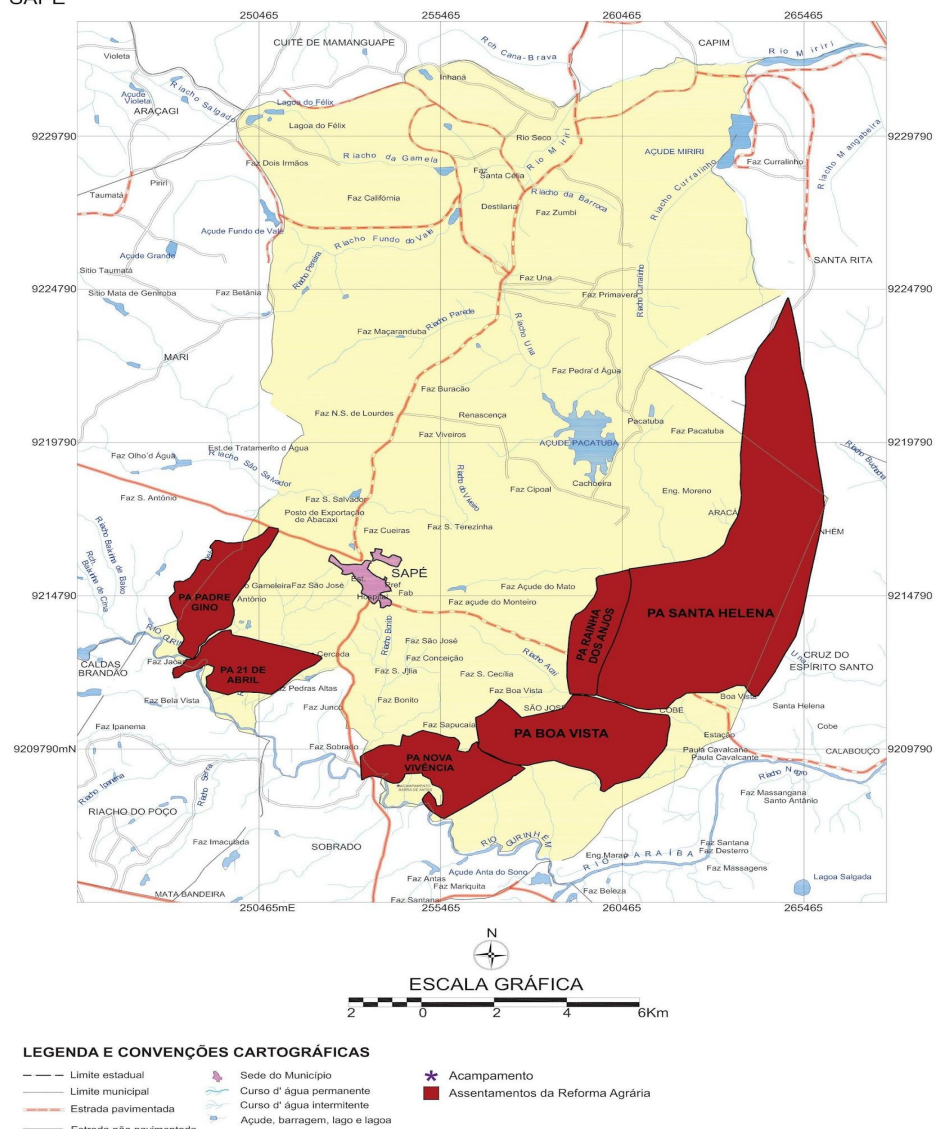
Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



SAPÉ



Fonte: Panta, 2019.

O presente texto está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, uma discussão teórica sobre Campesinato, Reforma Agrária e Territórios de Esperança. Na terceira, apresentam-se as observações do trabalho de campo. Por fim, as considerações finais.



Campepinato, Reforma Agrária e os Territórios de Esperança

A Reforma Agrária é apontada como condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo. A renda da terra é considerada por autores clássicos como um entrave e os latifundiários como uma classe ociosa que se apropriava dessa renda, impedindo que a economia burguesa pudesse alcançar a plena capacidade de geração de renda e riqueza (TARGINO, 1998).

Nas principais economias, o latifúndio foi combatido nos processos de revolução burguesa, garantindo a democratização do acesso à terra. No Brasil, contudo, esse entrave foi contornado e a concentração fundiária continua como uma marca do território nacional.

Ignacio Rangel (2005), importante pensador brasileiro do século XX, entendia que a Reforma Agrária deveria ter sido realizada antes do processo de industrialização, mas ao contrário da maioria dos autores de sua época, não via a realização da Reforma Agrária como condição necessária para a continuidade do processo. O autor também não acreditava que a sociedade brasileira permitisse a realização dessa reforma, por isso propõe que fossem atacadas questões como o papel do atravessador no controle da oferta de produtos agrícolas e o uso da terra como investimento financeiro.

Rangel acreditava que o desenvolvimento do sistema financeiro nacional permitiria a canalização dos capitais imobilizados em terra para o mercado de títulos mobiliários e, com o avanço da pesquisa agropecuária, possibilitaria um aumento na oferta relativa de terras, barateando seu preço, o que na prática permitiria a democratização do acesso à terra.

O referido autor também defendia que fosse concedido ao trabalhador rural um pedaço de terra que garantisse a produção de alimentos básicos, ocupando o tempo ocioso do trabalhador nos períodos em que a produção empresarial não



necessitava de trabalho, bem como ocupando os membros da família que não conseguiam inserção no mercado de trabalho.

Ainda, segundo Rangel (2005), conceder terras para que a família produza para autoconsumo reduziria o êxodo rural, permitindo ganhos salariais na cidade. Embora tecnologicamente atrasada, para ele, a produção para autoconsumo teria custo econômico zero porque utilizaria mão de obra sem utilização.

A luta do camponês pela terra é a luta do campesinato pela sobrevivência. Condenados ao desaparecimento, à medida que o capitalismo avançasse e inexoravelmente os transformasse em trabalhadores assalariados ou em capitalistas, os 'atrasados' camponeses resistem. Mesmo não desenvolvendo relações sociais de produção capitalistas, o campesinato se reproduz contraditoriamente a partir de relações com o capital.

Influenciados pelas ideias de Karl Marx e na observação do avanço do capitalismo no campo, Kautsky e Lênin lideraram a corrente mais influente, que vê o campesinato como uma classe em extinção. Os eminentes economistas russos defenderam a tese de que seria impossível concorrer com a grande empresa capitalista, sua tecnologia, sua organização da produção, seus ganhos de escala, além do fato de Lênin considerar os camponeses uma classe reacionária.

Mas, outra importante corrente, também sob influência de Marx, liderada por Rosa Luxemburgo e Alexander Chayanov, vê a economia camponesa como necessária ao processo de reprodução ampliada do capital.

Chaynov (1924) faz uma leitura da estrutura reprodutiva do campesinato por dentro. Ele analisa o processo de diferenciação interna, os mecanismos utilizados por essa parcela dos trabalhadores e sua racionalidade que os faz estruturas produtivas e com objetivos diferentes ao capitalista. Em sua compreensão, as estruturas não devem ser comparadas, pois possuem trajeto e finalidades evocadas diferentemente uma da outra. O campesinato produz para o equilíbrio da reprodução de sua família, produzindo primeira e preferencialmente valores de uso. No entanto,



ele adverte que essa condição, o faz, enquanto figura que se intercambia com o mercado, sujeito em posição de sempre desvantagem.

Já as contribuições de Luxemburgo (1996) apontam que não existe no curso histórico da humanidade uma forma de produção capitalista unânime, ou seja, de funcionamento exclusivo, na tentativa de ler as contradições do processo de reprodução camponesa e do capital.

A autora advoga que existe uma coexistência entre as sociedades capitalistas com as sociedades não capitalistas, porém a condição de existência destas é para garantir, primeiramente, o processo de acumulação do capital. O campesinato possuiria uma dialética em seu processo reprodutivo capaz de congregiar diversos mecanismos que possibilitam sua reprodução. Essa reprodução teria suas próprias regras e diferentes condicionantes, que ora os colocam em posição de confronto, ora em situação de subordinação à estrutura capitalista.

A racionalidade peculiar do processo produtivo e do uso da terra não está disponível, em um primeiro momento, às exigências do mercado, mas é colocada ao atendimento das necessidades da unidade familiar. Contudo, dadas as condições de produção e conflito estabelecido via mercado, a força de trabalho camponesa e sua estrutura produtiva se subordina ao capital, ou seja, há uma reprodução subordinada, uma autonomia relativa. Essa estrutura subtrai as rendas da terra e do trabalho, que são incorporadas ao processo de reprodução do capital.

No Brasil, os principais autores sobre o campesinato são discípulos dessas duas principais correntes. Nomes como Ignacio Rangel, Alberto Passos Guimarães, José Graziano da Silva, entre outros, defendem que o campesinato é a face arcaica do campo e o avanço das forças produtivas levará a sua extinção, como preconizado por Kautsky e Lênin. Já nomes como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Edgard Malagodi, entre outros, advogam que o campesinato é uma classe cuja permanência é assegurada pela reprodução ampliada do capital, conforme análise clássica de Chayanov e Luxemburgo.



Entretanto, é inconteste que a sobrevivência do campesinato se deve muito à sua luta pela sobrevivência, à sua crença de que outro mundo é possível, à busca pela utopia, pelo território de esperança, pela terra prometida. E essa luta se apoia na família, na comunidade, na crença, na identidade cultural.

Segundo Moreira e Targino (2007, p. 76), “o ‘Território de Esperança’ é aquele conquistado e construído pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de ‘ruptura’ com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança”.

Moreira e Targino (2007, p. 73) desenvolveram o conceito de *Território de Esperança* com base na concepção de espaço de Milton Santos, para quem “o espaço é socialmente produzido, isto é, ‘criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada’ e ‘o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais’”.

O espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico. (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 73)

O *Território de Esperança* é “carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela bestialidade da exploração”. (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 76)

Como contraponto ao *Território de Esperança*, está o *Território de Exploração*, que tem como marcas “a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a



dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos ‘coronéis’”. (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 76)

Os assentamentos da Reforma Agrária podem ser entendidos como “territórios de esperança”. Nesses espaços, o campesinato pode construir um território com base na utopia e na esperança, mesmo que ainda subordinados de alguma forma ao capital. Na seção seguinte, compartilhamos as observações feitas na pesquisa de campo realizada em assentamentos do município de Sapé (PB), de março a dezembro de 2019.

A vida nos territórios de esperança

Noite de 21 de abril de 1996. Famílias cruzam os 78 km que separam os municípios de Alhandra e Sapé, na Paraíba. Na carroceria de caminhões, o grupo desvia dos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal. O destino é um acampamento, onde vão se unir a outras famílias sem-terra na luta por Reforma Agrária.

O relato está gravado até hoje na memória de Arlindo José de Lima, parceleiro do Assentamento Padre Gino, em Sapé. Poeta popular e evangélico, compara a aventura ocorrida há mais de duas décadas com o êxodo do povo Hebreu, do Egito até a Terra Prometida, como registra o livro sagrado dos judeus e cristãos.

Das dificuldades do acampamento, compartilha com João Francisco de Freitas (João dos Cocos), parceleiro do Assentamento Santa Helena II, as ameaças, a violência das tentativas de despejo, a ação de reintegração de posse e o feijão duro, que alimentava os acampados durante esse período. Seu João dos Cocos revela que muitas vezes se alimentava só com o caldo, porque o feijão era muito



duro. Cinquenta e dois por cento das famílias entrevistadas viveram essa experiência do acampamento.

A precariedade é relatada por outra família assentada no Santa Helena, a de dona Silvânia. Na época gestante e com um filho pequeno, dava assistência ao marido, mas não costumava dormir no acampamento devido a essa situação precária. Hoje com quatro filhos, três deles maiores de idade, é o retrato das contradições observadas entre as famílias assentadas.

O cultivo da cana-de-açúcar ocupa a maior parte dos 10 ha do lote, enquanto a criação de pequenos animais, como galinhas, perus e bodes, e o cultivo de alimentos no período chuvoso, como feijão, milho, batata, macaxeira, fava e inhame garantem a subsistência da família. O pouco excedente costuma ser comercializado por intermédio de atravessador. A renda monetária é oriunda da comercialização principalmente da cana-de-açúcar, do trabalho assalariado nas usinas da região (geralmente durante seis meses por ano, seja no corte ou no processamento da cana) e de benefícios sociais, como Bolsa Família e aposentadoria rural.

A melhor forma de comercialização da produção, na avaliação da maioria dos entrevistados, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. O programa, administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi criado em 2003, no âmbito do Fome Zero, tendo como objetivos promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. (MDS, 2019)

Entretanto, desde o governo Michel Temer, os recursos para o programa estão sendo reduzidos, o que obriga os camponeses a comercializarem a produção por intermédio de atravessador – a principal forma de comercialização para 63% das famílias. Alguns dos entrevistados acalentam a esperança de que seus projetos de fornecimento para o PAA sejam aprovados. Há assentados que fornecem também para a merenda das escolas da região, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).



Outra forma de comercialização é a venda direta, principalmente em feiras livres ou em feiras agroecológicas. Mas essa é uma realidade para uma pequena parcela dos assentados (21% das famílias). Semanalmente, eles se reúnem e levam a pequena produção para feiras da região. Um grupo ainda menor se desloca até a Capital toda sexta-feira para comercializar os produtos na feirinha agroecológica, que acontece no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nos assentamentos do município de Sapé, tradicional produtor de abacaxi, também encontramos lotes que produzem a fruta na maior parte da área da parcela, notadamente naqueles próximos a fontes de água. A característica edafoclimática da região, caracterizado por chuvas de final de verão e início de inverno, ou seja, de não perenidade às necessidades do calendário agrícola, dificulta o armazenamento natural da água das chuvas, o que limita a capacidade de produção das famílias, apesar de 68% dos entrevistados terem declarado dispor de irrigação.

A assistência técnica é rara, mas alguns entrevistados relatam que no início do assentamento receberam orientação técnica. Outros afirmam que estão sem assistência técnica desde 2018, quando os cortes orçamentários do governo federal paralisaram as políticas públicas que beneficiavam as famílias da Reforma Agrária.

O assentado Arlindo de Lima revelou que teve grandes prejuízos no início do assentamento, quando resolveu plantar inhame e abacaxi. Segundo ele, o valor da produção não cobriu os custos que teve. Para se recuperar das perdas com a lavoura, voltou a trabalhar como assalariado em fazendas de cana-de-açúcar da região, deixando esposa e filhos no lote. Atualmente ele cria bezerro, boi, peru, bode, galinha, além de manter lavoura de milho e feijão para atender às necessidades de subsistência. Mas, a principal fonte de renda é a aposentadoria.

Ele representa um grupo de assentados que não possui nenhum filho morando no assentamento. Os filhos de “seu” Arlindo moram no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas ele acredita que quando morrer dois deles assumirão a parcela. Os questionários aplicados revelaram que metade dos lotes tem um idoso como titular.



As famílias contratam esporadicamente vizinhos e amigos para executar tarefas que exigem a mobilização de força de trabalho superior à capacidade da própria família. Assim como costumam ser contratados pelos vizinhos e amigos para trabalharem “alugado”. A diária paga na região varia de R\$ 35,00 a R\$ 50,00, conforme declaração dos entrevistados.

Os assentados costumam relatar que a área dos lotes é suficiente para o sustento das famílias, mas encontramos parceiros que arrendam parte do lote de vizinhos para a produção, principalmente com fins comerciais.

Maria Aparecida, filha de parceiros e secretária da Associação do Assentamento Padre Gino, perguntada sobre quais os assuntos tratados nas reuniões da associação, relatou que são problemas de convivência com vizinhos e desrespeito às normas de utilização das áreas comuns, como, por exemplo, deixar animais às margens do açude.

Passados mais de 20 anos, uma nova geração se formou. Parte dos filhos e netos dos parceiros emigrou para os centros urbanos, mas muitos vivem hoje como agregados no lote dos pais (e/ou avós). É comum que em cada lote exista duas, três... até seis casas abrigando essas novas famílias. As principais razões apontadas pelos entrevistados para essa permanência foram: moradia (61%), acesso à terra (53%), possibilidade de trabalho na terra e renda (19%). Já os principais motivos apontados para quem resolveu emigrar foi não ter conseguido trabalho na terra (54%), não ter conseguido renda suficiente para manter a família no campo (37%) ou casamento (25%)⁴.

Mas, essas novas gerações não têm a mesma disposição para a luta. Quando inquiridos sobre a possibilidade de integrar algum movimento de luta pela terra, eles demonstraram não ter interesse. Contudo, quando confrontados com a

⁴ Como foi permitida mais de uma resposta, o total supera 100%.



possibilidade de ocupar um lote na região em substituição a alguma família desistente, a maioria (69%) se mostrou interessada.

Neste contexto, os discursos se apresentam por vezes contraditórios. Um camponês, que vive como agregado no lote de um cunhado, disse não ter interesse em participar da luta pela terra porque acha que é contra a lei. Mas, deseja permanecer na terra e teria interesse em substituir algum assentado, caso houvesse desistência.

Devemos levar em consideração toda a experiência da história vivida e as fragilidades do processo de formação social vividas por esses camponeses. A lona, a luta, a violência deixam marcas que o tempo não apaga. Enfrentar tudo novamente por um novo pedaço de chão, parece, a eles, controverso, já que o acesso à terra é permitido, em uma perspectiva intergeracional, e as dinâmicas do trabalho e da produção coletiva atendem suas necessidades mais imediatas.

Foi comum observarmos, nos discursos, que a terra já foi conquistada. Já se tem terra, boa ou não, para o trabalho e a moradia, então para que enfrentar a luta novamente. A luta agora é para continuar, permanecer e prosperar nela, pois os momentos de tensão ainda existem e rebatem com força nessa parcela populacional constituída pelos agregados, onde muitas das vezes a migração, mesmo que temporária, pendular ou sazonal, dessa força de trabalho, se apresenta como única alternativa garantidora de sua permanência na parcela do assentamento.

O processo de migração ocorre inicialmente pela atração de mão de obra por atividades paralelas e sazonais em outras áreas ou regiões, sendo caracterizado por um processo pendular. Num segundo momento, a força de trabalho se direciona ao núcleo urbano mais próximo e às cidades circunvizinhas. A migração definitiva para estados de outras regiões do país, principalmente a Sudeste, ocorre quando o processo de expropriação é definitivo, ou seja, quando acontece a “descampenização” da força de trabalho.



Apesar dos assentamentos na região serem fruto da luta por Reforma Agrária, existe também os que já eram posseiros da área. Como funcionários ou filhos de funcionários das usinas da região, viviam como moradores nas fazendas que foram desapropriadas.

Os assentados mais antigos lembram que a desapropriação dessas áreas foi mais célere em razão das enormes dívidas acumuladas pelos antigos proprietários, principalmente com impostos e financiamentos.

Observamos que o acesso à *internet* e os *smartphones* estão disseminados entre as famílias assentadas. Indagado se utilizava algum aplicativo para comercialização, um dos entrevistados respondeu que utiliza o *Whatsapp* para tudo. Observamos, ainda, que a maioria das famílias (65%) possui pelo menos uma motocicleta, principal meio de transporte. Algumas (33%) possuem também automóvel, mas não é tão comum. A maioria (74%) declara ter comprado esses bens à vista, com recursos provenientes da comercialização da produção e/ou das rendas diversas da família.

O cartão de crédito é utilizado por 52% das famílias entrevistadas, que declararam dispendir em média R\$ 544,00 por mês com o pagamento da fatura. Os valores informados variaram entre R\$ 100,00 e R\$ 1.000,00 mensais.

Além da agricultura, encontramos famílias que também desenvolvem atividades de artesanato e uma pequena pecuária leiteira. Uma das linhas de crédito especial disponibilizada é o “Fomento Mulher”, que visa a diversificação das atividades de geração de renda das famílias com maior participação feminina. O patriarcado ainda é muito forte no campo. Apenas uma em cada quatro famílias (25%) pesquisadas é chefiada por mulheres.

Um dos entrevistados revelou que a esposa conseguiu um financiamento de R\$ 5.000,00 para desenvolver atividades artesanais e a compra de duas vacas leiteiras, com possibilidade de desconto do principal a ser pago, reduzindo a dívida a R\$ 1.005,00.



A maior parte das famílias (79%) cria animais, principalmente aves, bovinos, suínos e caprinos. Essa criação apresenta uma característica interessante. Enquanto 29% das famílias declararam o autoconsumo como finalidade da criação, apenas 21% apontaram a reprodução e comercialização dos animais como objetivo. Para 27%, a criação é encarada principalmente como formação de uma poupança para momentos de necessidade ou emergência.

Quando precisam se endividar, as famílias recorrem preferencialmente aos empréstimos consignados (aposentados) ou aos empréstimos com parentes. Metade dos entrevistados apontou a primeira e a outra metade a segunda opção.

Apesar das dificuldades, quando perguntados se a vida melhorou depois que conquistaram a terra, a resposta é quase unânime: Sim.

O presidente da Associação do Assentamento Santa Helena I, João Balbino, revelou que a principal aspiração dos assentados é a titulação da área, com a emissão de escritura definitiva. Embora com o documento seja possível vender a terra, ele avalia que essa seja a intenção de pouquíssimas famílias. Outra possibilidade que a propriedade definitiva da terra permite é a facilidade para obter financiamento e o arrendamento para terceiros.

A escritura definitiva do lote possibilita também uma conquista social. O camponês, que era sem-terra, posseiro, trabalhador rural, acampado, que agora é um assentado do Incra, será proprietário. Numa sociedade em que o **ter** é tão valorizado, **ser** proprietário é um passaporte para a cidadania plena.

Considerações finais

O acesso à terra, que a política de Reforma Agrária proporciona, permite aos camponeses assentados melhorias nas condições de vida e reprodução social.



Contudo, a implementação parcial dos projetos de assentamento limita essas melhorias.

Observamos, nos assentamentos do município paraibano de Sapé, que as parcelas possibilitam a criação de estratégias que podem sinalizar a constituição de territórios de esperança. Com autonomia, desenvolvem atividades de subsistência e novas relações com o capital. Ao mesmo tempo, a reprodução camponesa assegura a recriação do campesinato e o fornecimento de força de trabalho para as usinas de açúcar e álcool da região.

A política de Reforma Agrária analisada aparentemente funciona conforme preconizada por Ignacio Rangel. O acesso à terra mantém os trabalhadores rurais próximos às grandes propriedades, que contratam esses trabalhadores sazonalmente, e sua sobrevivência nos meses em que está “desempregado” é assegurada pela produção para autoconsumo. Mas, no caso observado, como já relatamos, o camponês não é apenas um trabalhador rural assalariado, ele também mantém relações de subordinação ao capital de outra espécie, como fornecedor.

Observamos, ainda, que a figura do atravessador continua presente no processo de comercialização da produção, o que reduz os ganhos do campesinato. O PAA conseguiu, ainda que restritivamente, superar essa realidade. Com a extinção do Programa, o poder dos intermediários volta a comandar o processo de comercialização.

Contudo, a conclusão a que se chega é de que, apesar das deficiências e das contradições observadas, a política de criação de assentamentos da Reforma Agrária melhorou as condições de vida do campesinato.



Referências

BRITO, Carlos Alberto de. **Relação de produção e comercialização do abacaxi no Estado da Paraíba**. 1979. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (Pimes), UFPE, Recife, 1979.

CARVALHO, Maria Lúcia Gonçalves de. A cultura do abacaxi no município de Sapé: um exemplo de modernização. **Geonordeste**, Aracaju, Ano II, n. 92, 1985.

MDS. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> Acesso em: 05 dez. 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, Presidente Prudente (SP), ano 10, n. 10, p. 72-93, jan.-jun. 2007.

PANTA, Rômulo Luiz Silva. **O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da Reforma Agrária de Sapé (PB)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPB, João Pessoa, 2015.

_____. **Caminhos Cruzados: O Processo de Reprodução Socioterritorial Intergeracional do Campesinato Assentado**. João Pessoa: PPGG/UFPB, 2019.



(Relatório de Pesquisa)

RANGEL, Ignacio. **Obras reunidas**. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. **Um estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado em Economia). USP, São Paulo, 1992.

TARGINO, Ivan. **Agricultura e teoria econômica**. João Pessoa: CME/UFPB, Texto para discussão n. 129, 1998.

TCHAYANOV, Alexander V. **Teoria dos sistemas económicos não capitalistas** (1924). Tradução de Manuel Villaverde Cabral. p. 477-502. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79O11.pdf>>

Acesso em: 12 de maio de 2017.

www.ibge.gov.br Acesso em: 14 de abril de 2020.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT9

**PRODUÇÃO OU
APROPRIAÇÃO DO VALOR
PRODUZIDO? OS
DESAFIOS DO
DESENVOLVIMENTO
RURAL DIANTE DOS
PROCESSOS DE
APROPRIAÇÃO E CRIAÇÃO
DE RIQUEZAS**

COORDENAÇÃO

WALDECY RODRIGUES (UFT)

MOISES BALESTRO (UNB)



A monocultura canavieira, financeirização da economia e a teoria do valor trabalho.

RICARDO LUIZ SAPIA DE CAMPOS - Universidade Nova de Lisboa/UEvora

O interior paulista, especificamente o Oeste, pontualmente na “média araraquense”, região de abertura de antigas fronteiras agrícolas, com a cultura do café, é, das principais produtoras de cana-açúcar do Brasil. A comunicação parte de pesquisa, trabalho de campo e vivência em municípios ao redor de Araraquara, Novo Horizonte e Catanduva. A sociabilidade e o cotidiano dos pequenos municípios giram em torno da produção canavieira para produção do álcool e açúcar para o mercado interno e externo, além doutros subprodutos e da própria geração de energia. Uma economia concentradora de renda que passou a ser propagada como “sustentável e viável”, respeitando o meio ambiente com selos sociais e ambientais que viabilizam e chancelam positivamente os produtos para o mercado externo. Para a comunicação aponto dois eixos que se pretende sejam um só: trabalho e ambiente. O primeiro, trabalhado por literatura específica que se debruçou sobre o assalariamento agrícola, políticas de reforma agrária e fixação do homem no campo, e desde os anos dois mil com vieses para políticas públicas; Já a dimensão ambiental diz respeito aos impactos causados pela produção monocultora como a destruição de mananciais, matas nativas aliada a não implementação da área de preservação conforme reza o código florestal, e, as consequências da chamada pulverização aérea de agrotóxicos contaminando mananciais e plantas, e provocando a mortalidade de abelhas. Pulverização aérea feita por aviões e helicópteros disseminado veneno e normalizando uma prática condenada mundo afora e não raro com agrotóxicos proibidos na aviação civil até mesmo no Brasil onde a legislação é mais permissiva. Nestes pequenos municípios habitam principalmente os funcionários das usinas, comerciantes locais, outros ligados ao setor de serviço, funcionários públicos, na sua maioria municipais, e, não raro os proprietários das usinas. E, um outro grupo que nesta comunicação interessa mais diretamente: os proprietários (pequenos, médios e grandes) de terra, que figuram institucionalmente como “agricultores”, mas que vivem da renda da terra., ou seja, como rendeiros que arrendam suas propriedades para as usinas plantarem cana-de-açúcar. Vivem exclusivamente ou como complementação de renda, no caso dos pequenos agricultores, do arrendamento pago pelas usinas para o uso da terra. Este quadro que já se delineava no final do século passado, a partir, principalmente da criação do Proalcool em 1975, se consolida com a introdução do carro *flexuel*, e também pela aceitação do açúcar para o mercado externo. As usinas desde os anos 2000 tem preferido o arrendamento á compra, já que neste segundo caso trata-se de investimento de curto prazo. Estes “agricultores” (rendeiros), muitos dos quais herdeiros de glebas de terra de pais e avós, que são arrendadores



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



de terras para usinas de produção de açúcar e álcool, cerca de 70% das terras do estado, muitos dos quais sequer sabem onde ficam suas propriedades. O que fazem como “agricultores” é discutir contratos de arrendamento. As questões propostas são: construção de riqueza “fora” da medida do trabalho; apropriação da subjetividade enquanto riqueza, sociabilidade como trabalho; “rentismo do lucro”; integração trabalho e ambiente, dentre outras.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



Agronegócio e representação de interesses: o lugar do econômico nas estratégias de reprodução social do patronato agroindustrial

Autor: Felipe Ferrari da Costa¹

Resumo

Neste artigo tem-se como objetivo refletir sobre o lugar do econômico nas estratégias de reprodução social do patronato rural e agroindustrial no Brasil. Desta forma, partindo da noção de que o mundo social se encontra presente em cada ação econômica dos agentes e grupos e questionando a ideia de uma universalidade não histórica das categorias econômicas (BOURDIEU, 2001), busca-se refletir de que modo o elemento econômico aparece em articulação com dimensões políticas, sociais, culturais e simbólicas, presentes no processo de socialização destes atores, ajudando a compor diferentes mecanismos de subjetivação da realidade e produzindo diferentes racionalidades de ação destes agentes e grupos dominantes. Metodologicamente, este trabalho tem como referência a análise de entrevistas qualitativas realizadas no ano de 2017 com dirigentes do patronato rural e agroindustrial do estado do Rio Grande do Sul, representantes das seguintes entidades: Farsul; UDR; Aprosoja - RS; Conagro/Fiergs; Federarroz; Febrac; e algumas associações de criadores de animais de raça de nível estadual. A partir destas análises, percebe-se que, longe de se reduzir à lógica de uma racionalidade estreita e instrumental, os processos econômicos mobilizados por estes agentes constituem parte de suas práticas sociais, políticas e culturais. Assim, se a estruturação de dispositivos de pensamento propriamente econômicos ocorre em articulação com outras dimensões de sua vida social, a ideia de uma racionalidade dos processos econômicos e a busca pelo aumento da produtividade agropecuária e agroindustrial é apresentada por estes agentes também como retórica de legitimidade e estratégia de reprodução social numa perspectiva mais ampla. É importante notar que a mobilização de um debate econômico e a construção de imagem ligada à modernização tecnológica e à busca por maior racionalização na atividade produtiva aparece aqui, pelo menos, em dois sentidos: de um lado, como estratégia de ação que visa garantir interesses fundamentais da classe, manter sua condição de dominação e privilégio e reforçar as distâncias objetivas em relação a outros estratos e grupos sociais; e, de outro, também como elemento de disputas e de diferenciação

¹ Doutorando em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



interna à classe, onde noções como as de *produtividade*, *competência* e *qualificação* são mobilizadas por determinados setores e frações do agronegócio como forma de distinção, prestígio e reforço de capitais políticos internamente ao grupo. No entanto, cabe frisar, ainda que baseado em suposto de ação modernizante e mesmo que estes dispositivos econômicos se inscrevam num discurso que visa projetar imagem de renovação de práticas e de formas de atuação política, de incorporação de princípios de eficiência e produtividade, de rentabilidade econômica e, no limite, até mesmo de consciência e de responsabilidade social e ambiental, ao fim e ao cabo, evidencia-se aqui, como em outros momentos, o traço da ambivalência entre modernidade e atraso, como elemento constitutivo do processo de representação do patronato rural e agroindustrial no Brasil contemporâneo, como elemento constitutivo da construção política do agronegócio nesta realidade.



REDE DE ESTUDOS
RURAIS



Introdução

A Assessoria Econômica não tinha muita importância no passado. A Farsul era uma entidade puramente política e tinha um viés muito bem determinado. [...] Não havia uma preocupação com o lado econômico tão forte (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul²).

Desde o encontro com um discurso de representação que reproduz a ideia de uma separação quase que estanque entre economia e sociedade, entre a esfera da ação política e do cálculo econômico racional, neste trabalho, refletiremos sobre a ação coletiva e a representação de interesses do patronato agroindustrial no Brasil, buscando problematizar e desconstruir alguns elementos desta ideia geral. Neste sentido, a ação destes grupos e classes sociais é pensada aqui tendo como referência, de um lado, uma noção de uma economia como componente dos domínios do social e, de outro, pensando uma política que não se faz sem o apelo e a mobilização do elemento econômico, o qual está, de diferentes formas, sempre presente na ação de indivíduos e grupos, emaranhado mesmo em sua socialização cotidiana.

Desta forma, partindo da noção de que o mundo social se encontra presente em cada ação econômica dos agentes e grupos e questionando a ideia de uma universalidade não histórica das categorias econômicas (BOURDIEU, 2001) - quer dizer, refutando-as como guias ou definidoras, *per se*, de uma racionalidade de ação destes agentes e grupos -, busca-se refletir de que modo o elemento econômico aparece em articulação com dimensões políticas, sociais, culturais e simbólicas, presentes no processo de socialização destes atores, ajudando a compor diferentes mecanismos de subjetivação da realidade e produzindo diferentes racionalidades de ação do patronato rural e agroindustrial no Brasil. Em suma, constituindo-se aqui, no conjunto, como elementos definidores de sua representação e ação coletiva.

Assim, considerando a importância da esfera econômica como um dos lugares de constituição e de definição da ação coletiva destas classes e grupos sociais, pode-se compreender, em mais profundidade, como ocorrem acordos,

² Entrevista concedida ao autor em agosto de 2017.



alianças, conflitos e tensões entre diferentes setores ou frações internas destes grupos, bem como em relação aos seus adversários de classe. Ademais, pode-se explorar a diversidade de significados e sentidos presentes em tais ações, buscando compreender como, em verdade, estes elementos de um domínio econômico articulam-se, na ação patronal, e emergem desde a relação com outros elementos que informam a elaboração dos sentidos no mundo social, ajudando, desta forma, a definir práticas e ações políticas e a efetivar estratégias de reprodução social destes indivíduos e grupos.

Metodologicamente, este trabalho tem como referência a análise de entrevistas qualitativas realizadas no ano de 2017 com dirigentes do patronato rural e agroindustrial do estado do Rio Grande do Sul, representantes das seguintes entidades: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)³; União Democrática Ruralista (UDR); Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja - RS); Conselho de Agroindústria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Conagro/Fiergs); Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz); Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça (Febrac); e algumas associações de criadores de animais de raça de nível estadual.

Do ponto de vista da estrutura, além desta introdução (tópico 1), analiso os discursos e formas de ação política patronal, no contexto empírico mencionado, buscando desvendar o lugar do econômico nas estratégias de reprodução social destes grupos frente aos seus adversários de classe (tópico 2) e em termos de suas disputas internas (tópico 3), além de tecer breves considerações finais (tópico 4).

***“A política que servia para a classe produtora do estado”:* o econômico como recurso de legitimidade do patronato agroindustrial no Brasil**

³ A maioria das entrevistas foi realizada com dirigentes desta entidade.



Primeiro houve a crise na cooperativa aqui, depois houve a questão do confisco da soja com o Delfim Netto. Aí o sangue esquentou e acabei indo pra liderança dessas coisas. Bloqueamos as indústrias que levavam nossa soja e queriam nos botar 25% de confisco, bloqueamos as estradas, bloqueamos as ferrovias. Naquele tempo eu comandeí isso aí (Entrevistado 12, Ex-Presidente Estadual da UDR e liderança de oposição na Farsul⁴).

Se o sentimento de ameaça ao seu interesse econômico direto produz ação que modifica o cotidiano e extrapola a previsibilidade da representação patronal instituída, conduzindo o grupo à mobilização de rua, ao *bloqueio das estradas*, ao *bloqueio das ferrovias*, se faz o *sangue* das lideranças patronais *esquentar* e, ademais, se constitui como atributo de sua legitimidade interna, pois demarca espaço de surgimento e reconhecimento de novos porta-vozes da classe, percebe-se que o domínio da subjetivação e da prática econômica destes agentes não pode ser visto em si mesmo, já que não se constitui enquanto esfera estanque e hermética, fechada em si mesma, mas articula-se com outras dimensões de sua vida social, política e cultural.

Assim, a ideia de uma racionalidade econômica estreita e instrumental, embora em grande medida guie a ação destes indivíduos e grupos ao longo do tempo, em última instância, não se sustenta enquanto princípio fundamental e intrínseco de objetivação e ordenamento da realidade social em que se inserem. Conforme Bourdieu (2001, 1989), se entendidas como práticas duráveis e ligadas ao processo de socialização dos indivíduos, as disposições econômicas dos agentes não são formadas longe da história e das relações humanas, não são exógenas ao mundo social em que vivem e por isso, não informam uma racionalidade e um fundamento em si mesmas, mas articulam-se num universo social mais amplo e com um conjunto de racionalidades, ações e estratégias de reprodução social destes atores ao longo do tempo.

Portanto, buscando compreender a ação dos agentes sociais desde um princípio de internalização e reprodução de esquemas de percepção e de

⁴

Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



apreciação da realidade, que escapam à lógica de uma racionalidade econômica estreita e instrumental, bem como de determinismos apriorísticos e unilaterais em geral, a economia é pensada aqui também como parte das práticas sociais, culturais e políticas deste patronato, que estrutura dispositivos de pensamento propriamente econômicos em articulação com outras dimensões da vida social, apresentando a ideia de uma racionalidade dos processos econômicos também como retórica de legitimidade e estratégia de reprodução social numa perspectiva mais ampla. Assim, o apelo ao fundamento do cálculo econômico racional, se visa ganhos econômicos diretos, aparece aqui também como fundamento de uma prática política do grupo e, mais do que isso, como elemento retórico que justifica a renovação e supostas mudanças na objetivação destas práticas:

Se antigamente as coisas se resolviam no grito, na força, no movimento, em algum momento a sociedade brasileira ganhou uma complexidade e as coisas começaram a se resolver em gabinete e com argumento. E quando tu vais pro gabinete, pro argumento, tu vais debater com o Ministro, com o Secretário, utilizando o argumento, e pra isso é imprescindível uma Assessoria Econômica forte. [...] [No passado,] a gente queria o grito, gente que gritasse e batesse forte, não gente que argumentasse e trouxesse números (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul).

Como se vê, se o cálculo econômico racional pauta, em grande medida, a ação destes agentes na esfera da produção agropecuária e agroindustrial, ele aparece aqui também como fundamento de uma prática política, operada num ambiente de Estado, supostamente, regido pela impessoalidade das relações e pela racionalidade técnica das decisões, em suma, pela garantia do oficial e não pelo oficioso. Assim, o econômico aparece aqui como ação política representada por discurso de cientificidade, como elemento constitutivo de uma prática recorrente entre os representantes do agronegócio no Brasil recente. Conforme destaca Carneiro (2008, p. 138), para parcelas destes agentes

Existe uma racionalidade e uma lógica nas reivindicações dos produtores, ou seja, uma razão, que se constitui como elemento capaz de convencer os representantes das instâncias do Estado da justiça dos pleitos patronais. Nessa situação, a ciência e a técnica substituem ou podem excluir a luta política e as disputas por interesses. Ou seja, [se] opera um deslocamento do lugar da luta política, a disputa de interesses é travestida de cientificidade, por meio da construção de um discurso técnico e qualificado.



Especificamente, estas formas de ação política do patronato rural, mediadas pelo elemento do discurso técnico-científico, constituem-se como tentativas de aumentar a eficácia de reivindicações e se desvincular de imagens negativas comumente atribuídas ao setor. Assim, como apontam Bruno, Sevá e Carneiro (2009, p. 139), sobretudo quando se refere a temas polêmicos, detecta-se uma tendência e um esforço entre os representantes do agronegócio brasileiro de “trazer debates políticos para um campo de disputa delimitado por um discurso técnico-científico, como forma de ‘despolitizar’ os conflitos e os processos decisórios”. Se neste cenário, ainda segundo os autores, “a ideia de uma cientificização do discurso complexifica a luta de classes e a desloca do terreno da produção e do monopólio da propriedade privada para o campo das ideias e ideologias”, percebe-se aqui o papel de centralidade do elemento econômico como suposto desta racionalidade técnica e científica que fundamenta discursos e ações políticas patronais.

Desta forma, a mobilização deste discurso econômico se converte na representação de modernas práticas políticas, em retórica que justifica vantagens em favor do grupo, em discurso técnico que naturaliza e mascara os benefícios de quem possui trânsito privilegiado pelo interior do aparelho de Estado, ligando-se mesmo, ao fim e ao cabo, à luta pela garantia dos interesses patronais rurais e agroindustriais, ao reforço de seu poder de pressão e de influência num ambiente institucional de decisões e à diversificação e sofisticação de suas táticas de ação neste âmbito:

Os interesses do produtor a gente não leva mais no grito. A gente não enche mais uma Esplanada dos Ministérios com gente de trator. Vai o [economista – nome omitido] lá cheio de números. Até o presidente brinca com isso, ele diz: “olha, antigamente eu levava 10 mil, 20 mil pessoas com um monte de ferro pra Brasília, agora eu mando o [economista]. É muito mais barato” (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul).

Se, como dito, tal discurso e racionalidade de ação pautada no elemento técnico e econômico naturaliza e mascara um capital de relações sociais que lhes



permite circular de maneira privilegiada no interior do aparelho de Estado, reforçando relações de poder no campo político, o suposto contido em tais ações tem como base a busca pela diminuição de riscos advindos da excessiva exposição pública de seus representantes, desencadeando, finalmente, numa noção de eficiência na representação de interesses do grupo, testada e certificada na conquista de vantagens e benefícios em seu favor – “O Dr. Sperotto [então presidente da Farsul] não usa, como outros líderes, toda hora o jornal. Não sai em capa de jornal, não. Nós montamos o projeto às quietas e damos pro governo anunciar: ‘Política de Resultados’ é o que a gente chama isso” (Entrevistado 9, Diretor da Farsul⁵).

O elemento econômico pautado em discurso de racionalidade técnica e científica representa, assim, a imagem do novo, do moderno e do eficaz na representação patronal. Como se vê, o reforço deste discurso, construção de retórica de legitimidade e tática de ação política do grupo, facilita forma de pressão e de negociação discreta do patronato rural junto ao poder político de Estado, possibilitando-os abdicar muitas vezes do espaço público da pressão e da mobilização da classe e garantindo a conquista de resultados mais efetivos e duradouros em favor do grupo. Aqui, ao invés de mobilizar e se expor publicamente, a representação se faz como formulação técnica e como contato discreto com os órgãos de Estado.

No entanto, se os elementos de uma racionalidade econômica e produtiva são mobilizados neste discurso como base de renovação de práticas e formas de atuação política destes agentes - como alternativa ao *grito*, à *força*, ao *movimento* e ao número de gente⁶, como produção de táticas vistas como mais eficientes e baratas, mais sofisticadas e ligadas a um ambiente de crescente *complexidade* -, por outro lado, cabe frisar que esta noção de uma racionalidade econômica se constitui,

⁵ Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.

⁶ Não se está assumindo, com isso, que o patronato rural tenha abandonado a mobilização de rua como tática de ação política. Sobre isso, ver Carneiro (2008) e Costa (2019, pp. 202-217).



num espaço de representação marcado pela ambivalência entre o moderno e o atrasado, também como instrumento de afirmação de velhas estruturas e processos que, antes de se tornarem anacrônicos, estão fortemente ligados às formas de ação e estratégias de reprodução social destes grupos na atualidade.

Conforme destacou Bruno (1997), ao nível das classes dominantes agrárias e agroindustriais no Brasil, estruturas e processos sociais modernos e arcaicos não estão opostos entre si, mas se articulam e complementam, instituindo, em seu conjunto, uma realidade onde

Velhas e novas formas de dominação convivem sem escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a Associação de Criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador (BRUNO, 1997, p. 11).

Assim, em última instância, a ideia de uma racionalidade econômica moderna e da busca pelo aumento da produtividade na agropecuária, elementos apresentados no discurso patronal como princípios de ação e de renovação de suas práticas políticas, se convertem na reivindicação de antigas e tradicionais demandas do setor, materializando-se, o mais das vezes, em ação de defesa dos interesses fundamentais da classe, notadamente da propriedade e do monopólio fundiário, e de contraposição à reforma agrária – “os princípios da reforma agrária não eram os princípios da produtividade, eram os princípios da posse da terra” (Entrevistado 4, Ex-Presidente do Conagro/Fiergs e liderança de oposição na Farsul⁷).

Aqui, a ideia do produtivo e do moderno esconde a defesa de uma estrutura fundiária arcaica e de relações de poder e de dominação que têm por base históricos bloqueios sociais a populações subalternizadas. Ligado a um *habitus* conservador e como estratégia de reprodução social de classes e grupos dominantes, o discurso econômico patronal manifesta-se, neste caso, também como busca pela manutenção da *lei* e da *ordem*, elementos apresentados por eles como supostos fundamentais da *produção* e da *riqueza*, condição indispensável para o

⁷ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2017.



desenvolvimento de um setor, o agronegócio, visto como *um alicerce forte da economia*:

[O desafio] é mantermos a lei e a ordem e o produtor rural fazer o que ele sabe fazer de melhor, que é produzir com baixo custo, gerando divisas, gerando riquezas para fazer com que o Brasil seja pujante como é (Entrevistado 8, Prefeito Municipal e Ex-Diretor da Farsul⁸).

Assim, se em momentos de mobilização e de intensificação dos conflitos agrários o patronato rural mobiliza ideias ligadas à defesa da “segurança” e do “equilíbrio” e à manutenção da lei e da ordem, buscando apresentar noções de contraposição à “agitação”, aos conflitos agrários e ao que é entendido por eles como “perigosas lutas de classe” no campo (GASPAROTTO, 2016, p. 140), percebe-se, aqui, que esta retórica conservadora, fundamento de ação política que visa perpetuar uma estrutura social desigual, é alimentada também por elementos de um discurso econômico e produtivo que se apresenta como moderno e é utilizado pelo grupo para construção da representação e projeção de autoimagem. Desta forma, o conservador convive e se esconde por trás de um discurso que apresenta o agronegócio como uma das bases de sustentação econômica e social do país, ligando-o a noções de produtividade, riqueza e pujança econômica.

Ademais, ligado à defesa dos interesses fundamentais da classe – materializados, como dito, sobretudo, na defesa da propriedade e do monopólio fundiário - a articulação de um pensamento econômico que se pretende racional e moderno, se inscreve, nestes termos, como discussão sobre modelos de desenvolvimento, desencadeando-se na afirmação da legitimidade de determinada racionalidade e lógica produtiva, que sustenta a força econômica e política do projeto do agronegócio no Brasil:

Tem muito dessa questão: “Ah, a renda do pequeno”. Nós já discutimos o problema da escala, a economia já discutiu escala, o Henry Ford já discutiu escala. [...] Se tu trabalhares no imediatismo, tu tens que dar de comer pros caras, porque se não eles vão sair invadindo terra. Bom, então talvez seja uma solução [a produção agropecuária em pequena escala]. Mas eu tenho que ter o projeto para o momento seguinte. E esse cara [o pequeno produtor], não tem lugar pra ele. Ou ele vai ficar grande ou ele vai

⁸ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2017.



desaparecer (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul⁹).

Como se vê, neste caso, busca-se mesmo assumir o papel de um intelectual e formulador político da classe, mobilizando termos de uma ciência econômica moderna e colocando-os em diálogo com elementos de uma realidade empírica, onde se busca atuar e reproduzir condições de dominação social. Assim, nestes discursos, a afirmação de uma lógica de produção em larga escala, como fator de sustentação econômica e política do projeto do agronegócio¹⁰, se dá pela negação ao *imediatismo* e pela defesa da construção de políticas e planejamentos de longo prazo, que pensem o *momento seguinte* nestes processos produtivos – discurso, o mais das vezes, materializado também pela afirmação da necessidade de uma *política agrícola* que apoie e oriente as ações do setor.

Da mesma forma que atestou Bruno (2017, p. 165), percebe-se que a defesa da propriedade fundiária, concebida por eles “como um direito natural, absoluto”, ocorre pela recusa de que a terra cumpra uma função social e, o que é mais importante notar aqui, “respalda o argumento de que para ser moderno, é necessário ser grande”. Mais do que isso, como arremata a autora, “a escala como elemento chave da legitimação ideológica se transforma em exigência e encobre o caráter conservador da modernidade”.

Assim, as vezes de forma velada, as vezes de forma explícita, o discurso de uma racionalidade econômica moderna aparece aqui profundamente subordinado a uma estratégia de reprodução social de grupos e classes dominantes que buscam manter e mesmo aumentar as distâncias que os separam dos estratos mais baixos do espaço social - *tu tens que dar de comer pros caras, porque se não eles vão sair invadindo terra*. Concretamente, este discurso aparece aqui quase que como uma

⁹ Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.

¹⁰ Cabe frisar que este discurso de defesa da produção agropecuária em larga escala não ocorre de maneira homogênea e absoluta, já que as classes dominantes agrárias e agroindustriais operam, em paralelo à defesa da propriedade e do monopólio fundiário, a disputa política de alguns setores da agricultura familiar, formulando pautas e defendendo diretrizes para estes estratos sociais e produtivos, tema que merece maior tematização.



defesa explícita da desigualdade social, do não acesso, da afirmação da não existência de um *lugar* e do necessário *desaparecimento* econômico de um tipo produtivo mais baixo.

Como destaca Regina Bruno,

A força do pensamento conservador, do não reconhecimento dos direitos para os grupos subalternos, da humilhação como recurso de poder, da defesa da seletividade no acesso às políticas públicas [é] respaldada no pressuposto de que sua condição de beneficiário implica a exclusão e/ou dominação dos grupos subalternos (BRUNO, 2017, p. 166).

Desta forma, articulado desde a discussão sobre modelos de desenvolvimento e desencadeando na afirmação da legitimidade de determinado fundamento e lógica produtiva, o pensamento econômico racional e moderno do patronato agroindustrial brasileiro esconde o conservadorismo como marca estruturante na reprodução social destes grupos. Trata-se de “um conservadorismo que não é contra o uso da tecnologia, é contra, sim, os direitos da pessoa”. Trata-se de “um patronato rural que, por temer abalar suas estruturas de poder, não consegue juntar o liberalismo econômico com o liberalismo político” (BRUNO, 2017, p. 166). Em resumo, trata-se, mais uma vez, da marca da ambivalência entre o moderno e o arcaico, como característica estruturante da construção política do agronegócio no Brasil.

“A cultura que eu fui ensinado era baseada na produtividade”: o econômico como elemento de disputa e de diferenciação interna à classe

Não tem produtor rural que tenha mais competência e qualificação que o nosso (Entrevistado 8, Prefeito Municipal e Ex-Diretor da Farsul, se referindo aos produtores do sul do país).

Se visa garantir interesses fundamentais da classe, manter sua condição de dominação e privilégio e reforçar as distâncias objetivas em relação a outros estratos e grupos sociais, a mobilização de um debate econômico e a construção de imagem



ligada à modernização tecnológica e à busca por maior racionalização na atividade produtiva aparece aqui também como elemento de disputas e de diferenciação interna à classe.

Neste processo, noções de *competência* e *qualificação* são mobilizadas por determinados setores e frações do agronegócio como forma de distinção e de busca por prestígio internamente ao grupo. O discurso que projeta os *competentes* e *qualificados* - aqueles que seriam produtivos, modernos e demonstrariam eficiência na geração de renda e na maximização dos lucros - é utilizado como ferramenta de disputas intraclasse dominante agrária, pois visa melhorar a posição relativa de determinados setores patronais nas disputas inter-regionais ou intersetoriais que constituem o projeto do agronegócio no Brasil.

Da mesma forma, ideias ligadas ao *pioneirismo*, ao *empreendedorismo* e à inovação na atividade produtiva agropecuária e agroindustrial constituem atributo de legitimidade pessoal dos porta-vozes do grupo, já que reforçam capitais de distinção e de prestígio destes agentes, auxiliando na reprodução social de uma elite da classe. A partir da análise de alguns elementos do perfil socioeconômico de 23 dirigentes da Farsul do período 1988-2000, além da diversidade de perfis produtivos, identificou-se muitos casos onde estes agentes são reconhecidos socialmente por serem referências produtivas em suas atividades - o pioneirismo no desenvolvimento de raças de animais, de métodos de cultivos agrícolas, na aquisição de maquinários e tecnologias, bem como a condição de referência em termos de produtividade nestas mesmas áreas -, o que os coloca em posição de destaque e reforça seus capitais e sua legitimidade política na atuação como porta-vozes da classe (COSTA, 2019).

Como construção de discurso e projeção de autoimagem, independente de encontrar total coerência com a realidade, percebe-se que estas noções de uma maior eficiência e racionalidade nos processos econômicos que desenvolvem, bem como suposta condição de inovação e vanguarda nestas atividades produtivas, são



mobilizadas ativamente por estes agentes na afirmação da legitimidade de sua ação política perante o grupo:

Fui o pioneiro no RS na produção de novilho com dois anos de idade. [...] Eu tenho esse pioneirismo na minha história (Entrevistado 5, Vice-Presidente da Farsul¹¹).

Meu pai foi o primeiro produtor rural que plantou Azevém pra engordar boi. [...] A idade de abate do bovino foi comigo que mudou. O primeiro lote de novilho jovem é meu (Entrevistado 6, Ex-Vice-Presidente da Farsul e liderança da UDR¹²).

Eu venho do empreendedorismo, eu sou um produtor rural (Entrevistado 7, Vice-Presidente da Farsul¹³).

Ademais, se noções de *competência*, *qualificação* e *pioneirismo* distinguem e destacam determinados atores e frações do agronegócio, a existência de perfis produtivos diversificados, comentada anteriormente, possibilita a estes agentes sua presença e participação em diversas associações de representação específicas de seus ramos produtivos – as associações por produto e multiproduto -, o que traz à tona a marca da multiorganização do setor e possibilita forte enraizamento social e o estabelecimento de complexas redes de relações onde circulam as lideranças do agronegócio.

Desde complexas redes de relações, no limite, tal retórica modernizante expõe mesmo supostas divergências e o confronto direto entre discursos e representações patronais mais ou menos pautadas pelas noções de produtividade e modernização dos processos produtivos:

A cultura que eu fui ensinado era baseada na produtividade e naquela época, e permanece até hoje, uma manifestação dos proprietários pela posse da terra (Entrevistado 4, Ex-Presidente do Conagro/Fiergs e liderança de oposição na Farsul, grifo nosso).

Se, conforme Bourdieu (2001), o mundo social se encontra presente em cada ação econômica dos indivíduos e grupos, percebe-se que o fundamento de uma racionalidade econômica destes agentes relaciona-se com suas estratégias de

¹¹ Entrevista concedida ao autor em novembro de 2017.

¹² Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2017.

¹³ Entrevista concedida ao autor em junho de 2017.



reprodução social em dimensão mais ampla, podendo ser mobilizado como elemento de reforço ou renovação de capitais políticos e simbólicos.

Neste caso, sua retórica de legitimidade enquanto porta-voz da classe tem como base a construção de imagem ligada à produtividade e à tecnologia, processo que visa melhorar objetivamente sua posição interna ao grupo. Isso é possível, pois o poder simbólico destes discursos, “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer” determinada realidade e condição, é, em última instância, poder que transforma o mundo social, já que produz visões e ações sobre ele (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Diante disso, sem prejuízo à consideração de outros capitais políticos mobilizados, percebe-se que tal discurso de apelo à modernização e à produtividade econômica, juntamente com sua diversidade de perfis produtivos, possibilita que determinadas lideranças patronais circulem, de maneira privilegiada, em diversas instâncias de representação da classe, disputando a liderança de entidades do sindicalismo patronal rural, coordenando pautas do agronegócio junto à representação industrial e fundando e expandindo associações de criadores de animais de raça pelo estado, como é o caso deste entrevistado:

Eu defendia a produtividade. [...] Se tentou debater de tudo que é jeito. Não se conseguiu, a Farsul “apanhou” nesse assunto. E depois através da Fiergs eu consegui mais adesão (Entrevistado 4, Ex-Presidente do Conagro/Fiergs e liderança de oposição na Farsul).

Se mobilizado como retórica de legitimidade interna à classe, por um lado, tal discurso pode mesmo demarcar fissuras e diferenciações entre diferentes espaços de representação do patronato agroindustrial. Por outro lado, no entanto, pode legitimar determinados espaços de atuação do grupo e fortalecer identidade comum entre quem, supostamente, cultiva os princípios e noções de uma racionalidade econômica e produtiva modernizante.

Da mesma forma, a presença recorrente destes dirigentes em associações específicas de seus ramos produtivos também demonstra que as atividades econômicas e produtivas desenvolvidas por eles constituem-se como um dos



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



elementos de construção de sua identidade e de definição das formas de ação política na representação classista, já que em geral atuam a partir de espaços que representam os ramos produtivos e as atividades econômicas que são desenvolvidas em suas propriedades, incorporando pautas e formas de ação pertinentes a estes espaços.

Embora não de maneira absoluta, mas a identidade política de alguns destes atores parece fortemente referenciada por sua atuação na representação de interesses específica de determinados setores da agropecuária e da agroindústria. Em alguns casos, embora determinados dirigentes possuam perfis produtivos relativamente diversificados, trabalhando com diversas atividades agropecuárias, percebe-se que sua identidade política se liga mais fortemente a um destes setores, já que participam de suas entidades representativas e, a partir dali, constroem trajetória política e sindical.

Assim, como dispositivo de pensamento estruturado em articulação com diversas dimensões do mundo social, como elemento que, em última instância, não encontra seu fundamento em si mesmo, não se explica distante do social e do histórico, da dimensão política e cultural que marca a ação dos agentes e constitui suas estratégias de reprodução social, o econômico é elaborado pelo patronato rural também como identidade de pertencimento, como definição de um “nós”, que liga trajetórias sociais ao universo da produção agropecuária e agroindustrial, a um fazer econômico deste setor, determinando, em última instância, até mesmo quem seria legítimo ou não para falar e atuar em seu nome.

Neste processo, percebe-se, em primeiro lugar, que o princípio da qualificação de si e da desqualificação do “outro”, retórica de legitimidade e estratégia de reprodução social do patronato rural e de seus porta-vozes, muitas vezes, constrói-se tendo como eixo articulador a ideia da ligação ou não ao setor agropecuário, à produção no campo e, conseqüentemente, à identidade de um “autêntico produtor rural”. Mobilizada frente aos adversários de classe, aos agentes



governamentais e, até mesmo, aos pares da representação classista, tal noção legítima ou desqualifica: trata-se do agente de Estado que teria mais ou menos legitimidade para atuar e propor ações relacionadas à atividade agrícola se fosse *um produtor rural também*; trata-se da liderança patronal que possuiria ou não legitimidade para atuar como porta-voz da classe em função de sua ligação ou não a uma identidade de produtor rural - *o presidente da CNA [...] nunca foi produtor de nada*; trata-se, por fim, da liderança sem-terra vista como ilegítima, já que nunca teria pego *num cabo de pá, no rabo de um arado* (COSTA, 2019).

No entanto, se a ação econômica destes agentes é elaborada em articulação com a produção de retóricas de identidade e de legitimidade e se estes atributos estão associados, em primeiro lugar, a uma noção de pertencimento e de ligação às atividades produtivas agropecuárias – fundamentando-se na identidade de um “autêntico produtor rural” –, como se viu anteriormente, importa para este discurso de legitimidade patronal também a racionalidade e os signos específicos atribuídos a esta agência econômica, a esta atividade produtiva da agropecuária e da agroindústria.

Assim, não basta ser um *autêntico produtor rural*, já que os setores agropecuários e agroindustriais vistos como *extrativistas*, não eficientes, pouco modernos, os que *não querem gastar*, não querem investir, podem ser estigmatizados pelos pares. Conforme destacou Bruno (2009, p. 122), “a noção de atraso e de modernidade” se constitui, entre estes agentes patronais, como uma das principais fundamentações para a “classificação sobre quem pode e quem não pode pertencer ao agronegócio”, sendo mesmo um dos elementos de disputa pela direção intelectual e moral da classe.

Neste cenário, como já havia notado a autora, percebe-se, como tendência, que os segmentos do agronegócio localizados “dentro da porteira da fazenda” – aqueles ligados, fundamentalmente, à grande propriedade da terra – são, em geral, os que mais se sentem discriminados pelos demais setores das cadeias



agroindustriais e das redes do agronegócio no país, sejam os setores inseridos antes ou depois da atividade agropecuária em si - “A Abag tinha um certo ranço de ‘eu sou quem sabe’, ‘eu sou o moderno’, ‘eu sou o bem bom e vocês são o atraso do atraso’” (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul)¹⁴.

Este processo encontra fundamentos reais e objetivos na realidade do país, pois embora represente grande peso na estrutura econômica e social brasileira, a força e a importância política da propriedade da terra devem ser relativizadas na atualidade. Quer dizer, se vistos isoladamente, os setores ligados à propriedade da terra e à produção agrícola, muitas vezes, se encontram em condição de desvantagem econômica em relação aos grandes grupos econômicos multifuncionais, que operam em todas as etapas deste ciclo produtivo, ou mesmo em relação às empresas ou grupos familiares especializados em determinadas funções desta cadeia (BOITO JR, 2012).

No entanto, tal sentimento de discriminação e retórica de fragilidade em relação a outros segmentos e setores do agronegócio no Brasil pode ser visto também como tática de ação e estratégia de reprodução social dos grandes proprietários de terra e produtores rurais, já que os possibilita reivindicar a salvaguarda do Estado, via efetivação de ações de apoio e construção de políticas públicas em seu favor:

Nós [produtores rurais] somos uma parte do agro, nós somos a parte mais frágil da cadeia. E essa parte mais frágil da cadeia precisa de políticas públicas (Entrevistado 10, Vice-Presidente da Farsul).

Aqui, ser ou apresentar-se como *a parte mais frágil da cadeia* do agronegócio significa para estes agentes a possibilidade de reivindicar a existência de um “Estado tutelar, protetor e provedor”, estimulando a “cultura do favor, as relações officiosas” e revalorizando “velhos recursos de patronagem – em grande medida,

¹⁴ Neste caso, a discriminação se projetaria de uma entidade diretamente ligada às grandes corporações econômicas multifuncionais do agronegócio, consideradas os elos mais fortes destas cadeias (Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG), para uma entidade que atua, predominantemente, na organização daqueles agentes econômicos de “dentro da porteira da fazenda” (FARSUL).



realimentados pelo Estado” atualmente (BRUNO, 2009, p. 198).

Ademais, embora também mobilizem retórica modernizante, procurando vincular-se à imagem de progresso e produtividade econômica na agropecuária, a busca dos agentes de “dentro da porteira da fazenda” pela legitimidade interna ao agronegócio se dá, neste cenário, pela afirmação de sua capacidade de atuar em favor de diferentes estratos e perfis produtivos, cuidando de temas considerados de alta complexidade e difícil resolução e defendendo, a despeito destas diferenças econômicas internas, a manutenção dos interesses fundamentais da classe.

Assim, a representação política do setor é concebida por eles como diversidade de práticas e como desafio de resolução de difíceis demandas em favor do grupo e sua legitimidade interna afirma-se desde a força política e a capacidade de articulação e representação de quem se ocuparia, em seu cotidiano, também dos temas considerados menos atrativos às modernas cadeias do agronegócio:

É muito fácil trabalhar no filé mignon e deixar a carne de pescoço. Nós trabalhamos a carne de pescoço, nós vamos pra mesa de negociação, nós vamos fazer acordo coletivo, [...] vamos trabalhar nas negociações da reforma agrária, da área mínima. A Abag não quer saber, a Abag quer saber de práticas de comércio internacional e não sei o que (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul).

Como se vê, se o apelo à modernização e à racionalidade econômica e produtiva informam discursos de legitimidade e estratégias de reprodução social dos agentes do agronegócio na atualidade, determinados setores destas cadeias – notadamente os de “dentro da porteira da fazenda” - buscam afirmação política também pela representação de estratos produtivos menos modernos e pelo cuidado de temas considerados mais espinhosos e de difícil resolução, quando não completamente ignorados pelos setores mais modernizados e capitalizados do agronegócio.

Desta forma, se o econômico e o político não são esferas estanques e domínios completamente separados entre si, evidencia-se que o lugar ocupado na atividade produtiva agropecuária e agroindustrial, de certa forma, influencia na definição de diferentes posturas e leituras sobre o agronegócio e, por consequência,



na construção de conflitos e alianças entre estes agentes (BRUNO, 2009). Inscrito também num domínio de disputas políticas e lutas simbólicas pela definição de formas de percepção do mundo social, o discurso patronal aqui analisado busca produzir diferentes sentidos e significados em torno da incorporação da bandeira política do agronegócio e, especificamente, da definição dos processos econômicos que sustentam este projeto.

Se envolve ato de desqualificação do “outro” da representação patronal – aquele que só trabalharia *no filé mignon* da agropecuária e da agroindústria -, um dos princípios de tal construção de significado é o de afastar a noção de que o agronegócio seria constituído somente em torno de grandes e ultramodernos empreendimentos econômicos - *agribusiness não é só o cara que acessa internet pra ver a cotação da bolsa de Chicago* -, sendo necessário trazer tal definição para próximo da realidade vivida no campo, contemplando diferentes realidades de produtores rurais, que não necessariamente estão no topo das cadeias da moderna produção - *eu acho que agribusiness é um conceito que precisa ser trazido para a amplidão* (COSTA, 2019).

De todo modo, disputar o significado do agronegócio, enquanto palavra política, buscando ampliar sua abrangência e trazê-lo para próximo de sua realidade - se significa, para os agentes de “dentro da porteira da fazenda”, a fuga das discriminações de que se dizem alvo internamente às classes dominantes agrárias e agroindustriais (COSTA, 2019) -, implica aqui no manejo e na mobilização direta de categorias de pensamento econômico, que traduzem determinada racionalidade de ação, construída em articulação com a dimensão política, e que expõem ideias em torno do *trabalho*, do *dinheiro* e da lucratividade como elementos de afirmação e legitimidade deste patronato rural no Brasil contemporâneo:

Produtor rural, na minha definição, é só uma coisa: é um cara que tem que trabalhar pra ganhar dinheiro. Se isso é *agribusiness* ou não eu não sei (Entrevistado 1, Ex-Presidente da Farsul).

O produtor tem que ganhar dinheiro. Não tem esse negócio de eu sou sojicultor, arrozeiro, pecuarista, não. Produtor tem que gerar dinheiro, simples. É uma atividade econômica. A atividade simplesmente de paixão é



o futebol (Entrevistado 3, Economista do Sistema Farsul).

Ademais, para algumas lideranças, a modernidade econômica está no suposto da renda do produtor rural, e não unicamente no aumento de sua produtividade – “eu luto pela renda do produtor. Eu acho que, para o produtor, produtividade só não resolve” (Entrevistado 11, Ex-Presidente de Febrac e liderança de oposição na Farsul). Muitas vezes também o suposto da modernidade econômica se manifesta, além do espaço da produção em si, como capacidade de gestão e autonomia financeira de suas entidades representativas. Assim, ser eficiente na representação política do grupo significa, para algumas lideranças, gestar com *profissionalismo* as organizações de classe, buscando seu *crescimento* e *capitalização*, quase que aos moldes de uma *empresa*¹⁵ capitalista.

Conforme destacou Bruno (2009, p. 116), diferentemente de momentos pretéritos, na representação política destes setores patronais hoje, “assume-se abertamente o lucro como um dos objetivos do agronegócio”. Assim, “a condição de empresário, no sentido clássico e a identidade de classe da burguesia” aparecem como elementos constitutivos “da construção do agronegócio como projeto econômico e político” na realidade brasileira atual.

De todo modo, se a mobilização de categorias de pensamento econômico, no limite, apresenta-se neste discurso patronal, desde a ideia de uma racionalidade instrumental estreita e hermética – que vê no produtivo e no econômico a representação primeira do racional e aquilo que estaria distante do social, da cultura, das *paixões* -, por outro lado, percebe-se novamente que este discurso ajuda mesmo a projetar uma renovação de práticas e de formas de atuação política destes grupos, se inscrevendo, portanto, também neste âmbito. No fundo, a ideia da

¹⁵ Durante meu contato com os diversos interlocutores do campo de pesquisa, pude perceber o hábito de muitos dirigentes e assessores de se referirem à Farsul como “a empresa”, processo que demonstra determinada visão ou construção de imagem em relação à entidade, ressaltando-se uma perspectiva de modernidade nas dinâmicas de trabalho desenvolvidas ali, já que sua lógica de funcionamento se assemelharia a de uma empresa, com estrutura física, funcionários especializados e alto grau de complexidade na organização interna.



racionalidade econômica e da eficiência produtiva, como marcas de sua ação cotidiana, constroem imagem do agronegócio atrelado a um Brasil desenvolvido e próspero, projetando a moderna representação política deste setor desde uma ideia, não só de desenvolvimento e eficiência, mas também de responsabilidade social e ambiental:

O social, o econômico e o ambiental andam juntos (Entrevistado 9, Diretor da Farsul).

Nós somos produtores de alimentos, no conceito de muita gente, por obrigação. Tanto que os proprietários das grandes áreas continuam sendo os latifundiários, né. [...] No entanto, eu me considero importante por produzir arroz. Não sei pra quantas pessoas eu produzo, mas eu sou um produtor. E eu sempre tive esse tipo de posição, valorizar a quem produz (Entrevistado 2, Ex-Presidente da Farsul¹⁶).

Desta forma, o elemento econômico e o seu fundamento de racionalidade aparecem aqui, não somente como fuga de estigmatizações e de imagens negativas ligadas ao setor – notadamente aquelas ligadas às figuras do latifúndio e do latifundiário –, mas também como afirmação do exercício de uma função social, que justificaria seu papel ocupado na sociedade, os apoios e benefícios que recebe e, em última instância, o próprio estatuto civil de proprietário e produtor rural que detêm. Assim, a mobilização do elemento econômico como instrumento de legitimação social está, aqui, no discurso de quem se considera *um produtor*, de quem se diz *importante por produzir* alimentos, de quem reivindica valorização *a quem produz*, de quem, em suma, se apresenta coletivamente afirmando esta identidade – *nós somos produtores de alimentos*.

Considerações finais

A partir do que foi exposto aqui, destaca-se que a ação econômica patronal rural e agroindustrial e o seu fundamento de racionalidade devem ser percebidos desde a relação com as condições históricas e com o mundo social onde são elaborados. Se a produção destes dispositivos constitui elemento e estratégia de

¹⁶ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2017.



reprodução social no âmbito da produção econômica em si, a ação e a racionalidade econômica destes agentes, seu suposto modernizante, articula-se aqui também com suas formas de ação e práticas políticas numa dimensão mais ampla, constituindo-se, muitas vezes, como discurso e retórica de legitimidade que reforça os capitais políticos da classe ou, ainda, fundamenta suas disputas internas.

No entanto, ainda que baseado em suposto de ação modernizante e mesmo que estes dispositivos econômicos se inscrevam num discurso que visa projetar imagem de renovação de práticas e de formas de atuação política, de incorporação de princípios de eficiência e produtividade, de rentabilidade econômica e, no limite, até mesmo de consciência e de responsabilidade socioambiental, ao fim e ao cabo, evidencia-se aqui, como em outros momentos, o traço da ambivalência entre modernidade e atraso, como elemento constitutivo do processo de representação do patronato rural e agroindustrial no Brasil contemporâneo, como elemento constitutivo da construção política do agronegócio nesta realidade.

Referências bibliográficas

BOITO JR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, A. e BOITO JR, A. (orgs.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRUNO, R. A. L. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais – Conjunturas e políticas públicas**. Ed: e-papers, Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**. MAUAD X ed. /Eduar-UFRRJ, 2009.

_____. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das**



elites agroindustriais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CARNEIRO, O. B. **Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil.** Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ. 2008.

COSTA, F. F. **Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Rio de Janeiro, 2019.

GASPAROTTO, A. **“Companheiros Ruralistas!” – Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964).** Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.



Consumo crítico e emancipações políticas: trajetórias das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil.

Ivette Tatiana Castilla Carrascal - Universidade de Brasília

O Brasil é, ao mesmo tempo, um país reconhecido pela institucionalização da agroecologia e é um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos. O problema da concentração e uso da terra também é evidente. A quantidade de terra usada para o cultivo de grãos que será usada para pastagem e também para biocombustíveis está aumentando e contrasta com as áreas para cultivo diário de alimentos da população. Em contraposição, surgem novas formas de produção e consumo e é construído um consumo crítico. Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar a estrutura de uma pesquisa que esta em andamento cujo objetivo é responder à questão: Como formas alternativas de organização de produção e consumo no Brasil articulam experiências de consumo crítico com projetos de emancipação política? Para responder a isso, analisarei a experiência das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) no Brasil. A hipótese de trabalho é de que as Comunidades que Sustentam Agricultura (CSA) articulariam o consumo crítico exercido por seus atores, produtores e co-agricultores, com projetos de emancipação política para responder aos impactos que a financeirização do sistema agroalimentar tem causado. Por meio das formas de integração da economia (Polanyi) (redistribuição, reciprocidade e troca) essa articulação se fortalece e contribui para diminuir as distâncias não só geográficas, mas também de informações sobre quem produz e quem consome. Essas articulações podem ser afetadas se os grupos não se comprometerem a compartilhar os riscos.

Palavras-chaves: consumo crítico, financeirização dos sistemas agroalimentares; Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA).



1. Introdução

Este trabalho é uma pesquisa em andamento e se justificativa pelo interesse em conhecer em profundidade algumas experiências de resistência ao avanço dos processos macroeconômicos. Nesse sentido, as preocupações são sobre a relação entre o processo de financeirização dos alimentos e o problema da terra no Brasil o que leva a um aprofundamento da tendência à concentração fundiária e, conseqüentemente, à intensificação dos conflitos entre grandes latifundiários, movimentos sociais e líderes desses movimentos (Michelotti, Siqueira, 2019). Outra preocupação é o problema da liberação de agrotóxicos no país, que se mostram prejudiciais à saúde humana e, conseqüentemente, a tendência de adoecimento da população brasileira (Gurguel et al., 2019). Isso, além de ser moralmente repreensível e certamente uma fonte de aumento dos gastos com saúde pública que poderia ser evitado.

Segundo Borsatto e Souza-Esquerdo (2019), ao mesmo tempo em que o Brasil é reconhecido como pioneiro na institucionalização da agroecologia, é mesmo tempo um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos e um grande exportador de produtos agrícolas. De acordo com os dados disponíveis no Sistema Nacional de Notificação de Desordens (Sinan), de 2007 a 2017, foram notificados 107.535 casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil. Desses 39.698 registros, correspondem a envenenamento por pesticidas por uso agrícola, o que representa 52,8% do total de mortes relacionadas a envenenamento por pesticidas no país, revelando que o uso de pesticidas representa um grave problema de saúde pública.

Além do problema de saúde pública gerado com os restos de agrotóxicos (principalmente herbicidas, fungicidas e inseticidas), o problema de concentração e uso da terra é evidente. No caso do Brasil, a quantidade de terra usada para o cultivo de grãos que será usada para pastagem e também para biocombustíveis está aumentando e contrasta com as áreas para cultivo diário de alimentos da população. Segundo Carneiro (2015) na produção agrícola brasileira (entre 2002 e 2011), as



áreas cultivadas para soja, milho e sorgo cresceram, enquanto as mesmas áreas para alimentos plantados permanecem para o consumo diário da população brasileira (por exemplo, feijão arroz e mandioca).

Pelas preocupações acima mencionadas, entre outras, existe um apelo por sistemas alimentares mais sustentáveis, os quais segundo Moragues-Faus (2020) e Blay-Palmer et al (2020), devem ser equitativos, saudáveis e descentralizados, com características que tornem os novos sistemas alimentares mais democráticos em todos os níveis. Por mais que a pandemia COVID 19 tenha exposto o quão frágil e insustentável o sistema alimentar global é, ela também demonstra a resiliência das iniciativas locais de alimentos e cadeias de abastecimento curtas (Mert-Cakal e Miele, 2021). Comunidades que apoiaram esquemas de CSAs agrícolas em muitos países viram um aumento no número de consumidores, enquanto o interesse pelo esquema de caixas locais cresceu dramaticamente (Schmidt et al 2020, URGENCI 2020).

Segundo Mert-Cakal e Miele (2021), as CSAs são um movimento alternativo de alimentos e são considerados uma resposta de baixo para cima aos problemas dos sistemas alimentares dominantes. Mas elas precisam superar as barreiras que os impedem de se replicar, participar de políticas e tomadas de decisão em nível macro e de expansão. Nesta investigação pretende-se observar de perto o trabalho que os CSAs vêm realizando especialmente no Brasil desde 2011 e analisar como elas articulam experiências de consumo crítico com projetos de emancipação política.

2. Revisão de literatura

2.1. Financeirização e características do atual sistema agroalimentar

A consolidação do modelo neoliberal na década de 1990 trouxe um conjunto de transformações estruturais que mudaram a fisionomia da agricultura na América Latina. Entre as transformações mais importantes esteve o aumento da participação



do setor agrícola na economia, o que contrasta com sua capacidade de gerar meios de subsistência para a população rural. Outras transformações apontadas são a mudança no capital dominante que impulsiona as transformações econômicas do setor, a transformação da estrutura produtiva agrícola, novas formas de inserção dos produtores rurais nos agronegócios e novas formas de reprodução e resistência dos agricultores ao neoliberalismo (RUBIO, 2008).

As transformações apontadas por Rubio no parágrafo anterior, se relacionam com o que se conhece como a financeirização dos sistemas agroalimentares. A financeirização é o aumento da importância dos mercados financeiros, motivos financeiros, instituições e elites financeiras na operação da economia e instituições governantes em níveis nacionais e internacionais (Epstein, 2005,p.3). Agora, pensarmos na financeirização da agricultura e dos alimentos requer refletir sobre quais as condições para que isso aconteça.

Historicamente investimentos produtivos nos alimentos e na agricultura não eram a escolha preferida do setor financeiro, por causa dos riscos e incertezas associados ao clima, volatilidade de preços, entre outros fatores. E como consequência ativos financeiros vinham sendo investidos em imóveis, ações e títulos do governo e outros. Não entanto Lawrence et.al, (2015) apresentam algumas motivações para explicar o novo fascínio do setor financeiro no setor agro-alimentar. Entre as principais estão quatro, a primeira é a diminuição da disponibilidade per capita de terra, devido à degradação do solo, concentração de terra e urbanização; a segunda se relaciona com uso dado à terra. Terras que eram usadas para produzir alimentos para o consumo humano direto ou para grãos alimento de animais, estão sendo usadas para fornecer biocombustíveis para substituir o petróleo. Dado isso, governos estão prescrevendo a quantidade de biocombustível a produzir e isso tem legitimado a prioridade em combustíveis e não em alimentos. A terceira motivação é o crescimento da classe média em países como China, Índia e Indonésia e com mudanças nos hábitos alimentar. O consumo de carne tem aumentado e empresas



que produzem carne (seja de vaca, porco ou frango) precisam de um fornecimento regular de grãos (soja, milho, entre outros). Uma quarta motivação para investir no setor agro-alimentar são as oportunidades que o cambio climático esta trazendo como por exemplo a compra de bonos de carbono para redução de gases de efeito estufa.

Dadas as anteriores motivações pode se ter uma ideia de porque os investimentos financeiros se focaram neste setor agroalimentar. Além os atores mais importantes nos processos de financeirização além dos bancos, estão as próprias empresas que trabalham com comércio de commodities agrícolas. Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis A Dreyfus, conhecidas no mercado como firmas ABCD pela primeira letra dos seus nomes. Estas empresas começaram a estabelecer também serviços financeiros e assim criaram braços financeiros para gerenciar não somente seus próprios riscos senão também outros derivativos especializados de commodities agrícolas a terceiros investidores (CLAPP, 2012).

Depois da crise alimentar de 2008 tem-se um melhor entendimento sobre as formas nas quais investimentos financeiros especulativos podem exacerbar a volatilidade dos preços dos alimentos. Mas ainda há muito por compreender sobre como a financeirização tem mudado as dinâmicas de influência dentro do sistema alimentar global e o os seus impactos. A financeirização do sistema agroalimentar traz maiores distancias entre produtor e consumidor (não somente geográficas) e isso dá cada vez menor poder de agencia tanto para um como para o outro. O desconhecimento de onde e como são produzidos os alimentos e o aumento de cada vez mais atores nas etapas envolvidas nas cadeias globais de produtos alimentares. O resultado desse distanciamento que vá em aumento, é um enfraquecimento da influência de atores sobre os resultados do sistema alimentar (CLAPP, 2012).

Para Van der Ploeg (2008) o atual sistema agro-alimentar é caracterizado por possuir um elevado número de intermediários e uma baixa diversificação de



produtos. Esse sistema é dominado por impérios alimentares, compostos por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que operam globalmente e exercem controle e mercados locais apropriados e seus processos. Os impérios alimentares também são conhecidos como longos circuitos de comercialização e contrastam com os circuitos curtos.

No Brasil, a subordinação econômica ao mercado de produtos agrícolas é baseada na expansão das monoculturas, um modelo de concentração de terras baseado no uso intensivo de pesticidas e fertilizantes, causando poluição ambiental e exposição humana. A economia brasileira se baseia na produção de produtos minerais, como petróleo e produtos agrícolas, principalmente soja, cana-de-açúcar, café, milho e algodão e nos últimos anos, o modelo de monocultura se intensificou, aumentando ainda mais o consumo de venenos no país, o que ocorre como resultado da crise ambiental, econômica, ética, política e social que afeta o Brasil (GURGUEL et.al, 2019).

2.2 Crises e formas de integração da economia

Essa crise que já foi abordada por vários atores, como uma crise estrutural e não sistêmica, teve alguns fatores-chave para sua compreensão. Começando com a dependência de combustíveis fósseis, o grande número de importações de alimentos, o baixo incentivo à produção nacional. Além disso, o aumento de alimentos relacionado a Kuan (2009) com o aumento de combustíveis, a remoção de áreas férteis para a produção de plantas de biocombustíveis e a redução da variedade de alimentos.

Segundo Fraser (2014), a crise de hoje é multidimensional, e seu caráter severo se deve à convergência de três dimensões. Uma dimensão ecológica que se reflete na redução dos recursos terrestres não renováveis e na progressiva destruição da biosfera. Uma segunda dimensão é a financeirização da crise que se reflete na criação de uma economia subterrânea e insubstancial capaz de devastar a economia real. E uma terceira dimensão da crise, a social, se reflete no



esgotamento das capacidades humanas disponíveis para criar e manter laços humanos.

Ao perceber estas três dimensões da crise, a relação entre elas e a sua natureza, poderiam se revelar possibilidades de uma resolução emancipatória. E o pensamento de Karl Polanyi permitiria um promissor ponto de partida. Na sua obra clássica, *A Grande Transformação* de 1944, aborda um relato de uma crise anterior onde vincula ecologia, economia política e reprodução social. E a história que conta na *Grande Transformação* reflete em grande medida a situação atual e é considerada pela autora como uma segunda grande transformação (FRASER, 2014 p. 526).

Na interpretação de Fraser, para Polanyi a sociedade não pode ser uma mercadoria e a esfera de produção de mercadorias e relações de trocas somente é possível contra um plano de fundo de relações não-comoditizadas. No caso da crise ecológica o que está em jogo são os processos naturais que fazem possível a vida e que fornecem recursos materiais para o abastecimento social. No caso da reprodução social o que está em jogo são os processos sócio culturais, produto de relações solidárias, e da cooperação social. No caso da crise financeira, o que está em jogo é a aptidão para conduzir o intercâmbio além das fronteiras nacionais, guiar o desenvolvimento e acumular valores para o futuro.

Ou seja, o que está em jogo é a sustentabilidade do capitalismo por um lado e da sociedade e natureza pelo outro. Polanyi também ajuda na compreensão das formas de integração da economia: reciprocidade, a redistribuição e intercâmbio. As formas de integração designam os movimentos institucionalizados através dos quais os elementos do processo econômico como, os recursos materiais, o trabalho, transporte, armazenamento e distribuição de mercadorias, estão conectados. A reciprocidade descreve o movimento de bens e serviços entre pontos correspondentes de um arranjo simétrico, assim os produtos de uma atividade são partilhados com outras pessoas através de movimentos de dar e receber. A



redistribuição consiste em distribuir a partir de um centro. Centralidade seja de poder político o religioso. O intercâmbio seria o movimento de troca de mercadorias por determinado preço ou valor. Estas formas não representam necessariamente estágios de desenvolvimento, podem se apresentar um ou todas juntas na sociedade. Para algumas será mais importante a reciprocidade e para outras o intercâmbio e a redistribuição (POLANYI, 1977, p.35-42).

Para Buchala (2003, p.108) a partir do estudo de formas de integração, Polanyi pretendia demonstrar que o princípio da troca nem sempre foi o orientador das atividades econômicas assim como o mercado não ocupou o papel central na economia das diversas sociedades. Assim a economia pode ser organizada por meio de incentivos relacionado com parentesco, política, religião e não apenas por medo à fome ou pelo simples lucro.

Nesta direção aparecem como alternativas aos circuitos longos ou impérios alimentares, os circuitos curtos, que são uma forma de comércio baseada na venda direta de produtos da agricultura familiar e agroecologia. Eles reduzem o mínimo os intermediários entre produtor e consumidor, geram um impacto médio ambiental mais baixo e os produtos não são transportados em longas distâncias. Os circuitos curtos também se estabelecem com relações diretas entre produtores e consumidores como por exemplos em feiras, cestas, lojas de produtores, mercados locais e iniciativas que quebram a dinâmica estabelecida pelos grandes sistemas agro-alimentares.

A concepção de circuitos de proximidade ou curtos começou no Japão no ano de 1965, quando um grupo de mulheres preocupadas com o uso massivo de agrotóxicos e com a industrialização fundaram as Teikei. A palavra Teikei, cooperação ou aliança em japonês, designava um movimento que associou principalmente mulheres produtoras agrícolas e consumidoras preocupadas pelo impacto da industrialização e o uso massivo de químicos nos alimentos. Os produtores se comprometiam a proporcionar alimentos sem químicos em troca da



compra por subscrição da sua colheita. Essa experiência se difundiu por todo o país e influenciou outras experiências na Suíça (Food Guilds); no Canadá e nos Estados Unidos, desenvolveram-se as CSA (Community Supported Agriculture) ou Comunidades que Sustentam à Agricultura. Na França, algo parecido às CSA se desenvolveu em 2002 e tem tido muita influência em outras experiências: as AMAP (Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne) ou associações para manutenção da agricultura camponesa. Na América Latina, as experiências de circuitos curtos mais representativas são as biofeiras, os mercados ecológicos, orgânicos, como em Cuenca e Loja no Equador, Jalisco e Xalapa no México. Na área compras públicas (mercados institucionais), no Brasil, por lei se estabelece que ao menos 30% das compras públicas para merenda escolar devem ser feitas diretamente à agricultura familiar (CEPAL, 2014).

3. Discussão inicial

A relação direta entre produtor e consumidor e o encurtamento de distâncias é importante para fazer frente em parte ao distanciamento resultado da financeirização do sistema agroalimentar. As Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil, são uma forma alternativa de organização da produção e consumo que trabalham no encurtamento de tais distâncias; nascem no Brasil 2011, em São Paulo e hoje tem mais de 100 iniciativas em todo o Brasil. O primeiro CSA no Brasil, foi em Demétria, Botucatu, a partir do impulso dado pelo artista Hermann Pohlmann. O projeto se iniciou com 30 famílias, no final de 2013 tinha 300 membros abrangendo as cidades de Botucatu, Ourinhos e São Paulo (LENCIONI, et.al, 2018).

Nos CSAs os consumidores ou co-agricultores compram produtos diretamente do grupo de produtores, mas pagam por antecipado. Os produtores produzem segundo as quantidades combinadas, produtos sem agrotóxicos, agroecológicos em sua maioria, e também trazem uma variedade de produtos semanalmente. Segundo Eckert e Meira (2016), as CSAs estão caracterizadas pela



produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos, é realizada por agricultores familiares nos seguintes moldes: colheitas semanais – de vegetais, legumes ou frutas, sempre locais e da estação – e fornecimento de cestas de alimentos frescos para grupos de consumidores, todos vinculados previamente aos produtores.

Henderson e Van En (2007) apontam a CSA como possibilidade para os pequenos produtores enfrentarem os riscos de um mercado cada vez mais competitivo. Também há uma partilha de riscos e benefícios entre consumidores e produtores.

A CSA representa uma alternativa possível ao regime alimentar corporativo e à concentração agrícola pois abrange uma ampla justiça ambiental, econômica, de saúde e social iniciativas na tentativa de proporcionar aos agricultores melhores meios de subsistência e oportunidades. A terra e o capital são acessíveis e tem a segurança de uma renda confiável e adequada, além de estratégias de gerenciamento de riscos e oportunidades educacionais para a próxima geração de agricultores (PAUL, 2018).

Essa interpretação ajuda a pensar em que formas de organização da produção e consumo como as Comunidades que Suportam a Agricultura, estariam sendo um espaço para onde estas formas de integração se sintonizassem. E são também um exemplo de consumo crítico. A organização de comprar regularmente dos mesmos produtores é um ato político, pois promove o transbordamento da noção de política no campo da participação coletiva. O relacionamento direto com o produtor muda a perspectiva do produto: aprender sobre a sazonalidade; As propriedades alimentares, variedades e estética dos alimentos e seu modo de produção. Isso caracteriza essa relação como uma experiência de educação do consumidor, pois colabora para promover a reflexão crítica das pessoas envolvidas sobre os atuais padrões de consumo adotados em nossa sociedade (BENSADON et al, 2016).



Para Portilho et al (2011), consumo crítico pode ser entendido como a percepção e o uso de práticas e decisões do consumidor como forma de participação na esfera pública. Segundo os autores, os conceitos de consumo e sociedade de consumo são repensados pelas ciências sociais, uma vez que categorias tradicionalmente atribuídas a ele como individualismo, insaciabilidade, superficialidade e alienação se contrapõem à observação empírica de propostas que associam as práticas de consumo a valores como solidariedade, participação social. Com isso, o consumo deixa de ser apenas uma forma de reprodução das estruturas sociais vigentes para se tornar um instrumento e uma estratégia de ação política que incorpora valores como solidariedade e responsabilidade socioambiental.

4. Hipótese de trabalho

Depois da revisão de literatura e com as impressões iniciais da pesquisa se levantou a hipótese de que as Comunidades que Sustentam Agricultura (CSA) articulariam o consumo crítico exercido por seus atores, produtores e co-agricultores, com projetos de emancipação política para responder aos impactos que a financeirização do sistema agroalimentar tem causado. Por meio das formas de integração da economia (Polanyi) (redistribuição, reciprocidade e troca) essa articulação se fortalece e contribui para diminuir as distâncias não só geográficas, mas também de informações sobre quem produz e quem participa do outro lado. Essas articulações podem ser afetadas se os grupos não se comprometerem a compartilhar os riscos. O consumo crítico no Brasil hoje significa que todas essas práticas envolveriam a construção de resistência por meio de feiras, mercados, cestas, espaços de troca. Teria impacto também nas políticas públicas de promoção e incentivo às práticas de segurança e soberania alimentar, em defesa dos direitos das lideranças indígenas e ambientais.



5. Bibliografia

BENSADON, L. S.; GONCALVES, J. R.; MASCARENHAS, T. A atuação dos Grupos de Consumo Responsável no Brasil: Expressões de práticas de resistências e intercâmbios em rede. *ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA*, v. 41, p. 205-232, 2016.

BORSATTO, R e SOUZA-ESQUERDO, V. MST's experience in leveraging agroecology in rural settlements: lessons, achievements, and challenges, *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 43:7-8, 915-935, 2019.

BUCHALA, L. Economia e sociedade em Karl Polanyi. *Formação Econômica*, Campinas, (10): 101-125, jun./dez. 2003.

CARNEIRO, F. (Organizador). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde/ Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Agricultura familiar y circuitos cortos. Nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2014. (Serie Seminarios y Conferencias 77).

COLOME, MAYER, 2016. Consumo, política e engajamento: uma análise sociológica do consumo contestatário vegano no Brasil e Canadá. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em sociologia, Universidad Ferderal de Rio Grande do sul, 2018.

CLAPP, J. The financialization of Food: who is Being Fed? Paper for the International Society for Ecological Economics Conference, June 16-19, Rio de Janeiro, Brazil, 2012.

EKERT, D; MEIRA, F. A mercantilização em contramovimento: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Monas Gerais. Artigo apresentado no II Encontro Latinoamericano de Estudos do Consumo, Novembro 9 a 11 de 2016. Rio de Janeiro, Brasil.

EPSTEIN, G. Introduction: financialization and the world economy. In: G. EPSTEIN (ed.), *Financialization and the World Enconomy*, Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edwars Elgar Publishing, pp. 3-16., 2005.



FRASER, N. ¿Puede la sociedad transformarse en una commodity? Reflexiones pospolanyianas sobre la crisis capitalista”, en Coraggio et al., Reinventar la izquierda en el siglo xxi: hacia un diálogo norte-sur (Buenos Aires: UNGS, 2014), 527, 2014.

GURGEL, A; DOS SANTOS, M; GOMES, I; GURGEL, D (organizadores). Saúde do campo e agrotóxicos : vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico-metodológicas / organizadores. Recife: Ed. UFPE, 2019.

KUAN, C. J. *La crisis alimentaria: retos y oportunidades en los Andes*. Lima: Judith Kuan Cubillas, 2009.

LAWRENCE, G; SIPPEL, S; BURCH, D. The financialisation of food and farming. In book: Handbook on the Globalisation of Agriculture (pp.309–327). Editors: Guy M. Robinson, Doris A. Carson. Publisher: Edward Elgar, 2015.

LENCIONI, et.al, A Economia associativa na agricultura de base ecológica: um estudo de caso do CSA Demétria, Botucatu, SP, (p.193-199). Em: Plantando sonhos: experiências em agroecologia no estado de São Paulo. Organizadores: LIN CHAU MING et.al, Feira de Santana: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2018.

- 1) PAUL, M. Community-supported agriculture in the United States: Social, ecological, and economic benefits to farming. In: Journal of Agrarian Change. 2018, 1-19.

POLANYI, K. *The Livelihood of Man*. New York, Academic Press, Inc., 1977.

PORTILHO, F. CASTANEDA, M. e CASTRO, I de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2011, vol.16, n.1, pp.99-106. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100014>.

RUBIO, B. (org.). *Formas de explotación y condiciones de reproducción de las economías campesinas*. Quito, Ediciones La Tierra, 2008.



Na terra da propriedade: um breve ensaio sobre a produção do espaço privado, público e comum

Prof. Dr. Victor Tinoco
Pesquisador do Grupo Urais PUC-Rio
victortinoco85@gmail.com

Introdução

O presente texto busca analisar a produção do espaço geográfico a partir das representações das propriedades privadas, públicos e comum no jogo de mercantilização da terra e do solo urbana, para que possamos entender os processos que cercam tais dinâmicas ao mesmo tempo articuladas ao movimento de acumulação geral do capital.

Para tanto, é necessário analisar o espaço como produto das relações sociais e como condição e meio para existência das mesmas. Assim, nos revela as lógicas de apropriação dos sujeitos e as diferentes formas de hegemonias que se apresentam entre dominados e dominantes, no que vamos colocar como proprietário e despossuídos.

A terra entra no jogo da mercadoria como um meio de produção e de vida, dela se retira a renda, pois não é nenhuma mercadoria originária do trabalho social, de maneira tem que pagar um tributo para o seu uso. E o que poderemos ver no atual momento histórico é que o capital desenvolveu novas formas de extração da renda não só da terra e do solo urbano, mas da natureza. Assim coloca-nos em um debate sobre o conflito entre a lógica privada-individual, o valor de troca e uso comum, no qual o Estado possui um papel essencial como um organizador social, regulador jurídico e fomentador da propriedade privada via os bens público.

Então, no presente debate adentra as escalas da produção do espaço no processo de acumulação e sua inserção na lógica da vida a partir da supressão do



valor de uso pelo valor de troca que vai sendo imposto como modelo social, o espaço como uma mercadoria.

O trabalho está dividido em três partes. Iniciando com um debate sobre o processo geral da produção do espaço; em um segundo momento fizemos uma análise entre a relação entre o público e o privado; e na terceira parte uma reflexão das questões no entorno da terra, a natureza e suas apropriações sociais diante da extração de renda.

A Produção do Espaço

A existência humana é essencialmente espacial. O espaço é produto, condição e meio da existência humana, ele é a representação e a concreticidade das relações sociais. Na compreensão de Ana Fani Alessandri Carlos (2011), a produção do espaço seria a obra do processo civilizatório. Para ela, o espaço como condição, meio e produto da existência humana é um fator que possibilita entender a espacialidade como uma produção social.

Por tratar o espaço como uma produção social, o tempo também se insere nessa dinâmica; assim, podemos compreender a realidade humana em uma lógica de espaço-tempo de produção da realidade, não dissociada, promovida pela ação humana de maneira contínua.

Nesse sentido, entendemos que a natureza humana é espacial. A partir dessa afirmativa, Carlos (2011) aponta que a produção do espaço é campo de análise que possibilita que

o desvelamento do conteúdo do mundo moderno passaria pela discussão sobre a reprodução continuada do planeta, na sua condição de inacabamento, situando-se no tempo presente sem deixar de indagar-se sobre o passado (p. 39).

Ela observa que o campo da produção do espaço compreende a relação espaço-sociedade como um contínuo processo de produção de um através do outro.



Carlos (2011) dialoga diretamente com Henri Lefebvre (2013), em que trata a questão

considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos de “natureza” mais ou menos modificada, e nem como simples fatos de “cultura”; mas como produtos. O que conduzia a uma modificação no emprego e no sentido desse último termo. A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” quaisquer, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da natureza segunda, efeito da ação das sociedades sobre a “natureza primeira”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. Produtos? Sim, em um sentido específico: notadamente por um caráter de globalidade (não de “totalidade”) que os “produtos” não têm na acepção comum e trivial, objetos e coisas, mercadorias (ainda que precisamente o espaço e o tempo produzidos, mas “loteados”, sejam trocados, vendidos, comprados, como “coisas” e objetos!). (p.124)

Não somente na produção se dá essa relação, mas também na forma de apropriação por parte da vida, sendo as expressões de cada sociedade na apropriação e transformação do espaço do viver e de como o espaço a transforma simultaneamente. A apropriação se expressa em um conjunto de atos e ações através do corpo (visto como uma extensão espacial) que define e delimita as marcas civilizatórias sob a superfície terrestre.

A ação é fator essencial para a produção e apropriação do espaço, tanto para a transformação quanto para a criação da espacialidade de modo geral. Para Santana (2013), o espaço pode ser visto como resultado de ação social e, simultaneamente, como condição para ação social. A ação social, segundo Santana (2013), está designada nas múltiplas dimensões da vida humana – econômica, política, cultural, simbólica, física, ecológica etc. Essa multidimensionalidade, em seu contínuo movimento dialético, é um dos principais alicerces na dimensão espacial.

Na concepção de espaço desenvolvida por Milton Santos (2014), a ação tem um papel central, pois ele compreende o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Com essa proposição, Santos (2014)



elabora uma análise do espaço que agrega as dimensões naturais e técnicas da sociedade a partir de um sistema de ações, que transita tanto no sistema de objetos como no de ações pelo passado e futuro mediante as considerações do presente das sociedades.

O que nos chama atenção na abordagem de Santos (2014) é o fator que ele aponta a respeito da intencionalidade da ação. Ele aborda que toda ação é dotada de intencionalidades objetivas e subjetivas, é o resultado da interação das decisões do homem com o seu mundo e com o seu entorno.

A ação é a articulação entre o particular e o universal, entre o global e o local, entre o todo e a parte, “pois os une através das (inter)ações recíprocas, cuja objetivação se realiza no espaço e no tempo, no bojo do movimento de totalidade” (SANTANA, 2013, p. 36). Ação como a articulação que está presente na história das sociedades humanas, que molda as transformações do sujeito e da sociedade.

Esse conjunto das ações apresenta-se rotineiramente no dia a dia, se repetindo e também criando novas ações que se realizam no espaço-tempo, a vida cotidiana. Em uma definição mais direta, podemos entender que a vida cotidiana é a vida de todos os dias, de todos os homens e mulheres em suas repetições em gestos, relações, ritmos etc. no dia a dia. Cada época possui sua forma de cotidianidade e as particularidades que sustentavam o seu imaginário social.

Ao compreendermos o espaço como produto, condição e meio da vida humana, como um produto social, temos que destacar que ele, na ordem política e econômica do sistema capitalista, é apropriado na forma de mercadoria. O capital, hoje, necessita produzir espaço de maneira a continuar sua expansão para a ampliação da lógica de acumulação.

A produção do espaço do mundo moderno cria continuamente novas formas de acumulação de capital e de relações sociais capitalistas. Com o avanço tecnológico nos setores de comunicação e transporte, esse processo se tornou mais intenso, promovendo uma globalização do capital na forma financeira e nas relações



sociais. O capital necessita cada vez mais da produção do espaço para continuar o processo de acumulação, “não apenas a produção de bens materiais (móveis ou imóveis), mas também da produção simbólica e de relações de poder” (SOUZA, 2013, p.41).

O Estado: Público e Privado

A face atual do metabolismo do sistema capitalista é denominada neoliberalismo, que se caracteriza por um padrão econômico e de relações sociais que potencializam o indivíduo a formas de sujeição ao mercado, a normas sociais propostas por essa “ideologia”, cujas mudanças mercantis se engendram no sujeito (DARDOT&LAVAL, 2016).

O Estado está inserido na ordem neoliberal como promotor direto, pois o “mercado como uma realidade construída, como tal, requer a intervenção do Estado, assim como a instauração de um sistema específico” (DARDOT&LAVAL, 2016, p. 323). No papel de promotor da lógica neoliberal, o Estado obriga a si mesmo a ser uma empresa, em seu funcionamento e nas relações com outros estados. Ele ainda é um agente essencial no sentido de seu funcionamento, pois detém todo o aparato legal de ordenamento do território e de seus respectivos usos, bem como de direcionamento de investimentos.

O Estado, com seus instrumentos legais, produz, assim, grandes transformações nos usos e funções dos lugares da cidade, reproduzindo uma hierarquia desses lugares no conjunto do espaço metropolitano. Mas, ao direcionar os investimentos em infra-estrutura, ele aprofunda as desigualdades na metrópole, interferindo de modo marcante nas formas de apropriação do espaço à medida que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencia do solo (CARLOS, 2015, p.30).

As implicações apontadas acima apresentam o Estado como promovedor de um “ambiente de negócios”, que tem por objetivo atrair investimentos em seu território, facilitando para o capital se territorializar e oferecendo vantagens



locacionais de mobilidade, serviços e mão de obra, como parte do discurso neoliberal do Estado-empresa.

O Estado nessa forma possui cada vez mais uma atuação de intervenção diretamente para a propriedade privado. Fomenta e dinamiza a liberdade econômica e individual, deixando de lado a essência pública. O uso é suprimido pelo valor de troca, as sociedades são impostas a uma lógica de produção em que à vida é a mercadoria.

A perspectiva do espaço enquanto mercadoria determina a propriedade privada como base das relações, uma relação de dominação entre proprietários e não proprietários, se expressando no acesso à terra, tanto no campo quanto na cidade. Todos, nesse sentido, estão dentro do processo de expropriação da terra (MARX, 2013). É o uma massa de despossuídos presos a um limitado número de possibilidades de condições de vida determinados pela propriedade privada, que controla o acesso ao direito à cidade que é medido pelo preço da terra e do solo urbano.

A propriedade privada é um fator histórico na construção do capitalismo, passa pela transformação da ideia de privado do momento feudal para o privado no capitalismo, em que

A posse da propriedade privada na terra confere poder exclusivo a pessoa privada sobre algumas porções do globo. Isso envolve uma concepção absoluta do preço, uma das propriedades mais importantes do que é um princípio de individualização estabelecida mediante a exclusividade da ocupação de uma determinada porção de espaço- duas pessoas não podem ocupar exatamente o mesmo lugar nesse espaço e serem consideradas duas diferentes. A exclusividade do controle sobre o espaço absoluto não está confinada a pessoas privadas, mas se estende aos Estados, às divisões administrativas e a qualquer outro tipo de indivíduo jurídico. (HARVEY, 2013, p. 438)

A visão do espaço absoluto apontada por Harvey (2013) é de que para ser uma propriedade privada é necessário que seja claramente delimitada, nomeada e identificada, e no caso da terra e do solo urbano isso é feito através de



mapeamentos cadastrais e registro de propriedade. O capital hoje não se limita somente a estes tipos de mercadorias, os direitos da propriedade privada, como nos indica Harvey (2016), vão também em busca do controle dos processos naturais, do controle da dinâmica biológica, por via de usos de patentes nas questões de biotecnologia, nos objetos e nos processos da natureza.

Antes de pensarmos no fator da natureza na lógica da propriedade privada, temos que observar o papel do Estado como garantidor da ordem privada e do processo de acumulação e também a relação próxima entre público e privado.

O poder coercitivo e regulador do Estado é um fator garantidor do direito de propriedade privada capitalista. É com o poder monopolista da violência que é imposta a garantia individual de propriedade protegendo o regime da propriedade essencialmente como mercadoria.

O poder centralizado do Estado é usado para proteger um sistema de propriedade privada descentralizado. No entanto, a extensão do estatuto de pessoa jurídica individual a empresas e instituições poderosas obviamente corrompe o sonho utópico burguês de um mundo perfeito de liberdade individual e pessoal para todos, baseada na propriedade democraticamente distribuída. (HARVEY, 2016, p. 50)

O indivíduo é a centralidade dessa discussão, no entanto, a concentração de propriedades nas mãos de poucos e expropriação de muito mantém uma ordem hegemônica e desigual. O indivíduo proprietário é um sujeito jurídico, o sujeito proprietário, protegido pela lei. A propriedade não é somente uma norma jurídica, também é uma concepção moral e ético de sociedade, cujos direitos estão centrados na figura do proprietário, isso expressa que o modelo de sociedade se baseia nos proprietários. Nos donos dos meios de produção, da terra, do solo urbano etc. como expressão da lógica de poder.

Rafael de Oliveira Alves (2015) ao analisar o direito da propriedade privada sinaliza que é uma forma de mascarar a real questão: de que apropriação privada é produto do trabalho social. Isso é posto por Karl Marx (2010) no livro *Manuscritos*



econômicos-filosóficos, quando aponta que o trabalho é o fundamento da propriedade. Porque o trabalho humano que produz a si mesmo passa a produzir mercadorias e também sua força produtiva (o trabalho) passa a ser uma mercadoria, através do salário, produzindo uma alienação. No entanto, a propriedade não a causa da alienação, mas sim resultado do processo reificação do trabalho engendrado pela lógica de produção da sociedade, o sistema capitalista.

Com isso, não podemos esquecer que o papel do Estado também é não só de garantidor da propriedade privada, em sua construção social e jurídica ele não tem vontade própria, sendo um mero mandatário da vontade do “povo”. Teoricamente possui a função de manter a ordem e interesse público. Logo toda ação estatal deve-se atender o interesse público. Isso demonstra que

a repetição do modelo proprietário privado sobre o patrimônio público, incluindo o processo de objetivação fundado na violência e no processo de subjetivação alienação, por meio do qual os sujeitos do Estado, os cidadãos, estão impedindo de acessar os bens públicos. (ALVES, 2015, p.276)

Além desse poder específico, possui outras especificidades dentro da soberania sobre o território que gere, que é a capacidade ainda mais ampliada de exclusão, mas possível de ser- em alguns momentos-de inclusão, a desapropriação, a outorga, doação, concessão e outras expressões de controle que possui sobre o território.

A terra é uma questão central, mais ainda hoje ela associado ao fator da natureza, porque com os avanços dos debates ambientais a preservação dos ecossistemas vai ganhando importância e preocupações maiores em diferentes sociais e econômicos. Nesse sentido, o Estado assume mais uma especificidade dentro do território, que é o fator ambiental, por um lado como um desafio para preservação natural e por outro um novo mercado que se abre para novos movimentos de acumulação.



A Terra: a natureza comum

A terra é o ponto central para vida, sendo um meio de produção e um meio de reprodução. É sobre ela que o ser humano constrói o campo e a cidade. É nela que se faz a lavoura e ergue-se casas e prédios. No pensamento marxista ela não é uma mercadoria pois não é produzida pelo trabalho humano, é um bem natural, em que

Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não é. (...). Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho e nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. (MARTINS, 1983, p.160)

Ao transformar a terra em uma mercadoria, assim como o trabalho, o capital extrai uma renda dela e se especula o preço que se possa pagar enquanto uma mercadoria. Ela é um bem financeiro, comprado e vendido de acordo com a renda que produz e que poderá vir a produzir.

No entanto, o monopólio da terra enquanto meio financeiro significa o controle sobre a renda. Um controle sobre o meio de produção. Daí a renda decorre da exclusividade da propriedade imobiliária, do monopólio. Qualquer um que queira explorar a terra terá que pagar um preço pelo uso, isso serve para o solo urbano e rural. É na renda absoluta que encontra a base para um preço mínimo da propriedade privada da terra de modo geral, ou seja, a renda absoluta é

o pagamento inevitável e necessário à exploração de um imóvel. Que uma propriedade seja maior do que outra, mais comprida ou mais larga, não muda em nada a obrigação do pagamento, só faz o



proprietário auferir uma renda proporcional ao seu tamanho, maior ou menor que outra em condições idênticas. (BOTELHO, 2016, p.4)

As variações entre a exploração da renda da terra por diferentes motivos, que vão da locais a qualidade do solo, etc., podem dar valores maiores e menores aos usos, é chamado de renda diferencial. É um lucro extra que se cria dentro da renda referentes a fatores que levam ao aumento do preço do uso da terra.

Com as demandas atuais do capitalismo em termos de controle e exploração de recurso, o debate ambiental ganha destaque de maneira significativa. A preservação e os diferentes estratégias de uso da natureza produzem um novo mercado, a sustentabilidade. A busca pelo verde e sua preservação tem promovido novos mecanismo de extração da renda da terra. Esses novos mecanismos são denominados pelo professor Roberto José Moreira (2004) de renda da natureza¹.

Nossa análise da renda da terra e do processo de territorialização do capital no campo envolveu uma reinterpretação da renda diferencial I e uma ressignificação da terra como natureza, permitindo-nos falar em renda da natureza (p. 210)

Ao reinterpretar a terra como natureza, Moreira (2004) analisa todo o processo de acumulação no entorno da questão ambiental. A propriedade privada ganha mais um elemento para agregação do seu valor, o verde. Isso implica em um novo debate sobre a questão agrária, indo além da problemática agrícola. Dessa maneira, questão da terra se complexifica não mais como meio de produção, e também como meio de preservação de recursos e simultaneamente de extração de renda em sua preservação.

O setor terciário se expande de maneira significativa para as áreas mais preservadas e de maior presença de uma paisagem natural. O turismo ganha novos

1



contorno, e não só ele. O próprio solo urbano em seu preço também é modificado pela proximidade de áreas verdes.

A apropriação da natureza enquanto mercadoria faz com ocorra um movimento de compreensão sobre outras formas de preservação e relação sociedade-natureza; formas que não se limitem à propriedade individual, e sim diferentes configurações que façam com ampliem a dinâmica de extração da renda da terra, em outros termos, outras formas que possam ampliar o processo de acumulação, que é a base essencial da reprodução do capital.

Seguindo a direção de novas formas de apropriação da natureza ao compararmos o sistema capitalista ao modo de produção que o antecedeu, o feudal, as maneiras de apropriação da terra se diferem significativamente, no entanto, já havia nesse modo de produção preocupações com questão da natureza e a exploração da renda. As relações sobre a propriedade são totalmente diferentes, por mais que ainda mantenham uma relação de dominação, a ideia de uso comum é muito presente na dinâmica feudal, por mais que cada servo pagasse um tributo ao senhor, uma renda, pelo uso da terra, havia uso comum dos bosques, pastos, rios etc.

Marquardt (2006) reflete sobre a história do princípio de sustentabilidade nas diferentes épocas das relações sociedade natureza. A lógica comum do uso da natureza no feudo determinava um conjunto de normas de conduta do grupo que ali convívio. A manutenção do bosque estava associada diretamente a produção de carne e lenha, o abastecimento de alimentos e energia. Marquard (2006) analisa como uma propriedade senhorial e coletiva, e com isso, havia a necessidade de promover o que ele denominou como direito orientado à sustentabilidade.

O fato de ser um espaço comum não significava que cada um poderia tomar o que quisesse. Havia uma série de regras de uso para perpetuação e recuperação da natureza. Com a consolidação da modernidade, ascensão do capitalismo como modo de produção do espaço, pode-se perceber que o sistema comunal ou comum



dá lugar a propriedade individual da terra. Aqueles que vivam da concessão de terras por parte senhor feudal são expulsos e se tornam assalariados rurais ou urbanos. Começam a compor aquilo que Marx chamou de exército industrial de reserva. Um exército de despossuídos de propriedade que somente tinha a força de trabalho, até hoje, para vender ao capital por um preço, o salário.

Ainda hoje existem muitos resquícios de sistemas societários comunais. Podemos exemplificar os casos das populações tradicionais brasileiras, os índios, quilombolas, caiçaras etc. Todos possuem uma relação muito simbiótica com os seus territórios, nesse sentido, o espaço não é somente uma propriedade individualizada e alienada, é modo de vida e de relações de interdependência com a natureza.

É a coletividade que se relaciona com a natureza e não o indivíduo. O comum se torna parte e também criação biológica e social. Ao reconhecermos essas territorialidades podemos ver a resistência ao processo de individualização da propriedade. Antônio Carlos Diegues (2001) aponta que essas coletividades são os principais sujeitos para preservação da natureza.

Já o conflito se estabelece nessas comunidades contra a lógica de expansão da agricultura monopolista, que busca ampliar cada vez mais seu controle por terras. Isso demonstra uma diferenciação de sistemas econômicos e sociais e de apropriações da natureza

Na realidade, eles participam de sistemas econômicos diferentes e cada um desses sistemas determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e do uso do trabalho humano, assim como o "bom" e o "mau uso" dos recursos naturais, segundo uma racionalidade intencional específica. (DIEGUES, 2006, p. 64)

No entanto, a mediação por parte do Estado nesse tipo de conflito vai baseada em uma perspectiva urbana-industrial, da acumulação, mas também com



um viés preservacionista. Dizemos isso pelas estratégias adotadas para auxiliar através dos bens públicos a extração a circulação e a produção de mais-valia.

Partimos da premissa de um Estado monopolista que constrói um bem público, principalmente um bem natural, através do reconhecimento das reservas indígenas, dos territórios quilombolas e caiçaras de maneira a desenvolver uma conservação do recurso natural, que objetiva fomentar a extração da renda da natureza nesses lugares.

Há uma apropriação dessa racionalidade ambiental comum do uso da natureza para extração da renda da terra. Não vamos dizer que esse é o objetivo maior por parte do Estado, mas estamos analisando isso como um dos ângulos das intencionalidades da ação estatal.

Na verdade, o que está implícito é que estas deveriam "sacrificar-se" para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e "contato com a natureza selvagem". Ou ainda, segundo uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito — proteger a biodiversidade. (DIEGUES, 2001, p. 66)

Dada afirmativa de Diegues (2006) nos leva a reaver neste tipo de conjuntura a teoria de Martins (2013) sobre a necessidade do capitalismo em manter relações não capitalistas em seu interior.

Esses territórios seriam bens públicos dados para uso de uma população em seu uso coletivo, que manteriam a paisagem natural, pelo menos uma representação assim gerando uma renda. A renda da natureza nesse sentido seria uma renda indireta, dada através da reprodução social de um grupo comunal. A reflexão parte para a produção do espaço enquanto uma mercadoria.

Em uma das escalas a vida comum se desenvolve como elemento de uma criação histórica da relação sociedade-natureza comum, assim como uma em outra escala do estatal e do capital como uma forma de preservar o recurso natural, mas



extraindo renda. Através do movimento de escalas podemos perceber a apropriação dos modos de vida, com o objetivo de manutenção e controle do recurso e da exploração da natureza. Usar de uma relação não capitalista de determinados grupos sociais para obtenção de controle sobre o recurso, da renda da natureza.

Nesse momento de escalas mostra a questão de uma sociedade autônoma em uma escala e heterônoma em outra. Esse jogo de autonomia e heteronímia entre escalas demonstram os movimentos e intencionalidades do capital com o movimento de expropriação e permanências ao meio de produção que é a terra.

Não se pode deixar de salientar que essas populações também são fissuras à ordem hegemônica. Ao analisarmos isso, abrimos o leque de compreensão sobre as lutas dos movimentos sociais pela terra, em que para o campo e para cidade a propriedade privada é o grande fator da luta, porque estão na lógica da despossessão dos sujeitos dos meios de produção e de seus modos de vidas, de seus territórios na qual a propriedade privada é resultado da lógica da apropriação do trabalho social e controladora dos acessos à população ao direito de ter direitos.

De todo modo, precisamos pensar na terra como a natureza comum das lutas contra o capital. Os modos de produção alternativos que vivem dentro do capital são fissuras, mas além de tudo, são possibilidades para novas formas de vida que se constituam a uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

Este breve ensaio tentou abordar no entorno do fato de que temos que pensar em resistências que possam ser expressões de que podemos viver e, essencialmente, romper com o modo de produção capitalista e sua produção do espaço. Romper com a lógica da mercantilização e do movimento contínuo de acumulação. É uma tarefa complexa.

Entretanto, estamos subordinados a essa lógica da propriedade privada e movimento de acumulação cada vez mais alienante. Ao compreender que a lógica



da propriedade privada é excludente e o papel do Estado, mesmo que no discurso público seja de sua diminuição, é de cada vez mais interventor para garantir o direito ao privado, ao individual.

A partir da análise sobre a produção do espaço e o sujeito que produz e é produzido por esse espaço podem nos dar novos instrumentais de como lutar. A resistência somente como insurgência e contrariedade é um caminho importante, mas se faz necessário observamos a resistência dentro de uma estratégia de subordinação ao movimento do capital. Enxergar dentro desse universo de subordinações as táticas de sobrevivência construídas pelos diferentes sujeitos em seus territórios, que lutam em seus cotidianos contra um modelo de Estado/capital, mas contra todo um modo de produção espacial que cada dia mais nos impõe uma vida individual e privada, literalmente, de direitos.

É necessário pensar a resistência de todas as formas, porém analisa-la em sua dimensão cotidiana, para compreender como os sujeitos resistem em seus vividos ao movimento desigual da produção do espaço, sua estratégia e táticas de um mundo controlado pela propriedade privada da qual eles são despossuídos.

De todo modo, ao caminharmos nesse jogo entre privado, público e comum, tentamos mostrar que o grande desafio das lutas dos sujeitos de cidade e campo é contra a propriedade privada e suas formas de apropriação e dominação do espaço, onde estamos presos em um cativeiro da terra, que nos impõe a extração de uma renda comum a todos nós, o trabalho, a vida, o espaço.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rafael Oliveira. O direito e a propriedade: o privado, o público, o comum. In: Costa, Geraldo Magela; Costa, Heloisa Soares de Moura; Monte-Mór, Roberto Luís. (Org.). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. 1ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, v. , p. 259-282



BOTELHO, Maurilio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. **Espaço e Economia**, Ano IV, n 8, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

GUIMARÃES, R.P. Desenvolvimento Sustentável: da retórica a reformulação de políticas públicas. In: BECKER, B; MIRANDA, M.(orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Riode Janeiro: Ed. UFRJ. 1997. p.32-35.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

_____. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF. v.14, n. 28. 2002. p.8-39.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.



_____. **Space of global capitalism:** towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

_____. O Direito à Cidade. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, p.73-89, Jul./dez. 2012.

_____. **17 Contradições e o fim do Capitalismo**. 1 ed.-São Paulo: Boitempo, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LÉFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primavera versão: início – fev.2006.

_____. Prefácio- A produção do espaço. **Estudos Avançados**, v 27, n 79, 2013.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 1 ed. 4 reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.



MASSEY, Doreen. O sentido global do lugar. IN: ARANTES, A.A. (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus. 2000. P177-185.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013. v. 1. 283p.

MARQUARDDT, B. Historia de la Sostenibilidad. Um concepto medioambiental em la historia de la Europa Central (1000-2006). **Historia crítica**, n.32. Bogotá, julio-diciembre, 2006. p.18-64

MOREIRA, Roberto José. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 194-236. ISSN 1413-0580.

RUA, João. Desenvolvimentos e sustentabilidades: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, M.P.; COELHO, M.C.N. CORRÊA, A.M. **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro. Lamparina. 2008

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democracia do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 7, p. 13-47, 2010.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.





O capital financeiro no campo: a financeirização da terra no Brasil

Bruna Figueiredo Goncalves¹

Resumo:

O fortalecimento do capitalismo financeiro em escala global, a partir das décadas finais do século XX, está relacionado a realização de uma série de reformas em favor da desregulamentação e da abertura financeira dos mercados. As finanças ampliam a sua influência para diversos setores e alcançam também o meio rural de certos países, em particular o do Brasil. Ainda que a relação entre os setores agrícola e financeiro seja de longa data e ocorra fortemente através do mercado de *commodities* agrícolas, nos últimos anos essa relação se intensificou significativamente. Além de tais produtos, as terras se tornaram uma nova fronteira importante de investimento para o setor financeiro. O objetivo deste artigo é refletir sobre como ocorre a financeirização da terra no Brasil, em particular como as terras são transformadas em ativos financeiros e como os investidores as acessam, a partir das particularidades do país. Para isso, é necessário refletir sobre tais particularidades políticas, econômicas e sociais, no que tange a relação entre ambos os setores e o acesso à terra no país. A partir da revisão bibliográfica realizada e a discussão teórica sobre a financeirização, afirma-se que certas transformações no sistema capitalista contribuíram para que setores como o agrícola se tornassem destino importante dos investimentos financeiros. Contudo, a compreensão da

¹ Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: bruna_fg@ymail.com



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



financeirização da terra requer também a análise de aspectos concretos desse processo, situados no tempo e espaço. Isto posto, parte-se da hipótese de que a transformação da terra em um ativo financeiro não é automática, mas construída por determinados atores e instituições, como pela construção de narrativas múltiplas sobre o mesmo e da utilização de técnicas e instrumentos para traduzir a terra para a linguagem dos investidores e tornar possíveis tais investimentos. O acesso às terras por tais investidores está relacionado à regulação nacional sobre o tema, mas também à articulação com diversos agentes locais. Tal atuação é especialmente complexa no contexto nacional brasileiro, pois envolve mecanismos singulares de apropriação de terras públicas, como a grilagem, o envolvimento de agentes estatais, além do histórico conflito por terras em variadas regiões, por isso, deve ser melhor investigada. Para alcançar o objetivo proposto, propõe-se a consulta a fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos e material jornalístico.

Palavras-chave: financeirização; apropriação de terras; investimentos financeiros;



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Introdução

O desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas tem como marca o fortalecimento das finanças, sobretudo a partir da década de 1970, em que se realiza uma série de reformas em favor da desregulamentação e da abertura financeira dos mercados. As finanças ampliam a sua influência para diversos setores e alcançam também o meio rural de certos países, em particular o do Brasil. Ainda que a relação entre os setores agrícola e financeiro seja antiga, nos últimos anos essa relação se intensificou significativamente e as terras se tornaram uma nova fronteira de investimento para o setor financeiro.

O aumento significativo nas apropriações de terra em todo o mundo nas últimas décadas, período que tem sido tratado como uma 'corrida global por terras', deve-se particularmente às apropriações realizadas por atores do mercado financeiro. Este processo tem sido comumente compreendido por análises do desenvolvimento do sistema capitalista, predominando explicações no nível sistêmico sobre como a terra e a agricultura se tornaram destinos interessantes ao capital sobreacumulado.

Contudo, esta pesquisa identifica como lacuna na bibliografia revisada a compreensão de mecanismos concretos pelos quais o capital financeiro avança sobre o meio rural, em particular a agricultura e as terras. Assim, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre como ocorre a financeirização da terra, em particular como as terras são transformadas em ativos financeiros e como os investidores as



acessam, a partir das particularidades do país. Para isso, propõe-se a consulta a fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos e material jornalístico.

Parte-se da ideia de que a transformação da terra em um ativo financeiro não é automática, mas as condições políticas, econômicas e sociais particulares do Brasil, assim como a atuação de determinados agentes, são fundamentais para sua compreensão. A complexidade das teias financeiras, dos instrumentos utilizados pelos investidores financeiros, muitas vezes ininteligíveis para boa parte da população, bem como a falta de transparência em termos de capitais alocados e a própria novidade e dinamismo dessas atividades tornam ainda mais complexa a apreensão deste processo, que urge de compreensão.

Este artigo possui, além desta introdução, três partes. Em primeiro lugar, aborda-se o processo de ascensão das finanças e o fortalecimento do capital financeiro, que expande sua influência para diversas esferas, inclusive o meio rural. Em seguida, busca-se compreender o conceito de financeirização à luz dos argumentos de David Harvey e François Chesnais, autores centrais para tal discussão, de modo que se possa refletir, por fim, sobre a financeirização da terra. Para isso, torna-se essencial refletir sobre os principais fatores e agentes domésticos envolvidos no fortalecimento do capital financeiro na agricultura nacional, na transformação da terra em um ativo financeiro e nas formas pelos quais os investidores acessam à terra no país.

A ascensão e a expansão das finanças

As últimas décadas do século XX foram marcadas por um conjunto de transformações na economia e na política global, que foi fundamental para a ascensão e expansão das finanças. Com a desaceleração do crescimento



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



econômico mundial, após anos de crescimento vigoroso em determinados países devido às políticas keynesianas, as ideias que constituíam as bases de suas instituições foram desacreditadas. A desestabilização e deslegitimação da ordem institucional anterior abriu espaço para que as ideias do livre mercado fossem resgatadas e se fortalecessem em determinados países, de maneira que o neoliberalismo surge como modelo alternativo de desenvolvimento (BLYTH, 2002).

A partir dos anos 1960, maiormente 1970, observam-se diversas transformações que apontam para um novo momento no desenvolvimento do capitalismo, do qual a financeirização apresenta-se como característica fundamental. Diversas medidas de liberalização e desregulamentação foram adotadas primeiramente pelos países centrais, respaldadas e então difundidas a outros países por instituições financeiras internacionais.

Enquanto dos anos 1930 aos anos 1970, o sistema financeiro era enquadrado por regras que visavam protegê-lo dos efeitos da concorrência, a partir da década de 1980, tais regras foram alteradas radicalmente e passaram a regulamentar a concorrência geral entre todos os atores financeiros em escala internacional (LAVAL; DARDOT, 2016). Este conjunto de reformas legislativas permitiu a instalação de um mercado único de capitais, levando ao que Dardot e Laval (2016) denominaram ser uma 'liberação política das finanças'.

O fortalecimento do capital financeiro pode ser observado também na agricultura brasileira nos anos recentes. A relação entre os setores agrícola e financeiro é de longa data, multiforme e tem se dado ao longo da história por diversos meios, como o financiamento da produção agrícola, apoio financeiro para negociações em bolsas de *commodities*, bem como investimentos financeiros em derivativos agrícolas, entre outros (MARTIN; CLAPP, 2015). Contudo, nos últimos anos, essa relação se intensificou significativamente, sobretudo pelas diversas inovações financeiras e legislativas observadas no país, e pela transformação da própria terra em uma nova



fronteira de investimento para o setor financeiro.

No âmbito da análise da participação do capital financeiro na agricultura, se faz necessário notar que, além do processo de liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros dos Estados, outra medida foi primordial para que o mesmo se tornasse central para as relações econômicas e sociais: a criação de políticas que permitissem a centralização dos lucros líquidos não reinvestidos de empresas e poupanças (CHESNAIS, 2005). Desse modo, os bancos comerciais perderam importância na atração de depósitos e na concessão de crédito, e a centralização da massa de capital de empresas e poupanças passou a se concentrar sob o comando de instituições especializadas: os investidores institucionais (CHESNAIS, 2005).

Através de tal processo de centralização de capitais, os investidores institucionais podem aplicar seus recursos em ativos financeiros que têm funcionado como um “trampolim de acumulação financeira de grande dimensão” (CHESNAIS, 2005, p. 36). Nos anos recentes, têm sido criadas variadas classes de ativos financeiros, nos quais os investidores tanto individuais quanto institucionais podem investir e que são agrupadas conforme as suas características comuns.

Nota-se, cada vez mais frequentemente, que os investidores possuem como estratégia reunir investimentos em diferentes classes de ativos, para construir uma carteira diversificada e reduzir riscos associados a determinada classe em possíveis situações específicas menos favoráveis. De um lado, a classe de ativos financeiros “tradicionais” inclui aqueles de renda fixa, como títulos públicos, títulos de crédito privado, fundos de investimento, e renda variável, como o mercado de ações, mercado de opções, contratos a termo.

De outro lado, os ativos financeiros “alternativos” tem ganhado mais destaque e atenção por parte dos investidores nos anos recentes. Dentre estes, encontram-se os ativos de tipo financeiro, como fundos *hedge*, de *private equity* e mercado de futuro de *commodities*, e os ativos de tipo real, sejam estes, agricultura, plantações



florestais, imobiliários urbanos, infraestrutura, mineração, energia, metais diversos, dentre outros. Embora os ativos alternativos tenham apresentado amplo crescimento nos anos recentes, ainda representam uma pequena parte dos investimentos totais (FREDERICO; GRAS, 2017).

O século XXI é um marco para a entrada de novos atores no campo brasileiro, sobretudo os investidores institucionais. O número de fundos de investimento especializados em alimentos e agricultura aumentou de 33 em 2005 para 440 em 2018, administrando cerca de US\$ 73 bilhões em ativos, dentre os quais 16% dos fundos e 17% desse montante administrado estão na América do Sul (VALORAL ADVISORS, 2018). Os fundos de investimento em terra agrícola, particularmente, também cresceram nesse mesmo período, passando de 20 em 2005 para 145 em 2017, administrando cerca de US\$ 32 bilhões, concentrados majormente na América do Norte e na América do Sul (VALORAL ADVISORS, 2018). Alguns grupos corporativos também se destacam como investidores no setor agrícola, particularmente os amplamente conhecidos ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus.

Com o advento da sociedade industrial, para o qual *o trabalho, a terra e o dinheiro* eram de suma importância, a sociedade se organizou tornando-os disponíveis à compra, conforme Polanyi. Todavia, a descrição da terra como mercadoria é fictícia, posto que sendo elemento da natureza, não pode ser produzida para venda (POLANYI, 2000). Com a mercantilização, a terra já vinha sendo vendida, valorada e taxada em várias partes do mundo. A expansão das finanças e a entrada dos investidores financeiros no mercado de terras aprofunda este processo, portanto, levando-o a um nível mais avançado: o de financeirização da terra (VISSER, 2016).

A transformação de elementos da natureza em ativos financeiros possibilita que investidores possam adquiri-los por meio do mercado de capitais, e a criação de novos instrumentos financeiros tem sido um aspecto primordial para tornar esses



investimentos possíveis e diversificados. Tais instrumentos são definidos como contratos financeiros, que gerem um ativo financeiro para uma parte e um passivo financeiro para outra parte, isto é, enquanto uma parte faz o pagamento, a outra o recebe².

A financeirização da terra está intrinsecamente relacionada à ampliação da influência das finanças sobre diversas esferas da vida. Os investidores financeiros presentes no setor agrícola realizam diversos tipos de investimentos, possuem variadas estratégias e estruturas organizacionais, dentre outros aspectos, que conformam um quadro complexo de análise, que segue pouco compreendido pelos estudiosos do tema.

Contudo, a própria noção de financeirização é disputada na literatura sobre o tema, e a pluralidade de estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, com enfoques em diferentes aspectos deste mesmo fenômeno e fundamentados em perspectivas teóricas variadas, revelam a falta de consenso entre os autores quanto a concepção da natureza da financeirização e de suas implicações. Desse modo, torna-se necessário debater como tem sido compreendida, para posteriormente se refletir sobre o que seria a financeirização da terra.

O debate teórico sobre a financeirização

A financeirização tem sido estudada por autores que se identificam com correntes de pensamento regulacionistas, economistas heterodoxos, marxistas, entre outros, e, apesar do uso de uma mesma terminologia em todas estas perspectivas, nota-se que o termo 'financeirização' abrange diferentes fenômenos empíricos que se dão

²

Ver:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/187398/mod_resource/content/1/EAC111_T07_Ativo_InstFinanc_Slides.pdf> Acesso em 20 mar 2020.



em diferentes níveis de análise (MADER; MERTENS; ZWAN, 2020). A definição da financeirização tem sido, assim, uma questão relevante para as diversas perspectivas teóricas mencionadas.

O marxismo conforma a base teórica de grande parte dos estudos relacionados à financeirização no Brasil, sobretudo quando se reflete sobre o mundo rural. As perspectivas marxistas, em geral, defendem a crise da década de 1970 como a raiz para a virada para as finanças, mas veem isso como um padrão estrutural gerado por tendências mais profundas operando no sistema capitalista (KRIPPNER, 2011).

David Harvey se destaca como grande expoente desta corrente. Para este autor, a financeirização é uma fase no desenvolvimento do capitalismo, que surgiu como resposta à crise de sobreacumulação da década de 1970, momento em que havia um excesso de liquidez na economia, originado no aumento dos preços do petróleo, à procura de algo rentável em que pudesse ser colocado. Estes países redirecionaram seus capitais excedentes aos mercados financeiros, em atividades especulativas em que o lucro era passível de ser realizado. Assim, a financeirização surgiu como uma necessidade e uma forma de absorver o capital excedente (HARVEY, 2011).

Para atingir o objetivo de superar qualquer obstrução potencial à livre circulação de capital em todo o mercado mundial, o desempenho do capitalismo tem sido surpreendentemente criativo ao longo dos últimos duzentos anos, apresentando inovações em diversos setores da economia e nas relações com o Estado, segundo o autor. Nesse sentido, diante de crises de sobreacumulação, o capital tem convertido limites aparentemente absolutos em barreiras que podem ser superadas ou contornadas, e a expansão e a acumulação de capital são alimentadas pelo que Harvey denomina novos *arranjos temporais e espaciais* (HARVEY, 2004, p. 96, 97).

Seguindo a teorização de Harvey, com a crise de sobreacumulação no final do



último século, os investimentos financeiros buscaram refúgio em diferentes setores da economia, como o de tecnologia, câmbio e imobiliário. No período mais recente, o setor agrícola se tornou destino destes investimentos financeiros (BORRAS JR. et al., 2015). Ainda que a presença do capital financeiro na agricultura seja antiga, nos anos recentes as terras se tornaram uma nova fronteira de investimento para este setor. A convergência de múltiplas crises, sejam estas, financeira, alimentar, ambiental e energética, bem como o ajuste espaço-temporal de um sistema propenso a crises de Harvey, têm sido apontados por estudiosos dessa perspectiva como fatores principais para o crescimento das apropriações de terra em todo o globo.

François Chesnais, por sua vez, é um dos principais autores críticos da financeirização, tendo publicado desde os anos 1990 uma série de livros e artigos sobre o tema, que se tornaram referência de estudo. Apesar de utilizar em diversas obras o termo regulacionista “regime de acumulação”, o autor se apoia majormente nos trabalhos de Marx e afirma utilizar aquele termo em sentido não correspondente ao conferido pelos regulacionistas. O termo “regime”, de maneira geral, é usado pelo mesmo para tratar de uma “configuração específica da acumulação” (CHESNAIS, 2002, p. 12).

Para Chesnais (2002), a teoria do regime de acumulação financeirizado ou com dominância financeira possui argumentos relevantes para refletir sobre a financeirização, sobretudo os relacionados ao papel essencial das instituições, que conferem solidez aos compromissos sociais e políticos que fundam determinado regime. O capital que se valoriza sob a forma de aplicação financeira e que provém da repartição do lucro das empresas é, para Chesnais, a fração dominante do capital, logo, a que tem condição de comandar as formas e o ritmo da acumulação. Porém, isto não quer dizer necessariamente que este conforme um “regime de acumulação” nos termos regulacionistas (CHESNAIS, 2002). Por isso, o autor avalia com ceticismo o uso de tal noção para se referir a este período, apoiando-se nos



pressupostos da versão clássica do regulacionismo e na teoria marxista para tecer suas críticas.

Em semelhança à proposição de Harvey dos conceitos de ‘ajustes espaço-temporais’, Chesnais (2001, p. 18) afirma que o regime de acumulação com dominância financeira é apenas viável “contanto que tenha uma *base internacional* tão larga quanto possível”, posto que as formas concentradas de investimentos financeiros se desdobram mundialmente buscando se inserir em mecanismos locais de acumulação. Para o autor, o traço mais marcante da nova fase da internacionalização do capital é o alto nível de expansão dos fluxos internacionais de capital de aplicação financeira que estão em busca de valorização.

As ideias de ajustes espaço-temporais e de expansão dos fluxos internacionais financeiros para outros países, sobretudo em contexto de crise, em muito se aproximam. Contudo, para Chesnais, as superações temporárias de barreiras ao desenvolvimento do capitalismo têm sido realizadas não pelo capital como categoria abstrata, mas pela intervenção deliberada de forças sociais agindo, conforme a proposição marxiana dos “homens construindo a sua própria história” (CHESNAIS, 2002, p. 14).

Portanto, existe uma “intervenção relativamente consciente das forças sociais interessadas na perenidade do capitalismo” desde as últimas décadas (CHESNAIS, 2002, p. 14), que revelam a necessidade de se analisar a sociedade de maneira mais concreta. Uma das críticas centrais direcionadas aos teóricos marxistas foi desenvolvida por autores regulacionistas, pondo um desafio teórico importante para esta corrente, que, de certo modo, contribuiu para sua renovação e sobrevivência em determinadas regiões, segundo Chesnais. Tal crítica se dirige à dificuldade de determinados autores de tratar metodologicamente a inscrição do movimento da acumulação na história (CHESNAIS, 2002).

Este aspecto foi também enfatizado por Greta Krippner em seus estudos sobre a



financeirização. Conforme a autora, as perspectivas marxistas e terceiro mundistas possuem importância e potencial de reflexão que as tornam centrais para compreender a financeirização. Ainda que as mesmas sejam diversas e possuam diferenças entre os argumentos dos seus autores, Krippner defende que há em comum entre tais a ideia de que existe algo profundamente sistêmico na recente ascensão das atividades financeiras (KRIPPNER, 2011).

Porém, para Krippner (2011), a amplitude dessas abordagens por vezes dificultam a compreensão dos mecanismos e instituições mais concretos relevantes para a análise do processo de ascensão das finanças no período considerado. Seria necessário, assim, um olhar mais atento aos aspectos micro desse campo: mecanismos e atores específicos envolvidos nesse processo, como o Estado e suas políticas, que podem ser compreendidos a partir da proposição de Chesnais quanto a necessidade de se analisar elementos concretos da sociedade.

Esta pesquisa identificou diversas lacunas na literatura relacionada precisamente aos aspectos mais concretos do processo de financeirização da agricultura e terra. Existem poucas pesquisas que refletem sobre o modo com que os investidores têm acesso à terra, os instrumentos utilizados, os mecanismos e estruturas que tornam esse acesso possível, bem como os atores envolvidos.

A perspectiva marxista de Harvey em muito contribui para a compreensão de como ocorre a ascensão das finanças e como estas se expandem para outros setores da economia, como a agricultura. Porém, identificam-se também algumas limitações em sua análise, que afirma a expansão das finanças para agricultura como um ajuste espaço-temporal para um setor em que era possível seguir acumulando, porque a mesma não possibilita compreender precisamente como a agricultura se torna um setor privilegiado. Diante disso, se torna necessário compreender como determinados atores e especificidades históricas, políticas e sociais locais desempenham um papel importante sobre as apropriações de terras.



Atores como empresas de investimento, assessores e consultores, avaliadores do mercado financeiro, o Estado, dentre outros, são peças chaves deste processo e devem ser também considerados.

Em suma, enquanto diversas transformações a nível sistêmico foram fundamentais para o processo de financeirização da economia, que se aplicam à financeirização da terra, é preciso notar também que a financeirização da terra está intrinsecamente relacionada a fatores particulares dos locais em que ocorrem. No caso brasileiro, a que interessa a esta pesquisa analisar, devem ser observadas as especificidades do campo em relação a questões históricas de concentração e desigualdade no acesso à terra no país, a ação de grupos sociais locais, a significativa atuação do Estado na agricultura, entre outros elementos, que serão abordados a seguir.

O capital financeiro na Agricultura

O financiamento do agricultura

A análise do avanço do capital financeiro sobre sua agricultura e terras, conforme mencionado, deve levar em consideração as diversas particularidades políticas, econômicas e sociais no Brasil, sobretudo no que dizem respeito à relação do setor com o capital financeiro e ao acesso à terra por estes últimos. Decerto o capital financeiro e a agricultura se relacionaram de distintas maneiras ao longo do tempo, seja pelo financiamento do setor, pelas negociações no mercado de futuros de *commodities* e derivativos e, mais recentemente, sua intensa participação no mercado de terras.



Apesar disso, cabe destacar que o capital financeiro foi por um longo período relutante em investir na agricultura, sobretudo, devido aos riscos inerentes à natureza desta atividade em comparação a outros setores (MARTIN; CLAPP, 2015). Por isso, em diversos países, os Estados desempenharam papéis fundamentais no fornecimento de apoio a agricultores por meio de subsídios como empréstimos, hipotecas, políticas de preços, ajuda a exportação, além de sistemas de financiamento rural, entre outras modalidades.

No Brasil, ao longo de diversas décadas, o Estado atuou como financiador quase exclusivo da atividade agrícola no país. O crédito rural concedido pelo Estado brasileiro ao setor foi institucionalizado com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que representa um marco de mudanças no desenvolvimento rural no país (DELGADO, 2012). O crédito agrícola e os subsídios estatais foram vetores da integração da agricultura com a indústria — a chamada “modernização conservadora”, que ocorreu na segunda metade do século passado e privilegiou um modelo de financiamento que beneficiava fortemente os grandes produtores, empresas com grandes propriedades e baseadas na monocultura, excluindo outros modos de agricultura (FREDERICO, 2010).

A partir do final da década de 1970 o financiamento estatal à produção agrícola passou a apresentar uma série de problemas e, em meados dos anos 1980, este projeto de integração começou a ser desmontado. Com as dificuldades financeiras do Estado brasileiro neste período, reduziu-se drasticamente o volume de crédito rural concedido, e as políticas agrícolas e comerciais, que eram baseadas no aumento da dívida pública, foram encolhidas. É somente a partir do final da década de 1990, após este período de “transição”, no qual o crédito rural é substancialmente reduzido, que um novo projeto de acumulação de capital na agricultura começa a surgir: o agronegócio (DELGADO, 2012).

A partir de então, a agricultura volta a ser prioridade na política



macroeconômica externa e na política agrícola interna devido à estratégia brasileira de especializar-se na produção de produtos primários, voltadas para a exportação, afim de gerar saldo comercial em sua balança comercial. A promoção do agronegócio no país é retomada fortemente nos anos 2000, por meio de um conjunto de iniciativas do Estado, iniciado no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e impulsionado pela demanda por produtos agrícolas originada em outros países ao longo da década (o *boom* das *commodities*) levando Delgado (2012) a denominar este período como “economia do agronegócio”.

No período mais recente, sobretudo no início do século XXI, com a financeirização da economia, a relação da agricultura com o capital financeiro começa a ocorrer de maneira mais direta e significativa. Diversos autores defendem que, diante do cenário adverso no final da década de 1980, já nos anos 1990, o Estado passa a transferir gradativamente a responsabilidade pelo financiamento da produção agrícola a agentes privados, inclusive o financeiro (BELIK; PAULILLO, 2001; FREDERICO, 2010).

O Estado brasileiro realizou uma série de inovações legislativas, criando novas fontes alternativas de recurso, que conformariam um sistema privado de financiamento do agronegócio, estreitando as relações do setor agrícola com o mercado financeiro. Dentre os novos mecanismos, destacam-se: a Cédula do Produtor Rural (CPR), criado pela Lei n. 8.929/1994; o Certificado de Depósito Agrícola (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CRA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), todos criados pela Lei n. 11.076/2004, dentre outros.

Entram em jogo, assim, os interesses de grupos sociais não agrários, sobretudo os ligados aos setores financeiros e industriais (BELIK; PAULILLO, 2001). As novas formas de captação de recursos estão relacionadas à articulação entre



estes interesses e o Estado, com vistas a modificar o modelo de financiamento da produção agrícola, que favorece a expansão do agronegócio e passa a ter maior participação da iniciativa privada. Neste processo de aproximação entre a agricultura e o mercado financeiro, portanto, o Estado destaca-se como um ator fundamental.

Contudo, como aponta Delgado (2012), por um longo período estes novos instrumentos tiveram um baixo poder de captação de recursos, enquanto as aplicações de crédito rural bancário do SNCR voltaram a crescer, expandindo-se fortemente ao longo da década de 2000, ainda que a níveis menores que o alcançado no período militar. Dessa maneira, o crédito público volta a ser o principal recurso de financiamento da atividade agrícola, ao passo que fontes livres de recurso do mercado financeiro correspondiam à época a apenas mais ou menos 7% dos recursos totais (DELGADO, 2012, p. 106).

Atualmente estes instrumentos representam uma parcela mais significativa dos recursos para financiamento do agronegócio no país e, maiormente interessante a esta pesquisa, intensificam a relação entre a agricultura e o capital financeiro. Assim, apesar da retomada das iniciativas estatais de regulação do setor agrícola, após seu esvaziamento em um contexto de crise, abertura comercial e globalização das operações financeiras, observa-se uma tendência de articulação da agricultura com seus setores à jusante (BELIK; PAULILLO, 2001).

O interesse dos investidores financeiros pela terra intensifica-se na década de 2000 em escala mundial e a crescente financeirização da agricultura, no mesmo período, contribuiu para a entrada de novos agentes, mesmo os que antes não possuíam relação direta com a agricultura. A entrada de fundos de investimento, fundos de pensão, investidores individuais, entre outros, conforme mencionado anteriormente, é reflexo desse processo, que torna ainda mais complexo o financiamento da agricultura no país e, mais recentemente, também o mercado de terras.



Contudo, é no contexto das condições políticas e sociais do Brasil, marcada por políticas públicas e legislação particulares, que esta pesquisa busca refletir sobre como, além da produção agrícola, a *terra* passa a ser vista e tratada como um ativo financeiro e os investidores conseguem acessá-las. Defende-se que as condições sociais e políticas nacionais mostram-se elementos fundamentais para a compreensão da entrada do capital financeiro no mercado de terras e sua transformação em um ativo financeiro.

Tais investimentos se territorializam de maneiras diferentes de acordo com os contextos nacionais em que se inserem, e a realização do capital domesticamente dependerá do contexto político específico, das estratégias nacionais de desenvolvimento, da capacidade de resistência, da disputa entre os atores envolvidos nestes locais, entre outros fatores. Por isso, alguns fatores ligados ao acesso à terra no país são fundamentais para compreender como os investidores acessam às terras domésticas.

O acesso à terra no Brasil

O campo brasileiro é historicamente palco de disputas territoriais e a atual questão de concentração de terras e de dificuldade de acesso a terras no país tem origens ainda no período colonial. No que tange os objetivos desta pesquisa, defende-se que, ademais do papel desempenhado pelo Estado em se retirar do financiamento da agricultura e estreitar as relações entre os setores agrícola e financeiro, o Estado é central para regular o acesso à terra, conduzir políticas de controle e fiscalização do acesso, inclusive pelo capital financeiro.

O meio central de regulação desses investimentos ao nível doméstico tem sido o Poder Legislativo dos Estados, que podem agir de modo a frear ou



impulsionar os investimentos em terra. A Frente Parlamentar da Agropecuária, cujo grupo de atuação de maior peso é a bancada ruralista, além de ser uma das maiores e mais atuantes do Congresso Nacional, tem sido considerada a mais influente nas discussões e negociações de políticas públicas no Poder Legislativo. Uma das prioridades da atuação desta bancada, na última década, tem sido buscar a liberação da aquisição de terras por estrangeiros no país.

Atualmente, o acesso a tais investidores é restringido pelo Parecer da AGU de 2010, que apresenta uma nova interpretação da Lei nº 5.709, de 1971, tornando necessário o conhecimento, controle e fiscalização sobre as compras de terras por estrangeiros no país, mas sem excluir sua participação neste mercado. Apesar da legislação vigente no Brasil restringir a compra de terras por estrangeiro, diversos pesquisadores, ativistas e até mesmo representantes do governo³ indicam que a legislação de fato nunca estabeleceu nenhum limite à propriedade da terra, nem mesmo para pessoas físicas e jurídicas. Isto porque tais restrições nunca tiveram efeito prático, dada a falta de fiscalização e controle sobre as aquisições de terra por órgãos do governo (SAUER e LEITE, 2012) e as estratégias utilizadas pelas empresas financeiras para compra de terras⁴.

A política fundiária brasileira tem sido orientada fortemente em favor do agronegócio, classe hegemônica no campo, e marcada por uma “frouxidão”, dada primordialmente pelo baixo controle do cumprimento da “função social” da terra, previsto pela Constituição Federal de 1988 (DELGADO, 2012).

A atuação e fiscalização “frouxas” do Estado contribuem para a perpetuação

³ Ver

<https://dialogochino.net/21043-brazilian-government-split-on-land-ownership-law/?lang=pt-br> Acesso em: 22 de jul. 2019

⁴ Diversas empresas financeiras que investem na compra de terras no Brasil o fazem por meio de intermediadoras de compra e venda, chamadas “veículos financeiros”. São essas empresas que detêm o título de propriedade da terra, de modo que não se consegue facilmente verificar a nacionalidade de quem detém o real controle sobre as terras, ao mesmo tempo que afasta o risco de associação entre o investidor controlador de possíveis origens irregulares das terras (SPADOTTO et al., 2017).



de práticas históricas de apropriação ilegal de terras públicas no país, colocando-as no mercado, à disposição, inclusive, de investidores financeiros. O aumento da busca por terras no país, maiormente pelo capital financeiro, pode e tem motivado novas apropriações de terra desta ordem, conforme mostram estudos, que apontam para grileiros, bem como outros agentes locais-regionais, como atores que viabilizam, na prática, o acesso do capital financeiro à terra e outros recursos (SPADOTTO et al., 2017).

A grilagem de terras segue como prática para apropriação ilegal de terras públicas no país, ocorrendo em dois planos: no chão, pela 'limpeza' das terras de seus ocupantes e de sua vegetação; e no papel, por meio de acordos com cartórios ou órgãos fundiários, que possibilitam a transferência da área da até então propriedade pública para a propriedade privada do grileiro (TORRES, 2020, apud BRUM, 2020).

Conforme Brum (2020), a grilagem ganhou nova força a partir de 2015, com o aumento do poder dos ruralistas no Congresso Nacional e no Executivo. O processo histórico do país, no que diz respeito à grilagem de terras, inclui diversas leis que permitiram a regularização de terras griladas em diversas regiões. No ano de 2009, no governo Lula da Silva, a Medida Provisória (MP) 458 foi aprovada e convertida na Lei 11.952/09, sendo seguida da MP 459, convertida na Lei 13.465, no governo Michel Temer, em 2017, e, mais recentemente, o atual presidente Jair Bolsonaro propôs a MP 910, em 2018. Além destas iniciativas, outras medidas tiveram como efeito regularizar imóveis rurais apropriados por grileiros, como o Programa Terra Legal, de 2009 (BRUM, 2020).

A MP 910 criada no governo Bolsonaro se destaca, em relação as outras, pela possibilidade de concessão de legalização de apropriações de terras ocorridas até dezembro de 2018, isto é, muito recentemente. Dessa forma, de maneira ágil, o governo legaliza irregularidades diversas ocorridas nas apropriações de terras por



grileiros, sem exigir grandes esforços dos grileiros para cooptar funcionários de cartórios e órgãos públicos para regularização (BRUM, 2020).

Diante do exposto, é necessário notar que são diversos os fatores conjunturais nos processos analisados por esta pesquisa. Contudo, defende-se que há também *atores* cujas participações em momentos variados do processo de transformação da terra em um ativo financeiro e no acesso à terra pelo mercado financeiro devem ser analisadas. Enquanto as perspectivas teóricas sobre a financeirização que se centram sobre transformações no nível sistêmico tendem a minimizar ou invisibilizar o papel da pluralidade de atores intermediários presentes nesse processo, bem como as formas concretas pelas quais agem, as reflexões sobre as condições nacionais de acesso à terra no Brasil e a revisão de literatura realizada nesta pesquisa apontam para a importância de reconhecer que a financeirização da terra é promovida por atores específicos, situados no tempo e espaço (DUCASTEL; ANSEEUW, 2017).

Conforme Michael Levien (2014, p. 35), “não há nada de automático quando o capital (sobreacumulado ou não) descobre a terra ou qualquer outro ativo como novo mercado”. Para compreender este processo, não é suficiente analisar apenas os fluxos globais de capital, pois as espoliações (nesse caso, as apropriações de terra pelo capital financeiro em geral) em momentos e lugares diferentes envolvem fatores políticos, econômicos e ideológicos diferentes. Desse modo, propõe-se refletir a seguir sobre os atores relevantes identificados por esta revisão.



A financeirização da terra: a transformação da terra em um ativo financeiro

Esta pesquisa identificou, conforme mencionado acima, uma lacuna de estudos referente a compreensão mais concreta da forma como ocorre a financeirização da terra no Brasil. Além dos impulsos sistêmicos para o mercado financeiro direcionar seus investimentos para o setor agrícola, mencionados anteriormente, a financeirização da terra envolveu a atuação de atores e instituições que devem ser considerados.

Se por um lado, no Brasil, o Estado certamente é um ator fundamental no processo de aproximação entre ambos os setores considerados e é central para regular o acesso à terra, por outro lado, a atuação de outros agentes intermediários é significativa para construir a classe de ativos alternativos e torná-la interessante ao mercado. Tais agentes contribuem para tornar a terra e a agricultura itens inteligíveis, administráveis, calculáveis e legítimos para os investidores, de modo que devem ser vistos como co-produtores desses mercados (OUMA, 2014).

Um ativo financeiro pode ser entendido como um bem, serviço ou atividade que possua valor reconhecido pelos atores financeiros (DUCASTEL; ANSEEUW, 2017). Para que haja este reconhecimento, a ação de determinados atores é crucial no processo de *montagem* ou *construção* (*assembling*, em inglês, tradução livre) do mesmo como um ativo (LI, 2014). Este processo envolve atores variados, como populações locais, cientistas, advogados, funcionários do governo, que, no caso da terra, possuem visões distintas sobre sua ontologia e o que se pode ou se deve



fazer sobre ela (LI, 2014), e interessa a esta pesquisa particularmente refletir sobre, além do papel do Estado, a atuação de agentes do mercado financeiro.

A construção de um elemento como um recurso disponível para alguns propósitos em detrimento de outros requer um complexo trabalho cultural e técnico, segundo Li (2014). No caso da terra, os elementos necessários para esta transformação não são consensuais na literatura sobre o tema. Para Ducastel e Anseeuw (2017), um elemento deve cumprir alguns requisitos para ser reconhecido como um ativo financeiro: (1) ser algo que possa gerar um fluxo positivo de dinheiro no futuro; (2) ser líquido; (3) poder ser avaliado e comparado a outros ativos por meio de padrões de referência.

Para Visser (2016), no que lhe concerne, para ser reconhecido como um ativo pelo mercado financeiro, um ativo deve (1) ter potencial para lucro futuro; (2) ser escasso; (3) ter liquidez para ser facilmente vendido quando os investidores acharem apropriado; (4) ser padronizado e possível de comparar com outros ativos através de padrões de referência; (5) ter legitimidade, isto é, ser aceito como normal e socialmente aceitável, ou pelo menos não ser imoral. Além disso, a regulação estatal deve facilitar esses requisitos.

De qualquer modo, em ambas as perspectivas, a transformação da terra em um ativo envolve, em primeiro lugar, um esforço de construção de *narrativas* em torno deste bem (LI, 2014; OUMA, 2014; VISSER, 2016). Segundo Tania Li (2014), os recursos naturais são sociais e materiais ao mesmo tempo, pois são construídos pelas sociedades como tais, por serem considerados úteis ou valiosos de alguma forma. Este processo de construção de um bem como recurso ocorre também com a terra, posto que existe uma pluralidade de visões sobre o que é a terra e como os humanos devem interagir com ela (LI, 2014).

Nos últimos anos, brochuras de empresas de investimento, consultores, avaliadores, enfim, uma grande indústria de inteligência, passou a apresentar a terra



como investimento potencialmente interessante para investidores do mercado financeiro. Dentre os argumentos em favor de tais ativo “reais”, encontra-se ênfase (1) em um suposto “vazio” das terras (LI, 2014); (2) em um conjunto de fundamentos de mercado sobre as terras e a agricultura, baseados em estimativas quanto ao aumento da população mundial, mudanças nos hábitos alimentares de determinados países, aumento na demanda dos combustíveis agrícolas, escassez das terras, entre outros fatores que, enfim, afetariam a oferta e demanda de terras e *commodities* (OUMA, 2014), além de (2) análises financeiras que apontam para o histórico de retornos financeiros importantes da terra, o forte *hedge* contra inflação, entre outros (DUCASTEL; ANSEEUW, 2017).

Ademais, fortaleceu-se a narrativa de que a terra possui uma dupla função, que a torna singularmente atrativa para os investidores. Ainda que o valor produtivo da terra tenha continuado a ser chave para atração de investimentos, aumentou-se o interesse dos mercados financeiros pela compra e venda de terras agrícolas por ser considerada simultaneamente um ativo produtivo e um ativo financeiro (FAIRBAIRN, 2014).

Em segundo lugar, identifica-se um processo de caráter técnico de “tradução de um bem, serviço ou atividade em um investimento confiável e sustentável para os atores e mercados financeiros” na transformação da terra em um ativo (DUCASTEL; ANSEEUW, 2017, p. 204). Tal tradução é realizada com a utilização de técnicas e instrumentos, que variam conforme as conjunturas políticas, sociais e históricas de cada lugar. A elaboração de relatórios, mapas e gráficos, que facilitam a padronização e, portanto, a avaliação de terras, possibilitam a comparação entre terras em termos de fertilidade do solo, potencial de aumento da produtividade, valor, entre outros, além de permitir um fluxo de informações sobre este mercado, traduzido para a linguagem dos investidores.

Ainda no bojo deste conjunto de ações técnicas, identifica-se o esforço de



alguns atores para conferir maior liquidez à terra, como pelo aumento da aclamada “segurança jurídica” ou por determinados instrumentos financeiros. No caso da terra, a liquidez é essencial, dadas suas características mencionadas, pois dessa forma ela se torna mais atraente aos investidores, que podem substituí-la facilmente quando julgarem apropriado.

Soma-se a isto, inúmeras inovações financeiras originadas com a financeirização da economia, que se mostram chave para que os investimentos em terra sejam atraentes e possam ocorrer, como se nota no esforço de construção de instrumentos financeiros e formas de gerenciamento das características e dos limites da produção agrícola, para que os investidores tenham acesso a retornos positivos do mercado de terras. Assim, para atrair investidores, os gestores de fundos de investimento tem oferecido opções de mitigação de risco, como o mercado de futuro de *commodities*, a diversificação geográfica, otimização dos impostos de acordo com a localidade e outros fatores, mercado de terras em ‘pacotes’ ou ‘corporativização’ das terras, pelo qual se administra um conjunto dela ao mesmo tempo, entre outros (DUCASTEL; ANSEEUW, 2017).

Por fim, identifica-se que os criadores e promotores de um ativo financeiro precisam lidar com a realidade social desses ativos (DUCASTEL; ANSEEUW, 2017). Segundo Ducastel e Anseeuw (2017), em seu estudo de caso na África, a realidade desses atores envolve o empenho em neutralizar ou despolitizar as terras, pois estas são frequentemente envolvidas em conflitos sociais e políticos por razões variadas. A dimensão política deste ativo financeiro em construção faz com que os gestores e investidores, nesse caso, busquem extrair a terra de seus ambientes sociais.

No Brasil, conforme discutido nas seções anteriores, identifica-se uma ampla rede de atores e articulações entre investidores estrangeiros com grandes empresas agrícolas nacionais, grileiros, tabeliães, agricultores e políticos locais e Estado



(SPADOTTO et al., 2017). Tais agentes locais-regionais agem na prospecção, negociação, limpeza, legalização, desenvolvimento e venda das terras. Ademais, estes viabilizam a realização de pesquisas sobre áreas de potencial aquisição, construindo indicadores e padrões como os mencionados acima, com visitas físicas ao local, medições e mapeamentos, que possibilitam a comparação entre áreas de terra ou outros ativos, portanto, a escolha de como e onde investir (SPADOTTO et al., 2017). Desse modo, a atuação dos agentes do mercado financeiro na financeirização da terra não deve ser analisada em separado, mas em relação, direta ou indireta, com tais outros agentes nacionais, que tornam o Brasil um caso de análise particular sobre este tema, ainda a ser melhor compreendido.

Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo refletir sobre o processo de financeirização da terra, em particular no Brasil. Buscou-se compreender de que maneira a terra é transformada em um ativo financeiro, assim, em um elemento importante para a acumulação de capital, em uma das faces mais agressivas do capitalismo ao longo do seu desenvolvimento. Apesar de se reconhecer que algumas transformações mais amplas no desenvolvimento do capitalismo contribuíram para a significativa aproximação entre ambos os setores significativamente no início do século XXI, defende-se que determinados elementos domésticos são elementos-chave para o avanço do capital financeiro sobre o meio rural brasileiro. Sobretudo, destaca-se o papel do Estado, pela redução de sua participação no financiamento ao setor e a transferência de tal responsabilidade a investidores privados do mercado financeiro; sua regulação frouxa sobre o acesso à terra no país; além do papel de variados agentes locais, regionais ou internacionais, inclusive os do próprio mercado financeiro, que constroem a terra como um ativo financeiro.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



A atuação destes agentes no fortalecimento da participação do mercado financeiro na agricultura e no mercado de terras no país, seja para produção ou especulação, está em harmonia com acontecimentos recentes relacionados aos interesses do agronegócio em expandir a fronteira agrícola no norte do país ou em abrir terras de preservação ambiental e reservas indígenas à exploração pelo capital, como tem sido forçado por ações violentas e desastrosas ambientalmente, que aceleram este processo⁵. Afinal, deste modo, afasta-se as terras do exercício de sua função social, e mais terras estariam disponíveis para apropriação.



⁵

Ver

<https://www.dw.com/pt-br/queimadas-mostram-que-desmatamento-est%C3%A1-aumentando/a-50125652>. Acesso em: 28 de ago. 2020



Referências

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira. In: LEITE, S. P. (Ed.). . **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 1-95–120.

BORRAS JR., S. M. et al. The rise of flex crops and commodities : implications for research. v. 6150, n. January, 2015.

BRUM, E. A miliciarização da Amazônia: como o crime vira lei e o criminoso “cidadão de bem” na maior floresta tropical do mundo. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO: COORDENAÇÃO, ANTONIO CANUTO, CASSIA REGINA DA SILVA LUZ, P. C. M. DOS S. (Ed.). . **Conflitos no Campo: Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p. 105–115.

CHESNAIS, F. Mundialização : o capital financeiro. **Revista Outubro**, n. 5, p. 7–28, 2001.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 1–44, 2002.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**Porto Alegre Editora UFRGS, , 2012.

DUCASTEL, A.; ANSEEUW, W. Agriculture as an asset class: reshaping the South African farming sector. **Agriculture and Human Values**, v. 34, n. 1, p. 199–209, 2017.

FAIRBAIRN, M. ‘Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777–795, 2014.

FREDERICO, S. Desvendando o agronegócio: financiamento agrícola e o papel



estratégico do sistema de armazenamento de grãos. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 27, p. 47, 2010.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. Tradução d ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

KRIPPNER, G. R. **The political economy of financial exuberance**. [s.l.] Elsevier, 2011. v. 30

LI, T. M. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 39, n. 4, p. 589–602, 2014.

MARTIN, S. J.; CLAPP, J. Finance for Agriculture or Agriculture for Finance? **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 549–559, 2015.

OUMA, S. Situating global finance in the Land Rush Debate: A critical review. **Geoforum**, v. 57, n. November 2014, p. 162–166, 2014.

SPADOTTO, B. R. et al. Financial capital, land grabbing, and multiscale strategies of corporations specializing in the land market in the Matopiba region (Brazil). **The 5th International Conference of the the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies**, p. 1–15, 2017.



Três estratégias da financeirização do café no Sul de Minas Gerais

**Luiza Borges Dulci - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ**

1. Introdução

Nos últimos séculos, e mais ainda nas últimas décadas, vimos muitas mudanças na forma como a terra e a produção agrícola podem ser transportadas para paisagens distantes ao redor do globo. Parcela significativa dessas mudanças está ligada a ferramentas tecnológicas e financeiras.

O presente estudo se dedica à análise das finanças na rede de produção global do café e suas estratégias de inserção no Sul de Minas Gerais. Faz parte de uma pesquisa de doutorado em vias de conclusão, dedicada às estratégias e dinâmicas de governança da rede de produção global do café (HENDERSON et al, 2011). Conforme apontam Gereffi e Korzeniewicz (1994) as estruturas de governança compreendem “as relações de poder e autoridade que determinam como recursos financeiros, materiais e humanos são alocados e fluem no âmbito da cadeia” (GEREFFI e KORZENIEWICZ, 1994, p. 97). Na pesquisa, a financeirização é entendida como um dos três pilares da governança da rede, juntamente com o par concentração-internacionalização e a regulação privada do negócio do café.

Embora a relação entre finanças e agricultura não seja um fenômeno novo, há novidades históricas a serem analisadas. Em "What is land? Assembling a resource for global investment", Tania Li (2014) aponta que a terra pode ser muitas coisas ao mesmo tempo para diferentes atores. Semelhante a esta abordagem, Clapp (2015) mobiliza a ideia de paisagens agrícolas distantes - *distant agricultural*



landscapes - para mostrar as “formas cada vez mais complexas de 'distância' que separam os alimentos tanto geográfica quanto mentalmente das paisagens em que foram produzidos” (Clapp, 2015, p. 305). Aponta ainda que dentre as principais consequências dos movimentos de industrialização, globalização, corporatização e financeirização está a produção de externalidades ecológicas e sociais.

A análise que segue se baseia nessas reflexões, na literatura especializada na financeirização e em dados primários e secundários coletados nos últimos anos. Os dados primários provêm de 43 entrevistas, realizadas entre março de 2019 e março de 2021. A maior parte delas empreendidas durante o trabalho de campo no Sul de Minas Gerais, realizado entre os dias 22 de julho e 01 de agosto de 2019. Na ocasião foram visitadas cooperativas, torrefadoras, armazéns gerais, sindicatos, acampamentos e assentamentos rurais, fazendas e sítios produtores de café, corretoras, exportadoras, órgãos públicos e universidades em nove municípios da região: Lavras, Três Pontas, Varginha, Alfenas, Campo do Meio, Guaxupé, Carmo de Minas, Delfim Moreira e São Gonçalo do Sapucaí. Já os dados secundários compreendem relatórios, vídeos e outros documentos provenientes dos setores privado, público e de organizações da sociedade civil, nacionais e estrangeiros, ligados ao negócio do café.

Com base nesse conjunto de fontes, o presente estudo se dedica à compreensão do papel dos dispositivos financeiros no transporte e na manipulação à distância das terras e da produção cafeeira. Para tanto, na sequência desta Introdução, informa dados gerais sobre a produção cafeeira do Sul de Minas Gerais e sua projeção nacional e global. Uma terceira seção analisa três estratégias de penetração das finanças no café sul mineiro a partir dos casos da Ipanema Coffees, do Grupo Montesanto Tavares e da Cooperativa Cooxupé. Finalmente, são apontadas considerações sobre a financeirização da terra, em diálogo com a literatura especializada no tema.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



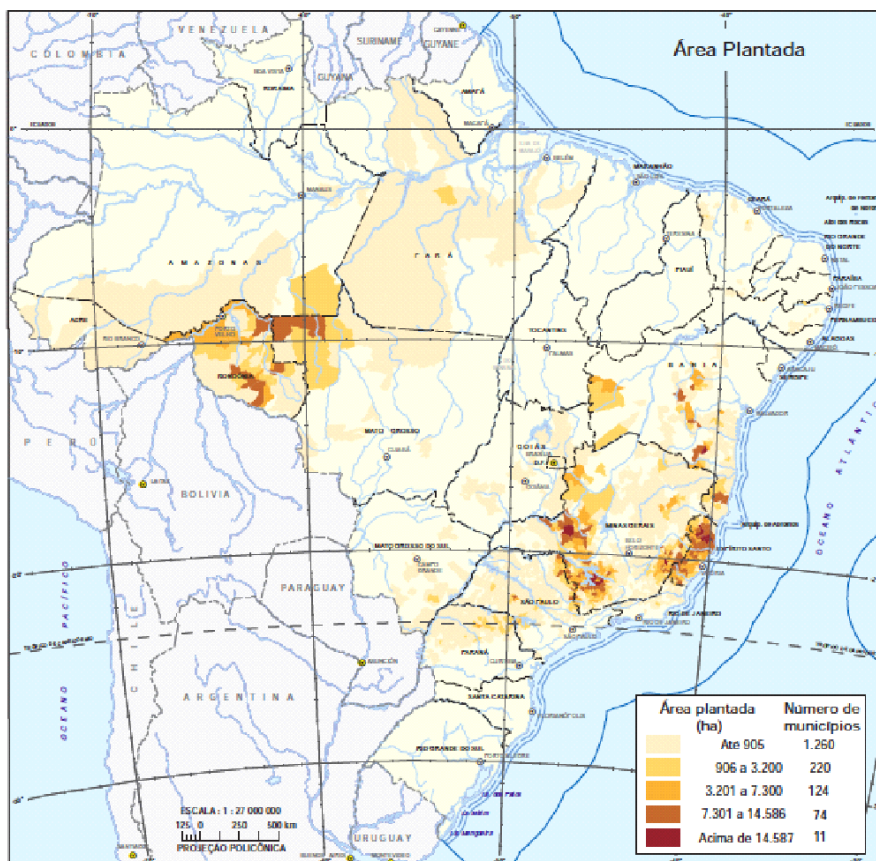
2. A produção cafeeira do Sul de Minas Gerais

A liderança de Minas Gerais e do Sul de Minas em particular na produção cafeeira nacional data dos anos 1970, na esteira das grandes geadas que atingiram os cafezais do Paraná e de São Paulo. Conforme aponta o Mapa 1, a seguir, a "geografia do café no Brasil contemporâneo" é sustentada

pela liderança mineira e capixaba e pela contínua expansão dessa cultura em direção ao cerrado do oeste baiano e ao eixo da Rodovia BR-364 no estado de Rondônia, área pioneira de cultivo do café na região Norte do país, assim como alguns municípios situados na Rodovia Transamazônica (IBGE, 2016, p. 25).



Mapa 1. Concentração da área plantada de café em 2013.



Fonte: IBGE, 2016, p. 29.

Atualmente, o parque cafeeiro mineiro é composto por cerca de 4,3 bilhões de pés (em formação e produção), distribuídos em 1,2 milhão de hectares, em 517 dos 753 municípios do estado. A produção mineira corresponde a 54% do total nacional e 72,1% da área de café arábica brasileira. Em 2020, ano de bienalidade positiva para o café, a produção mineira atingiu 34,6 milhões de sacas, 55,3% delas provenientes da região Sul do estado. O Valor Bruto da Produção (VBP) do café chegou a R\$21 bilhões, correspondentes a 22% do VBP agropecuário do estado e 60% do faturamento das lavouras cafeeiras brasileiras (SEAPA, 2020b).



Em 2019, as exportações mineiras de café somaram US\$3,56 bilhões, o equivalente a 44,6% das exportações do agronegócio mineiro. Quanto ao nível de processamento, 99,7% das exportações foram de café verde; 0,2% de extratos, solúvel e resíduos; e 0,1% de café torrado. O Sul de Minas é a principal região exportadora do estado (US\$2,79 bilhões), com destaque para os municípios de Varginha, Guaxupé e Alfenas (SEAPA/MG, 2020a). Tida como "a capital do café no Brasil", Varginha concentra "mais de 100 empresas coligadas ao negócio do café", dentre as quais "mais de 20 multinacionais" (Entrevistado 21).

A maior parte do café do Sul de Minas é cultivado em pequenas propriedades. Dados do Censo Agropecuário de 2017, evidenciam que a mais da metade do café arábica brasileiro (51,38%), mineiro (52,77%) e sul mineiro (50,6%) é cultivado em estabelecimentos de área entre 1 e menos de 10 hectares. No outro espectro da estrutura fundiária, estabelecimentos com mais de 200 hectares constituem 2,06%, 2,44% e 2,74%, respectivamente; e aqueles com área superior a 500 hectares são 0,55%, 0,63% e 0,6%, respectivamente.

No entanto, é crescente a produção advinda das grandes fazendas. Essas poderiam ser consideradas pontos fora da curva se não desestabilizarem as relações de poder na região. Isto é, se não estivessem no centro de conflitos por terra como o do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio, se não predominassem nas diretorias das grandes cooperativas de café e se não dominassem o negócio de exportação dos grãos.

As Figuras 1 e 2, a seguir, mostram que o Sul de Minas é uma região onde predominam pequenos agricultores, relativamente ao Cerrado Mineiro, por exemplo, mas também se destaca no âmbito do valor agregado do café.

FIGURA 1. Espacialização do valor da produção de café Arábica de Minas Gerais (2017).

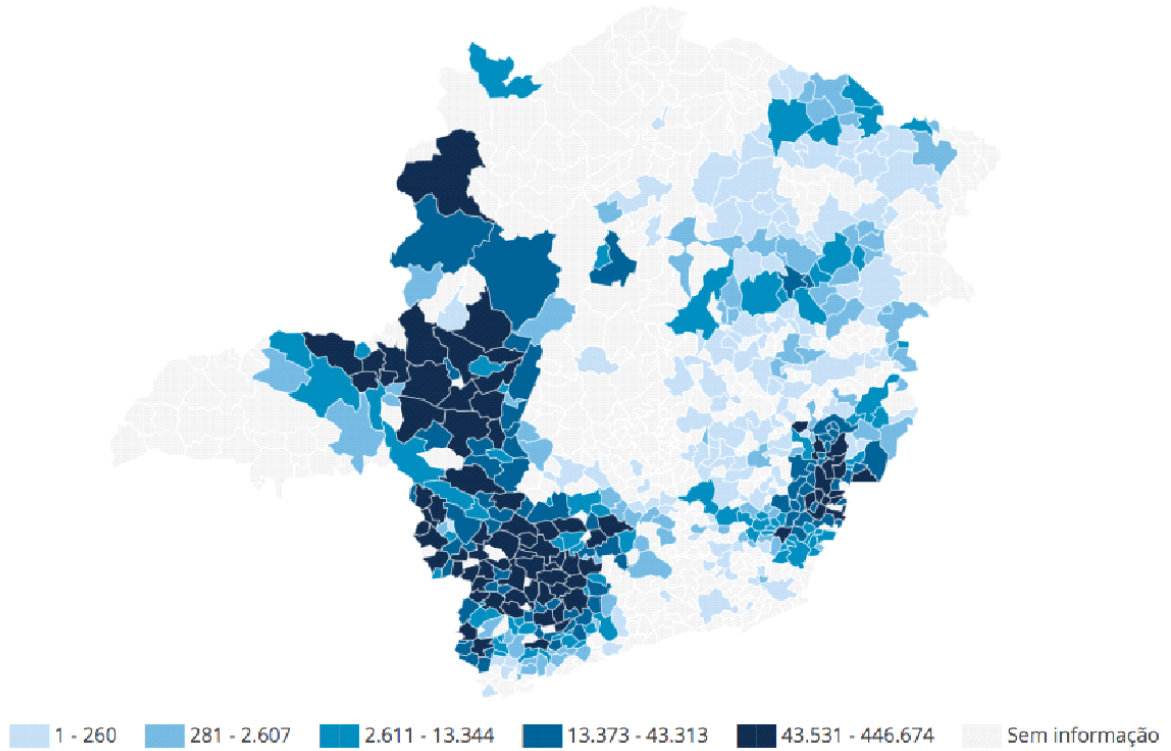


IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Cartograma - Café - Grão (verde) - Arábica de Minas Gerais por Valor da produção em (x1000) R\$

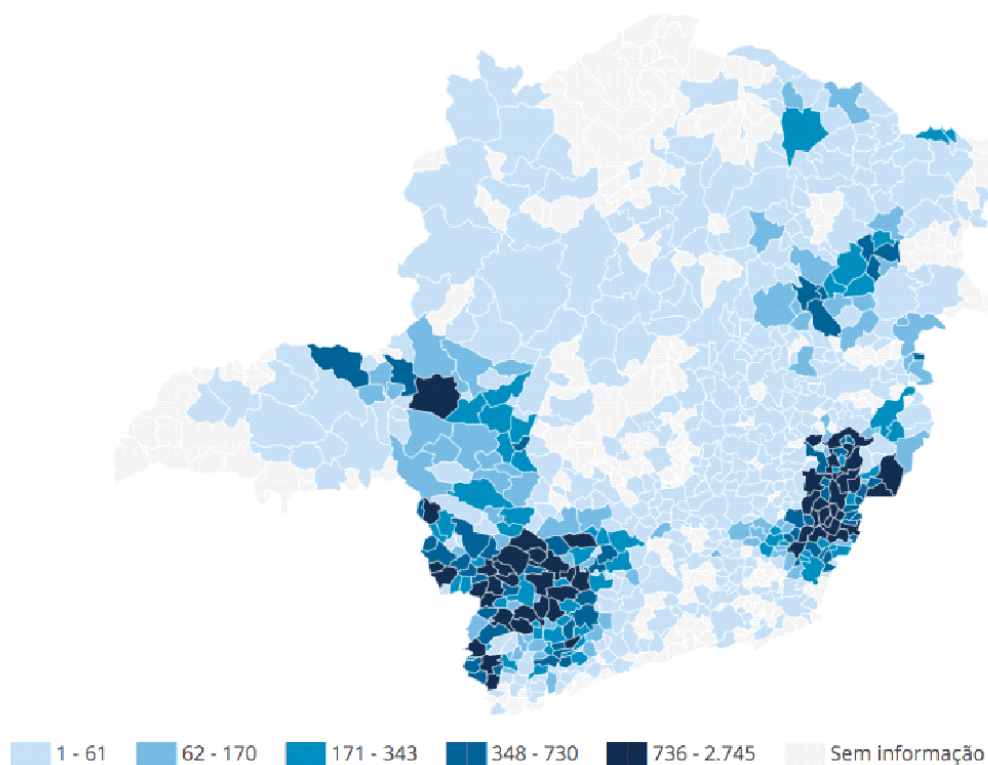


Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.



FIGURA 2. Espacialização do número de estabelecimentos que cultivam café Arábica em Minas Gerais (2017).

Cartograma - Café - Grão (verde) - Arábica de Minas Gerais por Número de estabelecimentos em estabelecimentos



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Como se vê, o Sul de Minas e a Zona da Mata mineira concentram a maioria dos estabelecimentos, a maior parte dos quais de pequeno porte. Já no Cerrado mineiro há sobretudo grandes fazendas. Em termos de valores da produção, Sul, Cerrado e Zona da Mata, respectivamente, formam as três principais regiões do estado. No Sul de Minas, além do alto volume de cultivo, há muitas empresas de exportação, assim como indústrias de torrefação e moagem.



A mediação das finanças tem sido fundamental para os resultados comerciais do café. Destacam-se o papel dos dispositivos e ferramentas de crédito, as linhas de financiamento público e privado e a capacidade de transportar valores e transações no tempo-espço. Nesse contexto, há que se ressaltar: embora a relação entre finanças e agricultura não seja recente (CRONON, 1991), foi somente a partir dos anos 1970 que a dinâmica financeira passou a se sobrepor a certos processos organizativos e produtivos agrícolas.

Desde então um novo conjunto de práticas e dispositivos passou a capitalizar as distâncias, criando dinheiro em contextos de crescimento econômico e aumento do consumo - mas também a despeito deles (BREGGER-BUSH, 2012). Se por um lado há o descolamento das finanças em relação aos chamados ativos reais ou produtivos, por outro, são forjadas novas formas de conexão entre agricultores e comerciantes de café situados em distintas regiões do globo (CLAPP, 2015).

Uma das definições de financeirização mais difundidas na literatura aponta-a como o “crescente papel de motivos, mercados, atores e instituições financeiras na operação das economias nacionais e internacionais” (EPSTEIN, 2005, p. 3). Tal processo envolve, portanto, um conjunto de fenômenos relacionados ao domínio das ferramentas financeiras na gestão das empresas e dos governos, assim como a crescente centralidade do sistema financeiro internacional na distribuição de capital no mundo (FLIGSTEIN e CALDER, 2015).

Ao analisar a agricultura brasileira, Balestro e Lourenço (2014) examinam a crescente importância das finanças nas estratégias corporativas agropecuárias, seja pela via do financiamento da produção, seja pelo crescente número de investidores institucionais atuando diretamente nos mercados agrícolas. Chamam a atenção para a frequência com que estes investimentos acabam por comprometer a sustentabilidade de longo prazo dos negócios produtivos em favor da maximização



dos lucros a serem distribuídos entre os acionistas, com base no princípio do *shareholder value*.

Tipos coletivos de propriedade se fazem presentes na agricultura na forma de Sociedades Anônimas, de capital aberto ou fechado; e dos chamados investidores institucionais, que compreendem "diversos tipos de fundos (pensão, soberanos, hedge, endowments, private equity) e corporações (bancos, seguradoras e empresas)" (BERNARDES, et al, 2017).

Segundo o relatório trienal de 2019 do Bank of International Settlements (BIS), o mundo registrou movimentação financeira (foreign exchange) da ordem de US\$6,6 trilhões diários - 55% do total proveniente de instituições financeiras não bancárias (BIS, 2019).

Esses números refletem uma trajetória histórica de mudanças institucionais, formais e informais, que colocaram de pé uma nova arquitetura financeira (ISAKSON, 2013). Juntamente com o desmantelamento de políticas públicas e do sistema financeiro de Bretton Woods viu-se em todo o mundo, o aprofundamento de medidas de liberalização do comércio e dos capitais - sob a orientação dos chamados Consenso de Washington e Consenso de Paris (ABDELAL, 2006). Nesse contexto, "o impacto das exportações de commodities sobre a 'riqueza das nações' tornou-se uma questão central" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 15), de tal forma que o aumento do comércio passou a ser compreendido como uma etapa crucial na agenda de desenvolvimento. "A atenção mudou das rendas dos agricultores para as receitas de exportação, a divisão internacional do trabalho e os ganhos ou vantagens que se podem esperar das exportações de commodities" (idem).

A financeirização compreende um dos aspectos mais essenciais do que Knowles (2014) chama de "vias primárias da globalização", comumente mobilizadas para sustentar suas "versões hegemônicas", baseadas em concepções amplas da acumulação de capital. Embora o Sul de Minas seja principalmente conhecido como



uma região de pequenos produtores, também aí se veem práticas e relações que explicitam os traços mais emblemáticos da financeirização. Afinal, vias principais e secundárias se intersectam a todo o momento.

Ao descrever essas relações, a autora dá ênfase à "hiperlocalidade" da globalização, ou seja, mostra que ela "é feita de pequenas seções 'hiperlocais', todas elas conectadas, de maneiras diferentes" e que as trilhas sobre as quais estão situadas "se chocam incertamente em todas as interseções opacas existentes entre vizinhanças, localidades e Estados-nação" (KNOWLES, 2014, p. 307).

A seção a seguir propõe (hiper)localizar as manifestações do capital financeiro no Sul de Minas. Trata-se, de fato, de um exercício de mapeamento que abrange formas mais clássicas e outras possibilidades de aterrissagem das finanças no território. Quais as diferentes estratégias de penetração do capital financeiro na região? O que cada uma delas nos diz sobre *as práticas, os processos e o projeto* (WILLIAMS et al, 2013) da financeirização e da globalização de maneira geral?

Além de evidenciar a dinâmica hiperlocal das finanças, os três casos em questão problematizam a naturalização da relação entre financeirização e comoditização, na medida em que mostram o avanço da lógica financeira sobre produtos e mercados "exclusivos", como é o caso dos cafés especiais.

3. Três estratégias de financeirização do café no Sul de Minas Gerais

Ipanema Coffees

Sociedade Anônima de capital fechado, atualmente a Ipanema Coffees reúne capital de origem nacional e estrangeiro, mais especificamente japonês e alemão.



Produz sobretudo cafés especiais, distribuídos em três fazendas, Conquista, Rio Verde e Capoeirinha, localizadas nos municípios de Alfenas e Conceição do Rio Verde, na região Sul de Minas Gerais. Uma das primeiras empresas brasileiras a obter reconhecimento internacional no mercado de “especiais”, a Ipanema participou da fundação da Brazilian Specialty Coffee Association (BSCA), em 1991, e investiu de forma pioneira na certificação e no rastreamento do café. Entre 2002 e 2012 obteve selos das certificadoras UTZ; C.A.F.E/Starbucks; RainForest Alliance; AAA Nespresso/Nestlé e Fair Trade USA.

O capital financeiro esteve presente na trajetória da empresa desde a sua fundação, em 1969. À época, o empresário Luiz Cyrillo Fernandes se associou ao Grupo Gomes Almeida e buscou parceria com o banco Bozano Simonsen para concretizar o negócio. Nas décadas de 1970 e 1980 houve a expansão das atividades de cultivo e comercialização e em 1991 teve início o processo de exportação de café - período que coincide com a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o fim das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC).

Nos anos 2000 e 2010 uma série de mudanças acionárias e incorporações de investimentos estrangeiros moldaram um novo perfil para a empresa. Com o desligamento do Banco Bozano, foi firmada parceria de três anos (2006-2008) com o fundo de multimercados e private-equity Gávea Investimentos. Da mesma forma, três antigos clientes da Ipanema tornaram-se sócios da empresa, a norueguesa Kaffehuset Friele AS; a trader japonesa Mitsubishi; e a Tchibo, uma das principais processadoras de café e rede de cafeterias da Alemanha. Em 2016, simultaneamente à saída da Friele, os primeiros donos deixaram a empresa e nova sócia foi incorporada, a brasileira Santa Colomba (SC) Investimentos Agrícolas, "focada em produções de larga escala e com potencial de mecanização".

A trajetória da Ipanema é, portanto, marcada por distintas composições acionárias e societárias, com investidores de dentro e de fora do café. A relação com



o fundo Gávea retrata um dos processos clássicos da financeirização contemporânea, qual seja, a participação e/ou controle de empresas por fundos de investimentos que nada tem a ver com a história e mesmo com os ramos produtivos aos quais aportam capital. Os recursos do Gávea foram empregados para fins produtivos, como o sistema de irrigação e a renovação do parque cafeeiro.

Segundo apontou um dos representantes da empresa em entrevista realizada na Fazenda Conquista, sede da empresa em Alfenas, o interesse das estrangeiras envolve outra sorte de questões. Elas mudaram da condição de clientes importadoras dos cafés da Ipanema para a condição de sócias em função de estratégia de marketing.

Eles já compravam café nosso e queriam falar 'a partir de agora não quero falar que eu compro café no Brasil, quero falar que sou dono de uma fazenda de café no Brasil'. Então muda o marketing pra eles também (Entrev.31).

O envolvimento da Santa Colomba Investimentos Agrícolas parte de motivações distintas, pois desde o início ela manifestou intenções explícitas de promover mudanças nos planos produtivos da Ipanema. Antes de tornar-se sócia, a SC havia contratado uma consultoria da Ipanema para o cultivo de café no oeste baiano. Ao final do contrato, diante da recusa da Ipanema em seguir com o trabalho, a SC comprou ações da empresa e, na condição de sócia, convenceu os demais investidores a apoiarem um projeto de três anos na região do cerrado baiano. Ao final dos três anos, a Ipanema avaliou que os custos foram muito altos e encerrou sua atividade cafeeira na região - decisão que evidencia o peso dos aspectos propriamente produtivos nas estratégias de sustentação da Ipanema Coffees.



a. Grupo Montesanto Tavares

O caso do Grupo Montesanto Tavares joga luz sobre outra estratégia de manifestação da financeirização do café na região do Sul de Minas. Ele envolve o acordo firmado em 2018 entre o Grupo e o Public Sector Pension Investment Board (PSP Investments), fundo de pensão de servidores públicos canadenses, das forças armadas e da Real Polícia Montada do Canadá.

Com essa parceria, o PSP tornou-se sócio minoritário do Grupo, considerando as exportadoras Atlantica Coffee, Cafabras-BR e Ally Coffee USA/EU; e as fazendas Atlantica Agro, Primavera e Matilde, em Minas Gerais; e Rio de Janeiro e Mimosa, na Bahia. O montante aportado foi de US\$326 milhões, o equivalente a R\$1,5 bilhão (SAMBO e BATISTA, 2018), de um total de US\$118 bilhões disponíveis para investimento do Fundo. Com essa injeção de capital, o Grupo Montesanto Tavares planeja quintuplicar sua produção em 10 anos, atingindo a marca de 500 mil sacas de café (IC, 2018).

Fundado em 1998, o Grupo constitui uma Sociedade Anônima fechada e é um dos expoentes de cafés especiais entre grandes produtores. Mais de 60 países compõem seu portfólio de exportação de café. Apresenta-se como uma "holding com experiência em todas as etapas da cadeia cafeeira, atuando desde a originação dos cafés até a venda dos blends no exterior". Além de cultivar seu próprio café, também comercializa grãos de pequenos produtores. Até 2019 sediado em Belo Horizonte, decidiu migrar toda sua estrutura física para Varginha, onde já se situava a sede da Atlantica Coffee. Além de Varginha, em Minas Gerais, possui unidades em Manhuaçu, Zona da Mata mineira; Angelândia, Vale do Jequitinhonha; e Patrocínio, no Alto Paranaíba/Triângulo mineiro. As fazendas somam mais de 9 mil hectares e possuem certificação da 4C, C.A.F.E./Starbucks e UTZ.



Antes da parceria celebrada com o PSP em 2018, a relação com o capital financeiro já era prática corrente do Grupo. Seu histórico de negócios financeiros envolve contratos futuros de café em dólar (Non Deliverable Forward (NDF)) negociados na bolsa de Nova York; contratos de compra e venda futura de café junto a corretoras e bancos; contratos de swap de dólar para Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e contratos de dólar futuro na BM&F Bovespa (PWC, 2020).

O envolvimento do fundo de pensão canadense em negócios agrícolas no Brasil não compreende um caso isolado. Fundos de pensão aportam recursos em busca de lucros e dividendos em negócios espalhados por todo o mundo. No contexto da 'redescoberta das commodities' do início do século XXI, atividades agrícolas e minerais tornaram-se alvo corrente destes investidores. Um dos casos mais conhecidos é o do Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund (TIAA CREF), fundo de pensionistas estadunidenses que investiu em fazendas na região do Matopiba nos anos 2000 e 2010 (SIVIERO, 2020). O caso chegou à primeira página do jornal The New York Times em 2008, que denunciou as conexões entre professores aposentados de Nova York, grileiros e pequenos agricultores expulsos de suas terras no interior do Piauí.

No caso da parceria entre o fundo canadense e o Grupo Montesanto Tavares, embora conectados por meio dos recursos financeiros, pensionistas canadenses não poderiam estar mais distantes de pequenos sítiantes cafeicultores do Sul de Minas. Vale destacar: o distanciamento não é apenas geográfico, mas carrega dimensões ideológicas, culturais, econômicas e políticas (CLAPP, 2015).

b. Cooxupé

O caso da Cooxupé configura um terceiro perfil de financeirização do café no Sul de Minas Gerais. Maior cooperativa de cafeicultores do mundo, ela está inteiramente integrada aos mercados internacionais. Exporta café para cerca de 50



países e possui relação com mais de 50 bancos. No entanto, diferentemente da Ipanema Coffees e do Grupo Montesanto Tavares, a Cooxupé não possui sócios estrangeiros, sejam eles empresas ou fundos. Na condição de cooperativa, suas ações pertencem aos próprios cooperados, contingente que supera 15 mil cafeicultores.

Como ocorre, portanto, sua aproximação com o capital financeiro?

Uma das vias prioritárias de mobilização das finanças pela Cooperativa é o crédito. No caso da Cooxupé, bancos públicos e privados, nacionais e internacionais fornecem crédito para os cooperados e para a Cooperativa em si. Outra via de contato envolve a comercialização de insumos. Cooxupé e demais grandes cooperativas de café do Sul de Minas ofertam insumos e maquinário agrícola em suas lojas espalhadas pela região. Igualmente, promovem eventos como feiras e festivais com o propósito de apresentar e comercializar esses produtos, além de ofertá-los nas visitas da assistência técnica prestada aos cooperados. As lojas da Cooxupé comercializam mais de 3 mil itens, distribuídos entre 15 segmentos. Em 2019, foram vendidas 279.658 toneladas de fertilizantes, sendo 6% na forma de *barter*. Parte das vendas se deu no âmbito da campanha "Café com Lucro", durante a qual 91 fornecedores ofertaram 1.219 produtos. O faturamento com a venda de defensivos foi da ordem de R\$166,7 milhões, enquanto a comercialização de máquinas e implementos somou R\$64 milhões em 2019 (COOXUPÉ, 2019).

Os contratos de futuros e outros contratos da bolsa constituem, por sua vez, uma terceira forma de penetração do capital financeiro do dia a dia da Cooxupé - e de seus cooperados. Na medida em que todo o café comercializado pela Cooperativa tem como referência o preço praticado em Nova York, pode-se dizer que ela funciona quase como um entreposto da praça financeira no Sul de Minas. Diariamente os números da bolsa repercutem por toda a região: "cada loja tem um painel que acompanha o preço do dólar, acompanha o mercado de futuros, o preço



físico" (Entrev. 38). Enquanto as lojas físicas da Cooperativa funcionam como uma espécie de *hub* das praças financeiras, há também uma plataforma online sobre a qual os cooperados têm autonomia para movimentar seus próprios estoques, vendendo parte ou toda ele, a depender de sua necessidade de capital e dos preços ofertados. Outro canal de comunicação e difusão do dia a dia da bolsa são as listas de transmissão do aplicativo whatsapp, que conferem temporalidade imediata às interações entre cooperados e Cooperativa e entre eles e o universo da Bolsa: "Eu mando o preço do café daqui a pouco e 9 mil contatos recebem na hora. A gente dá essa informação pra ele poder criar a estratégia dele de mercado" (Entrev. 38).

Cooperados que não tem volume de produção suficiente para atuar de forma autônoma na bolsa, contam com o apoio da Cooperativa para fazê-lo:

Como a maioria são pequenos, a gente imagina que fazer uma operação de mercado de futuros por exemplo, seria difícil. Porque pra gente travar na bolsa de Nova York precisa de 330 sacas pra fazer uma operação e tem gente que não produz isso. Acesso ao mercado, acesso ao sistema financeiro, a cooperativa ajuda (Entrev. 38).

São também disponibilizados técnicos para ajudar os cooperados a entender os termos e as condicionantes do mercado - aspectos que fazem da Cooxupé uma das principais tradutoras da linguagem do mercado financeiro para os territórios de cultivo do café no Sul de Minas. A figura do "comercializador" é o agente-tradutor. A ele compete facilitar a transação para os clientes que desconhecem tais linguagens: "Não sei lidar com esses dados'. Vai lá e conversa com o comercializador que ele ajuda" (Entrev. 38).



*** **

Os três casos - Ipanema Coffees, Grupo Montesanto Tavares e Cooxupé - mostram como a comercialização do café é mediada por uma série de dispositivos e inscrições financeiras e envolve uma gama variada de atores e paisagens. Junto aos grãos verdes transporta-se a própria lógica das grandes praças financeiras globais para os pequenos municípios do Sul de Minas Gerais. Neste rol variado de actantes que fazem a rede de produção global do café, operadores da Bolsa de Nova York se conectam a pequenos agricultores familiares, dando origem a um dos pares mais fortes da desigualdade econômica e política entre o Norte e o Sul global.

4. Considerações sobre a financeirização da terra

Um aspecto fundamental a ser considerado nas análises sobre a financeirização das terras e da produção agropecuária está ligado à própria natureza do "ativo" terra. Como parte dos movimentos de "redescoberta da terra", diversos autores têm se debruçado sobre o processo de financeirização, revisitando análises clássicas e agregando novas leituras em sintonia com a realidade contemporânea.

No que diz respeito aos clássicos, David Ricardo é comumente apontado como pioneiro nos estudos sobre a natureza das rendas da terra e da propriedade fundiária em particular. Em "Princípios de Economia Política e Tributação", de 1817, o autor propõe duas espécies de renda advindas da terra, as quais denomina de rendas diferenciais I e II. A renda diferencial I decorre das características próprias da



terra, como a fertilidade e a localização. Já a renda diferencial II é explicada pela produtividade decorrente do capital ali investido. Assim, enquanto a renda diferencial I está ligada ao uso extensivo da terra, a renda adicional, diferencial II, tem a ver com o processo de uso intensivo.

Embora postulado como pioneiro no assunto, há elaborações anteriores. Foster (2000) recupera trabalhos de James Anderson, escocês e contemporâneo de Ricardo, que em 1777, em "An inquiry into the nature of the corn laws" já havia proposto elementos para uma teoria da renda da terra. Embora tenha notado o papel da "fertilidade absoluta" dos solos, Anderson conferiu mais importância à produtividade advinda do desenvolvimento histórico das técnicas produtivas.

Ciente das reflexões de Anderson, no terceiro volume de "O Capital", Marx acrescenta outra sorte de renda, a renda de monopólio, derivada da propriedade da terra. Cabe lembrar que para Marx, o valor advém exclusivamente do trabalho. Isto é, a terra - natureza - produz valor de uso, mas não valor de troca, ou mais valor. Assim, a renda da terra não é entendida como a remuneração do fator de produção terra, mas pagamento pelo direito ao uso de uma propriedade para fins de emprego da força de trabalho. Ligada a renda de monopólio, há a renda absoluta, existente somente na agricultura, onde a composição orgânica do capital é mais alta do que nos demais setores da economia. Nesse caso, é produzido ainda mais valor-trabalho, o qual vem somar no cálculo geral da renda da terra (ALMEIDA e MONTE-MOR, 2017).

O economista brasileiro Ignácio Rangel propôs uma quarta categoria de renda da terra, fundada na noção de renda especulativa, decorrente da "expectativa de valorização". Trata-se de "uma renda peculiar, que os clássicos não estudaram, e que se aplica inclusive à terra que não é utilizada, porque também ela se valoriza. Mais ainda, ela faz do *título imobiliário* um *ativo mobiliário* como as ações e as obrigações" (RANGEL, 1986, p. 76).



A análise de Polanyi (1980 [1944]) problematiza aspectos subjacentes a toda essa discussão. O autor parte do pressuposto de que a terra não é uma mercadoria qualquer, pois não pode ser reproduzida como as demais. Nesse sentido, toma a terra, entendida como natureza - juntamente com o trabalho e também o dinheiro - como mercadoria fictícia, haja vista que nenhuma delas foi concebida para ser transacionada no mercado. Burkett (2006) dá ênfase aos conflitos decorrentes do tratamento da riqueza e da natureza como commodities e mostra que as tensões ecológicas - às quais agregamos também as sociais - decorrentes da comodificação do dinheiro provém da atribuição de características não naturais atribuídas a ele: "homogeneidade, divisibilidade, mobilidade e falta de limites qualitativos". Estas se chocam com as dimensões de diversidade, interconectividade, localização específica e limite qualitativo dos ecossistemas - e seus atores humanos.

Dentre as abordagens mais contemporâneas, Fairbairn (2014) identifica a terra como um ativo singular: "é um ativo produtivo que se passa por ativo financeiro" (FAIRBAIRN, 2014, p. 779). É fator de produção, ao mesmo tempo em que constitui reserva de valor, de tal forma que cria riqueza por meio da apreciação passiva. Em razão disso, sugere que a natureza dual da propriedade fundiária é mais bem analisada pela noção de ativo quase-financeiro (*quasi-financial*) (Coakley, 1994 *apud* Fairbairn, 2014). Na mesma linha, Fix e Paulani (2019) apontam que esta dualidade existe porque a terra nunca abandona sua forma concreta de meio de produção e condição objetiva do trabalho, ao mesmo tempo em que nunca se desfaz da propriedade de estocar riqueza.

É nesse contexto que as terras agrícolas são frequentemente referidas pelos investidores financeiros como *black gold* (Cole, 2012 *apud* Fairbairn, 2014). A referência ao ouro remete ao fato de que são ativos limitados em quantidade; possuem grande potencial de valorização; e estão mais salvaguardadas nos períodos de crises econômicas. Porém, diferentemente do ouro, a terra é também fator de produção, o que lhe confere mecanismos de valorização adicionais,



sobretudo quando associados à oferta de infraestrutura produtiva, à ligação com canais logísticos e à regulação das normas de propriedade e uso e ocupação dos solos.

Às dinâmicas e consequências dos processos analisados anteriormente relativos à financeirização da produção agrícola, somam-se aspectos ligados à financeirização das terras propriamente ditas. O descolamento entre preços das commodities e preços das terras no Brasil é uma das evidências do tratamento da terra como ativo financeiro, capaz de gerar renda a partir da especulação. Desde 2011, vivemos um período de redução dos preços das commodities agrícolas. Todavia, o preço da terra não cessou de crescer. Flexor e Leite (2017) analisam os dados da Consultoria Economics FNP, que calcula a série histórica do preço das terras no Brasil e mostram que entre 2010 e 2015 o preço médio do hectare brasileiro saltou de R\$4.756,00 para R\$10.083,00, um crescimento de 112%.

Os dados nos permitem olhar para as terras cafeeiras. O cruzamento de dados do levantamento da Conab (2017) sobre os custos de produção no café com os da Consultoria FNP sobre o preço das terras para o município de Patrocínio/MG dá sinais que está em curso processo de descolamento semelhante. Entre os anos de 2008 e 2016, o preço da saca de café no município aumentou de R\$251,22 para R\$482,24, o que equivale a um aumento de 92%. Por sua vez, a variação no preço das terras entre os anos de 2008 e 2017 foi de 183,7%. Para fins de comparação, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aumentou 71% entre 2008 e 2016.

Tais dados reforçam indícios da integração das lavouras cafeeiras mineiras no novo mercado global de terras (SASSEN, 2016), moldado por lógicas e dinâmicas globais, acompanhadas por políticas adotadas por governos locais, regionais e nacionais.



Dominada por interesses privados, a lógica das finanças é uma das principais formas de captura da renda e de transferência e acúmulo de poder nas mãos de poucos atores, alguns dos quais estranhos a quaisquer atividades diretamente ligadas à produção e à transformação dos grãos.

A centralidade cada vez maior das finanças e seu domínio econômico e político global depende da sua capacidade de penetração nas dinâmicas, paisagens e atores locais. A fim de compreender esse processo, o presente estudo se propôs a mapear, descrever e analisar tais estratégias de hiperlocalização das finanças. Os três casos examinados mostram que o capital financeiro faz uso de vias primárias e secundárias da globalização (KNOWLES, 2014) para envolver produtores, comerciantes e industriais do café. Como consequência, cria-se um amálgama dos circuitos produtivo, agrícola, industrial e financeiro, que caracteriza a lógica “multidimensional” do capital na contemporaneidade (FREDERICO e GRAS, 2017).

Uma das consequências de todas estas transformações – aumento do volume e da importância do capital financeiro na agricultura; emergência de novos atores e investidores; mudanças nos arranjos institucionais e nas legislações; e outras – é a requalificação do “pacto da economia política do agronegócio” no Brasil. De fato, a Economia do Agronegócio (DELGADO, 2012) do período recente difere daquela dos anos 1970 (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010). Se antes os aspectos distintivos foram a industrialização e a mecanização da agricultura, no presente sobressaem as tecnologias eletrônicas e digitais da Agricultura 4.0 (WILKINSON, 2019) e a dimensão empresarial, com ênfase na lógica do gerenciamento, na proeminência das rendas financeiras e na ligação direta com os mercados externos. Esse conjunto de processos cria cada vez mais obstáculos à captura da renda em nível local e reforça sua concentração na mão de poucos atores corporativos do Norte.

Referências Bibliográficas



ABDELAL, Rawi. Writing the Rules of Global Finance: France, Europe and Capital Liberalization. *Review of International Political Economy*, V. 13, N. 1, pp. 1-27, fev 2006.

ALMEIDA, Renan; MONTE-MOR, Roberto. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. *Revista de Economia Política*. Vol. 37, n. 2 (147); pp. 417-436; abr-jun, 2017.

BALESTRO, Moisés; LOURENÇO, Luiz Carlos. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade do preço das commodities. In: Buainain, A. M.; Alves, E.; Navarro, Z. *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.

BERNARDES, Júlia Adão et al. *Globalização do agronegócio e land grabbing: A atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

BIS. Bank of International Settlements. *Triennial Central Bank Survey*. 2019. Disponível em: <https://www.bis.org/statistics/rpfx19.htm?m=6%7C32%7C617> (Acesso em 30 de janeiro de 2020).

BREGER-BUSH, Sarah. *Derivatives and development: A political economy of global finance, farming, and poverty*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

BURKETT, Paul. Two stages of ecosocialism? Implications of some neglected analyses of ecological conflict and crisis. *International Journal of Political Economy*. Vol. 35, N. 3, pp. 23-45, 2006.

CLAPP, Jennifer. Distant agricultural landscapes. *Sustain Sci*, n. 10, pp. 305-316, 2015.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. A cultura do café: Análise dos custos de produção e da rentabilidade nos anos safra 2008 a 2017. *Compêndio de Estudos Conab*. V. 12, 2017.



COOXUPÉ. Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda. *Relatório de Gestão* 2019. Disponível em <https://www.cooxupe.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Folder-Relatorio-De-Gestao-2019.pdf> (Acesso em 13 de setembro de 2020).

CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W. Norton & Company, Inc, 1991.

DAVIRON, Benoit; PONTE, Stefano. *The Coffee Paradox*. Londres/Nova York: Zed Books, 2005.

DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

EPSTEIN, Gerald. Introduction: Financialization and the World Economy. In: *Financialization and the World Economy*. Edward Elgar Publishing, 2005.

FAIRBAIRN, Madeleine. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. *The Journal of Peasant Studies*, V. 41, N. 5, pp. 777–795, 2014.

FIX, Mariana, PAULANI, Leda. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de Economia Política*, V. 39, N. 4, pp. 638-657, out-dez 2019.

FLEXOR, George; LEITE, Sérgio. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, v. 39, n.2, may/aug, 2017.

FLIGSTEIN, Neil; CALDER, Ryan. Architecture of Markets. In: Scott, R. e Kosslyn, S. (Orgs.) *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences: An Interdisciplinary, Searchable, and Linkable Resource*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons Inc, 2015.



FOSTER, John. *Marx's Ecology*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e transnacionalização das megaempresas argentinas. In: *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*.

BERNARDES, Júlia Adão et al (org.). Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 12-30, 2017.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. Introduction: Global Commodity Chains. In: *Commodity Chains and Global Capitalism*, eds. Gereffi, G; Korzeniewicz, M. Westport/USA: Praeger Publishers, 1994.

HENDERSON, Jeffrey et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25, N. 74, pp.159-176, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *A geografia do café*. IBGE/Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IC. Internacional Comunicaffe. Canadian public sector pension fund invests in Brazilian coffee company. Publicado em 21 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.comunicaffe.com/canadian-fund-brazilian-coffee/> (Acesso em 21 de março de 2021).

ISAKSON, Ryan. Financialization and the transformation of agro-food supply chains: A political economy. *Food Sovereignty: A Critical Dialogue. International Conference*, September 14-15, 2013.

KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenos da globalização. *Contemporânea*. Vol. 4, N. 2, pp. 289-310, 2014.



LATOUR, Bruno. *Reagregando o social – Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LI, Tania. What is land? Assembling a resource for global investment. *Transactions of the Institute of British Geographers* V. 39, N. 4, pp. 589-602, 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944].

PWC. PriceWaterhouse Coopers. Montesanto Tavares Goup Participações S.A. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente. Disponível em: https://www.atlanticacoffee.com/wp-documents/pt/Juridico_Montesanto.pdf (Acesso em 21 de março de 2021).

RANGEL, Ignácio. A questão da terra. *Revista de Economia Política*, v. 6, n.4, out./dez, pp. 71-77, 1986.

RAYNOLDS, Laura. Fair trade, certification, and labor: global and local tensions in improving conditions for agricultural workers. *Agriculture and Human Values*, V. 31 N. 3, pp. 499-511, 2014.

SAMBO, Paula; BATISTA, Fabiana. Fundo de pensão do Canadá investe na expansão do café no Brasil. Publicado em 19 de setembro de 2018. Bloomberg/UOL. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2018/09/19/fundo-de-pensao-do-canada-investe-na-expansao-do-cafe-no-brasil.htm> (Acesso em 03 de setembro de 2020).

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2016.

SEAPA. Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Seapa/MG, 2020a. Disponível em:
[http://www.agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Relatorios/Publicacoes/Panorama-2020
B.pdf](http://www.agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Relatorios/Publicacoes/Panorama-2020-B.pdf) (Acesso em 01 de abril de 2020).

_____. Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020. Seapa/MG, 2020b..
Disponível em:
http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf
(Acesso em 30 de março de 2021).

SIVIERO, Jéssica. Uma nova safra de proprietários rurais? O caso dos
investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil. 2020. 210
p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

WILKINSON, John. O setor privado lidera a inovação radical no sistema
agroalimentar desde a produção até o consumo. In: GOULET, Frédéric; Le COQ,
Jean François; SOTOMAYOR, Octavio. *Sistemas y políticas de innovación para el
sector agropecuario en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

WILLIAMS, Steve. et al. *Globalization and work*. Cambridge: Polity Press, 2013.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT10

(DES)CONTINUIDADES E O DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS REPERCUSSÕES NOS TERRITÓRIOS

COORDENAÇÃO

BETTY NOGUEIRA ROCHA (UFRRJ)

MIREYA EUGENIA VALENCIA PERAFÁN (UNB)



A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da Borborema – Paraíba (2011-2017): uma experiência na busca por soberania alimentar e desenvolvimento rural no Brasil

*RONY WILLAMS FRUTUOSO DE SOUZA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a implementação, no Território da Borborema (Paraíba), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das políticas públicas que compunham a Estratégia Fome Zero – eixo central dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) – a qual visava combater a fome e reduzir a miséria e a pobreza no Brasil. O PAA teve como objetivo incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar por meio da compra governamental de parte da produção desses agricultores, atuando no combate à fome e à miséria através da distribuição dos alimentos adquiridos para a população carente assistidas por instituições públicas, entidades filantrópicas e organizações sociais de assistência social. Apesar dos seus bons resultados, o PAA enfrentou dificuldades em sua execução, como, por exemplo, a burocracia, que foi uma das principais barreiras para os agricultores familiares acessarem plenamente o Programa. Com a deposição de Dilma Rousseff em 2016, o PAA foi seriamente afetado, o que nos leva a refletir sobre a fragilidade e mesmo a perenidade das políticas públicas executadas no país, particularmente aquelas que fomentam a autonomia e a reprodução social dos agricultores familiares. Neste trabalho recorreremos a dados secundários sobre a execução do PAA no território da Borborema, fornecidos pelos principais órgãos responsáveis pela execução do Programa no Brasil.

Palavras-chave: políticas públicas; agricultura familiar; compras governamentais.



INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo central compreender o papel das políticas públicas para a agricultura familiar no território da Borborema¹ - Paraíba. Para tanto, analisaremos a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nos posicionando no âmbito dos estudos sobre as políticas públicas (MULLER, 2002). Nesse sentido, procuraremos refletir sobre como se constitui o andamento de uma ação governamental no âmbito de sua construção, execução e avaliação, bem como compreender as nuances e as relações sociais e de poder dos atores envolvidos em cada processo de realização de uma política pública, pois como ressaltam Perafán *et. al.* (2015, p. 1):

Observar possíveis transformações nos espaços rurais a partir da análise de políticas públicas contribui para compreender quem e por que participa delas, como também auxilia a identificar, nas diferentes escalas de implementação dessas políticas, o que favorece ou limita a ação pública para resolver esses problemas.

O trabalho considera uma ação pública executada desde 2003 no Brasil: a política de compras governamentais, no caso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma política pública que, no âmbito do Programa Fome Zero, objetivada combater a fome e a miséria ao mesmo tempo que proporciona aos agricultores familiares, oportunidade de comercialização de parte de sua produção.

Entendemos que foi a partir de 2003 que a relação entre a agricultura familiar e Estado recebeu uma maior atenção na direção da formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento dessa parcela da sociedade, sem desconsiderar é claro, os avanços proporcionados pelo PRONAF na década de 1990 que é considerado um marco no processo de reconhecimento da importância

¹ Schneider (2016, p. XIII) afirma que: “Segundo estudo da FAO (2014), dos 570 milhões de estabelecimentos agropecuários que existem no mundo, 500 milhões (90%) são dirigidos ou dependem da mão de obra de uma família. Ainda que destes, 475 milhões detenham menos de 2 hectares da terra, essas unidades produzem em torno de 80% dos alimentos consumidos no mundo”.



da agricultura familiar para o Brasil. Nesse sentido, Caniello, Piraux e Bastos (2013, p.87) afirmam que: “Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, os movimentos sociais e os setores envolvidos com eles, como as ONGs e os sindicatos, passam a ter mais influência na definição dos rumos das políticas públicas para a agricultura familiar, o que leva o governo a reconhecer e repercutir, na trilha do combate à pobreza, a importância deste setor para o desenvolvimento do país”. A proximidade histórica dos grupos políticos de esquerda com movimentos sociais do campo, mais a própria importância desses grupos para segurança alimentar do país favoreceu com que a agricultura familiar adquirisse um protagonismo na estratégia do Programa Fome Zero, ou seja, “se a estratégia do governo estabelecia como meta primordial o combate à fome, à pobreza e à miséria, os camponeses deveriam ter um papel central nesse processo” (CANIELLO, 2016, p. 307).

Compreender o processo de execução do PAA no território da Borborema pode contribuir para que se pense novas maneiras de fazer políticas públicas, assim como problematizar algumas dificuldades nesse processo. Pensamos no PAA como uma possibilidade para que o agricultor familiar pudesse superar um dos aspectos mais cruciais do seu modo de vida, o da comercialização de sua produção. Mas não podemos ignorar o fato de que nos últimos anos profundas transformações políticas têm acarretado perdas consideráveis para esse grupo social, como o *desmonte* das políticas públicas.

METODOLOGIA

O campo de pesquisa, o Território da Borborema, é uma região que se destaca pelo papel e importância histórica das organizações da agricultura familiar para região, exemplificadas por organizações como o Polo Sindical da Borborema, Copaf, EcoBorborema, AS-PTA, associações de quilombolas e assentados da Reforma Agrária. Falamos de território marcado por uma forte identidade rural e de um capital social destacado, o que sem dúvida é um fator importante a ser



considerado. Para esse texto, nos valem da coleta de dados secundários, nos possibilitando uma visão geral do objeto e apontarmos de forma geral, o desenvolvimento dessa política pública no referido território.

Cabe ao pesquisador ter sempre a vigilância metodológica necessária para que não incorra em erros que possam comprometer o seu objetivo ou proposta de pesquisa. Nesse sentido Bourdieu (1999, p. 14) chama atenção para não cairmos na:

tentação sempre recorrente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos e a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira e rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função de um caso particular.

O artigo se dará na análise qualitativa dos dados obtidos, observando, como o PAA pode efetivamente apresentar-se como uma política pública de fomento à *busca por autonomia camponesa* (PLOEG, 2008).

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, passa antes por entendermos o papel do Estado como fomentador do desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. Nesse sentido, cabe então compreender teoricamente o que significa essa ação, denominada como 'política pública'.

Ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o mundo vivenciou sob inúmeras formas, a ação do Estado como fomentador de bem-estar para seus cidadãos, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Os primeiros trabalhos sobre políticas públicas são datados da década de 1930 nos EUA. No âmbito da administração pública e da ciência política, os pesquisadores se



interessavam tanto na compreensão teórica dos interesses do Estado em implementar determinadas ações, como também em contribuir no processo de execução destas. E, desta forma, “a análise das políticas públicas fora, assim, construída pela perspectiva de que é preciso ajudar aos que decidem, enquanto autoridade pública, a fazer boas escolhas políticas” (NEVES, 2014, p. 18).

Na perspectiva dos estudos das ações do Estado, Muller (2002, p. 7) propõe que o Estado deve ser compreendido pelas suas ações, as políticas públicas. Assim ele afirma que “o Estado é hoje percebido no essencial através de sua ação, seja esta considerada como positiva ou negativa”. Assim, o autor afirma que:

Atualmente, estudar a ação pública não consiste mais verdadeiramente em refletir sobre o lugar e sobre a legitimidade do Estado, enquanto forma política abstrata, mas em compreender as lógicas implementadas nestas diferentes formas de intervenção sobre a sociedade, em identificar os modos de relação existentes entre os atores públicos e privados e em compreender como a ação recobre as dinâmicas imprecisas e evolutivas da fronteira do Estado e sociedade (MULLER, 2002, p. 7).

Com isso, gostaria de afirmar que, na perspectiva de Pierre Muller, o importante é compreender também as relações sociais e o jogo de interesses estabelecidos entre a ação do Estado e os atores da sociedade civil a partir da implementação de uma determinada política pública. A compreensão dessa relação passa pelo entendimento de todo um contexto histórico, político e econômico, pois a ação do Estado reflete o pensamento/ideologia dos grupos que detêm o poder naquele contexto, assim como compreender também como se processa as respostas dos grupos sociais 'contemplados' por determinada ação pública.

Mas então, o que é uma política pública? Pierre Muller (2002) se utiliza das distinções de *política* da língua inglesa para distinguir três significados principais, e a partir de então, delinear o que é, e em qual esfera da política podemos estudar a ação do Estado através das políticas públicas: (a) a esfera política (*polity*), ou seja, o termo que distingue a esfera política da sociedade civil, sendo esta uma distinção



fluida; (b) a atividade política (*politics*) que se refere todo exercício político, seja dentro da esfera da luta por cargos políticos como descrita por Max Weber (2011), assim como também nas diversas formas de mobilização social em relação ao poder; e (c) o terceiro significado se refere ao da ação pública (*policies*), que é o que “designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos”. (MULLER, 2002, p. 10).

E é dentro desse terceiro significado que direcionamos nossa perspectiva, sabendo que ele não está desvinculado dos outros dois, pois é a partir dos anteriores, que o terceiro vem a ser efetivado, sendo o PAA um exemplo desse jogo de relações. Assim, será na correlação de forças, na luta pelo poder, na mobilização dos diversos atores sociais em torno das demandas que são implementadas. Compreendemos que o estudo da ação pública vai para além do estudo dos resultados quantificáveis da ação do Estado, que é muito importante, mas também se trata sobretudo, como pontua Muller (2002), de questionar sobre o funcionamento da democracia e da participação social.

Para Thoenig (1993) *apud* Neves (2014, p. 17) “Uma política pública se apresenta sob a forma de um programa de ação próprio a uma ou várias autoridades governamentais”, para o mesmo autor, uma política pública só poderá ser executada pelo agente público/Estado, pois “só as autoridades públicas dispõem da capacidade potencial da utilização da violência legítima”, fazendo uma clara referência à formulação clássica weberiana sobre o Estado. Esclarecendo assim, que apesar das transformações ocorridas ao longo do século XX e início do XXI, da maior inserção na participação da sociedade civil nas tomadas de decisões no âmbito do poder público, ainda cabe ao Estado a tarefa da ação pública.

No Brasil, a ação do Estado ao longo dos anos para com os grupos sociais camponeses sempre foi insignificante diante da importância estratégica que esse grupo tem para o abastecimento e ocupação territorial do país. Mesmo sendo um



país de economia agrária desde sua formação, o objetivo da produção agrícola no Brasil sempre foi o de suprir as demandas do mercado externo, resultando em um modelo de agricultura latifundiária e extensiva.

Nos últimos anos, em especial a partir da redemocratização do país (mas sem esquecer das lutas anteriores), o meio rural brasileiro passou por transformações significativas, com a emergência de novos atores sociais e “novas identidades”, além de novas possibilidades de diálogo entre o Estado e os movimentos sociais do campo. Entretanto, não podemos esquecer que traços permanecem ao longo do tempo, como o modelo latifundiário exportador e a profunda desigualdade social que ainda marca a sociedade brasileira como um todo, e que é ainda mais acentuada no campo (MALUF, p. 9, 2015).

A partir dos anos de 1980, com o processo de abertura política, houve um fortalecimento dos grupos sociais camponeses, assim como a inserção de novos atores reivindicando mais oportunidades e políticas de desenvolvimento para a pequena produção. As lutas permaneceram durante os anos 1990 e resultaram no reconhecimento político-institucional desses grupos através da categoria *agricultura familiar* no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerada como a primeira política pública voltada especificamente a esse grupo social. Mas, somente a partir dos anos 2000, com o desgaste do modelo neoliberal, e com uma reorientação política no país, é que os agricultores familiares recebem por parte do Estado brasileiro atenção, sendo eles, peças fundamentais no combate à fome e à miséria, objetivo principal do governo então eleito em 2002 (MALUF, 2015).

Grisa e Schneider (2015) discutem as transformações da agricultura brasileira a partir da década de 1950, e apontam que houveram três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, as quais refletem também o contexto socioeconômico global, mas que principalmente são parte da interação entre sociedade e Estado no país.



A primeira geração refere-se ao que foi denominado como referencial agrícola e agrário. Com o processo de industrialização a partir dos anos 1950, o país passa por um período de modernização, período que se constitui como marco temporal da modernização e industrialização brasileira, que também é refletido na produção agrícola. Mas apesar do relativo otimismo com a modernização trazida pela indústria, na década de 1960, essa estratégia já apresentou desgastes, com uma série de dificuldades, sendo uma dessas, os problemas de abastecimento interno de alimentos.

Nesse contexto, as políticas públicas para o mundo rural no Brasil estavam direcionadas a fomentar o desenvolvimento da agroindústria e da agricultura exportadora na perspectiva da Revolução Verde. E sem o apoio necessário, e sofrendo a repressão que marcou o período da ditadura militar, vale destacar a luta e o importante papel de resistência de vários grupos de camponeses, com destaque para as Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro.

A partir da década de 1980, o país passa por um processo de redemocratização que culmina com a Constituição de 1988. Os movimentos sociais conquistam relativo espaço reivindicatório, mas ainda muito aquém do necessário para o desenvolvimento mínimo das populações do meio rural. Nos anos 1990, o Estado brasileiro se alinha definitivamente ao *referencial global neoliberal*, promovendo maior abertura ao mercado globalizado e também realizando uma série de privatizações de importantes setores do Estado.

No campo, ocorriam lutas por políticas públicas para o setor, que tiveram como consequência diversos enfrentamentos, que resultaram em conflitos violentos e massacres realizados principalmente por agentes públicos ou por agentes a serviço de representantes do agronegócio, acontecimentos de repercussão nacional e internacional pressionavam o Estado brasileiro a ter alguma ação no sentido de prestar alguma forma de apoio a esses grupos sociais. Nesse contexto, foi lançado em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF,



Programa de crédito destinado especialmente para pequenos agricultores. Além de ser o primeiro programa federal de crédito destinado a este grupo, o PRONAF introduz uma categoria operativa para designar os grupos sociais no meio rural, que é a categoria de *agricultor familiar*, termo que passa a ser usado pelo poder público e ao longo do tempo a ser apropriado movimentos sociais do campo.

A segunda geração de políticas públicas para agricultura familiar foi a de referencial social e assistencial. Grisa e Schneider apontam que a partir de 1997-98 com o Programa Comunidade Solidária no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro aponta para a direção de prestar maior apoio assistencial às populações mais empobrecidas. Em especial, aos agricultores familiares, ações que tiveram seu prosseguimento, ampliação e consolidação nos governos posteriores de Lula com o Programa Fome Zero, principalmente com o Programa Bolsa Família, e Dilma com o Plano Brasil Sem Miséria.

Os anos 2000 no Brasil são marcados pela chegada ao poder no país de Lula da Silva. Com ele, uma pessoa advinda das camadas populares e com amplo apoio dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, há uma grande mudança na perspectiva de desenvolvimento e bem-estar social. A prioridade emergencial do governo é extinguir a fome do país, e é nessa direção que Grisa e Schneider apontam para a terceira geração de políticas públicas para agricultura familiar, nas ações pautadas pela construção de mercados, para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

No início do governo Lula em 2003, o combate à fome e à miséria foram pautas prioritárias nas ações do Estado. Nesse sentido, os agricultores familiares poderiam exercer um papel fundamental por duas razões: a primeira é que os grupos mais empobrecidos se encontravam justamente nas zonas rurais do país; e a segunda é que mesmo sendo os que mais sofriam com a falta de assistência, os agricultores familiares são exatamente os principais produtores de alimentos para o mercado interno (SCHNEIDER *in* PLOEG, 2016).



O Brasil passou por profundas transformações em sua estrutura político-econômico-social, processo que também se refletiu no mundo rural. As três gerações de políticas públicas para agricultura familiar, apontadas por Grisa e Schneider demonstram como as ações do Estado podem refletir estruturas e referenciais globais. Mas também apontam para as ações das pessoas, das respostas, e interação dos grupos sociais inseridos em contextos mais abrangentes. Dessa forma, devemos sempre pensar o papel do Estado e da sociedade civil de forma relacional e situacional, pois, são os processos e respostas a estes, que irão se delinear novas ações assim como novas respostas. Com a mudança no comando do país para as mãos de grupos sociais que desconsideram completamente a importância da agricultura familiar a partir de 2016, visualizamos o fim da terceira geração de políticas públicas para agricultura familiar e o progressivo desmonte das políticas públicas voltadas para os grupos camponeses.

O Programa Fome Zero

A questão alimentar e nutricional foi o ponto central do primeiro Governo Lula, e já em 2003 foram implementadas uma série de ações no sentido de amenizar emergencialmente essa situação e com o decorrer do processo retirar o país do mapa da fome. A questão da fome sempre foi uma chaga na sociedade brasileira, mas que até então tinha sido assunto de menor importância ou que foi tratado com ações de cunho paliativo e assistencialista por parte dos gestores públicos, como no período da segunda geração de políticas públicas descrito anteriormente.

O Brasil foi desde sua formação um espaço de produção primária, seja pela exploração de minérios, seja pelo cultivo e exportação de produtos primários, que seriam transformados em outros países. E mesmo com o esforço de alguns governos em fazer com que o Brasil se tornasse uma potência industrial, ou pelo menos não permanesse tão dependente dos produtos manufaturados de outras nações, o papel dos produtos primários já estava consolidado pelos donos do poder político nacional, situação que existe até os dias atuais tendo em vista o poder



político e econômico que o agronegócio exerce sobre a economia do país, e internalizado na nação através dos discursos sobre a “vocação” agrícola do país, e a ideia difundida de que o “Brasil é celeiro do mundo”.

Apesar dessa “vocação” rural, a agricultura familiar nunca teve atenção do poder público, muito menos o protagonismo do qual em 2003 foi posto, e nesse aspecto, dois fatores foram primordiais para que o governo empossado em 2003 visse esse grupo social como de suma importância nas suas pretensões de combate à fome e à pobreza no país. Pois, apesar da importância econômica do agronegócio monocultor, esse setor desenvolvia suas atividades no âmbito de uma economia global, na exportação de commodities negociadas no mercado internacional, e como fica a alimentação da população brasileira? Qual grupo social realmente produz o alimento que compõe o cardápio das famílias brasileiras? E é nesse aspecto que se apresenta a enorme importância da agricultura familiar, distribuído em pequenas propriedades por todo o território nacional, o campesinato é quem realmente alimenta o país e o mundo².

Em discurso proferido em outubro de 2001, Lula faz a apresentação do então Projeto Fome Zero, fala da importância da questão e as linhas gerais de como o Projeto seria executado.

A alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo o cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele. O público a ser contemplado nesta proposta é grande: 9,3 milhões de famílias (ou 44 milhões de pessoas) muito pobres, que ganham menos de um dólar por dia (BRASIL, 2010, p. 11).

Com esse ponto de partida, o Projeto Fome Zero se propôs em combater a fome por meio de frentes e não somente a mera distribuição de alimentos ao público alvo, isso por que o problema da fome no Brasil é mais profundo e bem mais complexo, não consistia apenas em falta de comida, isso devido ao fato de que

² AQUINO, Joacir [e] SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.



“existe fome não porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para compra-los” (BRASIL, 2010, p. 11). Ou seja, a questão da fome é fruto principalmente da profunda desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira.

O Programa Fome Zero representou uma transformação de todo o aparato estatal em prol de uma causa específica. Já no processo de transição governamental, a estrutura institucional ficou caracterizado na seguinte direção:

- A recriação do Consea como órgão de assessoramento do Presidente da República;
- criação de um Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) e Combate à Fome, ligado à Presidência da República, para formular e implantar políticas de segurança alimentar;
- amplo processo de mobilização popular, inclusive com a criação de uma assessoria especial na Presidência para cuidar desse tema;
- utilização da estrutura e pessoal da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, que também era vinculada à Presidência da República;
- readequação do orçamento em R\$ 1,8 bilhão para as ações do Programa em 2003, por ocasião da análise da relatoria do Projeto de Lei Orçamentária de 2003, na Câmara Federal (TAKAGI, 2010, p. 53).

Dos R\$ 1,8 bilhão de reais adicionados na Secretaria da Comunidade Solidária na Lei Orçamentária Anual de 2003, R\$ 400 milhões foram destinados a compra de alimentos da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos. Para Maya Takagi (2010, p. 53) “O programa de compra da agricultura familiar foi uma das principais proposições dos movimentos sociais ligados ao meio rural, apresentada como pauta de reivindicação para a equipe de transição, e obteve a segunda maior rubrica do programa”.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Em 2003, juntamente com outras ações de combate à fome, é implementado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), esse é um grande marco na mudança na perspectiva das compras institucionais até então implementadas em nível



nacional, onde até então, apenas os grandes empresários do setor alimentício tinham oportunidade de vender ao governo. O PAA “trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional” (GRISA e PORTO, 2015, p. 163). Destinado à aquisição de produtos produzidos pelos agricultores familiares enquadrados no PRONAF, o PAA tornava-se naquele momento um ponto de mudança de vida para os camponeses, era mais uma conquista, mais uma oportunidade de fortalecimento em busca de sua autonomia.

O PAA tinha em seu processo de concepção, a percepção de se pensar o rural como um todo, dessa maneira, o Programa também buscou promover e estimular a organização e participação das mulheres nas políticas públicas para o campo (GRISA e PORTO, 2015). Pensando em viabilizar o desenvolvimento rural como parte fundamental do desenvolvimento social e combate à miséria proposto pelo Governo Lula, os técnicos tinham o entendimento de que uma questão importante para a agricultura familiar precisava ser vencida, que era a questão dos preços da produção e da comercialização. Essa questão precisava ser vencida, até o momento (2003) o pequeno agricultor contava apenas com o PRONAF como política pública de fomento a sua produção (e mesmo assim, aqueles agricultores familiares mais empobrecidos também não tinham o devido acesso a essa política pública³), os agricultores se viam obrigados a praticar preços que não compensam a produção, tornando a unidade familiar sempre deficitária. “A avaliação era de que muitos agricultores familiares, em especial os mais pobres, não tinham incentivos para ampliar sua produção porque não conseguiam comercializar seus produtos a preços compatíveis com seus custos, especialmente porque ficavam reféns dos atravessadores” (PERACI e BITTENCOURT, 2010, p. 197).

³ Ver:

<https://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos#>



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Uma das principais inovações do PAA foi a de dispensar o uso de licitações, fazendo-se uso dos mercados locais como parâmetro de preços a serem praticados pelo Programa (quase sempre os preços praticados pela Conab). A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 chamada de Lei de Licitações e Contratos Administrativos acabava impedindo a participação dos agricultores familiares em contratos com o governo.

A produção da agricultura familiar individualmente seria muito ‘pequena’ em comparação a grande produção, sendo assim, dispensando a parte licitatória, o PAA abre espaço para que essa produção participe da política pública em nível nacional, desencadeando outros processos positivos como: a organização social e produtiva entre esses agricultores; valorização da cultura alimentar e da produção de alimentos regionalizados; “estimula a produção agroecológica e orgânica com um sobre-preço de até 30% aos produtos cultivados segundo tais manejos e como incremento no valor de comercialização por DAP/ano nas modalidades de doação simultânea” (GRISA e PORTO, 2015); promove uma matriz produtiva tradicionalmente orientada pela redução de insumos externos à propriedade e pela coprodução com a natureza (PLOEG, 2008); reduz o tamanho das redes de comercialização; e permite aos agricultores familiares experimentar maior grau de autonomia assim como possibilita a esses agricultores buscarem novas possibilidades de desenvolvimento interno sem maior dependência externa.

E é com os atributos descritos anteriormente que reside a importância do PAA, no desenvolvimento e inclusão social e produtiva dos agricultores familiares no Brasil, mas, apesar de sua importância, comparativamente a outros programas de incentivos e desenvolvimento do meio rural brasileiro, o PAA nunca possuiu valores de execução muito expressivos e nem não conseguiu abranger um número significativo de agricultores familiares (PERACI e BITTENCORT, 2010; MIELITZ, 2014; GRISA e PORTO, 2015), mesmo assim, as propostas do PAA se configuraram como uma resposta consistente ao modelo de desenvolvimento rural hegemônico.



A contar de 2003 o PAA no ano de 2017 completou 14 anos, houveram algumas modificações e adequações quanto a melhor forma de executar o Programa, como por exemplo, a exigência de melhor adequação dos produtos para cumprimento das exigências sanitárias, que impactou diretamente no volume fornecido nos anos de 2012-2013, houveram também a inserção de novas modalidades como a modalidade para aquisição de sementes e a compra institucional. Segundo relatório anual da Conab (2018), em 2017 o PAA executou R\$ 124.708.502, o que foi um valor bem abaixo se comparado aos anos anteriores, superior somente aos anos de 2003, 2004 e 2005, os primeiros anos do Programa.

No decorrer dos anos, o aporte de recursos destinados ao Programa veio aumentando significativamente até que no ano de 2013 houve uma queda acentuada nos repasses por conta de ajustes operacionais no Programa.

Esse baixo desempenho de execução foi acentuado por uma reestruturação da estratégia de operacionalização do PAA que buscou aprimorar, particularmente, os procedimentos de doação de alimentos no intuito de fortalecer a transparência e o controle da qualidade dos alimentos doados como priorização de quem recebe (IPC-IG, 2016, p. 27).

Inclusive, o ano de 2014 apresenta uma retomada de crescimento dos repasses ao Programa, o que entendemos como uma adequação dos próprios fornecedores as novas regras estabelecidas, ou seja, os agricultores familiares individuais e suas organizações cada vez mais inseridos nas regras burocráticas da execução de uma política pública “evoluem”, na perspectiva de alcançarem os “patamares de qualidade” e das normas sanitárias do Estado e do mercado, abrindo com isso, oportunidades e maior vontade de inserção dos produtos de procedência da agricultura familiar nos mercados dominados pelas grandes indústrias alimentícias. Mas com a instabilidade política iniciada em 2013, os volumes de recursos destinados ao PAA só caíram desde então.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os números a respeito da execução do PAA são encontrados principalmente em duas fontes: a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, entidade responsável pela execução do Programa no país, na modalidade compra com doação simultânea, foco deste artigo, e no Ministério do Desenvolvimento Social e Social – MDSA por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Assim, procuraremos apresentar alguns números sobre a execução do Programa tanto no território da Borborema, problematizando em que medida o PAA pode realmente ser uma opção para o agricultor familiar escapar de relações comerciais por vezes desfavoráveis.

Uma série de informações são apresentadas, divididas essencialmente nas informações sobre os fornecedores ao PAA individualmente, coletivamente e algumas informações sobre as entidades de assistência social que receberam os produtos comprados pelo Programa.

Fornecedores individuais

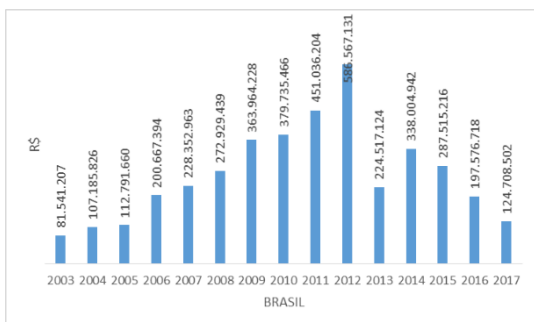
Na base de dados que detalha a execução do PAA com relação aos fornecedores individuais, encontramos as seguintes informações: o ano de execução, município em que reside o agricultor, território rural onde reside o agricultor, nome do agricultor, número da DAP, grupo PRONAF em que ele está cadastrado, sexo, categoria (agricultor familiar, assentado, quilombola, etc.), recurso (valor da compra) e modalidade PAA.

O *gráfico 1* para os números totais, executados pelo PAA através da Conab de 2003 até 2017. E o *gráfico 2* apresenta os números totais dos recursos destinados pelo PAA nos anos de 2011 até 2017 no estado da Paraíba assim como no território da Borborema. De 2003 a 2010 tanto no estado quanto no território os números de execução do PAA seguem uma tendência ascendente, que é verificada também na execução nacional, mas podemos perceber que tanto na Paraíba como



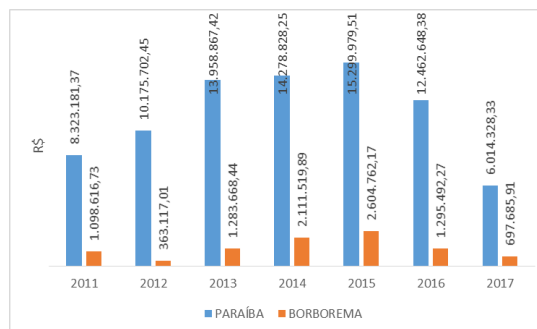
no Território da Borborema, houve após o ano de 2015, uma queda que nos valores executados pelo Programa.

Gráfico 1 Execução dos recursos PAA de 2003-2017 pela Conab no Brasil



FONTE: Conab

Gráfico 2 Execução dos recursos PAA de 2011-2017 na Paraíba e no Território da Borborema



FONTE: PAA Data

A Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006 categoriza os mais diversos grupos camponeses na categoria da Agricultura Familiar, categoria essa que vinha sendo utilizada desde meados dos anos 1990 para enquadrar os agricultores aptos a acessar ao PRONAF. No território da Borborema os principais agricultores fornecedores são descritos da seguinte maneira: os que se identificam como agricultores familiares são a grande maioria dos fornecedores ao Programa, sua participação corresponde a 72% dos projetos do PAA entre 2011 a 2017 no território; em seguida, com 12% do total de vendas no período estão os identificados enquanto quilombolas, localizados especificamente no município de Areia, no Brejo paraibano; em terceiro estão os assentados e assentados Reforma Agrária contabilizando 12% dos fornecedores. A classificação social é importante para os grupos sociais, a legislação sobre a agricultura familiar procura contemplar as várias identidades do meio rural, e para os grupos, a identidade é um importante instrumento de participação política na luta cotidiana pela reprodução social.

Os dados apresentam que quase 60% dos fornecedores individuais do PAA são categorizados como do grupo 'B' Pronaf, que é a categoria na qual estão



inseridos os agricultores familiares mais pobres/empobrecidos, são “agricultores familiares com renda bruta anual familiar até R\$ 20 mil com a condição de que ao menos 50% desse valor seja obtido por meio da atividade agropecuária, e que não contratem trabalhadores assalariados permanentes” (AQUINO e SCHNEIDER, 2015, p. 59), o que demonstra que o PAA na Borborema atendeu os grupos sociais que mais necessitam do aporte para ter acesso à mercados e garantia de uma quantidade segura de renda na produção.

Uma informação importante, e que nos auxilia a compreender uma mudança no campo é a identificação de gênero dos fornecedores individuais, percebemos a importância das agricultoras, que a cada ano que passa vinham ganhando espaço dentro dessa política pública, e que em 2017, já representavam a grande maioria dos fornecedores do Programa, cerca de 85% dos projetos apresentados neste ano.

A questão das relações e o papel de homens e mulheres ainda deve sempre ser muito discutida, pois como sabemos, os homens ainda exercem um papel social de dominação em nossa sociedade, mas os números apontam para um caminho de mudança nessas relações, o papel feminino de liderança em famílias urbanas já é percebido⁴, cabe então pensarmos nesse mesmo processo no meio rural.

Organizações fornecedoras

O Programa de Aquisição de Alimentos tem como um dos seus objetivos primordiais, o fortalecimento das organizações da agricultura familiar. Nesse sentido, o Programa procura viabilizar e incentivar a maior organização em grupos para assim, acessar tanto o próprio PAA, como também encontrar seu próprio caminho de desenvolvimento e fortalecimento. A inserção de uma cooperativa ou associação produtiva é muito difícil, ou mesmo impossível, devido à concorrência desigual frente

⁴ Situado no Agreste Paraibano, o território da Borborema, campo desse estudo, ocupa uma área de 3.233 km² (23,1% do Estado), sendo composto por 21 municípios, a saber: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea, os quais estão distribuídos em cinco microrregiões geográficas definidas pelo IBGE: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental e Esperança (CANIELLO *et. al.*, 2014).



aos grandes produtores, e grandes comerciantes (atacadistas, redes de supermercados, etc.), além disso, a infundável burocracia dificulta sobremaneira a evolução das pequenas organizações nesse sentido.

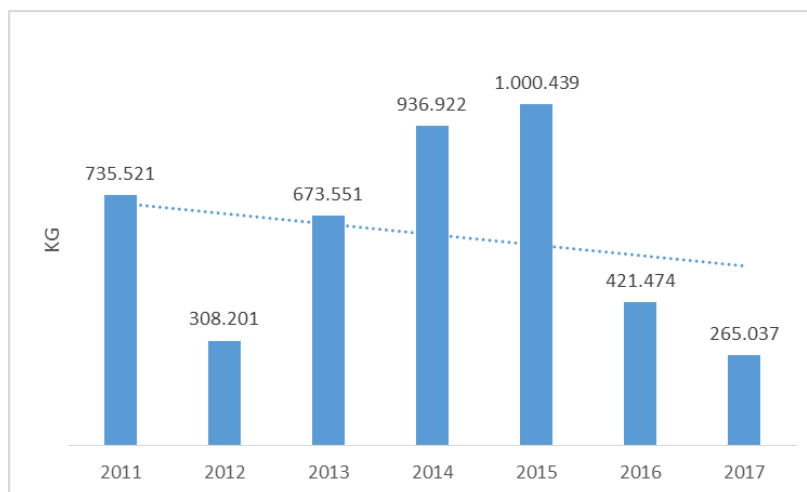
O PAA não serve como um substituto dos mercados consolidados, mas como mais uma possibilidade na vida dos agricultores familiares e suas organizações, mais que isso, uma chance de retorno seguro o suficiente para que possam 'arriscar' em novos empreendimentos, podemos também acrescentar que o PAA pode exercer um papel pedagógico junto a essas organizações, pois também insere esses agricultores dentro da burocracia estatal (mesmo que mais simplificada pela dispensa de licitação), fazendo com que esses agricultores internalize esse aspecto crucial de nossa sociedade.

Outra informação importante obtida a partir da base de dados *PAA data*, e é algo bastante salientado por autores que escrevem sobre o PAA (MIELITZ, 2010; GRISA e PORTO, 2015). Diz respeito à grande variedade de produtos fornecidos ao Programa. Para efeito de exemplificação, um levantamento das informações demonstra que foram descritos mais de 100 tipos de produtos diferentes (mesmo que alguns sejam o mesmo produto com pequenas variações no nome) classificados em 14 grupos no território pesquisado ao longo do período estudado. Isso é um fator importante, pois mostra a riqueza da agricultura familiar e como essa riqueza pode ser utilizada para o desenvolvimento produtivo e nutricional dos atores sociais inseridos no PAA, tanto produtores como para os consumidores (entidades e organizações de assistência social).

O *Gráfico 3* apresenta os volumes de produtos fornecidos no território da Borborema de 2011 a 2017 e que apesar de uma acentuada elevação no ano de 2015, no quadro geral, a tendência foi queda, com uma acentuada queda do ano de 2015 para 2016.



Gráfico 3 Volume de produtos comprados pelo PAA no Território da Borborema



FONTE: PAA Data

Ao dividirmos os produtos por categorias, obtemos as seguintes informações: o grupo de produtos que mais recebeu recurso (R\$) do PAA foi o de *hortaliças* (R\$ 1.781.961,63), seguido das *frutas* (R\$ 1.755.255,11) e dos *aves e ovos* (1.368.927,92), todos com valores acima de 1 milhão de reais no período pesquisado. No quesito volume (kg), o principal grupo de produtos que forneceram o maior volume de produtos ao PAA no período foram o de *frutas* (Kg 1.429.231), seguido de *hortaliças* (Kg 998.322) e em seguida aparece o grupo *cereais e leguminosas* (Kg 240.588), é bom salientar que o item *aves e ovos* só aparece na quarta colocação (Kg 155.560), porém com uma rentabilidade bastante expressiva se comparado ao volume fornecido.

Entidades beneficiadas

Uma outra importante dimensão dos dados acessados, diz respeito às entidades beneficiadas, o destino dos alimentos comercializados pelo PAA, e o outro principal objetivo do Programa desde sua formulação, combater a fome e a desnutrição no país. Nessa base de dados obtivemos as seguintes informações: ano; município; modalidade; nome da entidade; categoria da entidade; e faixa etária do público que cada entidade atende. Dessa maneira, poderemos ter noção dos



resultados do PAA se pensarmos na quantidade de pessoas que são efetivamente atendidas pelo Programa por intermédio de várias entidades de assistência social divididas em cinco categorias: 1. Entidade e organização da assistência social, por exemplo, associações comunitárias, entidades religiosas, fundações, clubes de mães etc.; 2. Equipamentos de alimentação e nutrição como cozinhas comunitárias, banco de alimentos etc.; 3. Rede pública de educação, que são as escolas públicas; 4. Rede socioassistencial, por exemplo, o Serviço Social do Comércio (SESC), os Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) etc.; e os 5. Serviços públicos de saúde, que são os hospitais, maternidade e unidade de saúde.

Na Paraíba, durante os anos de 2011 a 2017, o PAA forneceu alimentos para 1189 unidades receptoras, que realizaram 10.535.973 atendimentos no total. Na Borborema, foram atendidas 273 unidades receptoras com a realização de 2.278.425 atendimentos. As entidades beneficiárias atendem uma gama bastante variada de pessoas, trabalhadores do campo e da cidade, estudantes nas diversas fases de formação, desempregados em busca de trabalho, deficientes, doentes e idosos.

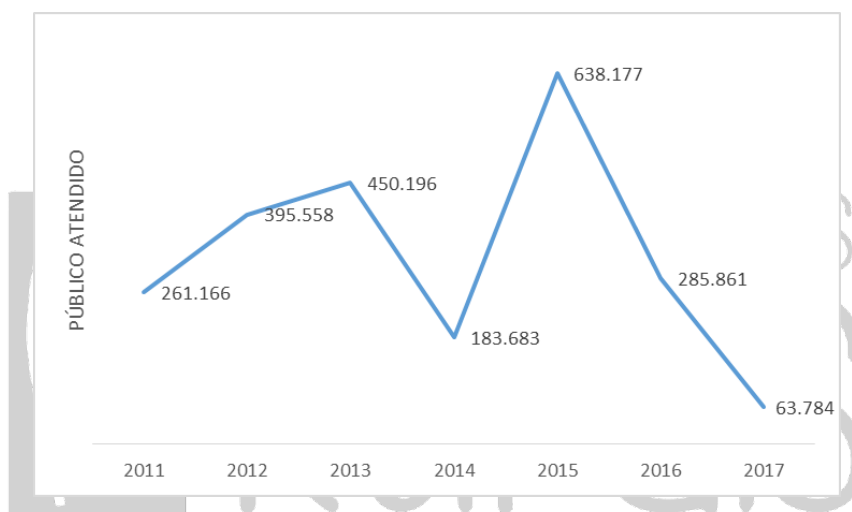
Vale apontar que 50% dos atendimentos alcançaram justamente o público economicamente ativo, que muitas vezes, sem condições financeiras de se alimentarem diariamente em um restaurante, recorrem aos chamados restaurantes populares, pois essas pessoas, distantes dos seus domicílios, trabalhando ou em busca de emprego tem nas cozinhas populares sua oportunidade de uma boa refeição fora de casa. Para nós, essa é uma informação importante pois ajuda a desconstruir um argumento preconceituoso de que os programas sociais incentivam a ociosidade na população, pois, as refeições por preços populares ou mesmo grátis ajudam tanto desempregados em busca de trabalho longe de casa, e que não podem comprar uma refeição em um restaurante convencional, como os



trabalhadores que recebem um salário mais modesto e precisam economizar a fim de destinar seus recursos em favor de sua família.

Assim como demonstrado anteriormente, o PAA também segue a tendência de queda dos últimos anos, sendo que em 2017 foram realizados apenas 63.784 atendimentos, bem abaixo dos anos anteriores. E é no *gráfico 4* que fica melhor exemplificado o drama de milhões de pessoas que, por falta de continuidade de uma política pública relativamente barata, voltam a sofrer cada vez mais com as mazelas ocasionadas pela falta de alimentos ou por uma má alimentação.

Gráfico 4 Número de atendimentos na Borborema



FONTE: PAA Data

O enfraquecimento de políticas públicas relativamente simples e bastante baratas em relação à outros programas governamentais têm resultado em graves problemas sociais no país, o Brasil retornou ao Mapa da Fome, sendo que o país havia conquistado sua saída dessa triste lista apenas em 2014, ou seja, os esforços de anos de políticas públicas se perdem em pouco tempo, e a população revive o tempo onde o fantasma da fome assola a casa dos mais humildes e mancha a imagem de um país tão rico em recursos.



CONSIDERAÇÕES

A partir de 2016, o processo de transformação no quadro político brasileiro tem representado o fim na execução de várias políticas públicas de governo e até mesmo em mudanças em políticas públicas de Estado já bastante consolidadas no país. A partir dos reveses políticos, a continuidade de políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma, especialmente o PAA, vem tendo suas ações “desativadas” ou modificadas para atender interesses outros, o que acaba distanciando a execução desses programas de seus objetivos primeiros e de seu público alvo.

Além das políticas públicas de governo, como por exemplo o próprio PAA iniciado em 2003, o processo político iniciado nas manifestações de rua em 2013 e que culminaram no impeachment em 2016 da presidenta (reeleita em 2014) Dilma Rousseff também vem destruindo garantias já consolidadas pelo Estado brasileiro, como por exemplo, as reformas trabalhista e da previdência.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino e SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Fome Zero: A experiência brasileira/ José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.); - Brasília: MDA, 2010.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das Ações da Conab em 2017. Compêndio de Estudos Conab. – V.13. Brasília: Conab, 2018.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. Identidade e participação social na gestão do programa Territórios da Cidadania: um estudo com-parativo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, abril de 2013, vol. 21, p. 84-107, ISSN 1413-0580.

CANIELLO, Márcio; BASTOS, Valério; MARTINS, Maria de Fátima; PIRAUX, Marc; CANTALICE, Luciana. Projeto de Pesquisa, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa de Desenvolvimento



Sustentável dos Territórios Rurais - PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). Relatório Final. Campina Grande, GPAD/UFCG; Brasília, SGE/SDT/MDA, 2014.

CANIELLO, Márcio. Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania. Sociologias. Porto Alegre, ano 18, Nº 43, set/dez 2016.

GRISA, Catia e PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio. Introdução: Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de integração entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IPC-IG. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo. Brasília, 2016.

MALUF, Renato S. Prefácio. In: GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MIELITZ, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de Segurança Alimentar. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. – Brasília, 2014.

MULLER, Pierre. A Análise das Políticas Públicas / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. – Pelotas: Educat, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. Quadros institucionais e configurações de Políticas Públicas. In: NEVES, Delma Pessanha; GOMES, Ramonildes A.; LEAL, Pedro Fonseca. (Organizadores). *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. – Campina Grande: EDUEPB, 2014.

PERACI, Adoniran Sanches e BITTENCOURT, Gilson Alceu. Agricultura Familiar e os Programas de Garantia de Preços no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: *Fome Zero: A experiência brasileira* José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.); - Brasília: MDA, 2010.

PERAFÁN, Mireya *et. al.* Doze anos do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil: como vamos? Santiago, Chile, Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP), 2015.

PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Apoio:



SCHNEIDER, Sérgio. Prefácio à edição brasileira. *In*: PLOEG, Jan Douwer van der. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano*; tradução Claudia Freire. – 1. ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

TAKAGI, Maya. “A implantação do Programa Fome Zero”. *In*: *Fome Zero: A experiência brasileira*/ José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.); - Brasília: MDA, 2010.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*; prefácio Manoel T. Berlinck; tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. – São Paulo: Cultrix, 2011.





A PERCEPÇÃO DAS JOVENS RURAIS SOBRE AS MULHERES DO CAMPO

Vilson Cesar Schenato¹

Luana de Oliveira Antonello²

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o entendimento das jovens rurais estudantes da Colégio Estadual do Campo Ana Schelbauer Braz de Oliveira sobre as mulheres do campo. Assim como os objetivos específicos consistem em identificar as representações sociais sobre gênero no meio rural de jovens de uma escola do campo, analisar o protagonismo das mulheres e das jovens do campo e contribuir para o entendimento das representações/percepções das jovens rurais em relação aos limites e potencialidades enquanto futuras mulheres do campo. Foi utilizada a metodologia qualitativa com levantamento bibliográfico, entrevistas através de vídeos, questionários, produções textuais com as jovens e entrevista estruturada com o corpo docente da escola. Desta forma, foi reafirmada a importância da promoção do debate sobre gênero uma vez que as jovens estão inseridas num contexto de desigualdade de gênero. Não obstante, a questão do trabalho da mulher entendido como "ajuda" persiste na discussão tanto das jovens quanto de alguns docentes. A escola é *sine qua non* para ampliar outros olhares ou fixar limitações para as jovens, uma vez que esta é a segunda referência das jovens depois da família.

Palavras-Chave: Jovens. Educação. Mulheres.

¹ Prof. Dr. Vilson Schenato, professor efetivo no Instituto Federal de Santa Catarina.

² Acadêmica do curso de pós-graduação em Educação e Diversidade do Instituto Federal de Santa Catarina



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



INTRODUÇÃO

Debates sobre a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho, gênero e representatividade devem ser fundamentais em toda a sociedade em especial no processo educacional, pois este colabora na construção da identidade de cada pessoa em sua singularidade. No campo, a criticidade é fundamental para repensar a divisão do trabalho a partir do gênero, e também a subordinação da mulher que historicamente é incumbida do trabalho reprodutivo com os afazeres da casa e arredores enquanto o homem é responsável pelo trabalho produtivo e o sustento.³

³ O trabalho reprodutivo é mais desvalorizado em nossa sociedade e que envolve o conjunto de práticas exercidas pelas mulheres que vão desde o cuidado com a alimentação, saúde, higiene, educação, relações sociais e afetivas e o cuidado com o espaço do lar e dos bens domésticos. Já o trabalho produtivo é destinado, gerando bens e serviços, reconhecido socialmente e em termos financeiros em nossa sociedade. Existe toda uma luta de movimentos feministas para que o trabalho reprodutivo tenha igual reconhecimento e valorização. Sugerimos a leitura de DAVIS (2016) Mulheres, raça e classe; Hooks (2019) O feminismo é para todo mundo. As autoras problematizam a obsolência do trabalho doméstico e desvalorização da maternagem



O presente trabalho visa contribuir na percepção das jovens sobre o protagonismo da mulher, questões de gênero, trabalho, política e também proporcionar criticidade sobre estas temáticas. O foco da pesquisa são as jovens do Colégio Estadual do Campo Ana Schelbauer situado na fazendinha, zona rural, do município de Rio Negro, Paraná. O tema mais geral deste trabalho envolve a discussão de geração (jovens rurais) e gênero (mulheres rurais), mais especificamente, objetiva-se entender a percepção das jovens rurais sobre as mulheres rurais, tal temática, situa-se no contexto educacional, espaço privilegiado de socialização do saber científico, de conhecimento e desconstrução do senso comum, que lhes permitiria refletir sobre a condição das mulheres rurais, desde que a escola do campo esteja aberta para contemplar tal diversidade.

A partir da experiência da pesquisadora como professora de sociologia no ensino médio percebeu-se baixa autoestima de algumas jovens e também a reprodução de discursos sexistas.⁴ Além disso, a temática sobre a desigualdade de gênero, no primeiro momento, demonstrou ser nova para as discentes. As realidades das jovens do campo, assim como das mulheres do campo, são diversas.

Não obstante, a pesquisa é fundamental para interpretar as relações de gênero no campo, sobretudo visibilizar a ascensão do protagonismo da mulher a partir dos discursos no âmbito educacional. Matos (2011, p. 7) analisa a importância de discutir a “exclusão a que as mulheres estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino, a historiografia buscou dar visibilidade às experiências femininas, destacando a opressão histórica sobre elas”.

Embora houvesse a exclusão do protagonismo da mulher em papéis importantes a mesma sempre exerceu participação fundamental na sociedade. No

⁴ Entendemos por discursos sexistas falas e atitudes discriminatórias apoiadas apenas diferença de sexo ou gênero.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



entanto, na agricultura o trabalho da mulher era visto como “ajuda”⁵ ao homem e seu protagonismo ainda é invisibilidade e por vezes silenciado (ALVES, SEEL, CASTRO, 2018). Neste sentido, o presente estudo demonstra a necessidade de compreender as relações de gênero e a importância do protagonismo da mulher na sociedade sobretudo pelas percepções das jovens que serão o futuro da comunidade rural, ou podem também tomar outros destinos, inclusive se direcionando para a cidade por talvez não reconhecerem o seu lugar social no meio rural e não visualizarem um futuro como mulher rural.

O impacto no fortalecimento da identidade da mulher e seu protagonismo no campo possibilita novos olhares das jovens rurais, e para isso é fundamental a discussão sobre os papéis de gênero e a importância do trabalho da mulher no campo que muitas vezes é visto, até pelas próprias jovens, como “ajuda” nas atividades, até então entendido como papéis masculinos. Tal discurso tem sido debatido nas últimas décadas e as mulheres têm conquistado cada vez mais espaços, inclusive no meio rural, se mobilizando e reivindicando demandas específicas, tais como o PRONAF⁶ – Mulher, e de movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento das Mulheres Camponesas⁷.

No entanto, é necessário verificar se o acúmulo de conhecimentos que empoderam as mulheres rurais são compartilhados nos espaços sociais que as jovens rurais participam, com atenção especial para a forma que é trabalhado (ou não) no espaço escolar. Esta possui um marco simbólico na vida familiar da

⁵ O termo “ajuda” é discutido na obra de Paulilo: Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo (2016)

⁶ Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar de “financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção, independentemente do estado civil”. O mesmo possui linhas de crédito individual e coletivo com participação de até 100% do valor dos itens financiados.

⁷ Organização de mulheres e movimentos mistos do campo de diferentes estados cujo eixo de luta é gênero e classe desencadeando várias reivindicações como direito previdenciário, participação política, entre outras



comunidade, pois muitos estudaram ou tiveram parentes que ocuparam o espaço escolar pesquisado.

Nesta perspectiva, o colégio possui grande relevância na constituição do processo de identidade e conhecimento, assim como discussão sobre questões referentes ao cotidiano e vida da juventude. A pesquisa apresentada pode contribuir significativamente para a transformação da realidade econômica, política e social que ultrapassa as barreiras geográficas, pois discute problemas históricos, mas presentes, na vida das jovens.

Desta forma a pesquisa tem como objetivo geral compreender o entendimento das jovens rurais estudantes da Colégio Estadual do Campo Ana Schelbauer Braz de Oliveira sobre as mulheres do campo. E seus objetivos específicos concentram em identificar as representações sociais sobre gênero no meio rural de jovens de uma escola do campo; analisar o protagonismo das mulheres e das jovens do campo; e contribuir para o entendimento das representações/percepções das jovens rurais em relação aos limites e potencialidades enquanto futuras mulheres do campo.

Neste sentido, qual a percepção que as jovens rurais possuem acerca das mulheres rurais? Em que medida a escola do campo, enquanto instância socializadora, se constitui em espaço de reprodução ou desconstrução de tais representações acerca das mulheres rurais?

REVISÃO DE LITERATURA

Para analisar a percepção das jovens rurais sobre as mulheres do campo é fundamental entender quem são as jovens rurais, sobretudo o conceito sobre juventude e mulher do campo. Segundo Brumer (2007, p. 15, grifo do autor) “[...] existe algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, grosso modo,



como o período da juventude, e a noção depende tanto da auto-identificação como do reconhecimento de outros”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE também utiliza esta definição de 15 a 24 anos, embora haja vários especialistas que afirmem que é considerado jovem até os 29 anos, com muitas políticas públicas destinadas para este público mais amplo.

No entanto, pensar a juventude como um conceito único e acabado é um equívoco dentro das múltiplas formas e contextos sociais que a juventude está inserida. Neste sentido, concordamos com Castro:

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder (CASTRO, 2012, p. 441).

As relações com os “outros” moldam a forma de refletir e se posicionar no mundo, pois é através das relações sociais que se constrói referências. Segundo Hall (2006, p. 39, grifo do autor) “A identidade surge não tanto pela plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”.

Neste sentido é importante compreender que o entendimento por juventude, identidade e consequentemente representação social é diverso, pois as pessoas embora sejam singulares, não podem ser estudadas de uma forma única e acabada. Assim, entende-se que para analisar pessoas é primordial compreender seu tempo,

espaço e história, não apenas no sentido biológico.

[...] o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou uma faixa etária. O fundamental, para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



princípios naturais. É antes de tudo um signo da relação que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica, apresentando-se como um grande desafio teórico às Ciências Sociais (WEISHEIMER, 2007, p. 23).

A socialização pela família é o primeiro processo constitutivo de identidade, mas através das instituições sociais e grupos essa construção se expande, modificando constantemente. Segundo Rosa (2007, p. 190) “A sociabilidade é entendida como processo dinâmico de relações de interação constitutivas da comunidade, da vida em família e da rede de vizinhança e parentesco, criando uma esfera específica de existência”.

Outro aspecto importante para entender a importância do processo de socialização está na construção de gênero, pois este é formado pelos aspectos culturais e não apenas físico. Segundo Butler (2003, p.25) “o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem resultado casual do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo”.

Nesta perspectiva, entendido a importância da sociedade no processo de construção social, é necessário compreender como acontecem as relações de gênero no campo, uma vez que a pesquisa visa estudar a percepção das jovens rurais sobre as mulheres na zona rural. Além disso, é importante compreender a singularidade da proposta em estudar as jovens da região da Fazendinha e entorno a partir do contexto escolar.

De acordo com a Lei Municipal n. 2785/2017 do município de Rio Negro - PR e o Decreto Municipal n. 057/2004, a Fazendinha é o distrito II, com uma área rural total de 25,55km². Segundo Atlas de Desenvolvimento Humano (2020), o município possui uma população de 25.710 pessoas na área urbana e 5.564 pessoas na área rural, sendo o total de 49,79 % composta por homens e 50,21% por mulheres.

Para compreender as relações de gênero é importante entender o conceito



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



de mulher, a partir disso, saber que conceituar o que são as mulheres rurais não é o objetivo desse projeto, pois segundo Paulilo:

[...] pode-se afirmar, com segurança, que a "mulher" em abstrato não existe, nem mesmo para fins de estudo. Toda mulher está inserida em uma realidade socioeconômica e cultural que, por ser heterogênea e conflitante, não permite que o problema "mulher" seja um problema único dependendo de uma solução que possa ser benéfica para toda a população feminina. Em um mundo de interesses antagônicos, sempre haverá ganhadores e perdedores, e isso é verdadeiro para homens e mulheres. Assim, o problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim das mulheres, dos homens e de toda a sociedade (PAULILO, 2016, p. 53).

Compreender a realidade da mulher do campo é uma possibilidade para verificar as construções que as jovens têm da sua própria realidade. Fatores como a relação de trabalho, família, educação, amizades podem influenciar significativamente a percepção das jovens de si mesmas e do mundo que as cerca.

Segundo Scott (2010, p. 16) "Gênero e Geração são termos relacionais que implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes". E são estas relações de poder que podem colaborar para a construção da percepção das jovens rurais acerca do protagonismo da mulher no campo. Desta forma, é inviável discutir a temática proposta sem pensar as relações de gênero existentes no campo.

Uma vez que a jovem verifica a ausência de reconhecimento acerca do seu trabalho e de outras mulheres, a vontade de permanecer no campo tende a ser menor. Além disso, muitas delas são encorajadas pelos próprios familiares a estudar e sair do campo, pois para alguns, o trabalho neste segmento é pesado demais, e outras não herdam a terra que é repassada aos filhos homens. Autora ressalta que as mulheres que ficam no campo são identificadas como filha de agricultor ou esposa de agricultor (PAULILO, 2016).



Diante desse cenário, muitas vezes de exclusão social e expulsão das mulheres para cidade, é importante verificar o protagonismo da escola para quebrar ou reforçar tais estereótipos, sobretudo entender o impacto desta na vida da comunidade e das jovens rurais. As crianças ao chegarem na escola trazem os conhecimentos acerca de mundo a partir dos olhares reproduzidos em outros espaços sociais, inclusive de suas casas.

De acordo com Saviani (1999, p. 31), a escola é suscetível a reproduzir as desigualdades sociais, como também pode ser um instrumento de luta e mudança social. Para Bourdieu (2014, p. 121) “a escola, mesmo quando já liberta da tutela da igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal”. Neste sentido, ambos os autores afirmam a importância da escola na construção do indivíduo enquanto ser social.

Conforme discorrido acima, quem são as jovens rurais, o processo de socialização que as envolve, concepções de mulher do campo, questão de gênero e a escola são eixos fundamentais de estudos que envolvem o tema da percepção das jovens rurais sobre as mulheres rurais. Concorda-se com Madeira que a:

Percepção significa, portanto, o movimento de um sujeito situado, na relação com o concreto em construção. As diferenças decorrem do processo histórico de estruturação do homem e do concreto, do momento e do espaço em que a racionalidade se toma ato, dir-se-ia, “atualiza-se” (MADEIRA, 1991, p. 133).

Não obstante, o empoderamento das mulheres para mudar e entender a percepção de si vai ao encontro do quanto ela é estimulada para pensar sua realidade. Segundo a ONU Mulheres o empoderamento é:

Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu



próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente (ONU, 2016, p. 25).

Nesta perspectiva, estudar a percepção das jovens rurais sobre as mulheres do campo pode proporcionar empoderamento, novas possibilidades e visões sobre a própria realidade. Não obstante, o empoderamento da mulher do campo a partir do aumento de políticas públicas⁸ voltadas para esse segmento como acesso ao crédito, tecnologia, valorização do trabalho reprodutivo e reconhecimento e visibilidade do seu trabalho produtivo desenvolvido no meio rural, entre outros é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Assim, trabalhar tal temática no âmbito escolar além de colaborar para esse desenvolvimento irá proporcionar às jovens outro segmento a ser visualizado.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa por se entender que as jovens estão imersas à um “universo dos significados” onde são participantes ativas na produção de suas histórias e estão no “universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade” (MINAYO, DESLANDES E GOMES, p. 21, 2009).

A primeira etapa da pesquisa se realizou no caráter exploratório onde, após definido o tema, foi feito um levantamento bibliográfico acerca dos materiais já produzidos sobre a temática. Para este, foram selecionados artigos científicos a partir das palavras chaves: jovens do campo, mulheres do campo, escola rural e mulheres do campo, disponibilizados na plataforma do Google acadêmico e obras

⁸ Segundo Molina (2012) políticas públicas “traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais”.



conceituadas das escritoras Paulilo e Carneiro e também do sociólogo Bourdieu.

Após a análise das obras bibliográficas foi questionado através de uma pergunta *aberta* através de uma redação aos 49 alunos sobre a percepção deles sobre os jovens do campo, foi apresentada a proposta de pesquisa e coletado contatos telefônicos com as pessoas interessadas em participar. Conseqüentemente foi elaborado um grupo no *whatsapp* com entrevistas virtuais com perguntas *semiestruturadas* através da plataforma do *Google*. Além dos alunos, foi apresentada a proposta de pesquisa ao corpo docente e feita uma entrevista *semiestruturada* através do *whatsapp* com os interessados⁹.

Posteriormente, foram realizadas as entrevistas individuais com alunas, ex alunas e professores com questões *semiestruturadas* que segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2009, p. 64), “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Na sequência, a partir das respostas dos questionários e das discussões realizadas, foi feita a entrevista aberta final “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, DESLANDES E GOMES, p. 65, 2009). Para isto, objetivou-se observar a construção/desconstrução sobre o tema. Entende-se que a entrevista aberta ressalta e possibilita o maior entendimento sobre a percepção de cada uma acerca da sua realidade, de seu contexto histórico, da sua visão de mundo.

⁹ Devido a COVID 19 não foi possível fazer preferencialmente.



ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perfil socioeconômico das entrevistadas.

Para compreender a realidade e o contexto social das jovens foi pedido a elas que respondessem uma entrevista através do *Google Forms* contendo questões fechadas e abertas. Das 21 participantes do grupo, 11 responderam o questionário com 27 questões relacionadas a vida atual, escola, família, futuro. Sobre o entendimento referente a localidade onde estão inseridas foi unânime o pertencimento na zona rural.

Na questão referente ao nível de escolaridade do pai, 60% alegaram ser ensino fundamental I (1ª à 4ª série), 10% alegaram ser ensino fundamental II (5ª à 9ª série), 10% ensino médio, 10% ensino superior e 10% não sabiam responder. Porém, para as mães a escolaridade é maior, 27,3% ensino fundamental I (1ª à 4ª série), 36,4% o ensino fundamental II (5ª à 9ª série) e 36,3% cursaram o ensino médio.

A participação da figura masculina, podendo ser pai, irmão, avós, entre outros, é de 36,4% na responsabilidade financeira pela casa, e também 36,4% relata que ambos os pais são responsáveis pela renda, 18,2% aponta somente uma figura masculina e 9% não souberem responder.

Mesmo as mulheres estudando mais, ainda tem menor participação de renda na família, contudo é importante verificar se as mesmas estão trabalhando fora ou se contribuem com o trabalho doméstico e nas próprias plantações que muitas vezes não é valorizado.

Não obstante, quando questionado sobre quem tomaria as decisões pela comunidade 90,9% alegam ser os dois e 9,1% as mulheres. Apesar disso, quando

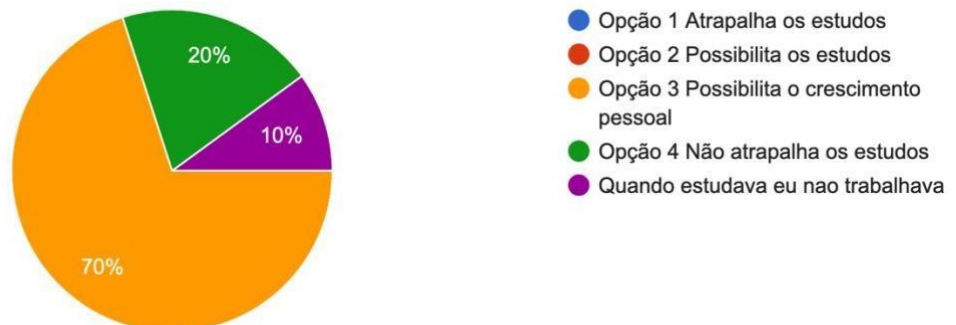


perguntado sobre quais os direitos que as mulheres precisam conquistar, foi relatado “Cargos políticos, pois mesmo com o avanço da sociedade existe essa Desigualdade” (J.E., 15 anos); “Ser respeitada em qualquer lugar que vá” (D.E., 17 anos); “Usar a roupa que quer onde ela quiser. Poder dirigir, ir em festa e etc. sem ser julgada” (M.A., 15 anos); “Conquistar o direito de ir e vir sem o medo/receio de sofrer alguma violência” (C.E., 15 anos); “Igualdade” (G.Y., 17 anos); “As mulheres precisam ainda conquistar igualdade salarial, as tarefas domésticas devem ser divididas igualmente, colocar um fim em assédios com a aplicação correta da Lei Maria da Penha e impor respeito” (R.A., 15 anos).

Nesta perspectiva, embora relatem haver uma participação ampla de ambos os gêneros sobre as decisões da comunidade, as mesmas expõem diversas mudanças que precisam acontecer, desde o respeito, participação política, igualdade, combate a violência, entre outros.

13. Como você avalia ter que estudar e trabalhar durante seus estudos?

10 respostas



Não obstante, o trabalho para as jovens foi apontado também como importante para ajudar nas despesas da casa, adquirir experiência e possibilitar o pagamento dos estudos. Ainda neste sentido 9 delas optaram por fazer o ensino médio no colégio pesquisado pela proximidade do local onde residem, 1 porque os pais decidiram por ela e 1 por acreditar na educação de qualidade. Entre elas, 5 participam de algum grupo religioso enquanto 6 afirmam não participar de nenhum



grupo social sendo a escola o principal ponto de encontro dos jovens.

Embora 6 delas não descarte a ideia em permanecer no campo e 4 queiram sair e 1 deseja permanecer. Desta forma, talvez o desejo em cursar algum curso superior relacionado a outra temática que não seja rural, não significa que consequentemente as jovens queiram sair, mas que talvez as referências de vida estejam fora do campo. Neste sentido, questionar qual a influência do protagonismo das mulheres do campo e das proprietárias de terras no modelo de vida adulta desejada pode possibilitar compreender o desejo em permanecer ou não no meio rural.

As potencialidades futuras na permanência no campo para as jovens são incertas. Algumas não sabem se querem ficar ou não, porém percebe-se que entre elas, apenas uma que relata querer ficar no campo tem a mãe agricultora como referência de profissional e pessoal. Talvez a percepção das jovens sobre as mulheres do campo pode influenciar na expectativa entre ficar ou sair.

Entrevista individual

Após aplicação do questionário com perguntas gerais, acredita-se que fosse necessário compreender o entendimento das jovens sobre as mulheres do campo em sua individualidade. Das 11 jovens entrevistadas anteriormente, conseguiu-se agendar entrevistas com 8 jovens, destas 5 foram possíveis através de vídeo, 2 tiveram problemas de conexão, e para elas foram enviadas as perguntas pelo *whatsapp* e uma outra desistiu.

Foram elaboradas perguntas abertas objetivando dar mais espaço para respostas e abertura para outras perguntas, foram centralizadas as questões com quem mora com a jovem, qual o trabalho dos pais, qual curso superior ela deseja realizar, qual mulher conhecida trabalha na terra, quais os direitos que as mulheres



precisam conquistar e rever qual é a pessoa de referência, quais as dificuldades das jovens do campo, quais as dificuldades da mulher e da jovem do campo.

A J.E. (15 anos) embora reconheça o protagonismo da mulher do campo através das tias que são proprietárias de terras, a mesma sente falta de representatividade na política. Quando questionada se ela não se interessaria em participar da política local a mesma respondeu "vou deixar para o Nathan" este sendo um colega de classe. Neste sentido, segundo Bourdieu (2004), percebe-se que a representação social sobre gênero está nos discursos "simbólicos como instrumentos de dominação". Para ela, uma das principais dificuldades das mulheres do campo é ser imposta a permanência em casa, segundo ela "tem mulher que acha que tem que ficar em casa".

Embora tenha pais agricultores a R.A. (15 anos) relata querer sair do campo, para ela uma das dificuldades em ser jovem do campo é o acesso à tecnologia, itens básicos para elaboração de trabalho escolar, como cartolina. Segundo ela a forma como é vista as mulheres não é a mesma como é visto os homens, segundo ela "mulher não pode ficar com outras pessoas", e este "ficar" está relacionado às relações amorosas nas quais as jovens frequentemente são julgadas e os jovens não. Ela percebe a vida do campo como sendo algo muito difícil, por isto, deseja fazer faculdade de psicologia para "ajudar as pessoas".

Quando perguntado a C.E. (15 anos) se ela conhecia alguma mulher que trabalha na terra, rapidamente ela respondeu a mãe. Segundo ela a mãe trabalha muito na plantação de milho, feijão e soja e também cuida de todas as tarefas de casa. Ela não vê potencialidades no campo devido à falta de políticas públicas para o campo, nas palavras dela "a prefeitura esquece do povo do interior, já ficamos uma semana sem luz, além de não termos água encanada, quando chove a água do poço fica suja".

Questionada se as mulheres têm os mesmos direitos do que os homens a



D.E. (17 anos) respondeu a partir da sua vivência

a diferença começa na família...eu não tive as mesmas oportunidades que meu irmão que foi estudar fora e saiu de casa. Eu fiquei com o trabalho de cuidar dos meus irmãos (14, 10 e 3 anos)... minha mãe queria fazer faculdade mas não foi incentivada por ser mulher (D.E. 17 anos).

A mãe da jovem em questão casou cedo e atualmente divide seu tempo no cuidado da casa, família e trabalho na zona urbana como diarista. A D.E. percebe que a mãe como mulher do campo teve uma infância/juventude repleta de privações e imposições e repassou a ela algumas das mesmas. Muitas vezes a questão do cuidado é imposto para a mulher como obrigatório e isso já é repassado desde cedo.

São as mães que se preocupam com o material escolar, com o transporte das crianças e adolescentes da propriedade até a escola e com os uniformes. São elas, também, que se preocupam com a saúde porque cuidam das crianças, idosos e doentes (PAULILO, 2016, p. 362).

A falta de acesso à terra pode influenciar significativamente a permanência ou não da mulher do campo, além do trabalho artesanal de requeijão e queijo, além de prestação de serviços, podem ser vistos como fáceis.

A dificuldade é a questão de conseguir um trabalho, então muitas se tornam donas de casa por não ter muito recurso né, mas tem a maioria que acaba optando por conseguir dinheiro da maneira mais fácil, como por exemplo tem umas que trabalha como manicure, ganha dinheiro sem sair de casa, outras já fazem queijo, requeijão coisinhas do tipo pra poderem levantar um dinheiro pra se manter (N.Y., 17 anos).

No entanto a M.A. (15 anos), cujos pais são agricultores, relata ter vontade de fazer agronomia para trabalhar na terra dos pais e tem a mãe como principal referência, pois segundo ela a mãe "trabalhou sozinha na lavoura durante 11 anos até meu pai sair da firma que ele trabalhava...meu pai ficava meses fora por causa do trabalho e ela sempre deu conta da casa, de nós e ainda da lavoura".

Quando perguntado sobre os limites e potencialidades do jovem do campo a



mesma relatou que existem várias dificuldades:

mais uma que prejudica muitos é a questão de ter de começar a trabalhar muito cedo e muitos ai acabam desistindo de estudar. Muitos assim como eu ajudam os pais na lavoura, a maioria das famílias daqui são plantadores de tabaco, e isso toma bastante tempo e é serviço bem cansativo, nem todos conseguem fazer as duas coisas ao mesmo tempo (M.A., 15 anos).

Os posicionamentos nas entrevistas individuais demonstraram alguns indícios sobre o entendimento das jovens rurais sobre as mulheres do campo, sobretudo nas inúmeras dificuldades para a sua permanência no campo. Além disso, nessa etapa da pesquisa 4 jovens apontaram a figura feminina como referência de vida, 2 relataram a figura masculina e 1 não soube opinar. As mesmas têm a mãe como figura de representatividade, mas não demonstraram, com exceção da M.A, potencialidades em ser uma mulher do campo.

Percebe-se que as maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres em permanecer no campo são a falta de trabalho e a precariedade da educação. Muitas mulheres saem, ainda adolescentes, do campo em busca de emprego e condições de ter sua própria renda, de estudar e, até mesmo, de conseguir dar continuidade aos estudos (ALVES; SELL; CASTRO, 2018, p. 7).

Neste sentido, entende-se que as percepções das jovens sobre as mulheres do campo são diversas e contribuem significativamente para o anseio em permanecer ou sair do campo. O acesso à terra, educação de qualidade geram condições de permanência no campo, sobretudo modificam o olhar das jovens sobre as mulheres do campo, uma vez que estas outras escolham que não a migração para a zona urbana.

Relato em andamento sobre a percepção das jovens sobre as mulheres do campo.

Nesta última etapa 7 jovens escreveram sobre suas percepções sobre as



mulheres do campo, um dos objetivos centrais desse estudo, que se entende não estará acabada, mas em construção.

A potencialidade das mulheres do campo na busca de uma formação sólida está presente na análise das jovens. No entanto, elas não veem sua contribuição como algo sólido e também como proprietárias de terras, pois para elas seus trabalhos são considerados como “ajuda” e a propriedade de terra da família pertence a outros.

Tal fato fica evidente na fala da F.A. (15 anos): “Ser mulher rural para mim hoje em dia podemos estudar e se formar em administração e gestões financeiras para *ajudar* nossos familiares que lidam no campo e na lavoura a administrar os *seus negócios*”.

A mesma jovem relata o trabalho no campo desde “antigamente [as mulheres] já ajudam na lavoura nas plantações e a cuidar dos animais”. Essa percepção de si e das mulheres enquanto ajudantes na lavoura, renda da casa com a produção de queijos, entre outro, é fruto na construção histórica de opressão e diminuição do trabalho feminino enquanto fundamental para o sustento da casa.

A M.E. (15 anos) embora valorize a luta das mulheres do campo, também aponta o trabalho realizado por elas como “ajuda”, segundo a jovem “ser mulher do interior é ser guerreira, lutar para ter as coisas, enfrentar dificuldades nos dias de chuva, é ter que levantar cedo e ir para roça, é plantar seu sustento para ajudar nas despesas de casa, é trabalhar como homem”.

Neste sentido o “trabalhar como homem” indica trabalhar igual ao homem no espaço masculino que é a lavoura. No entanto elas têm que dar conta concomitantemente com a jornada doméstica, trabalhando muito mais, e este processo se inicia na criação onde as meninas recebem as atribuições domésticas e os meninos a preparação para herdar a terra.



Não obstante, o trabalho com o cuidado da casa é desvalorizado e o trabalho externo é visto como “ajuda”, pois segundo Weisheimer:

O não reconhecimento do seu trabalho se deve ao fato de a sua socialização ser dirigida para realização do trabalho doméstico. Dessa forma percebem sua participação no trabalho agrícola como complementar e subordinado ao trabalho masculino, o que reforça a desvalorização da força de trabalho feminina no contexto de relações sociais de gênero, que se caracteriza por uma distribuição desigual de poder e oportunidades, neste caso, no interior da família (WEISHEIMER, 2007, p. 243).

Ao mesmo tempo as jovens relatam orgulho, potencialidades na mulher do campo e superação. Para a M.E. (33 anos)¹⁰ "várias coisas são produzidas pelas mulheres rurais. Ser mulher rural é fantástico, é tudo de bom, é viver o que ama tudo feito com muito carinho. Orgulho de ser mulher rural".

Não obstante a R.A. (15 anos) relata que em meio de preconceitos e lutas diárias existe a falta de reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres, sobretudo legalmente: "na maioria dos casos as mulheres não são reconhecidas como produtoras ou donas das propriedades visto que os terrenos estão no nome dos maridos"

A afirmação da jovem vai ao encontro dos estudos produzidos por Paulilo "são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento" (PAULILO, 2016, p. 254). Entende-se que esta problemática contribui para a não visualização de um futuro no campo, consequentemente para a evasão masculinização no campo, processo este constatado em pesquisas feitas por Camarano e Abramovay, 1999; Anjos e Caldas, 2005; Anjos, Caldas e Pollnow, 2014.

¹⁰ Apesar de ser adulta consideramos o relato da M.E., pois a mesma estuda e convive com os jovens simultaneamente



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



As jovens pesquisadas têm a escola como o principal ambiente para socialização e promoção de narrativas e visões de mundos diferentes, ou não, do espaço familiar. A escola responsável pelo fomento do conhecimento pode ter impactos significativos para debater questões sobre gênero, potencialidades e limites a serem transpostos referentes às mulheres do campo.

Dos 18 professores do Colégio Estadual do Campo Ana Schelbauer Braz de Oliveira, apenas 8 responderam perguntas acerca de sua origem, percepção sobre juventude rural, entendimento sobre as mulheres rurais e se trabalham questões de gênero na sua disciplina, destes, 5 afirmaram que sim e 3 alegaram que não. Dos 8, 6 associaram os jovens rurais como sem perspectivas e 2 apontaram o desejo dos jovens em permanecer no campo.

Sobre o entendimento referente às mulheres do campo o professor W. respondeu "mulheres sem objetivos em sua vida, sendo eles profissionais ou pessoais. A professor C. disse "tem menos cultura, mais são sábias em sua vivência". O professor M. "trabalham bastante e não tem a preocupação como as urbanas". Tais discursos refletem na construção das jovens sobre as potencialidades das mulheres do campo limitando e restringindo a mulher na esfera doméstica.

A importância de se trabalhar a questão de gênero no espaço escolar vai ao encontro das diretrizes do Plano Nacional da Educação referente a LEI N° 13.005/2014 que ressalta no artigo 2 a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação". A partir da problematização das desigualdades de gênero as percepções sobre as mulheres tendem a ocupar posições de debates e empoderamento.

Além disso, é fundamental trabalhar a questão de gênero para combater a discriminação enfrentada pelas jovens e proporcionar perspectivas de futuro. O



currículo e o método devem ser de acordo com a realidade e interesse dos alunos, conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (9394/96) em seu:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Refletir sobre o currículo trabalhado na escola pesquisada é um outro tema importante a ser estudado e possivelmente possui impacto na percepção das jovens rurais sobre as mulheres do campo. Uma vez que o currículo é trabalhado de forma a contemplar as “necessidades e interesse” as percepções deles referente ao presente e ao futuro poderão ser de empoderamento.

Não obstante, a formação do docente é fundamental para contemplar o objetivo de atender essas necessidades, pois este compreenderá que não existe “menos cultura”, mas sim culturas e valores diversificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a percepção das jovens rurais referente as mulheres do campo não têm a pretensão de finalizar a discussão sobre o tema, mas sim fomentar ainda mais o debate, uma vez que o tema é amplo e requer diferentes abordagens e estudos. Não obstante, compreender o entendimento das jovens sobre as mulheres do campo ampliou a importância do debate em diferentes espaços, sobretudo no âmbito escolar.

Não obstante, a construção das percepções sobre o mundo, identidade, sociedade e futuro, entre outros, se inicia nas relações familiares. Posteriormente se estende, reconstrói, reafirma, modifica na escola e na sociedade através do processo de socialização. Além disso, as possibilidades e limitações construídas



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



pela sociedade fornecem mecanismos para se identificar ou não, como mulher do campo.

Entre elas, está a inserção no mercado de trabalho, ou ainda, políticas públicas que fomentem a projeção de um futuro no campo, uma vez sem recursos para a ficar na zona rural a juventude tem na evasão a única saída para sobrevivência. Dentre as políticas públicas, ressaltam-se a importância do acesso à terra e ao crédito, pois muitas das jovens pesquisadas não têm nem terra e nem crédito para aquisição e manutenção dela.

Além disso, percebeu-se que muitas embora se identifiquem como juventude rural e suas referências sejam a figura materna ainda assimilam o protagonismo das mulheres do campo como "ajuda" nos trabalhos relacionados a terra, panificação, horta e criação de animais.

Neste sentido, a compreensão das jovens rurais sobre as mulheres do campo apresenta um imaginário limitado, e a escola poderia proporcionar a ampliação desse olhar, mas no momento reproduz as desigualdades de gênero.

Posteriormente, como futura evolução da pesquisa, sugere-se um projeto de intervenção na comunidade escolar com o corpo administrativo, docentes e familiares dos jovens para ampliar o diálogo sobre gênero, importância das mulheres rurais, limites e potencialidades enquanto futuras mulheres do campo.



REFERÊNCIAS

ALVES, Giovana Sitó; SELL, Léia Beatriz; CASTRO, Amanda Motta. EDUCAÇÃO E TRABALHO DA MULHER NO CAMPO E SUAS INVISIBILIDADES. **Revista Digital do Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História**, Universidade Federal da Integração Latino-americana-unila, v. 11, p.1-10, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/909>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BOURDIEU, Pierre. A Identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região: Dominação simbólica e lutas regionais. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 5. p. 107-208. Tradução de Fernando Tomaz.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014. Tradução de Maria Helena Kuhner.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-52.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.11-22, 02 jun. 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>. Acesso em: 01 mar.



2020.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 439-444. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

ESPORTE, Secretaria da Educação e do. **Consulta escolas**. Disponível em:
<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas>
java/pages/paginas/ensinoEscola/consultasEnsino.jsf?windowId=812. Acesso
em: 15 out. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro.

HUMANO, Atlas do Desenvolvimento. Consulta. 2020. Disponível em:
<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 17 set. 2020.

MADEIRA, Margot Campos. Representações Sociais: pressupostos e implicações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, p. 129-144, maio/ago. 1991. MATOS, Maria Izilda Santos de. HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS
RELAÇÕES

DE GÊNERO: campo historiográfico, trajetórias e perspectiva. **Mandrágora**, São Paulo, v. 9, n. 19, p.5-15, 2013. Disponível em:

<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/index>>. Acesso em:
28 fev. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.



MOLINA, Mônica Castagna. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 585-594. Disponível em:

<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MOVIMENTO de Mulheres Camponesas. Disponível em:

<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 06 maio 2020.

NUNES LEITE ROSAS, Eduardo. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, Maria Jose; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 183-196.

ONU Mulheres Brasil. **PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES**.

2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp>

content/uploads/2016/04/cartilha_UNU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogos**.

Quatro décadas de diálogos. Florianópolis: Ufsc, 2016. 383 p.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: CORDEIRO,

Rosineide *et al* (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 37-62. Disponível em:

https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 01 mar. 2020.

PLANO Nacional de Educação. 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/18-](http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13)

[planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13](http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13)

005- 2014. Acesso em: 21 jan. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em:
07 maio 2020.

PRONAF Mulher. 2020. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>
Acesso em: 06 maio 2020

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. 5 v. Disponível em:

<<https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/savianidermeval-escolaedemocracia.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: CORDEIRO, Rosineide et al (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 15-33. Disponível em:

https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos_rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 01 mar. 2020.

WEISHEIMER, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 237-252.



A política de Assentamentos do INCRA e o Acórdão nº 775/2016 - TCU - Plenário

Nadia Andrea Hilgert

**Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -
UFRRJ**

Introdução

O acórdão nº 775/2016 - TCU – Plenário foi um momento crítico na política de assentamentos do INCRA nos anos recentes. Nesse artigo pretendemos debater algumas características do acórdão, o contexto em que foi produzido e as problemáticas que levanta. Para isso apresentamos, inicialmente, um panorama da política de reforma agrária desde a redemocratização e a Constituição de 1988. Apresentaremos os avanços e recuos da política, os conflitos presentes e a participação dos diversos atores, ou seja, trabalhadores rurais, patronato rural e Estado. Em seguida apresentaremos a trajetória ascendente, no mesmo período, de um ator que passou a ser central na administração pública brasileira, ou seja, os órgãos de controle. Apresentaremos o funcionamento do TCU e algumas análises sobre a sua atuação cada vez mais ampla.

Por fim apresentaremos o acórdão, suas partes e questões que consideramos centrais como a extrapolação da função meramente fiscalizadora do TCU e a tentativa do órgão assumir a discricionariedade dos gestores, e o impacto do acórdão na vida dos assentados num momento em que a agenda da questão



agrária, a política de assentamentos e seu órgão executor já estavam totalmente enfraquecidos.

Reforma Agrária

Com o processo de redemocratização política da década de 80 retorna com força a discussão sobre o tema da Reforma Agrária. Apesar do Estatuto da Terra existir desde de 1964 o governo militar, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criado em 1970, concentrou sua atuação na política de colonização especialmente da região Norte do país.

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária, lançada em 1983, aglutinou em torno de si vários atores e instituições há muito tempo comprometidos com a questão agrária, construiu novos apoios e lançou muitas bases para o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA que seria construído posteriormente. A campanha pela democratização do acesso à terra, vinha juntamente com outras campanhas relacionadas com a volta da democracia. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG teve papel central tanto na discussão que ocorreu na campanha quanto na elaboração do plano. Outro ator fundamental no processo foi a Igreja Católica que levou a ideia para a sua base e costurou vários apoios em diferentes setores da sociedade. Para Carvalho et al. (2009, p. 40) esse processo foi um período de construção da identidade coletiva, o Nós, dos trabalhadores rurais mesmo com suas heterogeneidades.

A ideia da Reforma Agrária foi incorporada ao governo da Nova República com a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD em 1985 e a elaboração do I PNRA, que foi apresentado no IV Congresso da CONTAG e depois encaminhada para discussões com a sociedade. A incorporação dessa pauta pelo governo Sarney surpreendeu alguns setores, no entanto ela se aproxima



muito do que Offe (1984) definiu como operações divergentes de caráter seletivo ocultador, que servem para legitimar sistemas políticos administrativos. Várias contribuições de diversos setores da sociedade foram enviadas ao governo, de diversas representações dos trabalhadores rurais aos representantes do patronato rural. Após essas discussões várias alterações foram feitas no Plano o que segundo muitos dos formuladores descaracterizou o plano original (Carvalho et. al., 2009).

Apesar da pouca efetividade do plano, a discussão em torno da questão agrária trouxe vários debates e categorias que permaneceram presentes no debate e na política do setor desde então. Entre essas questões encontram-se a definição dos beneficiários, das áreas prioritárias para desapropriação, da exploração individual ou coletiva. Mahoney e Thelen (2010) afirmam que as mudanças nas instituições costumam acontecer de forma gradual mesmo que somente alguns dos eventos da mudança se destaquem. Os autores ressaltam sua visão das Instituições como sendo o resultado de um permanente conflito pelos recursos distributivos. A criação de leis e normas é um instrumento que existe para consolidar uma configuração que é favorável ao grupo mais beneficiado naquele momento e que, portanto, tem mais capacidade de propor as normas.

Nas participações dos trabalhadores na discussão do plano existem sugestões para que: 1. os sindicatos participem das definições dos assentamentos; 2. a criação de novos assentamentos não desloque as famílias para regiões muito distantes dos seus locais de origem; 3. a política seja feita através de desapropriações e não de colonização; 4. juntamente com a política agrária seja estabelecida uma política agrícola; 5. as famílias recebam acompanhamento após o assentamento; 6. sejam priorizadas as áreas de conflito. Há sugestões de assentamento individual e coletivo. Para os trabalhadores os beneficiários deveriam



ser: trabalhadores sem-terra, posseiros, meeiros, arrendatários, boias-frias e mini-fundistas. (Carvalho et. Al., 2009).

Para o patronato rural, representado na época pela Sociedade Rural Brasileira - SRB e Organizações das Cooperativas do Brasil - OCB, a reforma agrária não devia se dar via desapropriação; sugeriam que acontecesse por arrendamento ou parceria. Questionam o alto custo da política e o perfil dos beneficiários. Roberto Rodrigues, presidente da OCB na época e futuro ministro da Agricultura do governo Lula, declara não aceitar as pessoas sem “vocação” para o campo, acha inadmissível o mecanismo de distribuir terra para quem quer (Carvalho, 2009, p 114). Uma das consequências do I PNRA foi que o patronato rural percebeu a necessidade de se organizar. Inicialmente influíram no I PNRA estabelecendo contato direto com os políticos e cargos centrais e, em seguida, houve a percepção de que seria fundamental uma maior visibilidade social e política dos setores patronais. Para Flávio Menezes, presidente da SRB, a influência do patronato produziu mudanças no I PNRA na direção certa pois não alterou e nem pôs em risco a estrutura fundiária do país. Nos próximos anos foi feito um esforço grande para eleição de uma bancada ruralista para a Assembleia Constituinte.

A Constituição de 1988 traz duas novidades que impactaram bastante a possibilidade da reforma agrária. A definição de que só poderiam ser desapropriadas terras improdutivas foi uma vitória da bancada ruralista (artigo 86). A exigência de que a terra cumpra sua função social (artigo 85), por outro lado, introduziu a noção de direito coletivo frente a ideia dominante da propriedade privada absoluta no Brasil. Para Martins (1999, p.109) a Constituição de 1988 de algum modo

Abriu caminho para um reparo parcial, embora tardio, das injustiças fundiárias que decorreram do direito absoluto de propriedade implantado pela Lei de Terras. Esse direito anulava o direito costumeiro fundado no anterior regime de sesmarias, um direito baseado na



justa concepção de que o trabalho e a obra do trabalho têm precedência moral em relação aos privilégios de um direito de propriedade fundado no poder ou na compra e na venda. Ao menos, abriu um leque de alternativas para uso social do solo.

Medeiros (2015) lembra que o fato da Constituição garantir a não desapropriação de terras produtivas gerou infundáveis pendengas judiciais e disputas em torno do que é terra produtiva. A autora também destaca a ênfase na ideia de que o meio rural seria local de produção e não de modos de vida.

O auge

Como lembra Leite (2005, p. 06) “o exercício das políticas públicas guarda relação direta com o seu próprio marco legal, ou seja, normas e leis que regulam e/ou determinam os alcances e limites desses programas” e apesar das possibilidades abertas pela nova constituição a falta de regulamentação dos artigos relacionados a política agrária foi um entrave para ações nos anos imediatamente posteriores. A promulgação da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a Lei Agrária, foi um marco importante para a possibilidade de políticas públicas nesse setor e, junto com o Estatuto da Terra, norteia toda a legislação interna do INCRA.

Nos anos 80 surgira um ator central da história da Reforma Agrária no Brasil, que é o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o MST criado em 1985. Na década de 1990 as ocupações de terra promovidas pelo movimento estavam muito fortes e massivas e são apontadas como principal explicação para a política de assentamentos do governo FHC (Medeiros, 2015; Leite, 2005; Martins, 2009; Albertus, Brambor e Ceneviva, 2016). O número de assentamentos criados no governo FHC foi muito superior aos governos anteriores.

Grisa e Schneider (2015) classificam esse período caracterizado pela construção de um referencial agrário (criação de assentamentos) e agrícola (criação de políticas de crédito específicas) como a primeira geração de políticas



para **agricultura familiar**, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados dos anos 90. Medeiros (2015, p. 350) destaca que as lutas por terra produziram “um novo ator, o **assentado**, objeto de diferentes investimentos e disputas políticas, pelo Estado e pelas organizações que se propunham a representá-los (em especial MST e sindicalismo rural).

O governo Lula introduziu algumas novidades na gestão fundiária e da reforma agrária, mas como lembra Medeiros (2015) não produziu nenhuma ruptura da estrutura fundiária. Entre as mudanças Leite (2005, p.11) cita “desapropriação de imóveis que não cumpriam a legislação trabalhista e ambiental, início do programa de assistência técnica e social nos assentamentos, atenção às questões de gênero nos assentamentos.” Uma das mudanças mais fortes do governo do PT foi a maior participação dos movimentos sociais nas definições das políticas. A participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas vinha crescendo desde os anos 90, mas nos anos 2000 a parceria do Estado com setores da sociedade civil foi ampliada chegando em alguns casos a ser uma cogestão de formulação e implantação de políticas.

Outra novidade do governo Lula foi o lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária, mas esse plano, segundo Leite (2005), teve mais continuidades que rupturas em relação a política de assentamentos do governo FHC.

Diversos estudos/avaliações foram realizados sobre a política de assentamentos com resultados/conclusões variados. Sparovek (2003) coordenou uma pesquisa ampla sobre a qualidade dos assentamentos da reforma agrária com informações de quase todos os Projetos de Assentamento criados entre 1985 e 2001. Guanzirole *et al.* (2003) fizeram um levantamento e uma análise da relação entre assistência técnica e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) nos anos 2000 e 2001 e trazem várias reflexões como a existência de uma lógica da exclusão que se revela, por exemplo, através das



exigências legais, falta de capacitação dos entes executores ou interrupção das políticas públicas.

A Queda

A partir do segundo governo Lula iniciou um processo de decréscimo do número de assentamentos criados. Tendência que ficou mais forte no governo Dilma conforme gráfico 1. Oficialmente o governo sinalizava que a política deixaria de focar na criação de assentamentos para focar no desenvolvimento dos assentamentos existentes. No entanto no mesmo período foram realizadas modificações que reduziram o escopo de atuação do INCRA como o esvaziamento do programa de assistência técnica e a retirada da política de crédito habitação do escopo de atuação do órgão.

Foi o período também em que outras questões se tornaram centrais para os movimentos sociais e nas políticas para o meio rural. Grisa e Schneider (2015) relatam o surgimento da segunda geração e da terceira geração de políticas para a agricultura familiar após a ênfase dada a política agrária e agrícola. A segunda geração tinha como característica a construção de um referencial social e assistencial e a terceira geração se propunha a construção de um referencial teórico voltado para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Cada nova geração de políticas para agricultura familiar não “elimina” as anteriores, mas agrega uma atenção maior em torno da nova geração. As ocupações de terras diminuíram e Medeiros (2015, p.353-4) também observa um deslocamento de foco por parte dos movimentos sociais que passaram a valorizar a agroecologia.

Por outro lado, esse período também foi marcado por uma campanha forte do setor de agronegócios para vincular a sociedade a ideia de um agro moderno e



produtivo enquanto a chamada bancada ruralista ocupava vários espaços políticos no Congresso e também cargos no executivo.

Em 2016, nos meses que precederam o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, foram lançados relatórios de auditorias da Controladoria Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU que apontavam indícios de irregularidades na seleção de beneficiários (CGU e TCU) e no acompanhamento da permanência de beneficiários (TCU) pelo INCRA. Esses relatórios tiveram ampla divulgação na mídia que geralmente noticiava como fraudes os indícios de irregularidades levantados pelos órgãos de controle.

[https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-paralisa-reforma-agraria-no-pais-apos-identificar-578-mil-beneficiarios-irregulares,](https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-paralisa-reforma-agraria-no-pais-apos-identificar-578-mil-beneficiarios-irregulares)

<http://g1.globo.com/jornal->

[nacional/noticia/2016/04/fraudes-causam-suspensao-do-programa-de-reforma-agraria.html.](http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/fraudes-causam-suspensao-do-programa-de-reforma-agraria.html)

Apesar da política de assentamentos ter perdido centralidade e seu órgão executor ter sido enfraquecido, existe quase um milhão de famílias¹ que estão vinculadas à política nacional de reforma agrária, vinculados tanto às políticas/ações quanto ao controle do INCRA e podem ser objeto de controle de outros órgãos. E se por um lado, o INCRA perdeu espaço/força nos anos recentes, os órgãos de controle se fortaleceram bastante desde a redemocratização e constituição de 1988.

¹ O número atual de famílias beneficiárias da reforma agrária é 973.451. www.incra.gov.br acessado do dia 09/08/2020

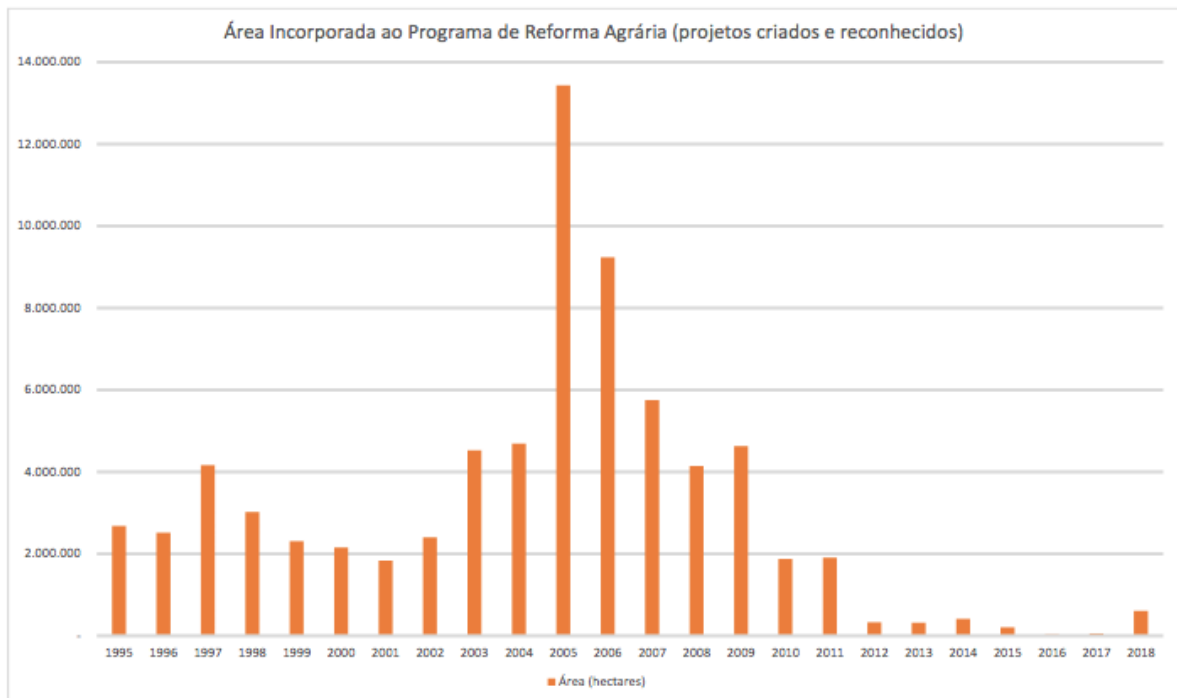


Gráfico 1

Fonte: DT/DTI/DTI-2 - Relatório 227 do SIPRA, extraído em 25/02/2019.

Órgãos de Controle

Nas últimas décadas tem se observado um forte processo de modernização do Estado brasileiro e um aumento da presença de órgãos de controle. Para Souza (2017), apesar da Constituição de 1988 ser um marco importante na democratização da política brasileira e na consolidação de alguns princípios referentes à administração pública, foi somente na década de 1990 que o processo de modernização do Estado através da construção da capacidade burocrática para a formulação e a implantação de suas políticas ganhou força. A autora cita como um marco importante o Plano Diretor para a Reforma do Aparelho de Estado, de 1995, que tinha como foco principal a reconstrução da



burocracia, sua profissionalização e ajustes na sua remuneração com o objetivo de fortalecer suas próprias instituições.

Uma das características centrais no processo de modernização da burocracia estatal é o recrutamento de profissionais por concurso público. Souza (2017) mostra que, apesar dessa forma de ingresso já estar contemplada na constituição de 1934, foi só a partir dos anos 2000 que essa passou a ser a principal forma de ingresso no serviço público.

A modernização da burocracia brasileira e a construção de capacidades burocráticas ocorreu mais em algumas áreas que em outras. Segundo Souza (2017, p 33):



Embora os concursos tenham sido reiniciados em 1995, é a partir de 2003 que se inicia uma política agressiva para recompor a burocracia federal por meio da realização de concursos, do fortalecimento do sistema governamental, notadamente o tributário, de controle dos gastos, de controle externo e interno da administração pública (Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e Controladoria-Geral da União,) e da atividade de polícia administrativa e judiciária (Polícia Federal).

A autora destaca que a formação da burocracia para algumas áreas, principalmente para as encarregadas da política social e de infraestrutura, ainda está incompleta, embora tenha ocorrido crescimento dos concursados em alguns ministérios encarregados de políticas sociais. Apesar das políticas sociais terem bastante destaque nos governos do PT, houve investimento menor na profissionalização e estabelecimento de remuneração menor nas carreiras da área de políticas sociais e de infraestrutura.

Para Arantes e Moreira (2019) a extraordinária expansão dos órgãos de controle e de acesso à justiça nas últimas décadas não é fruto de uma ação deliberada, geral e coordenada para o desenvolvimento dessas instituições em



conjunto, mas resultado do ativismo político de atores estatais tendo em vista o objetivo de fortalecer suas próprias instituições. Os autores acompanharam especialmente as trajetórias de 3 órgãos de justiça - Ministério Público, Defensoria Pública e da Polícia federal - no seu estudo e concluíram que, embora a Constituição de 1988 tenha sido uma etapa importante no processo de reconstrução institucional dos órgãos de justiça, ela não fornece a explicação principal para o fortalecimento e o protagonismo dessas instituições. Arantes e Moreira observam que o Ministério Público, por exemplo, já se encontrava em processo de fortalecimento antes do período da Constituinte.

O fortalecimento dos órgãos de controle tem trazido consequências diversas. Se, por um lado, há estudos (Menezes, 2012) que enfatizam que houve aumento da *accountability* horizontal² e da transparência através da atuação desses órgãos, por outro lado estudos - Arantes e Moreira (2019), Sundfeld et al. (2017), Felix (2015) - apontam aspectos e resultados problemáticos dessa situação. Entre os efeitos que merecem atenção estão o crescente **aumento das atribuições e poder dos órgãos de controle e a ausência de controle sobre os órgãos de fiscalização**.

Souza (2017) lembra que alguns indicadores para que o Estado seja considerado moderno estão presentes na atual burocracia brasileira, como o recrutamento por concurso público, a especialização e o controle de partes da burocracia pela burocracia. No entanto, o controle da burocracia pelos representantes eleitos, principalmente os que integram o Legislativo é praticamente inexistente no Brasil. Para a autora “Isso significa que o modelo brasileiro de funcionamento da máquina pública é hoje caracterizado por

² *Accountability* horizontal em definição de O’Donnell apud Menezes “consiste na existência de agências estatais que possuem o direito e o poder legal para a realização de ações de supervisão de rotina e a imputação de sanções legais sobre outras agências do Estado”.



burocracias (CGU, MP e TCU) que controlam aquelas que participam da formulação e implementam políticas” (SOUZA, 2017, p. 42). Por fim, Souza lembra que essa configuração do Estado brasileiro pode revelar a predominância dos meios e dos controles sobre os fins ou os resultados das políticas públicas.

Arantes e Moreira analisam a expansão dos órgãos de controle a partir da abordagem teórica do pluralismo institucional,

ênfatizando que agentes públicos atuam em função de interesses próprios de afirmação institucional, lançando-se na esfera pública e em arenas políticas em busca de prerrogativas, funções e autonomia. O resultado, não sem frequentes embates entre esses atores, é a pluralização no interior do Estado, com a proliferação de órgãos que espelham suas próprias ambições. (ARANTES e MOREIRA, 2019, p. 97)

Para os autores esses agentes públicos inseridos na máquina estatal fazem do discurso da defesa de direitos e da fiscalização do poder público e da classe política uma bandeira de seu próprio desenvolvimento institucional. Buscam ampliar o escopo de sua atuação, remodelar os parâmetros das políticas públicas em que atuam, fortalecer a autonomia das suas instituições além de garantir remunerações substancialmente mais altas que a média das remunerações do serviço público.

Analisando a atuação do Tribunal de Contas da União, Sundfeld et al. (2017, p.878) citam essa busca da ampliação do escopo de atuação:

Observadores vêm notando que o TCU por vezes extrapola suas competências, com opiniões, recomendações, exigências ou proibições que, mesmo sem dizê-lo, baseiam-se não em razões jurídicas, mas em razões políticas, isto é, em convicções de seus agentes quanto às decisões administrativas que seriam mais convenientes ou oportunas. Essa atuação tem dado ensejo a diagnósticos segundo os quais o órgão



de controle estaria tentando capturar as políticas públicas e assumir indevidamente a discricionariedade dos gestores.

O tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão de auditoria externa da administração pública brasileira. Tem a tarefa de auxiliar o Congresso Nacional a fiscalizar a utilização, a arrecadação, a guarda, o gerenciamento e a administração de recursos públicos federais. O Tribunal foi fundado em 1890, mas teve suas atribuições ampliadas na constituição de 1988.

O TCU, por um lado, é autorizado a fiscalizar, isto é desenvolver pesquisas com a finalidade de reunir dados sobre temas do seu campo de fiscalização e, por outro, sistematizar e dar sentido técnico aos dados que foram coletados. De posse dessas informações o TCU elabora manifestações que podem ser resoluções, instruções normativas, decisões normativas e acórdãos. Os acórdãos constituem a principal forma de manifestação do tribunal de contas. Os acórdãos apresentam indícios de irregularidades, e os pressupostos necessários para a adoção de medida cautelar, ou seja, os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. Os acórdãos opinativos não produzem condenação administrativa concreta; somente os acórdãos condenatórios produzem efeitos administrativos concretos. Sundfeld et al. (2017 p.872) destaca que:

O TCU tem peculiaridades que o distinguem de boa parte das instituições superiores de auditoria externa dos demais países. Além de investigar e coletar dados e, com base neles, produzir informações ligadas à gestão de recursos públicos federais (chegando a conclusões sobre sua legalidade, economicidade, eficácia e eficiência), tem também (em menor medida) competência para tomar decisões específicas que produzem efeitos concretos, independentemente de deliberação ou de aprovação do Congresso Nacional ou



de outro órgão. Institucionalmente, portanto, “para determinadas situações, o Tribunal de Contas exerce de modo autônomo o papel de controlador externo do Executivo e das entidades que compõem a administração indireta.

As decisões do TCU são tomadas de forma colegiada: ou pelo plenário, que reúne todos os 9 ministros, ou pela primeira ou segunda câmara. O corpo técnico do TCU é recrutado através de seleção por concurso público, no entanto o corpo decisório é formado por 9 ministros nomeados: 6 pelo congresso e 3 pelo presidente da república. Os 9 ministros participam das decisões em plenário; da primeira e da segunda câmara participam respectivamente 4 ministros do TCU, 2 ministros substitutos e um representante do ministério público no TCU.

Os acórdãos do TCU são manifestações do tribunal que podem ter conteúdo vinculante (contendo determinações) ou não (contendo apenas recomendações). O único elemento comum em todos os acórdãos é que todos os ministros votantes (ao menos a maioria) concordam com algo. Os acórdãos contêm relatório, voto do ministro relator e o acórdão em si. Os relatórios, que costumam ser a maior parte do documento, contêm o material elaborado pelo corpo técnico, com conclusões da equipe de fiscalização. Essas conclusões podem ser acolhidas parcial, total ou não acolhidas pelo ministro relator. Como colocam Sundfeld et al. (2017, p.875): “Nos documentos do TCU chamados “Acórdão”, o que efetivamente constitui prova quanto ao teor da decisão do Tribunal é apenas o trecho em que se transcreve aquilo que os ministros “acordam”, isto é, resolvem, decidem.”

Os autores ressaltam que somente os acórdãos condenatórios têm efeitos concretos administrativos. E mesmo estes podem ser revistos no âmbito do judiciário, visto que o judiciário não precisa seguir as orientações das deliberações do TCU. Também destacam que o TCU só pode emitir comandos e ordens, constituindo ou desconstituindo deveres, caso se constate alguma ilegalidade em



matérias financeiras. Apesar dessas limitações legais, o autor percebe que o TCU tenta ampliar sua área de atuação.

De fato, o TCU tem procurado, por diversos meios e instrumentos, “reinterpretar” suas competências com a finalidade de expandi-las para além dos limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico (...). Na prática, o TCU muitas vezes tenta atribuir efeitos vinculantes às recomendações que emite. Uma das estratégias é a combinação de simples recomendações com ordens para a elaboração de “planos de ação” para “sanear o problema verificado” (art. 2º, I, da Resolução n. 265, editada pelo TCU em 2014), descaracterizando-se indiretamente o viés apenas orientativo da recomendação (SUNDFELD et al., 2017, p.878).

Devido à grande abrangência da atuação do TCU, há estudos que avaliam a relação do controle do TCU com as agências reguladoras (MENEZES, 2012), o controle pelo TCU dos recursos públicos federais transferidos aos municípios (FONSECA, 2019), o valor das decisões do TCU sobre irregularidades de contratos (Sundfeld et al., 2017). No âmbito das atividades da reforma agrária há estudos - (FELIX, 2015) e (VUELTA, 2016) - sobre o Acórdão nº 2.653/2008 TCU – Plenário que tinha como objeto os contratos do Pronera (Programa Nacional de Educação no Campo).

A percepção nos estudos sobre o acórdão que incidia sobre o Pronera é que existe uma avaliação subjetiva sobre a participação dos movimentos sociais na formulação dos projetos do programa e que o TCU extrapola suas funções legais.

as decisões tomadas pelo órgão em relação ao Pronera foram além de controlar os recursos utilizados em determinado curso que foi analisado. O TCU obstaculizou a gestão participativa do Programa, que não é sua atribuição como órgão controlador. (FELIX apud VUELTA, 2016, p.31)



Acórdão nº 775/2016 -TCU – Plenário

O Acórdão nº 775/2016 – TCU – Plenário (Brasil, 2016) foi uma medida cautelar determinada pelo Tribunal de Contas da União com o objetivo de suspender provisoriamente algumas atividades e políticas do INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária. O Acórdão foi adotado em função dos indícios de irregularidades na seleção e situação ocupacional dos beneficiários de reforma agrária levantados pela secretaria de controle externo da agricultura e do meio ambiente - Secex/Ambiental/TCU através do cruzamento de diversos bancos de dados. Entre os principais bancos de dados utilizados estavam SIPRA, Receita, SNCR, SIAPE, INSS, TSE, SISOBI, CADÚnico e FIPE.

O relatório da Secex Ambiental que subsidia o pedido da medida cautelar apresenta relação com 15 tipos de indícios de irregularidades encontrados nos registros de beneficiários da Reforma Agrária. São situações que contrariariam a legislação que rege a política de reforma agrária, especialmente os requisitos previstos no art. 25 da lei 4.504/1964³ e no art. 20 da lei 8.629/1993⁴ e as cláusulas presentes nos contratos de concessão de uso (CCU). O levantamento final apresentou um total de 578.547 assentados com indícios de irregularidades. Desses, 62.000 beneficiários apresentaram indícios de irregularidades antes da homologação e mais de 500.000 apresentaram indícios de irregularidades após a

³ Art. 25. As terras adquiridas pelo Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação (...)

⁴ Art. 20. Não poderá ser beneficiário da distribuição de terras, a que se refere esta lei, o proprietário rural, salvo nos casos dos incisos I, IV e V do artigo anterior, nem exercer função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou o que se ache investido de atribuição parafiscal, ou quem já tenha sido contemplado anteriormente com parcelas em programas de reforma agrária.



homologação, ou seja, esses últimos são assentados que no decorrer da vida no assentamento podem ter incorrido no descumprimento de alguma das vedações legais ou das cláusulas do CCU. Além desse levantamento foi realizado um cálculo do prejuízo monetário potencial com a não-adoção da medida cautelar. O cálculo leva em consideração principalmente o crédito que poderia ser disponibilizado para assentados possivelmente irregulares. Dessa forma a representação pretende demonstrar que estão presentes os pressupostos necessários para a adoção da medida cautelar, ou seja, os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. O risco do *periculum in mora reverso* também é mencionado, mas é considerado menor pelo TCU apesar de nesse caso não haver nenhum cálculo para justificar tal afirmação.

Os indícios de irregularidades levantados inicialmente foram: 1. beneficiários contemplados mais de uma vez no PNRA (programa nacional de reforma agrária), em projetos de assentamentos diferentes; 2. beneficiários contemplados na Relação de Beneficiários (RB) que não atendiam aos requisitos de idade mínima (18 anos) ou máxima (60 anos); 3. beneficiários contemplados na RB que constam como proprietários de imóvel rural com módulo superior a um módulo rural no SNCR; 4. beneficiários da RB que possuam cargos públicos; 5. beneficiários da RB que são empresários; 6. beneficiários da RB que são estrangeiros não naturalizados; 7. beneficiários da RB que estejam aposentados por invalidez; 8. beneficiários da RB que não possuam bons antecedentes; 9. beneficiários da RB que possuam mandatos letivos; 10. beneficiários da RB falecidos; 11. beneficiários com renda superior a 3 salários mínimos; 12. beneficiários da RB que possuam deficiência física ou mental; 13. beneficiários da RB que possuam local de residência diferente do local em que se localiza seu projeto de assentamento; 14. beneficiários da RB que possuam sinais exteriores de riqueza – proprietário de veículo superior a R\$ 35.000,00; 15. Indivíduos que assinaram o ateste dos serviços de assistência técnica que não fazem parte da RB (ocupantes irregulares);



O acórdão prevê a suspensão da seleção de novos beneficiários para a reforma agrária, suspensão do assentamento de novos beneficiários já selecionados, a suspensão de novos pagamentos de crédito da reforma agrária, suspensão de remissão dos créditos previsto na lei 13.001/2014 e suspensão de acesso a todos os outros benefícios da política aos assentados que apresentam algum indício de irregularidade. O INCRA efetuou o bloqueio dos registros de todos os beneficiários com indícios de irregularidades e o TCU determinou que o INCRA ficaria responsável pela averiguação dos indícios. Em se provando a regularidade do beneficiário o INCRA pode reverter a situação do bloqueio do beneficiário em questão e corrigir a informação no sistema. Em caso de confirmação de irregularidade, o beneficiário deverá ser excluído do programa.

Em relação às orientações do acórdão 775/2016-TCU-plenário destacam-se, além da determinação para esclarecer os indícios de irregularidades levantados, as recomendações relativas aos procedimentos de **seleção** e de realização das **vistorias** de supervisão ocupacional. **Problemas na seleção de beneficiários e na realização das vistorias são consideradas as causas dos problemas levantados pelo TCU.** Em relação ao processo de seleção, além da conferência de todos os critérios de vedação e elegibilidade, há ênfase na necessidade de contemplar os princípios de transparência e impessoalidade. Para isso é determinado que o INCRA elabore processos de seleção de ampla divulgação, adote procedimentos de classificação e respeite os princípios do contraditório. A seleção de famílias para o PNRA deverá ser realizada nos moldes de um concurso público. Medida necessária, segundo o documento do TCU, para evitar processos de seleção de famílias indicadas por movimentos sociais ou/e associações. Há ênfase na necessidade de uma programação de vistorias sistemáticas para acompanhar todos os assentados e verificar se não deixaram de atender algum dos critérios legais para serem beneficiários da reforma agrária.



O acórdão 775/2016 TCU-plenário foi determinado após a realização de outros acórdãos do TCU, acórdão 557/2004 TCU - plenário, acórdão 753/2008 TCU - plenário e o acórdão 2.609/2012- TCU - plenário. Além disso, em 2015, foi realizado procedimento de cruzamento de dados pela Controlaria Geral da União que também detectou 76.000 indícios de irregularidades na seleção dos beneficiários. (Faz parte dos argumentos do relatório e do voto do ministro que esse levantamento da CGU foi tema do programa Fantástico com ampla repercussão nacional:

<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/01/autoridades-e-ate-pessoas-mortas-recebem-lotes-da-reforma-agraria.html>). No relatório do acórdão 775/2016 – TCU - plenário fica claro que a inobservância das orientações dos acórdãos anteriores pelo INCRA foi um dos motivos que fortaleceu a ideia de necessidade de medida cautelar. Entre as orientações constantes nos acórdãos anteriores temos várias relacionadas aos processos de seleção e ao sistema de informação utilizado, SIPRA, que apresenta várias inconsistências. Na resposta/manifestação do INCRA o próprio órgão reconhece a fragilidade e inconsistência do SIPRA que pode estar relacionado com o alto número de indícios de irregularidades identificadas. O órgão, no entanto, não sanou essa questão.

Condições de permanência e definição das políticas

Uma das questões centrais do documento é a determinação de que o INCRA realize vistorias/fiscalizações periódicas, sistemáticas em todos os seus assentamentos para verificar se os assentados continuam atendendo a todos os critérios de elegibilidade para ser beneficiário da reforma agrária, ou como colocado em algumas partes do documento, continuam tendo perfil para a reforma agrária. Cabe lembrar que a maior parte dos indícios levantados são depois da homologação, ou seja, em tese a serem levantados nas vistorias ocupacionais. A determinação para realização sistemática de vistorias para verificação da



permanência de todos os critérios de elegibilidade levanta algumas questões: 1. Praticamente define que a principal função do INCRA é a fiscalização de lotes de reforma agrária; 2. Define que o agricultor assentado da Reforma Agrária precisa de controle rigoroso e frequente para não cometer irregularidades; 3. Não considera a dinâmica na situação de vida das famílias assentadas mesmo que, em alguns casos, as famílias tenham sido assentadas nos anos 1990. É bom observar que tanto as mudanças que possam estar relacionadas como uma melhora de renda (indício sobre sinais exteriores de riqueza) como as que possam estar relacionadas com uma fragilização da família (como o fato de passar a existir um titular com deficiência física ou mental, por exemplo) não são encaradas, pela legislação ou/ pela interpretação da legislação pelo TCU, como possibilidades da história de vida das famílias assentadas. Nesse sentido, lembra a observação de Souza (2017), segundo o qual a ênfase dos órgãos de controle pode estar privilegiando os meios em relação aos fins.

O art. 3º, § 2º da Portaria MDA 6/2013 prevê a possibilidade de mudanças no decorrer da vida do assentado, mas foi desconsiderado no levantamento do acórdão. Esse artigo prevê que não perderá a condição de beneficiário aquele que, após adquirir a condição de assentado, passe a se enquadrar nas situações de ocupante de cargo público, empresário e proprietário rural. O TCU argumenta que as exceções permitidas nessa portaria contrariam o disposto nas leis que regem a reforma agrária, especialmente a lei 8629/1993 e lei a 4504/1964, e que não é possível ser agricultor familiar e exercer outra função. No levantamento do TCU todos que passaram a se enquadrar nas situações elencadas acima aparecem com indícios de irregularidade. Por isso no levantamento do TCU não existe, a princípio, compatibilidade entre um agricultor assentado que é vereador num pequeno município do interior onde provavelmente a atuação como vereador ocupará poucos



turnos⁵. O TCU classifica todas as situações, que a partir do cruzamento bancos de dados, contrariam qualquer item da legislação e dos atos administrativos normativos do INCRA como indícios de irregularidades e caberá ao assentado ou ao INCRA provar que não há irregularidade e que há compatibilidade quando de incorporação de novas funções.

No documento do TCU prevalece uma definição bastante restrita do que seja agricultura familiar. A citação abaixo presente no voto do relator Augusto Sherman Cavalcanti demonstra a interpretação que parece predominar no TCU:

É cediço que servidor público não é trabalhador rural e não necessita de terra para trabalhar por mão própria e com sua família para a produção de alimentos. (...) se presta concurso público e exerce cargo público posteriormente, é com a intenção de deixar sua vocação agrícola de lado, cabendo o acesso à terra a outro beneficiário em tais vocações (Brasil, 2016, p.67).

Outra consequência da ênfase do TCU na realização das vistorias de supervisão ocupacional e fiscalização das condições de permanência dos assentados é a centralidade que a atividade de fiscalização dos lotes toma ante às demais funções do órgão. As atividades de vistoria são bastante onerosas e o INCRA vem continuamente tendo restrições orçamentárias para sua atuação. Na maior parte do documento do TCU a questão da restrição orçamentária não é citada. E quando é citada fica claro que no entendimento do TCU a política de fiscalização de lotes da reforma agrária deveria ser a política prioritária.

Cabe aqui informar que o contingenciamento dos recursos para a supervisão ocupacional se deveu a uma escolha dos gestores do Incra e do MDA haja vista que, no acumulado entre 2012 e 2014, ano em que o referido memorando circular foi editado, segundo informações do Siop Gerencial, o INCRA despendeu R\$ 868 milhões

⁵ Dos 1006 indícios de irregularidades de beneficiários que possuem mandatos eletivos, 847 se referem a vereadores.



para aquisição de novos recursos fundiários para a criação de assentamentos, ao mesmo tempo em que deixava de lado a supervisão ocupacional dos assentamentos já criados. (Brasil, 2016, p. 37-8).

Nessa citação fica evidente que o TCU extrapola suas funções de fiscalização do uso dos recursos financeiros quando sugere que os gestores do órgão deveriam privilegiar uma ação – no caso fiscalizar os assentados - ao invés de outra - no caso fiscalizar a função social das grandes propriedades que pode resultar em desapropriação e incorporação de novos recursos fundiários para a política. É interessante observar que, apesar de ser uma exigência constitucional, a política de vistoria e desapropriação de propriedades pelo não cumprimento de sua função social foi muito reduzida nos anos citados pelo relator conforme gráfico 1. Também o período citado pelo relator se caracteriza pelo pouco investimento em outras políticas públicas para a reforma agrária, como a política de assistência técnica.

A ênfase nas vistorias pode estar revelando que, além da necessidade da fiscalização das atividades do INCRA, há uma percepção de que os assentados precisam ser frequentemente supervisionados, controlados, tutelados para que não cometam irregularidades e não sejam insubordinados. Talvez o fato de no TCU prevalecer um entendimento de que os assentados são indicados por movimentos sociais, aumente a percepção da necessidade de controle.

Conclusão

Percebe-se que no acórdão do TCU se desconsidera ou desconhece as particularidades do público da política de reforma agrária quando, por exemplo, argumenta que os beneficiários da reforma agrária podem resolver seus problemas documentais e cadastrais através da sala da cidadania virtual ou através das visitas da assistência técnica - que nunca atendeu a todos os



assentados. Tampouco há consideração no acórdão em relação ao estado do conjunto das políticas; questões como interrupção de políticas ou modificação de regras administrativas, por exemplo, não são consideradas. O levantamento do TCU verifica somente o cumprimento (ou não) das normas pelos assentados; não visa, em teoria, analisar ou projetar política pública. No entanto acaba definindo-a de alguma forma quando suspende a homologação de novos beneficiários, determina o bloqueio de 30 % dos beneficiários ao acesso às políticas do PNRA ou sugere a adoção de formas de seleção específicas ou de ações e políticas prioritárias.

Podemos perceber através da análise do acórdão em questão que o TCU tanto tenta aumentar o escopo de sua atuação quanto se posiciona na disputa histórica que há em relação a questão agrária. Vários argumentos utilizados no acórdão remetem aos usados pelo patronato rural para impedir ou dificultar a realização da reforma agrária, entre esses a necessidade da existência de uma vocação agrícola por parte de quem pretende ser assentado ou a crítica a atuação dos movimentos sociais

REFERÊNCIAS:

ALBERTUS, Michael, BRAMBOR, Thomas e CENEVIVA, Ricardo. Land inequality and rural unrest: theory and evidence from Brazil. **Journal of Conflict Resolution**, July, 2016, p.2-40.

ARANTES, Rogério B e MOREIRA, Thiago M.Q. Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. **Opinião Pública – Revista da CESOP**, v.25, n.1, jan-abr, 2019, p. 97-135.

CARVALHO, Abdias Vilar de; BRUNO, Regina Angela Landim; CARVALHO, Maria Auxiliadora e GONÇALVES, Joselly de Barros. **Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA**. Rio de Janeiro: Relatório de Consultoria, 2009.



BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 775/2016. Plenário. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Sessão de 06/04/2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 abr. 2016.

BRASIL. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados**, Brasília, 25 de fevereiro de 1993.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados**, Brasília, 30 de fevereiro de 1964.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PORTARIA Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2013**.

FELIX, Nelson M. O PRONERA: uma política pública diante do TCU. In: MARTINS, Maria de Fátima Almeida; RODRIGUES, Sônia da Silva (org.). **PRONERA: experiências de gestão de uma política pública**. São Paulo: Compacta e Gráfica Editora, 2015.

FONSECA, Thiago do Nascimento. Nem indicação política, nem cooperação: a importância da autonomia do TCU no controle de recursos públicos federais transferidos aos municípios. **Dados**, v.62, n.3, 2019, p.1-52.

GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, p.19-50, 2015.

LEITE, Sérgio. **Políticas públicas e assentamentos rurais no Brasil: notas para um debate** [Mimeo]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ, 2005.

GUANZIROLE, Carlos E. BRUNO, Regina, SOUZA, Inês Cabanilha de. e DIAS, Marcelo Miná. **Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Rio de Janeiro/Brasília: Relatório de Consultoria, 2003.



MAHONEY, J.; THELEN, K. A Theory of Gradual Institutional Change. *In*: MAHONEY, J.; THELEN, K, **Explaining institutional change: ambiguity, agency and power**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, v.11, n.2, p.97-128, outubro de 1999.

MEDEIROS, Leonilde. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. *In*: GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, p.339-360, 2015.

MENEZES, Monique. O Tribunal de Contas da União, controle horizontal de agências reguladoras e impactos sobre usuários de serviços. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n.43, out. 2012, p.107-125.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

SOUZA, Celina. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 27- 45, jan./fev. 2017.

SUNFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda; MONTEIRO, Vera; ROSILHO, André. O valor das decisões do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades de contratos. **Revista Direito GV**, v.13, n.3, set-dez 2017, p.866-890

VUELTA, Raquel Buitrón. **A participação social na gestão de políticas públicas: o caso do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA**. Trabalho de conclusão de curso (especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, 2016.



GT 10 - (Des) Continuidades e o desmonte de Políticas Públicas e suas repercussões nos territórios.

A resistência adormecida (?): como as perdas são articuladas pela juventude rural no Território Mato Grande (RN)

Joana Tereza Vaz de Moura¹

Marcos Aurélio Freire da Silva Junior²

Resumo

Nos últimos anos, as políticas públicas para a juventude e para os territórios rurais, vêm sofrendo constantes ataques. Diversas ações que buscavam incentivar a mobilização dos jovens tiveram cortes e/ou deixaram de existir. Essas perdas desmobilizaram boa parte de jovens que vinham tentando se constituir como atores políticos no campo de disputa. Entretanto, o aprendizado construído através da participação nessas ações possibilitou que outra parte desses jovens se mantivesse persistente nas lutas cotidianas. No caso específico da juventude rural do Território do Mato Grande, as perdas estão sendo articuladas pelos jovens rurais para pautar novas mobilizações e enfrentar os desafios das estruturas negativas de oportunidades políticas. Assim, o artigo busca entender as perdas da juventude rural como ponto de partida para compreender como os jovens rurais dão sentido às essas perdas e como vêm se mobilizando e criando novas estratégias para atuação no campo político. A metodologia é qualitativa. Utilizamos como fonte de dados entrevistas com principais lideranças juvenis do Mato Grande a fim de compreender a “narrativa da derrota” (BECHWITH, 2015) e como eles articulam essa narrativa ao processo de construção de novas táticas e repertórios. Os resultados mostram que as perdas foram frustrantes para a juventude rural, mas produziram efeitos significativos na articulação de novas possibilidades de lutas no âmbito local e nas mobilizações pelas redes sociais.

Palavras-chave: juventude rural; políticas públicas; narrativa da derrota; territórios rurais.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais - PPEUR/UFRN.

² Mestre em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR/UFRN.



Introdução

Nos últimos anos, temos assistido uma série de desmontes nas políticas públicas no Brasil, especificamente aquelas voltadas aos segmentos mais vulneráveis da população, como negros, índios, mulheres e jovens. A entrada de um Governo com características conservadoras e de direita, em 2019, vem realinhando o cenário político em direção aos anseios da elite e do agronegócio. Nesse contexto, a participação popular conquistada com a Constituição Federal de 1988 não assume mais as feições requisitadas para alargamento da esfera pública e aproximação entre sociedade e Estado. Os conselhos gestores, as conferências nacionais e demais espaços de diálogo entre sociedade civil e Estado foram destituídos e/ou reorganizados em prol dos interesses do Governo Federal.

A juventude, que vinha tendo um tratamento especial após a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2005, passou a ser relegada a segundo plano pelos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual). Em 2016, a SNJ passou a ser vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República. Segundo Caetano e Azevedo (2017; p.16), essa medida não se tratava apenas de uma mudança “de “sala” ou de “prédio”, mas também da substituição de perspectivas, que estão relacionadas a projetos societários distintos e que se encontram, constantemente em contraposição”. Para o presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em 2016, Daniel Souza³, no Governo Temer, não havia “uma compreensão de jovens em sua integralidade, como sujeitos de direitos ou como atores e atrizes centrais no “desenvolvimento” e no projeto de país”.

Em 2019, com a entrada de Jair Bolsonaro na Presidência da República, a SNJ passa a fazer parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em menos de um ano de gestão, a Secretaria já trocou seu quadro, incluindo secretários e secretários adjunto. As ações e projetos para a juventude desenvolvidos pela Secretaria têm focado no

³ Em matéria intitulada “O Conjuve, as políticas de juventude e as resistências em tempos de golpe”. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/noticias/o-conjuve-as-politicas-de-juventude-e-as-resistencias-em-tempos-de-golpe/>.

Acessado em 10 mar 2020.



empreendedorismo, como o projeto Espaço 4.0⁴. A 4ª Conferência Nacional de Juventude não aconteceu no ano previsto, 2019, e atualmente consta nos planos da Secretaria a sua realização em 2020.

Além dessas novas articulações, no que se refere à pauta territorial, a extinção da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as políticas com foco territorial e que davam ênfase ao envolvimento da juventude e demais grupos minoritários nos processos de produção e na participação política, foram extintas e/ou deixaram de receber recursos. No caso do Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, não houve mais repasses desde o meados de 2016. O Programa era um dos carros-chefes do desenvolvimento territorial pois buscava a integração entre políticas setoriais e a participação da sociedade nas decisões sobre as políticas públicas.

Entre as várias ações pautadas pela política, a inserção da juventude nas discussões sobre o território era uma das maneiras percebidas para o desenvolvimento territorial, uma vez que havia uma necessidade de envolver os jovens nos assuntos relacionados ao campo como forma de dar possibilidades a eles de permanecer nesse espaço. Em vários territórios foram criadas câmaras temáticas de juventude e realizadas conferências territoriais de juventude. No Rio Grande do Norte, as conferências territoriais de juventude aconteceram em 2015, fruto de uma articulação da SNJ com a Secretaria Estadual de Juventude, que era coordenada por uma ativista do movimento de juventude, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Dessas conferências, resultou para além de uma série de proposições de políticas públicas, projetos e ações, um processo de ampliação de espaços participativos e de diálogos vivenciados pelos jovens do Rio Grande do Norte. Viu-se no estado, pós conferências, uma

⁴ “De acordo com a secretária Nacional da Juventude, Jayana Nicaretta da Silva, o objetivo é preparar os jovens para os desafios da chamada quarta revolução industrial com foco na produtividade, formação de renda, emprego e no empreendedorismo da juventude” (CORREIO BRAZILIENSE, 2019).



reorganização da juventude, grupos organizados pautando política pública, movimentos juvenis em crescente organicidade e novos jovens chegando e somando a essas organizações, movidos pela perspectiva de ações governamentais que incidissem na vida dos jovens, através das propostas e proposições extraídas das conferências.

Nota-se, portanto, que diversas foram as ações nos territórios do RN e que a partir de 2016 começaram a diminuir. Entretanto, percebemos que em alguns territórios os jovens rurais continuam a se mobilizar em novos formatos de ação coletiva. Vários que faziam parte das câmaras temáticas dos colegiados territoriais, agora estão se articulando em suas comunidades e/ou assentamentos, outros estão envolvidos nos movimentos sociais e sindicais, ou seja, buscaram ter criatividade para poder ativar outros repertórios e formas de ação (ALMEIDA, VIEIRA, KASHIWAKURA, 2020).

Diante disso, esse artigo explora o impacto das perdas políticas para a juventude rural do Mato Grande, RN. Buscamos examinar o efeito dos resultados das perdas para as lideranças jovens e as novas formas de resistência da juventude rural. Buscamos, a partir das narrativas desses jovens, entender as estratégias e táticas utilizadas para se reorganizarem no campo político. Utilizamos como referência o conceito de “narrativa da derrota” (BECKWITH, 2015) para compreender como os ativistas, no caso os jovens rurais, persistem em seus objetivos e engajam em novas mobilizações mesmo em um contexto de perdas de direitos. Ou seja, buscamos analisar o efeito dos resultados das perdas para as mobilizações da juventude rural do Mato Grande. Segundo Beckwith (2015; p.02), a narrativa da derrota é uma forma de discurso repetido que identifica a derrota ou a perda, criando uma “história sobre a derrota que vincula eventos selecionados em sequência causal dentro de um prazo identificável e tira conclusões sobre as razões da derrota”. Neste sentido, as lideranças articulam aprendizados políticos sobre as perdas, possibilitando que outras estratégias sejam tomadas para novas mobilizações.

A metodologia é essencialmente qualitativa. Utilizamos como fonte de informações três entrevistas com lideranças da juventude rural no Território Mato Grande: dois ex



coordenadores da Câmara Temática de Juventude do Fórum Territorial do Mato Grande (FOMAG)⁵ e uma militante da Marcha Mundial de Mulheres e do Movimento de Economia Solidária, responsável pela articulação da juventude no Mato Grande. Ainda contamos com a contribuição de uma representante da Secretaria de Juventude da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN). Além disso, durante o ano de 2015, um dos autores participou da Câmara Temática de Juventude do Território do Mato Grande, bem como das Conferências territorial, estadual e nacional, importantes espaços para entender as demandas e estratégias da juventude rural naquele momento. Demais informações foram coletadas mediante a participação de um dos autores na rede de Colegiados Territoriais do Rio Grande do Norte⁶.

O artigo está organizado em três partes principais, além dessa introdução. Na seção um, trazemos uma breve contextualização das políticas públicas para a juventude e a política territorial, em sua perspectiva para a juventude rural. A segunda seção aborda os avanços das mobilizações da juventude rural no Mato Grande. A seção três, foca na análise das narrativas dos entrevistados sobre as perdas e suas resistências no Território Mato Grande. Por fim, apresentamos as considerações finais.

1. As políticas públicas e os espaços de participação da juventude rural

Com a redemocratização do país em 1988, o jovem enquanto ator social, que antes era invisível aos olhos do Estado, passa a adquirir maior visibilidade no que tange as políticas públicas sociais, estudantis e de trabalho. Essa visibilidade conquistada através do engajamento e participação social nos anos antecessores da redemocratização do Brasil em conjunto com a expansão nos estudos acadêmicos sobre a categoria possibilitou que o Estado e a sociedade passassem a ver o jovem como sujeito de direitos.

⁵ Eles estão identificados nas falas por ex Coordenador 01 e ex Coordenador 02.

⁶ A rede de Colegiados Territoriais do RN foi criada em 2019 tendo como incentivador um deputado estadual do PT em parceria com as Universidades (UFRN, UFERSA e UERN), movimentos sociais e entidades sindicais. Atualmente 53 pessoas fazem parte da rede, incluindo também lideranças e pessoas dispostas a discutir o desenvolvimento dos Territórios. A rede se articula através de reuniões e pelo Whatsapp.



Nesse sentido, a academia passa a abandonar a visão do jovem enquanto delinquente ou um adulto em processo. A produção acadêmica que antes se detinha em relacionar o jovem com temas como violência, passa a se aprofundar em questões acerca da participação social, mercado de trabalho, diversidade da juventude, entre outras. Esse processo de mudança na concepção de juventude perpassou a academia e o Estado, e adentrou na sociedade.

O jovem passa a ser público alvo tanto do mercado, como de políticas públicas. Essas transformações na sociedade e a mudança na relação do jovem com o Estado, não asseguraram em sua totalidade as demandas da juventude brasileira. Nesse sentido, os jovens do país continuaram se organizando coletivamente, a fim de influenciar seu campo social através de ações coletivas. O processo contínuo de organização coletiva sucedeu uma pujança no surgimento de grêmios estudantis, grupos de bairro, coletivos de cultura, grupos de jovens organizados em sindicatos, associações, entre outros.

Durante a década de 1990 agências intergovernamentais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional de Juventude para Ibero-América e demais agências multilaterais que atuavam com a temática da juventude deram início a um processo de intervenção nas políticas públicas visando atender as demandas da juventude. No Brasil, ao final da década, o poder público em parceria com organizações não governamentais começou a atuar mais efetivamente na formulação e implementação de ações voltadas para a juventude. Entretanto, de acordo com Silva e Andrade (2009), as essas ações eram voltadas principalmente para os jovens de baixa renda e tinham como objetivo ocupar o tempo livre deles através de atividades esportivas, culturais etc.

Apenas em 2004, o desenho institucional de uma Política Nacional de Juventude começou a ganhar corpo, através da parceria do Governo Federal com os movimentos sociais. Em 2005, esse esforço resulta na criação através de Lei, da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. Esses dois órgãos passam então, a realizar as Conferências de Juventude, em âmbito nacional e apoiando-as nos âmbitos e estaduais e municipais. Essa pujança de ações, proposições de políticas públicas e espaços de



participação social influenciaram a organização juvenil no país, contribuindo para a criação de novos agrupamentos juvenis e fortalecendo os já existentes. Com isso, o poder público passa a institucionalizar a juventude enquanto categoria política e social.

A juventude rural acompanhou esse processo nacional e no início da década de 2000 passou a se organizar socialmente de maneira mais efetiva. De acordo com Castro et. al. (2009) diversos movimentos sociais do campo deram início a uma série de eventos organizativos da juventude rural: I Congresso Nacional de Juventude Rural (realizados pela Pastoral da Juventude Rural-PJR e MST), Encontros de Juventude do Campo e da Cidade (MST), Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar (Fetraf), Seminário do Programa Jovem Saber (Contag), VI Campamento Latino Americano de Jóvenes (Via Campesina); esses espaços viabilizaram uma maior organicidade do jovem rural e impulsionou a participação de jovens nos espaços de direção desses movimentos.

Diante desses avanços institucionais e sociais, a juventude rural no Brasil passou a se organizar de forma mais atuante nos espaços de participação, criando a consciência de si mesmo como atores sociais, reivindicando diversas pautas que são fundamentais para a permanência do jovem no rural no campo, dentre elas, educação contextualizada com a realidade do campo, acesso a políticas públicas voltadas para os jovens rurais, luta pela terra por parte dos filhos de assentados da reforma agrária, cursos profissionalizantes na área agrária, entre outros (SILVA JÚNIOR E MOURA, 2019, p. 861).

De acordo com Severine (2018)⁷, a emergência das políticas públicas fez com que os jovens rurais se organizem e buscassem essas políticas, ao mesmo tempo em que isso fortaleceu a organização social, configurando assim, um movimento de mão dupla.

Com certo avanço institucional - como o estatuto da Juventude e outras políticas públicas - a juventude rural no Brasil passou a se organizar de forma mais atuante nos espaços de participação, criando a consciência de si mesmo como agentes sociais, reivindicando

⁷ Fala retirada da palestra de Severine Macêdo durante mesa redonda intitulada “A emergência de novas identidades sociais nos territórios rurais e a luta por reconhecimento, conquista e preservação de direitos e cidadania” ocorrida durante o VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais realizado em agosto de 2018 no auditório da Universidade Federal de Santa Catarina. Severine já foi dirigente da FETRAF, secretária nacional de juventude e militante dos movimentos do campo.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



diversas pautas que são fundamentais para a permanência do jovem no rural no campo, dentre elas, uma educação contextualizada com a realidade do campo, acesso a políticas públicas voltadas para os jovens rurais, luta pela terra por parte dos filhos de assentados da reforma agrária, cursos profissionalizantes na área agrária, entre outros. Os movimentos sociais do campo e a Igreja se configuraram ao longo da trajetória da democracia brasileira como protótipos de organização social e aglutinação de capital social juvenil no meio rural.

Ainda no Governo Lula, com o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas políticas públicas territoriais, a criação de territórios rurais foi cada vez mais necessária, por se tratar de espaços particulares que necessitavam de ações governamentais específicas, de acordo com as realidades locais. Neste sentido, criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) dentro do MDA para apoiar essas ações de desenvolvimento territorial, em especial, nos territórios rurais.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) representou um dos principais órgãos de formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao jovem rural. Existente desde 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) só veio a contar com uma linha de crédito direcionada aos jovens em 2003, através do MDA. O PRONAF Jovem surgiu com o objetivo de financiar propostas de crédito para os jovens agricultores de 15 a 29 anos e representou um expressivo avanço para a juventude do campo. O programa Nossa Primeira Terra (NPT) também foi criado em 2003 e continha uma linha de financiamento para os jovens sem terra dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF). Esse Programa representou, na década de 2000, um importante fator na fixação do jovem ao campo ao proporcionar opções de financiamento que possibilitassem uma mínima permanência da juventude que desejava ficar no campo e/ou na atividade agrícola. Barcellos (2011) destaca que as ações dos programas PNCF-NPT representaram “um grande avanço - desde a sua formulação até a execução de políticas públicas de crédito agrícola direcionado aos agricultores familiares”.



A criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, também possibilitou a articulação da juventude rural, especialmente através da criação das câmaras temáticas de juventude.

Outros ministérios também possuíam ações que compreendiam de maneira transversal à juventude rural. O Ministério da Educação (MEC) instituiu em 2012 o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação no Campo) através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. O programa pretendia em sua formulação:

Disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino (BRASÍLIA, 2013).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), também promoveu algumas ações que procuravam fortalecer os empreendimentos solidários da juventude. No Rio Grande do Norte, houve em 2013, durante o planejamento do Fórum Potiguar de Economia Solidária, a criação do Grupo de Trabalho de Juventude, possibilitando fomentar um espaço que pensasse a realização de momentos, onde discutisse a participação e o envolvimento das juventudes na economia solidária.

Portanto, foram diversas ações em diferentes Ministérios que foram se posicionando em prol da juventude rural no país. Conforme destaca Barcellos (2017; p. 155),

A inserção do jovem rural na agenda política do Estado em um tempo histórico recente ocorreu em diferentes instâncias governamentais e isso foi traduzido na formulação de algumas ações e políticas em geração de renda e inclusão produtiva direcionadas à juventude rural, mesmo que em primazia ainda estejam focadas em atividades agrícolas e no crédito.

Podemos dizer, então, que essa participação dos jovens no meio rural nos últimos anos pode ser compreendida pela expansão de mecanismos que os estimularam a se inserir em



assuntos e debates que perpassavam pela sua realidade. Dentre os espaços criados podemos citar os Fóruns Colegiados nos Territórios da Cidadania, que impulsionaram o surgimento de câmaras temáticas de juventude, possibilitando uma mobilização dos jovens rurais em prol do exercício da cidadania em suas localidades.

2. As mobilizações da juventude rural no Mato Grande

O Mato Grande é um dos dez territórios da cidadania do estado do Rio Grande do Norte e faz fronteira com os territórios Terras Potiguares, Sertão Central e Potengi. O Mato Grande abrange uma área de 5.758,60 Km² e é composto por 16 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros e Parazinho. É considerado um território rural, onde a maioria da população (114.246 dos 223.761 habitantes) reside em zona rural (51,06%) (PTDRS, 2010).

Nos últimos anos, os jovens do Território passaram a se inserir em grupos, associações de moradores, associações produtivas, grupos de teatro, grupos de esporte e lazer, e diversos outros agrupamentos juvenis. Nessa mesma direção, a juventude rural também passou a atuar de forma mais coletiva nas suas comunidades e assentamentos.

O fortalecimento da participação juvenil no Mato Grande foi marcada na sua presença e atuação dentro do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (FOMAG) entre os anos de 2015 a 2017. A juventude rural se fazia presente em diversas câmaras temáticas do FOMAG: mulheres, educação, produção, e em especial, na Câmara Temática, ou, Comitê de Juventude, criado em junho de 2015. O Comitê tinha como objetivo agrupar a juventude do território visando a realização de debates, encontros e propostas que visassem melhorias e avanços para os jovens locais e levando as demandas juvenis para o FOMAG, garantindo maior visibilidade nas pautas específicas da juventude.

O Território do Mato Grande se destacou no processo das Conferências. Com um



histórico positivo de participação juvenil nos espaços do Território e do estado, o Mato Grande realizou 12 conferências municipais nas cidades de Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco e Taipu, que contribuíram de forma preparatória para a etapa territorial. De acordo com a representante da Marcha Mundial de Mulheres, uma das organizadoras da etapa, "na reunião do Comitê junto com as outras organizações parceiras nós decidimos dar prioridade naquele momento a realizar o máximo possível de conferências nos municípios".

O Comitê de Juventude do Território articulou as lideranças municipais, como forma de fortalecimento dos jovens para as etapas seguintes. O resultado dessa mobilização resultou em uma expressiva Conferência Territorial, que aconteceu em 2015. A Conferência contou com a presença de 160 participantes, dentre as 45 instituições e atores do poder público presentes. De acordo com a representante da Marcha Mundial das Mulheres e relatora da conferência e membro da Comissão Organizadora Territorial "a realização da Conferência mobilizou onze municípios do Território do Mato Grande e contribuiu com o fortalecimento das experiências da juventude rural".

Conforme destaca uma de nossas entrevistadas, o Fórum Territorial do Mato Grande (FOMAG) representou nos anos de 2014 a início de 2016 um espaço de grande capacidade aglutinadora dos jovens no Território. A câmara temática de juventude era o principal mecanismo de participação social que os jovens tinham na época. Contando com o apoio financeiro do FOMAG, a câmara realizava debates, encontros e oficinas com a juventude. Para além das reuniões específicas da câmara, os jovens também estavam inseridos nas reuniões e discussões do FOMAG:

A gente discutia muitas coisas, fazia oficinas, palestras, oficina de gênero, a gente tinha todo tipo de oficina, de políticas públicas, oficinas voltadas pra essas coisas. A gente fazia muita coisa, inclusive a gente fazia reuniões do Comitê de Juventude que não era no mesmo dia da reunião do FOMAG e essas reuniões tinham muitos jovens, não chegava a ter os 100 que tinha nas oficinas, mas iam 20, 30 jovens nas



reuniões, de vários municípios (Ex-coordenadora 01 da Câmara de Juventude do FOMAG).

Para o ex coordenador 02 da Câmara de Juventude, através desse espaço era possível articular a mobilização de outros jovens no Território, principalmente com o apoio das Universidades e com oficinas que eram realizadas nos municípios. À época em que os Colegiados Territoriais passaram a ter uma relação direta com as Universidades, através dos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial- NEDETs, “havia oficinas de formação para a juventude rural, que eram oficinas temáticas e itinerantes, pois precisávamos abarcar toda a juventude do Território” (ex Coordenador 02 da Câmara de Juventude do FOMAG). Essas oficinas eram compartilhadas entre jovens que tinham algum envolvimento em organizações (Igreja, associação), mas também eram convidados jovens sem envolvimento em grupos, através das escolas municipais e estaduais. Um dos temas destacados, citados pelo ex coordenador 02, foi o debate sobre sucessão rural, pois “muitos eram oriundos de comunidades rurais e era um tema importante à época [2015]”. A ideia das oficinas também era de levar outros jovens que já vinham se envolvendo na produção e comercialização da família e nas associações e cooperativas. “Nós sempre trazíamos algum jovem para falar sobre sua experiência. Uma vez trouxemos um jovem que contou a sua experiência com a agroecologia e com associação que fazia parte” (ex coordenador 02).

A representante da Fetarn também compartilha esse sentimento de muita ação nos anos anteriores, especialmente a partir do Programa Territórios da Cidadania. Segundo ela, “a juventude rural se organizou nos Territórios em associações, em cooperativas, assumiram cargos nas gestões dos Sindicatos Rurais e nas comissões de juventude dos Colegiados”.

Percebemos aqui a importância de o Estado e Universidades em fomentar políticas públicas que consigam promover a participação social, ou seja, de que redes de engajamento cívico entre cidadãos podem ser promovidas por agências públicas (EVANS, 1996), além dos impactos positivos que uma mobilização pode produzir nas dinâmicas dos movimentos sociais. No caso da juventude rural no Mato Grande, o sucesso dessas ações criou identidades



comuns à juventude rural, que foram significantes mediante o processo de perdas dos últimos anos.

3. O desmonte das políticas, as narrativas da derrota e a resistência da juventude rural no RN

Com o desmonte das políticas de desenvolvimento territorial nos últimos anos, os Colegiados Territoriais sofreram grandes perdas e seu funcionamento foi se reduzindo aos poucos.

O quadro a seguir, nos ajuda a compreender a sequência de desmontes e precarização das políticas de desenvolvimento territorial pelo Governo Federal que impactou significativamente o meio rural e suas ações e políticas públicas de desenvolvimento, contribuindo para o atraso de um avanço que estava em curso.

Quadro 1 - O desmonte institucional da política de desenvolvimento territorial a partir de 2016.

Período	Instrumentos jurídico-políticos, atos do governo e projetos recentes	Definição/características
12 de maio de 2016	Medida Provisória n.º 726, de 12 de maio de 2016.	Extinguíu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da medida provisória 726 e a consequente transferência de suas competências para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).
13 de maio de 2016	Portaria n.º 186, de 13 de maio de 2016.	Revogou as propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) por entidades que operam com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.
27 de maio de 2016	Decreto n.º 8.760, de 27 de maio de 2016.	Transferiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência.
31 de maio de 2016	Atos do governo.	Cancelou a transferência de R\$ 170 milhões, que deveriam ser operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), paralisando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
06 de junho de 2016	Processo n.º 55000.00001380/2016-67.	Revogou a chamada pública n.º 02/2016, destinada à seleção de entidades para prestação de ATER para qualificação da gestão, apoio ao fortalecimento e à inserção de organizações econômicas da agricultura familiar nos mercados institucionais, públicos e privados, deixando de atender 930



		cooperativas e associações de serviços de assistência técnica rural.
07 de junho de 2016	Nota técnica de defesa da permanência da secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário junto à Casa Civil e Ministério do Planejamento.	Cedeu o espaço físico da Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário ao ministro do Desenvolvimento Social.
09 de junho de 2016	Portaria de 9 de junho de 2016.	Exonerou diversos funcionários que integravam o MDA, destacando-se a exoneração de Diretor do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial da Casa Civil da Presidência da República.
10 de junho de 2016	Portarias de 10 de junho de 2016.	Exonerou da SECADI-MEC a Coordenação-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; e a Coordenação-Geral de Políticas Pedagógicas para a Juventude da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, afetando diretamente as políticas voltadas para a Educação do Campo.
15 de junho de 2016	Decreto 8.786, de 15 de junho de 2016.	Subordinou a estrutura e todos os cargos do extinto MDA à Casa Civil, criando a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.
21 de junho de 2016	Decretos de 21 de junho de 2016	Exonerou Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER e Diretora Executiva Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER.
21 de junho de 2016	Portarias do dia 21 de junho de 2016	Exonerou mais membros da equipe da SDT e os delegados da DFDA.
–	Projetos.	Proposta de revisão do parecer da Advocacia-Geral da União de 2010 e proposta de liberação de venda de terras a estrangeiros (100%).

Fonte: SILVA, MIRANDA 2017.

O quadro acima nos permite observar que o cenário político de 2016 – saída de Dilma Rousseff e entrada de Michel Temer no comando do executivo – refletiu em uma série de atos de governo que foram na contra mão do processo de desenvolvimento territorial. Através de mecanismos institucionais como decretos, portarias, medidas provisórias, entre outros, ficou claro o rápido desmonte de diversas políticas públicas através da exoneração de cargos, extinção do MDA e outras medidas. O impacto desses atos foi imediatamente sentido nos Territórios Rurais.



Assim, com o fim da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e do MDA, em 2016, os Fóruns e Comitês e/ou Câmaras, sofreram um processo de desmobilização que resultou com o tempo na extinção ou no esvaziamento dos mesmos. Para além do fim dos espaços institucionalizados, o acúmulo organizativo que esses Colegiados produziram - mesmo em seu curto período de existência - não foi suficiente para dar continuidade a participação de jovens, mulheres, agricultores e demais atores nesses espaços.

As perdas para a juventude rural foram muitas, especialmente com relação às possibilidades de inserção nas políticas de desenvolvimento rural que vinham ganhando destaque nos Territórios como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras. A juventude, participando das Câmaras Temáticas, vinham tentando se inserir nessas políticas, além de reivindicar novos projetos e ações.

Atualmente, com a desmobilização dos Colegiados Territoriais, muitos Territórios não conseguem mais agregar a juventude para as discussões, como é caso do Mato Grande. Segundo a entrevistada,

Agora é muito difícil reunir 20 jovens de municípios diferentes, é quase impossível. A juventude mudou, eu percebo que a juventude que a gente tinha é uma juventude diferente da juventude de hoje, ou talvez minha visão tenha mudado. Diante do cenário político que a gente tem hoje é tudo muito polarizado. E aí os jovens que tem mais acesso a política eles estão em um desses polos e o que se diz isento não quer saber de nada, com relação a nada, nem política pública nem política partidária, política de nenhum tipo, se tiver o nome 'política pública ou ação social' que eles possam remeter a alguma coisa desse tipo, eles não vão (Ex-coordenadora 01 da Câmara de Juventude do FOMAG).

Sem o espaço institucionalizado do FOMAG, atualmente, reunir uma quantidade expressiva de jovens, seja o público de 100 jovens presentes nas oficinas da Câmara de Juventude, ou os 20 ou 30 presentes nas reuniões do Fórum, parece algo distante. A juventude



que participou ativamente desses espaços não possui um vislumbre de algo que consiga reunir hoje em dia os jovens do território.

Entretanto, ressaltamos que as perdas, apesar de impactar negativamente na articulação mais permanente entre os jovens dos Territórios Rurais, tiveram resultados positivos. Vários ativistas da juventude rural nos Mato Grande e no estado continuam persistindo em seus objetivos e engajam em novas mobilizações. Conforme destaca a representante da Secretaria de Juventude da Fetarn, a inserção de alguns jovens no alto escalão de associações, sindicatos e cooperativas propiciou que se pautasse dentro desses espaços, tradicionalmente conduzidos por pessoas mais velhas, a discussão das demandas da juventude. Atualmente, dentro do movimento sindical (Fetarn), houve um levantamento de jovens rurais no estado do RN para a proposição de um Festival de Juventude Rural, com uma perspectiva de abranger 150 jovens de todo os Territórios do RN. Essa mobilização, segundo ela, seria “o primeiro passo para impulsionar as Conferências de Juventude em âmbitos nacional, estadual e municipal”.

Um outro processo interessante compartilhado pelo ex coordenador 02 da Câmara de Juventude, foi a conscientização dos jovens rurais que participaram das oficinas propostas pela Câmara. No relato abaixo, ele comenta isso:

O ciclo de formação [essas oficinas] aconteceram no início do Golpe [2016]. Era um momento de enfrentamento mesmo. Quando terminou [o ciclo de formação], percebemos que tínhamos conscientizado esses jovens. Eles entenderam que as políticas públicas são de vontade política de cada Governo.

Inclusive as perdas também foram articuladas pelos ativistas e por apoiadores para novas mobilizações. A participação de pesquisadores de Universidades federais (UFRN e UFERSA) e estadual (UERN) no RN mostra que a partir das narrativas da derrota apresentados pelas lideranças da juventude rural nos territórios, foi possível também que esses outros atores procurassem desenvolver ações nos Territórios.



Alguns ativistas, inclusive, ressaltam que essas perdas não precisam significar derrota ou fracasso, “mas um processo de aprendizado que inspira inovações táticas” (BECKWITH, 2015; p.02). “Hoje nos articulamos pelo *Whatsapp*. Quando a gente recebe algum edital para processos em que os jovens podem participar, já encaminhamos e criamos grupos de trabalho para dar andamento aos projetos” (ex Coordenador 02 da Câmara de Juventude do FOMAG).

Como vimos, as iniciativas pós 2016 no Rio Grande do Norte foram alguns projetos isolados voltados para a juventude rural, mas que não abarcava o Território como um todo. Esses projetos contavam com participação de alguns municípios. Alguns projetos do Governo Cidadão tinham como público central os jovens, onde poucos jovens das comunidades rurais do Mato Grande estavam inseridos, por exemplo. Um projeto do Ministério do Trabalho em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN) tinha como objetivo promover ações de fomento e capacitação para jovens e mulheres dentro da temática da Economia Solidária, onde um grupo de jovens produtores do Mato Grande foi atendido. O Sebrae possuía uma forte inserção nos anos de 2017 e 2018 com projetos voltados para o empreendedorismo nas áreas rurais. Entretanto, esses projetos não tinham o caráter de uma política pública voltada para a juventude rural do território.

O arcabouço institucional da política nacional de juventude iniciou um processo de mudança nas políticas públicas para os jovens rurais, porém, dado ao desmonte precoce dessa política, várias comunidades e assentamentos não conseguiram perceber em suas vidas cotidianas. A liderança articuladora da juventude do Território e membro da Marcha Mundial de Mulheres destaca que “a relação do poder público com a gente lá [no assentamento] é bem difícil. Lá no assentamento nunca teve uma ação do governo municipal para determinada situação, por exemplo, um trabalho com os jovens” (representante da Marcha Mundial de Mulheres).

Em algumas comunidades, as organizações já existentes antes do surgimento das políticas públicas de juventude e das políticas territoriais, no início da década, como os



sindicatos, associações e cooperativas, continuaram a promover ações pontuais para a juventude. No Arizona, um assentamento de São Miguel do Gostoso, o sindicato dos agricultores através da figura de uma liderança juvenil teve esse papel:

Hoje a gente [o sindicato] quer fazer um trabalho de assistência técnica [mas] a gente não tem condições humanas, nem financeiras pra fazer esse trabalho. A gente até fez... o grupo de mulheres é resultado de uma ação que a gente fez. A gente pegou um planejamento e desenvolvemos. Então eu consegui fazer com as mulheres e consegui fazer com os jovens, mas não é algo sistemático (Entrevistada 01).

Na ausência de políticas públicas voltadas para a juventude rural, as organizações já existentes nos Territórios Rurais assumem o protagonismo na promoção de ações e projetos que abarquem de alguma maneira o jovem do campo. Entretanto, a dificuldade que as comunidades têm de articular e promover projetos sem recursos e sem apoio do poder público é enorme.

Considerações finais

Fica evidente através das falas dos entrevistados que o desmonte das políticas públicas que fomentavam o desenvolvimento territorial e rural em curso no Brasil nos últimos anos teve impacto significativo na vida organizacional da sociedade civil do Mato Grande. A falta de recursos, investimentos, assessoria e planejamento na área de juventude fez emergir ações pontuais mobilizadas pelos sindicatos, associações e órgãos não-governamentais.

Entretanto, essas ações e projetos localizados não representam um processo contínuo de mobilização. Em um cenário de escassez de recursos, através de um mínimo de acúmulo obtido das recentes experiências de participação e mobilização juvenil, a juventude do Mato Grande tem tentado se rearticular através das novas tecnologias como o aplicativo de troca de mensagens WhatsApp. O desafio da juventude nessa época de desmonte é conseguir produzir ações que fortaleçam tanto as atividades produtivas, quanto as necessidades mais gerais de educação, saúde e cultura.



Mesmo as perdas sendo muitas, as narrativas das lideranças jovens entrevistadas nos mostram que as várias atuações das Universidades em parceria com entidades locais, conseguiram promover ações que produziram efeitos positivos para a construção de uma identidade do jovem rural, refletindo na articulação, ainda que esporádica, por outros canais que não mais somente os institucionais. Neste sentido, destaca-se aqui a criação de grupos nas redes sociais e as articulações em âmbito locais, nas comunidades ou assentamentos.

Portanto, as perdas foram articuladas de maneira a construir narrativas que enfatizam as lições aprendidas e oferecem estratégias novas para um outro contexto de estruturas negativas de oportunidades políticas, como é o cenário atual do Brasil para a juventude rural e os pequenos produtores.

Referências

ALMEIDA, D., VIEIRA, A. K., & KASHIWAKURA, G. Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto de impeachment. **Revista Do Serviço Público**, 71(1), 2020.
<https://doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3516>.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: MauadEdtraLtda, 2009.

BECKWITH, Karen. Narratives of defeat: explaining the effects of loss in social movements. **Journal of Politics**, vol. 77, (01), 2015. pp. 02-13.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a juventude rural no Brasil: apontamentos iniciais sobre o processo de constituição desse campo de estudos**. Brasília: NEAD, 2011.

BARCELLOS, Sérgio B. As Políticas Públicas para a Juventude Rural: o Pronaf Jovem em debate. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n.48, jan-jun, 2017.



BRASÍLIA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. . **Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO.** 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2020.

CAETANO, Edson; AZEVEDO, Eva E. F.do N. Políticas públicas e juventude: algumas particularidades do caso brasileiro. **Polis**. Revista Latinoamericana, n.48, 2017. Pp. 1-18.

CORREIO BRAZILIENSE. Governo lança projeto para estimular empreendedorismo nos jovens. 2019. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/16/interna_politica,777551/governo-lanca-projeto-para-estimular-empreendedorismo-nos-jovens.shtml. Acessado em 02 de abr 2020.

EVANS, P. 1996. Government Action, Social Capital and Development : Reviewing the Evidence on Synergy. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1119-1132.

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; MOURA, Joana Tereza Vaz de. Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015). Artigo publicado nos **Anais** do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2019.

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da. A participação da juventude rural nas Conferências territorial, estadual e nacional de juventude. **Trabalho de conclusão de curso**, 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (org.). **Juventude e Política**. Brasília: Ipea, 2009. Cap. 1, p. 41. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SILVA, M. A. P. da. ; MIRANDA, Rogério Rego . Políticas públicas em tempos de golpe político e de desmonte do desenvolvimento territorial. Boletim DATALUTA, v. 115, p. 2-6, 2017.





“AJUSTANDO” O MUNDO RURAL AO SABOR DO CAPITAL: O DESMONTE DA POLÍTICA DE ATER NO BRASIL.

ELIANA ANDRADE DA SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Resumo

Este artigo analisa o processo de desmonte da política de ATER no Brasil, no contexto do ajuste fiscal e da financeirização, tomando como referência a realidade do Rio Grande do Norte. A pesquisa delimitou como período de análise os anos de 2014, 2015 e 2016 objetivando apresentar o fim de um ciclo de expansão da política de ATER e o início de uma “virada regressiva” nas políticas sociais em geral sob a direção do ajuste fiscal. Os procedimentos metodológicos de pesquisa envolveram revisão de literatura acerca da ATER, a análise documental e entrevistas com representantes de instituições governamentais (INCRA), no sentido de identificar as visões acerca da implementação do programa de ATER estadual, considerando seus avanços e desafios. Os resultados da pesquisa evidenciam as medidas de ajuste fiscal que impactam na ATER, quais sejam: no nível econômico: a redução dos recursos, a diminuição do número de atendimentos as famílias, a redução do número de famílias beneficiadas com políticas agrícolas/agrarias e a redução das chamadas públicas de ATER, gerando a descontinuidade de ações e inviabilizando novas intervenções. no nível político: Movimentos sociais tratados com violência e aumento da repressão por parte do Estado, demonização das organizações sociopolíticas de trabalhadores rurais; no nível administrativo: “desconstrução em



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



marcha”: desestruturação do MDA, perda de status da política de ATER, mudanças nos dispositivos legais para dificultar o acesso dos trabalhadores rurais as políticas públicas, troca de todas as direções/chefias “progressistas” das instituições como Incra e imposição de uma agenda ultraliberal cujo norte é a diminuição progressiva da ação estatal. Assim, a implementação do Ajuste Fiscal é explícita na política de ATER e em tal contexto é introduzido um novo debate: em contextos de crise deve-se Privatizar a ATER?

Palavras-chave: AJUSTE FISCAL, ATER, DESMONTE





Introdução

Este artigo apresenta alguns resultados do projeto de pesquisa intitulado “Assistência técnica e extensão rural no rio grande do norte: impactos e desafios no contexto do ajuste fiscal”. Este projeto de investigação objetivou analisar os impactos do ajuste fiscal no programa de assistência técnica e Extensão Rural no RN; identificar as atribuições dos órgãos estaduais na implementação do programa de ATER no RN (Incra-Emater) e identificar as concepções de assistência técnica dos agentes governamentais e não governamentais, bem como dos beneficiários do programa. Este estudo se constituiu como um projeto de pesquisa de Iniciação científica vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Para trilhar o percurso analítico partimos do pressuposto de que as propostas de austeridade econômica implementadas no país tem gerado um conjunto de dificuldades de ordem econômica, política e administrativa para a implementação da política de Assistência Técnica Extensão Rural nos territórios rurais resultando em um processo de desmonte da ATER com sérias implicações para os territórios rurais. As propostas de ajuste fiscal estão ligadas ao cenário de crise econômica mundial que se intensifica a partir de 2008, gerando efeitos destrutivos nas economias nacionais. No que tange à realidade brasileira, essas medidas acentuam as suas contradições estruturais e atingem as classes subalternas diretamente, impactando de maneira negativa as suas condições de vida. Essas condições se expressam no mercado de trabalho, no retrocesso dos empregos formais, na má distribuição da renda, no aumento dos índices de pobreza, nas disparidades entre o espaço urbano e o rural, enfim, no aumento das desigualdades sociais (TELLES, 2013). Em tal contexto, o acesso das populações rurais à política de assistência técnica e



extensão rural (ATER) tende a ser cada vez mais limitado, uma vez que se operam cortes drásticos nas políticas e programas sociais para os territórios rurais.

A investigação que realizamos teve como objetivo identificar como o ajuste fiscal impacta as ações de assistência técnica e extensão rural no RN. Para alcançar tal intento nos fundamentamos nos princípios da pesquisa social, bem como utilizamos abordagens de natureza qualitativa e quantitativa, tendo em vista que a realidade social é complexa e formada por inúmeras determinações de ordem econômica, social, política e cultural. Dessa forma, os procedimentos metodológicos de pesquisa envolveram revisão de literatura acerca da ATER, a análise documental e entrevistas com representantes de instituições governamentais (INCRA), no sentido de identificar as visões acerca da implementação do programa de ATER estadual considerando seus avanços e desafios.

A pesquisa delimitou como período de análise os anos de 2014, 2015 e 2016 objetivando apresentar o fim de um ciclo de expansão da política de ATER e o início de uma “virada regressiva” nas políticas sociais em geral. Nesse sentido, a chegada de Michel Temer à presidência da república acelera um movimento de implementação do ajuste fiscal no Brasil que já vinha ocorrendo, especialmente a partir da grave crise econômica de 2008. Esta periodização evidencia o processo de desestruturação que tem início a partir de 2016 quando se consolida o processo de Impeachment da ex presidente Dilma Rousseff- momento no qual as medidas de ajuste fiscal se aceleram e a marcha regressiva tem início como poderemos observar nas seções a seguir.



ATER na década de 2000: ciclo de desenvolvimento e crise

As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural compreendem um conjunto de ações de caráter econômico, político e social voltadas para territórios rurais (comunidades quilombolas, comunidades rurais, assentamentos), que necessitam de orientação e acompanhamento no sentido de subsidiar projetos produtivos e fortalecer as organizações sociais (associações e cooperativas). Inicialmente é necessário demarcar que a extensão rural é considerada uma modalidade de intervenção desenvolvida através de políticas públicas governamentais e não governamentais, as quais se conectam diretamente a uma concepção de Desenvolvimento econômico, social e também a uma concepção de Desenvolvimento rural.

Para efeito de nossa pesquisa estabelecemos três fases de um ciclo de desenvolvimento de ATER:

a) 2003 – 2010 durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva: este período é marcado pela constituição das bases da política de ATER, estruturação do Departamento de Ater(DATER) e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Neste período a promulgação da PNATER/PRONATER e da Lei de ATER 12188 (2010), bem como a criação do Sistema Brasileiro Descentralizado de Ater (SIBRATER). De forma geral este período é marcado por uma organização administrativa e legal para a política de Ater nos próximos períodos.

b) 2011-2015 durante o primeiro mandato e o início do segundo governo mandato de Dilma Rouseff: este período é marcado pela conjuntura de crise internacional do capital a qual reflete na realidade brasileira. No interior da crise afloram as disputas pelo orçamento público. O setor do agronegócio passa a tensionar a Agenda Social



(em especial a agenda agrária) do governo pressionando o mesmo pelo incremento da expansão de Commodities agrícolas, pelos biocombustíveis, e pela monocultura de eucalipto. Em nossa perspectiva este período vai corresponder a um fase diminuição de recursos e de desaceleração na dinâmica das ações de Ater. No entanto, alguns avanços puderam ser observados tais como a Conferência Nacional de Ater realizada em 2012, a incorporação da Ater no Plano Pluri Anual (PPA 2008-2012) garantindo orçamento específico para sua implementação;

c) 2016- Após o impeachment da ex presidente Dilma Roussef e início do governo Michel Temer: marcado pela desestruturação e pelo desmonte do Sistema de ações de ATER.

Nesse sentido, alguns marcos são relevantes para o novo ciclo de desenvolvimento da ATER brasileira pós 2003 : a) A homologação da Lei de ATER (12188 de 11 de janeiro de 2010); b) a realização da I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – CNATER, em 2012; c) e a criação da Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) em 2014.

Segundo Diesel et all (2015) a partir de 2003 se constitui um novo formato institucional denominado Sistema Pluralista Descentralizado. Para uma compreensão do referido modelo é preciso considerar a presença de dois modelos existentes. De um lado a perspectiva de privatização da ATER, e de outro, a idéia de uma ATER pública e governamental. Neuman et all (2015) destaca que o Sistema Pluralista Descentralizado se constitui como uma terceira via, distinta da fase do Estado executor e da privatização dos serviços públicos. No caso do pluralismo institucional nos serviços de extensão rural, a presença do Estado é garantida na condição de agente subsidiário, coordenador ou regulador de serviço. Nessa



configuração, tem-se não uma mera terceirização, mas variadas formas e níveis de cogestão que exigem uma postura regulatória do Estado (2015, p. 406-407)

Conforme Diesel et al (2015) a análise da atual fase pela qual passa política de ATER remete a uma compreensão dos processos e sujeitos, que ainda no período anterior (1997/2004), protagonizavam as ações de ATER. O período entre 1997/2004 se caracteriza como um período marcado pela criação do MDA e o estabelecimento de sua missão institucional e de suas competências legais. Este processo é um resultado das pressões dos movimentos de trabalhadores rurais pela realização da Reforma Agrária por um conjunto de políticas de Desenvolvimento Rural.

Um dos resultados deste período pode ser expresso através da transferência das ações de ATER – até constituída como uma responsabilidade do Ministério da Agricultura e Abastecimento- para figurar como uma competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim, o período seguinte (2004/2008) inicia como alguns avanços. Quais sejam o compromisso do governo federal em apoiar a Ater, a definição de sua competência administrativa (Dater/SAF/MDA), definição de sua orientação (formulação de política pública- Pnater) e avanços na regulamentação legal da atividade. Ou seja, no período criam-se as condições para o reconhecimento político da pertinência dessa atuação e as condições jurídicas e institucionais básicas para seu exercício sem que, contudo, houvesse se constituído um programa específico de Ater. Estava constituída uma utopia a ser materializada no período posterior. (Diesel et al, 2015, p. 100)

Portanto, é a década de 2000 que marca um novo período de avanços na implementação da política de ATER com status de política social pública e com visibilidade no âmbito das ações de Desenvolvimento Rural. Para uma compreensão da dinâmica que envolve as ações de extensão rural recorreremos a sistematização de Dias (2015), na qual propõe uma análise da trajetória de ATER entre os anos de 2004 e 2014. Neste período ele estabelece a seguinte classificação: a) período que



compreende os anos de 1997/2004 (criação de bases para a estruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário); b) período de 2004/2008(compromisso do governo federal na definição de competências das ações de ATER no interior do MDA, estabelecimento de bases para promulgação da Política Nacional de Ater), c) período de 2008/2014 (segundo mandato do governo Lula e primeiro governo Dilma Roussef. Este período é marcado por um contexto de crise econômica e de acirramento de conflitos rurais e de ofensiva dos setores ligados ao agronegócio. Nesta fase as ações governamentais são direcionadas ao enfrentamento à pobreza e um visível enfraquecimento do compromisso estatal com os assentamentos rurais). Embora haja conflitos no interior do Estado acerca das concepções de ATER e projetos de Desenvolvimento Rural é consenso na literatura especializada que durante o ciclo que compreende o período entre 2004 e 2016, apesar de não constituir um período uniforme, foram observados avanços orçamentários e houve uma ampliação de dispositivos legais favoráveis a implementação das ações de ATER. Ou seja, estavam constituídas as bases para consolidação de um novo modelo de ATER pública no Brasil. Esta tendência será alterada substancialmente a partir de 2016 tendo em vista as mudanças políticas que ocorrem no país como veremos a seguir.

4 – Os impactos do ajuste fiscal na ATER: O avanço da marcha regressiva

Analisar as políticas públicas para o campo (como é o caso da política de ATER) supõe mapear o ambiente político presente na sociedade e no Estado em um determinado momento. Na literatura especializada há um consenso de que, a partir de 2003, há uma direção política governamental no sentido de fortalecer algumas demandas dos trabalhadores rurais. A partir desta premissa é preciso ressaltar que isto não ocorre sem problemas, tendo em vista a persistência de conflitos e disputas



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



em torno da apropriação do fundo público. Disputas estas que durante o período em análise se processavam de forma velada no interior do Estado, sobretudo no âmbito parlamento. No entanto, a medida em que a crise econômica se agrava crescem também os conflitos e disputas esgotando a estratégia de conciliação de classes. Assim, a partir de 2014 a hegemonia sobre o fundo público e as políticas públicas passam a ser o centro da disputa política no Brasil. Assim, para os trabalhadores rurais e seus movimentos sociais manter e consolidar suas conquistas obtidas a partir de 2003 se transforma em um desafio.

Concordamos com as análises de Medeiros (2015) sobre as disputas no campo, quando a autora parte do pressuposto que a luta por reforma agrária e por demais políticas de desenvolvimento rural envolve embates que se travam ao longo da história do Brasil. Estas lutas apresentam uma processualidade na qual se coexistem períodos de intensa visibilidade e evidência e também períodos nos quais as lutas seguem “silenciosas, localizadas, pouco visíveis, permitindo falar em ciclos de mobilização, relacionados a luta por terra” (2015, p. 339). Vale ressaltar que este é um período desafiador para a luta por Reforma agrária e por demais direitos para os trabalhadores rurais, tendo em vista que a violência no campo tem aumentado e que as elites agrárias estão dispostas a usar de mecanismos de violência para frear as ações dos movimentos sociais. As principais bandeiras defendidas por estes grupos são: a ampliação do modelo do agronegócio, o aumento do uso de agrotóxicos, aumento da degradação ambiental e áreas de proteção e o uso de armamento como forma de “defesa de propriedade” vem proferindo ameaças aos movimentos sociais .

Na atualidade a luta por terra passa por uma ampliação de seu significado, tendo em vista que esta luta agrega novas demandas, tais como direitos de populações tradicionais, avanço da degradação ambiental, submissão de produtores aos interesses das corporações internacionais, bem como os modelos de Desenvolvimento econômico e Social, entre outros aspectos. Malgradas estas



pontuações retomamos o pressuposto de que analisar as condições de implementação da ATER no Brasil passa pela discussão e pelo embate acerca das formas de uso da terra no país, das relações econômicas e sociais no campo e dos modelos de desenvolvimento em disputa. Dessa forma, o desmonte da política de ATER por meio de sua precarização é um sintoma das disputas sociais e econômicas em torno da Reforma Agrária e do fundo público, demonstrando a hegemonia do capital financeiro na direção do Estado brasileiro.

Os dados expostos a seguir ilustram os principais impactos observados a partir da implementação das medidas de ajuste e os efeitos regressivos de tais medidas no desmonte da política pública de ATER. Dessa forma, a análise apresenta um panorama geral dos elementos que dizem respeito à natureza jurídica das entidades contratadas no Rio Grande do Norte nos anos de 2014, 2015 e 2016, assim como o número de atendimentos realizados às famílias e os respectivos benefícios concedidos, observados a partir de 2014 até 2018. Tais elementos concorrem para identificar a precarização das ações de ATER no período estudado e os indicativos do desmonte desta política no país.

O gráfico acima expressa o modelo de funcionamento da política de ATER a partir de 2004, denominado de Sistema Pluralista

Descentralizado. Em tal arranjo as entidades privadas, as ONG e outras organizações tem a possibilidade de implementar ações de ATER nas diferentes regiões do Brasil. Como pode ser observado a denominada Associação Privada representa a parcela mais significativa da pesquisa. Destaca-se a ínfima participação do setor público na implementação das ações de ATER representando apenas 6%.



No ano de 2015 se destaca o aumento das cooperativas e a inexistência das instituições governamentais. Há uma presença massiva da denominada Associação Privada, como parte da Sociedade Civil na implementação das ações de ATER.

No ano de 2016 ocorrem grandes alterações nas políticas de ATER considerando o processo de impeachment de ex presidente Dilma Rousseff e a chegada de Michel Temer ao governo. Embora haja mudanças na máquina governamental observa-se em todo o período estudado a tendência de aumento da participação das associações privadas na implementação da ATER. Vale ressaltar que os convênios de ATER deste período foram iniciados em sua maioria ainda em 2014. No ano de 2016 não foram abertas chamadas públicas de ATER. O que indica a diminuição ainda maior do número de contratos de ATER, bem como do número de atendimentos as famílias.

Quanto ao número de atendimentos as famílias o gráfico demonstra uma queda muito acentuada no ano de 2018, mas a tendência de diminuição já se expressa desde o ano de 2016. O ano de 2015 demonstra um aumento nas ações, pois está ligado a destinação de recursos para a denominada “agenda Social” para o meio rural, processo no qual as políticas de enfrentamento a pobreza são o carro chefe. O gráfico que vem a seguir expressa a tendência de diminuição dos benefícios sociais concedidos as famílias e corrobora as premissas as quais apresentamos de que as medidas de ajuste fiscal vem contribuindo para precarizar, dismantelar e desmontar a política de ATER.

Um balaço do desmonte :



Conforme afirmamos no início deste artigo o ano de 2016 marca uma virada regressiva nas políticas sociais em geral, momento no qual inicia um desmonte dos avanços conquistados na agenda de ATER no início da década de 2000.

Assim, quarenta dias após a saída da ex presidente Dilma Rousseff o Ministério do o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é extinto através da Decreto 8.780/2016 e passa a ser incorporado a Casa Civil estando subordinado à presidência da República. O MDA perde status de ministério e passa a ser uma Secretaria Especial e toda sua estrutura ministerial é incorporada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) . A extinção do MDA concretiza a perspectiva ideológica e econômica que estava planejada para o mundo rural a partir de então: o ajuste fiscal ofensivo de caráter ultraliberal.

Na esteira destas ações seguem-se a exoneração dos dirigentes do MDA e INCRA nacional, bem como nos estados. Além destas ações tem destaque a demissão do presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica (Anater) eleito para um mandato de três anos o que revela o uso de medidas autoritárias. A demissão do Presidente da Anater além de medida ilegal, se constitui como quebra no processo de organização da gestão da política de Ater no país, bem como fere a montagem do Sistema Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural.

Outra medida que expõe os retrocessos na política de ATER é a publicação no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2016 da revogação da chamada pública de ATER número 02/2016, cujo objeto seria a seleção para prestação dos serviços de ATER. Nesta

chamada pública seriam beneficiadas 930 organizações de trabalhadores rurais cujo valor seria o montante de 208.449.816,25. Esta medida teve caráter nacional e interrompeu a implementação de serviços de ATER em todo país tendo em vista que a execução de tais serviços se dão por meio de chamadas públicas que se concretizam em contratos de prestação de serviços.



Este é um processo que se contrapõe a marcha progressiva de avanços orçamentários no ciclo que compreende os anos de 2003 e 2014, período no qual o orçamento destinado à política de ATER cresceu 16 vezes em doze anos, saindo de R\$ 56 milhões em 2002 para R\$ 946 milhões em 2014, no MDA e no Incra. (Silveira, 2016)

Este período marca uma série de transformações na estrutura institucional do MDA no sentido de seu fortalecimento e sobretudo na reconfiguração da política de ATER em termos conceituais e de implementação de serviços. Os dados governamentais indicam que no período 2004-2014 as ações de ATER são ampliadas no sentido da universalização de forma que passa a dirigir-se a públicos específicos através do seguintes eixos de gestão:

A ATER para Mulheres;

Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES); ATER Quilombola;
a ATER Mais Gestão.

Segundo dados governamentais a ampliação da política de ATER pode ser identificada através do indicador “número de famílias atendidas”:

Entre 2010 e 2014, foram atendidas mais de 800 mil famílias diferentes da agricultura familiar e da reforma agrária com ATER. Em 2014, foram beneficiadas mais de 600 mil famílias, sendo 333,8 mil famílias de assentados da reforma agrária e 279,5 mil famílias em contratos de ATER para os demais agricultores familiares. Em 2014, foi atingida a marca da maior cobertura de assistência técnica na história



da reforma agrária, destacando-se que 79% dos assentamentos criados entre 2011 e 2014 já têm ater garantida para o próximo período. (silveira, 2016)

Diante destes dados fica evidente o processo de desaceleração e interrupção das ações de ATER a partir de 2016. Nesse sentido, as entrevistas realizadas durante a coleta de dados permite adensar e corroborar os dados numéricos levantados. Ou seja, ao indagar um funcionário do Incra acerca dos impactos da ajuste fiscal para a ATER obtivemos a seguinte informação:

“Nossos recursos aqui são bem mais ínfimos [...]. A gente fez agora uma chamada pública a qual a gente não pôde colocar na praça justamente porque nem orçamento tinha, dotação orçamentária. Com esses cortes, a gente até tinha, mas com os cortes foram se cortando ao longo do ano o orçamento que antes foi previsto na LOA de 2014 para 2015 [...]” (2015, p.2).

Questionado se a crise fiscal/política alterou a dotação orçamentária o entrevistado revela que

“mexeu, porque devido ao ajuste fiscal é que houve o corte na nossa dotação orçamentária. E a gente não pôde lançar essa chamada pública [...]. A dotação orçamentária é do INCRA como um todo, o país. Ela não vem específica [...] o INCRA nacional descentraliza pra gente mediante as nossas necessidades. O que eles nos colocaram é que agora eles fizeram um corte tão brusco que agora a gente está conseguindo tocar apenas os contratos que já existem. A gente não está podendo ampliar esse atendimento.” (2015, p. 5).



Embora não indique com precisão o montante de recursos que foram cortados o entrevistado afirma que houve uma diminuição orçamentária (ainda em 2015) que impacta a continuidade das ações iniciadas e impede novas chamadas públicas de ATER no sentido de atender aos territórios rurais.

Questionado sobre como as mudanças políticas, conjuntura do país e institucional afeta a política de ATER, o entrevistado responde que

“[...] há outras diretrizes políticas. [...] no dia 31 de maio foi publicado um decreto presidencial que já incide diretamente na definição do que venha a ser agricultura familiar no Brasil, porque ela traz um componente que eles denominam “Unidade Familiar e Produção Agrária”, UFPA. [...] Qual o principal impacto? A lei de 2006 traz uma definição do que é agricultura familiar, mas essa ela altera dois aspectos: um diz que pra ser Unidade Familiar de Produção Agrária metade daquela unidade familiar tem que estar envolvida em atividade do estabelecimento agropecuário. Ora, o que isso tem a ver com a natureza social daquele grupo? Por exemplo, nós somos um grupo familiar e temos seis filhos, aí se o casal e mais um filho não tiver atividade, ou três pessoas, não é mais familiar. Qual o sentido disso? Nenhum. Qual a explicação que você encontra pra uma coisa dessa? Porque na estratégia de reprodução da família e de seu desenvolvimento, você pode ter, independente do tipo que realiza, o casal fazendo as atividades daquela unidade de produção e dois outros filhos trabalhando fora, quatro outros trabalhando fora. Não altera absolutamente nada, aliás, pode até ser mais interessante, vai implicar em mais investimento. [...] Um outro aspecto diz respeito à questão de renda, que também metade da renda familiar tem que vir do estabelecimento. Esse impacto será maior no Nordeste, porque a renda monetária proveniente da atividade produtiva é baixíssima.” (2017, p. 8).

Esta resposta amplia o quadro das alterações operadas nas políticas de Desenvolvimento Rural que não são apenas orçamentárias mas também



administrativas incidindo nos mecanismos administrativos como a definição sobre “Unidade Familiar e Produção Agrária”. A alteração neste dispositivo legal contribui para reduzir a inclusão das famílias rurais nas políticas de crédito e assistência técnica entre outros, criando parâmetros que dificilmente as famílias conseguirão atingir.

Apesar de haver aspectos comuns na visão destes entrevistados a pesquisa identificou que há também posições opostas nas quais há efeitos positivos no atual modelo de gestão. Ou seja, se referindo ao fim do MDA e a transferência para a casa civil o entrevistado alega que “[...] a gente tem mais facilidade de chegar a falar diretamente com a ‘ponte’, né? [...] a Casa Civil é menor, né? A gente tá em um órgão menor. O presidente, eu não sei se é questão política, mas ele tem uma entrada melhor com esse atual governo que tá aí, né? A interlocução é bem mais fácil do que o Ministério que é uma coisa que tinha que passar, o INCRA como era um órgão vinculado ao Ministério que tinha o Ministro na frente pra depois chegar. A Casa Civil é uma ponte bem menor pra chegar, logicamente, lá no topo, lá no Planalto. Então, a gente sente essa diferença de interlocução, né? Fica mais fácil. [...] Mas, no todo, no programa, nas atribuições, na missão do órgão não mudou muita coisa não. O INCRA é um órgão descentralizado, né? E logicamente, as atribuições [...] da mesma forma, não mudou muita coisa não. Foi só essa questão da articulação que teve esse impacto maior. Mas, não mudou nada de orçamento...” (2018, p. 7)

De maneira geral, a pesquisa tenta construir um quadro de análise a partir das mudanças que ocorrem nas políticas de ATER no período estudado. Os dados que apresentamos evidenciam alterações orçamentárias, administrativas, políticas que modificam o ambiente no qual a ATER e as demais políticas de Desenvolvimento entram em processo de desaceleração, precarização até o seu desmonte completo. Os avanços obtidos entre 2004 e 2015 são incontestáveis, no entanto, o ambiente



político atual dificulta as condições de manter as conquistas e avançar na sua ampliação.

Considerações finais

No sentido de construir algumas sínteses a partir dos resultados obtidos na pesquisa retomamos nossos pressupostos analíticos. Quais sejam: as propostas de austeridade econômica implementadas no país geram um conjunto de dificuldades de ordem econômica, política e administrativa para a universalização da política de assistência técnica e extensão rural especialmente territórios rurais.

Nesse sentido, a pesquisa indica que o ajuste incidu em pelo menos três esferas: No nível econômico: expresso na redução dos recursos, na diminuição do número de atendimentos as famílias, na redução do número de famílias beneficiadas com políticas agrícolas/agrarias, na redução/suspensão das chamadas públicas de ATER e na descontinuidade de ações. Nesse sentido, a implementação do Ajuste é visível na política de ATER. Dessa forma, um novo discurso liberal entre em cena: em contextos de crise deve-se privatizar a ATER?.

No nível político: Aumento da violência no campo e explicitação do traço autoritário das elites agrárias as quais estão dispostas a usar de mecanismos de violência para frear as ações dos movimentos sociais. Desde o ano de 2016 há um avanço das ações violentas no campo que tem se mostrado em uma escalada crescente. Várias lideranças políticas foram vitimadas nos últimos anos.

No nível administrativo: “desconstrução em marcha”: expressa pela desestruturação/ extinção do MDA, mudanças nas leis para dificultar o acesso aos agricultores



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



familiares, troca de todas as direções/chefias das instituições, “caça às bruxas”- demissões de funcionários progressistas.

Diante do quadro retratado de desconstrução e desmonte da ATER permanecem como legado as normatizações da NOVA ATER (Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecológica) que ainda travavam no interior do Estado a disputa por hegemonia frente às tradicionais concepções advindas do modelo da Revolução Verde e sua ideologia Difusionista e fortalecedora do Agronegócio. Além deste aspecto ressaltamos que durante o ciclo estudado se ampliam os estudos sobre as políticas de Desenvolvimento Rural e são geradas várias redes de pesquisadores em parceria com gestores de políticas públicas, revigorando a produção científica e gerando uma “massa crítica” e uma geração de intelectuais que assumem uma agenda de pesquisa que tem como temas estratégicos os modelos de Desenvolvimento Rural e suas consequências sociais e políticas. Encerramos com a ideia defendida por DIESEL, et all (2015) que a ATER no ciclo da década de 2000 se configurou como uma Utopia ainda não materializada.

Referências

ARAÚJO, J. P. Impasses, desafios e brotos: o papel da assessoria na Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais. Tese: doutorado em Ciências sociais. 2009

Brasil, Política Nacional de ATER, Ministerio do Desenvolvimento agrário, Brasília, 2004 BRASIL. ATER (lei 12188/2010) , Ministerio do Desenvolvimento agrário, Brasília, 2010. imento Políticas rural e de combate à pobreza n



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



DIESEL, V. DIAS, M. M. NEUMANN, P. S. PNATER (2004:2014) Da concepção à materialização. In: GRISA, C. SHCNEIDER. (orgs) Políticas de Desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IAMAMOTO, M. V. serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. SP: cortez, 2008. MAGALHÃES, M. sistema da dívida e os novos pacotes de ajuste fiscal. IN: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017)-. - Rio de Janeiro: Asduerj, 2017

MÉSZAROS, I. A crise estrutural do capital. [tradução Francisco Cornejo... [et al.]. - 2 ed. rev. E ampliada. - SP: Boitempo, 2011.





ALIMENTOS LOCAIS - ANÁLISE DO PNAE NA RIDE-DF

Rafael de Freitas Cabral¹

Resumo

Os termos redes agroalimentares alternativas e o circuitos curtos de comercialização de alimentos têm ganhado relevância na literatura internacional principalmente em função de vários escândalos sanitários provocando a desconfiança de consumidores sobre a qualidade dos alimentos fornecidos pelas redes globais de alimentos. Este artigo buscou analisar o comportamento das compras institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, à luz da teoria internacional que trata do *foodshed* e *embeddedness* e de discussões nacionais acerca dos desafios para a aquisição de alimentos tradicionais e regionais. Para a realização do estudo buscou-se acessar informações acerca dos produtos previstos nas chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar, no âmbito do PNAE, publicadas pelos municípios que compõem a Ride – DF. Dentre os principais resultados verificou-se que a maior parte dos alimentos adquiridos no programa é de municípios que compõe a área de estudo, ademais, seria importante realizar uma pesquisa mais aprofundada para avaliar se fatores como processos socioculturais e conexão social são avaliados no processo de construção dos editais de chamada pública.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Mercados Institucionais, Alimentos locais.

¹ Economista e Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília. rafaelcab@gmail.com.



1. Introdução

Os termos redes agroalimentares alternativas e o circuitos curtos de comercialização de alimentos têm ganhado relevância na literatura internacional principalmente em função dos escândalos sanitários, como o mal da vaca louca, provocando a desconfiança de consumidores sobre a qualidade dos alimentos fornecidos pelas redes globais de alimentos. Esses termos buscam expressar uma relação diferenciada entre os produtores de alimentos e os consumidores, geração de oportunidades de emprego e renda para os produtores locais, preocupação com o meio ambiente e qualidade dos alimentos.

Inseridos nesta realidade, algumas conceitos passaram a se destacar na perspectiva de compreender o movimento da compra de alimentos locais, a saber: *foodshed* e *embeddedness*.

Nesse contexto, várias experiências internacionais têm se destacado no estímulo a compra de alimentos locais, por exemplo, *farm-to-school* nos Estados Unidos e o programa de merenda escolar desenvolvido em Roma. No Brasil, algumas políticas públicas de aquisição de alimentos têm se baseado nesse princípio, sobretudo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que conforme a Lei 11.497 de 2009 prevê que 30% dos recursos transferidos pela União aos estados e municípios sejam utilizados para aquisição de alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Ademais, a Resolução FNDE nº 26/2013, que orienta as entidades executoras no processo de aquisição de alimentos, recomenda que sejam priorizados os agricultores locais, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Este artigo busca verificar como se dá a aquisição de produtos locais no PNAE no âmbito da Região Intergrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE no ano de 2018, a partir da análise dos resultados obtidos pelas



chamadas públicas de aquisição de alimentos. Para tanto, o texto foi dividido em seis tópicos, incluindo esta introdução e as considerações finais. O segundo tópico é dedicado à caracterização da área de estudo, destacando os alimentos produzidos, agricultura familiar e suas organizações, bem como a execução do PNAE na RIDE-DF. O terceiro tópico é reservado à apresentação da metodologia utilizada, bem como o processo de busca e tratamento das informações coletadas. No quarto tópico apresento a discussão que irá subsidiar a análise dos resultados da pesquisa na seção seguinte. Por fim, apresento as considerações finais e questões para pesquisas futuras.

2. Caracterização da RIDE-DF

Constituída com a finalidade de promover à dinamização econômica e tornar mais eficiente a gestão de políticas públicas, sobretudo, de desenvolvimento regional, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno – RIDE-DF foi criada em 1998 e compõe o Distrito Federal, os municípios mineiros de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, e os municípios goianos de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa. Conforme dados do IBGE (2010a), a região tem uma abrangência de 55.402,217 km e com 3,7 milhões de habitantes, dos quais 94% são residentes da zona urbana e 6% da zona rural. Embora a maior parte dos municípios tenha sua população residente em perímetro urbano, chama atenção os municípios goianos de Água Fria de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Mimoso de Goiás e Padre Bernardo que tem mais de 50% de sua população da zona rural. Por outro lado, os municípios de Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e



Valparaíso de Goiás tem 100% de seus moradores localizados na zona urbana (IBGE, 2010a).

Recentemente, em 2018, os municípios de Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício, de Goiás, além das cidades mineiras de Arinos e Cabeceira Grande também passaram a fazer parte da RIDE-DF.

Conforme Pesquisa Agrícola Municipal de 2017, na região as principais frutas cultivadas estão a Banana, Laranja, Goiaba, Tangerina, Maracujá, Limão e Abacate e dentre as hortaliças destacam-se: tomate, batata-inglesa, cebola e alho. A região também é grande produtora de grãos, com destaque à soja, milho, feijão e sorgo. Outras culturas também merecem ser mencionadas como a cana de açúcar e a produção de mandioca (IBGE, 2017b).

2.1. A agricultura familiar na Ride – DF

Dando continuidade à caracterização da região de estudo torna-se fundamental compreender como a agricultura familiar se apresenta na Ride-DF. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, atualmente Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na região há 8.938 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP's física, sendo que 128 são de quilombolas e dois são de indígenas. Destaca-se o Distrito Federal com 2.762 das físicas, concentrando por volta de 30% da região. O município com menos agricultores familiares é Valparaíso de Goiás – GO que possui apenas 15 DAP's físicas, talvez essa situação possa ser explicada pela alta urbanização da região (SEAD, 2018).



Considerando as organizações econômicas da agricultura familiar, a região possui 52 DAP's jurídicas (cooperativas, associações e empreendimentos rurais). Novamente o Distrito Federal destaca-se com 27 Dap's Jurídicas, concentrando mais de 50% das organizações econômicas da região. Em seguida, encontra-se o município de Luziânia com cinco; Cristalina, Planaltina e Alto Paraíso de Goiás com três. É importante destacar que não é incomum que as organizações sejam formadas por agricultores familiares residentes de vários municípios e, portanto, aqui foi considerada apenas a sede declarada do empreendimento.

2.2. Execução do PNAE na área de estudo

Antes de iniciarmos a análise dos produtos comercializados nos municípios que compõe a Ride-DF é importante compreender a execução do PNAE, entre 2011 e 2016, na região. Nesta seção, os municípios serão classificados em quatro categorias. A primeira categoria refere-se àqueles municípios que não compraram da agricultura familiar no período de referência. A segunda refere-se aos municípios que embora tenham adquirido produtos da agricultura familiar, o seu percentual foi pouco significativo. A terceira refere-se àqueles municípios que não cumpriram o percentual previsto na Lei 11.947/2011 adquiriram um percentual significativo de produtos da agricultura familiar. Por fim, a última categoria é dedicada aos municípios que utilizam, no mínimo, 30% dos recursos transferidos do governo federal, para aquisição dos produtos da agricultura familiar.

Em 2011, dos trinta e três municípios pesquisados 90% não cumpriram a exigência legal. Essa situação foi se alterando ao longo dos anos, entretanto, mais de 70% dos municípios em 2016 ainda descumprem a lei. De todo modo, vale a pena destacar a redução de municípios que nunca compraram da agricultura familiar de vinte para apenas seis. A execução do programa na região não é homogênea.



Para exemplificar essa realidade, cito o Município de Barro Alto – GO que em 2016 que executou 53,30% dos recursos transferidos pelo FNDE, em contrapartida no mesmo estado, os municípios de Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, São João D’Aliança e Simolândia não adquiriram produtos oriundos da agricultura familiar. Entre os quatro municípios mineiros, o desempenho foi superior, apenas as Prefeituras de Arinos e Cabeceira Grande não alcançaram o percentual previsto em Lei. Finalmente, o Distrito Federal que têm o maior volume de recursos transferidos pelo governo federal, em 2016 o volume foi de R\$ 44.797.501,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil, quinhentos e um reais e vinte sete centavos), executou apenas 4,22% dos recursos previstos para a agricultura familiar.

Ainda em 2016, o FNDE repassou para os municípios um total de R\$ 64.329.357,67 (sessenta e quatro milhões, trezentos e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos), deste valor R\$ 19.298.807,30 (dezenove milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sete reais e trinta centavos) deveriam ser utilizados para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Entretanto, os municípios que compõe a Ride – DF adquiriram apenas 9,6% dos recursos, ou seja, R\$ 6.177.356,96 (seis milhões, cento e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos).

3. Metodologia da pesquisa

Para a realização do estudo buscou-se acessar informações acerca dos produtos previstos nas chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar, no âmbito do PNAE, publicadas pelos municípios que compõem a Ride – DF. Nesse sentido, primeiramente, foi consultado no portal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, utilizando o Sistema



Oportunidades, os editais publicados no exercício de 2018. Considerando que o portal não fornece informações sobre o processo de seleção e contratação dos vencedores da chamada, o pesquisador optou por buscar as informações diretamente no sítio de cada município. Entretanto, alguns municípios também não disponibilizavam todas as informações necessárias e, portanto, foi necessário fazer solicitação formal às prefeituras para a obtenção das informações necessárias. Após a obtenção dos dados foi realizada a sistematização e análise dos mesmos.

Registra-se que inicialmente foram verificados os produtos discriminados nos editais de chamadas públicas, verificando a ocorrência de produtos tradicionais da região. Feito isso, partiu-se para a análise da localidade dos vencedores dos processos de seleção dos vencedores. Além da consulta aos editais foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema e a análise de dados secundários, tais como: quantidade de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, produtos produzidos na área de estudo contidos na Pesquisa Agrícola Municipal disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estatísticas na Fundação Palmares.

4. Referencial Teórico

Segundo Fornazier e Belik (2013), citando Kloppenburg, Hendrickson e Stevenson (1996), o termo *foodshed* foi cunhado em 1929 por Hedden e mais tarde surgiram vários artigos sobre o termo com o denominado *Urban foodshed*. Tal termo é derivado do conceito de *watershead* ou bacia hidrográfica e unifica e organiza tais conceitos com o primado da unidade de lugar, pessoas, natureza e sociedade.

Os autores argumentam que o termo *foodshed* não descreve somente a área geográfica e os alimentos que podem ser cultivados, mas também, contemplam elementos culturais e sociais da comunidade. Portanto, reconstrói a geografia dos



sistemas alimentares por forçar que decisões sociais e políticas sejam orientadas em espaços específicos.

Sobre o conceito de *embeddedness*, Hnricks (2000) afirma que o termo tem raízes no trabalho de Karl Polanyi cujo pensamento é que a economia humana é enraizada e emaranhada de instituições, econômicas e não econômicas. O termo passou a ser utilizado para se referir a processos socioculturais associados com relações entre produtores e consumidores, destacando a conexão social, reciprocidade e confiança nas relações comerciais.

Em pesquisa sobre a compreensão do termo local na Irlanda, dentre os resultados alcançados os destacam: a importância da proximidade espacial e do *embeddedness* na estruturação dos empreendimentos sobre o alimento local, a existência de fluidez e a pluralidade de entendimento dos participantes e a ocorrência de diferentes compreensões do alimento local entre os participantes residentes do meio rural e do urbano (CARROLL; FAHY, 2014).

No contexto nacional Rossetti et al (2016) em seu estudo acerca dos desafios para a compra de alimentos regionais apresentam seu entendimento acerca dos alimentos produzidos e consumidos localmente, na opinião das autoras estes podem ser caracterizados como tradicionais, alimentos locais ou alimentos regionais. Os alimentos tradicionais estariam vinculados à natureza, à terra e à origem rural e, portanto, haveria uma relação histórica estreita com a comunidade.

Para Maluf (2004), a produção tradicional de alimentos baseia-se em métodos tradicionais, que utilizam escalas de processamento bem menores que as utilizadas pela indústria convencional.

Os alimentos locais ou regionais, seriam similares aos tradicionais nos aspectos de territorialidade dos alimentos ou do lugar onde ocorre sua produção, entretanto, não haveria a mesma integração cultural. Outros dois conceitos discutidos por Rossetti et al (2016) são relevantes para a compreensão de local no



PNAE, a saber: as preparações regionais e os hábitos alimentares. O primeiro refere-se à sua origem histórica, culturais e socioeconômicos, métodos de produção e uso de recursos naturais com o uso de tecnologias singulares que resultariam em preparações característica da cultura local sem, entretanto, utilizar alimentos produzidos localmente. Já os hábitos alimentares teriam como pressuposto o consumo de alimentos tradicionais ou preparações regionais e não necessariamente a utilização de alimentos regionais. Nesse contexto, o alimento regional seria produzido no território e não necessariamente integraria o universo cotidiano, mas obrigatoriamente com a produção local (ROSSETTI et al, 2016).

De todo modo, torna-se importante lembrar que o local não é um ambiente neutro de disputas e interesses, a aquisição de alimentos apenas pela sua origem pode reforçar desigualdades e, inclusive, situações que oprimem populações mais fragilizadas (DUPUIS; GOODMAN, 2005).

Muitos autores têm destacado a importância do setor público no processo de aproximar o produtor local e o consumidor. Para Sonnino (2009), o setor público está emergindo como um ator poderoso na cadeia alimentar que tem a capacidade de reconectar produtores e consumidores através de um processo de qualificação que se estende além do mercado e dos produtores alimentícios. Para a autora, o Estado poderia projetar uma economia de qualidade que teria potencial de fornecer condições ambientais, econômicos e comerciais, e benefícios sociais ao desenvolvimento sustentável.

Para Triches e Schneider (2010), o setor público tem papel preponderante tanto em relação aos mecanismos de aquisições públicos, quanto ao incentivo de determinadas cadeias alimentares e de modelos de saúde públicos, devido ao seu poder de regulação, supervisão da qualidade, além de ser um ator chave no abastecimento alimentar (MORGAN; SONINO (2008) citado TRICHES; SCHNEIDER, 2010)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



E nesse sentido, estratégias integradoras - intervenção do Estado, aproximação entre a produção e consumo e a ação de movimentos sociais - podem constituir para a legitimação de produtos tradicionais que, muitas vezes, não atendem a maior parte das exigências sanitárias fiscais, por não terem regulamentações específicas (CRUZ, SCHNEIDER, 2010).

Ademais, Diniz e Cerdan (2017) corroboram com os autores já citados, e destacam alguns desafios para a comercialização de produtos da sociobiodiversidade, a saber: necessidade de situar os sistemas alternativos nos seus contextos regulatórios, institucional, sociocultural e espacial; reconhecer as especificidades estruturais e socioculturais; compreender os ciclos produtivos e criar condições comerciais que estejam adaptadas a essas variações; apoio aos empreendimentos de modo a desenvolver mecanismos regulatórios que consigam sustentar as práticas alternativas associadas; e reconhecer e garantir interações entre produtores e consumidores.

No âmbito do PNAE, a Lei nº 11.947/2009 estabelece que 30% dos recursos transferidos pelo governo federal às entidades executoras sejam utilizados para compra de alimentos da agricultura familiar. A legislação prevê ainda que são diretrizes do programa o respeito aos hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade. Ademais, a Resolução nº 26/2013, além de definir que estabelece, primeiramente, como público prioritário assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Em seguida, os alimentos locais, em nível municipal têm prioridade em relação ao territorial, e este em relação ao estadual. Por fim, a resolução também define que os empreendimentos da agricultura familiar formais são prioritários em relação aos grupos informais. Para o cumprimento da Lei, o FNDE e a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo recomendam o cumprimento de sete fases.



A primeira fase – Mapeamento – consiste na identificação da oferta de alimentos da agricultura familiar local. Quais são os alimentos produzidos, quais são as organizações econômicas com potencial de fornecimento, condições sanitárias, hábitos alimentares, cultura e tradição alimentar local. Nesta fase, é comum que as entidades executoras realizem reunião com os agricultores familiares para identificar e compreender essas variáveis. Embora a Administração Pública esteja pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicação e eficiência, as relações sociais presentes no conceito de foodshed e embeddedness ainda estariam presentes.

A fase seguinte prevê a construção de cardápios pelos nutricionistas a partir das informações coletadas na fase anterior, e ainda, respeitando a sazonalidade da produção, variedade e nutritividade dos alimentos. Feito isso, a entidade executora elabora a chamada pública que é a materialização do processo de aquisição da compra dos produtos. Em seguida os agricultores familiares, ou suas organizações, apresentam a sua proposta de entrega de seus produtos, detalhando quantidade e agricultor familiar fornecedor. Após essa etapa a entidade executora seleciona a proposta que atenda aos critérios estabelecidos na chamada, celebra o contrato com o agricultor vencedor, ou sua organização, e dá início a execução do contrato.

Segundo Rossetti et al (2016) citando Chaves e Mendes (2009) ao analisar cardápios da alimentação escolar, em 2.950 municípios identificou que 38% das preparações destes cardápios no norte, 84% no nordeste, 59,3% no centro oeste, 86,5% no sul e 84% no sudeste foram caracterizados como regionais. A seção seguinte pretende discutir como se comporta a aquisição de alimentos locais no âmbito da Ride-DF.



5. Análise dos Dados

Considerando a metodologia apresentada na seção 3, primeiramente foi feita a análise dos produtos que estavam descritos nos editais das chamadas públicas. Recordando que conforme as fases de execução do programa os editais seriam construídos após o mapeamento da oferta de produtos da agricultura familiar e elaboração de cardápios respeitando os aspectos socioculturais e históricos do público beneficiado. Dos trinta e três municípios pesquisados, apenas vinte e três disponibilizaram seus editais no portal da SEAD ou em seus próprios portais. Esta fase teve por objetivo verificar se os produtos solicitados pelas entidades executoras do PNAE refletiam os produtos produzidos na região. Os resultados desta primeira fase serão discutidos a seguir.

Os produtos mais citados nos editais analisados foram banana, seguido de polpa de fruta, melancia, mamão, laranja, maçã e abacaxi. De modo geral, os produtos estão compatíveis com a pesquisa de Pesquisa Agrícola Municipal (2017) realizada pelo IBGE mencionada na seção 2 deste artigo, entretanto, chama atenção à presença de frutas como a Maçã e Pera que não são frutos tradicionais da região, denotando assim, eventual problema na fase de mapeamento e elaboração de cardápio da região. Registra-se ainda, que apenas o Maracujá está entre as frutas previstas no livro publicado pelo Ministério da Saúde intitulado Alimentos regionais brasileiros que traz os principais produtos típicos e da cultura brasileira, por região, do país (BRASIL, 2015).

Sobre a polpa de frutas é importante registrar que a legislação sanitária que trata do tema restringe a inspeção sanitária ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as secretarias estaduais de Agricultura. Tal cenário reduz, assim, a atuação do município neste processo para trabalhar com critérios que contemplem suas especificidades socioculturais. Recentemente, essa legislação foi alterada



possibilitando que a inspeção fosse realizada por todos os entes da federação mediante convênios com os governos estadual e federal.

Sobre as verduras previstas nos editais, o principal produto foi o repolho, seguido de alface, couve, cheiro, brócolis e acelga. Neste ponto, apenas o couve está previsto no livro Alimentos regionais brasileiros publicado pelo Ministério da Saúde, para a região de estudo (BRASIL, 2015).

Com relação os principais cereais, farináceos e panificados previstos nas chamadas públicas, verifica-se que o principal produto é a mandioca, seguido de farinha de mandioca. Tal situação está compatível com a Pesquisa Agrícola Municipal (2017) e dialoga com o Censo Agropecuário de 2006 que aponta que a agricultura familiar é responsável por 90% de mandioca no Brasil.

No que tange aos legumes, leguminosas e tubérculos previstos nas chamadas públicas, verifica-se que o principal produto é tomate, seguido da abóbora, cenoura e beterraba. Neste ponto, apenas abóbora e cebola estão previstas no livro Alimentos regionais brasileiros publicado pelo Ministério da Saúde, para a região estudada (BRASIL, 2015).

A aquisição de produtos de origem animal – Carne, Pescados, Ovos, Leite e derivados tiveram pouca incidência nas chamadas públicas analisadas. Esta situação pode ser explicada pelo baixo número de Serviços de Inspeção Sanitária na reunião. Conforme pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM em 2012 apenas 18% dos municípios e Distrito Federal que compõe a Ride-DF possuem serviço de inspeção, em 2018 essa situação avançou alcançando um terço da região.

Com relação à categoria Ervas e Temperos verifica-se maior aproximação com a publicação do Ministério da Saúde. Os temperos cheiro verde e açafraão tiveram grande incidência entre os municípios pesquisados e são considerados alimentos regionais característicos da região centro-oeste pela referida publicação.



Outros produtos também previstos nos editais são extrato de tomate, fermento biológico, macarrão, óleo de soja e sal.

A segunda fase da pesquisa consistiu em verificar se os agricultores familiares fornecedores residiam nos municípios que originou a chamada pública. Nesta fase, apenas onze municípios e o Distrito Federal disponibilizavam em seus portais os resultados da chamada pública, restringindo assim a análise. Embora tenha sido feita solicitação formal aos municípios a disponibilização das informações, não houve retorno dos mesmos.

A seguir apresento os principais resultados da pesquisa:

- Onze municípios e o Distrito Federal disponibilizaram os dados dos vencedores das chamadas públicas;
- Oito municípios e o Distrito Federal adquiriram produtos apenas de organizações econômicas da agricultura familiar, ou seja, não adquiriram de agricultores individuais ou grupos informais. Importante registrar que essas organizações têm prioridade em relação a grupos informais, conforme a Resolução nº 26/2013;
- Três municípios adquiram produtos apenas de agricultores familiares individuais;
- Dez municípios adquiram produtos de agricultores familiares e empreendimentos com sede em outros municípios. Entretanto, apenas dois municípios compraram produtos de agricultores familiares residentes em regiões que não engloba a Ride-DF;
- Um empreendimento do município de Luziânia-GO abasteceu 1/3 dos municípios pesquisa;
- O Distrito Federal e o município de Luziânia-GO foram os únicos que adquiriram produtos exclusivamente de organizações econômicas da



agricultura familiar com sede local. Essa situação pode ser explicada pelo volume de recursos transferidos pelo FNDE às entidades executoras locais que induz uma maior organização econômica dos agricultores familiares da região. O Distrito Federal é o maior recebedor de recursos da região e o município do Luziânia-GO é o terceiro. Ademais, o segundo maior mercado do PNAE na região, o município de Águas Lindas de Goiás – GO não tem população residente no meio rural.

6. Considerações finais

Este artigo buscou analisar o comportamento das compras institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, à luz da teoria internacional do *foodshed* e *embeddedness* e de discussões nacionais acerca dos desafios para a aquisição de alimentos tradicionais e regionais.

Considerando a discussão de *foodshed*, a região, embora altamente urbanizada, consegue produzir a maior parte dos alimentos adquiridos no programa. A título de exemplo, mesmo o agricultor familiar que não reside no município que engloba a Ride-DF fornece alimentos a uma distância de 31 km entre as cidades.

A análise do *embeddedness* ficou restrita a verificação da presença ou não de produtos característicos da cultura local. Seria importante realizar uma pesquisa mais aprofundada para avaliar se fatores como processos socioculturais e conexão social são avaliados no processo de construção dos editais de chamada pública. De todo modo, os processos de mapeamento e elaboração de cardápios são ricos momentos para os gestores públicos conseguirem fazer uma leitura adequada da realidade local, de modo a adquirir alimentos que sejam ofertados pelos agricultores



familiares, mas que também, dialoguem com a segurança alimentar e nutricional, com a preservação de sua cultura e tradições.

Infelizmente, a pesquisa ficou restrita a análise dos documentos fornecidos pelas entidades executoras do PNAE. Como sugestão, recomenda-se realizar análise mais detalhada dos cardápios, projetos de venda e discursos dos gestores públicos e agricultores locais para compreender melhor a dinâmica de compra dos alimentos e a sua relação com os aspectos locais, socioculturais e tradicionais.

Por fim, é importante registrar a preocupação sobre a execução do PNAE na área de estudo, passado dez anos da publicação da Lei que prevê a compra de 30% menos de 1/3 das entidades executoras cumprem a Lei. A resposta para a superação desse problema não é simples, e de forma nenhuma este artigo pretende esgotar a discussão. Mas acredita-se que passa pela discussão de normativos, fiscais, sanitários entre outros, específicos para as características da agricultura familiar e, sobretudo, por considerar questões socioculturais no processo de elaboração das chamadas públicas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros** – 2. ed. – Brasília, 2015.

CARROLL, Brídín E.; FAHY, Frances. Locating the locale of local food: The importance of context, space and social relations. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 30, n. 6), p. 563–576, 2014.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 5(2): 22-38, 2010.

DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá; CERDAN, Claire. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio.



(organizadores). **Cadeias curtas e rede agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DUPUIS, E.M.; GOODMAN, D. Should we go “home” to eat?: toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**, v. 21, p. 359– 371, 2005

FNDE. Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, 2013.

_____. Dados da Agricultura Familiar. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>, 2016.

FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013

HINRICHS, C. C. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. **Journal of Rural Studies**, v. 16, p. 295-303, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=downloads>, 2010.

_____. Produção Agrícola Municipal. Disponível em
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>, 2017.

MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, 2004.

ROSSETI, Francini Xavier; WINNIE, Lo Wai Yee; SILVA, Marina Vieira da. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, 23 (2): 912-923, 2016.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.
Painel de Políticas da Sead. Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/politicas>, 2018.

SONNINO, R. Quality food, public procurement, and sustainable development: the
school meal revolution in Rome. **Environment and Planning A**, v. 41, n. 2, p.
425-440, 2009.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura
Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 19, n.4,
p.933-945, 2010.





Assentamentos da reforma agrária em Colinas do Sul – GO: potencialidades para Segurança Alimentar e Nutricional local

Nina Paula Laranjeira, Clara Carmoni, César Barbosa, Nilcionir Costa Garcez -
Universidade de Brasília

Resumo

Relatamos neste trabalho a pesquisa desenvolvida em assentamentos em Colinas do Sul – GO com o intuito de avaliar o potencial de famílias assentadas para garantir sua segurança alimentar e nutricional (SAN) ou mesmo contribuir para a SAN do município. Estudamos três assentamentos criados concomitantemente, mas que apesar de mais de 10 anos de criação, tiveram pouco acesso a políticas públicas. Por meio da pesquisa-ação, e com base na pedagogia freiriana, interagimos com as comunidades em reuniões, vistas e oficinas, ocorridas entre 2015 e 2019, intensificadas com a realização de dois cursos, nos anos de 2015-2016 e 2018. Foram também aplicados questionários a 54 famílias, de um total de 191 parcelas. Trazemos o olhar das teorias decoloniais para melhor compreender o contexto em que se encontram essas famílias. Após 2016, apesar da intensificação da luta por direitos, quando duas assentadas assumem a direção do sindicato rural, a escassez das políticas públicas foi marcante e as famílias permanecem hoje na mesma situação de 5 anos atrás – poucos tem casa de alvenaria, energia elétrica e água. Apesar do contexto de baixa escolaridade e falta de recurso, as famílias resistem e constata-se uma produção de subsistência importante, com uso de frutos do cerrado. A escassez de água é fator decisivo para a produção. A paralização das políticas públicas a partir de 2016 se fazem sentir, além da falta da infraestrutura, no corte da Assistência Técnica, na falta de renovação das DAP provisórias e mesmo na redução do recurso do segundo projeto que financiou esta pesquisa. Conclui-se que, a manutenção da produção, ainda que não seja abundante e não seja suficiente para garantir a SAN das próprias famílias, nas condições atuais são indícios fortes de que existe potencial real para a produção de alimentos suficientes, no mínimo para subsistência. Ressaltamos o papel da extensão universitária para apoio ao processo de formação e organização das famílias, mas a insuficiência dessas ações, diante do abandono do Estado. É notório que essas/es agricultoras/es têm em sua forma de se conectar com a natureza, nos seus saberes, fazeres e na cultura em geral, um modo próprio, que a modernidade/colonialidade tentam deslegitimar, desvalorizar, invisibilizar.

Palavras-chave: agroecologia, políticas públicas, extensão universitária



1. Introdução

No município de Colinas do Sul, Nordeste Goiano, há 4 projetos de assentamento (PA) da reforma agrária, sendo três deles criados por volta de 2009: Terra Mãe, Boa Esperança e Córrego do Bonito, sobre os quais apresentamos uma discussão no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, em 2018 (Laranjeira et al, 2018). Neste artigo, trazemos novos elementos e debates sobre estes, dos quais acompanhamos parte de suas trajetórias, entre 2015 e 2019.

Este município pertence à microrregião Chapada dos Veadeiros e por estar fora da região mais elevada e plana, a chapada (feição morfológica) propriamente dita, dominam as menores altitudes, em torno de 500m acima do nível do mar, incluindo a área dos assentamentos e a sede do município. Tal altitude confere um clima quente quase o ano todo e muito propício a diversos frutos do cerrado.

Quando da desapropriação das fazendas e a criação desses assentamentos, a área era desmatada e composta por pastos para criação de gado. Em pouco mais de 10 anos, a paisagem se transformou, com regeneração avançada do cerrado. Assim, extrativismo e processamento de frutos do cerrado são atividades importantes para muitas famílias.

A pesquisa foi desenvolvida pela equipe de pesquisadoras/es e extensionistas do NASPA – Núcleo de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica, na época vinculado à UnB e hoje vinculado ao IBC-Instituto Biorregional do Cerrado, uma OnG sediada em Alto Paraíso de Goiás, município vizinho a Colinas. Queríamos compreender em que medida essas famílias poderiam ter sua segurança alimentar e nutricional (SAN) garantida, e como poderiam contribuir para a SAN do município, ou seja, produzindo excedentes para comercialização nos mercados locais, incluindo a alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nos perguntávamos se era possível viverem em SAN e que condições teriam para isso.

A pesquisa teve como eixo a pesquisa-ação. Como referência teórica, a pedagogia de Paulo Freire, sobretudo por sermos uma equipe composta majoritariamente por educadoras e educadores, interessados na emancipação deste território. Procuramos também dialogar com as teorias decoloniais, pois tais teorias permitem refletir de forma mais abrangente sobre as comunidades em questão.

O objetivo de conhecimento da pesquisa era verificar o potencial dos assentamentos citados para garantir a segurança alimentar e nutricional dos mesmos, assim como os desafios que as famílias encontram para conseguir realizar esse potencial, incluindo a luta pelo acesso a políticas públicas. Como objetivo prático, estava o desejo de parte das comunidades, de produzir e comercializar sua produção nos mercados locais, viver da e na terra com dignidade; o fortalecimento das comunidades para ampliar a produção e o comércio.



2. Fundamentos Teóricos e metodológicos

Ao utilizar como metodologia a pesquisa-ação, é importante delimitar como e porque foi feita essa opção metodológica. O grupo de pesquisadoras/es envolvidos é composto principalmente por educadoras e educadores, com formação alicerçada na pedagogia de Paulo Freire, tendo a práxis (o vai-e-vem entre teoria e ação e a ação-reflexão-ação) como elemento fundante, a escuta verdadeira, a ética, o foco no empoderamento das comunidades envolvidas. O fio condutor era a reconstrução e apropriação da própria história, das potencialidades e de possibilidades de conquista da autonomia para produzir, vender e viver da terra, com qualidade.

Entendemos, portanto, a Extensão Universitária na perspectiva da “interação social” (Freire, 1992), na qual ocorre a aproximação entre sujeitos envolvidos, em oposição à “transferência de conhecimentos” da extensão rural conservadora, no espírito da Revolução Verde, que tem no técnico o papel de levar conhecimentos produzidos pela ciência ao camponês que, *a priori*, não teria conhecimentos válidos, e onde seriam depositadas as informações produzidas pela ciência. Tal concepção é identificada por Freire (1987), na Pedagogia do Oprimido, com o termo “educação bancária”: estratégia para a manutenção da opressão e domínio sobre a grande parcela excluída da população, criando distanciamento entre educador/a e educando/a. Na educação libertadora de Freire, ao contrário, o diálogo está no centro do processo, permitindo reorganizar e requalificar as práticas pedagógicas, em uma perspectiva de educação integral, humanizadora e ética. Assim, Freire vai além dos limites da própria educação, para chegar na produção do conhecimento, de forma dialética, utilizando-se da práxis.

E por que a pesquisa-ação? Não é nosso intuito aqui discutir o termo pesquisa-ação, que de certo modo pouco se distingue da pesquisa participante, e que foi objeto de discussão anterior deste grupo (Laranjeira e Barbosa, 2018). Mas vale a pena pontuar que existe muita convergência entre os dois termos, se consideramos autoras/es que tomaram a vertente latino-americana, nascida com Paulo Freire e Orlando Fals Borda, na década de 60, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Neste grupo, encontraremos uma diversidade de variações, com muitas convergências; entre elas citamos: forte envolvimento entre pesquisador/a e comunidades, que trabalham em conjunto, com objetivos comuns; diálogo como esteio do processo; a práxis; valorização dos conhecimentos de todos os sujeitos; a importância dada à necessidade de transformação social e libertação da opressão. Nos colocamos dentro desse coletivo e acreditamos na dialética - no sentido do confronto entre contraditórios, que promovem avanços no pensar, no viver, no agir - como esteio da pesquisa social.

Adotamos o termo pesquisa-ação, concordando com Thiollent (1985) que, reconhecendo a diversidade metodológica identificada na pesquisa participante (PP)



e pesquisa-ação (PA), afirma que, entre as duas, uma “rara distinção é necessária. A PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA.” (p.83), sendo a PA mais centrada no agir, preocupando-se com a relação entre investigação e ação. Na PP o foco seria a posição do pesquisador/a e sua relação com as/ao “pesquisadas/os”. Posteriormente, o autor detalhou a pesquisa-ação, entendendo-a como pesquisa social com base empírica, cuja concepção e realização se dão em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, com envolvimento cooperativo ou participativo de pesquisadoras/es e comunidades. A ação referida pelo autor, (Thiollent, 2011) é ação problemática, que requer investigação para ser elaborada e conduzida, e na qual a investigação organiza-se em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação da ação planejada. Assim sendo, há objetivos práticos e objetivos de conhecimento, sendo estratégico buscar equilíbrio entre a importância dos dois.

É preciso também registrar, sem a pretensão de enveredar neste debate, que estamos no âmbito da Agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento, dimensões inseparáveis, ou seja, uma ciência que nasce dentro de um paradigma diferenciado, que quer construir conhecimento contextualizado. Uma ciência que contribui para delinear uma nova epistemologia. O filósofo Hugh Lacey trouxe importante contribuição para esta reflexão, que registramos em artigo recente:

Para Lacey (2019), a agroecologia, enquanto ciência, não pode ser separada de suas outras dimensões: prática agrícola e movimento social, bem como de uma quarta dimensão, a de projeto político capaz de levar ao desenvolvimento de um novo sistema agroalimentar, baseado na soberania alimentar, com segurança alimentar e justiça social. Se não é possível separar a dimensão científica das demais, a agroecologia, enquanto ciência, requer de nós metodologias diferenciadas, o que o Prof. Hugh Lacey (2019) denomina de metodologias sensíveis ao contexto, em contraposição às metodologias descontextualizadoras da ciência convencional. (LARANJEIRA et al, 2019, p.67)

Trabalhamos na busca de uma ciência contextualizada usando a pesquisa-ação e a pedagogia freiriana, atuando com a práxis e com o movimento dialético entre teoria e realidade.

Entendemos o materialismo histórico-dialético como fundamental nos processos de diálogo e construção de conhecimento instaurados nos trabalhos da pesquisa-ação, e reconhecemos a importância das teorias sociais marxistas. Entretanto, durante esses anos de convivência e pesquisa junto a essas comunidades, foi importante trazer o olhar das teorias decoloniais, para compreender a realidade deste país colonizado, e o papel da América Latina na história colonial/capitalista, e no momento atual. Fomos o primeiro continente a sofrer o intenso processo de dominação europeia, e segundo Quijano (2020), onde nasce a ideia de raça que classifica a população mundial, ao se configurar uma raça branca (europeia), superior às demais, a partir da chegada e conquista das Américas pelos europeus. Para esse autor, a ideia de hierarquia racial associa-se



intimamente com a divisão social do trabalho nas sociedades recém-criadas da época e, posteriormente, tais relações de dominação se espalham para novas colônias, em outros continentes. Quijano forja o conceito de colonialidade, na década de 1990, para identificar esse processo de subordinação e dominação, que permanece após a independência das colônias e até os dias de hoje, sobretudo a colonialidade do poder, cuja base é a ideia de raça.

O conceito de “colonialidade” foi corroborado por tantas outras/os autoras/es que ampliaram os debates das teorias decoloniais. Foi graças à conquista da América Latina, e o acesso a grandes quantidades de ouro e prata, que o europeu (branco) tornou-se detentor e controlador do capital comercial, do trabalho, e dos recursos de produção, no conjunto do mercado mundial. A abordagem racial nunca mais foi abandonada e, ainda nos dias de hoje, ela é estruturante dos três pilares da colonialidade identificados e descritos por Mignolo (2017): a colonialidade do poder, do saber e do ser. Neste trabalho, Mignolo apresenta como tese, que “a ‘modernidade’ é uma narrativa complexa, com origem na Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’.” (p.2), sendo esta última, portanto, constitutiva da modernidade.

Castro-Gomes e Grosfoguel (2007), apresentaram o histórico dos estudos do “Proyecto latino/latinoamericano modernidad/colonialidad” e categorias-chave utilizadas pelo grupo, e introduzem a categoria decolonialidade, “utilizada en el sentido de *giro decolonial*, desarrollada originalmente por el filósofo puertorriqueño Nelson Maldonado-Torres (2006), que, (...), complementa la categoría ‘descolonización’, utilizada por las ciencias sociales de finales del siglo XX.” (p.9).

Os estudos decoloniais na América Latina tomam corpo e vêm demonstrando a importância de ampliar as categorias utilizadas no marxismo, trazendo uma leitura mais ampla da situação dos povos latino-americanos, fruto de uma história colonial que não foi finalizada, e submetidos, ainda nos dias de hoje, à matriz colonial de poder.

Aqui, é nosso objetivo apenas pontuar a importância de trazer um olhar mais abrangente e situado no contexto específico da América Latina para compreender os contextos em que atuamos como extensionistas e pesquisadores. Reconhecer as origens da posição subalterna delegada às diversas comunidades rurais nesta região, num canto esquecido no limite do estado de Goiás, majoritariamente negras, foi fundamental para desenvolver esse trabalho.

3. Contexto e Metodologia

A Chapada dos Veadeiros teve sua ocupação histórica iniciada pela presença indígena (Crixás, Goyazes e os Avá-Canoeiros) e já no final do século XVI a presença dos bandeirantes, e o séc. XVIII começa a ocupação da região, com o garimpo do ouro, que trouxe também a presença negra (LARANJEIRA et al, 2021).



Os povos indígenas têm presença limitada à Terra Indígena Avá Canoeiro, que abarca parte do município de Colinas do Sul e o vizinho Minaçu, onde vive pequena família desse povo. Entretanto, sua influência na cultura camponesa local é importante (ÁGUAS et al. 2021), tendo ocorrido miscigenação com as comunidades negras, espalhadas pela região, que carregam ainda hoje seus conhecimentos.

Por sua vez, a presença negra é notória no território, na ocorrência de diversas comunidades, parte delas reconhecida como quilombos, e na composição da população das pequenas cidades e povoados deste território.

O processo de criação dos três assentamentos foi coordenado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, vinculado à CONTAG. A desapropriação da Fazenda Real, situada na margem esquerda do rio Preto, deu-se em maio de 2009, surgindo os assentamentos Terra Mãe e Boa Esperança. Na Fazenda Palmeira, em abril de 2008, originou-se o Córrego do Bonito. As famílias ficaram acampadas por um ano e meio, primeiro nas margens da GO-132, próximo à entrada da Fazenda Real e depois nas sedes dos respectivos assentamentos.

Os PA Boa Esperança e Terra Mãe são vizinhos, em boa parte delimitados pelo Ribeirão Gameleira, afluente do Rio Preto, hoje inundado pela Represa Cana Brava. O Gameleira é intermitente, e por isso, na seca não é uma fonte de água para as famílias residentes. Esta característica, entre outras da região, faz da água um grande desafio. O PA Córrego do Bonito, na mesma bacia hidrográfica, localiza-se em região de cabeceiras e enfrenta condições semelhantes de acesso à água. A redução das chuvas e do volume de água dos rios e córregos é uma queixa presente em várias comunidades rurais da Chapada dos Veadeiros.

De acordo com o site do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/colinas-do-sul/panorama>), Colinas do Sul tem uma população estimada, em 2020, de 3.360 habitantes, enquanto o censo de 2010 havia definido em 3.523. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em cálculos de 2010, é de 0,658. Um município pequeno, rural e jovem, criado em 1987.

A pesquisa foi realizada no âmbito da Extensão Universitária, buscando: mobilizar a participação da comunidade para oficinas e reuniões; a escuta sensível de seus saberes, fazeres e demandas; mobilizar os conhecimentos existentes, assim como registrar e sistematizar esses encontros, para compartilhar novamente com o grupo. A pesquisa-ação foi o eixo metodológico estruturante, e realizamos também levantamentos de dados por meio de questionário no ano de 2016 e de entrevistas, em 2018, que serão brevemente discutidos neste artigo.

Foram utilizadas ferramentas que proporcionassem a participação da maioria dos envolvidos nas rodas de conversa, oficinas e respectivas sistematizações. Criamos processos, encontros e espaços para fortalecer relações, conhecer e valorizar histórias de vida, histórias coletivas, conhecimentos (saberes e fazeres),



potenciais e anseios. Os princípios agroecológicos permearam todas as discussões, tanto em seu sentido estrito – produção e extrativismo, quanto no sentido mais amplo, da luta pelo direito à terra e à produção sem uso de agrotóxicos ou outras químicas, entendendo a agroecologia como ciência, prática e movimento.

As ações nos assentamentos foram iniciadas em 2015, com um curso de formação de jovens em agroecologia (“Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado”), com financiamento do CNPq/INCRA (Chamada nº 19/2014), no qual boa parte das aulas incluiu a comunidade (Laranjeira et al, 2018). Paralelamente ao curso, realizamos o levantamento com questionários.

Em uma segunda etapa, um novo projeto foi aprovado (Chamada CNPq-MCTI nº 16/2016, com execução em 2018 e 2019), com foco na segurança alimentar, igualmente estruturado na oferta de curso, com 160 horas, sob o título “Organização social para a segurança alimentar, produção e comércio agroextrativista”, também ofertado no formato de oficinas e construções colaborativas.

4. Resultados

4.1. Organização social e mobilização das comunidades

Desde os primeiros contatos com as comunidades era evidente a fragilidade das associações de cada assentamento. A dificuldade de mobilização traduzia-se em reuniões esvaziadas e conflitos quando havia possibilidade de chegada de benefícios.

As associações tinham relacionamento distante com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também fragilizado. A criação dos assentamentos deu-se via sindicato, mas este dava pouco apoio às famílias. Em 2016, o presidente foi afastado por problemas de corrupção e lideranças dos assentamentos Boa Esperança e Terra Mãe assumiram, respectivamente, a presidência e vice-presidência, que passou a dialogar com o INCRA.

A ausência do INCRA sempre foi sentida. Após a desapropriação, as famílias “cortaram a terra na corda”, como eles dizem. A partir de uma orientação mínima do órgão mediram e marcaram os lotes com cordas, traçando os limites, fazendo acordos para a distribuição entre as famílias presentes, registradas no INCRA.

Desde então, mais de dez anos se passaram, durante os quais lutaram e lutam para conseguir a implantação das políticas públicas básicas, previstas no Programa Nacional de Reforma Agrária: auxílios de instalação (recebido por alguns), água encanada, energia elétrica, material para construção das casas, assistência técnica extensão rural (ATER), DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) definitiva e acesso ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).



Nas oficinas realizadas pelo Projeto Vidas Paralelas, sob a coordenação das professoras Maria da Graça Luderitz Hoefel e Denise Osório Severo, como parte do curso “Organização social para a segurança alimentar, produção e comércio agroextrativista”, foram sistematizados os principais fatores que favorecem e prejudicam a vida nos assentamentos. A cartilha do projeto (PROJETO VIDAS PARALELAS CAMPO, 2018), ricamente ilustrada por fotografias e desenhos das/os participantes do curso, moradoras/es dos três assentamentos, retrata muito bem a realidade da vida cotidiana das famílias. Encontramos aí:

aspectos positivos e negativos que constituem a comunidade: plantação diversificada; esperança de melhoria; felicidade; reconhecimento da coragem dos camponeses que permanecem na luta; necessidade de regularização da terra; dificuldade no parcelamento da terra; ausência de assistência técnica do INCRA; falta de água; falta de luz; dificuldade acesso; preservação do meio ambiente; seca; individualismo; havia união, hoje não há; ganância.” (PROJETO VIDAS PARALELAS CAMPO, 2018, p. 7)

Em uma outra oficina do curso, surgiram, no primeiro assentamento, como características positivas: amizade, a terra, casa/criação, superação, alicerce, resistência, fé; e o reconhecimento do trabalho das mulheres que para eles representa: sabedoria, organização e força. No Terra Mãe, identificaram como coisas boas neste assentamento: parcerias entre famílias, terra, coragem, fé, perseverança; mas que precisam de: união, perseverança, respeito/tolerância, otimismo.

O reconhecimento da dificuldade de organização e participação é claro: as comunidades sabem do desafio que precisam enfrentar a fim conquistar melhores condições.

Com toda dificuldade encontrada, ao final dos dois anos do primeiro projeto (2015 e 2016), havia se formado dois grupos de mulheres (no Boa Esperança e Terra Mãe). O PA Córrego do Bonito já estava com dificuldades com lideranças e organização e não se manteve no processo. Esses dois grupos, na etapa seguinte (projeto 2018-2019), poderiam ter se firmado, caso tivessem conquistado melhores condições de infraestrutura para esses assentamentos.

4.2. Levantamento por questionários

Um questionário foi aplicado para um total de 54 famílias (quadro I). É difícil saber quantas, entre as 191 parcelas, estão ocupadas por residentes. Muitos/as agricultores/as precisam trabalhar fora para seu sustento e outros/as não têm infraestrutura suficiente para permanecer na terra. Outras famílias, apesar de residirem nos assentamentos a maior parte do ano, acabam por migrar temporariamente para a cidade no final do período de estiagem (agosto a outubro), pela falta de acesso à água. Algumas famílias permanecem somente na época do plantio das roças (estação de chuva) e ainda outras não estabelecem vínculo regular



com a terra.

Perfil das Famílias

Na primeira parte do questionário foram solicitadas informações sobre os “donas/os” da parcela e as/os filhas/os. No quadro I, além de uma síntese sobre a aplicação do instrumento, descreve-se a situação familiar, identifica-se famílias chefiadas por casais ou somente por uma pessoa. Na vida no campo cada pessoa adulta representa força de trabalho.

Ao todo foram identificados 92 adultos, referidos como “donas/os” das parcelas, nos três assentamentos. Abaixo, os perfis de origem (camponesa ou não), escolaridade, ocupação e origem dos saberes utilizados na produção.

Assentamentos Visitados em Colinas do Sul e o nº de parcelas	Nº total de questionários aplicados	Nº de Casais chefiando a família	Nº de mulheres chefes de família	Nº de homens chefes de família	Homens solteiros com mãe idosa	Nº Total de adultos a frente da casa
Terra Mãe – 90	26	16	4 (com filhos)	4 (sem filhos)	4	4 4
Boa Esperança - 32	10	9	1 (com filha jovem)	-	-	1 9
Córrego do Bonito - 69	18	11	1 (com filhos)	3 (c/ filhos) 3 (s/ filhos)	-	2 9
Total	54	36	6	1 0	4	9 2

Quadro I: Distribuição dos questionários aplicados nos três assentamentos e adultos identificados como “donas/os” das parcelas.

		Frequência	(%)	
Donos/ Donas	Foco do trabalho:	No lote	57	62,0
		Dividido	28	30,4
		Fora	6	6,5
		Não respondeu	1	1,1
	Escolaridade	Fundamental	55	59,8
		Médio	14	15,2
		Técnico	0	0,0
		Superior	0	0,0
		Não respondeu	23	25,0



das parcela s	É originário de família agricultora?	Sim	87	94,6
		Não	4	4,3
		Não respondeu	1	1,1
	Origem do saber como agricultor/a	Família	83	90,2
		Cursos	8	8,8
		Não respondeu	1	1,1
	Faz cursos ligado à agricultura?	Sim	59	64,1
		Não	30	32,6
		Não respondeu	3	3,3
	Acha que cursos melhoraram a produção?	Sim	43	46,7
		Não	33	35,9
		Não respondeu	16	17,4

Quadro II: Características das 92 pessoas identificadas como donas/os das 54 parcelas pesquisadas.

Foi identificado alto percentual de foco de trabalho das/os donas/os no lote (62%), ou dividido (trabalham na parcela e também fora) - 30,4%. Tais resultados evidenciam o domínio do tipo de família chefiada por casais, quando na maioria das vezes, as mulheres não costumam trabalhar fora. O foco “dividido” é bem maior que fora dos lotes, e deve-se ao fato de que trabalho fixo é difícil de ser encontrado em Colinas do Sul. A maioria das famílias, apesar de tirar a maior parte do sustento de atividades externas aos assentamentos, como veremos adiante, pouco tem trabalho regular.

Nota-se que a origem da maioria é camponesa e, mesmo declarando terem feito cursos sobre agricultura, afirmam que a maior parte de seu conhecimento sobre agricultura vem de família; não são unânimes em apontar os cursos como fonte de conhecimentos importantes para sua produção.

A escolaridade é baixa, evidenciada não só pelos quase 60% que disseram ter o ensino fundamental, mas também pelo fato de que 25% “não respondeu”.

No total, foram identificados 36 filhos morando com as famílias entrevistadas, onde 44,4% tem foco de trabalho fora das parcelas e 16,7% se divide (trabalho fora e no lote). Como não foi limitada a idade para a resposta a essa pergunta, deve-se observar que entre os que estão no grupo com foco no lote, há também crianças. De toda forma, o resultado traz dado importante: os jovens estão buscando trabalho fora, mais do que os adultos.

Infraestrutura de Moradia

Somente 35,8% das famílias tem casa de alvenaria, consequência da falta de acesso às políticas públicas que o INCRA deveria ter implantado na região, mas que não foram acessadas. Da mesma forma, a água encanada (32,1%) e a energia elétrica (49,1%) também são restritas às famílias que conseguiram o acesso por



esforço próprio (quadro III).

As famílias que têm energia elétrica, têm também geladeira, enquanto 87% têm fogão a lenha e 83% têm fogão a gás. Chama a atenção o fato de 90,6% ter telefone, enquanto somente 43,4% têm caixa d'água e 44% não tem nenhum tipo de fossa, evidenciando a ausência de banheiro.

Infraestrutura de moradia		
		% de Famílias
Tipo de construção	Barraco	71,7
	Pau-a-pique	1,9
	Alvenaria	35,8
Água encanada	Adobe	0,0
	Sim	32,1
	Não	67,9
Eletricidade	Sim	49,1
	Não	50,9
Fogão	Gás	83,0
	Lenha	88,7
	Não	0,0
Geladeira	Sim	49,1
	Não	50,9
Freezer	Sim	13,2
	Não	86,8
Telefone	Sim	90,6
	Não	9,4
Internet	Sim	1,9
	Não	98,1
Caixa d'água	Sim	43,4
	Não	56,6

Quadro III: Estrutura de moradia nos três assentamentos (54 famílias pesquisadas).

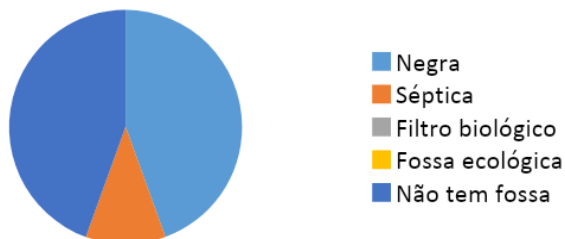


Gráfico I: Tipos de fossa relatados pelas 54 famílias abordadas.

Infraestrutura de Produção

Conforme registrado no quadro IV, as famílias têm pouca estrutura para criação animal e processamento da produção vegetal, além do que, conforme observamos em campo, muitas dessas estruturas não estão em condições adequadas. A criação de galinhas está presente em mais de 90% das parcelas, ainda que muitas vezes com estrutura precária e somente 63% declaram possuir galinheiro. Outras criações (gado bovino e suínos) não tem a mesma frequência, já que requerem estruturas mais complexas.

Se considerado o quesito “equipamentos” a situação é ainda mais precária, pois nenhuma família possui máquinas do tipo trator, tratorito ou roçadeira. Possuem: bomba costal (25,9%), motosserra (31,5%), carro (34,9%) e moto (38,1%). A maioria não possui, portanto, transporte próprio, o que, considerando a distância dos assentamentos até a cidade mais próxima, que pode variar de 25 a 50 km, é um problema.

Tipo de criação	Quantidade	% de Famílias
Galinhas/frangos	> 70	13
	de 30 a 70	29,6
	de 1 a 30	48
Gado de corte		44,4
Vaca leiteira		33,3
Suínos		38,9

	% de Famílias
Galinhheiro	63
Curral	42,6
Chiqueiro	46,3



Casa de farinha	5,6
Moenda de cana	3,7
Tanque de peixe	1,9

Quadro IV: Percentual de famílias que têm criação de animais e infraestrutura para criação animal e processamento de alimentos (54 famílias pesquisadas).

Produção, comércio e consumo

Pela análise do quadro V, comparando a produção e a venda de alimentos, fica claro que poucas famílias comercializam sua produção, ou seja, predomina a produção de subsistência. O milho, a mandioca e os frutos de cerrado são os produtos vegetais mais comuns, e para proteína animal, os ovos são os mais presentes. A baixa produção de verduras, deve-se à baixa disponibilidade de água, e a maior parte das famílias planta no período chuvoso, predominando o cultivo de espécies como milho, feijão, mandioca, cana e alguns outros legumes, não especificados no questionário aplicado, mas identificados em oficinas dos cursos ofertados, tais como: abóbora, quiabo, maxixe, jiló, e também açafrão, gergelim e amendoim. Nas oficinas, identificamos produtos processados e comercializados, tais como: farinha de mandioca, polvilho, queijo, leite, doces diversos, conserva de pequi, baru, óleo de pequi, buriti, polpa de mangaba e outras frutas. Tais produtos encontram como principal dificuldade para comercialização, a falta de agroindústrias que possam atender à legislação. Além disso, nem um dos municípios da Chapada dos Veadeiros conta com o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para esses produtos, o que impede a compra para a merenda escolar, que fica restrita aos produtos *in natura*, sem valor agregado.

A análise de entrevistas realizadas em 2018 com lideranças dos três assentamentos, mostraram também que a produção nos assentamentos é pequena e que se faz necessário comprar nos supermercados para complementar a alimentação. Informaram também que muitas pessoas nos assentamentos consomem ou comercializam os frutos do cerrado, identificados como fazendo parte da alimentação de muitas famílias. A troca de alimentos entre vizinhos foi relatada somente no Boa Esperança, e as sementes foram especialmente citadas. Quando indagadas sobre a intenção de ampliar a produção, visando a comercialização ou mesmo o autoconsumo, a representante do assentamento Terra Mãe informou que, a princípio, visam ao autoconsumo, mas que gostariam de comercializar, enquanto a do Córrego do Bonito colocou a falta de disponibilidade de água como empecilho para ampliação da produção e a representante do Boa Esperança falou sobre a questão do transporte para a feira, que impede de levarem seus produtos para a cidade. Tais posicionamentos das lideranças, corroboram os resultados da aplicação dos questionários aplicados em período anterior.



% de famílias & alimentos consumidos/vendidos/produzidos					
Produz no lote:	(%)	Vende:	(%)	Consumo:	(%)
Olerícolas/folhas	31,5	Olerícolas/folhas	3,7	Olerícolas/folhas	90,7
Olerícolas/legumes	35,2	Olerícolas/legumes	1,9	Olerícolas/legumes	94,6
Feijão	29,6	Feijão	0	Feijão	100
Arroz	11,1	Arroz	0	Arroz	100
Milho	75,9	Milho	0	Milho	98,2
Mandioca	85,2	Mandioca	13	Mandioca	100
Sub-produtos da mandioca	51,9	Sub-produtos da mandioca	9,3	Sub-produtos da mandioca	43,1
Leite	51,89	Leite	5,6	Leite	96,3
Ovos	88,9	Ovos	31,5	Ovos	96,3
Carne Bovina	31,9	Carne	7,8	Carne	93,5
Cana	51,9	Cana	0	Cana	57,4
Açúcar mascavo e rapadura	1,9	Açúcar mascavo e rapadura	0	Açúcar mascavo e rapadura	63
Plantas medicinais	85,2	Plantas medicinais	1,9	Plantas medicinais	92,5
Frutos do Cerrado	88,9	Frutos do Cerrado	7,4	Frutos do Cerrado	94,4

Quadro V: Percentual de famílias que produzem, vendem e consomem os alimentos listados.

O processamento da mandioca, sobretudo a produção da farinha, é o mais comum, apesar do comércio também se restringir a poucas famílias (9,3%). Os frutos do cerrado, são também processados e comercializados, principalmente pelo grupo de mulheres do assentamento Boa Esperança e a maioria das famílias faz uso. A falta de energia elétrica restringe bastante esse trabalho, pois as polpas de frutas necessitam de freezer para armazenamento.

Apesar de toda a precariedade de condições de vida, existe riqueza em variedade de alimentos produzidos e desejo das famílias de ampliar a produção.

5. Políticas Públicas para a reforma agrária e a segurança alimentar

Em 2016, quando as duas representantes desses assentamentos assumiram a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas do Sul, passamos a acompanhar a luta dessas mulheres junto ao INCRA. Mas a orientação do governo federal havia mudado muito desde então, e apesar da nova direção do sindicato ter maior conexão e diálogo com o INCRA, a situação não possibilitava conquistas significativas em termos de políticas públicas. Ao mesmo tempo em que a luta por direitos havia se tornado mais significativa com a nova direção do sindicato, e por isso as esperanças de receber os materiais para construção das casas fora renovada, já não estava nos planos do governo dar continuidade às etapas do previstas para a reforma agrária.



O acesso a essas políticas, já difícil antes de 2016, tornou-se inviável, em face ao rápido desmonte em curso. Até 2015, ainda que em situação precária, foi mantida empresa contratada para prestar serviços de ATER, alguns chegaram também a receber os auxílios de instalação. Entretanto, a criação de infraestrutura básica nesses assentamentos nunca foi levada a cabo. Permanecem sem acesso à energia elétrica, à água encanada ou casas de alvenaria. As famílias vão encontrando soluções como podem, e muitos vivem em barracos, sem energia e água.

Por outro lado, as duas lideranças agora no sindicato, mobilizavam as famílias em seus assentamentos, por meio das respectivas associações, se afastaram um pouco da rotina cotidiana de suas comunidades, para entrar na luta política, fragilizando ainda mais essas associações. Assumiram o sindicato entendendo que teriam mais poder para reivindicar as condições mínimas, mas a sensação é de que chegaram tarde.

Com a paralisação das políticas, o INCRA passou a prometer a titulação da terra e foram suspensas as emissões das DAP provisórias, o que dificultou a participação no PNAE.

Os jovens, que participaram do projeto em 2015 e 2016, foram deixando os assentamentos, sem perspectiva de viver da terra. Consequentemente, há lacuna de novas lideranças para mobilizar e organizar as comunidades, conforme relatamos anteriormente (LARANJEIRA et al, 2018).

Com relação a atual situação das políticas para a reforma agrária, a paralisação do Governo Federal nos últimos anos foi apontada por Fernandes et al (2020, p. 5-6):

Desde o início, o governo está demarcando uma postura de destruição de políticas de educação, pesquisa, saúde e, no campo, extinguindo, descontinuando ou reduzindo políticas criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como o PRONERA, PAA, PNAE, PLANAPO, ATER, dos Programas Terra Sol e Terra Forte etc. A política de reforma agrária foi uma das mais atingidas, (...). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem tratado apenas da titulação dos assentamentos de reforma agrária. O governo criou a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários e a entregou a Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) uma das organizações defensoras dos privilégios dos latifundiários.

Em Colinas, da mesma forma, o INCRA promete o título de posse da terra. Para esses autores, a atuação deste órgão é agora apenas na segunda etapa da reforma agrária, ou seja, “a legalização de terras já desapropriadas e emissão de títulos definitivos de posse da terra.” (FERNANDES et al, 2020, p. 7).

Já em 2017, matéria do Repórte Brasil (GUERRA e MAGALHÃES, 2017) denunciava essa situação, restrita à titulação, e o abandono das famílias, deixando-as sem alternativas, a não ser vender a terra. Diz a matéria:



Anunciado internamente como mecanismo de eficiência, o *titulômetro* é criticado por promover uma inversão de prioridades. Enquanto a missão do instituto era criar e fortalecer o desenvolvimento de assentamentos, o foco dos servidores agora é conceder títulos individuais.

(...)

Ao virar proprietário, o assentado perde uma série de benefícios. “Quando o agricultor é assentado, ele busca financiamento do Pronaf, com juros baixos. Quando ganha o título, ele tem que buscar esse crédito por conta própria, em bancos privados, o que é mais difícil”, afirma a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso, Elizabete Flores. (...)

Com essas dificuldades, e com o título de propriedade em mãos, a tendência é que os pequenos agricultores vendam o imóvel, avalia Igor Rolemberg, antropólogo e pesquisador dos conflitos fundiários na Amazônia. (GUERRA E MAGALHÃES, 2017)

Na resposta do INCRA à essa questão, conforme divulgação do mesmo veículo (REPÓRTE BRASIL, 2017), encontramos:

Argumentos que apontam a possibilidade de venda dos lotes não se sustentam. O Título de Domínio expedido apresenta cláusulas restritivas que impedem a reconcentração fundiária. Outro ponto que merece destaque: apenas são titulados aqueles projetos de assentamento nos quais o Incra já cumpriu com as suas obrigações referentes a crédito, infraestrutura e assistência técnica.

(...)

Por fim, ressalta-se o fato de que o assentado tem o direito assegurado por lei de receber o documento, *desde que ele e o INCRA tenham cumprido todas as exigências previstas.*(grifo nosso)

A afirmação feita na resposta do INCRA não procede, pois em Colinas também solicitam documentos às famílias, incluindo a atualização do Cadastro Único do Governo Federal, para emissão de títulos e DAP definitiva. Com a pandemia, o processo está parado. Pelo que foi aqui relatado, é nítido que esses assentamentos não acessaram as políticas públicas do programa da reforma agrária. Apesar da luta da direção do sindicato, a estagnação nas conquistas resulta no descrédito das lideranças e da luta, e a desorganização da comunidade.

6. Discussão e Considerações finais

Colinas do Sul está entre os municípios mais jovens e com menor população da Chapada dos Veadeiros. Foi criado em 1987 e até então pertencia ao município de Cavalcante, quando constituía porção longínqua e esquecida deste último município, com pequenos povoados e vida essencialmente rural.

Nos assentamentos em questão observa-se que boa parte das famílias é nascida na região, ou no próprio município e aí já estava quando da criação do assentamento. Como mostra o quadro II, a maioria das pessoas tem sua origem em famílias camponesas, e no seio da família adquiriu a maior parte dos conhecimentos



para viver na terra. Este perfil, se por um lado traz maior resiliência para sobreviver sob difíceis condições, por outro, somado à baixa escolaridade e condição socioeconômica pouco privilegiada, traz dificuldades de organização social voltada à luta política.

Os projetos desenvolvidos pelo NASPA junto a esses assentamentos representaram apoio importante para melhorar a organização, produção, comércio e a consciência sobre os direitos às políticas públicas.

Entretanto, é preciso relatar que em 2016, quando os grupos de mulheres se formaram e em 2017, quando aprovamos o segundo projeto junto ao CNPq, na expectativa de alavancar esses grupos, havia grande otimismo sobre a continuidade do trabalho. Diversas questões afetaram o MCTIC em 2017 e o projeto teve corte de cerca de 30% e a aprovação definitiva veio somente no final do ano. Foram necessários ajustes, resultando na menor interação com as comunidades, além dos encontros do curso.

As ações de pesquisa e extensão universitária, nesses 5 anos, contribuíram para: i) fortalecer os grupos de mulheres dos assentamentos Boa Esperança e Terra Mãe; ii) dar visibilidade à cultura, à produção agroextrativista e aos saberes dessas comunidades; iii) fortalecer as relações internas, pelo aprofundamento e valorização das histórias de vida; iv) favorecer o encontro sistemático entre as pessoas; v) retomada da feira semanal e das vendas para o PNAE. Foram, portanto, um diferencial para o crescimento dessas famílias, mas não foram suficientes para melhorar efetivamente as condições de comunidades, onde a falta de estrutura básica (ver quadro II), e as condições de abandono em que vive a maioria das famílias— são empecilhos concretos à melhoria de vida e à segurança alimentar. Já havíamos assinalado (LARANJEIRA et al., 2018) a dificuldade com o transporte escolar: crianças e adolescentes saem de casa muitas vezes antes do sol nascer, caminham longas distâncias e muitas vezes o transporte não comparece, por problemas de manutenção, ou falta de combustível.

Mesmo diante desse quadro, as famílias resistem, mantêm seus plantios de subsistência, e geram pequenos excedentes para venda. Observando esses avanços, fruto da resistência das/os agricultoras/es, constatamos que o potencial das famílias é grande para produção e para garantir, no mínimo, a segurança alimentar própria (autoconsumo). A coleta, processamento e uso dos frutos do cerrado representa importante reforço alimentar, como se constata no quadro V (88,9% das famílias faz uso desses alimentos). A variedade de alimentos produzidos e a presença importante da proteína animal (mais de 90% das famílias cria galinha/frango, mais de 70% cria gado), demonstram que o potencial de auto sustento existe. Em meio a tantas fragilidades, ressaltamos a escassez hídrica como fator determinante na baixa produção.

Com relação aos mercados locais, apesar de uma pequena contribuição para o PNAE, é muito difícil, nesse momento, que essa contribuição possa ser ampliada.



Além das condições de produção, faltam também as DAP's condição primeira para esta venda.

A suspensão das políticas públicas por parte do INCRA e as promessas de titulação da terra e DAPs definitivas atuam no enfraquecimento da organização comunitária e da credibilidade das lideranças.

Os anos de atuação na região da Chapada dos Veadeiros, onde diversas comunidades estão em posição de invisibilidade dentro da sociedade, mostraram que para a compreensão deste contexto é necessário utilizar outras categorias de estudo, além das tradicionais marxista: trabalho, produção e classe. Essas comunidades, se por um lado têm difícil acesso a políticas públicas de inclusão social (atualmente quase inexistentes), por outro têm em sua forma de se conectar com a natureza, conviver e conservar o bioma, nos seus saberes, fazeres e na cultura em geral, um modo próprio, que a modernidade/colonialidade tentam deslegitimar, desvalorizar, invisibilizar. É esta cultura que provê a resiliência e a resistência para se manterem aí. Trabalhamos então para valorizar e dar visibilidade ao modo de vida dessas comunidades, apoiando para que se organizem, se fortaleçam e lutem por seus direitos e soberania.

Referências:

ÁGUAS, Carla et.al. Vozes da Chapada. In: ÁGUAS, C.; LARANJEIRA, N.P.F.; SILVA, C.T. (orgs.) *Águas e Saberes na Chapada dos Veadeiros*: Publicação Paradidática Colaborativa. Juiz de Fora: Águas, 2021.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (ed.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FERNANDES, B.M. et al. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. *Boletim Dataluta*, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, jan.2020, n.145.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

------. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª ed, 1992.

LARANJEIRA, Nina Paula; BARBOSA, César Adriano de Souza; GARCEZ, Nilcionir Costa. Desafios da construção do conhecimento agroecológico com jovens do campo no contexto de assentamentos da reforma agrária na Chapada dos



Veadeiros, Nordeste Goiano. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 8., 2018, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Rede de Estudos Rurais, 2019. p. 1669-1683.

-----; BARBOSA, César Adriano de Souza. A pesquisa participativa e a construção do protagonismo camponês na transição agroecológica: o caso do Assentamento Sílvia Rodrigues, Goiás, Brasil. *Agroecologia*, v. 13(1), 2018.

-----; CARCELLE, Sebastien; MIRANDA, Denise de; SÁ, Tatiana Deane Abreu; TRENTO, Luã Gabriel; SOUZA, Thais Santos de; CARDOSO, Irene Maria. Para uma Ecologia de Saberes: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na Associação Brasileira de Agroecologia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 14, nº. 2 esp., 2019.

-----; SARAIVA, Regina Coelly; SILVA, Alzair da Costa; LIMA, Francisca Deuzilene. Território: Água, Terra, Gente. In: ÁGUAS, C.; LARANJEIRA, N.P.F.; SILVA, C.T. (orgs.) *Águas e Saberes na Chapada dos Veadeiros*: Publicação Paradidática Colaborativa. Juiz de Fora: Águas, 2021.

PROJETO VIDAS PARALELAS CAMPO: Assentamentos Rurais de Colinas do Sul – Goiás. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://naspabc.wixsite.com/naspa/publicacoes-e-divulgacao>. Acesso em 08 abr. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Antología esencial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

GUERRA, Renata; MAGALHÃES, Ana. Titulômetro e cortes no Incra esvaziam política de reforma agrária. *Repórter Brasil*. 04 out. 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/10/titulometro-e-cortes-no-incra-esvaziam-politica-d-e-reforma-agraria/>. Acesso em 04 mar. 2021.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 1985.

----- . 2011. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 18ª ed.



GT 10: (DES) CONTINUIDADES E O DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS REPERCUSSÕES NOS TERRITÓRIOS

TÍTULO – *Avanços com aspas*:
a atuação da SEDA durante o governo PIMENTEL (2015-2018)

Autoras: Joyce Gotlib¹; Mariana Medeiros², Juliana Flausino³.

Resumo: Neste *paper*, o pano de fundo repousa sobre a questão da terra no estado de Minas Gerais, a partir do estudo das iniciativas levadas a cabo pelo governo mineiro, entre 2015 e 2018, direcionadas para o rural. Um olhar cuidadoso sobre as políticas públicas que abordam o tema da terra tem se mostrado promissor na ampliação do entendimento do Estado, seus movimentos e transformações ininterruptas, além do exame dos tipos de interações tecidas com organizações da sociedade civil. Aqui, tivemos como objetivo central mapear os impactos promovidos pela SEDA (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário) de Minas Gerais na realização da reforma agrária, atentando-se para a diversidade de sentidos que essa expressão assume para os diferentes atores que disputam espaço no cenário agrário brasileiro. A SEDA foi criada em março de 2015, aprovada por meio da PL 5706/15, após a vitória de Fernando Pimentel nas eleições estaduais de 2014. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa documental e bibliográfica em fontes primárias e secundárias e, também, de pesquisa qualitativa por meio da realização de entrevistas com os funcionários da SEDA. Ao fim, procuraremos evidenciar, baseadas no estudo aqui descrito, que o aumento da participação de ativistas e militantes representantes dos sem-terra e dos agricultores familiares no governo Pimentel colaborou para expandir o repertório de ações do governador; no entanto, a radicalização das disputas no seio do Estado não foi suficiente para romper com o modelo de reforma agrária defendida pelo patronato rural, de caráter capitalista.

Palavras-chave: *Reforma Agrária, Minas Gerais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.*

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp (2016) e Professora EBTT de Sociologia do IFMT, campus Juína.

² Mestranda do programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO- UNIFAL).

³ Pós-graduanda de Psicopedagogia (PUC-MINAS) e professora de educação infantil do município de Poços de Caldas - MG.



Introdução

Neste *paper*, o pano de fundo repousa sobre as políticas agrárias no estado de Minas Gerais, com foco nas iniciativas levadas a cabo pelo governo Pimentel entre 2015 e 2018. Nosso principal intuito em expor este estudo é publicizar dados sobre as iniciativas estaduais que promoveram a redução das desigualdades e da injustiça social no campo, problematizá-los à luz das teorias sociológicas que se debruçaram sobre o cenário rural e, ainda, verificar os retrocessos nos programas governamentais no contexto rural mineiro após 2018.

A investigação é fruto de dois projetos de pesquisa subsequentes: o primeiro, intitulado “Antes e depois da SEDA: uma análise preliminar das estratégias adotadas pelo estado mineiro em prol da reforma agrária”, desenvolvido entre os meses de junho de 2017 e janeiro de 2018. O segundo, denominado “Política agrária mineira em foco: uma análise preliminar dos impactos promovidos pela criação da SEDA durante o governo Pimentel” (2015-2018), desenvolveu-se entre os meses de fevereiro e dezembro de 2018.

No que diz respeito aos métodos e técnicas empregados, recorreremos, primeiramente, à pesquisa documental e bibliográfica e realizamos, também, entrevistas semi-estruturadas com servidores da SEDA, que acompanharam o processo de formação dessa pasta, dando subsídios para a compreensão dos dilemas que a Secretaria enfrentou durante sua breve existência.

Notas sobre o arcabouço teórico

O uso da expressão “Avanços com aspas” no título (jogo linguístico roubado sem pudor de Manuela Carneiro da Cunha) tem a intenção de pôr em cheque o próprio termo, já que seria um vocábulo polissêmico, admitindo, pois, sentidos múltiplos, a depender da perspectiva política, econômica, cultural e social daquele que a emprega. Não à toa, sociólogos, sabiamente, têm evitado seu uso, como o fizeram com o termo *progresso*.



Obviamente, pela proximidade evidente entre ele e as teorias dissidentes do evolucionismo social.

Por outro lado, precisamos atentar para o fato de que o Estado se lambuza, recorrentemente, da expressão para classificar seus feitos, sejam eles para o bem ou para o mal; faz-se necessário, portanto, conceituá-lo. Neste estudo, o conceito *avanço*, no âmbito das políticas públicas fundiárias, seria aquele que tem como foco a redução das injustiças sociais no campo, garantindo acesso à terra, condições de trabalho digno e ações que promovam a fixação do campesinato, e não sua destruição.

Outros conceitos também se destacarão, dentre eles o de Estado, o de permeabilidade estatal, a expressão Projetos de Colonização e o conceito de Reforma Agrária.

Em primeiro lugar, é mister identificar o Estado como expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo e um órgão da classe dominante (Silva apud Ianni, 1999:2). Sabe-se que essa instituição é permeada por contradições e sintetiza as lutas entre classes e frações de classe. E, ao vislumbrarmos o Estado como um sujeito histórico, entremeado com contradições e disputas específicas de cada contexto e lugar, verificamos que essa entidade, em determinadas situações particulares, reconheceu demandas advindas da classe trabalhadora, representando, em certos momentos, seus interesses.

Por permeabilidade entende-se que o Estado se constrói interpenetrado à sociedade civil, por meio de redes de relações sociais entre indivíduos e instituições (Marques, 1999). Partiremos aqui da mesma perspectiva adotada por Marques: capturar o Estado, sociologicamente, pelas redes de relações sociais entre indivíduos e entre instituições, num determinado período e contexto histórico de (trans) formação do Estado.

E, por último, o que se entende aqui por Reforma Agrária? Apesar dos distintos sentidos de reforma agrária que disputam espaço no Brasil, nos apoiamos naquele que a compreende como um processo de revolução da estrutura fundiária, aproximando-se do sentido expresso pela CONTAG.

O assentamento deve ser um conjunto articulado de unidades produtivas rentáveis e não uma generosa esmola que se dá a famílias extremamente pobres" (CONTAG, 1990). Desenvolvendo esse argumento, seu presidente, Francisco Urbano de Araújo, afirma que não é possível separar a dimensão produtiva da dimensão social da reforma agrária, sob pena de resolver as questões urbanas criando favelas rurais, e insiste na

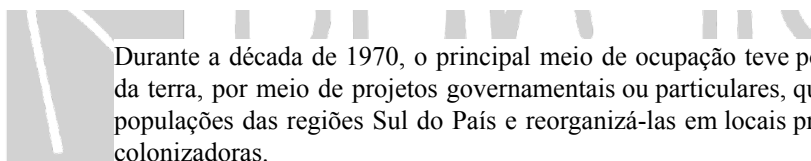


concepção de que uma reforma agrária deve ser necessariamente uma medida estrutural. Ou seja, um instrumento capaz de modificar sistemas de poder e distribuição de renda (MEDEIROS, 1994:40).

Podemos acrescentar a essa definição as assertivas de Ranieri (2003):

A reforma agrária é um termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade. Apesar de a reforma agrária ser um programa executado no campo, seu impacto na sociedade, política e economia, extrapola essas fronteiras, atingindo a nação como um todo (p. 5).

Nesse sentido, a definição de reforma agrária aqui defendida se afasta, enormemente, do sentido de reforma agrária fomentado pelos projetos de colonização que pipocaram no país no século passado. Como destaca Rodrigues (2015:103):

 Durante a década de 1970, o principal meio de ocupação teve por base a colonização da terra, por meio de projetos governamentais ou particulares, que consistia em trazer populações das regiões Sul do País e reorganizá-las em locais pré-estabelecidos pelas colonizadoras.

Assim podemos sintetizar a distinção entre esses conceitos da seguinte forma: enquanto a colonização é compreendida como a "abertura de novas fronteiras agrícolas", reforma agrária é entendida como a prática de regularização fundiária em terras não ocupadas, especialmente as devolutas ou arrecadadas pelo público pelo não cumprimento de sua função social.

Portanto, como estabelecido na Constituinte de 1988, a diferenciação de reforma agrária e colonização se dá no ponto em que há modificação do “regime de posse e uso de uma região para atender a justiça social”.

Por último, cabe destacar a série de ressemantizações que o projeto de reforma agrária vem assumindo em contextos neoliberais. Na obra clássica daqueles que estudam as ruralidades, intitulada “Modo Capitalista de Produção e Agricultura”, de Oliveira (1995), encontramos assertivas ainda atuais para se entender os projetos de reforma agrária em disputa no Brasil, principalmente aquele que se nota hegemônico no capitalismo neoliberal,



A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas - proprietários de terra. Aí reside historicamente a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração de terra (página 82).

Oliveira destaca que essa reforma agrária torna-se uma estratégia de expansão do capitalismo no campo, já que busca converter os camponeses em pequenos capitalistas. No entanto, o autor destaca a antítese do sistema. Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão do capitalismo no campo, a sujeição dos camponeses aos grandes monopólios gera a necessidade de luta contra a propriedade da terra e contra o capital; fato esse perceptível não somente pela magnitude do MST no Brasil, como também por meio da visibilidade adquirida pela agricultura familiar e pelos povos tradicionais, nas últimas décadas no Brasil.

Dito isso, pretendemos compreender não só as diferenças entre os “projetos de reforma agrária”, defendidos pela RURALMINAS (Fundação Rural Mineira) e pela SEDA, mas também refletir sobre as contradições da política agrária agenciada pela Secretaria durante sua breve existência.

A RURALMINAS e as memórias do correntão

Nogueira (2009), ao estudar o processo de expropriação fundiária vivenciada pelos geraizeiros do norte de Minas Gerais, destaca, por meio de narrativas, a face violenta e injusta dessa ação. Dentre elas, nos dá de presente um poema escrito por Idalino de Vargem Grande do Rio Pardo, morador da região que experimentou a chegada da RURALMINAS em sua própria pele.

*Até hoje inda lembro como si fosse agora,
Aqui tudo era sertão,
Mas tudo era muito bom,
Tem alguma coisa na minha memória.
[...]*



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



*Tinha cagaiteira, jatobá, rufão, articum,
Tinha coquinho, araçar, gabioba, muricir
E de janeiro a mezes de março
A tão sonhada coleta do pequi.*

*Até aí tudo bem, mas depois dos anos 70,
Apareceu empresário e fazendeiro
Comprando os direitos de posses,
Por micharia de dinheiro,
Tomando todo serrado,
Mandando tira o gado,
Daí pra cá foi dizispeiro.*

*Vei uma tal de Ruralminas fazendo umas medição
Tomando toda fronteira, um tal de trator de esteira
Arrastando um correntão,
Não ficou nem sequer um pau enpê,
Jogaram tudo no chão.*

Assim como ocorreu em outros estados com grandes extensões territoriais, os governos elaboraram projetos oficiais de colonização, integração e desenvolvimento direcionados para os territórios considerados “carentes”, “vazios” e “pobres”, encarregando dessa empreitada empresas colonizadoras, públicas ou privadas, que garantissem o acesso à propriedade da terra e seu aproveitamento econômico. Esses projetos, como nos conta Barozzo (2007), funcionavam como “portão de escape” a fim de esvaziar os conflitos fundiários ainda latentes no país desde as Ligas Camponesas; no entanto, em vez de reduzir os conflitos no campo, a Fundação Rural Mineira cometeu atrocidades contra os povos tradicionais e o meio ambiente, ampliando o abismo social entre a garantia da propriedade privada e a população sem terra.

A RURALMINAS, responsável pela realização de projetos de colonização no estado até os anos 2000, havia deixado na memória dos trabalhadores rurais um passado de destruição, mortes, perseguições e remoções forçadas. Nos anos sessenta, José Magalhães Pinto instituiu dois aparatos estatais ligados ao tema da terra: a CODEVALE (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) e a RURALMINAS (Fundação Rural Mineira). De acordo com o Decreto nº 4.278, de 1966, a RURALMINAS tinha como objetivo:

[...] a colonização e o desenvolvimento rural no Estado de Minas Gerais, na conformidade das disposições da Lei Federal n. 4.504, de 30 de novembro de 1964



(Estatuto da Terra). Parágrafo único – A Fundação não substituirá o Estado no exercício de suas atribuições próprias, mas agirá supletivamente (MINAS GERAIS, 1966).

As atividades desse órgão englobavam a identificação, o cadastramento e a delimitação das terras devolutas e as ações de reintegração de posse. De acordo com relatório emitido pela RURALMINAS, sua função central era legitimar a posse de ocupantes, transferindo o título da propriedade da terra para esses indivíduos. Tais execuções se pautavam na lei nº 550, editada em 1949. Segundo aponta Felício (2018), o foco oculto era:

Minimizar os conflitos de terra ocorrentes no Norte do estado, pois a situação jurídica da posse da terra na região era de irregularidade, tanto quanto dos grandes fazendeiros, quanto dos ocupantes de menores parcelas de terras, em razão de que as terras historicamente eram reconhecidas como devolutas e foram repassadas a terceiros por eventuais ocupantes que não portavam do título de propriedade (p. 50).

Além disso, de acordo com Leite (2015), a criação da CODEVALE estimulou a chegada de empresas no vale, assim como trouxe investimentos para melhorar a escassa infraestrutura daqueles municípios. Todavia, como retratam diversos autores, tais como Morais Silva (1988) e Voll (1985), a chegada do Estado na região significou para o camponês a intensificação de seu processo de expropriação denominado como o “cerco do capital”; processo esse marcado pela interrupção dos laços tradicionais e dos direitos costumeiros tecidos entre fazendeiros e trabalhadores.

Conforme o documento publicado pela RURALMINAS, em 1976, foram traçadas três áreas prioritárias de ação: norte, noroeste e Vale do Jequitinhonha (RURALMINAS, 1976). No trecho destacado abaixo, temos a tipologia dos projetos de desenvolvimento rural executados nessas áreas durante os anos setenta:

Cerca de 1 milhão e 200 mil hectares foram programados pela RURALMINAS para os polos do norte, noroeste e Jequitinhonha, para os quais já foram aprovados, de um total de 26, os perfis de 20 projetos, que irão formar nestas regiões os maiores maciços de florestas homogêneas do mundo com investimento aproximado de 6 bilhões de cruzeiros, absorvendo diretamente 50 mil trabalhadores e permitindo a instalação de indústrias (6 unidades com capacidade de 1.000 toneladas/dia de celulose) que demandarão investimentos adicionais de 1 bilhão e meio de dólares (*ibidem*, p. 5.)



Nota-se que, apesar de o mesmo documento enfatizar que o foco do órgão seria a legitimação de posses, neste caso o incentivo às florestas comerciais parece indicar um caminho diferenciado ao ter como beneficiárias as indústrias, caracterizando-se, assim, como um projeto de colonização. A menção à geração de empregos também nos ajuda a pensar sobre o processo de mercantilização da terra e imposição ao trabalho, conforme salientou Leite (2005).

De acordo com Lázaro Ramos, que ocupava um cargo de escalão na SEDA até dezembro de 2018, as agroindústrias, ao se instalarem, buscavam construir uma relação próxima com os antigos posseiros, agora trabalhadores, como ceder área para roças, dentre outras, a fim de erguer uma relação de favor. Essa situação narrada pelo então subsecretário não é, de modo algum, inédita na história agrária brasileira. Palmeira (1977), ao analisar as relações entre a classe campesina e o patronato rural nas agroindústrias açucareiras pernambucanas, destacou determinados direitos concedidos ao trabalhador rural,

Mas não há dúvida que a concessão de sítios representa o mais importante dos “prêmios” que o senhor de engenho atribui ao morador, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante (Palmeira, 1977, p.106).

O trabalhador via-se na condição de devendo favor, não enxergando a relação de exploração e violação de direitos que se erguia. Portanto, as transformações no campo mineiro, advindas das políticas de colonização alavancadas pela RURALMINAS, se assemelham ao processo observado no resto do país denominado *modernização conservadora*, marcado pela penetração das forças produtivas, tipicamente capitalistas, na agropecuária nacional, com a estrutura fundiária mantendo-se concentrada nas grandes unidades de exploração agropecuária. E, ainda, aceleraram o processo de expropriação da classe camponesa e sua conversão em mão de obra para agroindústrias, como foi o caso das florestas comerciais instaladas no norte mineiro, narrado no poema de Idalino de Vargem Grande do Rio Pardo.



O Nascimento da SEDA

A vitória de Pimentel simbolizava para muitos a mudança de perspectiva da agenda governamental com relação ao campesinato mineiro. Os movimentos sociais do campo, como ressaltam Costa e Freitas (2019), tinham esperança de que a vitória do PT contribuiria, largamente, para a legitimidade de suas demandas, dentre elas:

Reforma agrária, agroecologia, sucessão rural, recuperação ambiental, soberania alimentar, igualdade de gênero, entre outras bandeiras históricas reprimidas no estado e no Brasil (página 1).

Para compreender melhor o que ocorreu com a política agrária mineira entre 2015 e 2018, é imprescindível recordar a atmosfera política que marcou as eleições de 2014. O segundo turno da política presidencial no Brasil era o embate entre dois projetos: o neoliberal, representado na candidatura de Aécio Neves do PSDB, e o de um centro-esquerda, liderado pelo PT e pela recandidatura de Dilma Rousseff. A eleição foi extremamente disputada, haja vista o esgotamento da hegemonia do projeto do partido dos trabalhadores, desgastado, também, pelas manifestações de junho de 2013. Esse cenário de disputa entre dois projetos se repetia nos estados da federação. Mesmo assim, o candidato Fernando Pimentel (PT) venceu as eleições, em primeiro turno, no estado mineiro, tendo, a seu lado, os movimentos sociais em defesa da classe trabalhadora (Costa e Freitas, 2019). No entanto, a atmosfera de bipolaridade não se encerrou com o período eleitoral. O ataque da direita neoliberal aos projetos democrático-populares se intensificou, acirrando-se ainda mais com o pedido de *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA) foi criada em março de 2015, aprovada por meio da PL 5706/15, após a vitória de Fernando Pimentel nas eleições estaduais de 2014. O novo órgão estatal, direcionado para o fomento de políticas públicas para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, teria o intuito de trazer para o âmbito estadual as políticas e programas executados pelo Ministério de



Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴, repaginado durante o governo Lula⁵.

Pode-se dizer que a SEDA-MG teve uma curta existência, mas, durante os quatro anos em que existiu, viveu intensamente. A história de fundação dessa entidade governamental, narrada nas palavras de Nice, servidora municipal de Alfenas-MG, se assemelha a uma gestação em risco, cujo parto já se sabia que seria um tanto arriscado, haja vista o cenário político de ataque à classe trabalhadora do campo e da cidade como também explicada pelo poder econômico e político da classe patronal mineira.

A proposta da nova Secretaria seria fomentar projetos vinculados à promoção e ao empoderamento da agricultura familiar, assim como garantir a criação dos assentamentos rurais de reforma agrária, além da regularização fundiária de terras ocupadas por famílias sem terra, se aproximando da proposta de reforma agrária defendida pelos movimentos sociais de luta pela terra.

A ideia não era nova. Secretarias de desenvolvimento agrário foram criadas por governos petistas durante a primeira década dos anos dois mil, dentre eles os de Pernambuco e Ceará. O desafio do Governo Pimentel repousava em convencer o legislativo mineiro, em parte defensor dos grandes latifundiários e dos interesses do agronegócio, da mudança de rumo da política agrária em curso até 2014.

No ano de 2014, a RURALMINAS contava com um amplo corpo de profissionais técnicos, além de maquinários, veículos e escritórios regionais. A intenção do novo governo era transferir o patrimônio da Fundação Rural Mineira para a SEDA assim como seu *staff*. No entanto, o processo foi marcado pela resistência dos servidores da RURALMINAS que não aceitavam a reforma administrativa em curso e ainda contavam com o apoio na assembleia legislativa de deputados estaduais como Antônio Carlos Arantes (PSDB), Dalmo Ribeiro

⁴ O histórico do MDA remonta aos anos oitenta, com a criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. Em 1985, a pasta foi renomeada MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Em 1990, o Ministério foi extinto por meio de Medida Provisória. Mais tarde, em 1996, a questão agrária retoma como pasta própria por meio da criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 2000, o governo Cardoso o renomeia MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, regulamentado pelo Decreto nº 3.338/2000. Em 2003, o presidente Lula atualiza a pasta por meio do Decreto nº 4.723/03, que manteve o nome do ministério e, finalmente, definiu suas competências.

⁵ Em 2016, o governo Temer extinguiu o MDA, passando suas competências e atribuições para o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social), Secretaria especial de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ligada à Casa Civil da Presidência da República.



Silva (PSDB) e Fred Costa (PEN). Na perspectiva de Arantes, que liderava a oposição ao governo Pimentel,

É um crime que o governo faz com o setor agropecuário do Estado [...]. A RURALMINAS contribuiu e contribui muito para o desenvolvimento do Norte de Minas e tem feito a diferença na vida de milhares de produtores de todo o Estado. A fundação desenvolve mais de 20 projetos.

Segundo o servidor aposentado da RURALMINAS, Augusto Cesar Soares dos Santos. "a revitalização da fundação vai gerar emprego e renda no meio rural em Minas Gerais". Vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a RURALMINAS foi responsável por planejar e executar projetos de logística de infraestrutura e de engenharia para o desenvolvimento social e econômico do meio rural. No entanto, como destacamos na sessão anterior, os beneficiários das ações da RURALMINAS eram os médios e grandes produtores, os quais contaram com a abundância de oferta de mão de obra gerada a partir do processo de expropriação dos povos que, tradicionalmente, ocupavam o noroeste mineiro. Nota-se que o principal argumento de defesa à RURALMINAS se pautava no *slogan* "emprego e renda", distinguindo-se, assim, fortemente, daquele que viria a ser a bandeira da SEDA - desenvolvimento agrário, tendo como sinônimo acesso à terra aos mais pobres, empoderamento da agricultura familiar e legitimação das posses dos territórios tradicionalmente ocupados.

De acordo com o sítio eletrônico da ALEMG, o PL 3.510/16, que propunha a extinção da RURALMINAS, integrou a reforma administrativa proposta pelo Executivo. O projeto de lei estabeleceu que as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e de Desenvolvimento Agrário (SEDA) passariam a exercer as finalidades da Fundação Rural Mineira. Conforme o texto, os direitos dos servidores efetivos integrantes da atual estrutura seriam preservados, sendo que os cargos das carreiras de analista de desenvolvimento rural, técnico de desenvolvimento rural e auxiliar de desenvolvimento rural seriam lotados na SEDA.



Nesse sentido, fica claro que a luta da oposição pela manutenção da RURALMINAS escondia uma disputa material por financiamento público, que se acirrou com a criação da SEDA. Conforme, sabiamente, constatou Moacyr Palmeira, durante os anos setenta,

Os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação imobiliária, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora. Um capitalismo tributário e atualizado (1989, p. 85).

Até aquele momento, o modelo de desenvolvimento agrário implantado pelo estado mineiro seguia os preceitos da revolução verde:

Todos os recursos públicos estavam voltados para o financiamento de pesquisas e a disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção monocultura em grandes extensões de terra (SAUER & TUBINO, 2012:134).

Segundo os relatos de servidores da SEDA-Alfenas, era nítido o boicote à nova Secretaria. O Patrimônio da RURALMINAS foi destruído pelos servidores a fim de dificultar o início dos trabalhos da nova Secretaria. Caminhonetes foram danificadas, computadores e móveis escondidos para impossibilitar a inauguração da sede regional naquela localidade. Para existir, o escritório contou com a ajuda de servidores municipais que foram cedidos para a SEDA, assim como salas ociosas desocupadas.

Em seguida, iremos apresentar as ações promovidas pela Secretaria, intuito deste trabalho. Os dados estão embasados na entrevista realizada, em setembro de 2018, com o subsecretário da SEDA, em informações publicadas em artigos científicos e em reportagens coletadas na mídia digital.

5. A ampliação da participação popular na elaboração de políticas públicas para o rural

No dia 23 de outubro de 2018, foi realizada uma visita à sede regional da SEDA (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário), localizada no município de Alfenas, Sul de Minas Gerais. Estavam presentes o Subsecretário de Agricultura Familiar, Lázaro Augusto dos Reis, e os atendentes regionais Nice e Neto.

A entrevista tinha como mote coletar informações sobre o trabalho da SEDA-MG no sul do estado. Em primeiro lugar, os entrevistados destacaram a criação da Mesa de Diálogo



de conflitos ambientais e fundiários e da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (denominada informalmente Mesa de Diálogo), instituída por meio do decreto 203, de 1º de julho de 2015. A referida lei foi publicada com o objetivo de

[...] promover debates e negociações com o intuito de prevenir, mediar e solucionar (grifos nossos) de forma justa e pacífica, os conflitos em matéria socioambiental e fundiária, mediante a participação dos setores da sociedade civil e do Governo diretamente envolvidos (MINAS GERAIS, 2015).

Em segundo lugar, destacou-se a criação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT), por meio do Decreto 46.671/2014, e a criação do Grupo Temático de Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, além da Comissão Permanente de Educação do Campo.

Constatamos a criação de comissões e grupos temáticos como uma característica da governabilidade observada em algumas iniciativas municipais desde o processo de democratização brasileira, iniciado nos anos oitenta, e que obedece às diretrizes da CF de 88 de modo a estabelecer a democracia participativa. Essas instâncias foram definidas por Avritzer como *instituições participativas* (Avritzer, 2009): “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas”. A ampliação dos espaços de participação da sociedade civil, no que tange às políticas públicas agrárias, também é uma das demandas dos movimentos de luta pela terra e parece ter colaborado para o aumento da permeabilidade estatal durante o governo Pimentel (Marques, 1999; Silva, 2010).

6. As ações direcionadas à legitimação das posses de famílias sem terra

Uma das hipóteses deste trabalho é que os projetos de reforma agrária defendidos pela SEDA estavam em sintonia com as aspirações do movimento dos sem terra. Dentre as provas dessa argumentação, ganham destaque as tentativas de legitimar posses de acampados, transferindo a propriedade de latifúndios para famílias sem terra. Lázaro Ramos evidenciou a batalha jurídica na qual ele e a SEDA se engajaram nos últimos quatro anos pelo reconhecimento do direito à terra dos coletivos rurais e urbanos de Minas Gerais. Falando da



atuação do governador no âmbito fundiário, o subsecretário utilizava, com recorrência, a expressão “capacidade de ousar”.

Uma dessas “ousadias”, descritas pelo secretário, seria a declaração de três áreas como “área de interesse social” para fins de reforma agrária, pelo governador do estado. A saída jurídica é considerada um marco, pois se apoiou numa Lei Federal de 1962, criada por João Goulart, que permite aos estados e municípios decretarem áreas de interesse social para fins de reforma agrária, apoiando-se também no artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal⁶. A ousadia do governador repousaria na façanha de expropriar grandes proprietários, ato que competiria, de acordo com a CF de 88, apenas à União.

No entanto, Sigaud (2004) nos relembra que a legitimidade das ocupações para a garantia do acesso à terra vinha ocorrendo no país desde os anos oitenta:

Nos últimos vinte anos, ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil. Dela se valem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento sindical e outras tantas organizações existentes no mundo rural. O Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos movimentos, ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que encontram nos acampamentos (página 01).

A antropóloga chama a atenção para o reconhecimento pelo Estado brasileiro das ocupações como um símbolo de luta e garantia de direitos.

Como mais de 90% das desapropriações feitas pelo Incra contemplam as ditas áreas de conflito, ocupar engenhos e nelas montar acampamentos, ou dito de outra forma, valer-se da forma acampamento, tornou-se um recurso incontornável. Este é o ato que cria o conflito por terra e desencadeia o processo que poderá desembocar na desapropriação (*ibidem*, página 19).

Neste trabalho, serão ressaltadas três ocupações reconhecidas pelo governo Pimentel como passíveis de desapropriação: a Fazenda Ariadnópolis (localizada no município de Campo do Meio); a Fazenda Nova Alegria (localizada no município de Felizburgo) e a Fazenda Córrego Fundo-Gravatá (localizada no município de Novo Cruzeiro). As

⁶ É importante distinguir, conforme o faz o ministro do STF Gilmar Mendes, entre o decreto de área de interesse social, para fins de reforma agrária, a fim de promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, daquela ocasionada pelo descumprimento da função social da propriedade, esta última compete apenas à União.



desapropriações foram oficializadas mediante declaração de área de interesse social para fins de reforma agrária pelos decretos 364, 365 e 366, de 25 de setembro de 2015.

6.1. O caso da ex-Usina Ariadnópolis.

O município de Campo do Meio, no sul de Minas, é conhecido pelos estudiosos do rural por ser uma área que concentra muitos acampamentos do MST, evidenciando ser uma região de grandes conflitos agrários. O destaque aqui é para as terras ocupadas pelos sem terra, denominada Quilombo Campo Grande, que engloba 11 acampamentos e reúne quase 500 famílias que ocupam as terras da falida usina desde 1998, um latifúndio de 3.900 hectares. Em artigo publicado por Gilvander Moreira, da mídia digital Ecodebate, o Quilombo Campo Grande produz, aproximadamente, “510 toneladas de café agroecológico por ano, além de 55.000 sacas de milho crioulo, 500 toneladas de feijão, 8 toneladas de mel, além de 40 hectares de hortas, isso apenas na safra entre 2017 e 2018” (Ecodebate, 2018).

Em setembro de 2015, por meio de decreto⁷, o governador de Minas Gerais desapropriou uma área de 3.000 hectares, formando o assentamento Nova Conquista II. De acordo com matéria jornalística do sítio eletrônico da CUT (Central Única dos Trabalhadores), escrita por Rogério Hilário em 23 de novembro de 2016,

O decreto do governador Fernando Pimentel é referente à desapropriação de uma área de cerca de 3.600 hectares. A escritura do terreno estava em nome da Capia (Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo), empresa de beneficiamento de cana-de-açúcar que faliu em 2002. Após a falência, o MST organizou o assentamento no local. Porém, algumas ocupações já haviam iniciado em 1997, quando as operações da empresa já estavam suspensas. De acordo com o advogado Carlos Alberto Torezani, que representou os trabalhadores rurais, no terreno de 3.600 hectares será feita uma colônia agrícola. Ele contou que o local é ocupado por 400 famílias e que o decreto do governador, além da desapropriação, garante uma indenização de R\$ 53 milhões para pagar créditos trabalhistas a ex-empregados da Capia. No julgamento, Carlos Torezani alegou “interesse social” pela terra (CUT, 2016).

Figura 1: À esquerda, imagem da cidade de Campo do Meio (Fonte: Brasil de Fato); à direita, imagem da ocupação da antiga fazenda Ariadnópolis (Fonte: Petição Pública.org).

⁷

DECRETO N° 365, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.



6.2. O caso da Fazenda Nova Alegria

Localizada no Vale do Jequitinhonha, a Fazenda Nova Alegria, de propriedade de Adriano Chafick Luedy, abriga o Acampamento Terra Prometida, formado por 200 (duzentas) famílias filiadas ao MST. Em 2004, o proprietário liderou uma chacina no acampamento, deixando 5 (cinco) trabalhadores mortos e 21 (vinte e um) baleados.

Figura 2: Cinco agricultores foram assassinados, 21 baleados e inúmeras casas, plantações e vidas ficaram arrasadas. (Fonte: Arquivo MST, 2019 b.)



De acordo com notícia veiculada pelo *site* “Brasil de Fato”, que entrevistou o servidor da SEDA-MG Tiago Bueno Flores, as tentativas de desapropriação estavam em curso desde 2009:



Em 2009, o ex-presidente Lula decretou uma área de 1800 hectares da Fazenda Nova Alegria como passível de desapropriação, perante o descumprimento das funções social, ambiental e de bem-estar. [...] O decreto se baseou no crime ambiental cometido por Chafik, que desmatou grande parte da vegetação nativa para fazer pasto, inclusive uma Área de Preservação Permanente (APP). Foi o primeiro caso de desapropriação dessa natureza no país. (Wallace Oliveira, Brasil de Fato, 1º de dezembro de 2017).

Dois anos após o decreto de interesse social para fins de reforma agrária ser publicado pelo governador, o laudo cartográfico realizado pelos técnicos da SEDA, publicado em 2017, comprovou que a terra reivindicada pelo proprietário havia sido adquirida por meio de grilagem, o que anularia o pedido de reintegração de posse. No entanto, como veremos mais adiante, o caso fora judicializado, devido à falta de vontade de uma das partes de colaborar, e permanece em curso na justiça.

6.3. O caso da Fazenda Córrego Fundo - Gravatá

A terceira desapropriação para fins de reforma agrária, realizada pelo governo estadual, foi a que ocorreu no município de Novo Cruzeiro⁸. Na fazenda Córrego Fundo - Gravatá, encontra-se o acampamento Nova Vida, formado em 2001, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Figura 3: Acampamento Nova Vida (Fonte: MST, 2015.)



⁸

DECRETO NE Nº 364, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.



O local pertence ao fazendeiro Erpino Alves Faria, herdeiro de Olinto Alves (já falecido), mas não cumpria sua função social por ser improdutivo. De acordo com publicação do sítio eletrônico “Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil”, vinculado à FIOCRUZ (2015):

O Acampamento Nova Vida é altamente produtivo, sendo responsável pelo abastecimento da cidade de Novo Cruzeiro e de outros municípios da região. São 373 hectares de terra que hoje abrigam 32 famílias remanescentes. No acampamento se produz milho e feijão em larga escala, além de mandioca, abóbora, hortaliças e outras culturas variadas e orgânicas; o acampamento também conta com a atividade apícola, que rende cerca de 70 quilos de mel silvestre a cada retirada.

O decreto do governador atendia a uma demanda do município de Novo Cruzeiro, que, em 2014, decretou a área da fazenda de utilidade social, destinada à conformação de uma colônia agrícola, e se dispôs a pagar uma parte do dinheiro da desapropriação de parte da área.

As três áreas decretadas pelo governador de interesse social têm elementos em comum: as ocupações foram organizadas pelo MST, são altamente produtivas e se localizam em uma região de conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais sem terra. Como vimos, todas foram decretadas em 2015, no primeiro ano de governo, demonstrando mais do que uma vontade individual de Pimentel em reduzir os conflitos no campo e realizar ações em prol dos sem terra.

7. O fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais

Outra bandeira defendida pela SEDA-MG era o fortalecimento da agricultura familiar. Nice, servidora efetiva da prefeitura de Alfenas cedida à SEDA, durante entrevista realizada em 2018, nos contou sobre os avanços alcançados naquele município.

Nice é agricultora e possui um sítio na região, com a produção, em pequena escala, de café, horta e cultivo de animais. A servidora relata que o local onde reside vem sofrendo pressão de uma grande empresa cafeicultora para que os sitiantes vendam seus terrenos para a companhia. No momento da entrevista, muitos já haviam vendido suas terras; ela, porém, resistia. Era recorrente o uso de agrotóxicos pelos novos vizinhos, causando danos nos



cultivos de Nice, como a morte das galinhas. A sitiante mantinha uma relação próxima com os agricultores familiares e trabalhadores rurais do sul de Minas, relação essa construída muito antes de trabalhar para a SEDA.

A servidora participou, ativamente, da criação da Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas (Faca), instituída em fevereiro de 2018, a partir de uma parceria entre a SEDA-MG, a prefeitura e a UNIFAL (Universidade Federal de Alfenas). Os feirantes são assentados da reforma agrária do município de Campo do Meio, organizados por meio da Cooperativa Camponesa, vinculada ao MST.

Além disso, podemos citar a elaboração e a melhoria do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar do estado de Minas. Leão e Beserra (2016) destacam o caráter inédito de algumas medidas contidas nesse decreto, como a limitação da categoria de agricultores que pode participar da chamada pública do PAA:

o valor máximo anual de venda – tratado no art. 7º da Lei nº 20.608/2013 – como sendo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar, por ano. Quando se tratar de organização de agricultores familiares, o valor anual máximo a ser pago será o montante citado, multiplicado pelo número total de agricultores familiares associados (ibidem, página 9).

Somadas a essas iniciativas, temos, ainda, os destaques feitos por Costa e Freitas (2019), pesquisadoras e ex-servidoras do SEDA na obra “Governo, políticas públicas e os desafios para a agroecologia – a experiência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA-MG)”, dentre eles:

O fomento à produção e agroindústrias familiares; à implantação de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas; ao manejo sustentável das frutas do cerrado mineiro (COSTA & FREITAS, 2019: página 10 .)

Todavia, o foco da publicação das ex-servidoras foi provar que aquelas políticas públicas direcionadas para o campesinato durante o governo Pimentel eram, em larga medida, frágeis, devendo ser entendidas como ações de governo, e não de Estado.

8. Governo Zema: As reintegrações em curso

Em outubro de 2018, após a vitória de Romeu Zema (Partido Novo) nas eleições para



governador, o medo e a incerteza se instalaram na SEDA. O candidato vinha de tradição empresarial e administrativa e possuía patrimônio financeiro considerável. (Baptista & Camelo, 2019). Zema alimentava certa aversão às políticas mais alinhadas à esquerda assim como um sentimento de antipetismo, demonstrando claro alinhamento à ideologia difundida pelos grandes empresários rurais mineiros. O futuro dos agricultores familiares, da população sem terra, das comunidades e dos povos tradicionais e da juventude do campo era incerto, assim como também o era o dos servidores da SEDA.

Durante o evento de encerramento do projeto de pesquisa que deu luz a este estudo, realizado em dezembro de 2018, na cidade de Poços de Caldas-MG, intitulado “Mesa Redonda: Direitos Humanos, Luta pela Terra e Políticas Fundiárias”, o qual reuniu pesquisadores, gestores públicos e representantes de movimentos sociais de luta pela terra de Minas, o clima era de apreensão pelo futuro que se avizinhava. Compomos a mesa com representantes da SEDA e do MST, a saber: Marcos Bertachi, professor na escola Eduardo Galeano, localizada no Acampamento Quilombo Grande, no município de Campo do Meio – MG, convidado como representante do MST; o Subsecretário da Agricultura Familiar da SEDA, Lazaro Augusto dos Reis; e o integrante da assessoria institucional da Secretaria, que possui experiência em geografia agrária, extensão rural e mediação de conflitos agrários, Tiago Bueno Flores. Reunidos lado a lado, MST e SEDA, ambos demonstravam para o público a sinergia com que atuavam no sul de Minas, de mãos dadas, resultado do estreitamento das relações e do diálogo rotineiro entre essas duas esferas, ocasionados pela ascensão do PT no governo mineiro e a consequente ampliação dos espaços de participação dos movimentos sociais na esfera estatal.

Para elencar apenas alguns dos retrocessos observados após a posse de Romeu Zema, decidimos retomar os casos das fazendas decretadas como área de interesse social, apresentadas neste *paper*.

No dia 19 de julho de 2019, passados sete meses da gestão Zema, o então governador revogou o decreto de desapropriação da antiga usina Ariadnópolis⁹, que destinava as terras as

⁹ Decreto nº 378, de 19 de julho de 2019. Revoga o decreto ne nº 365, de 25 de setembro de 2015, e o decreto ne nº 107, de 8 de março de 2016. O governador do estado de Minas Gerais, no uso de



450 famílias acampadas desde 1997 (MST, 2019 c).

Na Fazenda Nova Alegria, em Felizburgo, o despejo não foi diferente. Mesmo com estudos da cadeia dominial do terreno, comprovando que as terras foram griladas e pertenciam ao Estado, existe um processo de reintegração de posse em andamento na Vara Agrária. A advogada do MST, doutora Letícia Santos, explica que a ação do governo anterior havia suspenso a reintegração, mas, em 2019, “o juiz da ação possessória, retomou o andamento processual”, explica a jurista. (MST, 2019 a e b).

Na fazenda Córrego Fundo-Gravatá, no município de Novo Cruzeiro, o Acampamento Nova Vida vem sofrendo outra ameaça de despejo, a partir de uma ação de reintegração de posse, por parte dos proprietários, ajuizada na 3ª Vara Agrária de Minas Gerais. Acredita-se que há uma forte articulação política que visa transformar a área da fazenda em plantação de eucalipto.

9. Considerações finais

A mudança de clientela do Estado, percebida durante o governo Pimentel, especialmente a partir da criação da SEDA, está intimamente associada às estreitas relações existentes entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra), já observada em outros trabalhos como de Silva (2010) e Abers et al (2014). Nice, servidora da prefeitura de Alfenas cedida para a SEDA, ao nos contar sobre o processo de transição do patrimônio da RURALMINAS para a SEDA, destacou as estratégias dos servidores do antigo órgão para boicotar a nova Secretaria, optando, inclusive, por sua extinção. Esse fato, atrelado aos demais supracitados, evidencia as diferenças políticas entre aquelas duas entidades. Enquanto a RURALMINAS tinha como cliente o patronato rural mineiro, a criação da SEDA visava atender às demandas da classe campesina.

atribuição que lhe confere o inciso vii do art. 90 da Constituição do Estado, decreta: art. 1º – fica revogado o decreto nº 365, de 25 de setembro de 2015, que declara de interesse social, para desapropriação de pleno domínio, a fazenda Ariadnópolis, no município de Campo do Meio.



Chamamos atenção para as diferenças nas matrizes discursivas que sustentaram as ações estatais antes e depois da criação da SEDA: enquanto, no contexto anterior, os vocábulos em destaque eram agroindústria e desenvolvimento, no posterior, os programas direcionados ao rural tinham como mote a justiça social, a cidadania e a fixação dos camponeses no campo.

O reconhecimento da reforma agrária como agenda de governo em Minas, no período entre 2015 e 2018, revelou as contradições e disputas que permeiam o Estado e o caráter influenciável deste; todavia, a retomada das ações voltadas para a mercantilização das terras e o fortalecimento das reintegrações de posse marcam a notável hegemonia do agronegócio no campo mineiro, demonstrando a fragilidade dos decretos do executivo que a sustentavam. Como Costa e Freitas (2019) destacaram, as decisões tomadas via decretos estaduais indicavam uma existência curta e um fracasso a médio e longo prazo, caso o PT perdesse as eleições de 2018.

As chamadas públicas realizadas, grupos de trabalho, espaços de diálogos, parcerias realizadas ou mesmo investimentos ampliados em determinadas ações são decisões governamentais que podem ser facilmente desconstruídas a depender do governo em questão. Tal aspecto não diminui a importância de tais medidas, porém compromete uma proposta de desenvolvimento agrário que, necessariamente, é de longo prazo (ibidem: página 18).

Mesmo assim, o reconhecimento e a legitimidade das ocupações no território mineiro, por meio do decreto de área de interesse social para fins de reforma agrária, se vinculam, sobretudo, à ampliação dos espaços de participação e da entrada de lideranças sem terra nesses espaços, instituições participativas mais duráveis e difíceis de serem derrubadas. Portanto, na medida em que atores com experiências em movimentos sociais assumem cargos governamentais, aumenta-se o repertório de interação entre Sociedade e Estado, fomentando o surgimento de experiências criativas, como a adotada pela equipe de Pimentel (Abers et al, 2014).

Dessa forma, o sentido de reforma agrária, defendido pelo governo Pimentel, se aproximou daquele defendido pelas entidades em defesa dos trabalhadores rurais, ainda que sem romper com o tipo de reforma agrária vigente em sistemas capitalistas.



10. Referências Bibliográficas.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula.** Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, June 2014.

ANDRADE, Ricardo santos de. História e importância da cooperativa dos camponeses sul mineira (camponesa) para a agricultura familiar no sul/sudoeste de Minas Gerais.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e participação no Brasil democrático. Experiências nacionais de participação social.** São Paulo: Cortez, p. 27-54, 2009.

BAPTISTA, Érica Anita; CAMELO, Pedro Henrique Bicalho. **Político não, gestor!** Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia e Eleições do VIII Congresso da Associação 1 Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

BARROZO, João Carlos. Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino. EdUFMT, 2007.

COSTA, Marcela Menezes; FREITAS, Viète Passos. **Governo, políticas públicas e os desafios para a agroecologia—a experiência da secretaria de estado de desenvolvimento agrário de Minas Gerais (seda-mg).** In: VIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA IFMG-RIBEIRÃO DAS NEVES. 2019.

FELÍCIO, Adâmara Santos Gonçalves. Projeto Jaíba - Etapa I: análise do processo de concentração da terra em um perímetro irrigado.(2018).Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

FILHO, José Juliano De Carvalho. Reforma Agrária: de eleições a eleições. Estudos Avançados 11 (31), 1997: 99-109.

GOMES, R. M.; CLEPS JR, J. **Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro.** Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil, v. 1, p. 131-169, 2006.



LEÃO, Gabriela de Azevedo & BESERRA, Julye. **A experiência do estado de Minas Gerais na implementação e execução da política estadual de aquisição de alimentos da agricultura familiar.** Trabalhos completos. IX Congresso CONSAD de Gestão Pública. Julho de 2016. Brasília/DF.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista.** 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária: Concepções, controvérsias e questões.** Riad: Cadernos Temáticos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1994.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais.** 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** Editora Atica, 1995.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional.** Contraponto. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels, 1977.

RANIERI, S. B. L. **Retrospecto da reforma agrária no Brasil e no mundo.** In: GERARD. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas & letras, 2003. Cap. 1 p218.

ROSA, Marcelo Carvalho. **Espectros de Mamdani: desafios de uma sociologia da vida política rural na África do Sul contemporânea.** Estudos de Sociologia (Recife), v. 15, p. 1-15, 2009.

_____. **Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares.** Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 292-318

RURALMINAS. **Colonização e Desenvolvimento Agrário RURALMINAS - 10 anos.** Belo Horizonte, MG (Brasil), 20 p. 1976.

SAUER, Sérgio; TUBINO, Nilton Luis Godoy. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **REVISTA NERA**, n. 11, p. 131-148, 2012.

SIGAUD, Lygia. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil.** Cuadernos de antropología social, n. 20, p. 11-23, 2004.



SILVA, Marcelo Kunrath. **Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional.** *Sociologias*, 2006, vol. 8, no 16, p. 156-79.

SILVA, Raimundo Pires. **A gestão do INCRA e a questão agrária em São Paulo: período 2003-2010.** *Revista Eletrônica Retratos de Assentamentos*, v. 14, n. 1, p. 323-336, 2011.

11. Artigos de Jornal e mídia eletrônica consultados:

ECODEBATE. **A luta pela terra em Campo do Meio, MG: Memória necessária.** Escrito por Gilvander Moreira. Publicado em 28 de novembro de 2018. Acesso em 18 de abril de 2020.

FIOCRUZ. **Trabalhadores rurais Sem Terra do Acampamento Nova Vida, da Fazenda Córrego Fundo-Gravatá, em Novo Cruzeiro, lutam contra reintegração de posse.** Publicado em Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. 2015. Acesso em 18 de abril de 2020.

G1. **Desapropriação é anunciada para assentamento em Campo do Meio.** Escrito por Daniela Ayres. Publicado em 25 de setembro de 2015. Acesso em 18 de abril de 2020. HILÁRIO, Rogério. **“Tribunal de Justiça legitima decreto de desapropriação da Fazenda Ariadnópolis”.** Publicado em 23 de novembro de 2016. CUT Minas Gerais. Acesso em 18 de abril de 2020.

MST. **Famílias de Felisburgo (MG) sofrem novas ameaças após juiz marcar audiência na região.** Escrito por Geanini Haebardt. Publicado em 10 de dezembro de 2019(a). Acesso em 18 de abril de 2020.

_____. **Após 15 anos, famílias vítimas do Massacre de Felisburgo anseiam por assentamento.** Escrito por Matheus Teixeira e Geanini Haebardt. Publicado em 21 de novembro de 2019(b). Acesso em 18 de abril de 2020.

MST. **Governador de Minas Gerais revoga o decreto de desapropriação da antiga usina Ariadnópolis.** Publicado em 23 de julho de 2019 (c). Acesso em 18 de abril de 2020.

MST. **Após 13 anos, famílias correm risco de despejo do Acampamento Nova Vida, em MG.** Escrito por Maura Silva. Publicado em 26 de janeiro de 2015. Acesso em 18 de abril de 2020.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



(Des)continuidades da inclusão produtiva rural de Povos e Comunidades Tradicionais: uma leitura a partir do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Camila Batista Marins Carneiro - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Resumo

Este trabalho discute a trajetória e as mudanças de estratégias no atendimento a povos e comunidades tradicionais (PCTs) pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural). Busca-se apresentar uma análise do histórico de atendimento a esse público desde a criação do Programa (2011) até a atualidade, apontando avanços e desafios da implementação do Programa no sentido de garantir o atendimento com qualidade e considerando as especificidades dos PCTs. Reconhece-se que a inclusão das famílias de PCTs em ações que fortaleçam suas capacidades produtivas - como o Programa Fomento Rural, é essencial para a consolidação de estratégias de sustentabilidade econômica e socioambiental que resultem em ampliação da segurança alimentar e nutricional e da qualidade de vida. Ao final desta análise, são feitos apontamentos acerca dos rumos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Palavras-chave: povos e comunidades tradicionais; ATER; Programa Fomento Rural.



Introdução

Este trabalho objetiva discutir a trajetória e as mudanças de estratégia para o atendimento a povos e comunidades tradicionais (PCTs) pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural). Para tanto, o artigo narra a trajetória do programa e as diferentes estratégias usadas para atender o público de PCTs. A ocorrência de Chamadas Públicas de Ater diferenciadas para PCTs e a acomodação, mais recente, do atendimento em Acordos de Cooperação Técnica dão a tônica do debate acerca dos limites e das potencialidades da estratégia de inclusão produtiva rural levadas aos PCTs. Por fim, o texto reflete sobre a contribuição oferecida pelo Programa Fomento Rural para a consecução de políticas públicas estruturantes aos PCTs, problematizando as mudanças na estratégia de execução do Programa, especialmente a partir do ano de 2016.

O Programa Fomento Rural foi criado pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011, e é regulamentado pelo Decreto nº 9.221, de 16/12/2017, com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e em situação de vulnerabilidade social. Importante destacar que o Programa foi criado no contexto do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), lançado também em 2011, durante o primeiro governo da então presidente Dilma Rouseff.

O PBSM objetivava superar a miséria do país até o ano de 2014, por meio da articulação de três eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. A articulação desses eixos, bem como o envolvimento de diversos Ministérios e órgãos públicos, revelava a percepção complexa e multidimensional da pobreza (Ibase, 2013). Diversos autores (Yasabek, 2008 e 2010; Walter, 2012; Ipea 2006; entre outros) corroboram a visão da pobreza como uma categoria multidimensional, que não se expressa apenas na carência de bens materiais, mas também na carência de direitos, oportunidades, informação e nas distintas situações de precariedades



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



relacionadas à inserção social. Assim, entende-se que a renda é essencial para identificação e superação da pobreza, mas que, no entanto, precisa estar aliada a ações e programas que visem o acesso a bens, recursos e serviços.

Neste contexto, o PBSM se propôs a enfrentar a pobreza através da articulação entre os programas e políticas sociais com o objetivo de atender às múltiplas necessidades do cidadão e do grupo familiar. O Programa Fomento Rural compunha o eixo de Inclusão Produtiva Rural, articulando duas ações: o acompanhamento social e produtivo e a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil a depender da modalidade do Programa. O objetivo do Programa é apoiar as famílias a fim de que ampliem ou diversifiquem a sua produção de alimentos e de que gerem renda a partir da venda dos excedentes da produção, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e para a superação da situação de pobreza.

No desenho inicial de operacionalização do Programa, o repasse dos recursos financeiros era garantido pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania (MC), e o acompanhamento técnico era realizado exclusivamente por entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contratadas pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A contratação das entidades prestadoras de ATER ocorria por meio de editais de Chamadas Públicas.

O Programa Fomento Rural foi proposto inicialmente para agricultores familiares e em seus primeiros anos de execução do Programa - entre 2011 e 2016, foram destacadas metas, em Chamadas Públicas de ATER, específicas para o atendimento de famílias de PCTs, como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. O lançamento de Chamadas Públicas de ATER diferenciadas para PCTs situa-se no campo de disputas pelo reconhecimento da



identidade múltipla, diversa e específica desse público, em relação à categoria de agricultor familiar. Do ponto de vista legal, os PCTs são beneficiários da Lei da Agricultura Familiar - nº 11.326/2006 e, portanto, são considerados como potenciais beneficiários das políticas e ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Carneiro, Santos, Guedes e Lisboa (2018) ao analisarem a emergência do conceito de PCTs, argumentaram que o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, dos PCTs como beneficiários da Lei da Agricultura Familiar, por um lado, pode ser visto como um avanço e uma conquista de direitos por parte dessas famílias, e, por outro, suscita o debate sobre a necessidade de formulação de políticas públicas que levem em conta as especificidades históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas desse público. Sobre esse tema, Carneiro e Santos (2016), ao discutirem a importância do atendimento a PCTs pelo Programa Fomento Rural por meio do lançamento das Chamadas Públicas específicas, apontaram como essa estratégia se mostrou adequada e efetiva para a inclusão produtiva desse público, uma vez que aquelas Chamadas levavam em conta as particularidades dos PCTs, frente a agricultura familiar em sentido amplo.

Cumprir informar que a construção deste artigo se vincula com a trajetória profissional das autoras, que estiveram (ou estão) diretamente envolvidas na execução do Programa Fomento Rural¹, e ao atendimento de PCTs. Logo, ao longo dos anos, viemos nos debruçando e acompanhando as diferentes estratégias de atendimento a esse público, bem como sistematizando e socializando a experiência dessa atuação por meio dos artigos supracitados, entre outros, com o objetivo de também aprimorar nossa atuação profissional.

¹ Celiana Santos foi coordenadora da Coordenação-Geral de Apoio a PCTs entre os anos de 2012 a 2016, onde acompanhou a elaboração de metas para atendimento de PCTs no Programa Fomento. Camila Carneiro era técnica da supracitada Coordenação e coordenadora entre os anos de 2017 e 2020, atualmente é técnica da Coordenação Geral de Fomento Rural. E Iorrana Lisboa foi técnica da Coordenação do Fomento Rural (2013-2016) e da de PCT (2016-2019) e desde 2019 é coordenadora da Coordenação Geral de Fomento Rural.



Para a elaboração deste artigo, utilizamos duas formas de coleta de dados: observação participante e levantamento de dados dos sistemas de monitoramento do Ministério da Cidadania. Com isso, as discussões apresentadas a seguir resultam da articulação entre os dados, da experiência profissional com a temática e de revisão bibliográfica. Neste sentido, esta pesquisa flerta com o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, em que se escreve a partir das próprias vivências – no caso, pessoais/profissionais.

Do reconhecimento da agenda de PCTs

Autores como Little (2002); Almeida (2006); Cunha e Almeida (2001); apontam a importância da Constituição Federal/88 em reconhecer formalmente as identidades indígenas e quilombolas, na medida em que a garantia do direito constitucional desses grupos à terra e ao território rompe com a invisibilidade (histórica) a que foram submetidos.

No contexto de reconhecimento de identidades e ampliação de direitos, em 2006ⁱ, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos PCTs (CNPCT). A Comissão tinha uma composição paritária entre governo e sociedade civil, sendo composta por 15 representantes de diferentes segmentos de PCTs, além de 15 representantes de órgãos governamentais.

O conceito de PCTs adotado neste trabalho é o estabelecido pelo Estado brasileiro, por meio do Decreto nº 6.040/2007, que os define como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)



A construção conceitual da categoria PCT derivou de um processo teórico e prático, materializado na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)², a qual demonstra o reconhecimento dessas populações como sujeito de direitos. Pondera-se que o reconhecimento, por parte do Estado, das especificidades dos PCTs advém das lutas pela garantia de direitos ambientais e territoriais trazidas à tona pelos movimentos sociais extrativistas e de povos indígenas, nas décadas de 1980 e 1990.

Cabe o registro de que tanto a criação da CNPCT quanto a publicação da PNPCT refletem um momento da história recente do país marcado pela abertura para o diálogo³ com diversos setores da sociedade civil. Avritzer (2007) pondera que a emergência de instituições participativas no Brasil provoca o “aumento da representação (Gurza Lavalle, Houtzagere Castello, 2006), seja pelo fato de que os próprios atores sociais passaram a se denominar representantes da sociedade civil, seja por que o Estado passou a lidar institucionalmente com uma representação oficial da sociedade civil” (p. 443).

A partir de estudos sobre as comunidades faxinalenses, no Paraná, Olesko (2013) apresenta como não só este grupo, mas também os demais PCTs podem ser vistos como “novos-velhos sujeitos”, dado que, apesar do reconhecimento recente de suas identidades e especificidades, suas lutas são antigas. A crescente visibilidade desses “novos-velhos sujeitos” evidenciou a necessidade de repensar a composição da CNPCT, considerando ainda que os movimentos sociais de PCTs apontam a existência de 84 segmentos de PCTs no Brasil⁴. É neste contexto, de

² Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

³ Dados da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) informam que entre os anos de 2003 e 2013 “foram criados dezenove Conselhos e outros dezesseis foram reformulados”. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/participacao-social/conselhos-nacionais/conselhos-e-comissoes-2014.pdf>.

⁴ Conforme consta na “Manifestação da sociedade civil sobre a recriação do Conselho Nacional de PCTs- CNPCT”. Disponível em:



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



reconhecimento recente do Estado brasileiro da diversidade de “territorialidades específicas” (Almeida, 2006), que podemos compreender o processo de reestruturação da CNPCT, por meio da instituição do Conselho Nacional dos PCTs (CNPCT) através do Decreto 8.750/2016.

O “novo” CNPCT é composto majoritariamente por membros da sociedade civil, sendo “quarenta e quatro membros titulares, dos quais vinte e nove representantes da sociedade civil e quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal, com direito a voz e a voto” (Brasil, 2016). Os vinte e nove (29) segmentos de PCTs que possuem assento atualmente no CNPCT são: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos; e juventude de PCTs.

Apesar do CNPCT não ter entre as suas atribuições e competências o de cancelar segmentos de PCTs no país, na medida em que, em consonância com a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), parte da premissa da autoidentificação como critério para identificar grupos tradicionais, ter uma vaga no Conselho significa para esses movimentos sociais uma forma de sair da invisibilidade e ter sua existência, bem como suas pautas e demandas, reconhecidas pelo Estado. Apesar dos avanços no reconhecimento das identidades e das demandas dos PCTs por parte do Estado brasileiro, é importante observar que o processo histórico de invisibilização de suas

<http://redecerrado.org.br/wp-content/uploads/2019/05/manifesta%C3%A7%C3%A3o-soc-civil-RECRICA-ACAO-CNPCT.pdf>.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



especificidades contribuiu para o agravamento da situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional (INSAN) dessas populações. Em 2011, o extinto Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, por meio da Exposição de Motivos. nº 003-2017, destacou o racismo institucional como um fator preponderante para compreender a dificuldade do acesso à terra e ao território, bem como a violação do Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos indígenas e PCTs:

Para o Consea, o racismo institucional faz parte da estrutura do sistema que mantém esses sujeitos de direito em constante vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional e impede sobremaneira o acesso destes povos “invisibilizados” à terra e ao território. Além disso, o racismo institucional se manifesta também na invisibilidade das inequidades nas políticas públicas de caráter universal, ou seja, na ausência de mecanismos para diferenciar e permitir o acesso, garantir a cobertura e reconhecimento das especificidades (BRASIL/CONSEA, 2017).

A percepção de que os PCTs estão em maior situação de INSAN é corroborada por estudos realizados no âmbito do Ministério da Cidadania, como o Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (MAPA INSAN). Esse estudo, executado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) nos anos de 2016 (ano referência 2014) e 2018 (ano referência 2016), identificou as famílias e indivíduos que se encontravam em INSAN, a partir do cruzamento entre dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. De acordo com relatório do Mapa INSAN: “apesar de a fome já não ser mais considerada um problema estrutural, ela ainda persiste em grupos de populações tradicionais e específicas, o que demanda do Estado brasileiro ações e estratégias mais focalizadas e específicas nos territórios mais vulneráveis” (Estudo Técnico CAISAN, 2016).



O MAPA INSAN aponta que a desnutrição em crianças até 5 anos é maior em indígenas e quilombolas em relação a outras crianças do meio rural brasileiro. Importante destacar que só há informações relativas a dois segmentos de PCTs: indígenas e quilombolas, mas esses dados refletem a realidade de negros (pardos e pretos), que são a maioria dos PCTs e, portanto, pode-se estender essa análise a todos os segmentos de PCTs, uma vez que são famílias que convivem com discriminação étnico racial e/ou cultural.

Da mesma forma, o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) - O Estado da segurança alimentar e nutrição no mundo 2014 (SOFI) mostrou que o Brasil saiu do Mapa da Fome da FAO⁵ e apontou que grande parte da população que permanecia na situação de insegurança alimentar e nutricional era pertencente a PCTs.

Nesse sentido, para romper com o processo de invisibilidade e racismo institucional se faz necessário pensar estratégias diferenciadas, que respeitem e levem em conta as especificidades dos PCTs para acessar políticas públicas, em geral e o Programa Fomento Rural, neste caso específico. Schröder e Lisboa (2015), nesse sentido, afirmam que “é necessário aprimorar a atuação intersetorial, a gestão compartilhada e articulada dos instrumentos disponíveis, os incentivos contratuais e legais que assegurem o foco e a efetividade do atendimento e a integração de bases de dados para facilitar a definição do público beneficiário”.

As estratégias do Programa Fomento Rural ao atendimento de PCTs

Durante os primeiros anos do Programa Fomento Rural, a execução do Programa tanto para agricultores familiares quanto para PCTs era feita

⁵ Dentre os principais elementos chaves para a mudança dessa situação foram apontados no Relatório: (1) Crescimento econômico inclusivo, (2) presença de um sistema de proteção social (3) políticas de apoio a agricultura familiar e a pequena agricultura, (4) o papel do comércio exterior de alimentos.



conjuntamente entre MDS e MDA, por meio do lançamento de Chamadas Públicas para contratação dos serviços de Ater. Desta forma, o orçamento destinado à execução do Programa previa tanto o pagamento pela prestação do serviço de ATER quanto o pagamento das parcelas do recurso de R\$2.400,00 às famílias beneficiárias.

Até o ano de 2015, foram lançadas 10 Chamadas Públicas de ATER/Fomento, específicas para PCTs, que tinham como meta atender 34.610 mil famílias de PCTs, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Chamadas de ATER/FOMENTO para PCTs lançadas no âmbito do PBSM.

Segmento	Chamada Pública	UFs	Nº de Famílias beneficiárias
Quilombolas	DPMRQ/MDA 003/2011	MG, BA, PE, PA, ES e MA	5.520
	DPMRQ/MDA 009/2012	AL, GO, MA, PA e PI	4.500
	DPMRQ/MDA006/2014	AP, BA, MT, MG e PA	5.000
Subtotal	03 Chamadas	11 UFs	15.020
Indígenas	DPMRQ/MDA 001/2013	MT e RS	3.000
	SAF/ATER 003/2014	AM	1.500



	SAF/ATER 007/2014	MS	3.090
	SAF/ATER 008/2014	RR	1.800
	SAF/ATER 009/2014	AM	1.500
	001/2015	CE, SE, AL, BA, PE	5.200
Subtotal	06 Chamadas	11 UFs	16.090
Pescado res Artesan ais	DPMRQ/MDA 013/2012	PA e BA	3.500
Subtotal	01 Chamada	02 Ufs	3.500
Total	10 Chamadas		34.610

Fonte: Levantamento Coordenação Geral de Fomento/MC/2020.

É possível observar que a previsão de atendimento a indígenas e quilombolas era semelhante, em termos de quantitativos de famílias e de Estados. A maior concentração de atendimento a esses dois segmentos pode ser explicada pelo fato de ambos terem reconhecimento e garantia a direitos pela Constituição Federal de 88 (indígenas arts. 231; 232 e quilombolas ADCT art. 68; art. 216), o que gerou a conquista de espaços próprios de diálogo com o Estado, como Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Agenda Social Quilombola e comitê gestor do Programa Brasil Quilombola (PBQ), além do próprio espaço do CNPCT. Essa maior visibilidade se expressa (i) na criação de órgãos cuja atribuição e competência é de articular políticas públicas para indígenas e quilombolas, como a FUNAI, a Fundação Cultural Palmares e a



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR⁶); (ii) nos recursos carimbados para executar ações governamentais e políticas públicas; (iii) nas metas específicas (destacadas dos demais PCTs) no Plano PluriAnual (PPA⁷); entre outros.

Além das Chamadas Ater/Fomento para indígenas e quilombolas, foi lançada uma Chamada específica para o atendimento de pescadores artesanais. Uma das explicações para o lançamento desta Chamada era a existência à época do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o que representava tanto o reconhecimento da atividade da pesca como relevante para o país, quanto uma capacidade maior de negociação das demandas deste segmento.

Naquele momento, a definição de metas e áreas de atendimento das famílias de PCTs, além de ser feita conjuntamente entre os então MDS e MDA, envolvia a participação da FUNAI, no caso de famílias indígenas; da Seppir, no caso das famílias quilombolas; e do extinto MPA, no caso das famílias de pescadores artesanais. Nesse sentido, a indicação das comunidades, terras e/ou territórios para serem atendidos pelo Fomento considerava tanto estudos realizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MC) - por exemplo, os relatórios da pesquisa de “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” (2014) e do “Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família (PBF) entre Povos Indígenas” (2015) - como as indicações dos órgãos parceiros - por exemplo, o caso do MPA de territórios e comunidades com alta vulnerabilidade social e econômica das famílias e os registros de INSAN.

⁶ A SEPPIR tinha status de Ministério e atualmente foi transformada em uma Secretaria Nacional de Promoção à Igualdade Racial (SNPIR) dentro do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – MMFDH.

⁷ O Plano Plurianual – PPA é o documento que define as prioridades do Governo para o período de quatro anos, no qual um ano não coincide com o mandato presidencial.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Os estados que mais aparecem nas Chamadas são situados nas regiões Norte e Nordeste, o que pode ser explicado, de um lado, pela maior presença daqueles PCTs nesses territórios, e por outro, pela grande incidência de pobreza e vulnerabilidade social nessas regiões. Relatórios de estudos recentes como a publicação do Food for Justice Working Paper Series intitulada: “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil e a publicação da Rede Brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) intitulada: “Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil”, ambos de 2021, mostram que a pobreza, a fome e a insegurança alimentar e nutricional no Brasil têm (e sempre tiveram) cor, lugar e gênero. De acordo com as pesquisas, a vulnerabilidade socioeconômica e a INSAN atingem mais as mulheres negras (as pesquisas não apresentaram recorte indígena) que residem nas regiões Norte e Nordeste do país.

É interessante destacar o número de famílias atendidas no âmbito das Chamadas do Fomento Rural, foi inferior ao número das famílias previsto quando de seu lançamento. Carneiro e Santos (2016) observaram algumas situações que contribuíram para a diferença entre a meta de atendimento e o número de famílias que recebeu o recurso do Programa, quais sejam:

- a) necessidade de republicação de Chamadas Públicas: alguns lotes das Chamadas não receberam propostas de entidades de ATER, sendo considerados “vazios” e republicados em novo chamamento público. Tal fato fez com que fossem necessárias republicações das Chamadas para contratação de serviços de ATER para aqueles lotes.
- b) necessidade de repactuação da meta de atendimento: o isolamento geográfico das famílias que além de gerar uma necessidade maior da Busca Ativa, aumenta os custos logísticos para a prestação no serviço de ATER; fazendo com que algumas entidades precisem repactuar a meta inicial para um número de famílias inferior ao inicial;
- c) defasagem de valores nas Chamadas: o intervalo entre o lançamento das Chamadas e o início das atividades por parte das entidades, gera uma diferença entre os custos previstos na Chamada Pública e o valor efetivamente necessário para a realização das ações de



ATER, isso faz com que algumas entidades não consigam executar os contratos (Idem, 2016).

Com as reformas ministeriais realizadas no primeiro ano do governo Temer, em 2016, como a extinção do MPA e a transformação do MDA em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)⁸, muitos contratos não foram efetivamente assinados, mesmo em casos em que uma entidade já estava selecionada e, além disso, contratos já assinados não receberam qualquer parcela do recurso para execução, desfazendo-se a contratação.

Assim, até dezembro/2015, o cenário da execução do Fomento Rural, via Chamadas Públicas, não avançou para além dos casos descritos no Quadro 1. A partir daqueles dados, têm-se que o Programa alcançou de forma plena um efetivo inferior ao projetado, como pode ser verificado tabela abaixo:

Público PCT	Nº. de famílias Previsão previsto em Chamadas Públicas de Ater específica	Nº. de famílias em contratos assinados no âmbito das Chamadas	Nº. de famílias incluídas ⁹
Indígenas	16.090	2.200	1.353
Quilombolas	15.020	10.685	7.393
Pescadores Artesanais	3.500	3.500	1370
TOTAL	34.610	16.385	10.116

Fonte: Siater/MAPA, dez/2015; Base do Programa Fomento Rural, SEISP/MC, jan/2021.

⁸ Mattei (2017) mostra que houve uma ruptura e mudança de prioridades do governo a partir do impeachment da presidenta Dilma Russef com as mudanças da estrutura responsável pela agenda da agricultura familiar e a nova prioridade do governo Temer em apoiar o agronegócio. O autor destaca que: “extinguir e/ou reduzir tal estrutura institucional significa, na prática, destinar pouca prioridade a esses segmentos sociais, [agricultores familiares e pcts] que continuam sendo numericamente majoritários no meio rural brasileiro” (pg. 173).

⁹ Importa esclarecer que o número de famílias incluídas por público apresentado na tabela leva em conta a execução dos contratos advindos das Chamadas Públicas de Ater específica, nos quais houve registro de atendimento até jan/2020.



Do total da meta de atendimento em contratos assinados no âmbito do Programa até dezembro/2015, de 262.322 famílias, 6,2% (16.385 famílias) correspondia a atendimento para PCTs.

Observa-se que, ao longo da execução do Programa, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais também foram atendidos por meio de Chamadas e contratos voltados para a agricultura familiar. Quando se analisa a execução a partir da autoidentificação da família atendida no Cadastro Único, conclui-se que aumenta o número de atendimento para indígenas, quilombolas e pescadores artesanais e também é possível verificar o atendimento a outros segmentos de PCTs que não tiveram Chamadas específicas, conforme tabela abaixo.

Famílias de PCTs	Nº. de famílias incluídas até jan/2020
Quilombolas	16.931
Indígenas	7.776
Pescadoras Artesanais	6.964
Ribeirinhas	3.896
Extrativistas	1.739
Pertencentes a Comunidade de Terreiro	152
Ciganas	11
Total	37.469

Fonte: Base do Programa Fomento Rural, SEISP/MC, jan/2021.

Até janeiro/2020, foram atendidas 10.116 famílias de PCTs por meio dos contratos advindos de Chamadas Públicas da Agricultura Familiar. Em relação ao total de 278.561 famílias incluídas no Programa até janeiro/2020, 13,5% (37.469) eram de PCTs segundo marcação no Cadastro Único. Com dados de janeiro/2021 esse número cresce para 38.881, representando 13,6% do total de famílias atendidas (286.555), conforme tabela abaixo.



Famílias de PCTs	Nº. de famílias incluídas até jan/21
Quilombolas	17.612
Indígenas	8.070
Pescadoras Artesanais	7.253
Ribeirinhas	3.976
Extrativistas	1.793
Pertencentes a Comunidade de Terreiro	166
Ciganas	11
Total	38.881

Fonte: Base do Programa Fomento Rural, SEISP/MC, jan/2021.

Cabe registrar que apesar do CNPCT representar 28 segmentos de PCTs, no Cadastro Único - principal sistema de dados do MC e no qual se baseiam os recortes de faixa de renda dos Programas executados pelo Ministério - existe marcação para 7 segmentos de PCTs (vide tabelas acima). No Cadastro Único essas famílias são identificadas como Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs)¹⁰ e são divididas da seguinte forma¹¹ i) de Origem étnica: Indígenas; Quilombolas; Ciganas; Pertencentes às comunidades de terreiro e ii) Relação com o meio ambiente: Extrativistas; Pescadores Artesanais; Ribeirinhos. Assim, infere-se que há outros segmentos de PCTs sendo atendidos Fomento no bojo da agricultura familiar, como quebradeiras de coco babaçu, geraizeiros, comunidades de fundo e fecho de pasto, porém a subnotificação dos segmentos

¹⁰ A inserção dessas marcações no Cadastro Único demonstra a importância de identificar as especificidades desses grupos populacionais e promover estratégias de cadastramento diferenciadas, além de permitir que o Estado conheça a diversidade da população brasileira, bem como seu grau de vulnerabilidade.

¹¹ Existem outros GPTEs no Cadastro Único, que não são PCTs.



impõe a ausência de dados oficiais do Estado e dificulta o acompanhamento da execução do Programa para essas comunidades tradicionais, de forma específica.

A partir de 2016, com a já mencionada mudança de governo, inicia-se também um processo de mudança na estratégia de execução do Fomento Rural. Além de terem sido suspensos os processos de contratação de parte das entidades prestadoras de ATER, em meio ao cenário de reorganização das agendas e órgãos federais, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que passou a ser responsável por lançar editais de chamada pública para a contratação dos serviços de Ater. No entanto, não foram mais lançadas Chamadas Públicas no âmbito do Fomento para atendimento específico de PCTs¹².

A oferta do serviço de Ater, no âmbito do Programa, pode se dar também através da celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com Estados, por meio de suas Secretarias de Agricultura e de suas entidades públicas de Ater. Nesses Acordos, é de responsabilidade do estado prestar o serviço de ATER às famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza no meio rural, e de responsabilidade do MC repassar o valor das parcelas do Fomento diretamente para as famílias beneficiárias.

O Decreto nº 9.221/2017, que Regulamenta a Lei nº 12.512/2011, altera a necessidade exclusiva de ATER para execução do Programa e prevê que a oferta do acompanhamento social e produtivo pode se dar de duas formas¹³: 1) por meio

¹² Destaca-se que desde 2018, no âmbito de contratos e instrumentos de parceria junto a Anater, há atendimento de Fomento para PCTs, com metas estabelecidas com base na marcação do CadÚnico, porém sem estratégia de atendimento específico.

¹³ Importante mencionar que em nenhuma das formas de execução existe exigência, por parte do Ministério da Cidadania, de posse da DAP para atendimento do público. Entretanto, quando a execução via ATER é realizada com o uso do Sistema Informatizado de Ater - SIATER, sob responsabilidade do MAPA, há necessidade de emissão de DAP, tendo em vista que não é possível cadastrar o beneficiário no sistema sem informar o número deste documento. Observa-se, portanto, que esse ponto deve ser problematizado quando se trata do atendimento a PCTs, haja vista a dificuldade que essa população encontra para a emissão da DAP. Inclusive a metodologia das Chamadas previa um tempo e recurso para realizar Busca Ativa das famílias e emitir documentos



de serviços de ATER; e, de 2) Serviços de Atendimento Familiar para Inclusão Social e Produtiva (SAFISP). Vale dizer que algumas experiências de atendimento das famílias via SAFISP vêm sendo desenhadas, porém ainda não há relatos e acompanhamento sistematizados desta execução para PCTs.

Dos limites e potencialidades das estratégias do Programa Fomento Rural para PCTs

Ao se olhar em retrospectiva para a estratégia de Chamadas Públicas específicas, avalia-se que ela se mostrou acertada quanto a forma para definição “dos lotes”, feita com participação interministerial e com base em estudos e conhecimentos técnicos sobre a demanda e situação de vulnerabilidade das famílias, bem como o desenho da metodologia da ATER para PCTs, que buscavam atender às especificidades étnicas, linguísticas e culturais dessas populações.

Além disso, as Chamadas estabeleciam momentos e mecanismos para participação efetiva das famílias na construção dos projetos produtivos, nos quais os saberes e práticas tradicionais deveriam ser valorizados, proporcionando a troca de conhecimentos entre as famílias e os técnicos, tendo sido conceitos norteadores para este tipo de ATR a autodeterminação, a autonomia e o etnodesenvolvimento. Não obstante, destaca-se que a execução via Chamada Pública de ATER também garantia recursos diferenciados para o atendimento desses públicos e um melhor acompanhamento e monitoramento¹⁴ da execução do Fomento junto a famílias quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais.

faltantes, como a DAP. Frente ao exposto é uma hipótese que a execução via SAFISP se demostre mais adequada para esse público, mas ainda carece de experiências na prática e análises.

¹⁴ A acompanhamento e monitoramento se dava por meio do diálogo interministerial, da contratação de consultorias, da realização de atividades de fiscalização in loco e da realização de Oficinas de trabalho com técnicos de ATER, famílias beneficiárias e lideranças comunitárias dos PCTs



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Por outro lado, a estratégia dos ACTs do Programa de Fomento se mostrou importante e necessária para garantir a existência de uma ação que demonstra bons resultados, além de chamar atenção dos técnicos do Programa para o monitoramento e atendimento de PCTs mesmo em ACTs que não necessariamente previam beneficiar estas famílias. Ademais, destaca-se iniciativas por parte de estados como a de atender segmentos como quebradeiras de coco babaçu, que não aparecem nos bancos de dados e que nunca tiveram Chamadas específicas, o que marca a relevância de abrir a possibilidade de os estados indicarem seus públicos prioritários para atendimento no Programa. Finalmente, destaca-se que a possibilidade de execução do Programa via SAFISP pode ser um caminho interessante para o atendimento de PCTs, caso as entidades habilitadas para prestar esse serviço tenham experiência de atuação com esses públicos.

Todavia, é importante, destacar que, se do ponto de vista quantitativo não parece ter havido uma perda muito consistente, do ponto de vista qualitativo uma das consequências mais notáveis da nova rota de atendimento, no âmbito do Fomento Rural, foi a perda de recursos e de espaço para processos específicos de atendimento a PCTs. Em relação aos recursos, boa (ou maior) parte do Programa vem sendo executado sem repasse de recursos para a prestação do serviço de Ater, o que na prática tem manifestado uma dificuldade no atendimento a PCTs. Muitas entidades estaduais de Ater argumentam que esses territórios são isolados, exigindo mais recursos financeiros e humanos - por exemplo maior tempo e disponibilidade dos técnicos e meios de transporte adequados como carros traçados (4x4) ou barcos/lanchas, esses últimos especialmente na região Norte. Assim, observa-se que há uma considerável diminuição da capacidade do MC de influenciar na definição dos territórios e comunidades que serão atendidos. Se nas Chamadas os lotes eram previamente definidos e as entidades executoras de ATER tinham uma margem menor de negociação e repactuação de metas, nos



ACTs há uma inversão, na qual as entidades é que colocam suas prioridades e capacidades de atendimento.

Em relação aos processos específicos, observa-se que ainda que alguns ACTs tenham em sua previsão inicial metas para atendimento a famílias de PCTs, esta prática não ocorre em todos os estados e nos estados que ocorrem pode haver uma mudança na pactuação inicial. Dessa forma, do ponto de vista do acompanhamento da política pública percebe-se uma dificuldade na identificação das famílias de PCTs que são atendidas em projetos amplamente destinados à agricultura familiar, sendo,

nesse contexto, de extrema importância o cruzamento de dados com a base do Cadastro Único de modo a resgatar a notificação quantitativa das famílias de PCTs. Outrossim, quando não há a previsão inicial de atendimento a PCTs, não são realizadas capacitações específicas sobre essa temática e nem há o envolvimento dos órgãos parceiros. A perspectiva atual de atendimento para PCTs é de 13.774 famílias, entre indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos, geraizeiros e fundo de pasto, o que representa 21,8% do total da meta prevista em contratos vigentes no âmbito do Programa.

Mesmo com todos os desafios, gestores e técnicos do Programa têm envidado esforços para a continuidade do Programa e para a garantia de metas e atendimentos mais específicos aos PCTs. Tal percepção é corroborada pelo fato que mesmo com:

i) fim do lançamento das Chamadas Públicas específicas, ii) extinção do MDA, iii) enfraquecimento dos demais parceiros (FUNAI, SEPPIR, entre outros) e iv) mudanças internas no MC, inclusive a extinção da Coordenação Geral voltada para PCTs, o atendimento a esse público pelo Programa Fomento Rural continua sendo previsto, acompanhado e implementado.



Conclusões

O Programa Fomento Rural foi criado em um contexto de avanço considerável em relação às políticas públicas voltadas para promoção e valorização da agricultura familiar. O Relatório SOFI/FAO (2014) destacou progresso do Brasil no enfrentamento da fome e da pobreza, especialmente a partir do ano de 2003, com o Programa Fome Zero que: “colocou a erradicação da fome no centro do programa político e colocou em prática uma estratégia integral para promover a segurança alimentar, vinculando o apoio produtivo à proteção social” (pg. 6). Desta forma, o Brasil entre os anos de 2003 e 2015 foi reconhecido por construir um cenário novo no País para a agenda de SAN, ao colocar o tema e a agenda social como políticas prioritárias de Estado e criar um Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), uma Política e um Plano Nacional de SAN (PLANSAN)¹⁶¹⁵.

Nos últimos anos, estudos Maluf e Flexor (2017) mostram um processo de desmantelamento das ações governamentais de apoio à agricultura familiar em geral e aos PCTs em específico. Mattei (2017) destaca que a partir de 2016, o governo Temer fez uma opção política clara de não priorizar a maioria da população do rural brasileiro, composta por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e PCTs e que uma das expressões dessa opção política é manifestada pela extinção do MDA.

Desta forma, nos dez anos de existência do Programa Fomento Rural, antes que a estratégia de atendimento diferenciado via Chamadas Públicas pudesse ser devidamente avaliada e amadurecida, foi necessário criar novas

¹⁵ Destaca-se a Diretriz 4 do PLANSAN - “Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais PCTs, povos indígenas e assentados da reforma agrária”.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



estratégias para garantir a continuidade desta ação de promoção à segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva rural.

O saldo da continuidade possível do Programa Fomento Rural para PCTs revela que, embora em termos quantitativos as famílias de indígenas, de quilombolas, de pescadores artesanais e de outros segmentos de PCTs tenham sido assistidas de forma regular pelo Programa, houve uma perda qualitativa no atendimento específico aos PCTs. Este aspecto é significativo para a compreensão do processo como um todo, já que reflete uma relativa perda de espaço por parte dos PCTs na política pública de inclusão produtiva e de segurança alimentar e nutricional PCTs. Isso acaba por influir na dinâmica de reconhecimento e de valorização das especificidades étnico culturais e de seus desdobramentos no âmbito de um atendimento diferenciado para os PCTs.

Destaca-se que assistir à experiência do Programa de Fomento Rural a famílias de PCTs significou, para os gestores públicos envolvidos com o tema, uma grande conquista e o vislumbre de uma estratégia factível de inclusão produtiva rural para esses segmentos. Essa afirmação deriva de um processo de acompanhamento de ações de inclusão produtiva e de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas pelo Ministério da Cidadania, que historicamente se defrontaram com os desafios impostos pelas características socioprodutivas daquelas populações, marcadas pela sua pauperização, pela falta de acompanhamento técnico e pela baixa estruturação de seus processos produtivos.

Levar aos PCTs ações de inclusão produtiva como o Programa Fomento Rural, demonstra o reconhecimento da importância de se garantir ações estruturantes que visem à melhoria da condição de vida e a promoção da segurança alimentar e nutricional a essa população. Pode-se dizer que este é um significativo passo para superar a dependência de ações pontuais e desordenadas



quando se trata do atendimento a PCTs¹⁶. Além disso, o Programa representa um importante passo para que as famílias possam ampliar a participação em programas que atuam na comercialização de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Pelo exposto, conclui-se que, não obstante aos avanços alcançados pelo Programa junto às famílias de PCTs, é fato que aspectos relevantes relativos às demandas específicas dessa população parecem ainda estar longe de serem resolvidos e que a luta e a reflexão acerca do atendimento diferenciado a PCTs continuam sendo necessárias para promover a inclusão produtiva, a segurança alimentar e nutricional, bem como a dignidade a esses segmentos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

_____. **Decreto de 13 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm. Acesso em 11 de maio de 2015.

¹⁶ Sobre as ações pontuais que permanecem com certo grau de importância para alguns segmentos de PCTs, como quilombolas e indígenas, destaca-se a Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais e Específicos (ADA). Essa ação teve início no ano de 2003, no contexto da estratégia Fome Zero, e consiste na distribuição gratuita de cestas de alimentos para famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional. A ADA tem caráter emergencial e complementar a outras estratégias para acesso à alimentação adequada, portanto, não pode ser confundida com ações estruturantes de segurança alimentar e nutricional.



_____. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.
Acesso em 25 de setembro de 2020.

_____. **Decreto nº 9.221**, de 06 de dezembro de 2017.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9221.htm.
Acesso em 25 de setembro de 2020.

_____. E.M. nº 003-2017/CONSEA, de 29 de novembro de 2016. <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/exposicoes-de-motivos/2017/e-m-no-003-2017-1>. Acesso em 15 de abril de 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. N. 20: Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. Brasília, DF, 2014 :

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sumário Executivo: Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas, Brasília, DF, 2015.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. Pobreza Multidimensional no Brasil. Texto para discussão nº 1227, Ipea. Rio de Janeiro, 2006.

Carneiro, C. & Santos, C. A importância do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos – Barú, Volume 2, número 2, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. (Org.). **Biodiversidade amazônica. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



FAO. O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014 RESUMO, disponível em: <http://www.fao.org/3/i4037o/i4037o.pdf>

GALINDO, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021

IVO, Anete Brito Leal. A Reconversão do Social- dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 57-67, 2004

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia nº 322. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MALUF, Renato & Flexor, Georges (orgs). Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico] : conjunturas e políticas públicas, 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2017.

MATTEI, L. A política agrária e rural do governo Temer. In: MALUF, Renato & Flexor, Georges (orgs). Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas, 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2017, (pp. 169 – 177)

MENEZES, Francisco & SANTARELLI, Mariana. Da Estratégia Fome Zero ao Plano Brasil Sem Miséria: elementos da seguridade social no Brasil. Uma publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Rio de Janeiro, 2013.

OLESKO, F. G. Em defesa dos territórios faxinalenses: a emergência de “novos” sujeitos em luta no espaço rural. ISSN: 1984-8501 Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 33, n. 3, p. 391-406, set./dez. 2013

Rede PENSSAN. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://www.olheparaafome.com.br/>



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Schröder, M; Lisboa, I. Combate à pobreza e políticas públicas: inovação institucional no desenho e nos processos que sustentam o fomento produtivo a agricultores familiares pobres. Brasília, 2015. In: MELLO, J. (Org.). A inclusão produtiva rural no Brasil sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, nº 23, 2015. P 87-103

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010

WALTER, F. H. O. **Entre o trabalho e a assistência.** Trajetórias e redes sociais de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade em Guapimirim (RJ). Dissertação. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.



Descontinuidade e Equívoco na Operacionalização das Compras Públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de São Paulo

José Giacomo Baccarin - UNESP

INTRODUÇÃO

De início, queremos destacar dois momentos recentes da história da Política de Alimentação Escolar no Brasil. No primeiro, na década de 1990, procedeu-se uma descentralização da compra e distribuição de alimentos pelo Governo Federal, substituídas pela transferência de recursos monetários para que governos estaduais, prefeituras municipais e direções de escolas realizassem localmente a aquisição. Neste novo arranjo, às verbas federais recebidas costumam-se juntar recursos financeiros, servidores, instalações e equipamentos estaduais e municipais para a execução do serviço de Alimentação Escolar - AE (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

Segundo a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP), há duas formas de gerenciamento da AE sob sua supervisão. Na centralizada, o Estado, com recursos federais e estaduais, em 2019, era responsável direto pela compra e distribuição de alimentos, atendendo 2,6 milhões de alunos de 3.129 escolas de 100 municípios paulistas. A descentralizada, em que é realizado o repasse de verbas para os municípios adquirem os alimentos, contemplava 1,4 milhão de alunos, de 2.270 unidades de 545 municípios paulistas (SÃO PAULO, 2019).

Tal descentralização tornou factível a realização de compras de empresas e agricultores dos próprios locais de execução da AE e a substituição de alimentos ultraprocessados por *in natura*, perecíveis e com dificuldades de serem transportados a longas distâncias. Ou seja, mesmo que não explicitamente, possibilitou a vinculação da AE ao desenvolvimento local (no sentido estrito de gastar os recursos no próprio local de execução da política) e à melhoria da sua qualidade nutricional.



O segundo momento que destacamos é a aprovação da Lei Federal 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com vários de seus artigos ressaltando a necessidade de melhoria do valor nutricional na AE. Quanto ao tema que se desenvolve neste texto, o Artigo 14 (A14) desta Lei determina que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para gastos na AE, no mínimo 30% devem ser usados na aquisição de alimentos oriundos de agricultores familiares. Na regulamentação da Lei, pela Resolução 38/2009, instituiu-se a Chamada Pública (CP) como instrumento para esta aquisição, em vez dos tradicionais de licitação pública (BRASIL, 2009a).

Foi substituído o critério de menor preço para seleção dos agricultores fornecedores para AE. No novo arranjo, o preço de compra, com base nos vigentes nos mercados regionais, deve ser fixado na CP e não ser objeto de concorrência entre os agricultores. A seleção destes deve-se basear em critérios de proximidade, dando-se preferência aos do próprio município e depois, aos do território rural, do estado e, por fim, de outros estados. Também se estabelece que devam ser priorizados públicos específicos, como os assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, os que produzem de forma orgânica/agroecológica e organizados em cooperativas/associações.

Além da promoção da renda de agricultores, pode-se dizer que está associada ao A14 a intenção de melhoria qualitativa do cardápio da AE, com maior participação de gêneros *in natura*, a partir da correta suposição de que os agricultores familiares têm grande participação em sua produção. Ademais, ao se gastar os recursos na própria região, pode-se contribuir com o desenvolvimento local e valorizar seus produtos e hábitos alimentares. Assim, explicitou-se formalmente e tornou obrigatório algo que a descentralização dos serviços de AE incorporava implicitamente.

Pode-se dizer que a descentralização da AE está mais consolidada no País, ainda que permaneçam conflitos entre entes federativos. Um deles em torno do valor por estudante que a União repassa para estados e municípios, sempre considerado reduzido. Em São Paulo tem-se observado, em anos recentes, que vários municípios denunciaram o convênio com a SEESP e



deixaram de atender com AE os estudantes de escolas estaduais em seus territórios, seguindo o exemplo de outros municípios que, desde o início, se recusaram a prestar tal serviço. Em 2011, os gastos com AE Centralizada do Estado representava 51%, contra 49% da AE Descentralizada, valores que passaram, respectivamente, para 68% e 32%, em 2018 (SÃO PAULO, 2020).

No caso do A14, com 10 anos de existência, julgamos prudente supor que a coesão dos entes federativos em sua execução é mais frágil ou que há mais displicência de estados e municípios para que a determinação federal compulsória, dos 30%, seja de fato atingida. Pairam dúvidas também sobre o envolvimento dos agricultores familiares na defesa e pressão sobre gestores públicos locais para que a legislação seja cumprida.

Sob a inspiração destas questões é que se faz uma avaliação da aplicação do A14 pela SEESP e por municípios do estado de São Paulo. Em primeiro lugar, queremos verificar qual a atratividade do A14 para os agricultores familiares do Estado, mais especificamente a contribuição para aumento da renda agrícola e o desenvolvimento local. Como desdobramento, discutimos se os estímulos do A14 foram suficientes para modificar características dos agricultores familiares estaduais, em especial a que diz respeito ao seu nível de organização.

Em segundo lugar, propomos avaliar o nível de adesão da SEESP e prefeituras municipais ao A14, em termos do cumprimento de seu percentual, mas também de suas orientações em relação à melhoria nutricional da AE e da execução dos gastos em nível local. Em específico, será feita uma análise das características das CP anunciadas pelas prefeituras municipais de São Paulo, inclusive dos seus preços.

Usa-se como base empírica dois projetos de pesquisa e um de extensão, executados após 2010, sob a coordenação de seu primeiro autor e financiados pelo CNPq. Foram feitas entrevistas com agentes públicos e sociais, acumulados e sistematizados documentos de prefeituras e trabalhadas estatísticas divulgadas pelo FNDE. Estas estatísticas e CP divulgadas na internet continuaram sendo colhidas e sistematizadas após o término dos projetos. Desta base derivaram trabalhos de graduação, dissertações e teses de pós-graduação e artigos e



capítulos. Há um grupo grande de pessoas envolvidas nestas atividades, algumas citadas adiante, e os autores deste texto esperam contribuir para dar maior organicidade nas elaborações já produzidas e mesmo aprimorar ou corrigir algumas análises.

RECURSOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A relação entre compras públicas para AE e o desenvolvimento local tem sido nominada de *Home-Grown School Feeding* - HGSF (ESPEJO et al, 2009). Mercados agrícolas de determinadas regiões apresentam frágil desenvolvimento e poderiam ser estimulados através da compra institucional de seus produtos alimentícios, em substituição aos comprados fora da região. Além disto, tal prática poderia contribuir para melhorar a qualidade nutricional da AE, e de aprendizado, à medida que se troca produtos ultraprocessados pelos *in natura*. Ainda que se considere esta concepção como correta, deve-se questionar qual a efetiva capacidade das compras públicas alterarem a renda dos agricultores familiares e trazerem ganhos significativos à economia da região.

Sob o ponto de vista individual, as mudanças na legislação caminharam na direção de propiciarem maior renda para dado agricultor, associação ou cooperativa. No início, previa-se que cada agricultor podia vender até R\$ 9 mil/ano (FNDE, 2009), valor que passou para R\$ 20 mil/ano, em 2012 (FNDE, 2012), considerando-se o conjunto das entidades executoras (EE) da AE. Desde 2015, o limite de R\$ 20 mil/ano passou a ser para cada EE (FNDE, 2015), elevando bastante a renda possível de ser recebida por determinado agricultor.

Tais mudanças resultaram em benefícios àqueles agricultores familiares com maior capacidade produtiva e mais organizados, em detrimento dos mais pobres e com dificuldade de se articularem com várias EE, algumas muito distantes de seus locais de produção. No caso de associações e cooperativas, os benefícios foram potencializados, porque o seu limite de venda é proporcionar ao número de seus associados.

Para o conjunto dos agricultores familiares, Baccarin et al (2011) calcularam que, em 2010, se todas as prefeituras e o Governo Estadual cumprissem minimamente o A14, o valor total dispendido corresponderia a 3,1% da renda da agricultura familiar de São Paulo. Se



sobre os recursos próprios do governo estadual e das prefeituras municipais da AE também fossem aplicados os 30% previstos nos repasses do FNDE, aquela percentagem se elevaria para 5,7%. Valor não desprezível, portanto, mas que dependeria de se atender plenamente a legislação federal e estender seus efeitos para os recursos estadual e municipais, além de não se adquirir alimentos em outros estados, exigindo um compromisso político que, como se verá adiante, não ocorreu.

Outra forma de verificar o alcance do A14 é apresentada na Tabela 1. Grande parte das prefeituras de São Paulo, cumprindo o A14 e gastando R\$ 20 mil/agricultor, beneficiaria pequeno número deles. Verifica-se que 77,1% das prefeituras paulistas apenas conseguiriam comprar de até 10 fornecedores, revelando pequena capacidade de intervenção na renda dos agricultores familiares. Apenas uma prefeitura, de São Paulo, conseguiria atender mais de 1.000 agricultores, exatamente 1.422, bem acima daqueles existentes em sua área territorial.

Tabela 1. Municípios em faixas de acordo com número de agricultores atendíveis pelo Artigo 14, São Paulo, 2014.

Faixa de Agricultores	Municípios		Faixa de Agricultores	Municípios	
	Número	%		Número	%
Até 5	397	62,3	101 a 200	5	0,8
6 a 10	94	14,8	201 a 500	1	0,2
11 a 20	67	10,5	500 a 1.000	0	0,0
21 a 50	55	8,6	Mais 1.000	1	0,2
51 a 100	17	2,7	Total	637	100,0

Fonte: BACCARIN et al (2017).

No caso da SEESP, seus gastos poderiam contemplar 2.001 agricultores familiares. No total, Estado e municípios poderiam atender 9.610 agricultores, em 2014, equivalentes a 6,4% dos 151.015 agricultores familiares paulistas registrados no Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012).

Características Organizacionais e Produtivas dos Agricultores Familiares

O desenvolvimento recente da agricultura de São Paulo tem restringido a produção de alimentos por pequenos produtores, como mostram os dados dos censos agropecuários (IBGE, 1998, 2019). Entre 1996 e 2017, a área com cana-de-açúcar passou de 2,1 milhões



para 4,8 milhões de hectares (ha), mais 128%. Tomando-se apenas a área com lavouras, reflorestamento e pastagem, a cana, em 1996, ocupava 14% deste total, outras lavouras mais reflorestamento, 25% e pastagem, 61%. Em 2017, esses percentuais tinham passado, respectivamente, para 35%, 31%, 34%, mostrando grande diminuição da participação da pastagem, pequeno crescimento de outras lavouras e reflorestamento e intenso aumento da cana.

Isto veio acompanhado do crescimento da participação de grandes estabelecimentos agropecuários, acima de 1.000 ha, que ocupavam 27% da área total, em 1996, passando para 45%, em 2017. Nestes estabelecimentos estavam concentrados 78% da área com cana, 62% com outras lavouras, 65% com reflorestamento e somente 15% da área com pastagem. Para os estabelecimentos pequenos, abaixo de 50 ha, estes percentuais eram, em 2017, respectivamente de 2%, 5%, 6% e 23%, contra uma participação na área total dos estabelecimentos de 12,5%. Ou seja, no conjunto dos pequenos estabelecimentos havia, relativamente, poucas lavouras e reflorestamento e muita pastagem, que ocupavam 52%, de sua área total.

Tais números indicam que os responsáveis por pequenos estabelecimentos em São Paulo não têm conseguido encontrar alternativas econômicas mais intensivas de exploração de suas áreas, restando-lhes a manutenção de alto percentual com pastagem, com baixa intensidade de capital e trabalho, à espera de valorização imobiliária ou do recebimento de uma proposta de arrendamento para terceiros.

Na realidade, verifica-se que muitos pequenos e médios proprietários abandonaram a função de agricultor, se transformando em arrendador de terras para grandes agricultores. Em 2017, 63% da área dos estabelecimentos em São Paulo estavam registradas como propriedade e 34% como arrendamento, valor muito superior aos 13%, de 1996 (IBGE, 2019).

Especificamente para alguns produtos, Baccarin et al (2011) estimaram que a agricultura familiar paulista poderia atender com folgas as necessidades do consumo de frango e de mandioca, com alguma dificuldade o de leite e feijão e ficaria muito distante de atender o de arroz da AE no Estado.



A menor importância da agricultura familiar no Estado é uma das possíveis explicações para que a execução do A14 por suas prefeituras, de 22%, em 2014, fosse menor que a do Paraná, de 26%, e de Santa Catarina, de 39% (BACCARIN et al, 2017). Nestes dois últimos estados há maior número e organização (em associações e cooperativas) de agricultores familiares, permitindo-lhes maior influência política, além de apresentarem *mix* produtivo mais diversificado do que São Paulo.

Entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, houve diminuição do número de agricultores familiares em São Paulo. Na primeira data, eles eram 151.015 (70% do total de estabelecimentos) e ocupavam área de 2,5 milhões ha (15% da área total), diminuindo para 122.555 (65%) e 2,1 milhões ha (13%), em 2017 (IBGE, 2012, 2019). Não se deve perder de vista, todavia, que em algumas regiões a presença da agricultura familiar é mais significativa, como no Vale do Ribeira, em que há exploração da bananicultura, e em torno da Região Metropolitana de São Paulo, com expressiva produção de FLV.

Quanto ao nível de formalização, uma das exigências para participação do PNAE, este não parece ser um problema significativo em São Paulo. Em 2011, foi constatado que 97.717 agricultores familiares apresentaram Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa em São Paulo (BRASIL/MDA, 2011), expressivo frente ao número de agricultores familiares dos censos 2006 e 2017.

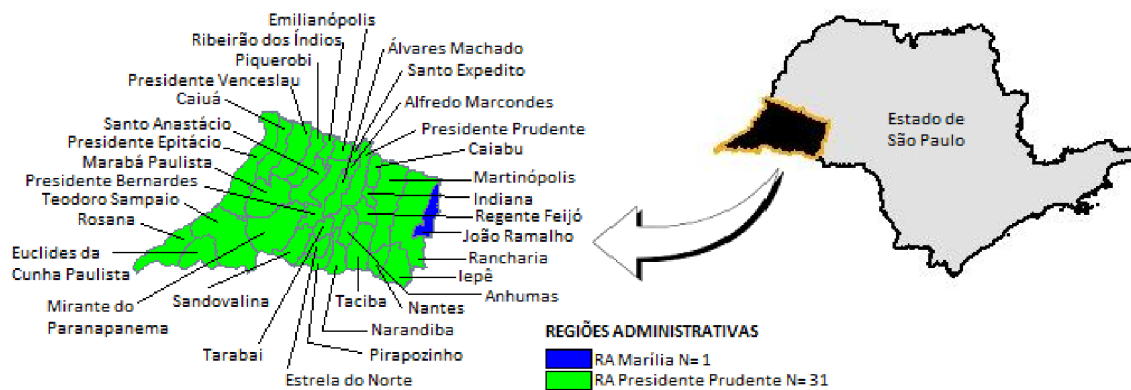
Outro ponto a destacar é que as entrevistas realizadas nos projetos de pesquisa citados revelaram que as compras institucionais do PNAE estimularam a criação de associações e cooperativas de agricultores familiares no Estado. Mas é bom que se diga que, não raramente, foi comentado que essas instituições acabam por agir como meros intermediários na comercialização dos produtos dos agricultores familiares, que não participam nem influenciam, de fato, nas suas ações e seus resultados.

Os Limites do Consumo Local

Trata-se de discutir até que ponto o consumo local pode ser um estímulo significativo para a produção agrícola familiar de determinada região. Faz-se isto comparando dois

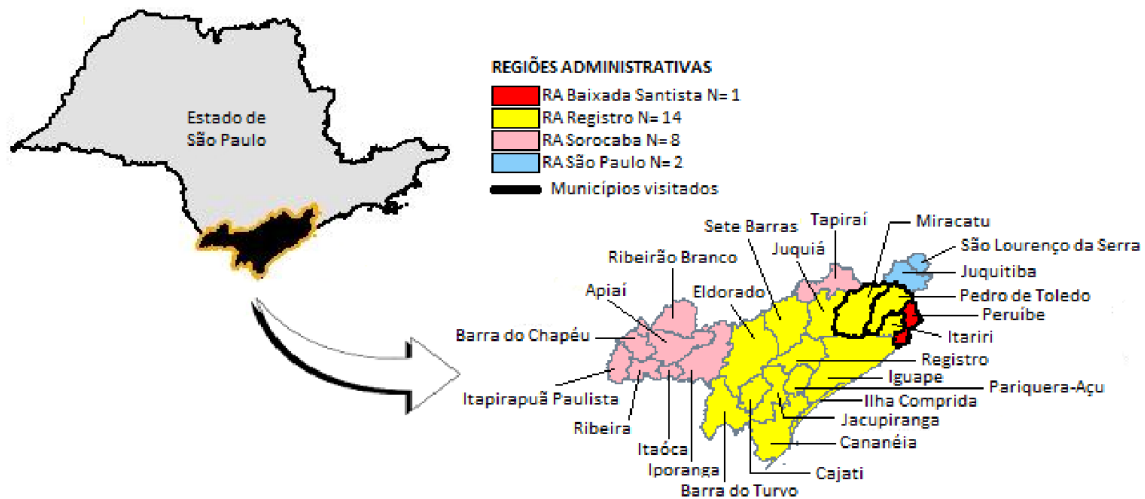
territórios da cidadania, apresentados nas figuras 1 e 2. O do Pontal do Paranapanema é composto por 32 municípios, com população de 508.703 habitantes (1,4% do Estado), em 2010, com a principal cidade, Presidente Prudente, registrando 207.619 habitantes. Por sua vez, o do Vale do Ribeira, com 25 municípios, contava com 443.231 habitantes (1,1% do Estado), 54.261 moradores de Registro, sua maior cidade (IBGE, 2011).

Figura 1 – Território da Cidadania Pontal do Paranapanema, Estado São Paulo, Brasil.



Fonte: BRASIL/MDA (2016).

Figura 2 – Território da Cidadania Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, Brasil.



Fonte: BRASIL/MDA (2016).

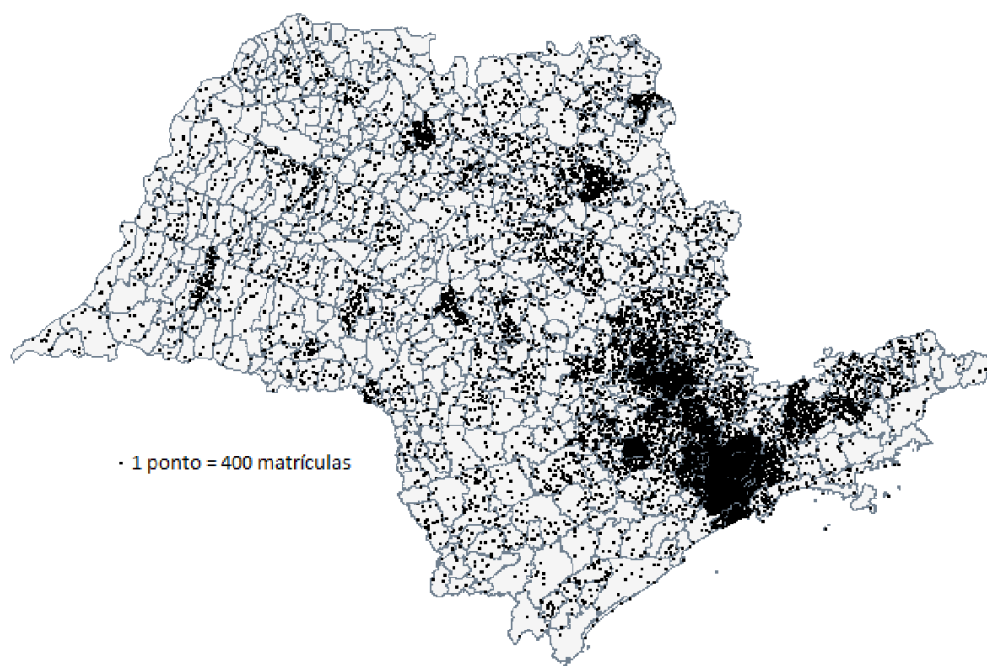
Levando em conta também a Figura 3, observa-se que o Pontal está distante e o Ribeira ao lado da região com maior concentração de estudantes, na chamada Macro



Metrópole de São Paulo (MMSP), onde se localizam nove das 10 maiores cidades do Estado, três delas acima de 1 milhão de habitantes.

Segundo Gonçalves e Baccarin (2018), em 2014, do total repassado pelo FNDE para AE no Ribeira, o conjunto de seus municípios gastou 28% com alimentos da agricultura familiar, enquanto no Pontal tal porcentagem alcançou 34%. Esta região, como se vê na Tabela 2, usou praticamente todo o recurso no território, no próprio município executor da AE ou em outros municípios do Pontal. No Ribeira, as compras externas ao território foram mais significativas, ainda que a ampla maioria dos gastos fosse realizada na sua área territorial. Este melhor desempenho do Pontal tem como provável explicação a presença de inúmeros assentamentos de Reforma Agrária, cujas associações apresentam capacidade de influenciar nas ações públicas.

Figura 3 – Distribuição de estudantes da educação básica, rede pública de ensino, municípios de São Paulo, 2014.



Fonte: SEADE (2018).

Tabela 2 – Gastos com alimentos de agricultores familiares para Alimentação Escolar, de acordo com sua origem, Pontal e Ribeira, 2014.

Origem	Pontal		Ribeira	
	Mil R\$	%	Mil R\$	%



Município	2.810,95	87	1.445,94	68
Território	355,70	11	190,53	9
Ext. Território	57,90	2	498,37	23
Total	3.224,55	100	2.134,84	100

Fonte: GONÇALVES & BACCARIN (2018).

Por outro lado, em 2014, apenas um agricultor familiar do Pontal vendeu para a AE de outra região, em contrato de meros R\$ 3.258,79. Por sua vez, no Ribeira, 22 fornecedores familiares, cooperativas ou associações na quase totalidade, venderam R\$ 3.364.204,29 para municípios fora da região (GONÇALVES, 2018). Repare-se que este valor é maior do que o total vendido no próprio território do Ribeira.

Dois pontos chamam a atenção nestas vendas para fora da região, um é a ampla predominância (75% em valor monetário) de banana e seus derivados, o que está de acordo com o perfil produtivo do Ribeira, marcado pela bananicultura. Também tem que se considerar que, pelo seu valor nutricional e fácil manipulação e consumo, a banana, costumeiramente, faz parte do cardápio da AE. No Pontal, marcado pela bovinocultura de corte e lavoura canavieira em grandes áreas, tal compatibilização não ocorre.

Outro ponto é que a quase totalidade da venda de banana e derivados do Ribeira se destinava aos serviços municipais de AE da MMSP, fato que encontra sua explicação óbvia e mais convincente na pequena distância entre elas. O fluxo comercial da banana produzida no Ribeira e consumida na MMSP é algo estabelecido há décadas. Com o PNAE, foi possível constituir um minifluxo comercial entre agricultores familiares e prefeituras municipais, com os primeiros passando a contar com um canal direto para venda de sua produção de banana e, provavelmente, com o recebimento de preços mais remuneradores do que os dos canais de comercialização tradicionais.

Gonçalves (2018), a partir de entrevistas em três municípios assinalados na Figura 2, destaca que as compras institucionais do PNAE estimularam a criação e maior estruturação de organizações de agricultores familiares no Ribeira. Algo semelhante foi constatado nos projetos de pesquisa citados, em que agricultores de alguns municípios passaram a fornecer para os demais municípios da região.



Voltando ao Ribeira, várias associações/cooperativas passaram a atuar em rede, montaram um entreposto na Grande São Paulo e fizeram investimento para melhor acondicionar e transportar da produção de seus associados. Para tanto cobram uma taxa de administração próxima a 15% do preço do produto, atraindo mais facilmente os bananicultores em momentos de forte oferta, em que os preços dos contratos para AE revelam-se vantajosos. Nos momentos de escassez de banana, com preços de mercado em alta, os agricultores apresentam maior resistência para entregar seu produto àquelas organizações, dificultando o cumprimento dos contratos de AE.

Uma leitura desta realidade é que os bananicultores não interpretam as organizações como algo das quais eles se sentem donos ou administradores. É mais um intermediário que, no caso em questão, consegue oferecer melhor remuneração em momento de abundância de produção. Em outros casos estudados, nem sequer teve-se a certeza de que os melhores preços da AE eram repassados aos associados/cooperados.

EMPENHO DAS ENTIDADES EXECUTORAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Sem maiores discussões, parte-se do pressuposto que a Lei do PNAE efetivamente consolidou um processo de melhoria na qualidade nutricional dos serviços municipais e estaduais de AE, alicerçada em ações prévias institucionais e de movimentos sociais e profissionais, em especial dos nutricionistas. Dito de outro forma, supõe-se que havia base social ativa para que se desse a incorporação formal na Lei da qualidade nutricional.

No caso do A14, verificaram-se maiores reações das prefeituras à sua aplicação. No âmbito de um dos projetos que desenvolvemos, patrocinamos um seminário em 2011 com presença de técnicos do FNDE, agricultores familiares, gestores de serviço de AE e extensionistas rurais. Ficou evidenciado, dois anos após a aprovação da Lei do PNAE, o quanto havia de dúvida e desinformação, sobre a aplicação do A14 e como ele aparecia como uma novidade (para alguns, uma intromissão indevida) aos gestores municipais.

Tradicionalmente, antes de 2009, as compras para AE eram feitas pela Lei de Licitações, que pressupõe que haja concorrência de preços entre os participantes do certame.



Muitas vezes compravam-se produtos com alto grau de processamento, prontos para o consumo ou com baixa necessidade de manipulação pelos servidores municipais, e de empresas não situadas no município.

Em várias prefeituras percebeu-se que os setores jurídico e de compras se mostraram contrários à dispensa de concorrência de preços, de forma que muitas CP vieram a público sem que os preços estivessem fixados, com o argumento de não se ferir a Lei de Licitações (BACCARIN et al, 2017).

Julgamos que esta interpretação e atitude são indevidas, com a fixação prévia de preços não ferindo o interesse público, desde que ela tenha critério adequado. O A14 prevê que os preços anunciados na CP sejam obtidos a partir dos constatados nos mercados regionais, de atacado ou varejo. Conceitualmente, portanto, não há sobre preço embutido na compra dos agricultores familiares.

Outra questão diz respeito às mudanças do cardápio da AE para que se mostrar adequado à produção dos agricultores familiares locais, exigindo uma nova ação da prefeitura municipal neste reconhecimento. Ao mesmo tempo, a substituição de produtos processados pelos *in natura* exige maior manipulação deles e tende a encontrar uma barreira no número de servidores que as prefeituras dispõem nos serviços de AE. Ademais, em diversas entrevistas realizadas, os gestores da AE relataram problemas de regularidade e qualidade nos produtos entregues pelos agricultores familiares.

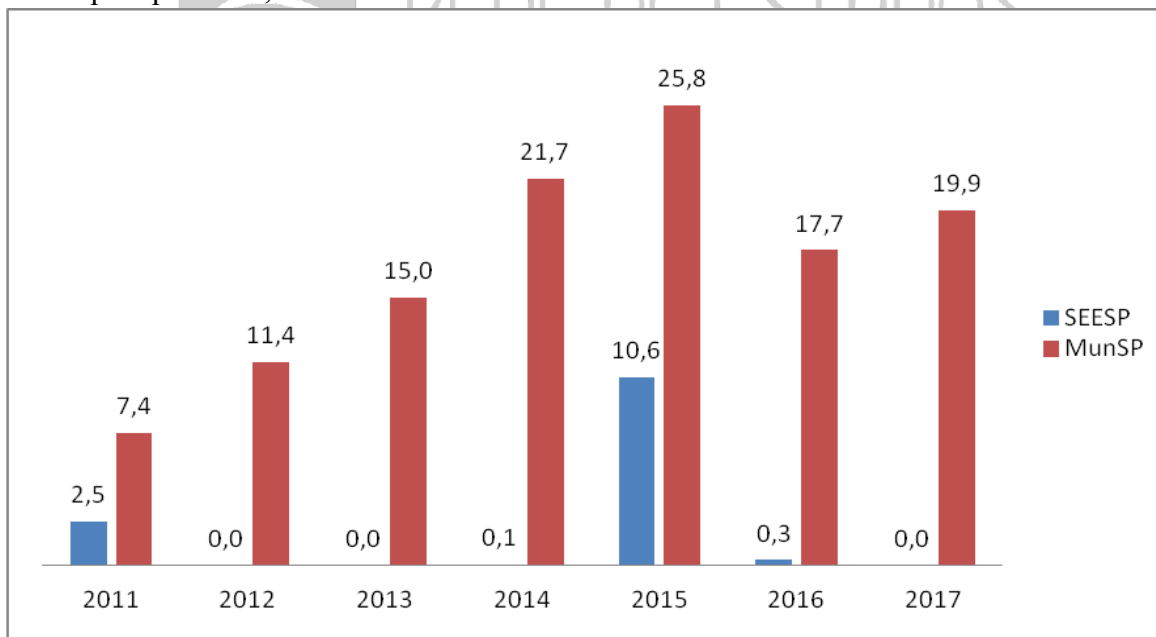
Ainda que não explicitamente, o A14 trouxe outros desafios para grande parte dos municípios paulistas, o de capacitar (sobre a Lei e a formalização do agricultor) e, mais ambiciosamente, fomentar a produção de seus agricultores familiares para atender a AE. Nem sempre se verificou interesse político das prefeituras em caminharem nesta direção e, novamente, deve-se lembrar a relativamente menor importância da agricultura familiar em São Paulo em comparação aos estados do Sul do Brasil. Pelo lado dos agricultores, muitos relataram desconfianças em aderir a um novo programa, em especial pela necessidade de formalizar sua situação ou investir em equipamentos de processamento de produtos agrícolas e veículos para transporte dos produtos.



Tivemos a impressão de que, além de exigir mudanças de atitude em diversos setores das prefeituras, o A14 impôs a necessidade de maior articulação ente eles, o que é um desafio ainda maior. Constatamos que em alguns municípios (Barretos, Monte Alto, Rio Claro e São Bernardo do Campo, como exemplos) os diálogos entre os setores e deles com os agricultores familiares foram, de fato, estabelecidos e a execução do A14 alcançou bons resultados localmente, pelo menos por alguns anos.

Passando para análise quantitativa, o Gráfico 1 evidencia que o Governo de São Paulo não aderiu ao A14, com exceção de 2015, fato discutido adiante. Uma das prováveis explicações para esta resistência é a disputa política vigente entre União e São Paulo que durou até 2016. O Governo de São Paulo até criou um programa próprio para compra de alimentos de agricultores familiares, o Programa de Promoção da Agricultura de Interesse Social, mas até onde se sabe ele vem sendo pouco usado pela SEESP.

Gráfico 1 – Porcentagem de gastos com alimentos da agricultura familiar, SEESP e municípios paulistas, 2011 a 2017.



Fonte: FNDE (2019).

Quanto ao conjunto dos municípios paulistas, sua adesão foi crescente até 2015, quando se gastaram 25,8% dos recursos recebidos do FNDE com os agricultores familiares. Em 2016 e 2017, contudo, esse percentual foi menor.



Considerando o porte do município, a Tabela 3 mostra que não houve muita diferença no cumprimento do A14 de acordo com as faixas populacionais, com exceção da cidade de São Paulo, única acima de 10 milhões de habitantes. Neste caso, foram gastos apenas 7,8% dos recursos recebidos do FNDE com os agricultores familiares. Depois de iniciar as compras em 2013, o percentual de atendimento do A14 pela cidade de São Paulo cresceu até 2015, atingindo 24%, após caiu para 11%, em 2016 e voltou a cair em 2017. Evidencia-se a dificuldade de se romper com um processo tradicional, em especial em situação em que o esquema administrativo montado é de grande porte e complexo e o interesse dos fornecedores são maiores, afinal a capital paulista serve próximo a dois milhões de refeições/dia na AE.

Tabela 3 – Cumprimento do Artigo 14, de acordo com faixas populacionais, municípios de São Paulo, 2017.

Faixa Populacional	Municípios		População		Repasse FNDE		% A14
	Núm.	%	Mil	%	Mil R\$	%	
até 20 mil	381	59,5	3.082,3	6,7	57.003,5	9,5	23,3
20 mil a 50 mil	120	18,8	3.889,5	8,5	70.783,3	11,8	23,5
50 mil a 100 mil	58	9,1	4.016,4	8,7	62.399,2	10,4	27,1
100 mil a 200 mil	40	6,2	5.494,1	12,0	84.307,6	14,1	19,2
200 mil a 500 mil	32	5,0	10.216,2	22,3	133.331,7	22,3	23,1
500 mil a 1 milhão	6	0,9	4.360,7	9,5	42.390,9	7,1	20,8
1 milh. a 10 milh.	2	0,3	2.583,2	5,6	31.436,4	5,2	23,6
mais de 10 milhões	1	0,2	12.252,0	26,7	116.838,7	19,5	7,8
Total	640	100,0	45.894,5	100,0	598.491,3	100,0	19,9

Fonte: FNDE (2019).

Desta forma, os dois maiores potenciais compradores de alimentos da agricultura familiar, a SEESP e a cidade de São Paulo, não têm apresentado papel ativo na consolidação do A14. Observe-se que a cidade de São Paulo recebeu, em 2017, R\$ 116.838,7 mil ou 19,5% dos repasses do FNDE para os municípios paulistas, enquanto a SEESP recebia R\$ 204.755,2 mil (FNDE, 2019). Se nos dois casos os 30% fossem aplicados integralmente, 4.824 agricultores familiares poderiam ser atendidos, cada um com R\$ 20 mil.

Outra análise pode ser feita considerando os níveis de adesão dos municípios ao A14, conforme a Tabela 4. Percebe-se que quase 20% dos municípios nada compraram da agricultura familiar, municípios estes que receberam 11,7% dos repasses do FNDE. Na faixa de até 10% de gastos com agricultores familiares encontravam-se 13,1% dos municípios, com



porcentagem de repasse do FNDE bem mais alto, de 32,1%, pois o município de São Paulo aí se encontra. Praticamente, um terço (32,3%) dos municípios paulistas se recusou a aplicar o A14 ou fizeram uma aplicação mínima, em 2017.

Tabela 4 – Distribuição dos municípios de São Paulo, de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares, 2017.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE	
	Número	%	Milhões R\$	%
0%	123	19,2	69.756.029	11,7
0,01 a 10%	84	13,1	191.941.798	32,1
10 a 20%	94	14,7	89.329.234	14,9
20 a 30%	102	15,9	78.619.925	13,1
30 a 50%	167	26,1	142.728.324	23,8
mais de 50%	70	10,9	26.116.013	4,4
Total	640	100,0	598.491.323	100,0

Fonte: FNDE (2019).

Por outro lado, um número muito expressivo de cidades, 167, gastou entre 30% e 50% dos repasses do FNDE com a agricultura familiar e outras 70 executaram o A14 em mais de 50%. Ou seja, 37% das prefeituras estaduais, que receberam 28,2% dos recursos federais para AE, apresentaram alto comprometimento com a execução do A14.

Adequação das Chamadas Públicas

Existem três tipos de documentos que podem ser consultados para estudo do A14. O primeiro, as CP, anunciam a intenção de compras da EE, o segundo, os contratos de fornecimento, são firmados com os vencedores das CP, com ambos podendo ser acessados em sites da EE. O terceiro, as prestações de conta das EE, analisadas e divulgadas pelo FNDE, trazem a relação de todos os fornecedores, inclusive da agricultura familiar, para a AE.

Abaixo apresentam-se várias características de 182 CP de 2015, 295 de 2016 e 355 de 2017, obtidas em 2018.

Periodicidade de Entrega – Em 30% das CP este item não estava especificado; em 45%, a entrega do produto exigida era semanal, o que está de acordo com a precibilidade de grande parte dos produtos vegetais comprados; em 17% exigia-se entrega entre duas a cinco



vezes por semana, o que traz maiores custos de transporte; no restante a entrega era solicitada uma ou duas vezes por mês.

Unidades de Recebimento – 12% das CP não traziam esta informação; em 54% pedia-se para a entrega ser feita em um único local; em 34% a entrega deveria ser feita em todas as escolas. Em caso de cidades médias e grandes, esta exigência aumenta muito o custo de transporte dos produtos.

Origem do Produto (porcentagem dos itens) – 96,5% dos itens solicitados eram de origem vegetal e apenas 3,5% de origem animal. Isto se mostra adequado às condições dos agricultores familiares, pois as exigências sanitárias dos produtos animais são maiores, o leite precisa ser pasteurizado ou uperizado e a carne, frigorificada.

Grau de processamento – 90% dos itens solicitados eram *in natura*, 5% com mínimo grau de processamento (apenas transformações físicas, como higienização, descascamento e picamento) e 5% com médio e alto grau de processamento. Também neste quesito há adequação às condições dos agricultores familiares, com dificuldades em investir em equipamentos que promovam maiores transformações em seus produtos. Ademais, revela-se adequação das CP em termos nutricionais, pois os produtos *in natura* e com mínimo grau de processamento são, na quase totalidade, FLV.

Registro do Preço – neste quesito houve um aprimoramento ao longo dos anos, em 2015, 25% das CP não traziam informações sobre o preço, valor que caiu para 10%, em 2017. Ou seja, as prefeituras foram aumentando sua adequação à regulamentação do A14, que estipula que não deva haver concorrência de preços entre os agricultores participantes do certame de compras públicas.

Em resumo, as CP das prefeituras municipais de São Paulo, de maneira geral, revelaram-se adequadas às condições dos agricultores familiares nos três anos considerados.

Origem dos Agricultores e Preços Praticados

Neste item as análises são relativas a 2012 e 2013 e baseadas no trabalho de Baccarin et al (2017). A determinação da origem dos agricultores foi feita através da consulta de 128



contratos de fornecimento de alimentos por agricultores familiares para 22 municípios paulistas. Do total previsto de gastos, 85% eram destinados a agricultores de São Paulo e 15% a agricultores do Sul, 6% do Paraná, 1% de Santa Catarina e 8% do Rio Grande do Sul. Dentro do Estado, predominavam as compras feitas dos agricultores do próprio município executor de AE ou de municípios próximos, em raio de 100 Km de distância.

Dos municípios paulistas estava prevista a compra, principalmente, de produtos *in natura*, como FLV e ovos, bem como de alguns processados, como vegetais minimamente processados, mel, doce de banana, bebida láctea, iogurte, queijos e suco de laranja. Santa Catarina aparecia como fornecedor de maçã, o Paraná, de arroz parbolizado e queijo e o Rio Grande do Sul de uma extensa lista, incluindo alguns produtos muito processados: arroz, barra de cereal, bebida láctea, biscoitos, doce de leite, farinha de milho, feijão, leite em pó, macarrão, mel, óleo de soja e suco de uva. Uma informação adicional é que os produtos com alto grau de processamento foram contratados exclusivamente de cooperativas (algumas de porte grande) e não de agricultores individuais ou associações.

Quanto aos preços, os de vegetais *in natura* e ovo de galinha, registrados em 197 CP, de 2012, e 212, de 2013, foram comparados com os do atacado, praticados na Central de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP). Em apenas 2% dos casos os preços das CP eram inferiores a 50% daqueles praticados na CEAGESP, em 32%, entre 50% e 100%, em 30%, entre 100% e 150% e, por fim, em 36% dos casos os preços das CP eram superiores a 150% os preços da CEAGESP. Supondo que os preços no atacado costumam ser superiores ao dobro dos recebidos pelos agricultores, os resultados apontam que os preços obtidos nos contratos do A14 foram vantajosos aos agricultores familiares.

Deve-se discutir um pouco mais os casos de preços superiores a 150% os da CEAGESP. A promoção da renda da agricultura familiar não pode entrar em conflito com o atendimento ao alunado, se forem pagos preços muito altos aos agricultores, menos produtos serão comprados e a AE será prejudicada. Muitas prefeituras, distante da Grande São Paulo, compram hortifrutigranjeiros pelo preço de varejo, que são superiores aos do atacado. e o



pagamento de um preço 1,5 vez maior que o da CEAGESP não necessariamente reflete uma condição de sobre preço.

Entendemos ser perfeitamente possível conciliar o aumento do preço ao agricultor familiar sem que a prefeitura pague mais do que nas compras tradicionais. A explicação é que se fazem as compras diretamente, com a exclusão de intermediários na cadeia de suprimento.

O valor relativamente favorável dos preços pagos na execução do A14 vem dando margem a atitudes oportunistas por alguns atores sociais, com práticas de aluguel de DAP, não informação ao agricultor que sua DAP está sendo usada (em caso de associações ou cooperativas) ou a substituição da produção pela compra do produto em centrais atacadistas. Isto reflete cuidados insuficientes das EE de AE ou dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) no acompanhamento do programa.

Um caso que ganhou projeção no Estado foram os contratos feitos entre a COAF (Cooperativa Orgânica da Agricultura Familiar) e várias prefeituras e a SEESP, para venda de suco de laranja orgânico e que foi denunciado como fraudulento na Justiça e mereceu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com Relatório Final publicado em 2016 e sugestão de indiciamento de 20 pessoas (ALESP, 2016). Em 2015, único ano em que a SEESP apresentou compra expressiva de alimentos da agricultura familiar, dos R\$ 16,76 milhões gastos, R\$ 11,40 milhões (68%) foram direcionados à COAF (FNDE, 2019).

MISTURANDO OS INGREDIENTES

É mau sinal a queda da adesão dos municípios paulistas ao A14 em 2016 e 2017, em relação a 2015. Entendemos que a ação proposta, de ligar a produção da agricultura familiar e os serviços de AE, está muito longe de ter se consolidado no estado de São Paulo.

Parte da explicação deve ser buscada em características históricas e socioeconômicas do Estado. Sua formação foi baseada em grande propriedade e, após 1996, o agronegócio sucroalcooleiro vem avançando em seu território, com os imensos estabelecimentos canavieiros tomando lugar de outras lavouras e da pastagem. Em parte considerável, este



avanço se dá com os empresários do açúcar e do álcool e grandes fornecedores de cana arrendando terras de pequenos proprietários rurais, que deixam de ser agricultores.

Atualmente, São Paulo depende da produção de outros estados para atender parte de suas necessidades de consumo de produtos básicos, como o arroz, feijão, leite e carnes. Por conseguinte, sua agricultura familiar tem dificuldade em contemplar os serviços de AE, verificando-se que o nível de cumprimento do A14 em São Paulo é bem menor que nos estados da Região Sul. Nestes há maior presença de agricultores familiares, com maior diversidade produtiva e com organizações que conseguem, mais facilmente, efetivar suas reivindicações junto ao poder público local.

Outra parte da explicação para a queda do cumprimento do A14 em São Paulo está na mudança de orientação política do Governo Federal em 2016, que resultou em menor empenho em favor de políticas para a agricultura familiar.

Em nossa compreensão, a concepção de desenvolvimento local contida no A14 é simplista, ao exagerar a capacidade de pequenos e médios municípios, através dos gastos com AE, influenciarem efetivamente a renda de seus agricultores e da região. Parece-nos mais procedente supor que núcleos regionais de agricultores familiares tendem a se desenvolver contando com a capacidade de compra dos serviços de AE de outros municípios e regiões, em especial de grandes metrópoles, com muitos alunos matriculados. Os resultados obtidos através da comparação feita entre o Território da Cidadania Pontal do Paranapanema e do Vale do Ribeira vão nesta direção.

A formação dos núcleos regionais de agricultores fornecedores para AE veio acompanhada, muitas vezes, de sua maior organização em associações e cooperativas. Seu fortalecimento pode encontrar duas barreiras, a concorrência de grandes cooperativas da Região Sul, com capacidade de entrega de alimentos processados, e a dificuldade de convencimento de grandes compradores de alimentos para que adiram ao A14 da Lei do PNAE.

Embora a realidade geral do Estado seja desfavorável à produção de alimentos por agricultores familiares, há situações mais localizadas em que esta produção ocorre de forma



expressiva. É o caso do Ribeira, com sua especialização na produção de banana e próximo a MMSP, e, em parte, do Pontal, em que seus inúmeros assentamentos guardam relação com o fato dos municípios locais atingirem, em 2014, acima de 30% do A14.

De parte dos serviços de AE, observa-se uma oposição sistemática da SEESP ao A14, que praticamente não o executa. A Prefeitura de São Paulo, embora em 2015 tenha alcançado nível relativamente elevado de compra dos agricultores familiares, também apresenta uma execução deficiente do A14. Estes são, bem a frente dos demais, os dois maiores potenciais compradores institucionais dos alimentos de agricultores familiares e sua não adesão ao A14 diminui, consideravelmente, o número de beneficiados pela AE.

Ainda que o conjunto as prefeituras paulistas cumpram o A14 em valor próximo a 20%, observa-se uma situação dúbia entre elas. Há um grupo considerável que não cumpre ou cumpre minimamente o A14, enquanto há outro grupo, também considerável, que o cumpre com entusiasmo, em vários casos gastando acima de 50% dos recursos do FNDE com os agricultores familiares.

No cumprimento do A14, tem-se observado adequações às condições dos agricultores familiares, fato possível de ser inferido pela análise das CP lançadas pelas prefeituras. Os preços pagos, de maneira geral, revelam-se favoráveis aos agricultores e mais de 80% dos gastos têm sido realizados no âmbito do estado de São Paulo. Embora tenha se constatado aprimoramento nas CP, algumas deficiências, como o não registro de preço, continuam ocorrendo no caso de algumas prefeituras.

A contribuição real da execução do A14 para aumento da renda dos agricultores familiares de São Paulo tem ficado abaixo do seu potencial. Uma dificuldade é a falta de comprometimento de várias prefeituras municipais e da SEESP com a ação, provavelmente por não se sentirem pressionadas politicamente. Ao que se casa ao desinteresse de muitos agricultores familiares, que não vêem possibilidade de ganhos significativos, que, inclusive, justifiquem as mudanças produtivas e burocráticas necessárias para participação no PNAE.



BIBLIOGRAFIA

ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Merenda**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/reposcom/com4372.pdfsitorio/arquivoWeb/>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

BACCARIN, J. G. et al. Alimentação Escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. In: Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 49, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SOBER, 2011.

BACCARIN, J. G. et al. - Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 103-122, Jan. 2017.

BRASIL. **LEI FEDERAL nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Extrato da DAP**. Brasília: MDA, [201-]. Disponível em: <http://smap13.mda.gov.br/ExtratoDap>. Acesso em: 18 mar. 2011.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Informações Territoriais 2018**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em 19 julho de 2016.

ESPEJO, F., BURBANO, C. e GALLIANO, E. **Home-Grown School Feeding: a framework to link school feeding with local agricultural production**. Rome: WFP, 2009.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). **Resolução/CD/FNDE nº 38**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jul. 2009b. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). **Resolução/CD/FNDE nº 25**, de 4 de julho de 2012. Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 jul. 2012. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). **Resolução/CD/FNDE nº 4**, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 abr. 2015. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). **Dados da Agricultura Familiar**. Disponível em <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

GONÇALVES, D. T. R. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: o Programa Nacional de Alimentação Escolar no contexto geográfico do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro (SP), 2018.



GONÇALVES, D. T. R. & BACCARIN, J. G. Desenvolvimento territorial e alimentação escolar: o consumo no Vale do Ribeira e no Pontal do Paranapanema – SP. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial - VI Encontro REA, p. 173-184, jan./abr. 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995-96**. Número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Segunda Apuração. Rio de Janeiro:

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 12 de novembro de 2019.

SÃO PAULO (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo). **Alimentação Escolar**. Disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/alimentacao-escolar>. Acesso em 17 de dezembro de 2019.

SÃO PAULO (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo). **SICSP - Solicitação de Informação**, resposta obtida em 28/01/2020.

SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados). **Informações dos Municípios Paulistas (IMP)**. Disponível em <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>. Acesso em 23 de junho de 2018.

TRICHES, R. M., & SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. 19(4), 933-945, 2010.



EDUCAÇÃO DO CAMPO: APRISIONAMENTO OU PERTENCIMENTO?

Simony Araújo de Moraes¹
Ramonildes A. Gomes²

RESUMO

O presente texto consiste em um exercício de reflexão, a partir dos resultados de uma pesquisa exploratória que buscou analisar as práticas cotidianas vivenciadas numa escola do campo, privilegiando como questão central os elementos constitutivos da noção de pertencimento. Tendo como lócus de pesquisa uma escola do campo situada no distrito de Catolé de Boa Vista do município de Campina Grande-PB. Adotamos uma abordagem qualitativa como metodologia de pesquisa, aliando técnicas como a pesquisa bibliográfica, a observação direta e a análise de narrativas a partir de entrevistas feitas com cinco atores da comunidade escolar. Ao final, as práticas observadas e os relatos coletados expressam com clareza o potencial da educação do campo no fortalecimento das ideias e dos laços de pertencimento.

Palavras-chave: Educação do campo; Novas ruralidades; Pertencimento;

¹ Doutoranda no Programa de Pós graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Integrante do grupo de pesquisa do Laboratório de estudos rurais e ambientais – LERA. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. simonygj@gmail.com.

² Professora no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal em Campina Grande (PPGCS/UFCG). E-mail: rnildes@hotmail.com



Introdução

Esse trabalho foi instigado pelos resultados de uma pesquisa exploratória, um exercício necessário com intuito de produzir uma aproximação com meu objeto de pesquisa do doutorado³, nesse primeiro momento buscamos analisar as práticas cotidianas vivenciadas numa escola do campo, com o objetivo de apreender os elementos constitutivos da noção de pertencimento ao campo/ao mundo rural para os diferentes atores envolvidos no processo educacional de uma escola do campo, neste caso, a Escola Municipal Manoel Joaquim de Aguiar do município de Campina Grande-PB localizada no semiárido⁴ paraibano. Campina Grande integrante do território da Borborema possui, conforme dados do IBGE 2010 uma população de 385.213 mil habitantes, destes, 18.004 residiam na área rural e 367.209 na área urbana. O município tem uma área territorial de 594.182 Km² e possui três distritos.

Na nossa trajetória profissional como supervisora educacional em escolas municipais localizadas em áreas rurais do município de Campina Grande-PB desde o ano de 2008, realizando o planejamento, acompanhamento pedagógico e formação continuada junto a docentes dessas escolas, vários questionamentos nos convidaram a refletir sobre a dimensão do cotidiano escolar em contextos rurais e sua relação com a dinâmica da sociedade. Tais questionamentos, nos últimos anos, recaíram mais especificamente sobre a necessidade ou não de uma educação específica para o campo, inclusive com escolas construídas nas próprias áreas

³ O projeto de pesquisa do doutorado, iniciado em 2019, se intitula “De que educação do campo estamos falando? Uma análise a partir da experiência das escolas rurais /do campo do município de Campina Grande – PB” e busca analisar os sentidos e significados da educação do campo atribuídos, representados e disputados pelos diferentes atores sociais envolvidos na experiência das escolas rurais/do campo da rede pública municipal de ensino de Campina Grande-PB.

⁴ O semiárido compõe “uma região composta por 1.262 municípios pertencentes a 10 estados, delimitados oficialmente pelo Ministério da Integração para fins administrativos, que inclui Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão e Minas Gerais, ocupando uma área de mais 1 milhão de Km²” (SANTOS; GOMES, 2019, p. 2). Na Paraíba, estado formado por 223 municípios, 194 destes estão localizados no semiárido.



rurais, a relação da escola com a comunidade e as tentativas, nem sempre bem-sucedidas, de aproximação com a sociabilidade e a vivência no campo, de diálogos sobre as contradições que se expressam nele, dos vínculos da escola com atores sociais da comunidade no cotidiano da vida escolar. Como também a frágil articulação nesse município com os movimentos sociais do campo o que destoa de outras realidades da educação do campo em outros municípios e regiões do Brasil.

Das muitas questões que pulsam na pesquisa do meu doutorado, nesse exercício exploratório nos interrogamos sobre o significado e o lugar do campo nas práticas sociais, em que medida estes revelam sentidos de pertencimento ou de aprisionamento? Aqui entendendo pertencimento como uma dimensão que potencializa a identidade com um espaço social, ou seja, que remete a um lugar físico com sentidos e significados simbólicos que identificam os indivíduos e que os potencializa para as disputas sociais.

Para apresentar as reflexões estruturamos o artigo em três momentos, no primeiro faremos uma breve discussão em torno da constituição da demanda por educação do campo no Brasil, os discursos, agenciamentos e a compreensão do tema no debate das novas ruralidades. No segundo momento, analisamos fragmentos das entrevistas realizadas com professoras, diretor escolar, aluna e mãe de aluna da escola pesquisada, pensando sobre as vivências que indicam laços de pertencimento ao campo informadas através das práticas sociais vividas e narradas. Por fim, delineamos algumas considerações finais e impressões gerais.

Educação do campo e ruralidades

Os objetos de análise que se inserem em alguma medida no universo dos estudos rurais, especificamente a Educação ofertada às populações que vivem em comunidades rurais, solicitam mencionar o cenário que marca o Campo brasileiro: desigualdades, violência e disputas pelo acesso à terra e à água, projetos de



desenvolvimento distintos⁵, envolvendo atores diferentes com identidades e modos de inserção social igualmente diversos – agricultores familiares, trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, indígenas, etc.

O fenômeno da educação do campo, traz como marcador de sua anunciada especificidade a preposição “do”, que a distingue semântica e conceitualmente da Educação rural. Esta última fora classificada como a proposta até então direcionada as escolas rurais no Brasil, caracterizadas por negligenciarem as particularidades das chamadas populações do campo e por incorporar práticas que refletem os conhecimentos e valores do homem da cidade, além de uma formação instrumental comprometida com as demandas do mercado de trabalho da cidade. Em contraposição a educação rural, a educação do campo adere à narrativa de uma educação de qualidade no campo, uma educação que contemple as especificidades, modos de vida, história e cultura dos povos do campo (CALDART, 2012). A professora Roseli Caldart define a Educação do Campo como “fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (2012, p. 259).

De acordo com Silva (2018, p. 30)

A Educação do Campo nasceu tomando posição contra a lógica e o modelo de desenvolvimento gerador de assimetrias sociais, políticas e econômicas construídas historicamente no Brasil. O entendimento de que o campo comporta uma diversidade de agroecossistemas, etnias, culturas, relações sociais, padrões tecnológicos, formas de organização social e política, e da necessidade de fortalecer uma ruralidade pautada pela territorialização da agricultura familiar/camponesa/agroecológica, que se contrapõe ao discurso hegemônico da modernização pela urbanização e pelo agronegócio.

⁵ Os anos 1990 foram acirrados no país, os embates entre dois modelos de desenvolvimento para o campo. Um representando o agronegócio, baseado na revolução verde de modernização do campo, agricultura com máquinas modernas, com agrotóxicos, sementes transgênicas, e outro fundado na luta dos movimentos sociais que reivindicam o direito à terra e a uma educação do campo, a agricultura familiar, agroecológica e sustentável (BATISTA, 2011).



Essa modalidade de educação adere ao discurso de uma proposta de agricultura familiar e agroecológica como a alternativa segura contra os avanços do modelo patronal e produtivista. A educação do campo⁶ vem sendo defendida pelos movimentos sociais do campo, de forma mais organizada, a partir da 1º Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. O evento ocorreu, em 1998, no município de Luziânia (GO). Essa conferência tratou da luta popular pela ampliação do acesso, da permanência e do direito à escola pública de qualidade no campo (BRASIL, 1999), pelo acesso à terra e à educação escolar, como direito de todos e dever do Estado (FERNANDES, 1999).

O Movimento da Educação do Campo, em seu processo de mobilização pela afirmação e fortalecimento das práticas pedagógicas das Escolas do Campo, instigou as políticas públicas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, e de lutas pelo direito a terra, às águas, a floresta, à soberania alimentar, à saúde, à educação, ao meio-ambiente sustentável, enfim, um lugar de direitos (SILVA, 2018, p. 31).

Nas últimas duas décadas presenciamos no Brasil uma série de programas públicos direcionados às populações rurais, muitos como resultado das negociações a partir das demandas de movimentos populares. Podemos citar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE - reformulado em 2009), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA - criado em 2003), a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criado em 2003, a criação de fóruns de participação social envolvendo diferentes momentos da formulação dos programas e políticas.

⁶ Para citar alguns dos movimentos sociais populares envolvidos desde 1998 no Movimento Por uma Educação Básica do Campo, que “é uma unidade que reúne uma diversidade de movimentos sociais populares de luta pela terra, em particular, pela reforma agrária, incluindo nessa luta a educação do campo” (RIBEIRO, 2011 p. 24), destacamos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).



No âmbito educacional, temos em 1998, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como expressão de mais uma demanda reivindicada pelos movimentos sociais do campo. Foi criado, pelo Ministério da Educação, em junho de 2003, o Grupo Permanente de Trabalho, cujo objetivo era apoiar a realização dos seminários nacionais e estaduais para a implementação das ações relacionadas à educação do campo. Em 2004 surge a coordenação geral de Educação do Campo, instância responsável pelo atendimento à demanda a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades (BRASIL, 2007). Outros programas em âmbito federal direcionados a Educação do Campo foram implementados como a Escola Ativa⁷, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO Rural), o Programa Nacional do Livro didático (PNLD – Campo), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM Campo), entre outros.

Tivemos a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e das Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Tais diretrizes definem, entre outras, a necessidade da garantia do direito das crianças a serem atendidas na sua comunidade, evitando-se os processos de nucleação de escolas, promovendo a formação adequada dos professores e a adequação das escolas para o trabalho com turmas multisseriadas (BRASIL, 2008).

Em 2010 é instituído o Decreto que dispõe sobre a política de Educação do Campo que estruturou o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO e dentre os eixos desse programa a instituição das licenciaturas em

⁷ O Escola Ativa consistiu em uma política federal voltada para as escolas do campo multisseriadas, em vigência no país no período de 1997 a 2012. O programa foi instituído mediante um convênio do Ministério da Educação com o Banco Mundial (BM) e teve como finalidades anunciadas enfrentar os desafios relacionados aos altos índices de evasão, repetência e analfabetismo presentes nas escolas multisseriadas brasileiras e contribuir para a melhoria da qualidade educacional de áreas rurais (BRASIL, 1999). No ano de 2012, houve o encerramento do programa escola ativa e o Ministério da Educação instituiu outras ações por meio do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).



Educação do Campo ofertadas por universidades federais do nosso país. Para além da legislação, houve também um fortalecimento desta área no meio acadêmico com a criação de cursos, realização de pesquisas, estudos e publicações relacionadas ao tema no Brasil, nas duas últimas décadas.

Em termos de eventos o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA realizado pelo MST em parceria com diversas instituições em julho de 1997 na cidade de Brasília é tido como referência do surgimento da sistematização de uma proposta de educação diferenciada. Este evento precedeu as duas Conferências Nacionais pela Educação do Campo. Conferências estaduais e seminários municipais também foram realizadas como ação pactuada nos marcos da política de Educação do campo em todo o Brasil. Em Campina Grande, no ano de 2019, foi realizado o III Seminário Municipal de Educação do Campo. Esses eventos são protagonizados por diferentes movimentos sociais do campo, sindicatos, universidades, órgãos públicos, entre outros. Segundo Froes (2019) no cenário atual o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC, criado em 2010, se constitui como um dos espaços sociais que agrega indivíduos e grupos de interesse engajados com a Educação do Campo.

Os movimentos sociais do campo, articulados à histórica luta pelo direito à terra no país, em sua defesa por uma educação de qualidade no espaço rural, reivindicam o reconhecimento da necessidade da escola do campo e sua oferta em todos os níveis e uma proposta político-pedagógica coerente com a realidade dos povos do campo (FERNANDES, 1999). Esses movimentos criticam a prática norteadora da educação rural.

Esse processo de valorização do campo como espaço de vida e que precisa ser considerado nas práticas educativas escolares, se insere no movimento que busca desmistificar os estereótipos que naturalizam o campo como o lugar do atraso, dentro de uma perspectiva ideológica que considera o camponês brasileiro como matuto analfabeto, ingênuo, incapaz, que precisa ser redimido pela



modernidade para se integrar ao mercado (PEREIRA, 2011), e isso reflete também uma representação historicamente construída sobre o próprio semiárido nordestino como região pobre e inviável. Neste sentido, a Educação do Campo assume um papel político na direção da desconstrução de um imaginário negativo sobre este espaço.

Desde o ano de 2016, assistimos de pouco a pouco o desmonte de uma série de programas e políticas até aqui mencionadas. Foram cortes severos em programas voltadas a apoiar à agricultura familiar⁸, extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em nível mais geral a reforma trabalhista que traz desdobramentos para os trabalhadores rurais, esvaziamento das políticas ambientais e de conservação da natureza, mudanças na legislação que regula o uso de agrotóxicos, para não falar da fragilização do movimento sindical e da criminalização dos movimentos sociais e das suas estratégias de mobilização, entre outras ações que repercutem de maneira mais ampla na educação promovendo um arrefecimento do atendimento as demandas por políticas e direitos que afetam a vida das populações do campo.

No cenário da educação, a emenda à constituição nº 95 de 2016, a PEC do teto dos gastos públicos, congelou os investimentos também na Educação do Campo, contribuindo para um processo de precarização em muitos níveis. O processo crescente de fechamento das escolas em todo o Brasil acelera a restrição da oferta de educação escolarizada no campo.

A mais recente deliberação do governo federal contra a educação do campo veio em 21 de fevereiro de 2020 com o Decreto 10.252/2020, que altera a estrutura regimental do Incra, retirando deste Instituto a competência de formulação⁹ de

⁸ A Contraf (Confederação Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil) tem denunciado o cenário grave no atual Governo do então presidente Jair Bolsonaro e os prejuízos que a categoria ligada a agricultura familiar enfrenta devido aos cortes nos recursos públicos direcionados aos programas de fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁹ Com essa alteração toda a política agrária fica subordinada à formulação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em especial a destinação das terras públicas, a



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



propostas e no mesmo decreto extingue a Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), órgão que era responsável pela elaboração e gestão dessa política pública de educação do campo.

A resistência na defesa pela bandeira em defesa da educação do campo se faz contínua por meio de denúncias das descontinuidades, notas de repúdio as medidas do governo federal que impactam no desenvolvimento de políticas públicas para o campo, pelas tentativas de articulações locais, pelas práticas movidas a partir dos discursos da educação do campo na educação básica, por meio da continuidade dos cursos e grupos de pesquisa sobre educação do campo nas universidades brasileiras, das diversas estratégias de educação popular empreendidas pelos movimentos sociais ligados a luta pela terra, entre outras ações.

Em Campina Grande, município paraibano tomado como unidade empírica de nossa pesquisa, a secretaria de Educação possui uma coordenação das escolas rurais desde o ano de 2002. A oferta de educação municipal no ano de 2020, no campo, acontece em 4 núcleos das áreas rurais localizados nos distritos São José da Mata, Galante, Catolé de Boa Vista e duas escolas fora dos distritos, mas atendendo população de comunidade rural. Ao todo em Campina Grande são 30 Unidades Educacionais municipais no campo, 11 com ensino regular ano/série, 16 multianos/multisseriadas e 3 creches.

As disputas e os discursos em torno da Educação do campo, agenciados pela política pública, pelos movimentos sociais do campo e pelos atores envolvidos na efetivação da mesma parecem não se referir somente a educação, mas, também a temas como agricultura familiar e política de desenvolvimento rural uma tríade complexa e que impacta na qualidade de vida das populações rurais. Percebemos que estão em disputa também imagens simbólicas do que seja o campo/rural.

seleção de famílias para assentamentos de Reforma Agrária e a normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos.



Nesse sentido, entendemos que a perspectiva das novas ruralidades traz possibilidades para a educação do campo. Essa perspectiva percebe as transformações no espaço rural a partir de sua situação relacional com a urbanização/modernização, mas, não considera como um processo passivo, mas sim resultado de processos ativos e dinâmicos de reinterpretações a partir dos atores e comunidades locais. Essa corrente de pensamento está fundamentada na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade engendrando novas ruralidades (WANDERLEY, 2009). Segundo Wanderley (2009) o rural é uma categoria histórica que se transforma e não deve ser tido como uma essência, imutável presente em qualquer sociedade.

Nesses termos, a abordagem da nova ruralidade gera uma ruptura no paradigma clássico de explicação do rural, imputando a esse, novas significações que não o limitam a atividades ligadas ao agrário ou agrícola. A emergência do conceito de nova ruralidade parte da negação da visão do rural como lugar do atraso, do agrícola, em oposição à cidade como lugar por excelência do moderno e do cidadão. Essa perspectiva contribui com a educação do campo na constituição do discurso que se recusa a olhar a cidade como espaço que se constitui pela complementação e interdependências entre o urbano e o rural. Concebendo o campo como um território e não apenas como um espaço de produção, como destacou Cruz (2019, p. 26), “o novo rural é múltiplo com muitas funções e numerosas atividades”.

Considerando as ruralidades contemporâneas é possível dar conta desse processo de revalorização do campo a partir das dinâmicas de multifuncionalidade e múltiplas interações que ela mobiliza. As novas ruralidades possibilitam a educação do campo apreender o cenário de um rural mais próximo em temporalidade das realidades em transformação que anunciam trocas cada vez mais constantes entre



atores e espaços, urbano e rural sem que com isso se assista a perda de suas características distintivas.

Como destaca Carneiro (2008),

As transformações provocadas pela intensificação das trocas entre universos culturais distintos (*grosso modo*, os “urbanos” e os “rurais”) não resultam, necessariamente, na descaracterização de um sistema cultural e social, tido como “original” ou “autêntico”, sobretudo por aqueles que vão à busca de uma autenticidade. Mudanças nos hábitos, na maneira de se relacionar com os outros e com a natureza, e na percepção do mundo, se expressam de maneira irregular e diversificada, segundo os interesses e a posição social dos atores, o que não implica, necessariamente, uma ruptura decisiva no tempo nem no espaço (p. 33).

Pensando a conexão entre as ruralidades e o paradigma da educação do campo, percebe-se que para a educação do campo esse é reconhecido como território educativo, espaço social e cultural dinâmico, de produção de vida, de trabalho, de cultura, de saberes, de valores, como espaço social onde vivem cidadãos e cidadãs (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011). Para os autores não é a localização que define as orientações filosóficas e didático pedagógicas da escola, ou os princípios norteadores da educação do campo e sim a defesa do reconhecimento desse espaço na sociedade mais ampla, portanto um espaço onde os que habitam precisam ser incluídos e dotados de potencialidades para construir conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico. O discurso da educação do campo parece se alinhar ao das novas ruralidades no sentido de que é o sentimento de pertencimento que atribui e nutre um valor distinto ao espaço rural para os indivíduos e grupos que o habitam. Analisar o direito e a qualidade da educação para essas populações, nos mobiliza a interpretar o rural assumindo suas transformações e fluxos como dados da sociedade moderna.

Práticas sociais e pertencimento numa escola do campo



Considerando a realidade de Campina Grande - PB, pensamos as conexões entre programas curriculares, projetos de ensino e práticas docentes ativadas com objetivo de promover uma educação capaz de considerar o campo como espaço singular de vida e de trabalho. Para analisar a partir dessa teia relacional (currículo, projetos, prática docente) focamos as práticas cotidianas vivenciadas na escola do campo e sua relação com a ideia de pertencimento. Aliei a observação direta à análise de narrativas, a partir da entrevista com cinco atores que fazem parte da comunidade escolar de *Queimada da Ema* localizada no distrito de Catolé de Boa Vista – Campina Grande-PB. Reconstituir textualmente essa experiência é desafiador, tendo em vista os limites formais do artigo, todavia nos propomos a trazer impressões gerais.

Em setembro de 2018 começamos a fazer observações e entrevistas na escola municipal Manoel Joaquim de Aguiar. Os atores mobilizados para a pesquisa foram, representantes dos segmentos que compõem a comunidade escolar sendo o diretor escolar, duas professoras, uma aluna e uma mãe de aluna. O diretor escolar e duas professoras encontram-se numa faixa etária que varia dos 29 aos 44 anos. A mãe da aluna tinha 31 anos e sua filha 9 anos aluna do 4º ano da escola. A mãe da aluna reside ao lado da escola e participa da Associação de pequenos produtores rurais do sítio Queimada da Ema e adjacentes vizinhas. O diretor reside na área urbana e atua na escola do campo há 3 anos. As professoras residem na área rural e atuam na escola há mais de quatro anos. Uma das professoras participa de uma associação de moradores na localidade vizinha ao sítio Queimada da Ema onde reside.

As entrevistas ocorreram na escola após a realização do trajeto acompanhando a rotina dos profissionais da educação que vinham da área urbana



para a escola no campo. Há pelo menos sete anos a secretaria de educação do município, através da coordenação das escolas do campo atua conforme orientação da Política de Educação do campo, promovendo formações continuadas e eventos para os docentes das escolas rurais dentro deste novo paradigma. Antes disso, entre 2002 e 2012, a secretaria operava conforme orientações do programa Escola Ativa¹⁰ que fora incluído no rol das iniciativas de educação rural.

Na dinâmica de funcionamento das escolas do distrito de Catolé de Boa Vista, o transporte escolar responsável pela condução dos alunos até a escola desloca-se da área urbana, desse modo os professores que atuam nas escolas do distrito conseguiram autorização para utilizá-lo no trajeto até às escolas, uma vez que algumas são de difícil acesso. Eu os acompanhei nesse trajeto que seguia por uma rua central da cidade em direção ao distrito fazendo diferentes paradas ao longo do percurso para embarcar e desembarcar alunos e profissionais da educação das escolas públicas. No trecho mais perto da escola de Queimada da Ema, na qual realizei a pesquisa, pude acompanhar a passagem pelas vilas de assentamentos das famílias cujos filhos estudam na referida escola.

Presenciei também o embarque de crianças em outros pontos para além das vilas. Alguns pais esperavam nas paradas para acompanhar a ida e o retorno dos filhos. Nessas paradas observei momentos de trocas de informações entre pais e professores, ou com a secretária da escola geralmente com troca de mensagens rápidas. Bem como a simplicidade das residências e o aspecto seco da região.

Ao chegarmos na escola, nos aguardavam duas funcionárias e alguns alunos que moram próximo. As aulas começavam e à medida que os informantes que se

¹⁰ O percurso do Escola ativa nas escolas multisseriadas rurais de Campina Grande pode ser descrito em três momentos. O primeiro período de 2002 a 2004, compreende a implantação inicial em cinco escolas como projeto piloto. No segundo, 2005 a 2009, houve a expansão da Estratégia Metodológica Escola Ativa para todas as escolas rurais do município com a organização multiciclo, ainda no âmbito do FUNDESCOLA/MEC. O terceiro, 2009 a 2012, caracteriza-se pela nova versão dessa iniciativa que passa a ser denominada Programa Escola Ativa e é ampliada para as escolas rurais de todo o país sob coordenação da SECADI/MEC, com sua consolidação nas escolas rurais campinenses até a sua extinção em 2012 (MORAIS, 2014).



dispuseram a conversar iam ficando disponíveis, a gente aproveitava para entrevistar. Utilizamos um roteiro semi estruturado para guiar as conversas, que transcorreram com leveza, retomando informações e situações que necessitávamos entender melhor, solicitando que elas comentassem com mais detalhes. As entrevistas foram gravadas e transcritas para fins de análise¹¹.

As informações apreendidas foram classificadas como, práticas individuais e práticas coletivas, as quais indicam sentidos de pertencimento. Estamos chamando de práticas individuais aquelas que pelos depoimentos particulares indicam relações de confiança e interconhecimento, no relato trazido pela aluna e por sua mãe acerca do modo de viver, fica evidente a satisfação e a confiança em viver no espaço rural.

Porque aqui é mais assim..., a gente aqui é como tá em casa, né? a gente um acolhe o outro, tá entendendo? na rua, cada um é por si, Se não tiver família perto, cada um é por si. Aqui não, aqui você vai no vizinho, o que ele precisa ajudar ele ajuda, com açúcar, com alguma coisa, o que vai precisando, algum remédio, algum dinheiro que precisar emprestado (MAE DE ALUNA).

[...] todo mundo é unido aqui, ninguém prejudica ninguém, todo mundo se gosta [...] ajuda alguém aqui na Comunidade, se alguém tá precisando de ajuda, a gente ajuda (ALUNA).

A mãe e a aluna evidenciaram a importância das relações de vizinhança, a confiança e a proximidade, informada pelas práticas de ajuda e solidariedade como uma marca da vida social no espaço rural. O destaque para as relações de vizinhança se aproxima do pensamento de Mendras (1969) sobre as relações sociais diferenciadas ou relações de interconhecimento como expressão das relações sociais que se estabelecem no ambiente rural. Sentimento de confiança no grupo e no lugar onde vivem, como lugar seguro e sem violência se expressam quando destacam:

O pessoal do campo, ele é mais livre [...] o sítio eu acho que tem mais liberdade (PROFESSORA 1).

¹¹ Informamos os objetivos da pesquisa e solicitamos autorização da Secretaria de Educação Municipal, da gestão escolar e de cada entrevistado via assinatura de um Termo de consentimento Livre e esclarecido para a realização da pesquisa.



(...) no campo é livre, *né*. Não tem violência, não tem, tipo assim, é mais livre, as crianças também, no campo, brincam livre; na rua não, na rua são presas, e aqui também é mais tranquilo as coisas. E o modo também de viver, porque a gente planta, a gente colhe, e no urbano não, no urbano você tem que comprar, tudo lá é comprado (MÃE DE ALUNA).

Eu acho que aqui no campo ainda *tá* relacionado muito com ter menos violência, ter menos uso de drogas, apesar de já está chegando aqui em algumas comunidades (PROFESSORA 2).

[...] aqui não tem assalto, não tem nada. Em Campina Grande até que tem um assalto, tem morte, tem muitas coisas em Campina (ALUNA).

O reforço em afirmar que o campo seria menos violento, mais livre, onde as crianças podem brincar com liberdade, onde se efetivam relações de troca com o meio ambiente, parece indicar uma visão idílica de campo acionada como recurso de valorização ou pertencimento ao mesmo.

Os relatos sobre a vida dos alunos trazidos pelos docentes apresentam situações relacionadas ao seu modo de vida. Como se vê nos trechos dos depoimentos do diretor escolar e da professora,

Ela (a aluna da educação infantil) disse assim “eu faltei porque eu fui plantar um milho”, aí eu disse e é? E como tu plantou?, e ela disse não, eu só... tem uma palavrinha que ela usou para dizer que fecha o buraco, eu esqueci agora como é, ela disse que a mãe plantava e ela ia fechando. E também trazem relatos de criação de animais, ele (o aluno da educação infantil) vem de vez em quando meu pai comprou isso, comprou aquilo (DIRETOR).

Relatam sobre quando vão *pra* feira em Campina, então eles conhecem a realidade da cidade e do campo (PROFESSORA 2).

A narrativa do diretor traz imagens advindas de um imaginário lúdico, de crianças que nem dominam a oralidade, mas que traduzem uma ideia do rural como lugar ao qual pertencem, reconhecendo os fluxos estabelecidos com o espaço urbano. As diversas estratégias e combinações adotadas para permanecer e pertencer apontam para interações em variadas direções entre as famílias e a terra, o que sugere os relatos sobre trabalho e geração de renda,



Saem pra trabalhar fora. Os que ficam fazem carvão, muitas das vezes por debaixo dos panos, porque se descobrir o lbama...[...] e quem tem gado, e tem uma aguinha, um poço que possa ir pegar, e vive disso aí (PROFESSORA 1).

E outra dificuldade aqui é, como tá muita seca, falta de chuva que não tem como eles se manterem pela agricultura, ou da pecuária, muitos estão acontecendo o êxodo, eles estão se mudando do sítio para a cidade, e até mesmo interestadual (PROFESSORA 2).

Vivem mais de criação de galinha, tem outras pessoas que são aposentadas, tem outras pessoas que vivem de criação de gado, de queijo, de leite, essas coisas (MAE DA ALUNA).

Tem muita gente migrando, por exemplo, da zona urbana pra cá, [...] eu não vejo assim, o campo da concepção que eu tinha de educação rural, não tem hoje em dia muita diferença em termos culturais de realmente daquilo que a gente entendia de campo realmente, assim, daquela comunidade que vivia de fato do que planta aqui (DIRETOR ESCOLAR).

A professora fala do êxodo rural, o diretor destaca a imigração para o campo, atividades diversas aparecem como produção de carvão, criação de animais, aposentadoria rural, trabalhos fora da comunidade compondo um mosaico de atividades econômicas e interações entre universos sociais urbano e rural. Pelo exposto, vemos que o diretor assume que tinha uma visão de campo relacionada ao agrícola, mas para ele a vivência no campo revelou uma realidade informada pelo debate das novas ruralidades, cuja compreensão do espaço rural implica em novas significações, não se limitando ao agrário e sim envolto em novos processos (WANDERLEY, 2009).

Relatos da aluna, da mãe e das professoras reforçam dificuldades que atingem a todos como a seca, a falta de água encanada e a falta de transporte, ou seja, a falta de direitos tidos como privilégio dos cidadãos da cidade. São contradições do espaço rural que afetam diretamente e profundamente a vida das famílias que vivem nas comunidades rurais. A não presença do Estado que se constata pela falta de serviços converge para a luta pela educação do campo.

Num segundo bloco agrupamos impressões sobre práticas que nomeamos como coletivas, reunindo as retóricas que reconstituem práticas docentes no sentido



de conhecer o ambiente onde vivem e das relações da escola com os espaços públicos presentes na comunidade.

Nesse sentido, as propostas de atividades direcionadas para conhecer o ambiente onde vivem, transformando a vida da comunidade em conteúdo escolar, são resgatadas nessas passagens,

Sim, a questão da história do nome de Queimada da Ema. Então a gente foi fazer uma pesquisa, eu levei os meus alunos, fizemos uma entrevista com um senhor da comunidade *pra* saber o porquê do nome Queimada da Ema. Foi bem interessante! Aí a gente fez até uma peça com isso, foi na Mostra Pedagógica. A gente fez uma peça, com os personagens da Comunidade, aí contando a história (PROFESSORA 1).

a questão das vaquejadas que tem, do futebol, que é muito presente, festas juninas que tem, sempre na Comunidade, a gente puxa para a escola. Foi trabalhado aqui a cavalgada que tem na comunidade. Então a gente trabalha a cultura do pessoal (PROFESSORA 2).

Os relatos acima ao fazerem referência à cultura local manifesta um sentido de pertencimento por meio da busca constante em conhecê-lo. O diretor denuncia uma certa rigidez em relação ao currículo ao refletir que diante do sistema, segundo ele, muito “conteudista” não dava tempo para um contato mais efetivo com a comunidade, sua história e para contextualizar temas que de acordo com ele já vem “prontos”. Ele se refere às sugestões encaminhadas, a partir da Secretaria de Educação, através da equipe de educação do campo. O diretor ativa o discurso que se conecta ao da defesa pela educação contextualizada¹² no campo.

Ao reafirmarem como poderia ser a relação da escola com a comunidade os sujeitos relatam desejos,

Trazer essa comunidade [...] para de repente *tá* produzindo uma horta na escola, uma horta comunitária. [...] trazer pessoas antigas *pra* fazer reconto

¹² “O processo de educação contextualizada prevê uma adaptação dos conteúdos escolares ao espaço geográfico, à cultura, à identidade e à especificidade do Semiárido. Baseia-se na realidade social dos educandos e educandas, e possibilita contextualizar o processo de ensino aprendizagem com a diversidade cultural de cada lugar” (KRAUS, 2015, p. 28).



oral de histórias [...] um projeto realmente de resgate da cultura e da existência local (DIRETOR).

eu acho que tinha que ter mais, eu acho que a Comunidade devia ser, tá mais presente. Assim, porque ela vem até a gente, mas se a gente for atrás. Assim, não tem aquela coisa dela ter autonomia de vir à escola (PROFESSORA 1).

Gostaria, tipo de agricultura familiar, assim, era *pra* ter alguma horta na comunidade para fornecer, não vir de fora (MAE).

Chama atenção a proposta do diretor de resgate da cultura e da existência local ressaltando características de um rural idealizado, preso a uma imagem da tradição que necessita ser preservada. Portanto, cultua um sentido de pertencimento que mais reforça certo aprisionamento a uma temporalidade.

A relação com a natureza aparece quando as professoras realçam que a escola tem um contato mais próximo com a comunidade em tempos de safra, como acontece na safra do Umbu, quando pedem autorização para levar as crianças aos umbuzeiros, geralmente localizados em propriedades privadas. Nesse passeio elas relatam realizar atividades ao ar livre, observações, conversas sobre o fruto do umbuzeiro, solicitam descrições, pinturas, desenhos sobre o ambiente entre outras atividades. A aluna entrevistada nessa pesquisa confirmou a colocação da professora dizendo “a gente foi aqui pertinho, a gente foi fazer uma pesquisa, sobre a umbuzada. Eu, meus colegas e a professora” (ALUNA). Tal prática indica uma estratégia de valorização da relação com a natureza como marcador distintivo da vida no campo.

Há ainda menção a outros espaços de sociabilidade presentes na comunidade como a Igreja,

Gleriston que foi aluno daqui ele ajuda a Igreja, ele faz faxina. Claudinha, também, que é, ela é a professora da catequese da gente, ela limpa, faz tudo, quando vai ter missa. Aí tem também festa de Santana¹³ aqui, que tem barraquinha, tem muitas coisas (ALUNA).

¹³ A aluna se refere a festa da Santa padroeira da comunidade.



O engajamento voluntário de pessoas da comunidade nas atividades parece significar para a aluna um traço de pertencimento à comunidade, que no caso é uma comunidade rural.

A professora 2 informa que quando trabalham com tema sobre vacina, a escola busca apoio do posto de saúde em frente à escola, mas que muitas vezes está fechado no turno que ela atua, porque ele só funciona um horário, até 11 horas. E completa dizendo que “veio pela manhã esse ano uma dentista, uma auxiliar de dentista para ensinar a escovação, mas também só veio em um horário, não veio nos dois. Então uma parte da clientela da escola fica desassistida por esse tema” (PROFESSORA 2). A professora faz referência a certos limites na interação da escola com serviços públicos presentes na comunidade como o posto de saúde que fica em frente ao prédio da escola.

Na tentativa de compreender o universo das práticas sociais vivenciadas no cotidiano de uma escola rural de Campina Grande o sentido do campo adensado ao substantivo amplo da educação, ou seja, a educação do campo é pertencimento ou aprisionamento, refletimos a partir do recorte dos relatos de alguns interlocutores na busca do movimento que aponta para essas práticas. Em termos gerais, anunciamos um conjunto de práticas que explicitam um processo de significação e ressignificação do espaço rural expressando pertencimento, valorização e fluxos.

Considerações finais

As reflexões postas em movimento nesse exercício buscou pensar como a partir da vivência na escola do campo vai se constituindo uma noção de pertencimento ao espaço rural. Consideramos nesse empreendimento que ruralidades e educação do campo se alinham ao pensar o rural pela lente das diversidades que atualizam suas demandas. A diversidade que constitui o campo envolvendo etnias, culturas, relações sociais, formas de organização social e



política, constitui as ruralidades e traz possibilidades a educação que se destina as populações do campo.

Acessar as vivências do cotidiano escolar para apreender os sentidos construídos e sua relação com a ideia de pertencimento ou aprisionamento exige uma imersão mais densa nesse cotidiano algo que nos mobiliza para a pesquisa do doutorado. Porém, por meio dessa aproximação exploratória, apontamos algumas impressões gerais. Apreendemos diferentes expressões das relações de interconhecimento e confiança, a valorização do espaço rural pelas falas dos interlocutores e nas memórias acionadas acerca dos relatos de vida dos alunos, o anúncio do interesse por uma relação mais estreita com a comunidade, o encaminhamento de atividades pedagógicas para conhecer o ambiente em que vivem valorizando a relação com a natureza. Os professores entrevistados moram no campo, quem não mora acompanha o percurso dos alunos até a escola conhecendo os ambientes no entorno de suas residências, curiosamente, não aparecem nas vivências acessadas referência à organização dos assentamentos rurais, sua história e conflitos. De modo que, quando falam em conhecer a história da comunidade se referem ao entorno somente da escola e não das comunidades que ela atende. O diretor parece mais afinado ao discurso da educação do campo indicando a necessidade de uma contextualização curricular mais efetiva com o modo de vida rural. A mãe e a aluna parecem protagonizar os relatos mais carregados de afetividade. As professoras demonstram incluir em seu planejamento de aulas assuntos referentes aos aspectos locais.

No geral se expressam nas práticas observadas e acessadas via os relatos orais dos interlocutores, práticas sociais que expressam ideias de pertencimento, produzindo identificações com o espaço social rural e com as disputas sociais.



Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola Ativa: capacitação de professores**. Brasília, DF: FUNDESCOLA/MEC, 1999.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Estado, luta de classes, movimentos sociais e as políticas de educação do campo. In: BATISTA, M. S. X (org). **Movimentos sociais, Estado e políticas de educação do campo: pesquisa e práticas educativas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF: SECAD/MEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Programa Escola Ativa: orientações pedagógicas para a formação de educadores e educadoras**. Brasília: SECAD/MEC, 2008.

CALDART, Roseli. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CONTRAF. **Recompor a PLOA 2019 é um dos desafios para Agricultura Familiar**. Disponível em:

<https://contrafbrasil.org.br/noticias/recompor-a-ploa-2019-e-um-dos-desafios-para-agricultura-familiar-506f/>. Acesso em 21 abr 2019.

CRUZ, Patricia Maíssa F. Relação rural-urbana no contexto das novas ruralidades: uma aproximação teórica. Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>. Acesso em 03 de mar 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo. In: ARROYO, M. G; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.



FROES, Livia Tavares Mendes. **MULHERES DO CAMPO NO ENSINO SUPERIOR: percursos sociais de estudantes no curso de licenciatura em educação do campo na UFMG.** Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

KRAUS, Lalita. A educação contextualizada no semiárido brasileiro: entre desconstrução de estereótipos e construção de uma nova territorialidade. **Revista de Geografia** (UFPE) v. 32, No. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229122>. Acesso em: 03 mar 2020.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. (Org.) **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MORAIS, Simony Araujo de. **Gestão escolar e participação no Programa Escola Ativa em Campina Grande-PB (2002-2012) na ótica dos profissionais do magistério.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PEREIRA, Antônio Alberto. Por uma escola camponesa. In: BATISTA, M. S. X (org). **Movimentos sociais, Estado e políticas de educação do campo: pesquisa e práticas educativas.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo e escola ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Marília -SP, v. 12, n. 2, p.23-40, jul-dez, 2011.

SANTOS; A. P. S; GOMES, R. **Mediação e mudança social: um campo de possibilidades criado pelo paradigma da Convivência com o Semiárido.** Disponível em: <https://redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Trabalhos-Aprovadospublicacao-1-1.pdf>. Acesso em 28 mar 2020.

SILVA, Maria do Socorro. Educação do campo e políticas educacionais: avanços, contradições e retrocessos. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 7, n.1, p. 23- 41.jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46390/25492>. Acesso em 4 set 2018.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



WANDERLEY, Maria Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **O Mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: EUFRGS, pp. 203-262, 2009.





O DESMONTE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA E ESPAÇO RURAL NO BRASIL

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida¹

NICOLÁS, Maria Alejandra²

Resumo:

Os espaços de participação social nas políticas públicas para a agricultura e espaço rural seguiram um processo de ampliação e ascensão nos últimos 25 anos no Brasil. Processo iniciado nos anos de 1980 e, ampliado nos anos de 2000 com ascensão do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, a partir de 2016, com o Governo de Temer (MDB) e, principalmente, com o Governo Bolsonaro (sem partido), houve uma série de ações que contribuíram na redução dessas políticas. Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta metodológica para analisar o processo de desmonte das políticas públicas de participação social para agricultura e espaço rural. Para isso, parte-se do referencial teórico da *policy dismantling* (desmonte das políticas públicas) que trata das diferentes causas, condições e estratégias que orientam os políticos a optarem por diferentes tipos de desmonte, de modo geral aquele que representa o menor custo político. A proposta orienta-se a definir indicadores de análise a partir das dimensões de *Densidade e Intensidade* do desmonte de políticas públicas que dizem respeito a alterações tanto das políticas públicas em análise, quanto dos instrumentos de política desenhados para sua implementação. As considerações finais sugerem uma série de perguntas orientativas para a definição das variáveis a serem analisadas, assim como a necessidade da realização de entrevistas semiestruturadas para melhor captar o processo em questão, que ocorreu de forma diferenciada entre as IPs para agricultura familiar e aquelas que tratam do agronegócio.

Palavras-chaves: desmonte de políticas públicas; participação social; agricultura e espaço rural.

¹ Professora do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, ambos da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ) e do Observatório das Agriculturas Familiares Latino Americanas (AFLA). Email: silvia.zimmermann@unila.edu.br

² Professora da área de Administração Pública e Políticas Públicas (UNILA) e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, ambos da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Email: maria.nicolas@unila.edu.br



Introdução

Os espaços de participação social no Brasil ganharam fôlego nos últimos vinte anos, em diferentes áreas temáticas, sendo praticamente transversais aos processos de influência nas mais diferentes políticas públicas brasileiras. No campo da agricultura e espaço rural estiveram presentes nas políticas para o desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento territorial, segurança alimentar e nutricional (SAN), agronegócio, questões sociais e ambientais. Resultado dos debates nestes espaços, inúmeras políticas públicas foram criadas, implementadas e passaram por avaliações e alterações, mediante processos descentralizados em instituições participativas (IPs) envolvendo representantes de governo e da sociedade civil brasileira.

Nota-se uma variação temporal na criação desses instrumentos democráticos, iniciados nos anos de 1980 e ampliados nos anos de 2000 com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, 1 e 2, e também Governo Dilma 1. Houve, inclusive, uma tentativa de institucionalizar a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), por meio do Decreto nº 8.243/2014, em vista a regulamentar o sistema de participação social na definição das políticas públicas brasileiras. Contudo, o Decreto foi revogado, devido à crise de governabilidade do presidencialismo de coalizão e o combate ineficiente à corrupção (AVRITZER, 2016), mas também devido ao processo de disputa eleitoral, por “usurpar funções do CN como órgão deliberativo sobre as ações governamentais e de fiscalização do Executivo” (ROMÃO, 2015:54).

No Governo Temer a opção pela austeridade fiscal afetou diretamente os investimentos nas políticas públicas para agricultura familiar (SABOURIN *et al*, 2020), contribuindo para a redução (e desvalorização) das IPs. Porém, a redução ativa nas IPs no Brasil ocorreu no Governo Bolsonaro, afetando sobremaneira aquelas que tratam das políticas para agricultura e espaço rural. Já no primeiro dia



de janeiro de 2019, Bolsonaro emitiu uma MP de reestruturação da Presidência da República e, com isso, extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Logo na sequência, em abril, um Decreto extinguiu inúmeras IPs, com destaque para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), o que não extinguiu necessariamente os Conselhos Municipais de segurança alimentar ou de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou mesmo os CODETERs. No período, as IPs que tratam de políticas para o agronegócio, permaneceram atuantes.

A partir do referencial teórico da *policy dismantling*, que trata de um tipo específico de mudança na política pública, este artigo tem por objetivo apresentar uma proposta metodológica para análise do processo de desmonte da participação social nas políticas públicas para agricultura e espaço rural. Busca-se inspiração no referencial elaborado por Bauer e Knill (2013; 2014) e Bauer *et al.*, (2014) que trata das diferentes causas, condições e estratégias que orientam os políticos a optarem por diferentes tipos de desmonte, de modo geral aquele que representa o menor custo político.

Este trabalho compõe uma pesquisa mais ampla, intitulada “Políticas públicas no rural contemporâneo em tempos de austeridade”, com coordenação de pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal da Integração Latino americana (UNILA) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). A preocupação com o desmonte das IPs deriva de uma pesquisa anterior, “Entre continuidades, mudanças e novas institucionalidades: políticas públicas e meio rural brasileiro (2003-2013)”, coordenada pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), e que resultou, entre outras coisas, em um artigo de resgate sobre as diferentes IPs



que tratam das políticas para agricultura e espaço rural no Brasil (ZIMMERMANN, 2019).

A atual pesquisa dedica-se ao estudo das mudanças e extinções das IPs que implicam as políticas públicas para a agricultura e espaço rural, notadamente marcadas pelo contexto recente da política brasileira. É planejada em três etapas. A primeira implica a revisão bibliográfica sobre as referências teóricas que tratam dos processos de mudança nas políticas públicas, e busca, a partir destas teorias, criar um quadro analítico e compor um roteiro semi-estruturado para a pesquisa que, em sua segunda etapa, irá aplicar este instrumental em atores políticos chave que atuam ou atuaram nas IPs analisadas. A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa de estudo, e deverá escutar gestores públicos e representantes da sociedade civil que estiveram ou estão à frente das IPs em três níveis de governo: Municipal, Estadual e Federal. Portanto, o que será apresentado neste artigo é a primeira etapa da pesquisa, qual seja, a construção de um quadro analítico para identificar os processos de mudanças que determinam as IPs que tratam das políticas públicas para agricultura e espaço rural no Brasil no período recente, assentado em uma revisão bibliográfica a respeito da *policy dismantling*.

Além desta introdução, este artigo propõe três outros itens. No primeiro apresentamos um breve histórico da participação social nas políticas públicas brasileiras, sua evolução e declínio, implicando também nesta política um processo de desmonte. No segundo avançamos na discussão do referencial teórico do *policy dismantling*. No terceiro, apresenta-se a uma proposta metodológica para análise do processo de desmonte dos espaços de participação para agricultura familiar. Por fim, temos as considerações finais e as referências bibliográficas estudadas.



1. Breve histórico da participação social nas políticas públicas para agricultura brasileira

O debate sobre a participação social nas políticas públicas brasileiras tem dois momentos fundamentais, sendo um de dimensão processual e outro de dimensão institucional. O primeiro tem relação com as mobilizações e ações sociais que incluíram o tema da participação social na agenda política, fruto da ausência de canais desta natureza e de um longo período de regime autoritário, que inviabilizava diálogos entre os governantes e a sociedade civil. É nos anos de 1970 que ocorre a formação de associações comunitárias independentes do sistema político, inicialmente centradas nas questões da precariedade urbana e mais difundidas na região sudeste (AVRITZER, 2005), mesmo período em que na América Latina ocorre a emergência das organizações e movimentos sociais, inicialmente voltadas às demandas por direitos sociais, culturais, por melhores condições de vida, acesso à terra, moradia e serviços públicos (GOHN, 2007). O segundo é o desdobramento desta demanda social, que se materializou na Constituição Federal de 1988, em que pela primeira vez este marco institucional menciona a necessidade de estímulo à implementação da participação social nas políticas públicas, tanto na construção quanto na execução e acompanhamento.

É neste período que surgem os inovadores instrumentos democráticos Orçamentos Participativos (OPs), executados em diferentes Municípios brasileiros, envolvendo inúmeras associações comunitárias. Logo em seguida surgem os Conselhos de políticas públicas de âmbito nacional, e com exceção do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), fundado em 1981, é também neste período que surge a maioria dos conselhos que implicam as políticas públicas para agricultura e o espaço rural, que serão tratados neste item.

A partir dos anos de 2003, no Governo Lula 1, as IPs ganham realmente arquitetura, capilaridade e fôlego no país (DAGNINO e TEIXEIRA, 2014). Estima-se



que havia no início do Governo Lula 2 cerca de 85 Conselhos Nacionais com participação de organizações da sociedade civil; ao redor de 351 conselhos estaduais, dos quais, 268 estavam em funcionamento; e torno de 80 mil conselhos municipais, envolvendo cerca de 800 mil conselheiros (ZIMMERMANN, 2019). As Conferências Nacionais, correntes desde a década de 1930, tornam-se marca registrada do Governo Lula 1 e 2, e também do Governo Dilma 1 (AVRITZER, 2016), chegando a um total de 128 conferências no período, das quais 87 (67%) realizadas entre 2003 e 2012 (AVRITZER e SOUZA, 2013).

A seguir são apresentadas resumidamente as IPs de caráter consultivo, retomadas e adensadas, a partir dos anos de 2000, que influenciaram inúmeras políticas públicas direcionadas à agricultura e ao espaço rural brasileiro.

1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

No âmbito da SAN, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), teve início em 1993, como reflexo das mobilizações da Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida. Em 1995 foi extinto, sendo criada a Comunidade Solidária, o que mudou significativamente a estrutura e objetivo do antigo conselho, descaracterizando sua dimensão coletiva da representação política. Em 2003, o CONSEA foi restabelecido, passou a ser presidido pela sociedade civil e estar vinculado diretamente à Presidência da República (aspecto que o diferenciava de outros Conselhos Nacionais), com uma composição que oscilava entre 59 e 55 membros, sendo 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes de governo. Notoriamente o CONSEA deu voz a representações e movimentos sociais invisibilizados até então.

A Lei Orgânica de SAN (LOSAN), aprovada em 2006, estrutura o sistema nacional de segurança alimentar, seus conselhos em diferentes municípios brasileiros e demais instrumentos institucionais (marcos jurídicos, conferências, etc.).



O CONSEA inovou ao propor uma sistemática para monitoramento de temáticas trabalhadas no governo que atendiam à SAN, envolvendo outros conselhos, criando indicadores, etc., que não necessariamente foram incorporados no governo (NASCIMENTO, 2012). Amparadas pela LOSAN, as conferências nacionais tornaram-se frequentes após o ano de 2003 (houve edições em 1994, 2004, 2007, 2011 e 2014). Os debates realizados nestes eventos alimentaram o CONSEA, e resultaram em um marco legal da SAN e estimularam a criação e/ou fortalecimento de programas e ações federais, na perspectiva de um projeto democrático e participativo.

Além disso, os eventos *Encontros Conferências + 2 anos*, criados pelo CONSEA ocorriam entremeio às conferências nacionais com objetivo acompanhar a realização das demandas das Conferências, tornaram-se um exercício evidente de controle social, envolvendo inúmeros representantes da sociedade civil e do poder público. Adicionalmente, o CONSEA e o MDS realizaram, entre 2005 e 2014, os Seminários Nacionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os quais envolveram gestores públicos, organizações sociais que implementam ou eram beneficiárias do Programa, organizações mediadoras, estudiosos e pesquisadores do tema, promovendo o acompanhamento e monitoramento dessa política pública.

1.2 Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial

No campo da agricultura familiar, destaca-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), criado em 1999, e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que envolvia os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDRS). Nos anos 2000 o CONDRAF passou por uma alteração, que definiu como prioridade a promoção de políticas públicas para o desenvolvimento rural, a reforma agrária e agricultura familiar, com uma composição paritária entre representantes do poder público e sociedade, um total de 38 membros (MATTEI, 2010). Também associadas ao CONDRAF estiveram as



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Conferências Nacionais, ocorridas em 2008 e 2014, a partir de mobilização municipal, regional e estadual, que reuniram inúmeras representações sociais da agricultura familiar. Os encaminhamentos destas IPs influenciavam o Plano Safra da Agricultura Familiar, elaborado anualmente.

Os CMDRS no início dos anos de 2000 estavam presentes em mais de 1/5 dos municípios brasileiros e tinham a função de contribuir com a política nacional de desenvolvimento rural sustentável. Desde seu início apresentavam fragilidades: aspectos relacionados à paridade, a representatividade, as relações de poder, a intervenção dos sindicatos dos trabalhadores rurais no CMDRS, a autoridade dos técnicos de extensão rural, o controle dos prefeitos, a representatividade dos conselheiros de associações de agricultores, a voz contestadora dos assentados, o papel das ONGs, a forte presença de conselheiros ligados à Igreja em algumas regiões, a ausência de capital social e de cultura participativa local, despreparo dos atores locais para exercer a participação, a ausência de clareza sobre o papel dos conselheiros e objetivo do conselho e a pressão dos interesses econômicos na disputa pelas verbas públicas. Embora propunham um mecanismo de “baixo para cima” para fomentar o controle social, os CMDRS acabavam operando em uma lógica de “cima para baixo” (FONSECA, 2011), em que nem todo o contexto local estava preparado para a participação social.

Com o advento da política territorial, em 2003, foram criados os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), que operam a partir da noção de território enquanto identidade sociopolítica, reunindo mais de um município, representando 239 territórios rurais de identidade. Se de um lado, os CODETERs contribuíram para a reposição de atores sociais nas redes de políticas públicas, incorporando novos atores na política local; bem como dando voz e legitimidade a determinados segmentos que estavam alijados, não apenas do acesso às políticas públicas, mas do próprio reconhecimento da sociedade nos municípios brasileiros (NIEDERLE,



2014:129), de outro, a institucionalidade dos colegiados gerou certo esvaziamento dos CMDRS e evidenciou inúmeras dificuldades para a concretização de projetos supramunicipais (voltados ao território).

1.3 Agronegócio

Nos termos do agronegócio destaca-se o Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro), fundado em 1998, que reúne as câmaras setoriais e temáticas, os quais institucionalizaram o Conselho Nacional de Política Agrícola, sendo vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que coordena também o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e o Deliberativo da Política do Café (CDPC). O Consagro era pouco utilizado como canal de diálogo até o início dos anos 2000, mas a partir de 2003, o MAPA retoma esta IP, de composição paritária com representantes de setores públicos e privados, de órgãos federais relacionados à formulação e execução de uma ampla gama de políticas públicas que incidem sobre o espaço rural, e de representantes de entidades da iniciativa privada relacionadas à defesa do consumidor, cooperativismo, representações patronais, de trabalhadores, socioeconômicas e representativas dos setores rural e agropecuário.

Também consultivas, as câmaras setoriais e temáticas são compostas por representantes de entidades de caráter nacional, entidades representativas de produtores, trabalhadores, consumidores, empresários, autoridades do setor privado e representantes de órgãos públicos, parlamentares, técnicos governamentais e instituições bancárias. De modo geral, as câmaras setoriais buscam agrupar representantes de órgãos e entidades, públicas e privadas, que atuam nas cadeias produtivas de cada setor. São 31 câmaras setoriais, dedicadas às cadeias produtivas específicas, e 05 câmaras temáticas, dedicadas a assuntos transversais as cadeias produtivas das câmaras setoriais (BRASIL, MAPA, 2021). Cerca de 417 entidades participam das câmaras setoriais entre representações, de caráter nacional, de produtores, trabalhadores, consumidores, empresários, autoridades do



setor privado e de órgãos públicos, técnicos governamentais e instituições financeiras; destas, 332 representam instituições privadas e 85 representam instituições públicas (ZIMMERMANN, 2014). As câmaras setoriais e temáticas têm se dedicado à elaboração de agendas estratégicas, que incluem temas diversos na área de estatísticas, pesquisa, desenvolvimento e inovação, assistência técnica, defesa agropecuária, *marketing* e promoção, gestão da qualidade, governança da cadeia, crédito e seguro, comercialização, relações internacionais e legislação. Os encaminhamentos influenciam a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário, elaborado anualmente.

Além das IPs relatadas, tem-se também aquelas vinculadas ao meio ambiente, às comunidades tradicionais e aos povos indígenas também tratam de políticas para a agricultura familiar, mesmo que de forma indireta. Destaca-se o caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), criado em 1981; Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2004; Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), criado em 2015. Além das respectivas conferências nacionais, realizadas sistematicamente pós anos 2000.

2. Desmonte como referencial Teórico-Metodológico

Bauer et al. (2014) propõem o desmonte (*dismantling*) como um tipo particular de mudança na política pública, diferente de cortes, reduções, diminuição ou mesmo de uma remoção completa da política existente, distanciando-se do conceito de extinção de política pública, que refere-se ao processo final de uma política, um programa ou bem de uma agência. Em última instância, não é somente um ajuste orçamentário ou desestatização de um serviço público (DANIELS, 1997).



A discussão em torno da fase do término ou extinção de uma política pública surgiu na década de 1970, nos países europeus, quando várias políticas sociais dos Estados de Bem Estar Social passaram a ser questionadas, modificadas ou extintas (SOUZA e SECCHI, 2015). Bardach (1976), Kaufman (1976), Brewer (1978) e DeLeon (1983) foram precursores ao tentar sistematizar o fenômeno da extinção de políticas públicas. A discussão sobre a extinção girava em torno de: as formas de extinção (gradual ou repentina), aos níveis de extinção (instrumentos, funções, organização, dentre outros aspectos), motivos ou razões (relativas ao problema, à solução ou bem relativas ao ambiente político) e, por último, os obstáculos à extinção (SOUZA e SECCHI, 2015).

Os trabalhos de Bauer e Knill (2013, 2014) e de Bauer *et al.* (2014) nutrem-se dessa discussão para abordar o conceito de “desmantelamento ou desmonte” (*dismantling*), sob outra perspectiva: a mudança das políticas públicas “*policy change*”. O fenômeno do “*dismantling*” diz respeito a um tipo específico de mudança de política. A literatura das últimas décadas sobre “*policy change*” (HOGWOOD, PETERS, 1982; BAUMGARTNER, JONES, 1993; HALL, 1993; HOWLETT; CASHORE, 2009) tem contribuído para entender os processos de desmonte. No entanto, os autores alertam que não há um consenso na literatura, com respeito às dimensões a serem utilizadas para operacionalizar o conceito.

O “*dismantling*” refere-se a uma redução ou diminuição dos acordos políticos existentes. A proposta dos autores orienta-se por duas questões: *i. sob quais condições os políticos se envolvem no desmonte de políticas, considerando que, em algumas circunstâncias, as mudanças afetam negativamente certos grupos sociais?; ii. se os políticos tentam se envolver no desmonte de políticas, é possível explicar que tipo de estratégia eles escolherão, dadas as preferências de outros atores, restrições e oportunidades institucionais e fatores contextuais específicos?* (BAUER *et al.*, 2014:30, tradução nossa). As elites políticas são atores centrais. O



comportamento destes atores é moldado pelas instituições e os contextos políticos, em que o foco é a decisão dos atores e as estratégias de desmonte.

Os autores (BAUER, KNILL, 2013, 2014; BAUER et al., 2014) propõem uma estrutura analítica para o desmonte, adaptando a tipologia dos níveis de “*policy change*” que, Hall (1993) desenvolve para analisar a formulação de políticas macroeconômicas na Grã-Bretanha, durante os anos 1970-1989. O primeiro nível de mudança diz respeito às configurações dos instrumentos básicos da política. O segundo refere-se a alterações dos instrumentos de política, em resposta a experiências do passado recente, embora os objetivos gerais da política permaneçam os mesmos. A terceira ordem de mudanças acontece quando tanto os próprios instrumentos, suas configurações e os objetivos da política são alterados.

Os autores (BAUER, KNILL, 2013, 2014; BAUER et al., 2014) diferenciam três dimensões de análise: presença da política, instrumentos de política e estabelecimento de instrumentos políticos. Os autores classificam as dimensões por expansão e desmonte, conforme a Figura 02. Para mensurar a última dimensão, “estabelecimento de instrumentos políticos” é necessário analisar a política em questão para analisar se acontece a expansão ou desmonte. Por exemplo, uma redução no seguro desemprego configura desmonte da política de assistência social, porém, por outro lado, se analisarmos uma política ambiental que estabelece limites máximos de emissão de poluição deveríamos interpretar como expansão da política, na medida em que, aumenta o nível geral de proteção ambiental (BAUER, KNILL, 2013).

Figura 02: A medida da expansão e desmonte da política (Bauer e Knill, 20134, p.33)

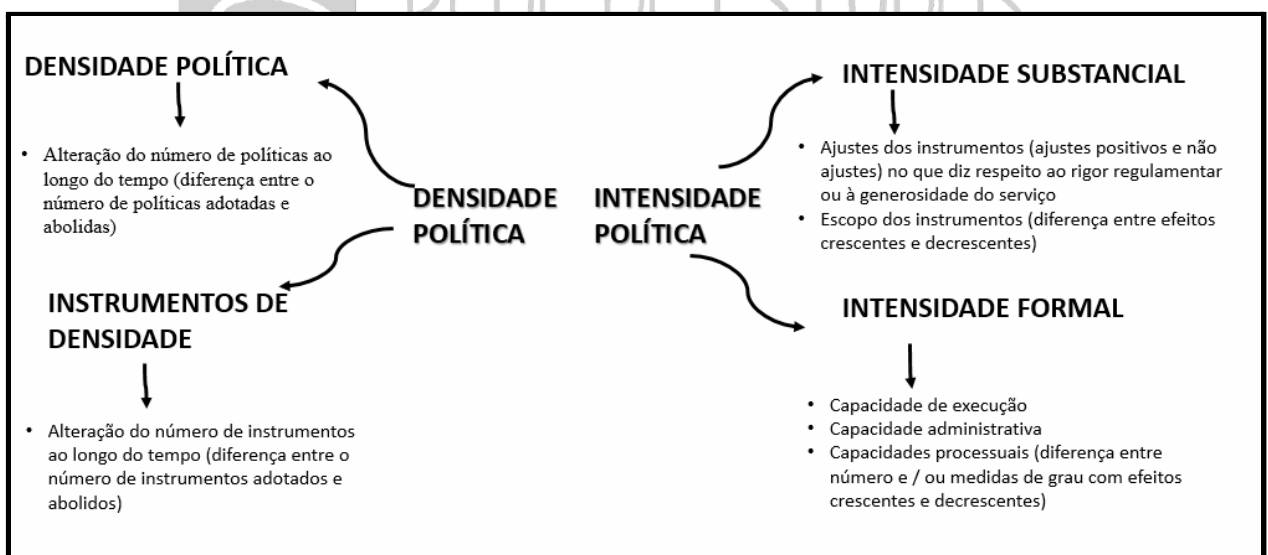


Fonte: Bauer et al (2014) – tradução nossa.

Os autores avançam na discussão em torno de dimensões de desmonte e indicadores: *Densidade e Intensidade* do desmonte de políticas públicas (Figura 03). A *Densidade* implica até que ponto uma determinada área de políticas públicas é tratada pelas atividades governamentais e, também, a diferenciação interna de um determinado campo, subcampo ou item de política. Alterações na Densidade do desmonte em um determinado campo ou subcampo de políticas podem ser avaliadas por dois indicadores empíricos: *i) Densidade de políticas públicas*, que trata do número de políticas desmontadas ao longo do tempo, sendo uma relação direta entre número de políticas novas adotadas e o número de políticas extintas; *ii) Instrumentos de políticas públicas aplicados*, que analisa alterações no número de instrumentos de políticas públicas ao longo do tempo, basicamente a diferença entre o número de instrumentos novos adotados e aqueles extintos.

A *Intensidade* do desmonte das políticas é indicada pela condição *Substancial e Formal do desmonte*. A *Intensidade Substancial* refere-se ao nível e ao escopo da intervenção governamental, basicamente o nível dos ajustes, se mais rigorosos ou mais brandos, se os efeitos das alterações tornaram-se crescentes ou decrescentes nos resultados da política pública. Já a *Intensidade Formal* se refere, principalmente, aos fatores que afetam a probabilidade de que requisitos substanciais sejam efetivamente alcançados. Três indicadores podem ser considerados: a *capacidade de execução e capacidades administrativas* referem-se à redução dos recursos orçamentários e humanos, assim como a redução no número (criação e extinção) de organizações vinculantes. E as *capacidades processuais: redução no número de beneficiários* (focalização forçada).

Figura 03: Dimensões e indicadores do desmonte da política (Bauer e Knill, 20134, p.36)



Fonte: Bauer et al (2014) – tradução nossa.

Bauer et al., (2014) definem “*policy dismantling*” como: “*uma mudança de natureza direta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas em uma área específica, reduz o número de instrumentos de política usados e/ou diminui sua intensidade. Pode envolver mudanças nesses elementos centrais da política e/ou*



pode ser obtido por meio da manipulação das capacidades de implementá-las e monitorá-las” (BAUER et al., 2014: 206).

Finalmente, retomando as perguntas iniciais dos autores, referidas às condições e estratégias de desmonte que as elites políticas podem empreender, os elementos descritos pelos autores são: (i) os fatores externos e / ou condições macro prevalentes, como crescimento econômico ou a disseminação transnacional de certas ideias, que podem ser muito específicas para cada caso e, portanto, difíceis de teorizar antecipadamente; (ii) as oportunidades e restrições institucionais decorrentes do sistema político; (iii) os fatores situacionais. São estes que determinam as escolhas de estratégias de desmonte pelos políticos, o que por sua vez tem efeitos / resultados na mudança das políticas públicas.

Para os autores, o ponto crucial é como as elites políticas percebem e avaliam os possíveis custos e benefícios políticos no processo de desmonte das políticas públicas em relação aos demais. Os autores (BAUER et al., 2014) elaboram quatro tipos ideais de desmonte: *i. por padrão*: a redução dos níveis de serviço prestados é resultado do não ajuste de níveis existentes às condições externas. Desmonte de baixa visibilidade; *ii. por mudança de arena*: as decisões são movidas para outra arena política. Dessa forma, podem ser alteradas as bases organizacionais ou processuais de uma política, e com isso, reduzir ou selecionar os participantes da tomada de decisão sobre a política pública, alterando o jogo político em torno de medidas específicas. Desmonte de baixa visibilidade, já que mantém parcialmente a institucionalidade; *iii. por ação simbólica*: as elites respondem à demanda de desmonte de algum grupo, contudo isto não representa que o desmonte seja politicamente vantajoso no geral, ou seja, uma demanda de um conjunto mais amplo da sociedade. Desmonte de alta visibilidade; *iv. desmonte ativo*: decisão de desmonte, as elites atuam deliberadamente pela ação, muitas vezes devido as suas referências ideológicas, que os levam a acreditar que o desmonte é



a melhor solução para o problema público em questão. Desmante de alta visibilidade.

Os autores compreendem que a estratégia de desmante escolhida pelas elites será aquela em que os benefícios do desmante sejam maiores que os custos implicados, mediados por fatores externos que podem ser concebidos como oportunidades e/ou restrições políticas.

3. O desmante na participação social nas políticas públicas para agricultura e espaço rural - uma proposta metodológica para análise

A revogação da proposta de uma Política Nacional de Participação Social (PNPS) e sucessivas tensões na relação entre governo e sociedade civil nas diferentes IPs, iniciadas no Governo Lula I, que se complicaram no Governo Dilma I, se desdobraram em uma cisão nas coalizões políticas que davam sustentação até então ao governo e as IPs. Para os movimentos sociais a preocupação excessiva com a governabilidade era um problema que somou enormemente para que em 2013 tivesse início uma “fragmentação e pluralização do marco participativo, que deixa de ser monopólio do PT” (AVRITZER, 2016:63), simultâneo a percepção de insuficiência das IPs, em que as tensões e as contradições no âmbito do governo e sua relação com a sociedade civil limitaram a eficácia da participação social, relacionados a debilidade em mecanismos de transparência (DAGNINO e TEIXEIRA, 2014).

No âmbito da agricultura e do espaço rural, a fragilização das IPs ocorreu de forma diferenciada, em termos de temáticas e escalas (nacional, estadual e municipal). A interrupção do mandato da Presidenta Dilma Rousseff trouxe desdobramentos em diferentes áreas e setores do Estado, de rupturas institucionais e fortalecimento de uma governabilidade pouco afeta à participação social. No Governo Temer, MP nº 726 de 12/05/2016, o MDA foi extinto, passando parte de



suas funções para o recém criado Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, em que a política para agricultura familiar passava a ser considerado um problema social e não necessariamente de promoção de desenvolvimento. Outra parte das atividades do MDA foi direcionada para a então criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. No Governo Bolsonaro esta Secretaria foi redirecionada para o MAPA, e atualmente é denominada de Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Uma parte das políticas públicas que existiam no MDA foram mantidas, contudo, sofreram um processo sucessivo de desmonte, por padrão (falta absoluta de recursos), ou por mudança de arena ou mesmo ativamente pela extinção dos órgãos participativos, resultando em retribuição, adaptação e redução de sua burocracia, implicando paralisia ou atrasos na número de programas em execução e perda de energia política e instituição da agricultura familiar (SABOURIN *et al*, 2020). Neste processo, o CONDRAF e os CODETERs, que eram de responsabilidade do MDA, também sofreram impactos, reduzindo a capacidade de escuta da sociedade e fragilizando as políticas voltadas à agricultura familiar e ao território (PIMENTEL, 2020).

Com a publicação da MP 870 de 01/01/2019, destinada à reorganização das estruturas do governo federal, Bolsonaro extinguiu o CONSEA. Em resposta, formou-se uma mobilização social reunindo inúmeras organizações sociais, resultando na criação da Comissão Especial Mista para analisar a MP 870, destinada a manter o CONSEA, que embora esteja amparado pela LOSAN, não se sustentou. Em maio de 2019 o CONSEA foi recriado e logo em seguida, vetado pelo Presidente Bolsonaro. Novamente voltou-se para tramitação do veto do CONSEA, que foi aprovado em setembro de 2019, por Senadores e Deputados.

Alegando “racionalizar a estrutura governamental e economizar recursos, desfazendo órgãos inoperantes e ineficientes” (EBC, 2019), em 11/04/2019 (Decreto



9.759) houve a extinção de todos os conselhos, comitês, comissões, grupos e outros tipos de colegiados ligados à administração pública federal criados por decreto ou ato normativo inferior, incluindo aqueles mencionados em lei, sem legislação específica que detalhe as competências e a composição do colegiado. Estimava-se que 700 colegiados foram extintos - de acordo com levantamento da Procuradoria Geral da República (PGR), por exemplo, o Comitê Gestor da Internet no Brasil e o Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; permaneceram apenas Conselhos criados por Lei específica, por ex., Conselho Nacional dos Direitos Humanos (EBS, 2019). Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal suspendeu parcialmente o Decreto, e trâmites para adequá-lo seguem ocorrendo muito lentamente. Nota-se que o Decreto afetou a maioria das IPs que tratavam das políticas públicas para agricultura familiar, com destaque para o CONDRAF e os CODETERs, que seguem em um limbo na democracia brasileira. É importante esclarecer que apesar do CONSEA e do CONDRAF terem sido extintos, esta extinção não afetou necessariamente os Conselhos Estaduais e Municipais vinculados. Muitos estados e municípios seguem reunindo e discutindo sobre as ações e políticas públicas, em ritmos particulares. Isto se dá, em certa medida, pelo estabelecimento de institucionalidades locais de participação social e políticas públicas locais, que não dependem necessariamente dos Conselhos Federais, mas das ações descentralizadas dos entes da federação. Ao mesmo tempo, algumas políticas federais para agricultura familiar exigem, em regulamento para liberação dos recursos federais, a aprovação e controle social de IPs locais (estaduais e municipais), tal como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que explica, em parte, a continuidade destes espaços.

Apesar do processo de desmonte diretamente relacionado às políticas públicas para agricultura familiar, no âmbito das IPs que tratam da política para agricultura e agronegócio, as mudanças ocorridas reafirmaram o papel das Câmaras



Setoriais e Temáticas. Em 2019, a Portaria nº 253, de 06/11/2019, o MAPA aprovou o regimento do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), e este espaço segue deliberando sugestões para compor o Plano Safra 2020/2021, por exemplo.

Após a constatação do desmonte das IPs nas políticas públicas de agricultura familiar, como descrito nos parágrafos anteriores, cabe focar numa proposta metodológica que permita analisar em termos mais minuciosos e, principalmente, a partir de uma perspectiva teórica-analítica do desmonte. Cabe trazer à tona a transversalidade da participação social nas políticas públicas brasileiras. Questões transversais dizem respeito à mobilização de vários órgãos de governos ou IPs ao mesmo tempo para a discussão de assuntos comuns, e tem sido um desafio e limitação à expansão das IPs no país. Entre os anos de 2003 e 2007 foram aplicadas uma série de estratégias para driblar esta situação, tal como a criação do Fórum Interconselhos que atuou como catalisador de debates mais amplos, principalmente por pautar processos de debate e monitoramento de agendas setoriais transversais (AVELINO e ALENCAR, 2017).

A proposta metodológica, que trata desta seção, parte do modelo desenvolvido por Bauer et al. (2014). Para isso, resulta necessário definir um método, técnicas e instrumentos operacionais da pesquisa, elementos constituintes de uma proposta de estudo empírico (MINAYO, 2014). Pelas características do objeto de estudo, neste caso o *"dismantling"*, o método proposto é o observacional, na medida em que o investigador busca intervir o menos possível nas condições nas quais o objeto se manifesta. A pesquisa qualitativa, pela sua natureza exploratória, é um bom caminho ao permitir coletar uma quantidade considerável de dados por meio de vários instrumentos, em vista a esclarecer ou indagar aspectos sobre o fenômeno, para um maior rendimento analítico e empírico (BRICEÑO, 2003).

Assim, para analisar o desmonte da participação social nas políticas públicas para agricultura familiar e espaço rural busca-se explorar os fatores, as condições e



estratégias levadas a cabo pelas elites políticas. Retoma-se a pergunta de Bauer et. al (2014), em relação aos motivos que levam aos políticos - que maximizam suas ações na busca da reeleição - a se engajarem num processo tão impopular como o desmonte, e parte-se da percepção, descrita ao longo deste artigo, que houve um processo de desmonte da política de participação social, onde os instrumentos de política pública ou bem foram sendo cerceados, afrouxados ou abolidos. Esclarecendo, parte-se da constatação que houve desmonte e não expansão da política nos últimos anos, conforme a descrição realizada na introdução deste item.

Após essa constatação, cabe se debruçar no material empírico e nas questões que orientarão a definição das variáveis a serem analisadas. Neste ponto, o foco está colocado nas dimensões de *Densidade e Intensidade* do desmonte. Para realizar a análise, o material empírico a ser observado refere-se aos marcos jurídicos que criaram as IPs, e seus respectivos desdobramentos, tornando possível a mensuração das dimensões mencionadas. Adicionalmente, considera-se que algumas políticas públicas federais, para serem executadas nos níveis estaduais e municipais, exigem o controle social realizado pelas IPs, portanto, mesmo que indiretamente, também influenciam a criação e manutenção das IPs nas instâncias subnacionais e precisam ser analisadas.

Para isso, o Quadro 01 abaixo apresenta a dimensão da *Densidade Política* do desmonte, assim como as perguntas orientativas para a definição das variáveis a serem analisadas. As perguntas orientativas referidas à *Densidade Política* buscam elencar quais as políticas de participação social no setor da agricultura familiar foram sendo constituídas ao longo do tempo e, nesse sentido, a constatação de quais têm sido abolidas. As particularidades da descentralização brasileira, de iniciativas governamentais reproduzidas nos entes da federação -nacional, estadual e municipal - traz um elemento de maior complexidade à análise. O olhar precisa estar orientado tanto às políticas nacionais de participação social quanto às que atuam no



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



âmbito estadual e municipal. Ainda, um outro aspecto especial deste processo de atuação descentralizado refere-se ao financiamento das políticas públicas. Por esse motivo, interessa indagar sobre as políticas para agricultura e espaço rural que exigem a liberação de recursos, aprovação em IPs locais (estaduais e municipais). Com relação aos *Instrumentos de Densidade*, refere-se aos instrumentos de política utilizados no desenho das IPs ao longo do tempo. As perguntas se orientam a investigar se houve alterações na composição e tipo de instrumento descrito nos Decretos e normativas.



REDE DE ESTUDOS
RURAIS



Quadro 01: Densidade Política e indicadores do desmonte das IPs nas políticas públicas da agricultura familiar

DIMENSÃO	PERGUNTAS ORIENTATIVAS NA DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS/INDICADORES	
Densidade Política	Densidade Política	i. Quais são as políticas de participação social da agricultura familiar normatizadas? ii. Quais são as políticas para agricultura e espaço rural que exigem para liberação de recursos, aprovação em IPs locais (Estaduais e Municipais)? iii. Quais são as políticas de participação social elencadas que foram extintas?
	Instrumentos de Densidade	i. Houve alteração nos instrumentos políticos desenhados nos Decretos e normativas referidos à participação social na agricultura familiar? ii. Houve alteração de instrumentos políticos nas políticas para agricultura e espaço rural que exigem para liberação de recursos, aprovação em IPs locais (Estaduais e Municipais)?

Fonte: autoras (2021).

O Quadro 02 apresenta a dimensão da *Intensidade Política* do desmonte e as perguntas orientativas para a definição das variáveis a serem analisadas. No tocante aos *Instrumentos de Densidade* interessa averiguar sobre alterações nos instrumentos, que busquem cercear a efetivação das IPs ou afrouxar aspectos desses instrumentos que retirem obrigаторiedades instituídas, tal como o número de participantes ou a composição das categorias de representação destes. Em última instância, busca-se perceber se houve rupturas na efetivação das IPs. Com relação à *Intensidade Substancial* do desmonte, interessa analisar as capacidades de



execução, administração e processual do desmonte das IPs nas políticas públicas para a agricultura familiar e espaço rural. Os aspectos a serem investigados referem-se a alterações ao longo do tempo tanto do orçamento quanto do suporte institucional dos IPs. Estes aspectos deverão ser aprofundados por meio de entrevistas semi-estruturadas com gestores públicos e representantes da sociedade civil que estiveram ou estão à frente das IPs em três níveis de governo: Municipal, Estadual e Federal.

Quadro 02: Intensidade Política e indicadores do desmonte das IPs nas políticas públicas da agricultura familiar

DIMENSÃO	PERGUNTAS ORIENTATIVAS NA DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS/INDICADORES	
Intensidade Política	Instrumentos de Densidade	i. Houve alteração numérica de participantes ou em relação à representatividade (maior ou menor número de instituições envolvidas) nos Decretos e normativas sobre participação social da agricultura familiar? ii. Houve alteração numérica de participantes ou em relação à representatividade (maior ou menor número de instituições envolvidas) nas políticas para agricultura e espaço rural que exigem para liberação de recursos, aprovação em IPs locais (Estaduais e Municipais)?
	Intensidade Substancial	i. Houve alteração do Orçamento voltado para IPs que atuam na agricultura e espaço rural? ii. Houve alteração do Orçamento voltado às IPs da agricultura familiar ou das políticas públicas que tratam da agricultura e espaço rural?



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

Realização:



Apoio:



		lii. Houve alteração no suporte institucional (infraestrutura e de pessoal) para a efetivação das IPs da agricultura familiar ou da agricultura e espaço rural?
--	--	---

Fonte: autoras (2021).

As variáveis a serem analisadas dizem respeito tanto à Densidade quanto a Intensidade do Desmonte, análises posteriores poderão ser refinadas, principalmente por aspectos ou dimensões que possam surgir nas entrevistas com os atores mencionados.





Considerações Finais

Ao longo dos últimos 20 anos houve um processo de ampliação das IPs que tratam das políticas públicas para agricultura e espaço rural no Brasil, e mais recentemente, sobretudo com a assunção do Governo Bolsonaro em 2019, uma clara opção pela redução das IPs que tratam da agricultura familiar mais especificamente, extinção do CONSEA e CONDRAF, simultaneamente houve a opção pela manutenção das IPs direcionados à agricultura mais capitalizada, o chamado agronegócio, com a regulamentação do CNPA e manutenção das Câmaras Setoriais e Temáticas, vinculadas ao MAPA.

O referencial teórico do *policy dismantling* permite refletir sobre o processo de mudança que tem afetado as IPs que tratam das políticas para agricultura e espaço rural, bem como as institucionalidades que tratam da agricultura familiar no país. A extinção do MDA, migração de parte de suas funções para a Secretaria Geral de Governo e outra parte para o Ministério da Cidadania, depois instituída como Secretária Especial, e posteriormente transformada em Secretaria dentro do MAP indica uma sequência de mudanças que, a partir da teoria do Bauer e Knill (2023), podem ser entendidas como mudança por padrão (omissão), mudança de arena e mudança por ação simbólica. O desmonte ativo das IPs tem início abertamente com a chegada de Bolsonaro ao Governo Federal.

A proposta metodológica de análise das IPs, nos termos da *Densidade e da Intensidade Política*, sugere uma série de perguntas orientativas na definição de variáveis/indicadores para permitir uma melhor captação dos processos de mudança (o desmonte ou a expansão), que como foi possível constatar, ocorreu de forma diferenciada entre as IPs para agricultura familiar e aquelas que tratam do agronegócio. É um esforço que busca correlacionar a teoria e a observação do fenômeno empírico, sendo passível de limitações. O próximo passo é a aplicação desta proposta metodológica, dando sequência à pesquisa, com as entrevistas



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

Realização:



Apoio:



semiestruturadas a serem realizadas com diferentes atores chave, que atuam ou atuaram nas IPs, nos diferentes níveis da federação (Municipal, Estadual e Federal).



REDE DE ESTUDOS
Rurais



Referências Bibliográficas

AVELINO, D. P. de; ALENCAR, J. I. O. Articulação e transversalidade: percursos da participação social no governo federal brasileiro. Boletim de Análise Político-Institucional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017.

AVRITZER, L. Impasses da democracia no Brasil. 1ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. S (org). Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

AVRITZER, L.(org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. Vol.3. São Paulo: Cortez, 2010.

AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (orgs). Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades. Brasília : Ipea, 2013.

BARDACH, E. Policy Termination as a Political Process. *Policy Sciences*, v.7, n.2, 1976.

BAUER, M. W.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉRITIER, A. (Ed.). *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Editora Oxford, University Press(UK), 2014.

BAUER, M. W.; KNILL, C. Understanding Policy dismantling: An analytical framework. January, 2013.

BAUER, M; KNILL, C. A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Policy Change: Measurement, Explanation and Strategies of Policy Dismantling. *Journal of*

Comparative Policy Analysis, v. 16, n. 1, 2014.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BRASIL. MAPA. *Câmaras Setoriais e Temáticas*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>. Acesso em 18.04.2021.

BREWER, G. D. Termination: Hard Choices, Harder Questions. *Public Administration Review*, v. 38, p. 338–344, 1978.

BRICEÑO, L. Quatro Modelos de Integração de técnicas Qualitativas e Quantitativas de Investigação nas Ciências Sociais. In: GOLDEBERG et al. O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2003.

DAGNINO, E.; TEIXEIRA, A. C. C. The Participation of Civil Society in Lula's Government, in: *Journal of Politics in Latin America*, 6, 3, 39–66, 2014.



DANIELS, M. R. *Terminating Public Programs: An American Political Paradox*. New York: M.E. Sharpe, Inc., 1997.

DELEON, P. Policy Evaluation and Program Termination. *Policy Studies Review*, v.2, n. 4, 631-647, 1983.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. STF limita decreto do governo que extingue conselhos federais. Publicado em 13.06.2019. Acesso em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-06/stf-limita-decreto-do-governo-que-extingue-conselhos-federais>

FONSECA, I. F. Relações De Poder E Especificidades Do Contexto Em Fóruns Participativos. IN: PIRES, R.; ROCHA C.(orgs). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.v. 7

GOHN, M. G. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2007.

HALL, P. A. Policy paradigms, social learning, and the state: the case of economic policymaking in Britain. *Comparative Politics*, v. 25, n.3, p. 275–96, 1993.

HOGWOOD, B. W.; PETERS, B. G. The dynamics of policy change: policy succession. *Policy Sciences*, v. 14, n.3, p. 225–45, 1982.

HOWLETT, M.; CASHORE, B. The dependent variable problem in the study of policy change: Understanding policy change as a methodological problem. *Journal of Comparative Policy Analysis*, v. 11, n. 1, p. 33-46, 2009.

KAUFMAN, H. *Are government organizations immortal?* Washington: The Brookings Institution, 1976.

MATTEI, L. *Institucionalidade e Protagonismo Político – 10 anos do CONDRAF*. 2ª Edição. Brasília: MDA, dez. 2010.

MINAYO, M. C. de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

NASCIMENTO, A. R. É possível conselhos tão diferentes encontrarem aquilo que lhes é comum? Um olhar sobre a interface entre Conselhos Nacionais. IN: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, R. D. O. (orgs). *Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios*. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

NIEDERLE, P. A. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. IN: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N.; NIEDERLE, P. A. (orgs.). *Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2014.

PIMENTEL, P. F. C. Análise da Política Pública de Desenvolvimento Territorial: participação e multiatorialidade no extremo sul da Bahia. In: CARNEIRO, A. et al. *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: EDUFBA, 2020.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



ROMÃO, W. M. Reflexões sobre as dificuldades da implementação da participação institucional no Brasil. *Ideias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP*, v.6, n.2, p. 35-58, jul/dez. 2015.

SABOURIN, E; GRISA, C; NIEDERLE, P; PEREIRA LEITE, S; MILHORANCE, C; DAMASCENO FERREIRA, A; SAUER, S; ANDRIGUETTO-FILHO, JM. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. *Cah. Agric.* 29: 31, 2020.

SOUZA, Y. H. SECCHI, L. Extinção de políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 20, n. 66, 2015.

ZIMMERMANN, S. A. A participação social e as políticas públicas para a agricultura e o meio rural brasileiro. IN: LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. (coord.). *Entre continuidades, mudanças e novas institucionalidades: políticas públicas e meio rural brasileiro (2003-2013)*. Relatório de Pesquisa CNPq e FAPERJ, 2019.

ZIMMERMANN, S. A. O Brasil rural: democracia, participação e conflito In: PALHARES, Joaquim Ernesto (org.). *Participação social e democracia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.





Obstáculos das políticas públicas ao promover o desenvolvimento territorial: apontamentos do Território Sudoeste Paulista

Wolney Felipe Antunes Junior¹

Ricardo Serra Borsatto²

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo³

Resumo: O enfoque territorial nas estratégias para o desenvolvimento motivou a experimentação de uma série de programas de políticas públicas no Brasil e em nível mundial. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar os entraves encontrados por políticas públicas na promoção de processos de desenvolvimento territorial. As discussões aqui propostas se basearam no caso do Território Sudoeste Paulista, que vivenciou, entre os anos de 2004 e 2016, três importantes programas de enfoque territorial: o Programa Fome Zero, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC). O levantamento de dados foi através de entrevistas semiestruturadas e de consultas documentais, e tiveram suas análises baseadas na abordagem pelos arranjos institucionais. Como resultados, verificamos que os programas encontraram dificuldades em superar a escala setorial, em promover ações intermunicipais e em diversificar os atores sociais envolvidos. Apontamos que isso leva a dois tipos de fragmentações nas políticas territoriais, as quais denominamos de fragmentação setorial e fragmentação espacial. Tais fragmentações, ao serem solucionadas, se configuram como os

¹ E-mail: wolney.antunes@gmail.com; Telefone para contato: (15) 99721-5408; Instituição vinculado: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Graduado em Engenharia Industrial Madeireira (UNESP), mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar) e doutorando em Engenharia Agrícola (UNICAMP).

² E-mail: ricardo.borsatto@ufscar.br; Telefone para contato: (11) 99685-1904; Instituição vinculado: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza (CCN) e dos programas de pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) e em Sustentabilidade e Gestão Ambiental (PPGSGA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³ E-mail: vanilde.esquerdo@feagri.unicamp.br; Telefone para contato: (19) 98193-0342; Instituição vinculada: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professora Doutora na Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



pontos chave para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Arranjos institucionais; governança; desenvolvimento territorial.





INTRODUÇÃO

A adoção do enfoque territorial nas estratégias de desenvolvimento, sobretudo quando relacionadas ao espaço rural, motivou a experimentação de uma série de políticas públicas, como as que ocorreram na União Europeia (KONEČNY, 2019), na América Latina (PERAFÁN et al., 2018; SABOURIN; MASSARDIER; SOTOMAYOR, 2016) e, em especial, no Brasil (FAVARETO, 2010; RAMBO; FREITAS, 2019; SILVA, 2019).

Entre os fatores que contribuíram para a difusão de políticas territoriais, em escala internacional, estão as demandas sociais pela ampliação da participação de atores locais nas tomadas de decisões, por incentivo ao surgimento de novos protagonistas e pela superação do viés setorial das ações públicas (RAYNAUT, 2014; WANDERLEY, 2014). Para além dos anseios que emergem dos atores sociais, algumas organizações internacionais, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO/ONU e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola - IICA, também passaram a incentivar programas de desenvolvimento territorial (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019; IICA, 2019; MASSARDIER; SABOURIN, 2013).

De um modo geral, as diferentes políticas de desenvolvimento territorial apresentam algumas similaridades instrumentais e de referenciais teóricos. Como bem apontam Sabourin, Massardier e Sotomayor (2016), as referências são, normalmente, os modelos de desenvolvimento endógenos e sustentáveis, descentralizados e de forte identificação com o local; já os instrumentos incluem as delimitações de territórios (desenhos de atuação), os mecanismos de participação e gestão social (colegiados, conselhos e fóruns) e uma atuação pautada em projetos coletivos. Embora os debates sobre esses referenciais e sobre esses instrumentos datem desde a década de 1980 (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006), são temas, ainda, desafiadores. É sabido, por exemplo, que as experiências com políticas territoriais em El Salvador, Chile, Uruguai e Argentina tiveram grandes dificuldades em superar a escala setorial (PERAFÁN et al., 2018), que no Brasil a diversificação e o engajamento de atores locais sofreram limitações importantes (CAVALCANTI et al., 2014; NIEDERLE et al., 2014)



e que na Europa, através do Programa *Leader*, houve dificuldades em atingir objetivos importantes (manter a população no campo e promover ações inovadoras) e em igualar os territórios em níveis de investimento (CAÑETE; NAVARRO; CEJUDO, 2018; MASOT; ALONSO; MORENO, 2019; VILKĚ; ŠARKUTĚ, 2018).

Uma vez que o tema do desenvolvimento territorial continua em voga, dialogando, inclusive, com outras pautas como a agroecologia e a construção de sistemas agroalimentares locais (CAMACHO VERA et al., 2017; LEVIDOW; SAN SOLO; SCHIAVINATTO, 2019), é necessário que as políticas que adotam essa abordagem passem por constantes discussões e aprimoramentos, ou, como é o caso brasileiro, que se faça uma análise das suas experiências a fim de extrair os aprendizados. No Brasil, o golpe parlamentar aplicado no governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, em 2016 (PINTO et al., 2017), culminou no desmantelamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, que, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, fazia a gestão dos principais programas de desenvolvimento territorial (PERAFÁN; AVILA, 2017).

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar, a partir da experiência do Território Sudoeste Paulista, os entraves encontrados pelas políticas públicas na promoção do desenvolvimento territorial. Espera-se, com este trabalho, contribuir com elementos que auxiliem no fortalecimento de políticas territoriais e no alcance dos seus propósitos.

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O conceito de território possui como campo de origem a geografia e tem, nesta área, seus principais aportes teóricos (RAFFESTIN, 1993). Com o avanço das estratégias de desenvolvimento endógeno e descentralizado, a ideia de território foi apropriada por outras áreas do conhecimento e adotada, como referencial, por diversas políticas públicas (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019; RAYNAUT, 2014). Deste modo, nesta seção, iremos apontar as definições acadêmicas e, também, as utilizadas pelas políticas. Em seguida, apresentaremos a definição de desenvolvimento territorial.



O território pode ser compreendido como um campo de forças, onde coexistem diferentes grupos sociais e que, a todo momento, se interagem através de relações de poder, conflitos e disputas. No território existe uma identidade, a qual se evidencia nas características ambientais, no sistema produtivo, na coesão cultural e social e na dinâmica empregada pelos atores locais, seja na circulação de bens e de serviços, seja na circulação de pessoas e nas trocas de comunicação. Os territórios não se resumem às suas interações e movimentações internas, de maneira que os diferentes territórios se relacionam e se interferem, estabelecendo trocas e circulações (SAQUET, 2007).

O espaço geográfico e o território são ideias complementares. De acordo com Raffestin (1993), o território se dá a partir da apropriação de um espaço, o qual precede o território e o atende como um substrato. Esta apropriação se dá pelos atores sociais locais que, entre relações e disputas, empregam neste espaço cargas de trabalho. Nesse sentido, Haesbaert (2009) vê o território como um espaço geográfico dotado de uma dimensão política. Para além das dimensões físicas, o território também pode ser imaterial, ou seja, também pode existir no campo das ideias (FERNANDES, 2009). Uma vez que os territórios se constituem a partir de disputas e conflitos, essas relações não se delimitam apenas às dimensões físicas, pelo contrário, existem constantes disputas por territórios imateriais relacionadas ao controle e ao domínio dos processos de construção de ideias e de conhecimentos (FERNANDES, 2009).

No que tange às políticas para o desenvolvimento territorial, o IICA, em seu referencial para as ações a serem empreendidas até 2030, reconhece os territórios como "*unidades que integran espacios rurales y urbanos, en los que se torna necesario potenciar el papel y las contribuciones de los emprendimientos rurales, en particular de la Agricultura Familiar*" (IICA, 2019). No caso brasileiro, as políticas definem os territórios como espaços físicos, com características multidimensionais (ambientais, econômicas, sociais, culturais, políticas e institucionais), com grupos sociais diversos e que se relacionam. O território, nas políticas brasileiras, é reconhecido como uma delimitação espacial maior que o município e menor que o estado, que atua como uma instância que "melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e



convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento" (BRASIL, 2005).

Tomando como base a ideia de que desenvolvimento é a ampliação das possibilidades humanas (FURTADO, 2019) e de que território é um campo multidimensional (econômico, social, ambiental, cultural, político, institucional), permeado por atores sociais, por conflitos e relações de poder (FERNANDES, 2009; RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007), pode-se dizer que o desenvolvimento territorial se trata de um processo que potencializa todas as dimensões do território e que envolve a variedade de setores e atores que ali atuam. Ou então, um desenvolvimento descentralizado, voltado para a valorização dos recursos locais e dos pequenos centros urbanos integrados ao seu entorno rural (BEDOYA-RAMOS, 2018). O desenvolvimento territorial se materializa a partir de práticas endógenas, participativas, inovadoras e intersetoriais (SABOURIN; MASSARDIER; SOTOMAYOR, 2016).

Incentivar o desenvolvimento com enfoque territorial não é uma tarefa simples. Normalmente, é necessário que haja a integração de diferentes atores e instituições que, por vezes, ainda não estão adaptados e capacitados a esta dinâmica, ou então, possuem projetos distintos e conflitantes (BUMBALOVÁ et al., 2016; COELHO; FAVARETO, 2008). Promover projetos e ações inovadoras, que derivem dos recursos locais e os utilizem como potencialidades socioeconômicas, demanda a construção de um inventário de recursos locais, o qual, por sua vez, provém da articulação entre pesquisadores, agentes do Estado, organizações da sociedade civil e empresas privadas (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; FURMANKIEWICZ, 2012; LOTTA; FAVARETO, 2016).

POLÍTICAS TERRITORIAIS NO BRASIL

No caso brasileiro, as políticas descentralizadas de desenvolvimento ganharam relevância com a redemocratização do país, pós ditadura militar (1964-1985). Esse contexto pode ser compreendido a partir de dois segmentos: i) um deles pautado em demandas e reivindicações de acadêmicos e de movimentos socioterritoriais, que almejaram ampliar a



participação e dar protagonismo aos atores locais na promoção do desenvolvimento (WANDERLEY, 2014); ii) outro que, conduzido pelo Estado e sob uma perspectiva econômica neoliberal, buscava fomentar as iniciativas locais (de assistência social, dinamização da economia, etc.) a partir da articulação entre atores públicos, privados e do terceiro setor (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; ORTEGA; MENDONÇA, 2007).

No início dos anos 2000, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os conceitos de território e de abordagem territorial ficaram mais evidentes na elaboração de políticas públicas. Em 2003, o governo federal criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que era ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Isso, por sua vez, indica a adesão do enfoque territorial enquanto um referencial institucionalizado pelo governo brasileiro (BRASIL, 2005). Para além das políticas originadas na SDT e no MDA, como são os casos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e do Programa Territórios da Cidadania (PTC), a abordagem territorial guiou outras iniciativas, por exemplo, o Programa Fome Zero e o Programa de Aceleração do Crescimento (FAVARETO, 2010; LOTTA; FAVARETO, 2016; ORTEGA, 2007). No que cabe aos interesses deste trabalho, discutiremos as experiências do Programa Fome Zero, do PRONAT e do PTC.

Em 2003, o governo federal lançou o Fome Zero, uma estratégia nacional inovadora e multidimensional que objetivava erradicar a fome no Brasil. O Fome Zero apoiava-se em uma perspectiva territorial e participativa, que sucedeu na criação de 40 Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) em diferentes pontos do Brasil. Os CONSADs tinham a ambição de promover o desenvolvimento territorial em áreas periféricas do país, com ênfase na segurança alimentar e nutricional, e na geração de emprego e renda (ORTEGA, 2007).

Os CONSADs foram constituídos como associações civis, sem fins lucrativos, que, através da articulação entre representantes do poder público e da sociedade civil, atuaram na elaboração e operacionalização de planos de ações territoriais. A equipe gestora do Fome Zero definiu os territórios beneficiados a partir dos seguintes critérios: municípios com



identidade e coesão social e cultural, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), com perfil rural, deficientes em infraestrutura, e com expressiva presença da agricultura familiar (LOUREIRO; PRADO; LOSADA, 2010). No estado de São Paulo foram elencados, em 2004, os territórios Noroeste Paulista, Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira.

Além da implementação do Fome Zero, 2003 também foi o marco inicial para o PRONAT. Em linhas gerais, esse programa desenhou quatro linhas de atuação: i) gestão social dos territórios; ii) fortalecimento do capital social; iii) dinamização econômica dos territórios rurais; iv) integração de políticas públicas (BRASIL, 2005). A identificação dos territórios seguiu uma metodologia bastante parecida com a do Fome Zero, no entanto, com algumas especificidades. O PRONAT considerava os aspectos da densidade demográfica (de até 80 habitantes por km²), da população média por município (de até 50 mil habitantes), priorizando os territórios com concentração da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária, dos trabalhadores rurais sem-terra, além, é claro, de territórios já participantes de outras iniciativas do Governo Federal, por exemplo, os próprios CONSADs (BRASIL, 2005). Em São Paulo, o primeiro território estabelecido foi o do Vale do Ribeira, em 2004. Já o do Sudoeste Paulista, do Pontal do Paranapanema e de Andradina vieram em 2005.

Em 2008, na perspectiva de ampliar as ações de combate às desigualdades sociais e de melhorar a qualidade de vida da população, o governo federal brasileiro lançou o PTC. Segundo seus gestores, o programa era uma “estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania” (BRASIL, 2008). O PTC, na sua concepção, tinha os seguintes eixos de atuação: direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde, saneamento e acesso à água; educação e cultura; infraestrutura; apoio à gestão territorial; ações fundiárias (PERACI; CAMPOS, 2010). No PTC, o governo federal apresentava uma matriz de ações que, a partir da integração e discussão entre as esferas federal, estadual, municipal e territorial, seriam selecionadas e executadas. No estado de São Paulo, os primeiros territórios definidos no programa foram o Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema, em 2008, seguido



pelo Sudoeste Paulista, em 2009.

As três políticas territoriais analisadas neste artigo – Fome Zero, PRONAT e PTC – foram implementadas através de arranjos institucionais, que articulavam as burocracias de diferentes poderes e níveis de governo e as organizações da sociedade civil. Estes arranjos são dotados de um conjunto de regras e procedimentos pelos quais as políticas foram executadas (PIRES; GOMIDE, 2016). As três políticas territoriais possuíam, em suas estruturas, espaços de governança que eram chamados de colegiados territoriais, onde eram travadas as discussões entre representantes do governo federal, agentes do poder público local e atores da sociedade civil (ANTUNES JUNIOR, 2020).

Em geral, no Brasil, as políticas de desenvolvimento territorial e as de desenvolvimento rural percorrem uma linha tênue de, às vezes, difícil separação. Isso ocorre em virtude de os territórios adotados pelas políticas serem, na sua definição, territórios rurais, e pela crescente adoção da abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural (FAVARETO, 2010). Desta maneira, o público prioritário desses programas são, em tese, os agricultores familiares, camponeses, bem como as comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, indígenas, etc.). Diante das discussões a respeito da pobreza existente no meio rural e às disputas sobre o papel que este espaço deve exercer na divisão do trabalho, as políticas brasileiras de desenvolvimento rural e territorial sempre estiveram envoltas ao dilema “assistência social x inclusão produtiva” (CAZELLA et al., 2017; ZIMMERMANN et al., 2014).

METODOLOGIA

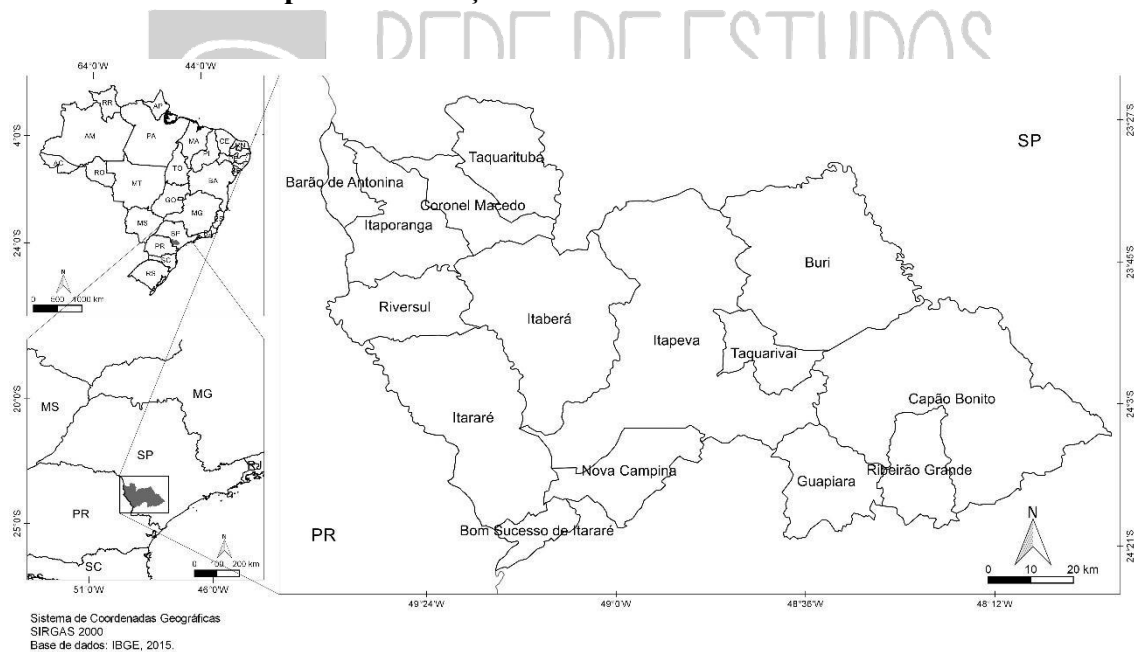
Território de referência

Nossa pesquisa extraiu os elementos de análise da experiência do Território Sudoeste Paulista, o qual vivenciou as três políticas territoriais que este trabalho se propõe a estudar (Fome Zero, PRONAT e PTC). As experiências com políticas territoriais ocorreram entre o período de 2004 a 2016 e foram interrompidas, abruptamente, com o rompimento do então

governo da presidente Dilma Rousseff.

Embora São Paulo seja a unidade da federação com um dos melhores desempenhos socioeconômicos do país, o Sudoeste Paulista apresenta sérias contradições e é lembrado pelos seus baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), pela expressiva concentração de renda e pela desigualdade social. Esses motivos, somados ao seu perfil rural, fizeram com que este território, composto por 15 municípios, fosse contemplado pelas políticas territoriais (ANTUNES JUNIOR, 2020).

Mapa 1. Localização do Território Sudoeste Paulista



Fonte: Antunes Junior (2020)

O Território Sudoeste Paulista está localizado numa zona de transição entre dois importantes biomas brasileiros, o Cerrado e a Mata Atlântica. A sua trajetória histórica possibilitou que parte da sua vegetação nativa fosse resguardada, compondo, atualmente, importantes áreas de preservação (SÃO PAULO, 2020). Além do mais, o Sudoeste Paulista está entre os territórios com maior concentração de agricultura familiar do estado de São Paulo (KASSAOKA, 2018). Também atuam no território corporações ligadas ao agronegócio e às indústrias de papel e celulose (ANTUNES JUNIOR, 2019). E são justamente as



contradições em que o Território Sudoeste Paulista está inserido que o faz um relevante caso a ser tomado como base.

Levantamento e análise dos dados

A pesquisa utilizou dois métodos para coletar os dados que subsidiaram nossas análises: entrevistas semiestruturadas e análises documentais. Três grupos de atores envolvidos nas políticas territoriais foram entrevistados, todos os entrevistados participavam do arranjo institucional local que gestionava as políticas no território. Pessoas que ocuparam cargos de direção no arranjo institucional do território compunham o primeiro grupo de entrevistados, denominado de conselheiros. Do segundo grupo, que chamamos de lideranças, fizeram parte atores sociais que, ao longo da trajetória das políticas territoriais, se apresentaram como agentes de referência e de atuação engajada. O terceiro grupo, que denominamos de assessores técnicos, foi formado por agentes contratados pelo governo federal e que tinham como objetivo auxiliar nas conduções dos trabalhos. Todos os grupos tiveram a seleção de entrevistados orientada pelo princípio da heterogeneidade (representantes de diferentes municípios do território, de diversos setores de atuação, bem como os representantes do poder público e os da sociedade civil), em uma amostragem não-probabilística por tipicidade ou intencional, na qual, a partir de um conhecimento prévio da população envolvida nas políticas, selecionamos uma amostragem que consideramos representativa. Ao todo realizamos onze entrevistas.

Em relação aos documentos, analisamos: cadernos de atas, que reúnem anotações de reuniões realizadas pelo colegiado territorial, de 2004 a 2016, nas três políticas territoriais estudadas; documentos oficiais do arranjo institucional territorial, como os estatutos sociais e os regimentos internos; e ofícios e cartas circulares enviadas pelos gestores das políticas territoriais ao colegiado. A partir destes documentos foi possível levantar os temas discutidos nos espaços de governança, os participantes e as dinâmicas de funcionamento e de envolvimento nas políticas territoriais, os grupos de trabalho do colegiado, os projetos



debatidos e selecionados como prioritários, assim como as comunicações enviadas pelos gestores das políticas ao território.

Analisamos as informações obtidas através das entrevistas e dos documentos pela abordagem de arranjos institucionais (PIRES; GOMIDE, 2014, 2016). Utilizando esta abordagem, analisamos as políticas territoriais em duas dimensões: a técnico-administrativa e a político-relacional. A dimensão técnico-administrativa permitiu verificar a presença de uma burocracia profissionalizada, habilidosa, detentora de ferramentas de organização, financeiras e tecnológicas. A político-relacional utilizamos para compreender as dinâmicas de inclusão e participação dos diferentes atores sociais e agentes políticos, com suas diferentes perspectivas, assim como as dinâmicas de discussões e articulações, por exemplo, na construção de consensos e coalizões (PIRES; GOMIDE, 2016).

RESULTADOS

As entrevistas e os documentos analisados permitiram obter resultados consistentes e importantes, que nos indicam o perfil dos projetos apoiados pelas políticas territoriais (Fome Zero, PRONAT e PTC) e as suas dinâmicas ao serem operacionalizadas, tais como os seus procedimentos de acesso aos recursos financeiros, os mecanismos de participação social, e os atores e agentes que se destacavam nesse processo. Em um primeiro momento vamos apresentar, para cada política, as suas ações (**Quadro 1**) e, em um segundo momento, descrever o seu funcionamento (**Quadro 2**).

Os projetos apoiados pelo Fome Zero se deram, sobretudo, nos anos de 2004 e de 2005. Embora esta política fosse gerida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), suas ações foram financiadas, em grande medida, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Neste período, em que atuavam tanto o MDS quanto o MDA no território, os projetos abarcavam desde a estruturação de cooperativas e de cadeias produtivas até temas ligados à assistência social e à segurança alimentar.

No âmbito do PRONAT, os projetos apoiados se estenderam de 2007 até 2010. Exceto



pelo Programa Luz Para Todos, do Ministério de Minas e Energia, que atuou no fornecimento de energia elétrica em estabelecimentos rurais, e por outras ações pontuais de apoio ao funcionamento do colegiado territorial, todos os demais projetos foram financiados pelo MDA e tiveram como tema, exclusivamente, o apoio à cadeia produtiva de leite mediante a aquisição de tanques resfriadores.

No que se refere ao PTC, os projetos apoiados ocorreram entre os anos de 2009 e 2016. Através do PTC, o então governo federal tinha a ambição de universalizar o acesso às políticas de cidadania em regiões interioranas do Brasil e, por isso, grande parte de suas ações eram implementadas diretamente nos municípios, sem passar pelas discussões do colegiado territorial, numa estratégia de acelerar as entregas. Deste modo, em nossa discussão consideramos apenas os projetos que tiveram estágios de debates no colegiado territorial. Embora o PTC fosse um programa interministerial, envolvendo 22 ministérios do governo federal, os projetos foram, praticamente, apoiados pelo MDA. Ademais, os projetos mantiveram, assim como já ocorria no PRONAT, a lógica de compra de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas.

Quadro 1. Projetos apoiados nas políticas de desenvolvimento territorial.

Política Territorial	Projetos apoiados
Fome Zero	<ul style="list-style-type: none">- Instalação de cooperativa de crédito rural e capacitação dos envolvidos;- Melhorias em barracão de armazenagem de grãos;- Apoio e capacitação na cadeia produtiva de alimentos orgânicos;- Aquisição de barracas para realização de feiras e eventos de artesanato;- Apoio à produção de hortas comunitárias em locais de vulnerabilidade social.
PRONAT	<ul style="list-style-type: none">- Apoio à cadeia produtiva de leite, com aquisições de tanques resfriadores;- Apoio ao funcionamento do colegiado territorial, com montagem de escritório e aquisição de veículo automotivo;- Apoio à comercialização de produtos agrícolas, com aquisição de caminhão;- Distribuição e fornecimento de energia elétrica em estabelecimentos



rurais, através do Programa Luz Para Todos.

- PTC**
- Apoio à instalação e ao funcionamento de uma cooperativa de produção de plantas medicinais;
 - Aquisição de equipamentos, veículos e máquinas agrícolas;
 - Aquisição de veículo para transporte de produtos da agricultura familiar;
 - Construção de habitações em estabelecimentos rurais, através do Programa Minha Casa Minha Vida Rural.
-

Fonte: os autores (2020)

O Fome Zero e o PRONAT tinham uma dinâmica semelhante de funcionamento. Em ambos, os procedimentos de acesso aos recursos financeiros eram apresentados por agentes dos ministérios. No caso do Fome Zero o MDS, e no do PRONAT o MDA. No momento de apresentação desses procedimentos ao território, no espaço de governança construído através do colegiado territorial, os ministérios traziam consigo as suas demandas e sugestões de projetos. Cabiam, neste momento, aos atores e agentes locais apresentarem os seus próprios anseios e tensionarem com os representantes do governo. Nesse sentido, as informações levantadas sugerem que, no Fome Zero e no PRONAT, os atores locais ora desempenhavam um papel de maior participação e autonomia, ora exerciam um papel secundário e com certo distanciamento no andamento das políticas.

Por mais que no Fome Zero ocorresse a presença de agentes ligados à assistência social, à educação e à cultura, tanto nesta política quanto no PRONAT, o colegiado territorial englobava poucos setores do território, ficando restrito às organizações da agricultura familiar, sobretudo as relacionadas à produção agrícola (cooperativas e associações). Ademais, os agentes do poder público local dominavam as discussões em detrimento da sociedade civil organizada, principalmente os agentes dos municípios maiores e mais articulados, demonstrando, para além da frágil atuação da sociedade civil, a desigualdade entre os municípios do território.

Se nas políticas supracitadas havia, ainda que de maneira frágil e mediante o tensionamento, a possibilidade do território apresentar as suas próprias demandas, no PTC essa possibilidade ficou ainda mais remota. Nesta política os projetos vinham, de cima para



baixo, pré-definidos em guias de ações interministeriais. No caso do território estudado, essas guias eram apresentadas somente pelo MDA, o que limitava o acesso à totalidade das informações. Como já comentado, no PTC grande parte das ações eram implementadas nos municípios através de repasses orçamentários realizados diretamente entre os governos federal e municipal, sem precisar tramitar pelo arranjo institucional territorial.

Nas três políticas de desenvolvimento territorial aqui abordadas (Fome Zero, PRONAT e PTC), o arranjo institucional territorial não possuía autonomia de acesso e de gestão dos recursos financeiros durante a execução dos projetos. Por uma questão jurídica, os colegiados detinham um perfil apenas consultivo, de fórum, e, por isso, cabiam aos municípios criarem convênios com o governo federal para cada uma, de maneira individualizada, fazer a gestão e a execução dos projetos em que eram proponentes.

Quadro 2. Síntese dos elementos que configuravam o funcionamento das políticas de desenvolvimento territorial.

	Dimensão técnico-administrativa	Dimensão político-relacional
Fome Zero	<ul style="list-style-type: none">- As possibilidades de acesso aos recursos eram apresentadas por dois ministérios (MDS e MDA);- Ações variavam entre os interesses do MDS e do MDA;- A execução das ações e a gestão dos recursos eram individualizadas nas prefeituras municipais;- Ausência de um processo bem definido de acompanhamento e controle social das ações empreendidas.	<ul style="list-style-type: none">- Frágil mobilização de atores da sociedade civil;- Projetos levantados a partir do tensionamento entre as demandas do MDS e do MDA e as demandas do território;- Discussões conduzidas por agentes do poder público de municípios específicos;- Relativa diversificação de setores do território, mediante agentes do poder público (assistência social, agricultura familiar, educação e cultura);- Incapacidade dos agentes técnicos em fazer as mediações necessárias.
PRONAT	<ul style="list-style-type: none">- As possibilidades de acesso aos recursos eram apresentadas por um único ministério (MDA);	<ul style="list-style-type: none">- Frágil mobilização de diferentes setores do território;- Projetos levantados a partir do tensionamento entre as demandas do



	<ul style="list-style-type: none">- Ações centralizadas nos interesses do MDA;- A execução das ações e a gestão dos recursos eram individualizadas nas prefeituras;- Ausência de um processo bem definido de acompanhamento e controle social das ações empreendidas.	<ul style="list-style-type: none">MDA e as demandas do território;- Decisões conduzidas por agentes do poder público de municípios específicos;- Centralidade em organizações da Agricultura Familiar;- Incapacidade dos agentes técnicos em fazer as mediações necessárias.
PTC	<ul style="list-style-type: none">- Frágil integração entre os ministérios envolvidos no PTC;- Condução da política centralizada no MDA;- Contradição entre os objetivos do PTC (estratégias endógenas e territoriais) e a sua estrutura de funcionamento (guias de ações pré-definidas e aplicadas diretamente nos municípios);	<ul style="list-style-type: none">- Frágil mobilização de setores diversos do território;- Discussões centralizadas em organizações específicas da Agricultura Familiar;- Conflitos entre as organizações da sociedade civil e suas respectivas demandas (movimentos sociais, sindicatos, cooperativas e associações);- Incapacidade dos agentes técnicos em fazer as mediações necessárias.

Fonte: os autores (2020)

DISCUSSÃO

Os resultados apresentados na seção anterior nos levam para uma grande constatação: as políticas brasileiras de desenvolvimento territorial detinham objetivos importantes e inovadores, mas, ao serem operacionalizadas, não conseguiram alcançar tais propósitos. Em consonância com outros trabalhos e com outras experiências (COELHO; FAVARETO, 2008; GALVANESE; FAVARETO, 2014; MOURA; MOREIRA; GOMES, 2017; ZIMMERMANN et al., 2014), observamos que os projetos apoiados nas políticas territoriais, em sua maioria, permaneceram de caráter setorial, sem integração entre os municípios do território e com frágil participação dos atores locais.

Para a construção de um desenvolvimento territorial pleno, as políticas demandam de uma coesão territorial, de ações intersetoriais e intermunicipais, de participação e gestão

social, e de práticas endógenas e criativas (CAÑETE; NAVARRO; CEJUDO, 2018; FURMANKIEWICZ, 2012; OLIVEIRA; PERAFÁN; CONTERATO, 2013; SABOURIN; MASSARDIER; SOTOMAYOR, 2016). Entretanto, ao serem operacionalizadas, as políticas territoriais se confrontaram com um contexto de desarticulação entre os municípios do território, mantiveram apoiando ações setoriais, municipais e empreendidas numa lógica de cima para baixo, constituíram colegiados territoriais com pouca autonomia e sem diversificação de atores e agentes locais. Esses fatores, por sua vez, geraram barreiras ao desenvolvimento territorial e conformaram dois tipos de fragmentação, os quais denominamos de fragmentação setorial e fragmentação espacial (**Figura 1**).

Figura 1. Entraves das políticas de desenvolvimento territorial



Fonte: os autores (2020)

Tanto as ações implementadas quanto as dinâmicas de funcionamento das políticas territoriais ocasionavam fragmentações setoriais e espaciais. Como exemplos introdutórios: os projetos apoiados pelo Fome Zero, PRONAT e PTC, para além de serem setoriais e, assim, fragmentarem a multidimensionalidade do território, também eram executados individualmente pelos gestores municipais, fragmentando o alcance espacial das realizações; no caso do arranjo institucional territorial, suas representações eram ligadas a uma atuação agrícola, e se concentravam nos municípios mais engajados e mais articulados.



Fragmentação setorial

No processo de construção das políticas territoriais brasileiras houve grande mobilização e engajamento entre gestores públicos, pesquisadores e movimentos sociais, a fim de elencar os referenciais teóricos e práticos de um (até então) novo paradigma de desenvolvimento, o desenvolvimento territorial (WANDERLEY, 2014). Embora esse alinhamento tenha de fato ocorrido e conste, nas diretrizes das políticas, os referenciais de um desenvolvimento territorial, na prática as políticas brasileiras continuaram setorizando. Uma discussão, inclusive, já realizada por Favareto (2010).

Nas três políticas aqui estudadas (Fome Zero, PRONAT e PTC) os projetos ficaram concentrados, basicamente, na atuação de um único ministério, o MDA. Não ocorriam integrações significativas com outros ministérios e com outras linhas de atuações (LOTTA; FAVARETO, 2016). Os projetos apoiados, em sua grande maioria, eram orientados pelas demandas específicas do MDA e, dificilmente, ultrapassavam a barreira agrícola (FAVARETO, 2010; SOUZA, 2015). Na trajetória dessas políticas, o MDA demonstrou possuir boas capacidades técnico-administrativas e político-relacionais, que se reproduziam na coordenação dos atores e na mobilização de projetos dos seus interesses.

A centralidade no MDA se refletia, inclusive, na composição do arranjo institucional territorial. No que se refere aos atores da sociedade civil, as representações se limitavam às organizações da agricultura familiar (como os sindicatos, movimentos sociais, cooperativas e associações), que se configuravam como o público alvo do referido ministério. Essa relação existente entre a atuação do ministério e a composição do colegiado territorial fica mais clara quando olhamos para o Fome Zero. Neste período, para além do MDA também atuava o MDS, o que fez com que, mesmo por um breve tempo, o colegiado tivesse representantes de outras pautas, como a da educação e da assistência social.

Por mais que o destaque dado a agricultura familiar seja uma conquista de grande relevância, uma vez que esta categoria social foi, historicamente, relegada do reconhecimento



de sua importância socioeconômica para o país, outros setores do território acabaram ficando de fora das políticas, tais como os relacionados às pautas urbanas, de moradia, etc. Cabe retomar que é de extrema relevância, para o desenvolvimento territorial, a integração de diferentes grupos sociais e a construção de projetos coletivos, intersetoriais e criativos.

Fragmentação espacial

Nas políticas territoriais brasileiras, os principais fatores de fragmentação espacial eram seus procedimentos de acesso aos recursos financeiros, bem como os de gestão e de execução dos projetos (FORNAZIER, 2015; LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012). O arranjo institucional territorial, que era a instância que reunia e articulava o território, não possuía as atribuições legais e jurídicas para acessar, gerir e executar recursos públicos, provenientes do governo federal. Seu papel, na prática, era o de promover debates e de elencar os projetos prioritários. Desta forma, os agentes que acessavam os recursos e que ficavam responsáveis pela sua aplicação eram os gestores públicos municipais. Através de convênios (individualizados) estabelecidos entre os governos federal e municipal, eram realizados repasses financeiros da federação para o município. Como contrapartida, o município que recebia os recursos ficava encarregado de, através do seu corpo técnico, executar os projetos. Isto é, projetos que deveriam ser territoriais assumiam uma feição municipal.

Como também discutido por Fornazier (2015), esses procedimentos desarticulavam o território e faziam com que as prefeituras atribuíssem critérios e definições próprias na execução dos projetos. Normalmente, de maneira que estes atendessem as suas demandas e os seus interesses específicos. Essa dinâmica rompia com a coesão territorial e restringia o alcance espacial das políticas territoriais.

A fragmentação ocasionada pelos procedimentos citados anteriormente se refletia na atuação do arranjo institucional territorial, sobretudo, na centralidade adquirida pelos agentes do poder público nas conduções das discussões e nas tomadas de decisões. No arranjo institucional territorial, os representantes do poder público eram indicados por cada município



que compunha o território, e atuavam como uma extensão dos governos municipais nas políticas territoriais. A execução das políticas via convênios com os municípios fazia com que os agentes do poder público disputassem espaço e protagonismo no colegiado, a fim de angariar recursos e projetos para seus próprios municípios. Por mais que as políticas estudadas exigissem que os projetos incluíssem, no mínimo, três municípios do território, na prática isso perdia a efetividade ao passo que somente um destes seria o proponente e o responsável pela execução.

CONCLUSÃO

Quando as políticas públicas brasileiras de desenvolvimento territorial foram concebidas, esperava-se que incorporassem um caráter inovador e alinhado com os novos paradigmas relacionados à ideia de desenvolvimento. É verdade, também, que entre as contradições e limitações vivenciadas por estas políticas, boas experiências e bons aprendizados foram extraídos. O Programa Fome Zero, o PRONAT e o PTC ilustram um momento histórico, em que políticas de desenvolvimento para o Brasil rural e interiorano foram pensadas, buscando considerar as suas populações e as suas especificidades.

A partir de 2016, em que o golpe parlamentar imposto sobre o governo de Dilma Rousseff desencadeou uma nova conjuntura política no Brasil, as políticas públicas de desenvolvimento territorial foram desmanteladas e os diferentes territórios ficaram abandonados. Houve resistências, adequações e cada território buscou as suas próprias estratégias em dar continuidade (ou não) às suas experiências.

Embora esta temática não corresponda aos interesses do atual governo federal brasileiro, o desenvolvimento territorial e as políticas com esta abordagem seguem pertinentes e pautando os debates internacionais, como bem apontam as atuações da FAO/ONU, do IICA e a renovação do Programa *Leader*, na Europa, para o período de 2021 a 2027. Dito isso, que lições extrair da experiência brasileira para contribuir no avanço dessas discussões?

Foi através deste questionamento que buscamos identificar os entraves nas políticas



públicas na promoção do desenvolvimento territorial. O alcance dos objetivos do Programa Fome Zero, do PRONAT e do PTC foi barrado pela desarticulação do território, pelas ações setoriais e municipais, pelo colegiado territorial pouco diverso e com pouca autonomia, e pela predominância de projetos postos de cima para baixo pelo governo federal. Essas barreiras fragmentaram os resultados das políticas em dois níveis: o setorial e o espacial. Tais fragmentações, ao serem solucionadas, se configuram como os pontos chave para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento territorial.

Como lições, temos que as políticas territoriais precisam integrar as diferentes áreas e linhas de atuação do Estado, e atuar de maneira articulada com o território, sem impor projetos e sem pré-definir ações. Os territórios não podem ser interpretados como repositórios de investimentos públicos em áreas e projetos específicos. São necessárias oficinas, formações e eventos de mobilização, para que os diferentes grupos sociais se fortaleçam e se apropriem dos espaços de governança. Os colegiados territoriais, por sua vez, precisam ter a autonomia e estrutura suficiente para construir os projetos, gerir os recursos, executar e acompanhar as realizações. Por fim, os municípios devem ser encarados como instrumentos auxiliares e não como os principais executores das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES JUNIOR, W. F. Território Sudoeste Paulista: Entre Conflitos, Relações De Poder E Identidades – Notas De Uma Pesquisa. **Revista Rural & Urbano**, v. 4, n. 2, p. 109–122, 2019.

ANTUNES JUNIOR, W. F. **Políticas Públicas De Desenvolvimento Territorial No Brasil (2003-2016): Um Estudo Do Território Sudoeste Paulista (SP)**. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, 2020.

BEDOYA-RAMOS, E.-J. La interrelación rural-urbana en espacios de interfase como planteamiento para la cohesión territorial. **Gestión y Ambiente**, v. 21, n. 2, p. 147–162, 2018.

BERDEGUÉ, J. A.; FAVARETO, A. **Desarrollo territorial rural en América Latina y el**



Caribe. 2030- Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 32. Santiago de Chile Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, , 2019.

BRASIL. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais - Série Documentos Institucionais 02.** Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, 2005.

BRASIL. **Territórios da Cidadania: Integração de Políticas Públicas Para Reduzir Desigualdades.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2008.

BUMBALOVÁ, M. et al. Are Stakeholders in Slovakia Ready for Community-Led Local Development? Case Study Findings. **European Countryside**, v. 8, n. 2, p. 160–174, 2016.

CAMACHO VERA, J. H. et al. Clúster y SIAL, enfoques divergentes en estudios del desarrollo territorial. **Interciencia**, v. 42, n. 1, p. 51–57, 2017.

CAÑETE, J. A.; NAVARRO, F.; CEJUDO, E. Territorially unequal rural development: the cases of the LEADER Initiative and the PRODER Programme in Andalusia (Spain). **European Planning Studies**, v. 26, n. 4, p. 726–744, 2018.

CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. A. Introductory approach of the territorial development concept. **Eisforia**, v. 4, n. Desenvolvimento Territorial Sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, p. 23–47, 2006.

CAVALCANTI, J. S. B. et al. Dinâmicas sociais no Território Sertão do São Francisco-PE. In: **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.** Recife: UFPE, 2014. p. 154–237.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49, 2017.

COELHO, V. S. P.; FAVARETO, A. Questioning the Relationship between Participation and



Development. A case study of the Vale do Ribeira, Brazil. **World Development**, v. 36, n. 12, p. 2937–2952, 2008.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - Mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avancados**, v. 24, n. 68, p. 299–319, 2010.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, n. 1973, p. 197, 2009.

FORNAZIER, A. O Papel do Município nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 148–168, 2015.

FURMANKIEWICZ, M. Leader+ territorial governance in poland: Successes and failures as a rational choice effect. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 103, n. 3, p. 261–275, 2012.

FURTADO, C. Creativity and development. **Eptic**, v. 21, 2019.

GALVANESE, C.; FAVARETO, A. Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, p. 73–86, 2014.

HAESBAERT, R. Dilema De Conceitos : Espaço-Território E Contenção Territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95–120.

IICA. **Programa De Desarrollo Territorial Y Agricultura Familiar**. San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura - IICA, 2019.

KASSAOKA, D. **Mapa da agricultura familiar**. São Paulo: Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios, 2018.



KONEČNY, O. The Leader Approach Across The European Union: One Method of Rural Development, Many Forms of Implementation. **European Countryside**, v. 11, n. 1, p. 1–16, 2019.

LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 645–666, 2012.

LEVIDOW, L.; SAN SOLO, D.; SCHIAVINATTO, M. Agroecological practices as territorial development: an analytical schema from Brazilian case studies. **Journal of Peasant Studies**, v. 0, n. 0, p. 1–26, 2019.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49–65, 2016.

LOUREIRO, M. A.; PRADO, D. D. V.; LOSADA, P. R. Consórcios Públicos: uma Nova Proposta para os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. In: **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. p. 241–252.

MASOT, A. N.; ALONSO, G. C.; MORENO, L. M. C. Principal component analysis of the LEADER approach (2007-2013) in South Western Europe (Extremadura and Alentejo). **Sustainability (Switzerland)**, v. 11, n. 15, 2019.

MASSARDIER, G.; SABOURIN, E. Internationalization and dissemination of rural territorial development public policies: model hypotheses for Latin America. **Sustentabilidade em Debate**, v. 4, n. 2, p. 83–100, 2013.

MOURA, J. V. DE; MOREIRA, I.; GOMES, S. Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois Colegiados Territoriais. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 3, p. 65–93, 2017.



NIEDERLE, P. A. et al. Dinâmicas sociais no Território Paraná Centro-PR. In: **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: UFPE, 2014. p. 238–325.

OLIVEIRA, C. D.; PERAFÁN, M. E.; CONTERATO, M. A. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial no Brasil. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 3, n. 2, p. 154–175, 2013.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: Limites e potencialidades dos CONSADs. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 275–300, 2007.

ORTEGA, A. C.; MENDONÇA, N. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

PERACI, A. S.; CAMPOS, A. Desenvolvimento de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar - Brasil. In: **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. p. 182–194.

PERAFÁN, M. E. V. et al. Difusión regional de políticas públicas de desarrollo territorial rural. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 5, n. 2, p. 51–72, 2018.

PERAFÁN, M. E. V.; AVILA, M. Repensar as estratégias de desenvolvimento territorial no Brasil, um desafio conjunto para governos, sociedade civil e universidades. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, p. 163–176, 2017.

PINTO, E. C. et al. **A Guerra de Todos Contra Todos: a crise brasileiraXXII Encontro Nacional de Economia Política**. Rio de Janeiro: [s.n.].

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. DE ÁVILA. **Burocracia, democracia e políticas públicas: Arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: [s.n.].



PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. DE ÁVILA. Governança e capacidades estatais: Uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 121–143, 2016.

RAFFESTIN, C. O Que É O Território? **Por Uma Geografia Do Poder**, p. 143–163, 1993.

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D. The territorial policy of rural development in brazil: Questions and reflections about the reconnection between production and consumption of food. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 16, n. 84, 2019.

RAYNAUT, C. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. In: **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: UFPE, 2014. p. 56–78.

SABOURIN, E. P.; MASSARDIER, G.; SOTOMAYOR, O. Rural territorial development policies in Latin America: hybridization of references and implementation. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública** *Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 3, n. 1, p. 75–98, 2016.

SÃO PAULO. **Estações Ecológicas**. Disponível em:

<<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/areas-protegidas/estacoes-ecologicas/>>. Acesso em: 13 maio. 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SILVA, A. A. **Brasil: Compreendendo As Políticas Públicas De Desenvolvimento Territorial Rural (PDTRS) Durante Os Governos Lula E Dilma Rouseff**. 2019 Congress of the Latin American Studies Association. **Anais...**Boston, USA: 2019

SOUZA, S. P. DE. **Políticas Públicas E Desenvolvimento Territorial: O Programa**



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Territórios no Estado de São Paulo. [s.l.] Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2015.

VILKĖ, R.; ŠARKUTĖ, L. Lithuanian local action groups: Spatial initiatives or mobilized potential for rural development? **Public Policy and Administration**, v. 17, n. 4, p. 510–525, 2018.

WANDERLEY, M. DE N. B. Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.** [s.l.: s.n.]. p. 80–103.

ZIMMERMANN, S. A. et al. Desenvolvimento Territorial E Políticas De Enfrentamento Da Pobreza Rural No Brasil / Territorial Development and Public Policies To Figh Rural Poverty in Brazil. **Campo - Território : Revista De Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 540–573, 2014.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DA APA DA SERRA DOS PIRINEUS EM GOIÁS

Celia Maria Machado Ambrozio¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma breve discussão a respeito das políticas públicas de proteção da natureza para o meio rural, sob uma perspectiva histórica, destacando o conceito de fronteiras e as influências do processo de ocupação do território sobre a devastação da natureza no continente americano, em um estudo comparativo entre os distintos países, Brasil e Estados Unidos da América. Utilizou-se, para estudo de caso, a iniciativa de criação de áreas protegidas no meio rural, em específico a Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pirineus, situada nos municípios goianos de Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás, em área do bioma Cerrado, considerado um dos maiores *hotspots* do mundo, e que possui a menor porcentagem de áreas sobre proteção integral. Por fim, o artigo conclui que uma mudança de valorização do patrimônio natural no mundo atual globalizado é fundamental, em direção a um novo modelo de desenvolvimento rural, de forma sustentável, que contenha uma cultura humanitária voltada à conservação e à proteção da natureza e que possibilite a criação, a ampliação e a efetivação das áreas protegidas de forma igualitária em todo o planeta, em consonância com o bem-estar das populações humanas e das diversas formas de vida do planeta.

Palavras-chave: Cerrado. Conservação ambiental. Fronteira.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília. Especialista em Gestão e Tecnologia Ambiental pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Lavras. Auditora Fiscal de Atividades Urbanas – Controle Ambiental no Instituto Brasília Ambiental do Distrito Federal. *E-mail:* celiaambrozio@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar discussões a respeito das políticas públicas de proteção da natureza para o meio rural sob uma perspectiva histórica. Em um primeiro momento, o texto apresenta o conceito de fronteiras e sua influência sobre a devastação da natureza, em um estudo comparativo entre os distintos países, Brasil e Estados Unidos da América (EUA). Na sequência, um breve relato da história da ocupação norte-americana no sentido oeste. Em seguida, apresentam-se fatos históricos de devastação dos biomas brasileiros Mata Atlântica e Cerrado e do início dos movimentos ambientalistas no Brasil.

Em um segundo momento, discute-se a relação entre patrimônio natural e cultural, a conceituação de *wilderness* e aspectos da origem das áreas protegidas e do ecoturismo no Brasil e nos EUA. No terceiro momento, a importância da proteção da biodiversidade no planeta e a descrição dos benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza, tanto econômicos (turismo e serviços prestados pelos ecossistemas de água limpa, ar puro e ciclagem geoquímica natural) como intangíveis, relacionados com a recreação, o bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza.

E, por fim, o estudo de caso da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra dos Pirineus, como importante iniciativa sob o aspecto de conservação da biodiversidade do bioma Cerrado, apresentando a descrição das principais políticas públicas ambientais para a criação de unidades de conservação ambiental inseridas no interior da APA, o Parque Estadual da Serra dos Pirineus e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).



2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Estudos relativos às políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável passaram a adotar uma visão mais ampla a partir do final da década de 1980, considerando, além dos fatores ligados à produção, os fatores relativos à realidade social, contemplando a problemática ambiental, a participação sociopolítica de atores sociais, a identidade territorial e a demanda por políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais. Essa nova visão ganhou força com o tema *sustentabilidade*,² com a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente de 1992, a Eco-92 (STUMPF; BALSADI, 2015).

Um dos principais produtos da conferência foi a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Assinada e ratificada por 168 países, a CDB é a principal base do arcabouço legal e político do meio ambiental global. O Brasil consolidou o compromisso de execução das determinações da CDB por meio do Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 (BRASIL, 2000). Como parte dessas medidas, foram estabelecidas, pelo Ministério do Meio Ambiente, inúmeras leis, políticas públicas e programas voltados para a proteção e a conservação dos biomas brasileiros, como a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) no ano de 2000. A Lei do Snuc “concebeu dispositivos que regulam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais” (BRASIL, 2004).

Em 2017, foi criado o Programa Conectividade de Paisagens – Corredores Ecológicos, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o objetivo de promover a integração de políticas

² Termo relacionado a desenvolvimento sustentável, que foi apresentado em 1987 no Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.



públicas que propiciem a conectividade entre as áreas naturais protegidas e os seus interstícios, visando reduzir os efeitos da mudança de clima, água, florestas, aspectos socioambientais, econômicos e culturais (BRASIL, 2018).

Com vistas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a conectividade de paisagens serve como importante estratégia para a gestão territorial e a conservação da biodiversidade, por permitir o estabelecimento de fluxos biológicos essenciais entre as unidades de conservação e as áreas protegidas por lei, facilitando a dispersão de espécies e a recuperação de áreas degradadas, bem como garantindo o intercâmbio genético entre as populações de animais e plantas e a continuidade dos processos ecológicos e evolutivos (BRASIL, 2018).

Esse instrumento de política pública foi formulado com o propósito de promover a integração de políticas públicas para se obter maior efetividade e eficácia dos resultados para a sustentabilidade ambiental, envolvendo a participação dos setores governamentais, não governamentais e privados, tendo com ideia central o fortalecimento das áreas protegidas já existentes, bem como o estabelecimento de novas áreas e seus corredores (BRASIL, 2018).

Shiki, Shiki e Rosado (2015, p. 282) comentam que a conservação dos ecossistemas é parte da agenda de construção do conceito de desenvolvimento rural, justamente a partir dos limites da teoria da modernização, e salientam que “esta prática de uso da terra e degradação florestal constitui, na atualidade, o maior problema ambiental brasileiro, responsável pela emissão de gases de efeito estufa, causadora da mudança de clima”.

Elucidam os autores que, além da mudança climática, outras duas questões ambientais resultam do mau uso da terra:

degradação da biodiversidade e da capacidade de produção de água. Estes serviços ecossistêmicos provenientes de áreas reflorestadas, continuam sendo deteriorados nas propriedades privadas, apesar de protegidas pelo Código Florestal, e que os instrumentos coercivos de comando e controle não têm sido eficientes para o cumprimento da função social e ambiental da



propriedade privada. (SHIKI; SHIKI; ROSADO, 2015, p. 283).

3 DEFINIÇÃO DE FRONTEIRA

Drummond (2007), ao discutir elementos conceituais sobre a noção de fronteira, com atenção aos aspectos contemporâneos da Amazônia brasileira, inicia com a citação de Archibald Haller, com o conceito sociológico de fronteira, o qual combina cinco traços básicos:

A fronteira: uma área esparsamente habitada, geograficamente isolada, mas que faz parte de uma sociedade nacional ou regional consolidada; tem instituições relativamente fracas e fragmentárias, tipicamente ainda em construção ou sem eficácia; tem estrutura produtiva incipiente, com base principal na extração de recursos naturais [...]; sofre abalos ou transtornos sociais, econômicos, políticos e ambientais quando organizações governamentais e/ou empresas “externas”, de grande escala, passam a investir concentradamente na área e/ou a tentar implantar novas atividades, regras e instituições; a partir dessas iniciativas, ela começa a atrair e fixar grande número de pessoas “de fora”, de origens variadas e com valores e objetivos distintos, interessadas em altos lucros, ou em receber salários altos, ou em explorar intensamente fontes naturais de riqueza. (HALLER, 2000 apud DRUMMOND, 2007, p. 6).

Segundo (Drummond, 2007), os recursos naturais disponíveis em uma área influenciam o tipo de fronteira que se formará nela e os tipos de migrantes a serem atraídos, como: os recursos do solo para fins de agricultura e pecuária, que atraem agricultores empresariais ou familiares (inclusive em assentamentos de reforma agrária ou de colonização privada); minérios (inclusive petróleo e gás natural); água; flora e fauna nativas; os materiais genéticos; e as paisagens agrestes — estas define como paisagens muito valorizadas para fins de turismo, pesquisa científica e(ou) unidades de conservação.

O autor sustenta que,



No estudo sociológico ou histórico de áreas de fronteira, a atenção cuidadosa ao quadro de recursos naturais disponíveis em cada região ajuda a compreender as formas e as dinâmicas sociais, já que todos ou os principais atores têm forte correlação com a exploração de recursos, formando alianças ou entrando em conflitos entre si, de acordo com os seus interesses. Sustenta-se ainda que esse modo de estudar as áreas de fronteira é útil também para chegar a um melhor entendimento de situações históricas ou pretéritas, já que a dinâmica de ocupação do território brasileiro se fez pela abertura, ocupação e estabilização (ou, às vezes, abandono) de sucessivas fronteiras. (DRUMOND, 2007, p. 9).

Segundo Turner (1976), o desenvolvimento dos EUA se explica pelo avanço da ocupação para o oeste, em uma área de terras livres, com seu recuo contínuo. Portanto considera que a história norte-americana tenha sido, em grande parte, a história da colonização do grande oeste. Nesse contexto, conceitua a fronteira como o ponto de encontro da condição selvagem com a civilização, tendo como aspecto mais significativo a sua localização na borda interna de terras livres, ou áreas ocupadas que alcançam densidade populacional de duas ou mais pessoas por milha quadrada, incluindo os territórios indígenas e a borda externa da área ocupada, tendo, entre os primeiros colonos europeus, os escoceses, os irlandeses e os alemães.

3.1 O significado da fronteira na história norte-americana

A história dos EUA tem sido representada pela colonização do grande oeste, explicando o desenvolvimento desse país e de seu povo, caracterizado pela conquista de terras selvagens e pelo progresso obtido por meio das condições econômicas e políticas primitivas da fronteira até a formação da complexa vida urbana. A fronteira foi a forma mais eficaz de americanização, devido às terras selvagens assumirem o controle sobre os colonos, que, em pouco tempo, adquiriram os hábitos indígenas de cultivo e plantio e, aos poucos, transformaram as terras selvagens em um novo modelo norte-americano, como um movimento de



afastamento da influência da Europa e o crescimento e fortalecimento dos traços nacionais (TURNER, 1976).

Uma das características da colonização nos EUA era que o isolamento das regiões de fronteira reforçava a necessidade de transporte para conexão com a região leste, desse modo, as importantes iniciativas de melhorias favoreciam a evolução do oeste americano. Entre essas iniciativas, houve o crescimento da navegação a vapor nas águas do oeste, a abertura do Canal de Erie, a expansão dos algodoads para oeste, com a adição de cinco estados de fronteira à União. Em paralelo, o exército dos EUA estabeleceu uma série de guerras com indígenas na região de Minnesota, Dakota e no chamado Indian Territory (TURNER, 1976).

Em 1890, foi relatado que os assentamentos do oeste estavam tão ampliados que não era possível afirmar a existência de uma linha de fronteira, sendo encontradas as linhas de demarcação natural, entre elas, a linha das cachoeiras, as montanhas Alleghanies, o Rio Mississippi, o Rio Missouri, o cinturão das Montanhas Rochosas e a região das terras áridas. As fronteiras também eram discriminadas pela sua história econômica e política e por sua atividade produtiva, composta por pescadores, comerciantes de peles, mineradores, criadores de gado e fazendeiros (TURNER, 1976).

3.2 Dos primeiros invasores humanos ao imperativo do desenvolvimento no Brasil

Inicialmente cabe salientar a citação dos primeiros invasores humanos no continente americano e a evidência de coletores-caçadores na Mata Atlântica há cerca de 11 mil anos, com o início do processo de extinção de uma série de espécies da natureza, ainda então selvagem. Em seguida, nessa trajetória da ocupação do território americano, o uso intensivo de fogo visando à eliminação da floresta e à formação das paisagens humanizadas de campos e cerrados, faz



emergir a atividade de agricultura na Mata Atlântica, onde os solos eram mais férteis e permitiam cultivos mais longos, provocando o incremento da população humana e a transformação radical da relação do homem com a floresta (DEAN, 1996).

Em seguida, no período pós-Segunda Guerra Mundial, uma nova ameaça incidiu sobre a Mata Atlântica, era o chamado desenvolvimento econômico, que favoreceu a contínua exploração destrutiva da floresta, provocando o declínio acelerado das faixas remanescentes do bioma nos anos 1950 a 1970. Esse período, politicamente agitado e com políticas contraditórias à preservação da floresta, favoreceu a contínua eliminação da floresta primária para a formação de lavoura pelo método de derrubada e queimada, bem como a intensificação da extinção florestal e de sua biodiversidade (DEAN, 1996).

Em comparação aos investimentos dos EUA em silvicultura, em relação ao Brasil, em 1955, o Ministério da Agricultura brasileiro empregava 22 silvicultores, e os EUA 21 mil. Os especialistas em conservação do solo passaram a criticar a destruição da floresta primária e exigir o reflorestamento para salvaguardar os mananciais, como demonstra a importância do cultivo limitado, a rotação de culturas, a aração em nível e superficial e a adição de fertilizantes orgânicos (DEAN, 1996).

O autor comenta que,

Na virada dos anos 70 a economia brasileira ingressou em 5 anos de crescimento extremamente rápido, o chamado milagre econômico, que foi acompanhado pela repressão extremamente dura, tornada necessária quando os militares bloquearam todas as formas sobreviventes de manifestação política independente. Em meio à essa época terrível, os custos ambientais do desenvolvimento começaram a ser debatidos com muito mais amplitude e urgência nos países desenvolvidos. (DEAN, 1996, p. 381).

Deve-se destacar a realização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934, no Rio de Janeiro, que demonstrou como a existência de um grupo naturalista estruturado e preocupado com a conservação da natureza,



formado por funcionários públicos, cientistas, médicos, professores, jornalistas e profissionais liberais, obteve êxito na concretização de propostas de proteção dos recursos naturais do Brasil para as autoridades públicas e personalidades relevantes da sociedade no período em estudo (FRANCO; DRUMOND, 2009).

Nesse momento da história brasileira, houve a publicação de uma série de códigos decretados no governo Getúlio Vargas, relativos à regulamentação dos recursos naturais, entre eles, a água, os recursos minerais, as florestas, bem como também da caça e da pesca, e a criação dos primeiros parques nacionais, o que indica o sucesso alcançado pelo grupo de protetores da natureza (FRANCO; DRUMOND, 2009).

Porém prevaleceu o Estado nacional desenvolvimentista do governo Vargas, tendo como projeto o crescimento econômico a qualquer custo e a insuficiência da adoção das medidas de proteção à natureza, ficando o sentimento de que os imperativos da ciência e da natureza não eram considerados no processo de formação da identidade nacional, como se repete nos momentos atuais da história brasileira (FRANCO; DRUMOND, 2009).

4 A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES PARA O MUNDO

Segundo Terborgh e Schaik (2002), os especialistas da atualidade estimam que as taxas de extinção estejam ocorrendo centenas de vezes mais rápido que as taxas na história dos fósseis, chamada “taxa de extinção de fundo”, e que as atuais altas taxas anormais de extinção devam continuar pelo século XXI. Informam que a proteção real apenas foi obtida para 5% da Terra e que existe uma ampla aceitação de que a humanidade tem a obrigação moral de dividir o planeta com as outras formas de vida. Essa obrigação tem sido reconhecida por, no mínimo, 80 % dos governos do mundo, sob a forma de áreas protegidas legalmente constituídas,



porém o sistema global de conservação ainda precisa chegar a bom termo (TERBORGH; SCHAİK, 2002).

Todavia os autores afirmam que esses 5% de proteção real não são suficientes para conservar a biodiversidade do planeta, considerando que muitas destas terras protegidas são monumentos naturais constituídos por áreas formadas por rochas e gelo. E sabe-se que a biodiversidade se concentra em áreas férteis de planície, áreas que, em geral, são destinadas para uso humano. Desse modo, essas áreas protegidas são pequenas em dimensão e número. Como também os parques de papel, aqueles que têm apenas uma existência virtual, que por não serem realmente protegidos, vêm sendo degradado ao longo do tempo (TERBORGH; SCHAİK, 2002).

Os autores comentam que a conservação da biodiversidade enfrenta dois desafios: primeiro, existe a necessidade de destinar mais áreas para a proteção da biodiversidade; e, segundo, a conservação da biodiversidade precisa de proteção adequada contra as forças destrutivas (legais e ilegais). Portanto afirmam que é preciso implementar efetivamente os parques que já existem legalmente, principalmente nos trópicos onde reside 75% ou mais da biodiversidade da Terra. Os levantamentos de degradação significativa em áreas tropicais protegidas mostram as principais forças destrutivas, como a caça, a exploração madeireira, a agricultura, o pastoreio, as rodovias, a mineração, os incêndios, entre outros fatores (TERBORGH; SCHAİK, 2002).

Os parques, nos EUA, são muito bem servidos de infraestrutura de atendimento aos usuários. O valor que os parques nacionais têm para sua população é sugerido pelo orçamento que os sustentam, de 2,4 bilhões em 2001, sendo que 90 % da população aprova o Serviço de Parques Nacionais, assim como os milhões de estrangeiros que os visitam anualmente. Todavia, muitos dos parques situam-se em países em desenvolvimento, recentemente criados a partir da década de 1960, e carentes de recursos para a sua proteção (TERBORGH; SCHAİK, 2002).



Os autores concluem que os parques nos países em desenvolvimento apenas poderão ser bem-sucedidos quando receberem fundos e recursos e quando houver um comprometimento por parte das nações ricas. O lado benéfico da proteção dos parques está no valor da biodiversidade conservada e de seu valor perpétuo. Os benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza são tanto econômicos (turismo e serviços prestados pelos ecossistemas de água limpa, ar puro e ciclagem geoquímica natural) como intangíveis, relacionados com a recreação, o bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza (TERBORGH; SCHAIK, 2002).

4.1 Patrimônio cultural e natural

Franco (2015) em suas reflexões sobre as relações entre patrimônio cultural e patrimônio natural, discute sobre os valores atribuídos a eles, suas relações com a observação científica e a apreciação estética, além da importância de noções de empatia, distanciamento, imanência e transcendência para a elaboração de uma ética ambiental e valorização dos diversos patrimônios cultural e natural. Conceitua que o ambiente humano, ou o meio ambiente é o que está a nossa volta, sendo formado não só pelo ambiente natural, mas também pelo ambiente construído pelos humanos, o ambiente cultural e social. Portanto os seres humanos pertencem, ao mesmo tempo, ao mundo natural e ao mundo cultural.

Considera o autor que

Os humanos são parte da natureza, são animais — com um pacote genético variado característico da espécie — e são produto do processo evolutivo. Por outro lado, a maneira singular pela qual a espécie humana vem se adaptando aos ambientes naturais, há milênios, opera por intermédio da cultura [...]. Outro aspecto que considera importante é que os humanos, na medida em que produzem cultura, são capazes de afetar, impactar e influenciar o ambiente natural de uma maneira diferente de todos os outros seres vivos. (FRANCO, 2015, p. 158).



Indaga e responde o autor:

Uma questão importante é a seguinte: por que valorizar o patrimônio cultural e natural? A resposta mais simples e óbvia é: para garantir a conservação do ambiente humano, sem a qual a vida humana não seria possível. A depredação do ambiente humano implica perda da qualidade de vida de seres humanos. Esta é uma razão bastante pragmática e conduz à percepção do patrimônio, cultural ou natural, como recurso a ser apropriado ou usufruído pelos humanos. (FRANCO, 2015, p. 159).

O autor cita que foi a partir de fins do século XVII e início do século XIX, com os românticos, que a *wilderness* (sertão, onde há espaços desertos e onde predomina a natureza em toda a sua selvageria) passou a ser valorizada positivamente e quando se originou as áreas protegidas, o turismo, a apreciação da natureza e os esportes de aventura. No EUA foram criados os primeiros parques, o Parque Nacional de Yoshimite, na Califórnia em 1864, e o Parque Nacional de Yellowstone em 1872. No Brasil, o primeiro parque nacional foi criado somente em 1937, o denominado Parque Nacional de Itatiaia, com o objetivo de proteção à natureza, visitação turística, lazer e pesquisa científica (FRANCO, 2015).

5 OCUPAÇÃO DO BIOMA CERRADO

O Cerrado tem sido ocupado pelo homem por mais de 11 mil anos. As primeiras incursões à procura de ouro e pedras preciosas aconteceram no século XVIII, abrindo caminho para fazendas de criação de gado, principal atividade econômica até meados dos anos 1950, quando o governo começou a planejar a construção de uma nova capital em Goiás, para estimular a colonização e o desenvolvimento da região. A melhoria do transporte e da infraestrutura, a indústria automobilística e a pesquisa na área da agricultura e do solo resultaram na



transformação do Cerrado na mais importante região de agronegócio (soja, milho e arroz irrigado) do país. Hoje, quase um quarto de todo grão produzido no Brasil vem do Cerrado. Uma estimativa sobre a vegetação natural remanescente indica que o Cerrado sofreu um grande impacto. Cerca de 78,7% de sua área está sob alguma forma de uso pelo homem, o que significa que apenas 21,3%, ou 432.814 km², ainda se conservam intactos (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, [20--]).

Estudos confirmam que o bioma Cerrado é um dos maiores *hotspots* do mundo, com uma cobertura de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados, sendo uma das regiões de savana mais ricas em nível biológico. Seus diversos ecossistemas abrigam uma grande variedade de espécies e ainda garante a subsistência de populações humanas, por meio de seus recursos naturais que sustentam agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas (CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND, 2018).

O bioma Cerrado apresenta um dos menores níveis de proteção, com aproximadamente 8% de sua área protegida, portanto é de extrema urgência a adoção de medidas para garantir sua sustentabilidade e o bem-estar das populações que nele residem. Em relação ao total de 8,21% de território legalmente protegido por unidades de conservação, o bioma Cerrado apresenta 2,85% de unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo 0,07% de RPPNs (CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND, 2018).

Em relação às ameaças à biodiversidade, metade do Cerrado foi totalmente desmatada, sendo que,

No período de 1990 a 2010, o hotspot sofreu uma perda líquida de aproximadamente 12 milhões de hectares de vegetação natural. [...] Projeções para as próximas décadas mostram que os maiores aumentos na produção agrícola do país ocorrerão no Cerrado. Ao mesmo tempo, o Código florestal ainda permite que vastas áreas sejam convertidas legalmente para cultivos e pastagens no Cerrado, ampliando ainda mais a fragmentação dos remanescentes,



deixando-os suscetíveis aos efeitos de borda, que acarretam perda de biodiversidade e comprometimento de suas funções ecológicas. (CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND, 2018, p. 29).

5.1 Histórico das políticas públicas ambientais para a conservação do bioma Cerrado na APA da Serra dos Pirineus

Este tópico apresenta um breve histórico das políticas públicas ambientais para a conservação do bioma Cerrado na APA da Serra dos Pirineus, unidade de uso sustentável, localizada nos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis (quadro 1).

Quadro 1 – Resumo de fatos históricos ligados a APA da Serra dos Pirineus entre o período de sua criação e a década de 2000

Ano	Fatos Históricos ligados a APA da Serra dos Pirineus
1987	Criação do Parque Estadual da Serra dos Pirineus, com uma abrangência territorial de 2.837 hectares.
1990	Criação da primeira RPPN do Brasil em Pirenópolis, a RPPN Vagafogo.
2000	Criação da APA dos Pirineus, com abrangência territorial de 19.183 hectares.
2003	Criação da Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos da Bacia Hidrográfica do Córrego da Barriguda e Cabeceira do Rio das Almas, situada na zona rural de Pirenópolis.
2009	Implementação da primeira fase do Projeto Mosaico dos Pirineus, com o objetivo de criação de RPPNs.
2016	Proposta de criação do Geoparque Pirineus, envolvendo os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis.
2019	Encerramento da primeira fase do Projeto Mosaico dos Pirineus na APA da Serra dos Pirineus, com a oficialização de sete RPPNs, e lançamento da segunda fase do projeto.



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Cabe destacar importante iniciativa de conectividade de paisagens e formação de corredores ecológicos dentro do Programa Nacional de Trilhas de Longo Curso, por meio da criação e da implantação da Trilha Regional Caminho de Goyazes no estado de Goiás, dividida em três trechos denominados Caminho de Cora Coralina, Caminho do Planalto Central e Caminho dos Veadeiros, com mais de 1.000 km de extensão, que une as unidades de conservação do Parque Estadual Serra Dourada, próximo a cidade de Goiás, e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, na Vila São Jorge, na cidade de Alto Paraíso de Goiás, passando pelo Distrito Federal.

O Caminho de Cora Coralina³ (figura 1), que incide sobre a área objeto deste estudo, foi idealizado em 2013 e sua implementação iniciada em 2017 pela Agência Estadual de Turismo de Goiás, por meio do Programa Experiências na Natureza, viabilizando a inclusão dos parques estaduais e outras unidades de conservação no roteiro e contando com a mobilização das comunidades locais, da organização da Associação dos Empreendedores do Caminho de Cora Coralina e de mais de 100 colaboradores e voluntários. O trajeto envolve a passagem por diversas unidades de conservação, entre elas: Parque Estadual da Serra dos Pirineus, APA da Serra dos Pirineus, Geoparque dos Pirineus, Parque Estadual da Serra do Jaraguá, APA da Serra Dourada, Parque Municipal da Estrada Imperial e Monumento Natural Municipal Cidade de Pedras.

³ “O nome Caminho de Cora Coralina é uma homenagem à Cora Coralina, pseudônimo de Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas. Cora foi uma poetisa e contista brasileira. Considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, ela teve seu primeiro livro publicado em junho de 1965 (Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais), quando já tinha quase 76 anos de idade, apesar de escrever seus versos desde a adolescência.” (ASSOCIAÇÃO REDE BRASILEIRA DE TRILHAS, [202-]).

Figura 1 – Mapa da trilha de longo percurso Caminho de Cora Coralina



Fonte: Wikipédia ([20--]).

5.2 Parque Estadual da Serra dos Pirineus

O Parque Estadual da Serra dos Pirineus (figura 2), bioma Cerrado, é uma unidade de conservação ambiental estadual, criado pela Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987, alterada pela Lei nº 13.121, de 16 de junho de 1997, tendo seus limites estabelecidos pelo Decreto nº 4.830, de 15 de outubro de 1997. Apresenta uma abrangência territorial de 2.837 hectares, com o objetivo de preservar a fauna, a flora e os mananciais ali existentes, protegendo seus sítios naturais de excepcional beleza e assegurando condições de bem-estar público (GOIÁS, 2017a).

Essa unidade possui características únicas que a torna de valor singular: dentro da área, está localizado o segundo maciço mais alto do estado de Goiás, o



Pico dos Pirineus, com 1.380 metros de altitude; o local é um dos divisores das bacias Tocantins-Araguaia e Paraná, contendo vários córregos que nascem no alto da Serra dos Pirineus, formando o Rio das Almas e o Rio Corumbá, que, além da importância ecológica, abastecem diversas comunidades da região (GOIÁS, 2017a).

Bosquetti (2008) informa que

As áreas do entorno do Parque dos Pirineus podem ser consideradas semiconservadas, tornando-se potenciais “corredores” para fluxos gênicos até outras Unidades de Conservação. [...] À medida que a vegetação se torna fragmentada, fica cada vez mais sujeita a distúrbios antrópicos e abióticos, levando a alterações na comunidade, incluindo a redução de diversidade. (BOSQUETTI, 2008, p. 14).

Salmona, Ribeiro e Matricardi (2014) observaram o processo de regeneração da vegetação nativa dentro do Parque dos Pirineus, o que “significou a expansão da área florestal, especialmente sobre as áreas com formações mais abertas”. E que, “mesmo com as limitações do processo de desapropriação das terras do Parque, sua demarcação e a esporádica presença de fiscais vêm inibindo o seu uso como área de pastagem” (SALMONA; RIBEIRO; MATRICARDI. 2014, p. 307).

Os autores complementam que,

De fato, há fortes indícios de que o Parque, mesmo sem a sua consolidação completa, tem efeito positivo considerável na inibição do desmatamento, quando comparado com sua vizinhança. No entanto, é evidente a necessidade de maiores investimentos, sobretudo em recursos humanos e infraestrutura. (SALMONA; RIBEIRO; MATRICARDI, 2014, p. 307).

Em relação às limitações do Estado em gerir tanto o Parque dos Pirineus quanto a APA, os autores recomendam que,

Nessas áreas, sejam feitas alianças e esforços conjuntos entre o governo federal, estadual e municipal, além de parcerias com

organizações não governamentais e o envolvimento da população local, com a finalidade de alcançar os objetivos e metas da criação destas unidades. (SALMONA; RIBEIRO; MATRICARDI, 2014, p. 308).

Figura 2 – Parque Estadual da Serra dos Pirineus



Fonte: Goiás (2017b).

5.3 APA da Serra dos Pirineus

A APA da Serra dos Pirineus (figura 3), de bioma Cerrado, com área de 19.183 hectares ao redor do Parque Estadual dos Pirineus, é uma unidade de conservação ambiental estadual, criada pelo Decreto Estadual nº 5.174, de 17 de fevereiro de 2000, com o objetivo de proteger a região serrana e o entorno do Parque Estadual dos Pirineus; proteger os remanescentes de cerrado; proteger os recursos hídricos; melhorar a qualidade de vida das populações residentes por meio de orientação e disciplinamento das atividades econômicas locais; disciplinar o



turismo ecológico e fomentar a educação ambiental; preservar as culturas e as tradições locais (GOIÁS, 2000). Entre as medidas estabelecidas nesse decreto na implantação e gestão da APA, em seu art. 4º, estão:

- I - elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico a ser regulamentado por decreto estadual, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;
- II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;
- III - aplicação de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV - divulgação das medidas previstas neste decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- V - promoção de programas específicos de educação ambiental, extensão rural e saneamento básico;
- VI - incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio — RPPN, junto aos proprietários, cujas propriedades encontram-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA. (GOIÁS, 2000).

Esse decreto, em seu art. 5º, estabelece as restrições de algumas atividades em área da APA dos Pireneus:

- I - implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;
- II - implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplanagem, abertura de estradas e de canais e prática de atividades agrícolas, quando essas iniciativas importarem em alteração das condições ecológicas locais, principalmente das zonas de vida silvestre;
- III - exercício de atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas;
- IV - exercício de atividades que impliquem em matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional;
- V - uso de biocidas e fertilizantes, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais;



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



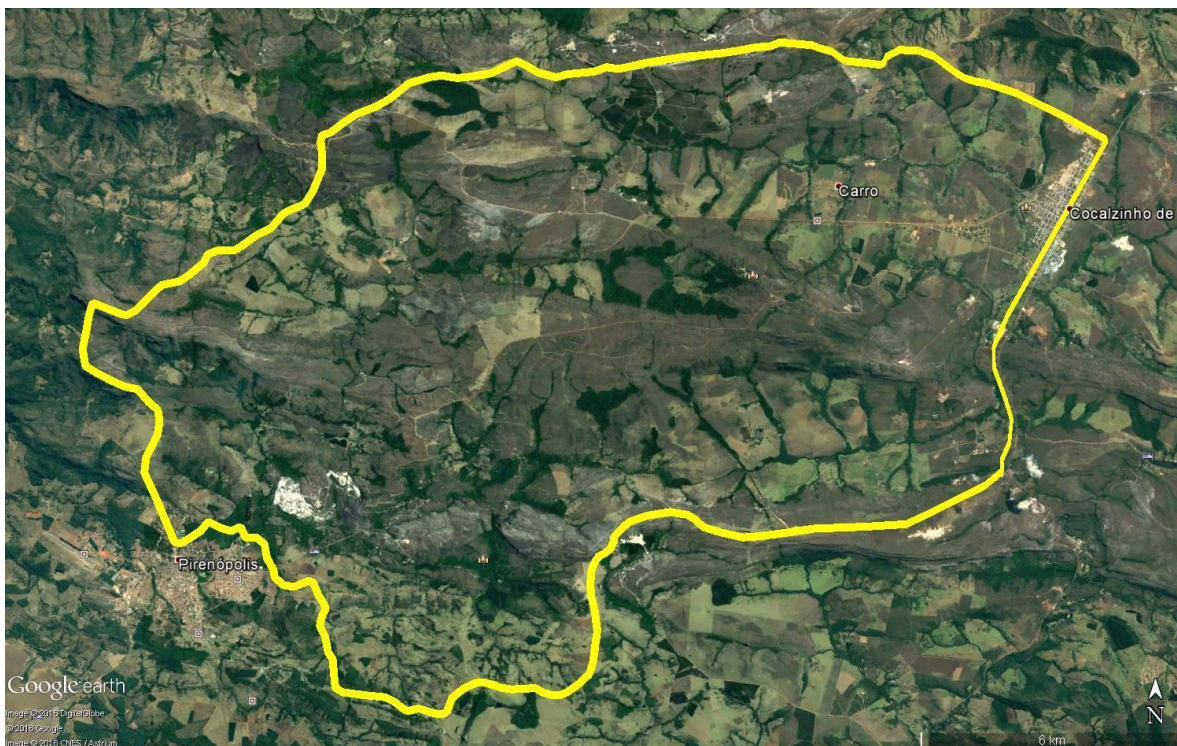
VI - despejo, nos cursos de água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos capazes de provocar danos ao meio ambiente. (GOIÁS, 2000).

Salmona, Ribeiro e Matricardi (2014) destacaram que o padrão de ocupação da APA da Serra dos Pirineus é o mesmo do seu entorno, sendo que

Apenas a atividade minerária contraria este fato, pois o crescimento das lavras foi maior dentro da APA, demonstrando que não há influência da implementação desta sobre a ocupação e conservação da cobertura vegetal nativa. Isso sugere que as unidades de conservação de uso sustentável (em especial APA), quando instituídas, mas não consolidadas, tendem a não ter efeitos notórios na conservação de coberturas vegetacionais nativas. Aparentemente isso não acontece com unidades de conservação de proteção integral, que, mesmo quando não tem sua implementação consolidada, mas com desapropriação parcialmente realizada, podem ter efeitos positivos na conservação dessa vegetação. (SALMONA; RIBEIRO; MATRICARDI 2014).



Figura 3 – APA da Serra dos Pirineus

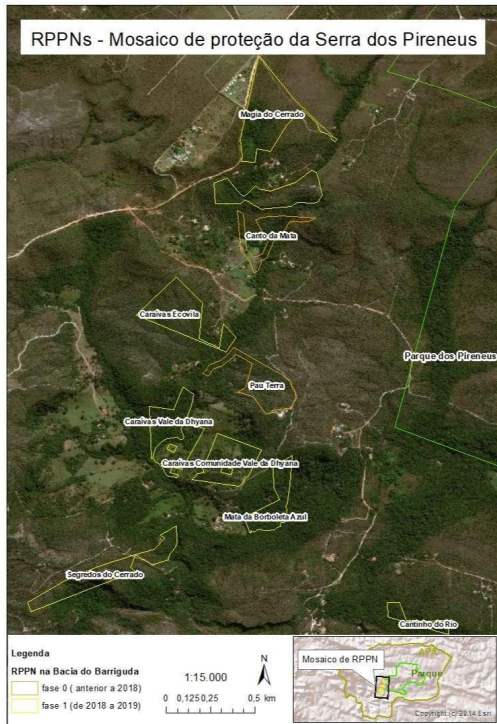


Fonte: Goiás (2017a).

5.4 O Mosaico da Serra dos Pirineus

O projeto Mosaico da Serra dos Pirineus (figura 4), iniciado a partir do ano de 2009, por iniciativa da organização não governamental Instituto Cerrados, com o apoio da Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e o patrocínio da Nature and Culture International (NCI), é considerada uma importante estratégia de conservação da biodiversidade do bioma Cerrado, por envolver a criação de sete RPPNs situadas no município de Pirenópolis, na área de abrangência da bacia hidrográfica do Córrego da Barriguda, no entorno do Parque Estadual da Serra dos Pirineus e no interior da APA da Serra dos Pirineus.

Figura 4 – Mosaico de proteção da Serra dos Pirineus



Fonte: Instituto Cerrados ([20--]).

A fase 1 do projeto, em complementação à RPPN Segredo da Serra do Pirineus e à RPPN Pau Terra, que existiam na bacia do Córrego da Barriguda, envolveu a criação da RPPN Magia do Cerrado, da RPPN Vale da Dyana, da RPPN Caraívas Chácara Vale da Dhyana, da RPPN Caraívas Ecovilla, da RPPN Cantinho do Rio, da RPPN Segredos do Cerrado e da RPPN Mata da Borboleta Azul. De acordo com informações do Instituto Cerrados ([20--]), o bioma Cerrado tem mais de 251 RPPNs, somando mais de 170 mil hectares, o que equivale a 24% das RPPNs do país.

De acordo com o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Snuc, a RPPN, pertencente ao grupo das unidades de uso sustentável, é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade

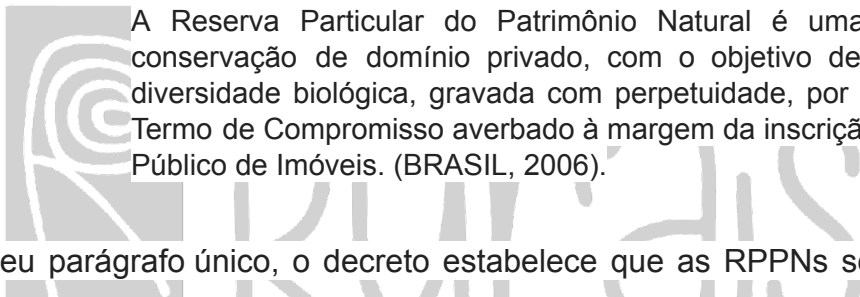


biológica, sendo apenas permitido, em seu interior, a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (BRASIL, 2004).

A Lei do Snuc, em seu art. 26, estabelece a constituição de mosaico

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (BRASIL, 2004, p. 22).

O Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006, estabelece em seu art. 1º que

A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio do Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis. (BRASIL, 2006).

Em seu parágrafo único, o decreto estabelece que as RPPNs serão criadas somente em áreas de posse e domínio privados (BRASIL, 2006). E, em seu art. 2ª, dispõe que as RPPNs podem ser criadas pelos órgãos integrantes do Snuc, sendo que, no âmbito federal, são declaradas instituídas mediante portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

5.5 Geoparque Pirineus

A proposta de criação de um geoparque na região da Serra dos Pirineus (figura 5), na área limítrofe aos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, foi apresentada no ano de 2019 em Pirenópolis, por meio da realização de um seminário colaborativo, o qual teve por objetivo o detalhamento da



proposta e a criação do grupo de trabalho para o planejamento da sua implantação. Entre os participantes para a realização da proposta, iniciada em 2012 pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), fizeram parte do trabalho a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (CPRM, 2019).

O Geoparque Pirineus consiste em um polígono que envolve 20 geossítios de elevado valor geocientífico, devido à raridade de formas estruturais existentes, em área do bioma Cerrado de altitude. Em relação aos 20 geossítios selecionados, dois foram considerados principais, por serem formados por grandes elevações de quartzitos dobrados, representados pela Serra e Pico dos Pirineus, cuja parte principal compõe o Parque Estadual dos Pirineus e a Cidade de Pedra, monumento natural criado por decreto municipal de Pirenópolis (THOMÉ FILHO; MORAES; PAULA, 2010).

Figura 5 – Geoparque dos Pirineus



Fonte: Thomé Filho, Moraes e Paula (2010).



6 CONCLUSÃO

Neste estudo, no comparativo entre os distintos países, EUA e Brasil, demonstra-se os enormes e significativos impactos causados sobre a biodiversidade do planeta, devido ao intenso processo de ocupação dos seus territórios e da exploração de seus recursos naturais ao longo de toda existência da humanidade.

Demonstra-se também a importância de iniciativas de conservação da natureza para a proteção e a regeneração dos sistemas de áreas protegidas, devido à reduzida representação dessas áreas por intensa fragmentação, com grande ameaça à biodiversidade do ambiente natural, em especial, dos ecossistemas pertencentes ao bioma Cerrado, em função da crescente pressão pela expansão da fronteira agrícola brasileira.

Pode-se concluir que uma mudança de consciência para a valorização do patrimônio natural no mundo atual globalizado é de fundamental importância, em direção a um novo modelo de desenvolvimento rural, de forma sustentável, que contenha uma cultura humanitária voltada à conservação da natureza e que possibilite a criação, a ampliação e a efetivação das áreas protegidas de forma igualitária em todo o planeta, de modo a promover o bem-estar das populações humanas e de todas as formas de vida, tanto pelos seus benefícios econômicos e sociais quanto, principalmente, pelo valor intrínseco da própria natureza.

A iniciativa de conectividade de paisagens e formação de corredores ecológicos dentro do Programa Nacional de Trilhas de Longo Curso, por meio da criação e implantação da Trilha Regional Caminho de Goyazes no estado de Goiás, interligando unidades de conservação ambiental, por meio da união de esforços e de forma colaborativa, entre o estado e a sociedade civil, representa uma importante forma de promover a conscientização ambiental da população de seu entorno e dos proprietários rurais com áreas situadas ao longo do percurso, além de representar



significativa estratégia de conservação da natureza e de valorização do patrimônio natural e cultural.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO REDE BRASILEIRA DE TRILHAS. **Caminho de Cora Coralina**. [S. l.], [202-]. Disponível em: <http://www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/trilha-regional/cora-coralina>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BOSQUETTI, Barros Lorryne. **Análise da estrutura de paisagem e fitofisionomias do Parque Estadual dos Pirineus, Goiás, Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5746.htm. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conectividade de Paisagens – Conecta**. Brasília: MMA/SBio, 2018. 79 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/florestas/Programa%20Conecta.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade**. Brasília: MMA/SBio, 2000. 32 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56 p.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Hotspot revisitados**. [S. l.], [20--]. Disponível em: <https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/HotspotsRevisitados.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CPRM. **CPRM e parceiros divulgam a proposta de criação do Geoparque dos Pirineus**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/CPRM-e-parceiros-divulgam-a-proposta-de->



criacao-do-Geoparque-dos-Pirineus-5863.html?UserActiveTemplate=cp&from%5Findex%5Findex=571. Acesso em: 8 abr. 2021.

CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND. **Perfil do Ecossistema:** hotspot de Biodiversidade do Cerrado: resumo expandido. Coordenado por Donald Sawyer *et al.* Brasília: Supernova, 2018. Disponível em:

https://cepfcerrado.iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/12/VERS%C3%83OFINALWEB_Sum%C3%A1rio_PT_maio19.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: história e devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. cap. 2, p. 38-58. cap. 12,13,14 e 15, p. 280-307.

DRUMMOND, José Augusto. Áreas de fronteira, recursos naturais e dinâmicas sociais: breve reflexão conceitual e analítica. **Maquinações**, v. 1, p. 6-9, 2007.

FRANCO, José Luiz de Andrade. Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. *In*: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (org.).

Bens culturais e direitos humanos. São Paulo: Sesc, 2015. p. 155-184.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 213-220.

GOIÁS. **Decreto nº 5.174, de 17 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental dos Pirineus e dá outras providências. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2000. Disponível em:

https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/61745/decreto-5174. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Área de Proteção Ambiental dos Pirineus (APA Pirineus)**. Goiânia, 2017a.

Disponível em:

<https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1099-area-de-protecao-ambiental-dos-pirineus-apa-pirineus.html>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parque Estadual dos Pirineus (PEP)**. 2017b. il. color. Disponível em:

<https://www.meioambiente.go.gov.br/component/content/article/118-meio-ambiente/unidades-de-conservacao/1111-parque-estadual-dos-pirineus-pep.html?Itemid=101>. Acesso em: 9 abr. 2021.



INSTITUTO CERRADOS. **Projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus**. [20--]. il. color. Disponível em: <https://www.cerrados.org/reservas>. Acesso em: 9 abr. 2021.

SALMONA, Yuri Botelho; RIBEIRO, Fernanda Figueiredo; MATRICARDI, Eraldo Aparecido Trondoli. Parques no papel conservam? O caso do Parque dos Pireneus em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 295-310, 2014.

SHIKI, Shigeo; SHIKI, Simone de Faria Narciso; ROSADO, Patrícia Lopes. Políticas de pagamento por serviços ambientais no Brasil. *In*: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 281-307.

STUMPF JR., Waldyr; BALSADI, Otavio V. Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. *In*: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 511-529.

TERBORGH, John; SCHAİK, Carel van. Por que o mundo necessita de parques? *In*: TERBORGH, John *et al.* (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR: Fundação O Boticário, 2002. p. 25-36.

THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. **Geoparque Pireneus – GO**: proposta. Goiânia: CPRM, 2010.

TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. *In*: TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**. New York: Robert E. Krieger, 1976. p.1-3.

WIKIPÉDIA. **Caminho de Cora Coralina**. [20--]. il. color. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caminho_de_Cora_Coralina. Acesso em: 10 abr. 2021.



Programas estaduais de compra institucional da agricultura familiar. O caso do PPAIS em São Paulo

Regina Aparecida Leite de Camargo¹

Marcelo Odorizzi de Campos²

Artur Pizarro Micheletto³

Resumo Os programas brasileiros de políticas públicas para a agricultura familiar, iniciados em meados da década de 1990 e expandidos e fortalecidos na primeira década dos anos 2000, receberam reconhecimento mundial e serviram de modelo para iniciativas semelhantes em outros países. Internamente, os impactos positivos dos dois programas federais de acesso a mercados institucionais – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) impulsionaram a criação de programas estaduais e municipais, que visam intermediar e facilitar as compras públicas de gêneros alimentícios da produção familiar. Criado em 2011, o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), tem por objetivo fomentar a agricultura familiar através da compra de seus produtos pelos órgãos públicos estaduais. O presente trabalho examina as chamadas públicas lançadas pelo PPAIS desde a sua criação, e mais especificamente desde o ano de 2017. Como será visto, apenas a Secretaria da Administração Penitenciária publica regularmente chamadas para a aquisição de produtos pelo PPAIS. Diante do encolhimento drástico do PAA e da paralização do PNAE provocada pela pandemia Covid-19, programas estaduais de acesso a

¹ Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Jaboticabal/SP. Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNICAP e mestre em Ciências Sociais pela UFPB.

² Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Jaboticabal/SP.

³ Técnico em Agropecuária pelo Colégio Técnico Agrícola “José Bonifácio”



mercados institucionais podem ser um caminho mais rápido para unir quem produz e quem consome em uma mesma localidade.

Palavras-chave: agricultura familiar, mercados institucionais, políticas públicas estaduais

Introdução

Na abertura do livro “The School Food Revolution” seus autores Kevin Morgan e Roberta Sonnino (2008, p. XIII) afirmam: “À primeira vista, a ideia de servir alimentos frescos e produzidos localmente nas escolas, parece muito simples. Mas nada poderia estar mais distante da realidade”. Os autores prosseguem discorrendo sobre as possíveis causas das dificuldades e complexidades de algo que, além de aparentemente simples, pode também ser defendido como lógico e desejável. Dentre os motivos elencados pelos autores encontram-se convenções culturais, como a de considerar a alimentação como parte de um ramo industrial como qualquer outro, a ideia de que a alimentação deve ter um baixo custo – e quanto mais baixo o custo da alimentação pública melhor, e o argumento de que cardápios elaborados são para restaurantes e não para escolas.

Se as considerações de Morgan e Sonnino forem estendidas para outros ramos da alimentação pública, como aquela servida em presídios, por exemplo, as questões sobre procedência e qualidade – entendida aqui como abarcando bem mais que cumprimento de normas sanitárias – podem tornar-se ainda mais irrelevantes, e os argumentos em favor da prevalência do alimento de menor custo mais contundentes. Para defender a compra, por um preço justo, de alimentos produzidos por produtores locais, é necessário considerar a alimentação como um processo bem mais amplo e complexo do que o simples consumo desse ou daquele produto.



Quando uma prefeitura municipal, ou outra instituição pública, decide como gastar a verba destinada à compra de produtos alimentícios, entram em disputa considerações que vão do atendimento às normas das compras públicas, como obediência à Lei 8.666, das licitações, e ao teto de gastos que o orçamento permite, como também jogos de interesse, compadrios eleitorais, entre outras motivações, mais ou menos escusas. Quebrar os caminhos marcados, e muitas vezes viciados do mercado institucional, em favor dos produtores ou organizações de produtores familiares locais, é um dos grandes desafios de programas que têm, como parte de seus objetivos, promover e fortalecer a agricultura familiar local e o território.

As principais diretrizes da política agrícola brasileira foram forjadas no período que se seguiu a assinatura da Aliança para o Progresso, no início da década de 1960 – o crédito rural, a política de preços mínimos e o seguro rural. O crédito rural e o serviço estatal de assistência técnica e extensão rural foram os dois grandes instrumentos da modernização da agricultura brasileira, encabeçando vinte anos do que Delgado (2001) chamou de “políticas agrícolas ativas”. Essa modernização, como já discutido por vários autores (GRAZIANO DA SILVA, 1982; KAGEYAMA, 1990; KAGEYAMA et al., 2008) criou e beneficiou o empresário rural, alijando o pequeno produtor familiar, ou mesmo minando ainda mais suas condições de produção. É somente a partir da década de 1990 que surgem programas nacionais de políticas públicas direcionados para a categoria de produtores rurais que passa a ser denominada de agricultores familiares. Os impactos desses programas na produção, renda e organização da agricultura familiar, bem como seu potencial de promoção de segurança e soberania alimentar estão bem documentados em trabalhos acadêmicos (GRISA e PORTO, 2015; SABOURIN, 2014, [SOUZA-ESQUERDO e BERGAMASCO, 2014](#)), bem como as dificuldades decorrentes do gradual desmonte dos mesmos (SABOURIN et al. 2020; NIDERLE, 2020, CAMARGO et.al. 2020). Sobretudo os programas de acesso a mercados institucionais – O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de 2003, e Artigo 14



do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de 2009, muito contribuíram para dar maior visibilidade à capacidade produtiva da agricultura familiar, constituindo-se em ferramentas importantes para impulsionar o consumo local.

No estado de São Paulo foi implantado, em 2012, o Programa Paulista de Agricultura de *Interesse Social* – PPAIS. *Em linhas gerais, o PPAIS segue a ideia matriz dos PAA e PNAE: o direcionamento de recursos públicos de uso obrigatório – gastos com alimentação em instituições públicas, para alavancar a produção familiar. Adota também o principal instrumento operacional dos programas federais: a compra através de chamadas públicas, que, em princípio, deve eliminar a concorrência, não raro desleal, das compras públicas por licitação.*

O presente trabalho examina os dados disponíveis sobre as chamadas públicas do PPAIS desde a sua criação. Como será visto adiante, embora seja possível acessar as chamadas lançadas, com os dados sobre os produtos demandados, preços, periodicidade de entrega e valores totais, não foram encontradas as informações sobre a efetivação das chamadas, ou seja, se os produtos foram realmente adquiridos pela instituição pública e de que grupo de produtores familiares, informação essa que parece ficar retida com a Comissão Gestora do programa. Os dados apresentados derivam de três fontes de informações: o estudo das chamadas públicas lançadas pelo PPAIS a partir do ano de 2017, acessadas pelo site da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio (Codeagro) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo e uma entrevista realizada com o supervisor de trabalho de campo do ITESP, Edevando Moraes Ruas, em maio de 2020.

A origem do PPAIS

Os programas específicos para o seguimento familiar da agricultura brasileira, atraíram e, de maneira geral, dominaram os estudos rurais nas últimas décadas (GRISA e PORTO, 2015; MATTEI 2015; LEITE, 2001). O interesse se justifica pela novidade das iniciativas, e seu potencial de impacto junto aos diferentes grupos que compõe a agricultura familiar; e por ser a própria academia um dos impulsionadores de sua criação.



Uma boa medida do sucesso dos programas brasileiros de combate à fome e a insegurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar é sua adoção por outros países, principalmente os vizinhos latino-americanos (SABOURIN e GRISA, 2018). Nesse caso, pode-se dizer que o principal fator de disseminação das inovações trazidas por esses programas foi o reconhecimento de sua relevância e alcance (FARAH, 2008).

Mas programas inovadores de política pública podem também passar por um processo de apropriação por outras esferas administrativas – seja de forma integral, parcial ou adaptada, quando reconhecidos como capazes de gerar ganhos sociais, políticos ou econômicos (FARAH, 2008). Muitas vezes a origem e confecção de um programa de política pública é um mosaico de iniciativas e contribuições que se somam até ganhar corpo e reconhecimento próprio, como foi o caso da criação do PPAIS no estado de São Paulo.

O Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social foi lançado em outubro de 2011 pela Lei nº 14.591, e implantado a partir de 2012. O texto original elenca os seguintes objetivos do programa (SÃO PAULO, 2011):

- I - Fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar;
- II - Estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo;
- III - Favorecer a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar nas compras realizadas pelos órgãos públicos estaduais.

De forma semelhante à modalidade “Compras Institucionais” do PAA, também o PPAIS determina o uso de 30% das verbas de alimentação das instituições públicas em compras da agricultura familiar, e estabelece a chamada pública como instrumento para a realização das aquisições. O Artigo 4º da Lei 14.591 determina que:

Para a consecução dos objetivos a que se refere o artigo 2º desta lei, deverão os órgãos do Estado empregar, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, “in natura” ou manufaturados, para hospitais públicos, presídios, escolas públicas, instituições de amparo social e outras entidades, na compra direta, mediante chamada pública, da produção da agricultura familiar (SÃO PAULO, 2011).



A criação do PPAIS resultou de uma demanda e articulação política do ITESP, e o programa é acessado principalmente pelos assentamentos rurais e comunidades quilombolas sob sua administração. O supervisor de trabalho de campo do ITESP, Edevando Moraes Ruas, explica que o embrião do futuro programa vem do início dos anos 2000.

O nome do programa foi dado pelo Marco Pilla, então diretor executivo do ITESP, e vem de uma tentativa, ainda no governo do Mário Covas, de vender a produção dos assentamentos direto para o governo. Principalmente para os presídios. Naquela época se pensava em vender através das licitações, mas desmembrando a licitação, ou seja, retirando dela os produtos industrializados e deixando só os produtos in natura, produzidos pela agricultura familiar. Naquele momento não pensamos na possibilidade de mudar a lei para permitir a venda por chamada pública. Isso aconteceu no ano 2000 ou 2001, antes mesmo da criação do PAA. O que tinha, na época, era a experiência do Patrus Ananias em Belo Horizonte, de comprar direto da agricultura familiar. Foi essa experiência que inspirou depois a criação do PAA, quando o Lula foi eleito (Entrevista Ruas, 2020)

Mas ainda que a ideia inicial do programa estadual anteceda a criação do programa federal de aquisição de produtos da agricultura familiar, a prática da execução do PAA no estado de São Paulo ajudou na formulação de um programa estadual com foco numa agricultura de interesse social.

No estado de São Paulo, o PAA começou na região de Sorocaba, e foi bastante divulgado pelo Marco Pilla, que na época ocupava o cargo de Gerente de Agronegócio no ITESP. Essa experiência fez com que fosse amadurecendo a ideia de criação de um programa estadual. Então podemos dizer que o PPAIS nasceu da conjunção da antiga ideia de vender os produtos dos assentamentos para o Estado, principalmente os presídios, somado ao sucesso do programa federal PAA e a própria articulação política do Pilla, já então ocupando o cargo de diretor executivo do ITESP. Pesou também o aparato jurídico do PAA, que contornou a Lei 8666, que obriga que as compras públicas sejam realizadas apenas através de licitações. O que precisava para viabilizar um programa estadual era a criação de uma lei que permitisse a compra por chamada pública. Mas não é só o nome do PPAIS que é diferente do PAA, as regras também são diferentes (Entrevista Ruas, 2020).



As diferenças operacionais entre o PAA e o PPAIS são significativas, já que o programa federal opera em várias modalidades (CAMARGO et al, 2020), e o processo de compras pode ser centralizado na Conab ou ficar a cargo do município ou mesmo do órgão federal da administração pública direta e indireta, no caso da modalidade Compras Institucionais. Com a diminuição dos recursos do programa, apenas grupos específicos, como organizações de mulheres, têm conseguido aprovar projetos nos editais do PAA. Mas Ruas salienta outras diferenças importantes:

Os princípios são semelhantes. O preço é fixado, mas diferente do que acontece com o PAA, que publica uma tabela de referência de preços, no caso do PPAIS cada unidade que participa do programa estabelece seu próprio critério de cálculo dos preços. Mas a principal diferença é que não tem um ganhador da chamada. No PPAIS todo mundo que participa do edital ganha. Eu me lembro que no primeiro edital, que foi do presídio de Aparecidinha em Sorocaba, haviam só dois produtores interessados em vender seus produtos para o PPAIS e não teve problema, mas no terceiro edital já haviam muito mais interessados, e alguns produtos tiveram que ser divididos para quatro produtores, o que dava uma caixa para cada um. Por conta dessa pulverização, que fazia com que a venda deixasse de interessar para o produtor, foi criada a possibilidade da desistência durante a abertura das propostas. Esse foi um aperfeiçoamento do programa. Outro aperfeiçoamento foi que no início o PPAIS só comprava de produtor individual, de CPF e depois passou a comprar também de CNPJ, de cooperativas e associações (Entrevista Ruas, 2020).

Outro diferencial entre o PAA e o PPAIS é o documento de identificação do produtor familiar utilizado. O PAA demanda a posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que, como o próprio nome indica, foi criado para operacionalizar o Pronaf. Já o PPAIS utiliza a Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O ITESP avaliou que não seria bom vincular o PPAIS com a posse de DAP, por conta de irregularidades com a DAP, como a emissão do documento para produtores não familiares. E também para que o programa estadual não ficasse dependente de um documento emitido pelo governo federal. Agora, por conta de denúncias de irregularidades no PNAE, que também se utiliza da DAP, vinculou-se para a emissão da DCONP a necessidade de um laudo de vistoria, para certificar os produtos que o produtor tem para oferecer ao programa. Os produtos que não são discriminados na DCONP não podem ser vendidos. (Entrevista Ruas, 2020).

Uma das inovações dos programas federais PAA e PNAE é o seu caráter interministerial, ou seja, são programas intersetoriais geridos por representantes de mais de um ministério. No caso do PAA, existe um Grupo Gestor (GGPAA), que é um órgão colegiado de caráter deliberativo, formado com representantes de cinco ministérios, mais a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. No nível local, os projetos devem passar pela aprovação e acompanhamento de conselhos municipais, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR) ou o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN). No caso do PPAIS, a administração do programa cabe a uma Comissão Gestora, formada com representantes que sete secretarias estaduais, a Procuradoria Geral do Estado, ITESP, Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (antiga CATI), Fundação Prefeito Faria Lima, um representante de entidade dos agricultores e um representante do poder legislativo estadual.

Assim como identificado no PAA, principalmente na sua modalidade Compra com Doação Simultânea, o grupo de produtores familiares que mais acessa o programa é o formado por organizações de assentamentos rurais (CAMARGO et al, 2013). No caso do PPAIS, são também os assentamentos, juntamente com as comunidades quilombolas, os dois grupos assistidos pelo ITESP, que mais se beneficiam do programa, como esclarece Ruas:

O que acontece é que no início do programa os preços eram melhores, mas depois começaram a cair. Com isso os agricultores



que não eram de assentamentos e comunidades quilombolas desistiram. O achatamento dos preços é um problema grande e leva ao que foi apelidado de chamadas desertas...aquelas que não recebem ofertas, não aparece ninguém.....

Para que os produtores participem, basta ser um bom negócio. Mas eles precisam saber que esse bom negócio existe. A única coisa que o programa exige é que o edital seja publicado no diário oficial e site da CODEAGRO e ITESP. Mas quem lê o diário oficial? Só se for para saber se passou em algum concurso... então o que eu e outros técnicos do Itesp fazemos é ligar para os produtores, ou mandar mensagens por Whats App, para avisar do Edital e despertar o interesse. Se não fizermos isso a aderência é zero. Quando os preços são atrativos o agricultor se interessa em participar (Entrevista Ruas, 2020).

Pela Lei 14.591, as compras da agricultura familiar pelo PPAIS deveriam ser realizadas pelas *universidades estaduais paulistas e as secretarias da educação, saúde e administração penitenciária. Mas, na prática, apenas a Secretaria de Administração Penitenciária lança regularmente chamadas públicas.*

O PPAIS em funcionamento

Os dados apresentados a seguir advêm da análise de 307 chamadas do PPAIS entre agosto de 2019 e julho de 2020, e do balanço dos programas PPAIS, PAA e PNAE que pode ser encontrado no site da Codeagro.



Figura 1: Distribuição das chamadas por órgão executor entre agosto de 2019 e julho de 2020
Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Das 307 chamadas do PPAIS lançadas, 304 eram da Secretaria de Administração Penitenciária, uma da Secretaria de Educação e duas de universidades estaduais, como pode ser observado na Figura 1. Ao que indicam os dados, apenas a Secretaria de Administração Penitenciária vem cumprindo com os objetivos do Programa.

Para Edvando Moraes Ruas, a maior participação do sistema carcerário paulista nas compras da agricultura familiar se justifica pela origem do programa e pela proximidade física, já que muitas penitenciárias ficam em áreas rurais e próximas a assentamentos e comunidades quilombolas. Mas o técnico do ITESP acrescenta que embora a Administração Penitenciária seja a secretaria que mais lança chamadas, a com maior montante de recursos é a Secretaria da Educação, que poderia dar grande impulso ao programa.

Uma coisa que ajudou na venda para presídios é que na região do Pontal do Paranapanema tem muitos assentamentos e também muitos presídios. Então era uma questão de juntar dois projetos numa região de prioridade para o governo. Mas o pulo do gato do PPAIS acontecerá quando a Secretaria da Educação começar a comprar. As secretarias que não estão cumprindo a lei – Educação, Saúde e Universidades apresentam justificativas semelhantes as apresentadas pelas prefeituras que não gastam os 30% das verbas repassadas pelo FNDE com compras da agricultura familiar, como determina o PNAE. Há ainda algumas unidades compradoras que colocam nas chamadas produtos que não são da região, ou ainda que não são permitidos, como ovos, o que acaba comprometendo a possibilidade de compra dos 30% da agricultura familiar, como exige a Lei. Por outro lado, já há unidades que nos consultam sobre a disponibilidade de produtos para o período do próximo edital que será lançado, sincronizando o edital com a produção da região. (Entrevista Ruas, 2020).

A associação de compras do PPAIS com assentamentos e sistema prisional pode ser percebida na Figura 2, que apresenta a localização das áreas de

assentamento e dos presídios que lançaram chamadas públicas para compra da agricultura familiar pelo PPAIS.

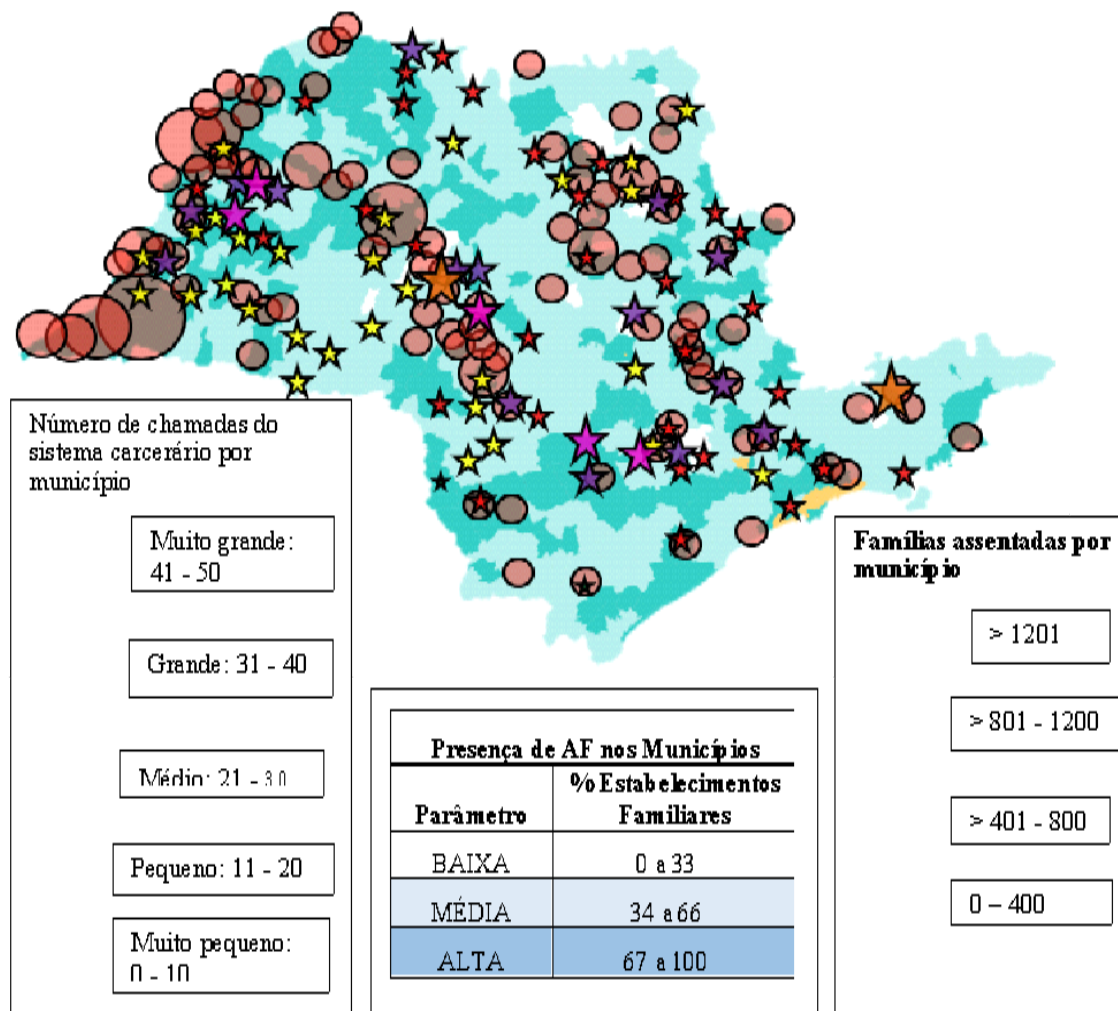


Figura 2: Presença de unidades do sistema carcerário que lançaram chamadas do PPAIS, áreas de assentamento e estabelecimentos familiares nos municípios de São Paulo.
Fonte: Codeagro (2020), IBGE (2021) e ITESP (2020)

Das 187 unidades prisionais do estado de São Paulo, perto de 90 lançaram chamadas do PPAIS entre maio de 2015 e janeiro de 2021, segundo dados da Codeagro. A Figura 2 ilustra o número de chamadas lançadas, por município e não por unidade prisional uma vez que o mesmo município pode ter mais de uma unidade, de 1274 das 1400 chamadas da Secretaria de Administração Penitenciária no período. Como pode ser observado, muitas dessas unidades encontram-se em



municípios com assentamentos rurais e também com alta presença de estabelecimentos familiares.

A diferença na participação das diferentes secretarias fica mais evidente na Tabela 1, que apresenta a distribuição das chamadas, desde o início da operacionalização do Programa PPAIS, em 2012.

Tabela 1: Distribuição das chamadas do PPAIS por órgão executor, de janeiro de 2012 até outubro de 2020.

PPAIS	Nº de Chamadas	Nº Municípios com Chamadas	Nº Regiões Administrativas com Chamada	Valor total das chamadas (Mil reais)
Secretaria de Adm. Penitenciária	1279	71	15	73.821,19
Secretaria da Saúde	23	6	6	2.590,06
Secretaria da Educação	6	4	3	911,29
Universidades/Ensino Técnico	11	3	2	174,22

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Codeagro, 2020

Como pode ser observado, das 1.319 chamadas lançadas, perto de 97% vieram da Secretaria de Administração Penitenciária. E do total de R\$ 77.496.760,00, repassados para o Programa, mais de 95% foi solicitado em chamadas da mesma secretaria, que foi também a que atingiu o maior número de regiões administrativas do estado.

Embora o montante de recursos do PPAIS supere consideravelmente os recursos do PAA no estado de São Paulo, ainda ficam muito abaixo do valor total das chamadas do PNAE, provavelmente pela inexpressiva participação da Secretaria da Educação no programa. Uma comparação dos três programas de compras institucionais da agricultura familiar por chamadas públicas que atuam no estado de São Paulo, desde o início do PPAIS, gerou a tabela abaixo.



Tabela 2: Distribuição dos programas PAA, PNAE e PPAIS entre janeiro de 2012 e outubro de 2020.

Programa	Nº de Chamadas	Nº Municípios com Chamadas	Nº Regiões Administrativas com Chamada	Valor total das chamadas (mil reais)
PAA	31	19	10	10.417,43
PNAE	2411	568	15	1.019.415,23
PPAIS	1319	76	15	77.496,77

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Codeagro, 2020

Cada um dos programas de compras institucionais da agricultura familiar, que atuam no estado de São Paulo, tem uma metodologia própria para o estabelecimento do preço dos produtos. No caso do PAA, os preços são semelhantes aos preços de venda das centrais de abastecimento, e, portanto, acima dos praticados pelos atravessadores que compram de produtores para revender nesses entrepostos. O PNAE estipula que seja utilizada a média da tomada de preços em pelo menos três mercados locais. No caso do PPAIS, cada unidade compradora tem autonomia para estabelecer o preço dos produtos que quer comprar por chamada pública, não existe uma tabela fixa de preços. Edevando Ruas explica que parte das discrepâncias de preço é consequência de um problema metodológico:

[...] o que também acontece é que as penitenciárias fazem geralmente quatro chamadas por ano, e as vezes pegam como referência preços de **um período anterior**, quando o produto estava na safra ou na entressafra, ou seja, o preço que aparece na chamada não reflete, nesses casos, o preço atual de mercado. É uma falha metodológica. Seria necessário discutir melhor a forma como os preços são estabelecidos (Entrevista Ruas, 2020).

A Tabela 3 apresenta uma comparação entre os preços médios pagos pelo PPAIS, PAA e PNAE no estado de São Paulo, no último trimestre de 2002, segundo os dados divulgados pela Codeagro.



Tabela 3: Preço médio pago pelos programas PPAIS, PAA e PNAE no último trimestre de 2020

Produto/Unidade	Preço médio pago por cada programa		
	PPAIS	PAA	PNAE
Abóbora paulista/Kg	1,65	2,07	3,21
Acelga/Kg	1,65	4,11	4,45
Alface crespa/kg	2,14	3,50	7,53
Alho/Kg	11,96	19,94	20,83
Banana Nanica/Kg	1,65	3,39	3,21
Batata doce rosada/Kg	1,56	2,20	2,64
Beterraba/KG	1,50	3,56	3,52
Cebola/Kg	1,92	3,32	3,84
Chuchu/Kg	1,50	3,34	3,66
Couve-Flor/Kg	6,42	8,88	7,80
Laranja/Kg	1,40	2,54	2,60
Limão /Kg	2,20	4,34	3,72
Mamão Formosa/Kg	3,15	3,25	3,87
Manga Haden	4,20	6,00	4,28
Tangerina Ponkan/Kg	2,65	3,56	4,48

Fonte: Elaborado pelos autores com informações da Codeagro, 2020

Como pode ser observado na Tabela 3, para a grande maioria dos produtos, o PNAE é o programa que melhor remunera os agricultores, e o PPAIS o que apresenta os menores preços. A desvantagem do preço do PPAIS, pelo menos no que concerne as chamadas do sistema prisional, é explicada por Ruas pela falta de atualização do custo da refeição por preso, e pode ser compensada pelo grande volume demandado, somado ao fato das demandas ocorrerem o ano inteiro, sem o intervalo de férias das escolas.

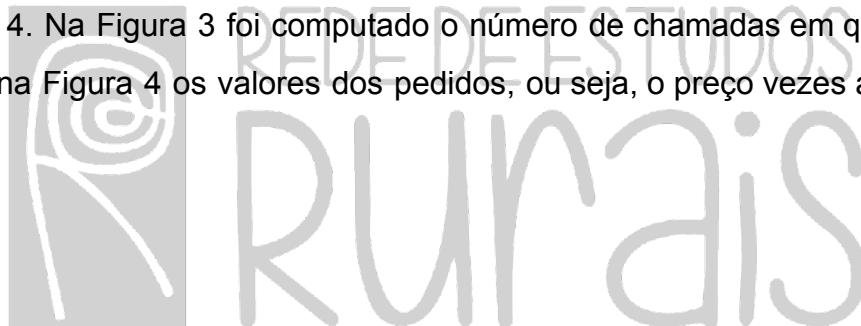
Agora, olhando pelo lado dos presídios, uma grande dificuldade é que a verba de alimentação por preso está congelada há muito tempo. E do lado do agricultor, a grande vantagem é que eles recebem o dinheiro certinho na conta, nunca tem atraso ou calote. Podem contar com aquele dinheiro, o que é muito importante para eles. E a outra grande vantagem, é que as



penitenciárias compram o ano inteiro, não tem férias. Então os produtores conseguem vender banana, por exemplo, no final e começo do ano, quando as escolas estão de férias e o preço da fruta está baixo (Entrevista Ruas, 2020).

Em relação aos produtos da agricultura familiar adquiridos por chamadas públicas do PPAIS, Ruas também esclarece que, por questões de normas internas, nem todos os produtos podem entrar nos presídios: “[...] eles têm uma lista de compras, do que podem ou não comprar; e coisas que dariam para vender, como goiaba, acabam ficando de fora. Com isso, as vezes a lista de produtos que querem comprar acaba ficando muito pequena e inviabiliza a ida do agricultor para entregar” (Entrevista Ruas, 2020).

O levantamento dos principais produtos e seus valores, demandados nas chamadas públicas do PPAIS entre agosto de 2019 e julho de 2020, gerou as Figuras 3 e 4. Na Figura 3 foi computado o número de chamadas em que o produto aparece, e na Figura 4 os valores dos pedidos, ou seja, o preço vezes a quantidade solicitada.





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

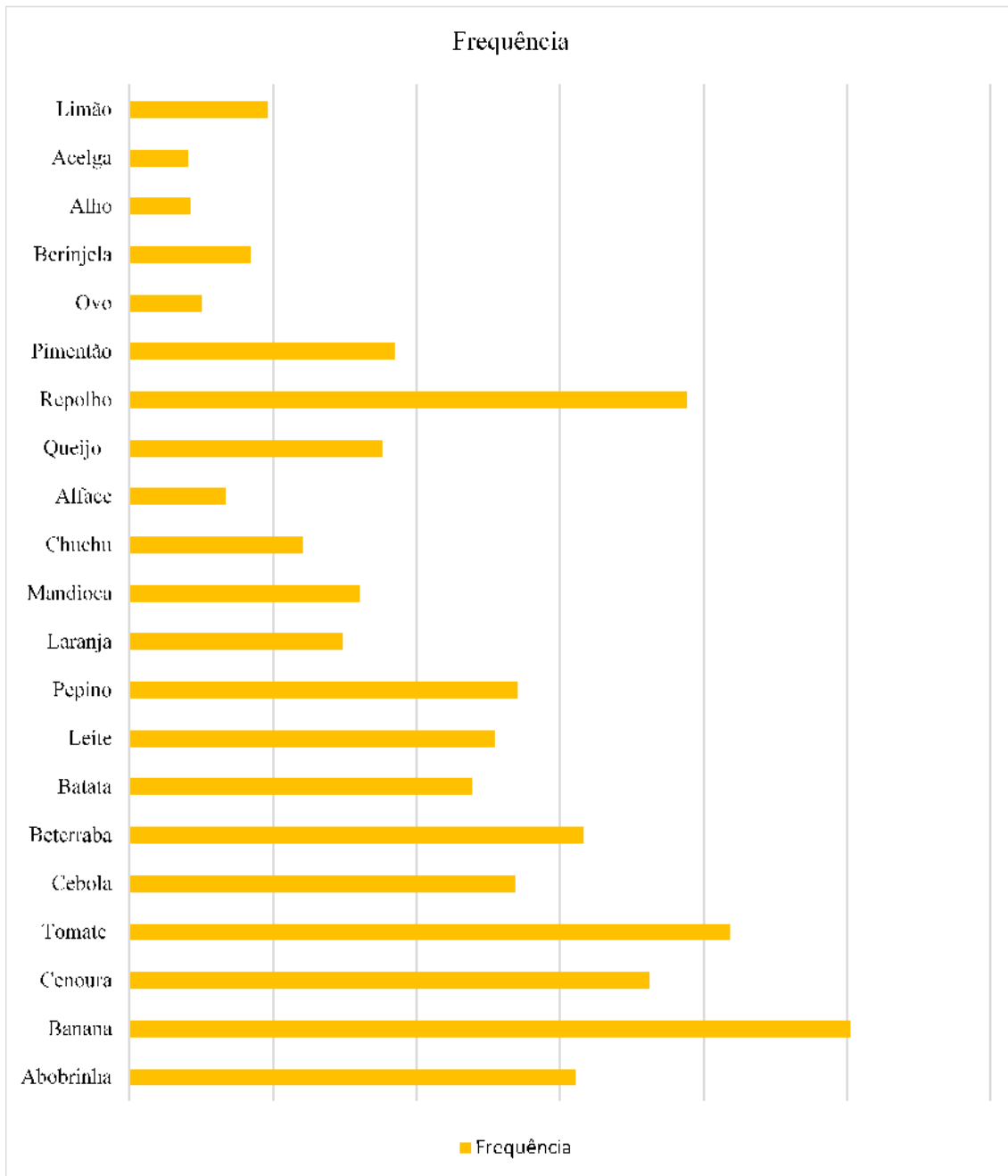


Figura 3: Principais produtos solicitados nas chamadas do PPAIS entre agosto de 2019 e julho de 2020.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020



Como pode ser observado, os principais produtos foram banana, tomate e repolho. A participação de cada produto no valor das chamadas pode ser conferida na Figura 4.

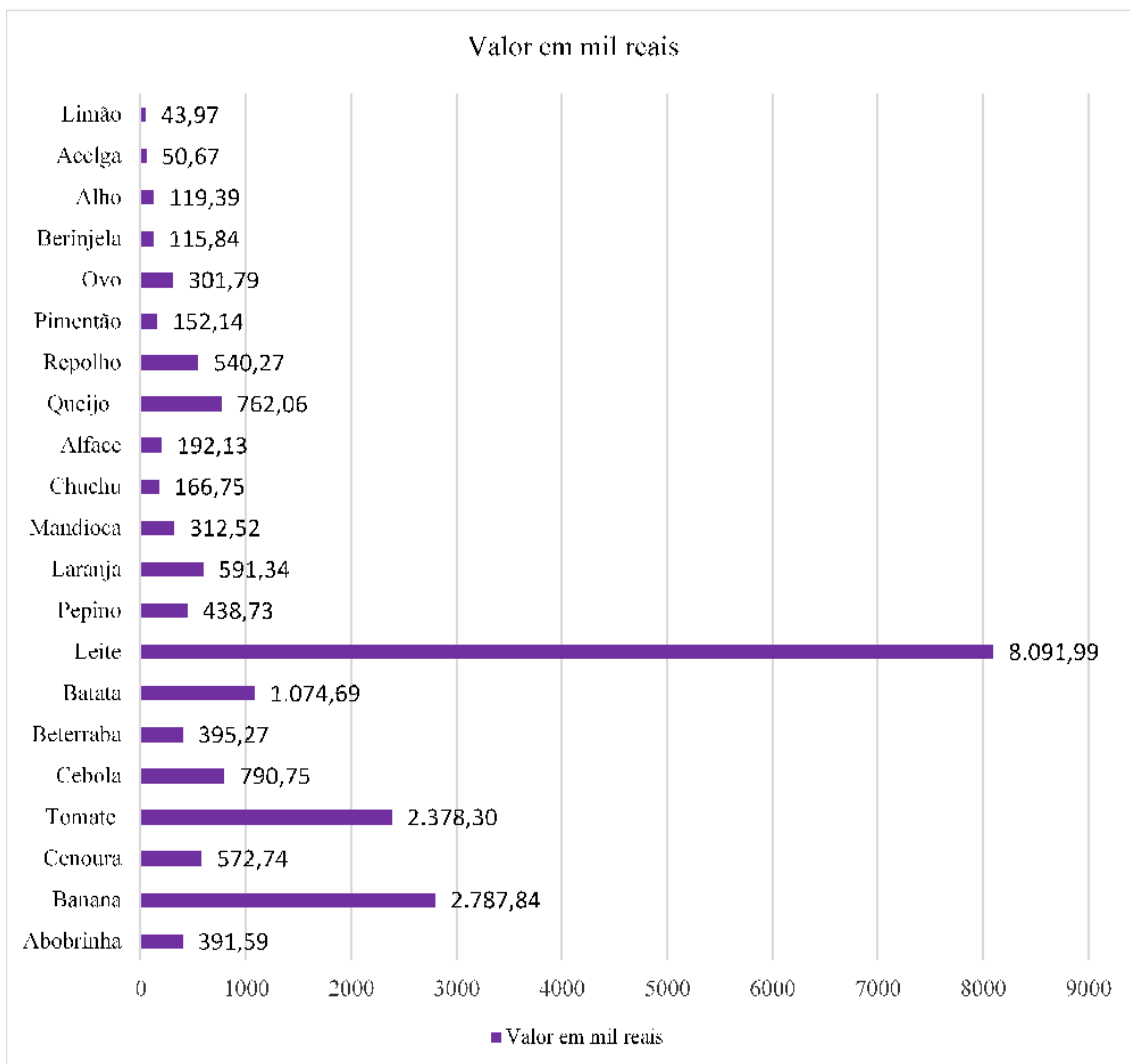


Figura 4: Valor total dos produtos demandados pelo PPAIS entre agosto de 2019 e julho de 2020
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020



Apesar de não ser o produto mais demandado, o leite foi o que apresentou maior valor total de compra, o que é um dado interessante, já que o produto não figura na lista de compras do PAA no estado de São Paulo. Segundo Ruas, o que mais pesa nas aquisições da agricultura familiar pelo PPAIS, além do cumprimento da lei, é a qualidade dos produtos e responsabilidade de entrega dos produtores:

O lado bom, o que todo mundo reconhece no programa, é que os produtos são de primeira linha, de ótima qualidade. Muito diferente dos produtos que compram por licitação, por um preço mais baixo, mas de qualidade inferior.

Aqui na região só tivemos três casos de produtos que não foram entregues, mas foram casos de perda de safra pelos produtores. Problemas na produção agrícola. Fizemos um laudo a respeito, que foi acrescentado ao processo administrativo da penitenciária. Dessa forma os agricultores ficam isentos da responsabilidade e a penitenciária pode efetuar uma compra emergencial. Como também já aconteceu de um presídio ficar sem produto, ter que fazer uma compra emergencial, e ir até o assentamento comprar dos agricultores (Entrevista Ruas, 2020).

O preço do produto é um dos principais determinantes para atrair o interesse dos produtores na venda para o PPAIS, mas não é o único. Entram também na equação do produtor aspectos práticos, como a distância a ser percorrida e o número total de entregas. Como esclarece Ruas: “[...] há casos em que o volume de compra e o preço são muito bons e vale a pena uma cooperativa da região de Sorocaba, por exemplo, entregar os produtos em regiões mais distantes como Campinas e São Paulo” (Entrevista Ruas, 2020).

A periodicidade das entregas é um ponto importante para os produtores familiares, pois muitas entregas semanais dificultam a operacionalização das vendas. A maioria das entregas são realizadas uma vez por semana, conforme apurado nas 307 chamadas lançadas entre agosto de 2019 e julho de 2020.

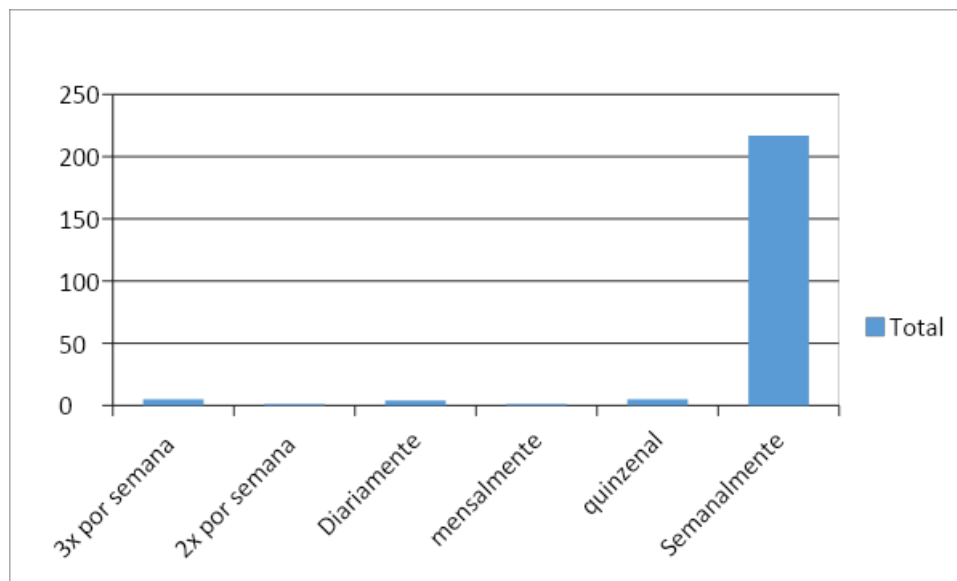


Figura 5: Periodicidade de entrega dos produtos demandados pelo PPAIS entre agosto de 2019 e outubro de 2020.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Esse resultado é confirmado por Ruas: “A maioria dos produtos são entregues uma vez por semana. Mas essa questão da logística é geralmente discutida entre os produtores e o almoxarifado dos presídios. Quando não há essa possibilidade de diálogo aos agricultores desistem de participar”. O técnico do ITESP enfatiza o caráter educativo da aproximação dos agricultores com mercados institucionais que não tinham experiência anterior de compra direta da agricultura familiar: “Na verdade, foi um grande aprendizado porque, quem compra nos presídios, por exemplo, teve que aprender um pouco do funcionamento da agricultura familiar e os agricultores tiveram que aprender a burocracia das vendas governamentais” (Entrevista Ruas, 2020).

Considerações finais

Com a criação da Lei nº 14.59, o estado de São Paulo criou um aparato jurídico que permite que, *através de chamadas públicas, as universidades estaduais*



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



paulistas e as secretarias da educação, saúde e administração penitenciária, estabeleçam parcerias para que pelo menos 30% dos recursos destinados para a compra de alimentos sejam gastos com produtos da agricultura familiar. As chamadas públicas do PAA, PNAE e PPAIS podem ser acessadas no site da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. As chamadas públicas do PPAIS também podem ser encontradas no site da Fundação Instituto de Terra de São Paulo (ITESP) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Mas apesar da importância e possibilidade de abrangência do PPAIS, e do volume de recursos que representam as compras estaduais de gêneros alimentícios, apenas a Secretaria de Administração Penitenciária vem cumprindo o que determina a lei, ainda que com limitações de recursos, decorrente do congelamento do preço da refeição por detento do sistema prisional. Como o programa foi forjado no interior do ITESP, são os assentamentos rurais quem mais atende as chamadas lançadas, o que reforça o potencial dessas áreas como produtoras e fornecedoras locais de alimentos.

Programas estaduais de compras institucionais da agricultura familiar são um importante complemento dos programas federais e devem reforçar a importância dessa categoria de produtores, não apenas por praticarem uma agricultura de interesse social, mas por sua comprovada capacidade e importância produtiva e econômica.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, R. A. L., BOCCA, M. F., ALMEIDA, O. L., PINOTTI, L. R. R., & MICHELETTO, A. P. (2020). Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico - SP. **Retratos De Assentamentos**, 23(1), 143-180.

DELGADO, N. G. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, S. *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2001, p. 15-52.

FARAH, M.F.S. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. **Organizações e Sociedade**. v 15, n.45, p.107-126, 2008

GRAZIANO DA SILVA; J. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982



GRISA, C.; PORTO, S.I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso 01/10 a 22/12/2020.

KAGEYAMA, Ângela A; BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; OLIVEIRA, Julieta, A. Novas Possibilidades de Pesquisa sobre a Agricultura Familiar no Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. São Paulo: dezembro, 2008.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília (DF): IPEA, v. 1, 1990, p. 113-223.

ITESP. PPAIS. O Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social. Disponível em: <http://201.55.33.20/ppais.php>. Acesso em 04/05/2018.

LEITE, S. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001

NEVES NETO, C. de C. Análise do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE: Presidente Prudente/SP, 2015

NIEDERLE, P; GRISA C; PICOLOTTO, E.L.; SOLDERA D. Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and Restricted Countermovements. **Latin American Research Review** 54(3), pp. 707–720. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.366>

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Revista Raízes**. Campina Grande, v.35, n.1, jan-jun /2015

SABOURIN E., CRAVIOTTI C., MILHORANCE C. 220. The dismantling of family farming policies in Brazil and Argentina. **International Review of Public Policy**, 2 (1), p. 45-67, 2020.

SABOURIN E.; GRISA C. (Orgs). **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SABOURIN E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela Reciprocidade e a economia solidaria. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014

SOUZA-ESQUERDO, V, F; BERGAMASCO, S, M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. vol.52, suppl.1, p.205-222, 2014

SÃO PAULO. ITESP. Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/acoes-detalhes.aspx?c=1268>. Acesso de agosto de 2019 a junho de 2020.

SÃO PAULO. ITESP. **Assentamentos Rurais**. Disponível em: http://201.55.33.20/?page_id=3497. Acesso em 28/10/2020.

SÃO PAULO. CODEAGRO. Compras Públicas. Disponível em: <http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/compras-publicas-consulta>. Acesso em dezembro de 2020.

SONINO, R.; MORGAN K. **The School Food Revolution**. London: Earthscan, 2008.





ARIANE FAVARETO

Doutorado - CPDA/UFRRJ - 2019

Título: QUANDO O AMBIENTE PRODUTIVO PASSA A TER ROSTO DE MULHER: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INCIDÊNCIA NA IGUALDADE DE GÊNERO

Resumo

Ao longo das últimas décadas o tema igualdade de gênero vem despontando nos cenários nacional e internacional, entendido como uma premissa para o alcance do desenvolvimento sustentável e diminuição da pobreza nos países. Figurando entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas constitui uma das transformações constantes da Agenda 2030. A implementação de políticas públicas tende a acelerar os processos que poderão dirimir as assimetrias nas relações entre os sexos, como por exemplo, ações voltadas à geração de emprego e renda para as mulheres. Relatório do Banco Mundial (2012) aponta que apesar de avanços obtidos no tema, as áreas rurais merecem especial atenção, dada a existência de fortes entraves estruturais como o patriarcalismo e a reprodução de costumes na partilha de bens que favorecem os filhos homens. Além disso, é preciso reconhecer que entre os agricultores familiares, a renda advém do espaço produtivo em que trabalham todos os membros da família, dificultando a ideia de uma autonomia financeira para as mulheres rurais. Especificamente no Brasil, uma série de políticas voltadas para a esta categoria foi



iniciada nos anos 1990 e aprofundadas nas décadas seguintes, atingindo desde o acesso ao crédito até a comercialização. Algumas destas ações foram direcionadas especificamente para as mulheres rurais. O objetivo deste artigo reside em demonstrar que mesmo uma política pública voltada para a comercialização de produtos, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), acaba por propiciar às mulheres rurais oportunidades inexistentes até então que acabam por se traduzirem em reformulações nas relações de gênero, possibilitando que elas ocupem espaços decisórios dentro e fora dos estabelecimentos produtivos. Os dados que serão apresentados referem-se às agricultoras que vendem seus produtos agroecológicos para abastecer as escolas do município de Cunha, localizado no interior do estado de São Paulo, cujas características se inserem no que a literatura denomina de “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000). Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) dos últimos anos demonstram que tanto o número de alunos atendidos pelo PNAE, como o repasse aos agricultores familiares do município em análise vem diminuindo ao longo dos últimos anos. Neste sentido, o desmonte desta política pública vai além de uma possível piora na qualidade da merenda escolar de estudantes desde a pré-escola até o ensino médio ou, ainda, da diminuição das oportunidades seguras de comercialização a favor dos agricultores familiares. Uma análise mais profunda desvela que podem estar em risco a abertura de possibilidades efetivas para que as mulheres rurais ocupem postos de decisão e com isso diminuam as assimetrias de gênero.

Palavras-chave

Políticas públicas, igualdade de gênero, agroecologia



Apresentação

Os debates em torno do tema igualdade de gênero há muito tempo deixaram de ser preocupação somente de movimentos sociais e feministas. Entendido como uma premissa para que haja desenvolvimento em bases sustentáveis, a diminuição da assimetria entre os sexos passou a ser considerada uma pauta mundial. Presente entre as transformações pretendidas para a Agenda 2030, capitaneada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a igualdade de gênero figura como o quinto objetivo a ser alcançado tendo por base as metas que visam o empoderamento de mulheres e meninas ao redor do mundo. A implementação de políticas públicas direcionadas para as mulheres é considerada uma das formas de contribuição para aprimorar os ativos destas mulheres, o que influenciaria em sua capacidade de agência (RIMISP, 2015), que pode apresentar como consequência a ocupação de outros espaços, inclusive os que carregam algum poder de decisão.

Segundo o relatório do Banco Mundial (2012) promover a igualdade de gênero poderia trazer uma maior eficiência econômica mundial, incidindo sobre a diminuição da pobreza e em um maior acesso à justiça. Apesar de avanços obtidos ao longo das últimas décadas, como por exemplo o aumento nos anos de estudos das mulheres em todos os níveis de ensino – fundamental, médio e superior –, ainda persistem entraves estruturais, especialmente em países mais pobres e nas áreas rurais, cujos costumes ainda revelam uma reprodução de padrões em que as mulheres se encontram em situação de inferioridade no que se refere ao acesso ao patrimônio e aos processos decisórios dentro e fora da unidade produtiva. Um outro desafio se coloca quando se trata de áreas rurais: a obtenção de renda, considerada como uma forma de levar à autonomia feminina, é realizada de maneira conjunta pela família na exploração da unidade produtiva, dificultando que elas possuam uma renda própria.

Nas páginas a seguir pretende-se demonstrar que a implementação de políticas



públicas pode incidir sobre as relações de gênero e a ocupação de espaços decisórios por elas, mesmo que não sejam voltadas diretamente às mulheres. Toma-se como exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Cunha, localizado no Vale do Paraíba paulista, cujas características remetem ao que a literatura denomina de “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000), mesclando novas e antigas formas de ver e viver o mundo rural, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas, que se ancoram em práticas seculares como a pecuária leiteira e outras mais recentes, a exemplo do turismo e da agroecologia. É justamente na confluência entre a agroecologia e o PNAE que são abertas novas oportunidades para as mulheres que passam a ocupar espaços decisórios dentro e fora dos estabelecimentos produtivos. Neste sentido, a arrefecimento no investimento público para o desenvolvimento das políticas acaba por atingir mais profundamente para além do que é objetivamente mensurável, incidindo também nas relações sociais de gênero.

Além desta apresentação, este artigo possui mais quatro partes. Numa primeira, apresentada a seguir, são resgatadas as principais políticas direcionadas ao rural brasileiro, com destaque àquelas direcionadas – ou que atingiram de alguma forma – às mulheres rurais. A segunda seção traz os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa e uma breve caracterização do município que foi foco deste estudo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da agroecologia e a relação com o PNAE. Na terceira seção são apontados aspectos nas trajetórias de vida das mulheres em que foi possível relacionar suas posições em processos decisórios com a participação delas no Programa, além da apresentação de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que demonstram um arrefecimento da política nos últimos anos. Por fim, algumas considerações finais são descritas no intuito de colaborar com o debate sobre a implementação – e o desmonte – de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares e sua importância para o tema da igualdade de gênero.



1 – Políticas públicas para o rural brasileiro e para as mulheres rurais: breve panorama das últimas décadas

A implementação de políticas públicas no Brasil ganha maior relevo a partir da promulgação da Constituição de 1988 que abriu espaço para a participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas, aumentando o controle social por parte dos cidadãos por meio da presença em conselhos gestores especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e direitos da criança e do adolescente. Esses marcos inauguram um período de redemocratização do país que já vinha sendo gestada em anos anteriores e imprime uma visão ampla de cidadania. Porém, neste mesmo período, o país padece de forte crise econômica que só será abrandada em meados da década posterior, sob o custo de redução do papel do Estado no desenvolvimento brasileiro, momento em que uma política voltada especificamente para os agricultores familiares é lançada. Com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é iniciada uma linha de crédito específica para esta categoria em meados da década de 1990, atendendo a uma antiga reivindicação dos movimentos sociais. Grisa e Schneider (2014) destacam que o Pronaf, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) são importantes marcos que instituem a agricultura familiar como uma categoria social e política reconhecida pelo Estado brasileiro, inaugurando um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção dos agricultores familiares. Os autores ainda indicam que ao longo da década de 1990 foram instituídas a primeira e a segunda gerações de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, sendo um primeiro momento com o intuito de estabelecer um referencial agrícola e agrário, e o segundo com um referencial social e assistencial. Já nos anos 2000 tem lugar a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, agora com



referencial na construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental . É justamente neste último grupo que se encontra o PNAE.

Pode-se dizer que das políticas de primeira e segunda geração, não havia um direcionamento que visasse a igualdade de gênero. Contudo, desde o início deste século as mulheres rurais vêm colocando em pauta reivindicações específicas, apresentadas em grandes mobilizações como as várias edições da Marcha das Margaridas, ou ainda as manifestações organizadas pela Via Campesina e realizadas no dia 8 de março. Nestes casos, as demandas produtivas se mesclam às questões ligadas à divisão sexual do trabalho, violência e pela participação delas na definição das políticas públicas .

Para Horta e Butto (2014), em fins dos anos 2000 a agenda feminista é incorporada nas ações governamentais que passa a integrar o acesso à cidadania, autonomia econômica e participação social. Há políticas que são direcionadas às mulheres rurais, ou acabam por atingi-las de forma lindeira e constituem programas e projetos que buscam abarcar uma série de ações a fim de visibilizá-las enquanto sujeitos de direitos, promover o acesso à cidadania, à terra, à assistência técnica, promover acesso ao crédito, o apoio para a produção e comercialização. As autoras destacam as seguintes políticas que têm por foco as mulheres: Dupla titularidade da terra e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATER), Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), Pronaf-Mulher e Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) . Vale ressaltar que além destas políticas, o Programa Territórios da Cidadania estimulava a participação das mulheres nos comitês gestores, de modo que elas tivessem oportunidade de decisão e, antes disso, as ações de desenvolvimento territorial destinava 40% dos



recursos de editais para projetos de apoio à infraestrutura para as mulheres. É preciso lembrar, ainda, que apesar de não ser direcionado exclusivamente para agricultores familiares, o Programa Bolsa Família acabou por incidir sobre esta categoria, uma vez que atua diretamente no combate à pobreza. Aqui, são as mulheres que recebem o benefício que gera uma renda mensal básica para as famílias. Alguns estudos, como por exemplo Rêgo e Pinzani (2014) apontam que ao administrarem esta renda, há aumento na autonomia e liberdade das mulheres propiciando acesso à comida, mas atuando também de forma subjetiva ao libertá-las de relações opressoras e na geração novas experiências de vida. Dada a amplitude de ações e projetos que de alguma forma atingiam as mulheres rurais, neste artigo o foco recairá sobre o PNAE, especialmente no que se refere a sua capacidade de aumentar as possibilidades para as mulheres a fim de colocá-las em posições decisórias dentro e fora do estabelecimento familiar, contribuindo para uma maior igualdade nas relações de gênero. Antes, contudo, explicitam-se os procedimentos metodológicos utilizados, seguido de uma breve caracterização do local onde a pesquisa foi realizada.

2 – A confluência entre a agroecologia e o PNAE nas regiões interioranas

A investigação cujos resultados serão aqui apresentados foi realizada entre os anos de 2015 e 2019 junto às agricultoras do município de Cunha, localizado no Vale do Paraíba paulista . Utilizou-se como método a obtenção da história de vida das mulheres, cuja trajetória foi reconstituída a partir de um roteiro de questões pré-estabelecido onde se buscou compreender aspectos da infância, da vida cotidiana e os possíveis projetos para o futuro. Sempre que possível as entrevistas foram realizadas na casa das mulheres, o que possibilitou a observação tanto do ambiente familiar, quanto do produtivo. Foram entrevistadas, no total trinta mulheres inseridas em diversas atividades produtivas. Além das mulheres foram entrevistados



representantes de vários setores, como por exemplo, gestores municipais, representantes de associações e sindicatos e do comércio local, de modo a constituir um panorama político, social e econômico do município.

O município de Cunha possui 21.866 habitantes (IBGE, 2010), 44% deste total ocupam as áreas rurais que são cortadas por mais de 2.400 Km de estradas vicinais. A sede municipal concentra a maioria dos serviços disponíveis e abriga a praça da igreja Matriz, local de sociabilidade e de realização de festas. Cunha teve importância durante a exploração aurífera em Minas Gerais como ponto de pouso, já que fica localizada na divisa com o município fluminense de Paraty que, à época, possuía um importante porto utilizado para escoar o minério. Com o esgotamento das minas e a ascensão da produção de café, Cunha perde sua importância e passa a figurar como fornecedora de alimentos para os municípios vizinhos que iniciaram a produção cafeeira em larga escala. A produção de café era difícil de ser implementada em Cunha, dada a topografia do lugar nominada pelo geógrafo Aziz Ab'Saber de “mar de morros”. A crise de 1929 e a queda da produção do café inaugurou um novo ciclo econômico no estado de São Paulo e a industrialização passa a orientar as estratégias econômicas. A interiorização da industrialização ocorrida no estado na década de 1970 não atinge plenamente Cunha que permanece com características a que alguns autores (CANDIDO, 2001; QUEIROZ, 1976; FUKUI, 1979) identificam como sendo de “bairros rurais”.

É a partir da década de 1980 que algumas mudanças mais profundas passam a fazer parte do cotidiano do município, acompanhando as alterações pelas quais atravessam as áreas rurais e os municípios interioranos em todo o país. Trata-se, por exemplo, da conversão de áreas produtivas em moradias para pessoas que passaram parte de suas vidas nas grandes cidades e buscam nos pequenos municípios a tranquilidade e a oportunidade de viverem próximas de áreas verdes. Em Cunha, a valorização da paisagem passa a agregar mais um componente econômico: a exploração do turismo que ganha impulso na década de 1990 com a



construção de infraestruturas específicas para este fim e ações da prefeitura municipal, como por exemplo, a constituição de um calendário de festas que têm por objetivo atrair os turistas principalmente aos finais de semana, momento em que as pousadas e restaurantes são ocupados por pessoas vindas de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, e também oriundas de cidades vizinhas e do Vale do Paraíba.

No caso da implantação de empreendimentos voltados ao turismo e da conversão de propriedades agrícolas em chácaras de lazer ou moradia definitiva revela-se uma perda dos agricultores familiares que acabam se desfazendo de parte – ou todo – seu patrimônio impulsionado pela valorização do preço da terra em detrimento da desvalorização dos preços agrícolas. Tal realidade começa a ser alterada a partir dos anos 2000, tendo peso neste contexto a incidência de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, principalmente, as de terceira geração conforme apontado anteriormente. Tanto o PNAE quanto o apoio à produção agroecológica foram fundamentais para que os agricultores de Cunha pudessem não só se manter em seus estabelecimentos, como ampliar a produção a partir da garantia de venda para a prefeitura municipal. Mais que isso, as mulheres foram especialmente beneficiadas, já que eram elas as responsáveis pela produção da horta que era utilizada para consumo da família e não levava agrotóxicos em seu manejo, diferente da produção direcionada para a comercialização. Neste sentido, ao impulsionar a produção que antes se restringia a um pequeno espaço dentro da propriedade, há uma valorização das habilidades e dos saberes destas mulheres. A produção agroecológica no município tem início a partir de um trabalho desenvolvido por uma ONG local que obteve apoio financeira da Petrobrás para execução de projetos junto aos agricultores. O uso de agrotóxicos vinha sendo largamente utilizado, com relatos de doenças de pele e respiratórias causados pela aplicação de produtos em plantações de tomate. Encontrava-se, então, um terreno fértil para o início de um processo de transição do manejo convencional para o



agroecológico. Por meio da participação em cursos de capacitação, as agricultoras foram as primeiras a iniciar a transição em pequenas áreas até que seus maridos se convenceram da viabilidade da produção sem o uso de agrotóxicos e contribuíram na ampliação para áreas maiores.

Além da ONG, o Estado por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI) também iniciou o oferecimento de cursos de capacitação em agroecologia. As duas entidades atuaram no sentido de transformar os estabelecimentos agropecuários em espaços sustentáveis, recuperando nascentes, implantando formas corretas de descarte de resíduos e tratamento de água, entre outros.

Apesar de vencidos os primeiros entraves para a transição que residia no próprio convencimento dos agricultores, uma importante questão não estava resolvida, qual seja, a viabilidade financeira dos negócios, pois os produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar eram comercializados em feiras locais a preços baixos e com pouca saída. Este panorama se altera em 2009 com a obrigatoriedade de as prefeituras adquirirem 30% dos produtos da alimentação escolar dos agricultores familiares. A possibilidade de obter uma renda garantida e, mais que isso, destinar os produtos a um comércio seguro foi fundamental para que os agricultores não só continuassem a produzir de forma sustentável, mas também repensassem estratégias de reprodução social, extinguindo a possibilidade de se desfazerem de suas propriedades. Para além dos ganhos materiais, revelou-se um aumento da autoestima dos agricultores e agricultoras ao fornecer alimentos de qualidade para as crianças do município, numa extensão da melhoria na alimentação que vem de suas próprias refeições diárias, também melhorada após a transição do manejo convencional com uso de agrotóxicos para o modelo agroecológico.

Por outro lado, a venda assegurada requer dos agricultores algum grau de organização, já que é necessário ter os documentos necessários à licitação, bem como a diversidade e a quantidade de produtos exigidos pelo edital da prefeitura



municipal. Nestes termos, as mulheres tiveram sua visibilidade e direitos assegurados pois, ao regularizar a propriedade e adquirir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) vários casais optaram pela dupla titularidade, ou seja, tanto a esposa quanto o marido figuram como titulares da propriedade. Com isso, é rompido um antigo hábito tão arraigado nas áreas rurais em que a posse da terra é de direito masculino e repassada aos filhos homens. Além disso, para garantirem a produção e a entrega nos prazos estabelecidos, os agricultores tiveram que constituir uma associação, de modo a facilitar a compra de insumos e organizar melhor a produção. Aqui, também, as mulheres ganharam destaque se posicionando como representantes dos agricultores, liderando reuniões e processos organizativos. Mais detalhes sobre este protagonismo das mulheres é apresentado a seguir.

3 – As mulheres agricultoras agroecológicas e os ganhos materiais e subjetivos da inserção no PNAE

Em Favareto (2019) é possível obter uma revisão da literatura que indica três posições que as mulheres rurais ocupam nas relações de gênero. Uma primeira se daria numa condição de subalternidade em que elas estariam submetidas a uma ordem hierárquica inferior no que se refere aos processos decisórios dentro do estabelecimento familiar, se atendo às tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos, além de apresentarem poucas possibilidades de interação com outros agentes sociais para além do grupo social de origem. A segunda condição é de complementaridade, onde o trabalho seria compartilhado sobretudo quando se trata do ambiente produtivo, mas ainda persistem uma divisão de tarefas ancorada nos papéis sociais de gênero, ou seja, a hierarquia social prevalece em favor dos homens. Por fim, a terceira e última condição se refere a um protagonismo feminino, vislumbrado na participação delas em movimentos sociais e sindical, bem como numa forma de ativismo específico das áreas rurais que vem sendo observado entre



as mulheres que atuam na agroecologia. Dada a heterogeneidade de situações, é possível que estas três condições se mesquem num mesmo indivíduo e a prevalência de cada uma delas, lembra a autora, irá depender da configuração social nas quais estas mulheres estão inseridas.

Nesta seção são apresentadas as trajetórias de duas mulheres, produtoras agroecológicas, inseridas no PNAE e que atualmente são lideranças e passaram a ocupar postos de decisão dentro e fora dos estabelecimentos agropecuários. Ao retomar a história de vida destas mulheres pretende-se evidenciar a importância das políticas públicas como elementos capazes de ampliar o campo de possíveis destas mulheres, incidindo também na igualdade nas relações de gênero. Deste modo, o arrefecimento destas políticas não só deixa de gerar oportunidades, como podem diminuir a capacidade de equiparar as relações de poder entre os sexos.

No geral, dentre as entrevistadas, há um passado comum em que na infância havia definição específica de papéis, elas ajudam suas mães nas tarefas domésticas, enquanto os irmãos homens se dedicavam ao trabalho ao lado dos pais, contribuindo nos processos de plantio e comercialização dos produtos. A horta que servia ao consumo da família era trabalho da mãe e das crianças e ali eram cultivadas hortaliças e ervas. O trato com pequenos animais, como porcos e galinhas, também era de responsabilidade das meninas, junto com suas mães. Ao se casarem, as mulheres continuaram a desempenhar papéis demarcados socialmente por gênero, sendo seus maridos os principais responsáveis pela produção agrícola e pecuária no estabelecimento. Eram eles os responsáveis por decidir o que e como seria produzido e a forma como seriam comercializados os produtos, enquanto elas ficavam responsáveis pela produção da horta e pela lida com a casa.

Neste cotidiano são poucas as oportunidades que as mulheres têm de vivenciar outras experiências ou mesmo ter algum tipo de interação com outras pessoas. A sociabilidade é restrita ao grupo familiar de origem, estendida aos parentes mais



próximos e aos vizinhos. A missa realizada aos domingos na igreja do bairro, às vezes seguida de um bingo, se resumia aos momentos de lazer que elas desfrutavam. Algumas idas ao centro da cidade se davam a fim de suprimir necessidades como fazer compras no supermercado ou resolver pendências burocráticas no banco ou no cartório.

Com o curso de capacitação em agroecologia que elas começaram a frequentar essa realidade começou a mudar. Um primeiro aspecto a ser observado são os processos de interação que passam a ser realizados. Com a grande maioria da turma formada por mulheres – as primeiras a se interessarem pelo curso – foi imediata as trocas realizadas, quer de experiências sobre o plantio realizado na horta, ou de suas próprias vivências, agora compartilhada com realidades muito próximas às suas. Estava dado um primeiro passo para um protagonismo feminino na produção agrícola do município que passou a ser mais largo graças à possibilidade de venda para a alimentação escolar.

Andira tem 57 anos, nasceu em Cunha, mesmo município em que seus pais e avós viveram por toda a sua existência. Estes últimos plantavam milho, feijão, arroz, batata, inhame e tiravam leite e faziam queijo. A comercialização dos produtos era realizada em Lorena, município vizinho. Ela lembra que quando era criança seu pai e o seu avô saíam com toda a produção para ser vendida. Carregavam tudo no cavalo, eram as tropas que levavam as mercadorias de um município a outro. Sacos de feijão, queijo e frango eram transportados por dois dias pela estrada de terra. Desde os sete anos de idade, Andira ajudava sua mãe a fazer comida e levar para os camaradas (como são chamados os trabalhadores rurais no município). Ela não tinha altura suficiente para alcançar o fogão e a pia, mas um banquinho de madeira ajudava a cumprir as tarefas domésticas. A horta ficava sob responsabilidade de sua mãe. Ela pouco estudou porque o pai era contra. Entrou na escola com 10 anos de



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



idade e relata que este período foi difícil porque tinha que andar cerca de oito quilômetros já que não havia transporte público e nem merenda na escola. Quando terminou o quarto ano, Andira já estava com 14 anos e queria seguir os estudos, mas o pai não deixou, não via necessidade de estudar mais, pois agora teria que trabalhar junto à família. Neste mesmo período, ela já começou a namorar um conhecido do mesmo bairro que ela morava e aos 18 anos casou-se com ele e teve três filhos. Ao realizar o matrimônio ela foi morar na propriedade do sogro, mas logo o casal conseguiu construir sua própria casa no mesmo terreno. Plantavam seus produtos com uso de agrotóxico, veneno como ela mesma diz, e não tiveram dúvidas em fazer o curso de capacitação em agroecologia quando foram convidados pela ONG, principalmente porque foram informados que poderiam vender seus produtos numa feira local e para a merenda escolar. O curso durou nove meses, período em que foram preparando a terra para a transição do modelo convencional para o agroecológico. Com os primeiros produtos iniciaram a venda na feira do bairro em que residem, mas o retorno era muito baixo, já que muitas pessoas também realizaram a capacitação e começaram a plantar. A venda para a merenda escolar foi o impulso que eles necessitavam. A primeira ação foi tirar a DAP. Andira diz que não foi difícil porque eles já tinham a documentação da propriedade “tudo certinho”. Sua propriedade tem 13 alqueires com horta e criação de gado leiteiro. O leite é comercializado num laticínio do próprio município. A produção do leite também está sendo realizada de forma agroecológica, alimentando um sonho de Andira de vender queijo orgânico, ainda impossibilitado pela ausência de mercado próximo para escoar este tipo de produção, mais afeito aos grandes centros urbanos. Ela lembra que quando iniciaram a transição foi bem difícil porque todos diziam que não ia dar certo, mas ela e o marido continuaram acreditando e as diferenças foram aparecendo com o tempo: “ficou tudo mais bonito e a gente tem certeza que aquilo é puro”. Andira informa que tem muitas pessoas fazendo a transição, mesmo que seja só para consumo próprio e da família e considera isso



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



positivo, já que há melhoria na qualidade da alimentação da população como um todo, pois passam a consumir menos produtos industrializados. Sobre o PNAE ela afirma que é “muito bom porque agora eu planto e sei para quem vender, é lei”. Com esta segurança, Andira consegue pensar em projetos para o futuro, dentre os quais destaca o aumento da produção e o desejo de repassar o conhecimento adquirido para outras pessoas: “quero apresentar isso para outras pessoas, a questão da saúde pelo orgânico”. Sonha também com uma certificação dos produtos para que possam ser comercializados para além do município, ampliando o território de atuação, para isso, tem participado de eventos sobre o assunto e foi, inclusive a um encontro de mulheres em outro estado. Lá teve a oportunidade de interagir com mulheres do Brasil inteiro, trocou experiências sobre sua produção e conheceu outras realidades, o que a motivou a incidir sobre a vida de mulheres que estão mais próximas a ela. Hoje, ela vai atrás de outras mulheres e tenta convencê-las a se capacitarem e promoverem a transição para a agroecologia e outros cursos promovidos pela ONG, como o aproveitamento de alimentos que seriam descartados, por exemplo. Conta que aos poucos vai conseguindo modificar a vida das mulheres ao evidenciar suas próprias capacidades em promover pequenas alterações que significam muito no cotidiano de cada uma delas. Andira se tornou uma liderança no bairro e um exemplo a ser seguido.

Benedita nasceu em Cunha, no mesmo bairro em que seus pais e avós nasceram e cresceram. Aos oito anos de idade já ajudava seus pais, tanto a mãe nas tarefas domésticas, quanto o pai na produção de milho e feijão, junto com seus dez irmãos. Ela relata diversas dificuldades pelas quais passou na infância, com ausência de água que tinha que ser buscada no riacho próximo e falta de energia elétrica. A locomoção até a o centro da cidade era feita a cavalo, pois não existia transporte



público, e nem a família possuía um carro. Benedita estudou até o terceiro ano na escola do bairro, a mesma escolaridade atingida por seus irmãos. Seus pais eram analfabetos e consideravam que saber ler e escrever era o suficiente para o trabalho na roça. Porém, ela queria ir além e conseguiu retomar os estudos depois de adulta, quando cursou o supletivo. Benedita se casou aos 18 anos, seu marido era morador do mesmo bairro e eles se conheciam desde criança. Como o pai de seu marido trabalhava como camarada e não tinha propriedade, eles foram morar no terreno do pai dela. Atualmente com 63 anos, ela e o marido dividem uma área com os irmãos dela. Eles plantam no modelo convencional e vendem no próprio município e para outras cidades vizinhas. Ela e o marido conheceram a ONG em meados dos anos 2000 e começaram a frequentar o curso de agroecologia e tentar a transição na produção de modo a diferenciar de seus irmãos, mas o marido não gostou do curso e ela continuou junto com seu filho mais novo. Ela iniciou a transição em um canteiro de dois metros quadrados e foi aumentando aos poucos e recuperando áreas que os irmãos acreditavam já estar degradadas pela exploração sem manejo adequado e pelo alto uso de adubos e fertilizantes químicos. Ela lembra que no início foram chamados de loucos pelos vizinhos e pelos irmãos dela por tentarem produzir sem agrotóxicos, mas persistiram: “logo nas primeiras reuniões que nós tivemos, nós descobrimos que através da agroecologia nós íamos estar melhorando a terra”. Juntamente com o filho, ela iniciou o tratamento da terra e aos poucos começaram a produzir hortaliças e legumes que foram primeiramente direcionadas para a feira. Benedita relembra as dificuldades que enfrentou nesta época, pois ela “levava os produtos no ônibus, punha as caixas no corredor do ônibus e ia equilibrando”. Além do transporte, ela se sentia sozinha porque o marido não acreditava que fosse possível plantar sem o uso de agrotóxico o que tornava sua realidade ainda mais difícil. Porém, quando ele viu o sucesso que Benedita e o filho estavam tendo com a produção e a venda dos produtos orgânicos na feira ele também resolveu capacitar-se. Juntos, resolveram aumentar a produção agroecológica para outras



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



áreas da propriedade. Quando estavam no segundo ano de produção, com a transição já realizada, ficaram sabendo da possibilidade de venda para a alimentação escolar. Prepararam a documentação com o auxílio da ONG e iniciaram a comercialização para a prefeitura, continuam até hoje. Benedita, em conjunto com outros agricultores, percebeu a necessidade de constituir uma associação de produtores agroecológicos principalmente no intuito de melhorar a venda para a merenda escolar, já que até então eles comercializavam enquanto grupo informal. Para garantir a presença na licitação acharam melhor se regularizarem como pessoa jurídica. Além disso, poderiam viabilizar compras de insumo de forma coletiva e estabelecer parcerias com outras entidades para o aprimoramento de técnicas. Benedita afirma que a transição contribuiu para uma melhoria na questão da saúde da família, mas também para a saúde do solo que hoje está plenamente recuperado. Como planos para o futuro ela e o filho pretendem aumentar a produção e obter mais conhecimento técnico, como por exemplo, em irrigação para aproveitar os recursos que têm disponível como o riacho perto de sua casa. Além das mudanças dentro da propriedade Benedita foi além e atualmente faz parte da diretoria da ONG que promove os cursos de capacitação. Ela conta que recebeu o convite e inicialmente ficou sem reação: “fui pega de calça curta, como se diz”, mas acabou aceitando porque entendeu a importância em ter agricultores familiares junto à direção de uma entidade que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos próprios agricultores. Com isso, Benedita viaja para vários lugares representando a entidade. Nestas reuniões ela conhece outras realidades e experiências que ela busca aplicar em sua produção. O projeto mais recente que estão desenvolvendo é voltado para os jovens agricultores do município, pois viram a necessidade de envolvê-los e aproveitar suas habilidades como oportunidade para trazer outras formas de conhecimento para a agroecologia, especialmente no que concerne às novas tecnologias. Alguns resultados neste sentido podem ser verificados com a venda de cestas de produtos orgânicos realizadas pela internet, organização que



partiu dos filhos dos agricultores.

As duas trajetórias acima apresentadas são de mulheres que passaram a ter maior poder de decisão dentro e fora dos estabelecimentos agropecuários a partir da transição do manejo de convencional para o agroecológico que só foi sustentado pela possibilidade da venda dos produtos para a merenda escolar, por meio do PNAE. Esta política pública se baseia no conceito de segurança alimentar e nutricional e tem por objetivo “contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis” (BRASIL, 2012, p. 50). Como pode ser observado pelos relatos das entrevistadas, tais objetivos são extrapolados ao conduzir as mulheres para caminhos que até então elas não tinham tido a oportunidade de trilhar.

Tal como outras políticas voltadas à agricultura familiar, o PNAE vem sofrendo com corte de repasses, o que aponta para um desmonte desta importante política voltada para comercialização, mas que acaba incidindo em outras esferas da vida familiar como a condição em ser mulher no mundo rural. A partir dos dados do FNDE dos últimos quatro anos é possível observar a queda no número de alunos atendidos pelo PNAE no município de Cunha. Em 2017 eram um total de 4.039 o montante de estudantes beneficiados, caindo para 3.765 em 2018, 3.664 em 2019, chegando a um total de 3.454 de alunos atendidos em 2020. Em consonância com estes dados, os repasses do FNDE realizados diretamente para os agricultores familiares também vêm diminuindo ao longo dos últimos anos, sendo o maior montante observado em 2014 com R\$ 62.929,48, caindo para R\$ 43.673,34 em 2015 e para R\$ 25.246,00 em 2017.

A ausência de um mercado seguro de venda dos produtos oriundos da agricultura familiar pode contribuir para que diminua a produção de orgânicos no município,



dada a dificuldade de escoamento da produção. Por si somente esta realidade já denotaria perdas econômicas, mas também cairão a qualidade da alimentação escolar e de todos os municípios que se beneficiam dos produtos comercializados nas feiras locais.

Do ponto de vista das mulheres, como visto, poderão ocorrer perdas significativas em suas posições no mundo social. O protagonismo nos processos decisórios, tão importante na garantia da igualdade de gênero, poderá ser solapado se não houver estímulos e oportunidades para que elas exerçam a participação social dentro e fora do município.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que não há homogeneidade entre os casos observados. Isso quer dizer que a implementação da política e uma maior autonomia das mulheres não representa uma relação automática, contudo algumas possibilidades para que haja alterações nos padrões anteriormente estabelecidos são colocados, conforme demonstrado nas trajetórias das mulheres entrevistadas durante a realização desta pesquisa. Ao se inserirem na política voltada à alimentação escolar as mulheres passaram a ter condições materiais e subjetivas para ocupar outros lugares na sociedade, inclusive postos decisórios e de representação, tanto dentro do próprio estabelecimento produtivo quanto fora dele, ao participarem da organização de associações de produtores e mesmo da ONG que levou a cabo as capacitações em agroecologia. Além disso, a participação em eventos fora do município e do estado em que residem lhes proporciona a oportunidade de constituir redes sociotécnicas para melhorar a produção e promover a interação social.

Ao tomar Cunha como análise, referencia-se uma série de municípios interioranos que participaram de forma lideira dos grandes processos de desenvolvimento e



diversificaram suas atividades econômicas a partir dos anos 1980, com alterações nas visões e significados do rural que passou a ser visto como algo intimamente ligado à natureza e à paisagem. A introdução de novos agentes sociais nestes lugares, bem como de outras atividades econômicas modifica as configurações estabelecidas, oportunizando às mulheres que se repositionem na sociedade. Tais oportunidades são amplificadas quando elas se inserem nas políticas públicas, mesmo que o objetivo principal não esteja voltado para a igualdade de gênero, como é o caso do PNAE.

Se durante muitas décadas as áreas rurais foram visualizadas como sendo prioritariamente masculinizadas, as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares – implementadas a partir dos anos 1990 e aprofundadas nas duas décadas seguintes no Brasil – propiciaram a emergência de um protagonismo feminino, demonstrando que o ambiente produtivo também pode ter um rosto de mulher.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. Igualdade de gênero e desenvolvimento. 2012. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>> Acesso em 17/02/2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial para as Mulheres. Edição especial da revista do Observatório Brasil da Igualdade de gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, 112p.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2001.



FAVARETO, Ariane. Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Rio de Janeiro, 2019.

FAVARETO, Ariane; CARNEIRO, Maria José. Políticas públicas e as mulheres rurais: análises recentes das ciências sociais brasileiras 2017 (Textos de Pesquisa, OPPA). Disponível em:

<http://oppa.net.br/acervo/textos-fao-nead-gpac/Pesquisas%2004%20-%20Ariane%20FAVARETO%20--%20Maria%20Jos%C3%A9%20CARNEIRO.pdf>

FUKUI, Lia Garcia. Sertão e Bairro Rural. Parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

HERNÁNDEZ, Carmen O. Potencialidades e limites do Pronaf-Mulher no processo de empoderamento das mulheres agricultoras. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 269-291.

HORA, Karla e BUTTO, Andrea. Políticas públicas para as mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu (orgs.). Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José e SILVA, Tânia Paula da. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 71-89, abr. 2014.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Bairros rurais paulistas. Livraria Duas Cidades. 1976.

RÊGO, Walquíria Leão e PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania, 2ª ed., São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

RIMISP. Poverty and inequality: latin american report 2015. Disponível em [http://www.rimisp.org/pt-br/](#), acesso em 15/03/2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, p. 87-145, out, 2000.



REFLEXÕES SOBRE A MODALIDADE FORMAÇÃO DE ESTOQUES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Rafael de Freitas Cabral¹

Resumo

Instituída em 2006, a formação de estoques é uma das seis modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e se diferencia das demais em razão de suas características no processo de acesso à política, público beneficiado e finalidades. Embora o PAA seja uma das políticas públicas para a agricultura familiar mais largamente estudadas, tanto na academia ou por instituições públicas de pesquisa, é incomum encontrar pesquisas em que a modalidade formação de estoques seja o foco de análise. A proposta da pesquisa é realizar uma breve análise da modalidade utilizando a perspectiva de Gramsci e a metodologia apresentada por Boschetti (2001), na qual a avaliação de políticas deve ir além da perspectiva tradicional da visão gerencialista e tecnicista que desconsidera as dimensões históricas, econômicas e políticas. Em meio ao desmonte das instituições voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e a segurança alimentar, por exemplo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a modalidade tem enfrentado uma redução significativa de beneficiários e recursos, nos anos recentes. Neste novo cenário, os movimentos sociais terão que disputar seus espaços utilizando novas estratégias e os seus conhecimentos acumulados ao longo período de reivindicações de políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia e soberania e segurança alimentar.

Palavras-chave: agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, movimentos sociais.

¹ Economista e Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília. rafaelcab@gmail.com.



1. Introdução

Instituída em 2006 a formação de estoques é uma das seis modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e se destaca em razão de suas características no processo de acesso à política, público beneficiado e finalidades. Apesar de criada no âmbito de uma política de segurança alimentar e nutricional, a modalidade guarda profunda influência com a tradicional política agrícola instituída na década de 1950 por meio da criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e com algumas modalidades de crédito, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Embora o PAA seja uma das políticas públicas para a agricultura familiar mais largamente estudadas, tanto na academia (MÜLLER, 2007; GRISA et al., 2010; HESPANHOL, 2013) ou por instituições públicas de pesquisa, IPEA (DELGADO et al., 2005), é incomum encontrar pesquisas em que a modalidade formação de estoques seja o foco de análise. Ademais, torna-se importante compreender as alterações que esta política sofreu em diferentes contextos políticos e econômicos, oferecendo assim, subsídios para a qualificação da modalidade e, ainda, suscitar questionamentos para futuras pesquisas.

Este artigo busca realizar uma breve análise da modalidade se utilizando da metodologia apresentada por Boschetti (2001), na qual a avaliação de políticas deve ir além da perspectiva tradicional da visão gerencialista e tecnicista que busca, tão somente, verificar eficiência, eficácia e efetividade, desconsiderando as dimensões históricas, econômicas e políticas que influenciam, sobremaneira, a criação e a execução de quaisquer políticas públicas.

Para a análise proposta utilizarei a perspectiva do Estado ampliado de Gramsci. Segundo Mendonça (2012), nessa visão, o Estado incorpora tanto a sociedade civil quanto a sociedade política que estão em constante inter-relação. Nesse processo, a sociedade civil não é passiva às decisões tomadas pelas



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



instituições públicas, mas disputam junto com a sociedade política pelos seus interesses, podendo participar efetivamente da construção de políticas públicas que lhe assegurem direitos e melhorias nas condições de vida.

Neste processo, muitas vezes de conflitos, a sociedade civil busca que suas pautas passem a ser hegemônicas e ocupe espaço junto à sociedade política, por meio de suas instituições, possibilitando assim, a disponibilização de recursos pelo Estado.

Além desta introdução, o texto está dividido em quatro partes. Inicialmente será realizado um resgate do processo de constituição da política pública, destacando os atores sociais envolvidos, seu marco legal, institucional e estratégias de gestão. Em seguida apresentarei a política sob os aspectos operacionais. Tal seção me parece importante, pois os procedimentos de acesso à modalidade são distintos das demais e a compreensão da próxima seção carecerá deste entendimento. Na próxima seção, apresento um diagnóstico da atual situação na modalidade, destacando o volume de recursos aplicados, execução por regiões e agricultores familiares beneficiados. Por fim, faço algumas considerações sobre a política e sugestões para trabalhos futuros.

Para a elaboração deste texto utilizei um levantamento bibliográfico relacionado à política em análise, de dados secundários obtidos na plataforma PAADData disponibilizados pelo Ministério da Cidadania e de documentos institucionais.



2. Programa de Aquisição de Alimentos: constituição da política pública

Instituído pela Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos é resultado de um longo processo de lutas e construção de políticas públicas para a agricultura familiar.

Segundo Grisa e Schneider (2014) é possível identificar três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. O início da primeira geração pode ser identificado pela criação de entidades representativas dos trabalhadores rurais e realização de eventos destes grupos para a construção de pauta para a reforma agrária, por exemplo, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1973) e o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1979) realizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Neste período, também destacam-se outros movimentos sociais, tais como: as Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Na década de 1980, outras organizações influenciaram o cenário agrário e também reivindicaram políticas públicas diferenciadas para o rural brasileiro, a saber: o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Na década seguinte, a pressão destes movimentos se intensificou. Com a crise econômica que se instalou com a política liberal adotada pelos Governos de 1992 e 1994, a criação do Mercosul que impactou nos preços domésticos dos produtos agrícolas, a sociedade política teve que ceder. Em 1996 foi criado PRONAF, bastante influenciado pela proposta da Comissão Técnica do Pequeno Produtor, vinculada ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), com forte presença da CONTAG. O PRONAF foi decisivo para a construção de políticas públicas futuras para a agricultura familiar, pois permitiu que o Estado reconhecesse nos seus marcos institucionais este segmento social, com características e necessidades diferentes das oligarquias agrárias existentes. Em



seguida, outras políticas foram criadas, ancoradas ao PRONAF, tais como: o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que é retomada após a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) na década de 1990 (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Nesse sentido, Grisa (2012) registra que a primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar resultou do diálogo e da negociação de três fóruns de produção de ideias, representados pelos agricultores familiares, estudiosos do rural e de políticos e gestores públicos.

Na segunda geração, Grisa e Schneider (2014) destacam a construção de políticas sociais e assistenciais para a agricultura familiar. A constituição do Programa Bolsa Família, sucessor do programa Comunidade Solidária, que propunha atuar na redução da pobreza e na melhoria dos índices de mortalidade, alimentação, educação, saneamento. Criação de linha de financiamento específica, Pronaf B, voltada para grupos com menor renda. No mesmo sentido, criação de linha de crédito para municípios pobres, Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais, que posteriormente, deu origem ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

É importante registrar que neste cenário, estudiosos do agronegócio tradicional consideravam que para o público da agricultura familiar, instrumentos de política agrícola, como crédito, seguro e afins, seriam inadequados, pois estes agricultores possuíam baixa produção e produtividade de alimentos e, portanto, o adequado seria a disponibilização de políticas públicas sociais e assistenciais para este segmento. Tal compreensão fortaleceu o entendimento da necessidade das referidas políticas públicas, resultando na ampliação de recursos públicos para viabilizá-las. Embora essa compreensão seja bastante divergente do entendimento



de estudiosos da agricultura familiar, este viés influenciou os formuladores de políticas públicas e tomadores de decisão.

A terceira geração destaca-se pela pauta de construção de mercados para agricultura familiar, com o foco na segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Considerando os diálogos, disputas e conquistas ocorridas nas gerações anteriores, o cenário institucional foi se alterando, possibilitando que as discussões e demandas da agricultura familiar ganhasse mais espaço. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) teve papel central. A recriação do CONSEA em 2003 permitiu que os temas relacionados à fome e a segurança alimentar e nutricional ganhassem nova dinâmica e destaque no cenário político. Movimentos sociais vinculados ao campo da segurança alimentar e a agroecologia, estudiosos e gestores públicos ocuparam este espaço e apresentaram os subsídios para a criação do Programa de Aquisição de Alimentos.

Segundo Nascimento (2009), dois personagens são essenciais para se compreender o movimento de constituição de políticas de promoção a alimentação saudável e combate a fome, na qual a agricultura familiar está inserida. O autor destaca a importância de Josué de Castro com o seu trabalho Geografia da Fome que amplia a discussão do tema da fome, não apenas às questões biológicas, mas também social, política e histórica. A segunda personalidade que o autor destaca é Herbert de Souza, Betinho, que liderou a campanha nacional “Contra a Fome e a Miséria e pela Vida”, na década de 1990, que incorporou a pauta da segurança alimentar e ampliou o debate acerca da necessidade de construir programas que promovessem a alimentação saudável para populações em condições de fome e pobreza. Nesse sentido, Betinho desempenhou o papel de intelectual orgânico de Gramsci sendo o porta-voz do tema para a sociedade brasileira.

A partir da criação do PAA surgiram outras políticas que possibilitaram a ampliação do mercado para a agricultura familiar como, por exemplo, o Programa



Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Biodiversidade (PGPM-Bio).

Outrossim, torna-se fundamental destacar a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional instituída em 2010 pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 cuja finalidade é promover a segurança alimentar e nutricional, por meio da implementação de estratégias como a promoção do acesso à alimentação adequada e saudável, com prioridade para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional e promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos (BRASIL, 2010).

A instituição da referida política permitiu a execução de várias políticas sociais de forma articulada e entre os diversos órgãos governamentais. Dentre os programas com maior volume de recursos estão o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No que se refere ao PNAE, Schmitt e Grisa (2013) destacam que a sua criação remonta à década de 1955, com a Campanha de Merenda Escolar que foi institucionalizada em 1979. A aquisição dos alimentos era realizada de forma centralizada pelo governo federal, não respeitando as especificidades culturais e os hábitos alimentares locais. Ademais, registra-se a compra de grandes quantidades de alimentos processados e, por conseguinte, com baixo teor nutricional, considerando a necessidade de armazenamento por longo período para posterior distribuição nacional. Esta situação privilegiava a aquisição de alimentos de grandes corporações, retirando, portanto, a agricultura familiar deste mercado. Já na década de 1990 esse processo foi se alterando com a descentralização das compras de alimentos (GRISA, PORTO, 2015). Entretanto, foi apenas com a publicação da Lei nº 11.947, de junho de 2009 que o programa avançou, não apenas na compra de



alimentos locais, respeitando os hábitos alimentares e as características culturais dos alunos, mas, sobretudo, com previsão de utilização de recursos específicos para agricultura familiar. Conforme a referida Lei, do recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) transferido para as secretarias municipais e estaduais de educação, 30% devem ser utilizados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Sobre a PGPM-Bio, as já citadas autoras destacam que a Lei nº 11.775 de 2008 garantiu o atendimento específico para os agricultores familiares, extrativistas, no âmbito da PGPM tradicional. Diferentemente do PAA e do PNAE, que o Estado adquire alimentos diretamente dos agricultores familiares, nesta política o governo federal assegura ao extrativista o recebimento de bônus, subvenção direta, caso efetue a venda de seu produto por preço inferior àquele fixado pelo governo.

Outra política que pode ser citada como representante desta terceira geração é a modalidade Compra Institucional do PAA instituída pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que prevê a utilização de 30% dos recursos destinados à compra de alimentos, no âmbito federal, para a agricultura familiar. Semelhante ao PNAE, esta modalidade cria uma grande oportunidade de mercado para a agricultura familiar, ao tempo que prevê o abastecimento de instituições públicas, tais como: hospitais, universidades, presídios, forças armadas. Importante atentar que esta modalidade surge em meio a uma redução dos volumes orçamentários do PAA que tinham nos extintos, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário seus principais financiadores. Nesta modalidade os recursos para a aquisição de alimentos são do próprio órgão comprador.

Feita essa contextualização, na próxima seção discutirei os processos operacionais do PAA, com destaque a modalidade para a formação de estoques.



3. Aspectos operacionais do PAA

Como já discutido na seção anterior, a criação em 2003 do Programa de Aquisição de Alimentos representou um marco para a construção de mercados e renda para os agricultores familiares. O governo ao montar esta estratégia permitiu atuar com a população em vulnerabilidade social, a partir da disponibilização de alimentos frescos e locais, e ainda, criou um canal de comercialização para agricultores que tinham grandes dificuldades de inserção nos mercados privados convencionais.

Importante compreender que o PAA passou por várias mudanças desde a sua concepção original. Ao longo dos anos foram criadas modalidades, extintas outras, alteração de valores individuais pagos aos agricultores, bem como, as fontes de recursos para execução do Programa. Toda essa discussão passou pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA). Segundo o Decreto nº 7.775 de, 4 de julho de 2012, o GGPAA é um órgão colegiado de caráter deliberativo vinculado ao, então, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e tem como objetivos orientar e acompanhar implementação do Programa. Participavam do GGPAA, além do MDS que o coordenava, o Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e o Abastecimento; Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação.

Embora o GGPAA não tenha representação oficial da sociedade civil, há o Comitê Consultivo composto por representantes governamentais e sociedade civil. Ademais, o controle social do PAA ocorre nos conselhos de segurança alimentar e nutricional, nas esferas nacional, estadual e municipal. Em não existindo estes espaços, o controle poderá ser feito pelos os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável ou os Conselhos de Assistência Social (MDS, 2015).



Com relação às modalidades do PAA é possível verificar várias alterações. Quando verificamos a avaliação realizada por Delgado et. al (2005) é possível identificar seis instrumentos de execução da política, a saber: Compra Antecipada (CPR Alimento); Contrato de garantia de compra; Contrato de compra antecipada especial; Contrato de Compra direta local e; Incentivo ou apoio à produção e ao consumo do leite (IPCL). Entretanto, quando observamos o artigo de Grisa e Porto (2015), no qual os autores fazem uma avaliação dos dez anos do PAA, verifica-se várias mudanças. Algumas dessas mudanças ocorreram apenas na redação da modalidade, por exemplo, Compra Antecipada (CPR Alimento) que passou a ser Formação de Estoques. Outras foram extintas, duas foram criadas ao longo dos anos. Em síntese, o PAA as modalidade de execução do PAA em 2020:

- Compra com Doação Simultânea - Objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou outras finalidades definidas pelo Grupo Gestor. A modalidade pode ser executada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, ou estados e municípios, com recursos do Ministério da Cidadania (MC). Os agricultores podem participar na forma individual ou por meio de cooperativas/associações. Limite por DAP/ano na forma individual: R\$ 6.500,00. Limite por DAP/ano por meio de organização fornecedora: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 2 milhões.
- Formação de estoques - Atua no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. Modalidade executada pela CONAB, com recursos da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 1,5 milhão, sendo a primeira operação limitada a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).



- **Compra Direta** - Visa a compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela CONAB, com recursos do Ministério da Cidadania (MC) e da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 500 mil.
- **PAA Leite** - Possibilita a compra de leite que, após o beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores. É operada por governos estaduais da região nordeste e Minas Gerais, com recursos do Ministério da Cidadania (MC). Limite por DAP/semestre: R\$ 4.500,00.
- **Compra Institucional** Realiza a compra da agricultura familiar por meio de chamada pública para atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte do órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$ 20.000,00.
- **Aquisição de sementes** - Visa a compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. Limite por DAP/ano: R\$ 16.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 6 milhões.

Após este breve resumo das modalidades e governança do PAA, trarei maiores detalhes operacionais da modalidade formação de estoques, objeto de análise deste artigo.

3.1. Aspectos operacionais do PAA – Formação de estoques

Instituída em 2006, por meio da Resolução do Grupo Gestor do PAA, a modalidade formação de estoques teve por finalidade ser um instrumento de apoio à comercialização de produtos alimentícios da agricultura familiar que estimulasse o



processamento e beneficiamento destes produtos e agregação de valor à produção e, ainda, apoiar as organizações de agricultores e agroindústrias familiares no fortalecimento da agricultura familiar.

Diferente das demais modalidades, a formação de estoques não tem relação com as unidades socioassistenciais ou doação de alimentos para população em vulnerabilidade. Na verdade, a política se aproxima, em grande medida, a um instrumento de política agrícola de formação de estoques. Entretanto, neste contexto, quem forma o estoque é a própria organização da agricultura familiar que poderá adquirir os produtos de seus associados, processá-lo, formar os estoques e aguardar o melhor momento para comercializá-lo. Neste processo, o estímulo a agroindustrialização é evidente, pois somente àquelas organizações que possuem o mínimo de estrutura de processamento podem acessar a modalidade. Ademais, há um estímulo ao aumento da escala de produção uma vez que as organizações podem se planejar anualmente para acessar a política.

Outra função importante que a modalidade desempenha é a autonomia que os agricultores familiares podem obter a partir dos estoques de produtos, podendo comercializar seus produtos quando lhes for mais conveniente. Por fim, a modalidade pode fortalecer os laços associativos nas organizações, uma vez que o agricultor pode receber o pagamento de seus produtos junto à cooperativa/associação com maior agilidade que se atuasse isoladamente.

Segundo o Manual de Operações da Conab, a modalidade tem por finalidade o apoio financeiro para constituição de estoques de alimentos por Organizações Fornecedoras, para posterior comercialização e devolução dos recursos ao Poder Público. Tal devolução ocorre com um acréscimo de encargos 3% (três por cento), calculado a partir da data de depósito na conta de livre movimentação até a data do efetivo pagamento. São obrigatórios a apresentação dos seguintes documentos à CONAB: proposta de participação para apoio à formação de estoques; cópia dos



estatutos e ata da posse da Diretoria que assinam a proposta; declaração de responsabilidade de manutenção de documentos, que comprovem a aquisição das matérias primas junto aos associados; documentação que comprove que a organização possui algum tipo de mercado (institucional ou privado) para a posterior comercialização do produto a ser estocado; ata da assembleia da organização registrando que os membros têm conhecimento do envio da proposta e do comprometimento de todos no processo de produção, processamento e armazenagem dos produtos; além de certidões negativas comprovando que a organização não possui pendências junto ao governo federal (CONAB, 2019).

Como é possível perceber as exigências da CONAB podem limitar a participação de organizações frágeis que ainda não detêm de rotinas gerenciais mínimas. Embora, existam ações governamentais que qualificam cooperativas e associações para melhoria de seus controles gerenciais e ao acesso aos mercados públicos e privados, por exemplo, o programa Mais Gestão, estas ações também têm sofrido discontinuidades, limitando assim, os resultados propostos pelo programa (SOUSA, 2018).

A seguir apresento o fluxo de operacionalização da modalidade formação de estoques, desde o processo de transferência de recursos do Mapa até a devolução de montante pela organização à União. Dentre as diversas diferenças que a modalidade tem em relação às demais, a devolução do recurso, talvez, seja a de maior relevância. Essa característica poderia dar maior sustentabilidade ao Programa, pois além do recurso previsto anualmente no orçamento, as devoluções injetariam mais dinheiro, potencializando assim, o público beneficiário. Entretanto, como será verificada na próxima seção, a devolução de recursos não tem resultado na ampliação do orçamento para a operacionalização da modalidade.

A operacionalização se inicia com a transferência de recursos do MAPA para a CONAB, por meio de Termo de Execução Descentralizado celebrado anualmente.



Após o recebimento dos recursos a CONAB dá início a seleção de projetos recebidos e faz a classificação, conforme os critérios estabelecidos pelo GGPA. As associações e cooperativas selecionadas, após a emissão da cédula de produtor rural, recebem os recursos conforme solicitado no projeto de formação de estoques, adquirem as matérias-primas de seus associados, processam os produtos e formam os estoques. A modalidade permite, caso as associações e cooperativas que não possuem agroindústrias e locais de armazenagem próprios possam contratar empresas convencionais para prestar os serviços. Após a conclusão desta fase, as organizações podem comercializar a sua produção e devolver os recursos à União.

Feita essa breve contextualização acredito ser importante apresentar informações relacionadas à execução orçamentária e financeira da modalidade, destacando a participação de público beneficiário e regiões atendidas.

4. Financiamento e gasto

Esta seção visa compreender a estrutura orçamentária, fontes do financiamento, direção dos gastos e sua magnitude da modalidade formação de estoques, conforme recomenda Boschetti (2001). Registro que os dados apresentados foram obtidos por meio de plataformas oficiais de execução orçamentária e financeira e banco de dados de execução do Programa. Ademais, foram considerados apenas os recursos operacionalizados pelo então, Ministério do Desenvolvimento Agrário, considerando que o artigo se restringiu à formação de estoques com liquidação financeira.

O primeiro dado importante a ser apresentado é volume de recursos que o governo federal disponibilizou para a execução da modalidade. Entre 2008 e 2018 houve um declínio contínuo na dotação atual, que é representada pelos valores previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e as alterações ocorridas ao longo do



ano. O declínio não foi observado, apenas, nos anos de 2009 e 2012, em que houve um crescimento no orçamento de 4% e 273%, respectivamente. Ao longo dos últimos 10 anos, a modalidade perdeu 96% de seus recursos orçamentários, passando de R\$ 123.812.466,00 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais) em 2008 para, apenas, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em 2018.

O declínio de recursos também impactou a modalidade compra com doação simultânea sob a gestão do Ministério da Cidadania. Para exemplificar, em 2005 a Lei Orçamentária Anual previa R\$ 198.181.713,00 (cento e noventa e oito milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e treze reais), em 2013, quando o orçamento disponível para a modalidade alcança o ápice, o volume é de R\$ 1.268.800.000,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões e oitocentos mil reais); já em 2019 a modalidade conta com apenas R\$ 275.671.885 (duzentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), representando, assim, uma redução de 78% em relação a 2013.

Outro fator que chama atenção é a baixa execução orçamentária, representada pela proporção de recursos empenhados e a dotação orçamentária. Apenas em 2009 este percentual chegou próximo de 100%, tendo a média ao longo dos últimos de 10 anos de 60% de recursos empenhados. Este resultado denota que a modalidade sofreu com contingenciamentos ao longo dos anos que impediu a execução plena dos recursos previstos. Com relação a execução financeira, representada pela proporção entre a dotação inicial e os valores pagos, ou seja, disponibilizados diretamente nas contas bancárias das organizações, verifica-se também um resultado ruim.

Em 2017, por exemplo, todos os recursos empenhados naquele exercício não foram pagos. A situação pode ser explicada pelo calendário de aprovação das propostas que pode ter atrasado, impactando assim, na liberação de recursos.



Com relação à destinação de recursos, verifica-se que o Sul é a região que historicamente mais se beneficiou da modalidade, acessando o maior volume de financeiro. Ao longo do período de análise, apenas o Rio Grande do Sul, conseguiu capturar mais de 1/3 dos recursos disponíveis. Tal situação pode ser explicada em função das características do estado que possui um número considerável de agroindústrias familiares, frente aos demais estados da federação, que favorece o processamento e estocagem de alimentos. É importante frisar que em 2018 a distribuição entre as regiões se mostrou mais equilibrada.

Ao observar os dados acerca do acesso das organizações na modalidade, entre o período de 2012 e 2016, verifica-se que as regiões norte e sul possuem a maior taxa de reincidência. Em torno de 33% dos empreendimentos localizados na região norte, voltaram a acessar a modalidade do Programa em anos posteriores, contra 31% da região sul, 22% da região centro-oeste, 7% da região sudeste e, apenas, 4% da região sudeste. Entretanto, é importante frisar que quase metade dos empreendimentos que acessaram a política mais de uma vez estão localizados na região sul. Esses dados reforçam a concentração da execução do programa na referida região.

Em relação ao público beneficiário é possível verificar a crescente participação de agroextrativistas, assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas. Tal resultado pode ser explicado pela utilização de critérios, definidos pelo grupo gestor do PAA, que favorecessem a participação deste público. Se em 2011, 70% do público que acessou a modalidade se referia aos agricultores familiares, em 2017 esta proporção se alterou significativamente. Os agricultores familiares representavam 27%, assentados da reforma agrária 34%, extrativistas 29%, quilombolas 6% e indígenas 5%.

Com relação à participação de agricultores e agricultoras na modalidade verifica-se uma crescente presença de mulheres. Essa situação pode ser justificada



pela publicação da Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, que previu em seu artigo 4º, a exigência de participação de, pelo menos, quarenta por cento de mulheres do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no programa. O normativo além de fomentar o acesso das mulheres à política, também promoveu a participação das mesmas nas organizações da agricultura familiar. Em 2011 a participação de mulheres nos projetos de formação de estoques não chegava a 20%, já em 2017 o percentual subiu consideravelmente, atingindo 70% do total de agricultores relacionados.

Por fim, torna-se importante observar o percentual de participação de produtos orgânicos na modalidade. Considerando os dados disponíveis no PAAData houve um crescimento bastante expressivo entre os anos de 2012 e 2016. Em 2012 o percentual de recursos destinados à formação de estoques de produtos orgânicos era de apenas 5%, já em 2016 este percentual alcançou 13%. Neste contexto, não se pode desconsiderar a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em 2012, que tem por objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que promovam a transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2012).

5. Considerações finais

Como é possível observar diante da discussão apresentada a modalidade formação de estoques do Programa de Aquisição de Alimentos, importante estratégia de ampliação de canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar, vem perdendo espaço e importância no âmbito governamental. Embora a sociedade civil tenha se mobilizado e influenciado na construção de políticas públicas, conforme assinala a teoria de Estado ampliado de Gramsci, ela não conseguiu, nos anos mais recentes, consolidar tais iniciativas.



Ao longo dos últimos anos, os esforços da sociedade civil podem ser identificados, seja pela constante menção da necessidade de fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos, por meio das cartas e exposição de motivos do Consea, seja na definição de metas prioritárias nas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, ou mesmo na mobilização de movimentos sociais nas ocupações de espaços públicos. Os resultados dessas intervenções não têm surtido o efeito esperado. Dentre os fatores que explicam a retração da política pública podemos identificar os déficits provocados pelos altos gastos públicos, concomitantes com uma forte crise econômica e potencializados com a crise política, a qual teve seu ápice com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016.

Esses episódios desestabilizaram as instituições públicas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto em 2016 perdendo o *status* de ministério, se tornando uma Secretaria Especial vinculada à Casa Civil; posteriormente, em 2019, sendo completamente extinto, passando a representar uma Secretaria no MAPA. O mesmo aconteceu com o Ministério do Desenvolvimento Social que, em 2019, se tornou uma Secretaria Especial no novo Ministério da Cidadania. Essas alterações, além de ter um efeito simbólico, reduzem os recursos e autonomia que esses órgãos possuíam, caso ainda fossem ministério.

Outra consequência, com grande repercussão, é a extinção do CONSEA que até a elaboração deste artigo, não há definição sobre a permanência do órgão. O fim do conselho tende a ter forte impacto na articulação e participação da sociedade civil no desenho de políticas públicas. Atores que estavam organizados e com espaço para influenciar o Estado para atender suas necessidades precisarão se reorganizar e realocar neste novo cenário.

Diante do contexto, a discussão de hegemonia e Estado ampliado ganha importância, pois fica evidente que o processo de construção de política pública é um campo de disputa e de conflito. Atualmente, tem crescido uma visão, que vem se



tornando cada vez mais hegemônica, que os movimentos sociais representam a expressão da esquerda e, portanto, a sua participação não é estimulada pelo governo atual, de extrema direita. Esse pensamento tem justificado a extinção de colegiados e conselhos de participação popular. Entretanto, espaços colegiados com representação do agronegócio empresarial ainda se mantêm, a exemplo das câmaras setoriais vinculadas ao MAPA.

Nesse sentido, entendo que os movimentos sociais terão que disputar seus espaços utilizando novas estratégias e utilizar os seus conhecimentos acumulados no longo período de reivindicações de políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia e soberania e segurança alimentar.

Por fim, em especial à modalidade formação de estoques, objeto deste artigo, torna-se imperativo que os gestores públicos reflitam sobre os benefícios e entraves para a consolidação da política. Em um contexto de restrições orçamentárias, me parece bastante interessante o apoio às ações cujos valores retornem aos cofres públicos, podendo ser reinvestidos na política pública. Outras pesquisas podem auxiliar a ampliar compreensão da modalidade do Programa incorporando a articulação entre as outras modalidades do PAA e outras formas de compras governamentais, visão dos beneficiários sobre a modalidade e, ainda, sobre a percepção dos gestores públicos acerca dos benefícios e entraves para a execução da modalidade.

Referências

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 10.696 de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. 2003.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 11.947 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto aos



alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2011, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art.19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. 2012.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. 2012.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Controle Social. Informações disponíveis em . Acessado em 08 de junho de 2019.2015

BRASIL. Grupo Gestor do PAA. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. 2011

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento. SIOF. Informações disponíveis em . Acessado em 08 de junho de 2019. 2019

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais In: CFESS; ABEPSS (org). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1º edição. Brasília: CFESS, 2009, v.1, p.323-340. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001. CONAB. Manual de Operações da Conab. Documento disponível em <
https://www.conab.gov.br/images/arquivos/moc/33_APOIO_A_FORMACAO_DE_ESTOQUE_PELA_AGRICULTURA_FAMILIAR.pdf> acessado em 10 de junho de 2019, 2019.

DELGADO, G.C; CONCEIÇÃO, J.C.P.R; OLIVEIRA, J.J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Brasília: IPEA, 2005 (Texto para Discussão, n. 1145)



GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. RESER, Piracicaba-SP, vol. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização de ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2012.

GRISA, C; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural do Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

HESPANHOL, R.A.M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidade de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. Soc. e Nat, Uberlândia, p. 469-483, 2013.

MÜLLER, A.L. A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007.

MENDONÇA, S. R. Estado. In Dicionário da Educação do Campo. Caldart, R. et al (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, p. 347-353, 2012.

NASCIMENTO, R. C. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 197-225, 2009.

SCHMITT, C; GRISA, C. Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. NIEDERLE, Paulo Andre. et al (orgs.). Curitiba: Kairós, 2013.

SOUSA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo sobre a descontinuidade do Programa Mais Gestão. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural)—Universidade de Brasília, Planaltina, 2018.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT11

**SAÚDE DOS POVOS
TRADICIONAIS E
POPULAÇÕES DO CAMPO:
INTERFACES COM A
AGROECOLOGIA, A
EDUCAÇÃO POPULAR E AS
REDES SÓCIOTÉCNICAS**

COORDENAÇÃO

ANDRÉ LUIZ DUTRA FENNER (FIOCRUZ – DF)

CAETANO DE' CARLI VIANA COSTA (UFRPE – PE)



A cartilha medicinal de André do Mato Dentro: Travessias e saberes, o descobrimento do lugar - Santa Bárbara, MG

Janise Bruno Dias - Universidade Federal de Minas Gerais

Crisangela Elen De Souza - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O trabalho apresenta a discussão sobre a importância dos saberes tradicionais, relacionados às plantas medicinais, na comunidade rural de André do Mato Dentro, no espaço rural metropolitano de Belo Horizonte, buscando formas de registrar e perpetuar os saberes tradicionais da comunidade de Santa Bárbara. Também, contribuir para o empoderamento e a reprodução sócioeconômica dessa comunidade. E dentro do projeto de extensão, estimular a troca de saberes entre a comunidade local e a comunidade acadêmica. Por fim, nessa ação de reciprocidade buscou-se também a formação dos estudantes da UFMG em extensão universitária por meio da experiência. Esta ação é resultado de demanda da comunidade. Este encontro nasceu do desejo, principalmente, das mulheres de André do Mato Dentro relacionadas a perpetuação dos saberes, processamento e boas práticas relacionados às plantas medicinais. Pretendeu-se com os encontros realizados em dois dias de oficina e as travessias e visitas aos moradores, reunir os saberes medicinais. As pessoas da comunidade participaram das oficinas ensinando e aprendendo sobre os modos de fazer seus remédios caseiros. Essas receitas são muitas vezes herdadas de seus antepassados, já que a comunidade teve sua formação inicial principal por duas famílias que perpetuam os saberes até os dias atuais. A relevância está no fato de, nascido de uma demanda da comunidade, visa a perpetuação dos saberes entre a própria comunidade e principalmente para as futuras gerações. O resultado deste encontro de saberes, foi, além da troca de experiências entre as pessoas da comunidade, estudantes, bolsistas e coordenadores do projeto de extensão, uma cartilha intitulada: *A cartilha medicinal de André do Mato Dentro* que pretendeu registrar e deixar na comunidade um material de reconhecimento do patrimônio biocultural imaterial da população, fortalecendo sua ancestralidade e as relações sociais da comunidade.

Palavra: conhecimento tradicional, saberes ancestrais, extensão universitária



Introdução

Este trabalho tem por objetivo trazer a discussão sobre a importância dos saberes tradicionais, relacionados às plantas medicinais, na comunidade de André do Mato Dentro, buscando formas de registrar e perpetuar os saberes tradicionais da comunidade. E ainda, estimular a troca de saberes entre a comunidade local e a comunidade acadêmica e contribuir para o empoderamento e reprodução sócio econômica da comunidade rural metropolitana. Nessa ação de reciprocidade buscou-se também formar os estudantes da Geografia em extensão universitária. Esta ação é resultado de demanda da comunidade através de um projeto de extensão¹ realizado na disciplina de Formação em extensão em 2/2017 e 1/2018, intitulada: Travessias e saberes, o des-cobrimento do lugar: Oficina geográfica para fomento de ações (comunitárias) de desenvolvimento local em comunidades locais/rurais² Este encontro nasceu do desejo, principalmente, das mulheres de André do Mato Dentro relacionadas a perpetuação dos saberes, processamento e boas práticas relacionados às plantas medicinais. No decorrer do tempo, demandas da comunidade foram surgindo, e uma delas diz respeito aos saberes tradicionais das plantas medicinais. Pretendeu-se com os encontros realizados em dois dias de oficina, reunir os saberes medicinais, onde as pessoas da comunidade participaram das oficinas ensinando e aprendendo sobre seus modos de fazerem seus remédios caseiros. Essas receitas são muitas vezes herdadas de seus antepassados, já que a comunidade teve sua formação inicial principal por duas famílias que perpetuam os saberes até os dias atuais. A relevância está no fato de nascido de uma demanda da comunidade, visa a perpetuação dos saberes entre a própria comunidade e principalmente para as futuras gerações. O resultado deste encontro de saberes, foi, além da troca de experiências entre as pessoas da comunidade, estudantes, bolsistas e coordenadores do projeto de extensão, uma cartilha intitulada: *A cartilha medicinal de André do Mato Dentro* que pretendeu registrar e deixar na comunidade um material de reconhecimento do patrimônio biocultural imaterial da população.

O projeto *Travessias e Saberes, O Des-cobrimento do Lugar: oficina Geográfica para fomento de ações (Comunitárias) de desenvolvimento local em comunidades*

¹ Aplicação do conceito de geossistemas com professores da educação básica: projeto-piloto Ribeirão da Prata/ BH Velhas/ Serra do Gandarela registrado no Siex/UFMG, coordenado pela Professora Dra^a Janise Bruno Dias.

² Apoio dos editais 05/2016 PROGRAD/PROEX e 05/2017 PROEX da UFMG; IGC UFMG e Prefeitura Municipal de Santa Bárbara.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Locais/Rurais teve por finalidade refletir sobre o desafio da construção de uma pesquisa-ação de abordagem geográfica no espaço produzido por uma comunidade rural metropolitana e que tem tido por objetivo trabalhar as categorias de paisagem e lugar nesse espaço. As reflexões se dão sobre os resultados do projeto maior, em execução desde 2011, e que ao longo desse tempo já produziu várias pesquisas, por meio dos diversos olhares geográficos, sobre as relações de seus moradores com o seu lugar ao produzirem a paisagem de André do Mato Dentro. A pesquisa teve início com o objetivo de desvendar a paisagem dessa comunidade rural que se assenta no espaço da bacia do córrego Maria Casimira, seu lugar de vida. Desde o começo, a proposta foi de descortinar essa paisagem por meio de trocas de saberes com essa comunidade. Ao longo dos anos, dos contatos frequentes e dos vários olhares da Geografia, as abordagens teórico-metodológicas foram se modificando e a comunidade de André do Mato Dentro foi se revelando para nós por meio do olhar, das falas e dos saberes de seus habitantes. Em 2016 aprovamos uma proposta de Formação em extensão universitária. Os objetivos eram principalmente formar estudantes na extensão universitária, por meio de uma experiência empírica em um espaço de uma comunidade local e contribuir para o empoderamento sociocultural e político dessa comunidade. Essa experiência de aliar, ensino, extensão universitária e pesquisa, vem nos instigando cada vez mais a escavar e vivenciar as diversas geografias no espaço cumprindo um dos papéis esperados da universidade.

O “lugar”, André do Mato Dentro é uma comunidade rural do município de Santa Bárbara, em Minas Gerais, em 2011 era formada por 34 famílias - hoje não mais devido ao êxodo - inserida na sinclinal da Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero, importante província minerária. A atuação de grandes empresas mineradoras na região acarretou em um enfrentamento com o seu modo de vida tradicional e campestre. Além de se tratar de uma comunidade de caráter hospitaleiro e familiar, traço característico da cultura do campesinato mineiro, está imersa na Floresta Atlântica repleta de paisagens naturais exuberantes e apresenta expressivo potencial turístico por suas características socioambientais. Com o objetivo de estimular ações e iniciativas para promover o desenvolvimento local, partindo da valorização do lugar, dos sujeitos, do patrimônio cultural e dos produtos locais, fortalecer a condição de atores sociais dos moradores de André, enquanto sujeitos do processo de des-cobrimto, possibilitar trocas entre o conhecimento geográfico do lugar construído na academia e o que se revela no mundo vivido junto aos sujeitos da ação.



O rural que se reconhece e se afirma na vida local, na sua cultura e na paisagem rural:

Em que pese, no presente estudo, no tema seja a valorização do saber e da cultura campesiana como forma de empoderamento de comunidades rurais, saúde e segurança alimentar, não podemos desconsiderar que se trata de um espaço rural metropolitano que se reinventa e resiste por meio de suas ruralidades e funções agrícolas. Portanto, nesse trabalho o espaço rural é entendido conforme Wanderley (2009) o propõe

“(…) como um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida. Para compreendê-lo é preciso considerar sua dinâmica social interna, isto é, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e por outro lado, as forma de sua inserção em uma dinâmica social “externa”.(p.297)

O rural metropolitano de Belo Horizonte não foge a regra que é nesse caso particular agravada pelo fato de que as comunidades rurais estão instaladas em áreas cujos solos quase não possuem aptidão agrícola, mas são ricos em minérios cobiçados pelo mercado e por isso a maior parte das terras pertencem a grandes empresas mineradoras. Por isso, a dinâmica do mercado de commodities minerais é que regula a balança do êxodo rural nessa região. Aliado a isso, sofrem pressão de unidades de conservação, necessárias nesse contexto, para preservar recursos hídricos e a biodiversidade, da fúria das companhias de mineração. Por isso, essas famílias rurais sofrem (...) “com efeito, as formas precárias e insuficientes de acesso a terra que afetam a consolidação de laços com o lugar de moradia e a dinamização da vida social local.” como discute Wanderley na “Herança da história” (2009, p.299).

Nos países pobres, a concentração urbana de bens e serviços indispensáveis ao conjunto da população torna, frequentemente o espaço rural, um espaço de precariedade (WANDERLEY et al.1998, p.208). Para os autores, “O local é o centro em torno do qual organiza-se a vida social rural, o espaço que reúne os bens e serviços necessários à vida da população rural. É também um lugar de poder integrado ao sistema político administrativo nacional.É uma localidade fortalecida”.

No Brasil, o caráter colonial predominou na sociedade, inibindo muitas vezes o fortalecimento das comunidades rurais. A estrutura fundiária no Quadrilátero repete a estrutura encontrada no resto do país, com a diferença de que os grandes



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



proprietários são empresas mineradoras. Por isso, é difícil avaliar o grau de inserção no espaço territorial e social de agricultores e de famílias rurais, segundo propõe Wanderley et al. (1998, p.210). Aparentemente, nessa região, eles possuem uma grande amplitude espacial, para além da localidade, englobando os níveis municipais e regionais. E suas relações sociais se complexificam na vida local. No contexto de André do Mato Dentro, de maneira geral, os grupos familiares participam de festas e manifestações sociais locais; suas relações de amizade são na comunidade e naquelas do entorno, mas também na sede municipal e as relações de interconhecimentos vão de fechadas, centradas na família a relações de vizinhança ou ligadas a vida local. Também os moradores e agricultores locais tem percepção de qualidade de vida na comunidade e também opinião crítica sobre a natureza dos conflitos locais existentes. Alguns trabalhos podem ilustrar esses dados (SENHORINE e DIAS, 2015; ROJAS 2014) . Mas parecem se aproximar do modelo “fortemente localizado” dentre aqueles descrito pelos autores.

A comunidade de André do Mato Dentro parece ser um exemplo próximo daquele que discorrem os autores “Os laços com a localidade não decorrem apenas da origem do agricultor(...) Eles se constroem, antes de mais nada, pelo sentimento de pertencer a uma coletividade social, que pode se expressar pela participação nos diversos acontecimentos sociais que tecem a vida local”. Também a hipótese pode ser ali testada de que a diversificação da sociabilidade rural, ligada a presença de outras categorias profissionais, que atuam ou residem no meio rural, não modificam as relações interpessoais mais próximas, que permanecem polarizadas em torno de agricultores e da agricultura, pode ser observada ali. Por que esse espaço é moradia de trabalhadores das mineradoras por vezes temporários. E a inserção na vida local é importante e isso os diferencia, esse grupo participa sempre e frequentemente das festas e manifestações coletivas locais.

E , apesar de todas as pressões, a experiência de André do Mato Dentro expressa a realidade local rural brasileira não negligenciável. Ela é constantemente reinventada, como forma de resistência. As famílias rurais e agricultoras na sociedade moderna, não se diluem em meio social disperso, antes disso constroem um espaço de vida pessoal e social, conforme nos apresentou Wanderley et al.(1998). Reafirmam sua cultura e seus saberes a partir de suas redes de interconhecimento. A comunidade foco do trabalho nos apresenta essa realidade.



Multifuncionalidade da agricultura, segurança alimentar e preservação dos recursos naturais

Entre as múltiplas funções atribuídas à agricultura podemos dar ênfase a algumas expressões da multifuncionalidade na realidade brasileira que se revelam no rural metropolitano, a saber: reprodução socioeconômica das famílias; a promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade; manutenção do tecido social e a preservação dos recursos naturais e da paisagem. Essas funções, já afirma os especialistas, não se manifestam igualmente, em diferentes contextos socioespaciais ou territórios. A forma de manifestação reflete as particularidades de cada contexto e sua simultaneidade e articulação se expressa diferentemente em cada território (MALUF, 2003 p.137). No rural metropolitano de Belo Horizonte não é diferente. Localizada numa área cujos solos propícios a uma agricultura que possa produzir excedente é muito restrita a região do quadrilátero ferrífero, abriga basicamente comunidades rurais pluriativas, que desenvolvem uma agricultura de subsistência, de característica camponesa familiar e que busca no extrativismo uma das formas de renda. Numa área pressionada pela mineração que oferece poucos (ou nenhum) subempregos assalariados e por unidades de conservação que limitam a exploração do território, elas resistem, buscando estratégias para reproduzir e perpetuar seus conhecimentos e seus territórios (ROJAS, 2014 E SENHORINE E DIAS, 2015).

As comunidades rurais que ocuparam a região do Quadrilátero ferrífero buscam a estratégia, descrita por Maluf (2003), de obtenção de renda monetária pelo recurso sistemático às atividades não agrícolas no interior da unidade familiar e fora dela em ocupações tipicamente urbanas, mas também inclui o trabalho temporário em atividades agrícolas realizados nos estabelecimentos de terceiros. Essa combinação insere a família rural em diferentes setores e amplia o campo de atuação e de inserção social econômica, associando o enfoque pluriatividade, diretamente, ao de multifuncionalidade. O autor (2003, p. 140) cita outras pesquisas (CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2003; SILVA, 1999) que já indicavam a importância da pluriatividade na estratégia de elevação da renda monetária das famílias rurais. Mas ele reconhece que o caráter pluriativo das famílias rurais não afeta a centralidade da agricultura que se revela nas raízes agrícolas das principais atividades rurais classificadas como não agrícolas, trabalho temporário em outros estabelecimentos e nas várias implicações para a dinâmica econômica dos territórios. Para o autor, o enfoque da multifuncionalidade valoriza o fomento à agricultura familiar, porém, através de uma abordagem multifacetada e de instrumentos diferenciados em



relação às tradicionais políticas de crédito à produção. No contexto estudado, a pluriatividade aliada a multifuncionalidade tem propiciado a resistência das comunidades rurais na preservação dos seus territórios e sua cultura.

No caso em estudo, o enfoque a multifuncionalidade suscita questões ligadas a dimensão ambiental (uso dos recursos naturais) da atividade agrícola, ao aspecto paisagístico e a preservação da herança cultural evidenciado também em alguns dos estudos de Maluf (2003, p. 140) em comunidades de Santa Catarina - Santa Rosa Lima e Abelardo da Luz - e Araras São Paulo.

A agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade social das famílias rurais brasileiras e é nessa condição (que se definem a sua inserção social e os padrões de sociabilidade). A relação entre agricultura e identidade social, num quadro de redução da importância econômica da produção mercantil de alimentos, exige uma valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas, tais como: modos de vida, as relações com a natureza, as relações com parentes e vizinhos (sociabilidade) e a produção de alimentos para a própria família.

A segurança alimentar como uma das funções atribuídas à agricultura está incluída no campo dos bens públicos - junto com biodiversidade, paisagem natural e herança cultural, sendo o tema do autoconsumo um elemento relevante que precisa ser adequado no enfoque da multifuncionalidade da agricultura (MALUF, 2003 p.144).

A preservação dos recursos naturais e da paisagem rural deve ser avaliada a partir das relações entre as práticas agrícolas feitas pelas famílias e o território onde se localizam. No caso das comunidades rurais do quadrilátero ferrífero, muitos conflitos existem com o poder público devido às unidades de conservação e legislação ambiental e os usos de extrativismo vegetal, produção do mel e também com o poder privado exercido ali pela mineradoras que detêm áreas em grande parte do território. Maluf (2003) levanta uma questão sobre a desconsideração da paisagem rural, sobretudo nesse contexto, segundo ele "(...) talvez por que a ideia de paisagem rural esteja associada a uma imagem de natureza intocada." Sugere que seja consideradas as contribuições (ou danos) da agricultura ou das práticas para a paisagem rural ou para o patrimônio natural.(p. 148)



Usos da biodiversidade pelas comunidades, saúde e segurança alimentar

Comunidades tradicionais preservam valiosos conhecimentos sobre como cuidar e gerir os recursos naturais, uma vez que sua sobrevivência depende diretamente desses recursos e sua disponibilidade. (...) Os recursos naturais são um grande aliado dessas populações - é da natureza que as comunidades extraem alimento, madeira, madeira para construção e para manutenção de trabalho, (...) lenha e remédio da naturais (DUPIN E GONTIJO, 2012, p.157). As comunidades do rural metropolitano de Belo Horizonte buscam no extrativismo vegetal um complemento para sua renda. “quando nada estava dando, as famílias subiam a serra pra catar orquídeas, musgos para vender na cidade ou trocar por algum mantimento. Era até divertido”, disse uma moradora que vive no André desde que nasceu.

Em busca de resgatar o que resistiu ao avanço das mineradoras e monocultura de eucalipto no quadrilátero ferrífero propomos aqui o estudo das relações sociais, ambientais e culturais que envolvem o conhecimento local e os usos da biodiversidade, que se constitui numa oportunidade de entendimento das forças atuantes entorno dessa temática, buscando novas possibilidades e alternativas para a gestão dos conflitos ambientais e do desenvolvimento da região.

Na perspectiva da etnociências, em especial da etnobotânica, tal como os autores (grifo meu) citados partimos da base de recursos vegetacionais que constroem toda uma teia de relações ecológicas e se alinha à pequena agricultura familiar e de subsistência para a garantia da segurança alimentar, saúde e até mesmo econômica.” (DUPIN E GONTIJO, 2012 p. 158).

Falamos da etnociência por que o interesse nessa ciência tem aumentado e o conhecimento dessas populações tradicionais, sobre a natureza e sobre as espécies da flora nacional, tem sido cobiçado por grandes organizações privadas interessadas na prospecção, coleta, apropriação e patenteamento de algumas espécies, eliminando etapas da pesquisa e diminuindo seus custos. Essa realidade impulsionou o debate sobre o direito às patentes das espécies e as comunidades como os verdadeiros portadores do direito à patente e todos os seus benefícios. (CALIXTO citado por DUPIN E GONTIJO, 2012 p.160).

Dupin e Gontijo, (2012) mencionam que:

“Na maioria dos casos nessas comunidades, uma pessoa da comunidade é reconhecida como detentora desse conhecimento, sendo muitas vezes procurada em caso de enfermidades. Geralmente, essa pessoa é idosa e recebeu esse conhecimento dos seus antepassados, que foi aprimorado e ampliado ao longo de sua vida. Denominados mateiros, curandeiros, raizeiros ou especialistas, eles possuem forte relação com a natureza e a terra, além de uma



grande noção sobre conservação do ambiente, adquirida a partir da observação da natureza e seus fenômenos, proporcionando assim desenvolvimento de técnicas específicas de manejo dessa biodiversidade” (p. 161) .

Os autores se referem a Barreiras (1979) que afirma que “Os estudos etnobotânicos superaram a investigação botânica, já que seus objetivos se concentram entorno de um conceito fundamental que é a significação ou valor cultural das plantas para determinadas comunidades” (p. 162)

Os especialistas possuem papel importante na comunidade, segundo Brandão, (1986 citado por DUPIN E GONTIJO, 2012 p. 162) (...) exerce na comunidade um trabalho profissional e uma relação de docência, reconhecida como fazendo parte de um domínio comum de trabalho(...)” No André uma ocupação importante é a de “musgueiro”, coletor de musgo na serra, tem sido uma das possibilidades de levantar algum dinheiro para as comunidades. Essas pessoas, da comunidade, acumulam o conhecimento sobre, não só os musgos (Costa, 2018), mas outras espécies nativas que tem função ornamental e que podem ser comercializadas com cadeias externas que alimentam o comércio de flores e de funerárias (Rojas, 2014). No entanto, o outro lado é o aumento da pressão sobre o recurso, já que pessoas externas à comunidade, veem ali se instalar, para coletar o recurso e comercializar com os atravessadores.

As mulheres e o ato de alimentar e cuidar

Capanema e Dias(2019) descreverem o ato de alimentar como historicamente relegado as mulheres, e tentam transbordar o seu conceito, não só de nutrir o corpo, mas de alimentar o fogo da mente. No trabalho que descreve a relação das mulheres do André com o alimento, esta relação feminino/alimento foi tratada como fonte de autoconhecimento e compreensão do mundo da vida como possibilidade de autolibertação psíquica das mulheres. Investigou-se como as experiências das mulheres podem ter sido importantes para que o seu lugar e o seu modo de vida resista à lógica desenvolvimentista. Afinal, de forma geral, a mulher do campo é acometida pela dupla ou tripla jornada de trabalho, sobrecarregada para exercer outras tarefas que não de cunho produtivo e reprodutivo. As mulheres são as maiores cultivadoras de alimentos, mesmo assim são as mais afetadas pela fome e pela pobreza (VIVAS, 2014 citado por CAPANEMA E DIAS, 2019)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Os processos ligados desde o plantar até o alimento que vai ser comido, são muito mais do que hábitos necessários para saciar a fome. Tais atos estão longe ser estritamente biológicos. O ser humano atribui significados a todos os procedimentos que empreende. Todo o processo que envolve a alimentação mostra a relação dos seres com o mundo que os cerca, o ato de nos alimentar, mostra elementos da individualidade e da coletividade, ou seja, são elementos do sentir, pensar juntamente com elementos culturais que dialogam, será a tentativa apresentada. Os modos de habitar, e o que cada comunidade estabelece como alimento são textos da cultura, são expressões que mostram as organizações familiares e de comunidade. Contreras (2011 citado por (CAPANEMA E DIAS, 2019) apresenta aspectos importantes (...) A produção de alimentos segue a lógica das relações de poder que regem a alimentação, que simboliza uma hierarquia dentro da sociedade com base nos costumes alimentares).

Do mesmo modo um aspecto que também “alimenta” os indivíduos e a comunidade, é o saber-fazer e o repasse dos conhecimentos para as próximas gerações, algumas dinâmicas alimentam tanto o interior como o exterior, como uma prosa com uma “comadi” na cozinha de casa, ou o ato de plantar pode “alimentar a alma” (...) Faz pensar que a horta é o material, lugar do trabalho, mas também é lugar do ver crescer, prosperar, é ter paciência, é se voltar para si mesma.

Por isso destaca-se aqui o transbordamento do conceito de alimentar, se referindo a uma experiência no sentido amplo, não só de cunho biológico-fisiológico, mas alimentar os desejos, os sonhos, os sentimentos os sentidos, alimentar um modo de vida. Esta alimentação silenciosa que permeia a vida das mulheres, este sentir que a alimentação traz as relações, como dito por Yi-Fu-Tuan, “A experiência está voltada para o mundo exterior. Ver e pensar vão claramente além do eu” (1930, p. 10 citado por CAPANEMA E DIAS, 2019). Já o sentimento é bem mais ambíguo, e segundo Paul Ricouer, (...) O sentimento é sem dúvida intencional, é um sentimento por alguma coisa, (...). Mas é uma estranha intencionalidade: por um lado indica qualidades sentidas quanto as coisas, quanto as pessoas, quanto ao mundo, e por outro se manifesta e revela a maneira pela qual o eu, é afetado intimamente. No sentimento, uma intenção e uma afeição coincidem em uma mesma experiência narrado por RICOUER (TUAN, 1930, p. 10 citado por CAPANEMA E DIAS, 2019).

A intenção e a afeição, portanto indicam a relação do ser com o mundo, mas não só isso. Indicam o sentimento do ser por esta relação, ou seja, o sentimento na



relação corpo-alimento, se dá não só por meio de sua materialidade, mas sim, por tudo que significa o alimentar, alimentar sua prole, sua família, seus vizinhos, se alimentar principalmente, diz sobre o sentimento que nutre por eles, por si mesma, e pelo lugar onde vive. Alimentar aqui pode ser visto como a capacidade de coevoluir, de se compreender como parte da natureza, integrada a ela, alimentando sua continuidade de forma que possam conviver em harmonia, de forma a permitir que diante de um desequilíbrio, a natureza seja capaz de se recuperar.

Caminhos trilhados na travessia

A execução da proposta se deu em um processo de imersão empírica da experiência de troca de saberes, como instrumento de experiência interdisciplinar do lugar e de vivência das muitas geografias, para alunos, professores e moradores de André. O lugar, como proposto por Tuan (1979, citado por HOLZER 2003, p.120) “tem (...) outro (significado) mais profundo: ele possui “espírito”, “personalidade”, existe um “sentido do lugar”. Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente”. Quanto à paisagem, para Dardel (2011, p. 41) é: “Algo mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Há uma ligação interna, uma “impressão”, unindo todos os elementos”. A proposta metodológica teve por objetivo identificar junto com a comunidade as principais demandas para o desenvolvimento da coesão social, sustentabilidade política, econômica e ambiental da mesma. As potencialidades foram trabalhadas pelos oficinairos em grupos orientados por professores envolvidos com a finalidade de construir uma linguagem de sentido; fazer o exercício de envolvimento, responsabilidade e protagonismo em relação ao processo de pesquisa-ação e extensão universitária. Nessa experiência geográfica, teoria e empiria se misturam, ora predominam as reflexões teóricas, ora essas mesmas veem se consolidar na vivência geográfica. Apoiando em Tuan a experiência poderia ser definida como: “a totalidade de meios pelos quais nós chegamos a compreensão do mundo: nós conhecemos o mundo através da sensação (sentimento), percepção e concepção” (1979 apud HOLZER 2003, p.117). O retorno para a comunidade com as propostas elaboradas promove acertos, ajustes e consolidação dos primeiros objetivos apontados. Nesse caminhar descobrimos, como afirma Freire (2006, p.:25) “Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”

E a partir daí desenvolvemos ações para a valorização das relações sociais, da cultura local, dos produtos locais. Para isso iniciamos resgatando a “Árvore dos Sonhos do André” trabalhamos (oficineiros e comunidade) a sensibilização para o fortalecimento dos vínculos e da identidade, valorizando a compreensão do outro, por meio do exercício de formas de ver o outro e o saber do outro, confiança no coletivo, na solidariedade, percepção do ambiente (ouvir, sentir, olhar...); em seguida a identificação dos temas orientadores para a etapa de pesquisa-ação “os tesouros de André do Mato Dentro” - desejos locais a serem desenvolvidas a fim de se potencializar a permanência da comunidade no local e sua afirmação enquanto comunidade tradicional.

A Oficina

A cartilha com os saberes populares de André do Mato Dentro foi construída a partir de uma das demandas da comunidade, evidenciada junto ao projeto. Os encontros com a comunidade aconteciam periodicamente, ouvindo e identificando suas buscas. Dentre elas, surgiu a vontade de sistematizar o saber medicinal ancestral conservado pelas pessoas que ainda moram na comunidade, muito importante para a saúde local.

Outra demanda levantada, se deu pela possibilidade de encontro de socialização dos saberes entre a comunidade, culminando no I Encontro dos saberes medicinais do André e Geografia Ufmg, oficina, realizada na escola da comunidade regada de troca de saberes a respeito das ervas medicinais locais e suas formas de uso, chás e boa prosa.

Imagem 1- Encontro Saberes medicinais, em destaque planta Canela de velho
Miconia albicans.



Fonte: Arquivo pessoal

Após o encontro, a bolsista Crisângela Souza, ficou hospedada na comunidade para fazer o levantamento etnobotânico com as(os) moradoras(es). Os trabalhos foram concentrados em 4 dias, através de conversa e prosa, e visita aos quintais, com aplicação a questionário pré estabelecido, buscando identificar as ervas usadas com fins medicinais pela comunidade. Ao todo foram visitadas cerca de 12 casas.

Muitas ervas foram encontradas e curiosamente com nomes diferentes como por exemplo a erva *Leonurus sibiricus L.*, conhecido pelos nomes: Macaé, Mané Turé, Mariana, Pasto de abelha, Maria Preta. Apesar de ser conhecida por vários nomes populares, foi interessante descobrir que todos os moradores usam para a mesma finalidade: auxiliar a tratamentos gripais, muito comum na comunidade devido ao clima frio e úmido. Vale ressaltar que todas as pessoas entrevistadas falaram desta erva, manifestando seus usos medicinais.

Imagem 2- Macaé *Leonurus sibiricus* L, erva medicinal mais falada nas entrevistas e muito utilizada pela comunidade para tratar gripes.



Fonte: Arquivo pessoal

Durante a pesquisa, muitas ervas foram reconhecidas nos quintais, nos pastos e matas próximo as casas, sendo usadas ervas nativas e também exóticas nas preparações. As entrevistas foram ricas, e abarcaram, muitas ervas e preparações como chás, xaropes, garrafadas, pomadas, bala para combater vermes, própolis, entre outras.

Outra característica marcante nas preparações indicada pela população se deu através das preparações de xarope com uso de mel, produto abundante na comunidade, que conta com grandes produtores de mel e própolis de qualidade.

Dentre as receitas recebidas durante a pesquisa, daremos destaque neste artigo ao xarope para *Gripe e bronquite Dona Maria Estelina*, por ser uma das mais antigas mulheres da comunidade.

Ingredientes: Raíz de Erva Tustã (Boerhavia diffusa).

**Flores de: Mamão (Carica papaya) *Manacá(Lantana camara),*

Cipó de São João (Pyrostegia venusta). * Mel de Abelha

Modo de fazer: Cozinhar as folhas e flores em 1 ½ litros de água.

Coar.

Voltar para a panela com mel ou rapadura e deixar engrossar.

**Posologia: Adulto> 2 colheres de sopa por dia.*

Criança: 2 colheres de chá por dia.

O Objetivo maior deste projeto em questão, seria a impressão da cartilha viabilizando a disseminação dos Saberes Medicinais de André do Mato Dentro, entre as famílias da comunidade. Respeitando a posição da maioria das pessoas

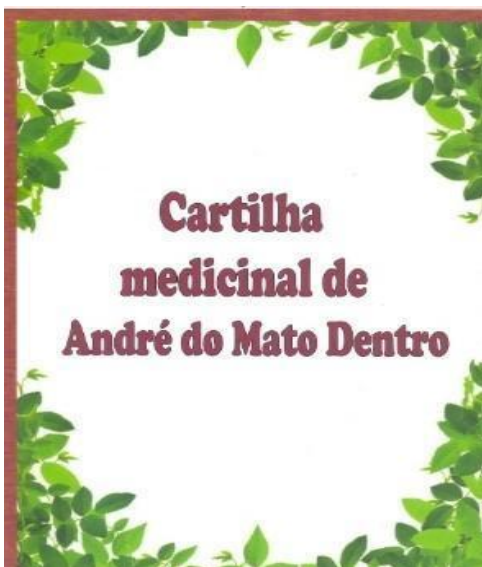


participantes, a cartilha não foi divulgada em meios gerais, sendo restritas à Comunidade local e seus familiares, a comunidade escolar de Santa Bárbara e a Universidade Federal de Minas Gerais.

Ao finalizar a pesquisa com a comunidade, as informações foram sistematizadas, incluindo o nome científico das ervas, visando padronizar a identificação botânica, culminando na cartilha Cartilha, contendo 16 páginas de resgate a cultura popular local, publicada em 2018.

Cerca de três meses após a conclusão da pesquisa etnobotânica, na busca de recursos para impressão, o edital PAIE, financiou integralmente a impressão das cartilhas. A devolutiva à comunidade foi feita em um encontro de formação do projeto Travessias e saberes, o des-cobrimento do lugar: oficina geográfica para fomento de ações (comunitárias) de desenvolvimento local em comunidades locais/rurais, com a presença dos moradores, familiares e estudantes.

Imagem 3- Capa Cartilha medicinal de André do Mato Dentro.



Fonte: Acervo pessoal

Considerações finais

A comunidade rural do André do Mato Dentro possui muitas riquezas culturais identificadas nas diversas dinâmicas extensionistas que temos feito nas ações do projeto. Interessante é a comunidade não se apropriar disso. Talvez se explique pelas singularidades das relações de inserção no espaço territorial e social de agricultores e de famílias rurais metropolitanas, que apesar de tudo que foi



possível identificar nesse espaço. Mas os trabalhos de extensão universitária também tem por objetivo escavar o lugar dessas comunidades e contribuir para o fortalecimento e visibilidade das mesmas. E ainda, num momento em que o assombro do rompimento eminente de barragens tem expulsado muitas comunidades rurais no Quadrilátero, declarando o desaparecimento dessas culturas tão singulares desse espaço rural. Muito há que se conhecer sobre esse rural invisível.

Referências bibliográficas

CAPANEMA, N. O. DIAS, J. B.; . Gênero e alimentação: ? O doce do pau de mamão? E as mulheres no seu lugar, André Do Mato Dentro, Santa Bárbara (Mg). In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2019, Goiania. **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar**, 2019. p. 123846.

Contribuição para a geografia contemporânea **Revista: GEOgraphia -Ano V - No 10 - 2003 p. 113-123**

COSTA, P. Extrativismo de musgo na Serra do Gandarela: a cadeia produtiva na comunidade rural André do Mato Dentro, Santa Bárbara-MG: Moss extractivism in Serra do Gandarela: the production chain in the rural community André do Mato Dentro, Santa Bárbara-MG. **Revista Argumentos**, 2018, 15(2), 68-89. Recuperado de <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/247>
Acesso:17/04/2021

DARDEL, É. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. (Trad.) HOLZER, W. São Paulo: Editora Perspectiva. 2011.

DIAS, J. B.; PENA, L. S. As práticas/saberes agrícolas, contribuição à conservação da biodiversidade local? O caso de André do Mato Dentro, Santa Bárbara, MG. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**. , v.6, p.90 - 102, 2015.

DUPIN, P. C.; GONTIJO, B. M. Usos da biodiversidade pelas comunidades quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas. In: **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia**. Tubaldini, M.A.S.; Gianasi, L.M. (Org.) Ed. Fino Traço Ltda, Belo horizonte, 2012 p. 157-174

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOLZER, W. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: Uma



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



MALUF, R.; A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira -In: **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Org.), ed. Mauad, Riode Janeiro, 2003 p 135-152

ROJAS, C. O. **Os conflitos ambientais da Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais** Dissertação de mestrado Programa de pós graduação em Geografia UFMG Belo Horizonte, MG.2014 pp 215

WANDERLEY, M.N. B. A valorização da agricultura familiar ea reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, ruralidade.** Ed. UFRGS, Porto Alegre,2009 p. 297-310

WANDERLEY, M.N.;LOURENÇO, F.A.; O agricultor e a vida local. In: **A agricultura familiar: Volume II Do mito a realidade.** LAMARCHE, H. (Org.)Ed. Da Unicamp, Campinas, S.P.1998 p. 207-232



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Espaço de Cuidados Maria Aragão

Autores: Ludmila Bandeira Pedro de Farias

Edinaldo Correia Novaes

RESUMO: Esse relato de experiência pretende dialogar sobre o processo de cuidados através de práticas populares em saúde a partir do Espaço de Cuidado Maria Aragão, um lugar de cuidados e escutas, de atendimentos em saúde, de formação e troca de saberes organizado pelo Setor de Saúde do Movimento Sem Terra em oposição ao modelo “ambulatorial-médico-hospitalar”.

Palavras-chave: cuidados, saúde e saberes

Setor de Saúde - MST

2021



1. Introdução:

O presente texto pretende apresentar como se deu a construção coletiva pelo setor de saúde do MST do Espaço de Cuidados Maria Aragão. Um espaço físico onde são realizadas terapias e práticas em saúde popular pelos cuidadores e cuidadoras, médicas e médicos do setor de saúde dos estados em atividades nacionais do movimento Sem Terra.

Os setores são os principais espaços organizativos do MST: onde se planeja e organiza as demandas da luta pela terra. Dentro da organicidade do movimento há os setores: Frente de Massa, que organiza a luta pela terra através das ocupações e lutas políticas; Produção, organiza a produção e a comercialização dos assentados e acampados e auxilia na gestão das cooperativas; Gênero, responsável pelo debate de gênero dentro do movimento, organiza a luta das mulheres e pelo feminismo; Educação que cuida das escolas do campo, preocupando-se com todos os estágios de escolarização do Sem Terra – da primeira infância à pós graduação; e de Comunicação que faz a comunicação interna do MST e dialoga com a sociedade.

Os setores existem em diferentes instâncias do MST: nas bases, organizados nos acampamentos e assentamentos; nas regiões (dentro de cada estado) e nos estados.

O Setor de Saúde não é diferente, prioriza a luta pela saúde no campo como direito humano, em uma perspectiva de integralidade e equidade, refletindo sobre as causas das doenças individuais e coletivas. Contribui na consolidação do Sistema Único de Saúde, com controle público, gestão participativa, serviços com qualidade. Além de re-significar a saúde para além da prestação de serviços e assistência às doenças, construindo a saúde numa dimensão ética, política, social, econômica e cultural. É condição de vida para toda sociedade, por isso sua discussão é um elemento que organiza, mobiliza e articula o MST.

Desde os primeiros acampamentos do MST constituíram-se equipes responsáveis por cuidar dos militantes adoecidos. Esse cuidar traz consigo uma ética: proteger e zelar dos companheiros. A preocupação inicialmente estava centrada na doença, na produção de medicamentos (tinturas, pomadas, florais) que tinham por finalidade sanar as



necessidades existentes nos acampamentos. Por exemplo, um resfriado que não sendo tratado adequadamente poderia levar a uma pneumonia; um xarope de ervas específico poderia amenizar o problema. Entretanto, as mediações desse processo expressavam relações humanas alicerçadas em valores de solidariedade, companheirismo, cooperação e fraternidade. Expressavam um conhecimento e um saber popular sobre cuidados com a saúde e a relação humana com a natureza, que era próprio desses trabalhadores do campo.

O Setor Nacional de Saúde do MST está organizado desde 1998. Foi a partir do trabalho das “equipes de saúde” que se constituíram coletivos de saúde em cada estado e no coletivo nacional. Em Minas Gerais não foi diferente, nosso setor se organizou, primeiro em equipe de higiene, equipe de saúde até se tornar um setor com suas demandas e debates.

O coletivo de saúde, através de sua práxis, percebeu que o cuidado é apenas uma das dimensões da saúde e que a saúde está estritamente vinculada às questões que dizem respeito ao modo de produzir a vida, ou seja, são determinadas pelas condições socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade. O aprofundamento deste entendimento veio através da compreensão de que a saúde não é um campo neutro, mas sim de disputas políticas. Que se pode verificar com o modelo adotado no Brasil de uma agricultura baseada no uso do agrotóxico, no alto consumo de agrotóxico pela população, na perda da soberania dos povos das sementes criolas, nas disputas de territórios pelos povos e comunidades tradicionais, pela disputa expressa no complexo modelo capitalista “médico-industrial-farmacêutico”

Com a compreensão de que saúde está além do “setorial” saúde do MST teve a necessidade de ampliar seu conceito teórico sobre saúde. A ampliação conceitual provocou um redimensionamento na atuação do setor, incluindo a necessidade de formar profissionalmente seus militantes, de articular o trabalho em saúde aos outros setores do movimento e de fortalecer a organização para garantir a ampliação de sua atuação.



Nesse sentido, nossos objetivos estratégicos que orientam as ações do setor de saúde desde 2007, afirmando a formação como elemento transversal de todas as ações, objetivos e estratégias são:

Luta pela Saúde – Lutar contra o modelo de saúde capitalista expresso no complexo médico-hospitalar-farmacêutico e agronegócio, re-significar a saúde na perspectiva da classe trabalhadora, garantindo o direito à saúde como dever do Estado.

Trabalho em Saúde – Incorporar a ética do cuidado como estratégia de promoção, prevenção e atenção à saúde, fortalecer as práticas populares afirmando a cultura e saberes do povo.

Organicidade – Garantir a participação orgânica e política do (as) militantes em todos os espaços coletivos baseados nos princípios do MST. (MST, 2007: 02).

Tratando-se de educação popular, a concepção adotada neste relato de experiência orienta-se por uma abordagem freiriana de educação. Uma perspectiva que reconhece que as organizações populares – enquanto sujeitos políticos em caminhada histórica – produzem saberes a partir dos processos de luta e transformação da realidade social.

A partir da compreensão dos objetivos que orientam as ações do Setor de Saúde do MST, o Coletivo Nacional deu início ao debate e construção de um espaço de cuidados e atendimentos médicos dentro das atividades e eventos que o movimento Sem Terra estava realizando. Este espaço foi chamado de Espaço Saúde Maria Aragão. A escolha do nome “Espaço Saúde Maria Aragão” se deu a partir do estudo e contato dos militantes do setor de saúde com o legado da médica sanitária Maria Aragão¹ no curso de

¹ Maria José Camargo Aragão, conhecida como Maria Aragão, nasceu em São Luís (MA), no dia 10 de fevereiro de 1910 e morreu no dia 23 de junho de 1991. Médica e professora brasileira iniciou sua carreira como Pediatra, mas atuou durante sua vida como ginecologista. Formou-se pela universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, sua história tem origem na extrema pobreza. Dotada de um grande senso de liderança, enfrentou as oligarquias políticas, em pleno regime militar na década de 60 e sofreu as perseguições promovidas pela ditadura. Através da medicina, Maria Aragão entrega-se às causas sociais, lutando por uma sociedade justa e igualitária. Foi uma eterna defensora das bandeiras populares.



formação em Agente Comunitário em Saúde em parceria com a coordenação do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão por volta dos anos de 2006 e 2008.

O Espaço Saúde Maria Aragão chamava-se antes Espaço Saúde apenas, sendo a escolha deste nome uma forma de demarcar qual espaço e qual saúde estamos nos propondo a construir. Assim, no ENERA – Encontro Nacional Educadores da Reforma Agrária, em 2015 batizamos o então Espaço Saúde de Maria Aragão. Este espaço foi pensado e criado pelos militantes, cuidadores e cuidadoras, médicos e médicas do Setor de Saúde para fazer atendimentos e cuidados aos militantes presentes nas atividades e encontros do Movimento Sem Terra.

Alguns depoimentos de lideranças da saúde do MST mostram que a inserção na luta pela terra, inicialmente por uma questão econômica, assume outras dimensões na vida desses sujeitos, gerando espaços de participação e trabalho e, conseqüentemente, construção de identidades, sociabilidades e autonomia. Traz para o debate da luta pela terra os processos de adoecimentos dos corpos, adoecimentos e doenças instalados há muito tempo, os adoecimentos físico, mental, do corpo e da alma (do sujeito como um todo) causados também em grande parte pela exploração do capital.

Tais reflexões permitiram compreender a importância da construção de novos valores, não mais excludentes e individualistas, assim como os valores sociais hegemônicos, dos quais os Sem Terra já foram vítimas inúmeras vezes. Nesse sentido, é possível reconhecer a dimensão cuidadora e formadora que o movimento social desempenha na vida das pessoas excluídas socialmente neste espaço de múltiplos cuidados.

O espaço de cuidados é pensado em várias dimensões: a dimensão do afeto, do cuidado com o outro, a dimensão física e estrutural do espaço de atendimento e cuidado, a dimensão das práticas, saberes e conhecimento.

A organicidade do espaço e planejamento é feito com antecedência, onde o perfil do público a ser atendido e cuidado no encontro é levado em consideração: se são crianças, jovens, adultos ou idosos; se é um encontro de mulheres. Na perspectiva de se



pensar quais cuidados e práticas serão realizadas, como acolher o sujeito adoecido presente nos encontros do movimento.

Para criar e construir esse espaço, os insumos e materiais, em sua grande maioria são produzidos por nossas bruxas e bruxos, cuidadoras e cuidadores nos assentamentos e acampamentos. Estes insumos são as folhas de chás, xaropes, florais, tinturas, pomadas e óleos de massagem. A importância da solidariedade e o papel de diversos profissionais amigos do MST em estar nesse espaço de cuidado ajudando e ao mesmo tempo aprendendo e vivenciando novas experiências.

Os registros dos atendimentos, o seu processamento e quantificação de terapias e práticas de cuidados realizadas se fazem importante para sabermos como anda a situação de saúde dos sujeitos nos encontros e nas nossas áreas de reforma agrária. Processos avaliativos e propostas coletivas de sempre saber, esta bom, e o que pode melhorar.

Dentro do Espaço Saúde Maria Aragão é realizada as práticas populares de cuidado em saúde como reiki, massagem, fitoterapia, chás, argiloterapia, ventosaterapia, acupuntura, a escuta amorosa - demanda reprimida que vem das áreas, imposta pelo sistema capitalista. Há a compreensão aqui de que este modelo de atendimento em saúde representa uma disputa com o modelo "ambulatorial" médico-hospitalar. Pois busca diálogos e trocas entre sujeitos, saberes e práticas na produção de uma ação de educação popular em saúde.

É importante considerar que, no campo e na floresta, especialmente, as populações da reforma agrária, agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, entre outras, encontram vários obstáculos ao acesso às políticas públicas de saúde e todas as demais que garantam as condições de vida e os direitos necessários à permanência nesses territórios.

Dessa forma, a diversidade de cuidados populares em saúde traz o desafio de estarmos cada vez mais em processo formação. O Espaço de Saúde Maria Aragão cumpre um papel formativo, de trocas de experiências, onde se pratica e experiência



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



novos conhecimentos. Trazendo uma riqueza da diversidade das trocas de experiências, cultura, conhecimentos saberes e tradições. Assim, se constrói um espaço de libertação, de conhecimento pessoal, de sentir, do toque e de ser tocado, um espaço de construção de relações de amizade, de respeito, onde um se vê e reconhece no outro e se cuida e cuida do outro.

Bibliografia:

CALDART, R.S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3a ed. São Paulo: Expressão Popular; 2004.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Coletivo Nacional de Saúde. Boletim Informativo; 2007.





SEMENTES CRIOULAS: Segurança e Soberania Alimentar na comunidade Kalunga Prata – Cavalcante – GO

Maria Lídia Dos Anjos Sousa¹

Tamiel Khan Baiocchi Jacobson²

RESUMO

A manutenção e o manejo da agrobiodiversidade local são importantes para a preservação da cultura e da agricultura tradicional quilombola, além de promover segurança e soberania alimentar para o povo Kalunga. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho foi caracterizar aspectos relacionados as famílias de agricultores (idade, composição familiar, tamanho das propriedades, acesso a políticas públicas), classificar os níveis de manejo da agrobiodiversidade (sementes e mudas crioulas), identificar as espécies vegetais e variedades mais utilizadas e a relação do agricultor Kalunga com o cultivo, produção e conservação das sementes e mudas crioulas cultivadas na comunidade do Prata (Cavalcante, Goiás). A coleta de dados foi realizada através de observação participativa e aplicação de questionário semi-estruturado. Foi realizada classificação das famílias em três níveis de manejo e manutenção da agrobiodiversidade: baixo nível de manejo e manutenção da agrobiodiversidade (total dependência do mercado de produtos agrícolas para aquisição de sementes); Nível intermediário de manejo e manutenção da agrobiodiversidade (utilização de sementes crioulas e sementes comerciais, tratadas quimicamente; elevado nível de manejo e manutenção da agrobiodiversidade (seleção, reprodução e preservação de sementes, exclusivamente crioulas, com total autonomia em relação ao mercado de produtos agrícolas). Predominantemente,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília.

² Doutor em Ecologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



a área das propriedades dos agricultores foi de 24 hectares, sendo parte destinada para pastagem, parte com vegetação nativa, e outra, em torno de dois hectares, destinada à agricultura. Dentre os agricultores entrevistados, metade são do sexo feminino e 60% são analfabetos. O grupo familiar é composto por crianças de até 12 anos e adultos com mais de 50 anos, sendo que a média é de 4,3 moradores por residência. As espécies mais cultivadas são arroz, feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar e banana. Para cada espécie, são cultivadas, pelo menos, duas variedades. 100% das famílias cultivam plantas frutíferas nos quintais, 40% cultivam hortaliças e 100% praticam agroextrativismo para contribuir com a alimentação da família. Todos os entrevistados responderam que não utilizam agrotóxico, 80% fazem parte dos programas sociais do governo. 60% dos agricultores entrevistados foram classificados no nível elevado de manejo e manutenção da agrobiodiversidade, possuindo elevada autonomia em relação ao mercado de produtos agrícolas. Já 40% dos entrevistados foram classificados no nível intermediário de manejo e manutenção da agrobiodiversidade. Estes agricultores manejam sementes de forma tradicional, porém em determinadas situações, necessitam do mercado de produtos agrícolas para aquisição de sementes comerciais. Não foi observado agricultores classificados no baixo nível de manejo e manutenção da agrobiodiversidade. Com a prática de seleção, produção, e conservação das sementes, percebe-se que os agricultores possuem significativa autonomia em relação as sementes e mudas dos alimentos que cultivam, e com isso, garantem a manutenção da agrobiodiversidade tradicional local, produzindo grande variedade de alimentos, o que contribui para soberania e segurança alimentar das famílias Kalunga.

Palavras-chaves: Populações tradicionais, agrobiodiversidade, agricultura familiar



1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como foco identificar agricultores que produzem e preservam as sementes crioulas na comunidade Quilombola Kalunga Prata e relacionar quais as espécies e variedades são mais cultivadas, ressaltando a importância do manejo da agricultura tradicional para manutenção da agrobiodiversidade local, segurança e soberania alimentar, para preservação e manutenção da cultura do povo Kalunga.

A agrobiodiversidade é o resultado de um processo milenar de interação entre a natureza e o ser humano, através da prática da agricultura. Neste sentido, a agricultura que conhecemos hoje vêm sendo modificada pelo homem desde os tempos antigos, através da seleção artificial. A seleção era feita especialmente pelas mulheres, que eram responsáveis pela preparação dos alimentos (MEIRELLES e RUPP, 2006).

No entanto, a modernização conservadora da agricultura, aliada a facilidade de acesso ao mercado de sementes comerciais, adubos sintéticos e agrotóxicos, promoveu grande perda de variedades tradicionalmente cultivadas, levando os agricultores a cultivarem monoculturas em grandes extensões de terra, com o uso intensivo de máquinas agrícolas, adubos sintéticos e agrotóxicos.

Na comunidade Kalunga Prata, os hábitos culturais tradicionais são passados de geração para geração, e até os dias atuais, a atividade agrícola predominante ainda é a roça de toco (modo de produção tradicional Kalunga, onde se utiliza o fogo para limpar o terreno), com cultivo de pequenas áreas, onde não se utiliza a moderna tecnologia agrícola. Desde seus antepassados, o povo Kalunga utiliza técnicas de produção que tem menor impacto no meio ambiente. Culturalmente, os agricultores não utilizam agrotóxicos, adubos sintéticos e sementes comerciais, promovendo menor impacto nos ecossistemas locais.



A agricultura surgiu cerca de dez mil anos no Oriente Médio, a partir da domesticação de plantas pelas mulheres. Há milhares de anos os agricultores tradicionais vêm fazendo a seleção artificial das sementes, onde a cada plantio, são separadas as melhores sementes e guardadas de forma natural para serem plantadas no ano seguinte. O cultivo e preservação dessas sementes é uma maneira do agricultor garantir a diversidade biológicas das espécies, proporcionar autonomia e também preservar sua cultura e tradição (MACHADO et al., 2008).

Conforme Santilli (2012), o conceito de agrobiodiversidade está associado aos modos de cultivo da terra, ao ambiente em que convivem, a promoção de segurança alimentar e nutricional. Com isso o povo Kalunga preserva a agrobiodiversidade a partir de suas manifestações culturais, modo de produção e sua interação com o meio ambiente e onde vivem. Para o povo Kalunga é a partir da agricultura que se mantém viva sua tradição e cultura.

O hábito de realizar a troca de sementes e mudas entre as famílias, especialmente entre as mulheres, é uma importante fonte de diversidade e de manutenção da agrobiodiversidade. Porém com o uso de sementes comerciais, onde o agricultor necessita comprar sementes a cada plantio, como no caso das sementes híbridas, essa prática tem reduzido (MEIRELLES e RUPP, 2006).

Segundo Cordeiro (2003), as variedades de plantas utilizadas hoje na agricultura são resultado não apenas da influência do meio ambiente, mas também do conhecimento e prática milenar de homens e mulheres no melhoramento de plantas. A seleção e o melhoramento das plantas resultaram em muitas variedades de espécies adaptadas às condições ambientais locais.

Conforme Almeida e Schmitt (2008), o domínio das sementes pelos próprios agricultores é condição fundamental para a reprodução social da agricultura e para a conservação da biodiversidade. As autoras afirmam que a diversidade das espécies e variedades das sementes cultivadas torna-se cada vez mais uma exigência crucial



para a produção agrícola associada à segurança e à sustentabilidade do desenvolvimento rural.

Historicamente o povo Kalunga utiliza técnicas ancestrais de produção de alimentos. Estas técnicas foram passadas de geração para geração, onde ocorreu seleção e cultivo de sementes crioulas, garantindo preservação destas sementes por gerações. A cada plantio são selecionadas as melhores sementes e mudas para serem cultivadas no ano seguinte. Assim, o povo Kalunga aprendeu a cultivar seus alimentos com uma agricultura de baixo impacto ao meio ambiente, convivendo com a natureza de forma harmoniosa, mantendo a agrobiodiversidade local.

Na comunidade a prática agrícola e pecuária é totalmente familiar, e caracteriza-se por trabalho manual, onde todos membros da família colaboram no plantio, condução e colheita.

A agricultura praticada pelo povo Kalunga é um meio muito importante para a sobrevivência da comunidade, qualidade de vida, gera renda e ainda é uma forma de preservação do meio ambiente e da agrobiodiversidade. Os agricultores(as) Kalunga utilizam a “roça de toco” como principal sistema de produção agrícola e também utilizam policultivos.

Sementes crioulas são sementes selecionadas há milhares de anos pelos agricultores tradicionais através de seleção artificial, onde o agricultor, a cada plantio, retira as melhores sementes e as armazenas de forma natural para serem plantadas no ano seguinte. “As sementes crioulas fazem parte do patrimônio de diversos povos que ao longo dos tempos vêm conservando, resgatando, selecionando e valorizando variedades e raças animais, mantendo a agrobiodiversidade adaptada a cada região” (NUÑEZ, 2006 apud MORAIS et al., 2014).

De acordo com Carvalho (2003), as sementes crioulas guardam uma ampla variedade genética adaptada as condições de cultivo, solo e clima dos



agroecossistemas local. Essas sementes carregam consigo o valor da sobrevivência, da resistência, da continuidade e da perpetuação. Fazem crescer um conjunto de saberes, resultado de um intenso processo de pesquisa, seleção e troca realizado pelos agricultores.

As sementes crioulas proporcionam autonomia para o agricultor, pois na época de fazer o plantio dos agroecossistemas, não há necessidade de compra ou aquisição de sementes comerciais. As sementes crioulas também são um meio de preservar a cultura e tradição da comunidade. "Essas variedades são altamente adaptadas aos locais onde são conservadas e manejadas e fazem parte da autonomia familiar, constituindo um fator preponderante para a segurança alimentar dos povos." (MACHADO et al., 2008).

Para Meirelles e Rupp, (2006), o conceito de segurança alimentar é o direito de todos ao acesso à alimentação segura, de qualidade em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer outras necessidades. A segurança alimentar está diretamente associada a diversidade de espécies e variedades na alimentação humana, que é uma das estratégias da agricultura familiar, possibilitando, assim, saúde e segurança alimentar. Mas para isso, o alimento precisa ser seguro, produzido em sintonia com a natureza, de forma agroecológica, atenuando a degradação ambiental.

Segundo Machado et al., (2008), as variedades de sementes tradicionais e locais são altamente adaptadas aos locais onde são conservadas e manejadas e fazem parte da autonomia familiar, constituindo um fator preponderante para a segurança alimentar. Nesse sentido, a conquista da soberania alimentar está intrinsecamente relacionada à forma de produção do alimento e à adoção de políticas públicas que fortaleçam a pequena e média produção e que garantam distribuição e acesso desses alimentos pela população.

A segurança e a soberania alimentar, e suas consequências e



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



desdobramentos, como a adoção da agroecologia, surgiu, em parte, como contraponto ao modelo hegemônico de produção agrícola, baseada no cultivo de monoculturas em grandes extensões de terra, que exclui o trabalho humano e polui água, solo e ar. Este modelo de produção agrícola foi baseado na revolução verde, que surgiu com a modernização conservadora da agricultura a partir da década de 60, e que trouxe consigo pacotes tecnológicos, no qual prometiam acabar com a fome no mundo. Porém não foi bem o que aconteceu. Esses pacotes trouxeram concentração de riqueza e ampliação das desigualdades, ancorados em uma agricultura massificada para produção de commodities (ROSSET et al., 2000).

Segundo Valente (2002), a Revolução Verde, foi apresentada como possível solução para a crise da “produção insuficiente de alimentos”. Porém, seu resultado foi mais fome e exclusão, além de sérios problemas de saúde humana e ambiental. Com a modernização conservadora da agricultura, dos hábitos e técnicas de produção agrícola, muitos dos conhecimentos tradicionais foram se perdendo, dentre eles, as técnicas de manejo, produção, multiplicação, conservação e preservação das sementes e mudas crioulas adaptadas aos solos e climas locais.

A modernização conservadora da agricultura veio acompanhada de sementes melhoradas, híbridas, simples, duplas e triplas, com alta produtividade, mas, também, muito exigentes em relação aos tratos culturais. Posteriormente, surgiram as sementes geneticamente modificadas, as chamadas sementes transgênicas, que são associadas ao uso de herbicidas e inseticidas para apresentarem melhor rendimento e produtividade. Conforme Carvalho (2003), as companhias biotecnológicas afirmam, frequentemente, que as sementes manipuladas geneticamente são descobertas indispensáveis para proporcionar alimentação ao mundo, proteger o meio ambiente e reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento. Porém, não é bem isso que acontece, pois a agricultura atualmente está nas mãos de poucas grandes empresas, as quais controlam as sementes, os agrotóxicos e os fertilizantes. Os pequenos agricultores não possuem



acesso a esses pacotes tecnológicos e os pobres continuam passando fome, apesar do aumento de produção das monoculturas. Se o agricultor familiar não preservar suas sementes, em pouco tempo estarão totalmente dependentes, exclusivamente, do mercado de sementes comerciais.

Grande parte do problema da fome atualmente, está na falta de apoio à agricultura nos países em desenvolvimento, onde a erosão genética, problemas de estresse ambiental, falta de infraestrutura, falta de acesso a água e problemas sócio econômicos, afetam o desenvolvimento das atividades agrícolas. A perda de variedades locais altamente adaptadas a esses agroecossistemas associados a perda de valores culturais afetam terrivelmente as populações que vivem nesses locais (MACHADO, 2007b, apud MACHADO et al. 2008).

MATERIAL E MÉTODO

3.1. Local da pesquisa

O local da pesquisa foi a comunidade Kalunga Prata pertencente ao município de Cavalcante, Goiás. A comunidade está localizada próximo ao núcleo Vão do Moleque, cerca de 100 quilômetros de Cavalcante. A comunidade Prata situa-se em relevo montanhoso, a vegetação predominante é o Cerrado preservado e é banhada pelos rios Prata e Paranã, os principais da região. São deles que as 74 famílias moradoras retiram água. A comunidade não possui energia elétrica, nem água encanada. As estradas que dão acesso à comunidade são precárias, não existem pontes nos rios, sendo que no período chuvoso, é quase impossível transporte para cidade.

Cavalcante foi fundada em 1740, recebeu esse nome em homenagem ao garimpeiro Julião Cavalcante, que veio para o território em 1736, devido a



descoberta de minas de ouro no estado de Goiás. Para o trabalho nas minas foram trazidos escravos da África. Como o trabalho era pesado e os castigos eram muitos, os escravos fugiam em busca de liberdade, indo cada vez mais longe, na região dos vales da Chapada dos Veadeiros. Os quilombos foram surgindo em terra de difícil acesso, entre serras e vales que circundavam o rio Paranã (QUILOMBO KALUNGA, 2017).

Segundo Baiocchi (apud Sousa, 2013), a partir de 1982, a presença das minas de ouro nos arraiais de Cavalcante e Monte alegre no século XVIII, e, posteriormente, o crescente processo de ruralização (período de transição para a pecuária), foram responsáveis pela formação das comunidades do território Kalunga. Segundo a pesquisadora, os habitantes dessa região são remanescentes de quilombos, escravos fugitivos e outros que conquistaram a liberdade, após o ciclo do ouro goiano.

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga foi reconhecido em 1991, possui área de 261 mil hectares, que abrange os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, e é subdividida em 39 comunidades.

Os sujeitos da pesquisa foram os agricultores da comunidade Kalunga Prata, dando preferência aos com maior experiência agrícola, com, ênfase nas mulheres, que, na maioria das vezes, são responsáveis por selecionar e armazenar as sementes para o próximo plantio.

3.2. Coleta e análise dos dados

O foco da pesquisa foi levantar informações relacionadas ao uso, produção e preservação das sementes crioulas, além de identificar as espécies e variedades de sementes e mudas cultivadas pelas famílias de agricultores da comunidade do



Prata, relacionando o uso das sementes crioulas ao nível de manutenção da agrobiodiversidade, a soberania e segurança alimentar das famílias. Para isso, primeiramente foi realizada pesquisa bibliográfica sobre formas de manutenção da agrobiodiversidade, segurança, soberania alimentar e sua relação com sementes crioulas e sementes comerciais.

Segundo Severino (2009) apud Sousa, (2013), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um acervo acadêmico disponível, devidamente registrado, como: livros, artigos, teses e etc. Nesse sentido, foram realizadas leituras, fichamentos e paráfrases que auxiliaram na constituição do embasamento teórico e produção do trabalho.

Para a coleta de dados foi realizada observação participativa, com aplicação de questionário com 25 perguntas semi-estruturadas. O questionário e as entrevistas foram aplicados para 20 famílias agricultoras da comunidade, a fim de qualificar e quantificar o uso de sementes crioulas e comerciais, bem como as práticas agrícolas adotadas. Para realizar as entrevistas, foram realizadas visitas nas residências das famílias participantes, o que possibilitou diálogo com os membros familiares.

Durante a aplicação do questionário (entre os meses de julho a novembro de 2017), identificamos e visitamos os locais de produção das famílias (agroecossistemas – plantios de “roças” hortas e quintais), onde foram levantadas informações sobre como realizam os tratos culturais e o manejo da agrobiodiversidade local.

Após entrevistar às famílias, as informações foram sistematizadas e analisadas em gráficos e tabelas que permitiram a interpretação dos dados. Tinha-se como propósito a classificação das famílias em três níveis de manejo e manutenção da agrobiodiversidade: baixo nível de manejo e manutenção da agrobiodiversidade – agricultores que dependem exclusivamente do mercado de produtos agrícolas para adquirir suas sementes e insumos agrícolas. Nível intermediário de manejo e



manutenção da agrobiodiversidade – Agricultores que utilizam sementes crioulas e comerciais. Estes manejam sementes de forma tradicional, porém, em determinadas situações, necessitam do mercado de produtos agrícolas para aquisição de sementes comerciais e insumos agrícolas. Nível elevado de manejo e manutenção da agrobiodiversidade – Agricultores que selecionam, produzem e preservam suas sementes, e possuem total autonomia em relação ao mercado para a realização das suas práticas agrícolas. Por último, o nível de manejo e manutenção de agrobiodiversidade foi relacionado com a segurança e soberania alimentar das famílias entrevistadas.

2. RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa mostram que 60% dos agricultores entrevistados produzem e armazenam todas as sementes que necessitam para o cultivo, e, ainda, para realizar trocas com os vizinhos. Este resultado corrobora a premissa de que os agricultores Kalunga, durante gerações, vem fazendo seleção das sementes que melhor se adaptaram na região. De acordo com Almeida e Schmitt (2008), o domínio das sementes pelos próprios agricultores é condição fundamental para a reprodução social da agricultura e para conservação da (agro)biodiversidade. Pois os riscos para a conservação e integridade das sementes crioulas e da agrobiodiversidade, estão relacionados com a perda de diversidade genética e cultural e da substituição das variedades locais por variedades comerciais.

Tabela 1: Principais espécies e variedades cultivadas pelos agricultores da comunidade Prata, Cavalcante-Go.

Espécies	Variedades
----------	------------



Arroz	Cana roxa, agulhinha, preto, taquari
Feijão	Carioca, amarelinho, roxinho, preto e de corda
Cana-de-açúcar	Cento e vinte, rochona, caiana
Milho	Hibrinha, três meses, 4 meses
Banana	Maçã, nanica, angola, três quinas
Mandioca	Mata-fome, manteiga, castelo

Conforme (Tab. 1), os agricultores da comunidade Prata, produzem e guardam a maioria das espécies cultivadas (arroz, feijão, cana de açúcar, milho, banana, mandioca, além de batata doce, inhame, abóbora e melancia). Machado et al., (2008) ressalta que o manejo da diversidade genética de plantas por pequenos agricultores brasileiros é uma importante estratégia para selecionar variedades adaptadas à sua realidade. Para Morais et al., (2014), os agricultores tradicionais exercem papel determinante nas estratégias de conservação da agrobiodiversidade, pois, além de guardar, selecionar e multiplicar as sementes, conhecem as mais adaptadas às suas localidades e repassam esses conhecimentos para as gerações seguintes.

O tamanho das propriedades variou enormemente, variando entre nove a 193 hectares, sendo que há predominância de propriedades com 24 hectares, conforme (Fig.1).

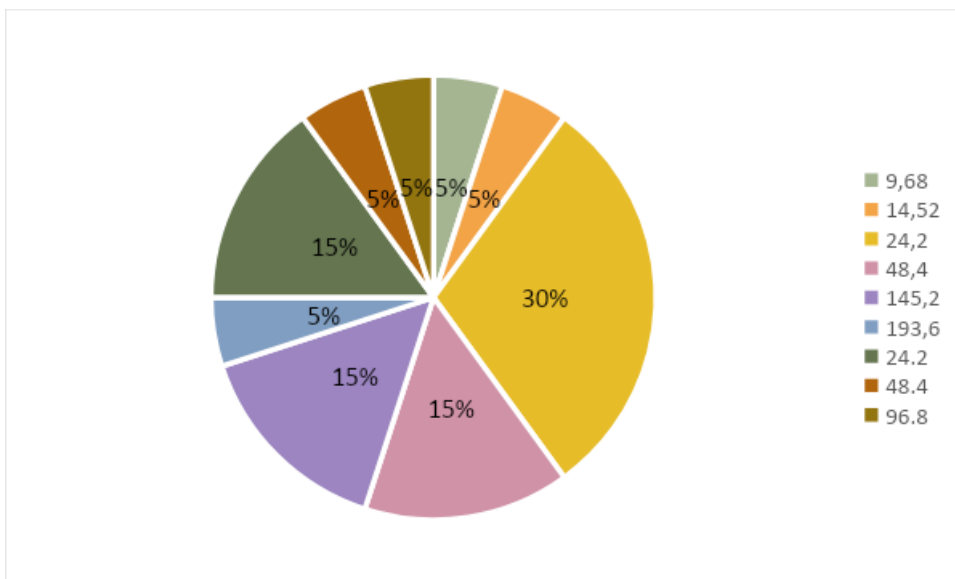


Figura 1: Área (Ha) das propriedades das famílias agricultoras da comunidade Prata.

Dessa área, parte é destinada para pastagem (alimentação do gado), parte é coberta por vegetação nativa de Cerrado, e uma pequena parcela, geralmente próxima as margens dos rios, em torno de um a dois hectares, é destinada à produção de alimentos, voltada à subsistência da família. Apesar da área destinada à produção de alimentos ser pequena, esta possibilita ampla quantidade e variedade de alimentos, pois os agricultores realizam agroecossistemas baseados em policultivos. De acordo com Moraes et al., (2014), a diversidade de espécies vegetando simultaneamente em policultivos é muito importante para o agricultor, pois a interação entre plantas promove a fertilidade do solo, controle de pragas, maior rendimento por hectare, e com isso, promove, também, a diversidade alimentar.

Os agricultores entrevistados possuem idade entre 29 e 72 anos (Tabela 2), sendo que metade são do sexo feminino. De acordo com a pesquisa, 60% dos agricultores entrevistados não sabem ler e escrever, 10% conseguem apenas



escrever o nome, enquanto 30% estudaram até o 6º ano do ensino fundamental.

Tabela 2: Composição familiar de acordo com a faixa etária.

Faixa etária	Número de pessoas	Porcentagem
0 – 12 anos	22	25,58%
13 – 18 anos	13	15,12%
19 – 30 anos	12	13,95%
31 – 50 anos	17	19,77%
Acima de 50 anos	22	25,58%
Total	86	100%

De acordo com (Tab. 2), a composição familiar predominante na comunidade é composta por crianças de até 12 anos e de adultos com mais de 50 anos. A média da composição numérica familiar foi de 4,3 moradores por residência.

As famílias entrevistadas, além da agricultura, possuem pequenas criações de gado, de galinha e de porcos para contribuir com a alimentação. Todos os membros família colaboram na realização do trabalho.

Todas os agricultores que participaram da pesquisa são nativos da região e conseguiram a terra por herança ou através de ocupação pelo Projeto de Demarcação de Terras Quilombolas. Dos entrevistados, 70% não participam de nenhuma organização social, 20% participam da associação Kalunga e 10% participam do sindicato rural de Cavalcante.

Os agricultores Kalunga ainda utilizam a roça de toco, que é uma técnica que vem sendo passada de geração para geração. Onde os agricultores fazem o corte da vegetação da área, e após isso, utilizam fogo para limpar a terra. O preparo do solo é de forma manual, as ferramentas mais utilizadas são machado, foice, enxada



e plantadeira. O plantio das roças ocorre no período chuvoso, geralmente entre outubro e janeiro.

A colheita também é feita de forma manual, onde todos os membros da família colaboram com o trabalho. Em geral os adultos fazem o trabalho pesado e os adolescentes ficam responsáveis pela vigia (após o plantio do milho e do arroz, é preciso “vigiar” até a germinação para que aves (periquitos, pássaro preto, rolinha, etc.) não comam os grãos, e depois, quando estão amadurecendo, também é realizada outra “vigia”.

De acordo com Cordeiro (2003), desde que a agricultura iniciou, cerca de 10 mil anos atrás, a seleção e produção de sementes tornaram-se práticas de todos que vivem da agricultura. Além da produção própria, as trocas de sementes entre vizinhos e compra nos mercados consolidaram-se como formas complementares para a obtenção de novas variedades, mostrando que a diversidade de espécies é um fator importante para a segurança alimentar.

Além da roça, 100% dos agricultores possuem várias espécies de plantas frutíferas no quintal, como banana, laranja, limão, manga, caju, goiaba, etc. A maioria dos entrevistados possuem horta, onde são cultivados espécies como cebolinha, coentro, alface, cenoura, beterraba, jiló, quiabo, maxixe e plantas medicinais. Todos responderam que praticam coleta de frutos do cerrado para contribuir com a alimentação da família, como pequi, mangaba, cagaita, baru, buriti, guariroba, entre outras. Com isso, o povo Kalunga possuem ampla variedade de alimentos, o que contribui para a soberania e a segurança alimentar da comunidade.

Quanto ao uso de agrotóxico, 100% responderam que não utilizam. Alguns utilizam preparos de defensivos caseiros, como fumo e cinza (deixam o fumo de molho para formar e separar o “caldo”, depois, este “caldo” é misturado com cinza dos fogões de lenha) e então, este preparado é borrifado nas plantas para controlar populações de pulgão e cupim que estão nos agroecossistemas. Os agricultores



responderam que não conhecem sementes transgênicas e não sabem o que são feiras de trocas de sementes, porém, disseram que fazem trocas com os vizinhos.

Para conservar as sementes para a próxima safra, os agricultores selecionam as melhores sementes, as deixam secar e armazenam dentro da “boia” (garrafa pet) com a função de proteger as sementes do ataque de carunchos (besouros) e lagartas. No caso do armazenamento das sementes de arroz, os agricultores fazem um “moí” (certa quantidade de cachos de arroz amarrados pelo talo) e o penduram no teto da casa.

Apesar de todos os entrevistados responderem que praticam agricultura, a produção não é suficiente para o sustento da família, sendo necessário recorrer aos produtos industrializados vendidos na cidade, que fica cerca de 100km da comunidade. Os principais alimentos comprados na cidade são arroz, feijão, óleo, café, açúcar, carne e sal.

Cerca de 75% responderam que não percebem o desaparecimento de nenhum tipo de alimento tradicional que consumiam na culinária tradicional típica da comunidade. Já 25% das famílias entrevistadas disseram que perderam o hábito de consumir beiju, mingau ou angu de massa de coco, que, nos anos 70, eram umas das principais refeições Kalunga, pois existia o coco em abundância e o acesso aos outros alimentos eram mais restrito.

Os produtos comercializados pelos agricultores são, predominantemente, farinha de mandioca, rapadura, óleo de coco, castanha de baru, óleo de pequi e plantas medicinais. A forma de comercialização geralmente é em pequenos volumes e diretamente aos consumidores, sendo oferecido nas ruas e residências. Alguns produtos como rapadura e farinha de mandioca são comercializados para clientes que já conhecem o produto, e fazem encomendas ou reservam quando o agricultor leva até a cidade.

De acordo com os entrevistados, somente 20% não recebe nenhum benefício

do governo. Os demais 80% recebem principalmente aposentadoria, bolsa família e pensão, de acordo com (Fig. 2). Esses recursos obtidos pela transferência através de programas sociais, são a principal fonte de renda das famílias, e geralmente são destinados para a aquisição de alimentos e pequenas despesas.

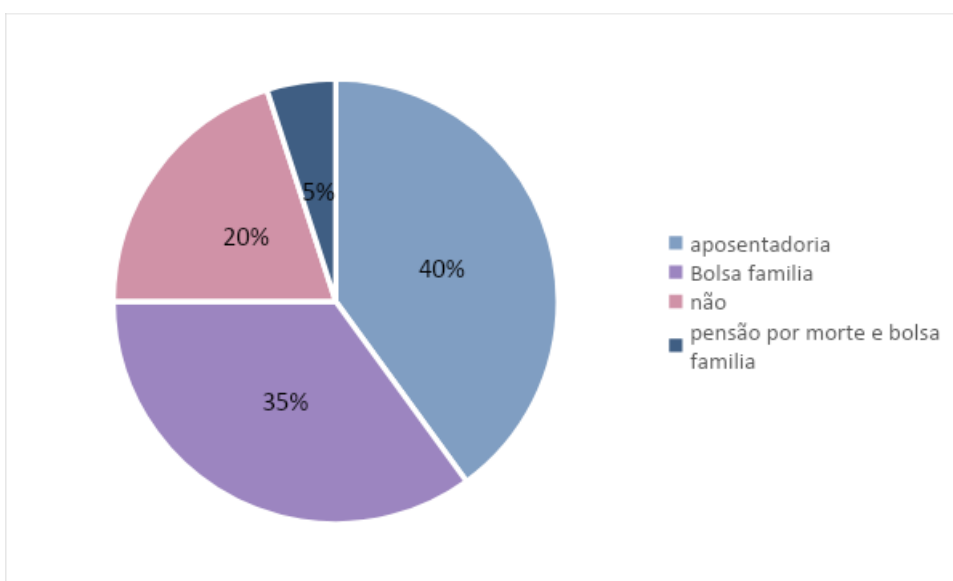


Figura 2: Políticas públicas acessadas pelos entrevistados.

Todos os entrevistados disseram que aprenderam a manejar as sementes com seus antepassados. Quando perguntados sobre a importância da utilização de sementes e mudas mantidas e preservadas na comunidade, responderam que esta prática é bastante vantajosa, devido as sementes já estarem adaptadas ao local, produzem melhor, e a estarem disponíveis no período do plantio, além de serem naturais.

Todas as famílias afirmaram que estão satisfeitas com seu nível de



alimentação, com exceção de uma, que afirmou necessitar de frutas e verduras.

Relacionado ao nível de manejo e manutenção da agrobiodiversidade, 60% dos agricultores entrevistados afirmaram que produzem e armazenam todas as sementes que necessitam para os cultivos, e ainda realizam trocas com os vizinhos. Esses agricultores foram classificados no nível elevado de manejo e manutenção da agrobiodiversidade. Eles possuem elevada autonomia em relação ao mercado de produtos agrícolas, praticamente não havendo aquisição no mercado de insumos. Já 40% dos entrevistados foram classificados no nível intermediário de manejo e manutenção da agrobiodiversidade. Eles guardam parte das sementes que necessitam para os cultivos, porém depende do comércio ou da comunidade para acessar as sementes que lhes faltam. As espécies citadas pelos agricultores que não conseguem armazenar todas as sementes são principalmente milho, coentro, jiló, maxixe, quiabo, beterraba e couve. Estes agricultores manejam sementes de forma tradicional, porém em determinadas situações, necessitam do mercado de produtos agrícolas para aquisição de sementes comerciais. Na pesquisa não houve nenhum agricultor classificado no baixo nível de manejo e manutenção da agrobiodiversidade, ou seja, que dependesse exclusivamente do mercado de produtos agrícolas para adquirir suas sementes.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu uma visão abrangente sobre a realidade dos agricultores da comunidade Kalunga Prata no município de Cavalcante – GO e sua relação com o manejo da agrobiodiversidade e com a soberania e segurança alimentar. Todos os agricultores entrevistados produzem e preservam a maioria das sementes crioulas, que são essenciais para manter a tradição e cultura do povo Kalunga.

Apesar de todos os entrevistados afirmarem que plantam anualmente, a



produção não é suficiente para o sustento da família, então estes utilizam benefícios governamentais para adquirir alimentos na cidade. Não foi citada existência de assistência técnica e comercialização em mercados institucionais, que geralmente são comuns em outras comunidades. Com isso, percebe-se a necessidade de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar Kalunga.

Alguns agricultores compram sementes comerciais que não estão adaptadas ao solo e clima da região, com isso, agricultores que utilizam suas próprias sementes possuem maior chance de sucesso na produção de alimentos, considerando, principalmente, a relação custo x benefício da atividade agrícola.

Através da utilização de “roça de toco” e policultivos (com, no mínimo, quatro espécies consorciadas) como principais sistemas de produção agrícola, a comunidade mantém elevado nível de manejo e manutenção da agrobiodiversidade local. Com a prática de seleção, produção, e conservação das sementes, percebe-se que os agricultores possuem autonomia em relação aos alimentos que cultivam, e com isso, garantem a manutenção da agrobiodiversidade tradicional local, produzindo grande variedade de alimentos, mantendo a sua soberania e segurança alimentar.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDAI, P.; SCHMITT, J. C. Sementes e Soberania Alimentar. Texto preparatório ao Seminário Soberania Alimentar - Heifer Internacional. Recife, 2008.35 p.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5.º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.



CORDEIRO, A. Subsídios para o 5º Concurso Nacional de Estudantes do MST: Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade: A Viagem das Sementes. 2003.

CARVALHO, H. M. (Org.). Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade. 1.ed. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2003. 352 p.

MACHADO, A. T. SANTILLI, J. MAGALHÃES, R. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Texto para Discussão/ Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. ISSN 1677-5473;34.

MEIRELLES, R. L. e RUPP, D.C. L. Biodiversidade: Passado, Presente e Futuro da Humanidade. Centro Ecológico. RS. .2006. 83 p.

MORAIS. R. C.; ARAÚJO. L. S.; OLIVEIRA. P. N.; OLIVEIRA. F. R. N.; SANTOS. A. S. Sementes da paixão: cultivando vidas e saberes no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. Revista Agriculturas.V.11-n.1.2014.

ROSSET, P.; COLLINS J.; MOORE F. Lições da Revolução Verde. Revista Tikkun Magazine, vol.15 n.2. 2000.

SANTILLI, J. A lei de sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícola locais e tradicionais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 2, p. 457-475. 2012.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SOUSA, R. A. Gêneros Textuais e Ensino: Práticas de Letramento Empregadas no Ensino de Língua Portuguesa pelos Professores da Escola Nossa Senhora Aparecida (Comunidade Kalunga do Prata – Município de Cavalcante – GO). Monografia. Licenciatura em Educação do Campo. Universidade de Brasília, Planaltina, 2013. 41 p.

Quilombo Kalunga. Disponível em <<http://quilombokalunga.org.br/>>. Acesso em 08 de novembro de 2017.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

**DESENVOLVIMENTO, FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA: DESAFIOS AGROALIMENTARES GLOBAIS**

04 a 08 de outubro de 2021.

GT12

O FUTURO DOS ESTUDOS RURAIS: EXPERIÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO DOS NOVOS PESQUISADORES

COORDENAÇÃO

LUIS HENRIQUE CUNHA (UFCG)

LUIS ANTONIO BARONE (UNESP)



“NÃO SEI COMO SERIA SE EU FOSSE AFEMINADO”: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DAS MASCULINIDADES DE HOMENS GAYS NOS ESPAÇOS AGROECOLÓGICOS

José Claudivam da Silva¹, Laeticia Medeiros Jalil², Rafael Toitio³

RESUMO

O presente trabalho visa investigar os processos identitários da produção de masculinidades a partir dos papéis atribuídos aos homens *gays* nos contextos rurais e agroecológicos, bem como analisar situações de afeminofobia que emergem devido a prevalência de traços e padrões de cisheteronormatividade presentes no meio social. A partir do viés do binarismo de gênero, onde a aproximação com traços de feminilidade implica na desvalorização da identidade masculina, uma vez que esta perde o lugar de prestígio atribuído aos traços mais comuns do masculino, buscaremos compreender como homens *gays* se inserem nesse processo de produção de masculinidades em espaços de reprodução das lógicas dicotômicas estruturantes do binarismo inseridos no meio rural. Deste modo, os estudos de gênero nos possibilitam discorrer acerca das questões da produção de masculinidades, bem como pensar sobre como a afeminofobia – preconceito contra homens *gays* afeminados – e quais as suas condições de marginalização evidenciadas pelo afastamento do padrão de gênero masculino preestabelecido, onde ser feminino e/ou afeminado está associado, ao longo da história, à passividade, docilidade e submissão. Ressaltando a agroecologia enquanto lugar de ruptura da invisibilidade dos sujeitos que a constroem historicamente, visando garantir suas autoafirmações identitárias e reafirmações de suas existências, de modo a pensar as ressignificações das expressões das masculinidades e sua relação com o feminino e a feminilidade como rompimento da norma cisheteroestruturante de prevalência do homem/masculino sobre a mulher/feminino.

Palavras-chave: Afeminofobia; Agroecologia, Masculinidades.

¹ Graduando pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/SEDE; Graduando pelo Curso de Direito da Faculdade Damas – FADIC, Integrante do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades (DECISO/UFRPE), jclaudivamsilva@hotmail.com;

² Socióloga, Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, feminista, mãe de Inácio; Membro do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Coordenadora do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades – UFRPE, laeticiajalil@gmail.com;

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), rtoitio@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

A dicotomia do sexo biológico foi e ainda é fomentada na estrutura social e preestabeleceu, ao longo do tempo, as categorizações dos indivíduos baseadas por meio dos seus órgãos genitais para, assim, determinar e definir o ser homem ou ser mulher. Assim, essa dicotomia representa uma categorização onde o corpo deve possuir somente duas formas constitutivas únicas, o feminino e o masculino, e que conseqüentemente exprimem papéis sociais também binários. Essa arbitrariedade restritiva da categorização do sexo e do gênero condiciona a um círculo vicioso de exclusão das identidades de gênero diversas dos padrões predeterminados.

Por outro lado, a partir do feminismo e dos avanços dos estudos de gênero, surgiram novas discussões e concepções que possuem o viés de perpassar essa lógica dicotômica de construção social e identitária dos indivíduos, para compreendê-la e questioná-la. Essa perspectiva pode (e deve) ser aplicada para entender processos, questões e vivências nos contextos rurais e agroecológicos. Sobretudo, no atual momento em que o movimento agroecológico e os estudos feministas se articulam para refletir sobre questões relacionadas aos papéis e significados sociais atribuídos aos homens e as mulheres e como estes contribuem para fomentar as desigualdades expressas a partir da vivência das mulheres por meio da divisão sexual do trabalho e as atribuições de cada um/a no meio rural.

Ao mesmo tempo, isso abre a possibilidade de discutir também questões relativas à diversidade sexual, bem como das expressões de gênero presentes nos contextos rurais, dando visibilidade a identidades e vivências diversas do padrão binário preestabelecido. Nesse artigo, refletimos sobre a vivência dos homens gays e as masculinidades subalternas no movimento agroecológico, o qual tem historicamente na figura do homem heterossexual o lugar de liderança e de manuseio das técnicas agroecológicas.

É importante considerar que a construção de perspectivas dos processos identitários



que condicionam a produção de masculinidades nos mais diversos contextos sociais segue uma lógica que privilegia uma norma cisheterossexista e binária de gênero, por meio de uma masculinidade hegemônica, que determina os espaços de representação divididos entre o masculino, associado ao viril, e o feminino, associado ao frágil, onde se tem a demarcação desses significados de gênero entendidos como padrão a serem seguidos. Nos papéis e sentidos atribuídos aos homens e suas masculinidades no rural e nos contextos agroecológicos, existe, ainda, uma prevalência desse contexto dicotômico, em que construção da identidade do homem nesse meio reverbera questões a ele anteriores:

Ele, o homem do campo, nesta glosa analítica, tem como missão crescer e multiplicar para (re)produzir em conformidade, pois seu destino é ganhar o pão pelo suor do próprio rosto. Mantenedor de uma sexualidade instituída, escamoteada [...]. Em tese, produz-se um Corpo-assim, ou seja, um corpo camponês já dado, definido, discursivamente, em sua sexualidade, espécie de mais-valia em prol de valores-guias (ROGERS, 2006, p. 31).

Nesse sentido, o corpo do homem do meio rural é normatizado e domesticado (ROGERS, 2006), por meio do imaginário social que compreende que a função natural dele seria a (re)produção de padrões preestabelecidos e que determinam sua identidade de gênero e orientação sexual pela imposição de um lugar de domínio: ser homem e o performar em todos os seus aspectos, sendo essa construção de masculinidade restrita e excludente do percebimento das identidades diversas inseridas no contexto social. Isso implica perceber o percurso de construção de uma cisheteronormatividade do indivíduo em suas performances de gênero masculinas, mas que envolve também possíveis rompimentos com as estruturas dominantes e aberturas para outras formas de masculinidade(s) que sejam reconhecidas e/ou validadas por seus membros.

É importante refletir sobre a reprodução do e a resistência no modelo hegemônico de masculinidade nas vivências do homem *gay* do e no campo, onde é fortemente disseminado a ideia do homem macho, forte e viril, o que nega e invisibiliza as masculinidades diversas desenvolvidas ao longo do processo de formação da sociedade. No entanto, ainda que de forma incipiente, o movimento agroecológico tem desenvolvido um debate acerca da



produção de outras masculinidades de homens gays do e no campo, para questionar esse lugar da invisibilidade retroalimentada e mantida ao longo do tempo, em que não havia espaço para pensar a questão dos homens gays que constroem, de igual modo, a agroecologia.

Nesse sentido, o texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa que objetiva investigar os processos identitários das masculinidades de homens gays inseridos nos espaços agroecológicos e como a Agroecologia tem contribuído para romper ou não com a lógica de invisibilidade de identidades diversas do padrão cisheteronormativo preestabelecido. Para tanto, a pesquisa contemplou o estudo da bibliografia sobre masculinidade, gênero, feminismo e agroecologia; a análise de documentos do movimento agroecológico; e entrevistas semiestruturadas com três militantes gays desse movimento e atuantes no Nordeste. Ainda que a autoidentificação de gênero de nossos interlocutores seja a de homem e, desse modo, abarcarem as masculinidades de forma unânime nos seus processos de formação identitária, o que está em análise é o modo como as diversas formatações de masculinidade se constituem e negociam a legitimidade de sua existência dentro de um espaço político: formatações visualizadas a partir da existência de masculinidades hegemônicas e subalternas e masculinidades entendidas como prática performática e produtiva do gênero masculino.

PROCESSOS IDENTITÁRIOS E PRODUÇÃO DE MASCULINIDADE(S)

Antes de adentrar na discussão principal do artigo, cabe uma breve apresentação sobre o conceito de masculinidade utilizado na análise, apontando alguns autores e autoras que balizam a discussão.

O corpo construiu-se de uma unicidade, cada pessoa é única, contudo, possui características comuns a toda pessoa humana; características estas que as identificam, bem como as diferem, tais como o gênero, a raça, classe social, orientação sexual, religião, entre outros, que fundam historicamente a diversidade humana. Se a formação do indivíduo é construída socialmente, logo, não está isenta de mudanças e adequações ao longo da história e



no meio social ao qual está inserido diante, principalmente, das diferentes formas que se passou a enxergar o ser humano a partir da perspectiva da construção cultural das identidades.

A produção de corpos, sexos e, impreterivelmente, sexualidades, a partir da análise dos estudos nomeados de genealógicos do filósofo Michel Foucault, deixa claro que as instituições de poder através dos seus dispositivos disciplinares fixaram aos corpos elementos identitários necessários para o exercício de seu controle. Foucault (2010) compreende o corpo como uma marca, baseando-se na análise do indivíduo moderno diante da interiorização de processos disciplinares, subjetivação e identificação. Tem-se, deste modo, a produção de discursos com base na constituição dos corpos sexuados e, conseqüentemente, da dicotomia do modelo do binarismo sexual entre o sexo masculino e o sexo feminino.

Foucault compreendeu os sexos enquanto objetos de discursos, portanto enfatizou que a nomeação e definição das coisas alcança um procedimento de concepção. Consoante ressalta Guacira Lopes Louro (2009, p. 138), os dispositivos de regulação possuem um caráter performativo, ou seja, sua referência e, conseqüentemente sua recorrência condicionam para que isso possa acontecer, para assim, produzirem aquilo que possam nomear. Esse entendimento foi, especialmente, desenvolvido por Judith Butler (2010) para quem a categorização do sujeito está intrinsecamente ligada à esfera do sexo, tratando-se de uma noção ocasionada pelos dispositivos da sexualidade. Deste modo, ela propõe uma análise sobre a construção de uma matriz heterossexual moderna, que pode ser interpretada como

a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados [...]. O modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade. (BUTLER, 2008, p. 216).

Tal padrão passou a gerir a manutenção de duas sexualidades, de duas posturas, de dois interesses, duas aparências, de dois desejos potenciais sempre e exclusivamente dentro de um modelo do binarismo sexual predeterminado e da sua presunção de heterossexualidade



compulsória juntamente com suas necessidades produtoras, reprodutoras e racionais próprias das relações sociais entre homens e mulheres. De acordo com Butler,

O regime da heterossexualidade atua para circunscrever e contornar a “materialidade” do sexo e essa “materialidade” é formada e sustentada através de – e como – uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual [...] a materialização de normas exige aqueles processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito. (BUTLER, 2010b, p. 170).

A disseminação de um regime da heterossexualidade produzido e conseqüentemente estimulado na modernidade determinaram o surgimento e a oposição do binarismo sexual composto por dois indivíduos condizentes com práticas socialmente ideais, quais sejam: o homem e a mulher – enquanto um processo cisheteronormativo que determina masculinidade(s) e feminilidade(s) como concepções únicas.

Esse processo de formação da identidade dos indivíduos se fundamenta por meio da noção geral atribuída ao homem e a mulher, enquanto sujeitos determinantes dos processos sociais, por meio de uma lógica de sobreposição da masculinidade sobre a feminilidade. Assim, o homem e suas masculinidades ocupam e ocuparam lugares reservados a eles por performarem e estarem na figura do macho, logo, do masculino. Conforme explicitou Daniel Cazés, “[...] os estudos sobre homens ou masculinidade com enfoque de gênero estão ligados aos estudos feministas e, em grande medida, inspirados por suas visões críticas e pelas propostas e ações das mulheres que os elaboraram” (CAZÉS, 1998, p. 112).

Isto posto, tem-se a perspectiva de uma matriz de concepção de uma masculinidade hegemônica, sendo que, de acordo com Raewyn Connell e James Messerschmidt, o referido termo afirma a existência de um modelo de masculinidade que, uma vez prescritivo, exerce domínio sobre as mulheres e subordina os homens a alcançá-la (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013). Para nós, esse conceito acerca da constituição da masculinidade hegemônica funda uma ideia chave de análise, uma vez que permite visualizar como o binarismo de gênero e a cisheteronormatividade endossam não só o poder hierarquicamente



atribuído aos homens sobre as mulheres, como também balizam as diferentes formatações e lógicas de masculinidades nos mais diversos grupos de homens, incluindo os homens *gays* e suas performances e processos identitários que tenham aproximações com o feminino.

Deste modo, a figura projetada do homem como indivíduo detentor de virilidade e poder, bem como de performar o papel do macho másculo afastado dos papéis femininos sustenta uma perspectiva de fechamento ou de não visualização de outras formas de ser ou tornar-se homem. O ideal-regulatório do masculino garantiu e garante aos homens lugar de privilégio. Contudo, é preciso questionar: o que acontece quando esse lugar é ocupado por uma pessoa de identidade de gênero masculina e ao mesmo tempo se autodeclara *gay*? E quando essa pessoa é do meio rural onde predomina a ideia de que o homem não-heterossexual não é considerado “homem de verdade”? A masculinidade entendida nesse contexto se apresenta de forma a reforçar o padrão hegemônico de reiteração de estereótipos e de afastamento da identidade masculina de tudo que não seja performado a partir desse viés do másculo, uma vez que homens tendem a reproduzirem esse lugar da virilidade como autoafirmação do seu espaço de poder e lugar de macho; do mesmo modo, homens *gays* o fazem por meio de uma estratégia de garantia da identidade masculina em detrimento das formas de feminilidades.

A produção de atributos ou características tidas como masculinas permeiam espaços discursivos de autoafirmação identitária como referência de uma produção de indivíduos inseridos em diferentes relações e processos sociais. Por isso, é importante assumir que existe

[...] não há só um discurso que associa de modo direto homens a masculinidade, mas também a criação de um campo de legitimidade no qual se inserem homens masculinos e, ao mesmo tempo, uma esfera do ilegítimo, à qual pertenceriam homens marcados por uma masculinidade não-natural ou por uma feminilidade que funcionaria como elemento disruptivo da suposta coerência entre sexo biológico e atributos relacionados a gênero (FRANÇA, 2010, p. 181).

As formas hegemônicas de masculinidade também adentram a vivência e identidade dos homens *gays*, que podem ser evidenciadas nos processos reiterativos de normalização de performances e “trejeitos” masculinos como determinantes de uma identidade viril, o que



envolve a reprodução das características intrinsecamente referenciadas na vivência e padrão heterossexual e na percepção da masculinidade reduzida à construção do macho.

AGROECOLOGIA E A QUESTÃO LGBTI+: BREVE CONTEXTO

O debate acerca das questões relativas à diversidade sexual e de gênero nos contextos agroecológicos ainda é um tema pouco discutido e, mesmo que as discussões tenham adentrado aos espaços, seja nas comunidades, nos grupos de trabalho, congressos e outros, o lugar da representatividade se mostra incipiente.

Vale ressaltar que a agroecologia apresenta uma perspectiva, enquanto ciência, movimento e prática (GLIESSMAN, 1989; SILIPRANDI, 2009; IRIDIANE SEIBERT, 2019), que visa uma reestruturação dos processos de caráter produtivo, sejam eles agrícolas e/ou pecuários, bem como a distribuição de alimentos e a ampliação acerca dos processos alimentares. Deste modo, ela se estrutura como referencial para novas questões de desenvolvimento que promovem a diversidade dos sujeitos que fazem e constroem a agroecologia e que, historicamente, tiveram suas narrativas invisibilizadas, no intuito do fortalecimento das suas experiências como atos políticos e de reafirmação das suas identidades.

Sobre essa perspectiva, a Via Campesina Brasil⁴, por meio da *Cartilha de Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo*, destaca que “falar sobre diversidade sexual e de gênero no campo é um desafio deste tempo na luta e construção de territórios livres de opressão e dominação [...] rompe com o silêncio sobre a invisibilidade e a existência das LGBTI [...] no campo” (CARTILHA LGBTI, p. 6, 2020).

Já no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em 2018, dentre as pautas

⁴ A Via Campesina é um movimento transnacional que reúne organizações camponesas, de trabalhadores/as rurais, povos indígenas e outros, presente em todos os continentes. A Via Campesina no Brasil luta pela agroecologia.



trazidas e autoafirmadas sobretudo pelas juventudes foi a referida questão, que foi sintetizado no lema “Com LGBTIfobia não há Agroecologia”. Isso destacou a necessidade de romper com práticas hegemônicas e dicotômicas, principalmente no que se refere as suas construções identitárias e liberdades de serem quem são. Salientando que as discussões acerca da diversidade sexual e de gênero no campo apresentam uma questão geracional bastante presente, uma vez que as juventudes têm assumido esse papel de acionar o debate mais fortemente.

A juventude quer debater gênero nas escolas, implementar a política de sucessão rural, defender territórios livres de agrotóxicos, aprofundar suas experiências de agricultura urbana, criar territórios livres de machismo e LGBTIfobia e consolidar suas autonomias. Tudo isso será construído a partir da inovação no diálogo entre nossas expressões culturais, entendendo que nossas solidariedades políticas se construirão de forma criativa com a cara da irreverência e radicalidade das juventudes (CARTA POLÍTICA [DO] IV ENA, p. 39, 2018).

É importante destacar o papel da agroecologia como prática plural e de incorporação de questões culturais, políticas, ambientais e sociais, reforçando a construção de pautas e lutas antirracistas, anticapitalistas e antiLGBTIfóbicas em defesa dos direitos histórica e democraticamente assegurados. No que tange a essa última luta, o avanço do movimento agroecológico na pauta da diversidade sexual e de gênero vem, entre outras coisas, dando visibilidade à atuação e reivindicações de militantes LGBTI+, sendo que, nesse texto, iniciamos uma reflexão específica sobre os militantes gays.

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: SER UM HOMEM GAY NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Pensar sobre a vivência de ser um homem gay no movimento agroecológico demarca discussões fundamentais acerca de pautas emergentes e de indivíduos que fazem e representam a agroecologia de modo potente e dos seus lugares identitários de reivindicação das suas autoafirmações que rompem com a lógica do ser e performar o padrão



preestabelecido de ser homem, de ser um homem gay e de ser um homem gay do campo.

É nesse sentido que, para José Arildo Soares dos Santos⁵, agricultor, feirante e artista, 26 anos, morador da Comunidade de Sítio Coqueiro – Assentamento Maceió, filho de assentados da Reforma Agrária, integrante do GT de Juventudes da Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território Vales do Curu e Aracatiaçú, quando questionado acerca da sua vivência enquanto homem gay, o reconhecimento da sua identidade de gênero e orientação sexual e quais seriam os maiores desafios enfrentados diante de uma sociedade que ainda reforça questões estruturais do binarismo de gênero inserido num espaço agroecológico, destacou que sua vivência no espaço agroecológico nunca interferiu no seu ser homossexual e reforçou: *“não sei como seria se eu fosse afeminado ou não me identificasse no meu corpo, como já disse, muitos nem sabem da minha homossexualidade e também não faço questão de escancarar; quem precisa saber sabe e não vejo isso como negar minha identidade”*.

Cumprе destacar que, na fala José Arildo Soares dos Santos há uma preocupação quanto ao fato de que sua identidade se afastar do feminino e salienta que mudanças consideráveis poderiam ser percebidas mais facilmente, caso performace uma identidade masculina com aspectos e/ou elementos femininos, afeminados.

Já Giuseppe Bandeira⁶, Coordenador do GT de Juventudes da ABA, diante da sua trajetória de autoafirmação como um homem do sertão, preto e gay destaca que “ser um homem gay no movimento da agroecologia” traz para ele determinados embates e encontros de forma que: “me entender enquanto sujeito/homem gay passa a fazer parte, na verdade, de todas as minhas ações”. Ele faz referência ao fato da performance feminina quando destaca que há

A privação da gente ser na nossa própria comunidade (...) quanto mais masculino mais aceito (...) eles representam uma perspectiva de um preconceito muito perigoso, porque eu mesmo na minha construção identitária, enquanto homem gay eu sei quantas vezes eu neguei as bichas afeminadas... até isso em relação a atração afetiva porque para me permitir estar com alguém tinha que ser um homem masculino, porque vem dessa construção heteronormativa (...) ninguém está distante

⁵ Entrevista realizada em março de 2021.

⁶ Entrevista realizada em março de 2021.



disso.

Deste modo, a referência à afeminofobia, termo cunhado pela autora e pesquisadora norte-americana Eve Sedgwick, é utilizada de forma pejorativa como demonstrativo de que existe uma rede de preconceitos na própria população LGBTQIA+, que também são responsáveis por reproduzir tal discurso e, portanto, disseminar o preconceito contra homens afeminados ou mulheres masculinizadas. O homem gay afeminofóbico utiliza do “armário” como artifício discursivo e mecanismo de regulação de suas identidades, uma vez que “o armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas *gays*. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social (SEDGWICK, 1990, p. 8).

Para Alexandre Henrique Pires⁷, Coordenador Geral do Centro Agroecológico Sabiá, o reforço aos estereótipos de ser um homem gay do e no campo é um processo que começa muito cedo, desde a infância, destacando que “ser gay no sertão, filho de agricultores, com a família toda camponesa” foi difícil e que “no campo não tem espaço para o homem gay, não tem espaço para o ser gay”, salientando que o processo de construção identitária dos homens *gays* e suas pretensões para a performance masculina e masculinizada precisam ser colocadas em evidência, pois os forçam a permanecer invisíveis, no armário, para não sofrer qualquer tipo de retaliação. Alexandre destaca que,

Quando eu entrei no movimento agroecológico ali no início dos anos 2000, em 2002 eu entrei no Centro Sabiá; eu entrei com o conhecimento de pessoas que já sabiam da minha orientação sexual. Então no Centro Sabiá não houve, que eu reconheça conscientemente, algum tipo de limitação ou preconceito em função da minha sexualidade, da minha orientação sexual. Agora, eu sempre me vi muito constrangido, logo no princípio dos nossos processos, no lidar com as outras organizações, assessores das outras organizações e movimentos porque nesses espaços eu não via ninguém gay – eram todos homens e mulheres héteros.

É importante perceber que enquanto muitos sustentam e pregam intensamente a ideia do armário como salvação, aqueles que vivem ao redor e fora completamente desse meio de refúgio na construção da masculinidade encaram a temática como algo racional e que merece

⁷ Entrevista realizada em março de 2021.



existir em função da atuação protagonista dos papéis a serem desenvolvidos e performados por cada indivíduo. Mas, nem sempre as condições políticas estão dadas para fazer a “saída do armário”. O armário é formador/regulador porque existe uma rede de pessoas que estão preocupadas em espionar e sempre violar a intimidade alheia, uma vez que “mesmo um gay assumido acaba por conviver diariamente com interlocutores sem a certeza de estes o reconhecerem” (SEDGWICK, 1990, p. 8).

“Sempre deixei isso muito claro nesses espaços, nunca neguei; aliás, nas oportunidades que eu tive de falar, de expressar isso eu expressei, só que eu não me sentia bem por que não existiam outros”, salienta Alexandre corroborando com a perspectiva teórica da autora. Percebe-se que o armário na vida de homens *gays* é uma incerteza que constantemente permanece na vida destes indivíduos, por ter que manter um padrão identitário para não ser alvo de discriminação e preconceito. Quando isto acontece, o armário ainda é um mecanismo de fuga para esconder ou deixar incerto uma performance que não deveria ser escondida.

As vivências e experiências dos processos de construção identitária de homem *gays* inseridos no campo, como nos casos de Arildo, Alexandre e Giuseppe, representam particularidades da formação individual de cada um e condicionam infinitas percepções acerca de ser quem se é e o porquê se é. Isso podem gerar conflitos e negociações que, por sua vez, podem reverberar na atuação da cis-heteronormatividade como lógica de exclusão, não aceitação e marginalização de identidades masculinas de homens *gays* que não reproduzam um padrão preestabelecido da condição de ser, estar e permanecer macho.

(DES)CONSTRUINDO CONSIDERAÇÕES

A lógica de construção de um ideal de masculinidade permeia a formação individual de todos os indivíduos, é comum, por exemplo, o reforço dos estereótipos que condicionam para que o masculino seja quase que exclusivamente representado pela figura do másculo, viril, do dominador e daquele que detém o poder sobre as estruturas, em comum acordo com o



sistema binário de gênero; de modo a negar ou afastar tudo que possa remeter ao feminino.

“O fato de não ser afeminado muda muita coisa”, pontuação trazida por José Arildo, demarca um lugar que incertezas quanto a ser quem é e mais ainda nos espaços rurais quando se tem a projeção do que seria ser homem e performar uma masculinidade adequada e apropriada, uma vez que

Na zona rural as tensões em torno da masculinidade são intensificadas, de modo que a pluralidade de expressões de masculinidades é combatida. Enquanto meninos, só nos é permitido desejar ser homem, ser pai de família, usar de brutalidade e violência para defender o título de homem (SANTOS e PRATA, 2019, p. 5).

A fuga dos rótulos e das estigmatizações acerca das suas identidades configura uma tentativa de se colocar enquanto reprodutor do que se entende sob o viés do que é preestabelecido, normalizado e, conseqüentemente, aceito no meio social mais facilmente. A afeminofobia impulsiona discursos que cerceiam características de masculinidades que possuam traços e/ou compreendam alguma ligação com o feminino, aqui também entendido como o afastamento do que seria o ideal de ser homem. Isto posto, o delineamento da pesquisa se faz a partir da estruturação de um “campo de corpos” (BUTLER, 1992 *apud* CERQUEIRA & SOUZA, 2015) para explicar as práticas de processos identitários de cunho hegemônico através de representações sobre e dos corpos.

Logo, a compreensão sobre as dinâmicas de masculinidades, a partir das representações de um modelo heteroestruturante dos comportamentos dos homens, e o afastamento de vivências de homens do que o que não é viril são primordiais para a compreensão dos processos corpóreos de masculinidades e da produção de pertencimentos e perspectivas de um homem gay no e do campo.

Assim, cabe salientar que, na luta agroecológica, ainda as desigualdades de gênero e sexualidade estão largamente presentes e, muitas vezes, imperceptíveis. O que inclui a reprodução das formas hegemônicas de masculinidade e de sexualidade, ainda que hoje essas formas também sejam questionadas pela agroecologia atual. Isto posto, é importante



questionar: quais as questões que atravessam a participação do homem gay no movimento agroecológico? Quais as questões que reverberam situações de opressão? Quais limites da diversidade sexual o movimento agroecológico apresenta e quais alternativas podem ser apresentadas para romper com essa lógica? Estes são alguns delineamentos necessários para pensarmos acerca das masculinidades e identidades no contexto rural e agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade** – Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2018.
- CARTILHA LGBTI. **Diversidade Sexual e de gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo**. 1ª Edição. Brasil, outubro de 2020.
- Cazés, Daniel. (1998). **Metodología de género en los estudios de hombres**. Revista de Estudios de Género. La ventana (8), 100-120.
- CERQUEIRA, Paulo Rodrigues; SOUZA, Eloisio Moulin de. **Laclau, sexualidades e os corpos: análise das subjetivações ursinas**. Psicologia & Sociedade, 27(2), 267-279, 2015.
- CONNELL, Robert W. Messerschmidt, James W. **Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013. pp. 241-282.
- FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas**. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Unisversidade de Brasília, Brasília, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2010. v. 1.
- FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Campinas, SP: [s.n.], 2010.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. New York: Springer – Verlag, 1989.
- LOURO, Guacira Lopes. **Foucault e os estudos queer**. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. Para uma vida não fascista. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



SANTOS, Marcos Andrade Alves dos; PRATA, Daniele Gruska Benevides. **Menino afeminado na escola rural.** In ANDRADE, L. N. Diversidade Sexual, gêneros e Raça: Diálogos Brasil-África / Luma Nogueira Andrade. Realize Editora: Campina Grande - PB, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A Epistemologia do Armário.** In: Cadernos Pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

SEIBERT, Iridiani. Graciele *et al.* **Sem feminismo, não há agroecologia.** Em: O poder das mulheres na luta por soberania alimentar. 2019.

SILIPRANDI, E.C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 2009. 291 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



A Educação Socioambiental e as Identidades em situação de vulnerabilidade no Meio Rural Paranaense: um estado da arte da graduação de ciências sociais da UFPR.

Guilherme Francisco Klahold - Universidade Federal do Paraná

Isabela Amalfi - Universidade Federal do Paraná

Resumo

O presente artigo busca elaborar um estado da arte referente às produções acadêmicas da graduação de Ciências Sociais da UFPR que abordam conflitos socioambientais no estado do Paraná. As análises foram de cunho qualitativo, e enfatizaram a Educação Socioambiental e as Identidades em Situação de Vulnerabilidade no meio rural paranaense. Os resultados ainda são parciais, mas já permitem formular algumas considerações acerca da perspectiva dos graduandos, notando algumas tendências e ausências no debate acadêmico do curso. Buscamos estabelecer algumas relações dos elementos destacados com o Desenvolvimento Sustentável e o Racismo Ambiental, mapeando as conexões e posteriormente quais possíveis intervenções podem ser realizadas no meio mapeado.

Palavras Chaves: Racismo ambiental, Educação Socioambiental, Estado da Arte.



Introdução

Este texto faz parte de um trabalho mais amplo, realizado no Núcleo Fundiário e Ambiental do Paraná, através do projeto de iniciação científica “Observatório de Conflitos Socioambientais”, da Universidade Federal do Paraná (UFPR)¹. Nesse projeto procuramos mapear os conflitos socioambientais abordados na UFPR, a partir de diferentes nichos temáticos. Esta etapa da pesquisa foi feita a partir da análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs de graduação em Ciências Sociais da UFPR que foram produzidos nos últimos vinte anos (2000-2019). A pesquisa tem caráter qualitativo-quantitativo, com foco nos TCCs que abordam o tema fundiário e ambiental no curso, e também conta com bibliografia externa à universidade.

O artigo tratará de duas seções desta pesquisa: no primeiro momento, trataremos a temática da Educação Socioambiental no Campo, consistindo em analisar a produção e reprodução dos conhecimentos teórico-práticos da relação entre ser-humano e meio ambiente. Esta seção parte do objetivo de compreender melhor sobre as epistemologias educacionais e socioambientais trabalhadas pelos estudantes do curso, com foco no tema do Desenvolvimento Sustentável e da Educação do Campo no estado paranaense.

No segundo momento, tratamos do Racismo Ambiental, que na perspectiva aqui abordada, busca investigar as questões identitárias a partir de relações de subalternidade. Nesse sentido, utilizamos a noção de racismo ambiental para lançar luz às identidades em que “*que dói ser*”, das violências e conflitos socioambientais.

¹ O Núcleo e o projeto de pesquisa são coordenados pelo prof. dr. Rodolfo Lobato, do Departamento de Sociologia da UFPR.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O Desenvolvimento Sustentável e a Educação do Campo na UFPR

O ensino voltado para as populações rurais é um tema de grande debate em nosso país, considerando a falta de oferta de uma educação de qualidade para esse segmento. Essa situação envolve certas circunstâncias históricas envolvendo a estrutura fundiária, econômica e educacional brasileira (PINHEIRO, 2007).

De acordo com os Marcos Normativos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, pode-se perceber que os avanços jurídicos na oferta educacional para o meio rural ocorreram apenas após a implementação da Constituição de 1988 e da instituição da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Básica - LDB nº 9394/96 (BRASIL, 2012). Mesmo após esses avanços normativos, muito trabalho tem sido aplicado na construção de sistemas de ensino que contemplem a realidade campesina, de acordo com suas culturas, economias, epistemologias e seus modos de ver a vida. A oferta desta modalidade de educação é voltada à diversos povos que vivem em situação de vulnerabilidade social, seja pela falta de serviços públicos básicos, ou pelos impactos socioambientais causados pela exploração predatória da natureza. Segundo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, entende-se como populações do campo:

“1 - (...) os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;” (BRASIL, LEI Nº 7.342/2010, Art 1 § I)



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Atualmente, segundo os dados do Boletim da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (2018), no estado do Paraná concentram-se aproximadamente 1332 escolas municipais e 552 escolas estaduais localizadas no campo. Segundo este documento, as seguintes escolas do nosso estado se configuram como educação do campo: “Escola Ribeirinha, Escola das Ilhas, Escola Quilombola, Escola Indígena, Escola Faxinalense, Escola de Assentamento, Escola Itinerante, Casa Familiar Rural, Escola da Agricultura Familiar, Escola Ruurbana” (2018, p. 4).

O ponto de partida deste estudo foi buscar compreender as perspectivas dos graduandos de Ciências Sociais da UFPR em torno da Educação do Campo no Paraná. Como foi encontrado apenas um TCC que abordasse essa temática, foram escolhidos os textos que trabalhassem com os conceitos de Educação e Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, mesmo que separadamente. Dos TCCs apresentados neste íterim, cerca de 35 deles abordavam algum destes temas. Entretanto, por questões metodológicas e práticas, optou-se por reduzir o montante em 11 textos apenas, através da utilização de critérios analíticos mais específicos para o desenvolvimento da pesquisa. Dos TCCs sobre educação escolar, foram escolhidos apenas os que tratavam de questões relativas ao Ensino Médio, Educação Profissionalizante e Educação para Jovens e Adultos. Já os TCCs sobre o desenvolvimento sustentável no meio rural, optou-se pelos que abordavam questões socioambientais associadas à produção agrária.

Esta escolha partiu do pressuposto de que grande parte dos danos ambientais no território paranaense estão associados a determinados projetos de desenvolvimento agrário, o que impacta principalmente nas condições de vida das populações camponesas. Frente a esse contexto, as análises centraram-se no levantamento de dados relativos à educação básica no meio rural, mais especificamente das escolas que ofertam ensino médio e o curso técnico em agropecuária. Devido à relativa ausência de trabalhos que abordassem este tema, considerando que apenas um deles tratava deste assunto em específico, buscou-se analisar



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



os trabalhos que tangenciassem um ou mais destes elementos. A seguir, apresenta-se uma tabela com os TCCs selecionados, em relação ao tema, título, ano, autor e orientador:

Tema	Título/ano	Autor	Orientador
Educação Escolar	As expectativas dos jovens ao concluírem o ensino médio (2007)	ASSIS, Alexandre de.	TAMANINI, Marlene
	O estigma da educação de jovens e adultos – uma visão da sociologia (2008)	SOUZA, Marcelo Nogueira	TRINDADE, Alexandro Dantas
	Educação profissionalizante: uma alternativa para o desenvolvimento do Brasil? (2009)	GIOSTRI, Ana Paula.	TRINDADE, Alexandro Dantas
	O novo ensino médio brasileiro: estudo da legislação educacional de 1996 a 2012 (2012)	MAESTRI, Desirée Sant'Anna.	MEUCCI, Simone
	Ensino médio técnico integrado no Paraná: formação e qualificação enquanto política pública (2012)	VALASKI, Marli Klein.	MOTIM, Benilde M. Lenzi
	Para além da qualificação profissional: uma análise da percepção dos egressos do Ensino Médio Integrado no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Newton Freire Maia (2017)	Araújo, Nicolly Campos	BRIDI, Maria Aparecida
	Educação de Jovens e Adultos: a pertinência de um aprendizado crítico-reflexivo (2019)	Silva, Normando Márcio Soares da	GUELF, Wanirley Pedroso
Desenvolvimento sustentável no	Ambientalismo e reconstrução do rural: a contribuição da agroecologia (2007)	SCHNEIDER, Aline Marília.	BRANDEMBURG, Alfio



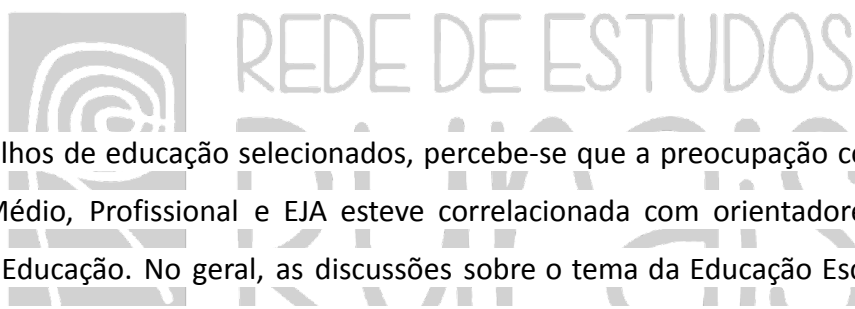
IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



meio rural	Jovens rurais e o curso técnico de Agropecuária com ênfase em Agroecologia (2010)	Lindbech, Janaina.	BRANDEMBURG, Alfio
	Desenvolvimento Sustentável ou Modernização Ecológica? Uma análise dos princípios e fundamentos para a educação ambiental na rede municipal de ensino em Curitiba (2015)	Montowski, Heloize Souza.	FILHO, José Luiz Fernandes Cerveira
	A agroecologia enquanto modelo agroalimentar alternativo: uma análise da dimensão política da sustentabilidade no modelo agroecológico de produção, comércio e consumo de alimentos (2019)	Paula, Pedro Henrique Vanzo de	FILHO, José Luiz Fernandes Cerveira

Tabela:elaboração própria.



Nos trabalhos de educação selecionados, percebe-se que a preocupação com a temática do Ensino Médio, Profissional e EJA esteve correlacionada com orientadores da área de Sociologia e Educação. No geral, as discussões sobre o tema da Educação Escolar abordam questões identitárias e políticas, além de analisarem o papel da escola tanto na formação profissional com o ensino técnico, quanto na formação crítico-reflexiva dos estudantes através das aulas de Sociologia. Os trabalhos também retratam a instituição de ensino como central na dinâmica entre o pensamento moderno, representado pelas teorias científicas ocidentais, e o pensamento tradicional, associado aos saberes populares e familiares. Essa centralidade se dá tanto pelo caráter da educação de desenvolver os estudantes para o mundo político-econômico do trabalho, quanto por agir na transformação/manutenção de elementos socioculturais da população.

Já os trabalhos produzidos pelos graduandos sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural foram todos orientados por professores da área de Sociologia, e



tendem a tratar do tema da Agroecologia e da Agricultura Familiar, enfatizando uma visão crítica do modelo agropecuário relativo ao agronegócio. Mesmo que esses dois modos de produção sejam muitas vezes colocados em oposição, ora a agroecologia é colocada como sinônimo de tradicionalidade e de retorno às raízes, ora é associada a avanços tecnológicos da ciência moderna. Este caráter está associado com a inovação epistemológica proposta pela Agroecologia, que busca uma forma diferente de abordar a relação entre saberes tradicionais e científicos:

“Por estar fortemente vinculada a fontes ancestrais de conhecimento, a Agroecologia revaloriza o saber popular (tradicional ou indígena) como fonte de inspiração para modelos que possam ter validade nas condições atuais. A valorização destes conhecimentos não desautoriza os achados do método científico e, ao contrário, considera a grande importância das duas fontes e a relação positiva entre elas” (EMBRAPA, 2006)

Em meio a estas discussões, a Agroecologia geralmente é colocada, seja de forma implícita ou explícita, como um elemento chave na promoção da sustentabilidade e de uma relação socioambiental mais justa e igualitária.

O trabalho de Janayna Lindbech (2010), orientado pelo Prof^o Dr. Alfio Brandenburg, foi o único neste período a tratar da Educação do Campo. Ao analisar o curso técnico de Agropecuária com ênfase em Agroecologia, do Colégio Estadual Newton Freire Maia. A autora busca compreender, através de levantamento bibliográfico e entrevistas abertas, a perspectiva dos estudantes acerca da Agroecologia, e sua relação com o desenvolvimento pessoal e local. Desde o princípio do texto, demonstra-se a intenção de debater questões relativas às categorias do pensamento, apresentando uma oposição entre as epistemologias modernas e tradicionais. Lindbech (2010), além de fazer considerações sobre o êxodo rural e o acesso ao emprego para os jovens, afirma que procura:

“Analisar a agroecologia enquanto saber popular, e verificar qual a avaliação que os alunos do Colégio Newton Freire Maia fazem dos conhecimentos



adquiridos no curso e qual o impacto relativo à sua implantação na propriedade familiar (LINDBECH, 2010, p. 9)”

Em suas considerações, a autora destaca o lugar da agroecologia como resgate às técnicas tradicionais que foram deixadas de lado para dar lugar às técnicas capitalistas modernas, em um contexto em que “o jovem rural se encontra dividido entre a estrutura familiar rural e a modernidade da sociedade globalizada” (2010, p. 54). Frente a esse contexto, a autora destaca que “a agroecologia pode ser a inserção da modernidade na família rural tradicional, pois o pensamento ecológico está sendo amplamente difundido a nível global.” (2010, p. 54). Portanto, verifica-se que a agroecologia acaba tendo um duplo sentido, configurando um espaço em que se sobrepõem o caráter tradicional e moderno.

A realização deste trabalho instigou algumas outras questões, relativas ao tema educacional, rural e socioambiental. Primeiramente, foi custoso compreender e definir a relação estabelecida entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo. Quando observamos a intersecção destes conceitos na realidade prática, é difícil distinguir a dimensão política, pedagógica e epistemológica que diferencia esses termos.

De acordo com a definição legal da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9795 de 1999, a Educação Ambiental é compreendida como (art.1º)

“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).”

Já de acordo com o Decreto 7.352/2010, um dos princípios da Educação do Campo é o:

“II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;”

Portanto, verifica-se que, tanto a Educação do Campo quanto a Educação Ambiental, embora configurem estratégias de ensino distintas, concordam em estabelecer como princípio a sustentabilidade enquanto preservação, conservação ou autonomia ambiental.

De acordo com o texto de Dantas, Soares e Santos (2020), que analisa a relação entre a Educação do Campo e a Educação Ambiental a partir de publicações em periódicos, há um impasse na interação entre essas duas áreas, principalmente por causa do distanciamento epistemológico entre elas, faltando uma “convergência teórica que favoreça uma análise crítica das questões ambientais no campo” (2020, p. 473). Com base nesta situação,

“verifica-se a ausência de uma abordagem crítica sobre a dinâmica socioambiental no meio rural, e a ausência de uma visão interdisciplinar sobre o próprio processo educativo, o que configura um obstáculo para inserção das questões ambientais no conjunto dos saberes e socialmente construídos pelos indivíduos que habitam o meio rural” (2020, p. 473)

Estas questões, formuladas juntamente ao processo de análise dos textos, representam uma parte dos dilemas enfrentados atualmente nas pesquisas sobre o tema educacional associado às discussões socioambientais e rurais.

O RACISMO AMBIENTAL E AS IDENTIDADES VULNERÁVEIS NA UFPR.

O debate sobre racismo ambiental no Brasil ainda é algo novo, tendo como principal local de abordagem a Rede Brasileira de Justiça Ambiental que foi criada em 2001, como consequência do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania.



Selene Herculano, em sua obra “racismo ambiental”, procura olhar para como a ciência social aborda esse tema. Nesse sentido ela define racismo ambiental como:

Chamamos de racismo ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista; mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.(HERCULANO, p. 25)

A primeira coleta de dados se deu a partir do *site* da coordenação de Ciências Sociais, no campo de monografias, em que foram analisados ano por ano, dentro do recorte estabelecido, os trabalhos que tratam a temática. Assim, chegamos ao total de oito monografias realizadas nos últimos 20 anos, dessas, quatro foram realizadas no departamento de antropologia, tal como podem ser visualizados no seguinte quadro elaborado em ordem cronológica:

Ano	Título	Autor	Orientador	Departamento
2000	Identidade Étnica (Na Terra Indígena de São Gerônimo)	ROTHEN, Letícia de Paiva	COFACCI, Edilene	Antropologia
2006	Sem terra na mata Atlântica, a etnografia de um conflito socioambiental	ALMEIDA, Francieli Lisboa de	CHAVES, Christiane de Alencar	Antropologia
2007	"Vocês são dos Quilombos não é?" Identidade, parentesco e ruralidade quilombola na comunidade quilombola do Militão	STEUERNAGEL, Maicon Silva	FERNANDES, Ricardo Cid	Antropologia



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



2009	Paraná: um Brasil diferente? Construções intelectuais de uma identidade regional paranaense	MARCHIORI, Flavia Regina	BEGA, Maria Tarcisa Silva	Sociologia
2010	Movimento Social dos Faxinalenses: Identidade Étnica e luta pelo território, em Quitandinha, Paraná	MENIM, Emanuel	SILVA, Osvaldo Heller da	Sociologia
2010	Desafios do reconhecimento da diferença: análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná	COFRÉ, Ingeborg Anni Rulf	PORTO, Liliana de Mendonça	Antropologia
2013	Luta e Resistência em Defesa de uma Cultura: Os Faxinais e a Luta Simbólica	de Castro Henning, Luiz Felipe,	Da Silva Heller, Osvaldo	Sociologia
2019	"Faxinais no Paraná: Resistência e Luta como Premissa de Sobrevivência Social e Política"	Oliveira, Lourdes Bernadete de	Sem informação	Sem informação

Tabela: Elaboração própria.

Na primeira análise dos dados pudemos perceber alguns padrões sobre a forma com que a temática do racismo ambiental foi tratada no curso de graduação da UFPR. Aparece, principalmente, abordando dois grupos vulneráveis, *os quilombolas* que são abordados em duas monografias: "*Vocês são dos Quilombos não é?*" *Identidade, parentesco e ruralidade quilombola na comunidade quilombola do Militão*" STEUERNAGEL, Maicon Silva (2007);



“Desafios do reconhecimento da diferença: análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná” **COFRÉ**, Ingeborg Anni Rulf (2010).

Para ajudar na conceituação *do que é ser quilombola*, recorreremos a quatro trabalhos iniciais, que não foram produzidos na UFPR, sendo eles: “O “Ser” Quilombola à Luz do Pensamento de Stuart Hall – Uma Tentativa Teórica” **FILHO**, Nemézio C. Amaral; “A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas” **SCHMITT**, Alessandra. **TURATTI**, Maria Cecília Manzoli. **CARVALHO**, Maria Celina Pereira de 2002; “Comunidades quilombolas e processos de formação de identidades no Brasil contemporâneo” **DALT**, Salete da. **BRANDÃO**, André Augusto 2011. Todos os trabalhos selecionados foram desenvolvidos a partir de etnografias no departamento de antropologia, e os demais partem de revisões teóricas na tentativa de conceitualização do termo “quilombola”.

O segundo grupo refere-se aos *faxinalenses*, que aparecem em três monografias, *“Movimento Social dos Faxinalenses: Identidade Étnica e luta pelo território, em Quitandinha, Paraná”* MENIM, Emanuel 2010; *“Luta e Resistência em Defesa de uma Cultura: Os Faxinais e a Luta Simbólica”* de **CASTRO HENNING**, Luiz Felipe, 2013; *“Faxinais no Paraná: Resistência e Luta como Premissa de Sobrevivência Social e Política”* **OLIVEIRA**, Lourdes Bernadete de, 2019. Fora desse padrão, existem três trabalhos: *“Identidade Étnica (Na Terra Indígena de São Gerônimo)”* **ROTHEN**, Letícia de Paiva 2000; *“Paraná: um Brasil diferente? Construções intelectuais de uma identidade regional paranaense”* **MARCHIORI**, Flavia Regina 2009; *“Sem terra na mata Atlântica, a etnografia de um conflito socioambiental”* **ALMEIDA**, Francieli Lisboa de, 2006.

A partir dos dados apresentados iremos focar nas duas categorias principais de trabalhos: *Quilombolas* e *Faxinalenses*, onde os conflitos socioambientais vem chamando atenção dentro das Ciências Sociais na UFPR. Para isso, a categoria analítica principal será o racismo ambiental. Nessa perspectiva, esses conflitos que aparecem de forma frequente, em grupos étnicos específicos, são oriundos do racismo ambiental? E a falta de justiça



ambiental? Quais as resoluções e caminhos para compreensão de um conflito tão complexo como o que envolve comunidades tradicionais? E principalmente, nos casos onde o conceito se encaixa, porque não se fala disso nas Ciências Sociais da UFPR? Qual a questão maior em torno dessa ausência que podemos identificar?

Essas são as principais perguntas que apareceram no processo de análise. Os dados ainda são parciais e se há muito a pesquisar, porém, a ausência é um fator que chamou atenção acerca dos recortes aqui estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste projeto de pesquisa rendeu diversas reflexões acerca do debate sobre os temas fundiário e ambiental na graduação de ciências sociais da UFPR do século XXI, possibilitando traçar algumas ausências e tendências trabalhadas neste âmbito acadêmico. Percebe-se que, embora se discuta os temas destacados neste trabalho, falta um aprofundamento maior em alguns conceitos epistemológicos e políticos, essenciais na compreensão da discussão socioambiental.

Com relação ao racismo ambiental, é notável que a ferramenta de análise não é utilizada em palavras em momento algum, apesar dos indícios no tocante a quilombolas e faxinalenses mostrarem que essa abordagem seria essencial para compreender de forma completa o conflito socioambiental existente ali. A produção acadêmica que busca abordar essas identidades vulneráveis é notoriamente pequena e de difícil acesso, em comparação a outros meios de mapeamento de conflitos socioambientais no Paraná, fica evidente então uma defasagem de produção de conhecimento sobre o assunto.

No tocante à educação socioambiental no meio rural, percebe-se uma pequena produção referente a esse tema, havendo apenas um TCC que o trabalha em particular. Com base na análise dos conceitos utilizados nos demais trabalhos, que tangenciam de alguma



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



forma o tema da educação socioambiental, percebeu-se uma centralidade das instituições de ensino, no que se refere às dinâmicas de produção e reprodução do pensamento, enquanto o desenvolvimento sustentável tende a ser colocado em paralelo à agroecologia. Verifica-se que, além de sua associação com a sustentabilidade, a agroecologia também é reconhecida como um espaço que conjuga, de forma não necessariamente harmônica, os conhecimentos moderno e tradicional, enquanto a educação muitas vezes age na articulação entre estes dois polos.

A partir destas análises, percebe-se a existência de diversos conflitos identitários e epistemológicos relativos ao debate sobre a educação socioambiental e o racismo ambiental no meio rural, que não são devidamente discutidos no âmbito da graduação em ciências sociais da UFPR, de acordo com a leitura dos TCCs defendidos entre 2000-2019. Esta ausência pode representar uma falta de preocupação dos graduandos do curso em relação aos processos educativos dos povos camponeses.

Sabe-se que umas das demandas para combater o racismo ambiental é a oferta de mais escolas de campo, com um ensino que contemple as especificidades da realidade camponesa. Para viabilizar estas medidas, é necessário que haja mais investimentos em formação docente, materiais didáticos e estrutura física das escolas. No que concerne ao presente trabalho, percebe-se a necessidade de mais estudos do curso de ciências sociais que abordem as especificidades regionais do racismo ambiental e da educação socioambiental no meio rural, apontando caminhos teóricos e práticos para trabalhar no saneamento destas questões.

Frente a essa questão, coloca-se como próximo passo a realização de um estado da arte mais abrangente, analisando outros cursos da UFPR, ou até mesmo de outras universidades paranaenses, a fim de compreender como cada curso tematiza estes problemas, e quais possibilidades são elencadas para suas soluções.



REFERÊNCIAS/ PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Francieli Lisboa de. “Sem terra na mata Atlântica, a etnografia de um conflito socioambiental”. 2006.

ARAÚJO, Nicolly Campos . Para além da qualificação profissional: uma análise da percepção dos egressos do Ensino Médio Integrado no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Newton Freire Maia. Curitiba, 2017

ASSIS, Alexandre de. As expectativas dos jovens ao concluírem o ensino médio, Curitiba, 2007

BRASIL, .Ministério da Educação .Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf

BRASIL, LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 - Política Nacional de Educação Ambiental - Brasília, 1999

CASTRO, Luiz Felipe Henning de. “Luta e Resistência em Defesa de uma Cultura: Os Faxinais e a Luta Simbólica”. 2013.

COFRÉ, Ingeborg Anni Rulf. “Desafios do reconhecimento da diferença: análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná” 2010.

DALT, Salete da. **BRANDÃO**, André Augusto. “Comunidades quilombolas e processos de formação de identidades no Brasil contemporâneo” Revista UNIVAP v. 17, n. 29 (2011).

DANTAS, J.O., **SOARES**, M. J. N., **SANTOS**, M. B. | A relação da Educação Ambiental com a Educação do Campo: aspectos identificados a partir de publicações em periódicos de Educação Ambiental. Ambiente & Educação | v. 25 | n. 2 | 2020

DIDONET, Agostinho Dirceu; Baggio, Amilton João Altair; Edson, Toledo Machado; Tavares, Diogo; Coutinho, Heitor Luiz da Costa; Canuto, João Carlos; Gomes, João Carlos Costa; Ribeiro, José Felipe; Wadt, Lucia Helena de Oliveira; de Mattos, Luciano Mansor; Borba, Marcos Flavio Silva; Kato, Maria do Socorro Andrade; Urchei, Mario Artemio; Kitamura, Paulo Choji; Peixoto, Ricardo Trippia de Guimarães. MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, Embrapa, 2006

FILHO, Nemézio C. Amaral. “O “Ser” Quilombola à Luz do Pensamento de Stuart Hall – Uma Tentativa Teórica” COMPÓS

GIOSTRI, Ana Paula. Educação profissionalizante: uma alternativa para o desenvolvimento do Brasil?, Curitiba, 2009



HERCULANO, Selene; **PACHECO**, Tânia (orgs.). Racismo ambiental: I Seminário brasileiro contra o racismo ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

LINDBECH, Janaina. Jovens rurais e o curso técnico de Agropecuária com ênfase em Agroecologia, Curitiba, 2010

MAESTRI, Desirée Sant'Anna. O novo ensino médio brasileiro: estudo da legislação educacional de 1996 a 2012. Curitiba, 2012

MARCHIORI, Flavia Regina. "Paraná: um Brasil diferente? Construções intelectuais de uma identidade regional paranaense" 2009.

MENIM, Emanuel. "Movimento Social dos Faxinalenses: Identidade Étnica e luta pelo território, em Quitandinha, Paraná" 2010.

MONTOWSKI, Heloize Souza. Desenvolvimento Sustentável ou Modernização Ecológica? Uma análise dos princípios e fundamentos para a educação ambiental na rede municipal de ensino em Curitiba. Curitiba, 2015

OLIVEIRA, Lourdes Bernadete de. "Faxinais no Paraná: Resistência e Luta como Premissa de Sobrevivência Social e Política". 2019.

PAULA, Pedro Henrique Vanzo de. *"A agroecologia enquanto modelo agroalimentar alternativo: uma análise da dimensão política da sustentabilidade no modelo agroecológico de produção, comércio e consumo de alimentos"*. Curitiba, 2019

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A Concepção de Educação do Campo no Cenário das Políticas Públicas da Sociedade Brasileira, 2007.

ROMKO, Igor Guilherme. Sociologia e Literatura: reflexão e prática sobre o uso da ficção no ensino de Sociologia no Ensino Médio. Curitiba, 2016

ROTHEN, Letícia de Paiva. "Identidade Étnica (Na Terra Indígena de São Gerônimo)". 2000.

SCHMITT, Alessandra. **TURATTI**, Maria Cecília Manzoli. **CARVALHO**, Maria Celina Pereira de. "A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas". Ambient. soc. no.10 Campinas Jan./June 2002.

SCHNEIDER, Aline Marília. Ambientalismo e reconstrução do rural: a contribuição da agroecologia, Curitiba, 2007

SILVA, Normando Márcio Soares da. *Educação de Jovens e Adultos: a pertinência de um aprendizado crítico-reflexivo*". Curitiba, 2019

SOUZA, Marcelo Nogueira. O estigma da educação de jovens e adultos – uma visão da sociologia, Curitiba, 2008

STEUERNAGEL, Maicon Silva. "Vocês são dos Quilombos não é?" Identidade, parentesco e ruralidade quilombola na comunidade quilombola do Militão". 2007.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



VALASKI, Marli Klein. Ensino médio técnico integrado no Paraná: formação e qualificação enquanto política pública. Curitiba, 2012.





A Reforma Trabalhista de 2017 e os impactos sobre o trabalho análogo à escravidão no campo

Mateus Lazzaretti,

Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista
PROBIC-FAPERGS no projeto Reconfigurações no Sindicalismo e Trabalho Rural;

mateus_lzt@hotmail.com ;

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4395852725347990>>

RESUMO

O trabalho análogo à escravidão no Brasil apresenta um histórico fortemente ligado ao meio rural, e o combate a tal prática sempre foi alvo de disputas, seja em sua conceituação, seja na forma de fiscalizar. Durante a primeira década e meia dos anos 2000, o país avançou na conceituação da prática, na formulação de legislação pertinente e nas ações de fiscalização e combate. A força representada pelo setor patronal rural no Estado, porém, impôs um freio a estes avanços, e em 2017 a Reforma Trabalhista legalizou e flexibilizou diversas práticas ligadas ao tema, principalmente com a terceirização irrestrita. Esta Reforma fragilizou sindicatos de trabalhadores, órgãos fiscalizadores e o acesso à Justiça do Trabalho. A partir de pesquisa desenvolvida na iniciação científica do autor, este artigo busca debater os impactos da Reforma Trabalhista sobre o trabalho rural, e especificamente sobre o combate ao trabalho análogo à escravidão. Para isso, procedeu-se com a análise de dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, vinculada ao Ministério da Economia, além de reportagens de mídias especializadas, grandes meios de comunicação e jornais de sindicatos de trabalhadores, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Com



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



esta análise, é possível perceber que a Reforma Trabalhista, embora não tratasse especificamente do trabalho rural, foi amplamente apoiada pela bancada ruralista, que tem interesse declarado na mudança da legislação trabalhista, e reverberou, aliada a outras medidas, num enfraquecimento dos órgãos fiscalizadores, que já percebiam seu orçamento e recursos humanos reduzidos, enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores, elementos fundamentais na articulação de denúncias, na intermediação entre trabalhadores e Justiça do Trabalho. Por isso, embora os números referentes ao trabalho análogo à escravidão mostrem uma tendência de queda, tudo indica que isso refere-se mais a um retrocesso no combate a prática do que na redução da prática em si.

Palavras-chave: Trabalho rural, trabalho análogo à escravidão, Reforma Trabalhista.



INTRODUÇÃO

O crime de reduzir alguém à condição análoga à escravidão no país apareceu pela primeira vez na redação original do Código Penal brasileiro, em 1940, tipificando em seus artigos 197 e 198 “como crime constranger alguém, mediante violência ou ameaça, ‘a trabalhar’ ou a ‘celebrar contrato de trabalho’, e estabelecia a pena de reclusão de dois a oito anos para esta prática” (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018, p.112). Posteriormente, em seu artigo 149, com redação dada pela Lei 10.803/2003, avançando na conceituação deste crime, incluiu também a submissão a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes, a restrição, por qualquer meio, da locomoção em razão de dívida contraída com o empregador, com pena de reclusão de dois a oito anos, multa e pena correspondente à violência (BRASIL, 2017). Essa atualização da caracterização do trabalho análogo à escravidão trazida pela Lei 10.803, ocorre simultaneamente à elaboração e operacionalização da política e formas de combatê-lo (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018), que levou o Brasil, anos depois, a ser tratado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como “um exemplo a ser seguido na luta contra o trabalho escravo” (OIT, 2010, p. 181).

No Brasil, o principal órgão responsável pela fiscalização e combate ao trabalho análogo à escravidão foi, durante muito tempo, o Ministério do Trabalho (MTb), que teve na primeira década dos anos 2000 um reforço em sua atuação, com a instituição de grupos móveis de fiscalização, além da produção da chamada “Lista Suja do Trabalho Escravo”, que elencava as empresas e empresários envolvidos em denúncias (só divulgadas após os devidos trâmites judiciais e comprovação), que passavam a sofrer sanções e ter dificultado o acesso a crédito, por exemplo. A atuação do MTb, no entanto, sempre foi alvo de diversas polêmicas, tanto no que diz respeito à sua efetividade, quanto no que se refere à necessidade de existir tal



fiscalização, esta última, protagonizada principalmente pela bancada ruralista, denominação informal para a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA, e que reúne parlamentares representantes dos interesses do agronegócio¹. O avanço das pautas deste setor junto ao Estado foi progressivamente fragilizando a atuação dos órgãos de fiscalização ligados ao MTb, até que recentemente, em 2019, o Ministério foi extinto por decreto presidencial, tendo suas funções reduzidas para uma secretaria, traduzindo-se numa redução substancial no seu poder de fiscalização e importância política. Cumpre destacar, ainda, que o trabalho análogo à escravidão no país mantém uma matriz fortemente rural, embora tenham crescido os casos relacionados a atividades econômicas urbanas e não agrícolas (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018). Na “lista suja”, divulgada em 2019 pelo Ministério da Economia, dos 48 novos membros, 33 eram fazendeiros²

Outra importante entidade historicamente ligada à denúncia de casos de trabalhadores em condições análogas à escravidão e que realiza levantamentos sistemáticos sobre conflitos sociais e trabalhistas no meio rural é a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada em 1975, a CPT vem publicando desde 1983 sistematizações dos dados coletados por suas pesquisas referentes aos conflitos e a violência que atingia os trabalhadores e suas comunidades, e em 1985 iniciou a publicação anual do relatório *Conflitos no Campo Brasil* (CPT, 2020). Por realizar um levantamento mais sistemático dos conflitos e ocorrências de trabalho análogo à escravidão no campo, sua base de dados será priorizada neste trabalho.

A Reforma Trabalhista em vigor desde o final de 2017, embora não tratasse especificamente do trabalho rural, fragilizou ainda mais as relações de trabalho

¹ A FPA reúne atualmente, segundo seu site oficial, 280 parlamentares (241 deputados e 39 senadores), ligados em maior ou menor grau às pautas do agronegócio. Dentre seus objetivos, enunciados estão a “modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas”. Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/>>. Acessado em: 28 de março de 2021.

² Trabalho escravo: entre 48 novos membros da “lista suja”, 33 são fazendeiros. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/03/trabalho-escravo-entre-48-novos-membros-da-lista-suja-33-sao-fazendeiros/>>. Acessado em 30 de março de 2021.



neste meio, já que passou a permitir a terceirização irrestrita, flexibilizou as formas de contratação e caracterização da jornada de trabalho, ou seja, estas práticas que já existiam, mas que eram passíveis de recurso judicial, foram legalizadas. Esse fator, somado à desarticulação dos órgãos de denúncia e fiscalização, tem dificultado o acesso aos dados.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise dos impactos causados no trabalho rural pela recente reconfiguração trazida pela Reforma Trabalhista de 2017, e é parte dos esforços de pesquisa de iniciação científica do autor, vinculado ao projeto Reconfigurações no Sindicalismo e Trabalho Rural, financiando pelo CNPq e FAPERGS. Para tanto, serão observados os números referentes ao trabalho análogo à escravidão, entendido como um indicativo de alto grau de exploração da força de trabalho, procedendo com consulta aos dados da CPT e Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), além da coleta de reportagens e notícias em meios de comunicação tradicionais, alternativos e aqueles ligados a organizações sindicais representantes dos trabalhadores rurais no país, no período de 2015 a 2019 (2 anos antes e depois da Reforma Trabalhista).

TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

Inicialmente, para introduzir a discussão que se pretende fazer neste artigo, cabe uma breve contextualização do trabalho de iniciação científica em andamento. Ele parte de uma discussão mais ampla, acerca da reconfiguração no trabalho e sindicalismo contemporâneo, passando por uma investigação sobre os impactos da Reforma Trabalhista, em vigor desde 2017, e dos principais atores envolvidos (favoráveis e contrários). Feito isso, retomou-se o fio inicial do projeto, que tinha por objetivo investigar os impactos da Reforma para o trabalho rural, visto que é um tema que conta ainda com poucas produções acadêmicas, e que tem se tornado difícil de analisar por conta das especificidades do meio e da desarticulação de



órgãos fiscalizadores e de pesquisa. Para isso, procedeu-se com uma revisão de literatura, além da coleta de dados sobre conflitos trabalhistas rurais em fontes diversas, como órgãos de assessoria³, jornais sindicais⁴, mídia “alternativa”⁵, mídia tradicional⁶ e em sites do poder judiciário⁷. A partir de então, realizou-se uma breve análise do material coletado, para dentro deste tema mais amplo realizar um recorte, tendo optado pela temática do trabalho em condições análogas à escravidão, por ser um tema de grande relevância, e a partir da compreensão de que este tipo de trabalho não é uma excepcionalidade no mundo do trabalho rural, isto é, não se trata de uma diferença de natureza da relação de trabalho, mas sim de grau de exploração (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018), e que, devido ao grande contingente de trabalhadores informais nas atividades agropecuárias, poderia sofrer grandes impactos – mesmo que indiretos – com a Reforma Trabalhista (VALADARES, GALIZA, OLIVEIRA, 2017).

O debate acerca do trabalho análogo à escravidão no Brasil vem se desenrolando de maneira mais efetiva desde a década de 1970, com as denúncias feitas por Dom Pedro Casaldáliga⁸, tendo tomado a partir de então, repercussão mundial (SOARES, 2016). O reaparecimento dos termos “escravo/escravidão” no debate sobre o trabalho suscitou uma série de polêmicas entre aqueles que afirmam ser um anacronismo a atribuição destes conceitos, dado o passado escravista do Brasil, enquanto outros o utilizam (o passado escravista) para justificar a permanência desta prática. No entanto, aponta Soares (2016), a história da

³ Classificamos dessa forma órgãos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

⁴ Sites da Central Única dos Trabalhadores (CUT), jornal Rede Brasil Atual (RBA – ligado à CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf-Brasil).

⁵ Portal Sul21, Jornal Nexo, Carta Capital, etc.

⁶ Jornal O Estado de São Paulo (Estadão), O Globo, Folha de São Paulo, Zero Hora, Correio do Povo.

⁷ Sites do Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Superior Tribunal de Justiça (STJ).

⁸ A partir do documento intitulado *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*.



escravidão ressurgem em vários momentos, portando diferentes denominações, e que estas invariavelmente terão um uso político. Nesse sentido, achamos pertinente reforçar algumas observações feitas pelo autor, quando diz que devemos nos atentar para o uso dos termos “escravo” e “escravidão”, mesmo ao se referir ao período colonial, afinal “estar escravo não significa ser escravo, e sim escravizado” (SOARES, 2016, p. 396). Desta forma, o referido autor propõe a substituição dos termos escravo e escravidão por escravizados e escravização. Concordando também com Soares (2016), o uso neste artigo do termo “trabalho análogo à escravidão” procura indicar a condição do trabalho que é escravo, e não refere-se, portanto, a adjetivação do trabalho ou do trabalhador nele envolvido.

Para além do debate historiográfico, o tema ganha enorme relevância no meio jurídico. São os juristas os primeiros a adotarem as expressões “trabalho análogo à escravidão” e “trabalho escravo”, no intuito de sensibilizar a sociedade diante de tal prática e defender que a aplicação da lei sobre os que a praticam não seja abrandada (SOARES, 2016), sendo esta também a denominação utilizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Vale lembrar que no Brasil, o crime de reduzir alguém à condições análogas à escravidão é tipificado desde a redação original do Código Penal de 1940. Além disso, nesse processo estão a ratificação pelo Brasil das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 29 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, em 1957, e nº 105 sobre Abolição do Trabalho Forçado, em 1965. Ambas as convenções permitiram um avanço no sentido de possibilitar uma maior caracterização e compreensão de métodos e práticas que não necessariamente estavam associados à noção de escravidão naquele período (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018).

A criação da CPT em 1975, pode ser considerada um dos principais desdobramentos das denúncias feitas por Dom Pedro Casaldáliga anos antes, em 1971 (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018). A CPT, desde sua fundação, passou a fazer um estudo sistemático sobre a situação dos trabalhadores e comunidades do



campo brasileiro. No final da década de 1970, realizou uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e violência no meio rural, e os dados foram sistematizados e publicados em 1983, no livro *CPT: Pastoral e Compromisso*. As pesquisas e levantamentos seguiram sendo realizados, e desde 1985, é publicado anualmente o caderno *Conflitos no Campo Brasil*, que traz dados referentes aos conflitos por terra, por água, conflitos trabalhistas e ocorrências de trabalho análogo à escravidão, além de importantes reflexões e textos referentes aos temas (CPT, 2020).

Porém, apesar desta trajetória do debate sobre trabalho análogo à escravidão no país, foi somente na década de 1990 que o Estado brasileiro passou a agir mais afetivamente para combatê-lo, depois que denúncias à organizações internacionais ligadas aos direitos humanos fizeram aumentar a pressão interna e externa ao governo brasileiro, que em 1995 passou a reconhecer oficialmente junto à OIT a existência de trabalho análogo à escravidão em seu território, criando as primeiras estruturas e políticas de fiscalização e combate de tal prática (SOARES, 2016; ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018). Um dos principais órgãos criados nesse sentido foi o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, no âmbito da Secretaria de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, com atuação específica no meio rural, que permitia a federalização da fiscalização, diminuindo a pressão sobre as instâncias estaduais e regionais. Além das políticas focadas no âmbito do trabalho, a partir de 2003 a ampliação da discussão também passou a conceber o uso de trabalho análogo à escravidão sob o viés da defesa dos direitos humanos, o que fortaleceu ainda mais as políticas de fiscalização e combate (LAZZARI, 2016; ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018).

A caracterização atual do trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil é dada pelo Artigo 149 do Código Penal, cuja redação foi alterada pela Lei 10.803/2003. O artigo estabelece que



Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de 2 [dois] a 8 [oito] anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (BRASIL, 2017)

Esta definição, consolidada no bojo do processo de efetivação de políticas de fiscalização e combate ao trabalho análogo à escravidão, é ainda alvo de disputas. Setores políticos ligados ao agronegócio propuseram em 2012 projeto de lei⁹ que visava a exclusão das expressões “jornadas exaustivas” e “condições degradantes” da redação do Artigo 149, ao afirmar que estas careciam de “referenciais claros” e traziam “insegurança jurídica” (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018, p. 120). Esta proposta voltou a ganhar força após Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro/MDB) assumir a presidência da república, num processo marcado pela ofensiva de forças conservadoras e rearranjo na correlação de forças no país, que deu impulso a uma agenda de afrouxamento dos direitos dos trabalhadores (VALADARES, GALIZA, OLIVEIRA, 2017; KREIN, 2018). Dentre as forças que avançaram está a chamada bancada ruralista, composta por parlamentares ligados aos interesses do agronegócio e do patronato rural. Estes grupos, fazendo valer seu poder e influência no Golpe de 2016, passaram a agir com maior liberdade, dentro e

⁹

Projeto de Lei nº 3.842/2012.



fora do Estado. Esta conjuntura favorável¹⁰ às forças conservadoras rurais deu início a uma nova escalada dos conflitos no campo, e 2016 registrou um aumento de 26% em relação a 2015, inclusive tendo aumentado em 22% o número de assassinatos decorrentes destes conflitos¹¹. O ápice da última década foi atingido em 2017, com 71 assassinatos registrados no campo (CPT, 2019).

Atendendo aos apelos da bancada ruralista, o Ministério do Trabalho (MTb) publicou em outubro de 2017 uma portaria (1.129/2017) que dificultava a comprovação do trabalho análogo à escravidão e a punição dos responsáveis¹², medida que foi defendida também pelo então ministro da Agricultura, o empresário do agronegócio Blairo Maggi¹³. Outro ponto importante neste caso é que a publicação da portaria se deu às vésperas da votação de uma denúncia contra o presidente Michel Temer no Congresso. Na ocasião, a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA (nome formal da bancada ruralista), reconheceu que a portaria vinha ao encontro das pautas da bancada, mas negou ter interferido em sua publicação¹⁴.

O governo, no entanto, se viu obrigado a rever suas posições após a reação de “entidades sindicais, movimentos e organizações sociais, como a CPT, além das duras críticas feitas pelo MPT [Ministério Público do Trabalho] e da manifestação da PGR [Procuradoria-Geral da República] em favor da revogação da Portaria”

¹⁰ “Ruralistas desfrutam do ‘novo momento do Brasil’”. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/ruralistas-desfrutam-do-novo-momento-do-brasil.70001766270>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

¹¹ Ver em: <<https://www.sul21.com.br/movimentos/2017/04/conflitos-aumentam-e-violencia-no-campo-bate-recorde-diz-comissao-pastoral-da-terra/>>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

¹² Ver em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/mpt-reage-a-portaria-que-dificulta-comprovacao-de-trabalho-escravo.70002047775>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

¹³ Ver em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/ministro-da-agricultura-defende-portaria-que-dificulta-pena-por-trabalho-escravo.70002049150>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

¹⁴ Ver em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2017/10/o-desmanche-da-constituicao-levantamento-indica-quem-mais-perdeu-direitos-no-governo-temer/>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.



(ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018, p.121-122). Como exemplo desta movimentação, ainda no mesmo mês, os Fiscais do Trabalho realizaram uma greve reivindicando a revogação da medida¹⁵. Além disso a portaria teve seus efeitos suspensos por liminar da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), pois segundo a magistrada, a norma abria margem para a violação de princípios constitucionais como os da dignidade humana, valor social do trabalho e livre iniciativa¹⁶. Destas movimentações resultou uma nova portaria – mais rígida – publicada pelo Ministério do Trabalho em dezembro de 2017, substituindo a que havia sido publicada em outubro¹⁷, e no início de 2018 a publicação de uma lista para municiar os Fiscais do Trabalho, com 66 situações que caracterizavam o trabalho análogo à escravidão, detalhando quatro condições consideradas análogas à escravidão: trabalho forçado, jornada exaustiva, condição degradante de trabalho ou restrição de locomoção em razão de dívida contraída com o patrão¹⁸.

Em 2020 o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) retomou a polêmica ao defender a revisão das regras que envolvem o trabalho análogo à escravidão. Para ele “a linha divisória entre trabalho escravo e trabalho análogo à escravidão é muito tênue e para pular para escravo é um pulo”¹⁹.

¹⁵

Ver em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/fiscais-do-trabalho-decidem-parar-na-proxima-quarta-feira.70002053254>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

¹⁶

Ver em:

<<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/01/acoes-do-governo-marcarao-semana-nacional-de-combate-ao-trabalho-escravo/>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

¹⁷

Ver em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/governo-publica-portaria-mais-rigorosa-sobre-trabalho-escravo.70002133611>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

¹⁸

Ver em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/ministerio-do-trabalho-lista-66-situacoes-que-caracterizam-trabalho-escravo.70002164323>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

¹⁹

Ver em em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-diz-que-nao-esta-clara-a-diferenca-entre-trabalho-escravo-e-o-analogo-a-escravidao.70002947978>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.



A REFORMA TRABALHISTA E OS IMPACTOS NO TRABALHO RURAL

A pressão dos setores políticos ligados ao agronegócio pela redefinição do que significa trabalho análogo à escravidão é indicativo de como está estruturado o trabalho rural no Brasil. É no campo que historicamente tem ocorrido a maior incidência de situações de trabalho em condições degradantes, onde as altas taxas de informalidade entre os assalariados rurais contribuem para uma maior exploração da força de trabalho, incluindo-se aqui o uso de trabalho análogo à escravidão. As principais ocorrências são nas atividades ligadas à expansão das fronteiras agrícolas, como desmatamento, pastagens e pecuária, e também a cultura da cana de açúcar, que, devido às suas características, remunera os trabalhadores por produção. Soma-se a isso a forma de contratação e recrutamento dos trabalhadores, efetuada por intermediários em regiões pobres (SILVA e MELO, 2016; VALADARES, GALIZA, OLIVEIRA, 2017; ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018; GUANAIS, 2020; SILVA, BUENO, MELO, 2020).

É notório, ainda, que nos últimos anos o mundo do trabalho tem se mecanizado e implementado tecnologias que permitem o aumento de produtividade do trabalho e a redução da força de trabalho empregada. Esse avanço tecnológico, contudo, tem gerado um impacto duro aos trabalhadores, fazendo com que aumente a massa de desempregados, já que a máquina substituiu o trabalho humano, ao mesmo tempo em que aumenta a taxa de exploração da força de trabalho dos que permanecem empregados (ANTUNES, 2006). No campo brasileiro este processo não foi diferente, como apontam Silva, Bueno e Melo (2020), abordando a situação dos trabalhadores na cana de açúcar.

No bojo deste processo de transformação, a Reforma Trabalhista (constituída das leis 13.467/2017 que altera 201 pontos da CLT, e a Lei 13.429/2017, que libera a terceirização irrestrita e amplia o contrato temporário), avançou no sentido de fragilizar a regulação pública do trabalho, onde a definição das regras da relação de



emprego são descentralizadas para dentro das empresas. Criou, além disso, novas opções de manejo da força de trabalho pelos empregadores, e legalizou práticas já existentes (KREIN, 2018). Proposta pelo Governo de Michel Temer (MDB), a Reforma Trabalhista foi objeto de diversas polêmicas entre atores favoráveis e contrários à proposta, numa divisão bastante explícita entre organizações sindicais de trabalhadores contra setores patronais. No Congresso Nacional, o projeto recebeu apoio massivo da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), que reúne os interesses do setor patronal e do agronegócio (PICOLOTTO, LAZZARETTI, HÜBNER, 2020).

Nesse sentido, muitas das práticas já existentes no meio rural foram legalizadas pela Reforma Trabalhista, embora esta não abordasse especificamente o trabalho agrícola. A legislação trabalhista servia como uma referência para os acordos de trabalho, e também para o caso de trabalhadores informais buscarem a justiça. Valadares, Galiza e Oliveira (2017), chamam atenção para três pontos alterados pela Reforma que podem ter forte impacto sobre o trabalho rural: 1) a terceirização irrestrita; 2) a desregulação da jornada de trabalho; e 3) as novas formas de contratação. Filgueiras (2014, apud VALADARES, GALIZA, OLIVEIRA, 2017) aponta ainda a ampla conexão entre a terceirização e o trabalho análogo à escravidão no campo, pois “ao analisar dados do Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae/MTb), o autor revela que 90% dos trabalhadores resgatados entre 2010 e 2014 nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo eram terceirizados”. Além disso, a terceirização facilita a intermediação da contratação pelos chamados “gatos”, empreiteiros que recrutam os trabalhadores - prática comum no meio rural - contribuindo para o aumento da informalidade e abrindo brechas para a não responsabilização dos reais contratantes (SILVA e MELO, 2016; VALADARES, GALIZA, OLIVEIRA, 2017; LERMEN e PICOLOTTO, 2020).

Como apontavam Arbex, Galiza e Oliveira (2018, p. 132), deve-se compreender que a existência e frequência do trabalho análogo à escravidão no



meio rural não se refere a “uma diferença de natureza da relação de trabalho, e sim de uma diferença de grau de exploração, delimitada pelos critérios de jornada exaustiva e condições degradantes”. A Reforma Trabalhista, nesse sentido, ao amplificar a possibilidade de precarização do trabalho e, desta forma, aumentar o grau de exploração, tende a tornar mais fácil a existência e manutenção do trabalho em condições análogas à escravidão, ao mesmo tempo em que dificulta a fiscalização e combate, tanto por legalizar as práticas utilizadas na identificação destas situações, quanto ao fragilizar as instituições fiscalizadoras, o acesso à justiça e enfraquecer os sindicatos (LERMEN e PICOLOTTO, 2020).

No período anterior à Reforma, os trabalhadores em condições de trabalho degradante buscavam os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) para obter ajuda, seja para acionar a justiça, reivindicar o recebimento de direitos ou mesmo intermediar a situação junto às empresas, pois sabiam que conseguiriam o auxílio destas entidades²⁰. A Reforma Trabalhista, no entanto, ao acabar com a obrigatoriedade do imposto sindical e descentralizar as negociações para o âmbito das empresas, fragilizou os órgãos de representação de classe, tanto financeira quanto politicamente (PICOLOTTO, LAZZARETTI, HÜBNER, 2020). Desta forma, muitos sindicatos passaram a representar apenas os trabalhadores associados, como forma de se manter viável economicamente, pois houve redução no número de contribuintes e na procura do sindicato pelos trabalhadores. Além disso, houve redução na procura dos trabalhadores pela Justiça do Trabalho, o que pode ser uma decorrência indireta da fragilização dos Sindicatos (que informavam os trabalhadores de seus direitos), mas também pela insegurança causada pela possibilidade de perder a causa e ter de arcar com os honorários de seu advogado e do advogado do empregador (LERMEN e PICOLOTTO, 2020).

²⁰

Ver em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/trabalhadores-de-usina-em-goias-reclama-m-de-ate-sete-meses-sem-salario>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.



NÚMEROS DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO PERÍODO RECENTE E A INFLUÊNCIA DA REFORMA TRABALHISTA

No Brasil, entre 1995 (ano em que o Brasil reconheceu a existência deste crime em seu território) e 2019, 54 mil pessoas já foram resgatadas de ambientes em condições análogas à escravidão, segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), órgão vinculado ao Ministério da Economia²¹. Deste total, 42.609 somente no meio rural²² (figura 1). Os anos de 2003 e 2007 registraram os maiores números de trabalhadores encontrados nestas condições no trabalho rural.

Figura 1 – Trabalhadores encontrados em situação de trabalho análogo à escravidão no meio rural 1995-2019

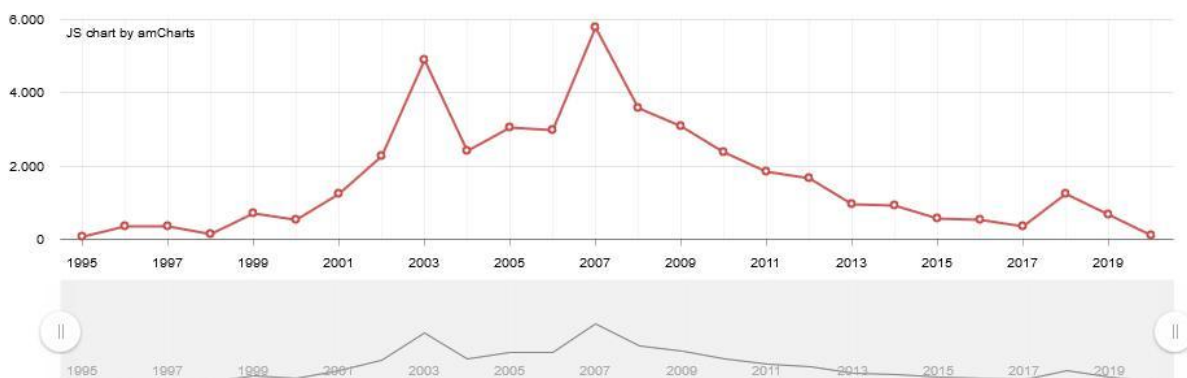


Gráfico elaborado pela SIT (2020).

Estes números, que são bastante expressivos e revelam a dura realidade de uma parte importante do mundo do trabalho no Brasil, porém, podem ser ainda maiores, pois mesmo num cenário anterior às restrições orçamentárias e esvaziamento dos órgãos de fiscalização, cerca de metade das denúncias feitas não

²¹

Ver em:

<<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/54-mil-escravos-resgatados-em-24-anos-mas-p-unicao-e-difícil-alerta-procuradora/>>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

²²

Disponível em: <<https://sit.trabalho.gov.br/radar/>>. Acesso em 08 de setembro de 2020.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



eram averiguadas (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018). Após o Golpe de 2016 e o avanço das pautas ligadas aos interesses patronais e de forças conservadoras, sobretudo do campo, as restrições orçamentárias e a precarização da legislação trabalhista tornaram a situação ainda mais dramática, e em 2017 apenas uma em cada dez denúncias conseguiam ser averiguadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que demonstrou especial preocupação com a liberação da terceirização irrestrita possibilitada pela Reforma Trabalhista²³.

O número de trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão em atividades rurais apresenta uma tendência de queda desde 2008, depois de atingir o número de 5.840 trabalhadores em 2007, maior marca no período entre 1995 e 2019, embora apresente pequeno crescimento em alguns anos (2012, 2014 e 2018). Sobre isso, a CPT chama a atenção para a redução das fiscalizações na Amazônia, região de preponderância de atividades com uso frequente de trabalhadores em condições análogas à escravidão²⁴, numa evidente “desruralização” (figura 2) da fiscalização provocada pelo avanço das pautas do setor agropecuário dentro do Estado brasileiro (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018).

²³

Ver em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/08/de-cada-10-denuncias-de-trabalho-escravo-mpt-so-tem-condicoes-de-investigar-uma/>>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

²⁴

Ver em:

<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/5076-2019-com-risco-de-crescente-ivisibilidade-trabalho-escravo-permanece-no-brasil#_ftn1>. Acesso em 07 de setembro de 2020.

Figura 2

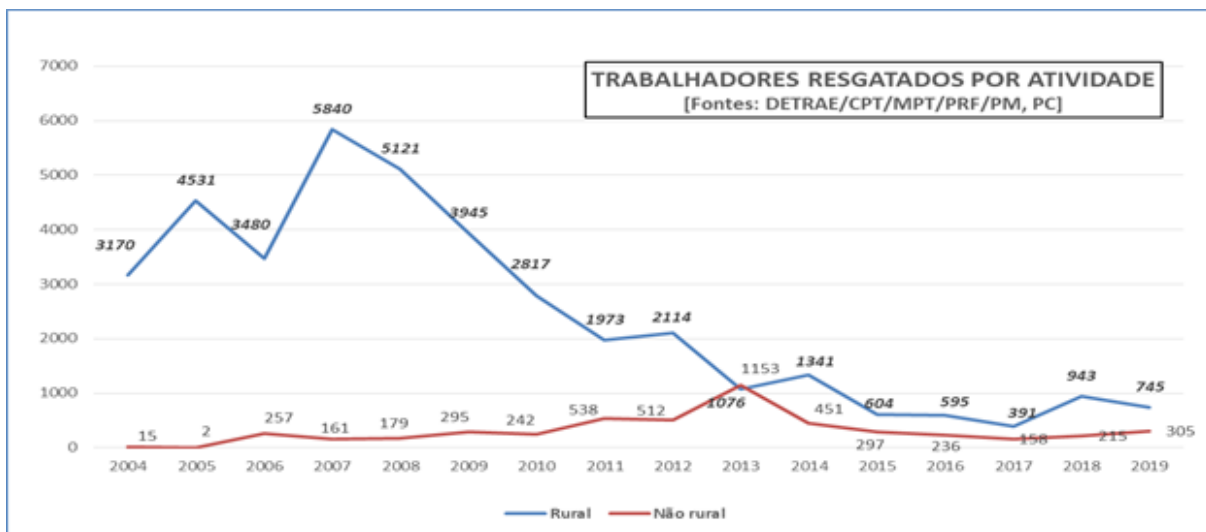


Gráfico elaborado pela CPT (2019).

Embora se poderia cogitar que esta queda nos números esteja ligada à desejável redução efetiva da quantidade de trabalhadores em condições análogas à escravidão, outros números indicam o contrário. Exemplo disso é a redução do número de auditores-fiscais do Trabalho. De acordo com a CONATRAE – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, atualmente a Inspeção do Trabalho conta com apenas 2.901 auditores-fiscais do Trabalho, de um total de 3.664 cargos (CONATRAE, 2020). Além desta redução do número de fiscais do trabalho (e em consequência dela), durante o período houve redução da quantidade de equipes de fiscalização do grupo móvel: eram nove atuantes em 2008, e apenas quatro em 2016 (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018, p. 125). Ou seja, como mencionado, a quantidade de denúncias que os órgãos responsáveis conseguiram fiscalizar já era bastante reduzido, e com a redução das equipes e dos auditores-fiscais, este cenário se agrava. Além disso, as mudanças recentes no acesso à Justiça do Trabalho e a redução da efetividade na fiscalização e combate ao trabalho análogo à escravidão, pode influenciar também na quantidade de denúncias, já que se cria a percepção de que não vale o risco. O enfraquecimento dos sindicatos de



trabalhadores também contribui para este cenário, já que muitos passaram a representar apenas seus associados, e porque frequentemente eram eles os intermediários entre os trabalhadores e a Justiça do Trabalho (Quadro 1).

Quadro 1

Ano	Nº de denúncias	Nº Trab. Denúncia	Nº Trab. Libertados	Menores
2011	230	3.929	2.095	66
2012	170	3.002	2.077	34
2013	141	1.716	1.089	19
2014	131	2.493	1.241	28
2015	80	1.760	556	12
2016	68	751	544	9
2017	66	530	386	5
2018	86	1.465	945	27
2019	89	880	745	13
Total	1.061	16.526	9.678	213

Elaboração própria com dados do Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT.

Arbex, Galiza e Oliveira (2018, p. 126) apontam ainda o fato de que, para burlar a fiscalização, as situações envolvendo trabalho análogo à escravidão no meio rural “têm-se caracterizado cada vez mais por empreitadas de curto prazo com emprego de um número menor de trabalhadores, o que dificulta não apenas a ocorrência da denúncia como o próprio planejamento das operações do grupo móvel”. É uma prática muito semelhante, portanto, com o que foi legalizado pela Reforma Trabalhista no âmbito do trabalho temporário e formas de contratação atípica. Ainda assim, chama a atenção no Quadro 1 a presença constante de crianças e adolescentes encontrados todos os anos pela fiscalização. Vale lembrar



que o Artigo 149 do Código Penal prevê que para estes casos a pena é aumentada pela metade.

Outro ponto bastante sensível nas situações de trabalho análogo à escravidão, a escravização por dívida é a principal forma utilizada para manter os trabalhadores nestas condições (SOARES, 2016), pois a eles é apresentada a obrigação de adquirir equipamentos e mantimentos em estabelecimentos indicados pelo proprietário da fazenda, ou, como é de costume, da própria fazenda, onde os preços são elevados e, desta forma, na hora de receber seu pagamento, o trabalhador é informado de que suas despesas foram descontadas automaticamente, fazendo com que geralmente, em vez de receber, o trabalhador fique em dívida²⁵. Este tipo de acordo não é abarcado pela Reforma Trabalhista. Existem, porém, a possibilidade de patrão e empregado pactuarem a redução de salários, assim como a remuneração por produtividade, além instituir o pagamento apenas das horas efetivamente trabalhadas, o que impacta tanto no endividamento quanto na pressão para que o trabalhador se sujeite a jornadas cada vez mais longas e em piores condições.

Recentemente, no bojo desta transição da regulação pública para a regulação privada do trabalho, a fiscalização e combate ao trabalho análogo à escravidão foram duramente golpeados com a extinção do Ministério do Trabalho, por meio da Medida Provisória 870 (convertida na Lei 13.884, de 18 de junho de 2019), promulgada no dia 2 de janeiro de 2019, logo da posse do atual presidente, Jair Bolsonaro. Suas funções foram desmembradas e absorvidas por outros ministérios, no status de secretaria, e, portanto, com menor influência e poder político e fiscalizador. Além disso, Bolsonaro disse estudar o fim da Justiça do Trabalho,

²⁵

Ver também em:

<<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nao-lembro-da-ultima-vez-que-recebi-algum-dinheiro-afirma-vitima-de-trabalho-escravo/>>. Acesso em 07 de setembro de 2020.



alegando “excessiva proteção” aos trabalhadores²⁶, representando os interesses patronais, tanto rurais quanto urbanos, que apoiaram sua eleição em 2018. Trata-se, portanto, de um acelerado esvaziamento dos órgãos de regulação pública do trabalho, que, somado ao enfraquecimento dos sindicatos, dificulta a própria reação dos trabalhadores a tais medidas.

Como foi possível perceber nas Figuras 1, 2 e Quadro 1, o número de denúncias, de trabalhadores envolvidos e libertados teve uma tendência de queda nos anos recentes. Apenas 2018 destoa, depois que 2017 registrou um dos menores números desde que a atuação do Estado se iniciou, em 1995. Um dos fatores que pode explicar esta diferença é a já mencionada greve dos auditores-fiscais do Trabalho em outubro de 2017 em resposta à portaria que dificultava o combate ao trabalho análogo à escravidão. Nesta ocasião, os profissionais interromperam suas atividades e não realizaram novas operações²⁷, o que parece ter gerado um “acúmulo” para 2018. Os números de 2019 são menores em relação ao ano anterior, porém, se considerarmos que houve o acúmulo citado acima, percebe-se em 2019 um aumento nos números em relação aos outros anos, coincidindo com o aumento do total de conflitos no campo, que também foi o maior dos últimos anos (CPT, 2020). Essa retomada do crescimento pode ter relação com a revogação da portaria do MTb (que motivou a greve dos auditores-fiscais), demonstrando que o trabalho análogo à escravidão é ainda uma constante no meio rural, e que pode ser maior do que trazem os dados oficiais, já que há uma defasagem entre o número de cargos e as nomeações de auditores-fiscais, bem como a redução das equipes de fiscalização e orçamento disponível para as ações.

²⁶

Ver em:

<<https://www.cartacapital.com.br/Politica/bolsonaro-fala-em-excesso-de-protecao-e-fim-da-justica-do-trabalho/>>. Acesso em 08 de setembro de 2020.

²⁷

Ver em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/fiscais-do-trabalho-decidem-parar-na-proxima-quarta-feira.70002053254>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, mesmo 133 anos depois da abolição oficial da escravidão, segue marcado pela existência de vidas humanas em condições de trabalho extremamente precárias e degradantes. Embora não se possa falar de uma continuidade entre a escravidão colonial e as situações encontradas no Brasil do século XXI, também não são tão grandes as rupturas²⁸. Em que pese num período recente o país ter se proposto o desafio de combater o trabalho degradante, este demonstrou estar intimamente ligado à correlação de forças políticas que disputam os rumos da nação brasileira. A primeira década dos anos 2000 marcou um avanço no combate ao trabalho análogo à escravidão, tanto no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, com a caracterização mais precisa do que configurava tal prática, quanto na efetivação da fiscalização e combate. Isso rendeu, em 2010, o reconhecimento pela OIT do Brasil como exemplo para guiar outros países rumo à erradicação das diversas formas de trabalho forçado. Este processo deu-se à luz da incansável luta de setores progressistas da Igreja Católica, como é o caso da CPT, de magistrados, juristas e fiscais do Trabalho, mas, sobretudo, pela luta do povo trabalhador, organizado em seus movimentos e sindicatos.

No entanto, embora não se possa diminuir a importância destes avanços institucionais, hoje podemos perceber que foram insuficientes, pois promoveram mudanças ainda muito superficiais num país historicamente marcado pelo trabalho precário e apropriação do Estado pelos interesses das classes dominantes. Esta marca histórica ressurgiu com força a partir da segunda década do século XXI, com proposições da bancada ruralista no Congresso que buscavam a flexibilização do conceito de trabalho análogo à escravidão e da punição deste crime. Em 2017, acompanhando tendência mundial e buscando adaptar-se ao capitalismo

²⁸

Negros são 82% dos resgatados do trabalho escravo no Brasil. Disponível em:

<<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/5004-negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>>. Acessado em 30 de março de 2021.



contemporâneo (KREIN, 2018), o Brasil voltou-se contra a legislação trabalhista constituída até então por avanços na proteção social dos trabalhadores. A aprovação da Reforma Trabalhista liberou a terceirização irrestrita das atividades, despadronizou a jornada de trabalho, legalizou a formas de contratação atípicas e descentralizou para dentro das empresas a definição das regras das relações entre patrões e trabalhadores. Além disso, fragilizou os órgãos de fiscalização, a Justiça do Trabalho e enfraqueceu os sindicatos.

Embora ainda seja difícil quantificar os impactos da Reforma Trabalhista no meio rural, é possível perceber que muitas das práticas já existentes, mas que eram passíveis de judicialização, foram legalizadas e/ou receberam respaldo jurídico pela Reforma, já que a legislação vigente servia como referência para os acordos e para os processos judiciais, sobretudo para o enorme contingente de trabalhadores informais. Este setor, vale lembrar, está historicamente submetido a trabalhos precários, sendo que desta forma o trabalho análogo à escravidão no meio rural pode ser compreendido não como uma diferença na natureza da relação de trabalho, mas uma diferença no grau de exploração deste (VALADARES, GALIZA, OLIVEIRA, 2017). As mudanças trazidas pela Reforma Trabalhista, portanto, podem fazer crescer a existência de trabalho nessas condições no meio rural.

Ao analisarmos os dados da CPT e da SIT, vemos uma tendência de queda tanto no número de denúncias, quanto de trabalhadores envolvidos e efetivamente libertados. Ainda que isso possa ser interpretado como algo positivo, isto é, como indício de que esta prática está efetivamente diminuído, alguns fatores indicam outra direção. No período recente, e em especial após a Reforma, os órgãos de fiscalização e combate ao trabalho degradante foram progressivamente esvaziados e fragilizados. Houve redução do número de equipes de fiscalização e também do número de integrantes das mesmas, sendo que em 2020 a ocupação efetiva dos cargos de auditores-fiscais do Trabalho é menor que 60% (CONATRAE, 2020). Em 2017, ao instituir que a parte perdedora de ações judiciais trabalhistas deveria arcar



com os honorários dos advogados de ambas as partes, a Reforma Trabalhista fragilizou o acesso à Justiça do Trabalho por parte dos trabalhadores, simultaneamente ao enfraquecimento dos sindicatos, que na maioria das vezes fazia o intermédio entre trabalhadores e Justiça.

Em 2019, ainda num momento de avanço das forças conservadoras vitoriosas no golpe parlamentar de 2016, assumiu o cargo máximo do executivo um presidente que foi eleito defendendo o aprofundamento da Reforma Trabalhista, a revisão do conceito de trabalho análogo à escravidão e que falava na existência de uma “superproteção ao trabalhador” como causa do desemprego. Um de seus primeiros atos na presidência da República, em 2 de janeiro de 2019, foi a extinção do Ministério do Trabalho e distribuição de suas competências em secretarias dentro de outros ministérios, implicando numa redução de sua importância e poder. O presidente falava ainda numa possível extinção da Justiça do Trabalho, o que até o presente momento não se efetivou.

Desta forma, tudo indica que a redução nos números referentes ao trabalho análogo à escravidão é fruto não da diminuição efetiva de tal prática, mas sim da fragilização dos órgãos fiscalizadores. Além disso, entidades e pesquisadores ligados à pauta apontam para uma mudança de foco na fiscalização, que tem se crescido na região Sudeste, enquanto que a região da Amazônia, propícia à existência de trabalho em condições análogas à escravidão, teve uma redução no número de fiscalizações (ARBEX, GALIZA, OLIVEIRA, 2018; CPT, 2019). Além disso, levando-se em conta que o número de operações efetivadas sempre esteve muito abaixo da quantidade de denúncias recebidas, é possível afirmar que o trabalho análogo à escravidão no Brasil, em especial no meio rural, segue sendo uma constante, e se insere no cardápio de opções à disposição dos empregadores rurais, principalmente com o respaldo trazido pela Reforma Trabalhista de 2017.

Se, como vimos, o avanço no combate ao trabalho análogo à escravidão acompanhou o fortalecimento dos órgãos de Estado competentes, da legislação



trabalhista e social, e sobretudo dos sindicatos de trabalhadores, num momento de recuo e enfraquecimento dos mesmos, evidenciado inclusive pela aprovação da Reforma Trabalhista, a qual estes sindicatos eram contrários (PICOLOTTO, LAZZARETTI, HÜBNER, 2020), tudo indica que a redução dos números relacionados ao trabalho análogo à escravidão refere-se a um retrocesso no combate à prática, e não uma redução da prática em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARBEX, Alexandre; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. **A política de combate ao trabalho escravo no período recente**. Mercado de Trabalho, n. 64, abr. 2018, pp. 111-137.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília, pp. 1-138, abr. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – CONATRAE. **Nota pública: realização de concurso para auditor-fiscal do trabalho**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-publica-concurso-auditor-fiscal-do-trabalho.pdf>.

Acesso em 8 set. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **2019 - Com risco de crescente invisibilidade, trabalho escravo permanece no Brasil**. Jan. 2019. Disponível em: https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/5076-2019-com-risco-de-crescente-invisibilidade-trabalho-escravo-permanece-no-brasil#_ftn1.

Acesso em: 7 de setembro de 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Goiânia, 2020. ISSN 1676-661X.



GUANAIS, Juliana. **Salario por producción y superexplotación del trabajo**. In: SILVA, M. A. de M.; VERÇOZA, L. V. de (org.). *Vidas tejidas al reverso de la historia: estudios sobre el trabajo en los cañaverales y los campos de flores en Brasil*. 1a. ed. [S.I.]: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2020. cap. 3, p. 81 – 109. ISBN 978-987-722-628-7.

KREIN, José D. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva Consequências da reforma trabalhista**. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2018.

LAZZARI, Márcia Cristina. **Direitos humanos e trabalho escravo contemporâneo**. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 8, n. 1, p. 62 – 82, janeiro-abril, 2016.

LERMEN, Nadine G.; PICOLOTTO, Everton L. **Trabalho Rural, representação classista e lutas por direitos na produção de maçãs em Vacaria-RS**. *Revista da ABET*, v. 19, n. 1, p. 117-142, Janeiro-Junho, 2020.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2010.

PICOLOTTO, Everton L.; LAZZARETTI, Mateus; HÜBNER, Mikaela F. **Reformas neoliberais no mundo do trabalho no pós-impeachment de 2016: atores, argumentos e alguns resultados**. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, v.4, n.1, 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de. **As distintas faces da intermediação entre capital e trabalho rural no Brasil**. *Eutópia*, n. 9, jul. 2016, pp. 45-61.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes.; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. **La simbiosis perversa: las máquinas y la degradación del trabajo**. In: SILVA, M. A. de M.; VERÇOZA, L. V. de (org.). *Vidas tejidas al reverso de la historia: estudios sobre el trabajo en los cañaverales y los campos de flores en*



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Brasil. 1a. ed. [S.l.]: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2020. cap. 9, p. 237 –260. ISBN 978-987-722-628-7.

SOARES, Fagno da Silva. **Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: Inflexões conceituais entre trabalho, escravidão e experiência vivida.** Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 389 – 406, Junho, 2016. ISSN 1983-6031.

VALADARES, Alexandre; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. **A reforma trabalhista e o trabalho no campo.** Mercado de Trabalho, n. 63, out. 2017, pp. 95-106.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST

ROBERTO MEDEIROS DA COSTA JÚNIOR - UNIRIO

Resumo

O presente artigo busca apresentar um levantamento bibliográfico sobre a História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, investigando a partir das Ciências Humanas, para que se compreenda quem constrói essa narrativa de memória e de que forma está sendo produzida. Durante a observação, percebeu-se que frequentemente a área da História recorre a outros campos para se aprofundar sobre a História do MST, como as Ciências Sociais e a Geografia, que têm seu olhar voltado para outra perspectiva, respectivas às suas áreas. Partindo desse pressuposto, este trabalho procura compreender como tem sido a produção sobre a História do MST, considerando as referências bibliográficas e os usos teóricos metodológicos utilizados pelos autores. Para isso, o levantamento se deu através da análise de cinco obras publicadas nos livros: Rompendo a Cerca, Pioneiros do MST, História da Luta Pela Terra e o Mst, A Formação do Mst no Brasil e Pedagogia do Movimento Sem Terra. Este artigo buscou investigar como estas narrativas são construídas, através de quais fontes, quais metodologias e principalmente a partir de qual lente, hegemônica ou contra- hegemônica. É de se destacar nesta análise a trajetória do autor ou autora, para entender se as questões e o tom da narrativa estavam voltados para uma produção academicista, informativa e/ou literária. Observou-se que o campo da História apresenta-se distante do tema, em especial,



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



por ser recente. A dificuldade da historiografia em lidar com esse método de análise, mostra-se através deste levantamento bibliográfico. Entendemos que o campo da História do tempo presente tem uma parcela de importância para esses estudos; A partir disso, fizemos uma breve análise às teses e dissertações da CAPES, onde foi notado uma mudança de cenário nos últimos anos, mas que ainda sim, existe um cuidado ao tratar do assunto, tanto que as pesquisas não se mostram amplas, voltam-se para o recorte a partir de uma História Regional, resultando assim na ausência de estudos nacionais sobre o tema. Outra questão se fez presente na análise bibliográfica proposta, seria possível achar um denominador comum em diferentes produções de áreas diversificadas? Mesmo com a investigação de diferentes formas de produção de conhecimento e de narrativa, observa-se que o MST fora retratado de forma homogênea em todos os campos. É imprescindível o olhar para o passado do MST visualizando as lutas que o antecederam, o contexto político que o Brasil se encontrava nas décadas de 1960 e 1970, anos fechados em uma ditadura civil militar. Para todas as obras foi também extremamente necessário perceber o contexto social onde as pessoas, os trabalhadores sem terra, estavam envolvidos e vistos como sujeitos históricos. Pensar o MST, e outros movimentos sociais, é entender que nele há movimento real, e que há uma forma de agir que atravessa o indivíduo e a partir dele nasce um coletivo, que vive e pratica a ideologia que o construiu e que faz com que permaneça vivo e necessário.

Palavras-chave: MST, Historiografia, Campesinato.



Balço historiográfico sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST

Panorama sobre a investigação do estudo

Este estudo apresenta um levantamento bibliográfico dentro das áreas das Ciências Humanas que procura abordar a História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para que a partir deste, se perceba quem está construindo esta narrativa de memória e como ela está sendo escrita. Durante o levantamento bibliográfico percebeu-se a frequência da História em recorrer a outros campos para se aprofundar sobre a História do MST, como as Ciências Sociais e a Geografia, que tendem a ter um olhar mais voltado para uma outra perspectiva.

Considerando estas afirmativas, este trabalho busca entender como está sendo a produção da historiografia sobre o MST considerando as referências bibliográficas e os usos teóricos metodológicos utilizados pelos autores. A pesquisa se dará principalmente por cinco obras publicadas em livros, por entender a relevância do tipo de publicação e da facilidade de acesso, e também por serem considerados como clássicos do tema. Os livros utilizados foram, Rompendo a Cerca, Pioneiros do MST, História da Luta Pela Terra e o MST, A Formação do MST no Brasil e Pedagogia do Movimento Sem Terra.

A análise deste recorte contribuirá para novas questões, como a historiografia e sua dificuldade de lidar com temas recentes; evidenciando a necessidade de maior aprofundamento sobre a História do tempo presente. E como uma perspectiva para o futuro do campo, buscamos o Banco de Teses e Dissertações da Capes, para compreender como os novos historiadores estão lidando com o tema.



Terra para quem nela trabalha e vive - A construção do MST.

Através de uma reflexão e estudo dos conflitos pela terra no Brasil, nota-se que as formas de luta e resistência dos trabalhadores do campo ao monopólio da propriedade da terra no país, já acontecem há séculos, principalmente através de movimentos sociais. Para explicá-los partimos da caracterização da socióloga Maria Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. (GOHN, 1997, p. 251)

No final do século XIX, se tem uma das principais experiências de resistência campesina, a guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897 no interior do estado da Bahia. O embate envolveu o exército brasileiro contra os grupos de comunidades sociais rurais e religiosas, que liderados por Antônio Conselheiro lutavam por latifúndios caracterizados historicamente como improdutivos.

No século XX se deu outro movimento de luta pela terra, as Ligas Camponesas. Tiveram, que seu início na década de 1950, com origem no Engenho Galiléia, em Pernambuco. Seu objetivo inicial era:

Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para caixõezinhos de madeira destinados às crianças, que naquela região morriam em proporções assustadoras. (O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como a aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica.) (JULIÃO, 1962. p.24)



Construída principalmente por José dos Prazeres, elas projetaram líderes ao longo da atuação das Ligas, como Francisco Julião e Elisabeth Teixeira, emergindo assim, à cena política nacional a luta dos trabalhadores rurais. Funcionando como inspiração e apoio ao campesinato para enfrentar os donos dos latifúndios, principalmente na região Nordeste, em 1964 foram postas na ilegalidade pelo governo militar e perseguidas. As Ligas Camponesas tiveram uma influência um pouco mais presente na construção do MST, que desenvolveu seus princípios a partir do aprendizado de suas experiências durante os anos de atividade.[1]

Assim como as Ligas, outra entidade que auxiliou o processo de construção do MST foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização religiosa, baseada na Teologia da Libertação[2]. Sua criação foi em 1975, em um Encontro Pastoral da Amazônia Legal, com os objetivos de organizar os trabalhadores do campo. Teve uma importante atuação nacional, que para eles era de extrema necessidade. E já na década de 1980 passou a influenciar várias lutas pela terra, inclusive influenciando pessoas que se tornaram líderes do MST.

Na trajetória da CPT ganha um destaque seu papel na denúncia sobre diversas formas de violência que se abatem sobre os trabalhadores do campo e que se desdobrou na construção de banco de dados e em um trabalho pioneiro de sistematização de informações vindas dos mais diferentes pontos do país. O esforço de produção regular de dados quantitativos, com uma metodologia inicialmente ainda rudimentar, sobre as diferentes faces da violência, iniciou-se no final dos anos 1970. O primeiro relato foi publicado em 1980. (MEDEIROS; CPT; 2016, p.59)

Segundo a própria CPT, a organização de um banco de dados nacional tinha os seguintes objetivos:

- a) identificar e traçar um quadro geral, um mais completo possível, dos conflitos de terra no Brasil e b) elaborar um texto simples, contendo os dados e análise dos



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



mesmo, para servir de auxílio na ação pastoral e nos demais trabalhos desenvolvidos juntos aos lavradores. (CPT, 1983; apud:MEDEIROS; CPT; 2016, p.60)

Segundo Fernandes (2001) podemos afirmar que a partir das décadas de 1960 e 1970, o campo passou por profundas transformações, intensificadas pela ditadura militar (1964-1985). Essas mudanças foram resultantes da implantação da estratégia de dominação no campo baseada a partir do terror militar[3] e da instauração de um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e do agronegócio, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Este processo fora denominado por Silva (1982) de modernização dolorosa[4].

MST foi influenciado a partir de todo este histórico de luta pela terra, pela organização dos trabalhadores do campo e principalmente pelo contexto político de ditadura militar. O Movimento teve início com suas primeiras ocupações, em sua gestação entre 1979 e 1984[5], até o seu nascimento de fato, em janeiro de 1984 no I Encontro dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. No ano seguinte o MST reuniu 1500 delegados e 22 estados no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra. Nesse encontro foi elaborado um conjunto de resoluções que envolviam a demanda por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, desapropriação de todas as propriedades com área acima de 500 hectares, distribuição imediata de todas as terras em mãos dos estados e da União, expropriação das terras das multinacionais, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos”. Além disso, as ocupações de terras ociosas ou públicas foram consideradas como caminho para a realização da reforma agrária, dentro do lema: “Terra não se ganha, se conquista”. (MEDEIROS; 1989, p. 166) A partir deste lema o MST tem se organizado em âmbito nacional pela reforma agrária através das ocupações de terra, sendo considerado um dos maiores movimentos sociais da América do Sul. Dado



sua relevância histórica, este artigo tem o papel de contribuir para a divulgação deste movimento tão importante para a História do Brasil. A pesquisa se dará, como dito anteriormente, a partir da análise de obras que são fundamentais para o entendimento do MST, refletindo sobre como as narrativas apresentam o Movimento dentro de suas áreas do conhecimento, considerando também a trajetória dos autores.

Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Eduardo Scolese; com fotos de Sergio Lima, 2008.

Trata-se de um livro-reportagem, publicado em 2008 pela Editora Record e escrito pelo jornalista Eduardo Scolese com o fotógrafo Sérgio Lima, ambos trabalhavam para a Folha de São Paulo. A proposta dos autores foi rodar o Brasil inteiro em busca dos 20 fundadores do MST e contar suas histórias, somente 17 foram encontrados, 15 homens e 2 mulheres. A produção das entrevistas dura 45 dias, 11 mil km rodados pelo Brasil.

A viagem começa no Rio Grande do Sul, onde surgiram as primeiras ocupações de terra nos 1970, que daria origem ao MST na década seguinte. As entrevistas são muito voltadas para a participação individual da pessoa no processo de construção do Movimento. As narrativas são compostas com quase um início, meio e fim, da trajetória de participação do militante dentro do MST.

A proposta de Eduardo é entender as trajetórias dos fundadores. As entrevistas constroem-se numa narrativa cronológica caminhando para o atual momento da vida de cada um. Ao decorrer do texto, além da vida pessoal, aparecem críticas ao processo de fundação do Movimento e das ações que foram tomadas até o momento. A leitura fornece algumas informações do MST, mas o foco é a vida daqueles que participaram da criação do mesmo.

Uma crítica importante é em relação ao olhar do autor aos problemas relacionados ao gênero, como a maternidade. A maioria das pessoas envolvidas



tinham filhos, e quando a entrevista era feita com homens, a condição de ser pai não era um peso tão determinante para o direcionamento da conversa. Vários integrantes deixaram seus filhos em outros lugares, com outras pessoas, ou sobrecarregando a esposa e isso nem sempre era questionado ou posto negativamente. Mas no caso de uma entrevista feita com uma mulher, o tom foi bem diferente. A impressão de julgamento foi muito forte, pois para o autor isso era uma questão determinante para o andamento da conversa.

Por parte de Scolese, fica perceptível em alguns momentos que a narrativa se porta como uma interpretação subjetiva com relação a fala do entrevistado, em determinados pontos. Como quando o autor classifica a militância como “um vício”, enquanto o entrevistado a chama de tesouro[6].

Em alguns capítulos o autor inicia uma crítica, relacionada ao Movimento ou política, mas não contextualiza, muito menos se aprofunda, o que por vezes deixa o texto vago. Um exemplo é em um capítulo que Scolese escolhe na frase em destaque uma crítica ao Bolsa Família, o texto indica que o programa é responsável por uma desmobilização do camponês para com o MST, mas sem nenhuma referência e aprofundamento no tema para tratar do assunto.

Por fim, por melhor que seja a proposta de Scolese e Lima, a narrativa por vezes torna-se caricata, ou com pontos soltos. No geral trata-se de uma boa leitura por contar com detalhes subjetivos das entrevistas, que somados às fotografias dão um tom artístico para a obra. Para um olhar mais crítico, ou acadêmico, o livro torna-se insatisfatório para a compreensão do Movimento, mas esta não é a proposta do autor, que fique claro. Pensando a proposta deste artigo, a obra de Scolese contribui mais para a narrativa hegemônica em relação ao MST, muito pela postura adotada pelo autor ao contar a história, principalmente pela escolha de um vocabulário que contém um tom acusatório, em alguns momentos até negativo. E



também por não adentrar nos pontos relevantes à desmistificação do movimento social.

Rompendo a Cerca- A História do MST. Sue Branford e Jan Rocha, 2004.

As autoras Sue Branford e Jan Rocha são jornalistas estrangeiras, que adotaram o Brasil para morar e trabalhar por um tempo e assim acompanharam o cotidiano e a narrativa dos sem-terra por dezoito meses. A proposta foi viajar pelo país “de avião, ônibus, canoa e carroça, para ouvir as histórias de dezenas de sem-terra, os homens e mulheres que lançaram o MST [...]” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17). A obra fora publicada pela editora Casa Amarela no ano de 2004 e é desenvolvida em quatro fases.

Na primeira, as autoras aprofundam-se sobre a trajetória e expansão do MST, traçando um panorama histórico do MST, desde sua origem até a sua consolidação como um movimento nacional. A partir disso, detalham brevemente sobre a História da Luta pela terra no Brasil, para logo após apresentarem o surgimento do Movimento e suas mobilizações, relacionando-o com o cenário histórico e político do país.

Após trabalharem a caminhada e a difusão do MST, na segunda fase da obra as escritoras expõem a respeito da forma estratégica do movimento para conquistar a terra através de sua metodologia fundamental, a ocupação de terra. É discorrido sobre realizações após a ocupação, já que o movimento busca ir além da conquista, dedicando-se ao aprofundamento em suas bandeiras de luta, como a agricultura e o acesso à educação, por isso, “Onde quer que haja uma ocupação, acampamento ou assentamento do MST, há uma escola.” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.157)

Na terceira etapa da obra, são apresentados os principais empecilhos enfrentados pelo MST, como a repressão exercida pelo Estado para com os



integrantes, a ofensiva do governo FHC na tentativa de enfraquecimento do MST e a penetração intensa do capital da agricultura brasileira, que reprime umas das bandeiras principais do MST, a agricultura sustentável.

Na quarta e última etapa, Branford e Jan demonstram como o MST responde as dificuldades históricas que vem enfrentando, a partir do desenvolvimento de uma nova possibilidade econômica, que representa uma agricultura orgânica e saudável, como uma alternativa ao modelo implantado pelo Estado que favorece o agronegócio. No final, as autoras destacam e contextualizam outros movimentos históricos que se apresentam de forma semelhante.

Com relação à narrativa do livro, as autoras constroem a história da trajetória do movimento e dos acontecimentos da História do Brasil entrelaçados numa caminhada marcada por luta e repressão, dando ênfase a vinculação do MST com o cenário histórico e político do Brasil. É de se destacar a preocupação das autoras de colocar o MST no meio da prática jornalística, diferentemente da prática realizada pelas mídias de massa tradicionais, como os telejornais e jornais impressos nacionais, que depreciam os fatos ou descaracterizam o movimento ao apresentar outra face.

É possível fazer esta afirmativa devido aos fatores observados durante a análise do livro-reportagem, como, o tempo dedicado para o aprofundamento e pesquisa sobre o tema, a própria composição de sua narrativa e pelo tratamento dispensado, seja expondo sua trajetória de luta ou dando voz aos integrantes. Configurando assim um trabalho jornalístico que busca humanizar o sujeito e não espetacularizar ou criar estereótipos preconceituosos sobre o que se trata o movimento.

A vivência no movimento também é importante para a construção da narrativa. Em um dado momento é relatado pelas autoras que “Certa noite, nós e 40



sem-terra dormíamos nas barracas de lona preta de um acampamento quando chegaram 30 pistoleiros para expulsar-nos dali” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17).

Por fim, acredita-se que as jornalistas procuraram realizar um trabalho de apuração aprofundada sobre o assunto procurando estar nas condições que os sem-terra no momento de uma ocupação, por exemplo. A partir dessa experiência, descrevem o que significa esse movimento, expondo que sua luta tem um caráter mais amplo do que somente a terra, a luta é por transformações concretas na sociedade. E apresentaram perspectivas de forma contra-hegemônica e realizaram uma representação contributiva sobre a História

do MST.

A História da luta pela terra e o MST. Mitsue Morissawa, 2001.

Esta obra trata-se de um livro didático, lançado pela editora Expressão Popular. Seu intuito é trazer para jovens, de forma clara e objetiva, a História da luta pela terra e o caminho que levou a criação do MST. Nas palavras da autora, na apresentação do livro: Este livro foi escrito para os jovens, em especial para os jovens do MST, mas ele pode ser lido com certeza por todos os que desejem conhecer a história de uma luta da qual só têm a visão entrecortada oferecida pela quase sempre suspeita mídia escrita, falada e televisionada.

Como já demonstrado, a autora tem a preocupação de tratar o assunto diferente das formas hegemônicas, como um livro didático, a proposta é trazer a reflexão para o leitor. Inicia mostrando como a terra está envolvida particularmente com o capitalismo e as relações sociais de poder que envolvem o capital.

Em pequenos textos, o livro é dividido quatro partes. A Primeira trata-se de contextualizar a o surgimento do Estado, sua relação de poder e o surgimento do capitalismo como a principal forma econômica. Assim, ela explica qual a relação da



terra, enquanto propriedade privada, e passa pelos grandes acontecimentos históricos que tendem a explicar o mundo atual; como a Revolução Francesa, o Imperialismo, as Guerras Mundiais e Fria e a Era da Globalização e as demandas da desigualdade. Tudo isso explicados em pequenos textos, seguindo a lógica de um material didático.

A Segunda parte do livro já é pensando especificamente o Brasil, seu trabalho minucioso começa na Colônia, pensando sempre a relação social da terra x capital. Ela escreve sobre a escravização dos negros e indígenas, que obviamente é um ponto importantíssimo para quem quer aprender sobre a luta pela terra, e a necessidade de uma reforma agrária.

Ainda na segunda parte a autora se compromete a falar sobre a luta pela terra de 1888 à 1964, considerando a abolição e o fim do regime democrático. No pós golpe de 64, Mitsue adentra para os graves problemas das lutas dos movimentos sociais em um período ditatorial. E neste caminho a segunda parte passa pelos governos democráticos e sua relação com a questão da terra, até o período atual, que no caso era 2001.

Assim, contextualizando detalhadamente os percursos da luta pela terra no Brasil, Mitsue dedica a terceira parte do livro ao MST, sua história e perspectivas. A autora trata desde o início do “pré” MST, as lutas e ações que levaram até a organização do movimento, como explicado na introdução deste artigo. Além de traçar um panorama regional, para que o leitor entenda que a questão da terra é uma questão de todos, não só dos camponeses.

Por se tratar de uma narrativa contra-hegemônica, algumas preocupações são necessárias, como pontuar alguns conceitos que são utilizados de forma negativa pela grande mídia, como “ocupação e invasão”, assim Mitsue deixa claro: Ocupação não é invasão.



Na maioria das vezes, a imprensa usa a palavra invasão, em vez de ocupação, para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra dentro de uma fazenda. É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. [...]

A ocupação é para o MST uma ação voltada a abrir espaço para a luta e resistência. Com ela se cria uma outra condição para o enfrentamento. Ao realizá-la, os sem-terra conquistaram a possibilidade de negociação. (MORISSAWA, 2001. p. 132)

Na terceira parte, é possível entender detalhadamente qual foi o processo de formação do MST e sua organização enquanto movimento nacional. Desde os primeiros congressos, os encontros nacionais e as respostas da classe dominante. Há também a desmistificação das formas de luta como, acampamentos, manifestações, ocupações, marchas, na tentativa de sempre trazer para o autor a visão do MST e não da mídia. A quarta parte é mais voltada para a reflexão das formas de produção e organização do MST, pensando a prática pedagógica do movimento e sua influência para a sociedade como um todo.

Refletindo sobre a proposta do livro, o conteúdo e a didática da linguagem utilizada, conclui-se que a obra é de extrema importância para o campo da educação. É um importante recurso para ser utilizado em sala de aula, de forma leve e honesta apresenta uma história tão densa e importante.

A formação do MST no Brasil. Bernardo Mançano Fernandes, 2000.

Concebido como sua tese de doutorado na USP, a obra foi publicada pela editora Vozes em 2000. O autor analisa os processos de formação e territorialização



do MST, em 22 estados onde o Movimento está organizado, desde sua origem nas primeiras ocupações em 1979, até 1999, ano de conclusão da tese.

Dessa forma, por meio da pesquisa memorial, entrevistei 156 pessoas: sem-terra, religiosos, prefeitos, parlamentares, sindicalistas, assessores e pesquisadores, que relataram suas participações na construção do MST. As questões colocadas nas entrevistas são referentes a formação, espacialização e territorialização do Movimento nos estados. [...] por meio das entrevistas, busquei recuperar o princípio da organização do Movimento, as instituições que apoiaram as lutas, as diferentes experiências de resistência, a construção da autonomia política, das instâncias de representação e dos setores de atividades. (FERNANDES; 2000, p.20)

Uma dessas 156 entrevistas para a conclusão de sua tese gerou outro livro, o *Brava Gente*, publicado pela editora Fundação Perseu Abramo e composto por uma longa entrevista que deu-se durante três dias e foi realizada em 1998. A entrevista fora feita somente com João Pedro Stedile, um dos fundadores do movimento social, formado em economia pela PUC-SC. Através de perguntas e respostas, Bernardo busca compreender a partir das experiências de Stedile, a História do MST, suas origens na luta pela reforma agrária, como são seus princípios organizativos e que projetos são desenvolvidos nos assentamentos.

Para além da pesquisa memorial, o autor adota outro procedimento metodológico, que foi a pesquisa documental. Sua proposta para o livro fora: Procurar compreender o processo de formação e territorialização do Movimento a partir dos conteúdos das entrevistas, dos estudos realizados por pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas, e dos dados colhidos por meio da pesquisa documental. (FERNANDES; 2000, p.21)

Através do campo da Geografia, Fernandes em seu estudo se aproxima dos conceitos de territorialização e espacialização da luta pela terra, como condição



essencial para compreender a formação do Movimento em suas dimensões social, econômica, política e nacional. A partir da caracterização do trabalho de base feito no movimento o autor expõe os conceitos:

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de um outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem terra. E dessa forma, vão criando o Movimento na sua territorialização. A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. (FERNANDES; 2000, p.282 e p.283)

Trata-se de um estudo que procura dar voz ao MST, apresentando uma narrativa contra-hegemônica. Considero complicado dimensionar a importância da obra. Após sua análise concluímos que se trata de uma grande contribuição à História do MST a partir da perspectiva da geografia da luta pela terra.

Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Roseli Salete Caldart, 2000.

Para adentrarmos no campo da pedagogia sobre a história do MST, buscamos o livro Pedagogia do Movimento Sem Terra, escrito por Roseli Salete Caldart, formada em pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto



Uruguai e das Missões, que se propõe a analisar a construção do Movimento através da ótica educacional.

O texto, produto de sua tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, publicado em 2000 pela editora Vozes, na tentativa de entender o sentido educativo do MST, destaca a questão dos processos sociais que ocorrem no Movimento, apresentando-o como um prelúdio educativo, reconstruindo sua história e o método de construção da mudança do indivíduo a partir da escola adequada à realidade dos Sem Terra como parte da educação.

O que estou propondo neste trabalho é que olhemos para a história da formação deste novo sujeito social chamado Sem Terra buscando enxergar nela uma pedagogia, ou seja, um modo de produzir gente, seres humanos que assumem coletivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino, social e humano. [...] No trabalho descrevo e analiso como acontece o processo que constitui o que estou chamando de Pedagogia do Movimento, e como a escola acaba sendo ocupada pela intencionalidade pedagógica do MST. (CALDART; 2000, p.16)

Ao apresentar a experiência de formação humana dentro do movimento, a autora estabelece a noção de que o MST tem um sentido sociocultural. Para ela, o que se forma a partir dessa experiência educacional é um novo sujeito social e cultural, uma transformação profunda, principalmente através de sua forma dinâmica de luta e dos valores que estão presentes no cotidiano.

A autora se baseia em três fontes: a realidade do MST e de que modo a sociedade enxerga o movimento, o legado teórico da história social marxista para entender os procedimentos das transformações sociais, e princípios da teoria pedagógica em seu enfoque cultural, que possibilitam analisar a questão da formação ampla do processo educativo.

Depois de sustentar sua perspectiva para com o MST, Caldart articula ao processo de formação dentro do movimento, buscando detalhar o processo



sociocultural considerado indispensável para sua dinâmica. Dois aspectos são cruciais para esse entendimento: o âmbito histórico do Movimento relacionado a conjuntura em seu surgimento e desenvolvimento de sua organização e de seu projeto social; e a amplitude da experiência humana, com a influência de ações e vivências sobre as pessoas participantes. Com relação a esse sentido, a pedagoga explica o seu método para entender o MST:

Penso que nada fortalecerá mais o Movimento hoje do que saber-se, pensar-se como parte de um processo histórico mais longo, amplo e complexo, e como enraizado em uma cultura que projeta um mundo, ou um tipo de organização da sociedade que ainda não existe, mas cuja ideia resiste no imaginário de um povo que não sucumbiu ao domínio da ideologia do 'fim da história' e do chamado pensamento único. (CALDART; 2000, p.30)

Após essa breve análise da obra, podemos concluir que a pesquisa de Roseli faz entender que a história da educação está profundamente ligada ao estabelecimento de uma cultura política pública, que promova o aprendizado, a igualdade, a terra, como prioridade garantida a todos. Para além disso, o estudo tem a importância de trazer essa perspectiva pedagógica e cultural para compreendermos a história do MST, suas lutas e sua educação.

Conclusão

Ao longo da pesquisa pudemos entrar em contato com diversas áreas do conhecimento, cada uma com suas preocupações ao buscar entender o MST e sua relação com a luta pela terra e pela reforma agrária. Este artigo buscou entender como estas narrativas são construídas, através de quais fontes, quais metodologias e principalmente a partir de qual lente, hegemônica ou contra-hegemônica, academicista, informativa e/ou literária.



Como já levantado na introdução, o campo da História fica distante desse tema, em especial, por ser recente. A dificuldade da historiografia em lidar com esse método de análise mostra-se através deste levantamento bibliográfico. Ao entendermos que o campo da História do tempo presente tem uma parcela de importância para esses estudos, buscamos pelas teses e dissertações da CAPES, que buscam pensar a história do MST; se filtrarmos por História como área específica, ao todo foram 72 resultados, são 51 dissertações de mestrado e 21 teses de doutorado, de 1996 até 2019.

Com uma breve análise, foi possível perceber que este cenário tem mudado nos últimos anos, mas que ainda sim, existe um cuidado ao tratar do assunto, tanto que as pesquisas não se mostram amplas, voltam-se para um recorte a partir de uma História Regional, resultando assim na ausência de estudos nacionais sobre o tema.

Além disso, outra questão se fez presente na análise bibliográfica proposta, seria possível achar um denominador comum em diferentes produções? Mesmo com diferentes formas de produção de conhecimento e de narrativa, o MST fora retratado de forma homogênea em todos os campos. Entendendo que em algumas obras, principalmente jornalística, o olhar hegemônico da grande imprensa pode pesar neste contar, mas a objetividade das fontes é inegável.

É imprescindível o olhar para o passado do MST visualizando as lutas que o antecederam, o contexto político que o Brasil se encontrava em meados das décadas de 1960 e 1970, de anos fechados em uma ditadura civil militar. Para todas as obras foi também extremamente necessário perceber o contexto social onde as pessoas, os trabalhadores sem terra, estavam envolvidos e vistos como sujeitos históricos. Pensar o MST, e outros movimentos sociais, é entender que nele há movimento real, e que há uma forma de agir que atravessa o indivíduo e a partir dele



nasce um coletivo, que vive e pratica a ideologia que o construiu e que faz com que permaneça vivo e necessário.

Notas:

[1] STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.20.

[2] Corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutinam agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social [...] ao mesmo tempo, incorporou metodologias desenvolvidas pelo Marxismo. (STEDILE e FERNANDES. 1999, P.22)

[3] MOURA, Clóvis. Sociologia Política da guerra camponesa de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p.127

[4] Refere-se a análise do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira nos anos 1970, que modernizou as tecnologias e dinamizou a territorialização do capital no campo, mantendo a concentração da propriedade nas mãos de poucos, que resultou na exclusão social. Ver em: SILVA. José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

[5] FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. p.50 [6]Ver em: páginas 54 e 61, respectivamente.

Referências Bibliográficas:

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.



CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança. / Comissão Nacional de Formação da CPT. 1eD. São Paulo: Expressão Popular, 2016. FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997. JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1962.

ROCHA, Jan e Branford, Sue. Rompendo a cerca. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

SCOLESE, Eduardo. Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE. 1989.

MITSUE, Morissawa. A História da luta pela terra no Brasil e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.



Banco Comunitário de Sementes

Juliana Constantino do Rosário¹

“As sementes crioulas enquanto 'bens' impossíveis de serem patenteados ou protegidos por regimes de propriedade intelectual, sempre estiveram presentes no seio da agricultura...” (BENVEGNÚ, 2017, p.67)

Resumo

A industrialização das sementes e o avanço da agricultura capitalista consiste na exclusão do modo de vida do pequeno agricultor. Esta discussão se baseia em uma luta entre dois modelos contraditórios: um modelo de agricultura extrativista, impulsionado pelas políticas estatais e baseado na monocultura e na agroexportação, frente à agricultura camponesa e indígena (que têm por fundamento a soberania alimentar). Este artigo visa a apresentar os Bancos Comunitários de Sementes como uma tecnologia social, a qual vem se tornando uma ferramenta indispensável às pequenas agricultoras, agricultores e às comunidades tradicionais na luta pela segurança e pela soberania alimentar. De modo geral, tenciono apresentar, por um lado, o diagnóstico feito sobre a tentativa não exitosa da PESAGRO-RJ no desenvolvimento e implementação de banco comunitário de sementes no município de Campos dos Goytacazes, norte do Rio de Janeiro. Por outro, e por contraste aos pontos diagnosticados como problemáticos nesse processo, apresento o mapeamento feito, por meio de uma pesquisa quali-quantitativa junto a um grupo de famílias assentadas, sobre a circulação, preservação e acesso às sementes e mudas como base da vida comunitária camponesa. Brevemente, a análise aqui exposta é resultado da comparação desses dois processos, quais sejam: a tentativa sem êxito da PESAGRO e a dinâmica camponesa quanto à circulação da semente. Qual é o elemento central, para além do domínio da técnica, que impulsiona o desenvolvimento de banco/casas comunitários de sementes? Essa questão é parte da discussão que eu busco fomentar aqui.

Palavras-chave: Agricultura familiar, bancos comunitários de sementes, semente crioula.

¹ Universidade Federal Fluminense. julianaconstantino@id.uff.br



Introdução

A agroecologia surge por intermédio das interações entre as famílias camponesas. A fim de romper com modelos hegemônicos de produção, as famílias buscam estratégias de desenvolvimento ecológico e sustentável. Em contribuição, a agroecologia garante autonomia às famílias, fortalecendo sua relação com a natureza, e impulsionando para a criação de casas comunitárias de sementes, que é uma prática muito importante para a conservação de sementes crioulas e para a manutenção da agrobiodiversidade e sociocultural das comunidades e dos povos (BARBOSA, 2014).

Salienta-se que, o cultivo das variedades crioulas como uma prática doméstica, advém de um processo de melhoramento vegetal, realizado desde a década de 50, em que as famílias camponesas buscavam selecionar os genótipos mais adequados para sua terra, este processo assegura que as sementes crioulas se aperfeiçoem de forma natural, dando ao agricultor a segurança de um alimento livre de modificação genética (GOFI, 2017).

No entanto, com o avanço da agricultura capitalista, o poder persuasivo da tecnologia, ciência e economia, fizeram com que muitas espécies crioulas fossem sendo relegadas por exemplares comerciais, primeiramente variedades híbridas e na sequência transgênicas. (BENVEGNÚ, 2017, p.68)

Com a industrialização das sementes, foram criadas leis para regulamentar a circulação das variedades produzidas em laboratório, de modo a assegurar o direito de propriedade intelectual dos melhoristas. Tais leis impõem, para a circulação legal de uma variedade de sementes, o registro e a certificação. E para que sejam registradas e certificadas, as sementes precisam estar dentro dos padrões estabelecidos pela UPOV: distinção, uniformidade e estabilidade genéticas (FUCK et al, 2008). No entanto, isto colide justamente com a principal característica das sementes crioulas: a variabilidade genética. Dessa forma, por não se encaixarem nos requisitos de uniformidade de estabilidade exigidos pelos regulamentos da



UPOV, as sementes crioulas são desqualificadas e sua circulação é impedida e, aqueles que as utilizam, são criminalizados (Via Campesina, 2015).

A atual discussão sobre sementes e sua privatização consiste em uma luta entre dois modelos contraditórios: um modelo de agricultura extrativista, impulsionado pelas políticas estatais e baseado na monocultura e na agroexportação, frente à agricultura camponesa e indígena, que têm por fundamento a soberania alimentar.

É importante reconhecer que essas interações do homem com outros homens, do homem com a natureza, do homem com os outros seres vivos e com o meio ambiente estrutura-se com base em um ponto de vista “paradigmático”, pois une diferentes saberes e conhecimentos científicos. Mais do que isso, a agroecologia constrói conhecimentos e alternativas tecnológicas que apoiam os processos de transformações rumo à sustentabilidade. (BARBOSA, 2014)

Os Bancos Comunitários de Sementes (BCSs), chamados também de casas comunitárias de semente, são organizados e mantidos, normalmente, por grupos de pequenos agricultores que se associam voluntariamente de modo a selecionar, multiplicar, armazenar, em alguns casos, por muitas gerações, sementes para uso coletivo. Mais do que o estoque e empréstimo de sementes, essas organizações promovem espaços de sociabilidade, troca de informações e resgate de conhecimentos entre camponeses (GAROFOLO, 2017).



Metodologia e resultados

O objetivo do NuERs² é justamente desenvolver soluções inovadoras e tecnológicas para agricultura, a partir da cadeia produtiva dos alimentos, com foco especial na circulação e armazenamento das sementes. Para tal, o núcleo vem produzindo diagnósticos dos modos de produção dos assentamentos no município de Campos dos Goytacazes, a fim de efetivar a implementação de um banco comunitário de sementes. Esse trabalho teve início no primeiro semestre de 2018, quando traçamos como objetivo inicial mapear os bancos ativos e extintos no município, tal como indicado nos documentos disponibilizados no site da PESAGRO-RIO. Nessa primeira fase, observamos que houve a iniciativa governamental para a implementação de um banco de sementes no assentamento Antônio de Farias, no município de Campos. Essa implementação foi uma iniciativa do programa Rio Rural, coordenado pela PESAGRO-RIO e em parceria com a EMATER, porém, como indica nos documentos, a implementação não foi concluída.

A metodologia aplicada foi a quali-quantitativa; o objetivo principal foi o de mapear a agrobiodiversidade local – etapa fundamental para o desenvolvimento de uma casa ou banco de sementes. Além de iniciar uma conversa com as famílias sobre a motivação em participar do projeto. Ademais, realizamos o trabalho etnográfico e levantamento de documentos institucionais para realizar a comparação entre as iniciativas passadas em Campos e bancos existentes em outras regiões do país.

Por meio das leituras realizadas coletiva e individualmente durante esse período, observamos que diversos estudos sobre agricultura familiar se inclinam sobre assuntos como: a divisão sexual do trabalho, soberania alimentar, relações de

² Núcleo de Estudos Rurais, coordenado pela professora Simone da Conceição Silva na Universidade Federal Fluminense



reciprocidade, sustentabilidade e redes de cooperação no campo, isto é, a implementação de um banco comunitário de sementes passa especialmente pela compreensão de como essas questões estão dadas nos assentamentos de Campos.

A partir da perspectiva dos estudos de gênero, Benvegnú (2017) afirma que existe uma divisão dicotômica entre o público e o privado, onde, no primeiro, cabe ao homem os papéis nas esferas políticas e econômicas, já as mulheres, são relegadas ao espaço privado, onde seria o seu lugar por natureza. "Dessa forma se estabelece assimetrias de poder nas relações entre mulheres e homens refletindo em posições secundárias a que as mulheres estão submetidas nas relações sociais." (BENVEGNÚ, 2017, p.77). Sendo assim, as mulheres camponesas estabelecem sua relação com a natureza, de modo a elevar sua contribuição para agricultura familiar e essa relação é pautada na conservação e domesticação de várias espécies

Embora haja poucos estudos que abordam a relação da mulher com as sementes crioulas, vale salientar que o estudo a partir da perspectiva de gênero é uma categoria analítica que auxilia no desvendamento e nas diferenças entre as relações de poder que se estabelecem entre o masculino e o feminino construídos culturalmente, que dão significado e organização na vida social (BARBOSA, 2014)

Gênero surge a partir da ideia que o feminino e o masculino não são apenas condições naturais ou biológicas, mas uma construção sociocultural. Segundo essa abordagem, não são as características sexuais, mas a forma como são representadas e valorizadas é que vão constituir o que é masculino e o que é feminino em uma determinada sociedade e momento histórico. (FISCHER, 2006, p.41 apud BARBOSA, 2014, p. 36)

Considerando a divisão sexual do trabalho sob a perspectiva do senso comum, as atividades como: serviços domésticos, cuidados, educação dos filhos, são construídas culturalmente como femininas e "reservadas" ao ambiente privado, já os homens são atribuídos às atividades externas e no ambiente público. O que quer dizer que cada um está desempenhando "suas" respectivas atividades devidamente hierarquizadas (LANGBECKER, 2016, p.31). Sob a análise dos dados



obtidos, o grupo de entrevistados é composto por 27 agricultores assentados, sendo 19 homens e 8 mulheres.

Sob o prisma da guarda de sementes crioulas, compreende-se que as famílias guardiãs consideram essa prática como “tradição”, “costume”, “mania”, ou “porque gosta”; são justificativas que reforçam as relações entre o guardião e a semente crioula. Por sua vez, as sementes crioulas, também chamadas de sementes tradicionais, são sementes que carregam um valor familiar e de soberania alimentar, são perpassadas como herança familiar e preservam o meio ambiente, pois não sofreram modificações químicas. No Oziel Alves, apenas 4 agricultores afirmaram ser ou ter sido guardião de sementes, um número pequeno de pessoas que realizam essa cultura comparado a totalidade de agricultores no assentamento.

A conservação das sementes crioulas se associa ao compartilhamento de conhecimentos, práticas e crenças, estabelecendo redes e parcerias na busca de soluções para suas próprias demandas. Desse modo, os elementos sociais, políticos, econômicos e culturais são envolvidos nas práticas de conservação (PEREIRA, 2017, p.8). Além disso, a semente é a matéria-prima da cadeia de produção de alimentos. Nesse viés, “a utilização de sementes e mudas adequadas à produção orgânica pode ser compreendida como, mais que uma questão legal ou filosófica, uma estratégia técnica para obter resultados mais satisfatórios na produção orgânica.” (PARRA FILHO, 2015, p.15)

Ainda na perspectiva de Parra Filho (2015), os Bancos Comunitários de Sementes são mais do que um estoque de sementes para os agricultores locais, eles servem como uma forma de preservar a agrobiodiversidade, “pois proporcionam a conservação de variedades locais junto aos agricultores.”. (PARRA FILHO, 2015, p.23). Essa forma de conservação é chamada de “*on farm*” ou “*in situ*” pois, em determinado período, as plantas são submetidas à atividade das condições climáticas, como no processo evolutivo natural.

Contudo, tem-se a conservação de biodiversidade agrícola como um valor



para a segurança alimentar global, uma vez que os métodos *in situ on farm* garantem benefícios e mantêm o uso das sementes para o sustento das famílias rurais. Outrossim, as etapas que promovem a conservação de sementes, consistem em vários processos, cada um sendo um conjunto de práticas para fortalecer o papel da comunidade em prol de unir esforços de conservação das mesmas. (STHAPIT et al., 2005 apud SILVA, 2018, p.22).

O Sistema Nacional de Sementes é composto pelo Sistema Formal, Sistemas Locais (ou informais) e Pesquisa Agrícola. Os setores têm como objetivo atender ao mercado formal ou informal, compreendendo que o sistema local ou informal é operado pelos agricultores familiares e comunidades tradicionais visando o auto abastecimento e a produção de sementes próprias. Portanto, estão centralizados no uso de conservação dos recursos genéticos da agrobiodiversidade. Quanto a pesquisa agrícola, foi criada pelo setor privado com o intuito de desenvolver o melhoramento vegetal, sendo uma prática que pretende garantir o lucro, já os sistemas dos agricultores buscam uma relação maior com a natureza no sentido de preservá-la (PARRA FILHO, 2015).

Também deve-se levar em consideração que, com a aquisição de sementes comerciais para cultivo, os agricultores por vezes pelas características do material genético não conseguem efetuar o replantio das sementes que compraram, nas safras posteriores, ou seja, a cada cultivo tem de adquirir outra semente certificada e pagar o valor equivalente do mercado pelos royalties (ALMEIDA; MASSARANI, 2011 apud SILVA, 2018)).

Em decorrência do processo de industrialização, constatou-se que de 27 agricultores, 19 agricultores optam pela compra de sementes, em contrapartida, muitos deles reclamaram do custo alto praticado pelo mercado, o que onera demasiadamente o orçamento familiar. Para livrar-se dessa situação, apenas 7 agricultores compram legumes e retiram suas sementes, fazendo isso para obter a semente de abóbora, por exemplo.

O número de agricultores que compram sementes é maior do que o número dos que as cultivam, com isso, é interessante observar como é feita a armazenagem



de sementes. Essa questão nos foi apresentada por meio da bibliografia, identificada como uma prática social e vinculada à tradição familiar na qual “as sementes são passadas de pai para filho, como (...) herança” (GOFI, 2017, p. 43). Por meio das entrevistas quantitativas, constatamos que 88% dos agricultores realizam a prática de armazenamento.

Para um banco de sementes é essencial que as sementes sejam reconhecidas pela sua qualidade e eficiência, pois havendo falta destas, os agricultores não terão confiança tanto para depositar, quanto para fazer empréstimos, pois é possível que a baixa qualidade da semente comprometa a produção do seu cultivo (CORDEIRO e FARIAS, 1993 apud QUEIROGA, SILVA, ALMEIDA, 2011). No que se refere aos problemas de armazenamento, entra a questão de recipientes adequados e inadequados que servem tanto para preservar as sementes, quanto para controlar insetos e pragas, também minimizam as deficiências encontradas. Dentre 27 agricultores, 15 armazenam suas sementes em garrafa plástica; 3 em sacolas plásticas, 2 em potes; 4 armazenam de outra forma não informada e apenas 3 não armazenam.

Observamos então, que os agricultores, em sua maioria, têm como tradição armazenar as sementes em garrafas pets e mantê-las em suas próprias casas. As embalagens descartáveis são também uma forma de preservação do meio ambiente, pois estão reciclando um material poluente e que degrada a natureza. Além disso, as garrafas, sacolas e potes utilizados são mais acessíveis na área rural, pois facilitam o transporte das sementes em motos ou bicicletas pelos agricultores.

Nota-se que há entre alguns agricultores assentados, a prática da seleção e armazenagem de sementes, bem como a troca de sementes e mudas entre vizinhos e amigos. Conforme Gofi (2017) afirma, um dos principais fatores que contribuem para o bom funcionamento do Banco Comunitário de Sementes é a circulação de sementes entre os agricultores participantes (GOFI, 2017, p. 84). Então na primeira



fase do projeto identificamos as redes de circulação de sementes entre os assentados.

Normalmente os agricultores realizam a troca de sementes, mas nem todos os entrevistados identificaram a prática como troca, e sim como “dar” e “ganhar” sementes. Nas aplicações dos questionários, foi possível notar que esta ação ocorre não apenas por meio de sementes, mas também de mudas e ramas. Do total de entrevistados, 70% afirmaram realizar a troca de sementes e/ou mudas.

Para compreender a noção de reciprocidade aqui presente, é fundamental conhecer a noção de dom de Marcel Mauss, qual seja: a troca é uma dádiva, e essa dádiva é fundamentada no caráter voluntário, livre e gratuito do ato de dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974). Para o autor, a reciprocidade está embasada na dádiva, no ato de dar, receber e de retribuir, o que forma uma ação de cooperação, uma ajuda mútua, fortalecendo a confiança e os laços, além disso, a dádiva enriquece os valores não só econômicos, mas sociais.

Diante desses dados e das questões relacionadas aos objetivos centrais da pesquisa, a começar pela identificação das redes de troca de sementes entre os assentados, foi possível identificar que os agricultores ganham e dão sementes para um grupo circunscrito de amigos, familiares e vizinhos. Desse modo, podemos afirmar que a troca de sementes empregada aqui como uma categoria analítica reflete relações sociais mais próximas e íntimas, tal como apontado pelo trabalho de Gofi (2017).

O ponto positivo das casas de sementes está diretamente relacionado ao cultivo de sementes, que historicamente sempre esteve associado ao trabalho feminino. A circulação de variedades crioulas é comum entre famílias que desenvolvem a agricultura familiar.

Através dos dados categóricos adquiridos, identificamos quais são as sementes, mudas e ramas mais comuns na vizinhança, quais são mais utilizadas para plantação e quais os assentados gostariam de obter. Comparando os quadros



a seguir, pudemos notar que os produtos adquiridos pelos assentados são também desejados pelos seus vizinhos. Inclusive, foi através desses dados que identificamos as sementes, mudas e ramas que são mais eficazes no roçado dos agricultores.

Quadro 1: Sementes, mudas e ramas mais comuns na vizinhança

Agricultor 1: milho, abóbora, quiabo	Agricultor 15: milho, banana
Agricultor 2: banana, hortaliças	Agricultor 16: milho, quiabo, aipim
Agricultor 3: milho, quiabo, salsinha	Agricultor 17: milho, banana, quiabo
Agricultor 4: milho, abóbora	Agricultor 18: milho, banana, aipim
Agricultor 5: acerola, jenipapo	Agricultor 19: sergipano
Agricultor 6: banana	Agricultor 20: Não soube ou não respondeu
Agricultor 7: banana	Agricultor 21: abóbora, aipim
Agricultor 8: milho, banana	Agricultor 22: milho, abóbora, feijão
Agricultor 9: milho, abóbora, banana, quiabo, pimentão	Agricultor 23: abóbora, milho
Agricultor 10: Napier, pasto para gado, brizantha	Agricultor 24: milho, abóbora
Agricultor 11: milho, abóbora, banana, quiabo	Agricultor 25: milho, abóbora, quiabo
Agricultor 12: milho, banana, quiabo, cana, mamão	Agricultor 26: banana, tomate, pimentão
Agricultor 13: milho, abóbora, aipim	Agricultor 27: milho, abóbora, quiabo
Agricultor 14: milho, abóbora, banana	

Fonte: Elaborada pela equipe do projeto a partir dos dados coletados na pesquisa, 2019.

No que se refere ao cultivo, os agricultores relatam que além de ser uma forma de aumentar sua produção, é também um modo de evitar a compra de sementes. Olanda (2015) reforça que a “substituição das cultivares tradicionais por cultivares modernas, antes os híbridos, hoje os transgênicos” (p.39-40) modifica o



modo de cultivo das famílias agrícolas, uma vez que adotam o conhecimento milenar de seleção de sementes, o qual concentra-se, principalmente, na produção em larga escala, desprezando a conservação do meio ambiente e a qualidade dos alimentos. (OLANDA,2015)

Quadro 2: Sementes, mudas e ramas mais cultivados pelos assentados.

Agricultor 1: abóbora, milho, baianinha, pescocinho	Agricultor 15: milho, abóbora, banana
Agricultor 2: milho, alface	Agricultor 16: milho
Agricultor 3: Não soube ou não respondeu	Agricultor 17: abacate, seriguela, laranja
Agricultor 4: Todas que possui	Agricultor 18: milho, abóbora
Agricultor 5: milho, abóbora, alface, couve	Agricultor 19: milho, abóbora, quiabo, jiló, tomate, pimentão, beterraba
Agricultor 6: milho, capim	Agricultor 20: mostarda
Agricultor 7: abóbora, quiabo	Agricultor 21: milho, abóbora, aipim
Agricultor 8: abóbora	Agricultor 22: abóbora, milho, quiabo
Agricultor 9: Não soube ou não respondeu	Agricultor 23: abóbora, milho, hortaliças
Agricultor 10: abóbora, abacate, manga, limão, banana, graviola, laranja	Agricultor 24: milho e abóbora
Agricultor 11: milho	Agricultor 25: milho
Agricultor 12: milho, abóbora, quiabo, banana	Agricultor 26: alface, couve, abobrinha, salsinha, tomate, pimentão, pimenta



	malagueta
Agricultor 13: milho, abóbora, aipim, banana, feijão	Agricultor 27: milho, abóbora
Agricultor 14: abóbora, milho, aipim, cana	

Fonte: Elaborada pela equipe do projeto a partir dos dados coletados na pesquisa, 2019.

A circulação de variedades crioulas é comum entre famílias que desenvolvem uma agricultura de base tradicional, mas também ocorre entre outras famílias agricultoras. (OLANDA, 2015). Observando e comparando o nosso levantamento de dados, constatamos que as sementes, mudas e ramas mais adquiridas e cultivadas pelos assentados, são desejadas pelos seus vizinhos.

Quadro 3: Sementes, mudas e ramas desejadas pelos assentados.

Agricultor 1: frutíferas	Agricultor 15: milho, feijão
Agricultor 2: laranja	Agricultor 16: Não soube ou não respondeu
Agricultor 3: acelga	Agricultor 17: Não soube ou não respondeu
Agricultor 4: Não soube ou respondeu	Agricultor 18: cana, abacaxi
Agricultor 5: chia, caqui	Agricultor 19: abóbora, café
Agricultor 6: Não soube ou não respondeu	Agricultor 20: chuchu
Agricultor 7: frutas (caqui)	Agricultor 21: feijão
Agricultor 8: Não soube ou não respondeu	Agricultor 22: Não soube ou não respondeu
Agricultor 9: pimentão, quiabo, milho	Agricultor 23: Não soube ou não respondeu
Agricultor 10: Sorva para animais, aipim	Agricultor 24: flores
Agricultor 11: pêssego	Agricultor 25: melancia, berinjela
Agricultor 12: milho catete	Agricultor 26: laranja, limão

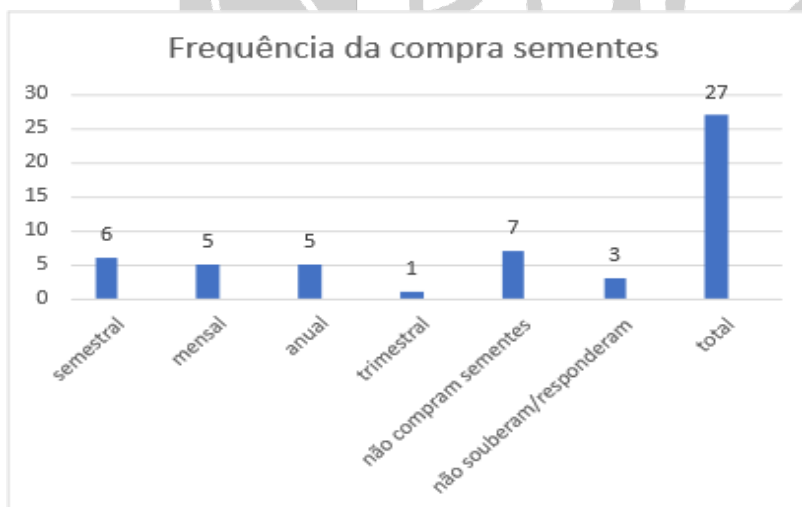


Agricultor 13: soja	Agricultor 27: quiabo, graviola, manga, laranja
Agricultor 14: frutas (maçã, laranja, limão, manga)	

Fonte: Elaborada pela equipe do projeto a partir dos dados coletados na pesquisa, 2019.

Apesar da grande quantidade de sementes, mudas e ramas em circulação, a produção rural em Campos não garante a sustentabilidade das famílias, alguns agricultores contam que não é possível sobreviver apenas com o que plantam, justamente por terem que separar - semanal, mensal, ou anualmente - uma quantia de dinheiro para comprar as sementes. No gráfico 1, vemos a frequência em que os agricultores compram as sementes:

Gráfico 1: Frequência da compra de sementes



Fonte: Elaborada pela equipe do projeto a partir dos dados coletados na pesquisa, 2019.

No que se refere a comercialização, observamos que dentre os 27 entrevistados, apenas uma pessoa não comercializa o fruto de seu trabalho. Parra Filho (2015) mostra que os agricultores orgânicos preferem realizar suas vendas indiretamente, se especializando em poucos produtos.

“Assim, os sistemas de produção se aproximaram da lógica da produção e comercialização convencional, com foco em maior eficiência técnica e



econômica em detrimento de maior eficiência ecológica e diversidade cultural.” (ABREU et al., 2012 apud PARRA FILHO, 2015, p.52)

Além da agricultura, os agricultores do assentamento realizam outras atividades que também complementam a renda familiar, são elas: possuem vaca para produção doméstica de laticínios, criação de galinha, produção de doces de compota, produção de mel, etc.

Isto é, os agricultores além de se comprometerem com as atividades do roçado contribuindo na multiplicação de variedades crioulas e garantindo o cuidado com o meio natural, desenvolvem outras atividades para o sustento da família, pois, apesar da grande quantidade de alimentos produzidos, há despesas como: luz, internet, vestimentas, etc. São 77% dos assentados que realizam atividades extras.

Ademais, a questão principal dos questionários foi elaborada para identificar a disposição dos agricultores em participar do banco comunitário de sementes. Para a felicidade da equipe e segundo os dados desse survey, 100% dos assentados estariam dispostos a participarem, ou seja, os 27 mostraram-se a favor do banco. Por conseguinte, é importante salientar a potencialidade do BCSs como uma fonte de autonomia camponesa, tendo em vista este permite “que os agricultores familiares camponeses diminuam a necessidade de uso de insumos externos à propriedade” (PEREIRA, 2017, p. 92). Na comunidade pesquisada, isso se mostrou necessário, uma vez que 70% dos entrevistados afirmaram ter que dispor de recursos para a aquisição de sementes.

Para entender o funcionamento de um banco de sementes, vale se ater para o fator principal de gerenciamento: a família camponesa. No trabalho de Garofolo é possível identificar os processos de organização e gerenciamento do banco

Banco comunitário de sementes é uma organização de grupos de agricultores familiares que se associam espontaneamente e têm o direito a empréstimos de certo volume de sementes. Após a colheita, a quantidade recebida antes do plantio é ou não acrescida de “juros” e devolvida ao banco, segundo as regras definidas pelos associados. Este sistema assegura que cada família produza e beneficie sua semente, destinando parte da produção para um estoque comunitário gerenciado coletivamente. (GAROFOLO, 2017, p. 47).



Tal como no trabalho de Garofolo (2017), Gofi considera a família camponesa como protagonista de todo o processo de produção e manutenção das sementes. A definição de agricultura familiar com a qual a autora trabalha atribui a esta as seguintes características:

a gestão é realizada pelos proprietários dos estabelecimentos; estes estão ligados entre si por laços de parentesco; O trabalho é feito pela família; o patrimônio e a gestão são repassados de geração a geração; todos vivem no estabelecimento. (GOFI, 2017, p. 47)

Segundo Gofi, os membros da família, no modelo de produção da agricultura familiar, operam em uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e reprodução dos estabelecimentos” (GOFI, 2017, p. 47). Uma vez que a partilha generalizada da terra entre todos os filhos e filhas pode levar a sua fragmentação de modo que, esta, se torna inapropriada para a atividade agrícola é comum que apenas um dos filhos homens receba a herança da terra, o qual será responsável por dar continuidade ao patrimônio familiar. Na coleta dos dados, observamos que 82% dos assentados recebem ajuda de parentes e amigos.

É importante destacar que o processo de sucessão familiar e o compartilhamento de terra não se adequa perfeitamente ao modelo de campesinato da reforma agrária, no qual a partilha e a sucessão da terra não são permitidas, uma vez que este se opõe à ideia de propriedade privada. O modus operandi do modelo de campesinato da reforma agrária no Brasil pode ser resumido da seguinte forma: uma parcela de terra é concedida a uma família pelo INCRA, tendo por exclusiva finalidade a exploração agrícola. O repasse ou transferência de uma parcela geralmente acontece com pessoas da região que manifestem interesse de produzir naquela terra. Desse modo, o fator que legitima o acesso à terra no modus operandi da reforma agrária é o trabalho (MICAELO, 2016).

Um achado importante para o projeto foi a dissertação de mestrado de Barbosa (2014), na qual a autora faz um esclarecimento a respeito da implementação e gestão das casas comunitárias de sementes.



Para a implantação das casas de sementes geralmente são realizados os seguintes passos: a) Identificação dos motivos que levavam a organização de uma casa de sementes comunitária; b) Reunião comunidade/associação comunitária camponesa com objetivo de criação a casa de semente comunitária, c) Implantação de um roçado comunitário; d) Discussão da forma de gestão da casa de semente comunitária, e) Escolha do tipo de sementes que a comunidade mais necessita f) Escolha das variedades de sementes na comunidade, g) Realização de assembleia específica (sic) de criação da casa de sementes e h) Registro em cartório da ata de criação para oficialização legal perante órgãos públicos, garantindo aos associados direitos como acesso a políticas públicas de salário maternidade, auxílio (sic) doença e comprovação de trabalho rural para camponeses (as) quando necessitarem de aposentadoria. (BARBOSA, 2014, p. 39)

Sobre o roçado comunitário, citado entre os passos de implementação de uma casa de sementes, este consiste em um espaço de plantio coletivo no qual os sócios de uma casa de sementes podem cultivar alimentos, tendo por principal objetivo a produção de sementes.

Segundo Barbosa, essa prática viabiliza a ampliação do estoque comunitário de sementes. Após a realização desses passos, a autora afirma que deve ser feita a sensibilização da comunidade para a associação e cadastro na casa de sementes. São exatamente os associados os responsáveis pela formulação das regras da casa, entre as quais deve conter, por exemplo, a quantidade de sementes que cada participante deverá depositar para a construção do estoque inicial, a quantidade de sementes que poderá ser emprestada, o valor da devolução do empréstimo ao banco, entre outras regras.

Barbosa (2014) reforça a importância da participação de mulheres e jovens na administração da casa de sementes, justificando que é importante o reconhecimento das mesmas enquanto profissionais agrícolas e autônomas.

A participação das mulheres e jovens como sócios/as da casa de sementes tem especial importância, pois além de contribuir para sua autonomia, é um instrumento de comprovação da sua profissão agrícola. Quem participa de qualquer casa de sementes ou da Rede de Intercambio (sic) de Sementes tem o compromisso agroecológico de preservar o meio ambiente, respeitar a natureza, não utilizar agrotóxicos ou adubos químicos, envolver as famílias no processo de produtivo e preservando as nascentes e beiras de rios especialmente. (BARBOSA, 2014 p.41)



Para um bom funcionamento do banco é fundamental que o grupo responsável pela organização tenha um nível mínimo de confiança e bom relacionamento com os participantes da comunidade. É importante que antes da implementação seja definido o local que servirá como banco, uma forma de garantir segurança e apoio dos colaboradores, é construir o banco em um lugar estratégico para todos, de fácil acesso. Inclusive, investir em um local espaçoso e em boas condições sanitárias e de armazenagem, reforça a segurança das sementes e dos assentados.

Concluimos então que a implementação de um Banco Comunitário de sementes no assentamento Oziel Alves é imprescindível tanto para desenvolver metodologias de como gerir o espaço, o solo e as sementes, quanto para garantir a segurança alimentar dos agricultores locais.

Considerações finais

A agricultura familiar é uma ocupação que visa resguardar o patrimônio da família camponesa através do saber, este é construído pelas ações cotidianas com a terra e com a família. São os valores em que a vida do agricultor familiar vem a somar com a natureza e direcionar suas práticas produtivas e sociais (GOFI, 2017). Desse modo, os processos tradicionais utilizados para a seleção de sementes crioulas é um saber cultural, perpassado e aprendido de quem as produz para quem as cultiva.

Vale ressaltar a importância da soberania alimentar como um direito dos agricultores, já que cabe a eles criarem suas próprias regras e estratégias de sustentabilidade. Inclusive, também é direito dos agricultores desenvolver um sistema de produção e comercialização de alimentos que possa abastecer os mercados locais e regionais. (BARBOSA, 2014).

Certifica-se que a “soberania alimentar pode constituir um novo paradigma agroalimentar, que esteja baseado na implementação do direito à alimentação; no



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



acesso aos recursos; numa produção sustentável, com prioridade aos mercados e circuitos de comercialização local, propondo resolver o problema da escassez de alimentos.” (BARBOSA, 2014, p.35)

Dessa forma, defendemos a importância da criação de um banco de sementes no assentamento Oziel Alves, pois a proteção das sementes crioulas e o modo de vida do agricultor expressam resistência ao processo de modificação cultural e genética, em tempos de supremacia da agricultura moderna. O modo de vida estabelecido aqui não busca a acumulação e concentração de riquezas, mas sim garantir sua reprodução social, econômica, familiar e cultural.

Reconhecemos o banco de sementes como uma fonte de autonomia camponesa, tendo em vista que ele permite que os agricultores familiares camponeses diminuam a necessidade de uso de insumos externos à propriedade.



Bibliografia

BARBOSA, Mônica de Moura. Casas de sementes comunitárias: estratégias de resistência e manutenção da vida camponesa. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

GAROFOLO, Ana C. S. Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes: possibilidade de geração de capital social no estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

GOFI, Rosicleide. O processo de sucessão familiar em famílias guardiãs de sementes crioulas: estudo de caso no município de Anchieta/SC. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2017.

LANGBECKER, Tatielle Belem. Trabalho de gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS. Porto Alegre, 2016. 176 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2016.

La Via Campesina; GRAIN. Leis de Sementes que Criminalizam Camponeses e Camponesas: Resistência e Luta. 2015.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. Sociologia e antropologia. São Paulo: EDUSP, 1974. v.2, p. 49-209.

MICAELO, Ana Luísa. Essa Terra que Tomo de Conta: Parentesco e Territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

OLANDA, Rosemeri Berguenmaier. Famílias guardiãs de sementes crioulas: a tradição contribuindo para a agrobiodiversidade. 2015. 155f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2015.

PARRA FILHO, Antônio Carlos Mendes. Sementes orgânicas: regulamentação, políticas públicas, produção comercial e uso de sementes locais em estabelecimentos certificados. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, 2015.

PEREIRA, Viviane Camejo. A conservação das variedades crioulas como prática de agricultores no Rio Grande do Sul. 2017. 336f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

QUEIROGA, Vicente de Paula; SILVA, Odilon Reny Ribeiro Ferreira da; ALMEIDA, Francisco de Assis Cardoso (ed.). TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



FAMILIAR: bancos comunitários de sementes. Campina Grande: Centro Nacional de Pesquisa de Algodão, 2011. 157p.

SILVA, Kathleen. - Banco Comunitário De Sementes Crioulas Com Enfoque Agroecológico. 2018. 67f. TCC (Graduação). Curso De Agronomia - Centro de Ciências Rurais - Universidade Federal de Santa Catarina Campus de Curitibanos - Santa Catarina, 2018.





COMPLEXIDADES NO DESEMPENHO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM ALTA FLORESTA-MT PELO PODER PÚBLICO

FELISBERTO FERNANDES – UNEMAT

Jozimar Coelho Barbosa - UNEMAT

Resumo

A promulgação da lei nº 11.947/2009 reforça a importância da classe dos agricultores familiares/pequeno porte no desenvolvimento dos municípios fortalecendo a economia local, assim como garantir uma alimentação nutritiva e de qualidade no ambiente escolar. O governo federal criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE onde; essa lei enfatiza que ao mínimo 30% dos recursos destinados a compra de gêneros alimentícios seja em virtude da agricultura familiar ou suas organizações, no município de Alta Floresta-MT essa porcentagem está em 17%. Esta pesquisa visa identificar os gargalos enfrentados pelos produtores e os diferentes atores públicos envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Fortalecimento Agrário.

Abstract

The enactment of the law nº 11.947/2009 reinforces the importance of the family/small farmers class in the development of the municipality, strengthening the local economy as well as ensuring nutritious and quality food in the school environment. The federal government created the National School Feeding Program-PNAE where this law emphasizes that at least 30% of the resources destined for the purchase of foodstuffs is due to family farming or its organizations, in



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



the municipality of Alta Floresta-MT this percentage is 17%. This research aims to identify the bottlenecks faced by producers and the different public actors involved in this process.

Key words: Family farming, Public policy, Agrarian Strengthening.





Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) prevista na lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009) visa beneficiar e impulsionar a agricultura familiar de cada município, promover a saúde e combater a desigualdade na comercialização de alimentos. Essa lei preconiza ao menos 30% da alimentação escolar, deverá ser oriunda da agricultura familiar, seja de forma individual, ou através de cooperativas/associações que se enquadrem como agricultura familiar em conformidade com a lei 11.326 (BRASIL, 2006).

Mesmo prevista nas leis que regem nosso país, muitos municípios não conseguem adequar-se a mesma, ou seja, não consegue atingir o mínimo de 30% conforme a Lei 11.947/2009. Esse cenário tem impactado negativamente no sucesso do PNAE no município de Alta Floresta, pois "a maioria das compras da merenda escolar tem ocorrido em grandes comércios, fato que contrapõe a regulamentação que favorece os agricultores familiares."

Segundo informações coletadas junto a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (Seduc) e as entidades organizativas da classe produtora no município (Cooperativa Mista Ouro Verde – Comov; e Associação de Produtores Orgânicos de Alta Floresta – Aspoaf) nos anos de 2014, 2015 e 2016, somente 45 agricultores familiares foram beneficiados com o PNAE. "Esses números representam apenas 2,50% do universo de cerca de 1.800 estabelecimentos familiares em Alta Floresta, de acordo com os representantes das entidades organizativas (Comov e Aspoaf)." A pesquisa desenvolvida foi dividida em três partes onde uma ressaltará a visão e empecilhos enfrentados pelos atores públicos, a segunda endereçada com os mesmos objetivos para os agricultores familiares e associações, e a terceira na geoespacialização dos sítios dos produtores que fornecem ou forneceram alimentos ao PNAE, contribuindo diretamente com a logística de entrega dos produtos.



Metodologia

A pesquisa a ser empregada será qualitativa realizando entrevistas semiestruturadas, empregando um questionário contendo algumas perguntas fechadas, mas predominantemente serão utilizadas perguntas guiadoras para captar a visão dos entrevistados sobre a operacionalização do PNAE. "Esta pesquisa além de ser qualitativa ela será intervencionista, adotando o preceito de Paulo Freire (1996). De acordo com Freire (1996, p.46) "[...] meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente.

Para Richardson (2012), em uma pesquisa social há a necessidade de compreender o outro, suas motivações e entendimento em determinadas situações. Esse processo pode ser conduzido ao se tentar colocar no lugar do outro e imaginar como e o porquê o outro reage e age de determinada forma.

A pesquisa ocorrerá em duas etapas, a primeira será a coleta de dados secundários para melhor compreensão do cenário do PNAE no município, tais como as chamadas públicas ocorridas no período de 2010 a 2018, relatórios, trabalhos publicados sobre o PNAE no município de Alta Floresta, entre outros. A segunda etapa será constituída dos dados primários que serão oriundos das entrevistas que a serem realizadas com os atores sociais públicos: Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), Assessoria Pedagógica da Secretaria de Educação do Estado (Seduc), Conselhos (Municipal da Merenda Escolar e a Câmara de Negócios de Alimentação Escolar), aos quais pretende indagar sobre: 1) Número de agricultores envolvidos até o momento?; 2) Valores gastos na compra de alimentos para a Alimentação Escolar e quais tem sido os beneficiários; 3) O programa contribui para a manutenção da família no meio rural?; 4) Quais as dificuldades para ampliar o número de agricultores beneficiados



no município?; 5)Quais caminhos podem ser adotados para otimizar o PNAE no município de Alta Floresta?

Para aproveitar o máximo dos relatos dos entrevistados e garantia das informações obtidas será recorrido ao uso de um gravador

digital e aparelho celular. Ressalta-se que todas as gravações serão efetuadas com a devida autorização dos entrevistados, conforme recomendação de Whitaker (2002) e Meihy e Ribeiro (2011).

Na busca de maior participação dos atores, serão realizadas oficinas utilizando métodos participativos empregando a ferramenta FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) para conhecer o cenário do PNAE no município, assim como a Matriz de priorização de problemas (VERDEJO, 2007), que estimulará os participantes elegerem as prioridades a serem adotadas para mitigar os problemas identificados, segundo sua importância e/ou urgência.

Esta pesquisa tem por objetivo principal identificar os problemas que afetam a execução do PNAE no município de Alta Floresta-MT, por intermédio da percepção dos atores públicos (Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Seduc, Secretaria Municipal de Agricultura, Empaer, Diretoras das Escolas Estaduais e Conselho da Merenda Escolar) na expectativa de encontrar alternativas para alcançar pelo menos os 30% mínimos preconizado pela Lei 11.947/2009, ou preferencialmente, superar este percentual. Objetivando avaliar o funcionamento do PNAE no município; Detectar os gargalos que o PNAE enfrenta na sua execução; Identificar possíveis problemas que o poder público encontra na operacionalização do Programa, com a participação dos atores sociais (atores públicos, agricultores e seus representantes); Encontrar juntos caminhos com os atores sociais envolvidos para superação dos obstáculos visando a potencialização do PNAE no município; Aplicar as ferramentas participativas FOFA (Fortaleza,



Oportunidades, Fraqueza e Ameaças) e Matriz de Priorização na busca da otimização do Programa no município de Alta Floresta.

A pesquisa qualitativa e intervencionista que será realizada se baseia principalmente em entrevistas in loco com os atores públicos envolvidos no processo de aquisição da alimentação escolar. Para obter os dados esperados foi elaborado um questionário contendo perguntas fechadas e abertas, o questionário aborda sobre o funcionamento, responsáveis e valores atribuídos ao PNAE. As perguntas abertas possibilitam o entrevistado expor sua opinião do assunto independentemente se sua posição seja, favorável ou não. Todas as entrevistas são de caráter oficial, resguardando de forma confidencial o nome dos entrevistados, para as transcrições e dados que serão obtidos através das entrevistas obrigatoriamente utilizara-se de substituições dos nomes reais dos entrevistados por fictícios, de tal forma que seja impossível de fazer prognose da identidade dos entrevistados.

Após a elaboração do questionário o respectivo foi submetido ao conselho de ética da instituição que estamos introduzidos, onde foi deferida sua aprovação. O questionário e o entrevistador realizaram três pré-teste com a intuito de deixar de forma clara e objetiva as perguntas, assim como verificar se os dados objetivados estavam sendo encontrados nesse questionário. Os entrevistados nos pré-testes atuam intimamente no PNAE do município e região, proporcionando de forma indubitável e significativamente para as posteriores entrevistas oficiais.

Contudo os pré-testes foi de fundamental importância para adequar as perguntas e obter certeza que será competente na proposta da pesquisa, além do preceito do anonimato dos entrevistados o sigilo das respostas é fundamental no processo, ficando sob total responsabilidade dos membros do projeto armazenar e salvaguardar os dados. A etapa subsequente são as entrevistas oficiais com os atores públicos e leitura e compreensão dos dados obtidos.



Considerações Finais

Com a participação de todos os atores sociais envolvidos no organograma/cronograma do PNAE sobretudo no que tange as chamadas públicas conduzidas pela prefeitura municipal, serão identificados os problemas da dificuldade de acesso ao PNAE. Assim unidos serão construídos caminhos para superar as dificuldades do acesso ao programa em sua plenitude. Os resultados e impactos esperados é identificar os gargalos enfrentados pelas partes envolvidas em todo o processo e apresentar soluções consentâneas, pois com o programa em estado perfeito de funcionamento possibilita uma maior compra de produtos gerados pelos agricultores familiares tendo efeito direto na permanência da família no campo o que contribuirá positivamente no efeito dominó e acirrado do êxodo rural.

Referências Bibliográficas

MEIHY, J. C. S. B; RIBEIRO, S. L. S. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo:

Contexto, 2011, 198 p.

BRASIL. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: Diário Oficial da União. nº 113 de 17 de jun. 2009, p. 2.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; Peres, M. H. de M. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



VERDEJO, Miguel E. Diagnóstico Rural participativo: guia prático. Brasília:
MDA/Secretaria de Agricultura, 2007.62 p.





GT - 5 - Novas teorias, práticas e resistências das mulheres do campo, das florestas e das águas frente às transformações dos sistemas agroalimentares

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES RURAIS A PARTIR DA CAMPANHA PELA DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO

Karine Pereira de Freitas¹; Domênica Rodrigues dos santos silva²; Luiza Carolina da Silva³; Laetícia Medeiros Jalil⁴



RESUMO

A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é uma iniciativa da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste e organizações associadas, que tem como objetivo aprofundar o debate acerca da sobrecarga de afazeres domésticos e de cuidados, desvelando sua natureza violenta no cotidiano das mulheres. Nesse sentido, o presente trabalho faz um recorte, especificando como a divisão sexual do trabalho tem agravado as dinâmicas de vida das mulheres rurais no atual contexto de pandemia de Covid-19. Para tal, buscou-se através de revisão bibliográfica e as principais pesquisas e dados relacionados ao tema, conjuntamente com o diálogo permanente da Campanha com as mulheres, constatar a injusta divisão do trabalho doméstico e o crescimento da violência de gênero, intensificada pelos indicadores de raça, classe e territorialidade. Assim, a Campanha destaca a necessidade do tema ser tratado como responsabilidade de toda sociedade, visando uma mudança social a partir da criação de redes de apoio e do compartilhamento das tarefas entre as pessoas que moram na mesma casa.

Palavras- chave: Divisão Justa; Mulheres; Pandemia; Trabalho Doméstico.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela UFRPE, integra o Núcleo Jurema: Feminismos, agroecologia e realidades/UFRPE. E-mail: karinne_33@hotmail.com.

² Professora, negra, mãe de uma menina, feminista, membra da coletiva CAIANA, da ABA e do núcleo de Artes e Letras da UFSB; Mestra em Educação, Educadora Griô em formação, Educadora pedagógica da ETAPAS. E-mail: rodrigues.domenica@gmail.com.

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela UFRPE, integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, agroecologia e ruralidades/UFRPE. E-mail: luizacsilva00@gmail.com.

⁴ Professora Dra. da UFRPE, feminista, mãe de Inácio; Membro do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Socióloga. Email: laeticiajalil@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A pandemia, causada pelo novo Coronavírus, tem provocado o aprofundamento das desigualdades históricas no Brasil, gerando um saldo assustador que faz o país ocupar o segundo lugar com mais mortes por infecção no mundo. Nesse cenário, as populações mais vulneráveis, como as mulheres, além de serem obrigadas a lidar com os efeitos negativos da pandemia, entre eles as crises social, econômica e sanitária, também se veem diante de um aumento espantoso dos índices de desigualdades e violências de gênero, os quais são agravados pelos indicadores de raça, classe e territorialidade.

Com o distanciamento social, considerado a principal medida de contenção da pandemia, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados se configura como um dos desdobramentos da violência contra as mulheres, tendo em vista o isolamento dos familiares concentrar as atividades do cotidiano no ambiente doméstico, sobretudo com o fechamento de escolas e creches, o cuidado com os doentes e a pressão nos agroecossistemas⁵ para a produção do autoconsumo, condicionando as mulheres ao aumento da sobrecarga física, à violência doméstica e ao adoecimento mental.

No mundo rural, onde as mulheres enfrentam uma invisibilidade tanto no campo considerado produtivo com a produção de alimentos (roça/quintal produtivo), quanto no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados, as relações sociais de gênero demarcam com mais força a divisão sexual do trabalho, refletindo no aprofundamento das desigualdades e em maiores jornadas de trabalho para as mulheres. (MORAES; JALIL; OLIVEIRA, 2017). A Pesquisa Nacional por Amostra de

⁵ De acordo com Emma Siliprandi (2009, p. 108), o agroecossistema é considerado a unidade ecológica principal para a agroecologia, definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entenderem essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem, mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura.



Domicílio Contínua (2013), dialoga com essa realidade quando mostra que as mulheres rurais realizam uma jornada de trabalho doméstico semanal de 16h a mais em comparação a dos homens. Também são as mulheres à frente das principais atividades relacionadas aos cuidados como cozinhar (93,5%), lavar louça (93,5%) e cuidar das roupas (91,2%). (PNDC, 2020).

Diante desse contexto agravado pela pandemia, a Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é relançada junto às organizações que compõem a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste⁶ com o lema: “*Ficar em casa é uma questão de saúde, dividir tarefas e viver sem violência também*”, buscando recolocar o debate sobre a injusta divisão do trabalho doméstico e de cuidados como uma dimensão da violência contra as mulheres.

Essa ação demonstra a necessidade do tema ser tratado enquanto responsabilidades de homens e mulheres e discutido com toda a sociedade, por esse motivo a Campanha tem como objetivo aprofundar o debate e defender medidas que garantam a proteção e vida digna das mulheres, visando uma mudança social onde o compartilhamento das tarefas entre as pessoas que moram na mesma casa seja uma realidade possível.

Diante disso, o presente trabalho busca inicialmente incidir na invisibilidade que as mulheres rurais⁷ enfrentam nos seus territórios com as jornadas mais extensas de trabalho em casa, como também destacar os impactos da pandemia na

⁶ É composta pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN/(PE), MOC (BA), do SASOP (BA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Nordeste (MMTR – NE), Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), ASPTA (PB), ESPLAR (CE), AACC (RN), ASSEMA, CETRA (CE), CF8 (RN), Fórum de Mulheres de Mirandiba (PE), Rede de Mulheres do Pajeú (PE), Centro Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (PE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), dentre outras organizações, instituições e movimentos sociais de mulheres. A Campanha por estar inserida em um contexto nacional também tem parcerias com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a CESE, além do projeto Pró-Semiárido na Bahia.

⁷ Pescadoras, agricultoras, poetisas, artesãs, embaixadoras, extrativistas, indígenas e quilombolas. O protagonismo das mulheres rurais reflete a diversidade da atuação feminina em campo. (MAPA, 2020).



produção de alimentos e a conseqüente ameaça a autonomia das mulheres, a segurança alimentar das famílias e ao avanço da agroecologia nos territórios.

REFERENCIAL TEÓRICO

A separação e hierarquização entre trabalho produtivo e reprodutivo está estruturada na divisão sexual do trabalho, que tem como característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva com maior reconhecimento e valorização social, cultural, política e econômica, e as mulheres à esfera reprodutiva restrito ao privado e historicamente invisibilizado. (KERGOAT, 2009; CARRASCO, 2003).

Como relata Jannah Oliveira et. al., (2020), essas relações desiguais entre os gêneros, caracterizadas socialmente pelas relações de poder, no sistema capitalista e patriarcal se manifesta primeiro na dimensão do trabalho, mas no caso das mulheres rurais, a família é a unidade tanto de produção quanto de reprodução, o que torna complexa a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Nesse sentido, as áreas ao redor de casa, também conhecidas como quintal, são consideradas culturalmente como a extensão da casa, lugar socialmente atribuído ao feminino e aos cuidados da família (PINILLA, 2019; CARRASCO, 2003), e por esse motivo a produção realizada pelas mulheres nesses espaços é desvalorizada, mas ela é determinante para a reprodução social e econômica das famílias, para fortalecer a diversidade agroecológica, as relações de troca de saberes e a reprodução da vida e da natureza. (SILVA et. al., 2020).

Ao desvelar o trabalho reprodutivo enquanto trabalho não remunerado, Hildete Pereira de Melo et. al., (2007) e Cristina de Jesus (2018) teceram uma crítica importante à invisibilidade dos afazeres domésticos e de cuidados para a economia neoclássica, a qual ignora as longas jornadas das mulheres e a riqueza gerada por elas através dessa atividade. Como mostra Melo et. al. (2007), entre os anos de 2001 a 2005, a valoração do trabalho doméstico não remunerado representou uma estimativa de 11% do PIB. Em 2006 a contribuição feminina contabilizou R\$213 bilhões de reais, e ao atualizar essas estimativas em 2011, os autores observaram



que o trabalho doméstico não remunerado atingiu 13,4% do PIB brasileiro. (JESUS; WAJNMAN; TURRA, 2020).

Esses dados revelam uma realidade socialmente já vivenciada pelas mulheres, onde no marco da discussão sobre assistência técnica agroecológica para mulheres rurais, através do Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia⁸, a sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado e o cuidado com as pessoas foi uma questão trazida com muita força pelas mulheres agricultoras. Juntas elas concluíram que a (injusta) divisão ainda constitui um forte impeditivo, ou uma grande barreira às mulheres para a conquista de seus direitos e a cidadania plena. A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico surgiu desse processo, consolidando-se como uma ferramenta educativa, de cunho político e pedagógico inicialmente voltado às mulheres rurais. (JALIL; COSTA; OLIVEIRA, 2017).

Em meio a pandemia, a Campanha tem se mostrado um importante instrumento para fomentar o debate e a conscientização acerca da justa divisão das tarefas domésticas, porque tem sido um consenso entre as pesquisas⁹ sobre o tema, o relato de mulheres que afirmam que o trabalho aumentou, igual relata Telles et. al. (2021) com as mulheres da Zona da Mata Mineira, onde elas enfatizam que mesmo com o aumento substancial das demandas, não ocorreu sua distribuição entre os membros da família, o que implicou em mais acúmulo de trabalho para as agricultoras.

2.1 A SUSTENTABILIDADE DA VIDA EM TEMPOS DE PANDEMIA

O trabalho doméstico e de cuidados desempenhados pelas mulheres no

⁸ Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia na Região Nordeste do Brasil, uma parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O projeto teve como objetivo capacitar e desenvolver processos formativos em rede junto às organizações, movimentos sociais, mistos e feministas, que atuam no campo agroecológico em chamadas públicas de assistências técnicas específicas: ATER Mulher e ATER Agroecologia.

⁹ SOF Sempre Viva Organização Feminista; Gênero e Um, (2020); HILLENKAMP; LOBO, 2021; TELLES et. al., 2021; WEITZMAN et. al., 2021, são algumas das pesquisas.



interior de suas casas exerce um papel fundamental para a reprodução social das famílias, o que significa que o cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. (CARRASCO, 2003). Não há a possibilidade de discutir o mundo pós-pandemia sem levar em consideração o quanto isso se tornou evidente nesse momento de crise global, que nos fala sobre uma “crise do cuidado”. (SOF; GN, 2020).

Em pesquisa realizada com as Cadernetas Agroecológicas na região Nordeste do Brasil¹⁰, Luiza et. al. (2020), destacou a relevância da produção das mulheres para a garantia da reprodução da vida e para preservação da agrobiodiversidade quando revelou a diversidade presente nos quintais com a anotação de 603 produtos diferentes, dos quais aproximadamente metade das anotações representaram produtos para o autoconsumo e 27% corresponderam a produtos vendidos. Quando observados os dados da pesquisa nacional, realizada em 16 estados, constatou-se uma média no valor de produção mensal das agricultoras em torno de R\$ 940 a R\$ 820 reais (ALVES et. al., 2018), entretanto, a pesquisa das Cadernetas agroecológicas no Semiárido brasileiro¹¹ mostrou que as mulheres rurais com filhos menores de 10 anos tiveram rendimento médio mensal menor em comparação com as mulheres sem filhos, comprovando que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados impede as mulheres de ter acesso à maior renda monetária. (FIDA, 2020).

A pesquisa também observou que 85% das mulheres rurais afirmaram não trabalhar fora de casa, comprovando que elas enfrentam a dificuldade em separar o trabalho doméstico não remunerado e os cuidados com as pessoas dos outros tipos de trabalho que desenvolvem. Esse acúmulo do trabalho doméstico com outras

¹⁰ Faz parte da Pesquisa Nacional Cadernetas Agroecológicas-Feminismo e Agroecologia: Repensando a Economia a Partir das Práticas das Mulheres Rurais, coordenada pela Universidade Federal de Viçosa -MG e pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA).

¹¹ Projeto proposto pelo Programa SEMEAR Internacional - PSI em parceria com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT de Mulheres da ANA.



atividades (de cuidados, produtivas, de participação, etc) dificultam o acesso delas ao mercado, fazendo com que 60% tenha afirmado como estratégica principal a comercialização em casa, seguida da venda na comunidade (36%).

Mas, até mesmo esses espaços criados como estratégias de autonomia estão sendo perdidos em meio à pandemia, como mostra a pesquisa sobre *o impacto do novo Coronavírus na vida das mulheres*¹², em que 62,1% delas informaram que não estão produzindo alimentos. Dos 37,9% de mulheres que estão produzindo, 24,5% não está comercializando e 22,4% produz para alimentação da família. Do total de mulheres entrevistadas, 19,9% perdeu o trabalho ou deixou de trabalhar. Além do mais, o fechamento das feiras e das escolas da rede pública teve um forte impacto na agricultura familiar, já que comprometeu a compra de alimentos pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), do qual a agricultura familiar é uma fornecedora. (TELLES et. al., 2021).

Nesse momento as mulheres estão numa situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, retrocedendo na conquista de sua autonomia, assim como estão mais propensas a desenvolverem relações de dependência, que aprofundam as desigualdades que elas já vivenciam, sobretudo no âmbito doméstico. No entanto, com o decorrer da pandemia, outras pesquisas (HILLENKAMP; LOBO, 2021; TELLES et. al., 2021; WEITZMAN et. al., 2021) foram realizadas mostrando a capacidade de resiliência das agricultoras agroecológicas.

As pesquisas envolvendo as mulheres da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA), das regiões da Zona da Mata (MG) e da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), mostraram que as mulheres trocaram as feiras pela venda de cestas com produtos agroecológicos via Whatsapp e que estratégias locais de maneira coletiva foram traçadas para que as mulheres continuassem a venda de seus produtos, como a mobilização pela garantia de

¹² Submetido à publicação. A pesquisa foi realizada pelo Núcleo Jurema: Feminismos Agroecologia e Ruralidades, em parceria com a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste e o Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



políticas públicas como PAA e PNAE, cisternas coletivas, hortas comunitárias, entre outras estratégias que foram fundamentais para as mulheres enfrentarem esse momento de pandemia. (HILLENKAMP; LOBO, 2021; TELLES et.al., 2021; WEITZMAN et. al., 2021).

Ainda de acordo com as pesquisas, é consenso entre as mulheres uma maior sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, e de que apesar do aumento não houve a divisão desse trabalho com os membros da família, sobretudo o marido e os filhos. No caso das agricultoras a sobrecarga também recai sobre o agroecossistema, uma vez que diante da pandemia e do aumento do preço de alguns itens de necessidades alimentícias como feijão e arroz, as mulheres intensificaram a produção de alimentos para o autoconsumo da família, o que evidencia que a produção diversificada das mulheres tem se mostrado central na garantia da segurança alimentar nesse momento de crise.

A pandemia e o decorrente confinamento dos familiares acendem o alerta também para o adoecimento mental das mulheres, como constata a pesquisa feita pela Care International, a pandemia de Covid-19 desencadeou uma crise global na saúde mental das mulheres, revelando que elas têm quase três vezes mais probabilidade de ter sua saúde mental afetada. (OPPENHEIM, 2020). No mundo rural, onde as mulheres sobrecarregadas com o aumento das jornadas de trabalho, afastadas dos seus espaços de socialização em grupo, além do medo causado pela pandemia, desenvolvem processos psicológicos que podem se agravar diante da dificuldade de obter atendimento médico especializado nos territórios. De acordo com Weitzman et. al., (2021. p. 86),

A pandemia evidenciou a importância das redes de solidariedade e, sobretudo, do papel das mulheres nas relações que alimentam e sustentam essas redes. Para algumas, o isolamento social e a ameaça de contrair o vírus desencadearam intensas crises psicológicas, revelando que os grupos de convivência entre mulheres tinham significados que iam muito além dos objetivos formalmente definidos.



O trabalho do cuidado direcionado aos familiares, sejam eles crianças, enfermos ou idosos, também aumentou consideravelmente. Em 2019 36,8% das mulheres afirmaram realizar esse tipo de trabalho (PNAD, 2020), que passou para 50% depois da pandemia, percentual que chega a 62% no caso das mulheres rurais. Entre as mulheres responsáveis por essas atividades, 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia (SOF; GN, 2020).

Quando se trata de mulheres negras a divisão do trabalho é ainda mais injusta, porque ela se torna também social, o mundo do trabalho formal para as mulheres negras têm sido injusto e doentio para elas. Nesse período pandêmico essas mulheres têm sido confinadas e principalmente levadas a se inserir no ambiente informal de trabalho, sobretudo no serviço doméstico, resultando em extensas jornadas tanto em suas casas quanto fora delas, o que também contribui para a “feminização da pobreza”. Como relata Liliam Telles et. al. (2021p. 60),

As agricultoras da comunidade rural em Viçosa [...] remanescente de quilombo se mostraram mais vulneráveis economicamente. Ainda que trabalhem na produção para o autoconsumo e eventualmente em serviços agrícolas, realizados em propriedades rurais, a principal fonte de renda monetária é a realização de serviços não agrícolas, geralmente em atividades de faxina ou trabalho como babás. Com a perda dos postos de trabalho tiveram dificuldades para pagar as contas de água e de energia elétrica. No caso de uma delas, até faltou comida para a família.

Ao esmiuçar o contexto pandêmico percebe-se a dimensão das desigualdades de gênero, as quais são agravadas pelos fatores de raça, classe e territorialidade, mostrando a necessidade de olhar a pandemia também na perspectiva da interseccionalidade¹³. É nesse sentido que Graciete Santos (2020)¹⁴, enfatiza que nesse momento a Campanha tem um papel crucial, porque ela busca

¹³ Patricia Hill Collins (2017), a partir de diversas obras de feministas negras, se refere a interseccionalidade como uma ferramenta importante no campo da intelectualidade e das lutas políticas, sobretudo na busca de justiça social e políticas emancipatórias para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas por um cruzamento de opressões, tais como racismo, sexismo, exploração de classe, nacionalismo, religião e homofobia.

¹⁴ É coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste e integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.



problematizar, questionar e visibilizar o trabalho doméstico e de cuidados como central, mostrando que em diferentes contextos e realidades, esse trabalho aumenta no cotidiano das mulheres, causando uma jornada extensa de serviços em casa.

2.2 A CAMPANHA COMO FERRAMENTA PARA UMA COMUNICAÇÃO POPULAR

A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico junto às mulheres produziu vários materiais, como camisetas, bolsas, folders e cartazes, pensados em um primeiro momento para serem distribuídos em espaços diversos, bem como considerando em sua construção uma perspectiva feminista de acolher e respeitar a diversidade de experiências das mulheres, que buscavam de maneira pedagógica dialogar com homens, jovens e crianças numa tentativa de sensibilizar a família para o compartilhamento justo das tarefas em casa.

Desse modo, as peças da campanha são verdadeiros marcos simbólicos da luta feminista e da construção coletiva de mulheres, que através de uma comunicação popular e democrática puderam acessar materiais didáticos, compartilhar informações e dados sobre a sobrecarga de trabalho das mulheres. (BARBOSA; SOUZA; SANTOS, 2017). Em 2020 a retomada da Campanha exigiu que os materiais já produzidos fossem reeditados e novos fossem construídos para se adaptarem ao contexto de pandemia, encarando a dificuldade de pensar em como a Campanha iria chegar até as pessoas, em especial as mulheres, quando muitas delas estão confinadas em casa e com acesso restrito a informações.

Nesse sentido, Karine Freitas (2020) destaca a Zapnovela, que são episódios em formato de áudio compartilhados em grupos de WhatsApp, sobretudo em grupos de mulheres, e que falam de diversos temas, entre eles a auto-organização das mulheres, combate à violência de gênero e divisão justa do trabalho doméstico. A Zapnovela está na sua segunda edição e se transformou numa importante ferramenta que consegue alcançar e sensibilizar as mulheres, como mostra o depoimento da agricultora Bernailde Santos¹⁵, que afirmou que “a Zapnovela é boa

¹⁵

Agricultora da comunidade de Várzea Bonita, Serrolândia (BA).



para as pessoas despertarem, procurar seus direitos e saber que ninguém é dono de ninguém.”

Com o distanciamento social a internet tem sido um espaço de disputa e uma estratégia para comunicar, onde as redes sociais¹⁶ da Campanha se apresenta como um espaço seguro de compartilhamento de informações, ampliação e fortalecimento da rede de mulheres, como também contribui no combate às fake news que tentam interromper o avanço desses processos. A Campanha neste momento tem apostado em novas ações como as projeções nas grandes capitais, como aconteceu em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A assessoria de comunicação também se expandiu, buscando alcançar os jornais, programas de rádio e demais meios de comunicação de forma popular e acessível.

Ao falar sobre comunicação popular, Cicilia Peruzzo (2006) afirma que ela tem caráter mobilizador e coletivo, representando um espaço para a participação democrática das pessoas, e por essa razão ela se apresenta como instrumento político, que assume o compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa através de um processo educativo transformador.

É a partir desse sentido que a Campanha se apresenta, consolidando-se enquanto construção coletiva de mulheres que apostam na comunicação e reflexão da necessidade de ressignificar o que se entende por trabalho, direitos e responsabilidades, e sua relação com a liberdade, economia e geração de renda. (BARBOSA; SOUZA; SANTOS, 2017). O resultado são processos de comunicação transformados pela Campanha em instrumentos políticos e educativos, concebidos a partir de uma metodologia feminista e popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é antes de tudo uma experiência, construída junto às mulheres a partir das diversas demandas que elas

¹⁶ As redes sociais podem ser acessadas através dos links:
<https://www.instagram.com/divisaojustadotrabalho/>
<https://www.facebook.com/peladivisaojustadotrabalhodomestico>



vivenciam nos seus territórios. Com a pandemia esse processo precisou ser ampliado para que mais mulheres possam se apropriar da Campanha e de forma coletiva criar estratégias para o enfrentamento à violência diária que é a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados. Como enfatiza Beth Cardoso, a Campanha é importante diante das dificuldades que as mulheres enfrentam no campo, onde existem poucos equipamentos públicos para acolher as denúncias e dar proteção contra a violência doméstica e falta informações às mulheres sobre seus direitos. (ANA, 2021).

Por esses e outros motivos, no dia internacional das mulheres rurais, marcado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), foi lançado o pedido por maiores investimentos nas áreas rurais tendo em conta a perspectiva de gênero, por compreender que elas estão na linha de frente da resposta à pandemia, prestando maiores cuidados não remunerados e trabalho doméstico, assim como contribuindo para a produção agrícola, segurança alimentar, nutrição, gestão de terras, recursos naturais e construção de resiliência climática.

Ainda com relação a sobrecarga das tarefas domésticas e de cuidados não remunerados, Lorena Moraes, Laetícia Jalil e Maria do Socorro Oliveira (2017) apontam que esse trabalho naturaliza o papel social atribuído às mulheres, de esposa, mãe e dona-de-casa, e que a Campanha questiona essa condição imposta às mulheres, ressignificando este trabalho que beneficia todos os integrantes da família e por este mesmo motivo, deve ser responsabilidade de todos.

O projeto/processo¹⁷ responsável pelo surgimento da Campanha demonstra bem a potência dos resultados obtidos quando se investe em metodologias específicas direcionadas às mulheres, que vivem opressões distintas e historicamente invisibilizadas. Nesse sentido, as pesquisas sobre o uso do tempo tem sido apontada como a mais apropriada para compreender os vários trabalhos

¹⁷ De acordo com Moraes et. al., nome dado ao “fazer diferente” durante a construção do Projeto Ater, Feminismo e Agroecologia com os seminários, intercâmbios, sistematizações de experiências, cartografia social e feminista, e outras formas de linguagem - subjetivas e corporais – utilizadas no processo.



realizados durante o dia, quantificar o tempo destinado às atividades, evidenciar as pessoas responsáveis por cada tarefa e quem se beneficia desse trabalho, assim como identifica todas as atividades simultâneas, o que possibilita dar visibilidade ao conjunto de tarefas domésticas realizadas nos domicílios, que são, majoritariamente, responsabilidade das mulheres. (MORAES et. al., 2020; JESUS, 2018).

Portanto, falar da divisão justa do trabalho doméstico é pautar a urgência numa mudança social, onde a casa seja um lugar saudável para as mulheres, a pandemia mostrou que essa é uma realidade que não pode continuar sendo ignorada pelo Estado nem por toda a sociedade, porque essa invisibilidade compromete a vida das mulheres. A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico faz uma contraposição a esta realidade, incidindo na promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres por uma vida digna e livre de violência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Luciana Medeiros et. al. **Caderneta agroecológica e os quintais : Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Sem feminismo não há agroecologia: mulheres em luta no 08 de março de 2021 – Entrevista com Beth Cardoso / GT Mulheres ANA**. Disponível em <<https://agroecologia.org.br/2021/03/09/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-mulheres-em-luta-no-08-de-marco-de-2021-e-entrevista-com-beth-cardoso-gt-mulheres-ana/>>. Acesso em mar. de 2021.

BARBOSA, Glauce Freire Arzua; SOUZA, Ingrid Delcristyan de Assunção Farias; SANTOS, Janaína Henrique dos. **A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico: quando uma questão tornar-se uma pedagogia (metodologia) de comunicação feminista**. In JALIL, Laécia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Rede Feminismo e**



Agroecologia do Nordeste. Recife, 2017. p. 74-84.

CARRASCO, Cristina. A **Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?** In NALU, Faria; NOBRE, Miriam (Orgs). **A produção do viver: ensaios de uma economia feminista.** São Paulo: SOF, 2003.

FREITAS, Karine. Dividir as tarefas domésticas é dizer não à violência contra a mulher. **Folha PE**, 03 de Dez. de 2020. Disponível em <<https://www.folhape.com.br/colunistas/mulheres-em-movimento/dividir-as-tarefas-domesticas-e-dizer-nao-a-violencia-contra-a-mulher/22011/>>. Acesso em dez. de 2020.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020.** Salvador: FIDA, 2020.

HILLENKAMP, Isabelle; LOBO, Natália. **Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19.** In NOBRE, Miriam (Org). **Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia.** São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, p. 22-48.

JALIL, Laetícia Medeiros; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; SOCORRO, Maria do Socorro de Lima. **Experiência do Projeto/Processo ATER, Feminismo e Agroecologia na construção do conhecimento: caminhos epistêmicos e saberes políticos-coletivos.** In JALIL, Laetícia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.** Recife, 2017. p. 23-38.

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma**



análise de produção, consumo e transferência: uma análise de produção, consumo e transferência. 2018, 120 f. Tese (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

JESUS, Jordana Cristina de; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio M. **Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil.** In: MELO, Hildete Pereira; MORAES, Lorena Lima de. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs). Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 141-170.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero.** In: HIRATA, Helena et. al. **Dicionário Crítico do Feminismo** (Orgs). São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

MELO, Hildete Pereira; MORANDI, Lucilene; DWECK, Ruth Helena. **Uso do tempo e valoração do trabalho não remunerado no Brasil.** In: MELO, Hildete Pereira; MORAES, MORAES, Lorena Lima de. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs). Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 109-140.

MORAES, Lorena Lima de; JALIL, Laetícia Medeiros; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. Por que ainda discutir a “justa divisão sexual do trabalho?” **Alguns aportes necessários à luta por igualdade para as mulheres rurais no Brasil.** In: JALIL, Laetícia Medeiros;

MORAES, et. al. **Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais.** In: MELO, Hildete Pereira; MORAES, Lorena Lima de. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs). Campinas: Pontes



Editores, 2020. p. 171-205.

OLIVEIRA, Jannah et. al. Mulheres rurais e quintais produtivos: novos sentidos sobre a produção e reprodução da vida. In XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, v. 15, nº 2, Sergipe. **Anais...**São Cristóvão: Cadernos de Agroecologia, 2020.

OPPENHEIM, Maya. Estudo inédito conclui que pandemia de coronavírus desencadeou uma crise global na saúde mental das mulheres. **O Globo**, 25 de Set. de 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/celina/estudo-inedito-conclui-que-pandemia-de-coronaviru-s-desencadeou-uma-crise-global-na-saude-mental-das-mulheres-24655441>>.

Acesso em dez. de 2020.

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Em dia internacional, ONU pede atenção para “sofrimento desproporcional” de mulheres rurais.** Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2020/10/1729622>>. Acesso em Abr. de 2021.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. UNB, setembro de 2006.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO: **PNAD**. Outras formas de trabalho. Rio de Janeiro:IBGE, 2019.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO: **PNAD**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, v. 33, p.1-133, 2013.

PINILLA, Nara Nara. **Mulheres rurais, Feminismo e Agroecologia: Um olhar sobre os quintais no Sertão do Pajeú-PE**. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em



Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Recife, 2019.

SILVA, Luiza Carolina et al. As Cadernetas Agroecológicas e os Quintais Produtivos: As agricultoras Familiares Agroecológicas do Nordeste Brasileiro Gerando Autonomia e Preservando a Agrobiodiversidade. In XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, v. 15, nº 2, Sergipe. **Anais...São Cristóvão: Cadernos de Agroecologia**, 2020.

SOF SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA; GÊNERO E UM. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório de Pesquisa. Disponível em <<http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/>>. Acesso em Jan. de 2021.

TELLES, Liliam et. al. **Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG**. In NOBRE, Miriam (Org). **Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, p. 49-71.

WEITZMAN, Rodica et.al. **Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política**. In NOBRE, Miriam (Org). **Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, p. 72-99.



O CAMPO AO COPO: ESTUDO DE CASO DA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DE UMA COOPERATIVA DESCENTRALIZADA NAREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

ALICE DE MAMAN NIED ¹

Resumo

Os processos históricos de formação do rural brasileiro provocaram um intenso êxodo rural e àqueles que permaneceram uma grande dependência de grandes complexos agroindustriais. Em Santa Catarina, mais de 70% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar, entretanto, menos de 25% das terras pertencem as esses produtores. Dentro dessa conjuntura, os pequenos produtores rurais têm buscado desenvolver nos últimos anos formas alternativas de garantia de sua reprodução material e sua importância dentro da estrutura social. A organização de produtores em redes de cooperação tem se fortalecido por todo o estado de Santa Catarina. As cooperativas descentralizadas fazem parte dessas ações adotadas pelos produtores, permitindo a legalização das atividades, a diversificação da produção, a facilidade de compra de insumos e matérias-primas, e o escoamento da produção, através do acesso a mercados, dentre eles os mercados institucionais. Formas de organização baseadas em associações ou cooperativas através de redes de pequenos produtores, sem a presença de grandes agroindústrias, permitem maior autonomia aos associados, além disso compreender essas formas de organização funcionam como fortalecimento das lutas dessas organizações. Através

¹ Universidade Federal de Santa Catarina



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvida pela autora, este trabalho busca apresentar um estudo de caso da cooperativa Coopermajor, localizado na região da Grande Florianópolis, relatando seu processo de formação e sua relação com os mercados vinculados a agricultura familiar.

Palavras-chave: Cooperativas descentralizadas, agricultura familiar, mercados





1) Introdução

Durante os anos de 1960 as bases técnicas da agricultura brasileira sofreram grandes mudanças, em que o desenvolvimento rural estava associado a desenvolvimento agrícola, ou seja, crescimento econômico significava crescimento de produção agrícola. A intensa modernização do campo levou a uma nova dinâmica de produção, através do surgimento e fortalecimento de grandes agroindústrias integradoras, que trouxeram como consequência a concentração econômica e fundiária, a exclusão de pequenos agricultores e o intenso êxodo rural (GERMANI; VILLWOCK; CHIES, 2018). Aqueles que permaneceram no campo, e que mantiveram relação com os complexos agroindustriais e cooperativas, tornaram-se apenas fornecedores de matérias-primas (MIOR et. al, 2014).

A partir da década de 1980, entretanto, os pequenos produtores passaram a se organizar como classe e a se mobilizar para reivindicar políticas específicas para a agricultura familiar (GERMANI; VILLWOCK; CHIES, 2018). O ano de 1996 ficou marcado pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que direcionava suas linhas de crédito especificamente para os produtores rurais que até então não eram enquadrados nas políticas agrárias brasileiras (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009).

O conceito de agricultura familiar é complexo e está em constate construção. A legislação brasileira, pela Lei nº 11.326 de 2006, reconhece como agricultor familiar àqueles que praticam atividade rural em área não maior a quatro módulos fiscais, mão-de-obra predominantemente da própria família e possui a renda familiar advinda das atividades econômicas do seu estabelecimento (BRASIL, 2006). Sociologicamente, agricultores familiares possuem uma forma específica de trabalho e produção em um determinado espaço geográfico e dependem da interação de um grupo familiar unido através de laços de parentesco com a terra e com os outros



meios de produção, assim como com outras unidades familiares e grupos sociais (SCHNEIDER, 2016).

Como forma de permanência no campo e inserção nos mercados, os pequenos agricultores têm desenvolvido diversas estratégias e ações como forma de diversificação dos meios de vida, através da agregação de múltiplas atividades tais como a produção orgânica, feiras livres, pequenas agroindústrias rurais, associações e cooperativas de produção, comercialização e consumo, selos de qualidade, comércio solidário, entre outros (MIOR et. al, 2014). Essa diversificação de atividades pode contribuir para que a forma de organização familiar do trabalho e produção funcione como garantia de sua reprodução material e ampliação de sua importância na estrutura social (SCHNEIDER, 2009).

As cooperativas descentralizadas nascem dessa necessidade da construção de mercados diferenciados para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Esse formato de cooperação vem como um contraponto as cooperativas tradicionais tornando-os totalmente dependentes da empresa. Cooperativas descentralizadas permitem aos pequenos produtores legalizarem suas atividades, diversificarem sua produção, facilidade na compra de insumos, matérias-primas e canais para o escoamento da produção. Através da legalização da produção amplia-se a rede de comercialização dos produtos através de mercados regionais, em feiras ou supermercados regionais, e também em mercados institucionais, através dos programas de compras institucionais de produtos provenientes da agricultura familiar, com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Este artigo insere-se, portanto, neste debate e apresenta um estudo de caso do surgimento, organização e formas de comercialização de uma cooperativa descentralizada localizada na região da Grande Florianópolis. Em Santa Catarina a agricultura familiar representa mais de 70% do meio rural, nesse sentido, diante da



intensa modernização e o monopólio de grandes produtores os pequenos agricultores estão buscando alternativas para continuarem no campo e meios de fortalecimento de seus produtos. Compreender essas novas formas de organização e entender como os agricultores tem se organizado podem ser ferramentas de fortalecimento e melhoramento das lutas dessas organizações, além de servir como exemplo para que outros produtores possam seguir.

Para a elaboração desta pesquisa foi utilizado como metodologia um estudo de caso de forma qualitativa. Através de fontes secundárias (estatutos, atas de reuniões e documentos da cooperativa), anotações, gravações e relatórios produzidos pelo Centro de Promoção de Agricultura em Grupo (Cepagro) foram obtidas as informações necessárias. Essa pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso realizada pela autora, que além dos aspectos de comercialização foram analisadas as qualidades dos sucos de uva produzidos pela cooperativa, deve-se salientar que a pesquisa foi possível através da parceria com os agricultores cooperados e o apoio logístico do Cepagro. As técnicas foram pautadas na coleta de informação e sua descrição através de pesquisa de campo.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a primeira parte busca apresentar, através de revisão bibliográfica, os diversos mercados acessados pelos agricultores familiares; a segunda parte conceitua as cooperativas descentralizadas e seus benefícios para os agricultores; e, após, são apresentados os resultados referentes à coleta de informação sobre o histórico e forma organizacional da cooperativa Coopermajor; por último, as considerações finais.

2) Mercados e agricultura familiar

O processo de desenvolvimento provocado através das grandes agroindústrias rurais no Oeste de Santa Catarina exemplifica bem a modernização da agricultura durante a década de 1960, e a novas formas de relação dos



produtores rurais com os mercados. Entretanto, a busca por aumento de escala e a internacionalização gerou um processo de exclusão daqueles produtores que não puderam acompanhar essas mudanças, levando a uma crise no meio rural da região e elevados índices de êxodo rural (MIOR, 2014). Segundo dados do último censo agropecuário estabelecimentos reconhecidos como sendo de agricultura familiar representam 77% do total de propriedades rurais. Em Santa Catarina esse número chega a 78% dos estabelecimentos rurais. Entretanto, comparando esses dados com o Censo de 2006 houve uma redução do número de agricultores familiares, a nível nacional e estadual, de 9,5% e 10%, respectivamente. Já em relação à área de cultivo, a agricultura não-familiar detém 77% das terras agrícolas, tendo aumento 7,1% em relação ao último censo, enquanto a agricultura familiar detém apenas 23% (IBGE, 2019). Esses dados demonstram que apesar da elevada participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos há uma baixa participação na posse de terra, fato esse que tem aumentado ao longo dos anos, notando-se um processo histórico de concentração fundiária no país (FERRARI et. al, 2014).

Mercados construídos através de grandes complexos agroindustriais de integração são caracterizados por gerar uma intensa dependência dos produtores em relação a contratos e a flutuações dos mercados globais (SCHNEIDER, 2016). Dessa forma, como artifício de luta na busca por maior autonomia os agricultores constroem novas e múltiplas formas de inserção em diferentes mercados (MIOR et. al, 2014).

Os mercados permeiam os processos sociais e atividades econômicas das unidades familiares, influenciando os valores, a cultura e a própria vida das pessoas, sendo inclusive motivos para conflitos, protestos e disputas (SCHNEIDER, 2016). Na agricultura familiar o processo de mercantilização gera diferentes níveis de interação, indo daquelas formas de produção mais autônomas até as formas mais dependentes do mercado. Tomado como base o trabalho realizado por Schneider



(2016), podem-se classificar quatro tipos de dinâmicas de comercialização nos quais os agricultores familiares estão inserindo, variando conforme mais ou menos dependência. A primeira dinâmica é aquela construída através das relações de reciprocidade entre produtor e consumidor em uma escala bastante local, a segunda traz algumas características de proximidade, também, porém passa a interagir em um espaço (locus) mais amplo, como feiras regionais, produzindo conforme a demanda. No terceiro tipo de dinâmica as trocas são reguladas pelo mercado nacional e/ou internacional, marcado pelos grandes complexos agroindustriais e atravessadores. E por último os mercados institucionais, que possuem uma forte presença do Estado como comprador. Diante da diversidade e complexidade de conceituação dos diversos tipo de mercados, são apresentados no Quadro 1, de forma resumida, as características e denominações para os quatro tipos de mercado.

Quadro 1. Classificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares e suas características

Mercado Característica

- a) Mercados de proximidade: Valorizam as relações de trocas interpessoais, através de relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade. Esse tipo de mercado está baseado em controle e regulação construídos socialmente através da confiança entre produtor e consumidor, por isso, seu locus tende a ser a venda direta através de mecanismos do tipo face a face ou porta a porta, por exemplo.
- b) Mercados locais ou territoriais: Mantem algumas formas e elementos dos mercados de proximidade, entretanto passam a ser orientados pela oferta e demanda de produtos. As feiras regionais e eventos específicos passam as ser



importantes canais de comercialização em que ainda existe a reciprocidade e o interconhecimento, porém outros dispositivos como preços e concorrência passam a coexistir.

c) Mercados convencionais: O caso dos produtores, da região oeste catarinense, que mantinham relação de integração com grandes agroindústrias, pode ser descrito através dos mercados convencionais, em que há forte dependência do mercado.

Agentes privados comandam os negócios e a comercialização dos produtos orientados pela lei da oferta e demanda, tendo um espaço físico não definido e atuando em distribuição e circulação a níveis nacionais e globais.

d) Mercados institucionais: O Estado ou organismo ou organizações públicas passam a ser os principais agentes de troca. Esses mercados são direcionados pela demanda, e, apesar de terem como característica um alto grau de regulamentação e controle formal, são resultado de construção social e política. No Brasil, os principais mercados institucionais acessados pela agricultura familiar são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Fonte: Adaptado de Schneider (2016).

Os diferentes tipos de mercados são construídos socialmente estando imersos em relações sociais e culturais da população, nesse sentido a reprodução social das famílias está diretamente ligada a eles (ESTEVAM et. al, 2014). Cabe ressaltar, também, a informalidade como prática mercantil adotada como estratégia, por diversos agricultores, para se inserirem nos mercados formais (FERRARI, 2011). O mercado informal serve como estratégia para a construção de uma demanda suficiente para viabilizar os empreendimentos técnicos e econômicos e os investimentos para a formalização do negócio (MIOR et. al, 2014). O setor informal, diferentemente do setor ilegal, serve para comercializar produtos que não são ilegais



(como drogas), porém que não se enquadram nos padrões de regulação vigentes, relativos às relações de trabalho, às instalações ou às normas técnicas (WILKINSON; MIOR, 1999).

3) As cooperativas descentralizadas

Do ponto de vista legislativo, a adequação as normas jurídicas e sanitárias, para participar de mercados formais de comercialização de produtos, pode ser algo dificultoso para os agricultores. Nesse sentido, novas formas de organização tem se potencializado devido à necessidade dos pequenos agricultores no acesso e a construção de mercados diferenciados para comercialização de seus produtos (ESTEVAM et. al, 2014).

Dentre as estratégias de autonomia, fortalecimento e inserção em mercados adotados pela agricultura familiar pode-se citar o processamento e a agroindustrialização de matérias primas através da construção de associações, cooperativas e condomínios (MIOR et. al, 2019). Entretanto, para além da legislação, a falta de estrutura para o processamento, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos são obstáculos para os pequenos agricultores (ESTEVAM et. al, 2014).

As cooperativas descentralizadas (ou virtuais), que surgiram no início do século XXI, tem ganhado espaço entre os pequenos agricultores como forma de organização mais autônoma em relação ao modelo de cooperativa tradicional (centralizada e patrimonial) (ESTEVAM et. al, 2014).

Os modelos de cooperativas tradicionais apresentam uma grande defasagem da empresa cooperada em relação ao cooperado, em que este primeiro cresce e o segundo permanece descapitalizado e estagnado (ESTEVAM et. al, 2014). Esse formato de organização surgiu nos anos 2000 no estado do Paraná, tendo se



espalhado desde então por todo o sul do Brasil. As cooperativas descentralizadas permitem que seus cooperados processem seus produtos e matérias primas em nome da cooperativa, legalizando dessa forma sua produção (MIOR, 2019). Além disso, elimina a figura do atravessador no sentido de fortalecer a relação entre produtor e consumidor (BUSARELLO; WATANABE; BURARELLO, 2014), e promove a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados institucionais, geral e em feiras, fortalecendo-os coletivamente. Essas redes de cooperação têm como princípios a horizontalidade e as decisões democráticas entre todos os cooperados, podendo ser estabelecidas para a produção, o processamento ou a comercialização da produção (ESTEVAM et. al, 2014). A cooperativa descentralizada tem com função fornecer uma proteção jurídica e meio para produzir e vender os produtos legalmente, com nota fiscal (ESTEVAM et. al, 2012).

As cooperativas descentralizadas seguem a mesma lei que rege as cooperativas tradicionais. A Lei Federal nº 5.764 dispõe que uma cooperativa é uma união de pessoas com o intuito de contribuir com bens e/ou serviços para a realização de uma mesma atividade econômica. A diferença, portanto, em relação às cooperativas centralizadas está no fato de que os investimentos nas unidades agroindústrias são feitas pelos próprios cooperados ou através de financiamentos bancário, dessa forma o ativo está no próprio estabelecimento do produtor, sendo que cabe aos cooperados a responsabilidade da gestão da unidade (GHELLERE; FIALHO; MIOR, 2014).

4) A Cooperativa Agroindustrial de Major Gercino (Coopermajor)

Santa Catarina possui um longo histórico de produção de uvas com regiões bastante reconhecidas. A área cultivada com videiras no estado de Santa Catarina é de 4.832 ha (2016), sendo que a produção de uva aumentou significativamente no estado. No censo de 2006 foram produzidas 29,81 mil toneladas da fruta, já segundo



dados do último censo foram produzidas 47,70 mil toneladas (IBGE, 2017), um aumento de mais de 60%. O principal produto de processamento das uvas é o vinho, entretanto outras atividades como a produção de suco de uva têm aumentado ao longo dos anos, em 2013, foram produzidos 7.104.429 litros de suco em Santa Catarina, dentre integrais, concentrados e mosto sulfitado (SIMIONI, 2013).

Atualmente, divide-se a produção de uva no estado em três principais regiões, de acordo com suas características e cultura: o Vale do Rio do Peixe e a região Carbonífera; o planalto serrano, com produção de vinhos finos de altitude; e o Vale do Rio Tijucas. A Cooperativa Agroindustrial de Major Gercino (Coopermajor), objeto de estudo deste artigo, está localizada na região do Vale do Rio Tijucas, com destaque para Nova Trento, Major Gercino e Rodeio. A produção vitivinícola dessa região, colonizada em 1875 por imigrantes da região de Trento, na Itália, conta com aproximadamente 60 ha de videiras no município de Nova Trento e 90 ha no município de Major Gercino. A produção e consumo de vinhos na região possui grande ligação ao turismo religioso, tendo em vista que Nova Trento é considerada a segunda maior Estância Turística Religiosa do Brasil e importante polo de turismo ecológico (PROTAS, 2010; CORDEIRO, 2006).

Entre os principais entraves ao comércio de produtos do processamento de uva em Santa Catarina, cita-se a falta de conhecimento do público em relação à atividade vitícola do estado, a desigualdade entre as safras e entre produtos da mesma marca, além de que os estabelecimentos de processamento de uva ainda operam na informalidade, apresentando problemas técnicos e de ordem higiênica (PROTAS, 2010). Nesse sentido, redes de cooperação entre famílias agricultoras para processamento e comercialização de seus produtos tornam-se uma estratégia interessante para melhorar as condições de inserção socioeconômica e a competitividade de pequenos agricultores familiares nos mercados, além de facilitar



as compras de insumos, matérias-primas e o compartilhamento de estruturas, logísticas ou conhecimento (MIOR et. al, 2014).

A cooperativa Coopermajor foi fundada em 30 de outubro de 2012 no modelo de cooperativa descentralizada. A cooperativa servia como aparato legal para os produtores comercializarem seus produtos, não havia uma sede produtiva e o processamento era realizado nas propriedades de cada agricultor ou através da locação de espaço de pequenas agroindústrias da região. As atividades vinculadas à cooperativa variam desde produtos in natura, para comércio de frutas e verduras, até o processamento de sucos e serviços de preparo de terreno, cultivo e colheita. A cooperativa iniciou com dez associados tendo sofrido algumas modificações ao longo dos anos, atualmente estando em oito cooperados. Uma das condições de associação é que do número total de associados, um mínimo de 70% deve ser de produtores rurais da agricultura familiar, em que se enquadram normas do PRONAF e portadores do DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

As cooperativas descentralizadas seguem a legislação 5.764 de 16/12/1971, ou seja, a mesma que se aplica aos outros formatos de organização em cooperativas. No caso da Coopermajor o quadro organizacional está dividido em: conselho de administração (diretoria), conselho fiscal, fórum de unidades e assembleia geral. Sendo o conselho administrativo composto por um diretor presidente, um diretor vice-presidente, um diretor financeiro, diretor secretário geral, 1º conselheiro, 2º conselheiro, 3º conselheiro. Sendo que todos tem direito ao voto sem distinção de cargo. As decisões da cooperativa são realizadas de forma bastante horizontal através da participação de todos os membros, sendo as assembleias a instância máxima de decisões coletivas.

A partir da criação da cooperativa os produtores passaram a comercializar o suco de uva através de um único rótulo em mercados informais. A produção do suco era feito nas casas dos próprios agricultores ou através da locação do espaço de



outra agroindústria processadora de suco de uva da região. Durante esse tempo, até o ano de 2016, o método de produção do suco era através da extração a quente em painéis extratoras. Com o passar do tempo, os cooperados, buscando ingressar em outros mercados de comercialização de produto, optaram pela construção de uma unidade processadora própria da cooperativa. Através do investimento dos associados e dos recursos do Programa SC Rural, do Governo do estado de Santa Catarina, no ano de 2016, construíram a sede física para o processamento de suco de uva e geleias na zona rural do município de Major Gercino. O auxílio por meio de recursos através do Programa SC Rural segue a tendência que foi observada durante o período de 2010 a 2016 em que foram investidos quase 40 milhões de reais em apoio ao desenvolvimento de redes de cooperação da agricultura familiar. No estado, durante esse período, o Programa SC Rural investiu em 68 redes, representando 27,8% do total de recursos investidos nessa modalidade, outros recursos vieram de capital próprio dos agricultores (38,4%), do Pronaf, BNDES e outros programas governamentais (33,8%). O SC Rural teve como principal objetivo destinar recursos para investimento em móveis e equipamentos e a construção da unidade sede (MIOR, 2019).

A construção da fábrica teve como objetivo facilitar a logística de produção do suco, buscar o credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) da produção para a comercialização do suco em mercados formais (feiras regionais, programas institucionais) e aumentar o valor agregado ao produto, tendo em vista que muitos associados não produziam o suco apenas vendiam a uva a granel. Isso pode ser evidenciado em reportagem sobre a cooperativa realizada na inauguração da unidade produtiva: "Para o presidente da Coopermajor, a agroindústria beneficia os associados principalmente no valor da venda. Se antes a uva era vendida a granel e com um preço estipulado, muitas vezes, pelo comprador, com a venda do suco, a valorização do produto e do produtor aumenta. 'A gente foi conversando em reuniões e viu que tinha um meio de



agregar mais valor e nos juntamos. Hoje a gente está com 10 associados nomeados e com um preço bem melhor do suco do que com a uva vendida a granel', conta Elvino." (CEPAGRO, 2018) Além disso, através do apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) começaram a processar o suco de uva através do método enzimático, um método de produção comumente encontrado em agroindústrias produtoras de suco de uva.

Com objetivo de realizar o credenciamento junto ao MAPA, a unidade produtiva da cooperativa já foi construída tendo em vista todos os aspectos de infraestrutura exigidos pela legislação sanitária do MAPA e da Anvisa. Essa etapa do processo foi possível pela cooperação dos produtores com o Centro de Promoção de Agricultura em Grupo (CEPAGRO). O Cepagro é uma organização não governamental que trabalha com a promoção da Agroecologia em redes de comunidades rurais e urbanas. Entre suas áreas de atuação está a promoção do desenvolvimento rural sustentável, através de projetos de diversidade produtiva e valorização dos produtos regionais. O Cepagro atuou com apoio técnico através de uma responsável técnica para a cooperativa.

O mercado acessado pela cooperativa era, principalmente, mercados locais informais, na beira de estrada de porta em porta, através de encomendas de pessoas conhecidas ou em pequenas feiras locais. Com o processo de certificação do MAPA que iniciou no início de ano de 2019 tendo sido concluído, com êxito, em janeiro de 2020, os agricultores tem como objetivo entrar nos mercados institucionais, principalmente através do PNAE e em ampliar a participação em feiras regionais e/ou nacionais, com possibilidade de inserção nos mercados de comercialização de Florianópolis e municípios da região metropolitana. A cooperativa conta com produção de suco de uva tradicional e orgânico, sendo cada associado responsável pela sua produção e comercialização, portanto o papel da cooperativa é oferecer um selo legal de comercialização, um rótulo em comum,



espaço para processamento certificado e a divisão dos custos com insumos necessários (tampas, garrafas, rótulo, etc.).

O PNAE existe desde a década de 1940, tendo sido reestruturado em 2009, em que o programa foi estendido a toda rede pública de educação básica. Em seu artigo 14 o programa estipula que um mínimo de 30% dos recursos devem ser investido em produtos da agricultura familiar (AF) (BRASIL, 2017). Segundo dados de 2017 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Santa Catarina destina mais 36% do total de recursos para alimentação escolar em compras de produtos da agricultura familiar. No município de Major Gercino, onde está localizada a cooperativa, as compras da AF chegaram a mais de 40%, nos municípios que fazem divisa como Nova Trento o percentual chegou a 85%, Leoberto Leal e Antônio Carlos a quase 50% e São João Batista a 54%, demonstrando que existe um potencial de mercado institucional de compras de produtos da Coopermajor. A cidade de Major Gercino está localizada na microrregião da Grande Florianópolis, há um pouco mais de 100 km da capital do estado. Esse fato é interessante, pois se constitui em um mercado importante de comercialização dos produtos processados pela agricultura familiar.

O padrão de consumo atual se baseia em um sistema de produção em larguíssima escala, além disso, a qualidade desse produto consumido, estão baseados, principalmente, em alimentos ultraprocessados que tem gerado nos últimos anos um aumento de doenças relacionados a má alimentação como obesidade, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, entre outros. Por outro lado, observa-se um aumento de consciência alimentar por parte dos consumidores, isto é, as consequências sociais e ambientais das escolhas alimentares. Alguns valores como saudabilidade, sustentabilidade e valorização de origem passaram a ser determinantes nas ações dos consumidores. Nesse sentido a busca por revalorização de produtos e processos produtivos considerados “tradicionais e autênticos” (PORTILHO; BARBOSA, 2016) tem levado a uma busca dos



consumidores por mercados baseados em cadeias curtas de comercialização, como as feiras públicas e a compra direta do produtor. Assim, a inserção dos produtos da cooperativa nos mercados de grandes centros urbanos, através dessas cadeias curtas de comercialização, supre uma demanda dos consumidores por canais alternativos de consumo em que há uma qualidade superior dos alimentos, através do não uso de conservantes e agrotóxicos, provenientes de um sistema produtivo que respeita e valoriza a cultura local dos agricultores e ainda permite o sistema de preço justo tanto para o vendedor quanto para o comprador (AGUGLIA, 2012).

Os resultados demonstraram que a organização dos pequenos agricultores através de cooperativas descentralizadas permite maior autonomia aos cooperados nas decisões referentes à produção e comercialização. No caso da cooperativa de estudo, a organização em rede de cooperação permitiu o acesso a mercados formais, a trocas de conhecimentos de produção e a construção de uma unidade produtiva para uso comum. Além de fortalecer a produção familiar, a organização em redes e o acesso a mercados baseados em cadeias curtas de comercialização aproximam os consumidores da produção e valorizam os produtos da pequena produção rural em detrimento das grandes agroindústrias.

5) Considerações finais

A dinâmica de produção e comercialização que o processo de modernização da agricultura gerou durante os anos de 1960 levou a uma grande dependência dos produtores de grandes complexos agroindustriais, ocasionando intenso êxodo rural além de afastar os consumidores da produção, gerando uma desconexão entre produtores e consumidores de alimentos. Nesse sentido, a busca por maior autonomia, fortalecimento da pequena produção familiar, agregação de valor aos produtos e diversificação produtiva levou os agricultores a desenvolverem



mecanismos com base na construção de redes de cooperação como forma de desenvolvimento rural.

A apresentação do caso da cooperativa descentralizada Coopermajor, no estado de Santa Catarina, permitiu visualizar como esse formato de organização beneficia ambos os lados da cadeia agroalimentar. O produtor, que aumenta a geração de renda, diversifica a produção, ganha autonomia nos processos decisórios e não fica dependente de uma empresa externa e atravessadores, e por outro lado o consumidor, que se aproxima do processo de produção, passa a conhecer quem são os responsáveis pelo alimento que está consumido, e passa a comprar produtos que além da qualidade formal, exigidas pela legislação, traz qualidades mais amplas relacionadas a aspectos sociais, culturais e ambientais. Algo perceptível entre os agricultores associados à cooperativa foi à consciência em relação à dinâmica dos mercados e seus papéis dentro dessas organizações. A tomada de decisão em formar uma rede de cooperação foi realizada já objetivando um aumento do valor agregado do produto e conseqüentemente o acesso a mercados variados, principalmente aqueles baseados em mercados institucionais, como o PNAE.

Nesse sentido, a rede de cooperação deve ser ampliada para além de apenas os pequenos agricultores, os consumidores desempenham papel importante no momento de conhecerem essas organizações e consumirem seus produtos, e o suporte técnico através de empresas estatais (no caso a Epagri) e outras organizações não-governamentais são importantes para que essas iniciativas obtenham êxito.



Referências

AGUGLIA, L. La filiera corta: una opportunità per agricoltori e consumatori.

Agriregionieuropa, ano 5, n.17, 2009. Disponível em:

http://agriregionieuropa.univpm.it/dettart.php?id_articolo=451. Acessado em:
22/07/2012.

BRASIL. Lei nº 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece As Diretrizes Para A
Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos
Familiares Rurais. Brasília, 2006.

BUSARELLO, Carla Spillere. WATANABE, Melissa. BUSARELLO, Realdino José.
Cooperativismo descentralizado e microempreendedorismo individual: duas
alternativas à informalidade da agricultura familiar. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira;
MIOR, Luiz Carlos (org.). Inovações na Agricultura Familiar: As cooperativas
descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. p. 189-204.

CORDEIRO, Wilton Carlos. A vitivinicultura em São Joaquim - SC: uma nova
atividade no município. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de
Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira et. al. Cooperativas descentralizadas: (re)conectando
pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. In:
ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (org.). Inovações na Agricultura
Familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular,
2014. p. 101-128.

ESTEVAM, Dimas O., et. al. Cooperativas rurais não-patrimoniais (ou virtuais) e o
difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região sul do
Estado de Santa Catarina. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão,
Araraquara, v. 5, n. 2, jul/dez. 2012.



FERRARI, Dilvan Luiz. Agroindústrias familiares: estratégias e desafios da inserção mercantil em Santa Catarina. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (org.). Inovações na Agricultura Familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. p. 101-128.

FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias Agroalimentares Curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. 2011. 354f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados da Agricultura Familiar. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 17 mar. 2020.

GERMANI, Alessandra Regina Müller; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; CHIES, Jacir João. Alguns elementos sobre a realidade agrária e suas implicações para o desenvolvimento rural: breve síntese teórica. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIIS, 2018, Florianópolis. Anais VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais. Florianópolis: Rede de Estudos Rurais, 2019. v. 1, p. 256 – 270.

GHELLERE, Reginaldo. FIALHO, Marco Antônio Verardi. MIOR, Luiz Carlos. A nova geração de cooperativas da Agricultura Familiar no Sul de Santa Catarina. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (org.). Inovações na Agricultura Familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. p. 101-128.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resultados definitivos: Cooperativas. Disponível em: . Acesso em: 13 jan. 2020. MIOR, Luiz Carlos. Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (org.). Inovações na Agricultura Familiar: As



cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. p. 73-100.

MIOR, Luiz Carlos et. al. Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIIS, 2018, Florianópolis. Anais VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais. Florianópolis: Rede de Estudos Rurais, 2019. v. 1, p. 1953 – 1967.

PORTILHO, Fátima. BARBOSA, Livia. A adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (org.). Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. p. 251-273.

PROTAS, José Fernando da Silva, CAMARGO, Umberto Almeida. Vitivinicultura brasileira: panorama setorial de 2010. [Brasília, DF : SEBRAE ; Bento Gonçalves : IBRAVIN : Embrapa Uva e Vinho], 2011. 110 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (org.). Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. p. 93-140.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá, v. 63, n. 6, p.59-85, dez. 2009.

WILKINSON, John. MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 29-45, out. 1999.



ESTRATÉGIAS PARA VIABILIZAR A CADEIA PRODUTIVA DA BATATA-DOCE EM MOITA BONITA-SE: O CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERAFES

STRATEGIES TO ENABLE THE SWEET POTATO PRODUCTIVE CHAIN IN BEAUTIFUL CLAY: THE CASE OF FAMILY FARMERS 'COOPERATIVE AND SOLIDARY ECONOMY – COOPERAFES

Rafaela Da Mota Andrade - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Resumo: Um dos grandes desafios enfrentados pelos agricultores familiares é a comercialização de seus produtos em decorrência: i) da sazonalidade dos preços que durante a safra, devido a grande oferta, tende a cair as vezes abaixo do valor do custo de produção, inviabilizando a atividade; ii) da estrutura do mercado, que em situações de imperfeições colocam os produtores em desvantagem de negociação com compradores, o que também pode levar a redução dos preços pagos aos agricultores pelos seus produtos. Assim, este artigo tem por objetivo apresentar as estratégias adotadas por agricultores do município de Moita Bonita, Sergipe para viabilizar economicamente a produção de batata-doce. Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizada a revisão de documentos e entrevistas com atores chave. Os resultados mostram as seguintes estratégias: a) formação de uma cooperativa de agricultores, b) venda para mercados institucionais através dos programas governamentais de aquisição de alimentos da agricultura familiar, c) agroindustrialização dos produtos, fabricando bolos e farinha de batata-doce, d) venda direta em mercados convencionais, como feiras e supermercados. Com as estratégias adotadas, os agricultores aumentaram os preços dos produtos, melhoraram o poder de negociação e ampliaram mercados para a batata-doce *in natura* e processada.

Palavras – chave: Cooperativismo. Agricultura Familiar. Comercialização.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Abstract: One of the great challenges faced by family farmers is the commercialization of their products due to: i) the seasonality of prices which, during the harvest, due to the great offer, sometimes tends to fall below the value of the production cost, making the activity unfeasible; ii) the market structure, which in imperfect situations puts producers at a disadvantage in negotiating with buyers, which can also lead to a reduction in the prices paid to farmers for their products. This article aims to present the strategies adopted by farmers in the municipality of Moita Bonita, Sergipe to make sweet potato production economically viable. To achieve the proposed objective, we make use of document review and interviews with key actors. The results show the following strategies: a) formation of a farmers' cooperative, b) sale to institutional markets through government programs for the purchase of food from family farming, c) agroindustrialization of products producing sweet potato flour and cakes, d) direct sales in conventional markets such as fairs, supermarkets. With the strategies adopted, farmers increased product prices, improved bargaining power and expanded markets for fresh and processed sweet potatoes.

Key words: Cooperativism. Family agriculture. Commercialization.



1. INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2017, dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, 3.897.408, ou seja, 76,8% foram classificados como sendo da Agricultura Familiar, ocupando 23% da área total dos estabelecimentos e produzindo 107 bilhões de reais, ou seja 23% do total do PIB do setor agropecuário (IBGE, 2017). Essa categoria emprega 10,1 milhões de pessoas, 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários. Apesar da importância desta categoria de agricultores, observamos que a população ocupada reduziu em 2,166 milhões de pessoas, de 2006 à 2017, representando uma diminuição de 17,6% dos ocupados em estabelecimentos familiares (IBGE, 2017). Tal redução é preocupante, principalmente em relação a geração de emprego e renda no campo.

Dentre os diversos desafios da agricultura familiar (HENZ, 2010; DE PAULA et al., 2014; DELGADO; BERGAMASCO, 2017), a comercialização é crítico para a manutenção dos estabelecimentos em decorrência da sazonalidade dos preços dos produtos agrícolas que durante o período da safra, devido à grande oferta tendem a cair, não sendo raro chegar abaixo do valor do custo de produção e inviabilizando a continuidade da atividade agrícola e da estrutura do mercado, que devido a desigualdade do poder de barganha, as vezes coloca os produtores em desvantagem de negociação com compradores, o que também pode levar a redução dos preços pagos aos agricultores pelos seus produtos (SANTOS et al., 2019).

Diante deste cenário, faz-se necessária estratégias para viabilizar economicamente os pequenos agricultores familiares menos capitalizados, não apenas por meio de ações do Estado e da própria sociedade civil organizada, mas também iniciativas dos próprios agricultores, pois muitas vezes políticas públicas e ações das grandes agroindústrias acabam levando ao sentido oposto, que é a concentração e exclusão de pequenos produtores familiares (KIYOTA; GOMES, 1999).

Dentre os estudos que apontam estratégias para viabilizar a comercialização da agricultura familiar, destacam-se estratégias como: a venda através de cooperativas (CRIB,



2008, PRA et al., 2016), adoção de nichos de mercado orgânicos, vendas diretas em feiras (FONSECA et al. 2009), acesso a mercados institucionais (COSTA et al., 2015), vendas a mercados locais de pequeno porte (DAROLT et al., 2013; KIYOTA e GOMES, 1999), agro-industrialização (WILKINSON, 1999), criação de marca própria e adoção de selos de qualidade (GROOT, 2020).

Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é analisar as diferentes estratégias de comercialização adotadas por produtores familiares da Cooperativa de Agricultores Familiares e Economia Solidária – COOPERAFES, localizada no município de Moita Bonita, Sergipe, para viabilizar economicamente a produção de batata-doce e para escoar sua produção agrícola. O artigo é composto por esta introdução, metodologia, resultados da análise da cadeia convencional de comercialização de produtos agrícolas no Estado de Sergipe, estratégias adotadas pela COOPERAFES de Moita Bonita - SE para lidar com os desafios iniciais de comercialização e, por fim, conclusões com os atuais desafios da cooperativa.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo da pesquisa, foi selecionada como estudo de caso a COOPERAFES do Município de Moita Bonita - SE, pois esta é considerada um modelo bem sucedido de cooperativa que beneficiou seus agricultores na agregação de valor aos produtos e expansão de mercado na região Agreste de Sergipe. A cooperativa foi criada em 2010 e no momento da realização da pesquisa – ano de 2019 – contava com 77 cooperados que produziam principalmente raízes, tubérculos, hortaliças e carne bovina (Tabela I).

Tabela I. Produção da COOPERAFES (2019).

Produto	Quantidade
Batata-doce	3.000 a 5.000 toneladas/ano
Macaxeira (Mandioca)	30 toneladas/ano
Inhame	20 toneladas/ano



Amendoim	3 toneladas/ano
Milho	100 a 150 toneladas/ano
Folhagens (couve, coentro e cebolinha)	10 toneladas/ano
Carne bovina	1.000 animais (aprox. 300 toneladas/ano)
Frango de corte	20.000 aves
Ovos caipira	300 dúzias por semana

Fonte: Pesquisa dos autores (2019).

Além disso, metodologicamente foram utilizadas diferentes técnicas de coleta de dados, envolvendo dados primários por meio de entrevistas a informantes chaves e dados secundários através de pesquisa bibliográfica e documental. A primeira etapa do trabalho foi baseada em uma revisão bibliográfica buscando trabalhos relacionados com comercialização da produção de agricultura familiar, como um todo. Além disso, utilizou-se anotações e relatórios feitos durante a participação em reuniões e entrevistas com atores chave. Dentro dos estudos realizados no Estado sobre o tema, podemos destacar o trabalho do consultor Rebelatto dos Santos (2014), que descreve os resultados à consultoria brasileira da Iniciativa Conjunta de Gestão de Conhecimento sobre “Acesso a Mercados e Diálogo de Políticas Públicas” – Estudo Analítico sobre acesso a mercados por pequenos produtores da América Latina e do Caribe. A partir deste trabalho foi possível resgatar informações sobre a história da COOPERAFES e seu funcionamento.

Outra importante fonte de dados foram entrevistas feitas a colaboradores que participaram durante o processo de formação da cooperativa e que continuam atuando como importantes apoiadores de seu desenvolvimento. Realizou-se também entrevista com o presidente da cooperativa, que atuou durante todo o processo de formação da central.

Os autores também participaram de reuniões organizadas pelo Circuito Integrado de Cooperação e Economia Solidária, ocasião onde os pesquisadores fizeram anotações e



relatórios que também serviram de dados para o estudo. Nestas reuniões, foram discutidas questões relacionadas principalmente a necessidade de formalização da COOPERAFES.

Primordialmente, a revisão bibliográfica foi realizada através de pesquisas extensivas realizadas em variadas fontes da literatura. Dentre as palavras chaves utilizadas na busca (em várias combinações) podemos destacar aquelas que compõem o “esqueleto” da pesquisa em questão: estratégias de comercialização, agricultura familiar, cooperativismo, comércio da batata-doce no estado de Sergipe, circuitos de comercialização, entre outras. Além disso, também foram considerados aqueles dados obtidos de livros, teses, dissertações e artigos publicados em revistas indexadas.

O principal produto da cooperativa é a batata-doce, produto este que tem colheita em qualquer época do ano. A produção atual não corresponde a capacidade total da cooperativa, que ainda tem a possibilidade de expandir sua produção, porém, comparando a produção do ano de 2019 com os anos de 2016 e 2017, a cooperativa teve um ótimo rendimento neste quesito.

3. RESULTADOS

Cadeia produtiva de produtos agrícolas em Sergipe

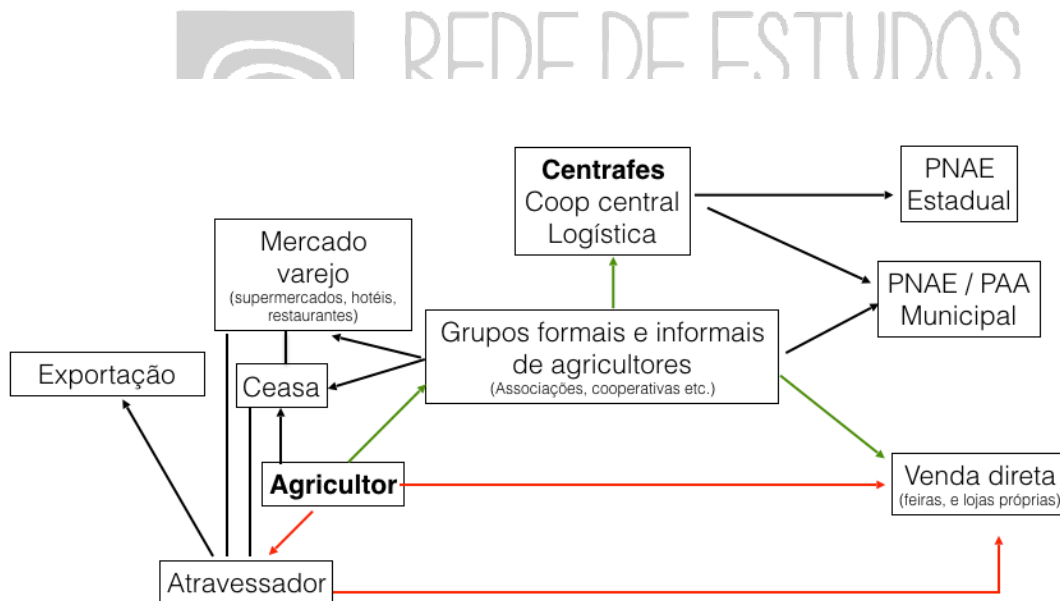
No Estado de Sergipe o principal canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar é a venda dos agricultores aos atravessadores, que por sua vez, revendem os produtos para as Centrais Estaduais de Abastecimento – CEASAs, diretamente aos consumidores (ex: feiras), ao varejo (ex: supermercados, hotéis, lojas e restaurantes), agroindústrias ou para exportação.

Uma vantagem da venda aos atravessadores é que os mesmos compram toda a produção de uma única vez, o que reduz aos agricultores os custos e o tempo relacionados a

colheita se comparado com a venda semanal direta em uma feira. Outra vantagem é que geralmente os atravessadores retiram o produto na propriedade, o que facilita o processo de venda e economiza tempo e esforço do agricultor. Entretanto, talvez a maior desvantagem deste canal de venda é que o valor estipulado pelos atravessadores costuma ser relativamente baixo se comparado a uma venda direta, podendo em alguns casos apenas cobrir os custos de produção dos produtos (SANTOS et al., 2019).

Além da comercialização dos produtos da agricultura familiar para atravessadores, através da Figura 1, cadeia de comercialização de produtos agrícolas em Sergipe, observa-se as demais estratégias utilizadas pela central de cooperativas do estado para o escoamento da produção.

Figura 1. Cadeia de comercialização de produtos agrícolas da Agricultura Familiar em Sergipe.



Fonte: Santos et al., (2014).



A Figura 1 representa a estrutura do mercado agrícola no Estado de Sergipe. A cor vermelha representa os canais de comercialização atuais predominantes, que são a venda dos agricultores para os atravessadores e dos agricultores para feiras livres. No entanto, como apontado por Santos e colaboradores (2019), no Estado de Sergipe, assim como na maioria dos estados brasileiros, o principal canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar é a venda aos atravessadores, que por sua vez revendem os produtos.

Na mesma figura, a cor verde representa os canais de comercialização cujo agricultor comercializa através da cooperativa e de uma central de cooperativas. No Estado de Sergipe, uma das soluções criadas para reduzir custos de logística e melhorar os preços recebidos pelos produtos foi a criação de uma Central de Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária – CENTRAFES.

As estratégias para viabilizar a produção da agricultura familiar na COOPERAFES

a) *Estratégia 1 – Cooperação por meio de uma central de cooperativas*

A mais importante estratégia dos agricultores familiares de Moita Bonita- SE foi a criação de uma cooperativa, a COOPERAFES, que foi criada por conta do desafio de venda da batata-doce. A cooperativa surgiu como uma forma de lidar com a variação dos preços recebidos pelos agricultores, assim como, buscar novos mercados e agregar valor ao produto. Como relatado pelo presidente da cooperativa, no período de safra os valores pagos a batata-doce costumam ser mais baixos quando comparado com a entre-safra.

Uma das primeiras tentativas de comercialização da COOPERAFES foi a participação de vendas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A COOPERAFES foi a primeira cooperativa do Estado de Sergipe e do Brasil a participar de uma chamada pública do PNAE. Esta chamada foi realizada no final do ano de 2009 pela Secretaria de Estado da Educação – SEED do Estado de Sergipe, com um valor de aproximadamente R\$ 1,4 milhão.



O fato de ser a pioneira gerava riscos e incertezas, principalmente em relação ao pagamento e prazos.

O fornecimento dos produtos da primeira chamada de 2009 se iniciou entre os meses de fevereiro e março de 2010 com a oferta de batata doce (16,4 toneladas) e abóbora (26,2 toneladas) às escolas do Estado. Logo após as primeiras entregas a COOPERAFES percebeu a dificuldade de manter o fornecimento devido aos altíssimos custos com o frete (logística de entrega nas escolas), pois as escolas ficavam distantes umas das outras. Neste momento, ressalta-se que em Sergipe, existem mais de 815 escolas na rede Municipal e 402 escolas na rede Estadual distribuídas por municípios de todo o Estado (SANTOS, 2014), assim, estima-se que os gastos com transporte nas primeiras entregas eram de aproximadamente 40% a 50% do valor final das mercadorias, o que inviabilizava a oferta a esse tipo de mercado.

Entre julho e agosto de 2010, uma nova Chamada Pública Estadual foi realizada pelo Governo Estadual de Sergipe, na qual participaram mais cooperativas da agricultura familiar. No entanto, assim como a COOPERAFES, as demais cooperativas também sofreram com o problema dos altos custos de distribuição dos produtos, fazendo com que a entrega separadamente fosse praticamente inviável.

Portanto, visando reduzir custos logísticos, entrega de forma mais rápida e benefícios para todas as partes envolvidas, foi criada a CENTRAFES em 2010, com foco inicial de facilitar a distribuição de produtos para o PNAE. Algumas das ações consideradas cruciais para o sucesso da central eram: as trocas de conhecimento entre as cooperativas, processo que era facilitado pelos técnicos dos projetos; e a troca de serviços e produtos entre as cooperativas.

Essas trocas de conhecimentos, produtos e serviços fortaleceram o sentimento e perspectiva de ganhos e vantagens da cooperação que iam muito além da comercialização. Foi esse sentido de coletividade que trouxe sensação de empoderamento às cooperativas, permitiu a entrada em espaços importantes de discussões, como os gabinetes de prefeitos e secretários municipais e estadual, e assim, influenciar políticas, não partidárias, às cooperativas.



No momento de realização desse trabalho, 11 cooperativas participavam da CENTRAFES e é onde são observados os prováveis problemas e a resolução deles. A CENTRAFES vem expandindo e buscando ampliar o acesso aos diferentes mercados não institucionais. Existe uma certa industrialização dos produtos nas cooperativas, ou fora das mesmas, através da contratação de empresas terceiras. Algumas das cooperativas pertencentes à central contam com mini-processadoras de polpas de frutas, mini-fábricas de farinha e envazamento.

b) Estratégia 2 – Venda para mercados institucionais (PNAE/PAA)

Outra estratégia importante adotada pelos agricultores familiares de Moita Bonita foi o acesso aos mercados institucionais, como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Segundo o presidente da COOPERAFES, além de garantir um mercado seguro para os produtos dos agricultores, o mercado institucional estabelece um preço médio fixo, que geralmente é superior ao preço no mercado convencional, permitindo o acesso ao mercado e estabilização dos preços.

Em relação aos cooperados da COOPERAFES de Moita Bonita, apesar dos mercados institucionais representar vantagens aos agricultores familiares em relação ao preço e garantia de mercado, também oferecem desafios. Um destes, está relacionado a uma significativa perda de mercado das cooperativas da agricultura familiar para cooperativas de agricultores da reforma agrária, pois a nova resolução do PNAE de 2015 institui regras de desempate que dá prioridade aos projetos de vendas de assentamentos de reforma agrária. Esta mudança vem fazendo com que as cooperativas de agricultores familiares percam mercado e busquem expandir suas vendas a mercados convencionais (mercados de bairro, mercearias, quitandas, feiras e lojas próprias).

Outro desafio é a sazonalidade da demanda do PNAE, o que representa um mercado de 3 a 4 meses ao ano. Isso se deve a característica de morosidade das chamadas públicas que



ocorrem geralmente no terceiro ou quarto mês do ano, e as vendas ocorrem de fato apenas no segundo semestre, levando a subutilização da infraestrutura instalada.

Além da limitação do tempo de venda, não é incomum situações onde o governo não concretiza a compra e o produtor fica com o produto em mãos tendo que buscar um mercado alternativo. Por exemplo, pode ocorrer uma situação em que uma cooperativa vence a chamada para a venda de mandioca e os produtores se planejam e plantam a mandioca, mas não sabem quando poderão vender, podendo até mesmo não vendê-la.

Outro problema apontado sobre o mercado do PNAE é o atraso no pagamento pelos governos municipais e estaduais com o agravamento da crise econômica nos últimos anos. Ou seja, segundo o presidente da COOPERAFES, um dos desafios para expandir aos mercados convencionais é a adaptação a volatilidade dos preços.

c) Estratégia 3 – Agroindustrialização dos produtos: bolos e farinha de batata-doce

A agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar foi uma importante alternativa econômica para os cooperados da COOPERAFES - Moita Bonita. Assim como ela, outras cooperativas do Estado também começaram a industrializar seus produtos, estimulados pela agregação de valor em relação aos produtos *in natura*, pela ampliação do tempo de prateleira dos mesmos e adequação às necessidades do mercado.

Para os gestores das cooperativas, a industrialização dos produtos agropecuários é um grande desafio, mas não se constitui em uma novidade. A agroindustrialização deve ser compreendida e trabalhada como um dos instrumentos de desenvolvimento rural sustentável e solidário, articulado com outras alternativas produtivas.

Os agricultores de Moita Bonita-SE fabricam bolinhos e farinha de batata-doce em embalagens profissionais e com marca registrada “Força da Roça”. A farinha é vendida em mercados e academias regionais. Os bolinhos são vendidos ao PNAE e PAA. Outra estratégia importante foi a criação de uma marca e selo de qualidade (GROOT, 2020), pois os mesmos ajudam a agregar valor ao produto.



A agroindustrialização tem uma série de vantagens, que além de agregar maior valor e reter esse valor na unidade produtiva, também oferece maior autonomia no ciclo produtivo, não dependendo de variações climáticas, diversificar o risco, manter maior número de membros da família na unidade, entre outros fatores (KIYOTA e GOMES, 1999). Os principais desafios para implementar uma agroindústria é a falta de acompanhamento técnico, a tecnologia (WILKINSON, 1997; 2000) a legislação voltada para as agroindústrias de grande porte, a ausência de crédito (DESER, 1998).

d) Estratégia 4 – Venda direta a mercados convencionais (feiras, supermercados)

Além dos mercados institucionais, a COOPERAFES vem expandindo para novos canais de comercialização. Nos momentos em que há uma grande oferta de produtos, sobretudo do seu principal produto, a batata doce, a organização convida atravessadores da região a negociar a compra dos produtos com preços melhores aos que são pagos normalmente por estes intermediários. Dessa forma, os cooperados ganham porque conseguem vender parte da sua produção com valores regulares e o atravessador também ganha porque busca a produção em um único local, fazendo uma economia no seu custo de logística.

Outro canal de venda que ainda é pouco explorado são as feiras livres. Nos últimos anos vem sendo promovida em Sergipe a venda direta dos agricultores aos consumidores, através da participação dos mesmos em feiras ou em lojas próprias. Atualmente, vários agricultores e cooperativas vendem seus produtos em feiras. A COOPERAFES, em particular, promove a venda dos produtos dos seus cooperados no Pavilhão da Agricultura Familiar no Mercado Augusto Franco, no município de Aracaju-SE. No entanto, ainda existem desafios na venda, como por exemplo, os custos de ter uma pessoa vendendo seus produtos e a diversificação dos mesmos. Outros possíveis mercados que estão sendo analisados são os hotéis, restaurantes e lojas de conveniências nos postos de combustíveis. Além da vantagem



de preço, a venda em feiras é um canal de comercialização que permite uma divulgação ao público de seus produtos e para verificar as preferências dos consumidores. No entanto, tem como desafio a disponibilidade de produtos durante o ano todo, e o dispêndio de tempo para a preparação das mercadorias e no transporte destas (KIYOTA e GOMES, 1999).

Para os agricultores, a principal vantagem da venda direta a estabelecimentos pequenos (supermercados, mercearias, hotéis e restaurantes) é a obtenção de um valor maior do produto, e obtenção direta de informações do mercado sobre preferências de consumo (SANTOS et al., 2019). Outra vantagem é a facilidade de negociação, pois estes estabelecimentos são menos exigentes em relação à legislação sanitária em vigor e às embalagens, menos exigências de periodicidade de entrega e qualidade (KIYOTA e GOMES, 1999). Alguns desafios da venda direta é a diversificação e a regularidade de fornecimento de produtos que é necessária em uma barraca para se manter a clientela, o tempo que os produtores terão que dispor para estar no local vendendo, a logística de armazenamento dos produtos, os gastos com transporte e perdas (SANTOS et al., 2019).

4. DISCUSSÃO

O caso da COOPERAFES Moita Bonita, Sergipe, nos mostra quatro estratégias para lidar com os desafios da sazonalidade e baixos preços recebidos pelos seus cooperados agricultores familiares. Estas estratégias foram: I. Vendas através de cooperativas e uma central de cooperativas, II. Venda a mercados institucionais, III. Agregação de valor através da agroindustrialização, e IV. Venda direta a mercados convencionais.

Em relação a comercialização por meio de associações e cooperativas (PRA et al., 2016) e de uma central de cooperativas, compreende-se que as mesmas possibilitam o acesso dos agricultores familiares ao mercado local, regional, e nacional. Tais redes, contribuem para formação de novos canais com fluxos de objetos. No entanto, apesar dos avanços, assim como em outros Estados (COSTA et al., 2015), em Sergipe estas redes ainda apresentam desafios de



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



gestão que impactam em seu pleno desenvolvimento como instrumento de apoio à comercialização agrícola da agricultura familiar.

O cooperativismo é uma estratégia importante para a viabilidade de comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores familiares, pois os mesmos se unem, formando cooperativas para que consigam resultados melhores do que, geralmente, conseguiriam se estivessem sozinhos. Desse modo, juntando suas colheitas, os agricultores familiares conseguem mais mercadorias para venda, têm mais mão de obra para processar os alimentos e com isso agregam valor ao produto, bem como salienta-se que somente através de cooperativas é possível a venda em programas governamentais, como PAA (Lei nº 12.512). Outras vantagens das cooperativas é o aprendizado em busca de novas soluções locais, aumento da responsabilidade individual e o senso de trabalho em grupo, que fortalecem a autoestima e a autoconfiança (MINATEL; BONGANHA, 2015).

Em relação a venda aos mercados institucionais, dois programas podem ser destacados: PNAE e o PAA (GRISA E SCHNEIDER, 2015, TRICHES, 2015). Segundo Grisa e Porto (2015), a institucionalização dos programas que compõem os mercados institucionais geraram mudanças tanto em termos de legislação quanto nas práticas dos atores sociais, tais como: aquisições dos alimentos provenientes dos agricultores familiares, com maior preocupação ao atendimento da diversidade socioeconômica e cultural da categoria sociopolítica da agricultura familiar; estímulo à comercialização de um conjunto variado de produtos; compras em circuitos curtos de comercialização como forma de aproximação entre produtores e consumidores; aquisições por produtos agroecológicos e que atendam às necessidades dos consumidores e, conseqüentemente, o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários consumidores. No caso dos mercados institucionais, os programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) são mecanismos de comercialização para os produtos da agricultura familiar, permitindo participação perene dessa categoria em circuitos de comercialização, garantindo renda mais segura, preços estáveis e a segurança alimentar para os consumidores beneficiários (GRISA et al., 2011; GRISA, 2012).



Ao considerar a discussão de Dahnredorf (1992) sobre a criação de prerrogativas com vistas à cidadania, compreende-se que o direito de acesso dos agricultores familiares aos programas de compras governamentais foi o início, a partir da institucionalização de leis específicas para este público. Enquanto prerrogativas, os mercados institucionais possibilitaram a comercialização de produtos aumentando as chances de vida das múltiplas agriculturas familiares contempladas ao acessar esse canal de comercialização. Por esses aspectos, tanto o PAA como o PNAE, além de prerrogativas, são também provimentos que ampliam as chances de vida dos beneficiários (SILVA, 2015; SILVA; GEHLEN; SCHULTZ, 2016).

A estratégia de industrialização dos produtos da agricultura familiar é importante para reduzir a sazonalidade dos preços e agregar valor aos mesmos (MALUF, 2004). Tal iniciativa é uma estratégia de reprodução social e de desenvolvimento rural importante da agricultura familiar, pois esta é responsável pela “manutenção” das famílias no campo, pela diversificação de atividades produtivas nas propriedades rurais, pela geração de renda nas famílias, dentre outros papéis que esta cumpre (PELIGRINI; GAZOLLA, 2009).

As vendas diretas aos consumidores e a mercados convencionais como supermercados também são importantes. As feiras são os mais antigos espaços de comercialização existentes e ainda resistem no tempo (BADUE; GOMES, 2011). A comercialização em circuitos curtos, reforçam a noção de proximidade geográfica e o aspecto social presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação (DAROLT, 2013).

5. CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo apresentar estratégias utilizadas pelos produtores familiares da COOPERAFES do Município de Moita Bonita, Sergipe, para viabilizar economicamente a produção de batata-doce e para escoar sua produção agrícola. O caso da



COOPERAFES mostra quatro estratégias para lidar com os desafios da sazonalidade e baixos preços recebidos pelos seus cooperados agricultores familiares. Estas estratégias foram: I. Vendas através de cooperativas e uma central de cooperativas, II. Venda a mercados institucionais, III. Agregação de valor através da agroindustrialização, e IV. Venda direta a mercados convencionais.

As estratégias apontadas são complementares, ou seja, devem ser tomadas em conjunto. A estratégia primordial e mais importante foi a formação da cooperativa, que abriu outras possibilidades de implementar as outras estratégias. Uma vez resolvido um desafio, novos desafios foram emergindo e, conseqüentemente, resolvidos através da cooperação. O caso da COOPERAFES de Moita Bonita, Sergipe, serve de exemplo para agricultores e agentes de extensão rural que queiram aumentar a viabilidade econômica em sua região.

Agradecimentos: Agradecemos ao Presidente da COOPERAFES - Moita Bonita, José Joelito Costa Santos e sua esposa pela receptividade e pelas entrevistas concedidas para execução do trabalho; ao CNPQ pelo financiamento do Projeto de PIBIC na mesma vertente desse trabalho.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADUE, A.; GOMES, F. Parcerias entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras. **Caminhos para práticas de consumo responsável**, v. 1, p. 9, 2011.

BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2008. 1 CD-ROM., 2008.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de**



Economia e Sociologia Rural, 53(1), 109-126, 2015. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032015000100109&script=sci_arttext&tlng=es

CRIBB, A. Y. Verticalização agroindustrial e gestão cooperativista: em busca de subsídios para estratégias produtivas e comerciais na agricultura familiar. In: **Embrapa Agroindústria de Alimentos-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE

CUNHA, A. R. A. de A.; BELIK, W. A produção agrícola e a atuação das Centrais de Abastecimento no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 1, p. 46-59, 11, 2015.

DAHRENDORF, R. O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: **Editora Zahar**, 1992.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A., A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10, n.2, 2013.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017.

FONSECA, M. F. A. C.; DE ALMEIDA, L. H. M.; COLNAGO, N. F. Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 280 f. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, 2015.



GRISA, C.; SCHMIT, C.J.; MATTEI, L.F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34–41, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2015.

GROOT, E. Conhecimento sobre os conceitos de selos de qualidade vinculados à agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, 2020.

HENZ, G. P. Desafios enfrentados por agricultores familiares na produção de morango no Distrito Federal. **Horticultura Brasileira**, 28(3), 260-265, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, Brazil, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Censo Agropecuário 2017, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 17 abril 2020.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura Familiar e suas Estratégias de Comercialização: um estudo de caso no município de Capanema-região sudoeste do Paraná. **Tese de Doutorado**, 1999.

MALUF, R. O Novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar In: Belik, W & Maluf, R. **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, 2004.



MINATEL, J. F.; BONGANHA, C. A. Agronegócios: A importância do Cooperativismo e da Agricultura Familiar. Empreendedorismo, **Gestão Negócios** v. 4 n. 4 p. 247-259. Mar. 2015.

MORAIS, J.; PIRES, M. L. L.; E SILVA. Agriculture familiar and markets atacadistas in the traditional culture of CECAF / Ceasa in Recife -Pernambuco. **Rev. Econ.Sociol.Rural, Brasília**, 57(2), 309-325, 2019.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.23, n.1, p. 33-43, 2014.

PELIGRINI, G.; GAZOLLA, M. A. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 17, n. 2, p. 332-378, 2009.

PRA, Marlene et al. Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2016.

SANTOS, L. C. R. Estudo analítico sobre acesso a mercados por pequenos produtores da América Latina e do Caribe. **Iniciativa Conjunta de Gestão de Conhecimento sobre “Acesso a Mercados e Diálogo de Políticas Públicas”**, 2014.

SANTOS, L. G.; QUEROL, M. A. P.; NETO, J. R. C.; & MECENAS, A. S. C. **Central de cooperativas na comercialização de produtos da agricultura familiar: o caso da CENTRAFES do Estado de Sergipe, Brazil**, 2019.

SILVA, D. W. Produzindo prerrogativas de cidadania: o acesso da agricultura familiar à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar. 223 f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)** - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Apoio:



SILVA, D. W.; GEHLEN, I.; SCHULTZ, G. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Cidadania: conexões construídas a partir da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 121-145, 2016.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 181-200, 2015.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para agricultura familiar. Organizações Rurais e Agroindustriais: **Revista de Administração da UFLA**, Lavras. v.1. 2000.





IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



DIOGO NOGARA NUNES - UFV

MARIA ALICE FERNANDES CORRÊA MENDONÇA - UFV

ETNOCONHECIMENTO E DINÂMICAS SOCIOPRODUTIVAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MAUÉS-AM

RESUMO

Comunidades no Baixo Amazonas desenvolvem estratégias socioprodutivas baseadas no conhecimento tradicional em co-produção com a natureza. Resistindo aos projetos modernizantes que tendem homogeneizar e padronizar suas práticas, elas experimentam os sistemas agroflorestais, que surgem como catalizadores dos conhecimentos agrícolas tradicionais e uma alternativa à crescente expansão dos monocultivos na região — especialmente do guaraná. Este artigo consistiu na sistematização de experiências no âmbito da etnoecologia e etnoconhecimento de três comunidades tradicionais da região do município de Maués, AM. A pesquisa-ação foi realizada através de observação participativa, diários de campo, entrevistas semiestruturadas em áudio e fotografias mediante vivência em três comunidades — duas ribeirinhas e uma indígena — durante um período total de 35 dias. Como resultados ressaltam-se a importância do etnoconhecimento na adaptação dessas populações ao meio e a capacidade delas se organizarem, estruturando dinâmicas que ajudam a resistir às pressões econômicas externas e desenvolver formas de socialização e valorização de seus conhecimentos e tradições.

Palavras-Chave: conhecimentos tradicionais; dinâmicas socioprodutivas; sistemas agroflorestais.



Introdução

A cidade de Maués (AM), no Baixo Amazonas, é reconhecida pela produção do guaraná, tradicionalmente cultivado e consumido pelas etnias indígenas locais. Em uma abordagem etnoecológica, as comunidades tradicionais locais, ribeirinhas e indígenas, possuem conhecimentos ancestrais construídos e passados ao longo de gerações. Esses conhecimentos tratam das formas de plantio e extração de produtos florestais altamente adaptados à cada região (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). No caso do guaraná, formas tradicionais de cultivo vêm sendo gradativamente substituídas pela monocultura, alterando as paisagens e as cadeias produtivas dos produtos da floresta. Aos poucos, as monoculturas vão dominando o espaço rural, causando uma redução na segurança alimentar, na biodiversidade e um abandono de antigas práticas culturais dessas comunidades.

Na contramão da tendência de homogeneização cultural e ambiental da paisagem no Baixo Amazonas, uma possibilidade, ainda permeada por desafios legais, tem sido o trabalho com os Sistemas Agroflorestais (SAF's) com as populações locais. O Novo Código Florestal de 2012, lei nº 12.651, (BRASIL, 2012), abre uma possibilidade interpretativa para que a reconstituição de reservas legais, áreas de uso restrito e áreas de preservação permanente, possa ser realizada por meio de cultivos diversificados. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) define que a recomposição dessas áreas pode ser realizada utilizando no máximo 50% da área com espécies exóticas em conjunto com espécies nativas. Nessa situação, abre-se uma brecha na legislação para a adoção dos SAFs — a fim de contribuir para a conservação ambiental e incrementar a produção familiar nessas áreas.

A conservação ambiental, na perspectiva trazida aqui, anda lado a lado com o conhecimento das populações locais sobre o funcionamento e produtividade dos agroecossistemas: “o manejo da biodiversidade pelas populações locais não só tende a conservar a biodiversidade no local de manejo como também pode aumentá-la, ao passo que manipulam a paisagem” (DONAZZOLO et al., 2012; p.17). Os SAFs colaboram para



valorizar as práticas tradicionais da agricultura familiar sobre o manejo de agroecossistemas complexos (DONAZZOLO et al., 2012). Tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, o cultivo diversificado em SAFs possibilita um maior aproveitamento sustentável das terras, especialmente das várzeas e igapós, que possuem os solos mais férteis da região e representam boa parte da área total dos terrenos (CASTRO et al., 2009). Entretanto, ainda há dúvidas quanto à definição precisa da legislação. Segundo Miccolis et al. (2016), falta clareza quanto à adoção dos SAFs em Áreas de Preservação Permanente (APPs), causando dúvidas em agricultores e técnicos na sua implementação, especialmente sobre as espécies que podem ser plantadas e na possibilidade da utilização de formas tradicionais de manejo (MICCOLIS et al., 2016).

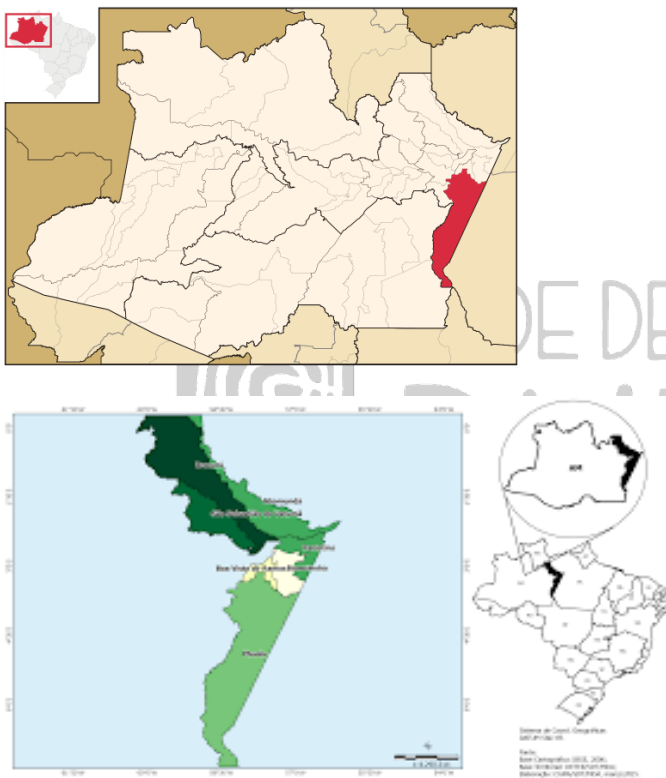
Os conhecimentos tradicionais ou etnoconhecimentos são primeiramente, conhecimentos sobre o funcionamento da natureza (DIEGUES, 1996). São saberes desenvolvidos pelas populações tradicionais, passados de geração em geração — geralmente de forma oral — com base na experimentação prática e muitas vezes relacionados às dimensões da espiritualidade de cada grupo social (DIEGUES, 1996; MIRANDA, 2012). Para Albuquerque et al. (2019), os sistemas de conhecimento diferem-se de local para local, baseados nas relações interpessoais e destas com o meio que as cerca, caracterizando-os como sistemas de etnoconhecimentos ou conhecimentos tradicionais.

O presente estudo teve como objetivo a sistematização de parte dos etnoconhecimentos de três comunidades rurais no município de Maués, no Baixo Amazonas — sendo duas ribeirinhas e uma indígena — referentes às suas dinâmicas socioproductivas e manejo dos agroecossistemas. Visa especialmente contribuir no debate sobre a importância do intercâmbio de saberes entre a ciência e o conhecimento dos povos tradicionais, no que tange a visibilidade e empoderamento de estratégias socioecológicas locais para o enfrentamento ao monocultivo e às ações degradantes de conhecimentos e da natureza naquela região.



Materiais e Métodos

A cidade de Maués, também conhecida como “Cidade do Guaraná”, localiza-se na Microrregião de Parintins, já na divisa com o estado do Pará. Dos seus quase 64.000 habitantes, apenas aproximadamente 21.000 moram na parte urbana, sendo que a maior parte vive nas mais de 200 comunidades e núcleos rurais (segundo estimativas dos moradores, não foram encontrados dados oficiais). Essas estão distribuídas pelo território de 39.991,066 km² do município (IBGE, 2019).



Localização do município de Maués. Fontes: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maues.svg> e http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_017_Baixo%20-%20Amazonas%20-%20AM.pdf

A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de janeiro e fevereiro de 2019 em três comunidades da região: A comunidade ribeirinha SRM, a comunidade indígena IM e a casa de uma família localizada na comunidade ribeirinha PC. A aproximação às comunidades se deu através do contato do pesquisador com a ONG amazense IDESAM (Instituto de



Conservação e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia) que facilita o projeto da Aliança Guaraná de Maués (AGM) desde 2017. No projeto da AGM existe um trabalho que vem sendo realizado nessas três comunidades, com o intuito de tornar suas produções agrícolas mais sustentáveis, com um enfoque especial na implantação de sistemas agroflorestais. A partir dessa articulação com o IDESAM, foram feitas imersões nas quais a rotina de pesquisa foi associada às atividades cotidianas de trabalho das famílias, com duração de 7 dias na comunidade SRM, 5 dias na comunidade IM e 5 dias na comunidade PC.

Como método de pesquisa foi utilizada a pesquisa-ação. A pesquisa-ação se define como a identificação de uma problemática seguida pela mediação de um espaço de socialização por parte do pesquisador, no qual os atores sociais envolvidos na questão pensam e agem juntos na formulação da pesquisa (THIOLLENT, 2006). De forma participativa, durante os dias e atividades de campo junto às comunidades, identificamos as ações e ideias dos grupos dando ênfase aos sistemas de conhecimento propagados de geração em geração ao longo do tempo.

Com métodos de coleta de dados, utilizou-se da observação participante, anotações de informações significativas em caderno de campo, entrevistas semiestruturadas e fotografias. A posterior análise e sistematização dessas informações obtidas foi feita com base no seu agrupamento em perguntas motivadoras previamente formuladas e classificadas por categoria de caso-por-caso, em que os mesmos questionamentos são respondidos por cada grupo e comparados de forma a se encontrarem padrões e similaridades (ALBUQUERQUE et al, 2019). Os tópicos de investigação escolhidos, com base nessa vivência junto às comunidades, foram: a percepção do tempo, a dinâmica do dia-a-dia, os deslocamentos necessários, a relação com a terra, o escoamento da produção e o público consumidor, o processamento de produtos, a agricultura e os hábitos e conhecimentos agrícolas tradicionais.

As comunidades visitadas

A comunidade SRM é banhada pelas águas do Paraná Urariá, um afluente do Rio Madeira e localiza-se a aproximadamente uma hora de barco da cidade de Maués. É composta



por apenas um numeroso núcleo familiar que se divide em 10 casas e conta com um agregado. A comunidade foi a primeira a ter um sistema agroflorestal implantado pelo projeto da AGM, no final de 2017, e desde então vem aumentando as áreas de plantio, contando atualmente com 8 áreas que totalizam 6 hectares. A maior fonte de renda da comunidade advém da meliponicultura, com duas espécies de abelhas sem ferrão típicas da Amazônia: Abelha Jupará (*Melipona compressipes manaosensis*) e Jandaíra Amarela (*Melipona seminigra*), divididas em 100 colmeias pela comunidade.

A segunda comunidade estudada foi a IM, localizada a cerca de 7 horas de barco da cidade e banhada pelo rio Marau. Localizada nas terras indígenas demarcadas pela Funai que carregam o mesmo nome do seu rio, a comunidade pertence à etnia dos Satéré-Mawé, sendo constituída por cerca de 25 casas. A principal atividade agrícola da comunidade é a produção de guaraná, que é vendido através do Consórcio dos Produtores Satéré-Mawé (CPSM).

A última comunidade é a PC, localizada às margens do Rio Paricá, afluente do Maués-Açu. A vivência foi realizada na casa de uma família que acolheu o pesquisador, já que ali as casas são distantes umas das outras e bem mais numerosas que nos outros lugares, dificultando o acesso às outras casas. A família tem papel importante na associação de produtores de guaraná da região e possui expressividade produtiva. Localiza-se a cerca de 3 horas de rabeta (barco com casco de madeira e motor não embutido) de Maués.

Resultados e discussão

A história da região de Maués conta que no século XVII, a região era povoada pelas etnias dos Munduruku e dos Mawés e chamada de Mundurucânia pelos colonizadores portugueses. Nesta época, o cultivo do guaraná e da mandioca junto com a caça, a pesca e o extrativismo florestal apresentavam-se como as principais atividades de subsistência desses povos. O guaraná (*Paullinia cupana* variedade *sorbilis*) ou Waraná — na língua Satéré-Mawé — muito mais do que apenas uma *commoditie* agrícola, possui imenso valor cultural e



histórico para o povo Satéré-Mawé, descendentes diretos dos Mawés. De acordo com a lenda das suas origens, afirmam serem originários do corpo de um curumim morto que após ser enterrado, teve do seu olho direito nascido o guaraná e de seu corpo o povo Mawé. O consumo da bebida feita a partir de suas sementes torradas faz parte dos rituais e também do dia-a-dia desses povos; denominada “Çapó”, possui forte valor espiritual, pois contém o princípio do Wará, “o início de todo o conhecimento”. Como afirma o Tuxaua (cacique) da comunidade IM:

Para nós o líder não é eu simplesmente como pessoa, mas é o guaraná que é o verdadeiro líder; então por isso em todo momento da nossa conversa, da nossa reunião em família, a gente têm esse momento do guaraná (...) ele também tem um papel fundamental nessa questão de harmonia, de união, de paz né, de pensamentos positivos, de energia positiva, de saberes positivos que nos levam à uma direção do melhor pra todos. (Tuxaua da comunidade IM, da etnia Satéré-Mawé, em 02 de fevereiro de 2020)



A partir da década de 1970, período da modernização agrícola implementada em todo o país (RODRIGUES, 1997), ocorreu uma mudança drástica nas dinâmicas das cadeias produtivas do guaraná com a chegada de uma grande empresa produtora de refrigerantes na cidade. Atualmente, essa empresa possui uma propriedade com 182 hectares de guaranazais, mas cerca de 85% de toda a sua produção ainda é comprada de agricultores familiares.

Entretanto, junto com os novos estímulos à guaranicultura, a partir da década de 1970, cresceu exponencialmente o número de monocultivos nessas propriedades familiares, o que acarretou em uma redução geral na segurança alimentar das comunidades indígenas e ribeirinhas e acabou por tornar a região muito dependente do mercado de refrigerantes no Brasil. Esse cenário evidencia de forma clara a necessidade de os agricultores da região repensarem suas estratégias de cultivo e comercialização, de forma a alcançarem novos mercados e produzir cada vez mais seus próprios alimentos, tornando suas comunidades mais



independentes. Esta pesquisa visou compreender essas estratégias, a partir do conhecimento e da percepção de agricultores e indígenas, através da imersão e vivência junto às comunidades.

Percepção do tempo

Na comunidade SRM as jornadas diárias de trabalho masculinas e femininas começam em torno das 6 horas da manhã, com alguns trabalhos mais leves sendo realizados antes do café da manhã. Depois do café, que não necessariamente é tomado todos os dias, a jornada com os trabalhos mais pesados é realizada até em torno das 11h, quando a família retorna para o almoço e descansa até em torno das 14h, quando voltam para uma jornada curta até as 16h, horário em que a comunidade se junta para jogar futebol ou para assistir à pelada. Na comunidade IM muitas vezes os trabalhos mais leves e a colheita de alimentos para o café da manhã, como macaxeira e folhas para o chá, é realizada das 6h às 7h. Depois do café, momento que se estende até às 9h ocasionalmente, quando o grupo permanece tomando guaraná à mesa, os trabalhos diários são realizados até em torno das 11h, quando o grupo se reúne para o almoço e descansa até 14h. Trabalhos mais leves são realizados à tarde até às 16h, momento no qual todos começam a se retirar. Na família da comunidade PC, as atividades principiam mais cedo, às 5h ou pouco antes e vão até às 7h. Após o café trabalham até 10h, almoçam e descansam até cerca de 13h. A jornada dura até 16h-17h.

Dinâmica do dia-a-dia

Na comunidade SRM a maioria do trabalho é realizado nas plantações e matas, muito usualmente a derrubada de árvores para a utilização da madeira em construções e a limpeza de ervas daninhas das áreas plantadas. Alguns membros da comunidade pescam de madrugada (a chamada poronga) ou caçam (amoitada) com mais frequência. As mulheres ficam responsáveis por limpar a casa e o quintal e cuidar da alimentação, especialmente as mais jovens, sendo que as mais velhas ajudam com mais frequência no trabalho de mutirão (puxirum). Os campeonatos de pênaltis são o lazer diário da comunidade, com apostas dos participantes, valendo dinheiro e até galinhas. Nos fins de semana realizam jogos com pessoas de outras comunidades, caracterizando-se como espaços de interação social entre novos e



velhos conhecidos (os jogos são tanto masculinos quanto femininos). Aos sábados descansam e aos domingos pela manhã e quartas à noite realizam missas no galpão da comunidade. Semanalmente fazem reuniões para planejar as atividades e resolver os problemas internos da comunidade.

Na comunidade IM a pesca possui importância muito maior que a caça, que já se encontra escassa. As pescarias são realizadas de madrugada com rede (malhadeira) e são a principal fonte de proteína animal da comunidade. O trabalho de manutenção e implantação dos roçados (muitos dos quais localizam-se em pontos distantes e só podem ser alcançados de rabetá) e da manufatura da farinha são os mais rotineiros. Nestes, as mulheres têm uma participação mais pontual, sendo responsáveis na maior parte do tempo pela preparação da comida e cuidados e cultivo do quintal. Muitas vezes após o café a família permanece à mesa tomando guaraná, que geralmente é ralado pela matriarca da família num espaço de interação e conversa. O momento de descanso é das sextas à noite até os sábados à tarde, pois a maioria dos moradores é de religião Adventista; aos domingos os cultos acontecem tanto pela manhã quanto à tarde, caracterizando espaços de discussão e estudo bíblico. O futebol também tem um papel importante no lazer e relacionamento com outras comunidades, com as quais disputam jogos e campeonatos ocasionalmente. Os jogos também contam com times femininos e masculinos.

Na comunidade PC, devido ao seu maior tamanho e número de famílias, as casas e roçados ficam mais distantes entre si, só podendo ser alcançados de rabetá. Na família visitada havia uma área cultivada que demandava maior período de trabalho com as podas e colheitas, seguida pelas atividades de caça e pesca e fabrico da farinha. A dinâmica de trabalho é totalmente alterada nas épocas de colheita e processamento do guaraná, entre outubro e novembro, na qual são contratados cerca de 30 funcionários temporários para suprir a mão-de-obra necessária. Atualmente contam com 4 funcionários fixos, que moram no galpão vizinho à casa e trabalham para a família em dias predefinidos. Após as 16h também



jogam futebol no centro da comunidade, que junto com a missa aos domingos de manhã são os momentos de integração entre os moradores do lugar.

Deslocamentos necessários

A comunidade SRM é a mais próxima da cidade de Maués, a cerca de uma hora de barco. Devido à essa proximidade, o deslocamento torna-se muito mais simples, possibilitando aos jovens da família estudarem na cidade e tornando atividades como comprar gasolina, bens de consumo e participar de reuniões muito mais acessíveis. Já a comunidade IM fica a cerca de 7 horas de barco da cidade, tempo que aumenta para 10 horas quando se pega carona em barcos de transporte. O sistema elétrico da comunidade é movido à diesel, o que demanda um bom planejamento prévio das viagens periódicas. Na comunidade PC a distância para a cidade é de cerca de 1 hora de voadeira (embarcação com casco de alumínio e motor de popa embutido) e 3 horas de rabeta. Lá também as idas para Maués têm de ser bem planejadas para comprar o diesel para o gerador e participar das atividades dos grupos e associações. A família possui uma casa na cidade, o que facilita a estadia.



Embarcações no porto de Maués e transporte de rabeta

Relação com a terra



Na comunidade SRM, constituída há cerca de 15 anos atrás, a terra representa a subsistência e independência econômica da família, caracterizando uma grande preocupação com a preservação da vegetação, fauna nativa e dos solos. Na comunidade IM, fundada basicamente por duas famílias no ano 2000, a relação com a terra envolve também a história e conhecimentos dos antepassados. Sua representação é dada através do guaraná, da Tucandeira (ritual de passagem dos jovens, quando colocam as mãos em luvas lotadas de formigas) e do Porantim (espécie de totem de madeira com inscrições ancestrais). Na comunidade PC a relação também se apresenta como a sua independência, um lugar no qual puderam estabelecer sua família e conseguir produzir seu próprio sustento.

Escoamento da produção e público consumidor

Esse tópico apresenta um dos maiores entraves para a agricultura na região. Apesar da cidade apresentar um mercado consolidado para a comercialização do guaraná em pó ou em bastão, problemas com baixos preços pagos por atravessadores são frequentes. Basicamente os produtos com maior consumo na cidade são a farinha de mandioca ou macaxeira (*Manihot esculenta*) e os peixes e frutas como o Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e banana (*Musa spp*), não apresentando o mesmo potencial consumidor para outros tipos de mercadorias. A feira livre da cidade, que ocorre aos sábados de manhã, e o mercado de peixes são os dois locais de comercialização direta desses produtos. As grandes distâncias são um problema para muitos agricultores, inviabilizando suas participações nesses espaços.

Apenas a comunidade SRM participa com mais frequência na feira vendendo os produtos excedentes do consumo interno como banana, abacaxi e mandioca, mas mesmo assim sem tanto enfoque. A comunidade afere maior importância à venda de cestas, nas quais entregam semanalmente uma seleção de produtos da época para clientes fixos. O sistema de trocas dentro da comunidade também possui grande importância para a dinâmica social e consiste basicamente nas trocas de produtos básicos para subsistência, como gasolina, açúcar, farinha de trigo e peixes, entre outros. O mel das *Meliponas* é a *commoditie* vendida em maior



escala, produzido em maior quantidade para suprir a demanda de uma empresa estrangeira que atua na região, comprando cerca de 20t semestralmente para exportação.

Na comunidade IM o mel de *Melipona* e principalmente o guaraná são comercializados em maior escala através da CPSM (Consórcio dos Produtores Satéré-Mawé), que beneficia, embala e distribui esses produtos. A participação em espaços de venda direta é limitada pela distância da cidade, o que torna a comercialização substantiva fundamental e demanda a adoção de plantios com maior diversidade de alimentos, estimulando o sistema de trocas entre as famílias. A comunidade tem investido no turismo comunitário nos últimos anos, e com isso, um mercado para a venda de artesanatos surgiu como uma opção de renda complementar.

A comunidade PC possui grande produção de guaraná, com grandes áreas plantadas em monocultivo e vendida em maior parte para a AMBEV, através de acordos negociados pela associação de produtores da comunidade. Uma menor parcela dessa produção de guaraná é beneficiada nas próprias casas ou levada a processadores artesanais de Maués para a produção dos bastões e do pó, consumidos localmente. Devido à baixa diversificação produtiva e às distâncias entre as casas, a economia substantiva interna da comunidade não é tão dinâmica, mas ainda assim provê a maior parte da alimentação diária da família. As frutas, produzidas em quantidades consideráveis, têm seu excedente vendido nas feiras da cidade e para hortifrutis.

Processamento de produtos

O processamento do mel ainda é um impasse para a venda em larga escala. Atualmente existe um projeto da empresa compradora de construir uma casa do mel no município, para processar e embalar todo o mel produzido. Já o processamento da farinha é realizado por todas as comunidades utilizando raladores, prensas manuais e chapas de ferro, desempenhando função essencial na alimentação das famílias. O processamento do guaraná pode ser feito para a sua comercialização em rama, — que pode ser feita diretamente para as



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



empresas ou para piladores comerciais — em xarope, em extratos concentrados, em pão ou em pó. O processo inicial de colheita, fermentação, despolpa, lavagem e torrefação é essencial a todos; para a obtenção do extrato concentrado, as grandes empresas já compram as sementes torradas e são responsáveis por sua extração. Alguns agricultores realizam os processos de moagem e pilagem para a fabricação do pó, que pode ser comercializado dessa forma ou transformado em pão através do seu subsequente umedecimento e defumação. Já a extração do xarope é realizada através da extração direta das sementes torradas com solução hidroalcolólica, feita geralmente por beneficiadores locais (SILVA, 2018).





IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.

Realização:



Apoio:



ESTUDOS
Rurais

Forno para a defumação dos bastões de guaraná e fabrico de farinha



A agricultura

Na comunidade SRM existem 8 áreas de SAF's com cerca de 6ha de área total, em sua maioria constituídos de consórcios com foco na produção de abacaxi (*Ananas comosus*) e banana (*Musa spp*), contando com pés de guaraná ainda jovens, cacauzeiros (*Theobroma cacao*), mogno africano (*Khaya ivorensis*) e misturas de árvores nativas. Além disso têm muitos roçados de macaxeira consorciados especialmente com abacaxi. A produção de açaí (*Euterpe oleracea*) e bacaba (*Oenocarpus bacaba*) também é relevante, e atualmente com o foco produtivo da comunidade se voltando para a meliponicultura, também estão focando no plantio de árvores frutíferas nas cercanias das colmeias, de forma a fornecer flores em todas as épocas do ano. Plantas como o Urucum (*Bixa orellana*) que florescem durante todo o ano têm se mostrado opções extremamente viáveis para esse fim.

Na comunidade IM ainda existem poucos SAF's, com duas áreas de 40m x 40m e algumas áreas menores de 30m x 30m implantadas por instituições parceiras, assim como alguns quintais agroflorestais em torno das casas. Grande parte dos roçados das famílias ficam em outras localidades da região e só podem ser alcançados de barco ou rabetá. A maioria destes são monocultivos de guaraná e de mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta*). O método de coivara ainda é o mais utilizado na abertura de novas áreas.

Na comunidade PC uma agrofloresta experimental foi implantada em 2019 em um terreno separado, mas não foi manejada desde então. A quase totalidade das plantações são monocultivos em áreas abertas através de coivara, mas a família já se mostrou disposta a experimentar a metodologia agroflorestal, e durante a nossa estadia foi implantada uma área modelar para enriquecimento com 4 linhas de guaranazeiros, capim Mombaça, Crotalária, urucum, ingá, milho, feijão e feijão-de-porco.

Hábitos e conhecimentos agrícolas tradicionais



As áreas de várzea e igapó (Neossolos flúvicos), que ficam submersas durante grande parte do ano (janeiro a junho), apresentam solos de alta fertilidade natural, especialmente nos chamados “rios de água branca”, que carregam grandes quantidades de minerais e os depõem no solo (WITKOSKI, 2010). Apenas a comunidade SRM é banhada pela água de um rio de águas brancas, o Paraná Urariá de Baixo, que aflui do rio Madeira. Algumas várzeas e igapós são aproveitados para o cultivo de plantas de ciclos de no máximo 4-5 meses, como a macaxeira, mandioca, milho, melancia, jerimum e algumas das poucas hortaliças consumidas, como coentro e cebolinha.

Em áreas de terra firme (maioria de Latossolos amarelos) é comum a utilização do sistema de coivara para abertura de novos roçados, no qual as árvores maiores são derrubadas com motosserra e queimadas junto com as árvores menores (capoeira). Outro fator relevante são as chamadas terras pretas de índio, focos de solo com horizontes superficiais escuros causados pelo acúmulo de resíduos orgânicos e sua carbonização no passado. Esses solos apresentam alta fertilidade e em muitos se encontram pedaços de artefatos pré-colombianos (LINS, 2015).

Para a implantação de sistemas agroflorestais na região, alguns conhecimentos tradicionais são de extrema relevância: a lua minguante, especialmente na época das chuvas é quando se tem a maior propensão a ocorrência de temporais, não sendo boa para a realização de plantios. Existe a possibilidade de implantação de SAF's em áreas de várzea e igapó, consorciando árvores que suportam as enchentes como o Açaí, a Bacaba, o Buriti (*Mauritia flexuosa*), Banana, a Andiroba (*Carapa guianensis*), a Seringueira (*Hevea brasiliensis*) e o Mari-Mari (*Cassia leiandra*) — leguminosa boa para adubação verde — com plantas de ciclos mais curtos que podem ser retiradas antes da cheia. Na região também se vê um crescimento muito grande nas áreas cultivadas com Pau Rosa (*Aniba rosaeodora*), árvore atualmente ameaçada de extinção. Aproveitam-se suas folhas, galhos e tronco para a extração de óleo essencial rico em linalol, utilizado na indústria de perfumes e cosméticos como fixador de aromas ou propriamente como essência.



Guaranazal e nova área aberta através de coivara

Considerações finais

A agricultura familiar tradicional camponesa na região de Maués é permeada de desafios e muitas vezes atravessada por estratégias socioprodutivas vinculadas à um modelo agroindustrial dominante. Observou-se que a distância entre as propriedades e a cidade e a falta de mercados consumidores fazem com que a comercialização de produtos em geral seja um gargalo no sistema produtivo das famílias agricultoras, que acabam se associando a um mercado de *commodities* para escoar seus principais produtos, no caso o mel e o guaraná. Essas empresas de grande porte possuem condições de realizar o beneficiamento e a distribuição desses produtos, se apresentando muitas vezes como única alternativa.

No que tange a percepção e organização do tempo, observou-se que a distância média das comunidades para a cidade também dificulta atividades como a aquisição de alimentos, combustível e ferramentas, exigindo um planejamento prévio para que não sejam perdidas muitas jornadas de trabalho. Nesse sentido, pode-se inferir que os modos de vida dessas populações, ao longo dos anos, podem ter sido alterados com a especialização da agricultura voltada para a produção do guaraná, aumentando a necessidade de locomoção e diminuindo o tempo dedicado em suas comunidades e para as práticas de atividades tradicionais.



Contudo, na contramão das tendências de uniformização cultural e monopolização das cadeias produtivas, as comunidades apresentam formas alternativas de comercialização que têm ajudado na preservação das suas tradições e na dinamização da economia local, como a venda direta de cestas de produtos orgânicos pelo grupo SRM na cidade e os consórcios de produtores e associações, como as comunidades IM e PC, respectivamente; que vêm trabalhando com uma maior variedade de produtos (como guaraná em pó, mel e frutas) explorando novos mercados, como grandes cidades da região Norte. Ainda, destaca-se que os sistemas de trocas de produtos e serviços dentro das comunidades caracterizam-se como uma força motriz capaz de unir esses grupos e propagar seus conhecimentos, pois esses espaços promovem a interação e a união das famílias em coletivos. Observou-se que, em conjunto com uma maior diversidade agrícola, essa organização tem sido responsável pela resistência das culturas tradicionais na cidade de Maués.

Outra tradição vital na socialização e reprodução dos conhecimentos tradicionais são os mutirões ou puxiruns, momentos em que toda a comunidade e amigos de outros lugares se reúnem para trabalhar em grupo. Esses grupos apresentam-se como os principais espaços em que novos aprendizados e tradições são ensinados à outras pessoas, que por sua vez podem propaga-los e adaptá-los às suas realidades.

Quanto às práticas agrícolas de diversificação dos agroecossistemas, depoimentos dos moradores denotam que a adoção dos sistemas de plantio agroflorestais gera impactos positivos em suas vidas. O melhor aproveitamento das áreas de plantio e dos recursos disponíveis, uma melhoria geral na qualidade dos solos, redução de gastos com insumos externos e uma maior variedade de alimentos no dia-a-dia da própria família foram alguns dos benefícios atestados por eles. Através da análise de agricultores e técnicos locais, verifica-se a importância da implantação de SAF's com alta biodiversidade, mesmo que de menor área, garantindo a alimentação diária das comunidades e caracterizando-se como espaços de resgate de tradições de cultivo ancestrais, que muito se assemelham com a composição da própria floresta.



Agradecimentos

Agradeço a todos os membros das famílias e comunidades (S. Edson, Dona Rosário, Jean, Anderson, Juliano, Dinho, Elaine, Josebias, Dirleson, Dona Amélia e Dedeco, entre outros) que se dispuseram a me receber e foram extremamente amáveis e hospitaleiros comigo, me ensinando muito e proporcionando ótimos momentos. Agradeço também à toda equipe do IDESAM que se prontificou a me incluir no projeto e me acolheu de muito bom grado, e em especial ao Eric, que sempre esteve presente e me ajudou muito durante toda a estadia.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F.C.; ALVES, R.R.N. Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology. 2. ed. New York, NY: Humana Press, 2019. p. 3-70; 163-208.

BRASIL, Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF, 25 mai 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.

CASTRO, Albejamere Pereira de et al. Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. *Acta Amazonica*, v. 39, n. 2, p. 279-288, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Mito moderno da natureza intocada. 1996.

DONAZZOLO, Joel; BALEM, Tatiana Aparecida; DA SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso. Conhecimento tradicional: base para o desenho de sistemas agroflorestais. *Extensão Rural*, v. 19, n. 2, p. 29-54, 2012.

IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/maues>. Acesso em: 24 mar. 2020.



IDESAM, Aliança Guaraná de Maués, 2018. Disponível em:
<https://idesam.org/projetos/agm/#tab-5d128d5d869ae>. Acesso em 22 mar. 2020.

LINS, Juliana. Terra Preta de Índio: uma lição dos povos pré-colombianos da Amazônia. **Agriculturas**, v1, v. 38, 2015.

MICCOLIS, Andrew et al. Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF. 2016., p. 233-260. ISBN: 978-85-63288-18-9.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. 2012.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de ciência & tecnologia*, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SILVA, A.C.B.; BROSLER, E.M.; ALMEIDA, L.B.; REIA, M.Y.; MORATO, R.W. A Cadeia de Valor do Guaraná de Maués. 1. ed. Manaus: IDESAM, 2018.

THIOLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida: Ideias e Letras, p. 151-65, 2006.

TOLEDO, Victor Manuel Manzur; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, 2009.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010. p. 109-344.



JUVENTUDE RURAL SÃO TODOS IGUAIS, SEMELHANTES E DIFERENTES: DIÁLOGO ENTRE O CAMPO E CIDADE COM A JUVENTUDE ORGANIZADA

Laura Cristina Pereira Oliveira¹

Patrícia Klock²

RESUMO

O presente trabalho propõe reflexão acerca do reconhecimento da categoria juventude rural enquanto sujeito de ação e direito, apresentando algumas problemáticas que persistem no tempo e espaço geográfico, entre elas as concepções de rural e urbano, a partir do recorte de análise das Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). No percurso metodológico, utilizamos de pesquisa bibliográfica, entrevistas com membros das pastorais e exame de documentos produzidos por esses movimentos. O espaço rural é um espaço de possibilidade de formação e articulação política dos jovens do campo, que não está desarticulado ao meio urbano, mas sim interligado, em que a Teologia da Libertação teve papel central como uma das primeiras orientadoras das ações dos grupos analisados.

palavras-chave: Pastoral da Juventude Rural; Pastoral da Juventude Meio Poupár; Campo-cidade; produção do espaço

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



INTRODUÇÃO

As relações entre campo e cidade, enquanto espacialmente separados, o rural como o local do atraso na visão predominante social e a cidade como o lugar do “progresso”, são ideias, assim como também as ações e não ações voltadas ao campo enquanto políticas públicas, a desvalorização da produção de alimento, a falta de investimento, o não acesso à educação de qualidade, à saúde, à cultura e ao lazer, são fatores do êxodo rural da juventude e consequentemente envelhecimento e a masculinização do campo.

Sob este cenário que diversas organizações, como movimentos sociais do campo, entre eles, as pastorais, vem atuando e questionando as condições de vida no campo, lutando para que se tenham melhores condições de vida e de trabalho, lutas as quais têm como foco central a juventude do campo e a sua permanência no meio rural. Para compreender e discutir as lutas que visam a permanência do jovem no campo, com qualidade de vida, o acesso aos seus direitos e a própria categoria juventude rural, esta pesquisa se objetiva compreender como a Pastoral da Juventude Rural e a Pastoral da Juventude do Meio Popular³ vem atuando conjuntamente entre campo e cidade. Fez-se recorte da atuação e relação dessas pastorais no extremo oeste de Santa Catarina, em que inicialmente focava-se na PJR, mas devido a estreita relação e suas concepções sobre campo e cidade não há como deixar de lado a PJMP.

O processo metodológico adotado neste trabalho foi o de pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas com as pastorais: PJMP e PJR, ora realizadas através de encontro presencial, ora através de mídias sociais. Utilizamos para as análises sistemáticas das bibliografias, referências que partem do acúmulo das discussões das ciências sociais e histórico dos movimentos em conjunto com alguns conceitos fundamentais da geografia humana.

³ Ambas surgem na igreja católica, conduzindo suas discussões para ação específica, visando os jovens empobrecidos das grandes cidades e do campo. Entendendo que o sistema que os oprime é o mesmo, o sistema capitalista. Mas, a forma de organizar a juventude compatível necessita se atentar para as demandas locais.



CONCEITUAÇÃO GEOGRAFIA DO ESPAÇO

Principiamos este trabalho com singelo esforço teórico para conceituar duas noções bastante exploradas na geografia e nas ciências sociais. A primeira noção diz respeito ao espaço geográfico e, em como este se relaciona com o tempo. A segunda refere-se a especificação do espaço, nesse caso, rural. Enfatizando que ambas são densas em historicidade.

Quanto à primeira, o espaço geográfico é habitado e transformado pelas atividades humanas, resultando em estado de constante construção e modificação da natureza em seu todo a partir da exploração e extração dos recursos naturais, como manutenção e reprodução da vida. O espaço é visto como produto de inter-relação, o sujeito coletivo é responsável por fazer e viver a mudança deixada na paisagem, considerando que não existe pessoa isolada no espaço, todos são objetos e sujeitos do processo dentro de uma dinâmica social, que influencia no curso da história (SANTOS, 2008).

Quanto à segunda noção, o espaço rural incorpora vários elementos diretamente relacionados em maior ou menor medida com o tipo de atividades produtivas desempenhadas no solo. Alves (2012) afirma que numa visão paradigmática da geografia, o espaço rural é visto como lugar de acesso a bens e serviços, integrando campo-cidade, por um viés de abastecimento do urbano, sendo o campo espaço de produção de alimentos e atividades agropecuárias. Wanderley (2005) refere que essa relação não deve ser entendida como oposição, pois num espaço comum que se manifesta, deve ser entendida como complementares e interdependente. Cabe destacar que existem múltiplos olhares, distintos entre si, sobre o que caracteriza um espaço como rural ou não. É difícil conceituar o rural sem cair em viés positivista, pois, no senso comum e, também na literatura acadêmica, é frequentemente compreendido a partir da sua suposta oposição com a noção de urbano.

Cada parte dessa dualidade não se sustenta quando pensamos na homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade. Para Carneiro (2008) a observação da dinâmica do mundo rural não estaria assertiva na propensão de que o seu esvaziamento social, econômico e cultural, pois, isso reforçaria um modelo padrão de generalização da vida urbana e rural.

Com o processo de modernização da agricultura e da sociedade, ocorre uma



diminuição dos postos de trabalho na agricultura e uma ampliação das atividades não-agrícolas em territórios rurais. No entanto, permanece a ideologia, que se expressa também em um tipo de política, que continua a identificar as zonas rurais às atividades agrícolas, como uma imagem consensual que se impõe a todo e qualquer tipo de realidade. Enxergar e captar a heterogeneidade do mundo social constitui outro problema para os que insistem em operar com as categorias rural e urbano para distinguir territórios, regiões, distritos etc. (CARNEIRO, 2008, p.14 -15)

Para Chauveau (2014) o sujeito do campo, é também essencial o acesso à infraestrutura, à vida política, cultura e lazer. Destarte, é essencial que o camponês tenha garantido seus direitos e permitam a adequada reprodução de sua vida em sociedade. Sobretudo, as novas juventudes rurais (trataremos melhor sobre este grupo adiante), que são significativamente afetadas pelas mudanças tecnológicas, culturais e ideológicas que ocorrem no dia a dia.

Feita essa sucinta discussão sobre o espaço rural, cabe salientar, por último, que essa abordagem indicaria o fim da dicotomia entre urbano e rural, de oposição radical de campo e cidade. Diferentes autores apontam preocupação com um possível processo de homogeneização espacial e social entre o urbano e o rural, com a perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais, pelo fim da realidade rural. Entendemos que a relação do campo e da cidade não destroem as particularidades de ambos e não representam o fim do rural (STROPASOLAS, 2002).

JUVENTUDE RURAL: NO CAMPO OU NA CIDADE

Quando falamos em juventude rural, estamos nos referindo a uma categoria sociologicamente problemática (STROPASOLAS, 2002), por não haver um consenso teórico em relação ao significado dessa categoria. As divisões entre classes de idade ou em gerações não são algo dado, mas sim construídas socialmente e historicamente. Há uma grande heterogeneidade entre a juventude, que envolve questões de tempo e de espaço. É uma categoria que unifica simbolicamente um grupo composto diversamente, com realidades sociais diversificadas. Assim como existem várias outras juventudes, também a juventude rural não é uma só. Segundo Stropasolas (2006) para Wanderley(2005), essa demarcação imprecisa da juventude, pode se referir ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à



saída da casa da família, a constituição de uma nova família ou somente a faixa etária.

Para Renk e Dorigon (2014) a dimensão simbólica da juventude rural é representada como aquela sem plena emancipação, que é considerada em situação de subalternidade em relação aos pais, principalmente ao “chefe” de família, que comumente se apresenta na figura do pai que detém também os recursos monetários e de poder referentes ao núcleo familiar, recurso que geralmente não é compartilhado.

Nesse sentido, há questões sociais em nosso tempo histórico que merecem atenção. Uma delas é a sucessão da propriedade. De acordo com Stropasolas (2002, p. 9 apud Paulilo 2000, p. 4), existe um padrão a respeito da sucessão da propriedade rural, principalmente, nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, que é o caso da maior parte do de Santa Catarina. Para a autora, cada situação é única, embora manifeste característica que não foge à regra. Esse padrão pode ser observado quando os filhos homens herdaram a terra, as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Podem vir a receber a herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando a filha casada passa a se responsabilizar pelos cuidados da mãe e do pai até que venham a morrer. Nesse caso, sendo ela casada, o marido é considerado o responsável pela herança dela.

São inúmeros fatores que levam os jovens do campo a migrarem. Contudo observa-se no processo migratório, principalmente entre os jovens, que há evidente relação de gênero⁴ envolvida. Portanto, a grande maioria dos jovens rurais migrantes são mulheres, ocasionando consequentemente forte processo de envelhecimento do campo e sua masculinização, também associados a diminuição da taxa de fecundidade.

A relação entre essas duas questões, sucessão da propriedade e migração campo-cidade, resulta em que, muitas famílias não têm herdeiros, ou seja, filhos que assumam a propriedade e darão continuidade à agricultura. Pois no trabalho agrícola, comumente, aprende-se muito no processo cotidiano e na vivência com a família. Nesse processo, geralmente e gradualmente, o (a) jovem assume responsabilidades laborais e passa a administrar a propriedade e os recursos monetários da família. Historicamente, o filho homem

4

Movimentada pela relação exploração - dominação.



foi o herdeiro, enquanto as jovens que gostariam de continuar na agricultura, dependiam de encontrar um marido com terras. (STROPASOLAS, 2002)

Aos jovens, muitas vezes, cabe o papel de se adaptar e se inserir gradativamente nas atividades agrícolas, subordinados aos pais, sendo esse um dos fatores que leva ao êxodo rural, a falta de autonomia, principalmente das jovens, que migram em busca de condições melhores de vida, com a “garantia” do salário e de tempo livre. Diferente do que ocorre na agricultura, em que se trabalha de Sol a Sol, sem descanso aos finais de semana e feriados, pois, principalmente os animais precisam de alimento e cuidados. Algo interessante assinalado por Renk e Dorigon (2014) é a diferença do trabalho no meio urbano e no meio rural, enquanto no primeiro há tempo livre remunerado e é visto como positivo, no segundo o tempo livre é negativo, é um tempo perdido pois não há remuneração pelo tempo livre, já que nada está sendo produzido.

A escola também tem relação com o êxodo dos jovens do campo, no sentido de que, as anteriores comunidades isoladas, hoje, possuem um contato muito mais forte com o urbano. Isso ocorre, principalmente, devido ao processo de nuclearização do ensino, que obriga muitos jovens a percorrerem longos percursos até a escola. Muitas escolas estão sendo fechadas no campo, segundo o Censo Escolar de 2016, somente entre os anos de 1995 a 2016 foram fechadas 60.065 escolas rurais no Brasil, e é Santa Catarina um dos estados que mais fecham escolas. O fechamento de escola acarreta um prejuízo, no sentido de que o espaço escolar é também um local de sociabilidade da comunidade, de troca de saberes e de vivências. As escolas que recebem os estudantes vindos das escolas fechadas, geralmente são escolas que recebem um grande número de estudantes e não conseguem atender as especificidades dos vindos do campo.

ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO CAMPO NA CIDADE

No início de 2020 antes do isolamento social devido a pandemia do COVID-19 se tornarem parte da realidade brasileira, tivemos a oportunidade de participar do Encontro Estadual do Letras e Lutas⁵, organizado pelo grupo de professores da Universidade Federal da

⁵ É um projeto de Extensão cujo objetivo geral é a formação de lideranças juvenis do campo e da cidade contemplando aspectos políticos, culturais, econômicos, sociais e ambientais. A juventude do campo e



Fronteira Sul, no município de Chapecó - SC. O evento tinha como público alvo a juventude dos movimentos sociais da Via Campesina e sindicatos rurais e de professores.

A proposta de trabalhar com esse tema surgiu depois de uma dinâmica de interação em que um grupo tinha que fazer uma entrevista rápida destacando as principais características do outro grupo para então apresentar para o coletivo. O objetivo era nenhum movimento se auto apresentar. Nesse momento chamou a nossa atenção quando fomos conversar com o pessoal do município de São Miguel do Oeste que se afirmavam pertencer a PJMP e PJR. Até então, não sabíamos da existência da PJMP no estado catarinense. Mesmo conhecendo as pessoas, acreditávamos que eram apenas da PJR. A dinâmica encerrou, porém continuamos com aquela vontade de entender como atuavam em conjunto, tendo em vista o histórico de como a juventude periférica dos centros urbanos e a outra com a juventude camponesa. Nessas duas realidades postas, buscamos compreender os pontos de convergência.

Depois da janta estruturamos rapidamente algumas perguntas que pudessem fomentar a discussão, aproveitando o momento em que haveria cinco integrantes presentes. Fazíamos uma rodada com as mesmas perguntas para todos, contávamos com um gravador do celular. Na tentativa de não engessar perdemos um pouco o roteiro, o que dificultou na hora transcrever. De saldo positivos tivemos alguns elementos colocados que as nossas perguntas não alcançariam.

Como afirmado durante entrevista realizada: por Amanda⁶ “A gente faz tudo junto”, se referindo a relação da PJMP e PJR e complementado da seguinte forma “Tudo junto, a gente não divide as coisas assim, embora agora a gente tenta retomar essa identidade[...]”, se referindo a algumas pautas distintas entre as pastorais, mas são como “pastorais irmãs”.

A nível nacional, as duas pastorais têm origem com a igreja Católica Apostólica Romana e, principalmente, a partir da vertente da Teologia da Libertação, que surge na década

da cidade se justifica na medida em que pretende fomentar uma formação integral dos sujeitos, investindo na postura crítica em relação ao meio político-cultural e social. O projeto está em andamento, cumprimos três etapas das seis previstas, com formação de cem jovens oriundos de várias regiões do estado de Santa Catarina se deslocando a Chapecó onde são realizadas as etapas de formação. (Miranda *et al.* (2017)

⁶ Para os nomes dos (as) entrevistados (as) são utilizados nomes fictícios como dar personalidade aos entrevistados.



de 1960, no Brasil, sendo um movimento que tinha por objetivo analisar de forma crítica a realidade social concreta. Esse segmento da igreja Católica, passou a se posicionar intensivamente contra os problemas econômicos e sociais que atingiam o país. Para compreender como essa aproximação entre o clero católico e a teoria marxista faz necessário a leitura de dois clássicos da Sociologia – Max Weber e Karl Marx associando com a Bíblia Sagrada (CAMILO, 2011), o primeiro oferecendo o conceito de afinidade eletiva e o segundo com sua poderosa análise crítica da sociedade, tendo alguns princípios definidos, sendo esses:

[...] entre os quais se destacam: a libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, uma nova leitura da Bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de autolibertação. (CAMILO, 2011, p.3)

Segundo site da PJR, a mesma foi criada em 1983 no Rio Grande do Sul, para assim “[...] defender seus direitos, ter uma vida digna na roça, conhecer e estudar sua realidade para nela atuar[...]”. Atuar defendendo a vida, sendo um de seus objetivos centrais resistir ao êxodo, a partir dali se espalhou a outros estados. Segundo Amanda durante a entrevista

destaca elementos que dialogam com a importância de construir com a juventude a identidade de sujeito da transformação na atualidade, pensando que somos fruto do tempo histórico e o campo não será superado, que precisa continuar lutando pela terra e isso se faz existindo nela.

A pastoral, se constitui de jovens cristão que participam da igreja e camponeses. “[...] Jovens que querem permanecer na roça [...]”. Tendo como missão “[...] ser um meio de atuação da juventude camponesa na construção de uma sociedade justa e fraterna, para além do capital.”. Seria também através da PJR que a juventude camponesa atuaria para a construção do Reino de Deus, entendido como um projeto popular para o Brasil e para o campo, assim, a juventude camponesa é protagonista nessa construção. (PJR, 2020) Afirma-se a sua missão enquanto a de:

Evangelizar e conscientizar a juventude camponesa, especialmente as jovens e os jovens empobrecidos, e formar militantes cristãos, discípulos missionários e discípulas missionárias de Jesus Cristo, para contribuir na transformação da sociedade assumindo a construção do Projeto Popular de campo, articulado ao de sociedade, e lutar pela vida do Planeta Terra (Gaia). (PJR, 2020)



A PJR possui 36 anos de luta e está presente em 22 estados do país. Como afirmam estão com “[...] um pé na Luta e outro pé no Evangelho”. Para a PJR ser jovem é um momento do ciclo da vida, que começa da puberdade, adolescência e termina com uma opção social, a exemplo emprego, casamento. A juventude é uma categoria social, que implicaria jovens organizados com alguma causa, sendo “[...] ao mesmo tempo, uma representação sociocultural, uma situação social, e sujeito coletivo de transformação.” (PJR, 2020)

Para a PJR, o camponês tem o campo como o lugar de vida e não de negócios. Além de entenderem que enquanto camponeses possuem uma cultura própria em que ao mesmo tempo ela é múltipla, pois, os jovens rurais não são os mesmos em todo o Brasil. Assumem a vontade de viver no campo, da roça e a luta contra estereótipos como o de Jeca, pois “Jovem da roça também tem valor!”. (PJR, 2020)

Já a PJMP nasceu em 1978 em Recife (PE), carregando sementes da Juventude Operária Católica destruída pela ditadura com o golpe militar de 1964. Esse período final da década de 1970 e 1980 foi marcado pelo momento em que “[...] a Igreja Católica assumiu a defesa dos direitos humanos e tornou-se uma voz profética contra a ditadura e o sistema capitalista.”. Seu contexto de nascimento foi da realidade dos jovens, o ressurgimento das lutas sociais e políticas no Brasil, como também o contexto eclesial da igreja Latina Americana, em que o pobre se torna sujeito histórico de libertação, uma pastoral de classe social. Seu nascimento foi permeado por diversos conflitos, dentre eles, o dos que defendiam que não deveria haver uma pastoral dos oprimidos, o que manteria uma pastoral única, a Pastoral da Juventude. (PJMP, 2020)

A PJMP está presente em 20 estados brasileiros. A PJMP:

É formada pelos grupos de jovens cristãos, pobres da cidade e do campo, que são organizados entre eles. Esses grupos organizados se reconhecem como um setor da Pastoral da Igreja, como membros da classe oprimida e, como tentativa de ser fermento de evangelização, conscientização e ação no meio dos jovens, tendo para isso objetivos, metodologia e organização próprios. (PJMP, 2020)

No Extremo Oeste catarinense surge o coletivo da PJMP e PJR, em 2005, ano em que a coordenação paroquial da Pastoral da Juventude de São Miguel do Oeste começa a pensar novas formas da organicidade juvenil. Deu-se conta da necessidade de aprofundar a juventude



nas suas realidades específicas, para além da teoria, com experiências concretas de transformação do meio em que se vive. Assim começam a pensar as Pastorais da Juventude Específicas ao entender as diversas realidades, para além da Pastoral da Juventude, articula-se a Pastoral da Juventude do Meio Popular e a Pastoral da Juventude Rural. A partir dessa paróquia e da juventude já organizada, que as pastorais se articulam a demais paróquias do Extremo Oeste.

De acordo com o coletivo entrevistado, a PJMP e a PJR se relacionam com jovens católicos ou não, sendo que na Paróquia São Miguel Arcanjo essas duas pastorais atuam em coletivo, mantendo suas especificidades de urbano e campo. Criando um coletivo campo e cidade em que as duas pastorais ainda se articulam com os movimentos sociais em especial do campo (Movimento Trabalhadores Sem Terra, Movimento Mulheres Camponesas, Movimento Atingidos por Barragem, Movimento Pequenos Agricultores e Comissão Pastoral da Terra), é vinculada a essa luta histórica do oeste catarinense em busca de direitos, vinculados à Teologia da Libertação. O coletivo possui como pautas de luta a permanência da juventude no campo, a produção diversificada para além desse modelo convencional e a educação popular. Para a entrevistada Luiza as duas pastorais têm suas vivências diferentes, pautas específicas, mas elas se encontram na luta de classe que é onde:

as nossas pautas contra o machismo, contra o fascismo, contra o patriarcado, contra a reforma da previdência, a trabalhista, o agronegócio, defesa da agrofloreza, da agroecologia, o modo de vida humano que seja digno também, dos povos originários né, dos indígenas, dos negros[...]

Ao serem questionados sobre as formas como entram em contato com a juventude, a entrevistada Thaís relata que a gente entra em contato com os jovens também pela catequese, por esses momentos de igreja ditos enquanto estrutura também. Mas a gente se faz principalmente fora da estrutura da igreja, a gente se forma de outra forma.”

Amanda afirma que o Jesus em que acreditam é “[...] um Jesus que se posiciona junto ao lado dos povos, que foi assassinado, que foi perseguido pelo Império. [...]”. E que também para Amanda “[...] se aproxima do que a gente estuda do marxismo, um projeto de mundo, um projeto de sociedade justo, diferente.” Para Thaís esse Jesus é o materializado no povo, “[...] foi [um Jesus] revolucionário em toda a caminhada dele. Então essa é a nossa fé, mas



claro que aí nós temos várias particularidades nossas né.” Particularidades essas se referindo a que cada um que participa da pastoral tem, por exemplo, os que não acreditam em Deus. Tanto que um dos companheiros da pastoral Jonas não veio pela igreja, ele fazia parte da igreja pentecostal, mas foi a convite de um vizinho na comunidade. Jonas afirma:

Daí eu fui e continuei indo, gostei, me identifiquei. Praticamente porque a PJMP ela surge nas periferias de Pernambuco, Olinda e daí ela surge contra o extermínio da juventude empobrecida, principalmente a juventude negra nas favelas. Aí nunca antes eu tinha me identificado com algo que fala da minha realidade, aí eu continuei indo. E me construí politicamente dentro das duas pastorais.

De acordo com Luiza

pra nós eu acreditar ou não em Deus, mas desde que eu lute a favor de alguém que está sendo oprimido e sai em defesa da vida... não que não importa, mas é o detalhe perto do tamanho que é a luta nesse sentido, por um novo projeto. Então nós, assim como a gente tem branco, pardo, negro, é... caboclo, tem de orientações e opções sexuais e enfim, tem [...], essas coisas não nos trazem separação digamos assim. Então como eu falei o nosso projeto principal é o projeto de vida que a gente quer.

É a partir desse projeto em comum, para além das pessoas que tenham ou não um envolvimento com a igreja, unificam as lutas do campo e da cidade dentro das pastorais, por um novo sistema social. E também segundo Amanda pela mística⁷, “Essa espiritualidade, mas não ligada a algo como a gente falou, não fora da realidade, é algo material, então eu acho que é isso que acaba somando e as pessoas acabam se sentindo representadas e se identificam a partir disso também.”

Luiza ressalta a importância de saber que são companheiros e se construíram de forma coletiva. Para Jonas é uma questão de classe, se você estiver no campo ou na cidade, deseja transformar a sociedade, faz parte do coletivo. Do coletivo participam jovens entre 13 e 29 anos, existindo também companheiros mais velhos que atuam na assessoria. Quando há o apoio de algum padre, os jovens que fazem a catequese são também jovens que participam das atividades do coletivo, enquanto nos municípios sem esse apoio se torna muito mais

⁷ “Mística é termo compreendido no estudo das religiões como adjetivo de mistério, assimilado por meio da experiência da própria vivência espiritual. [...] Na atualidade, há pelo menos três possibilidades de explicações das manifestações das experiências místicas [pelas religiões, pelas ciências políticas e pelos movimentos populares.] [...] os movimentos populares compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao topos, a parte realizável da utopia.” Bogo (2012, p. 475 - 476).



difícil chegar nos jovens. Nem toda a igreja apoia essas pastorais, como afirma Thaís, “então nem todas as vezes a gente recebe o apoio dos padres né. [...] na maioria não. [...] assim da mesma forma dos ministros, das representatividades, das catequistas.”

O coletivo se organiza enquanto grupos de base nas comunidades onde acontecem os encontros variando o espaço, de comunidade para comunidade, seja na casa de algum jovem, ou ao reunir um grupo maior no espaço da igreja, no salão paroquial. Thaís ressalta que não é necessário ter um espaço físico para os encontros acontecerem, eles podem ser debaixo de uma árvore ou campo, “[...] o importante é a organização né, essa construção que vai acontecendo por ali.” Luiza relembra a diversidade da realidade dos participantes, pois há “[...] jovens que não se sentem bem no espaço da igreja católica. Então de acordo com a realidade e o bem estar deles a gente vai se construindo.”

Os (as) entrevistados (as) afirmam que há certa diferença entre os coletivos das pastorais, há algumas mais espiritualizadas que outras. Os municípios em que o coletivo está presente, conforme a entrevistada Ana, “os jovens querem se encontrar como nós, é um município muito pequeno, a maioria dos nossos municípios é do interior [...]”, cidade no qual possui um grupo da PJMP no centro da cidade. Ainda de acordo com Ana em seu município “*Nas comunidades [o encontro] é junto, geralmente é nas igrejas, depois da missa e tal eles fazem. Daí o padre... as famílias liberam eles, desde que o padre depois leve eles até em casa porque moram longe um do outro. Então daí o padre leva*”.

Mesmo assim, quando há o apoio do padre, não é toda a igreja que apoia o encontro das pastorais, pois há a ideia “[...] que a gente assusta, com o que a gente fala [...]” afirma a entrevistada Luiza. O coletivo em seus espaços de formação são adaptados de acordo com a idade dos participantes, não abrindo mão de apresentar o seu projeto de sociedade, mas é também um espaço de vivência de acordo com Luiza “[...] tem muito de falar de si”. Os jovens sentem a necessidade de falar, seja de preconceitos, abusos e as dificuldades que passam, em que muitas vezes os sentimentos, momentos que um passa outro já passou, se identifica. É momento de tirar também o sentimento de culpa e entender que sua realidade pode ser transformada. Luiza afirma que é o momento de entender “Então sem precisar sair,



sem sair da periferia [...], que lá tenha os recursos e a vida digna para todos.”. Thaís ressalta que é um momento de entender que não estão sozinhos, que conseguem se apoiar no outro e é a forma que “[...] a gente consegue construir também o coletivo.”

Entre os projetos coletivos das pastorais há de acordo com Thaís um projeto “[...] de agrofloresta, não só o pessoal do campo, a PJR, mas nós da PJMP contribuimos muito com esse projeto até porque não existe uma coisa viver sem a outra.”. Como Amanda afirma “[...] é mais num fortalecimento do campo da questão da agroecologia, da importância do campo pra cidade, da expulsão dos camponeses.”. Concluem como esse é um projeto de todo o coletivo, porque não é só pela região, mas uma questão de ancestralidade, avós que são agricultores ou pessoas que migraram do campo para a cidade, porque como pontua Amanda “uma tá muito conectada a outra, o que acontece no campo reflete na cidade e vice e versa” e complementa Luiza “[...] o capital oprime no campo e na cidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexão diante do exposto, é perceptível que tanto a PJR quanto a PJMP manifestam singularidades nas suas lutas e demandas da realidade concreta. Contudo, se colocam frente a esse desafio de atuarem em conjunto, pensando o município de São Miguel do Oeste, essa foi a forma encontrada para que as duas existissem e se fortalecerem mutuamente. As discussões que as duas pastorais sustentam não se resumem entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, como dito pelas entrevistadas, o processo de consciência que as juventudes das pastorais buscam é torna-se uma ação efetiva de fazer com esse jovem se entenda com um sujeito ativo, responsável pela transformação do seu meio. Compreendendo a totalidade da luta de classe, pois, esse é o principal ponto de convergência entre ambas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Flamarion Dutra. **"A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos."** *Geografia Ensino & Pesquisa* 16.3 (2012): 7-18.
- BOGO, Ademar. *Mística. Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade**. Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011.
- CARNEIRO, Maria José. **"RURAL" COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO**. *Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais - Unicamp*, [s. l], v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>. Acesso em: 11 abr. 2021
- CHAUVEAU, Hélène. **O lugar do acesso (ou não-acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais têm com os territórios do interior catarinense. Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó, SC, p.99 - 112, 2014.
- COLETIVO PJMP/PJR. **Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural**. Disponível em: <https://pjrjtmp.wordpress.com/>. Acesso: 25 de maio de 2019.
- INEP. **Censo Escolar 2016**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso: 25 de maio de 2020.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. **"O conceito de espaço rural em questão."** *Terra livre* 2.19 (2015).
- MIRANDA, Antonio Luiz *et al* (org.). **PROJETO DE EXTENSÃO LETRAS E LUTAS**. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/187765706.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- PJMP. **Pastoral da Juventude Meio Popular - Brasil**. Disponível em: <http://www.pjmp.org/>. Acesso: 25 de maio de 2019.
- PJR. **Pastoral da Juventude Rural - Brasil**. Disponível em: <https://pjrbrasil.com.br/>. Acesso: 25 de maio de 2019.
- RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (orgs.) **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. **"Juventude rural: uma categoria social em construção."** *CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*. Vol. 12. 2005.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82617>. Acesso em 11 de abril de 2021.
- STURMER, Nadia Roberta. **"O mundo rural em transformação: possibilidade e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC)"** (2008).



Mulheres, agroecologia e educação ambiental: um estudo de caso com o grupo Econorte de São José do Norte (RS)

Elisângela Lazzari¹

Sérgio Botton Barcellos²

Resumo: Buscamos a partir deste artigo uma reflexão da relação das mulheres com a agroecologia dentro do grupo de agroecologia Econorte de São José do Norte (RS), e um diálogo acerca dessa relação com a educação ambiental. Para tanto, temos como pergunta norteadora: como as mulheres constroem as ações com base agroecológica no grupo Econorte de São José do Norte (RS)? A metodologia é qualitativa a partir da análise dos dados captados em diário de campo baseada nas observações durante as atividades de produção, organização e comercialização, e entrevistas com algumas/ns participantes do grupo de agroecologia Econorte, junto a referenciais teóricos sobre mulheres rurais (Siliprandi, 2009; 2012; 2018 e Paulilo 1987; 2006), da agroecologia (Caporal e Azevedo, 2011) e da educação ambiental (Loureiro, 2012 e Layrargues 2020). Foi percebido que as mulheres têm maior aproximação com a agroecologia devido aos papéis de gênero socialmente construídos, principalmente nas questões da saúde e cuidado da família. A educação ambiental crítica e a agroecologia vistas como ciências são importantes para pensar em outras formas de viver em sociedade de modo que os grupos historicamente expropriados sejam protagonistas de suas histórias de vida.

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) pela mesma universidade. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM) – FURG. E-mail: lislazzari@hotmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pela UFRRJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM) – FURG. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: sergiobbarcellos.ufpb@gmail.com.



Palavras-chave: educação ambiental; agroecologia; mulheres;

Introdução

Neste artigo, buscamos discutir a relação entre educação ambiental, agroecologia e mulheres, a partir da análise da pesquisa de campo baseada em algumas/ns autoras/es da educação ambiental (Loureiro, 2012 e Layrargues 2020), da agroecologia (Caporal e Azevedo, 2011) e que trabalham com mulheres rurais (Paulilo, 1987; 2006 e Siliprandi 2009; 2012 e 2018). A pesquisa de campo ocorre durante a construção da minha dissertação de mestrado, que venho realizando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Utilizando para análise os diários de campo que foram construídos a partir das observações durante as atividades de produção, organização e comercialização, e entrevistas semiestruturadas com algumas/uns participantes do grupo de agroecologia Econorte do município de São José do Norte (SJN) no Rio Grande do Sul (RS).

O município de São José do Norte é caracterizado por uma restinga alongada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. Possui uma população estimada de 27.568 pessoas³, onde 32% da população vive no contexto rural e 68% no contexto urbano, segundo o

³ IBGE 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/panorama>. Acessado em 10 de agosto de 2020



censo de 2010. Ocupado principalmente por comunidades pesqueiras e agrícolas, o município tem sua economia voltada para as atividades primárias de pesca, principalmente com a captura de camarão e tainha, e agricultura sendo conhecido por muitos anos como a capital nacional da cebola, também produz uma diversidade de produtos. A matriz econômica de SJN vem sofrendo mudanças devido à instalação de grandes empreendimentos, como a plantação de *Pinus elliotti* para a retirada de resina desde os anos de 1970, o polo industrial naval em 2013, e mais recentemente a tentativa de instalação de uma mineradora para extração principalmente de titânio.

Localizado nesse município, o grupo de agroecologia Econorte é construído por nove famílias de produtoras/es e um participante como consumidor. Formado em 2009 a partir do projeto Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da FURG, com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁴. Algumas famílias do município já se organizavam com a agroecologia antes deste projeto e mesmo após seu término em 2010, pela falta de financiamento, o grupo

⁴ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado em 2004 a fim de tratar as questões de miséria e fome como prioridades no país. O Ministério coordenava o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza (FNCP), e dava suporte ao funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Em 2019 as funções do MDS foram atribuídas ao Ministério da Cidadania. Disponível em: <http://dados.gov.br/organization/about/ministerio-do-desenvolvimento-social-mds> Acessado em 26 de setembro de 2019.



manteve suas atividades. O grupo teve a certificação de produção orgânica em 2014 quando foram registrados na Organização de Controle Social (OCS)⁵.

As/os participantes do grupo são mulheres, um participante homem e alguns casais de agricultores familiares. O grupo se organiza em torno da perspectiva da agroecologia, produzindo alimentos orgânicos de base agroecológica para subsistência familiar, e algumas/uns participantes comercializam seus produtos em uma feira que acontece todas as sextas feiras no centro do município de SJN. Possuem como princípios⁶ o incentivo a agricultura familiar, comercialização direta com o consumidor com valor justo e solidário, valorização e compromisso com as decisões coletivas do grupo.

A agroecologia é percebida neste trabalho sob um viés científico contra hegemônico em busca de uma agricultura sustentável, que para além das práticas de plantio tenham mudanças sociais, políticas e econômicas no contexto rural (CAPORAL e AZEVEDO, 2011). Assim é importante construir o conhecimento a partir dos saberes populares, técnicos e científicos, com isso intersecionamos uma relação com a educação ambiental em sua vertente crítica, a fim da construção dessas mudanças pelas/os sujeitas/os sociais que vivem o território (LOUREIRO,

⁵ A organização de Controle Social (OCS) é um cadastro realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento, certificando a produção como orgânica e regulamentando-a para a venda

⁶ Informações retiradas do Regimento Interno do Grupo de Agroecologia de São José do Norte – Econorte.



2012).

Este trabalho busca compreender as relações, modos de vida e trabalho das mulheres que participam do grupo de agroecologia Econorte, dentro de um território de disputa como o de SJN. O objetivo do presente trabalho é compreender as relações das mulheres com a agroecologia no grupo Econorte no município de São José do Norte, tendo como pergunta orientadora: como as mulheres constroem as ações com base agroecológica no grupo Econorte de São José do Norte (RS)?

Em uma dimensão acadêmica a temática mulheres e agroecologia ao longo dos anos vem ganhando destaque nas pesquisas, sendo que de forma mais ampla é relevante anunciar as problemáticas ambientais que o processo de industrialização causa no campo e que afeta de forma mais violenta as mulheres e a agricultura familiar. A revolução verde veio acompanhada de grande exclusão do campo, o êxodo rural é mais evidente entre as mulheres, que foram excluídas dos processos de industrialização, ficando com o trabalho doméstico não remunerado. Assim, pensar em outras formas de permanecer no campo como com grupos organizados sobre a perspectiva da agroecologia é de suma importância para amenizar a degradação ambiental, podendo contribuir para a permanência da agricultura familiar, com modos de vida menos prejudiciais ao ambiente, além de dar maior visibilidade às atividades que



historicamente são destinadas às mulheres.

As bibliografias do feminismo em contexto rural aproximam as mulheres da agroecologia, por estarem relacionadas aos quintais das casas de subsistência familiar, papéis socialmente construídos. Algumas famílias do grupo de agroecologia Econorte são separadas na produção, enquanto os homens produzem de forma convencional, as mulheres produzem com base na agroecologia. O grupo de agroecologia Econorte também se mostra como uma organização de resistência política contra os grandes empreendimentos, como ao se posicionar contra a tentativa de instalação da mineradora no município.

O presente artigo está organizado em três partes. Primeiramente faço uma breve contextualização do ambiente de pesquisa, o município de SJN e o grupo de agroecologia Econorte, utilizando alguns dados censitários, biográficos como o EJAtlas⁷ e Mapas de conflitos da Fiocruz⁸, e das observações e entrevistas feitas com o grupo. Após discutimos a relação entre a agroecologia e as mulheres utilizando a pesquisa de

⁷ O EJAtlas é uma plataforma que faz parte do projeto Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT), do qual participam mais de 100 especialistas e pesquisadores de 23 universidades e organizações não-governamentais de 18 países pelo mundo Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/titanium-mining-project-projeto-retiro-in-sao-jose-do-norte-rio-grande-do-sul-brasil>. Acessado em 28 de agosto de 2020

⁸ O mapa de conflitos foi disponibilizado na internet em 2010 e tem como proposta inicial levantar casos de conflitos em todo o território brasileiro e ainda tornar público vozes que luta por justiça ambiental de populações invisibilizadas e discriminadas pelas instituições e mídia. Disponível em:

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rs-dezenas-de-familias-lutam-contr-estaleiro-que-expl-sou-as-e-por-indenizacoes-justas>. Acessado em 3 de agosto de 2020.



campo analisada junto a teoria do feminismo em contexto rural, com autoras como Siliprandi (2008; 2009; 2012) e Paulilo (1987; 2006), e por fim a relação do contexto de pesquisa com a educação ambiental.

Contexto de pesquisa

O município de SJN é dividido em três distritos: 1° distrito Sede, 2° distrito Estreito, 3° distrito Bujuru, faz parte do bioma pampa na zona costeira, e é cercado por água doce e salgada, de um lado a Laguna dos Patos e do outro o Oceano Atlântico. Por conta da grande quantidade de água que o cerca o município tem um total de 44 comunidades pesqueiras (MARTIN, 2019), sendo que a colônia de pescadores Z2, é uma das mais antigas do estado do RS, com seu surgimento em aproximadamente 1922 (BUNSE, 1959).

São José do Norte é um dos municípios mais antigos do estado do Rio Grande do Sul, sendo o posto da primeira fazenda real e o primeiro ponto de vigia do estado, já que está localizada em um ponto estratégico nas lutas entre espanhóis e portugueses do período colonial. Após as primeiras ocupações de imigrantes, principalmente açorianos, o município teve importância na agricultura do RS e até do Brasil, iniciando com a produção de trigo e após queda deste cereal, a produção de cebola, que teve seu auge entre os anos de 1949 a 1988 (SANTOS, 2007). O município foi considerado por muitos anos a capital nacional da cebola, sendo que houve uma especialização



da produção agrícola de base familiar com investimento em maquinários (SANTOS, 2007).

Nos anos de 1990 houve uma queda na produção de cebola do município, pelo início do plantio deste bulbo de forma extensiva em outros estados, principalmente em Santa Catarina (SANTOS, 2007) e também com a abertura do Mercosul e a importação de cebola da Argentina (FREITAS, 2019). O declínio na produção de cebola teve graves consequências no contexto rural, sendo que a população de SJN passou de predominantemente rural (75%) para predominantemente urbana nos anos 2000 (SANTOS, 2007). Segundo os dados do IBGE (2018)⁹ em um período de 2003 a 2018 a área plantada de cebola se manteve, assim como a área colhida, porém o valor da produção é variado, assim como o rendimento médio. Um dos motivos para essa variação é porque a venda de cebola passa por atravessadores, não sendo comerciada diretamente entre produtoras/es e mercado, o que mantém uma instabilidade do rendimento da produção para as/os agricultoras/es.

Com um modo extensivo de produzir alimentos, baseada com insumos agrícolas, monocultivos, a revolução verde teve seu início no Brasil, nos anos de 1960 a 1970. Esse modelo de produção trouxe ao longo do tempo a exclusão da/o agricultora/or do campo, seja pela precarização do

⁹

Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/pesquisa/14/10193?tipo=grafico&indicador=10252> Acessado em 27 de julho de 2020.



trabalho, pelo acúmulo de dívidas causada pelos financiamentos, acúmulo de terras por grandes proprietários rurais e ainda pela concorrência entre agricultura familiar e grandes latifundiários, como no caso do cultivo de cebola no município de SJN. Deixando cada vez mais difícil a produção de forma familiar e em pequena escala. Esse modelo de agricultura teve e continua tendo grande incentivo governamental e a agricultura familiar de subsistência passou a ser vista como algo atrasado, não moderno, necessitando se desenvolver.

Como justificativa ao “não desenvolvimento” e à pobreza¹⁰, o município de SJN passa pela abertura de grandes empreendimentos, que dizem trazer o progresso e um tipo de desenvolvimento ao município. Em 1970 teve o início do reflorestamento de *Pinus elliotti* no município, sendo que em 1997 passou a ser a sede da empresa Âmbar. Segundo dados do IBGE (2018)¹¹ no município de SJN há uma área de 8.805 hectares de reflorestamento de pinus, ocupando a 8º posição do RS em plantação desta árvore. O florestamento é utilizado principalmente para a retirada de resina, totalizando 4.938 toneladas, sendo o segundo município de maior retirada de resina do estado do RS, atrás somente de Santa Vitória do Palmar, também no

¹⁰ Segundo dados do IBGE (2018), o salário mínimo da população é de 2,8 salários mínimos, sendo 12% da população ocupada, tendo a posição de 401 dos 497 municípios do RS. Quanto ao nível de pobreza, o município ocupa a 8º posição do RS. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/panorama> Acessado em 30 de julho de 2020.

¹¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/pesquisa/16/12705> Acessado em 22 de julho de 2020.



extremo sul do país (IBGE, 2018). Em uma série histórica é percebido que a área de plantio de pinus continuou a mesma do período de 2004 a 2018, já a quantidade de resina produzida e conseqüentemente o valor de produção sofreu diversas alterações neste mesmo período (IBGE, 2018).

Como percebido na observação de campo, a retirada de resina funciona como uma alternativa para algumas/uns agricultoras/es de SJN, quando a produção de cebola, ou ainda a pesca de camarão não dão uma boa safra. Também durante a entrevista, na visão de um dos participantes do grupo a empresa de pinus causa uma desaculturação da agricultura familiar, a entrada dessas empresas nas propriedades familiares como uma forma de “salvação”, torna as/os agricultoras/es em regime de trabalho assalariado, e aos poucos trocam a produção de alimentos pela retirada de resina. Sendo que com os pinus dentro das propriedades o solo se torna cada vez mais exaurido.

Seguindo com a industrialização do município, em 2013, houve o início das obras do Estaleiro de São José no Norte, localizado na estrada Pública do Cocuruto, no primeiro distrito, aproximadamente cinco quilômetros do centro da cidade, na zona portuária, margem leste do Canal de Rio Grande. A empresa responsável pela instalação é a EBR Estaleiros do Brasil SA que é uma associação entre a empresa japonesa TOYO Engineering



e a empresa brasileira SOG óleo e gás (Setal) (Mapas de Conflitos Fiocruz). Segundo dados retirados do site Mapas de conflitos da Fiocruz, este empreendimento trouxe uma série de conflitos, para a instalação, houve a retirada de aproximadamente 120 pessoas das 45 propriedades da comunidade Vila Nova. Ainda segundo os/as participantes do grupo, a violência aumentou consideravelmente após a chegada do estaleiro.

Mais recentemente o município passa pela tentativa de instalação de um complexo minerário de três projetos da empresa Rio Grande Mineração RGM. Segundo site EJAtlas, a intenção de extração de minérios no município de SJN já tem algum tempo, sendo que nos anos 2000, se inicia a tentativa com a empresa RGM. Após diversos problemas com o licenciamento ambiental, inclusive com graves erros no EIA-RIMA apontados pelo Ibama, em junho de 2017 o Ibama concedeu licença prévia para a empresa que teria quatro anos para iniciar o projeto. Em 2019 após emenda apresentada à prefeitura municipal, o plano Diretor Municipal foi alterado e a prefeita sancionou a lei proibindo novas tentativas de mineração no município (EJOLT.ORG), o que é importante como uma estrutura de combate a mineradoras, mas que não garante que a empresa RGM não instale seu projeto de mineração.

O projeto Retiro é um dos três projetos do complexo minerário e já passou pelo licenciamento ambiental. Com



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



esse projeto é pretendido extrair titânio e zircônio em uma área de aproximadamente 30km. A área pretendida para retirada é ocupada por pescadoras/es artesanais e agricultoras/es familiares, inclusive as propriedades das/os participantes do grupo de agroecologia Econorte, que caso a mineração aconteça, será prejudicado diretamente, pela contaminação ambiental e consequentemente redução da qualidade e valor comercial dos produtos orgânicos.

O grupo Econorte, tem um histórico de luta e participação política, de contestação, questionamento e repúdio ao empreendimento minerário¹², assim como a exploração da natureza proposto para o município de São José do Norte. O grupo vem se mobilizando desde 2014 contra a instalação da mineradora, realizando ações como passadas em comunidades, através da igreja, organização de passeatas, participação de audiências públicas e a elaboração um Processo Administrativo enviado como nota de repúdio ao empreendimento, colocado pelas/os participantes que “Não acreditamos nesse tipo de progresso”.

A maioria das/os participantes do grupo Econorte já estavam inseridas/os em movimentos, organizações e grupos de luta pelo meio ambiente antes da entrada no Econorte, inclusive um dos participantes disse que chegou até o grupo por conhecer as/os participantes da

¹² Material retirado no blog Futuro no ralo; disponível em: <https://futuraonoralo.blogspot.com>; Acessado do dia 11 de maio de 2020.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



luta ambiental. As mulheres se mostram mais presentes no grupo Econorte e também na luta ambiental do município. Como por exemplo durante a ação do dia das mulheres, no dia 8 de março de 2020, uma das participantes do grupo Econorte se mostrou liderança comunitária quanto as questões de luta contra a tentativa de instalação da mineração no município de SJN, tomando a frente da discussão e explicando o que havia no EIA-RIMA do projeto.

O Grupo de agroecologia Econorte está construindo um processo de transição agroecológica, sendo que a produção das famílias do grupo está em meio a plantação de monoculturas com uso de agroquímicos. Segundo a fala de um dos entrevistados:

O nosso grupo está um pouco longe de alcançar o ideal da agroecologia porque, ainda não está sendo viável por causa das contaminações, da água, do ar, do solo então, uma agroecologia é uma pequena ilha cercada por várias plantações de agroquímicos, então é um ecossistema, um território que ta todo contaminado por agroquímicos, então eu vejo que ta um pouco longe, nós nos classificamos como agricultura orgânica em transição a gente está em transição orgânica, e eu acho que a gente vai ficar um bom tempo nesse processo de transição orgânica né. (Entrevista realizada em 29 de janeiro de 2021)

Mesmo que a produção do grupo não esteja com técnicas consolidadas de base agroecológica, segundo uma das participantes do grupo, a visão política e social do grupo é agroecológica. Historicamente, a agroecologia surge com força nos anos de 1990, como uma alternativa aos modelos de agricultura hegemônicos, valorizando a agricultura familiar e de subsistência. Procura integrar as



questões sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Assim,

Mais do que mudar as práticas agrícolas, trata-se da mudança de um processo político, econômico e sócio-cultural, na medida em que a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômica-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados. (CAPORAL e AZEVEDO, 2011, p. 93 e 94)

As questões de gênero também fazem parte da dimensão social da agroecologia. Segundo Siliprandi *et al* (2018) o feminismo na agroecologia é de relevância para que tenha além das questões ambientais e tecnológicas a dimensão social como a de igualdade de gênero, enquanto que a agroecologia tem contribuído com o debate sobre soberania alimentar, sustentabilidade, políticas públicas, de relevância para a construção do feminismo. Além disso, os trabalhos realizados interseccionando estes temas têm mostrado que as mulheres são sujeitas importantes na construção da agroecologia, ou por assumir o desafio de iniciar algo novo (KAREM, 2004) ou ainda por conta de a prática agroecológica orientar para a diversidade dos policultivos e de atividades, que fazem parte do cotidiano das mulheres (BURG, 2005).

Mulheres e agroecologia

No início do século XX o debate sobre os direitos das mulheres entra em cena, principalmente no que dizia



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



respeito ao voto, educação e acesso ao trabalho (SILIPRANDI, 2009), conhecido como a primeira onda feminista as chamadas sufragistas. Segundo autoras feministas como bell hooks (2019) e Angela Davis (2016), os primeiros movimentos feministas mostravam a classe em que se localizavam, pois enquanto as mulheres brancas de classe média lutavam pelo direito de terem acesso ao mercado de trabalho e ao voto, as mulheres negras de classe baixa lutavam por melhores condições de trabalho, onde estavam inseridas, e por uma igualdade política que abrisse portas para igualdade econômica, como colocado por Davis (2016) as mulheres querem pão e não voto (DAVIS, 2016, p. 146).

O movimento feminista no Brasil se diferencia do resto do mundo, enquanto que fora do Brasil as feministas lutavam por sua identidade, cultura, caracterizando um movimento neoliberal, no Brasil, mesmo havendo algumas sujeitas sociais lutando por esses direitos nos centros urbanos, havia uma pressão mais forte pelas questões distributivas, econômicas e de justiça social (SILIPRANDI, 2009). No contexto rural as mulheres começam a reivindicar seus direitos em meados dos anos de 1980 relacionados principalmente a participação em sindicatos, espaço majoritariamente masculino, reconhecimento de seu trabalho como agricultoras e não somente como domésticas, garantia dos direitos sociais e previdenciários, questões relacionadas à saúde da mulher, garantia e condições para produção na agricultura



familiar, acesso à terra entre outros (SILIPRANDI *et al* 2018; SILIPRANDI, 2009).

Reivindicações que mostram a exclusão das mulheres de espaços públicos de decisão e poder, hierarquias e separações oriundas das construções sociais de gênero e reforçada no capitalismo. Frederici (2017) coloca a separação do trabalho como uma das consequências negativas às mulheres na formação do capitalismo. A separação do trabalho entre produtivo e o reprodutivo ocorreu com a privatização das terras e o fim das unidades coletivas de subsistência familiar (FREDERICI, 2017). Assim, a produção destinada para o mercado era uma atividade de valor, e o trabalho reprodutivo começou a ser considerado como algo sem valor do ponto de vista econômico e inclusive deixou de ser considerado um trabalho (FREDERICI, 2017 p.145). Assim o trabalho reprodutivo começou a ser visto como uma vocação natural das mulheres, sendo designado como trabalho de mulher. Essas mudanças históricas tiveram seu auge no século XIX com a criação das figuras das donas de casa, o que aumentou a dependência das mulheres com os homens.

Paulilo (1987), faz a análise da separação do trabalho conforme o gênero no espaço rural. Coloca que o trabalho no campo é dividido como leve ou pesado conforme o gênero que o faz, tendo uma valoração econômica diferenciado. Assim, o trabalho dito leve, menos



proeminente e de baixa remuneração é de responsabilidade das mulheres, enquanto os homens ficam com o trabalho dito pesado e de valoração econômica. Em seu estudo, Paulilo (1987) em diferentes partes do Brasil, com diferentes culturas, percebeu que em algumas regiões o trabalho considerado leve era considerado pesado em outras regiões, concluindo que o trabalho é leve não por suas características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p. 115).

Essas separações no trabalho também são observadas dentro das propriedades das famílias do grupo Econorte. As propriedades de algumas famílias do grupo são divididas entre a produção convencional e a produção de base agroecológica. Essa separação também caracteriza uma divisão de gênero, sendo que a produção convencional é de responsabilidade dos homens e a de base agroecológica das mulheres. Como colocado por uma participante durante a entrevista:

Foi um divórcio que a gente fez lá em casa assim, no serviço né. Eu falo que a gente é divorciado no trabalho né, foi bem difícil no começo a relação né, a relação de casal, porque a gente mudou toda uma rotina então por isso que eu tive que fazer tipo uma transição né, primeiro ano, segundo ano eu fiquei trabalhando nas duas coisas mas aí, quando chegou no segundo ele, ele mesmo disse pra mim, não não dá, tu tem que ficar em uma coisa ou outra porque, porque eu fui pra cebola e aí eu não tinha produto pra vender na feira depois, por causa daquele período que eu fiquei na cebola que eu não fiz outra coisa né, então ele também viu que não tava legal, que teria que ser separado (Entrevista realizada em 29 de janeiro de 2021)

É percebido que nas famílias do grupo Econorte quando o



casal trabalha com a base agroecológica a produção é de maior quantidade e variedade, enquanto que quando somente a mulher trabalha na produção de base agroecológica tem uma menor produção, devido a demanda de trabalho sobre a mulher. Isso ocorre também porque algumas mulheres que trabalham separadas dos homens ficam com espaços menores de produção, ou ainda com os espaços que “sobram” dentro da propriedade.

Outro aspecto observado durante a pesquisa de campo é que as mulheres do grupo Econorte se identificam no lugar de cuidado da família, sendo que em diversos momentos os assuntos se voltavam as questões de saúde da família e as mulheres se colocam como responsáveis por esse trabalho de cuidado. Além disso, foi observado na pesquisa de campo que este lugar da mulher como cuidadora da família é um dos motivos da maior participação das mulheres no grupo, segundo a fala de uma das participantes isso ocorre por conta do “instinto materno”¹³ das mulheres.

As mulheres historicamente são mais preocupadas com as questões ambientais, como colocado por Siliprandi, 2012 p. 148

Há muitos anos as camponesas vêm chamando a atenção para a destruição dos meios produtivos na agricultura (biodiversidade, água, recursos energéticos) promovida pela lógica produtivista dominante, que usa e abusa dos insumos externos e das energias não renováveis, e utiliza o meio

¹³ Termo utilizado pela participante do grupo Econorte durante uma observação de campo.



ambiente como uma fonte inesgotável de riqueza, em nome de um aumento da produtividade e dos lucros de poucos.

Historicamente as mulheres estão presentes nas lutas pelo território e preservação ambiental. Um exemplo conhecido é o caso da destruição do laboratório de plantas da Aracruz Celulose, na cidade de Barra Ribeiro (RS) no dia 8 de março de 2006, por 2 mil mulheres ligadas aos movimentos de defesa dos trabalhadores do campo (PAULILO e MATIAS, 2006). Durante as observações de pesquisa uma participante do grupo colocou que por conta do maior cuidado com o ambiente, são as mulheres que mais se preocupam com as problemáticas dos grandes empreendimentos que “assombram” o município de SJN, assim como as mais afetadas psicologicamente com essas questões.

O movimento feminista abordado neste trabalho busca a quebra dos papéis de gênero construídos socialmente, por mais que pareça contraditório, as pesquisas que relacionam mulher e agroecologia vêm mostrando que a valorização do trabalho da mulher na esfera privada, junto as hortas familiares é uma forma de alcançar um pouco mais de autonomia da mulher dentro da agricultura familiar. Além disso, as organizações coletivas têm potencial para a transformação da realidade local, das famílias.

Pelo o que foi observado durante a pesquisa de campo, pensar em outras formas de viver junto ao contexto rural são iniciativas das mulheres, o que também é observado



nas pesquisas como a de Karem (2004), que evidencia a importância da mulher em todo os processos da agricultura associada a sustentabilidade, por assumirem o desafio de começar algo novo, como com as sementes crioulas guardadas para a horta.

Possíveis relações e contribuições com a Educação Ambiental

A educação ambiental e agroecologia tem uma relação de proximidade, como pela construção de saberes a partir da realidade e vivência dos diferentes atores sociais, além de serem duas ciências que buscam uma transformação da sociedade pela construção de relações mais saudáveis com o ambiente. Como colocado por Moraes, Silva e Sorrentino, (2019, p.218):

“a agroecologia e a Educação Ambiental buscam a ressignificação na relação entre as pessoas e delas com o meio ambiente valorizando as diferentes vozes e saberes que emergem dessas interações. Na construção de conhecimento ambas necessitam do pesquisador posicionado crítico diante a sociedade, os cuidados com a terra, a biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis, e a promoção de modos de vida mais sustentáveis no campo e na cidade.”

Buscando a transformação da realidade a partir dos atores sociais envolvidos, a participação social de grupos expropriados é indispensável para a emancipação das/os sujeitas/os, levando em conta a pluralidade de ideias, modos de ser e estar no ambiente. Segundo Loureiro, 2012, p. 86

A participação popular é determinante, posto que a construção de processos em que os grupos expropriados e discriminados adquirem centralidade é a condição para que as contradições e



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



os conflitos da sociedade sejam explicitados, enfrentados e superados pelo protagonismo daqueles que portam materialmente o que é distinto do poder hegemônico, portanto, a alternativa concretamente possível.

A participação das mulheres nas pesquisas em educação ambiental tem sua importância na busca pela construção de sociedades com maior igualdade, neste caso a de gênero. Além da socialização dessas mulheres em grupos também serem importante para a entrada da mulher no espaço público e de decisão, possibilitando a formação de espaços de socialização das mulheres, para se reconhecerem e reconhecerem suas dificuldades coletivas e individuais.

Na pesquisa feita por Layrargues, Puggian e Menezes (2020) em suas análises sobre os trabalhos apresentados no Grupo de discussão e Pesquisa em Educação Ambiental e Movimentos Sociais no X Encontro em Pesquisa em Educação Ambiental, que aconteceu no Sergipe em agosto de 2019, perceberam que entre as temáticas identificadas a ação das mulheres e a dimensão pedagógica na luta ambiental foram as que mais receberam destaque. No que diz respeito a ação das mulheres nos movimentos sociais, as/os autoras/es colocam que os movimentos de mulheres têm uma forte relação com o movimento por justiça ambiental, sendo que as mulheres pautam aspectos como o fim das opressões e dominações que são marcas do sistema capitalista, como denunciando a necropolítica, a dominação das mulheres e da natureza, apontam outras



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



possibilidades de ser e estar no mundo, fomentando a produção de novas subjetividades, produzindo uma pedagogia de luta. Sendo que essas discussões transpassam as discussões feministas.

As mulheres do grupo de agroecologia Econorte, se mostram mais preocupadas com as questões ambientais, seja de cunho mais individual ou coletivo, como evidenciado na observação de campo. Como exemplo individual, uma das participantes do grupo falou durante a observação de campo que se nega a usar remédio farmacêuticos, a mesma coloca que atitudes de cunho individual, como separar o lixo doméstico, plantar seus temperos e chás fazem toda a diferença. Já de modo coletivo, o grupo se organiza contra os ataques a grandes empreendimentos, se propondo a produzir diferentes formas de viver no contexto rural, como a agroecologia. A educação ambiental com vistas a emancipação implica em mudanças individuais e coletivas (LOUREIRO, 2012), que visem a transformação da sociedade e autonomia das/os sujeitas/os.

Vivenciar outras formas de agricultura, não hegemônicas, que sejam menos prejudiciais ao ambiente e que tomem como prioridade a alimentação e subsistência das famílias e comunidades e não apenas o lucro capitalista, são formas de construir uma sociedade mais igual e justa. Loureiro (2012) coloca que não há compatibilidade entre ambientalismo e capitalismo, ou ainda alternativas



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



moralistas que separam o comportamental do histórico cultural e do modo como a sociedade está estruturada (LOUREIRO, 2012, p. 104). Durante a observação de campo, foi percebido que o grupo não tem como prioridade o lucro com a venda dos produtos, mas sim estão mais preocupados com o bem estar que a agroecologia traz para quem a faz, e ainda a subsistência saudável da família.

Ainda segundo Loureiro (2012) esta ideia capitalista de progresso, obtido nos últimos séculos não favorecem a emancipação das/os sujeitas/os mas sim a ampliação do poder objetivo do capital sobre o trabalho, o ter sobre o ser. Exemplo disso, é que o município de SJN enfrenta discursos falaciosos de grandes empreendimentos, por conta de ser considerado atrasado. Este modo de desenvolvimento afeta de forma mais violenta as comunidades tradicionais de pescadoras/es e agricultoras/es familiares, por serem considerados não desenvolvidos, além de dependerem de boas condições de produtividade do solo e qualidade da água para manterem suas atividades.

O grupo de agroecologia Econorte como um espaço de organização coletiva, em torno de mudanças no contexto rural de SJN, de forma horizontal e por meio de comercialização em circuitos curtos (NASCIMENTO, 2019) favorecem a economia local e a emancipação das/os sujeitas/os. A educação ambiental antes de



ambiental é educação, e a educação ocorre no coletivo, nas trocas e relações construídas em determinados ambientes. O grupo Econorte ao se organizar em torno das questões agroecológicas, sociabilizando saberes de práticas agrícolas, como nos espaços de feira, nos eventos, nas trocas com técnicos, ou ainda criando meios e ações para resistir a grandes empreendimentos são agentes da educação ambiental.

O Econorte demonstra que é possível vivenciar diferentes formas de produzir os alimentos, a partir da realidade ambiental do extremo sul do país. Ainda o grupo se torna importante como uma organização que procura formas mais saudáveis de se relacionar com o ambiente.

Considerações finais

A igualdade e justiça social são temas que transpassam a educação ambiental, agroecologia e os trabalhos com mulheres rurais. É importante se questionar nas pesquisas sobre educação ambiental quem são os grupos protagonistas. A visibilidade e protagonismo de grupos expropriados são essenciais para a construção de uma educação emancipadora, a fim de criar ambientes que possibilitem diversos modos de vida, de acordo com o território e cultura de cada comunidade. Assim, pesquisas em educação ambiental com mulheres e ainda pensando em outras formas de se relacionar com o ambiente, como a agroecologia, são de importância para pensarmos formas de organização e associação comunitárias na



construção de sociedades mais iguais e justas.

Somente as organizações agroecológicas não dão conta de incluir as questões de gênero, é preciso que haja uma organização que aborde também as questões das mulheres, específicas, para conseguir essa aproximação. Algumas organizações agroecológicas, como a Econorte, se mostram como de importância na construção de resistências, tanto no modo de sociedade destrutivo da natureza, que leva em conta somente um tipo de existência, de um progresso exclusivo, como em questões específicas do contexto rural, como na manutenção de comunidades tradicionais. O modelo de desenvolvimento capitalismo causa uma série de danos ambientais, reforça o acúmulo de terras e a exclusão do campo. Percebendo os ataques que as comunidades rurais sofrem com esse tipo de progresso, por serem consideradas atrasadas, me pergunto se é possível fazer agroecologia em um território de mineração?

Para a formação de grupos de agroecologia é preciso também o interesse do Estado e incentivo por meio de políticas públicas. Como exemplo o Econorte foi formado a partir de uma política pública, de incentivo governamental ao combate à fome. Assim, para além da vontade dos grupos e comunidades em pensarem e fazerem novas formas de existência no contexto rural é indispensável o incentivo do Estado. Este artigo não teve a intenção de esgotar o assunto sobre a temática das mulheres rurais,



agroecologia e educação ambiental, mas começar a criar subsídios para futuras pesquisas nesta área e abordando SJN a partir dessas temáticas.

Referência

BURG, Ines Claudete. *Mulheres Agricultoras na produção Agorecológica e na comercialização em feiras no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. p. 147. 2005.

BUNSE, Heinrich, A. W. *Aspectos linguísticos-etnográficos do município de São José do Norte*. Of Graf da Livraria do Globo S. A. Porto Alegre, 1959.

CAPORAL, Francisco Roberto e AZEVEDO, E. O. *Princípios e perspectivas da Agroecologia*. Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Paraná - educação a distância. 2011

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1º edição, São Paulo. Boitempo, 2016

FREDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação*. 1º edição, São Paulo. Elefante, 2017

FREITAS, Gabriella Rocha. *Colonialidade, desenvolvimento e resistência subalterna: a instalação de projetos de infraestrutura de grande escala em São José do Norte*. 239f. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS. 2019

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019



IBGE, 2010. *Cidades IBGE 2010*. Disponível via internet em <https://cidades.ibge.gov.br/r> Acessado em 10 de agosto de 2020

IBGE, 2018 *Cidades IBGE 2010*. Disponível via internet em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/pesquisa/24/76693>. Acessado em 27 de julho de 2020.

KAREM, Karen Follador. *Mulheres na agricultura urbana e novas ruralidades*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1):360 janeiro-abril, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier, PUGGIAN, Cleonice, MENEZES, Anne Kassiadou. *Educação, Movimentos Sociais e Mulheres: Redes de Articulação e Resistência*. Pesquisa em Educação Ambiental vol 15 n1. 2020

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo. 2012. Cortez Editora. (Coleção questões da nossa época v. 39).

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. 4º edição. São Paulo : Cortez, 2012

MARTINS, Maristel Coelho San. *Caracterização socioeconômica e espacial das comunidades pesqueiras de São José do Norte/RS*. Revista de Geografia e Etnociência Mares, volume 1 número 2. 2019.

MORAES, Fernando Correa; SILVA, Rafael Falcão; SORRENTINO, Marcos. *Agroecologia e Educação Ambiental: ferramentas de análise e a construção de conhecimento*. Ambiente e Educação. Vol 24 n2. 2019.

NASCIMENTO, Fábio Schwab. *Sistema agroalimentario de base ecológica: el caso brasileiro*. 158f. Tese. Doutorado em Recursos Naturales y Gestión Sostenible.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Universidad de Cordoba. Cordoba, março de 2018.

PAULILO, Maria Ignez. *O peso do trabalho leve*. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v 5 n 28, p64-78, 1987

PAULILO Maria Ignez e MATIAS Iraldo Alberto Alves. *Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez*. Ambiente Brasil. 24 de março 2006;

SANCHÉS, Glória Patrícia Zuluaga, VARGAS, Georgina Catacora e SILIPRANDI, Emma. (organizadoras). *Agroecologia en Femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. Ebook, Socla 2018

SANTOS, Jefferson Rodrigues. *Análise do processo de especialização produtiva e da crise do sistema de produção de cebola em São José do Norte – RS*. Revista Sinergia. V 11 n 2. Janeiro de 2007;

SILIPRANDI, Emma. *Alimentação como um tema político das mulheres*. Revista de Ciências humanas e Artes (ARIUS) Campina Grande v. 18 n. 1 jan/jun 2012

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 292f. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília – DF, abril de 2019



UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES E CLASSES SOCIAIS NOS ESPAÇOS RURAIS BRASILEIROS

Deyvisson Felipe Batista Rocha¹

RESUMO

Os problemas sociais do Brasil são diversificados, dentre estes, destaca-se a crescente desindustrialização, onde se estima que os níveis atuais se igualem aos da década de 1940, a conseqüente dependência na exportação de matérias primas na forma de commodities, as desigualdades sociais e regionais, problemas de inchaço urbano o que causa insuficiente infraestrutura básica para atender a população, dentre outros. Dentre as várias explicações das causas destes problemas, aparece uma que é recorrente e causa muita polêmica e conflito há vários séculos que é a concentração fundiária. Porém, com o chamado agronegócio destacando-se dentre as atividades que mais fizeram crescer o PIB Brasileiro recentemente (2017 - crescimento de 11,9%), além do debate da pluriatividade do rural brasileiro, esta questão entrou em certa decadência. A grande mídia vem fazendo inclusive uma campanha incessante deste setor, colocando todos os atores do meio rural no mesmo “bolo” do agro. Entretanto, os conflitos no campo continuam causando mortes e atrocidades recorrentes. Uma hipótese muito aceita entre alguns pesquisadores mais críticos é que no rural brasileiro, assim como no meio urbano o país convive com uma desigualdade social ainda muito grande, porém hegemonicamente quando se fala em desigualdade social, o urbano é o espaço onde se encontra a maior quantidade de referências. E, se nos últimos governos se

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (2012). Licenciando em Sociologia pela Universidade Paulista (UNIP).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



propagandeou uma redução destes problemas, as pesquisas e a prática social logo veio demonstrar que as estruturas da desigualdade continuam intactas o que causa ainda muitos conflitos sociais. Por isso, é de suma importância os novos referenciais que olham para estas desigualdades e como estas classes sociais, deste setor em específico, tem politizado os conflitos no rural brasileiro com o intuito de conhecer melhor esta realidade, seu desenvolvimento histórico objetivando prever minimamente os próximos capítulos desta história, destas contradições.





INTRODUÇÃO

O tema da desigualdade social no país suscita vários debates em diversos meios envolvendo posições intelectuais e políticas diversas. Dentre estes meios, destacam-se os meios acadêmicos protagonizados, principalmente, pelos economistas e sociólogos com bases em pesquisas que tem levado em conta diferentes fontes e perspectivas de análises também distintas. Destaca-se o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, como órgão que tem permeado pesquisadores que se destacam nestes estudos, além da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que também tem publicado muito neste campo, assim como a OXFAM. Podemos citar ainda pesquisadores como: Jessé Souza, Marcelo Neri, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, Marcelo Medeiros, Marcio Pochmann, dentre outros que tem se destacado em apontar várias possibilidades de se fazer esta análise das classes no Brasil. Fato é que o país se destaca negativamente entre a distância enorme dos mais ricos no topo da pirâmide e o resto da população (10% mais ricos concentram mais de 50% da renda nacional), independentemente em qual metodologia ou enfoque que se analisar esta questão, além de ser o segundo do mundo em termos de desigualdade se considerar os 1% mais ricos.

Fica-se evidente que as sociedades modernas se caracterizam pelas desigualdades já que, no mundo, segundo a OXFAM (2020), em 2019 os bilionários do mundo que são apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. Porém, em conjunto com outros pesquisadores o sociólogo Jessé Souza, em que pese os questionamentos metodológicos que o mesmo tem recebido devido ao seu posicionamento político, consideramos que o mesmo tem sido um estudioso mais crítico e criativo neste tipo de análise, indo além das estatísticas como declaração de imposto de renda (IR) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para as pesquisas de campo com entrevistas e



sistematizações destas, levando também em consideração as contribuições que o mesmo incorpora de autores como Webber, Bourdieu, Foucault e Habermas. Estas pesquisas de Jessé Souza e seus grupos de pesquisa tem resultado em diversos livros dando ao autor uma imensa visibilidade e autoridade quando se fala em desigualdade e *classe social* no Brasil. O destaque e a inovação que o mesmo traz refere-se, principalmente, à crítica da *classe social* apenas baseado na renda feita por alguns autores, ou que ele chama de classe de renda (de A à E), além da tão proclamada ascensão das classes, classificando estas como ralé, nova classe trabalhadora, classe média das mais diversas frações e elite.

Por outro lado, a sociologia rural, dentre outras importantes contribuições, sobretudo da geografia, tem se destacado em apontar as desigualdades no campo brasileiro, principalmente em relação ao acesso a terra, já que, quando se fala em desigualdade a tendência hegemônica é partir por um lado para a questão de renda que dispõe de uma maior sistematização e também aos problemas urbanos onde é quase automático imaginar a paisagem da periferia do lado das mansões nas grandes capitais. Porém, partindo do estudo dos atores/sujeitos do meio rural e a conformação destes em movimentos sociais diversos e suas ações, este campo de estudo (sociologia rural) contribui para um entendimento mais aprofundado do campo brasileiro e o seu desenvolvimento ao longo dos anos, principalmente a partir de meados do século XX.

Dentre estes autores da sociologia rural, destacamos o sociólogo José de Souza Martins que afasta o aspecto das análises que enfocavam apenas como messiânicos os conflitos sociais e, principalmente os sujeitos sociais e seus movimentos no rural brasileiro. Desde então, movimentos sociais dos sujeitos do meio rural (cabe aqui uma interpretação que não leve em conta apenas os movimentos populares, mas também os patronais) têm sido investigados dando mais elementos para entender a dinâmica deste setor. Ligas camponesas, União Democrática Ruralista (UDR) e, mais recentemente, o Movimento dos Trabalhadores



Rurais Sem Terra (MST), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), os movimentos indígenas, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), dentre outros, protagonizam lutas em vários âmbitos na representação de suas “bases”. Portanto, as lutas por reforma agrária, lutas pela aposentadoria rural, lutas por demarcação de terras indígenas e quilombolas, luta por uma educação do campo, luta por regularização fundiária, luta contra os agrotóxicos, e muitas outras, estão na agenda do que podemos chamar de “pobres do campo”. Enquanto, por outro lado, a luta pela manutenção das propriedades, luta pela paralização da reforma agrária, luta por revisão de terras indígenas e quilombolas já demarcados, luta pela desregulamentação do trabalho rural, luta por aprovação de uso de novos agrotóxicos e transgênicos, lutas por representação política no legislativo e executivo, tem ocupado os setores “mais elitizados do campo”.

NÃO SÃO SÓMENTE NÚMEROS

A pesquisa em questão utilizou-se de métodos diversos buscando uma maior compreensão do tema que se propôs que é uma análise da desigualdade social do meio rural do país e em que medida estas desigualdades tem colocado em conflitos grupos sociais. Entretanto, metodologicamente é necessário localizar-me no espaço e no tempo, enfim mostrar o lugar social que ocupo trazendo como minhas experiências distintas podem explicitar minimamente minhas perspectivas. Faço isso, mostro meu lugar de fala, por uma postura ética, apesar de concordar com Marconi e Lakatos (2003) que buscar uma objetividade, construir uma imagem de realidade parte do pressuposto de ultrapassarmos os estreitos limites da vida cotidiana e da experiência particular.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Sou um jovem filho de camponeses de uma pequena cidade da região Norte de Minas Gerais que produzem para própria sobrevivência. Sai de lá em 2008 para estudar Ciências Sociais em uma universidade pública na principal cidade da região, Montes Claros, me envolvendo simultaneamente e posteriormente a minha formação em trabalhos com uma grande diversidade de sujeitos sociais articulados por movimentos sociais rurais, associações, sindicatos e ONG's de luta pela terra e por melhores condições de vida no campo a partir da economia solidária e da agroecologia principalmente. Posteriormente ao fim das políticas sociais federais de assistência técnica rural em 2016, iniciei uma trajetória de formação e atuação no indigenismo. Atualmente, resido em Brasília, trabalho com povos indígenas do Mato Grosso de recente contato através de ONG's indigenistas e associações dos próprios povos e, simultaneamente, faço uma licenciatura em sociologia através da Universidade Paulista. Tendo exposto isso, os métodos utilizados envolveram pesquisa em fontes secundárias e foram articulados em duas dimensões: pesquisa bibliográfica e documental e análise de estatísticas oficiais.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado no ano de 2011 intitulado: “Superação da pobreza e a nova classe média no campo” com base no cruzamento dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e a Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD) de 2009 analisou a questão da distribuição da renda no rural brasileiro e demonstrou que neste recorte a desigualdade entre os mais ricos e mais pobres é ainda maior em comparação aos estudos que analisaram a população em geral, isso inclusive vai em direção ao que acontece no resto do mundo onde vive $\frac{3}{4}$ da população miserável de acordo com Henry Bernstein (2011). Porém, este estudo, assim como os criticados por Jessé Souza consideram as classes baseados na renda e também são otimistas quanto o crescimento de uma suposta classe média dentre as populações do meio rural brasileiro.

Porém, como apresentado na introdução, a sociologia tem avançado em não restringir as análises de classe apenas a questão da renda em si. Mas há de se



levar em conta que estas análises de Jessé de Souza que dá estes novos elementos para se pensar classe social, são mais recentes que o estudo da FGV. Portanto, seria necessário, para se pensar em uma análise de classe mais robusta do rural brasileiro, levar em conta estes novos apontamentos para classificar as *classes sociais* deste mundo rural. Isto se faz imperativo principalmente neste momento que o IBGE lançou os dados do mais recente Censo Agropecuário (2017) realizado. Com as contribuições de Jessé Souza relembramos inicialmente que “somos os herdeiros da maior sociedade escravocrata do planeta” (2018, p. 58), portanto esta herança não pode ser descartada das análises de classe social que seria para Souza (2018), antes de tudo, reprodução de privilégios, sejam eles positivos ou negativos. Portanto, segundo este autor, seria ignorância pensar somente na renda para inferir a classe, tratando as pessoas “como páginas em branco, sem família, nem passado”. Importante, também, são às contribuições teóricas de Jessé Souza (2018) que demonstram que só se conhece uma classe social quando a relacionamos com as outras, já que estas “não existem isoladas no mundo social, mas sempre em relações de aliança e de disputa pelos recursos escassos com outras classes sociais.” (p. 14 e 15).

Classe social é um conceito chave do marxismo, quanto como o conceito de trabalho. Mas, sobretudo, com a ascensão dos chamados novos movimentos sociais e um referencial diferente para analisá-los (Touraine, 1985), assim como as teorias do reconhecimento (Honneth, 2003) passaram a negar a relevância da classe social de viés marxista na luta política. Pensar pertencimento a classe social para estes autores seria irrelevante, já que os objetivos culturais e pós-materialistas, como identidade, que realmente mobilizariam os sujeitos sociais em grupos. O filósofo e teórico social Vladimir Safatle (2016), inclusive faz um importante panorama desta influência da teoria do reconhecimento, à partir da década de 1990, tendo como principais influências Axel Honneth e o canadense Charles Taylor, onde a “luta de classes foi acusada de limitar os conflitos sociais (...) ignorando com isso



dimensões morais e culturais...” (p. 223). Safatle ainda mostra como esta teoria do reconhecimento foi transformando paulatinamente “as demandas por transformação social (...) em demandas por cuidado social”. Porém, o aspecto que unifica estes conceitos é a busca por entender os conflitos, enfim as contradições.

Outra crítica mais contextualizada que se faz ao abandono das análises e política voltada a questão da existência das classes sociais se encontra em Francisco de Oliveira (2018) onde este autor crítica como no Brasil a política institucional transformou a classe trabalhadora em pobreza, ou ainda em questão política para mera questão administrativa do Estado. Já para Souza (2018), este pertencimento a uma classe social é datado por precondições sociais que constituiria em “constantes universais”, já que a ideia de classe de renda omitiria o fato de nascermos em uma classe, em uma estrutura social, ou outra dando estas os atributos necessários para permanecer no mesmo grupo já que estas estruturas sociais ganham corpo nestes sujeitos, em outras palavras “o DNA simbólico que garante e legitima a reprodução infinita dos privilégios sociais no capitalismo”. (2018, p. 159).

Portanto quando falamos em analisar o rural sobre a perspectiva das desigualdades e das classes sociais, estamos também pensando nas contradições, divergências e conflitos sociais explicitados através da ação dos movimentos sociais (com personagens, organizações e instituições constituintes) que representam e agrupam os diferentes sujeitos do rural brasileiro, buscando ainda qualificar estes sujeitos a partir do levantamento das desigualdades sociais do rural brasileiro (renda, posse e propriedade da terra) utilizando estatísticas oficiais de forma crítica. Analisando também este mundo rural levando em conta a efetividade e alcance ou não ao tratar de fenômenos sociais, principalmente rurais, o conceito e a classificação destes sujeitos do meio rural em classes sociais.



As denominações são fundamentais e dão sentido, portanto serão analisadas e questionadas. Levantaremos informações para observar melhor as classes de renda que compõem o rural brasileiro com base no mais novo Censo Agropecuário (2017) comparando-os com o feito há 13 anos para um retrato mais fiel das contradições no rural sem perder de vista as análises qualitativas que colocam em cena os debates de classe social, além e apesar da renda. Bem como, avançar para análises que levem em conta as contribuições de Jessé Souza quanto à classe social com o filtro do meio rural, além de apresentar algumas “classificações” já feitas dos sujeitos do mundo rural em classes sociais pelo mundo e sua efetividade de aplicação no Brasil já que inspiram alguns movimentos sociais pelo país em suas lutas, suas expectativas de transformação social. Levando ainda em conta comparações e cruzamentos entre os diferentes índices para se analisar as desigualdades sociais no meio rural brasileiro, tais como GINI, PNAD e o Censo Agropecuário, fazendo cumprir um dos objetivos clássicos da sociologia que é desvelar o que está oculto na sociedade, neste caso as contradições sociais no seio das populações rurais brasileiras.

Buscando ainda dar um panorama de posicionamentos destes grupos (organizações/instituições) que tem se manifestado por diversas formas (manifestos, documentos, ações públicas, audiências, etc) representando seus interesses de classe nestes diferentes espaços políticos de mediação a partir dos seus movimentos representativos, tais como movimentos sociais, sindicais, confederações, partidos políticos, etc. Por isso, é de suma importância os novos referenciais que olham para estas desigualdades e estas classes sociais tem politizado os conflitos no rural brasileiro para conhecer mais esta realidade e para quem sabe prever os próximos capítulos desta história se levarmos em conta as contribuições de Karl Marx que afirmava que a luta de classe é o seu motor e Weber que afirmava que esta luta era uma das manifestações para a manutenção de poder ou prestígio em uma situação histórica específica, ou como afirma Jessé Souza



(2018) definem e legitimam estruturas de poder mantendo o foco nos dados objetivos sem aprofundar muito no local fazendo uma discussão, mesmo que de forma superficial, de uma análise mais abrangente na escala do rural do Brasil e suas contradições, sobretudo sociais e estruturais.

ANTES DE CHEGARMOS AQUI

Octavo Ianni fala que de uma certa periodização histórica que passou de escravo, lavrador, assalariado em mudanças históricas sem conflitos significativos. Porém, se pensarmos entre 1888 (abolição formal da escravidão) e 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), passando pela análise da concentração fundiária, da análise da divisão geográfica, cabe agora o mais trabalho mais árduo que é a análise das pessoas, das diferentes classes sociais fruto da desigualdade social dos que vivem no rural objetivamente. Para iniciar, rememoraremos a estrutura social do Brasil colônia (antes de 1889). Jessé Souza diz que “além do latifundiário, que a tudo preside e a tudo comanda, só existem escravos e agregados dependentes” (2018, p. 70). Portanto, baseado na escravidão e, sobretudo em uma forte economia açucareira, não é muito polêmico se fazermos o seguinte retrato de análise de classe social deste período:



Fonte: autoria própria

Portanto, esta estrutura social era mais ou menos fixa durante este período histórico, sendo que os homens livres tendiam a se associar, pela sua condição de dependência, aos senhores de engenho e de terras. Na obra, “Homens livres na ordem escravocrata” (1997), Maria Sylvia de Carvalho Franco traz a situação dos brasileiros que não eram escravos, nem senhores de terra no século XIX. Estes sujeitos sociais eram livres formalmente, porém dependentes simbólica e materialmente, sobretudo dos senhores de terra. Segundo a autora, este contingente de quase 70% do total da população nesta época não encontrava espaço no sistema produtivo principal. Assim, surge no Brasil, a figura do “agregado”, sendo intermediário entre os proprietários e os despossuídos. Posteriormente ao fim formal da escravidão no Brasil em 1989, Clóvis Moura (1983), informa que esta classe de senhores de engenho, escravos e terra se conformou em latifundiários estabelecendo ainda diversos mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais para controlar uma iminente luta de classes advindas dessas camadas de ex-escravos e acomodá-los em grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente.

Depreende-se então que a partir deste momento, as estruturas sociais começam a se complexificar mais, visto o grande número de imigrantes advindos da Europa que começam adentrar no país. Neste período ainda podemos começar a



trazer dados sistematizados pelo IBGE com os “grupos de área” através do Censo Agropecuário de 1920 até 2017. Neste período, é criado o Partido Comunista Brasileiro (1922) que, apesar de tardiamente, se volta para a questão agrária. Neste contexto que a denominação “camponês” passa a ser usada sistematicamente para se tratar os sujeitos sociais mais pobres do campo e é nominado o latifúndio como seu inimigo de classe. Martins (1981), Abramovay (1992), Medeiros (1998), Novaes (1987), Palmeiras (1989). Neste processo, a grande diversidade de situações no campo se unifica na luta pela reforma agrária. (Medeiros, 1995).

Número de estabelecimentos agropecuários por área

	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Grupos de área total											
1.000 ha e mais	26.045	27.822	32.628	32.480	36.874	41.468	47.841	50.411	49.358	47.578	51.203
10 a menos de 100 ha	0	975.441	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.160.340	1.916.487	1.971.600	1.980.684
100 a menos de 1.000 ha	157.959	243.818	268.159	314.831	414.746	446.170	488.521	517.431	469.964	424.288	420.719
Menos de 10 ha	0	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.064.822	2.402.374	2.477.151	2.543.681
Menos de 100 ha	463.879	1.629.995	1.763.491	2.986.435	4.454.022	4.500.809	4.614.793	5.225.162	4.318.861	4.448.751	4.745.310

Fonte: "IBGE - Censo Agropecuário"

Porém, este processo de luta por reforma agrária que unifica estes sujeitos sociais em movimentos como as Ligas Camponesas nesta metade do século XX é



totalmente desmobilizado com o golpe militar de 1964 que enxergava em qualquer mobilização uma ameaça comunista. (Starling, 1986). Ainda neste período da ditadura militar, Palmeiras (1989) identifica o surgimento da genérica categoria “trabalhador rural” e “inculcá-lo em suas bases, adotando-o como um termo “naturalmente” genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra” (1989, p. 17). Esta retrospectiva demonstra como complexa é a questão das denominações e dos conflitos que permeava estes processos sem contar com as denominações adotadas subsequentes como “agricultor familiar” e “sem terra” todas permeadas por um processo de mediação de diversas organizações que são criadas a partir de contradições estruturais.

“os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais a depender do perfil político-ideológico das organizações que assumem o papel de mediação da ação dos dominados”. (Galvão, 2011, p. 112 e 113).

Dando um salto, cabe trazer para o debate o seguinte dado trazido pelo IBGE (PNAD/IBGE, 2009): no Brasil atual haveria 30,7 milhões de pessoas no rural, destas aproximadamente 54%, ou seja, 16,5 milhões são pobres (renda familiar per capita mensal de até 0,5 salários) e 8,1 milhões de pessoas estão ainda na extrema pobreza (renda familiar per capita de até 0,25 salários mínimos). Este dado retrata como o rural, mesmo com somente 15% de toda a população brasileira, concentra quase metade de toda a população nesta situação de extrema pobreza que totalizam 16,27 milhões de pessoas. Para ampliar esta análise, trazemos para o debate os dados do estudo da FGV que foram baseados, sobretudo nos critérios da renda da população rural atualizando e interpretando os dados do censo agropecuário de 2006. Inicialmente, cabe retomar a interpretação de que se pode falar neste caso não em classe social, mas sim em classe de renda. Mundialmente, é definido que os 10% mais ricos são a classe alta e entre estes 10% mais ricos e os 50% mais pobres estaria a classe média. No estudo da FGV considerou-se o estudo



da Pesquisa Nacional por Amostras dos Domicílios (PNAD) que avalia a renda de toda a família, somados seus membros e seus ganhos sejam, dentre outros, em salários, aposentadorias, pensões e programas sociais.

A apresentação da realidade social do meio rural brasileiro através de uma análise da sua desigualdade (econômica, social, política e cultural) e das lutas sociais representadas pelos interesses antagônicos dos vários grupos sociais representativos destes sujeitos em vários espaços ou por “recursos escassos” como prefere (Souza, 2018, p. 153), possibilitando elucidar o que gera conflitos sociais no campo brasileiro, assim como funciona os processos de exclusão ou e concentração com base na posição social de cada um dos atores, este foi o interesse de nossa pesquisa. Entretanto, há de se convergir que retratar a realidade dos sujeitos sociais do rural brasileiro é uma tarefa hercúlea. O Brasil não é para principiantes! Já dizia Antônio Carlos Tom Jobim e levado à luz da interpretação de análise sociológica e antropológica por Roberto da Matta (1979, 1984). Se aventurar nesta tarefa, portanto, parte do pressuposto da necessidade de se fazer recortes de temas, porém, incorreríamos ainda no risco extrapolar a escala de análise tendo em vista a visível e flagrante complexidade das diferenças de um canto a outro deste país continental.

RETOMANDO AS ANÁLISES

Objetivou-se neste trabalho, levando em conta estes riscos de simplificações da realidade, buscar entender e relatar com base em algumas questões mais objetivas as desigualdades sociais em suas multidimensionalidades (renda; hierarquia; preconceito; questões de gênero e de raça; oportunidades desiguais; acesso desigual a educação, cultura saúde, saneamento, água, etc;) que assolam historicamente este país, concordando assim com Jessé Souza que



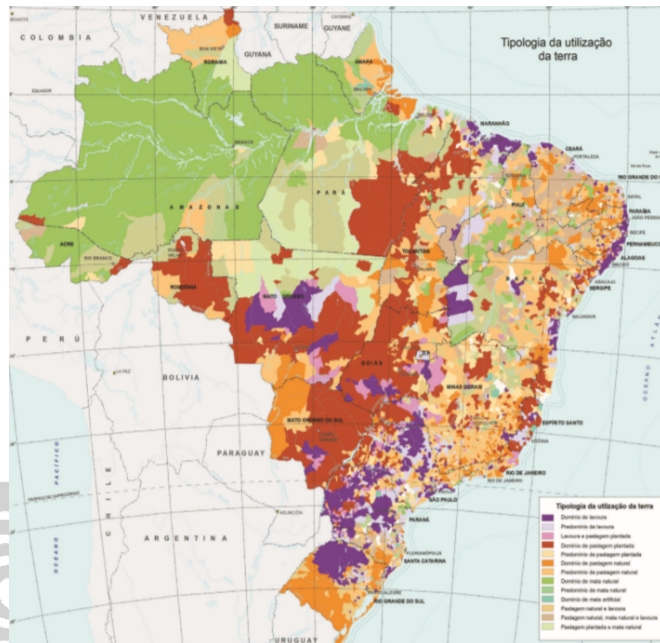
existem “mecanismos simbólicos classificatórios operantes em qualquer contexto capitalista” (2018, p. 144). O nosso recorte se objetivo observar apenas o espaço rural brasileiro. Mas novamente se faz necessário uma teorização que adotaremos que pode deixar mais explícito o que estamos chamando de rural brasileiro. Já que se não é passível de discussão que o Brasil é ocupado por mais de 210 milhões de habitantes, como também não é passível de discussão a extensão do mesmo que tem cerca de 851.600.00 hectares, estas afirmações mais objetivas e exatas sem divergências praticamente se encerram aí. Este é o ponto de partida das nossas análises, da nossa tarefa com este trabalho.

José Eli da Veiga apontou diversos fatores que questionam a classificação rural/urbano no Brasil (2002). Falta de critérios para as municipalizações, câmara dos municípios como responsável pela classificação do seu território em urbano ou rural visando o aumento na arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), uso de um decreto lei de 1938, ainda do Estado Novo em um contexto que urbanização e modernização eram sinônimos, onde toda área de municípios e sedes distritais como urbanas, dentre outras explicações são o mote da crítica do autor que seria, segundo o mesmo, menos urbano do que se calcula se usarmos como base alguns critérios usados em outros países. (VEIGA, 2002). Enfim, no ano 2000 com estes critérios questionáveis, segundo Veiga, a população urbana atingiu 81,2%, sendo que em 1991 a população rural era 24,5% da população. Segundo Veiga, se usados os critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de densidade demográfica e pressão antrópica sobre os ecossistemas a população rural seria 30% e não os 18,8% apontados pelo IBGE no ano de 2000. Porém, hegemonicamente na geografia este debate não ecoou tanto, e quando o foi, partiu da negação dos argumentos de Veiga, sobretudo pelo simplismo que acometeria às críticas do mesmo. (CARLOS, 2003). Fato é que, oficialmente no estado através do IBGE a população Brasileira estaria dividida entre 84,4% urbana e 15,6% rural (IBGE, 2010).



Ao que parece estes dados permanecerão assim no próximo censo demográfico de 2020, estagnando assim grandes mudanças nestes percentuais observados nas últimas décadas.

Tipologia da utilização da terra



Fonte: IBGE, Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2011

Em relação à concentração fundiária, apesar de todas as críticas que recebe já que calcula somente quem tem terra, o melhor índice para determiná-la segue sendo o coeficiente de GINI. Quanto mais perto de 1 maior é a concentração, estando o Brasil em 0,867 no último censo agropecuário de 2017. A série histórica mostra o Brasil em aumento gradual desta concentração. No Brasil, de acordo com o último Censo Agropecuário de 2017, 1% das propriedades agrícolas ocupa quase metade das áreas rurais do país. São 51.203 propriedades com mais de mil hectares que representam 1% das 5.073.324 propriedades existentes que ocupam 47,6% da área rural, sendo que no censo agropecuário de 2006 esta participação era de 45%.



Por outro lado, as pequenas propriedades rurais, igual ou abaixo de 10 hectares ocupam somente 2,3% da área rural.

Há um debate já feito há mais tempo e com dados mais objetivos e que tem relação com o objeto da pesquisa é a concentração de terra no país, autores como o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira traz contribuições valiosas para estes estudos com dados sistematizados em gráficos, tabelas e mapas. Oliveira traz também muitos estudos dos conflitos por terra que também tem interface direta com o objetivo de pesquisa que traçamos, dentre estes está a informação que ele intitula “maiores latifúndios do Brasil”, sua área e localização.

Nome	Área em Ha	Local
MOACIR ELOY CROCETTA BATISTA CIA LTDA	246.467	BOCA DO ACRE – AM
PARANCRE	195.309	TARAUACÁ - AC
JONAS AKILA MORIOKA	175.142	PORTEL - PA
BANCO DO BRASIL S/A	164.974	EM TODOS ESTADOS
MAGESA	132.878	VÁRIOS MUNICÍPIOS DO PARÁ
BANCO BRADESCO S/A	131.347	EM TODOS ESTADOS
CIA MELHORAMENTOS DO OESTE DA BAHIA	121.411	FORMOSA DO RIO PRETO – BA

Em relação ao conceito de classe social no rural brasileiro com foco na ideologia dos grupos dominante e hegemônicos, Regina Bruno (2009) busca resumir



o discurso ideológico da “burguesia agrária” brasileira apontando a expressão desta classe social no cenário econômico, político, social e cultural do país, a partir das seguintes entidades patronais como: a Associação Brasileira de Agronegócio (Abag), Movimento Nacional dos Produtores (MNP), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sociedade Rural Brasileira (SRB), União Democrática Ruralista (UDR), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Regina Bruno (2012) aprofunda sua interpretação identificando e analisando o movimento “sou agro” iniciado em 2011 com propagandas incessantes na grande mídia onde tenta se vender um setor agrícola de fartura, da tecnologia sofisticada, da felicidade, da preservação ambiental. Bruno (2012) diz que este movimento visa institucionalizar os interesses destes grandes proprietários de terra além de querer considerar o seus interesses como correspondentes ao interesse de toda a sociedade. Porém, Bruno finaliza que na verdade os interesses patronais:

...reproduzem um conjunto de práticas associadas à depredação do meio ambiente, ao uso do trabalho degradante, à violência, à intolerância, à dificuldade de negociação e à defesa intransigente da concentração fundiária que, inevitavelmente, vão de encontro à linguagem da preservação do meio ambiente, do diálogo e do respeito à pessoa. (2012, p. 24)

Ainda sobre o conceito de classe social, concordando com Galvão (2011, p. 108), também “descartamos os conceitos de classe que se circunscrevem à renda e/ ou dimensão ocupacional”. Concordamos ainda que: “as classes como força social em ação não podem ser consideradas como meros reflexos da posição na estrutura econômica”, ou seja, não se pode esperar que a posição estática por si só garanta alguma ação. Com isso, foge-se de um determinismo econômico e de um essencialismo que não é histórico-dialético. Ou seja, é mais inteligente falar de uma “multideterminação simultânea econômica, política e ideológica”. (Poulantzas apud Galvão, 1978). Assim, “não há classe senão na relação conflitual com outras



classes” (Bensaïd apud Galvão, 2001, p.110) e já citado no texto a partir de Souza (2018). Porém, fugir do economicismo, não implica cair em uma indeterminação ou relativismo absoluto, por isso Galvão (2011) aponta o operariado, a pequena burguesia, o campesinato e as classes médias - que se distinguem quanto ao tipo de trabalho realizado, às condições em que a força de trabalho é vendida e, no caso do produtor familiar, ao tipo de vínculo estabelecido com a pequena propriedade. Estas análises de Galvão contrariam a bipolarização e adotam uma multipolarização.

CONCLUSÕES

Portanto, denominações oposicionistas como camponês e latifundiário, agricultura familiar e agronegócio, trabalhador rural e fazendeiro, mais do que contradições são permeados pelo tempo histórico e pelo espaço onde estas classificações acontecem. Isso se faz necessário pensar nas escolhas políticas e ideológicas destes sujeitos e como estas se institucionalizam nos movimentos, sindicatos, associações, confederações e apontam uma direção que criará quase que necessariamente um ou mais opositores. Apresentar este cenário tem como objetivo fugir de uma simples aplicação de um conceito na interpretação de uma realidade tão multifacetada. Porém, as ciências sociais, devem generalizar para encontrar algumas regularidades, sobretudo no aspecto onde um grupo se beneficia enquanto outro é restrito aos recursos mínimos para sobrevivência. Neste caso, para se pensar nesta classificação no Brasil, como demonstra os dados quantitativos, parece mais prudente interpretar que a maior contradição dos sujeitos sociais do meio rural é o acesso a terra. Analisar o uso da terra no Brasil, portanto também é



definir classes sociais do rural Brasileiro. Concentração fundiária é a porta do trabalho escravo, da migração forçada e da desigualdade social no campo.

A pesquisa ainda retornou que realmente a desigualdade social no rural é ainda maior que no espaço urbano. Uma hipótese que tivemos, e que foi comprovada com os dados é de que a área rural é ocupada economicamente, seja para especulação, seja para produção de commodities por população não estritamente rural. Ou seja, a maioria das terras do Brasil não é ocupada produtivamente ou não através da especulação por quem nela vive e trabalha de verdade, um exemplo é a bancada de cerca de 300 deputados advindos deste setor. Portanto, hoje ainda é válida a luta com base na palavra de ordem: “Terra para quem nela vive e trabalha” ordem reivindicada pelas Ligas Camponesas e mais recentemente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Há ainda possibilidades múltiplas de interpretação sobre “classe social” do rural brasileiro que descobrimos, nos vários artigos científicos que lemos. Na proposta inicial, pensava que o que encontraria era somente esta interpretação de classe limitada, sobretudo a renda e a colocação destas entre A e E, porém encontramos muitas análises balizadas na teoria Webberiana que se aproxima mais do status destas classes com base, sobretudo, nas ocupações das pessoas com base no CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações) fazendo análises também partir do PNAD, há ainda um grupo que pensa as classes sociais através do consumo. Outras contribuições neste sentido foram encontradas nas interpretações mais simplificadas de pensar proprietário, despossuído e seu intermediário, o arrendatário. Fato é que, cada vez mais, fomos nos afastando das interpretações muito fria dos dados, sobretudo de renda, pois deixam uma lacuna muito grande entre os contextos histórico, geográfico e a continuidade dos processos sociais excludentes. Entretanto, uma questão que nos chamou muito a atenção é como a população da extrema pobreza do país esteja concentrada, sobretudo na população rural, apesar desta ocupar apenas 15% da população geral, o que, de certa forma,



confirma a hipótese de maior desigualdade no rural, apesar das críticas destes indicadores não considerarem a produção para o próprio consumo destas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo -Rio de Janeiro -Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança e agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009

BRUNO, Regina. **MOVIMENTO SOU AGRO: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Fortaleza, 1 de Set. de 2012.

CARVALHO, H.M. **Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária**. Revista NERA, ano 7, n. 5, p. 113-122, jul.-dez 2004.



Concentração no campo bate recorde - 1% das propriedades rurais tem quase metade da área no Brasil.

<https://oglobo.globo.com/economia/concentracao-no-campo-bate-recorde-1-das-propriedades-rurais-tem-quase-metade-da-area-no-brasil-24040134> - acesso em 30 de Dezembro de 2019.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. **Quem produz o que no campo: quanto e onde II: censo agropecuário 2006 – resultados: brasil e regiões.** Brasília, DF: CNA, 2010

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: UNESP, 1997

GALVÃO, Andrea. **Marxismo e movimentos sociais.** Revista Crítica Marxista, n.32, p.107-126, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em Março de 2019.

_____. **Censo agropecuário 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em Março de 2019.



_____. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.metadados.geo.ibge.gov.br. Acesso em Fevereiro de 2020.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), (2007), “Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Nota Técnica”, in R. P. de Barros, M. N. Foguel e G. Ulysses (orgs.), **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente**. Brasília, Ipea. 2 vols.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo. Nova Cultural. 1985.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Boitempo. 2010.

MARX, Karl. **Miseria de la Filosofía**. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde. **Catolicismo e política**. Estudos Sociedade e Agricultura, 10, abril 1998: 190-194. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dez/leonil10.htm>. Acesso em 01 de Março de 2020.



_____. **Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe.** Estudos Sociedade e Agricultura, 4 de julho, 1995: 50-65. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/leo4.htm>. Acesso em 12 de Abril de 2020.

MEDEIROS, M. **Medidas de Desigualdade e Pobreza.** Brasília, EdUnB, 2012, 170 p.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo.** 1983

NERI, M. C.; MELO, L. C. C.; MONTE, S. R. S. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 312p.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média.** Rio de Janeiro, Centro de Políticas Sociais/FGV Editora, 2008.

NOVAES, Regina Célia R. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Rio de Janeiro, Graphia, 1997, 238p.

OLIVEIRA, A. U.; FARIAS, C. S. . **Atlas da Reforma Agrária no Brasil.** 1. ed. São Paulo: FFLCH Edições, 2011. v. 01. 200p



OXFAM. **Tempo de cuidar : O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade.** ISBN 978-1-78748-541-9. Janeiro de 2020.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária.** Estud. av. [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300006&script=sci_arttext. Acesso em 18 de Março de 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira.** São Paulo, Boitempo, 2010.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade Reexaminada.** 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 297p.

SOUZA, Jesse. **A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

_____. **A elite do atraso – Da escravidão à lava jato.** São. Paulo: Editora Leya, 2017. 242p.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Apoio:



_____. **A ralé brasileira – quem é e como vive.** Jessé Souza, André Grillo et AL. (colaboradores), Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Humanitas)

_____. **A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite.** São. Paulo: LeYa, 2015.

_____. **Os Batalhadores Brasileiros. Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?** Belo Horizonte, UFMG Editora, 2010.

SOUZA, Pedro H. G. F. de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.** Tese de Doutorado, UNB, 2016.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os Senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964.** Editora: Vozes, Ano: 1986.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.



O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E OS ENTRAVES DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS ENTORNOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI, MG

GT 12 - O futuro dos estudos rurais: experiências de investigação dos novos pesquisadores

Beatriz Roque dos Santos

Estudante do Mestrado em Estudos Rurais UFMG

beatrizroques@gmail.com

Dr. Alan Faber do Nascimento

Professor do Mestrado em Estudos Rurais UFMG

alanfaber@uol.com.br

RESUMO-Introdução: A presença e uso humano das áreas naturais para desenvolvimento da agricultura, com comunidades rurais que usufruem da terra, foram pautas de discussões sobre o uso e apropriação destas áreas. Como soluções destas demandas foram sugeridas a inserção de Unidades de Conservação. O que ocorre neste processo em maior parte é que estas áreas foram inseridas sem a participação das comunidades pertencentes ao seu entorno, por este motivo durante seu processo e até os dias atuais, ainda existem conflitos sendo um dos mais agravantes a questão fundiária. **Objetivos:** Diante desse aparato regulatório, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do processo de inserção do PEBC, fazendo o levantamento da questão fundiária e apropriação das terras por parte das quatro comunidades de seu entorno. **Metodologia:** Para tanto, será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto e a análise do Plano de Manejo do PEBC. **Resultados:** Os resultados mostraram que a questão fundiária existente no PEBC não se encontra regularizada, em função da falta de recursos financeiros para indenizar a Companhia S.A que detem 95% da área do parque, além de processos de uso e ocupação de áreas irregulares em seu entorno e os conflitos existentes com as comunidades. **Conclusão:** Diante destes entraves percebe-se o quanto se torna essencial inserir as comunidades nas atividades advindas do PEBC desde seu processo de criação, além de ações pelos órgãos públicos ligados ao seguimento de parques para trazerem soluções para regularizar estas áreas promovendo assim o desenvolvimento da conservação de forma efetiva.

Palavras-Chaves: Questão fundiária, Parque Estadual do Biribiri, comunidades do entorno.



1-INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre os usos econômicos, sociais e ambientais nos entornos de Unidades de Conservação. Uma questão que, invariavelmente, vem à tona são aquelas referentes à posse de terras, à estrutura fundiária e os conflitos advindos da expropriação de comunidades tradicionais.

Com efeito, parece claro que a criação de Unidades de Conservação como forma de preservação, exige dos órgãos públicos ligados à implementação das UCs, que passem a se importar com a demarcação de posses de terras e a regulamentação fundiária das áreas ambientalmente protegidas. A esse propósito, é bom sempre lembrar que se trata de uma questão de tradição antiga no Brasil, haja vista sua natureza social patrimonialista. Afinal, a questão do uso e apropriação de terras no Brasil já se encontrava em disputas, muito antes da entrada de europeus no país, tendo seu surgimento no Tratado de Tordesilhas.

Tomando como referência, portanto a problemáticas fundiárias das UCs, esta pesquisa busca explorar o problema da comunidade de Pinheiro, pertencente ao entorno do Parque Estadual do Biribiri, localizado a cidade de Diamantina - MG Pretende-se também no desenvolvimento desta pesquisa traçar caminhos e soluções para esta comunidade e sua relação com o parque. Na tentativa de responder ao seguinte questionamento: Até que ponto a comunidade de Pinheiro consegue lidar com a inserção do PEBI e as questões fundiárias e quais são suas limitações e soluções para a realidade imposta?

Para tanto, será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto, análise do Plano de Manejo do PEBI, e entrevista com o representante da comunidade de Pinheiro.

Por fim, entende-se que conhecer a realidade da comunidade antes da inserção da Unidade de Conservação e a relação da comunidade com a gestão parece ser uma



oportunidade de entender os possíveis conflitos existentes advindos do uso da terra, podendo assim serem sugeridas mudanças e sugestões para a aproximação e consolidação da atividade dentro e no entorno do Parque.

2-Desenvolvimento

Questão fundiária nas Unidades de Conservação no Brasil

O contexto de inserção de Unidades de Conservação e o uso das terras por comunidades tradicionais é tema de discussão e debates que analisam a real importância e os impactos de tal realidade.

O usufruto das terras pelo homem é uma realidade presente nos tempos antigos há cerca de 500 anos, onde a terra podia ser considerada como uma riqueza. Em uma época pautada como remota, onde os campos, eram compostos por camponeses que utilizavam o plantio de cana-de-açúcar para seu sustento e ao mesmo tempo, debatiam com grupos de militares que queriam ter acesso a estes locais. O posicionamento e lutas pelas terras por pessoas do campo, tornou-se nesta época, uma realidade, onde os camponeses usavam o seu posicionamento e tentativas de permanência em suas terras, como forma de resistência às diversas formas de expropriação, encontradas nestes séculos e a título de análise até atualmente em terras brasileiras(GIRARDI,et,al.2008).

Na leitura desses cinco séculos é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Esses processos sempre se desenvolveram simultaneamente construindo um dos maiores problemas políticos do Brasil: a questão agrária. Neste século, a luta pela reforma agrária passou a fazer parte dessa questão, que possui a seguinte configuração: a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada. (SILVA,2008,p.122)



Durante todo o contexto histórico do país, tanto os trabalhadores quanto os camponeses e povos que viviam nas terras foram marcados por ondas de violências, exclusão e formas de repressão com direitos relacionados à terra e sua forma de sustento. Pesadas na balança os entraves citados, nota-se o quanto contraditório e irregular são as inúmeras formas de distribuição da terra e das formas de sustento, onde poucos conhecem a posse das demarcações territoriais e na maioria dos casos são adquiridas de forma ilícita ou com o custeio de muitas vidas (BOMBARDI, 2006).

Na perspectiva de uma ideologia, da minimização de tais conflitos, é que se cria o Estatuto da Terra em 1964, afirmando, assim, os elos entre os latifundiários e o governo militar. Analisando, mais a fundo, os elos da história do divisor de terras brasileiras e a inserção de tal órgão, percebe-se através de dados que o mesmo não se formou elos, mais sim, tornou uma tentativa de integração de forma desigual, como tentativa de não devolução das terras, pertencentes aos camponeses por direito (FERREIRA, 2013).

O Estatuto da Terra, tornado lei pelo regime militar, era lei morta. A colonização na Amazônia aparecia como autêntica contra-reforma; como escreveu Octavio Ianni, após 20 anos, os militares não permitiram sequer que do Estatuto saísse um plano nacional de Reforma Agrária. Foi a “Nova República” que se incumbiu dessa missão histórica, sem, entretanto obter o apoio de sua base aliada no PMDB, no PFL, e dos latifundiários, enfim, esqueceu-se que para o Estatuto se tornar Plano havia de ser superado o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais que isto, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital mundializado e, agora, territorializados. (OLIVEIRA, 2010, p. 192).

Neste contexto, os militares, advindos do poder selavam elos para supremacia de terras e montavam projetos sem objetivos concretos para fundiários, a título de exemplo a criação em 1984 do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), sendo um dos objetivos os assuntos fundiários provando desnecessariamente a relação de o grupo militar nos assuntos advindos da terra. (FERREIRA, 2013).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



As repressões, as intimidações, as injustiças, em consonância com os grandes projetos de integração nacional por parte de diferentes governos, fizeram com que a questão agrária entrasse num rápido processo de militarização na década de 1970. Através da criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários em 1982, o “Quartel da Terra”, o mesmo assume a política fundiária, cujo controle ficou nas mãos do General Danilo Venturini, portanto, assumia-se que era um problema de ordem militar. (FERREIRA, 2013, p.83).

Com o passar dos anos, o Estado passa a assumir o domínio e território das terras, sendo os conflitos enraizados entre os camponeses e o poder público que por meio de documentos e escrituras de terras tendem a apossar das propriedades como bens do Estado, demarcando terras, expulsando grupos de famílias de seus locais de origem, tendo como uma das justificativas a expansão agropecuária e do uso da terra para construção de novos empreendimentos agrícolas e industriais. (BOMBARDI, 2006).

Nesse cenário, é possível compreender os camponeses como uma classe social da sociedade capitalista. Por isso, trata-se de uma fração e não o território na sua amplitude. Daí a relevância de resgatarmos parte das lutas vivenciadas no campo brasileiro, nas quais, muitas vezes, esquecemo-nos de grupos de camponeses que atuam isoladamente nos mais remotos rincões, veredas, sertões e chapadões do Brasil. (FERREIRA, 2013, p.86)

O posicionamento destas lutas, no país que se avalia e expulsa populações, como resultado para preservação do meio ambiente ou desenvolvimento de capital, fez surgir inúmeros movimentos e retardações que trouxe como estatística a divisão entre a sociedade e os ambientes ditos como naturais. (BOMBARDI, 2006).

Nestas terras, ocorreram grandes plantações de alimentos, extrativismo vegetal, caça e pecuária, algumas destas atividades eram realizadas de forma desordenada, fazendo com que os órgãos ligados à conservação pensassem em estratégias para proteger esses lugares. Neste sentido foram elaboradas propostas, durante as conferências Internacionais ligadas às discussões sobre as formas de manuseio da terra e os impactos destas para o meio ambiente (MASSUQUETI, 2010).



Analisando este contexto histórico, fica nítido que ao se planejar uma Unidade de Conservação, alguns séculos depois para sua efetividade, devem-se considerar as demarcações territoriais existentes dentro e no entorno destas áreas, além disso, a participação das comunidades pertencentes a estes locais torna-se uma ferramenta efetiva para uma gestão compartilhada e efetiva. (KURY, 2009).

A questão de terras e as demarcações de propriedades e áreas das Unidades de Conservação é resposta para uma eficaz gestão, que são entrelaçados com a convivência, os entraves e o manejo de suas áreas, tendo como justificativa as problemáticas advindas das terras e as áreas ditas protegidas.

Em Unidades de Conservação e em seus entornos, a divisão de terras torna-se um dos maiores conflitos, sendo este justificado pelas questões relacionadas às regulamentações destas terras e os entraves sendo eles relacionados: a divisão e propriedades das terras, propriedades particulares ou do estado, além das questões jurídicas ou relacionadas a bens das famílias. (MORAIS, 2014).

Analisando tal problema em uma Esfera Federal, no qual o órgão responsável pela regularização das terras nos entornos de UC: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), onde o primeiro exerceu as atividades até 2009 e o segundo até os dias atuais. Percebe-se que diversas atividades foram desenvolvidas na tentativa de sanar as problemáticas envolvendo as questões relacionadas ao uso e apropriação das terras. No ano de 1999, o IBAMA, por exemplo, criou um documento com o objetivo de analisar a situação fundiária e apresentar possíveis soluções. Já em 2003, o mesmo órgão elaborou baseado na Constituição Federal de 1988 o decreto que determinava as normas e disposições para a regularização das UCs (CHEADE, 2015).

A partir do ano de 2009 a regularização passou para o ICMBIO, que assegurou os decretos criados pela IBAMA e no dia 3 de setembro de 2009, publicou o segundo decreto que regulariza os procedimentos relacionados à desapropriação dos imóveis



rurais além da indenização administrativa ou reproduzidas de ações judiciais, para tal procedimento os requeridos deveriam no ato do pedido apresentados documentos pessoais e de dados do terreno ou imóvel que queriam a análise ou indenização do órgão aqui citado (KURY, 2009).

Observando todas estas normas e procedimentos relacionados à regularização de terras do entorno de UCs, nota-se que para a consolidação destas leis, diversas são as problemáticas enfrentadas, sendo elas de amplos segmentos ou ações.

A primeira dela é relacionada às políticas públicas, uma vez que há poucas ações e interesse pela questão ambiental e análise das áreas de localização, ocasionando diversos conflitos de territorialidade; uma segunda problemática seria relacionada a estrutura administrativa onde de modo geral há poucos funcionários, falta de capacitação técnica, institucional e pública para liderarem as inúmeras UCs; um terceiro problema seria os recursos financeiros no qual são inseridas sem um orçamento prévio das suas terras e o valor delas, além disso há baixa liberação de recursos para a área ambiental e de terras no país; a quarta é relacionada aos documentos e registro no cartório dos imóveis ou de títulos, títulos sem origem, títulos particulares e aqueles que foram forjados em cartório; e por último existe o conflito relacionado às comunidades locais onde a maior parte das demarcações interferem nos terrenos destas populações ou em alguns casos os novos limites das UCs proíbem o uso dos recursos naturais ou das atividades desenvolvidas dentro destes locais. (CHEADE, 2015). De acordo com Pádua 2002:

As UCs se tornam vulneráveis e comumente entendidas pela população local como “terras de ninguém” pela falta da sua implementação efetiva. Por sua vez, esta tem como causa a falta de: pessoal competente, autonomia administrativa; e decisão política; vale destacar que além do comportamento da comunidade do interior e entorno da unidade, a precariedade documental e as “indenizações milionárias” também são agentes causadores do problema. A maior dificuldade enfrentada pelo poder público na solução das questões fundiárias nas unidades de conservação consiste, em primeiro lugar, na complexidade dos procedimentos administrativos e do processo judicial e, em segundo, na indisponibilidade de recursos orçamentários, financeiros e humanos. (PÁDUA, 2002, p.10).



Nota-se neste aparato relacionado à questão fundiária que antes de tudo é preciso mais leis e ações voltadas para o desenvolvimento das UCs no país, a questão ambiental e das terras deve ser analisadas em conjunto, além de atividades de mobilizações, interação, atividades voltadas para os direitos de posses das terras, na tentativa de aproximar os responsáveis pelas UCs, comunidade local e poder público para determinarem possíveis saídas para resolver este empecilho. Neste sentido é criado o direito de análise destes locais também conhecido como o direito agrário:

A regularização fundiária no sentido adotado pelo direito agrário consiste na definição das situações dominiais e possessórias de imóveis rurais situados em determinado espaço territorial. [...] No plano ambiental, a regularização fundiária consiste na solução das situações dominiais e possessórias não no sentido de reconhecê-las e mantê-las intocáveis, como acontece no direito agrário, mas com o objetivo de incorporar as terras ocupadas a justo título ou não ao patrimônio do órgão gestor da unidade de conservação. (AZEVEDO, 2002, p.37).

As temáticas envolvendo as pendências fundiárias em Unidades de Conservação no país são resultados de duas situações: a primeira é que há diversos ocupantes sem títulos e o segundo é que há terras com muitos títulos, ou seja, há desigualdade na divisão e acesso à terra. (NETO, 2002).

Quando se analisa esta situação pode-se pensar que a solução para tal problema poderia ser a desapropriação destes locais, mais se analisarmos profundamente percebe-se que são situações complexas, que exigem orçamentos, demandas e levantamentos de dados dos tipos de terras e propriedades inseridas dentro e no entorno das Unidades de Conservação.

As áreas ditas como particulares estão localizadas no interior dos Parques e são determinados como terras do Estado. Estas terras em alguns casos foram registradas em Cartório com documentos que não demarcavam sua extensão e localização. Um segundo ponto de conflito, nestas áreas seria a questão relacionada às ações judiciais interligadas com a desapropriação. E por último e não menos importante, se encontra o uso indevido dos locais naturais que se valiam através de



documentos de autorização para atividades de desmatamento e uso desordenado da natureza.

O Parque Estadual da Pedra Branca localizado no Rio de Janeiro também exemplifica os problemas advindos da questão fundiária, a Unidade de Conservação foi criada pela Lei Estadual nº 2.377 de 1974, com o objetivo de proteger os recursos naturais e a formação florestal que se encontrava localizada na área urbana, por este motivo há diversas propriedades em seu entorno. Além disso, possui nos dias atuais um mosaico patrimonial, pertencentes ao Estado, posseiros ou com áreas particulares, como consequência desta realidade, ocorrem diversos conflitos relacionados às terras e seu usufruto por parte das comunidades de seu entorno, alguns resultados são as constantes queimadas e surgimento de novas construções irregulares. (IWAMA, et. al, 2014).

Um exemplo também importante de delimitações das terras em parques são as limitações de suas áreas de amortecimento com o objetivo de conservar o bioma e as áreas naturais. O Parque Nacional da Serra da Canastra criado no ano de 1972 exemplifica este caso, onde sua área total do parque e seu entorno seria de 199 mil hectares, porém 72 mil deste total foram demarcados pelo poder público através de desapropriações. Em um local de fazendas e comunidades que precisavam ser esvaziadas, sem dúvida, houve conflitos, na época que ocorreu tal fato foram levantados os dados de 3 mil famílias que utilizam o local para moradia, cultivo e sustento. (SILVA, 2005).

As desocupações foram impactantes para a região, pois além de afetar diretamente a parte socioeconômica das localidades, havia grande número de propriedades e comunidades tradicionais estabelecidas na área, que comportam um grande acervo histórico-cultural sobre a região. Os proprietários demonstraram resistência à desocupação e, devido a esse fato, conflitos foram gerados com o Estado. O governo, para minimizar os embates, decidiu recompensar as áreas desocupadas com títulos de dívida agrária – com valor inferior ao do mercado – o que não atenuou as desavenças. O extinto IBDF permitiu atividades agrícolas e áreas de pastagem na extensão que compreendia o Parque, e o Departamento Nacional de Produção Mineral forneceu títulos de exploração mineral, colaborando com as possíveis degradações. (SILVA, 2005, p.4).



Ampliando o campo de análise, observa-se que no estado de São Paulo considerado um dos maiores estados do país, ainda traz problemas com as questões fundiárias quando se trata do quesito meio ambiente, conservação ambiental e divisão de terras. As Unidades de Conservação localizadas no estado, até o ano de 2005, não possuíam documentos relacionados ao cadastramento de suas terras ou indícios de registros no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Sendo justificado o não cumprimento de tais demandas por estas terras pertencerem a diversos proprietários ou empresas particulares que exigem numerosos valores indenizatórios que não se encontram disponíveis nos orçamentos das gestões e dos órgãos ligados à proteção ambiental. (MOREIRA, 2018).

Os planos de manejo criados por estas Unidades delimitam áreas restritas ao uso da gestão, e tornam os locais habitados por populações como espaços pertencentes ao parque. O plano de manejo da Ilha de Cardoso feito no ano de 1976, por exemplo, antes do SNUC e suas delimitações, não incluiu no processo de criação e implementação, as comunidades caiçaras, obrigando as famílias a aceitarem a nova realidade ou migrarem para a região de Cananéia em São Paulo. (ARRUDA, 1999). Outro exemplo foi à criação do Parque Estadual de Ilhabela, criado pelo decreto estadual nº 9.414 de 20 de janeiro de 1977, onde em seu projeto de planejamento e gestão da Unidade de Conservação não considerou a existência das populações caiçaras pertencentes ao seu entorno, sendo estas excluídas das atividades (pesca e plantio) que praticavam nas terras, antes não apropriadas pelo parque (NASCIMENTO, 2016). Na nova realidade são excluídas e proibidas do manuseio de parte de suas terras, surgindo desta maneira os conflitos.

Como podemos perceber a divisão de terras e os tipos de ocupações existentes nestas áreas, geram pendências fundiárias que demandam tempo, iniciativas e ações para serem regularizadas sendo estas justificadas pela presença de populações e comunidades dentro e no entorno, aquisição de terras por proprietários



de fazendas, falta de recursos para regularização fundiária, terras devolutas do Estado e de domínio público ou na maioria dos casos inexistência de documentação sobre a propriedade. (MORREIRA, 2018).

Questão fundiária nos Parques Estaduais de Minas Gerais

Dizem que quem conhece um Parque e seu entorno, também contempla a sua alma e se apropria e cria laços com os saberes locais, afinal cada lugar e pessoa possui sua essência, este é o relato de um guia do Parque Estadual da Serra do Cipó em um momento de seu acompanhamento a uma visita minha juntamente com colegas do curso de Turismo. De fato ele tem razão, uma vez que ao contemplar as belezas naturais e atrativos também me sentir pertencente àquele lugar, mais que isso, esta experiência me fez aprofundar melhor nos estudos sobre os parques da região do Vale do Jequitinhonha e entender a relação entre suas culturas, demarcações territoriais e limitações.

Partindo deste pressuposto faz-se uma reflexão sobre a tipologia dos Parques Estaduais inseridos em Minas Gerais e no Vale, datados desta época, como resultados de pesquisas, relacionadas à proteção do meio ambiente, sendo, estas justificadas pelo uso inadequado dos homens pelos bens naturais.

O modelo de implementação destas áreas, foram anteriores à lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que determina a participação das comunidades no processo de planejamento destas áreas. Desta maneira, as áreas implantadas eram pertencentes ao poder público, porém em seu entorno há famílias e áreas que precisam ser desapropriadas de acordo com as diretrizes de criação, tornando assim, pertinente o problema da questão fundiária nos entornos de Unidades de Conservação. (MORAIS, 2014).

A situação fundiária nos parques de Minas Gerais não se encontra em uma realidade diferente dos contextos nacionais e mundiais uma vez que em seus interiores há conflitos relacionados às terras e as limitações do usufruto de seus recursos tornando o planejamento comunitário como uma sugestão para minimizar



tais conflitos. (NETO, 2002). Para que este planejamento ocorra de forma efetiva é preciso antes de mais nada a inserção das populações pertencentes a estes entornos, tem em vista que estas são as mais interessadas em ações para promover o aproximação e para traçar soluções para minimizar os conflitos e ao mesmo tempo trazer crescimento destas comunidades. Pensando na questão fundiária um dos principais conflitos nestes locais, é preciso analisar as ferramentas utilizadas a regularização destas áreas.

Traçadas os primeiros caminhos relacionados a avaliação das áreas e suas propriedades passa a ser inseridas as ferramentas necessárias para a tentativa da regularização fundiária nos entornos dos UCs. A seguir são apresentadas as ferramentas:

Desapropriação: é o registro e análise e passagem documental das terras particulares ou públicas para o domínio do Estado. Elas podem ser diretas ou indiretas. Diretas: o imóvel é repassado para o Estado como justificativa do uso do mesmo para ações sociais ou públicas. Indireta: é quando há apropriação do imóvel sem processos judiciais para fins administrativos.

Compensação ambiental: são recursos destinados à regularização das UCs, tendo uma relação direta com recursos para planejamento dos planos de manejo e demarcações territoriais.

Recategorização de Unidades de Conservação: são ações realizadas no intuito de analisar as demarcações territoriais e propor novos limites na tentativa da minimização dos conflitos advindos dos limites das áreas de UCs. (HONDRA, 2009). No estado de Minas o órgão responsável pela administração e usufruto das UCs é o Instituto Estadual de Florestas (IEF) pela lei estadual 2.606 de 5 de janeiro de 1962, tendo como objetivo principal a proteção das áreas naturais do ambiente mineiro e ao mesmo tempo trazer o desenvolvimento de políticas, ações e atividades que visem promover o reconhecimento local. Através do presente órgão são instituídas leis e demarcações de território para implementação de Unidades de



Conservação que são delimitadas de acordo com a tipologia ou área a qual pertence.

Se pararmos pra analisar o Estado de Minas Gerais observa-se que a questão das terras e seu usufruto ocorrem há séculos atrás, em meados do descobrimento do Brasil e a posse das terras por portugueses onde já havia índios. Esta recapitulação histórica serve como base para entendermos as raízes dos problemas fundiários no qual vemos que há demarcações de terras e limites territoriais impróprios para as populações humanas e as UCs, no qual, trazem por um lado a conservação das áreas naturais mais por outro lado as demarcações e posses de terras, sendo desta maneira inviável a consolidação destes dois extremos.

O Parque Nacional da Serra do Cipó criado no ano de 1984 pelo decreto nº: 90.223 de 25 de setembro de 1984 exemplifica a questão das terras, uma vez que a implementação do mesmo gerou mudanças nas comunidades trazendo um novo modelo de demarcação territorial, usufruto das terras e disputas de forma desordenada.

Um segundo exemplo seria o caso do Parque Estadual de Nova Baden criado pelo decreto n. 036. 069 de 1994. A área pertencente à Unidade de Conservação é de propriedade da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais- EPAMIG, por este motivo o Parque já pertence ao poder público faltando à regularização através do repasse ao IEF. O Parque Estadual Serra da Boa Esperança criado pelo decreto nº 44.520 de 2007, diferente do exemplo acima possui propriedades particulares com altos valores aquisitivos impossibilitando a regularização. (NETO, 2002).

Diante destes exemplos e da análise dos demais parques é possível concluir que o Estado de Minas Gerais possuem em sua maioria Unidades de Conservação em situações regulatórias de difícil resolução tendo em vista as complexas situações e temáticas envolvidas no processo são famílias que vivem em seus entornos mais que podem demarcar terras dentro dos Parques, são fazendeiros, proprietários rurais



além de empresas ou pelo preço elevado das terras. A seguir é apresentada a situação dos Parques Estaduais de Minas Gerais:

Tabela 1: Situação Fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais

Parque Estadual	Criação	Situação Fundiária	Ocupação no entorno
Alto Cariri	2008	Não regularizado	Sim
Caminhos das Gerais	2017	Não regularizado	Sim
Da Baleia	1988	Não regularizado	Sim
Da Serra Grande	2010	Não regularizado	Sim
Da Lagoa do Cajueiro	1998	Parcialmente regularizado	Sim
Da Lapa Grande	2006	Parcialmente regularizado	Sim
Da Mata Seca	2009	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Brigadeiro	1996	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Cabral	2005	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Papagaio	1998	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Rola-Moça	1994	Parcialmente regularizado	Sim
Da Serra do Sobrado	2010	Não regularizado	Sim
Da Serra Negra	1998	Parcialmente regularizado	Sim
De Grão de Mogol	1998	Não regularizado	Sim
De Montezuma	2007	Não regularizado	Sim
De Nova Baden	1994	Parcialmente regularizado	Sim
De Paracatu	2011	Sem informação	Sim
Serra Nova	2003	Parcialmente regularizado	Sim
De Sete Salões	1998	Não regularizado	Sim
Do Biribiri	1998	Não regularizado	Sim
Do Ipitipoca	1973	Totalmente Regularizado	Não
Do Itacolomi	1967	Não regularizado	Sim
Do Pau Furado	2007	Não regularizado	Sim



Pico do Itambé	1998	Parcialmente Regularizado	Sim
Do Rio Corrente	1998	Não Regularizado	Sim
Do Rio Doce	1994	Sem Informação	Sim
Do Sumidouro	1980	Parcialmente Regularizado	Sim
Do Verde Grande	1998	Parcialmente Regularizado	Sim
Dos Campos Altos	2004	Totalmente Regularizado	Não
Mata do Limoeiro	2011	Sem informação	Sim
Rio Preto	1994	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra da Boa Esperança	2007	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra da Candonga	2008	Não Regularizado	Sim
Serra das Araras	1998	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra do Intendente	2007	Parcialmente Regularizado	Sim
Serra do Ouro Branco	2009	Não Regularizado	Sim
Serra Verde	2007	Não Regularizado	Sim
Veredas do Peruaçu	1994	Não Regularizado	Sim

Adaptada de Ambrosio 2014

Como é possível perceber na tabela acima apenas 2 dos 38 parques encontram-se totalmente regularizado e sem a presença humana em seu entorno, os outros permanecem em fase de regularização, mesmo sendo uma parte inserida após o SNUC não se conseguiu estabelecer a regularização e surgiram também outras problemáticas relacionadas a falta de participação e implementação destas áreas. O que se nota nesta questão é que falta de ações dos órgãos públicos para promover a aproximação e analisar de fato o que se encontra em equívoco, uma vez que são mais de 20 anos de inserção do SNUC e mesmo assim a situação ainda não se encontra resolvida.

Se pensarmos nas áreas ditas como particulares em algumas UCs é fácil notar em sua maioria a irregularidade de tais documentos que comprovem a posse das



terras, ou a atualização dos dados cadastrais, isso ocorre em grande parte dos casos pela falta de informação ou fiscalização destas terras tornando assim mais difícil a resolução da questão fundiária em Minas Gerais. A título de exemplo, ao se analisar os planos de manejo em grande parte se não em sua totalidade, encontram-se desatualizados e sem informações reais das populações do seu entorno e o usufruto de suas terras.

Para que a regularização de fato ocorra é preciso antes de mais nada a revisão dos documentos de posses das terras em Minas e a análise da real situação de cada Unidade de Conservação para desta maneira, serem traçadas novas soluções e estratégias para a efetiva legalização das terras do estado e do país como um todo.

A região de Minas Gerais possui 80 Unidades de Conservação por exemplo, segundo dados do IEF, destas 38 são de proteção integral denominadas como Parques Estaduais, nessas Unidades de conservação a questão fundiária está relacionada com as delimitações e apropriações das terras por parte dos parques ou UCs, em alguns casos este conflito já se encontra regularizado, através de ações de uso e desapropriação de terras e outros aguardam por ações de liberação das terras. No quadro a seguir vamos analisar a situação dos parques Estaduais do Alto Jequitinhonha:

Tabela 2: Situação de regularização dos Parques Estaduais no Alto Jequitinhonha:

Parques do Alto Jequitinhonha	Questão fundiária
Parque Estadual da Serra Negra	Proposta de redefinição dos limites para desapropriação
Parque Estadual do Biribiri	Existência de ações de desapropriação
Parque Estadual do Pico do Itambé	Em processo de desapropriação
Parque Estadual do Rio Preto	Completamente regularizado
Parque Estadual Serra do Intendente	Completamente regularizado

Adaptado de Ambrosio, 2014



Como é possível analisar nos dados acima, somente dois dos cinco Parques do Alto Jequitinhonha se encontram regularizados, os outros três ainda existem processos e questões judiciais para a consolidação e regularização das terras do seu entorno - cujas demandas ainda podem levar anos.

O Parque Estadual do Biribiri é um exemplo deste modelo de implementação, segundo dados do Plano de Manejo da Unidade de Conservação 95% do PEBI possuem propriedades particulares e não se pode regulamentar (STCP, 2004). Ao mesmo tempo, em seu entorno existem comunidades que possuem suas propriedades usufruem e vivem antes da chegada da referida Unidade de Conservação e que tem como fonte de renda a prática da agricultura baseada no plantio, colheita de forma coletiva. (MORAIS, 2014).

Se pensarmos nas comunidades pertencentes a estes entornos, por exemplo, no caso do PEBI que consta três comunidades: Mendanha, Cidade Nova e Pinheiro, percebe que em sua maioria não entendem a real importância da Unidade de Conservação em suas áreas e por este motivo não participam dos processos de conservação, o que torna-se um equívoco uma vez que estas são as mais conhecedoras portanto, fica nítido que precisa-se ser traçadas soluções pra a aproximação da gestão e as comunidades de seu entornos.

3-RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudo de Caso da Questão fundiária na Comunidade de Pinheiro

Uma comunidade rural pode ser o berço de grandes tradições, pois em sua maioria traz a história e o relato dos seus antepassados e ao mesmo tempo guarda os saberes locais como tesouros, são contos e reencontros presentes na memória de cada morador que sentam na beira do fogão de lenha e ali escrevem sua história no chão com rabiscos.

Estas famílias vivem em comunidades e ali formam seus laços e aprendem a preservar a natureza e usufruir da terra para seu sustento. Datadas na atualidade



traçam brigas por direito de pertencerem ao seu lugar de origem e ao mesmo tempo lutam para entender de fato a importância de se preservar uma UCs, pois em sua maioria não lhe foram apresentadas tais informações o que torna este distanciamento viável pela falta de informação.

As questões fundiárias em algumas Unidades de Conservação possuem limitações que tornam empecilho para sua regularização, este seria o caso do Parque Estadual do Biribiri localizado na cidade de Diamantina-MG, após 23 anos de existência na região ainda há em maior parte dentro do parque área de propriedade particular. Estas propriedades são pertencentes à Companhia S.A e se localizam em 95% das demarcações dentro da Unidade de Conservação, por faltas de verbas por parte do Estado o Instituto Estadual de Florestas IEF não conseguem regularizar a situação e por este motivo também não recebem apoio financeiro para promover melhorias dentro e no entorno do parque. Em seu entorno as áreas onde está a comunidade de Pinheiro são consideradas segundo o plano de manejo como zona de amortecimento.

As comunidades do Alto Jequitinhonha pertencentes ao entorno do PEBI especialmente a de Pinheiro tema deste estudo têm as terras e o uso dos recursos naturais relacionados com os bens repassados pela família sendo repassadas de pais para filhos.

Na comunidade de Pinheiro existem aproximadamente 80 residências sendo que 80% delas ficam fechadas e só são ocupadas em ocasiões de festas religiosas, férias ou eventos na comunidade, algumas abrem devido a seus proprietários irem para participar dos eventos e os 20 % das moradias que se encontram ocupadas pertencem a moradores locais.

As suas propriedades são herdadas e são registradas em cartório e possuem registro no Cartório de Imóvel da cidade de Diamantina-MG e recentemente algumas que não possuíam regularização foram registradas pela prefeitura de Diamantina e demarcadas suas áreas de terras, a medição dessas áreas e registros ocorreram



gradativamente de acordo com as demandas dos moradores e de acordo com os documentos que os próprios moradores tinham de suas terras ou casas, em alguns casos era preciso demarcar e montar os limites de terrenos uma vez que eram desconhecidos documentos sobre as reais áreas ou eles se encontram em fase de destruição impossibilitando sua releitura.

As propriedades não sofrem interferência do parque, pois as demarcações de limitações da Unidade de Conservação do PEBI ocorre longe da localização das casas, o conflito está relacionado a proibição do uso dos recursos tais como pesca, caça, extração de madeira e criação de animais nas áreas dentro do parque, porém em conversas com os próprios moradores eles relatam que se sentem intimidados com as limitações do parque e falta de diálogo sobre a situação fundiária dentro do PEBI e suas reais limitações territoriais.

Desde a criação do Parque até os dias atuais esta comunidade tem sua renda voltada pelas atividades agrícolas que servem de complemento ao salário da aposentadoria -- não sendo oferecidas atividades pela gestão para complementar a renda.

Diante deste distanciamento existente entre estes dois extremos e em outras Unidades de Conservação de Minas e do Brasil algumas soluções podem ser traçadas na tentativa de minimizar tais conflitos sendo eles fundiários ou não.

Um primeiro ponto seria pensar em possibilidades para promover a indenização ou regularização das terras por parte do Estado e dos órgãos ambientais relacionados com a questão fundiária; uma segunda opção é a realização de reuniões semanais ou mensais que ouvissem a opinião e as demandas das comunidades, uma terceira opção seria o desenvolvimento de atividades, programas e projetos que trouxessem retorno financeiro para as comunidades, neste caso seriam satisfatórios eventos de divulgação das culturas locais, apresentações com fundos de arrecadação, além de atividades de cunho ambiental e trabalhasse a questão ambiental e a importância



das Unidades de Conservação. Além disso, atividades que usassem o manuseio da terra e a importância das hortaliças, frutas para o dia-a-dia das pessoas.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão fundiária, assim como a inserção de Unidades de Conservação, deve ser analisada, em conjunto com as comunidades locais dos entornos. O que é possível perceber, não só em Minas mais em diversos lugares é que a regularização das áreas não são resolvidas, por diversos motivos dentre eles destacam no caso do PEBI: a inexistência de documentos de comprovação das delimitações das áreas dos terrenos, recursos públicos para indenizar os proprietários, processos judiciais que se encontram em adesão na justiça, entre outros fatores de relevância que impedem o desenvolvimento da regularização fundiária.

Resolver estes empecilhos seria um fator relevante, pois nos dias atuais a maioria dos jovens ou pessoas da própria comunidade, migram para a cidade em busca de oportunidades, pois não vêem no campo uma saída, por este motivo torna-se essencial valorizar a comunidade que ainda sobrevive e conserva os costumes advindos da terra para seu sustento como é o caso da comunidade aqui estudada.

Acredita-se que a execução destas sugestões pode gerar resultados, pois promoverá a aproximação e ao mesmo tempo poderá fazer com que os moradores possam se sentir inseridos e, assim, entendam a real importância desta Unidade de Conservação.

5-REFERÊNCIAS

AMBROSIO, R. V. **Situação fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais**, Dissertação de Ciências Florestais, 186 f, UFL, Lavras, 2014

ARRUDA, R. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. 79-93, Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999



AZEVEDO, J. M. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para educação Ambiental.** 49-71, Educação e Sociedade, v.23,2002

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária** (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia/FFLCH, USP, São Paulo, 2006

CHEADE, M. F. **A regularização fundiária de unidades de conservação federais: termos, normas, estrutura e procedimentos – Subsídios para conhecer o processo.** (Dissertação de Mestrado). 162 f. Programa de Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação da Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

FERREIRA, G.H. Regularização Fundiária e as Unidades de Conservação no Brasil: Um desencontro histórico. **Revista Agrária.** São Paulo, No. 18, pp. 76-113, 2013

GIARDI, E. P. FERNANDES, B. M. A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: A REFORMA AGRÁRIA CONSERVADORA. **Revista AGRÁRIA**, São Paulo, nº 8, pp. 73-98, 2008

IWAMA, A. Y. LIMA, F. B. PELLIN, A. Questão fundiária em áreas protegidas: uma experiência no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, 26 (1): 77-93, jan/abr/2014

KURY, K. A. **Regularização Fundiária em Unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Desengano/RJ**, p-34-59, 2009

MASSUQUETTI, A. **A Dinâmica da Agricultura Francesa: inovação, transformação e identidade social.** RESR, Piracicaba, v. 48, n. 02, p. 331-356, abr/jun 2010.

MOREIRA, L. A. **Unidades de Conservação: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá- Câmpus Itajubá, Itajubá, 2018

MORAIS, M. S. **A realidade socioambientais impostas às comunidades locais pela criação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto.** 2014. 245 f. Tese



(Pós-graduação do Departamento de Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NASCIMENTO, A. F. **A ilusão urbanística: o papel do Estado na expropriação dos Caiçaras**, Tese de Doutorado, 152 f. Annablume, São Paulo, 2016

NETO, P. S. F. **Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral**, 59 f. Rio de Janeiro, 2002

OLIVEIRA, L. J. D. **Regularização fundiária de unidades de conservação**, Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 143-176 – jan./dez. 2010

PÁDUA, M. T. J. Unidades de Conservação muito mais do que Atos de Criação e Plano de Manejo. In: MILANO, Miguel Serediuk (org.). **Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2002, p.03-16.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 192 f. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Silva, L. d. L. Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação Quilombo de Escada. **Revista Antíteses**, vol. 1, núm. 1, enero-junio, 2008, pp. 118-150. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Brasil

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo Do Parque Estadual Do Biribiri. Planejamento da Unidade De Conservação**. Volume I e II- Encarte 2. SDS-02/02-Revisão Final. Curitiba-PR: setembro, 2004.



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



O PAPEL DAS SEMENTES NAS LUTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Cristiano Kerber - Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo é produto de uma pesquisa de iniciação científica executada no projeto Classe e Gênero no Movimento de Mulheres Camponesas, entre os anos de 2019 e 2020. O objetivo do projeto é o de identificar qual o papel que os conceitos de gênero, e o debate feminista atrelado a ele, e o conceito de classe social, a partir das bases marxistas, possui nas práticas das militantes do MMC. Neste sentido, esse trabalho propõe-se a vincular o debate à uma análise sobre o papel das sementes crioulas no movimento. Procuo situar a construção da campanha Sementes de Resistência, mais recente ação das mulheres camponesas, no contexto mais amplo de lutas no qual estão engajadas e, assim, refletir sobre a interação entre as experiências cotidianas das militantes e suas posturas teóricas. O artigo visa introduzir uma discussão acerca da aplicabilidade do conceito de Bens Comuns às práticas realizadas pelo MMC no trabalho com as sementes a partir do debate contemporâneo sobre este fenômeno.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Camponesas; Classe; Gênero; Sementes Crioulas.



INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce de uma pergunta: Qual a importância das sementes crioulas nas ações do MMC? Na tentativa de responder, durante a execução de uma pesquisa de Iniciação Científica no projeto Classe e Gênero no Movimento de Mulheres Camponesas, buscou-se refletir sobre a interação entre as posturas classistas das militantes do movimento, e as perspectivas feministas que defendem, através do denominado Feminismo Camponês e Popular, situando o trabalho com as sementes crioulas neste contexto de lutas.

A história do movimento remonta aos anos 80, quando no processo de redemocratização do país, diversas organizações de mulheres trabalhadoras rurais emergem na cena pública, tendo no reconhecimento de suas pautas uma ferramenta de luta importante na formulação de políticas públicas e na construção da Constituição Cidadã, que garante pela primeira vez alguma equidade com relação aos homens (PAULILO; BONI, 2017). Entre as principais lutas que travaram, estão a do direito à aposentadoria como agricultoras, à licença-maternidade, auxílio-doença, que na medida em que foram conquistados, ampliaram a cidadania às mulheres do campo.

Mais tarde, em 2004, estas várias organizações decidem unir-se, e fundam o Movimento de Mulheres Camponesas, movimento camponês e feminista, que reflete o desenvolvimento de um novo período de construção política para estas militantes, bem como a necessidade de uma categoria que aglutinasse diversos extratos das mulheres rurais do país – a categoria de camponesas (BONI, 2013a). A partir dessa mudança, e da filiação do movimento à Via Campesina, o MMC torna-se um dos movimentos sociais rurais mais reconhecidos do país, que atua local e nacionalmente em vários estados brasileiros acerca de temas como democracia, liberdade, agroecologia, direito à terra, à previdência social, entre outras pautas, que são convertidas em conquistas a partir do modo como as camponesas constroem suas lutas. Por meio de campanhas nacionais, oficinas, círculos epistemológicos de



cultura¹, protestos, se organizam desde às bases, intencionando interferir nas políticas que afetam o seu cotidiano direto e indiretamente. Neste sentido, sendo o interesse deste artigo discutir a questão das sementes crioulas no MMC, procura-se apresentar e descrever aqui a mais recente campanha nacional do movimento, denominada Sementes de Resistência, na qual as militantes estão dando ênfase à memória em torno das sementes crioulas, por meio da recuperação de receitas culinárias de gerações anteriores, bem como modos de cultivo e conservação. (MMC, 2020).

A partir disso, para ponderar sobre a relevância teórica e política desta prática de defesa e multiplicação das sementes crioulas, estabelece-se um diálogo com os trabalhos de Paulilo (2016), Boni (2012; 2013a; 2013b; 2014) e Gaspareto (2017), além de fazer referência aos materiais construídos pelo movimento, que são importante fonte para compreender as suas posições políticas. Somado a isso, o artigo também busca enfatizar alguns aspectos das discussões realizadas no projeto de pesquisa ao qual está vinculado, refletindo sobre a interação das posturas classistas e feministas do movimento.

Por fim, também se apresentam alguns aspectos introdutórios sobre a aplicabilidade do conceito de Bens Comuns às práticas na relação com as sementes que vêm sendo construídas pelo movimento, no que Gaspareto (2017) denomina de práxis coletiva.

AS SEMENTES DE RESISTÊNCIA

O Movimento de Mulheres Camponesas, desde seus primeiros passos, trabalha a partir da ideia de resistência do campesinato como parte da classe trabalhadora, fazendo com que suas ações sejam bastante centradas no cotidiano na qual estão inseridas. Reforçam sempre, que são um movimento autônomo, de

¹ Segundo Gaspareto (2017, p. 36), os “Os Círculos Epistemológicos de Cultura são espaços de debates, de interação e dinâmicas em que as participantes através do diálogo relatam suas experiências”.



base, de classe, feminista, camponês e popular (MMC, 2018). A preocupação com as sementes crioulas advém disso.

Embora o movimento existisse como germe nas diversas organizações de mulheres trabalhadoras rurais desde os anos 80, Boni (2012;2013a) defende que há uma periodização importante para entender essa atuação. Ainda no começo, o movimento em Santa Catarina (ainda Movimento de Mulheres Agricultoras) e mesmo as demais organizações do país, estavam bastante centradas em aspectos trabalhistas, e a luta pelos direitos que vieram a cristalizar-se na Constituição Cidadã de 1988, demonstrando a efetividade deste engajamento. No entanto, com o passar dos anos a preocupação com questões de gênero e com a pauta ambiental começou a estruturar determinadas ações do MMC. Com a filiação à Via Campesina, em 2004, dá-se um *start* bastante importante na luta em defesa das sementes em nível nacional.

No ano de 2003, a Via Campesina lançou internacionalmente a campanha Sementes: Patrimônio da Humanidade, com o objetivo de dar centralidade na luta dos camponeses à questão das sementes, tendo em vista que, segundo as críticas da articulação, a Lei de Patentes, difundida mundialmente, ataca a soberania nacional e seus resultados afetam o meio ambiente e as comunidades rurais. A partir dessa vinculação, diversos materiais foram produzidos pelo MMC, e construídas oficinas, dando maior profundidade ao programa de sementes crioulas, por exemplo, em Santa Catarina, em que já vinha se estruturando desde 2001. Segundo entrevistas descritas por Gaspareto, Etges e Karnopp (2019), foram realizadas oficinas de multiplicação de sementes em mais de 78 cidades do estado.

Para as camponesas, segundo materiais disponíveis em seu sítio oficial (mmcbrasil.com.br/), as sementes crioulas são consideradas parte importante da cultura camponesa, da memória das comunidades e famílias, elemento indispensável à autonomia das mulheres, para uma produção diversificada e



saudável. A oposição ao agronegócio, tido como responsável pela degradação dos ecossistemas e pela tecnificação agrícola, que afetam aos camponeses, também é um discurso presente nos materiais do movimento. Em uma das cartilhas iniciais do MMC na Região Sul, intitulada Sementes de Vida nas mãos das Camponesas, diz-se que:

Quem controla as sementes controla as possibilidades da vida. Talvez aqui entendemos a corrida desenfreada das multinacionais no controle das sementes como grande negócio no futuro. Por outro lado, nós mulheres camponesas organizadas entendemos que as sementes são herança comum dos povos e não podem ser propriedade das multinacionais. As sementes são um bem comum da humanidade. Em outras palavras, isso significa soberania. O Brasil será uma nação livre se as sementes estiverem nas mãos da população. O Brasil só será soberano se cuidar e preservar a produção de suas sementes. (Cartilha do MMC, p. 30).

A análise das militantes do movimento está baseada em uma compreensão campesina sobre a importância de se construir Soberania Alimentar, na insuficiência do conceito de Segurança Alimentar², tendo em vista que este foi mobilizado politicamente para a profusão dos pacotes tecnológicos da, popularmente conhecida, Revolução Verde. Para o MMC, a Soberania Alimentar é também condição da Soberania Nacional, pois, quem controla os alimentos, controla a vida.

Assim, não podemos compreender a luta pelas sementes crioulas como uma simples remissão à tradição, pois, existem condições sociais, econômicas e políticas responsáveis por essa adesão das mulheres camponesas. Neste sentido, desde 2019, as militantes têm construído uma abordagem ainda mais sistemática com relação a esta pauta. Em 2020, lançaram a campanha Sementes de Resistência, que segundo elas:

O objetivo da campanha é resgatar e multiplicar variedades de sementes crioulas pelas mãos de mulheres das diferentes regiões do país. Um resgate que busca recuperar não apenas a planta em si, mas toda história que cada variedade possui, trazendo receitas, novas formas de preparo, informações sobre como cultivar, como cuidar e multiplicar. Conhecimentos estes que favorecem a resiliência dos cultivos às mudanças climáticas, contribuindo

² Para um debate mais aprofundado sobre as diferenças entre Segurança e Soberania Alimentar, ler Boni (2014).



com a preservação da biodiversidade e a soberania alimentar dos povos.

Acreditamos no poder transformador das sementes, que podem passar algum tempo escondidas, guardadas ou esquecidas, mas que, quando encontram uma terra fértil e úmida, são capazes de fazer a revolução: de germinar, crescer, florescer, frutificar e multiplicar! As sementes representam o elo entre o passado e o futuro. E nós temos a missão de cuidar das sementes, assim como devemos cuidar da nossa própria existência enquanto seres humanos. (MMC, 2020).

Em virtude da pandemia de COVID-19, várias das ações que haviam sido planejadas, tiveram de ser repensadas e adaptadas. Durante o ano de 2020, as camponesas têm feito intervenções virtuais, nas famosas *lives*, e publicações nas suas redes sociais, nas quais dialogam sobre a importância das sementes para a soberania, bem como, ensinam técnicas tradicionais de conservação e cultivo por meio de vídeos.

Esta campanha também possui a função de reunir forças e agitar as bases do movimento para a realização do II Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, que tem previsão para o ano de 2021.

A IMPORTÂNCIA DAS SEMENTES CRIOULAS

O interesse pela discussão acerca da soberania alimentar não tem relação apenas com a vinculação à Via Campesina. A partir das experiências cotidianas no trabalho do campo, as camponesas compreendem a necessidade de se manter as variedades transmitidas geracionalmente, tanto por questões culturais e ambientais, e mesmo de saúde.

Como demonstra Valdete Boni (2014), a preocupação das agricultoras tem um fundo material autêntico, inclusive, esta tem sido uma luta de diversos outros movimentos sociais rurais do Brasil e do Mundo. Assim, a autora estabelece um diálogo crítico à ação da Revolução Verde sobre a vida dos camponeses, mas, também pela Revolução posterior, a das Sementes. A partir de Pat Roy Mooney (1987), uma referência dos estudos e da defesa sobre as sementes, Boni (ibid.) discute como as sementes passaram de elemento da vida dos agricultores, para



mercadorias processadas pela indústria alimentícia, junto do qual avançam também os fertilizantes industriais e os agroquímicos, rompendo um dos vínculos de relações dos camponeses com a produção, tendo em vista que:

Até algumas décadas atrás, os camponeses guardavam uma parte de suas colheitas para o plantio da próxima safra [...] partir da Revolução Verde essa realidade começou a mudar. As sementes híbridas de milho substituíram as sementes crioulas, o trigo e o arroz deixaram de ser cultivados em parte das propriedades e, também, as sementes utilizadas nas hortas e arredores passaram a ser adquiridas nas cooperativas e nas agropecuárias. (BONI, 2014, p. 76).

Além disso, Boni ressalta que as próprias agricultoras percebem o empobrecimento das variedades alimentícias nas últimas gerações, o que é reflexo da baixa diversificação das sementes cultivadas. Segundo o pesquisador Adilson Paschoal (2019), essa baixa diversificação, processo resultante da ação do agronegócio e da difusão de tecnologias importadas de países temperados para territórios tropicais, têm contribuído para a proliferação de seres vivos que, por conta da desestruturação dos ecossistemas, tornam-se pragas, criando um ciclo vicioso no qual os agrotóxicos têm papel fundamental, sob a justificativa do ganho de produtividade. Assim, pensar os agroecossistemas, deve dar-se a partir de uma reflexão a partir de seu entorno e das condições básicas que envolvem a agricultura em determinado local, possibilitando assim um manejo integrado que envolva todos os elementos indispensáveis à vida humana. Como apontam as camponesas, a produção de alimentos não deve apenas enxergar a sua quantidade, mas também a sua qualidade, tendo em vista a saúde das pessoas e a soberania dos camponeses (MMC, 2009).

Mas além dos efeitos econômicos e alimentares, as mulheres reivindicam a questão da memória envolvida nas sementes crioulas em nome de sua identidade camponesa, isto, porque com sua recuperação vêm receitas de gerações anteriores, modos de cultivo ancestrais e de conservação que foram paulatinamente



suplantados, configurando, assim, o objetivo da campanha recente. Ao acumular forças para o seu próximo Congresso Nacional, as mulheres camponesas desejam reunir o maior e mais qualificado número possível de variedades de sementes de hortaliças, grãos e outros alimentos importantes à subsistência camponesa para demonstrar o quão pujante é esta iniciativa.

Autores como Víctor Toledo & Narciso Barrera-Bassols, profundos conhecedores de práticas tradicionais e escritores do livro *A Memória Biocultural* (2015), defendem a agricultura camponesa como principal força social na manutenção das sabedorias tradicionais ligadas à produção de alimentos, mas também a outros âmbitos da vida humana, como arquitetura, produção de energia e domesticação da vida selvagem.

Segundo os autores, a agroecologia, e dentro dela a produção a partir de sementes crioulas, têm a função de manter viva a memória biocultural de um povo e, conseqüentemente, da humanidade, tendo em vista que a formação da agricultura empresarial perdeu de vista a importância dos conhecimentos tradicionais, afetando assim a sustentabilidade das relações entre seres humanos e natureza. Dentro desse debate, é importante mencionarmos os esforços de Joan Martinez Alier (2008; 2011) na defesa do ecologismo popular em detrimento de um ambientalismo descolado dos conflitos redistributivos vivenciados pelas comunidades camponesas e indígenas³. Segundo este autor, há um conjunto de práticas de resistência em andamento, em todo o mundo, cujo motor é a defesa dos recursos naturais por parte das comunidades que deles dependem e fazem uso de modo sustentável. As

³ Alguns movimentos ecológicos acabam não considerando as contribuições dos povos tradicionais à preservação dos recursos naturais. O livro de Antônio Carlos Diegues (2008 [1994]), *O mito moderno da natureza intocada*, promove um debate bastante rico sobre a forma como o ambientalismo acabou assumindo corpo na modernidade a partir das influências do Norte Global, sendo inclusive um instrumento para a expulsão de comunidades de dentro de florestas e territórios que tornaram-se parques e reservas ambientais. Esta questão merece ser levada em consideração, pois, as camponesas defendem o meio-ambiente a partir da ótica das relações que mantêm com ele, não sendo possível pensá-lo de modo estanque às próprias transformações realizadas pelos seres humanos que se desenvolvem mutuamente junto à biodiversidade.



sementes crioulas, bem como os territórios, a água, a terra, a mata, são elementos centrais da luta das mulheres camponesas do MMC, assim como de outros movimentos que se estendem pelo mundo com objetivos muito semelhantes, compondo, assim, o que o autor Jan Douwe van der Ploeg (2008) chama de “heterogeneidade da resistência camponesa”. A partir desse conceito, pode-se pensar como as diversas estratégias diante dos chamados “impérios agroalimentares”, funcionam como articulação de processos que são, ao mesmo tempo, amplos e globais, pois os mercados o são, mas também localizados nas comunidades e nas práticas cotidianas dos agricultores. Ploeg (2008) ressalta que os camponeses constroem modos de resistir a partir de suas vivências, nas quais a relação com os recursos é essencial. Assim, percebe-se uma vinculação dos argumentos apresentados pelos autores com aquilo que a prática das mulheres camponesas reflete.

A defesa das sementes crioulas é uma luta que se dá de modo subjetivo e objetivo. Primeiro, a revalorização da memória, articulada à identidade camponesa que constroem por meio de suas práticas produz discursos e visões de mundo que Gaspareto (2017) diz serem frutos de uma práxis coletiva. Mas, esta valorização não é um fim em si mesma, a efetividade dos empreendimentos que realizam para fora do movimento depende de ações concretas e objetivas. Um exemplo disso, é o enfrentamento aos malefícios causados pelo agronegócio, que combatem por meio de protestos, mas também nas feiras agroecológicas, campanhas virtuais, etc.

Diante desse modo de organização das camponesas, fortalecem-se discursos e práticas que promovem a interação entre o pessoal e o coletivo. Ao mesmo tempo em que suas lutas são estruturadas a partir de espaços coletivos, grupos, comunidades, estão nas mãos de cada uma delas os instrumentos desta luta.

CLASSE, GÊNERO E AS SEMENTES CRIOULAS

Na pesquisa Classe e Gênero no Movimento de Mulheres Camponesas, ao



qual este artigo está vinculado, têm se realizado um estudo sistemático sobre a relação existente entre o feminismo camponês e popular e as correntes feministas mais conhecidas e, de como os conceitos de Classe Social e de Gênero, operam essas aproximações e distanciamentos que constituem a ação do MMC.

Neste sentido, discute-se aqui como estas pautas interagem, tendo em vista que nem sempre os movimentos de orientação classista e aqueles feministas dialogam com tranquilidade. Além disso, soma-se a esse debate como o trabalho com as sementes crioulas adquire contornos teórico-políticos neste contexto. A pesquisadora Maria Ignez Paulilo (2016), buscou responder à pergunta de que feminismo era este que estava sendo construído pelas mulheres do movimento. Com atenção aos seus discursos e práticas, afirma que (2016, p. 310):

O que nos atrai na aproximação entre o MMC e o feminismo é o caráter prático do movimento. Se, por um lado, há imensas pirâmides teóricas construídas para dar conta, seja do caráter universal das mulheres, seja da multiplicidade de diferenças que impedem o uso não só do termo “mulher”, mas até o de “mulheres”, as agricultoras estão tentando trazer princípios feministas para o seu cotidiano.

O tal “feminismo que nasce da horta”, título do artigo em que Paulilo (2016) debate a questão, reflete o trabalho que as mulheres realizam nas bases, valorizando os quintais produtivos das camponesas, incentivando a divisão justa do trabalho doméstico, defendendo políticas públicas que permitam a reprodução da vida camponesa, entre outras estratégias que tecem a partir da sua experiência.

Como demonstrado por Boni (2012), os debates mais focados no gênero como construção sociohistórica e, portanto, fonte de uma luta política pelo enfrentamento às desigualdades de gênero e à violência contra a mulher, tornaram-se centrais apenas em um segundo momento na construção do movimento. Inicialmente, a pauta classista, na efervescência dos movimentos sociais dos anos 80, acabou crivando a atuação das mulheres, que em alguns momentos foram questionadas por fundarem organizações de mulheres, acusadas de “dividir a luta”, mas permaneceram em movimento, na defesa dos trabalhadores



do campo.

Com a reivindicação do feminismo camponês e popular, mais concretamente a partir do ano de 2010 (PAULILO, 2016), as mulheres camponesas passaram a produzir importantes contribuições ao próprio desenvolvimento teórico do campo dos estudos de gênero, partindo de aspectos cotidianos de suas ações. Entende-se que há uma importância significativa em como se dá o processo de articulação entre ideias e práticas, visto que o movimento se orienta por princípios marxistas, a partir dos quais se organiza uma concepção materialista, que privilegia a realidade material na construção teórica. Assim, Gaspareto, Etges e Karnopp (2019, p. 354), mencionam que nos cursos realizados pelo MMC há

uma metodologia feita pelas mulheres a partir de suas realidades. O que elas haviam debatido no espaço do Movimento, quem participava dos encontros tinha que voltar para suas casas, fazer na prática e, ao retornar, deveriam trazer o que conseguiram fazer em suas propriedades, socializando as dificuldades e o que fizeram para superá-las.

Este processo recursivo é defendido pelas militantes e pode ser encontrado em vários dos seus espaços. Observando as ações das mulheres, sejam em palestras, seminários, eventos culturais ou conversas informais, pode-se notar a mobilização de elementos práticos e do cotidiano para estabelecer as relações e apresentar as pautas do movimento. É comum que as mulheres usem plantas, receitas culinárias, artesanatos, canções, para falarem do que lhes interessa - a transformação da sociedade, se opondo ao capitalismo e ao patriarcado, apresentando o feminismo camponês e popular que defendem (MMC, 2018). Segundo Paulilo (2016), este se trata de um feminismo do cotidiano, que não se prende a normatividade das correntes existentes, mas aproveita elementos que julga bons, integrando às suas práticas.

No entanto, ao abraçarem essa identidade feminista em 2010, dão um passo importante, que já pode ser notado, como na desurbanização das pautas feministas e na retomada de elementos classistas que foram sendo deixados de lado após a



virada linguística, que atingiu em cheio o feminismo (PAULILO, 2016). A concepção de gênero como parte da experiência do ser mulher, estrutura uma série de discursos e práticas das camponesas, entre as quais está inserido o trabalho com as sementes. Tradicionalmente, nas famílias camponesas, são as mulheres que se responsabilizam pela conservação das sementes crioulas para o próximo plantio, também está legado a elas o cuidado do quintal produtivo, fonte importante de alimento à família, no qual geralmente não se utilizam agrotóxicos. Em material publicado em 2008, defendem que:

O MMC entende que as sementes representam para a humanidade a continuidade da vida e preocupado com as consequências do modelo de agricultura capitalista: agrotóxicos, sementes transgênicas, adubos químicos, esgotamento do solo, perda da biodiversidade, doenças, entre outros, assume a luta em defesa das sementes crioulas patrimônio da humanidade. (MMC, 2008, p. 48).

Além disso, procuram destacar a relação das mulheres com a terra e os seus recursos naturais, justamente por vinculação que se remete ao gênero, bem como se articula à ideia de que o trabalho das mulheres é essencial para a manutenção da vida.

No que tange as sementes crioulas, a posição de classe também é evidente. A introdução e fortalecimento das sementes transgênicas e híbridas, e das tecnologias que as acompanham, são ferramentas de dominação imperialista sobre a vida dos camponeses, segundo os materiais do movimento e discursos das mulheres. A discussão sobre imperialismo, embora esteja distante de alguns movimentos feministas e ecológicos urbanos, é incorporada pelas camponesas sem sobejo.



A crítica das mulheres do MMC à Lei de Patentes⁴, às OGM⁵ e às liberações de agrotóxicos durante o governo Bolsonaro, revelam uma posição antissistêmica. Por isso, em suas campanhas relacionadas às sementes crioulas sempre enfatizam que precisa-se garantir a produção de alimentos para quem deles precisa, algo que não é possível se são controlados pelo mercado.

Para o MMC, o termo neoliberalismo diz respeito a uma nova fase do capitalismo, em que se avança a monopolização capitalista sobre os alimentos, corpos e territórios. O vocabulário do movimento é bastante rico neste sentido. Em entrevistas transcritas nos trabalhos de Gaspareto (2017), por exemplo, podemos observar que há uma articulação de ideias bastante organizada no sentido de referenciar quem é o inimigo das camponesas. Para elas, a agricultura camponesa está ameaçada pela mercantilização das diversas formas de vida, que incluem as sementes, o que demonstra que a necessidade de recuperação de sementes não é uma simples retomada das tradições. Como reflete Martínez Alier (2011, p. 336), “as tradições são inventadas, mas não ao acaso”. Assim, as perspectivas teóricas das mulheres camponesas exigem uma ação radical e contestatória, bem como, as suas práticas militantes precisam de perspectivas teóricas que deem conta de legitimá-las. É um processo dialético de construção entre discurso e prática.

Refletindo sobre as leituras realizadas sobre as sementes crioulas e observando que diversos movimentos sociais ao redor do mundo têm tido movimentação semelhante, me questionei sobre a possibilidade de uma articulação política abrangente que reflita essas ações coletivas localizadas. Ao ler os trabalhos

⁴ A Lei de Patentes ou Lei de Propriedade Industrial, no caso brasileiro, é um dispositivo legal que concede aos inventores o direito exclusivo sobre o uso e manipulação das invenções. Quando isso se transfere à questão das sementes, muitas críticas foram realizadas, pois, como as sementes são a única forma de garantir alimentação, manter as variedades sob propriedade de empresas transnacionais seria um risco à segurança alimentar. Isso se torna mais complicado, como denunciam as militantes, porque como os agricultores abandonaram as nativas com o passar dos anos, isso ampliou sua dependência da indústria alimentícia.

⁵ Organismos Geneticamente Modificados são as sementes que passaram por um processo de melhoramento genético em laboratório.



de Silvia Federeci (2014), especialmente o seu artigo *O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva* podem-se acessar alguns apontamentos a respeito.

O conceito de Bens Comuns, ou apenas o *Comum*, vem sendo mobilizado nos últimos anos por intelectuais e militantes para fazer referência a estas emergentes ações de gestão coletiva e comunitária de recursos, naturais ou não, que não são tomadas pela forma-mercadoria. As cooperativas de crédito das mulheres em África, os softwares livres criados por hackers, as hortas comunitárias estadunidenses, as cozinhas comuns em países como o Peru, são exemplos de uma política comunal em ascensão em várias partes do mundo (FEDERECI, 2014), menos pela sua novidade, e mais pela sua urgência diante de um modelo econômico baseado na apropriação ilimitada dos territórios, corpos e recursos naturais, entre eles, os genéticos. Na limitação das promessas da modernidade, por exemplo, o livre-mercado autorregulado satisfazendo as necessidades de todos os cidadãos, ou um Estado forte capaz de dar conta destas demandas, autores como Federeci (2014), mas, também Jean Paul Leroy (2016), Jean Tirole (2017), Christian Dardot e Pierre Laval (2017), têm falado sobre uma nova revolução para este século, os Comuns. A ideia de Bens Comuns, embora tenha uma imprecisão de conteúdo devido às várias contribuições que recebe de diversas áreas do conhecimento, ocupa um espaço proeminente na produção teórica contemporânea. No entanto, esta não é uma discussão nova.

Rosa Luxemburgo, no início do século XX, já defendia que para o capitalismo conseguir manter o seu nível de reprodução, dependia de imensas áreas não-capitalistas, as quais são apropriadas por meio de estratégias imperialistas de acumulação, através da supressão dos espaços comuns (LUXEMBURGO, 1984). Mais tarde, nos anos 90, a economista Elinor Ostrom, escreveu em defesa das formas de gestão coletiva dos recursos como uma contraposição ao modelo mercadológico, mas, também, àquele centrado no domínio estatal. Segundo Ostrom



(2000), várias comunidades realizam um trabalho fundamental de defesa dos recursos e o gestam de forma mais efetiva que o Estado e o Mercado. Este argumento foi um grande choque para época, principalmente, porque a crise dos modelos liberal e socialista possibilitou a abertura para um novo paradigma, superando as discussões tocadas por Garrat Hardim, que argumentava que os comuns seriam uma tragédia por conta da natureza egoísta dos seres humanos. Ou seja, ou o mercado deveria operar a partir deste egoísmo, ou o Estado regulá-lo.

O que se vê, no entanto, é que cada vez mais há parcerias, mesmo entre empresas e comunidades, mas, principalmente, entre elas e o Estado, para fazer a manutenção do que chamamos de Bens Comuns. Mas, o que isso tem haver com as mulheres do MMC?

Esta reflexão, em caráter hipotético ainda, de que as mulheres camponesas têm realizado uma importante contribuição à gestão coletiva de sementes, melhoramento biológico e conservação das tradições relacionadas, supõe a genética como um dos possíveis Bens Comuns que podem ser instrumento de articulação no contexto de avanço do neoliberalismo sobre as várias formas de vida. Como reforça Gaspareto (2017) as mulheres camponesas do MMC demonstram estar cientes disso e refletem cotidianamente sobre formas de atuar na contraposição, embora enfrentem inúmeros desafios, pois, ainda são mulheres em uma sociedade machista, agricultoras em um mundo tomado pela urbanização, e praticam agroecologia nas franjas do agronegócio.

Já Dardot & Laval (2017), afirmam que diante dos desafios impostos pelo neoliberalismo em vários países do mundo, senão em todos, precisa-se buscar novas estratégias de luta, e a construção e defesa de espaços comuns, territórios e ferramentas estruturadas a partir do coletivo podem contribuir à possível revolução deste tempo. As mulheres camponesas atribuem um sentido ligeiramente diferente, e acreditam no socialismo e na revolução em seu molde moderno, contudo, isso não



impede que diálogos possam acontecer, tendo em vista que a gestão de recursos genéticos concretizadas pelas camponesas podem ser, de fato, sementes de resistência para uma nova realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Mulheres Camponesas vem a décadas dando importantes contribuições à sociedade brasileira. Nos últimos anos, a ênfase dada às sementes crioulas, especialmente na campanha lançada em 2020 chamada de Sementes de Resistência, também tem sido fundamental para a ampliação do movimento e para a experiência das mulheres que o constroem.

Nesse sentido, buscar compreender o lugar das sementes crioulas nesse conjunto de práticas e discursos tem sido uma tarefa instigante. As limitações impostas pela pandemia de COVID-19 certamente causaram impacto sobre os resultados, impedindo que compartilhasse espaços presenciais com o MMC, porém, os documentos formativos disponibilizados pelo movimento possibilitaram compreender a articulação de suas lutas.

Assim, é importante compreender que as sementes crioulas são um dos vários nós de atuação do movimento, a partir do qual expressam uma postura feminista, com características ecofeministas, na qual há uma forte vinculação entre mulher e natureza, em uma espécie de “essencialismo estratégico” a partir do qual contrapõem-se aos agrotóxicos e estimulam a autonomia econômica das mulheres por meio da produção orgânica, por exemplo. Além disso, existe uma evidente postura classista no manejo das sementes, que reflete o conflito entre campesinato e agronegócio, no qual elas têm um papel fundamental de reprodução cultural, social e econômico das comunidades rurais que resistem por meio da agroecologia.

Desse modo, encerra-se este artigo com uma provocação acerca das possíveis pontes de diálogo entre o Feminismo Camponês e Popular das mulheres camponesas, com a emergência dos debates contemporâneos envolvendo dos Bens



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Comuns, pois, entendemos que o contexto de aprofundamento do neoliberalismo, cria as próprias condições de sua superação, inspirados no materialismo histórico dialético, que as militantes têm defendido. Os Bens Comuns embora sejam fenômenos amplamente difundidos, sendo os modos coletivos de gestão de recursos uma parcela significativa da interação seres humanos e meio ambiente em nossa história, ganham contornos assíduos atualmente.

A radical retomada das privatizações em várias partes do mundo, a crescente financeirização da economia em uma sociedade globalizada, a estrangeirização das terras operadas nos países periféricos, a ampliação da informalidade no mundo do trabalho, demonstram que a política neoliberal baseada no uso do Estado para a sustentação do mercado está difundida socialmente, contra a qual, as mulheres camponesas enxergam que a única possibilidade é a coletividade, é a classe, é o combate sistemático às opressões desde o contexto de seu trabalho cotidiano. Em um tempo social no qual as fronteiras, territórios e identidades estão sendo questionados e suprimidos, ter diante de nós um movimento que se diz feminista, por sua luta pelas mulheres, e classista, por sua defesa dos princípios marxistas, rejeitando a “modernização conservadora” em nome de agroecologia situada nas vivências comunitárias é um baita fato social que exprime a emergência do Comum como resultado das próprias forças que o tentam apropriar.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete. **De Agricultoras a Camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2012.

BONI, Valdete. MMC um movimento camponês e feminista. In: **Revista Grifos**, n. 34/35, 2013a, p. 67-88.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas, campesinato e soberania alimentar. **AGROALIMENTARIA** (CARACAS), v. 20, p. 71-86, 2014.



BONI, Valdete. O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e sua identidade (eco)feminista. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013b.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2008.

FEDERECI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata. (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, p. 145-158, 2014.

FEDERECI, Silvia. Women, Land Struggles, and the Reconstruction of the commons. Working - USA: **The Journal of Labor and Society**, v. 14, n. 1, p. 41-56, mar. 2011.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **A Construção de Saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: Uma Análise a partir do Programa de Sementes Crioulas no Oeste de Santa Catarina - Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2017.

GASPARETO, Sirlei; ETGES, Virginia E.; KARNOPP, Erica. O Programa de Sementes Crioulas no âmbito do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina - Brasil. In: **Campo-Território (Revista de Geografia Agrária)**, v. 14, n. 32, p. 346-364, abr., 2019.

LEROY, Jean Pierre. **Mercado ou Bens Comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Conflictos ecológicos y justicia ambiental. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, v. 103, p. 11-28, 2008.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres: Conflitos Ambientais e Linguagens de Valoração**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MIRES, Fernando. **O discurso da natureza: ecologia e política na América Latina**. Organização e tradução Vicente Rosa Alves. Florianópolis, Ed. da UFSC;



Bernúncia Editora, 2012, 242 p.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo Camponês e Popular**. Cartilha (online), 2018. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf. Acesso em 03/08/2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Cartilha (online). Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_defesa_vida_2008.pdf. Acesso em: 03/08/2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Sementes de Resistência: rumo ao II Congresso do MMC**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/405>. Acesso em: 03/08/2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Cartilha (online). Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf. Acesso: 03/08/2020.

OSTROM, Elinor. **El Gobierno de Los Bienes Comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva**. México: Universidad Autónoma de México, 2000.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? In: **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; BONI, Valdete. Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia.. In: Delgado, Guilherme Costa; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. (Org.). **AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO**. 1ed.Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, v. 1, p. 400-419.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

TABORDA, Noeli Welter. Mulheres Camponesas e o Dia 8 de Março na Luta de Classes. In: **Revista Grifos**, n. 34/35, 2013, p. 89-112.

TIROLE, Jean. **Economics of Common Good**. Princeton University, 2017.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.



OS AGRICULTORES FAMILIARES DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO/SOUSA/PB – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SOCIOHISTÓRICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

LUAN GOMES DOS SANTOS DE OLIVEIRA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

FELIPE ALMEIDA DE SOUSA SERAFIM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Resumo

O Perímetro Irrigado de São Gonçalo tem uma estrutura composta pela sede da zona rural, onde fica a administração, e um núcleo que oferece toda uma estrutura urbana, com 1.800 habitantes. As agrovilas são compostas pelos Núcleos Habitacionais I, II e III. São 500 colonos instalados em 518 lotes em operação, com uma população total de 7.400 habitantes. Por meio das pesquisas já realizadas em torno do Perímetro Irrigado de São Gonçalo e dos problemas que o mesmo enfrenta, escolhe-se como horizonte de pesquisa o eixo agroecologia e sabedorias tradicionais. Um dos motivos da escolha é que este projeto se identifica com uma agricultura familiar ecológica e sustentável. Observou-se que a perda da produção familiar reduziu o cultivo, mas não excluiu a prática da agricultura, que tem sido realizada com um foco maior na subsistência da própria família. Problematiza-se então, como problema de pesquisa, quais os limites e possibilidades de os agricultores familiares do Perímetro Irrigado de São Gonçalo se tornaram capazes de construir a sua autonomia por meio da agricultura em correlação direta com as sabedorias tradicionais em direção a agroecologia? Este estudo tem como objetivos identificar o modo como os agricultores familiares pensam a agricultura do Perímetro Irrigado de São Gonçalo/Sousa/PB, e analisar as histórias e memórias dos agricultores familiares e suas sabedorias no contexto da agricultura familiar e da agroecologia.

Palavras-chave: Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB, Agricultura Familiar, Agroecologia.



Introdução

A questão Socioambiental emerge como uma problemática no cenário da agricultura, em níveis local e global nos marcos do capitalismo financeiro contemporâneo. Tal contexto traz consigo a necessidade de reflexões por meio de pesquisas e estudos sobre fenômenos socioambientais que perpassam por uma perspectiva de totalidade, baseada na relação sociedade-natureza, como o modo de vida, de existência e a produção de sociabilidades no rural, no semi-árido brasileiro nordestino, ou nos “sertões contemporâneos” (expressão politizada por ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014). Dessa forma, essa questão denominada de socioambiental é acompanhada pelo contexto de reorganização e recomposição do ambiente rural. Tendo em vista que muitos pesquisadores têm refletido e problematizado a morte ou o desaparecimento do rural, do campesinato frente aos processos de urbanização e industrialização global. Isso tem sido concebido como o processo de modernização da economia que tem por base a dominação da agricultura sob a condução da lógica do capitalismo. No entanto, a morte do campesinato, ou do rural está longe de acontecer, e para ampliar e aprofundar tal afirmação o Antropólogo e Sociólogo Mauro Almeida em seu ensaio teórico “Narrativas agrárias e a morte do campesinato, traz uma provocação,

A morte do campesinato é assim a morte de um sistema de pensamento; é o fim de um código. As peças que esse código organizava no passado, contudo, estão ainda em circulação. A dissolução nominalista do campesinato e das “sociedades agrárias” enquanto categoria mestra é real; mas não menos real é a reativação da política indígena, nativa, grassroot, étnica. O fim do campesinato se dá ao mesmo tempo em que se ativam como nunca discursos e práticas de democratização rural, de autogoverno ambiental, de políticas de gênero contra-hegemônica cujos atores são atingidos por barragens, de indígenas que passaram por movimentos de revivalismo étnico, caboclos que se redescobriram indígenas, seringueiros que se transfiguravam em povos da floresta, caiçaras que se tornaram povos dos mares,



marginais que viraram quilombolas, mulheres-ecólogas, velhos; sem-terra, sem-teto. Se abstraímos a categoria totalizante do campesinato, vemos que os traços culturais, econômicos e ecológicos que eram associados a ela, embora desconjuntados entre si e destacados na grande narrativa teórica da qual faziam parte, continuam na ordem do dia. A pergunta, portanto, sobre o que efetuou a dissolução do “fato social total” camponês esteja mal colocada. A resposta que diz que “a modernidade matou o campesinato” utiliza o próprio conceito de campesinato e a própria narrativa da modernização que estão em questão. Acho que é preciso pensar de outra forma a resposta. (ALMEIDA, 2007, p. 170).

É nesse sentido, que a provocação epistemológica e política do antropólogo Mauro Almeida reforça a necessidade de investigar os agricultores familiares do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, zona rural de Sousa/PB, no alto sertão da Paraíba. O Perímetro Irrigado de São Gonçalo tem uma estrutura composta pela sede da zona rural, onde fica a administração, e um núcleo que oferece toda uma estrutura urbana, com 1.800 habitantes. As agrovilas são compostas pelos Núcleos Habitacionais I, II e III. São 500 colonos instalados em 518 lotes em operação, com uma população total de 7.400 habitantes. Todo o Perímetro Irrigado tem suprimento d'água através do açude de São Gonçalo cuja capacidade é de 44.600 milhões de m³ (GURJÃO et al., 2009). A agricultura irrigada é modelo predominante do perímetro que cultiva uma produção de coco e de banana, mas outras cultivares também são cultivadas ali, como o arroz, o melão, o mamão, o feijão e o milho. Entretanto, estudos recentes realizados por Siqueira (2018) houve uma redução na produção da fruticultura irrigada em decorrência da seca que se expressou em um período longo de 2012 a 2015.

A seca é um fenômeno edafoclimático típico do semi-árido nordestino brasileiro é uma marca do alto sertão paraibano e especificamente do Perímetro Irrigado de São Gonçalo. Contemporaneamente ela afetou negativamente a vida de 500 colonos repercutindo na produção da agricultura familiar, desdobrando-se em



prejuízos como empobrecimento e endividamento (empréstimos a bancos), aumento do desemprego, saída dos filhos para os centros urbanos (êxodo rural). Outro aspecto relevante que se destacou em alguns estudos sobre a região é que mesmo com a seca, muitos agricultores mantiveram uma produção pequena auxiliada pelo uso de agrotóxicos. Essa redução da produção em consequência da seca, como é defendida por outras pesquisas, revelou de que é em virtude da escassez de água, provocada pela seca, deixando a agricultura familiar comprometida em seu desenvolvimento.

Entretanto, o discurso da escassez de água como resultado de seca, enquanto um problema climático, é perpassado por controvérsias de ordem política e histórica na formação social e econômica do Brasil. Particularmente na região do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, um problema foi noticiado na imprensa paraibana, referente ao roubo de água em 122 pontos, em 23 de março de 2016, com relatório gerado pelo Ministério Público da Paraíba. Por meio disso, pode-se questionar o discurso da escassez e da seca como uma questão natural, transpondo essa discussão para outro plano de interpretação, em que a seca é percebida como um problema político. Mediante esses aspectos introdutórios, sublinha-se que há um certo nível de escassez, mas se agrava como um problema político e social do sertão da paraíba, pondo em relevo a ausência de elaborações de políticas públicas para os colonos e da valorização dos saberes dos agricultores familiares. Porque, segundo Gomes (2002, p. 263)

A introdução da irrigação em áreas do semi-árido nordestino promoveu modificações do ponto de vista técnico, econômico, ambiental e sócio-cultural. A execução dos projetos de irrigação, via Perímetros Irrigados, implicou na construção de uma infraestrutura hidráulica, habitações e de equipamentos comunitários, como também, em desapropriações de terra. Implicou, ainda, na imposição de técnicas agrícolas com as quais os colonos não estavam acostumados. Este fato significou



por um lado, o empobrecimento da economia camponesa e a quebra das tradições rurais.

Por meio das pesquisas já realizadas em torno do Perímetro Irrigado de São Gonçalo e dos problemas que o mesmo enfrenta, escolhe-se como horizonte de pesquisa o eixo agroecologia e sabedorias tradicionais. Um dos motivos da escolha é que este projeto se identifica com uma agricultura familiar ecológica e sustentável. Observou-se que a perda da produção familiar reduziu o cultivo, mas não excluiu a prática da agricultura, que tem sido realizada com um foco maior na subsistência da própria família. Problematisa-se então, como problema de pesquisa, quais os limites e possibilidades de os agricultores familiares do Perímetro Irrigado de São Gonçalo se tornaram capazes de construir a sua autonomia por meio da agricultura em correlação direta com as sabedorias tradicionais em direção a agroecologia?

Compreender as possibilidades e os limites da agricultura familiar do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, zona Rural do Município de Sousa no alto sertão da Paraíba. Como Objetivos específicos que nortearão esta pesquisa,

1. Identificar o modo como os agricultores familiares pensam a agricultura do Perímetro Irrigado de São Gonçalo/Sousa/PB;
2. Analisar as histórias e memórias dos agricultores familiares e suas sabedorias no contexto da agricultura familiar e da agroecologia.

A escolha da temática de pesquisa – agroecologia e sabedorias tradicionais

Esta proposta de pesquisa nasce a partir da trajetória acadêmica e de vida do pesquisador proponente. Esse desde a graduação em ciências sociais pesquisa problemáticas na interface sabedorias tradicionais – saberes científicos – sociedade – meio ambiente e agricultura familiar. Esta motivação que se desdobra da



graduação ao Doutorado demonstrou a continuidade no desenvolvimento de pesquisas que tenham um compromisso ético e político com as sabedorias tradicionais dos agricultores familiares. Associado a essa motivação está uma notícia de um estudo realizado pelo Ministério da Saúde que disponibilizou resultados em abril de 2019 revelando que 12 tipos de agrotóxicos estavam presentes nas águas do Município de Sousa. A fonte de abastecimento do Perímetro Irrigado de São Gonçalo é o Açude, que com esse alarme de contaminação requer a realização de pesquisas que escutem os agricultores familiares e observem o modo de sua agricultura.

Esta pesquisa sobre os agricultores familiares do Perímetro Irrigado de São Gonçalo em Sousa/PB é importante para a Ciência, considerando que essa em relação dialógica com as sabedorias tradicionais pode ser ampliada e vir a se configurar em ciência de base complexa, isto é, que se orienta por uma perspectiva de totalidade, que inclui outras formas de saberes relevantes para a academia e a para o desenvolvimento da sociedade.

Esta relevância científica é tomada nesta pesquisa de um ponto de vista plural, pois inclui dinâmicas e saberes diversos, inclui também o diálogo entre universidade e agricultores familiares pode contribuir com uma agricultura sustentável que respeita o futuro das sociedades, não sendo uma imposição de um saber científico sobre o saber dos agricultores. Recuperar o diálogo com as sabedorias tradicionais pode fortalecer a comunicação com a sociedade, que no contexto das pesquisas com a agricultura familiar pelo prisma da sociologia rural e da antropologia rural, gera a produção de conhecimentos mais complexos, que levam em consideração os contextos dos sujeitos, os lugares de fala em um tom político, e um envolvimento com sustentabilidade.



Em busca da sabedoria dos agricultores familiares

A sabedoria revelada por esses agricultores está, como diz o poeta Manoel de Barros (1999), em “esconder-se por traz das palavras para mostrar-se”. E o desafio é decifrar alguns flashes desse enigma que os agricultores familiares do Perímetro Irrigado São Gonçalo do Município de Sousa/PB no Alto Sertão Paraibano são mensageiros (IAMAMOTO, 2012, grifos meus.).

Compreender a relação das sabedorias tradicionais dos agricultores familiares do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, zona rural do Município de Sousa/PB, alto sertão paraibano é o horizonte desta pesquisa. Aliado a esta problemática estão os fundamentos teóricos, históricos e epistemológicos que se desdobram nas seguintes categorias conceituais: a modernização agrícola, a ideia de combate à seca e de convivência com a seca, a Agroecologia, a relação entre sabedorias tradicionais e saberes científicos. Tais categorias são situadas na historicidade da questão agrária-urbana e ambiental brasileira, tendo por centralidade a compreensão da relação entre a concentração de terra, o modo de viver com a natureza e os embates entre a agricultura mecanizada e a agricultura ecológica e familiar.

O programa nacional dos perímetros irrigados foi uma iniciativa do governo federal criado em 1986 para a expansão agroindustrial do Norte e do Nordeste. Para Gomes (2002, p. 263), nas áreas ocupadas pelos projetos públicos irrigados estimulou-se o uso indiscriminado da mecanização, esta, por sua vez, caracteriza-se por ser poupadora de mão de obra e pelo emprego sazonal. Além de, inicialmente, ocorrer um processo de ‘expulsão camuflada’ da população nativa, certamente, porque esta apresenta algum tipo de resistência aos planos dos órgãos gestores executores dos programas de irrigação. Por outro, forçou um distanciamento dos agricultores das suas tradições, embora, alguns poucos, tenham se transformado



em produtores modernos, verdadeiros agentes da integração do semi-árido nordestino ao mercado nacional.

O programa do Perímetro Irrigado pode ter se comportado como uma iniciativa colonizadora, no sentido que impõe o processo de mecanização agrícola no ambiente rural e não leva em consideração os saberes dos agricultores familiares. Esses saberes são tratados como atrasados por não representarem os interesses do utilitarismo e do lucro da agricultura mecanizada. Por isso, essa pesquisa não se opõe a permanência dos perímetros irrigados atuais, mas propõe-se a investigar a recuperação de uma agricultura ecológica que inclua os saberes ligados a preservação dos ecossistemas, “como elemento justificador da ética que permeia as relações entre os agricultores e o meio ambiente. Nesses saberes dos agricultores familiares [...] está incorporado um conceito de agricultura familiar, como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, ambas organizadas por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio (GOMES, 2002, p. 264).

A particularidade dos saberes dos agricultores familiares é questionada quando entra em contato direto com a lógica colonizadora dos perímetros irrigados, que priorizam o lucro e fragmentam “o ethos camponês” (BRANDÃO, 1999, p 12). Diante desse contexto, Gomes (2002, 2005) nos permite entender que a relação dos agricultores familiares com os perímetros irrigados é permeada pela colonização. Um exemplo disso, é o Perímetro Irrigado de São Gonçalo que diante da seca tem uma redução em sua produção e nem todos acessam a informações, orientações, direitos de órgãos da parte do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB). Esse descaso com os agricultores familiares do Perímetro de São Gonçalo é evidenciado na pesquisa que foi desenvolvida por Siqueira (2018).



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Realização:

REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Apoio:



O processo de modernização agrícola está associado a promoção das monoculturas, pois esse tipo de cultivo aliado a tecnologias se direciona para fortalecer a produção em larga escala, agroexportadora e que tem por base o uso de químicos no solo. Shiva (2001, p. 10) amplia esse contexto, ao afirmar que, esse processo de mercantilização teve início com o aparecimento dos modelos tecnológicos na agricultura, ou seja, de formas de agricultura baseadas na mecanização e no uso insumos químicos – fertilizantes, pesticidas, herbicidas, ect. Tais modelos ganham força com a disseminação das monoculturas, com o emprego de sementes híbridas e, mais recentemente, de sementes transgênicas. Além disso, a implementação dos métodos da Revolução Verde levou a extinção da agricultura tradicional de pequena escala, à perda do conhecimento que a informa, e provocou deslocamentos sociais, os quais por sua vez deram origem à fome e à violência entre as comunidades afetadas. Por outro lado, o contexto da modernização agrícola convive com outras experiências de agricultura e nesse projeto de pesquisa destaca-se o interesse em estudar um desses tipos: a agroecologia. Esse tipo de pesquisa agroecológica não rejeita o conhecimento da agricultura mecanizada e bioquímica, mas toma como orientação teórica o contexto ecológico e social da agricultura em determinado local. Sendo assim, a Ciência nesse contexto não é suficiente quando aposta no progresso como mola de promoção do bem-estar da sociedade, pois este enfatiza o lucro em detrimento do bem-estar dos agricultores familiares. Esses têm um conhecimento prévio na relação com a terra, que dá base a agricultura tradicional, que [...] informada por tais conhecimentos, desenvolveu práticas quase sempre ecologicamente adequadas, mantendo por exemplo, solos férteis por milênios, e incorpora métodos de controle de pragas e moléstias que funcionam por meio de arranjos e combinações de diferentes culturas, bem como processos de seleção que deram origem a um reservatório genético ricamente diversificado e modos de organização social em harmonia com os processos naturais. Claramente, ao longo dos séculos, sementes autóctones, obtidas por meio



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



de polinização em campos abertos, foram aperfeiçoadas como resultado das práticas de seleção adotadas pelos lavradores locais. O conhecimento tradicional, além do mais, é passível de aperfeiçoamento, por meio de pesquisas visando sua articulação, sistematização e avaliação empírica, das quais os lavradores locais participaram, ao lado de “especialistas”, que contribuem com o conhecimento das estruturas, processos e interações subjacentes aos sistemas agroecológicos (SHIVA, 2001, p. 19). Dessa maneira, a autonomia dos agricultores familiares pode ser retomada na organização da produção familiar, desde que se recupere a sabedoria nascida da experiência de vida. Vale salientar que essa experiência de vida que funda a agricultura familiar e ecológica se traduz em [...] uma mensagem ambiental e ecológica em que a relação homem-natureza é mediada por uma representação diferenciada do ambiente da agricultura convencional. A natureza não é apenas entorno, mas representa uma visão de mundo, onde o homem integra o mundo natural e com ele se identifica. Nesse sentido a produção agrícola não é apenas orientada por uma racionalidade instrumental, mas por racionalidades diversas relacionadas com a natureza do homem e por isso é definidora de um estilo ou de um modo de vida (BRANDENBURG, 2002, p. 15).

No contexto do Perímetro de Irrigação de São Gonçalo, lócus desta pesquisa, é relevante situá-lo no contexto das secas, pois as pesquisas desenvolvidas destacam que os agricultores familiares não produzem como antigamente, pois a seca no alto sertão paraibano provocara essa perda de produção. No entanto, historicamente as secas são usadas como um negócio a ser combatido, que segundo Castro (1968, p. 90) o uso político da seca vem sendo reproduzido até os dias atuais, transformando-a no “cavalo de batalha em cujos costados se põe toda a culpa da miséria nordestina”. Além disso, o combate à seca é enraizado numa lógica antropocêntrica, de dominação da natureza como uma mercadoria. Essa lógica “funciona como uma estratégia perversa de manutenção e controle de uma região



que, a princípio, e com raras exceções, não cabe na lógica do modelo de desenvolvimento que predomina” (SILVA, 2003, p. 372).

O combate à seca pode ser explicado também pela prioridade de um saber somente técnico, científico, “[...] nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores” (SHIVA, 2003, p. 21) que fundamenta a modernidade, pautada no progresso material ilimitado, ou seja na exploração dos recursos naturais, e na devastação de outros saberes das comunidades tradicionais. Alternativo a concepção de combate à seca, está a convivência com a seca, esta como uma

característica do semi-árido, concebido como um ecossistema complexo de limites e potencialidades e que requer a inclusão de seus atores locais na manutenção de suas riquezas naturais. Essa perspectiva, a da convivência com o semi-árido, [...] requer e implica um processo cultural, de educação, de uma nova aprendizagem sobre o meio ambiente, dos seus limites e potencialidades. Requer a constituição de novas formas de pensar, sentir e agir de acordo com o ambiente no qual se está inserido. Ou seja, a convivência envolve a percepção da complexidade e requer uma abordagem sistêmica do semi-árido brasileiro possibilitando a compreensão das dimensões geofísica, social, econômica, política e cultura (SILVA, 2003, p. 378). Logo, a agricultura camponesa e a agroecologia são as forças sociais de transformação do semi-árido brasileiro e podem vir a ser um modelo alternativo ao Perímetro Irrigado de São Gonçalo, reconhecendo-o como um espaço suscetível a resiliência, a flexibilidade adaptativa. É perceptível pelas pesquisas desenvolvidas que na região do PISG,

Um verdadeiro memoricídio cultural se processou em decorrência dessa ruptura histórica que tornou irrelevante a produção local de conhecimentos, bem como a sua transmissão entre as gerações de agricultores. No entanto, embora essa racionalidade procure se impor ao eliminar os espaços de manobra para o exercício



da criatividade e da espontaneidade dos atores locais, sua implantação não se fez sem que diferentes formas de resistência e de recriação cultural fossem ativadas. Onde se pretendeu inculcar uniformização crescente e irreversível, assistimos novas expressões de diferenciação cultural e novas formas de organização do trabalho e da vida social (TOLEDO; BASSOLS, 2015, p. 12).

Por isso, com essa pesquisa busca-se compreender as memórias e as histórias dos agricultores familiares do PISG por considerar a urgência de diálogo entre saberes científicos e saberes tradicionais, numa atitude de diálogo e complementaridade que inclui a diversidade de vivências e saberes no contexto da agroecologia. “Dessa perspectiva, todo conhecimento é uma forma de organizar o mundo, de construir ordens por sobre o aparente caos” (ALMEIDA, 2017, p. 116).

Caminhos Metodológicos

Esta pesquisa terá como lócus o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, pertencente ao Município de Sousa/PB, região do Alto Sertão paraibano, construído pelas histórias e memórias dos agricultores familiares que o compõem. O PISGA está situado em uma região de clima semi-árido, com probabilidade de chuvas durante os meses de janeiro a abril, e alongando-se um período de estiagem ao longo do ano. O PISGA, sede do acampamento possui cerca de 1.800 habitantes; por volta de 500 habitante distribuídos territorialmente em agrovilas ou núcleos habitacionais I, II, III, com aproximadamente 518 lotes em atividades, totalizando uma população rural de 7.400 habitantes. A metodologia dessa pesquisa se configura como qualitativa, pois, [...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço a um



espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22).

Em virtude do atributo qualitativo dessa pesquisa objetivou-se compreender e analisar as histórias e memórias dos agricultores familiares do PISGA. Com um percentual de 20% da amostra aleatória, inicialmente a pesquisa se comporá de 100 agricultores familiares (essa amostra está condicionada a vontade dos sujeitos em participar da pesquisa, com direito a esclarecimento sobre o estudo e aceitação prévia com assinatura do Termo de Livre consentimento para a pesquisa. Como estratégia de pesquisa em termos de metodologia optou-se pela História oral com o objetivo de “entender os processos históricos vividos pelos sujeitos sociais a partir de sua perspectiva, trabalhando com o horizonte de memórias possíveis, entendendo-as como expressão dos enredos históricos pessoais, dotados de dimensão política, como história viva, lembrança de lutas, processo em andamento” (MARTINELLI, DATA, p. 5)

Além disso, cabe ainda complementar que a história oral inclui uma relação dialógica entre pesquisador-pesquisando, como num processo de troca de experiências, vivências e saberes. Isto se associa de maneira relevante a pesquisa com agricultores familiares, na tentativa de recuperar os seus saberes ligados no respeito a terra, e que metodologicamente, traz seu depoimento, narrativas, histórias, a partir de uma “história vista de baixo” (THOMPSON, 1996, p. 279).

Dessa maneira, pode se apresentar como se dará o ciclo desta pesquisa, orientando por uma lógica de planejamento aberto e pautada na aceitabilidade dos interlocutores. Por se tratar de um estudo ligado a Sociologia Rural e à Antropologia Rural, o método etnográfico é uma escolha metodológica adequada para pesquisas qualitativas orientadas pela história oral, compondo “uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico” (MARTINS, 2001, p. 32).



Esta etnografia será viabilizada por um contínuo trabalho de campo:

- 1- Aproximação e abordagem com os agricultores familiares;
- 2- Observação in loco participante e construção de um diário de campo;
- 3- Elaboração de roteiros de entrevistas semi-estruturadas e abertas (com perguntas objetivas e discursivas) gravadas com o

consentimento do interlocutor; Outra fase do ciclo dessa pesquisa, é a análise do material, discursos, narrativas, depoimentos dos agricultores familiares, em coerência com o problema dessa investigação.

Por fim, produção do Relatório final em conjunto com o bolsista do projeto e possível divulgação dos resultados a comunidade estudada.

In-conclusões

Esse artigo é fruto de um projeto de pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande. A centralidade desta pesquisa é identificar o atual estado das sabedorias dos agricultores familiares do Perímetro Irrigado de São Gonçalo e o papel dessas na configuração da agricultura de base ecológica, produtora de modos de existência e saberes antropológicos, ecológicos diversos e complexos. A fase atual da pesquisa se encontra na realização de uma entrevista ao representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o objetivo de identificar ou mapear a situação da agricultura familiar no PISGA em Sousa/PB.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: Culturas nos Sertões. Bahia: EDUFBA, 2014.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



ALMEIDA, Maria da Conceição de. Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição. 2 ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

ALMEIDA, Mauro. Narrativas agrárias e morte do campesinato. Ruris, v.1. N. 2. São Paulo, 2007. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O afeto da terra. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, 2002.

BASSOLS, Narciso; TOLEDO, Víctor. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GOMES, Ramonildes Alves. A qualidade de vida das famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo: Ética e racionalidade. Recife: UFPE, 2005. Tese de doutoramento em Sociologia.



REDE DE ESTUDOS
RURAIIS



PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PARAGOMINAS-PA, SOBRE A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Lucas Mayk da Silva Guedes¹, Vanessa Borges de Freitas²

Carlos Douglas de Sousa Oliveira³

Graduando em Engenharia Florestal, Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra,
Campus Paragominas, e-mail: lucasmayk3@gmail.com

Graduando em Engenharia Florestal, Universidade Federal Rural da Amazônia –
Ufra, Campus Paragominas, e-mail: vanessaborgesdfreitas@gmail.com

Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia
-GPAFRAM, Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra, e-mail:
douglasoliv72@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a importância da produção agroecológica na perspectiva dos agricultores familiares na feira da Agricultura Familiar do município de Paragominas-PA. Foi utilizada metodologia qualitativa e quantitativa, por meio de entrevista semiestruturada. Constata-se que a produção agroecológica no grupo pesquisado não se apresenta de forma planejada e organizada, indicando a necessidade de sensibilização dos atores, bem como de políticas públicas e de apoio para o fortalecimento da agricultura familiar no campo da agroecologia, com vistas à intensificação de práticas agroecológicas, visando a melhoria dos produtos ofertados na feira da agricultura familiar de Paragominas-PA.

PALAVRAS CHAVES: agricultura familiar; agroecologia; práticas agroecológicas.

Abstract

The objective of this work is to analyze the importance of agroecological production from the perspective of family farmers at the Family Farming fair in the municipality of Paragominas-PA. Qualitative and quantitative methodology was used, through semi-structured interview. It appears that the agroecological production in the researched group is not presented in a planned and organized way, indicating the



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



need for awareness of the actors, as well as public policies and support for the strengthening of family farming in the field of agroecology, with a view to intensifying agroecological practices, aiming to improve the products offered at the family farming fair in Paragominas-PA.

KEYWORDS: family farming; agroecology; agroecological practices.





INTRODUÇÃO

A agricultura familiar pode ser definida tanto por intelectuais acadêmicos, quanto normativamente, a diferença está no tamanho da área, que a definição normativa limita em quatro módulos fiscais, mas ambas definições estão baseadas na predominância de utilização de mão de obra familiar. Sendo assim, nesta pesquisa iremos utilizar o conceito normatizado pela Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para definir esta categoria sociopolítica de agricultores familiares.

De acordo com a Lei supracitada, no artigo 3º, são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares:

não possuir área maior do que quatro módulos fiscais;
a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e
o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.
(BRASIL, 2006, p. 1)

A agricultura familiar tem grande importância para o desenvolvimento do país, pois os agricultores familiares são responsáveis pela produção de grande parte dos produtos que abastecem o mercado interno. (FANTINELI *et al*, 2016). Mesmo assim, ainda carecem de informações e de assistência técnica para acessarem alguns programas e políticas públicas, que são primordiais para melhorar, aumentar e qualificar ainda mais a sua produção (AUGUSTO; SACHUK, 2008; SOUZA *et al.*, 2011; DE PAULA *et al.*, 2014; BUENO; SILVA, 2014).

Destaca-se que, antes desse período, as políticas públicas eram destinadas às médias e grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

A agricultura familiar é extremamente diversificada, podendo encontrar produtores que vivem em pequenas propriedades em condições de extrema pobreza e produtores inseridos no moderno agronegócio, que logram a gerar renda superior



(BUAINAIN,2006). É nessa diversificação, que a agricultura familiar contribui também com a preservação do meio ambiente, pois as práticas agroecológicas contribuem para a permanência da família no campo, valorizam os saberes locais, propiciam o manejo sustentável dos solos e a conservação dos recursos naturais (GUEDES; MARTINS,2011).

Por esse motivo, de preservação dos recursos naturais e manutenção das paisagens rurais, tais agricultores são considerados por Carneiro e Maluf (2003) como agricultores multifuncionais, pois, além de desempenharem a função de produtores de alimentos, também possuem outras funcionalidades, tais como a preservação ambiental, a segurança alimentar e a reprodução socioeconômica e cultural no meio rural. Nessa perspectiva, a agricultura familiar tem se apresentado como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e mais equilibrado ambientalmente (SANTOS e MITJA,2016).

Tais características da agricultura familiar, aqui apresentadas, se alinham com a Agroecologia, que traz o principal enfoque científico na transição de modelos de agriculturas convencionais para modelos sustentáveis, sendo a mudança de atitudes e valores dos agricultores em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais, base desta transição (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; 2007).

Neste contexto, a adoção do sistema de produção agroecológica apresenta-se como estratégia de desenvolvimento sustentável, revalorizando a agricultura familiar, melhorando a saúde dos produtores e consumidores, podendo reduzir custos de produção e, até diminuir os impactos ambientais decorrentes do uso da terra (FINATTO; CORRÊA, 2008), bem como proporcionando segurança alimentar à sociedade em geral.

Diante disso, o objetivo do presente trabalho foi analisar a importância da produção agroecológica (ou da agroecologia) para os agricultores familiares, que participam da Feira da Agricultura Familiar de Paragominas-PA, bem como identificar

como os produtos desses agricultores são produzidos e comercializados na referida feira.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa foi realizada em fevereiro de 2021, no município de Paragominas, Pará (Figura 1), situado na região Sudeste do Pará. Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de metodologia qualitativa e quantitativa, junto aos feirantes e colaboradores da feira da Agricultura Familiar, ligados à Cooperativa de Agricultores Familiares da Colônia do Uraim e do Condomínio Rural (COOPERURAIM), que representam comunidades de agricultores familiares no município de Paragominas-PA.

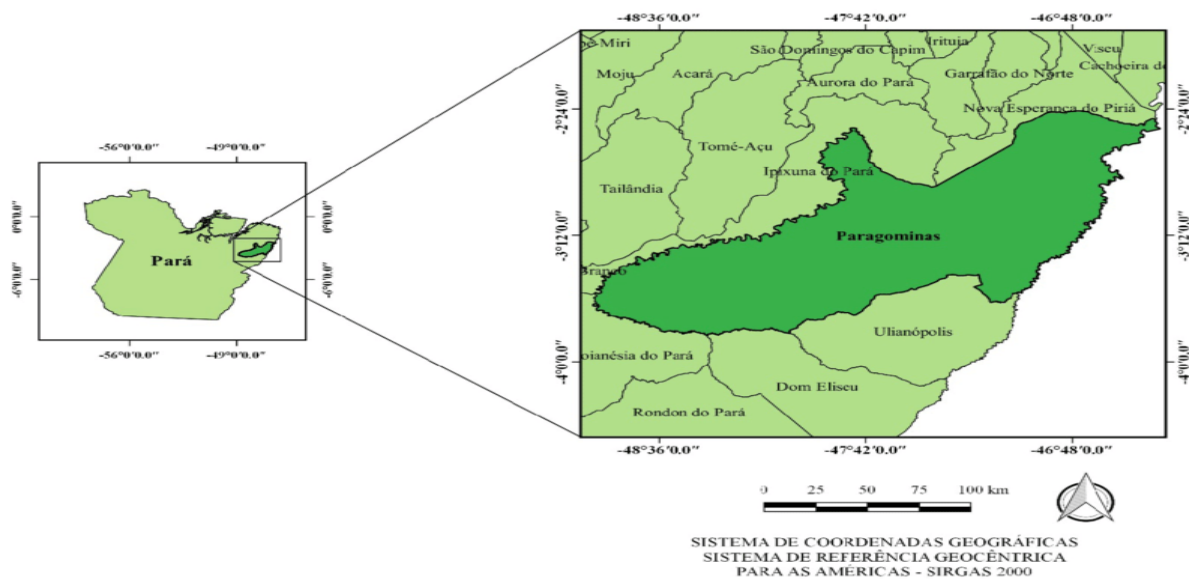


Figura 1: Mapa de localização do município de Paragominas - PA, nordeste paraense.

Fonte: SIRGAS, 2000

A Feira da Agricultura Familiar é composta por cinco (5) agricultores familiares



e seis (6) comerciantes. Porém, para esta pesquisa foram entrevistados os cinco (5) agricultores familiares. Devido à pandemia de COVID-19, nos momentos de coleta de dados, por meio de entrevistas semiestruturadas, foram utilizadas as medidas de prevenção, de acordo com o protocolo de biossegurança da (UFRA, 2020).

Os cinco (5) agricultores familiares entrevistados tiveram suas vagas e barracas na feira fornecidas pela Prefeitura Municipal de Paragominas - Pará. O roteiro de entrevista foi composto por perguntas abertas e fechadas, cujas respostas foram sistematizadas, em função dos objetivos da pesquisa, bem como buscou preservar a ideia geral contida nos argumentos dos agricultores familiares em relação a cada ponto questionado. As questões buscaram revelar o perfil dos agricultores familiares, e verificar os produtos mais comercializados, produtos mais procurados pela comunidade, bem como aqueles produtos que os consumidores demandam, porém não são ofertados pelos agricultores da Feira da Agricultura Familiar, além de buscar compreender os saberes agroecológicos dos agricultores e a forma de produção dos produtos comercializados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agricultores familiares apresentaram uma variação de idade de 23 a 61 anos. Sendo que um (1) entrevistado possui idade de 20 a 30 anos, dois (2) entrevistados têm idades de 30 a 40 anos e dois (2) entrevistados possuem idade acima de 40 anos.

Nesse âmbito, em relação ao grau de idade dos agricultores há um ligeiro equilíbrio entre as médias de idade mais elevadas, como demonstra a análise feita, no que se pode destacar, entre outros fatores, que todos usufruem da produção familiar para garantir o sustento da família.

Na feira da agricultura familiar, verificou-se uma maior inserção das mulheres



nas atividades, obtendo 72,7% dos entrevistados dessa pesquisa, indicando que nesse grupo de entrevistados as mulheres são responsáveis, na maioria dos casos, pela comercialização dos produtos produzidos no campo. Contudo, Lisboa e Lusa (2010), afirmam que as mulheres possuem um papel essencial na gestão dos recursos naturais das propriedades rurais, devido a sua responsabilidade no sustento da alimentação da família, o que demonstra a importância na segurança alimentar da própria agricultura familiar, mas também no sistema produtivo em geral. Neste caso, verificamos um papel importante das mulheres em uma etapa igualmente importante do sistema produtivo, que é a comercialização da produção

Quanto ao nível de escolaridade dos interlocutores, verifica-se que cerca de 60% dos agricultores familiares possuem apenas o ensino fundamental, porém, também é importante destacar que não houve a presença de entrevistados analfabetos (Figura 2). Semelhante ao dado levantado por COSTA *et al* (2020), na feira da Agricultura Familiar de São Miguel do Guamá, região Nordeste do Pará, vizinha à região Sudeste Paraense, onde está situado o município de Paragominas-PA.

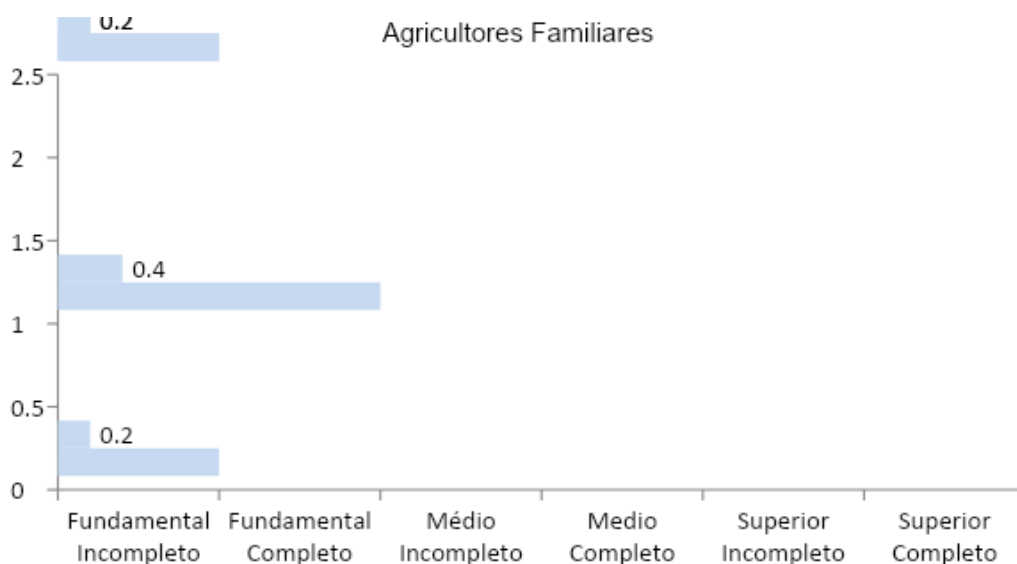


Figura 2: Nível de escolaridade dos agricultores familiares na feira da Agricultura Familiar



de Paragominas-PA em 2021.

Fonte: Autores, pesquisa de campo (2021).

Nesta pesquisa pode-se observar a predominância de agricultores familiares com apenas o ensino fundamental, porém, mesmo em minoria, temos casos isolados de entrevistados com um grau mais elevado, sendo justificado assim, que mesmo com uma gama exaustiva de trabalho, os agricultores conseguiram ter a oportunidade de frequentar a escola. Contudo, ainda há pessoas que tiveram de abandonar os estudos em busca de se dedicarem às práticas de produção familiar, justificando as taxas apresentadas acima.

Os produtos mais vendidos e mais procurados pelos consumidores na feira são cheiro verde (*Coriandrum sativum* L.), batata doce (*Ipomoea batatas*), alface (*Lactuca sativa* L.), abóbora (*Cucur bita*), pimentinha (*Capsicum frutescens* L.), couve (*Brassica oleracea*), jambú (*Acmella oleracea* (L) R.K, Jansen), pepino (*Cucumis sativus* L.) agrião (*Nasturtium officinale*), feijão verde (*Vigna unguiculata*), limão (*Citrus limon*), macaxeira (*Manihot esculenta*), maracujá (*Passiflora edulis*), maxixe (*Cucumis anguria*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*) e temperos, tais como: colorau e açafão (em pó) (Tabela 1).

Produtos comercializados	Unidade	Quantidade Comercializada
Abóbora	Quilograma	20
Agrião	Maço	5
Alface	Maço	25
Batata Doce	Quilograma	30
Cheiro Verde	Maço	40
Couve	Maço	10
Feijão Verde	Litro	15
Jambu	Maço	10
Limão	Quilograma	10



Macaxeira	Quilograma	30
Maracujá	Quilograma	12
Maxixe	Quilograma	10
Pepino	Quilograma	10
Pimentinha	Quilograma	15
Quiabo	Quilograma	5

Tabela 1: Produtos comercializados na Feira da Agricultura Familiar, Paragominas-PA, 2021.

Fonte: Autores, pesquisa de campo (2021).

Constatou-se também, que os produtos mais procurados pelos consumidores, porém não presentes na feira, são: Salsa (*Petroselinum crispum* (Mill.) Mansf.), Rúcula (*Eruca sativa* Lam.), Alho (*Allium sativum*), Batata “comum” (*Solanum tuberosum*), Cebola (*Allium cepa*), Almeirão (*Cichorium intybus*) e Tomate (*Solanum lycopersicum*). A falta desses produtos na feira é justificada pelo fato de que os agricultores familiares não produzem tais produtos. Nesse sentido, nos surpreendemos com a ausência de produção de tomate, sobretudo porque a região de Paragominas possui fatores edafoclimáticos propícios para esse tipo de cultura. No entanto, uma agricultora respondeu: “... Realmente não conheço ninguém que plante tomate aqui, talvez seja porque dá muito ataque de doença ...” (Entrevistado 1, 2021). Essa mesma agricultora, informou que está realizando um pequeno experimento com tomate, ainda em fase de mudas.

Verificou-se que 80% (4/5 entrevistados) dos agricultores familiares produzem a maioria dos produtos que comercializam na feira e 20 % (1/5 entrevistados) não produzem a maioria dos produtos comercializados por eles. Entre os entrevistados há a variação de 40% á 90%, sendo importante ressaltar que a percentagem não produzida, porém, vendida na feira é comprada por eles (Figura 3). A maioria dos entrevistados demonstra produzir os produtos que comercializa, sendo assim, é considerado alto o índice de produção desses feirantes, fato esse já esperado, haja



vista que é uma feira de agricultores familiares.

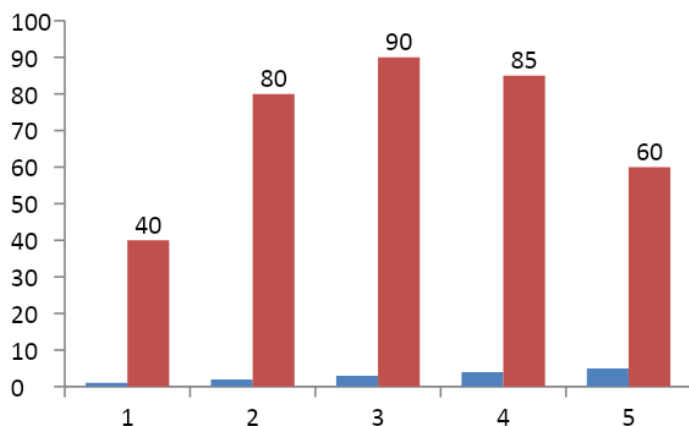


Figura 3: Índice de produção pelos feirantes dos produtos comercializados na feira da Agricultura Familiar no município de Paragominas-PA, em 2021.

Fonte: Autores, pesquisa de campo (2021).

Questionou-se aos agricultores familiares/feirantes sobre o significado de produção ecológica. Desse modo, constatou-se que três (3) dos entrevistados conhecem a cerca do tema e outros dois (2) possuem um conhecimento superficial sobre o assunto, em sua fala um dos entrevistados ressalta que: “... é de suma importância a produção agroecológica, e que contribui diretamente em seus fins produtivos e econômicos” (Entrevistado 2, 2021). Logo, apesar dos agricultores familiares conhecerem o tema agroecologia, foi possível identificar por meio dos entrevistados que, na prática, eles conhecem e desenvolvem a produção agroecológica, por meio da utilização dos estercos naturais.

Entre as práticas de produção ecológicas, foram relatadas pelos entrevistados a utilização de esterco bovino, esterco de carneiro, esterco de galinha. Diante desse fator, precisa-se de uma maior intensificação das práticas agroecológicas, visando



reforçar a importância da produção sem utilização de agrotóxicos, evidenciando o conceito da oferta de alimentos orgânicos. O crescente número de adeptos dos produtos orgânicos torna-se impressionante ainda mais a demanda por alimentos produzidos sem agrotóxicos (SCHULTZ; SOUZA; JANDREY,2017).

Outro aspecto que ficou claro na fala dos agricultores entrevistados, é que eles não compreendem plenamente o conceito de agroecologia, que vai para além da produção ecológica e sustentável, pois também incorpora conceitos de sustentabilidade, desde um ponto de vista e uma prática multidimensional, abordando as dimensões sociais, culturais, políticas, além da dimensão ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados levantados, constata-se que na feira da Agricultura Familiar, os agricultores possuem em sua maioria o nível fundamental de escolaridade. A feira contribui para a comercialização dos produtos e serve para complementar a renda da família. Eles produzem a maioria dos produtos que comercializam, esse fator é explicado porque seus preços são mais acessíveis em relação ao do mercado. As práticas agroecológicas são imprescindíveis para qualidade dos alimentos ofertados e, de acordo com a percepção deles, compreendem que tais práticas são fundamentais, pois garantem alimentos limpos.

Constata-se ainda que, de acordo com as questões apresentadas aos entrevistados, eles nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica e pouco apoio de políticas públicas, principalmente para a produção de produtos agroecológicos. Esse tipo de apoio é indispensável para fortalecer a agricultura familiar e produção agroecológica.

REFERÊNCIAS



AUGUSTO, Cleiclele Albuquerque; SACHUK, Maria Iolanda. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. Caderno de Administração, v. 15, n. 2, p. 9-18, 2008.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília: Planalto, 2006. 3 p.

Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline#:~:text=JULHO%20DE%202006.-,Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a%20formula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20da,Art.>

Acesso em 16/04/2021

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. In: SANTOS, M. de M.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C.; GUEDES, A. C.; BARBOSA, M. M. T. L.; SETUBAL, J. H.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C. (Org.). A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.

BUENO, C. da S.; SILVA, P. A. de O. Redes de informação como instrumento ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: o modelo do programa "PLANEJA" da EMBRAPA. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Anais... Goiânia, GO: Sober, 2014.

Caporal, F.R. & Costabeber, J.A. (2004). Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília, Brasil, MDA.

Caporal, F.R. e Costabeber, J.A. (2007). Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília, Brasil, MDA.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção**: multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230 p.

COSTA, M et al. **Produção agroecológica a partir da percepção dos agricultores familiares da feira municipal de São Miguel do Guamá-Pará**. cap.20. UFRA, 2020.

DE PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luis Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. Revista de Política Agrícola, n. 1, p. 33-43, 2014.



ESQUERDO-SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. Revista Extensão Rural, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

FANTINELLI, D et al. **Agricultura familiar e suas estratégias de sobrevivência.** UFSM, 2016.

Finatto, R.A. & Corrêa, W.K. (2008). Emergência e dinâmica da agricultura de base agroecológica - Pelotas/RS. In: Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa. São Paulo, Brasil. pp. 350-369.

Guedes, Z.M. & Martins, J.C.V. (2011). Agroecologia e Gênero: Perspectiva Socioambiental no Assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN. Revista Verde, 5(1), 66-76.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. Interações (Campo Grande), v. 13, n. 1, 2016.

SOUZA, Paulo Marcelo; FORNAZIER, Armando; PONCIANO, Niraldo José; NEY, Marlon Gomes. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. Documentos TécnicoCientíficos, v. 42, n. 1, jan./mar. 2011.

VALENTE, A. et al. **Práticas Agroecológicas em Sistemas de Uso da Terra em uma comunidade rural na Amazônia Oriental, Brasil,** Revista Espacios, vol.38. pág.10, 2017.



PRODUZINDO AGROBIODIVERSIDADE: PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DE MANIVAS-SEMENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MURUMURU, SANTARÉM-PA

ANDRÉA LIMA PEREIRA - Universidade Federal do Oeste do Pará

RESUMO: Embasado no referencial sobre agrobiodiversidade e sistemas agrícolas tradicionais, este trabalho tem como objetivo caracterizar as práticas de conservação de manivas-sementes por populações quilombolas. A pesquisa foi realizada na comunidade de Remanescentes de Quilombo de Murumuru situada no município de Santarém-PA, por meio de observação direta e entrevistas realizadas com oito quilombolas. A mandioca *Manihot esculenta* Crantz é uma das principais espécies cultivadas na Amazônia e constitui basicamente a alimentação dos povos tradicionais. No quilombo duas práticas de conservação de manivas-semente são utilizadas o *decotado* e o *abafado*. O método *decotado* consiste em deixar parte da roça para compor o próximo roçado e tem como finalidade a produção de manivas e de mandioca, enquanto o *abafado* consiste em conservar as manivas-semente fora da área de produção abafando-as com folhas ou embaixo da mata. O método *mani-kujá* não tem sido mais realizado na comunidade. Diante do cenário de mudanças por qual passam as famílias, os quilombolas seguem utilizando esses dois métodos como estratégias de conservação da agrobiodiversidade para manter a diversidade de espécies cultivadas, a economia familiar e, principalmente, os saberes tradicionais quilombola.

PALAVRAS-CHAVE: Agrobiodiversidade, Sistemas agrícolas tradicionais, Populações Tradicionais



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, derivado da monografia de conclusão de curso de graduação da primeira autora, versa sobre a temática Sistemas Agrícolas Tradicionais- SATs, focando em práticas de conservação de manivas-sementes realizadas na comunidade quilombola Murumuru, município de Santarém-PA.

Sendo uma das principais espécies cultivadas na Amazônia, a mandioca constitui a base da alimentação dos povos tradicionais (ADAMS et al, 2008; FÉLIX, 2018) e é protagonista de SAT's de diversos grupos sociais. Os SAT's são definidos como um conjunto de elementos interdependentes que envolvem espaços e agroecossistemas como cultivos, criação de animais, saberes, sistemas alimentares, redes sociais e outros (EIDT; UDRY, 2019). Segundo Adams et al. (2000), a agricultura de subsistência, de corte e queima ou também chamada de agricultura itinerante é uma herança indígena adotada por várias populações, como os quilombolas. Dentre os sistemas agrícolas tradicionais encontra-se o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola- SATQ. Para Andrade et al. (2019), o SATQ é um conjunto de saberes e práticas tradicionais utilizadas no cultivo de uma diversidade de plantas, onde os saberes devem ser repassados de geração a geração a partir da convivência para a perpetuação de seus conhecimentos.

Por essas características, os sistemas agrícolas tradicionais contribuem significativamente para a conservação da biodiversidade (MACHADO; SANTILLI e MAGALHÃES, 2011; ROBERT; LÓPEZ, 2012; GOMES et al., 2017). Segundo Machado et al. (2008), a diversidade biológica refere-se à multiplicidade de espécies de uma região ou de um ecossistema de acordo com suas características genéticas, porém vale destacar que a diversidade também se refere aos arranjos sociais, religiosos, institucionais de diferentes povos (MACHADO et al., 2008). Nesse



contexto, o objetivo da pesquisa foi caracterizar as práticas de conservação de manivas-sementes utilizadas na comunidade quilombola Murumuru, Santarém-PA.

A partir da vivência da primeira autora na referida comunidade e como estudante quilombola do curso Interdisciplinar em Ciências Agrárias e do curso de Agronomia, ambos cursados na Universidade Federal do Oeste do Pará-Ufopa/Campus-Santarém, percebemos a necessidade de se pesquisar sobre as práticas de conservação da agrobiodiversidade (MACHADO; SANTILLI e MAGALHÃES, 2011; ROBERT; LÓPEZ, 2012), em especial sobre as manivas-sementes de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e sobre o processo de propagação das etnovarietades cultivadas nas comunidades quilombolas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é embasado em: a) literatura sobre sistemas agrícolas tradicionais (ROBERT; LÓPEZ, 2012; DUARTE;; PASA, 2016; EIDT; UDRY, 2019; ANDRADE et al., 2019; BALDINI; QUINTEIRO,2019) e agrobiodiversidade (MACHADO; SANTILLI e MAGALHÃES, 2011; ROBERT; LÓPEZ, 2012; GOMES et al., 2017; FIDELIS, 2011) e; b) pesquisa de campo de caráter qualitativo e na vivência da primeira autora.

A pesquisa de campo ocorreu na comunidade Remanescente de Quilombo de Murumuru, localizada próxima a PA-370 rodovia Curuá-Una a 45 km de Santarém-PA. A comunidade quilombola Murumuru, nesse texto referenciada de *quilombo* conforme assim chamada por seus moradores, foi fundada aproximadamente em 1844 por cinco famílias que fugiram da fazenda Taperinha, a mesma possui este nome devido à uma palmeira nativa e espinhosa (*Astrocaryum murumuru* Mart.) que neste período se encontrava em grande quantidade na área de várzea e terra firme próximo as nascentes dos igarapés (FUNES, 2005).



Após muitas lutas do movimento quilombola em Santarém, em 2005 o quilombo obteve sua certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Palmares e em 2017 foi reconhecido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tendo seu RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) publicado no Diário Oficial da União, porém ainda em processo de demarcação de suas terras (MALHEIROS e O'DWYER, 2010). Atualmente o quilombo é composto por 120 famílias e aproximadamente 425 habitantes. O agroextrativismo tem importância econômica e social na organização do modo de vida das famílias, destacando-se como atividades econômicas a venda de frutos e vinho de açaí nativo (*Euterpe oleracea*), a pesca e a produção de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), dentre outras atividades.

O estudo teve caráter qualitativo. Segundo Martins (2004), a metodologia de pesquisa qualitativa refere-se a técnicas de coletas de dados através de estudos e ações sociais individuais e grupais, de caráter descritivo e narrativo de seus resultados, ela privilegia os estudos de casos de acordo com o foco do pesquisador. Embora sendo alvo de muitas críticas pela sua falta de representatividade de caráter estatístico de amostra, a pesquisa qualitativa nos permite investigar, observar e fazer descobertas além do nosso próprio conhecimento e o quanto ela é importante para as ciências sociais, seja na compreensão ou na interpretação do comportamento do estudo em caso.

Os dados referentes ao etnoconhecimento sobre a mandioca foram coletados nos meses de outubro e novembro de 2019 por meio de entrevistas realizadas com 8 famílias quilombolas. As entrevistas foram norteadas por questionário aberto contendo perguntas referentes às práticas familiares de cultivo de mandioca, focando o manejo das manivas- sementes.

A pesquisa de campo foi facilitada pelo fato da pesquisadora fazer parte do quilombo e conhecer as áreas de produção familiar. Porém, o fato de conhecer os



entrevistados foi o maior desafio, ou seja, como conciliar o conhecimento acadêmico com o tradicional local e de uma forma mais simples nortear as entrevistas. Apesar do desafio, voltar ao quilombo como pesquisadora trouxe segurança para a execução do trabalho e possibilitou que a realidade do quilombo fosse vista de outro modo, tanto no coletivo como individualmente, seja pela falta de assistência técnica, incentivo a agricultura ou por outros motivos visto durante a pesquisa.

3 ROÇADOS COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE AGROBIODIVERSIDADE

O sistema tradicional quilombola é um conjunto de saberes e práticas que buscam a conservação de seus recursos, tendo os SATQ's como principal elemento as roças de coivara, também chamada de corte e queima que ao serem constituídas abrigam diversidade de espécies vegetais, sendo, portanto, espaço de produção de agrobiodiversidade.

No final da década de 90, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura- FAO já apontava para a importância da agrobiodiversidade e que esse termo se refere à diversificação de plantas, animais e microrganismos utilizados de forma direta ou indiretamente para a alimentação e agricultura (DUARTE e PASA, 2016). As autoras ressaltam ainda que a agrobiodiversidade não inclui apenas espécies usadas na alimentação, mas para outros fins de uso e procura sempre associar a conservação com o desenvolvimento sustentável.

A mandioca (*Manihot esculenta* Krantz) é uma das espécies mais importantes da agrobiodiversidade brasileira e possui um papel fundamental na base alimentar das populações (ADAMS, 2008). Distribuída por todo o território brasileiro, a mandioca tem como principal produtora a agricultura de base familiar (FÉLIX, 2018).

No quilombo Murumuru a produção de mandioca é sinônimo de autonomia alimentar e econômica, pois possuir roça contribui na renda e na economia familiar.



Além da farinha, outros subprodutos podem ser preparados como tapioca, tucupi, crueira, carimã e uma diversidade de bejus. De acordo com Machado et al. (2008), para as populações tradicionais a agrobiodiversidade está diretamente relacionada com a segurança alimentar, composição de renda e, principalmente com a conservação dos recursos genéticos e a diversidade cultural.

As roças do quilombo Murumuru são feitas de forma tradicional através do corte e queima e possuem aproximadamente de 1 a 4 tarefas (equivalente a 0,25 a 1 ha). Para a abertura das áreas, utilizam-se foices, machados e terçados. Após a derruba ou roçagem da vegetação, é feita a queima. A prática de cultivos agrícolas tradicionais como a agricultura itinerante ou de derrubada e queima é uma herança indígena, adotada por diversas populações tradicionais. Este sistema consiste no corte e queima da vegetação, alguns poucos anos de cultivo e outros de pousio (ADAMS, 2000).

As roças são formadas por conjuntos variados de espécies, dentre as quais são recorrentes milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), maxixe (*Cucumis anguria*), macaxeira e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), sendo essa última a protagonista dos roçados. Essa composição assemelha-se como os resultados encontrados por Andrade et al., (2019). De acordo com esses autores, os SATQ são constituídos por quintais, agroflorestas, roças coletivas ou individuais onde são cultivadas diversas espécies vegetais, tais como feijão, milho, mandioca e outras. O interessante na diversidade dos tipos de SATQ's mencionados pelos autores acima, é que, sem saberem os agricultores familiares possuem sistemas agrícolas perto de casa como, os quintais e as agroflorestas. A mandioca se torna o componente principal das roças devido ao consumo da farinha ser mais frequente no âmbito familiar que os outros componentes. Seu tempo de plantio vai de 12 a 18 meses, tempo suficiente para que as manivas e mandiocas estejam prontas para serem colhidas.



Os resultados da pesquisa mostram 18 (dezoito) variedades de mandioca citadas pelos entrevistados como cultivadas na comunidade: *Bem-te-vi*, *Chavita* também conhecida por *Pagôa* ou *Pinajé*, *Folha-fina*, *Pretinha*, *Taxí*, *Aparecida*, *Boiúna*, *Paguene*, *Milagrosa amarela*, *Milagrosa branca*, *Mairí*, *Mauarí*, *Dorotéia*, *Boi*, *Inajazinha*, *Amarelona*, *Camarão* e *Batatinha*. Além das variedades de mandioca, foram identificadas 3 (três) variedades de macaxeira: *água morna*, *vermelha* e a *manteiga*. As variedades *Chavita*, *Mairí*, *Bem-te-vi* e *Pretinha* são as preferidas pelos agricultores por possuírem boas qualidades como massa, tapioca e tucupi.

Vale ressaltar que são cultivadas concomitantemente de duas a três variedades por roça. De acordo com a Eidt e Udry (2019), a FAO avalia os sistemas tradicionais como principais responsáveis pela conservação *on farm* dos materiais genéticos como base para a agricultura, pois conseguem tornar possível o cultivo sob as diversas condições ambientais e ressalta que deveriam ser esses sistemas deveriam ser reconhecidos como centro das pesquisas.

4 PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DE MANIVAS-SEMENTES

Geralmente em comunidades tradicionais a obtenção de manivas-sementes de variedades ainda não cultivadas pelas famílias se dá através da troca, compra ou doação entre vizinhos do próprio quilombo ou de comunidades circunvizinhas e como ele influencia na qualidade do material a ser propagado.

As práticas de conservação são cruciais para manter a agrobiodiversidade de um determinado local. Em relação aos métodos de produção e conservação das sementes-manivas praticada pelos quilombolas pôde-se identificar duas práticas: o *decotado* e o *abafado*.

O *decotado* consiste em deixar parte da roça ou até mesmo uma inteira para compor o próximo roçado e tem como finalidade a produção de manivas e mandioca. Quando o novo roçado está pronto, se *decota* (corta) as manivas



produzindo as sementes que serão utilizadas no novo plantio de roça. Após o *decotado*, as manivas são armazenadas em um lugar com mínima incidência solar para que a seiva não seque. No dia seguinte, o plantio é realizado. Porém, alguns produtores preferem cortar a maniva em tamanho próprio para o plantio ou simplesmente deixar em feixes e abafar com folhas por cinco a sete dias, após esse processo as brotações surgem garantindo que o material esteja pronto para o plantio.

O *abafado*, por sua vez, consiste em conservar as manivas fora da área de produção abafando-as com folhas embaixo da mata, essa prática partiu da necessidade de retirar a roça antes da implantação do novo roçado, principalmente no período seco. Para não perder o material, ao retirar a mandioca para a produção de farinha ou beju os produtores aproveitam as manivas mais vigorosas e fazem feixes. Após esse processo é feito o afofamento da terra embaixo da mata primária ou secundária para colocar os feixes de modo que as manivas sejam conservadas. Esses por sua vez devem ser colocados na vertical em contato com o solo para evitar o ressecamento do material, alguns produtores preferem não abafar com folhas, pois a mata já faz esse papel. Nesse sistema percebe-se que a mata atua como um dos principais agentes da conservação da manivas, pois seu microclima ajuda a diminuir efeitos adversos na fisiologia das hastes.

Um ponto importante é que, segundo os entrevistados, o tempo de conservação desse material dura em média seis meses, porém quanto mais longo o período de armazenamento, mas a qualidade das hastes é reduzida, afetando a produtividade dos roçados. Assim como mostra Félix (2019), durante o armazenamento das hastes as perdas podem ser parciais ou totais o que pode comprometer todo o estande, as manivas devem estarem em condições ideais de plantio.



Além do *decotado* e do *abafado*, o *mani-kujá* foi outro método citado cuja finalidade era a produção de manivas e de mandioca. Esse método consiste em afofar a terra e plantar as manivas na vertical, diferente do plantio em cova as hastes devem ser um pouco maiores. Vale ressaltar que as hastes devem ser enfiadas às margens da terra afofada para que suas raízes cresçam para a frente permitindo-lhes uma boa formação, ou seja, ao invés de crescerem para baixo, elas crescem para a frente o que garante facilidade na hora da colheita e, principalmente raízes perfeitas (retas). Apesar de eficiente em termos da qualidade física das raízes, o *mani-kujá* não é mais praticado na comunidade, seja por falta de conhecimento das novas gerações sobre como fazer ou porque esse método exige maior quantidade de material (maniva maior). Embora isso mostre que o modo de vida de populações tradicionais é dinâmico, não sendo a agricultura uma atividade estática, considera-se que esse método deve ser resgatado para compor o quadro de formas de conservação da agrobiodiversidade do quilombo para que as novas gerações possam vir a conhecer e praticar.

No decorrer da pesquisa de campo, algumas mudanças na participação dos membros familiares durante a implantação dos roçados foram percebidas. Há tempo atrás a presença da mulher e das crianças era muito forte nas roças, ou seja, toda a família participava de forma direta. Porém, nos dias atuais essa participação diminuiu devido o reconhecimento do trabalho da mulher dentro de casa, de outras oportunidades de trabalho, da maior participação das crianças na escola, dos incentivos do governo como o bolsa família e também devido à localização dos roçados, pois estes ficam distantes das casas tendo que se subir ladeira (serra), ficando então na maioria sob a responsabilidade das vezes dos homens.

A população da comunidade quilombola Murumuru vem crescendo e isso está gerando mudanças em todo o seu contexto sócio-cultural, o que causa preocupação, principalmente em relação aos saberes tradicionais. Eles representam a nossa



IX ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



identidade, portanto deve-se ter o cuidado para mantê-los preservados e visíveis as futuras gerações, assim as modificações cotidianas não os afeta diretamente.

Diante de tais situações, as populações tradicionais vêm ao longo do tempo, organizando-se e reafirmando sua identidade, demonstrando que o meio rural é composto pela diversidade, tais como mostra a presença de quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores etc., (FIDELIS, 2011). Nesse sentido, a conservação de variedades locais contribui para reprodução social quilombola, uma vez que, como analisam Duarte e Pasa (215), as formas de fazer agricultura, pautadas na tradição, são estratégias que visam não somente a segurança alimentar, mas também a reprodução das espécies vegetais e dos saberes tradicionais. Em acordo com Andrade et al (2019), a pesquisa mostra que os quilombolas são agentes da conservação da biodiversidade e apesar dos desafios desenvolvem estratégias como forma de resistência através do fortalecimento de suas práticas culturais, mantendo suas roças biodiversas e a socialização entre os indivíduos por meio de trocas (ANDRADE et al., 2019).

Entretanto, vale ressaltar que mesmo que tal importância dos conhecimentos tradicionais herdados de geração a geração para a preservação da biodiversidade seja tão significativa, muitos povos e comunidades tradicionais ainda se encontram na invisibilidade por conta de pressões econômicas, fundiárias e sociopolítica, e muitas vezes são desconhecidos ou discriminados por transmitirem seus modos tradicionais de vida, produção e manejo de seus recursos como forma ultrapassada diante dos modelos de agricultura moderna (EIDT; UDRY, 2019).

De acordo com Santos e Quinteiro (2018), as populações rurais lutam pelo reconhecimento de sua identidade, na valorização do seu saber tradicional, melhoria de vida e assim garantir sua participação na construção de políticas de conservação. Porém, enquanto a luta continua, essas populações seguem colocando seus saberes em prática selecionando e manejando suas roças. Assim, a conservação



da agrobiodiversidade precisa ser difundida através de trabalhos científicos, oficinas e palestras para dá visibilidade a importância dos saberes tradicionais, não sendo só importante como forma de resgate do conhecimento, mas como liberdade dessas populações que muitas vezes dependem do pacote tecnológico. Conciliar os saberes tradicionais ao conhecimento técnico de cultivos, sempre visando a valorização dos saberes e a sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que a mandioca possui importância na base alimentar dos quilombolas de Murumuru, e manter a conservação dessas etnovarietades requer estratégias e reconhecimento dos saberes tradicionais. Mesmo tendo o saber tradicional como aporte da conservação da agrobiodiversidade essas práticas estão em constantes mudanças e isso reflete diretamente na memória biocultural da comunidade.

Dentre as estratégias utilizadas pelas famílias quilombolas para guardar e multiplicar as etnovarietades, duas formas de conservação de manivas são predominantes, o *decotado* e o *abafado*. Apesar dos desafios que emergem frente às mudanças sociais que vêm ocorrendo no quilombo e ao avanço dos sistemas convencionais de produção agrícola no entorno da comunidade, essas estratégias são utilizadas para manter a diversidade de plantas em seus sistemas agrícolas, diversificar a economia familiar e, principalmente, conservar os saberes tradicionais quilombola. As famílias que praticam a agricultura de subsistência como forma de resistência do povo entendem que, mesmo de forma simples a sustentabilidade e soberania alimentar devem ser mantidas tanto por questão de saúde quanto cultural.

Mesmo sabendo da importância das comunidades tradicionais para a conservação da agrobiodiversidade, percebemos ainda a invisibilidade do reconhecimento dos saberes tradicionais nos cursos das Ciências Agrárias. Por isso,



mais pesquisas devem ser feitas sobre a temática e assim poder tornar esses conhecimentos visíveis dentro e fora da comunidade. A partir da realização da pesquisa percebi o quanto é importante pesquisar também sobre as diferentes mudanças nas atividades agrícolas e mostrar para a nova geração que temos um papel fundamental na conservação da agrobiodiversidade e que, apesar das relações socioculturais não serem estáticas ao tempo e estão em constantes transformações, não podemos deixar para trás a nossa história, pois a oportunidade de ingressar na Universidade nos dá possibilidades de conhecer e aprender novas técnicas e agregar o conhecimento acadêmico ao tradicional para fortalecer as práticas já utilizadas no quilombo sem perder nossa ancestralidade, tornar conhecido o que se perdeu e tentar retomar no cotidiano práticas antigas.

REFERÊNCIAS



REDE DE ESTUDOS
RURAIS

- ADAMS, C. As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma revisão. **Revista Interciência**, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000.
- ADAMS, C.; MURRIETA, R.; SIQUEIRA, A.; NEVES, W.; SANCHES, R. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Eds.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 295-321.
- ANDRADE, M. A.; DIAIS, F. M. L.; BIESEK, F. M.; PASINATO, R. Sistema tradicional quilombola do vale da Ribeira. In: EIDT, S. J.; UDRY, C. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil**. EMBRAPA. 3. Ed. Brasília-DF, 2019. cap.2, p. 55-92.
- BALDINI, K.B.L.; QUINTEIRO, M.M.C. Agroecologia e as práticas tradicionais: reconhecendo os saberes ancestrais. In: SANTOS, M.G.; QUINTERO, M., comps. **Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, cap.2, p. 28-49.



DUARTE, G. S.; PASA, M. C. Agrobiodiversidade e a etnobotânica na comunidade de São Benedito, Paconé, Mato Grosso, Brasil. **Revista Interações**, v. 17, n. 2, p. 247-256, abr./jun. 2016.

EIDT, S. J.; UDRY, C. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil**. EMBRAPA. Brasília-DF, 2019.

FÉLIX, R. J. S. **Desenvolvimento vegetativo da mandioca (*manihot esculenta* crantz) em função de diferentes comprimentos de manivas-semente**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia) - Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2018.

FIDELIS, L. M. Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade. **Cadernos Ceru**, série 2, v. 22, n. 1, junho de 2011.

FUNES, E. F. **Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningú, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-Amazônidas: “nós somos a reserva, somos os filhos deles”**. Arquivos UFOPA. 1995. Disponível em: <http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/arquivo/docdiv/2017/bom-jardim-murumurutuba-murumuru-tingu-ituqui-saracura-arapema-terras-de-afro-amazonidas-201cnos-ja-somos-a-reserva-somos-os-filhos-deles201d/view>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MALHEIROS, M; O'DWYER, E. **Murumuru Relatório Antropológico**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A. **Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília-DF. Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa- Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008. 98 p.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo. v.30, n.2, p. 289-300, 2004.



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



ROBERT, P.; LÓPEZ, C. Agriculturas amazônicas: cultivando plantas, saberes, paisagens e ideias. Boletim Museu Emílio Goeldi. **Revista Ciências humanas**, v.7 n.2. 2012.





IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Revisão bibliográfica: caracterizando quintais produtivos agroecológicos em contextos brasileiros

Murilo De Oliveira Carvalho - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE

RESUMO

O presente trabalho faz parte da pesquisa “Agricultura familiar e mercados: limites e possibilidades dos circuitos curtos enquanto construção de alternativas no meio rural e estratégias de desenvolvimento local” desenvolvida sob a coordenação da Profa. Dra. Cimone Rozendo de Souza. Planejava-se que essa etapa da pesquisa fosse baseada nas visitas e experiências obtidas no campo, todavia, foi inviabilizada por conta do Covid-19, por isso, optou-se por fazer uma revisão bibliográfica acerca dos quintais produtivos, que são uma fração indispensável para a manutenção e reprodução dos Circuitos Curtos. Levando em consideração que não há muitas produções em relação a eles, tornou-se necessário uma revisão bibliográfica aprofundada, sistematizada e que leve em consideração o protagonismo e importância que os quintais vem ganhando nas discussões sobre sistemas agroalimentares sustentáveis.

Palavras Chave: Quintais produtivos. Circuitos curtos. Agricultura.



Introdução

Os quintais são áreas que compõem a parte externa da residência, ou seja, todo seu entorno geográfico, entretanto, na última década vimos surgir na literatura, principalmente relacionada à agroecologia e segurança alimentar a ideia de quintais *produtivos*.

A denominação dos quintais produtivos surge no âmbito da Agroecologia a fim de designar aquelas experiências, urbanas e não urbanas, relacionadas à produção de alimentos do dia-a-dia nas áreas aos arredores da casa e/ou moradia (MENDONÇA et al., 2017).

Nessa acepção estes espaços são ressignificados, deixando de ser apenas uma área que cerca a casa, mas sim, estratégia produtiva a que se associam valores ligados à segurança alimentar e nutricional (SILVA et al, 2016), a autonomia das mulheres (STRATE; COSTA, 2018) à valorização do saber local (NASCIMENTO; GUERRA, 2016), a espaço de sociabilidade e partilhamento (SEN, 2002) que no caso do meio rural, têm contribuído fortemente para dar corpo à agricultura familiar.

São diversas as características definidoras dos jardins-quintal, como a predominância do trabalho familiar e sua multi-funcionalidade como um espaço estético, social, recreativo e utilitário (no provimento de remédios, ervas, materiais para construção, combustível, dentre outros) (Howard, 2003). A associação com animais domésticos o caracteriza também como um locus de produção de proteína animal (Greenberg, 1996; Kumar e Nair, 2004). Sendo assim, uma de suas principais vantagens é a de fornecer segurança alimentar para população ao longo de todo o ano (Soemarwoto et al., 1987) (TAQUEDA, 2009).

Segundo Strate e Costa (2018), “os quintais são uma das formas mais antigas de manejo da terra, consistem em uma combinação de espécies florestais,



agrícolas, medicinais e ornamentais, ao redor da residência”. Mas, para além disso, eles contam com a intensa contribuição social, cultural e ambiental para que a produção se concretize, sendo estes fatores, em especial o último, contribuintes para determinar quais gêneros alimentícios serão semeados (GUIMARÃES, et al., 2017). Ademais, eles são fonte de renda para famílias que vivem no meio rural (SILVA, et al., 2016).

O que caracteriza um quintal produtivo é, antes de mais nada, nas palavras de Oakley (2004), “uma importante atividade doméstica, garantindo o acesso das famílias a uma dieta saudável e adequada ao gosto e às tradições locais”. O terreno em que será recriado os quintais produtivos por meio da agricultura familiar pode presenciar outros desafios além dos ambientais (ARAGÃO *et al.*, 2018). Como são os casos dos quintais quilombolas, dos assentamentos e dos espaços urbanos e periurbanos, os quais serão incluídos nesta pesquisa.

Método

Para realizar essa análise foram utilizados 26 trabalhos. Através da pesquisa via internet foram encontrados 18 deles, sendo: 9 resumos do congresso de agroecologia de 2017: 7 retirados do VI Congresso Latino-americano, X Congresso brasileiro, V Seminário do DF e entorno, 1 retirado do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia e 1 do VI Congresso brasileiro de Gestão Ambiental; 3 Trabalhos de Conclusão de Curso e 6 artigos científicos. 6 trabalhos foram retirados da revista *Agriculturas*: 3 da edição de dezembro de 2009 e 3 da edição de setembro de 2012. Os últimos 2 trabalhos foram encontrados nos periódicos da CAPES. Pesquisas estas que foram feitas em diferentes regiões do Brasil, contando com quintais produtivos de comunidades rurais, assentamentos, quilombos, áreas urbanas e periurbanas. Essa revisão tem como principal objetivo observar quais os elementos que são destacados na literatura sobre essas iniciativas. Além disso, busca mapear os contextos ambientais e culturais do país em que se inserem tais experiências.



Com isso, será analisado como o manejo de base agroecológica integra os espaços de cultivo dos quintais produtivos.

Resultados e discussão

Em ambos os trabalhos utilizados neste estudo (26 trabalhos) os quintais com práticas agroecológicas, são àqueles que

[...] transcende o processo de produção de alimentos e suas características são tão abrangentes que extrapolam a agricultura orgânica, uma vez que levam em conta os ecossistemas agrícolas em seus aspectos produtivos, sociais, ambientais, econômicos e políticos. (OLIVEIRA; SILVA, 2015)

É perceptível uma predileção pela produção de base agroecológica, ou seja, sustentável dos alimentos, respeitosa com meio ambiente e com o/a agricultor/a. Essa realidade está associada ao desenvolvimento de práticas alimentares com um elevado grau de adaptação ao ambiente, construídas pelas famílias locais ao longo do tempo, mesmo que, em alguns casos, não seja possível mantê-las por conta da agroindustrialização (STRATE; COSTA, 2018). Ademais, é considerável as diferenças nas práticas, pois aqueles/as que não fazem uso de insumos químicos e respeitam o ciclo orgânico possuem outras dinâmicas de produção, cujo os produtores e produtoras agroindustriais não se preocupam justamente por conta da utilização dos insumos.

Paixão e Almeida (2012) descrevem o processo de intervenção positiva do *Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu* (Comupra), apoiando o movimento “Deixem o Onça beber água limpa”, com o intuito de chamar atenção do poder público para com as condições da água da população do Baixo da Onça. Além disso, trimestralmente os agricultores e agricultoras da região contam com os encontros do *Saberes e Sabores*, que fornecem ações para fomentar a agricultura urbana no bairro de Belo Horizonte. Ainda na capital mineira Almeida *et al.* (2016)



descreve o processo de criação da *Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (Amau)*, composta por grupos independentes da sociedade civil, como:

“comunitários informais, associações comunitárias, movimentos sociais de luta pela terra, por moradia movimento feminista, grupos de permacultura e alimentação saudável, empreendimentos de economia solidária, pastorais sociais, redes, ONGs e estudantes”

tendo como principais objetivos dar visibilidade às experiências agrícolas na zona urbana mineira, fomentar suas atividade e funções sociais e criar diálogo com diversos setores da sociedade, “do poder público e da academia” apresentando-os às demandas e possibilidade criadas através da agricultura urbana..

Em Mendes (2016), o autor não se refere a nenhum quintal produtivo específico, mas contribui com a informação acerca do *Laboratório de Educação do Campo e estudos da Reforma Agrária* (LECERA), que em alguns casos da Agricultura Urbana (AU) se soma à mediação entre o/a agricultor/a e o Estado, sendo através deste que o Governo Federal auxiliá-os financeiramente.

Porém, a maioria dos quintais pesquisados não possuem nenhum tipo de mediação de organizações governamentais ou não governamentais (ONGs), e por mais que recebam esse auxílio exterior para o cultivo e manuseio de alguns gêneros alimentícios, são majoritariamente individuais. Exceto Gelbcke (2017) e Ribeiro *et al.* (2012), que analisaram a existência de quintais comunitários em terrenos que são cuidados e usufruídos por toda a vizinhança, mesmo que a maioria dos agentes sociais que faziam sua manutenção tinham seus quintais individuais em suas propriedades.

No que tange aos/as atores/atrizes sociais que cultivam os quintais a preponderância do trabalho feminino foi quase unânime entre os trabalhos consultados. Em Guimarães *et al.* (2017), pesquisa em Montes Claros/MG, de 8



peças entrevistadas 6 eram do gênero feminino e 2 do gênero masculino, variando as idades de 22 a 74 anos, já em Silva *et al.* (2016), pesquisa em Colombo/PR, as idades variaram de “menos de 18 anos” à 50 anos ou mais, sendo de 23 pessoas entrevistadas 17 do gênero feminino e 5 do masculino. No caso de Strate e Costa (2018), pesquisa desenvolvida em Constantina e Teutônia, ambas cidades do Estado do Rio Grande do Sul, o foco da pesquisa era justamente a questão rural com recorte em gênero, sendo entrevistadas em cada cidade 25 mulheres, em Constantina as idades variaram entre 28 a 68 anos e em Teutônia de 19 a 68 anos. Sobretudo, em Nascimento e Guerra (2016), as mais velhas se mostram mais engajadas e experientes, se vendo na obrigação de transferir os conhecimentos acerca dos quintais para os mais novos na intenção de perpetuar a agricultura e tradição familiar.

Essa perpetuação dos valores é passada pelas mulheres mais velhas, em decorrência da morte precoce dos homens ou pela morte deles no início da velhice por conta de suas condições físicas deterioradas pelo árduo trabalho ao longo da vida (RIBEIRO *et al.*, 2012). Além disso, as mudanças climáticas que trazem seca para algumas regiões e umidade para outras, fazem com que os homens trabalhem fora constantemente, sendo elas, as mulheres, que protagonizam os cuidados com os quintais (FERREIRA *et al.* 2009).

É necessário destacar os seus papéis, que em meio às inúmeras problemáticas destacadas neste trabalho, se sobressaem no que diz respeito aos quintais produtivos, sua manutenção e a utilização de técnicas agroecológicas, nos mostrando a capacidade/necessidade da transmutação feminina, e principalmente, nos casos quilombolas e periurbanos, o protagonismo de mulheres pretas.

As similaridades entre os estudos que revelam o protagonismo feminino não faz com que essas mulheres que são responsáveis pelos cuidados dos quintais produtivos sejam um grupo homogêneo e idêntico, mas sim, diverso e heterogêneo. Se levarmos em consideração as regionalidades, relações intergeracionais e



realidades sociais totalmente diferentes, até mesmo os gêneros produzidos em cada quintal gerará e exigirá técnicas e dinâmicas diferentes, como relatado anteriormente. Contudo, questões de representatividade externa e administrativa ainda precisam ser levadas em consideração nas discussões de gênero que viabilizem a ocupação de cargos por essas agentes sociais.

Por meio do método de sistematização de experiências, que foi proposto pelo Grupo de Mulheres de Dandara (BA) para a ANA, as mulheres contam suas trajetórias individuais e coletivas e suas práticas com base agroecológicas. O ato de falar, contar suas experiências, as levam a um patamar de reconhecimento, que segundo o Grupo de Trabalho, não é frequentemente dado pelos companheiros e filhos. Além disso, afirmam que, segundo suas sistematizações de experiências, a desigualdade nas tarefas domiciliares é a responsável pela falta da presença feminina em espaços públicos, como por exemplo, associações, movimentos e sindicatos (CARDOSO e RODRIGUES, 2009).

As autoras destacam a auto-estima como fator chave para o empoderamento das mulheres a ocuparem espaços. É através dela que as agricultoras, em algumas experiências sistematizadas, conseguiram ter forças para invadir a esfera política e (re)discutir a agroecologia, já que são elas que estão na linha de frente desse movimento sustentável.

As experiências mostraram que essas conquistas só foram possíveis nos processos em que a produção agroecológica foi articulada com a superação da divisão sexual do trabalho, a promoção do acesso à informação e com estratégias de garantia da autonomia econômica e política das mulheres (CARDOSO e RODRIGUES, 2009).

Além disso, a auto-estima contribui para dar força a elas para conseguirem reverter o olhar dos familiares do gênero masculino sob sua condição de mulher e ocupar cargos estratégicos nas associações e sindicatos. Cargos estes



tradicionalmente ocupados por homens.

A respeito da diversidade de alimentos para a cultivação depende do tamanho do quintal, da situação financeira, do ambiente e do gosto da cultura local. Entre as inúmeras possibilidades de cultivo estão: frutas, leguminosas, cereais, condimentos, folhas e plantas para fins medicinais.

Alguns quintais contam até mesmo com a presença de caprinos e ovinos, que auxiliam na adubação (STRATE; COSTA, 2018). Além da contribuição que os animais dão com o esterco para a “continuidade dos ciclos de nutrientes dos solos [...]” (SALES, 2005), fortalecendo uma agricultura sustentável e orgânica, eles (os animais, principalmente as aves) subsidiam o “aproveitamento dos restos de plantios e dos refugos de frutas e hortaliças comercializadas [...]” (SALES *et al*, 2005). Sobretudo, a criação dos animais não é meramente econômica, eles são, acima de questões financeiras e/ou estratégicas, parte do quintal, da agricultura familiar e da própria família (FREIRE *et al*, 2005).

Também existem casos de demandas externas para os agricultores/as vindas de seus consumidores (que muitas das vezes são pessoas conhecidas) de gêneros alimentícios específicos, mas por outro lado, alguns deles têm suas próprias demandas e gêneros não vendáveis, servindo exclusivamente para autoconsumo.

Furtado da Silva *et al*. (2017) expressam o poder adaptativo que agricultoras/es produzem no seu estudo, em relação a plantas medicinais, mas que infelizmente, eles/as não dizem quais são os tais gêneros alimentícios e medicinais adaptativos. Já Rodrigues *et al*. (2017), mostra que o “principal alimento produzido na área 1 foi a batata doce composta por 4 diferentes variedades, devido seu fácil manejo e ampla adaptação” e Oliveira (2009) revela que “A primeira espécie implantada foi o feijão guandu (*Cajanus cajan*), que proporciona rápida cobertura verde sobre a terra desprotegida.”

Além disso, por uma questão climática, ambiental e cultural a produção de alguns alimentos são mais valorizados que outros, criando hábitos e gostos



específicos (NASCIMENTO; GUERRA, 2016). Essa predileção construída socialmente é vista por Gondim de Araújo (2012), Santos *et al.* (2013), Taqueda (2009), Guimarães *et al.* (2017), Silva *et al.* (2016), Carmo (2018), Mendonça *et al.* (2017), Furtado da Silva *et al.* (2017). Estes estudos demonstram que a força da cultura local, junto à sua biodiversidade, influenciam nas escolhas dos alimentos e, obviamente, naqueles que serão adaptados na região. Estes últimos, na maioria das vezes, por uma questão mercadológica. Ainda nessa perspectiva, Mendes (2016) aponta a escolha e/ou preferência por alguns alimentos como, em alguns casos, consequência da restrição orçamentária.

Para dar conta dessas demandas a produção de base agroecológica é fundamental. Visto que o sucesso na venda dos alimentos e da valorização dos próprios quintais parte de seu potencial de proporcionar alimentos orgânicos, mostrando a preocupação com a segurança alimentar de quem os consome.

Se observarmos a realidade descrita e estudada por Amorim *et al.* (2017), no sertão pernambucano do Pajeú, vemos que as agricultoras contam com estratégias baseadas na agroecologia para realizar suas práticas na agricultura que mantém os quintais produtivos. Os alimentos cultivados por elas são totalmente orgânicos, e abastecem 43% da alimentação local (do Pajeú) anualmente, os outros 57% são destinados ao autoconsumo.

Justamente por ser um quintal apoiado na lógica agroecológica, ou seja, num movimento sustentável para quem consome e para com o próprio meio ambiente, essas mulheres desenvolvem movimentos singulares àquelas de Constantina e Teutônia, que cultivam parte de seus alimentos para comercialização com o uso de insumos químicos. Ainda em Strate e Costa (2018), as autoras afirmam que são produzidos à demanda de autoconsumo (50 a 70% da produção) os mesmo gêneros alimentícios vendáveis, mas, sendo eles produzidos sem os insumos químicos e escolhidos de acordo com a preocupação das agricultoras com a segurança alimentar da família.



No caso de Barbosa *et al.* (2018), as/os autoras/autores se detiveram em estudar com duas mulheres de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, área urbanizada no sudeste do país, que garantem a si mesmas e aos clientes produtos totalmente orgânicos. Chegando a um consenso com Taqueda (2009), Santos *et al.* (2013), Strate e Costa (2018), Amorim *et al.* (2017), Guimarães *et al.* (2017), Silva *et al.* (2016), Carmo (2018), Barbosa *et al.* (2017), Mendonça *et al.* (2017), Rodrigues *et al.* (2017), Gelbcke *et al.* (2017) e Mendes (2016), de que os benefícios da segurança alimentar promovida pelos quintais produtivos contribuem para a diminuição dos gastos das famílias em alimentos industrializados e agroindustriais e contribuem para o aumento da renda através da venda.

Nos quintais produtivos urbanos, essencialmente orgânicos, agricultoras/es, produzem culturas com a maior parte do foco no autoconsumo (MENDES, 2016). Neles são cultivados frutas, leguminosas, verduras e plantas medicinais. Além de vendê-las principalmente em feiras, é através dessa tecnologia que a vida de muitas mulheres e homens ganharam outra dimensão financeira/econômica e alimentar. Ademais, foi perceptível a aliança comunitária entre vizinhos através de: doações e trocas de alimentos (BARBOSA, 2018), construção de horta comunitária num terreno baldio para fins de consumo da comunidade (GELBCKE, 2018), a troca e partilha de sementes e mudas (GUIMARÃES *et al.* 2016) e a elaboração de uma farmacopeia nos quintais medicinais (RIBEIRO *et al.*, 2012). É através desses movimentos de troca de afetos, partilha e relações que vão além de produção de alimentos que a agroecologia se torna perceptível.

Mas, é importante ressaltar que nem todo quintal produtivo é necessariamente de base agroecológico, entretanto, a partir do momento que as agricultoras/es se apropriam dessas práticas, conseqüentemente, se beneficiam de uma alimentação mais saudável que contribui em sua saúde e de seus familiares, levando-os à segurança alimentar, e ainda a certeza de saber o que está sendo passado para outras pessoas, no caso da venda.



É possível perceber as inúmeras faces dos destinos da produção de alimentos cultivados nos quintais produtivos e seus impactos socioculturais e ambientais, principalmente no autoconsumo e na preocupação com a segurança alimentar, apontados em todos os trabalhos utilizados para este estudo. Através disso podemos apontar os quintais como elemento primordial na vida das famílias que o cultivam e daqueles que consomem seus gêneros alimentícios vendáveis e compartilhados com famílias (vizinhos) da região.

A existência, manutenção e (re)produção geracional da cultura do cultivo e manejo dos quintais, principalmente os de base agroecológicos, diz respeito a um lugar privilegiado no consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis, fazendo com que a agricultura familiar ultrapasse as vivências rurais e invada o meio urbano com a força suficiente para integrá-lo no comércio, na vida e na mesa das famílias.

Em Nascimento e Guerra (2015) é feito um recorte geracional com mais precisão, os quais os autores nomearam de “no tempo das avós e dos avôs”, “no tempo dos pais e das mães” e no “tempo atual”. Com isso, observando as mudanças nas práticas e suas reformulações que atravessam gerações, revelam um desinteresse dos mais jovens pelas atividades agrícolas, mas ao mesmo tempo, o afastamento dos mesmos por conta dos estudos e a distância entre casa-escola, todavia, a resistência dos mais velhos em passar os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo é recorrente, com o propósito de perpetuar o legado da agricultura familiar no quilombo.

Não se trata de produzir apenas por fins econômicos, mesmo que os quintais sejam a fonte de renda para a sobrevivência de muitas famílias, os aspectos afetivos e emotivos envolvidos na construção social dos quintais produtivos são expressos por Silva et al. (2016), onde as autoras destacam as relações de agricultoras/es com eles:

[...] um significado estendido, no qual este assume elementos afetivos, assim como uma função de elevação da autoestima, pois o trabalho diário dedicado à



produção do próprio alimento e/ou manejo do ambiente, ajuda a criar a consciência das atividades habituais e do sentimento de identificação, plenitude e satisfação. Ele faz parte da trajetória de vidas das famílias e de suas identidades enquanto agricultoras/es e um legado familiar de cuidado consigo e com seus iguais que deve ser passado adiante para os mais novos, estes que, em muitos casos, desde cedo fazem parte do cultivo e manuseio do quintal (SILVA *et al.*, 2016).

A agroecologia se mostra, junto aos quintais produtivos, uma possibilidade de solidariedade, alteridade e comunhão para além da comercialização e autoconsumo. Em alguns estudos, principalmente os urbanos, foi perceptível a mudança comportamental depois da implementação dos quintais produtivos agroecológicos, fazendo com que a interação e as trocas de saberes culturais entre vizinhos aumentasse (MENDES, 2016). Nos contextos apresentados neste trabalho (comunidades rurais, quilombolas, assentamentos, urbanos e periurbanos) vemos o quintal e a agroecologia não só como possibilidades, mas como arma política e de visibilidade da agricultura familiar frente às ameaças estatais, ou à ameaça agroindustrial com a pressão ao uso de agrotóxicos:

[...] os quintais produtivos podem ser uma via para construção de um espaço dialógico, de socialização e de resgate da autonomia e da autoestima das famílias, ressalta-se a necessidade de ações, projetos, programas e políticas que viabilizem e fortaleçam a existência desta estratégia, visando o empoderamento, a formação cidadã e política e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, como consequências (SILVA *et al.*, 2016).

Além das questões de regionalidade, idade, classe e raça que transpassam os diferentes formatos de quintais produtivos trabalhados neste levantamento bibliográfico, eles passam a se tornar, mesmo que de forma colateral, uma antiestrutura com capacidade plena de conversão social, cultural e ambiental, discrepante da agroindustrialização que é danosa ao meio ambiente e a perpetuação dos valores e costumes das agriculturas familiares. Seja no quilombo,



seja nos espaços urbanos e periurbanos; seja nas comunidades rurais, seja nos assentamentos.

Considerações finais

Através dos formatos de quintais produtivos detectados (quilombolas, assentamentos, comunidades rurais, urbanos e periurbanos) tornou-se possível encontrar subjetividades que estão totalmente ligadas aos seus formatos, aos climas, às agrobiodiversidades regionais, aos costumes e culturas locais e os agentes sociais que movem essa iniciativa e quais suas motivações.

Os quintais atingem seis grandes atmosferas: a primeira, a (re)criação de culturas locais acerca dos gostos regionais e manejos desenvolvidos. Não só espaços de cultivo rentáveis em torno da casa, mas sim, um espaço de troca de aprendizados familiares e sociais e manutenção das práticas agrícolas históricas; segunda, o protagonismo feminino em todo o processo de cultivo e manutenção, ficando por conta delas os gêneros alimentícios que serão consumidos pela família e as práticas a serem usadas para cultivá-los; terceira, a segurança alimentar dos/as próprios/as agricultores/as através da construção de uma identidade cultural sob o viés da agricultura para o autoconsumo; quarta, a transferência de conhecimentos intergeracionais da agricultura; quinta, as relações entre vizinhos, que consistem em trocar e/ou doar animais ou alimentos em troca de outros, fortalecendo, assim, os laços afetivos entre famílias distintas; a sexta, a comercialização de gêneros alimentícios que geram renda e o potencial de compra daqueles alimentos que não há possibilidade de serem cultivados em seus quintais, além obviamente, da venda de animais abatidos ou vivos.

Ademais, foi possível visualizar como a base político-cultural da agroecologia auxilia e cria experiências únicas para com os quintais e seus/suas agricultores/as (ARAGÃO *et al.*, 2018). Sendo ela uma técnica utilizada recorrentemente na



agricultura familiar, mas também, como dito anteriormente, uma arma política e conflitante à lógica agroindustrial de consumo.

Segundo Giddens (2003), o agente, que neste caso são as/os agricultoras/es, são empoderadas/os de criar diferenças sociais com pleno poder de renovação de valores, e a partir delas impulsionar a agência, que neste caso são os quintais em seus inúmeros formatos, a ser propagador de transformação social e estrutural. Assim, podemos compreender os quintais produtivos agroecológicos como agências culturais de herança arraigadas tanto no meio rural quanto no meio urbano com capacidade de confrontar os efeitos da industrialização e as estruturas do agronegócio.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MORAIS, Lídia Maria de Oliveira; PAIXÃO, Lorena Anahi Fernandes da. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 23-28, set. 2012.

AMORIM, João Batista Barros de et al. As mulheres do sertão pernambucano e seus quintais produtivos agroecológicos. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

ARAGÃO, Roberta Fernanda Ribeiro et al. Quintais Medicinais E Produtivos Como Alternativa Para Restauração Do Cerrado. *Realização, Dourados*, v. 5, n. 9, p. 80-86, 2018.

BARBOSA, Juliana Silva et al. Agricultura Urbana como atividade promotora da Segurança Alimentar e Nutricional. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

BISPO, Clarissa Silva; NASCIMENTO NETO, Aloísio Bulhões do. Funcionamento e ocupação da terra no assentamento Nova Ipiranga Camacã- BA. 2015.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 abril. 2020.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, dez. 2009.

CARMO, Mayara Santiago do. **O potencial dos quintais produtivos numa comunidade quilombola no território do Recôncavo da Bahia**. 2018. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Agroecologia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Recôncavo da Bahia, 2018.

FERREIRA, Ana Paula Lopes *et al.* Riscos e oportunidades das mudanças climáticas: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 36-40, dez. 2009.

FREIRE, Adriana Galvão *et al.* No arredor de casa, os animais de terreiro. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 20-23, dez. 2005.

FURTADO DA SILVA, Adriella Camila Gabriela Fedyna da Silveira *et al.* Estrutura da socioagrobiodiversidade em quintais produtivos: agroecologia conquistando espaços nas vidas de famílias urbanas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

GELBCKE, Daniele *et al.* Agricultura urbana em Florianópolis: dos jardins ao mercado. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 6-33 p. Tradução: Álvaro Cabral.

GONDIM de Araújo, Marli. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia



Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía, vol. 21, núm. 1, pp. 99-114, jan-jun. 2012.

GUIMARÃES, Thaynara Thaisa Dias et al. “Toda fruta vem do quintal”: quintais produtivos como fonte de renda de feirantes do Mercado Municipal de Montes Claros/MG, Brasil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

MENDES, Luan Souza. **Agricultura urbana e periurbana como fonte de renda através do autoconsumo**. 2016. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas., Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MENDONÇA, Márcio Mattos de. Semeando Agroecologia nas cidades. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 0, p. 4-5, set. 2012.

MENDONÇA, Maria Alice F. C. et al. Os quintais produtivos urbanos e periurbanos em Três Corações, MG. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

NASCIMENTO, Elcio Costa do; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 11, n. 1, p. 225-241, jan.-abr. 2016.

OKLAY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*. v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

OLIVEIRA, Alan Martins de; SILVA, Neurivan Vicente da. **Estratégias de Convivência no Semiárido potiguar: o Caso do assentamento de reforma agrária Sítio do Góes, apodi-rn**. in: vi congresso brasileiro de gestão ambiental, 6., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2015.

OLIVEIRA, Cidvânia Andrade de. Quintais agroflorestais mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. **Agriculturas: Experiências em**



Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 32-35, dez. 2009.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 4-8, dez. 2009.

PAIXÃO, Lorena Anahi Fernandes da; ALMEIDA, Marcelo Oliveira de. Agricultura urbana no Baixo Onça: cultivando uma região mais produtiva, solidária e sustentável. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 17-22, set. 2012.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* Gerais urbanos: Agroecologia, cultivo e consumo de alimentos na cidade de Montes Claros. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 10-15, set. 2012.

RODRIGUES, Suellen Fernanda Manguiera; SILVA, Sergio Aparecido Seixas da. Quintais produtivos como estratégia de segurança alimentar urbana. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

SANTOS, Amaury da S. dos *et al.* Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 100-111, ago. 2013.

SILVA, Adriella Camila G. Furtado da *et al.* Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. **Guaju**, Matinhos, v. 2, p. 77-101, jun. 2016

SALES, Marcia Neves Guelber. Pequenas criações nos sistemas produtivos familiares: a diversidade na unidade. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 4-6, dez. 2005.

SALES, Marcia Neves Guelber *et al.* Revalorizando as pequenas criações na agricultura familiar capixaba. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 28-31, dez. 2005.

SILVA, Renata de Araujo *et al.* Os quintais produtivos do Assentamento Sabiaguaba em Amontada- CE na convivência com o semi-árido nordestino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9., 2015, Belém. **Anais [...]**. Rio de Janeiro:



IX ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS
RURAIS

Desenvolvimento, financeirização e mercantilização
da natureza: Desafios agroalimentares globais.



Cadernos de Agroecologia, 2015. v. 10.

STRATE, Mirian Fabiane et al. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS – Brasil. **Brazilian Journal Of Development**. Curitiba, p. 3732-3744. nov. 2018.

TAQUEDA, carolina santos. **a etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do vale-do- ribeira, são paulo**. 2009. 228 f. dissertação (mestrado) - curso de ecologia, instituto de biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Cecilia Tayse Muniz; PIRES, Maria Luiza Lins Silva. Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 55, n. 1, p. 47-64, jan. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550103>.



Uma breve análise sobre conflito socioambiental em Barcarena - Pará

Laena Marques de Lima Teixeira

Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa¹

Resumo

O município de Barcarena, localizado no estado do Pará, comporta um grande complexo industrial, devido à instauração de políticas federais para criação de grandes projetos, no intuito de dinamizar a economia nacional. Esta pesquisa tem como foco um desastre ambiental ocorrido nas instalações da mineradora Hydro Alunorte em 2018, o qual resultou em impactos sobre as habitações e a saúde das comunidades de Burajuba, Bom Futuro, Jardim Cabano I e II, entre outras. Dessa forma, o nosso objetivo é compreender em que medida os impactos gerados pelos empreendimentos podem suscitar conflitos socioambientais na região. Partindo de um referencial teórico sobre conflitos socioambientais (ALIER, 2007; LITTLE, 2004), a metodologia adotada tem caráter qualitativo, com análises de fontes secundárias (FONSECA, 2002), como *sites* de organizações sociais e de Secretarias do Estado. A pesquisa apresenta resultados de uma avaliação final da disciplina Sociologia e Meio Ambiente, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, associado a experiência enquanto bolsistas de Iniciação Científica na UFPA. Percebemos que as denúncias contra atividades da empresa feitas por associações e movimentos populares demonstram poderes assimétricos e interesses díspares entre os atores, no que se refere ao uso do território e dos recursos naturais. Os conflitos socioambientais providos pela racionalidade econômica, perpassam interesses materiais e valorativos, diminuindo a qualidade de vida e trazendo riscos a comunidade local. No entanto, esse cenário também possibilita a emergência de uma resistência em defesa dos modos de vida e reprodução material das populações.

Palavras-chave: Conflito socioambiental. Impactos ambientais. Resistência Popular.

¹Graduandas do Curso de Ciências Sociais - Universidade Federal do Pará.



Considerações Iniciais

O ideal de modernidade instituiu formas de separação entre sociedade e natureza. O imaginário que assenta as sociedades modernas não apenas distanciou, como também passou a interpretar estas duas dimensões de formas opostas, contraditórias (LEFF, 2009).

Foi nesse sentido que cada vez mais, o homem, enquanto agente que pode interferir na realidade social, encontrou respaldo e legitimidade para empreender ações que degradam o meio natural.

No que concerne ao Brasil, especificamente a realidade da Amazônia, um grande projeto de desenvolvimento ocorreu no Pará: a criação de um Pólo minerador, o Projeto Grande Carajás, no qual se inseriu o complexo de mineração Albrás/Alunorte em Barcarena. Estes integravam um projeto maior, o Programa de Pólos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (MARIN e MAIA, 2018).

De acordo com Cristo e Teisseranc (2018), esses projetos, suscitados por uma racionalidade econômica, provocam transformações nos territórios e, conseqüentemente, impactam diretamente às populações que residem nesses espaços ou em seus entornos.

Ainda segundo as autoras, no contexto amazônico este entrave é mais evidente, visto que a instalação de mineradoras, dentre outras atividades econômicas, pode provocar desastres socioambientais, culminando em um conflito que envolvem populações caboclas, indígenas e quilombolas, que são historicamente reprimidas.

Tais fatos são visíveis a partir de alterações nas paisagens e ecossistemas, bem como no modo de vida dessas comunidades humanas, no âmbito econômico e cultural (CRISTO E TEISSERANC, 2018). De acordo com o Ministério Público Estadual, o município de Barcarena registrou 17 acidentes ambientais graves desde o ano 2000 (PARÁ, 2018).



Neste sentido, temos como objetivo compreender em que medida os impactos gerados pelos empreendimentos, podem vir a suscitar conflitos socioambientais na realidade social de Barcarena. Para tanto, buscamos identificar os atores sociais envolvidos nesse processo e as estratégias usadas por estes.

A metodologia adotada é de caráter qualitativo, a partir da literatura que trabalha o conceito de conflito socioambiental (ALIER, 2007; LITTLE, 2004) alinhada a pesquisa documental, com análises de fontes secundárias (FONSECA, 2002), como *sites* de organizações sociais e de Secretarias do Estado

Abordando o problema

Ao consultar o Mapa de Conflitos Socioambientais elaborado pela Fundação FioCruz em 2010, nos deparamos com o caso de Mineração de caulim em Vila do Conde, comunidade do município de Barcarena. Os constantes vazamentos das bacias de rejeitos da mineradora Imerys Rio Capim Caulim, contaminou recursos hídricos e compromete atualmente a subsistência das populações que ali residem.

A partir deste exemplo, surgiu uma inquietação que nos levou a questionar sobre outros possíveis impactos ambientais que possam ter ocorrido ao longo dos anos neste município. Dessa forma, realizamos uma breve pesquisa bibliográfica nas plataformas Scielo² e Portal Capes, sem muito êxito na pesquisa, encontrando poucos trabalhos. Realizamos então uma pesquisa em serviço de busca da internet com os termos *barcarena, conflito socioambiental, hydro e acidentes ambientais*.

Encontramos maior número de trabalhos e também, reportagens em sites que destacam outros impactos ambientais, advindos das práticas das diversas empresas instaladas na região. Um evento em particular, chamou atenção por sua recente ocorrência e

²Realizamos a coleta na Plataforma Scielo e Portal Capes em novembro de 2019, contudo estes abrigam somente os trabalhos das revistas científicas de maior nível de qualificação, o que pode, por vezes, não direcionar a trabalhos também relevantes ainda que estejam em revistas com qualificação inferior.



por ter apresentado grupos sociais, com interesses diferentes sobre o uso que se faz daquele território.

Barcarena e a Hydro Alunorte

O município de Barcarena, a *Cidade do Alumínio*, fica localizado no nordeste do Pará, distante 114 km da capital Belém. Compreende um território de 1.310,340 km².

De acordo com o último censo do IBGE em 2010, a cidade contabilizava uma população de 99.859 pessoas. A população estimada em 2019 é de 124.680 pessoas (BRASIL, 2019). Também apresenta 27.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e em 2017, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.2% (BRASIL, 2019).

A partir da década de 1970, a cidade de Barcarena recebeu grandes investimentos para a instalação de projetos de mineração, a fim de atender os interesses do Estado e interesses externos. Atualmente, conta com 90 empresas em uma área de 3.000 Hectares, sendo um importante polo industrial, onde o beneficiamento³ e exportação de caulim, alumina, alumínio e cabos para transmissão de energia elétrica é realizada (PARÁ, 2019).

Para Carmo (2018) subsidiar as dinâmicas econômicas de grandes projetos e ser protagonista dessas infraestruturas faz com que Barcarena viva um processo de transformação de seus espaços, culminando em novas estruturas de poder.

Na medida em que as comunidades da região começaram a sentir os processos de expropriação, assim como os efeitos ambientais, estabeleceu-se um campo de conflitos (MARIN; MAIA, 2018).

³O beneficiamento é um conjunto de operações que transforma a rocha extraída na mineração em matéria prima para a indústria. (Fonte: <https://www.minasjr.com.br/beneficiamento-o-que-voce-precisa-saber/>)



Conforme Alier (2007) o crescimento econômico afeta o meio ambiente, e produz conflitos ambientais que permeiam conflitos de interesses e de valores. Dessa forma, um conflito socioambiental pode ser entendido como

“embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural [...] podemos classificar um conflito determinado como sócio-ambiental quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. (LITTLE, Paul, 2004).

Assim, é importante a percepção de que os desastres que ocorreram em Barcarena, além de ter caráter ambiental, não deixam de apresentar a sua dimensão social, uma vez que tais fenômenos refletem ações tomadas por grupos de maior influência monetária ou política impactam diretamente nos padrões de relações que as populações locais estabelecem com o meio natural, uso de recursos naturais, etc.

Segundo o Informativo organizado pelo Movimento Barcarena Livre (2016), os principais atingidos são ribeirinhos e comunidades tradicionais, que possuem conexão com o território e por sua vez, são os que mais sentem os impactos da poluição e contaminação dos rios e do ar, bem como a desertificação e infertilidade dos solos e descaracterização da vegetação. Além disso, analisam os desastres ambientais como processos extremamente danosos para o ecossistema e para as comunidades humanas que usufruem deste. Para exemplificar, destacamos um trecho da Carta do Seminário “Desastres da Mineração”, presente no conteúdo do Informativo citado

POR ISSO DIZEMOS BASTA! Basta de desastres, que na verdade são desgraças e crimes hediondos que ficam na alma daqueles que não morrem. Basta deste modelo de desenvolvimento e progresso! Queremos modos de viver e de ser em nossos territórios escolhidos por nós e não impostos “goela abaixo” como vêm sendo feito ano após ano, governo após governo (p. 9).



Uma breve análise sobre conflito socioambiental em Barcarena

Em 17 de fevereiro de 2018, após fortes chuvas, moradores de várias comunidades de Barcarena relataram a ocorrência de vazamento de rejeitos de bauxita da refinaria de alumina da Hydro Alunorte, pertencente ao conglomerado norueguês Norsk Hydro. (PARÁ, 2018). Trata-se do vazamento de rejeitos do Depósito de Resíduos Sólidos (DRS-2).

A Comissão de Ética e Cidadania de Barcarena, na pessoa de José Araújo, afirma que as populações locais de Burajuba, Bom Futuro, Jardim Cabano I e II, Fazendinha, Itupanema, Água Verde, Novo Horizonte, Pedral, Tauá, Japiim, São Sebastião e Santa Rosa, são diretamente afetadas pelos crimes ambientais da Hydro e que as famílias querem ser ressarcidas pelos danos ambientais. (Brasil de Fato, 2017)

Em sites de organizações sociais, como a Comissão Pastoral da Terra⁴ (CPT), percebemos alguns entraves em relação à refinaria norueguesa Hydro Alunorte para com os grupos sociais locais. Em entrevista concedida à CPT, a sra. Sandra Amorim, residente do quilombo Sítio São João, relatou que o tratamento dado pela empresa às comunidades é de indiferença.

A moradora relatou a impossibilidade de escapar do desastre, “não temos para onde ir, então, a gente ficou por aqui mesmo dividindo espaço com aquela água que vinha de dois lados. E onde a água encostou, a gente ficou com coceira (...)”.

Isso constata uma violência, simbólica ou não, que muitas vezes está associada ao domínio de uma racionalidade econômica. Ora expulsando comunidades inteiras de seus territórios para dar lugar a empreendimentos, tornando-as *Refugiadas do Desenvolvimento*⁵.

⁴<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4263-justica-e-ibama-punem-mineradora-hydro-por-vazamento-em-barcarena>

⁵Termo cunhado no Informativo Barcarena Livre, que se refere a forma que esses empreendimentos conduzem a população a realizarem deslocamentos compulsórios.



Ora obrigando a convivência com impactos negativos e reiterando a impossibilidade de saída dessa situação, configurando o que Acselrad (2004) denomina de zonas de sacrifício.

Por outro lado, a empresa mineradora apresenta uma narrativa oposta à da comunidade. No Relatório feito pela Câmara Legislativa do Estado, foi divulgado a nota que a Hydro emitiu em sua página da internet. Reproduzimos⁶ um trecho a seguir:

“Ao contrário do que tem sido divulgado, a Hydro Alunorte reitera que seus depósitos de resíduos são seguros e, mesmo com as intensas chuvas na região de Barcarena, não houve qualquer tipo de vazamento ou rompimento [...]. A empresa entende a preocupação dos moradores das proximidades e autoridades competentes, em virtude da incidência excepcional de chuvas na região, entre os dias 16 e 17 de fevereiro, que ocasionou alagamentos em diversos pontos de Barcarena, incluindo comunidades próximas à refinaria Hydro Alunorte. A divulgação das imagens desses alagamentos associadas ao boato de transbordo do depósito de resíduos da empresa provocou preocupação nos moradores da região e a legítima procura das autoridades ambientais para esclarecer o que de fato ocorreu. [...] De forma alguma as estruturas dos depósitos de resíduos sólidos foram comprometidas ou apresentaram qualquer risco de rompimento ou transbordo”. (Nota da Hydro Alunorte. Fonte: PARÁ, 2018, p. 12).

Percebe-se a distinta estratégia discursiva adotada pela empresa, que alude aos padrões de segurança que os depósitos de resíduos teriam. Em outros trechos, além dessa estratégia, a empresa recorre às ações sociais que desenvolve ao longo dos anos no município. Decerto, essas ações não são capazes de justificar as externalidades geradas pelas suas práticas econômicas.

Nesse sentido, esses fatores levantam uma inquietude entre os atores, na medida em que há forças desproporcionais nessa situação. Fato analisado na proposição de Alier (2007), na qual verifica que os conflitos pelo acesso aos recursos naturais e os impactos desiguais destes se expressam de duas maneiras. No primeiro caso, os conflitos podem ser

⁶Reproduzimos diretamente do Relatório consultado, pois a página referente a nota não consta mais na Internet.



evidenciados no núcleo de um único sistema de valoração, isto é, dentro de um conjunto homogêneo inclinado à um grupo.

A segunda forma se dá através da disputa acerca do sistema de valoração a ser aplicado. Opõem-se dessa maneira valores sob termos “não comensuráveis: a perda da biodiversidade, a perda do patrimônio cultural, os danos à vida e ao sustento humano, as violações dos direitos humanos, os lucros de uma nova represa, de um projeto de mineração ou da extração petrolífera” (ALIER, 2007, p. 353)

Nessa dinâmica, surgem “movimentos de resistência popular contra a utilização desproporcional dos recursos e dos serviços ambientais por parte dos ricos e dos poderosos” (ALIER, 2007, p. 334).

No ano de 2016, um desses movimentos formados no município de Barcarena, foi o Movimento Barcarena Livre, composto por comunidades tradicionais, trabalhadores da região, pesquisadores e profissionais envolvidos no seminário sobre Desastres da Mineração.

Conforme a matéria (CTP), a sra. Sandra faz parte do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Barcarena Livre. Esta informação foi de fundamental importância para perceber que há um conflito estabelecido entre grupos distintos, bem como há um movimento de construção de resistência .

Segundo Carmo (2018), grupos sociais de diversas segmentações estão se organizando politicamente com suporte de grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), facilitando com que as narrativas e denúncias dos grupos invisibilizados encontrem notoriedade. Esses movimentos tem como reivindicações o reconhecimento do território, a denúncia dos desastres ambientais, o atendimento e respeito para com sua história e memória social.



Considerações Finais

Os empreendimentos na região de Barcarena, impulsionados por políticas econômicas alavancaram o município como um dos principais pólos para grandes projetos. Entretanto, percebe-se uma ambiguidade diante de tal situação: ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento econômico de grandes empresas internacionais, tais empreendimentos produzem danos nefastos tanto para o meio natural, como para comunidades humanas residentes nestas localidades.

Ao analisar as denúncias contra atividades da empresa, feitas por associações e movimentos populares, verifica-se que esses atores detêm poderes assimétricos e interesses díspares sobre a forma de uso do território e recursos naturais. Fato que implica diretamente nos conflitos travados nesta região.

Os embates de interesses conflituosos culminam em resistências da população organizada, em movimentos e associações. Assim como isto leva as empresas a construírem novas estratégias e outros discursos, como a geração de empregos que essas empresas proporcionam, a fim de preservar uma imagem que traz benefício à região, tal como prolongar suas atividades nesses espaços.

Estes conflitos podem ser observados a partir de atores e objetos, dentro de um espaço de tensão, que acabam por promover novas configurações socioespaciais (CARMO, CASTRO E PATRÍCIO, 2015). Além da resistência política impulsionada contra uma perspectiva hegemônica pautada em um desenvolvimento econômico, que não abrange suas formas de vida, bem como as interações destes grupos sociais com o ambiente.



Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004.

BARBOSA, Catarina. *Justiça e Ibama punem mineradora Hydro por vazamento em Barcarena*. **Comissão Pastoral da Terra**, Goiânia, 02 Mar. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4263-justica-e-ibama-pune-m-mineradora-hydro-por-vazamento-em-barcarena>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>. Acesso em: 02 dez. 2019.

CAMPELO, Llian. *Manifestantes protestam contra crimes ambientais em Barcarena no Pará*. **Brasil de Fato**, Belém, 26 dez. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/20/manifestantes-protestam-contra-crimes-ambientais-e-m-barcarena-no-para/>. Acesso em 28 nov. 2019.

CARMO, Eunápio Dutra. **Os conflitos socioambientais e territoriais de resistência em Barcarena: atores, relações de poder e exclusão socioespacial**. In: *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Vitória - ES. 2018.

CARMO, Eunápio; SILVA, José Roberto; HAZEU, Manoel; FIALHO, Nádia; GAYOSO, Solange. **Barcarena Livre Informa**. IBASE: Rio de Janeiro, n. 1, 2016.

CARMO, E.; CASTRO, Edna Maria Ramos; PATRICIO, Júlio César Santos. *Mineração, neo-extrativismo e conflitos em Barcarena*. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 51-71, 2015.

CRISTO, Amanda Mesquita; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. **Justiça Ambiental Bem Comum em questão: Mineração, Populações e Água em Barcarena (Pa)**. In: *31º Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília/DF. 2018



HENRIQUES, Alen; PORTO, Marcelo. **Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil**. E-cadernos CES [Online], 17, 2012.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

LITTLE, Paul E. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2004.

MAPA de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. 2010. Disponível em:
<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pa-mineracao-de-caulim-contamina-recursos-hidricos-e-compromete-a-subsistencia-de-comunidades-da-vila-do-conde-em-barcarena>. Acesso em: 27 novembro 2019

MARIN, Rosa Acevedo; MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará**. Cadernos Pagu (52), 2018.

MARTINEZ ALIER, J. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

NAHUM, João Santos. Usos do território e poder do atraso em Barcarena (Pará). **Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía**, v. 20, n. 1, p. 47-54, 2011.

PARÁ. Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC. **Barcarena**. 2019. Disponível em:
<http://www.codec.pa.gov.br/barcarena/>. Acesso em : 03 dez. 2019.

PARÁ. Câmara Legislativa. **Comissão Externa das Bacias de Rejeitos de Mineração em Barcarena/Pa: Relatório Final**. 2018.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

